EM nº /2013/MP

Brasília, de de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2012, que contribui para a análise dos resultados alcançados pelo Governo Federal no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos integrantes do referido Plano.

2. O artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelece que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do PPA, que conterá:

a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

b) situação, por programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas; e

c) execução financeira das Iniciativas.

3. Em obediência ao normativo supracitado, o Poder Executivo elaborou o presente Relatório que, além da função de prestação de contas, também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo dos programas do PPA, de forma a proporcionar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

4. O Documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano.

5. A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e mais 6 seções referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento (que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano); sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

6. O Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA apresenta, para cada

programa temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. O documento está organizado em 4 tomos, sendo que cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas, conforme especificado a seguir:

a) Tomo I - Políticas Sociais;

b) Tomo II - Políticas de Infraestrutura;

c) Tomo III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e

d) Tomo IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

7. São essas, Senhora Presidenta, as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o referido Relatório.

Respeitosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Plano Mais Brasil

PPA

2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME I

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA 2012-2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME I

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Brasília - DF, Maio/2013

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da Avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5 v.

Conteúdo parcial: Dimensão estratégica, v.1.

1. Planejamento e gestão – Brasil. 2. Macroeconomia – desenvolvimento. 3. Infraestrutura. 4. sustentabilidade e inovação. 5. sistema de proteção social. 6. Plano Plurianual 2012-2015. 7. inserção internacional. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.1

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9
INTRODUÇÃO 11
A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 13
MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO 17
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL 27
INFRAESTRUTURA 45
PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO 55
INSERÇÃO INTERNACIONAL 65
ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO 77
CONSIDERAÇÕES FINAIS 87

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o volume 1 do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012. Neste volume o objeto de avaliação é a consecução, no primeiro ano de vigência do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No volume 2 esta análise é complementada pelo registro de monitoramento dos indicadores, objetivos e metas dos programas temáticos (dimensão tática do PPA), bem como pelo registro da execução financeira das iniciativas com vinculação orçamentária do Governo Federal no exercício de 2012.

O Brasil, no ano passado, deparou-se com grandes desafios relacionados a um cenário econômico global adverso. A incerta retomada econômica nos Estados Unidos, os problemas fiscais e monetários da União Europeia e a desaceleração das economias emergentes representaram deterioração do cenário externo, conjugada à acentuação da concorrência internacional.

Em que pesem as dificuldades trazidas pelo quadro internacional, o país continuou a avançar em 2012, ampliando o emprego e reduzindo a pobreza. Isso significa que as políticas públicas do Governo Federal e as mudanças em curso no país continuam na direção correta, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela superação da pobreza extrema, que já foi alcançada entre os beneficiários do Bolsa Família; o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa, Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais pobres; os estímulos ao investimento e à produção por meio da desoneração tributária; e a redução da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento do Governo Federal anunciada desde o PPA 2004-2007. Essa estratégia enfatiza a necessidade de convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012-2015 reforça este compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos

polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia: seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

O presente volume conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e 6 seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, são apresentadas considerações finais.

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção explicita a estratégia de desenvolvimento inclusivo contida no PPA vigente e nos dois planos plurianuais que o antecederam. Entende-se que as políticas públicas e as mudanças em curso, organizadas a partir da estratégia de desenvolvimento, vêm proporcionando, nos últimos anos, materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Cabe lembrar que o modelo de desenvolvimento proposto no PPA 2004-2007 "realiza a integração entre, por um lado, a inclusão social e a redistribuição de renda e, por outro, os investimentos e o crescimento da renda e do emprego. A universalização dos direitos sociais básicos e a transmissão dos ganhos de produtividade aos salários estabelecem a sinergia entre as políticas sociais e de investimento, promovendo o crescimento por meio da expansão do mercado de consumo popular." (PPA 2004-2007, p. 67)

O PPA 2008-2011 destacou a ampliação dos investimentos sociais e em educação e infraestrutura, sendo estes últimos consolidados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e no Minha Casa, Minha Vida. Assim, "como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento, o PPA 2008–2011 prioriza: a) as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda; b) a elevação da qualidade da educação; c) o aumento da produtividade e da competitividade; d) a expansão do mercado de consumo de massa; e) a utilização da diversidade dos recursos naturais de forma sustentável; f) a melhoria da infraestrutura, inclusive urbana (em particular nas regiões metropolitanas); g) a redução das desigualdades regionais; h) a segurança e o fortalecimento da democracia e da cidadania." (PPA 2008-2011, p. 11)

Dessa forma, "a preservação do padrão de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado com inclusão social requer que, ao longo do período do PPA 2012-2015, sejam enfrentados novos desafios que emergem de um novo contexto internacional e das profundas transformações em andamento na sociedade e na economia brasileira. Dentre estes desafios, estão: a compatibilização das taxas de juros e câmbio com os objetivos

de crescimento e estabilidade macroeconômica, ampliação das fontes de financiamento de longo prazo, aperfeiçoamento do sistema tributário, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e dinamização do mercado interno, elevação do investimento, ampliação da oferta e eficiência da rede de infraestrutura, aproveitamento das oportunidades do pré-sal e fomento à inovação." (PPA 2012-2015, p. 22)

Na prática, desde a década passada, e após aproximadamente duas décadas de relativa estagnação econômica, recuperou-se o crescimento econômico, sem prejuízo da estabilidade macroeconômica; ampliou-se a taxa de investimento, tanto no setor público como no privado; houve significativa formalização nas relações de trabalho; o desemprego caiu e se encontra hoje em suas menores taxas históricas; os salários experimentaram substanciais aumentos, em especial os dos segmentos na base da estrutura salarial, beneficiados por forte incremento no salário mínimo; o gasto social vem aumentando de forma considerável; o acesso da população a bens e serviços públicos vem sendo crescentemente ampliado; e a assistência aos cidadãos de menor renda tem se generalizado, com crescente proximidade a uma cobertura universal. Como resultado, os indicadores de pobreza sofreram importante queda, a distribuição de renda melhorou e a percepção generalizada na sociedade é a de que o país se encontra em trajetória de progressivo aumento do bem-estar social.

Uma estratégia de desenvolvimento é o desenho da condução deliberada por governos e atores sociais de um padrão de desenvolvimento viável. Isto inclui a indispensável contribuição do Congresso Nacional, que ao longo deste período tem elaborado, aprimorado e aprovado legislações fundamentais para as transformações estruturais em curso na sociedade brasileira.

Neste sentido, a estratégia exposta nos últimos três PPAs do Governo Federal contém um projeto executável de construção democrática nacional, algo que, do ponto de vista político, foi interrompido pelo regime militar no período de 1964 a 1985 e, do ponto de vista econômico, foi obstado pelo baixo crescimento durante quase um quarto de século – décadas de 1980, 1990 e a entrada dos anos 2000. Desde 2003, vem se consolidando um novo e viável padrão de transformações estruturais o qual, em termos analíticos, pode ser organizado a partir de quatro pontos centrais, interligados pela primazia da atenção ao desenvolvimento social:

i. Em sua dimensão social, a estratégia é de universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e melhoria na distribuição de renda;

ii. Em sua dimensão econômica, a estratégia caracteriza-se por:

   a) Praticar uma macroeconomia e um financiamento para o desenvolvimento, garantindo os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento com redistribuição de renda;

b) Dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira: investimentos em produção e consumo de massa; investimentos em infraestrutura econômica e social; e investimentos em atividades intensivas em recursos naturais;

c) Promover as três frentes de expansão por meio de avanços substanciais nos terrenos da educação, ciência, tecnologia e inovação – construindo uma "sociedade de conhecimento" – até o ponto em que o processo de inovação possa tornar-se uma quarta frente de expansão da economia; e potenciá-las, também, fortalecendo os encadeamentos produtivos;

iii. As dimensões social e econômica devem guiar-se pela observância à sustentabilidade ambiental, bem como ao desenvolvimento regional – vale dizer, a redistribuição de oportunidades e de renda entre regiões do país;

iv. A estratégia de desenvolvimento não pode prescindir de uma agenda de contínuo aperfeiçoamento da inserção internacional do país – nas esferas política, econômica, social e de acordos sobre tratamento do meio ambiente – bem como de uma agenda de contínuo fortalecimento do Estado e da institucionalidade a serviço do desenvolvimento socioeconômico e da plenitude democrática.

Dando continuidade a esta trajetória, a visão de futuro anunciada no PPA 2012-2015 aponta para um país que seja reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental; e
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Essa visão de futuro se desdobra em 11 Macrodesafios: 1. Projeto nacional de desenvolvimento; 2. Erradicação da pobreza extrema; 3. Ciência, tecnologia e inovação; 4. Conhecimento, educação e cultura 5. Saúde, previdência e assistência social; 6. Cidadania; 7. Infraestrutura; 8. Democracia e participação social; 9. Integridade e soberania nacional; 10. Segurança pública; 11. Gestão pública.

A superação destes macrodesafios envolve uma série de políticas públicas que foram organizadas em 6 eixos:

- Macroeconomia para o desenvolvimento;
- Sistema de proteção social;

- Infraestrutura;
- Produção com sustentabilidade e inovação;
- Inserção internacional; e
- Estado, federalismo, planejamento e gestão

Esta organização por eixos, para fins de avaliação, revela a opção por uma análise que contemple a diversidade dos temas acionados nos macrodesafios e, ao mesmo tempo, favoreça a elaboração de sínteses sobre tópicos correlatos, conforme demonstrado nas próximas seções.

MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO

A política macroeconômica tem sido conduzida, com êxito, de forma consistente com a estratégia de crescimento com estabilidade de preços e redistribuição da renda.

A análise da presente seção contempla a Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015[1], que em seu artigo 15, inciso I, estabelece que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual com "avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados". Analisa-se inicialmente o desempenho no que se refere às principais variáveis macroeconômicas, e contemplam-se, ao final, as principais iniciativas destinadas à ampliação do investimento.

O cenário macroeconômico anunciado no PPA 2012-2015 apresenta metas de inflação e de resultado primário do Governo Central. A meta de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, era 4,5% em 2012, com intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais para cima ou para baixo. Como o IPCA observado em 2012 foi 5,84%, o índice manteve-se dentro do intervalo de tolerância. Já a meta de resultado primário do Governo Central em 2012 era 1,57% do PIB[2]. Como o observado foi 1,95% do PIB, conclui-se que foi superada a meta de resultado primário estabelecida para o primeiro ano de vigência do PPA.

No que se refere aos parâmetros macroeconômicos utilizados durante a elaboração do PPA, destaca-se que a taxa de câmbio média (R$/US$) verificada em 2012 foi 1,95, acima do valor estimado de 1,64. Quanto à taxa over Selic em dezembro de 2012, o observado foi 7,25% ao ano, abaixo do valor estimado de 12,50% ao ano, o que significa importante mudança de patamar frente ao passado recente. Quanto ao Produto Interno Bruto – PIB, o observado foi 0,9%, abaixo do valor estimado de 5,0%. O impacto da crise internacional e o processo de ajuste de estoques na indústria foram determinantes para o resultado da economia no ano passado. Mesmo assim, o país gerou 1,3 milhão de postos de trabalho com carteira assinada e o desemprego atingiu o nível mais baixo da série. Nessa linha, o crescimento real da massa salarial em 2012 foi de 6,7% no conceito

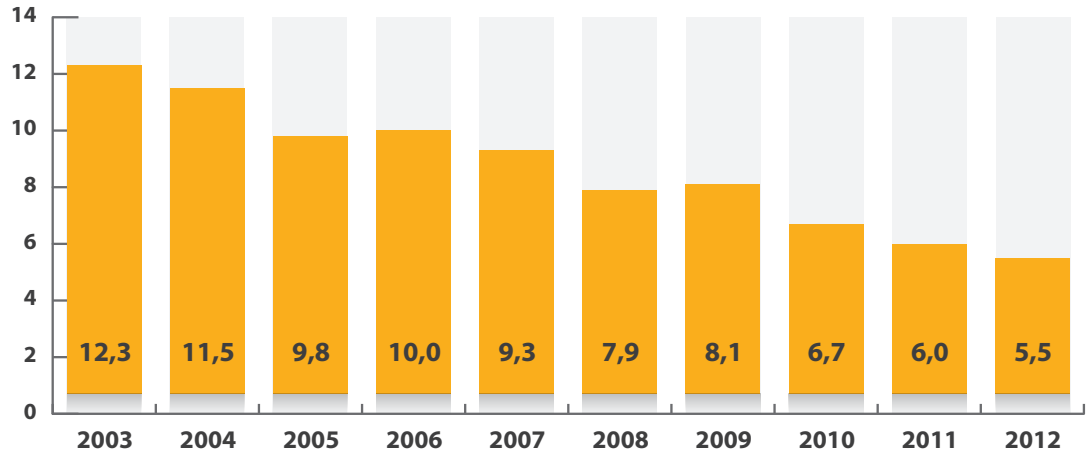
1 Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

2 Considerando a previsão de dedução de 0,56% do PIB para investimentos do PAC, conforme anunciado no PPA 2012-2015 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

efetivo, acima do valor estimado de 4,71%, o que reforça o caráter inclusivo do modelo de desenvolvimento vigente.

De fato, o crescimento do PIB abaixo do estimado em 2012 não impediu que o emprego e os salários prosseguissem suas trajetórias prévias de forte expansão. Impulsionada pela expansão do emprego em setores de serviços, intensivos em mão de obra, a taxa de desemprego média nas principais regiões metropolitanas reduziu-se a 5,5% em 2012.

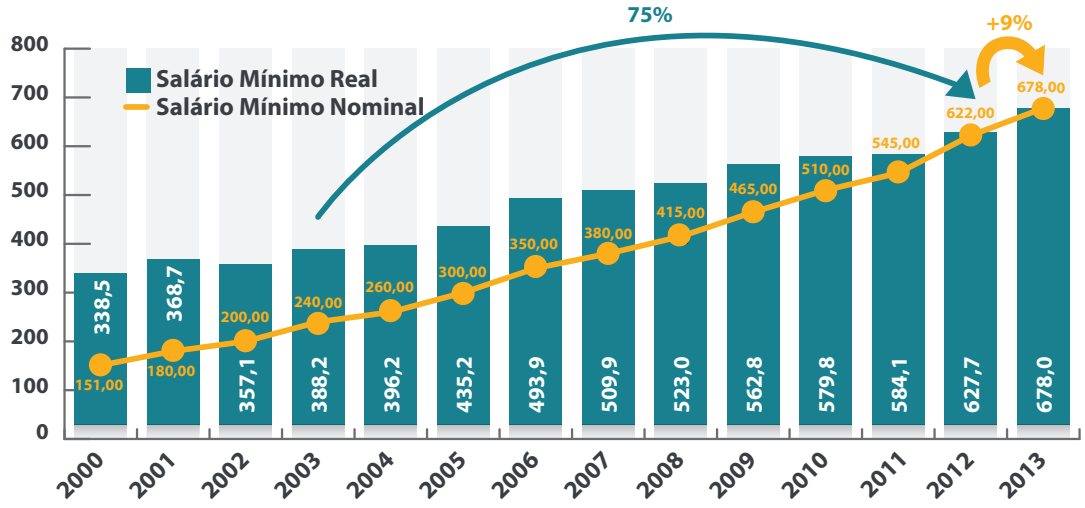
Taxa média de desemprego (% da população economicamente ativa)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

As taxas de desemprego chamam a atenção por terem mantido sua trajetória de queda mesmo diante da crise financeira iniciada em 2008, refletindo o crescimento do emprego e da renda das famílias. Além disso, verificou-se a continuidade na trajetória de elevação do salário mínimo, cujos números são apresentados no gráfico seguinte.

Evolução do salário mínimo real e nominal (R$)

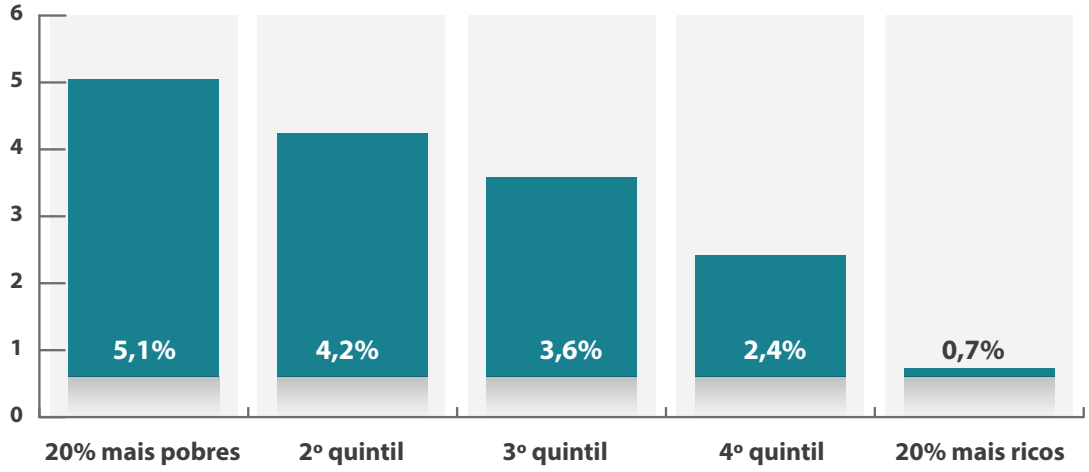


* Salário mínimo real em valores de 2013. O cálculo de salário mínimo real considera valores nominais, posição de dezembro de cada ano, deflacionados pelo INPC. O ano de 2013 refere-se a janeiro de 2013.
Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

O aumento contínuo do salário mínimo vem ampliando o poder aquisitivo das famílias e influenciando favoravelmente a economia interna também por meio de transferências da Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada. O atual ciclo de desenvolvimento tem contado também com maior formalização nas relações de trabalho, com o consequente aumento na proporção de contribuintes para a Previdência Social.

Toda essa evolução vem consolidando o modelo de crescimento com redistribuição de renda. A redução das desigualdades no último decênio foi favorecida pelo crescimento de renda mais acelerado entre a população mais pobre do que o verificado nos extratos superiores. Entre 2001 e 2011, a renda domiciliar real *per capita* dos 20% mais pobres aumentou em ritmo 7 vezes maior do que a dos 20% mais ricos.

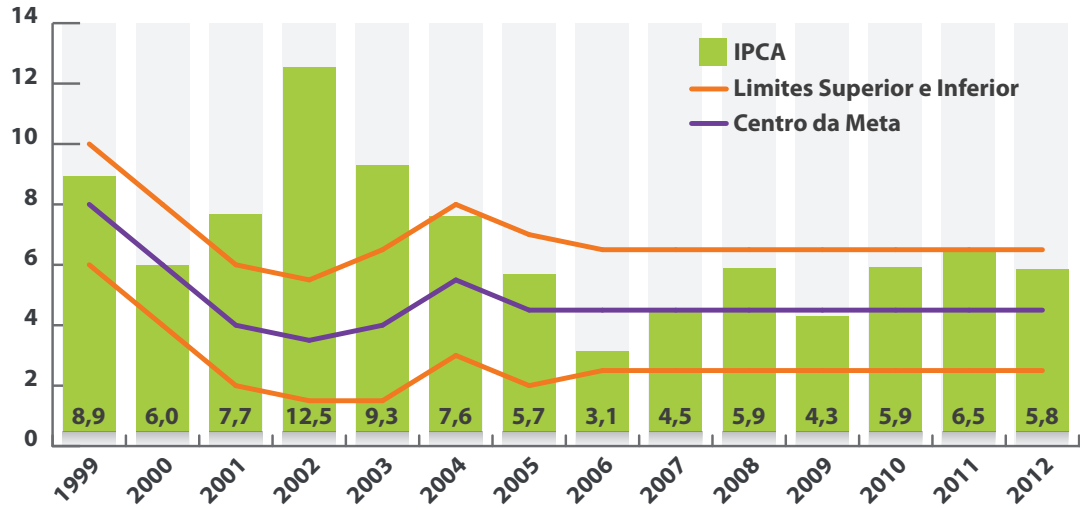
Crescimento anual médio da renda domiciliar real *per capita* por quintil



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

A evolução favorável da economia vem sendo acompanhada de estabilidade de preços. As metas de inflação vêm sendo rigorosamente cumpridas desde 2004, como pode ser observado no gráfico a seguir.

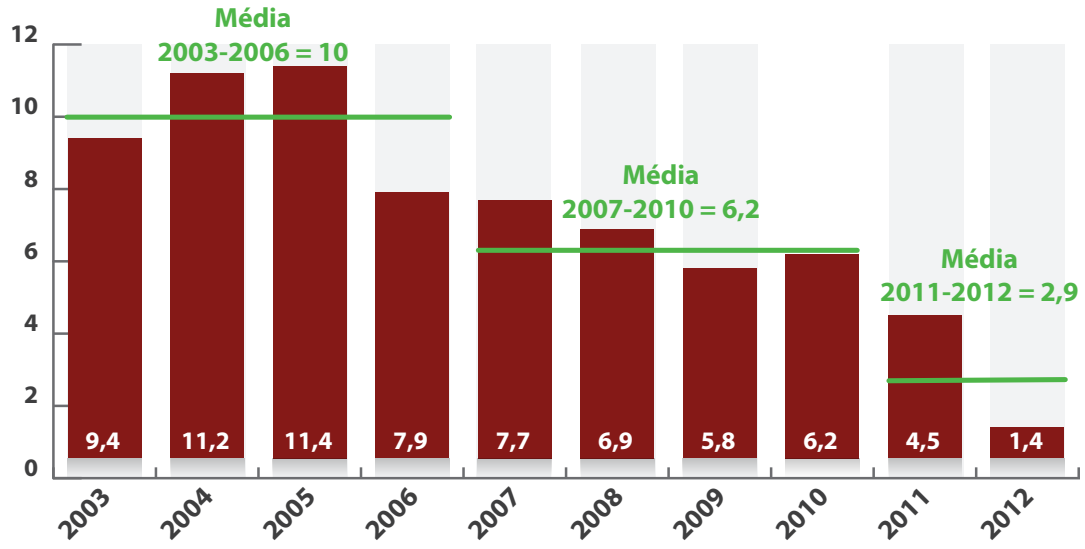
Inflação ao consumidor - IPCA (% a.a.)



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

A queda na inflação em 2012 ocorreu em forma simultânea à queda nas taxas de juros. O Banco Central do Brasil promoveu a redução dos juros para níveis mais condizentes com o padrão internacional, conforme mostra o próximo gráfico.

Taxa real de juros *ex-ante (% a.a.)**

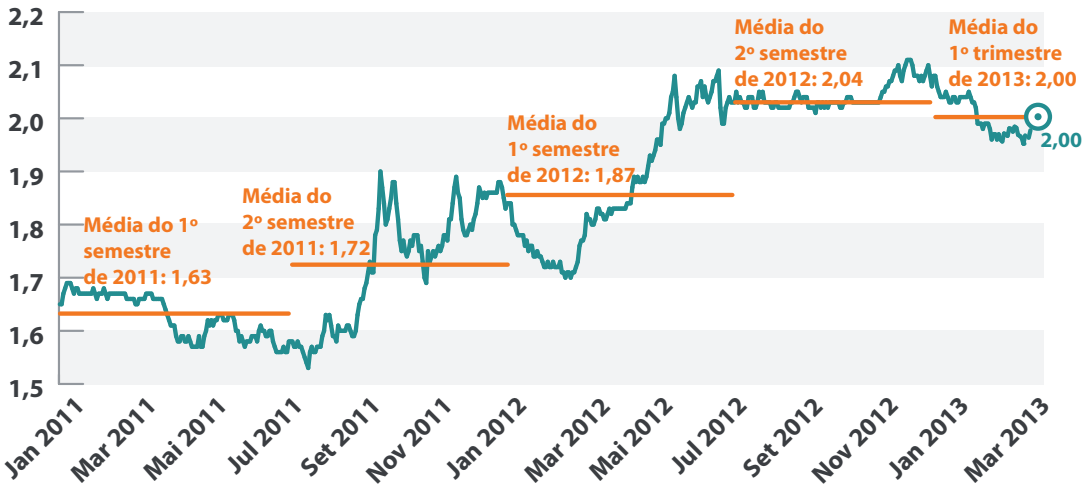


* Taxa nominal (swap 360 dias) deflacionada pela mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses. Posição: 31 de dezembro de cada ano.
Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

Além da queda na taxa básica de juros, também vem ocorrendo a redução nos *spreads* liderada pelos bancos públicos, fato de grande importância não só para o aumento no ritmo de crescimento da economia como também para a melhoria no poder aquisitivo das famílias e na distribuição de renda. Como, ainda assim, o nível dos *spreads* bancários no país permanece elevado na comparação internacional, há todo um caminho ainda a percorrer no sentido da convergência em direção à média internacional.

A menor inflação deu-se de forma simultânea ao deslocamento na taxa de câmbio a um patamar mais adequado à competitividade da economia nacional. De agosto de 2011 a dezembro de 2012 o real desvalorizou-se em cerca de 25% e a inflação continuou dentro dos limites das metas previstas pelo Banco Central do Brasil.

Taxa de câmbio nominal (R$/US$)



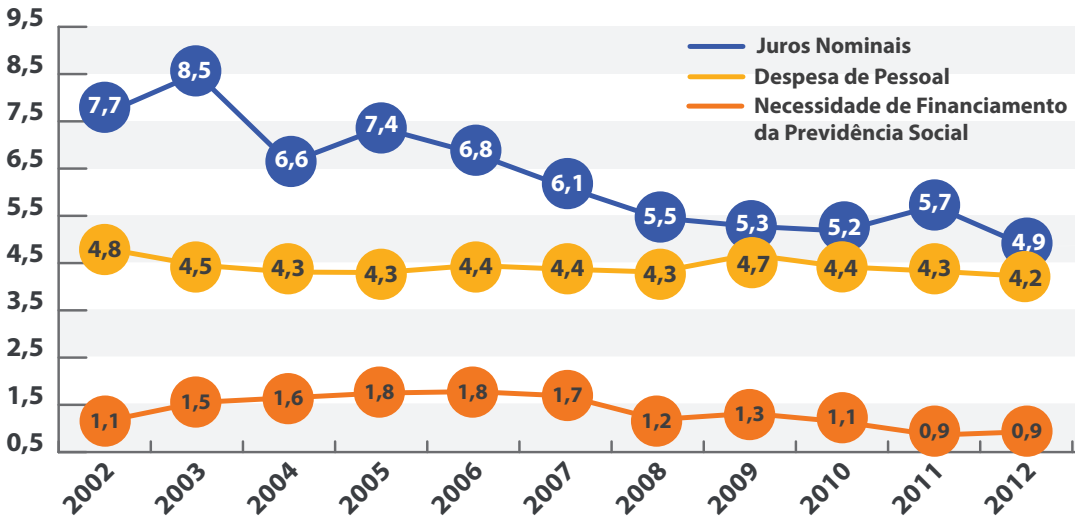
Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

A desvalorização ocorreu apesar da pressão exercida pela expansão de liquidez praticada pelos países avançados em crise no período 2011-2012. Dada a importância da variável cambial para a economia, a opção do Governo Federal tem sido atuar de forma a evitar uma volatilidade excessiva, o que favorece a previsibilidade sobre o comportamento dos preços e a estabilidade econômica.

O novo patamar cambial aponta para a preservação do equilíbrio nas contas externas do país. A propósito, observe-se que em 2012 o país continuou em posição favorável como credor externo líquido e resistente a crises internacionais porque, entre outras razões, houve ampliação das reservas internacionais, que subiram de 352 bilhões de dólares em 2011 para 378,6 bilhões de dólares em 2012.

A redução da taxa real de juros tem sido possível pela adoção de políticas monetárias e fiscais coordenadas. Estão sob controle os gastos com pessoal e a cobertura das necessidades de financiamento da Previdência Social no âmbito do Governo Central, enquanto as depesas com juros nominais do setor público apresentam consistente trajetória de queda, conforme o gráfico seguinte.

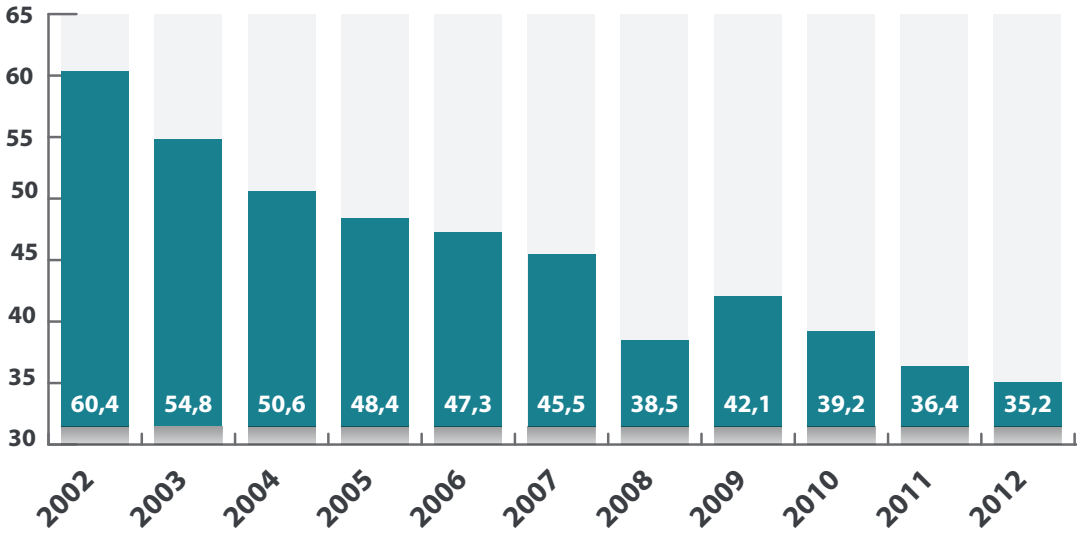
Despesas públicas selecionadas (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

O êxito se revela com clareza quando se observa a evolução da dívida líquida do setor público - DLSP, que vem caindo de forma consistente em proporção do PIB. Como decorrência da geração de superávits primários, a DLSP passou de 60,4%, em 2002, para 35,2%, em 2012, como se observa no gráfico abaixo.

Dívida líquida do setor público (% do PIB)



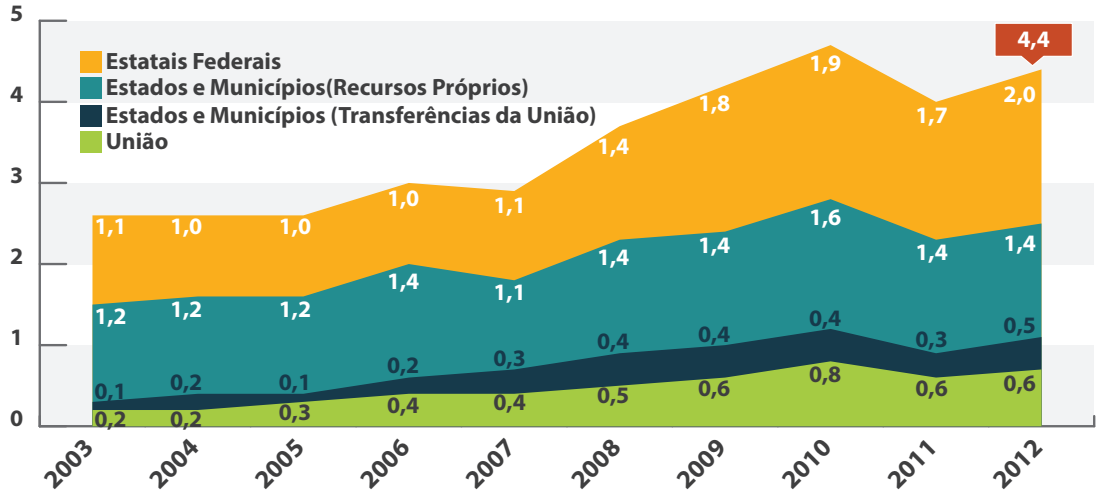
Fonte: Banco Central do Brasil e Ministério da Fazenda.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

Além disso, destaca-se a melhora do perfil da dívida, expresso pela diminuição da parcela exposta à volatilidade do mercado, como os títulos atrelados ao câmbio, e o alongamento do prazo médio de vencimento. Isso possibilita maior previsibilidade e estabilidade no manejo das políticas macroeconômicas.

A solidez fiscal permite a elevação consistente do investimento público, que por sua vez estimula o investimento privado. Foi o que ocorreu, principalmente, a partir de 2007,

com a implantação do PAC. Enquanto o PIB cresceu em média 3,8% ao ano de 2007 a 2012, o investimento cresceu 6,9%. O gráfico seguinte aponta a tendência de elevação do investimento público, com destaque para a União e as estatais federais.

Investimento do setor público (% do PIB)



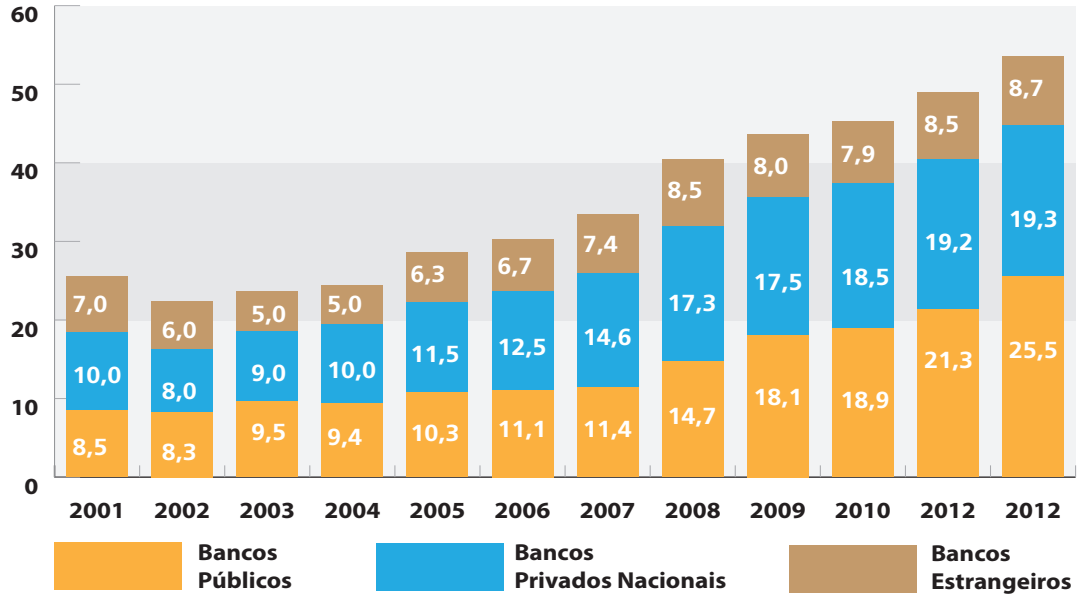
Fonte: Ministério da Fazenda.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

O setor público vem cumprindo três papéis cruciais na aceleração da taxa de investimento da economia, especialmente em momentos de piora do estado de confiança do setor privado, como o que ocorreu devido à crise financeira global:

- Garantindo o crédito para investimentos privados via bancos públicos; e
- Aumentando diretamente a taxa de investimento a partir dos investimentos das administrações públicas e das empresas estatais no Brasil

Diante da redução dos investimentos privados e da concessão de crédito pelo sistema bancário privado, fruto da crise internacional iniciada em 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal cumpriram importante papel anticíclico, evitando uma queda maior da atividade econômica. O gráfico seguinte ilustra a expressiva expansão na oferta de crédito nos últimos anos, especialmente pelos bancos públicos, passando de 25,5% do PIB, em 2001, para 53,5%, em 2012.

Oferta de crédito – 2001/2012* (em % PIB)



* Referente ao mês de dezembro de cada ano.
Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As concessões e as parcerias público-privadas também têm sido concebidas como instrumentos para elevação do investimento. Também devem ser ressaltados os estímulos no período recente ao mercado privado de financiamento de longo prazo, por meio da MP 517/10 e da Lei nº. 12.431/11, que em conjunto resultaram em:

- Desoneração tributária dos rendimentos de títulos privados de longo prazo (duração de no mínimo 4 anos) emitidos por empresas não financeiras associados a projetos de investimento na indústria e nos setores de infraestrutura e adquiridos por investidores não residentes;
- Modificações na Lei das Sociedades Anônimas (Lei n. 6.404, de 1976): assembleia de acionistas definirá o limite de emissão de títulos de renda fixa;
- Instituição do Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura (FIP-IE) e do Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I);
- Regulamentação da oferta pública das letras financeiras, títulos de longo prazo emitidos pelos bancos que, até então, só podiam ser vendidos de forma privada; e
- Criação de um fundo de liquidez para os títulos privados a partir de direcionamento de 3 pontos percentuais dos compulsórios sobre os depósitos a prazo.

A Lei nº 12.431 de 2011, em particular, instituiu incentivo fiscal ao financiamento de investimentos em infraestrutura junto ao setor privado, em especial nas áreas de transportes e logística, com o objetivo de promover o financiamento privado aos investimentos de infraestrutura, reduzir os custos de captação de recursos a prazos mais longos, e contribuir para o desenvolvimento do mercado de títulos privados ainda

incipiente no Brasil. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura.

Quanto à recuperação da economia, foram tomadas medidas visando aumentar os investimentos privados, entre as quais destacam-se:

- Adoção do regime de concessões/PPP para investimento em logística de transporte (MP – 576/2012); e
- Redução das tarifas de energia elétrica.

De forma complementar, diante de um período caracterizado por grandes incertezas no cenário internacional, com perspectiva de baixo crescimento dos países mais desenvolvidos e desaceleração da economia chinesa, o Governo Federal vem promovendo desonerações tributárias, resumidas no quadro a seguir.

Impacto das desonerações tributárias (R$ bilhões)

Medidas	Impacto (em R$ bilhões)		
	2012	2013	2014
Redução da CIDE para zero para gasolina e diesel	8,9	11,4	11,4
Redução do IPI (automóveis, caminhões, material de construção, linha branca, BK, móveis, papel de parede etc.)	8,5	11,8	7,1
Redução para zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital	7,6	-	-
Aumento dos limites das faixas de tributação do SIMPLES e MEI	5,7	5,9	6,5
REINTEGRA -Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras *	3,4	3,4	2,7
Desoneração da folha de pagamentos	3,8	16,0	24,7
Redução do IOF sobre operações de crédito pessoa física (de 3% para 1,5%)	2,8	3,6	3,6
Alíquota zero de PIS/COFINS	1,1	1,6	-
Redução Alíquotas PIS/COFINS Indústria Química	-	1,1	1,8
Banda Larga -Redes	0,5	1,0	1,0
Desoneração da Cesta Básica	-	5,5	8,2
Aumento do Limite do Lucro Presumido	-	-	1,0
Demais	2,2	10,9	22,0
TOTAL	**44,5**	**72,1**	**91,5**

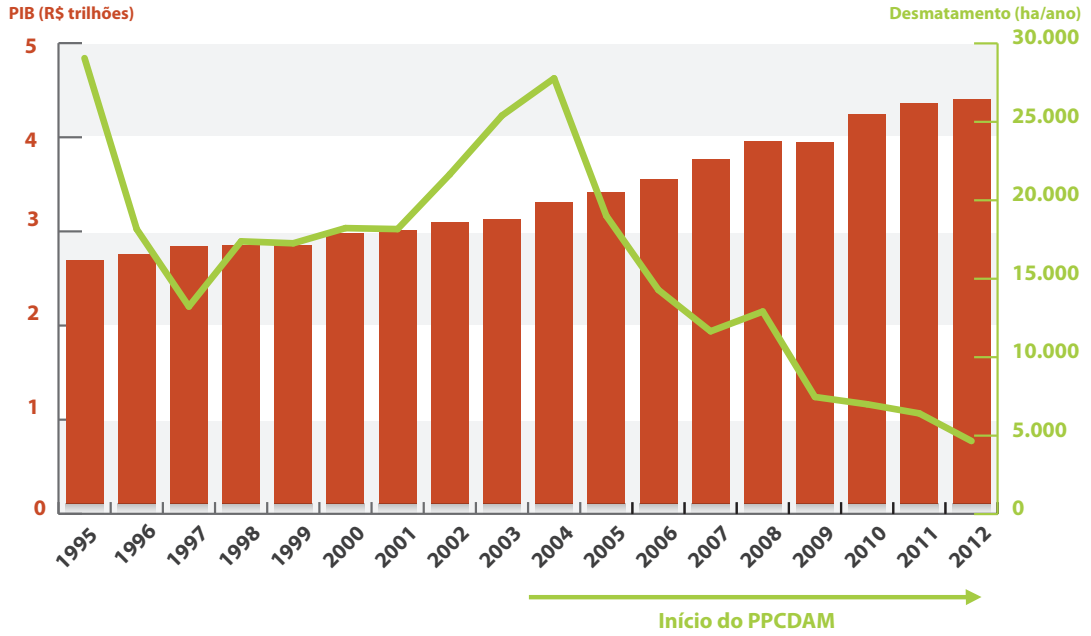
* Corresponde a 75% do potencial para 2012 e 2013, pois o último pedido de restituição trimestral do ano em questão (2012 ou 2013) ocorre no período seguinte (2013 ou 2014, respectivamente). Ou seja, em 2014, o valor de R$ 2,7 bilhões refere-se a impacto residual de 2013.
Fonte: Ministério da Fazenda.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

Na mesma linha, conforme anunciado no PPA 2012-2015, o Governo Federal mantém a determinação de continuar avançando na simplificação do regime tributário, de forma a estimular a produção e o investimento, bem como de persistir na busca de maior progressividade do sistema, como forma de acentuar a dinâmica de distribuição de renda. Neste sentido, outros pontos da agenda de reforma tributária estão em discussão, como:

- novas alíquotas do ICMS interestadual;
- simplificação da cobrança PIS e COFINS;
- alterações no Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- redução do custo das dívidas estaduais; e
- nova distribuição dos royalties (petróleo, mineração).

Outro ponto a se destacar é que o crescimento econômico dos últimos anos foi acompanhado de redução expressiva do desmatamento, especialmente a partir do lançamento do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, em 2004, conforme ilustra a figura a seguir.

PIB (R$ trilhões de 2012) e desmatamento (hectares/ano)



Fonte: Banco Central do Brasil, PRODES/INPE.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Apesar das dificuldades que persistem na economia internacional, a economia brasileira continua crescendo gradualmente, num ambiente democrático e socialmente inclusivo, dando prosseguimento à trajetória de aceleração verificada a partir do segundo semestre de 2012. Como resultado das ações de política econômica, o ano de 2013 começa com comportamento positivo: houve melhora na confiança dos empresários, aumento do investimento, aumento do nível de utilização da capacidade instalada e estoques em níveis mais baixos.

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A estratégia de desenvolvimento em curso no Brasil faz da justiça social uma das alavancas primordiais para o desenvolvimento. Nesse sentido, aborda-se nesta seção o papel do sistema de proteção social como elemento central para a estratégia de desenvolvimento em curso desde o PPA 2004-2007.

A última década foi marcada pela introdução de uma estratégia de desenvolvimento que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Nessa estratégia, é central o papel da ampliação das políticas sociais, com destaque para as políticas de transferência de renda, geração de empregos e valorização do salário mínimo; a retomada dos investimentos em infraestrutura social e econômica; e o esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. Em sua dimensão social, essa estratégia busca a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, a promoção da inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e a melhoria da distribuição de renda, resultando assim em fortalecimento das políticas sociais.

Esse fortalecimento pode também ser visto como um movimento de expansão e consolidação do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988. Esse sistema, retratado na figura a seguir, abrange tanto políticas setoriais (saúde, previdência, educação, desenvolvimento urbano, etc.) como políticas transversais (igualdade de gênero e étnico-racial, crianças e adolescentes, juventude, idosos, pessoas com deficiência e público LGBT), que buscam a garantia de direitos de públicos específicos, por meio de políticas executadas por diversos setores.

Sistema de direitos da Constituição Federal de 1988

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A seguir, detalha-se o processo de fortalecimento das políticas sociais, assim como são apresentados a evolução recente, os principais resultados e as perspectivas para políticas/programas selecionados.

Fortalecimento das políticas sociais e do sistema de direitos da Constituição de 1988

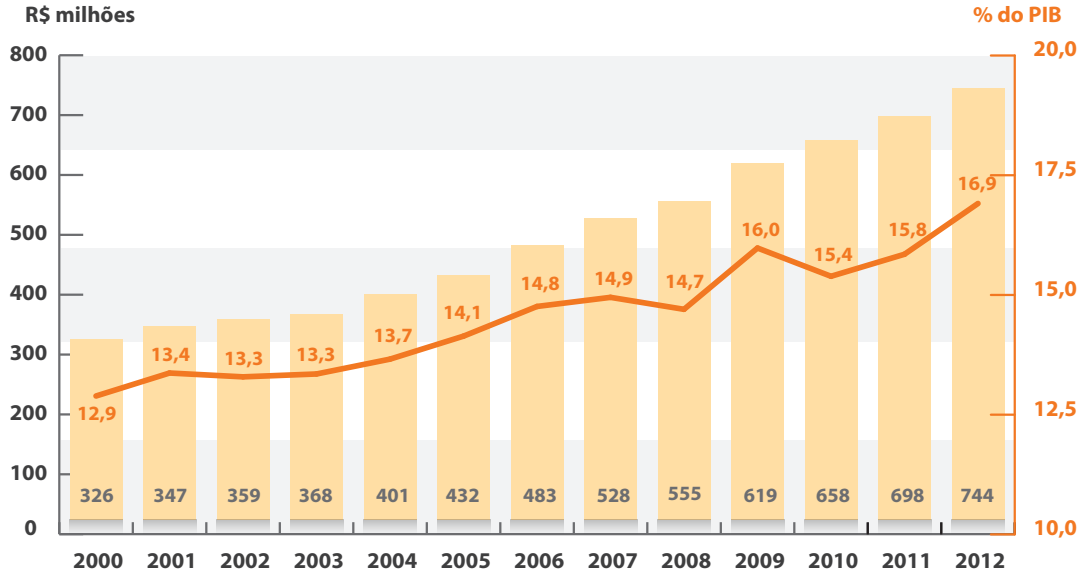
O fortalecimento das políticas sociais é caracterizado pela institucionalização de novos direitos, políticas públicas e programas de governo; pela expansão dos gastos em políticas sociais; e pela introdução de arranjos de gestão que enfatizam a criação de condições para a efetivação das políticas sociais, sobretudo o alcance de públicos e territórios mais vulneráveis.

O processo de institucionalização ocorreu mediante a criação de órgãos de governo dedicados exclusivamente a articular e gerir políticas voltadas a públicos específicos, como as Secretarias de Políticas para Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial, e de Direitos Humanos; a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério das Cidades; o estabelecimento de sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a expansão e a instituição de

novos direitos, como os direitos à alimentação, à moradia e à educação pública e gratuita dos quatro aos 17 anos; a elaboração de diversas políticas nacionais; e a introdução e institucionalização de programas inovadores, como o Bolsa Família, o Universidade para Todos (Prouni) e o Minha Casa, Minha Vida.

Seguindo esse movimento, o fortalecimento do gasto público federal em políticas sociais, em 2012, alcança R$ 744 bilhões, o que corresponde a 16,9% do PIB[3]. Esse valor representa um crescimento real de 128,2% com relação a 2000.

Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União (R$ de 2012 e % do PIB)



Fonte: SIOP/MP e Conta Nacionais/IBGE.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ampliação das políticas sociais demandou avanços no planejamento e na gestão, traduzidos pela definição e comunicação à sociedade de compromissos de governo ancorados em diagnósticos da realidade; pela capacidade de articulação de diferentes áreas de governo para a implementação de políticas; pela introdução de procedimentos de monitoramento intensivo e acompanhamento das prioridades; e pela reação tempestiva aos entraves identificados; e introdução de novos procedimentos de pactuação federativa. O PAC e o Brasil Sem Miséria – BSM são exemplos emblemáticos dos avanços ocorridos no planejamento e na gestão das políticas sociais.

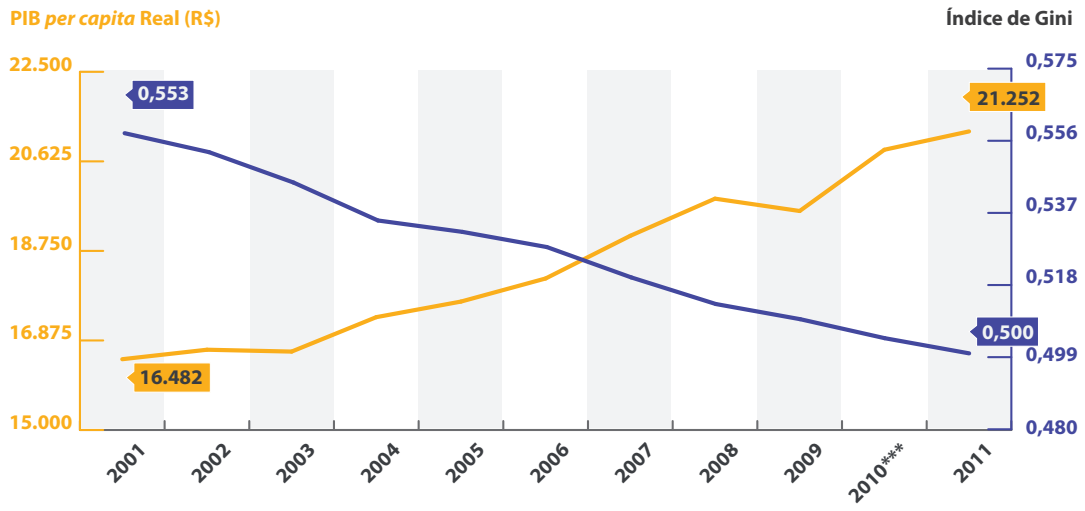
3 Para estimar o dispêndio em políticas sociais nos orçamentos da União, foi utilizada a execução orçamentária (valor liquidado) para as funções saúde, trabalho, educação, segurança pública, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer. Também foram consideradas ações da função encargos especiais relacionadas às políticas sociais, como: transferências do Fundeb e cota-parte do Salário Educação, repasses da arrecadação de PIS/PASEP ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (para aplicação via BNDES em projetos de desenvolvimento econômico e social), integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (financiamento do Minha Casa, Minha Vida), equalização de juros para a agricultura familiar (Pronaf), subvenção econômica destinada a implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais, entre outras.

Fazer com que os avanços nas políticas sociais chegassem a toda a população e a todos os territórios também requereu transformações no processo tradicional de execução, como a introdução de rito próprio para a execução descentralizada do PAC (transformação dessas transferências em obrigatórias); a redução das contrapartidas; a facilitação de acesso a projetos pelos municípios; e a instituição do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que imprime maior agilidade aos processos licitatórios, melhoria técnica dos projetos e maior viabilidade econômica das obras.

A estratégia de desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais

A estratégia de desenvolvimento apresentada pelo PPA 2012-2015 dá continuidade ao padrão de desenvolvimento já demarcado nos dois PPA anteriores, que tiveram como característica marcante a confluência entre o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais. O gráfico a seguir ilustra como, na última década, o país logrou experimentar, concomitantemente, crescimento do PIB *per capita* e forte queda da desigualdade social, espelhada pela redução do Índice de Gini[4].

PIB *per capita* real* e Índice de Gini**



* Valores atualizados pelo deflator do PIB de 2011.
** Rendimento mensal domiciliar.
*** PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.
Fonte: NSCN/IBGE e PNAD/IBGE.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A redução das desigualdades foi resultado da conjugação de melhorias no mercado de trabalho e do efeito das políticas sociais, que fizeram com que a renda total da população mais pobre tivesse um crescimento superior àquele verificado na população de maior renda.

4 O Índice de Gini mede desigualdade de renda em determinado grupo. O valor zero representa a situação de máxima igualdade e o valor um representa máxima desigualdade de renda.

Entre as políticas sociais que contribuíram para a queda da desigualdade e a redução da pobreza, destacam-se as transferências de renda reunidas nas ações relativas ao programa Bolsa Família e aos benefícios previdenciários e assistenciais, principalmente aqueles associados ao salário mínimo, além das políticas para expansão do acesso e melhoria da qualidade da educação e da saúde.

A política de valorização do salário mínimo resultou em crescimento real de seu poder de compra, sendo que esse crescimento foi também, quase sempre, superior ao registrado por todos os rendimentos. Enquanto o rendimento médio real habitualmente recebido de todos os trabalhos para a população de sete regiões metropolitanas[5] cresceu 28,3%, entre 2003 e 2012, o salário mínimo real variou 69,9% no mesmo período.

A elevação do potencial de redução da desigualdade e da pobreza propiciado pelas transferências previdenciárias (inclui benefícios assistenciais) é outro efeito positivo da política de valorização do salário mínimo, uma vez que 67,5% dos beneficiários dessas transferências, ou 20,3 milhões de pessoas, ao final de 2012, recebiam mensalmente um salário mínimo. As transferências previdenciárias têm impactos redistributivos também no território, já que as regiões menos desenvolvidas do país são também aquelas que, proporcionalmente, recebem mais benefícios do que arrecadam. Esse efeito é reforçado pela transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, efetuada no programa Bolsa Família, que alcançou, em 2012, cerca de 13,9 milhões de famílias em todo o Brasil.

Potencializar a previdência social, enquanto núcleo estratégico da política social, passa pela expansão da cobertura previdenciária para a população em idade ativa. Medidas recentes importantes foram realizadas para a ampliação da inclusão previdenciária, com destaque para alterações na legislação, como a Lei nº 12.470/2011, que reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual – MEI e o segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência; e a Lei Complementar nº 139/2011, que ampliou o limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual. Em relação ao MEI, as inscrições no programa saltaram de 77 mil, em 2010, para 2,66 milhões no final de 2012. O aquecimento do mercado de trabalho e a ampliação da formalização contribuem para a expansão da cobertura previdenciária, estabelecendo, também, perspectiva positiva sobre a evolução da política.

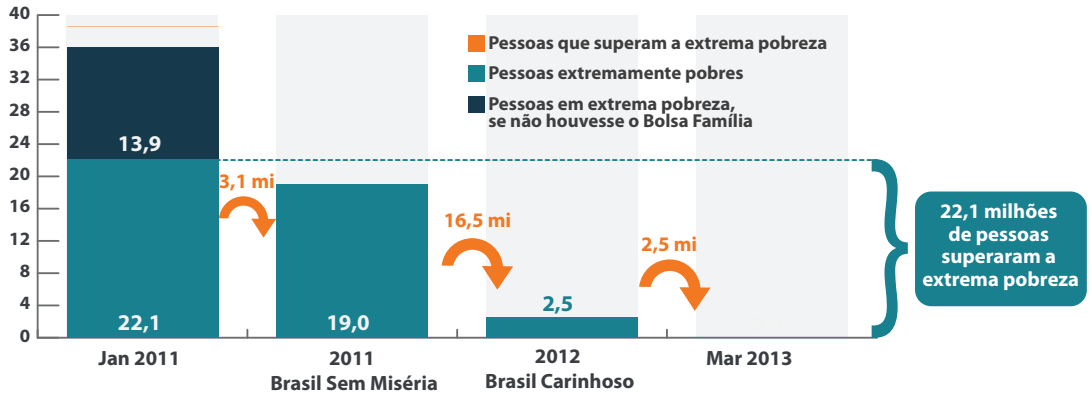
Brasil Sem Miséria

O Brasil Sem Miséria – BSM tem como objetivo erradicar a extrema pobreza no Brasil, por meio da combinação de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços como assistência social, educação e saúde.

5 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Fonte: Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise. IPEA/Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, Ano 18, Fevereiro 2013.

No eixo Garantia de Renda, destacam-se um conjunto de inovações ao programa Bolsa Família: reajuste de 45% do valor do benefício variável; ampliação do limite de três para cinco filhos (inclusão de 1,3 milhão de crianças e adolescentes); e implementação de benefícios para gestantes e nutrizes. Outra inovação foi a criação, no âmbito da ação Brasil Carinhoso, de benefício para a superação da extrema pobreza – complemento na renda das famílias que permite a todos os seus membros superar essa situação. Destaca-se ainda a inclusão de beneficiários por meio da busca ativa à população em extrema pobreza que ainda não era beneficiária do Bolsa Família. Como resultado dessa ação, desde o lançamento do BSM, mais de 790 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e já estão recebendo o Bolsa Família, superando a meta de 640 mil famílias prevista para o final de 2012.

Redução da extrema pobreza entre beneficiários do Bolsa Família (milhões de pessoas)



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais e Folha de Pagamentos do PBF.
Elaboração: Ministério da Fazenda.

O lançamento do Brasil Carinhoso representou um aprofundamento na estratégia do BSM de combate à extrema pobreza, compreendendo um conjunto de ações nas áreas de assistência social, saúde e educação, tais como: o repasse adicional aos municípios (de até R$ 1.362 por aluno/ano) referente às crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família matriculadas em creches públicas ou conveniadas, que propiciou o atendimento de 381,5 mil crianças; o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar; e a expansão da oferta de medicamentos e serviços da rede de atenção básica voltada à primeira infância[6].

O eixo Inclusão Produtiva contempla estratégias para o meio rural e urbano. No meio rural, destacam-se a ampliação da construção de cisternas (entre 2011 e 2012, 240,4 mil cisternas foram construídas no semiárido) e a oferta de assistência técnica e extensão rural – ATER, combinada com a distribuição de sementes e fomento às atividades

6 Distribuição de sulfato ferroso para 1,4 milhão de crianças de 0-5 anos, suplementação de vitamina A para 2,9 milhões de crianças, e aumento de 430% no número de pacientes que retiram medicamento para asma na rede Aqui Tem Farmácia Popular.

produtivas rurais. Até o final de 2012, foi contratada assistência técnica para 210 mil famílias. Criou-se, ainda, o Bolsa Verde, que faz repasses trimestrais de R$ 300 para famílias extremamente pobres que desenvolvam atividades de conservação ambiental, e já beneficia a 34,2 mil famílias. Além disso, fazem parte do eixo a expansão do Luz para Todos (141,3 mil famílias já atendidas) e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que garante a compra da produção dos agricultores familiares. No meio urbano, destacam-se as ações de qualificação por meio do Pronatec (266,7 mil pessoas inscritas até o final de 2012), acesso ao microcrédito produtivo orientado – Crescer, e formalização como microempreendedor individual – MEI (ao final de 2012, o MEI contava com 2.665 milhões de trabalhadores inscritos).

O eixo Acesso a Serviços contempla atendimento do público do BSM em creches, expansão do programa Mais Educação, em escolas nas quais a maioria dos alunos são beneficiários do Bolsa Família, além da expansão das redes de assistência social e saúde. No Mais Educação, em 2012, mais de 32 mil escolas aderiram ao programa, das quais 17 mil contam com maioria de estudantes do Bolsa Família. Na expansão da rede de assistência social, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS está presente em 5.552 municípios, com mais de 25,2 milhões de famílias referenciadas. Destaca-se o avanço expressivo dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que atingiu 7.884 unidades em 2012, e dos Centros Especializados de Referência de Assistência Social – CREAS, que alcançou a marca de 2.216 unidades.

Infraestrutura Social

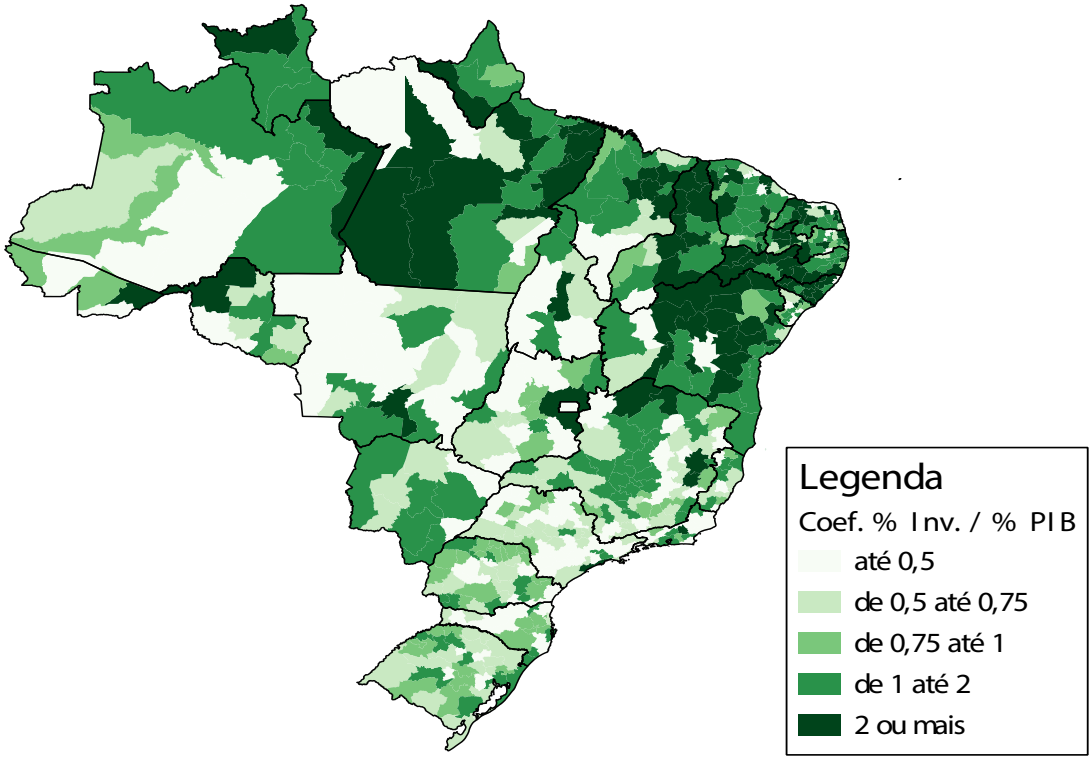
O ciclo virtuoso entre o fortalecimento das políticas sociais e o desempenho econômico também tem sido favorecido pelos efeitos dos investimentos em infraestrutura social sobre os mercados de produção e consumo internos. A ampliação contínua dos investimentos em infraestrutura social tem sido estratégica para a desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos, além de promover a cidadania, a igualdade de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida.

Impulsionada pelo setor de desenvolvimento urbano, a carteira de investimentos em infraestrutura social do PAC[7], contratada desde 2007, alcançou o montante de R$ 152 bilhões em 2012, com abrangência de 96% dos municípios brasileiros. Destaca-se que a repartição percentual desses investimentos no território, relativamente à distribuição

7 Obras de construção de moradias dignas para famílias de baixa renda, urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas em áreas de risco, saneamento básico e mobilidade urbana, construção de creches, quadras esportivas, praças de esporte e cultura, unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde.

regional da atividade econômica, prioriza o Nordeste e o Norte, conciliando perspectivas positivas de melhoria da qualidade de vida com a dinamização dessas regiões.

Distribuição espacial da carteira PAC de investimentos em infraestrutura urbana e social entre 2007 e 2012



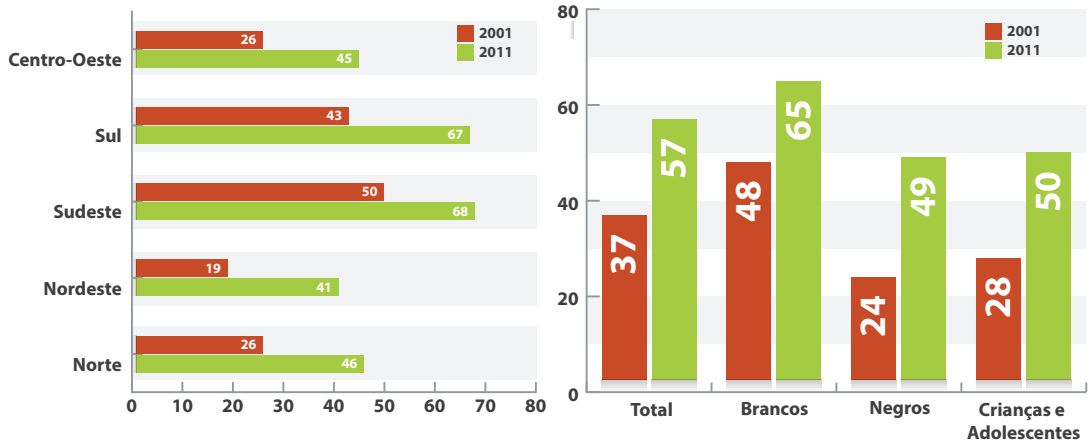
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A trajetória recente da construção civil ilustra essa relação virtuosa. Em conjunto com os investimentos em infraestrutura produtiva e com a ampliação do crédito, o incremento nos investimentos em infraestrutura social, especialmente no segmento de moradia, tem impulsionado o dinamismo da construção civil. Entre 2004 e 2011, foram criadas quase 100 mil novas empresas na construção civil e gerados mais de 1,6 milhões de empregos formais no setor, com maior intensidade do crescimento nas regiões Nordeste e Norte.

No que tange à melhoria da qualidade de vida, também são observados avanços importantes. Adotando-se condições de moradia e de acesso a bens e serviços essenciais aos indivíduos como referências de materialização do bem-estar, observa-se, com base em dados da PNAD/IBGE, expressiva elevação da proporção de pessoas vivendo em

condições satisfatórias[8] – subiu de 37,0% em 2001 para 57% em 2011. É positiva, também, a tendência de aproximação das melhorias no bem estar no que diz respeito à região, à faixa etária, à raça/cor dos indivíduos, entre outras.

Pessoas que vivem em domicílios com condição de bem-estar satisfatória



Fonte: PNAD 2001 e PNAD 2011.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Manter essa trajetória de expansão e acelerar os investimentos públicos em desenvolvimento urbano e infraestrutura social são fundamentais para o aproveitamento das mudanças positivas que estão em curso no campo macroeconômico e nos espaços privados das famílias e das empresas, proporcionando o bem estar coletivo. Além disso, o desenvolvimento urbano é estratégico para o uso sustentável dos recursos naturais, ao evitar a ocupação predatória do espaço, promover o uso racional da água, contribuir para a conservação e revitalização das bacias hidrográficas, reduzir a poluição e favorecer a eficiência energética.

Com esse propósito, o Governo Federal vem fortalecendo as políticas de desenvolvimento urbano, as quais ganham, na última década, abrangência crescente e escala nacional. No campo da moradia digna, o Programa Minha Casa Minha Vida tem se consolidado como um modelo célere e abrangente de provisão de moradia. Até 2012, foram contratadas 2,28 milhões de moradias, das quais 1,05 milhão já foram entregues até o momento.

No saneamento, é positiva a evolução dos indicadores de cobertura dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos, movimento que reflete, em grande medida, os investimentos realizados no período: cerca de 1,7 mil empreendimentos com operações correspondentes a R$ 36,1 bilhões, estando previstos, para o quadriênio 2011-2014, cerca de R$ 45,8 bilhões.

8 Para esta análise, foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, localizados em aglomerados normais (propriedade do domicílio e do terreno), construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada) e com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água por rede de distribuição, com ou sem canalização interna, ou por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta de lixo (quando localizados em área urbana), iluminação elétrica, serviço de telefone (fixo ou celular) e equipadas com, pelo menos, fogão, geladeira e televisão.

Também tem sido fortalecida a indução de um novo paradigma de mobilidade urbana. Orientada pelos princípios da acessibilidade universal, da distribuição mais justa dos espaços urbanos, da prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, da mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens, foi instituída a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), que normatiza a regulação dos serviços, os direitos dos usuários, as atribuições dos entes federativos, o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana. Além disso, foi elaborado o Plano Setorial de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Em consonância com o novo marco da mobilidade, o Governo Federal também tem promovido a alavancagem dos investimentos em sistemas coletivos estruturantes. No âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram selecionados investimentos de 32,5 bilhões (22,4 bilhões financiados com recursos federais) em centros urbanos com mais de 700 mil habitantes, com previsão de implantação de cerca de 120 km de linhas de metrô, 80 km de veículos leves sobre trilhos e 665 km de corredores de ônibus. Ademais, foi lançado o PAC Mobilidade Médias Cidades, com previsão de financiamento federal de R$ 7 bilhões para investimentos em aquisição de equipamentos, modernização e integração do transporte público, construção de estações e terminais de ônibus e melhorias de infraestrutura já existente em cidades médias (entre 250 e 700 mil habitantes).

Além disso, perseguindo a promoção de resiliência das cidades, fundamental no contexto de recorrência de eventos climáticos extremos aliados a passivos urbanos e ambientais, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. Até 2014, são previstos investimentos de R$ 18,8 bilhões em mapeamento de áreas de riscos; estruturação do sistema de monitoramento e alerta; fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; e obras de prevenção de desastres naturais.

Educação

A educação é outra peça-chave do modelo de desenvolvimento em curso. Por um lado, o aumento da escolaridade promove a democratização do acesso a oportunidades, proporcionando mobilidade social e contribuindo para a redução das desigualdades. Por outro, eleva a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento dos salários e a diminuição da pobreza.

Nesse sentido, houve ampliação dos investimentos realizados e previstos na educação, nos últimos três planos plurianuais. Como reflexo, observa-se evolução considerável do investimento público total em educação, nas três esferas de governo, a qual passou de

4,5% do PIB em 2005 para 6,1% em 2011. A expansão real dos gastos federais na função educação, de 215,4% no mesmo período, evidencia a colaboração da União para esse movimento. Essa expansão foi impulsionada por importantes modificações na legislação, como a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e a queda da Desvinculação das Receitas da União (DRU) – para a educação.

Na educação básica, foram realizados avanços institucionais, como a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que estabeleceu como dever do Estado a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, a criação do Fundeb, a instituição do piso salarial do magistério e a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, acompanhada da definição de procedimentos de pactuação federativa de apoio aos sistemas de ensino estaduais e municipais, organizados a partir da necessidade de elevação da qualidade das redes.

Ainda na educação básica, destacam-se iniciativas como: a implantação de programa abrangente de apoio à construção de escolas de educação infantil (Proinfância), incorporado ao PAC, que prevê a construção de 6.000 escolas até 2014, das quais 3.135 já foram aprovadas; e o apoio à ampliação no número de escolas da educação básica que ofertam educação em tempo integral, por meio do Mais Educação. Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Mais Educação, sendo que cerca de 54% delas contam com a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Na educação profissional e tecnológica, os principais avanços são a continuidade da expansão da rede federal e a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado em 2011, e que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica. A meta do programa é ofertar 8 milhões de vagas até 2014, na rede federal de educação profissional e tecnológica, mas também nas redes estaduais, no Sistema S e no setor privado. Até o momento, 2,5 milhões de pessoas tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, incluindo beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência e populações do campo.

Na educação superior, destacam-se a expansão da rede federal, que persegue a interiorização por meio de novas universidades e câmpus, com destaque para a meta de criação de 47 novos câmpus entre 2011 e 2014, dos quais 13 com atividades já iniciadas, além da ampliação da oferta de vagas nas unidades existentes (Reuni). Como resultado, as vagas ofertadas em graduação presencial passaram de 140 mil em 2007 para 240 mil em 2012. Além disso, o apoio à infraestrutura de pesquisa nas novas universidades e câmpus federais proporciona condições de avanço científico e tecnológico e, também, de aporte de conhecimento para o desenvolvimento local.

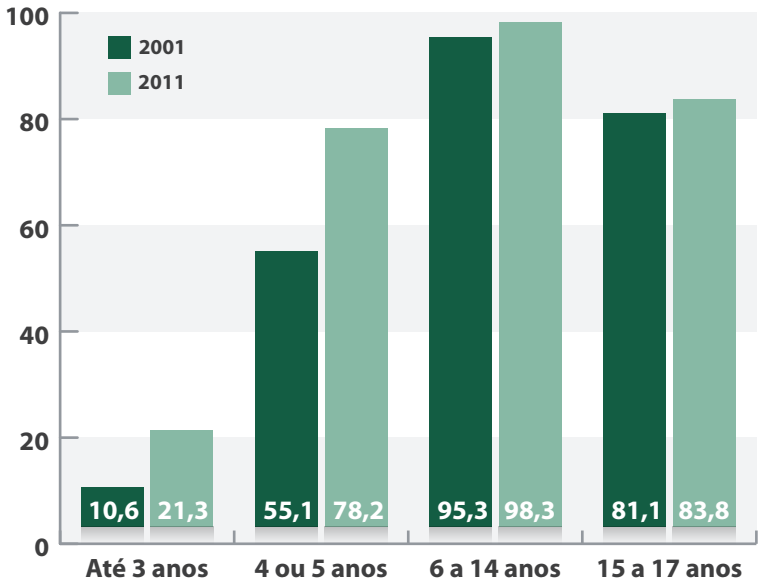
Ainda na educação superior, o Programa Universidade para Todos – Prouni atingiu, em 2012, a marca de 1,1 milhão de estudantes de baixa renda com acesso a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Outro destaque é o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, que propiciou, em 2012, acesso de mais de 372 mil estudantes ao ensino superior.

O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, é outra iniciativa inovadora, com o objetivo de formar e capacitar pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência. Outro objetivo é atrair para o país talentos e pesquisadores estrangeiros em áreas prioritárias de conhecimento. Contribui, assim, para a democratização das oportunidades e para a inovação e competitividade da economia brasileira. A expectativa é que, até 2015, 101 mil pessoas recebam bolsas para estudar no exterior; em 2012, foram concedidas 21.418 bolsas para estudantes, em diferentes países.

A educação também é um dos eixos do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que já conta com a adesão de 21 estados. Para eliminar as barreiras que impedem o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiências beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, foi dado início, em 2012, à compra de 1.316 veículos escolares acessíveis. Foram adquiridos, também em 2012, equipamentos para implantação de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais e 1,5 mil kits de atualização de salas já existentes.

Esses avanços na política educacional resultaram, de acordo com os últimos dados da PNAD/IBGE, em elevação nas taxas de frequência à escola para todas as faixas etárias até os 17 anos, com destaque para a faixa de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos; elevação do número médio de anos de estudos da população brasileira, sobretudo para as novas gerações; e elevação da população com mais de 25 anos e ensino superior completo.

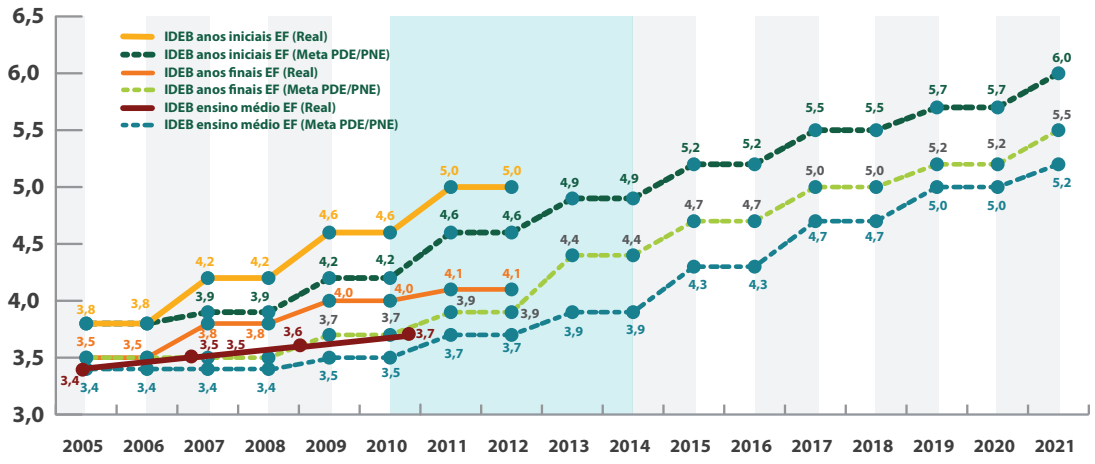
Taxa de freqüência à escola



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
Obs: Não foi considerada a área rural da Região Norte, exceto Tocantins.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Além da expansão da escolaridade, foi observada a tendência de melhora na qualidade da educação. O IDEB registra avanços importantes. Em 2011, os índices alcançados para os anos iniciais e finais do ensino fundamental foram 5,0 e 4,1, respectivamente, e, para o ensino médio, 3,7 – valores superiores ou iguais às metas previstas. Para os próximos anos, espera-se a continuidade do processo de melhoria na qualidade da educação, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica PPA 2012-2015



Fonte: PCPR, 2012.
Elaboração: Ministério da Educação.

O analfabetismo continua em queda no país, resultado do esforço conjunto de todos os entes federados, principalmente da implementação do Programa Brasil Alfabetizado, que, em 2012, beneficiou 1,4 milhão de pessoas.

Saúde

Na saúde, a estratégia tem sido o fortalecimento contínuo do modelo estabelecido pela Constituição de 1988, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado, e institui o Sistema Único de Saúde – SUS, com diretrizes de integralidade do atendimento, descentralização federativa e participação da sociedade.

Todos os brasileiros são usuários do SUS, que não se restringe ao atendimento médico, abrangendo também a vigilância em saúde e ações de promoção da saúde. Cerca de 145 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS, ao lado de pouco mais de 48 milhões (segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar) que possuem planos de saúde privados. É ao SUS que a maioria dos brasileiros recorre quando precisa de atendimento de alta complexidade.

Para fazer frente ao desafio de consolidar um sistema público de saúde de tão grande magnitude, têm sido buscados avanços institucionais, aperfeiçoamento contínuo da gestão do SUS, ampliação da rede de atendimento e da cobertura populacional correspondente, e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população. A estratégia de Saúde da Família tem uma cobertura de 54,8% de toda a população brasileira, contando com 33.304 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 foram implantadas em 2012.

A publicação da Lei Complementar nº141/2012 é um avanço institucional que contribui para a consolidação do SUS ao regulamentar dispositivos estruturadores e trazer inovações de gestão tanto para o Ministério da Saúde como para os estados e municípios, criando condições para a ampliação do acesso e para a melhoria da qualidade da atenção e da gestão em saúde.

Outra norma que merece destaque é o Decreto nº 7.508/2011. Ao regulamentar a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre a organização do SUS, o decreto, entre outros pontos, deixa mais clara a estruturação das chamadas Redes de Atenção à Saúde, definidas como um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde no âmbito de regiões de referência para o planejamento das redes (região de saúde), em consonância com diretrizes pactuadas pelas três esferas de governo.

Para expansão do acesso e melhoria da qualidade dos serviços, tem sido buscado o aperfeiçoamento das redes de atenção à saúde, com ênfase no planejamento regional e na articulação dos serviços e ações de saúde, tais como: Rede de Urgência e Emergência – em 2012, o SAMU atuou com 2.851 unidades em todo o território nacional, sendo que neste ano foram realizadas a compra de 2.180 ambulâncias para renovação da frota; Rede Cegonha – todos os estados, DF e 4.959 municípios aderiram, com cobertura de 2,3 milhões de gestantes; Saúde Mental; Pessoa com Deficiência; e Controle do Câncer.

Destacam-se, também, os esforços para expansão e qualificação da atenção básica e para ampliação do acesso a medicamentos.

Importante desafio que se coloca para o SUS é a disponibilidade de profissionais de saúde em regiões de difícil acesso ou com populações de maior vulnerabilidade. Para tanto, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, instituiu o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB. Em 2012, foram inseridos 1.866 profissionais no programa com benefícios (bolsa e pontuação adicional para concursos de residência médica), visando à interiorização de profissionais da saúde.

Esses profissionais encontrarão uma nova rede de atenção básica com a implantação dos programas de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ). O primeiro enfrenta o desafio de adequar a infraestrutura de atendimento, investindo mais de R$ 3 bilhões em obras de reforma e ampliação das UBS existentes e construção de novas unidades, todas em um novo padrão de ambiência e funcionamento. Em 2012, o programa beneficiou 3.872 municípios, sendo que foram construídos neste ano 263 novas UBS. Se junta a isso a informatização das UBS, garantindo-se banda larga e implantação do telessaúde e do prontuário eletrônico, e o SUS Atenção Básica. O PMAQ, por sua vez, desenvolve processo de indução, avaliação e certificação das equipes a padrões de qualidade, permitindo ao município até dobrar o repasse de recurso mensal por equipe bem avaliada. Somando os dois programas, são mais de 5.200 municípios participantes.

Outro desafio que se destaca é o envelhecimento da população e a mudança do perfil epidemiológico, com a ocorrência de doenças associadas a populações de menor renda, como mortalidade infantil, doenças infecciosas e doenças parasitárias, e, ao mesmo tempo, de doenças típicas do mundo desenvolvido, associadas a mudanças no estilo de vida da população (sedentarismo e alimentação rica em açúcar, gordura e sódio). Esse cenário põe em evidência as relações entre as políticas de incentivo à prática esportiva e a saúde. Neste contexto é importante estimular um modelo de prevenção às doenças crônicas, ampliando esforços para reduzir agravos à saúde, como tabagismo e alcoolismo, além da promoção de campanhas para controlar fatores de risco já reconhecidos, como hipertensão, obesidade e diabetes. Uma das estratégias adotadas foi a criação do Programa Academia da Saúde – existem 155 unidades em funcionamento em 96 municípios –, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde da população, além de outras iniciativas que visam a ampliar os equipamentos disponíveis para a prática esportiva, como os Centros de Artes e Esporte Unificados.

Em relação à assistência farmacêutica, destacam-se a ampliação do elenco e a garantia de acesso a medicamentos e insumos estratégicos, bem como a ampliação do Programa Farmácia Popular do Brasil – inclusive nos municípios mapeados pelo Brasil Sem Miséria. O programa credenciou 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciados

até 2012, em 3.730 municípios, que, somados às 558 unidades próprias, atende mais de 5 milhões de pessoas por mês.

Esses esforços vão se refletir na evolução dos principais indicadores da saúde da população, como o aumento na expectativa de vida e a queda das mortalidades infantil e materna. Essa queda foi generalizada em todas as regiões e mais intensa na Região Nordeste, de modo que o Brasil alcançou com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Segurança pública com cidadania

No campo da segurança, a superação da violência permanece como um dos grandes desafios para o alcance de condições plenas de bem estar social. Os homicídios, expressão mais cruel da violência, representam a principal causa externa de mortalidade no país – em 2010, foram registrados mais de 50 mil, sendo suas principais vítimas os jovens masculinos negros, entre 15 e 29 anos de idade, que responderam por 35,7% do total.

Para superação desse quadro, o Governo Federal tem procurado induzir um novo paradigma de segurança pública cidadã, orientado pelo reforço do caráter preventivo das ações de segurança pública e por sua integração com as políticas sociais. Nesse campo, destacam-se o lançamento de novos arranjos de políticas como o programa Crack, é Possível Vencer, que já recebeu a adesão de 14 estados, o Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, que em setembro de 2012 teve sua primeira fase de implementação iniciada em Alagoas (estado com a maior taxa de mortalidade de jovens), e o programa Brasil Mais Seguro, que ampliam a escala de apoio federal para o aprimoramento das instituições policiais, especialmente no que se refere à sua aproximação com a vida comunitária e ao aumento da sua capacidade investigativa, diferenciando públicos e territórios mais vulneráveis ao fenômeno da violência. Além disso, está em execução o Plano Estratégico de Fronteiras, a partir do qual é estruturado um novo modelo de gestão, monitoramento e policiamento especializados da área de fronteira por meio da cooperação das três esferas de governo.

O aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro também é elemento estratégico para avançar na consolidação da segurança pública cidadã. Em 2011, observou-se um déficit de 208.000 vagas no sistema, destacando-se que cerca de 40% da população carcerária estava presa em regime provisório. Para lidar com esse cenário, está sendo implementado o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, com o propósito de zerar o déficit de vagas feminino e reduzir o número de presos em delegacias de polícia. Também foram instituídas novas normas: Lei nº 12.736/12, que permite ao juiz considerar, na sentença condenatória, o tempo de prisão provisória ou medida de segurança já

cumprida pelo réu; Lei 12.714/2012, que trata da informatização do acompanhamento da execução penal; Lei 12.403/2011, que amplia o uso das cautelares no processo penal; e Lei 12.433/2011, que trata da remissão da pena por estudo. Além disso, cabe ressaltar inovações importantes no campo da garantia de direitos e reintegração social da pessoa privada de liberdade, como a destinação de 90 mil vagas do Pronatec e a inclusão integral da população carcerária no Plano Nacional de Imunização.

Apoio à agricultura familiar

Por fim, destacam-se as políticas governamentais de apoio à agricultura familiar, consolidadas no Plano Safra da Agricultura Familiar, pacote de medidas lançado anualmente e voltado para o segmento, que incorpora: crédito Pronaf (volume contratado passou de R$ 2,44 bilhões, na safra 2002/2003 para R$ 13 bilhões na safra 2011/2012); instrumentos de seguro (Garantia-Safra e Seguro da Agricultura Familiar - SEAF); compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); garantia de preços e renda (Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF); e assistência técnica e extensão rural (de 2006 a 2012, valores executados passaram de R$ 108 milhões para R$ 583 milhões), com foco na sustentabilidade e diversificação dos sistemas de produção, na geração de renda e agregação de valor e acesso a mercados institucionais e privados.

INFRAESTRUTURA

Um país de dimensões continentais como o Brasil precisa ofertar infraestrutura em condições adequadas para mobilizar a economia nacional e as potencialidades regionais. O investimento em infraestrutura irradia crescimento ao sistema econômico, ao gerar externalidades positivas, ampliando a produtividade e a competitividade, reduzindo custos e estimulando investimentos no conjunto da economia.

A estratégia do Governo Federal nesse sentido se apoia na expansão da oferta de infraestrutura por meio da ampliação dos investimentos públicos e privados. O lançamento do PAC, em 2007, significou a retomada do planejamento integrado e dos investimentos em infraestrutura no país, paralisados ou em ritmo lento desde a década de 1980. Além de apresentar uma carteira robusta de investimentos, o programa promoveu alterações na legislação tributária; instituiu medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; fortaleceu a capacidade institucional dos órgãos; induziu a organização das administrações públicas subnacionais; e removeu obstáculos burocráticos, normativos, administrativos, jurídicos e legislativos, que criavam restrições à execução de projetos estruturantes nas áreas de infraestrutura.

Os resultados alcançados pelo PAC nos primeiros quatro anos (2007-2010) contribuíram para a expansão média da economia brasileira a 4,6% ao ano naquele período, taxa significativamente maior que a verificada em períodos anteriores. Nesse novo cenário, a participação do investimento total no PIB passou de 16,4%, em 2006, para 18,4%, em 2010. No mesmo período, a parcela dos recursos públicos no PIB destinados ao investimento, considerando os que compõem o Orçamento Geral da União e os realizados por estatais, mais que dobrou, saltando de 1,6% para 3,3%.

A segunda fase do PAC incorpora e consolida as ações da primeira. O monitoramento intensivo implantado para acompanhar o programa permitiu a detecção e mapeamento dos principais entraves enfrentados na execução de obras públicas. O Regime Diferenciado de Contratação – RDC, instituído em 2011, é um exemplo de inovação que amplia a competitividade e a eficiência nas licitações e contratações públicas.

Para o período 2011-2014 o PAC 2 prevê uma carteira de investimentos de R$ 989,4 bilhões, conforme a tabela seguinte:

Investimento em infraestrutura PAC 2 (2011-2014) R$ bilhões	
Logística	**158,0**
Energética	**466,3**
Social e Urbano	**365,1**
Total	**989,4**

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para ampliar a taxa de investimentos em infraestrutura, além de ampliar o investimento público, o Governo Federal tem adotado uma série de medidas para incentivar a participação do setor privado. No âmbito do crédito, promoveu a redução da taxa de juros e a ampliação das linhas de financiamento do BNDES. Prorrogou regimes especiais como o Reidi, o Reporto e o Repetro. Ampliou mecanismos de financiamento, como a criação do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), e de garantias, como a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF). Nos casos de obras de construção civil, houve a suspensão da exigibilidade de PIS e COFINS nas aquisições de insumos e serviços vinculados a novos projetos de infraestrutura de longo prazo nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico. Também contribuíram as desonerações da folha salarial.

Requisito indispensável para qualquer projeto de desenvolvimento, a matriz energética brasileira destaca-se por apresentar 45% de fontes renováveis (lenha, carvão vegetal, bagaço de cana, etanol, biodiesel e hidroeletricidade), conforme tabela a seguinte, contrastando com os 7% da participação dessas fontes nos países desenvolvidos, e os 13% apresentados na média mundial, o que caracteriza o Brasil como possuidor de uma matriz essencialmente limpa. Os números são ainda mais contundentes na matriz elétrica: fontes renováveis respondem atualmente por 86,8% da oferta total de eletricidade (usinas hidrelétricas, eólicas, a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas), enquanto no restante do mundo este indicador não chega a 20%.

Consumo final energético e participação por fonte (10³ tep) - 2011 a 2020

Discriminação	2011		2015		2020		Variação anual (%)*		
	10³ tep	% do total	10³ tep	% do total	10³ tep	% do total	2010/2015	2015/2020	2010/2020
Gás natural	19.103	8,0	28.044	9.6	42.000	11,3	11,1	8,4	9,8
Carvão mineral e coque	10.432	4,4	15.317	5,2	18.467	5,0	9,3	3,8	6,5
Lenha	17.563	7,4	19.429	6,6	21.528	5,8	2,4	2,1	2,2
Carvão vegetal	5.607	2,4	7.237	2,5	7.736	2,1	7,0	1,3	4,2
Bagaço de cana	31.930	13,4	40.001	13,7	50.698	13,6	6,5	4,9	5,7
Eletricidade	41.197	17,3	49.980	17,1	62.786	16,9	5,1	4,7	4,9
Etanol	12.291	5,2	20.931	7,2	32.336	8,7	12,5	9,1	10,8
Biodiesel	2.093	0,9	2.563	0,9	4.581	1,2	5,3	12,3	8,8
Outros	7.570	3,2	10.256	3,5	13.217	3,6	7,0	5,2	6,1
Derivados de petróleo	**89.910**	**37,8**	**98.660**	**33,7**	**118.656**	**31,9**	**3,1**	**3,8**	**3,4**
Óleo diesel	39.776	16,7	48.694	16,7	60.857	16,4	5,3	4,6	4,9
Óleo combustível	6.540	2,8	7.787	2,7	8.953	2,4	3,9	2,8	3,4
Gasolina	19.009	8,0	13.993	4,8	16.690	4,5	-1,0	3,6	-0,3
GLP	8.186	3,4	9.038	3,1	10.067	2,7	2,5	2,2	2,4
Querosene	3.674	1,5	4.524	1,5	5.834	1,6	5,3	5,2	5,3
Outros derivados de petróleo	12.724	5,4	14.624	5,0	16.234	4,4	3,7	2,1	2,9
TOTAL	**237.697**	**100,0**	**292.418**	**100,0**	**372.004**	**100,0**	**5,6**	**4,9**	**5,3**

Fonte: EPE. PDE 2020.

No que se refere à oferta de energia elétrica, o PPA 2012-2015 prevê uma expansão de 22%, adicionando aproximadamente 25.000 MW à capacidade de produção atual, com prioridade para fontes limpas e renováveis e para a diversificação da matriz de energia elétrica brasileira.

Tão importante quanto a expansão da geração de energia é a expansão da capacidade de transmissão. Neste sentido, o Sistema Interligado Nacional – SIN apresenta-se como modelo mundial. Ele permite a interligação das regiões, aproveitando assim a diversidade dos ciclos hidrológicos ao longo do território nacional. Planeja-se até o final do PPA implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão.

Na geração de energia, destaque para as usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA), Santo Antônio (RO) e Jirau (RO), que aumentarão a oferta ao Sistema Interligado Nacional. Além disso, a expansão garante a energia necessária para o desenvolvimento das demais atividades econômicas e para o aumento de consumo decorrente do crescimento do PIB previsto no período. Em 2012, já se adicionaram cerca de 4.000 MW ao sistema, que correspondem a 16% do previsto no período do PPA. Destes, 1.152 MW foram acrescidos por usinas hidroelétricas, 2.375 MW por termelétricas e 355 MW por usinas eólicas.

Ampliar a oferta de energia elétrica promove a inclusão social e contribui para o dinamismo das comunidades atendidas, especialmente nas áreas rurais mais isoladas. As ações de inclusão elétrica no campo geram emprego e movimentam a economia, além de propiciar melhores condições de vida e de produção aos agricultores.

Legalmente as distribuidoras devem atender a todos os pedidos de ligação ou aumento de carga que se enquadrem nos critérios de universalização. Todavia, ante o elevado déficit de acesso a energia na área rural, criou-se em 2004 o Programa Luz para Todos, com objetivo de eliminar o referido déficit. A meta total para o programa é de 3.688.329 de ligações até 2014, das quais 3.044.844 de ligações já foram realizadas desde o início da implementação do programa. Após 2014, os pedidos de ligação voltarão a ser atendidos pelo critério da universalização.

No setor elétrico, cabe mencionar ainda as alterações ocasionadas pelas leis nº 12.767/2012 (novas regras para concessões) e nº 12.783/2013 (prorrogação nas concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica), que visam alcançar dois grandes objetivos: assegurar a continuidade da prestação dos serviços e promover os efeitos da modicidade tarifária. Em dezembro de 2012, foi formalizada a prorrogação de 100% das concessões de transmissão e cerca de 60% de geração de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017. Dessa forma, o Governo Federal garantiu a redução média da conta de luz para o consumo residencial e industrial em 18% e 32%, respectivamente, a partir de fevereiro de 2013, considerando a redução dos encargos setoriais nas tarifas de energia elétrica. Tal resultado representará um aumento do poder aquisitivo da população brasileira, via incremento da renda disponível, assim como contribuirá para aumentar a competitividade da indústria nacional.

Parte da redução da conta de luz mencionada acima, representando um decréscimo médio tarifário da ordem de 7% a partir de 2013, deve-se à extinção dos encargos setoriais Reserva Global de Reversão (RGR) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), além da redução do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Quanto aos combustíveis de origem fóssil, a estratégia de ampliação da governança sobre os recursos minerais se consolida com a implantação das alterações legais aprovadas para o marco do setor de petróleo e gás, onde se incluem as novas instituições do setor, como a Pré-Sal S.A; a gestão dos novos contratos, especialmente de partilha de produção; a nova distribuição e aplicação das compensações financeiras, que incluem os royalties; e a retomada das licitações de blocos exploratórios de petróleo, onde se incluem as primeiras licitações do pré-sal e do gás não convencional.

O Brasil, segundo o marco regulatório vigente, adota o regime de concessão, que continua a valer para as áreas comuns, das quais menos de 10% do território emerso brasileiro foram licitadas. Para as reservas do pré-sal e áreas estratégicas, o país adota um novo marco regulatório, no qual se inclui o regime para a partilha de produção, que valerá para as áreas ainda não concedidas do pré-sal, a fim de reverter para o Estado e a sociedade como um todo uma parcela maior do retorno da atividade. O novo marco regulatório do setor é de especial importância, uma vez que os recursos que cabem à União serão destinados ao Fundo Social. Será possível investir em todas as unidades da

federação, com benefício intergeracional, perpetuando a renda da atividade. O Fundo Social proporcionará maior equilíbrio frente à distribuição dos royalties, os quais hoje, juntamente com as participações especiais, já ultrapassam R$ 30 bilhões anuais, valor que pode dobrar com a entrada em operação das áreas já licitadas do pré-sal.

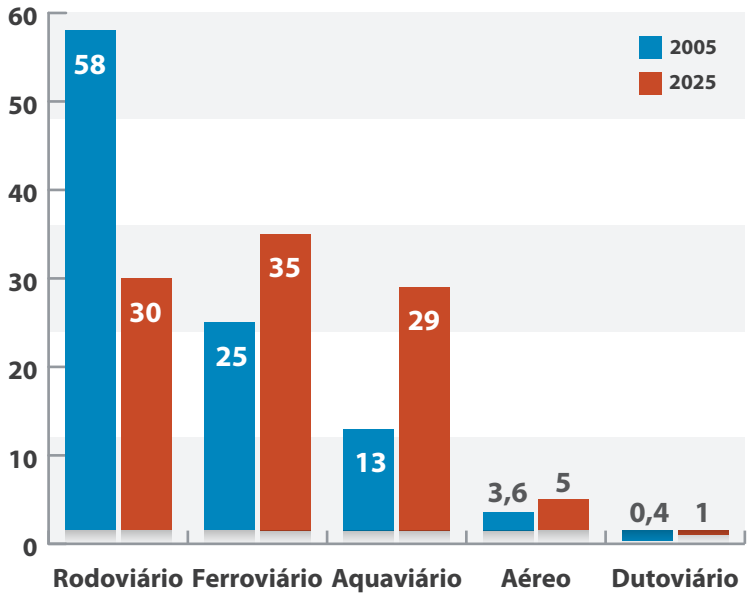
Na Petrobras está em execução vultoso programa de investimentos, que ultrapassa US$ 236 bilhões para o período 2012-2016, e para o qual contribuiu o programa de capitalização que permitiu o aumento da participação da União no capital da Petrobras, que hoje é de 48%. Dos US$ 236,5 bilhões previstos, US$ 107,6 bilhões catalisarão a indústria naval e offshore nacional, relacionados a partes das áreas de exploração e produção e de abastecimento (ampliação da frota).

A infraestrutura planejada para o território incorpora ainda esforços da empresa voltados para exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, tais como o desenvolvimento de novos campos e na manutenção dos existentes, bem como projetos de ampliação, construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos, e construção de terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL). No ano de 2012, a produção de gás natural nacional ao mercado atingiu 46,51 milhões m³/dia, excluídos reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção.

Outro esforço é empreendido para o aperfeiçoamento do novo marco legal que regerá a atividade de mineração no país, com a participação do Governo Federal, representantes do setor e da sociedade civil. Dentre os pontos mais importantes, merecem referência a introdução do processo licitatório e a criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM. As mudanças devem otimizar o aproveitamento e governança dos recursos minerais, elevar a competitividade empresarial e distribuir adequadamente os custos e benefícios pela sociedade, com maior dinamismo das áreas exploratórias, aumento do conteúdo local, irradiação de efeitos socioeconômicos para outros setores e maior participação nos resultados para todos os atores envolvidos.

No que diz respeito ao setor de transportes, a matriz logística brasileira apresenta grande dependência do modo rodoviário. Desta forma, destacam-se os esforços para dotar o país de estrutura logística competitiva e ambientalmente sustentável, com maior diversificação da oferta entres os modais, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Logística de Transportes.

Matriz logística brasileira



Fonte: Ministério dos Transportes, PNLT / Ano 2005.

Com o lançamento do PAC em 2007, houve uma inflexão da trajetória de investimentos em infraestrutura logística, que desde então apresenta um crescimento constante. Sem prejuízo à continuidade dos investimentos públicos, o Programa de Investimentos em Logística – PIL, lançado em 2012, busca aumentar o investimento privado na logística do País, de modo a elevar a competitividade da economia por meio da expansão da oferta e da modicidade tarifária. Além de novos arranjos institucionais, o PIL trouxe medidas de fomento para o setor logístico e expansão dos programas de concessão dos modos rodoviários, ferroviários, portuário e aeroportuários.

Em relação às mudanças institucionais, ressalta-se a criação da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, como nova instância de coordenação e planejamento de projetos para o setor. No modo aquaviário, a Secretaria Especial de Portos passou a ser responsável pelas instalações portuárias, independentemente de onde estejam localizadas. Por sua vez, o Ministério dos Transportes, representado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, ficou com a responsabilidade pelo planejamento, coordenação e execução de empreendimentos relacionados à infraestrutura hidroviária (sinalização, dragagem e derrocamento). A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, responsável pela regulação do setor portuário, passou a ser vinculada à Secretaria Especial de Portos. E foi divulgada a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográfica e Hidroviária – INPOH, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI como Organização Social.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2011 e 2012, foram construídos, pavimentados, restaurados ou duplicados 1,5 mil quilômetros de rodovias e outros 8,0 mil quilômetros estão em obras em todas as regiões do país. Com o

Programa de Investimentos em Logística - Rodovias, a expectativa é de que o montante de investimento alcance R$ 42 bilhões em concessões, que correspondem à expansão e à modernização da malha em 7,5 mil quilômetros, sendo R$ 23,5 bilhões nos próximos cinco anos e R$ 18,5 bilhões no prazo de 20 anos.

No modo ferroviário, merece referência, em 2012, a adoção do modelo Open Access, que permite o acesso livre aos operadores ferroviários e a possibilidade de investimentos privados, favorecendo a concorrência na operação. Além disso, estão em construção 2.672 quilômetros de ferrovias, com destaque para as ferrovias Norte-Sul, Nova Transnordestina e Ferronorte. A previsão do Programa de Investimentos em Logística - Ferrovias é de investimentos privados da ordem de R$ 91,0 bilhões, totalizando 10 mil km de expansão da malha, 34% sobre a malha existente. Serão aplicados R$ 56 bilhões nos próximos cinco anos e R$ 35 bilhões dentro de 25 anos. Para o transporte de passageiros, a estratégia também se apoia na oferta de novas tecnologias, como no caso do Trem de Alta Velocidade – TAV.

No setor portuário, 15 empreendimentos foram concluídos nos últimos dois anos no âmbito da carteira do PAC. A fase 2 do Porto Sem Papel já funciona plenamente em 81% dos 32 portos previstos, com destaque para Suape (PE), Itaguaí (RJ), Itajaí (SC), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS). Com a aprovação da MP 595/2012, procura-se estimular os investimentos e a melhoria da eficiência dos portos brasileiros. A expectativa do Governo Federal é que sejam aplicados R$ 54,2 bilhões em novos investimentos em concessões, arrendamentos e terminais de uso privado, sendo R$ 31,0 bilhões até 2015. Também estão previstos investimentos de R$ 6,4 bilhões em acessos aquaviários e terrestres.

Dentre as mudanças regulatórias no setor aeroportuário, destaque para as outorgas, que entram como forma de assegurar os recursos que financiarão a expansão da infraestrutura aeroportuária. Nos últimos 2 anos, 19 empreendimentos aeroportuários foram concluídos, e 21 estão em andamento em 14 aeroportos brasileiros. Por sua vez, o Programa de Investimentos em Logística - PIL Aeroportos, lançado em dezembro de 2012, anunciou medidas de fomento à aviação regional, incluindo investimentos em 270 aeródromos, escolhidos por critérios de importância social, turística e regional. Serão investidos R$ 7,3 bilhões em todo o Brasil, e haverá isenções de tarifas aeroportuárias para terminais do interior com movimentação inferior a 1 milhão de passageiros por ano e subsídios para rotas entre cidades pequenas e médias. Em 2011, foi concedido o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), cuja previsão de investimentos privados é da ordem de R$ 600 milhões. Em 2012, os aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF) foram concedidos, prevendo-se investimentos privados em torno de R$ 16,0 bilhões. A concessão dos aeroportos de Confins (MG) e do Galeão (RJ) também já está definida, com investimentos da ordem de R$ 4,8 bilhões para Confins e de R$ 6,6 bilhões para o Galeão.

O Governo Federal trabalha ainda para construir uma rede nacional de comunicação, consolidando a capacidade de fibra óptica já instalada da União, das estatais Eletrobrás e Petrobras e da Eletronet. Essa rede, com grande capilaridade, pode facilitar o alcance da internet de banda larga em regiões mais afastadas dos grandes centros, além de fomentar a competitividade e viabilizar a existência de pequenos provedores, que poderão comprar capacidade dessa rede e revender ao público em geral. Além disso, recentes leilões de faixas de frequência têm buscado aumentar a oferta de banda larga móvel, tanto em velocidades mais elevadas para grandes centros (por meio da tecnologia 4G), como usando faixas de frequência de maior alcance para viabilizar a internet em banda larga nas zonas rurais (usando a faixa de frequência de 450 Mhz).

Neste sentido, uma das estratégias do PPA 2012-2015 baseia-se na infraestrutura de comunicações para o processo de inclusão digital, elemento central na sociedade da informação, e condição cada vez mais necessária para uma efetiva inclusão social. No Brasil, há cerca de 94,2 milhões de usuários de internet nas diversas modalidades de acesso, o que representa 48,5% do total da população (setembro/2012, segundo o Ibope Media). Verifica-se, contudo, que os prestadores de serviços de internet ainda priorizam o fornecimento dos seus serviços para os estratos populacionais de maior poder aquisitivo e regiões de maior adensamento populacional, contribuindo para aumentar as disparidades regionais e sociais.

Para mudar o quadro de exclusão digital e social, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, que busca a massificação do acesso à internet em maior velocidade. Definiu-se o plano de adesão de 1 Mbps (mega bits por segundo) por R$ 35 (R$ 29 nos estados que desoneram o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS), com limite de download de 500 MB, para as populações de menor poder aquisitivo. O Governo Federal já avalia, para 2013, a possibilidade de aumento da velocidade para 2 Mbps, bem como a ampliação do limite de *download*.

Destacam-se, também, como medidas para a redução da exclusão digital e social, iniciativas como as Cidades Digitais, que visam criar infovias ligando todos os serviços públicos em rede, além de prever telecentros e pontos de acesso *wireless* (sem fio) distribuídos nas cidades, tendo por foco os municípios com baixo índice de desenvolvimento humano e educação básica e que estejam a até 50 km da rede da Telebrás. A segunda chamada do Cidades Digitais foi incluída no PAC e conta com R$ 100 milhões no Orçamento de 2013. A primeira seleção, aberta em 2012, contemplou 80 municípios que, até o final de 2013, devem ter concluídos os projetos executivos para construção da rede de fibras óticas pelas empresas vencedoras da licitação.

Para acelerar a inclusão digital, será ampliada ainda a política industrial nas áreas de tecnologia da informação e comunicação – TICs, especialmente a partir das medidas adotadas no Plano Brasil Maior, como: incentivos à produção local (em arranjos produtivos

locais – APLs); incentivos à pesquisa, desenvolvimento e inovação, a fim de estabelecer uma política industrial que fomente a produção tecnológica local de equipamentos e dispositivos eletrônicos prioritários para difusão da banda larga, TV Digital e outras tecnologias, que promovam o uso das TICs nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e pela população em geral.

Outra temática importante quando se fala em oferta de infraestrutura é a garantia da disponibilidade hídrica do país, em especial na região do semiárido, que se baseia: i) na ampliação da oferta de água, por meio de obras de captação, adução e reservação; ii) na recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas existentes, a fim de prolongar-lhes a vida útil; e iii) em intervenções para assegurar a qualidade das águas brasileiras, por meio da revitalização de bacias hidrográficas, ação que envolve a expansão da rede de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, o controle de processos erosivos de rios, a revegetação, a execução de obras para estabilizar margens, a proteção de encostas e a recomposição da mata ciliar.

A maior parte dos empreendimentos para ampliação da disponibilidade hídrica integra o PAC. Trata-se de obras, projetos e estudos de barragens, implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água, adutoras, canais de integração de bacias, e obras de revitalização de sistemas hídricos, que se concentram em grande parte na Região Nordeste. Visam, de forma prioritária, ao abastecimento humano, e, valorizando os usos múltiplos, servem também ao consumo industrial e animal, ao turismo e à irrigação.

Cabe ressaltar que além dessas ações estruturantes voltadas para o aprimoramento da infraestrutura hídrica do país, há também um conjunto de ações destinadas ao combate emergencial aos efeitos da seca, tais como o fornecimento de carros-pipa, construção de cisternas, perfuração de poços e auxílios financeiros aos produtores rurais.

Dentre as atuações para oferta de água, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF com as bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) e com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte), que atenderá cerca de 400 municípios no Agreste e Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e assegurará o abastecimento de água a 12 milhões de pessoas. Ao longo de 2012, diversos contratos foram renegociados, após paralisações por incapacidade de execução das construtoras contratadas. Com a retomada das execuções a previsão de conclusão foi revista para 2015.

Além do PISF, cabe mencionar o investimento em outras obras estruturantes, destacando-se aquelas concluídas no ano de 2012: Adutora do Oeste (PE) com 292 km; Adutora do Algodão (BA) (1ª Etapa) com 265 km; Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km; e Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km.

Outra peça importante na estratégia do Governo Federal para universalizar o acesso à água é o Programa Água Para Todos, que prevê a construção de cisternas, poços

e sistemas simplificados de abastecimento e beneficiará, em especial, comunidades rurais esparsas, com investimento previsto de mais de R$ 500 milhões somente no âmbito do PAC. O programa encontra-se contemplado em duas das principais agendas estratégicas de governo (PAC e Brasil Sem Miséria). Tal conformação reflete não somente a complexidade do esforço necessário para universalizar o acesso à água, mas também a elevada importância que a temática assume para o Governo Federal.

Em linhas gerais, na área de infraestrutura, além de ampliar significativamente o investimento público, o Governo Federal tem procurado contribuir no aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, de forma a ampliar a participação do setor privado nos investimentos sem que isso implique em retrocessos quanto ao papel ativo do Estado no planejamento e na regulação, zelando por pilares como: a modicidade tarifária vis-à-vis a expansão de oferta; o desenvolvimento e a ampliação da matriz energética renovável, bem como a mudança do perfil da matriz logística atual; as sinergias entre as políticas de infraestrutura e os potenciais regionais; e a melhoria contínua da prestação de serviços, sem perder de vista a capacidade de garantir a inclusão social, a redução das desigualdades e o aumento de competitividade de regiões menos desenvolvidas.

PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

A estratégia produtiva do PPA 2012-2015 assume que o desenvolvimento inclusivo com distribuição de renda fortalece o mercado interno, ampliando a demanda por bens e serviços dos setores primário, secundário e terciário, que, ao se refletir principalmente (mas não exclusivamente) em produção doméstica, fortalece o emprego, a produtividade e a renda, retroalimentando o crescimento. Além do mercado interno de consumo de massa, as outras duas grandes frentes de expansão da demanda presentes hoje na economia brasileira, a saber, o investimento autônomo em infraestrutura e os investimentos em atividades intensivas em recursos naturais – como na cadeia produtiva de petróleo e gás, na exploração de minérios e na agropecuária de exportação – também incidem sobre a produção doméstica, estimulando o adensamento de cadeias produtivas e mais uma vez o emprego e a renda, fortalecendo com isso o mercado interno.

Vislumbra-se, portanto, o desenvolvimento produtivo, a um só tempo, como consequência esperada/desejada da expansão do consumo de massa e dos investimentos, mas também como pré-requisito para a sustentação da expansão da riqueza e da renda. Propõe-se, ademais, que o reforço deste circuito renda-produção-emprego-investimento-produtividade-renda exige a adoção de políticas ativas de inovação e adensamento produtivo, bem como a consideração permanente da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento regional. Isto porque numa quadra histórica marcada por intensa competição internacional e predomínio de grandes conglomerados produtivo-financeiros com lógica de atuação global e, muitas vezes, predatória em termos ambientais, a lógica natural das forças de mercado, com suas inúmeras falhas, não é capaz de potencializar um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Ciência, Tecnologia e Inovação, e com valorização do Conhecimento, Educação e Cultura (macrodesafios do PPA 2012-2015).

Na prática, nos últimos dez anos, o Governo Federal vem construindo um modelo nacional de desenvolvimento que difere daquele anteriormente praticado no país e na América Latina, ao longo da década de 1990. Como destacado na seção deste relatório dedicada à Macroeconomia para o Desenvolvimento, na última década o país experimentou a paulatina melhora dos indicadores macroeconômicos, refletidos, na média, em maior crescimento econômico, menor inflação, menor dívida pública, mais reservas internacionais, mais empregos, maior renda e menor desigualdade.

No que tange à produção, a melhora estrutural dos fundamentos macroeconômicos e a redução da desigualdade vêm permitindo que o país transite de um regime de acumulação predominantemente financeiro e especulativo, característico do modelo de desenvolvimento anterior, para outro mais bem ancorado no crescimento da economia real (setor produtivo). Se entre 1995 e 2002 o crescimento do PIB *per capita* restringiu-se a 0,8% a.a., entre 2003 e 2012 o crescimento *per capita* anual médio triplicou, saltando para 2,5% a.a.. Por outro lado, se em 2002 o gasto do setor público com juros da dívida chegou a 7,7% do PIB, em 2012 atingiu 4,8% do PIB, para o que vem contribuindo a trajetória de queda da taxa básica de juros, que no ano passado chegou ao mínimo histórico de 7,25% a.a..

Atualmente o Brasil figura na 2ª posição do ranking dos maiores exportadores agrícolas do mundo, enquanto no ano 2000 ocupava o 6º lugar. O setor manufatureiro, entre 2003 e 2010, experimentou expansão anual média da produção de 3,2%, abaixo do crescimento do PIB no período, mas superior ao aumento médio observado entre 1995-2002 (1,9% a.a., de acordo com dados do IBGE, PIM-PF). A indústria, na última década, também exibiu ampliação do emprego formal, com a geração de mais de 2,5 milhões de postos entre 2003 e 2012 (RAIS/Caged), em sintonia com o bom desempenho do mercado de trabalho que vem caracterizando a economia brasileira. Quanto a setor de serviços, responsável por cerca de 2/3 do valor agregado gerado na economia e significativa parcela do emprego, acompanhou de perto a expansão do PIB crescendo a uma média de 4,0% a.a. entre 2003 e 2010 (Sistema de Contas Nacionais, ref. 2000, IBGE).

Note-se, ademais, que a dinâmica do setor produtivo brasileiro não se opõe ao respeito crescente ao meio ambiente e à valorização da biodiversidade do país. Nesse sentido, merece destaque a redução do desmatamento na Amazônia, que entre agosto de 2011 e julho de 2012 alcançou o mínimo histórico de 4,6 mil km2, o que representa redução de 76% em relação à média de desmatamento do período 1996 a 2005.

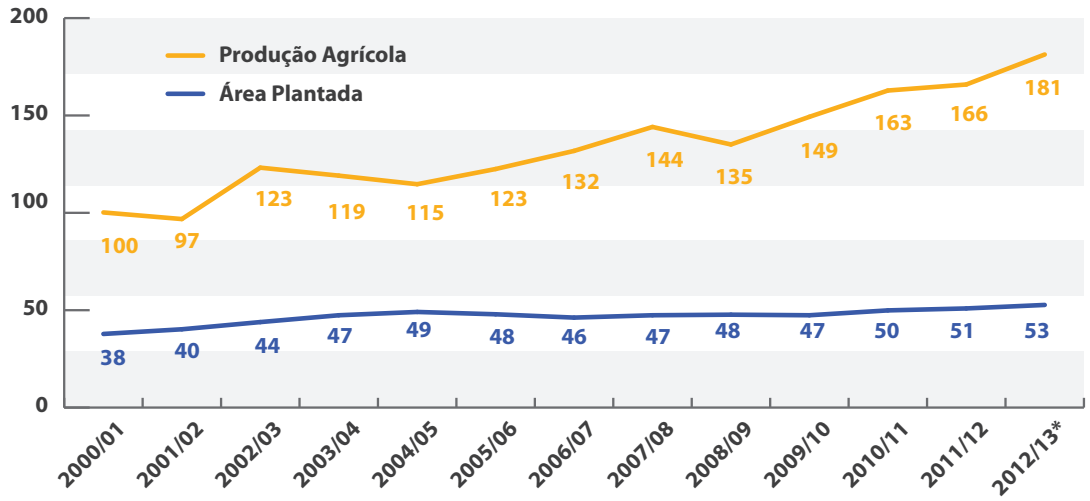
Os inegáveis avanços da última década demonstram que o país é capaz de enfrentar os desafios provenientes da deterioração mais recente do cenário externo e da intensificação da concorrência global, que afetaram especialmente o setor industrial. A este respeito, ressalte-se que os mecanismos de transmissão da crise internacional sobre a economia brasileira, especialmente a guerra cambial e o acirramento da competição manufatureira, vêm incidindo mais fortemente sobre a indústria de transformação nacional, uma vez que a indústria extrativa, a agricultura e os serviços vêm ainda se beneficiando no período recente do comportamento favorável dos preços internacionais e do dinamismo do mercado de trabalho interno.

Políticas estruturantes do Governo Federal para o setor produtivo

O setor agropecuário brasileiro, de grande importância para o país, tanto para a segurança alimentar da população como para as exportações, responde por relevante parcela da produção mundial de alimentos. Esta posição tem sido alcançada por meio do aumento da produtividade no campo, pela reutilização de áreas produtivas em safras adicionais, pela incorporação de novas tecnologias e capacitação dos produtores, amparada na pesquisa agropecuária de ponta e, em menor medida, pela expansão das áreas de produção.

Conforme o último Censo Agropecuário, de 2006, o Brasil tem 329 milhões de hectares ocupados por estabelecimentos agropecuários, sendo 59 milhões de hectares destinados a lavouras e 158 milhões de hectares a pastagens. Especificamente em relação à produção de grãos, enquanto a área plantada cresceu de 40 milhões de hectares para 53 milhões entre as safras 2001/2002 e 2012/2013, a produção expandiu-se a um ritmo muito superior, saltando de 96,8 milhões de toneladas para 181,3 milhões, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que aponta para novo recorde de produção.

Produção de grãos e área plantada



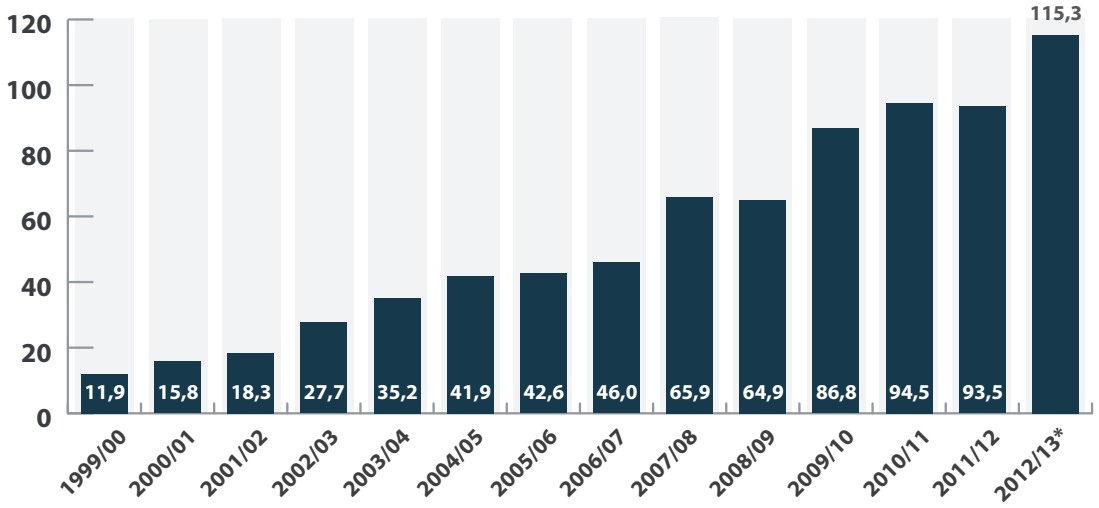
* O valor 2012/2013 refere-se ao estimado em março de 2013.
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Se, por um lado, esta grande expansão da produção assentada nos ganhos de produtividade foi induzida pelo crescimento da demanda externa e pelo processo interno de distribuição de renda, que ampliou o consumo *per capita* de alimentos no país, por outro lado, o dinamismo agropecuário não seria possível sem o aprimoramento e ampliação da escala das políticas para o setor.

Sobressaem, na última década, o forte aumento do crédito agropecuário e a crescente importância da pesquisa pública em agricultura tropical. Quanto ao crédito, o Plano Agrícola e Pecuário, destinado à agricultura empresarial, disponibiliza para a safra

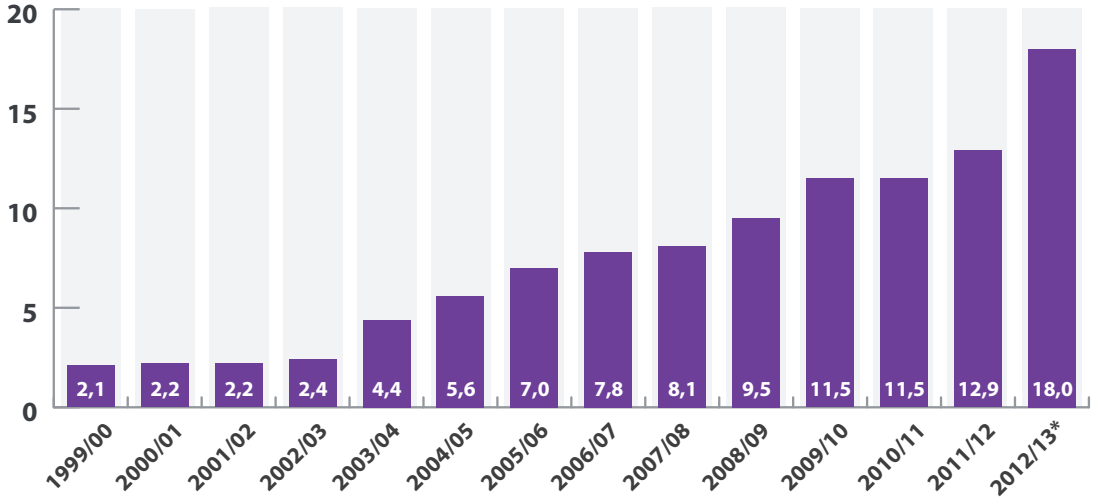
atual, 2012/2013, R$ 115,3 bilhões, contra R$ 18,3 bilhões aplicados em 2001/2002. Em relação ao crédito destinado à agricultura familiar, no âmbito do PRONAF, observa-se a evolução de R$ 2,2 bilhões aplicados em 2001/2002 para os R$ 18 bilhões disponibilizados atualmente. Do lado da pesquisa e inovação, mencione-se a importância da EMBRAPA, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, que, com seus mais de 2.000 pesquisadores, responde pelo suporte à ciência aplicada e tecnologia no setor, fomentando a produtividade agropecuária.

Crédito agrícola – valores aplicados (R$ bilhões)



* O valor 2012/2013 refere-se ao valor programado.
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PRONAF – valores aplicados (R$ bilhões)



* O valor 2012/2013 refere-se ao valor programado.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O período recente é marcado ainda por mudanças institucionais orientadas pela busca de maior equilíbrio entre o processo de expansão da produção e conservação do meio ambiente. Sobre este último aspecto, destaca-se a elaboração do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), que prevê para o período 2011-2020 um total de R$ 197 bilhões (sendo R$ 157 bilhões via crédito rural em condições especiais de prazo e taxas) para a recuperação de pastagens degradadas, ampliação do uso de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, expansão do sistema de plantio direto, aumento do plantio de florestas, dentre outras atividades relacionadas à mitigação e adaptação da agropecuária às mudanças climáticas. Destaque-se também a previsão de implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – base para o reconhecimento de passivos ambientais e, futuramente, pré-requisito para o acesso do produtor ao crédito rural –, e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) de posses e propriedades rurais, ambas iniciativas integrantes da agenda mais ampla de medidas aprovadas em 2012 pelo Congresso Nacional, no âmbito do Novo Código Florestal.

A indústria no país é ampla e diversificada. O valor adicionado do setor (a preços básicos) representou 22,3% do PIB em 2012. A indústria como um todo (extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) também tem significativa importância para o mercado de trabalho, sendo responsável por percentual superior a 20% do total de ocupações, contribuindo com patamares próximos a um quarto do total de empregos formais. Além de contribuirpara gerar empregos, o setor se destaca na geração de renda, com remunerações médias superiores aos valores pagos pelos demais setores[9] – valor médio de R$ 2.187,92, em dezembro de 2011, significantemente superior aos valores médios pagos pelo setor agropecuário (R$ 1.067,05), e, em menor escala, pelo setor de serviços (R$ 2.091,12 – excluída administração pública).

A importância da indústria para o desenvolvimento inclusivo com sustentabilidade não se esgota na geração de emprego e renda. Características como sua centralidade no processo inovativo, suas inter-relações com os demais setores da economia, bem como a intensidade de seus encadeamentos para trás e para frente nas cadeias produtivas, fazem do setor industrial o mais importante polo potencial de irradiação de progresso técnico e produtividade na economia. É também por esses fatores que a melhor distribuição dos empreendimentos industriais no território constitui poderosa alavanca de redução das desigualdades regionais.

O Plano Brasil Maior – PBM, lançado em agosto de 2011, procura ampliar e aperfeiçoar os instrumentos e ações do Governo Federal que vinham sendo tomadas no âmbito

9 Valor médio das remunerações obtido a partir da RAIS/MTE (Relações Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego).

do processo de recomposição da política industrial, na última década, primeiro por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003, e, na sequência, por meio da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008. Além de aperfeiçoar os instrumentos existentes e as inovações institucionais, o PBM se diferencia das políticas anteriores quanto à deterioração do ambiente internacional já presente em seu lançamento, o que aumenta os desafios e reforça a necessidade da política.

Constituem objetivos declarados do PBM a organização das ações de apoio à indústria, o fortalecimento da competitividade, a promoção do adensamento produtivo e tecnológico com vistas à agregação de valor, a ampliação de mercados, a geração de empregos com qualidade e a redução das desigualdades regionais. Para alcançá-los, o PBM vem colocando em prática uma série de medidas organizadas em três blocos, a saber: redução dos custos do trabalho e capital; estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e estímulos às exportações e defesa comercial. Além disso, e perpassando todo o Plano, destacam-se ações estruturantes de apoio à competitividade. Na sequência, descrevem-se brevemente as principais medidas já tomadas.

No âmbito das ações estruturantes favoráveis à competitividade, destaca-se a recente redução dos custos da energia elétrica, que para a indústria pode resultar em até 32% de economia com o insumo. Quanto à redução buscada dos custos do trabalho e capital, sobressaem a desoneração da folha de pagamentos e o Programa de Sustentação do Investimento – PSI, do BNDES, com taxas de juros reduzidas no financiamento da aquisição de bens de capital. No plano dos estímulos ao adensamento produtivo, deve-se frisar as políticas de conteúdo local e de compras governamentais orientadas à aquisição de bens produzidos no país: destaque para o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Promimp), em vigor desde 2003, e que, a partir da sétima rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), vem implementando o Sistema de Certificação de Conteúdo Local; em 2012, por sua vez, foi lançado o PAC Equipamentos, com previsão de R$ 6,6 bilhões adicionais para compras governamentais de bens de capital (caminhões, ambulâncias, trens urbanos, ônibus, retroescavadeiras etc.) no ano; também em 2012, e ainda no âmbito das compras governamentais, a Lei 12.745/2012 estabeleceu a exigência de aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais nos editais de licitações do PAC. Por fim, dentre os estímulos às exportações e defesa comercial, saliente-se a aceleração do ressarcimento dos créditos aos exportadores.

Quanto à inovação, o PBM incorpora as iniciativas da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, consubstanciada na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015. A ENCTI define um conjunto de cinco desafios, considerados os principais a serem enfrentados: redução da defasagem científica e tecnológica em relação às economias maduras; expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza; ampliação das bases para a sustentabilidade

ambiental; consolidação de um novo padrão de inserção internacional do Brasil; e superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Para o enfrentamento desses desafios, a Estratégia elenca eixos de sustentação para dar suporte à política: promover a inovação nas empresas, contando com o aumento do crédito disponibilizado a partir da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII, voltada à interação entre instituições de pesquisa e empresas; fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica; formar e capacitar recursos humanos (que inclui o Programa Ciência sem Fronteiras); e ampliar o financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Cumpre enfatizar também o esforço do Governo Federal de integração desse conjunto de ações com a agenda do desenvolvimento sustentável. Exemplo disso é o tratamento dispensado à questão da mudança climática, tema transversal e multissetorial que vem inspirando o desenvolvimento de ações de mitigação e adaptação, inclusive específicas à indústria de transformação. Destaque para a aprovação do Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação – Plano Indústria. Outra iniciativa governamental importante é o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. A norma, em consonância com o Plano de Produção e Consumo Sustentável do Governo Federal, promove a aquisição de bens e contratação de serviços, considerando práticas de sustentabilidade desde o seu instrumento convocatório.

Quanto ao setor de serviços, este responde por cerca de dois terços do emprego urbano metropolitano e por mais de 65% do valor agregado da economia nacional. Seu peso na economia, bem como o processo de massificação e diversificação do consumo pelo qual o país vem passando, tornam-no direta e indiretamente responsável por boa parte do crescimento econômico brasileiro.

Observe-se que as políticas em curso voltadas à ciência, tecnologia e inovação estimulam o desenvolvimento de serviços com mais alto valor agregado. Nesse sentido, exemplos de oportunidades para o país podem ser vistos no setor de energia (transporte aéreo para plataformas de extração de petróleo, engenharia e arquitetura, consultoria em óleo e gás, logística em transporte marítimo e terrestre, tecnologias da informação) e na realização próxima de grandes eventos esportivos (hotelaria, engenharia e arquitetura, transportes e marketing, comunicação e telecomunicações).

Ademais, busca pela universalização dos serviços públicos de saúde e educação representa em si mesma frente de expansão promissora para o país e, em particular, para o setor,

seja por conta do atendimento das necessidades básicas do conjunto da população, seja em função da massa salarial derivada do volume de emprego gerado e dos melhores rendimentos pagos, na média, pelo setor público.

Por seu turno, o crescimento inclusivo com geração de empregos, melhores salários e distribuição de renda, amplia a classe média e com isso a demanda por serviços públicos e privados com qualidade, o que também representa oportunidade para o setor como um todo.

Conjuntura em 2012, políticas para o setor produtivo e estratégia de desenvolvimento

Conforme assinalado ao longo deste relatório, o país em 2012 mostrou-se preparado para responder à deterioração do cenário externo decorrente da crise da integração europeia, das dificuldades de recuperação nos Estados Unidos e Japão, e da redução do ritmo de crescimento chinês. Na sequência, organizam-se as questões do setor produtivo e as respostas estruturantes e mais recentes de política pública nos termos das frentes de expansão em curso na economia, a saber: mercado interno de consumo e produção de massa; investimentos em infraestrutura; e investimentos em atividades intensivas em recursos naturais.

Em primeiro lugar, para expandir a produção direcionada ao mercado interno, impõe-se o enfrentamento da concorrência internacional de maneira a evitar que o modelo brasileiro de crescimento com redistribuição de renda se faça com consumo de massa no país, mas produção predominantemente no exterior. E é precisamente nessa direção que a política industrial vem atuando via estímulos à competitividade (redução sistêmica de custos de energia, desonerações, diminuição de taxas de juros, estímulos às inovações etc), incentivos ao adensamento produtivo, e intensificação da defesa do país contra práticas desleais de concorrência no comércio internacional.

Além disso, o desaquecimento da economia global reforçou a importância estratégica da gestão macroeconômica orientada pela conjugação do crescimento com distribuição de renda e estabilidade de preços, e atenta ao momento cíclico da economia.

Quanto à infraestrutura, as amplas oportunidades de investimento no setor configuram, da ótica da política industrial, instrumento potencial para o adensamento de cadeias produtivas nacionais, o que vem se buscando em consonância com o cumprimento dos cronogramas previstos de investimento, com a eficiência dos grandes projetos e com a sustentabilidade ambiental.

No que tange à expansão das atividades baseadas em recursos naturais, a estratégia de desenvolvimento considera o fato de o Brasil ter-se tornado fronteira mundial de

atividades exploradoras de recursos naturais, e que o melhor aproveitamento e distribuição da renda gerada por estas atividades impõe atuação soberana do país. Tais atividades, em casos como petróleo e gás, potencialmente promotoras de fortes encadeamentos produtivos, suscitam também o risco (na ausência dos encadeamentos) de formação de enclaves no país – daí a importância das políticas de conteúdo local em andamento. A expansão da agropecuária, por seu turno, demanda investimentos crescentes em infraestrutura logística e de armazenagem, sem descurar da defesa sanitária. Por fim, é crucial combinar exploração de recursos naturais com a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono.

Em síntese, as respostas a esse cenário, repleto de desafios, mas também de oportunidades, têm procurado acompanhar e se orientar pelo reforço da estratégia de desenvolvimento explicitada no PPA 2012-2015, e isto em dois sentidos: pela centralidade da busca da realização do sistema de direitos e de proteção social universal garantidos pela Constituição de 1988; e pela indução/regulação estatal da expansão econômica.

Em termos mais específicos, as políticas estruturantes delineadas nesta seção vem se intensificando e conjugando-se a políticas contracíclicas de estímulo à produção e macroeconomicamente consistentes.

Para além do PBM, medidas horizontais recentes de apoio ao desenvolvimento produtivo já vêm atuando no sentido da melhora do ambiente sistêmico para a indústria e a produção como um todo. Esse conjunto de ações, detalhado ao longo deste relatório, é formado por: redução da taxa de juros básica da economia (taxa Selic), a partir de agosto de 2011 e ao longo de 2012; redução dos *spreads* bancários, por meio da liderança de agentes oficiais de crédito (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal); recuperação do câmbio em 2012; redução do custo de energia elétrica; aceleração dos investimentos do PAC; concessões em logística de transportes, para a modernização e ampliação da malha rodoviária, ferroviária e dos portos; e esforços de qualificação profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

A recuperação do crescimento econômico, evidenciada pelos indicadores antecedentes de produção e renda, sinaliza o acerto das medidas tomadas pelo Governo Federal em 2012 e no início deste ano. Mesmo com a lenta recuperação externa, espera-se uma aceleração do crescimento doméstico puxada por maior dinamismo dos investimentos em infraestrutura e pelos serviços ligados ao consumo pessoal. É nesse sentido que a chave para o reforço da expansão da produção brasileira com sustentabilidade encontra-se na consolidação, ao longo do tempo, do processo em curso de recuperação da demanda doméstica, aliada à intensificação das políticas estruturantes de desenvolvimento produtivo, notadamente aquelas voltadas à inovação e ao fortalecimento de encadeamentos produtivos.

INSERÇÃO INTERNACIONAL

A estratégia de inserção internacional do Brasil configura-se parte fundamental da dimensão institucional da estratégia de desenvolvimento, contribuindo para enfrentar os obstáculos externos e aproveitar as oportunidades do cenário internacional. Esse papel ganha particular destaque à luz do interesse do Brasil de realizar um salto de competitividade em sua economia, objetivo que é afetado por desdobramentos no plano externo, notadamente no intercâmbio econômico e comercial, e nos temas relativos à ciência, à tecnologia e à inovação. Formata-se diante da reafirmação da importância do Estado na condução da estratégia de desenvolvimento, o que ganha relevo ainda maior no atual contexto de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, diante de uma grave crise econômica e financeira em escala global.

O país segue aprofundando as relações bilaterais com seus vizinhos sul-americanos e o processo de integração regional, ao mesmo tempo em que intensifica o relacionamento com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento, em todos os quadrantes. Paralelamente, o Brasil tem participado ativamente dos principais debates da agenda internacional, em particular em organismos multilaterais, tanto no plano econômico-comercial quanto no âmbito político e social.

América do Sul e integração regional

Durante a década de 2000, especialmente a partir de 2003, a América do Sul se consolidou como prioridade da política externa brasileira. A agenda integracionista extrapolou a vertente comercial que havia sido a marca do Mercado Comum do Sul –MERCOSUL até então, e as ações políticas e institucionais ganharam relevância visando à consolidação do espaço sul-americano. Para tanto, a preocupação com as assimetrias ganha especial relevo no processo de integração regional e ocupa lugar central na agenda de várias iniciativas brasileiras para a região.

Muito tem sido feito pelo Brasil em termos de articulação política e de cooperação econômica, nos últimos anos, na América do Sul, especialmente por meio do MERCOSUL, da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.

O Brasil, à frente da presidência pro tempore do MERCOSUL, no segundo semestre de 2012, buscou aprofundar a ação regional acordada em novos temas, como ciência, tecnologia, inovação e capacitação. Também tratou de estimular maior participação dos segmentos empresariais, com a realização do I Fórum Empresarial do MERCOSUL, à margem da Cúpula Presidencial de Brasília, em 7 de dezembro. A dimensão social e cidadã foi priorizada, com a realização da Cúpula Social, nos dias 4 a 6 de dezembro, que contou com participação intensa da sociedade civil e dos movimentos sociais. Ademais, Guiana e Suriname manifestaram interesse de iniciar negociações com vistas a se tornarem estados associados.

Por sua vez, em 2012, a Venezuela foi efetivada como Estado Parte do MERCOSUL, ampliando sua dimensão geopolítica, que adquiriu uma projeção caribenha e centro-americana. O bloco passou a ter uma população de cerca de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul) e um PIB em torno de US$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano), além de dispor de amplas reservas energéticas, minerais e hídricas. Também a Bolívia iniciou o processo formal de adesão como membro pleno do bloco, o que depende da aprovação dos congressos de cada país-membro. Estão acontecendo entendimentos no mesmo sentido com o Equador.

O Brasil também tem apoiado a constituição de instrumentos diretamente vinculados ao combate às assimetrias na região. Nessa linha, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, criado em 2006, é composto por contribuições regulares e voluntárias realizadas pelos Estados Partes do MERCOSUL e por eventuais contribuições de terceiros países ou organismos internacionais.

No total, o FOCEM já tem uma carteira de 43 projetos no valor total de US$ 1,3 bilhão. Destaque para o financiamento do projeto de Construção da Linha de Transmissão 500 kV – Vila Hayes, executado pela Itaipu Binacional, que visa à construção de uma linha de transmissão com duas subestações no Paraguai, com extensão aproximada de 345 quilômetros. O objetivo é disponibilizar maior quantidade de energia para viabilizar o crescimento econômico do Paraguai. O projeto, iniciado em 2010 e tendo conclusão prevista para o final de 2013, tem custo total de US$ 555 milhões, sendo o Brasil responsável por um aporte voluntário de US$ 300 milhões. Destacam-se também dois projetos de integração de cadeias produtivas, em execução sob responsabilidade da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, nas áreas de petróleo e gás e setor automotivo, bem como o Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa – PAMA, que tem como objetivo apoiar a erradicação da febre aftosa no âmbito do MERCOSUL e da Bolívia (que participa como Estado associado).

Em junho de 2012, durante as reuniões de Cúpula do MERCOSUL e da UNASUL, foram aplicadas as cláusulas de democracia vigentes para suspender o Paraguai de ambas as organizações, em razão da ruptura da ordem democrática naquele país com a deposição

sumária do ex-Presidente Fernando Lugo. As decisões a esse respeito, tomadas de forma unânime pelos chefes de Estado e de governo do MERCOSUL e da América do Sul, refletiram a determinação dos Estados da região de agir de forma decisiva em favor da preservação do Estado de Direito, demonstrando que não há mais espaço, na América do Sul, para aventuras anti-democráticas.

Em 2012, a UNASUL avançou em sua institucionalização, por meio da execução de seu primeiro orçamento comum e do funcionamento de sua Secretaria Geral, com sede em Quito. Destaque para o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN, desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração. O COSIPLAN aproveitou o arcabouço técnico da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA, direcionando seu foco para os projetos de maior impacto na integração e no desenvolvimento econômico da região. Nesse rumo, em 2011, quando o Brasil ocupava a presidência pro tempore do conselho, aprovou-se o Plano de Ação Estratégico do Conselho, válido para o período 2012-2022, e houve a definição da Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API.

A API consiste em um conjunto de 31 projetos, de caráter estratégico e de alto impacto para a integração física e para o desenvolvimento sócio-econômico regional. Os componentes desta Agenda são projetos estruturados, que consolidam redes de conectividade física de alcance regional com o propósito de potencializar sinergias e solucionar deficiências da infraestrutura já existente. Esses projetos estruturados compõem-se de um ou mais projetos individuais da Carteira de Projetos do COSIPLAN. A API contempla 31 projetos estruturados e 87 projetos individuais que somam investimento estimado em US$ 17 bilhões. Desse total, 19 projetos encontram-se em estágio de perfil, 42 em estágio de pré-execução, 23 em fase de execução e 3 já estão concluídos. O Brasil está envolvido em 18 projetos da API.

A fim de tratar do financiamento dos projetos de integração de infraestrutura, um de seus maiores desafios, constituiu-se grupo de trabalho para tratar do tema, no âmbito do COSIPLAN, cuja presidência em 2013 é exercida pelo Brasil. Por outro lado, numa esfera mais ampla, foi enviado para aprovação do Congresso Nacional brasileiro o tratado internacional que institui o Banco do Sul, que servirá como banco de desenvolvimento da UNASUL. Terá como objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países membros do bloco, financiando projetos em infraestrutura, ciência e tecnologia, e temas sociais. Espera-se que a execução de projetos, por meio do financiamento do Banco do Sul, favoreça a complementaridade produtiva, o aumento da competitividade e a melhoria na prestação de serviços nos países da América do Sul.

Por outro lado, o BNDES vem ampliando seu papel como fonte de financiamento. Em 2012, na América do Sul, o banco efetuou operações de suporte ao comércio exterior

com Argentina, Venezuela, Paraguai, Chile e Equador. No total, foram destinados US$ 434 milhões para países da América do Sul somente nesse ano.

A participação propositiva do Brasil no COSIPLAN e nos grupos de trabalho da Estratégia para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (eLAC) levaram ao avanço de projetos como o Anel Óptico Sul-Americano e ao aprofundamento do intercâmbio de experiências em prol da massificação da banda larga e da consolidação de uma estratégia para a economia digital para a América Latina.

Além do COSIPLAN, marcam o processo de consolidação da UNASUL outros 12 conselhos setoriais, nas seguintes áreas: saúde; defesa; energia; desenvolvimento social; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; eleitoral; segurança pública, justiça e coordenação de ações contra a delinquência transnacional; economia e finanças; drogas; e segurança cidadã, justiça e coordenação contra a delinquência organizada transnacional.

No âmbito da CELAC, buscou-se fortalecer o papel de representação externa regional da Comunidade, ampliando a concertação de posições nas Nações Unidas e fortalecendo a cooperação com atores estratégicos, como União Europeia, China, Índia e Rússia.

Na Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, concluiu-se o processo de adesão do Panamá, 13º país-membro. No Brasil, passaram a vigorar para federações de indústria e comércio, em 2012, os critérios adotados na ALADI para a emissão de Certificado de Origem Digital, iniciativa relevante para a facilitação do comércio no plano regional. Além disso, foi adotada versão atualizada da Nomenclatura da ALADI, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias – NALADI-SH.

O Brasil também tem buscado construir políticas específicas à faixa de fronteira, com destaque para o diálogo federativo com os núcleos regionais de fronteira no âmbito da Comissão Permanente para Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – CDIFF e para a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON. Assim, o tema da segurança pública aparece como elemento importante do projeto em curso, ao estabelecer diálogo entre os eixos: sistema de proteção social; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão, aproximando as dimensões social e institucional da estratégia nacional de desenvolvimento.

Universalismo e relações sul-sul

Nossa integração com os vizinhos sul-americanos não tem ocorrido em detrimento de outros relacionamentos, com parceiros tradicionais e com outros novos atores. O Brasil está atento aos polos estabelecidos de poder e tem relações fluidas com União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Japão, com os quais mantém expressivo intercâmbio comercial

e de investimentos, e desenvolve cooperação de importância estratégica, com destaque para ciência e tecnologia. Esses países são os principais parceiros do programa Ciência sem Fronteiras.

Ao mesmo tempo, o Brasil diversifica suas parcerias e aprofunda o diálogo com atores de crescente importância internacional, como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, além de outros países emergentes, como os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, os países africanos e o Oriente Médio. Tem sido destacada a atuação do Brasil junto a esses parceiros, seja no plano bilateral, seja no contexto de mecanismos como o BRICS[10], o IBAS[11] ou as cúpulas América do Sul-África – ASA e América do Sul-Países Árabes – ASPA. Em 2012, concluiu-se o processo de adesão do Brasil ao Tratado de Cooperação e Amizade da ASEAN.

As negociações no âmbito do BRICS levaram ao anúncio, já em 2013, da criação de uma instituição financeira voltada ao desenvolvimento dos países do bloco. O novo banco complementaria as instituições existentes nos cinco países no financiamento de grandes projetos de infraestrutura, além de ser mais uma garantia frente às flutuações do mercado internacional.

Na África, estão as economias que deverão exibir as maiores taxas de crescimento até 2015. O Brasil tem buscado, crescentemente, ser co-partícipe desse momento promissor, possuindo, na atualidade, 37 embaixadas na África. Tem adquirido relevância crescente a cooperação com o Brasil, identificado como parceiro-chave para o desenvolvimento da agricultura, da infraestrutura e para a implementação de políticas sociais inclusivas no continente.

O país acompanha atentamente o processo de transição política ocorrido na região e no Norte da África, denominando "Primavera Árabe". Manteve postura ativa em favor da retomada das negociações entre Israel e Palestina e de encaminhamento para a crise na Síria. Atuou, também, em favor da obtenção pela Palestina de *status* de observador não-membro na Organização das Nações Unidas – ONU.

Negociações econômico-comerciais

A conjuntura internacional requer a persistência na adoção de políticas que contribuam para a elevação da competitividade da economia brasileira e possibilitem uma inserção altiva do país na economia mundial. Ao lado de iniciativas de promoção comercial, o Brasil vem dando atenção especial às negociações econômico-comerciais.

10 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

11 Índia, Brasil e África do Sul.

O Brasil seguiu comprometido com os esforços que visaram à conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio – OMC, tendo atuado, ao longo de 2012, na implementação de ações para a promoção do comércio e do desenvolvimento. Em consonância com nosso compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, o Brasil lançou, em dezembro, a candidatura de um brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem procurado avançar, juntamente com os parceiros do MERCOSUL, em processos de negociação comercial com terceiros países ou blocos. Ao longo de 2012, prosseguiram as negociações sobre o marco normativo de um futuro Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. A fim de subsidiar as deliberações internas do governo brasileiro sobre os próximos passos nesses processos, foi realizada consulta pública ao setor privado nacional.

O Memorando de Entendimento que suspendeu o contencioso Brasil-EUA sobre algodão continuou em vigor, permitindo que o Instituto Brasileiro do Algodão seguisse recebendo "indenização" de US$ 147 milhões anuais do governo estadunidense, dos quais US$ 10 milhões serão aplicados em projetos de cooperação com a África.

Com a China, o Brasil firmou, em junho de 2012, Acordo de Cooperação em Matéria Administrativa Aduaneira, a fim de harmonizar trâmites alfandegários, contribuindo para tornar mais eficientes os procedimentos necessários ao comércio bilateral. Destaca-se, ainda, o reconhecimento, pelo governo japonês, do *status* de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação, o que abre um significativo mercado importador de carne suína às exportações do estado.

No âmbito comercial, o Plano Brasil Maior concentra iniciativas para a promoção do comércio exterior brasileiro. Para 2013, pretende-se intensificar as ações de promoção comercial, com foco nos 33 mercados-destaque da Estratégia Nacional de Exportações. Além disso, apresenta meta de diversificação das exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional de 1,36% em 2010 para 1,60% em 2014. Em 2011, último dado disponível, o Brasil alcançou a marca de 1,44%. Destacam-se os desafios de: ampliar a produção brasileira de manufaturados e serviços intensivos em inovação e conhecimento; aprofundar a internacionalização de empresas brasileiras; e atrair para o Brasil centros de pesquisa e desenvolvimento de universidades e empresas estrangeiras, como contrapartida para a liberdade de atuação e as altas taxas de rentabilidade que, historicamente, têm obtido no país.

Nesse ponto, a política externa instrumentaliza a estratégia de desenvolvimento para enfrentar os obstáculos externos e aproveitar as oportunidades do cenário internacional para aumentar a força dos potencializadores relacionados às três frentes de expansão da sua dimensão econômica. A projeção de uma sociedade de conhecimento e o

adensamento dos encadeamentos produtivos em território nacional exigem que a estratégia de inserção internacional continue enfrentando esses desafios.

Multilateralismo

As crises financeiras evidenciaram e aceleraram o processo de reorganização da ordem global que vai além dos aspectos econômicos e financeiros. São relevantes os temas relacionados à paz e à segurança internacionais, sendo que o Brasil participa ativamente da promoção e defesa da aplicação universal dos direitos humanos e da promoção da paz. A governança global do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável são outros itens de pauta caros ao país.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Brasil foi emblemática. Contou com a expressiva participação de delegações internacionais e Chefes de Estado ou de Governo, além de quase 50 mil participantes. Ao final da Conferência, foi adotado o documento "O Futuro que Queremos", com destaque para: o lançamento do processo para elaboração, até 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; a implementação do Plano Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis; o desenvolvimento da "Estratégia de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável" e de um mecanismo de facilitação para promoção da transferência e disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente responsáveis; e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Foi o próprio Brasil que, em 2007, propôs a realização da Rio+20, para renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso e hiatos na implementação das Conferências anteriores e identificar questões novas e emergentes. Durante as negociações, o Brasil promoveu o princípio da não-regressão, pelo qual se rejeitam quaisquer retrocessos nos conceitos e compromissos internacionais feitos previamente. Foi também por insistência brasileira que os debates sobre desenvolvimento sustentável combinaram os vértices econômico, social e ambiental. Desse modo, a erradicação da pobreza foi elevada a elemento central do desenvolvimento sustentável.

A degradação ambiental, a mudança do clima e a segurança energética se mostram como desafios globais que exigem uma postura ativa da diplomacia brasileira. A transformação produtiva ambientalmente sustentável e o uso de fontes de energia renováveis e limpas formam parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, e são componentes importantes de sua política externa. O país defende que os esforços para adaptação e mitigação das mudanças climáticas devem se basear no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, de modo a garantir uma solução igualitária,

equilibrada e efetiva. A atuação do Brasil foi fundamental para resultados exitosos das últimas conferências das Nações Unidas sobre mudança do clima, em especial para a adoção bem-sucedida, na Conferência de Doha (dezembro de 2012), do segundo período do Protocolo de Quioto, que se estenderá até 2020.

A ascensão econômica dos países emergentes traz consigo o desafio de avançar na reforma da governança global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e dotar organismos multilaterais, como a ONU, o Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional – FMI, de capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. A reforma do FMI vem sendo tratada nos órgãos competentes do próprio Fundo e no G-20. O Brasil tem defendido a ratificação da reforma de 2010 e outros avanços na direção de maior equilíbrio na representação e voto.

No âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, o Brasil busca reformas quanto à composição e ao funcionamento do órgão, de maneira a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz, por meio da ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes.

Quanto aos temas da agenda do CSNU, o Brasil defende o primado da paz, do direito internacional e das soluções negociadas para os conflitos, entendendo que o uso da força é um recurso de última instância, aceitável apenas quando se revelem insuficientes todos os caminhos pacíficos e, em qualquer hipótese, somente quando houver autorização pelo CSNU.

Nossa participação em missões de paz, em especial no Haiti, reflete o compromisso do Brasil com o multilateralismo, bem como a disposição de assumir crescentes responsabilidades internacionais e dar expressão concreta à solidariedade que nos une aos países e sociedades egressos de conflito armado. O Brasil há muito propugna que as atividades de manutenção e consolidação da paz estejam intimamente articuladas, por meio do apoio ao desenvolvimento econômico e social dos países afetados por conflitos.

A estratégia de inserção internacional do Brasil também dialoga, nesse ponto, com a dimensão social da sua estratégia de desenvolvimento. Além da vasta agenda de cooperação internacional que tem se aberto nos últimos anos, especialmente no eixo sul-sul, o interesse internacional pelas políticas sociais brasileiras tem chamado a atenção do mundo e tem levado o país a ocupar lugares centrais dessa temática nos palcos globais. Exemplo disso é que, desde o início de 2012, um brasileiro, José Graziano da Silva, ocupa o posto de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil participa ativamente das negociações sobre temas variados para a proteção dos direitos das minorias ou grupos vulneráveis, como negros, mulheres, crianças e idosos, bem como a garantia dos direitos já conquistados. Como reflexo da atuação brasileira nessa área, o País foi eleito, em

2012, pela terceira vez, para o Conselho de Direitos Humanos, em mandato que se estenderá de 2013 a 2015.

A política externa brasileira se mantém engajada também na promoção da agenda multilateral de desarmamento. Em 2012, o Brasil apoiou a negociação de um Tratado sobre Comércio de Armas Convencionais – ATT, no âmbito das Nações Unidas, que estabeleça critérios mínimos internacionais para o comércio de armas.

No âmbito regional, o Brasil tem feito esforços para revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, criada por iniciativa do Brasil em 1986, e espera, em conjunto com parceiros sul-americanos e africanos, consolidar o Atlântico Sul como uma Zona de Paz livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

Soberania e defesa nacional

A maior presença brasileira nos fóruns internacionais deve ser acompanhada do fortalecimento da sua capacidade dissuasória, o que tem implicado no reaparelhamento de suas Forças Armadas. Torna-se imperativo que esse reaparelhamento ocorra de forma a diminuir o grau de dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros, especialmente os referentes aos setores espacial, cibernético e nuclear. Esta necessidade desperta interesse de grandes grupos nacionais, compostos por empresas já tradicionais do setor e por novos entrantes.

Três documentos orientam a ação brasileira nessa área: a Política Nacional de Defesa – PND, aprovada em 2005, e a Estratégia Nacional de Defesa – END, de 2008, ambos atualizados em 2012, e o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, entregue também em julho de 2012 para a aprovação do Congresso Nacional. Estes documentos consolidam a visão do Governo Federal sobre defesa nacional e divulga e detalha, à comunidade nacional e internacional, os principais projetos e subprojetos de equipamento das Forças Armadas. O objetivo é duplo: dar transparência à sociedade sobre o funcionamento da defesa e constituir um instrumento gerador de confiança mútua entre os países.

Ponto sensível relacionado à soberania nacional diz respeito aos espaços marítimos sob jurisdição nacional, incluindo o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira, área conhecida como "Amazônia Azul". A esse respeito o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC tem como propósito estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira no seu enfoque jurídico, ou seja, determinar a área marítima, além das 200 milhas náuticas da costa, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos. O LEPLAC encontra-se atualmente em fase de processamento e interpretação de novos dados adquiridos, que

subsidiarão a elaboração de uma proposta revisada a ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental – CLPC da ONU, de modo que, até 2015, a fronteira leste brasileira esteja estabelecida, assegurando, definitivamente, os direitos de soberania sobre a Amazônia Azul.

Também merece destaque o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. Desde a sua criação, em 1982, o PROANTAR vem apoiando a realização de pesquisas em áreas como oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia e arquitetura, tendo como base de apoio a Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF, criada em 1984. Em fevereiro de 2012 a EACF sofreu um incêndio que destruiu 70% de suas instalações. Desde então, o governo brasileiro vem se dedicando à sua reconstrução.

Outra frente relevante para uma inserção internacional soberana refere-se às atividades espaciais. Como forma de garantir o acesso aos serviços prestados por satélites, o país busca alcançar a autonomia tecnológica, principalmente das tecnologias consideradas críticas. Nesse contexto, a autonomia exige o domínio do ciclo completo de produção, lançamento e operação de satélites. O Brasil busca adquirir capacidade para a produção doméstica de satélites voltados a variadas aplicações – sobretudo de comunicações, de observação espacial e de meteorologia –, assim como de veículos lançadores de satélites (foguetes) e infraestrutura de lançamento.

O Brasil dispõe de dois centros de lançamento: um na Barreira do Inferno, próximo a Natal-RN (CLBI); e outro em Alcântara-MA (CLA). No CLA está sendo construído um sítio de lançamento para o foguete ucraniano Cyclone-4, com o objetivo de operar lançamentos comerciais de satélites por meio da empresa binacional brasileira e ucraniana Alcantara Cyclone Space. Na mesma linha, o Brasil busca o desenvolvimento do veículo lançador de satélites brasileiro, cujo novo protótipo está sendo construído. O Governo Federal trabalha ainda no próprio desenvolvimento de satélites, com destaque para o Amazônia-1, que será o primeiro satélite de observação da Terra desenvolvido pelo Brasil, destinado ao monitoramento do desmatamento ao redor do mundo, especialmente da Região Amazônica, e o Satélite Lattes, que será um satélite científico de observação espacial e da Terra. Além disso, o Governo Federal deve adquirir um satélite geoestacionário de telecomunicações. O país também implementou, ao longo dos últimos anos, uma infraestrutura espacial que lhe permite desenvolver, montar, testar e controlar foguetes e satélites. Destacam-se o Laboratório de Integração e Testes – LIT e o Centro de Rastreio e Controle de Satélites – CRC.

No âmbito da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, em 2012 foi dada prioridade à promoção do Programa Ciência sem Fronteiras e à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Foram realizados diálogos com os Estados Unidos e com a Índia, bem como no âmbito do BRICS e do MERCOSUL, e inauguradas parcerias com a Noruega e o Peru. No âmbito da governança da Internet, o Brasil

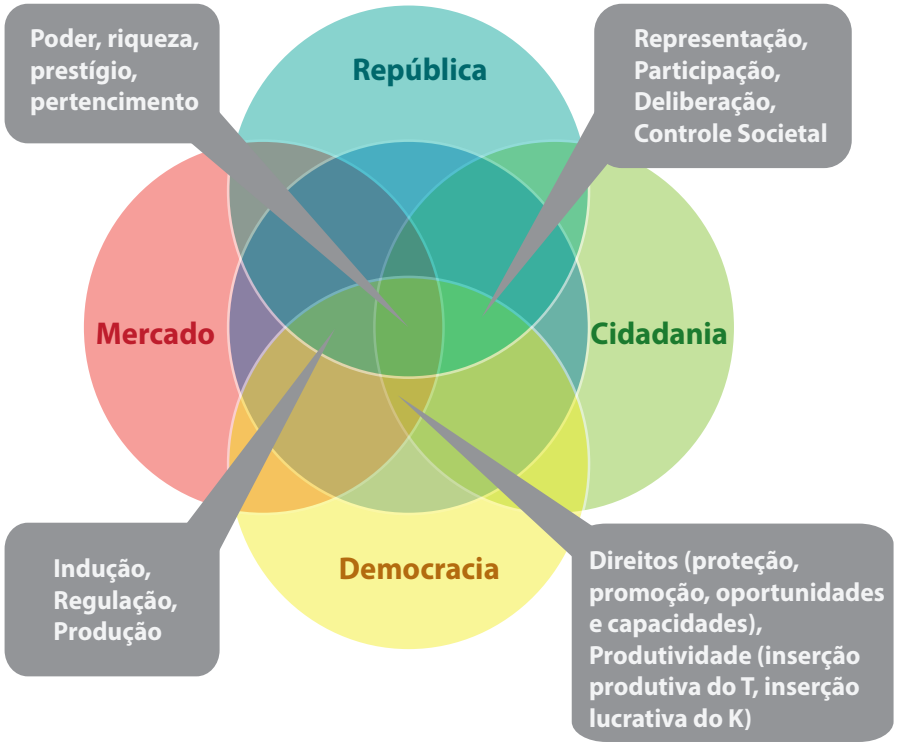
manteve participação ativa nos fóruns globais de discussão do tema, entre os quais o Fórum de Governança da Internet – IGF e a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Todos esses elementos tendem a potenciar a dimensão econômica da estratégia de desenvolvimento, com forte diálogo com o eixo produção com sustentabilidade e inovação.

O atual cenário internacional ainda se apresenta, todavia, com várias incertezas críticas para o pleno desenvolvimento da estratégia nacional. As instituições multilaterais precisam ser reformadas no sentido de maior democratização da ordem internacional. Os países emergentes, e o Brasil em especial, buscam consolidar um papel de maior protagonismo nessas instituições. A atuação do Brasil nesses fóruns poderá representar maior garantia à condução da sua própria estratégia de desenvolvimento, além de ser respaldada e fortalecer os anseios pela democratização da governança internacional.

ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

A estrutura do Estado brasileiro, nos últimos anos, passou por mudanças importantes induzidas e, ao mesmo tempo, promotoras do modelo de desenvolvimento inclusivo, o que aponta para um contexto favorável a novos aperfeiçoamentos institucionais em meio a grandes desafios.

Para estruturar uma forma de acompanhar, monitorar, analisar e avaliar este eixo estratégico do desenvolvimento nacional – Estado, federalismo, planejamento e gestão -, bem como os macrodesafios do PPA 2012-2015 a que ele mais diretamente se refere (projeto nacional de desenvolvimento; democracia e participação social; cidadania; e gestão pública), esta seção parte das conexões do Estado com os seguintes elementos constitutivos da Nação: i) a República; ii) a Democracia; iii) a Cidadania; e iv) o Mercado, conforme resume a figura a seguir.



Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Brasil recente se apresenta institucionalmente como uma combinação dos diversos elementos presentes na figura anterior em favor de um projeto de desenvolvimento nacional que tem na recomposição do protagonismo estatal alguns de seus mais

importantes elementos, em particular das funções de articulação para a cooperação federativa, para o planejamento governamental e para a gestão pública.

Estado e República

As incumbências republicanas do Estado brasileiro, hoje, passam por aperfeiçoamentos institucionais pertinentes, entre outros, ao arranjo federativo e à dimensão burocrática do Estado.

No aspecto fiscal do federalismo, a União procura coordenar a pactuação de normas gerais, que viabilizem a concertação federativa em prol da superação das desigualdades regionais que ainda marcam o território brasileiro. Para tanto, há, dentre outros instrumentos relevantes, os fundos constitucionais de desenvolvimento para as regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), com aportes crescentes de recursos. Os bancos oficiais são outra fonte de financiamentos governamentais, também crescentes nos últimos anos, para a ativação econômica das diversas regiões do país.

Além de bancos oficiais e fundos públicos, três outras estratégias do Governo Federal vêm contribuindo para os esforços de maior equalização regional: o PAC, o plano Brasil Sem Miséria e o incremento das transferências federais aos entes subnacionais. Esses três exemplos impulsionaram transformações no processo tradicional de execução de políticas, dentre as quais vale novamente destacar: a introdução de rito próprio para a execução descentralizada do PAC (transformação dessas transferências em obrigatórias, o que elevou o número de municípios aptos a recebê-las); redução das contrapartidas, o que permitiu o acesso por parte de municípios sem capacidade de investimento; a facilitação de acesso a projetos pelos municípios, pela disponibilização de projetos padronizados e financiamento da elaboração; e a instituição do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que imprime maior agilidade aos processos licitatórios, melhoria técnica dos projetos e maior viabilidade econômica das obras[12].

Esses casos mostram que há uma diretriz em curso para a redução das disparidades regionais, que passa pelo fortalecimento e equilíbrio da federação brasileira. É nesse espírito que o Governo Federal vem realizando encontros anuais com prefeitos, prefeitas e gestores municipais de todo o país. Em tais oportunidades são apresentados os principais programas federais, com as respectivas estratégias de implementação e os requisitos para acessar financiamentos e subsídios da União. Destaque especial vem sendo conferido à municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e aos consórcios públicos intermunicipais, instrumento que tem trazido bons resultados na gestão de políticas públicas e que possui ainda grande espaço e potencial de desenvolvimento.

12 Cabe destacar também as tratativas em curso para aperfeiçoar o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências (CAUC) e o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Quanto à dimensão administrativa do Estado, houve um processo de recomposição de pessoal no setor público. Com a retomada dos concursos públicos em 2003, o número de servidores civis ativos da administração federal voltou em 2012 ao patamar de 600 mil, em vigor na primeira metade dos anos 1990. A despeito dessa recomposição, as despesas com pessoal permaneceram equilibradas quando comparadas ao PIB e à arrecadação.

Ao longo da última década, houve preocupação em conferir maior capacidade técnica ao Estado, mediante a implantação de novas carreiras (como as de analista de infraestrutura e analistas de políticas sociais), a profissionalização dos cargos de direção e assessoramento superior, e o reforço a carreiras em áreas estratégicas, como: advocacia pública, Polícia Federal, arrecadação e finanças, controle administrativo, planejamento e regulação, além de áreas sociais finalísticas, como educação, saúde, previdência e assistência social.

Estado e democracia

A democracia requer instituições e procedimentos capazes de assegurar os direitos previstos na Constituição, por meio da participação de cidadãos e do confronto de ideias em processos coletivos, necessários ao enraizamento de valores republicanos. A transparência e a publicidade dos procedimentos e atos administrativos são requisitos para a efetividade dessa participação e devem ser estendidos, como princípio e ética republicana e democrática, também aos procedimentos e atos considerados típicos do mundo privado. Neste sentido, destaque-se o movimento de substantivação da democracia no Brasil, em particular da vertente que poderia ser chamada de democracia participativa.

Na Constituição de 1988, mais de 30 artigos tratam da participação social, fenômeno que vem sendo desde então reforçado em leis relacionadas a políticas públicas setoriais e incorporado em muitos dos marcos legais que asseguram os direitos dos cidadãos. Nos últimos anos, discursos e práticas de participação social ascenderam ao nível federal. De 2003 até 2012, foram realizadas 87 conferências nacionais, sobre 32 temas diferentes[13]. As ouvidorias também passaram, nesse período, por forte processo de expansão, assim como a frequência de realização de audiências públicas.

Essas informações sugerem a paulatina construção no país de um sistema de participação social. Sistema este que possui na diversidade de mecanismos de relacionamento e

13 De 1941 a 2002 haviam sido realizadas 41 conferências nacionais com 11 temáticas diferentes. Em 2012 ocorreram as seguintes conferências: 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – CNATER; 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social; 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

na flexibilidade de fluxos de intercâmbio entre Estado e sociedade duas de suas mais importantes características. Em tal contexto, os conselhos estão associados à fiscalização e controle das políticas. As conferências, por sua vez, aparecem associadas ao papel de geração de debates públicos, legitimidade e transparência das ações do governo. As audiências públicas, ouvidorias, reuniões com grupos de interesse e mesas de diálogo social, provêm informações que permitem reavaliar os rumos da política.

Tal sistema, ao possibilitar o monitoramento efetivamente participativo, ajuda a conciliar o regime de planejamento governamental brasileiro à democracia participativa.

Estado e cidadania

A equidade é um princípio que afirma serem cidadãos plenos aqueles que se tornam cientes de seus vínculos de pertencimento e responsabilidades e, simultaneamente, são capazes de saber de seus direitos, agindo para que sejam observados.

Iniciativa recente que aponta nesta direção foi a instituição, em maio de 2012, da Comissão Nacional da Verdade. Com isso, o Estado brasileiro reconhece seu dever de promover o acesso amplo da sociedade a toda a sua história, processo fundamental na consolidação da sua institucionalidade democrática.

Outro exemplo relaciona-se à superação das desigualdades entre o urbano e o rural. Compromisso inscrito no primeiro macrodesafio do PPA, a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, realizada em abril de 2012, ocorreu em momento de debates na sociedade civil e no governo, em torno do papel da assistência técnica e extensão rural na disponibilização de políticas públicas integradas para a Agricultura Familiar.

Por sua vez, a realização da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em agosto de 2012, em Brasília, promoveu avanços no sentido da compreensão acerca das condições necessárias à igualdade de gênero, raça e etnia, bem como à compatibilização entre o trabalho e a vida pessoal e familiar.

Mencione-se ainda a realização, no Brasil, em 2012, da 15ª Conferência Internacional Anticorrupação, bem como da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, pois pela primeira vez no país um processo conferencial se dedicou ao debate exclusivo de temas como transparência, controle social e prevenção e combate à corrupção.

Nesta mesma linha, a Lei de Acesso à Informação – LAI, implementada em 2012, destina-se a assegurar a todos o direito de acesso à informação e, para isso, além de reforçar a obediência aos princípios básicos da administração pública, estabelece diretrizes gerais,

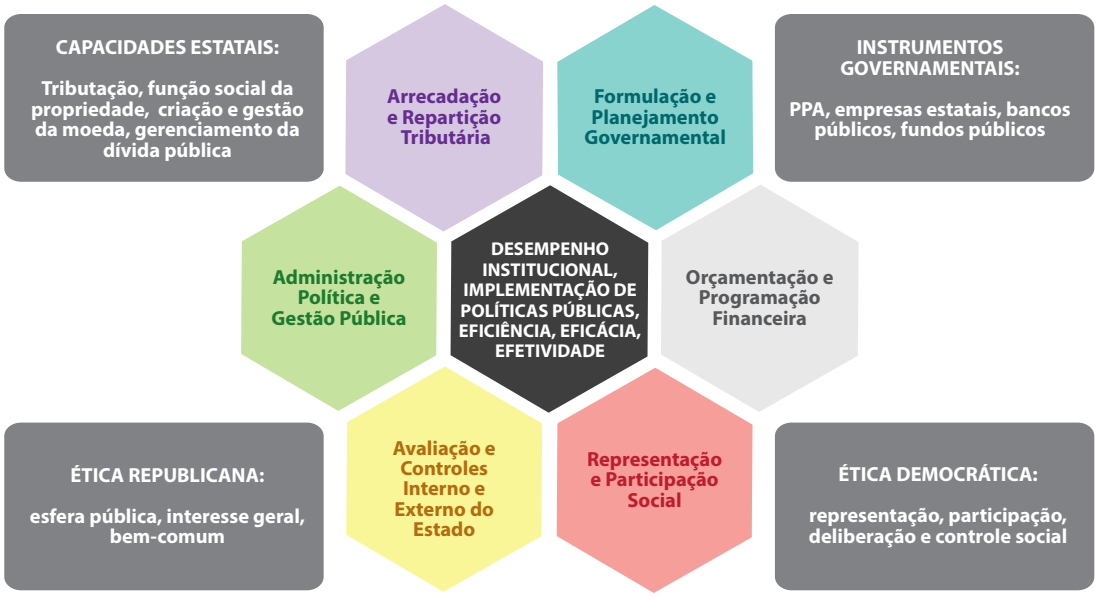
tais como: a observância da publicidade como preceito geral; a adoção do sigilo apenas como exceção; e o estímulo ao desenvolvimento tanto da cultura da transparência como do controle social da administração pública[14].

Já como resultado da aplicação da LAI, o Portal da Transparência do Governo Federal recebeu mais de 8,1 milhões de visitas em 2012, o que significa aumento de 142% ante 2011, com 3,4 milhões de visitas. No primeiro ano de vigência da Lei, até o dia 31 de dezembro de 2012 foram realizados 55.214 pedidos de acesso à informação, dos quais a maioria expressiva, acima de 80%, foi respondida positivamente, tendo sido franqueada a informação solicitada ao cidadão. Os órgãos e entidades responderam a esses pedidos no prazo médio de 11,16 dias, quase metade do máximo previsto na LAI.

Estado e mercado

O desenvolvimento brasileiro, como enunciado na estratégia do PPA 2012-2015, precisa aliar ao crescimento com inclusão social, diretrizes para os serviços públicos de grande alcance. A atuação qualificada do Estado nos serviços de educação, cultura, saúde e mobilidade urbana é requisito para mitigar as desigualdades de acesso e evitar o alto custo individual e coletivo quando os mesmos são ofertados pelo mercado privado.

Assim, na relação Estado–mercado destacam-se os seguintes temas: capacidades estatais; instrumentos de atuação governamental; e regulação, indução e produção direta pelo Estado.



14 Além do Decreto 7.724/2012, que regulamenta a LAI, outros normativos legais e infralegais tratam da prestação de informação: a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Leis de Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias Anuais, a Lei 8.159/91 (trata da Política Nacional de arquivos públicos e privados), a Lei 9.507/97 (trata do rito processual do habeas data), a Lei 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), além dos decretos que regulamentam as referidas leis.

Por **capacidades estatais** entende-se um conjunto de funções contemporâneas de Estado, como as de especificação e regulação dos direitos de propriedade em território nacional, de arrecadação tributária, e as funções de criação e gestão da moeda e de gerenciamento da dívida pública.

Na regulação da propriedade, reforça-se o princípio constitucional do interesse social da propriedade, reconhecendo-o como indispensável para delimitar os espaços de atuação dos mercados, bem como para disciplinar as transações.

Nessa linha, o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União procura aperfeiçoar a capacidade de gestão dos 533.272 imóveis da União, dentre os quais 503.022 são imóveis dominiais e 30.250 de uso especial.

Estreitamente ligada à questão da regulação público-privada da propriedade, deve-se também atentar para a tributação, condição indispensável à criação de capacidade estatal própria, até mesmo para garantir a implementação e a gestão adequada das políticas públicas. Sobre este tema, conforme anunciado no PPA 2012-2015, tem-se investido na simplificação do regime tributário, de forma a estimular a produção e o investimento, e na busca de maior progressividade do sistema, como forma de acentuar a dinâmica de distribuição de renda. O Governo Federal tem adotado medidas na direção destas duas diretrizes, com destaque para as desonerações tributárias e a eliminação de impostos federais sobre itens que compõem a cesta básica. Somam-se a essas iniciativas as contínuas reformas modernizadoras que possibilitam cobrar tributos com maior eficiência e eficácia. Esse processo vem sendo complementado com a modernização dos fiscos estaduais e municipais, bem como dos Tribunais de Contas.

No âmbito da política macroeconomica, tão importante quanto o Banco Central do Brasil para o gerenciamento da base monetária é a Secretaria do Tesouro Nacional para a gestão da dívida pública federal brasileira. O governo vem se orientando pela sólida noção de que quanto mais confiável – nos termos do mercado – for o gerenciamento da dívida, e quanto mais solvente – vale dizer, resgatável diretamente em moeda nacional – for o próprio estoque de dívida, mais o Estado se encontrará em condições de oferecer moeda ao mercado e dela dispor como veículo de funding para o financiamento da atividade produtiva.

Quanto aos **instrumentos de atuação governamental**, cabe destacar que planejamento governamental e gestão pública constituem duas dimensões cruciais e inseparáveis da atuação dos Estados contemporâneos.

Ao longo da última década, recuperou-se o ativismo estatal, e a função de planejamento governamental voltou a ser imprescindível. Reafirma-se, hoje, a ideia segundo a qual ao Estado cabe não apenas fazer as coisas que já faz de modo melhor e mais eficiente. A ele cabe – como em outros momentos históricos ficou demonstrado – a tarefa de induzir,

fomentar, regular ou mesmo produzir as condições para a transformação das estruturas econômicas e sociais do país.

A oferta de serviços públicos tende a apresentar maior qualidade na medida em que avança o uso de novas tecnologias de gestão e da informação, com a incorporação de indicadores de resultado às políticas públicas e o aprimoramento da coordenação de políticas intersetoriais e intergovernamentais.

Neste sentido, no âmbito da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, foi elaborada, em 2012, a Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública. Esta agenda contempla um portfólio de projetos relacionados a temas e áreas estratégicas de governo, organizado em três eixos: melhoria da entrega de serviços à população e às empresas; melhoria da eficiência do gasto público; e melhoria da governança e da gestão de meios.

No primeiro eixo, as ações visam, de um lado, ampliar e agilizar o acesso dos cidadãos a serviços públicos com qualidade; e, de outro, buscam agilizar e qualificar os serviços públicos direcionados às empresas, com impacto na competitividade do país. Neste eixo destacam-se projetos como os de melhoria da gestão dos aeroportos para facilitar a vida dos passageiros; a instituição de Carta de Serviços dos órgãos federais; a desburocratização do processo de abertura e de encerramento de empresas; e o Portal do Comércio Exterior, entre outros.

No eixo de melhoria da eficiência do gasto público, destacam-se o aperfeiçoamento nos gastos da folha de pagamentos e o projeto Esplanada Sustentável, que visa otimizar as despesas de custeio, de maneira ambientalmente sustentável. A maior aposta neste eixo é a criação da central de compras do Governo Federal, que objetiva maior agilidade nas compras governamentais com menores custos.

No eixo de melhoria da governança e da gestão de meios, destaca-se o trabalho feito em todos os ministérios para institucionalizar o planejamento estratégico.

No intuito de aperfeiçoar o planejamento governamental e a gestão pública, o Governo Federal vem se empenhando também na revalorização de certos instrumentos governamentais para o exercício de ações planejadas pelo Estado, identificados, de forma ampla, pelo conjunto de empresas estatais, bancos públicos e fundos públicos, cujo poder tem se revelado extraordinário para moldar as configurações de políticas públicas e, consequentemente, as dinâmicas produtivas e sociais.

Destaque-se, em primeiro lugar, o peso e o potencial das empresas estatais federais existentes no Brasil. A partir de meados da década de 2000, houve uma revalorização das empresas estatais, com efeitos importantes sobre o crescimento econômico e a mitigação dos impactos da crise internacional.

Além das estatais, vale enfatizar a atuação dos bancos públicos federais no sistema econômico, em torno a suas três principais formas de atuação. Em primeiro lugar, o direcionamento de crédito para setores econômicos, tais como o industrial, o rural e o imobiliário, e também para as diversas regiões do país. Nessa dimensão, destacam-se os papéis exercidos pelo BNDES, maior banco de fomento brasileiro, pelo Banco do Brasil, maior instituição de crédito rural, e pela Caixa Econômica Federal, maior agente de financiamento habitacional, bem como pelo Banco do Nordeste do Brasil e pelo Banco da Amazônia, que se tornaram importantes canais de (re)direcionamento de créditos para suas respectivas regiões.

Em segundo lugar, a atuação anticíclica na oferta de crédito em cenários de redução ou "empoçamento" da liquidez. Esse tipo de intervenção, bem como sua relevância, é exemplificado por meio da atuação dos bancos públicos federais, durante o aprofundamento da crise financeira global, a partir de setembro de 2008, uma vez que estes ampliaram o crédito no momento em que o crédito privado, interno e externo, vinha se retraindo de forma abrupta. Como consequência, foi ampliada a participação dos bancos públicos federais em indicadores clássicos de avaliação de desempenho neste segmento.

Em terceiro lugar, a atuação na expansão da inclusão bancária, que tem como objetivo facilitar o acesso das camadas populares – mormente de regiões menos favorecidas – a serviços financeiros de vários tipos, como contas bancárias, poupança e crédito pessoal, seguros etc.

Ao lado, por sua vez, das estatais e dos bancos públicos, os fundos públicos são instrumentos governamentais à disposição do Estado para fins de planejamento. No caso dos fundos públicos do Governo Federal, ressaltem-se as presenças do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), e dos fundos setoriais atrelados às áreas de ciência e tecnologia, e os respectivos instrumentos de política pública que por eles são mobilizados.

Montante e perfil dos recursos financeiros mobilizáveis pelos fundos públicos têm se mostrado reais instrumentos das políticas públicas. O mesmo espera-se que passe cada vez mais a ocorrer com as poupanças privadas, já que a queda de patamar da taxa básica de juros tem estimulado a busca de novas opções de remuneração para a massa de recursos sob gestão dos fundos, o que indica a necessidade – para sua própria sustentabilidade financeira – de redirecionamento de parte das aplicações financeiras para investimentos produtivos, o que tende a favorecer o aprofundamento da estratégia nacional de desenvolvimento.

Quanto à **regulação, indução e produção direta pelo Estado**, é preciso pensar nas suas dimensões econômica, administrativa e social. A ótica da regulação, ou

mais propriamente, da governança regulatória, deve ser a busca para o equilíbrio no acesso a bens de consumo, bens culturais e bens naturais. Nesta linha, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, que vem, desde 2008, buscando a profissionalização dos quadros técnicos das agências reguladoras, a transparência e o controle social, e a autonomia regulatória no contexto da implementação das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste relatório, verificou-se que o primeiro ano de vigência do PPA 2012-2015 foi caracterizado pela continuidade no processo de consolidação do novo padrão de desenvolvimento brasileiro, que tem na promoção do desenvolvimento social seu maior norteador. A estratégia de desenvolvimento se orienta pela universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, com inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e melhoria na distribuição de renda.

Na dimensão econômica, deu-se continuidade à estratégia de incentivar o crescimento com estímulos à ampliação dos investimentos, ao fortalecimento do mercado interno e à redução da vulnerabilidade externa, preservando-se a estabilidade macroeconômica. Ao lado do fomento aos investimentos nas três grandes frentes de expansão que dão dinamismo à economia, ou seja, produção e consumo de massa, infraestrutura econômica e social e atividades intensivas em recursos naturais, buscou-se ampliar os benefícios sociais derivados dessas atividades, potencializando-as por avanços em educação, ciência, tecnologia e inovação e pelo fortalecimento dos encadeamentos produtivos.

A estratégia de desenvolvimento também foi marcada, em 2012, pela continuidade de ações em prol da sustentabilidade ambiental e da promoção do desenvolvimento regional como aspectos transversais a serem considerados pelo conjunto das políticas públicas.

Da mesma forma, deu-se prosseguimento ao aperfeiçoamento da inserção internacional do país e ao fortalecimento da capacidade do Estado de prestar serviços públicos adequados às necessidades sociais.

A formulação, a implementação e a gestão das políticas públicas em contexto federativo, tal qual o brasileiro, é fenômeno complexo e multidimensional. Para além do desafio inerente à procura de desenhos institucionais mais adequados às políticas e aderentes às diversas realidades nacionais, a dimensão do financiamento é aspecto crucial para o alcance dos objetivos e das metas pactuadas.

Estas questões ganham concretude nos 65 Programas Temáticos que compõem o PPA 2012-2015, cuja evolução ao longo deste primeiro ano de vigência do plano pode ser verificada no volume 2 deste relatório, que apresenta a situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas, com a respectiva execução financeira das ações

orçamentárias vinculadas às iniciativas.

Além dos programas temáticos, que orientam e expressam as ações governamentais de entregas de bens e serviços à sociedade, o próximo volume também apresenta a execução orçamentária e financeira, em 2012, dos programas de gestão, manutenção e apoio ao Estado. Assim, ao lado do detalhamento das políticas finalísticas do Governo Federal, quantificam-se as ações de apoio governamental expressas nos programas de gestão.

A tabela abaixo resume a execução orçamentária do PPA 2012-2015:

PPA: Execução Orçamentária de 2012

R$ bilhões

Programas	Autorizado*	Executado**
Programas Temáticos	**785,6**	**632,3**
Políticas Sociais	553,1	501,9
Políticas de Infraestrutura	154,9	99,8
Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	47,1	20,3
Políticas de Soberania, Manutenção e Serviço ao Estado	30,5	10,3
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	**236,8**	**218,7**
Total	**1.022,4**	**851,0**

* LOA + Créditos Adicionais.
** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimentos.
Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Verifica-se que, em 2012, a execução orçamentária do Plano, considerando-se recursos autorizados pela Lei Orçamentária (LOA) e créditos adicionais, alcançou R$ 851 bilhões, o que representa 83,2% do total autorizado. Os programas temáticos responderam por 74,3% da execução total, somando R$ 632,3 bilhões, enquanto o conjunto dos programas de gestão representou 25,7% (R$ 218,7 bilhões) do total orçamentário executado pelo Plano. Em linha com a estratégia inclusiva de desenvolvimento apresentada neste volume do relatório, sobressai a escala dos recursos orçamentários executados no âmbito dos programas sociais, em 2012: R$ 501,9 bilhões ou 59% do executado pelo PPA.

Em complemento à execução da LOA e dos créditos adicionais, assinale-se a execução dos restos a pagar não processados, como fonte adicional de financiamento do Plano, especialmente das despesas de investimento cuja dinâmica costuma ultrapassar o exercício contábil. Em 2012, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o pagamento de restos a pagar não processados chegou a R$ 43 bilhões, dos quais 54,3% direcionados a despesas de investimento (considera-se investimento as despesas pertencentes ao grupo de natureza de despesas – GND 4 do SIAFI, Investimentos).

Por fim, indica-se que a materialização das políticas públicas que integram o PPA 2012-2015 conta ainda com recursos extra-orçamentários originários de fundos públicos,

recursos próprios de empresas estatais, depósitos compulsórios, crédito direcionado, entre outros, o que evidencia a amplitude do Plano e da pactuação social a ele subjacente. Nesse sentido, destaque-se, em 2012: a importância dos desembolsos do BNDES, de R$ 156 bilhões, para o financiamento das micro e pequenas empresas, do investimento e da infraestrutura no país; a relevância dos R$ 94,4 bilhões do crédito rural aplicado na agricultura empresarial (dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); a contratação de R$ 82,8 bilhões de operações de crédito imobiliário com recursos da caderneta de poupança (Abecip e BCB); a crescente importância do financiamento subsidiado à habitação popular, decorrente da entrega de mais de um milhão de moradias no âmbito da segunda etapa do Programa Minha Casa Minha Vida (6º Balanço do PAC 2); a centralidade dos R$ 16,4 bilhões em empréstimos para agricultores familiares (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário); e a atuação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia para a redução das desigualdades regionais.

O PPA, dessa forma, consiste em instrumento amplo e dinâmico de planejamento, que estabelece conexões entre as dimensões estratégica, tática e operacional, integrando o planejamento ao orçamento, à gestão e ao desenvolvimento do país.

Ministério do
Planejamento

BRASIL

MP / GM
03000.001618/2014-99
22 / 4 / 2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gabinete da Ministra
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º Andar
70040-906 - Brasília – DF
(61) 2020-4100 - ministra@planejamento.gov.br

Ofício nº 110 /MP

Brasília, 22 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **DEVANIR RIBEIRO**
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Câmara dos Deputados
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – térreo - sala 8
70.160-900 – Brasília – DF

Assunto: **Atualização do Plano Plurianual Relativo ao Período de 2012-2015.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, em observância ao disposto no § 6º do art. 21 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, encaminho as informações pertinentes consubstanciadas por meio da Nota Técnica nº 55, de 22 de abril de 2014, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos deste Ministério, que trata do assunto em questão.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

SPI/MP

SEI/MP

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 50

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

NOTA TÉCNICA Nº 55/2014 - SPI/MP

Brasília, 22 de abril de 2014.

ASSUNTO: Atualização do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional (CN).

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O relatório anexo a essa nota técnica tem a função de atualizar o Plano Plurianual, adequando atributos do Plano às inovações e modificações na Lei Orçamentária Anual de 2014, bem como nas leis de crédito adicional. Nesses termos, o relatório cumpre as normas constantes do art. 21 da Lei 12.593/2012 (Lei do Plano Plurianual 2012-2015) e do art. 11 do Decreto nº 7.866/2012 (Decreto de Gestão do Plano), as quais determinam que o Poder Executivo atualize atributos do PPA e encaminhe as alterações à CMO.

- Além de cumprir a determinação legal, a atualização do Plano aprimora a aderência do PPA às políticas públicas e à Lei Orçamentária Anual, possibilita o aperfeiçoamento contínuo dos programas do Plano e aprimora a gestão do PPA na medida em que atualiza as categorias que serão monitoradas e avaliadas.

- Os ajustes constantes do relatório foram efetuados para atender aos comandos legais que determinam ao Ministério do Planejamento:

a) adequar o PPA às alterações promovidas pela aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2014 e pelas leis de crédito adicional; e

b) ajustar os atributos gerenciais do Plano que não impactam diretamente na execução da despesa orçamentária.

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 51

Conclusão:

Cabe ao Ministério do Planejamento realizar ajustes no PPA em decorrência das inovações presentes na LOA e nas leis de crédito adicional, assim como lhe é facultado realizar alterações gerenciais. Nos dois casos, é preciso informar a CMO sobre as alterações efetuadas. Dessa forma, segue em anexo o Relatório a ser enviado à CMO no sentido de cumprir as previsões legais.

ANÁLISE

1. O processo de revisão do PPA 2012-2015 foi disciplinado no art. 21 da Lei nº 12.593/2012 e no art. 11 do Decreto nº 7.866/2012. O disposto nos normativos listados esclarece que tal processo pode ocorrer de três formas. A primeira delas, de rito mais formal, requer a aprovação de um projeto de lei de revisão do Plano para ser materializada. Já a segunda é, na verdade, uma obrigação, visto que é dever do Ministério do Planejamento atualizar atributos do PPA que podem variar em decorrência de alterações e/ou inovações na Lei Orçamentária Anual e/ou nas Leis de Crédito Adicional. Finalmente, o terceiro caso é uma faculdade de se alterar atributos considerados de caráter gerencial a qualquer momento, como por exemplo os indicadores dos programas e os órgãos responsáveis pelos objetivos do PPA. Nos dois últimos casos, as alterações devem ser comunicadas à CMO ao menos uma vez por ano, 90 dias após a publicação da LOA.

2. Para as alterações que não estão sujeitas à aprovação do Poder Legislativo, a Lei exige que o Ministério do Planejamento realize as eventuais adequações e informe ao menos uma vez por ano a CMO sobre o teor dos ajustes.

3. O § 4º do artigo 21 da Lei 12.593/2012 determina que alguns parâmetros do PPA sejam ajustados em função da aprovação das leis orçamentárias e das leis de crédito adicional, tais como metas e iniciativas financiadas por recursos orçamentários e o valor global dos programas. Tais possibilidades justificam-se visto que as leis orçamentárias anuais e seus créditos são posteriores ao PPA e, portanto, podem implicar em alterações nas previsões iniciais.

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 52

4. O § 5º do mesmo artigo, por sua vez, autoriza o Poder Executivo a atualizar, a qualquer tempo, os atributos gerenciais do Plano como, por exemplo, as metas e iniciativas cuja implementação não impacta a execução da despesa orçamentária.

5. Já o § 6º, combinado com os incisos I e II do art. 11 do Decreto 7.866/2012 e o art. 9º da Portaria MP nº 16/2013, institui que as modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º da Lei 12.593/2012 ocorram ao menos uma vez ao ano, no prazo de 90 dias, contados da publicação das leis orçamentárias anuais.

6. Em obediência aos dispositivos supracitados, a SPI/MP coordenou um processo de atualização dos atributos do PPA no âmbito do Governo Federal a partir do diálogo com todos os órgãos e entidades. Em decorrência desse processo foi produzido o Relatório em anexo, contendo os ajustes na programação que devem atualizar o PPA e ser enviado à CMO, além de disponibilizado na internet. Cabe ressaltar que, além de cumprir a determinação legal, a atualização do Plano auxilia a gestão e viabiliza o aperfeiçoamento contínuo dos programas do PPA, de forma a proporcionar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Possibilita, também, a realização de um monitoramento mais efetivo sobre os principais compromissos assumidos pelo Governo no Plano, na medida em que atualiza os atributos que serão acompanhados.

7. Portanto, as razões dos ajustes efetuados e encaminhados à CMO são: a) adequar o PPA às alterações promovidas pela aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 e pelas leis de crédito adicional; b) ajustar os atributos gerenciais do Plano que não impactam diretamente a execução da despesa orçamentária.

8. Para facilitar a leitura e a análise do conteúdo alterado, o presente Relatório está dividido em 03 partes: a primeira identifica as alterações dos atributos dos programas temáticos do Plano em decorrência da aprovação da LOA 2014 (e leis de créditos); a segunda apresenta a atualização no valor global dos programas do PPA; a terceira, por sua vez, trata-se de atributos modificados em 2013, posteriormente à Comunicação de Julho/2013.

CONGRESSO NACIONAL
C M O
Fls. 53

9. Por fim, cabe frisar que, de acordo com o art. 9º da Lei 12.593/2012, as metas estabelecidas no PPA não constituem limite à programação da despesa orçamentária.

À consideração superior

RAFAEL MARTINS NETO
Analista de Planejamento e Orçamento

MARIA INES DA ROCHA E SILVA
Coordenadora

VALERIA VIEIRA DE MORAES
Coordenadora-Geral

LEANDRO FREITAS COUTO
Diretor do Departamento de Gestão do Ciclo

De Acordo. Encaminhe-se à SE/MP.

ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE
Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Encaminhe-se.
Em 22/04/2014.
Protocolo/SPI

Lilian Chaves Maluf Faúla
Chefe de Serviço
SPI/MP

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 54

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO)

Alterações do Plano Plurianual 2012-2015

Ano Base 2014

BRASIL

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 55

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA 2012 2015

ALTERAÇÕES DO PPA
ANO BASE 2014

Brasília - DF, Abril/2014

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 56

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2014, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de *Planejamento e Investimentos Estratégicos.*

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Alterações do PPA 2012-2015 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2014.

1 v.

1. Planejamento. 2. Plano Plurianual 2012-2015 3. Revisão do Plano Plurianual. 4. Alteração dos Atributos dos Programas Temáticos. 5. Atualização do Valor Global dos Programas. 6. Ajustes de Metas e Iniciativas. 7. Comunicado à CMO. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)

v.1

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luis Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Neri Geller

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Clelio Campolina Diniz

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional (Interino)
Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Eduardo Benedito Lopes

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Arthur Chioro

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 57

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mauro Borges Lemos

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Nobre Lages

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Interino)
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe
da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Timothy Traumann

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

Parte I - Alterações dos atributos dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015 9

2020 - Cidadania e Justiça 11

2021- Ciência, Tecnologia e Inovação 11

2055 - Desenvolvimento Produtivo 11

2030 - Educação Básica 11

2047 - Micro e Pequenas Empresas 12

2054 - Planejamento Urbano 12

2058 - Política Nacional de Defesa 13

2070 - Segurança Pública com Cidadania 13

2071 - Trabalho, Emprego e Renda 13

2075 - Transporte Rodoviário 13

Iniciativas que Passaram a Constar do Anexo III do PPA em Função da Aprovação da LOA 2014 15

Parte II - Atualização do Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015 17

Parte III - Atributos modificados em 2013, posteriormente à Comunicação de Julho/2013 47

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 58

Parte I

Alterações dos atributos dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 59

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Capacitação em gestão de documentos dos servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mediante a realização de cursos de capacitação e do V Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA - **(Nova Meta)**
- Programa Arquivo Nacional Digital (AN Digital) - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Apoiar a instituição do Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE 2011-2020. - **(Nova Meta)**
- Apoiar os entes federados na elaboração ou adequação de planos de educação alinhados ao PNE 2011-2020, bem como na implementação de iniciativas de cooperação e colaboração entre os sistemas de ensino. - **(Nova Meta)**

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 60

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas 2012-2015

- Atender 3 milhões de micro e pequenos empresários por meio de portal de serviços disponível na internet - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 04HO - Implantação da Praça Eletrônica de Negócios - sistema informatizado de apoio à catalogação de produtos por micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HP - Implantação do Simples Internacional - sistema simplificado de exportação para micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HQ - Implantação do QualiEmpresa - sistema informatizado de apoio à obtenção de certificações (qualidade do produto/processo, regularidade tributária, capacidade operacional e capacidade econômica) para micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HR - Implantação do Credireto - sistema informatizado para acesso simplificado ao crédito por micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HS - Implantação do Inova Fácil MPE - sistema simplificado de acesso à soluções de inovação para micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HT - Implantação do Concilia Já - sistema informatizado para acesso simplificado à justiça por micro e pequenas empresas - **(Nova Iniciativa)**
- 04HV - Implantação de Portal Empresa Simples - portal de serviços para empresários de micro e pequenas empresas e para o empreendedor individual - **(Nova Iniciativa)**
- 04HW - Implantação do Portal do Artesanato Brasileiro - portal de serviços para o setor artesanal brasileiro - **(Nova Iniciativa)**
- 04HX - Aquisição de caminhões para transporte de produtos artesanais - **(Nova Iniciativa)**
- 04HY - Realização de feiras e eventos do setor artesanal - **(Nova Iniciativa)**
- 04HZ - Implantação de política pública de desenvolvimento de setor artesanal brasileiro - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas 2012-2015

- Estabelecer acordo de cooperação técnica internacional para implantação do Simples Internacional - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 0410 - Estabelecimento de cooperação técnica internacional para implementação do Simples Internacional - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

·Construção de subsídios técnicos para formulação de Política Ambiental em Áreas Urbanas. - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

·04HU - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M) - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

·Construir a 5ª penitenciária federal - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

·Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador. - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Iniciativas

·04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES - **(Nova Iniciativa)**

·04HM - Adequação do acesso ao Porto de Itaguaí - BR-101/RJ - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 61

Iniciativas

- 04HN - Construção da BR-174/MT - (Nova Iniciativa)

Iniciativas que Passaram a Constar do Anexo III do PPA em Função da Aprovação da LOA 2014

PROGRAMA 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativa

04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM – OS

PROGRAMA 2058 – Política Nacional de Defesa

Iniciativa

020M - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

04HU - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)

PROGRAMA 2075 – Transporte Rodoviário

Iniciativas

04F0 - Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, Cristalina/GO a Divisa MG/SP - 425,8 km

04F1 - Concessão das Rodovias BR-060-153-262/DF/GO/MG, Brasília/DF - Divisa MG/SP - Betim/MG - 1.176,5 km

04F2 - Concessão das Rodovias BR-153/TO/GO, Anápolis/GO a Palmas/TO - 814km

04F3 - Concessão das Rodovias BR-163/MS, Divisa MS/MT a Divisa MS/PR; BR-267/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-262/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP - 1.423,3 km

04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE

04F7 - Construção da BR-392/RS

04EZ - Concessão da Rodovia BR-163/MT, Divisa MT/MS a Sinop/MT - 821,6 km

04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE

04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES

04HM - Adequação do acesso ao Porto de Itaguaí - BR-101/RJ

04HN - Construção da BR-174/MT

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 62

Parte II

Atualização do Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 63

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.110.324**	**6.806.522**	**5.180.786**	**5.180.786**
Despesas Correntes	4.384.498	6.160.661	4.599.294	4.599.294
Despesas de Capital	725.826	645.861	581.491	581.491
Outras Fontes	**17.500.000**	**19.000.000**	**21.000.000**	**24.000.000**
Valores Globais	**22.610.324**	**25.806.522**	**26.180.786**	**29.180.786**
	103.778.418			

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**809.193**	**572.524**	**589.162**	**589.162**
Despesas Correntes	111.540	96.002	131.752	131.752
Despesas de Capital	697.654	476.521	457.409	457.409
Outras Fontes	**575.463**	**673.112**	**757.304**	**828.139**
Valores Globais	**1.384.656**	**1.245.636**	**1.346.466**	**1.417.301**
	5.394.058			

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.622.974**	**13.692.753**	**13.967.497**	**13.967.497**
Despesas Correntes	4.443.438	7.315.858	7.763.431	7.763.431
Despesas de Capital	7.179.536	6.376.895	6.204.066	6.204.066
Outras Fontes	**40.127.723**	**42.418.171**	**73.219.442**	**79.717.296**
Valores Globais	**51.750.697**	**56.110.924**	**87.186.939**	**93.684.793**
	288.733.353			

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**75.178.418**	**78.698.621**	**84.063.538**	**84.063.538**
Despesas Correntes	65.462.609	71.056.216	75.795.127	75.795.127
Despesas de Capital	9.715.809	7.642.405	8.268.410	8.268.410
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.687**	**6.786**	**55.583**	**55.583**
Valores Globais	**75.180.105**	**78.705.407**	**84.119.121**	**84.119.121**
	322.123.753			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 64

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**100.853**	**190.986**	**194.423**	**194.423**
Despesas Correntes	62.683	107.074	120.443	120.443
Despesas de Capital	38.170	83.912	73.980	73.980
Valores Globais	***100.853***	***190.986***	**194.423**	**194.423**
	680.684			

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**693.609**	**536.431**	**832.281**	**832.281**
Despesas Correntes	80.990	112.882	128.173	128.173
Despesas de Capital	612.619	423.549	704.108	704.108
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.429.923**	**1.827.572**	**1.658.582**	**1.658.582**
Outras Fontes	**1.390.260**	**1.561.260**	**759.222**	**1.759.384**
Valores Globais	**3.513.792**	**3.925.263**	**3.250.085**	**4.250.247**
	14.939.387			

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**388.030**	**337.694**	**513.992**	**513.992**
Despesas Correntes	226.017	258.861	281.123	281.123
Despesas de Capital	162.013	78.833	232.869	232.869
Valores Globais	**388.030**	**337.694**	**513.992**	**513.992**
	1.753.708			

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**21.081.064**	**24.573.954**	**25.294.890**	**25.294.890**
Despesas Correntes	21.072.687	24.569.822	25.289.890	25.289.890
Despesas de Capital	8.377	4.132	5.000	5.000
Valores Globais	**21.081.064**	**24.573.954**	**25.294.890**	**25.294.890**
	96.244.797			

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**172.235**	**193.395**	**513.294**	**513.294**
Despesas Correntes	130.252	156.923	394.799	394.799
Despesas de Capital	41.982	36.472	118.495	118.495
Valores Globais	**172.235**	**193.395**	**513.294**	**513.294**
	1.392.218			

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.188.468**	**6.121.143**	**5.334.551**	**5.334.551**
Despesas Correntes	3.698.599	4.878.780	4.510.284	4.510.284
Despesas de Capital	1.489.869	1.242.363	824.267	824.267
Outras Fontes	**4.636.000**	**5.640.769**	**6.524.638**	**8.227.111**
Valores Globais	**9.824.468**	**11.761.912**	**11.859.190**	**13.561.662**
	47.007.232			

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**51.080**	**105.180**	**122.243**	**122.243**
Despesas Correntes	46.788	84.562	119.943	119.943
Despesas de Capital	4.292	20.618	2.300	2.300
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**33.278.866**	**31.210.458**	**22.694.932**	**22.694.932**
Outras Fontes	**7.579.916**	**7.053.822**	**6.793.873**	**6.851.301**
Valores Globais	**40.909.862**	**38.369.460**	**29.611.048**	**29.668.476**
	138.558.847			

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**27.299**	**66.161**	**44.262**	**44.262**
Despesas Correntes	12.609	61.561	35.648	35.648
Despesas de Capital	14.690	4.600	8.614	8.614
Valores Globais	**27.299**	**66.161**	**44.262**	**44.262**
	181.985			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 65

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.243.944**	**3.411.664**	**4.036.167**	**4.036.167**
Despesas Correntes	1.138.027	1.905.986	1.132.479	1.132.479
Despesas de Capital	2.105.917	1.505.678	2.903.688	2.903.688
Outras Fontes	**13.167.475**	**14.530.640**	**15.918.749**	**17.403.075**
Valores Globais	**16.411.419**	**17.942.304**	**19.954.916**	**21.439.242**
	75.747.881			

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**959.256**	**811.313**	**740.036**	**740.036**
Despesas Correntes	389.633	374.599	496.642	496.642
Despesas de Capital	569.624	436.714	243.393	243.393
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**252.138**	**537.047**	**517.603**	**517.603**
Outras Fontes	**88.000**	**96.800**	**106.480**	**117.128**
Valores Globais	**1.299.394**	**1.445.160**	**1.364.119**	**1.374.767**
	5.483.439			

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**323.329**	**319.410**	**305.429**	**305.429**
Despesas Correntes	238.072	256.689	237.601	237.601
Despesas de Capital	85.257	62.721	67.827	67.827
Valores Globais	**323.329**	**319.410**	**305.429**	**305.429**
	1.253.597			

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.395.296**	**2.798.682**	**2.302.918**	**2.302.918**
Despesas Correntes	805.956	868.458	853.106	853.106
Despesas de Capital	1.589.340	1.930.224	1.449.811	1.449.811
Outras Fontes	**17.600**	**18.000**	**52.000**	**55.000**
Valores Globais	**2.412.896**	**2.816.682**	**2.354.918**	**2.357.918**
	9.942.414			

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**408.606**	**453.576**	**304.445**	**304.445**
Despesas Correntes	260.840	269.972	201.654	201.654
Despesas de Capital	147.766	183.604	102.792	102.792
Valores Globais	**408.606**	**453.576**	**304.445**	**304.445**
	1.471.073			

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**9.110.268**	**10.384.595**	**5.861.508**	**5.861.508**
Despesas Correntes	470.657	443.677	264.485	264.485
Despesas de Capital	8.639.611	9.940.918	5.597.023	5.597.023
Outras Fontes	**1.281.830**	**1.410.450**	**1.551.600**	**1.706.950**
Valores Globais	**10.392.098**	**11.795.045**	**7.413.108**	**7.568.458**
	37.168.709			

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**32.260.015**	**31.894.800**	**30.727.144**	**30.727.144**
Despesas Correntes	22.388.500	24.560.495	22.979.169	22.979.169
Despesas de Capital	9.871.515	7.334.305	7.747.975	7.747.975
Valores Globais	**32.260.015**	**31.894.800**	**30.727.144**	**30.727.144**
	125.609.103			

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.905.713**	**7.009.933**	**6.967.186**	**6.967.186**
Despesas Correntes	3.028.599	4.973.454	4.882.712	4.882.712
Despesas de Capital	2.877.114	2.036.479	2.084.474	2.084.474
Valores Globais	**5.905.713**	**7.009.933**	**6.967.186**	**6.967.186**
	26.850.018			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 66

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.305.988	15.159.964	14.448.372	14.448.372
Despesas Correntes	8.270.630	10.862.040	10.278.724	10.278.724
Despesas de Capital	5.035.358	4.297.923	4.169.647	4.169.647
Valores Globais	13.305.988	15.159.964	14.448.372	14.448.372
	57.362.695			

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	188.415	146.324	1.086.331	1.086.331
Despesas Correntes	186.165	144.274	1.034.005	1.034.005
Despesas de Capital	2.250	2.050	52.326	52.326
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	8.379.005	9.197.444	9.723.616	9.723.616
Outras Fontes	38.085.189	22.788.877	38.688.912	30.861.821
Valores Globais	46.652.610	32.132.645	49.498.858	41.671.767
	169.955.881			

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Esfera	*Valor 2012* (mil R$)	*Valor 2013* (mil R$)	*Valor 2014* (mil R$)	*Valor 2015* (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	105.533	76.067	64.833	64.833
Despesas Correntes	34.073	29.397	32.733	32.733
Despesas de Capital	71.461	46.670	32.100	32.100
Valores Globais	105.533	76.067	64.833	64.833
	311.266			

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.290.417	3.935.272	2.069.923	2.069.923
Despesas Correntes	1.145.541	1.104.352	701.035	701.035
Despesas de Capital	2.144.876	2.830.920	1.368.888	1.368.888
Outras Fontes	1.626.803	853.803	58.695	
Valores Globais	4.917.220	4.789.075	2.128.618	2.069.923
	13.904.836			

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**245.698**	**299.779**	**266.333**	**266.333**
Despesas Correntes	222.889	287.180	239.619	239.619
Despesas de Capital	22.810	12.599	26.713	26.713
Outras Fontes	**1.192.300**	**1.263.000**	**1.338.700**	**1.420.000**
Valores Globais	**1.437.998**	**1.562.779**	**1.605.033**	**1.686.333**
	6.292.143			

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**32.966.058**	**36.529.826**	**39.415.751**	**39.415.751**
Despesas Correntes	32.589.524	36.319.486	39.246.791	39.246.791
Despesas de Capital	376.534	210.340	168.960	168.960
Valores Globais	**32.966.058**	**36.529.826**	**39.415.751**	**39.415.751**
	148.327.387			

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**504.490**	**1.069.056**	**954.730**	**954.730**
Despesas Correntes	349.649	919.111	796.195	796.195
Despesas de Capital	154.841	149.944	158.535	158.535
Valores Globais	**504.490**	**1.069.056**	**954.730**	**954.730**
	3.483.005			

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**433.888**	**519.492**	**552.169**	**552.169**
Despesas Correntes	381.877	448.345	458.320	458.320
Despesas de Capital	52.011	71.147	93.849	93.849
Outras Fontes	**30.000**	**137.400**	**182.223**	**189.834**
Valores Globais	**463.888**	**656.892**	**734.393**	**742.004**
	2.597.177			

CONGRESSO NACIONAL CM 97 Fls. 67

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.270.792	6.542.283	2.921.761	2.921.761
Despesas Correntes	1.551.342	3.365.106	176.262	176.262
Despesas de Capital	3.719.449	3.177.176	2.745.499	2.745.499
Outras Fontes	1.400.000	1.400.000	800.000	400.000
Valores Globais	6.670.792	7.942.283	3.721.761	3.321.761
	21.656.597			

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	142.182	157.473	95.911	95.911
Despesas Correntes	117.030	133.873	87.577	87.577
Despesas de Capital	25.152	23.599	8.333	8.333
Outras Fontes	14.788.952	14.845.951	14.770.951	14.776.199
Valores Globais	14.931.134	15.003.424	14.866.862	14.872.110
	59.673.529			

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	726.640	622.421	619.178	619.178
Despesas Correntes	376.485	379.633	375.594	375.594
Despesas de Capital	350.155	242.788	243.584	243.584
Valores Globais	726.640	622.421	619.178	619.178
	2.587.417			

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.750	0	0	0
Despesas Correntes	1.200			
Despesas de Capital	4.550			
Valores Globais	5.750	0	0	0
	5.750			

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**314.098**	**186.340**	**226.790**	**226.790**
Despesas Correntes	308.204	168.610	215.524	215.524
Despesas de Capital	5.894	17.730	11.266	11.266
Outras Fontes	**107.021**	**120.481**	**135.932**	**153.688**
Valores Globais	**421.119**	**306.821**	**362.722**	**380.478**
	1.471.140			

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**42.010**	**33.906**	**40.469**	**40.469**
Despesas Correntes	36.847	30.271	31.686	31.686
Despesas de Capital	5.163	3.636	8.783	8.783
Valores Globais	**42.010**	**33.906**	**40.469**	**40.469**
	156.854			

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**125.810**	**124.552**	**86.540**	**86.540**
Despesas Correntes	105.481	98.621	41.430	41.430
Despesas de Capital	20.329	25.931	45.110	45.110
Valores Globais	**125.810**	**124.552**	**86.540**	**86.540**
	423.440			

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**46.774**	**71.581**	**32.593**	**32.593**
Despesas Correntes	33.274	52.481	27.290	27.290
Despesas de Capital	13.500	19.100	5.302	5.302
Outras Fontes	**14.575.204**	**22.513.956**	**26.721.587**	**30.893.411**
Valores Globais	**14.621.978**	**22.585.538**	**26.754.179**	**30.926.003**
	94.887.698			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 68

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.780.906**	**1.497.299**	**3.112.905**	**3.112.905**
Despesas Correntes	233.388	178.155	163.765	163.765
Despesas de Capital	2.547.519	1.319.144	2.949.140	2.949.140
Outras Fontes	**6.448.434**	**6.851.696**	**6.194.000**	**6.000.000**
Valores Globais	**9.229.340**	**8.348.995**	**9.306.905**	**9.112.905**
	35.998.146			

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**16.562.145**	**15.681.089**	**15.728.765**	**15.728.765**
Despesas Correntes	4.250.390	3.952.515	2.234.533	2.234.533
Despesas de Capital	12.311.755	11.728.574	13.494.232	13.494.232
Outras Fontes	**89.115.000**	**89.215.000**	**89.615.000**	**89.915.000**
Valores Globais	**105.677.145**	**104.896.089**	**105.343.765**	**105.643.765**
	421.560.764			

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**555.142**	**427.673**	**437.253**	**437.253**
Despesas Correntes	51.332	48.856	55.418	55.418
Despesas de Capital	503.810	378.818	381.835	381.835
Outras Fontes	**99.518**	**85.857**	**85.857**	**84.352**
Valores Globais	**654.660**	**513.530**	**523.110**	**521.604**
	2.212.904			

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.385.752**	**2.968.550**	**3.899.901**	**3.899.901**
Despesas Correntes	3.603	1.548	28.350	28.350
Despesas de Capital	3.382.149	2.967.001	3.871.551	3.871.551
Valores Globais	**3.385.752**	**2.968.550**	**3.899.901**	**3.899.901**
	14.154.104			

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**233.016**	**524.144**	**311.038**	**311.038**
Despesas Correntes	108.346	183.611	132.169	132.169
Despesas de Capital	124.669	340.533	178.869	178.869
Outras Fontes	**207.693**	**240.934**	**368.461**	**415.692**
Valores Globais	**440.709**	**765.078**	**679.499**	**726.730**
	2.612.016			

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**213.485**	**205.880**	**151.338**	**151.338**
Despesas Correntes	200.686	202.544	149.438	149.438
Despesas de Capital	12.800	3.336	1.900	1.900
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**48.799.351**	**64.619.729**	**56.909.779**	**56.909.779**
Outras Fontes	**12.839.782**	**14.587.701**	**16.339.467**	**16.371.395**
Valores Globais	**61.852.618**	**79.413.310**	**73.400.584**	**73.432.512**
	288.099.024			

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.715.170**	**4.278.770**	**2.503.843**	**2.503.843**
Despesas Correntes	33.078	167.064	69.279	69.279
Despesas de Capital	2.682.092	4.111.706	2.434.564	2.434.564
Valores Globais	**2.715.170**	**4.278.770**	**2.503.843**	**2.503.843**
	12.001.626			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 69

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**7.929.941**	**5.813.729**	**5.988.420**	**5.988.420**
Despesas Correntes	1.037.698	1.069.817	1.005.935	1.005.935
Despesas de Capital	6.892.243	4.743.912	4.982.485	4.982.485
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**3.497.267**	**4.823.339**	**2.946.172**	**2.946.172**
Outras Fontes	**12.589.684**	**12.605.168**	**13.128.555**	**13.395.330**
Valores Globais	**24.016.892**	**23.242.237**	**22.063.147**	**22.329.922**
	91.652.198			

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**496.870**	**479.467**	**359.467**	**359.467**
Despesas Correntes	112.920	100.703	101.544	101.544
Despesas de Capital	383.950	378.765	257.923	257.923
Valores Globais	**496.870**	**479.467**	**359.467**	**359.467**
	1.695.272			

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.212.788**	**1.214.015**	**1.020.334**	**1.020.334**
Despesas Correntes	1.106.273	1.156.440	958.639	958.639
Despesas de Capital	106.515	57.575	61.695	61.695
Valores Globais	**1.212.788**	**1.214.015**	**1.020.334**	**1.020.334**
	4.467.472			

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**17.722.698**	**14.167.612**	**14.750.812**	**14.750.812**
Despesas Correntes	4.470.394	4.985.511	5.852.410	5.852.410
Despesas de Capital	13.252.304	9.182.102	8.898.402	8.898.402
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**115.202**	**77.604**	**8.000**	**8.000**
Valores Globais	**17.837.900**	**14.245.216**	**14.758.812**	**14.758.812**
	61.600.740			

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**773.183**	**677.361**	**659.510**	**659.510**
Despesas Correntes	566.419	560.370	488.312	488.312
Despesas de Capital	206.764	116.991	171.198	171.198
Outras Fontes	**109.340**	**164.010**	**273.350**	**0**
Valores Globais	**882.523**	**841.371**	**932.860**	**659.510**
	3.316.263			

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**314.276**	**372.998**	**246.554**	**246.554**
Despesas Correntes	234.315	314.150	232.318	232.318
Despesas de Capital	79.960	58.848	14.236	14.236
Valores Globais	**314.276**	**372.998**	**246.554**	**246.554**
	1.180.381			

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**313.993.936**	**352.766.759**	**381.270.694**	**381.270.694**
Despesas Correntes	313.677.173	352.561.218	381.133.930	381.133.930
Despesas de Capital	316.764	205.540	136.765	136.765
Valores Globais	**313.993.936**	**352.766.759**	**381.270.694**	**381.270.694**
	1.429.302.083			

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**476.231**	**512.031**	**170.560**	**170.560**
Despesas Correntes	365.287	409.567	42.832	42.832
Despesas de Capital	110.944	102.463	127.728	127.728
Valores Globais	**476.231**	**512.031**	**170.560**	**170.560**
	1.329.382			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 70

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**31.176**	**46.094**	**15.272**	**15.272**
Despesas Correntes	28.135	34.794	14.210	14.210
Despesas de Capital	3.040	11.300	1.062	1.062
Valores Globais	**31.176**	**46.094**	**15.272**	**15.272**
	107.814			

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**134.458**	**116.379**	**96.651**	**96.651**
Despesas Correntes	119.428	111.968	91.751	91.751
Despesas de Capital	15.030	4.411	4.900	4.900
Valores Globais	**134.458**	**116.379**	**96.651**	**96.651**
	444.140			

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**931.217**	**1.284.985**	**1.198.286**	**1.198.286**
Despesas Correntes	784.969	1.181.695	1.091.397	1.091.397
Despesas de Capital	146.248	103.290	106.889	106.889
Valores Globais	**931.217**	**1.284.985**	**1.198.286**	**1.198.286**
	4.612.774			

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.388.252**	**2.522.164**	**2.481.816**	**2.481.816**
Despesas Correntes	344.604	279.174	250.884	250.884
Despesas de Capital	3.043.647	2.242.990	2.230.933	2.230.933
Valores Globais	**3.388.252**	**2.522.164**	**2.481.816**	**2.481.816**
	10.874.049			

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**234.263**	**132.716**	**82.321**	**82.321**
Despesas Correntes	175.618	87.489	57.655	57.655
Despesas de Capital	58.645	45.228	24.666	24.666
Valores Globais	**234.263**	**132.716**	**82.321**	**82.321**
	531.622			

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.142.634**	**3.783.599**	**3.129.237**	**3.129.237**
Despesas Correntes	44.359	64.380	42.026	42.026
Despesas de Capital	5.098.275	3.719.219	3.087.211	3.087.211
Outras Fontes	**5.250.000**	**4.350.000**	**2.700.000**	**1.500.000**
Valores Globais	**10.392.634**	**8.133.599**	**5.829.237**	**4.629.237**
	28.984.707			

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.323.353**	**3.777.854**	**4.063.933**	**4.063.933**
Despesas Correntes	1.630.223	1.657.880	1.999.944	1.999.944
Despesas de Capital	2.693.130	2.119.973	2.063.989	2.063.989
Valores Globais	**4.323.353**	**3.777.854**	**4.063.933**	**4.063.933**
	16.229.073			

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.623.617**	**3.346.340**	**2.915.187**	**2.915.187**
Despesas Correntes	1.609.528	1.148.935	1.117.430	1.117.430
Despesas de Capital	3.014.089	2.197.406	1.797.756	1.797.756
Valores Globais	**4.623.617**	**3.346.340**	**2.915.187**	**2.915.187**
	13.800.330			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 71

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**41.157.542**	**47.903.239**	**43.708.894**	**43.708.894**
Despesas Correntes	41.116.767	47.866.913	43.655.519	43.655.519
Despesas de Capital	40.775	36.325	53.375	53.375
Outras Fontes	**4.321.344**	**14.083.356**	**15.434.302**	**16.329.705**
Valores Globais	**45.478.886**	**61.986.595**	**59.143.196**	**60.038.599**
	226.647.275			

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.173.401**	**2.878.260**	**2.212.733**	**2.212.733**
Despesas Correntes	96.585	102.272	41.873	41.873
Despesas de Capital	3.076.816	2.775.988	2.170.860	2.170.860
Outras Fontes	**6.142.037**	**5.149.208**	**6.272.338**	**6.464.211**
Valores Globais	**9.315.438**	**8.027.468**	**8.485.071**	**8.676.944**
	34.504.922			

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**640.897**	**344.421**	**296.971**	**296.971**
Despesas Correntes	20.953	32.500	17.092	17.092
Despesas de Capital	619.944	311.921	279.879	279.879
Outras Fontes	**120.600**	**132.600**	**199.400**	**58.100**
Valores Globais	**761.497**	**477.021**	**496.371**	**355.071**
	2.089.960			

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**544.772**	**401.010**	**633.203**	**633.203**
Despesas Correntes	92.355	88.199	77.426	77.426
Despesas de Capital	452.417	312.811	555.777	555.777
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.391.893**	**1.603.201**	**1.243.495**	**1.243.495**
Outras Fontes	**1.257.305**	**1.199.000**	**1.249.000**	**0**
Valores Globais	**3.193.970**	**3.203.211**	**3.125.698**	**1.876.698**
	11.399.577			

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**18.908.410**	**12.439.681**	**12.610.465**	**12.610.465**
Despesas Correntes	326.902	454.045	467.151	467.151
Despesas de Capital	18.581.508	11.985.636	12.143.315	12.143.315
Outras Fontes	**3.000.493**	**1.342.618**	**2.705.376**	**3.233.725**
Valores Globais	**21.908.903**	**13.782.300**	**15.315.841**	**15.844.190**
	66.851.234			

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.366.467**	**3.520.245**	**1.342.144**	**1.342.144**
Despesas Correntes	498.994	335.826	304.121	304.121
Despesas de Capital	2.867.473	3.184.420	1.038.023	1.038.023
Outras Fontes	**1.786.057**	**2.349.110**	**2.740.429**	**2.817.345**
Valores Globais	**5.152.524**	**5.869.355**	**4.082.573**	**4.159.490**
	19.263.942			

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**80.184.158**	**86.719.597**	**84.949.618**	**84.949.618**
Despesas Correntes	80.184.158	86.719.597	84.949.618	84.949.618
Valores Globais	**80.184.158**	**86.719.597**	**84.949.618**	**84.949.618**
	336.802.992			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 72

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**977.564**	**1.073.933**	**1.100.903**	**1.100.903**
Despesas Correntes	914.125	972.250	1.036.988	1.036.988
Despesas de Capital	63.439	101.684	63.914	63.914
Valores Globais	**977.564**	**1.073.933**	**1.100.903**	**1.100.903**
	4.253.303			

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.269.613**	**2.321.180**	**2.311.107**	**2.311.107**
Despesas Correntes	2.200.250	2.254.816	2.241.276	2.241.276
Despesas de Capital	69.363	66.364	69.832	69.832
Valores Globais	**2.269.613**	**2.321.180**	**2.311.107**	**2.311.107**
	9.213.007			

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.308.478**	**3.668.372**	**3.538.831**	**3.538.831**
Despesas Correntes	3.029.703	3.438.558	3.297.893	3.297.893
Despesas de Capital	278.775	229.813	240.937	240.937
Valores Globais	**3.308.478**	**3.668.372**	**3.538.831**	**3.538.831**
	14.054.511			

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**433.475**	**428.668**	**435.139**	**435.139**
Despesas Correntes	372.200	384.914	395.782	395.782
Despesas de Capital	61.275	43.754	39.358	39.358
Valores Globais	**433.475**	**428.668**	**435.139**	**435.139**
	1.732.422			

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**236.275**	**255.541**	**256.860**	**256.860**
Despesas Correntes	215.162	240.326	237.362	237.362
Despesas de Capital	21.113	15.215	19.498	19.498
Valores Globais	**236.275**	**255.541**	**256.860**	**256.860**
	1.005.536			

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.568.401**	**1.635.369**	**1.631.932**	**1.631.932**
Despesas Correntes	1.435.388	1.533.306	1.575.081	1.575.081
Despesas de Capital	133.013	102.064	56.851	56.851
Valores Globais	**1.568.401**	**1.635.369**	**1.631.932**	**1.631.932**
	6.467.633			

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**761.173**	**839.293**	**860.871**	**860.871**
Despesas Correntes	725.650	787.687	814.167	814.167
Despesas de Capital	35.522	51.606	46.704	46.704
Valores Globais	**761.173**	**839.293**	**860.871**	**860.871**
	3.322.208			

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.753.721**	**7.256.396**	**7.727.217**	**7.727.217**
Despesas Correntes	6.387.342	6.970.693	7.329.878	7.329.878
Despesas de Capital	366.379	285.703	397.339	397.339
Valores Globais	**6.753.721**	**7.256.396**	**7.727.217**	**7.727.217**
	29.464.551			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 73

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.636.662**	**4.143.945**	**4.865.684**	**4.865.684**
Despesas Correntes	4.233.781	3.774.817	4.558.414	4.558.414
Despesas de Capital	402.882	369.128	307.270	307.270
Valores Globais	**4.636.662**	**4.143.945**	**4.865.684**	**4.865.684**
	18.511.976			

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.134.802**	**11.902.756**	**11.986.984**	**11.986.984**
Despesas Correntes	10.288.129	11.214.851	11.342.964	11.342.964
Despesas de Capital	846.673	687.905	644.021	644.021
Valores Globais	**11.134.802**	**11.902.756**	**11.986.984**	**11.986.984**
	47.011.527			

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.506.681**	**4.082.041**	**4.214.695**	**4.214.695**
Despesas Correntes	3.196.522	3.692.048	3.866.320	3.866.320
Despesas de Capital	310.159	389.994	348.375	348.375
Valores Globais	**3.506.681**	**4.082.041**	**4.214.695**	**4.214.695**
	16.018.113			

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**2.649.299**	**3.267.634**	**3.267.721**	**3.267.721**
Valores Globais	**2.649.299**	**3.267.634**	**3.267.721**	**3.267.721**
	12.452.375			

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	5.463.754	6.012.418	6.575.353	6.575.353
Valores Globais	5.463.754	6.012.418	6.575.353	6.575.353
	24.626.878			

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	204.286	198.270	209.820	209.820
Despesas Correntes	120.896	129.033	140.222	140.222
Despesas de Capital	83.391	69.238	69.598	69.598
Valores Globais	204.286	198.270	209.820	209.820
	822.196			

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	73.522	74.834	77.999	77.999
Despesas Correntes	57.299	65.834	70.819	70.819
Despesas de Capital	16.222	9.000	7.180	7.180
Valores Globais	73.522	74.834	77.999	77.999
	304.354			

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.826.864	5.040.047	4.751.847	4.751.847
Despesas Correntes	4.708.450	4.945.147	4.680.597	4.680.597
Despesas de Capital	118.415	94.900	71.250	71.250
Valores Globais	4.826.864	5.040.047	4.751.847	4.751.847
	19.370.605			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 74

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**74.238**	**68.989**	**60.669**	**60.669**
Despesas Correntes	69.238	65.041	59.169	59.169
Despesas de Capital	5.001	3.948	1.500	1.500
Valores Globais	**74.238**	**68.989**	**60.669**	**60.669**
	264.566			

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**18.395**	**31.303**	**28.475**	**28.475**
Despesas Correntes	16.694	27.311	23.882	23.882
Despesas de Capital	1.701	3.992	4.593	4.593
Valores Globais	**18.395**	**31.303**	**28.475**	**28.475**
	106.648			

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.670**	**17.569**	**22.804**	**22.804**
Despesas Correntes	13.409	17.387	22.754	22.754
Despesas de Capital	261	182	50	50
Valores Globais	**13.670**	**17.569**	**22.804**	**22.804**
	76.847			

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.452.492**	**4.726.596**	**4.644.811**	**4.644.811**
Despesas Correntes	4.399.946	4.682.425	4.625.223	4.625.223
Despesas de Capital	52.547	44.171	19.589	19.589
Valores Globais	**4.452.492**	**4.726.596**	**4.644.811**	**4.644.811**
	18.468.711			

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.004.245**	**2.150.548**	**2.191.225**	**2.191.225**
Despesas Correntes	1.944.664	2.105.067	2.145.432	2.145.432
Despesas de Capital	59.581	45.481	45.793	45.793
Valores Globais	**2.004.245**	**2.150.548**	**2.191.225**	**2.191.225**
	8.537.243			

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**625.777**	**696.308**	**701.039**	**701.039**
Despesas Correntes	595.921	657.558	673.684	673.684
Despesas de Capital	29.856	38.749	27.356	27.356
Valores Globais	**625.777**	**696.308**	**701.039**	**701.039**
	2.724.163			

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**22.509.972**	**24.872.396**	**23.574.284**	**23.574.284**
Despesas Correntes	22.084.646	24.436.554	23.183.245	23.183.245
Despesas de Capital	425.326	435.842	391.039	391.039
Valores Globais	**22.509.972**	**24.872.396**	**23.574.284**	**23.574.284**
	94.530.936			

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**25.132.677**	**28.951.169**	**30.278.755**	**30.278.755**
Despesas Correntes	24.874.946	28.792.441	30.175.593	30.175.593
Despesas de Capital	257.731	158.728	103.162	103.162
Valores Globais	**25.132.677**	**28.951.169**	**30.278.755**	**30.278.755**
	114.641.357			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 75

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.882.862**	**14.468.183**	**13.939.491**	**13.939.491**
Despesas Correntes	12.554.006	13.233.065	13.001.507	13.001.507
Despesas de Capital	1.328.856	1.235.118	937.984	937.984
Valores Globais	**13.882.862**	**14.468.183**	**13.939.491**	**13.939.491**
	56.230.026			

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**870.157**	**922.102**	**977.424**	**977.424**
Despesas Correntes	790.106	867.372	932.257	932.257
Despesas de Capital	80.052	54.730	45.168	45.168
Valores Globais	**870.157**	**922.102**	**977.424**	**977.424**
	3.747.107			

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.502.944**	**6.044.120**	**5.810.046**	**5.810.046**
Despesas Correntes	5.424.571	5.966.828	5.744.031	5.744.031
Despesas de Capital	78.373	77.292	66.016	66.016
Valores Globais	**5.502.944**	**6.044.120**	**5.810.046**	**5.810.046**
	23.167.156			

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**107.505**	**103.803**	**101.968**	**101.968**
Despesas Correntes	101.239	100.343	99.020	99.020
Despesas de Capital	6.267	3.460	2.948	2.948
Valores Globais	**107.505**	**103.803**	**101.968**	**101.968**
	415.245			

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.146.819**	**5.645.621**	**5.612.297**	**5.612.297**
Despesas Correntes	5.133.609	5.633.241	5.601.332	5.601.332
Despesas de Capital	13.209	12.380	10.965	10.965
Valores Globais	**5.146.819**	**5.645.621**	**5.612.297**	**5.612.297**
	22.017.035			

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**10.244.117**	**11.087.411**	**11.136.075**	**11.136.075**
Despesas Correntes	10.122.301	11.000.728	11.058.026	11.058.026
Despesas de Capital	121.817	86.683	78.049	78.049
Valores Globais	**10.244.117**	**11.087.411**	**11.136.075**	**11.136.075**
	43.603.678			

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**883.944**	**1.027.494**	**914.697**	**914.697**
Despesas Correntes	833.311	982.704	878.518	878.518
Despesas de Capital	50.633	44.790	36.180	36.180
Valores Globais	**883.944**	**1.027.494**	**914.697**	**914.697**
	3.740.833			

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**528.675**	**562.687**	**546.243**	**546.243**
Despesas Correntes	492.558	525.499	525.932	525.932
Despesas de Capital	36.117	37.188	20.311	20.311
Valores Globais	**528.675**	**562.687**	**546.243**	**546.243**
	2.183.848			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 76

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.318.844**	**1.451.826**	**1.352.652**	**1.352.652**
Despesas Correntes	1.252.948	1.419.657	1.334.597	1.334.597
Despesas de Capital	65.896	32.170	18.055	18.055
Valores Globais	**1.318.844**	**1.451.826**	**1.352.652**	**1.352.652**
	5.475.974			

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.332.342**	**1.395.244**	**1.275.989**	**1.275.989**
Despesas Correntes	1.200.947	1.223.977	1.207.149	1.207.149
Despesas de Capital	131.395	171.267	68.840	68.840
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**178.252**	**46.533**	**74.488**	**74.488**
Valores Globais	**1.510.594**	**1.441.777**	**1.350.477**	**1.350.477**
	5.653.324			

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**773.886**	**870.691**	**871.361**	**871.361**
Despesas Correntes	744.259	833.791	845.939	845.939
Despesas de Capital	29.627	36.900	25.422	25.422
Valores Globais	**773.886**	**870.691**	**871.361**	**871.361**
	3.387.299			

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**929.074**	**984.812**	**1.020.090**	**1.020.090**
Despesas Correntes	822.889	901.120	965.430	965.430
Despesas de Capital	106.185	83.692	54.660	54.660
Valores Globais	**929.074**	**984.812**	**1.020.090**	**1.020.090**
	3.954.067			

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**251.019**	**256.048**	**279.087**	**279.087**
Despesas Correntes	230.461	247.354	271.454	271.454
Despesas de Capital	20.558	8.694	7.633	7.633
Valores Globais	**251.019**	**256.048**	**279.087**	**279.087**
	1.065.241			

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**298.736**	**189.610**	**158.663**	**158.663**
Despesas Correntes	277.511	183.531	147.968	147.968
Despesas de Capital	21.225	6.079	10.694	10.694
Valores Globais	**298.736**	**189.610**	**158.663**	**158.663**
	805.672			

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.338.212**	**1.400.704**	**1.379.194**	**1.379.194**
Despesas Correntes	1.302.344	1.382.612	1.364.013	1.364.013
Despesas de Capital	35.868	18.092	15.180	15.180
Valores Globais	**1.338.212**	**1.400.704**	**1.379.194**	**1.379.194**
	5.497.303			

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.897.132**	**4.801.889**	**6.681.158**	**6.681.158**
Despesas Correntes	3.120.337	4.589.825	6.635.324	6.635.324
Despesas de Capital	1.776.795	212.063	45.834	45.834
Valores Globais	**4.897.132**	**4.801.889**	**6.681.158**	**6.681.158**
	23.061.336			

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls. 77

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.730.314**	**2.569.319**	**3.025.275**	**3.025.275**
Despesas Correntes	1.803.786	2.035.706	2.006.811	2.006.811
Despesas de Capital	926.528	533.613	1.018.464	1.018.464
Valores Globais	**2.730.314**	**2.569.319**	**3.025.275**	**3.025.275**
	11.350.182			

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.656.760**	**1.680.215**	**1.739.058**	**1.739.058**
Despesas Correntes	1.611.732	1.653.488	1.711.838	1.711.838
Despesas de Capital	45.028	26.727	27.220	27.220
Valores Globais	**1.656.760**	**1.680.215**	**1.739.058**	**1.739.058**
	6.815.089			

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 (mil R$)	Valor 2014 (mil R$)	Valor 2015 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**146.512**	**128.495**	**134.127**	**134.127**
Despesas Correntes	134.709	119.045	111.882	111.882
Despesas de Capital	11.803	9.450	22.245	22.245
Valores Globais	**146.512**	**128.495**	**134.127**	**134.127**
	543.261			

Parte III

Atributos modificados em 2013, posteriormente à Comunicação de Julho/2013

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 78

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos. - **(Nova Meta)**

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 79

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Plano Mais Brasil

PPA

2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais

Brasília - DF, Maio/2013

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas sociais, v.2, t.1

1. Plano Plurianual -2012-2015 - Brasil. 2. Políticas sociais. 3. previdência social. 4. trabalho-emprego-renda. 5. Saúde. 6. direitos humanos. 7. educação. 8. cultura. 9. esportes. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t.1

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

POLÍTICAS SOCIAIS 13

2061 - Previdência Social 15
2071 - Trabalho, Emprego e Renda 17
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) 65
2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 113
2019 - Bolsa Família 139
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional 149
2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas 175
2070 - Segurança Pública com Cidadania 185
2020 - Cidadania e Justiça 237
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos 279
2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 291
2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude 303
2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência 319
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial 355
2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência 375
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 381
2030 - Educação Básica 415
2031 - Educação Profissional e Tecnológica 441
2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão 449
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso 461
2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos 491

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 505

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 nutre-se, para ser possível e efetivo, de um intenso trabalho de monitoramento centrado em alguns dos principais atributos do plano. O monitoramento temático é, neste sentido, atividade estruturada para aprimorar a capacidade de entendimento e comunicação do estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA. Ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, ação primordial para viabilizar: a articulação e a cooperação interinstitucional; o subsídio à tomada de decisões; a participação social no monitoramento do Plano; o fortalecimento do diálogo com os entes federados; além de fornecer subsídios para eventuais ajustes na própria formulação e implementação das políticas.

O volume II do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012 – objeto deste documento – apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. O volume organiza os relatos das atividades de governo dividindo-os em 4 tomos: TOMO I - Políticas Sociais; TOMO II - Políticas de Infraestrutura; TOMO III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão.

Cada relatório apresentado contém informações tipificadas como Análise Situacional, as quais procuram descrever o andamento das principais diretrizes do governo para o ano de 2012. A estruturação do processo de monitoramento e avaliação do PPA, ao reconhecer o grau de complexidade que envolve a gestão e a implementação das políticas públicas, advindos tanto da percepção de interelação dos diversos sistemas que operam a realidade, quanto da consideração sobre os requisitos institucionais para a realização destas políticas, baseou-se em princípios como: responsabilização compartilhada entre órgãos e instâncias da Administração Pública Federal para realização

dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático; aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes; consideração das especificidades de implementação de cada política pública e, em especial, da complementaridade entre elas. Dessa forma, procura-se ampliar a percepção dessa realidade com a intenção primordial de aperfeiçoar os mecanismos de implementação e integração das políticas com vistas à redução das desigualdades, à democratização de oportunidades e ao desenvolvimento nacional.

São razões essenciais para justificar o empreendimento aqui realizado, colocando-o em perspectiva histórica, como parte do processo de amadurecimento e aperfeiçoamento institucional no campo das funções de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas brasileiras.

Boa leitura!

POLÍTICAS SOCIAIS

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	17,34	31/12/2012	30,78
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	10/01/2013	57,87
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	31/12/2012	1,19
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/12/2012	0,9
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,39	31/12/2012	1,37
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	0,0212	31/12/2012	0,96
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	31/12/2012	14,93
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	31/12/2012	3,17
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2011	70,7
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	31/12/2012	0,63
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	10/01/2013	30
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	35
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	20

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual),

trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

Importantes alterações na legislação foram realizadas, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual - MEI e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as "Donas de Casa de Família de Baixa Renda". Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual.

Em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Já em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

Com a realização de ações voltada à inclusão e permanência no sistema previdenciário, espera-se uma elevação do número de contribuintes da Previdência Social, que também está relacionada à confiança que se tem no sistema previdenciário. Por isso algumas ações importantes foram implementadas, e se consolidarão em um futuro próximo, no sentido de melhorar a imagem da instituição, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias.

Com relação ao Regime de Previdência Complementar - RPC, a instituição desse regime aos novos servidores que ingressam no serviço público federal, com a aplicação do limite do Regime Geral de Previdência Social - RGPS aos benefícios a serem pagos a esses servidores, o Ministério da Previdência Social - MPS atuou no sentido de prestar informação, orientação, esclarecimento sobre a nova situação, com a participação em fóruns de debates, seminários, workshops sobre o tema junto à entidades de classe, universidades e outros entes da sociedade.

O RPC além de constituir-se em um importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e sua família, é um mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo, ampliando a capacidade de investimento do país e contribuindo para o crescimento econômico. Dessa forma, as políticas públicas estão voltadas à conscientização da importância da previdência complementar operada pelos Fundos de Pensão como garantia de obtenção de uma renda adicional na fase da inatividade e ao desenvolvimento social e econômico-financeiro do país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, a proteção social era maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%).

  Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuíam para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens

chegava a 86,5%, resultado superior ao observado entre as mulheres (78,6%).

Há uma mudança de comportamento bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. No período 1992-2002, a variação no contingente de desprotegidos foi mais que proporcional ao crescimento da população protegida com o mesmo recorte etário. Como resultado, o percentual de protegidos diminuiu, passando de 66,4% em 1992 para 61,7% em 2002. Ambos os sexos registraram redução da cobertura, sendo que a queda mais pronunciada ocorreu entre os homens. Já entre 2002 e 2011, os dados revelam uma reversão dessa tendência, com uma melhora visível no nível de cobertura (de 61,7% em 2002 para 63,4% e 70,6%, respectivamente, em 2005 e 2011) para homens e mulheres.

A taxa de cobertura feminina, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos quatro anos, tem contribuído crescentemente para o resultado geral da cobertura.

Com objetivo de ampliar a cobertura de pessoas de baixa renda, principalmente da mulher dona de casa, o Governo sancionou a Lei nº 12.470, de agosto de 2011, que alterou, dentre outros, o Artigo 21 da Lei nº 8.212 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social. Essa alteração estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

Sob essa regra, o segurado pode optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor de poder passar a contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso o salário mínimo nacional.

No âmbito da Lei nº 12.470/2011, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda mensal familiar não ultrapasse 2 salários mínimos e esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Quantidade alcançada

69,7

Data de Referência

30/09/2011

- **Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, existiam no Brasil 60,47 milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, protegidas pela Previdência Social. Este contingente fazia parte de um universo de 85,55 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 70,7%. Em outras palavras, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estavam protegidos . Por outro lado, 25,08 milhões de trabalhadores (ou seja, 29,3% da população ocupada) encontravam-se sem cobertura previdenciária.

A maior categoria dentre os protegidos, em termos relativos e absolutos, era a dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (54,4% dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos), seguida pela dos segurados especiais (7,8%) – diferenciados em função de particularidades na contribuição e elegibilidade ao benefício previdenciário –, dos segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS (7,4%) e dos não contribuintes que recebem benefícios previdenciários (1,1%).

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime

previdenciário ou da assistência social ou contribuíam para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres.

O grande desafio da Previdência Social Brasileira tem sido o de ampliar a proteção social, via inclusão previdenciária, e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade futura desse sistema tão importante para a sociedade, especialmente para os trabalhadores de baixa renda e para os agricultores familiares.

No campo da ampliação da proteção previdenciária, algumas medidas importantes já foram adotadas em setores mais fragilizados, tais como pequenos empreendimentos (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), trabalho doméstico (redução da alíquota patronal e dedução do IR) e trabalho assalariado no campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

A elevação do número de contribuintes da Previdência Social também está relacionada com a confiança que se tem no sistema previdenciário e por isso algumas ações importantes foram implementadas, e se consolidarão em um futuro próximo, no sentido de melhorar a imagem da instituição, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias.

Quantidade alcançada
70,7
Data de Referência
30/09/2011

- **Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do sistema fechado de previdência complementar têm trabalhado de forma a acompanhar a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro.

Em 2012, a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, que ocorreu com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, propiciará a entrada de novos participantes ao sistema fechado de previdência complementar. Nesse sentido, para o próximo ano, um dos desafios será a implantação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp.

A outra ação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, trabalhada em 2012 e que será continuada no próximo ano, refere-se ao apoio ao desenvolvimento dos projetos de educação financeira e previdenciária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. Iniciativas como a realização de seminários envolvendo participantes e dirigentes das EFPC e a realização de estudos e pesquisas com vistas a prover maior transparência na divulgação de informações relevantes aos participantes, patrocinadores e instituidores e à correta proteção de interesses de participantes e assistidos, serão desenvolvidas.

- **Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados**

Análise Situacional da Meta

O MEI foi criado, no final de 2008, por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, como sendo o empresário individual que tenha auferido receita bruta anual de até R$ 36 mil e que fosse optante pelo Simples Nacional. Desde janeiro de 2012, o MEI conta com um novo limite de receita bruta anual que é de R$ 60 mil, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.

O MEI é uma nova faixa dentro do Simples Nacional, a de faturamento mais baixo e, portanto, na base da pirâmide, de modo que os optantes pelo referido sistema passaram a ter que pagar apenas a contribuição previdenciária de 11% sobre o salário mínimo e valores fixos de R$ 1,00 de ICMS e R$ 5,00 de ISS.

Em abril de 2011, o programa passou por nova redução na contribuição para a Previdência Social para 5% do salário mínimo, conforme determinou a Medida Provisória nº 529, de 07 de abril de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Esta mesma Lei estabeleceu a contribuição previdenciária de também 5% para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.

O MEI pode registrar um único empregado que receba exclusivamente salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional, sendo que a contribuição patronal à Previdência Social ficará reduzida a 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição mais 8% de FGTS.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado de forma significativa na proteção social com a criação de programas como o Bolsa Família. No campo da Seguridade de caráter contributivo, houve uma forte expansão da cobertura previdenciária dos trabalhadores ocupados nos anos 2000, em função da combinação de expressiva geração de empregos formais com medidas focalizadas de inclusão previdenciária. Foram tomadas medidas voltadas a inclusão previdenciária dos trabalhadores por conta própria ou autônomos, dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e medidas voltadas à educação previdenciária.

O MEI, além de contar com o estímulo da redução da contribuição previdenciária, também foi agraciado com medidas como simplificação do registro como pessoa jurídica por meio do Portal do Empreendedor, no âmbito do SIMPLES, instituição de linhas de crédito especiais e outras vantagens. A Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, ampliou o teto de faturamento anual do MEI de R$ 36 para R$ 60 mil, mas mantendo-o como a faixa de faturamento mais baixa dentro do SIMPLES. Portanto, o MEI articula agendas de inclusão previdenciária, simplificação de registro de pessoa jurídica, desburocratização e oferta de benefícios para aqueles que se formalizaram para reduzir a informalidade e ampliar a proteção social.

O MEI vem apresentando resultados positivos. As inscrições no referido programa saltaram de 77 mil, no final de janeiro de 2010, para 1,9 milhão, no final de 2011. Ainda que apresentando resultados positivos, o MEI necessita de ajustes, posto que, atualmente, apresenta inadimplência. Além disso, há necessidade de simplificação das obrigações que surgem para o MEI quando de sua alteração para pessoa jurídica, pois a transformação do empreendedor em pessoa jurídica gera uma série de obrigações acessórias e custos que podem comprometer a sustentabilidade do microempreendedor. A título de exemplo, a transformação em pessoa jurídica tem gerado a mudança do IPTU de residencial para comercial, com grande elevação de custo para o empreendedor.

Quantidade alcançada

2.665.605

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

Todas as ações implementadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - estão calcadas em um único e valioso objetivo: prestar um atendimento de qualidade aos trabalhadores brasileiros. Há empreendimento de ações a fim de mitigar suas vulnerabilidades e deficiências, o equilíbrio entre as diretrizes governamentais, as expectativas dos servidores e os anseios da sociedade. Das ações empreendidas, pode-se citar:

a) Novos Sistemas Operacionais de Benefícios: o INSS está investindo na consolidação e modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, utilizando as bases de informações disponíveis no governo e mecanismos de interação com o cidadão. O CNIS é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos, com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos, minimizando a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Uma parte fundamental dessa mudança está no desenvolvimento e implantação dos novos sistemas que substituirão as atuais aplicações de consulta e atualização dos dados do CNIS, bem como a construção do Cadastro Rural, consolidando a sistemática de validação, apropriação e disponibilização das informações, garantindo a integridade dos dados, promovendo também a integração entre órgãos e entidades para troca de informações. Os aplicativos utilizados pelo INSS atualmente estão gradativamente sendo substituídos pelo PORTAL CNIS, que disponibilizará em plataforma web todas as funcionalidades desses aplicativos, agregando também novas funcionalidades, conceitos e tecnologias nas áreas de gestão de conhecimento, inclusive documental, instituindo a certificação digital e aprimorando a gestão do relacionamento com o cidadão.

b) Sistema Integrado de Benefícios - SIBE: abrange um conjunto de projetos que implementam os processos de negócios definidos pelo Novo Modelo de Gestão – NMG - do INSS no que se refere ao desenvolvimento de sistemas. O SIBE substituirá todos os atuais sistemas de benefícios, promovendo a redução do Tempo Médio de Espera pelo Atendimento Agendado - TMEA, seja o da Perícia Médica, da Avaliação Social ou dos demais serviços, bem como do Tempo Médio de Concessão - TMC.

c) Novo Sistema de Agendamento - SISAGE: a metodologia do SISAGE é voltada para a melhoria na gestão da disponibilidade de vagas para os serviços prestados, uma vez que o sistema faz a distribuição dessas vagas de forma automática. Neste novo formato, os agendamentos são efetuados mediante as habilidades de cada servidor e sua disponibilidade para a execução dos serviços. Assim, ocorrem mais agendamentos para o serviço mais demandado, evitando que o tempo médio de espera para o atendimento agendado seja completamente diferente entre serviços de uma mesma unidade de atendimento. O SISAGE propicia uma melhoria no controle da amplitude entre as datas de agendamento para serviços de uma mesma agência.

d) Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC: em 2012, deu-se continuidade a implementação do SIRC, sistema que captará as informações dos registros de nascimento, natimorto, casamento, além de óbitos, estes hoje administrados pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos, e, as respectivas averbações, anotações e retificações com vistas a constituir um cadastro dos dados civis dos cidadãos e viabilizar a promoção do processo de reconhecimento automático de direitos junto à Previdência Social.

e) Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e vinculação das novas unidades com o Plano Brasil sem Miséria: o PEX tem como foco incluir uma nova Agência da Previdência Social – APS - em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Com a ampliação da Rede de Atendimento, os segurados não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Nas novas unidades, eles são atendidos em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As

novas agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas com deficiência. O PEX está focado na erradicação da pobreza extrema que atinge aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros. O Plano Brasil Sem Miséria prevê como estratégia de ação aumentar as capacidades e oportunidades a esta população operando em três eixos: Eixo Garantia de Renda; Eixo Inclusão Produtiva, e; Eixo Acesso aos Serviços Públicos. Da análise comparativa das duas ações governamentais, PEX e Plano Brasil Sem Miséria, em especial suas diretrizes e objetivos, conclui-se que o PEX apresenta pontos de aderência com o Plano Brasil sem Miséria de forma a contribuir com seus objetivos, sobretudo no que tange aos eixos mencionados. Para a expansão da rede, estão sendo investidos R$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, bem como em obras de recuperação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R$ 1,1 bilhão.

f) O Extrato Previdenciário: outra melhoria na prestação de serviços foi a implantação do extrato previdenciário, em que os trabalhadores têm acesso aos seus dados cadastrais e de vínculos empregatícios, além das informações sobre remunerações e contribuições previdenciárias, a partir de julho de 1994, constantes do CNIS. O extrato previdenciário permite, ainda, aos trabalhadores o acompanhamento permanente de sua vida laboral e possibilita a identificação de eventuais lacunas ou incorreções nos dados cadastrais ou nas contribuições previdenciárias. A consulta ao extrato previdenciário foi disponibilizada em 2012 também aos correntistas da CEF que utilizam o Internet Banking.

Metas 2012-2015

- **Adequar 100% da rede de atendimento**

  Análise Situacional da Meta

  Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimento chega a R$ 1,1 bilhão.

  Quantidade alcançada

  86

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo investidos R$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, para a expansão da rede, bem como em obras de recuperação e adequação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R$ 1,1 bilhão.

  Quantidade alcançada

  118

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	200	unidade	70	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85	unidade	23	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	50	unidade	4	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	50	unidade	15	31/12/2012
Superintendência Sul	50	unidade	6	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

  Análise Situacional da Meta

  O INSS, desde 2010, fixou em seu plano de ação, o acompanhamento do Tempo Médio de Concessão – TMC - em todas as unidades de atendimento e, para o exercício de 2012, alcançou 30 dias.

Com o volume de demandas crescente, o INSS vem adotando ações de movimentação de servidores ou processos para as localidades que apresentam maior carência.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	16	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	18	unidade	40	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Perícia Médica. Foi executado pelo INSS, de junho a outubro de 2012, um Plano de Ação Emergencial para melhoria do atendimento à população, incluindo o objetivo de redução do Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica. Nesse plano foram organizados mutirões de atendimento, deslocamentos de profissionais entre diferentes cidades e unidades federativas, com vistas à redução progressiva desse indicador.

Cabe a manutenção dos esforços empreendidos nesse período, incluindo a disponibilização do maior contingente possível de Peritos Médicos Previdenciários realizando atendimento médico-pericial, para acréscimo da produtividade. Há que se ressaltar que existem várias outras atividades desempenhadas pelos Peritos Médicos Previdenciários que também envolvem o reconhecimento de direitos.

Foram realizadas videoconferências com a participação dos Representantes Técnicos da Perícia Médica e a Coordenação Geral de Perícias Médicas, com suas Coordenações afins, com o objetivo de alinhamento de conduta técnica e gerencial, além de reunião técnica presencial no período de 18 a 20 de setembro.

Houve ingresso de 325 Peritos Médicos Previdenciários no ano de 2012, com posse em maio e outubro, sendo que dos que tomaram posse em outubro, muitos ainda não realizam atendimento de agenda SABI (Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade) de forma plena – período de capacitação técnica e aumento progressivo de agendamento conforme desempenho.

Há dificuldade de fixação de Peritos Médicos Previdenciários em Agências de Previdência Social - APS - de regiões mais distantes, o que representa um fator impactante na melhora deste índice nessas regiões. Como citado anteriormente, estão sendo realizados deslocamentos de profissionais de outras APS da mesma gerência para atendimento nessas unidades.

Destacamos também que a implantação plena do SIBE (Sistema Integrado de Benefícios) módulo BI, assim como do módulo RP, sistema informatizado com consolidação de vários sistemas em operação atualmente, que possui característica importante de possibilitar gerenciamento de todas as atividades médico-periciais, não apenas as de

agendamento SABI, como ocorre atualmente, contribuirá significativamente com o cumprimento da meta .

Em novembro, no período de 20 a 23, foi realizada capacitação técnica para Gestores de Segurança e Saúde no Trabalhado - SST, visando o planejamento estratégico, gestão de pessoas e de sistemas informatizados, com o objetivo de melhorar a qualidade da prestação de serviços, na distribuição e organização das demandas, levando consequentemente a redução do tempo médio de espera para o atendimento de Perícia Médica.

Para o ano de 2013, planejamos: acompanhamento dos valores deste indicador – TMEA-PM com gerenciamento da atividade médico-pericial visando a redução deste; manutenção dos deslocamentos de Peritos Médicos Previdenciários para as APS sem profissional lotado; acompanhamento do reflexo positivo das capacitações realizadas em 2012 quanto ao gerenciamento estratégico e de pessoas, além de melhoria de qualidade no atendimento médico-pericial, com desenvolvimento de outras capacitações; expansão do sistema informatizado – SIBE - ferramenta técnica e gerencial importante junto aos outros sistemas informatizados já em funcionamento; entre outros.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	41	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	39	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	8	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	14	unidade	49	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido um novo Sistema de Agendamento que possibilitará a otimização dos recursos disponíveis nas Agências, reduzindo o número de vagas expiradas.

Além disso, foi executado um Plano Emergencial para Aperfeiçoamento dos Serviços do INSS de forma a: garantir acesso aos serviços previdenciários e assistenciais por meio de abertura de vagas nas agendas; equilibrar o TMEA do atendimento agendado; equilibrar os processos represados acima de 45 dias; manter as metas alcançadas e cumprimento das definições constantes na Resolução do Planejamento Estratégico; acompanhar os insucessos de agendamentos nas APS e acompanhar o agendamento/atendimento do Salário Maternidade e Aposentadoria no estado do Maranhão, com o objetivo de reduzir o TMEA desses benefícios.

Entre os fatores que dificultaram atingir o objetivo pode-se citar: aumento da demanda; ampliação da população com cobertura previdenciária; quantidade considerável de interrupção e/ou perda na velocidade na transmissão de dados das unidades e disponibilização de Sistemas.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Superintendência Nordeste	19	unidade	21	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	8	unidade	14	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	20	31/12/2012
Superintendência Sul	20	unidade	24	31/12/2012

- **Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta

Desde 2010, o INSS definiu como indicador de gestão o Índice de Resolutividade –IRES, que mede o percentual de processos onde o segurado tem seu benefício decidido na mesma data do seu primeiro atendimento. Esse indicador, em dezembro de 2012, apresentou o resultado de 57,87%, o que representa um avanço significativo, pois em janeiro deste mesmo ano o resultado era de 51%.

Um fator preponderante para o atingimento de melhores resultados deste indicador é a qualidade das informações dos segurados no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, matéria-prima necessária à decisão do beneficio. O INSS tem envidado nos últimos anos esforços na estruturação das bases cadastrais de maneira a traduzir maior confiabilidade das informações dos contribuintes e segurados.

Vale ressaltar que no rol de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em torno de 30% desse montante são benefícios de espécies que, via de regra, não poderão ser concedidos no mesmo dia, como é o caso de um auxílio doença que traz em seu processo de trabalho duas agendas distintas: uma com o servidor administrativo e outra com o perito médico, e que na maioria das vezes as datas de agendamento não são coincidentes.

Quantidade alcançada

57,87

Data de Referência

31/12/0012

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O Regime Geral de Previdência Social - RGPS, regime de previdência que protege a maior parte dos trabalhadores do País, cobre os trabalhadores assalariados urbanos, autônomos, domésticos e rurais, ou seja, é a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e dos funcionários públicos celetistas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, eram 46,53 milhões de contribuintes, com idade entre 16 e 59 anos, ante a 41,97 milhões, em 2009. O Regime Geral é, sem dúvida, um dos mecanismos mais efetivos de proteção social no Brasil, beneficiando direta e indiretamente parcela significativa da população brasileira.

Nos últimos anos, o MPS tem buscado ampliar a cobertura previdenciária, principalmente nos setores mais fragilizados da sociedade. Uma das medidas de formalização que tem revelado excelentes resultados é quanto aos microempreendedores. Trata-se de uma inovação no sistema tributário brasileiro, com a criação de uma nova faixa de enquadramento na base da pirâmide do Simples Nacional, que já é um sistema simplificado de enquadramento e tributação de microempresas e empresas de pequeno porte, em condições vantajosas para os trabalhadores por conta própria que pretendem legalizar-se como pequenos empresários. Na verdade, é um olhar inovador e diferenciado que o Estado passa a ter em relação a esse público, anteriormente chamado de pré-empresa. Em 2012, o Governo Federal lançou a MP n° 563 que alterou os artigos 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, determinando novos critérios para o cálculo da contribuição social patronal. Assim, a MP n° 563, além de ampliar a desoneração para um

considerável número de setores, diminuiu em alguns casos a aplicação da alíquota de 2,5% e 1,5% para 2% e 1%, respectivamente.

Em setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória n° 582 com mais 15 setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Com a sanção da MP n° 563 (ao ser convertida na Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012) e promulgação da Medida Provisória n° 582 foram incluídos novos setores. Dessa forma, é importante ressaltar que essas medidas têm o objetivo de reforçar o crescimento econômico sustentado, com geração de empregos formais de boa qualidade, que é uma condição necessária e fundamental para a continuidade da ampliação da cobertura previdenciária no país.

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, regimes que protegem os servidores públicos titulares de cargos efetivos, os chamados estatutários, vêm contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País em razão da capitalização solidária do sistema, especialmente da União e alguns Estados, assim representado: (i) atualmente, existem cerca de 1.990 RPPS instituídos, abrangendo a União, todos os Estados, o Distrito Federal, as capitais e aproximadamente um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte; (ii) são aproximadamente R$ 60 bilhões em valores aplicados no mercado financeiro e de capitais, além de outros ativos que, juntamente com os recursos financeiros, chegam a R$ 140 bilhões em valor presente e; (ii) existem cerca de 10 milhões de beneficiários, incluindo servidores, aposentados e pensionistas.

Outra importante meta estabelecida para a sustentabilidade do regime previdenciário foi a de regulamentar a previdência complementar para o servidor público, o que ocorreu ainda em 2012 com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (FUNPRESP-EXE, FUNPRESP-LEG e FUNPRESP-JUD, respectivamente).

O efeito pretendido com a instituição das Funpresp é a redução da pressão sobre os recursos públicos alocados à previdência, permitindo a construção de um modelo de previdência sustentável, com a possibilidade de ampliação da capacidade de gasto público em áreas essenciais ao crescimento econômico e em programas sociais.

Dessa forma, fica autorizada a aplicação do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS - às aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS. Esse limite aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após início do funcionamento das Funpresp. Aos demais servidores fica aberta a possibilidade de aderirem ao Regime de Previdência Complementar, num prazo de dois anos.

O Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012, cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE, bem como estabelece a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a FUNPRESP-EXE.

O porte e o elevado potencial de acumulação de recursos desse novo investidor institucional poderão estimular novos investimentos e a demanda por ativos no mercado financeiro e de capitais. O Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, além da defesa da proposta durante seu trâmite no Congresso Nacional, atuou no apoio à implantação do FUNPRESP-EXE, com a participação na elaboração do Decreto de

criação, do Estatuto e do Regulamento do plano a ser oferecido pela entidade.

Além disso, atuou na realização do seminário internacional sobre o tema, cuja discussão possibilitou a análise de regimes internacionais de previdência complementar para servidores públicos e suas características, dar conhecimento e divulgar a importância da FUNPRESP-EXE para o País.

Metas 2012-2015

- **Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB**

  Análise Situacional da Meta

  Houve relevante crescimento do volume de ativos garantidores de benefícios previdenciários em relação ao PIB, saindo de menos de 1% em 2004, chegando a 3,17%, em 2012.

  Ainda há alguns obstáculos a serem transpostos para alavancar o crescimento, especialmente, o incremento das articulações com diversos segmentos da indústria do mercado financeiro e de capitais, no sentido de se construir alternativas de potencialização de ativos em fundos de investimentos estruturados voltados para vocações regionais e locais, mediante a incorporação de bens aos RPPS que possam gerar renda e desenvolvimento. Ações nesse sentido já estão em andamento e devem ser intensificadas em 2013.

  Quantidade alcançada

  3,17

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**

  Análise Situacional da Meta

  Houve crescimento do quantitativo de entes federativos com RPPS instituídos e em funcionamento. Em 2012, são 1.990 entes federativos com RPPS instituídos. Há de se considerar que não basta criar novos RPPS, mas sim, a assunção, pelos gestores, da responsabilidade que representa instituir o seu regime próprio e que o mesmo assuma, também, o compromisso de viabilizar a sua gestão de forma sustentável e, este tem sido o trabalho desenvolvido, ação que será mantida em 2013, com o escopo de difusão do conhecimento sobre RPPS como opção de racionalização dos gastos públicos mediante a geração de poupança interna e oportunidades de desenvolvimento local.

- **Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Reabilitação Profissional. Foram realizadas reuniões técnicas com a participação dos Representantes Técnicos da Reabilitação Profissional – RET - das Superintendências Regionais nos períodos de 23 a 25 de maio, 22 e 23 de agosto e 26, 27 e 30 de novembro, com o propósito de: alinhar procedimentos, orientar quanto ao orçamento da ação 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional - e quanto ao preenchimento e envio do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional -BERP, fomentar a celebração de novos acordos e convênios, planejamento de capacitações para as equipes e formação de Grupos de Trabalhos – GT. Com os mesmos objetivos acima citados foram realizadas videoconferências nos dias 02/02, 03/02, 06/02, 26/03, 27/04, 11/06 com a participação dos Responsáveis Técnicos pela Reabilitação Profissional – RT - nas Gerências Executivas e nos dias 18/10, 26/10, 29/10, 12/11 e 13/11 as videoconferências ocorreram a fim de ouvir as equipes de RP, Chefe de SST, RT , ROP e administrativos sobre a necessidade de supervisões e capacitações para o planejamento 2013.

  Ao longo do exercício de 2012 foram realizadas ações de supervisão junto às equipes de Reabilitação Profissional das Gerências Executivas - GEX: São Luis, DF, Dourados, Campo Grande, Caruaru, Recife, Joinville, Blumenau, Boa

Vista, Manaus, Porto Velho.

A Reabilitação Profissional em conjunto com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS - CFAI implementou ações de capacitação para as equipes, sendo uma na modalidade EAD referente a procedimentos da Reabilitação Profissional e outro na modalidade presencial sobre Mercado de Trabalho.

Em outubro de 2012, ocorreu reunião técnica de serviço, com a participação da Associação Brasileira de Ortopedia Técnica – ABOTEC, com 100 Peritos médicos a fim de orientá-los quanto à prescrição de órteses e próteses para os beneficiários em Reabilitação Profissional.

Em Agosto de 2012, a Reabilitação Profissional celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a DGUV – Alemanha com objetivo de troca de experiências entre Brasil e Alemanha com ênfase nos aspectos da prevenção, reabilitação e gestão da seguridade social.

Visando a otimização do tempo do segurado em programa de Reabilitação Profissional e a aquisição de recursos materiais, ocorreram reuniões entre as áreas de Reabilitação Profissional, Orçamento, Logística e Procuradoria, que permitiram a publicação de Memorandos normatizando a contratação por dispensa de licitação para cursos profissionalizantes e a situação de recusa do segurado ao programa de Reabilitação Profissional.

Em conjunto com a DATAPREV e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, já está em desenvolvimento um Sistema de Informação e Acompanhamento da Reabilitação Profissional SIAC- RP, permitindo a obtenção de dados mais fidedignos e a análise mais célere dos dados.

Está em fase de finalização a revisão do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional visando a adequação do texto e, considerando a complexidade de alguns temas, poder apresentar informações mais abrangentes e necessárias para a atuação das equipes de Reabilitação Profissional.

A Reabilitação Profissional tem como uma das metas de 2013 a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica.

Quantidade alcançada

55,37

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está intimamente ligada à de “Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB”. As seguintes questões impactam diretamente o dimensionamento da meta e seu atingimento. Entre outras questões, podemos destacar:

1. Os dados cadastrais dos servidores dos entes apresentam-se inconsistentes, proporcionando distorções nas avaliações atuariais;
2. Critérios diferenciados para estabelecimento de premissas atuariais para suprir a inconsistência dos dados;
3. Em razão dos itens anteriores, os resultados atuariais apresentam variação em relação a cada exercício, dificultando

conclusões precisas.

As medidas e ações para o cumprimento da meta, em linhas gerais, são as representadas a seguir:

1. A partir de 2013, será implementado o banco de dados nacional em cumprimento ao art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, mediante a alimentação do Cadastro Nacional de Informações Sociais do Servidor Público – CNS/RPPS, com os dados dos servidores públicos, aposentados, pensionistas e dependentes de todos os entes com RPPS, permitindo assim, entre outras ações, a realização de avaliações atuariais mais consistentes e realistas;
2. Também em 2013, deverá ser desencadeado em todos os entes com RPPS, política de atualização dos dados cadastrais, funcionais, financeiros e previdenciários de todos os segurados e dependentes dos RPPS;
3. Deverá ser intensificada, como dito, a política de aportes de ativos diversos para os fundos garantidores de previdência dos servidores públicos, em conformidade com o art. 249 da Constituição Federal, bem como articulação com os diversos setores da economia e mercado financeiro e de capitais para potencializar a geração de renda e desenvolvimento a partir desses ativos.
4. Deverá ser dispensada atenção especial à formação e profissionalização dos gestores de RPPS, bem como a melhoria dos mecanismos de acompanhamento, supervisão e controle como forma de garantir a integralidade do patrimônio dos servidores.

Quantidade alcançada
30,78
Data de Referência
31/12/2012

- **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

Análise Situacional da Meta

O Governo estabeleceu como prioridade para 2012 a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, que ocorreu com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Sua aprovação dá sequência aos ajustes efetuados no Sistema Brasileiro de Previdência, iniciado com a edição da Emenda Constitucional n° 20 de 15 de dezembro de 1998, pois seu objetivo principal é viabilizar a recomposição do equilíbrio dos regimes previdenciários no médio e longo prazo e garantir tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e privado, de forma a obter um modelo previdenciário mais justo e sustentável para o país.

Com a aprovação da Lei nº 12.618, de 2012, passou a ser aplicado o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, às aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos - RPPS. Esse limite aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após início do funcionamento das Funpresp. Aos atuais servidores fica aberta a possibilidade de, no prazo de vinte e quatro meses, aderirem ao novo plano.

Em prosseguimento, com vistas ao início efetivo das atividades da Funpresp, foi publicado o Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, bem como estabelece a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União – na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios – celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Após análise e ratificação dos termos desse decreto, a Previc, órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência

complementar, pela Portaria nº 604, de 19 de outubro de 2012, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da Funpresp-Exe, com a aceitação de seu Estatuto.

Com a nomeação, ocorrida em 12 de novembro de 2012, dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o Governo trabalha na elaboração do plano de benefícios a fim de viabilizar o funcionamento do novo regime de previdência para os servidores nos primeiros meses de 2013.

- **Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o INSS trabalhou num processo de Ação Emergencial (Resolução nº 224/PRES/INSS, de 16 de julho de 2012) para priorizar o atendimento ao benefício inicial, obrigando, assim, a postergação das outras atividades dos médicos peritos, entre elas, a revisão das aposentadorias (Memorando Circular nº 01/DIRSAT/INSS de 06 de julho de 2012).

Entre as medidas implementadas na Ação Emergencial, destaca-se o retorno de todos os médicos peritos cedidos. O INSS está construindo um novo modelo de gestão da avaliação da capacidade laborativa, que entre outros objetivos, pretende otimizar a mão de obra médica para a realização de atividades para além das perícias médicas rotineiras.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	890.560	31/12/2011	1.237.206
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	2.015.335	31/12/2011	2.451.356
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	0,68	30/11/2012	0,87
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	2,35	30/11/2012	1,59
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,22	30/11/2012	1,34
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,48	30/11/2012	1,33
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	1.020.986.719,5	31/12/2011	1.605.543.923,05
Taxa de atividade	%	31/12/2009	62,1	30/09/2011	60
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/07/2012	95,08
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	30/11/2012	76,2
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	30/11/2012	3,6
Taxa de desocupação	%	31/12/2009	8,3	30/09/2011	6,7
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	%	31/12/2010	33	31/12/2012	76
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	21,39	31/12/2011	18,13
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	1/1.000	31/12/2009	12,45	31/12/2011	10,79
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho	1/1.000	31/12/2009	0,52	31/12/2011	0,38
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	3,45	31/12/2011	4,06
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	1/100.000	31/12/2009	7,38	31/12/2011	7,35
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2011	1,83

Taxa de participação da população negra no total de empregos formais	%	31/12/2009	35,02	31/12/2012	34,98
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	%	31/12/2009	41,43	30/09/2012	42
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	%	31/12/2009	53,58	30/09/2011	57,13
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2012	952.048
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	2.848.446.204,64	31/12/2011	3.755.106.065,62

Observações:

Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal - Percentual de trabalhadores colocados ou recolocados pelo Sistema Nacional de Emprego - Sine relativo ao total das admissões registradas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, excluídas as transferências.

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

Metas 2012-2015

- **Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho**

Análise Situacional da Meta

A perspectiva de igualdade de gênero tem sido incorporada nos cursos de qualificação profissional na medida em que o sistema MTE Mais Emprego permite que se priorize as mulheres no momento da convocação de trabalhadores para os cursos, em uma proporção acima da mesma proporção das mulheres na população economicamente ativa. Em 2012, do total de beneficiários das ações de qualificação, 56% eram mulheres.

- **Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania**

Análise Situacional da Meta

Em prol do alcance desta meta, no decorrer do ano de 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, participou de diversas ações e reuniões para viabilizar a interação com outras iniciativas do governo federal, tais como: Plano Viver sem Limite; Programa BPC (em interação com o MDS); Plano Brasil sem Miséria e o PRONATEC, por meio do qual, tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego). Para o ano de 2013 será dado continuidade as iniciativas acima comentadas.

- **Ampliar a certificação de competências profissionais no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Análise Situacional da Meta

O MTE tem atuado em conjunto com o MEC nas tratativas pertinentes à Rede Certific, cujo escopo se encontra em processo de revisão. Ressalte-se ainda a participação do MTE no Subgrupo 10 do MERCOSUL, que trata de assuntos sociolaborais, incluindo a certificação, no sentido de criar estratégia de reconhecimento mútuo das certificações profissionais ofertadas a trabalhadores dos países membros.

- **Ampliar a informatização dos processos de identificação e registro profissional**

Análise Situacional da Meta

O processo de identificação do registro profissional já é todo informatizado. Visando dar continuidade ao cumprimento desta meta, o Ministério iniciou, a partir de 26/11/2012, a implantação, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal - SRTE/DF, do Projeto Piloto da nova versão do Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), que trouxe melhorias ao processo de registro, dentre elas a possibilidade do acompanhamento da solicitação pelo trabalhador via internet, viabilizando maior transparência no processo de emissão. Quanto à execução física, no ano de 2012 foram emitidos 87.810 registros profissionais no país inteiro, dos quais 550 foram emitidos pela SRTE-DF, no período de 26/11 a 31/12, por meio da nova versão do sistema. Até o final de 2013 a nova versão do sistema será implantada em todo o país e, estima-se que haverá acréscimo de 6.022 processos em relação ao quantitativo emitido no ano de 2012, resultando num total de 93.832 processos de solicitação de registros.

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi priorizada a qualificação social e profissional para a copa do mundo, entre outros públicos. O programa de qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego encontra-se em processo de reestruturação, com vistas a adequar-se à Lei 12.513, de 2011, que instituiu o Pronatec. Ademais, demandas nacionais tendem a ser priorizadas, tais como Construção Civil e Trabalhadores Rurais, para os quais há compromisso assumido nas Mesas Nacionais de Pactuação.

- **Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; -**

afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal

Análise Situacional da Meta

Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

- **Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra à demanda do mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego está realizando pesquisa em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, por meio da Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012, na qual será contemplada também pesquisa a respeito da adequação entre a oferta e a demanda de mão de obra e de qualificação profissional no país. Também o próprio sistema de gestão utilizado pelo SINE, o Sistema MTE Mais Emprego, já representa uma iniciativa em busca de melhor adequação entre qualificação e intermediação, haja vista que possibilita um cruzamento mais adequado entre o perfil da vaga de emprego e o perfil do trabalhador, podendo-se verificar, por meio do banco de dados, a necessidade de cursos de Qualificação Social e Profissional - QSP. Importante destacar que o Ministério desenvolveu no ano de 2012, sistema que visa mensurar o alcance desta meta, além de constituir importante ferramenta de gestão. Trata-se de sistema por meio do qual todas as unidades de representação do Ministério, incluindo Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTEs e postos do SINE, terão acesso à consulta às diversas bases de dados do MTE e poderão realizar os cruzamentos necessários para a verificação e identificação da necessidade de qualificação frente à demanda do mercado de trabalho. O sistema encontra-se em fase de homologação para posterior implantação.

- **Consolidar o arcabouço legal do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego deu continuidade em 2012 à realização de estudos que viabilizarão o alcance da meta. Pode-se citar: Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012, em realização pelo Banco, para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país. Encontra-se também em estudo a verificação de formas de descentralização do recurso para as ações do SINE, o que também contribuirá diretamente no alcance dessa meta de consolidação do arcabouço legal.

- **Criar novos instrumentos e aperfeiçoar os mecanismos existentes para a promoção da integração entre as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação social e profissional**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de melhoria contínua do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, possibilita a integração no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso possibilitou, em 2012, a interação com outras políticas públicas do governo federal, tais como Brasil sem Miséria, Plano Viver sem Limite e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

- **Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando ao acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Análise Situacional da Meta

Em referência à ação Passaporte Qualificação, cumpre ressaltar que a Resolução CODEFAT nº 679/2011 regulamenta a ação, entretanto ainda não há procedimento de credenciamento ou de certificação de entidades para adoção do mecanismo de provimento de passaporte ao trabalhador para inscrição em cursos de qualificação.

Vale destacar que a articulação com o Pronatec vem possibilitando a recolocação do trabalhador desempregado (requerente do benefício seguro-desemprego) num período mais curto por meio do acesso a cursos de qualificação.

- **Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários**

Análise Situacional da Meta

Está em estudo o desenvolvimento de metodologia que contemple a preparação dos recursos humanos das empresas no acolhimento de pessoas com deficiência, a capacitação dos atendentes dos SINEs no atendimento desse público, a capacitação dos captadores de vagas nos SINEs sob o prisma da inclusão social desse público, e a capacitação das instituições formadoras visando ao aumento da participação de pessoas com deficiência nos cursos de qualificação profissional.

- **Garantir a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

Análise Situacional da Meta

A maioria das receitas do FAT (75%) é oriunda de repasses da União. Do lado das despesas, cerca de 95% das receitas do FAT são aplicados no cumprimento de preceito constitucional relativo a repasses para o BNDES e a pagamentos de benefícios do Abono Salarial e do Seguro-desemprego. A implementação de ações que visem à imediata recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e à redução da rotatividade da mão de obra, como as ações de qualificação profissional, por meio do PRONATEC, e as ações de gestão do Programa Seguro-Desemprego, por meio do Portal Mais Emprego/MTE, no exercício de 2012, contribui para a redução do número de pagamentos do benefício do Seguro-Desemprego ao trabalhador com carteira de trabalho. Os resultados nominais do Fundo foram superavitários em 2011 e 2012.

- **Implantação de padrão nacional de ações e de qualidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, respeitando características regionais**

Análise Situacional da Meta

Em relação à padronização e à qualidade do atendimento, encontram-se em curso três grandes projetos que têm a finalidade de contribuir diretamente para o alcance desta meta. Os estudos citados são: Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; Chamada

Pública, em realização pelo BNDES (Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012), para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país.

- **Implantar metodologias de orientação profissional voltadas para o atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para a qualificação social e profissional**

  Análise Situacional da Meta

  Em referência à qualificação, foi elaborada metodologia de qualificação para os conteúdos gerais aplicáveis a todos os cursos, no qual a orientação profissional é parte integrante desse conteúdo, portanto, incluída em todos os cursos de qualificação. Sua utilização será iniciada nos cursos realizados a partir de 2013.

- **Instituir modalidade de cursos de qualificação a distância**

  Análise Situacional da Meta

  Está em execução por meio de descentralização de recursos à UnB, visando o provimento de cursos à distância no âmbito do Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC da Presidência da República.

- **Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional**

  Análise Situacional da Meta

  Está em desenvolvimento uma proposta de credenciamento de instituições de qualificação.

- **Otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, pelo aprimoramento de críticas de sistemas, pela facilitação da reinserção do requerente e do segurado no mundo do trabalho, e pela conscientização dos potenciais beneficiários em relação a seus direitos e deveres**

  Análise Situacional da Meta

  Visando à otimização na concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, foram finalizados os testes de requisitos, procedimentos de validação e de homologação da proposta que visa processamento do Seguro-Desemprego utilizando o número do CPF. A nova rotina cruza as informações dos Requerimentos de Seguro-Desemprego com a base CNIS - Pessoa Física, utilizando, além do número do PIS do trabalhador, o número do CPF. Outro batimento realizado é com o SISOBI (Sistema de controle de óbitos) considerando o PIS, CPF, Nome, Nome da Mãe e Data de Nascimento do requerente de modo a evitar que haja a concessão de benefício do seguro à pessoa falecida. Tal verificação deve ser realizada parcela a parcela, de forma a considerar o óbito após o requerimento do Seguro-Desemprego, de modo a evitar o pagamento de parcela indevida após óbito do beneficiário.

  Também com o intuito de otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, vale mencionar a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), integrado com o Programa Seguro-Desemprego, que determina que todo trabalhador reincidente na solicitação do benefício seja encaminhado a cursos de qualificação ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), sob pena do cancelamento do benefício por sua recusa. Com isso, almeja-se que a qualificação facilite o reingresso do trabalhador no mercado de trabalho em um período mais curto. Além da integração com o PRONATEC, destaca-se a integração da concessão do benefício à intermediação de mão de obra. Essa ação integrada via MTE Mais Emprego e PRONATEC acarretou em diminuição do número de parcelas pagas do Programa Seguro-Desemprego no ano de 2012. Devido à concessão do benefício integrada a ações de qualificação via PRONATEC e intermediação de mão de obra via SINE, em 2012 foram encaminhados 250 mil trabalhadores segurados do Seguro-Desemprego a vagas de emprego, sendo recolocados 39.513 trabalhadores em vagas de emprego. No mesmo contexto, 75.816 foram encaminhados a cursos de qualificação PRONATEC. Com isso, percebe-se uma diminuição no tempo médio de desemprego, e consequente redução do número de parcelas pagas por segurado, significando otimização de recursos.

- **Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora, visando à qualificação de

trabalhadores para atuarem na Copa do Mundo de 2014. Esse Termo de Cooperação visa à execução de parte do orçamento destinado ao Plano Setorial de Qualificação – PlanSeQ. No entanto, houve necessidade de readequação do edital lançado pela Universidade que permitiria contratar entidades sem fins lucrativos para a execução dos cursos em todo o Brasil. Como não houve tempo hábil para a edição de um novo edital ainda em 2012, ocorreu a rescisão do Termo de Cooperação em questão. As perspectivas para 2013 são de alteração no Plano Nacional de Qualificação com vistas a adequar sua operacionalização à Lei nº 12.513, que instituiu o Pronatec, a qual será objeto de deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT em reunião a ser realizada em junho de 2013.

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Buscou-se implementar ações no intuito de estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda:

1) Foram realizadas 6 (seis) reuniões do Grupo de Apoio Técnico ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - GTFAT, e 8 (oito) reuniões do CODEFAT, que resultaram na aprovação de 22 (vinte e duas) resoluções (685 a 706), das quais destacam-se: i) Resolução nº 690, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do FAT, exercício 2011; ii) Resolução nº 691, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, exercício 2010; iii) Resolução nº 692, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do FUNPROGER, exercício 2011; iv) Resolução nº 697, de 28/06/2012, que aprovou a Proposta Orçamentária do FAT para o exercício 2013; v) Resolução nº 700, de 30/08/2012, que estabeleceu o custo aluno/hora médio de R$10,00 no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ para o exercício de 2012; vi) Resolução nº 701, de 25/10/2012, que dispõe sobre a retroação do cadastro dos participantes do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Publico – PASEP, para fins de pagamento do Abono Salarial; e, vii) Resolução nº 703, de 13/12/2012, que dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de 2013;

2) Com a finalidade de verificar a estrutura e o funcionamento atual das Comissões de Emprego, identificar fatores prejudiciais ao desempenho das suas atribuições, bem como conhecer experiências exitosas, teve início, no exercício de 2012, o processo de supervisão das Comissões, mediante visita in loco às Comissões Estaduais de Emprego – CEE do Amazonas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins; e às Comissões Municipais de Emprego – CME de Belo Horizonte/MG, Campina Grande/PB, Contagem/MG, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Florianópolis/SC, Imperatriz/MA, João Pessoa/PB, Joinville/SC, Londrina/PR, Manaus/AM, Palmas/TO, Rio de Janeiro/RJ, São João de Meriti/RJ e São Luis/MA; e

3) Efetuou-se o levantamento dos bens patrimoniais adquiridos com recursos de convênio, destinados à execução das atividades do Sistema Nacional de Emprego – SINE, celebrado com instituições estaduais e municipais, bem como entidades privadas sem fins lucrativos, a fim de subsidiar a elaboração do Inventário dos Bens Móveis do FAT, mediante visita in loco às seguintes localidades: Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins. Para 2013, pretende-se: i) concluir a internalização do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SiGOC; ii) concluir a implantação, em nível nacional, do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego; iii) dar continuidade aos trabalhos de aferição dos custos dos postos do

Sistema Nacional de Emprego - SINE; iv) promover a revisão e consolidação das resoluções do CODEFAT, submetendo-as à deliberação do Colegiado; e, iv) realizar um congresso nacional visando debater e discutir as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a participação e o controle social por meio da capacitação sistemática e continuada dos atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar em 2013 cursos de capacitação para os atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, os quais poderão ser na modalidade presencial ou à distância.

- **Desenvolver Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento de um modelo de gestão participativa dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT requer a celebração de parceria com instituição especializada para: a) realizar uma avaliação externa aprofundada da atuação das Comissões/Conselhos de Emprego Estaduais, Municipais e do Distrito Federal; e, b) propor uma metodologia de implementação, acompanhamento e avaliação da gestão participativa dos recursos do FAT a ser executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

  Isso se deve à necessidade de implementação de instrumentos capazes de conferir eficiência, eficácia e efetividade à gestão dos recursos do FAT, reforçando a descentralização das políticas do CODEFAT, cuidando para que os recursos repassados sejam bem utilizados, contemplando resultados mensuráveis e transparentes.

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, parceria visando à elaboração de Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT.

- **Implantar o novo portal do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O novo portal é um dos módulos do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, que se encontra em fase de internalização pela empresa DATAPREV. Está prevista, para o exercício de 2013, a conclusão dessa fase para, em seguida, dar-se início à fase de implantação.

- **Implantar o Sistema de Gestão Operacional do Codefat (SIGOC)**

  Análise Situacional da Meta

  A empresa DATAPREV começou o processo de internalização do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, constituído por cinco módulos: i) Portal FAT; ii) CODEFAT; iii) CEmpre - Comissões de Emprego; iv) PDE - Programação dos Depósitos Especiais do FAT; e, v) SiNPat Web - Bens Móveis do FAT. Está prevista para o exercício de 2013 a conclusão da etapa de internalização do Sistema, dando-se início à fase de implantação.

  Os principais objetivos do SiGOC são: 1) facilitar o acesso à informações sobre desempenho dos programas do FAT; 2) implementar mecanismo de controle das informações relativas às atividades e decisões do CODEFAT; 3) publicar notícias relevantes sobre o FAT; 4) simplificar a interface com o usuário do Portal do MTE; 5) operacionalizar tarefas técnico-administrativas da Secretaria Executiva do CODEFAT e gestão do CODEFAT; 6) apoiar e facilitar a promoção e a integração entre as ações das comissões de emprego e as políticas e diretrizes do CODEFAT; 7) agilizar o processo de elaboração, aprovação, publicação, celebração e liberação de parcelas dos depósitos especiais do FAT; e, 8) acompanhar a alocação e a movimentação de bens nos postos do Sistema Nacional de Emprego – SINE de todo o País, integrando os controles de inventário e patrimônio aos Planos de Trabalho anuais do SINE.

- **Realizar estudos, pesquisas, levantamento e disseminação de boas práticas, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com os recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Deu-se prosseguimento a 2 (dois) estudos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, cujas

atividades estão com previsão de conclusão no exercício de 2013:

I) Continuidade dos trabalhos de aferição dos custos dos postos da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE, visando à aplicação da metodologia de custo-padrão desenvolvida com base no Time-Driven Activity-Based Costing - TDABC e realização de estudos de eficiência para a rede SINE, mediante Termo de Aditamento nº 002/2012 ao Termo de Cooperação MTE/SPPE nº 004/2010, celebrado com a Fundação Universidade de Brasília – FUB; e, II) Continuidade dos trabalhos referentes à implantação, em nível nacional, do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego – PSD, mediante Termo de Aditamento nº 002/2012 ao Termo de Cooperação MTE/SPPE nº 003/2010, celebrado com a Universidade Federal do Ceará – UFC.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar eventos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com periodicidade mínima bienal**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, congresso nacional visando debater e discutir temas relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

- **Revisar a legislação e consolidar as resoluções do Codefat, a fim de promover maior racionalidade, eficiência e eficácia na definição das políticas de emprego, trabalho e renda executadas com recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, a revisão e consolidação das resoluções do CODEFAT, que atualmente conta com mais de 700 resoluções publicadas.

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER que é constituído por linhas de crédito voltadas para o financiamento de ações empreendedoras, indutoras de emprego e renda, principalmente para micro e pequenas empresas, mas também para pessoas físicas, cooperativas e associações de trabalhadores, médios e grandes empreendimentos; inovação e difusão tecnológica e infraestrutura.

Os Recursos do Programa são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, sob a forma de depósitos especiais. A operacionalização é feita por intermédio das instituições financeiras oficiais federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP), seguindo as normas da Lei nº 8.019 de 11 de abril de 1990, e suas alterações.

Para o exercício de 2012, o CODEFAT autorizou a alocação de até R$ 3,5 bilhões nas instituições financeiras somados à este a utilização de reaplicação de recursos alocados em anos anteriores nos Bancos.

Em 2012, o Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER – SAEP registrou que essas instituições financeiras concederam financiamentos aos setores produtivos, alcançando a marca de 79.840 contratos num valor total de R$ 7,4 bilhões contratados. Cabe mencionar que não estão incluídos nesse quantitativo os valores e número de contratações do PRONAF, os quais são informados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Programa Agricultura Familiar.

Importa dizer que a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades: (1) suspensão de repasses de recursos dos depósitos especiais para a CAIXA, que prejudicou o desempenho dos programas operados pelo agente. A CAIXA sanou

as pendências em outubro de 2012, quando o repasse de novos recursos do FAT ao agente financeiro voltou à normalidade. (2) suspensão da utilização do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) em julho de 2010. Esse Fundo de Aval complementa garantias exigidas dos beneficiários pelos agentes financeiros nas operações do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Nesse sentido os agentes financeiros buscaram alternativas de cobertura nas operações do PROGER, tendo sido utilizado, por exemplo, o FAMPE (Fundo de Aval do SEBRAE). Este fato impactou a contratação de operações do PROGER, vis a vis o aumento da exposição ao risco dos agentes financeiros operadores do Programa. Tais fatores afetam a execução das linhas do PROGER Urbano Investimento.

Pode-se afirmar que o Programa prevê para o exercício de 2013 um aumento no volume de contratações devido à retomada da Caixa Econômica Federal em receber novos repasses de recursos do FAT, bem como um aumento de contratações na Iniciativa XV - Concessão de financiamento à empreendimentos do setor turismo que, em virtude dos eventos esportivos internacionais, que ocorrerão no Brasil a partir de 2013, o CODEFAT autorizou a criação da linha de crédito especial FAT Turismo, cujo lançamento oficial ocorreu em outubro de 2012. Essa linha tem o objetivo financiar empreendimentos que visem apoio à esses eventos, de forma a gerar emprego e renda, bem como ampliar a capacidade das empresas de se preparar para atender às demandas por eles geradas. Referida linha já apresenta excelente receptividade pelos empreendedores.

Relacionada a tais eventos tem-se, ainda, a linha de crédito especial FAT Taxista (Pessoas Físicas), que se destina ao financiamento da aquisição de veículos, objetivando a renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi, beneficiando o profissional autônomo que atua como taxista, proporcionando-lhe a renovação e melhoria de qualidade do veículo, que constitui sua ferramenta de trabalho.

Cabe registrar que, para o exercício de 2013, o CODEFAT autorizou a alocação de novos recursos, de até R$ 3,5 bilhões, nas instituições financeiras oficiais federais. Soma-se a este, a utilização de reaplicação de recursos alocados em anos anteriores nos Bancos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o espectro da supervisão e do controle sobre a aplicação dos depósitos especiais do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de realizar avaliações locais nas operações de crédito do PROGER, a equipe técnica da Coordenação-Geral de Emprego e Renda realiza trabalhos de supervisão in loco a uma amostra selecionada de operações de crédito, a partir de dados extraídos do Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER – SAEP.

  A quantidade alcançada faz referência à quantidade de dossiês analisados.

  Foram realizadas, no ano de 2012, supervisão dos depósitos especiais do FAT nas cidades de Campina Grande/PB, Teresina/PI, Foz do Iguaçu/PR, Goiânia/GO, Florianópolis/SC , Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Recife/PE e Brasília/DF.

  Quantidade alcançada

  434

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Garantir recursos para financiamento de programas de geração de emprego e renda mediante depósitos especiais do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério do Trabalho e Emprego submeteu à apreciação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador na 112ª Reunião Ordinária do CODEFAT, realizada em 15 de dezembro de 2011, proposta de alocação de recursos da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT para o Exercício de 2012 - PDE/2012, no montante de até R$ 3,5 bilhões. Referida proposta foi aprovada pelo Conselho pela Resolução de n.º 284 de 2011.

  Para o exercício de 2013, foi autorizado pelo CODEFAT a alocação de novos recursos, de até R$ 3,5 bilhões, nas instituições oficiais federais.

- **Promover a articulação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) com as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente os serviços de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional**

Análise Situacional da Meta

A articulação do PROGER com as ações do Sistema Público de Emprego está formalizada nos planos de trabalho das Instituições Financeiras Oficiais Federais com a Secretaria-Executiva do CODEFAT/MTE vigentes em 2012, que prevê que "A seleção dos trabalhadores a serem contratados, como consequência dos financiamentos das linhas de crédito com recursos dos depósitos especiais do FAT, deverá ser feita preferencialmente nos pontos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE", conforme rezam as resoluções nº 319/2003 – PROGER Turismo; nº 330/2003 – PROGER Exportação; nº 344/2003 – FAT Exportar; e nº 345/2003 – FAT Fomentar.

O grau de integração entre o PROGER e as ações relacionadas ao Seguro-Desemprego e SINE varia de estado para estado da federação, a depender do modelo operacional desenvolvido pelas secretarias estaduais afins, muitas vezes em parceria com as Superintendências Regionais do Trabalho. O estado do Paraná foi um dos pioneiros nessa iniciativa. No modelo conhecido, em Londrina-PR, o cidadão que acaba de ficar desempregado, ao procurar o Seguro-Desemprego, passa por breve entrevista e recebe encaminhamento de acordo com sua pretensão: caso pretendesse outro emprego de imediato era encaminhado ao SINE; caso pretendesse montar seu próprio negócio era encaminhado ao Banco do Povo (estadual) para financiamentos de até R$ 1 mil ou ao PROGER Urbano local para financiamentos acima de R$ 1 mil. O modelo conhecido foi implementado como piloto, para replicação em outros municípios de porte semelhante, e reunia todas as entidades/ações desenvolvidas por intermédio da parceria MTE/Secretaria do Trabalho ou afim, num mesmo complexo físico, de modo a facilitar o acesso aos diversos serviços relacionados a esta Pasta, executados de forma descentralizada no âmbito dos estados.

Esclarece-se que o status normativo de apenas recomendar, explica-se pelo princípio da não ingerência na gestão da iniciativa privada, observada pelo CODEFAT e pelo MTE.

- **Reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários**

Análise Situacional da Meta

No intuito de atender à recomendação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, que por meio da Resolução CODEFAT 555/2007 aprovou a proposta de Avaliação Externa dos Programas de Crédito com Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego àquele colegiado, foi celebrado o Convênio 108/2007/MTE/SPPE/CODEFAT, visando a promover uma avaliação do Programa de Geração de Emprego e Renda na Área Urbana – PROGER Urbano e do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura – FAT Infraestrutura, com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Após a conclusão dos trabalhos em 2012, a área técnica se manifestou através da Nota Técnica 1790/2012/CPROGER/CGER/DES/SPPE/MTE de 28 de novembro de 2012, sobre a aplicabilidade efetiva das recomendações da FIPE no processo de aprimoramento do PROGER. Uma das recomendações da FIPE coincide com esta mesma Meta “reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários.” Através do citado expediente conclui-se que a área técnica já dispõe de estudos preliminares visando a alteração da Resolução nº 439, de 02/06/2005, que regulamenta os depósitos especiais do FAT, no sentido de exigir-se projeto técnico com estudos fundamentados que identifiquem a relevância social e justifiquem a necessidade de se criar novo programa ou linha de crédito de apoio à atividade ou público que, comprovadamente, não conte com assistência creditícia nos programas e linhas existentes, de modo a filtrar e inibir a implementação de pleitos sobrepostos. A Nota foi encaminhada para apreciação da Secretaria-Executiva do CODEFAT.

Nesse sentido, planeja-se para 2013 a execução da reestruturação do Programa PROGER Urbano com base nos estudos citados, lembrando que uma proposta e/ou alteração na Regulamentação do Programa deverá ser submetida pelo MTE à apreciação do CODEFAT.

- **Revisar os normativos do Codefat que tratam do spread bancário, de modo que sua redução reflita percentual equilibrado e ponderado em função do risco de fato assumido pelo agente financeiro na operação**

Análise Situacional da Meta

O CODEFAT, no final de 2011, através da Resolução 677/2011, autorizou a desoneração do spread bancário (taxa de remuneração dos agentes financeiros) nas operações cobertas pelo FUNPROGER e pelos demais fundos de aval similares. Com expectativa de retorno de médio prazo, tal medida visou desonerar o spread, na proporção do risco de fato assumido pelo agente financeiro nas operações de crédito do PROGER, incitando as instituições financeiras a concederem um volume maior de financiamento, com efeito direto na criação e/ou manutenção de postos de trabalho. Cumpre destacar que embora a Resolução seja de 2011, esta meta foi estipulada com expectativa de cumprimento em 2012, quando da elaboração do PPA 2012-2015. Ademais, cumpre informar que a revisão dos spread é um tema tratado à medida que haja necessidade para tanto, não existindo periodicidade, de forma que seus reflexos podem perdurar ao longo de um exercício.

- **Revitalizar o Funproger enquanto garantidor das operações do Proger Urbano**

Análise Situacional da Meta

As questões relacionadas à revitalização do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER são complexas, envolvendo, inclusive, a alteração de legislação, tanto do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador quanto da Lei 9.872, de 23/11/1999, que criou o Fundo. O assunto vem sendo tratado desde de 2010, quando o Fundo atingiu seu limite de alavancagem. A exemplo disso, no final de 2011 foi editada a Resolução de n.º 654 do CODEFAT que trata de alterações relacionadas ao Regulamento do Fundo, principalmente em relação à estipulação de limite de 180 dias para a exigência de honra pelos Bancos. No ano de 2012, o assunto foi tratado na esfera técnica a partir de diversas reuniões com o Banco do Brasil - Gestor do Fundo, a fim de construir uma proposta de alteração do arcabouço legal do Fundo.

Vale destacar que com a criação de outros fundos garantidores, a exemplo do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI e do Fundo de Garantia de Operações - FGO, as micro e pequenas empresas têm, hoje, outras alternativas de garantia para obtenção de financiamentos.

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2005, o Governo criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, segundo um modelo em que uma ampla e diversificada rede de instituições operadoras possa diretamente aproximar-se do microempreendedor.

A principal missão do PNMPO é universalizar o acesso ao microcrédito, promovendo a geração de trabalho e renda e, desta forma, contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social.

Ressalte-se que as atividades do Programa têm resultado numa construção coletiva entre governo e todos os atores que compõem o segmento de microcrédito produtivo orientado. As principais linhas de atuação direta do PNMPO consistem em apoiar as reais necessidades das instituições habilitadas à concessão de microcrédito, promovendo, assim, o desenvolvimento institucional do setor.

Em 2012, também foram adotadas ações indutoras ao crédito no âmbito do Programa, a partir da concessão de subvenção econômica pelo Programa Crescer, que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias oficiais, incentivando a formalização.

O microcrédito vem apoiando modelos alternativos de geração de trabalho e renda para o segmento de baixa renda, firmando-se como elemento importante de estratégias destinadas a enfrentar a pobreza e a exclusão social.

Atualmente, registra-se mais de 380 instituições habilitadas ao PNMPO. Fazem parte desta rede Organizações da Sociedade Civil de Interesse público – OSCIP, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte – SCMEPP, Cooperativas de Crédito, Bancos Cooperativos, Agências de Fomento, Bancos Oficiais Federais e Bancos de Desenvolvimento. Ressalte-se que no ano de 2012, iniciou-se um processo de recadastramento destas instituições. Os resultados deste recadastramento serão passíveis de mensuração em 2013.

Os resultados do PNMPO, em 2012, por sua vez, em muito contribuíram para as ações do governo federal com vistas a diminuir os impactos da crise internacional na economia nacional, especialmente nos estratos dos trabalhadores informais.

Ainda com relação aos resultados, o grande público do microcrédito produtivo orientado concentra-se na informalidade com índices próximos da totalidade das operações, representando 96% dos créditos concedidos.

Quanto à distribuição dos clientes por ramo de atividades, a maior concentração está na categoria comércio, com 89,13% das operações realizadas no último semestre de 2012.

Já no quesito gênero, há forte representação das mulheres, totalizando 64% das operações de microcrédito.

Com relação à distribuição dos clientes do microcrédito produtivo orientado por finalidade de crédito, a maior concentração está na categoria de capital de giro, com 90,59% dos créditos concedidos.

Alinhado às diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria e considerando ainda a transversalidade das políticas públicas do governo federal, o PNMPO executa ações integradas para facilitar o acesso do microcrédito produtivo orientado aos beneficiários do Programa Bolsa Família e, sobretudo, estimular o empreendedorismo, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida desse público.

Identificar os beneficiários do Programa Bolsa Família com perfil empreendedor e facilitar o acesso ao crédito de que necessitam para ampliar e/ou consolidar seus negócios possibilita inseri-los na rota da autonomia e da emancipação cidadãs, eixos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do País.

O Programa de Microcrédito executa, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, projeto com a finalidade exposta nos parágrafos precedentes. Não obstante tratar-se de um projeto-piloto que, consequentemente, terá de ser aprimorado, a execução da proposta mostrou-se exitosa, ao conceder 8.000 (oito mil) operações de microcrédito ao público do Programa Bolsa Família.

A partir da análise dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, constatou-se a existência de 10.391.066 beneficiários do Programa Bolsa Família que desempenham atividades por conta própria, o que os torna público em potencial do microcrédito.

Para 2013, pretende-se retomar o projeto de apoio à concessão de microcrédito aos beneficiários do Programa Bolsa Família, incentivar a autorregulação das entidades do segmento, continuar o processo de aprimoramento do sistema de informações do PNMPO e realizar parcerias de forma a ampliar a divulgação das ações das entidades habilitadas ao Programa.

Metas 2012-2015

- **Alterar a estrutura do Comitê Interministerial com o objetivo de possibilitar a participação regular das instituições da sociedade civil e dos clientes de microcrédito**

  Análise Situacional da Meta

  Trata esta meta de alteração no Decreto 5.288, de 29 de novembro de 2004. A intenção dessa proposta é garantir a participação das instituições de microcrédito habilitadas ao PNMPO nas reuniões do Comitê Interministerial, por meio de atribuições específicas que possam colaborar com a coordenação e implementação das diretrizes da política de microcrédito. Ressalte-se que para o ano de 2013, o PNMPO reunirá o Comitê Interministerial na intenção de dar andamento a essa meta. No ano de 2012, foram realizadas discussões necessárias ao balizamento da proposta.

- **Ampliar a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito produtivo orientado**

Análise Situacional da Meta

Importante destacar que no ano de 2012, o PNMPO fez um recadastramento das instituições habilitadas ao programa, o que permitiu verificar quais são as instituições que estão operando o microcrédito produtivo orientado. Por meio desse recadastramento, será possível, de forma mais eficiente, desenvolver processos que permitam a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito, dando mais publicidade às suas ações.

- **Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Microcrédito tem resultados expressivos que são observados pelo crescimento constante de seus indicadores. Até setembro de 2011, o PNMPO registrou 9,07 milhões de operações, que representaram R$12 bilhões concedidos em valores nominais. Ressalte-se que esses valores representam a construção coletiva entre governo e as instituições de microcrédito habilitadas ao PNMPO.

Em 2012, também foram adotadas ações indutoras ao crédito no âmbito do Programa, a partir da concessão de subvenção econômica pelo Programa Crescer, que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias.

Até o final do primeiro semestre de 2012, o PNMPO concedeu R$15,7 bilhões em valores nominais, totalizando 11,3 milhões de operações de microcrédito.

- **Estimular a formação de novos operadores dentro da metodologia de crédito orientado, incentivando a transformação de programas de microcrédito municipais ou estaduais em instituições de microcrédito amparadas pela Lei nº 11.110/2005**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está vinculada à articulação com os programas estaduais de microcrédito. Para o exercício de 2013, pretende-se incluir esta meta no arcabouço de estudo sobre os novos rumos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

- **Incentivar a formalização dos microempreendedores populares para que tenham acesso aos benefícios da previdência social, quando do acesso ao crédito por meio das instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**

Análise Situacional da Meta

O PNMPO tem realizado ações incentivadoras para a formalização dos microempreendedores ao participar de grupos de trabalhos governamentais que buscam avaliar e monitorar a gestão do Programa de Inclusão Previdenciária do Microempreendedor Individual. Essas ações visam à sustentabilidade e crescimento dos microempreendedores individuais. Ressalte-se que uma das grandes dificuldades do microempreendedor é o acesso ao crédito, e, por isso, em 2013, o PNMPO dará continuidade nas ações, sensibilizando as instituições habilitadas a estimular a formalização dos microempreendedores populares.

- **Promover a articulação entre os atores do setor de microcrédito com a finalidade de consolidar um entendimento e propor ações acerca da temática de transformação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito em instituições supervisionadas pelo Banco Central, massificando o acesso ao crédito para os microempreendedores populares**

Análise Situacional da Meta

A experiência internacional mostra que a migração de entidades não reguladas pelo Banco Central para reguladas foi um processo essencial na ampliação da capacidade de atendimento das organizações de microcrédito.

Paralelamente, o PNMPO apoiou, em 2012, as ações da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças – ABCRED – no que diz respeito ao movimento de autorregulação das OSCIP habilitadas ao programa.

Esse movimento pretende dar maior transparência às ações dessas instituições, garantindo a visibilidade dos trabalhos realizados e a redução dos custos com demonstrativos contábeis e tecnologia. Essas ações facilitarão o acesso das instituições de microcrédito aos recursos financeiros oficiais e, consequentemente, permitirão que elas contribuam para

a massificação do microcrédito no País. No início de 2013, o PNMPO receberá os dirigentes da ABCRED, para dar continuidade a discussões desse assunto.

- **Promover a negociação entre as instituições financeiras e a de microcrédito para a constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito das instituições de microcrédito**

  Análise Situacional da Meta

  Uma das grandes dificuldades das instituições habilitadas ao PNMPO é o acesso ao funding. Muitas OSCIP de microcrédito possuem expertise testada e qualificada para operar o microcrédito produtivo orientado, no entanto, ficam engessadas por não possuírem garantias a oferecer aos bancos oficiais quando demandam financiamentos dos recursos do FAT destinados ao microcrédito, como também dos recursos retidos da exigibilidade. A constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito tem o objetivo de resolver essa questão de acesso a funding. Será dado continuidade à discussão de ações para o alcance desta meta nas reuniões do Comitê Interministerial, em 2013.

- **Propor alterações da legislação com os objetivos de autorizar tanto a utilização dos depósitos especiais do FAT, diretamente pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, quanto o desenvolvimento de novas modalidades de captação de funding, inclusive a captação de poupança e oferta de outros produtos e serviços financeiros**

  Análise Situacional da Meta

  Os recursos para as instituições estão disponíveis nos bancos oficiais. A grande questão fundamenta-se nas garantias que devem ser ofertadas pelas instituições aos bancos. Pretende-se criar meios para que os recursos públicos destinados ao microcrédito possam ser repassados às instituições habilitadas. Em 2013, estão agendadas reuniões com representantes do setor para discutir essa questão.

- **Realizar mapeamento do setor de microcrédito, promovendo mecanismos de análise das informações do banco de dados do PNMPO e ampliando a interlocução com os demais órgãos governamentais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o PNMPO iniciou tratativas com a Coordenação Geral de Informática - CGI – do Ministério do Trabalho e Emprego com vistas ao aprimoramento da coleta de informações do banco de dados do programa, o que permitirá um mapeamento mais fidedigno do setor. O PNMPO dará continuidade a essa meta no ano de 2013.

- **Realizar parcerias com instituições dedicadas à classificação de rating, possibilitando que os custos de análise e controle das operações de microcrédito sejam os menores possíveis**

  Análise Situacional da Meta

  Para realização dessa meta está sendo discutida a elaboração de editais para contratação de empresas dedicadas à classificação de rating.

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram realizadas 269.025 ações fiscais com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS. Este objetivo se desmembra em duas metas:

1 - Ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários: realizadas 256.339 diligências fiscais com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 100,52% da meta programada pelo MTE de 255.000 ações fiscais para o exercício de 2012.

2 - Ações fiscais em empregadores rurais: executadas 12.686 fiscalizações com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 101,73% da meta de 12.470 ações fiscais programada para o exercício.

De início, cabe-nos referir que a Fiscalização do Trabalho, desde 2010, atua através de planejamento estratégico orientado em diagnóstico por Unidade Descentralizada e por segmento econômico, onde se busca avaliar o mercado de

trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista e a capacidade de intervenção fiscal.

No período em exame foram alcançados na fiscalização do trabalho 35.506.836 trabalhadores, proporcionando um crescimento de 3,71% em relação ao exercício anterior, sendo lavrados 143.025 autos de infração em desfavor de 67.960 empregadores. No que tange ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em 2012 foram recolhidos e notificados nas ações fiscais R$ 1,66 bilhões, tendo sido exaradas 15.875 Notificações Fiscais para Recolhimento do FGTS.

Há de se observar que a aproximação com as entidades representativas de trabalhadores e empregadores, do Ministério Público do Trabalho, e, outros atores do mundo do trabalho, auxiliaram na concepção dos resultados propostos.

Para 2013 a meta de ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários é de 295.750, distribuída por região da seguinte forma: Norte 18.789, Nordeste 75.387, Centro-oeste 24.356, Sul 52.191 e Sudeste 125.027. Já a meta ações fiscais em empregadores rurais estabelecida é de 14.500, assim distribuída: Norte 896, Nordeste 3.778, Centro-oeste 2.326, Sul 1.569 e Sudeste 5.931.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro à dezembro de 2012, no âmbito nacional, foram realizadas 256.339 ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários, com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 100,52% da meta programada pelo MTE de 255.000 ações fiscais para o exercício.

Quantidade alcançada

256.339

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.500	unidade	23.720	04/02/2013
Região Nordeste	301.900	unidade	57.342	04/02/2013
Região Norte	75.000	unidade	21.314	04/02/2013
Região Sudeste	499.600	unidade	113.471	04/02/2013
Região Sul	209.000	unidade	40.492	04/02/2013

- **Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2012, no âmbito nacional, foram realizadas 12.686 ações fiscais em empregadores rurais, com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 101,73% da meta de 12.470 ações fiscais programada para o exercício.

Quantidade alcançada

12.686

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9.280	unidade	2.039	04/02/2013
Região Nordeste	15.020	unidade	3.291	04/02/2013
Região Norte	3.590	unidade	997	04/02/2013
Região Sudeste	23.820	unidade	4.596	04/02/2013
Região Sul	6.290	unidade	1.763	04/02/2013

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

As metas relacionadas a este objetivo foram, em geral, atingidas ou superadas, com destaque para as ações de inspeção nas obras de infraestrutura e no setor de transporte rodoviário de cargas. Na normatização destaca-se a aprovação de uma nova Norma, a NR-35, sobre segurança nos trabalhos em altura e a atualização da NR-20 sobre segurança e saúde no trabalho com combustíveis e inflamáveis, bem como a colocação em consulta pública da parte geral da NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

Deve-se destacar ainda a divulgação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, como principal medida de implantação da Política Nacional de SST. Ressalte-se ainda a realização de reuniões técnicas sobre NR-12, sobre máquinas e equipamentos, com participação de aproximadamente 400 auditores-fiscais do trabalho - AFT; e sobre Segurança Química com participação de aproximadamente 45 AFT.

Para 2013 pretende-se avançar qualitativamente as ações, fortalecer os grupos de inspeção dedicados às grandes obras e transportes rodoviários e aperfeiçoar a sistemática de diagnóstico e planejamento de forma a realizar ações cada vez mais direcionadas aos setores estratégicos, com ênfase na prevenção de acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho.

Metas 2012-2015

- **Analisar 3.800 acidentes de trabalho fatais**

Análise Situacional da Meta

Foram analisados 793 acidentes, alcançando 915 vítimas fatais. A meta programada para 2013 é de 914 acidentes analisados. Para melhorar o desempenho nessa meta serão planejados operativos específicos.

Quantidade alcançada

793

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	367	unidade	77	31/12/2012
Região Nordeste	758	unidade	144	31/12/2012
Região Norte	283	unidade	56	31/12/2012
Região Sudeste	1.855	unidade	335	31/12/2012
Região Sul	537	unidade	181	31/12/2012

- **Analisar 7.000 acidentes de trabalho não fatais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas, em 2012, 1.109 análises alcançando 1.472 vítimas de acidentes.

A meta programada para 2013 é de 1.685. Para melhorar o desempenho nesta ação serão planejados operativos especiais, além da adoção de estratégias para a identificação das ocorrências.

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	740	unidade	85	31/12/2012
Região Nordeste	1.408	unidade	290	31/12/2012
Região Norte	499	unidade	111	31/10/2012

Região Sudeste	3.346	unidade	502	31/12/2012
Região Sul	1.007	unidade	121	31/12/2012

- **Aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A Fundacentro desenvolve suas pesquisas e estudos em função da demanda de sindicatos, do MTE, de organismos internacionais como OIT e OMS ou a partir da definição de temas ou setores em que os seus pesquisadores constatem uma incidência significativa de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. A Fundacentro considera uma pesquisa realizada apenas quando o seu produto é disponibilizado para a sociedade. A comprovação da realização de uma pesquisa é demonstrada por meio da publicação de artigos em revistas científicas, apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, conferências), publicação de relatórios de pesquisa, defesa de dissertações ou teses ou, ainda, publicação de livros ou capítulos de livros, que tenham passado pelo conselho editorial da FUNDACENTRO. Em 2012, foram publicados 34 trabalhos. Para os próximos anos, em função das novas contratações de servidores e da criação do Programa de pós-graduação stricto sensu da FUNDACENTRO, bem como da maturação de pesquisas que estão em andamento, estima-se um aumento das publicações.

- **Construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A iniciativa prevê amplos inventários de cunho descritivo (jurídico, organizacional, estatístico) e análises sobre o Sistema Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho em construção no país, o que evidencia o caráter complexo e multidisciplinar do assunto. A natureza do projeto implica também no aporte de contribuições provenientes de múltiplos atores sociais envolvidos com o esforço nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - SST, na dinâmica tripartite. A edição do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, em abril de 2012, inseriu sua elaboração no conjunto de ações da Estratégia 8.1 – Criação de uma agenda integrada de estudos e pesquisas em Segurança e Saúde no Trabalho, sob a epígrafe 8.1.3. Tornou-se evidente, a partir de então, que a inclusão de um maior número de parcerias estratégicas deve ser realizada articuladamente e de forma contínua. Às instituições já previstas no projeto (IPEA, OIT, OPAS) deverão ser integradas outras (DIEESE, DIESAT) para os futuros desdobramentos previstos. Em maio de 2012, o projeto passou a ser gerido no Núcleo de Informação, Inovação, Planejamento e Gestão Estratégica da Diretoria Executiva (NIIPGE-DEX). Face à natureza do projeto, optou-se por realizar uma ampla revisão documental do material já existente sobre o tema, seja no Brasil (perfis setoriais) ou em outros países que realizaram seus perfis nacionais seguindo o modelo sugerido pela Recomendação 197 da OIT. Por conseguinte, houve a necessidade de fazer o reconhecimento (leitura crítica) do material referido ao universo de análise do “Perfil Nacional OIT” ou de outros “perfis” (elementos constituintes, setoriais ou temáticos). Nessa fase, o documento da OIT “Outline for compiling National Profile of Occupational Safety and Health” (Esboço para a elaboração do Perfil Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho – ANEXO 1) foi traduzido para o português, para orientação aos apoiadores do projeto. Pretende-se que este seja utilizado como guia para elaboração e futuras atualizações do Perfil no país. Há tratativas em curso para se editar uma edição conjunta OIT / FUNDACENTRO deste material traduzido. Na atual fase do projeto, a página da web (sub-site da FUNDACENTRO), que abriga os conteúdos do Perfil, está sendo reestruturada para conter os novos elementos provenientes da construção do mesmo. Esta ação está integrada à atualização da página web da instituição, em curso no momento. Para 2013, a FUNDACENTRO reitera o compromisso firmado como centro colaborador Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS na condução do projeto. Na fase seguinte, a identificação de linhas de ação, nas quais a FUNDACENTRO pode contar com o aporte especializado de técnicos da área governamental para provimento de dados e informações, será imprescindível às futuras aspirações do Projeto. Às potencialidades de cada um destes atores responderá a FUNDACENTRO com um conjunto diferente de ações na coleta, sistematização, consolidação e análise de dados referidos no projeto. Para o período vindouro está prevista a edição, via web, da 1ª versão (concisa) do Perfil, a qual trará incorporadas as principais informações e componentes de análises. Buscar-se-á dotar a mesma de

funcionalidades como links para os dados / informações nas suas fontes de origem (quando primárias e sempre que possível), aumentando a transparência e confiabilidade das informações referidas. Pretende-se agregar uma funcionalidade de busca interna ao sub-site caso o conteúdo se estenda em grande quantidade. A expectativa para o próximo período é a de aumentar a interlocução com os apoiadores do projeto, realizar reuniões e teleconferências com interlocutores-chave e realizar um seminário em 2013 com os todos os principais parceiros. De modo análogo e conforme exposto anteriormente, a chamada à participação de outras instituições (conveniadas ou não à FUNDACENTRO) deverá ampliar o rol de atores integrantes e beneficiários dessa iniciativa. Necessidades específicas de levantamento de dados e informações que forem identificadas no processo de elaboração do Perfil deverão ser pautadas em reuniões da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST como forma de aumentar sua visibilidade e ensejar seu melhor encaminhamento.

- **Criar rede de centros de pesquisa em segurança e saúde no trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  A FUNDACENTRO vem desenvolvendo uma rede de SST com centros de pesquisa, universidades e instituições técnicas para ajudar a encontrar soluções para alguns dos mais urgentes problemas em Saúde e Segurança no Trabalho em projetos estruturantes, tendo o compromisso com as políticas públicas e a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros. Seu caráter multidisciplinar requer o envolvimento sinérgico de instituições e grupos atuantes em áreas diversas, com os objetivos de explorar suas complementaridades e aperfeiçoar o uso de seus recursos. Outros atributos que devem ser comuns aos projetos estruturantes são a sua capacidade de atender demandas identificadas ou previstas e o seu processo planejado de maturação. A expectativa com a rede de centro de pesquisa em SST é contribuir para ampliar e disseminar o conhecimento em SST, tendo por objetivo a promoção do trabalho decente. No Brasil, para que a estratégia planejada tenha sucesso e o país possa se beneficiar da ação da FUNDACENTRO, as atividades da Rede de Centros de Pesquisa em Segurança e Saúde no Trabalho devem ser norteadas pela sua relevância, medida principalmente pelo impacto dos seus resultados e pela busca da excelência, da eficácia e da eficiência em sua realização. Outro aspecto relevante é a valorização da multi e da interdisciplinaridade, imprescindíveis para a resolução de problemas complexos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho. Dessa forma, a Rede de Centros de Pesquisa em Segurança e Saúde no Trabalho da FUNDACENTRO poderá contribuir de forma efetiva para a superação dos grandes desafios nacionais descritos no PLANSAT. Até este momento, têm sido feitos contatos com os potenciais parceiros na rede, sendo que as conversações mais avançadas estão ocorrendo com o IPEA e com o MCTI. Para 2013 as perspectivas são, dentre outras, a)caracterizar os processos mais importantes na construção de redes de Pesquisa em Segurança e Saúde do Trabalhador (REPSST); b) identificar e iniciar os contatos com os parceiros, tanto os ligados ao governo, sindicatos patronais ou dos trabalhadores, e entidades diversas que atuem na área de segurança e saúde do trabalhador; c) confeccionar Minuta do Termo de Cooperação Técnica para adesão dos participantes da Rede de Pesquisa em Segurança e Saúde do Trabalhador, bem como promover a assinatura formal dos participantes Nucleadores na REPSST; d) Desenvolver Ferramentas de Administração da Rede.

- **Criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades realizadas para o alcance desta meta consistiram no levantamento bibliográfico sobre os instrumentos de regulação e sobre as experiências similares ao reconhecimento de boas práticas em Segurança e Saúde do Trabalho - SST. De posse do material, foi possível o alinhamento de algumas diretrizes para o sistema de reconhecimento. Na sequência, foi feito o embasamento teórico da proposta para debate com instituições externas. Assim, o cronograma final previsto para 2012 foi alcançado.

- **Elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de segurança e saúde no trabalho em cada região geográfica do país**

  Análise Situacional da Meta

  A partir de levantamento da literatura sobre o assunto, foi observada a prática de instituições governamentais

internacionais, com competências na área de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, na definição de prioridades e diretrizes de atuação. Uma métrica para identificar quais são os setores críticos pode ser o cruzamento dos índices de acidentes e doenças do trabalho, estratificados por região, com as seções do Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE. O Ministério da Previdência Social - MPS divulga os dados e índices de acidentes e doenças do trabalho em seus Anuários Estatísticos. No entanto, estes dados somente se aplicam à parcela da população economicamente ativa vinculada ao trabalho formal, e não incluem certas categorias profissionais, como os militares, servidores públicos, empregadores, empregados domésticos e trabalhadores autônomos. Outros indicadores estão sendo pesquisados, no sentido de permitir uma abrangência maior e, na medida do possível, considerar também os trabalhadores da economia informal. Análises parciais indicam a indústria da construção civil e o setor rodoviário de cargas como setores críticos na maioria das regiões do país. Um estudo piloto está em planejamento para testar metodologia e adquirir expertise, no sentido de identificar os setores mais críticos e as respectivas diretrizes em SST, a partir de consultas aos representantes do governo, trabalhadores e empregadores. A perspectiva para 2013 é definir a metodologia de definição de prioridades e estabelecê-las para uma região geográfica, com a respectiva elaboração de diretrizes. Com a metodologia definida, em 2014 e 2015, espera-se definir as diretrizes para as demais quatro regiões do país.

- **Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A meta programada de 4 regulamentos para 2012 foi ultrapassada. Para 2013 a meta prevista é, também, de 4 normas aperfeiçoadas ou elaboradas. A alteração ou criação de normas são discutidas em grupos tripartites e, após aprovadas pela CTPP, são publicadas em Portarias. No ano de 2012 as seguintes normas foram aperfeiçoadas ou elaboradas:

1) NR 28 – Atualização: Portarias n.º 298, de 11/01/2012, n.º 319, de 15/05/2012 e n.º 2.033, de 07/12/2012.
2) NR 33 - Portaria n.º 1.409, de 29/08/2012;
3) NR 18 - Portaria n.º 318, de 08/05/2012;
4) NR 34 - Portaria n.º 317, de 08/05/2012;
5) NR 35 - Portaria n.º 313, de 23/03/2012 (única elaborada, demais aperfeiçoadas);
6) NR 16 - Portaria n.º 312, de 23/03/2012;
7) NR 20 - Portaria n.º 308, de 29/02/2012.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)**

Análise Situacional da Meta

A instituição desta meta representou o reconhecimento da relevância da PNSST. O Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundacentro fizeram junções, em conjunto com outros atores, e o decreto foi sancionado. A rigor, com este fato a meta foi alcançada considerando o indicador previsto.

Cabe salientar que na sequência, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, com a participação da Fundacentro, elaborou o Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho - PLANSAT, disponível em www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Cartilha%20Plano%20Nacional%20de%20SST.pdf. Com isso, já há definição de ações a serem desencadeadas e seus responsáveis, o que representa o desenvolvimento da implementação da PNSST.

- **Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2012 foi instituída mais uma equipe do Grupo Móvel de Infraestrutura, que possibilitou a ampliação do número de operações. Nas 44 operações foram alcançados 307.098 trabalhadores.

Para 2013 a meta prevista é de 36 operações.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	21	unidade	15	31/12/2012
Região Nordeste	32	unidade	7	31/12/2012
Região Norte	38	unidade	20	31/12/2012
Região Sudeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	13	unidade	0	31/12/2012

- **Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 154.361 ações fiscais de Segurança e Saúde no Trabalho, superando a meta de 143.000 ações fixadas para o ano (107,94%) e atingindo 30,9% da meta do quadriênio 2012-2015. Do ponto de vista da regionalização da meta, as regiões com melhor desempenho foram as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, pois superaram suas respectivas metas proporcionais.

Os setores econômicos mais fiscalizados foram o Comércio, que tem o maior contingente de trabalhadores formais, e a Construção Civil, que tem a terceira maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho. Os dois segmentos com maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho (Indústria Mineral e Transportes) tiveram pequeno aumento no número de ações fiscais. Por outro lado, o setor de transporte de cargas teve as ações intensificadas pelo fortalecimento de grupo especial de fiscalização desse setor. O grupo, ao fiscalizar dez dos maiores grupos econômico do setor, com ênfase na fiscalização de jornada e prevenção de acidentes do trabalho, alcançou 20.458 empresas terceirizadas.

Para 2013 a meta projetada foi mantida em 143.000 ações, com o objetivo de melhoria contínua na qualidade das ações.

Quantidade alcançada

154.361

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35.000	unidade	15.001	31/12/2012
Região Nordeste	100.000	unidade	34.990	31/10/2012
Região Norte	35.000	unidade	14.208	31/12/2012
Região Sudeste	250.000	unidade	68.809	31/12/2012
Região Sul	80.000	unidade	21.353	31/12/2012

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Publicada a Instrução Normativa n° 96, de 16 de janeiro de 2012, dispondo sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da Legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT; Publicada a Portaria n° 335, de 12 de setembro de 2012, dispondo sobre procedimentos da execução do PAT. Concluídas as fiscalizações em oito empresas participantes do PAT. Encontra-se em andamento a fiscalização nas quatro maiores empresas prestadoras de serviço de alimentação coletiva. A fiscalização objetiva o acompanhamento da operacionalização dos documentos de legitimação, popularmente conhecidos como tíquetes. O retorno da Auditoria-Fiscal do Trabalho nas empresas

prestadoras de serviço de alimentação coletiva será realizado a partir de março de 2013. Também se encontra em andamento a modernização do Sistema de credenciamento das empresas participantes do PAT. O prazo para a finalização da modernização do Sistema está previsto para março de 2013. Em andamento, ainda, a contratação do DIEESE, através da Comissão Tripartite do PAT - CTPAT, com o objetivo de realizar estudo visando construir um diagnóstico do PAT, desde sua criação, bem como levantar as recomendações e proposições sobre o aprimoramento, expansão e ampliação do PAT.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT é um programa estatal de adesão voluntária, instituído pela Lei n° 6.321/76, que tem o intuito de estimular o fornecimento, por parte do empregador, de alimentação nutricionalmente adequada aos trabalhadores, mediante a concessão de incentivos fiscais. O objetivo central do PAT é a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda, que consequentemente resulta em impactos socioeconômicos positivos.

Atualmente, o Programa beneficia 16.058.822 milhões de trabalhadores, representando um incremento próximo de 10% em relação ao ano de 2011.

Em 2012, foram fiscalizadas 192 empresas, ultrapassando a meta programada para o exercício de 125 empresas fiscalizadas em todo o território nacional. Para o ano de 2013 a meta prevista a ser alcançada é de 126 empresas fiscalizadas.

Quantidade alcançada

192

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	unidade	14	31/12/2012
Região Nordeste	70	unidade	82	31/12/2012
Região Norte	30	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	230	unidade	42	31/12/2012
Região Sul	100	unidade	51	31/12/2012

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à democratização das relações de trabalho busca espaço para o diálogo social, com participação ativa de representantes do governo federal, dos trabalhadores e dos empregadores para discussão de temas relevantes das relações do trabalho, como a organização sindical e a atualização e modernização da legislação trabalhista.

Diversas e enriquecedoras discussões foram travadas em 2012 pelo Governo a fim de se promover a atualização da legislação e ampliação dos direitos dos trabalhadores, assim como diversas ações foram promovidas com o objetivo de fortalecer a organização sindical, o diálogo social e a prevenção e mediação de conflitos.

O diálogo social tem sido tratado com relevância e respeito no Conselho de Relações do Trabalho - CRT, que tem estrutura tripartite, natureza orientadora e objetiva a promoção da democratização das relações do trabalho e o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho, à organização sindical e à negociação coletiva.

No âmbito do CRT, diversos assuntos são tratados, tais como representatividade da organização sindical (Aferição da representatividade das centrais sindicais ano base 2012/2013 realizada pelo grupo de trabalho GT-Aferição), e proposta de classificação das categorias profissionais e econômicas, para fins de controle da unicidade sindical (Tabela de Categoria).

Em 2012, o Governo:

- Participou de grandes mesas de negociação coletiva, a exemplo da mesa de negociação entre a empresa General Motors (GM) e os operários ligados ao complexo da montadora em São José dos Campos que evitou a demissão de cerca de 1.500 empregados.
- Promoveu a I Conferência Nacional de Emprego de Trabalho Decente, realizada em Brasília/DF no período de 08 a 11/08/2012, após a ocorrência de 273 conferências preparatórias sendo, 138 municipais, 26 estaduais, 05 microrregionais e 104 regionais. Seu resultado representa elemento base para a atualização do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.
- Criou vários grupos de Trabalho, dos quais se pode citar o Grupo de Trabalho Interministerial Assalariados Rurais – Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, com a participação do MTE, SEPPIR, SDH, MDA, MEC, MDS, e INCRA, e que tem como objetivo o aperfeiçoamento de mecanismos legais de proteção social aos trabalhadores rurais assalariados, qualificação, combate ao trabalho escravo e à informalidade, visando a garantir os direitos sociais, a prática do trabalho decente, saúde, habitação e segurança para os trabalhadores do setor. E o GETRU - Grupo Especial do Trabalho Rural composto por membros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Previdência Social (MPS), que teve por finalidade estudar a realidade das relações de trabalho no âmbito rural, com vistas a construir consensos, dos diversos órgãos do governo, quanto ao conceito sobre trabalhador rural, agricultor familiar e empregador rural.
- Construiu o Compromisso Nacional da Construção Civil - Compromisso para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção – Mesa tripartite coordenada pelo MTE e Secretaria Geral da Presidência da República, com participação de representações de trabalhadores e empregadores do ramo da construção civil. Visa melhorar as condições de trabalho no setor, com a redução da intermediação de mão de obra, qualificação dos empregados, garantias de proteção à saúde e segurança, bem como representação sindical laboral nos canteiros de obras.

Dentro do Plano Brasil Maior - PBM, que tem o objetivo de acelerar o crescimento do investimento produtivo e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, e aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais, está a Coordenação Sistêmica de Condições de Relações do Trabalho, responsável pela elaboração de medidas de fomento ao crescimento industrial brasileiro em consonância com a melhoria das condições e relações do trabalho no país.

Em busca de transparência e segurança nas relações trabalhistas entre empregador e empregado, o Governo editou o Novo Termo de Rescisão de Contrato que será de utilização obrigatória a partir de 1º de fevereiro de 2013, para a rescisão dos contratos de trabalho, liberação do seguro-desemprego e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - (Portaria 1.057/2012).

Em 2012 foram realizadas em torno de 9.850 mediações coletivas, com taxa de eficiência de 86,50% e taxa de eficácia de 94,64%, beneficiando, diretamente, 9.600.000 trabalhadores. O Governo tem o objetivo de desenvolver um sistema de acompanhamento e prevenção de conflitos em relações do trabalho em todo o país, que será subsídio para ações de democratização e avanço das relações de trabalho. Vários treinamentos em relações de trabalho e sindical foram empreendidos com o objetivo de capacitar e orientar os atores sociais do governo, trabalhadores e empregadores. A ação de capacitação tem importância no fortalecimento da organização sindical, a partir da disseminação de conhecimentos que instrumentalizam sindicatos, empresas e trabalhadores, de informações que lhes auxiliam no processo de negociação de remuneração, condições de trabalho, benefícios, igualdade e outras conquistas essenciais para a harmonia das relações de trabalho.

No período de 01/01/2012 a 31/12/2012 foram registrados 47.985 instrumentos coletivos de trabalho (convenções e acordos coletivos de trabalho, e termos aditivos).

Encontra-se em fase final o estudo para a elaboração de nova portaria que regulamentará o Registro das entidades Sindicais, que altera os requisitos para a apresentação de documentação pelas entidades requerentes, aumentando critérios objetivando identificar a representatividade dessas entidades. Regulamenta a fusão e a dissociação, dentre outras alterações. A previsão de publicação da nova Portaria é para o primeiro semestre de 2013.

Para o ano de 2013, a SRT/MTE pretende:

- Implantar o Módulo II do Sistema Mediador, que abarcará os pedidos e as realizações de mediações coletivas de trabalho realizadas no MTE em todo o País (Previsão: maio de 2013).
- Iniciar desenvolvimento do sistema de acompanhamento de greve e prevenção de conflitos, onde constarão os registros e resultados das greves ocorridas no Brasil (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Tornar compulsória a utilização do sistema HomologNet por todas as unidades do MTE (Previsão: no decorrer do ano).
- Expandir o sistema HomologNet para os sindicatos – Módulo "Sindicato" do Sistema HomologNet (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Concluir os trabalhos do GT tabela de categorias (Previsão: junho/2013).
- Assumir o Código Sindical – A Secretaria de Relações do Trabalho do MTE passa a ser responsável pela emissão do código sindical (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Implantar o Novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais integrado com o Sistema de Distribuição de Processos – SDP (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Implantar o uso da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).
- Disciplinar os novos procedimentos para a atualização dos dados das entidades sindicais no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- Tornar obrigatório o uso da certificação digital na elaboração de termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT pelo Sistema HomologNet.

Na área de relações do trabalho, pretende avançar nos estudos de revisão legislativa nos temas a seguir:

- Regulamentação da 151 OIT, que dispõe sobre organização sindical e negociação coletiva dos servidores públicos;
- Representação sindical no local de trabalho;
- Práticas antissindicais;

Metas 2012-2015

- **Elaborar e encaminhar, em conjunto com as centrais sindicais e as confederações patronais, minuta de anteprojeto de lei que disponha sobre os atos antissindicais, que restringem ou impedem o exercício da liberdade sindical**

  Análise Situacional da Meta

  A discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais foi retomada pela Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do MTE em setembro de 2012 e está em discussão no âmbito da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Finalizadas as discussões entre governo e trabalhadores, o projeto será levado à apreciação da bancada de empregadores do CRT, formada pelas confederações patronais. E em seguida, finalizadas as discussões no CRT, a proposta será encaminhada ao Ministro do Trabalho e Emprego para apreciação e encaminhamentos.

  Para 2013:

  - Avançar na discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais, que possibilite normas claras caracterizando as situações em que empregadores, trabalhadores e sindicalistas estejam praticando um ato antissindical.
  - Estudo sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que dispõe sobre a organização sindical e negociação coletiva dos servidores públicos da União, Estados, Municípios, DF e Territórios.
  - Estudo sobre a representação sindical no local de trabalho – que ainda é instrumento incipiente no que concerne à sua efetivação, razão pela qual necessita de regramentos mais abrangentes e garantidores, de modo a realizar o fim que o fundamenta.

- **Propor projetos de lei e aprovar normativos que atualizem a legislação sindical e trabalhista brasileira**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Relações do Trabalho criou Grupo de Trabalho para elaborar portaria definindo novas regras para a concessão de registro sindical. A proposta de uma nova Portaria é oriunda dos vários debates entre o Ministério do Trabalho e Emprego e representantes das entidades sindicais de empregadores e de trabalhadores, e a nova regulamentação tem por objetivo evitar a proliferação de sindicatos pouco representativos e estabelecer regras que possibilitem uma efetiva participação dos representados nas decisões tomadas pelas suas respectivas entidades sindicais.

As alterações das normas procedimentais e disciplinadoras do registro sindical foram necessárias em face da própria dinâmica da organização sindical, que foi aos poucos se ajustando aos princípios constitucionais introduzidos a partir de 1988, principalmente ao da liberdade sindical, respeitando-se ao da unicidade. E com base na jurisprudência e decisões judiciais dirigidas ao Ministério do Trabalho e Emprego, e ainda pela necessidade de tornar o ato administrativo de registro sindical mais vinculado aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho que ainda se aplicam à matéria, conjugados com os princípios da Constituição Federal, foi elaborada uma proposta de nova Portaria, em consonância com os princípios norteadores da atividade administrativa.

Nesse sentido para assegurar a obediência ao princípio da impessoalidade, o ato de deferimento ou indeferimento de registro sindical deve obedecer a critérios objetivos e claros, posto que, por ser vinculado, não se admite o uso do poder discricionário. Desse modo, a nova norma regulamentadora define expressamente todos os atos a serem praticados nos processos de registro sindical, bem como indica todos os documentos necessários à solicitação do registro sindical e às impugnações, entre outros.

A presente proposta foi amplamente debatida em reuniões com representantes do governo e das entidades sindicais. Concluídos os debates, foi publicada a Portaria Nº. 326, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego.

Importante destacar também a criação do Sistema de Distribuição de Processos (SDP), que entrou em produção no segundo semestre de 2012. Um dos problemas enfrentados pela Secretaria de Relações do Trabalho era a dificuldade de controle na distribuição de processos de registro sindical e de alteração estatutária, para análise e decisão. Com a entrada em produção do SDP, os processos de registro sindical passaram a ser controlados por um sistema localizado na intranet do Ministério, que organiza em ordem cronológica a fila de distribuição de processos para análise, colocando em primeiro plano para distribuição os processos mais antigos.

Para 2013:

- Publicar a nova portaria que regulamenta o Registro das entidades Sindicais, altera os requisitos para a apresentação de documentação pelas entidades requerentes, aumentando critérios objetivando identificar a representatividade dessas entidades, e regulamenta a fusão e a dissociação, dentre outras alterações.

- Implantar, por meio de portaria, o uso da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), que permitirá o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na administração pública.

- Disciplinar, por meio de portaria, os novos procedimentos para a atualização dos dados das entidades sindicais no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

- Tornar obrigatório, por meio de portaria, o uso da certificação digital na elaboração de termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT pelo Sistema HomologNet.

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Imigração aprovou a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012 que autoriza a obtenção de visto permanente a nacionais do Haiti por razões humanitárias para a vinda ao Brasil. O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, concederá, por questões humanitárias, até 1.200 vistos por ano. O Conselho Nacional de Imigração autorizou a permanência de 5.673 haitianos no Brasil.

O Conselho Nacional de Imigração aprovou, ainda em 2012, a Resolução Normativa nº 98, de 14 de novembro 2012, a qual facilita a concessão de autorização de trabalho aos estrangeiros que venham trabalhar exclusivamente na organização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e a Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012, que disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil. Cabe ressaltar que o Conselho Nacional de Imigração é um órgão tripartite, cujas decisões sobre aspectos migratórios dependem do colegiado.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as estruturas de atendimento, em especial os Núcleos de Informações e Apoio a Brasileiros Retornados do Exterior, e elaborar estudos e publicações para orientar os trabalhadores em processo de migração internacional ou retornantes do exterior em relação a direitos e deveres no Brasil e no exterior, prevenção de exploração laboral e reinserção no mercado de trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  Devido ao sucesso na execução do convênio, a Coordenação Geral de Imigração – CGIg – lançou um novo edital de Chamada Pública de Parcerias CGIg/MTE nº 02/2011, visando a dar continuidade ao atendimento dos retornados do exterior, especificamente os nikkeys da cidade de São Paulo. O Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural – ISEC está habilitado a dar continuidade ao projeto por mais dois anos.

  Foi finalizada em 2012 a celebração e assinatura do Convênio 773754/2012, mantendo o Núcleo de Informação e Apoio aos Trabalhadores Retornados do Exterior, com uma previsão de 200 atendimentos mensais, considerando as tarefas de informações, encaminhamentos e apoio na reinserção ao mercado de trabalho.

  Inaugurou, em dezembro/2012 no Japão, o projeto denominado "Espaço do Trabalhador Brasileiro".

  Em 2012 foi implementado o atendimento ao público que passou a ser exclusivamente por e-mail, imigrante.cgig@mte.gov.br, migranteweb@mte.gov.br e conselho.imigracao@mte.gov.br, com um prazo de respostas de até 72 horas pela equipe de atendimento.

  Em 2013 serão acompanhados e monitorados o Convênio e os atendimentos aos retornados do exterior.

  Com relação ao atendimento ao público em 2013, serão monitorados esses e-mails, agilizando as respostas aos usuários.

- **Apoiar a ratificação e a implementação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias e da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD)**

  Análise Situacional da Meta

  Sobre a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, tramita no Congresso Nacional Mensagem MSC nº 696/2010 que se encontra aguardando constituição de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).

  A Convenção da Organização do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD) encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

  Em 2013 será acompanhado, junto aos órgãos competentes, a Mensagem MSC 696/2010 e a Convenção da Organização do Trabalho (OIT) número 143.

- **Implementar política e plano de proteção dos trabalhadores migrantes (PNTD)**

Análise Situacional da Meta

Desde novembro de 2010 o Conselho Nacional de Imigração/CNIg constituiu Grupo de Trabalho para avaliação do fluxo migratório de haitianos ao Brasil. Esse Grupo empreendeu estudos e orientou o Plenário do Conselho na tomada de decisões. Com base nessa avaliação, o CNIg concluiu que o tema dos haitianos deve ser abordado sobre um viés humanitário, tendo decidido aprovar a residência de cidadãos haitianos que já haviam ingressado no Brasil (em 2012 foram concedidas 4.682 autorizações de permanência de haitianos no Brasil). Em 2012, esse mesmo grupo subsidiou o Plenário do CNIg na aprovação da Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012 que criou um visto especial humanitário para os haitianos interessados em imigrar ao Brasil como uma forma de controlar o fluxo irregular pela fronteira. Esse Grupo segue em funcionamento avaliando a situação desse fenômeno migratório e o impacto das políticas adotadas pelo governo.

Em 2013 o Conselho Nacional de Imigração continuará a monitorar as questões oriundas da imigração haitiana no Brasil.

- **Reduzir em 10% o prazo de análise e decisão, implantando procedimentos de análise e concessão de pedidos de autorizações de trabalho de estrangeiros de forma eletrônica, reduzindo a burocracia**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final o novo projeto denominado MIGRANTEWEB_DIGITAL, o qual visa à digitalização dos processos com a tramitação e análise dos mesmos de forma eletrônica, utilizando a Certificação Digital, garantindo a integridade dos documentos, a simplificação do processo e cumprindo todos os requisitos previstos na legislação.

Em 2012, foi cumprida a meta programada para o exercício de redução do tempo de análise e decisão dos processos, atingindo um percentual de 22,17%, com média de 23 dias, tendo em vista que a Lei 9.784/99 (processo administrativo) estabelece prazo de 30 dias.

Em 2013 deverá ser finalizado o sistema MIGRANTEWEB_DIGITAL, além de continuar cumprindo em 2013 as metas estabelecidas com relação à redução de tempo de análise de processos.

- **Transformar o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional da Migração, consolidando as atribuições relacionadas à imigração de estrangeiros ao Brasil e à emigração de brasileiros ao exterior em único órgão, tendo em vista a centralidade do trabalho na temática migratória, promovendo melhor proteção aos trabalhadores migrantes e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 5.655/2009 que "dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migrações, define infrações e dá outras providências". O Projeto de Lei encontra-se na Câmara dos Deputados na seguinte situação: até 21/11/2012 estava na Comissão de Turismo e Desporto (CTD) – com o parecer aprovado, na forma do substitutivo e encaminhado em 20/12/2012 para a Comissão de Relações e de Defesa Nacional (CREDN). Em 2013, será acompanhado junto aos órgãos competentes o andamento do Projeto de Lei nº 5.655 de 20/07/2009.

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O cumprimento desse objetivo se verifica na produção de dados estatísticos e disseminação da Relação Anual de Informação Social - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Ambos trazem informações atualizadas do Mercado de Trabalho Nacional, as quais são utilizadas por diversas outras iniciativas do governo federal que dependem de informações a respeito do mundo do trabalho, incluindo-se informações do empregador e dos empregados. Tais informações são disponibilizadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por consultas específicas, a todos os solicitantes, desde que não sejam informações sigilosas do empregado ou do empregador. No ano

de 2012, ocorreu normalmente a divulgação mensal do CAGED, bem como a divulgação da RAIS 2011, conforme previsto para o período.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e contribuir, pelo Observatório, para a consolidação de indicadores de trabalho e emprego decente**

  Análise Situacional da Meta

  Nos estudos realizados para consolidação dos indicadores de trabalho decente, foi observado que grande parte encontra-se dentro dos registros administrativos do MTE. Neste sentido, está sendo feito um acompanhamento dos mesmos visando à consolidação e contribuição nesta agenda. Em relação a 2013, a meta é participar da consolidação dos indicadores de trabalho e emprego decente, por meio do acompanhamento das ações do Ministério, que em suma se referem à consecução do trabalho decente, ações essas que podem ser verificadas por meio de indicadores de suas execuções físicas, tais como a concessão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a atuação da Inspeção do Trabalho em relação ao cumprimento das leis trabalhistas, à execução do programa de aprendizagem nacional e ao cumprimento da Lei de Cotas para pessoas com deficiência.

- **Aumentar a segurança, qualidade e agilidade de processamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**

  Análise Situacional da Meta

  Está sendo implantado, ao longo dos anos, critérios de críticas e cruzamento de dados que possibilitam a melhoria da qualidade e cada vez mais a antecipação dos prazos de divulgação de seus resultados. Para aumentar a segurança da recepção das informações recebidas foi implantada a certificação digital na RAIS, primeiramente para os estabelecimentos com mais de 250 vínculos, passando na RAIS 2012 a se estender para os estabelecimentos com mais de 20 vínculos trabalhistas. O produto desta meta se refere ao número total de vínculos trabalhistas declarados na RAIS 2011 (processada e publicada em 2012) já utilizando a certificação digital. Entretanto, no CAGED a certificação digital será implementada a partir da competência de janeiro de 2013. Para a RAIS 2012, a meta é receber cerca de 40% das declarações enviadas por meio de certificação digital.

- **Consolidação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego como base estatística do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

  Análise Situacional da Meta

  Visando a consolidação do Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, o Ministério do Trabalho e Emprego mantém o convênio 092/2007, o qual se encontra vigente. Esse convênio visa ao estabelecimento de cooperação técnica e financeira para dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto “Consolidação do Sistema Estátistico da PED e desempenho de novos indicadores e Levantamentos”, tendo como base a estatística que subsidia a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, bem como produção de informações do mundo do trabalho. No decorrer do ano de 2012, esteve em tratativas proposta de novo convênio com o objetivo de apresentar perspectivas para continuidade e ampliação do investimento realizado pelo MTE em investigações domiciliares sobre inserção ocupacional urbana, através do fomento à renovação da metodologia PED. Em 2013, espera-se chegar à versão final do projeto, com previsão de execução entre 2013-2015.

  Também nesta linha, além do convênio de gestão, o Ministério financia a realização da PED em sete cidades, tendo sido realizadas as pesquisas em 7 capitais e regiões metropolitanas, mensalmente, no decorrer do ano. As capitais e respectivas regiões metropolitanas onde ocorre a pesquisa são: Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, São Paulo e o Distrito Federal.

- **Consolidar a Seção Nacional do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL para aprimorar sua atuação nas discussões no âmbito do MERCOSUL e no que se refere a indicadores de mercado de trabalho da região**

  Análise Situacional da Meta

  A Decisão CMC N° 45/08 determinou que o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul - OMTM funcionasse

como órgão auxiliar dependente do Gabinete do Mercosul - GMC, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Único, e Artigo 14, inciso V, do Protocolo de Ouro Preto.

A referida Decisão definiu como funções do OMTM, entre outras: sistematizar informações; desenvolver pesquisas e análises que permitam a elaboração de diagnósticos, propostas técnicas, diretrizes regionais e Planos Nacionais de Emprego; assessorar os Estados Partes na identificação de indicadores de monitoramento e acompanhamento de metas nos âmbitos nacionais e regional; criar, manter e divulgar bases de dados comparáveis sobre as temáticas do trabalho e de políticas públicas de emprego.

No ano de 2012 o OMTM apresentou informes sobre trabalho infantil e indicadores de trabalho decente, apresentou informes sobre o movimento migratório de trabalhadores sul-americanos que buscam trabalho nos Estados Partes; bem como fez o relançamento do sítio web o OMTM em espanhol e português.

Com o objetivo de assegurar a estrutura necessária para o funcionamento do Observatório, o setor governamental brasileiro apresentou, na VIII Reunião do OMTM, realizada em Porto Alegre, proposta de minuta com vistas a criar uma Unidade Técnica Laboral, para funcionar no âmbito da Secretaria do MERCOSUL (SM), com as seguintes atribuições:

a) Coordenar o seguimento das demandas emanadas da Reunião de Ministros do Trabalho do MERCOSUL relativas aos órgãos sociolaborais, em particular o Subgrupo de Trabalho Nº 10, o GANEmple, o OMTM e a Comissão Sociolaboral. Promover o intercâmbio de informação e de dados sociolaborais com a finalidade de fornecer os elementos necessários que contribuam para uma adequada tomada de decisões quando esses órgãos o requeiram;

b) Elaborar relatórios informativos sobre a situação sociolaboral do MERCOSUL, mediante solicitação dos órgãos decisórios;

A Unidade Técnica deverá contar com uma instância tripartite de caráter consultivo e dois funcionários de categoria técnica, os quais deverão possuir especialização em assuntos sociolaborais.

- **Consolidar e aprimorar a rede de informações sobre o mundo do trabalho e sobre as políticas de trabalho, emprego e renda, integrando os diversos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e os indicadores de trabalho produzidos por outras instituições governamentais**

Análise Situacional da Meta

O Observatório do Mercado de Trabalho Nacional está em transição de gerenciamento. Sua gestão foi transferida para a Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho, que é detentora das informações sobre o mundo do trabalho na ótica do MTE. Estão sendo tomadas providências para a consolidação e aprimoramento da rede de informações integrando os diversos bancos do MTE, bem como os indicadores de trabalho de outras instituições governamentais.

- **Garantir a permanente atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, para que reflita as transformações do mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Para a uniformização das informações acerca da ocupação do trabalhador, um importante instrumento é a manutenção, atualização e utilização obrigatória da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a qual é utilizada por diversas outras ações, como os registros administrativos do MTE, o Seguro-desemprego, aprendizagem e qualificação social e profissional. Atualmente, encontra-se em execução contrato com a instituição responsável pela atualização do documento. Durante o exercício de 2012 foram atualizadas 25 famílias ocupacionais e realizado estudo, que culminou em produtos da CBO específicos para utilização junto à Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego. Vale ressaltar, dentre estes produtos, o desenvolvimento de uma CBO simplificada, com foco na descrição sumaríssima das ocupações.

Em relação a 2013, tem-se como meta a atualização de 13 famílias ocupacionais.

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de

discriminação no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos**

  Análise Situacional da Meta

  - A taxa de ocupação dos negros (pretos e pardos) de 16 anos ou mais na PNAD 2009 era 90,9%, em 2011 aumentou para 92,6%.

  - De acordo com a PNAD a taxa de formalização em 2009 era de 53,6%, em 2011 foi para 57,1%.

  - De acordo com a PNAD houve aumento de 2,18% no número de trabalhadores domésticos com carteira em 2011 com relação a 2009 (de 1.995.185 para 2.038.644). Os trabalhadores domésticos sem carteira tiveram uma redução de 11,7% em 2011 com relação a 2009.

  - De acordo com a PNAD houve um aumento de 3,62% do total de autônomos (formalizados ou não) em 2011, com relação a 2009. Considerando formais os autônomos com contribuição à previdência, o aumento foi de 36,58% (de 3.226.588 para 4.406.803).

  - De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho das mulheres equivalia a 71,5% do rendimento médio de trabalho dos homens. Em 2011, essa proporção passou para 73,7%.

  - De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho dos negros (pretos e pardos) equivalia a 58,2% do rendimento médio de trabalho dos brancos. Em 2011, essa proporção passou para 59,9%.

- **Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos**

locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros

Análise Situacional da Meta

O MTE vem participando efetivamente de encontros, seminários e debates sobre temas relevantes como: desigualdade social, desemprego e a informalidade e desigualdade de gênero e raça, bem como publicado os principais resultados relacionados ao mercado formal, rendimento e emprego desses indicadores, com base nos dados da RAIS. Com o apoio do DIEESE foi elaborado, em 2011, o livro " Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho", com base nos dados da RAIS, com perspectivas de continuidade e atualização do mesmo.

- **Aprovar, implementar e avaliar as Agendas e Planos Regionais, Estaduais e Municipais e Setoriais de Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram:

a) Lançamento da Agenda Nacional de Trabalho Decente para Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;

b) Realização da oficina para elaboração da Agenda de Trabalho Decente para a Saúde (uma agenda para os trabalhadores e trabalhadoras do SUS).

c) Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil e a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE) de Minas Gerais para a construção da Agenda de Trabalho Decente do Estado.

Ainda em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho, promoveu um exercício de monitoramento do atual Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), cujo objetivo foi a revisão das metas e dos indicadores propostos no Plano, o levantamento de cada indicador para os anos de 2006 e 2011, assim como os resultados alcançados vis a vis as metas estabelecidas, trazendo ainda comentários gerais sobre cada resultado esperado de modo a oferecer uma rápida referência sobre o avanço das metas estabelecidas. Encontram-se, atualmente, em processo de elaboração as Agendas do Trabalho Decente dos Estados de São Paulo, do Tocantins, Paraná, Piauí e Alagoas, e em fase de implantação, o subcomitê de promoção de trabalho decente para pessoas com deficiências.

- **Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados**

Análise Situacional da Meta

Elaboração de parecer da Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pela Portaria 102 de 17 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2012, Seção 2, página 02, sobre a submissão da Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da OIT ao Congresso Nacional. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais.

- **Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional do Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em meio ao processo de realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), feita de 06 a 08 de agosto de 2012, tomou a iniciativa de promover um exercício de monitoramento do atual Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD). Um dos objetivos da I CNETD é atualizar o PNETD, portanto, o objetivo desta iniciativa é fornecer subsídios que qualifiquem o debate em torno ao Plano. Neste sentido, solicitou o apoio do Escritório da OIT no Brasil, no âmbito da assistência técnica prestada pelo mesmo ao Governo Federal.

O monitoramento foi elaborado a partir do olhar governamental, com intercâmbios restritos com os empregadores e trabalhadores (que se deu através de disseminação de uma versão preliminar do documento aos membros da Comissão Organizadora Nacional) quer seja sobre as fontes consultadas, quer seja sobre as menções sintéticas atribuídas. Trata-se de uma primeira aproximação a fim de complementar o exercício e torná-lo, assim como o próprio PNETD, um

documento de caráter tripartite.

- **Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras**

Análise Situacional da Meta

No Brasil ainda são tímidas as negociações coletivas que tratam sobre a igualdade racial e de gênero, como se pode observar do resultado de pesquisa feita no Sistema Mediador.

Verifica-se pela pesquisa que a negociação coletiva sobre igualdade racial e de gênero é mais forte nos Estado de SP e do RJ.

Observa-se, entretanto, que a negociação que trata de assédio moral/sexual e de estabilidade para gestantes/mães é crescente no Brasil. A negociação coletiva de várias categorias, em vários estados, dispendem tratamento relevante à matéria. Da pesquisa no sistema Mediador com estes parâmetros verificou-se:

12.152 cláusulas vigentes sobre estabilidade gestante/mãe;

796 cláusulas vigentes sobre assédio moral; e

93 cláusulas vigentes sobre assédio sexual.

O Sistema Mediador é o sistema do MTE para elaboração, transmissão, análise e registro dos instrumentos coletivos de trabalho, resultantes das negociações coletivas.

- **Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador é composto por 96 ações com 15 instituições tendo responsabilidade sobre elas. Essas 96 ações se desdobram em 154 produtos e/ou metas. Algumas ações têm a previsão de gerar um produto, outras já levam à uma meta diretamente. Outras ainda se ramificam em produtos e cada produto tem uma meta. Por essas diferenças, a análise dos produtos e metas é feita de forma conjunta, sempre que há uma avaliação do Plano. As avaliações são feitas no mês de julho (avaliação semestral) e em fevereiro (avaliação anual). As avaliações atribuem classificações às metas e produtos do tipo “realizado”, “dentro do prazo”, “não realizado” ou “não informado”.

Pela última avaliação do Plano, feita em julho de 2012, 89 metas e produtos foram classificados como “realizado”, 29 como “dentro do prazo”, 28 como “não informado” e apenas 8 como “não realizado”.

Como o Plano tem vigência até 2015, muitas ações ainda estão dentro do seu prazo de execução. A maioria do que foi classificado como “dentro do prazo” já está em processo de execução. No geral, a avaliação da coordenação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI foi que o Plano está com um nível de execução bastante satisfatório, já que apenas 8 produtos e/ou metas foram classificados como “não realizado”.

- **Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado exame da convenção 189 e da recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do trabalho doméstico. Comissão Tripartite com essa finalidade aprovou a submissão do instrumento ao Congresso para fins de ratificação. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72 , conhecida como PEC das domésticas , que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. O MTE instituiu comissão que apresentará propostas para a regulamentação dos direitos do empregado doméstico previstas na Emenda Constitucional nº 72. Os direitos estudados pela comissão e que dependem de regulamentação são a proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

- **Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo**

Análise Situacional da Meta

Meta relacionada à Lei 12.382/2011, que regulamenta o reajuste do Salário Mínimo. Segundo ela, "O Poder Executivo constituirá grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo".

Em 2012, ao se avaliar a aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo, que prevê revisão anual pelo INPC do ano (6,08%) mais a variação do PIB (7,5%), deve-se considerar o valor de R$ 545,00 como sendo aquele que está baseado nos critérios da política de valorização do salário mínimo do ano de 2011. Desta forma, aplicando-se as variações (INPC e PIB), que acumuladas representam 14,04%, chega-se ao valor de R$ 621,50, que foi arredondado para R$ 622,00, resultando em aumento real de 7,59%. Esta correção respeita as regras acordadas pela política de valorização do salário mínimo, levando em conta o resultado preliminar de 7,5% para a variação do PIB em 2010, e 6,08% do INPC em 2011.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o valor do salário mínimo corresponderá a R$ 678,00, o que representa um aumento de cerca de 9,00%, frente aos R$ 622,00 em vigor durante 2012. O novo valor foi publicado em edição do Diário Oficial da União datada de 26 de dezembro, por meio do Decreto 7.872, de 26 de dezembro de 2012 e atende à aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo.

O reajuste definido para o salário mínimo em 2013 corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que para o estabelecimento do valor foi estimada em 6,10%. O valor de R$ 678,00 atende às regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, que está definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

- **Institucionalizar e fortalecer conselhos e órgãos tripartites nos âmbitos federal, estadual e municipal**

Análise Situacional da Meta

O espaço de diálogo social com participação ativa de representantes do governo federal, dos trabalhadores e dos empregadores para discussão de temas relevantes das relações do trabalho, como a organização sindical e a atualização e modernização da legislação trabalhista, tem sido ampliado no Brasil.

No MTE foram travadas diversas e enriquecedoras discussões a fim de se promover a atualização da legislação e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Destacam-se:

- Conselho de Relações do Trabalho - CRT – instituído pela Portaria 2.092, de 02 de setembro de 2010, tem natureza orientadora, com a finalidade de promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social. O CRT possui em sua composição três câmaras bipartites para tratar de pautas específicas de trabalhadores, empregadores e servidores públicos, e atualmente possui dois grupos de trabalho em funcionamento, tripartites, para tratar das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência. Cabe informar que CRT vem discutindo a regulamentação de projeto de lei que trate dos atos antissindicais.

- Grupo de Trabalho para tratar da regulamentação da Convenção 151 da OIT - GT Setor Público – instituído, no âmbito deste Ministério, pela Portaria 2.093, de 02 de setembro de 2010, com vistas a realizar estudos e elaborar proposta de legislação que trate sobre Organização Sindical, Negociação Coletiva, Direito de Greve e Licença do Dirigente Sindical para Exercício de Mandato Sindical no Setor Público. O Grupo de Trabalho concluiu seus trabalhos em dezembro de 2010, tendo consensuado mais de 40 diretrizes para a regulamentação da Convenção 151 da OIT, em que podemos salientar a unicidade sindical, a revisão anual de proventos e subsídios e o registro do resultado da negociação coletiva no Ministério do Trabalho e Emprego. A presidenta Dilma Rousseff assinou, em 06 de março de 2013, ratificação da Convenção 151 da OIT com o Decreto 7.944, que torna obrigatória a negociação sindical no setor

público, entre outras mudanças fundamentais introduzidas nas relações de trabalho na administração pública.

O MTE tem participado ainda de espaços de diálogo social, tais como:

- Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde, coordenada pelo Ministério da Saúde, a quem compete o tratamento das demandas e dos conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS.

- Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que resultou na elaboração de um compromisso nacional, entre empresas, trabalhadores e governo, com o fito de aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo e corte da cana-de-açúcar.

- Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite para Melhorar as Condições de Trabalho na Construção Civil, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que elaborou itens de pacto setorial para garantir melhores condições aos trabalhadores da construção civil.

- Grupo de Trabalho do Ponto de Contato Nacional para a implementação das Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para as Empresas Multinacionais, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que no momento vem discutindo procedimentos para encaminhamento das denúncias de inobservância de boas práticas no comércio internacional, de responsabilidade das empresas multinacionais com sede de representação no Brasil e empresas nacionais com representação no exterior.

- **Realizar conferências regionais, estaduais e municipais sobre emprego e trabalho decente**

  Análise Situacional da Meta

  As propostas discutidas e votadas na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital de 2011. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para discussão na Conferência Nacional.

  Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

  Como prosseguimento da Conferência, se encontra em avaliação pela Comissão Organizadora Nacional o relatório final que servirá de subsídio para realização, no segundo semestre de 2013, de seminários regionais e audiências públicas para discutir com os estados os desdobramentos das resoluções da I CNETD, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades-Sede.

- **Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito**

  Análise Situacional da Meta

  É disponibilizado no sitio do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço www.pdet.gov.br, informações sobre emprego, desagregadas por gênero, raça/cor, com base nos registros administrativos, RAIS e CAGED, para subsidiar os responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito.

  O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET tem por objetivo divulgar informações oriundas de dois Registros Administrativos, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, à sociedade civil.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	30/11/2012	65,04
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	30/11/2012	36,7
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	30/11/2012	54,84
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2012	3.730
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2012	39,67
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	30/12/2012	86,24
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2010	73,4
Incidência de sarampo	unidade	01/01/2010	0	31/12/2012	0
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	6.103	31/12/2011	9.374
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2012	68,46
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2012	44
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/2010	88	31/12/2012	104
Índice de realização de transplantes	%	01/01/2010	133	31/12/2012	128,3
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	01/01/2010	89,7	31/12/2012	49,61
Índice parasitário anual (IPA) da malária	razão	01/01/2008	18,7	31/12/2012	9,2
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2012	155
Razão de mortalidade materna	1/100.000	01/01/2007	74,7	31/12/2010	68,2
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2012	5,5
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	01/01/2009	18,18	30/06/2012	20,2
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	01/01/2009	35,15	13/03/2013	36,1
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2010	92,4
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2010	8,5
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2010	2,6
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2010	171,1
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	40,2	31/12/2009	48,6

Taxa de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	15/03/2013	1,49
Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	01/01/2010	93,77	21/12/2012	67
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2011	400,5

Observações:

Incidência de sarampo - São considerados apenas dados autóctones.

Índice de realização de transplantes - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apresentado para 2012 foi calculado da seguinte maneira: número total dos vários tipos de transplantes realizados no ano dividido pela população censitária, multiplicado por 1.000.000. Com a nova metodologia de cálculo, o índice de referência, relativo a 2010, é de 122,7.

Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - O Ministério da Saúde informou o redimensionamento no número pretendido de CEOs habilitados para o período, o que modifica o numerador do cálculo. Passou a ser utilizado como numerador o valor explícito em meta do Objetivo 0713: 1.903 CEOs pretendidos até 2015. Nesse sentido, o índice de referência recalculado para 2010 passa a ser 44,82.

Taxa de incidência de tuberculose - Dado referente a 2012.

Taxa de prevalência de excesso de peso - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apurado em 2009 foi calculado da seguinte maneira: número de indivíduos adultos com excesso de peso dividido pelo número de indivíduos adultos residentes, multiplicado por 100 (excluídas mulheres grávidas, no numerador e denominador). Dados apenas das capitais, referentes a 2008/2009. Com a nova metodologia, o índice de referência relativo a 2003 passa a ser 42,7.

Taxa de prevalência de hanseníase - Valor apurado de 1,49 referente a 2012.

Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apresentado para 2012 foi calculado da seguinte maneira: número de municípios que apresentam, simultaneamente, dados de cadastros, controle e vigilância da qualidade da água (cloro, turbidez e coliformes fecais) dividido pelo número de municípios brasileiros, multiplicado por 100. Considerando a nova metodologia, não há número calculado para 2010 (ano de referência).

Taxa incidência de dengue - Dados parciais.

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da

saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas, desde o seu lançamento em novembro de 2011 até dezembro de 2012, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

• Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;

• Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R$100,00 para R$150,00;

• Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;

• Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.

Em relação à atenção especializada (AE), o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo

Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 transplantes de medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 23.999 transplantes.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram, ainda, realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Por fim, foi sancionada a Lei Nº 12.732, que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, instituiu-se o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), cujo principal objetivo foi prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica.

  O Programa já beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS.

  Somente no ano de 2012, o Programa de Requalificação de UBS já habilitou 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS.

  Quantidade alcançada

  5.458

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  De janeiro a dezembro de 2012 foram cadastrados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), alcançando-se 257.265 Agentes em 2012.

  Quantidade alcançada

  6.658

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Na atenção básica, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) apresentou, ao final de 2012, cobertura de 54,8% da população brasileira, contando com 33.404 equipes implantadas, das quais 1.109 equipes em 2012.

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/0012

- **Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Na atenção básica, como parte integrante da Estratégia de Saúde da Família, foi ampliado o quantitativo de recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal, tendo como resultado a atuação de 22.213 equipes operando em 4.903 Municípios, das quais 788 foram implantadas em 2012.

Quantidade alcançada

788

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800**

Análise Situacional da Meta

O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

Ao final de 2012, foram realizados 16.705 Transplantes de Medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos totalizando 23.999.

Quantidade alcançada

23.999

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2012, o MS e a SEPPIR reuniram cerca de 100 gestores em saúde e representantes do movimento social para discutir o tema no Fórum: “Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS.”

O encontro definiu estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde.

- **Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Em relação à regulação, ocorreram duas iniciativas:

1ª- Capacitação no Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS – em 2012 foram disponibilizadas 745 apostilas, para tal quantitativo de alunos, para que os estados solicitantes atualizassem seus tutores e esses, atualizados, capacitassem os técnicos.

2ª- Capacitação em Regulação – Curso de Especialização em Regulação – a primeira turma está composta por 480

profissionais (em capacitação).

Quantidade alcançada

1.225

Data de Referência

31/12/2012

- **Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto do novo Campus Integrado do INCA foi aprovado em 2010. O Edital publicado foi temporariamente suspenso por determinação do TCU (Acórdão nº 3280/2011).O INCA solicitou revisão do posicionamento do TCU, apresentando os esclarecimentos e as justificativas correspondentes, por meio de pedido de reexame, o que culminou no Acórdão Nº 1982/2012 – TCU – Plenário, deliberando o prosseguimento do projeto. Face a essa decisão, foi concluído o processo licitatório e assinado contrato com a empresa vencedora, que está aguardando autorização para início das suas atividades, que estão na dependência dos avanços na demolição, em curso, dos prédios que hoje ocupam o terreno.

- **Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) , por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de três Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com o objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  01/11/2012

- **Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram aprovadas 32 propostas de convênio para estruturar as unidades de atenção especializada que servirão de suporte às unidades hospitalares prioritárias da Rede de Urgência e Emergência. 54 unidades foram estruturadas até 31/12/2012, considerando também as unidades pactuadas no ano de 2011.

  Quantidade alcançada

  54

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantação e Estruturação de 2.000 Centros de Reabilitação e Acompanhamento de Dependentes Quimícos, principlamente em capitais e municípios acima de 100.000 habitantes, até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi intensificada a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O Ministério repassou recursos para incentivo à abertura de novos serviços nos municípios. Entre os serviços incentivados e que fazem parte da RAPS, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), equipamentos de saúde estratégicos da rede, que se destinam a acolher, estimular a integração social e familiar, apoiar iniciativas de busca da autonomia e oferecer cuidados integrais para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras

drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Houve um estímulo para a implantação de CAPS 24 horas, que oferecem atendimento aos usuários durante todo o dia, com equipes de plantão.

Atualmente existem 320 unidades (Caps ad) que prestam serviço especializado para usuários de álcool e drogas em municípios de 70 mil a 200 mil habitantes.

Quantidade alcançada

320

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, no âmbito da ampliação e fortalecimento da rede oncológica, foram realizados convênios com entidades sem fins lucrativos que já fazem parte do rol de prestadores de serviços para o SUS e que tiveram propostas na área da Alta Complexidade em Oncologia aprovadas pelo Ministério da Saúde.

As propostas contempladas foram:

- Hospital de Base de São José do Rio Preto / Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - SP
- Hospital Ofir Loyola / Belém - PA
- Santa Casa de Misericórdia de Maceió - AL
- Associação de Combate aos Cancerosos / Hospital Mário Kroeff / Rio de Janeiro - RJ
- Associação Obras Sociais Irmã Dulce / Salvador - BA

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

21/12/2012

- **Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015**

Análise Situacional da Meta

De janeiro até novembro 2012 foram cadastradas 40 novas equipes nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Acre e São Paulo.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

30/11/2012

- **Implantar 187 Complexos reguladores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implantadas 46 novas centrais de regulação, relativas ao Sistema de Regulação – SISREG III/DATASUS.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Com o lançamento do Plano Viver Sem Limite em novembro de 2011, a Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência passou a ser responsável pela formulação e implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma das redes prioritárias do Ministério da Saúde. Sendo assim, as metas com que essa Área Técnica tem trabalhado foram adequadas ao contexto atual do Plano Viver Sem Limite.

- **Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano, o Programa de Requalificação de UBS habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas, entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Quantidade alcançada

437

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015**

Análise Situacional da Meta

A atuação governamental em saúde bucal foi expandida, em 2011, com a intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Em 2012, houve um incremento de 62 CEO, totalizando 944 em 774 Municípios, beneficiando cerca de 108 milhões de pessoas. Foi alcançada a meta estabelecida de 400 mil próteses em 2012. Além dessas realizações, o repasse pago por prótese para os municípios foi ampliado, passando de R$100,00 para R$150,00.

Quantidade alcançada

944

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas. Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Quantidade alcançada

233

Data de Referência

01/12/2012

- **Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme foi organizada e dirigida de forma a atender às necessidades nacionais e locais, tendo sido desenvolvidas as seguintes ações;

1- Identificação dos centros de referência de todos os estados. Nesta ação confirmou-se que todos os estados possuem pelo menos um centro de referência. Destacamos todos aqueles que possuem uma rede de serviços de referência, como MG e SP.

2- Visita a todos os hemocentros que prestam assistência em doença falciforme e os hospitais de referência. Dos hemocentros das capitais, 06 não cuidavam de pessoas com Doença Falciforme.

3- Estabeleceu-se com os gestores estaduais e municipais processos de trabalho que consistiram em apresentação e discussão da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, e levantamento da capacidade instalada, relacionando-a com a incidência da doença no estado e análise do programa estadual de triagem neonatal.

4- Iniciou-se processo de trabalho para qualificação de trabalhadores do SUS para atenção de qualidade com prioridade

para estes serviços (hemocentros e hospitais de referência), envolvendo os demais níveis de atenção para promoção da inclusão da doença nas redes da atenção.

5- Foram realizadas assessorias técnicas para organização da rede de atenção e levantadas as necessidades locais.

6- No levantamento das necessidades locais foi identificado que o Ministério da Saúde tinha um papel prioritário a exercer para que a implementação tivesse êxito, por que:

a) as inovações tecnológicas que são elencadas para uma atenção de qualidade estavam ausentes da tabela SUS;

b) verificou-se a ausência de publicações oficiais como rotinas, protocolos e diretrizes para atenção de qualidade em Doença Falciforme;

c) há a necessidade de eventos para atualização divulgação e visibilidade da doença no Brasil;

d) há a necessidade de investimentos em pesquisas para conhecimento tanto do perfil brasileiro como de estudos sobre a doença.

e) reformulação do Programa Nacional de Triagem Neonatal com inclusão da Doença Falciforme em todos os estados.

Com estas ações, o MS passou a atuar em todos os estados, promovendo discussões sobre necessidades locais, assessorando a organização da rede, qualificando os recursos humanos em eventos locais e regionais e celebrando convênios para as melhorias dos serviços. Promovendo, ainda, as inovações tecnológicas para que os serviços pudessem dispor na tabela SUS de recursos tais como: penicilina oral e ácido fólico em gotas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) para as crianças, atualização do protocolo de hidroxiuréia com ampliação da faixa etária de uso, inclusão do CID da Doença Falciforme para o procedimento ambulatorial do doppler transcraniano, com alocação de recursos para cada estado de acordo com a incidência, inclusão de todos os quelantes de ferro no protocolo de sobrecarga de ferro, solicitação de inclusão da Doença Falciforme no protocolo para transplante de medula óssea, inclusão da eletroforese de hemoglobina na Rede Cegonha.

Foram produzidas 15 publicações oficiais para condutas e rotinas. Houve investimentos nas pesquisas em terapia óssea na UFBA para atender pessoas de outros estados que tenham indicação de tal procedimento e foi criado o centro referência em estudos de nutrição em Doença Falciforme na UERJ. Ambas são iniciativas necessárias para avançar em estudos e instruções para definição de protocolos e rotinas.

Houve também a realização do Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme, que contou com a presença de todos os trabalhadores que atuam na área de todos os estados e todos os serviços no país. Todos os estados receberam implementos para organização e qualificação da rede de atenção em doença falciforme.

O grau de compromisso dos gestores é o que define um maior ou menor avanço da qualificação da atenção nos estados. Os estados cujos gestores se comprometeram de forma mais intensa e publicaram programas ou políticas estaduais foram: RS, SP, ES, RJ, MG, BA, PE, CE, GO, AL e AP. Em outros estados, os centros de referência ou hemocentros desenvolvem as ações sem um programa publicado oficialmente, porém, com rede de atenção definida, como DF, PR, MT, SE, PI, PB, PA, AM, RR, MA, RO e TO. Os outros estados deixam a cargo de seus hemocentros ou hospitais de referência a qualificação e melhoria da atenção, caso de SC, MS, RN e AC.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente o Programa Saúde na Escola abrange 2.495 municípios, beneficiando mais de 12 milhões de escolares.

  Quantidade alcançada

  2.495

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**

Análise Situacional da Meta

De janeiro até dezembro de 2012 foram cadastrados 03 novos estados: Santa Catarina (Portaria nº 451, de 15 de maço de 2012), Maranhão (Portaria nº 452, de 15 de março de 2012) e Piauí (Portaria nº 3106, de 28 de dezembro de 2012), faltando apenas o estado do Rio Grande do Norte para alcançarmos os 26 estados e o Distrito Federal. Cabe ressaltar que o estado do Rio Grande do Norte já aprovou o Plano Operativo Estadual nas instâncias deliberativas do SUS e mantém uma equipe mínima de Saúde Penitenciária cadastrada na Unidade Prisional de Parnamirim/RN.

A cobertura de assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro ainda é de 30,5%, o que equivale a aproximadamente 155.000 custodiados cobertos, do total de 550 mil, sendo que 42% dessa população são presos provisórios que se encontram em grande parte nas cadeias públicas, delegacias e distritos policiais. Cabe aqui ressaltar que a implantação de novas equipes de saúde é de responsabilidade do estado qualificado, assim como a adesão de novas unidades de saúde ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Além disso, espera-se implantar a Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional, ainda em 2013, a qual visa contemplar a implantação de equipes de saúde no sistema prisional extensivo às Cadeias Públicas, Penitenciárias Federais e organizar o fluxo de atendimento do SUS no território, por meio da Rede de Atenção à Saúde local, podendo atingir também as delegacias e distritos policiais que são da responsabilidade da polícia civil. Então, com as diretrizes da nova política, as ações de atenção básica para o sistema prisional devem ser descentralizadas ao nível da região de saúde ou do território onde se encontra uma unidade prisional, passando por processos de contratualização regional e aparecendo como ponto de atenção da RAS. Essa iniciativa tem sido reforçada em função das experiências exitosas vislumbradas em 80 municípios que aderiram ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Ceará, São Paulo, Santa Catarina e Piauí. Uma evidência de que o processo de municipalização é uma tendência e o caminho mais resolutivo. A elaboração da Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional está em fase de negociação nas instâncias pertinentes do SUS e posteriormente irá às instâncias pertinentes do Ministério da Justiça, e deverá estar alinhada à Rede de Atenção à Saúde, ao Decreto 7.508/2011 e à LC 141/2012.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Reformar 8.000 unidades básicas de saúde**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Requalificação de UBS habilitou, em 2012, 5.247 propostas de reformas.

Quantidade alcançada

5.247

Data de Referência

01/12/2012

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de

perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

Com relação aos casos de dengue, a notificação de 565.510 casos graves correspondendo a uma redução de 22% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram notificados 727.803 casos. A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos municípios. Essas ações foram induzidas pela Portaria 2.557, que beneficiou 1.158 municípios que receberam recursos para qualificação das atividades de controle de vetores, vigilância e assistência. No mesmo período foram confirmados 284 óbitos correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram confirmados 484 óbitos por dengue.

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfecção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase entre janeiro e outubro de 2012 está em 76,6%, ou seja, dos 34.774 casos novos da coorte, 26.620 estão curados; há perspectiva de ampliação deste percentual de cura ao se computar os meses finais de 2012. O efeito das ações de disponibilização de incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela Portaria nº 2.556/2011, e dos monitoramentos e assessorias técnicas às secretarias estaduais também contribuíram para os resultados alcançados.

Em relação ao tratamento dos portadores da Hepatite C, durante o ano foram tratados 14.138 indivíduos, o que corresponde a um alcance de 100% da meta estipulada, que foi de 14 mil pacientes.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012). Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina, a avaliação dos dados de janeiro a agosto de 2012 demonstra uma cobertura vacinal de 62,7%. Embora esteja abaixo da cobertura de 70% esperada para o ano, existe a expectativa de ampliação desse resultado a partir da institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismo de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS n° 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato

Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal**

  Análise Situacional da Meta

  No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% de cobertura vacinal.

  Quantidade alcançada

  70

  Data de Referência

  01/12/0012

- **Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi ampliada confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C para 24 UF. Foram tratadas 14.138 pessoas, o que corresponde a um incremento de tratamento para hepatite C de 28,5% em relação a 2011, que teve aproximadamente 11 mil pessoas tratadas. Existem hoje cerca de 290 serviços que atendem aos portadores de hepatite viral C no país.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e dezembro de 2011 está em 71,1%, o que representa um acréscimo de 2,0% quando comparado com o mesmo período de 2010, cujo percentual de cura foi de 69,7%.

  Quantidade alcançada

  71,1

  Data de Referência

  01/11/2012

- **Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  24 UFs apresentam percentuais acima da meta estabelecida. Existem dificuldades no avanço da investigação dos óbitos por causas mal definidas nos Estados de BA, AM e PA, que por seu porte populacional tem importante peso no percentual de 'Mal Definidas' em suas respectivas regiões.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador**

Análise Situacional da Meta

128 dos 210 Cerest hoje habilitados - 61% - informaram no questionário de avaliação da Renast o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Quantidade alcançada

61

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015**

Análise Situacional da Meta

Conforme consulta ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Sisagua, realizada em 18 de janeiro de 2013, foram realizadas, no ano de 2012, um total de 399.878 análises de coliformes totais, de um total anual de 1.195.176 amostras obrigatórias previstas pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, alcançando-se, portanto, um percentual de 33,46% de cumprimento da Diretriz Nacional. Com relação a turbidez, foram 32,57% de amostras realizadas.

Quantidade alcançada

33,46

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi publicado Edital de Chamamento Público, tendo sido selecionados 21 projetos de pesquisa.

- **Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas**

Análise Situacional da Meta

A seleção dos municípios a serem contemplados com a ação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas em 2012 ocorreu por meio da Portaria Funasa nº 937, de 20 de novembro de 2012, e o resultado da seleção foi publicado pela Portaria Funasa nº 970, de 4 de dezembro de 2012.

Foram beneficiados 50 municípios.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio realizado em 2011 em toda a rede (composta por 27 centrais estaduais, 306 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 355 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de refrigeração (refrigeradores comerciais e especiais para imunobiológicos, freezers e aparelhos de ar condicionado).

O repasse de recursos financeiros na condição de incentivo de fomento à Rede de Frio no valor total de R$ 19.992.300,00 visa apoiar o fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional. Os valores do incentivo financeiro devem ser destinados, preferencialmente, à aquisição de equipamentos (geradores de energia e aparelhos de ar condicionado) para as Centrais Estaduais e Centrais Regionais de

Rede de Frio.

- **Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, existem 155 pólos da academia da saúde em funcionamento em 96 municípios. O foco principal do ano de 2012 foi a habilitação dos municípios para a construção de pólos, conforme os critérios das Portarias nº 1.401 e 1.402, de 15/6/2011, portanto, a previsão de finalização da construção dos pólos é para o final de 2013; a partir disso iremos ter um incremento maior no número de pólos em funcionamento.

Quantidade alcançada

155

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	unidade	74	31/12/2012

- **Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED**

Análise Situacional da Meta

A FIOCRUZ implantou o Centro de Estudos e Pesquisas para a Redução de Desastres (CEPED) em 2012. O CEPED está localizado na Escola Nacional de Saúde Pública (Campus Manguinhos/Fiocruz).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB**

Análise Situacional da Meta

Em fase de implantação na Fundação, o Sistema GAL já é utilizado pelos laboratórios de referência em Leptospiroses, Dengue, Febre Amarela, Hidatidoses, Influenza, Tuberculose, dentre outros, totalizando 17 laboratórios com o sistema implantado. O processo de capacitação e adequação para adesão ao sistema GAL inclui uma série de eventos, reuniões técnicas e grupos de trabalho.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada

2.648

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de doenças em 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Implantadas técnicas de biologia molecular nos LACEN de 16 estados: AC, AM, AL, PE, PI, CE, BA, MS, GO, ES, RJ, SP, MG, PR, SC, e RS.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

01/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	5	31/12/2012
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- **Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões com estados e municípios de capitais, seminário com a sociedade civil organizada, seminário com os ministérios envolvidos com o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis (PDCNT) para avaliação de um ano de seu lançamento.

Lançado portal com o balanço de 1 ano de lançamento do PDCNT.

Publicada a portaria com repasse de recursos para estados e municípios de capitais para fomento das ações de vigilância, prevenção e promoção da saúde e realizado repasse de R$ 12.500.000,00 para 27 Unidades da Federação, 25 municípios de capitais e 2 municípios com mais de um milhão de habitantes. Aprovada proposta de metas desagregadas para estados.

Dado andamento às ações de vigilância previstas no PDCNT como a realização do Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças e Crônicas por Inquérito Telefônico), da PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar) e organização da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde).

- **Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Análise Situacional da Meta

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

- **Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde**

Análise Situacional da Meta

O INCQS – Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde é a unidade da Fiocruz responsável pelo processo de qualificação dos laboratórios centrais espalhado por todo o território nacional. O valor total da meta refere-se ao prazo de 4 anos. Em 2012 foram qualificados 6 laboratórios de Saúde Pública.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	7	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	1	31/12/2012

Região Sul	3	unidade	2	31/12/2012

- **Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Evandro Chagas (IEC), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), tem como finalidade obter e difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde, das ciências biológicas, do meio ambiente e da medicina tropical com atuação nacional e com ênfase na Amazônia Legal.

O IEC atua hoje em nove instâncias de pesquisa em saúde:

1.Saúde e meio ambiente em populações expostas ao risco de poluentes na Amazônia;

2.Doenças de veiculação hídrica e a qualidade da água;

3.Vigilância em saúde das síndromes (ênfase nas hemorrágicas, ictéricas, diarréicas, respiratórias e exantemáticas);

4.Doenças virais e parasitárias transmitidas por vetores (ênfase em arboviroses, malária, leishmanioses e doença de Chagas);

5.Novas vacinas e novas estratégias de vacinação para a Amazônia;

6.Adequação e aperfeiçoamento dos instrumentos para vigilância em saúde na Amazônia, incluindo recursos de epidemiologia molecular, bioinformática e georreferenciamento;

7.A flora e a fauna como indutores de saúde e reservatórios de doenças na região;

8.Etioepidemiologia das endemias, epidemias e poluição em comunidades indígenas amazônicas.

9.Genômica, proteômica e nanotecnologia para desenvolvimento de novas abordagens diagnósticas mais rápidas, sensíveis e específicas e de alvos terapêuticos.

O número de pesquisas realizadas e publicadas em 2012 ainda está em apuração.

- **Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013**

Análise Situacional da Meta

O teste da aplicação do questionário da PNS foi concluído com êxito. O estudo piloto completo será realizado em 2013.

- **Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015**

Análise Situacional da Meta

Resultado para o ano de 2012 será apurado em dezembro de 2013. Para o ano de 2011, o apurado foi de 20,2 casos para cada 100.000 hab.

Quantidade alcançada

20,2

Data de Referência

30/06/2012

- **Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015**

Análise Situacional da Meta

O número de casos de malária registrados sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Quantidade alcançada

9,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	30	%	9	31/12/2012

- **Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015**

Análise Situacional da Meta

O coeficiente de prevalência da hanseníase está em 1,49 casos por 10.000 habitantes, dados preliminares em 03/01/2013. O número absoluto é de 28.919 casos no país.

Foi realizado o 5º Exercício de Monitoramento para Eliminação da Hanseníase - LEM nos 27 estados com o objetivo de acompanhar o processo de eliminação da hanseníase, auxiliar gestores estaduais e gerentes do programa de hanseníase na avaliação dos progressos em direção à eliminação e elaboração de planos de ação para os estados e municípios.

Quantidade alcançada

1,49

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram confirmados 284 óbitos por dengue, correspondendo a uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 484 óbitos.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2012

- **Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Com infestação pelo Aedes aegypti semelhante à de outras cidades brasileiras, porém com a densidade do mosquito menor que as registradas no Recife, o arquipélago de Fernando de Noronha, também em Pernambuco, começará a intervir no controle do transmissor da dengue com base em dados científicos. Isso será possível graças à parceria estabelecida entre o Conselho de Saúde do arquipélago e a Fiocruz Pernambuco há dois anos, com a implantação do Sistema de Monitoramento e Controle Populacional do Aedes aegypti (SMCP-Aedes). Atualmente, 103 armadilhas (ovitrampas) para captura de ovos do mosquito estão instaladas em Noronha, permitindo saber os locais de maior população do Aedes, os períodos do ano de maior infestação pelo vetor e as áreas de maior risco de transmissão da dengue, entre outras informações. A localização de cada uma delas é registrada com um aparelho de GPS.

Juntos, os profissionais de saúde de Fernando de Noronha e do centro de pesquisa definiram critérios prioritários para intervenções nas vilas e nos imóveis. As vilas estão sendo priorizadas, respectivamente, pela presença do vírus da dengue, a quantidade de vetores e o número de habitantes. No caso dos imóveis têm prioridade, nessa mesma ordem, os que representam maior risco de transmissão da dengue (hospitais, escolas e pousadas) e os com maior densidade do vetor.

- **Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose**

Análise Situacional da Meta

O PDTIS é um programa de indução da Fiocruz – Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde – que fomentou em 2012 dois projetos de pesquisa na área da tuberculose que obtiveram resultado final: i) Desenvolvimento e validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose e; ii) Desenvolvimento de kit de PCR (Reação em Cadeia de Polimerase) para tuberculose e kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às praticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher

trabalhadora para implantação de sala de apoio a amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de agosto, 25.685 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

Metas 2012-2015

- **Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades.

- **Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, 59% dos óbitos infantis foram investigados.
  Quantidade alcançada

  59
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Investigados 81% dos óbitos em Mulheres em Idade Fértil (MIF).
  Quantidade alcançada

  81
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram impressos e distribuídos 6 milhões de cadernetas de saúde de adolescentes para 2.039 municípios em 2012 e 4.575 serviços de atenção básica estão utilizando a caderneta de saúde de adolescentes.
  Quantidade alcançada

  4.575
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram atendidas 7.190 gestantes com alto risco fetal em nível ambulatorial e em regime de internação no Instituto Fernandes Figueira (IFF)/ FIOCRUZ.
  Quantidade alcançada

  7.190
  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1.500	atendimentos	7.190	31/12/2012

- **Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram habilitados 572 novos leitos de UTI de alto risco obstétrico.
  Quantidade alcançada

  572
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.
  Quantidade alcançada

  140
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR.
  Quantidade alcançada

  90
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal.
  Quantidade alcançada

  2.986

Data de Referência

10/12/2012

- **Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  90 kits para parteiras tradicionais distribuídos após a capacitação.
  Quantidade alcançada

  90
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

  Análise Situacional da Meta

  O material está em processo de consolidação com o objetivo de encaminhamento para consulta pública.

- **Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).
  Quantidade alcançada

  16
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, o Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama, e foram financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

- **Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à implantação de 25 Centros de Parto Normal, tendo sido contratados 11 projetos para construção.

- **Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram analisadas 18 propostas referentes a serviços de diagnósticos mamários.

- **Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra.

- **Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais**

  Análise Situacional da Meta

  Realizadas, em 2012, 3,3 milhões de exames de mamografia, dos quais 1,6 milhão em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos.
  Quantidade alcançada

  3,3
  Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 48 milhões de exames citopatológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Realizados, em 2012, 8,3 milhões de exames citopatológicos, dos quais 6,5 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos.

  Quantidade alcançada

  8,3

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

  Análise Situacional da Meta

  A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB se o profissional de saúde solicitou o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando a ampliação dos exames, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.

- **Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação aos testes rápidos de sífilis para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, no período de janeiro/2012 a novembro/2012, 160.000 testes rápidos de sífilis para a Rede Cegonha.

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência até os cuidados necessários e o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), é necessária a qualificação das unidades de prontossocorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Em 2012 o SAMU 192 operou, no território nacional, com 2.851 unidades móveis, sendo 2.152 (75,5%) Unidades de Suporte Básico (USB), 520 (18,2%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 169 (5,9%) Motolâncias, 7 Equipes de Embarcação e 3 Equipes de Aeromédico.

No ano de 2012 foram efetivadas a compra de 2.180 ambulâncias para renovação da frota e expansão do serviço.

Atualmente o SAMU conta com 179 Centrais de Regulação, 16 delas implantadas em 2012, empenhadas na regulação deste serviço para cerca de 2.360 municípios, somando uma população com acesso ao SAMU de 129,5 milhões de habitantes, o que corresponde a uma cobertura populacional de 68%.

Nessa linha de atendimento, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos

atendidos reduzindo as filas nos prontossocorros dos hospitais. Oferecem estrutura simplificada - com Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 2011 a 2014) está prevista a implantação de 500 UPA. Em 2012 havia 266 UPAs em funcionamento no País, sendo 184 construídas com incentivo de recursos federais e 82 com recursos locais. Das UPA em funcionamento, sete delas já são do programa PAC 2.

Em relação às UPAs habilitadas em 2011 (117 unidades), estas apresentam a seguinte situação em 2012: 6 entraram em funcionamento; 40 estão em obras; 69 estão em fase de projetos e licitação; e 2 unidades já concluíram suas obras, mas ainda não entraram em funcionamento. Em 2012 foram selecionadas outras 158 UPAs para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções. Dessas, 27 já estão em obras e uma em funcionamento.

O Programa SOS Emergências lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do país que integram o SUS. Já se encontra implantado em 12 dessas unidades e, em 2012, todos os 12 hospitais selecionados já tinham recursos empenhados para readequação física e tecnológica de suas unidades de urgência e emergência.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi efetivada a compra de 2.180 ambulâncias para renovação de frota e expansão do serviço.

  Quantidade alcançada

  2.180

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram pactuadas nos Planos de Ação da Rede de Urgência e Emergência, para estruturar as portas hospitalares prioritárias de urgência e emergência, um total de 115 propostas de convênios. 127 unidades hospitalares prioritárias foram estruturadas até 31/12/2012, considerando as unidades pactuadas no ano de 2011.

  Quantidade alcançada

  127

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Implantados um total de 6.901 leitos hospitalares dentro da Rede de Urgência e emergência em 2012, sendo:

  - 4.627 leitos clínicos novos;

  - 92 leitos pediátricos novos;

  - 1.852 leitos UTI adulto novos;

  - 330 leitos UTI pediátrico novos.

  Quantidade alcançada

  6.901

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**

Análise Situacional da Meta

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2 2011-2014) está prevista a contratação da construção ou ampliação de 500 UPAs. Até dezembro de 2012, já haviam sido selecionadas e contratadas 273 unidades, sendo que 9 tiveram suas obras concluídas e 7 já estão em funcionamento.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

13/05/2013

- **Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**

Análise Situacional da Meta

16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas, totalizando 179 Centrais de Regulação empenhadas na regulação de em torno de 2.360 municípios somando uma população com acesso ao SAMU 192 de 129.536.827 habitantes e correspondendo a uma cobertura populacional de 68%.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Em 2012 o Ministério da Saúde intensificou a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e promoveu ações do Programa Crack, é Possível Vencer, que compreende ações coordenadas para aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção. 14 unidades da federação já aderiram ao programa.

Foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 475 CAPS, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011. Essa expansão levará a capacidade operacional de todos os CAPS a 40 milhões de atendimentos por ano, dentre os quais 7,8 milhões de atendimentos em CAPS especializados nos problemas relacionados ao álcool e outras drogas.

Durante o ano foram habilitados 22 CAPS em 8 estados brasileiros. Em relação aos CAPS adIII, destinados ao atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes, foram implantados 32 em 2012, totalizando 37 CAPS adIII em

funcionamento.

Foi publicado edital para financiar a criação de Centros Regionais de Referências para formação de profissionais de saúde, assistência social, segurança, agentes comunitários e agentes do sistema judiciário e policial em temas sobre a prevenção ao uso de crack e outras drogas. O investimento total pode chegar a R$ 6 milhões, e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas firmou convênio com a Associação Mário Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência (Amtepa) para o financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos 49 Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas (CRR).

Foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 516 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais e ampliado o valor do custeio desses leitos em até 250%. Foi incentivada a abertura de 55 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas; e implantados 27 Consultórios na Rua (CnR).

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 91 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio, além do aumento da rede CAPS já mencionado, o que resultou em 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, beneficio mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, houve 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, benefício mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

  Quantidade alcançada

  4.085

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 516 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais.

  Quantidade alcançada

  516

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 475 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011.

  Quantidade alcançada

  475

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012 foram abertas 91 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Os meios empregados objetivam preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas.

A orientação dessa linha de cuidados para a promoção da saúde da pessoa idosa procura ampliar, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo familiares e comunidade. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para idosos frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, e a adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a distribuição gratuita de medicamentos e a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados.

Em 2012 destacam-se a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual, de abrangência nacional, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; a promoção do o II Encontro Nacional de Coordenadores da Saúde do Idoso cujo objetivo foi discutir a organização dos estados, municípios e Distrito Federal para o atendimento à população idosa, considerando todos os níveis de complexidade da Rede de Atenção à Saúde no SUS; e a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (SISAP/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa, além de ser um instrumento de monitoramento de metas e diretrizes pactuadas pelas políticas.

No que tange a capacitação à distância para profissionais de nível superior em saúde do idoso, o curso está em andamento com término previsto para março de 2013. Estão atualmente realizando as atividades do curso 1.000 alunos distribuídos entre as regiões sul, sudeste e centro oeste. No âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), o cenário atual é de 6.584 vagas disponíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para curso de aperfeiçoamento em Saúde do Idoso nas ETSUS (nas Escolas Técnicas do SUS) dos Estados do AC, AL, AP, ES, GO, MS, PA, PR, RN, SE, SC, SP, RJ, RS, RO e RR.

Outro importante resultado no âmbito da atenção ao idoso foi a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe. Conforme dados repassados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, a meta de cobertura vacinal foi atingida, visto que a vacinação cobriu no mínimo 80% em cada grupo alvo.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram disponibilizadas 1.000 vagas. Com as desistências, hoje são 867 alunos efetivos.

  Quantidade alcançada

  867

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015**

Análise Situacional da Meta

1000 alunos na modalidade EAD em capacitação, em parceria com a Fiocruz, com previsão de término em março de 2013.

Quantidade alcançada

1.000

Data de Referência

10/12/2012

- **Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015**

Análise Situacional da Meta

A estratégia caderneta do idoso encontra-se em processo de reformulação de conteúdos e fluxos de gestão com o objetivo de se tornar ferramenta de gestão e, também, viabilizar a utilização das informações geradas para monitoramento e subsídio aos processos de tomada de decisão nas três esferas do SUS. A distribuição das cadernetas vem acontecendo desde o ano de 2007, chegando ao total de 18.730.315 cadernetas distribuídas no período de 2007 até 2012.

- **Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado, em julho de 2012, o inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas.

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

No conjunto dos trabalhadores do setor saúde, aproximadamente 60% possuem nível de escolaridade fundamental e médio e, destes, uma parcela expressiva não dispõe de certificação profissional, embora atue diretamente com os usuários nas unidades de saúde. Os programas, projetos e ações de educação profissional técnica de nível fundamental e médio para a área da saúde vêm sendo executados pelas 36 escolas técnicas do SUS (ETSUS), distribuídas em todas as UF, com as mais diversas configurações administrativas (vinculadas às SES, SMS, entre outras). Para dar unidade e garantir os princípios do SUS, essas escolas estão conformadas em rede (Rede de Escolas Técnicas do SUS/Retsus).

Em relação aos profissionais de saúde de nível superior, as dificuldades referem-se à qualidade e adequação do perfil necessário ao SUS. A equidade e o acesso universal aos serviços ficam prejudicados pela dificuldade apresentada por inúmeros municípios em fixarem profissionais em seu território, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A carência e má distribuição geográfica e social de profissionais, especialmente médicos, têm sido apontadas como problema grave, que atinge também outros países. Para dar conta deste desafio, foi criado o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, que teve seu primeiro edital lançado em dezembro de 2011. O programa prevê, além de uma pontuação adicional na nota dos exames de residência médica, a Teleassistência e a Tele-educação em Saúde, com destaque para a Atenção Básica. O governo federal financiará a operação dos Núcleos de Telessaúde das unidades onde estarão atuando os profissionais, bem como das atividades dos tutores, além de cursos de especialização em Saúde da

Família.

A ampliação da residência em saúde em todas as especialidades e regiões do País constituirá também estratégia importante no período. Alie-se a isso a ampliação e o aprimoramento do Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde), articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (Pet-Saúde), visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integrada do processo saúde-doença, com ênfase na atenção básica, nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado, e promovendo a transformação na prestação de serviços à população.

Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

As residências profissionais da área da saúde foram desenvolvidas na linha de residência multiprofissional, com aumento de 152% da oferta de bolsas. Nessa linha foram selecionadas 69 instituições com 787 bolsas aprovadas. Especificamente na área de enfermagem obstétrica foram selecionadas 18 instituições, com um total de 156 bolsas aprovadas. Na linha da residência médica propriamente dita, foram financiadas 1.623 novas bolsas.

Entre as propostas apresentadas ao Pró-Saúde, 120 foram selecionadas, envolvendo 709 cursos de graduação; desses, 389 são novos. Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 78.124 bolsas em 2012 para qualificações em saúde da família, vigilância em saúde e outras.

Entre os profissionais de nível médio, foram qualificados 529 técnicos em radiologia, 443 em citopatologia, 82 em mamografia e 1.470 em atualização em saúde do idoso.

No âmbito da rede de atenção psicossocial, foram qualificados 1.880 agentes comunitários em práticas de saúde mental.

Para atender às necessidades da rede de urgências e emergências, foram ministrados cursos de Especialização Pós-técnica em Urgência e Emergência para 2.308 técnicos em enfermagem.

Na linha de atuação básica, foi iniciada formação em nível de especialização em saúde da família para 5.000 profissionais de saúde, 11.721 agentes comunitários de saúde, 451 técnicos em saúde bucal, 399 técnicos em vigilância em saúde e 636 técnicos em enfermagem.

Com objetivo de fomentar a modernização e qualificação do trabalho no SUS foi apoiada a ação de estruturação e qualificação da gestão do trabalho nos estados e municípios e a democratização das relações de trabalho no SUS. Em 2012, o foco foi o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, ampliação do Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS e a estruturação de uma agenda para discussão da regulação do trabalho em saúde.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 1.100 para 2.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estimada foi com base em anos anteriores, mas foi subestimada. Entendemos que os cursos dos programas de qualificação, principalmente os relacionados à formação direta para o SUS – que foi a base para o estabelecimento desta meta - podem sofrer importante inflexão por parte dos cursos do EAD (educação à distância), que são demandados por diversos órgãos interessados para a qualificação de profissionais. A Coordenação de Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), somente em 2012, apresentou mais de 3.000 egressos em cursos de atualizações e aperfeiçoamentos.

  Quantidade alcançada

  4.726

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Apesar da pequena queda na produção de programas registrada em 2012, as demais atividades previstas, como a ampliação do número de Conselhos Municipais de Saúde com recepção da programação organizada e aumento de horas inéditas veiculadas, incluindo as de novos parceiros, foram executadas.

Quantidade alcançada

232

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio é responsável por aproximadamente 80% destes egressos e a maior concentração de formados se dá nas áreas de Vigilância em Saúde e Análises Clínicas. As especializações técnicas concentram também grande parte dos egressos, com cursos oferecidos nas áreas de vigilância sanitária, informação em saúde, Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e Gestão hospitalar, saúde mental, entre outros.

Quantidade alcançada

837

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS tem como objetivo o desenvolvimento de ações para criação e fortalecimento das áreas de gestão do trabalho e da educação no SUS e visa garantir maior articulação com as ações de democratização das relações do trabalho, estimular as boas práticas de gestão e incentivar ações inovadoras em nível local. O programa foi fortalecido e reestruturado com a criação de novos eixos:

1 - Valorização de práticas inovadoras em gestão do trabalho na saúde.

Dentro desse eixo foi realizado em 2012 o Concurso Prêmio InovaSUS na área de Carreira, por meio do Edital n. 23/2012, de 9/10/2012, que teve como objetivos: Identificar, valorizar e premiar as experiências relacionadas à elaboração, revisão e implantação de Planos de Carreiras Cargos e Salários (PCCS) no âmbito do SUS; Divulgar as soluções inovadoras na criação de PCCS; Contribuir para a troca de experiências; Contribuir para o provimento e fixação dos profissionais do SUS; e Valorizar trabalhadores que atuam de forma criativa e inovadora contribuindo para o fortalecimento do SUS. Foram inscritos 37 trabalhos dos quais 24 foram classificados e 12 foram premiados com o valor de R$200.000,00, cada.

2 - Democratização das relações de trabalho em saúde

Buscando atingir esse fim o MS realizou algumas ações, uma delas foi a edição da Portaria 2.517/2012 com objetivo de dar apoio técnico e financeiro para os Estados e Distrito Federal a projetos relacionados a implantação de planos de cargos, carreira e salários e também à desprecarização do trabalho em saúde, com o total de R$29 milhões de investimento. Foram inscritos 33 projetos e com 13 aprovados.

Com o objetivo de construir uma rede de gestores do trabalho foram realizados cinco encontros: Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde e quatro encontros regionais com apresentação dos projetos do INOVASUS, para apresentar e debater as políticas de gestão do trabalho na saúde, na visão das três esferas governamentais e elaborar plano de ações para a área de gestão do trabalho, totalizando a participação de cerca de 700 gestores.

Também foram firmadas parcerias com algumas Instituições como UERJ para fazer uma pesquisa sobre a Avaliação de Políticas e Programas Nacionais da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no SUS; outra parceria foi com o DIEESE, para dar assessoramento aos projetos de implantação dos PCCS e Desprecarização.

3 - Qualificação dos trabalhadores do setor de gestão do trabalho e da educação na saúde

Foram realizadas parcerias com algumas instituições para realização de cursos, a saber:

- UFMG -– curso de atualização em Gestão das Condições do Trabalho e Saúde do Trabalhador da Saúde – Cegest , com formação de 375 gestores.

- FIOCRUZ - Cursos de especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, presencial, com uma turma por estado e 800 qualificados

- UFRN- construção do curso de especialização e aperfeiçoamento em gestão do trabalho e educação na saúde, em EAD, projeto piloto na Região Nordeste que qualificará 700 gestores.

4 - Sistema de Informação

Foram realizadas reuniões e criado um grupo de trabalho com representantes da UFMG, FIOCRUZ, OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) para criação de uma plataforma de RH que agregue dados do SistrabalhoSUS - Sistema Nacional de Informações em Gestão do Trabalho no SUS, da plataforma Arouca, do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e outros sistemas.

Quantidade alcançada: 12 projetos premiados no Concurso INOVASUS Carreira para valorização das boas práticas inovadoras em gestão do trabalho na saúde e 13 projetos estaduais e regionais aprovados pela Portaria 2.517 para apoio a projetos de carreira e desprecarização aprovados, realização do curso de atualização em gestão das condições do trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde, com a qualificação de 375 gestores, realização de curso de especialização em gestão do trabalho e da educação na saúde com 800 gestores qualificados.

- **Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Apoio à Formação de Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró Residência Médica e Pró Residência Multiprofissional em Saúde) foi criado com a finalidade de incentivar a formação de especialistas em especialidades e campos de atuação estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS e em regiões prioritárias do país, definidas por estudo específico e comum acordo com os gestores de saúde. O programa Pró Residência prevê a concessão de bolsas para residentes em Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde.

Quantidade alcançada

2.456

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do ETSUS (Escolas Técnicas do SUS) a meta está sendo desenvolvida pela Faculdade de Enfermagem da UFMG em parceria com a USP/SP e USP/Ribeirão Preto. Quantidade alcançada: curso em execução para 300 profissionais das ETSUS.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Iniciados os cursos de formação para 46.152 trabalhadores de nível médio.

Quantidade alcançada

46.152

Data de Referência

31/12/2012

- **Disponibilizar o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com 216 mil bolsas**

Análise Situacional da Meta

São 78.124 bolsas nos vários programas do PET-Saúde (Saúde da Família, Vigilância em Saúde, Saúde Mental, Pró-Internato e, a partir de agosto de 2012, o Pró-Saúde/PET-Saúde) pagas até dezembro de 2012 (referentes a 914 bolsas para coordenadores, 305 bolsas para coordenadores adjuntos, 48.202 bolsas para estudantes, 4.848 bolsas pagas a tutores e 23.855 para preceptores).

Quantidade alcançada

78.124

Data de Referência

10/12/2012

- **Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015**

Análise Situacional da Meta

No momento são 4 os programas strictu sensu com nota de avaliação igual a 6.

Fonte: Capes.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

10/12/2012

- **Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram considerados nesta meta os cursos de especialização e residências, incluindo a residência multiprofissional oferecida pela ENSP, totalizando 56 cursos oferecidos.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da iniciativa é melhorar a qualidade do serviço de saúde do SUS, capacitando e integrando os trabalhadores e profissionais de saúde, por meio do uso de tecnologias e infraestrutura de informática e telecomunicações que promovam a Teleassistência, a Segunda Opinião Formativa, o Telediagnóstico e a Tele-educação. Estão em funcionamento núcleos em 14 estados brasileiros e outros 11 estados já possuem projetos aprovados.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Pró-Saúde em 1.000 cursos de graduação na saúde até 2015, promovendo a integração ensino-serviço e visando à reorientação da formação profissional**

Análise Situacional da Meta

No edital nº 24/2011 foram selecionadas 120 propostas de todas as regiões do País, com a inclusão de 389 novos cursos no processo de reorientação curricular (Programa Pró-Saúde). Até 2012, o Programa foi implantado em 709 cursos.

Quantidade alcançada

709

Data de Referência

31/12/2012

- **Inserir 5 mil profissionais de saúde no Serviço Civil até 2015**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo realizada pelo Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB). Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

Quantidade alcançada

1.753

Data de Referência

31/12/2012

- **Institucionalizar a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS**

Análise Situacional da Meta

A institucionalização da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS é uma reivindicação histórica dos trabalhadores no sentido de fortalecer os processos de negociação em estados e municípios que têm ou terão mesas de negociação. O fato de a mesa ter sido criada através de uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, n° 331/2003, não é suficiente para que os entes federados construam esse instrumento de gestão para a melhoria das relações de trabalho. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um instrumento mais eficaz para viabilizar a construção de um Sistema Nacional de Negociação. Isto está ligado diretamente à regulamentação da convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e que trata da regulamentação da negociação no setor público, atualmente em debate. Quantidade alcançada: 54 mesas instaladas no total, sendo que em 2012 foi criada mais uma no estado do Paraná, em Nova Friburgo/RJ e no estado de Rondônia.

- **Promover o acesso de todos os profissionais de saúde do SUS aos cursos e módulos da UNA-SUS**

Análise Situacional da Meta

O Sistema UNA-SUS segue simultaneamente os princípios do SUS, consubstanciados na Lei Orgânica da Saúde, e da Educação, cunhados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As ações educacionais estão sendo realizadas por meio de convênios e termos de cooperação com as Universidades públicas que integram a Rede UNA-SUS. Destaque para a Lei 8.959/2005, atualizada pela Lei 12.349/2010, que regulamenta a relação entre as Universidades Federais e Instituições Científicas e Tecnológicas.

A institucionalização da UNA-SUS pode ser resumida em três etapas. A primeira é a fase inicial, em que a UNA-SUS era institucionalizada como uma ação do Departamento de Gestão da Educação em Saúde. A segunda fase é a de transição, marcada pela instituição da Comissão Interministerial da UNA-SUS. A terceira fase, a atual, corresponde ao funcionamento institucionalizado do Sistema UNA-SUS conforme preconizado pelo Decreto 7.385/2010. Pode-se considerar que essa fase iniciou-se efetivamente com a publicação, em junho de 2011, da Portaria 1.277/2011, que institui o Colegiado Institucional da UNA-SUS, e da Portaria Interministerial 1.387/2011, que institui o Conselho Consultivo da UNA-SUS.

Acervo de Recursos Educacionais em Saúde - ARES

O Acervo de Recursos Educacionais em Saúde – ARES é o repositório educacional digital da UNA-SUS onde ficam armazenados e disponíveis para busca e recuperação os recursos educacionais selecionados, produzidos ou readequados pelas instituições que compõem o Sistema UNA-SUS para subsidiar ações de educação em saúde em todo país. É um acervo público, com recursos em diversos formatos, alimentado de forma colaborativa, e de acesso livre pela rede mundial de computadores. O propósito do ARES é preservar e tornar pública a produção de conhecimento legada dos processos educacionais voltados para trabalhadores da saúde em todo país. Visando a organização do acervo e facilitar a recuperação de itens, o ARES é dividido em comunidades compostas pelas instituições que integram o Sistema UNA-SUS e em coleções de modelos de cursos, objetos de aprendizagem e objetos simples. Nestas, os recursos educacionais são classificados de acordo com suas características e propostas de utilização. Atualmente, o

ARES possui 372 recursos publicados.

Total de vagas contratadas: 85.121; profissionais matriculados: 33.167; concluintes: 15.766 e 372 recursos publicados.

- **Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado em julho de 2012, em Brasília, o Fórum "Enfrentando o racismo institucional para promover saúde integral da população negra no SUS" que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. No Fórum, foram discutidas estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

As reflexões obtidas foram aprofundadas por grupos de trabalho, a partir dos quatro eixos condutores:

1. Determinantes sociais da saúde na perspectiva do direito à saúde da população negra: a) dimensão histórica; b) relações étnico-raciais; c) indicadores;

2. Racismo Institucional: dificuldades enfrentadas para a efetivação do direito à saúde da população negra nas três esferas de governo: a) acesso; b) acolhimento no SUS; c) financiamento;

3. Protagonismo do movimento negro nas instâncias de controle social do SUS: a) políticas universalistas x ações específicas; b) fortalecimento institucional;

4. Compromissos para implementação da política de saúde da população negra; a) dos níveis governamentais; b) do movimento social; c) do sistema ONU. c) financiamento.

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa – e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP). Estruturam-se de forma integrada as áreas de informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de

modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

• Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;

• Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a FIOCRUZ para formação de lideranças sociais do campo e floresta;

• Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;

• Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a FIOCRUZ e as Escolas Estaduais de Governo;

• Capacitação para o controle social de 62,2 mil pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei 8.080/90 e da Lei 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto 7.508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  62,2 mil pessoas capacitadas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde) até 31 de dezembro de 2012.

  Quantidade alcançada

  62,2

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação ao Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb), houve a disponibilização de uma nova versão do sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS, acessível no endereço www.cartaonet.datasus.gov.br, construído com base na modelagem da Arquitetura Orientada a Serviço (SOA), que pode ser acessado, em todo o território nacional, por profissionais da saúde devidamente cadastrados a operar a base de dados do Cartão Nacional de Saúde. Esse acesso pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio da identificação do estabelecimento de saúde, definido pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo é dar mais escala e fluidez ao processo de cadastramento, atualização e distribuição do Cartão Nacional de Saúde no País, sendo o primeiro passo para a integração dos dados dos sistemas de informação do Ministério da Saúde em uma base nacional. Importante destacar também a instituição do Marco Regulatório do Cartão Nacional de Saúde.

No momento, está sendo distribuída a mídia plástica para cerca de 1.300 municípios que foram selecionados para a 1ª fase de distribuição, por terem algum processo de Regulação já implantado e em funcionamento.

- **Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde**

Análise Situacional da Meta

O Decreto 7.508/11 estabelece em seu art. 17 o Mapa da Saúde como instrumento a ser utilizado na identificação das necessidades de saúde e como orientador do planejamento integrado dos entes federativos, contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde. O mesmo Decreto estabelece o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP a ser firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde. Compõe a estrutura do COAP o Mapa de Metas.

A Resolução CIT nº 3, de 30 de janeiro de 2012, dispõe sobre normas gerais e fluxos do COAP no âmbito do SUS, estabelecendo em seu art. 8º §5 o Mapa de Metas como um dos anexos da Parte II do COAP. Esse anexo deverá explicitar os investimentos para a conformação da Rede de Atenção à Saúde na Região de Saúde. A elaboração do Mapa de Metas é obrigatória para as regiões que firmam o COAP.

Em 2012, vinte (20) regiões do estado do Ceará e quatro (4) regiões do estado do Mato Grosso do Sul contratualizaram e elaboraram seus correspondentes mapas de Metas que deverão ser revisados e ajustados em 2013.

- **Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

No intuito de contribuir para o processo de combate ao racismo institucional junto às secretarias estaduais, foram elaborados, no último ano, três materiais:

1. Livro da Saúde da População Negra. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição com parceria entre: Associação Nacional de Pesquisadores Negros e Negras - ABPN, Fundo das Nações Unidas para as Populações – UNFPA e Ministério da Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

2. Revista Laroiê - Promoção da saúde, da cultura e da cidadania nos terreiros. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição em parceira com a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

3. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Tiragem: 40 mil exemplares. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades, serviços de saúde e movimentos sociais;

4. Exposição: Igualdade Racial no SUS é pra valer! Esta ação, realizada nos prédios do MS em Brasília, visa o combate ao racismo institucional mediante informação e sensibilização para os entraves vivenciados pela população negra no SUS. Para tanto, apresenta-se um histórico da saúde negra no Brasil, dados epidemiológicos e culturais com ênfase na promoção de equidade, humanização e universalização do acesso ao SUS. Toda a pesquisa dará origem a material voltado ao combate ao racismo institucional. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais.

- **Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram assinados vinte e quatro Contratos Organizativos de Ação Pública, sendo vinte no Ceará e quatro no Mato Grosso do Sul, das 435 regiões de saúde constituídas até dezembro de 2012. Isso corresponde a 5,5% da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

5,5

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades**

Análise Situacional da Meta

Entre os eventos realizados em 2012, destacam-se :

1. I Seminário de Capacitação de Lideranças Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiros e as Tecnologias em Saúde – Novembro 2012. Porto Velho/Rondônia;

2. Seminário de Enfrentamento da violência contra a juventude quilombola e povos tradicionais de matrizes africanas - Dezembro de 2012. Maceió.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano foram realizados três eventos envolvendo o tema:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;

2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;

3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde**

Análise Situacional da Meta

As Conferências de Saúde ocorrem em períodos quadrienais, estando a próxima programada para 2015.

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, buscando a efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e da garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública. Estas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar

como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde.

Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria, e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

O Sistema Nacional de Ouvidoria conta atualmente com mais de 500 ouvidorias implantadas, das quais 200 ouvidorias utilizam o sistema informatizado OuvidorSUS em seu nível I e conta com mais de mil pontos de acesso nível II. O processo de sensibilização e capacitação para implantação de novas ouvidorias com este sistema informatizado é contínuo.

No contexto da busca pelo aperfeiçoamento do Sistema, o Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), lançou em 13 de julho de 2012 a primeira edição do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria do SUS. A ideia do projeto é reconhecer, promover e premiar iniciativas de destaque das ouvidorias do SUS, considerando a importância de criar dispositivos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria, com ênfase na Ouvidoria Ativa e a implementação da Política Nacional de Ouvidoria Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS).

Em 2012, foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio de telefone (136), carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde, além da implantação da Ouvidoria Ativa, envolvendo duas ações distintas:

a) CartaSUS: encaminhada aos cidadãos internados pelo SUS e aos que realizaram procedimentos de alta complexidade, contendo os seus dados, informações da internação e dos procedimentos e valor pago pelo SUS referente aos tratamentos e instrumentos de avaliação do atendimento. Foram enviadas 10.081.233 cartas e obtidas 304.735 respostas;

b) Pesquisa: com o objetivo de avaliar a implementação da Rede Cegonha, foi realizada uma pesquisa por telefone, com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto, pós-parto e saúde da criança. Obteve-se 69.193 respostas.

Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em 2012 houve 1.090 registros e 100% de respostas. Também foram realizadas 286 ações de capacitação, 66 adesões ao Sistema OuvidorSUS, iniciada a construção do Índice Nacional de Qualidade das Ouvidorias do SUS e da Política Nacional do Sistema Nacional de Ouvidoria e elaborado o Projeto de Qualificação das Ouvidorias Estaduais. As estatísticas de 2012 registram as seguintes manifestações recebidas:

• 7.511.982 atendimentos eletrônicos;

• 284.780 atendimentos humanos pelo OuvidorSUS;

• 149.911 perguntas frequentes pelo Portal Saúde respondidas;

No que se refere ao controle interno, em 2012 foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R$ 162,9 milhões. Realizou-se ainda 349 ações de cooperação técnica com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, enfatizando a realização do II Fórum Nacional de Auditoria do SUS, com 300 participantes.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram implantadas 85 ouvidorias.

  Quantidade alcançada

  85

  Data de Referência

  31/08/2012

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta de 100% dos Estados apoiados em 2012 justifica-se pela divulgação e orientação, de modo presencial e à distância, das mudanças trazidas pela Lei Complementar 141/2012, bem como pelo Decreto 7.827/2012, que regulamentou os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam os artigos 158 e 159 da Constituição Federal. O percentual atingido pela meta foi de 100%, alcançando as 27 UF.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta de 100% dos municípios apoiados em 2012 justifica-se pela divulgação e orientação, de modo presencial e à distância, das mudanças trazidas pela Lei Complementar 141/2012, bem como pelo Decreto 7.827/2012, que regulamentou os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam os artigos 158 e 159 da Constituição Federal.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 houve um esforço para fortalecer o portal da transparência e o IDSUS, como forma de auxílio às Secretarias de Saúde nos seus processos de monitoramento.

- **Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS**

Análise Situacional da Meta

A infraestrutura em saúde é um tema complexo e de suma importância para a população. Cabe ao gestor de saúde formular um planejamento integrado, que considere características como a população a ser atendida, a demanda regional, o perfil epidemiológico e os recursos humanos e financeiros disponíveis. Tais aspectos, além de serem fundamentais na fase de planejamento, devem estar presentes nos projetos de investimentos encaminhados ao Ministério da Saúde (MS).

O Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SOMASUS) foi desenvolvido com o intuito de auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de infraestrutura em saúde, e encontra-se disponível para livre acesso por intermédio do endereço eletrônico <www.saude.gov.br/somasus>.

O SOMASUS constitui um instrumento de pesquisa carregado de informações técnicas acerca dos ambientes médico-hospitalares e respectivos equipamentos para saúde. Tal conteúdo técnico pode ser utilizado pelo gestor como subsídio para a elaboração de seus projetos de investimentos em infraestrutura física e tecnológica, com ênfase para as fases de planejamento, especificação, reformulação e avaliação de estabelecimentos assistenciais de saúde.

As principais atividades realizadas no ano de 2012, em relação ao SOMASUS, foram:

- Revisão técnica e atualização tecnológica de 30% do conteúdo do SOMASUS;
- Atualização do Sistema com acréscimo de novas ferramentas no sítio do SOMASUS;
- Distribuição do Volume 1 da Série SOMASUS para cerca de 2.500 prefeituras;
- Produção dos Volumes 2 e 3 da série SOMASUS (atualmente esses volumes encontram-se em fase de impressão);
- Divulgação do Sistema (participação em eventos, cursos, seminários, mesas redondas, palestras, distribuição de

livros, etc.);
- Prestação do serviço de atendimento ao usuário do SOMASUS.

Com relação aos sistemas associados, deve-se ressaltar o CADAMBIENTE, que constitui um sistema de cadastro de equipamentos e materiais permanentes financiáveis, bem como de ambientes e serviços que compõem as ações programáticas do Ministério da Saúde, e possui diversas ferramentas gerenciais.
O CADAMBIENTE encontra-se vinculado a outros sistemas da área de gestão de investimentos como o SISPAG, GESCON e SICONV. Esse sistema deve constituir uma das bases para os demais sistemas relacionados a equipamentos do Ministério da Saúde.
O SOMASUS é um sistema aberto ao usuário externo, em ambiente web e, portanto, deve ser alinhado e refletir as informações contidas no CADAMBIENTE.
Nesse sentido, torna-se necessária a conexão e o alinhamento dos bancos de dados de equipamentos desses dois sistemas, com ênfase para nomenclaturas, especificações técnicas e valores estimados.
No ano de 2012 foram feitas todas as alterações necessárias para esse alinhamento.
Atualmente estão sendo realizados testes de homologação do programa desenvolvido para a integração dos sistemas CADAMBIENTE e SOMASUS.

- **Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2011 foi assinado documento que formaliza o início do projeto de desenvolvimento do sistema para a apuração de custos de serviços e ações em estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, o APURASUS. O projeto encontra-se em andamento e a estimativa é de conclusão do sistema em 2013.

- **Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde**
  Análise Situacional da Meta
  Refere-se à construção de um índice que avalia o desempenho do SUS, em relação à universalidade do acesso, integralidade da atenção, regionalização e hierarquização, nos municípios, regiões, estados e no Brasil. O IDSUS foi construído e pactuado entre gestores da saúde dos municípios, estados e governo federal, durante o ano de 2011 visando avaliar acesso e efetividade nos níveis de atenção básica, especializada ambulatorial e hospitalar e de urgência e emergência.
  Mais que um ranking e menos que uma explicação exaustiva, o IDSUS oferece uma visão aproximada do SUS, permitindo instaurar práticas de avaliação e monitoramento para identificar os principais problemas do SUS e, principalmente, para repor a necessidade de pactos entre os gestores, com metas e compromissos para a contínua construção de um SUS que responda mais aos direitos de cidadania e de saúde do povo brasileiro.

- **Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde**
  Análise Situacional da Meta
  Portal da Transparência implantado.
  Endereço para consultas: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/369/transparencia-da-saude.html.

- **Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015**
  Análise Situacional da Meta
  No que se refere ao controle interno, em 2012 foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R$ 162,9 milhões. Realizou-se ainda 349 ações de cooperação técnica com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, enfatizando a realização do II Fórum Nacional de

Auditoria do SUS, com 300 participantes.
Quantidade alcançada
1.858
Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescricional voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional.

Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos programas “Farmácia Popular do Brasil” e “Saúde Não Tem Preço”, com foco em expandir estes programas nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Também serão reforçados e aprimorados os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado no SUS, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos, como de tuberculose, hanseníase, DST/Aids, etc.

No conjunto de iniciativas relevantes, figurarão também, entre outros, o aumento da eficiência nas compras públicas de medicamentos, o aprimoramento da regulação da assistência farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, a identificação e implementação de mecanismos que permitam a atuação do profissional farmacêutico nas farmácias municipais, a estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, a implementação de medidas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, e a ampliação do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, mediante apoio a arranjos produtivos locais (APL).

Lançada em 2011, a campanha “Saúde Não Tem Preço” passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Até o final de 2012, cerca de 16,6 milhões de brasileiros foram beneficiados desde que foi instituída a gratuidade, considerando todas as doenças. Também passou a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma. Desde o início da gratuidade dos medicamentos para asma, em junho de 2012, mais de 400 mil brasileiros foram beneficiados com medicamentos gratuitos.

A Rede de Farmácia Popular credenciou mais 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciadas até dezembro de 2012 em 3.730 municípios, que, somadas a 558 unidades próprias, atendem mais de 5 milhões de pessoas por mês pelo sistema de vendas DATASUS do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da assistência farmacêutica, foram disponibilizados medicamentos para tratamento de Aids (220 mil pacientes), Coagulopatias (17.350 pacientes), Controle do Tabagismo (389.897 pacientes), Tuberculose (72 mil pacientes), Hanseníase (43.847 pacientes) e outras doenças (Malária, Dengue, Doença de Chagas, Cólera, Leishmaniose, Esquistossomose, Influenza, Meningite, Tracoma, Lúpus, e Geohelmintíase), totalizando investimentos de cerca de R$ 1,3 bilhão.

Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS. Houve a inclusão de quatro novos medicamentos desse tipo na lista de medicamentos do SUS e apoiados projetos utilizando a abordagem de APLs

de plantas medicinais e fitoterápicas.

O Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) para fortalecer o uso racional e a qualidade do acesso a medicamentos no Brasil. Para dar início às ações, investiu-se R$ 17 milhões na aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação e manutenção dos serviços das centrais de abastecimento farmacêutico e farmácias no âmbito da Atenção Básica. Os recursos contemplarão 453 municípios com população até 100 mil habitantes, e prioritários no Plano Brasil Sem Miséria.

No que tange à gestão da assistência farmacêutica, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS), com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços e aos medicamentos e para a qualificação da atenção prestada à população nas três esferas do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), atendendo as características específicas dos componentes da assistência farmacêutica (básico, estratégico e especializado).

Até a presente data, o HÓRUS-Básico conta com a adesão de 1.690 municípios, 18 estados e 24 Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs).

O Hórus-Especializado, até o momento, foi implantado em 10 estados. Além dele, será disponibilizado o HÓRUS-Clínico, uma ferramenta complementar ao HÓRUS-Especializado, que permitirá aos gestores e profissionais da área da saúde realizar o seguimento farmacoterapêutico dos pacientes tratados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), medindo a efetividade dos tratamentos disponibilizados. Todo o estado que implantar o HÓRUS-Especializado poderá implantar o HÓRUS-Clínico que, quando for finalizado, permitirá a realização do monitoramento para 35 doenças do CEAF.

O HÓRUS-Estratégico vem sendo implantado junto às gerencias e diretorias estaduais de assistência farmacêutica no sentido de qualificar a gestão dos medicamentos e insumos utilizados no tratamento de agravos específicos contemplados em Programas Estratégicos do Ministério da Saúde. Atualmente, 15 estados implantaram o Hórus Estratégico para gerenciamento dos medicamentos dos Programas de Saúde Estratégicos, sendo eles: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. De maneira geral o sistema tem respondido às expectativas tanto dos gestores estaduais da assistência farmacêutica, quanto dos gestores dos programas de saúde. Somente três estados utilizaram o sistema de forma intermitente. Neste sentido, sua implantação tem considerado esta característica do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, ou seja, de ser uma gestão compartilhada, que visa à garantia do acesso e uso racional dos medicamentos no conjunto dos agravos a saúde que visa atender.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 962 municípios do mapa da extrema pobreza.

  Quantidade alcançada

  962

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o laboratório farmacêutico federal Farmanguinhos obteve licença da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir o medicamento dicloridrato de pramipexol, utilizado no tratamento da doença de Parkinson. O Pramipexol faz parte da lista Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) elaborada

pelo Ministério da Saúde, com medicamentos considerados estratégicos para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). A perspectiva é que dentro de cinco anos o medicamento seja distribuído gratuitamente pelo SUS, em postos de saúde ou na Farmácia Popular. E, para os pacientes pediátricos, Farmanguinhos está desenvolvendo um medicamento que associa três princípios ativos em um único comprimido: Lamivudina 30mg + Zidovudina 60mg + Nevirapina 50mg. A iniciativa atende à política da Organização Mundial de Saúde (OMS) para estimular o desenvolvimento de medicamentos mais adequados para as crianças.

- **Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), por meio da Portaria GM/MS nº 533, de 28 de março de 2012, 12 medicamentos fitoterápicos, sendo que quatro são considerados novos. Esses quatro novos medicamentos foram selecionados mediante critérios, como o registro na Anvisa, e por apresentarem evidências de segurança e eficácia.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde habilitou 12 municípios a receberem recursos referentes ao apoio à estruturação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), no âmbito do SUS, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. O valor do incentivo financeiro repassado aos 12 municípios corresponde a R$ 6,6 milhões, sendo R$ 5,8 milhõescomo recurso de custeio e R$ 0,8 milhão como recurso de capital.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos. O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças no perfil epidemiológico das populações, tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

Este objetivo será implementado em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Neste contexto de sustentabilidade na área da Saúde, em 2012 foi realizado, na Fiocruz em Brasília, o Seminário Nacional Saúde e Rio+20. O encontro teve como finalidade colocar a saúde em discussão, aliado ao contexto da Rio+20. Foram tratadas preferencialmente as políticas de proteção e promoção social na área da saúde, levando em conta os

desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável.

Como resultados deste objetivo, este ano o Governo Federal investiu R$ 52 milhões para ampliar, em seis vezes, a produção nacional da vacina BCG contra a tuberculose. O objetivo é exportar o insumo para o mercado global, além de continuar abastecendo a demanda interna. Firmado convênio com a Fundação Ataulfo de Paiva (FAP) – laboratório público produtor da vacina – que prevê a construção de nova planta industrial, em Xerém (RJ). Atualmente, o pólo industrial fica no centro do Rio de Janeiro e produz 10 milhões de doses por ano, sendo a maior parte para consumo interno. O país exporta apenas para o Haiti. A nova planta industrial terá capacidade de produzir 60 milhões de doses por ano, sendo que 60% deste quantitativo serão destinados à exportação da vacina. A expectativa é de que, no final de 2013, seja produzido o primeiro lote da vacina na nova planta industrial. Do total de recursos investidos (R$ 52 milhões), o Ministério da Saúde investirá R$ 20 milhões, o BNDES R$ 6 milhões e a FAP outros R$ 26 milhões.

O Ministério da Saúde recebeu os projetos executivos para parceria de desenvolvimento da produção das vacinas de hepatite A e tetravalente viral (MMRV- varicela). Quanto à vacina tetravalente viral, o laboratório público produtor será o Biomanguinhos/Fiocruz, com transferência de tecnologia realizada pela Glaxosmithkline Biologicals SA. Em relação à vacina para hepatite A, a parceria de transferência de tecnologia será entre a Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda e o Instituto Butantan.

O Ministério da Saúde centralizou a compra do medicamento Rivastigmina, indicado para Alzheimer, e conseguiu economizar R$ 15 milhões no processo. A iniciativa permitiu um aumento de 30% na cobertura nacional de pacientes com a doença este ano: a previsão é atender 39.278 pessoas. A medida foi possível uma vez que o remédio passou a ser produzido por meio de Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre o laboratório público Instituto Vital Brazil (IVB) e os laboratórios privados Laborvida e Nortec.

Em agosto de 2012 o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia, assinaram acordo para fortalecer a produção, modernizar e qualificar plantas produtivas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo, e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), no Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde está investindo R$ 27 milhões nos dois institutos. O acordo foi firmando no âmbito do Procis, com investimento no Ipen de R$ 17,5 milhões e R$ 9,5 milhões para o IEN. O objetivo é adequar a produção de radioativos, utilizados em medicina nuclear para terapia e diagnóstico em oncologia, neurologia e cardiologia, às Boas Práticas de Fabricação (BPF), instituídas pela Anvisa em 2010. Os institutos têm até 2014 para atender a todos os requisitos legais da agência, levando em conta também os requisitos de segurança radiológica impostos pelas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Metas 2012-2015

- **Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Neste exercício, várias ações foram concretizadas na área da Bioética e Ética em Pesquisa, sobretudo no que toca a atividades que contribuem para o fortalecimento do sistema brasileiro de revisão ética de protocolos de pesquisas envolvendo seres humanos (Sistema CEP-CONEP).

  Destaca-se a participação do Ministério da Saúde no Grupo de Trabalho de revisão da Resolução CNS nº 196/1996, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, no que tange à atualização do principal marco ético brasileiro no campo da pesquisa, colaborando para a concretização de componentes estratégicos da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PCTIS).

  Nesse sentido, foi realizada parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS)/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que contempla o financiamento e a realização de consulta pública, seminários temáticos e Encontro Extraordinário de Comitês de Ética em Pesquisa, bem como a sistematização de contribuições desses fóruns públicos para conformação de versão atualizada da Resolução CNS 196/1996 – em processo de finalização para submissão ao Conselho Nacional de Saúde.

  Além disso, dando prosseguimento às diretrizes da Resolução CNS nº 446, de 11 de agosto de 2011, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS) consolidou sua responsabilidade

sobre a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS), com otimização de processos e profissionalização do corpo de trabalho que subsidia as atividades da Comissão, além de garantir um incremento no respectivo orçamento.

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando os estudos em andamento financiados pelo Ministério da Saúde, juntamente com o Instituto Butantan e a Fiocruz, com o objetivo de testar uma vacina capaz de imunizar contra os vírus que causam a doença, verificou-se a necessidade de finalização dos estudos em andamento para prosseguimento dos testes clínicos.

- **Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual**

  Análise Situacional da Meta

  Neste ano foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório brasileiro de compras governamentais direcionadas para o Complexo da Saúde, com dois destaques: i) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos e (bio)fármacos (Decreto nº 7.713/2012) e para equipamentos e produtos médicos (Decreto nº 7.767/2012), com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégico-tecnológica e para saúde e; ii) a aprovação da Lei 12.715/2012, que no seu artigo 73, altera o artigo 24 da Lei de Licitações (8.666/1993) no que se refere à dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), além de estabelecer a possibilidade de dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços de órgão ou entidade que integre a Administração Pública, produza bens estratégicos para o SUS e tenha sido criado após a vigência da Lei nº 8666/1993.

- **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Estão em andamento as Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDPs) para fabricação das vacinas para Hepatite A e Tetraviral (Varicela). Quanto à parceria para vacina contra Hepatite A, trata-se de transferência de tecnologia do parceiro privado (Merck-Sharp-Dohme/MSD) para o laboratório público (Instituto Butantan). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP ao Instituto Butantan. No que se refere à parceria para produção da vacina Tetraviral, a transferência de tecnologia será realizada pelo parceiro privado (GlaxoSmithKline/GSK) para o laboratório público (Bio-Manguinhos). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP à Bio-Manguinhos.

- **Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde**

  Análise Situacional da Meta

  O fomento de pesquisas em saúde é orientado pelo documento Pesquisas Estratégicas para Sistema de Saúde (PESS) – resultado de esforço anterior de todo o MS. Dos 150 temas definidos pelo PESS, 92 foram contemplados em contratações ou em chamadas públicas realizadas em 2012.

- **Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa**

  Análise Situacional da Meta

  No biênio 2012-2013 foi lançada nova Edição PPSUS, pactuada em 25 estados da Federação (exceto DF e PA) totalizando um recurso aportado de R$ 75 milhões, sendo R$ 47,3 milhões provenientes do MS e R$ 27,7 milhões dos seus parceiros. Todas as Fundações de Amparo a Pesquisa participantes já formalizaram convênio com o CNPq, ocorrendo o repasse do recurso em dezembro de 2012 (1ª parcela) e estando prevista a 2ª parcela para novembro de 2013. Foram realizadas 13 oficinas de prioridades (PI, SE, ES, AL, PB, RR, TO, AC, PR, GO, SC, MA, MT) em

conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Fundações de Amparo a Pesquisa e a comunidade científica, para definir as linhas de pesquisa prioritárias.

- **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) atualmente encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos. Compreenderá duas modernas edificações, com um total de 20.000 m2 de área construída. Este novo núcleo da Fiocruz terá atividades voltadas, sobretudo, a doenças negligenciadas e condições de saúde de importância epidemiológica ou econômica para o Brasil.

O CDTS representa uma nova política institucional, que é a aposta na integração plena entre pesquisa, desenvolvimento e produção. O projeto acompanha iniciativas já instauradas como o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico de Insumos para a Saúde (PDTIS), direcionado a vacinas, medicamentos, insumos diagnósticos e bioinseticidas, e o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), que busca desenvolver políticas e estratégias de saúde.

- **Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em busca de melhorar a saúde e o bem estar da população brasileira, foram estabelecidas parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, impulsionando o fomento a pesquisas estratégicas para o sistema de saúde. Destacam-se as pesquisas: Doenças Negligenciadas (Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit Nº 40/2012); PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, Edição 2012; Terapia Celular da RNTC - Rede Nacional de Terapia Celular; PNAUM - Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Quantidade alcançada

167

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Os pilares da regulação da participação privada na oferta de serviços de saúde foram caracterizados tendo por base o modelo assistencial, a informação ao cidadão, a sustentabilidade do setor e a articulação com o SUS. As principais iniciativas acordadas referem-se a garantia de acesso, qualidade assistencial e cuidado continuado, modelos sustentáveis de planos de saúde e garantia de acesso à informação.

A articulação entre o SUS e a saúde suplementar será estratégica para otimizar os recursos dos setores público e privado, bem como harmonizar e organizar a sua atuação, visando a qualidade assistencial e o cuidado continuado.

As estratégias de aperfeiçoamento da regulação da saúde suplementar enfatizarão o estímulo às operadoras para que busquem a qualificação dos serviços e promovam a melhoria de sua gestão; o aperfeiçoamento do programa de

qualificação em relação à satisfação dos beneficiários e à atenção à saúde do idoso; e o incentivo aos prestadores para o monitoramento da qualidade de seus serviços.

Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa em 2012 a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. Das 1.006 operadoras médico-hospitalares existentes, 241 receberam pelo menos uma queixa. Dessas, 38 encaixaram-se na maior faixa nos últimos dois períodos de avaliação, ou seja, com indicador de reclamações 75% acima da mediana, considerando o porte e o tipo de atenção prestada.

Em junho de 2012, foi divulgado o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde), 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo), 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

Com relação ao plano do cuidado do idoso, foi desenvolvido o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo ao longo do curso da vida. Após 14 meses, em dezembro de 2012, foram registrados 844 programas, com a participação de 1,3 milhão de beneficiários. Os programas implementados pelas operadoras de planos de saúde a partir do incentivo governamental, além de estimular hábitos saudáveis, podem oferecer prêmios e descontos nas mensalidades dos planos.

A qualificação da saúde suplementar, em seu componente operadoras, é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Quarenta por cento do valor do IDSS é dado pelo desempenho da operadora na Dimensão Atenção à Saúde; 20% na Econômico-financeira; 20% na Estrutura e Operação e 20% na Satisfação dos Beneficiários. O número de operadoras (médico-hospitalares e odontológicas) que obtiveram o índice nas duas melhores faixas subiu de 482 em 2010 (atendimento de 33,8 milhões de beneficiários, 56% do total) para 735 operadoras em 2011, com 45,7 milhões de beneficiários (76% do total).

Com relação à integração com o SUS, o aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou R$ 110 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas, até setembro de 2012, alcançaram R$41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$71,6 milhões.

Metas 2012-2015

- **Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**

  Análise Situacional da Meta

  O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou R$ 110 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar pagas, até dezembro de 2012, alcançaram R$41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$71,6 milhões.

- **Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**

  Análise Situacional da Meta

  Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa em 2012 a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. Das 1.006 operadoras médico-hospitalares existentes, 241 receberam pelo menos uma queixa. Dessas, 38 encaixaram-se na maior faixa nos últimos dois períodos de avaliação, ou seja, com indicador de reclamações 75% acima da mediana, considerando o porte e o tipo de atenção prestada.

  Em junho de 2012, foi divulgado o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde), 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo), 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

- **Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2012, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar lançou a pesquisa de satisfação de beneficiários de planos privados de saúde, que deverá ser realizada a cada dois anos. Seu principal objetivo é verificar a satisfação dos beneficiários com as operadoras de planos de saúde, como insumo para a Agência avaliar a qualidade do setor e propor medidas que aprimorem a qualidade oferecida. O envio dos dados à ANS ocorreu até dezembro de 2012 e os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em maio de 2013. Participam do levantamento dos dados 255 operadoras de grande e médio porte, que representam 64% dos beneficiários de planos de saúde do país. Os resultados do levantamento serão utilizados para compor um novo indicador na dimensão da Satisfação dos Beneficiários do Programa de Qualificação, para avaliar o desempenho das operadoras de planos de saúde do país.

- **Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao Programa Parceiros da Cidadania, a operacionalização dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais superou a meta de 90% - atingindo 94% - nacionalmente. O acordo de cooperação técnica prevê a realização de diversas atividades conjuntas para contribuir para a proteção e defesa dos direitos dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória. Foram realizadas atividades de capacitação, oficinas, encontros e mesas técnicas nos Procons, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas nas diferentes regiões.

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Nos últimos anos, a saúde vem ocupando cada vez mais espaço na agenda internacional. Ao mesmo tempo em que o papel do Brasil como ator regional e global ganha destaque, o Ministério da Saúde (MS), em articulação permanente com as diretrizes da política externa brasileira, vem desenvolvendo sua atuação no cenário internacional de forma a buscar novas oportunidades e conhecimentos para o aperfeiçoamento do SUS e organizar a crescente demanda por cooperação dos países parceiros com vistas a apoiar seus sistemas nacionais de saúde.

Nesse sentido, este objetivo reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos:

1. Fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde;
2. Fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais;
3. Fortalecimento da integração regional em saúde;
4. Fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde;
5. Aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Em 2012 os avanços alcançados pelo Brasil no controle da Tuberculose resultaram em carta de felicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, encaminhada à Presidência da República.

O Brasil está desenvolvendo um dos maiores projetos de cooperação técnica internacional em saúde no Haiti. O objetivo é o fortalecimento das capacidades institucionais em todos os segmentos envolvidos. Essa cooperação está pautada na transferência de tecnologia com intercâmbio das experiências exitosas do SUS.

Destaca-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

Metas 2012-2015

- **Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

  Análise Situacional da Meta

  100% do escritório em Moçambique implantado. Destaca-se, ainda, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

- **Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios**

  Análise Situacional da Meta

  O tema de cooperação nas fronteiras ganhou destaque entre as ações de política de saúde, especialmente por fortalecer as prioridades nacionais e apoiar, de forma solidária e estruturada, os países limítrofes. Ocorreram reuniões de Comissões Binacionais de Saúde com Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Suriname, Guiana Francesa e Peru. Iniciou-se o desenvolvimento de trabalho estratégico com os países fronteiriços em curto e médio prazo. A cooperação nas fronteiras ajuda ambos os lados a fortalecerem ações prioritárias, como no caso da região amazônica, com vistas à redução da morbimortalidade por malária. Um exemplo é a parceria com a Guiana Francesa, que se pretende ampliar rapidamente também para o Suriname. Em 2013, esperamos realizar reuniões com todas as Comissões de Saúde Binacionais existentes.

- **Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre os mais de 100 projetos de cooperação em implementação na área da saúde, sobretudo com países da América Latina, Caribe e Africanos de língua portuguesa, destacaram-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano; a consolidação e ampliação da cooperação na área de bancos de leite humano, com a implantação de novos projetos na América Latina e Caribe, estendendo a iniciativa para o continente africano, totalizando mais de 20 países com os quais o Brasil tem prestado esta cooperação; o projeto de fortalecimento da autoridade sanitária haitiana, tendo sido executado, em 2012, diversas ações de vacinação, inauguração de dois laboratórios de vigilância epidemiológica, capacitação de técnicos em saúde, e sendo prevista para 2013 a inauguração de três hospitais e do instituto nacional de reabilitação.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2011	58,48
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2011	67,82
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2011	79
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2011	61
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2012	42,05
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2012	62,99
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2011	41,38
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2012	5,99
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2012	3,69
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2011	53,32
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2011	4,7
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2012	-4,17

Observações:

Variação anual da concessão do BPC - Em termos de crescimento vegetativo (que considera os benefícios concedidos mais os mantidos, menos os cessados), entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de

indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 munícipios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento**

  Análise Situacional da Meta

  O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por faixa etária, devendo prever a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e risco, visando à melhoria da qualidade de vida por meio da socialização, da inclusão das pessoas com deficiência, do incentivo à participação e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desse modo, contribui para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade social, inclusive pessoas com

deficiência, e oportuniza o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos e organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade. Pode ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao CRAS.

Considerando apenas a oferta desses serviços diretamente pelos CRAS, em agosto/12 (mês de referência para o Censo SUAS 2012), de acordo com o Sistema de Registro Mensal de Atendimentos, foram atendidos aproximadamente 114,7 mil crianças de até 06 anos, 394 mil crianças/adolescentes de 06-15 anos, 339 mil adolescentes de 15-17 anos e 421 mil idosos.

Visando à universalização da oferta e à equalização da cobertura de cofinanciamento, o MDS está elaborando proposta de reordenamento do SCFV para crianças, adolescentes e idosos. Esta proposta deverá ter seus critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, prevendo-se sua implementação a partir de 2013. A proposta prevê a oferta de cofinanciamento federal aos municípios e DF, condicionando o repasse ao aceite do serviço, ao compromissos das gestões municipais e do DF com a oferta e à existência de CRAS no município para referenciar o SCFV.

Atualmente o SCFV possui regras distintas de oferta, cálculo e repasse do cofinanciamento federal, conforme o público alvo. O reordenamento do SCFV tem por objetivo unificar as regras de oferta e fortalecer seu caráter continuado, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Além disso, será criado sistema próprio para registro do atendimento dos usuários no serviço, que substituirá os sistemas de acompanhamento atuais, evitando a fragmentação de informações e a duplicidade de registros de dados.

- **Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território**

Análise Situacional da Meta

Além de ofertar serviços (Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV), o CRAS é a unidade responsável por desempenhar as funções de gestão da proteção social básica no seu território. A gestão territorial tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços em local próximo à moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando o CRAS referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a Busca Ativa.

A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica viabiliza o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, contribui para a definição de atribuições das unidades e para a adoção de fluxos entre o PAIF e os serviços de convivência e promove a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos beneficiários de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais, com prioridade para os mais vulneráveis. A promoção da articulação intersetorial propicia o diálogo da assistência social com as demais políticas setoriais e contribui para a definição da prioridade de acesso aos serviços públicos, pelas famílias em situação de maior vulnerabilidade social. A Busca Ativa é uma importante ferramenta de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Básica, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar.

O Censo SUAS 2011 registrou um total de 7.475 CRAS, dos quais 2.835 (37,9%) informaram que realizam atividades de gestão do território, o que constitui um número expressivo de unidades que de algum modo já realizam esta atividade. Além disso, um grande número de CRAS, apesar de afirmarem não realizar gestão de território, informaram possuir alguma articulação com outras unidades (97,7%) e com entidades conveniadas (88%). Deve-se registrar que a gestão do território foi incluída nas metas de desenvolvimento do CRAS, a partir do período 2010-2011, o que poderá influenciar no aprimoramento dessa função por parte dos municípios, com o acompanhamento dos Estados, apoiando-os para que qualifiquem os serviços prestados.

- **Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas**

Análise Situacional da Meta

Ainda que organizado por ciclos de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possui sempre a centralidade na família, é referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF. Com o intuito de qualificar o serviço e apoiar gestores, técnicos e conselheiros, o MDS tem elaborado diversas orientações técnicas, visando a construir padrões para execução do serviço para todas as faixas etárias (0-6 anos, 6-15 anos, 15-17 anos e idosos).

Em relação ao SCFV para crianças de 0 a 6 anos, inicialmente foi disponibilizada em meio eletrônico uma proposta preliminar de orientações técnicas, a qual foi objeto de discussão e de visitas a alguns locais com experiências exitosas de oferta do serviço. Após as visitas técnicas, as sugestões e recomendações resultaram no aprimoramento da proposta, disponibilizada em 2012.

Em 2010, foi elaborado e publicado caderno de orientações técnicas do SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com prioridade para as crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Dessa forma, a orientação se centrava particularmente no serviço destinado a crianças e adolescentes afastados do trabalho infantil. Posteriormente, foi realizado um novo esforço para a elaboração de subsídios para o SCFV destinado a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, a fim de aprofundar as Orientações Técnicas voltadas a outras situações de vulnerabilidade do público alvo. Esse trabalho de revisão culminará na construção de um traçado metodológico e finalizará o aprimoramento das orientações técnicas para essa faixa etária, previsto para ser divulgado em 2013.

No âmbito do serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o MDS desenvolveu, desde a implantação do serviço, traçado metodológico e materiais de orientação às equipes executoras do SCFV para adolescentes e jovens (então denominado Projovem Adolescente). Em relação ao serviço para idosos, as Orientações Técnicas foram elaboradas e uma versão preliminar foi disponibilizada no sítio eletrônico do MDS, em dezembro de 2012, para possíveis contribuições e sugestões de aprimoramento.

Em 2012, também teve início a preparação de subsídios e elaboração de documento com a proposta de concepção de "Convivência e Fortalecimento de Vínculos", que norteará todos os serviços de proteção básica. O documento, que se encontra em estágio avançado de elaboração, envolveu a discussão com especialistas da área e com profissionais ligados à política de assistência social, passando por visitas a experiências exitosas em serviços de convivência de diferentes regiões do país.

Por fim, deve-se salientar que embora esteja em discussão o reordenamento do SCFV, todo o material metodológico e de orientações técnicas que padroniza a execução dos serviços deverá continuar normatizando sua oferta nos grupos referentes a cada faixa etária e balizará a qualificação dos profissionais ligados à execução do serviço nos municípios.

- **Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o desenvolvimento da rede de unidades CRAS, em 2009 a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS).

O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. O resultado do ID CRAS é expresso em um Indicador Sintético de 10 estágios de desenvolvimento das unidades. O CRAS que opera segundo padrões nacionais de funcionamento deve alcançar estágio igual ou superior a 6, correspondente a uma dimensão suficiente ou superior e três dimensões regulares.

O Censo CRAS 2011 indica que 3.958 (59%) CRAS possuíam IDCRAS igual ou superior a 6, dentre os 6.680 que preencheram os Censos 2010 e 2011, ou seja, desconsiderando as novas unidades, conforme a metodologia de cálculo

prevista. Comparativamente, os CRAS nessa situação tiveram um aumento percentual de 13,47%, em relação ao Censo CRAS 2010.

Essa elevação sinaliza para o amadurecimento do processo de acompanhamento dos CRAS e oferta do PAIF, tanto pela análise do ID CRAS, com base nas informações prestadas pelos gestores no Censo CRAS, quanto pela estruturação das Metas de Desenvolvimento dos CRAS, que impulsionou as discussões sobre a importância do estabelecimento de compromissos pactuados entre os entes federados para a melhoria contínua dos CRAS, visando a sua adequação gradativa aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS.

A instituição das Metas de Desenvolvimento dos CRAS induziu o cumprimento das normativas de funcionamento do CRAS e o planejamento dos entes federativos, contribuindo também para a consolidação das ações de acompanhamento e assessoria técnica dos órgãos gestores às unidades de sua abrangência. Foram definidos cinco períodos anuais: de 2008/2009 a 2012/2013. Cada período se inicia no primeiro dia após o encerramento do Censo SUAS/CRAS de um ano e se encerra no último dia do preenchimento do Censo do ano subsequente.

Observa-se, assim, que o aprimoramento do processo de acompanhamento e a utilização de estratégias para qualificação dos CRAS têm culminado no aumento das unidades que operam de acordo com os padrões nacionais de funcionamento.

Quantidade alcançada

59

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A Busca Ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Visa a contribuir para o alcance das seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social (renda, acolhida, desenvolvimento da autonomia, convívio familiar e comunitário) e acesso às demais políticas públicas.

A estratégia de Busca Ativa ganha destaque como estratégia do Plano Brasil sem Miséria. Nesse contexto, a Busca Ativa refere-se à localização, à inclusão no Cadastro Único e à atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento dessas famílias aos serviços da rede de proteção social. Para o êxito do Plano Brasil sem Miséria, a identificação das famílias em situação de extrema pobreza, o conhecimento das suas necessidades e o seu acesso a direitos socioassistenciais tornam-se fundamentais. Vale salientar que aproximadamente 46,7% das pessoas em situação de extrema pobreza vivem na zona rural (Censo 2010/IBGE).

Para enfrentar esse desafio, o Brasil sem Miséria prevê a implantação de Serviços de Proteção Social Básica e ações executadas por equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS. O trabalho das equipes volantes visa a efetivar a cobertura da proteção social básica em locais com peculiaridades de extensão territorial, isolamento, áreas rurais ou de difícil acesso, de forma a prestar os serviços às famílias referenciadas ao CRAS e potencializar a oferta do PAIF.

A equipe volante deve ser composta por dois técnicos de nível superior (sendo um assistente social e o outro, preferencialmente, um psicólogo) e dois técnicos de nível médio, constituindo-se em equipe adicional à de um CRAS em funcionamento. É função dessas equipes realizar a Busca Ativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente daquelas em extrema pobreza, viabilizando seu acesso a serviços e benefícios.

Para o cofinanciamento federal das equipes volantes, foram elegíveis os Municípios que possuíam CRAS com o quantitativo de profissionais previsto nas Metas de Desenvolvimento dos CRAS para 2010/2011 e possuíam CRAS em áreas de grande extensão territorial. Os municípios foram classificados considerando-se os percentuais de pessoas

extremamente pobres que residem em área rural (Censo 2010/IBGE).

Em 2012, foi ofertado o cofinanciamento federal para o funcionamento de 411 equipes volantes em 400 Municípios, sendo aceito por estes um conjunto de 216 equipes, em 210 Municípios (52%). No total, o cofinanciamento federal já totaliza 1.205 equipes volantes, distribuídas em 1.038 municípios, o que representa 82% da meta final (1.456 equipes) do Plano Brasil sem Miséria.

Além disso, o Censo CRAS 2011 registra que 98,5% dessas unidades, ou seja, quase a totalidade dos CRAS, já realizam ações de Busca Ativa em seu território, conforme as orientações nacionais.

Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, o MDS tem envidado esforços no sentido de inseri-los em acompanhamento pelo PAIF. Nessa perspectiva, a SNAS, em conjunto com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC/MDS), está elaborando uma Instrução Operacional que orienta aos estados e municípios realizarem a interrupção dos efeitos de descumprimento de condicionalidades de famílias do Programa Bolsa Família que estejam sendo acompanhadas pelos CRAS ou CREAS, prioritariamente daquelas em fase de suspensão do benefício, que constituem público prioritário para Busca Ativa. Desse modo, a instrução tem como objetivo preservar a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quantidade alcançada

98,5

Data de Referência

31/08/2011

- **Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o fortalecimento e o incremento da rede de Proteção Social Básica ocorreram por duas vias: a expansão da oferta de cofinanciamento federal para o PAIF a Municípios e DF que apresentam déficit de cobertura de CRAS; e a qualificação do serviço, com foco no acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza.

Em números absolutos, a extrema pobreza concentra-se principalmente nas cidades de maior porte. Nesse sentido, a Resolução CNAS Nº 7/2012 aprovou os critérios para expansão, no exercício, do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) a Municípios com déficit de cobertura, com recursos do Plano Brasil sem Miséria.

Foram considerados elegíveis para esta expansão os Municípios que não possuíam nenhum Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciado pelo MDS; com número de CRAS cofinanciados pelo governo federal inferior ao necessário para a cobertura de todas as famílias com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico); ou com número de CRAS cofinanciados pelo governo federal inferior ao necessário para garantir a cobertura de 20% dos domicílios. Dentre os elegíveis, foram priorizados, além dos que não possuíam nenhum CRAS, aqueles que já tinham implantado unidades financiadas com recursos próprios ou do Estado, seguido daqueles que ainda não haviam implantado CRAS com recursos próprios ou do Estado. Em cada grupo, os municípios foram organizados em ordem decrescente do total de população em extrema pobreza.

O MDS ofertou o cofinanciamento de 411 novos PAIF/CRAS, distribuídos pelos 334 municípios elegíveis. Destes, 247 municípios (73,9%) aceitaram o cofinanciamento para 301 (73,2%) unidades de oferta do PAIF.

Em 2012, foram ainda envidados esforços para a qualificação da oferta do serviço por meio da produção e divulgação de orientações técnicas. Foram publicadas na página eletrônica do MDS as “Orientações Técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, volume I”, e as “Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF”, que corresponde ao volume II das orientações. Foi realizada ainda

a impressão desse material para distribuição, no âmbito do CapacitaSUAS.

A partir da priorização dos Serviços de Proteção Social Básica e ações executadas por Equipes Volantes no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, foram disponibilizadas, em 2011, no endereço eletrônico do MDS, orientações preliminares sobre ações e metodologia de trabalho. Essas orientações deverão ser aprimoradas e concluídas em 2013.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias**

Análise Situacional da Meta

Meta equivalente a esta consta do Objetivo 0370, que trata da proteção social especial, no qual estão prestadas as informações.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Meta equivalente a esta consta do Objetivo 0370, que trata da proteção social especial, no qual estão prestadas as informações.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAIF, o acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção de assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva.

Como regra geral e em decorrência da situação de vulnerabilidade, devem ser priorizadas: famílias contra referenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de até 18 anos, fora da escola; famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) decorre de situações de vulnerabilidade; famílias que compõem o público alvo do Plano Brasil sem Miséria (renda mensal per capita inferior a R$70,00); e outras situações, a partir da avaliação dos profissionais. A Resolução CIT N° 5/2010, que instituiu as Metas de Desenvolvimento dos CRAS, estabeleceu o acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF ou com beneficiários do BPC ou benefícios eventuais.

O Censo SUAS 2011 registra que 76,5% dos CRAS realizam acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o que representa uma estabilidade em relação ao ano anterior. Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, a SENARC e a SNAS estão elaborando uma Instrução Operacional visando a potencializar ações de Busca Ativa dessas famílias, especialmente daquelas com suspensão do benefício, para que sejam preservadas a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quanto ao acompanhamento prioritário a famílias com beneficiários BPC ou benefícios eventuais, o Censo SUAS 2011 revelou que 68,9% dos CRAS já realizam essa atividade, o que representa um aumento expressivo, de 54,83%, em relação a 2010. A magnitude dessa evolução foi influenciada pela implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), lançado em 2011.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas resultou no Programa "Crack, é Possível Vencer", com ações a serem implantadas no período de 2012 a 2014, envolvendo vários Ministérios, sob a coordenação do Ministério da Justiça. A partir do reconhecimento da necessidade de se avançar na articulação intersetorial, especialmente entre as áreas de saúde, segurança pública e assistência social, objetivou-se melhor instrumentalizar os Estados, Municípios e Distrito Federal no enfrentamento da questão, a partir de três eixos: prevenção, cuidado e autoridade.

Em 2012, as ações foram direcionadas a 14 capitais definidas como prioritárias, devendo ocorrer uma expansão das ações e da cobertura geográfica até 2014. Nesse processo de implantação, foram elaboradas diretrizes e orientações técnicas para a atenção, no SUAS, aos usuários de crack e outras drogas. Este material foi disseminado à rede socioassistencial, tendo sido também disponibilizado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ), para inclusão nos conteúdos das capacitações realizadas. Também foi elaborado material contendo as diretrizes para o trabalho integrado entre as diversas políticas envolvidas, para utilização pela rede da assistência social.

Além disso, tem sido empreendidos esforços para aprimorar a elaboração de orientações técnicas específicas para o atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade associada ao uso de crack ou outras drogas, bem como para acompanhar e apoiar o processo de implantação desses serviços no SUAS. Nos municípios prioritários para o Programa "Crack, é possível vencer", estão sendo realizados eventos visando à pactuação entre as três esferas federativas, nos quais a SNAS/MDS tem ressaltado a importância da atuação das equipes de referência do CRAS nas ações de prevenção a situações de vulnerabilidade e risco associadas ao uso de crack e outras drogas, bem como no atendimento ou acompanhamento desses usuários e suas famílias.

- **Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços**

Análise Situacional da Meta

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve dispensar atenção especial ao atendimento de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros) ou vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).

O Censo SUAS 2011 revela que 1.622 (21%) CRAS informaram possuir comunidades tradicionais em seu território. Desses, 93% afirmam realizarem ações voltadas ao atendimento e acompanhamento desse público. Em relação às populações rurais, o Censo mostra que 4.911 (65%) CRAS possuem, em seu território de abrangência, bairros situados na zona rural.

Em 2013 deverá ocorrer a implantação de acordo de cooperação internacional, junto ao PNUD, o qual deverá contemplar a construção de orientações técnicas sobre o trabalho com comunidades tradicionais na oferta do PAIF, cuja publicação está prevista para 2014.

No Censo SUAS, 5.184 (69%) CRAS também informaram que desenvolvem estratégias visando à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços. Dentre esses, 68% realizam ações de Busca Ativa, 42% realizam ações de mobilização e divulgação, 43% promovem articulação intersetorial para formação de rede de apoio, 34% articulam-se com associações ou entidades para a formação de rede de apoio e 21% realizam outras estratégias. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) tem contribuído para induzir a ampliação do processo de inclusão desse público.

- **Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF**

Análise Situacional da Meta

Dentro da estratégia de priorizar as ações que integram a Agenda Social do Governo Federal, o Ministério instituiu o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, e está representado no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

No âmbito do SUAS, o tema tem sido tratado nas orientações técnicas sobre os serviços. Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia.

Constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a condição de subalternidade das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram incluídas nas orientações técnicas, sugestões de inclusão do tema Direito das Mulheres em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Censo SUAS 2011 mostrou que dos 5.751 (76%) CRAS que realizaram atividades de grupos no âmbito do PAIF (em agosto/11, o mês de referência), 59% afirmaram que a questão dos Direitos das Mulheres estava entre as principais temáticas.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.

b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.

c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.

d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;

b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;

c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma

estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;

d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Censo SUAS 2011, 94% das 2.110 unidades CREAS que responderam o levantamento, ofertaram atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Destaca-se o incremento de 32% no quantitativo de unidades em relação ao exercício anterior (1.596 CREAS, conforme o Censo SUAS 2010).

Em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, o cofinanciamento federal alcançou 2.216 unidades CREAS, com cobertura a 2.303 municípios. Todas essas unidades devem ofertar o PAEFI (Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos) às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, incluindo crianças e adolescentes em situação de violência.

A partir de 2011, o Censo SUAS passou a informar o volume de casos de crianças e adolescentes em situação de violência, acompanhados na rede CREAS no ano anterior. O Censo 2011 aponta que, em 2010, foram acompanhados pelos CREAS: 68,3 mil casos de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar; 41,4 mil casos de abuso sexual; 9,7 mil casos de exploração sexual; 45,6 mil casos de negligência ou abandono; e 35,2 mil casos de trabalho infantil. Além disso, também foram acompanhadas 15,2 mil famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a efetivação da proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O Censo 2012 encontra-se em processo de validação e análise dos dados. Sua análise possibilitará mensurar a evolução da cobertura do serviço ao público alvo em referência.

Quantidade alcançada

2.303

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, foi expandido o cofinanciamento federal para mais 148 unidades CREAS, totalizando 2.216 CREAS municipais e regionais, localizados em 1.995 municípios, cobrindo 2.303 municípios.

Essa expansão dos CREAS possibilitou a oferta de cobertura do PAEFI a todos os municípios com população a partir de 20 mil habitantes e nos municípios de grande porte e metrópoles, considerando o critério de cobertura de uma unidade CREAS para cada grupo de 200 mil habitantes.

Em relação aos CREAS Regionais, a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada em dezembro/2012, definiu a responsabilidade dos estados na organização, coordenação e prestação de serviços regionalizados de proteção social. A Resolução CNAS n° 34/2012 recomendou à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que apresente uma proposta de regulamentação de regionalização dos serviços socioassistenciais, e que, no prazo de até 6 meses, a proposta seja deliberada no CNAS. A partir da regulamentação prevista, deverá avançar a implantação de CREAS Regionais, para ampliar a cobertura dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

O Censo 2012 encontra-se em processo de validação e análise dos dados. Sua análise possibilitará mensurar a evolução da cobertura das unidades de proteção especial de média complexidade.

Quantidade alcançada

2.216

Data de Referência

31/12/2012

- **Construção e remodelação de centros de referencia para pessoas com deficiencia**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite foi lançado em novembro/2011 para implementar novas iniciativas e intensificar ações voltadas a esse público. O plano envolve 15 Ministérios, a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e entes das demais esferas federadas. Em relação à implantação de Centros de Referência para Pessoas com Deficiência (Centro Dia), diversas iniciativas vêm sendo empreendidas. Em maio/2012, teve início o cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias, tendo alcançado em dezembro/2012 19 (dezenove) Centros Dia de Referência, que se encontram em fase de implantação. Em 2013, o MDS ofertará o cofinanciamento para mais 08 (oito) unidades, a serem implantadas em outros municípios, conforme os critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

- **Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta

As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

• Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;

• Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;

• Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;

• Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e

• Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

- **Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial . Merecem destaque:

a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;

b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e

c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

- **Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. Merecem destaque:

a) o início da elaboração de subsídios para o reordenamento dos serviços de acolhimento de jovens e adultos com deficiência, por meio da implantação de residências inclusivas;

b) o início da elaboração de subsídios para a construção de orientações técnicas sobre o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, com enfoque na gestão da unidade e no desenvolvimento dos serviços ofertados; e

c) o início do processo de elaboração das orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

A produção e divulgação desse conjunto de orientações contribuirá para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços de acolhimento ofertados pelo SUAS.

- **Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Entre os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar mensal per capita de até R$ 70 (IBGE, Censo 2010), existe um segmento que não dispõe sequer de uma moradia que garanta condições mínimas para o abrigo da pessoa ou família.

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Tais pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), realizada em 23 capitais e em todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, e dados de pesquisas específicas realizadas nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos. Regra geral, isso não se deve aos critérios estabelecidos pelas políticas públicas, mas à sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa a construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social.

O MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico), sendo um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda e que tem se consolidado como relevante ferramenta de planejamento de políticas públicas, sendo utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais

do Governo Federal.

Como forma de promover orientações específicas sobre a inclusão desse público no Cadastro, o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas, como o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua (2011), a Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC Nº 07/2010 e a Cartilha Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2011).

Em setembro/2012, foi realizada reunião técnica envolvendo a SNAS e SENARC, representantes das áreas técnicas do Cadastro Único e da Proteção Social Especial do SUAS nos estados, DF e capitais, visando a fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país, disseminar orientações de cunho técnico e discutir procedimentos para a inclusão dessa população no Cadastro Único e sua vinculação a serviços socioassistenciais. Em dezembro/2012, o CadÚnico já registrava 10.736 famílias em situação de rua cadastradas em municípios com população acima de 100 mil habitantes. A inclusão desse segmento no Cadúnico propicia a produção de informações e favorece o seu acesso ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento, de modo a ampliar o acesso à rede de serviços socioassistenciais e aprimorar a atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

Quantidade alcançada

10.736

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

Em agosto/2012, foi realizado pelo Departamento de Proteção Social Especial/ Secretaria Nacional de Assistência Social - DPSE/SNAS, em Brasília, encontro de capacitação sobre o Serviço de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com as 27 unidades federadas e 26 capitais, totalizando a participação de 110 profissionais. No referido encontro, foi disponibilizada a versão preliminar do Caderno de Orientações Técnicas sobre Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) para recebimento de contribuições ao texto.

Em 2013, o referido material deverá ser publicado com proposição de procedimentos e fluxos que definam a execução desse serviço em cada município.

- **Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas em direção a essa meta: a) elaboração de subsídios para aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI). O documento elaborado contempla, de forma geral, algumas especificidades do atendimento às situações de violência que envolvam crianças e adolescentes; b) participação da SNAS na elaboração da ficha de Notificação Intersetorial das Violências na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e na Rede de Atenção e Proteção às Pessoas em situação de Violências, compreendendo iniciativas que incluem questões sobre violência contra crianças e adolescentes; e

c) divulgação da campanha (dia 18 de maio) sobre o combate à violência sexual de crianças e adolescentes, junto à rede socioassistencial.

Em 2013 deverá ser publicado o caderno de orientações técnicas sobre o PAEFI, contemplando algumas

especificidades do atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência.

- **Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta

Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

- **Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha**

Análise Situacional da Meta

Um conjunto de iniciativas têm sido empreendidas, no sentido de aprimorar a atenção especializada à mulher em situação de violência, contemplando as questões de raça ou etnia, entre as quais devem ser destacadas:

a) a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para elaboração de protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência;

b) a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SNAS, para aprofundamento de temas relativos a gênero e direito da mulher, na política de assistência social;

c) a participação de profissionais da SNAS no Grupo de Trabalho Interministerial "Mulheres Presas e suas Famílias", no Comitê de Gênero e Mulheres do MDS; e

d) a participação de profissionais da SNAS na elaboração de documento preliminar sobre orientações técnicas, com enfoque nas questões das mulheres usuárias de crack e de conteúdos sobre questões de gênero, para disseminação nas capacitações em desenvolvimento pelo Comitê de Gênero e Mulheres do MDS.

- **Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas estão sendo empreendidas, contemplando a questão do crack e outras drogas, especialmente:

a) publicação, no portal do MDS, o documento “Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas”;

b) publicação do documento “Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas”, no “Caderno SENAD - Tratamento da dependência de crack, álcool e outras drogas: aperfeiçoamento para profissionais de Saúde e Assistência Social (módulo 5)”;

c) concluída a elaboração de subsídios para aprimoramento, atualização, revisão e organização didática, em formato e linguagem acessível, de documentos técnicos da proteção social especial, sobre o atendimento e acompanhamento a famílias e a indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, associada ao uso de crack e outras drogas;

d) realização, em 2012, de cinco oficinas de capacitação para alinhamento conceitual (Porto Alegre, Maceió, Rio Branco, Rio de Janeiro e Florianópolis), com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas; e

e) articulação junto a alguns estados, visando à produção de subsídios para o aprimoramento do processo de orientação, apoio e assessoramento técnico aos Estados e Distrito Federal, na gestão das ações do SUAS, referentes ao plano "Crack, é possível vencer".

Em 2013 deverá ser publicado caderno de orientações técnicas sobre a contribuição do SUAS no atendimento a pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, associada ao uso de crack e outras drogas.

- **Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A realização desta meta está sendo implementada por meio de um conjunto de medidas relativas à Proteção Social Especial.

Na média complexidade, merecem destaque:

a) a expansão, em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes;

b) a inclusão do Centro Pop no Censo SUAS, a partir de 2011, quando 90 unidades implantadas prestaram informações sobre sua estrutura e atividades.

Em relação aos serviços de acolhimento (alta complexidade), até 2014 o MDS deverá ofertar o cofinanciamento de vagas para 30 mil pessoas em situação de rua, o que corresponde a 60% do público alvo estimado. Para alcançar essa meta, constante do Plano Brasil sem Miséria e, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e a capacidade de gestão dos municípios, a ideia é elevar a cobertura, de 40% (2012), para 50% em 2013 e 60% em 2014. Esses recursos deverão ser aplicados na oferta de serviços de acolhimento institucional (para adultos e famílias) ou serviços de acolhimento em repúblicas (para jovens e adultos em processo de saída das ruas), conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Em 2012, o MDS ofertou cofinanciamento para implantação de 22 mil novas vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, das quais 19 mil (86%) foram aceitas por 119 gestores municipais.

- **Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

O Censo SUAS/2011 mostra que das 2.110 unidades CREAS que responderam ao Censo, 1.431 (67,8%) unidades ofertavam esse serviço no CREAS, independentemente do repasse do cofinanciamento federal. Esse quadro representa um considerável avanço na potencial cobertura do serviço, considerando que dos 1.590 CREAS que preencheram o Censo SUAS/2010, um conjunto de 1.099 (69,1%) unidades já atendia esse público. A principal justificativa para esse significativo incremento é a expansão da rede CREAS no período

Quantidade alcançada

1.431

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência**

Análise Situacional da Meta

O Censo SUAS 2011 registrou informações de 2.110 CREAS, dos quais 1.667 (79%) informam ter atendido situações de violência contra mulheres (violência física, psicológica, negligência e abandono) superando o percentual identificado no Censo 2010 (77%, considerando as 1.590 unidades registradas).

Ao considerar as situações de violência nas suas especificidades, os percentuais de unidades que informaram atendimentos foram:

- Violência Física contra as mulheres adultas: 74,21%;
- Abuso sexual contra as mulheres adultas: 44,21%;
- Violência psicológica contra as mulheres adultas: 79%;
- Exploração sexual contra as mulheres adultas: 30%;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual contra as mulheres adultas: 27,63%;
- Tráfico de pessoas (mulheres adultas): 12%;
- Situação de rua (mulheres adultas): 39,71%.

O Censo SUAS 2012 encontra-se em fase de validação e análise de dados. Sua análise permitirá o acompanhamento da evolução da meta.

Quantidade alcançada

1.667

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta requer a elaboração do ID-CREAS (Índice de Desenvolvimento dos CREAS), o que deverá ocorrer em parceria da SNAS com a SAGI/MDS. Este indicador se constituirá em um importante instrumento para o monitoramento do estágio de desenvolvimento das unidades CREAS. Quanto ao Centro Pop, a SNAS está avaliando a possibilidade de elaboração de um índice equivalente.

Contudo, anualmente, em função da análise dos dados das unidades CREAS e Centro Pop, prestadas por ocasião do Censo SUAS, a SNAS vem acompanhando as situações identificadas em desacordo com as normativas do SUAS e promovendo orientações para a adequação das unidades.

- **Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre as unidades de Acolhimento, que conformam a rede de serviços de alta complexidade.

Os questionários deverão ser preenchidos por todas as unidades, independente das suas fontes de cofinanciamento: governamentais municipais e estaduais, não governamentais conveniadas ou não conveniadas. Após a coleta e tratamento dos dados, pela primeira vez, será disponibilizada uma fotografia da estrutura e atividades desenvolvidas por essa rede, ampliando a capacidade de monitoramento e avaliação e, em consequência, melhorando a capacidade de gestão, regulação e a qualidade do serviço.

- **Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

a) a expansão, em maio/2012, do cofinanciamento federal aos municípios com mais de duzentos mil habitantes, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio do programa "Crack, é possível vencer";

b) a conclusão da produção de subsídios visando ao aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir da aprovação da nova NOB SUAS, em dezembro/2012, serão construídas estratégias para induzir os municípios com mais de 100.000 habitantes a organizarem a gestão da sua rede de serviços de acolhimento.

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas idosas. O processo de inserção dos beneficiários no CadÚnico teve continuidade este ano, com algumas ações visando a aumentar a proporção dos beneficiários inseridos e buscar subsídios com os próprios municípios para mapear os principais problemas enfrentados e aperfeiçoar o processo, que deve tornar-se contínuo. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com o BPC na Escola (que iniciou, no final de 2011, novo processo de adesão de municípios, estados e DF) e o BPC Trabalho (foram concluídas 9 experiências piloto implementadas no período de 2010-2012), constituindo iniciativas que visam a ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento. Em 2012, observou-se o resultado da publicação das Leis nº 12.435/11 e nº 12.470/11, que alteraram dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/93) e contribuíram para a regulamentação do benefício. A Lei nº 12.435/11 trouxe mudanças referentes ao BPC quanto à definição de pessoa com deficiência e avaliação do grau de impedimento pelo prazo mínimo de 2 anos, definição da composição familiar para fins de cálculo da renda familiar per capita e alterações no cômputo da renda, tais como: a não consideração, no cálculo da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC, das remunerações de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária e da remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou de estagiário. A Lei nº 12.470/11 determinou que o pagamento do benefício (BPC) à pessoa com deficiência seja suspenso quando o beneficiário exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, podendo, contudo, ser reativado após extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora ou após o prazo de pagamento do seguro desemprego, sem a exigência de que o beneficiário seja submetido a nova avaliação da deficiência e do grau de impedimento, necessitando apenas comprovar junto ao INSS a cessação do contrato de trabalho ou da atividade desenvolvida.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve a divulgação da Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12, de 23/02/2012, com instruções

para inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único. Considerando o universo dos beneficiários do BPC em abril/11 e a base de dados do Cadúnico nos meses de maio/11 e agosto/12, ocorreu nesse período um aumento de 11,6% no percentual de beneficiários do BPC e suas famílias, registrados no Cadúnico, atingindo um total de 38,3%. Para alcançar esse resultado, diversas iniciativas foram empreendidas.

No demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, foi incluída mensagem orientando-os a procurarem o responsável pelo Programa Bolsa Família em sua cidade, para se cadastrarem no CadÚnico.

Outra estratégia foi o envio de cartas a todos os beneficiários do BPC, informando-os sobre a importância de seu cadastramento e de sua família no CadÚnico, bem como sobre outras iniciativas realizadas com o propósito de ampliar sua proteção social, tais como os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE. Em dezembro/2011, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev enviou mais de 3,4 milhões de cartas, das quais aproximadamente 697 mil retornaram ao órgão remetente até agosto/2012, por incompatibilidade de endereços.

No início do cadastramento, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados do BPC e do Cadastro Único, o que provocou a necessidade de ampliação do prazo inicialmente previsto para atingir a meta. Deve-se registrar que essa atividade deve se tornar permanente no que se refere à Política de Assistência Social no âmbito municipal e do Distrito Federal. Além disso, foram elaborados esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos municípios, os quais foram divulgados no portal e central de relacionamento do MDS.

Por fim, a SNAS está analisando os dados encaminhados pelos municípios e DF, referentes às dificuldades identificadas durante o processo de cadastramento, bem como a base de dados resultante das cartas devolvidas, visando a traçar estratégias de aprimoramento do processo de cadastramento.

Quantidade alcançada

38,3

Data de Referência

31/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	39	31/08/2012
Região Nordeste	100	%	39	31/08/2012
Região Norte	100	%	35	31/08/2012
Região Sudeste	100	%	37	31/08/2012
Região Sul	100	%	47	31/08/2012

- **Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta

O número de benefícios concedidos em 2012 atingiu um total de 328.263, o que representa uma redução de 4,17% em relação ao quantitativo de 2011, que alcançou 342.580 concessões. Em termos de crescimento vegetativo do BPC (que considera os benefícios concedidos mais os mantidos, menos os cessados), entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).

Quantidade alcançada

328.263

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	27.416	31/12/2012
Região Nordeste	513.701	unidade	112.806	31/12/2012
Região Norte	100.979	unidade	31.090	31/12/2012

Região Sudeste	135.132	unidade	118.598	31/12/2012
Região Sul	455.447	unidade	38.353	31/12/2012

- **Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

- **Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

- **Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola**

Análise Situacional da Meta

Visando a ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, em setembro/2011, teve início novo processo de adesão de novos municípios ao Programa, possibilitando também que os estados, DF e os municípios já participantes renovem sua adesão e reafirmem os compromissos assumidos desde 2008. Até 31/12/12, aderiram ao Programa 815 novos municípios, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%).

Além disso, as equipes técnicas municipais realizaram 24,4 mil visitas domiciliares, para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola do público do Programa. Em 2012, o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS transferiu aos municípios recursos financeiros no montante de R$ 442 mil, referentes ao registro de onze mil questionários recebidos dos municípios e validados pela SNAS.

Quantidade alcançada

2.351

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Para a elaboração das orientações técnicas, é necessária a realização de uma pesquisa sobre o tema, a qual não foi possível ser realizada em 2012.

- **Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada minuta de portaria interministerial (MDS/INSS) contendo as regras do sistema de reavaliação do BPC (o Sistema Integrado de Benefícios - SIBE, no INSS; e o Sistema de Gestão e Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada - SIGBPC, no MDS), que se encontra aguardando avaliação jurídica. Após publicação da normativa, o processo de implantação será progressivo, tendo início em onze agências do INSS, sendo posteriormente ampliado para o restante do país.

Deve-se registrar que os sistemas informatizados corporativos do MDS e do INSS estão sendo compatibilizados, para permitir a transmissão dos dados e de informações dos beneficiários do BPC e o cruzamento com as bases necessárias à execução da reavaliação.

- **Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

O Decreto nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação pelo período máximo de 02 anos.

Em 2013, deverão ocorrer debates sobre experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos e rendas advindas do trabalho, quando serão analisados os impactos dessa acumulação no sistema de proteção social brasileiro, considerando inclusive experiências internacionais. A sistematização desses debates deverá resultar na elaboração de normativos e orientações técnicas sobre a matéria.

- **Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Em setembro/2012, foram finalizadas as experiências piloto do BPC Trabalho, iniciadas em São Paulo e Santo André (em 2010) e expandidas (em 2011) para Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Recife, Teresina, João Pessoa e Fortaleza. Ao todo, foram realizadas 3,1 mil visitas aos beneficiários do BPC, que resultaram na inserção de quase 800 beneficiários nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas e 80 em programas de qualificação profissional ou com contrato de aprendiz profissional. Essa experiência subsidiou a formulação do Programa BPC Trabalho, instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/ MTE/SDH-PR nº 2, de 02/08/12.

O Programa BPC Trabalho é uma das ações que compõem o eixo Inclusão Social do Plano Viver sem Limite, tendo como metas até 2014: realizar 100 mil visitas domiciliares aos beneficiários do BPC, encaminhar 50 mil beneficiários à rede socioassistencial e de outras políticas e inserir quatro mil beneficiários nos cursos de qualificação profissional ou contrato de aprendizagem. Os nove municípios participantes do projeto piloto deverão dar continuidade às ações do BPC Trabalho e a expansão do Programa aos demais municípios e ao DF deverá ocorrer a partir de 2013.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Nordeste	9	unidade	4	30/09/2012
Região Norte	7	unidade	1	30/09/2012
Região Sudeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Sul	3	unidade	1	30/09/2012

- **Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, o Grupo de Monitoramento da Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade – GMADI, formado por técnicos do MDS e do INSS, discutiu a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC, além de propor alterações nos instrumentais de avaliação da pessoa com deficiência, para fins de reconhecimento ou manutenção do direito ao BPC.

Visando à qualificação do atendimento ao beneficiário ou requerente do benefício, o GMADI elaborou o conteúdo programático das capacitações realizadas em 2012 com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC.

No âmbito do MDS, como uma das formas de aprimorar a gestão integrada de serviços, benefícios e programas de

transferência de renda no âmbito do SUAS, foram inseridas questões específicas sobre beneficiários do BPC nos instrumentais de acompanhamento familiar dos CRAS e CREAS.

O MDS e o INSS também estão discutindo estratégias para a articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS, no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários.

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2012 foi marcado pela ocorrência de diversos resultados, eventos e processos relevantes para o fortalecimento do SUAS. A partir da pactuação e regulamentação do Programa Capacita SUAS, ocorreu o repasse de recursos aos 26 estados e ao Distrito Federal e a conformação de uma rede de Instituições de Ensino Superior (IES) para execução das capacitações de profissionais que atuam na gestão e serviços socioassistenciais.

O ano também foi marcado pela consolidação do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS), como um importante mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão do SUAS nas demais esferas federativas, com recursos repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, com base em resultados alcançados na execução financeira e no desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em relação à Vigilância Social, merecem destaque a estruturação da área em 25 dos 27 estados da Federação e em 57% dos municípios com mais 50 mil habitantes. Além disso, encontra-se em desenvolvimento o sistema eletrônico visando à implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), previsto na LOAS, que será um importante instrumento para a inscrição, certificação e vinculação de entidades ao SUAS.

Em dezembro, a pactuação da nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2012) possibilitou a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e a sua ampliação para os municípios, bem como a ampliação de seu escopo, agora denominado Pacto de Aprimoramento do SUAS, voltado ao aprimoramento da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS. A nova NOB SUAS institui ainda os Blocos de Financiamento como um importante mecanismo de apoio à gestão.

Para 2013 será necessário o desenvolvimento de aplicativos informacionais e regulamentações complementares à implantação da nova NOB SUAS, bem como a regulamentação do vínculo SUAS, a implantação da Vigilância Social nos demais Estados e Municípios com mais 50 mil habitantes, além da efetiva implantação do CapacitaSUAS pelos Estados.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação a esta meta, considera-se com desempenho satisfatório o município que atinge um índice superior a 0,5 no IGDSUAS (que varia entre 0-1). O primeiro cálculo do IGDSUAS foi realizado em dezembro/2011, tendo validade para o período julho/2011 a junho/2012, e o segundo cálculo tem a validade para o período julho/2012 a junho/2013. No primeiro período, 4.377 municípios apresentaram desempenho satisfatório, tendo ocorrido uma redução para 4.209 municípios, no período vigente.

Quantidade alcançada

4.209

Data de Referência

01/07/2012

- **Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (CapacitaSUAS) foi instituído pela Resolução CNAS Nº 08/2012, com critérios de partilha definidos na Resolução CIT Nº 1/2012. O CapacitaSUAS é coordenado em âmbito nacional pelo MDS, com o objetivo de apoiar os estados e o Distrito Federal na execução de seus Planos de Capacitação do SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional.

O público prioritário do programa é composto pelos gestores, trabalhadores e dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da assistência social, no exercício de suas competências e responsabilidades. O CapacitaSUAS terá vigência de 2012 a 2014, tendo suas metas e iniciativas repactuadas anualmente na CIT e CNAS, considerando a disponibilidade orçamentária do MDS para sua execução.

Em 2012, o MDS transferiu aos estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores, prioritariamente, dentre os integrantes dos serviços executados por equipes volantes, equipes dos CRAS, CREAS e Centro POP que receberam expansão em 2011 e 2012 e componentes da agenda prioritária do Governo Federal: Plano Brasil Sem Miséria; Plano "Crack, é possível vencer" e Plano Viver Sem Limite. Com esses recursos, deverão ocorrer cursos de nivelamento (com carga horária entre 20 a 40 horas) e atualização (com carga horária entre 40 a 100 horas).

Como apoio técnico ao CapacitaSUAS, foram produzidas diversas publicações (livros, cartilhas, folders etc), totalizando 1 milhão de exemplares (entre impressos e reimpressos), sendo enviados ao longo do ano para as capacitações, eventos do MDS e dos parceiros (secretarias e conselhos municipais, estaduais e do DF, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica e institutos de pesquisas), aproximadamente, 1,18 milhões exemplares, além da disponibilização no portal do MDS na internet.

Também foram realizadas quatro reuniões técnicas regionais e duas nacionais com as equipes de referência da gestão do trabalho das Secretarias Estaduais, envolvendo esses profissionais no debate sobre a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, com foco na implementação dos Planos Estaduais de Capacitação e do CapacitaSUAS.

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

A verificação desse resultado foi identificada pela existência, no órgão gestor estadual e do Distrito Federal, de estrutura administrativa (formal ou informal) responsável por atividades de vigilância social (inclusive atividades de monitoramento e avaliação).

No Censo SUAS 2011, foi constatado que dos 26 estados e DF, 25 possuem área responsável por tais atividades, o que representa 93%.

A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos, para qualificar a atuação destas áreas nos estados.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/08/2011

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais**

Análise Situacional da Meta

A verificação desse resultado foi identificada pela existência, no órgão gestor municipal, de estrutura administrativa

(formal ou informal) responsável por atividades de vigilância social (inclusive atividades de monitoramento e avaliação).

No Censo SUAS 2011 foi constatado que entre os 608 Municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes, 346 municípios (57%) dispõem em sua estrutura de uma área de vigilância social ou de monitoramento e avaliação.

A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos, para fomentar a estruturação destas áreas nos municípios.

Quantidade alcançada

346

Data de Referência

31/08/2011

- **Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema de Notificação de Violação de Direitos ainda não se encontra constituído. Há, no âmbito do Governo Federal, uma ação destinada a construir um Sistema Integrado, envolvendo as áreas de assistência social, educação, saúde, direitos humanos e trabalho, que permita o registro e o acompanhamento das notificações de violação de direitos. Neste sentido, o início da implantação do referido sistema está previsto para ocorrer ainda em 2013.

- **Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios**

  Análise Situacional da Meta

  A revisão do Pacto de Aprimoramento de Gestão e sua extensão aos municípios ocorreram junto à revisão da NOB SUAS, que, após pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em dezembro de 2012. Em decorrência da nova NOB SUAS, regulamentações complementares deverão ser formuladas, negociadas e publicadas em 2013.

- **Vincular entidades de assistência social ao SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  A vinculação de entidades de assistência social ao SUAS está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Nº 8.742/1993). A partir de debates e estudos iniciados em 2010, serão definidos os parâmetros para que as entidades sejam vinculadas. Além disso, está em construção o sistema eletrônico visando à implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), também previsto na LOAS, que abrange, além da inscrição e da certificação, a vinculação de entidades ao SUAS.

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei N° 8742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, estando atualmente vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para cumprir sua função institucional de controle social, em 2012 o CNAS realizou diversas atividades, destacando-se:

a) aprovação de 36 resoluções (Resoluções CNAS Nº 1 a 36/2012), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico do CNAS;

b) aprovação da nova Norma Operacional Básica (Resolução CNAS Nº 33/2012, NOB SUAS – 2012), na 207ª Reunião Ordinária do CNAS e publicada no DOU em 03/01/2013;

c) realização de 11 reuniões ordinárias, sendo duas de caráter ampliado e descentralizado, em Manaus-AM (em abril) e Vitória-ES (em novembro), contando com a participação de conselheiros, gestores e trabalhadores municipais, estaduais, do DF, usuários e entidades não governamentais;

d) instituição da Comissão Eleitoral, com o objetivo de instalar o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil para gestão 2012-2014 no CNAS (Resolução CNAS Nº 04/2012); e

e) instituição de um Grupo de Trabalho (GT) para sistematizar a Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS Nº19/2012).

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, verifica-se que, entre 2010 e 2011, a alternância entre os representantes governamentais e da sociedade civil na presidência dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) evoluiu de 3.725 (71%) para 3.992 (75,9%) municípios, representando um incremento de 4,9%. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Em grande medida, esse processo é resultado de um esforço do CNAS, por meio da elaboração e divulgação de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.992

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que possuem Secretaria Executiva. Essa característica, que impacta significativamente na capacidade institucional dos Conselhos, evoluiu de 3.134 (59,7%) para 3.414 (65%) entre 2010 e 2011. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013. Essa dinâmica resulta de um considerável esforço do CNAS, por meio de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.414

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Em razão das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção de órgãos gestores municipais de Assistência Social que preveem a existência e destinam recursos específicos para a manutenção e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), uma característica de extrema importância para a efetividade do controle social.

Com base no Censo SUAS, 2.409 municípios (45,9%) já apresentavam essa situação em 2010, tendo ocorrido um incremento de 8,1% em 2011, alcançando 2.811 (54%) municípios. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Quantidade alcançada

2.811

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, observa-se no Censo SUAS que, de 2010 para 2011, ocorreu um aumento de 816 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que elegeram seus representantes da sociedade civil por meio de assembleias instaladas especificamente para essa finalidade.

Com isso, o número de Conselhos com essa característica passou de 2.779 (2010) para 3.595 (2011). Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Quantidade alcançada

3.595

Data de Referência

31/08/2011

- **Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

As deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2011, foram compiladas na Resolução CNAS Nº 01/2012. Entre estas, está incluído o processo de realização de conferências municipais, estaduais e distrital, que culminará na IX Conferência Nacional, que ocorrerá em dezembro/2013, em Brasília (DF), tendo como tema “A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. Além disso, está prevista a realização da X Conferência Nacional, em 2015.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2012	90,61
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	30/11/2012	87,31
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2012	72,78
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2012	37,11
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/01/2013	100,7

Observações:

Taxa de atendimento às famílias pobres - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 13.835.986
Número total de famílias pobres estimadas (Censo 2010) - 13.738.415
Como os dados utilizados foram retirados de bases diferentes (Cadastro Único e Censo 2010), o indicador apresentou resultado maior do que 100%.

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1° bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1° bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1° semestre de 2011 e 2° semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais**

  Análise Situacional da Meta

  As famílias em situação de descumprimento de condicionalidades – aquelas que apresentam dificuldades em acessar os

serviços básicos de educação e de saúde – são público prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais, ofertados no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Em 2012, o acesso das famílias do Programa Bolsa Família a esses serviços socioassistenciais foi ampliado em 78,2%, passando de 66.500 para 118.515 famílias. Para os próximos anos, pretende-se que 80% das famílias que tiverem suspensão do benefício pelo descumprimento de condicionalidades sejam inseridas nos serviços sociaoassistenciais de acompanhamento familiar. No ano de 2012, 276.768 famílias tiveram suspensão do benefício devido ao descumprimento de condicionalidades e a partir de 2013 será possível identificar quais famílias com benefício suspenso foram inseridas nos serviços de acompanhamento familiar.

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, em média, 4,66 milhões de crianças até 7 anos de idade beneficiárias do PBF foram acompanhadas semestralmente na condicionalidade de saúde. Desse total, 4,62 milhões registraram vacinação em dia, o equivalente ao percentual médio de 99,04%. Assim, com relação ao acesso à saúde infantil, o acompanhamento das crianças beneficiárias e o cumprimento da agenda de vacinação têm alcançado resultados positivos. No último período auferido, 2º semestre de 2012, o percentual de vacinação foi de 99,21%.

Quantidade alcançada

99,21

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento da condicionalidade de educação é bimestral e envolve 5 períodos de acompanhamento por ano, divididos nos bimestres de fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro, outubro e novembro. O público para acompanhamento é dividido entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. No ano de 2012, na faixa etária de 6 a 15 anos, 15,2 milhões formavam o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que foram efetivamente acompanhados 13,5 milhões, o equivalente a 88,8%, em média. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 2,5 milhões compuseram o público para acompanhamento e 1,9 milhão foram, de fato, acompanhados, totalizando o percentual médio de 77,38%. Para os próximos anos o objetivo é ampliar o acompanhamento para 95%, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, e para 85% na faixa dos 16 e 17 anos. No último período auferido em 2012, o percentual de acompanhamento para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de outubro e novembro, foi de 87,31%.

Quantidade alcançada

87,31

Data de Referência

30/11/2012

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada

99,06

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

A melhoria da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família é resultado do monitoramento das atividades desenvolvidas tanto pelas Gestões Municipais como pelas Coordenações Estaduais. Tal monitoramento refere-se ao acompanhamento das Taxas que compõem o Fator de Operação (Fator 1) do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), a saber:

Taxa de Cobertura Qualificada do Cadastro – TCQC;

Taxa de Atualização Cadastral – TAC;

Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar – TAFE;

Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde – TAAS.

As bases de dados geradas pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde são as fontes primárias dos dados utilizados para o cálculo dessas Taxas e, dessa forma, recebem atenção especial no tocante à qualidade de sua extração e tratamento.

Para se alcançar o monitoramento necessário e adequado das ações de fomento à gestão descentralizada do PBF, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - Senarc/MDS deu início a uma política de aproximação com os entes federados – que são os verdadeiros operadores do Programa – por meio de um maior contato com as Coordenações Estaduais, onde essas têm, cada vez mais, assumido o papel de orientadoras e de apoio junto aos municípios. Para tanto, uma série de ações foram implementadas ao longo de 2012, entre as quais podemos destacar:

1. Os 4 Encontros Regionais dos Coordenadores Estaduais, realizados adicionalmente ao já tradicional Encontro Anual dos Coordenadores Estaduais, em que as realidades regionais e o tempo adicional permitiram o aprofundamento tanto da interação entre a Senarc/MDS e os Estados, como dos problemas, desafios e realidades que esses vivem no dia a dia da gestão descentralizada do Programa;

2. A implementação do Plano de Qualificação do Atendimento, em que a Senarc/MDS reordenou o modo de funcionamento do atendimento aos gestores municipais que resultou em prestação de informações mais qualificadas e completas;

3. Confecção, publicação e distribuição do “Caderno do IGD-M” aos municípios e estados, instruindo e difundindo as formas e procedimentos sobre o uso dos recursos repassados aos entes federados para apoio à gestão descentralizada do Programa;

4. Envio regular de dados de gestão aos entes federados para informá-los sobre os seus desempenhos em termos de cumprimento de metas e obrigações próprias da gestão do PBF.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

  Análise Situacional da Meta

  Em dezembro de 2012, 5.052 municípios (90,7% do total) cumpriam os requisitos necessários para receber recursos do IGD. Ao longo do ano, foram 44 municípios que se somaram aos 5.008 que já possuíam os requisitos. É digno de nota que foi acrescido como um dos requisitos a apresentação da prestação e aprovação das contas relativas ao uso dos recursos do IGD.

Quantidade alcançada

5.052

Data de Referência

31/12/2012

- **Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização**

Análise Situacional da Meta

Primeiramente, cabe ressaltar que os Acordos de Cooperação Técnica, assinados em 2010/2011, cujo objeto é a "consolidação da Rede Pública de Fiscalização no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família (PBF), Programas Remanescentes e Cadastro Único (CadÚnico), ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS", envolvem apenas os Ministérios Públicos Estaduais, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT e o Ministério Público Federal - MPF. A Controladoria-Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU não tiveram os acordos assinados pelo entendimento de que o objeto dos Acordos já tratava de matéria intrínseca a estes órgãos.

No ano de 2012, foram realizadas ações objetivando aprimorar a fiscalização do PBF. Assim, visando maior racionalidade e celeridade no tratamento dos sorteios públicos, a Senarc/MDS iniciou um projeto para desenvolvimento de nova metodologia de tratamento dos relatórios de fiscalização da CGU, tendo por base o 34° Sorteio Público. Tal medida prevê a reestruturação da forma de análise e instrução dos procedimentos com o objetivo de reduzir o passivo existente diante da percepção de que o volume das constatações relacionadas à necessidade de melhorias nos processos e na gestão local dos Programas vem se sobrepondo às atividades de apuração das irregularidades relativas aos art. 14 e 14-A da Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

Também foi realizada alteração nos arts. 33, 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 2004, que tratam da apuração de irregularidades relativas à execução dos Programas Bolsa Família e Remanescentes, assim como do ressarcimento ao Erário de benefícios irregularmente transferidos. Isso porque os instrumentos e procedimentos não eram adequados a um programa com as características do Bolsa Família. Como consequência, não era viável a execução dos comandos dos artigos mencionados. Para superar o problema, o primeiro passo foi a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, mediante a aprovação da Lei nº 12.512, de 2011. A segunda etapa foi a regulamentação dos arts. 33, 34 e 35 do regulamento do Programa Bolsa Família, visando garantir segurança jurídica nos processos de apuração de irregularidades, por meio da atribuição clara dos papéis institucionais dos atores atuantes na execução e gestão interfederativa do programa. As alterações do Decreto nº 5.209, de 2004, foram aprovadas por meio do Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

- **Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55**

Análise Situacional da Meta

O aumento de aproximadamente 2% no número de municípios com IGD-M maior que 0,55 (5.048 em 2011, passando para 5.151 em 2012), indica o sucesso da política, uma vez que atualmente 92,5% do total de municípios conseguem atingir este indicador de efetividade. Deve-se destacar que o número absoluto de municípios que vêm obtendo êxito no atingimento da meta está se aproximando do total de municípios existentes, fazendo com que o crescimento marginal do indicador seja cada vez mais difícil, pelo seu próprio caráter assintótico.

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa, uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capita inferior a R$70,00); identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; além de atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres. Na base de dados do Cadastro Único de agosto/2012, havia 24.201.831 famílias registradas, das quais 22.087.075 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (91,3%).

A partir da implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, novos grupos populacionais específicos passaram a ser identificados no Cadastro. Além dos indígenas e quilombolas, treze novos grupos passaram a ser identificados, entre os quais o de extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclado, ciganos, povos e comunidades de terreiros. Em 2012, foi lançado o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a identificação de famílias pertencentes a essas populações. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único, até dezembro de 2012, 116.243 famílias indígenas, 80.621 famílias quilombolas, 11.739 famílias em situação de rua e 350.605 famílias de grupos tradicionais e específicos marcadas no campo próprio do Formulário Suplementar 1 (conforme tabela abaixo).

Grupos Identificados no campo 2.07 do formulário suplementar 1 (dez/12):

Família cigana	1.255
Família extrativista	7.977
Família de pescadores artesanais	28.894
Família pertencente à comunidade de terreiro	570
Família ribeirinha	11.388
Família de agricultores familiares	245.276
Família assentada da reforma agrária	27.090
Família beneficiária do programa nacional do Crédito Fundiário	936
Família acampada	2.887
Família atingida por empreendimentos de infraestrutura	1.329
Família de preso do sistema carcerário	3.133
Família de catadores de material reciclável	19.870
Total de famílias registradas no Formulário Suplementar	350.605

Metas 2012-2015

- **100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Fundação Cultural Palmares possuía 2.024 comunidades quilombolas certificadas, enquanto o Cadastro Único possuía, em agosto de 2012, 4.422 comunidades cadastradas (certificadas e não certificadas). Uma análise feita

ao longo do segundo semestre demonstrou que aproximadamente 550 comunidades certificadas ainda não estavam inseridas.

Foi feita a compilação de todas as necessidades de atualização, incluindo todas as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que, em janeiro de 2013, as demais 550 comunidades foram inseridas, totalizando 100% das comunidades quilombolas certificadas incluídas no Cadastro Único.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/01/2013

- **Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPE) é importante para que órgãos governamentais possuam o perfil socioeconômico apresentado pelos dados constantes no Cadastro Único, de forma a adequar e focalizar políticas públicas elaboradas para esses grupos familiares.

Dessa forma, a implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único em praticamente todos os municípios deu-se ao longo de 2012, quando se iniciaram ações para garantir a correta identificação dos 16 grupos populacionais constantes do Cadastro.

Nesse sentido, várias iniciativas foram levadas a cabo para atingir o objetivo. Foram realizadas capacitações com foco específico na identificação e abordagem dos GPE nos Estados, uma ação que envolveu agentes multiplicadores capazes de repassar o conhecimento a todos os municípios brasileiros. Foram realizadas 6 capacitações em 2012 – nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Maranhão – que somadas às realizadas em 2011, perfizeram o total de 25 estados e Distrito Federal capacitados. O único Estado que não realizou a capacitação foi Amapá.

Outra iniciativa fundamental foi o cruzamento com cadastros pré-existentes em outros órgãos federais de forma a traçar estratégias e ações de cadastramento para os Povos e Comunidades Tradicionais e, de igual forma, apoiar políticas que se destinem a essas populações, como Bolsa Verde, Chamada ATER, Bolsa Estiagem, entre outros.

Foram cruzados dados do Cadastro Único com as seguintes bases dos Ministérios/Órgãos:

1. Ministério do Meio Ambiente – Extrativista
2. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Programa Nacional de Crédito Fundiário
3. INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)
4. Ministério da Pesca e Aquicultura – Registro Geral de Pesca (RGP)
5. Secretaria de Patrimônio da União - Ribeirinhos

Os dados analisados permitiram aprimorar a orientação e as estratégias repassadas aos estados e municípios sobre a necessidade da correta identificação dos GPE. O objetivo é traçar um mapa de necessidade de atualização e cadastramento dos Povos e Comunidades Tradicionais e Específicos ao longo de 2013.

Como ação de suporte e correta identificação dos GPE foi lançado, em setembro de 2012, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a abordagem e a correta identificação de famílias pertencentes a essas populações.

De maio a dezembro de 2012, foram realizadas 9 Oficinas de Busca Ativa nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Bahia, Alagoas, Paraná e Roraima, com a mobilização de mais de 550 lideranças e órgãos governamentais que trabalham com populações de baixa renda. O objetivo desta iniciativa foi mobilizar os parceiros com representação nos estados para ações articuladas e integradas de Busca Ativa de famílias de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em extrema pobreza e que muitas das vezes pertencem a povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi o momento para apresentar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os princípios de Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral.

Também foram realizadas três oficinas de Busca Ativa para o Bolsa Verde, em Belém, Manaus e Rio Branco, que contaram com a participação de representantes do MDS, MMA, ICMBio, INCRA, SPU e servidores responsáveis pela gestão municipal do Cadastro Único e Bolsa Família, situação que envolveu os 3 níveis de governo. Os objetivos das oficinais foram: a) esclarecer e tirar eventuais dúvidas sobre o objetivo e a forma de implementação do Programa Bolsa Verde; b) esclarecer os mecanismos e atores responsáveis pela inclusão de novas famílias no Cadastro Único; c) mobilizar parceiros para ações articuladas e integradas de Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único de famílias extremamente pobres, nas áreas prioritárias para a implementação do Programa Bolsa Verde.

- **Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único**

Análise Situacional da Meta

O acesso às informações do Cadastro Único para gestores municipais, estaduais, federais e parceiros que o utilizam para selecionar as famílias que serão beneficiárias de suas ações e programas foi facilitado por meio da implantação do Cecad (Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). Essa ferramenta, disponibilizada em ambiente web, atende à crescente demanda de utilização de dados para planejamento e implantação de políticas públicas, disponibilizando, entre outras, informações sobre: domicílios por faixa de renda total e por renda per capita; domicílios por situação do domicílio (rural/urbana); domicílios por faixa de renda per capita e situação do domicílio; famílias indígenas por faixa de renda per capita; famílias quilombolas por faixa de renda per capita; pessoas por faixa de renda total e por faixa de renda familiar per capita; pessoas por situação do domicílio; pessoas por faixa etária; e pessoas por grau de instrução.

- **Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

São consideradas de baixa renda e, portanto, compõem o público alvo para inserção no Cadastro Único, aquelas famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Somente no ano de 2012, foram incluídas no Cadastro Único 2.203.578 famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa. A Busca Ativa é uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capta inferior a R$ 70,00), identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos e também atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres, de forma que o Cadastro Único possui hoje mais de 23 milhões de famílias de baixa renda.

Quantidade alcançada

2.203.578

Data de Referência

31/12/2012

- **Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2010, o MDS iniciou o processo de implantação gradual do Projeto CadÚnico 7 , que, além de aperfeiçoar a coleta de dados e qualificar as informações cadastrais, melhorou as funcionalidades de cadastramento, a manutenção de dados e demais processos de gestão do Cadastro Único. Em dezembro de 2011, 5.450 municípios haviam migrado para a Versão 7 e, em dezembro de 2012, este número subiu para 5.526, o que equivale a 99,3% do total de municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

5.526

Data de Referência

31/12/2012

- **Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Senarc/MDS desenvolve diferentes estratégias para promoção da qualidade da gestão do Cadastro Único. Por meio de informativos semanais, orienta continuamente os municípios quanto à importância da atualização cadastral. Além disso, a Senarc/MDS realiza, anualmente, um processo de auditoria que consiste no cruzamento dos dados inseridos no Cadastro Único com outras bases de dados federais, com vistas a identificar possíveis inconsistências nas informações declaradas. No ano de 2012, o cruzamento com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e com o Sistema de Controle de Óbitos - Sisobi indicou inconsistências relacionadas a óbito e subdeclaração de renda, gerando a necessidade de verificação de informações de 1.680.938 famílias. Este trabalho deverá ser concluído até o final de fevereiro de 2013 pelos municípios. Segundo apuração realizada pela Senarc, do total de 1.680.938 famílias monitoradas, 518.104 tiveram os seus cadastros atualizados até o dia 29/12/2012, ou seja, 30,8% do total. Entre os cadastros de famílias beneficiárias, este percentual é de 44,3%.

Além do processo de Atualização Cadastral, também é realizado anualmente o processo de Revisão Cadastral, por meio do qual as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com cadastros desatualizados há mais de 24 meses devem proceder a atualização de seus dados inseridos no Cadastro Único para que continuem recebendo os benefícios do PBF. No ano de 2012, foram alvos da Revisão Cadastral 1.527.760 famílias, sendo que, até dezembro de 2012, mais de 1 milhão de famílias havia realizado a atualização dos dados (aproximadamente 66% dos cadastros sujeitos à revisão).

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	87	%	66	31/12/2012

- **Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi realizada a reformulação do Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, tendo sido elaborado seu primeiro cálculo de consistência. Como mais de 50% dos dados do Cadastro Único já estão atualizados na Versão 7 do Sistema, os novos dados do IDF já vêm sendo calculados a partir de suas variáveis.

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Brasil sem Miséria – BSM, lançado em junho de 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira, tem como meta a erradicação da pobreza extrema, portanto, tem na ampliação do Programa Bolsa Família – PBF uma estratégia fundamental, tanto em termos de cobertura, valores e tipos de benefício, quanto na integração com programas estaduais de transferência de renda para atendimento de famílias extremamente pobres.

Dentre os avanços observados no PBF, destacam-se alguns resultados que impactaram diretamente na condição de vida da população em situação de pobreza, especialmente, das que se encontram em situação de maior vulnerabilidade:

• Criação do BSP, o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância, focado na erradicação da extrema pobreza e que tem por objetivo assegurar renda mínima de R$ 70,00 (setenta reais) por pessoa a todas as famílias

beneficiárias do PBF, com crianças/adolescentes entre zero e quinze anos. Em dezembro/2012, o PBF já atendeu mais de 3,5 milhões de famílias com o BSP;

• Concessão de benefícios do PBF a mais de 1,31 milhão de novas famílias;

• Expansão do PBF, a partir das novas estimativas de pobreza, que resultou na transformação da folha de pagamentos do PBF, que passou de 12,9 milhões de famílias beneficiárias, em dezembro de 2011, para 13,9 milhões de famílias, em dezembro de 2012;

• Incremento de 750.023 famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias);

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) a 3,6 milhões de beneficiários;

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável nutriz (BVN), a 204.701 beneficiários; e

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável à gestante (BVG), com foco em assegurar melhores condições de renda e apoio à mulher gestante, a 166.366 gestantes beneficiárias.

No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, vale ressaltar que, antes do BSM, apenas o estado do Acre, o DF e os municípios de Manaus-AM e Nova Lima-MG tinham Acordos de Cooperação vigentes com o MDS. Dos oito novos estados que aderiram em 2011, seis tiveram suas operações iniciadas em 2012 e, com a adesão do estado de Santa Catarina, passaram a atender 343.618 famílias beneficiárias.

Os indicadores deste exercício evidenciam a evolução do Programa, projetando-o a um novo patamar de desafios, especialmente, no que concerne à sua efetividade, nos seguintes aspectos: qualidade dos mecanismos de identificação dos segmentos mais vulneráveis da população e focalização do programa; diversificação dos meios de pagamento dos benefícios; e melhoria nos índices de atualização cadastral das informações dos beneficiários.

O percentual de famílias pobres atendidas no país saltou de 97,9% em 2011 para 99,8%, dados da folha de pagamento de dezembro de 2012, com movimentação de aproximadamente R$ 23 bilhões por ano. Não obstante o expressivo volume de recursos envolvidos, o Programa pode ser considerado de baixo custo em relação ao PIB - aproximadamente 0,47% em termos do que representa para os esforços de superação da pobreza e da desigualdade. Um dos fatores que colaborou para o referido aumento foi a diminuição da média de municípios desassistidos de canais de pagamento, que passou de 118 em 2011 para 18 em 2012 - representando queda de 85%.

Outro dado relevante refere-se ao aumento de famílias que participam do Projeto de Inclusão Bancária da CAIXA, que representa uma alternativa de pagamento do PBF por meio da Conta Bancária Simplificada CAIXA FÁCIL e possibilita a contratação de produtos e serviços financeiros pelos beneficiários. O contingente de famílias que optou voluntariamente por receber o benefício na conta bancária aumentou de 1,9 milhão em 2011 para aproximadamente 2,5 milhões no final de 2012.

No que tange ao processo de revisão cadastral de beneficiários do PBF – 2012, vale ressaltar que do público inicial de 1.527.760 famílias, mais de 1 milhão concluíram os procedimentos, o que corresponde a 66% do total, de acordo com as informações extraídas até a folha de dezembro de 2012, índice considerado razoável para um procedimento relativamente recente e de suma importância para a focalização do Programa.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação**
  Análise Situacional da Meta
  No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, vale ressaltar que, antes do BSM, apenas o estado do Acre, o DF e os municípios de Manaus-AM e Nova Lima-MG tinham Acordos de Cooperação vigentes com o MDS. Dos oito novos estados que aderiram em 2011, seis tiveram suas operações iniciadas em 2012 e, com a adesão do estado de Santa Catarina, passaram a atender 343.618 famílias beneficiárias.

- **Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza**

Análise Situacional da Meta

Em dez anos de existência foram realizadas duas pesquisas de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIPBF I e II). Ao longo dos anos de 2011 e 2012, deu-se início às discussões em torno da realização da AIPBF III.

- **Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

Incremento de 750.023 mil famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias).

Quantidade alcançada

750.023

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2010	54,2
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2010	49,6
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2010	30,4
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2010	63,4
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2010	91,8
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2010	16,3
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2009	56,4
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	29/02/2012	12.100.000
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	30/04/2012	7.081.400
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2012	3.500.000
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	30/04/2012	9.264.600
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2012	50.610.100
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2012	0,500

Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2011	97,1
Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4
Percentual de adolecentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	31/12/2009	48
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	31/12/2009	50,1
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	31/12/2009	16,9
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	31/12/2009	12,5
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	17,48	31/12/2009	17,48
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	31/12/2009	5
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	31/12/2009	18,7
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	31/12/2009	6,5
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	31/12/2009	69,8
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8
Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	18,61	31/12/2009	18,61
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	41,62	31/12/2009	41,62
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1

Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	873	30/09/2011	922
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	89
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	11

Observações:

Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - As informações foram extraídas do Relatório de Atividades de 2009 do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA, pois essa cultura não estava incluída no Relatório do ano de 2010.

Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino) - Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino), Percentual de adultos com excesso de peso (feminino), Percentual de adultos com excesso de peso (masculino), Percentual de adultos com obesidade (feminino), Percentual de adultos com obesidade (masculino), Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de gastos das famílias com alimentação total, Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar: não há atualização, pois os resultados da POF/IBGE serão divulgados apenas em 2014.

Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave, Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave, Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve, Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada, Percentual de domicílios com segurança alimentar: não houve atualização, pois o último Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD/IBGE foi publicado em 2009.

Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade - Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade, Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade, Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos: não houve atualização, pois a última Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, de frequência decenal, foi realizada no ano de 2006.

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Para fomentar o abastecimento alimentar, a Conab dispõe de alternativas para assegurar o acesso regular e permanente aos alimentos, destacando-se: 1) a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, que tem como objetivo fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com produtos básicos de consumo em áreas carentes, visando a sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas com produtos de qualidade e a preços compatíveis. Além do apoio técnico-operacional realizado pelos técnicos da Conab, também é difundida a idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. As ações da REFAP estão concentradas na periferia das cidades de Manaus/AM, Salvador/BA, Fortaleza/CE, São Luis/MA, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Recife/PE, Arcoverde/PE e Teresina/PI, cuja articulação institucional é realizada em parceria com o SEBRAE, entidades públicas locais e representações de classe. No exercício de 2012, foram realizadas 1.349 visitas aos bairros das periferias dessas cidades com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar as unidades varejistas do ramo de supermercado. Houve a realização de reuniões de sensibilização para apresentação do Programa REFAP, o cadastramento de 57 novas unidades varejistas, o monitoramento das 08 (oito) Centrais de Negócios já formadas e a execução de assistência técnico-operacional para as 11 (onze) em processo de formação. No período, as unidades varejistas comercializaram 1,1 mil toneladas de produtos originários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - (açúcar, arroz, farinha de mandioca e leite em pó); 2) o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT é um indutor de ações que contribuem para a melhoria dos processos de produção, acondiciomento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros dos mercados atacadistas, tendo em vista a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional da população. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, o Consea, o BNDES, o SEBRAE, a EMBRAPA e as áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento; 3) o Serviço de Atendimento Móvel Fluvial que tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com os órgãos (MDS, MDA, MPA, MMA e MS). Atualmente, o Projeto está em fase de elaboração de Estudos Técnicos Especializados de Engenharia Naval, necessários à fabricação dos barcos e câmaras frigoríficas a serem realizados pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Adicionalmente, outros programas fornecem alimentos a grupos populacionais específicos que se encontram em estado de insegurança alimentar: a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em 25 Estados da Federação, com a distribuição de 1.314.848 cestas de produtos como açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, fubá, flocos de milho, leite em pó e óleo de soja, em articulação institucional com os órgãos MDS, MDA, MPA, INCRA, FUNAI, MS, Fundação Cultural Palmares, Movimento de Atingidos por Barragens e Casa Civil da Presidência da República. Foram atendidas 412.567 famílias e distribuídas 30.726 toneladas de alimentos, sendo os segmentos beneficiários: acampados (52,50% de participação), comunidades quilombolas (11,28%), comunidades de terreiros (4,82%), atingidos por barragens (5,65%), comunidades indígenas (18,54%), pescadores artesanais (2,30%) e outros atendimentos (4,91%); b) os Atendimentos Emergenciais no Brasil para comunidades vitimadas por calamidades públicas (desastres) e ajuda humanitária, em parceria com o MDS, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais de Defesa Civil, abrangem 8 estados. Foram beneficiadas 60.030 famílias e distribuídas 1,1 mil toneladas de: açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite em pó, biscoito, macarrão e óleo de soja; c) a Ajuda Humanitária Internacional por meio de doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, o MAPA e o MDS. Essas ações foram direcionadas para 30 países, com doação de 169.985 toneladas de arroz, para países da África (64,40% do total), América Central (24,64%) e Ásia (10,95%); d) a Doação de Produtos da Agricultura Familiar é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários

de aquisições da Agricultura Familiar, em parceria com o MDS e Entidades Públicas e Assistenciais, com a doação de 11.062 toneladas de alimentos (feijão, arroz beneficiado, farinha de mandioca, leite em pó, suco, entre outros), tendo sido beneficiadas 398 instituições, em 198 municípios de 24 estados da Federação; e) a Doação de Feijão da PGPM é uma suplementação da oferta de feijão para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, fazendo uso dos estoques públicos, liberados por meio da Lei n° 12.058 de 2009, em parceria com o MDS, Instituições Públicas e Entidades Assistenciais, realizando doações de 2.914 toneladas do produto, para 200 instituições, situadas em 117 municípios de 22 estados; f) as Vendas em Balcão são os escoamentos de parcela de estoques públicos da PGPM, propiciando aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, com articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, o MAPA, as Secretarias Estaduais de Agricultura e os órgãos de extensão rural. Essas operações foram realizadas em 23 estados, com venda de 602.713 toneladas de milho, 352 toneladas de farelo de arroz e 61 toneladas de quirera de arroz, suprindo a demanda de criadores de pequeno porte e de micro e pequenas agroindústrias.

Um recente debate sobre Abastecimento Alimentar, promovido pelo CONSEA, em dezembro de 2012, produziu um documento, citando que o abastecimento alimentar no Brasil dá-se por meio de um sistema interdependente que interrelaciona organizações públicas e privadas em mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, marcado pela crescente concentração mercadológica, sendo que os cinco maiores grupos empresariais do varejo chegam a responder por 57% do faturamento do setor. Ademais, processo similar verifica-se no setor de produção, de insumos e de processamento de alimentos, com redução nacional a poucos alimentos (soja, milho e arroz), o que faz aumentar a vulnerabilidade do sistema alimentar, favorecendo uma dieta pobre e inadequada. É importante envidar esforços no sentido de continuar avançando na construção de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e abastecimento e articulá-los com políticas, programas e ações ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, para que sejam alcançados avanços significativos na promoção do abastecimento alimentar, reforçando o papel regulador do Poder Público na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

Metas 2012-2015

- **Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se do Projeto de Atendimento Móvel Fluvial na região amazônica que prevê a fabricação de quatro (4) unidades de navegação e da construção de duas (2) câmaras frigoríficas equipadas para armazenamento de pescado. Em agosto, foi assinando o Termo de Cooperação Técnica (TEC), via repasse de recursos, com a Universidade Federal do Pará/Faculdade de Engenharia Naval, para a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, de forma a permitir o desenvolvimento do Projeto.

  O serviço contratado para elaboração dos documentos (Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação das unidades móveis e câmaras frigoríficas) atingiu o valor total de R$165.000,00, sendo 60% pago imediatamente no ato da assinatura e 40% quando da entrega dos Projetos, com o devido registro do CREA/PA e o aceite do produto final pela Conab. No mês de novembro, a UFPA apresentou a versão preliminar do projeto, tendo o corpo técnico da Conab sugerido ajustes julgados necessários, sendo a entrega final prevista para 2013. Após essa etapa e ocorrida a aprovação pela Diretoria da Conab, será iniciado o processo de licitação pública para construção dos barcos e câmaras frigoríficas.

- **Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo**

  Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram realizadas 1.093 visitas aos bairros das periferias de algumas cidades com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar unidades varejistas do ramo de supermercado. Houve a realização de reuniões de sensibilização para apresentação do Programa REFAP - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos, de 73 cursos de capacitação para os varejistas filiados, de monitoramento das 08 (oito) Centrais de Negócios já formadas e de assistência técnico-operacional para as 11 (onze) em processo de formação, tendo sido comercializados 450 toneladas de alimentos (arroz beneficiado, açúcar, farinha de mandioca e leite em pó), oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, gerando recursos na ordem de R$ 1.117.537,47 e beneficiando 190.690 famílias carentes. Foram cadastradas 57 novas unidades varejistas. Vale ressaltar que parte dos produtos disponibilizados para venda aos varejistas foram remanejados para o Programa Emergencial da Seca nos estados do Nordeste. As reuniões de agentes públicos e unidades varejistas de pequeno porte que atuam em mercearias e mercadinhos na periferia das cidades promoveram a cooperação entre os segmentos, fortalecendo e modernizando os empreendimentos, oportunizando a realização de aquisições centralizadas e qualificando a gestão (formalização, propaganda, marketing, logística, capacitação e treinamento).

- **Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos**

  Análise Situacional da Meta

  A proposta de uma nova metodologia de pesquisa de preços ao nível de produtor, atacado e varejo foi elaborada e contou com o envolvimento de todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Conab. Para o desenvolvimento desse trabalho, levou-se em consideração a necessidade de padronização dos procedimentos e a melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta e divulgação de informações. Atualmente, a tarefa está em processo de decisão quanto à definição dos componentes necessários para a implementação da pesquisa (especificação de produtos, locais de pesquisa, dentre outros).

- **Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT é voltado para a articulação e revitalização das Centrais de Abastecimento - Ceasas, criadas na década de 1960, com o objetivo de melhorar o Sistema Nacional de Abastecimento, por meio da institucionalização dos mercados regionais e do aumento da produtividade e das estruturas de distribuição. Criou-se então, na década de 1970, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC e, nos anos 1980, o sistema foi desagregado, transferindo o controle acionário das Ceasas para os governos estaduais e municipais, que passaram a assumir diversos modelos societários.

  Assim, o PROHORT foi criado de forma a resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, estreitando contatos com as Universidades e ampliando as funções das Centrais de Abastecimento. As ações realizadas em 2012 foram no sentido de integrar as centrais de abastecimento na base de dados CONAB/PROHORT. O banco de dados conta com informações diárias atualizadas sobre a comercialização (preços, volume e origem) de cerca de 48 produtos de 52 mercados atacadistas de hortigranjeiros. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, o Consea, o BNDES, o SEBRAE, a EMBRAPA e as áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento. O Programa abrange 22 Unidades da Federação, cujas atividades incluem ações de assessoramento técnico, reuniões para atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, apoio a capacitação/treinamento para operação da base de dados, entre outras.

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com vistas a controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional, o Ministério da Saúde assinou em 2012 um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais que visam à retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Também foram realizados, em 2012, a estruturação e o aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, a realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena e a implementação da suplementação de Vitamina A.

Metas 2012-2015

- **33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros**

  Análise Situacional da Meta

  Como parte integrante das ações de qualificação da Atenção Básica, foi realizado censo para avaliar a estrutura das Unidades Básicas de Saúde. Esta ação objetivou levantar informações para o aprimoramento das estratégias de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

  De acordo com o resultado do Censo 2012, das 32.636 UBS avaliadas, 81,1% (25.794) possuíam balanças e 53,3% (16.937) possuíam antropômetros.

  Foi instituído, com a Portaria Nº 2.975 de 14/12/2011, o incentivo financeiro para apoiar a estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados para os Pólos do Programa Academia da Saúde e para as Unidades Básicas de Saúde com equipes de Atenção Básica que aderiram ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ).O valor repassado é de R$ 1.500,00 por Pólo do Programa Academia da Saúde e R$ 3.000,00 por Unidade Básica de Saúde, em parcela única anual.

  Em 2011 e 2012, foram contempladas com este recurso financeiro um total de 7.089 UBS (3.391 UBS em 2011 e 3.698 UBS em 2012).Para apoiar os municípios na compra dos equipamentos antropométricos, foi publicado o Manual orientador para aquisição de equipamentos antropométricos.

  Quantidade alcançada

  53,3

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, contanto com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, gestores e profissionais do SUS. A pactuação do novo texto da PNAN ocorreu em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada em 27/10/2011.

- **Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação ao número de culturas agrícolas analisadas quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, foram iniciados

os procedimentos de amostragem e de análise da cultura da abobrinha e do milho. Em relação à cultura da abobrinha, esta foi iniciada em julho de 2012, com o término das coletas das amostras em setembro de 2012. O monitoramento da cultura do milho teve início em outubro de 2012, com o término em dezembro de 2012, por meio da coleta do fubá de milho. Cabe ressaltar que atualmente são 20 (vinte) culturas agrícolas analisadas pela Anvisa.

Quantidade alcançada

11,11

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A cobertura populacional do SISVAN, ou seja, o número de indivíduos que foram submetidos à avaliação de medidas antropométricas (peso/estatura) e/ou do consumo alimentar na Atenção Básica, é o indicador que reflete o quanto da população tem sido acompanhada em relação aos indicadores do estado nutricional. Assim, quanto maior a cobertura, maior fidedignidade os dados terão em relação à saúde da população, contribuindo para um melhor diagnóstico local dos agravos alimentares e nutricionais e subsidiando o planejamento das ações. Em 2011, a cobertura nacional do SISVAN foi de 14%, representando um aumento de quase 100% em relação ao ano de 2010, cuja cobertura foi de 7,5%. Em 2012, ao avaliar dados preliminares (setembro/2012), identifica-se que a cobertura do SISVAN é 17,4%.

Quantidade alcançada

17,4

Data de Referência

31/12/2012

- **Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica**

Análise Situacional da Meta

Tornou-se necessária a estruturação da rede analítica nos Laboratórios de Saúde Pública para análise destes parâmetros. A este propósito foram realizadas as seguintes atividades:

- 4 Reuniões com o Grupo Técnico de Monitoramento de Alimentos, formado por representantes regionais dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública - LACENs e do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, para Levantamento da capacidade analítica dos LACENs. Além disso, foram discutidas estratégias para auxiliar os LACENs na compra de insumos e equipamentos;e

- Reunião com diretores da Anvisa, membros do Grupo Temático de Vigilância Sanitária - GTVISA e do Conselho Nacional de Saúde - CNS, para apresentação de proposta da estruturação da sub-rede, a fim de viabilizar os recursos necessários.

Como resultado deste trabalho, foi publicada a Portaria nº 2801, de 06 de dezembro de 2012, que institui incentivo financeiro destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública para o fortalecimento das ações de monitoramento de alimentos.

- **Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

Análise Situacional da Meta

O Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira foi elaborado num espaço de articulação intersetorial no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN (instância governamental do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, na esfera federal, responsável pela articulação intersetorial de 19 ministérios no

Governo Federal - Art. 3º do Decreto 6.272/2007 e Art. 3º do Decreto 6.273/2007), por meio do Comitê Técnico 6, instituído pela Resolução N.º 7, de 9 de junho de 2011, que tinha como finalidade a elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade até 10/08/2011, contando com a seguinte composição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial. Além destes ministérios, foram realizadas reuniões setoriais com: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/MAPA, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Pesca. O referido Comitê foi reconduzido até o dia 30/04/2012 e somaram-se ao grupo os Ministérios do Esporte e do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo essa recondução os objetivos de finalizar e publicar o Plano a partir de todas as contribuições vindas das consultas públicas e audiências com os setores afetos ao tema; propor o Grupo Gestor de implementação, monitoramento e avaliação do Plano em referência; e organizar o processo e atividades de lançamento do Plano, contando ainda com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O Plano passou por uma 1ª consulta pública com especialistas em 23/09/2011 e foi apresentado para discussão duas vezes no Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA nos meses de outubro de 2011 e outubro de 2012.

Atualmente, o plano está em processo de avaliação e publicação pelo Pleno executivo da CAISAN.

- **Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva**

Análise Situacional da Meta

A estratégia está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas e será implementada em 2013 em duas frentes:

1. Sachês nas creches do Programa Saúde na Escola - PSE (parte da Ação Brasil Carinhoso):

- A fortificação com o sachê entrará como uma ação opcional para as creches;
- Público a ser atendido: Crianças entre 6 meses e 3 anos (aproximadamente 700.000 crianças, a depender da adesão dos municípios);
- Local da ação: Creches do PSE.
- Cronograma:

Segundo semestre/13: Abertura do processo de adesão dos municípios do PSE a esta ação opcional, recebimento e distribuição do insumo e formação dos profissionais de saúde/educação;

Primeiro semestre/14: início do primeiro ciclo de suplementação.

2. Sachês como ação da Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (Portaria GM 2387, 28/10/12):

- Projeto piloto para substituição do sulfato ferroso pela fortificação com múltiplos micronutrientes nas Unidades Básicas de Saúde;
- Público a ser atendido: 37.500 crianças entre 6 meses e 2 anos de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes nos 211 municípios que fazem parte da Agenda da Desnutrição (municípios que apresentam as maiores prevalências de desnutrição infantil no país);
- Local da ação: Atenção básica (UBS ou domicílio).
- Cronograma:

Primeiro semestre/13: sensibilização dos gestores para incorporação da fortificação nas metas do município que compõem a Agenda da Desnutrição, recebimento e distribuição do insumo aos municípios e formação dos profissionais de saúde/educação.

- **Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

A Anvisa lançou, em outubro de 2012, o Sistema de Notificação Eletrônica de Alimentos Dispensados de Registro (instrumento para o acompanhamento das informações nutricionais dos alimentos processados). O setor produtivo, em outro eixo do monitoramento, estima que as pactuações já realizadas até o momento representarão a retirada de até 25 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro.

- **Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realiza anualmente, desde 2010, o monitoramento geral do perfil nutricional de alguns grupos de alimentos processados, focado no monitoramento dos teores de sódio, açúcares e gorduras nestes alimentos, publicizando por meio de Informes Técnicos. Além disso, a Agência tem trabalhado no planejamento de ações vinculadas ao monitoramento do alcance das metas de redução do sódio pactuadas com o setor produtivo, a ser iniciado em 2013, por meio da implementação das ações previstas no Termo de Compromisso entre MS, Anvisa e Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação) para o monitoramento da redução do sódio em alimentos processados.

Em atendimento às ações previstas no Termo de Compromisso relativo ao monitoramento da redução do sódio, a Anvisa realizou, em agosto, reunião com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais, que teve, entre seus tópicos de discussão, o planejamento da coleta e análise laboratorial de alimentos processados a partir de 2013, e publicou, em outubro, novo Informe Técnico sobre o perfil nutricional de alimentos processados, com foco nos teores de sódio nos alimentos prioritários.

- **Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários**

Análise Situacional da Meta

A redução do consumo de sódio no país também esteve presente em importantes agendas nacionais e internacionais, tais como: a Câmara Setorial de Alimentos da Anvisa, o Conselho Nacional de Saúde (CIAN), o II Seminário Nacional sobre Redução do Consumo de Sódio, o Fórum Pan-Americano da Rede Carmen e a reunião sobre rotulagem nutricional do Codex Alimentarius e o Consórcio Multilateral para Redução do Consumo de Sódio nas Américas, entre outros.

Durante o primeiro semestre de 2012, foram realizadas discussões técnicas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para articular a atuação conjunta dos dois ministérios na pactuação e monitoramento da redução do sódio em alimentos de origem animal. Ainda, foi realizada reunião com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), a Anvisa, a Secretária de Vigilância em Saúde - SVS/MS e o MAPA, para discutir a pactuação de metas de redução do teor de sódio nas categorias prioritárias restantes (embutidos, laticínios e refeições prontas).

O Ministério da Saúde (MS) assinou um acordo com a ABIA para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais, a fim de retirar 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais.

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

São componentes do SISAN a Conferência de SAN, o CONSEA e a CAISAN. Estados e municípios devem fortalecer/criar a sua conferência e as congêneres da CAISAN e CONSEA e elaborarem seus planos de SAN, com base nas deliberações das conferências estaduais e municipais de SAN, isto significa institucionalizar o SISAN no Território Nacional. O objetivo está sendo alcançado como previsto. A CAISAN, com consulta ao CONSEA, elaborou o 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2011, com vigência de 04 anos. Também em 2011, cerca de 2000 participantes de todo o Brasil estiveram na 4ª Conferência Nacional de SAN - CNSAN. Hoje já temos 23 estados e DF aderidos ao SISAN, 19 deles, entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, receberam recursos para mobilização dos municípios - para que estes façam sua adesão, para fortalecimento dos seus conselhos de SAN, de suas CAISANS e para elaboração dos seus planos de SAN. Três estados já têm plano estadual de SAN (PE, CE e MG). Os outros estão em processo de elaboração. Além disso, todos os estados já criaram as suas CAISANS e estão em processo de efetivá-las. Sete estados já tem suas CAISANS em funcionamento (PE, PA, MG, DF, PR, BA e MS). No processo de implantação do SISAN, os próximos passos serão para avançar no processo de adesão dos municípios e em temas como o financiamento do SISAN, a regulamentação dos fóruns de pactuação e a participação das entidades de direito privado no sistema. Os CONSEAs Estaduais, componentes do Sisan responsáveis pelo monitoramento, proposição e controle social, estão em funcionamento nos estados que aderiram ao Sisan. Entretanto, alguns têm estrutura deficiente para realizar suas atividades, o que será em parte sanado através da execução dos recursos descentralizados em 2012, possibilitando a compra de equipamentos estruturantes e as atividades de formação. No que tange aos Conseas municipais, há registro de aproximadamente 700 conselhos criados, em diferentes estágios de funcionamento. Ao longo do período 2012-2015, com o início da adesão dos municípios ao Sisan, será possível verificar, acompanhar e apoiar o funcionamento desses Conselhos.

Metas 2012-2015

- **Adesão de 3339 Municípios ao SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, por meio do edital de justificativa da SESAN/MDS 10/2012, 19 convênios foram formalizados com estados e DF, com o total de recursos financeiros na ordem de R$ 7 milhões. As metas dos convênios visam a apoiar a elaboração ou a revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, ao fortalecimento dos componentes do Sistema e à mobilização, através dos estados, dos municípios para que façam a sua adesão ao SISAN. Os recursos foram repassados entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Portanto, com o co-financiamento e o apoio político e técnico da SESAN/MDS, os estados mobilizarão os municípios e estes farão sua adesão. Os planos de trabalho iniciam em 2013 e tem vigência até 2014. Em 2013, já teremos alguns municípios com a adesão efetivada e em 2014 esse número será ampliado. Destaca-se que outros programas do Governo Federal buscam incentivar a adesão dos municípios ao SISAN, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos.

- **Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Já aderiram ao SISAN 23 estados e o DF. A meta poderá ser alcançada até final de 2015.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2012

Região Norte	7	unidade	7	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- **Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, por meio do edital de justificativa da SESAN/MDS 10/2012, 19 convênios foram formalizados com estados e DF, com o total de recursos financeiros na ordem de R$ 7 milhões. As metas dos convênios visam a apoiar a elaboração ou a revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional; o fortalecimento dos conselhos estaduais e das câmaras intersetoriais de segurança alimentar e nutricional; e a mobilização, por meio dos estados, dos municípios para que estes façam a sua adesão ao SISAN. Com a mobilização dos municípios, os estados instituirão e coordenarão os fóruns bipartites (estados e municípios). Assim, já foram apoiados 19 estados para que realizem os itens i, ii e iii. Até 2015 deverá haver 24 forúns bipartites de SAN, 24 planos estaduais de SAN apoiados e mais de 3300 municípios que tenham recebido apoio técnico ou financeiro. Com os convênios, haverá apoio técnico aos municípios para fortalecimento dos Conseas que já existem (700) e criação de novos conselhos de SAN. Com o detalhamento do plano de trabalho, conseguir-se-á quantificar o número de Conselhos municipais apoiados e criados. Como ainda não se sabe quantos Conseas municipais serão criados, não se tem como quantificar a meta iii. Está em processo de implantação, no âmbito da CAISAN, um Comitê Técnico (CT) para discutir e regulamentar a criação e funcionamento dos fóruns tripartite e bipartites.

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

A organização dos circuitos locais implica na implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. São equipamentos públicos de SAN: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e unidades de apoio à agricultura familiar (UADAF). Entre 2011 e 2012, esses programas foram redirecionados buscando-se uma maior qualificação da gestão e operacionalização em detrimento da instalação, com exceção para as UADAFS, criadas em 2011. Assim, no período, de 2011 e 2012, foram firmados contratos com os municípios para a instalação de 99 dessas unidades, não havendo novas contratações de outros equipamentos.

Em relação aos demais equipamentos, temos atualmente uma rede em funcionamento de 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. O processo de qualificação levou ainda a criação de uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia, no ano de 2012, foi implementada por meio de parceria com o FNDE e o Ministério da Defesa, apoiando 1345 cozinhas.

No entanto, a consolidação desses circuitos depende da criação de novas estratégias de financiamento, que permitam manter as estruturas criadas e aprimorar a sua gestão. Importante notar também que ainda restam 432 equipamentos para serem entregues/construídos: as dificuldades para finalização das obras são diversas (contratação de engenharia para elaboração do projeto, regularização do imóvel, licitação, entre outros) e têm sido objeto de monitoramento.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a**

garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)

Análise Situacional da Meta

A meta está com boa execução, considerando-se que a meta do PPA é, em quatro anos, ampliar os equipamentos públicos de SAN em mais 147 municípios, totalizando um total de 727 municípios com algum equipamento público de SAN. Para 2012, a meta estabelecida foi de 140 municípios, sendo alcançado um total de 105 municípios. Nesse sentido, tem-se que, no ano de 2012, o aumento na região Centro-Oeste foi de 18 municípios (incremento de 81,8%); na região Sudeste, 25 municípios (incremento de 18,2%); na Sul, 20 municípios (incremento de 9,5%); na região Norte, 14 municípios (incremento de 40,0%); e na região Nordeste, 28 municípios (incremento de 15,1%). Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio dos termos de cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e o Ministério da Defesa (programa forças no esporte).

Quantidade alcançada

105

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	%	81,82	31/12/2012
Região Nordeste	50	%	15,14	31/12/2012
Região Norte	10	%	40	31/12/2012
Região Sudeste	20	%	18,25	31/12/2012
Região Sul	10	%	9,52	31/12/2012

- **Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar**

Análise Situacional da Meta

Está em discussão a instituição de mecanismos de normatização e de monitoramento e acompanhamento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

- **Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, esta se encontra em fase de elaboração e pactuação de uma portaria ministerial que busca regulamentar a ação de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Há debate sobre a Política Nacional de Agricultura Urbana no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Essa Política tem como objetivo normatizar a forma de atuação do MDS em estados, municípios e ONGs, quanto à promoção de alimentação saudável com regularidade, qualidade e quantidade suficiente à população em extrema pobreza. O desafio é fomentar em cada ente da federação a apropriação do valor estratégico de se implantar AUP, por meio de projetos produtivos em localidades em situação de pobreza, visto que: geram ocupação, trabalho e renda; promovem a circulação econômica local; eliminam o atravessador; diminuem os preços dos produtos, tornando-os mais acessíveis; alteram a saúde da comunidade, via adoção de hábitos saudáveis. O debate desta portaria circunda os seguintes temas: propriedade do imóvel para garantir a continuidade das ações, acesso à água, acesso à luz, público-alvo, técnico especializado para acompanhar os projetos e capacitação, tanto dos gestores como dos beneficiários diretos envolvidos. Para esse debate foram envolvidos Governos Estaduais, Municipais, Universidades, ONGs, Agricultores Urbanos e o CONSEA. No âmbito da ação orçamentária de Apoio à Agricultura Urbana, em 2012, foram executados 23 projetos em 23 municípios, atendendo cerca de 7.800 famílias, atuando nas seguintes linhas: produção de alimentos (hortas, lavouras, ervas medicinais e criação de pequenas animais); beneficiamento/processamento (mini agroindústrias) e comercialização (Feira Livre).

- **Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares**

Análise Situacional da Meta

Não foi foco de atuação em 2012.

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

De maneira a refletir um esforço integrado e intersetorial do governo para superar a situação perversa da má-nutrição no Brasil, buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Várias foram as parcerias instituídas. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o que reflete o esforço intersetorial. Também foi possível evoluir no tema da Qualificação e Formação na área.

Uma importante ação conduzida pela Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) refere-se ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. O processo de elaboração e discussão deste Plano aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Após a etapa inicial de construção e discussão com o setor governamental e com acadêmicos ligados ao tema, o documento foi finalizado. Aguarda-se a sua publicação via aviso ministerial entre os setores que apoiaram sua elaboração.

De maneira contínua e permanente estão sendo elaborados e produzidos diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN. Os materiais a serem distribuídos na rede de atores que apoiam as ações e projetos do MDS são complementares aos materiais já elaborados por outros órgãos, e trabalham as diversas etapas do ciclo de vida, com o foco da produção ao consumo, e consideram as diversas realidades do país – atividade precípua das ações de SAN.

Neste âmbito, também estão sendo elaborados materiais educativos específicos para serem trabalhados no espaço dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição do MDS (como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos) e uma série especial para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essa série encontra-se em consulta pública até o dia 15 de fevereiro de 2013, quando serão consolidadas todas as contribuições recebidas. A intenção é incentivar a reflexão sobre o ato de alimentar-se e fortalecer o vínculo entre a produção, a comercialização e o consumo, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

Metas 2012-2015

- **Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando que a área de EAN, apesar de sua relevância para o impacto de ações de SAN nas famílias, tem apresentado pouca produção científica e acadêmica, a SESAN propôs para 2012 fortalecer as atividades de pesquisa e, principalmente, as atividades que vinculam a pesquisa com a extensão ou com a busca por metodologias educativas mais eficientes. Para dar conta dessa necessidade, iniciou-se diálogo com o CNPq/MCTI para apoiar até 30 projetos de intervenção em Educação Alimentar e Nutricional no âmbito dos sistemas públicos agroalimentares e de programas de alimentação e nutrição de coletividades humanas, conforme o preconizado pela Lei n.º 11.346/2006, visando ao

aprimoramento e integração da produção, abastecimento/distribuição e consumo de alimentos em nível local, territorial e nacional. O objetivo da parceria é fomentar projetos de desenvolvimento e inovação científica em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares e de alimentação e nutrição de coletividades humanas e considerando a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção da alimentação adequada e saudável. A expectativa para 2013 é formalizar o Termo de Parceria para implementar até 30 projetos locais.

- **Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN**

Análise Situacional da Meta

Seguindo a proposta de integração e articulação, a SESAN, em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), está conduzindo um processo de Educação a Distância (EAD) sobre EAN para atender a 2.000 profissionais que atuam localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação. O curso será desenvolvido pela SESAN e pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e deverá atender, prioritariamente, os municípios que apresentarem, dentre outros critérios, situação de insegurança alimentar e nutricional (observada pelos casos de sobrepeso/obesidade ou desnutrição) de forma mais frequente e mais grave nas famílias atendidas pelo PBF. No âmbito do curso de Educação a Distância também serão elaborados materiais que fortaleçam esta integração setorial, sendo que todos os materiais educativos já se encontram em fase de conclusão. A expectativa é iniciar os cursos em Junho/2013, de forma contínua por 24 meses (período de execução do Termo de Parceria com a Fiocruz).

- **Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas**

Análise Situacional da Meta

O FNDE, através da Coordenação Geral de Alimentação Escolar, está empenhado na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos planos políticos e pedagógicos das escolas. Dentre as ações desenvolvidas, temos a criação da Coordenação de Educação e Controle Social, desde julho/2012, que realiza as atividades de EAN, com trabalhos interministeriais e intersetoriais, juntamente com o MEC, MS, MDS e outros parceiros. Essa Coordenação participou ativamente na elaboração do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e na Comissão Permanente do CONSEA de Educação, Nutrição e Consumo. Foram realizadas oficinas para divulgação da importância da EAN com nutricionistas, gestores e profissionais da área. Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANEs, constituídos por meio de uma parceria entre o FNDE e os Institutos Federais de Ensino Superior - IFES, realizaram o fomento do Projeto Horta Escolar e a formação de conselheiros, agentes do PNAE e comunidade escolar, consolidando o tema de EAN. Hoje, o Projeto Horta Escolar já abrange aproximadamente 179 municípios. O trabalho da Coordenação-Geral do Programa de Alimentação Escolar - CGPAE inicialmente foi desenvolvido no sentido de convencer os atores do PNAE da importância da educação alimentar e nutricional, como um estímulo para inclusão nos planos políticos pedagógicos das escolas.

- **Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Qualificação de profissionais para a promoção da alimentação adequada e saudável para crianças menores de 2 anos de idade no âmbito da atenção básica à saúde:

As ações de promoção da alimentação adequada e saudável para crianças menores de 2 anos de idade se consolidam através da estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

Durante o segundo semestre de 2012 foram realizadas uma série de reuniões entre o Ministério da Saúde e especialistas

convidados para definir a metodologia de reprodução da estratégia.
Em setembro de 2012 foram formados 30 facilitadores nacionais da estratégia e, em outubro de 2012 foram realizadas duas oficinas macrorregionais de formação de facilitadores em todos os estados brasileiros. Esses facilitadores têm como missão replicar a ação nos estados em 2013, com apoio do Ministério da Saúde.
Em 2012 foi desenvolvido um curso de ensino a distância para aumentar a capilaridade da ação e melhorar a formação dos profissionais que atuam na promoção da alimentação adequada e saudável, sendo o lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

Oferta de ações de promoção à saúde e promoção da alimentação adequada e saudável para toda a população no âmbito da atenção básica à saúde:

Programa Academia da Saúde
O Programa Academia da Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 719, de 7/04/2011, tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de pólos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física, de lazer e modos de vida saudáveis. O Programa é desenvolvido localmente pelos municípios, e constitui-se em um espaço de promoção da alimentação saudável na comunidade. Para qualificar as ações dos pólos, está sendo desenvolvido um curso de EAD com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.
Em dezembro de 2012, existiam 155 pólos da Academia da Saúde em funcionamento em 96 municípios. O apoio financeiro para custeio desses pólos, no ano de 2012, foi de R$ 5.364.000,00.
Em 2012, 2.357 municípios brasileiros já receberam parcelas dos recursos do Programa para construção de 2.801 pólos. O incentivo repassado para municípios para construção até dezembro/2012 foi de R$105,6 milhões.

Expansão dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)
Visando a apoiar a inserção da Estratégia Saúde da Família na rede de atenção à saúde e a ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica bem como sua resolubilidade, além dos processos de territorialização e regionalização, o Ministério da Saúde criou em 2008 o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, uma equipe multiprofissional que apoia as ações das equipes de Atenção Básica.
Ao final de 2012 estavam implantados 1.929 equipes de NASF em todo o país. Cabe destacar que 80% destas equipes contam com nutricionista, contribuindo para o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável junto às equipes de saúde.

Materiais de apoio
• O Guia Alimentar para a População Brasileira está em fase de revisão para atualização do seu conteúdo. A revisão está sendo elaborada em uma parceria do Ministério da Saúde com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde - NUPENS/USP e teve início no 2º semestre de 2012. A previsão para final da revisão é 2º semestre de 2013.
• Além do Guia, o Ministério da Saúde conta com a publicação Alimentos Regionais Brasileiros que está em fase final de atualização, com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.
• O “Manual para os Agentes Comunitários de Saúde - Alimentação e Nutrição para as Famílias do Programa Bolsa Família” contém informações sobre o Programa Bolsa Família, promoção da saúde e alimentação e nutrição para as famílias beneficiárias do programa.

Oferta de ações promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito escolar:

Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE foi estabelecido pelo Decreto presidencial nº 6.286/2007. É uma política intersetorial entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação com o objetivo de promover a atenção integral à saúde dos estudantes da rede pública por meio das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, inseridos no contexto da Atenção Básica. No período de 5 a 9 de março de 2012, foi realizada a 1ª Semana de Saúde na Escola, com a temática "Prevenção da obesidade na infância e na adolescência". Na ocasião, 1.968 municípios aderiram às ações da semana, representando 78,9% dos municípios vinculados ao PSE desse ano. Dentre as ações previstas na semana e que deverão ter continuidade em 2013, estão listadas ações de promoção à alimentação adequada e saudável e de educação alimentar e nutricional.
As ações são estimuladas e apoiadas por meio de desenvolvimento e publicação de material técnico, como a elaboração do Caderno Temático do PSE - Alimentação e Nutrição, elaborado no 2º semestre de 2012 e com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

Termo de parceria entre Ministério da Saúde e Federação Nacional das Escolas Particulares para ações de promoção da alimentação saudável nas escolas particulares, com foco nas cantinas escolares:

Em abril de 2012, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP). O acordo tem como objetivo a implementação de ações conjuntas de promoção da alimentação saudável nas escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) da rede privada de ensino, em âmbito nacional, com adesão voluntária das escolas interessadas e associadas ao Sindicato do Ensino Privado (SINEPE). Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações:
- Distribuição dos materiais e sensibilização dos gestores. Os manuais foram distribuídos para 47% dos estados brasileiros (RO, AC, ES, PB, PR, CE, MT, RJ, SC, SP, DF, MG, BA).
- Eventos de sensibilização dos gestores das regiões para adesão a parceria:
05/09/2012 - Porto Alegre/RS
19/10/2012 – Manaus/AM
25/10/2012- Fortaleza/CE
11/12/2012 – Rio de Janeiro/RJ

Para apoiar as ações no ambiente escolar, foi disponibilizado, na segunda quinzena de dezembro, o Curso de Educação a Distância (EAD) voltado aos diretores de escolas e aos donos de cantinas. O curso tem a duração de 20 horas e é baseado no Manual das Cantinas Escolares Saudáveis.

- **Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável**

Análise Situacional da Meta

Está sendo construída uma Estratégia Nacional de EAN para os Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – EPAN, apoiados pelo MDS. A ideia é estabelecer uma logística de qualificação do serviço e capacitação, articulação e mobilização entre as redes já existentes e estratégias de intervenção. Além da incorporação de conceitos teóricos próprios da área (como o Marco Conceitual de EAN), são objetivos dessa estratégia a intervenção (a partir da proposição de ações com base em materiais elaborados para este fim, como o layout dos EPAN e materiais de apoio para cada tipo de serviço) e a disseminação (capacitação de multiplicadores em EAN). São público desta iniciativa, no mínimo, 920 profissionais que atuam nos EPAN. Após serem capacitados, os profissionais terão o compromisso de serem multiplicadores dos conteúdos para suas comunidades (os usuários dos Equipamentos e suas famílias).
Além desta ação, a iniciativa conhecida como RedeSAN está sendo revista e atualizada. O projeto da RedeSAN desde 2009 promove cursos a distância para gestores dos EPAN. Em 2013, esse projeto será conduzido pela equipe da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional, que, além de manter as atividades de qualificação dos

serviços, incorporará um olhar destinado a fortalecer a rede já instituída e incorporar atividades relativas à mobilização e articulação dos gestores.

Foi lançado Edital público convocando todas as Instituições de Ensino Superior públicas interessadas no tema a se candidatarem. A vencedora do certame foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que está no momento, construindo os documentos necessários à formalização do Termo de Cooperação para dar continuidade à RedeSAN ofertando cursos de educação a distância e atividades presenciais para gestores dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

- **Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

De forma a dar organicidade à área, foi formalizado um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) para apoiar a construção de um marco teórico de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, com vistas a organizar os processos de educação permanente e a qualificação dos serviços públicos, considerando a definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada no território, a partir das especificidades das diferentes redes públicas. Esse processo foi concluído e divulgado em 30 de novembro de 2012 após etapas alternadas de discussão presencial e a distância.

O documento contempla os povos indígenas e demais comunidades tradicionais em item específico da Agenda Pública, apontando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais. A expectativa é que os futuros desdobramentos desse marco tragam essa discussão de forma aprofundada.

Para dar maior publicidade ao documento, a Coordenação-Geral realizou um lançamento oficial contando com a presença de lideranças locais na área de alimentação e nutrição, além dos Ministérios da Saúde e da Educação, que participaram da construção e do lançamento do documento.

Também no âmbito desse projeto, foi organizada uma Rede virtual de EAN, promovendo a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área, buscando criar referências para a implementação de projetos locais de EAN. Trata-se de um espaço virtual voltado para a troca de experiências em EAN entre quaisquer interessados em participar.

- **Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo**

Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. O projeto é coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Além do Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia também integram o Projeto, que terá vigência até 2016.

No ano de 2012, a Gerência de Recursos Genéticos - GRG do DCBio/SBF organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril. O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG/DCBio/SBF, que também auxiliou na organização do evento. Em 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

O Projeto BFN prevê a seguinte atividade: “Desenvolver e viabilizar campanhas educativas regionais e nacionais para

a valorização dos produtos da agro e sociobiodiversidade e orgânicos". No entanto, essa atividade só está prevista para acontecer no último ano do projeto, em 2016.

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O MDS está em articulação com o MAPA para o uso do cadastro de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos. Terminada a articulação, será possível identificar os produtores orgânicos e agroecológicos e compatibilizar as bases de dados. Atualmente, por meio das aquisições realizadas pela Conab, a variedade de alimentos orgânicos é de cerca de 128 itens, adquiridos por meio de 122 organizações da agricultura familiar. Por meio do Termo de Adesão, foram adquiridos alimentos orgânicos de 34 agricultores familiares. Com relação aos povos e comunidades tradicionais, foram atendidas 1.058 famílias de extrativistas, 754 de indígenas, 1.652 de quilombolas e 2.362 de pescadores artesanais.

  Quantidade alcançada

  5.860

  Data de Referência

  31/01/2013

- **Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimentos Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária**

  Análise Situacional da Meta

  O valor arrecadado em 2011 foi de R$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

- **Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

  Análise Situacional da Meta

  Início da vigência da resolução Nº 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias

mulheres em 2013. Dados apurados até setembro de 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo PAA no exercício são mulheres, representando 53.467 do total de 184.724 atendidos pelo MDS. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação. Para o fortalecimento da participação das mulheres, previram-se, na forma do Termo de Adesão, metas específicas para as mulheres, no percentual mínimo de 40%.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/01/2013

- **Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas capacitações com públicos específicos, permitindo a ampliação da participação desse público no PAA. Por meio do Termo de Adesão, são pactuadas metas de povos e comunidades tradicionais, sendo possível maior acompanhamento do cumprimento dessas metas. Via Conab, foi ampliado recurso que possibilita capacitações e visitas a grupos tradicionais, de forma a fomentar e a prestar assistência aos grupos que podem acessar o programa. Atualmente, cerca de 3% do público fornecedor do PAA pertence a esses grupos.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/01/2013

- **Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF**

  Análise Situacional da Meta

  Foram atendidos, no ano de 2012, 193.687 agricultores familiares. O percentual de agricultores enquadrados nos Grupos A, A/C e B é igual a 45%. A execução do programa no público especificado ficou prejudicada devido a diversos fatores, incluindo a seca que ainda afeta a Região Nordeste, onde se concentra grande parte do público do Brasil Sem Miséria (BSM). Com a produção reduzida, as ações de estímulo à comercialização foram igualmente prejudicadas. As ações de capacitação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural estão sendo acompanhadas pelo MDS, permitindo o aprofundamento dos conhecimentos sobre o PAA. Pelo Termo de Adesão, são fixadas metas específicas para o público do BSM, prevendo-se que o recurso do Apoio Operacional será repassado como forma de estímulo à incorporação do público do BSM.

  Quantidade alcançada

  45

  Data de Referência

  31/01/2013

- **Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

  Análise Situacional da Meta

  Na Formação de Estoques, o total é de 8.963 Agricultores Familiares, sendo que deste total, 3.061 são dos grupos A, A/C e B. Diferentemente das modalidades de doação, esta modalidade exige empreendimentos com maior grau de organização, fato que limita a participação do público do BSM. Para 2013 e 2014, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) está disponibilizando a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco em gestão, para cerca de 400 cooperativas. Além da modalidade formação de estoque, haverá esforço em incorporar famílias do BSM na nova modalidade de Compra Institucional.

Quantidade alcançada

3.061

Data de Referência

31/12/2012

- **Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, entre as ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, destacam-se: i) assistência técnica e extensão rural e fomento produtivo - estão sendo beneficiadas 8,9 mil famílias quilombolas com ATER; ii) distribuição de cestas de alimentos - 11,28% das 412.567 famílias que receberam cestas de alimentos em 2012 eram quilombolas; iii) Selo Quilombos do Brasil - foi vinculado ao Selo da Agricultura Familiar visando a ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas; iv) Sistemas de Abastecimento de Água - contratados sistemas para 123 comunidades quilombolas; v) Distribuição de Sementes - distribuídas sementes para agricultores quilombolas de 17 territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em benefício de 5.726 famílias; vi) Programa de Aquisição de Alimentos - 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, em 2012, vendendo sua produção ao programa; vii) Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - ampliação de emissão da DAP para quilombolas, inclusive com a regulamentação da ação da Fundação Palmares na emissão do documento. Atualmente, 20.476 quilombolas possuem DAP.

- **Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

Análise Situacional da Meta

O aumento da quantidade de alimentos adquiridos depende da elaboração de normativos para a destinação, que se encontram em análise no Grupo Gestor do PAA. Atualmente, o maior percentual de alimentos já é destinado a entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos de alimentação e nutrição.

- **Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado**

Análise Situacional da Meta

Diante da articulação promovida entre MDA e MDS, estão sendo realizadas capacitações com as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES), visando a divulgar as possibilidades de execução do programa. Para a ampliação da cobertura do PAA na região Norte e Nordeste é imprescindível a articulação com as demais ações de fomento à produção no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Quantidade alcançada

42,54

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	50	%	37,5	31/01/2013
Região Norte	10	%	5,04	31/01/2013

- **Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito**

Análise Situacional da Meta

O PAA DATA, sistema de transparência de execução do PAA, foi implementado. Já o Sistema de Informações do PAA (SISPAA) encontra-se com módulos implementados e com módulos em processo de elaboração. A implementação do SISPAA permitirá o acompanhamento em tempo real do cadastramento dos potenciais fornecedores, avaliando o cumprimento das metas e corrigindo a execução de forma a contemplar as diretrizes emanadas pelo programa. Pelo sistema, o pagamento aos fornecedores será realizado mediante comando do MDS, permitindo que os

gestores executores mobilizem equipes para a gestão e qualificação do programa.

- **Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a recepção pelo MDS da Relação de Beneficiários da Ação de Cestas, enviada pelos parceiros. Encontra-se em andamento o cruzamento da relação de beneficiários com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico), visando à identificação do atendimento por outros programas sociais. Após identificação das famílias que recebem os alimentos, será possível construir com os parceiros ações que permitam a migração para as atividades produtivas. Atualmente, existem 256.316 famílias identificadas, que devem passar por qualificação para inserção em atividades produtivas.

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, no ano de 2012, 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste (Ceará 211 - Paraíba 350 - Pernambuco 700 - Rio grande do Norte 120 - Bahia 400).

Quantidade alcançada

1.781

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	unidade	1.781	31/12/2012

- **Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O MDS possui dois termos de cooperação firmados com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) do Chile, que por sua vez desenvolve ações com a Bolívia e o Paraguai. Tais termos visam à construção de 600 cisternas de placas para armazenamento de água da chuva para o consumo humano, sendo 100 para o Paraguai e 500 para a Bolívia.

No ano de 2013, está marcado um intercâmbio técnico de multiplicação de executores da tecnologia de cisternas de

placas.

- **Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida**

Análise Situacional da Meta

A garantia de qualidade da água consumida pelos beneficiários das ações com este objetivo empreendidas pelo MDS tem sido objeto de cooperação com o Ministério da Saúde, com participação da FUNASA, no sentido da definição de uma proposta metodológica de atuação em educação em saúde ambiental. O foco desta proposta é a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como agentes difusores de medidas de promoção à saúde e prevenção de doenças junto às famílias que utilizam as cisternas no semiárido. Esta diretriz é atribuição de Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Executiva do MS, sob a coordenação da FUNASA, como desdobramento da avaliação da realização das Oficinas Piloto de Paulistana-PI, entre 12 e 16 de dezembro de 2012, e de São José do Egito-PE, entre 5 e 9 de dezembro de 2012. Estas experiências desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, FUNASA e MDS servirão de base para a construção de um novo modelo de atuação voltado para a garantia da qualidade da água das cisternas implantadas.

Este novo modelo incluirá atualização do material pedagógico de apoio ao ACS (Caderno Pedagógico), elaborado pela FIOCRUZ e FUNASA, cuja versão final deverá ser concluída após período de testes, em andamento, no Ceará. Tão logo fique definida e aprovada esta metodologia de atuação (PROJETO PILOTO CE e Turmas Iniciais de aplicação PE e PI), assim como o papel de cada órgão do MS no Plano de Melhoria da Qualidade da Água das Cisternas do Semiárido, a cooperação será retomada com mais força, sob a articulação política da Secretaria Executiva do MS.

- **Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

- **Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais**

Análise Situacional da Meta

Até o início de 2013, foram formalizados 8 convênios com os estados integrantes do Programa Água Doce, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O valor total dos convênios perfaz R$ 172 milhões e prevê a instalação e/ou recuperação de 1.030 sistemas de dessalinização. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou

recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. No momento os estados estão na fase de diagnóstico. Esta etapa tem por objetivo caracterizar as condições socioambientais e obter informações referentes aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais do semiárido. São considerados os aspectos sociais, ambientais e técnicos envolvidos na implantação, recuperação e gestão de sistemas coletivos de abastecimento de água. O diagnóstico é uma etapa fundamental para a definição das comunidades e para a determinação do marco zero.

As ações estão sendo iniciadas a partir dos municípios mais críticos em cada estado e naquelas áreas mais suscetíveis ao processo de desertificação. Para isso foram definidos critérios técnicos para atender primeiramente quem mais precisa. Assim, os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), altos percentuais de mortalidade infantil, baixos índices pluviométricos e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos serão os primeiros a serem atendidos.

Para 2013 a previsão é concluir o diagnóstico e iniciar a etapa de implantação e recuperação dos sistemas de dessalinização. Até dezembro de 2013, a meta é entregar 240 sistemas naqueles municípios mais críticos em cada estado.

- **Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram contratadas, considerando apenas o MDS, 171.741 cisternas de placas para o consumo humano. Alem disso, foram entregues, no ano de 2012, pelo MDS, MI, FBB e FUNASA, 156.937 cisternas para o consumo humano.

Quantidade alcançada

156.937

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	149.124	31/12/2012
Região Sudeste	72.417	unidade	7.813	31/12/2012

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Uma das principais ações vinculadas a esse objetivo é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que foi instituído por intermédio da Lei n.º 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.644/2011 e que integra o conjunto de iniciativas previstas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, sendo executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Esse Decreto define que a transferência de recursos financeiros aos seus beneficiários está “condicionada à assinatura do termo de adesão e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar”. O projeto é elaborado pela família em conjunto com o técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) responsável pelo acompanhamento da unidade, definindo uma atividade produtiva adequada à realidade do território e às especificidades do grupo familiar e, após a sua aprovação, é cadastrado em sistema operacional do MDA, quando a família garante o direito de inclusão na folha de pagamento para o recebimento da primeira parcela do recurso do fomento.

A transferência do recurso às famílias é feita diretamente ao beneficiário, por intermédio da utilização da estrutura de

pagamento do Programa Bolsa Família, tendo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como seu agente operador. O repasse do recurso para as famílias é realizado em 03 parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 1.000,00 e as duas seguintes fixadas em R$ 700,00, com prazo de seis meses entre cada parcela.

Em 2011, primeiro ano de execução, houve a estimativa do pagamento de 7.399 agricultores familiares, representando um montante de R$ 7.399.000,00. Esse público estava localizado nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Observa-se que os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais foram incorporados às metas de atendimento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Para tanto, uma série de articulações com órgãos afetos à temática foram realizadas com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento a esses segmentos populacionais. O resultado desse processo de articulação foi a contratação de serviços de ATER para 4.480 famílias quilombolas, em 2011, dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão, bem como o lançamento de Chamadas Públicas de ATER para 3.500 pescadores artesanais e 4.500 quilombolas, além da construção de edital de ATER para 3.000 indígenas em 2012 (lançado em janeiro de 2013). No total, já foram beneficiados com ação de fomento 24.681 famílias de agricultores familiares.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais**

  Análise Situacional da Meta

  O valor arrecadado em 2011 foi de R$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

- **Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram empenhados e liquidados recursos para atendimento de 26 projetos/iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, no âmbito de 3 instrumentos: parceria com a SEAS/PA (desembolso de parcela para atendimento de 15 diferentes iniciativas); parceria com o Instituto de Tecnologia Social (desembolso de parcela para atendimento de 1 iniciativa); e parceria com o Governo do Estado do Acre (desembolso de parcela para atendimento de 10 iniciativas).

  Além dos recursos liquidados, também foram empenhados recursos que poderão ser liquidados em 2013 para atendimento de outras 17 iniciativas: parcela de convênio firmado com a SETE/MG para atendimento de 1 iniciativa; parcela de convênio firmado com o Governo do Estado de Sergipe - SEIDS para atendimento de 4 iniciativas; e parcela de Termo de Cooperação firmado com o Incra para atendimento de 12 iniciativas.

  Quantidade alcançada

  43

  Data de Referência

  31/01/2013

- **Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram transferidos recursos financeiros para 24.681 famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os recursos repassados permitiram a implantação de projetos produtivos de diferentes atividades, tais como: avicultura, suinocultura, horticultura, caprinocultura,

bovinocultura de leite e pesca artesanal. Foram liberados recursos no valor total de R$ 25.916.500,00, com o pagamento da primeira parcela (no valor de R$ 1.000,00), para 24.681 agricultores familiares, sendo 633 famílias quilombolas da Chamada Pública nº 003/2011 e, da segunda parcela (fixada em R$ 700,00), para 1.765 famílias.

Quantidade alcançada

24.681

Data de Referência

31/01/2013

- **Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Fomento envolveu a elaboração de vários instrumentos e documentos, como: Medida Provisória e Lei de instituição do Programa e Decreto de regulamentação. Encontra-se em andamento a discussão para a elaboração do regulamento de funcionamento do Comitê Gestor (em dezembro de 2012, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa).

Faz-se importante registrar, ainda, que o Programa de Fomento atende famílias de agricultores familiares, bem como de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros. Para tanto, o Decreto que regulamentou o Programa (7.644/2011) prevê o acompanhamento técnico às atividades produtivas realizadas de forma coletiva (característica marcante da produção realizada por Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais), ainda que a transferência de recursos seja feita de forma individualizada, para cada uma das famílias atendidas. No caso específico de povos indígenas, o Decreto prevê ainda a possibilidade de expedição de normas complementares para sua participação e para a consequente operacionalização do Programa; essa regulamentação é objeto de discussão entre os parceiros no momento atual, com o intuito de regulamentar a elaboração de projetos coletivos e a forma do repasse de recursos do Programa de Fomento a esses projetos.

- **Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não são mensurados por comunidades que o acessam, mas por agricultores familiares ou toneladas de alimentos adquiridos. Assim, informa-se que, em 2012, 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, vendendo sua produção ao Programa.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9

Observações:

Taxa de dependentes de álcool - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de dependentes de tabaco - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de alucinógenos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de cocaína - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de crack - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de de solventes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de estimulantes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de heroína - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de maconha - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de merla - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de opiáceos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de orexígenos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína) - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram fortalecidas as ações continuadas de prevenção do uso de drogas. Com o lançamento do programa "Crack, é Possível Vencer", foi aprimorado o serviço de atendimento telefônico VIVA VOZ, que presta atendimento telefônico gratuito com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como oferece auxílio para buscar locais de tratamento. O VIVA VOZ foi transformado em um serviço de utilidade pública (telefone 132) e passou a operar durante 24 horas, todos os dias da semana e feriados. Com isso, foi alcançado o patamar de 216.490 atendimentos em 2012, um aumento expressivo em relação aos períodos anteriores.

O site do Programa Crack, é Possível Vencer! (http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) também se consolidou como um canal fundamental de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, bem como um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais previstas no Programa. Em 2012, foram realizados 1.720.365 acessos, tendo sido o site mais visitado do Portal Brasil.

Cabe destacar a implementação do projeto Diga Sim à Vida – Turma da Mônica, em parceria com o Ministério da Educação, voltado à distribuição de materiais pedagógicos com foco na prevenção do uso de drogas para adolescentes e jovens de cerca de 15 mil escolas públicas do país. As cartilhas, que tratam de álcool, crack e outras drogas, utilizam personagens da Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina para alertar pais, educadores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio sobre o tema. Além disso, a utilização do material – que utiliza linguagem próxima a dos jovens na abordagem de assuntos relativos às drogas - ocorrerá em escolas cujos professores participam do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, oferecido na modalidade à distância.

Outras atividades desenvolvidas foram a distribuição de material informativo a respeito da temática referente ao uso de crack e outras drogas, a realização de concursos anuais de cartazes, jingles, fotografias, vídeos e monografias. Em 2012, ocorreu a distribuição gratuita de cerca de 530 mil exemplares de material informativo sobre drogas.

Metas 2012-2015

- **Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal**

  Análise Situacional da Meta

  - Transformação da central telefônica de orientações e informações sobre drogas, VIVAVOZ, em serviço de utilidade pública, atendendo pelo telefone 132. O VIVAVOZ também passou a operar, durante 24 horas, todos os dias da semana, inclusive durante finais de semana e feriados.
  - Realização de campanha de prevenção do uso de crack e outras drogas nos períodos de início do ano letivo de 2012 e durante a Semana Nacional sobre Drogas, em junho de 2012.
  - Manutenção do site Crack é Possível Vencer, no Portal Brasil, que teve 1,72 milhões de acessos em 2012.
  - Realização de Concursos Nacionais de cartazes, jingles, fotografias, vídeos e monografias, com a finalidade de estimular a mobilização e o engajamento de diversos setores da sociedade nas atividades relacionadas à prevenção ao uso de álcool, crack e outras drogas e incentivar a participação dos diferentes setores da sociedade em atividades preventivas. Cerca de 3.200 trabalhos foram concorrentes.
  - Lançamento de revistinhas da Turma da Mônica e Turma da Tina, realizadas a partir de uma parceria entre a Senad e o Instituto Maurício de Sousa. O material - que faz parte dos recursos didáticos a serem utilizados em decorrência do curso de capacitação para educadores - é informativo, atrativo e utiliza linguagem próxima a dos jovens na abordagem de assuntos relativos às drogas.
  - Distribuição gratuita de cerca de 530 mil exemplares de material informativo sobre drogas.

- **Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do projeto "Diga Sim à Vida", foram promovidas atividades lúdicas, a partir da publicação e distribuição de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica e Turma da Tina, em parceria com o Instituto Maurício de Sousa, que estimulam a leitura e buscam trabalhar a prevenção do uso com informações sobre drogas, promoção de saúde, incentivo ao esporte, valorização de espírito de equipe, hábitos saudáveis e solidariedade.

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O programa "Crack, é possível vencer" prevê investimentos da ordem de R$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem com enfrentar o tráfico de drogas. Em 2012, 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, aderiram ao plano, totalizando uma previsão de investimentos de 1,352 bilhão até 2014. Além disso, está em curso uma estratégia de expansão do programa, que procurará alcançar prioritariamente os municípios do país com mais de 200 mil habitantes em 2013.

No âmbito do programa, estão sendo realizadas ações com vista à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com Instituições públicas de Ensino Superior, tem sido oferecidos cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No âmbito do eixo de "Prevenção" do programa "Crack, É Possível Vencer", foi prevista capacitação a distância de 483.300 mil pessoas até 2014 (educadores, policiais militares - Programa Educacional de Resistência às Drogas, operadores do direito, profissionais das redes de saúde e assistência social, profissionais de comunidades terapêuticas, lideranças religiosas e lideranças e conselheiros comunitários). Até o momento, já foram capacitadas mais de 150 mil pessoas nessas diferentes áreas de atuação.

O Plano também prevê investimentos na modalidade de formação presencial, destacando-se sua estratégia de consolidar uma rede especializada para formação permanente de profissionais das redes de saúde e assistência social, segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário em todo o território nacional. Para tanto, prevê a meta de implantar 65 Centros Regionais de Referência (CRR), ligados às instituições públicas de ensino superior, até 2014, com oferta de 59.000 vagas. Em 2012, de acordo com a SENAD, 50 destes centros estavam em funcionamento, tendo sido disponibilizadas cerca de 23 mil vagas. Para 2013, espera-se implantar os centros nos estados que não ainda os possuem (AC, AP, MA, RR, SE). O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Plano Crack, É Possível Vencer.

Metas 2012-2015

- **Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade**

  Análise Situacional da Meta

  Capacitação, na modalidade a distância, de 5 mil lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na

prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade.

- **Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades**

  Análise Situacional da Meta

  Foram capacitados 10 mil conselheiros e lideranças comunitárias. Em dezembro de 2012 foi lançada a 5ª edição do curso em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com oferta de 40.000 vagas em todo o Brasil. Sofreram revisão o conteúdo didático e a plataforma virtual, buscando fortalecer a atuação em rede para a prevenção do uso de crack, álcool e outras de drogas

- **Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros**

  Análise Situacional da Meta

  Capacitação presencial de 1.703 profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência.

- **Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos**

  Análise Situacional da Meta

  Capacitação presencial de 2.500 profissionais da rede de saúde e assistência social com o objetivo de auxiliar os profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas, principalmente com relação à população que se encontra em maior vulnerabilidade.

- **Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência**

  Análise Situacional da Meta

  A SENASP fomenta, no âmbito do Programa Crack, é possível vencer, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD. Os cursos são realizados em parceria com os estados, responsáveis pelo atendimento dos requisitos de seleção dos profissionais de segurança pública a serem capacitados.

  Em 2012 também foram empreendidas negociações com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), com vista à capacitação de profissionais de segurança pública.

- **Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional**

  Análise Situacional da Meta

  Foram ofertadas 5 mil vagas para capacitação de profissionais de saúde e assistência social, na modalidade a distância, 3.806 profissionais concluíram o curso. Em dezembro de 2012 foram abertas mais 10 mil vagas.

- **Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a abertura das inscrições no curso Capacitação para Comunidades Terapêuticas, em parceria com a Unesp, com oferta de 10 mil vagas para líderes, voluntários, profissionais e gestores de Comunidades Terapêuticas.

- **Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Foram ofertadas 15 mil vagas para capacitação de operadores do direito, na modalidade a distância.
Quantidade alcançada

15.000
Data de Referência

31/12/2012

- **Criar curso técnico em reabilitação de dependência química**

Análise Situacional da Meta

Em processo de articulação junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

- **Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Há 50 CRRs em funcionamento no país, oferecendo mais 23 mil vagas, formando diferentes profissionais, promovendo o fortalecimento das estratégias de articulação da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas, totalizando um investimento aproximado de R$ 13 milhões.
Quantidade alcançada

50
Data de Referência

31/12/2012

- **Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela**

Análise Situacional da Meta

Em processo de articulação junto ao Ministério da Educação.

- **Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Capacitação, presencial, de 2.500 profissionais da rede de saúde e assistência social com o objetivo de auxiliar os profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas, principalmente com relação à população que se encontra em maior vulnerabilidade.

- **Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens**

Análise Situacional da Meta

Capacitação de 71 mil educadores de escolas públicas para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco entre adolescentes e jovens no contexto escolar.

- **Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano**

Análise Situacional da Meta

Realização de Curso de Formação a Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de

especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, unidade de Ribeirão Preto.

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Lançado no final de 2011, o programa "Crack, é possível vencer", representou um grande impulso para a estruturação de redes de atenção de saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares. No âmbito do eixo "Cuidado" do Programa Crack, é possível vencer, o Governo Federal disponibiliza aos estados, municípios e Distrito Federal, diretrizes técnicas e financiamento para fortalecer e qualificar a rede de serviços de saúde e assistência social, permitindo o acolhimento de usuários e seus familiares a qualquer momento, respeitando sua autonomia e singularidade, tomando a defesa da vida e a redução dos danos à saúde como princípios.

Para isso, os serviços de saúde e de assistência social, incluídos aqueles prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, devem articular-se para garantir um atendimento integrado. Considerando a importância das comunidades terapêuticas para a construção de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades de cada um dos municípios, são metas do Programa "Crack, é possível vencer" a habilitação e financiamento de serviços de atenção em regime residencial e transitório pelo Ministério da Saúde e a contratação de 10 mil vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas pelo Ministério da Justiça.

Dessa forma, no âmbito do Sistema Único de Saúde, foi instituído incentivo financeiro de custeio destinado aos estados, municípios e Distrito Federal para o apoio aos serviços de atenção em regime residencial, incluídas as comunidades terapêuticas (R$ 15 mil mensais por módulo de 15 vagas, até um limite de financiamento de 2 módulos por entidade beneficiária). Além disso, a partir do lançamento de Edital de Chamamento Público do Ministério da Justiça, em novembro de 2012, com previsão de R$ 135 milhões, o Governo Federal vem apoiando a estruturação dos serviços prestados, principalmente, por meio de instituições privadas sem fins lucrativos. Nesse âmbito, foi registrada a inscrição no edital de 453 comunidades terapêuticas. Além do pagamento por esses serviços, está em fase de construção um trabalho contínuo de avaliação e fiscalização desses serviços, e articulação com o Sistema Único de Saúde e com o Sistema Único de Assistência Social.

Também podem ser destacados esforços de disseminação e desenvolvimento de novas metodologias para oferta dos serviços de atenção aos usuários e de seus familiares. Destaca-se a parceria realizada entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, que disseminou a metodologia Consultório de Rua nos municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas - estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua exposta ao uso de substâncias psicoativas, baseada em equipe multiprofissional que, utilizando uma unidade-móvel, desenvolve atendimentos clínicos, medidas de redução de danos, prevenção e promoção à saúde. Outra iniciativa foi o projeto "Lua Nova", que consiste em uma série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos (ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário) desenvolvido nos municípios de Recife, Manaus, Vitória, Maceió, São Leopoldo, Teresina, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Fortaleza, Brasília, São Paulo e Duque de Caxias.

Metas 2012-2015

- **Apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado chamamento público para habilitação e pré-qualificação de comunidades terapêuticas voltadas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de crack e outras drogas, visando suprir, aproximadamente, 10 mil novas vagas para o acolhimento gratuito de usuários e dependentes de drogas em todo País.

- **Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de constituição o grupo de avaliação, que contará com representantes de diversos órgãos do governo e irá discutir e estabelecer as diretrizes para avaliação dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas.

- **Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

Consultório de Rua: Em 2012, a SENAD, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Para tanto, capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua CETAD/UFBA é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua exposta ao uso de substâncias psicoativas. Constitui-se de uma equipe multiprofissional que, por meio de uma unidade-móvel desenvolve atendimentos clínicos, estratégias de redução de danos, prevenção e promoção à saúde.

Lua Nova: A SENAD atualmente está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, em parceria com a ONG Associação de Formação e Reeducação Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidos por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios brasileiros (Recife, Manaus, Vitoria, Maceió, São Leopoldo, Teresina, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Fortaleza, Brasília, São Paulo e Duque de Caxias). A metodologia Lua Nova consiste numa série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, inclui ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário.

- **Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade**

Análise Situacional da Meta

Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção – Conselhos de Drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social – para atualização das informações disponibilizadas no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID. Além disso, a ferramenta de mapas utilizada nos dois mapeamentos citados permite a alteração dos dados existentes e a inclusão de novas instituições.

- **Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Revisão da base de dados de instituições de atenção, com atualização para os estados Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, com base no levantamento de instituições realizado pela SENAD em 2006/2007; no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; na base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico http://mapa-ad.ufrgs.br/. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Do mesmo modo, o mapeamento dessas instituições pode ser acessado por meio do endereço http://mapa-ct.ufrgs.br/.

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No campo legislativo e no da política pública sobre drogas, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal de mudança de paradigma e de procedimentos, a partir da intervenção integrada de ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas e de disponibilização de serviços de atendimento. Esse paradigma foi reforçado com o lançamento do programa "Crack, é possível vencer", que, com uma previsão de investimentos em políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, entre outras, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de integração entre as políticas públicas, a sociedade e as diferentes instâncias federativas face aos desafios postos pelo fenômeno do consumo e tráfico de drogas.

Cabe destacar que para assegurar a articulação das ações, os municípios, estados e Distrito Federal que aderirem ao programa "Crack, é possível vencer", devem criar comitês gestores – instâncias de governança compartilhada com composição multissetorial responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus territórios. A adesão, em 2012, de 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, e o esforço de expansão do programa para os municípios com mais de 200 mil habitantes abrem boas perspectivas de ampliação da institucionalidade e de aprimoramento da gestão da política sobre drogas no país.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas também está sendo promovido pelo aprimoramento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad é constituído, entre outros, de recursos oriundos da alienação de bens apreendidos de pessoas condenadas por tráfico ou envolvidas em atividades ilícitas de produção ou venda de drogas que são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão do tráfico de drogas, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

Em 2012, ocorreram 4 leilões com a arrecadação estimada de R$ 7 milhões. Ademais, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas unidades da federação – atualmente existem fundos sobre drogas em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No campo normativo, também foram registrados avanços, com a instituição da Lei n° 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Por fim, no que tange à produção de conhecimento científico sobre o tema, vale citar a conclusão do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimou o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil, além da seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar**

  Análise Situacional da Meta

  Os mecanismos de capitalização do FUNAD estão sob aperfeiçoamento, tendo ocorrido 4 leilões com a arrecadação estimada de R$ 7 milhões .

- **Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo da permanência do Escritório Regional do UNODC no Brasil, foi celebrado Termo de Contribuição em 30 de dezembro de 2011, no valor de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), para a concessão, com encargo, de contribuição específica com vista à continuidade das operações no Brasil, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A primeira parcela de duas, estabelecidas no Termo de Contribuição, foi transferida em 22 de novembro de 2012, correspondente ao valor de R$ 2.400.000,00(dois milhões e quatrocentos mil reais).

- **Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas.

- **Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Atualmente existem fundos sobre drogas em 9 unidades federativas: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

- **Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país**

  Análise Situacional da Meta

  - São Paulo: Centro Colaborador implementado.

  - Porto Alegre: inauguração de 20 leitos destinados a pacientes adultos do sexo masculino; realização de atendimento ambulatorial; implantação de residência multiprofissional em saúde; desenvolvimento de pesquisas no âmbito do centro colaborador.

- **Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas**

  Análise Situacional da Meta

  Em fase de definição de regras, fluxos e processos no âmbito da Senad (pré-requisitos para o desenvolvimento de um sistema integrado de informações), além da plataforma tecnológica para construção e desenvolvimento do sistema.

- **Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal**

  Análise Situacional da Meta

  As vigências dos acordos de cooperação têm sido prorrogadas, e tem sido solicitada a celebração para a firmatura

desses instrumentos com as Unidades Federativas que ainda não o fizeram.

- **Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis**

  Análise Situacional da Meta

  Foram celebrados convênios com os estados, que têm por objeto a estruturação e o fortalecimento dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas, com a promoção da articulação com os conselhos municipais.

- **Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos**

  Análise Situacional da Meta

  Seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

- **Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  Realizado, sob a coordenação do Brasil, diagnóstico dos países da América Latina a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e surgimento de novas drogas.

- **Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Em processo de planejamento e articulação.

- **Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

  Análise Situacional da Meta

  Está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração.

- **Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  Tem se atuado junto às áreas competentes do Ministério da Justiça, dos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destacam-se a instituição da Lei n° 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976	30/06/2012	240.503
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623	31/12/2012	7.601
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251	30/06/2012	549.577
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2010	27,4
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2010	133,4
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2010	101,4

Observações:

Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, é coordenado pelos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano Estratégico de Fronteiras estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

No escopo desse plano, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é responsável pelo desenvolvimento da Estratégia Nacional de Fronteiras, que tem como propósito gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, na prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços.

Houve adesão total dos Estados fronteiriços - AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC - ao Plano, reforçando

as responsabilidades mútuas entre a União e os Estados em busca do combate aos crimes praticados nas fronteiras do Brasil. O pacto oficializado com os entes federados se apóia nos seguintes eixos:

01)Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública;
02) Capacitação;
03) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras;
04) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada;
05) Sistema de Radiocomunicação Digital;
06) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD);
07) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU);
08) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras;
09) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras.

Nesse sentido, os investimentos iniciaram-se em 2011, com o aporte financeiro de R$ 58.441.999,00 por meio de 27 convênios voltados para atender o sistema de radiocomunicação, aviação e ao aparelhamento dos órgãos de segurança publica Estaduais.

Em 2012 foram investidos R$ 149.903.569,59 nos 11 estados que integram a Fronteira para aquisição de equipamentos. O objetivo é fortalecer a capacidade de prevenção e repressão dos delitos praticados na faixa de fronteira, através do apoio à estruturação dos órgãos estaduais de segurança pública (inteligência, ações ostensivas das polícias militares, investigação das polícias civis e perícia), para:

a)Estruturação de Unidades Especializadas de Fronteira;
b)Estruturação de Unidades das Polícias Rodoviárias Estaduais;
c) Estruturação de Unidades Policiais para atuação em vias fluviais e lacustres;
d)Fortalecimento da Inteligência de Segurança Pública;
e)Inovações tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço;
f) Reaparelhamento de centros e postos integrados de segurança pública e fiscalização, e unidades das Polícias Civis, Militares e Perícia.

O prazo de execução desses convênios pelas respectivas Secretarias de Segurança Pública é de 12 meses prorrogáveis por mais 12 meses, e ao final beneficiará 9.278 policiais militares, 2.425 policiais civis, 347 profissionais de perícia, 379 unidades operacionais na fronteira em 141 municípios da Faixa de Fronteira.

Outro investimento realizado foi o apoio para aquisição de sistema de radiocomunicação para as áreas de fronteira. Visando a implementação dessa ação estruturante, foi instituído um Grupo de Trabalho envolvendo inúmeros órgãos federais e estaduais (ANATEL, PF, PRF, DEPEN, ABIN, CENSIPAM, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, SESGE, UFPR, UFTO, Secretarias de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira) com objetivo de estabelecer as diretrizes para implantação de sistemas de radiocomunicação e definir requisitos mínimos para o investimento do Governo Federal. A partir dessas e outras definições técnicas, foram definidos investimentos na ordem de R$ 134.134.613,84 a serem desembolsados pela União em três parcelas (2012, 2013 e 2014), para que os Estados apresentassem seus projetos para implementação dos respectivos sistemas. Em 2012 foram investidos mais de R$ 37 milhões neste projeto.

Após a execução dos projetos e sua plena instalação, execução, tal ação abrangerá 117 municípios na faixa de fronteira e atenderá 297 unidades operacionais.

Com intuito de valorizar os profissionais de Segurança Pública, foi contratada uma Consultoria através do PNUD para auxiliar a SENASP e os Estados de Fronteira a consolidar Diretrizes de Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. Foi realizada uma pesquisa com todas as instituições dos Estados de Fronteira, respondida eletronicamente por cerca de 7000 profissionais que atuam na fronteira, bem como, uma primeira reunião com gestores de recursos humanos no município de Chuí-RS. Nesse cenário de valorização, a SENASP realizou, no âmbito da ENAFRON, 12 cursos e capacitação de 510 profissionais em diversas áreas, tais como: inteligência financeira, operações de inteligência, gestão da política de segurança pública na fronteira, unidades especializadas de fronteira, produção do conhecimento, análise criminal, etc; executados na grande maioria em municípios fronteiriços, para enfrentamento às organizações criminosas.

Cabe ressaltar que devido às estratégias transversais de Segurança Pública, em 2012, foi assinado o termo de Cooperação com a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ – com o objetivo de estabelecer ações entre a SENASP e a SNJ que permitam promover a segurança pública de qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para as regiões de fronteira, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública.

Por fim, foi assinado Termo de Cooperação entre a SENASP e a UFRJ para realização da pesquisa sobre segurança públicas nos 11 estados de fronteira. O levantamento das informações socioeconômicas e demográficas está previsto para ser iniciado no primeiro semestre de 2013.
Os investimentos totais da SENASP no Programa ENAFRON em 2012 foi de R$ 192.435.192,04, incluindo todos os convênios, capacitações, encontros, reuniões de avaliações, acompanhamento e fiscalização.

Para 2013, na relação dos estados destacamos os seguintes desafios:

-Priorização e envolvimento da alta gestão, órgãos e profissionais (Secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícias, Inteligência, etc);
-Implementação dos Planos Estaduais por Lei ou Decreto;
-Investimento em efetivo, política de pessoal e infraestrutura;
-Cooperação entre Estados (fronteiras e divisas);
-Funcionamento efetivo dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFs), Câmara Temática de Fronteira (CT/Fron);
-Induzir o envolvimento dos municípios;
-Otimização da articulação entre as ações dos órgãos de segurança pública dos países vizinhos. Experiências exitosas: (Operação Simultânea PR, SC, RS / Operações GGIFs);
-Capacitação dos profissionais que efetivamente atuam na fronteira (especialmente na linha de fronteira);
-Implementação dos Núcleos de Inteligência na Fronteira;
-Integração e colaboração efetiva e cotidiana entre os órgãos de segurança pública, defesa, fiscalização e demais atores;
-Encaminhamento dos dados nos prazos pactuados (indicadores ENAFRON);
-Execução dos convênios e atualização do SICONV nos prazos pactuados;

Metas 2012-2015

- **100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012 foram assinados 8 novos acordos para implantação de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro com Estados Federados da Região de Fronteira, MT, MS, AC, AP, RO, RR, AM, PA. A medida visa alcançar principalmente estados do Norte e Centro-Oeste, já que atualmente a maior parte dos 17 Laboratórios existentes no Brasil se localiza no eixo Sul-Sudeste. Além disso, o Estado da Paraíba e a Receita Federal também firmaram acordos no ano de 2012, ampliando, assim, a rede LAB. Já estão em funcionamento LABs em 10 Estados da Federação e alguns Estados já contam com mais de um LAB.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	09/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	09/11/2012
Região Norte	7	unidade	0	09/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	4	09/11/2012
Região Sul	3	unidade	3	09/11/2012

- **100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 foram implantados seis novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos seguintes Estados: Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná.

Para 2013 estão previstas a implantação de mais oito Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante em Estados de fronteira seca, a serem definidos a partir de realização de diagnóstico do fenômeno do tráfico de pessoas em regiões de fronteiras.

Estados que possuem Núcleos e Postos concomitantemente – Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre. Estados que possuem somente Núcleos – Amapá, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	06/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	06/11/2012
Região Norte	7	unidade	3	06/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	2	06/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	06/11/2012

- **150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida**

Análise Situacional da Meta

Considerando as apreensões do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (5.622,611 Kg), da Polícia Federal (19.874,62 Kg) e das Secretarias de Segurança Pública dos Estados de Fronteira *(80.371 Kg), foram apreendidos 105.868,23 Kg de cocaína no ano. Um dos fatores que prejudicou a meta foi a greve dos policiais federais no período

de agosto e setembro de 2012. Para o ano de 2013, a expectativa é de ampliação de investigações de tráfico de drogas com o consequente aumento da quantidade de apreensões de cocaína.

(*) Dados fornecidos pelos estados RS, SC, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA.

Quantidade alcançada

107.304,34

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	86.664,4	31/12/2012
Região Nordeste	11.902	kg	3.120,51	31/12/2012
Região Norte	25.307	kg	4.889,09	31/12/2012
Região Sudeste	58.806	kg	4.713,29	31/12/2012
Região Sul	11.847	kg	7.917,05	31/12/2012

- **325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados**

Análise Situacional da Meta

A SENASP, como indutora da política de segurança pública, apoiará a partir de 2013 a implantação de sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira, de acordo com as ações previstas na estratégia nacional de fronteira para os Estados. Em 2012 foram criados os critérios e requisitos para implantação do sistema de videomonitoramento.

- **52.000 armas de fogo apreendidas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apreendidas 7.193 armas de fogo por meio de operações da Polícia Rodoviária Federal e operações da ENAFRON.

Quantidade alcançada

7.193

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14.560	unidade	799	31/12/2012
Região Nordeste	5.720	unidade	249	31/12/2012
Região Norte	1.040	unidade	849	31/12/2012
Região Sudeste	26.520	unidade	543	31/12/2012
Região Sul	4.160	unidade	4.753	31/12/2012

- **80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas**

Análise Situacional da Meta

Em consulta aos sistemas informatizados do DPF, verificou-se que entre janeiro e outubro de 2012, foram instaurados 40 Inquéritos Policiais para a apuração do Tráfico Internacional de Pessoas, resultando em 10 indiciamentos, distribuídos entre os Estados de Santa Catarina (04), Goiás (02), Rondônia (02), São Paulo (01) e Pará (01). No ano de 2012, foi realizada uma importante iniciativa de estruturação da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas - URTP, que passou a contar com a dedicação de equipe exclusiva e com estrutura física própria. A URTP promoveu a realização de um evento de capacitação para 50 Policiais Federais em Goiânia/GO, em maio/2012.Além disso, foi instituído o projeto de estudo de diagnóstico de necessidade de criação das Delegacias de Repressão a Crimes Violadores de Direitos Humanos, para cada uma das 27 unidades da PF nos Estados.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	pessoas	2	31/10/2012
Região Norte	32	pessoas	3	31/10/2012
Região Sul	20	pessoas	5	31/10/2012

- **Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

No que se refere à lavagem de dinheiro, em 2012 o Brasil obteve importantes resultados para sanar as deficiências apontadas no relatório do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), tais como a aprovação da Lei n.º 12.683/12, que altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, bem como a adoção de normas infralegais pelos órgãos reguladores, como seguem:

1) Resolução COAF n.º 21, de 20 de dezembro de 2012;
2) Resolução COAF n.º22, de 20 de dezembro de 2012;
3) Resolução COAF n.º 23, de 20 de dezembro de 2012;
4) Circular Banco Central n.º 3583, de 12 de março de 2012;
5) Carta-Circular n.º 3542, de 12 de março de 2012;
6) Instrução CVM n.º 523, de 28 de maio de 2012;
7) Circular SUSEP n.º 445, de 2 de julho de 2012.

- **Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 10.400.000 de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais realizados no período 2008-2011 para o total de 24.000.000 no período 2012-2015.

Em 2012, foram fiscalizadas 4.094.088 pessoas nas rodovias federais.

Quantidade alcançada

4.094.088

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	7	31/12/2012
Região Nordeste	27	%	23	31/12/2012
Região Norte	10	%	11	31/12/2012
Região Sudeste	25	%	29	31/12/2012
Região Sul	23	%	30	31/12/2012

- **Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações)**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 9.270.735 registros de fiscalização de pessoas, veículos e embarcações nas áreas de fronteira considerando os esforços dos órgãos federais e estaduais competentes.

Quantidade alcançada

9.270.735

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 6.300.000 de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no período 2008-2011 para o total de 9.000.000 no período 2012-2015.

Com relação, especificamente, ao número de documentos de viagem expedidos, foram emitidos, até 30/10/2012, 1.649.182 (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil e cento e oitenta e dois), com projeção de aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) para todo o período de 2012. Há de se ressaltar que a expedição de passaporte no País é suscetível às variações principalmente do dólar e euro, e no corrente ano, foi impactada pela grave crise econômica que assolou a Comunidade Internacional. Com relação à expedição de cédulas de identidades de estrangeiros, foram expedidos até 30/10/2012, 104.613 (cento e quatro mil e seiscentos e treze) documentos, com projeção de fechamento do ano de 2012, com o total de 124.000 cédulas de identidade de estrangeiros.

Dessa forma, considerando que a situação econômica já está entrando numa fase de estabilização, crê-se que, com o aumento natural da população, associada à estabilização da crise econômica internacional, haverá a possibilidade do cumprimento da meta em 2015, com a expedição de 9.000.000 (milhões) de documentos de viagem e identidades de estrangeiros.

Quantidade alcançada

1.753.795

Data de Referência

30/10/2012

- **Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 68.000.000 de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional apurados no período 2008-2011 para o total de 90.000.000 no período 2012-2015.

No tocante à meta de ampliação do número de registros de entrada e saída de pessoas do território nacional, informa-se que, conforme consultas ao Sistema de Tráfego Internacional (STI), foram realizados 18.426.669 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e nove) registros de movimentos migratórios no período de 01/01/2012 a 30/10/2012, prevendo-se que, até o fim de 2012, este número ultrapasse os 22 milhões de registros.

Considerando os números apresentados, estima-se que, no período de quatro anos compreendidos entre 2012 e 2015, a meta seja alcançada. Importante ressaltar que se encontra em andamento a execução de projeto de substituição e ampliação do parque tecnológico utilizado no controle migratório, o que viabilizará a implantação do STI em todos os pontos de fiscalização e, por consequência, aumentará ainda mais o número de registros, destacando-se também a realização de grandes eventos nos anos de 2013 (Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações) e 2014 (Copa 2014).

Quantidade alcançada

18.426.669

Data de Referência

30/10/2012

- **Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778**

Análise Situacional da Meta

Até o dia 31/09/2012 o número de inquéritos policiais relatados (concluídos) foi de 41.960, o que dá uma média de 4.662 inquéritos por mês em 2012. O Departamento de Polícia Federal incrementará as atividades de controle interno das atividades de polícia judiciária (consolidar as "inspeções" e implementar de forma efetiva as "correições parciais"), além de trabalhar para o finalização do projeto "e-Pol", consistente com o novo sistema de gestão das atividades de polícia judiciária e de inquérito policial eletrônico, para avançar no alcance da meta.

Quantidade alcançada

41.960

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	%	11,3	30/09/2012
Região Nordeste	18	%	19,6	30/09/2012
Região Norte	10	%	9,2	30/09/2012
Região Sudeste	43	%	41,3	30/09/2012
Região Sul	18	%	18,6	30/09/2012

- **Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram adquiridos 5 veículos scanner, ainda em 2011, ao custo unitário de R$ 2.580.715,20.

O recebimento definitivo se deu em novembro de 2012. A demora deveu-se a fatores externos: trâmites aduaneiros (prazos extensos e ocorrência de greve da Receita Federal), necessidade de alterações no DENATRAN para inclusão de novo código para o modelo do veículo, visto tratar-se de modelo internacional sem código correspondente até então e regulamentação junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Os equipamentos estão operando plenamente e com resultado positivo (aumento na quantidade de apreensões de drogas), desde novembro de 2012, nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	8	unidade	1	31/12/2012
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2012

- **Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados, em 2012, o total de 1.058 agentes públicos que atuam no combate à pirataria.

Quantidade alcançada

1.058

Data de Referência

14/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	7,4	07/08/2012
Região Nordeste	20	%	0	14/08/2012

Região Norte	15	%	0	07/08/2012
Região Sudeste	25	%	92,6	14/08/2012
Região Sul	20	%	0	07/08/2012

- **Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), tem trabalhado nas instâncias do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para formalizar acordos e planos de ação conjuntos com os países membros desses organismos visando enfrentar os ilícitos do tráfico de pessoas, armas e drogas, lavagem de dinheiro e corrupção, além dos demais ilícitos característicos das regiões de fronteira. O trabalho demanda diversas rodadas de negociação para integração dos interesses de cada país membro. Especificamente no âmbito do Mercosul, no que se refere à lavagem de dinheiro, foi criado no segundo semestre de 2012 um grupo para propor um acordo sobre a repartição de bens confiscados. Nesse mesmo foro, sobre o tema do tráfico de pessoas, assinou-se uma declaração no primeiro semestre de 2012 com a intenção de firmar um acordo regional para o enfrentamento a esse ilícito.

Em 2012, foi assinado o termo de Cooperação Técnica entre a Senasp e a SNJ com o objetivo de estabelecer ações que permitam promover a segurança pública de qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública. Por fim, foi assinado em 31/10/2012, Termo de Cooperação entre a SENASP e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para realização de pesquisa sobre segurança pública nos 11 estados de fronteira, com objetivo de obter informações socioeconômicas e demográficas. A pesquisa está prevista para iniciar no primeiro semestre de 2013.

- **Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado projeto básico do SICOAF II e estão sendo analisadas possibilidades de contratação do desenvolvimento do novo sistema informatizado.

- **Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP – foi instituído por meio do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, que também institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), além da previsão de instituição de grupo interministerial para o monitoramento da execução do novo Plano. Estão sendo pactuados em sessões bilaterais com os Ministérios envolvidos os indicadores de monitoramento do cumprimento da meta.

No âmbito da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sendo pactuada a estratégia de gestão do II PNETP e a metodologia de avaliação do mesmo.

- **Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta seria a contratação da construção de 170 unidades e da contratação do projeto para construção de 66 unidades no ano de 2012. Porém, a empresa ganhadora da licitação do primeiro projeto abandonou o contrato, sendo necessária a contratação da segunda, o que acarretou o atraso e impossibilitou o término do projeto neste ano. Quanto à segunda parte da meta, o Projeto Básico já foi encaminhado para a licitação.

- **Implantação de 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)**

Análise Situacional da Meta

Os Estados fronteiriços instituíram Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGIF ou Câmaras Temáticas de Fronteira no âmbito do GGIF do Estado. Os Estados do PR, MT, RS e MS implementaram GGIFs, sendo que o último implementou 04 pólos, mas todos ligados ao central. Os demais Estados, devido às suas características e peculiaridades, instituíram as Câmaras Temáticas de Fronteira, sendo eles AC, AP, AM, PA, RO, RR e SC. A partir do fortalecimento desses fóruns estaduais, a meta é induzir os municípios a instituírem Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	51	unidade	14	31/12/2012

- **Implantação de um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva/DPF, estão em andamento diversos processos de aquisição de equipamentos que irão aumentar a capacidade operacional nas regiões de fronteiras. Entre eles, dois sistemas de missão embarcados para captação de imagens e gerenciamento de operação policial em solo com apoio de aeronaves tripuladas. Também se planeja a especialização de equipes para atuação em ambiente de florestas e fronteiras com o emprego da aeronave de porte intermediário AW 139, cuja entrega está prevista para o mês de maio de 2013.

Está em curso, ainda, processo de aquisição de uma aeronave de asa fixa com autonomia para sobrevoar vastas regiões. Esta aeronave será equipada com um dos sistemas de missão.

No âmbito da aviação operacional da Polícia Federal, foram adquiridos um helicóptero de porte médio e um avião bimotor King Air 350ER com sistema de missão operacional e macas para transporte de feridos. Além disso, adquiriu-se um sistema de imageamento operacional que atenderá a frota de helicópteros do Órgão. Foi realizada ainda recuperação da aeronavegabilidade do parque do Departamento de Polícia Federal.

Foi estruturada na SENASP uma Assessoria Especial de aviação em Segurança Pública com a finalidade de construir, em parceria com os demais órgãos do Ministério e das unidades federadas, um legado permanente de gestão na aviação de segurança Pública. Em 2012, realizou as seguintes ações:

- Integração da Aviação de Segurança Pública em Situações de Crise: criação do Plano de Mobilização Nacional de Aeronaves de Segurança Pública.

- Desenvolvimento, em parceria com outros órgãos e com representantes das unidades federadas, uma proposta de

legislação específica junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para regulamentação aeronáutica em Segurança Pública;

- Elaboração de um referencial técnico para os repasses de recursos para aquisição de aeronaves pelos estados, motivado pela manutenção da segurança operacional de vôo e pelo alto valor agregado de investimento da União despendido na aquisição de aeronaves e no seu custeio;

Há previsão para implementação de um projeto de aviação em Segurança Pública específico para os 11 Estados de Fronteira.

- **Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Diretório Nacional de Marcas foi reavaliado pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, tendo sido proposta a criação de grupo de trabalho para tratar do tema.

- **Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Há previsão de investimentos de R$ 131,6 milhões para a meta de implantação de sistemas de radiocomunicação nas fronteiras com interoperabilidade até 2014. Foram celebrados 8 convênios com os Estados do RS, SC, MT, MS, RO, AC, PA e AP, para implantação da tecnologia de radiocomunicação, com previsão de início de execução no primeiro semestre de 2013. Os Estados do Amazonas, Paraná e Roraima não tiveram seus projetos aprovados em 2012, em razão de não terem concluído as pesquisas mercadológicas, além de não atenderem a todos os requisitos estabelecidos em Portaria. Os Estados têm apresentado resistência à diretriz de utilização do mesmo tipo de tecnologia (requisito para interoperabilidade) para implantação dos sistemas. Dessa forma, demandam que a sua contratação seja de forma individualizada, o que está sendo avaliado pela SENASP.

Por não haver consenso junto aos entes federados envolvidos na formatação do projeto integralizado de comunicação, no primeiro semestre de 2013 ocorrerá reunião com os Secretários de Segurança Públicas dos estados de fronteiras para tratar do problema.

- **Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

Está sendo revista a meta em razão de alteração da estratégia de enfrentamento aos crimes/delitos de fronteira.

- **Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 serão licitados e implantados 30 pontos, que servirão de piloto do projeto. O aviso de licitação foi publicado em 15/01/2013, com abertura das propostas em 06/02/2013.

Os novos pontos (36 restantes) está em fase de contratação de projeto executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. APRF tem encontrado dificuldades em conseguir cotações para o objeto, sendo que desde agosto de 2012 até o presente momento, nenhuma cotação foi recebida.

- **Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência**

Análise Situacional da Meta

No que se refere aos sistemas de comunicação nas fronteiras, há previsão de investimentos de R$ 131,6 milhões, tendo sido celebrados 8 convênios com os Estados do RS, SC, MT, MS, RO, AC, PA e AP, com previsão de início de execução no primeiro semestre de 2013. Os Estados do Amazonas, Paraná e Roraima não tiveram seus projetos aprovados em 2012, em razão de não terem concluído as pesquisas mercadológicas, além de não atenderem a todos os requisitos estabelecidos em Portaria.

No que tange aos sistemas de inteligência da PRF, a previsão de chegada dos equipamentos no Brasil e entrega nos almoxarifados da PRF é 8 de junho de 2013, quando se iniciará a etapa de instalação dos equipamentos adquiridos.

Com relação à meta de instalação de um Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras), em 2012 foram firmados acordos para instalação de 08 LABs em estados da região de fronteira (AM, AP, PA, AC, RO, RR, MT e MS), que deverão entrar em efetivo funcionamento ao longo de 2013.

- **Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O sistema de inteligência Idseg foi adquirido no âmbito da Coordenação de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.

- **Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram modernizadas, em 2012, 14 unidades de inteligência policial, voltadas principalmente para a prevenção e repressão do tráfico de drogas.

Em 2013, serão continuados os processos licitatórios para aquisição de equipamentos de investigação e informática, mobiliário e o restante da infraestrutura.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	21	unidade	14	31/12/2012

- **Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Sistema de Interceptação de Sinais (SIS) da Polícia Federal, em desenvolvimento na CGTI, contempla duas etapas de implantação. A primeira delas, que abrange a implementação das funcionalidades de interceptação telefônica, foi iniciada em abril de 2012 e encontra-se em fase de homologação, com aproximadamente 70% do esforço planejado para esta etapa já concluído. A segunda etapa, que representa cerca de 40% do esforço total planejado para o projeto e envolve a implementação das funcionalidades de interceptação telemática e a integração com o e-Pol, tem previsão para início no segundo semestre de 2013.

- **Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil**

Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram implementadas novas versões do Sistema Nacional de Passaportes - SINPA e do Sistema de Tráfego Internacional – STI, de caráter evolutivo e corretivo.

De 10/01/2011 até 30/10/2012, foram expedidos 3.705.388 passaportes comuns eletrônicos, tecnologia esta implantada desde janeiro de 2011.

Graças à modernização do documento de viagem brasileiro e o consequente aumento do número de nacionais portadores de passaporte eletrônico, aprimorou-se o controle do tráfego internacional em virtude da ampliação dos itens de segurança verificados no momento da fiscalização, inclusive aqueles gravados no chip.

Foram concluídos estudos voltados para definir a adoção de novas tecnologias no controle migratório, concluindo-se pela viabilidade da utilização de portais eletrônicos de autoatendimento migratório (conhecidos como "e-gates") na fiscalização de brasileiros portadores de passaportes eletrônicos. Encontra-se em andamento ações para o desenvolvimento de módulo de integração entre o Sistema de Tráfego Internacional - STI com os portais eletrônicos.

No tocante ao Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros-SINCRE, o projeto de modernização está na fase de levantamento de requisitos para o desenvolvimento do software, sob supervisão da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, prevendo-se implantação em âmbito nacional no ano de 2013.

- **Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos**

Análise Situacional da Meta

Um dos projetos estruturantes da Estratégia Nacional de Fronteiras - ENAFRON, criada recentemente na SENASP, é o apoio ao aparelhamento dos órgãos estaduais de segurança pública localizados especificamente nas fronteiras. Atualmente, já foram reestruturadas 37 unidades de segurança pública e postos de fiscalização.

A execução se dá por meio de convênio, por este motivo não ocorre de forma simultânea em todos os estados. A SENASP está fazendo o acompanhamento da execução dos convênios de fronteiras para dar maior celeridade na sua execução, assim será possível reestruturar mais rápido e de forma eficiente os estados conveniados.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	85	unidade	37	31/12/2012

- **Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas operações integradas nos 11 estados de fronteira. Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de uma operação simultânea nos 11 estados fronteiriços com a participação de todas as instituições de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Receita Federal). As ações foram negociadas, em cada estado, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) ou nas câmeras temáticas de fronteira, e também contou com a participação dos países fronteiriços.

Em 2013, está prevista a realização de duas novas operações integradas e simultâneas.

- **Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foi assinado em outubro 31/10/2012, Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a situação de segurança pública, socioeconômica e a estrutura do Estado para a prestação de segurança aos cidadãos e controle dos delitos na faixa de fronteira brasileira.

A realização da pesquisa iniciará em 2013, contemplando os 11 estados de Fronteira e 178 municípios, com aplicação de questionário semi estruturado com gestores locais e pesquisa qualitativa de campo em 55 municípios das regiões selecionadas para pesquisa.

Dentre os desafios para a implementação, destaca-se a definição de estratégias para minimizar a dificuldade de acesso a dados relevantes para a composição do diagnóstico, conforme consta no plano de trabalho da pesquisa.

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, até o período em análise, houve o cumprimento de grande parte das metas físicas previstas, com a oferta de 05 novos cursos na Rede de Ensino a Distância da SENASP, bem como realização de 07 cursos presencias, com duas edições cada, como parte do Projeto ENAFRON e a realização de duas edições do Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais, para o Programa Brasil Mais Seguro, totalizando 621 capacitados. O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública – RENAESP está em andamento, por meio da finalização dos Editais SENASP 6 e 7, os quais redundaram na seleção de 22 cursos, sendo 16 instituições federais, 5 estaduais e 1 municipal. A realização das diversas ações formativas na modalidade presencial e a distância, bem como a pactuação de projetos de valorização e ensino, por meio dos Editais SENASP 03 e 04, que vão beneficiar policiais civis, militares, bombeiros militares, profissionais de perícia e guardas municipais de todo o país. Conclui-se que a pactuação de projetos estaduais e municipais por meio dos editais de chamada pública, implementados desde 2011 pela SENASP, tem sido uma importante ferramenta na garantia da transparência e isonomia entre os entes no repasse de recursos públicos.

Dificuldades foram detectadas no desenvolvimento das atividades. Dentre os principais problemas encontrados, elencamos:

-Falta de sensibilização dos gestores estaduais quanto às temáticas educação e saúde do profissional, o que pode, em alguns casos, tornar-se óbice na implementação de projetos voltados à valorização dos profissionais de segurança pública;

-Carência de recursos humanos capacitados, considerando a especificidade da temática que é a educação, o que enseja profissionais da área pedagógica;

Deve-se, ainda, ressaltar que as ações de capacitação e valorização profissional da SENASP estão articuladas com outras políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal, onde destacamos os cursos nas temáticas do policiamento

comunitário, inteligência e segurança portuária. Pontualmente, é possível destacar a diversificação dos cursos oferecidos, convergentes com políticas estratégicas e programas de governo que estão em curso, investigação de homicídios, perícia, tráfico de pessoas e direitos humanos, a criação da Disciplina "Diversidade Étnicosociocultural" no âmbito da Matriz Curricular Nacional e a realização da pesquisa Mulheres nas Instituições de Segurança Pública.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)**

Análise Situacional da Meta

A Rede EAD produziu e disponibilizou 8 novos cursos durante o ano de 2012:

- Formação de tutores 2
- Policiamento comunitário escolar
- Relatório de Local de Crime
- Busca e apreensão 2
- Fiscalização de Excesso de Peso
- Linguagem Brasileira de Sinais
- Investigação de Homicídios 1
- Identificação de Armas de Fogo

No total foram registradas 23.807 matrículas nos cursos citados.

Ressalta-se que em 2012 foi institucionalizada a Câmara Técnica para análise e revisão dos cursos da REDE. A Câmara Técnica é composta por uma equipe temporária formada por profissionais de diversas instituições e de diferentes áreas do saber, integrantes e não integrantes da SENASP, com o objetivo de avaliar o material entregue pelo conteudista. Com o advento da Câmara Técnica busca-se alcançar maior alinhamento dos cursos com as macropolíticas da SENASP, com a transversalidade dos princípios de direitos humanos, maior valorização da dimensão procedimental (saber fazer) e maior aprofundamento e qualidade nos temas propostos.

Expectativa para o próximo período:

Sobre a produção de novos cursos para o primeiro período de 2013, foram analisados pela Câmara Técnica 02 (dois) novos cursos e 01 (um) curso de versão atualizada, conforme relacionado abaixo. Todos os cursos foram devidamente encaminhados para a empresa contratada para transposição do material para o formato de ensino a distância e estarão disponíveis:

1. Investigação de Homicídios 2 - curso novo;
2. Balística Forense Aplicada - curso novo; e
3. Redação Técnica - versão atualizada.

A Câmara Técnica está analisando 04 (quatro) cursos, no intuito de que os mesmos sejam disponibilizados no próximo período:

1. Tráfico de Pessoas;
2. Segurança contra Incêndio e Pânico;
3. Prevenção da Letalidade em Crianças e Adolescentes; e
4. Inglês

A Coordenação da Rede EAD - Senasp realizará, no primeiro período de 2013, 06 (seis) oficinas pedagógicas com conteudistas, a fim de orientar o processo de elaboração de material adequado à linguagem de ensino a distância, além de repassar a estrutura e objetivos que o curso requer.

Está na fase final a contração de um consultor para criação do banco de imagens fotográficas, o qual proporcionará ao conteudista da Rede EAD - Senasp uma melhora significante da qualidade dos cursos.

Os principais desafios para a oferta de novos cursos referem-se a dificuldades no cumprimento do prazo de entrega do material pelos conteudistas, considerando que vários deles são profissionais renomados, cumprem agenda intensa e não possuem um contrato com a SENASP, que os obrigue a cumprir prazos. Por fim, informa-se que o número de alunos total a cada ciclo tem ultrapassado a marca de 100.000 matriculados, nos 60 cursos disponíveis. Este número é bastante expressivo, capaz de promover a capilarização da capacitação continuada aos profissionais de segurança pública, independente das limitações geográficas, sendo a maior rede gratuita de ensino a distância em segurança pública no país.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Firmar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todos os estados e o Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Em abril de 2012, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à seleção de propostas no âmbito da promoção da saúde e valorização profissional.

As linhas de financiamento do Edital abrangiam as seguintes áreas temáticas: redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional; prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas); e qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho.

As unidades federadas apresentaram ao todo 33 propostas. Destas, 14 propostas cumpriram todos os pré-requisitos do Edital e foram selecionadas para convênio. Observa-se que desde 2011, com o advento de editais de chamada pública para repasse de recursos, as propostas têm alcançado um patamar mais elevado de qualidade e as diligências têm sido respondidas de forma mais ágil, já que os proponentes sabem que ainda se encontram em um processo seletivo.

Contudo, ainda são diversas as dificuldades de elaboração e apresentação de projetos dos proponentes e de preenchimento do SICONV, indicando que as equipes de elaboração de projetos das UF's precisam de maior qualificação sobre o tema. Para o período de 2013, planeja-se que o Edital e o consequente repasse de recursos sejam voltados às Guardas Municipais, objetivando a promoção de saúde e melhores condições de trabalho também para esse público.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP, na modalidade presencial, com produção de material didático técnico-científico**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de aprimorar a atuação dos profissionais de segurança pública, o desenvolvimento das capacitações estão voltados para atender às esferas federal, estadual e municipal. Em 2012 foram desenvolvidos cursos voltados para os profissionais lotados nas áreas de fronteira abordando conteúdos de Análise Criminal, de Gestão em Políticas de Segurança Pública na Fronteira, de Inteligência e Unidades Especializadas de Fronteira. Para a redução da criminalidade violenta foram capacitados policiais civis em técnicas investigativas em Crimes de Homicídios e Drogas Ilegais. Também foram executados cursos de investigação de homicídios e drogas ilegais, dentro do Projeto Brasil Mais Seguro, o qual prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário); e o controle de armas. Assim, dentro do projeto ENAFRON, foram realizados 8 Cursos com 2 edições cada, capacitando 510 profissionais de segurança pública, somente para essas temáticas.

Ainda neste exercício, foi realizado o I Encontro sobre Capacitação no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, com o objetivo de discutir o plano de capacitação com as instituições estaduais participantes e elaborar a doutrina de atuação para as temáticas pré-estabelecidas para a ENAFRON. Foi realizada também a reunião técnica para a criação de procedimentos de atuação dos órgãos de segurança pública nas fronteiras, o objetivo foi discutir e elaborar a doutrina de atuação dos profissionais de segurança pública na fronteira. Quanto ao Projeto Brasil Mais Seguro, no ano de 2012, foi realizado 1 Curso com 2 edições, capacitando 107 profissionais de segurança pública além dos cursos citados.

Em 2013, o desafio é dar continuidade às ações de capacitações, iniciadas em 2012. Já no primeiro bimestre, está prevista a realização de 6 Cursos, 1 edição cada, com estimativa de capacitar 230 profissionais. Também constituem desafios a criação de novos cursos e realizar um maior número de edições dos cursos existentes, atualizando os currículos às necessidades dos projetos. No projeto Brasil Mais Seguro serão criados cursos específicos para peritos e cursos de isolamento e preservação de local de crime para policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais.

Outra forma de capacitação desenvolvida são as transferências voluntárias, onde os estados executam as capacitações. Em 27 de abril de 2012, foi publicado o Edital de chamamento público nº 04/2012, referente à seleção de propostas sobre educação em segurança pública para policiais civis, policiais militares, servidores de perícia forense e bombeiros militares. No entanto, a conclusão do processo foi somente no mês de novembro de 2012. As linhas de financiamento abrangiam as seguintes áreas temáticas: Aprimoramento do Ambiente Educacional e Aprimoramento do Ensino. As unidades federadas apresentaram ao todo 35 propostas. Destas, 17 propostas cumpriram todos os pré-requisitos do edital e foram selecionadas para prosseguir o processo de formalização do convênio. Ao longo do período de diligências para sanar pendências o Estado do Ceará desistiu de continuar o processo para conveniar, restando, portanto 16 propostas aprovadas.

O número de vagas disponibilizadas para capacitação, dentro do foco do edital, totalizaram 7.413 profissionais, conforme abaixo:

Ordem	Estado	Nº Capacitações
1	AL	120
2	AM	118
3	BA	220
4	GO	280
5	MG	720
6	MG	50
7	MT	180

8	PB	460
9	PB	475
10	PE	280
11	PI	150
12	RJ	3000
13	RN	660
14	RS	420
15	TO	160
16	TO	120
TOTAL		7413

Para o período de 2013, planeja-se que o edital e o consequente repasse de recursos sejam voltados a educação em segurança pública para as Guardas Municipais.

Quantidade alcançada

7.413

Data de Referência

31/12/2012

- **Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta

Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da Matriz.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

A nova versão da Matriz, além de manter, sem alteração, a dinâmica dos eixos articuladores e áreas temáticas e a orientação pedagógica, pois foram muito bem avaliadas, passa a incluir em seu texto original, dentre outros pontos, a disciplina “Diversidade Étnicosociocultural”, a partir da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial, e a implementação da transversalidade da referida temática, considerando a importância de propiciar o enfrentamento à violência contra a juventude negra, bem como a mediação de conflitos e o combate ao racismo institucional.

- **Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

A integração da rede de ensino a distância – EAD ocorre em todos os níveis de governo, abrangendo todos os profissionais de segurança pública interessados em realizar os cursos disponíveis. Somente o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF em 2012 capacitou 4.329 servidores.

Na SENASP esta integração vem ocorrendo por meio da oferta de curso da Rede EAD na modalidade "Academia", ou seja, as instituições estaduais e municipais de segurança pública incorporam os cursos da Rede EAD/SENASP às estruturas curriculares dos cursos de formação ou aperfeiçoamento estaduais.

Nos Ciclos 24, 25 e 26 foram realizadas turmas na modalidade academia nos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Tocantins, Alagoas (Perícia), Minas Gerais, São Paulo e Força Nacional de Segurança Pública - FNSP).

Além da utilização dos módulos "Academia", os cursos da Rede EAD /SENASP são utilizados como critérios de promoção em diversas instituições. Contudo, ainda não há um levantamento formal de quantas instituições os utilizam para tal finalidade. Para os novos acordos de cooperação, a serem renovados em 2013, pretende-se incluir mecanismos que estimulem ainda mais a integração dos cursos da Rede EAD às ações de educação das instituições de segurança pública.

- **Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Os editais de chamamento público para Instituição de Ensino Superior - IES foram publicados em 21 de junho de 2012, voltados para apoiar projetos na área de cursos de especialização para operadores de segurança pública. Foram selecionadas 16 propostas de federais, 05 estaduais e 01 municipal:

-As propostas de 16 IES federais encontram-se prontas para submissão ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública para deliberação.
-As 5 IES estaduais e 01 municipal estão com os Termos de Cooperação assinados.

A previsão, após implantação dos cursos, é de beneficiar 1.320 profissionais de segurança pública, com 32 cursos ofertados até 2015.

O principal desafio da implementação é a garantia da qualidade dos cursos selecionados, dentro dos critérios legais referentes à origem dos recursos, e a ampliação do acompanhamento e fiscalização dos cursos pactuados.

Perspectiva para 2013:
Apresentar ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública as 16 propostas dos IES das universidades federais para deliberação. Somente após aprovação será possível firmar o termo de cooperação para disponibilizar os 16 cursos de especialização na rede de ensino Federal.
No primeiro semestre de 2013 está prevista a realização de licitação para a seleção de 8 IES privadas nos estados não contemplados por IES públicas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

- **Produção de um Relatório Anual de Dados Estatísticos de Educação e Valorização Profissional na Segurança Pública, por unidade federativa, a partir de 2013**

Análise Situacional da Meta

A previsão da Meta é somente para o exercício de 2013. No ano de 2012 foram estudados os requisitos que deverão ser inseridos no relatório.

- **Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Estudos e pesquisas têm sido realizados em cooperação técnica com o PNUD, dentre os quais destacam-se:

1. Compilação, análise e interpretação de relatórios de mapeamento das principais fontes e níveis de estresse ocupacional nos órgãos estaduais de segurança pública produzidos pelos Núcleos de Estudos, Prevenção e Gerenciamento do Estresse.
2. Estudo técnico sobre as Políticas Relacionadas a Questões de Gênero: Presença Feminina nas Instituições de Segurança Pública.
3. Mapeamento e diagnóstico institucional com vistas à estruturação de serviço de acompanhamento psicossocial para a Força Nacional de Segurança Pública.
4. Caderno técnico contendo protocolo de intervenção em ocorrências de risco visando à prevenção de estresse pós-traumático na segurança pública.
5. Proposta de Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional em Segurança Pública contendo Indicadores Quantitativos e Qualitativos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país**

Análise Situacional da Meta

Foi contratada uma consultoria para avaliar o parque tecnológico existente nos telecentros e os resultados demonstraram que não existe necessidade de reaparelhar e estruturar o parque tecnológico, tendo em vista que o acesso a rede EAD está cada vez mais sendo realizado em lugares distintos dos centros. Por este motivo não haverá necessidade de reestrutução e reaparelhamento.

- **Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas reuniões e estudos voltados a definir o público alvo dos estados que serão convidados para participar da formação e capacitação da rede de gestores. Com a escolha do público alvo, foi possível planejar um encontro para o período de 23 a 26 de julho de 2013, com a participação de gestores estaduais em educação das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros Militares. A previsão inicial é que a rede esteja em funcionamento até dezembro de 2013.

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria de Segurança Pública – SENASP estabeleceu novas diretrizes para as transferências voluntárias que tenham por objetivo atender às necessidades da segurança pública dos Estados e Municípios, com base na Portaria Interministerial 507/2011, e estabeleceu critérios e regras por meio dos editais de chamamento público, para que todos os entes federados possam participar em igualdade de condições. O objetivo é que as propostas com maior relevância para a segurança pública, e que estejam em consonância com o objetivo do edital, recebam os recursos para reestruturação, modernização e aparelhamento de suas instituições de segurança.

A Gestão Integrada nos Estados e Municípios visa fortalecer o papel das instituições de segurança Pública, por meio de aporte de recursos para reaparelhamento e modernização das Polícias Civis e Militares, Corpos de Bombeiros Militares e das guardas municipais. A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrados - GGI em âmbito estadual e municipal trouxe um significativo avanço na integração dos órgãos, oferecendo a sociedade um trabalho mais eficiente e eficaz, com atuação em conjunto dos atores da segurança pública. A filosofia implantada para os cursos de capacitação, a criação de ferramentas para subsidiar a gestão, a implantação do sistema de vídeomonitoramento, o fomento para implantação dos centros integrados de comando e controle, demonstram que estamos no caminho para uma segurança pública com excelência.

O Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública – SINESP, instituído pela Lei nº 12.681/2012 será um portal de informações que realizará a integração referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional.

A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

A integração depende de três frentes relacionadas: (1) Integração política, que visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país. (2) Integração metodológica, com o objetivo de padronizar os procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com os estados os modelos de Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial, entre outros. (3) Integração dos sistemas, que sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.
A fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua alimentação, a legislação estabeleceu sanções à inadimplência da transferência de dados por parte dos estados, o impedimento de acessarem o SINESP e de receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Por meio desse dispositivo, o sistema será robustecido de informações em nível nacional inalcançáveis anteriormente, favorecendo uma atuação dos órgãos de segurança em todos os níveis com maior fidelidade nas informações.

Com a finalidade de implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública o FNSP

apoia os projetos de desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública, construção ou reforma das instalações físicas, para um melhor desempenho das atividades de segurança pública. O fortalecimento das unidades de perícia está sendo realizado com aquisição de raio x, maletas para vestígios papilares, mesa ginecológica, luz forense, microscópio eletrônico de varredura, sequenciador automático de DNA, câmeras frias, sistema CODIS, tomógrafo, scanner radiográfico, estação AFIS, para uma melhor eficiência do setor estatístico e análise criminal. A continuidade nas ações de reaparelhamento dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tem modernizado as instituições, com aquisições de equipamentos tecnológicos de segurança e proteção à vida, aquisições de veículos, embarcações, armamentos e munições e materiais voltados para atividade operacional dos órgãos e instituições de segurança pública. Além disso, os recursos do FNSP estão sendo utilizados para apoiar projetos na área de inteligência policial.

Metas 2012-2015

- **203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência**

  Análise Situacional da Meta

  Para a Capacitação na área de Inteligência, no primeiro semestre de 2012, foram realizados 3 (três) Cursos de Introdução a Atividade de Inteligência - CIAI, nos ciclos 24º, 25º e 26º. Já no segundo semestre de 2012, foram realizados os cursos de inteligência financeira, Inteligência de sinais, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Sistema de Comando de Incidentes, Sistema de Comando de Incidentes Avançado e Introdução à Atividade de Inteligência, perfazendo um total de 3.493 profissionais de segurança pública capacitados na área de inteligência. Para isso foram ministradas 1.212 horas aulas – h/a. Os cursos realizados atenderam profissionais de Cuiabá, Belém, Rio Branco, Foz do Iguaçu, Brasília e João Pessoa.

  Quantidade alcançada

  1.212

  Data de Referência

  31/12/2012

- **336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL**

  Análise Situacional da Meta

  Houve 68.041 acessos realizados por 1.633 usuários do portal CINTEPOL em 2012. Para o ano de 2013, a previsão é de 84.000 acessos.

  Quantidade alcançada

  68.041

  Data de Referência

  31/12/2012

- **68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, as áreas de inteligência do Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal produziram respectivamente 7.769 e 3.053 documentos por intermédio da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. Para avançar na área de inteligência, deverão ser desenvolvidos esforços de ampliação dos cursos sobre Análise e Produção de Conhecimento.

  Quantidade alcançada

  10.822

- **Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Em decorrência dos problemas ocorridos em 2012 para a contratação da pesquisa sobre a letalidade policial, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos encaminhará ainda em 2013 a realização desta pesquisa para o cumprimento da meta.

- **Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o edital de chamada pública 08/2012, cujo objeto é a implementação, pelos Estados membros e Distrito Federal, de ações destinadas a promover a produção da informação qualificada em segurança pública, por meio da celebração de convênios com as Unidades da Federação.
proponentes.

Foi realizada a análise de 33 propostas encaminhadas pelos entes federados, resultando em 17 propostas habilitadas e 16 inabilitadas.

Espera-se no próximo período concluir as diligências que estão sendo realizadas junto aos entes federados para ajustar as propostas habilitadas e então encaminhá-las para celebração dos convênios.

- **Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros e garantir sua interoperabilidade com os bancos de dados dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul**

Análise Situacional da Meta

Com base em contratação realizada em 2012, o AFIS foi ampliado para 13.000.000 de registros, os quais já foram utilizados em 78,5% (dados obtidos em outubro de 2012). Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de forma que a base de dados atinja 45.000.000 registros em 2015. Quanto à interoperabilidade, mantemos integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalha-se, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, além das demais Unidades Federativas que sediarão os Grandes Eventos, tais como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas, dentre outros.

Quantidade alcançada

13.000.000

Data de Referência

31/10/2012

- **Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foram adquiridas novas aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados.
Fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema se encontra inativo desde janeiro de 2012.

Tal reavaliação leva em conta necessidade de redimensionar a estrutura física e os recursos humanos suficientes para gerenciar um novo sistema: quantidade de pessoal, treinamento de pilotos e operadores e estruturação de base de operações. Identificou-se ainda a necessidade de se avaliar o sistema em funcionamento dentro de um período contínuo de operações.

Dessa forma projeta-se para o ano de 2013 a solicitação de aquisição de um novo sistema (duas aeronaves e demais

equipamentos) com entrega prevista para 2014. Nova solicitação de aquisição de um sistema em 2014 com entrega para 2015.

- **Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.**

Análise Situacional da Meta

No ano 2012, a Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (RIBPG) ainda não foi ampliada para esses estados.

A RIBPG é uma parceria do Ministério da Justiça (por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Departamento de Polícia Federal) com as secretarias de segurança pública estaduais, com objetivo de propiciar o intercâmbio de informações entre as instituições de perícia oficial, em prol da segurança pública.

Em 2012 foi iniciado, a partir da SENASP/MJ, o processo de aquisição dos servidores necessários para a ampliação da RIBPG em mais cinco estados. No momento, existem 3 estados que têm laboratório de DNA oficial que ainda não integraram efetivamente a RIBPG: Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Há expectativa de que estes estados sejam integrados à RIBPG em 2013.

Os demais estados (Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) ainda necessitam inaugurar seus laboratórios de perícia oficial. São necessários esforços, sobretudo por parte dos governos estaduais, para que esses estados possam desenvolver, no âmbito de suas instituições de perícia oficial, os necessários laboratórios de DNA (o que envolve infraestrutura, pessoal, treinamento, equipamentos e insumos). Uma forma do Governo Federal incentivar esse desenvolvimento é condicionar a doação de equipamentos e insumos à contrapartida, por parte do estado, da construção dos laboratórios (infraestrutura) e contratação de pessoal, além de promover ações de capacitação.

- **Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg**

Análise Situacional da Meta

A Ampliação da acessibilidade da Rede INFOSEG, está sendo desenvolvida para implantação no próximo ano. O acesso ao INFOSEG será disponibilizado aos seus operadores e coordenadores a partir de tablets e smartphones, nos sistemas operacionais Android e iPhone na forma de aplicações (apps) com sistema de blindagem e auditoria de acesso e consulta.

Em dezembro de 2012 o INFOSEG atualizou as informações de 23 Estados e Distrito Federal. Em 2013 a meta é ter os 26 estados mais o DF atualizando no mínimo diariamente os dados do Índice Nacional e disponibilizando dados da consulta detalhada dos estados. Atualmente somente a Paraíba, Piauí e Amapá estão desatualizados. A criação de mais mecanismos de gestão e controle permitirá que esta tarefa seja cumprida com mais eficiência por parte da gestão do INFOSEG/SENASP.

Para ampliação do acesso de forma segura, está sendo adquirida uma solução de tecnologia da informação no mesmo padrão de segurança utilizado pela rede bancária na Internet, buscando garantir além da segurança aos usuários e a salvaguarda das informações, a geração de auditorias, alertas, relatórios que identificam ações suspeitas e maliciosas. A

homologação (dos equipamentos e dos softwares) terá início em 04 de fevereiro 2013. Esta solução vai blindar cerca de 150 mil usuários e 50 dispositivos móveis.

O número de órgãos cadastrados aumentou de 350 para 520em 2012, refletindo em um aumento na base de usuários da Rede INFOSEG de 120 mil para 150 mil, entre janeiro e dezembro de 2012. A meta é alcançar 300 mil usuários até 2015.

Vários fatores explicam este aumento em 2012, dentre os quais se destacam-se:

-Atualização de dados dos estados (aumento de 11 para 24 estados e o DF atualizando de forma diária os dados no Índice Nacional da rede INFOSEG);
-Aumento de 06 para 18 estados disponibilizando dados detalhados de Indivíduos.
-Palestras, seminários e workshops divulgando o sistema e seus aperfeiçoamentos.
-Atualização tecnológica dos servidores (computadores) responsáveis pelo envio dos dados dos estados ao Índice Nacional do INFOSEG em todos os estados;
-Aperfeiçoamentos no sistema de consultas do INFOSEG (usabilidade);
-Integração de novas bases de dados disponíveis para consulta no âmbito nacional e internacional (RENAJUD, INTERPOL, SISME);
-Aperfeiçoamento do atendimento (suporte) aos gestores, coordenadores e usuários;
-Ingresso das Guardas Municipais ao INFOSEG (Portaria nº 48/2012-SENASP/MJ);
-Criação do sistema Consulta Integrada INFOSEG, de uso exclusivo dos usuários lotados na Atividade de Inteligência de seus órgãos.

Também está sendo desenvolvido o projeto SINAD em conjunto o Departamento de Polícia Federal e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas no sentido de viabilizar uma ferramenta tecnológica para consolidação dos dados de apreensão de drogas em âmbito nacional e ainda dos bens apreendidos, relacionados ao tráfico de drogas.

O SINAD está previsto na Lei nº. 11.343/06, como componente do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. O Sistema informatizado está integrado em rede nacional, destinado à coleta e à consolidação dos dados estatísticos resultantes da atuação dos órgãos de polícia judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal. Por fim, as informações do SINAD serão utilizadas para uma melhor distribuição do Fundo Nacional de Segurança Pública e, em estudo, também do Fundo Nacional Antidrogas. O sistema (na versão portal) entrará em produção em março de 2013 como um módulo da Rede INFOSEG.

A partir da integração com os sistemas do Conselho Nacional de Justiça (BNMP E RENAJUD), a Rede INFOSEG possibilita a realização de consultas sobre veículos com restrições de circulação, transferência ou penhora e sobre cidadãos que possuam mandado de prisão cadastrados pelos TJs nos estados e disponibilizados por meio do BNMP do CNJ (Resolução nº137-CNJ).

Quantidade alcançada
150.000
Data de Referência
31/12/2012

- **Ampliar o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública (SINISP), integrando os sistemas existentes**

relacionados.

Análise Situacional da Meta

O SINISP está passando por revisão metodológica, com objetivo de padronizar os processos e métodos vinculados ao registro das ocorrências/atendimentos das instituições de segurança pública estaduais, e assim subsidiar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.

Foi concluída a primeira fase de revisão metodológica dos instrumentos de registro de ocorrências e atendimentos das polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros das Unidades da Federação, trabalho realizado com a participação dos profissionais representantes das referidas instituições.
Espera-se, como próximo passo, avançar na padronização do registro de outros procedimentos, tais como auto de prisão em flagrante, inquérito policial e registro da produção da perícia.

Dentre os desafios para a implementação, destaca-se a articulação com as Unidades da Federação de forma a construir instrumentos consistentes e de forma consensuada, angariando legitimidade ao SINESP.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional. A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

O Portal Sinesp foi concebido para realizar a integração das informações em uma plataforma única, que será alimentada automaticamente a partir das bases de dados dos estados com informações referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a outras bases de dados federais, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Munido de ferramentas de última geração, o Sinesp possibilitará a elaboração de relatórios, gráficos e mapas estatísticos, o que representa, sobretudo, a construção de um cenário mais próximo da realidade do país para subsidiar a elaboração de políticas públicas e proporcionar ao cidadão o acesso às informações.

- **Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência**

Análise Situacional da Meta

Em maio e junho, foram publicados dois editais de chamamento público, um para apoiar projetos na área de Videomonitoramento e outro para apoiar projetos voltados à ação Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável. Em função da publicação dos editais de chamamento público foram celebrados 66 convênios com os municípios, para atender os projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, e dois editais para prevenção da violência um com recursos do FNSP (com implantação do sistema de videomonitoramento).

Dentre as dificuldades na execução, destaca-se que os Municípios possuem baixa capacidade de gestão, elaboração de projetos consistentes e cumprimento de requisitos estabelecidos nos editais – número muito grande de propostas enviadas e não selecionadas para análise.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Mais Seguro, foram apoiados 02 (dois) projetos de aparelhamento com o Distrito Federal e 07 (sete) com Alagoas.

Dentro do escopo dessa meta, por meio de diretrizes e requisitos estabelecidos em editais de chamamento público em 2012, procurou-se fortalecer o papel dos municípios na segurança Pública.
Para isso, foram disponibilizadas linhas de financiamento para estruturação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - GGI-M (sala do pleno e Secretaria Executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais e de Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais, para o aparelhamento da Guarda Municipal e para a instalação de sistema de videomonitoramento em vias públicas.

Em função da publicação dos editais de chamamento público, foi realizada a celebração de 66 convênios com os municípios, para os projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, e dois editais para prevenção da violência um com recursos do FNSP (com implantação do sistema de videomonitoramento) e outro com recursos do PRONASCI. Na área de gestão da informação, foram aprovados 14 projetos, sendo conveniados com os Estados do AC, AL, BA, DF, CE, GO, MT, MG, PB, PE, PI, RN, RO e TO, o que resultou em um aporte de recurso no valor de R$ 7.903.196,00, com recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Entre as dificuldades de execução, destaca-se a baixa aprovação das propostas enviadas, que se deve à carência técnica dos municípios na estruturação de projetos dessa natureza, mesmo com as iniciativas da SENASP de elaborar manuais, guias e fornecer todas as orientações necessárias para que as propostas tenham melhor qualidade.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

A Academia Nacional de Polícia - ANP tem por atribuição a formação de novos policiais oriundos de processo seletivo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, além da execução da capacitação continuada dos servidores que integram o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Federal. Para isso conta com a Escola Superior de Polícia - ESP e a Comissão de Gestão de Capacitação da ANP que analisa todos os processos de capacitação da Polícia Federal, deliberando sobre a sua viabilidade de execução e submetendo a aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal. A meta proposta no PPA 2012-2015 levou em consideração a formação de novos policiais ao longo do período, como também a estimativa de previsão de cursos de capacitação aos diversos servidores do órgão. A projeção realizada foi superada logo no primeiro ano, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distância, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD. Em novembro de 2012, foi alcançado um total de 14.046 servidores capacitados, evidenciando a otimização dos recursos colocados à

disposição
do órgão para cumprimento deste objetivo. Segue abaixo a discriminação dos resultados alcançados até o presente momento:

-Cursos EAD 10.046 servidores
-Cursos Presenciais: 2.406 servidores
-Cursos Contratados: 815 servidores
-Cursos CESP (Escola Superior de Polícia): 779 servidores
-Total: 14.046 servidores

Quantidade alcançada
14.046
Data de Referência
31/10/2012

- **Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento da perícia abrange 5 ações principais: 1) Diagnóstico da perícia no Brasil; 2) Aquisições diretas para 7 áreas prioritárias (local de crime, balística, DNA, química forense, informática, medicina legal e papiloscopia); 3) Convênios com os 27 entes federados; 4) Produção de procedimentos operacionais padrão (POPs) e instruções técnicas; e 5) Cursos de capacitação nas áreas supracitadas. Destas cinco ações as quatro primeiras já estão em execução, como segue: Ação 1) O diagnóstico foi concluído; 2) As aquisições estão sendo realizadas através de várias licitações; 3) Foram celebrados 27 convênios com cada um dos entes federados, estando em fase de execução, totalizando o valor de R$ 18.227.318,94; 4) A segunda reunião para elaboração de 24 POPs, ocorreu no mês de novembro de 2012. Estes POPs se encontram nos estados para validação e, após esta fase, será realizada a revisão final. A publicação está prevista para o mês de outubro de 2014 ; e 5) Cerca de 10 diferentes cursos de capacitação ocorrerão em 2013 com, pelo menos, duas edições cada.

- **Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2012:

- Execução da operação MAPEAR 2012 (Identificação de pontos vulneráveis à ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes);
- Publicação em livro do resultado da MAPEAR 2012;
- Foi produzido material gráfico impresso sobre Tráfico de Pessoas (Cartões de PVC para policiais realizarem entrevista direcionada + Publicidade para os motoristas profissionais);
- Foram produzidos mini-banners sobre o fluxo de atendimento ao menor em situação de ESCA (destinados a todos os postos e delegacias);
- Participação em curso de Formação de Formadores em Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (01 PRF);
- Apresentação do projeto MAPEAR na ONU (New York, EUA);
- Efetivação de parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT), através de um Acordo de Cooperação Técnica com transferência de recursos para a PRF;
- Foi desenvolvida cartilha, em conjunto com o MPT, sobre o enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo (a

publicar);

- Efetivação de Convênio com a SDH para atuação no Programa de Proteção aos Defensores dos DH, como também no PPCAAM (Programa de Protecao a Crianca e Adolescente Ameaçado de Morte);

- Encontro Nacional das CDH (Comissões Regionais de Direitos Humanos)."

- **Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Contudo, a meta de se desenvolver o necessário sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material não foi consolidada, sendo necessário envidar esforços para que haja implementação no decorrer de 2013.

- **Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação, modernizando, prioritariamente, aquelas localizadas nas unidades da federação que sediarão a Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

Para melhor avaliação, a meta pode ser subdivida em:

- Ações de Aprimoramento das estruturas físicas - implantação do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses (consta em meta específica)

- Ações de Aquisição de equipamentos periciais/sistemas informatizados/ferramentas: R$ 529.723,72.

- Ações de Manutenção do parque tecnológico: R$ 490.000,00.

- Ações de Convênios e Acordos de Cooperação: R$ 23.515,94.

- Ações de Capacitação: R$ 286.077,10 + eventos de capacitação realizados sem custos

TOTAL: R$ 1.329.316,76 .

Foi realizada uma pesquisa com objetivo de produzir o primeiro diagnóstico sobre a Perícia Forense no Brasil, publicada no Portal do Ministério da Justiça. Este diagnóstico trouxe informações sobre a estrutura física e organizacional das perícias das unidades federativas, subsidiando a SENASP na elaboração de indicadores sobre a situação das perícias. O diagnóstico também vem funcionando como referência no desenho de políticas públicas voltadas à reestruturação das unidades de perícia.

Os indicadores já foram elaborados e espera-se que em 2013 sejam aplicados, de modo a subsidiar o desenho das políticas apropriadas às realidades estaduais e do DF. Os processos de aquisições diretas e distribuição dos equipamentos, para o fortalecimento das perícias estão previstos para 2013.

- **Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível estruturar esta ação durante o ano de 2012. A ação será priorizada em 2013, com a contratação de uma consultoria que auxilie na construção de referenciais para qualificar o controle interno e externo da atividade policial, elaborar procedimentos operacionais e padrões mínimos para apuração de denúncias e elaborar um curso de formação para corregedores de polícia e para as ouvidorias.

- **Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de contratação o Projeto Executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. Processo em fase de cotação: a PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada.

A instalação dos pontos de monitoramento está dividida em três contratações. A primeira etapa inclui a implantação de um projeto piloto com a implantação de 30 pontos distribuídos na região de fronteira e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Para essa contratação, está em andamento um pregão eletrônico. A segunda contratação refere-se ao projeto executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto, com a finalidade de levantar a estrutura necessária e o custo aproximado de implantação dos demais pontos. Esse processo está em fase de cotação. A PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada. Foi indicado servidor específico para realizar contato com empresas e buscar o envio de cotações para a contratação do Projeto Executivo, de forma a viabilizar essa contratação.

- **Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)**

Análise Situacional da Meta

Além de servidores do DPF, o Portal é acessado por servidores da área de inteligência da ANAC, Marinha, SEJUSP/MT, ABIN e MPM. Em 2012 utilizaram o Portal 1.561 usuários.
Em 2012 foi implantada a ferramenta de busca de arquivos e banco de dados SINAPSE, que congrega os arquivos de operações e os bancos de dados do DPF.

Para 2013 estão previstos novos parceiros: DEPEN, PGFN, TJ/MT e AGU.

O Cintepol atualmente encontra dificuldades de operação devido a falta de contratação de serviços de manutenção e desenvolvimento de softwares.

- **Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos**

Análise Situacional da Meta

Foi preparada a aquisição dos sistemas de indexação balística para compor o banco de dados balísticos, inicialmente com 4 unidades neste ano, em 2013 mais 20 unidades e em 2014 mais 34 unidades. Espera-se assim integrar as perícias estaduais e federais em todas as capitais do país e no distrito federal, por meio do banco nacional.
O maior desafio será estabelecer e operacionalizar a rede nacional.

- **Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram alcançados os seguintes resultados: 95% dos serviços de escavação e contenção; 5% das fundações; 100% dos desvios das interferências; conclusão da 2ª etapa do projeto executivo. Projeção para 2013: 100% das fundações; 100% da estrutura; 40% da pavimentação interna; 60% de dutos; 50% das instalações hidráulicas; e 100% da central de água gelada

- **Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

As Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências, estão sendo paulatinamente modernizadas. O Programa ENAFRON vem acelerando essa conquista, atingindo parcialmente as 11 (onze) agências centrais, localizadas nas capitais dos Estados com fronteira internacional, sendo que a implantação de Núcleos de Inteligência nas cidades fronteiriças leva em consideração sua maior importância por instituição

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência, passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência - ENCHOI, voltados para elaborar diretrizes de capacitação de agente de segurança pública, discutir propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências.

Foram realizados quatro ENCHOI (região sul e sudeste, região norte, região centro-oeste e região nordeste) com as participações de representantes das polícias civis, militares, secretarias de segurança pública de todos estados e do DF, além de representantes do DEPEN como convidados.

Nas Regiões de fronteiras foram realizados 11 convênios com os Estados com objetivo de reaparelhar, implantar, integrar, modernizar e capacitar os núcleos de inteligência das principais cidades na faixa de fronteiras, contudo a execução dos convênios ocorrerá a partir de 2013.

Perspectiva para 2013:
No planejamento para o próximo ano está previsto para o primeiro semestre um ENCHOI na cidade de Foz do Iguaçu/PR, especificamente para reunir os Estados favorecidos com o projeto ENAFRON, e, ainda, a realização de um encontro Nacional no Rio de Janeiro contemplando todos os estados da federação, Distrito Federal e o DEPEN.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

- **Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados trabalhos para definir as Competências Organizacionais, os quais se encontram em fase de aprovação. Serão necessárias outras 3 fases para a complementação do mapeamento, a saber:

- Identificar as Competências Setoriais;
- Realizar o Diagnóstico de Competências;

- Aprovar o Plano Anual de Capacitação por Competência

- **Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a Polícia Federal avançou quanto ao aprimoramento de sua estrutura organizacional e modelo de gestão, em razão da alteração da estrutura regimental e organizacional do DPF, com a edição da Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, que aprovou o novo Regimento Interno da Polícia Federal, readequando as estruturas formais do órgão. Com o novo Regimento Interno foi possível reorganizar a atual estrutura formal da PF, adequando as diversas atribuições desempenhadas, decorrentes das competências da União, em que procurou-se agregar as atribuições em virtude de sua natureza e dos fins a que se destina – prestação, fiscalização e controle de serviços e apuração de infrações penais, em dois ramos ou gêneros bastante distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Além dessa divisão das atividades em dois grandes ramos, houve alteração da subordinação direta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, do Instituto Nacional de Identificação - INI, além de uma grande alteração e adequação da estrutura da Diretoria de Inteligência Policial - DIP, que reorganizou-se internamente a fim de dar maior efetividade nas ações de inteligência da Polícia Federal, com especial ênfase às ações voltadas a grandes eventos e prevenção de atos terroristas. Além da questão estrutural e regimental, houve um intenso trabalho da Diretoria de Administração e Logística Policial, voltado à melhoria da estrutura e recursos materiais do órgão, com a execução de diversos projetos de construção e reformas de unidades, aquisição de coletes balísticos, armamento, veículos, equipamentos de inteligência, dentre outros.

- **Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União**

Análise Situacional da Meta

Parte da meta era a contratação de 7 obras no ano de 2012. A meta não foi alcançada, pois a empresa contratada para elaboração do projeto não cumpriu o prazo contratado. A outra parte era a contratação de 10 projetos no ano de 2012. O Projeto Básico foi encaminhado para licitação.

- **Realizar 27 Pactos Federativos entre a União e os estados e Distrito Federal e 400 Pactos entre a União e os municípios com maiores índices de homicídio para integração, alimentação e utilização do SINISP**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação da Lei 12.681/2012 que institui o SINESP os estados se viram obrigados a enviarem seus dados para o banco de dados nacional frente a possibilidade de não recebimento de recursos advindos do Fundo Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI e do Fundo Penitenciário de Segurança Pública, como previsto na lei. Entretanto, a lei também prevê a criação de um conselho gestor que irá definir regras da alimentação e quais informações serão exigidas dos estados.

Como o conselho gestor ainda não foi constituído, foi formulado um termo de adesão com regras provisórias até que as definitivas sejam criadas pelo conselho gestor, não prejudicando os estados e possibilitando que os mesmo continuem a receber os recursos dos fundos e programa citados. Foi assinado convênio com 15 Estados e mais o Distrito Federal, sendo que os demais Estados estão previstos para conveniar no ano de 2013.

Para integrar os Municípios ao INFOSEG, foi publicada a portaria de nº 48/2012-SENASP, estabelecendo requisitos que estão previsto também nos termos de cooperação técnica.

Uma grande dificuldade encontrada para realização dos pactos federativos foi a Finalização do Projeto Básico e Minuta de Contrato objetivando contratação da empresa especializada em Tecnologia da Informação, para desenvolvimento do portal e toda integração, captação e tratamento das informações, geração de relatórios estatísticos, suporte, treinamento,

manutenção e outros.

Expectativas para o próximo período:

- Aprovação do Decreto que institui o Conselho Gestor do Sinesp;
- Assinaturas dos Termos de Adesão ao Sinesp conforme convênio já celebrado entre os Estados e o Distrito Federal;
- Realização de eventos para eleger conselheiros do Sinesp;
- Visitas aos estados para acompanhamento dos convênios.
- Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação;
- Funcionamento do Portal SINESP operando com as bases estaduais e absorvendo sistemas como INFOSEG, SINAD, SINESPJC, entre outros.
- Customização dos sistemas estaduais para integração das bases de dados;
- Adequação das plataformas de tecnologia da Informação dos estados (hardware e software).

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram capacitados aproximadamente 5.500 servidores, nas diversas áreas, inclusive em cursos à distância. O que corresponde a mais de 56% dos servidores da PRF.

Vale ressaltar que este ano foi atípico em função da retomada judicial do Concurso de 2009, o que fez com que todos os esforços na área de capacitação fossem no sentido de formar os novos policiais.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/10/2012

- **Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

No que tange às intervenções de reforma de unidades operacionais destacam-se:

- A elaboração de projetos de reforma em unidades operacionais da PRF (Delegacias e Postos), com custo de R$ 1.348.678,03;
- Execução de obras em unidades operacionais da PRF (Delegacias e Postos), com custo de R$ 23.248.540,96.

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Justiça exerce papel fundamental no fomento do efetivo cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Execução Penal (lei nº 7210/84), a qual preconiza a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A implementação dos Direitos e Garantias instituídos na lei depende de um sistema criminal e penitenciário moderno e eficaz capaz de prover ao preso o acesso à assistência material, jurídica, social, religiosa, educação e à saúde.

Diversos avanços foram realizados em 2012. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (Foram geradas no total 13661 vagas em 2012). Outrossim, é importante apontar que foram contratadas 16.631 novas vagas, contabilizando um investimento de R$ 365.815.449,51 em 2012.

O trabalho é voltado à redução do déficit carcerário, que é indicador global utilizado no planejamento e gestão do DEPEN/MJ e considera o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos na contratação e geração de novas vagas, o aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance da meta de redução do déficit carcerário em 8% como definido no Plano Plurianual (PPA) e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

Além do trabalho realizado no tocante à geração de novas vagas em estabelecimentos prisionais, o DEPEN/MJ atuou fortemente na reintegração social da pessoa privada de liberdade. Parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde garantiram resultados expressivos no atendimento da população encarcerada. Além disso, importante trabalho de aparelhamento de estabelecimentos penais para capacitação profissional do preso foi realizado em 2012.

Na Educação, em parceira com o MEC, a oferta de educação foi qualificada e ampliada, ao pactuarem-se vagas específicas para o sistema prisional: 27000 novas vagas na Educação de Jovens Adultos – EJA; 10000 novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA; e, 2000 vagas para educadores bolsistas. No ENEM, foram mais de 23 mil inscritos. Por fim, a destinação de 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para os anos de 2013 e 2014, representam avanço sem precedentes nesta área.

Na Saúde, totalizou-se 25 Unidades da Federação qualificadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, estendendo o modelo SUS ao público penitenciário. Destacam-se ainda a inclusão de toda a população carcerária no Plano Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e na Rede Cegonha. Por fim, é

importante ressaltar o repasse de recursos do FUNPEN para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Na capacitação profissional, destaca-se o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP que representou o investimento de R$ 6 milhões para implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos prisionais de 19 UFs, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O DEPEN/MJ também deu ênfase à questão de gênero, estabelecendo em 2012 o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte de gênero, entre outros. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Outro importante projeto em andamento trata da monitoração eletrônica. Em 2012, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas UFs, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento.

No tocante à implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, realizou-se, em 2012, 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

Por fim, é importante salientar também os esforços realizados nas áreas de capacitação do servidor penitenciário, de aparelhamento de estabelecimentos penais e de consolidação do Sistema Penitenciário Federal. Na área de capacitação foi instituída a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN e realizada a 1ª Pós-graduação em gestão em saúde prisional (400 vagas disponíveis). O aparelhamento dos estabelecimentos penais em 2012 teve como principal resultado a realização de pregão eletrônico para aquisição de 215 veículos de transportes de presos, que serão doados às UFs. Já no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, garantiu-se o seu funcionamento como modelo que busca combater a atuação dos presos em relação ao crime organizado.

Metas 2012-2015

- **Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação**
  Análise Situacional da Meta
  O Departamento Penitenciário Nacional apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (13661

novas vagas).
Quantidade alcançada

24
Data de Referência

28/12/2012

- **Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta

No tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012 o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

- **Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico**

Análise Situacional da Meta

Realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas Unidades da Federação, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

- **Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais**

Análise Situacional da Meta

A Implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais envolveu em 2012 a realização de 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

- **Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil**

Análise Situacional da Meta

O Departamento Penitenciário Nacional elegeu como indicador global de desempenho das políticas de melhoria do sistema prisional a mensuração da reiteração criminosa no Brasil. O mecanismo permitirá a aferição dos resultados da reintegração social da pessoa privada de liberdade, possibilitando a melhor avaliação das políticas e projetos realizados nesta área.

Os trabalhos estão em andamento para em conjunto com o Poder Judiciário criar mecanismo que permita a coleta dos dados que permitirão a medição deste indicador. O cronograma estimado aponta como prazo final para implantação o final do ano de 2014.

- **Reduzir o déficit carcerário em 8%**

Análise Situacional da Meta

A definição das metas dos indicadores globais utilizados no planejamento e gestão do DEPEN consideram o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. Para calcular a variação esperada da população carcerária, utilizou-se o histórico disponível considerado confiável pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Análise da Informação – CGPAI/DIRPP/DEPEN, de dezembro de 2008 a dezembro de 2011. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

O aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance de algumas metas e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Visando a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos foram realizadas em 2012 ações com a finalidade de equipar as diversas instituições parceiras, como Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal do Brasil, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiro dos estados-sede, envolvendo a aquisição de soluções, sistemas, equipamentos e contratação de serviços; e promover treinamento e capacitação para o nivelamento de conhecimento dos profissionais de Segurança Pública, em cumprimento ao que consta na Matriz de Responsabilidade.

Nos projetos desenvolvidos foram investidos aproximadamente 92% do orçamento de 2012, distribuídos entre as quatro ações que compõem o Plano Nacional.

Nos anos de 2013 e 2014, dar-se-á continuidade aos projetos iniciados, mantendo-se as parcerias com os órgãos federais e estaduais, e serão firmados novos acordos visando os dois grandes eventos que ocorrerão em 2013: a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

.

Metas 2012-2015

- **12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

A implantação dos 12 Centros Integrados de Comando e Controle Locais a serem instalados nos estádios da realização dos jogos não faz parte das ações a serem implementadas pelo Governo Federal. A execução desta ação passou à

responsabilidade da FIFA e dos próprios Estados-sede.

- **12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

Os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

Os 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais a serem implantados nos Estados-sede da Copa 2012 possuem uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; 12 (doze) Sistemas de vídeo wall integrado; 12 (doze) Sistemas de imageamento aéreo; 12 (doze) infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como (para os 12 CICCR): servidores, , storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços.

No ano de 2012 foram adquiridos os 11 Sistemas de imageamento aéreo previstos, a infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados das 09 cidades da primeira fase, equipamentos de firewall, e 22 Plataformas de Observação Elevadas Móveis. Os demais itens que integram os CICC serão adquiridos/contratados nos dois anos seguintes, de acordo com o planejamento.

Na primeira fase serão instaladas em 09 (nove) CICC Regionais as infraestruturas completas de CPD que abrangem as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Na segunda fase serão instaladas em 03 (três) CICC Regionais as infraestruturas completas de CPD, nas cidades de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro.

- **15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

A implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle – CICC está prevista no âmbito do programa Brasil Mais Seguro. Em 2012, a Senasp desenvolveu os requisitos de concepção do CICC. Para o próximo período, está previsto o financiamento, por intermédio de repasse voluntário, em três estados da federação.

- **1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro**

Análise Situacional da Meta

O Centro Integrado de Comando e Controle tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

O Centro Integrado de Comando e Controle – CICC Backup Nacional do RJ possui uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; Sistema de vídeo wall integrado; Sistema de imageamento aéreo; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. De toda a infraestrutura,

até o final do ano 2012 foram adquiridos alguns componentes, como o Sistema de imageamento aéreo, e equipamentos de firewall. Os demais itens que integram o CICC serão adquiridos/contratados ao longo dos dois anos seguintes, conforme previsto.

- **1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O Centro Integrado de Comando e Controle tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

O Centro Integrado de Comando e Controle – CICC Nacional, com sede em Brasília, possui uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; Sistema de vídeo wall integrado; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. De toda a infraestrutura, até o final do ano 2012 foram adquiridos equipamentos de firewall e a infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados. Os demais itens que integram o CICC serão adquiridos/contratados nos dois anos seguintes, conforme previsto.

- **34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Encerrado o ano, foram firmados 14 convênios com os Estados-sede (12 com as Secretarias de Estado de Segurança Pública e 02 com os Corpos de Bombeiros de São Paulo e Rio de Janeiro), Termos de Cooperação com o Departamento de Polícia Federal e com a Agência Brasileira de Inteligência, e a contratação da Fundação Getúlio Vargas para capacitação dos gestores.

Para os anos de 2013 e 2014 estão previstas as capacitações e treinamentos por intermédio dos convênios firmados, e dos novos Termos de Cooperação, visando atender as necessidades dos órgãos parceiros.

- **51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de Comando e Controle Móveis tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, de modo mais restrito, focado no evento que está sendo monitorado, repassando as informações ao CICC Regional e/ou atuando no caso específico, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

Os Centros de Comando e Controle Móveis destinados aos Estados-sede são num total de 27 (vinte e sete), assim distribuídos: 03 (três) unidades para Belo Horizonte, 03 (três) unidades para São Paulo, e03 (três) unidades para Rio de Janeiro; 02 (duas) unidades para cada uma das demais cidades-sede.

A revisão orçamentária e o incremento da tecnologia embarcada das unidades móveis inviabilizou a aquisição das 51 (cinquenta e uma) unidades previstas inicialmente, tornando-se necessária a redução para 27 (vinte e sete) unidades de Centro de Comando e Controle Móveis - CCCM.

Do total dos 27 Centros de Comando e Controle Móveis – CCCM previstos, foram adquiridas no ano de 2012, 26 unidades; a outra unidade móvel será adquirida no ano de 2013 para o Estado do AM.

- **Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram adquiridos equipamentos e materiais pela SESGE, para serem distribuídos às Polícias estaduais e Corpos de Bombeiros dos Estados-sede, tais como: 10 lanchas de patrulhamento rápido para o Estado do AM; armamento e tecnologia menos letal; 12 kit´s anti-bomba; e 36 conjuntos de desencarceramento.

Ainda foram firmados Termos de Cooperação com do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência e Receita Federal do Brasil, e Termo de Convênio com o Estado do Rio de Janeiro.
As descentralizações orçamentárias realizadas para a Receita Federal do Brasil, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal foram prejudicadas por não conclusão das licitações em tempo hábil ou outros motivos.

Em razão da não utilização do crédito orçamentário descentralizado, parte deste orçamento foi utilizado para antecipar algumas das aquisições que se estendiam até os anos 2013 e 2014, tais como armamento menos letal, máscaras contra gases, e lanchas de ataque rápido.
Em continuidade à execução da ação, está prevista para 2013, a aquisição dos demais itens constantes da Matriz de Responsabilidade, a assinatura de Termos de Cooperação com os órgãos parceiros, e a retomada dos Termos de Cooperação para as aquisições já previstas e não realizadas em 2012, e que são essenciais para a realização dos Grandes Eventos.

- **Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

No Ano de 2012 foram capacitados aproximadamente 400 servidores, envolvidos nos cursos na área de Inteligência, Controle de Distúrbios, Técnicas Policias de Combate ao Crime e Formação de Motociclistas Batedores.

Cabe ressaltar que este ano foi atípico em função da retomada judicial do Concurso de 2009, o que fez com que todos os esforços na área de capacitação fossem no sentido de formar os novos policiais, restando prejudicada a programação anual de capacitação.

Quantidade alcançada

400

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, as ações de educação para o trânsito atingiram 180.000 pessoas. Foram fiscalizados 4.779.111 veículos e realizados 489.248 procedimentos de fiscalização de alcoolemia.

Também em 2012, a Central de Informações Operacionais (CIOP) da 9ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul (SRPRF/RS) foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle, estando a CIOP da 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro (SRPRF/RJ) em processo de migração. Foram implantados 78 pontos de videomonitoramento no estado Rio Grande do Sul e iniciada a implantação no Paraná e Mato Grosso do Sul.

Foram iniciadas as tratativas para ampliação da parceria com Ministério da Saúde e SAMU no âmbito do Plano de Prevenção e Redução de Acidentes.

Iniciadas, também, as tratativas para implantação do Centro de Estudos de Segurança Viária no âmbito do mesmo Plano, com perspectiva para o início da implantação em 2013.

Metas 2012-2015

- **Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram alcançadas 180.000 pessoas com ações de educação para o trânsito. Entre os principais projetos estão : Palestras, Exposições, Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito - FETRAN, Cinema Rodoviário e Projetos para Motoristas Profissionais.

  Quantidade alcançada

  180.000

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional**

  Análise Situacional da Meta

  Para viabilizar esta meta, está em discussão a repactuação do convênio entre a PRF e o Ministério da Saúde para a atuação conjunta no atendimento pré-hospitalar de vítimas de acidentes rodoviários. O convênio está sendo tratado dentro do escopo do Projeto Hora de Ouro da PRF, que visa reestruturar o atendimento pré-hospitalar do órgão. A equipe do projeto está definida e os estudos para a sua implantação estão em fase inicial - serão definidas as ações da equipe e estipulado o cronograma para a sua implementação.

- **Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais**

  Análise Situacional da Meta

  A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 21.500.000 fiscalizações de veículos realizadas no período 2008-2011 para o total de 24.000.000 no período 2012-2015. Em 2012, o número de fiscalizações realizadas foi de 5.914.475, quantidade próxima à media anual necessária para o alcance da meta (6 mil fiscalizações).

  Quantidade alcançada

  5.914.475

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	9	31/12/2012
Região Nordeste	27	%	23	31/12/2012
Região Norte	10	%	15	31/12/2012
Região Sudeste	25	%	24	31/12/2012
Região Sul	23	%	29	31/12/2012

- **Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia**

  Análise Situacional da Meta

  A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 4.150.000 procedimentos de fiscalização de alcoolemia no período 2008-2011 para o total de 6.000.000 no período 2012-2015. Em 2012, o número de fiscalizações realizadas foi de 489.248, correspondendo a 32,61% da meta anual média (1.500.000 fiscalizações) prevista. Em virtude do não atendimento da meta parcial para 2012, as metas internas para as ações de fiscalização de alcoolemia foram ajustadas para 2.000.000 de procedimentos por ano, com o que se pretende alcançar a estimativa prevista ao final da vigência do PPA.

  Quantidade alcançada

  489.248

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram feitas tratativas para implantação do Centro, contudo a perspectiva de implantação é para 2013, no âmbito do Plano de Redução de Acidentes.

- **Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Central de Informações Operacionais - CIOP da 9ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul - SRPRF/RS foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle e a CIOP da 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro - SRPRF/RJ está com processo junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), para que sejam utilizados recursos das concessionárias para a mesma migração.

- **Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias**

  Análise Situacional da Meta

  78 pontos implantados no Rio Grande do Sul, sendo 24 pontos pela PRF e 54 pontos pelas Concessionárias de Rodovias Federais.

  Quantidade alcançada

  78

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política publica de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção a violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia, denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de

Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas, nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e

câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de vídeomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

Metas 2012-2015

- **27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada**

  Análise Situacional da Meta

  A SENASP, por intermédio de parcerias formalizadas através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, tem fomentado a implantação da doutrina de Polícia Comunitária, por meio da realização de cursos de capacitações nos estados. A SENASP disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Os Acordos de Cooperação são renovados anualmente.

  Além disso, é induzido por meio dos projetos prioritários a implantação da filosofia de policiamento comunitário, em território conflagrados, já que tal filosofia estabelece um policiamento proativo de preservação da ordem pública e de repressão qualificada com ação permanente em territórios específicos.

  O modelo pressupõe uma gestão compartilhada de ações sociais com a comunidade, instituições municipais, distritais, estaduais, federais, com o intuito de estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas para ouvir as sugestões apresentadas por estes, como, também, incentivar a comunidade à construir soluções para a violência e criminalidade em âmbito local.

  É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores nas áreas implementadas.

  Quantidade alcançada

  27

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade**

  Análise Situacional da Meta

  Nos últimos anos, os Municípios passaram a ter maior destaque nos debates sobre segurança pública e prevenção da violência por se tratar, justamente, da instância governamental mais próxima dos problemas concretos vividos pelos cidadãos. Frente a este novo cenário, alguns dos municípios brasileiros passaram a repensar suas políticas sociais e urbanísticas, buscando incorporar a dimensão da prevenção da violência através da implementação de políticas integradas em nível local, estadual e federal.

  Nesse diapasão, a SENASP desenvolve ações voltadas ao apoio de projetos locais de prevenção a violência e criminalidade que busquem atuar nas causas que geram a violência, através da implementação de projetos

multisetoriais de prevenção, com objetivo de enfrentar a violência, a criminalidade e a discriminação de credo, etária, gênero, raça e orientação sexual, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública.

A SENASP construiu diretrizes nacionais para o PROTEJO e Mulheres da Paz, unificando-os e propondo aos entes federados a execução conjunta dos dois projetos. O Projeto Mulheres da Paz é voltado à capacitação de mulheres (cidadãs com mais de 18 anos de idade e renda familiar de até dois salários) sobre construção da identidade, mobilização comunitária, resolução não violenta de conflitos e educação para uma cultura de paz, enfrentamento à violência, direitos humanos e de gênero, Lei Maria da Penha, enfrentamento ao tráfico de pessoas, noções básicas de Direito, informática básica e empreendedorismo, o PROTEJO acompanha jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas. Para consecução dessa ação, em 2012, foi lançado edital que resultou no recebimento e analise de 102 propostas, das quais 33 foram habilitadas e 16 conveniadas (13 com Municípios e 03 com Estados (Alagoas, Sergipe e Tocantins).

Para implementação de ações de prevenção, foram publicados dois editais chamamento de público, com 9 propostas habilitadas e três conveniadas, com valor total de R$ 1.497.731,17.

Além de investimentos financeiros, a SENASP tem apoiado atividades voltadas à política municipal de segurança, participando de discussões e eventos e acompanhando reuniões do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS), para regulamentação das guardas municipais, acesso ao Infoseg e outras prioridades do Conselho. No que diz respeito à regulamentação das guardas, a SENASP auxiliou na elaboração do Projeto de Lei, no debate com a Secretaria de Assuntos Legislativos e na reformulação do substitutivo do Projeto de Lei nº 1.332/2003,que dispõe dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil.

Para 2013 existe a necessidade de inclusão dos Estados e Distrito Federal como entes federados habilitados para apresentar projetos de prevenção; inclusão de projetos de prevenção que estavam em separado e adequação da meta considerando os projetos prioritários e a seleção de propostas por meio de Edital de Chamamento Público ou Portaria.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O apoio aos estados são formalizados através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, por meio da realização de cursos de capacitações específicos (mentores e instrutores) para que policias militares desenvolvam as ações em escolas. A SENASP disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Os Acordos de Cooperação são renovados anualmente.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou a primeira fase do Plano Juventude Viva. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil. O Ministério da Justiça integra o Plano, com destaque para o desenvolvimento do projeto Protejo.

- **Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça consolida ações voltadas para o fortalecimento das Fronteiras, o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta.

Com base nisso, o Ministério da Justiça, alinhado com as diretrizes da Presidência da República, criou o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levarão em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação; assim, as diretrizes de pacto federativo e a natureza das ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município) conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

Dando inicio ao Programa, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um Acordo de Cooperação assinado com o Estado e o Município de Maceió, para induzir e promover a atuação qualificada dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal para redução dos índices de violência e criminalidade. O plano de ação do projeto piloto previu atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade, com auxilio da Força Nacional de Segurança Pública.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas precipuamente para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios por 100.000 habitantes e as desigualdades regionais. Nesse caso, serão 27 Acordos de Cooperação Firmados e não um Plano Nacional formatado somente pela União.

Dias 26 e 27 de novembro de 2012, a Senasp realizou o III Colóquio de Redução da Criminalidade Violeta, firmando acordo de cooperação com Estado da Paraíba para implantação do Programa Brasil Mais Seguro naquele Estado, fortalecendo o Programa Paraíba Unida pela Paz.

- **Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Com a intenção de fortalecer os órgãos de gestão municipal foram celebrados 3 Convênios para a estruturação de Secretaria Municipal e os órgãos de gestão municipal em segurança pública.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança**

Análise Situacional da Meta

A concentração de esforços da SENASP no desenvolvimento de projetos prioritários como o programa "Crack é possível vencer", a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), a implantação do SINESP e o "Brasil Mais Seguro" inviabilizou a execução da meta. A previsão é de que no ano de 2013 essa meta seja realizada.

- **Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz**

Análise Situacional da Meta

A meta está em fase de reavaliação, uma vez que o direcionamento de ações para o recorte dos Territórios da Paz, está sendo modificado a partir da perspectiva de projetos prioritários, como o "Brasil Mais Seguro" e "Crack, é possível vencer", que atuam em localidades com maiores índices de homicídios e crimes violentos.

No Estado de Alagoas, com a implantação do Programa Brasil Mais Seguro e Crack, é possível vencer, foram selecionados territóriosos prioritários em Maceió e Arapiraca para o desenvolvimento das ações de segurança e de projetos de prevenção à violência e criminalidade, notadamente, os projetos Protejo e Mulheres da Paz.

O Ministério da Justiça também estabeleceu parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República no sentido de que sejam implantadas nestes territórios as ações do Programa Juventude Viva, que tem por objetivo reduzir a vulnerabilidade de jovens negros, em especial, à criminalidade violenta. Os territórios selecionados são: Maceió - Benedito Bentes, Vergel do Lago, Carminha, Santa Lucia, Marques Luz, Loteamento Boa Vista, conjunto Santa Maria; Arapiraca - Bairro Primavera, Jardim das Paineiras e Parque Lago da Perucaba.

- **Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura**

Análise Situacional da Meta

Em razão de atrasos no cronograma previsto para a execução das Praças do PEC não foi possível implantar nenhum Projeto ou Mulheres da Paz junto às praças.

Em maio foi lançado o Edital nº 01/2012, para a seleção de propostas voltadas à execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que teve 33 propostas habilitadas na primeira fase e 16 propostas aprovadas, que culminaram em convênios.

Esse Edital foi lançado após um esforço de reformulação dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que construiu referenciais teóricos e metodológicos nacionais para os projetos, fruto de um Grupo de Trabalho instituído para esta finalidade, por intermédio da Portaria nº 15, de 27 de março.
A previsão é de que com o início das entregas das Praças do PEC, tenhamos em 2013, 30 Projetos em Praças do PEC de capitais e regiões metropolitanas.

Entende-se que não será possível alcançar esse quantitativo de 400 praças, uma vez que nem todos os municípios atendem os requisitos para a implantação dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO e/ou têm jovens e mulheres com o

perfil dos beneficiários desses projetos.

- **Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homicídios.**

Análise Situacional da Meta

Tal meta não será realizada e deverá ser reformulada, uma vez que, no âmbito do Programa denominado Brasil Mais Seguro, será priorizado o fortalecimento de estruturas existentes nas unidades federadas que já atuam na investigação de crimes violentos letais intencionais.

- **Implantação de 500 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal**

Análise Situacional da Meta

Constatada a necessidade de se elaborar um plano de atuação para os Gabinetes de Gestão Integrada, criou-se no final de 2011 o Grupo de Trabalho do GGI, por intermédio da Portaria nº 33/2011, cujo objetivo era elaborar diagnóstico e, com base neste, apresentar proposta de atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada. O Grupo de Trabalho teve as seguintes atribuições: I - apresentar diagnóstico da situação atual dos Gabinetes de Gestão Integrada estaduais, distrital e municipais; II - propor um marco legal para instituição e regulamentação dos Gabinetes de Gestão Integrada; III - propor diretrizes de atuação para os Gabinetes de Gestão Integrada; IV - propor ferramentas de monitoramento e avaliação dos Gabinetes de Gestão Integrada. O GT já encerrou suas atividades e a partir desse GT foi firmada uma parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que está mapeando a situação dos GGI´s existentes. Neste sentido não foram aportados recursos para implantação de GGI´s no primeiro semestre de 2012.

No segundo semestre foram firmados quatro convênios municipais para estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal.

Para 2013 pretende-se a conclusão da pesquisa e a partir dela elaborar medidas para induzir a implantação desses gabinetes, já que a grande dificuldade para os Municípios é a realização das reuniões periódicas com os atores envolvidos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução. O projeto está em fase de reformulação.

- **Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz**

Análise Situacional da Meta

Com o Programa Brasil Mais Seguro, as ações serão acompanhadas e monitoradas no Âmbito dos Gabinetes de Gestão Integradas dos Estados ou dos Municípios participantes.

- **Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta

A SENASP, em articulação com a Secretaria Nacional de Juventude, SEPPIR e Casa Civil da Presidência da Republica, está desenvolvendo ações no Programa Juventude Viva, que prevê atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Para isso serão empreendidas tanto ações caracterizadas como políticas universais, destinadas a incidir em problemas

relativos à população em situação de vulnerabilidade social de maneira geral, quanto ações afirmativas, destinadas a incidir em problemas relativos exclusiva ou preponderantemente à população jovem negra.

Nesse sentido, a SENASP já priorizou em seus editais de chamada pública o desenvolvimento de projetos dos Municípios onde mais ocorre violência contra jovens negros e criou ainda a cartilha de abordagem policial de pessoas em situação de vulnerabilidade, que deverá ser lançado ainda em 2012, e distribuída aos profissionais dos estados, para que os policiais saibam como proceder em diversas situações que envolvam segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

De março a dezembro de 2012, o Projeto Registro de Identidade Civil (RIC) sofreu um amplo processo de revisão motivado pela identificação de necessidades de aperfeiçoamento em questões técnicas durante a primeira fase do Piloto.

O trabalho de reformulação resultou em um documento de Plano de Projeto que prevê uma série de decisões importantes a serem tomadas e um conjunto de ações a serem executadas antes da retomada da emissão de cartões. Dentre elas, destacam-se: a padronização na coleta das informações biográficas e biométricas; o desenho dos diversos processos para emissão dos cartões RIC; a especificação e o desenvolvimento de sistemas estruturantes como o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e o Barramento de Serviços.

Esse Plano de Projeto, que foi validado pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (SINRIC) em fevereiro de 2013, norteará os próximos passos do Projeto RIC.

Metas 2012-2015

- **1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação**

  Análise Situacional da Meta

  A pertinência desta meta com o Projeto RIC está sendo reavaliada no contexto da reformulação guiada pelo novo Plano de Projeto e pelas diretrizes do Comitê Gestor do SINRIC.

- **70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos**

  Análise Situacional da Meta

  A emissão de cartões RIC foi interrompida tendo em vista a avaliação feita sobre o Projeto Piloto.

  Em meados de 2010, decidiu-se elaborar um Projeto Piloto para emissão de 2 milhões de cartões nos anos de 2010 e 2011. A partir de 2012, de acordo com o planejamento inicial, os cartões RIC começariam a ser emitidos em quantidades maiores.

  O Projeto Piloto deveria abranger os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, bem como atender ao acordo firmado junto ao Tribunal Superior Eleitoral com foco no cadastramento biométrico em quatro municípios, a saber, Nísia Floresta/RN, Hidrolândia/GO, Rio Sono/TO e Ilha de Itamaracá/PE.

  Conforme levantamento realizado durante a avaliação do Projeto Piloto em 2012, foram produzidos cerca de 14 mil cartões. Apesar de não ter sido atingida a meta estipulada, o Projeto Piloto contribuiu para identificar ações necessárias à emissão de novos cartões, tais como definição de procedimentos padronizados para coleta de biografia e biometria,

especificação dos fluxos do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, otimização do suporte documental e tecnológico do cartão.

Quantidade alcançada

14.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, no âmbito da reformulação do Projeto RIC, foi desenhado o macroprocesso para emissão de cartões que será utilizado como parâmetro para definição dos requisitos do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil. Somente após a definição desses requisitos, será possível dar início ao desenvolvimento e à posterior implantação do Cadastro.

- **Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi elaborada uma proposta de desenvolvimento do cadastro biométrico e biográfico a ser utilizado pelas unidades da federação. Somente após o levantamento dos requisitos junto às unidades da federação, será possível desenvolver e implantar tal Sistema nas unidades regionais.

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	31/12/2012	565.215
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2011	35
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2008	32.044
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	31/12/2012	335
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	31/12/2012	69
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	31/12/2012	292
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2011	90
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2

Observações:

Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa geral de resolutividade de conflitos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A virtualização dos processos judiciais é uma tendência que vem se reforçando nos últimos anos, em razão da economia e rapidez proporcionadas. Considerando que a União, suas autarquias e fundações representam os maiores demandantes em número de processos judiciais que hoje tramitam, torna-se necessário dotar a Advocacia Pública da União (AGU) de ferramentas para atender a esta demanda crescente, contribuindo para o descongestionamento dos órgãos do Poder Judiciário e assegurando a atuação célere, transparente e eficaz no cumprimento de sua missão institucional de efetivo gerenciamento do risco jurídico da União, do monitoramento do impacto financeiro das sentenças judiciais contra a União, Autarquias e Fundações, bem como da elaboração e adoção de estratégias eficientes de defesa e orientação jurídica dos órgãos e entidades representados. Assim, com base no Modelo Nacional de Integração de Sistemas de Processo Eletrônico e no Termo de Cooperação nº 58/2009, firmado entre a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal Federal, o Conselho da Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal, tem sido empreendido grandes esforços de ajuste dos procedimentos e sistemas da Advocacia Pública Federal e o nivelamento e integração de sua infraestrutura tecnológica com a nova plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico (e-jus).

Destacam-se os importantes avanços na integração eletrônica da AGU com o Poder Judiciário, nos termos da Portaria AGU nº 607/2008. Foram realizadas integrações relacionadas às consultas processuais a autos digitalizados do Superior Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 1ª, 2ª e 4ª Regiões. A partir da utilização do Processo Judicial Eletrônico para as causas protocoladas nos Juizados Especiais Federais, os Advogados da União estão recebendo o certificado digital para habilitação nesse novo modelo de relacionamento eletrônico com o Poder Judiciário. O estágio atual de integração dos sistemas da AGU com o Poder Judiciário, aponta o alcance de 30% de integração eletrônica com os Tribunais Superiores, 60% com os Tribunais Regionais Federais, 8% com os Tribunais Regionais do Trabalho e 3% com os Tribunais de Justiça.

A AGU também vem buscando o aprimoramento de sistemas informatizados, bem como a sua integração ao e-AGU, a fim de criar mecanismos de controle mais eficientes, especialmente quanto à realização de correições nos processos eletrônicos, destacando-se os seguintes: Sistema de Acompanhamento Correicional, Sistema de Estágio Confirmatório, Sistema de Controle de Processos Administrativos Disciplinares, Sistema de Gestão de Processos Correicionais e Disciplinares e Sistema de Correição Eletrônica nos processos judiciais. Ressalta-se também os aprimoramentos no Sistema Consultoria da Advocacia-Geral da União (SISCON), que mantém a produção consultiva organizada por assunto, viabilizando a pesquisa com a recuperação de manifestações jurídicas produzidas, evitando o retrabalho e uniformizando o entendimento institucional, no que respeita ao assessoramento e consultoria jurídica.

Além disso, a fim de aperfeiçoar a interoperabilidade entre os sistemas da AGU e outros órgãos da Administração Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda vem desenvolvendo o Sistema de Apoio à Procuradoria Inteligente (SAPIENS), que permitirá a troca de informações com o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU), com a

Previdência Social (PLENUS/CNIS) e com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado**

  Análise Situacional da Meta

  A implementação das metas encontra-se em curso, sob a coordenação da AGU, com o objetivo de aprimoramento e unificação dos Sistemas da AGU e integração com os Sistemas do Poder Judiciário.

  A maior dificuldade para o cumprimento das metas é a capilaridade e segmentação do Poder Judiciário em cada área de atuação. Recentemente houve um avanço considerável no sentido de poder se tratar do assunto interoperabilidade com um órgão central, o CNJ.

  O sistema e-Processo visa aperfeiçoar e integrar os sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal. O desenvolvimento do sistema está em andamento. A conclusão do projeto está prevista para 2013. O total já implementado é de 30%.

- **Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário**

  Análise Situacional da Meta

  A consolidação do padrão de interoperabilidade será atingida com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ferramentas e serviços voltados à Advocacia Pública Eletrônica nos padrões definidos pelo Acordo 58, bem como nos padrões de interoperabilidade definidos pelo e-PING. Assim, destacam-se como principais realizações o desenvolvimento do Sistema e-Processo, a integração eletrônica com o Poder Judiciário, por meio do Acordo 58 e do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a integração eletrônica com o Poder Executivo, por meio de Webservices.

  No que se refere ao estágio atual de integração dos sistemas da AGU com o Poder Judiciário, destaca-se o alcance de 30% de integração eletrônica com os Tribunais Superiores, 60% com os Tribunais Regionais Federais, 8% com os Tribunais Regionais do Trabalho e 3% com os Tribunais de Justiça.

  No próximo exercício espera-se: aumentar em 50% a implementação da integração com os órgãos do Poder Judiciário; concluir a integração com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, o que possibilitará o acompanhamento efetivo das decisões que tratam de pagamento de vantagens a servidores públicos; concluir a integração com o Sistema de Controle de Ações Judiciais do Ministério do Planejamento; e concluir a integração com a base de dados de processos do ICMBIO, para efeitos de consulta pelo Sistema de Dívida Ativa da PGF – SISDAT.

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A fim de reduzir a litigiosidade perante o Judiciário, a PGF vem atuando na celebração de acordos judiciais. Em 2011, um Grupo de Trabalho visitou procuradorias federais em todo o país para realizar treinamentos de conciliação e

divulgação da prática da conciliação. Em 2012, foi publicado o Manual de Conciliação da PGF. Como resultado destas iniciativas, no ano de 2012, foram celebrados 74.048 acordos (até setembro de 2012) relativos às autarquias e fundações públicas federais. Esses acordos implicaram em pagamentos da ordem de R$ 475,7 milhões e em uma economia de R$ 247,7 milhões.

No âmbito das atividades de cobrança e recuperação de crédito, a PGF ainda desenvolve sistemas voltados para uma gestão mais eficiente da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais. A partir de então, será possível monitorar com precisão o estoque de créditos, as execuções fiscais ajuizadas e seu estado, dentre outras informações estratégicas. Nada obstante, a PGF vem buscando meios alternativos de cobrança para diminuir o número de execuções fiscais ajuizadas, tais como o protesto de Certidões de Divida Ativa (CDAs).

A Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF), unidade institucional da AGU para a solução conciliada das controvérsias (judicializadas ou não) entre entes e órgãos da Administração Pública, tem contribuído com as seguintes iniciativas: validação do modelo e da metodologia aplicada em matérias conciliatórias com reconhecimento dos parceiros institucionais; disseminação da cultura da conciliação por meio de palestras e seminários e encontros, tanto com os integrantes das unidades da AGU como com o público externo (por meio de universidades, OAB, órgãos do judiciário); execução das ações orientada pelo referencial de gestão da CCAF, com a implantação das rotinas, fluxos e procedimentos para balizamento do seu corpo funcional; elaboração da cartilha da CCAF, do Ementário e do Referencial de gestão e atividades institucionais; parceria com a Escola da AGU e Escola Nacional de Magistratura para promoção do curso de formação de Conciliadores.

Como órgão de controle, a Corregedoria-Geral da Advocacia da União possui papel fundamental na orientação da atuação funcional dos seus Membros. Além das correições realizadas ordinariamente nos órgão da AGU, em que são apresentadas sugestões de melhorias e correção na condução dos trabalhos, a Corregedoria, em parceria com a Consultoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, lançou a segunda versão do Manual de Boas Práticas Consultivas. O Manual oferece parâmetros para a gestão da atividade consultiva e de orientação quanto à atuação jurídica.

O Manual discorre não só sobre os aspectos relacionados à forma adotada nas manifestações jurídicas, mas também quanto ao atendimento de prazos, distribuição de processos de acordo com o nível e complexidade da matéria, além da aproximação dos órgãos consultivos com os gestores públicos.

Com isso, acredita-se que a atuação de forma preventiva contribui para redução de litigiosidade, haja vista as decisões tomadas pelos gestores possuírem a segurança jurídica necessária à implementação das políticas públicas, minimizando a possibilidade de acionamento do judiciário para corrigir distorções.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi editada a Portaria AGU nº 260/2012, que autorizou a desistência de recursos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As ações relacionadas a este propósito estão em discussão junto ao STJ e devem gerar os primeiros resultados em 2013.

  Em 2012, foi dado prosseguimento ao projeto de desistências no Tribunal Superior do Trabalho (TST), instituído pela Portaria AGU nº 1.642/2010.

Em 2012 , foi registrada a desistência de 682 recursos no âmbito do TST. Desde 2011, foi contabilizada a desistência de 2.415 recursos.

- **Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas 7 propostas de edição de súmulas ou instruções normativas, que servirão de subsídio para expansão do Programa. Comparando-se o período de julho a outubro de 2011 com julho a outubro de 2012, houve um incremento de 35% nas decisões favoráveis à União nas ações de servidores e militares, exceto Mandado de Segurança.

Com o êxito, a PGF pretende estender o projeto de protesto das certidões de dívida ativa para outras unidades da federação onde houver autorização para a isenção da União no pagamento de emolumentos prévios.

Além dos dados relacionados à economia gerada pela celebração de acordos, há referência a conflitos relevantes solucionados pela PGF mediante mecanismos alternativos.

Ao final de mais um exercício com a ferramenta institucional validada, o que podemos inferir é que a maior beneficiária dos resultados produzidos na CCAF é a sociedade que tem nos resultados da transversalidade de atuação a possibilidade de conferir celeridade e efetividade nas controvérsias que foram objeto de conciliação, evitando-se disputas e controvérsias inapropriadas com redução de custos e tempo.

- **Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se em tratamento, pelo Poder Executivo, com a propositura do PL 5.082/2009, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. O Projeto foi apensado ao PL 2412/2007 e atualmente encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto vem no bojo de um conjunto de medidas destinadas à modernização da Administração Fiscal, para tornar a sua atuação mais transparente, célere, desburocratizada e eficiente. Procura constituir nova relação entre a administração tributária e os contribuintes, possibilitando que as duas partes, mediante entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Vale notar, ainda, que a morosidade na resolução dos litígios tributários produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência. A concretização das medidas previstas no Projeto em comento aumentará a eficácia do sistema arrecadatório nacional. Com efeito, os conflitos tributários serão resolvidos no máximo em um ano, o que tornará, para o contribuinte, mais vantajosa a transação do que a aposta em longas discussões judiciais.

- **Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal**

Análise Situacional da Meta

Desde a edição da Lei nº 11.457/2007, a PGF busca mecanismos para monitorar a centralização da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Assim, vem sendo desenvolvidos sistemas e rotinas para avaliar os meios alternativos de cobrança e a racionalização da execução judicial. Dentre as importantes medidas já adotadas nesse sentido, podemos citar a Lei nº 11.941/2009, a Portaria AGU nº 377 e a Portaria PGF nº 916/2011, que estabeleceram valores mínimos para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a Portaria MF nº435/2011 e a Portaria nº 815/2011, que trataram da cobrança das contribuições sociais decorrentes das sentenças trabalhistas.

As metas da CCAF estão com desempenho satisfatório com previsão de atingimento na integralidade até 2015.

Execução da CCAF:

. Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados em 2012: 29
. Reuniões realizadas com celebração de TERMOS DE REUNIÃO em 2012: 158.
. 125 processos ativos em conciliação na CCAF.

Foram levadas a efeito 152 desistências de recursos perante o STJ. Houve 841 abstenções de interposição de recurso na fase da decisão monocrática. O percentual de abstenções em relação às intimações de decisões monocráticas desfavoráveis/parcialmente desfavoráveis à União no período foi de 55,30%, e o percentual de incremento real, relativamente ao mesmo período de 2011, foi de 145%. O Programa provocou a extinção de 993 recursos e, em decorrência disso, evitou a prolação de no mínimo 1.145 decisões/acórdãos desfavoráveis à União.

Os resultados do projeto têm alcançado índices de recuperação de crédito superiores a 30% do total de CDAs.

O Projeto CJU/Conciliação foi implantado nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco e foi instalado o Fórum Permanente de Mediação de Conflitos Federativos.

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão de Anistia foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

É importante destacar que diversas ações desenvolvidas pela Comissão de Anistia inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído pelo Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

A política de reparação econômica de caráter indenizatório, baseada na Lei 10.559/2002, prevê a prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, e a reparação em prestação única aos anistiados que não puderem comprovar perda de tal vínculo.

No ano de 2012, a Comissão julgou 1.825 processos, tendo atingido a meta de julgamento de 1.706 processos. Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 70.286 requerimentos. Cerca de 58 mil

processos já foram apreciados, restando, portanto, 12 mil pedidos a serem julgados.

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) o contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A Consultoria em curso visa gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Outra ação de destaque desenvolvida neste ano foi o início do processo de digitalização dos acervos da Comissão de Anistia e o desenvolvimento de um sistema gerencial que irá conceder maior celeridade, qualidade, segurança e transparência ao trâmite processual de requerimentos de anistia.

As Caravanas da Anistia são sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais, que compõem uma das ações da política de reparação moral da Comissão de Anistia. Em 2012, foram realizadas 13 Caravanas que percorreram as diversas regiões do Brasil, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela Comissão de Anistia.

Projeto Marcas da Memória: Este projeto foi instituído em 2008, com o objetivo principal de dar visibilidade à memória das vítimas, que tiveram sua voz brutalmente calada no período de ditadura, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização, de história de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aquelas contempladas pela Lei 10.559/2002. Ao final deste Projeto, os acervos de fontes orais e audiovisuais organizados serão disponibilizados para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política do Brasil. No ano de 2012, foram executados 21 Convênios com organizações da sociedade civil focadas na temática da anistia, e mais sete novas parcerias foram firmadas para o ano de 2013.

Projeto Clínicas do Testemunho: Em 2012, foi concebido o Projeto Clínicas do Testemunho, cujo objetivo é selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, anistiados políticos, que contemplem dimensões de atenção à vítima, capacitação de profissionais e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo. Neste ano, foram celebrados quatro convênios com organizações da sociedade civil.

Memorial da Anistia Política do Brasil: Este projeto, criado no âmbito do Ministério da Justiça em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia, e assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que executará os serviços de construção do Memorial. As obras foram iniciadas em dezembro deste ano.

Ao longo de 2012, ocorreram reuniões para discussão e definição do projeto museográfico do Memorial, bem como uma audiência pública de prestação de contas sobre o projeto, nas quais participaram a Comissão de Implantação do Ministério da Justiça e a Comissão espelho da UFMG, museógrafos, além de membros do Comitê Curador e do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil - CASC. Além disso, a Comissão tornou-se membro da Rede Latino-americana de Sítios de Memória.

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi o estabelecimento de um acordo com a Fundação Lelio e Lisli Basso, entidade italiana, com o objetivo de digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976. Esse acervo inédito irá compor também o centro de documentação do Memorial da Anistia.

Seminários: A Comissão deu início a uma ampla articulação internacional para a troca de experiência e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição. Em março deste ano, a Comissão de Anistia participou do Encontro de Planejamento da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades em Massa, em Buenos Aires, sediado pelo governo da Argentina, e em parceria com o Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação. Em agosto, a Comissão, em parceria com ao Consulado do Brasil na Alemanha e com a Universidade de Goethe, organizou o Congresso Justiça de Transição – Análises Comparadas Brasil Alemanha. Outro evento de grande importância organizado pela Comissão de Anistia, em parceria com a PUC-RIO, foi a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada.

Verdade e Acesso à Informação: além de trabalhar em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, com objetivo de facilitar o acesso a seus arquivos e o acesso à informação que prevê a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), a Comissão de Anistia firmou parcerias com comissões locais da verdade no Distrito Federal, Paraná, Pernambuco e São Paulo, disponibilizando seu acervo documental.

Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador: em março de 2013, a Comissão de Anistia participou, pelo quarto ano consecutivo, do Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, que tem como objetivo resgatar a memória e a verdade de fatos ocorridos durante a ditadura que fez milhares de vítimas naquele país e indicar políticas de reparação que impeçam a repetição dos massacres vivenciados pelo povo salvadorenho. Durante as sessões, vítimas e testemunhas são ouvidas, sítios de memória são visitados, e ao final, é promulgada uma sentença com relatório, declarações e recomendações.

Metas 2012-2015

- **Digitalizar 100% do acervo da Comissão de Anistia**

  Análise Situacional da Meta

  O atual contrato de trabalho com a empresa Intelipar prevê a digitalização de um total de 3.600.000 de imagens, que corresponde a aproximadamente quarenta por cento (40%) da quantidade total de imagens que compõem o acervo de requerimentos da Comissão de Anistia. Do total contratado, 212.000 foram concluídas até o final do ano de 2012.

  O ritmo lento da digitalização deveu-se a problemas com a empresa contratada, que vão desde a falência da empresa fornecedora dos equipamentos utilizados até problemas na configuração dos softwares de digitalização. Os problemas apontados no processo de digitalização foram sanados no final do ano passado, e o ritmo da operação de digitalização, segundo informado pela empresa contratada, aumentou para aproximadamente 25.000 imagens/dia, devendo a digitalização do montante contratado de imagens ser concluída em 2013.

  Quantidade alcançada

  2,36

  Data de Referência

  01/02/2013

- **Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e orçamentos das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia, e assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que executará os

serviços de construção do Memorial. As obras foram iniciadas em dezembro deste ano.

- **Implantar lugares de memória histórica e consciência política em todas as regiões do país**

Análise Situacional da Meta

A Comissão de Anistia inaugurou no ano de 2012, em parceria com o Fórum Paranaense Verdade, Memória e Justiça, um museu de percurso em Curitiba/PR. A instalação de outros 10 marcos já está contratada para execução em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

Análise Situacional da Meta

A Comissão de Anistia trabalha atualmente na construção de um modelo de gestão para os observatórios. Neste ínterim, firmou Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para apoiar o observatório dos direitos humanos do Paraná, que analisa, entre outros temas, a Justiça de Transição.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Julgar 10.000 processos de anistia política**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, o contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A Consultoria em curso visa gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com o auxílio da consultoria, foi traçada uma meta de julgamento, validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto, de 1.706 processos para o ano de 2012. A Comissão de Anistia ultrapassou a meta definida, tendo julgado em 2012 um total de 1.825 processos.

Os estudos da consultoria indicam que será necessário revisar a meta total prevista no PPA com vistas a adequá-la a real capacidade de julgamento do órgão, já que para os anos de 2013, 2014 e 2015, estimou-se uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deverão ser somados o quantitativo de processos de decisão monocrática, ação que depende, por sua vez, do recadastramento dos requerimentos autuados na Comissão de Anistia.

Quantidade alcançada

1.825

Data de Referência

30/01/2013

- **Realizar 20 Caravanas da Anistia**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas 13 Caravanas da Anistia, sendo que entre elas, 4 foram realizadas no Nordeste, 6 no Sudeste e 3 no Sul.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

30/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	8	unidade	6	31/12/2012
Região Sul	5	unidade	3	31/12/2012

- **Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade**

Análise Situacional da Meta

Dado o papel subsidiário da Comissão de Anistia na execução desta meta, prevista no PNDH-3, o órgão tem cooperado tecnicamente na matéria quando demandado, além de promover processos de sensibilização social para a matéria por meio de atividades culturais, como as Caravanas da Anistia, e debates realizados entre especialistas e sociedade civil no âmbito de programas de cooperação técnica direta e internacional.

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

Dentre as ações de 2012, destacam-se as ações voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor, a repressão às práticas infrativas, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias, e as ações de coordenação e integração do SNDC, por meio do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec, e das atividades da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

Para a proteção da saúde e segurança do consumidor, foi editada a nova portaria que regulamenta a comunicação de recall no Brasil (Portaria 487/12) e foi lançado o Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall - após o recebimento das campanhas de recall, a Senacon dispara um alerta aos Procons, Ministério Público, agências reguladoras e aos consumidores cadastrados. O novo sistema também amplia o acesso público às informações sobre as campanhas de recall realizadas no país.

A atuação repressiva voltou-se ao reforço do direito básico do consumidor à informação e proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. No ano de 2012, foram aplicadas 13 multas em processos administrativos sancionatórios em valor total de R$ 7.255.623,91.

Dentre os Acordos de Cooperação Técnica destaca-se a parceria celebrada entre a Senacon e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a realização de uma oficina de trabalho voltada ao tema da concorrência e do consumidor. Destaca-se, ainda, a cooperação técnica firmada entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor e a Secretaria de Reforma do Judiciário com o objetivo de estabelecer mecanismos institucionais que visem à redução dos conflitos de consumo e ao fortalecimento da proteção do direito do consumidor na tutela administrativa e judicial.

Em relação ao Sindec, cumpre salientar que o sistema está implantado em 25 Procons Estaduais integrando 274 cidades brasileiras, compondo uma base de mais de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) registros. Além disso, o Sindec está sendo utilizado pelo Governo do Uruguai, por meio de acordo de cooperação com transferência de conhecimento e tecnologia em direito do consumidor, no âmbito do Mercosul.

Ao longo de 2012, foram publicados diversos estudos, relatórios e pesquisas como o Relatório do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2011, Boletim Sindec, e pesquisas temáticas sobre Produtos, Telecomunicações, Energia Elétrica, Cartões de Crédito, SAC, entre outras. Ao longo de 2012, os dados do Sindec nortearam a elaboração de políticas públicas diversas e serviram de base para elaboração de conteúdo jornalístico para importantes veículos de comunicação do país.

Outra ação de destaque é a terceira edição do Projeto Indicadores Públicos de Defesa do Consumidor, que demonstra o compromisso do mercado em diminuir conflitos. No início de 2012, o DPDC convidou os fornecedores mais reclamados dos segmentos destacados no Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2011 (telecomunicações, assuntos financeiros e varejo) para apresentarem propostas de melhoria de seus atendimentos. Os dados monitorados indicam avanços na redução do volume e aumento da resolutividade dos conflitos registrados junto aos Procons integrados ao Sindec.

No âmbito da capacitação, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, deu continuidade na oferta de cursos presenciais, inclusive uma oficina sobre regulação no setor elétrico realizada em conjunto com a Casa Civil e o Instituto de Defesa do Consumidor, e cursos virtuais. Com esse objetivo, foram capacitados, neste ano, 2026 integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, sendo 287 capacitados pela realização de cursos itinerantes, 229 por oficinas temáticas e 1510 por meio do ensino a distância. No corrente ano, a Escola Nacional publicou o Manual sobre Proteção de Dados Pessoais, importante publicação que visa à discussão desse tema junto aos órgãos do SNDC.

No âmbito dos estudos, pesquisas e monitoramento de mercado, a Senacon acompanhou discussões envolvendo o mercado de consumo, regulado e varejo, participando de audiências e consultas públicas das agências reguladoras, realizando estudos sobre temas relevantes para a defesa do consumidor (saúde e segurança, telecomunicações, energia elétrica, serviços financeiros, transporte aéreo, setores produtivos, entre outros), além de promover reuniões com os

setores regulados para discussão de temas específicos de interesse da defesa do consumidor.

No que se refere à atuação da Senacon junto a organizações internacionais e a blocos regionais como o MERCOSUL, ao longo de 2012, a Secretaria participou de comissões e fóruns internacionais para a discussão de temas estratégicos (proteção de dados pessoais, saúde e segurança, turismo, entre outros), com destaque para o Comitê Técnico nº 07 "Defesa do Consumidor" (CT-07) do MERCOSUL, o Foro Ibero-Americano das Agências Governamentais de Proteção ao Consumidor (FIAGC) e a Organização dos Estados Americanos, OEA. Destaca-se, ainda, a contribuição da Senacon no intercâmbio de experiências no âmbito de acordos de cooperação técnica com o Uruguai, Portugal e Coreia, este, em especial, por se tratar da primeira cooperação técnica com um país asiático, tendo como foco os serviços públicos regulados, segurança de produtos e serviços, proteção de dados pessoais, recalls e intercâmbio de informações dos sistemas de reclamações dos dois países.

Por último, ressalta-se o pioneirismo do Sindec em relação à publicação dos dados de sua base em formato aberto no Portal Dados.gov.br e a realização do I Concurso de Aplicativos do Ministério da Justiça, medida que amplia ainda mais o valor percebido em relação à Política Pública em áreas como transparência, eficiência e efetividade de serviços governamentais, empoderamento dos cidadãos e qualidade de produtos e serviços privados.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC**

  Análise Situacional da Meta

  A meta programada foi cumprida, tendo sido a base ampliada mediante a integração de 37 novos Procons Municipais à base do Sindec, além do início da produção do Procon Estadual do Paraná.

  Procons integrados em 2012:

  Espírito Santo: Procon Municipal de Viana

  Minas Gerais: Procon Municipal de Caratinga, Procon Municipal de Andradas, Procon Municipal de Pains, Procon Municipal de Viçosa e Procon Municipal de Nova Serrana

  Mato Grosso: Procon Municipal de Campo Verde, Procon Municipal de Chapada dos Guimarães, Procon Municipal de Jauru e Procon Municipal de Paratinga

  Pará: Procon Municipal de Castanhal, Procon Municipal de Conceição do Araguaia e Procon Municipal de Santarém

  Rio Grande do Sul: Procon Municipal de Bagé e Procon Municipal de Uruguaiana

  Santa Catarina: Procon Municipal de Balneário Camboriu, Procon Municipal de Barra Velha, Procon Municipal de Braço do Norte, Procon Municipal de Caçador, Procon Municipal de Correia Pinto, Procon Municipal de Herval D` Oeste, Procon Municipal de Içara, Procon Municipal de Itapema, Procon Municipal de Jaraguá do Sul, Procon Municipal de Joaçaba, Procon Municipal de Joinville, Procon Municipal de Palhoça, Procon Municipal de Penha, Procon Municipal de Porto Belo, Procon Municipal de São José, Procon Municipal de São Miguel do Oeste, Procon Municipal de Schroeder, Procon Municipal de Timbó, Procon Municipal de Tubarão, Procon Municipal de Videira, Procon Municipal de Tijucas (SC) e Procon Municipal de Itajaí (SC).

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

14/01/2013

- **Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos**

Análise Situacional da Meta

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) tem como objetivo a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e entidades.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons).

A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores, realizou neste ano 08 (oito) cursos presenciais, dentre cursos itinerantes e oficinas temáticas, além de 03 ciclos de educação à distância. Foram capacitadas 2.574 pessoas, dentre elas agentes e técnicos do SNDC, tendo sido 208 capacitadas pela realização de cursos itinerantes, 216 por oficinas temáticas e 2150 por meio do ensino a distância.

Quantidade alcançada

2.574

Data de Referência

04/12/2012

- **Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor). O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon.

- **Estruturação e realização de procedimentos de fiscalização relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores, tais como Proteção de Dados Pessoais, Internet Banda Larga e Planos de Saúde**

Análise Situacional da Meta

As ações de fiscalização são importantes para a defesa do consumidor, pois representam a força do poder público na correção de práticas ou condutas que desrespeitam a regulamentação vigente e prejudicam os consumidores em seus interesses. Para tanto, necessitam de arcabouço normativo e planejamento que possa garantir uma boa ação fiscalizatória. Para alguns temas, como proteção de dados pessoais, não há ainda um marco legal que regulamente o assunto. Em relação à banda larga, a Anatel editou resolução que estabelece metas de qualidade e contratou empresa para fazer aferição da velocidade. O DPDC participou das consultas públicas e acompanha a fase de implementação da

aferição da velocidade da banda larga. Ao mesmo tempo, com base nos dados do Sindec, o DPDC elaborou relatórios para diversos setores como energia Elétrica, Planos de Saúde e Telecomunicações, encaminhados às respectivas agências reguladoras, apontando os principais problemas desses setores no âmbito das relações de consumo.

- **Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor**
  Análise Situacional da Meta
  Até o momento os cursos do EAD/ENDC continuam sendo realizados dentro da plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública sem prejuízos às capacitações.
  Em 2012, a ENDC realizou pesquisas e orçamentos referentes à implementação deste projeto, no sentido de buscar soluções para redução de custos de modo a viabilizar a implantação da plataforma própria o quanto antes. Até o final do PPA espera-se que a plataforma própria esteja em operação para que haja melhores condições para ampliar o número de cursos e capacitados pela ENDC.

- **Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)**
  Análise Situacional da Meta
  O Projeto Sindec 2.0 foi classificado como prioritário no âmbito do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MJ e encontra-se em andamento. Seu cronograma de implantação ainda se apresenta em fase inicial.

- **Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor**
  Análise Situacional da Meta
  Para cumprimento da meta, foram planejadas três ações:

  1) Criar indicadores setoriais sobre defesa do consumidor baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.
  Situação Atual: a Senacon conjuntamente com o IPEA estuda a possibilidade de uma cooperação técnica entre os órgãos, com vistas à criação de indicadores de defesa do consumidor com base nos dados do Sindec.

  2) Desenvolver metodologias de gestão da informação e do conhecimento a partir dos dados do SINDEC.
  Situação Atual: houve pela Senacon a contratação de consultoria especializada (Unesco) para realizar análise e aprimoramento da qualidade da informação produzida nos Procons Integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, com o intuito de aperfeiçoar a metodologia aplicada na capacitação técnica de usuários do sistema, no monitoramento das informações inseridas no sistema e de avaliar os principais problemas e desafios para os integrados.

  3) Desenvolver ferramentas de gestão da informação e do conhecimento.
  Situação Atual: foi contratada consultoria técnica especializada, na modalidade produto, para realizar estudos avaliativos e propositivos, com cronogramas e metas para execução, acompanhamento e avaliação das melhorias na base nacional do SINDEC. Também foi contratada consultoria especializada em ministrar cursos da ferramenta Business Inteligence, com o intuito de apresentar e ensinar aos técnicos da Coordenação geral do SINDEC conceitos e recursos desta área e de permitir maior proveito da gestão de informação e pesquisas realizadas a partir dos dados do Sindec.

- **Implantação do Sistema de Monitoramento de Recall e Acidentes de Consumo**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2012, houve o lançamento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall, que visa o registro e acompanhamento, por meio eletrônico, de todas as campanhas de recall em trâmite no Brasil. O sistema encontra-se, hoje, em funcionamento, para realização de cadastro e consultas por parte do DPDC, dos consumidores e das entidades parceiras. No entanto, um de seus objetivos principais, que é a comunicação direta entre fornecedores e o

Departamento, por via eletrônica, ainda não está em funcionamento.

- **Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons**

Análise Situacional da Meta

Em relação à proteção de dados pessoais, a Secretaria Nacional do Consumidor constatou a necessidade de regulação do tema por meio Legislativo. A Senacon redigiu um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e o levou a debate público, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas em novembro de 2010.

Após consolidação das sugestões apresentadas no debate público, teve início uma mesa de debates sobre o texto-base que contou com a participação dos Ministérios da Justiça; Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Comunicações, bem como do Banco Central do Brasil e da Anatel. No momento, o texto encontra-se em fase final de elaboração pelo Ministério da Justiça para ser, posteriormente, enviado à Casa Civil da Presidência da República.

A Senacon também elaborou o projeto de lei para o fortalecimento dos PROCONs tendo como objetivo conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, em especial dos PROCONs, para que, além da aplicação de multas possam estabelecer medidas corretivas aos fornecedores que incorram em infrações aos direitos dos consumidores.

A mencionada proposição legislativa permite também que as conclusões das audiências realizadas pelas autoridades administrativas de defesa do consumidor possam ser aproveitadas em sede de Juizados Especiais, evitando-se a duplicidade de procedimentos e garantindo maior agilidade e celeridade ao feito.

O anteprojeto de lei está em análise na Casa Civil.

- **Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo**

Análise Situacional da Meta

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como objetivo a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Entre as ações de modernização na gestão do CFDD, merece destaque a criação da Coordenação de Direitos Difusos no âmbito da Senacon, dotada de servidores que executam as atribuições da Secretaria-Executiva do FDD. Além disso, destacam-se também as iniciativas voltadas ao treinamento e capacitação dos servidores da referida Coordenação, com o objetivo de aprimorar a experiência necessária para atuar no ramo das transferências voluntárias, convênios e outros instrumentos congêneres.

- **Realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor (I CONDEC)**

Análise Situacional da Meta

Está em análise, pela Presidência da República, o Projeto de Decreto que trata da convocação da 1ª Conferência Nacional sobre Consumo e Cidadania – CONDECON, iniciativa em linha com a diretriz de governo de incentivo à participação social na formulação das políticas públicas.

- **Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do

governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon, cujas atribuições encontram-se estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, entre elas, a coordenação da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

No tocante à reestruturação gerencial, com a criação da Senacon, o DPDC passou a exercer um papel estratégico do ponto de vista técnico no âmbito da PNRC, organizando-se em três coordenações-gerais com atribuições de extrema relevância para a proteção dos consumidores, previstas no Regimento Interno da Senacon: Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos e Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao final de 2012, percebe-se que grandes avanços foram feitos para o alcance do objetivo.

Um grande marco foi a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, em 29 de maio 2012, que reestruturou o SBDC e impôs uma série de desafios que têm sido confrontados de maneira bem sucedida.

O primeiro desafio relaciona-se à reformulação institucional do Novo CADE. O Conselho incorporou as competências concernentes às fases de instrução e julgamento de atos de concentração econômica (atribuição anteriormente exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF), assim como de condutas anticompetitivas (atribuição anteriormente exercida pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, da agora extinta Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - DPDE/SDE/MJ).

Essa reformulação institucional do CADE exigiu, entre outras medidas:
(i) a reestruturação organizacional; (ii) a ampliação e preparação do corpo funcional; (iii) a adequação da estrutura física, de equipamentos e de infraestrutura da Autarquia. A reestruturação organizacional foi concluída com a publicação do Decreto nº 7.738/2012, que aprovou a nova estrutura regimental do CADE.

O projeto de mudança de sede, iniciado no segundo semestre de 2011, foi concluído em junho de 2012, com a locação e a preparação de novo espaço físico, aquisição de mobiliário e equipamentos de infraestrutura. Além disso, o quadro de cargos em comissão da Autarquia foi ampliado de 36 para 124, fruto do aumento de atribuições e do reforço das áreas de suporte.

O segundo desafio diz respeito à adoção do sistema de notificação prévia em atos de concentração (fusão, aquisição, formação joint-ventures e outros). Esta alteração retirou o Brasil do pequeno rol de países que avalia negócios de fusão e

aquisição depois de sua efetiva conclusão. O novo marco legal impôs ao CADE não somente a absorção de parte das competências da SEAE e da SDE, mas também a obrigação de analisar previamente os atos de concentração, o que representa uma alteração substancial no “modus operandi” de análise e exige maior agilidade de instrução e julgamento.

O terceiro desafio trata do cumprimento dos prazos pelo CADE. O Procedimento Preparatório para Instauração de Inquérito Administrativo deve agora ser concluído no prazo de 30 dias. O Inquérito Administrativo poderá tramitar na Superintendência-Geral por até 180 dias, prorrogáveis por mais 60, quando o fato apurado for de difícil elucidação. O Processo Administrativo para a análise de Ato de Concentração deve ser concluído em até 240 dias, prorrogáveis por mais 60 dias mediante requisição das partes envolvidas na operação, ou por 90 dias mediante decisão fundamentada do Tribunal. Percebe-se que estes prazos apresentam um grande desafio quando comparados com os tempos históricos de análise de processos administrativos “lato sensu”.

O CADE também reviu grande parte de seu arcabouço normativo interno, com o objetivo de adequar-se às mudanças nos prazos processuais apresentadas na Lei nº 12.529/2011 e tornar seu trabalho mais célere. Cita-se como avanço a publicação do Novo Regimento Interno do CADE, após consulta pública, e a criação de novo procedimento para análise de Atos de Concentração, com extensa pesquisa das melhores práticas das autoridades antitruste estrangeiras. Registra-se como desafio relativo a esse quesito a revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica e dos programas de leniência e compliance.

Destaque-se que a reestruturação do SBDC teve grande impacto no cumprimento de outras metas importantes, uma vez que os esforços do CADE e da extinta SDE/MJ voltaram-se para esse projeto e, consequentemente, a programação original precisou ser revista.

Sobre a instituição de parcerias, meta importante atingida foi a realização da 11ª Conferência Internacional da International Competition Network (ICN) no Brasil, em 2012, que contou com a participação de 496 delegados de diversas agências antitruste estrangeiras. Esse evento internacional contribuiu para o fortalecimento do posicionamento do CADE frente às agências antitruste citadas. Como resultado desse esforço, o CADE celebrou Acordos de Cooperação com as autoridade antitruste da China e do Peru e há outros em negociação. Com relação à parceria do CADE com órgãos da Administração Pública, é importante citar a agenda de aproximação com as Agências Reguladoras, com o objetivo de firmar novos Acordos de Cooperação Técnica e renovar os já existentes. A instalação de Laboratórios de Investigação de cartéis em todas as regiões do país, ação importante relacionada à agenda nacional de parcerias, está parcialmente implementada, com a existência de laboratórios em 3 das 5 macrorregiões.

Por fim, no tocante a adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência, a realização da 11ª Conferência da ICN pode ser considerada atividade importante, uma vez que esses temas foram tratados no evento. Outra ação realizada foi o lançamento de Campanha Publicitária, no mês de setembro, parte de Agenda comemorativa pelo aniversário de 50 anos do CADE, projeto aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). A campanha contou com a produção de material gráfico, publicação de anúncios nos principais jornais e revistas de circulação nacional e sítios eletrônicos ligados a negócios, entre setembro e outubro. Também foi criado um hotsite, sítio eletrônico específico para a divulgação da campanha.

Duas outras ações importantes nesse tema são a criação da Escola Nacional de Defesa da Concorrência – ENDEC e o lançamento de publicações e cartilhas, ambas programadas para 2013 devido à implementação do Novo CADE.

Metas 2012-2015

- **Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância**

Análise Situacional da Meta

O projeto Escola de Defesa da Concorrência - ENDEC encontra-se em fase de revisão do planejamento, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Na oficina de planejamento estratégico do CADE, realizada de 04 a 07 de fevereiro de 2013, foi definido que o projeto será implantado no 2º semestre de 2014. O projeto será gerenciado pela Assessoria de Panejamento e Projetos - ASSPLAN, subordinada à Presidência do Conselho.

- **Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país**

Análise Situacional da Meta

O projeto foi impactado em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Cumpre destacar que já há laboratórios de análise e investigação de cartéis em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), restando pendente a presença nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Encontra-se em estudo a revisão da política de contrapartidas com os órgãos destinatários dos Laboratórios, para garantir que os recursos destinados pelo CADE sejam de fato aplicados na persecução de cartéis.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

15/02/2013

- **Implantação do Novo CADE**

Análise Situacional da Meta

O Novo Cade foi formalmente implementado com a entrada em vigor da Lei 12.529/2011, em 29 de maio de 2012. As principais mudanças trazidas pela Lei são:

-Instrução e julgamento serão centralizados no Novo CADE, que passa a ser constituído pelos seguintes órgãos:

1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica
2. Superintendência-Geral
3. Departamento de Estudos Econômicos

-Extinção da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) e transferência para o Cade dos cargos do Departamento de Proteção e Defesa da Concorrência;

-Advocacia da Defesa da Concorrência conduzida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF); e

-Instituição da análise prévia de atos de concentração.

Cumpre registrar que, durante o primeiro semestre de 2012, os órgãos do SBDC orientaram suas atividades para a preparação das mudanças geradas pelo novo marco legal. Assim, 6 (seis) grupos de transição formados por servidores do CADE, da SDE/MJ e da SEAE/MF atuaram para avaliar os impactos sobre pessoas, infraestrutura, processos e estrutura organizacional e conduziram diversas ações necessárias para implementação do Novo Cade. Como resultado

do trabalho desses grupos, destacam-se:

- Grupo Nova Sede: Implementação do Plano Operacional de Mudança de Sede, contemplando a locação de nova sede adequada às novas demandas e estrutura do CADE, bem como as aquisições para preparação da nova sede (mobiliário, divisórias, equipamentos, serviços, etc.). A mudança das equipes do CADE e do DPDE/SDE para a nova sede foi realizada sem interrupção do Protocolo e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

- Grupo Estrutura e Organograma: publicação do Decreto de Estrutura do CADE (Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012);

- Grupo Análise Prévia de Atos de Concentração: instituição da Resolução nº 2, de 29 de maio de 2012, que disciplina a notificação dos atos de concentração, e capacitação da equipe para instrução de atos de concentração;

- Grupo de Tecnologia da Informação: contratação de fábrica de software para desenvolvimento de solução de tramitação eletrônica de processos. Primeira versão do módulo 1 encontra-se em fase de homologação;

- Grupo de Mobilização e Alinhamento: apoio ao processo de comunicação interna sobre a transição, promoção de encontros para integração das equipes do SBDC e realização de pesquisas junto ao corpo técnico para subsidiar o processo de formação das equipes do Novo CADE;

- Grupo de Normas Infralegais: publicação do Novo Regimento Interno do CADE (Resolução nº 1, de 29 de maio de 2012).

- **Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos**
  Análise Situacional da Meta
  A primeira versão do sistema foi desenvolvida e já se encontra em uso por alguns setores, especialmente: (i) Protocolo/Cadastro; (ii) Contabilidade; e (iii) parte da Superintendência Geral. Atualmente, encontram-se inseridos no sistema os processos de atos de concentração submetidos ao CADE desde novembro/2012 e as denúncias de infrações à ordem econômica recebidas a partir de fevereiro/2013. A equipe de desenvolvimento iniciou a etapa de aprimoramento do software, planejada em novembro/2012. Dos 27 (vinte e sete) pacotes de aprimoramento, 2 (dois) já foram concluídos, 8 (oito) estão em fabricação e o restante ainda está em fase de concepção.

- **Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência**
  Análise Situacional da Meta
  A meta encontra-se em fase de revisão, em razão da alteração do marco legal da Defesa da Concorrência no Brasil, com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, em 29 de maio de 2012.

  Em dezembro de 2012, o CADE instituiu o projeto Revista de Defesa da Concorrência. A edição pelo CADE de uma publicação periódica sobre política de defesa da concorrência teve início em 1975, com o lançamento da Revista de Direito Econômico. Em 2004, o veículo passou a se chamar Revista de Direito da Concorrência. Desde a primeira versão até hoje, mais de 50 edições foram publicadas. Com a nova linha editorial, a publicação passa a ser denominada Revista de Defesa da Concorrência e os artigos submetidos à Revista devem ser avaliados por especialistas externos ao CADE. A primeira publicação está prevista para o 1º semestre de 2013.

  O tema também será debatido na reunião da ENACC - Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (fórum multisetorial que congrega os diversos atores ligados à política de combate a cartéis), programada para o segundo semestre de 2013.

- **Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012**
  Análise Situacional da Meta
  Meta alcançada.

  O evento foi realizado no período de 17 a 20 de abril de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença de 489 participantes, sendo 390 estrangeiros.

  Em pesquisa realizada entre os participantes do evento, verificou-se o índice geral de satisfação de 90,32%.

  A programação, elaborada em conjunto com a Annual Conference Planning Committee – ACPC, incluiu sessões plenárias e painéis de discussão. Também fez parte da agenda a apresentação do Special Project, trabalho desenvolvido pela autoridade da concorrência que sedia o encontro. O tema do Brasil foi "Leniency and Settlements Procedures in Competition Enforcement".

- **Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ**
  Análise Situacional da Meta
  Com a entrada em vigor da Lei 12.529/2011, em 29 de maio de 2012, as investigações de infrações contra a ordem econômica, antes sob responsabilidade da Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ), passaram a ser competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Ademais, vale destacar que a definição da meta de redução de estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis está associada ao grande número de denúncias nesses setores, ao seu grande impacto no bem-estar dos consumidores e à necessidade de dar resposta mais tempestiva à sociedade. Nesse sentido, a meta foi alcançada, conforme segue:

  - No setor de combustíveis, foi registrada redução de 74% do estoque. Em 01 de janeiro de 2012, os casos em instrução nesse setor somavam 69 processos. Destes, 51 foram concluídos

  - No setor de saúde foi registrada redução de 50% do estoque de investigações. Em 01 de janeiro de 2012, os casos em instrução nesse setor somavam 93 processos. Destes, 56 foram concluídos.

  No setor de combustíveis, grande parte dos processos em investigação versava sobre cartéis de postos de combustíveis. Destaque-se que muitas das denúncias careciam de conteúdo probatório e foram arquivadas por ausência de indícios, o que contribui para o aumento da efetividade da política de defesa da concorrência, na medida em que permitiu ao CADE tratar casos com maior chance de condenação. Como resultado desse esforço, pode-se citar a condenação pelo Tribunal do CADE, em março de 2013, em sessão temática de julgamento dedicada ao setor de combustíveis, de seis casos de cartel, totalizando a aplicação de R$120 milhões em multas, destinadas ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD do Ministério da Justiça. Essas práticas anticoncorrenciais ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Bauru (SP), Londrina (PR), Teresina (PI) e Caxias do Sul (RS). A investigação de grande parte dos processos analisados nessa sessão de julgamento temática foi concluída no ano de 2012, em cumprimento à meta de redução do estoque.

  No setor de saúde, a maior parte dos casos finalizados tratava de condutas unilaterais, ou seja, praticadas por um agente econômico abusando de sua posição dominante. A uniformização de teses acerca de tabelamento de preços pelos Conselhos Regionais de Medicina, assim como sobre a unimilitância (exigência de exclusividade feita aos médicos pelos planos de saúde), permitiu a solução conjunta de diversos processos diferentes sobre o mesmo tema, racionalizando os esforços do CADE. Vale ressaltar que, assim como no caso do setor de combustíveis, muitos casos também foram arquivados por ausência de indícios. Como resultado da priorização do setor de saúde, cumpre destacar

que, em março de 2013, 93 casos de unimilitância foram encerrados pelo CADE. A unimilitância dificulta a entrada de novas operadoras de planos de saúde no mercado, limita a concorrência e diminui as opções aos consumidores de planos de saúde.

- **Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Com o advento da nova lei, o Cade priorizou a revisão de suas normas internas básicas de instrução e julgamento de atos de concentração e processo administrativo, tendo sido aprovado um novo regimento interno e uma nova resolução sobre controle de estruturas. A autarquia aproveitou a oportunidade para estudar uma melhor disposição de sua organização interna com vistas a otimizar o exercício de sua atividade instrutória e julgadora. Os impactos destas modificações não podem ser completamente quantificados, mas se faz necessário ressaltar 2 (dois) fatores que indicam os significativos avanços neste sentido: (i) a diminuição significativa do prazo médio de análise de um ato de concentração sumário, de 38 (trinta e oito) dias em 2011 para 17 (dezessete) para os atos de concentração da nova lei; e (ii) a quantidade de atos de concentração julgados nos 3 (três) primeiros meses de vigência da nova lei, que correspondeu à totalidade dos atos julgados no segundo semestre de 2011.

A prioridade atual é a revisão do regimento interno do CADE, especialmente no que diz respeito às normas relativas à celebração de acordos, e o endereçamento de assuntos pendentes de regulamentação.

- **Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza**

Análise Situacional da Meta

A reformulação do marco legal de combate aos crimes contra a ordem econômica foi objeto de consulta pública por meio de minuta de anteprojeto de lei, em 2011, e encontra-se em fase de análise das contribuições apresentadas para consolidação do texto e discussão mais ampla sobre os prós e contras da criminalização de cartéis e de questões conexas, como a culpabilidade, a pena e a melhor forma de persecução das pessoas físicas envolvidas nesse tipo de conduta.

- **Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica**

Análise Situacional da Meta

O regimento interno do Cade trouxe maior transparência ao programa de leniência, o que atuará positivamente aumentando a procura pelo programa. A reformulação do programa encontra-se atualmente em fase de identificação do modelo mais adequado para a realidade brasileira e posteriormente passará por discussão pública, devendo ser concluída em 2013. No que tange à gestão interna dos processos e procedimentos relativos à leniência, diversas mudanças foram implementadas com foco em especialização e ampliação da equipe dedicada à análise, à priorização, à definição de critérios mais transparentes de aceitação e divisão interna do trabalho por fases da negociação.

Já para a revisão do programa de compliance, será instituído projeto estratégico no CADE, com previsão de início em dezembro de 2013.

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Arquivo Nacional tem como missão promover a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. Para o cumprimento de sua missão, cabe destacar as principais realizações de 2012 que contribuíram para o alcance deste objetivo, a saber:

- Realização do IV Seminário "A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal", com o tema Lei de Acesso a Informações – Gestão de Documentos, Transparência e Cidadania, no âmbito do IV Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da Administração Pública Federal, ocorrido no período de 25 a 28 de junho de 2012, em Brasília;

- Realização de orientação técnica aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos, visando o controle da produção, tramitação, organização, classificação e avaliação de documentos;

- Elaboração do projeto de desenvolvimento e implantação da infraestrutura tecnológica do programa AN Digital;

- Realização do primeiro monitoramento do Projeto Apoio a Implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado – SNAE (Moçambique), no âmbito do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, sob a responsabilidade do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e da Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores;

- Realização do Seminário "A cartografia nos arquivos: público, usos e acesso", que teve como objetivo promover o debate entre as diversas instituições detentoras de acervos cartográficos e o intercâmbio entre os profissionais da área, proporcionando uma ampla discussão sobre o tratamento técnico desenvolvido por essas instituições e as suas estratégias de acesso e difusão do conhecimento cartográfico, enfatizando as possibilidades oferecidas pelos novos ambientes digitais;

- Realização de assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos de diversas instituições, a saber: Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica, Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Flu-Memória, TV Brasil, Produtora LC Barreto; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e Museu da Fazenda Federal;

- Recolhimento de parcela de acervo da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), relativos ao período 1990 a 1999, para guarda, preservação e acesso;

- Recebimento em doação de acervos privados de interesse público e social, tais como: i) acervo do político Luiz Carlos Prestes; ii) acervo do militante Apolônio de Carvalho; iii) documentos reunidos pela família do político Sidney Fix sobre o seu desaparecimento na Argentina; iv) documentos da Família Bicalho, que complementaram acervo já existente no Arquivo Nacional. v) acervo da ex-deputada federal Conceição da Costa Neves. Cabe mencionar que a realização de cerimônias que marcam a doação de acervos se inserem numa política de incentivo para que famílias e entidades detentoras de acervos importantes e relevantes para a história nacional promovam a doação dessa documentação no sentido de torná-la acessível a um público amplo;

- Desenvolvimento de projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), sobre o tratamento técnico do acervo relativo à entrada de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, de forma a contribuir para a disseminação de informações acerca da entrada de imigrantes no Brasil, permitindo não só a realização de pesquisas histórico-sociológicas mais consistentes como também facilitar aos cidadãos brasileiros e estrangeiros a defesa, comprovação e resguardo de seus direitos;

- Estabelecimento de parceria com diversas instituições para disponibilização de filmes depositados no Arquivo Nacional para exibição em mostras nacionais, tais como: Cinemateca Brasileira, Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB);

- Recebimento em depósito de 10 filmes restaurados pelo Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro com fins de guarda e preservação;

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Arquivo Nacional e diversas instituições, tais como: i) Family Search International, para criação de arquivos eletrônicos de imagens digitais de acervos sob a guarda do Arquivo Nacional; ii) Fundação Arquivo e Memória de Santos, com vistas a ampliar o acesso às informações de entrada, registro e movimentação de estrangeiros no Brasil, contidos no acervo do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – Santos/SP; iii) Associação Ser Cidadão, para promover a capacitação profissional para jovens e adultos procedentes de comunidades com baixo investimento social, atendidos pela associação; iv) Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br – NIC.br, para a difusão de obras audiovisuais sob a guarda do Arquivo Nacional, por intermédio de plataforma virtual na Internet; v) Fundação Biblioteca Nacional, para a criação e geração de conteúdos digitais de relevância para a cultura regional e nacional no âmbito do projeto Rede da Memória Virtual Brasileira (RMVB); Câmara dos Deputados do Brasil – TV Câmara, com vistas ao intercâmbio cultural e técnico no campo do audiovisual.

- Participação, como co-organizador e/ou apoio em diversos eventos de parceiros do Memórias Reveladas, objetivando divulgar o Centro de Referência, tais como: Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva (MJ e PUC-Rio), com itinerância da exposição Registros de uma Guerra Surda; Seminário Internacional Lugares de Memória (SEDHAS/RJ, SDH/PR e AN/MR); Seminário Brasil Nunca Mais e as Violações de Direitos Humanos na Ditadura: memória e democracia (CEDIC/PUC-SP e MPF/SP).

Metas 2012-2015

- **120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ**

  Análise Situacional da Meta

  O Plenário, as Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais são órgãos da estrutura básica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao Plenário cabe definir a política nacional de arquivos públicos e privados; as Câmaras Técnicas visam à elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); as Câmaras Setoriais tem por finalidade identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de setores específicos de arquivos, interagindo com as Câmaras Técnicas; as Comissões Especiais tem por objetivo examinar assuntos específicos relacionados à legislação arquivística. Neste sentido, foram realizadas 36 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ até dezembro de 2012, o que representa uma ampliação em 20% da meta prevista para o ano.

  Quantidade alcançada

  36

  Data de Referência

  31/12/2012

- **140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

As ações patrocinadas no âmbito do "Projeto Pronac 07-6040 – Memórias Reveladas – fase I" (Lei Rouanet) foram tecnicamente finalizadas em dezembro de 2011. Atualmente, o Banco de Dados Memórias Reveladas dispõe de 427.967 registros, dos quais 417.057 foram publicados e estão disponíveis para consulta pública. A alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 2.000 registros no primeiro quadrimestre (janeiro a abril de 2012) e de 2.200 registros no segundo quadrimestre (maio a agosto de 2012), e de 2.800 registros no terceiro quadrimestre (setembro a dezembro de 2012), além de mais 15.000 registros oriundos do próprio Arquivo Nacional e dos parceiros Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE (Pernambuco), os dois últimos contemplados com recursos do Projeto Pronac 07-6040, perfazendo 22.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros). Até o presente momento, não foi possível realizar a captação de recursos no âmbito da Lei Rouanet, seja por intermédio da Associação Cultural do Arquivo Nacional – ACAN ou de outra entidade, visando à execução da fase II do Projeto, o que viabilizará o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

22.000

Data de Referência

31/12/2012

- **1.534.852 documentos arquivísticos preservados**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico nacional sob sua guarda, o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 334.844 documentos em 2012. Estas atividades compreendem o tratamento arquivístico, a prevenção e/ou reparação de danos e deterioração, e digitalização dos documentos para fins de acesso e preservação. Alcançou-se, portanto, aproximadamente 21% da meta prevista para o período compreendido pelo Plano Plurianual em curso.

Quantidade alcançada

334.844

Data de Referência

31/12/2012

- **217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. No exercício de 2012, foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), o que representa 61,82% da meta prevista para o ano (55 instituições e entidades).

Quantidade alcançada

34

Data de Referência

31/12/2012

- **230 publicações, sítios eletrônicos e eventos culturais realizados para difusão do acervo e de conhecimento**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 65 ações de difusão do acervo e do conhecimento, dentre as quais destacam-se:

. Quatro seminários: Cartografia nos arquivos; Estado & Administração; IV Seminário "A gestão de documentos arquivísticos na Administração Pública Federal (SIGA)"; III Seminário internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral;

. Onze publicações impressas: Os presidentes e a república (5ª edição/ brochura e 3ª edição/ canoa); revista Acervo v. 24, n. 1 – Acesso à informação e direitos humanos; Arquivos do mundo dos trabalhadores; v. 24, n. 2 – Arte e cultura na experiência colonial e v. 25/1 – Difusão cultural em arquivos, 3 monografias Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa (2009) - "Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970" de Douglas Attila Marcelino, "Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande" de Manoela Pedroza e "Jardim regado com lágrimas de saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos e S. Francisco de Paula" de Henrique Sérgio Batista; Revista do REcine n. 9 (O humor no cinema); Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil,

. Seis publicações digitais: Arquivos do mundo dos trabalhadores; revista Acervo v 24/1 - Acesso à informação e direitos humanos – suplemento; v. 24, n. 2 – Arte e cultura na experiência colonial e v. 25/1 – Difusão cultural em arquivos; Carta de serviços ao cidadão; Princípios de acesso aos arquivos;

. Nove eventos: diplomação dos acervos nominados no Programa Memória do Mundo da Unesco 2012; cerimônias de doação de acervos privados (Apolônio de Carvalho e Luiz Carlos Prestes), XI Festival Internacional de Cinema de Arquivo – Recine: mostra informativa, mostra competitiva, mesas-redondas, 2 oficinas;

. Uma exposição Viagens italianas (cerca de 2.000 visitantes);

. Três exposições virtuais: A história em preto e branco, Brasil: o império dos trópicos, França: uma festa brasileira;

. Itinerância da exposição Registros de uma guerra surda durante a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada/61ª Caravana da Anistia/PUC-RJ;

. Três temas para o site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira: Impostos, contrabandos e impostos; Grão-Pará e Maranhão sob a política ilustrada; Alimentação;

. Oficina Regional do Programa Memória do Mundo;

. Organização e acompanhamento de 267 visitantes de 17 instituições.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2012

- **2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015**

  Análise Situacional da Meta

  As 2 conferências nacionais de arquivos serão realizadas em 2013 e 2015.

- **2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram realizados 840.273 atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento. Portanto, a meta prevista para 2012 (500.000 usuários atendidos/acessos a sítios) já foi superada, devido principalmente ao aumento no número de acessos aos sítios institucionais em função da publicação de novas Leis e Resoluções arquivísticas.

  Quantidade alcançada

840.273
Data de Referência
31/12/2012

- **50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida parcialmente tendo em vista que a reestruturação prevista estava condicionada à revisão e publicação dos novos Decretos do SIGA e do SISG e, consequentemente, à publicação pelo Ministério da Justiça das novas portarias relativas aos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como às atividades relativas à utilização do número único de protocolo. Entretanto, visando ao alcance da meta proposta, o Arquivo Nacional continua prestando orientação técnica no que tange às atividades de protocolo e às unidades protocolizadoras existentes, bem como reunindo informações a partir de formulário específico sobre a situação das unidades protocolizadoras. Foram prestadas 229 orientações técnicas pelo Arquivo Nacional aos órgãos e entidades da APF.

- **8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas ações preparatórias nos 8 estados selecionados para receberem pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas, contemplando todas as regiões do Brasil. Tais ações ocorreram no âmbito do "Projeto Pronac 076040 - Memórias Reveladas" e incluíram a compra de equipamentos e a contração de serviços visando ao tratamento de acervos documentais do período de 1964-1985.

- **Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais**

Análise Situacional da Meta

O processo de aquisição de um repositório digital de 100TB encontra-se em andamento, com previsão de realização do processo licitatório até o final do ano de 2013, o que permitirá ampliar a capacidade de armazenamento dos arquivos digitais do Arquivo Nacional.

- **Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional tem sob sua guarda hoje 856 fundos documentais que somam cerca de 60 km de prateleiras. Deste montante, 60% dos fundos está sob guarda da sede no Rio de Janeiro e o restante está armazenado na Coordenação Regional do Distrito Federal. Durante o ano de 2012, foi realizado um esforço de aquisição de mobiliário para adequação de três depósitos de guarda de acervo, resultando na liberação de 1,3 e 27,4 km de espaço na sede e na unidade regional, respectivamente, o que possibilitará novos recolhimentos, como, por exemplo, o arquivo da Comissão Nacional da Verdade, que será destinado ao Arquivo Nacional após a conclusão dos trabalhos.
Quantidade alcançada
3
Data de Referência
31/12/2012

- **Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2010, estão sendo realizadas reuniões técnicas com as equipes do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da administração pública federal e do Ministério do Planejamento e Gestão – MP, com objetivo de efetuar a revisão dos decretos que dispõem sobre os sistemas estruturantes do Governo Federal que tratam de arquivo, informação e comunicações administrativas. A minuta do decreto que trata da revisão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, foi concluída e encontra-se em análise na

Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça – CONJUR/MJ, juntamente com as minutas da nota técnica e da exposição de motivos. A revisão é importante, pois eliminará os pontos conflitantes existentes entre o SIGA e o SISG, o que garantirá uma maior articulação dos arquivos federais e o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas nas fases corrente, intermediária e permanente, que ora se encontram dispersas entre os dois sistemas. Haverá, também, economia de recursos financeiros, materiais e humanos, evitando-se gastos e esforços com fins coincidentes, ganhando-se maior agilidade na recuperação e no acesso da informação pública, com expressiva redução dos custos de produção e de armazenagem de documentos. Além disso, possibilitará a atualização, ampliação e consolidação das competências e atribuições do SIGA.

- **Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional participou da análise e elaborou sugestões à proposta de "Padrão de Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade" que visa estabelecer diretrizes para a inserção e atualização de informações na camada integradora de protocolos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

- **Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda, sendo: i) 216 módulos de estantes deslizantes na sede e 463 módulos de estantes metálicas na unidade regional; ii) um sistema de monitoramento ambiental dos depósitos da unidade regional. Portanto, a meta prevista para 2012 (153 equipamentos), conforme o planejamento realizado, foi superada.

Quantidade alcançada

680

Data de Referência

31/12/2012

- **Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios. Diversas ações vêm sendo adotadas para fomentar a criação de arquivos municipais, dentre elas: elaboração, publicação e distribuição de cartilha com vistas à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, considerando os princípios norteadores da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e a assistência técnica e consultoria aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

Dessa forma, até o momento, foram criados dois arquivos públicos municipais, a saber: Arquivo Municipal de Uberaba em Minas Gerais e Arquivo Municipal de Águas Belas em Pernambuco.

- **Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Para subsidiar a realização desta meta o Arquivo Nacional realizou um diagnóstico a respeito da situação da gestão de documentos e informações no âmbito do Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, secretarias, departamentos, autarquias, fundações e conselhos. O referido diagnóstico e as recomendações elaborados serviram de base para orientar os demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal em caso de dúvidas quanto à estruturação de seus serviços de informação ao cidadão.

- **Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização**

Análise Situacional da Meta

Na década de 1980, o Arquivo Nacional recolheu do Departamento de Polícia Federal documentos sobre estrangeiros,

que necessitavam de tratamento arquivístico, a saber: relações de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros, relações de aviões que aterrissaram em aeroportos de vários estados brasileiros, fichas consulares de qualificação, cartão de embarque/desembarque de passageiros, pedidos de visto, cartões de serviço de tripulantes marítimos, carteiras de identidade de estrangeiros, controles de entrada/saída de vôos e nacionalidades/número de pessoas a bordo, entre outros. O grande número de consultas às relações de passageiros em vapores, parcela do acervo produzida no final do século XIX e início do século XX, acelerou o processo de desorganização e de deterioração da documentação. Diante disso, o Arquivo Nacional desenvolveu um projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e executado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), que terá como objetivos: i) tratar tecnicamente a informação presente num dos acervos mais consultados da instituição; ii) inserir dados relativos a quinhentos mil imigrantes em base de dados específica, destinada à rápida recuperação de informações onomásticas relativas a entrada de estrangeiros; iii) alimentar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, com associação de imagens das relações de desembarque de passageiros, para acesso via web; iv) permitir aos usuários a verificação imediata da existência de documentos que lhe interessem, bem como lhes garantir rápido atendimento na obtenção dos documentos comprobatórios e certidões necessárias. A ampliação do banco de dados com registros de imigrantes desembarcados no Porto do Rio de Janeiro será realizada no âmbito deste projeto e as atividades serão desenvolvidas a partir de 2013.

- **Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas (“Rede Memórias Reveladas”) é composta, atualmente, por 72 instituições parceiras, no Brasil e no exterior. O objetivo da rede é promover a integração de acervos, a difusão de boas práticas no campo da arquivologia, bem como a execução de ações de interesse para o Centro de Referência Memórias Reveladas. No primeiro quadrimestre de 2012 (janeiro a abril), a Universidade Federal da Bahia e a Secretaria Especial de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro aderiram à Rede. No segundo quadrimestre de 2012 (maio a agosto), duas outras instituições formalizaram adesão: a Associação Brasileira de História Oral e a Serviço Gráficos de Sergipe S/A, e no terceiro quadrimestre (setembro a dezembro) a adesão de mais 12 instituições: PUC-Rio, Universidade Tiradentes/SE (Unit), Universidade Salgado de Oliveira/RJ – Universo, Universidade Severino Sombra/RJ – USS, Universidade de Santa Cruz do Sul/RS – Unisc, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Cátedra de Leitura da Unesco da PUC-Rio, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Instituto Práxis e Associação Nacional de História – Anpuh, totalizando 80 % da meta geral de adesão de 20 órgãos e entidades à Rede. Novas parcerias estão sendo prospectadas por intermédio das redes de parceiros já constituídas e da Comissão de Altos Estudos de Memórias Reveladas.

  Quantidade alcançada

  16

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal**

  Análise Situacional da Meta

  A realização dessa meta está prevista para o exercício de 2014.

- **Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas**

  Análise Situacional da Meta

  Para a realização desta meta, estão sendo realizados esforços de captação de recursos por intermédio da Associação Cultural do Arquivo Nacional – ACAN ou de outra entidade, no âmbito da Lei Rouanet, para a execução da fase II do

Projeto Memórias Reveladas ou, alternativamente, à execução de projeto com a mesma finalidade.

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, o Departamento de Estrangeiros implementou diversas ações visando dar cumprimento ao objetivo de assegurar e expandir os direitos dos migrantes. Como ações de destaque, podem ser citadas: 1. A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, realizada em 25 de setembro de 2012, por meio da qual se objetiva a conjugação de esforços no que se refere à situação fática e legal de presos estrangeiros no Brasil. Na oportunidade foi lançado o Sistema Nacional de Cadastro de Presos Estrangeiros, desenvolvido pelo CNJ e hospedado no sitio do Ministério da Justiça, que mapeará os presos estrangeiros no Brasil e balizará com efetividade a implementação de políticas públicas em relação a estes; e 2. A edição e distribuição de publicações informativas.

Com relação às publicações, foram editados e distribuídos a diversos órgãos governamentais e instituições de apoio aos migrantes no Brasil e no exterior, folders sobre Transferência de Pessoas Condenadas, nos idiomas inglês e espanhol, com a intenção de orientar a utilização do instituto com eficiência. De caráter humanitário, a transferência visa a facilitar a reabilitação social do preso, na medida em que permite que o condenado por justiça diversa do seu país de nacionalidade possa cumprir sua pena próximo de seus familiares e cultura.

Em formato semelhante, foi editado, também, folder informativo sobre o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul e Associados, a fim de divulgar ao maior numero de interessados possível o âmbito de aplicação e as facilidades previstas no Acordo.

Em parceria com a “Rede Migrantes que visibilidade queremos”, foi editado o Livro “Dicas para os Imigrantes: Viver e se integrar em São Paulo”, que visa a orientar os imigrantes na cidade de São Paulo sobre como ter acesso aos serviços existentes, direitos e deveres. Dirigido à cidade com maior número de estrangeiros no Brasil como um projeto piloto, pretende-se que similar instrumento seja elaborado em relação a outros Estados até que se atinja o maior número de estrangeiros no País, orientando-os sobre a legislação brasileira, procedimentos para evitar a violação de direitos e vitimizações, entre outros.

Outra publicação editada em 2012 foi o “Manual de Extradição”, de relevância para a divulgação de procedimentos alusivos à medida adotados pelo Brasil, e para difusão dos Acordos em vigor no País sobre o tema.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a quantidade de serviços públicos online prestados a migrantes, reduzindo os custos de atendimento e conferindo maior celeridade no fornecimento de informações**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2012 deu-se continuidade ao levantamento de requisitos para a construção de Sistema Gerencial (SG-DEEST) que abarcará todos os assuntos tratados no Departamento de Estrangeiros, a fim de viabilizar a produção de dados estatísticos e gerenciais, parâmetros de desenvolvimento de ações, além de dar maior celeridade à prestação de serviços ao cidadão. Espera-se que até o final de 2013 o mencionado Sistema Gerencial esteja em fase de homologação.

Outra ação que conferiu celeridade ao atendimento prestado aos cidadãos foi a criação do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC, por meio do qual foram canalizadas as demandas e questionamentos anteriormente feitos diretamente ao DEEST para atendimento pela Central de Atendimento Integrada e pela Ouvidoria Setorial da SNJ. Destaca-se que de maio a outubro/2012 foram atendidas pelo DEEST 137 demandas da Ouvidoria Setorial da SNJ, e 44 pedidos de informação do SIC.

Outro projeto em curso, e que obteve avanços no ano de 2012, foi a digitalização do acervo de registros de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e medidas compulsórias, para composição de banco de dados que integrará o Sistema Gerencial (SG-DEEST). Para tanto, foi contratada empresa para a digitalização de documentos, visando à transformação em arquivo eletrônico dos documentos/processos armazenados. O próximo passo é a contratação de uma nova empresa para finalizar o trabalho, tendo em vista que o contrato vigente abarcará apenas cerca de 10% do acervo total do DEEST.

- **Implementar uma política de construção e fortalecimento dos direitos dos migrantes**

  Análise Situacional da Meta

  Visando atingir a meta em questão, buscou-se ao longo de 2012 realizar discussões por meio de seminários e reuniões entre atores de Governo e da sociedade envolvidos com o tema das migrações, tendo como objetivo maior a proposição de uma nova "lei de migração brasileira".

  Realizou-se o Seminário "O Direito dos Migrantes no Brasil: O Novo Estatuto dos Estrangeiros como uma Lei de Migração", cujos objetivos foram: 1. consolidar espaço para discussão e troca de experiências entre organizações sociais e gestores de políticas públicas migratórias; 2. promover debates para a coleta de contribuições para o PL nº 5.655/2009, que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências; 3. promover o intercâmbio de experiências e modelos internacionais de políticas migratórias; e 4. propiciar uma ambiência para a apresentação de estudos e pesquisas do tema migratório pelas universidades brasileiras.

  No evento, foi ratificada a necessidade de aprovação de uma nova legislação, mais integral, que atenda aos direitos dos migrantes, bem como a importância que o tema “migração” tem assumido nos últimos anos em nível internacional.

  A partir de sugestões recebidas, inclusive, após a realização do Seminário mencionado acima, foram realizadas reuniões com a participação de autoridades migratórias brasileiras a fim de tratar de pontos do PL 5.655/2009, com vistas à apresentação de nova proposta de "Lei de Migração brasileira". Essa nova proposta marca a visão atual de integração entre os povos e garantia da cidadania global.

- **Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/11/019 – “Promoção de Direitos no Contexto da Política Migratória Brasileira”, estabelecido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, assinado em dezembro de 2011, está prevista a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Mobilidade Humana, Migração e Refúgio em março de 2014. Encontram-se em desenvolvimento atividades preparatórias para realização da conferência, como, por exemplo, elaboração do texto base, identificação de eixos temáticos e concepção metodológica.

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de

prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça.” Parceiro: FGV/SP; “Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais”. Parceiro: FGV/RJ; “Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais.” Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; “Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular”. Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: “Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais.” Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: “Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos.” Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua**

  Análise Situacional da Meta

  A promoção do acesso à Justiça à população de rua, por meio da criação de serviços especializados de atendimento nas Defensorias Públicas, é essencial para efetivação de sua cidadania, na medida em que permite a essas pessoas garantir

o acesso e o respeito a outras garantias e direitos. Considerando a atuação da SRJ na democratização do acesso à Justiça, está em andamento um convênio com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a criação de um serviço especializado de atendimento a esta população, realização de estudos e identificação da demanda.

- **Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

O Projeto "Depoimento sem Dano" tem como principal escopo colher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes de forma que não as lesione secundariamente. Foram firmadas até 2012 parcerias com o Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça do Amapá.

- **Apoiar e instituir Casas de Direitos, em parceira com o Sistema de Justiça e Governos Estaduais**

Análise Situacional da Meta

Está sendo implantada a primeira casa de direitos, na Cidade de Deus, no município do Rio de Janeiro, com apoio da SRJ, que articulou, junto à Secretaria de Direitos Humanos do Estado Rio de Janeiro, a participação do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Programa-se a inauguração do equipamento no início de dezembro de 2013.

Pretende-se adequar o modelo utilizado para reprodução em nível nacional, com inspiração nas experiências argentina e colombiana.

- **Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Enquanto signatário do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Ministério da Justiça investiu até 2012, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci, Lei nº 11.530/07), o montante de R$ 34.610.404,80 na implementação/estruturação de 112 unidades especializadas de atendimento à mulher, sendo 50 Juizados, 23 Núcleos Especializados da Defensoria Pública, 35 Promotorias ou Núcleos do Ministério Público, 1 Delegacia de Atendimento à Mulher, 1 Centro de Referência e 1 Casa Abrigo. Estão em andamento 19 convênios para a realização das atividades previstas.

- **Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), tem apoiado a estruturação das Defensorias Públicas dos Estados e da União com investimentos em recursos humanos, equipamentos e sistemas de informação adequados para dar maior efetividade dos trabalhos de assistência jurídica e proteção dos direitos humanos. Em 2012, não foram celebrados novos instrumentos de apoio à estruturação das defensorias, priorizando-se o acompanhamento dos convênios vigentes de anos anteriores.

Até o ano de 2011, foram pactuados investimentos no valor de R$ 16.170.756,12 visando a beneficiar, de forma direta, 316.035 pessoas, dentre homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares, por meio da estruturação de 21 Núcleos Especializados de Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PE, PI, RJ, RO, RN, RS, SP, SE, TO e 02 núcleos da DPU para atendimento em penitenciária federais), além da estruturação de 17 sedes da Defensoria Pública da União, nas regiões do PRONASCI.

- **Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi dado andamento ao primeiro convênio para a implantação de núcleo de justiça restaurativa com o

Ministério Público do Rio Grande do Norte.

- **Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014**

Análise Situacional da Meta

A SRJ realizou, ao longo do ano de 2012, reuniões de articulação junto ao Ministério dos Esportes, ao CNJ e demais parceiros visando apoiar a implantação dos Juizados do Torcedor, que deverá ser efetivada pelos Tribunais Estaduais.

- **Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, cujo objetivo é captar as informações de registros civis de nascimento, casamento e óbito geradas pelas serventias, utilizando procedimentos informatizados e padronizados, armazenando-as em uma base de dados centralizada e disponibilizando-as para fins de subsídio às políticas públicas, seguindo os padrões estabelecidos pela Plataforma de Interoperabilidade do Governo Eletrônico – e-PING, será a ferramenta utilizada para atender o disposto no Capitulo II "Do registro eletrônico e das custas e emolumentos", da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Esse sistema, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos/PR, com a colaboração de diversos órgãos do Governo Federal, dos quais o Ministério da Justiça por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário e entidades representativas das serventias, está pronto e em teste em diversos cartórios.

- **Fomentar, articular e instituir políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça, bem como, promover formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário preparou a atuação para os anos seguintes e continuou novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça.

Havia, em novembro de 2012, 58 convênios com assinatura anterior a 2011, referentes a repasses voluntários para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária, núcleos de atendimento a vítimas de violência contra a mulher, núcleos de atendimento especializado à população de rua, de reforço à estrutura de órgãos do sistema de justiça e outras políticas de atendimento. O valor combinado desses convênios equivalia a R$ 24.747.857,24. Quanto a convênios decorrentes de emendas parlamentares havia 12 convênios no valor de R$ 5.369.452,81.

Em 2012, foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R$ 2.087.864,24. Os novos Núcleos de Justiça Comunitária serão instalados no Maranhão, em Alagoas e no Acre.

Foram 5 os convênios decorrentes de emendas somando valor global de R$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Ainda na Promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. Serão oferecidos 14 cursos na modalidade ensino a distância sobre técnicas de mediação, conciliação e administração de programas de mediação e poderão participar operadores do Direito – como

juízes, promotores, advogados, defensores públicos –, além de agentes de mediação comunitária, professores e alunos do curso de graduação em Direito e servidores públicos. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A UnB criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

- **Instituir e gerenciar o Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Para implementar a meta é preciso uma concertação entre instituições de forma que o Ministério da Justiça receba os dados necessários ao desenvolvimento de um web service que associe a base de dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e a do Portal do Cadastro de Cartórios do Brasil do Ministério da Justiça. Em 2012, além de concertações para integrar as bases de dados, foi concluída a fase de conhecimento efetivo do Sistema do Cadastro de Cartórios. A previsão é que o sistema esteja pronto para testes e aperfeiçoamentos no primeiro semestre de 2013, com efetiva implantação no segundo semestre do mesmo ano.

- **Instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), promoveu a implementação de Núcleos de Justiça Comunitária, objetivando contribuir para a democratização do acesso à justiça, por meio da capacitação de cidadãos em técnicas de mediação de conflitos, inserindo a cultura do diálogo.

  Os investimentos realizados, no valor de R$ 19.424.124,45 beneficiaram, até o ano de 2012, 59.018 pessoas, com implementação de 64 Núcleos de Mediação Comunitária em 15 Estados (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MG, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SP, TO) e abrangência de 40 municípios.

- **Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente os processos de provimento e vacância de magistrados – muitos dos quais tramitados eletronicamente em seus órgãos de origem – são trabalhados no Ministério da Justiça e na Casa Civil da PR em formato impresso. Esse projeto objetiva uma interligação entre sistemas dos órgãos envolvidos nessa missão constitucional na busca de uma economia de tempo e custos. Em 2012 foram feitas algumas reuniões com representantes do Poder Judiciário para entender o procedimento eletrônico interno desses processos administrativos em andamento nos órgãos daquele poder.

- **Pesquisar e divulgar experiências exitosas de agilização e desburocratização de processo no sistema de Justiça**

  Análise Situacional da Meta

  A SRJ instituiu a Portaria nº 3007, que cria o Atlas de Acesso à Justiça no Brasil, com a finalidade de produzir e consolidar conhecimento sobre o acesso, bem como produzir indicadores e informações úteis para disponibilização ao público em geral. Instituiu também a Portaria nº 6, que cria a Comissão Permanente de Estatísticas e de Estudos de Prognoses, e a portaria que cria Coleção de Obras Jurídicas.

- **Realizar e apoiar Cursos de Capacitação em Mediação para Operadores do Direito**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Reforma do Judiciário promoveu 60 (sessenta) cursos para formação de mediadores, capacitando 1440 (mil quatrocentos e quarenta) operadores. Além desses cursos para servidores foram oferecidos cursos para 1000

magistrados no período 2011/2012.
Quantidade alcançada
60

- **Realizar eventos, estudos e pesquisas com vistas a debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Foram desenvolvidos os seguintes projetos de pesquisa: “Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça.” Parceiro: FGV/SP; “Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais”. Parceiro: FGV/RJ; “Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais.” Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; “Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular”. Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; “Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais.” Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS;“Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos.” Parceiro: Instituto POLIS.

Além disso, destaca-se a condução da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, entre cujos resultados figurou o Planejamento Estratégico de Justiça do Mercosul e a instituição do projeto Diálogos Sobre o Direito, que reúne especialistas do sistema de justiça e da academia para discutir temas de relevo e propor inovações doutrinárias e legais.

- **Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais.

O II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo tem por objetivo estabelecer a cooperação entre os três Poderes, a fim de realizar as indispensáveis reformas processuais e atualização de normas legais. Neste sentido, alguns projetos ainda estão em tramitação no Congresso Nacional e tem a participação da Secretaria de Reforma do Judiciário mediante o acompanhamento das votações nas diversas Comissões nas Casas Legislativas, além de reuniões com os parlamentares, sugestões ao texto dos projetos de lei, bem como elaboração de notas técnicas.

Outras propostas legislativas já se transformaram em normas jurídicas, a exemplo do PLC 03/2010 que se tornou a Lei nº 12.694/2012, que dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a Defensoria Pública da União (DPU) empreendeu diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Nesse sentido, a DPU prestou assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior que o aferido em 2011. Além disso, foram realizadas 14 edições do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país, atendendo a 3.047 cidadãos.

Também foram concluídos os processos de instalação de salas de visita virtual para atendimento aos cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais em todas as 27 capitais e nos núcleos de atendimento a penitenciárias federais.

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e a com a Caixa Econômica Federal que permitirão diminuir substancialmente o volume de demandas judiciais e agilizar o atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários.

Por fim, com relação ao processo de interiorização da assistência jurídica, destaca-se a aprovação do projeto de lei que criou 789 cargos de defensor público federal. O provimento gradual desses cargos, juntamente com a estruturação da carreira de apoio, o ajuste do quadro de servidores e a estrutura de cargos em comissão, permitirão à Defensoria Pública da União, nos próximos anos, levar assistência jurídica gratuita a 100% das localidades atendidas pela Justiça Federal.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto suspenso em razão de ação judicial.

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

  Análise Situacional da Meta

  20 Defensores Públicos Federais foram capacitados para atuação em casos de discriminação racial.

- **Aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total das 200 unidades almejadas até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A Lei nº 12.763, de 27 de dezembro de 2012, que criou 789 cargos de Defensor Público Federal, estabeleceu um grande marco no sentido de dar condições à continuidade do Plano de Interiorização da DPU e ao cumprimento da meta.

- **Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram implantadas salas de visita virtual nas 27 unidades localizadas nas capitais.
  Quantidade alcançada

  27

Data de Referência

12/11/2012

- **Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)**

Análise Situacional da Meta

Projeto em fase de levantamento de necessidades estruturais para posterior elaboração do modelo de gestão.

- **Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado convênio com a Fundação Palmares para implementação de ações institucionais para acesso pelos Defensores Públicos Federais a informações sobre as comunidades quilombolas. Com isso, pretende-se estruturar o atendimento a essas comunidades nos anos seguintes.

- **Implantar em todas as Unidades de atuação da Defensoria Pública da União o projeto DPU-Escolas e DPU-Comunidade**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas dos projetos DPU nas Escolas e DPU nas Comunidades estão em fase de estruturação, visando cobrir todas as unidades da federação. Estão previstas, até dezembro de 2013, a execução das seguintes ações:

· Criação de manuais e modelos de documentos;

· Realização de convênios;

· Execução de projetos-piloto para validação da metodologia desenvolvida.

- **Implantar em todas as unidades de atuação da DPU uma Câmara de Resolução Extrajudicial de Conflitos**

Análise Situacional da Meta

As Câmaras de Resolução Extrajudicial de Conflitos foram implantadas na Bahia, no Pará, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte e no Tocantins. Além disso, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e com a Caixa Econômica Federal, que fortalecem os mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos e agilizam o atendimento aos cidadãos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)**

Análise Situacional da Meta

Há uma Proposta de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional visando instituir a autonomia da Defensoria Pública da União.

- **Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento**

Análise Situacional da Meta

Está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3397/2012, que garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escalpelamento. A proposição encontra-se na etapa de apreciação conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Além disso, a Defensoria Pública da União atuou junto aos fabricantes das embarcações para a cobertura do eixo de transmissão das embarcações visando dar maior segurança aos usuários.

- **Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros**

Análise Situacional da Meta

Levantamentos em fase de elaboração, bem como os encaminhamentos necessários à pactuação com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal.

- **Realizar 100 edições do Projeto DPU-Itinerante nos Municípios de menor IDH**

Análise Situacional da Meta

Realizaram-se 14 ações itinerantes em localidades no interior do país, sendo 6 no primeiro quadrimestre e 8 no segundo, nos seguintes municípios:

- Iaras (SP)
- Campos Belos (GO)
- São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Machadinho do Oeste (RO)
- Manaquiri (AM)
- Epitaciolândia (AC)
- Buíque (PE)
- Alto Paraíso (GO)
- Três Barras (SC)
- Minaçu (GO)
- Caruaru (PE)
- Guaraciama (MG)
- Bagé (RS)
- Picos (PI)

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais, contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram realizadas 37 negociações, entre presenciais e troca de notas, de acordos internacionais relacionados a temas como transferência de pessoas condenadas, extradição, e outros em matéria migratória, visando proporcionar não só a facilitação da circulação de pessoas como, paralelamente, não transformar os limites territoriais em restrição ao alcance da justiça.

Também intensificou-se a cooperação internacional a partir do fortalecimento das relações com organismos e blocos estratégicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Mercosul.

Sob este aspecto, ressalta-se a assinatura do Documento de Projeto (Prodoc) de Acordo de Cooperação Técnica Internacional, celebrado com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), intitulado "Fortalecimento da Secretaria Nacional de Justiça em cooperação jurídica internacional, extradição e combate à lavagem de dinheiro". Resumido em três grandes resultados, o projeto visa qualificar a atuação da Secretaria Nacional de Justiça,

fortalecendo sua articulação para o aprimoramento de suas capacidades em questões ligadas à cooperação jurídica internacional, prevenção e enfrentamento da lavagem de dinheiro e no campo da extradição. As etapas para a execução do projeto, que terá duração até maio de 2015, foram iniciadas em setembro de 2012.

No âmbito do Projeto de Acordo de Cooperação Internacional celebrado com o PNUD, foi firmada, em 19 de outubro, a Carta-Acordo com a Organização Internacional para as Migrações – OIM, que prevê a ampliação do diálogo social em matéria de migração, refugio e transferência de pessoas condenadas no Brasil. As atividades foram iniciadas em 29 de outubro, e sua conclusão está prevista para março de 2013.

A SNJ tem se valido de redes de cooperação para o incremento da efetividade e celeridade dos pedidos de assistência jurídica internacional. Nesse particular, destaque-se a utilização constante de redes como a Star-Interpol, a Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (RRAG) e a Rede Iberoamericana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRed). A utilização de ferramentas como essas aproximam a Autoridade Central e contribuem para a realização da justiça nos Países envolvidos.

Nesse ano, o Ministério da Justiça, por meio da SNJ assumiu a vice-presidência do Grupo de Peritos sobre Lavagem de Dinheiro – LAVEX, no âmbito da OEA. A iniciativa deve contribuir significativamente para a consolidação da liderança regional para o combate à lavagem de dinheiro e para o aprimoramento da capacidade brasileira de cooperação para o bloqueio, o confisco e a devolução de ativos e bens com demais Estados da Região.

Para 2013, almeja-se a assinatura de (02) dois acordos de cooperação jurídica internacional em matéria criminal e (02) acordos em matéria cível em 2013. Além disso, com o mesmo fim de intensificar a cooperação jurídica internacional por meio da ampliação do número de tratados de que o Brasil seja parte, a SNJ está engajada na negociação de 02 (dois) acordos em matéria penal em 2013 e outros 02 (dois) acordos em matéria penal em 2014 com países em que o Brasil faça fronteira direta, metas do Plano Estratégico de Fronteiras.

Nesse sentido, verifica-se que estão sendo tomadas as medidas possíveis para avançar na cobertura da cooperação jurídica internacional, possibilitando a brasileiros e estrangeiros a defesa de seus direitos da cidadania, desde o reconhecimento de paternidade à uma transferência de condenado para cumprir pena em seu país de origem. Ainda assim, os desafios de expandir a cooperação jurídica internacional são expressivos, uma vez que trata-se muitas vezes com países de cultura extremamente diferentes, ordenamentos jurídicos conflitantes, e interesses diplomáticos não tangíveis, o que faz com que algumas negociações perdurem por anos, adiando a vigência dos acordos e tratados.

Metas 2012-2015

- **32 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar de não terem sido assinados tratados ou acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional em 2012, a SNJ participou ativamente da negociação de significativos acordos de extradição, transferência de pessoas condenadas, e, sobre temas migratórios:

  Reunião de coordenação sobre o Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança entre Brasil e Argentina; reunião de coordenação sobre o Acordo de Recife - MERCOSUL; reunião de coordenação sobre o Acordo de Associação entre MERCOSUL e União Européia; reunião com autoridades japonesas sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Japão; reunião do CT nº 02 sobre alterações no Acordo de Recife; reunião para negociação dos Acordos de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Indonésia;

videoconferência com o Governo da França sobre o acordo de transferência que será negociado entre os dois países; reunião sobre as negociações dos acordos de transferência com a Áustria, Equador, Índia e Polônia; I Rodada de Negociação do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas com o Japão.

Além de ter-se feito representar nas reuniões presenciais de negociações, a SNJ manifestou-se acerca de 29 projetos de acordos ou tratados internacionais que se encontram em negociação ou em fase final de incorporação normativa.

- **Modernizar a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional por meio de integração ao sistema de tramitação digital do Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

Desde 2011, todos os pedidos de cooperação jurídica internacional tramitados pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) são digitalizados, favorecendo a celeridade de sua análise e tramitação.

Não existe uma plataforma eletrônica que integre os sistemas do DRCI e de órgãos demandantes da cooperação jurídica internacional, porém a digitalização integral dos pedidos de cooperação permite a tramitação eletrônica, por meio de correios eletrônicos.

Destaque-se que está em fase de homologação, com previsão de operação a partir de 2013, o novo sistema gerencial do DRCI. A integração ao sistema digital do Poder Judiciário, apesar de não contemplada na primeira versão do sistema, poderá ser adotada em versões futuras do sistema gerencial.

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2012 duas vertentes da política tiveram destaque, quais sejam, o fortalecimento da classificação indicativa e a inovação no relacionamento das entidades sociais com o Estado. No campo da classificação indicativa, lançou-se uma campanha nacional na rede de TVs abertas, além de outras medidas de divulgação e empoderamento, como a publicação do Novo Guia Prático, e a realização de oficinas em universidades, emissoras de TV e a participação em audiências públicas. Também durante o ano de 2012 a Secretaria Nacional de Justiça contribuiu junto à Secretaria Geral da Presidência da República na revisão do marco legal das Organizações da Sociedade Civil, o que deverá culminar em nova regulamentação em 2013. Trata-se de iniciativa importante para uniformizar entendimentos sobre aspectos objeto de controvérsia entre órgãos de controle, administrados e ONGs. Considera-se que a nova regulamentação permitirá potencializar as parcerias em um novo patamar de qualidade, confiança e responsabilidade entre as partes.

Especificamente em relação à vertente de atenção ao cidadão, amadureceu-se o processo de institucionalização da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça, por meio da designação de responsável, proposta de alteração de decreto regimental, e elaboração de sistema informatizado que deve entrar em vigor em 2013.

Para além dessas políticas, no ano de 2012 amadureceu-se a idéia de integrar junto à Política Nacional de Justiça, outras políticas voltadas para a garantia de direitos e da cidadania, independente da nacionalidade e do local em que se encontre a pessoa. Nesse sentido, as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, garantia de direitos aos migrantes, e cooperação jurídica internacional, serão integradas no escopo da Política Nacional de Justiça, dando-se maior organicidade à mesma. Destaca-se que essas políticas já vêm sendo desenvolvidas, e

com bons resultados. O ano de 2012 foi de articulação junto a 17 Ministérios para lançar em 2013 o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013). Também foram realizadas a décima edição plenária da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), contando com a participação de mais de 60 órgãos de Estado dos três poderes da República correlacionados ao tema, destacando-se a aprovação da nova lei de lavagem de dinheiro, Lei nº 12.683/12; o Seminário "O Direito dos Migrantes no Brasil - o novo Estatuto dos Estrangeiros como uma Lei de Migração", para balizar alterações na legislação atual sobre o tema; o 2º Workshop Grotius Cooperação nas Fronteiras, na cidade de Foz do Iguaçu, a fim de discutir as peculiaridades da cooperação jurídica nas fronteiras e contribuir para a maior efetividade da assistência internacional nessas regiões.

Metas 2012-2015

- **Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução. A meta deverá ser ajustada a partir da nova dinâmica de trabalho da Assessoria Federativa do Ministério da Justiça, que busca meios de qualificar as informações para articulação federativa.

- **Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução. A meta deverá ser ajustada a partir da nova dinâmica de trabalho da Assessoria Federativa do Ministério da Justiça, tal como a meta anterior.

- **Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de estruturação da Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça foi iniciado no exercício de 2012, com os seguintes avanços:

  1 – Publicação de Portaria de designação do Ouvidor-Geral;
  2 – Inclusão de proposta de criação da Ouvidoria-Geral na minuta de Decreto para reestruturação regimental do Ministério da Justiça;
  3 – implantação de Sistema Eletrônico para tratamento de demandas de Ouvidoria, em fase de homologação;
  4 – Constituição de equipe para atuar na Ouvidoria-Geral. Atualmente a unidade é composta por 10 funcionários, além do Ouvidor, sendo: 3 (três) terceirizados, 1 (um) temporário, 3 (três) servidores e 3 (três) estagiários;
  5 – Processo de articulação e integração entre a Ouvidoria-Geral e as diversas unidades setoriais de Ouvidoria do MJ em andamento, utilizando-se de mecanismos internos de interação entre as áreas; e
  6 – Mapeamento de processos, e elaboração de fluxograma, manual de procedimentos e plano de melhorias.

  Para 2013, a unidade espera avançar nos seguintes pontos:
  1 - homologação e consequente operacionalização do sistema eletrônico;
  2 - treinamento de pessoal para o referido sistema,
  3 - execução do Plano de Melhorias, inclusive, com a realização de atividades de formação especializada em ouvidoria;
  4 - integração sistêmica das demais unidades de ouvidoria existentes no Órgão; e
  5 - conclusão do processo de institucionalização.

- **Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as principais realizações de 2012, destaca-se a vertente da classificação indicativa, com o início da Cooperação

Internacional com a UNESCO - Liberdade de Expressão, Educação para Mídia, Comunicação e os Direitos da Criança e do Adolescente". Nesse campo foram publicadas duas portarias que regulamentam, especificamente o mercado de Serviço de Acesso Condicionado (TV por assinatura) e o de Jogos Eletrônicos e de RPG. Quanto a esse último, destaca-se o inicio de uma robusta parceria entre o MJ e os institutos estrangeiros de classificação indicativa ESRB (americano) e PEGI (europeu). O Ministério da Justiça ainda criou um Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a classificação indicativa, que possui função consultiva e orientadora da política. Como ações de divulgação, informa-se que foi lançado um novo guia prático de classificação indicativa, com o objetivo de tornar os critérios que balizam a classificação mais claros, objetivos e acessíveis. Lançou-se ainda uma campanha publicitária que foi veiculada nas principais emissoras de TV e agora entra na segunda fase – a divulgação nas rádios. Para fortalecer a política, foram realizadas diversas oficinas de classificação indicativa em universidades, emissoras de TV e ainda a participação em audiências públicas. Foram analisadas em 2012 mais de 5.000 obras audiovisuais (filme e DVD) e mais de 1.000 jogos eletrônicos. Além disso, mais de 4.000 obras foram monitoradas na televisão.

Na vertente de acreditação de entidades sociais - concessão de títulos de Utilidade Pública Federal, qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), autorização para funcionamento no País de organizações estrangeiras sem fins lucrativos – a área qualificou, titulou e autorizou o funcionamento de cerca de duas mil entidades privadas sem fins lucrativos. Além disso, verificou relatórios de atividades de cerca de quinze mil entidades certificadas no Ministério, o que resultou na liberação de mais de treze mil certidões de regularidade no Cadastro Nacional de Entidades Sociais – CNES. Outra informação importante nesse campo foi a participação da Secretaria Nacional de Justiça no grupo de trabalho da Secretaria-Geral da Presidência que discutiu o marco regulatório das entidades sociais, visando seu aprimoramento, que culminou em uma proposta que será levada à deliberação da Presidência.

A partir de 2013, integrarão como eixos da política nacional de justiça as políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e de atenção aos migrantes e refugiados, e cooperação jurídica internacional. Nesse escopo, se consolidará uma política voltada à proteção, garantia e difusão de direitos no âmbito da justiça e cidadania. Especificamente em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, destaca-se a implementação, a partir de 2013, do II Plano Nacional, autorizado pelo Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013, e instituído pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro. Na vertente de garantia dos direitos dos migrantes buscar-se-á apresentar ao Congresso Nacional uma nova "lei de migrações", atenta aos desafios da busca de uma cidadania global. No combate à lavagem de dinheiro, realizar-se-á a décima primeira reunião plenária da ENCCLA (Estratégia Nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro), além de intensificar a expansão da rede de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro junto aos Estados federados que ainda não dispõem dessa unidade, especialmente da região norte e nordeste. No escopo da cooperação jurídica internacional, intensificar-se-ão as negociações de acordos e tratados com a finalidade de aumentar a proteção internacional aos cidadãos nacionais e estrangeiros, de modo que fronteiras territoriais não se constituam em obstáculos à efetivação da justiça.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,6	31/12/2010	6,6
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2012	21
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2012	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2012	7
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2012	18
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2011	12,58
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2011	24,84
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2010	30,8
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2010	33,03
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2012	2.573

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Censo 2010, pela primeira vez, inseriu pergunta sobre o registro civil de nascimento, para pessoas até 10 anos de idade. Os estados vêm firmando convênios com a SDH/PR para implantação de Unidades Interligadas nas maternidades a fim de evitar que as crianças saiam do estabelecimento sem o devido Registro Civil de Nascimento, documento fundamental para a conquista da cidadania. Além disso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, cuja implantação aguarda regulamentação. Também foram reimpressos materiais de campanha publicitária, protagonizada pela cantora Ivete Sangalo, e distribuídos para todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, Carteiros (N e NE), Conselhos da Mulher, gestores escolares em formação das regiões N e NE, Pastoral da Criança, UNICEF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e Centros de Referência de Direitos Humanos. O vídeo da campanha foi veiculado nas regiões Norte e Nordeste, em mídia paga e também em carros e barcos de som.

Metas 2012-2015

- **Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada**

  Análise Situacional da Meta

  O Censo 2010 inseriu pergunta sobre o registro civil de nascimento, para pessoas até 10 anos de idade. Com isto foi

possível identificar que no período de 2000 a 2010 houve considerável queda nos índices de subregistro civil de nascimento, atingindo a marca de 6,6% no último ano analisado, considerando a faixa etária citada anteriormente. Em números absolutos, o país reduziu os registros extemporâneos de 1.217.646 em 2000 para 209.903 em 2010.

- **Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

  Análise Situacional da Meta

  Já foram implantadas 314 Unidades Interligadas, sendo 12 na região Norte, 66 no Nordeste, 200 no Sudeste e 36 no Centro Oeste.

  Quantidade alcançada

  314

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema foi desenvolvido, porém a sua implementação depende de regulamentação, que deverá ocorrer por meio de decreto.

- **Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento**

  Análise Situacional da Meta

  Foram reimpressos os materiais de campanha protagonizada pela cantora Ivete Sangalo e enviados para todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, Carteiros (N e NE), Conselhos da Mulher, gestores escolares em formação das regiões N e NE, Pastoral da Criança, UNICEF, CONTAG e Centros de Referência de Direitos Humanos. O vídeo da campanha também foi veiculado nas regiões Norte e Nordeste, em mídia paga e também em carros e barcos de som.

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Duas ações relevantes no campo da promoção da cultura e educação em direitos humanos, realizadas no período, são a Mostra de Cinema e Direitos Humanos e a Entrega do Prêmio Direitos Humanos. Entre os dias 11/12/2012 e 16/12/2012 realizou-se a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que já percorreu quase todas as capitais do país. Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por meio da linguagem cinematográfica, a Mostra tem também os objetivos de descentralização e popularização do debate sobre a temática dos Direitos Humanos.

Em 2012, a 7ª Mostra contou com um Circuito Itinerante, com exibições em escolas e associações comunitárias, em cinco cidades brasileiras. Todos os filmes exibidos contaram com sessões com audiodescrição e closed caption, além de programação impressa em Braille, garantindo o acesso das pessoas com deficiência visual e auditiva.

Quanto ao Prêmio Direitos Humanos, a solenidade de entrega ocorreu no dia 17/12/2012, em Brasília. O Prêmio consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. Nesta edição, foram contempladas quinze categorias e outras duas homenagens especiais.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  As Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos foram aprovadas pelo CNE – Conselho Nacional de

Educação, ligado ao MEC – Ministério da Educação, e publicadas em maio de 2012.

- **Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa**

Análise Situacional da Meta

A SDH, após debates e avaliações, decidiu, neste momento, pela criação de um Comitê de Diversidade Religiosa e não de um conselho. O Comitê, criado pela Portaria n. 92, de 24 de janeiro de 2013, atuará "com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções".

- **Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

São 3 comitês implantados, sendo 1 municipal (Fortaleza-CE) e 2 estaduais MS e PB.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Não houve edições da Revista em 2012. A publicação está em revisão e deverá ser retomada a partir de 2013.

- **Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Quantidade alcançada

2.040

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Entre os dias 11/12/2012 e 16/12/2012 realizou-se a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que já percorreu quase todas as capitais do país. Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da linguagem cinematográfica, a Mostra tem também como objetivos a descentralização e popularização do debate sobre a temática dos Direitos Humanos.

Em 2012, a 7ª Mostra contou com um Circuito Itinerante, com exibições em escolas e associações comunitárias, em cinco cidades brasileiras. Todos os filmes exibidos contaram com sessões com audiodescrição e closed caption, além de programação impressa em Braille, garantindo o acesso a pessoas com deficiência visual e auditiva.

Integrando a programação da 7ª edição da Mostra foi realizada a 1ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na Rua. O palco foi o tradicional e conhecido Pelourinho, em Salvador/BA.

A 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul é uma realização da SDH/PR, com produção da

Cinemateca Brasileira, do Ministério da Cultura, com patrocínio da Petrobras e apoio dos governos estaduais.

- **Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  A solenidade de entrega do Prêmio Direitos Humanos ocorreu no dia 17/12/2012, em Brasília, e contou com a participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e dos ministros Antônio Patriota, das Relações Exteriores, Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre outras autoridades.

  O Prêmio Direitos Humanos consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. Nesta edição, foram contempladas 15 categorias e outras duas homenagens especiais.

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, entre 23 e 25 de novembro de 2011, estão sendo pactuadas com os ministérios envolvidos. Importante parceria com o Instituto Federal de Brasília - IFB foi firmada para a elaboração de Matriz Referencial de padronização de cursos de cuidadores de idosos. Pretende-se, em parceria com os estados, ofertar cursos gratuitos e de qualidade em todo território nacional.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

  Análise Situacional da Meta

  Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis para ampliar a qualidade de proteção social e promoção dos direitos da pessoa idosa, a SDH, acolhendo as 26 deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, redefiniu atribuições e competências e está em processo de repactuação com os ministérios parceiros.

- **Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

  Análise Situacional da Meta

  Foi elaborada Matriz Referencial, atualmente em execução no Instituto Federal de Brasília - IFB. Está em processo de articulação para a descentralização para os institutos de todos os estados. Através do Pronatec Brasil sem Miséria, uma das modalidades do Bolsa Formação Trabalhador, o curso de Cuidados de Idosos é ofertado aos beneficiários dos programas sociais, inscritos no CADÚnico.

- **Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) está em processo de implantação. Para agilizar a implantação, a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Direitos do Idoso estão redefinindo os processos de conveniamento, priorizando instituições públicas, na transferência de recurso, contemplado aqui, o Fundo Nacional do Idoso.

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de

lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi dedicado ao debate sobre os marcos regulatórios mais importantes para a temática. São exemplos: o Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH); o PLC 122/2006, marco contra a violência e a discriminação homofóbica, que está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Além do Legislativo, houve avanços no fortalecimento da rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT com a implantação de inéditos três Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**
  Análise Situacional da Meta
  O PLC 122/2006 está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Após a saída da Senadora Marta Suplicy, o Senador Paulo Paim assumiu a relatoria.

- **Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**
  Análise Situacional da Meta
  Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH produziu nota técnica favorável à matéria.

- **Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**
  Análise Situacional da Meta
  Durante 2012 foram implantados os três primeiros Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no país. O Comitê do Acre foi inaugurado no dia 07/12, o Comitê do Rio Grande do Sul no dia 14/12 e o de São Paulo no dia 18/12. A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

- **Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2012 foi debatida campanha publicitária que deverá ser veiculada em 2013.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Durante o Natal dos Catadores, encontro anual que reúne integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, na capital paulista, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a se empenhar no combate à violência contra moradores de rua e catadores de material reciclável. Este foi o segundo ano em que Dilma participou do encontro como Presidenta da República. No último ano da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prestigiou o evento durante os oito anos em que esteve na Presidência, Dilma o acompanhou e se comprometeu a continuar participando todos os anos.

Em todo o país, existem cerca de 90 Centros de Referência para População em Situação de Rua. A meta do governo é

expandir para 182 unidades até 2014, com investimentos em torno de R$ 3,3 milhões. Outras ações voltadas para as pessoas em situação de rua são discutidas no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua.

Metas 2012-2015

- **Realizar o censo de população em situação de rua**

  Análise Situacional da Meta

  A realização do censo está sendo articulada e discutida com o IBGE.

- **Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  Esta ação está sendo desenhada em parceria com a Coordenação de Convivência Familiar e Comunitária da SNPDCA e com o MDS.

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. O grupo foi criado com o objetivo de apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988. Continuam as expedições do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA coordenado pela SDH/PR e pelos Ministérios da Defesa e da Justiça. O Grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar os restos mortais das vítimas da Guerrilha, em cumprimento à decisão judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Caso Guerrilha do Araguaia).

No que se refere aos processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que analisa a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R$ 750,00 e hoje está em R$ 1.012,17.

Metas 2012-2015

- **Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a aprovação da Lei nº 11.520/2007, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R$ 750,00 e hoje está em R$ 1.012,17. Com a edição do Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, o Brasil passou a indenizar as vítimas da Hanseníase que foram isoladas em hospitais-colônias, por ordem do Estado, do início do século até o ano de 1986. A prática de isolamento compulsório fez parte das políticas de governo de muitos países, mas apenas o Brasil e o Japão reconhecem hoje as violações dos Direitos Humanos cometidas contra este grupo durante mais de seis décadas.

  Quantidade alcançada

  12.000

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade**

Análise Situacional da Meta

A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. Composta por sete integrantes, a Comissão da Verdade inclui juristas, ex-ministros e intelectuais: José Carlos Dias, Gilson Dipp, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Claudio Fontelles, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Rita Kehl e José Paulo Cavalcanti Filho. O grupo foi criado com o objetivo de apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Os membros da Comissão da Verdade foram empossados pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 16/05/2012, durante cerimônia de instalação da Comissão no Palácio do Planalto.

Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso estiveram presentes na cerimônia.

- **Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) realizou no dia 14/10/2012, a 5ª expedição aos Estados de Tocantins e Pará. As ações ficaram concentradas no cemitério de Xambioá (TO) e no extinto cemitério de São Geraldo do Araguaia (PA). Essa foi a última missão de 2012.

Além dos cemitérios, as atividades de campo abrangeram as antigas bases militares de Xambioá e Urutu, na Serra das Andorinhas. A exploração desses locais envolve um trabalho arqueológico de reconstrução da cultura material de cada sítio.

Participam da expedição integrantes da Comissão da Verdade, representantes do Ministério Público Federal e familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia.

A expedição contou com a presença de peritos da área de antropologia forense, geologia, geofísica, arqueologia, antropólogos e cientistas sociais, historiadores do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Instituto Médico Legal do Distrito Federal (IML/DF), da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Rondônia (UNIR), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e do Museu Paraense Emílio Goedi.

O Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, reformulado em maio de 2011, é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Defesa e da Justiça. O Grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar os restos mortais das vítimas da Guerrilha, em cumprimento da decisão judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Caso Guerrilha do Araguaia).

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A Conatrae – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, criada em 2003, tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Também compete à Comissão acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país. Um dos principais focos de atuação da Conatrae tem sido a aprovação da PEC 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco de imóveis urbanos e rurais onde forem

encontrados trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo. Após a expropriação, as propriedades deverão ser destinadas à reforma agrária e habitação popular. A PEC foi aprovada em votação de segundo turno na Câmara dos Deputados, retornando ao Senado para análise, em virtude de emenda aprovada. No ano de 2012 foram realizadas 255 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo tendo sido resgatados 2.573 trabalhadores e lavrados autos de infração em desfavor de 239 empregadores.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins**

  Análise Situacional da Meta

  PEC 438/2001 foi aprovada, em maio de 2012, em votação de segundo turno na Câmara dos Deputados, tendo retornado ao Senado para análise, em virtude de emenda aprovada.

- **Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram realizadas 255 operações de fiscalização tendo sido resgatados 2.573 trabalhadores e lavrados autos de infração em desfavor de 239 empregadores.

  Quantidade alcançada

  255

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A SDH coordena três programas de proteção: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

No Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos já foram realizados cerca de 800 atendimentos e 344 pessoas foram beneficiadas por medidas de proteção. Atualmente, 325 indivíduos encontram-se incluídos no Programa.

No âmbito do Programa de Proteção a Testemunhas cabe destacar que a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça publicou a Recomendação nº 7, que orienta os magistrados e tribunais brasileiros a darem prioridade à tramitação de inquéritos e processos criminais que envolvam pessoas atendidas por programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O objetivo é garantir o cumprimento da Lei nº 12.483/2011, a qual conferiu prioridade a esse tipo de ação. A regra vale também para processos que envolvem indiciados, acusados, réus ou vítimas que tenham voluntariamente prestado colaboração à investigação policial ou ao processo criminal. Pela legislação, tais ações têm prioridade na tramitação, devendo o juiz, após a citação, tomar o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção.

O Programa de Proteção ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM foi ampliado para mais dois estados com a formalização de convênios com os governos do AM e CE, alcançando 13 estados, nas 5 regiões do Brasil. A equipe técnica do Núcleo Federal atua nos demais estados que ainda não formularam convênio específico. SDH trabalha numa perspectiva de integração dos três programas no âmbito dos estados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM,**

RN, CE e AC)

Análise Situacional da Meta

Foram formalizados convênios com os governos do AM em dez/2011 e CE em dez/2012. Os demais deverão ser objeto de conveniamento nos próximos anos.

- **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Foi formalizado, em 2012, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para a implementação do serviço de proteção a defensores de direitos humanos naquele estado. Atualmente, 9 estados prestam este serviço de proteção.

- **Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos de integração dependem de cuidadosa articulação e negociação com os estados, bem como de aperfeiçoamento dos referenciais legais. As peculiaridades de sigilo e segurança que permeiam as ações de proteção demandam precaução nesse processo de integração. A integração dos programas se dará com a aprovação do Projeto de Lei que está em análise pela Casa Civil.

- **Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem**

Análise Situacional da Meta

A reformulação dos marcos regulatórios é objeto de estudo e análise no âmbito da SDH.

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Importante instrumento de atuação nessa temática, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com membros de setores representativos, ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País. O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. A atuação do CDDPH em 2012 também se destacou na promoção de estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e na prestação de informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

No campo da saúde mental, vem-se caminhando na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram duas reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, que estabeleceram como meta a implantação de ouvidorias em todos os estados brasileiros. Atualmente existem 21 ouvidorias de polícia.

- **Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do "Plano Crack, é Possível Vencer!", que prevê atuação articulada entre governo federal, estadual e

municípios, além da participação da sociedade civil, vem-se discutindo o estabelecimento de protocolos clínicos de atendimento a usuários de drogas, em conjunto com o Ministério da Saúde.

- **Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento**

  Análise Situacional da Meta

  O Projeto de Lei nº 4.715/1994, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em CNDH está em tramitação há 17 anos. De acordo com o projeto de Lei, o Conselho é integrado pelos ministros da Justiça e das Relações Exteriores, pelo Procurador-geral da República, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de um representante do Senado e um da Câmara. O CNDH terá como objetivos promover medidas necessárias de prevenção, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, receber denúncias de violações e fazer a articulação de políticas de direitos humanos entre órgãos federais, estaduais e municipais.

- **Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)**

  Análise Situacional da Meta

  O Projeto de Lei 2442/11 que cria o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura está tramitando no Congresso Nacional. O mecanismo faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), voltado ao enfrentamento à tortura em centros de detenção, dentre eles, estabelecimentos penais e hospitais psiquiátricos. O Sistema atende ao compromisso assumido pelas principais democracias do mundo com a Organização das Nações Unidas, por meio do Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

- **Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  A implementação do Núcleo está em discussão com o Ministério da Saúde no âmbito da consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos. O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais. A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Em 31/12/2011, havia vinte Centros de Referência e um Balcão de Direitos Humanos implantados.

Metas 2012-2015

- **Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta

A SDH já implantou 30 Centros de Referência em Direitos Humanos. Até 2014 prevê-se implantar Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH em todas as capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes, que somados aos existentes, chegará próximo aos 40.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Existem 20 Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH no campo implantados nos seguintes estados da federação (PI, PE(2), RN, RS, MG, BA, PB, SP, MT, AC, DF, MA(2), RJ, RO, AL, CE, SC, PA)

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Sistema em discussão e análise ficará sob responsabilidade de desenvolvimento da fábrica de software que está sendo licitada pela SDH/PR. A previsão de disponibilidade do sistema é para 2014.

- **Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos: no Acre, em maio, e no Mato Grosso, em julho. A primeira edição das Caravanas foi realizada no estado do Ceará, em agosto de 2011.

O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais.

A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Como estratégica de ampliação da ação e cumprimento dos objetivos, encontra-se a articulação interfederativa e alinhamento com políticas federais que tratam da temática dos direitos humanos.

Metas 2012-2015

- **Estruturação de 19 instâncias estaduais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi aberto processo de seleção, através do Edital de Chamada Pública n° 02/2012/SNAPU, para seleção de propostas de instalação de instâncias estaduais de prevenção de violações de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano. Foram selecionadas duas propostas, entretanto, devido ao prazo exíguo no final do exercício de 2012, por falta de documentação mínima exigida para celebração de convênios, não foi possível celebrar os convênios com os proponentes selecionados.

- **Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, ainda não foi possível a estruturação da instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

- **Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades e Ministério da Justiça, cujo objetivo é a promoção de ações conjuntas para ampliação do acesso à conciliação e mediação de conflitos fundiários urbanos. Uma das formas de cooperação, segundo o Acordo, é a implementação da política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos.

No âmbito do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria n° 337 de 07/12/2012, está em elaboração proposta para formatação do Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2012	442
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2011	1.666.750
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	31/12/2012	2,98
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2011	19.595
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2011	3,55
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2011	31,39
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2011	34,72
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2011	90,85
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere ao atendimento socioeducativo, em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação consideradas impróprias. Ao longo de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Em 2013, todas as obras a serem financiadas deverão observar os padrões arquitetônicos já definidos.

Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual - PAIR nas capitais do estados de PE, MT, RR e AM. Todos os municípios contemplados são localidades que serão afetadas pelo fluxo de turismo, por estarem em regiões de fronteira, ou em

capitais onde são realizados grandes eventos que ocorrerão até 2016. Estão em construção (para serem pactuados em 2013) mais seis projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

Metas 2012-2015

- **Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo**

  Análise Situacional da Meta

  Em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação de atendimento socioeducativo consideradas impróprias (importante registrar que esse quantitativo considera a indicação dos gestores estaduais do sistema socioeducativo – unidades declaradas inadequadas e com superlotação -, bem como os apontamentos constantes no relatório do "Programa Justiça ao Jovem" do Conselho Nacional de Justiça, realizado nos anos de 2010-2011). Ao longo de 2012, a SDH, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, no primeiro semestre de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (núcleos de atendimento integral - NAI: internação e semiliberdade, nas versões feminina, masculina e mista). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

- **Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

  Análise Situacional da Meta

  O foco do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (PAIR), em 2012, foi estabelecido com o objetivo de prevenção da exploração sexual contra crianças e adolescentes nas cidades que serão sede dos jogos da copa do mundo de 2014 e regiões de fronteira. Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais do estados de PE, MT, RR e AM. Foi ampliado o projeto de fortalecimento do PAIR no estado do RS. Ao todo, em 2012, foram contemplados 14 municípios, sendo que, destes, 04 estão na faixa de 300 mil habitantes. Estão em construção, para serem pactuados em 2013, mais 06 projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial**

  Análise Situacional da Meta

  A SDH atuou na construção de normativas que garantam a convivência familiar e comunitária, bem como a utilização de instrumentos legais para acolhimento institucional, previsto na Lei 12.010/09, tornando obrigatória utilização da Guia de acolhimento expedida pela Vara da Infância. Atuou, ademais, junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, em favor da efetivação dos marcos normativos referentes ao acolhimento de crianças e adolescentes.

  O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Instrução Normativa n° 03, de 3 de novembro de 2009, instituiu o

modelo de guia de acolhimento de crianças e adolescentes, que deverá ser utilizada em todo o território nacional.

Dados do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, realizado em uma parceria entre a FIOCRUZ e o MDS, indicam que 91,4% das crianças e adolescentes acolhidos no país possuíam "Guia de Acolhimento".

Em 9 de outubro de 2012, foi assinada a "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente", instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Tal documento tem como uma das ações prioritárias "adotar medidas articuladas para garantir que o ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento ocorra mediante apresentação de Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária". Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

- **Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) vem se articulando com o Ministério da Saúde e com o Ministério de Desenvolvimento Social para desenvolver ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com vistas à implantação de serviços integrados de atendimento no contexto das políticas públicas de assistência social e saúde.

No âmbito da política de assistência social, são ofertados no CREAS o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI promove o apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência, abandono, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, tráfico de pessoas, dentre outras, visando fortalecer a função protetiva das famílias e contribuir para a superação dos padrões violadores de direitos e das condições que as vulnerabilizam ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Estas situações podem ter repercussões diferenciadas, que podem ser agravadas ou não em função de diversos aspectos (contexto de vida, acesso à rede de proteção e direitos, ciclo de vida, deficiência, gênero, orientação sexual, uso/abuso de drogas, condições materiais etc). Isso implica que, diante das situações vivenciadas, cada indivíduo demanda do PAEFI um conjunto de atenções específicas, de acordo com suas singularidades.

O Serviço Especializado em Abordagem Social também realizado por equipes profissionais do CREAS ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS, realiza busca ativa nos espaços públicos de maior concentração de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais devido à situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, uso abusivo de drogas, entre outras. A partir de um processo gradativo de aproximação entre os profissionais e as pessoas identificadas nessas situações de risco, o Serviço busca construir vínculos com os usuários no intuito de facilitar o acesso a serviços, programas e projetos da rede socioassistencial e das demais políticas sociais.

No âmbito da política de saúde, destaca-se a implantar progressiva nos municípios brasileiros da notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências A notificação, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

- **Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

O Núcleo de Atendimento Integrado – NAI é um programa que integra o SINASE no serviço de acolhimento a adolescentes a quem é atribuída a prática de ato infracional e a suas famílias. Compõem o NAI: Delegacia Especializada; Atendimento técnico do município com assistência social, saúde, educação; Sistema de Justiça; com espaços também para custódia e pernoite.

A SDH/PR vem investindo significativamente na articulação com os órgãos estaduais integrantes do sistema de justiça (Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário) e gestores do sistema socioeducativo (estaduais e municipais locais) no intuito de viabilizar a integração dos órgãos implicados no atendimento inicial do adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional. Para além da construção física da unidade, tal articulação é fundamental para o efetivo funcionamento dessas unidades de aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei. Ao longo de 2012, a SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, até julho de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (Núcleos de Atendimento Integrado - NAI). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

- **Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta

O último "Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei" ,que contém dados situacionais de novembro de 2011, aponta que, em 2010, o sistema era composto por 17.703 adolescentes. Em 2011, verifica-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Esse percentual, além de interromper uma redução no crescimento na taxa de internação que se verificou de 2006 a 2009 (2006 - 7,18%, 2007 - 2,01%, 2008 - 0,43%, 2009 - 4,5%), indica uma preocupante tendência de inversão.

A SDH/PR está contratando consultoria especializada para, dentre outras coisas, elaborar diagnóstico com estudo de cenário para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE para os próximos 5 anos no campo de atuação do Poder Judiciário, com foco na aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei. Um dos fatores que podem estar contribuindo para essa tendência é uma ainda alegada presença, no contexto do Poder Judiciário, de sinais remanescentes da herança cultural de prevalência da aplicação de medida socioeducativa de privação de liberdade. Essa tendência prima pelo caráter punitivo em detrimento ao caráter de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, de enfatizar ações de convivência familiar e comunitária. Após esse diagnóstico, pretende-se traçar uma estratégia de intervenção para a reversão dessa taxa de crescimento.

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A estruturação de Conselhos Tutelares segue em bom ritmo: a) houve avanço no campo legal com a sanção da Lei 12.696

/2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares; b) foi conduzida licitação nacional para equipagem de 1.000 Conselhos Tutelares em todo o Brasil (o kit a ser disponibilizado contém 1 automóvel, 1 refrigerador, 1 bebedouro e 5 computadores). A partir de 2013, a SDH/PR poderá ainda financiar a construção de Conselhos Tutelares, já tendo sido definida a padronização arquitetônica; c) foram financiadas Escolas de Conselhos Tutelares em 19 Estados; d) quase 100% dos municípios já possuem Conselhos Tutelares (dos quase 6 mil municípios, apenas 12 ainda não o possuem).

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares**

  Análise Situacional da Meta

  A SDH vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Após o consenso interno da Secretaria será iniciado a articulação com a Casa Civil da Presidência para dar continuidade.

  Paralelamente a isso, foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, sendo resultado de uma luta histórica de vários setores da sociedade associado ao empenho da SDH/PR e representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei também unifica a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares - primeiro domingo de outubro do ano seguinte à eleição presidencial - e aumenta o mandato do conselheiro de três para quatro anos. Enfim, com a nova lei, os conselheiros serão fortalecidos na dignidade e reconhecimento e, por conseguinte, na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

- **Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SDH/PR abriu processos licitatórios para a aquisição de Kits de equipagem de Conselhos Tutelares. Foram investidos mais de R$ 24 milhões, incluindo recursos de emendas parlamentares. O kit contém um automóvel, um refrigerador, um bebedouro, cinco computadores e uma impressora multifuncional. Foram adquiridos kits para equipar 1.000 Conselhos Tutelares, dos quais cerca de 300 das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A distribuição desses kits está prevista para acontecer ao longo de 2013 tendo em vista vedação da Lei Eleitoral para distribuição de doações aos municípios durante o exercício em que há eleições.

  Quantidade alcançada

  300

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram definidos os padrões arquitetônicos nacionais para a construção de Conselhos Tutelares de referência. O novo conselho tutelar faz parte de uma série de mudanças que visam a consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que vêm sendo propostas pela Secretaria de Diretos Humanos. Contribuindo para esse conjunto de mudanças, foi desenvolvida uma série de diretrizes para projeto arquitetônico do novo conselho tutelar, garantindo um espaço seguro, confortável e também sustentável. Esse último aspecto reitera a importância do Conselho enquanto um espaço de ação e encontro com a sociedade civil, podendo ter também uma ação pedagógica em prol da

sustentabilidade.

Os projetos de obras deverão ser apoiados a partir de 2013.

Com relação aos padrões de atendimento, a área vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares para pactuar o documento com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares. Em 2013, será contratada consultoria técnica que auxiliará na construção deste processo.

- **Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta

A SDH tem-se empenhado na qualificação profissional dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, através do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, proporcionando a estes atores a formação e aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Um marco do processo de fortalecimento das Escolas foi o IV Encontro Nacional de Representantes dos Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Tutelares – Escolas de Conselhos, realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro, cujo objetivo foi discutir a integração nacional das Escolas e a construção das diretrizes e referenciais para a formação continuada de conselheiros.

A meta da SDH é ter uma Escola de Conselho em cada estado e no Distrito Federal. Atualmente, já existem 13 escolas conveniadas com a Secretaria de Direitos Humanos: AC, AM, CE, GO, MG, MS, MT, PA, PE, RN, RS, SE, TO e em 2012 foram formalizadas mais 6 Escolas de Conselhos nos seguintes estados: BA, DF, ES, PB, RO, SC.

Atualmente, há Escolas de Conselhos implantadas em 19 estados (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PB, RN, RO, RS, SE, SC, TO). Os estados do RJ e PI tiveram os seus convênios encerrados em 28/06/2012 e 30/04/2012, respectivamente.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

- **Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de desenho dos Fluxos. A temática deverá ser objeto de pauta de reunião em 2013.

- **Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

Uma das grandes ações do Sistema de Garantia de Direitos tem sido o fortalecimento dos Conselhos Tutelares. É prioridade a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país – tarefa que está praticamente concluída, pois no ano de 2012 foi concluído o cadastro nacional dos Conselhos Tutelares, que registrou a existência de 5.902 CTs em 5.553 municípios.

Quantidade alcançada

5.902

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A atuação da SDH/PR nesse campo tem se dado em articulação com o CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições daquele colegiado. Também nessa linha, tem se investido significativamente no fortalecimento do SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência), importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)**

  Análise Situacional da Meta

  O marco legal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), foi instituído por meio da Lei 12.594/2012, que regulamentará a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. O marco legal do PPCAAM está na proposta de Projeto de Lei do Sistema Nacional de Proteção que a Secretaria Executiva da SDH/PR está elaborando e deve ser apresentado em 2013.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 está agendado o debate com o CONANDA sobre Violência Letal e o Índice de Homicídios na Adolescência.

- **Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em análise no âmbito do CONANDA. O tema deverá ser pauta de discussão em 2013.

- **Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

  Análise Situacional da Meta

  Está sendo discutida a pertinência e viabilidade da implantação dessa Ouvidoria, inclusive no âmbito do CONANDA.

- **Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de implantação é alcançar todos os municípios e capitais com mais de 100 mil habitantes, totalizando 273 municípios. O SIPIA CT Web registra operações em 86 municípios que atendem essas características, o que representa o alcance de 31,5 % da meta planejada para os quatro anos.

  Quantidade alcançada

  86

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

  Análise Situacional da Meta

  Em face das adequações de fluxo e formulários de dados do PPCAAM, o SIPIA PPCAAM recebeu complementos em seu escopo e encontra-se na penúltima fase de preparação para implantação. Dentre as alterações recebidas, está a

organização das unidades do PPCAAM segundo jurisdição municipal (um ou mais municípios), o que permitirá ao sistema uma vida útil maior àquela com a qual estava organizado. Ao mesmo tempo, destaca-se que o mapeamento dos processos de proteção realizados no escopo do projeto do sistema contribuíram para o amadurecimento e aperfeiçoamento da metodologia do PPCAAM. Prazo para início do treinamento dos usuários do sistema: 01/06/2013.

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA SINASE Web está em operação em 7 unidades da federação e contempla, ao todo, 22 municípios que fazem parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No que se refere aos municípios que o operam, 16 deles tem população superior a 100 mil habitantes.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta

A temática será discutida no âmbito do CONANDA em 2013.

- **Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, não há dados/informações disponíveis, tanto em âmbito federal quanto estadual para apuração do índice de reincidência de adolescentes.

- **Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 será iniciado o cadastro nacional de Conselhos Municipais.

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2013, a SDH/PR fomentará e fortalecerá os Fóruns e Redes da Primeira Infância em todo o País. Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval, a qual terá continuidade nos anos seguintes. Está em andamento parceria com a organização SafernetBrasil para criação de canal de orientação para crianças adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta

A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional, à realização da Campanha Nacional de apoio a Adoção, do 17º ENAPA - Encontro Nacional de Apoio à Adoção e à Rede Nacional de Adoção. Promoveu articulação junto ao Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de curso de formação para adotantes e

adotados em acordo com a Lei nº 12.010/2009 e atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público para a efetivação dos marcos normativos referentes a adoção de crianças e adolescentes.

Em 09 de outubro de 2012, foi assinada a "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente", instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS).Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

- **Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional à Rede Nacional pela Primeira Infância. Também promoveu articulação institucional com órgãos e instituições da sociedade civil afetas a temática da primeira infância, objetivando a elaboração de ações para o fortalecimento da política nacional de promoção dos direitos em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Plano Nacional pela Primeira Infância.

- **Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval. A campanha ocorreu em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Também em 2012, foi apoiada a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet**

Análise Situacional da Meta

Em execução e ampliação, projeto em parceria com a organização SafernetBrasil, de criação de canal de orientação para crianças, adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, que alterou a redação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais, visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no país, implementada de

forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Com o intuito de reformular as normativas do PETI, adequando-as ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS vem realizando um movimento interno de debates e promovendo diálogos intersetoriais com o objetivo de dimensionar, com mais propriedade, os novos rumos que o programa deve seguir e garantir maior eficácia e adesão dos Municípios e do Distrito Federal.

Metas 2012-2015

- **Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

  Análise Situacional da Meta

  Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no Cadúnico. Para qualificar esse processo de identificação das situações, a SNAS está elaborando subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa, em especial do trabalho infantil, e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria. Atualmente o MDS repassa, por meio do PETI, recursos para a oferta de atividades socioeducativas e de convivência a mais de 850 mil crianças e adolescentes.

- **Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

  Análise Situacional da Meta

  Em agosto de 2012 foi implantada a versão 3 do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, o aplicativo de gestão do programa. As principais funcionalidades implantadas são: a migração para nova plataforma, visando minimizar as ocorrências de erros operacionais e melhorar a estabilidade do sistema; a geração de novos relatórios, com ganhos de informação para a gestão local, regional e nacional do programa; e a criação de um campo específico para registro da forma de trabalho infantil identificada.

  Tendo em vista a implantação de mudanças significativas nos sistemas que dão suporte ao PETI (versão 7 do Cadúnico e versão 3 do Sispeti), surgiram algumas dificuldades operacionais para a atualização de registros pelos municípios, que estão sendo tratadas pelo MDS. A solução dessas questões, juntamente com o redesenho do PETI, que se encontra em debate no MDS, contribuirão para a melhoria do nível de frequência das crianças e adolescentes às atividades socioeducativas e de convivência.

- **Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Visando aprimorar o Programa, a SNAS deu início à elaboração de orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). De acordo com o Censo SUAS, em agosto/2011 (mês de referência), foram atendidas 88.780 famílias pelo PAIF e PAEFI.

  O Censo SUAS 2012 está em fase de validação. A análise dos seus dados permitirá avaliar a trajetória do acompanhamento dessas famílias pela rede socioassistencial.

Quantidade alcançada

39,81

Data de Referência

31/08/2011

- **Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 7.370 fiscalizações especializadas sobre a questão do trabalho infantil, segundo os dados lançados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT) e no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI).

Quantidade alcançada

7.370

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	1.641	31/12/2012
Região Nordeste	8.520	unidade	2.149	31/12/2012
Região Norte	3.880	unidade	465	31/12/2012
Região Sudeste	4.800	unidade	2.171	31/12/2012
Região Sul	3.480	unidade	944	31/12/2012

- **Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta

O Decreto de 14/06/2012 convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ser realizada em outubro de 2013, em Brasília, tendo como tema “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”.

A Conferência terá como objetivos: fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 3.597/2000; avaliar obstáculos e propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil; e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. Diversas atividades estão sendo empreendidas, visando à preparação do evento.

- **Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2011), a taxa de trabalho infantil observada no grupo etário específico do PETI (5 a 15 anos), recuou de 5,60%, em 2009, para 4,70%, mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

Quantidade alcançada

4,7

Data de Referência

30/09/2011

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097	31/12/2012	286.287
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2011	25
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2011	58
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2011	2
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2012	23,21
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2011	21,79
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2011	13,81
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2011	8,07
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	31/12/2010	54,75
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30	31/12/2012	30
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2012	47,26
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	31/12/2010	28,01
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2011	47,2

Observações:

Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar - O índice não foi apurado na MUNIC 2011.

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:
Região Centro Oeste = 14.923
Região Nordeste = 26.138
Região Norte = 10.162
Região Sudeste = 14.923
Região Sul = 18.509
Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras

políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Metas 2012-2015

- **Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012 foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada

286.827

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	26.064	31/12/2012
Região Nordeste	220.645	unidade	46.223	31/12/2012
Região Norte	67.525	unidade	16.026	31/12/2012
Região Sudeste	623.264	unidade	146.144	31/12/2012
Região Sul	210.041	unidade	52.370	31/12/2012

- **Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos) contra 52,75% de homens (151.291). Comparativamente, nota-se que a participação feminina aumentou quando comparada aos dados do ano de 2010 quando representou 45,27% do total de contratos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantêm homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Quantidade alcançada

135.536

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional já implementados: BA, CE, DF, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP. Até 31/12/2013 serão implementados fóruns nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins. Dessa forma todos os Estados da Federação terão fóruns instalados ainda em 2013.

- **Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política. Esse documento apresenta as principais ações, resultados esperados, prazos de implementação e responsáveis. Abaixo, coloca-se as ações em andamento e respectivos resultados esperados:

1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da AP. Público alvo de programas sociais contratados como aprendizes pela AP; Sugestão contratual de que as prestadoras de serviços na AP cumpram suas cotas.

2 - Articulação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da Aprendizagem Profissional com a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas.

3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da Aprendizagem;

4 - Financiamento

Resultados Esperados: Estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.

5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do País para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Até dezembro de 2013 serão implementados nos estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Monitoramento e divulgação das ações implementadas nos Fóruns Estaduais;

7 - Alinhamento Interinstitutucional

Resultados esperados: Processos de registro e validação de cursos, programas, parcerias otimizadas e processo de certificação. Contratos de aprendizagem intermediados pelo Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

8 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente

Ações: participação de representantes do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP no subcomitê de Juventude; Sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via

Cooperação Internacional em coordenação com a Agenda Nacional de Trabalho Decente - ANTD; Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; Discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

9 - Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional - PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações, proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade/licitações.

- **Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

No tocante à fiscalização do cumprimento, pelas empresas, da obrigação de contratar aprendizes, prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, a inspeção do trabalho, durante o ano de 2012 - de janeiro a dezembro, promoveu a inserção sob ação fiscal de 140.900 aprendizes no mercado de trabalho em território nacional.

Quantidade alcançada

140.900

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	14.923	31/12/2012
Região Nordeste	118.203	unidade	26.138	31/10/2012
Região Norte	49.278	unidade	10.162	31/12/2012
Região Sudeste	312.418	unidade	71.168	31/12/2012
Região Sul	86.962	unidade	18.509	31/12/2012

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Foram beneficiados 203.380 jovens em 2012, por meio de 175 parcerias assinadas em 2011, utilizando recursos na ordem de R$ 344.121.960,31.

Está em elaboração proposta de legislação para embasar cursos de empreendedorismo aliados com o microcrédito.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram beneficiados em torno de 203.380 jovens.

Quantidade alcançada

203.380

Data de Referência

28/12/2012

- **Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.**

Análise Situacional da Meta

Está em elaboração legislação que possa embasar os cursos de Empreendedorismo aliados com o Microcrédito.

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

Os Grupos de Trabalho – GTs temáticos (Meio Ambiente, Mulheres e Juventude Rural) ampliaram o debate sobre temas específicos da área e iniciaram o diálogo e a conexão desses diversos temas com um conjunto de ações e eventos organizados pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. Além de expandir conceitos, os GTs proporcionaram uma real ampliação da participação de grupos juvenis que, costumeiramente, não participavam dos fóruns tradicionais de PPJs.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceira entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

Desde 2010 o Governo Federal atua diretamente no Congresso Nacional para aprovação do Estatuto da Juventude. Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo Legislativo, o Governo já está produzindo textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

O Observatório da Juventude também foi priorizado em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado “Participatório – Observatório Participativo da Juventude”, que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no Programa.

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento de PPJs, como no Projovem Urbano e no debate no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

A SNJ também lançou seu sítio e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da Secretaria. Exemplo disso foi a cobertura colaborativa da Conferência das Nações Unidas – RIO+20, ocorrida em 2012.

O Ministério da Cultura – MinC e a SNJ concluíram a seleção do Prêmio “Agente de Cultura Jovem” em 2012: 500 projetos foram premiados e receberão R$ 9.000,00 (nove mil reais), um apoio e incentivo à promoção da cultura na juventude.

As parceiras com organismos internacionais foram intensificadas a partir da organização do “Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur”. O Brasil assumiu a presidência da Organização Iberoamericana de Juventude – OIJ, recebeu delegações estrangeiras, consolidou sua presença na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa - CPLP, na reunião especializada de juventude do Mercosul - REJ e assumiu um papel central na criação de uma assessoria permanente de Juventude na ONU, fomentando também a criação de um fórum permanente de Juventude nas Nações

Unidas.

Na área do fortalecimento institucional, foram firmados, em 2011 e 2012, dez convênios com financiamento de até R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) para cada estado. Para 2013, a forma de apoio aos demais entes da federação foi modificada, tendo sido criada a meta de atendimento a 70 municípios a partir do Programa de Fortalecimento Institucional de PPJs.

As ações, eventos e programas do Governo Federal relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

A Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul foi organizada em dezembro de 2012, em Brasília. A mencionada reunião definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Planeja-se, no segundo semestre de 2013, formalizar o pedido de seção brasileira da REJ.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SNJ constituiu informalmente 3 Grupos de Trabalho com as seguintes temáticas: Juventude Rural, Jovens Mulheres e Meio Ambiente, que serão formalizados em 2013.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

- **Aprovar o Estatuto da Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  O Governo Federal atuou diretamente na Câmara de Deputados para aprovação do Estatuto da Juventude. Em 2012, o projeto já se encontrava no Senado.

- **Aprovar o Plano Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo legislativo, já estão sendo produzidos textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

- **Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul**

  Análise Situacional da Meta

  Sobre a Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul, foi organizado, em dezembro de 2012, em Brasília, a já mencionada reunião que definiu uma série de diretrizes de trabalho, entra elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Além disso, está prevista para o segundo semestre de 2013 a formalização do

pedido de seção brasileira da REJ.

- **Constituir o Observatório da Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  O Observatório da Juventude também foi priorizado pelo Governo Federal em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado "Participatório – Observatório Participativo da Juventude", que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no programa.

- **Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das PPJs, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento como no Projovem Urbano e o debate no CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

- **Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

- **Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais**

  Análise Situacional da Meta

  A SNJ lançou seu portal www.juventude.gov.br e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos relacionados ao tema juventude.

- **Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério da Cultura - MinC trabalha nessa meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos ao tema, incluindo o Caderno Temático de Políticas Culturais para a juventude.

  Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pelo MinC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do Ministério que tratam do tema. O término da elaboração dos cadernos está previsto para dezembro de 2013.

- **Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Para desenvolvimento da proposta do Sistema Nacional de Juventude é necessário que o Estatuto da Juventude esteja aprovado, uma vez que define as regras e diretrizes sob as quais funcionará o Sistema. Não obstante essa condicionante, o Governo Federal iniciou a elaboração de proposta de conceitos que serão utilizados para o Sistema e que independem do conteúdo aprovado no Estatuto da Juventude.

- **Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em junho de 2011, foi criado um Comitê de Trabalho, envolvendo representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Políticas Culturais e Conselho Nacional de Juventude. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis. Surgiu, então, o edital de seleção pública "Prêmio Agente Jovem: Diálogos e Ações Interculturais" que tem como objetivo envolver a juventude

brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões. Visa reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovam a cidadania cultural e estimulem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). O edital premiará iniciativas já realizadas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Jovens entre 15 e 29 anos concorreram aos prêmios. Foram premiadas 500 iniciativas com valores correspondentes aos valores dos microprojetos, garantindo assim, um maior impacto na promoção da cultura da juventude.

O edital está em fase de finalização dos pagamentos dos 500 projetos. Verifica-se, ainda, a possibilidade de pagamento de outras 177 (cento e setenta e sete) iniciativas da lista de classificação, com apoio do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quantidade alcançada

500

Data de Referência

31/12/2012

- **Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

  Análise Situacional da Meta

  Foi instituído o GT jovens mulheres que se reuniu durante o ano de 2012 e debateu sobre os temas e estratégias de viabilizar parceria para prevenção. Os trabalhos continuam em andamento.

- **Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, potencializou-se o Acordo de Cooperação Internacional - PRODOC Unesco e PNUD existentes, com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJOVEM e juventude.

- **Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**

  Análise Situacional da Meta

  Está em andamento a construção de uma parceria internacional com o Uruguai, que deve ser concretizada em um Acordo ou Memorando de Entendimento em 2013.

- **Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério do Meio Ambiente - MMA está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

  No Programa 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental, em seu objetivo 0491, que visa promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis, há parâmetros para a inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventude rurais e urbanas.

  A meta de apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais, no desenvolvimento de ações de educação ambiental, alcançará lideranças da juventude rural e urbana como: o apoio à 1.609 instituições; a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; o Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012, por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável; também a formação de 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental. Já foram formados 1.080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: (I) 6 eventos paralelos de capacitação durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental

envolvendo 300 pessoas; (II) realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 600 educadores; (III) realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas.

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável; a celebração de 31 Termos de Adesão à A3P e ampliada a Rede A3P contando com a participação de 369 instituições. Foram realizadas 14 oficinas de capacitação sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos que, no total, contaram com um público de 2.300 pessoas e duas capacitações com o tema “Compras Públicas Sustentáveis” com a participação de 200 pessoas.

Também foram realizados o Fórum Nacional e quatro Fóruns Regionais de debates com o tema "O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública" nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, reunindo 720 pessoas.

Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distancia (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta em 2013. A realização da Conferência Nacional Infanto-juvenil e a Conferência Adulto pelo Meio Ambiente, prevista para 2013, também intensificará esta meta para a Juventude.

- **Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur**

  Análise Situacional da Meta

  Foi implementada a rotina de realização de um seminário de integração regional JUVENSUR a cada semestre. O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR que ocorreu de 1 a 4 de novembro de 2012 na cidade de Foz do Iguaçu. O próximo seminário ocorrerá em junho de 2013, organizado pelo Uruguai.

- **Realizar Conferência Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Ao longo de todo o ano de 2011, jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, e culminou na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, e contou com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil). A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que nortearão as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

  A expectativa para uma nova conferência é para 2015, após a implementação das ações e compromissos assumidos durante a II Conferência.

- **Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo realizados estudos para firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, que já possui capacitações específicas para o tema.

- **Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação ao apoio e fortalecimento dos órgãos de juventude estaduais e municipais, foram celebrados 10 (dez) convênios visando à capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos municípios. A implementação dos 6 primeiros convênios iniciaram em meados de 2012 e teremos os primeiros resultados no início de 2013.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

  Análise Situacional da Meta

  As ações, eventos e programas relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A agenda de enfrentamento à mortalidade da juventude, especialmente a negra, foi discutida no Fórum Direitos e Cidadania entre 2011 e 2012, como resposta à demanda histórica do movimento negro e das resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude. Em 2012, após diversas consultas à sociedade, conselhos e especialistas em segurança pública e juventude, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, com sua Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.
Atualmente, o Plano Juventude Viva reúne mais de trinta ações de 25 programas federais, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da SEPPIR e da SG/PR. O resumo dessas ações, que promovem a prevenção à violência nos municípios e a reinserção social dos jovens negros, reduzindo sua vulnerabilidade, é apresentado a seguir:

• Saúde: Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências; Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS); Academias de Saúde; Programa Brasil Quilombola (MS e SEPPIR).

• Cultura: Usinas Culturais; Praças do Esporte e da Cultura; Cultura Viva: Pontos de Cultura; Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.

• Justiça: PROTEJO; Projeto Mulheres da Paz.

• Educação: Projovem Urbano; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI; Programa Escola Aberta; Programa Mais Educação; Programa Saúde na Escola; PRONATEC.

• Trabalho e Emprego: Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária; Plano Setorial de Qualificação Juventude Viva; ProJovem Trabalhador.

• Esporte: PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade; Programa Segundo Tempo (Padrão); Programa Segundo Tempo na Escola; Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais; Programa Segundo Tempo – Navegar; Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas; Praça da Juventude.

• Juventude (SNJ/SG): Estação da Juventude; Campanha Juventude Viva.

• Capacitação de gestores e servidores: Capacitação para Profissionais de Segurança Pública (MJ); Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça (SEPPIR e MJ); Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde (MS); Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional (SEPPIR).

Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal. A experiência em Alagoas mostrou que a demanda de coordenação interministerial e monitoramento é intensa, o que fez com que a meta de adesão de todos os estados fosse revista. Mas o Plano contará com a modalidade de adesão voluntária, de maneira que poderá estar presente em todos os estados da federação até 2014.
Em novembro de 2012, foi lançada a primeira fase da Campanha Juventude Viva, que consiste em uma campanha de comunicação e de sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com foco na reversão dos estereótipos e desconstrução da cultura de violência. A campanha foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada nas redes sociais.
Um desafio do Plano a ser perseguido é o de implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra. A SEPPIR está em negociação com a Anatel para a gratuidade do disque igualdade racial. Uma alternativa que vem sendo estudada é buscar parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a criação de um módulo para denúncia da violência contra a juventude no disque 100.
A Rede Juventude Viva é outra ação do Plano executada, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede tem por objetivo estabelecer o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com a promoção de direitos e enfrentamento à violência contra a juventude negra, em torno de ações propostas no âmbito do Plano Juventude Viva.
O Programa Estação Juventude também compõe o Plano Juventude Viva. Informações detalhadas sobre as ações integrantes do Programa estão descritas no objetivo próprio da Estação Juventude no PPA.
A expansão do Plano acarretará um esforço maior de diálogo com gestores estaduais e municipais (tendo em vista o aumento de entes a serem atendidos), o que fortalecerá a institucionalização do Plano, mas também poderá gerar outras demandas não previstas anteriormente.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede conta hoje com mais de 2.000 contatos no Governo e na sociedade civil.

- **Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  A proposta de implantação de mecanismo de denúncia e notificação encontra-se em andamento.

- **Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

  Análise Situacional da Meta

  Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com

a coordenação do Governo Federal.

- **Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

  Análise Situacional da Meta

  Em novembro de 2012, foi lançada a Campanha Juventude Viva, que foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada no YouTube, facebook e twitter.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Estação Juventude foi estruturado ao longo de 2012 com a perspectiva de firmar 30 convênios com estados e municípios.

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Dessa série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potencialidades e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com essa nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

Ainda em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados os 23 convênios.

Diversos gestores enviaram projetos a fim de receber a tecnologia e os recursos do programa Estação da Juventude. Este facilitador nos mostra que existe uma demanda real no Brasil de tecnologia para atendimento da juventude.

Em 2013, serão implementadas as Estações Juventude conveniadas em 2012 e lançado um novo edital de projetos.

Metas 2012-2015

- **Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 ainda não havia sido iniciada a oferta de formações, uma vez que estão sendo realizados estudos, bem como o Programa Estação Juventude está em fase inicial de implementação.

  A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano intelectuais especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Desta série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potências e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com esta nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

  Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário

priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

- **Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados 23 convênios.

  Quantidade alcançada

  23

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Estação Juventude encontra-se em fase inicial de implementação nos estados e municípios, podendo a integração ocorrer através da implementação efetiva do Programa.

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou em 2012 uma parceira com a Universidade de Brasília- UNB e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB para a capacitação de jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria Nacional de Juventude está realizando estudos e reuniões com parceiros para o desenvolvimento de ações necessárias ao atendimento da meta.

- **Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou no final de 2012 uma parceira com a Universidade de Brasília- UNB e a UNILAB para a capacitação de 600 jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo, que iniciará a implementação em 2013.

  Quantidade alcançada

  600

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram capacitados 972 jovens em diversos segmentos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

  Quantidade alcançada

  972

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano tem como objetivo a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias, com exercício da cidadania. Busca proporcionar formação integral, associando Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, por meio de curso com duração de 18 meses e organizado em torno de seis eixos estruturantes: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia e Juventude e Cidadania. Assim, tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização, a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação e a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

O Parecer CNE/CEB nº. 18/2008 aprova seu Projeto Pedagógico Integrado, interdisciplinar e interdimensional, que reafirma o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, saberes, emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas, e autoriza seu funcionamento e sua execução em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, que a ele fizerem adesão.

Metas 2012-2015

- **Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de atendimento estipualada para o Projovem Urbano para 2012 foi de 110.000 jovens, distribuída entre os 162 entes federados que aderiram ao Programa, sendo 19 Estados, o Distrito Federal, 18 Capitais e 124 Municípios com população a partir de 100.000 habitantes. Em 2012 foram matriculados 104.804 jovens, conforme Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano/SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle). Atualmente, o Programa é executado pelo DF, 15 Estados e 119 Municípios. Já para 2013, está previsto o atendimento de mais 110.000 jovens de acordo com a adesão com estados e municípios formalizada no final de 2012.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2012	70,4
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	31/12/2012	40,74
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/09/2009	3,5
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2012	21,88
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2012	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2012	7,5
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2012	584
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2012	1.673
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2012	973
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2011	69,8
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	31/12/2012	12,11
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2011	1,42
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2011	8,4
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2011	29,9
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2011	20,8
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/06/2011	13,2

Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2012	46,45

Observações:

Índice de planos municipais de políticas para as mulheres - O índice não foi apurado na MUNIC 2011.

Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero - Embora o número de mecanismos de gênero entre os órgãos integrantes do Comitê PNPM tenha aumentado de 6 para 7, o número total de participantes aumentou de 21 para 32, resultando na queda do percentual.

Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM - Capacitação feita especificamente pela SPM.

Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. - Não inclui CREAS e serviços específicos de saúde. Esses serviços funcionam como apoio a rede especializada de atendimento.

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, a SPM/PR adotou, para o alcance deste objetivo, tanto a execução direta quanto a execução indireta, via convênios, de diversas ações. No primeiro caso está incluído o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que concede uma certificação às organizações públicas e privadas participantes, em função da implementação bem sucedida de ações que promovam a equidade, tais como o provimento de creche para as filhas e filhos das trabalhadoras e a ampliação da participação das mulheres em postos de comando. A 4ª edição foi lançada em 2010 e as organizações concluíram seus planos de trabalho em dezembro de 2012.

Além disso, a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade da mulher trabalhadora, a SPM/PR realizou, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Seminário Internacional sobre Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado, apresentou o trabalho intitulado “Cuidado e desigualdades de gênero: uma análise de uso do tempo no Brasil” no IATUR – International Association for Time Use Research 2012, no Japão, e iniciou a articulação com o IBGE para a inclusão de um conjunto de perguntas sobre gênero na Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE - MUNIC. Em relação à ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, equiparando-as às/aos demais trabalhadoras/es, foi indicada para presidir a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, instituída em janeiro de 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com a finalidade de ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e propor alteração na legislação em vigor.

Por outro lado, na execução indireta, a SPM/PR apoiou, por meio de convênios, diversas iniciativas para a inserção produtiva e a autonomia de mulheres rurais e urbanas com governos estaduais e municipais e organizações não governamentais. Essas iniciativas são, na maioria dos casos, voltadas para a capacitação para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo. A SPM/PR firmou também um acordo de cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração.

Em relação às mulheres do campo e da floresta, estão sendo implementadas ações em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras instâncias do governo e da sociedade civil, com vistas à inserção produtiva das mulheres, o fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas

que podem contribuir para tais objetivos (crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros).

As Políticas de Cuidado estão sendo tratadas sob diferentes aspectos: tanto nas articulações diretas com os órgãos governamentais responsáveis – no caso do MEC (creches e educação integral); como também por meio da produção de estudos relacionados ao tema e a promoção de encontros e reuniões de trabalho com instituições parceiras, entre elas o IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e centros de estudos e pesquisas.

Em relação às trabalhadoras domésticas, os avanços se deram com a instalação da Comissão Tripartite, pelo MTE, que designou a SPM/PR para presidi-la, e com a aprovação na Comissão Especial da PEC 478, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O diálogo internacional incluiu compromissos e articulações com diferentes instituições, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, com a qual está em andamento a organização do "Seminário Regional sobre Políticas para las Mujeres em América Latina y el Caribe" e entendimentos sobre a ampliação e melhoria das estatísticas agropecuárias numa perspectiva de gênero, em parceria com o MDA.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho**
  Análise Situacional da Meta
  A SPM/PR apoia com recursos financeiros um conjunto de projetos, apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, com prioridade para aqueles projetos voltados para a inserção em áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até dezembro de 2012 foram firmados em torno de 50 projetos, totalizando cerca de 15.800 mulheres atendidas em 2013.

- **Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**
  Análise Situacional da Meta
  O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/ 2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 81 organizações fizeram a adesão. Ao longo de 2012, além das atividades de rotina, tais como reuniões com o Comitê Técnico-Institucional e o Comitê Ad-hoc (constituído por especialistas da área acadêmica), foram realizadas as seguintes ações: 1- Assinatura do Termo de Compromisso com as organizações participantes do Programa; 2- Oficina Práticas de Igualdade – visando à troca de experiências entre as organizações participantes, divulgação das boas práticas implementadas e esclarecimento de possíveis dúvidas entre as organizações que iniciam a sua participação; 3- Monitoramento a distância, realizado no período de junho a setembro; 4- Monitoramento in loco (visitas às organizações), concluído em dezembro. Em 2013 ocorrerá a premiação das organizações que alcançaram suas metas e o lançamento da 5ª edição.

- **Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**
  Análise Situacional da Meta
  Em janeiro de 2012 foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). O Ministério indicou a SPM/PR para presidir a Comissão. Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico.

- **Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado pacto com a Caixa Econômica Federal para incentivar à concessão de crédito, estimulando o empreendedorismo entre as mulheres.

- **Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Firmado acordo de cooperação entre SPM/PR e MI/SUDECO, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com ênfase no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APLs, da Região Centro-Oeste, de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Os projetos selecionados serão implementados em 2013/2014. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, a identificação de demandas de mão-de-obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Os projetos de capacitação devem estar voltados para carências específicas de mão-de-obra na área tecnológica, identificadas em arranjos produtivos locais da região centro-oeste. Como, em geral, essas atividades são desempenhadas por homens, o que se espera é que a disponibilidade de mulheres com a qualificação requerida estimule os empregadores a romper com o modelo tradicional de contratar exclusivamente homens para esses postos, contribuindo para a diminuição da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens.

- **Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta

Celebração de 5 Acordos de Cooperação entre a SPM/PR, o MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do projeto “Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais”. Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.

- **Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 foram realizadas várias atividades de pactuação com sindicatos e a federação nacional desta categoria profissional, bem como com as centrais sindicais. A SPM/PR acompanhou os trabalhos da Comissão Especial da PEC 478/2010, que debateu a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e que culminou na aprovação e promulgação da PEC em março de 2013.

- **Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR é parceira do MDA no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o

público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva.

- **Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

Análise Situacional da Meta

Realização do Curso Internacional sobre Gênero e Segurança Alimentar, coordenado pela SPM/PR, com a participação do MDA e CONSEA e o apoio do MRE.

- **Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM, visando à construção da plataforma desses governos sobre o tema da autonomia econômica das mulheres para os próximos 2 anos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012 foi instituída a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo foi analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 sobre o Trabalho Doméstico.

- **Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.324/06 previa a dedução até o ano-calendário de 2011. Em 2011, a Lei nº 12.469 ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Na área de Saúde da Mulher, a SPM/PR tem, entre suas prioridades, a formulação, desenvolvimento e implementação de programas e projetos, diretamente ou em forma de parcerias, no campo da saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

As ações desenvolvidas, em 2012, contaram com a parceria do Ministério da Saúde. A saúde da mulher tem por base os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), formulada em 2004 pelo Ministério da Saúde. A SPM/PR tem como um de seus objetivos para o período 2013-2015 o fortalecimento e o aperfeiçoamento da PNAISM; esta foi uma de suas prioridades para o exercício de 2012. Foram realizadas diversas reuniões com a Área Técnica de Saúde da Mulher para pactuar a agenda de trabalho em torno da PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015, quando foram reforçados os compromissos conjuntos pelo fortalecimento da PNAISM e se estabeleceu uma agenda de trabalho que deverá ser desenvolvida nos próximos anos.

Ainda em 2012, a SPM/PR participou da Comissão Inter-setorial de Saúde da Mulher e da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST). Aprovou sete propostas de convênio, com os seguintes objetos: realizar campanha de enfrentamento à feminização da aids e violência de gênero voltada para as mulheres em situação de vulnerabilidade social; produzir o livro-dvd parteiras tradicionais do Goiás, DF e região do entorno; realização do VII seminário mulheres negras e saúde, para sensibilizar as equipes multiprofissionais e sociedade civil para o atendimento à saúde da mulher negra; formar educadores(as) e profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e da saúde nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual; estruturar atividades de proteção, promoção e recuperação da saúde e o desenvolvimento da autonomia e empoderamento de mulheres; ação comunitária e educação em direitos sexuais e reprodutivos; e promover formação em direitos humanos na cidade de São Paulo. Desenvolveu ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina juntamente com o Ministério da Saúde e o Fundo de População das Nações Unidas e promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas e técnicos dos Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS; criará, em 2013, um Grupo de Trabalho voltado à saúde das mulheres com deficiência.

Além disso, a SPM/PR tem promovido o engajamento dos OPMs junto à PNAISM e às políticas públicas de saúde da mulher. Foi realizada uma reunião em setembro com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres em que se estimulou sua atuação junto às respectivas secretarias estaduais de saúde, especialmente no que se refere ao monitoramento mensal da Rede Cegonha, realizado por videoconferência pelo Ministério da Saúde, e ao acompanhamento do Programa de Câncer de Colo de Útero e de Mama. Outra reunião com as gestoras estaduais foi realizada em dezembro. Em outubro, foi iniciada a contratação de consultoria para elaborar material de atualização da PNAISM.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde na temática, por meio dos quais realiza o acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora, com enfoque nas doenças ocupacionais das profissões majoritariamente exercidas por mulheres. Assim, a SPM/PR compareceu a 3 reuniões da CIST com as seguintes resoluções: solicitar aos Ministros de Estado da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social que as ações relativas à diretriz da estruturação da rede integrada de informações em Saúde do Trabalhador sejam priorizadas no processo de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho assim como na elaboração e implementação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; enviar documento à Mesa Diretora informando que a CIST é a favor do banimento do amianto e solicitando que esse tema seja pautado na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde; acompanhar a

implementação do plano de ação da CIST Nacional.

- **Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM está em fase de articulação com a Organização Pan Americana de Saúde e com o Ministério da Saúde para desenvolver, em conjunto, o módulo do curso na modalidade Ensino a Distância (EAD). Essa atividade deverá ser iniciada em 2013. Para a segunda estratégia, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde.

- **Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SPM/PR criou a Coordenação da Diversidade que, entre outras atribuições, está responsável pela proposição de políticas públicas para as mulheres com deficiência. Em 26 de novembro de 2012, foi realizada oficina sobre Mulheres com Deficiência que apontou diretrizes para a atuação da SPM/PR na temática, inclusive no que se refere à saúde das mulheres com deficiência. Estes trabalhos preparatórios servirão de base para a proposição de grupo de trabalho interministerial a partir de 2013.

- **Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR considera fundamental a participação ativa dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) no monitoramento da implementação da Rede Cegonha em seus respectivos estados e municípios. Assim, vem incentivando em encontros realizados pela SPM/PR a atuação dos OPMs junto às suas respectivas secretarias de saúde, especialmente no que se refere à participação dos OPMs estaduais nas videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha, realizadas pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais de saúde. Além disso, vem articulando a rede de discussão dos Organismos de Políticas para as Mulheres com informações da área da saúde.

- **Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem desenvolvido ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina, em conjunto com o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e tem acompanhado a distribuição do preservativo feminino; a avaliação e continuação do Plano, mobilizando os principais parceiros, tanto da sociedade civil quanto governamentais; a revisão do Plano de Trabalho de ação conjunta no Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização das DST/ Aids e Hepatites Virais e sua implementação nos estados e apoiado a participação e o controle social em agendas estratégicas, por meio da promoção da participação em eventos como o IX

Congresso Brasileiro de Prevenção. Além disso, a SPM tem colaborado para a produção de conteúdos em Comunicação em Saúde sobre o insumo.

Com a finalização do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, a SPM/PR e o Ministério da Saúde vêm atuando no sentido de elaborar ações conjuntas com os estados e municípios, de forma a incorporar os Organismos de Políticas para as Mulheres nos planos de ação das secretarias de saúde e enfatizar o enfoque étnico-racial e geracional nas ações programadas.

- **Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

  Análise Situacional da Meta

  A Portaria nº 1.473, de 2 de junho de 2011, do MS, instituiu na estrutura do Rede Cegonha os espaços de Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas. A SPM/PR participa, atualmente, na Rede Cegonha dos seguintes Comitês: Comitê de Mobilização Social e de Especialista, Comitê Gestor e Comitê de monitoramento.

- **Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR promoveu ações junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) a respeito da PNAISM e contribuiu para a capacitação de suas equipes para atuação em temas de saúde da mulher. A discussão a respeito da PNAISM foi levantada nas duas reuniões realizadas com OPMs em 2012. Além disso, a SPM promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas(os) dos OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS, para proporcionar maior capacidade de intervenção dos organismos nas políticas estaduais de saúde. Participaram da capacitação técnicas(os) dos seguintes estados: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PB, PE, RJ, RS, SC, SE e TO. A partir de 2013, a SPM/PR pretende realizar seminários específicos destinados exclusivamente à discussão da PNAISM.

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a

cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

Metas 2012-2015

- **Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2012, manteve a linha temática específica no Edital de Chamada Pública nº 02/2012 para o apoio aos núcleos de gêneros nas Universidades Federais e Estaduais. Os convênios celebrados nessas condições foram no valor de até R$ 50.000,00.

  As universidades apoiadas foram: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  12/11/2012

- **Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR realizou no ano de 2012 a divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola em Organismos de Políticas para as Mulheres do estado do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) o apoio ao programa e negocia com as entidades do Sistema S uma parceria para que elas auxiliem na realização da capacitação dos professores.

- **Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, do Ministério da Cultura, trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de sua atuação, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para as Mulheres. Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema. Prevê-se o término de sua elaboração para Março de 2013.

- **Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas reuniões bilaterais com o Ministério do Esporte visando atividades de promoção da participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas.

- **Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

  Análise Situacional da Meta

O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

- **Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SPM/PR trabalhou pelo lançamento de novo edital do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça com a parceria do Ministério da Educação. A Secretaria busca novas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização do curso. Porém, houve atrasos no oferecimento do curso devido à greve nas universidades federais. Além disso, outros projetos de formação de gestores foram apoiados por meio da celebração de convênios no final de 2012.

Em 2012 foram ofertadas 8.609 vagas de especialização e extensão em 19 instituições de ensino.

- **Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.

- **Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012. O concurso foi promovido pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), em parceria com os ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). Trinta estudantes do ensino médio e superior foram premiados.

Também, foi divulgada a 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Teresina, Salvador, Goiânia, São Luís e Belém. Em 2012 iniciou-se o processo de seleção dos artigos, projetos e redações enviadas para o prêmio. A 8ª edição teve um número recorde de inscrições: 237 artigos de mestres e estudantes de doutorado; 417 artigos de graduados, especialistas ou estudantes de mestrado; 304 artigos de estudantes de graduação; 4.100 redações de estudantes de ensino médio; e 94 projetos pedagógicos de escolas promotoras da igualdade de gênero.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

12/11/2012

- **Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta

Além de Seleções específicas – como a criação do Prêmio Cultura Viva Mulher (em negociação com o Fundo Elas) - editais de recortes variados incluem a promoção da equidade de gênero como critério de pontuação (Edital Agente Jovem de Cultura) ou tema para desenvolvimento de projetos (Programa Usinas Culturais). Além disso, está em andamento a elaboração de seleções para fomento de iniciativas protagonizadas por mulheres, em contexto de culturas tradicionais, onde predomina a autoridade masculina fundamentada numa ancestralidade passível de questionamento

ante as conquistas relativas aos direitos humanos da contemporaneidade, tais como culturas indígenas ou ciganas.

- **Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

  Análise Situacional da Meta

  O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência ocorrerá em 2013. Desta forma, no ano de 2012, ocorreu o início do processo de planejamento com a realização de reuniões preparatórias com os parceiros e algumas cientistas foram convidadas para discutir formato e programa.

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a partir da minirreforma política, ampliou-se o número de vereadoras e prefeitas eleitas no país. As mulheres representam hoje 13,3% nos legislativos municipais, atingindo o número de 7.648 mulheres eleitas e 670 prefeitas eleitas. Isso representa, em números absolutos, uma ampliação em 17,4% nos legislativos municipais e 32,9% nos executivos. No ano de 2012 as sanções junto aos partidos foram acerca da não presença das mulheres e de temas relacionados a elas em suas propagandas institucionais, assegurando que para o próximo ano este tempo será dobrado . No Congresso Nacional, novos projetos sobre este tema, que ainda serão analisados, estão em fase de apresentação, e o debate da Reforma Política está em curso com possível votação para o ano de 2013 e a SPM/PR tem acompanhado e contribuído para assegurar os direitos conquistados e ampliar a perspectiva da igualdade/paridade.

- **Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Realizadas ações em parceria com entidades sindicais visando fortalecer a demanda nas categorias. Incentivo às empresas participantes do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça para adesão ao direito.

- **Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR retomou no ano de 2012 o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Duas reuniões foram realizadas no ano de 2012. Além disso, a Secretaria apoiou dois convênios focados na formação política das mulheres. Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação feminina nos cargos políticos. Para o ano de 2013 a SPM realizará novas ações para discutir o tema do ponto de vista das mulheres e contribuir com os debates realizados no congresso e no conjunto do governo.

- **Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL no Congresso.

- **Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta

A Criação da Coordenadoria da Diversidade junto à SPM expressa que a articulação deste tema para dentro do governo ganha outra dinâmica e assume outra prioridade. A partir da pactuação do PNPM, novas ações e estratégias foram construídas e exigem a elaboração de um plano de ação integrado e articulado entre SPM/SDH/MinC/MEC/MS/SEPPIR que está em processo de construção. Em 29 de novembro de 2012, a SPM/PR realizou uma oficina com lésbicas e bissexuais representantes das organizações nacionais para apresentar as diretrizes e ações para esta área. O debate sobre a constituição do GT prosseguirá em 2013.

- **Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta

Um acordo de cooperação firmado entre a SPM/PR e a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, em 08 de março de 2012, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para identificar as prioridades e estratégias de ação referentes às mulheres idosas e com deficiência. O Grupo de Trabalho ainda não finalizou as ações.

- **Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta

Ações importantes foram realizadas nesse campo, em destaque o comparecimento do Brasil, representado por uma delegação chefiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, à 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW para apresentar o VII Informe Periódico do País, dando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher O Brasil informou os avanços alcançados no período na promoção dos direitos da mulher, a exemplo da eleição da primeira presidenta, e indicação de 10 ministras mulheres; a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em todo o País; do crescimento no número de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; das decisões do Supremo Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e reconhecendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a expansão da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para o atendimento de brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália. Como resultado desse processo, o Comitê elogiou os esforços que o País vem realizando no enfrentamento à violência contra as mulheres e em outros pontos da Convenção e encaminhou ao Brasil uma série de recomendações

para acelerar sua implementação, em particular em relação ao tema do acesso ao poder e à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ainda no âmbito da Convenção CEDAW, vale registrar que a SPM integra Grupo de Trabalho Interministerial que, ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União, é responsável pela implementação das recomendações do Comitê CEDAW para o "Caso Alyne Pimentel" (falecida em 2002, grávida de seis meses, vítima de negligência e imperícia médica). Dentre essas recomendações, estão a indenização para a mãe e a filha de Alyne Pimentel, a adoção de melhorias nos serviços de saúde e a redução das taxas de mortalidade materna. Merece destaque também a participação da SPM na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 20) e na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, reafirmando nas declarações aprovadas nestes e em outros encontros regionais e internacionais os compromissos assumidos em instrumentos internacionais do campo dos direitos das mulheres. Bem como, em um ano em que começaram os movimentos de avaliação dos 20 anos de implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a participação do Brasil em várias instâncias que trataram do tema, em especial a 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e a Reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012). A atuação da delegação brasileira foi importante para que os documentos finais dessas reuniões reafirmassem temas como o desenvolvimento sustentável, o papel das relações de poder, os direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, bem como os demais compromissos assumidos em Cairo. Por fim, nesse campo vale destacar também os esforços que foram feitos para a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, fortalecendo assim, em âmbito governamental, a implementação dos compromissos assumidos em 1994, em Cairo, quando da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento.

- **Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta

Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

- **Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

Análise Situacional da Meta

Para contribuir com a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a SPM/PR distribuiu 60.000 cadernos da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, além de ter realizado uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos em 2012.

- **Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao fortalecimento da parceria com a ONU Mulheres, entre outros, destaca-se a articulação realizada para que o documento final da Conferência Rio + 20 integrasse de forma consistente o tema da igualdade de gênero e o desenvolvimento do Projeto BRA 60783 – Apoio a Implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2012, foram publicados sete editais para contratação de consultorias no âmbito deste projeto e outros três estão em tramitação. As consultorias se referem a: (A) avaliação e redesenho do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; (B)

avaliação da implementação internacional da Central 180; (C) avaliação das estratégias dos organismos de políticas para as mulheres; (D) elaboração de estratégia para disseminação da temática de uso do tempo e gênero; (E) avaliação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; (F) avaliação e redesenho do serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência na área de saúde (aborto legal); (G) construção de indicadores de processo relativos aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; (H) construção de metodologia e coleta de dados e análise dos indicadores para elaboração do Relatório Anual Sócio-Econômico da Mulher – RASEAM; (I) construção de portal para agregar informações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero em plataforma híbrida que agregue redes sociais em blog; (J) consultoria técnica de frameworks web 2.0 para desenvolver subsídios para especificação de desenvolvimento de código para implementação de interface que possibilite, por meio do portal, disseminação de dados e construção colaborativa na internet e (K) avaliação e monitoramento do projeto. A realização dessas atividades irá movimentar cerca de R$ 600 mil e a entrega dos produtos está prevista para continuar ao longo de 2013 (o prazo de vigência do Projeto é 30/06/13). Também em 2012, a SPM retomou o Projeto "Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras", parceria iniciada em novembro de 2010 com a ONU Mulheres e que viabilizará o aporte de US$ 500 mil para apoio a iniciativas nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres. O projeto tem prazo de vigência até 31/12/2013 e, no total, deverá envolver R$ 3,2 milhões, incluídos os recursos da contrapartida nacional.

- **Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a SPM continuou envidando esforços no sentido do fortalecimento dos mecanismos regionais de políticas para as mulheres. No âmbito do Mercosul vale destacar a realização da primeira Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), ocorrida em Buenos Aires, Argentina, de 29 de maio a 1 de junho de 2012. A RMAAM surge como consequência do reconhecimento institucional e da importância atribuída ao tema da igualdade de gênero nos Estados Parte e no Mercosul e substitui a Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998.

Destaque-se a realização, sobre a Presidência Pro Tempore brasileira, da segunda RMAAM, em dezembro. O primeiro grande desafio da RMAAM é dar consequência à proposta Decisão nº 14/12 do Conselho do Mercado Comum que decide estabelecer uma política de igualdade de gênero no Mercosul e que solicita a RMAAM que elabore uma proposta nesse sentido, coordenando esforços com outros órgãos da estrutura institucional do Mercosul. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana de Mulheres), além da participação nas reuniões regulares do Comitê Diretor da CIM, que o Brasil integrou no biênio 2010-2012, merece destaque a realização da 36ª Assembleia de Delegadas da CIM (São José, Costa Rica, 29 e 30 de outubro de 2012), na qual foram discutidas e aprovadas modificações no Estatuto da entidade. Nessa Assembleia, a liderança da delegação do Brasil foi fundamental para que o documento político emanado da reunião, a Declaração de São José, reafirmasse direitos assegurados às mulheres em instrumentos internacionais já acordados, entre eles os previstos no Programa de Ação de Cairo. No âmbito da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a SPM, na qualidade de presidente da Conferência, coordenou os trabalhos das duas reuniões da Mesa Diretora (a 47ª em maio, no Panamá e a 48ª em novembro, no Chile) e participou da 34ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (San Salvador, El Salvador, de 27 a 31 de agosto). Entre os pontos discutidos pelas reuniões da Mesa Diretora está a preparação da XII Conferência Regional, que acontece em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013, e que tem como tema central o empoderamento econômico, igualdade de gênero e tecnologias da informação e as comunicações.

- **Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, a SPM/PR realizou uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos. A

reunião ocorreu em 27 de junho de 2012.
Quantidade alcançada

1
Data de Referência

27/06/2012

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do Governo Federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM . O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais”, que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um

guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013.

Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias.
A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2011, segundo os dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), existiam no Brasil, 449 conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher. Em 2012, esse número passou a 487, o que representou um aumento de cerca de 9% em relação ao ano anterior.

  Levantamento recente do CNDM identificou que já são 565 os conselhos estaduais e municipais em atividade no país, um acréscimo de 16% sobre os dados de 2012. Mantido esse ritmo, até 2015, o CNDM reunirá informações de mais de 700 conselhos estaduais e municipais, superando a meta proposta para o quadriênio 2012-2015.
  Quantidade alcançada
  565
  Data de Referência
  15/03/2013

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**
  Análise Situacional da Meta
  Ao final de 2012, 437 municípios contavam com pelo menos uma instância executiva de políticas para as mulheres, dos quais 22 são capitais de estados. A SPM/PR tem apoiado a constituição de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs por meio de apoio financeiro à instalação e compra de equipamentos. Além disso, no final de 2012 a SPM/PR iniciou a elaboração de guia com orientações para a constituição de OPM, que deverá ser distribuído a partir do encontro com os/as prefeitos/as eleitos/as em janeiro de 2013.
  Quantidade alcançada
  437
  Data de Referência
  26/11/2012

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**
  Análise Situacional da Meta
  Sabemos que 1.043 municípios já contam com mecanismos de gênero (fonte: Ibge, Munic, 2009) e 870 municípios têm Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres em 2011 (fonte: Ibge)

  De acordo com o IBGE, 193 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 80 com

previsão legal e 113 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 14 no norte, 74 no nordeste, 49 no sudeste, 38 no sul, 18 no centro oeste. (Fonte: Ibge, Munic, 2009).

Nosso levantamento aponta que recentemente as seguintes 26 prefeituras elaboraram ou estão elaborando Plano Municipal de Políticas para as Mulheres: Belém-PA, Belford Roxo- RJ, Boa Vista-RR, Campo Grande-MS, Campos de Goytacazes-RJ, Canoas-RS, Caruaru-PE, Caxias-RJ, Diadema-SP, Florianópolis-SC, Goiânia-GO, Imperatriz-MA, Jaboatão-PE, Jaguariúna-SP, Londrina-PR, Mesquita-RJ, Natal-RN, Niterói-RJ, Picos-PI, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Salvador-BA, São Gonçalo-RJ, São Luis-MA, São Paulo-SP, Sapiranga-RS.

Estima-se, portanto, 219 (=193 + 26) municípios com Planos.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres" atingiremos a meta até 2015.

Quantidade alcançada

219

Data de Referência

13/11/2012

- **Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta

Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Atualmente há sete órgãos governamentais com mecanismos de gênero no Governo Federal.

São eles:

1) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais/DPMR.

2) Ministério de Minas e Energia (MME): Comitê Permanente para as Questões de Gênero.

3) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero.

4) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça, Etnia, Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação.

5) Ministério da Saúde: Comitê Interno de Gênero.

6) Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais.

7) Ipea.

Através do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e com o auxílio da publicação do guia "Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", pretende-se chegar já em 2013 a dez órgãos governamentais com mecanismos de gênero no âmbito do Governo Federal.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

13/11/2012

- **Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, atingiu-se a marca de 25 estados (incluindo o DF) que contam com instância executiva de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

08/10/2012

- **Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 11 estados com Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres:

1. Amapá
2. Amazonas
3. Bahia
4. Minas Gerais
5. Pará
6. Paraíba
7. Pernambuco
8. Rio de Janeiro
9. Rio Grande do Norte
10. Rio Grande do Sul
11. Sergipe

Estão em elaboração:

1. Distrito Federal
2. Maranhão
3. Mato Grosso do Sul
4. São Paulo

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres", objetiva-se chegar aos 27 até 2015.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

13/11/2012

- **Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta

As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas em reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Em 2012, o PNPM foi atualizado para o período 2013-2015, face à 3ª Conferência e também considerando essas avaliações. Como resultado dessa meta, temos hoje o PNPM 2013-2015, documento que foi consolidado em novembro de 2012.

Para o PNPM 2013-2015, o Comitê foi ampliado justamente para refletir a crescente transversalidade da gestão da Política, passando a contar com onze novos órgãos governamentais. Assim, a partir de 2012, o Comitê passou a ter como membros efetivos 32 órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT, e representações dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos estados e municípios. Assim, desde a formulação, durante toda a sua implementação e também na avaliação do PNPM, estão envolvidos diretamente 32 órgãos governamentais, através do

Comitê, garantindo a transversalidade em todas as fases do PNPM.

- **Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta

O sistema integrado de dados e indicadores de igualdade de gênero está sob a responsabilidade do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

A implementação das ações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem como objetivo trazer uma perspectiva integral para o monitoramento da realidade das mulheres e da política para as igualdades de gênero; seja por meio do monitoramento de indicadores quantitativos, seja por meio de produção e disseminação de dados e estudos e pesquisas. Os principais destaques para 2012 são:

1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infra-legal. A segunda foi constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU mulheres, DIEESE e CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A expectativa é que tanto a regulamentação quanto a divulgação do 1º Relatório seja feita no primeiro semestre de 2013.

2) Publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades), sendo um número especial (Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero, junho/2012) e um número ordinário (Ano II - Número 4, Dezembro/2012);

3) Publicação de três boletins “Observa Gênero” (n. 33, 34 e 35);

4) Alimentação do site do Observatório e contratação de um projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;

5) Implementação do Projeto Mais Poder e mais Direito para as Mulheres Brasileiras, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo, Cfemea, Redeh, Geledés, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres;

6) Divulgação de dois editais de pesquisa, em parceria com outras áreas da SPM: Edital de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria; e Edital de pesquisa sobre a história e a memória do Conselho Nacional de Direito da Mulher.

A expectativa para 2015 é a normalização da atividade de produção e divulgação do RASEAM, tornando-se um relatório de referência para a disseminação de informações sobre a realidade socioeconômica das mulheres. Para que se possa falar de um sistema integrado de dados e indicadores, até 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas, à participação e ao controle social. Além disso, pretende-se dar continuidade à parceria com IPEA, SEPPIR e ONU-Mulheres, que permite produzir e disseminar a publicação “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, referência para a organização e divulgação de indicadores e estatísticas sobre a realidade das mulheres no Brasil.

- **Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoia, por meio do seu edital de seleção pública de convênios, ações de instalação e compra de equipamentos para os organismos governamentais de políticas para as mulheres. Em 2012, foram selecionadas e aprovadas doze propostas de convênios com o objetivo de fortalecer os organismos executivos de políticas para as mulheres.

- **Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Os membros do comitê podem utilizar um sistema informatizado para monitoramento do PNPM. Trata-se do SigSPM, um subsistema do antigo SigPlan, construído a partir do Simec. É o atual sistema de acompanhamento do PNPM. Foram feitos ajustes no sentido de abrir um novo módulo, para o período 2013-2015, e alimentar esse novo módulo com o PNPM 2013-2015. Isso foi feito em novembro de 2012. Portanto, o SigSPM foi reestruturado e está sendo implementado. Alguns ajustes continuam sendo necessários, foram solicitados e estão aguardando atendimento pelo Serpro. O SigSPM será utilizado em conjunto com o SIOP.

- **Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2012 foi realizado encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, ocasião em que foi apresentada e aprovada proposta de nova organização do Fórum. A realização do segundo encontro ocorreu em outubro. A segunda reunião, entretanto, foi realizada somente com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. A discussão pautou-se na troca de experiências entre as participantes e os principais desafios para a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres nos municípios.

- **Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 3 reuniões com o Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT, 2 reuniões com o Comitê Operacional do CGUT - responsável pela organização da Conferência da International Association for Time Use Research - IATUR 2013 e um seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável. O seminário contou com a participação de todas as instituições do CGUT e de outras instituições nacionais e internacionais.

- **Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta

Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional é tarefa do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, que tem avançado bastante nessa direção, com publicação de boletins, publicação da Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, contratação de consultores para desenvolvimento de pesquisas e estudos, dados e indicadores, principalmente no que diz respeito ao Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010). Os indicadores e as publicações (boletins, revistas e outros) estão disponíveis no endereço: http://www.observatoriodegenero.gov.br/ . Para realizar estudos e diagnósticos, foi instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a

elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público. Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, que o coordena, com 5 (cinco) representantes titulares e 5 (cinco) representantes suplentes; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU-Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo. A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012.

- **Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

- **Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

- **Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento na Câmara Insterministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Grupo de Trabalho intitulado Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns onde são tratados os temas transversais que relacionam a redução da pobreza, a segurança alimentar e nutricional, a incorporação da perspectiva de Gênero na elaboração e implementação das políticas públicas e a garantia dos princípios de igualdade, autonomia e liberdade das mulheres. Além das atividades desses Colegiados, em 2012, entre os dias 4 e 6 de dezembro, a SPM participou do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A iniciativa deflagrou as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores e discussão de proposta de agenda de pesquisa, a ser lançada para consulta pública em 2013.

- **Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 2012, promoveu cinco reuniões ordinárias com o pleno composto por conselheiras governamentais e sociedade civil. Dentre as deliberações estão os calendários de reuniões, a criação da categoria de conselheira emérita e da coordenação-geral do CNDM. Das reuniões resultaram também a reativação das

Câmaras Técnicas, encarregadas das temáticas de quatro grandes eixos: Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Orçamento e Planejamento, Assuntos Internacionais e Legislação e Normas. No decorrer do ano, foram iniciadas as atualizações dos dados dos conselhos estaduais e municipais, foi atualizado o portal do CNDM constantemente, o projeto memória do CNDM, instaurada a biblioteca e realizadas transmissões, ao vivo, das reuniões do pleno.

Para o ano de 2013, as metas estabelecidas pelo CNDM consistem na elaboração de um plano de comunicação, na manutenção das atividades de atualização do banco de dados, na continuidade ao projeto memória do CNDM, na elaboração do calendário de reuniões do pleno e das câmaras técnicas e na ampliação da capacidade da equipe responsável pelas atividades do Conselho Nacional.

- **Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM**

Análise Situacional da Meta

O PNPM 2013-2015 é o resultado do PNPM revisto e atualizado à luz da 3ª Conferência.

O Capítulo 1, “Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica”, por meio de suas ações, tem como objetivo promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Capítulo 2, “Educação para Igualdade e Cidadania”, visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, além de promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade.

O Capítulo 3, “Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos”, tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso a meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro.

O Capítulo 4, “Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”, dedica-se a reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

O Capítulo 5, “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, visa fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Capítulo 6, “Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social”, intenta incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais; democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos.

O Capítulo 7, “Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta”, tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, a bens, a equipamentos e a serviços públicos.

O Capítulo 8, “Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia”, visa contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, além de promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e a inserção igualitária nos esportes. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, o acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes.

O Capítulo 9, “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

O Capítulo 10, “Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência”, traz ações para garantir o protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação

das políticas públicas bem como seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, a inclusão das questões relacionadas às mulheres com deficiência.

Além dos dez capítulos, há também há preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013. Entretanto, em dezembro de 2012, a SPM/PR e a Fundação Nacional do Índio realizaram uma oficina com representantes mulheres dos diferentes povos indígenas. A oficina teve o objetivo de construir um plano de trabalho para assegurar a diversidade, a especificidade e as prioridades de atendimento das demandas indígenas, observando a participação e o diálogo permanente.

- **Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR, em parceria com MCTI, MDA e CNPq, executa o Programa Mulher e Ciência. Entre suas ações, encontra-se o financiamento de pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos, apoiando a atividade de mulheres cientistas e pesquisadoras. As ações de campanha serão realizadas a partir de 2013, integradas às ações desenvolvidas pelo MCTI e MEC.

- **Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta

Durante 2012, a SPM/PR e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral/PR (SNJ/SG/PR) se articularam para a realização desta atividade. Foi elaborada a ementa da jornada e a primeira edição deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013. Para a primeira edição, há previsão de formação de 120 jovens mulheres. A SPM/PR, por meio da Coordenação Geral da Diversidade, integra também o Grupo de Trabalho da SNJ de mulheres jovens que tem como um dos seus objetivos levantar e debater as lacunas e desafios para as políticas para as mulheres jovens no Governo Federal e construção conjunta de um plano de ação para a realização destes seminários.

- **Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta

Relativamente ao cumprimento desta meta, além das campanhas e ações direcionadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, cabe destacar uma primeira campanha, com produção e veiculação pro bono, pela Globo, do comercial "Mulheres na Construção Civil". O comercial, produzido sem ônus, decorreu da articulação da SPM com a Central Globo de Produção, via sua área de Responsabilidade Social, com veiculação em 2012. O comercial, estrelado por uma das "maridas" da novela Fina Estampa, mostra que as mulheres estão desempenhando funções até então exclusivamente masculinas. E as conclama a se capacitarem para esses novos campos profissionais, via os cursos do Pronatec. O filme, pela primeira vez, traz assinatura não só da Globo, como usual, mas também do Governo Federal (SPM e Brasil Sem Miséria/ Pronatec). Além da veiculação gratuita, a emissora cede ainda cópia sem sua assinatura para que o Governo busque veiculação em outras TVs.

Outra iniciativa importante foi a produção e veiculação, também pro bono, pela colaboração do grupo português de comunicação TheStreet, em TVs de 1260 ônibus urbanos. O BusTV, desde 18/10/12, veicula diariamente vídeomatérias do interesse das mulheres em 1260 ônibus distribuídos por algumas das principais capitais do país. O Minuto Mulher estreou em 318 linhas de São Paulo, 181 de Brasília, 107 de Belo Horizonte, 80 de Salvador e 29 de Sorocaba, interior paulista. Os 60 minutos de programação total diária, com temas que se alternam a cada 15 ou 20 dias, são exibidos em horários de pico, para otimizar a audiência. O total calculado é de um milhão de impactos/dia. Os temas são definidos em conjunto com a SPM, em especial os que tratam do enfrentamento à violência contra as mulheres. Como ação de responsabilidade social da agência, não há custo para a SPM nem de produção nem de divulgação.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

01/11/2012

- **Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta

O Dia Internacional da Mulher é um marco nas reivindicações e na luta das mulheres por igualdade. Em 2012, além da campanha realizada para mostrar casos de mulheres que protagonizaram experiências bem sucedidas e reconhecidas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Mulheres+Mais), a SPM implementou uma vasta programação que denominou "Março-Mulher" e incluiu a Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A presidenta Dilma Rousseff participou e recebeu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ao lado de Ana Alice Alcântara Costa, Eunice Michiles Malthy, Maria Prestes e Rosali Scalabrin. O prêmio é concedido anualmente pelo Senado às personalidades que contribuíram para a ampliação do espaço da mulher na sociedade. Além dessa atividade, a agenda de comemoração incluiu: a repactuação do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Distrito Federal; o Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher,

onde foi realizado o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012 - “Igualdade de Gênero e Desenvolvimento”; a solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação: Cidadania e Autonomia para as Mulheres Rurais; a entrevista da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, ao programa Bom Dia Ministro, ao vivo, para emissoras de rádio de 15 estados e transmissão em tempo real pela TV NBr; a entrega do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, iniciativa que valoriza pequenos negócios e negócios coletivos dirigidos por mulheres empreendedoras; o ato-show de Maria Bethânia “Autonomia econômica e desenvolvimento sustentável”; o encerramento do Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar que reuniu especialistas em segurança alimentar de 30 países da África, do Oriente Médio e da Ásia e a solenidade de Assinatura de Convênios do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Estado da Paraíba, com o anúncio de investimento de R$ 2,5 milhões na rede de atendimento às mulheres daquele estado. Iniciativas semelhantes repercutiram por todo o país, apoiadas pela SPM. As iniciativas de planejamento das atividades comemorativas de 2013 já tiveram início e deverão resultar em programação de eventos de igual densidade.

- **Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi criada a Coordenação da Diversidade, que terá como uma de suas atribuições a proposição e implementação de políticas para mulheres jovens. A realização de campanhas deverá ser iniciada a partir de 2013.

- **Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades deverão ser iniciadas a partir de 2013. Ademais, a SPM/PR lançou junto com o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres a nova edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso.

- **Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A Campanha pelos 16 dias de Ativismo está construída com base nas atividades desenvolvidas na "Campanha Compromisso e Atitude - a Lei é mais Forte". Assim, uma série de ações estaduais envolvendo o Poder Executivo e o sistema de justiça está em andamento, especialmente nos estados de SE, MA, AL, MG, PB, BA, ES, SC, RO, RJ, PA e AC. Alguns outros estados estão com lançamentos agendados.

  A campanha ocupou, em novembro de 2012, tevês abertas, fechadas, segmentadas e pública (NBR), grandes portais empresariais e o Portal Brasil do Governo Federal. Compõe-se do filme "Mãos", lançado em agosto e agora atualizado, banners, mídias e peças locais como balão de gás (o chamado "blimp", instalado junto à sede da SPM em Brasília), adesivos de carro, bottons e folhetos.

  As ações estenderam-se também por lan houses, TVs de metrôs em São Paulo e Brasília e na chamada BusTV (monitores de ônibus que exibem a programação exclusiva) em linhas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Fortaleza, Aracaju, Recife e João Pessoa.

  A Petrobras e o Instituto Avon aderiram à Campanha e estão realizando várias ações voltadas para o tema.

- **Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado, em outubro de 2012, o Seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável, que teve duração de 2 dias e contou com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL e do Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT. Em abril, em razão das comemorações do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a SPM realizou a mesa redonda "Valorização da Trabalhadora Doméstica e Ampliação de Direitos", que contou com a Seppir e a Fenatrad, entre outros.

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

  Análise Situacional da Meta

  A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já atingiu mais de três milhões atendimentos desde a sua criação. Corroborado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ligue 180 passa por um processo de implementação de uma antiga demanda para aumentar seu escopo e transformá-lo também em uma Central de recebimento e encaminhamento de Denúncias. De janeiro a dezembro de 2012 realizaram-se 732.468 atendimentos. Desses, 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. Houve ainda 128.256 registros de solicitações sobre a rede de serviços especializados, 245.443 registros de reclamações, elogios, sugestões e telefonia. Houve mais de 20 denúncias de trafico internacional de pessoas. Em uma delas conseguiu-sedesmantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres que operava em Ibiza, Espanha.

  De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. De janeiro a dezembro de 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

- **Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.**

Análise Situacional da Meta

Houve crescimento da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que hoje conta com 973 serviços (eram 945 no final de 2011). Atualmente existem: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 121 Núcleos especializados em delegacias comuns, 219 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 58 Defensorias Especializadas, 29 Promotorias Especializadas, 45 Juizados Especializados e 48 Varas especializadas. Em comparação com 2007, ocasião do lançamento do Pacto, quando havia 593 equipamentos oferecidos, verifica-se que o número de serviços especializados aumentou 65,3%.

Quantidade alcançada

973

Data de Referência

17/10/2012

- **Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS n° 104, de 25 de janeiro de 2011.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Enfrentamento à Violência tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos a serem observados em sua rede de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

- **Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta

A integração e articulação da Rede Especializada de Atendimento com outros programas governamentais são cruciais para qualificação e ampliação do atendimento. Neste ano, foi trabalhada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

- **Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta

O enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, tem sido construído de forma a integrar os serviços disponibilizados pela Rede Especializada de Atendimento. Houve articulação da SPM na implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras para ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira.

Outra medida foi o fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Este serviço foi entre a SPM/PR e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela. Também resultado de pacto firmado entre os dois Ministérios, tem-se a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países. O Comitê se reúne de forma rotativa em Pacaraima (RR) e em Santa Elena (Venezuela).

- **Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, houve incremento de 21 Centros Especializados de Atendimento à Mulher.
  Quantidade alcançada

  21
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente computa-se que os serviços da rede estejam presentes em mais de 10% dos municípios brasileiros. O objetivo atual é desenvolver uma metodologia que consiga medir o quantitativo desses municípios de forma fidedigna, conseguindo apurar e monitorar o quantitativo de serviço existente em cada município brasileiro.

- **Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.**

  Análise Situacional da Meta

  No tocante aos operadores do Direito, foram capacitados: 80 profissionais na VI Jornada pela Lei Maria da Penha; 250 pessoas no IV Fonavid; 300 pessoas no Encontro de DEAMs; e 240 pessoas no III Encontro Nacional do Ministério Público.

  Já os profissionais da Rede de Atendimento, foram capacitados, por estado: AL - 1.141 profissionais; MA - 1.140 profissionais; RJ - 445 profissionais; SE - 470 profissionais; PE - 1.070 profissionais, PB - 2.500 profissionais, BA - 142 profissionais, AM - 620 profissionais, DF - 150 profissionais.

  Quantidade alcançada

  8.548
  Data de Referência

  10/12/2012

- **Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação ao final de 2011, o número de casas abrigo se manteve constante em 2012. Neste ano foi avaliada a política e as normas técnicas de abrigamento. Foi analisado que os serviços de abrigamento devem ser a última medida de enfrentamento à violência contra as mulheres, depois de já esgotadas as outras possibilidades de serviços e ações para o combate à violência, como por exemplo, as medidas protetivas de urgência. Dessa forma, verifica-se que a manutenção do número de casa abrigo é um indicador positivo da política, justamente por não se ter a intenção de ampliar esse serviço em escalas exponenciais, mas investir em outras possibilidades de atuação. O aumento dos serviços se darão caso seja verificada a sua necessidade.

- **Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

  Análise Situacional da Meta

  Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 17 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
  Quantidade alcançada

  17
  Data de Referência

  31/10/2012

- **Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta

Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços no âmbito dos Institutos Médicos Legais.

Hoje existem 233 serviços, sendo Hospitais, Policlínicas, Maternidades, dentre outros, com atendimento à violência sexual.

Por estado estes serviços têm os seguintes números: AC - 4 serviços; AL - 2 serviços; AM - 5 serviços; AP - 1 serviço; BA - 2 serviços; CE - 3 serviços; DF - 14 serviços; ES - 2 serviços; GO - 6 serviços; MA - 4 serviços; MG - 7 serviços; MS - 1 serviço; MT - 1 serviço; PA - 3 serviços; PB - 5 serviços; PE - 7 serviços; PI - 1 serviço; PR - 19 serviços; RJ - 14 serviços; RN - 2 serviços; RO - 1 serviço; RR - 1 serviço; RS - 7 serviços; SC - 8 serviços; SE - 1 serviço; SP - 107 serviços e TO - 5 serviços.

- **Formalizar parcerias no âmbito do Governo Federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.**

Análise Situacional da Meta

Foi promovida a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

- **Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Para que a Rede Especializada de Atendimento tenha maior informação sobre as mulheres atendidas, a Secretaria de Enfrentamento à Violência vem trabalhando na construção de um registro administrativo unificado. O objetivo é ter mais conhecimento sobre o histórico da mulher, colher dados mais completos e evitar a revitimização. Neste sentido, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas. Esse Processo é o primeiro passo na efetivação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência.

A SPM tem participado do Grupo de Trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (Estatísticas Criminais) sobre tráfico de pessoas para o Sistema de Segurança Pública e Justiça - GT Dados Criminais. Essa ação se articula com os esforços de melhoria dos registros administrativos da Rede de Atendimento.

- **Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência tem como primeiro passo a construção do registro administrativo unificado, cujo trabalho foi iniciado com o GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto.

- **Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

A Rede de Atendimento será ampliada com um novo serviço: as Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta. Em 2012, esta antiga demanda do movimento social ganhou corpo. O Termo de Referência relativo à aquisição das unidades móveis está em fase final de elaboração e estima-se que o Edital de Licitação seja

lançado no início de 2013.

- **Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Enfrentamento à Violência também tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

- **Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Política para as Mulheres compõe a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça. As principais funções dessa coordenação são: (i) liderar a arquitetura dos atores organizados em torno da gestão integrada de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (ii) monitorar os trabalhos da agenda estratégica de enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, gerando ações necessárias; (iii) realizar a gestão do fluxo de informações geradas para subsidiar a tomada de decisões e a transparência pública sobre o tema.

Essa coordenação foi responsável pelo desenho do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do Governo Federal, com os demais Poderes e com os entes federados.

O II PNETP foi publicado por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013. Prevê a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação, também de coordenação tripartite, com o objetivo de monitorar e avaliar o II Plano Nacional, por meio da adoção de mecanismos capazes de acompanhar a implementação das ações previstas no quadriênio 2012-2015. Como parte dos atores membros da gestão integrada, tem entre suas atribuições específicas: (i) a produção de análises e avaliações sobre o progresso do II PNETP para subsidiar a tomada de decisões e (ii) a produção de recomendações para a gestão da implementação do II PNETP.

No seu papel de receber, analisar e compartilhar as informações de progresso e as dificuldades para implementar o II PNETP, compreende-se que o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP é a fonte principal de subsídios informativos e analíticos sobre o progresso das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

O interesse maior é integrar os serviços existentes que fazem atendimentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas aos serviços já existentes que atendem às mulheres em situação de violência. Dessa forma, acredita-se que a rede seja ampliada e fortalecida, promovendo um atendimento adequado a quem necessitar dos mesmos.

- **Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.**

Análise Situacional da Meta

A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME.

- **Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM.

Em novembro foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o Governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

Metas 2012-2015

- **Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta

No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

- **Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência**

doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.

Análise Situacional da Meta

As Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais foram criadas pela Resolução 128 do CNJ.

Em 22/09/2011, havia 10 Coordenadorias já criadas (AC, AP, BA, ES, MA, MT, PE, RJ, RN e RO).

Hoje, existem em todos os estados e no DF.

- **Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 16 Núcleos ou Defensorias Especializadas.

- **Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012 registrou-se 45 Juizados e 51 Varas Especializadas. A SPM tem promovido discussões junto ao Sistema de Justiça para que sejam criadas novos Juizados ou Varas Especializadas. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

- **Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 registraram-se 29 unidades desses serviços. Em 2007, ocasião do Lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres eram apenas 7 serviços. Todavia, verifica-se a necessidade de aumentar o quantitativo desse serviço e, para tanto, a SPM tem proposto discussões e articulações junto ao Ministério Público para que novas Promotorias ou Núcleos Especiailizados sejam criados em 2013. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

- **Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta

Os números de medidas protetivas e de processos julgados são contabilizados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. Dados de 2010 a dezembro de 2011 informam que foram realizadas 26.410 prisões em flagrante de agressores contra às mulheres; 4.146 prisões preventivas (daqueles que não cumpriram a ordem de restrição com a medida protetiva); e 685.905 processos distribuídos nas Varas e Juizados de Violência.

No entanto, o acompanhamento e compilação dos dados obtidos nem sempre são realizados à contento. Frente a isso, verifica-se a necessidade de unir esforços por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha para se verificar o cumprimento dos processos julgados e demais mecanismos que previnam a violência, como as medidas protetivas.

Com esse fim, foi lançada a campanha Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte, que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do Sistema de Justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da

Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos. Um dos objetivos desta Campanha é acompanhar o quantitativo das medidas protetivas e dos processos julgados para, além de possuir dados fidedignos desses registros, se verificar a aplicabilidade da Lei e combater a impunidade com a responsabilização do agressor.

- **Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a temática do enfrentamento a violência contra as mulheres e da Lei Maria da Penha foi inserida no conteúdo do concurso para Analista de Políticas Sociais e no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

A temática também já compõe a matriz curricular dos cursos de formação para Policiais Civis e Militares.

- **Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.**

Análise Situacional da Meta

A ação educativa referente ao projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final terá a reformulação da proposta metodológica de implantação do Programa.

Celebrou-se, também, Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho para definir prioridades de políticas, incluindo campanhas e ações educativas, para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

- **Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).**

Análise Situacional da Meta

Em comemoração aos 6 anos da Lei, aconteceu, nos dias 7 e 8 de agosto deste ano, visando fortalecer as instituições e pactuar Normas de Atendimento às Mulheres de Acordo com a Lei, o II Encontro Nacional de Delegadas(os) das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que contou com a participação de 279 delegadas(os) de todas as unidades de federação.

Durante o Encontro, foi lançada a campanha 'Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte', que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do sistema de justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos.

Como frutos da primeira fase da Campanha, que contou com veiculação midiática, computaram-se vários resultados positivos. Na mídia online houve mais de 44 milhões de acessos, mais de 2 milhões de interações com o banner da campanha; mais de 90 mil visualizações dos vídeos e mais de 11 milhões usuários únicos. Já na mídia off line, a Campanha alcançou 14 emissoras de TV fechadas, 3 emissoras exclusivamente jornalísticas e obteve cerca de 207 inserções, ou seja, exibições, matérias, ou algum tipo de veiculação. Com isso, mais de 3 milhões de pessoas do

público alvo e mais de 19 milhões de pessoas, em geral, foram atingidas. No cinema, foram feitas divulgações em 1 sala por complexo de todas as empresas exibidoras, nos nove mercados aferidos. Assim, alcançou-se um total de 115 inserções, sendo 20 mil pessoas do público alvo e cerca de 94.600 do universo geral.

O início da segunda fase da campanha foi marcado pela realização de seminários e lançamentos nas unidades federativas. O primeiro lançamento foi no Estado do Espírito Santo e, até dezembro seguiu-se, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

A campanha se articula com o 'Brasil Mais Seguro', do Ministério da Justiça, no sentido de construir um recorte de gênero nas ações do Programa. O objetivo da articulação é induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focando na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público) no enfrentamento à violência contra a mulher.

Além das campanhas, outras ações e parcerias inovadoras se deram no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012 o Ministério da Previdência firmou convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para entrar com ações regressivas nos casos de aposentadorias ou pensões causadas pela violência doméstica. Com isso, passou a ocorrer a responsabilização do agressor, eximindo o Estado dos custos desse tipo de violência.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntamente com o Instituto Maria da Penha e a SPM, lançaram a cartilha 'Quanto custa o machismo?' que, entre outros assuntos reúne informações sobre a Lei nº 11.340/06, enumera benefícios e serviços do INSS que podem ser requeridos em caso de violência doméstica praticada contra a mulher e esclarece mitos e fatos sobre o tema.

Com parceria da SPM e patrocínio da Petrobras, Petrobras Distribuidora e MAN Latin América, foi realizado em 2012 a 6º Caravana Siga Bem, a maior ação de promoção e responsabilidade social itinerante da América do Sul. O público alvo da Caravana são os caminhoneiros, mas alcança um grupo muito maior. A Caravana Siga Bem realiza diversas atividades de responsabilidade social como a campanha do Siga Bem Mulher, que envolve ações de conscientização alertando sobre como prevenir e eliminar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Neste ano, o projeto partiu da cidade de São Paulo, percorreu 18,5 mil quilômetros e passou por 45 cidades, em 18 estados brasileiros. Para mobilizar os caminhoneiros, foram distribuídos folhetos e adesivos e realizadas palestras ministradas por agentes regionais de enfrentamento à violência contra a mulher. Estas palestras contaram com a participação, durante os seis meses da caravana, de um público recorde de 4,5 mil pessoas.

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A articulação do sistema de Justiça, buscando abarcar suas várias dimensões quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher, foi o foco das atividades realizadas em 2012.

Foram realizadas articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, pelo tráfico de pessoas,

com os envolvidos na Reforma do Código Penal, com a CPMI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizou-se o encontro de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, buscou-se a integração do Judiciário para efetivação da Lei Maria da Penha, dentre outras ações

Metas 2012-2015

- **Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

  Análise Situacional da Meta

  Para construir diretrizes e normas para os serviços de responsabilização e educação dos agressores, a SPM está trabalhando no planejamento do 1º Encontro Nacional de Centros de Responsabilização e Educação dos Agressores, a ser realizado no primeiro semestre de 2013. Um dos objetivos do encontro é pactuar as Diretrizes Nacionais para estes serviços.

- **Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM participou da construção do projeto e do seu lançamento piloto no estado de Alagoas. As demais ações serão desenvolvidas em 2013.

- **Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM participa ativamente do Projeto “Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal”, sob coordenação principal do Ministério da Justiça, que tem acompanhado a proposta do Departamento Penitenciário Nacional de extinguir o déficit carcerário feminino através da construção e adequação dos espaços destinados às medidas de privação de liberdade. Ademais, integra o Grupo do Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário, em parceria com SDH. Também participa de eventos articulados pelo MJ e pelo MS na busca por melhores condições de vida para as mulheres em situação de prisão. Como exemplo, temos o workshop “Atenção aos Filhos das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade”, ocorrido nos dias 06 e 07 de novembro; e a “Oficina de Alinhamento de Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Sistema Prisional”, nos dias 26 e 27 de novembro. Ambos os eventos continham, entre os temas discutidos, a questão da adequação dos espaços e da redução do déficit carcerário, seja pelo aumento do número de vagas ou pela redução da quantidade de internas.

- **Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 pretende-se montar estratégias de inserção do tema, promovendo-se um Grupo de Trabalho entre os órgãos parceiros para que seja planejada a execução dessa meta.

- **Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.**

  Análise Situacional da Meta

  A aprovação da Lei 12.654, de 28 de maio de 2012, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal consolida parceria da SPM com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal. O material genético coletado abastecerá o banco nacional de DNA que ajudará na elucidação de crimes violentos, em especial nos crimes de violência sexual contra as mulheres.

- **Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e com o intuito de alcançar as brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve a ampliação do atendimento da Central Ligue 180, que passou a abranger Portugal, Itália, e Espanha. Essa expansão da área do atendimento exige articulação, trabalho e comprometimento continuado de autoridades nacionais e internacionais.

Outra cooperação estabelecida pela SPM diz respeito ao fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Houve também a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional se reunirá mensalmente nos 5 primeiros meses de funcionamento do serviço e, posteriormente, os encontros serão quadrimestrais. O Brasil, neste primeiro ano, assume a Coordenação Geral deste Comitê, que se reúne de forma rotativa, em Pacaraima/RR e Santa Elena/Venezuela. Cabe ao Comitê monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

- **Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta

Celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver e articular ações de prevenção à exploração sexual e mecanismos de proteção à mulher, a serem desenvolvidos, principalmente, na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Houve a criação de serviço e celebração de acordo com o Governo da Venezuela, para enfrentamento conjunto da violência contra as mulheres e do tráfico de pessoas.

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas também representa um novo mecanismo que permite o acompanhamento das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

- **Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a SPM, junto aos Conselhos de Direitos das Mulheres, promoverá esse debate com a sociedade civil e às Secretarias de Segurança Pública.

- **Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

O projeto ‘Mulheres da Paz’, do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final apresentará nova proposta de implantação do Programa. O objetivo é que a proposta contemple a integração das lideranças femininas nas atividades de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência.

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	02/01/2013	994.351,4
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2011	1,63
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	31/12/2012	2.024
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	02/01/2013	206
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	14/02/2013	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/12/2012	80.621
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	13/02/2013	201
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	02/01/2013	1.229
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2011	51,3
Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário	%	31/08/2006	24	31/08/2006	24
Porcentagem de comunidades com água encanada	%	31/08/2006	56	31/08/2006	56
Porcentagem de comunidades com escola	%	31/08/2006	89	31/08/2006	89
Porcentagem de comunidades com luz elétrica	%	31/08/2006	84	31/08/2006	84
Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde	%	31/08/2006	42	31/08/2006	42
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2011	0,54
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	01/08/2010	2,56
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2011	0,98
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2011	0,78
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	01/08/2010	1,55

Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2011	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2011	0,43
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2011	0,58

Observações:

Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário - Porcentagem de comunidades com água encanada, Porcentagem de comunidades com escola, Porcentagem de comunidades com luz elétrica e Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde: os resultados da nova Chamada Nutricional Quilombola só serão disponibilizados em 2013, por essa razão os índices ainda não foram atualizados.

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e a formalização e o acompanhamento de Agendas Bilaterais com os Ministérios.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Esse avanço pode ser notado por meio da produção e divulgação das Agendas Transversais do PPA e do desenvolvimento em curso de ferramenta de acompanhamento das Agendas Transversais no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com vias à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR celebrou convênios com 10 (dez) Estados: três na Região Nordeste (Ceará, Maranhão, Paraíba); dois na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso); dois na região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), um na Região Sul (Rio Grande do Sul) e dois na Região Norte (Acre e Tocantins). Esses convênios representaram o montante de R$ 2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Eles visam, sobretudo, dotar os organismos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade logística e operacional para a condução da política nesses Estados.

Entre as atividades desenvolvidas e detalhadas nas metas deste objetivo, destacam-se: as consultorias para a formulação de uma proposta do Sistema de Monitoramento; as articulações visando a cooperações técnicas estratégicas para o

monitoramento das políticas de Promoção da Igualdade Racial - PIR; e a constituição da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela SEPPIR.

No âmbito das Agendas Bilaterais com Ministérios destaca-se que, ao longo do biênio 2011/2012, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com o Ministério da Saúde e um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social, que se encontram atualmente em curso. O foco prioritário para novas Agendas com Ministérios é a definição dos programas que tenham maior impacto direto na vida da população negra. Deve-se escolher em cada ministério um determinado programa.

Outra atividade bem sucedida no ano de 2012 e que terá continuidade em 2013 é o Projeto “Rodas de Conversa”, que tem como objetivo promover reflexões referentes à qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como contribuir para o fortalecimento da gestão, compartilhando experiências por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à instituição e dos demais gestores e profissionais da SEPPIR.

Em 2013, serão publicadas e distribuídas as palestras realizadas no ano de 2012. O registro das palestras destina-se a manter a memória do projeto. Com isso, o conhecimento adquirido será preservado, além de poder ser disseminado, ao mesmo tempo em que se mantém a própria memória institucional e das Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Cabe registrar ainda que foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

Metas 2012-2015

- **Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

  Análise Situacional da Meta

  Visando à implementação de um Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR contratou três consultores, por meio de cooperação técnica com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Com base nos resultados apresentados pelas consultorias, em setembro de 2012, foram elaborados os requisitos necessários para a constituição desse sistema, a ser implementado em 2013.

  A implantação do Sistema de Monitoramento ocorrerá por meio do desenvolvimento paulatino de módulos, visando monitorar Planos Estratégicos (Plano Plurianual, Plano de Trabalho Anual da SEPPIR); acompanhar e aperfeiçoar as articulações com os Órgãos do Governo Federal; acompanhar o desempenho da SEPPIR por área de atuação (Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais); e divulgar dados e informações sobre a situação da população negra no Brasil.

  Ainda em 2012, foram realizados esforços de ampliação, organização e divulgação das bases de dados disponíveis sobre a situação da população negra e as políticas de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, foi contratada consultoria para a proposição de uma base de dados única das informações sobre comunidades quilombolas. A proposta foi elaborada e encontra-se em fase de implementação.

  Entre as ações previstas para 2013, destacam-se: a implantação paulatina do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a realização de cooperação técnica com IBGE, IPEA e outros órgãos para a ampliação e divulgação de dados sobre questão racial; articulação junto ao Ministério da Educação para a constituição do Sistema de Monitoramento da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012); consolidação da base de dados única sobre as comunidades quilombolas; e realização de novos mapeamentos de comunidades tradicionais de matriz africana nas regiões metropolitanas.

  Ainda no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, deverão ser considerados alguns

eixos: o estímulo a ações que levem os Órgãos a considerar a perspectiva racial; o impacto das ações na população negra; o impacto do Sistema dentro do governo; e as demandas apresentadas pela sociedade civil.

- **Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicados dois relatórios:

1) O Mapa da Violência 2012, A Cor dos Homicídios no Brasil, em novembro;

2) Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, julho de 2012 – publicado, em formato digital, o diagnóstico do Programa que traz o histórico de execução, dados socioeconômicos das comunidades e informações sobre as comunidades no Brasil.

A partir da constituição do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pretende-se produzir e disseminar relatórios periódicos em vários campos.

A SEPPIR está pactuando com o CNPq e a UnB a produção do Mapa de Ações Afirmativas, um relatório contendo informações sobre instituições públicas e privadas que tenham desenvolvido programas de ações afirmativas.

Para 2013, estão previstos relatórios de monitoramento da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Atuação da SEPPIR em vários ministérios, entre os quais: Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2012, foi elaborada proposta de Plano Nacional de Ações Afirmativas (conforme disposto no Decreto N° 4.228/2002, contendo um conjunto de medidas a cargo destes ministérios que visam contribuir para a melhoria das condições de vida da população negra).

Ainda em 2012, foi ampliado o envolvimento dos ministérios e outros órgãos no processo de inclusão da população negra nos benefícios do desenvolvimento. Daí a centralidade dada à efetivação da Lei Nº 12.711/12, que ao final dos próximos quatro anos, poderá assegurar o ingresso anual de cerca de 50 mil jovens negros nas universidades e institutos tecnológicos federais. Somada aos resultados do PROUNI, essa Lei de Cotas possibilitará mudanças efetivas no lugar socialmente ocupado pela juventude negra.

Deve-se citar também o Termo de Cooperação firmado com o CNPq para concessão de 800 bolsas anuais de iniciação científica (sendo 700 custeadas pelo CNPq e 100 pela SEPPIR) para estudantes de graduação que tenham ingressado no ensino superior por meio de ações afirmativas.

Atualmente estão disponibilizadas 800 bolsas para o período de agosto de 2012 a julho de 2013, para um total de 74 Instituições de Ensino Superior, sendo 12 Institutos Federais e 62 Universidades.

Em 2013, está prevista a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, das Ações Integradas para as Mulheres Negras, da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro e da Agenda Nacional de Trabalho Decente com perspectiva racial.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público**

Análise Situacional da Meta

Foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a construção de uma base de dados confiável sobre a temática.

Para 2013, está prevista a elaboração de levantamento da situação raça/cor na Administração Pública Federal.

- **Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada**

Análise Situacional da Meta

Está em andamento a elaboração do estudo “Mapeamento de Ações Afirmativas implementadas pelo Governo Federal”, no âmbito da cooperação internacional com a Agencia Española de Cooperación Internacional - AECID.

- **Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Elaborada proposta ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a implementação do artigo 40 da Lei Nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial visando à criação e/ou ampliação de políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e previsão de destinação de recursos para o seu financiamento.

No âmbito da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro estão incluídas propostas de criação de linhas de crédito para este segmento.

A SEPPIR compõe as instâncias da Agenda Nacional do Trabalho Decente, desde o início de seu desenvolvimento, participando dos seguintes espaços e processos:

. Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

. Coordenação conjunta com o MTE no Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial e Trabalho Decente.

. Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

. Subcomitê Interministerial de Trabalho Decente para a Juventude.

. Subcomitê de Gênero no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Por meio de uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, está sendo formulada, no âmbito do Subcomitê coordenado pela SEPPIR, uma Agenda Nacional de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial para o Trabalho Decente. Por ocasião da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, foi publicado um resumo executivo das ações do Subcomitê de Igualdade Racial no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Na agenda de defesa dos direitos das Trabalhadoras Domésticas, a SEPPIR participou da Comissão Tripartite para elaboração do parecer sobre a ratificação da Convenção nº 189 e da Recomendação 201 da OIT - Trabalho Decente para as Trabalhadoras Domésticas e garantiu acompanhamento sistemático da Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição - PEC nº 478-a, de 2010- Trabalho Doméstico na Câmara Federal.

Ainda em 2012, a SEPPIR deu continuidade a sua participação na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI/MTE), contribuindo para inserção da perspectiva racial na atuação da Comissão.

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A SEPPIR propôs uma série de medidas para a efetivação do disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288), especialmente nos campos de Trabalho e do fortalecimento da Ouvidoria de Igualdade Racial.

Foi elaborada proposta para a implementação do Plano Nacional de Ações Afirmativas prevista no Decreto Nº 4.228/2002.

Está em andamento uma consultoria de elaboração do "Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial", no âmbito de Cooperação Internacional com a UNICEF.

No âmbito do Programa Interagencial da ONU para a Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, foi lançado o aplicativo do Estatuto da Igualdade Racial para telefones celulares. Lançado em novembro, esse aplicativo pode ser acessado gratuitamente.

A SEPPIR e a Defensoria Pública da União (DPU) realizaram o IV Curso de Capacitação para Defensores Públicos Federais e Estaduais no Atendimento às Comunidades Tradicionais, em São Luís-MA, no período de 20 a 24 de agosto de 2012. O objetivo do curso foi promover a formação dos Defensores Públicos e demais operadores do direito da região Nordeste, oferecendo subsídios que lhes permitam atuar na defesa dos povos e comunidades tradicionais.

Foi também instituído um grupo de trabalho (GT), composto por operadores do Direito com especialização na questão racial, com a função de elaborar propostas para o aperfeiçoamento da normativa penal nos temas relativos ao racismo e às relações étnico-raciais para serem dirigidas ao Congresso Nacional, no processo de reforma do Código Penal. No dia 26 de junho de 2012, ocorreu o primeiro encontro formal do GT, no qual foi definida a metodologia de trabalho para a preparação do documento final nos meses subsequentes. Em 30 de outubro de 2012, foi realizada uma reunião para revisão do documento final contendo as propostas do GT, que por sua vez foi entregue à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal durante audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2012. No âmbito dessa ação é importante informar que a Ouvidoria Nacional participou ainda do Grupo de Trabalho Interministerial conduzido pelo Ministério da Justiça, o qual pactuou e aprovou as propostas elencadas pelo grupo de advogados com a proposta do Governo Federal.

Em 2013, está prevista a consolidação do Guia para Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados e Municípios com o objetivo de orientá-los na aplicação dessa Lei.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Proposta de Criação do Disque Igualdade Racial. Já houve a disponibilização por parte da ANATEL do Tri-dígito 138, número de telefone para o atendimento de denúncias de discriminação. Foi também realizada a Elaboração de Termo de Referência para a contratação de sistema informatizado para o tratamento das denúncias.

  Em 2013, está prevista a continuidade de negociação com a ANATEL para a implantação do Disque Igualdade Racial. Sugere-se a realização de um piloto em Alagoas para monitorar o dimensionamento dos custos desse sistema, visando realizar um diagnóstico de sua viabilidade no restante do País.

  É importante registrar que o papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de preconceito e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.

  Em 2012, foram recebidas 461 denúncias de racismo, número bastante superior ao registrado em 2011 (220 denúncias).

Quantidade alcançada

461

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram articulados esforços no sentido de diagnosticar os procedimentos necessários à consolidação da Rede de Atenção às Vítimas de Discriminação Racial, a qual deverá congregar as instâncias de promoção da igualdade racial dos estados e os órgãos e entidades parceiras no acompanhamento e atendimento às vítimas de crimes motivados pelo racismo.

Além disso, a SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, estabeleceu com a Defensoria Pública da União acordo de cooperação voltado para questões referentes à defesa e promoção dos direitos das comunidades tradicionais (quilombolas, de matriz africana e ciganos). O primeiro acordo foi firmado em 2010. Em 2012, foi firmado novo acordo e realizado o IV Curso de Formação para Defensores Públicos da União e estados da região nordeste, no atendimento às comunidades tradicionais.

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Foi realizada em 2012 a ampliação do número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional. Trata-se de iniciativa que visa dar maior transparência e democratização do atendimento ao público em geral por parte das instituições governamentais, bem como das empresas privadas de maior monta.

Ao longo do mesmo exercício, foram muitas as solicitações de capacitação feitas por empresas e/ou instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. A razão foi a inclusão da dimensão racial no Programa, o que motivou uma busca por melhor compreensão acerca da temática. De um modo geral, prevaleceram convites para a realização de oficinas envolvendo principalmente os comitês instituídos, com ampliação para setores considerados estratégicos no interior das empresas e instituições. As palestras, muitas delas amplificadas por sistemas internos de comunicação e/ou videoconferências, foram destinadas sempre a um público mais amplo dentro das empresas/instituições.

De março a dezembro de 2012, foram realizadas 25 palestras e/ou oficinas para as empresas/instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Em 2013, está prevista a construção e implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização internas para organizar metodologia e ferramentas para o enfrentamento ao racismo institucional, visando orientar organizações públicas e privadas para a valorização da pluralidade etnicorracial. Também haverá continuidade nos trabalhos com empresas estatais que participam da campanha “Igualdade Racial é Pra Valer”.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, destacam-se as seguintes parcerias:

(i) Petrobras – estão em desenvolvimento iniciativas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial nos programas Petrobras Esporte e Cidadania, Desenvolvimento & Cidadania e Petrobrás Cultural, tendo como primeiras atividades a participação da SEPPIR no processo de seleção dos editais de patrocínio nas áreas de esporte, cultura, projetos sociais e ambientais, ampliando o número de organizações e segmentos da população negra beneficiados em todas as regiões do País.

(ii) BR Distribuidora - em dezembro de 2012, foi lançada a Cartilha Igualdade Racial, acompanhada de DVD, que servirão como instrumentos de sensibilização, voltados para a formação dos profissionais de postos e serviços da Petrobras Distribuidora, abrangendo em torno de 40 mil profissionais a partir de 2013.

(iii) Senado Federal - realização da Pesquisa de Opinião sobre a Violência contra a Juventude Negra; curso a distância em Introdução ao Orçamento Público para 168 gestores de igualdade racial; lançamento da 2ª edição do livro “1823-1888 - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas”, com uma tiragem de 500 exemplares.

(iv) Caixa Econômica Federal - veiculação de peças publicitárias de valorização da pessoa negra e indígena; inserção de cláusulas de coibição à discriminação nos contratos de prestação de serviços, de patrocínio e nos editais; circulação, nos espaços da Caixa Cultural, de projetos com as temáticas de equidade racial e de gênero.

(v) Ministério da Saúde (MS) - está em execução um protocolo de intenções entre SEPPIR e MS que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações e comunicação, capacitação de gestores e apoio à implementação da política nacional de saúde integral da população negra.

(vi) Ministério da Justiça - colaboração na revisão da matriz curricular de formação de policiais civis e militares e bombeiros, incluindo conteúdo sobre racismo institucional; colaboração na revisão dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), especialmente no que se refere à abordagem policial; contribuição na formulação de dois editais de pesquisa sobre racismo nas instituições de segurança.

(vii) Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - participação no Prêmio “Mulheres Negras contam sua História”, iniciativa que consiste em concurso de redação e ensaios.

(viii) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) - Está em execução um Acordo de Cooperação com a FEBRABAN que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações de capacitação e valorização de funcionários negros nos bancos.

Em 2013, pretende-se fazer um levantamento do número de pessoas negras que aparecem em publicidade no horário nobre da televisão brasileira. Com base neste levantamento será possível articular com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) e com agências de publicidade uma ação afirmativa para maior inserção dos negros.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

No que tange às ações que visam reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, o Governo estabeleceu pactos intersetoriais e interinstitucionais que buscam reduzir as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

A política de Comunicação desenvolvida pelo Governo Federal buscou apresentar os contextos históricos e sociais que

ambientam a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, revelando desigualdades históricas que colocam a população negra em desvantagem no comparativo com outros grupos étnicos, ao mesmo tempo em que apresenta os avanços dos últimos anos decorrentes das políticas de promoção da igualdade racial implementadas. A ação contribui para o objetivo de reverter representações negativas da pessoa negra, pois se contrapõe ao pensamento hegemônico que sustenta essas representações, assim como ajuda a desconstruir os estereótipos que as permeiam, substituindo por imagens positivas e realistas das pessoas negras.

Foi também iniciada, em 2012, uma atuação intensa nas redes sociais, com um grande número de seguidores (fechamento do ano com mais de 6.800 no Facebook e com 5 mil no Twitter), atuação que se manteve durante todo o ano. Também foi retomado o monitoramento e a alimentação diária dessas redes sociais, que contribuem muito para divulgar e repercutir as pautas raciais na Internet. A divulgação do tema nesses meios tem recebido diversos elogios e também tem a utilidade de tirar dúvidas e servir de canal rápido e dinâmico de comunicação com o cidadão.

Houve também um esforço de aprimoramento da produção de dados e informações sobre a violência contra a população negra. Foi firmado um Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e a SEPPIR que resultou nas atividades de realização da Pesquisa de Opinião sobre a violência contra a juventude negra, incluindo todas as capitais do País, no período de 1º a 11 de outubro de 2012.

Para 2013 está prevista a produção de boletins informativo periódicos, artigos e reportagens especiais para a qualificação das informações relativas à temática racial no debate nacional, visando orientar o conteúdo das discussões sobre o tema.

Ainda em 2013, pretende-se realizar a 3ª Etapa do Projeto A Cor da Cultura. A SEPPIR vai colaborar no conteúdo desse projeto desenvolvendo campanhas de valorização da cultura cigana e uma campanha de combate à violência às tradições de matriz africana.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos com previsão para lancamento em 2013. A SEPPIR, tratando dessa pauta, tem atuado sistematicamente no Comitê de Patrocínio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR. Cabe destacar algumas atividades:

  1) Acordo com a SECOM/PR.

  Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado, foi apresentada uma pauta de ações conjuntas para a SECOM/PR, que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela Secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas, com a temática de gênero e raça. Já existe também um seminário da mesma natureza previsto na programação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por sugestão da SEPPIR, para 2013.

  2) Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da SECOM/PR.

  Desde 2012, a SEPPIR tem colaborado para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, chama-se a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

- **Fortalecer organizações de mídia negra**

  Análise Situacional da Meta

  A partir de negociações com a SECOM/PR, visando à inclusão de mídias eletrônicas que tratam da questão racial nos planos de mídia das campanhas realizadas pelo Governo Federal, a SEPPIR enviou uma lista de organizações dessas entidades e coordenou o cadastramento das mesmas na SECOM. O objetivo é fortalecer essas mídias, potencializando a difusão de informações relativas ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial na Internet, para além do trabalho já realizado diariamente pela Assessoria de Comunicação da SEPPIR. Objetiva-se ainda, ampliar a difusão das políticas de governo e, com isso, possibilitar a ampliação da participação social nas ações governamentais.

- **Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos e devem ser lançadas em 2013.

  No âmbito do Plano Juventude Viva, a SEPPIR tem colaborado com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, na construção e realização da Campanha Juventude Viva, para o enfrentamento à banalização da violência contra jovens negros.

  Igualdade Racial é Pra Valer - Em 2012, a Campanha executou ações no âmbito das seguintes parcerias: Petrobrás, BR Distribuidora, Senado Federal, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Defensoria Pública da União. Para divulgação da campanha, foram distribuídos por todo Brasil 200 mil adesivos de carro, 100 mil adesivos para roupa e 100 mil selos do Ano Internacional dos Afrodescentes. Em 2013, a Campanha Igualdade Racial é Pra Valer entra em sua segunda fase, o que implicará na elaboração de novo plano de comunicação e a abordagem de temas específicos como: 10 anos de criação da SEPPIR, realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, lançamento do "Disque Igualdade Racial", Combate ao racismo e defesa da ancestralidade africana. A campanha terá como novos temas:

  1. O combate ao Racismo e defesa da ancestralidade - Está planejado para este ano, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, uma campanha de combate à discriminação contra as tradições de matriz africana. Dentro da campanha, está prevista a produção de peças publicitárias, divulgação de artigos e pautas na mídia, parcerias com meios de comunicação públicos ou de caráter social, entre outras ações.

  2. Igualdade Racial no SUS é Pra Valer – O Ministério da Saúde aderiu à campanha, tendo já realizado uma exposição como ação inicial do plano de trabalho durante o Mês da Consciência Negra, em novembro de 2012. Para 2013, está prevista no âmbito da parceria, além de outras ações, a consolidação de plano de comunicação, com ações voltadas ao combate do racismo institucional, que implicará a criação, produção e veiculação de peças da campanha nos hospitais, postos de saúde e demais unidades do SUS.

  3. Dez Anos de SEPPIR - Em 2013, a SEPPIR comemora dez anos e o Brasil celebra uma década de institucionalização do conjunto de políticas de promoção da igualdade racial. Esse fato é um marco nas políticas sociais do Brasil e revela um País disposto a levar o desenvolvimento a todos, considerando as diferenças e a discriminação existentes. Para comemorar uma década de sua criação, a Secretaria deve lançar em suas peças e campanhas um selo gráfico comemorativo, escolhido por meio de premiação, e lançar um vídeo-documentário com um balanço das conquistas dessa década, os novos desafios e os fatos históricos relevantes para as políticas de promoção da igualdade racial. Esse conjunto de ações tem o objetivo de promover a reflexão e o debate sobre os avanços e desafios relativos à questão racial no Brasil dos últimos 10 anos e conta com a parceria da Secretara de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). As comemorações dos 10 anos de SEPPIR contam também com a parceria da Empresa de Correios e Telégrafos, que lançará um selo e carimbo comemorativos em 21 de Março de 2013 - dia de criação do órgão e Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.

  4. Década dos Afrodescendentes - A Organização das Nações Unidas – ONU encaminhou em 2012 uma resolução

importante para a declaração de 2013 como a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes. A declaração implicará a atuação intensiva da SEPPIR na sua divulgação e na promoção das ações da ONU e do Brasil decorrentes dessa iniciativa, além da associação da marca da Década às demais ações e demandas da Secretaria.

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPPIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

Metas 2012-2015

- **Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

  Análise Situacional da Meta

  A SEPPIR tem acompanhado sistematicamente a implementação do Programa Rede Cegonha, sendo membro dos seguintes Grupos de Trabalho desta rede: Implementação de Legislação Vigente, Formação Profissional, Mobilização Permanente. Em 2013, no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, pretende-se contratar pesquisas para verificar as condições de morbimortalidade da população negra a fim de propor estratégia de intervenção junto a este programa do Ministério da Saúde.

  Os últimos dados disponíveis, obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), referem-se ao ano de 2010. Somente em 2014, os dados do ano de 2012 estarão disponíveis - tempo necessário para a consolidação das informações pelo referido Ministério.

- **Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou em setembro de 2012 o Plano Juventude Viva, em 4 municípios de Alagoas. O Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

  Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração se iniciado em 2011, no âmbito do Fórum

Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

Durante esta primeira fase do Plano, o Governo Federal fomentará ações voltadas à juventude nas áreas do trabalho, educação, saúde, acesso à justiça, cultura e esporte, em parceria com o Estado de Alagoas e Municípios, nas cidades de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Desse modo, o Plano Juventude Viva oferecerá um pacote de políticas sociais para o enfrentamento à violência, que se somará ao Plano Brasil Mais Seguro, em fase de implementação pelo Ministério da Justiça em Alagoas.

As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros afetados pela violência. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

Ações

• O Plano reúne pelo menos 30 iniciativas de 25 programas federais, articulados com o intuito de prevenir a violência que atinge a juventude negra. Em Alagoas, haverá ações promovidas pela Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério do Esporte.

Estratégia

• O Plano articula programas do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pela violência. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude.

Seleção Territorial

Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. Todas as capitais foram incluídas. O estado de Alagoas foi escolhido para receber o piloto do Plano “Juventude Viva” por ocupar a primeira posição em taxa de homicídios do País. Os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro ocupam, respectivamente, os 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de número absoluto de homicídios contra jovens negros.

A atuação da SEPPIR no Plano:

Além da cotidiana atuação na Coordenação Executiva do Plano, a SEPPIR/PR tem atuado de maneira mais destacada nos Eixos 1 e 4:

– No Eixo 1 - Desconstrução da Cultura de Violência, colaborando com a SNJ na construção e realização da Campanha Juventude Viva e na mobilização de diferentes atores sociais para engajamento no Plano.

– No Eixo 4 - Aperfeiçoamento Institucional, contribuindo para diferentes ações do Ministério da Justiça, no sentido de inclusão de conteúdo racial na matriz curricular das polícias e em pesquisas realizadas sobre manifestações do racismo institucional na atuação do Ministério.

Tem contribuído com a articulação para a aprovação do Projeto de Lei dos Autos de Resistência e tem estabelecido cooperação com diferentes instituições do Judiciário para se engajarem no Plano, especialmente por meio de ações de sensibilização e formação de Operadores do Direito.

Ainda neste eixo, a SEPPIR está responsável pela promoção de Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, com gestores do nível estadual e dos municípios envolvidos.

Ainda no Eixo 4, cabe destacar o Disque “Igualdade Racial”, tri-dígito 138, que está sendo pactuado no âmbito do Governo Federal. Os estudos e estimativas preliminares à sua instalação já foram realizados. No momento está em definição como serão mobilizados os recursos necessários ao seu funcionamento.

Em 2013, pretende-se formar uma rede de comunicadores representantes da cultura rapper e da periferia a fim de atuar junto com as comunidades com altos graus de violência. Dessa forma, vai ser elaborada uma estratégia de apoio e fortalecimento das intervenções da juventude negra que contribuam para a redução da violência.

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O governo formula, implementa e monitora políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, com ênfase para as comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: 1. Acesso a Terra; 2. Infra-estrutura e Qualidade de Vida; 3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; 4. Direitos e Cidadania.

A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre em articulação com os entes federados, a partir da estruturação de comitês estaduais. Nove estados iniciaram o processo de constituição dos seus comitês. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Em 2012, foi dada continuidade ao PBQ, reforçado por ações que o articulam ao Plano Brasil sem Miséria. No eixo de acesso à terra foram assinados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social e expedidos 4 títulos de reconhecimento de domínio, totalizando, assim, 206 comunidades tituladas, que correspondem a 12.804 famílias beneficiadas em 994,5 mil hectares regularizados. Na parceria com o INCRA, a SEPPIR descentralizou R$ 1.183.000,00 para elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em 26 comunidades, que totalizam 3.350 famílias.

No eixo direitos e cidadania, destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com a participação da SEPPIR, MEC e representantes quilombolas. Para o fortalecimento institucional das comunidades, foram apoiados, por meio de chamada pública, sete projetos num total de R$ 1.314.765,14. Para maior comprometimento dos entes federados com o Programa, foram realizados Seminários e Oficinas com gestores federais, estaduais e municipais, além de lideranças quilombolas, em sete estados de quatro regiões do País.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

  Análise Situacional da Meta

  A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Até dezembro de 2012, foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) 2.024 comunidades quilombolas, sendo que no ano de 2012 foram expedidas 122 certidões.

  Atualmente, são 206 comunidades tituladas, beneficiando 12.804 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 994,4 mil hectares. Até 2012, foram editados 53 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios

Quilombolas onde residem 6.080 famílias. Foi assinado Termo de Cooperação para repasse de R$ 1,183 milhão da SEPPIR ao INCRA, em 2012, para acelerar a elaboração de uma importante etapa do processo de regularização fundiária que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Hoje são 152 comunidades com RTID publicado. O Termo irá beneficiar 26 comunidades e 3.350 famílias.

A articulação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) ao Plano Brasil Sem Miséria foi um marco importante em 2012, posto que 76% das famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal - CadUnico estão em situação de extrema pobreza. Com o estímulo da SEPPIR, os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário passaram a executar um conjunto de ações que, além do aumento de beneficiários deste segmento no Bolsa Família, asseguraram o Programa Água para Todos nas comunidades quilombolas do Semiárido; a ampliação de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para que os quilombolas acessem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o incentivo a projetos produtivos por meio do Selo Quilombos do Brasil, que certifica a origem da produção.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, são desenvolvidas, desde 2011, ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento Produtivo para as comunidades quilombolas. Em 2011, foi lançada Chamada de ATER que já beneficia 4,48 mil famílias, em quatro estados (Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco). A Chamada de 2012 beneficiou mais 4,5 mil famílias, em cinco estados (Piauí, Alagoas, Pará, Goiás e Maranhão). O Programa de ATER possibilita o aumento da renda e a melhoraria da qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aprimoramento da produção agrícola de forma sustentável.

Foi assinada, em 21 de novembro de 2012, a Portaria Interministerial do Selo Quilombos do Brasil, que envolve a SEPPIR e o MDA, e estabelece a vinculação do Selo Quilombola com o já consolidado Selo da Agricultura Familiar. Essa ação visa ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas, por meio da sua identificação, valorização e reconhecimento no mercado nacional e articulando essa produção com as redes da agricultura familiar.

Numa parceria entre a EMBRAPA, MDS, MDA e SEPPIR, foram distribuídas, em 2012, sementes de diversas hortaliças, além de grãos como feijão, arroz e milho, para agricultores quilombolas de 17 Territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em beneficio de 5.726 famílias. Além da distribuição, a EMBRAPA realizou capacitação junto às famílias com o objetivo de qualificar a produção e o plantio.

Em 2012, a Funasa, com o apoio do Ministério da Integração e da SEPPIR, contratou sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas no âmbito do Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semi-árido – Programa “Água para Todos” (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011). Por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água, em conformidade com as diretrizes e objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, estabeleceu-se investimentos estimados na ordem de R$ 35 milhões até 2014.

A contratação de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), conta com a previsão de investimentos da ordem de R$ 140 milhões, para atender a uma meta de 350 comunidades quilombolas.

No período de 2004 a 2010 foram construídas 135 salas de aula, em 53 municípios. De 2009 até novembro de 2012, 83 projetos foram conveniados com o Ministério da Educação para construção de novas escolas quilombolas.

Outro recurso destinado a garantir melhorias na infra-estrutura escolar é destinado às escolas quilombolas, por meio do

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Cada escola quilombola que possua unidade executora pode demandar recursos em montante de até R$ 12.000,00 (doze mil reais). A utilização dos recursos deve custear ações de manutenção das instalações, aquisição de mobiliário escolar, dentre outras atividades educativas e pedagógicas.

Com o Programa Luz para Todos, o Governo Federal tem por objetivo utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda o cadastro de demandas de Comunidades que não possuem atendimento para ampliar essa cobertura.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida foram protocolados, em 2011, 58 projetos com previsão do investimento de R$ 55,9 milhões. Em 2012, foram protocolados projetos para a construção de mais 1.450 unidades habitacionais com previsão do investimento de R$ 36,8 milhões.

A SEPPIR destinou recursos, por meio de convênio, para melhorar a infra-estrutura da comunidade quilombola de Candiota, no Rio Grande do Sul. Os projetos têm valor de R$ 519,5 mil para a construção de 33 açudes, 15 km de estradas e paradas de ônibus. Essa ação conta com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do INCRA e do Cideja (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão).

A construção de estradas de acesso à comunidade Kalunga, situada em Goiás, é uma demanda histórica. Com mais de 3 mil famílias, grande parte do território da comunidade não possui vias de acesso. Nesse sentido, o Ministério da Integração - MI, sua Superintendência da Região Centro-Oeste, o Governo de Goiás e a SEPPIR são parceiros para a construção de 06 Pontes na localidade de Vão do Moleque - Município de Cavalcante-GO, e para a construção das vias de acesso. A obra integral prevê investimento de R$ 19 milhões para construção de 79,5 km de estrada, além das pontes supracitadas. Desse montante, em 2012, foi liberado do orçamento do MI de R$ 1 milhão para a construção das pontes.

Paralelamente a essas iniciativas, a distribuição de sementes de hortaliças e grãos a 17 territórios quilombolas do nordeste e centro-oeste e as ações de assistência técnica e extensão rural possibilitarão um novo quadro na inclusão produtiva deste segmento. Também foi realizada a assinatura de portaria regulamentando a ação da Fundação Cultural Palmares na emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Vários ministérios oferecem serviços públicos a estas comunidades: MDS, Ministério da Saúde, MEC, MME, MDA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração. Em 2013, com o sistema de monitoramento que está sendo implantado e um diálogo mais estruturado com os ministérios, pretende-se aperfeiçoar a captação destas informações.

Em 2013, a SEPPIR pretende executar os planos de trabalho firmados com governos estaduais e elaborar novos planos de trabalho. Será necessário, também, criar instrumentos que quantifiquem o que foi executado com os recursos disponibilizados pela SEPPIR para as comunidades.

- **Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

Articulação do Selo Quilombos do Brasil com o Selo de Agricultura Familiar para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.

Em 2013, pretende-se realizar o mapeamento das atividades produtivas existentes em comunidades quilombolas, as chamadas de Assistência Técnica Rural, e implantar o projeto quilombo sustentável em parceira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

- ICMBIO. É preciso também ampliar a construção de cisternas em comunidades quilombolas e ampliar o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

- **Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação, a ser implementado em 2013. O sistema terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura, saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR. Em 2013, a SEPPIR pretende realizar uma estimativa da população nestas comunidades e de sua condição de vida.

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

O governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Formação de Juventude Quilombola – Foi realizado, entre os dias 21 a 24 de novembro de 2012, curso de formação para 60 jovens quilombolas de todas as regiões do País, focado em direitos quilombolas, questão racial no Brasil, marcos da política de promoção da igualdade racial. A formação foi realizada numa parceria entre a SEPPIR, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Cooperação Espanhola, Coordenação Nacional de Comunidades Afrorrurais (CONAQ).

Quilombo das Américas - Em 2012, foi concluída a primeira etapa do projeto. O projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afrorrurais, é uma articulação da SEPPIR, MRE, EMBRAPA, MDA, Agências do Sistema ONU no Brasil, AECID e Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), que atuou com comunidades afrorrurais do Brasil, do Equador e do Panamá, na realização de um estudo participativo. O objetivo do projeto é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação. Os resultados desta primeira etapa do projeto estão consubstanciados em livro e vídeo.

Em 2013, pretende-se realizar nova Chamada Pública de projetos de fortalecimento institucional nestas comunidades.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Com o objetivo de qualificar as ações para povos e comunidades tradicionais de matriz africana, foi construído, em 2012, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O Plano é um instrumento de coordenação e monitoramento das ações do Governo Federal que são ou pretendem ser acessadas por esse público. Este Plano foi lançado em janeiro 2013.

Em 2012, foi lançada chamada pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana no País, com R$ 1,2 milhão disponibilizado, que apoiou 6 projetos. Essa Chamada foi a primeira direcionada especificamente às instituições representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Nos casos de denúncia de violação de direitos, a SEPPIR tem atuado por meio de sua Ouvidoria e busca articular, de forma permanente, as demais ouvidorias do Governo Federal, de modo a criar uma metodologia para responder denúncias de atos violentos cometidos contra os povos tradicionais de matriz africana. A articulação entre Ouvidoria da SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDH para mediação de conflitos e violação de direitos humanos tem sido essencial, uma vez que a ouvidoria da SDH possui estrutura e capilaridade nacional mais abrangente entre as ouvidorias da Presidência da República.

O Ministério da Cultura destinou, em 2012, R$ 300 mil reais para a implantação dos pontos de leitura Ancestralidade Africana no Brasil em 10 territórios tradicionais, de matriz africana e quilombolas, com apoio para o mobiliário e aquisição de 600 exemplares sobre temas gerais. A SEPPIR aportou mais R$ 200 mil para aquisição de outros 600 exemplares temáticos sobre história e cultura africana e afro-brasileira e sobre as relações raciais. O Ministério da Cultura apoiará, ainda, nos 10 territórios, projeto de registro de memória para esses espaços tradicionais, com ênfase no patrimônio imaterial.

Ainda em 2012, foi formalizado Termo de Cooperação entre SEPPIR e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com objetivo de garantir embalagem e transporte de 83.400 cestas de alimentos em 6 etapas de atendimentos às 13.900 famílias dos povos tradicionais de matriz africana beneficiárias. A SEPPIR orientou os Estados para que constituam seus Comitês Gestores Estaduais da Ação de Distribuição de Alimentos. Esses Comitês, além de outras atribuições, serão responsáveis pela indicação das famílias beneficiárias, estratégias de operacionalização da ação e prestação de contas. De janeiro a outubro de 2012, foram atendidas 14.700 famílias, com 49.707 cestas de alimentos, em 22 estados da federação.

O Ministério de Desenvolvimento Social incluiu na versão 7 do CadÚnico o campo 2.07 que permite a identificação de famílias que fazem parte de grupos específicos. Essa alteração ocorreu para atender vários grupos, entre os quais ciganos e comunidades de terreiro. Atualmente são 247 famílias de terreiro inscritas no CadÚnico, sendo 174 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Como a inclusão da categoria “Terreiro” é recente, esse quantitativo tende a crescer nos próximos meses.

POVOS DE CULTURA CIGANA

Como parte das ações que marcaram o dia nacional dos ciganos, foi realizado nos dias 25 e 26 de maio, no Rio de Janeiro, a Plenária “Políticas Públicas e os Povos de Cultura Cigana”. A plenária teve o objetivo de obter subsídios para elaboração de políticas voltadas aos povos de cultura cigana. Participaram da Plenária vários ministérios, 05 convidados representantes da sociedade civil organizada e de universidades federais e 34 lideranças, das regiões Nordeste, Sudeste, Centro- Oeste e Sul, dos clãs Calon, Mathiwia, Roraranê, Kalderashe Sibiaia. Na ocasião, a Secretaria apoiou a realização da Festa de Santa Sara Kali em comemoração ao dia nacional dos ciganos.

A SEPPIR e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) celebraram a

assinatura do projeto de cooperação técnica Brasil-Espanha de combate ao racismo e promoção da Igualdade Racial. Uma das pautas foi fortalecer o intercâmbio de políticas públicas para os povos ciganos.

Foi realizada uma consultoria para mapear as principais rotas dos povos de cultura cigana.

Metas 2012-2015

- **Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas**

  Análise Situacional da Meta

  Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema, a ser implementado em 2013. Ele terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura e saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR.

  O trabalho com povos de cultura cigana foi definido a partir de uma plenária com a participação de representantes desse segmento, de cinco ministérios e pesquisadores. Dela resultaram subsídios para a proposição de um conjunto de ações integradas, a ser executado em 2013.

- **Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, pretende-se ampliar o mapeamento das comunidades de terreiros, quando deverá ser realizado o mapeamento de pelo menos uma região metropolitana em cada região do País.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária de terras quilombolas traduz um procedimento intrinsecamente complexo. Dentre os avanços, destaca-se a contratação de relatórios antropológicos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A contratação dos Relatórios Antropológicos licitados por meio de Pregão realizado em 2011 foi imprescindível, tendo em vista que foi possível contratar mais 70 Relatórios Antropológicos em 2012.

Merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de 2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende melhorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Quanto à elaboração dos RTIDs, em 2012 foram publicados 11 RTIDs, Merece destaque a decretação de interesse social de mais 11 territórios quilombolas, que serão desintrusados nos próximos anos.

Em 2012, o INCRA concedeu 4 títulos definitivos a 3 comunidade quilombolas: duas em Sergipe, sendo 2 títulos em Mocambo, 1 título em Lagoa dos Campinhos, com 113 e 89 famílias respectivamente, e outra comunidade em Mato Grosso do Sul recebeu 1 título com 19 famílias.

No final do ano passado, o INCRA em conjunto com os órgãos de terras estaduais e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) participaram de um seminário, com o intuito de unificar os seus procedimentos de titulação e tentar acelerá-los.

Diante dos relatos acima, podemos concluir que, em 2012, o INCRA desenvolveu atividades em cerca de 200 territórios

quilombolas, seja por meio de atividades de identificação, delimitação e reconhecimento de terras, assim como por atividades relacionadas à decretação, desintrusão e titulação.

Metas 2012-2015

- **Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratados 70 Relatórios Antropológicos (uma das peças integrantes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID). Do total, 26 são o resultado de um Termo de Cooperação firmado com a SEPPIR, que repassou R$ 1,183 milhão para sua elaboração, com estimativa de atender 3.350 famílias.
  Quantidade alcançada

  70
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas.
  Quantidade alcançada

  11
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram emitidos 4 títulos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ajuizou cerca de outras 160 ações de desapropriação, mas está a espera de o Judiciário expedir as respectivas emissões de posse e sentenças judiciais homologatórias para titular mais áreas.
  Quantidade alcançada

  4
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram publicadas três portarias, tendo sido reconhecidos 2.882,3627 ha, beneficiando 476 famílias.
  Quantidade alcançada

  3
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Foram publicados 11 RTIDs, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. Para 2013, encontram-se em fase de elaboração mais 69 RTIDs.
  Quantidade alcançada

  11
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Análise Situacional da Meta

Foram vistoriados e avaliados 25.016,5397 ha, tendo sido indenizados efetivamente 1.185 ha.

Quantidade alcançada

1.185

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2012	13,25
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2011	36,71
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2011	74,2
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	31/12/2011	0,62
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	31/12/2010	0,76
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2012	70,16
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2011	39,9
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2011	27,72

Observações:

Escolas públicas acessíveis - Foi considerado como escola pública acessível o estabelecimento federal, estadual ou municipal que declarou possuir sanitários e vias e dependências adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram inseridas no mercado de trabalho 35.420 pessoas com deficiência mediante ação direta da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Ademais, no mesmo período, houve uma ampliação do número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Vale mencionar ainda a articulação entre os Ministérios que tratam da questão da promoção dos direitos das pessoas com deficiência, por meio de participação no Plano Viver sem Limite, e reunião nacional do Projeto de Fiscalização para a Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, realizada em fevereiro de 2012, em Brasília,

Para o ano de 2013, a meta é inserir 40.000 pessoas com deficiência por ação direta da fiscalização do trabalho, distribuída de acordo com o potencial de cada estado, ou seja, com o número de empresas/vagas e de auditores fiscais do trabalho.

Metas 2012-2015

- **Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram inseridas 35.420 pessoas com deficiência no mercado de trabalho em decorrência da atuação da fiscalização do MTE. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Quantidade alcançada

35.420

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	3.205	31/12/2012
Região Nordeste	20.588	unidade	6.031	31/12/2012
Região Norte	5.199	unidade	2.006	31/12/2012
Região Sudeste	99.510	unidade	17.657	31/12/2012
Região Sul	23.865	unidade	6.521	31/12/2012

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O foco da atuação da SDH é a implementação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Com ações desenvolvidas por quinze ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que trouxe contribuições da sociedade civil, o Plano tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo em benefício das pessoas com deficiência.

O Plano foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff, e, além de envolver todos os entes federados, prevê um investimento total de R$ 7,6 bilhões até 2014. Vinte e um estados já aderiram ao plano: Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre, Piauí, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Tocantins, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Plano Viver sem Limite, estão sendo implementadas ações para eliminar as barreiras que impedem os beneficiários do BPC de acessarem a escola. Nesse sentido, uma das ações é o transporte escolar acessível, no Programa Caminho da Escola. Já foram adquiridos 1.316 veículos que serão entregues no primeiro semestre de 2013. Dados do cruzamento entre Censo Escolar e Base BPC apontam que, em 2012, 70,16% de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC estavam na escola.

- **Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

Análise Situacional da Meta

Os normativos relacionados a concurso público estão sendo revisados para serem aprimorados e promoverem o ingresso de pessoas com deficiência no serviço público. Em relação às empresas privadas, no Plano Viver sem Limite estão sendo realizadas ações para qualificação profissional de pessoas com deficiência por meio do Pronatec - Bolsa-formação que oferece cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Vale ressaltar que todas as vagas da bolsa-formação estão disponíveis para as pessoas com deficiência, ou seja, não há restrições nem cotas e sim prioridade em seu preenchimento.

- **Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)**

Análise Situacional da Meta

A Agenda Social foi substituída pelo Plano Viver sem Limite, lançado em 17 de novembro de 2011, que contempla quatro eixos, com objetivos e metas, a saber: acesso à educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

- **Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade**

Análise Situacional da Meta

O conteúdo básico foi definido. Em 2012 foram realizadas 9 capacitações (5 para conselheiros e 4 geral) promovidas por meio de edital anual de chamada pública. Um curso de capacitação para servidores públicos federais está em desenvolvimento por meio de uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. A estimativa é de que a turma piloto do curso seja implantada em março de 2013.

- **Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta

O conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência foi definido e publicado no edital de chamada pública de convênios.

- **Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta

O modelo está em fase de testes, e por essa razão não foi ainda implantado.

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência**

Análise Situacional da Meta

Houve mudança de orientação por parte da SDH/PR. Por força da reorientação da gestão de TI no órgão, todo sistema deverá ser previamente analisado pelo Comitê de TI e ser elaborado de maneira a ser integrado aos demais sistemas da SDH.

- **Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres**

Análise Situacional da Meta

A SDH articulou a ação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o banco de talentos foi incorporado ao sistema Mais Emprego, gerenciado por aquele Ministério.

- **Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está prevista para ser executada a partir de 2013.

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Viver sem Limite traz um conjunto de ações que contribuem para a autonomia, independência e segurança das pessoas

com deficiência. No eixo saúde, por exemplo, serão qualificadas pelo Ministério da Saúde - MS oficinas ortopédicas e criadas outras 19, entre fixas e itinerantes; a lista de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção - OPM oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS foi ampliada e já foram publicadas 6 Diretrizes Terapêuticas para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, dentre outras inciativas. No eixo educação, 9.958 escolas foram contempladas com recursos para acessibilidade arquitetônica e 55 universidades receberam recursos para apoio aos núcleos de acessibilidade. No eixo inclusão social, foi publicada a Lei 12.470/11 que assegura ao beneficiário do BPC o retorno ao recebimento do benefício quando o mesmo é suspenso pela entrada no mercado de trabalho e há perda do emprego. No eixo acessibilidade, foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, dentre outras medidas.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda**

  Análise Situacional da Meta

  O Viver sem Limite tem desenvolvido ações para a construção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência com a previsão de implantação e qualificação de 45 Centros de Referência em Reabilitação até 2014, a qualificação de oficinas ortopédicas e a criação de outras 19, entre fixas e itinerantes, a capacitação de 660 protesistas e ortesistas em todo Brasil, a distribuição de 88 veículos acessíveis, além da qualificação de 6.000 equipes de saúde bucal e a ampliação da triagem neonatal que diagnostica várias deficiências precocemente, bem como a publicação de diretrizes com orientações para a Rede.

- **Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Plano Viver sem Limite foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, em Campinas. Além disso, o Plano tem a meta de implantação de vinte núcleos interdisciplinares de Tecnologia Assistiva até 2014. Sete núcleos já foram criados e estão sendo apoiados.

  Quantidade alcançada

  7

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva**

  Análise Situacional da Meta

  O Centro Nacional de Tecnologia Assistiva é ação do Plano Viver sem Limite e foi criado em 20/07/2012. Há 10 bolsistas contratados pelo CNPq desenvolvendo os trabalhos no Centro.

- **Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência**

  Análise Situacional da Meta

  No Plano Viver sem Limite está prevista a implantação de duzentas residências inclusivas e de 27 centros-dia de referência para pessoas com deficiência em regime de cofinanciamento entre União, Estados e Municípios, até 2014. Em 2012, foram repassados recursos para a implantação de quatro Centros-dia de referência e nove residências inclusivas. Já estão em funcionamento 1 centro-dia e 4 residências inclusivas.

- **Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi apoiada a implantação de 37 centrais de intérpretes de Libras em todo o país.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

  Análise Situacional da Meta

  O primeiro centro tecnológico de cão-guia foi implantado em Camboriú - SC.

- **Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

  Análise Situacional da Meta

  Em colaboração com o Inmetro, a SDH/PR participa da criação de uma metodologia de avaliação da qualidade de cadeiras de roda. Outras ações assemelhadas estão em concepção.

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Viver sem Limite, foram adquiridos, em 2012, equipamentos para implantação de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais em escolas públicas e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes, que estão sendo entregues em 2013. Também dentro do Viver sem Limite, parceria entre a Caixa Econômica Federal - CAIXA e o Ministério das Cidades - MCidades, tornou possível a contratação de 355.642 unidades habitacionais adaptáveis às pessoas com mobilidade reduzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, além da instalação de 7.014 kits de acessibilidade nas residências do Minha Casa Minha Vida I.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

  Análise Situacional da Meta

  Uma das ações do Viver sem Limite é a de formação de professores da educação bilíngue, necessária à implantação da Libras como disciplina curricular. A partir de 2013, onze universidades federais passarão a ofertar o curso de Letras/Libras. No segundo semestre de 2013, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, órgão do Ministério da Educação, iniciará a oferta de cursos de Pedagogia.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo implantadas 13,5 mil salas de recursos e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

  Análise Situacional da Meta

  Em agosto de 2012, parceria entre a CAIXA e o MCidades, resultou na especificação dos kits de acessibilidade para as residências adaptadas às pessoas com deficiência do MCMV2. Além disso, todas as sistemáticas do Ministério das Cidades para descentralização de recursos têm destacado a necessidade de atendimento da acessibilidade. Em 2012, foram contratadas 335.642 unidades habitacionais acessíveis e instalados 7.014 kits acessibilidade.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do**

transporte complementar acessível

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicou a Resolução nº 3.871, que reafirmou a necessidade de que todo sistema de transporte interestadual e internacional de passageiros, incluídos os veículos sob regime de fretamento, seja acessível até dezembro de 2014. A pedido da SDH, o Conselho Nacional de Trânsito - Contran debateu a questão e decidiu pela publicação da Resolução nº 402/2012, que estabelece a obrigatoriedade de constarem nos Certificados de Registro de Veículos – CRV e de Licenciamento de Veículos – CRLV dos transportes coletivos de passageiros as adaptações realizadas para a acessibilidade, permitindo uma melhor fiscalização da frota urbana e rodoviária.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	31/10/2011	382
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses	%	31/12/2009	51,3	31/12/2009	51,3
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade	%	31/12/2009	45,9	31/12/2009	45,9
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade	%	31/12/2009	26	31/12/2009	26
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2011	41,8

Observações:

Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios - Cerca de 10 Terras Indígenas foram trabalhadas em 2012, contudo, não se alcançou a efetiva extrusão de não indígenas em decorrência de fatores externos, por essa razão não houve variação no indicador.

Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses - , Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade e Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade - não houve novo Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, por essa razão os índices não foram atualizados.

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, destacam-se no ano de 2012 as seguintes ações: 31 Terras Indígenas foram trabalhadas em identificação e delimitação; complementação de estudos e caracterização da ocupação indígena, sendo Região Norte: 6; Região Sul: 9; Região Sudeste: 10; Região Nordeste: 2; Região Centro-Oeste: 4; 13 Terras Indígenas com Resumo do Relatório Circunstanciado publicado (Região Norte: 8; Região Sul: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Levantamento Fundiário/ Avaliação de benfeitorias (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Sudeste: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Comissão de Pagamento de benfeitorias de boa-fé (Região Norte: 3; Região Sul: 1; Região Sudeste: 2; Região Nordeste: 2); 2 Terras Indígenas com Portaria de Restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai (interdição) (Região Norte: 1; Região Centro-Oeste: 1); 7 Terras Indígenas com processos encaminhados ao Ministério da Justiça para expedição de portaria declaratória (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Nordeste: 4); 2 Terras Indígenas declaradas de posse permanente indígena (Região Norte: 1; Região Sul: 1); 1 Terra Indígena com processo encaminhado para expedição de decreto de homologação da demarcação (Região Norte); 7 Terras Indígenas com decreto de homologação expedido (Região Norte); 30 Terras Indígenas com a demarcação e/ou aviventação de limites concluída (demarcação 16 - aviventação - 14); 1 Terra Indígena registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI); 16 Terras Indígenas registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

(Região Norte: 7; Região Sul: 2; Região Nordeste: 7); 47 Ações de retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em grande parte executadas em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e outros órgãos (Ibama, ICMbio e Polícia Militar). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, áreas em geral mais preservadas ambientalmente no território nacional, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Ñandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente pelas etnias Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai efetuará registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-índios em 10 terras indígenas. Com vistas à proteção de índios isolados e de recente contato, a Funai realizará em 2013 a identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. Em 2013, é propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para o próximo ano está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e aviventação dos limites de nove terras.

Metas 2012-2015

- **Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

  Análise Situacional da Meta

  Para se constituir uma reserva indígena diversos são os procedimentos a serem executados que podem se estender por alguns anos até a conclusão do processo, tais como: estudos de campo com a identificação da área, medição, vistoria e avaliação das terras. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo que trata da elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, das peças técnicas da avaliação, da aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório. Tem-se ainda a observar que, em caso de a aquisição não seguir na forma consensual junto ao proprietário, caberá medidas da edição de decreto de desapropriação do imóvel. Em 2012, foram realizadas as atividades de campo da parte técnica sobre a avaliação de três imóveis, restando os trâmites administrativos para se efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Dessa forma, a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas cujos procedimentos técnicos terão início no decorrer do referido exercício. A diretoria responsável da Funai que atua nesse processo tem ainda como objetivo regulamentar normativa que visa agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas. Em 2012, realizaram-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipabeiro, no estado da Bahia e do imóvel Fazenda Montana, em São Paulo, essa última tratando de compromisso firmado para a aquisição de imóvel em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas. Como explicado, diversas atividades são implementadas de ordem técnica e administrativa para chegar à conclusão do processo de aquisição das terras para a constituição de uma reserva indígena. Ainda não ocorreu a finalização dos processos de aquisição das terras trabalhadas em 2012 para constituição de Reserva Indígena.

- **Delimitação de 56 terras indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para cinco terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 2012 foram delimitadas treze terras

indígenas (TIs), com a seguinte distribuição geográfica:
a) Territórios Indígenas da Amazônia Legal: Tuwa Apekoukawera - PA, Taego Awa - TO, Ponciano - AM, Sissaima - AM, Vista Alegre - AM, Murutinga/Tracaja - AM, Jauary - AM e Paquiçamba - PA, Kanela Memortumré - MA
b) Territórios Indígenas do Nordeste: Tremembé da Barra do Mundaú/CE - Grupo Tremembé - 3.580 ha - DOU 06.02.2012 e Wassu Cocoal/AL - Grupo Wassu - 9.098 ha - DOU 13.07.2012
c) Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste: Tenondé Porã/SP - Grupo Guarani - 15.969 ha - DOU 19.04.12 e Menku/MT - Grupo Myky - 146.398 ha - DOU 19.04.12

Ainda no ano de 2012, foram constituídos sete novos Grupos Técnicos (GTs) visando à delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruiní/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/ Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).
Foram constituídos também treze GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemipegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Ñandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaoty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejyty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).
Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Ñandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	9	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	2	31/12/2012

- **Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Ainda na fase de planejamento, tendo sido feitas, em 2012: a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema.

- **Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram encaminhados sete processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) ao Ministério da Justiça, com vistas a expedição de Portaria Declaratória.

Em 2012, foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4.230 ha.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	1	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2012

- **Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foi encaminhado às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. A proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. A despeito do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, se encontrando em trâmite entre os órgãos, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente, entre Funai e Ibama. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e Ibama/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, etc) entre os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas. Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terras Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do Ibama de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios florestais. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

- **Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**

Análise Situacional da Meta

No processo de estruturação das doze Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancioso na infraestrutura física de duas Frentes de Proteção Etnoambiental criadas no ano de 2010, sendo estas: FPE Uru-Eu-Wau-Wau (TI Uru-Eu-Wau-Wau) e FPE Guaporé (TIs Massaco, Tanaru e Rio Omerè).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais

e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas a serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuça na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais). Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuça e R$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento da Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de R$ 189.700,00 para cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	1	31/12/2012

- **Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em oito Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Foram realizadas dezenove atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo.

Foram confirmadas duas referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	2	31/12/2012

- **Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Quantidade alcançada

159

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	83	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	10	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	66	31/12/2012

- **Homologação da demarcação de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial sete Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Ainda em 2012, a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	7	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2012

- **Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente à temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jirau e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacitá-los e instrumentalizá-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados seis cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltados prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração), edição de normatização para o programa e, finalmente, aplicação. Implementação de dez cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, a partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instalação do sistema nas Coordenações Regionais.

- **Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas diversos são os procedimentos executados: atividades em campo, bem como atividades na esfera administrativa que tem o início a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça. Essas atividades podem se estender por alguns anos até a efetiva conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área. Os procedimentos compreendem estudos técnicos de campo na vistoria e avaliação das benfeitorias, análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente à avaliação. Já nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do Incra. Assim, no ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM.

No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas sete Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. Neste contexto, também foram formados cinco grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias para as terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações de não índios. No tocante à análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas cinco resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa ao procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias. Por todo o exposto, por tratar-se de atividades que demandam as várias etapas indicadas, além de manifestação contrária dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou de decisão judicial, paralisando o processo, não se concluiu todas as indenizações e a retirada dos não índios dessas áreas. Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e início dos procedimentos técnicos em outras dez terras indígenas.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	5	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	2	31/12/2012

Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	3	31/12/2012

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágata, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, têm conferido maior credibilidade à instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do Executivo e Legislativo. Foram produzidas notas técnicas da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas, especificamente no que se refere aos pagamentos por serviços ambientais e Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), de forma a orientar as Assessorias Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Lei nº 195/2011 – REDD+ (Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal); e nº 792/2007 – Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais). A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando à divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminários e fóruns de discussão sobre mudanças climáticas e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando ao esclarecimento dos povos indígenas sobre o posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

- **Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**

Análise Situacional da Meta

Procura-se, por meio das ações vinculadas a essa meta, atuar de forma diferenciada nas vinte terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas vinte operações em articulação interinstitucional (Funai, DPF, Ibama, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indígenas com maiores índices de desmatamento.

Foi efetuada a fiscalização in loco e o monitoramento via satélite nas seguintes Terras Indígenas: Operações de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsede; TI Munduruku; TI Kaiabi; TI Apinayé; TI Alto Rio Guamá; TI Awa; TI Cachoeira Seca; TI Alto Turiaçu; TI Vale do Javari; TI Apyterewa - 3 ações e operação contínua; TI Kayapó; TI Yanomami (2 ações); TI Krikati; Parque Indígena do Xingu; TI Arariboia; TI Andirá-Marau; TI Alto Rio Negro; TI Caru; TI Zoró; TI Vale do Javari.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA-APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÜ, ENAWENÊ-NAWÊ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2012

- **Regulamentação do poder de polícia da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações com o objetivo de regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acordão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do Órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial. Como resultado, está prevista para o 1º semestre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do poder de polícia da Funai.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744, de 5 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do Objetivo 0945. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro, o Decreto da PNGATI, elaborado em parceria pela Funai, MMA, MDS, MDA, ICMBio e outras instituições federais, Organizações Indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL, Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal - ARPINPAN, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), indigenistas e socioambientalistas (Instituto Socioambiental - ISA, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, The Nature Conservancy - TNC) e Cooperações Internacionais (Agência de Cooperação Técnica Alemã - GIZ, PNUD, Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF), incorporou eixos temáticos e objetivos específicos que expressam propostas aprovadas nas consultas regionais aos povos indígenas. A implementação da PNGATI é fundamental para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas: sustentabilidade ambiental e etnodesenvolvimento; proteção e fiscalização das terras indígenas; participação, protagonismo e controle social indígenas; realização de consultas públicas sobre políticas e projetos de interesse dos povos indígenas, dentre outras. Outros avanços relevantes para o cumprimento do Objetivo 0945, no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS, merecem ser destacados, dentre outros: a edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012, que disciplinam o componente indígena no licenciamento; a implementação do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas - GATI; a criação da Declaração de Aptidão Indígena ao PRONAF – a DAP I (Portaria MDA nº. 94, de 27/11/2012), e publicação (janeiro de 2013) da Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para três mil famílias indígenas, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria – BSM (fruto de Iniciativas conjuntas da Funai, MDA e MDS, que visam a qualificação e ampliação do acesso indígena às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional).

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Elaborada minuta de Portaria do Comitê Gestor da PNGATI. Em 2012 publicação e encaminhamentos. Realização da Conferência em 2014.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  A realização deste evento está prevista para 2014. Em 2012, foi estabelecido diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ, que se dispôs a apoiar a execução da meta, com a contratação de consultoria, em 2013, para elaboração do Projeto do evento, com objetivo de sensibilizar parceiros para captação de recursos externos à Funai. Foi realizada visita à Praça da Sociobiodiversidade nos eventos Rio + 20 e Fenafra - Feira Nacional da Agricultura Familiar, com vistas a conhecer espaços institucionais referentes à sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais.

  Dentre outros aspectos, este evento objetiva dar visibilidade às iniciativas indígenas de promoção da sociobiodiversidade, tais como práticas de proteção, preservação e resgate da agrobiodiversidade em suas terras, insumos tradicionais utilizados pelos indígenas e ao modo como se relacionam com a rica biodiversidade de suas terras para garantia de sua reprodução física e cultural; incentivar a comercialização de produtos oriundos da sociobiodiversidade indígena; divulgar os alimentos tradicionais, artefatos, festas e rituais associados. A meta dialoga

com outras do Objetivo 0945 e com a agenda de Governo para o fomento e promoção das atividades dos povos tradicionais, a exemplo do Plano Nacional de Promoção dos Produtos das Sociobiodiversidades (com implementação orientada pela Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº. 239 de 21 de julho de 2009).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O lançamento e execução das seis chamadas públicas de projetos previstas na meta foram planejados para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados, uma vez que os projetos poderão contar com o suporte das ações do Projeto GATI, em especial no que se refere aos processos de elaboração de PGTAs, em andamento, resultando em maior sinergia entre estes processos e os projetos da Chamada.

No exercício 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas Chamadas, em todos os biomas previstos, considerando:

i) o universo das terras indígenas que são áreas de referência do Projeto GATI, preferencialmente com processo de elaboração/execução de PGTAs já iniciados;

ii) terras indígenas incluídas nos territórios dos oito Arranjos Produtivos Locais – APLS - referentes à meta correspondente do Objetivo 0945, os quais foram eleitos e validados pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS e pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em Oficina específica para este fim;

iii) terras indígenas de referência do Projeto GATI nas quais serão realizados diagnósticos da agrobiodiversidade.

No exercício 2013 deverão ocorrer a elaboração e lançamento de pelo menos duas Chamadas Públicas.

- **Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa com objetivo de definir a metodologia a ser utilizada nos diagnósticos. Em 2013, a Funai deverá definir esta metodologia e iniciar os processos de elaboração dos diagnósticos, a partir de projetos elaborados no âmbito das Coordenações Regionais para apoio e fomento aos diagnósticos da agrobiodiversidade local, identificando responsáveis por sua manutenção e difusão, apoiando o papel que cumprem de manutenção das práticas tradicionais de cultivo, guarda e disseminação de alimentos tradicionais, prioritariamente, junto aos Povos destacados na meta, naquelas jurisdições em que estes estejam presentes.

- **Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta

Esta meta contempla cinco territórios indígenas do Norte e três territórios indígenas do Nordeste, e pretende identificar e apoiar ações destinadas à inserção dos produtos indígenas de forma qualificada no mercado, objetivando, através da utilização sustentável dos recursos da biodiversidade, a estruturação e a capacitação à produção, o beneficiamento e o escoamento de produtos indígenas para mercados consumidores. Em 2012, foi realizada oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLS e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios

eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipó-titica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT); Região Nordeste: Mel/TI Wassu-Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido. Estes territórios foram validados na referida oficina.

Posteriormente à definição dos territórios e produtos dos APLS nestas duas regiões, foi realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos. Participaram desta atividade oito representantes indígenas dos territórios eleitos, nove servidores das Coordenações Regionais - CRs envolvidas, sete servidores da sede e sete representantes de instituições parceiras, dentre as quais a GIZ, o Instituto Raoni, a Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX, o Instituto Mamirauá, o Projeto Pacto das Águas; Equipe de Conservação da Amazônia/ECAM e a ONG Movimento Minha Terra.

Foram apoiadas atividades de estruturação da cadeia de valor em quatro APLs nos territórios da região Norte, ao longo de 2012, cumprindo-se 50% da meta, como segue:

i) APL Jaborandi (AM): apoio à execução de projeto de capacitação para indígenas sobre técnicas de manejo sustentável; ii) APL Castanha (PA): apoio a projeto apresentado pela CR Kayapó Sul do Pará para realização de monitoramento e acompanhamento da capacitação, exploração e transporte desse produto; iii) APL Pescado – Pirarucu (AM): apoio à capacitação de servidores da CR Médio Purus em manejo pesqueiro, promovida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, visando desenvolvimento da Cadeia de Valor do Pirarucu. Os servidores atuarão como multiplicadores junto a comunidades indígenas da etnia Paumari; iv) iniciados os trabalhos junto ao APL do Guaraná Sateré Mawé (AM), cuja identificação geográfica está em tramitação, com diálogo junto ao INPI e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visando à construção de estratégias eficientes de proteção para os produtos indígenas (IG, Marcas Coletivas e de Certificação).

Na região Centro-Oeste, APL do Mel – Xingu (MT), que envolve parcerias com o Instituto Socioambiental, a Associação Terra Indígena Xingu e a Amazon Rainforest Foundation Japan, foram apoiadas as seguintes atividades: participação de servidores da CR Xingu em reuniões técnicas em Canarana e Brasília sobre o APL; realização de diagnóstico, em parceria com a Rain Forest, sobre a apicultura no Parque Indígena do Xingu; compra de insumos para a produção do mel e participação de um servidor da CR Xingu, um indígena da Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX e um indígena produtor de mel na Oficina de Formação sobre Cadeia de Valor.

Na Região Nordeste, foram apoiadas atividades de implementação do Projeto Apoio à Estruturação da Capacidade de Produção da Unidade Familiar de mel na Aldeia Wassú-cocal, iniciado em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação com o MDS, aportando recursos de contrapartida para colaborador eventual a fim de prover assistência técnica e capacitação aos indígenas envolvidos na atividade de apicultura. Em 2013, deverão ser eleitos e apoiados os APLs de frutos e do pescado nos territórios do Nordeste e se dará continuidade ao apoio dos APLs do Norte, com acompanhamento e fomento, de forma a consolidá-los.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	15/02/2013
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	4	31/12/2012

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas para implementação da meta: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI

Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em 16/08/2012; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visam à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico; iv) Iniciado o processo de transição na TI Ligeiro, com a realização de reunião entre equipes da Funai-Sede e da CR Passo Fundo sobre o tema, em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial - CGMT.

Para 2013, estão previstas atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito dessa TI, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, além da realização de atividades voltadas para definir procedimentos para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta, com o mesmo objetivo de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	15/02/2013
Bioma Pantanal	1	projeto	0	31/12/2012

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta

Implementação em andamento com dois eventos apoiados em 2012:

i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais, com participação de cerca de 908 indígenas das etnias Kayapó, Kayapó-Xikrin, Apinajé, Canela, Desana, Funi-ô, Gavião Parakateje, Guarani Kaiowá, Kaxinawá, Karajá do Norte, Kisedjê, Krahô, Kuikuru, Rikbatsa, Suruí, Tikuna, Xavante, Yanomami, Xerente, Sateré-Maué, Zoe, Yawalapiti e Zoró, envolvendo as terras indígenas Kayapó, Badjukore, Las Casas, Baú, Menkragnoti, Xikrin, Apinajé, Canela Apanyekrá, Alto Rio Negro, Funi-ô, Mãe Maria, Dourados, Kaxinawa do Rio Jordão, Xambioá, Wawi, Kraholândia, Xingu, Erikpatsa, Japuíra, Escondido, Sete de Setembro, Umariaçu, Chão Preto, Ubawawe, Marechal Rondom, Maraiwatsede, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande, Yanomami, Xerente, Andirá-Marau, Zoe e Zoró. Foram parceiros e apoiadores do evento a Associação Floresta Protegida, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, Prefeitura Municipal São Felix do Xingu, CONAB, MDS, MDA. A metodologia previu as seguintes etapas: reunião com aldeia Moikarakô para tratar dos preparativos dos eventos, etnias e indígenas convidados, estrutura, entre outros (etapa já realizada pela Associação Floresta Protegida - AFP); reunião em Brasília com algumas coordenações da Funai – Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania e Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) – para articular composição de recursos para o evento e consolidar parcerias (etapa já realizada pela AFP); reunião com parceiros locais da região – Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, ONGs que atuam na área, e entidades governamentais estaduais e federais

das áreas de agricultura, educação e meio ambiente – para articulação de parcerias para o evento (foram realizadas algumas reuniões com secretarias da Prefeitura de São Félix do Xingu, além de duas reuniões - estas com a presença de servidores da Funai - no contexto da inserção do componente indígena na "Agenda Pós-Pacto" ("Pacto do Desmatamento") do referido município, onde foi aprovada a inserção da Feira de Sementes na "Agenda". Está marcada uma reunião para o dia 11 de junho de 2013 com todos os parceiros do Pacto para articulação da composição de apoio à Feira; abertura da estrada até a aldeia Moikarakô para viabilizar a entrada de equipamentos e montagem da estrutura do evento; montagem da estrutura do evento (tendas, alojamentos, aparelhagem de som, cozinha, banheiros e chuveiros, etc); realização da Feira de Sementes; e avaliação do evento com indígenas da aldeia Moikarakô e demais participantes.
ii) Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi (dezembro/2012). Em sua terceira edição, com apoio da Funai também nas anteriores, a Feira Paresi, em 2012, reuniu indígenas de várias etnias de Mato Grosso e de outros estados e teve como parceiros, além da Funai-Sede e CR/CTL Local (Tangará da Serra), a Faculdade de Ciências Agronômicas / Universidade Estadual de São Paulo / Campus Botucatu e Secretarias e Prefeituras de Tangará da Serra e Conquista D'Oeste.
A previsão para 2013 é que sejam promovidos e apoiados mais três eventos. Com essa perspectiva, foi apoiada, em 2012, a realização de uma reunião técnica na área Xavante. Esta meta prevê parceria com a Embrapa e se articula com outras relativas ao tema da agrobiodiversidade.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Caatinga	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Cerrado	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Pampa	1	evento	0	15/02/2013

- **Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Foram acompanhados diversos processos de licenciamento ambiental, com componente indígena, a exemplo dos processos envolvendo os seguintes empreendimentos: BR 230/PA, Ponte Binacional Brasil Guiana Francesa, Ferrovia de Integração do Centro Oeste, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, Linha de Transmissão Manaus Boa Vista, BR 101/RS, dentre outros.

- **Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas iniciativas para a promoção de 10 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas, tais como a implantação dos Sistemas Agroflorestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuãna; a recuperação de área degradada na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste nas TI Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jejyty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaoty, Miracatu/Itariri; recuperação de nascentes nas TI de Minas Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TI Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede; reflorestamento na TI Umariaçu; viveiros em divesas TI jurisdicionadas à Coordenação Regional de Cacoal; e o projeto-Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TI Areões e Pimentel Barbosa.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

21/09/2012

- **Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizada reunião de Planejamento com as Unidades Descentralizadas, ocasião em que estas Unidades foram orientadas sobre a meta, reforçando documento sobre o assunto encaminhado a estas Unidades, já no final de 2011. Realizado o I Módulo do Curso de Formação em etnodesenvolvimento, em Brasília. Participaram deste módulo 32 servidores responsáveis pelas ações de etnodesenvolvimento em 32 Coordenações Regionais, além de 13 servidores da Funai-Sede. O módulo gerou um DVD com Registro dos conteúdos das aulas e debates, que será divulgado junto às equipes técnicas da Sede e CRs. O Curso tem como objetivo qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e Sede, visando a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos nos quais as dimensões de etnodesenvolvimento estejam presentes de forma mais efetiva. Em 2013, está prevista a realização do II Módulo.

Esta meta apresenta desafios gerais importantes, tais como: mudança de noções e práticas de viés assistencialista; ampliação de parcerias locais e federais, consolidação do processo de formação, já em curso, e da estrutura das Unidades Regionalizadas, de forma que venham a ter as condições adequadas para a elaboração, execução, monitoria e avaliação dos processos e projetos de etnodesenvolvimento sob sua responsabilidade. No caso da Região Norte, acrescentam-se as dificuldades adicionais de deslocamento das equipes técnicas, tendo em vista a dimensão das terras indígenas e sua localização em áreas de difícil acesso, parte das quais só acessíveis por via aérea ou fluvial. Os 396 projetos identificados estão distribuídos em diferentes terras Indígenas, não sendo possível precisar se incidem sobre o mesmo número de terras indígenas, tendo em vista que as informações dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais da Funai não necessariamente vinculam os projetos a única terra indígena.

Quantidade alcançada

396

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	79	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	62	31/12/2012
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	194	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	32	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	29	31/12/2012

- **Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados 2 Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs e iniciada a elaboração de mais 10 PGTAs que serão concluídos até 2015. Há previsão de inicio de outros 10 PGTAs na Amazônia brasileira; seis no sul/sudeste e oito no cerrado/caatinga em 2013, com previsão de conclusão até 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

- **Implementar 5 Centros de Formação Indígena**

Análise Situacional da Meta

Contratação de consultores via PNUD (Projeto GATI) para construção de proposta política/pedagógica de dois centros de formação (previstos intercâmbios em outras áreas que já possuem centros de formação indígena - ex: Centro Amazônico de Formação Indígena - CAFI).

- **Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Coordenação da elaboração de proposta de Curso Básico de Formação em PNGATI a ser implementado por Funai, MMA, ICMBio e parceiros. Previsão de início de formação em 2013.

- **Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, avançou-se em uma proposta de texto sobre licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas, principalmente motivados pela edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012. Falta, entretanto, qualificar melhor esses textos e publicar o material.

- **Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram publicadas duas Instruções Normativas nº 01 e 04/2012 que, com base na Portaria Interministerial nº 419/2011, regulamentam a participação da Funai nos licenciamentos ambientais federais de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  17/12/2012

- **Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**

  Análise Situacional da Meta

  Realizado planejamento trianual de atividades para implementação da meta e acompanhados casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de normatização, em conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos, compreendendo as seguintes atividades: a) participação no GT de Turismo do Estado do Acre (que conta com representantes da Coordenação Regional do Acre, da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas e da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer deste estado); b)acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); c) participação em discussão intersetorial envolvendo Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas, Coordenações Gerais da Funai (além da Ouvidoria e AEAI) sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu; d) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e dezesseis etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); e) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela.

  As diretrizes da regulamentação estão em fase de construção e serão desenvolvidas de forma participativa, junto às comunidades indígenas diretamente beneficiadas e/ou afetadas pelas atividades de turismo, com respaldo nos Diagnósticos socioculturais e ambientais que se fizerem necessários. Participam do processo de regulamentação: Coordenação Regional - CR, Coordenação Técnica Local - CTL, Coordenações Gerais da FUNAI, MMA, Ministério do Turismo, ICMBio, Ibama, ONGs. Na próxima fase, deverão ser envolvidas Organizações Indígenas e demais setores pertinentes. Foi elaborado um Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta, baseadas nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela Funai. Para 2013 estão previstos entre outros, acompanhamento e avaliação de experiências piloto junto aos povos Tenharim (AM), Guarani Mbyá (SP/RJ) e Pataxó (BA).

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Na área da segurança alimentar e nutricional em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena, cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. No que concerne à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, foram realizados cerca de 500 mil atendimentos, por meio de ações relacionadas: (i) ao acolhimento e orientação de indígenas em articulação social; (ii) à expedição de documentação básica; (iii) ao apoio à concessão de benefícios previdenciários; (iv) ao atendimento emergencial em situações de insegurança alimentar e nutricional; (v) ao incremento da infraestrutura física comunitária; (vi) à promoção de ações de transversalização da temática de gênero e geracional; dentre outros. Em 2013, será ampliado o acesso qualificado e equânime ao conjunto dos benefícios sociais.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, tendo sido efetivadas quinze mil novas emissões de documentos. Em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, foram constituídos mutirões em região de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e em áreas remotas do município de São Gabriel da Cachoeira. Em 2013, haverá continuidade nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas.

Ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais através de parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando de oitenta mil para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais como o Programa Bolsa Família, que beneficia atualmente cerca de 86 mil famílias indígenas, o Programa Luz para Todos, o ProUni, entre outros. Além do aprofundamento das ações, está prevista para 2013 a inclusão de famílias indígenas no programa Bolsa Verde, para famílias que desenvolvem atividades de conservação em floresta nacional, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e assentamentos ambientalmente diferenciados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Foi apoiada a realização de 172 eventos de organizações indígenas, superando a meta. Nos próximos anos continuaremos a apoiar esses eventos mesmo já superando a meta pretendida.

  Quantidade alcançada

  172

  Data de Referência

  17/12/2012

- **Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento**

  Análise Situacional da Meta

  Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, nos quais foram efetivadas mais de quinze mil novas emissões de documentos devido a

realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porã, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e no Estado do Maranhão, ultrapassando o efetivado no exercício de 2011. Foi uma parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira. A Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas.

- **Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**

Análise Situacional da Meta

A Coordenação de Infraestrutura Comunitária realizou reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a) Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b) Acesso à água potável para consumo humano; c) Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d) Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e) Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia); f) Comunicação (sistemas de telecomunicações e radiofonia). Fundamentado no planejamento elaborado durante a “Oficina de Planejamento Estratégico-Operacional”, a Funai deverá apoiar nos próximos três anos as seguintes ações: a) Reunião com ABNT para análise e adequação dos manuais existentes de normas técnicas e diretrizes de infraestrutura comunitária de órgãos parceiros quanto a especificidade das comunidades indígenas; b) Encontros regionais para esclarecimento da sede e regionais quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; c) Reunião na Sede para negociação com as Coordenações quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; d) Produção de cartilhas com normas e diretrizes comuns às coordenações regionais e gerais; e) Articulação e debate com o Movimento Indígena sobre conceitos e procedimentos para definição da relação Funai - Povos Indígenas; f) Articulação Interna para elaboração dos Termos de Referência (TR) quanto às especificidades da infraestrutura comunitária indígena no âmbito dos projetos de Gestão Ambiental e acompanhamento de obras em execução.

- **Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Solicitou-se ao Ministério das Cidades a inclusão nas normas sobre a execução do Programa Minha Casa Minha Vida de cláusulas específicas sobre o respeito aos aspectos culturais e ambientais dos povos indígenas, bem como a necessidade de consulta a FUNAI. Articulou-se com o Programa Luz Para Todos / Ministério de Minas e Energia, ligações de rede convencional de energia para diversas aldeias em todo o território nacional. Tem-se realizado levantamentos de situações de acesso e localização de aldeias na Amazônia para implantação de sistemas de geração de energia. Apoiou-se a parceria com prefeituras municipais e governos estaduais para manutenção/recuperação de estradas e pontes em terras indígenas. Neste sentido o papel da Funai é de articular e apoiar as iniciativas para a melhoria da infraestrutura comunitária das terras indígenas, influenciando na qualificação das demandas e construindo parcerias para viabilizar a execução de obras.

- **Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Sistema interligado implantado e em funcionamento em quatorze Coordenações Regionais da Funai. A principal

dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

17/12/2012

- **Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

  Análise Situacional da Meta

  Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

- **Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

  Análise Situacional da Meta

  A Meta não foi trabalhada na Funai, em 2012.

- **Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

  Análise Situacional da Meta

  Realização de reuniões preparatórias e redação de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social para implementação de ações conjuntas e adequação das ações nos programas de renda e cidadania. No ano de 2012, ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, através da busca ativa realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais.

- **Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo feitas conversas no âmbito do GT interministerial que Funai, Sesai/MS e MDS compõem a fim de pensar como se dará esse processo. Para além disso, na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.

- **Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Não foi iniciada ação sobre esta Meta uma vez que não houve tempo hábil para pensar na pesquisa e articular com outros parceiros.

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Museu do Índio preservou (conservou, documentou, divulgou) 42 mil bens culturais sob sua guarda e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano, promoveu 43 atividades de valorização das culturas indígenas e desenvolveu trinta projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país. Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Destaca-se na atuação do Museu como órgão científico-cultural da Funai o amplo alcance e a consolidação de seu Programa de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas, voltado principalmente para a capacitação e formação de pesquisadores indígenas – iniciativa sem precedentes na área federal e que, em seu quarto ano de execução, já se estende a 130 aldeias situadas em 42 municípios de treze estados, beneficiando uma população de trinta mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas. O efeito multiplicador do Programa e as perspectivas de sustentabilidade e reprodução da experiência a médio e longo prazos são viabilizados na medida em que se propicia a instrumentalização de um número crescente de jovens indígenas em oficinas e treinamentos em técnicas e processos inovadores, habilitando-os para levarem adiante e assumirem a pesquisa e a documentação das línguas, saberes e práticas das culturas de seus povos e, ao mesmo tempo, a produção e disponibilização de conteúdos válidos, qualificados pelos mestres de cada comunidade e tratados pelas equipes técnicas no Museu do Índio, para serem transmitidos às futuras gerações, inclusive preservados em acervos digitais que estarão acessíveis por muitos anos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, por meio da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio, foram apoiados 43 projetos culturais oriundos das demandas de várias comunidades indígenas. O Museu do Índio dialogou com 36 comunidades indígenas de várias regiões no Brasil oferecendo apoio aos mais variados tipos de projetos culturais apresentados por suas lideranças e/ou associações.

  Destacamos como principal apoio aquele voltado para o fomento e promoção da produção, circulação e sustentabilidade da produção da cultura material e imaterial dos povos indígenas. Foram apoiados também projetos com foco na produção audiovisual dos povos indígenas, na transmissão de saberes entre as gerações e no registro e catalogação da produção da cultura material e seus ciclos de produção, além de treinamento para pesquisadores indígenas em técnicas de registro cultural.

  Na maioria das comunidades os projetos foram desenvolvidos em diálogo com os técnicos das Coordenações Regionais da Funai, sob orientação técnica do Serviço de Estudos e Pesquisas da Coordenação de Divulgação Científica do Museu do Índio. Os projetos considerados especiais foram desenvolvidos em diálogo com várias instituições parceiras públicas e da sociedade civil brasileira.

  Quantidade alcançada

  43

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram capacitados 41 indígenas, em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, sendo crescente a demanda de outros povos por participarem do projeto, esperando-se que nos

próximos anos seja possível agregar equipes de outras etnias. Os resultados alcançados até o momento têm superado as expectativas iniciais, com a contribuição efetiva dos pesquisadores indígenas em todas as etapas dos trabalhos: desde a seleção e coleta de dados, transcrições e traduções de termos e narrativas, o registro de mitos, cânticos, rezas, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, até as etapas de tratamento e edição dos materiais produzidos – arquivos sonoros, fotos, vídeos –, o preparo de textos e publicações, como vocabulários, dicionários e gramáticas bilíngues, cartilhas de alfabetização, léxicos ilustrados, livros de narrativas, genealogias, etc., além da atualização das bases de dados, da criação e alimentação dos sites dedicados a cada etnia. Desde seu início, o projeto de documentação e pesquisa de línguas, culturas e acervos tem sinalizado o amplo efeito reprodutor e condições de sustentabilidade das ações desenvolvidas. Com a capacitação de jovens pesquisadores indígenas e a qualidade das informações produzidas com sua participação efetiva e com os conhecimentos e ensinamentos dos mais velhos, seus mestres e sabedores das tradições de seus povos, o conjunto da comunidade se instrumentaliza, reunindo condições para prosseguir no registro e transmissão de conhecimentos de suas culturas às novas gerações, estendendo, portanto, as possibilidades de sua reprodução e sustentabilidade a médio e longo prazo. Por um lado, os dados inseridos nas bases que estão sendo construídas e os arquivos digitais produzidos fornecem conteúdos essenciais para as escolas existentes na maioria das terras indígenas no país – um espaço institucionalizado, no âmbito das aldeias, que possibilita a continuidade da iniciativa implantada pelo projeto. De fato, a clientela potencial prevista para as ações de treinamento e documentação será constituída, em grande parte, por jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e que atuam como professores locais. A formação dos pesquisadores atende, assim, uma imensa demanda escolar de especialização de seu corpo docente e de dados qualificados sobre seu patrimônio cultural e linguístico que propiciem conteúdos válidos para fundamentar os trabalhos pedagógicos.

Por outro lado, com o treinamento dos pesquisadores indígenas nos trabalhos de campo e nos acervos, as bases de dados específicas construídas para seus povos e a implantação de uma infraestrutura preliminar de apoio à continuidade do projeto, possibilitam, em alguns casos, a própria criação de centros culturais locais; em outros, fornecerem conteúdo aos centros e núcleos já existentes.

Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar ainda, na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em andamento, por meio de:

a) Participação em Grupo de trabalho junto à Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI/SE/MinC), para elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos, o que beneficiará principalmente culturas populares, culturas indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

b) Colaboração na elaboração de Projetos de Lei em tramitação, tais como: PL Cultura Viva (PL 757/2011), PL dos Mestres e Mestras (PL 1176/2011), PL Griô (PL 1786/2011);

c) Participação nos esforços para aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT; Convenção da Diversidade, da UNESCO; e Protocolo de Nagoya, que trata do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios derivados de sua Utilização, que trata da necessidade e eventuais modalidades de um Mecanismo Global de Repartição de Benefícios.

d) Publicação/Distribuição do Plano Setorial das Culturas Indígenas, cujas metas serão definidas em 2013.

e) Indução de políticas setoriais nos Planos estaduais e Municipais de Cultura, no âmbito do Sistema Nacional de

Cultura (SNC): ações iniciais no período referido e definição de agenda para cumprimento desse objetivo em 2013.

- **Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural (SCDC/MinC) realizou em junho de 2012 seminário nacional com aproximadamente 300 lideranças indígenas para avaliação e planejamento de implementação do plano setorial e, a partir da aprovação do Plano em dezembro de 2010, viabilizou convênios para implantação de 72 Pontos de Cultura Indígenas, já em atendimento das ações previstas no Plano Setorial.

Em 2013, em andamento à execução das metas do Plano Nacional de Cultura, serão desenvolvidas as metas mensuráveis dos Planos Setoriais existentes, entre eles o de Culturas Indígenas.

- **Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos junto a 36 etnias indígenas, em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avalizando as informações produzidas. Entre os resultados alcançados, destacam-se, na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos. Na área de culturas indígenas, os trabalhos envolveram pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades. Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilíngues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem. Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados – iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas. Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá no site do programa de documentação na internet e nos minisites de cada projeto e também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações diversas e da edição de catálogos e boletins informativos mensais.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

A diretriz impacta diretamente as ações desenvolvidas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC/MinC, tanto através de sua atuação no Colegiado Setorial de Culturas Indígenas – instância que integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais – como também na exigência junto a parceiros que desenvolvem as ações da SCDC voltadas aos indígenas (Pontos de Cultura, Prêmio Culturas Indígenas, entre outros) de consulta prévia a lideranças e comunidades para elaboração de Planos de Trabalho e desenvolvimento de atividades que impactem a população indígena.

- **Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta

O Museu do Índio deu continuidade durante o ano à preservação do patrimônio indígena sob sua guarda, ação que envolve procedimentos sistemáticos de registro, conservação e comunicação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico). Como resultado de iniciativas promovidas no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, foram incorporadas em 2012 novas coleções, cedidas por pesquisadores – em sua maioria formadas por documentos audiovisuais coletados durante suas pesquisas de campo ao longo do século passado – assim como acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos dos povos indígenas. Tais acervos foram confeccionados, sobretudo a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas – bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, hoje em dia em processo de desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto com a qualidade requerida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias-primas tradicionais, como a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu.

Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Quantidade alcançada

42.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, Ibama, Força de Segurança Nacional e ICMBio.

Nas ações de demarcação e aviventação de limites de terras indígenas, com destaque para as emblemáticas Terra Indígena Cachoeira Seca e Terra Indígena Kayabi, situadas nos estados do Pará e Mato Grosso, houve a articulação de um plano de ação de governo, conduzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Funai, que definiram a execução das ações demarcatórias pelo Exército Brasileiro. Para 2013, será dada continuidade na elaboração e implementação de planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas e na formação de gestores indígenas e não indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, em parceria com MMA.

Destacam-se os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAP I - Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria –BSM para famílias indígenas; Termos de Cooperação com a Embrapa, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a

projetos de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em benefício a famílias indígenas.

Salienta-se a criação pelo Governo Federal, em 5 de junho de 2012, do Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena como instância de articulação intersetorial com o objetivo de garantir os direitos dos povos indígenas, no que se refere a saúde e segurança alimentar e nutricional, com vistas a mitigar a vulnerabilidade desses povos que decorre dos altos índices de mortalidade infantil. Fazem parte desse comitê os Ministérios da Saúde, da Defesa, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência. No mesmo escopo vale registrar a regularização de pistas de pouso no Estado de Roraima para o atendimento à saúde indígena. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Funai nos esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

Metas 2012-2015

- **Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

  Análise Situacional da Meta

  A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da Funai, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos. Pretende-se que as ações para a consecução dessa meta sejam desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

- **Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista**

  Análise Situacional da Meta

  A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007 e, no mesmo dia, dada posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por vinte representantes dos povos indígenas, dez com direito a voto e dez à voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e doze representantes governamentais e mais a presidente da Funai, que preside a Comissão e é voto minerva.

  A CNPI faz parte do Ministério da Justiça e tem dez Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero,Infância e Juventude e Política Públicas, Orçamento e Gestão. Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI.

  Tramita no Congresso Nacional o PL 3571/2008, para instituir o Conselho Nacional de Política Indigenista. Quando a CNPI for convertida em Conselho Nacional, será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas e a cada quatro anos a presidência vai se alternar entre representante de governo e representação de indígenas.

- **Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O portal onde serão integradas as bases de dados ou os sistemas encontra-se em fase de desenvolvimento.

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012 a Funai promoveu debates intersetoriais e interinstitucionais com vistas à formulação da política de promoção e proteção dos povos indígenas de recente contato, por meio de diagnósticos promovidos em nove povos indígenas de recente contato. Foram realizados estudos e levantamentos sobre a situação de vulnerabilidade desses povos, sendo que para três deles foram criados programas de trabalhos específicos: Programa Awá Guajá - MA, Programa Zoé - PA e Programa Korubo - AM. Articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Metas 2012-2015

- **Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi realizada uma série de diagnósticos com o propósito de subsidiar tecnicamente um debate amplo e participativo para a construção de diretrizes e formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato. Nesse sentido, três povos indígenas de recente contato, em razão da situação de alta vulnerabilidade, foram contemplados com um programa específico para cada um. Diante disso, houve o planejamento para a realização do seminário ampliado que definirá as diretrizes da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, para o segundo semestre de 2013.

- **Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  Em razão da continuidade de estudos e diagnósticos sobre as populações indígenas de recente contato, cujos resultados subsidiarão o debate ampliado, previsto para o segundo semestre de 2013, somente no decorrer do mesmo se definirão as diretrizes dessa política. Contudo, 3 povos indígenas de recente contato, em 5 terras, diante da situação de alta vulnerabilidade em que se encontravam, em 2012, foram contemplados com um programa específico para cada um, sendo eles: Programa Zoé - PA - Terra Indígena Zoé, Programa Korubo - AM - Terra Indígena Vale do Javari, e Programa Awá Guajá - MA - Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu.

  Quantidade alcançada

  5

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	5	31/12/2012

- **Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizados monitoramento e avaliação de políticas públicas (atendimento a saúde, acesso a benefícios sociais, acesso a educação) nas Terras Indígenas: Vale do Javari - AM, Yanomami - AM/RR e Zoé - PA e Awá - MA, sendo que nas Terras Indígenas Zoé e Awá foram realizados monitoramento somente das ações da sociedade civil nesses povos. Os resultados destes monitoramentos permitiram avaliar o controle de acesso de ingresso das Terras Indígenas supracitadas desempenhadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e Awa-Guajá, respectivamente, corrigindo-se as deficiências existentes. Ainda acordaram-se com os (Distrito Sanitário Especial Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena) DSEI/SESAI/MS as medidas protetivas necessárias ao contato com estes povos. Por fim constatou-se que o povo Zoé e Awa-Guajá não acessam benefícios sociais, sendo sociedades não monetarizadas.

Ademais, foi iniciada uma articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	2	31/12/2012

- **Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos e diagnósticos em nove povos indígenas de recente contato, sendo esses: Awá Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo-AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akum'tsu/RO, Piripkura/MT, Waimiri-Atroari-AM/RR, em articulação com a SESAI/Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ibama, ICMBio, Exército Brasileiro, MPF, MDA, MDS.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foi prestado apoio financeiro a, aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, formalizados com Instrumentos Jurídicos visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas IES que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas, tais como: UNB, UFMT, UEMS, UNIGRAN, UFRR, UFPR, UFSCar, UFPA, UFSC, UEFS, UFMG, PUC, entre outras. A Funai vem realizando gestões junto ao MEC na perspectiva de definir uma política que contemple o acesso e permanência de estudantes indígenas nas IES.

Foram apoiados 25 projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais da Funai, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Foi, ainda, realizado apoio técnico às instituições como Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ONGs indígenas e indigenistas em processo de elaboração de projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas;

Além disso, realizou-se apoio à mobilização e participação de lideranças indígenas e realização de diversos fóruns no contexto da educação escolar indígena.

Para 2013, pretende-se apoiar técnica e financeiramente os projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas; apoiar técnica e financeiramente os cursos de formação de professores indígenas e os estudantes indígenas nas IES quando formalizados por meio de Instrumentos Jurídicos; dar continuidade às articulações com as instituições afins e os povos indígenas na construção/elaboração de subsídios na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena; dar continuidade à construção e institucionalização de

instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis; promover a formação de técnicos da Funai e representantes indígenas para a participação em debates e instâncias de controle social relativos à implementação de políticas públicas de educação escolar indígena.

Metas 2012-2015

- **Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**

  Análise Situacional da Meta

  A Funai apoiou técnica e financeiramente, no valor de R$ 3.656.968,57 (três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando a garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade em Instituições de Ensino que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas. Entre os estudantes apoiados, 268 concluíram sua formação.

- **Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) foram realizadas etapas de processo de formação, com a participação de 170 estudantes.

- **Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a FUNAI iniciou estudos visando a construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis, incluindo a especificação de um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Educação Escolar Indígena, que será concluída em 2013. A Funai atua em todas as suas ações de educação em articulação com o Ministério da Educação.

- **Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Essa foi uma demanda da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada entre 16 e 20 de novembro de 2009, que inaugurou espaço de diálogo entre organizações indígenas, indigenistas, sociedade civil e órgãos governamentais para debater e recomendar diretrizes que orientem políticas educacionais específicas. No sentido de avançar na efetividade do direito a uma educação escolar indígena diferenciada, específica, multilíngue e intercultural, os povos indígenas aprovaram a construção de um sistema próprio para a educação escolar indígena, com estrutura e normas condizentes com as propostas políticas e pedagógicas das escolas indígenas, fundamentadas nos projetos societários dos diferentes povos indígenas.

  Está em processo inicial a articulação com as instituições afins e com os povos indígenas, para a construção/elaboração de subsídios, e consequente publicação de estudos, na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.

- **Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

  Análise Situacional da Meta

  A Funai vem apoiando projetos educativos especiais, de caráter comunitários, voltados à valorização cultural, à

sustentabilidade e a outras formas de socialização e intercâmbio de conhecimentos não restritos à educação escolar. São projetos na linha da Educação para a Sustentabilidade, e que, embora não sejam diretamente relacionados às metas, são coerentes com os princípios gerais do Objetivo 0952 do PPA 2012-2015.

No que concerne a promoção da cidadania, a Funai apoiou técnica e financeiramente no valor de R$ 878.822,00 (oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais) a 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Dez projetos de educação para a sustentabilidade foram apoiados dentro dessa meta, no sentido de ampliar e complementar essa formação para que os professores indígenas atuem como pesquisadores e multiplicadores da cultura e de práticas sustentáveis.

Ao longo de 2012 a Funai, em articulação com o MEC, coordenou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Em 2012 foi pactuado mais um, totalizando 22 Territórios Etnoeducacionais pactuados e que estão em diferentes graus de implementação e, além disso, foram realizadas três reuniões com recursos da Funai.

Foram realizadas reuniões de 5 territórios etnoeducacionais com apoio da FUNAI e MEC, reunindo em cada evento a média de 40 representantes indígenas e 25 representantes não indígenas das instituições que atuam na área de educação dos estados e municípios.

- **Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta

A partir das demandas dos povos indígenas e em articulação com a SETEC-MEC e Institutos Federais foram articulados e implementados cursos de Formação Profissional, modalidade de Ensino Médio Integrado (Médio Técnico) e formação inicial profissional para os povos indígenas, em caráter piloto com projetos pedagógicos específicos, nos seguintes lugares:

i) Curso Médio Técnico em Agroecologia dos Povos do Sudeste do Pará, atendendo 38 alunos de 6 povos, Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá;

ii) Curso de Agricultura Mehi (Povo Canela, Formação Agricultura), com 80 cursistas em fase de implantação;

iii) Curso Médio Técnico em Meio Ambiente e Gestão Territorial, para os povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em fase de finalização do Projeto Pedagógico e de Funcionamento, Instituto Federal de Educação do Maranhão, Campus Imperatriz;

iv) Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, em funcionamento com 214 indígenas nos cursos médios técnicos de Agroecologia, Técnico de Enfermagem, e Magistério Intercultural, em fase de conversações para parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará, Campus Rural de Marabá;

v) Em fase de discussão propostas de cursos os Tapirapé e Krahò, em diálogo com o Instituto Federal de Educação do Tocantins.

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se a reestruturação organizacional da Fundação, por meio do Decreto 7.778 de julho de 2012; a aprovação do novo Regimento Interno, mediante a Portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012, e a instituição de sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação no âmbito da Fundação, por meio da Portaria nº 1.746/Pres, de 28 de dezembro de 2012, considerando, dentre outras, a importância de melhorias contínuas da capacidade de gestão, do acompanhamento e da avaliação das iniciativas, ações, projetos e atividades a cargo da Fundação, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Para 2013, está prevista a implantação de novos arranjos de gestão em colegiados com o propósito de promover o alinhamento de objetivos, o monitoramento das metas e a avaliação dos resultados, a fim de possibilitar a racionalização dos recursos públicos e a efetividade dos resultados entregues aos povos indígenas e à sociedade brasileira.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  As principais realizações do período no tocante a adequação de infraestrutura física e de tecnologia de informação foram as aquisições e contratações realizadas em 2012 para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da Funai e às Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da Funai; aquisição de microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultavam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentavam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportavam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade; contratação de link de Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão. Os seguintes fatores que contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI para os órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; atuação da Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação - COGETI para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação. Para o próximo período, espera-se continuar o processo de melhoria da infraestrutura física e lógica da rede corporativa de dados da FUNAI para a Sede e Coordenações Regionais; dispor de rede de comunicações com conexão exclusiva entre a Sede, Coordenações Regionais e Museu do Índio; prover melhor segurança dos dados institucionais que trafegam na rede corporativa da FUNAI; dispor de serviço de impressão corporativa; dispor de hardware e software suficiente para auxiliar as tarefas diárias operacionais da FUNAI.

- **Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram instalados quinze Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se

realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês. Contribuiu muito para o atingimento da meta a efetiva participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão compartilhada. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de dez, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

13/12/2012

- **Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena**

Análise Situacional da Meta

As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da Funai; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

A previsão de realização para o próximo período é a implantação da segunda etapa do Sistema Indigenista de Informações (SII), previsto para o 1º Semestre de 2013, com os seguintes módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM); a contratação de serviço de Fábrica de Software e Métrica para garantir a continuidade e evolução do Sistema; a aquisição de solução de monitoramento das políticas e projetos.

- **Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos à capacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais.

No ano de 2012, foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais). Os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional.

Destaca-se os cursos em company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista.

Por fim, ressalta-se que há a perspectiva de promover ações de desenvolvimento com base nas trilhas estabelecidas na referida norma de capacitação em consonância com as competências individuais e institucionais a serem identificadas e mapeadas no decorrer deste ano.

Quantidade alcançada

891

Data de Referência

31/12/2012

- **Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi dada prioridade aos estudos para a institucionalização de um novo modelo de gestão da FUNAI, portanto, as ações para a consecução desta meta serão inseridas nos Planos de Ação para execução nos anos de 2013 e 2014.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se:

a) Ações intensivas de atenção à saúde em seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico;

b) Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária;

c) Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDIPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil;

d) Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A;

e) Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

No que tange a estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões.

A Sesai tem, ainda, como uma de suas missões o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações:

a) Estruturação e funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena;

b) Regularização de 94% dos mandatos eletivos dos Presidentes e Vice-Presidentes;

c) Realização de 103 reuniões de CONDISI e sete reuniões do Fórum de Presidentes e entrega a quinze Conselhos de quinze Kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Destacam-se ainda:

a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEI e em 68 CASAI;

b) Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;

c) Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 DSEI; e

d) Aquisição e distribuição para quinze DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

  Análise Situacional da Meta

  Para o alcance da meta, diversas ações foram implantadas como o reforço da vacinação de rotina, implementação do Mês da Vacinação dos Povos Indígenas em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e Operação Gota nos DSEI com áreas de difícil acesso. As metas anuais foram escalonadas, sendo que para o ano de 2012 a meta estabelecida foi de 70% de percentual de crianças menores de 7 anos com esquema vacinal completo. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária.

  Quantidade alcançada

  71

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2012, foram assinados Contratos de Ação Pública entre o Ministério da Saúde e os Estados do Mato Grosso do Sul e do Ceará. Em todas as regiões com populações indígenas destes estados (12) houve a participação dos DSEI nos processos de contratualização.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

- **Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  Com base em critérios de prioridade (mortalidade infantil, operacionalidade, déficit de aldeias sem sistemas de abastecimento de água, déficit de população sem água e aldeias contidas nos municípios do Brasil Sem Miséria), iniciou-se a elaboração dos projetos pelas equipes técnicas dos DSEI. Todos os processos e projetos foram analisados pelos Departamentos de Saneamento e Departamento de Gestão da Sesai. Foram contratadas 128 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e beneficiadas 428 aldeias.

  Quantidade alcançada

  428

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (Casai); reforma/ampliação de cinco Casai.

- **Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Durante a 237ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida no período de 12 a 13 de setembro de 2012, foi aprovado o temário, eixos temáticos, etapas e regimento interno da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena cujo tema central será "Saúde Indígena no SUS: direito, acesso e diversidade" programada para 2013.

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	30/09/2011	9,5
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	30/09/2011	8,7
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	30/09/2011	7,7
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	30/09/2011	7,7
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	30/09/2011	7,8
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	30/09/2011	8,9
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2011	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2011	4,1
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2011	5
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	30/09/2011	46
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	30/09/2011	80,9
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	30/09/2011	80,1
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	30/09/2011	48,9
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	30/09/2011	61,3
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	30/09/2011	8,6
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	30/09/2011	20,4
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	30/09/2011	72,4
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	30/09/2011	51,6
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	20,8
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	30/09/2011	83,7
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	30/09/2011	77,4

Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	30/09/2011	98,2
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	30/09/2011	81,7

Observações:

Na ocasião da elaboração deste Relatório, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada se refere a 2011. A última aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também foi realizada em 2011.

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de

informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de cobertura de quadras esportivas escolares é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. A meta até 2014 é a construção de 4 mil coberturas de quadras. Até 2012, foi aprovada a cobertura de 1.669 quadras.

  Quantidade alcançada

  1.669

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de quadras esportivas escolares cobertas é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. O atendimento aos entes federados foi iniciado em 2011, com aprovação de, aproximadamente, 1.550 quadras. No exercício de 2012 foram aprovadas 1.448 construções de quadras esportivas escolares. A meta até 2014 é a construção de 6.116 unidades. Nos dois primeiros exercícios de execução da ação o atendimento ocorreu dentro da previsão estabelecida. Até 2012, foi aprovada a construção de 3.012 quadras.

  Quantidade alcançada

  3.012

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de escolas de educação infantil é parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal se iniciou em 2007 e, até o exercício de 2011, foram celebrados convênios para construção de mais de 2.500 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do

Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de 6.000 unidades escolares para a educação infantil até 2014. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas. Dessa forma, nos dois primeiros exercícios, o atendimento anual ocorreu dentro das previsões estipuladas.

Quantidade alcançada

3.135

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa garantir a infraestrutura mínima necessária para o bom funcionamento das escolas nessas comunidades. Ressalta-se a necessidade do currículo escolar contemplar a realidade das crianças, adolescentes e adultos dessas comunidades, que precisam ter sua história e sua cultura respeitadas na sala de aula, bem como nos materiais pedagógicos. Os professores e as professoras, preferencialmente oriundos das próprias comunidades, devem passar por processos de formação sobre Educação Escolar Quilombola. Ainda é preciso aumentar o número de comunidades no país que possuem instalações escolares adequadas para que crianças e adolescentes quilombolas possam concluir, pelo menos, o ensino fundamental. Garantir a educação nesses territórios, onde vive parcela significativa da população negra brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação não racista. Em 2012, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), no componente infraestrutura escolar, foram aprovadas construções de 29 escolas em áreas quilombolas. Destaca-se que para apoiar a infraestrutura é necessário que o município solicite o equipamento.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2001, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 36,9% e, em 2011, a taxa foi de 51,6%, o que demonstra um significativo aumento. Esse fato reflete o desenvolvimento, desde 2007, de ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: o da universalização e o do alcance da qualidade.

Para o regime de colaboração entre a União e os entes federados, o MEC vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, materializadas no Plano de Ações Articuladas - PAR, por meio de assistência financeira e técnica.

Entre as principais realizações, destacam-se:

. apoio aos estados, mediante o PAR, com vistas à melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas urbanas e no campo;

. ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola – Programa Nacional do Livro Didático, Transporte, Merenda Escolar e Biblioteca Escolar. O novo edital do PNLD 2013, com entrega prevista para 2015, amplia o atendimento com livros também para Artes e no formato impresso e digital;

. ampliação progressiva do Programa Ensino Médio Inovador, atendendo a mais de 2.000 escolas em 2012 e tendo como objetivo dar materialidade às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e o redesenho curricular;

. continuidade na elaboração do documento dos Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento;

. inclusão do Ensino Médio Noturno no Programa Ensino Médio Inovador com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que necessitam estudar neste turno;

. consolidar com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) a proposta de formação continuada, para

que ocorra no interior de cada escola e objetivando a definição de uma política de formação continuada de professores do ensino médio;

. ampliar e adequar o Pronatec às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo, no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

- **Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução real, entre 2007 e 2011, da taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 9 anos, para a faixa etária de 6 a 14 anos, apresenta um crescimento em razão da introdução progressiva do ciclo de 9 anos no ensino fundamental em substituição ao ciclo de 8 anos. Em 2007, a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos era de 26,3% e, em 2011, a taxa apurada foi de 72,4%. É importante destacar que a política de elevação da escolaridade se insere no contexto da democratização do acesso, garantia da permanência, valorização da diversidade e inclusão das pessoas com deficiência. Desde 2006, o ensino fundamental tem sido ampliado gradativamente para nove anos de duração, atendendo a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Desde então, o MEC tem realizado algumas ações estruturantes para orientar o processo de implementação desta mudança na estrutura do ensino fundamental, nas suas dimensões pedagógicas e administrativas.

Esta mobilização tem sido realizada de forma colaborativa com os Estados e Municípios brasileiros por meio do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), composto por coordenadores de ensino fundamental das Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação das Capitais, Presidências Estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e grupos de estudos das universidades, para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromisso viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação, que pretende induzir a agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Em 2012, o Programa Mais Educação atendeu 32.074 escolas. A quantidade de alunos participantes do programa foi de 4,8 milhões. A expansão do Programa Mais Educação para 2013 prevê a inclusão de escolas e municípios de baixo Ideb, escolas identificadas no cadastro único para Programas Sociais com grande número de alunos em situação de trabalho infantil e onde o público do Programa Bolsa Família (PBF), além do público do Pró-Jovem Adolescente, constitua a maioria dos estudantes. O MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2012, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço para identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2013. Dessa maneira, um dos critérios para a seleção destas novas 15 mil escolas passou a ser o percentual de alunos que se incluem em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2012, o Programa atendeu 18.700 escolas onde os alunos, em sua maioria, participam também do Programa Bolsa Família.

Também na perspectiva do fortalecimento da ação educativa e da promoção da qualidade, o MEC constituiu grupos de trabalho para subsidiar o Conselho Nacional de Educação na consolidação de uma proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas. Os grupos são formados por gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas de universidades, professores e técnicos pedagógicos. A proposta foi sistematizada no documento intitulado “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental”. O mapeamento que deu origem à estrutura do documento foi produzido a partir da análise das propostas curriculares sobre o Ciclo de Alfabetização de estados brasileiros e de mais de 300 municípios, como também pelos conteúdos dos Cadernos de Formação de professores alfabetizadores que integram o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a ser iniciado em 2013. Desta maneira, entende-se que as ações voltadas para o ensino fundamental têm procurado contribuir para a consolidação de uma

política educacional para a educação básica, respeitando a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e das escolas e fortalecendo os princípios do regime de colaboração entre os entes federados na garantia do direito à educação com qualidade e equidade a cada cidadão e cidadã brasileira.

- **Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados coletados na PNAD 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente. Em 2001, o índice apurado foi de 81,10%, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O Projeto de Lei do PNE 2011-2020 apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a ampliar este percentual. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de políticas que aumentem a atratividade da escola para o jovem na faixa etária de 15 a 17 anos (renovação do currículo e profissionalização). É essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e, consequentemente, seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra, o MEC vem desenvolvendo ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, dentre as quais se destacam:

. ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador;

. revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos;

. apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio;

. formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública;

. formação de professores, equipes pedagógicas e equipes de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio;

. elaboração, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

Além disso, espera-se que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), implantado em 2011, contribua para ampliação da qualificação profissional desta faixa etária por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, integrado ao ensino médio, dados que começarão a ser captados a partir da PNAD 2012.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção após décadas de abandono. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a primeira, a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, que passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental; a segunda, introduzida em 2009, determinou a obrigatoriedade de atendimento na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o que deverá ser implementado até 2016. A proposta de PNE, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola/creche para população de 0 a 3 anos era de 10,60%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 18,4%. Já em 2011, a taxa de frequência foi de 20,8%. Esses dados evidenciam o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil - a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Nesse sentido, o ProInfância, que está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos e prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Outra política pública que tem como objetivo reforçar o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é o programa Brasil Carinhoso, que contribui, dentre outras ações voltadas à primeira infância, para o aumento da oferta de vagas em creches, por meio de repasse de recursos federais para manutenção de creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. Uma medida de suma importância realizada pelo Brasil Carinhoso foi o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R$ 0,60 para R$ 1,00 e o valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R$ 0,30 para R$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R$ 131 milhões em 2012. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R$ 39,6 milhões. Ressalta-se ainda as seguintes ações estratégicas, que visam subsidiar o cumprimento da meta:

. ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;

. repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;

. implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;

. orientações Curriculares para Educação Infantil.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A proposta de PNE - 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos era de 55,00%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 74,8% e, em 2011, a taxa era de 77,4%. Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil, políticas que já foram destacadas na meta de elevação da taxa de freqüência para a população de 0 a 3 anos.

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Com a missão de apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação e para aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, o MEC promoveu, em 2012, entre outras ações, a pactuação e articulação com gestores e demais profissionais da educação para adoção de estratégias de planejamento e medidas governamentais necessárias ao atingimento das metas previstas no PNE. Nesse sentido, o Ministério vem atuando no apoio e fortalecimento do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Tem dialogado, ainda, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual faz a representação sindical dos funcionários de escola, com a finalidade de construir proposta de diretrizes para a Política Nacional de Formação para os Funcionários de Escola.

Em apoio ao cumprimento da Lei do Piso, o MEC contribui com os entes federados na estruturação de planos de carreira e remuneração. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultarão na elaboração de livro e manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Além disso, o Ministério tem prestado assistência técnica a esses entes assessorando-os na revisão de Planos de Carreira e Remuneração, analisando as possíveis distorções e dando orientações de modo a torná-los viáveis do ponto de vista da sustentação orçamentária e financeira. Para tanto, está em andamento, além de uma proposta de um Plano de Carreira e Remuneração, referência para subsidiar os entes federativos, um estudo sobre financiamento da educação no Brasil, cujo objetivo é a avaliação dos resultados do Fundeb e das transferências voluntárias da União aos estados e municípios que recebem complementação, visando apontar caminhos que possam garantir maior equidade no financiamento e na oferta educacional.

Quanto à atenção à saúde e à integridade e às relações democráticas de trabalho, o Ministério da Educação, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), planeja ações voltadas para identificação dos principais problemas de saúde que influenciam no desempenho educacional e, com base nesse estudo, indica propostas de ações preventivas a serem adotadas pelas redes públicas para evitar o adoecimento e a perda da qualidade no trabalho.

No que se refere à formação, em 2012 houve intensa ampliação das ações e programas voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino estaduais e municipais. O desenvolvimento articulado dos programas e ações, associado às oportunidades de qualificação, vem contribuindo para a valorização do magistério e, por conseguinte, para o debate e diálogo sobre a carreira e remuneração dos profissionais da educação.

A Rede Nacional de Formação tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos. As instituições públicas de ensino superior que integram a Rede produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Em 2012 foram formados 425 professores e há 1.130 professores em formação. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012.

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Por meio de 19 universidades, em 2012, o Programa formou 50.318 cursistas e outros 34.017 estão em formação. Foi autorizado o pagamento de 14.941 bolsas em 2012. Com a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada (SINAFOR), que integra as diversas iniciativas de oferta de cursos de formação continuada do MEC, em 2012, mais de 58 mil escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Esse modelo permite a compatibilização da oferta de cursos das três esferas de governo, por meio das universidades e centros de formação, com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos.

Ainda em relação à formação, o Programa Mídias na Educação oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. Foram atendidos 2.010 alunos. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional –

Proinfo oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. No âmbito do Programa Um Computador por Aluno – UCA, uma das ações do Proinfo, foi pactuada, com a participação de 24 universidades federais , a oferta 9.085 vagas para formação de professores. Um dos eixos do Programa Mais Educação refere-se a oferta de cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação. Em 2012, foram 15.430 profissionais capacitados.

No âmbito do Programa Saúde na Escola, parceria entre o MEC e o Ministério da Saúde, foi ofertado, em 2012, o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola.

O Programa Escola de Gestores contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram pactuadas 3.960 vagas para 2012. Foram ofertadas 8.711 bolsas para os diferentes ciclos vigentes.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) objetiva dar suporte à implantação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior. Os cursos são voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2012, foram formados 2.198 professores.

O Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind) visa fomentar nas instituições públicas de ensino superior a oferta de cursos de licenciaturas interculturais que habilitam professores indígenas para a docência nos anos finais e no ensino médio nas escolas indígenas, possibilitando, desse modo, a ampliação da oferta da educação básica nos territórios indígenas. Em 2012, foram atendidos 2.881 professores indígenas. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação superior; atuem em área distinta da sua formação inicial; e sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Entre 2009 e 2012, 62.606 matricularam-se em cursos do Parfor, distribuídos em 1.904 turmas implantadas em 397 municípios, sediados em 22 Unidades da Federação.

Em relação à qualidade e à equidade na formação de professores, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Atualmente, há 195 instituições de educação superior participantes, atendendo a 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o Programa alcançou 40.092 bolsistas de iniciação à docência; 288 coordenadores institucionais; 2.498 coordenadores de área; 266 coordenadores de gestão e 6.177 supervisores, totalizando 49.321 bolsas concedidas.

Já o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo induzir e fomentar a modalidade Educação a Distância em instituições de educação superior públicas do País, promovendo a expansão e interiorização de cursos e programas gratuitos e estimulando o emprego de tecnologias inovadoras na educação. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 651 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação lato e stricto sensu. Atualmente são 270 mil matrículas ativas, sendo 52,5% em cursos de licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O MEC presta apoio técnico aos entes federados na elaboração e reelaboração de seus planos de carreira por meio de atendimento direto, atendimento a gestores, professores e demais cidadãos. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultará na elaboração de livro e manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações

necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Em 2012 participou de debates em eventos promovidos pela União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) para discutir a carreira do magistério. Com o objetivo de promover a cobertura integral no atendimento às prefeituras e estados nas questões que envolvem planos de carreira, está em fase de elaboração um livro e um software. Essas ferramentas, além da disponibilidade de técnicos, auxiliarão os gestores na elaboração e reelaboração de seus planos de carreira.

- **Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor é programa de fomento a licenciaturas destinado exclusivamente a professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação superior; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Entre 2009 e 2012, 62.606 matricularam-se em cursos do Parfor, distribuídos em 1.904 turmas implantadas em 397 municípios, sediados em 22 Unidades da Federação. Destaque-se que os cursos de 1ª licenciatura têm duração de 4 anos e são oferecidos por instituições credenciadas pelo MEC. Em 2012, o Parfor contribuiu para a formação de 414 professores da educação básica. Em complemento ao Parfor Presencial, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, por meio de seus cursos ofertados na modalidade educação a distância, em 2012, contribuiu para a formação de 3.000 professores da educação básica. Os dados apresentados para UAB são uma estimativa, posto que, as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa.

- **Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato e stricto sensu era de 18% e em 2011, 26,6%. Isso se deve a melhor gestão e articulação de parcerias entre União, Estados e Municípios.

Os cursos de aperfeiçoamento e especialização são oferecidos por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB na modalidade educação a distância. Em 2012, aproximadamente 15 mil professores da educação básica foram qualificados nos cursos de aperfeiçoamento e aproximadamente 20 mil concluíram os cursos de especialização ofertados pela UAB. Os dados apresentados são uma estimativa, posto que as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados referente ao ano de 2012 no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa.

No segmento da pós-graduação stricto sensu, o fomento aos cursos dos mestrados profissionalizantes voltados ao ensino contribui para o aprofundamento dos conhecimentos dos professores da educação básica.

- **Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, aprovada em 2008 pelo Congresso Nacional, tem sido um instrumento fundamental para possibilitar a aproximação do rendimento médio do profissional do magistério com o dos demais profissionais, conforme prevê a proposta de PNE para o próximo decênio. O PSPN é parte

indissociável dos planos de carreira. Ao prestar assistência técnica aos entes federados para a elaboração dos planos de carreira, o MEC orienta sobre o cumprimento da Lei e assim incentiva a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério e o dos demais profissionais com escolaridade equivalente. O MEC tem buscado junto às entidades que representam os gestores e àquelas que representam os trabalhadores, a base para o aprofundamento da discussão e construção de uma proposta sobre o piso salarial dos trabalhadores do magistério.

Por meio do módulo Plano de Ações Articuladas-PAR, que integra o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), os estados e os municípios declaram de forma voluntária, durante o período em que este instrumento fica disponível para seu preenchimento, as informações sobre o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional. O cumprimento da legislação federal sobre o Piso salarial do magistério público e as informações declaradas sobre o tema são de inteira responsabilidade das secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. 5.104 municípios responderam sobre este item do PAR no SIMEC. 574 (11,2%) informaram que não existe piso salarial para professores referenciado na Lei 11.738/08. 416 (8,1%) municípios informaram que existe piso salarial para os profissionais do magistério somente para os profissionais de nível médio. 864 (16,9%) municípios informaram que o Piso já está devidamente implementado e a legislação municipal que o criou expressa, com clareza, uma concepção de carreira ao estabelecer critérios de atualização anual dos valores e de evolução funcional, considerando os níveis de formação dos profissionais, mas não institui uma carga horária mínima para atividades de planejamento, coordenação e trabalho coletivo, e o ato normativo é do conhecimento de todos. Já 3.250 (63,7%) municípios informaram que existe o piso salarial para os profissionais do magistério, com valor referenciado na Lei 11.738/08, devidamente implementado.

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas. Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturam-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no

Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta no âmbito das discussões que se dão em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino.

  Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos

da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era de 7,5 anos de estudo e em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo, sendo que em 2010 e 2011 atingiu-se o índice de 8,7. Entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4, e em 2011 foi de 7,7.

Em 2012, foram realizadas ações para apoio da educação do campo nos estados, municípios e distrito federal, bem como para a garantia de acesso e permanência de jovens na educação de jovens e adultos do campo e no ensino superior.

A respeito da educação de jovens e adultos, o ProJovem Campo é voltado para a elevação de escolaridade com qualificação profissional, que em 2012 formou 9.094 jovens do campo. O Programa é uma estratégia importante para atender a meta proposta, pois além da formação, disponibiliza recursos financeiros aos educandos por meio de bolsa-auxílio. Em 2012, foram pagas 162.276 parcelas de bolsas. No âmbito da educação superior, o Procampo, ao apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, proporciona acesso aos jovens do campo à formação para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. A Universidade Aberta do Brasil - UAB e a expansão dos Institutos Federais são também ações que promovem o acesso ao ensino superior aos jovens do campo. Para os próximos períodos a expectativa é de consolidação do Pronacampo, com o cumprimento das metas previstas nas ações em andamento e com a implantação da Escola da Terra e da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional. Outra estratégia a ser contemplada será a implantação da educação de jovens e adultos com qualificação profissional, já com recursos disponibilizados aos estados, municípios e Distrito Federal em 2013. A expansão da Bolsa Formação Estudante do Pronatec, com a participação de instituições privadas, poderá também ampliar a oferta de educação profissional de nível médio no campo. A implementação de 35 novos cursos e 08 expansões de turmas do Procampo com 4.945 novas vagas em 2013, totalizando em 3 anos 14.835 vagas, e a expansão dos polos da UAB são ações que vão ampliar o acesso da população do campo ao ensino superior.

- **Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta

Com base nos dados informados no Censo Escolar em relação às escolas indígenas no período de 2007 a 2012, evidencia-se uma ampliação contínua da oferta nos anos finais do ensino fundamental e médio. Com a criação do

Programa de Formação de Professores Indígenas no Ensino Superior (Prolind), em 2005, tornou-se possível a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Espera-se que, com o desenvolvimento da política dos Territórios Etnoeducacionais, essa ampliação nas etapas posteriores ganhe mais celeridade.

- **Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo "Acesso à Educação", no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação e contratação de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Transporte Escolar Acessível; e Pronatec.

A implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram disponibilizados 1.315 veículos com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais houve demanda de 4.198 vagas na área

temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

- **Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo “Acesso à Educação”, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em desenvolvimento nas diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação Inicial de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Incluir – Acessibilidade na Educação Superior; Transporte Escolar Acessível e Pronatec.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram 1.315 veículos, com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e a à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais, houve

demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar, resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

- **Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação obtidas a partir do Censo da Educação Básica com os dados de desempenho escolar fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem levar em conta a qualidade do aprendizado, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012.

Para atendimento da meta, o MEC vem desenvolvendo diversas ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, entre elas: (a) elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração; (b) ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, (c) apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; (d) formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; e (e) formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada

3,7

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta

O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais está evoluindo consideravelmente, resultado de um esforço conjunto da União, estados, DF e municípios. A meta para 2011 era atingir o resultado de 3,9 pontos, mas o resultado observado foi de 4,1 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios mediante a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou aos municípios instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos

entes federados também contribuem para a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada

4,1

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta

O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental está evoluindo muito além dos resultados esperados. O resultado observado do Ideb em 2011 foi de 5 pontos e, portanto, já superou não somente a meta prevista para 2011, mas também a meta prevista para 2013, que projeta uma meta de 4,9 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios, mediante a adesão de todos municípios ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos entes federados também explicam parcialmente a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados coletados na PNAD 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, quando representava 83,16%, alcançando em 2011 90,14%. A proposta do PNE 2011-2020 em tramitação no Congresso Nacional apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros. O diferencial do programa é a integração entre as ações, que se dividem em 4 eixos prioritários:

1. Formação continuada de professores alfabetizadores – curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, sem ônus para os docentes. Estão previstas bolsas de estudo tanto para professores alfabetizadores como para orientadores de estudo, sendo que o material do curso também será custeado pelo Ministério da Educação.

2. Materiais didáticos e pedagógicos – estados e municípios receberão, sem ônus, materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos, obras complementares e dicionários; jogos pedagógicos de apoio à

alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa; obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

3. Avaliações – avaliações contínuas em sala de aula; avaliações entre professores alfabetizadores e orientadores de estudos; sistema informatizado para inserção de dados das avaliações diagnósticas do 2º ano; aplicação de avaliação externa universal pelo Inep aos concluintes do 2º e 3º ano, visando a aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

4. Gestão, controle social e mobilização – arranjo institucional composto por 4 instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma Coordenação Institucional em cada estado, com atribuições estratégicas e de mobilização; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio aos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Além de um sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo Ministério da Educação para apoiar as redes.

- **Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta

A escolaridade média da população negra está evoluindo mais rapidamente do que a escolaridade média da população não negra. A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto a da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2011, um avanço percentual de 15% no período. A fim de manter os esforços necessários ao aperfeiçoamento da gestão das políticas voltadas a esse público o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores(as) para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, assim como promove programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e de jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

- **Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. O PME visa ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Busca, ainda, colaborar para que o Brasil supere a "escola de turnos" por meio de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de "dia inteiro".

Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O Mais Educação apresenta uma história de crescimento e fortalecimento. Em 2008 foram atendidas 1.380 escolas de baixo Ideb localizadas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 200 mil habitantes e 317.874 estudantes. Em 2009 expandiu-se para 5.005 escolas de cidades acima de 160 mil habitantes, com baixo Ideb, beneficiando a 1.181.440 estudantes. Em 2010, o programa atendeu as 10.026 escolas contempladas com o PDE escola, com baixo Ideb e ou localizadas em zona de vulnerabilidade social, localizadas nas cidades acima de 90 mil habitantes e 2.251.723 estudantes. Em 2011 o Programa Mais Educação chega a 14.995 escolas localizadas em municípios com mais de 18 mil habitantes e a 3.367.703 estudantes.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2011, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano

de 2012. O objetivo era expandir o Programa para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais.

Em 2012, aderiram ao Programa Mais Educação 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos. Ressalta-se que das escolas que aderiram, mais de 17 mil tem a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo Mais Educação). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior.

O investimento no Mais Educação entre 2008 e 2012 passou de R$ 90 milhões para R$ 1,3 bilhão, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Programa investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Propõe-se, no âmbito da expansão 2012-2014, 15 mil novas escolas ao ano, num total previsto de 45 mil, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.

Além disso, inúmeros municípios e diversos estados já começam a organizar o espaço da educação em jornada ampliada – muitos impulsionados pelo Mais Educação e outros por esforço e iniciativa própria. O Conselho Nacional de Educação incluiu a educação em jornada ampliada nas novas diretrizes para a educação básica (2010), assim como na Câmara Federal tramita a PEC 134 que prevê a universalização da educação integral em jornada ampliada.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido através do Fundeb, que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com um percentual de até 30% a mais para o ensino fundamental e também um acréscimo para o ensino médio. A disponibilidade deste recurso acontece a partir da declaração pelas escolas, no Censo Escolar, do número de estudantes ou turmas em educação integral.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas, beneficiando 1,27 milhão de alunos matriculados, com repasse de R$ 109,6 milhões.

- **Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao "bullying" nas escolas**

Análise Situacional da Meta

O MEC desenvolve diversas iniciativas para proteger os direitos de crianças e adolescentes e enfrentar a violência nas escolas. O programa Escola que Protege, com execução pelas Universidades Federais do Rio Grande (FURG), Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Estadual da Bahia (UNEB) - oferta cursos de formação continuada para profissionais de educação e produz materiais didático-pedagógicos. Nesses projetos, o tema do bullying é discutido no curso com carga horária de 80 horas, sendo 60 presenciais e 20 à distância.

Soma-se a isso, o apoio técnico e financeiro a duas pesquisas de âmbito nacional: Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007 (UFPB), que constitui um diagnóstico da situação, em todo o território brasileiro, das ações para a implementação da referida Lei, além de reflexões de especialista e apanhado de experiências exitosas nos sistemas de ensino sobre o tema; e a Pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, que gerou uma publicação que será distribuída para professores e gestores da Educação Básica em 2013.

Além disso, ainda em 2012, o MEC acompanhou a articulação do Projeto de Pesquisa Violência e Preconceito na Escola: Contextualizando o Problema, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, organizando um Memorial com estudos, pesquisas e indicadores e realizando reuniões técnicas com os envolvidos. Em 2012, apoiou ainda iniciativas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Fiocruz, de revisão para impressão e

distribuição de materiais pedagógicos para escolas públicas do país: Guia Escolar - Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (UFRRJ); e Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores (Fiocruz). Em 2011 e 2012, foram apoiados 8 projetos voltados ao combate à violência e ao bullying.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.

Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no atingimento da meta. Como uma das ações que visam

aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2011, 20,4%. O Brasil tem uma população de 193,9 milhões de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Ressalta-se que o analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo esta variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social.

Mediante a necessidade de inclusão e de atendimento educacional desta população, bem como a garantia da continuidade da escolarização para públicos prioritários – egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais - foi publicada a Resolução CD/FNDE 48, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de 239.542 novas matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012.

Igualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito do Sistema Prisional e os Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional preveem a oferta de 27 mil novas vagas de EJA e 10 mil novas vagas do Programa Brasil Alfabetizado nos estabelecimentos penais, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social. Para 2013, prevê-se a disponibilização, para os espaços educativos prisionais, de 760 conjuntos de mobiliários e equipamentos de multimídia para salas de EJA, além de 1.622 kits de material pedagógico.

Outras ações voltadas para a dimensão qualitativa da oferta de EJA são a Medalha Paulo Freire, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) e a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A Medalha Paulo Freire compreende a identificação, o reconhecimento e estímulo às experiências educacionais cujas contribuições sejam relevantes para a educação de jovens e adultos no Brasil. O PNLD-EJA tem por objetivo a distribuição de obras e coleções didáticas para alfabetizandos e educadores do PBA e para estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da EJA nas redes públicas de ensino, inclusive aos alunos cegos que recebem a mesma obra distribuída às suas escolas em formato digital acessível – Mecdaisy.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta, e como um instrumento para a articulação territorial e intersetorial estruturada nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social.

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O MEC envidou esforços para viabilizar a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração, desempenhando um papel mediador, indutor e facilitador da pactuação horizontal com os entes federativos, balizado pelos Planos de Educação estaduais, distrital e municipais, que precisam ser construídos e aprovados à luz do Plano Nacional de Educação - PNE, conforme disposições legais.

Na direção de fortalecer a gestão e o controle social, o MEC realizou agenda comum de trabalho com entidades nacionais representativas do setor educacional tais como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME e o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação – FNCE, visando fortalecer o diálogo e a colaboração entre esses

espaços de participação social e acender o debate sobre a estruturação de proposta de Sistema Nacional de Educação – SNE. Foram realizados encontros regionais do FNCE e da UNCME com a participação de conselheiros e demais profissionais da educação de todas as regiões do país, mobilizando mais de 800 dirigentes e conselheiros multiplicadores e demais profissionais da educação, a partir da indução com o apoio para 55 colaboradores eventuais e mais a representação do MEC nas atividades desenvolvidas.

O MEC realiza também estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a situação dos municípios e estados quanto à implantação dos sistemas de ensino com o fim de fundamentar e orientar sua intervenção e ação junto com os demais entes federativos na mobilização para construção de agendas de fortalecimento dos sistemas educacionais, tendo como foco o PNE, como articulador do SNE e os correspondentes Planos estaduais, Distrital e municipal.

Como principal instrumento de gestão para o aperfeiçoamento da cooperação federativa e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino, o MEC investe no diálogo com o conjunto de entidades da sociedade e instituições que atuam na educação, ao mesmo tempo com os gestores de ensino, para a estruturação do SNE, como forma de gestão que organiza as competências, o compartilhamento da política de educação, mas salvaguarda a interdependência necessária para o aprofundamento da cooperação federativa resguardando a autonomia dos entes.

A fim de fortalecer a gestão e o controle social, o MEC implementa programas de capacitação de gestores, conselheiros e profissionais da educação, dentre os quais destacam-se:

i) O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) disponibiliza formação, presencial e a distancia, para os dirigentes municipais de educação atuarem frente à gestão pública. Os cursos são ofertados pelas Universidades parceiras que recebem recursos do MEC mediante descentralização. Foi pactuada a oferta de 1.650 vagas para atender 11 estados em parceria com 7 universidades. As universidades efetivaram 1.857 inscrições das quais 1.645 ainda se encontram em processo de formação, com previsão de término no primeiro semestre de 2013.

ii) O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares é realizado em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e o faz por meio da formação continuada de técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares. Para isso, realiza encontros presenciais e cursos à distância em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2012, foram capacitados 3.258 técnicos e conselheiros escolares por meio de encontros presenciais de formação e foram ofertadas 4.990 vagas para técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação de 17 estados.

iii) O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), com o objetivo de qualificar a atuação dos Conselheiros Municipais de Educação, desenvolve ações de apoio à formação continuada de conselheiros por meio de encontros presenciais de formação, bem como formação a distância por meio do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação. Em 2012 foram capacitados 437 Conselheiros Municipais de Educação por meio do Curso a Distância e 1.382 Conselheiros Municipais de Educação por meio de encontros presenciais de formação.

A fim de subsidiar a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, o Censo Escolar da Educação Básica cumpriu seus objetivos, levantando dados estatísticos detalhados sobre escolas, turmas, professores e alunos de todas as etapas e modalidades da educação básica, em todo o país, permitindo aos pesquisadores e aos órgãos de governo verificar a situação atual e a evolução da educação básica, assim como os resultados das políticas em curso.

No que tange às avaliações da educação básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve, em sua edição de 2012, cerca de 5,8 milhões de inscritos, dos quais, aproximadamente, 4,1 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado para pessoas privadas de liberdade em todo o País. O Enem é composto de provas objetivas em quatro áreas do conhecimento, além da redação e, desde 2009, é utilizado para fins de avaliação do ensino médio, certificação de alunos, acesso ao ensino superior em universidades públicas e privadas e a programas governamentais de financiamento estudantil.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir

competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extraescolar. Em 2012 foram divulgados os resultados do Encceja – 2011 e iniciados os trabalhos de preparação para a realização da edição 2013, que prevê 1.300 candidatos e será aplicado, igualmente, no Japão, na Espanha e nos Estados Unidos, por meio de articulação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE. Vale ressaltar que a oferta do Encceja a brasileiros residentes no exterior tem como objetivo apoiar a reinserção dessa parcela da população no sistema educacional e no mercado de trabalho quando de seu regresso ao País.

Com relação ao Sistema de Educação Básica (Saeb)/Prova Brasil, em 2012, foram divulgados os dados de sua aplicação a mais de 5 milhões de estudantes da educação básica, cujos resultados subsidiam a formulação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Já a Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas, ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. Em 2012, a Provinha Brasil foi distribuída para as 5.516 Secretarias Municipais e para as 27 Secretarias Estaduais.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), avaliação trienal realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como objetivo principal fornecer indicadores internacionalmente comparáveis aos países participantes, e foi aplicado em 2012, para cerca de 20 mil estudantes de 856 escolas brasileiras. O Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE), cujo pré-teste de perguntas e de questionários para alunos e pais ou responsáveis, professores e diretores de escolas foi realizado em 2012, é promovido pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Já a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), organizada pela OCDE, tem como foco o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho oferecidas aos professores do ensino fundamental regular de 6º a 9º anos.

A finalidade do acompanhamento da frequência escolar é enfrentar a evasão e estimular a progressão educacional acompanhando as razões da baixa frequência ou do abandono escolar. Nesse sentido, o monitoramento da Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) visa garantir o cumprimento da condicionalidade da educação para estimular a permanência e a progressão escolar desses estudantes. O PBF transfere recursos diretamente às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade que assumem o compromisso de matricular e manter crianças e jovens na escola. Essa contrapartida é vista como instrumento de inclusão social, cabendo ao MEC o acompanhamento da frequência escolar dos estudantes. Esse monitoramento, realizado por meio do Sistema Presença, aponta, desde a esfera da gestão escolar, as barreiras que dificultam a permanência na escola, permitindo ao poder público definir ações intersetoriais adequadas à sua superação.

Com vistas à integração escola e comunidade, o MEC implementa o projeto Escola que Protege (EqP), voltado para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. A principal estratégia da ação é o financiamento de projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica, além da produção de materiais didáticos e paradidáticos nos temas do projeto. Em 2012, o EqP foi reestruturado para integrar as ações de pesquisa, formação continuada, elaboração de materiais didático-pedagógicos e mobilização.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica**

  Análise Situacional da Meta

  Tem-se visto no Brasil uma valorização crescente das políticas de avaliação de sistemas públicos de educação. Nesse sentido, o MEC elabora diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica, bem como

promove a disseminação de informações sobre essas avaliações; organiza e mantém o sistema de informações e estatísticas educacionais; apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; define e propõe parâmetros, e articula-se, no âmbito das avaliações e estatísticas educacionais, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral. Os resultados das avaliações assumem importante papel para o planejamento educacional, e no auxílio à concretização de um modelo de accountability, configurando-se como um sistema de responsabilização e controle social com vistas ao alcance do bem comum. As principais avaliações realizadas no âmbito da educação básica são: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame para Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras); Prova Brasil; Provinha Brasil; Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE); Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS).

- **Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  A proposta do Plano Nacional de Educação - PNE prevê que os entes federativos deverão assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, para a nomeação de diretores, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Com o objetivo de contribuir para que os entes federativos elaborem seus planos de educação sintonizados com o Plano Nacional de Educação – PNE, a ser aprovado no Congresso Nacional, o MEC está desenvolvendo ações de orientação e assistência técnica articulada com os municípios para a elaboração de seus planos.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Matrículas na educação profissional de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2012	1.362,2
Matrículas na educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	1.717,624	31/12/2010	1.960,15
Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2011	335,98

Observações:

O último dado disponibilizado com relação às matrículas de educação profissional e tecnológica se refere a 2010.

Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica: o número de matrículas referente ao ensino superior foi obtido com base no último Censo da Educação Superior divulgado (informações relativas a 2011).

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação

profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o

monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta nas discussões em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino.

  Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira, a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, sendo que os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

  Nos últimos anos houve um grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante reduzisse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação, de 4,8, está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Nos Termos de Acordo e Metas, assinados entre Ministério da Educação e os Institutos Federais, está previsto o

alcance de uma relação mínima de 20 alunos por docente. A Relação Aluno/Professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Em 2009, a relação era de 19,7; no ano de 2010, ficou em 18,2, subindo para 24,1 em 2011, e, no exercício de 2012, chegou a 22,6. Ao analisar a evolução anual da Relação Aluno/Professor, constata-se que as instituições da Rede Federal têm cumprido o objetivo pactuado nos Termos de Acordo e Metas, ampliando sua capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

- **Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas por unidade. Nesse período, foram investidos R$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos institutos federais no período 2011 – 2014. Destas, 76 já estão em funcionamento, totalizando 430 escolas na rede federal.

Quantidade alcançada

430

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as matrículas em cursos técnicos, segundo dados Censo da Educação Básica 2012, foram de 1.362.200. Já as matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram de 2.999.063, conforme dados SISTEC/MEC. Em relação aos cursos superiores de tecnologia, segundo dados do Censo da Educação Superior 2011, as matrículas somaram 870.534. Em 2010 foram 781.609 matrículas, o que representa uma ampliação de 11,4%. Esse resultado reflete os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo Federal para ampliar e interiorizar a oferta de educação profissional, em especial por meio do Pronatec e suas iniciativas, que compreendem: a expansão e a reestruturação da Rede Federal, a expansão das redes estaduais de educação profissional por meio do Brasil Profissionalizado, o cumprimento do acordo de gratuidade do Sistema S, a oferta de ensino técnico a distância por meio da rede e-TEC, a concessão de bolsas de estudos pelo FIES Técnico e a Bolsa-Formação.

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Os dados do Censo da Educação Básica 2012 revelam que o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2012, atingiu 1.362.200 em cursos técnicos nas formas integrada, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Comparados com a referência de 2010, esses dados indicam uma ampliação de 19,4%. Com a inserção de novas iniciativas no âmbito do Pronatec, vislumbra-se o alcance da meta prevista no PNE 2011-2020.

Quantidade alcançada

1.362.200

Data de Referência

31/12/2012

- **Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda**

Análise Situacional da Meta

A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo.
Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade alcançada

2.559.314

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.
A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).
A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.
Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao

emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos, com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada campus do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em 2012, em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, alguns campus não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras.

  Quantidade alcançada

  17.964

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a implantação da Rede CERTIFIC foram atendidos 3.567 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores já receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos de qualificação profissional (FIC) e/ou de elevação de escolaridade (Proeja FIC), para que recebam a formação complementar necessária ao recebimento do respectivo certificado. De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, um plano de reestruturação da Rede CERTIFIC está sendo trabalhado conjuntamente entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego. Esse plano começará a ser implementado a partir do segundo semestre de 2013. Dentre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, com reconhecimento social pelos empregadores e empregados, a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como certificadoras, a garantia de

gratuidade na oferta, a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja) e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

- **Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atendimento de 69.271 estudantes em cursos PROEJA FIC e PROEJA técnico. Os dados preliminares do Censo Escolar 2012 revelam um decréscimo desses percentuais, o que exigirá, para 2013, medidas de ampliação considerável desses indicadores, por meio de ações no âmbito do Pronatec. Dentre essas ações, incluiu-se o Pronatec EJA, nova iniciativa que prevê a oferta de cursos Proeja Técnicos e de FIC. O Pronatec EJA permitirá a geração de mais vagas e matrículas para jovens e trabalhadores que não tiveram condições de concluir a educação básica na idade própria e que poderão ter a oportunidade de acesso à elevação de escolaridade associada à formação técnico-profissional.

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2011	6,47
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2011	22,47
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	30/09/2011	27,8
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	30/09/2011	6,7
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	21,4
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	30/09/2011	19,5
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2011	29,9
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2011	38,4
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	30/09/2011	14,6
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	30/09/2011	17,8

Observações:

Na ocasião da elaboração deste Relatório, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada se refere a 2011. Da mesma forma, as últimas informações para a apuração do Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes e para o Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes se referem a 2011. Para a apuração das taxas de docentes em exercício com doutorado e mestrado, foram utilizadas informações do último Censo da Educação Superior divulgado, referente a 2011.

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Com base nos dados do Censo 2011, o número de matrículas de graduação e de cursos sequenciais em formação específica foi de 6.765.540, mostrando um incremento de 5,6% em relação ao ano anterior. Nas matrículas de graduação, 992.927 estão na modalidade a distância. Observa-se, ainda, que prevalecem as matrículas em cursos de Bacharelado (66,9%), seguidos dos cursos de Licenciatura (20,2%) e Tecnológicos (12,9%) e, nos cursos presenciais, mantém-se a maior participação das matrículas em cursos diurnos (63%).

A avaliação da educação superior objetiva assegurar o processo nacional de avaliação dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Em 2012, foram realizadas mais de 4,5 mil visitas in loco para instruir processos de concessão de atos de credenciamento e recredenciamento de IES e autorização de cursos. Também foram publicados o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2.136 IES e os Conceitos

Preliminares de Cursos (CPC) de 7.576 cursos.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Em 2012, foram avaliados 587.351 estudantes concluintes de cursos, de 17 áreas do conhecimento de cursos superiores de tecnologia. A prova foi aplicada em 1.244 municípios, totalizando 14 mil cursos avaliados.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições estrangeiras de educação superior (Revalida) é um processo avaliativo padronizado realizado em articulação com o Ministério da Saúde. Em 2012, participaram da fase objetiva 884 candidatos e 94 foram aprovados para a prova de habilidades clínicas. Esta etapa contou com 85 participantes, dos quais 77 foram aprovados e habilitados a revalidar seus diplomas em universidades parceiras.

O Programa Arcu-Sul iniciou as atividades de avaliação do sistema de acreditação dos países membros do Mercosul e associados, que visam certificar a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, de acordo com critérios previamente aprovados em nível regional para cada titulação. Foram realizadas 38 avaliações in loco no âmbito do referido sistema.

Em relação à pós-graduação, a avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As metas e desafios antepostos a toda pós-graduação stricto sensu têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, na ciência, na tecnologia e na inovação no país.

Em 2012, foi realizado um conjunto de atividades juntamente ao aprimoramento dos conceitos, processos e instrumentos de avaliação, iniciado anteriormente. Como principais medidas pode-se citar: o aprimoramento do arcabouço normativo, a implantação de medidas inovadoras para a reorganização de procedimentos, o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e do apoio técnico operacional.

Além disso, as principais atividades concernentes ao atual processo de avaliação da pós-graduação stricto sensu foram: avaliação de novas propostas de cursos; realização de seminários de acompanhamento, envolvendo mais de 3 mil coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu; visitas a instituições que submeteram propostas de cursos novos e a cursos em funcionamento para esclarecimentos e orientações; análises de pedidos de reconsideração encaminhados pelas instituições após a divulgação dos resultados da avaliação de propostas de cursos novos. Ressalta-se que, em 2012, foram avaliadas 688 novas propostas de cursos e 95 projetos de Minter/Dinter (Mestrados e Doutorados Interinstitucionais), dos quais foram aprovados 75. A soma de todas as ações representa um total de 15.677 atividades de avaliação.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação**

  Análise Situacional da Meta

  Tem-se visto no Brasil uma valorização crescente das políticas de avaliação de sistemas públicos de educação. Nesse sentido, o MEC elabora diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação superior, bem como promove a disseminação de informações sobre essas avaliações; organiza e mantém o sistema de informações e estatísticas educacionais; coordena o processo de supervisão, avaliação e regulação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente; define e propõe parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; e articula-se, no âmbito das avaliações e estatísticas educacionais, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral. Os resultados das avaliações assumem importante papel para o planejamento educacional, e no auxílio à concretização de um modelo de accountability, configurando-se como um sistema de responsabilização e

controle social com vistas ao alcance do bem comum. As principais avaliações realizadas no âmbito da educação superior são: Enade, Revalida e Arcu-Sul.

No que se refere ao Enade foi realizada uma revisão em todas as suas fases, em particular: (i) na seleção e capacitação dos elaboradores e revisores de itens; (ii) na ampliação do papel das Comissões Assessoras de Área que, além de definirem as diretrizes de cada prova, participam da homologação dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens da Educação Superior; (iii) nas oficinas de elaboração e revisão técnica dos itens, realizadas à distância. Cabe destacar que esta modalidade conferiu maior flexibilidade aos colaboradores, o que refletiu diretamente na melhoria da qualidade do instrumento de avaliação. Como indicador desta melhoria temos a baixíssima quantidade de itens anulados. Este resultado consolida o Banco Nacional de Itens da Educação Superior e contribui para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

No que diz respeito ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituição de educação superior - Revalida, a principal ação tendo em vista o cumprimento da meta de aprimoramento do instrumento de avaliação foi a realização de um estudo comparativo sobre as provas realizadas em 2011 e 2012. Foram realizadas análises sobre: 1 - o processo de elaboração do exame –(desde o edital de seleção de elaboradores e revisores de itens até a impressão); 2 – as características das provas aplicadas –(sua convergência com as diretrizes postas para o exame); 3 - os resultados do exame (desempenho dos participantes por nacionalidade e local de origem do diploma). Com base nestes estudos o Comitê Gestor do Revalida propôs diversas mudanças a serem implementadas em 2013. Dentre estas cabe destacar: (i) aprimoramento do processo de seleção e capacitação de elaboradores e revisores de itens; (ii) aperfeiçoamento do Método Angoff Modificado (ampliação da quantidade e número de participantes). Outra iniciativa importante para a prova quanto à ampliação da relação com a sociedade foi a decisão de produzir um livreto bilíngue, que permitirá divulgar melhor as bases e exigências da prova aos interessados, em particular na América Latina.

Quanto ao Arcu-Sul, que integra as ações realizadas no âmbito do Setor Educacional do Mercosul e figura com destaque na acreditação dos cursos oferecidos nos países do Bloco, a principal iniciativa de aperfeiçoamento foi a construção de um sistema/base eletrônica onde foi inserido o instrumento de avaliação. A transcrição do instrumento comum aos países do Bloco (e utilizado por eles apenas na forma impressa) para o sistema eletrônico e-MEC permitiu diversos avanços. Dentre eles, destacamos: 1 – a objetivação das informações solicitadas; 2 – melhor visualização e edição das informações disponibilizadas às partes integrantes do processo avaliativo–; 3 - a integração efetiva entre os pares avaliadores, tanto na elaboração do relatório prévio da avaliação quanto do relatório final; 4 – o melhor preenchimento do instrumento, que deixou de ter partes em branco ou sem integração com as demais.

O Programa Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabeleceu orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação, o que pressupõe o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação, o que foi realizado em 2012 como apresentado a seguir:

(a) atualização do Qualis - a classificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação é crucial para a avaliação realizada pela CAPES. Em 2012, foram introduzidas melhorias no aplicativo WebQualis, em função do crescente volume da produção científica dos programas e da necessidade de normalização e atualização da classificação das relações de periódicos, condizentes com os padrões internacionais de indexação. O sistema reformulado oferece a vantagem de uma classificação mais ágil, segura e eficiente possibilitando aos consultores realizar as operações inerentes à classificação de periódicos em sistema on-line;

(b) Aplicativo Minter/Dinter - foi desenvolvido o aplicativo para recebimento de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, permitindo maior agilidade e confiabilidade em todo o processo feito integralmente on-line;

(c) Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação - além das visitas para acompanhamento e orientação dos programas de pós-graduação e cursos, a atividade de acompanhamento também estabeleceu, a partir de 2011, a realização de Seminários de Acompanhamento entre coordenadores de área, coordenadores de programas, dirigentes e equipes técnicas da CAPES, prática ainda mais fortalecida em 2012. Essas reuniões têm oferecido aos coordenadores dos programas e cursos de pós-graduação a oportunidade para, presencialmente, acompanhar os relatos, as informações e realidade de todos os Programas de Pós-Graduação da área e ao mesmo tempo permitir o intercâmbio de informações

sobre a dinâmica de avaliação;

(d) Páginas das áreas - o intuito é possibilitar um acompanhamento continuado e direto por parte dos diversos atores do sistema de avaliação, assim como uma participação melhor qualificada por parte daqueles diretamente envolvidos. Por meio das páginas das áreas de avaliação, a atividade de representação dos Coordenadores e Coordenadores-Adjuntos passou a ser divulgada com maior êxito;

(e) Normativas - a Portaria 193/2011 trouxe algumas modificações para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Já a Portaria 01/2012 regulamentou a atuação nos programas e cursos de pós-graduação das diferentes categorias de docentes. A relação de orientandos/orientador ficou condicionada ao limite máximo de 8 (oito) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente, as exceções sendo especificadas e justificadas nos documentos de área;

(f) Sistemas de informação - a CAPES iniciou o desenvolvimento de um novo sistema de avaliação integrado, denominado Plataforma Sucupira, que se propõe a ser um marco importante para a avaliação e acompanhamento de programas. A plataforma visa a modernização da avaliação da pós-graduação, promovendo melhorias nos processos de trabalho e a utilização de sistemas de informações de apoio às atividades gerenciais.

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Visando apoiar a formação de pessoal qualificado na educação superior, o MEC desenvolve diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Nesse sentido, apoia a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, ampliando a concessão e manutenção de bolsas de estudo para pós-graduação no país. Em 2012, foram concedidas 45.107 bolsas de mestrado, 28.028 de doutorado, 4.302 de pós-doutorado e 145 para professores visitantes seniores, totalizando 77.582 bolsas concedidas, que beneficiam pós-graduandos, recém-doutores, e, mais recentemente, professores pelo programa Professor Visitante Nacional Sênior. Foram concedidas aproximadamente 78 mil bolsas por meio dos programas Demanda Social e REUNI, Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP e Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, e, também, por meio de diversas ações indutivas para formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país. Além disso, programas como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad Novas Fronteiras e o Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter atuam como ferramentas na redução das assimetrias regionais. Neste sentido, 31,5% do total de bolsas foram concedidas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio dos diversos programas, inclusive desses últimos. Ainda como incentivo à pós-graduação brasileira, foram apoiados eventos e projetos em programas de bolsas, além dos recursos dispensados a programas de pós-graduação integrantes do PROEX para aquisição de capital.

O Governo Federal também deu prosseguimento às ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o país. Dentre as mais significativas, destacam-se os programas nas áreas de Nanobiotecnologia, Toxinologia, Parasitologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde e Ciências do Mar. No que se refere às ações de cooperação internacional, a concessão e manutenção de bolsas de estudos no exterior objetiva apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Além disso, com o objetivo de fortalecer políticas de qualificação da mão-de-obra que incrementem a produtividade do trabalho e propiciem o aumento da mobilidade de trabalhadores altamente qualificados para setores produtivos, o MEC avançou na expansão do número de bolsas no exterior nas modalidades: graduação sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado e estágio sênior. Acrescente-se a esse número, a concessão de

apoio à participação de 1.402 pesquisadores em eventos científicos no exterior, por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior (PAEX). No âmbito da concessão de bolsas no exterior, no ano de 2012, foram apoiados mais de 900 projetos, com aproximadamente 11,5 mil bolsistas, incluindo alunos do programa Ciência sem Fronteiras contemplados nas modalidades de Graduação Sanduíche, Mestrado Pleno, Mestrado Sanduíche, Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche, Pós-Doutorado, Estágio Sênior e capacitação para profissionais da educação do ensino básico.

Em consonância com as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, foi ampliado o aporte financeiro ao Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que beneficiou 216 programas de pós-graduação com nível de excelência e inserção internacional.

Como ferramenta para promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, o Portal de Periódicos desempenha um papel fundamental na democratização do acesso online a informação cientifica internacional de alto nível. Em 2012 foram beneficiadas 407 instituições, com acesso a mais de 33 mil periódicos eletrônicos com textos completos, além de bases referenciais com informações bibliográficas ou de resumos e bases de patentes.

A Cooperação Internacional é desenvolvida por meio de tratados e acordos culturais, educacionais e científicos que determinam o surgimento de programas de intercâmbio internacional. Em 2012, foram negociados novos acordos de cooperação com: Alemanha, Austrália, Bélgica, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Israel, Itália, Portugal, Suécia, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Japão, entre outros. Até outubro de 2012, 1.294 bolsistas já tinham sido contemplados nessa ação .

Ressalta-se o Programa Ciência sem Fronteiras que tem por objetivo: propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias. Em 2012, foram concedidas 7.112 bolsas para 10 países de destino, a saber: Estados Unidos, França, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália, Canadá, Argentina e Holanda.

Para auxiliar a integração dos estudantes, foi lançado em 2012 o programa Inglês sem Fronteiras, motivado pela necessidade de ampliar a demanda de inscritos para participar do Programa Ciência sem Fronteiras em países anglófonos. Entre as iniciativas está a aplicação de 500 mil testes de nivelamento de proficiência em língua inglesa até 2014 e o fortalecimento do ensino de línguas nas universidades. Ao longo do programa, serão desenvolvidas ações relativas ao credenciamento das instituições de educação superior para aplicação dos testes de proficiência exigidos para o intercâmbio.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, foram mais de 55 mil titulados em pós-graduação stricto sensu, sendo 39,2 mil discentes em mestrado acadêmico, 3,6 mil em mestrado profissional e mais de 12 mil em doutorado. Registra-se um crescimento de 14% no número de programas entre 2009 e 2011, com destaque para o aumento de cursos de mestrado profissional. O crescimento de mestrados e doutorados foi de 11% e 13% respectivamente.

  A expansão da pós-graduação no período registra tendência de redução das assimetrias regionais. Embora persista a concentração de programas de pós-graduação em algumas regiões com maior capacidade de formação de mestres e doutores, o aumento percentual do número de programas foi maior nas regiões Norte e Centro-Oeste.

  A distribuição dos programas de pós-graduação por área do conhecimento apresenta uma proporção mais uniforme como resultado da intensificação, nos últimos anos, de políticas públicas voltadas para a redução das assimetrias e para a expansão e melhoria da qualidade do conjunto da pós-graduação nacional, assegurando a competência necessária para a formação dos recursos humanos de alto nível em cada unidade da federação em consonância com sua vocação e

respectivos planos estratégicos de desenvolvimento.

Cabe destacar, ainda, os Programas que atenderam à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e apoiaram áreas que necessitavam impulso adicional na formação de recursos humanos qualificados, tais como o Pró-Botânica, Pró-Ciências do Mar, o Pró-Engenharias, entre outros. Em 2011, foram criadas quatro novas áreas de avaliação e o Sistema Nacional de Pós-Graduação passou a contar, então, com um total de 48 áreas. Em 2012, as novas áreas de avaliação passaram a ser compostas por 295 programas, representando 8,6% do total de 3.441programas. Os programas de pós-graduação com linhas de pesquisa voltadas para esses temas passaram a articular-se sob coordenações específicas, o que tem favorecido a cooperação entre esses programas e os múltiplos agentes envolvidos na geração e na aplicação de conhecimentos desse campo. Essa nova configuração das áreas permite que o processo de avaliação dê respostas mais condizentes com as abordagens de caráter interdisciplinar e com as políticas preconizadas pelo PDP.

- **Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício demonstrou evolução considerável e foi impactada pelas políticas de fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Um levantamento do número de mestrados e doutorados no país entre 2009 e 2011 indica um crescimento de 11% e 13% respectivamente. Em 2011 foram titulados mais de 39 mil discentes em mestrados acadêmicos e mais de 12 mil discentes em doutorados.

Ressalta-se que o percentual de mestres ou doutores no corpo docente das Instituições de Ensino Superior cresceu de 62,5 em 2009 para 68,3 em 2011. Somente o percentual de doutores cresceu de 26,4 para 29,9 nesse mesmo período.

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

No ano de 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições

públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporciona ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior, as quais ofertaram 108.560 vagas. Na segunda edição, participaram 56 instituições, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência está estipulado em R$ 400,00 mensais.

No tocante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) , desde 2010 foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo mais de 370 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, o que representa aumento de 140% em relação ao total do ano anterior. Em números absolutos, foram 215 mil contratos a mais do que os 153 mil registrados em 2011. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies.

Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram concedidos, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Já com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest).O Programa financia ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em 2012, foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, que representa um aumento de 75% em relação a 2011.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão em 2012.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e

10.080 bolsistas.

O MEC tem direcionado seu foco na promoção da qualidade da educação superior também por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. O foco na atividade de regulação da educação superior possibilita o desenvolvimento de novos conceitos regulatórios e a definição de padrões decisórios, atribuindo a essa atividade papel de destaque na formulação da política para a Educação Superior do País. Cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento. Além disso, foram realizados 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior. Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que beneficia, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta

A ampliação dos grupos historicamente excluídos na educação superior é pauta nas ações e projetos do Ministério da Educação. Se analisarmos a participação da população negra na educação superior, entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior.

Já no que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, ressalta-se que essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%.

No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes

com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2012 foram apoiadas 55 Universidades Federais para execução de projetos de acessibilidade.

- **Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. Como resultado dessas iniciativas, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2007 eram 139,9 mil vagas e, em 2011, 231,5 mil vagas. Acredita-se que mantido o atual ritmo de investimentos educacionais para a Rede Federal de Educação Superior, os objetivos sejam plenamente alcançados.

Em 2011, foram ofertadas 72.618 vagas em graduação presencial em cursos noturnos. A Taxa de matrícula no período noturno em Instituições Federais de Educação Superior – Graduação Presencial foi de 28,12%. A meta de 27% estabelecida para 2015 foi superada, em decorrência da ampliação da oferta de vagas em cursos noturnos.

Quantidade alcançada

231.530

Data de Referência

31/12/2011

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta nas discussões em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino superior.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira, a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de todas as subfunções que

consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante se reduzisse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal**

Análise Situacional da Meta

Com vistas a apoiar o desenvolvimento de ações das instituições não federais de ensino superior, visando o aumento da oferta de vagas e a melhoria da qualidade desse nível de ensino, o Ministério da Educação desenvolve algumas ações, dentre as quais destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest), constituído com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Por meio do Pnaest, no ano de 2012 foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, o que representa um aumento de 75% em relação a 2011. Outra ação que se destaca é o Programa de Extensão Universitária (ProExt) que tem por objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Desde sua criação, em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. Também comprometidos com a extensão universitária, os Ministérios da Cultura; da Pesca e Aquicultura; da Saúde; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; e do Trabalho e Emprego, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, iniciaram entendimentos com o Ministério da Educação para ampliar as potencialidades do ProExt. Em 2012, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão.

- **Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. A meta do PPA de elevar a Relação Aluno/Professor nas IFES está em consonância com o Projeto de Lei do PNE 2011-2020, que é de 18 alunos por professor. Segundo dados do PINGIFES esta relação passou de 17,91, em 2007 para 20,82 em 2011.

- **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior evoluiu de 19,9% em 2005 para 27,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 39,7%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso à educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, Fies e Reuni/Expansão das IFES.

- **Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Taxa Líquida ajustada de Matrícula na Educação Superior evoluiu de 13% em 2005 para 17,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 37%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso a educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão das IFES. Para apuração desse indicador são consideradas as pessoas de 18 a 24 anos que não frequentam a escola e já concluíram a educação

superior (15 anos ou mais de estudos), as que frequentam a educação superior e as que frequentam mestrado/doutorado (pois essas já concluíram a educação superior).

- **Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial.

A rede da educação federal superior conta atualmente com 287 campus, sendo que 274 foram implantados até 2010. A partir de 2011, destaca-se a meta de criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 estão em funcionamento. Ressalta-se que nesses 47 novos campus estão incluídos os das quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Os Projetos de Lei para a criação destas quatro universidades foram encaminhados ao Congresso Nacional em 2011, e, em 2012, foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação das universidades federais supracitadas.

Também em 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. A elevação do total de docentes e técnicos tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Quantidade alcançada

287

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar o número de universidades federais para 63**

Análise Situacional da Meta

A rede da educação federal superior conta atualmente com 59 universidades federais, sendo que quatro são recentes: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Desde 2011, os Projetos de Lei para a criação dessas universidades encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Em 2012 foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação dessas quatro universidades federais.

Quantidade alcançada

59

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por leitor/ano	unidade	31/12/2008	4,7	31/12/2008	4,7
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2

Observações:

Livros lidos por leitor/ano - O indicador foi construído com base na Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, conduzida pelo Instituto Pró-Livro e publicada em 2009. Até o momento não houve atualização da pesquisa.

Oferta de equipamentos culturais - A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic 2011 (IBGE) não contemplou as variáveis necessárias para o cálculo do indicador.

Proporção dos gastos em cultura no gasto total - O indicador foi calculado a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 (IBGE). Não há pesquisa mais recente.

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Cultura, cumprindo o objetivo de divulgar e promover a cultura afro-brasileira, atuou não só no fomento e promoção, mas também em ações visando à preservação de expressões culturais importantes que constituíram as bases para a formação da identidade brasileira.

No que se refere ao Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira, visando a dar apoio e visibilidade a eventos importantes do ponto de vista simbólico, merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas no ano de 2012: a realização do "2º Premio Nacional de Expressões Culturais"; a realização de um conjunto de atividades para marcar o "24º Aniversário da Fundação Cultural Palmares"; o apoio à realização da festa "Bembé do Mercado – 122 Anos de Resistência"; a realização do evento "Quilombos, Terreiros e Juventude: justiça ambiental e práticas culturais afrodescendentes", durante a RIO +20; a realização de atividades comemorativas do "Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial – Comemoração ao Dia da África"; o apoio ao evento "Celebração do Samba Junino do UNJIRA QUINÃ"; o lançamento do "Edital do Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra – NUFAC"; o apoio à realização do evento "Latinidades 2012 - Festa da Mulher Afro Latina Americana e Caribenha"; o apoio ao evento "10º Lavagem do Acarajé da Yaya" e ao evento "Todo Dia é Dia de Samba"; a realização do "VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros/as" e do "VI Encontro Afro-Carioca de Cinema", em comemoração ao Dia Nacional do Samba.

No que tange ao apoio às ações de preservação, proteção, capacitação, manutenção, identificação e difusão da expressão cultural e ao registro das comunidades quilombolas, negras tradicionais e de terreiros, bem como ao desenvolvimento de ações de inclusão e sustentabilidade dos remanescentes de quilombos, importa sublinhar: a realização do evento "Demonstração de Modo a Fazer e Fornecimento", de degustação da culinária afrobrasileira; o apoio às comemorações do "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa" e ao evento "Tributo aos 100 anos de Luiz Gonzaga". Importante citar ainda: a realização das oficinas "Construção de Instrumental e Atos Normativos de Análise e Avaliação de Impactos Ambientais em Comunidades Remanescentes de Quilombos" e "ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ – Patrimônio Cultural Imaterial das Comunidades de Terreiro"; dos encontros "Articulação e Capacitação dos Povos Tradicionais de Terreiro",

na Cúpula dos Povos da Conferência RIO +20, e “Comunidades Quilombolas de Teodoro, Oliveira e Ventura de Minas Gerais”, visando este último a preservação e resgate da memória do congado; além da realização de ações de guarda e conservação do Sítio Histórico da Serra da Barriga.

Não menos importante foi a realização, no ano de 2012, de pesquisas, estudos e levantamentos de dados e informações sobre a população afrodescendente e, mais especificamente, sobre a cultura e o patrimônio afrobrasileiro, que deverão subsidiar a Fundação Cultural Palmares na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas e na proposição e execução de ações que levem ao desenvolvimento político, social e econômico desse segmento, por intermédio da valorização da dimensão cultural. Merecem destaque nessa área: a realização do “VII Encontro de Educação Étnico-Racial: cultura e direitos humanos”; o lançamento dos livros “Direitos Humanos e as Práticas de Racismo”, “Olhares sobre a Mobilização Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo e Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”; além da coleção “Conheça Mais – Cultura Afrobrasileira: nosso patrimônio”.

No que se refere a ações de apoio às comunidades quilombolas, a Fundação Cultural Palmares – FCP prosseguiu, em parceria com a Procuradoria Federal, com ações relacionadas à assistência jurídica, atendendo ao disposto no Decreto nº 4.887/2003, visando assegurar a integridade territorial, o patrimônio cultural e o atendimento de demandas de natureza jurídica dessas comunidades. Nessa linha de atuação, foram atendidas 16 comunidades nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará e Ceará. Para dar suporte a estas atividades, foi fornecido apoio à realização de oficina para capacitação de defensores públicos federais, estaduais e operadores do direito para aprimoramento da assistência jurídica a quilombolas.

Cabe mencionar, ainda, o apoio, nesse período, à realização dos seguintes projetos: “Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão” e do “Festival Latino Americano de Cultura e Arte”, este último em parceria com a Universidade de Brasília.

Por fim, ressalta-se que a certificação emitida pela Fundação Palmares é o primeiro passo governamental para o processo de regularização fundiária das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Metas 2012-2015

- **Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos**

  Análise Situacional da Meta

  No período em questão foi realizado o atendimento a 10 projetos por meio de edital de chamamento público, 03 projetos por meio de convênios com entidades governamentais e 16 projetos de iniciativa própria e/ou em parceria com o terceiro setor.

  Quantidade alcançada

  29

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	9	31/12/2012
Região Nordeste	60	unidade	8	31/12/2012
Região Norte	40	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	80	unidade	10	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	1	31/12/2012

- **Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra**

  Análise Situacional da Meta

  A doação do terreno à Fundação Palmares pelo Governo do Distrito Federal ocorreu em 31/10/2012 em solenidade que

contou com a presença da Ministra da Cultura e do Governador do DF. Foi publicada Portaria que institui Grupo de Trabalho com a atribuição de viabilizar diretrizes básicas para elaboração de projeto executivo, construção e funcionamento.

- **Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiadas 3 pesquisas: a) II Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira - Prêmio Palmares 2012; b) Ciclo de Palestras Conheça Mais – Cultura Afro-brasileira: nosso patrimônio - 9 volumes; e c) Diversidade Cultural Afro-brasileira: ensaios e reflexões. Estimamos o apoio a outras 7 pesquisas e consequentemente o alcance da meta até 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2012

- **Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta

Foram atendidas, até 31 de dezembro de 2012, 135 comunidades. Em 122 delas foram desenvolvidas ações de certificação e nas demais foram realizados seminários e/ou oficinas exploratórias com vistas ao mapeamento de demandas.

As principais dificuldades estão relacionadas à necessidade de priorizar as demandas emergenciais das comunidades, que embora não gerem grandes impactos, são fundamentais e integram a fase inicial do processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Nas ações de assistência jurídica ocorreram visitas "in loco" aos quilombos com a oitiva de problemas (jurídicos e metajurídicos) dos quilombolas e efetivadas ações institucionais para resolvê-los.

Quantidade alcançada

135

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	104	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	1.013	unidade	91	31/12/2012
Região Norte	156	unidade	5	31/12/2012
Região Sudeste	232	unidade	29	31/12/2012
Região Sul	130	unidade	5	31/12/2012

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), no ano de 2012, obteve expressivos avanços quantitativos e qualitativos.

No aspecto quantitativo, os resultados ultrapassaram a meta estabelecida para o ano de 2012 que era atingir 75,0% dos estados e 20,0% dos municípios integrados ao SNC. Em 31 de dezembro de 2012, a adesão já alcançou 23 estados (85,2%) e 1.407 municípios (25,3%).

Do ponto de vista qualitativo, o grande avanço ocorreu no plano institucional, com a promulgação pelo Congresso Nacional, em 29 de novembro de 2012, da Emenda Constitucional nº 71/2012. Essa Emenda acrescentou à Constituição Federal o artigo 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC), entendido como um "processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais". Além do conceito geral, a emenda estabelece os princípios que regem o SNC e define a estrutura institucional a ser implantada pelos entes da federação, constituída por órgãos gestores de cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, comissões intergestores, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura.

Em 2012, o MinC deu continuidade ao apoio técnico à elaboração de planos decenais de cultura de estados e municípios. Em parceria com os Fóruns de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas e com a colaboração técnica das Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia, apoiou o desenvolvimento dos planos do Distrito Federal, de 16 estados, de 12 capitais e de 8 municípios de regiões metropolitanas. Também deu continuidade ao programa "Fortalecimento Institucional para Implementação de Sistemas de Cultura", com a realização do Curso de Formação em Gestão Cultural, capacitando 50 gestores e conselheiros de cultura dos estados do nordeste brasileiro, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A fim de traçar estratégias para a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, em gestão cultural (pública, privada e comunitária) e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos, foi feito um repasse de recursos para a Universidade Federal da Bahia que irá sediar o I Seminário Cultura e Universidade, que conta também com a parceria do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do Ministério da Educação e das Secretarias de Políticas Culturais e de Economia Criativa do Ministério da Cultura.

A participação social no Sistema Nacional de Cultura avançou com o inédito processo eleitoral para escolha dos novos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão consultivo e deliberativo composto de forma paritária entre poder público e sociedade, encarregado de formular e acompanhar a execução das políticas públicas de cultura. O processo eleitoral renovou a representação da sociedade civil de 8 colegiados setoriais, elegeu os representantes de 8 novos colegiados e, ainda, os representantes destes colegiados no plenário do CNPC para o biênio 2012/2014. Esse processo teve início com o cadastramento nacional de eleitores e votação para escolha dos delegados estaduais por meio de plataforma eletrônica, culminando com a realização, em Brasília, de 16 Fóruns Nacionais Setoriais (o Fórum das Culturas dos Povos Indígenas foi transferido para 2013), que de forma presencial debateram as políticas setoriais e realizaram a etapa final da eleição.

Metas 2012-2015

- **100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Até 31/12/2012, 23 estados já foram integrados ao SNC, ou seja, 85,2% dos estados, ultrapassando a previsão para o ano de 2012, que era de 75,0% dos estados.

  Quantidade alcançada

  85,2

  Data de Referência

  31/12/2012

- **30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Até 31/12/2012, 1.407 municípios integrados ao SNC, ou seja, 25,3% dos municípios, ultrapassando a previsão para o ano de 2012, que era de 20,0% dos municípios.

  Quantidade alcançada

  25,3

  Data de Referência

  31/12/2012

- **III conferência nacional de cultura realizada em 2013**

  Análise Situacional da Meta

  Meta a ser realizada em 2013.

- **Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais**

  Análise Situacional da Meta

  A implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC experimentou sensível avanço no ano de 2012, com a criação da metodologia de levantamento e acompanhamento dos dados necessários para monitorar as metas do Plano Nacional de Cultura e para dar subsídios para a criação de indicadores culturais. Em 2013, serão implementadas as customizações necessárias para a plataforma na internet, que permitirão a disponibilização das informações na perspectiva de dados abertos e transparência pública, atendendo também à Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

- **Plano Nacional de Cultura com seu sistema de monitoramento e avaliação implantados**

  Análise Situacional da Meta

  Durante 2012 foi delineada uma metodologia de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Cultura e elaborada uma plataforma aberta de monitoramento para acompanhamento da execução das metas do Plano e dos planos territoriais e setoriais.

  No que tange à implementação do PNC, em 2013, será efetuado o monitoramento das 53 metas, que será divulgado em plataforma aberta à sociedade. O Ministério da Cultura irá também apoiar o Conselho Nacional de Política Cultural para elaboração de planos setoriais. A criação de planos setoriais está prevista na Lei do Plano Nacional de Cultura. Tais planos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor da cultura (teatro, moda, cultura afro, artesanato, cultura indígena, música, etc.) sejam observadas e atendidas pelas políticas públicas.

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Em relação a este objetivo, os principais resultados alcançados até esta data estão divididos em dois grupos:
1. Resultados de ações relativas à promoção do acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural
- Fomento à Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com aperfeiçoamento e qualificação da gestão do Programa Cultura Viva e das parcerias com gestores das 25 redes estaduais e uma no DF; 44 redes municipais com convênio vigentes; e 02 redes intermunicipais, bem como com representantes da sociedade civil.
- Adequação de instrumentos e procedimentos para a sustentabilidade do Programa, que integra 3703 Pontos de Cultura fomentados em cerca de 1.000 municípios, com relevante impacto social. Realização de cronograma de fiscalização nas redes de Pontos de Cultura;
- Criação de oito pontões de bens registrados;
- Implementação de 38 novos Pontos de Cultura em 38 Terras Indígenas, beneficiando 12 etnias.
2. Resultados de ações de promoção da diversidade cultural, da cidadania e dos Direitos Humanos:
- Valorização da expressão cultural da diversidade brasileira, por meio de ações de fortalecimento de lideranças, mestres e grupos, com prioridade para as culturas indígenas, culturas populares, povos e comunidades tradicionais, e agentes jovens de cultura. Dessa forma, consolida-se o papel da cultura na agenda social, ambiental e econômica do país por meio da promoção da cidadania e dos direitos humanos;
- Culturas indígenas: lançamento da 4ª edição do Prêmio Raoni Metuktire, que vai premiar 100 comunidades indígenas.

Metas 2012-2015

- **Elaborar novos instrumentos legais e aperfeiçoar os instrumentos já existentes, no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta encontra-se em andamento, por meio de grupo de trabalho constituído com vistas à elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos que beneficiará principalmente culturas populares, povos e comunidades tradicionais.

  Além deste, outros instrumentos estão em andamento e sob análise, tais como: Projeto de Lei Cultura Viva, Projeto de Lei dos Mestres e Mestras, além dos esforços que vêm sendo despendidos para a aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais afins, das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT e Convenção da Diversidade, da UNESCO

- **Implantação de 20 escolas técnicas de cultura**

  Análise Situacional da Meta

  A meta não foi foco de atuação em 2012.

- **Implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação de Núcleos de Cidadania Cultural integra esforços do Ministério da Cultura no sentido de implementar ações transversais. O objetivo é dotar equipamentos e órgãos de cultura de uma estrutura que busque atuar junto a outras políticas públicas, visando a promover a cidadania cultural bem como inserir ações culturais no âmbito de políticas de promoção dos direitos do cidadão, contribuindo para a superação de problemas que afetam a sociedade brasileira contemporânea, tais como a violência e a assimetria na valorização dos gêneros.

  Quantidade alcançada

  37

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar Central de Atendimento ao proponente, com núcleos descentralizados em todas as representações**

regionais do MinC

Análise Situacional da Meta

Até a data de referência, foram implantadas centrais de atendimento ao proponente nas representações regionais de São Paulo, Rio de Janeiro/Espírito Santo, Minas Gerais, Nordeste, Sul e Norte, restando apenas a Regional da Bahia e Sergipe.

A Central de Atendimento foi estruturada na sede e escritórios regionais do Ministério da Cultura (MinC) a partir da designação de bolsistas para atuar na visitação, avaliação e atendimento de proponentes, principalmente gestores de Pontos de Cultura, visando dar maior celeridade à relação entre os beneficiários e o MinC. Além do aspecto quantitativo, importante salientar também os esforços efetuados na qualificação dos servidores envolvidos no atendimento ao público e as ações implementadas visando à melhoria do desempenho e à criação de instrumentos e documentos que ampliem a eficácia dos processos envolvidos.

- **Implementar plataforma digital de amplo acesso para medição e monitoramento das condições de acesso à cultura**

Análise Situacional da Meta

Está em curso a implantação de plataforma específica do Programa Cultura Viva, compatível com os sistemas institucionais em uso no MinC. Esta plataforma relaciona-se ao conjunto das ações e parceiros que atuam no Programa Cultura Viva, visando a criar um depósito (Biblioteca Virtual) de produtos, documentos, informações, pesquisas e projetos, além de um instrumento de interação entre os participantes do Programa para o desenvolvimento de ações colaborativas em rede. Cabe ressaltar que as condições de acesso à cultura serão monitoradas pelo SNIIC.

- **Realização de 36 seminários ou oficinas, em âmbito nacional, estadual e municipal, para formação, qualificação e capacitação da participação de agentes públicos e da sociedade civil em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural**

Análise Situacional da Meta

Durante o período em questão foram realizadas oficinas, seminários e encontros de temáticas diversas junto aos segmentos que compõem a diversidade cultural brasileira, bem como junto a gestores públicos que atuam em ações voltadas a estes segmentos. Foram ainda viabilizados e apoiados eventos de iniciativa de parceiros públicos, além daqueles protagonizados por representantes e entidades dos referidos segmentos.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias**

Análise Situacional da Meta

No período em análise foi realizada a digitalização de 8.926 processos, com aproximadamente um milhão de páginas contabilizadas. Estes dados estarão disponíveis em plataforma digital interna do MinC, com reconhecimento ótico de caracteres que permitirá pesquisa textual. Tal plataforma encontra-se em fase de implementação e treinamento de equipe para sua utilização. Além disso, o acervo documental e bibliográfico foi catalogado e organizado, contendo 8.364.392 itens de publicações (livros, periódicos, cartilhas, anais, etc.) e 1.730 itens de audiovisual (CDs, DVDs, etc.) de conteúdos da diversidade cultural brasileira.

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi promovida a criação do Observatório Brasileiro de Economia Criativa; foram assinados convênios para a institucionalização do Criativa Birô com os Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia (seis novos em análise); lançados 2 editais de premiação a empreendedores criativos e iniciativas exemplares; e articulados encontros e debates para a discussão de políticas voltadas ao desenvolvimento dos setores criativos.

Também foram desenvolvidas informações valiosas para o desenvolvimento de políticas e projetos no campo da Economia Criativa, que estão sendo empregadas em ações prioritárias (o Observatório e os Criativas Birôs) na condução de debates sobre marcos legais para os setores criativos brasileiros e na estruturação da Conta Satélite de Cultura.

Metas 2012-2015

- **Concluir e implementar o Plano Nacional de Economia Criativa (PNEC)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram iniciadas as discussões acerca da elaboração do Plano. Participaram desse esforço representantes de diversos órgãos do governo federal, além do Sistema S, que discutiram medidas destinadas a promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, tendo como vetor o fomento às atividades criativas.

- **Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos intelectuais**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto encontra-se em fase de discussão e estudos. Existe previsão para a realização dessa meta no ano de 2014.

- **Disponibilização de Linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais**

  Análise Situacional da Meta

  Iniciou-se o processo de aproximação com os bancos oficiais para a elaboração de uma linha de crédito específica para os empreendedores criativos. No momento as negociações com o Banco do Brasil seguem avançadas, e estuda-se uma proposta para a implantação de um modelo de linha de crédito específico para este fim com recursos do Fundo Nacional de Cultura em 2013.

- **Implementação de Política Autoral**

  Análise Situacional da Meta

  A Política Autoral atualmente encontra-se em fase de discussão e estudos visando à elaboração de Projeto de Lei.

- **Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos**

  Análise Situacional da Meta

  No momento encontra-se em fase de elaboração o edital para o chamamento público de Universidades que deverão abrigar as incubadoras criativas. A formalização dessas parcerias está prevista para ocorrer em meados de 2013.

- **Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos**

  Análise Situacional da Meta

  Já foram conveniados 7 Birôs, nos Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Além disso, iniciou-se o processo de conveniamento com mais 6 Estados.

  Quantidade alcançada

  7

Data de Referência

31/12/2012

- **Instalação do Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa**

Análise Situacional da Meta

A instalação do Conselho está diretamente relacionada à conclusão do Plano Brasil Criativo, tratado em meta anterior.

- **Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Até 31/12/2012 foram identificadas as seguintes bacias criativas: Alto Solimões, com 18 municípios; Araripe, com 103 municípios; Centro-Oeste, com 36 municípios; Jequitinhonha, com 115 municípios e Missões, com 396 municípios, perfazendo um total de 5 bacias e 668 municípios mapeados. Apesar disso, nenhuma bacia foi formalmente institucionalizada, uma vez que se encontra em fase de contratação de metodologia para a identificação e institucionalização das bacias criativas.

- **Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país**

Análise Situacional da Meta

A metodologia já foi contratada e as atividades para auxiliar a implantação de um pólo no município de São Francisco do Conde – BA foram iniciadas.

- **Qualificar 60.000 profissionais criativos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados seminários e debates sobre a temática da economia criativa, contribuindo para a maior difusão de conhecimento e qualificação de empreendedores criativos.

- **Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o Circuito Nacional de Feiras de Livro visando a dar publicidade às ações de difusão do livro e do hábito da leitura e estimular a participação das Caravanas de Escritores, o que foi feito por meio da criação do Calendário Nacional de Feiras, Festivais e demais Eventos Literários, divulgado nos Estados e Municípios, contribuindo para um crescimento de 75 eventos, inicialmente cadastrados, para 204 eventos.

Ademais, foi criado sítio na Internet para orientar e divulgar as ações do Circuito e lançado um Edital para incentivar novas feiras e colaborar com as que já ocorrem, atendendo 27 eventos de entidades públicas e privadas. O impedimento de repasse de recursos por conta do período eleitoral dificultou a participação de um número maior de municípios.

- **Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais**

Análise Situacional da Meta

O Escritório de Direitos Autorais, da Fundação Biblioteca Nacional (EDA/FBN), superou as expectativas que tinha para 2012, tendo efetuado 40.865 registros (entre obras intelectuais e averbação de direitos patrimoniais). Para alcance da meta, houve racionalização dos processos e controles internos de qualidade e produção, entre outras medidas.

Quantidade alcançada

40.865

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Na linha do acesso ao livro e à leitura é relevante mencionar a entrada em funcionamento da Hemeroteca Digital Brasileira, que permitiu aumentar de um milhão, no início de 2011, para dez milhões, em 2012, o número de páginas de jornais e revistas dos últimos 200 anos disponíveis para consulta na internet. Em termos agregados, foram adicionados ao acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional e disponibilizados ao público mais 235.319 páginas digitalizadas.

Foram realizados repasses de recursos para as unidades federativas para melhoria e modernização dos acervos, e aprovados e apoiados projetos para formação de 486 agentes de leitura. Estão em acompanhamento 881 agentes de leitura formados entre 2010 e 2012 e em formação outros 1.703 agentes de leitura.

Através do Plano Interno de Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura capacitaram-se 4.680 mediadores de leitura; e através do Projeto Formação de Mediadores de Leitura, da Fundação Miguel de Cervantes, capacitaram-se 101 mediadores de leitura, totalizando 4.781 mediadores de leitura capacitados.

Durante o exercício de 2012 foram também concedidas 244 bolsas de tradução de obras nacionais e criados novos programas para apoiar a divulgação dos autores brasileiros.

Foram consolidados programas de residência para tradutores estrangeiros no Brasil, além do lançamento de editais para apoiar a publicação de obras literárias nos países de língua portuguesa.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 130 projetos sociais de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  A previsão do número de atividades culturais a serem realizadas pelo PROLER no ano de 2012, 66 atividades, foi ultrapassada. Sob o título Eventos na Casa da Leitura, foram realizadas 73 atividades culturais, atingindo um público estimado de 1.839 pessoas. No âmbito do conjunto de atividades denominado Itinerância da exposição 20 anos do PROLER, foram realizadas 22 atividades culturais, as quais alcançaram 954 pessoas. Ao todo, portanto, 95 atividades foram realizadas.

  Quantidade alcançada

  95

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar 2000 pontos de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 definiu-se a necessidade de apoiar os pontos de leitura já existentes o que alterou a política de modernização feita até então, via distribuição de kit (acervo, mobiliário e computador) para o repasse de recursos destinados à realização de projetos de fomento aos 600 pontos de leitura já existentes. Sendo assim, em 2012, deu-se início à implementação do Projeto Piloto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, atendendo a 10 comunidades quilombolas ou de terreiro, conhecidos como pontos de leitura temáticos. A intenção é ampliar, a partir de 2013, este projeto piloto temático e implementar outros projetos similares com outras temáticas, tal como para comunidades indígenas, ciganas etc. Além disso, em 2012, foram distribuídos 14 kits de pontos de leitura remanescentes do Edital Mais Cultura 2008.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar 400 bibliotecas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiadas, com recursos para aquisição de acervo, 828 bibliotecas comunitárias (Bibliotecas Comunitárias, Pontos de Leitura e Bibliotecas Rurais (Arcas das Letras), totalizando R$ 3.416.311,44, o que possibilitou a solicitação de cerca de 370 mil exemplares de livros). Isso corresponde a uma média superior a 400 livros por biblioteca. Trata-se de apoio à atualização de acervos de bibliotecas comunitárias.

Quantidade alcançada

828

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram acompanhados 19 convênios para formação de 2.647 agentes de leitura e 4 novos convênios foram firmados para formação de 486 agentes de leitura. Para 2013, a expectativa é de apoio à formação de 4 mil novos agentes para atuação nas escolas e comunidades rurais. Com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, a previsão de execução para o ano de 2012, relativa ao aumento de mediadores de leitura formados, foi ultrapassada, porque o trabalho foi mais otimizado. A previsão era a capacitação de 1.936 mediadores de leitura. Através do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura capacitaram-se 4.680 mediadores de leitura; e através do Projeto Formação de Mediadores de Leitura, da Fundação Miguel de Cervantes, capacitaram-se 101 mediadores de leitura, totalizando 4.781 mediadores de leitura capacitados.

Quantidade alcançada

4.781

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Análise Situacional da Meta

O ritmo de execução da meta está acima do esperado e previsto. O Programa de Apoio à Tradução foi relançado em julho de 2011 obtendo total êxito na área literária, faltando apenas cumprir a meta para a tradução de obras na área científica, técnica e profissional. No entanto, está em fase de elaboração Termo de Cooperação entre a Fundação Biblioteca Nacional e o CNPQ, bem como Edital para apoio à tradução de obras na área de ciência e tecnologia a fim de cumprir esse desafio.

Quantidade alcançada

244

Data de Referência

31/12/2012

- **Criação da Rede Popular do Livro Acessível**

Análise Situacional da Meta

A Rede Popular do Livro Acessível depende da conclusão da fase experimental do Programa do Livro Acessível. Nesta etapa foram realizadas algumas das atividades previstas, ficando para o próximo exercício a sua conclusão. Houve prorrogação do prazo junto ao SICONV. No exercício 2012 foi iniciado o cadastramento dos Pontos de Vendas de Livros, editores e distribuidores de livros, e foi concluída a produção de Curso EAD voltado para o empreendedorismo livreiro. Em 2013, será disponibilizado o curso EAD e, com a execução da segunda fase do programa de aquisição de livros acessíveis, serão alcançados os demais itens desta meta.

- **Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura**

Análise Situacional da Meta

Para preparar as condições necessárias à criação de uma instituição voltada especificamente à promoção das políticas públicas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foi feita, por meio de decreto presidencial, a reorganização

estatutária do Ministério da Cultura e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) visando a reagrupar em uma só instituição todas as diretorias e/ou coordenadorias gerais e coordenadorias com responsabilidades sobre esse tema. A nova área, que passou a ser denominada Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, dentro da estrutura da Fundação Biblioteca Nacional, incorporou as estruturas e cargos existentes no MinC (uma diretoria e duas coordenações gerais) e na própria FBN (Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Coordenação Geral de Leitura, também responsável pelo Programa Nacional de Leitura – Proler e Coordenação Geral da Economia do Livro), bem como assumiu institucionalmente as responsabilidades pela formulação, gestão e execução de todos os projetos e programas voltados para esta área no âmbito do MinC.

O mesmo decreto também criou o Centro Internacional do Livro (CIL), que constitui, junto com a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas/FBN, o embrião para a criação da referida instituição. Também foram desenvolvidos internamente estudos para subsidiar a criação da nova instituição.

- **Criação do programa Livro Popular**

Análise Situacional da Meta

A fase experimental deste programa vem demonstrando a avidez das bibliotecas por novos livros e ações que permitam qualificar o atendimento aos seus públicos. Todos os elos da cadeia produtiva e distributiva do livro mostram-se dispostos e interessados em participar, sendo que nesta primeira fase estão sendo identificados pontos a serem corrigidos. Como pontos positivos pode-se citar: a formação do Cadastro Nacional de Bibliotecas de Acesso Público; o protagonismo que a sistemática dá às bibliotecas, que são responsáveis pela escolha dos títulos a serem adquiridos; a valorização das livrarias e pontos de venda, uma vez que as aquisições das bibliotecas são feitas através deles – sendo um projeto nacional com atendimento local.

Como aspectos a serem melhorados, citamos: a necessidade de melhorar a comunicação com as bibliotecas e a capilarização da rede de distribuição de livros. O Portal do Livro FBN, criado para atender o Programa, se mostra ferramenta eficaz para os fins a que se destina, podendo ser utilizado em diversas ações.

- **Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas**

Análise Situacional da Meta

Houve uma reformulação da metodologia de apoio à implantação/modernização de bibliotecas públicas, que até então era feito via aquisição de kits (acervo, móveis etc), passando este ano para o estabelecimento de convênios junto aos estados e/ou municípios para repasse orçamentário. Registre-se que no exercício de 2012 a contração dos convênios ficou prejudicada, tendo em vista a eleição dos gestores municipais. Em 2012, foram modernizadas, via repasse orçamentário para os estados, 82 bibliotecas públicas. Os recursos foram repassados e as bibliotecas serão modernizadas ao longo do ano de 2013.

Quantidade alcançada

82

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Em relação à preservação do patrimônio imaterial, reveste-se de grande importância o lançamento do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, que envolveu, entre outras coisas: a avaliação dos projetos técnicos de apoio, pesquisa, documentação e/ou tratamento de informação para a melhoria das condições de continuidade e sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações, lugares e espaços que abrigam práticas

culturais coletivas vinculadas às tradições das comunidades afro-brasileiras, indígenas, ciganas, de descendentes de imigrantes, com o objetivo de transmissão de conhecimento de bens culturais de natureza imaterial.

No que tange ao patrimônio material, buscou-se restaurar e revitalizar importantes espaços culturais, tais como o Teatro Jaguarão – RS, assim como inúmeras intervenções arquitetônicas, por todo o país.

No que se refere à identificação e reconhecimento de bens como patrimônio cultural brasileiro, as atividades seguintes devem ser ressaltadas: O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Saberes Constitutivos Tradicionais dos Mestres Artífices da Chapada Diamantina e o Treinamento dos Gestores do Patrimônio Cultural para o Tratamento Técnico de Documentação de Processos de Identificação e Reconhecimento. Além disso, ainda vale destacar os registros ocorridos no ano em questão dos saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá e Ritxòkò, expressão artística e cosmológica do povo Kara.

Finalmente, na preservação do patrimônio cultural das cidades históricas é importante mencionar a restauração e readequação do antigo grande galpão da Casa do Conde de Santa Marinha, em Minas Gerais; as instalações de equipamentos culturais e melhoria de espaços públicos em diversos municípios, tais como: São Francisco do Sul, Porto Alegre, Antonina, Salvador, entre outros.

O fato de o planejamento das ações do Iphan ter sido realizado em janeiro de 2012 contribuiu fortemente para que esse objetivo fosse atingido, pois viabilizou a disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros ainda no início do ano. Outro aspecto importante é que diversas atividades já estavam planejadas anteriormente e com seus respectivos processos em adiantado estado de desenvolvimento.

O planejamento 2013 já foi realizado, e espera-se cumprir integralmente com o objetivo proposto, de forma a se alcançar as metas do do PNC (Plano Nacional de Cultura), de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Iphan (SIG-IPhan) e também as metas definidas no PPA, o que possibilitará que os controles efetuados pela área central sejam repassados periodicamente às várias unidades do Iphan, subsidiando a tomada de decisão dos gestores. Considera-se a população em geral como público beneficiado por este objetivo.

Para o ano de 2013 é fundamental ressaltar a abertura de processo seletivo no âmbito do PAC 2 para atendimento de cidades históricas, com objetivo de recuperar o patrimônio cultural nos centros históricos, tornar o patrimônio cultural eixo indutor na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade das cidades históricas e contribuir para o desenvolvimento urbano das cidades históricas. Isso representará não só um aporte substancial de recursos como também um impulso ao Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC).

Metas 2012-2015

- **Apoiar 237 projetos sobre patrimônio cultural por meio de ações de fomento**

  Análise Situacional da Meta

  Pode-se destacar duas importantes realizações:

  - Treinamento de gestores do patrimônio cultural para o tratamento técnico de documentação de processos de identificação e reconhecimento;e

  - Gerenciamento das reuniões técnicas internacionais tais como a Crespial/Unesco.

  Quantidade alcançada

  45

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	13	31/12/2012
Região Nordeste	71	unidade	12	31/12/2012
Região Norte	59	unidade	9	31/12/2012
Região Sudeste	59	unidade	8	31/12/2012

Região Sul	24	unidade	3	31/12/2012

- **Autorizar a realização de 45.668 obras e serviços de manutenção, conservação e restauração em bens do Patrimônio Cultural**

Análise Situacional da Meta

Uma avaliação mais detalhada desta meta somente será realizada após recebimento dos questionários enviados para as 27 unidades do Iphan.

Quantidade alcançada

108

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

O Iphan apresentou um aumento considerável no número e percentual de seus profissionais capacitados, saltando de 98 servidores capacitados em 2011 para 220 em 2012. É importante frisar que independentemente da quantidade de capacitações/cursos realizados, o servidor que passou por algum processo de capacitação só foi contado uma vez.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88	unidade	86	31/12/2012
Região Nordeste	265	unidade	32	31/12/2012
Região Norte	221	unidade	25	31/12/2012
Região Sudeste	221	unidade	58	31/12/2012
Região Sul	88	unidade	19	31/12/2012

- **Financiar 240 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram financiados 43 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	72	unidade	42	31/12/2012
Região Norte	60	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	60	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	24	unidade	0	31/12/2012

- **Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para o ano de 2012 foi alcançada. No momento, o número de publicações distribuídas em 2012 está sendo mantido.

O maior desafio se encontra na própria distribuição para outras instituições do material produzido.

Quantidade alcançada

32.400

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11.138	unidade	16.400	31/12/2012
Região Nordeste	33.415	unidade	15.000	31/12/2012
Região Norte	27.846	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	27.846	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	11.138	unidade	1.000	31/12/2012

- **Realizar 12.531 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

Como expectativa para o próximo período temos a manutenção do número de fiscalizações realizadas em 2012.

O desafio para implementação consistiu em unificar a metodologia de contagem dos processos de fiscalização. Espera-se que, para o ano de 2013, o sistema informatizado e o controle efetuado pelo Departamento do Patrimônio Material sejam disponibilizados, permitindo obter as informações mais rapidamente.

Quantidade alcançada

13.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.712	unidade	1.775	31/12/2012
Região Nordeste	4.715	unidade	4.895	31/12/2012
Região Norte	1.188	unidade	1.230	31/12/2012
Região Sudeste	3.851	unidade	3.995	31/12/2012
Região Sul	1.065	unidade	1.105	31/12/2012

- **Realizar 140 projetos de intervenção em bens de natureza material**

Análise Situacional da Meta

Foi superada a previsão de execução para o ano de 2012. É importante destacar que um único projeto de intervenção pode incluir mais de um bem e na valoração da quantidade alcançada atribuiu-se o número de bens que sofreram algum tipo de intervenção para sua preservação. Pode-se destacar: restauração e requalificação dos imóveis situados à Rua da Palma nº. 195/205 e restauração arquitetônica da Secretaria Regional de Saúde, da cidade de Goiás/GO.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	42	unidade	21	31/12/2012
Região Norte	35	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	35	unidade	24	31/12/2012
Região Sul	14	unidade	15	31/12/2012

- **Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para 2012 foi atingida, sendo possível destacar três atividades: Inventário Nacional das

Referências Culturais do Marabaixo do Amapá; Inventário Nacional das Referências Culturais Entorno da Cultura Imaterial do Babaçú e Inventário de Bens Ferroviários no DF - Estação Rodoferroviária do Plano Piloto.

As expectativas para o próximo período são, no mínimo, manter os valores obtidos em 2012.

É importante ressaltar que o início do estudo de um bem não necessariamente significará o seu reconhecimento ao final do processo. Tal fato, eventualmente, pode reverberar em uma redução da meta alcançada.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	7	31/12/2012
Região Nordeste	50	unidade	10	31/12/2012
Região Norte	42	unidade	16	31/12/2012
Região Sudeste	42	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	17	unidade	6	31/12/2012

- **Realizar 314 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 110 serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos no ano de 2012.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	31	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	94	unidade	39	31/12/2012
Região Norte	79	unidade	8	31/12/2012
Região Sudeste	79	unidade	37	31/12/2012
Região Sul	31	unidade	21	31/12/2012

- **Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Destacam-se duas atividades: Plano urbanístico integrado do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – Etapa I: cadastro físico e socioeconômico georreferenciado das ocupações e o Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

A expectativa para o próximo período é elevar em 10% o número de ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	9	31/12/2012
Região Nordeste	97	unidade	33	31/12/2012
Região Norte	80	unidade	13	31/12/2012
Região Sudeste	80	unidade	15	31/12/2012
Região Sul	32	unidade	4	31/12/2012

- **Realizar 97 ações de salvaguarda de bens de natureza imaterial**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para o ano de 2012 foi alcançada, podendo-se destacar o apoio à Reunião sobre a implementação de planos de preservação e salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro e avaliação dos planos e ações de salvaguarda de bens registrados.

Para o próximo período, a perspectiva é manter o número de ações de salvaguarda obtido em 2012.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	13	31/12/2012
Região Nordeste	29	unidade	6	31/12/2012
Região Norte	24	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	24	unidade	13	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O MinC, por meio do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram realizou várias ações no ano de 2012 que contribuíram direta ou indiretamente para o alcance do objetivo, dentre as quais pode-se citar as seguintes:

1. Monitoramento e avaliação dos Planos Museológicos dos museus do Ibram com vistas à consolidação de metodologia;

2. Projeto Conexões Ibram, que busca construir uma agenda comum de trabalho junto aos estados, para alavancar o setor de museus, abordando temas estruturantes para a área museal;

3. Ações de Arquitetura: elaboração de plantas e projetos básicos, visando à adequação e qualificação dos museus; reformulação de expografias; acompanhamento de obras e de execução de projetos; e elaboração de diagnóstico das condições de conservação dos museus do Ibram;

4. Elaboração de pareceres em processos de exportação temporária, visando à difusão de acervos museológicos brasileiros;

5. Inventário de Bens Culturais: monitoramento e avaliação dos inventários dos museus do Ibram;

6. Desenvolvimento do projeto “Acervo em Rede”, que objetiva desenvolver instrumentos para gestão, documentação e divulgação dos acervos, expandindo assim o domínio público acerca do patrimônio museológico brasileiro, e democratizando o acesso aos bens musealizados;

7. Atendimento a demandas finalísticas dos museus Ibram, como realização e requalificação de exposições, realização de eventos e atividades educativas e culturais, publicações, fomento a pesquisa, processamento técnico de acervos, dentre outras demandas;

8. Finalização de dois volumes da Coleção Museus do Ibram: “Guias” dos museus do Ibram das unidades 2 e 3;

9. Projeto Conhecendo Museus, série televisiva sobre museus brasileiros com 60 episódios exibidos na TV Escola. Projeto em parceria da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, o Ministério da Educação – MEC e a Fundação José de Paiva Netto – FJPN;

10. Conclusão de linha de pesquisa em inovação museal;

11. Conclusão da pesquisa “O não-público dos museus: levantamento estatístico sobre o “não ir” a museus no Distrito

Federal";

12. Ampliação do Sistema de Gerenciamento de Informações (SGI) do Ibram, implantado em 2011, que permite ao cidadão o acesso, via internet, a todos os documentos e processos em uso na Instituição (Para 2013, há previsão de investimentos para aprimoramento do SGI, para capacitação, contratação de mão de obra, compra de equipamentos e infraestrutura para aumento da eficiência da Intranet/Internet. Até o final deste PPA, prevê-se o desenvolvimento de sistema para distribuição gratuita a todos os museus brasileiros e também a criação de portal na Internet para acesso integrado ao patrimônio museológico brasileiro);

13. Realização do 5º Fórum Nacional de Museus, com objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), incluindo apresentação de trabalhos acadêmicos, painéis, minicursos e outras atividades;

14. Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, evento de agenda anual, tem o propósito de mobilizar os museus brasileiros em torno de um mesmo tema para suas programações, além de sensibilizar a comunidade para o debate da atualidade;

15. Estratégia de alinhamento com empresas e produtos específicos com o objetivo de promover a imagem dos museus como instrumentos de transformação social e de desenvolvimento;

16. Museus Rio + 20, projeto que consistiu na construção de um roteiro cultural nos museus do Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012;

17. Realização de Editais e Prêmios do Programa de Fomento aos Museus, entre os quais os Pontos de Memória, com vistas a fomentar a área museológica por meio de mecanismos de apoio financeiro aos museus brasileiros e de parcerias entre o poder público e privado;

18. Desenvolvimento do Projeto Legado Cultural para o setor museal – Região Metropolitana de Recife (RMR) com o objetivo de promover a adequação da infraestrutura tecnológica e de atendimento turístico dos museus da RMR, haja vista a realização de megaeventos esportivos no país;

19. Estruturação e estabelecimento de processos visando o desenvolvimento de um novo sistema de armazenamento de dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM). Este novo sistema inaugurará uma nova forma de relacionamento entre o Ibram e os museus brasileiros, e possibilitará a gestão de dados sobre os museus brasileiros de forma dinâmica e transparente por meio de uma plataforma on line. Este sistema encontra-se em fase homologação e ajustes;

20. Elaboração de um novo instrumento de pesquisa do Cadastro Nacional de Museus, a ser implantado em 2013;

21. Estruturação do Registro de Museus a ser implementado a partir da assinatura do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus.

22. Ampliação do Acervo da Biblioteca Nacional Digital: A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) alcançou com êxito a meta de digitalização de 279.938 documentos, atingindo, em 2012, níveis de crescimento nunca antes alcançados e provocando, em consequência, o aumento exponencial do número de acessos aos sites da Biblioteca Nacional Digital-BNDigital (http://bndigital.bn.br) e da Hemeroteca Digital (http://hemerotecadigital.bn.br). A meta foi superada face ao aumento da produção editorial brasileira com o consequente incremento da captação por Depósito Legal. A captação de acervos, em cumprimento das Leis de Depósito Legal de Publicações e de Obras Musicais, tem tido um incremento expressivo com a participação da FBN nos principais eventos do mercado editorial brasileiro.

Metas 2012-2015

- **120 novos municípios dispondo de ao menos uma unidade museológica**

  Análise Situacional da Meta

  Atua-se por meio do Edital Mais Museus, que visa à seleção de projetos voltados à cultura, memória e patrimônio, apoiando a implantação de museus em cidades de até 50 mil habitantes e que não possuam instituição museológica estruturada. Em 2012, foram atendidos 3 (três) museus no Edital do ano de 2010, e foram empenhados recursos para 2 (dois) museus da edição de 2011 e para um museu atendido por meio de emenda parlamentar.

  Quantidade alcançada

  3

Data de Referência

31/12/2012

- **15,5 milhões de visitantes anualmente nos museus brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As informações constantes do Cadastro Nacional de Museus (CNM) são de natureza autodeclaratória, o que implica, por vezes, um número alto de não-respostas. Esta situação leva-nos a trabalhar com a informação "público ou visitante", em caráter de média. Na publicação "Museus em Números" foram apresentadas informações sobre os visitantes dos museus brasileiros utilizando-se a média anual, calculada com base no número médio de visitantes dos museus que responderam ao questionário CNM nos respectivos anos. Esse estudo permitiu-nos observar um aumento do número de visitantes ao longo dos anos. O levantamento referente ao ano de 2011 corrobora essa tendência de aumento de público, e apesar do alto número de não respostas para esse quesito também em 2011, a projeção realizada revela-nos um número bastante superior à meta proposta de 15,5 milhões de visitantes anuais nos museus brasileiros. Os dados do CNM dependem da participação das instituições no fornecimento dos dados. Em referência ao ano de 2012, recebemos informações de público apenas dos 30 museus subordinados ao Ibram. Portanto, não estão disponíveis os dados sobre os demais museus brasileiros. Registre-se a expectativa de obtenção de dados de um maior número de instituições de forma sistemática, haja vista a obrigatoriedade da prestação da informação sobre visitação dos museus ao Ibram, prevista no Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus, acerca da implantação do um novo sistema de informações e um novo questionário de pesquisa do CNM, a serem estabelecidos pelo Ibram em 2013, o que possibilitará trabalhar com números absolutos e representativos, e não com médias e projeções.

- **Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e arquivístico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Para que haja aumento na meta do público nos museus, estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades: Conclusão do Inventário de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos para lançar o Guia de Bibliotecas e Arquivos dos Museus do Ibram em 2014; Planejamento de "Bibliotecas em rede" com o estudo dos sistemas de catalogação e recuperação de informações bibliográficas para aquisição de software; e Aprimoramento do instrumento de coleta de dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM) visando o levantamento de dados qualitativos sobre as coleções arquivísticas e bibliográficas de museus brasileiros, o que permitirá maior acesso a estes acervos.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), entidade vinculada ao Ministério da Cultura, alcançou o atendimento de 36.493.820 usuários, o que significou um aumento de 100% em relação ao ano anterior. Este total representa a soma do público atendido no local bem como o público atendido remotamente, por meio do Portal da FBN, onde são disponibilizados os catálogos do acervo, a Biblioteca Nacional Digital - BNDigital, dentre outros serviços. A execução foi superior à meta visto que a Biblioteca Nacional é referência nacional e internacional na qualidade e abrangência de sua Coleção Memória Nacional. O aumento de público atendido se deve ao incremento de itens da Biblioteca Nacional Digital e Hemeroteca Nacional e da ampliação de dias de visitação ao prédio sede da FBN, que passou a receber visitas também aos domingos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar 100 unidades museológicas**

Análise Situacional da Meta

O Ibram tem modernizado suas unidades museológicas vinculadas através da ação "Modernização de Museus e Acervos" e alguns investimentos em outras ações orçamentárias. Foram atendidos 19 (dezenove) museus Ibram em

despesas de, principalmente, aquisição de equipamentos, mobiliários e material permanente voltados para segurança, climatização, acessibilidade, expografia, e acondicionamento e informatização de acervos. Houve empenho de recursos para 3 (três) unidades museológicas atendidas por demanda espontânea e 6(seis) unidades beneficiadas por emendas parlamentares. Além disso, há o Edital Modernização de Museus, que abrange unidades não vinculadas ao Instituto, e que atendeu a 3(três) museus pelo Edital de 2010 e empenhou recursos para outros 13 (treze) museus selecionados pelo Edital de 2011.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

- **Realização de 800 oficinas de capacitação no setor museal, com 24.000 pessoas capacitadas**

Análise Situacional da Meta

Contabilizaram-se 100 oficinas e cursos oferecidos ao público pelos museus do Ibram e aos pontos de memória, além de 08 minicursos que capacitaram 520 profissionais da área museológica durante o V Fórum Nacional de Museus realizado entre os dias 19 e 23 de novembro de 2012, em Petrópolis – RJ e 02 oficinas pelo Programa de Oficinas/Ibram, totalizando 110 oficinas e cursos de curta duração. O programa está em fase de reestruturação, prevendo-se a capacitação de servidores para atuar como oficineiros.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A política de estímulo ao audiovisual nacional se dá por meio de diversificadas iniciativas de fomento, regulação e fiscalização. Até 31 de dezembro de 2012, destaca-se a operação do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, que direcionou recursos à oferta de crédito e à participação no capital de empresas e em projetos (como investimentos retornáveis), visando ao desenvolvimento do setor audiovisual. Como resultado desta atuação, observa-se que o market share (participação da produção nacional do mercado cinematográfico do Brasil) atingiu 10,62%, resultado próximo da meta de 11%.

Nota-se também que a meta de 20% de acréscimo no número de obras brasileiras exibidas na TV por assinatura em relação a 2011 foi atingida. Este aumento foi de 24,1%, certamente influenciado pelo fato de que, desde setembro de 2012, as programadoras de canais de TV Paga passaram a ter a obrigação de cumprimento de cota de conteúdo brasileiro, em face da Lei nº 12.485/2011.

Outro bom desempenho é o aumento de 9,1% na expansão de salas do circuito comercial de cinema nas Regiões Norte e Nordeste. Considerando que a meta prevista para 2015 no PPA é de 20% de acréscimo, quase metade da meta foi atingida no primeiro dos quatro anos do ciclo do PPA. Além disso, em 2012, foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. Resultado que superou a meta do PPA, que é de 75 filmes lançados por ano.

Uma grande conquista para o setor audiovisual em 2012 foi a inclusão do segmento no bloco de serviços do Plano Brasil Maior (PBM), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que reúne

representantes do governo, iniciativa privada e trabalhadores para a definição de agendas de desenvolvimento. Considerado o maior plano de desenvolvimento industrial brasileiro, o PBM objetiva aumentar a competitividade da indústria nacional, por meio de estímulos ao investimento e à inovação; promoção do comércio exterior; e defesa da indústria e do mercado interno.

No que diz respeito ao apoio à produção audiovisual, foram apoiados diversos projetos selecionados em editais de 2011: 10 do Edital de Baixo Orçamento, 25 do Edital de Curta Metragem, 10 do Edital de Roteiristas Estreantes, 13 do Edital de Roteiristas Profissionais e 5 do Edital de Gênero Documental. Além disso, foi lançado em 2012 o chamamento público para apoio, em 2013, a projetos alinhados à macropolítica Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A expectativa é de apoio, em 2013, à produção de até 6 curta-metragens dirigidos ou produzidos por jovens negros.

Em relação à regulação do setor, a Lei nº 12.485/11 passou a produzir efeitos ainda mais amplos a partir da regulamentação de seus dispositivos, realizada pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em 2012, através de um processo que envolveu consultas e audiências públicas com expressiva participação da sociedade e dos agentes de mercado, resultando na publicação ou revisão de instruções normativas. Cabe lembrar que a Lei nº 12.485/11 promoveu a abertura do mercado audiovisual para todas as empresas de telecomunicações bem como o fortalecimento das empresas produtoras brasileiras, por intermédio da garantia de espaço para exibição de conteúdo audiovisual brasileiro qualificado nos canais de TV por assinatura. São duas significativas mudanças em um segmento que, devido ao crescimento da base de assinantes, aumenta cada vez mais sua importância cultural e econômica.

Para fins do cumprimento de suas atribuições regulatórias, a ANCINE promoveu, em 2012, um total de 2.275 registros de pessoas jurídicas (brasileiras e estrangeiras) e pessoas físicas, o que representou um aumento de 18,5% em relação a 2011. Foram também cadastradas 3.470 solicitações de novos Certificados de Produto Brasileiro (CPB), cerca de 29,5% de crescimento em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar ainda a conclusão da elaboração do Relatório de Análise de Impacto Regulatório. Este documento procurou avaliar algumas opções à regulamentação do Sistema de Controle de Bilheteria, com foco na busca por alternativas viáveis, economicamente, para as menores e menos rentáveis salas do país.

No que tange à fiscalização, a Agência a organiza em três eixos: fiscalização tributária, fiscalização regulatória e combate à pirataria. Na fiscalização tributária, foram registrados, em 2012, 37.346 atos de fiscalização, além 6.825 atos de fiscalização regulatória (fiscalização indireta), totalizando 44.171 ações fiscalizatórias realizadas durante o período.

Metas 2012-2015

- **11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Até o dia 03 de janeiro de 2013 (semana 52 do ano cinematográfico), foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. A produção nacional conseguiu atrair para as salas do circuito comercial de cinema 15,5 milhões de espectadores, ou 10,62 % da audiência total, próximo à meta de 11% do PPA. Algumas atividades de fomento realizadas pela agência contribuíram para o desempenho desse indicador, como o gerenciamento de recursos oriundos de renúncia fiscal, criados pelas Leis nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual), nº 8.313/91 (Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet) e pela MP nº. 2.228-1/01, num total de R$330 milhões; a concessão de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que disponibilizou R$ 90 milhões para a atividade de produção cinematográfica, R$ 50 milhões para a aquisição de direitos para distribuição e R$ 10 milhões para a comercialização de obras cinematográficas; e o Prêmio Adicional de Renda (PAR), que, por sua vez, concedeu apoio financeiro a 61 empresas –

sendo 16 produtoras, 11 distribuidoras e 34 empresas exibidoras – totalizando R$ 5,7 milhões.

Semana 52 - A metodologia para o cálculo da meta considera como data de referência o período compreendido entre a primeira e a última semana de exibição cinematográfica comercial do ano. As semanas de exibição cinematográficas comerciais são iniciadas sempre às sextas-feiras e terminam às quintas-feiras. Portanto, para 2012, o período de referência considerado foi de 06/01/2012 a 03/01/2013.

Quantidade alcançada

10,62

Data de Referência

31/12/2012

- **5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Secretaria do Audiovisual elaborou, em parceria com a ANCINE e com a Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV), no âmbito do Plano Brasil Maior, coordenado pelo MDIC, um Plano de Trabalho do setor audiovisual, a ser incorporado no Plano de Trabalho do Comitê Executivo de Serviços, prevendo ações diversas de mapeamento do setor até janeiro de 2014, tais como a construção de um Atlas Nacional de Serviços do Audiovisual, mapeamento de cursos de criação, cursos técnicos e cursos de gestão empresarial para o setor e a criação e divulgação de um cadastro de empresas nacionais que prestem serviços audiovisuais para o exterior. Pretende-se cumprir a meta em 2013, com a realização de mapeamento e sistematização de dados de caráter cultural e econômico relativos ao audiovisual, em parceria com instituição qualificada.

- **Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

O Cine Mais Cultura, desenvolvido pela Secretaria do Audiovisual e pela Cinemateca Brasileira em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) é o principal projeto que impacta a meta referida e tem o objetivo de democratizar o acesso a obras audiovisuais, formar plateias e difundir, principalmente, a produção audiovisual brasileira, por meio da exibição não comercial dos conteúdos.

O projeto passou por uma importante fase de reestruturação em 2012, tendo lançado uma plataforma online de cadastro, em fevereiro, para que os espaços informassem todos os seus dados e atualizações cadastrais, visando ao retrato mais completo e fidedigno da ação, permitindo assim seu aperfeiçoamento.Apesar de não ter sido implantado nenhum novo espaço em 2012, a reestruturação do projeto foi essencial para a sua continuidade em 2013, sendo prevista para esse ano a criação de 200 novos espaços e a implantação de sistema de gestão e acompanhamento do circuito de exibição não-comercial.

- **Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram contabilizadas 11.216 exibições de obras brasileiras em 16 canais de filmes e séries monitorados pela ANCINE. Em 2011, durante todo o ano, o número de obras monitoradas totalizou 9.039. Dessa forma, a meta de 20% de acréscimo no número de obras brasileiras exibidas na TV por assinatura em relação a 2011 já foi superada, com ampliação de 24,1%. O principal motivo foi a Lei nº 12.485 / 2011, que obrigou, desde setembro de 2012, as programadoras de canais de TV Paga a cumprirem a cota de conteúdo brasileiro.

Vale ressaltar que o monitoramento realizado pela ANCINE cobre 16 canais de filmes e séries, não abarcando a totalidade dos canais de TV Paga distribuídos no Brasil.

Quantidade alcançada

24,1

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o foco de atuação foi o apoio à produção. Em 2013, será dada prioridade ao apoio e realização de pesquisas sobre o setor audiovisual.

- **Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram encontradas 433 salas de exibição comercial em funcionamento nas Regiões Norte e Nordeste, de acordo com o monitoramento feito pela ANCINE. Em 2011, o ano encerrou com 397 salas de exibição comercial nestas mesmas regiões. Houve assim aumento de 9,07%, quase metade da meta de 20% para os quatro anos do ciclo do PPA. Em todo o país, o ritmo de abertura de novas salas de exibição vem sendo ditado pela construção de novos shopping centers. Assim, é provável que a taxa de abertura de novas salas de cinema se mantenha para os próximos anos.

Quantidade alcançada

9,07

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar o Canal da Cultura**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de realizar experimentações e estudos sobre a programação televisiva cultural e fornecer subsídios para a implantação do Canal da Cultura, foi produzido o projeto SonharTV, no valor de R$ 600 mil. O projeto contemplou o lançamento de uma plataforma na internet, para divulgação e discussão sobre teorias televisivas; e a realização do 1º Seminário Internacional SONHAR TV, na Cinemateca Brasileira, com debates presenciais com realizadores e convidados internacionais, além de personalidades do universo audiovisual brasileiro. Além deste projeto de experimentação, também ocorreram tratativas com o Ministério das Comunicações sobre o processo de implementação do Canal da Cultura. Em 2013, estão previstas pesquisas de viabilidade do Canal da Cultura.

- **Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição**

Análise Situacional da Meta

Até o dia 03 de janeiro de 2012 (semana 52), foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. Dessa forma, a meta estabelecida no PPA 2012-2015 já foi superada.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas atividades de formação, capacitação e qualificação voltadas para o setor audiovisual em

2012, em sua maioria ligadas a festivais e mostras audiovisuais. Cita-se como exemplo a realização do “Encontro de Documentaristas: A Eternidade do Cotidiano”, em parceria com a Universidade Federal da Bahia. Em 2013, intenciona-se potencializar essa meta, de forma a preparar os diversos agentes do setor audiovisual para os megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil, tendo em vista a deficiência de mão-de-obra qualificada no setor, em especial nos campos da criação e empreendedorismo, considerando as novas tecnologias e a convergência midiática. Há também atividades de formação, capacitação e qualificação previstas no âmbito do Plano Brasil Maior, especialmente no que tange aos profissionais técnicos e de criação, bem como no aspecto de gestão empresarial do setor audiovisual.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	3	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Nas ações relacionadas ao objetivo, a valorização do artista foi o eixo principal em 2012, e o ponto substancial de uma política cultural abrangente que estendeu apoio ao artista consagrado, iniciante, marginal, pobre, profissional ou amador. Foram empreendidos esforços para que a arte de excelência passe a integrar, de forma definitiva, a cesta básica do cidadão brasileiro.

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) desempenhou um papel determinante no estímulo a novos artistas, no fomento à produção artística de qualidade, na formação e qualificação, no desenvolvimento de pesquisas, em edições sobre artes e na circulação de obras e espetáculos no país.

Profissionais de toda a cadeia produtiva das diferentes linguagens artísticas receberam estímulo inovador por meio de bolsas de aperfeiçoamento técnico e artístico, que lhes permitiram participar de atividades de formação no Brasil ou exterior. Para garantir a máxima abrangência de sua atuação, a Funarte aperfeiçoou os Microprojetos Mais Cultura, ação que subsidia projetos culturais de baixo custo em áreas tradicionalmente desatendidas, como a Bacia do São Francisco.

Das 1.930 iniciativas fomentadas, em todas as regiões do país, entre espetáculos, exposições, festivais, oficinas e diversas outras atividades culturais nas áreas de teatro, dança, circo, artes visuais, música, e outras manifestações da diversidade cultural, foi possível promover a geração de empregos e renda, impulsionar a formação de público e o intercâmbio de idéias entre artistas, críticos e produtores, contemplando as novas linguagens, a revolução tecnológica e as intervenções interativas contemporâneas.

Com vistas a atingir o objetivo, também está sendo desenvolvida uma série de atividades no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e do Programa de Capacitação em Projetos Culturais. Ademais, tem sido acompanhada a tramitação do Projeto de Lei nº 6.722/2010 que instituirá o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à

Cultura e a regulamentação do Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro (Lei 12.761/2012).

Em 2012, foram publicados dois editais do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, com um orçamento total de R$ 4,8 milhões. O Programa é custeado com recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e consiste na concessão de auxílio financeiro para o custeio de despesas relativas à participação de artistas, técnicos, agentes culturais e estudiosos em atividades culturais, promovidas por instituições brasileiras ou estrangeiras. Além do transporte pessoal, o benefício pode ser utilizado para custear despesas com o transporte de material, cenários, equipamentos, estadia, inscrição e confecção de material.

Em agosto do último ano, foi lançado também o primeiro Edital de Demanda Espontânea, com investimento de R$ 10,5 milhões. O objetivo do edital é o de apoiar projetos que estejam em consonância com as diretrizes e critérios do FNC e que não são regularmente contemplados em outras ações do Ministério da Cultura. Os processos seletivos de intercâmbio e de Demanda Espontânea priorizaram, com pontuação diferenciada ou bonificação, propostas oriundas de unidades da federação mais carentes de recursos ou de municípios mais distantes da capital, ou ainda, de projetos relacionados à Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou aos povos tradicionais.

Em contribuição ao aperfeiçoamento dos instrumentos de incentivo fiscal, deve-se mencionar o encerramento do 1º Ciclo do Programa de Capacitação em Projetos Culturais. Em 2012, além do curso de nivelamento, foram realizadas oficinas em oito pólos: Natal, Petrolina, Ilhéus, Campina Grande, Manaus, Palmas, Macapá e Florianópolis. Ao total, foram 3.727 inscritos no curso de nivelamento a distância (1ª etapa), 513 na oficina presencial (2ª etapa) e 491 na fase avançada a distância (3ª etapa). O Programa é destinado a treinar agentes culturais do setor público e privado, a fim de capacitá-los em instrumentos e conceitos teóricos para a elaboração e gestão de projetos culturais.

No tocante ao Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro e a criação do Vale Cultura, instituídos pela Lei 12.761/2012, espera-se que sua implementação tenha grande contribuição ao alcance do objetivo, sobretudo no que concerne ao fomento da fruição cultural. Com a concessão de R$ 50,00 aos trabalhadores para o consumo de bens e serviços culturais, haverá um fortalecimento da cadeia produtiva do setor e um fomento à economia criativa, além de promover o desenvolvimento social por meio da inclusão de indivíduos que estão historicamente excluídos do mercado cultural. Espera-se beneficiar 12 milhões de trabalhadores até 2020, meta contratualizada no Plano Nacional da Cultura.

Metas 2012-2015

- **Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União**

  Análise Situacional da Meta

  A meta encontra-se dentro do planejamento do PPA. Nos Espaços Culturais da Funarte foram realizadas diversas atividades artísticas, oferecendo ao público espetáculos de excelência a preços populares.

  Quantidade alcançada

  287.094

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	400.000	unidade	91.626	31/12/2012
Região Sudeste	800.000	unidade	195.468	31/12/2012

- **Capacitação de 16,8 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Foram promovidos grandes programas de intercâmbio, levando profissionais de todas as regiões brasileiras a sair de sua área de atuação, promovendo uma troca horizontal de conhecimento, por meio da realização de atividades, entre

oficinas e cursos, em diversas cidades do país, visando à qualificação e reciclagem de profissionais das áreas das artes cênicas e música, transformando cada participante em agente multiplicador do fazer artístico. Foram capacitados 3.283 profissionais por meio de ações da Funarte e 1.477 diretamente pelo MinC, perfazendo um total de 4.760 agentes culturais capacitados.

Quantidade alcançada

4.760

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.150	unidade	223	31/12/2012
Região Nordeste	6.200	unidade	1.458	31/12/2012
Região Norte	3.150	unidade	1.228	31/12/2012
Região Sudeste	2.300	unidade	1.166	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	685	31/12/2012

- **Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.761/2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura. A implantação do programa demanda regulamentação pelo Poder Executivo, o que deve ocorrer no início do segundo semestre de 2013.

- **Fomento a 3,6 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta realizada encontra-se dentro da estimativa fixada no PPA. Na execução da meta, manteve-se o foco na institucionalização de políticas, na democratização dos processos seletivos de programas e ações, no investimento para a difusão das artes, levando iniciativas artísticas às diferentes regiões do país. Para o atingimento da meta contou-se com a parceria da Petrobrás no financiamento de várias atividades.

Foram fomentados 1.914 projetos em todas as regiões do país, e 16 no exterior, entre espetáculos, exposições, festivais, oficinas e diversas outras atividades culturais nas áreas de teatro, dança, circo, artes visuais, música, e outras manifestações da diversidade cultural. Por meio dessas iniciativas, foi possível promover a geração de empregos e renda, impulsionar a formação de público e o intercâmbio de idéias entre artistas, críticos e produtores, contemplando as novas linguagens, a revolução tecnológica e as intervenções interativas contemporâneas.

Quantidade alcançada

1.914

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	556	unidade	139	31/12/2012
Região Nordeste	644	unidade	686	31/12/2012
Região Norte	185	unidade	71	31/12/2012
Região Sudeste	1.673	unidade	874	31/12/2012
Região Sul	551	unidade	144	31/12/2012

- **Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Cultura (Procultura) ainda não foi instituído. O texto que normatizará o Programa tramita no Congresso Nacional sob a identificação de PL nº 6.722/10. O Projeto de Lei passou pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Tão logo a Lei for sancionada, serão realizados esforços para viabilizar a regulamentação da Lei e a implementação do Programa.

- **Promoção de 521 Eventos de Intercâmbio entre Artistas, Técnicos e Agentes Culturais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a meta estabelecida para o PPA foi superada. No âmbito internacional, um grande quantitativo de artistas foi destacado para representar o país no evento "Ano Brasil" em Portugal. Ao longo de 2012, foram concedidos 549 auxílios financeiros para intercâmbio no Brasil e no exterior. Como produtos intangíveis temos a percepção de uma imagem moderna e contemporânea do país e a possibilidade de abertura de mercado tanto na área artística como na aquisição de bens e serviços.

Destacam-se as seguintes ações:

• Apoio à participação brasileira na 13ª Edição da Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza / Itália, com as Obras de Lúcio Costa;

• Apoio à participação brasileira na XI Bienal de Arte Contemporânea de Havana / Cuba;

• Itinerância Internacional da Mostra Personagens e Fronteiras – Território Cenográfico Brasileiro;

• Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva; e

• Apoio a 07 Festivais, Bienais e Mostras, nas Áreas de Artes Cênicas e Música.

Quantidade alcançada

549

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	160	unidade	452	31/12/2012
Região Centro-Oeste	29	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	65	unidade	24	31/12/2012
Região Norte	15	unidade	4	31/12/2012
Região Sudeste	201	unidade	46	31/12/2012
Região Sul	51	unidade	19	31/12/2012

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Com relação a este objetivo, têm sido empreendidos vários esforços no sentido de identificar e ampliar o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer nos municípios brasileiros, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social.

As Praças dos Esportes e da Cultura, renomeadas para Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs, compõem o Programa para Aceleração do Crescimento - PAC 2, no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Os CEUs têm por objetivo integrar, no mesmo espaço físico, programas e ações de cultura, esporte e lazer, entre outros, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 CEUs, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. Dessa forma, as obras devem ser iniciadas até agosto de 2013 e concluídas até o final de 2014. Neste momento, 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Já no Programa Mais Cultura, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de

execução. Estes projetos envolvem ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes. Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e há previsão para a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

Outra iniciativa do Ministério da Cultura, o programa Usinas Culturais, também tem por finalidade a realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente: o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. Em 2012 o programa Usinas Culturais selecionou 68 propostas, tendo sido assinados 15 novos convênios. Os municípios têm até junho de 2013 para dar início às obras. Até julho de 2014 todas as Usinas Culturais estarão em funcionamento.

Além disso, cerca de 48 emendas parlamentares foram aprovadas em 2012 e encontram-se em fase de conveniamento. As emendas destinam-se a construção, reformas e adequações de espaços, bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para espaços culturais.

Vale ressaltar, por fim, que em 2009, por meio do PAC 1, havia sido realizado acordo para repasse de recursos do Ministério da Cultura para o Ministério das Cidades implantarem 12 espaços denominados Mais Cultura PAC. Como resultado, em 2012 foram inaugurados 03 destes espaços. Tem-se a previsão de inauguração de mais 04 espaços em 2013.

Metas 2012-2015

- **Implantar e induzir a gestão 240 Espaços Mais Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e se prevê a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	240	unidade	3	31/12/2012

- **Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

  Quantidade alcançada

  360

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1.000	unidade	360	31/12/2012

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem como missão e prática de trabalho a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira. É um centro de produção de conhecimento, de acumulação de saber, de pesquisas – realizadas por vezes com a colaboração de instituições afins – cujos resultados e produtos são divulgados através de livros e revistas científicas. Ela mantém igualmente uma atividade de premiação de pesquisadores que trabalham com os seus acervos.

Com relação ao desenvolvimento de uma política nacional capaz de articular os campos de Cultura e Educação, ampliando e qualificando a produção e difusão de conhecimento nestas áreas, a realização de pesquisa-ação envolvendo cinco seminários macroregionais (contando com a participação de arte-educadores, professores, estudantes, gestores públicos, artistas, educadores populares, lideranças comunitárias, bibliotecários, entre outros) sintetiza os esforços realizados para o delineamento de diretrizes para a política. Destaca-se, ainda, a pactuação, com o Ministério da Educação, de 52 mil vagas para cursos técnicos e profissionalizantes em áreas referentes à cultura e artes, a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Metas 2012-2015

- **Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Mais Cultura nas Escolas consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas, contempladas com o Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador, e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais.

  Em 2012 foram disponibilizados conceitos, metodologias de mobilização e implementação, instrumentos de monitoramento e manual de orientações para adesão ao programa. Construiu-se também uma cartografia social colaborativa, em plataforma livre, contendo espaços culturais (pontos de cultura, centros culturais, bibliotecas, museus, entre outros) existentes no entorno de escolas públicas que estão implementando educação integral. A plataforma contém cerca de 50 mil registros e pode ser acessada através do endereço eletrônico http://culturaeduca.cc/, constituindo subsídio importante para a implementação do Programa Mais Cultura nas Escolas.

  Serão selecionados 5 mil projetos para serem desenvolvidos em 5 mil escolas, e cada um deles será contemplado com valores entre R$ 20 mil e R$ 22 mil, variáveis conforme o número de alunos registrado no último censo escolar. Os recursos serão repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em parcela única. Valor total da ação: R$ 100 milhões, com recursos oriundos do Ministério da Educação.

- **Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 teve continuidade a implementação da agenda de publicações da Fundação Cultural Rui Barbosa, que viabilizou a edição de quatorze obras literárias de particular relevância para o desenvolvimento da cultura brasileira. Dentre estas destacam-se: os números 4 e 5 da revista interdisciplinar (Literatura, Filologia, História,Direito, Políticas Públicas, Ciência Política) Escritos; os Anais do III Seminário de Políticas Culturais; II Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas (série Aconteceu); O civilista; Centenário de Haia (série Estudos).

  Quantidade alcançada

  64

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	316	unidade	64	31/12/2012

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	185,1	30/03/2012	221

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos - Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal: as informações referentes a estes indicadores não foram incluídas no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic/IBGE 2011, de forma que não há, até o momento, apuração mais recente que os índices de referência.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- EDUCAÇÃO: Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.

- PROTEÇÃO SOCIAL: Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.

- SAÚDE: Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte concentrou seus esforços na criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como no fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo (PST) padrão e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Assim, foram tramitadas parcerias com 22 prefeituras, duas secretarias estaduais e duas universidades, sendo uma estadual e uma federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos. Em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

Quantidade alcançada

1.093.794

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	287.129	14/02/2013
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	57.664	14/02/2013
Região Nordeste	2.033.595	unidade	316.924	14/02/2013
Região Norte	887.638	unidade	118.960	14/02/2013
Região Sudeste	2.961.661	unidade	234.898	14/02/2013
Região Sul	804.049	unidade	78.128	14/02/2013

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos

grandes eventos. Os programas já desenvolvidos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, são efetivos legados sociais e em 2012 já atendiam a mais de 3 milhões de beneficiários. O desafio é potencializar o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Com relação ao esporte escolar, em 2012 também foi apoiado um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no esporte universitário, apoiou-se 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, foram realizados os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos, aconteceu a Assembleia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio+20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Vale ainda citar a constituição de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a reflexão sobre os "Legados do Esporte Brasileiro". O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários estados brasileiros para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

Até 2011, o Vida Saudável foi considerado um tipo de núcleo do PELC. Já em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente adultos com idade a partir de 45 anos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, desenvolveu-se em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Foram tramitadas 31 parcerias com 28 prefeituras e três entidades federais, com estimativa de atendimento a mais de 82 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Ademais, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, no Vida Saudável foi apurado em 2012 o atendimento a 34.000 beneficiados, em 17 núcleos, atendendo a 8 mil beneficiados na região Nordeste, 12 mil na região Sudeste; 6 mil na região Centro-Oeste; 4 mil na região Norte e 4 mil na região Sul. Para os pr· ximos anos, h§ perspectiva de eleva-«o relevante no n¼mero de benefici§rios.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	31	14/02/2013

Região Centro-Oeste	10	unidade	8	14/02/2013
Região Nordeste	42	unidade	12	14/02/2013
Região Norte	12	unidade	0	14/02/2013
Região Sudeste	122	unidade	6	14/02/2013
Região Sul	40	unidade	5	14/02/2013

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Quantidade alcançada

660.000

Data de Referência

14/02/2013

- **Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta

Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “o que se espera com o desenvolvimento dos projetos” a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios.
Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a

Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

  Análise Situacional da Meta

  Das 58 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paralímpicos, o Ministério do Esporte conseguiu atender a 79,3%, já em 2012. Os esforços visando o alcance pleno da meta basearam-se em diversas atividades, tais como: parcerias com os comitês olímpico e paralímpico nacionais, federações e confederações esportivas; formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades; repasses de recursos a outros órgãos da administração pública que também coordenam o esporte de alto rendimento nacional, como o Ministério da Defesa; apoio a realização de eventos, apoio a clubes esportivos, dentre outros.

  Quantidade alcançada

  79,31

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal).**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação ao controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol, houve mudança de estratégia e encontra-se em desenvolvimento novo projeto objetivando a elaboração de estudos de novos procedimentos para o aprimoramento dos laudos técnicos, exigidos pelo Decreto nº 6.795, que regulamenta o artigo 23 do Estatuto do Torcedor, e a classificação dos estádios de futebol conforme suas condições de segurança e conforto. Estes estudos objetivam a aferição das condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos estádios brasileiros, a partir da análise estatística dos dados e laudos técnicos emitidos e de informações obtidas em visitas técnicas a 152 estádios de futebol.

  Para efetivação do cadastramento, foram realizados encontros nacionais com as torcidas organizadas com o objetivo de avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol, bem como ampliar o diálogo entre Governo Federal e torcidas organizadas visando a pacificação nos eventos de futebol. Participaram dos eventos dirigentes de torcidas de todas as regiões do Brasil, representantes das polícias militares dos estados, Ministério Público e a imprensa especializada. Além disso, foram realizadas reuniões com representantes do ministério público dos estados (RJ, RS, PE e SP), federações estaduais de futebol, polícia militar e torcidas organizadas, visando a identificação das ações em execução, experiências e dificuldades operacionais com objetivo de subsidiar a uniformização de procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor.

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Programa Bolsa Atleta atendeu a 4.213 atletas. Este número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiam aos requisitos necessários, cabendo informar que os atletas que não foram contemplados são aqueles que não entregaram a documentação necessária em tempo hábil. Ressalta-se ainda que estes foram comunicados por meio de correio eletrônico sobre as pendências identificadas. Durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em 100% das modalidades em que foram conquistadas as 43 medalhas da delegação brasileira, houve participação de bolsistas do Programa Bolsa Atleta.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

A autonomia das entidades de administração do futebol é estabelecida por lei e requer estudos preliminares aprofundados para que não haja interferência direta na gestão do futebol profissional. Estão sendo realizadas reuniões com clubes e entidades relacionadas ao futebol para elaboração de modelos de gestão e estrutura de governança, visando o desenvolvimento do futebol profissional, a defesa dos direitos do torcedor e o estímulo da atividade econômica relacionada ao futebol.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

Por meio de transferências de recursos em diversas modalidades, o Ministério do Esporte estimulou e apoiou a formação de atletas e árbitros, conforme a meta estabelecida, promovendo a participação de atletas, técnicos, dirigentes, professores de educação e gestores esportivos em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos tecnológicos e esportivos e outros tipos de transmissão de conhecimento. A modalidade de apoio depende de cada tipo de demanda, podendo ser: formalização de convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpicos e paralímpico nacionais; apoio à realização de eventos; construção e reforma de ginásios e pistas de atletismo; dentre outros.

- **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A gestão das Entidades Nacionais de Administração do Desporto (ENADs) está ligada à profissionalização das funções de coordenação, gerenciamento, supervisão técnica e de técnico esportivo. O Ministério do Esporte apoiou, em cerca de 70% dos convênios, a contratação de profissionais para que os resultados organizacionais e esportivos fossem compatíveis com os valores repassados. Com essa modalidade de apoio, está sendo estimulada a gestão profissional nas ENADs.

- **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

Com apoio do Ministério do Esporte foi realizada, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, a Copa Libertadores de Futebol Feminino, com objetivo de estimular e fomentar a participação de equipes brasileiras em eventos do futebol. A competição foi realizada em três cidades sede no Estado de Pernambuco (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Eventos internacionais trazidos para o território nacional auxiliam a promoção do futebol feminino, estimulam a criação de equipes regionais, despertam o interesse de novos atletas, bem como aproximam os torcedores dessa modalidade de futebol no cenário nacional. Também foram realizadas diversas reuniões com a Confederação Brasileira

de Futebol no sentido de criar mecanismos para o desenvolvimento da modalidade em todo o território brasileiro.

- **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte está estruturando iniciativas de integração e alinhamento dos Centros de Treinamento, de forma a estruturar a Rede Nacional de Treinamento para o esporte de alto rendimento. Em razão da complexidade do desafio, várias iniciativas preliminares estão sendo executadas. São elas:

. A implementação do Plano Brasil Medalhas, a partir do qual haverá integração das confederações com os maiores centros de treinamento nacionais e internacionais, possibilitando troca de experiências, realização de treinamentos e clínicas esportivas, com o objetivo de desenvolver o esporte nacional.

. A formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento, cujo diagnóstico está em fase de desenvolvimento por meio da parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

. O fomento aos centros de treinamentos nacionais, estruturando locais com infraestrutura necessária para o desenvolvimento do esporte.

. A estruturação de plataforma de inteligência esportiva, de forma a mapear a infraestrutura esportiva com a divisão entre centros de treinamentos por atuação e modalidade; acompanhamento do desenvolvimento esportivo dos atletas, em especial seus resultados e o desenvolvimento de seu treinamento; e pesquisa e desenvolvimento do esporte, com a divulgação de questões técnico-científicas relativas às modalidades, viabilizando seu desenvolvimento, comunicação e disseminação das informações.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

A preparação para o evento envolve a realização de investimentos públicos e privados para viabilizar uma infraestrutura adequada (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos), a disponibilização de serviços essenciais para a realização do evento (segurança, estrutura turística, telecomunicações e energia) e a elaboração e execução de planos para a operação dos serviços públicos durante os jogos (operação aeroportuária e portuária, operação de transporte e mobilidade urbana, operação diferenciada no fornecimento de energia e telecomunicações, operação planejada de segurança, saúde, prevenção e emergência, etc.), além de iniciativas governamentais voltadas à potencialização dos efeitos positivos do evento, proporcionando legados econômicos, sociais e culturais.

O Ministério do Esporte é coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, principais instâncias governamentais responsáveis pela preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014. A prioridade é o monitoramento da execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as responsabilidades de cada um dos entes federados para a execução das medidas conjuntas e projetos relevantes para a realização do Mundial, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

Os empreendimentos de infraestrutura e serviços previstos na Matriz de Responsabilidade somam até o momento R$ 26 bilhões, dos quais R$ 15,2 bilhões são financiamentos ou recursos federais. Com relação aos estádios, os de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador já foram inaugurados, outros três estarão concluídos para a Copa das Confederações e os outros seis serão entregues até seis meses antes da Copa do Mundo. Na mobilidade urbana (veículos leves sobre trilhos, BRTs, corredores e vias, estações, terminais, etc.), um dos mais importantes legados para a população, 45 dos 53 projetos estavam em andamento ao final de 2012. Na área de aeroportos, estão previstos 30 empreendimentos, contemplando a

reforma e construção de novos terminais de passageiros, pistas, pátios para aeronaves e torres de controle, sendo que 9 desses empreendimentos foram concluídos em 2012. Há ainda seis portos em obras. Estão também em execução diversos projetos na área de telecomunicações (expansão da rede de fibra ótica e implantação de equipamentos e sistemas), turismo (infraestrutura, qualificação profissional e expansão da rede hoteleira) e segurança (aquisição de equipamentos, implantação de Centros Integrados de Comando e Controle, além de ações de defesa e planos de contingência).

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

  Análise Situacional da Meta

  O programa Brasil Voluntário, com objetivo de oferecer suporte ao programa de voluntariado da FIFA, definiu como meta a mobilização de 50 mil candidatos, dentre os quais serão selecionados e formados 7 mil voluntários para atuar na Copa das Confederações, evento teste preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014. O cronograma de execução prevê a seleção de 13 mil inscritos para que estes participem da primeira etapa da capacitação, via educação à distância. A segunda etapa de capacitação (processo de formação presencial) contemplará então os 7 mil voluntários escolhidos, tendo em vista a realização da Copa das Confederações em junho de 2013.

- **Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas**

  Análise Situacional da Meta

  Para coordenação dos esforços de preparação do país para a Copa do Mundo de 2014 foram criados as seguintes instâncias: Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), Grupo Executivo da Copa (GECOPA), Comitê de Responsabilidades e Câmaras Temáticas Nacionais. O Ministério do Esporte é responsável pela coordenação tanto do CGCOPA como do GECOPA.

  O CGCOPA tem a atribuição de estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como supervisionar os trabalhos do Grupo Executivo.

  A função do GECOPA é instituir o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do referido Plano, coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal ou financiadas com recursos da União e, por fim, acompanhar a execução dessas atividades.

  O Comitê de Responsabilidades é o fórum de relacionamento entre a União, estados e municípios. Cada município e estado-sede indica representante responsável por centralizar e uniformizar as informações necessárias para o monitoramento das ações e para a tomada de decisão tempestiva sobre os pontos de atenção identificados.

  As Câmaras Temáticas Nacionais, coordenadas por órgãos do Governo Federal, são espaços de discussão de políticas públicas e soluções técnicas dos quais participam representantes do Governo Federal, das cidades-sede (estados e municípios) e, se necessário, representantes da sociedade civil. Em cada uma das doze cidades-sede dos jogos funcionam comissões integradas por representantes dos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

  Além dessas instâncias, o GECOPA estabeleceu fóruns técnicos responsáveis pela realização das atividades do Governo Federal na preparação da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. As Câmaras Temáticas tem como objetivo propor políticas públicas para temas relacionados às competições (meio ambiente e sustentabilidade; saúde; transparência; desenvolvimento turístico, acomodações e cultura; educação, trabalho e ação social). Já os grupos de trabalho são responsáveis pela definição de planos operacionais para os eventos (acomodações

e receptivos; transporte e mobilidade; telecomunicações; aeroportos; energia; segurança; comunicação e promoção; saúde; voluntariado; monitoramento da venda de ingressos e acesso aos estádios).

- **Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte publicou Edital de Chamada Pública, com objetivo de selecionar projetos para integrarem a Programação Oficial do Governo Federal na Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA de 2014. Os projetos foram selecionados conforme a aderência a três eixos previamente definidos : negócio, turismo e sócio-cultural. A seleção contemplou um total de 96 projetos, que receberam chancela certificadora de sua condição de integrantes da Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil pela Copa do Mundo FIFA de 2014.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

07/03/2013

- **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realiza análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo, em conjunto com os governos locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. São realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede, quando são atualizados datas e valores, assim como debatidos os resultados de ações, restrições e providências para a conclusão tempestiva das obras. O conjunto das informações é parte integrante do Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Os Balanços são publicados periodicamente no Portal da Copa (www.copa2014.gov.br).

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Em 2016, o Brasil sediará pela primeira vez os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, espera-se mais de 10.500 atletas de aproximadamente 200 nações, disputando 44 modalidades esportivas. Já, para os Jogos Paralímpicos, estima-se receber mais de 4.200 atletas, de 150 países, que competirão em 21 modalidades.

Os Jogos são uma oportunidade para elevar o país ao patamar de potência olímpica, estimular a cadeia produtiva do esporte, aumentar o número de visitantes estrangeiros e incrementar o turismo nacional, atrair mais investimentos externos e fortalecer a imagem do país como economia forte. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, com apoio e financiamento federal, passará por importantes transformações urbanas.

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO). No âmbito do Governo Federal, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo, assim como o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações. As duas instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Para preparação, promoção e realização dos Jogos, foram estabelecidos, por termos de cooperação, os compromissos para

execução pelo Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, como detalhado a seguir.

Metas 2012-2015

- **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando a definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos. Ao longo de 2012, a APO atuou no acompanhamento das instâncias constituídas pelos entes federados para a implementação dos projetos relacionados aos Jogos, participando dos encaminhamentos.

No âmbito do Governo Federal, aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Também foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo CGOLIMPÍADAS. Ambas as instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Outras iniciativas do Governo Federal, com o objetivo de garantir a eficiente atuação na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, são:
. Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com a instalação de duas equipes dedicadas ao acompanhamento dos projetos;
. Desenvolvimento de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
. Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO; e
. Termo de Cooperação para descentralização de crédito, em favor da UFRJ, para, entre outros pontos, financiar a construção do Laboratório de Controle de Dopagem e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LABDOP/LADETEC), onde serão realizados os testes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

- **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta

A implantação e modernização da infraestrutura esportiva para a realização dos Jogos é uma responsabilidade das três esferas de governo. Foi estabelecido, por termos de cooperação, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), compreendendo estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio de Janeiro. Sob o encargo do Município do Rio de Janeiro está a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando o estádio de handebol, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático. O Governo Federal apoiará os governos locais para a implantação desses equipamentos, assim como outros investimentos que contribuem para a geração e ampliação do legado esportivo.

Durante o ano de 2012, vários projetos relacionados aos jogos foram analisados e tiveram suas execuções autorizadas, através da assinatura de termos de cooperação, contratos de repasse e convênios com entes federais, estaduais e

municipais. Os projetos foram direcionados para a reforma, ampliação e construção de novos centros de atletismo, implantação do Centro de Excelência de Hipismo, Centro de Treinamento Paralímpico, Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Tênis de Alto Rendimento, implantação de estrutura completa, montagem e equipagem do Centro do Desenvolvimento de Handebol, construção de Pista de Ciclismo – BMX, Centro Pan-Americano de Judô de Lauro de Freitas, Centro Nacional de Tiro Esportivo de Deodoro, Arena de Hipismo e Combinado e Centro Aquático do Pentatlo Moderno e, ainda, ginásios poliesportivos.

Outro projeto que se iniciou em 2012 foi a criação dos Centros de Iniciação ao Esporte. Tal projeto se concretizará em 2013, e contemplará mais de 300 centros em todo o país.

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INCIATIVAS

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**309.409.371**	**313.993.936**	**312.910.151**
Despesas Correntes	309.138.832	313.677.173	312.867.564
Despesas de Capital	270.540	316.764	42.587
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**309.409.371**	**313.993.936**	**312.910.151**

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HT	1.500.000	1.200.000	337.931	324.229	320.261
2564	140.100.000	140.100.000	140.000.000	124.120.723	124.120.723
Total	**141.600.000**	**141.300.000**	**140.337.931**	**124.444.953**	**124.440.984**

- **00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	3.722.413	2.997.931	1.252.491	607.681	584.660
20HQ	2.500.000	2.500.000	961.568	931.125	928.399
Total	**6.222.413**	**5.497.931**	**2.214.059**	**1.538.806**	**1.513.059**

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116V	169.850.000	216.850.000	139.250.000	22.918.017	21.494.103
20EI	840.000	764.000	594.283	594.197	501.822
2593	669.734.512	778.374.630	734.488.431	643.037.822	616.729.268
8869	79.714.500	73.047.833	54.887.959	18.402.839	17.441.813
Total	**920.139.012**	**1.069.036.463**	**929.220.673**	**684.952.876**	**656.167.006**

- **00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	17.680.000	15.912.000	14.971.785	14.814.507	14.814.507

2290	455.631	410.068	187.151	187.151	187.151
2294	21.500.000	32.800.000	29.713.281	27.491.974	23.571.708
Total	**39.635.631**	**49.122.068**	**44.872.217**	**42.493.632**	**38.573.366**

- **00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
009W	1.268.400.000	1.543.910.854	1.540.955.239	1.485.149.342	1.388.355.239
0E81	239.868.185.859	240.411.726.121	239.976.151.675	239.976.003.696	226.977.866.560
0E82	66.433.656.784	70.042.322.849	70.042.142.163	70.042.137.380	68.539.559.406
2292	453.907.005	432.434.129	432.434.129	354.452.384	354.452.384
2582	1.000.000	1.000.000	1.000.000	761.561	761.561
Total	**308.025.149.648**	**312.431.393.953**	**311.992.683.206**	**311.858.504.362**	**297.260.995.150**

- **00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HR	1.837.400	1.539.920	970.250	949.183	918.407
2587	3.700.000	3.700.000	3.640.673	3.341.600	3.341.600
2A57	25.891.990	22.891.990	21.180.807	16.167.682	12.809.353
4405	97.559.463	124.315.409	111.317.983	99.665.772	94.141.728
4641	20.299.915	20.002.435	18.812.515	5.535.106	5.535.106
Total	**149.288.768**	**172.449.754**	**155.922.228**	**125.659.343**	**116.746.194**

- **00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2591	35.473.057	40.473.057	38.031.787	37.015.633	36.288.609
Total	**35.473.057**	**40.473.057**	**38.031.787**	**37.015.633**	**36.288.609**

- **00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2563	5.826.235	6.373.858	5.182.669	5.134.915	5.129.098
Total	**5.826.235**	**6.373.858**	**5.182.669**	**5.134.915**	**5.129.098**

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HS	100.000	100.000	0	0	0
2585	18.592.500	18.592.500	17.012.690	10.655.899	8.631.715
Total	**18.692.500**	**18.692.500**	**17.012.690**	**10.655.899**	**8.631.715**

- **00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2562	8.000.000	8.000.000	5.390.283	5.352.997	5.348.285
8452	6.485.330	5.836.797	2.985.634	2.980.818	2.978.490
Total	**14.485.330**	**13.836.797**	**8.375.917**	**8.333.814**	**8.326.775**

- **00RE - Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GO	8.420.643	8.661.787	8.661.787	8.561.812	8.561.812
2276	1.806.416	1.806.416	1.552.796	1.552.796	1.531.130
2592	956.150	764.920	466.987	444.640	444.640
Total	**11.183.209**	**11.233.123**	**10.681.570**	**10.559.248**	**10.537.582**

- **00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2274	40.629.451	33.629.451	779.710	779.710	300.938
2304	100.000	100.000	100.000	0	0
2A43	202.171	202.171	15.177	0	0
8426	743.700	594.960	77.725	77.725	77.725
Total	**41.675.322**	**34.526.582**	**972.612**	**857.435**	**378.663**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**40.439.266**	**41.157.542**	**39.959.581**
Despesas Correntes	40.415.355	41.116.767	39.956.534
Despesas de Capital	23.911	40.775	3.047
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**40.439.266**	**41.157.542**	**39.959.581**

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WU - Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JX	247.010	247.010	0	0	0
6405	1.500.000	1.200.000	148.117	148.117	148.117
Total	**1.747.010**	**1.447.010**	**148.117**	**148.117**	**148.117**

- **00WX - Certificação de competências profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6638	2.129.400	1.703.520	0	0	0
Total	**2.129.400**	**1.703.520**	**0**	**0**	**0**

- **00WZ - Concessão dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0217	12.892.175	12.892.175	0	0	0
0581	13.221.710.736	12.637.238.618	12.336.499.477	12.266.499.477	12.266.499.477
0583	24.694.542.330	25.690.289.951	25.690.289.951	25.390.289.951	25.390.289.951
0585	1.614.291.616	1.892.543.744	1.892.543.744	1.892.543.744	1.859.353.570
0653	27.196.322	27.196.322	27.196.322	27.196.322	27.196.322
0686	4.808.166	4.808.166	3.724.536	3.562.194	3.562.194
4783	7.919.106	7.919.106	7.875.000	2.877.567	2.877.567
4784	37.972.317	37.972.317	37.871.196	35.962.687	35.959.529
Total	**39.621.332.768**	**40.310.860.399**	**39.996.000.226**	**39.618.931.942**	**39.585.738.610**

- **00X0 - Consolidação do Portal MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4741	5.823.327	5.823.327	5.823.327	5.809.583	5.809.583
Total	**5.823.327**	**5.823.327**	**5.823.327**	**5.809.583**	**5.809.583**

- **00X3 - Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em todo o território nacional, inclusive mediante ações voltadas para grupos específicos de trabalhadores, e aprimoramento de mecanismos de identificação do trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2553	22.976.850	22.891.214	18.907.840	7.069.620	7.036.843
Total	**22.976.850**	**22.891.214**	**18.907.840**	**7.069.620**	**7.036.843**

- **00X4 - Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GH	21.187.342	21.187.342	21.187.341	0	0
Total	**21.187.342**	**21.187.342**	**21.187.341**	**0**	**0**

- **00X7 - Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JU	1.046.271	1.046.271	150.000	73.948	73.948
20JV	15.000.000	12.000.000	0	0	0
20JW	10.711.200	8.568.960	0	0	0
4725	105.536.756	93.567.405	4.540.000	0	0
4728	57.403.478	57.403.478	53.876.825	2.426.422	2.241.022
Total	**189.697.705**	**172.586.114**	**58.566.825**	**2.500.370**	**2.314.970**

- **00XC - Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JT	128.644.514	152.569.157	140.984.833	33.668.332	31.265.046
Total	**128.644.514**	**152.569.157**	**140.984.833**	**33.668.332**	**31.265.046**

- **00XD - Monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JY	2.002.581	2.002.581	20.512	20.512	20.512
Total	**2.002.581**	**2.002.581**	**20.512**	**20.512**	**20.512**

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XM - Realização de estudos, pesquisas e eventos visando ao aprimoramento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, bem como orientação e suporte à execução e ao funcionamento do Codefat, do Grupo Técnico do Codefat, das comissões de emprego e da Secretaria Executiva do Codefat**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C43	9.350.260	9.416.927	7.695.363	1.335.181	1.335.181
Total	**9.350.260**	**9.416.927**	**7.695.363**	**1.335.181**	**1.335.181**

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XX - Operacionalização, acompanhamento, controle, avaliação, estudos e divulgação dos depósitos especiais do FAT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8617	1.196.492	1.196.492	1.196.492	1.192.116	1.192.116
Total	**1.196.492**	**1.196.492**	**1.196.492**	**1.192.116**	**1.192.116**

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YE - Concessão de financiamento de crédito produtivo orientado a micronegócios, bem como assessoria empresarial aos microempreendedores populares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00JO	345.100.000	365.100.000	321.652.637	227.206.290	227.206.290
Total	**345.100.000**	**365.100.000**	**321.652.637**	**227.206.290**	**227.206.290**

- **00YH - Fomento ao desenvolvimento institucional das entidades de microcrédito, com foco nas áreas operacional, gestão, governança, estudos e consultorias para avaliação do setor, bem como a promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas afetas ao microcrédito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B12	1.200.000	1.200.000	0	0	0
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YJ - Execução de fiscalizações do cumprimento de atributos de legislação trabalhista e arrecadação do FGTS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2628	14.853.000	14.853.000	13.083.512	12.783.832	12.783.417
4785	4.500.000	4.500.000	2.828.739	2.803.310	2.801.577
Total	**19.353.000**	**19.353.000**	**15.912.251**	**15.587.141**	**15.584.994**

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YT - Elaboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A63	1.000.000	1.000.000	943.511	934.287	933.212
6536	210.000	210.000	178.514	123.785	123.785
Total	**1.210.000**	**1.210.000**	**1.122.025**	**1.058.071**	**1.056.997**

- **00YU - Execução das inspeções dos ambientes de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2690	3.200.000	3.200.000	3.084.999	3.067.161	3.062.657
Total	**3.200.000**	**3.200.000**	**3.084.999**	**3.067.161**	**3.062.657**

- **00YV - Execução das operações de auditoria em obras de infraestrutura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JM	948.000	948.000	898.702	896.065	896.065
Total	**948.000**	**948.000**	**898.702**	**896.065**	**896.065**

- **00YW - Investigação dos acidentes de trabalho, em especial os graves e fatais e encaminhamento de relatórios às Procuradorias Regionais Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JL	300.000	300.000	85.061	81.862	81.862
Total	**300.000**	**300.000**	**85.061**	**81.862**	**81.862**

- **00YZ - Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YW	0	666.500	0	0	0
4714	2.310.000	2.310.000	2.208.875	1.315.609	1.315.609
4722	1.350.000	1.350.000	316.825	250.608	250.608
4814	1.130.000	1.130.000	1.113.832	1.104.979	1.104.979
Total	**4.790.000**	**5.456.500**	**3.639.532**	**2.671.195**	**2.671.195**

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JK - Fiscalizar empregadores inscritos no Programa de Alimentação do Trabalhador e cancelar a inscrição daqueles que não atendem aos parâmetros nutricionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

0554	8.000	8.000	0	0	0
Total	**8.000**	**8.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JM - Acompanhamento, prevenção e solução de conflitos trabalhistas por meio da mediação coletiva e da assistência e homologação da rescisão de contrato de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2603	235.816	235.816	115.888	115.887	115.887
Total	**235.816**	**235.816**	**115.888**	**115.887**	**115.887**

- **03JN - Aperfeiçoamento e disponibilização de funcionalidades e subsistemas no Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), oferecendo informações de interesse da sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1B41	300.000	300.000	77.292	49.410	49.410
Total	**300.000**	**300.000**	**77.292**	**49.410**	**49.410**

- **03JP - Capacitação e disseminação de conhecimentos sobre relações de trabalho, visando ao fortalecimento dos atores sociais e dos servidores públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4782	1.116.134	1.116.134	511.210	507.972	507.972
Total	**1.116.134**	**1.116.134**	**511.210**	**507.972**	**507.972**

- **03JQ - Criação e manutenção de espaços no MTE de discussão de avanços nas relações de trabalho brasileiras, visando à atualização da legislação trabalhista e sindical e à institucionalização do diálogo social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YV	0	46.667	0	0	0
8852	248.050	248.050	41.686	41.686	41.686
Total	**248.050**	**294.717**	**41.686**	**41.686**	**41.686**

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JR - Aprimoramento dos marcos normativos, institucionais e de procedimentos para política laboral de imigração e emigração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2599	1.119.167	1.119.167	799.431	748.512	748.512
Total	**1.119.167**	**1.119.167**	**799.431**	**748.512**	**748.512**

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JV - Aprimorar a infraestrutura de sistemas de informação de apoio à fiscalização do trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4767	7.000.000	7.000.000	6.999.630	5.714.419	5.714.419
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**6.999.630**	**5.714.419**	**5.714.419**

- **03JY - Fortalecer e consolidar o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola enquanto espaço centralizador das informações sobre o trabalho e os trabalhadores do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8885	500.000	508.333	0	0	0
Total	**500.000**	**508.333**	**0**	**0**	**0**

- **03K0 - Institucionalizar, estruturar e equipar o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8093	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **03K2 - Manutenção, atualização e distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações, e realização de estudos e pesquisas associados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4245	2.095.646	2.514.775	2.457.146	2.367.176	2.367.176
Total	**2.095.646**	**2.514.775**	**2.457.146**	**2.367.176**	**2.367.176**

- **03K3 - Manutenção e aprimoramento dos registros administrativos RAIS e CAGED, buscando a melhoria da qualidade, aumento da cobertura e segurança das informações declaradas, por meio da adoção constante de melhorias tecnológicas, implantação de novas críticas e funcionalidades aos sistemas, bem como a ampliação da utilização da Certificação Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2621	9.425.739	9.425.739	9.399.565	5.751.760	5.751.760
2624	20.027.730	20.027.730	19.007.861	18.623.064	18.623.064
Total	**29.453.469**	**29.453.469**	**28.407.425**	**24.374.824**	**24.374.824**

- **03K4 - Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego, e consolidação do Sistema Estatístico PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em parceria com o Dieese**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4812	7.700.000	9.240.000	6.107.392	2.569.817	2.069.817
Total	**7.700.000**	**9.240.000**	**6.107.392**	**2.569.817**	**2.069.817**

- **03K5 - Realização de estudos e pesquisas para apoio e gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ST	3.800.000	3.800.000	1.499.524	0	0
Total	**3.800.000**	**3.800.000**	**1.499.524**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KG - Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C45	3.000.000	3.000.000	2.128.017	1.848.003	1.848.003
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.128.017**	**1.848.003**	**1.848.003**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**73.103.422**	**75.178.418**	**60.620.594**
Despesas Correntes	65.345.302	65.462.609	59.809.339
Despesas de Capital	7.758.119	9.715.809	811.255
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.687**	**1.687**	**2**
Totais	**73.105.109**	**75.180.105**	**60.620.596**

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8735	10.000.000	10.000.000	9.245.678	5.522.751	5.495.951
Total	**10.000.000**	**10.000.000**	**9.245.678**	**5.522.751**	**5.495.951**

- **02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8759	232.000.000	236.000.000	231.999.304	168.833.551	155.285.072
Total	**232.000.000**	**236.000.000**	**231.999.304**	**168.833.551**	**155.285.072**

- **02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8758	284.500.000	294.500.000	279.708.103	244.878.755	233.778.853
Total	**284.500.000**	**294.500.000**	**279.708.103**	**244.878.755**	**233.778.853**

- **02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8755	107.500.000	110.666.667	106.829.757	74.824.839	72.607.479
Total	**107.500.000**	**110.666.667**	**106.829.757**	**74.824.839**	**72.607.479**

- **02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6217	687.300.000	809.233.333	674.211.123	512.401.042	502.861.475
Total	**687.300.000**	**809.233.333**	**674.211.123**	**512.401.042**	**502.861.475**

- **02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6148	751.245.800	826.245.800	716.325.800	716.225.800	716.225.800
Total	**751.245.800**	**826.245.800**	**716.325.800**	**716.225.800**	**716.225.800**

- **02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09LP	200.000.000	266.666.667	200.000.000	0	0
6516	56.000.000	56.370.000	55.764.069	17.143.745	15.606.505
7690	51.310.834	61.310.834	46.598.927	11.829.516	11.829.516
Total	**307.310.834**	**384.347.501**	**302.362.996**	**28.973.260**	**27.436.020**

- **02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8721	100.000.000	122.041.333	77.947.169	73.754.411	73.754.411
Total	**100.000.000**	**122.041.333**	**77.947.169**	**73.754.411**	**73.754.411**

- **02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	52.400.000	73.150.000	50.400.000	0	0
Total	**52.400.000**	**73.150.000**	**50.400.000**	**0**	**0**

- **02PR - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6181	34.600.000	34.600.000	11.949.020	3.541.502	3.541.502
Total	**34.600.000**	**34.600.000**	**11.949.020**	**3.541.502**	**3.541.502**

- **02PS - Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6176	15.000.000	15.000.000	12.739.282	3.039.867	3.039.867
6177	10.000.000	9.000.000	7.887.256	6.407.300	6.407.300
Total	**25.000.000**	**24.000.000**	**20.626.538**	**9.447.167**	**9.447.167**

- **02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B1	13.200.000	13.200.000	10.915.000	5.656.180	5.656.180
8527	1.800.000	1.800.000	1.800.000	26.527	26.527

Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**12.715.000**	**5.682.707**	**5.682.707**

- **02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12L5	498.000.000	942.466.667	556.299.532	110.314.380	110.314.380
20AD	8.310.000.000	8.128.167.000	8.128.167.000	8.065.567.433	8.065.567.433
20G8	587.000.000	643.666.667	497.666.336	188.926.368	149.500.549
20SP	74.000.000	80.666.667	32.511.555	1.407.689	1.407.689
4324	12.000.000	12.185.000	11.997.534	2.844	2.844
4525	89.420.000	89.420.000	40.685.746	9.555.920	9.555.920
7666	243.000.000	325.566.939	79.254.247	28.126.168	28.126.168
7833	23.050.000	25.966.667	11.200.000	1.500.000	1.500.000
8535	2.542.726.499	2.768.926.108	831.306.778	152.618.740	152.618.740
8573	145.950.000	145.950.000	94.572.766	51.009.826	51.009.440
8577	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	4.404.566.941	4.404.507.599
8581	2.800.375.999	2.971.957.668	684.875.305	166.803.986	166.803.986
8585	33.865.455.227	34.113.964.898	34.095.456.762	33.291.071.178	33.230.236.496
8730	227.450.000	267.283.333	171.952.610	142.400.372	142.097.258
8752	8.000.000	8.000.000	2.883.964	1.075.000	1.075.000
8762	2.400.000	2.400.000	2.400.000	500.000	500.000
Total	**53.850.827.725**	**54.948.587.614**	**49.663.230.136**	**46.615.446.846**	**46.514.823.504**

- **02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8739	6.100.000	6.100.000	6.100.000	3.382.769	3.382.769
Total	**6.100.000**	**6.100.000**	**6.100.000**	**3.382.769**	**3.382.769**

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Q0 - Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6160	17.000.000	17.000.000	12.055.053	7.098.170	7.098.170
Total	**17.000.000**	**17.000.000**	**12.055.053**	**7.098.170**	**7.098.170**

- **02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6138	20.412.000	21.745.334	14.086.945	9.681.130	9.647.272
Total	**20.412.000**	**21.745.334**	**14.086.945**	**9.681.130**	**9.647.272**

- **02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K2	5.000.000	5.333.333	2.329.741	0	0
Total	**5.000.000**	**5.333.333**	**2.329.741**	**0**	**0**

- **02Q5 - Fortalecimento da promoção da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QE	14.910.000	14.910.000	7.645.434	2.147.795	1.963.974
20YJ	0	9.021.667	0	0	0
Total	**14.910.000**	**23.931.667**	**7.645.434**	**2.147.795**	**1.963.974**

- **02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T6	20.000.000	25.000.000	15.208.405	342.564	342.235
8720	9.500.000	9.500.000	7.468.074	1.336.212	936.212
Total	**29.500.000**	**34.500.000**	**22.676.478**	**1.678.776**	**1.278.448**

- **02Q7 - Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K0	2.600.000	2.680.667	2.260.209	1.193.267	1.193.267
20QD	227.600.000	205.200.000	151.359.310	93.707.241	93.707.241
4382	32.880.000	32.880.000	11.957.070	3.938.144	3.934.604
6184	14.000.000	12.600.000	4.095.278	1.701.336	1.701.336
6185	23.000.000	21.300.000	8.004.318	3.323.423	3.323.423
6186	16.000.000	16.000.000	11.901.440	5.226.973	5.226.973
6235	14.300.000	14.300.000	11.859.381	239.000	239.000
Total	**330.380.000**	**304.960.667**	**201.437.006**	**109.329.385**	**109.325.845**

- **02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AC	168.000.000	164.200.000	164.200.000	159.136.728	159.136.728
20AL	1.725.000.000	1.496.000.000	1.495.951.633	1.471.407.155	1.471.362.604
4641	192.000.000	206.000.000	183.000.000	139.771.069	139.771.069
6161	117.360.000	117.360.000	106.519.551	68.194.829	68.191.790
6842	5.100.000	4.600.000	4.342.639	1.308.915	1.307.915
8327	10.500.000	11.940.253	11.071.199	6.319.671	6.319.671
8701	17.500.000	16.250.000	15.307.936	6.635.753	6.635.753
Total	**2.235.460.000**	**2.016.350.253**	**1.980.392.958**	**1.852.774.121**	**1.852.725.531**

- **02Q9 - Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6188	11.000.000	11.000.000	8.933.525	3.960.383	3.960.383
Total	**11.000.000**	**11.000.000**	**8.933.525**	**3.960.383**	**3.960.383**

- **02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3921	59.300.000	69.300.000	26.795.000	0	0
Total	**59.300.000**	**69.300.000**	**26.795.000**	**0**	**0**

- **02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QF	46.510.000	53.176.666	46.346.105	30.655.067	30.655.067
Total	**46.510.000**	**53.176.666**	**46.346.105**	**30.655.067**	**30.655.067**

- **02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	5.000.000	4.500.000	0	0	0
Total	**5.000.000**	**4.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AB	169.500.000	162.596.275	162.596.275	149.368.565	149.368.565
6174	5.500.000	5.766.667	5.497.649	4.874.423	4.874.423
8719	150.000.000	157.743.923	150.695.849	94.007.402	93.904.471
Total	**325.000.000**	**326.106.865**	**318.789.773**	**248.250.390**	**248.147.459**

- **02QG - Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6170	30.135.000	30.135.000	19.304.626	13.636.051	13.538.962
Total	**30.135.000**	**30.135.000**	**19.304.626**	**13.636.051**	**13.538.962**

- **02QH - Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreviníveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6031	1.676.500.000	1.836.199.998	1.823.144.449	1.237.959.706	1.182.135.896
8725	14.500.000	13.050.000	4.852.372	2.326.644	2.326.644
Total	**1.691.000.000**	**1.849.249.998**	**1.827.996.821**	**1.240.286.350**	**1.184.462.540**

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8305	31.000.000	34.422.895	32.969.637	28.878.034	28.878.034
Total	**31.000.000**	**34.422.895**	**32.969.637**	**28.878.034**	**28.878.034**

- **02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	5.000.000	25.000.000	3.900.000	0	0
Total	**5.000.000**	**25.000.000**	**3.900.000**	**0**	**0**

- **02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R4	196.000.000	222.866.664	88.747.112	9.411.418	9.411.418
Total	**196.000.000**	**222.866.664**	**88.747.112**	**9.411.418**	**9.411.418**

- **02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	12.700.000	12.700.000	8.979.377	2.123.892	2.123.172
Total	**12.700.000**	**12.700.000**	**8.979.377**	**2.123.892**	**2.123.172**

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L4	345.840.000	489.693.333	264.211.721	34.013.524	34.013.524
8933	552.072.373	683.739.040	220.445.928	81.140.707	81.140.707
Total	**897.912.373**	**1.173.432.373**	**484.657.649**	**115.154.231**	**115.154.231**

- **02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8761	904.250.000	891.700.000	830.099.897	646.264.170	637.920.170

Total	**904.250.000**	**891.700.000**	**830.099.897**	**646.264.170**	**637.920.170**

- **02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QI	2.850.000	5.250.000	717.151	571.689	571.689
Total	**2.850.000**	**5.250.000**	**717.151**	**571.689**	**571.689**

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6233	13.000.000	13.000.000	3.415.260	2.496.000	2.496.000
Total	**13.000.000**	**13.000.000**	**3.415.260**	**2.496.000**	**2.496.000**

- **02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AI	18.600.000	18.600.000	18.522.704	15.712.083	15.712.083
20B0	188.352.854	120.562.854	63.926.745	21.983.508	21.983.508
Total	**206.952.854**	**139.162.854**	**82.449.449**	**37.695.591**	**37.695.591**

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YL	0	40.000.000	0	0	0
6178	10.000.000	10.000.000	9.235.531	2.699.937	2.699.937
Total	**10.000.000**	**50.000.000**	**9.235.531**	**2.699.937**	**2.699.937**

- **04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YI	0	11.166.667	0	0	0
Total	**0**	**11.166.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização

das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	0	18.588.000	0	0	0
4172	1.000.000	1.000.000	0	0	0
4655	2.000.000	2.333.333	2.000.000	2.000.000	0
8629	66.800.000	86.800.001	78.451.356	24.683.922	24.683.922
Total	**69.800.000**	**108.721.334**	**80.451.356**	**26.683.922**	**24.683.922**

- **02RV - Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q5	2.600.000	2.600.000	2.583.914	1.975.020	1.881.004
8612	209.000.000	180.000.000	84.552.797	8.011.470	8.011.470
Total	**211.600.000**	**182.600.000**	**87.136.711**	**9.986.490**	**9.892.474**

- **02RX - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JZ	17.000.000	17.749.996	17.242.883	15.896.983	15.896.983
8628	305.200.000	358.735.388	346.303.071	163.533.053	162.462.248
Total	**322.200.000**	**376.485.384**	**363.545.954**	**179.430.036**	**178.359.231**

- **02RY - Escola de Governo em Saúde da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q6	3.300.000	3.300.000	3.203.465	2.613.794	2.386.575
Total	**3.300.000**	**3.300.000**	**3.203.465**	**2.613.794**	**2.386.575**

- **02RZ - Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8630	18.400.000	18.400.000	18.903.581	8.484.975	8.484.975
8631	20.500.000	20.500.000	20.283.248	2.431.593	2.431.593
Total	**38.900.000**	**38.900.000**	**39.186.830**	**10.916.568**	**10.916.568**

- **02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q4	12.700.000	13.144.500	12.665.271	8.795.045	8.795.045

Total	**12.700.000**	**13.144.500**	**12.665.271**	**8.795.045**	**8.795.045**

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2016	10.000.000	10.000.000	4.751.680	4.434.232	4.434.232
20YM	0	400.000	0	0	0
8705	28.200.000	28.200.000	12.717.428	5.332.517	5.327.517
8707	8.000.000	8.000.000	4.773.024	3.325.070	3.325.070
Total	**46.200.000**	**46.600.000**	**22.242.132**	**13.091.818**	**13.086.818**

- **02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8287	33.400.000	33.866.667	9.696.624	2.757.644	2.757.644
Total	**33.400.000**	**33.866.667**	**9.696.624**	**2.757.644**	**2.757.644**

- **02S6 - Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8215	1.260.000	1.260.000	179.452	0	0
8709	6.200.000	6.200.000	2.624.236	1.555.537	1.555.537
Total	**7.460.000**	**7.460.000**	**2.803.688**	**1.555.537**	**1.555.537**

- **02S7 - Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YN	0	6.350.000	0	0	0
4380	115.500.000	134.100.000	129.986.676	106.780.571	106.780.571
4388	53.514.000	53.514.000	48.066.235	40.177.594	39.550.367
Total	**169.014.000**	**193.964.000**	**178.052.912**	**146.958.164**	**146.330.938**

- **02S8 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6152	267.000.000	147.863.333	30.939.219	8.368.442	8.363.442
Total	**267.000.000**	**147.863.333**	**30.939.219**	**8.368.442**	**8.363.442**

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S9 - Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP - e a garantia de acesso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8708	8.500.000	9.959.500	4.268.107	3.483.152	3.483.152
Total	**8.500.000**	**9.959.500**	**4.268.107**	**3.483.152**	**3.483.152**

- **02SA - Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	39.000.000	43.900.000	24.056.180	15.792.642	15.778.962
Total	**39.000.000**	**43.900.000**	**24.056.180**	**15.792.642**	**15.778.962**

- **02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8715	18.500.000	19.372.931	12.294.743	9.067.659	9.067.659
8753	8.200.000	4.594.167	3.335.408	574.222	167.469
Total	**26.700.000**	**23.967.098**	**15.630.150**	**9.641.881**	**9.235.128**

- **02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	11.000.000	11.153.333	8.538.976	1.970.731	1.968.503
Total	**11.000.000**	**11.153.333**	**8.538.976**	**1.970.731**	**1.968.503**

- **02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8648	13.000.000	13.000.000	9.556.739	3.272.971	3.272.971
Total	**13.000.000**	**13.000.000**	**9.556.739**	**3.272.971**	**3.272.971**

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AH	25.000.000	27.049.600	24.525.919	24.525.919	24.525.919
Total	**25.000.000**	**27.049.600**	**24.525.919**	**24.525.919**	**24.525.919**

- **02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146V	1.687.153	1.687.153	1.925
Total	**1.687.153**	**1.687.153**	**1.925**

- **02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e "Saúde não tem Preço"**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YR	0	66.667	0	0	0
8415	1.242.000.000	1.548.300.000	1.498.355.346	1.455.555.981	1.455.553.348
Total	**1.242.000.000**	**1.548.366.667**	**1.498.355.346**	**1.455.555.981**	**1.455.553.348**

- **02SU - Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AE	1.162.290.000	1.089.738.725	1.077.448.725	974.442.183	974.442.183
4295	552.300.000	610.633.333	515.602.486	267.560.018	266.870.018
4368	150.600.000	125.600.000	113.456.313	55.347.568	55.125.268
4370	788.400.000	823.600.000	820.430.588	589.653.323	581.942.512
4705	4.000.000.000	4.082.149.999	4.082.149.970	3.775.650.857	3.769.736.957
Total	**6.653.590.000**	**6.731.722.057**	**6.609.088.081**	**5.662.653.949**	**5.648.116.938**

- **02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K5	11.600.000	12.641.052	11.112.060	10.129.228	10.129.228
Total	**11.600.000**	**12.641.052**	**11.112.060**	**10.129.228**	**10.129.228**

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K4	10.500.000	11.400.000	10.500.000	6.000.000	6.000.000
Total	**10.500.000**	**11.400.000**	**10.500.000**	**6.000.000**	**6.000.000**

- **02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6179	20.000.000	23.908.220	22.951.726	20.825.702	20.797.511
Total	**20.000.000**	**23.908.220**	**22.951.726**	**20.825.702**	**20.797.511**

- **02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147V	1.000.000	3.333.333	1.000.000	277.319	277.319
20Q7	6.000.000	6.976.330	5.980.174	4.281.118	4.281.118
Total	**7.000.000**	**10.309.663**	**6.980.174**	**4.558.436**	**4.558.436**

- **02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11PJ	10.000.000	10.200.000	6.230.402	2.577.372	2.577.372
20AQ	2.500.000	2.639.500	2.148.077	738.858	738.858
Total	**12.500.000**	**12.839.500**	**8.378.478**	**3.316.231**	**3.316.231**

- **02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6146	79.500.000	90.790.333	78.970.069	20.750.498	15.922.540
8315	82.000.000	97.966.791	90.596.210	66.669.302	66.217.968
Total	**161.500.000**	**188.757.124**	**169.566.279**	**87.419.800**	**82.140.508**

- **02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K3	15.000.000	15.000.000	14.999.999	7.347.999	7.347.999
Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**14.999.999**	**7.347.999**	**7.347.999**

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8727	37.001.000	35.321.744	33.499.361	24.575.458	24.575.458
Total	**37.001.000**	**35.321.744**	**33.499.361**	**24.575.458**	**24.575.458**

- **02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.000.000	4.000.000	4.000.000	2.853.764	2.853.764
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**4.000.000**	**2.853.764**	**2.853.764**

- **02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

4339	27.000.000	28.486.667	27.807.739	21.933.756	21.933.756
Total	**27.000.000**	**28.486.667**	**27.807.739**	**21.933.756**	**21.933.756**

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QG	8.300.000	8.300.000	6.444.631	3.720.246	3.720.246
2B42	24.600.000	24.966.667	24.562.754	12.151.106	11.599.547
Total	**32.900.000**	**33.266.667**	**31.007.385**	**15.871.352**	**15.319.793**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**32.136.500**	**32.966.058**	**32.041.099**
Despesas Correntes	31.796.509	32.589.524	32.017.951
Despesas de Capital	339.990	376.534	23.148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**32.136.500**	**32.966.058**	**32.041.099**

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A60	1.200.000.000	1.135.000.000	1.056.240.736	1.015.602.449	1.015.602.449
2B30	206.478.565	236.118.565	108.985.414	23.175.900	14.304.606
Total	**1.406.478.565**	**1.371.118.565**	**1.165.226.150**	**1.038.778.349**	**1.029.907.055**

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013T - Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A65	510.000.000	510.000.000	378.709.207	377.558.992	377.558.992
2A69	150.000.000	150.000.000	99.803.216	83.127.499	83.127.499
2B31	174.360.000	179.710.000	115.473.256	0	0
Total	**834.360.000**	**839.710.000**	**593.985.679**	**460.686.491**	**460.686.491**

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2589	14.000.000	12.600.000	7.192.762	6.456.572	6.332.264
Total	**14.000.000**	**12.600.000**	**7.192.762**	**6.456.572**	**6.332.264**

- **0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0561	401.380.139	485.690.139	483.128.000	483.128.000	465.754.866
0565	1.359.930.400	1.361.704.400	1.355.531.373	1.355.525.153	1.306.652.580
0573	12.954.102.197	13.959.441.343	13.834.843.048	13.834.836.851	13.195.282.718
0575	14.866.053.000	14.651.053.000	14.650.243.827	14.650.128.135	14.027.663.538
2583	46.982.581	46.982.581	46.123.659	40.613.507	40.613.507
Total	**29.628.448.317**	**30.504.871.463**	**30.369.869.907**	**30.364.231.647**	**29.035.967.209**

- **04DI - Transferência de Renda Diretamente às Pessoas Residentes no País**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E45	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização anual do Censo SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	241.174.722	226.790.533	176.367.404	169.550.284	169.550.284
Total	**241.174.722**	**226.790.533**	**176.367.404**	**169.550.284**	**169.550.284**

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8249	11.038.188	9.967.703	1.884.652	1.395.941	1.395.941
Total	**11.038.188**	**9.967.703**	**1.884.652**	**1.395.941**	**1.395.941**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.)

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**19.264.248**	**21.081.064**	**20.978.643**
Despesas Correntes	19.257.248	21.072.687	20.977.355
Despesas de Capital	7.000	8.377	1.287
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**19.264.248**	**21.081.064**	**20.978.643**

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	12.519.250	11.267.325	104.696	90.296	90.296
Total	**12.519.250**	**11.267.325**	**104.696**	**90.296**	**90.296**

- **014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8446	560.089.183	518.589.186	518.583.739	440.565.846	440.565.846
Total	**560.089.183**	**518.589.186**	**518.583.739**	**440.565.846**	**440.565.846**

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	22.000.000	21.177.333	14.626.142	7.956.550	7.956.550
Total	**22.000.000**	**21.177.333**	**14.626.142**	**7.956.550**	**7.956.550**

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8442	18.669.640.000	20.530.030.000	20.530.030.000	20.530.030.000	20.530.030.000
Total	**18.669.640.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.689.958**	**4.323.353**	**1.766.456**
Despesas Correntes	1.843.227	1.630.223	908.085
Despesas de Capital	1.846.731	2.693.130	858.370
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.689.958**	**4.323.353**	**1.766.456**

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8624	13.250.000	11.958.333	7.920.621	5.037.507	3.189.447
Total	**13.250.000**	**11.958.333**	**7.920.621**	**5.037.507**	**3.189.447**

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8458	10.900.000	10.912.000	7.938.040	4.597.633	4.197.412
Total	**10.900.000**	**10.912.000**	**7.938.040**	**4.597.633**	**4.197.412**

- **014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

8929	106.906.790	134.018.720	80.392.792	4.592.656	4.578.347
Total	**106.906.790**	**134.018.720**	**80.392.792**	**4.592.656**	**4.578.347**

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2784	6.000.000	5.815.100	55.740	40.699	40.699
Total	**6.000.000**	**5.815.100**	**55.740**	**40.699**	**40.699**

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2798	1.086.377.298	988.910.598	923.631.968	640.045.660	621.750.303
2802	73.476.264	66.128.638	8.934.067	3.601.487	3.451.259
2B81	148.344.344	184.677.678	47.324.195	35.507.873	34.884.099
2B83	15.222.800	15.222.800	680.525	680.510	677.010
Total	**1.323.420.706**	**1.254.939.714**	**980.570.754**	**679.835.529**	**660.762.672**

- **015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2792	69.000.000	69.000.000	58.557.454	34.493.702	15.953.432
Total	**69.000.000**	**69.000.000**	**58.557.454**	**34.493.702**	**15.953.432**

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade,

observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TB	70.900.000	75.016.667	0	0	0
Total	**70.900.000**	**75.016.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11V1	385.600.000	485.856.248	360.923.589	150.252.033	149.719.333
12QC	955.733.505	1.403.333.503	918.205.421	483.324.555	478.441.456
Total	**1.341.333.505**	**1.889.189.751**	**1.279.129.010**	**633.576.589**	**628.160.789**

- **02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	33.196.800	58.356.988	33.121.453	17.522.572	17.522.572
Total	**33.196.800**	**58.356.988**	**33.121.453**	**17.522.572**	**17.522.572**

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E7 - Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8457	6.000.000	6.000.000	2.299.043	1.076.472	1.076.472
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**2.299.043**	**1.076.472**	**1.076.472**

- **02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	150.000.000	141.669.167	23.158.600	18.683.500	18.683.500
Total	**150.000.000**	**141.669.167**	**23.158.600**	**18.683.500**	**18.683.500**

- **02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8948	440.000.000	554.926.790	439.898.056	324.312.827	324.312.827
Total	**440.000.000**	**554.926.790**	**439.898.056**	**324.312.827**	**324.312.827**

- **02EF - Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4963	84.050.000	76.550.000	46.678.450	13.900.010	13.750.010
Total	**84.050.000**	**76.550.000**	**46.678.450**	**13.900.010**	**13.750.010**

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	35.000.000	35.000.000	32.080.000	28.786.000	28.786.000
Total	**35.000.000**	**35.000.000**	**32.080.000**	**28.786.000**	**28.786.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**176.695**	**314.276**	**7.440**
Despesas Correntes	103.325	234.315	7.347
Despesas de Capital	73.370	79.960	94
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**176.695**	**314.276**	**7.440**

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	11.200.000	11.200.000	3.348.084	0	0
Total	**11.200.000**	**11.200.000**	**3.348.084**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03WY - Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4902	55.419.425	55.419.425	48.568.164	5.426.034	4.826.034
Total	**55.419.425**	**55.419.425**	**48.568.164**	**5.426.034**	**4.826.034**

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X0 - Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EV	0	131.930.000	0	0	0
8236	107.905.524	109.315.524	15.613.901	610.693	610.693
Total	**107.905.524**	**241.245.524**	**15.613.901**	**610.693**	**610.693**

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de

levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X4 - Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IE	2.170.076	6.410.642	1.996.273	1.403.634	1.402.109
Total	**2.170.076**	**6.410.642**	**1.996.273**	**1.403.634**	**1.402.109**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.016.338**	**4.623.617**	**1.053.138**
Despesas Correntes	1.804.935	1.609.528	725.258
Despesas de Capital	2.211.402	3.014.089	327.880
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.016.338**	**4.623.617**	**1.053.138**

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DM - Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8217	1.000.000	1.000.000	944.603	497.098	497.098
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**944.603**	**497.098**	**497.098**

- **03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148D	2.000.000	1.116.833	0	0	0
2586	133.000.000	149.666.667	131.478.116	107.194.216	107.194.216
2679	25.300.000	25.800.001	13.933.403	6.139.778	5.974.478
2726	156.860.348	213.522.875	145.773.572	82.760.806	82.745.000
2B00	91.458.640	100.851.695	53.007.864	44.612.236	44.612.236
4679	600.000	600.000	287.470	287.470	287.470
Total	**409.218.988**	**491.558.071**	**344.480.425**	**240.994.506**	**240.813.401**

- **03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IC	437.983.927	524.442.422	362.269.726	196.903.333	196.679.762
Total	**437.983.927**	**524.442.422**	**362.269.726**	**196.903.333**	**196.679.762**

- **03DP - Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8204	1.900.000	1.900.000	882.331	714.527	714.527
Total	**1.900.000**	**1.900.000**	**882.331**	**714.527**	**714.527**

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2320	62.430.436	64.263.769	31.372.741	17.787.186	16.073.079
8858	39.846.097	50.460.454	32.879.166	26.222.217	25.443.625
Total	**102.276.533**	**114.724.223**	**64.251.907**	**44.009.403**	**41.516.703**

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ID	310.702.920	332.382.051	83.253.751	51.997.355	51.997.355
20UE	0	19.495.008	0	0	0
Total	**310.702.920**	**351.877.059**	**83.253.751**	**51.997.355**	**51.997.355**

- **03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V2	0	3.333.333	0	0	0
2720	24.000.000	18.000.000	11.071.171	10.938.696	10.924.772
2816	1.500.000	1.800.000	1.247.346	1.119.570	1.119.570
Total	**25.500.000**	**23.133.333**	**12.318.517**	**12.058.266**	**12.044.341**

- **03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E07	26.869.826	0	0	0	0

Total	**26.869.826**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2524	4.000.000	4.800.000	4.503.677	3.738.461	3.738.461
2712	54.000.000	62.000.000	41.138.544	26.794.550	26.794.550
Total	**58.000.000**	**66.800.000**	**45.642.221**	**30.533.011**	**30.533.011**

- **03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
128K	50.000.000	42.000.000	789.273	596.236	596.236
Total	**50.000.000**	**42.000.000**	**789.273**	**596.236**	**596.236**

- **03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10JJ	15.000.000	0	0	0	0
125I	15.000.000	22.500.000	18.000.000	0	0
14IB	700.000	700.000	0	0	0
14N7	0	22.291.000	22.274.635	0	0
200C	800.000	1.300.000	1.237.164	23.100	23.100
200G	34.950.000	60.913.540	20.981.013	5.762.058	5.762.058
5022	11.000.000	13.000.000	13.000.000	741.409	741.409
7E37	11.000.000	12.000.000	8.876.000	0	0
7I78	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7L82	19.130.174	20.304.140	18.104.140	0	0
8600	14.500.000	14.500.000	3.018.626	2.024.231	2.016.529
8623	23.250.000	14.311.000	13.229.313	427.503	427.503
8698	35.720.000	44.530.666	41.688.350	21.566.990	21.553.445
8979	12.000.000	12.000.000	3.261.390	1.082.450	1.082.450
8980	28.000.000	22.860.000	1.845.421	161.943	161.943
Total	**225.050.174**	**265.210.346**	**165.516.051**	**31.789.683**	**31.768.437**

- **04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1D49	16.130.174	3.730.174	2.267	2.267	2.267
Total	**16.130.174**	**3.730.174**	**2.267**	**2.267**	**2.267**

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8916	5.000.000	17.030.000	9.415.769	850.001	850.001
Total	**5.000.000**	**17.030.000**	**9.415.769**	**850.001**	**850.001**

- **03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2526	5.000.000	3.700.000	3.611.114	432.465	421.487
Total	**5.000.000**	**3.700.000**	**3.611.114**	**432.465**	**421.487**

- **03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10D3	5.000.000	1.050.000	0	0	0
10M1	30.050.000	9.000.000	20.999	0	0
116S	1.000.000	1.890.000	419.751	419.751	419.751
20RA	5.300.000	21.000.000	1.531.720	591.646	591.646
20WS	0	4.833.334	0	0	0
2316	31.000.000	31.000.000	21.774.249	15.951.605	15.919.226
Total	**72.350.000**	**68.773.334**	**23.746.718**	**16.963.002**	**16.930.623**

- **03E7 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	0	2.233.576	0	0	0
8913	1.502.000	1.502.000	611.562	230.810	230.810
Total	**1.502.000**	**3.735.576**	**611.562**	**230.810**	**230.810**

- **03E9 - Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R8	3.800.450	3.800.450	0	0	0
20UH	0	98.700.000	0	0	0
2730	6.107.550	4.907.550	4.694.603	1.136.781	1.136.781
8130	1.000.000	1.000.000	954.189	304.213	304.213
8914	236.617.299	488.617.299	361.911.600	1.203.935	1.203.935
Total	**247.525.299**	**597.025.299**	**367.560.392**	**2.644.929**	**2.644.929**

- **03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3908	6.000.000	50.000	15.692	13.255	13.255
Total	**6.000.000**	**50.000**	**15.692**	**13.255**	**13.255**

- **03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2314	7.500.000	9.400.000	6.381.807	501.831	501.831
Total	**7.500.000**	**9.400.000**	**6.381.807**	**501.831**	**501.831**

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LG	390.516.333	351.464.700	270.217.248	0	0
14LH	243.834.230	219.460.807	163.402.280	12.819.041	12.819.041
14LI	73.135.023	65.821.521	16.275.032	676.950	613.940
14LJ	6.836.000	6.836.000	1.697.136	0	0
14WH	0	152.937.833	0	0	0
Total	**714.321.586**	**796.520.861**	**451.591.696**	**13.495.991**	**13.432.981**

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	64.581.000	99.618.347	75.195.358	57.537.051	57.494.177
4641	250.000	250.000	11.400	11.400	11.400
86A1	70.000.000	69.980.000	56.536.742	31.169.732	31.169.732
Total	**134.831.000**	**169.848.347**	**131.743.500**	**88.718.183**	**88.675.309**

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EI - Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CA	304.190.000	153.672.280	148.822.164	140.401.748	140.401.748
12KZ	188.500.000	9.500.000	0	0	0

20UD	0	5.762.644	0	0	0
8124	34.690.000	38.856.667	12.709.069	12.370.157	12.370.157
8375	9.858.530	9.858.530	3.013.700	3.012.700	3.012.700
8853	110.090.000	94.722.851	7.318.214	5.447.730	5.447.730
8855	211.454.000	492.033.559	168.619.656	94.214.435	94.021.788
8857	200.719.574	200.719.574	67.120.455	63.745.575	63.100.347
Total	**1.059.502.104**	**1.005.126.105**	**407.603.258**	**319.192.345**	**318.354.469**

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UY	0	483.333	0	0	0
2E16	98.173.000	65.548.533	0	0	0
Total	**98.173.000**	**66.031.866**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**171.680**	**172.235**	**93.969**
Despesas Correntes	128.431	130.252	90.560
Despesas de Capital	43.249	41.982	3.409
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**171.680**	**172.235**	**93.969**

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03K9 - Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13FC	7.504.726	1.513.376	1.513.375	0	0
Total	**7.504.726**	**1.513.376**	**1.513.375**	**0**	**0**

- **03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	7.495.274	15.819.957	11.334.973	8.154.292	8.154.292
Total	**7.495.274**	**15.819.957**	**11.334.973**	**8.154.292**	**8.154.292**

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KB - Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2640	590.000	590.000	417.176	45.412	45.412
Total	**590.000**	**590.000**	**417.176**	**45.412**	**45.412**

- **03KC - Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2322	2.800.000	2.800.000	1.463.108	486.430	486.430
Total	**2.800.000**	**2.800.000**	**1.463.108**	**486.430**	**486.430**

- **03KD - Fortalecimento da atuação preventiva e repressiva do DPDC na defesa do consumidor, por meio do aprimoramento dos diversos procedimentos conduzidos pelo Departamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	1.430.000	1.763.333	1.324.828	853.412	853.412
Total	**1.430.000**	**1.763.333**	**1.324.828**	**853.412**	**853.412**

- **03KE - Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2542	2.680.000	2.680.000	2.160.475	725.400	725.400
Total	**2.680.000**	**2.680.000**	**2.160.475**	**725.400**	**725.400**

- **03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6067	7.900.000	8.082.861	5.484.326	3.154.782	3.146.782
Total	**7.900.000**	**8.082.861**	**5.484.326**	**3.154.782**	**3.146.782**

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2548	570.000	600.000	179.136	113.323	113.323
2554	740.000	740.000	356.737	344.137	344.137
2806	1.540.000	1.540.000	108.433	108.433	108.433
2807	150.000	137.965	104.688	103.836	103.836
Total	**3.000.000**	**3.017.965**	**748.994**	**669.729**	**669.729**

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a

responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KQ - Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4900	400.000	320.000	149.162	119.545	119.545
Total	**400.000**	**320.000**	**149.162**	**119.545**	**119.545**

- **03KR - Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I9	757.755	757.755	350.475	51.252	44.197
Total	**757.755**	**757.755**	**350.475**	**51.252**	**44.197**

- **03KS - Preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2810	655.678	1.793.827	851.575	529.861	529.530
2D42	480.500	429.365	400.328	110.773	110.773
4282	683.730	683.730	683.730	623.982	623.982
Total	**1.819.908**	**2.906.922**	**1.935.633**	**1.264.616**	**1.264.285**

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KU - Garantia e expansão dos direitos dos migrantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I6	900.000	900.000	842.130	740.315	740.315
8972	1.200.000	1.200.000	1.190.824	285.069	285.069
Total	**2.100.000**	**2.100.000**	**2.032.954**	**1.025.384**	**1.025.384**

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KV - Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I8	3.300.000	3.300.000	2.650.518	1.671.824	1.669.324

Total	**3.300.000**	**3.300.000**	**2.650.518**	**1.671.824**	**1.669.324**

- **03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8974	9.420.000	9.772.599	6.297.999	852.433	850.334
Total	**9.420.000**	**9.772.599**	**6.297.999**	**852.433**	**850.334**

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10TN	23.828.344	15.823.002	14.522.569	0	0
Total	**23.828.344**	**15.823.002**	**14.522.569**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12OD	500.000	500.000	0	0	0
2646	300.000	300.000	214.653	142.019	142.019
2725	92.854.174	96.320.174	96.103.153	72.915.523	72.785.510
Total	**93.654.174**	**97.120.174**	**96.317.806**	**73.057.542**	**72.927.529**

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais, contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L7 - Intensificação da cooperação jurídica internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2330	1.000.000	1.000.000	823.395	772.521	772.521
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**823.395**	**772.521**	**772.521**

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20I7	2.000.000	2.866.666	1.912.398	1.064.418	1.064.418
Total	**2.000.000**	**2.866.666**	**1.912.398**	**1.064.418**	**1.064.418**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**134.196**	**134.458**	**45.673**
Despesas Correntes	118.926	119.428	45.413
Despesas de Capital	15.270	15.030	260
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**134.196**	**134.458**	**45.673**

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RK - Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8802	3.100.000	3.100.000	2.718.871	12.000	12.000
Total	**3.100.000**	**3.100.000**	**2.718.871**	**12.000**	**12.000**

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00S3 - Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZN	0	200.000	0	0	0
8814	17.376.684	17.376.684	12.952.701	7.085.410	7.085.410
Total	**17.376.684**	**17.576.684**	**12.952.701**	**7.085.410**	**7.085.410**

- **00S4 - Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8800	2.400.000	2.400.000	540.103	0	0
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**540.103**	**0**	**0**

- **00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	18.013.600	18.013.600	17.930.584	15.656.670	15.656.670
Total	**18.013.600**	**18.013.600**	**17.930.584**	**15.656.670**	**15.656.670**

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8819	11.200.000	11.200.000	2.249.442	0	0
Total	**11.200.000**	**11.200.000**	**2.249.442**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8810	2.350.000	2.350.000	1.069.641	3.653	3.653
Total	**2.350.000**	**2.350.000**	**1.069.641**	**3.653**	**3.653**

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00T5 - Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8799	20.236.353	20.236.351	7.811.066	674.032	674.032
Total	**20.236.353**	**20.236.351**	**7.811.066**	**674.032**	**674.032**

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NU	838.425	500.425	0	0	0
Total	**838.425**	**500.425**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02WB - Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TO	1.000.000	1.000.000	999.182	529.578	529.578
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**999.182**	**529.578**	**529.578**

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0083	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
0734	350.000	350.000	0	0	0
Total	**550.000**	**550.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**

- **0454 - Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8456	1.130.000	1.130.000	0	0	0
Total	**1.130.000**	**1.130.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045B - Execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2629	5.352.000	5.352.000	3.615.340	3.201.221	3.193.604
Total	**5.352.000**	**5.352.000**	**3.615.340**	**3.201.221**	**3.193.604**

- **045E - Prestação de assistência emergencial ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6461	200.000	200.000	42.073	41.673	41.673
Total	**200.000**	**200.000**	**42.073**	**41.673**	**41.673**

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210G	0	400.000	0	0	0
4278	49.849.000	49.849.000	34.236.243	18.269.109	18.269.109
8366	600.000	600.000	499.732	0	0
Total	**50.449.000**	**50.849.000**	**34.735.975**	**18.269.109**	**18.269.109**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**477.426**	**476.231**	**290.994**
Despesas Correntes	388.287	365.287	290.994
Despesas de Capital	89.138	110.944	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**477.426**	**476.231**	**290.994**

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	0	19.774.372	0	0	0
8794	70.870.000	70.870.000	0	0	0
Total	**70.870.000**	**90.644.372**	**0**	**0**	**0**

- **00TJ - Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JJ	4.900.000	4.900.000	3.055.413	185.385	185.385
210M	0	2.031.334	0	0	0
Total	**4.900.000**	**6.931.334**	**3.055.413**	**185.385**	**185.385**

- **00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.200.000	4.200.000	0	0	0
Total	**4.200.000**	**4.200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TY - Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HN	38.921.600	38.921.600	33.341.356	642.588	642.588
Total	**38.921.600**	**38.921.600**	**33.341.356**	**642.588**	**642.588**

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01FJ - Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6247	11.595.060	11.595.060	6.657.675	728.421	681.141
Total	**11.595.060**	**11.595.060**	**6.657.675**	**728.421**	**681.141**

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0287 - Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8797	15.142.000	15.142.000	7.298.121	3.845.933	3.845.933
Total	**15.142.000**	**15.142.000**	**7.298.121**	**3.845.933**	**3.845.933**

- **028A - Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20O2	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **028D - Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SU	400.000	400.000	400.000	0	0
Total	**400.000**	**400.000**	**400.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DS - Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2688	3.000.000	3.000.000	1.355.497	1.324.708	1.324.708
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**1.355.497**	**1.324.708**	**1.324.708**

- **03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2060	297.896.900	277.896.900	277.650.000	277.568.000	277.568.000
8662	30.000.000	27.000.009	12.781.496	6.698.932	6.698.932
Total	**327.896.900**	**304.896.909**	**290.431.496**	**284.266.932**	**284.266.932**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**311.278**	**314.098**	**51.676**
Despesas Correntes	311.178	308.204	51.676
Despesas de Capital	100	5.894	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**311.278**	**314.098**	**51.676**

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8700	1.909.000	1.909.000	1.549.162	787.480	776.182
Total	**1.909.000**	**1.909.000**	**1.549.162**	**787.480**	**776.182**

- **00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	9.944.000	10.610.667	9.829.870	4.712.980	4.332.790
Total	**9.944.000**	**10.610.667**	**9.829.870**	**4.712.980**	**4.332.790**

- **00VN - Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6712	500.000	500.000	500.000	495.000	495.000
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**495.000**	**495.000**

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.000.000	1.000.000	405.319	0	0

Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**405.319**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043W - Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4729	300.000	300.000	256.638	256.221	256.221
Total	**300.000**	**300.000**	**256.638**	**256.221**	**256.221**

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044E - Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	62.926.945	62.926.945	30.926.945	0	0
20B7	100.000	80.000	0	0	0
2A95	212.381.598	213.044.897	186.737.165	44.510.962	44.510.962
4789	3.016.496	2.413.197	0	0	0
86AB	100.000	80.000	0	0	0
86AD	100.000	80.000	0	0	0
Total	**278.625.039**	**278.625.039**	**217.664.110**	**44.510.962**	**44.510.962**

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047F - Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	9.913.913	12.067.246	9.728.584	0	0
Total	**9.913.913**	**12.067.246**	**9.728.584**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047C - Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de**

capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TN	8.000.000	8.000.000	3.904.516	500.000	500.000
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**3.904.516**	**500.000**	**500.000**

- **047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4786	1.086.000	1.086.000	999.174	413.190	398.387
Total	**1.086.000**	**1.086.000**	**999.174**	**413.190**	**398.387**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**94.932**	**100.853**	**22.811**
Despesas Correntes	62.653	62.683	18.539
Despesas de Capital	32.279	38.170	4.272
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**94.932**	**100.853**	**22.811**

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	16.638.712	17.095.378	12.813.044	2.267.563	1.947.170
Total	**16.638.712**	**17.095.378**	**12.813.044**	**2.267.563**	**1.947.170**

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XZ - Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20O0	500.000	500.000	500.000	423.000	423.000
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**423.000**	**423.000**

- **03Y0 - Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8835	1.300.000	1.300.000	1.300.000	78.000	78.000
Total	**1.300.000**	**1.300.000**	**1.300.000**	**78.000**	**78.000**

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03Y8 - Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8844	580.000	580.000	523.021	0	0
Total	**580.000**	**580.000**	**523.021**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	0	542.000	0	0	0
8838	4.480.000	4.480.000	2.847.401	1.142.432	1.138.432
Total	**4.480.000**	**5.022.000**	**2.847.401**	**1.142.432**	**1.138.432**

- **03YE - Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6245	2.450.000	2.450.000	1.250.000	121.029	0
Total	**2.450.000**	**2.450.000**	**1.250.000**	**121.029**	**0**

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.500.000	4.500.000	4.494.335	1.722.737	1.722.737
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.494.335**	**1.722.737**	**1.722.737**

- **03YI - Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8834	13.880.625	13.880.625	9.282.025	2.924.975	2.357.188
Total	**13.880.625**	**13.880.625**	**9.282.025**	**2.924.975**	**2.357.188**

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049S - Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6812	2.900.000	2.900.000	1.209.368	0	0
Total	**2.900.000**	**2.900.000**	**1.209.368**	**0**	**0**

- **049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8831	7.033.136	7.033.136	7.033.136	5.656.228	5.656.228
Total	**7.033.136**	**7.033.136**	**7.033.136**	**5.656.228**	**5.656.228**

- **049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210B	0	4.921.667	0	0	0
2C52	37.070.000	37.070.000	28.807.488	7.243.905	7.125.825
Total	**37.070.000**	**41.991.667**	**28.807.488**	**7.243.905**	**7.125.825**

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049L - Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8932	2.800.000	2.800.000	2.204.229	1.082.938	1.082.938
Total	**2.800.000**	**2.800.000**	**2.204.229**	**1.082.938**	**1.082.938**

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049R - Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8833	800.000	800.000	496.333	148.416	148.416
Total	**800.000**	**800.000**	**496.333**	**148.416**	**148.416**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**97.615**	**105.533**	**12.815**
Despesas Correntes	34.073	34.073	6.960
Despesas de Capital	63.542	71.461	5.855
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**97.615**	**105.533**	**12.815**

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032L - Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D54	4.150.000	3.735.000	2.730.278	2.382.423	2.382.423
Total	**4.150.000**	**3.735.000**	**2.730.278**	**2.382.423**	**2.382.423**

- **032N - Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TC	250.000	250.000	0	0	0
Total	**250.000**	**250.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032Q - Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8362	14.140.000	14.140.000	2.945.631	1.092.086	1.092.086
Total	**14.140.000**	**14.140.000**	**2.945.631**	**1.092.086**	**1.092.086**

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033C - Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
802V	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6440	19.550.000	19.550.000	5.605.480	2.921.414	2.915.850
8936	2.875.000	2.875.000	345.378	217.931	217.931
Total	**22.425.000**	**22.425.000**	**5.950.858**	**3.139.345**	**3.133.781**

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0474 - Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8589	450.000	450.000	0	0	0
Total	**450.000**	**450.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0859	50.000.000	50.000.000	43.177.033	4.093.929	4.093.929
20T1	6.000.000	6.000.000	4.466.903	2.106.895	2.103.735
210Z	0	8.333.333	0	0	0
Total	**56.000.000**	**64.333.333**	**47.643.936**	**6.200.824**	**6.197.664**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**30.709**	**31.176**	**2.653**
Despesas Correntes	26.209	28.135	2.603
Despesas de Capital	4.500	3.040	50
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**30.709**	**31.176**	**2.653**

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UR - Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E00	200.000	200.000	157.375	155.585	155.585
Total	**200.000**	**200.000**	**157.375**	**155.585**	**155.585**

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01GX - Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8801	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100.000	100.000
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**1.000.000**	**100.000**	**100.000**

- **01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6246	9.208.997	9.208.997	8.779.017	2.346.477	1.771.451
Total	**9.208.997**	**9.208.997**	**8.779.017**	**2.346.477**	**1.771.451**

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **026V - Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SV	3.400.000	3.400.000	2.298.752	37.690	37.690
210N	0	466.667	0	0	0
Total	**3.400.000**	**3.866.667**	**2.298.752**	**37.690**	**37.690**

- **0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	16.900.000	16.900.000	213.402	13.402	13.402
Total	**16.900.000**	**16.900.000**	**213.402**	**13.402**	**13.402**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**792.677**	**931.217**	**653.546**
Despesas Correntes	679.463	784.969	649.228
Despesas de Capital	113.213	146.248	4.318
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**792.677**	**931.217**	**653.546**

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0406 - Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IB	8.745.399	10.445.399	10.072.388	8.011.761	8.011.761
20UF	0	1.171.428	0	0	0
Total	**8.745.399**	**11.616.827**	**10.072.388**	**8.011.761**	**8.011.761**

- **0408 - Localizar e proteger povos indígenas isolados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6914	3.200.000	2.900.000	2.857.875	2.242.510	2.242.510
Total	**3.200.000**	**2.900.000**	**2.857.875**	**2.242.510**	**2.242.510**

- **040A - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4390	20.968.566	15.878.566	11.897.459	5.975.556	5.975.143
Total	**20.968.566**	**15.878.566**	**11.897.459**	**5.975.556**	**5.975.143**

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **040R - Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T3	1.500.000	1.500.000	120.000	75.865	75.865
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**120.000**	**75.865**	**75.865**

- **0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6063	3.638.600	3.638.600	0	0	0
6698	5.985.839	5.485.839	2.624.077	1.770.075	1.770.075
8671	226.250	226.250	226.250	110.000	110.000
Total	**9.850.689**	**9.350.689**	**2.850.327**	**1.880.075**	**1.880.075**

- **0415 - Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2711	13.676.000	10.876.000	8.670.451	3.052.367	3.052.367
Total	**13.676.000**	**10.876.000**	**8.670.451**	**3.052.367**	**3.052.367**

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	27.087.356	26.604.920	14.989.238	8.783.796	8.783.796
2494	100.000	100.000	99.000	0	0
Total	**27.187.356**	**26.704.920**	**15.088.238**	**8.783.796**	**8.783.796**

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042A - Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C69	500.000	500.000	0	0	0
8635	2.442.000	2.979.148	1.902.099	1.149.205	1.149.205

Total	**2.942.000**	**3.479.148**	**1.902.099**	**1.149.205**	**1.149.205**

- **042B - Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2724	2.156.500	2.156.500	2.102.384	2.001.060	2.001.060
Total	**2.156.500**	**2.156.500**	**2.102.384**	**2.001.060**	**2.001.060**

- **042C - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2814	3.000.000	3.000.000	2.922.977	2.015.905	2.015.905
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.922.977**	**2.015.905**	**2.015.905**

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042F - Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20R7	900.000	900.000	848.282	561.248	561.248
Total	**900.000**	**900.000**	**848.282**	**561.248**	**561.248**

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042G - Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2713	7.000.000	6.300.000	4.987.616	4.343.641	4.337.341
Total	**7.000.000**	**6.300.000**	**4.987.616**	**4.343.641**	**4.337.341**

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042I - Construção do edifício sede da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D6	3.000.000	5.251.667	0	0	0
Total	**3.000.000**	**5.251.667**	**0**	**0**	**0**

- **042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D7	1.000.000	900.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**900.000**	**0**	**0**	**0**

- **042K - Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148B	3.000.000	2.700.000	2.695.446	262.267	262.267
Total	**3.000.000**	**2.700.000**	**2.695.446**	**262.267**	**262.267**

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0443 - Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3869	26.650.000	26.650.000	26.474.026	2.318.188	2.318.188
Total	**26.650.000**	**26.650.000**	**26.474.026**	**2.318.188**	**2.318.188**

- **0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	0	18.666.667	0	0	0
6140	6.400.000	6.400.000	6.373.882	5.350.000	5.350.000
8743	593.000.000	708.000.001	704.249.182	605.436.301	604.526.606
Total	**599.400.000**	**733.066.668**	**710.623.064**	**610.786.301**	**609.876.606**

- **0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7684	58.500.000	67.986.192	26.642.221	86.403	85.185
Total	**58.500.000**	**67.986.192**	**26.642.221**	**86.403**	**85.185**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**27.444.257**	**32.260.015**	**21.473.702**
Despesas Correntes	21.138.970	22.388.500	17.025.281
Despesas de Capital	6.305.287	9.871.515	4.448.421
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**27.444.257**	**32.260.015**	**21.473.702**

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00FA	5.000.000	6.000.000	0	0	0
12KU	1.784.000.000	2.445.400.000	1.784.000.000	692.287.710	692.287.710
12KV	1.063.800.000	1.453.333.333	1.063.445.357	222.674.725	221.291.776
20RP	1.691.996.000	2.289.928.633	1.598.769.342	1.383.183.653	1.381.161.448
20TR	0	238.497.000	209.679.478	131.035.644	131.035.644
Total	**4.544.796.000**	**6.433.158.966**	**4.655.894.177**	**2.429.181.731**	**2.425.776.577**

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	400.564.663	755.365.481	418.528.731	200.758.057	176.866.309
20RO	653.914.935	808.917.589	751.685.089	650.617.986	647.994.851
Total	**1.054.479.598**	**1.564.283.070**	**1.170.213.820**	**851.376.043**	**824.861.160**

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0920	453.200.000	453.200.000	453.200.000	166.248.600	162.856.550
8526	6.000.000	34.575.055	2.533.413	2.485.733	2.485.733
8790	308.000.000	308.000.000	305.759.751	207.181.376	207.181.376
Total	**767.200.000**	**795.775.055**	**761.493.164**	**375.915.709**	**372.523.659**

- **02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RT	36.000.000	66.797.708	46.270.557	20.768.281	20.687.696
Total	**36.000.000**	**66.797.708**	**46.270.557**	**20.768.281**	**20.687.696**

- **02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E36	10.571.453.350	10.571.453.350	10.571.453.350	8.284.820.783	8.284.820.783
20RI	142.136.161	176.683.808	129.364.193	69.086.053	68.869.851
20RV	300.000.000	265.650.000	47.847.098	2.147.098	2.147.098
Total	**11.013.589.511**	**11.013.787.158**	**10.748.664.641**	**8.356.053.934**	**8.355.837.732**

- **02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0509	661.727.214	2.340.436.104	2.072.099.162	990.503.607	987.409.535
0515	1.912.320.000	2.069.402.759	2.038.142.197	2.037.643.479	2.037.383.315
0969	670.000.000	630.000.000	591.216.005	591.216.005	591.216.005
0A26	118.900.000	121.703.420	109.096.580	37.081.900	37.081.900
0E53	692.146.024	895.786.831	699.271.380	653.130.728	652.198.168
20RQ	1.641.135.000	1.748.758.553	1.747.796.329	1.207.900.510	1.105.683.234
20RS	60.300.000	120.900.169	120.045.806	25.203.052	25.203.052

2A95	233.000.000	273.207.500	226.978.082	217.052.630	217.052.630
8744	3.350.000.000	3.361.000.000	3.313.396.552	3.309.470.748	3.309.268.550
Total	**9.339.528.238**	**11.561.195.336**	**10.918.042.093**	**9.069.202.660**	**8.962.496.389**

- **02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RF	133.090.000	210.136.352	115.340.602	32.539.293	32.473.653
Total	**133.090.000**	**210.136.352**	**115.340.602**	**32.539.293**	**32.473.653**

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RR	10.000.000	22.340.112	0	0	0
20RU	53.370.000	103.849.321	31.767.423	20.912.216	20.853.319
Total	**63.370.000**	**126.189.433**	**31.767.423**	**20.912.216**	**20.853.319**

- **02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RM	470.890.837	464.397.230	438.520.734	306.564.200	306.306.402
4014	21.312.320	24.294.640	14.439.314	11.188.276	11.188.276
Total	**492.203.157**	**488.691.870**	**452.960.048**	**317.752.476**	**317.494.678**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.040.891**	**5.905.713**	**2.629.971**
Despesas Correntes	2.923.119	3.028.599	2.169.753
Despesas de Capital	2.117.772	2.877.114	460.218
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.040.891**	**5.905.713**	**2.629.971**

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8252	150.000.000	190.477.239	81.726.377	26.034.000	23.996.418
Total	**150.000.000**	**190.477.239**	**81.726.377**	**26.034.000**	**23.996.418**

- **02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RG	986.940.000	1.291.669.071	820.969.250	104.988.872	95.896.659
20RL	1.735.211.731	2.050.481.747	1.687.176.888	1.010.505.824	972.967.820
Total	**2.722.151.731**	**3.342.150.818**	**2.508.146.138**	**1.115.494.696**	**1.068.864.479**

- **02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	315.450.000	332.574.993	106.588.029	40.153.357	37.900.249
Total	**315.450.000**	**332.574.993**	**106.588.029**	**40.153.357**	**37.900.249**

- **02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8652	340.000.000	503.420.163	350.876.743	120.432.219	119.669.112

Total	**340.000.000**	**503.420.163**	**350.876.743**	**120.432.219**	**119.669.112**

- **02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RW	1.250.847.374	1.250.847.374	1.238.588.439	1.186.169.779	1.179.794.203
2994	182.380.329	186.990.689	156.944.871	132.604.513	127.201.944
Total	**1.433.227.703**	**1.437.838.063**	**1.395.533.310**	**1.318.774.292**	**1.306.996.147**

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6358	80.061.258	99.251.954	12.049.983	9.082.429	8.931.563
Total	**80.061.258**	**99.251.954**	**12.049.983**	**9.082.429**	**8.931.563**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.167.424**	**13.305.988**	**6.735.581**
Despesas Correntes	7.653.251	8.270.630	5.968.550
Despesas de Capital	3.514.173	5.035.358	767.031
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**11.167.424**	**13.305.988**	**6.735.581**

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6503	3.111.800	3.604.957	789.256	570.657	569.606
Total	**3.111.800**	**3.604.957**	**789.256**	**570.657**	**569.606**

- **02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RN	107.202.284	128.696.198	97.301.570	68.648.632	68.641.432
Total	**107.202.284**	**128.696.198**	**97.301.570**	**68.648.632**	**68.641.432**

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0487	1.648.844.322	1.655.517.621	1.527.371.791	1.273.683.316	1.266.281.823
0935	609.836.573	639.819.591	639.773.085	549.213.253	548.613.486
20GK	291.190.651	378.054.752	207.949.323	164.601.021	159.797.497
Total	**2.549.871.546**	**2.673.391.964**	**2.375.094.200**	**1.987.497.590**	**1.974.692.807**

- **0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2317	166.612.288	162.612.288	174.641.010	152.744.435	152.744.435
4019	207.691.478	243.071.703	186.441.624	97.248.030	85.272.403
4909	500.200	535.167	503.271	369.110	369.110
8015	478.740	478.740	190.016	175.006	175.006
Total	**375.282.706**	**406.697.898**	**361.775.921**	**250.536.580**	**238.560.954**

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0048	324.739.454	359.642.494	52.817.040	0	0
0A12	35.547.120	39.383.987	23.746.080	23.696.880	23.689.720
4002	551.993.605	579.847.776	512.809.339	389.126.243	379.915.096
6328	12.983.101	13.988.689	4.831.543	3.154.820	2.957.390
8547	559.294	559.294	421.280	404.316	404.316
Total	**925.822.574**	**993.422.240**	**594.625.282**	**416.382.259**	**406.966.523**

- **03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	16.000.000	11.333.334	0	0	0
Total	**16.000.000**	**11.333.334**	**0**	**0**	**0**

- **03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G0	25.000.000	33.624.334	25.291.000	1.608.593	1.608.593
125B	27.864.942	53.254.835	31.864.942	645.218	645.218
20RK	3.635.210.897	4.526.176.533	3.670.894.657	2.488.951.489	2.442.909.425
8282	2.231.758.977	2.878.245.571	1.979.839.876	996.108.814	973.428.335
8551	85.465.887	104.595.734	61.877.286	44.831.658	41.437.332
Total	**6.005.300.703**	**7.595.897.007**	**5.769.767.761**	**3.532.145.772**	**3.460.028.903**

- **03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12Q9	6.333.328	21.749.328	14.882.173	9.755.218	9.751.349
14IM	35.000.000	41.666.667	35.000.000	1.889.338	0
20RX	443.863.589	568.805.148	407.038.484	103.206.010	85.490.380
4005	299.801.191	303.440.530	266.024.214	265.579.274	265.464.803
4086	145.369.075	231.759.300	134.052.521	76.245.807	69.749.685
Total	**930.367.183**	**1.167.420.973**	**856.997.391**	**456.675.647**	**430.456.216**

- **03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6344	14.400.000	20.147.798	3.325.262	2.267.245	2.266.445
Total	**14.400.000**	**20.147.798**	**3.325.262**	**2.267.245**	**2.266.445**

- **0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EL	76.519.920	106.066.587	74.088.098	9.330.969	9.296.596
Total	**76.519.920**	**106.066.587**	**74.088.098**	**9.330.969**	**9.296.596**

- **0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125C	44.000.000	71.339.138	46.592.017	7.492.488	7.492.488
Total	**44.000.000**	**71.339.138**	**46.592.017**	**7.492.488**	**7.492.488**

- **0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	99.037.400	114.136.573	69.811.300	4.032.996	4.032.996
Total	**99.037.400**	**114.136.573**	**69.811.300**	**4.032.996**	**4.032.996**

- **04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S22	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

7S21	20.008.000	0	0	0	0
Total	**20.008.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04DY - Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TK	0	13.333.333	0	0	0
Total	**0**	**13.333.333**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.384.674**	**2.395.296**	**360.038**
Despesas Correntes	635.984	805.956	273.452
Despesas de Capital	748.690	1.589.340	86.586
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.384.674**	**2.395.296**	**360.038**

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02EW - Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KV	500.000	500.000	447.228	321.192	321.192
Total	**500.000**	**500.000**	**447.228**	**321.192**	**321.192**

- **02EX - Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KW	2.850.000	2.600.000	1.238.837	1.066.633	1.066.633
2A96	100.000	100.000	58.837	25.424	25.424
Total	**2.950.000**	**2.700.000**	**1.297.674**	**1.092.057**	**1.092.057**

- **02EY - Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KU	1.075.000	1.325.000	242.729	23.627	23.627
6531	515.459	415.459	283.733	283.733	283.733
8053	15.610.000	14.960.000	7.962.811	3.633.282	3.633.282
Total	**17.200.459**	**16.700.459**	**8.489.273**	**3.940.643**	**3.940.643**

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033M - Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

6619	6.932.000	7.222.566	5.342.166	3.681.632	3.681.632
Total	**6.932.000**	**7.222.566**	**5.342.166**	**3.681.632**	**3.681.632**

- **033N - Inserção e difusão da cultura brasileira no mundo e aprofundamento dos processos de integração e cooperação, em especial no âmbito sul-sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20O4	500.000	500.000	500.000	498.120	498.120
8197	4.298.000	4.298.000	4.215.099	4.072.363	4.072.363
Total	**4.798.000**	**4.798.000**	**4.715.099**	**4.570.483**	**4.570.483**

- **033O - Monitoramento da execução das resoluções da I e da II Conferência Nacional de Cultura e organização da III Conferência Nacional de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20O3	500.000	500.000	174.871	31.525	31.525
Total	**500.000**	**500.000**	**174.871**	**31.525**	**31.525**

- **033P - Plano Nacional de Cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do Plano Nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4821	2.665.760	2.665.760	1.596.480	1.501.162	1.501.162
Total	**2.665.760**	**2.665.760**	**1.596.480**	**1.501.162**	**1.501.162**

- **033R - Sistema Nacional de Cultura: implantação de seus componentes, incluindo programa de formação de gestores culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KD	500.000	500.000	500.000	309.800	309.800
2D41	8.514.050	9.184.050	5.879.893	2.838.579	2.062.684
Total	**9.014.050**	**9.684.050**	**6.379.893**	**3.148.379**	**2.372.484**

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033T - Brasil Plural: promover, reconhecer e valorizar os conhecimentos e expressões da diversidade cultural brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L2	2.663.380	2.663.380	1.368.987	404.058	404.058
Total	**2.663.380**	**2.663.380**	**1.368.987**	**404.058**	**404.058**

- **033U - Cultura Viva: Fortalecer Espaços, Redes e Circuitos Culturais para o exercício da cidadania**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K9	103.461.400	103.461.400	58.160.937	41.317.259	28.601.262

20KA	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**104.461.400**	**104.461.400**	**58.160.937**	**41.317.259**	**28.601.262**

- **033V - Sujeito Cidadão: promoção do acesso ao conhecimento, à diversidade cultural e às condições de desenvolvimento simbólico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L3	4.000.000	4.000.000	1.729.847	80.502	80.502
2D82	160.000	160.000	0	0	0
Total	**4.160.000**	**4.160.000**	**1.729.847**	**80.502**	**80.502**

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0B85	15.000.000	20.000.000	0	0	0
2D07	730.000	730.000	0	0	0
Total	**15.730.000**	**20.730.000**	**0**	**0**	**0**

- **0340 - Formação para as competências criativas através de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2C80	2.400.000	2.400.000	326.779	279.797	279.797
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**326.779**	**279.797**	**279.797**

- **0341 - Formulação e implementação das políticas de cultura digital e de digitalização de bens culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KG	350.000	350.000	124.190	99.852	99.852
4172	400.000	400.000	0	0	0
4655	350.000	350.000	0	0	0
Total	**1.100.000**	**1.100.000**	**124.190**	**99.852**	**99.852**

- **0342 - Formulação, modernização e gestão da Política de Direitos Intelectuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2D79	1.260.000	1.260.000	266.071	247.743	247.743
Total	**1.260.000**	**1.260.000**	**266.071**	**247.743**	**247.743**

- **0343 - Identificação e fomento a polos criativos para geração de novos empreendimentos, trabalho e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C84	11.432.000	11.432.000	8.853.921	1.653.921	453.921
Total	**11.432.000**	**11.432.000**	**8.853.921**	**1.653.921**	**453.921**

- **0344 - Mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, gerando conhecimento e informação sobre a economia criativa nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6620	4.800.000	4.800.000	600.069	460.633	460.633
Total	**4.800.000**	**4.800.000**	**600.069**	**460.633**	**460.633**

- **0346 - Registro de obras intelectuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2639	170.000	170.000	12.365	11.595	11.595
Total	**170.000**	**170.000**	**12.365**	**11.595**	**11.595**

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KL	1.298.000	1.410.000	1.137.870	380.401	364.962
Total	**1.298.000**	**1.410.000**	**1.137.870**	**380.401**	**364.962**

- **034C - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KR	31.894.260	27.842.260	9.786.704	2.526.284	2.526.284
Total	**31.894.260**	**27.842.260**	**9.786.704**	**2.526.284**	**2.526.284**

- **034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KT	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

- **034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20KM	9.694.900	11.278.900	4.202.677	3.491.083	3.491.083
20KS	2.590.000	3.108.000	2.353.926	2.182.658	2.182.658
Total	**12.284.900**	**14.386.900**	**6.556.602**	**5.673.741**	**5.673.741**

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034G - Apoio a projetos no âmbito do patrimônio cultural voltados a ações educativas, de promoção, difusão, gestão da informação, edição e publicação, articulação e fomento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KK	6.649.000	6.649.000	6.506.088	3.540.924	3.302.649
Total	**6.649.000**	**6.649.000**	**6.506.088**	**3.540.924**	**3.302.649**

- **034H - Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4709	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **034I - Consolidação e institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KY	5.600.000	5.600.000	5.599.536	4.092.248	4.090.321
Total	**5.600.000**	**5.600.000**	**5.599.536**	**4.092.248**	**4.090.321**

- **034J - Implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IJ	85.019.408	85.019.408	76.048.763	8.918.466	8.915.666
5538	30.922.500	124.922.500	30.921.743	11.591.361	9.912.620
Total	**115.941.908**	**209.941.908**	**106.970.506**	**20.509.827**	**18.828.286**

- **034K - Normatização de procedimentos e implantação de planos de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro e normatização dos sítios protegidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2652	3.241.000	3.241.000	2.233.793	1.272.662	1.272.662
Total	**3.241.000**	**3.241.000**	**2.233.793**	**1.272.662**	**1.272.662**

- **034L - Promoção e realização da identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, inclusive em meios digitais, visando a valorização da diversidade brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KX	6.254.000	6.254.000	6.053.987	5.040.873	5.040.873
Total	**6.254.000**	**6.254.000**	**6.053.987**	**5.040.873**	**5.040.873**

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8208	400.000	249.434	248.763	40.340	40.340
Total	**400.000**	**249.434**	**248.763**	**40.340**	**40.340**

- **034N - Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KI	63.679.802	63.679.802	2.282.946	683.408	683.408
2651	40.362.759	40.362.759	34.167.344	26.028.509	26.018.448
Total	**104.042.561**	**104.042.561**	**36.450.291**	**26.711.917**	**26.701.856**

- **034O - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KN	2.720.000	2.720.000	1.942.155	871.167	871.167
20KQ	410.000	70.000	13.831	5.242	5.242
20ZH	0	6.576.667	0	0	0
4608	200.000	200.000	0	0	0
Total	**3.330.000**	**9.566.667**	**1.955.987**	**876.408**	**876.408**

- **034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1A79	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e arquivísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2650	19.961.525	24.516.525	17.548.561	14.888.651	14.883.011
Total	**19.961.525**	**24.516.525**	**17.548.561**	**14.888.651**	**14.883.011**

- **034S - Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KJ	54.908.013	54.908.013	12.720.408	4.089.680	4.089.680
8207	115.000	115.000	98.880	98.880	98.880
Total	**55.023.013**	**55.023.013**	**12.819.288**	**4.188.560**	**4.188.560**

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034U - Ampliação, modernização, atualização tecnológica e desenvolvimento de atividades do Centro Técnico Audiovisual - CTAv e da Cinemateca Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KE	5.712.000	5.712.000	4.299.257	1.742.975	1.742.975
20KF	7.200.000	7.200.000	7.182.044	5.248.280	5.248.280
Total	**12.912.000**	**12.912.000**	**11.481.302**	**6.991.255**	**6.991.255**

- **034W - Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6527	2.779.000	2.779.000	721.194	687.140	687.140
Total	**2.779.000**	**2.779.000**	**721.194**	**687.140**	**687.140**

- **034X - Execução do Prêmio Adicional de Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4908	6.461.400	10.000.400	5.729.890	4.779.746	4.766.593
Total	**6.461.400**	**10.000.400**	**5.729.890**	**4.779.746**	**4.766.593**

- **034Y - Fiscalização do cumprimento da legislação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica e combate à pirataria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZJ	0	470.000	0	0	0
4531	600.000	1.300.000	600.000	50.000	50.000
Total	**600.000**	**1.770.000**	**600.000**	**50.000**	**50.000**

- **034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4533	4.600.000	6.000.000	4.528.303	4.164.526	4.164.526
Total	**4.600.000**	**6.000.000**	**4.528.303**	**4.164.526**	**4.164.526**

- **0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro - PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro - PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual - PRÓ-INFRA e do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
005Z	200.000	1.000.000	0	0	0
006A	99.190.348	574.321.189	369.190.348	0	0

006C	3.500.000	125.166.667	78.500.000	0	0
20SO	1.640.000	24.516.193	3.864.911	1.321.236	1.321.236
6428	70.000	2.470.000	2.355.000	0	0
8102	1.983.807	10.083.807	10.083.807	0	0
8106	2.176.193	74.000.000	14.383.925	1.833.500	1.833.500
Total	**108.760.348**	**811.557.856**	**478.377.991**	**3.154.736**	**3.154.736**

- **0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13E1	600.000	600.000	0	0	0
Total	**600.000**	**600.000**	**0**	**0**	**0**

- **0354 - Implantação do Programa Cinema Perto de Você**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12PG	3.600.000	9.266.666	0	0	0
Total	**3.600.000**	**9.266.666**	**0**	**0**	**0**

- **0355 - Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4795	19.650.000	19.650.000	2.467.174	1.048.292	1.048.292
Total	**19.650.000**	**19.650.000**	**2.467.174**	**1.048.292**	**1.048.292**

- **0356 - Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2964	5.200.000	5.200.000	2.838.384	1.586.309	1.533.069
Total	**5.200.000**	**5.200.000**	**2.838.384**	**1.586.309**	**1.533.069**

- **0357 - Regulação e normatização do setor audiovisual e da atividade cinematográfica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4888	1.000.569	5.000.569	4.456.899	0	0
Total	**1.000.569**	**5.000.569**	**4.456.899**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035A - Estímulo e promoção do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6517	9.276.940	9.276.940	9.199.342	8.582.062	8.534.392

Total	**9.276.940**	**9.276.940**	**9.199.342**	**8.582.062**	**8.534.392**

- **035B - Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZF	0	12.633.676	0	0	0
4796	205.723.132	226.012.552	128.687.264	95.188.039	83.589.230
Total	**205.723.132**	**238.646.228**	**128.687.264**	**95.188.039**	**83.589.230**

- **035C - Incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2844	1.000.000	1.000.000	968.922	968.922	968.922
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**968.922**	**968.922**	**968.922**

- **035D - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes culturais da União para ampliação do acesso às artes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4492	17.354.069	17.354.069	17.225.783	14.327.591	14.327.108
Total	**17.354.069**	**17.354.069**	**17.225.783**	**14.327.591**	**14.327.108**

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035G - Implantação e indução da gestão e do uso das Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12MG	300.500.000	433.833.333	296.774.000	60.587.064	60.587.064
Total	**300.500.000**	**433.833.333**	**296.774.000**	**60.587.064**	**60.587.064**

- **035H - Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14U2	0	15.166.667	0	0	0
20QK	120.733.207	120.733.207	51.193.768	4.000.000	4.000.000
211F	0	2.394.100	0	0	0
Total	**120.733.207**	**138.293.974**	**51.193.768**	**4.000.000**	**4.000.000**

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KH	1.500.000	1.500.000	750.000	708.185	708.185
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**750.000**	**708.185**	**708.185**

- **035K - Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HK	821.000	921.800	890.838	403.938	401.738
Total	**821.000**	**921.800**	**890.838**	**403.938**	**401.738**

- **035M - Produção e difusão de conhecimento científico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KO	150.000	120.000	75.738	69.057	69.057
20KP	155.000	125.000	71.385	22.848	22.848
20ZM	0	330.000	0	0	0
4797	1.440.000	1.287.200	678.809	132.944	132.944
Total	**1.745.000**	**1.862.200**	**825.932**	**224.848**	**224.848**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.281.884**	**3.290.417**	**170.449**
Despesas Correntes	827.681	1.145.541	150.322
Despesas de Capital	1.454.203	2.144.876	20.127
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.281.884**	**3.290.417**	**170.449**

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
208U	3.500.000	3.500.000	0	0	0
20JP	224.553.038	222.286.372	43.724.161	14.723.271	12.526.326
20JQ	17.645.600	18.145.600	13.194.331	11.537.619	11.537.619
2362	5.041.850	5.041.850	0	0	0
Total	**250.740.488**	**248.973.822**	**56.918.492**	**26.260.890**	**24.063.945**

- **02HZ - Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JS	295.000	395.000	200.934	101.585	101.585
Total	**295.000**	**395.000**	**200.934**	**101.585**	**101.585**

- **02I0 - Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JR	5.100.000	5.100.000	100.000	0	0
Total	**5.100.000**	**5.100.000**	**100.000**	**0**	**0**

- **02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TR	0	66.500.000	0	0	0
5450	990.154.791	995.752.967	479.627.322	2.998.474	2.998.474
Total	**990.154.791**	**1.062.252.967**	**479.627.322**	**2.998.474**	**2.998.474**

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à

preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
09HW	55.580.000	74.680.000	74.680.000	74.680.000	74.680.000
Total	**55.580.000**	**74.680.000**	**74.680.000**	**74.680.000**	**74.680.000**

- **02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
126V	16.016.500	75.406.507	2.922.029	2.922.029	2.922.029
20JO	19.894.797	17.994.797	1.289.622	1.289.622	1.289.622
Total	**35.911.297**	**93.401.304**	**4.211.651**	**4.211.651**	**4.211.651**

- **02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20JN	39.410.000	40.710.000	35.593.539	10.749.330	10.744.330
20YA	0	34.333.334	0	0	0
Total	**39.410.000**	**75.043.334**	**35.593.539**	**10.749.330**	**10.744.330**

- **02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TP	0	533.333	0	0	0
8766	2.710.000	2.710.000	1.355.690	0	0
Total	**2.710.000**	**3.243.333**	**1.355.690**	**0**	**0**

- **02J9 - Qualificação da gestão e da governança do esporte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2456	1.400.000	1.400.000	899.791	756.020	756.020
Total	**1.400.000**	**1.400.000**	**899.791**	**756.020**	**756.020**

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20DB	225.813.999	312.849.058	52.683.198	11.966.290	11.907.689

Total	**225.813.999**	**312.849.058**	**52.683.198**	**11.966.290**	**11.907.689**

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TQ	0	166.666.667	0	0	0
20D8	201.674.001	252.336.496	118.826.640	24.208.679	24.186.970
20SL	473.094.000	994.075.186	200.859.921	14.516.276	6.366.073
Total	**674.768.001**	**1.413.078.349**	**319.686.560**	**38.724.955**	**30.553.043**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

BRASIL

Plano Mais Brasil

PPA

2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO II

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Infraestrutura

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO II

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Infraestrutura

Brasília - DF, Maio/2013

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas de infraestrutura, v.2, t.2

1. Plano Plurianual -2012-2015 – Brasil. 2. Infraestrutura. 3. moradia. 4. saneamento básico. 5. Resíduos sólidos. 6. Energia. 7. Planejamento urbano. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t. 2

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA 13

2049 - Moradia Digna 15
2068 - Saneamento Básico 27
2067 - Resíduos Sólidos 39
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres 45
2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral 65
2051 - Oferta de Água 87
2033 - Energia Elétrica 93
2022 - Combustíveis 111
2053 - Petróleo e Gás 127
2054 - Planejamento Urbano 141
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito 155
2075 - Transporte Rodoviário 175
2074 - Transporte Marítimo 187
2073 - Transporte Hidroviário 201
2072 - Transporte Ferroviário 209
2017 - Aviação Civil 219
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia 233

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 255

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume 1 do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012. Neste volume o objeto de avaliação é a consecução, no primeiro ano de execução do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No volume 2 esta análise é complementada pela descrição e avaliação da evolução dos indicadores e metas do Plano (dimensão tática do PPA), bem como pelo acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos programas do Governo Federal no exercício de 2012.

O Brasil no ano passado se deparou com grandes desafios relacionados a um cenário econômico global adverso. A incerta retomada nos Estados Unidos, os problemas fiscais e monetários da União Europeia, e a desaceleração das economias emergentes representaram deterioração do cenário externo, conjugada à acentuação da concorrência internacional.

Em que pesem as dificuldades trazidas pelo quadro internacional, o Brasil continuou a avançar em 2012, ampliando o emprego e reduzindo a pobreza. Isso significa que as políticas públicas do Governo Federal e as mudanças em curso no país continuam na direção correta, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o Programa de Aceleração do Crescimento e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento do Governo Federal que vem sendo anunciada desde o PPA 2004-2007.

Tal estratégia enfatiza a necessidade de convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012-2015 reforça este compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia: seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta Introdução, o presente volume conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e 6 seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, é apresentada uma seção conclusiva que consolida os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	30/09/2008	5.572.313
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	30/09/2008	942.481
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	30/09/2008	4.629.832
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	30/09/2007	1.500.709
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura	unidade	30/09/2007	10.454.947	30/09/2007	10.454.947
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	30/09/2007	543.066
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro	unidade	30/09/2007	928.777	30/09/2007	928.777
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	30/09/2007	1.879.907	30/09/2007	1.879.907

Observações:

Déficit habitacional absoluto - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional absoluto em áreas rurais - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Um dos fatores que mais contribui para a execução do objetivo é o conceito de urbanização integrada do programa que possibilita a aplicação dos recursos nos diversos serviços/obras necessários para superar as condições de precariedade habitacional de áreas irregulares, ambientalmente frágeis e expostas a riscos, habitadas por população de baixa renda. Este formato nasceu em decorrência de práticas bem sucedidas em nível local hoje transportada para uma política pública nacional de urbanização de assentamentos precários.

Outro ponto importante diz respeito ao fato do programa estar inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC o que garante os recursos necessários para o tratamento adequado de favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes subnacionais, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público.

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

• municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;
• capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas;
• outros municípios de grande porte que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

Contudo, o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários pode atuar em todos os municípios brasileiros, a partir de demandas qualificadas que identifiquem a precariedade habitacional, na forma descrita nas normas que regem o programa, e apontem para a necessidade dos investimentos.
A distribuição de recursos alocados também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações dos governos Federal, municipais, estaduais e do Distrito Federal e demais atores envolvidos, o Governo Federal criou uma estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC.

O Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, criou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC para acompanhar e supervisionar sua execução, e instituiu, ainda, o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ao mesmo tempo, um dos mais importantes objetivos desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados. Por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impede a padronização de soluções e

encaminhamentos.

Embora o monitoramento realizado pelo Ministério das Cidades seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a CAIXA, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas in loco, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

Visando otimizar os recursos aplicados foram estabelecidas regras para que as obras não iniciadas ou com início simbólico (paralisadas há mais de 6 meses com até 2% de execução) fossem iniciadas ou retomadas. Para tanto, estas deveriam alterar o seu status até a data de sua vigência ou não teriam autorização para prorrogação desta. Com isso, foram retomadas 216 operações, perfazendo um investimento de R$ 1.191,20 milhões e canceladas 239 operações, R$ 519,40 milhões.

Importante ressaltar ainda que estão sendo tomadas medidas de repactuação de metas para os contratos paralisados ou com execução lenta. Essas medidas incluem supressão ou repactuação de metas e produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários, 1.036 operações, que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é de R$ 21,4 bilhões, sendo R$ 16,4 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e R$ 5 bilhões de contratos de financiamento.

Desses, foram selecionadas na primeira etapa do PAC R$ 16,9 bilhões (558 operações) e na segunda etapa R$ 8,0 bilhões (478 operações). Sendo que, de auxílio à elaboração de projetos, foram R$ 101,1 milhões em 149 operações.

Importante ressaltar que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto contrato. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Em 2013, há previsão de serem iniciadas 233 obras de urbanização do PAC 2, perfazendo investimento de R$ 6,7 bilhões, que irão beneficiar 418 mil famílias e produzir 70.317 unidades habitacionais complementares às intervenções.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários**
  Análise Situacional da Meta
  A meta de R$ 30,5 bilhões para 2012 a 2015 coincide com o valor anunciado para o período referente à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 para urbanização de assentamentos precários, de 2011 a 2014.

Na 1ª seleção do PAC 2 foram selecionadas 478 operações perfazendo investimento de R$ 8,0 bilhões. Desses, R$ 101,1 milhões, em 149 operações, destinados à elaboração de projetos.

Municípios beneficiados, nas duas etapas do PAC, pelo programa de urbanização nos recortes prioritários apontados:
a) Municípios em Região Metropolitana:
a.1) Nº de municípios: 195
a.2) Valor de investimento: R$ 12.403.689.840,30
a.3) Famílias beneficiadas: 899.656
a.4) % do Valor de Investimento: 61%
b) Capitais:
b.1) Nº de municípios: 27
b.2) Valor de investimento: R$ 5.354.153.309,47
b.3) Famílias beneficiadas: 494.739
b.4) % do Valor de Investimento: 26%
c) Demais municípios:
c.1) Nº de municípios: 310
c.2) Valor de investimento: R$ 2.663.348.160,25
c.3) Famílias beneficiadas: 284.849
c.4) % do Valor de Investimento: 13%

Quantidade alcançada
8
Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo
O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.
No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.
Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R$ 1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.
No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.
O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos

participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013.

Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parceiras, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Floriano-PI e Rio Grande–RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R$ 5 mil mensais na área urbana e até R$ 60 mil anuais na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  Somente no ano de 2012, as contratações atingiram aproximadamente 48% da meta do programa, 95.822 unidades habitacionais. Estima-se que a meta será superada antes do prazo.

  Quantidade alcançada

  95.822

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R$ 3,1 mil mensais na área urbana e R$ 30 mil por ano na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  A contratação, no ano de 2012, superou as expectativas ao atingir 55% da meta total do programa, totalizando 330.581 unidades habitacionais.

  Quantidade alcançada

  330.581

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

  Análise Situacional da Meta

  Um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos; foi criado com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para a população-alvo desta meta. O GT estudará a necessidade da criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.

- **Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da

meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.
Quantidade alcançada

391.169
Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram contratadas 295.942 unidades adaptáveis o que corresponde a aproximadamente 25% da meta de 1,2 milhão de unidades. Já quanto às unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência foram 7.014, 35% da meta de 20 mil unidades.
  Quantidade alcançada

  295.942
  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram contratadas, pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), mais de 91 mil operações de crédito imobiliário com pessoas físicas cuja renda excede o teto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse quantitativo representa uma redução de aproximadamente 13% em relação a 2011, quando foram contratadas 105.018 operações.

No âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), também em 2012, foram financiados R$ 76,5 bilhões em crédito imobiliário habitacional. Esse valor apresenta-se 1,9 % superior àquele observado no ano de 2011, quando os financiamentos alcançaram R$ 75,1 bilhões.

A expansão observada no crédito habitacional do SBPE no período sob análise é resultado de uma combinação positiva de fatores. No que se refere aos tomadores de crédito, a continuidade da tendência de elevação da renda real, associada ao aumento dos níveis de emprego formal, além da manutenção do Índice de Confiança do Consumidor acima da média histórica, contribuiu para o aumento na demanda por crédito imobiliário. Paralelamente, contribuíram para o incremento na oferta de recursos o crescimento do saldo da poupança, a manutenção do baixo índice de inadimplência na modalidade e o aumento do prazo máximo de financiamento.

Por outro lado, verificou-se, em 2012, diminuição dos lançamentos imobiliários relativamente a 2011. Além disso, o reajuste médio nos preços dos imóveis situou-se ainda em patamar superior ao do índice oficial de inflação. Tais ocorrências implicaram restrições a um maior crescimento dessas operações.

As perspectivas para 2013 apontam para desempenho superior ao observado em 2012, já que se espera a manutenção das condições positivas verificadas: nível de emprego e patamar de renda crescentes, com reflexo direto sobre a confiança do consumidor; disponibilidade de recursos para oferta de crédito; aumento da participação do crédito imobiliário na composição das carteiras das instituições financeiras.

Metas 2012-2015

- **Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS**

  Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, em 2012, 91.386 operações de financiamento imobiliário com recursos do FGTS, totalizando R$ 6,216 bilhões em recursos onerosos e R$ 1,017 bilhão em subsídios. O orçamento do fundo para 2013 (IN 56, de 28/12/2012, do Ministério das Cidades) é de R$ 1 bilhão em subsídios, significando manutenção do patamar ora observado.

Quantidade alcançada

91.386

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, em 2012, R$ 76,529 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, representando mais de 43% da meta prevista para o período 2012-2015. Para 2013, tomando-se como premissa a manutenção das condições positivas verificadas em 2012 (nível de emprego e patamar de renda crescentes, aumento da confiança do consumidor e disponibilidade de recursos para crédito), espera-se crescimento dos valores contratados, quando comparados aos de 2012.

Quantidade alcançada

76.529.259.812

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, no ano de 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social. No que tange ao PLHIS, a SNH focou no apoio a conclusão dos planos contratados em anos anteriores, assim como no monitoramento da adesão ao PLHIS simplificado, instituído no final do ano 2010, para ser utilizado como opção facultativa, inicialmente pensada para os municípios com população até 20 mil habitantes e localizados fora de Regiões Metropolitanas (Resolução no. 37 – CGFNHIS, de 8/12/2010) e, posteriormente ampliada para todos os municípios com população até 50 mil habitantes (Resolução Nº 43, de 5 de julho de 2011). Até o dia 13 de fevereiro de 2013, 883 municípios haviam concluído e habilitado (enviado eletronicamente) o PLHIS simplificado, totalizando, na média nacional, 23,4 % do universo. Em alguns estados brasileiros, como o estado do Mato Grosso, em função do apoio mais efetivo dado pelo governo estadual, este índice ultrapassa os 80% do universo referido. Já para os Planos apoiados com repasses do FNHIS, contratados entre os anos de 2007 e 2010, dos 1.877 planos, até o momento, 987 foram concluídos e aceitos após conferência pela CAIXA do atendimento ao exigido pela regulamentação. A conclusão média no Brasil, atualmente, é de 52,6 %. Neste grupo, o único estado que teve todas as suas contratações concluídas é o estado do Acre, totalizando 22 planos elaborados. Oito estados da federação estão com índices de conclusão de planos maiores que 70%. Entre os estados que contrataram, o mais atrasado nesta execução concluiu apenas um dos 56 planos contratados.

Com relação ao Apoio ao Desenvolvimento Institucional, particularmente em relação ao monitoramento dos Programas Habitacionais da SNH, foram aplicados recursos para firmar Termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social e, na área da Cooperação Técnica, foi firmado um Termo de cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC), para o apoio técnico-científico à atuação do Governo Brasileiro no Grupo de Trabalho de Assentamentos

Humanos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). Ainda destaca-se a continuidade ao convênio firmado, em dezembro de 2011, com a Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é realização de estudo do déficit habitacional no Brasil. Além destes, não foram programados outros estudos para o exercício orçamentário em questão.

Metas 2012-2015

- **100% dos municípios com adesão ao SNHIS**

Análise Situacional da Meta

O termo de adesão é o instrumento por intermédio do qual os estados, Distrito Federal e municípios expressam sua decisão em participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. A criação do SNHIS, portanto, introduz a uma nova sistemática de acesso ao repasse dos recursos da União, destinados à Habitação de Interesse Social. Este contém os compromissos previstos no art. 12 da Lei 11.124/2005 em constituir e elaborar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e município, os três elementos anteriormente citados: o Fundo, o Conselho Gestor do Fundo e o Plano Local (ou estadual ou distrital) de Habitação de Interesse Social. Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão do ente sobre a sua participação ao Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade os níveis de adesão atualmente são elevados, chegando a 97,34% em 31 de dezembro de 2012, tendo a maior parte dos Municípios feito sua adesão entre os anos de 2006 e 2008, reduzindo a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes. Em 2011, durante a Marcha dos Prefeitos foi feita campanha intensa de coleta de Termos de Adesão. No evento de recepção aos novos prefeitos, realizados em janeiro de 2013, foram distribuídos materiais informativos sobre o SNHIS, explicando as vantagens da adesão. Nos últimos meses, houve pedido de adesão de 11 (onze) municípios.

Quantidade alcançada

97,34

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De um modo geral os resultados alcançados ao longo de 2012 revelam que a construção de um ambiente tecnológico mais moderno para o setor da construção civil, na busca de soluções integradas, descentralizadas e pactuadas com o setor privado e outros agentes públicos, tem propiciado ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Contudo, para atingir algumas metas, especialmente a criação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional para a Construção Civil Habitacional (SiCaP), o tempo que se leva para pactuar alguns acordos e dificuldade de contratação de serviços especializados, tem dificultado o cumprimento do objetivo. Por outro lado alguns avanços foram alcançados, destacando-se:

a)O aperfeiçoamento dos regulamentos do SiAC, com a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a simplificação do processo de adesão, a fusão dos níveis C e B (Os níveis "C" e "B" são níveis de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de empresas construtoras, no âmbito do SiAC. Com o aperfeiçoamento dos Regulamentos do SiAC o nível "C" foi suprimido e, atualmente conta uma etapa de "Adesão" e dois níveis de certificação ("B" e "A")); a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da nomenclatura NBR ISO 9001 e a integração do SiAC aos outros sistemas (SiMaC e SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);

b) O aperfeiçoamento do Regimento Geral do SiMaC, tendo como principal destaque a intensificação da parceria com o

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), principalmente na atuação como órgão responsável pela acreditação das Entidades Gestoras Técnicas (EGT's) que avaliam a conformidade dos produtos-alvo dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) do SiMaC e na participação efetiva na Comissão Nacional do Sistema (CN-SiMaC); bem como o fato de 8 PSQs, de um total de 25 monitorados, terem atingindo a meta de 90% de conformidade com as normas técnicas brasileiras;

c) A publicação de 4 Diretrizes para avaliações técnicas de produtos inovadores e 5 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT), o que representa 38% do número de DATec's concedidos nos últimos 4 anos, contribuindo para a autorização da utilização de sistemas construtivos inovadores em, aproximadamente, 300.000 unidades habitacionais do PMCMV

A expectativa para 2013, em relação ao SiAC, é a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados. Quanto ao SiMaC espera-se que todas as EGT's sejam acreditadas pelo INMETRO e o número de PSQ's monitorados aumente. Já para o SiNAT, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), INMETRO e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2012, 8 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs (32%) atingiram a meta de 90% de conformidade e 17 PSQs (68%) ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais e componentes utilizados em uma habitação de interesse social. Cabe destacar que os PSQs são exemplos de sucesso de descentralização, em que o Governo assume o papel de articulador, e o setor privado, representado por 17 entidades setoriais nacionais mantém os programas. No âmbito dos PSQs são desenvolvidas atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB). Esse fato reforça a necessidade da ampliação do uso do poder de compra do Governo, bem como a criação de incentivos para a capacitação e melhoria da infraestrutura laboratorial do País, de modo a viabilizar condições mais favoráveis para um cenário de crescente isonomia competitiva no setor da construção civil. Cabe destacar, também, que houve aperfeiçoamento do Regimento Geral do SiMaC, tendo como principal destaque a intensificação da parceria com o INMETRO, principalmente na atuação como órgão responsável pela acreditação das Entidades Gestoras Técnicas (EGT's) que avaliam a conformidade dos produtos-alvo dos PSQs do SiMaC e na participação efetiva na Comissão Nacional do Sistema (CN-SiMaC). A nova redação do referido Regimento foi aprovadas no Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) e encontra-se na Portaria nº 570, do Ministério das Cidades, de 27 de novembro de 2012, publicada no DOU nº 229, seção 1, páginas 53 a 56. A expectativa para o SiMaC em 2013 é que todas as EGT's sejam acreditadas pelo INMETRO, o número de PSQ's monitorados aumente, os indicadores de conformidade dos PSQs que atingiram a meta mantenham-se nesse patamar e que os demais, também, alcancem a meta.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)**

Análise Situacional da Meta

Essa meta, segundo informações dos agentes financeiros que atuam no PMCMV, está próxima de ser atingida, uma vez que a grande maioria dos empreendimentos habitacionais de interesse social estão sendo autorizados mediante a comprovação da certificação SiAC do PBQP-H. O número de empresas certificadas no âmbito do SiAC nos diferentes níveis ("D", "C", "B" e "A") atingiu a marca de 2964 empresas, sendo que 892 ingressaram no ano de 2012. A grande maioria dessas empresas (68%) estão certificadas no nível "A", nível máximo da certificação, localizam-se em todas as regiões do país e estão distribuídas de acordo com os seguintes percentuais: Região Norte = 12%; Região Nordeste= 15%; Região Centro-Oeste= 10%; Região Sudeste= 41% e Região Sul= 22%. Vale ressaltar que no final do ano de 2012 os Regimentos geral e específicos do SiAC foram aperfeiçoados, destacando-se a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a simplificação do processo de adesão, a fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do SiAC aos outros sistemas (SiMaC e SiNAT) do PBQP-H. A nova redação dos documentos normativos que compõem o SiAC foram aprovadas no Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) e encontra-se na Portaria nº582, do Ministério das Cidades, de 05 de dezembro de 2012, publicada no DOU nº235, seção 1, páginas 72 a 88. A expectativa para 2013, em relação ao SiAC, é a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados.

- **Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram publicadas 4 Diretrizes para avaliações técnicas de produtos inovadores e concedidos 5 DATec's para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio do SiNAT. Trata-se de um número expressivo, uma vez que representa 38% do número de DATec's concedidos nos últimos 4 anos, contribuindo para a autorização da utilização de sistemas construtivos inovadores em, aproximadamente, 300.000 unidades habitacionais do PMCMV. A expectativa é que, em 2013, esse número seja superado, em função do aumento do número de Instituições Técnicas Avaliadoras (ITA's) no País. Apesar da ampliação do número de ITA's, ainda não é o suficiente e há necessidade de incentivos do Governo para a capacitação profissional e melhoria da infraestrutura laboratorial do País, de modo a melhorar o atendimento das demandas tanto no âmbito do SiNAT, quanto para o atendimento da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho"), cuja exigibilidade está prevista para o final do 1º semestre de 2013. A quantificação da meta tem sido um problema, devido à dificuldade de levantar o número de produtos inovadores autorizados pelos agentes que financiam os empreendimentos de HIS. No ano de 2013, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o MDIC, INMETRO e FINEP, com o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho.

- **Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)**

Análise Situacional da Meta

O SiCaP ainda não foi criado devido a dificuldades para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como

na formalização de acordos com o poder público. Contudo, as expectativas para o ano de 2013 são boas em função da possibilidade do estabelecimento de parcerias com a FINEP, MDIC, INMETRO e agentes do setor privado, representantes da cadeia produtiva da construção civil, que poderão contribuir para o alcance da meta.

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na disseminação da Política Nacional de Habitação, no que tange à efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, a Secretaria Nacional de Habitação, durante o ano de 2012, iniciou a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais, com previsão para inicio no segundo semestres de 2013, destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa, que em função de sua não existência, não foi abordado na primeira edição do curso. Na primeira edição deste curso atingiu-se a marca de 2000 participações, com representantes de todos os estados e dos mais diversos municípios, sendo esperada para esta edição a superação deste número.

Espera-se, ainda, como resultado de recente termo de cooperação firmado com o CNPq, para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social, onde foram selecionados 38 projetos técnicos com os mais diversos focos e abrangências territoriais, a sinalização de aprimoramentos necessários nas atuais regras de implementação dos programas habitacionais.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda**

  Análise Situacional da Meta

  O trabalho social na habitação tem caráter socioeducativo e visa apoiar as famílias de baixa renda, beneficiárias dos programas habitacionais, a buscarem sua autonomia por meio de ações de inclusão socioeconômica. Dada a vulnerabilidade social dos beneficiários dos programas habitacionais, o trabalho social busca, por meio do apoio à organização comunitária, da articulação de políticas públicas, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuir para a superação dessa condição.

  Assim, em todos os empreendimentos de habitação de interesse social é obrigatória a realização de trabalho social com as famílias beneficiárias desde o início de sua implantação até o estágio denominado de pós-ocupação, que corresponde ao período que se inicia com a ocupação das unidades habitacionais pelas famílias. Porém, a visão multidimensional da realidade impõe que o trabalho social na habitação extrapole os limites da ação localizada, para se inserir no âmbito das políticas públicas, devendo contribuir também para a inserção social das famílias, para a inserção urbana dos empreendimentos e para a gestão democrática dos investimentos públicos.

  Ressalta-se para o alcance e continuo aprimoramento do trabalho social, a realização, durante o ano de 2012, de três workshops de abrangência nacional, onde foram debatidas as oportunidades e restrições para o pleno alcance dos objetivos propostos.

  Outra importante ação foi a criação de grupo de trabalho para a revisão e modernização de todo o marco regulatório do trabalho social nas intervenções de habitação e saneamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 - que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, e institui o Conselho Gestor do FNHIS -, é atribuída ao Ministério das Cidades a competência de instituir cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios, e zelar pela sua manutenção. A esta competência, por força do artigo 11º da Lei 12.424, de 16 de junho de 2011 - que altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências -, fica instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio.

Até o momento são utilizados como fonte de registro de beneficiários habitacionais, o CADÚnico, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), mantido pela CAIXA.

Contudo, permanece a lacuna da integração de um sistema federativo, envolvendo as três esferas de poder. Neste cenário, a SNH está envidando esforços para promover o desenvolvimento de sistema, partindo de um diagnóstico dos cadastros hoje utilizados, bem como a montagem de um plano de trabalho por Grupo Técnico constituído no final do ano de 2012.

- **Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social**

Análise Situacional da Meta

A intersetorialidade das ações de governo é a tônica principal da política nacional de habitação, buscando complementaridade de esforços entre os programas de governo.

Neste sentido, vem sendo realizado, pela SNH, reuniões de sensibilização com o poder publico local sobre a importância de articular políticas sociais complementares como educação, saúde, assistência aos empreendimentos habitacionais, dotando-os de plenas condições para uma moradia digna aos beneficiários.

Além disto, a SNH vem buscando a parceria com outros ministérios para que suas carteiras prioritárias de investimento, em especial, as relativas à implantação de infraestrutura socioeducacional e de saúde sejam aderentes aos territórios impactados por produção habitacional.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água (%)	%	31/12/2008	31	31/12/2008	31
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2010	37,9
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2010	38,8
Índice de tratamento de esgotos	%	31/12/2008	66	31/12/2008	66
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2009	62	31/12/2011	71,55
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	29	31/12/2011	29,6
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	24	31/12/2011	29,39
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2009	4	31/12/2011	2,97
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2009	97	31/12/2011	97,84
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	92	31/12/2011	93,34
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	80,4	31/12/2011	84,82
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2008	0	31/12/2011	10,9
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	31/12/2008	51
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2009	56,05	31/12/2011	58,88

Observações:

Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água (%) - Não houve apuração dos indicadores no período.

Índice de tratamento de esgotos - Não houve apuração dos indicadores no período.

Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - Indicadores atualizados apenas com os dados da PNAD.

Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica:

Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos - Não houve apuração dos indicadores no período.

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Medidas estruturantes consistem em intervenções que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na da melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. Tal descrição consta do estudo do Panorama do Saneamento Básico do Brasil e da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, ambos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Assim, o ponto de partida é o pressuposto de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais (obras de ampliação da capacidade dos sistemas) em aplicação através dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/07, ou seja: o planejamento, a eficiência e efetividade da prestação de serviços, a educação ambiental, a capacitação, e a participação e o controle social.

Realizações no período de execução do objetivo:

Visando não só atender aos preceitos estabelecidos na Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento), mas também promover a inclusão socioeconômica da população e contribuir para o crescimento sustentável do País, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades (MCidades) vem implementando uma série de iniciativas de cunho estruturante para o setor saneamento. Uma das ações a se destacar é a elaboração da Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, que além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe diretrizes, metas e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. A proposta do PLANSAB foi objeto de uma consulta pública em âmbito nacional em 2012, que contou com ampla participação da sociedade. Com a finalização dessa etapa foi iniciada a revisão do texto, considerando não apenas o resultado da consulta pública, mas também a atualização de dados em razão das pesquisas recentemente publicadas.

Houve o lançamento do edital de Chamada Pública SNSA/MCidades nº 01/2012 para a elaboração de Diagnóstico sobre a situação das Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES do Brasil.

No âmbito do PAC 2, foram contratados R$ 500 milhões em 410 operações de estudos e projetos na área de saneamento básico e, por meio de financiamento extra-orçamentário, foram executados R$ 71,8 milhões em Planos e Projetos de Saneamento, em 2012.

A SNSA apoiou a realização de 15 (quinze) atividades de capacitação e esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional, considerando o envolvimento na organização e a participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero. Foi dado prosseguimento ao fortalecimento de três núcleos regionais (Nordeste, Sul e Sudeste) da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Básico - ReCESA. Neste 2º Ciclo, com recursos decorrentes do Edital 43/2010, foram executados projetos relacionados à

produção, revisão e atualização de materiais pedagógicos, desenvolvimento de plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação de educação à distância e desenvolvimento de proposta de certificação em saneamento.

Com relação às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento - denominado “Trabalho Social” -, foi dada continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas de acompanhamento e monitoramento de cerca de 700 empreendimentos de saneamento, contratados em anos anteriores e financiados com recursos do PAC, em mais de 300 municípios ou regiões metropolitanas. Durante o ano, também foi iniciado o processo de construção, contando com a realização de consulta pública via Internet, de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

Quanto ao Sistema Nacional de Informação em Saneamento – SINISA, a SNSA fez a aplicação de R$ 500 mil em convênio com o CDT/UnB visando a sua estruturação.

Distribuição territorial: a distribuição territorial das ações de saneamento é nacional.

Monitoramento da gestão:
Os recursos transferidos por meio de contratos de repasse, como é o caso das obras, projetos e planos de saneamento, são monitorados por técnicos da SNSA por meio do acompanhamento das informações disponibilizadas pelos agentes operadores (no âmbito do Orçamento Geral da União, a CAIXA, mandatária da União) ou pelos executores (Estados, DF, Municípios, Prestadores de serviços) e, eventualmente, com visitas “in loco” pelas equipes. Com o objetivo de aprimorar o processo de monitoramento dos contratos sob responsabilidade da SNSA, desenvolveu-se o Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos – SACI. O Sistema é alimentado periodicamente com a base de dados dos agentes operadores e financeiros e complementado com informações advindas dos proponentes, obtidas diretamente pelos monitores dos contratos. Dois processos importantes que congregam as atividades da SNSA são desenvolvidos com a utilização do sistema: o primeiro é a seleção de empreendimentos por meio de Cartas Consultas; e o segundo é o acompanhamento dos empreendimentos contratados pelos Programas, possibilitando a agregação de informações para prestação de contas aos diversos públicos interessados.
Assim, o monitoramento é feito com o objetivo de manter um registro mais atual possível do andamento das obras do PAC sob gestão da SNSA. É possível acompanhar os serviços realizados pelos Agentes Operadores e Financeiros, validar as informações recebidas de forma a garantir a manutenção da qualidade das informações da base de dados e obter informações diretamente dos proponentes. Devido à quantidade de operações sob gestão da SNSA, o monitoramento remoto é realizado através da priorização das operações não contratadas, com baixa execução, paralisadas ou de acordo com a gravidade das pendências para o início das obras, possibilitando com isso identificar entraves para o bom andamento dos empreendimentos apoiados, a fim de subsidiar a agilização das providências e superação dos obstáculos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento**

  Análise Situacional da Meta

  As ações de apoio ao controle da qualidade da água nos municípios são compostas de visitas técnicas, capacitação e análises de qualidade da água. Em 2012 foram apoiadas 681 comunidades localizadas em 629 municípios.

  Quantidade alcançada

  681

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 629 municípios com ações de capacitação, análises laboratoriais, visitas e assistência técnica nas ações de controle da qualidade da água.

Quantidade alcançada

629

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	225	município	102	31/12/2012
Região Nordeste	525	município	242	31/12/2012
Região Norte	450	município	102	31/12/2012
Região Sudeste	150	município	125	31/12/2012
Região Sul	150	município	58	31/12/2012

- **Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 16 municípios em ações de melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento por intermédio de capacitação, desenvolvimento institucional e implementação de modelos de gestão eficientes e, consequentemente, a melhoria na prestação dos serviços. Os cenários adversos, os desafios postos e sua complexidade no tocante a estruturação e implementação de modelos de gestão vêm demandando uma atuação intersetorial, com vistas a assegurar ao tema Gestão reflexões e proposições cuja centralidade esteja na formulação de políticas públicas, na capacitação de quadros, e no engajamento efetivo de potenciais atores e, em especial, por parte dos agentes nas unidades descentralizadas (SUEST). Este engajamento, no entanto, não se deu ainda na sua plenitude, mas houve avanços significativos em 4 Unidades Federadas, fato esse que oportunizou a consecução dos resultados de forma parcial nos 16 municípios.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 20 estudos e pesquisas por chamamento público, voltadas às necessidades de pesquisas das áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, sendo 11 deles em 2012.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados 113 convênios para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico de 135 municípios.

Quantidade alcançada

135

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) está realizando em parceria com a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) 40 cursos de capacitação de municípios para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Em 2012 foram capacitados 94 municípios.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

Não foi realizado nenhum estudo no período. Tal situação se deu em razão do Acordo de Cooperação com a Organização dos Estados Americanos - OEA para execução do Programa INTERÁGUAS ter sido firmado somente em 07/12/2012, data em que ocorreu o empenho dos recursos. Assim, permanece a meta de 20 Estudos a ser perseguida, porém, sendo executada no âmbito do Acordo supra citado.

- **Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento**

Análise Situacional da Meta

Considerando o envolvimento na organização e participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero, a SNSA esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional, tendo realizado 15 atividades de capacitação no período.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 567 municípios no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental voltadas para a sustentabilidade socioambiental.

- **Contratar R$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foram realizadas novas seleções. Foram contratados, em 2011, R$ 414 milhões em intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água, provenientes de operações de mercado, às quais se deu prosseguimento em 2012.

- **Contratar R$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC 2, foram contratados R$ 500 milhões em 410 operações de estudos e projetos na área de saneamento básico.

- **Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi lançado o Edital de chamada pública SNSA/MCidades n.º 01/2012 para a realização de descentralização

orçamentária para Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), relativo aos 3 Planos Regionais de Saneamento das RIDES. Atualmente as propostas apresentadas encontram-se na fase de análise.

- **Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)**

  Análise Situacional da Meta

  Quanto ao Sistema Nacional de Informação em Saneamento – SINISA, em 2012 foi feita a aplicação de R$ 500 mil em convênio com o CDT/UnB visando a sua estruturação.

- **Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a SNSA/MCidades deu continuidade às atividades do 2º Ciclo da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA). Três núcleos regionais (Nordeste, Sul e Sudeste), decorrentes do Edital 43/2010, vêm executando projetos relacionados à produção, revisão e atualização de materiais pedagógicos, desenvolvimento de plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação de educação à distância (EaD) e desenvolvimento de proposta de certificação em saneamento.

- **Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental**

  Análise Situacional da Meta

  Quanto às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento - o denominado “Trabalho Social” -, em 2012 deu-se continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa, desde o lançamento do PAC 1, com a adoção de alguns aperfeiçoamentos. Cerca de 700 empreendimentos de saneamento, contratados em anos anteriores, financiados com recursos do PAC, em mais de 300 municípios ou regiões metropolitanas, estavam e continuam executando ações do Trabalho Social. Durante o ano, também foi iniciado o processo de construção, com consulta pública via Internet, de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

- **Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)**

  Análise Situacional da Meta

  No final do ano de 2012 foi realizada a descentralização orçamentária para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no valor de R$ 346.084,00 para ser aplicado no exercício de 2013, na atualização da proposta do PLANSAB. As atividades de monitoramento e revisão do PLANSAB ficaram para a fase posterior a sua publicação, prevista para 2013.

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, o Governo Federal investe na implantação, ampliação e melhorias estruturantes dos sistemas, sobretudo nas áreas mais carentes dos municípios brasileiros.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do Ministério das Cidades atualmente é composta por 2.195 operações, que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e totaliza de R$ 34,46 bilhões, sendo R$ 14,73 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do

Orçamento Geral da União – OGU e R$ 19,73 bilhões de contratos de financiamento. Do total de empreendimentos selecionados nas carteiras do PAC 1 e do PAC 2, tem-se a seguinte divisão por modalidades:

* Abastecimento de Água - 649 operações - R$ 10,32 bilhões
* Esgotamento Sanitário - 764 operações - R$ 15,90 bilhões
* Estudos e Projetos - 479 operações - R$ 0,47 bilhão
* Saneamento Integrado - 166 operações - R$ 6,15 bilhões
* Manejo de Resíduos Sólidos - 91 operações - R$ 0,34 bilhão
* Desenvolvimento Institucional - 46 operações - R$ 1,28 bilhão

No âmbito do PAC 2, até 2012 foram contratadas 858 operações, no valor total de R$ 10,98 bilhões, nas seguintes modalidades:

* Abastecimento de Água -194 operações - R$ 3,72 bilhões
* Esgotamento Sanitário - 209 operações - R$ 5,15 bilhões
* Estudos e Projetos - 410 operações - R$ 0,50 bilhão
* Saneamento Integrado - 33 operações - R$ 0,97 bilhão
* Manejo de Resíduos Sólidos - 5 operações - R$ 0,30 bilhão
* Desenvolvimento Institucional - 7 operações - R$ 0,33 bilhão

Ainda, no exercício de 2012 foram concluídas 85 obras de saneamento, perfazendo um investimento de R$ 1,13 milhões. Exemplos de obras concluídas são:
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - Estação de Tratamento de Água (ETA) Taiaçupeba – Suzano/SP – R$ 275 milhões
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - Adutora de interligação dos sistemas Rio das Velhas e Paraopeba – Belo Horizonte/MG – R$ 96 milhões
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) nas zonas norte e leste da sede municipal - Manaus /AM – R$ 57 milhões
Ampliação e Otimização do sistema de abastecimento de água de Boa Vista – 2ª etapa – Boa Vista/RR – R$54 milhões.

Também foram iniciadas 54 obras, perfazendo um investimento de R$ 3,27 bilhões. Exemplos de obras relevantes iniciadas são:
- Saneamento Integrado na Bacia do Rio Camaçari - Camaçari/BA - R$ 145 milhões
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no Bairro Várzea do Palácio - Guarulhos/SP - R$ 126 milhões
- Adequação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - alimentadores e anéis secundários para receber o incremento de oferta do Sistema Produtor Pirapama - Recife/PE - R$ 125 milhões
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) - execução de redes coletoras, interceptores, ligações domiciliares, elevatória – Goiânia/GO – R$ 100 milhões

Importante ressaltar que, devido às características das intervenções de saneamento, em geral, somente após a conclusão da intervenção são gerados os benefícios à comunidade.

Já a Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. Parte das obras dessa seleção foram contratadas ainda no ano de 2011 e, em 2012, foram contratados cerca de R$ 1,42 bilhões para as intervenções. Além disso, foi lançada nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de

contratação de R$ 2 bilhões, sinalizando que a meta inicialmente pactuada, de R$ 1,28 bilhão de contratação em intervenções de esgotamento sanitário e R$ 960 milhões em abastecimento de água, será alcançada ainda no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 não houve execução desta meta.

- **Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, 47 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes foram beneficiados com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.

  Quantidade alcançada

  47

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, 95 municípios receberam melhorias sanitárias domiciliares.

  Quantidade alcançada

  95

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

  Análise Situacional da Meta

  A Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de esgotamento sanitário. Esta seleção culminou na publicação da Portaria Funasa nº 808/2011. Parte das obras foram contratadas ainda no ano de 2011, e em 2012 foram contratadas cerca de R$ 0,95 bilhão para a ação. Com o anúncio de nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de contratação de R$ 2 bilhões, e, considerando que a seleção já encontra-se aberta, a meta inicialmente pactuada será alcançada ainda no ano de 2013.

  Quantidade alcançada

  0,95

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente**

  Análise Situacional da Meta

  Até 2012 foram contratados R$ 5,15 bilhões (209 empreendimentos) em intervenções de esgotamento sanitário nos municípios com baixos índices do serviço. Tais contratações são provenientes das seleções do PAC 2. Ressalta-se ainda, que em setembro de 2012, foi lançada uma nova seleção de empreendimentos para intervenções de esgotamento sanitário, cujo resultado ainda não foi divulgado. No âmbito do PAC 1 e 2, foram selecionados R$ 15,90 bilhões em 764 operações de esgotamento sanitário no país.

  Quantidade alcançada

  5,15

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do PAC 2 foram contratados R$ 0,30 bilhão em manejo de resíduos sólidos urbanos até 2012.
  Quantidade alcançada

  0,3
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do PAC 2, foram contratadas 33 operações em Saneamento Integrado, totalizando o valor de R$ 0,97 bilhão investido até 2012. Somando-se os investimentos do PAC 1 e 2, foram selecionados R$ 6,15 bilhões em 166 operações de saneamento integrado no país.
  Quantidade alcançada

  0,97
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

  Análise Situacional da Meta

  Até 2012 foram contratados R$ 3,72 bilhões em 194 operações de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade ofertada insatisfatória, no âmbito do PAC 2. Acrescenta-se que em setembro de 2012 foi realizada uma nova seleção de empreendimentos para intervenções de abastecimento de água, cujo resultado ainda não foi divulgado. Somando-se a 1ª e 2ª etapas do PAC, foram selecionados R$ 10,32 bilhões em 649 operações de abastecimento de água no país.
  Quantidade alcançada

  3,72
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Contratar R$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

  Análise Situacional da Meta

  A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água. Esta seleção culminou na publicação da Portaria Funasa nº 808/2011. Parte das obras foram contratadas ainda no ano de 2011, e, em 2012, foram contratadas cerca de R$ 470 milhões para a ação. Com o anúncio de nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de contratação de R$ 2 bilhões, e, considerando que a seleção já encontra-se aberta, a meta inicialmente pactuada será alcançada ainda no ano de 2013.
  Quantidade alcançada

  470
  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais (povos indígenas e comunidades quilombolas), assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como atribuição o desenvolvimento de ações de saneamento básico nas sedes urbanas dos municípios com até 50.000 habitantes.

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas principalmente em comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, cabe informar que as mesmas constam do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC 2, tendo suas metas estabelecidas para 2012 voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria. Os principais resultados obtidos em 2012 podem ser resumidos nos seguintes quantitativos:

• Contratação de 123 sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas;

• Contratação da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 154 comunidades rurais do semiárido e 11 comunidades rurais fora do semiárido;

•Contratação de sistemas de abastecimento de água para 218 comunidades rurais.

Metas 2012-2015

- **Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos**

  Análise Situacional da Meta

  As metas estabelecidas para 2012 foram voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

  Ressalta-se que a programação anual das ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, sob a responsabilidade da Funasa, é elaborada com a participação direta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, utilizando-se como critério de seleção as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

  Destaca-se que as obras de saneamento, em regra, são executadas pelos Municípios, por meio de celebração de Termo de Compromisso ou convênio, demandando dessa forma a análise da documentação técnica exigida legalmente. Todo esse processo que antecede a execução das obras demanda tempo, ou seja, geralmente as obras contratadas em um exercício são executadas no exercício seguinte.

  Assim sendo, a meta atingida em 2012 (1º ano do PPA 2012-2015) corresponde à contratação de sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas, sendo 61 com sistemas coletivos, selecionados por meio da Portaria nº896/2012 e 62 sistemas simplificados com estudos geofísicos e perfuração de poços contratados por meio de execução direta.

  Quantidade alcançada

  123

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais**

  Análise Situacional da Meta

  As metas estabelecidas para 2012 foram voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais

especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Destaca-se que as obras de saneamento, em regra, são executadas pelos Municípios, por meio de celebração de Termo de Compromisso ou convênio, demandando dessa forma a análise da documentação técnica exigida legalmente. Todo esse processo que antecede a execução das obras demanda tempo, ou seja, geralmente as obras contratadas em um exercício são executadas no exercício seguinte.

Assim sendo, a meta atingida em 2012 (1º ano do PPA 2012-2015) corresponde à contratação de obras de saneamento em 218 comunidades rurais.

Além das obras, em 2012 foram também contratadas a elaboração de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água para 165 comunidades e de esgotamento sanitário para 30 comunidades. A seleção das comunidades foi realizada conforme estabelecido na Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011 (Cartas-consulta).

Quantidade alcançada

218

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	31/10/2008	8
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgância e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2010	2,3

Observações:

Número de catadores ligados a cooperativas ou associações - Número de cooperativas ou associações de catadores; Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações; Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões: Não houve atualização da pesquisa PNSB/IBGE-2008, então permanece o indicador original.

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo possui três eixos principais que são a inclusão socioeconômica dos catadores, a gestão consorciada dos resíduos sólidos e o apoio para a implantação da coleta seletiva. Os três eixos têm impacto direto sobre o efetivo encerramento dos lixões até o final de 2014, de acordo com os termos da Lei 12.305/2010.

Visando o fortalecimento da cadeia produtiva dos recicláveis, com a inclusão socioeconômica dos catadores, algumas ações realizadas em 2012 se destacaram. Foi instituído o Decreto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) presumido, que reduz o referido imposto dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Foram amparadas também 26 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores, abarcando 531 empreendimentos. No que tange à gestão da política de inclusão

dos catadores, 2012 foi um ano de transição e mudanças na coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC, sendo que a coordenação, que estava com o MDS, em conjunto com o MMA, passou para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Com a sensibilização dos gestores públicos sobre a necessidade de serem elaborados os Planos de Resíduos Sólidos, houve um considerável avanço nas iniciativas de manejo dos resíduos sólidos, sobretudo quanto à gestão consorciada. Dados da MUNIC/IBGE (Pesquisa de Informações Básicas sobre Municípios) retrataram o avanço, nos últimos anos, do número de consórcios intermunicipais de saneamento básico: entre 2008 e 2011 dobrou o numero de municípios que dispõem deste instrumento de gestão, passando de 6% para 12% dos municípios. Esse movimento tem sido favorecido pela política de apoio do governo federal, que induz pequenos municípios a se consorciarem para terem acesso a recursos para implantação dos sistemas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

No âmbito da coleta seletiva, estão em fase de análise 50 propostas de municípios para celebração de contratos de repasse visando a elaboração dos Planos de Coleta Seletiva. Outra ação importante foi a capacitação de catadores para fortalecimento da coleta seletiva, feita pelos Estados com apoio da União. Foram apoiados 25 Estados, beneficiando 32.459 pessoas diretamente.

Metas 2012-2015

- **Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva**

  Análise Situacional da Meta

  Estão em fase final de análise 50 propostas de municípios, para celebração de contratos de repasse para Planos de Coleta Seletiva.

- **Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores**

  Análise Situacional da Meta

  Foram apoiados 25 Estados em 2012, beneficiando 32.459 pessoas diretamente e 70.141 indiretamente.

  Quantidade alcançada

  32.459

  Data de Referência

  03/12/2012

- **Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos**

  Análise Situacional da Meta

  Foram concluídos os aterros sanitários do Consórcio Ecotrês em Conselheiro Lafaiete-MG, que atende 3 municípios, e do Consórcio Intermunicipal de Curvelo-MG, que atende 27 municípios na Bacia do Rio São Francisco. O aterro de Juazeiro-BA, que atende 2 municípios, está em fase de conclusão.

  O aterro sanitário de Olho D'água das Flores-AL, do consórcio CIGRES/AL, que engloba 12 municípios, está com a conclusão prevista para 2013.

  Por meio da articulação do governo federal foi aprovado o termo de adesão à formalização de um consórcio pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pela Câmaras Municipais de Goiânia e de mais seis municípios da RIDE – Região de Interesse de Desenvolvimento Econômico do DF.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  03/12/2012

- **Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**

Análise Situacional da Meta

Na área de incentivo a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, foi instituído o Decreto do IPI presumido, que reduz o IPI dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 2012 foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada

323

Data de Referência

03/12/2012

- **Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 26 redes que abarcaram 531 empreendimentos relacionados aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

03/12/2012

- **Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo reavaliada em virtude da mudança de estratégia nas ações de apoio aos catadores. Durante o ano de 2012, a Coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais reutilizáveis e Recicláveis – CIISC passou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Secretaria Geral da Presidência.

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) aprovou, após amplo processo participativo, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O Plano é elemento importante para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito do Comitê, também foram formuladas duas propostas normativas para definição de instrumentos previstos na Política Nacional: uma com os critérios para a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos e a outra para recuperação de áreas contaminadas órfãs (áreas contaminadas cujos responsáveis não são identificáveis). Foi proposto ainda termo de referência sobre os planos de gerenciamento destas áreas órfãs.

O Governo Federal continuou apoiando estados e municípios na elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos, através dos contratos de repasse celebrados. Foram contratados 19 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Distrital

do DF. Nos anos de 2011 e 2012 foram apoiados 343 Planos de Resíduos (entre Planos de Gestão Integrada e de Coleta Seletiva) e 14 Planos Intermunicipais.

O Portal do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) foi lançado, sendo esta uma importante ferramenta de gestão da informação para a política. Outro ponto de destaque foi a realização de oficinas para discutir a gestão dos resíduos nas cidades sede da Copa de 2014.

O Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (CORI) assinou, em dezembro de 2012, o texto consolidado do acordo setorial para embalagens plásticas de óleos lubrificantes. Além disso, encontram-se em análise pelo CORI as propostas de acordo setorial para lâmpadas, eletroeletrônicos e embalagens. Estes acordos são importantes instrumentos da estratégia para a implantação da logística reversa no país.

Um dos grandes desafios para o avanço na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a necessidade de maior articulação intragovernamental, com o setor privado e com o terceiro setor.

Metas 2012-2015

- **20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado**

  Análise Situacional da Meta

  Está em andamento o curso de educação à distância (EAD) para 23 estados sobre identificação dos valores de qualidade de referência do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. A principal dificuldade é a carência de estrutura para a realização dessa atividade nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs).

- **8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados**

  Análise Situacional da Meta

  O primeiro acordo setorial foi assinado em 2012 com o setor de embalagens plásticas de óleos lubrificantes. A previsão é que os acordos com os setores de lâmpadas, de eletroeletrônicos, de embalagens e de medicamentos sejam assinados em 2013. No âmbito do CORI será discutida a necessidade de novos acordos. Como entraves estão a necessidade de controle de importação, o estabelecimento de incentivos fiscais ou econômicos e o estabelecimento de procedimentos simplificados para pontos de coleta e transporte até os galpões de triagem.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  04/12/2012

- **Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratados 19 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Distrital do DF, em 2012. Os Estados foram: SP, PE, RN, MG, SE, BA, AM, GO, RS, MS, SC, MT, RO, PR, CE, AL, ES, DF e TO.

  Quantidade alcançada

  19

  Data de Referência

  04/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

  Análise Situacional da Meta

  O Comitê Interministerial da PNRS, instituído pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, aprovou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, após as contribuições colhidas em cinco audiências públicas regionais e uma Audiência Pública Nacional, e no processo de consulta pública via Internet. O Plano tem previsão de ser decretado ainda em 2013.

- **Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o apoio aos Planos de Coleta Seletiva ficou inserido nos Planos Municipais de Manaus e Belo Horizonte e, isolados, em outros dois planos. Foi lançado em 2012 um programa para apoio à elaboração de Planos de Coleta Seletiva dos municípios cujas propostas fossem aprovadas. E assim foram contratados 36 Planos de Coleta Seletiva através de contratos de repasse, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária.

- **Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país**

Análise Situacional da Meta

O apoio à elaboração dos Planos Municipais e Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está sendo implantada pelo Governo Federal através dos contratos de repasse celebrados nos anos de 2011 e 2012, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária. Esta ação contempla 343 Planos de Resíduos (entre Municipais e de Coleta Seletiva) e 14 Planos Intermunicipais, totalizando 283 municípios. Estão previstas assinaturas de contratos de repasse para apoio a mais 25 Planos Intermunicipais, abrangendo 391 municípios.

Quantidade alcançada

5,08

Data de Referência

04/12/2012

- **Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões e oficinas internas do Governo Federal sobre o assunto e uma Oficina Nacional com representantes do Governo Federal, da sociedade civil e dos Governos Estaduais e Municipais.

Foi contratada a Universidade de Brasília para o desenvolvimento do Sistema de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR. O Portal do SINIR (www.sinir.gov.br.) foi lançado em 2012. O MMA já assinou contrato para aquisição de imagens via satélite para o georreferenciamento do Sistema.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)	município	01/07/2008	811	01/07/2008	811
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem)	município	01/07/2008	1.210	01/07/2008	1.210
Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado	município	01/06/2011	458	01/06/2011	458

Observações:

Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado - Não houve disponibilidade de dados para atualização desse indicador em 2012. A SEDEC está buscando dados mais confiáveis quanto à estrutura das coordenadorias municipais por meio do portal comdec.integracao.gov.br. Haverá alteração do indicador do PPA a partir de 2013, para o dado mais confiável existente: “número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC".

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A meta atual, pactuada na Casa Civil, no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres lançado pela Presidência da República em agosto de 2012, é de mapear 821 municípios com riscos alto e muito alto a deslizamentos e enchentes até 2014. Para 2013, a meta é mapear mais 250 municípios. Em 2012, foram identificados setores de risco a esses desastres em 286 municípios, abrangendo 347.253 moradias e onde vivem 1.435.787 pessoas. Os mapas foram disponibilizados às prefeituras e defesas civis locais, ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e ao Ministério das Cidades (MCID). Em paralelo, esse avanço será complementado pela elaboração de mapas de suscetibilidade a inundações, enxurradas e deslizamentos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e disponibilização para os referidos órgãos e municípios.

Metas 2012-2015

- **Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.**

Análise Situacional da Meta

A meta original do PPA se refere a mapeamentos geológicos e geotécnicos em 250 municípios, o que abrange tanto a identificação de suscetibilidade quanto a identificação de setores de risco a inundações, enxurradas e deslizamentos. No

ano de 2012, com o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, houve expansão da meta no que se relaciona à identificação emergencial de setores de risco (alto e muito alto) para 821 municípios críticos até 2014.

No ano de 2013, será feita a revisão da meta no PPA, contemplando a expansão da meta de setorização para os 821 municípios críticos e a criação de uma nova meta para tratar exclusivamente dos levantamentos de suscetibilidade, esta prevendo alcançar 286 municípios ao fim do PPA.

Em 2012, foram setorizados 286 municípios, abrangendo 347.253 moradias e onde vivem 1.435.787 pessoas. Os mapas foram apresentados e disponibilizados para representantes da prefeitura e da defesa civil local em meio impresso e digital. Também foram enviados ao CEMADEN, ao CENAD e ao MCID. A partir de 2013, começarão a ser quantificados, em meta específica deste mesmo objetivo, os municípios objeto de mapeamentos de suscetibilidade a inundações, enxurradas e deslizamentos. Essa meta específica já é acompanhada no âmbito do monitoramento do Plano Nacional e alcançará 286 municípios até 2014.

Quantidade alcançada

286

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	município	6	31/12/2012
Região Nordeste	34	município	63	31/12/2012
Região Norte	3	município	37	31/12/2012
Região Sudeste	117	município	105	31/12/2012
Região Sul	91	município	75	31/12/2012

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Objetiva-se promover, em articulação com as demais políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas, a prevenção de desastres. Para implementação do objetivo, estão sendo realizados estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Além disso, quanto à dimensão do planejamento urbano, também está prevista a estruturação de Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, bem como a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana.

O escopo desse Objetivo se reflete na conformação de suas metas, cada qual alcançando uma dimensão prioritária cujas realizações estão expressas na análise situacional de cada meta.

Metas 2012-2015

- **Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas**

  Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental possui, sob sua gestão, 345 contratos em curso na esfera dessa meta que visam à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas. Totalizam-se mais de R$ 16,36 bilhões em termos de valor de investimento. Os respectivos empreendimentos beneficiam cerca de 170 municípios. Desse montante, R$ 9,16 bilhões correspondem à contratações com recursos do Orçamento da União e R$ 7,19 bilhões à financiamentos (empréstimos públicos).

Do montante total contratado, 70 empreendimentos foram iniciados em 2012, com valor total de R$ 2,37 bilhões. Ao final do exercício, havia 180 empreendimentos em fase de obras no valor total de R$ 5,73 bilhões. Foram concluídos, no exercício de 2012, 16 empreendimentos, totalizando R$ 205,9 milhões.

No âmbito do PAC 2, foram contratados até 2012 R$ 8,6 bilhões, sendo que, em 2012, foram contratados 31 empreendimentos, no valor de R$ 3,34 bilhões, sendo R$ 2,7 bilhões em contratações com recursos do Orçamento da União e R$ 0,7 bilhões com recursos de financiamentos, para empreendimentos em 20 municípios.

Quantidade alcançada

8,6

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi finalizada a metodologia para elaboração das Cartas Geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais, instrumento de planejamento urbano voltado para a definição de diretrizes para garantir a segurança dos novos loteamentos nos municípios mais vulneráveis a desastres naturais. A metodologia foi elaborada a partir de Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Pernambuco, que neste processo contou com a contribuição de especialistas de várias partes do País.

Foram firmados 5 Termos de Cooperação entre o Ministério das Cidades e universidades federais, para elaboração – em escala piloto – das cartas geotécnicas dos municípios de Igrejinha (RS), São José (SC), Florianópolis (SC) ,Ouro Preto (MG) e Ipojuca (PE).

Para o próximo exercício, está prevista a elaboração de 101 cartas geotécnicas em municípios brasileiros, considerados críticos em relação à suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos. Assim, foi elaborado também Termo de Referência para a contratação de empresas especializadas para elaboração de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais e demais produtos correlatos em áreas pertencentes ao perímetro urbano e de expansão urbana.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Para dar cumprimento à meta, para o ano de 2012, duas estratégias foram iniciadas:

(a) estruturação de Método para o Monitoramento da Ocupação Urbana; e

(b) estruturação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana.

Em relação a essas estrategias, as seguintes atividades foram desenvolvidas:
(a) Celebração de Acordo de Cooperação com o Cities Alliance para desenvolvimento de método de Monitoramento da Ocupação Urbana e proposição de regulamentação sobre usos de informações geradas pelo SIMOU; e
(b) Implementação de testes do Método de Monitoramento da Ocupação Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O método de Monitoramento da Ocupação Urbana encontra-se testado e pronto para ser aplicado nos municípios brasileiros.

Em 2012, também foi realizada a abertura de processos de licitação para estruturação do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana (LACAU), destinado a implementação do Sistema Nacional de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU), e a abertura de processo de contratação de assistência técnica especializada para o tratamento, processamentos e divulgação de informações, imagens e dados georreferenciados vinculados ao monitoramento da ocupação. A estruturação do Laboratório de computação científica, onde será implementado o sistema de monitoramento, será realizada no ano de 2013.

- **Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

A meta do PPA até 2015, relativa a cinco intervenções, foi superada no primeiro ano, já que ela contabilizava apenas as intervenções já selecionadas no PAC. Durante 2012, houve seleção de novas intervenções, o que, juntamente com a superação das execução prevista para a região Sul, justificará a revisão da meta até 2015.

Foram executadas obras integrantes do PAC, quais sejam: obras para a implantação de sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota e Luiz Alves em Santa Catarina; obras de dragagem, desassoreamento, construção de canais, dentre outras, nos municípios de Navegantes e Pomerode em Santa Catarina; obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins em Tocantins; obras de macrodrenagem em bairros de Salvador; e obras de recuperação do sistema de drenagem na Baixada Campista. Essas intervenções, alcançando um total de sete municípios, beneficiarão aproximadamente 717 mil habitantes. A "quantificação da meta" registra apenas seis municípios porque a Região Norte (onde se localiza o município de Paraíso do Tocantins) não consta da regionalização da meta prevista quando da elaboração do PPA, o que será revisto para o próximo ano.

Para 2013, estão previstas as conclusões das seguintes obras: recuperação da drenagem na Bacia do Ribeirão da Velha e Ribeirão Garcia no município de Blumenau em Santa Catarina; obras de macrodrenagem na bacia hidrográfica do rio Paratibe no município de Paulista em Pernambuco; obras de redragagem, recuperação de diques, desobstrução do canal central do rio dos Sinos e reforma geral de seis casas de bombas no município de São Leopoldo no Rio Grande do Sul; e obras de macrodrenagem no Canal Vasco da Gama e no Canal Suburbana no município de Salvador na Bahia.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	município	1	31/12/2012

Região Sudeste	1	município	1	31/12/2012
Região Sul	2	município	4	31/12/2012

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano**

Análise Situacional da Meta

A meta tem como referência as operações selecionadas pelo PAC nos municípios, o que totalizou 151 operações em 109 municípios ao fim de 2012.

Desses totais, durante esse ano:

(a) foi finalizado o processo de assinatura dos termos de compromisso relativos à 1ª seleção de contenção de encostas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. Esta seleção, iniciada em 2011, envolveu 116 operações, beneficiando 71 municípios vulneráveis a processos de deslizamentos de encostas, sendo que 40 operações para execução de obras de contenção de riscos em encostas, 36 para elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e 45 para elaboração de projetos básicos de estabilização de taludes. Desses, até 31/12/2012, encontram-se em andamento 26 operações envolvendo a execução de obras, projetos e planos, o que representa 22% da quantidade de operações e 42% em recursos financeiros contratados; e
(b) foi iniciado o processo relativo à 2ª seleção de contenção de encostas do PAC2. Foram selecionadas 35 operações que beneficiaram 38 municípios prioritários dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas, Bahia, Pernambuco e São Paulo no valor de R$ 1.504.600.287,00. Desses, até o final de 2012, foram contratadas operações em 4 municípios.

Para o exercício de 2013, está prevista a abertura do processo de carta consulta para seleção de propostas, visando atender aos municípios brasileiros considerados críticos em relação à suscetibilidade a deslizamentos.

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em andamento o PAC Prevenção, que financia obras e projetos tanto para prevenção de inundações quanto para mitigação da seca no Semi-Árido. Ao todo, são R$ 15 bilhões de investimento, já quase integralmente selecionados. O PAC Prevenção já se encontra em finalização da seleção da carteira.

- **Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres, em 2012 a Secretaria Nacional de Defesa Civil celebrou 40 convênios de apoio a obras preventivas, totalizando cerca de mais de R$ 77 milhões. Os convenentes foram: municípios dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entre os objetos pactuados, tem-se: implantação de sistema de abastecimento de água simplificado; construção de pontes; construção de canal de drenagem; construção de reservatório de amortecimento de cheias; canalização de córregos; execução de Taludes; elaboração de projetos para redução de riscos e planos diretores; dentre outros.

Por meio da Portaria nº 568, de 16/10/12, publicada no DOU em 17/10/12, 49 processos objetivando a celebração de convênios para apoio a obras preventivas de desastres foram transferidos à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH/MI, totalizando cerca de R$ 67 milhões. Na mesma direção, por meio das Portarias n° 436, de 01/08/2012, nº 568,

de 16/2012, nº 596, de 01/11/2012, nº 640, de 16/10/2012, e nº 654, de 23/11/2012, 42 convênios firmados entre 2009 e 2011 foram transferidos à SIH e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

A finalidade é promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

- **Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta guarda relação com a meta de estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos - SIMOU, analisada em campo específico de análise situacional.

Para gerar e operar o SIMOU, fez-se necessária a contratação de consultoria especializada, bem como a capacitação dos servidores efetivos. O Estudo Piloto, testado na cidade do Rio de Janeiro, consolidando a metodologia, poderá ser espraiado a todos os municípios da meta.

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

As realizações no período de 2012 se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. No período, mais de 8.000 pessoas foram capacitadas por ações de capacitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Dentre essas ações, destacam-se o curso básico de defesa civil, a realização de oficinas e simulados nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste e a realização do IX Fórum Nacional de Defesa Civil.

A atuação em rede dos órgãos, em parte prejudicada pela insuficiente aquisição de equipamentos de estruturação das defesas civis municipais, é objeto de Iniciativa específica para resolução desse entrave e para permitir a efetividade adequada.

Espera-se que, no ano de 2013, seja possível a realização de simulados e oficinas em todos os Estados brasileiros, bem como a estruturação de pelo menos 106 órgãos municipais de defesa civil.

O alcance desse Objetivo é potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil (edição da Lei n° 12.608/2012), que instituiu a chamada Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e estabelece as competências dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Metas 2012-2015

- **Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de pessoas nas atividades de defesa civil tem sido alcançada por meio dos seguintes instrumentos:

1- Simulados de Preparação para Desastres

O Simulado de Preparação para Desastres é uma atividade preventiva desenvolvida, conjuntamente, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) e pelas Coordenadorias Estaduais e Municipais de Defesa Civil. O objetivo é capacitar a comunidade residente em área de risco para atuar em situação de desastre provocado por chuvas fortes, além de consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme. Os simulados ocorreram nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e São Paulo, capacitando, no total 1.522 pessoas.

2- Curso de Capacitação Básica Continuada, Orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução

Turma 1 - Capacitação Básica em Defesa Civil

O curso de Capacitação Básica em Defesa Civil, realizado entre 17/09/2012 a 16/11/2012, objetivou, na modalidade de ensino à distância, capacitar agentes de defesa civil com conhecimentos básicos previstos no módulo I do Plano de Formação Continuada em Defesa Civil, que aborda temas como:

A- Defesa civil no Brasil;

B- Sistema e Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

C- Ciclo de gestão de defesa civil;

D- Estudo de desastres; e

E- Implantação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.

O curso certificou 1472 alunos de todo o Brasil.

3- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Região Nordeste

O Governo Federal construiu, por meio de trabalho interministerial, o Plano de Ação para o Período das Chuvas – Região Nordeste, que teve como objetivo fomentar as atividades desenvolvidas nos 56 municípios prioritários do Nordeste com maior incidência de desastres e auxiliar na elaboração de planos de contingência. A ação é contínua e a meta é trabalhar em conjunto com os municípios brasileiros na preparação para o período de chuvas, com o desenvolvimento de atividades relacionadas à mitigação de riscos e à preparação para desastres. Para a construção do Plano, foram realizadas nove oficinas entre os meses de março e abril, uma em cada capital nordestina. Cada turma teve duração de 32 horas (quatro dias) e foram ofertadas 03 vagas à cada município prioritário. Os estados tiveram a possibilidade de convidar municípios que não estavam na lista inicial, mas que consideravam pertinente a capacitação destes. Participaram das oficinas 106 municípios e foram capacitados 347 técnicos e gestores de defesa civil.

4- IX Fórum Nacional de Defesa Civil

A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) promoveu o IX Fórum Nacional de Defesa Civil – Desastres Acontecem Quando Não Estamos Preparados, nos dias 04, 05 e 06 de junho, no município de Angra dos Reis/RJ. O evento, que foi uma parceria entre a SEDEC/MI, a Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro e a Secretaria Especial de Defesa Civil e Trânsito de Angra dos Reis (RJ), reuniu 788 participantes entre coordenadores municipais e estaduais de Defesa Civil, técnicos e gestores da área, comunidade, membros de universidades e demais interessados. Na programação foram ministradas duas plenárias principais que abordaram temas referentes às ações do Governo Federal nos municípios. Também foram ministradas seis oficinas e aberto um espaço de boas práticas municipais de defesa civil em que oito municípios puderam apresentar suas atividades relacionadas a combate a estiagem, gerenciamento de abrigos, construção de cidades resilientes e simulados de preparação para desastres.

5- Understanding Risks (Entendo o Risco)

A SEDEC/MI e o Banco Mundial promoveram, nos dias 12, 13 e 14 de novembro, o Understanding Risk Brasil 2012 (URBR - Entendendo Risco) em Belo Horizonte/MG. O evento contou com especialistas internacionais e nacionais que apresentaram aos participantes uma gama de abordagens e a possibilidade de conhecer e trocar experiências referentes

à gestão de riscos e desastres no Brasil. O URBR segue a linha dos eventos organizados pelo Grupo do Trabalho Mundial Understanding Risks, cuja visão primordial é o fomento de uma rede internacional de especialistas e práticos para o desenvolvimento, troca de conhecimentos, boas práticas e inovações no campo da gestão de riscos. Foram capacitadas no evento 378 pessoas.

6- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste

Elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI), o Plano é resultado de uma parceria entre SEDEC e as Defesa Civis Estaduais das Regiões Sul e Sudeste, sendo executado em duas etapas. A primeira etapa consistiu na realização de oficinas em cada um dos estados dessas regiões, nas quais os alunos tiveram conhecimento sobre elaboração do modelo de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON), planejamento para realização de exercícios simulados, legislação e Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

As oficinas capacitaram 488 técnicos e gestores de defesa civil de 227 municípios. Foram realizadas 07 oficinas nas capitais das Regiões Sul e Sudeste, com duração de 16 horas, no período de 19 de novembro a 04 de dezembro de 2012.

Na segunda etapa, ocorreu a realização do exercício Simulado de Preparação para Desastres para capacitar técnicos e gestores de defesa civil a trabalharem em comunidades residentes em áreas de risco para atuar preventivamente em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos para a criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Os capacitados nesta etapa devem ser multiplicadores em seus municípios. No Simulado de Preparação para Desastres foram capacitadas 2.059 pessoas nas regiões Sul e Sudeste:

. Vila Velha - ES, 24/11/2012: 200 capacitados;

. Santa Luzia – MG, 25/11/2012: 358 capacitados;

. Rio de Janeiro – RJ, 25/11/2012: 200 capacitados;

. Santos – SP, 01/12/2012: 49 capacitados;

. Estrela – RS, 02/12/2012: 1.100 capacitados;

. Foz do Iguaçu – PR, 08/12/2012: 80 capacitados;

. Itajaí – SC, 08/12/2012: 72 capacitados;

Total de capacitados no Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste: 488, por meio de oficinas, e 2059 por meio de simulados.

7- Capacitação de Gestores de Defesa Civil para o uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) – Modalidade de Ensino à Distância (EAD)

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) é uma iniciativa da SEDEC que visa à qualificar as informações sobre a ocorrência de desastres no território e a dar transparência a essas informações. O objetivo do Curso de Capacitação de Gestores de Defesa Civil para o uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) foi informar os usuários sobre como lidar com a ferramenta e adotar as melhores práticas para garantir a confiabilidade dos registros sobre desastres no País. O curso foi realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) no período de 05/11/2012 a 14/11/2012 e foram capacitados 1874 gestores de defesa civil. No curso, foram desenvolvidos os conteúdos:

. Instrução normativa de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública; e

. Orientação para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID.

Quantidade alcançada

8.928

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação de órgãos estaduais de defesa civil**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram disponibilizados recursos orçamentários destinados à aquisição de equipamentos e materiais para implantação e estruturação de defesas civis municipais. As Defesas Civis estaduais já estão implantadas, mas carecem de estruturação. Essa estruturação tem ocorrido a partir de troca de experiências e conhecimento técnico. Nesse sentido, serão realizadas oficinas e simulados nos Estados, cursos de capacitação à distância e presenciais a partir de janeiro de 2013.

- **Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Apoio a Desastres - GADE é formado atualmente por 80 especialistas em gestão de desastres prontos para atuar em todo o país, dando suporte técnico aos estados e municípios nos momentos de desastre. No ano de 2012, estes especialistas foram mobilizados para atender desastres nos estados de PE, AL, BA, SE, PB, RN, CE, PI, MA, MG, RJ, AP, RS e ES. A meta do Governo Federal para 2012 era de investir na capacitação de novos membros do GADE, para se juntarem aos 80 integrantes formados em 2010 e 2011. Nesse sentido, foi realizado curso entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2012 e foram formados 50 novos especialistas, somando-se agora 130 membros do GADE.

- **Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil**

  Análise Situacional da Meta

  Após levantamento de informações sobre como funcionam e quais as estruturas das representações regionais de outros Ministérios, foi constituído, por meio de uma Portaria, um Grupo de Trabalho para tratar sobre o tema, que formulou uma proposta. Atualmente, a coordenadoria do Sudeste, com sede no Rio de Janeiro, encontra-se em estágio mais avançado de trabalhos.

- **Implementação e estruturação de órgãos municipais de defesa civil**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto de fortalecimento das defesas civis municipais foi concebido buscando atender ao objetivo do PPA de “Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC em apoio às ações de Defesa Civil, em âmbito nacional e internacional, visando à prevenção de desastres”. As defesas civis municipais, em geral, não dispõem de estrutura adequada de pessoal e equipamentos capazes de atender às demandas da sociedade.

  Dessa forma, considerando que um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil atuante somente pode ser alcançado com a estruturação de seus órgãos, entende-se que a SEDEC/MI deve fomentar essa estruturação, inclusive com recursos materiais e financeiros. Por meio de Chamamento Público n°1, de 7 de agosto de 2012, publicado no DOU de 08 de agosto de 2012, selecionaram-se propostas para recebimento de doação de equipamentos e materiais para fortalecimento de órgãos locais de proteção e defesa civil. O objetivo do chamamento supracitado é selecionar e classificar os 106 municípios hábeis a receber doações de equipamentos deste órgão. Em contrapartida, os municípios deverão adotar as medidas indicadas no documento para fortalecer o sistema, como a alocação de profissionais específicos para a defesa civil e a elaboração de planos de contingência.

  Após este processo de distribuição dos equipamentos e materiais, propõe-se o encaminhamento da proposta de chamamento público de forma a capacitar os municípios que serão contemplados, quanto à sua forma de utilização. Além disso, há a necessidade de desenvolvimento de metodologia para estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDECs, com a aplicação da “Apostila sobre Implantação e Operacional de COMDEC”, com atualização de acordo com a legislação vigente.

  No dia 7 de dezembro de 2012, foram publicados: o resultado provisório dos municípios aptos a receberem a doação

dos equipamentos e materiais, e a relação dos municípios com pendências documentais.

- **Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Análise Situacional da Meta

O projeto de reestruturação e modernização do CENAD está dividido em 4 (quatro) fases:

Fase 1
Status: concluída.
Principais ações:
A. Projeto de engenharia com elaboração do layout do Centro;
B. Planejamento e execução de reformas iniciais e mudanças estruturais;
C. Mudança física do CENAD para um espaço maior e com infraestrutura tecnológica adequada;
D. Planejamento e execução de ajustes na infraestrutura do CENAD em seu novo espaço físico com vistas à manutenção de sua condição operacional.

Fase 2
Status: concluída.
Principais ações:
A. Ajustes técnicos e físicos finais na adequação com a nova infraestrutura;
B. Fortalecimento do quadro de pessoal: cessão de servidores do Governo Federal e realização de concurso público para Engenheiros, Meteorologistas, Estatísticos, Geólogos, Químicos, Assistentes Sociais, Analistas de Sistemas e Analistas em Defesa Civil (51 empossados em junho de 2012).
C. Conclusão da especificação do Termo de Referência do Sistema de Gestão: o projeto básico para contratação da Solução Informatizada foi retificado e atualizado com informações de Procedimentos Operacionais Padronizados, que relacionam os principais processos de gestão de riscos.

Fase 3
Status: em andamento.
Principais ações:
A. Contratação do Sistema de Gestão de Riscos de Desastre: o Sistema foi contratado mediante adesão de ata de registro de preço do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Pregão SRP nº 36/2011 e ATA nº 3/2012).
B. Implantação e configuração do Sistema: o Sistema está sendo instalado nos servidores do Ministério da Integração Nacional para, após, ser implantado no CENAD.
C. Solução de armazenamento: foi feita a aquisição de uma solução de armazenamento de alta disponibilidade para a guarda das informações deste Centro, bem como as informações fornecidas pela Solução de Gestão de Riscos de Desastre.
D. Solução de processamento de dados: novos computadores de alta performance para o processamento das informações demandadas pela Solução de Gestão de Riscos de Desastre foram adquiridos.
E. Aquisição de equipamentos para videoconferência: adquirida solução de videoconferência que possibilitará a realização de reuniões simultâneas com diversas entidades localizadas em vários pontos do território nacional. Em consequência, permitirá uma maior agilidade na tomada de decisões estratégicas, acarretando economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
F. Aquisição de pacote de serviços de mensagens curtas (SMS – short message service): O objetivo dessa contratação é o de manter a continuidade dos serviços de emissão de alertas via SMS, integrando-se ao Sistema de Gestão de Riscos

de Desastre. A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.
G. Internet e Telefonia Satelitais: Essa proposta possibilitará às equipes de campo maior mobilidade em situações nas quais inexistam outros meios de comunicação. A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.
H. Serviço de atualização cadastral via call center: A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.
I. Restruturação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER: Elaboração do Termo de Referência, em 2013, para aquisição e a instalação de estações de rádio, incluindo a instalação de torres e antenas, para utilização em operações de resposta a desastres, que farão parte da RENER, bem como a assistência técnica e a fiscalização das instalações durante o período de garantia oferecido.

Fase 4
Status: a executar.
Principais ações:
A. Implantação do Sistema de Gestão no Estado piloto e nos demais;
B. Realização de testes técnicos e operacionais e validação final do Sistema.

- **Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**

Análise Situacional da Meta

Por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil se fez representar em uma série de fóruns, espaços de discussão e de capacitação internacionais, bem como em projetos de cooperação internacional em matéria de prevenção, gestão e recuperação de desastres.

Dentre os espaços de diálogo destaca-se a VIII Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul (REHU), presidida pela delegação brasileira, e a Plataforma Regional das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres.

No que se refere à cooperação internacional, destacam-se contribuições brasileiras ao Escritório das Estratégia das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre, para a Agência Caribenha para Gestão de Desastres e Emergências, e para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para projetos ligados a prevenção, gestão e recuperação de desastres, principalmente em países da America Latina, Caribe e África.

Dentre esses, vale notar o projeto Escolas Vivas, realizado em países centro-americano, que prevê a reconstrução segura de escolas vitimadas por desastres e o trabalho com as crianças e com os educadores, a partir de uma metodologia “Freiriana” em torno do tema dos desastres.

Por fim, vale notar a abertura em parceria com as Nações Unidas de um Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, sediado no Rio de Janeiro, um espaço de produção, promoção e circulação do conhecimento na temática do desastres entre países latino-americanos.

- **Realizar Conferência Nacional de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

A etapa nacional da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil está prevista para acontecer em Brasília entre os dias 28 e 30 de março de 2014, cumprindo-se etapas municipais até 31 de agosto de 2013 e etapa estadual até 30 de novembro de 2013.

- **Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Com o planejamento da 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, estruturada com etapa nacional precedida de etapas municipais e estaduais, deixou de ser priorizada a realização da Conferência Regional.

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Por meio do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, o Governo Federal apresenta como uma de suas ações de pronta resposta o Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, instituído pela Lei nº 10.954/04 e destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas por desastres com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional. Recentemente, o valor do AEF foi ampliado para R$ 720. O AEF é executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, sendo que o pagamento das parcelas é realizado por meio da Caixa Econômica Federal.

Estima-se que 935.000 famílias vítimas da grave estiagem na região do semiárido e nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sejam atendidas até o encerramento do benefício. O valor destina-se a garantir o atendimento dos beneficiários até o início das chuvas de 2013, de acordo com as previsões pluviométricas para as regiões atingidas.

A título de contextualização, relatamos que foram publicados em 2011 os seguintes documentos, visando à padronização e publicidade das informações referentes ao repasse de recursos para ações de defesa civil:

- Transferência Obrigatória - Caderno de Orientações: este manual tem como objetivo orientar o proponente ao longo de todo o processo, partindo da solicitação de reconhecimento federal da situação de anormalidade, passando pelas instruções de preenchimento do Plano de Trabalho para solicitação de recursos e pelos padrões a serem observados na elaboração dos projetos de engenharia, alcançando a fiscalização da execução das obras e chegando, finalmente, às prestações de contas dos recursos federais recebidos e empregados na realização do objeto pactuado.

- Cartilha do Cartão de Pagamento de Defesa Civil: o cartão é um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, que proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos à Administração Pública. Destina-se ao pagamento de despesas com ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, promovidas por governos estaduais, do DF e municipais. O cartão deve ser usado exclusivamente em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Seu público-alvo são as unidades gestoras dos órgãos da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que se enquadrem nos termos da legislação em vigor para ações de defesa civil.

Ambas as publicações foram elaboradas em parceria com a Controladoria-Geral da União, sendo que a Cartilha também contou com a participação do Banco do Brasil. Atualmente os manuais estão sendo revisados e estima-se que no próximo período sejam lançadas edições atualizadas de acordo com as últimas alterações na legislação de defesa civil.

Um exemplo dessas recentes mudanças é a publicação da Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos.

Outro avanço na legislação foi a Portaria Interministerial n°1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, que dispõe sobre a Operação Carro-Pipa para atender as populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Tal ação caracteriza-se pela mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável.

A alteração mais significativa de 2012 foi a edição da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu, dentre outros tópicos, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

Todas essas modificações contribuem para a padronização dos procedimentos e conceitos utilizados nas ações de pronta resposta e reconstrução, conferindo mais organização na administração das atividades de restabelecimento da ordem pública e da segurança da população em situações de desastre.

Metas 2012-2015

- **Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres**

  Análise Situacional da Meta

  Para cumprir a meta estabelecida, a SEDEC/MI executa transferências de recursos amparada pela Lei nº. 12.340/2010 aos entes afetados por desastres mediante solicitação, desde que a sua decretação de situação anormal tenha sido reconhecida pelo governo federal. Em 2012 foram reconhecidos pela SEDEC 2.344 municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

  Nestas condições, a transferência de recursos é obrigatória (sujeita à disponibilidade orçamentária) e não tem como requisito a aprovação prévia dos projetos de engenharia ou mesmo do Plano de Trabalho. Todavia, tais avaliações são realizadas a posteriori, estando o ente beneficiário sujeito à devolução dos recursos (com possível instauração de Tomada de Contas Especial) caso não reste demonstrada sua boa e regular aplicação quando da avaliação do Plano de Trabalho, dos projetos, orçamentos e aferição da execução física das ações custeadas com os recursos federais emergenciais.

  A partir de 2012, passou-se a disponibilizar o Cartão de Pagamentos da Defesa Civil, como forma de agilizar as transferências que beneficiarão as populações vitimadas, bem como aumentar a transparência na aplicação dos recursos. Esta linha de atuação constitui Meta específica do presente Programa.

- **Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios**

  Análise Situacional da Meta

  O Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC está implementado como mecanismo de transferência emergencial de recursos, já implementado em 469 municípios.

  Para o alcance da meta do PPA, de 2.856 municípios, alguns desafios operacionais precisam ser superados, como as restrições existentes diante da necessidade atual de criação de novo CNPJ para cada município e o pagamento de fornecedores na função crédito.

  Pretende-se excluir a necessidade de criação de novo CNPJ. Para tanto, o Banco do Brasil está desenvolvendo a solução tecnológica que possibilitará também a abertura massificada de contas pela Secretaria Nacional de Defesa

Civil, garantindo uma ampliação exponencial da adesão.

Para o mesmo período, está prevista a substituição dos cartões na função crédito para a função débito. Os testes foram realizados e em 2 meses se iniciará a substituição dos cartões físicos.

Quantidade alcançada

469

Data de Referência

31/12/0012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	161	município	6	01/02/2013
Região Nordeste	1.202	município	111	01/02/2013
Região Norte	104	município	61	01/02/2013
Região Sudeste	528	município	202	01/02/2013
Região Sul	861	município	89	01/02/2013

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O mapeamento de áreas de risco, no que cabe à setorização de riscos, com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, é conduzido pela CPRM em parceria com o Ministério da Integração Nacional. A CPRM já empreendeu a setorização de riscos em 286 municípios brasileiros até dezembro de 2012. Essas setorizações são utilizadas pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres para monitoramento de movimentos de massas (deslizamentos) e inundações.

Além do esforço empreendido pela CPRM, cabe destacar a recente realização de Pregão Eletrônico pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional - SEDEC/MI para contratação de mapeamento de vulnerabilidades em 68 municípios de 10 Estados. Salienta-se que a contratação desse mapeamento complementa o esforço já empreendido pela CPRM, o que denota o processo de integração de políticas públicas e de diferentes órgãos públicos federais.

A SEDEC/MI, por meio do CENAD, já programou a realização, em 2013, de mais três rodadas de contratações visando ao mapeamento de áreas de risco. Essas contratações estão previstas para os meses de abril, julho e novembro. Espera-se que, em cada uma das rodadas, sejam contratados os mapeamentos de 150 municípios (totalizando-se 450 municípios a serem contratados em 2013).

Destaque-se que o alcance do objetivo contará com um arranjo que contempla a participação de empresas privadas e de universidades federais. A participação dessas últimas permite a evolução da metodologia que será empregada pelas empresas contratadas.

Metas 2012-2015

- **Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios**

Análise Situacional da Meta

Para alcance das metas definidas, a Secretaria Nacional de Defesa Civil lançou o edital de pregão eletrônico n.º 29/2012 (data de abertura em 09/11/2012) para contratação de empresa especializada para levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais, com vistas à elaboração de mapas de risco e proposições de intervenções para prevenção de desastres. Essa contratação prevê a realização de mapeamento em 68 municípios, cujos indícios geológicos, suscetibilidades e potencialidades dos processos já foram previamente identificados em campo pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

No final do ano de 2012, a SEDEC, com o intuito de contribuir para a ampliação e qualificação do esforço de mapeamento de áreas de risco, celebrou Termos de Cooperação com 3 Universidades federais - UFPE, UFSC e UFRGS. O objetivo desses termos de cooperação é construir/aperfeiçoar metodologias de mapeamento de vulnerabilidade de áreas de risco.

Essas universidades contribuirão, também, com a sensibilização dos moradores das áreas de risco para o processo de mapeamento que será empreendido pelo Ministério da Integração Nacional - MI. Além disso, serão disponibilizados laboratórios especializados na avaliação do risco de vulnerabilidade, com especialistas e equipamentos suficientes para apoiar o MI na avaliação da vulnerabilidade das áreas risco.

Foram finalizados e enviados para assinatura os contratos referentes ao Pregão 29/2012. Foram contratadas 4 empresas para a realização do mapeamento de risco em 49 municípios. Somados aos 19 que serão mapeados pelas Universidades federais - UFPE, UFSC e UFRGS -, totalizam-se 68 municípios. O contrato prevê que as empresas entregarão os produtos até o outubro de 2013.

Complementarmente, deve-se ressaltar que já está em andamento o trabalho de setorização de riscos conduzido pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM (não incluído nesta meta). A setorização baseia-se na procura de indícios geológicos, suscetibilidades ou potencialidades dos processos, que são observados em campo e registrados.

No trabalho de setorização de riscos da CPRM são detalhadas características das encostas, tipologia dos processos atuantes observados, comportamento das drenagens naturais e artificiais, a ocorrência e a quantidade de blocos de rocha ou matacões nas encostas, os tipos de intervenções estruturais presentes, a vulnerabilidade das moradias existentes, a presença de trincas, fissuras e degraus de abatimento, no solo ou nas paredes e muros das moradias, bem como cicatrizes de eventos anteriores.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

No que concerne aos mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco, vale salientar que estas atividades serão desenvolvidas por outras instituições, fazendo parte de outros Objetivos do Programa. Por conseguinte, a emissão de alertas com alto grau de confiabilidade depende da execução dessas importantes atividades. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e das atividades de integração, modelagem e análise de todos os dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar com eficiência e rapidez as inúmeras variáveis, analisá-las e produzir modelos de previsão, incluindo a sistematização e o processamento de imagens de alta resolução de aerolevantamentos geofísicos, modelos digitais de elevação e análises tridimensionais, imagens de satélite de alta resolução e sensoriamento remoto (imagens de radares).

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas à informações agronômicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Assim, para a consecução deste objetivo, o Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011 e vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem procurado estruturar-se administrativamente e organizacionalmente, por meio de realização de concurso público, formação de parcerias com outros órgãos e aquisição de equipamentos.

Ainda em 2011, realizou-se processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto à área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores temporários permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM e Agência Nacional de Águas - ANA, e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais.

Buscou-se formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, estabelecendo acordos de cooperação com instituições tais como, ANA, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA e Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, dentre outros. A interação com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério da Integração Nacional - CENAD/MI, o braço responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidada com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI Nº 314, de 17 de outubro de 2012.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, foram lançados Editais de Processos Licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos estão em fase final de processamento. Quanto ao monitoramento hidrológico foi estabelecido um termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para a encomenda de projeto de pesquisa que contempla a aquisição e instalação de 100 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas.

Após trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, a CPRM iniciou levantamento de áreas de risco

dos municípios considerados críticos quanto aos desastres naturais. De posse destes dados, o CEMADEN já implantou sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais para 258 municípios com áreas de risco mapeadas até o final de 2012, dentre os quais apenas 74 possuem pluviômetros automáticos, enquanto 184 não possuem; e, 148 municípios possuem algum tipo de cobertura de radar, enquanto 110 estão descobertos. Embora ainda não se disponha dos mapas de susceptibilidade na escala de 1:25.000, os mapeamentos de risco na escala de 1:2.000 já permitiram ao CEMADEN emitir, até setembro de 2012, 477 alertas de possibilidade de ocorrência de desastres naturais.

Metas 2012-2015

- **Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas**

Análise Situacional da Meta

A modelagem hidrológica foi realizada nas bacias hidrográficas da região Sudeste, pois nesta região está concentrada a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Além disso, são as principais bacias que apresentam riscos hidrológicos. Espera-se para o próximo ano (2013) a realização da modelagem hidrológica em outras bacias situadas na região Sul e Nordeste e a inclusão de outros municípios nas bacias já estudadas da região Sudeste. O modelo hidrológico está sendo calibrado nas bacias do Rio das Velhas (MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), Doce (ES e MG), e Capibaribe (PE). Ao longo de 2013, pretende-se avançar na modelagem da bacia do Rio Itajai (SC), Córrego Pirajussara (SP) e em algumas bacias do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que a meta estabelecida ao final do PPA 2012-2015 se refere à calibragem de modelos em áreas críticas de 50 municípios. Já em 2012, a meta para todo o período do PPA foi alcançada, tendo a calibragem se concentrado na região Sudeste, que, sozinha, alcançou 50 municípios neste primeiro ano. Assim sendo, a meta do PPA e a sua regionalização serão revistas para os próximos anos.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, tem-se que os trabalhos foram iniciados, porém, devido ao curto espaço de tempo para a preparação das equipes e a natureza complexa dos modelos, alguns deles foram calibrados, mas ainda não estão operacionalmente integrados à plataforma computacional denominada Salvar do CEMADEN.

No tocante ao desenvolvimento de modelos de monitoramento de risco geotécnico, com o uso de sensores e instrumentação geotécnica, prevê-se, para o ano de 2013, o trabalho piloto em cerca de 3 áreas de risco de deslizamentos, com montagem de projeto de rede de monitoramento geotécnico, visando ao aperfeiçoamento do modelo de observação e monitoramento de risco de movimentos de massa, afeito à calibragem geodinâmica, com vistas à sua aplicação em maior escala, e para diversos cenários de risco de diferentes tipologias de processos de instabilização de encostas. Prevê-se, também, o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com órgãos técnicos e prefeituras locais.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

06/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	município	0	06/02/2013
Região Nordeste	10	município	0	06/02/2013
Região Norte	4	município	0	06/02/2013
Região Sudeste	18	município	50	06/02/2013

Região Sul	14	município	0	06/02/2013

- **Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012, no início da operação do período chuvoso 2012-2013, o CEMADEN já monitorava 249 municípios que apresentam riscos de deslizamentos de massa. Em abril de 2013, o monitoramento alcançou 272 municípios.

Destaca-se que a meta estimada para ser alcançada ao final do PPA 2012-2015 soma 251 municípios, mas, após o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, pretende-se monitorar as áreas de risco de deslizamento ou movimentos de massa de 821 municípios até o final de 2014, o que motivará a alteração da meta do PPA.

Inicialmente, foi difícil agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional denominada Salvar, do CEMADEN, pois os mapeamentos eram de diversas fontes, com diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de escorregamentos. Atualmente, depois de vencida as dificuldades técnicas de consolidação de dados de diferentes fontes e escalas, esses trabalhos têm sido realizados de forma rápida, já que a maioria dos mapeamentos são realizados pela CPRM, segundo um mesmo padrão. O mapeamento da CPRM contempla dados e informações de levantamentos e observações de campo, que são organizadas na plataforma e colocadas assim à disposição da operação.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de retorno de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

A complementação da rede de cobertura de radares meteorológicos e a melhoria da rede de pluviômetros automáticos em andamento pelo CEMADEN, bem como o mapeamento das áreas de risco em escalas apropriadas, por outros órgãos federais, estaduais e municipais possibilitarão melhorias substanciais na qualidade dos alertas. Ao mesmo tempo, as ferramentas computacionais de monitoramento e cruzamento de informações estão sendo desenvolvidas e implantadas operacionalmente no CEMADEN de forma gradual e sendo aperfeiçoadas continuamente. Desta forma, as bases para a produção de alertas estão estabelecidas e, tão logo, estas informações complementares sejam disponibilizadas, o CEMADEN será capaz de incorporá-las rapidamente no sistema de monitoramento e produção de alertas.

Quantidade alcançada

272

Data de Referência

12/04/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8	município	1	12/04/2013
Região Nordeste	24	município	47	12/04/2013
Região Norte	4	município	21	12/04/2013
Região Sudeste	176	município	136	12/04/2013

Região Sul	39	município	67	12/04/2013

- **Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Dos municípios monitorados até o fim de 2012, 164 apresentam áreas de risco de inundação e enxurrada. Até 2014 pretende-se monitorar 821 municípios, dos quais pode existir ou não áreas de risco de inundação e enxurradas. Da mesma forma que para as áreas de risco de movimentos de massa/deslizamentos, os critérios técnicos definidos possibilitam avaliar o grau de confiabilidade dos alertas de risco de inundações e enxurradas.

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao aprimoramento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

06/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	município	0	06/02/2013
Região Nordeste	26	município	43	06/02/2013
Região Norte	4	município	5	06/02/2013
Região Sudeste	40	município	56	06/02/2013
Região Sul	132	município	60	06/02/2013

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2012	2.632.728
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2012	1.525.321
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2012	2.246.700
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	157.000	31/12/2012	214.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	847.000	31/12/2012	910.000
Exportações da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	31,6	31/12/2012	34,1
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	50,8	31/12/2012	57
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2012	-14,1
Importação de máquinas para a mineração	US$ mil	31/12/2010	547.809	31/12/2010	547.809
Importação de máquinas para siderurgia	US$ mil	31/12/2010	2.679.832	31/12/2010	2.679.832
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2011	20,12
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2011	58,7
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2011	20,3
PIB M&TM	US$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2011	99,1
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	31/12/2012	159,4
Saldo Comercial da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	23,9	31/12/2012	25,2
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	26	31/12/2012	27,4
Valor da Produção Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	39	31/12/2012	42

Observações:

Empregos diretos na Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Exportações da Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Exportações da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Importação de Fertilizantes (variação) - Fonte: MDIC (http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1358533135.doc). Variação percentual 2012/2011 em valor (US$ FOB).

Importação de máquinas para a mineração - Sem apuração no período.

Importação de máquinas para siderurgia - Sem apuração no período.
PIB da Mineração - Inclui pelotização - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).
PIB da Transformação de Não-Metálicos - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).
PIB M&TM - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).
Produção de insumos da construção civil (1992=100%) - Fonte: https://www3.bcb.gov.brsgspublocalizarserieslocalizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries
Saldo Comercial da Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral - (Exclusive petróleo e gás e derivados. Inclusive compostos químicos inorgânicos).
Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.
Valor da Produção Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento territorial.

No que toca aos levantamentos geológicos, eles continuam a ser uma prioridade de governo, expressa na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. De 2009 a março de 2013, no âmbito do PAC foram mapeados 699.923 km², sendo 342.391 km² na escala 1:100.000, adequada a revelar potenciais, e 357.532 km² na escala 1:250.000.

Em relação à avaliação de recursos minerais, a exemplo de diamante, fosfato e minerais estratégicos, para atrair investimentos privados para a pesquisa mineral e estimular a descoberta de novas jazidas minerais, até março de 2013 já foram executados 72% da meta total 2009-2014. Essa meta contempla a avaliação de 69 áreas/regiões nas escalas 1:100.000, 1:250.000 e 1:500.000 e a cobertura de cerca de 204.000 km² com novas informações, utilizando-se levantamento com prospecção geoquímica, geofísica e geologia.

No que cabe aos levantamentos geológicos marinhos, destinados ao reconhecimento geológico e avaliação da potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e áreas oceânicas adjacentes (incluindo-se águas internacionais), por meio de levantamentos geológico-geofísicos e do detalhamento de sítios de interesse geoeconômico, houve avanço nos levantamentos tanto em plataforma rasa como em plataforma continental.

Quanto à plataforma rasa, está sendo finalizado processo licitatório para a realização de levantamento a laser em novas áreas, bem como sendo tratados dados já existentes e organizado o acervo de amostras.

Quanto à plataforma continental, prosseguem: o Levantamento do Projeto PRO-CORDILHEIRA (pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica, em águas internacionais), com a avaliação dos dados geofísicos (magnetometria, gravimetria e batimetria multifeixe), duas comissões já realizadas e planejamento da pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica a longo

prazo, no período de 5, 10 e 15 anos; o Projeto Sistema de informações Geocientíficas (SIG) do Atlântico Sul e Equatorial e de áreas da Plataforma Continental (a exemplo de Jequitinhonha, Cadeia Norte Brasileira e Cadeia Vitória-Trindade); e o Projeto Elevação do Rio Grande que permitirá a finalização da proposta brasileira de requisição de direitos de pesquisa e exploração mineral junto à Autoridade Internacional dos Fundos do Mar (ISBA).

No tocante aos levantamentos aerogeofísicos, com o objetivo de fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) do território, para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral, de 2009 até março de 2013 foram executados 68% da meta prevista até 2014, levantado-se um total de 2.179.430 km de perfis, equivalente a área de 1.107.051 km².

Os levantamentos geoquímicos, com o propósito de ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos e águas de drenagem e de abastecimento público, alcançaram, de 2009 até março de 2013, 65,5% da meta prevista até 2014. Essa meta prevê a coleta e a análise de amostras de solo, de sedimento de corrente e de água em 3.750.000 km², correspondentes a 44% do território brasileiro.

Os levantamentos hidrogeológicos, com o foco de gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País, envolvem também a implantação da rede de monitoramento de poços e, em 2012, foram objeto de ajustes para subsidiar a implantação da Rede de Poços Estratégicos no semi-árido brasileiro.

Os levantamentos da geodiversidade, com o propósito de modelar as aptidões e fragilidades do território, tomando por base informações do meio físico para subsidiar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial, tiveram executados 65% da meta prevista 2009-2014, correspondentes a 26 mapas de geodiversidade estaduais e 21 mapas no entorno de obras do PAC e aquíferos.

As implantações do Centro de Informações Geocientíficas - CIG, da Rede de Litotecas (armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e a Modernização da Rede de Laboratórios também avançaram a contento, contribuindo para a reestruturação da informação geocientífica e da infraestrutura associada para o desenvolvimento do setor mineral.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS**

  Análise Situacional da Meta

  No período de janeiro/2012 a janeiro/2013, após a consistência e depuração da base de dados, contabilizaram-se 14.318 novos poços cadastrados. Atualmente, a base central de dados conta com 226.359 registros de poços. Para o alcance da meta do PPA de 112.000 novos poços até 2015, as principais limitações estão associadas à obtenção de dados junto aos órgãos gestores e intervenientes em águas subterrâneas e ao tipo e à qualidade da fonte de dados. Não obstante, para superação das dificuldades, o governo investe no treinamento de pessoal, no fortalecimento dos instrumentos de cooperação técnica com os citados órgãos gestores e no aperfeiçoamento do mecanismo para transferência automática de fontes de dados para a base SIAGAS. Esta base tem sido importante para a produção dos mapas hidrogeológicos e para orientação de ações de resposta aos efeitos da seca no Nordeste brasileiro.

  Quantidade alcançada

  14.318

  Data de Referência

  31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12.000	unidade	945	31/01/2013
Região Nordeste	40.000	unidade	7.086	31/01/2013

Região Norte	15.000	unidade	2.075	31/01/2013
Região Sudeste	25.000	unidade	3.145	31/01/2013
Região Sul	20.000	unidade	1.067	31/01/2013

- **Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, houve a implantação de 4 laboratórios analíticos nas unidades dos seguintes estados: RJ, SP, AM e MG. Ademais, foram adquiridos e instalados todos os equipamentos e instrumentos planejados para capacitar os laboratórios em MG, SP e MA. Neste momento prosseguem as obras do LAMIN-RJ.

Está sendo planejada para 2013 a construção de um centro analítico em Caeté que será a ampliação do atual LAMIN –BH. Também para 2013, no âmbito da ampliação do LAMIN-SP, está prevista a elaboração de projeto de centro analítico a se localizar em Araraquara/SP. Outras 3 unidades planejadas estão sendo objeto de estudos quanto ao escopo analítico e à melhor localização.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

- **Concluir a implantação da Rede de Litotecas**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas Regionais de Porto Velho, Manaus e Belém (na região norte), da Litoteca Regional de Goiânia (na região centro-oeste) e das Litotecas Regionais de Araraquara e Caeté (na região sudeste). Estão em andamento as obras em Mossoró e Teresina (na região nordeste). Paralelamente às obras, está sendo realizada a catalogação de amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) para alimentação de um banco de dados.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

- **Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG**

Análise Situacional da Meta

As 13 unidades da rede já foram implantadas, mas, como se trata de uma infraestrutura de comunicação que necessita acompanhar a demanda de serviço, é necessário ampliar a capacidade de transmissão de dados, atualizar recursos de hardware e software e instalar novos pontos não previstos originalmente na topologia da rede.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	4	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos**

Análise Situacional da Meta

A meta de 6 mapas para 2012 foi parcialmente alcançada, tendo sido elaborados 4 mapas de Geodiversidade (nos estados do Acre, Maranhão e Goiás, e a Folha Paraná-Mercosul), em vista de parte da equipe ter sido transferida para o Mapeamento Geológico Geotécnico para elaborar, em caráter emergencia, os mapas de riscos a deslizamentos e enchentes.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	23/11/2012
Região Nordeste	5	unidade	2	23/11/2012
Região Norte	5	unidade	2	23/11/2012
Região Sudeste	5	unidade	0	23/11/2012
Região Sul	2	unidade	0	23/11/2012

- **Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

As publicações Sumário Mineral, Anuário Mineral e Anuário Metalúrgico têm periodicidade anual (em andamento). O informe Mineral é uma publicação semestral e o Balanço Mineral tem publicação quadrianual.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	21	unidade	5	31/12/2012

- **Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, encontram-se 251 poços de monitoramento em operação. As principais restrições para a ampliação da rede foram as dificuldades operacionais para formalização de contratos de perfuração de poços e de acordos para cessão de poços. Como ponto positivo, há o reconhecimento externo da importância da rede RIMAS no contexto da ampliação do conhecimento hidrogeológico e como instrumento de apoio à gestão dos recursos hídricos. Para superar as restrições, será implementada uma revisão dos processos de contratação de serviços garantindo maior agilidade na sua efetivação.

Quantidade alcançada

251

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	56	31/12/2012
Região Nordeste	390	unidade	104	31/12/2012
Região Norte	200	unidade	46	31/12/2012
Região Sudeste	160	unidade	28	31/12/2012
Região Sul	100	unidade	17	31/12/2012

- **Implantar a Rede de Sismologia**

Análise Situacional da Meta

A implantação da rede sismológica deverá ter início a partir do ano de 2013. Reavalia-se seu escopo, em virtude da existência de um projeto de observação sismológica semelhante desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com o Observatório Nacional - ON, com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas - IAG e com a Universidade de Brasília - UnB.

- **Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo operadas 04 (quatro) bacias, sendo 01 (uma) experimental e representativa (Região Serrana do Rio de Janeiro); 02 (duas) bacias representativas (Cerrado Mineiro); 01 (uma) bacia escola (Bacia do Catu). Na operação são realizadas atividades de monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

- **Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados e concluídos mapas hidrogeológicos da Amazônia Ocidental e do Estado de Santa Catarina. Também foi concluído o estudo hidrogeológico na Borda Sudeste do Parnaíba e foi produzido o Atlas de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão. Houve também a produção de 16 (dezesseis) relatórios diagnósticos dos aquíferos monitorados pela Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, disponibilizados no site www.cprm.gov.br, na página RIMAS.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	10	unidade	7	31/12/2012

Região Norte	5	unidade	5	31/12/2012
Região Sudeste	5	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	3	31/12/2012

- **Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 alcançou-se a quantidade de 60.155 km² (conforme tabela da regionalização da META), incluindo projetos do PAC e Cartografia da Amazônia (Projeto Catrimani-Araça). As razões para o não cumprimento integral da meta são:

(a) a produção média mensal de fase de aquisição de dados, em condições favoráveis, é de 12.000 km² por mês. Dessa forma, dependendo da quilometragem do projeto, a sua fase de aquisição de dados pode se estender para o ano seguinte;
(b) alguns projetos, aguardando condições climáticas favoráveis, tiveram início somente no segundo semestre de 2012. Da mesma forma, alguns projetos foram suspensos, devido a condições climáticas desfavoráveis, devendo ser concluídos no ano de 2013;
(c) devido à redefinição da programação aerogeofísica, com a inserção de novos projetos aerogeofísicos que necessitaram ser cadastrados no PAC 2, os contratos só foram assinados em 28.09.2012; e
(d) com relação à região Sul, os projetos deverão ser retomados a partir do ano de 2014.

Quantidade alcançada

60.155

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	233.000	km²	49.958	31/12/2012
Região Nordeste	147.000	km²	0	31/12/2012
Região Norte	506.000	km²	10.197	31/12/2012
Região Sudeste	98.000	km²	0	31/12/2012
Região Sul	78.000	km²	0	31/12/2012

- **Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram amostradas águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área de 451.317 km². Dessa forma, foram coletadas amostras de sedimento (2.400), solos (657), águas de drenagem (2.300) e de abastecimento (468), totalizando neste ano 5.825 amostras. No período de 2009 a 2012 totalizam-se 36.403 amostras coletadas.

Foram finalizadas as amostragens nos estados de RR, PB, AL, MG, CE, PE, ES e RJ, para os quais estão sendo elaborados os Atlas Geoquímicos. As atividades continuarão em 2013 nos estados de SP, GO e MS. Iniciam-se as amostragens nos estados SC, BA e RN.

Quantidade alcançada

451.317

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	680.000	km²	58.000	31/12/2012
Região Nordeste	630.000	km²	47.481	31/12/2012
Região Norte	1.430.000	km²	134.100	31/12/2012
Região Sudeste	690.000	km²	211.736	31/12/2012
Região Sul	379.000	km²	0	31/12/2012

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000**

Análise Situacional da Meta

A produção da cartografia geológica na escala 1:100.000 ficou aquém das metas previstas. Espera-se que no ano de 2013 grande parte destes projetos sejam concluídos, buscando atingir as metas do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

47.684

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120.000	km²	5.710	31/01/2013
Região Nordeste	180.000	km²	18.756	31/01/2013
Região Norte	90.000	km²	6.000	31/01/2013
Região Sudeste	114.000	km²	9.048	31/01/2013
Região Sul	90.000	km²	8.170	31/01/2013

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000**

Análise Situacional da Meta

As atividades de cartografia geológica na escala 1:250.000 no ano de 2012 foram concentradas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na região Norte alcançaram-se as metas previstas neste período, com destaque para o Estado do Tocantins (2012) e abaixo do esperado na região Centro-Oeste.

Quantidade alcançada

77.591

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	108.000	km²	10.591	31/12/2012
Região Norte	270.000	km²	67.000	31/12/2012

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000**

Análise Situacional da Meta

Foram executados projetos na escala 1:50.000 na região Sudeste, nos estados de Minas Gerais e de São Paulo, e na região Sul. Nas demais regiões, ainda estão sendo selecionadas áreas que tenham potencial mineral que justifiquem projetos de cartografia geológica nesta escala, que é de semi-detalhe.

Quantidade alcançada

3.090

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	km²	0	31/12/2012
Região Nordeste	15.000	km²	0	31/12/2012
Região Sudeste	12.750	km²	1.590	31/12/2012
Região Sul	12.750	km²	1.500	31/12/2012

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com

vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Após a construção do aplicativo OTGM - Ordenamento Territorial Geomineiro, pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME, constituiu-se um banco de dados, que a partir de então tem sido alimentado com importantes informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, informações de mineração, de infraestrutura, de restrição à mineração, dentre outras, imprescindíveis à concepção do Zoneamento Mineral Brasileiro, e que possibilitam o planejamento do território de uma forma integrada.

O OTGM, assim como o trabalho de Áreas de Relevante Interesse Mineral desenvolvido pela CPRM, é mais amplo que o zoneamento mineral, já que abrange a questão da mineração no contexto da gestão territorial. Os principais módulos contidos no OTGM/SGM são:

• Áreas Prioritárias para Levantamento Geológico;
• Disponibilidade Mineral para Ordenamento Territorial;
• Diagnóstico dos Distritos Mineiros frente às Intervenções no Meio Ambiente;
• Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de Médio e Grande Porte; e
• Avaliação de Áreas com Conflitos Associados à Mineração de Pequeno Porte.

O OTGM tem sido constantemente atualizado (novas Unidades de Conservação - UCs e áreas indígenas têm sido criadas, minas e potenciais minerais descobertos). Esta ferramenta está sendo utilizada nas discussões e diretrizes visando o ordenamento territorial, facilitando a integração da atividade minerária com outras atividades importantes como preservação e conservação ambiental (criação de UCs), instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias), definição de regiões alvo de reformas agrárias, obras civis e política habitacional (Ex.: Minha Casa Minha Vida).

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs**

  Análise Situacional da Meta

  Existe forte correlação entre os projetos temáticos dos minerais estratégicos do Brasil e a definição das áreas de relevante interesse mineral. Em 2012, foi dada continuidade a vários projetos temáticos pelo território nacional:
  (a) área em RR (repartimentos) – atividades para os projetos Diamante Brasil, Terras raras e Fosfato;
  (b) áreas no AM (Juma) - atividades para os projetos Fosfato Brasil, Diamante Brasil e Terras raras, além de metalogenia do ouro;
  (c) áreas no PA – atividades para os projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil, Fosfato Brasil, nas áreas de Carajás, Gurupi e Serra do Inajá;
  (d) áreas de GO/MT/TO – atividades para os projetos Diamante Brasil, Terras raras e Metalogenia das Províncias; e
  (e) na região Nordeste, ações do projeto Fosfato Brasil e Metalogenia das Províncias, áreas do Seridó Leste, Seridó Oeste, Salgueiro Cachoeirinha, Granjeiro, bacia Potiguar, bacia PE/PB, Maciço Troia no Ceará Central.

  Os estudos também se estenderam aos estados de SP, MS, PR, SC, RS, MG, BA, ES, e RJ, e serão intensificados em 2013/2014.

- **Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas a coleta, a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento territorial Geomineiro – OTGM. A validação da ferramenta foi feita em situações reais como criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias.

Para consolidar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, pretende-se: (1) consolidar os zoneamentos minerários já realizados por outras instituições (Ex.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo); (2) identificar as regiões de interesse para o zoneamento piloto e mecanismos de gestão associados específicos; e (3) realizar o Zoneamento Mineral do Brasil, com seus mecanismos de gestão associados.

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a SGM/MME promoveu debates sobre a importância da produção de minerais estratégicos pelo Brasil, bem como dos demais produtos que podem ser elaborados em suas respectivas cadeias produtivas. Espera-se que, em 2013, seja instituída uma instância de governança com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, atenção especial foi dada às áreas do Norte e Nordeste, podendo-se notar que as metas foram superadas. As demais regiões foram preteridas em vista da logística montada para o Norte e o Nordeste, que contabilizou 126.000 km² de área coberta. As outras áreas serão objeto de atenção em 2013, onde se acredita que também haverá superação das metas pactuadas. Nesse sentido, prevê-se alcançar em 2013 mais 100.000 km² de área coberta, projetando-se o alcance da meta para antes de 2015.

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	km²	0	21/12/2012
Região Nordeste	50.000	km²	93.000	21/12/2012
Região Norte	50.000	km²	33.000	21/12/2012
Região Sudeste	50.000	km²	6.000	21/12/2012
Região Sul	50.000	km²	0	21/12/2012

- **Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo**

Análise Situacional da Meta

Avalia-se que para o cumprimento desta meta seja necessário criar uma instância de governança das ações para os minerais estratégicos, que incluam representantes dos diversos setores interessados neste tema. Em 2012, os Minerais de Elementos Terras Raras tiveram uma atenção maior por parte do Governo Federal que procurou promover e participar de debates sobre o tema, com a realização das seguintes audiências:

1) 03/02/2012 - Apresentação do “Projeto de Terras Raras” pela iniciativa privada;

2) 25/04/2012 - Audiência Pública no Senado Federal, com o objetivo de discutir o desenvolvimento de novas

tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “Terras Raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia;
3) 15/05/2012 - Audiências com representantes do legislativo federal, com o objetivo de discutir as formas de articulação de ações do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos Elementos Terras Raras no Brasil;
4) 24/05/2012 - Reunião com representantes do TCU sobre os Elementos de Terras Raras - ETR, com o objetivo de subsidiar o levantamento de auditoria que está sendo realizado sobre esses elementos (Portaria n.º 1.098/2012-TCU); e
5) 28/06/2012 - Reuniões sobre “Planos e Projetos de Terras Raras” de empresas privadas.

Dessa forma, espera-se que em 2013 a referida instância de governança seja instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo. Foi elaborada uma Minuta de Portaria para a criação de Grupo de Trabalho Interministerial que terá esta finalidade.

Deve-se também ressaltar que, no âmbito do Plano Brasil Maior 2011-2014 (PBM 2011-2014), existe uma iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matéria-prima mineral no país, com ênfase nos minerais em que o país é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Para sua execução, foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e a intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME) e suas vinculadas (DNPM, CPRM e Petrobras) instituíram um Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Esse GT tem atuado com o objetivo de discutir as questões do licenciamento e da comercialização dos produtos da rochagem, bem como de formular proposição que regulamente o seu uso no Brasil.

- **Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não houve contratação de estudos. Em 2013, espera-se a contratação e a realização de novos estudos, os quais poderão ser orientados pelo estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, com a participação de representantes da SGM/MM, intitulado "Roadmap estratégico da cadeia produtiva de terras raras no Brasil: 2012-2030".

Os relatórios parciais deste projeto indicam que deverão ser priorizadas as seguintes cadeias produtivas de aplicação de elementos terras raras (ETRs): Imãs permanentes, Catalisadores contendo Terras Raras, Ligas Metálicas, Fósforos e Pós para Polimento.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

21/11/2012

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Foram concentrados esforços na criação de dotação orçamentária para implantação deste objetivo, tendo sido aprovada a inserção de ação orçamentaria no PAC do MME e de sua priorização na Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior, que possibilitarão o início de sua execução em 2013.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

  Análise Situacional da Meta

  Há progressiva incorporação das Zonas Polo de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório da mineração. Os primeiros passos foram as inclusões, além do PPA 2012-2015, no PAC 2011-2014 e no PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs. Atualmente, as ZPTMs são objeto da Agenda Estratégica Setorial da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento - MDIC. O Ministério de Minas e Energia - MME está viabilizando a melhor forma para contratação desses estudos e projetos, tendo já sido realizada a consulta de preços a sete empresas, que despertou o interesse de pelo menos quatro grandes.

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A SGM/MME está coordenando as atividades do Conselho de Competitividade da Indústria de Mineração, no âmbito do "Plano Brasil Maior", o qual estabeleceu como objetivo estratégico a "Ampliação do conteúdo local de bens e serviços de empreendimentos da mineração". Está sob análise a minuta do termo de referência para a contratação de estudos de levantamento dos itens de compras de bens e serviços das empresas de mineração (prioritariamente das cadeias produtivas de metais, cimento e fertilizantes) e quem são seus fornecedores, origem e valor. Sua execução iniciará em 2013 e sua conclusão está prevista para 2014.

Metas 2012-2015

- **Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**

  Análise Situacional da Meta

  O CEDES está com seu escopo de atuação em definição pela CPRM, a princípio, incidindo na formulação de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

- **Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, os membros do Comitê Executivo da Indústria de Mineração do Plano Brasil Maior concluíram a análise do Termo de Referência para a contratação de estudo, de forma que possibilite a realização do respectivo processo licitatório no início de 2013. Avalia-se que o cumprimento desta meta ocorrerá em 2013, quando será contratado estudo do “Mapeamento das Cadeias de bens e Serviços das Indústrias da Mineração e Metalurgia”.

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira ainda não foram contratados. Para os próximos anos, a SGM/MME dará continuidade na coordenação do Comitê Executivo e do Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, cuja agenda setorial tem prazo previsto até 2014 e, atualmente, articula parcerias e utilização de recursos para a realização dos estudos previstos.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos**

  Análise Situacional da Meta

  Foram fiscalizadas, em 2012, 90 minas subterrâneas, 99 minas com barragens e 244 empreendimentos de agua mineral, representando o cumprimento satisfatório do PPA tendo em vista o horizonte de 4 anos para alcance da meta.

- **Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram levantados 88 títulos minerários com possibilidade de aproveitamento de minerais estratégicos, mas desse universo foram fiscalizados 16 em razão da maioria não estar em fase de aproveitamento dos minérios, reduzindo consideravelmente a necessidade de vistoria nas áreas. As áreas que foram vistoriadas representam 20% da meta.

  Quantidade alcançada

  20

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração**

  Análise Situacional da Meta

  A meta não foi desenvolvida em 2012. No ano de 2013, será dado início ao desenvolvimento do o projeto.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  14/02/2013

- **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para definir a linha-base e avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética, no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração. Foi detectada deficiência de informações, o que deverá ser sanado com a contratação de estudos específicos.

  Para os próximos períodos, a SGM/MME dará continuidade na coordenação do Comitê Executivo e do Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, cuja agenda setorial tem prazo previsto até 2014 e, atualmente, articula parcerias e utilização de recursos para a realização dos estudos previstos. Pode-se citar como exemplo o estudo entitulado “Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração e da Metalurgia”.

- **Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos 5 projetos, 2 na região Nordeste e 3 na Centro-oeste, sendo que um deles trata do lítio na região dos Pegmatitos do Ceará. O lítio é considerado um mineral estratégico, tendo em vista seu uso crescente em baterias recarregáveis.

Os outros projetos trazem informações sobre o desenvolvimento da mineração, seja dos granitos exóticos do Ceará, que possuem características próprias de lavra e beneficiamento, seja dos potenciais para minerais oriundos do basalto no Estado do Mato Grosso do Sul.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

08/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	estudo	3	08/02/2013
Região Nordeste	16	estudo	2	08/02/2013
Região Norte	8	estudo	0	08/02/2013
Região Sudeste	12	estudo	0	08/02/2013
Região Sul	12	estudo	0	08/02/2013

- **Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista no PPA 2012-2015 envolve a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na redução do tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários, desde que um requerimento é protocolizado no DNPM até a sua análise.

O alcande dessa meta foi afetado pela decisão de governo de interromper a publicação de títulos minerários para substâncias metálicas, decisão tomada desde o final de 2011 em função da revisão do marco regulatório do setor.

Excepcionalmente na Região Norte, no estado do Pará, o resultado foi prejudicado pela quantidade de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) com pendências relativas a problemas de deslocamento de áreas, áreas de conflito e áreas indígenas.

Atualmente, a pendência de PLG no Pará é de 11.539 processos, questão que está sendo resolvida por meio de projetos específicos nas superintendências. O caso também está sendo acompanhado pelo TCU através de auditorias. Assim, a redução tende a ser progressiva até 2015.

Quantidade alcançada

489

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	258	d	489	14/02/2013
Região Centro-Oeste	220	d	320	14/02/2013
Região Nordeste	134	d	253	14/02/2013
Região Norte	310	d	1.163	14/02/2013
Região Sudeste	413	d	434	14/02/2013
Região Sul	227	d	276	14/02/2013

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

As propostas de regulamentação do setor mineral, por meio da elaboração de marcos legais para a outorga de direitos minerários, foram concluídas e estão em discussão no âmbito do Poder Executivo. No que tange aos estudos de reorganização interna das unidades ministeriais, o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS do Banco Mundial.

Metas 2012-2015

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de revisão da política de participação governamental está em elaboração.

- **Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento visto que, para os estudos de reorganização interna das unidades ministeriais o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS (Banco Mundial).

- **Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento. Foi firmado convênio com o Estado do Pará, objetivando desenvolver o plano estadual de mineração. Além desse convênio já celebrado, todas as tratativas para celebração com o Estado do Maranhão foram realizadas.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	21/11/2012

Região Nordeste	5	unidade	0	21/11/2012
Região Norte	5	unidade	1	21/11/2012
Região Sudeste	5	unidade	0	21/11/2012
Região Sul	5	unidade	0	21/11/2012

- **Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que, para os estudos de reorganização interna das unidades ministeriais, o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS (Banco Mundial).

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem metas relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral. Em 2013 se espera constituir recursos específicos, bem como sua vinculação à iniciativa correspondente do PPA.

Com relação à meta de apoio aos APLs de Base Mineral consolidados, foram apoiados 20 APLs de base Mineral por ações de programas do MME e MCTI, sendo 1 na Região Norte, 9 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 4 na Região Sudeste, e 3 na Região Sul do País. Com relação à meta de apoio aos APLs de Base Mineral em processo de formação foram apoiados 2 APLs de Base Mineral:
a) APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e b) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e Itaguaí do RJ.

Os principais resultados alcançados são descritos na análise situacional das metas. No entanto, destacam-se, por influenciarem as duas metas relacionadas aos APLs de Base Mineral, as seguintes atividades desenvolvidas pela RedeAPLmineral e parceiros: a) oficinas da RedeAPLmineral realizadas no Espírito Santo, Salvador e Campina Grande/PB; b) realização do IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador, BA de 08 a 11/12/2012; c) Prêmio Melhores Práticas 2012 em APLs de Base Mineral; e, d) Instituição do Comitê Temático Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e afins.

Metas 2012-2015

- **Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Projeto META de assistência técnica dos setores de energia e mineral, com recursos do Banco Mundial, a SGM/MME já obteve a sua aprovação em 2012. Para a próxima etapa, aguarda o edital do Projeto Inventário e Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Pequena Mineração no Brasil, o qual é base para as ações de políticas públicas com vistas à formalização da pequena mineração.

- **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Foram implementadas as seguintes ações de apoio a projetos de APLs consolidados:

a) O APL de Rochas Ornamentais Bege Bahia/BA foi apoiado pelo Edital MCT/CT-Mineral/CNPq Nº 44/2010 por meio do projeto "Utilização de resíduos oriundos da lavra e do beneficiamento do calcário Bege Bahia para geração de

compósitos poliméricos", executado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), repassado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
b) O APL Cerâmica de Revestimento de Campo Largo/PR foi apoiado pelo Edital MCT/CT-Mineral/CNPq Nº 44/2010, por meio da realização do Projeto "Avaliação tecnológica da aplicabilidade de ocorrências minerais de pequenos mineradores da APL Campo Largo na produção de porcelanato esmaltado e de monoporosa via seca", tendo como instituição proponente a Universidade federal de Santa Catarina -UFSC/Centro de Tecnologia/Departamento de Engenharia Química, com o prazo de execução de 24 meses, repassado pelo CNPq;
c) O APL de Gesso de Pernambuco foi apoiado por meio de encomenda no âmbito da ação do MCTI/SETEC/CT-Mineral, de estruturação para qualidade da produção das cadeias produtivas e APLs priorizados – Normalização, Avaliação da Conformidade e Avaliação do Ciclo de Vida, para realização do projeto "Apoio à Normalização e à Avaliação da Conformidade do Gesso natural e seus produtos derivados", executado pela parceria entre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituro de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e Sindusgesso, com recursos da Agência Brasileira da Inovação (FINEP) e com prazo de execução de 36 meses; e
d) Os APLs de Cerâmica do Seridó Paraibano (PB), de Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN) e de Cerâmica Vermelha de Patos (PB) receberam apoio do projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) no âmbito do projeto de Eficiência Energética nas Pequenas Cerâmicas do Brasil - Projeto EELA.

Com recursos oriundos da RedeAPLmineral e de parcerias foram realizadas as seguintes atividades para a consolidação dos APLs de Base Mineral:

a) oficinas da RedeAPLmineral, no Espírito Santo, em Salvador e em Campina Grande/PB;
b) IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador/ BA de 08 a 11/12/2012, com apoio à participação de lideranças e gestores dos APLs de Gemas, Joias e Afins do RS e PA, APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, APL do Quartzito do RN/PB, APL do Bege Bahia, APL em Pegmatitos do RN/PB e APLs de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça/SC, de Sergipe e Norte Goiano/GO;
c) Prêmio Melhores Práticas 2012 em APLs de Base Mineral, com a participação dos APLs de Rochagem do Sudoeste Goiano, APL de Quartzito PB/RN, APL de Quartzito de São Tomé das Letras/MG e APL de Ardósia de Papagaios/MG, APL de Gemas, Joias e Afins do RS, APL de Rochas Ornamentais do Espírito Santo e APL de Cerâmica Vermelha Terra cozida do Pantanal/MS; e,
d) Instituição do Comitê Temático Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e Afins.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	3	21/11/2012
Região Nordeste	15	unidade	9	21/11/2012
Região Norte	7	unidade	1	21/11/2012
Região Sudeste	20	unidade	4	21/11/2012
Região Sul	8	unidade	3	21/11/2012

- **Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros**

Análise Situacional da Meta

Os Projetos de APLs desenvolvidos em 2012 tiveram ampla distribuição geográfica e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	8	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	12	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	12	unidade	1	31/12/2012

- **Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral:

a) instituição do APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, tendo como cidade polo Jataí/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e,

b) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e de Itaguaí do RJ, apoiado por projeto da FAPERJ, que propõe um sistema de gestão ambiental para a região e é executado pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os diversos agentes envolvidos no setor de mineração de areia de Piranema fazem parte desse APL, incluindo-se as prefeituras dos municípios de Seropédica e Itaguaí, os representantes das comunidades afetadas, os consumidores e os órgãos reguladores: Departamento de Recursos Minerais (DRM), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o DNPM, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RJ) e o Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (Simarj).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	21/11/2012
Região Nordeste	12	unidade	0	21/11/2012
Região Norte	10	unidade	0	21/11/2012
Região Sudeste	13	unidade	1	21/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	21/11/2012

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As oscilações dos preços das “commodities” minerais, em um contexto de crise financeira internacional, têm conferido maior ênfase ao tema da cooperação em exploração, processamento e transformação mineral em encontros bilaterais e multilaterais sobre o tema. Em 2012 foi possível identificar algumas das principais demandas de interlocutores estrangeiros sobre a política brasileira para recursos minerais, entre elas o desenvolvimento de um marco regulatório para

o setor, a questão da sustentabilidade na extração mineração e a agregação de valor à produção local. Nos próximos anos são esperados avanços nesses temas, por meio da reunião de mecanismos de diálogo entre governos que incluam o tema da mineração bem como por meio de parcerias entre empresas do setor, essenciais para facilitar o fluxo comercial inter e intra-regional de recursos minerais, bem como o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, objetivando fortalecer e ampliar a atuação internacional do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, contribuindo para o desenvolvendo de projetos internacionais de cooperação técnico-científica, no âmbito das Geociências no contexto dos países do Cone Sul, foram desenvolvidas as seguintes ações relacionadas à consolidação de instrumentos contratuais e à negociação de propostas de interesse bilateral, como segue:

(i) Em consonância com as diretrizes da política externa brasileira, a CPRM estendeu suas ações junto aos países da América do Sul, firmando o Memorando de Entendimento com o "Instituto Nacional de Geologia y Minería do Equador (INIGEMM)". Em prosseguimento, promoveu uma reunião com representantes do INIGEMM e da CPRM, no Rio de Janeiro, durante a qual foram definidas linhas de pesquisa de interesse comum e consolidado o "Agreement", no qual consta o detalhamento dos projetos bilaterais a serem desenvolvidos. Este instrumento está em fase de coleta de assinaturas das instituições CPRM e INIGEMM;

(ii) Em continuidade com países caribenhos, no âmbito da cooperação técnica Brasil-Cuba, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), teve prosseguimento a execução das atividades do Projeto "Apoyo a la Declaración del Patrimônio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba", com a conclusão do Relatório Final, tendo como executora a Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM) de Cuba e apoio técnico da CPRM. Ainda no contexto desta cooperação, a CPRM participou da XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, realizada em novembro de 2012, em Havana, Cuba, objetivando:
(a) avaliar ações em desenvolvimento pelo Projeto "Apoyo a la Declaración del Patrimônio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba";
(b) discutir com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) a retomada das atividades do Projeto "Organización y Conservación de Testigos, Muestras y Materiales Documentales Relacionados con las Investigaciónes Geológicas para Desarrolho" de uma Litoteca em Cuba; e o início da execução do Projeto "Implantación Física del Banco de Datos Geológicos" da Republica de Cuba; bem como examinar novas propostas de projetos conjuntos;

(iii) No contexto da "América do Sul – países fronteiriços", as ações inseridas no Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira foram desenvolvidas objetivando a retomada pela CPRM dos projetos Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, bem como foi definida a implantação do Projeto Brasil-Peru;

(iv) Também no contexto do continente sul-americano, a CPRM promoveu três eventos, no Rio de Janeiro:
(a) GT-15 Geologia e Mineração do MERCOSUL com participação dos representantes dos países membros;
(b) Programa "Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Cuenca del Prata)", reunindo representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de discutir os avanços na caracterização dos aquíferos transfronteiriços da Bacia do Prata; e (c) Programa "Cuenca Poopó", conduzido pelo Departamento do Governo Autônomo de Oruro, Bolívia, propiciando a discussão sobre a experiência da CPRM em Hidrologia e Gestão Territorial no Brasil visando à sua aplicação na região de Oruro, Bolívia.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	36	projeto	6	31/12/2012

- **Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**

Análise Situacional da Meta

A CPRM avançou sua atuação internacional no Cone Sul e, mundialmente, por meio do diálogo bilateral com os seguintes países:

China: Em 2007, houve o início das negociações entre a CPRM e o “China Geological Survey (CGS)”, quando foi firmado o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o CGS, posteriormente renovado em 2010. No exercício de 2012, as ações entre as duas instituições visaram à discussão e à consolidação de projetos de interesse mútuo. Duas missões da CPRM viajaram à China, sendo:
(a) uma para Beijing, em novembro de 2012, quando os dois participantes brasileiros consolidaram negociações sobre o “Agreement for the Development of the Project on the Regional Geological and Metallogenetic Review of the Main Banded Iron formation Deposits from São Francisco Craton and its Eastern Proterozoic Marginal Belts, Brazil”, além de terem visitado a “14th China Mining Conference and Exhibition 2012”, realizada em Tianjin; e
(b) a outra missão para Shanghai, com objetivo específico no âmbito da Geologia Marinha, participou da "41st Underwater Mining Conference 2012", em outubro, e discutiu futuras atividades no Atlântico Sul a serem implementadas no início de 2013. Pelo lado chinês, a CPRM recebeu três missões formadas por representantes: do "Ministry of Land and Resources" e do CGS; do "China Earthquake Administration"; e da Província de Hubei, todas visando à discussão de cooperação técnica com a CPRM no âmbito das Geociências.

Japão: Durante o exercício de 2012, avançaram as negociações com este país durante o Seminário “The South Atlantic Ocean Joint Scientific Research by Brazil and Japan: meeting Brazil-Japan/Jamstec”, promovido pela CPRM, no Rio de Janeiro, durante o qual foram discutidas as atividades a serem desenvolvidas pela CPRM e a “Japan Agency for Marine Earth Sciences and Techonology (JAMSTEC)”. Além disso foi tratada a participação do Instituto oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP) em áreas previamente selecionadas no Atlântico Sul, com base no “Agreement” em fase de assinatura entre a CPRM, IO-USP e JAMSTEC. Nas operações de pesquisa, com início previsto para abril de 2013, será usado o navio R/V Yokosuka e o submersível Shinkai-6500, de propriedade da JAMSTEC.

França: De acordo com o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o “Institut Français de Recherche pour l´Explotation de Mer (IFREMER)”, do governo francês, firmado em junho de 2011, foram consolidadas as negociações e assinado o “Agreement” entre a CPRM e o IFREMER, tendo como objeto o uso do meio flutuante “Atlante” de propriedade daquele instituto a ser usado na execução de projetos de pesquisa na Plataforma Continental Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes. Em 2012, mais uma ação com instituição francesa refere-se à consolidação de dois instrumentos contratuais: Memorando de Entendimento e o “Agreement” entre a CPRM e o “Institut de Recherche pour le Développement (IRD)”, em fase final de coleta de assinaturas pelas partes. Esses instrumentos têm como objeto a execução do Projeto Dinâmica Fluvial na Bacia Amazônica, que visa o entendimento das influências climáticas andinas no sistema dinâmico na Bacia Amazônica e seus impactos sobre as populações ribeirinhas concentradas ao longo da calha que se estende desde os rios Solimões, Negro até a foz do Amazonas. Nessa faixa está concentrada uma das mais altas densidades populacionais da região.

- **Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e**

africanos

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram iniciadas atividades de mapeamento geológico em áreas fronteiriças dos países membros do Mercosul, em linha com as decisões emanadas do Subgrupo de Trabalho nº 15 do Mercosul, executadas com a colaboração do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). Outras atividades para o fortalecimento da cadeia da transformação mineral em países da América do Sul e África permaneceram em fase de planejamento por parte das áreas técnicas e políticas envolvidas.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	441	17/06/2008	441
Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	515	17/06/2008	515

Observações:

Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa conta com projetos que permitirão o armazenamento de aproximadamente 3,3 bilhões de m³ de água, além da implantação de 2 mil km de adutoras.

Nesse Objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por um longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais, constantes de outros programas do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos (associado à construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas. Além disso, emergencialmente, situações críticas associadas à seca são combatidas por meio das operações envolvendo carros-pipa, por meio do Bolsa-Estiagem e do Garantia-Safra.

O foco para realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do país, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação hídrica, o semiárido. Ressalte-se que a maior parte das intervenções aqui incluídas fazem parte da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.

Cabe destacar que o PAC dinamizou o processo nas questões orçamentárias e financeiras, bem como reduziu o processo burocrático na pactuação dos Termos de Compromisso. De maneira geral, o bom andamento das obras centra-se na qualidade ideal dos projetos disponíveis para a infraestrutura hídrica, cuja elaboração prevista no presente Programa busca aprimorar. Outro fator a ser considerado é que com o advento do Regime Diferenciado de Contratações, ao se possibilitar a inversão das fases de abertura das propostas e habilitação técnico-jurídica, poderá haver um andamento mais célere dos processos licitatórios concernentes ao setor.

No exercício de 2012, foram concluídas as seguintes obras:

(a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;
(b) Sistema Adutor Guanambi (BA) (1ª Etapa) com 265 km– Municípios de Candida, Malhada, Guanambi, Iuiú, Matina, Palmas do Monte Alto, Julião, Mutãs, Pajeú e Guirapá, beneficiando 36 mil habitantes;
(c) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e
(d) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;

Para 2013, está prevista a conclusão dos projetos:

(a) Barragem de Atalaia (PI) – volume de acumulação de 211,1 milhões de m³ de água - Municípios de Sebastião Barros, Cristalândia do Piauí e Corrente, beneficiando 29.265 habitantes
(b) Sistema Adutor Jacobina (BA) com 125 km – Municípios de Jacobina, Saúde e Caém, beneficiando 68 mil habitantes;
(c) Sistema Norte de Minas (MG) – Municípios de Rio Pardo de Minas, Janaúba, Januária e Mato Verde, beneficiando 170 mil habitantes; e
(d) Sistema Adutor Alto Oeste (RN) com 288 km – Municípios de Água Nova, Alexandria, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, Itaú, João Dias, José da Penha, Luís Gomes, Lucrécia, Major Sales, Marcelino, Vieira, Martins, Olho d'Água dos Borges, Paraná, Pilões, Riacho de Santana, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal e Viçosa, beneficiando 137 mil habitantes;
(e) Eixo de Integração Gavião ao Porto Pecém (CE) (1ª Etapa do Trecho V - 55 km – Municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante; e
(f) Sistema Adutor Piaus (PI) com 104 km – Municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes.

Faz parte desse objetivo ainda o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte e Leste, que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados. Até 2015, ano final da vigência do presente PPA, pretende-se concluir o Eixo Leste (217 km) e os trechos I e II do Eixo Norte (252 km). Desse escopo, até fevereiro de 2013 foram executados 52% do Eixo Leste e 34% do Eixo Norte.

Já estão em execução pelo Governo Federal, ou em estágio de planejamento, uma série de obras que deverão captar água nos canais ou reservatórios abastecidos pelo PISF, e realizar a adução até localidades adjacentes. Devem ser entendidas como obras complementares às do PISF, importantes para que o projeto possa ampliar o alcance à população beneficiada. É o caso do Ramal do Entremontes, em Pernambuco, e do Cinturão das Águas, no Ceará.

No Eixo Norte, em 2012, foram concluídos o Canal de Aproximação e o Reservatório Tucutu, dando-se continuidade às obras dos Aquedutos Mari e Terra Nova e a concretagem de 5 km do Eixo que fazem parte da Meta 1N (Captação Até o Reservatório Jati), além do Túnel Cuncas I da Meta 3N (Reservatório de Boi II até o Reservatório Engenheiro Ávidos).

No Eixo Leste, estão em execução as obras do Canal de Aproximação e do Reservatório Areias, cuja conclusão está prevista para 2013. Também estão em execução as obras da Estação de Bombeamento I do Trecho V da Meta 1L (Captação até o Reservatório Areias) e os aquedutos e 8 km do Eixo da Meta 2L (Reservatório Areias Até Reservatório Barro Branco).

Ademais, ações de caráter social fazem parte desse complexo como a construção/melhoramento de casas para comunidades indígenas e quilombolas, postos de saúde, construção de Vilas Produtivas Rurais para assentamento de famílias afetadas pelo projeto. Em 2012, atuou-se na construção das Vilas Produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão 314 famílias, bem como nas casas para as populações quilombolas e indígenas. Para 2013, está prevista a conclusão da Meta 1L (ponto de captação até o Reservatório Areias), bem como o início das obras para recuperação de reservatórios estratégicos existentes no perímetro do empreendimento.

Metas 2012-2015

- **Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento**

Análise Situacional da Meta

A meta constante no PPA 2012-2015 é a de regularizar a oferta de água para sistemas de abastecimento em 297 municípios. Nesse sentido, foram implantados 741 km de adutoras envolvendo 25 municípios da região nordeste, beneficiando a aproximadamente 414 mil habitantes.

Para 2013, está prevista a implantação de mais 655 km e adutoras, atendendo a 44 municipios, beneficiando aproximadamente 387 mil habitantes.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

20/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	município	0	20/02/2013
Região Nordeste	250	município	25	20/02/2013
Região Sudeste	37	município	0	20/02/2013
Região Sul	8	município	0	20/02/2013

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e também a sua modernização. Neste objetivo são executadas obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica; recuperação das estruturas já implementadas; implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento, bem como a realização de despesas com o pagamento de taxas, impostos e contribuições decorrentes da operação da infraestrutura.

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, que determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la. O artigo 18 da lei é especifico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Por meio do presente Objetivo busca-se não somente dar cumprimento a esse comando legal, mas principalmente

assegurar a segurança do abastecimento de água da população. Assim, com fundamento nas Inspeções Regulares de Segurança e no Relatório de Implantação do Plano de Segurança de Barragens da Codevasf, foi identificada a necessidade de recuperação de 26 barragens. Além disso, a partir de ações desenvolvidas em outro Objetivo do presente Programa (0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado), foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas.

O DNOCS possui diversas barragens de grande porte cujo rompimento representaria risco a significativo número de pessoas além de grande impacto ao meio ambiente e ao sistema econômico regional. As barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, todas no Ceará, são exemplos de obras que necessitam de manutenção permanente.

Por fim, cabe mencionar que no escopo do presente Objetivo é executada a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente com o Projeto de Integração do Rio São Francisco. Em outras palavras, são intervenções complementares às obras da PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Etapas preparatórias para essa intervenção foram executadas no ano de 2012. Até o ano de 2014, há a previsão de aplicação de R$ 200 milhões somente com a recuperação desses reservatórios.

Metas 2012-2015

- **Revitalizar infraestruturas hídricas**

Análise Situacional da Meta

A meta constante do PPA 2012-2015 é revitalizar 18 infraestruturas hídricas.

No ano de 2012, foi dada sequência à recuperação da barragem Barreiro Grande, iniciada em 2011, e a recuperação de 4 das 26 barragens consideradas críticas:

• Recuperação da barragem Barreiro Grande, no município de Afrânio, no estado de Pernambuco;

• Recuperação das barragens Marcado dos Pereiras, Marcado Grande, Itapecuru e Poço do Boi, em Alagoas. As obras de recuperação foram licitadas.

Os demais Termos de Referência não conseguiram ser finalizados a tempo de realizar a licitação em 2012. Para o ano de 2013 estão previstas as recuperações das demais 22 barragens críticas, quais sejam:

• Recuperação das barragens Itacarambi, Jiboia, São Domingos, Canabrava, Pedro Ju, Mocambinho, Lajes, Gameleira, São Gregório e Catuni, em municípios do estado de Minas Gerais.

• Recuperação das barragens Água Fria, Várzea dos Ramos, Bom Jardim, Volta do Riacho, Soledade, Água Branca e Deserto, em municípios do estado de Pernambuco.

• Recuperação civil e das comportas da barragem Boacica, no município de Igreja Nova, no estado de Alagoas.

• Recuperação das barragens Poções, Poço da Pedra, Taquarandi e Gangorra, no estado da Bahia.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado, dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e redução da pobreza.

O Plano Nacional de Infraestrutra Hídrica – PNSH (que, a partir de 2012, é tratado como Plano Nacional de Segurança Hídrica), será o principal instrumento da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e deverá organizar a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor. Permitirá, com suas orientações, constituir intervenções específicas e até mesmo constituir banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

A elaboração do referido Plano está sendo realizada a partir de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Água. De forma complementar, será contratada consultoria, que contribuirá no processo de elaboração. Estão previstas para 2013 visitas aos estados brasileiros, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

O foco das ações a serem abarcadas no PNSH são as chamadas soluções estratégicas, capazes de resolver os problemas de déficit hídrico de forma mais definitiva (tal atuação não exclui as soluções de caráter emergencial, necessárias para oferecer, de imediato, alguma assistência imediata para as regiões em situação de forte seca).

Além de buscar resolver problemas associados ao abastecimento de água, o PNSH também deverá abarcar a infraestrutura hídrica necessária à redução de riscos associados a inundações. As proposições associadas a essa temática guardam relação estreita com atividades executadas no escopo do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e deverão estar alinhadas com as demais linhas de atuação ali presentes.

Metas 2012-2015

- **Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas**

  Análise Situacional da Meta

  A partir de ações desenvolvidas no presente Objetivo, foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, foram realizadas atividades relacionadas em outro Objetivo do presente Programa do PPA (0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais). Especificamente. Foram utilizadas Inspeções Regulares de Segurança e o Relatório de Implantação do Plano de Segurança de Barragens da Codevasf, identificando a necessidade de recuperação de 26 barragens.

- **Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi iniciada parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hidrica, o qual será o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Hídrica.

- **Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica, com proposta de alteração da denominação para Plano Nacional de Segurança Hídrica, está sendo elaborado no âmbito do Programa INTERÁGUAS em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA.

Os Termos de Referência para a consecução do referido Plano já contam com a aprovação do Banco Mundial e, atualmente, encontra-se sob a responsabilidade da ANA a preparação da lista dos requisitos mínimos para posterior elaboração do Edital.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, com abrangência nacional, foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, melhorando sua capacidade institucional e de planejamento e criando um ambiente integrador no qual seja possível dar continuidade a programas setoriais exitosos, tais como o Programa de Modernização no Setor Saneamento (PMSS) e o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROÁGUA), como também fortalecer iniciativas de articulação intersetorial que visam aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados.

Objetivos:
1. Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País;
2. Aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços;
3. Aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos e;
4. Melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.

O Programa também envolve diretamente o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades.
Contando com apoio do Banco Mundial – BIRD, o Programa tem um custo total de US$ 143,1 milhões a serem investidos num prazo de cinco anos, sendo US$ 107,3 milhões (75%) aportados pelo BIRD e US$ 35,8 milhões (25%) a título de contrapartida nacional.

- **Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco**

Análise Situacional da Meta

A instituição de um modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco é essencial à sua operação, pois é por meio desse que se dará a gestão e o planejamento do uso da infraestrutura hídrica do PISF. É por meio da constituição de um ente operador federal que serão celebrados contratos de fornecimento de água necessários à operacionalização do projeto, bem como instituído um modelo tarifário de cobrança pelo uso da água.

Até a finalização do desenho institucional associado ao modelo de gestão (cujas discussões avançaram no ano de 2012), e criação de um ente operador federal do projeto, a Codevasf ficará incumbida de realizar o comissionamento e a manutenção dos equipamentos e trechos já entregues do Projeto.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	30/01/2013	129.400,194
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	31/12/2011	18,4
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	31/12/2011	11,15
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	30/04/2011	272,41	31/12/2012	298,39
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	30/01/2013	6,31
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	30/01/2013	7,82
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	30/01/2013	1,78
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	30/01/2013	1,46
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	30/01/2013	10,18
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	30/01/2013	65,23
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	30/01/2013	5,66
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	30/01/2013	1,55
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	31/12/2011	99,7

Observações:

Taxa de universalização do acesso à energia elétrica - =(1-(domicílios sem energia/total de domicílios)*100, segundo Síntese Indicadores Sociais 2012 - IBGE.

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte

limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.
Os projetos definidos no âmbito do PPA 2012-2015 estão em andamento e espera-se o alcance dos resultados desse objetivo ao final do período considerado. Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação em 2012 1.856,6 MW dessa fonte, com destaque para a entrada das primeiras máquinas da UHE Santo Antonio, no Rio Madeira, e das últimas da UHE Estreito, entre o Maranhão e o Tocantins, todas na região Norte.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização de 2012 ficou um pouco abaixo da média para o período devido à postergação da entrada de algumas obras importantes (como a UHE Simplício - 333 MW; UHE Mauá - 127 MW; uma unidade geradora da UHE Sto Antonio - 70 MW; UHE Domingos - 48 MW).

Dentre os empreendimentos em construção, destacam-se:

- Implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no estado do Pará, com capacidade de 11.233 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, entre os estados do Maranhão e Tocantins, com capacidade de 543 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no estado de Rondônia, com capacidade de 3.300 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, com capacidade de 1.820 MW
- Implantação de 11 projetos de geração de energia de fonte hidrelétrica por meio de PCHs, segundo os processos autorizados pela ANEEL, totalizando 210,5 MW

Quantidade alcançada

1.856,6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.280	MW	143,5	31/12/2012
Região Nordeste	326	MW	6,5	31/12/2012
Região Norte	6.950	MW	1.033,9	31/12/2012
Região Sudeste	75	MW	117,4	31/12/2012
Região Sul	695	MW	555,3	31/12/2012

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTEs) estão entre as alternativas de diversificação da matriz

elétrica. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos. Deve-se destacar entre as fontes minerais para a geração de energia elétrica o gás natural e o urânio, por serem menos poluentes que as tradicionais (carvão e derivados de petróleo).
Dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação até o momento 741,7 MW, representando 7,94% do total previsto para o PPA.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas**

Análise Situacional da Meta

O baixo índice de realização de 2012 em relação à média do período deve-se à postergação da entrada de diversas usinas importantes e, principalmente, à desistência de empreendimentos importantes pelos grupos vencedores de leilões de energia.

Dentre os empreendimentos em construção, destacam-se:

- Implantação da Usina Termelétrica Porto de Pecém II, no estado do Ceará, com capacidade de 360 MW.
- Implantação da Usina Termonuclear Angra III, no estado do Rio de Janeiro.
- Implantação de 35 projetos de geração de energia de fonte termelétrica por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL, totalizando 7.198,7 MW, no período de 2012 a 2015.

Quantidade alcançada

741,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120	MW	301,2	31/12/2012
Região Nordeste	4.900	MW	360,1	31/12/2012
Região Norte	80	MW	43,8	31/12/2012
Região Sudeste	4.150	MW	36,6	31/12/2012
Região Sul	88	MW	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nos litorais do Sul e do Nordeste. Até o ano 2012 foi desenvolvido cerca de 1,5% desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para

geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

Até o final de 2012 foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 916,8 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa**

Análise Situacional da Meta

No caso da biomassa o montante adicionado em 2012, de 916,8 MW, representou 65,7% do total previsto para o período 2012-2015, ficando uma parte menor para entrada em operação no restante do período. Ressalta-se que desse total, 53,8 MW localizam-se na região Sul, que não compõe a regionalização desta meta. Para 2013 está prevista a adição de mais 786 MW de usinas termelétricas a biomassa, montante que, associado ao realizado em 2012, seria suficiente para o cumprimento da meta do PPA 2012-2015, já no ano 2013.

A previsão para o período de 2012 a 2015 é de implantar 21 projetos de geração de energia de fonte termelétrica a biomassa por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL.

Quantidade alcançada

863

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480	MW	50	30/09/2012
Região Nordeste	125	MW	25	30/09/2012
Região Norte	80	MW	0	30/09/2012
Região Sudeste	710	MW	788	30/09/2012

- **Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica à matriz energética nacional, o que representa apenas 12,4% do total previsto para o período 2012-2015. A maior parte do montante de expansão a partir dessa fonte está realmente previsto para entrada em operação nos anos de 2013 e 2014. Em 2013 a previsão é de serem adicionados mais 1.677 MW, acumulando 58% de realização da meta do PPA 2012-2015.

A previsão para o período de 2012 a 2015 é de implantar 141 projetos de geração de energia elétrica de fonte eólica por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL.

Quantidade alcançada

456,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.360	MW	374,2	30/09/2012
Região Sul	320	MW	82	30/09/2012

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política

tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletro-energético.

No caso do monitoramento das obras em construção, o Departamento de Monitoramento de Sistema Elétrico/Secretaria de Energia Elétrica (DMSE/SEE) tem realizado um montante até acima do inicialmente previsto no PPA. No caso da comercialização de energia com países vizinhos, a realizada com a Venezuela ficou no patamar previsto inicialmente, mas as trocas de energia com a Argentina e com o Uruguai não foram tão intensas em 2012. Com relação aos leilões de energia, o montante realizado em 2012 ficou dentro da previsão para o período.

Metas 2012-2015

- **Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 o Departamento de Gestão do Setor Elétrico (DGSE) planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do MME. As informações referentes aos meses de novembro e dezembro foram consolidadas no início de 2013. Além disso, no final do ano, o DGSE esteve envolvido em atividades decorrentes da MP nº 579/2012. Por isso, a edição referente ao 3º quadrimestre foi elaborada apenas no início de 2013.

- **Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País**

  Análise Situacional da Meta

  O montante de quase o dobro do previsto inicialmente deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste. Destaca-se também que o valor apontado era a meta anual a ser atingida. Nesse sentido, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

  Quantidade alcançada

  420

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	42	30/09/2012
Região Nordeste	65	unidade	230	30/09/2012
Região Norte	55	unidade	19	30/09/2012
Região Sudeste	40	unidade	53	30/09/2012
Região Sul	60	unidade	76	30/09/2012

- **Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País**

  Análise Situacional da Meta

  O valor realizado, 70% maior que o previsto no PPA 2012-2015 deve-se principalmente à grande quantidade de obras

de reforço e ampliações determinadas para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional após a elaboração deste plano. Destaca-se também que o valor apontado era a meta anual a ser atingida. Nesse sentido, informa-se que a meta deve ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35	unidade	62	30/09/2012
Região Nordeste	70	unidade	147	30/09/2012
Região Norte	55	unidade	50	30/09/2012
Região Sudeste	45	unidade	97	30/09/2012
Região Sul	65	unidade	94	30/09/2012

- **Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção**

Análise Situacional da Meta

A realização um pouco inferior a uma média anual da meta do período deve-se à restrição orçamentária de 2012 e ao atraso no cronograma de algumas obras.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	unidade	6	30/09/2012
Região Nordeste	45	unidade	9	30/09/2012
Região Norte	40	unidade	5	30/09/2012
Região Sudeste	30	unidade	5	30/09/2012
Região Sul	40	unidade	3	30/09/2012

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa estão sendo executados dentro da meta ou superando a meta estabelecida. Em 2012 esperava-se a conclusão dos estudos de viabilidade da UHE São Luis do Tapajós, o que deve ocorrer em 2013, motivo pelo qual a realização de projetos e estudos de viabilidade ficou aquém da meta. Com relação às usinas termonucleares, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a viabilização das mesmas.

Metas 2012-2015

- **Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram aprovados pela ANEEL estudos de inventário hidroelétrico de 38 rios, que totalizam 4.127 MW, sendo 20 se consideramos a regionalização existente no PPA. Dado que a meta atual praticamente já foi superada, e em virtude da necessidade de incluir-se outras regiões hidrográficas na regionalização, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	9	unidade	4	14/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	1	unidade	13	14/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2	unidade	3	14/11/2012

- **Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 foram licitados nos leilões 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, 12º Leilão de Eergia Nova – LEN (A-3) e 13º Leilão de Energia Nova – LEN (A-5), 117 usinas eólicas, que totalizam 2905 MW de capacidade instalada. Os projetos dessas usinas foram elaborados em 2012. Informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

117

Data de Referência

16/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	12	estudo	86	16/11/2012
Região Sul	4	estudo	31	16/11/2012

- **Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram aprovados pela ANEEL 3 estudos de viabilidade, totalizando um potencial de 732 MW, sendo dois na região hidrográfica do amazonas, e um na região hidrográfica do atlântico nordeste, não incluída na regionalização existente atualmente no PPA. Em virtude da necessidade de incluir-se outras regiões hidrográficas na regionalização, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	24	estudo	2	31/12/2012
Região Hidrográfica Paraná	3	estudo	0	31/12/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	1	estudo	0	31/12/2012

- **Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 foram licitados nos leilões 4º LER, 12º LEN (A-3) e 13º LEN (A-5) 13 usinas termelétricas a biomassa, que totalizam 655 MW de capacidade instalada. Os projetos dessas usinas foram elaborados em 2012.

Quantidade alcançada

655

Data de Referência

16/11/2012

- **Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares**

Análise Situacional da Meta

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 e Angra 3.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas. A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, onde participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

Em 2012, entraram em operação 2.744,4 km, representando 15,5% do total previsto para o período do PPA 2012-2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, que representa 15,5% do total previsto para o período, ficou um pouco abaixo do esperado, e deve-se principalmente à postergação dos principais sistemas em construção para os anos seguintes, como a LT Tucuruí – Macapá – Manaus e a integração das usinas do Madeira com o sudeste.

Destacam-se os seguintes empreendimentos:

- Implantação do sistema de transmissão para interligação de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional, em 500 kV, com 715 km.
- Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Teles Pires.
- Implantação do sistema de transmissão em 500 kV, para integração da UHE Belo Monte ao Sistema Interligado Nacional.

Quantidade alcançada

2.744,4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	700	km	1.218,7	22/10/2012
Região Nordeste	900	km	434,6	22/10/2012
Região Norte	14.500	km	669	22/10/2012
Região Sudeste	800	km	245,8	22/10/2012
Região Sul	750	km	176,3	22/10/2012

- **Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao**

mercado de energia elétrica pelo SIN

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, equivalente a 45,6% do total previsto para o período 2012-2015, somente no primeiro ano, evidencia o grande avanço alcançado nesse tipo de obra, principalmente no que tange ao sistema de integração das usinas do Madeira.

Quantidade alcançada

10.034

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.500	MVA	725	22/10/2012
Região Nordeste	3.500	MVA	1.300	22/10/2012
Região Norte	6.800	MVA	100	22/10/2012
Região Sudeste	4.700	MVA	7.441	22/10/2012
Região Sul	2.500	MVA	468	22/10/2012

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importante contribuição para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2012 foram revitalizados 347,4 km, com uma realização de 14,5% do previsto no PPA no primeiro ano, sendo 4.6 km de reforços e 342,8 km de recapacitação de linhas existentes. Desse total de 347,4 km, 342,7 km se referem a regiões presentes na regionalização do PPA.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, já muito próximo dos 5.100 MVA previsto para todo o período do PPA 2012-2015, demonstra que a meta do PPA deverá ser suplantada para esse Objetivo.

Quantidade alcançada

4.260

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	MVA	650	22/10/2012
Região Nordeste	1.500	MVA	1.426	22/10/2012
Região Norte	350	MVA	650	22/10/2012
Região Sudeste	1.100	MVA	379	22/10/2012

Região Sul	1.250	MVA	1.155	22/10/2012

- **Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foi concluída nenhuma obra de ampliação, reforço ou revitalização de unidades geradoras no sistema elétrico nacional que gerasse capacidade adicional de geração de energia elétrica. Esperam-se realizações desse tipo nos anos seguintes do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização em 2012 correspondeu apenas a 14,5% do previsto no PPA, sendo 4.6 km de reforços e 342,8 km de recapacitação de linhas existentes. A maior parte desses reforços está prevista para os anos de 2013 a 2015. Desse total de 347,4 km, 342,7 km se referem a regiões presentes na regionalização do PPA.

Quantidade alcançada

342,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	600	km	0	22/10/2012
Região Nordeste	500	km	102,8	22/10/2012
Região Sudeste	600	km	233,6	22/10/2012
Região Sul	700	km	6,3	22/10/2012

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela ANEEL, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos - LpT, instituído pelo Decreto 7520/11.

As metas e cronogramas das ações decorrentes da Resolução 488/12 ainda estão em fase de análise e conclusão na ANEEL. As metas do LpT para o período 2012-2015 foram estabelecidas em 495.000 domicílios.

Metas 2012-2015

- **Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o Programa Luz para Todos atendeu a 120.131 familias, representando 24% da meta de 495.000 atendimentos estabelecidos à época.

Quantidade alcançada

120.131

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65.670	domicílio	4.176	31/12/2012
Região Nordeste	222.000	domicílio	79.113	31/12/2012
Região Norte	174.500	domicílio	34.342	31/12/2012
Região Sudeste	31.450	domicílio	1.120	31/12/2012

Região Sul	1.380	domicílio	1.380	31/12/2012	

- **Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização**

Análise Situacional da Meta

Da população identificada no Censo IBGE 2010 que se encontra na extrema pobreza (257 mil familias), o Programa Luz para Todos já atendeu a 130,8 mil, no acumulado até dezembro/2012.

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

No campo da regulamentação, merecem destaque em 2012 a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR) e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico e a definição da estrutura ótima de capital e o custo de capital considerado nas licitações de transmissão.

No exercício de 2012 foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (39 concessionárias e 12 permissionárias) e 38 processos de revisão tarifária (28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras). Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica (7 concessionárias e 26 permissionárias), além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II, da definição dos encargos setoriais e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.816 fiscalizações em 2012. Para 2013, estão programadas 1.573 fiscalizações.

Para o ano de 2013 está previsto o início de operação de unidades geradoras de aproximadamente 169 novas usinas, totalizando uma capacidade instalada de 10.125,5 MW. Deste total, 96 usinas, que representam 7.847,3 MW de capacidade instalada, estão com suas obras em andamento e não têm impedimentos para o início da operação, enquanto outras 73, responsáveis por 2.278,2 MW, ainda não tiveram suas obras iniciadas. Nesse horizonte, cabe destaque para a UHE Jirau (2.925 MW), com início de operação da primeira unidade geradora previsto para janeiro de 2013, e para a UTE Maranhão V (337,6 MW), com início de operação da primeira unidade geradora previsto para fevereiro de 2013.

Entre as 1.573 fiscalizações programadas para 2013, serão priorizados os empreendimentos constantes do PAC; de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões; e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizadas ações que visam dotar a ANEEL de instrumentos eficazes de promoção e monitoramento da evolução da qualidade dos serviços de energia elétrica ofertados pelos agentes, pautados em parâmetros e indicadores que subsidiem a formulação das regras e o controle de sua aplicação.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Também foi intensificada, por meio de descentralização, com o apoio das Agências

Estaduais, a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente.

Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por Monitoramento Contábil, Econômico e Financeiro, de todos os Agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cujo trabalho subsidiou a decisão de intervenção administrativa tomada pela ANEEL.

Para o processo tarifário foram realizadas 24 fiscalizações referentes à Base de Remuneração, além de fiscalizações de custos incorridos, para o processo licitatório. Além disso, foram aceitas 417 solicitações de anuências prévias aos agentes do setor elétrico, referentes a operações comerciais.

Para 2013, registra-se o desafio de 28 fiscalizações de ativos para composição da Base de Remuneração, em subsídio aos processos de revisões tarifárias programadas para o exercício, somadas à aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias, bem como a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, para adequação das normas brasileiras de contabilidade às referências internacionais.

Em relação às ações de outorga, delegadas à ANEEL, relativas a concessões, autorizações e permissões para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o desafio para 2013 é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, de caráter sistêmico, destinados à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovado pelo MME, e das obras de transmissão destinadas às Instalações de Interesse das Centrais Geradoras (ICGs), tendo ainda como foco as metas priorizadas no PAC.

Em 2012, no âmbito da transmissão de energia elétrica, foram licitados 4.032,87 km de linhas e 10.067 MVA de potência de transformação, distribuídos em 57 empreendimentos, em 11 Estados da Federação, com investimento estimado na ordem de 5,8 bilhões de reais. Com estas obras, estima-se a criação de 27.000 postos de trabalho. Para 2013, estão previstos leilões que licitarão cerca de 9.582 km de linhas e 4.214 MVA de potência de transformação, com investimentos estimados na ordem de 6,64 bilhões de reais.

Ainda em 2012, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e no Decreto nº 7.805/2012, foram analisados os pedidos de prorrogação do prazo de concessão de 9 Transmissoras, cujos contratos vencem em 2015. Para o ano de 2013, estão previstas análises de pedidos de prorrogação de 41 concessionárias de distribuição, com vencimento entre 2014 e 2017.

No âmbito da Ouvidoria Setorial da ANEEL, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. Em 2012 foram atendidas 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222.

No que se refere à participação pública na agenda regulatória, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando fortalecer o relacionamento e o diálogo da ANEEL com a sociedade: consumidores, representantes da sociedade civil, Governo, Congresso, Poder Judiciário e empresas do setor. As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se, ainda, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC), e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2012, foram realizadas 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Entre os temas apresentados estão: o pré e pós-pagamento de energia, procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras, agenda regulatória para o biênio 2013/2014, o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros. Para 2013, estão previstas cerca de 120 audiências e consultas públicas.

Metas 2012-2015

- **Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano**

  Análise Situacional da Meta

  A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o DEC, que indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto ficaram sem energia elétrica durante um determinado período. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

  O indicador referente ao ano de 2012 está em processo de apuração, que deverá ser concluída no primeiro semestre de 2013.

  Quantidade alcançada

  18,4

  Data de Referência

  31/12/2011

- **Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano**

  Análise Situacional da Meta

  A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o FEC, que indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto sofreram interrupção. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

  O indicador referente ao ano de 2012 está em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2013.

  Quantidade alcançada

  11,15

  Data de Referência

  31/12/2011

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o país economizou mais de 7 bilhões de kwh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito.

Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R$ 6 bilhões em custos de geração, transmissão e distribuição.

Metas 2012-2015

- **Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação**

  Análise Situacional da Meta

  Esforços estão sendo feitos para que o calendário de emissão do Relatório Anual do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) coincida com os períodos de levantamento de dados do PPA. O Relatório 2012 do Procel já trouxe avanços nessa área, uma vez que foi emitido em abril de 2012. Nos anos anteriores, isso só era possível no segundo semestre do ano.

  Vale dizer que o Relatório 2012 é referente aos resultados obtidos pelo Programa no decorrer do ano de 2011, razão pela qual, no momento, ainda não há resultados levantados para o período de vigência do PPA.

  A despeito disso, pode-se afirmar que tais resultados deverão ser acima de 6.696 GWh, que foi o obtido no ano de 2011. Desde 1984 até hoje, os resultados do Procel são sempre crescentes, e por conta disso se acredita que os resultados de 2012 serão maiores que os de 2011.

  Assim, para o primeiro ano de vigência do PPA ainda não será possível quantificar os resultados da meta de 20.000 GWh. Espera-se que, em 2013, não só os resultados de 2012 estejam quantificados, mas também seja possível estimar, com elevado grau de certeza, os resultados parciais de janeiro de 2013 até o mês de abertura do monitoramento do Plano Plurianual.

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a ANEEL. O processo de universalização nessas regiões também necessita ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geo-elétricas. Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção. Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

Em 2012 foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 961 km de novas redes de distribuição de energia elétrica, e adicionados 56 MW na capacidade de geração instalada das empresas do Grupo.

Metas 2012-2015

- **Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  O montante realizado pelas empresas do Grupo Eletrobras em 2012 representa um percentual de 91,5% do total previsto para o período do PPA, demonstrando que essa meta deve ser superada no período 2012-2015.

  Quantidade alcançada

961

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	300	km	390	31/12/2012
Região Norte	750	km	571	31/12/2012

- **Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização de 2012, superior a 30% do previsto para o período do PPA, indica que a meta do período deve ser alcançada.

Quantidade alcançada

56,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	MW	56,2	31/12/2012

- **Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos**

Análise Situacional da Meta

As perdas foram reduzidas em média em 3,17% no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, valor já superior à meta para o final do PPA, a qual deve ser mantida ou superada até o final do período. O principal fator impulsor para a realização dessa meta é o programa específico da Eletrobras em parceria com o Banco Mundial.

Quantidade alcançada

3,17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	3,17	31/12/2012
Região Norte	1,5	unidade	3,17	31/12/2012

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico as ações de manutenção, modernização e revitalização das instalações dos sistemas elétricos. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o ONS anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica. Já as melhorias representam a implantação ou substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

As empresas do Grupo Eletrobras estão realizando manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade nesse período.

Metas 2012-2015

- **Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todas as instalações de geração de energia elétrica, totalizando 32.930 MW de instalações de geração. Dado que a meta atual já foi superada, informa-se que a mesma deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

32.930

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	800	MW	800	31/12/2012
Região Nordeste	2.000	MW	10.615	31/12/2012
Região Norte	1.800	MW	10.848	31/12/2012
Região Sudeste	1.200	MW	9.827	31/12/2012
Região Sul	1.300	MW	840	31/12/2012

- **Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todo o seu sistema de transmissão de energia elétrica, totalizando 58.947 km de linhas de transmissão. Dado que a meta atual já foi superada, informa-se que a mesma deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

58.947

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	km		
Região Nordeste	2.500	km	18.937	31/12/2012
Região Norte	1.500	km	10.584	31/12/2012
Região Sudeste	1.500	km	19.420	31/12/2012
Região Sul	1.500	km	10.006	31/12/2012

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, dando continuidade aos seus projetos, teve aprovado o orçamento de investimentos para o exercício de 2012 no valor global de R$ 25.075.000,00, tendo como as maiores fontes de financiamentos os recursos operacionais do próprio Centro e da Eletrobras.

Alguns dos principais investimentos previstos para 2010, 2011 e 2012 estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LongDist, abrangendo em torno de 50% do valor aprovado para o orçamento de investimento.

Em 2012, foram realizados R$ 20.172.725,76, que representam 80,5% do orçamento aprovado para o exercício. Portanto, somente uma pequena parte do Orçamento de Investimento previsto para 2012 foi deslocada para o exercício de 2013.

Metas 2012-2015

- **Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  Até o momento, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica - CEPEL, com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Ademais, foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2012	2.909.617
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	153.542	31/12/2012	147.686
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961	31/12/2010	325.961
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2010	11.860.032
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	31/05/2011	544.835
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	31/05/2011	40.171
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	31/05/2011	1.449.843
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2012	2,1
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2012	2,762
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2012	9,85
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2012	12,926
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2012	39,698
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2012	55,9
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2012	7,284
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2012	3,05
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	11/07/2011	7.179
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2012	41,67
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2012	2,52
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2012	7,97
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2012	1,663
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2012	97,8

Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371	31/01/2013	90.164
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2012	12,6
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	30/11/2012	2,5
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2012	23,54
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2012	46,7

Observações:

Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de derivados - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de petróleo - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Extensão de oleodutos: transferência e transporte - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram outorgadas pela ANP as autorizações abaixo para novos empreendimentos no parque nacional de refino, as quais contribuem para a sua modernização, bem como para o atendimento às novas demandas do mercado consumidor nacional:

REPLAN – Refinaria de Paulínia, localizada em São Paulo (Autorização ANP Nº 6, DE 05.01.2012 - DOU 06.01.2012): construção de unidades industriais referentes à carteira de diesel visando atender as futuras especificações de óleo diesel, permitir à REPLAN a produção de diesel de 10 PPM de enxofre, sem redução de carga da refinaria, e minimizar o processamento de petróleo importado, com consequente aumento do processamento de petróleo nacional.

RLAM – Refinaria Landulpho Alves, localizada na Bahia (Autorização Nº 47, DE 02.02.2012 - DOU 03.02.2012): operação das unidades referentes à carteira de diesel, objetivando reduzir o teor de enxofre no combustível produzido .

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes, localizada em São Paulo (Autorização Nº 63, DE 13.02.2012 - DOU 14.02.2012): construção das unidades referentes à carteira de diesel visando adequação do esquema de refino às especificações de qualidade que serão demandadas pelo futuro óleo diesel S10 (diesel com 10 ppm de enxofre).

REVAP – Refinaria Henrique Laje, localizada em São Paulo (Autorização Nº 88, DE 02.03.2012 - DOU 05.03.2012): construção de dois tanques de armazenamento de óleo diesel, visando atender ao cronograma do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), estabelecido pela Resolução CONAMA 315/2002, no que se refere à adequação das instalações logísticas para fornecimento de combustíveis com teor de enxofre ultra baixo.

RIOGRANDENSE – Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., localizada no Rio Grande do Sul (Autorização Nº 130, DE 28.03.2012 - DOU 29.03.2012 e Autorização Nº 153, DE 05.04.2012 - DOU 09.04.2012): construção e operação de duas colunas de destilação (U-2300 e U-2400), sendo uma etapa de concentração e purificação de frações atualmente produzidas pela U-2000, em face às exigências de qualidade do mercado e às futuras demandas pelos produtos (i-pentano, n-pentano, hexano e blending de gasolina), à obtenção de faixas de destilação mais estreitas, e ao atendimento

das atuais exigências de especificação para solventes.
REPLAN – Refinaria de Paulínia, localizada em São Paulo (Autorização ANP Nº 389, DE 23.08.2012 - DOU 24.08.2012): operação da Unidade de Recuperação de Hidrogênio (U-3241), referente à carteira de gasolina, visando reduzir o teor de enxofre desse combustível, adequando-o às novas especificações e cenários de mercado.
RPCC – Refinaria Potiguar Clara Camarão, localizada no Rio Grande do Norte (Autorização Nº 424, DE 21.09.2012 - DOU 24.09.2012): Operação referente à ampliação da capacidade de processamento de petróleo de 5.600 m³/d para 6.000 m³/d das Unidades U-260, U-270 e U-280.
REVAP – Refinaria Henrique Laje, localizada em São Paulo (Autorização Nº 436, DE 27.09.2012 - DOU 28.09.2012, Autorização Nº 476, DE 18.10.2012 - DOU 19.10.2012, e Autorização Nº 497, DE 30.10.2012 - DOU 30.10.2012): Construção de cinco esferas de armazenamento de propano (GLP), dois tanques de armazenamento de C5+ (condensado de gás leve de petróleo), um sistema de fracionamento de C5+ e uma estação de carregamento rodoviário de propano (GLP / C3) visando implementar as adequações necessárias na Refinaria para o recebimento de C3 e C5+ a serem produzidos na UTGCA - Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, viabilizando a operação dos projetos de produção do Exploração & Produção/Pré Sal (Piloto de Guará, Piloto de Lula). O C5+ será armazenado em dois tanques e processado em uma torre fracionadora, com o objetivo de produzir correntes que possam ser incorporadas à produção da refinaria, especialmente na faixa da nafta petroquímica, querosene e diesel. O GLP será armazenado em esferas e distribuído às companhias distribuidoras vizinhas à refinaria por meio de dutos existentes e para o mercado externo por meio de caminhões.

No que tange à infraestrutura industrial no exterior, a atuação internacional da Petrobras em negócios em refino e distribuição está concentrada nas refinarias da empresa na Argentina, no Japão e nos EUA, além de uma rede de 886 estações de distribuição existentes na Argentina, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai. Os investimentos realizados durante 2012 tiveram por objetivo manter o nível de segurança e condições operacionais da infraestrutura existente, o que tem permitido reduzir os riscos no âmbito da produção das refinarias e das vendas na rede de distribuição desses países.
As circunstâncias cambiais e econômicas adversas nos países em que a Petrobras atua seguem sendo o maior fator de risco aos negócios e estratégias para maiores realizações operacionais e financeiras. Entretanto, o esforço de gestão associado à qualidade técnica do pessoal envolvido tem permitido a mitigação de tais riscos e a elaboração de planos de negócios melhor adaptados a cada realidade e possibilidades.
A reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional, ainda em andamento em função das iniciativas de realocação de recursos constantes do plano de negócios 2012-2016 da Petrobras, prevê para 2013 uma série de estudos e avaliações com o objetivo de melhor definir os rumos de gestão dessas atividades.

Metas 2012-2015

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd**

  Análise Situacional da Meta

  No 1° semestre de 2012, houve um aumento de carga processada pelas refinarias da Petrobras de cerca de 4%, quando comparado ao volume processado no 1° semestre de 2011. Esse aumento se deu, principalmente, devido à menor ocorrência de paradas programadas, à utilização de sobrecapacidade de projetos das unidades, à remoção de gargalos do sistema e à redução dos dias de cobertura de estoque de petróleo.

  Esta superação ocorre pela maior disponibilidade de refino, principalmente devido à menor ocorrência de paradas programadas em 2012 em comparação ao ano anterior.

  Quantidade alcançada

  1.951.762,17

Data de Referência

30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel**

Análise Situacional da Meta

Registrou-se aumento na produção de diesel pelas refinarias da Petrobras no 1° semestre de 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011, em função da menor ocorrência de paradas e da maior utilização das unidades de destilação de coque.

Quantidade alcançada

125,9

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	39	mil m³/dia	15,12	30/09/2012
Região Norte	3	mil m³/dia	1,87	30/09/2012
Região Sudeste	85	mil m³/dia	81,22	30/09/2012
Região Sul	25	mil m³/dia	27,69	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)**

Análise Situacional da Meta

Houve ligeiro aumento na produção de QAV pelas refinarias da Petrobras entre os primeiros semestres de 2011 e 2012.

Quantidade alcançada

15,06

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	mil m³/dia	0,88	30/09/2012
Região Norte	1	mil m³/dia	0,47	30/09/2012
Região Sudeste	16	mil m³/dia	12,24	30/09/2012
Região Sul	2	mil m³/dia	1,47	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Análise Situacional da Meta

Houve, no 1° semestre de 2012, aumento na produção de GLP pelas refinarias da Petrobras devido à maior utilização das suas unidades de craqueamento.

Quantidade alcançada

24,98

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	mil m³/dia	3,64	30/09/2012
Região Norte	1	mil m³/dia	1	30/09/2012
Região Sudeste	21	mil m³/dia	14,99	30/09/2012
Região Sul	4	mil m³/dia	5,35	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina**

Análise Situacional da Meta

No 1° semestre de 2012, houve elevação na produção de gasolina em função da maior utilização das unidades de craqueamento da Petrobras, da partida da Reforma da REVAP em out/2011 e da menor ocorrência de paradas programadas, quando comparado ao mesmo período de 2011.

Quantidade alcançada

74,98

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	mil m³/dia	9,86	30/09/2012
Região Norte	2	mil m³/dia	0,71	30/09/2012
Região Sudeste	39	mil m³/dia	48,6	30/09/2012
Região Sul	13	mil m³/dia	15,81	30/09/2012

- **Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50**

Análise Situacional da Meta

Houve melhora nos sistemas operacionais de logística e refino contribuindo para o aumento na produção de derivados, associada à partida de unidades da carteira de qualidade (hidrodessulfurização de nafta e hidrotratamento de diesel) no primeiro semestre de 2012, garantindo o enquadramento de produtos produzidos pela Petrobras, principalmente os automotivos – diesel e gasolina.

Até o mês de setembro de 2012, a produção de diesel (por tipo) pelas refinarias da Petrobras atingiu as seguintes marcas:

-óleo diesel S-50: 6,60 mil metros cúbicos por dia

-óleo diesel S-500: 54,72 mil metros cúbicos por dia

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A produção sustentável de biodiesel vem sendo ampliada, puxada pelo crescimento do consumo de diesel no País. Como existe a mistura obrigatória de 5% de biodiesel no diesel fóssil, um aumento no mercado de diesel fóssil também promove um aumento no mercado de biodiesel.

A situação momentânea de crise no setor sucroenergético, causada pelo aumento dos custos de produção e pela competição com o açúcar (altos patamares de preço no mercado internacional), reduziu a rentabilidade econômica do etanol, o que tem impedido o aumento da participação do etanol na matriz energética brasileira. Considerando-se o elevado ritmo de crescimento da demanda de combustível para o Ciclo-Otto (motores de combustão interna com ignição por centelha, movidos normalmente a gasolina ou etanol), a falta de atratividade para investimentos na expansão da produção de etanol faz com que a oferta de produto não acompanhe o crescimento da demanda. Os principais fatores que aumentaram os custos de produção do etanol incluem: arrendamento, mecanização, entre outros. Além destes, houve fatores climáticos nas últimas três safras que interferiram diretamente na produtividade das unidades de produção na principal região produtora, o Centro-Sul.

Considerando o contexto de inovação e desenvolvimento da indústria de biocombustíveis e do novo marco regulatório de uso de biocombustíveis estabelecido pela Lei nº 12.490/2011, há a necessidade de se incentivar a pesquisa e desenvolvimento de novos biocombustíveis, bem como fomentar a introdução no mercado desses combustíveis por meio de regulamentação.

Nesse cenário, foi publicado pela ANP novo regulamento estabelecendo a possibilidade de concessão de autorização prévia do uso de biocombustíveis não especificados em frotas cativas de veículos automotores e equipamentos de uso industrial que realizam queima por meio de processo de combustão externa em fontes fixas, destacando que esse regulamento trata do uso de biocombustível oriundo de biomassa.

Além disso, está em discussão a elaboração de novo regulamento estabelecendo a especificação de querosene sintético de aviação e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional, em consonância com as normas da American Society for Testing and Materials – ASTM. Trata-se de dois tipos de biocombustíveis permitidos para utilização em até 50% em volume no QAV convencional, chamados de querosene parafínico sintético ou SPK (synthesized paraffinic kerosine): SPK hidroprocessado por Fischer-Tropsch e SPK de ésteres e ácidos graxos hidroprocessados (HEFA - hydroprocessed esters and fatty acids).

Com isso, reforça-se a busca pelas fontes alternativas aos combustíveis fósseis e a preocupação com a segurança.

Metas 2012-2015

- **Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente**

Análise Situacional da Meta

A demanda interna de etanol total (combustível e para outros fins) indicada pelo PDE 2021 (Plano Decenal de Expansão de Energia) para o ano de 2012 era de 26,2 bilhões de litros. O país atingiu, de fato, a produção de 23,5 bilhões de litros de etanol nesse período. A diferença decorre do envelhecimento do canavial causado pela redução de investimentos decorrentes da crise de 2008. Além disso, parte dela aconteceu por conta de quebra de safra causada por condições climáticas desfavoráveis. A projeção de demanda de etanol combustível, em 2012, ainda de acordo com o PDE, era de 21,9 bilhões de litros, já prevendo significativa redução desse volume devido aos efeitos da renovação de parte do canavial verificada em 2011.

A meta de abastecimento do biodiesel em todo o território nacional vem sendo atendida, sendo assegurada pela compra antecipada nos leilões públicos. Em 2012, foram produzidos 2,7 bilhões de litros de biodiesel no País.

Quantidade alcançada

26,2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo pretende minimizar a existência de entraves burocráticos desnecessários ou de regras que onerem sem motivação legítima as empresas reguladas, comprometendo a ampliação da infraestrutura logística de transporte de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

Assim, ao longo do ano de 2012, foram outorgadas autorizações para a construção de novos terminais e oleodutos, assim como para ampliação destas instalações, com cumprimento pleno dos prazos legais.

Com relação à regulação do mercado, a principal mudança no ano de 2012 foi o aperfeiçoamento dos mecanismos do livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

Tal revisão regulamentou a interconexão de oleodutos e flexibilizou a contratação dos serviços de transporte, visando impulsionar a expansão das dutovias e, consequentemente, reduzir o custo da logística de transporte de petróleo, seus

derivados e de biocombustíveis no País.

Destarte, para o próximo ano, existe a expectativa de que, com o novo normativo, novos empreendimentos logísticos por modal dutoviário sejam iniciados e ampliados. Em especial, aguarda-se a evolução do projeto de um novo sistema logístico para o etanol, que interligará as regiões sudeste e centro-oeste por meio dos modais dutoviário e hidroviário. No que tange aos empreendimentos da Petrobras, em 2012 podem-se citar os seguintes investimentos: (1) esfera de GLP no Terminal de Belém/PA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³; (2) esfera de GLP no Terminal de São Luis/MA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³; (3) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 1 (GLP pressurizado), contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento em 1,89 mil m³/d de GLP; (4) Plangás Cabiúnas - finalização da obra do duto OSDUC IV, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento em 6,07 mil m³/d de GLP. Para 2013, prevê-se a conclusão dos seguintes investimentos: (1) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 2 (GLP refrigerado); (2) Plangás GLP do Terminal de Ilha Comprida/RJ - finalização das Etapas 1 (GLP pressurizado) e 2 (GLP refrigerado).

Metas 2012-2015

- **Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³**

Análise Situacional da Meta

Podem-se mencionar, em 2012, os seguintes investimentos da Petrobras: (1) esfera de GLP no Terminal de Belém/PA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³. (2) esfera de GLP no Terminal de São Luis/MA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³

Quantidade alcançada

229,88

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	mil m³	0	31/12/2012
Região Nordeste	15,4	mil m³	58,13	31/10/2012
Região Norte	3,2	mil m³	0	31/12/2012
Região Sudeste	531,9	mil m³	118,77	31/10/2012
Região Sul	51,8	mil m³	52,99	31/10/2012

- **Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km**

Análise Situacional da Meta

O número não reflete a completa execução da meta, uma vez que houve uma expansão na malha dutoviária na região Sul, não prevista originalmente. Além disso, os dutos de transferência também devem ser considerados para o cumprimento da meta. Essas correções serão feitas na próxima revisão do PPA.

Quantidade alcançada

0,5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	km	0	31/12/2012
Região Norte	3	km	0	31/10/2012
Região Sudeste	337	km	0,5	31/10/2012

- **Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)**

Análise Situacional da Meta

Até o 1º semestre de 2012, foram adicionadas 253.000 TPB à frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo,

derivados, GLP e biocombustíveis. No segundo semestre foram adicionadas mais 48.000 TPB. Portanto, o ano de 2012 foi fechado com um acréscimo total acumulado de 301.000 TPB.

Quantidade alcançada

301.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)**

Análise Situacional da Meta

No que tange à atuação da Liquigás, os botijões P8 (8kg) já são comercializados em 21 Estados e no Distrito Federal. Já os botijões P5(5kg) estão presentes em 20 estados e no Distrito Federal. Um fator desfavorável à expansão da comercialização desses botijões para a totalidade dos estados é a dificuldade de obtenção do regime especial com as secretarias de fazenda dos estados. É importante destacar que esses botijões têm obtido boa aceitação pelo consumidor final, principalmente pela população de menor renda.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)**

Análise Situacional da Meta

O aumento na quantidade de botijões registrada foi de:

-P5 e P8 = 28.246

-P13 = 1.308.987

Assim, para os botijões P13 a meta já foi superada no primeiro ano do PPA.

- **Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos**

Análise Situacional da Meta

O número não reflete a completa execução da meta, uma vez que houve uma expansão na capacidade de escoamento na região Sul, não prevista originalmente. Essa correção será feita na próxima revisão do PPA. Além disso, para 2013, prevê-se a conclusão dos seguintes investimentos: 1) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 2 (GLP refrigerado); (2) Plangás GLP do Terminal de Ilha Comprida/RJ - finalização das Etapas 1 (GLP pressurizado) e 2 (GLP refrigerado).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao etanol, o Ministério de Minas e Energia (MME) vem participando das Reuniões Tripartites -reuniões periódicas realizadas com participação de representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucroenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras. Essas reuniões têm como objetivo monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da

oferta de produto e da demanda. Até o dia 10 outubro de 2012, foram realizadas 19 reuniões.

O MME participou do grupo técnico que realizou estudos que resultaram na edição das Medidas Provisórias nº 554 e nº 556, ambas de 23 de dezembro de 2011. A Medida Provisória nº 554, convertida na Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012, autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto. A Medida Provisória nº 556, que fixava um novo teto para a alíquota máxima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente na importação e na comercialização no mercado interno do etanol, perdeu eficácia por não ter sido aprovada no Congresso Nacional.

O Governo Federal alterou o marco regulatório para o etanol combustível em 2011, dando novo tratamento aos biocombustíveis no Brasil. A Lei 12.490 de 16 de setembro de 2011 reconheceu os biocombustíveis como um "bem energético" fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. Com a nova Lei, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assumiu competência para regular, autorizar e fiscalizar as atividades relacionadas aos elos da cadeia de importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, produção e comercialização do Etanol Combustível e de outros biocombustíveis.

Além disso, regulando matéria que antes não constava do marco regulatório, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE - passa a ser responsável por estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de biocombustíveis.

A partir da vigência da Lei 12.490/2011, a ANP elaborou regulamento que exige a constituição de estoques e promove o estabelecimento de contratos de fornecimento de etanol anidro e regras para a aquisição de etanol combustível (contrato de fornecimento ou compra direta), tendo publicado a Resolução ANP 67/2011. A safra 2012/2013 é a primeira sob regulamento da ANP para contratos e estoques.

No que se refere ao biodiesel, o MME vem definindo as diretrizes específicas para a realização dos leilões trimestrais de aquisição de biodiesel. O Ministério de Minas e Energia estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012.

No que se refere ao óleo diesel, o Brasil iniciou uma nova etapa na busca pela melhoria da qualidade do ar com a adoção de metas mais rigorosas no controle das emissões veiculares, o que levou à introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre. Desde o dia 1º de janeiro de 2012, entraram em vigor as fases P-7 e L-6 (que abrange veículos leves movidos a diesel produzidos em 2012) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve –, previstas desde 2008.

O plano de abastecimento para atender o mercado nacional foi elaborado após a realização de diversas reuniões com agentes econômicos, dentre eles produtores de diesel, distribuidoras e revendedores. A implantação da oferta do Diesel S50, a partir de 2012 (e do Diesel S10 a partir de 2013), foi regulamentada por meio de quatro Resoluções da ANP, publicadas ao final de 2011, que dispõem, em resumo, sobre: a substituição integral dos óleos diesel A S50 e B S50 pelos óleos diesel A S10 e B S10, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2013; o estabelecimento, a partir de 1º de julho de 2012, de adição de corante vermelho ao óleo diesel A S500; a orientação ao consumidor e ao revendedor contra o abastecimento incorreto; a obrigatoriedade de todos os revendedores varejistas de combustíveis automotivos que comercializarem óleo diesel, a partir de 1º de janeiro de 2012, de confeccionarem adesivos plásticos coloridos informando o tipo de diesel oferecido, bem como afixá-los em local de destaque nas bombas abastecedoras de óleo diesel; a orientação ao revendedor varejista quanto ao uso, manuseio, nocividade e periculosidade do combustível; dentre outros.

Metas 2012-2015

- **Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente**

Análise Situacional da Meta

A demanda de etanol anidro e de biodiesel, biocombustíveis que possuem mandato de mistura obrigatória (etanol anidro – 18% a 25%; e biodiesel – 5%) vem sendo plenamente atendida em todo território nacional. Com relação ao etanol hidratado, sua demanda é sensível à paridade de preço com relação à gasolina. Com paridade de preços maior que 70%, a demanda diminui significativamente, o que explica a diferença entre a demanda atual e a que foi prevista no PDE. Assim, a produção de biocombustíveis em 2012 alcançou 26,2 bilhões de litros (23,5 bilhões de litros de etanol e 2,7 bilhões de litros de biodiesel).

Quantidade alcançada

26,2

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis**

Análise Situacional da Meta

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 72/2000) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10. Com esse objetivo, a ANP organiza reuniões que contam com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO, Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis. A reunião é mensal e trata de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda.

Para garantir o abastecimento de óleo diesel S10, em 2013, a Petrobras ofertará o S10 em 16 polos, adicionando duas novas instalações (Vitória/ES e Canoas/RS, em maio de 2012) aos 14 polos que já oferecem o S50. O Sindicom tem enviado, mensalmente para a ANP informações sobre o andamento das adaptações de cada base que fornecerá o produto. Deste modo, a Agência garante que as adaptações estarão concluídas em tempo hábil.

Em resumo, conforme prospectado nas reuniões mensais promovidas, os agentes econômicos (produtor, distribuidores, TRR - transportadores, revendedores e retalhistas - e revendas varejistas) não apontaram problemas relevantes quanto aos fluxos logísticos para o suprimento nacional do óleo diesel S10 a partir de janeiro/2013.

No caso da Gasolina S-50, a substituição será integral e utilizará a estrutura existente.

- **Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%**

Análise Situacional da Meta

O principal objetivo do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC é o levantamento dos indicadores gerais da qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não

conformidade.

Neste ano, foram mantidas as medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa, tais como a realização de vistorias buscando a avaliação da infraestrutura e da capacidade técnica e administrativa das instituições contratadas; visitas técnicas, com o objetivo de identificar outras instituições com capacidade técnica para participar dos processos licitatórios; coordenação e execução de programas de comparações interlaboratoriais, para verificar o desempenho dos laboratórios integrantes do Programa.

Em 2012, o PMQC proporcionou o monitoramento da qualidade dos combustíveis em todo o território nacional, com a exceção dos estados do Acre e Rondônia, tendo analisado até outubro um total de 177.053 amostras, obtendo um percentual de conformidade de 98,0% para a gasolina, 97,3% para o óleo diesel e 97,8% para o etanol.

Avaliando-se a conformidade global do período em torno de 97,7%, pode-se concluir que os resultados estão sendo satisfatórios se comparados com a meta estipulada de 96% de conformidade.

Os dados obtidos de conformidade dos combustíveis no Brasil nos últimos 3 anos, 97,9% (2009), 97,7% (2010) e 97,9% (2011), mostram que o nível de conformidade dos combustíveis ao longo do ano de 2012 (97,7%) encontra-se em similaridade com os resultados alcançados em anos anteriores. Esse comportamento indica que os resultados alcançaram um nível de estabilidade, de modo que não se esperam maiores oscilações. Portanto, planeja-se para o ano de 2013 manter o nível de coletas de amostras, focando em ações de vistorias em laboratórios contratados para a execução do PMQC.

Quantidade alcançada

97,8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Na área de Eficiência Energética de Petróleo e Derivados, o CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural) foi responsável por uma economia de mais de 80 milhões de litros de diesel nos programas EconomizAr e TransportAr. Entretanto, nessa área, a grande realização de 2012 foi a incorporação dos critérios de eficiência energética no novo regime automotivo. Com isso, atualmente mais de 50% dos automóveis vendidos no Brasil possuem etiqueta de eficiência energética, com metas de evolução progressiva de eficiência para os automóveis comercializados no País.

Metas 2012-2015

- **Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a outubro de 2012, foi identificado que 50% (cinquenta por cento) do volume total de vendas de veículos do Brasil referem-se a veículos que aderiram ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV).

O PBE Veicular é regulamentado e coordenado pelo INMETRO em parceria com o CONPET. Atualmente o PBEV é de adesão voluntária pelos fabricantes e importadores de veículos.

Em 2012, 10 marcas aderiram e declararam ao programa o consumo de 205 modelos/versões de veículos. Essas marcas declararam pelo menos 50% de seus modelos e o uso da etiqueta foi obrigatório em no mínimo 50% desses modelos declarados, o que corresponde a um uso obrigatório da etiqueta afixada em pelo menos 25% dos modelos 2012 das marcas participantes.

Esses percentuais mínimos são os previstos na regulamentação do INMETRO. Além disso, outras iniciativas em curso poderão acelerar a adesão voluntária das marcas ao PBEV:

- o novo regime automotivo (INOVA-Auto) com incentivos fiscais para as marcas que cumprirem metas de eficiência energética e aderirem ao PBEV;
- o Selo CONPET de Eficiência Energética para destacar os modelos mais eficientes do PBEV, em fase de implementação;
- o aumento da divulgação do PBEV por parte do INMETRO e do CONPET.
- Uma maior cobrança dos consumidores e da imprensa pelo uso da etiqueta nos modelos nas lojas.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

01/11/2012

- **Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a outubro de 2012 estima-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

O CONPET possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões.

Existem ainda no âmbito interno das ações da Petrobras programas de economia de diesel como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

Outras ações de eficiência energética em curso no CONPET para atingir a meta de evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel no período de 2012 a 2015 são:

- buscar a parceria com a Confederação Nacional de Transporte - CNT, visando fortalecer ações em âmbito nacional para reduzir o consumo de óleo diesel;
- desenvolver em parceria com o INMETRO o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus (com a expectativa de atingir uma economia de cerca de 300 milhões de litro de diesel/ ano);
- criar em parceria com o INMETRO o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Veículos Leves Comerciais Diesel e de normatização de Veículos Pesados - Motor Diesel (com a expectativa de economizar cerca de 200 milhões de litros de diesel/ ano);
- buscar junto a entidades governamentais (Ministérios, Secretarias e Prefeituras) formas de difundir a cultura do uso eficiente do diesel por condutores de veículos.

Quantidade alcançada

76.000.000

Data de Referência

01/11/2012

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tem atuado ativamente em diversos foros e entidades de promoção dos biocombustíveis, como a Organização Internacional de Normatização (ISO) e a Parceria Global de Bioenergia (GBEP) para promover a compatibilização dos requisitos técnicos dos biocombustíveis, com vistas à definição de padrões internacionais, de modo a facilitar a sua comercialização no mercado internacional. Na ISO, o Brasil participou da terceira reunião para a definição de critérios de sustentabilidade para a bioenergia, realizada em abril de 2012, nos Estados Unidos. No âmbito da GBEP, o Brasil apoiou e coordenou a realização de diversos seminários internacionais sobre biocombustíveis, realizados tanto no País quanto no exterior, como o "ECOWAS Regional Bioenergy Forum", realizado em março de 2012, em Mali, na África, e o seminário internacional sobre bioenergia sustentável, realizado à margem da Conferência Rio+20, bem como reuniões de Grupos de Trabalho no Rio de Janeiro e em Roma. Em outubro de 2012, foi organizado seminário na Alemanha sobre o uso de biocombustíveis no setor de transportes, no âmbito do Grupo de Trabalho teuto-brasileiro de biocombustíveis.

Metas 2012-2015

- **Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Nesse sentido, foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional. Ressalta-se que se deu continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Cabe destacar que este ano foi assinado Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Memorando de Entendimento similar, assinado em 2008 com a Holanda, foi renovado por período de dois anos. Ao longo do ano, atendendo crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou a promover os indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Foram elaboradas duas estratégias de financiamento de projetos por meio dos instrumentos de fomento Fundo Clima e Fundo Sociambiental da Caixa, com objetivo de construir um pacto de sustentabilidade da matriz energética das indústrias do setor cerâmico dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe, e do setor gesseiro da região do Araripe. Serão contempladas cerca de 200 empresas do setor cerâmico e 100 empresas do setor gesseiro. Foram investidos 6 milhões de reais do Fundo Socioambiental da Caixa e 4 milhões do Fundo Clima.

Como fator positivo, tem-se a parceria com a Diretoria de Mudanças Climáticas para a formulação das estratégias e execução de projetos, envolvendo o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil e a Caixa, visando uma abordagem de alto nível sobre a participação da biomassa florestal na matriz energética da região.

Foi realizada uma Oficina de Nivelamento de Procedimentos com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) das Unidades da Federação com Áreas Susceptíveis à Desertificação, para o licenciamento voltado ao uso sustentável dos recursos florestais. Após avaliação de diferentes procedimentos, será realizada uma segunda oficina para sistematizar os esboços de instrumentos de auditoria cuja implantação está vinculada ao planejamento de atividades do Departamento de Combate à Desertificação para o ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizada uma Oficina de Nivelamento de Procedimentos com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) das Unidades da Federação com Áreas Susceptíveis à Desertificação, para o licenciamento voltado ao uso sustentável dos recursos florestais. Após avaliação de diferentes procedimentos, será realizada uma segunda oficina para sistematizar os esboços de instrumentos de auditoria cuja implantação está vinculada ao planejamento de atividades do Departamento de Combate à Desertificação para o ano de 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  28/11/2012

- **Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

  Análise Situacional da Meta

  Foram elaboradas duas estratégias de financiamento de projetos por meio dos instrumentos de fomento Fundo Clima e Fundo Sociambiental da Caixa, com objetivo de construir um pacto de sustentabilidade da matriz energética das indústrias do setor cerâmico dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe, e do setor gesseiro da região do Araripe. Serão contempladas cerca de 200 empresas do setor cerâmico e 100 empresas do setor gesseiro. Foram investidos R$ 6 milhões do Fundo Socioambiental da Caixa e R$ 4 milhões do Fundo Clima.

  Quantidade alcançada

  300

  Data de Referência

  28/11/2012

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas 8 novas concessões de uso do Selo Combustível Social, totalizando um grupo atual de 41 unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo (72% do total de usinas brasileiras). Juntas, estas usinas produzem mais de 95% do volume de biodiesel produzido no País. O aumento qualificado do número de usinas detentoras do Selo significa também aumento de famílias beneficiadas pelo programa.

Foram realizadas visitas e avaliações documentais em 23 unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo e em 60 cooperativas habilitadas a participar do programa, e visitas de campo em mais de 600 agricultores familiares, para monitorar a inclusão social do programa.

Em relação aos projetos e parcerias para apoio à participação da agricultura familiar na cadeia desse biocombustível, o percentual executado sobre a dotação disponível da Ação de Energias Renováveis foi de 92%. Os projetos envolveram prioritariamente Termos de Cooperação de apoio ao Selo Combustível Social e à organização da base da produção de oleaginosas com os Estados do Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná; as Embrapas Amazônia Oriental, Roraima, Cerrados, Clima Temperado e Algodão; e as universidades federais de Viçosa (UFV) e do Pará (UFPA/NUMA).

Foi realizada Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), seleção e contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Em relação aos trabalhos voltados aos marcos regulatórios com o objetivo de explorar mercados para a agricultura familiar, destaca-se a publicação da Portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário de nº 60, de setembro de 2012, com novas regras para o Selo, com incentivos à organização econômica da agricultura familiar, à diversificação de matérias-primas (em especial a Palma de Óleo) e às Regiões Nordeste e Semiárido.

Destaque também para a formulação de Projeto de Lei (em substituição à Lei de nº 11.097/2005) pela Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel que contou com a participação do MDA na parte relativa à agricultura familiar. O PL encontra-se em análise pela Casa Civil da Presidência da República, e a proposta de Programa para incentivo à produção de Óleos Vegetais que se encontra em discussão pelo MDA com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Por fim, ressalta-se que o ano de 2012 foi marcado por uma forte estiagem nas Regiões Sul e Nordeste (as duas regiões que apresentam o maior número de famílias beneficiadas pelo programa), impactando no indicador de quantitativo de famílias. Os bons preços de oleaginosas atuais, entretanto, levaram a um incentivo à sua produção e, em 2013, espera-se uma grande recuperação da produção de oleaginosas pela agricultura familiar e, consequentemente, nos números do programa.

Metas 2012-2015

- **200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

As ações de governo dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) até o presente momento, resultaram em uma base legal consolidada, tanto para a produção e uso do referido combustível, quanto para a proteção da inclusão social no programa.

Assim sendo, diferentemente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, instrumento do MDA que estabelece regras e incentivos para a realização de parcerias entre empresas produtoras de biodiesel e agricultores familiares produtores de matéria prima. O Selo faz parte de um conjunto de instrumentos e políticas consolidadas que têm estimulado a inclusão de agricultores familiares e suas cooperativas na cadeia agroindustrial de óleos vegetais e biodiesel com soluções consistentes de monitoramento.

Em relação aos dados referentes ao Selo Combustível Social estima-se que cerca de 90 mil famílias foram beneficiadas pelo PNPB em 2012.

Na ocasião da elaboração do PPA, esperavam-se mais de 100 mil famílias beneficiadas em 2012, mas houve uma queda motivada principalmente pela grave estiagem do ano, em especial nas Regiões Sul e Nordeste.

Quantidade alcançada

90.164

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	3.500	31/12/2012
Região Nordeste	85.000	unidade	22.000	31/12/2012

Região Norte	6.000	unidade	64	31/12/2012
Região Sudeste	6.000	unidade	1.600	31/12/2012
Região Sul	95.000	unidade	63.000	31/12/2012

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,7	30/11/2012	73,68
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2012	39,65
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2012	0,8726
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2012	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,65	31/12/2012	35,83
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2012	0
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2012	15,8551
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2012	15,636
Produção de Gás Natural (excluido reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2012	46,51
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2012	2.149,02
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2011	459.259
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2012	15.314
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2012	200,528
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2012	113,9478

Observações:

Consumo Interno de Gás Natural - Valor consolidado até 30/11/2012.

Extensão de Gasodutos - O valor de referência foi alterado para contemplar, além dos gasodutos de transporte, aqueles destinados às transferências. O valor apurado em 2012 contempla os dois tipos.

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo está sendo implementado com foco no desenvolvimento e na capacitação de fornecedores. Para tanto, iniciou-se o processo com chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado nas habilitações do Instituto Euvaldo Lodi – IEL (IEL-MG e IEL-BA) para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores em polos produtivos da cadeia de petróleo, de gás e naval. Firmou-se convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-

ABDI, que já lançou edital com o objetivo de contratar consultoria para desenvolver planos de negócios para empresas da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco se inserirem na cadeia de petróleo, de gás e naval. Essas ações estão relacionadas à iniciativa 0256- Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços.

Para 2013, espera-se ampliar as iniciativas para os estados de RJ e RS, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 2 polos empresariais regionais**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Formar 3 novos polos empresariais**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A versão 2012 do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás está na fase final de edição.

Está planejada a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios para Petróleo e Gás Natural, que deverá ocorrer no

primeiro semestre de 2013, em data a ser definida pela ANP. No total, 289 blocos deverão ser licitados. A expectativa é que, ainda em 2013, seja realizada também a 1ª Rodada de Licitações de Blocos na modalidade de Partilha da Produção, com blocos da área do polígono do Pré- Sal (Lei nº 12.351/2010).

Foram iniciados estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades.

Metas 2012-2015

- **Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)**

  Análise Situacional da Meta

  Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS –, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, serão realizados estudos para a definição de plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

- **Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação**

  Análise Situacional da Meta

  Serão investidos, pela ANP, aproximadamente R$ 1,2 bilhão em levantamentos exploratórios até 2014, para ampliar o conhecimento das bacias sedimentares do País e valorar as áreas a serem incluídas nas rodadas de licitações. Os levantamentos da ANP englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, levantamento magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

  Quantidade alcançada

  1.500

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500	km²	1.500	31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667	km²		31/10/2012

- **Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014)**

  Análise Situacional da Meta

  A revisão e atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás está sendo realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE - sob a coordenação do MME.

  O trabalho compreende a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional para as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás natural, segundo os interesses do Governo Federal.

  A EPE está finalizando a versão 2012 do estudo, tendo por base as diretrizes oriundas das reuniões realizadas entre

EPE, ANP e MME, quando foram tratados os pontos para aprimorar o Zoneamento. A EPE consolidou as alterações e trabalha agora na edição final dos mapas e do relatório para publicação, a qual será realizada pela EPE.

Após a publicação dessa versão, o MME e a EPE continuarão os estudos e levantamentos para atualização do Projeto e, posteriormente, publicação da versão 2014.

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao segmento de Exploração e Produção, os principais avanços no ano de 2012 foram:

(a) a conclusão da construção da sonda de perfuração P-59, agora em fase final de testes, na qual foram investidos cerca de US$ 360 milhões;

(b) a passagem à fase final de comissionamento e testes da sonda de perfuração P-60, bastante semelhante à primeira. As duas obras são um marco para a Petrobras em termos de exploração e produção de petróleo e gás na plataforma continental. Tais obras foram bastante desafiadoras e representam a retomada da produção nacional desse tipo de plataforma, que há quase 30 anos não eram construídas no País;

(c) a realização de um teste de longa duração (TLD) no campo de Cernambi Sul, com a utilização da Unidade Flutuante de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) afretada Cidade de São Vicente. Também entrou em operação a unidade FPSO Cidade de Anchieta, no Pré-Sal do campo de Baleia Azul, no Espírito Santo;

(d) a entrada na fase final de construção da unidade FPSO Cidade de Itajaí, com previsão de início de produção no primeiro semestre de 2013, nos campos de Baúna e Piracaba; e

(e) a previsão para entrada em operação, em 2013, dos projetos Piloto de Sapinhoá (FPSO afretado Cidade de São Paulo), Piloto de Lula Nordeste (FPSO afretado Cidade de Paraty), campo de Papa-terra (TLWP P-61 e FPSO P-63) e o módulo III do campo de Roncador (plataforma semi-submersível P-55).

Para os próximos anos estão previstas as seguintes Unidades Estacionárias de Produção (UEPs): Parque das Baleias – P-58 (2014); Roncador - P62 (2014); Sapinhoá (Área Norte) – Módulo 2 – FPSO Ilhabela (2014); Lula (Área de Iracema) – FPSO; Mangaratiba (2014); FPSO Z1 Cernambi Norte (2015); Lula Alto P-66 (2016); Lula Central P-67 (2016); Lula Central P-68 (2016); Cessão Onerosa – Franco 1 - P-74 (2016); FPSO Z2 - Carioca (2016); Lula Norte P-69 (2016); Cessão Onerosa – Franco 2 NW P-75 (2016); Lula Extremo Sul P-70 (2017); Iara Horst P-71 (2017); Cessão Onerosa – Nordeste de Tupi P-76 (2017); Iara NW P-72 (2017); Cessão Onerosa – Franco 3 NE P-77 (2017); e Carcará P-73 (2018). Elas incluem as oito FPSOs (P-66 a P-73) que serão utilizadas no desenvolvimento da produção do pré-sal da Bacia de Santos, nos campos de Lula, Carioca, Iara e Sapinhoá. Os cascos das FPSOs, chamadas de replicantes, serão construídos em série no Estaleiro Rio Grande e os módulos dos topsides em canteiros nacionais, para posterior integração em canteiros/estaleiros nacionais.

Também merece destaque a construção no Brasil de 28 sondas de perfuração para utilização na exploração e desenvolvimento do pré-sal e pós-sal. Foram contratados cinco estaleiros nacionais para a construção das mencionadas sondas. A contratante dos estaleiros é a Sete Brasil (contrato de EPC – Engineering, Procurement and Construction) e as sondas serão afretadas para a Petrobras. A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada, cujo objeto contempla a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, com objetivo de adquirir, alienar, construir ou operar e fretar sondas de perfuração e outros ativos de exploração e produção de petróleo e gás. A Petrobras possui uma participação societária de 9,75% da Sete Brasil. As sondas Arpoador, Guarapari, Camburi, Itaoca, Itaunas, Siri e Sahy serão construídas no Estalerio Jurong Aracruz – EJA, no Espírito Santo. As unidades Ondina, Pituba, Boipeba, Interlagos, Itapema e Comandatuba serão construídas no Estalerio Enseada do

Paraguaçu – EEP, na Bahia. As sondas Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon, Leme e Marambaia serão construídas no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco. A PNBV possui uma participação societária de 15% nas unidades. As unidades Urca, Frade, Bracuhy, Portogalo, Mangaratiba e Botinas serão construídas no Estaleiro BrasFELS, no Estado do Rio de Janeiro. As unidades Cassino, Curumim e Salinas serão construídas no Estaleiro Rio Grande 2 – ERG2 no Rio Grande do Sul.

Em relação ao segmento de Gás Natural, os principais avanços foram:
(a) a realização dos projetos de ampliação, construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos avançou, embora com pequeno desvio em relação ao planejado para 2012.
(b) os projetos das malhas Sudeste e Nordeste concentraram esforços na estruturação, adequação e manutenção da malha de gasodutos, destacando o encerramento de contratos, desmobilizações, pagamentos de CMA (Construction Management Agreement) e adequações;
(c) nos projetos da malha Sul, houve antecipação na construção de um novo Ponto de Entrega (Três Lagoas UFN III), cujo término da construção ocorreu em dezembro de 2012;
(d) em relação ao Projeto Rota Cabiúnas - Ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB), as principais realizações em 2012 contemplam assinatura do contrato de construção e montagem, obtenção da licença de instalação e conclusão da terraplenagem na área da ampliação. O projeto está sendo executado de acordo com o cronograma inicial e tem conclusão prevista para agosto de 2014;
(d) o projeto de construção do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade de regaseificar até 14 milhões m3/dia de gás natural, está cumprindo suas metas de custo e prazo, e possui previsão de entrada em operação em setembro de 2013. Nesse projeto, as principais realizações em 2012 foram a conclusão da fabricação de camisas metálicas das estacas e do projeto executivo do píer e início de sua construção civil, o início da construção do gasoduto terrestre e conclusão da abertura de pista e do desfile de tubos, a contratação de equipamentos e serviços de suporte para o lançamento do gasoduto submarino, a conclusão do projeto de engenharia da adaptação do navio regaseificador Golar Winter à configuração de atracação side-by-side e o acompanhamento da fabricação dos equipamentos a serem instalados a bordo do navio;
(e) no início de 2012, foram realizadas as paradas programadas de manutenção e adaptações dos Terminais de Regaseificação de GNL de Pecém e da Baía de Guanabara. Nelas, foram realizadas modificações para possibilitar a operação com navios da frota Excelerate, aumentando a flexibilidade dos Terminais. Dentre as principais atividades realizadas em ambos os Terminais, destacam-se as manutenções preventivas nos principais sistemas, a montagem de novas linhas para alívio de Gás Natural (GN) dos braços de Gás Natural Comprimido (GNC) e a troca de linha de Aço Carbono para Aço Inox. Além dessas, foi realizada a alteração da Tubulação de GN e Água para demolição do Pórtico de Pecém e a instalação do 4° tramo de medição no Terminal da Baía de Guanabara, aumentando a capacidade da Estações de Medição (EMED) de 14 para 20 MMm³/dia; e
(f) com relação ao Projeto de Unidades Flutuantes de Armazenagem e Desembarque (FSO) de Gás, que no mar receberão gás de um conjunto de plataformas de produção, diminuindo o trânsito de navios, todos os marcos do projeto foram cumpridos conforme planejamento. Optou-se, porém, pelo encerramento do projeto até definição de volume de gás que o viabilize.

Atuação Internacional
A atuação internacional na área de gás compreende a alocação de ativos de exploração e produção, além de outros necessários em toda a cadeia de desenvolvimento do gás natural (transporte, compressão, distribuição e geração de energia) nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Peru, Venezuela, México, EUA, Angola, Benin, Namíbia, Nigéria, Gabão, Tanzânia e Portugal.
Os investimentos realizados durante o ano de 2012 tiveram por objetivo manter o nível de produção dos ativos e desenvolver aqueles em fase de exploração, assim como manter a segurança e condições operacionais da infraestrutura

existente na cadeia de gás natural, presentes na Argentina, Bolívia e no Uruguai.

A priorização de estratégias que atendam ao desenvolvimento das reservas internacionais existentes, à redução do risco exploratório e aos investimentos mais seletivos no exterior tem motivado a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional, contribuindo de forma complementar aos objetivos domésticos, a partir das iniciativas de desinvestimento do plano de negócios 2012-2016 da companhia, definindo, melhor assim, os rumos da gestão dessas atividades.

Metas 2012-2015

- **Agregar valor ao gás natural**

  Análise Situacional da Meta

  Os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, destacados na análise situacional do Objetivo, contribuem com o sentido de garantir a demanda e capacidade de movimentação da produção necessários para a agregação de valor ao gás natural.

  Também incluídos no PAC, encontram-se em andamento os projetos do Terminal de Regaseificação da BAHIA - TRBA e das unidades de produção de fertilizantes nitrogenados (UFNs) a partir do gás natural. A Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III - (Três Lagoas) - UFN III, o Complexo Químico (Linhares) - UFN IV e a Planta de Amônia (Uberaba) - UFN V, todos em estágio adequado, quando concluídos, contribuirão para o alcance da meta de agregação de valor ao gás natural.

  Além desses investimentos, o projeto GTL (Gas-to-Liquids) Parafinas, que visa monetizar gás natural pela sua conversão química em produtos de maior valor agregado, teve seu projeto conceitual (fase 2) concluído em setembro/2012. Apesar dos bons resultados, o projeto foi interrompido em função da nova curva de oferta de gás natural na região amazônica, com oferta menor que a requerida para a viabilidade econômica do projeto.

- **Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, a Petrobras superou seus recordes na entrega de gás natural nacional ao mercado, atingindo, no mês de outubro, o recorde histórico com a vazão de 49,6 milhões m³/dia. Em 2012, a produção nacional de gás natural (excluídos reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção) foi de 46,51 milhões m³/dia.

  O expressivo crescimento da oferta de gás nacional observado nos últimos anos é fruto de uma série de investimentos realizados no desenvolvimento de projetos de produção de gás natural, consubstanciados no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás). No âmbito desse programa, vários novos campos começaram a produzir desde 2008, com destaque para os campos de gás não associado de Canapu e Camarupim, no Espírito Santo, e de Mexilhão, Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos. Vale também destacar o início das operações da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) e do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, no Estado de São Paulo. Além do Plangás, três outros fatores foram de fundamental importância para os recordes observados: (i) o incremento da entrega de gás para geração termoelétrica na Região Norte; (ii) a elevação da produção do campo de Lula, produzindo gás associado de reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos; e (iii) o êxito do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural (POAG 2015), que tem permitido melhorar o desempenho das Unidades Operacionais das regiões Sul e Sudeste.

  Até 2015, a oferta de gás nacional aumentará para cerca de 71 milhões m³/dia em razão principalmente da entrada em operação de 9 unidades de produção (UEPs) que contribuirão de forma significativa para o crescimento dessa oferta,

sendo 7 delas em áreas do pré-sal. Além da oferta de gás associado, os campos de gás não associado de Mexilhão, Uruguá e Tambaú também têm destaque nesse crescimento com a entrada em produção de novos poços. Para viabilizar esse aumento de oferta, também estão previstas: (i) a entrada em operação do gasoduto Sul-Norte Capixaba que possibilitará o escoamento de gás da Bacia de Campos do litoral Capixaba até a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). (ii) a adequação da UTGCA em 2013 para viabilizar o processamento de gás do pré-sal que escoará até Caraguatatuba pela Rota 1; e (iii) a construção do 2º gasoduto do Pré-Sal (Rota 2), da Bacia de Santos até Cabiúnas (RJ), previsto para entrar em operação em 2014.

Quantidade alcançada

46,51

Data de Referência

31/10/2012

- **Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados**

Análise Situacional da Meta

A média diária da produção nacional de petróleo em 2012 foi de 2,149 milhões de barris por dia (bpd). Dessa produção, a Petrobras contribuiu com aproximadamente 1,983 milhão de bpd. A meta planejada para a empresa era de 2,023 milhões de bpd para 2012. Esse resultado abaixo do planejado deve-se principalmente à queda de eficiência operacional das unidades operadoras da Bacia de Campos. Todavia, já está em fase de execução o projeto para aumento da eficiência operacional e produtiva daquela região, que é responsável por cerca de 80% da produção nacional, em média.

Quantidade alcançada

2,15

Data de Referência

31/12/2012

- **Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte**

Análise Situacional da Meta

A entrada em operação do Terminal de Regaseificação de GNL na Baía de Todos os Santos está prevista para 2013 e agregará 14 milhões m³/dia de gás natural à malha de gás.

- **Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

A ANP, em conjunto com a Petrobrás, investirá aproximadamente R$ 1,2 bilhão em levantamentos exploratórios até 2014.

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos estão sendo realizados nas Bacias Sedimentares do Acre – Madre de Deus, do Amazonas, do Ceará (Piauí – Camocim, Acaraú e Icaraí), do São Francisco, do São Luiz – Bragança – Viseu, do Parnaíba, do Paraná, do Parecis, de Santos, da Foz do Amazonas e do Tacutu.

- **Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A produção de petróleo e gás natural no exterior, durante o primeiro semestre de 2012, superou a meta estabelecida em 7%. Isso se deu em razão de produção adicional frente à quantidade originalmente programada nos EUA, bem como

devido à melhor eficiência nos campos petrolíferos da Argentina e Bolívia, fruto dos investimentos em manutenção do nível de produção.

A produção planejada para 2013 é de 191,83 mil barris de óleo equivalente por dia, refletindo a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional contida no Plano de Negócios 2012-2016 da Petrobras, reduzindo-se a produção em relação a 2012.

Quantidade alcançada

243.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a realização da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios para Petróleo e Gás Natural, a qual está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013, em data a ser definida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (ANP).

Está planejado oferecer 289 blocos de exploração, que correspondem a uma área de 155,8 km², localizados em 13 bacias sedimentares e 11 estados da federação. Vale destacar que essas novas áreas apresentam boas perspectivas de ocorrência de óleo e gás natural.

Os principais objetivos da Rodada são : (i) ampliar o conhecimento das bacias de novas fronteiras (margem equatorial); (ii) manutenção das atividades nas bacias maduras, de produção declinante; e (iii) propiciar novas oportunidades para empresas que não obtiveram êxito nas atividades exploratórias de rodadas anteriores, fomentando a concorrência no setor (a 10ª Rodada, que foi a última realizada, ocorreu em 2008).

Após a publicação da Resolução do CNPE, relativa à 11ª Rodada, o MME acompanhará a publicação, pela ANP, das minutas do Edital e do Contrato, os quais deverão estar alinhados com as novas diretrizes contidas na Lei nº 12.351/2010.

Em relação à 1ª Rodada do Regime de Partilha de Produção, na qual serão ofertadas áreas na região do Pré-Sal, a expectativa é que toda a documentação em análise esteja finalizada em 2013, bem como a definição dos critérios de distribuição dos royalties, e que a Rodada ocorra já no 2º semestre do mesmo exercício.

Metas 2012-2015

- **Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha**

  Análise Situacional da Meta

  Foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) para preparar as minutas do Contrato e do Edital, de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 12.351/2010. Participam do GT: MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda. Estão em análise cláusulas econômicas e cláusulas de conteúdo local, bem como a minuta de contrato que será firmado entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e o MME. Tais atividades constituem medidas prévias necessárias à 1ª Rodada do Regime de Partilha de Produção planejada para ocorrer no segundo semestre de 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram concluídos os estudos acerca das áreas a serem ofertadas na 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, os quais foram aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e encaminhados à Presidência da República para avaliação.

Na 11ª Rodada deverão ser ofertadas, exclusivamente, áreas nas bacias maduras terrestres de Sergipe-Alagoas, Recôncavo, Potiguar, Tucano Sul e Espírito Santo, nas bacias de novas fronteiras marítimas da Foz do Amazonas, Ceará, Pará-Maranhão, Pernambuco-Paraíba, Barreirinhas e Potiguar e na bacia de nova fronteira terrestre do Parnaíba. No total, serão oferecidos 289 blocos, representando uma área de 155,8 km², distribuídos em 13 bacias sedimentares e 11 estados da federação. A expectativa é que a 11ª Rodada ocorra no 1º semestre de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais**

Análise Situacional da Meta

Serão realizadas rodadas anuais específicas para blocos em bacias maduras e de áreas inativas com acumulações marginais. Essas rodadas compõem um conjunto de medidas que derivam dos estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo (E&P) para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010. Esse artigo determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Já em 2013, será realizada a primeira rodada de licitação para atender ao disposto na resolução.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Dentro do conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, promoveu a qualificação de 17.158 pessoas no ano de 2012, em diversas especialidades, dentre elas: montador, soldador, caldeireiro, eletricista, pintor, mecânico e instrumentista.

O MME vem conduzindo estudos para o aprimoramento da sistemática de aumento progressivo dos índices de conteúdo local e também para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A Petrobras tem investido volumosos recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D, os quais já trouxeram resultados para a Empresa, como, por exemplo: perfuração do primeiro poço horizontal no Pré-Sal; instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal; operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora; aumento de 5% da produção de gasolina na Refinaria Gabriel Passos (REGAP); implantação do Tratamento Térmico de Resíduos Multifásicos nas operações de Sergipe e Alagoas; implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia.

Foram inaugurados laboratórios totalizando cerca de 19 mil m² de área construída e realizadas reformas em 18 universidades e instituições de P&D. Para 2013, estão previstos investimentos em infraestrutura para adequação do Centro de Pesquisa da Petrobras (CENPES) e investimentos em P&D nas áreas de exploração e produção, abastecimento, gás, energia e desenvolvimento sustentável.

Metas 2012-2015

- **Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção**

  Análise Situacional da Meta

  O contrato de partilha de produção, previsto para ser licitado no 2º semestre de 2013, apresentará a sistemática da exigência de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo.

  Para definição desses índices, no ano de 2012 foram realizadas reuniões com associações representantes da indústria nacional, Petrobras, que é a única operadora para os contratos de partilha de produção, e a ANP .

  O Contrato da Cessão Onerosa assinado em setembro de 2010 também apresenta tal sistemática, porém, até o momento, não houve aferições significativas desses índices.

  A aferição dos índices de conteúdo local praticados nos contratos sob o regime de concessão, segue sendo realizada pela ANP.

- **Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço**

  Análise Situacional da Meta

  O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

  O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

- **Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos**

  Análise Situacional da Meta

  A Petrobras investiu em 2012 R$ 2,1 bilhões em P&D, obtendo como principais resultados:

  - atualização do modelo de evolução geológica para a Bacia do Parnaíba, que permite aprimorar a análise dos fatores condicionantes da presença de acumulações de petróleo e gás naquela área;

  - perfuração do primeiro poço horizontal no pré-sal, tecnologia que aumentará a produção por poço e reduzirá o número de poços, diminuindo custos;

  - instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal, que podem permitir o aumento de 3% no volume de óleo recuperável;

  - operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora, que viabiliza o aumento da produção nos campos maduros da Bacia de Campos;

  - início da operação da maior bomba multifásica submarina hélico-axial atualmente em funcionamento no mundo, desenvolvida pela Petrobras e parceiro, que aumentou em cerca de seis mil barris de líquidos por dia a produção no Campo de Barracuda;

  - aumento de 5% da produção de gasolina da Refinaria Gabriel Passos (REGAP), pelo uso do aditivo iso-zoom, desenvolvido pela Petrobras;

  - início de operação da primeira unidade industrial de hidrodessulfurização de nafta craqueada com tecnologia

Petrobras, na Refinaria de Capuava, que permite produzir gasolina com teor de enxofre de até 50 ppm, de acordo com as especificações da ANP para 2014;

- redução de 420 milhões de litros de água por ano no consumo da REGAP, quantidade equivalente ao consumo diário de seis mil pessoas, por meio de técnica de reuso de água no refino, inédita no mundo;

- implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia, que evitará a emissão de 17.230 ton/ano de CO2.

Em infraestrutura, as principais realizações foram a inauguração de laboratórios com 19 mil m² de área construída e reformas em 18 universidades e instituições de P&D.

Para 2013, estão previstos vários projetos, dentre os quais: infraestrutura para a adequação do Centro de Pesquisa CENPES da Petrobras (R$ 170 milhões); investimentos nas áreas de P&D em exploração e produção (990 milhões de reais); gás, energia e desenvolvimento sustentável (R$ 230 milhões) e abastecimento (560 milhões de reais).

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o MME acompanhou a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre royalties e participação especial, devidos pela produção petrolífera sob o regime de concessão, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção. No mesmo exercício, foi sancionada a Lei nº 12.734/2012, a qual definiu novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Foi também instituído um Grupo de Trabalho (GT) que vem preparando as minutas do contrato e do edital de licitações, de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 12.351/2010. Participam do GT: MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda. Encontram-se em análise as cláusulas econômicas e de conteúdo local, bem como a minuta de contrato entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e o MME, aplicável ao regime de partilha.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país**

  Análise Situacional da Meta

  A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País. Em 2012, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na própria implantação da Pré-Sal Petróleo S/A. Reflexo disso é a elaboração já citada, em andamento, das minutas dos inéditos Contrato e Edital para as Rodadas de Licitações no Regime de Partilha de Produção, fruto de trabalho coordenado entre MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda.

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural é formalizada por meio do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT). Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado nacional. A EPE concluiu no início de 2013 a versão preliminar dos estudos de expansão da malha, base para a elaboração do PEMAT 2021, que, após a aprovação da Lei do Gás, será o primeiro plano a versar especificamente sobre a expansão dos gasodutos no Brasil no longo prazo. O PEMAT 2021 terá sua primeira versão apresentada ainda no primeiro semestre de 2013 e, ao longo do tempo, será aperfeiçoado, incorporando, por exemplo, os resultados das rodadas de licitação de petróleo e gás planejadas, que ocorrerão a partir de 2013.

Metas 2012-2015

- **Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha. Ainda durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão. O MME acompanhou a elaboração dos estudos pela EPE e participou de reuniões com os agentes do setor, contribuindo com o processo. A publicação da primeira edição do PEMAT 2021 está prevista para o primeiro semestre de 2013.

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o beneficio das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas do petróleo e do gás natural consubstanciam objetivo próprio dentre os Objetivos do Programa. O interesse pelos estudos guarda relação com o ritmo de aproveitamento dos bens minerais, as oportunidades de desenvolvimento equilibrado do território, a distribuição ótima da renda que não implique sobrefinanciamento nem subfinanciamento dos seus beneficiários e a correta aplicação da renda da atividade, com a perpetuação da renda gerada a partir do desenvolvimento de novos polos, de ciclos econômicos e da aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos e investimentos de interesse intergeracional.

No ano de 2012, parte do Objetivo se relacionou à abordagem dessas questões estratégicas, com o início da implantação das medidas institucionais, normativas e regulatórias previstas no PPA, importantes para oferecer alternativas à dinâmica do aproveitamento e da apropriação da renda da atividade e cumprir os vazios de entendimento existentes.

Outra parte do Objetivo se relacionou a estudos mais específicos relacionados à dinâmica legislativa imediata, tendo sido discutidos, no ano de 2012, aspectos relacionados ao conflito pela apropriação das participações governamentais, o que ficou conhecido como nova “distribuição dos royalties do petróleo”.

Sabe-se que, em 2013, essas questões continuarão a ser debatidas, pelas oportunidades de aperfeiçoamento do marco regulatório em trâmite legislativo, como a destinação exclusiva dos novos recursos para a educação, por meio da Medida Provisória nº 592, encaminhada ao Congresso Nacional em dezembro de 2012.

Para 2013, será fomentada a discussão na análise dos impactos do que foi regulamentado em 2012, na demonstração dos vícios decorrentes da sistemática estabelecida e, na sequência, na apresentação de sugestões para correção desses vícios.

Metas 2012-2015

- **Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Os estudos serão desenvolvidos em três eixos: (1) a implementação e gestão por resultados do novo marco regulatório (modelo de partilha, definição de áreas especiais, nova empresa pública e fundo social), (2) a distribuição da renda petrolífera, (3) a aplicação da renda petrolífera.

  Cada eixo será conduzido por um grupo técnico específico, que será formalizado no ano de 2013, tendo como integrantes representantes do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Casa Civil da Presidência da República.

  No ano de 2012, as atividades previstas no plano de trabalho para alcance dessas metas foram parcialmente realizadas, tendo sido iniciadas as discussões dos eixos (2) e (3), em especial no que toca aos critérios de distribuição da renda gerada pela atividade, sobrefinanciamento e subfinanciamento.

- **Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi, na sua fase inicial, de diálogo e articulação junto aos órgãos envolvidos com o estudo sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural.

  Dos planos locais que estão sendo implementados, verifica-se, por exemplo, o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de Itaboraí/RJ, na área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ - com participação da Petrobras. Nessa área, que envolve outros 14 municípios diretamente impactados pelo COMPERJ, destacam-se os esforços para a integração dos fóruns locais em um "Fórum Regional das Agendas 21 Locais do Leste Fluminense" e a aproximação entre o setor público e a sociedade civil para tratar dos problemas de resíduos sólidos, tema que está sendo discutido na IV Conferência de Meio Ambiente em 2013 pelo MMA, estados e municípios. Destaca-se também a execução de projetos de recuperação de áreas verdes fragmentadas da Mata Atlântica, o plantio de matas ciliares e a recuperação de áreas degradadas, os planos locais de habitação de interesse social, e o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre outros.

  Dentre as atividades previstas para 2013, nessa iniciativa, o grupo técnico dos órgãos envolvidos, que dará andamento aos estudos, deverá avaliar os planos locais já elaborados quanto a sua implementação e efetividade, com foco nos instrumentos de gestão ambiental sugeridos. Nisso deverá considerar a continuidade das ações e a forma de disciplinar e monitorar os rumos dos planos, levando em conta a revisão e os ajustes que se fizerem necessários dentro do espaço de tempo que foi determinado, identificando possíveis omissões e divergências e apresentando sugestões de melhoria. Além disso, deverão ser identificadas outras áreas distribuídas no território para expansão do modelo.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	28/12/2012	337.976
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2009	61,4
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2009	17,6
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2009	61,22
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45
Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo	%	01/01/2011	9,68	01/01/2011	9,68
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2009	41,6
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2008	10,6

Observações:

Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados - ; Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato; Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos; Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos; Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos; Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo; Taxa de municípios com Plano Diretor; Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade; Taxa de vacância em imóveis urbanos: Os indicadores são apurados pela MUNIC/IBGE, mas não houve apuração no período.

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O tema da reabilitação urbana tem ganhado destaque no cenário brasileiro frente ao atual contexto de preparação de cidades para receber eventos esportivos mundiais. Transformar áreas degradadas e ociosas em lugares de convivência para a população, com comércio, habitação e serviços, é um grande desafio que passa pela resolução de questões que vão da melhoria da infraestrutura à dinamização econômica, passando pela resolução de problemas fundiários e pela

valorização do patrimônio cultural.

Nesse sentido, o esforço do governo federal tem sido de promover estratégias de desenvolvimento urbano integrado, segundo uma lógica territorial em áreas de especial interesse para a cidade, como por exemplo, as áreas centrais, as orlas marítimas ou fluviais e as áreas de interesse cultural e ambiental. Assim, em 2012 foram envidados esforços para avançar na execução de convênios estratégicos de transformações urbanísticas, como o convênio celebrado com o Governo do Estado da Bahia para reabilitação do centro antigo de Salvador, além do apoio a intervenções de reabilitação urbana em 15 municípios dos estados de RS, RJ, CE, MG, AC, SP, DF e BA. Outra estratégia para tratar o tema foi a capacitação e o fortalecimento institucional, com a realização de cursos e oficinas com prefeituras e governos estaduais, bem como elaboração de material didático técnico com intenção de apoiar os governos locais na implementação de ações de reabilitação, sobretudo em áreas históricas, tratando de temas como regulação urbanística, elaboração de projetos, montagem de arranjos institucionais de gestão e captação de recursos.

Nesse aspecto, com o intuito de diversificar as fontes de financiamento e ampliar o alcance das intervenções de reabilitação urbana, está em andamento a regulamentação de linha de financiamento com recursos do FGTS para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas (instrumento de parceria público privada definido pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), havendo previsão de realização de uma primeira seleção de projetos nessa linha no ano de 2013.

Nas áreas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural deu-se continuidade ao projeto de implantação de parques na bacia do Rio São Francisco. Foram selecionados 10 municípios e, inicialmente, pretende-se contemplar as três melhores propostas apresentadas. As propostas consistirão em atualizações dos projetos básicos dos Parques Fluviais elaborados em 2010 e deverão contemplar a Educação Ambiental.

Por fim, fez-se a revisão do Projeto Orla por meio do "Plano para Institucionalização, Ampliação e Revisão da Metodologia do Projeto Orla". Durante o ano de 2012, as ações do Projeto foram direcionadas prioritariamente às discussões internas de sua reformulação.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi desenvolvido um edital para serem implantados 10 (dez) projetos de parques na bacia do Rio São Francisco: Pirapora (MG), Januária (MG), Barreiras (BA), Xique-Xique (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Juazeiro (BA), Petrolina (PE), Penedo (AL), Piranhas (AL) e Propriá (SE), que são municípios prioritários para atendimento, no cumprimento desta meta. Esses municípios já haviam sido selecionados e seus projetos elaborados antes da aprovação do PPA 2012-2015, mas não haviam sido executados. Agora o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal disponibilizou R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para este Edital, visando contemplar as três melhores propostas apresentadas, entre os 10 (dez) municípios citados. As propostas consistirão em atualizações dos projetos básicos dos Parques Fluviais (elaborados por meio de consultorias do governo federal e entregues aos municípios ao final de 2010), e que, necessariamente, terão um limite de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) cada. Desse valor, 10% deverá ser direcionado à Educação Ambiental. No que tange a esta ação, as dificuldades iniciais de elaboração do Edital estão relacionadas às diversas adequações necessárias para o atendimento aos padrões da CAIXA.

Além disso, foi desenvolvido Termo de Referência (TR) para a contratação de assessoria técnica para elaboração de diretrizes para projetos de parques urbanos. O TR tem previsão de lançamento no ano 2013.

- **Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, discutiram-se normativos de regulamentação de financiamentos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no âmbito das Operações Urbanas Consorciadas com o objetivo de oferecer aos municípios outra opção para desenvolver projetos integrados de reabilitação urbana, buscando promover o desenvolvimento social e econômico das localidades. Essa nova linha de apoio a Operações Urbanas com recursos do FGTS terá sua primeira seleção em 2013.

Segundo uma estratégia de ampliação das capacidades locais para tratar do tema da reabilitação urbana, foi lançado curso à distância, no Portal Capacidades do Ministério das Cidades, sobre a elaboração de Planos de Reabilitação. Complementarmente, foi publicado um Manual de Orientação aos municípios denominado “Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas”, em parceria com o IPHAN e com a Caixa. Em 2012 foram empenhados R$ 237.500,00 (duzentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) relativos ao valor total de Convênio com o Governo do Estado da Bahia, em 2011, para reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Além disso, foram contratadas 15 obras de reabilitação urbana em 15 municípios dos estados de RS, RJ, CE, MG, AC, SP, DF e BA , totalizando investimentos de R$ 30.802.997,00 (trinta milhões e oitocentos e dois mil, novecentos e noventa e sete reais).

- **Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em março de 2012 foi apresentado o "Plano para Institucionalização, Ampliação e Revisão da Metodologia do Projeto Orla". Na ocasião, foi determinada a revisão completa do Projeto Orla. Esta iniciativa motivou a redefinição da meta para o período de 2012, pois não seriam abertas novas frentes até a conclusão da revisão. Assim, durante o ano de 2012, as ações relativas ao Projeto foram focadas em discussões internas para a sua reformulação, que deverá ser apresentada no início do novo período. A previsão da meta para 2013 é de que 20 municípios sejam atendidos e estima-se manter a meta de 20 atendimentos anuais até 2015.

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Diretor, nos termos dados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, é peça chave para o enfrentamento de problemas urbanos, como a disponibilidade de terras para habitação popular, a irregularidade fundiária e carência de infraestrutura, contribuindo para a minimização do quadro de desigualdade urbana instalado, quando elaborado e implementado de forma eficaz.

Para tanto, o Estatuto da Cidade estipulou prazo até 2006 para que os municípios elaborassem ou revisassem seus Planos Diretores à luz das diretrizes estabelecidas na lei federal. Para auxiliar e mobilizar os municípios no cumprimento dessa tarefa, o Ministério das Cidades idealizou e implementou, em conjunto com o Conselho das Cidades, a Campanha

Nacional “Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos. Iniciada em maio de 2005, a Campanha atingiu grande alcance no país. De modo que, em 2009, dos 1.644 municípios com mais de vinte mil habitantes que possuíam obrigatoriedade legal de elaboração do Plano, 1.433 declararam ter Plano Diretor, correspondendo a 87% do total.

Hoje o grande desafio colocado para as prefeituras é a implementação dos Planos Diretores elaborados e de seus instrumentos. Nesse sentido, o Ministério das Cidades vem trabalhando para capacitar os municípios no cumprimento dessa tarefa, através da realização de cursos, oficinas e seminários e da produção de material de apoio e de consulta sobre o tema, em especial sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir, com vistas a aumentar os recursos municipais disponíveis para o desenvolvimento urbano, e sobre instrumentos destinados a minimizar riscos de desastres naturais relacionados a movimentos de massa, como enxurradas e deslizamentos.

Nesse último tema, através de cooperações técnicas e parcerias com Universidades e entidades internacionais, muito se avançou no sentido de construir e consolidar metodologias para implementação de novos instrumentos de planejamento e gestão territorial como o monitoramento da ocupação urbana, as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e o planejamento de áreas de expansão. Além disso, avançou-se na discussão de parâmetros e instrumentos destinados ao planejamento e gestão de aglomerados urbanos e áreas metropolitanas, na perspectiva de debater um projeto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole.

Também foi realizado o levantamento do índice de áreas verdes e corpos d'água em áreas efetivamente urbanizadas de 732 municípios e elaborado programa para a construção de uma Política Nacional para Cidades Sustentáveis (Programa Brasil+20). Espera-se a adesão dos municípios no primeiro semestre de 2013 para que as etapas sejam executadas de acordo com o proposto. A cada dois anos, as metas definidas serão revisadas e, ao longo dos vinte anos (horizonte temporal contemplado no BRASIL+20), serão feitas revisões e calibrações no âmbito da Política Nacional para Cidades Sustentáveis. A partir desse processo pedagógico, espera-se a construção de uma Política Nacional e a instituição do marco legal para a sustentabilidade urbana no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor**

  Análise Situacional da Meta

  Aprovada no Congresso Nacional a Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 (conversão da Medida Provisória nº 547, de 11 de outubro de 2011), que, entre outras providências, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e insere a necessidade de projeto específico para expansão urbana (inserção do artigo 42-B na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade). A partir dessa legislação, iniciaram-se tratativas visando o estabelecimento de cooperação técnica internacional para concepção de planejamento territorial em áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos e hidrológicos relacionados a movimentos de massa. As negociações do acordo feitas com o Governo Japonês, que possui larga experiência nessa área, demandaram reuniões e atividades no decorrer de 2012. Para o quadriênio 2013-2016 estão previstas as atividades de elaboração, teste e disseminação do planejamento da expansão urbana.

- **Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida**

  Análise Situacional da Meta

  Foi elaborado, em 2012, o primeiro caderno técnico da coleção voltada à regulamentação e implementação de

instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), iniciada pelo caderno da Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC. O objetivo é fornecer aos municípios maior quantidade de informações sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade e auxiliá-los na sua implementação.

Em complementação, foi desenvolvido o Curso a Distância de capacitação técnica de servidores municipais e estaduais, por meio do portal CAPACIDADES do Ministério das Cidades. Foram utilizados critérios equânimes na seleção dos participantes, buscando-se o equilíbrio no número de participantes de acordo com as regiões do Brasil. O curso tem previsão para realização entre os meses de março e maio de 2013. A realização do curso visa potencializar o cumprimento da meta por meio da capacitação de pessoas.

No desenvolvimento de instrumentos para prevenção de riscos, foram feitos destaques orçamentários para 4 (quatro) Universidades Federais, com o objetivo de elaborar cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais em alguns municípios.

- **Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais**

Análise Situacional da Meta

A instituição de instrumentos de gestão ambiental para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável pressupõe o conhecimento das realidades urbanas e requer a implementação de processos de sensibilização dos gestores e técnicos municipais para a importância da inserção dos instrumentos ambientais no planejamento e na gestão de suas cidades. Com foco nestas duas importantes ações, realizou-se no ano de 2012: (i) a implementação de levantamento do índice de áreas verdes e corpos d'água em áreas efetivamente urbanizadas de 732 municípios, objetivando diagnóstico da realidade dos recursos naturais nas cidades; e (ii) a elaboração de um Programa para a construção de uma Política Nacional para Cidades Sustentáveis (Programa Brasil +20), o qual terá na capacitação à distância seu principal eixo de ação. São propostos quatro eixos de implementação do Programa: Eixo I - Campanha Nacional sobre Sustentabilidade; Eixo II - Leitura da Realidade Ambiental Urbana; Eixo III - Capacitação para a Gestão Ambiental Urbana; e Eixo IV - Gerenciamento de Informação.

Para que todas as etapas sejam executadas em conformidade com o proposto, será estratégico o seu lançamento com adesão dos municípios, ainda no primeiro semestre de 2013, tendo como proposta de data o dia mundial do meio ambiente em junho/2013. O início da veiculação da Campanha deverá ocorrer a partir de abril ou maio, tratando do tema Cidades Sustentáveis e seus subtemas. Como prazo limite à realização do primeiro evento da leitura e a primeira atividade da capacitação, será considerada a primeira quinzena de setembro de 2013, com conclusão até agosto de 2014, apresentando um diagnóstico consolidado do ambiente urbano de cada município e, por consequência, um diagnóstico nacional. Neste escopo insere-se a definição das metas ambientais urbanas para os próximos vinte anos para cada cidade e para o País.

A cada dois anos, as metas definidas serão revisadas. Além disso, ao longo dos vinte anos (horizonte temporal contemplado no BRASIL+20), ocorrerão revisões e calibrações a serem coordenadas no âmbito da Política Nacional para Cidades Sustentáveis. É desse processo pedagógico, com cooperação federativa tripartite e democrática participação social, que se espera extrair a fundamentação para a Política Nacional, bem como se instituir o marco legal para a sustentabilidade urbana no Brasil. A partir da definição de prioridades, metas e indicadores de sustentabilidade, serão pautadas, de forma estratégica, as agendas deste Ministério, na implementação da referida política nos municípios. Destaca-se que no contexto dessa Política Nacional para Cidades Sustentáveis, os trabalhos de conscientização e leitura da realidade local junto a novos grupos de municípios nos próximos ciclos de execução do Programa, serão reiniciados em 2015. Dessa maneira, o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis – Programa

BRASIL+20 – atuará com o horizonte de planejamento de vinte anos, como forma de mitigar os problemas provenientes da descontinuidade dos ciclos de gestão pública, ademais, terá atuação de todos os entes, como condição de fluidez e alinhamento das ações interfederativas para implementação das metas de sustentabilidade urbana no Brasil.

- **Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecida cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), para elaboração de estudos com as seguintes temáticas: (i) indicadores e parâmetros para caracterização de regiões metropolitanas; (ii) instrumentos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas; (iii) institutos legais de amparo às instituições metropolitanas e aos mecanismos de planejamento territorial e gestão urbana; (iv) mecanismos tributários e arranjos político-administrativos nas regiões metropolitanas. Também foi realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil - União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil. O objetivo foi debater e aprofundar temas para subsidiar substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole.

Em complemento, realizou-se uma Missão Técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana.

- **Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1.453 municípios possuíam Plano Diretor no Brasil, dos 1.578 que possuem obrigatoriedade de elaboração, sendo vários destes planos elaborados com recursos repassados pelo Ministério das Cidades através da Caixa. Para avaliar a qualidade dos Planos elaborados, o Ministério das Cidades realizou ampla pesquisa em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir dos resultados dessa pesquisa, foram identificadas fragilidades nas legislações municipais, sobretudo em relação à auto-aplicabilidade ou efetividade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, principalmente os instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano. A pesquisa mostrou que há, nos Planos Diretores, uma carência no que se refere à definição de conceitos e parâmetros urbanísticos, à demarcação dos instrumentos no território, à definição de prazos para implementação e de procedimentos administrativos para sua operacionalização, dentre outros aspectos.

Assim, em 2012, deu-se continuidade ao acompanhamento dos convênios assinados em 2011, com 13 municípios brasileiros, para elaboração e/ou revisão de seus planos diretores participativos; e com 3 estados para capacitação de técnicos municipais para elaboração de planos diretores e implementação dos instrumentos de planejamento urbano do Estatuto da Cidade.

Também foram feitos destaques orçamentários para 4 (quatro) Universidades Federais, com o objetivo de elaborar cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais para alguns municípios.

A partir de 2013, o foco de atuação do Ministério será na qualificação do conteúdo desses Planos já elaborados de modo que os mesmos possam tornar-se instrumentos eficazes para a gestão do solo urbano, ampliando a capacidade de investimento dos municípios e potencializando o desenvolvimento urbano nas cidades.

- **Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial**

interfederativa

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil - União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil, para debate e aprofundamento de temas a serem tratados em um substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Além disso, foi realizada uma Missão Técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana. Sem o estabelecimento deste marco legislativo nacional, não se avança na elaboração de metodologia de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Para 2013 estão previstas as atividades de elaboração do substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004 e a elaboração de proposta metodológica para o PDUI.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, efetuou-se uma operação de descentralização de crédito orçamentário para a Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária em 6 municípios daquele Estado, todos inseridos no Programa Terra Legal, coordenado pelo MDA, e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009. Esta atividade permitirá consolidar a metodologia de regularização fundiária urbana no âmbito da Amazônia Legal - Programa Terra Legal, que será disponibilizada aos municípios para titular em nome dos moradores as terras recebidas em doação da União por meio do Programa Terra Legal.

No âmbito da participação no Programa Terra Legal, foram avaliadas 56 áreas urbanas objeto de pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal. Também foram apoiadas tecnicamente as ações de regularização fundiária no âmbito do PAC/Urbanização de Assentamentos Precários. Foi elaborada uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, fruto de tratativas com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça. A elaboração de tal norma tem importância fundamental na efetiva aplicação dos avanços legais obtidos nos últimos anos no tema da regularização fundiária urbana, com ênfase na Lei 11.977/2009. No exercício de 2013 pretende-se restabelecer o diálogo com a Corregedoria Nacional de Justiça para viabilizar a edição da norma nacional de registro imobiliário da regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Ainda no sentido de promover a adequação das normas extrajudiciais aos novos dispositivos legais, no ano de 2012 foram promovidos 3 (três) seminários estaduais (Bahia, Paraíba e Paraná) sobre adequação das normas de serviços extrajudiciais, com a participação de diversas entidades, com destaque para os governos estaduais, associações de registradores e Tribunais de Justiça. No exercício de 2013 pretende-se dar continuidade à estratégia de realização de seminários estaduais.

No contexto da promoção de processos de regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), no ano de 2012 foram regularizados 6.949 imóveis da União. Destes, 44 foram destinados para entes federativos e beneficiarão 13.937 famílias no âmbito de programas como Minha Casa Minha Vida, PAC Urbanização e Reforma Agrária, em 14 estados. Também 6.905 famílias de baixa renda, incluindo ribeirinhas da Amazônia, foram beneficiadas com a titulação direta em 13 estados.

Metas 2012-2015

- **Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, em decorrência de tratativas com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, foi elaborada Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. Colaboraram neste processo a Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) e a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), ambas do Ministério das Cidades, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC/MPOG), a Secretaria de Assuntos Legislativos e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a CAIXA, o Banco do Brasil, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR). A Norma deve ser editada em 2013.

Foram promovidos no ano de 2012, 3 (três) seminários estaduais denominados "Para Avançar na Regularização Fundiária Urbana", nos quais este tema foi apresentado e debatido. Os estados contemplados foram Bahia, Paraíba e Paraná. Participaram diversas entidades, com destaque para os governos estaduais, associações de registradores e Tribunais de Justiça.

No exercício de 2013, pretende-se dar continuidade à estratégia de promoção de seminários estaduais e restabelecer o diálogo com a Corregedoria Nacional de Justiça para viabilizar a edição de uma norma nacional de registro imobiliário da regularização fundiária de assentamentos urbanos. Tais ações são necessárias para efetivar a aplicação da nova legislação por meio da adequação das normas dos serviços extrajudiciais para o registro da regularização.

- **Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, efetuou-se uma operação de descentralização de crédito orçamentário para a Universidade Federal do Pará, no valor de R$ 2.393.370,14, para fins de regularização fundiária em favor de 14.000 famílias moradoras em 6 municípios do Estado do Pará, todos inseridos no Programa Terra Legal e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009. Pretende-se, ao final dessa ação, consolidar uma metodologia de regularização fundiária urbana no âmbito da Amazônia Legal - Programa Terra Legal.

Em 2012 foram avaliadas 56 áreas urbanas objeto de pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal e foram doadas 140 áreas urbanas para fins de regularização fundiária, com aproximados 335 mil habitantes. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado. Também foram apoiadas tecnicamente ações de regularização fundiária no âmbito do PAC Urbanização de Assentamentos Precários.

No exercício de 2013, pretende-se ampliar o apoio financeiro à regularização fundiária de assentamentos urbanos.

- **Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária Urbana não foi iniciada no exercício de 2012. Foi criado, no âmbito do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho Nacional das Cidades, um grupo específico para tratar das diretrizes, condicionantes, possibilidades e a própria viabilidade de elaboração de tal Plano ainda na vigência do PPA 2012-2015. Uma das principais pautas de trabalho do grupo para o exercício de 2013 é

elaboração de metodologia de pesquisa sobre irregularidade urbana no Brasil, que subsidiará o Plano Nacional de Regularização Fundiária Urbana.

- **Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram promovidos 3 (três) seminários estaduais denominados "Para Avançar na Regularização Fundiária Urbana", nos estados Bahia, Paraíba e Paraná. Foram apresentados e debatidos os seguintes temas: papel dos entes federados na regularização fundiária urbana, competências dos entes para o licenciamento urbanístico e ambiental e aspectos relacionados à tributação e registro de imóveis. Discutiu-se ainda casos concretos de regularização fundiária, sobretudo integrantes da carteira do PAC Urbanização de Assentamentos Precários, como forma de capacitação e apoio técnico para a desobstrução desses processos.

No exercício de 2013, pretende-se dar continuidade à estratégia de promoção de seminários estaduais, organizados em parceria com os estados.

- **Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União**

Análise Situacional da Meta

Foi autorizada a transferência de 501 imóveis da União, que representam cerca de 189 milhões de m², para atendimento de mais de 63 mil famílias. Dentre estes, destacam-se:

- 14 áreas para Provisão Habitacional de Interesse Social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com portarias autorizativas para transferência para entes federativos e entidades privadas sem fins lucrativos, com cerca de 3,8 milhões de m², para atendimento de aproximadamente 37 mil famílias em 9 (nove) estados.

- 15 áreas para regularização fundiária de interesse social, totalizando cerca de 5,2 milhões de m², para atendimento de, aproximadamente, 26 mil famílias em 9 (nove) estados da Federação, das quais, 3 áreas com cerca de 600 mil m² destinadas a empreendimentos do PAC em três estados;

- 465 áreas também para regularização fundiária de interesse social, com cerca de 173 mil m² em oito estados, destinadas diretamente às famílias beneficiárias.

No âmbito da Amazônia Legal, foram realizadas ações de regularização, destinação de imóveis no sentido de dinamizar a economia local, racionalização do uso dos imóveis da Administração Pública e destinação para fins de habitação e regularização fundiária. Os principais resultados foram:

- 118,2 mil m² de áreas da União declarados de interesse público federal para fins de regularização fundiária em Belém e Manaus, beneficiando 3.561 famílias de baixa renda que vivem em áreas urbanas da União com projetos de urbanização integrada;

- 127,7 mil m² de áreas urbanas da União destinadas para a regularização fundiária de interesse social nos estados de Acre, Maranhão, Mato Grosso e Roraima, beneficiando 207 famílias de baixa renda.

Neste contexto, no ano de 2012 foi regularizado um total de 6.949 imóveis da União. Destes, 44 foram destinados para entes federativos e beneficiarão 13.937 famílias no âmbito de programas como Minha Casa Minha Vida, PAC

Urbanização e Reforma Agrária, em 14 estados. Também 6.905 famílias de baixa renda, incluindo ribeirinhas da Amazônia, foram beneficiadas com a titulação direta pela SPU/MP em 13 estados.

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a realização do objetivo tem-se a necessidade de aprofundamento do processo democrático, sendo imprescindível a incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Verifica-se que a formação de técnicos e gestores municipais na elaboração e gestão de projetos urbanos vem impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Dessa forma, o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC, promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender a requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Dentre as dificuldades encontradas ressalta-se que, por ocasião do ano eleitoral, muitas atividades não puderam ser realizadas nos municípios, conforme legislação regulamentar. No entanto, foram realizadas atividades de educação a distância no âmbito do recém-implantado Portal Capacidades. Destacam-se os seguintes resultados alcançados:

1. Capacitação de 1.414 técnicos e agentes sociais, por meio do PNCC, para o fortalecimento e gestão urbana e territorial. Foram distribuídas 6.500 publicações didáticas, apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária - Proext, que beneficiaram municípios de todas as regiões brasileiras.

2. Desenvolvimento de cursos a distância para capacitação técnica de servidores municipais e demais interessados no tema "Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário", hospedado no portal CAPACIDADES.

3. Realização de um seminário de Formação de Conselheiros Municipais em Porto Velho - RO, com o intuito de sensibilizar conselheiros da cidade e agentes sociais sobre a importância da participação social no acompanhamento, avaliação e execução das políticas públicas urbanas.

4. Realização de 2 edições do curso “Brasil em Cidades - Sistema Nacional de Informações das Cidades”

O Curso de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, a ser realizado em 2013 no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, pretende fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e em 10% dos Municípios brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, instituída pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e regulamentada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, oferece instrumentos de intervenção, ordenamento, planejamento e gestão territorial para serem incorporados às cidades em ações conjuntas do Poder

Público, entidades e sociedade civil. O objetivo principal dessa política é garantir a realização do direito à cidade e sua função social através da participação popular.

Dessa forma, a instituição de Conselhos das Cidades (ConCidades) foi primordial para a sensibilização e mobilização da sociedade brasileira, de forma a proporcionar a participação popular dos diversos segmentos da sociedade na construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A capacitação dos conselheiros também é importante, pois fornece aos agentes locais as ferramentas necessárias para a implementação da gestão participativa de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Com o intuito de sensibilizar conselheiros das cidades e agentes sociais sobre a importância da participação social no acompanhamento, avaliação e execução das políticas públicas urbanas, foi realizado um seminário de Formação de Conselheiros Municipais nos dias 21 e 22 de agosto de 2012 no Teatro Municipal Banzeiros, Porto Velho - RO. A realização do seminário foi uma iniciativa do Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Porto Velho e o Conselho Municipal de Porto Velho. O Seminário foi dirigido aos Conselheiros da Cidade de Porto Velho e Conselheiros gestores do Fundo Municipal de Trânsito e Habitação de Porto Velho. No total 62 (sessenta e duas) pessoas participaram da atividade.

Como parte das atividades da 5ª Conferência Nacional das Cidades, que será realizada pelo Ministério das Cidades em parceria com o Conselho das Cidades em 2013, estão sendo realizados seminários estaduais preparatórios para as Conferências Municipais e Estaduais. Dessa forma espera-se atingir os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal, além dos municípios integrantes das principais regiões metropolitanas até o final do ano de 2013.

- **Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), por meio da parceria com o Ministério da Educação e o Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext, foram apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária, com ênfase na capacitação de técnicos e gestores municipais de diversas áreas do desenvolvimento urbano, beneficiando vários municípios de todas as regiões brasileiras. Ainda em 2012, foram aprovados mais 17 (dezessete) projetos e 22 (vinte e dois) programas para acompanhamento em 2013.

No recém implantado Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância, foram realizadas as seguintes atividades:

• Curso a distância de autoinstrução “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 588 participantes;
• 1º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 48 participantes;
• 2º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 64 participantes;
• Seminário de Formação de Conselheiros Municipais em Porto Velho - 62 participantes;
• Oficina de revisão de instrução normativa do Trabalho Social em Habitação e Saneamento - 60 participantes;
• Seminário "Política e Plano Municipal de Saneamento Básico" - 30 participantes;
• Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana - 123 participantes;
• Curso Planejamento, Orçamentação, Licitação e Execução de Obras Públicas: foram realizadas 4 (quatro) edições presenciais do curso em 2012, totalizando 181 participantes
• Apoio ao Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado Sustentável (PLURIS), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UnB, na Publicação dos Anais -

distribuição de 500 livros com 258 participantes

Em razão da dificuldade de adesão dos técnicos e gestores municipais às atividades de capacitação, tendo em conta o ano eleitoral e a iminente mudança na gestão municipal, em 2012 foram priorizadas atividades estruturantes, como a elaboração de materiais didáticos e publicações que, entre outros objetivos, irão subsidiar as novas gestões municipais a partir de 2013:

• Publicação da História em Quadrinhos “Jacinto Bené Fício e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU” - distribuição de 2.000 livros;
• Publicação “Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas – Manual de Orientação” – distribuição de 2.000 livros;
• Publicação “Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais: Discussão, Análise e Identificação de Soluções para Problemas e Casos Práticos" – distribuição de 2.000 livros.

Contabilizando todos os dados, ressalta-se um resultado positivo, com um total de 1.414 participantes em atividades diretamente realizadas pelo PNCC. Foram distribuídas 6.500 publicações didáticas, apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária - Proext, que beneficiaram municípios de todas as regiões brasileiras. A maioria das publicações foi realizada por meio de parcerias com a CAIXA e com o Instituto Lincoln. Os programas e projetos foram financiados pelo Ministério da Educação por meio do Proext.

- **Criar e manter o Observatório das Cidades**

  Análise Situacional da Meta

  Meta não realizada no período de 2012, tendo em vista reestruturação da Gerência de Informações do Ministério das Cidades.

- **Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados**

  Análise Situacional da Meta

  Com o advento da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Ministério das Cidades empreendeu esforços, utilizando seus recursos humanos e infraestrutura, para implantar o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, onde foi criada a sala “Acesso à Informação” do Ministério das Cidades que serve para fornecer informações ou documentos solicitados pela população, desde que não sejam classificados como secretos.

- **Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano**

  Análise Situacional da Meta

  Foi desenvolvido o curso a distância para capacitação técnica de servidores municipais e demais interessados no tema "Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário", hospedado no portal Capacidades do Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), com a parceria do Ministério da Educação e do Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext.

  Foram realizadas as seguintes atividades de capacitação, por meio do Portal Capacidades:

  • Curso a distância de autoinstrução “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 588 participantes;
  • 1º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 48 participantes;
  • 2º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 64 participantes;

  Em 2013 será continuado o processo de aquisição de imagens de satélite do município de Itaquitinga - PE, por

solicitação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. A Universidade Federal de Pernambuco - UFPE apresentou ao Ministério das Cidades, no dia 31 de outubro de 2012, plano de trabalho do projeto “Aplicação de Sensoriamento Remoto na Gestão Territorial de Itaquitinga – PE” para a aquisição de imagens de satélite deste município, por meio de Termo de Cooperação a ser firmado entre Ministério das Cidades e a UFPE para descentralização orçamentária no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais). O objetivo da aquisição das imagens é promover sua utilização para o planejamento das diversas ações da gestão municipal, especialmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. As imagens serão integradas à base geométrica estruturada pelo Laboratório de Cadastro e Gestão Territorial da UFPE durante as atividades do Proext acima mencionadas para subsidiar a tomada de decisões e o planejamento municipal.

- **Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral, informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal.

O SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas. A Meta está sendo cumprida minimamente, à medida que o SNIC foi constantemente atualizado durante 2012.

No âmbito do SNIC,em 2012 foram realizadas duas edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. O Brasil em Cidades é um sistema informatizado e on line que tem por objetivo disponibilizar informações por meio de tecnologias abertas e de uso livre. Ele contém informações sobre os contratos de repasse e financiamentos geridos pelo Ministério das Cidades e agrega indicadores municipais produzidos por fontes diversas (IBGE, IPEA, STN, Banco Mundial, Ministério do Trabalho, TSE, dentre outros). Atualmente o sistema conta com cerca de 1.300 indicadores para cada município brasileiro.

O Sistema está disponível em duas interfaces. A primeira é a versão desktop onde o usuário utiliza o sistema de qualquer computador com acesso à internet. A segunda é a versão Mobile que permite que o usuário utilize o sistema de qualquer lugar, por exemplo, durante uma visita a uma obra, através de um aparelho celular tipo smartphone, desde que haja sinal de rede disponível. O objetivo do curso é a capacitação e sensibilização de servidores e agentes ligados ao desenvolvimento urbano no uso da ferramenta de informação e transparência, o Sistema Nacional de Informações das Cidades (Brasil em Cidades), incluindo sua versão mobile, bem como divulgar e estimular a utilização destes recursos no âmbito do Governo Federal.

O conteúdo do Curso “Brasil em Cidades” foi divido em módulos teóricos e práticos conforme o seguinte:

1. Sistema Nacional de Informações das Cidades
2. Consulta e acesso aos contratos do Ministério das Cidades
3. Criação de relatórios e tabelas no Brasil em Cidades
4. Consulta e acesso aos indicadores do Brasil em Cidades
5. Criação de indicadores no Brasil em Cidades

6. Brasil em Cidades versão Mobile

A primeira edição do curso Brasil em Cidades aconteceu em julho e foi realizada em parceria com o Instituto Serzedelo Correa do Tribunal de Contas da União – TCU. Nessa ocasião além do curso "Brasil em Cidades, também foi ministrado o módulo Terra View. O TerraView é um aplicativo relacionado aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG's). O software (livre) foi desenvolvido pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Além de ferramentas de visualização o aplicativo possui uma série de ferramentas de análise e consulta de dados. O TerraView também manipula dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) e matriciais (grades e imagens). Com o TerraView é possível utilizar mapas na manipulação das informações de seus processos, podendo estes mapas serem referentes a informações de contratos do Ministério das Cidades, ou de outros órgãos com indicadores que possam ser localizados espacialmente e assim contribuir na melhoria dos trabalhos de cada unidade.

O curso foi realizado com carga horária de 15 horas e teve como público alvo Servidores do Tribunal de Contas da União com interesse em acessar informações dos contratos do Ministério das Cidades, além de indicadores dos municípios Brasileiros; servidores que possam utilizar mapas para a manipulação das informações de seus processos.A segunda edição do curso foi realizada em parceria com o Plano de Capacitação de Servidores do Ministério das Cidades - período 2012 - Programa de Desenvolvimento Tecnológico. Em 2012 foram capacitados cerca de 45 servidores das secretarias finalísticas do Ministério, divididos em 3 edições do curso "Brasil em Cidades". Espera-se que as ferramentas apresentadas contribuam na melhoria dos trabalhos desenvolvidos em cada unidade do Ministério.

- **Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável**

Análise Situacional da Meta

Esta meta compreende a manutenção do Conselho das Cidades, apoio à instituição e ações de conselhos municipais das cidades e amparo a outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável.

Em 2012 foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Conselho das Cidades, em Brasília/DF, além de reuniões da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades e da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e de Grupos de Trabalho e Comissões específicas.

Dentre as ações previstas para 2013, o Conselho das Cidades, juntamente com o Ministério das Cidades, realizará a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no período de 20 a 24 de novembro de 2013, em Brasília-DF. A Conferência Nacional das Cidades constitui um instrumento para a garantia da gestão democrática e tem o objetivo de fortalecer, estimular a participação social e contribuir para o avanço das políticas públicas de desenvolvimento urbano.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	01/01/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	01/01/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	01/01/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	01/01/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	01/01/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	01/01/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2011	1,65
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2010	22,17
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2011	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15

Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21

Observações:

Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado - Indicador não apurado no período.

Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado - Indicador não apurado no período.

Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público - Indicador não apurado no período.

Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado - Indicador não apurado no período.

Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado - Indicador não apurado no período.

Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público - Indicador não apurado no período.

Índice de vítimas de acidentes de trânsito - Indicador não apurado no período.

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem realizado um grande esforço para alavancar os investimentos em sistemas de transporte públicos coletivos, induzindo a construção de uma agenda nacional de mobilidade urbana sustentável. O lançamento do PAC Mobilidade Grandes Cidades constituiu um marco nesse sentido, elevando a um novo patamar o financiamento de sistemas de transporte público coletivo de grande capacidade, prioritariamente os que beneficiam os deslocamentos em áreas de população de baixa renda e maior adensamento populacional e promovem a integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos. Os investimentos foram direcionados para os seguintes recortes territoriais: MOB 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas com mais de 3 milhões de habitantes e DF; MOB 2 - municípios com população entre 1 e 3 milhões de habitantes; e MOB 3 - municípios com população entre 700 mil e 1 milhão de habitantes .

Em abril de 2012, foi concluída a seleção de 43 propostas, totalizando investimentos de 32,5 bilhões, sendo R$ 22,43 bilhões financiados pelo Governo Federal (R$ 10,27 bilhões de recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade e R$ 12,16 bilhões com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS). Essa seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as Regiões Metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP. Com a seleção realizada, há previsão de implantação de infraestrutura de sistemas estruturantes de transporte público coletivo urbano nas seguintes extensões:

• sobre trilhos: Metrô – 121,65 km; VLT - Veículo Leve sobre Trilhos – 81,16 km; APM - Automated People Mover (Aeromóvel) - 7,9 km; Trem Urbano – 2,5 km;

• sobre pneus: Corredor de Ônibus e BRT - Bus Rapid Transit - 665,61 km;

• hidroviário: 11 km de sistema de transporte coletivo fluvial.

A implantação de sistemas com maior capacidade e com melhor desempenho nestas localidades irá contribuir para a melhoria da mobilidade urbana da população e, consequentemente, da sua qualidade de vida, em sintonia com a Política Nacional de Mobilidade Urbana implementada pelo Ministério das Cidades.

Do montante de recursos selecionados em 2012, foram assinados três contratos, que totalizam investimentos de R$ 836,52 milhões (não computados os valores referentes às contrapartidas), sendo um contrato de financiamento com

recursos do FGTS (Pró-Transporte) para Brasília/DF, no valor de R$ 561,52 milhões, e dois termos de compromisso com recursos do OGU, no valor R$ 275 milhões, para Manaus/AM e Campinas/SP.

Em 2012, também foram observados avanços nos investimentos em sistemas metroferroviários geridos pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb).

Em Porto Alegre, sob a execução da Trensurb, está em andamento a expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos, com a extensão da linha entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. A partir da sua inclusão no PAC, a obra tem se caracterizado por um ritmo acelerado, tendo sido executado, até dezembro de 2012, 96% do escopo total (percentual acumulado). Dentre as realizações em 2012, destaca-se o início da operação comercial das duas primeiras estações – Rio dos Sinos, em São Leopoldo, e Santo Afonso, em Novo Hamburgo. Além disso, cabe ressaltar o alcance de 87% na implantação do aeromóvel ligando o aeroporto ao sistema
de trens urbanos de Porto Alegre.

No âmbito dos sistemas operados pela CBTU, destacam-se os resultados observados no sistema metroferroviário de Recife/PE, como a execução de 97% do projeto de implantação das linhas Sul e Centro e a entrega de 3 dos 15 novos trens elétricos previstos para a Linha Sul. Além disso, avançou-se na modernização do sistema metroferroviário de Maceió/AL - o percentual de execução do projeto alcançou 48%, tendo evoluído 20% em 2012 -, destacando-se a conclusão da entrega dos VLTs, a conclusão das obras de reconstrução ocasionadas por chuvas em 2010 e a reestruturação da Feira do Passarinho. No que tange à modernização dos sistemas de Natal/RN e João Pessoa/PB, ressalta-se a aplicação de R$ 250 milhões especificamente para a aquisição de VLTs e locomotivas. As licitações foram concluídas e os contratos assinados ao final de 2012, sendo R$ 154 milhões para Natal/RN para a aquisição de 12 VLTs, 2 locomotivas e serviços de supervisão e R$96 milhões para João Pessoa/PB para a aquisição de 8 VLTs e serviços de supervisão.

Cabe mencionar ainda importantes resultados de investimentos do PAC geridos pela CBTU em sistemas metroferroviários descentralizados. Em Fortaleza/CE, foram concluídas as obras da Linha Oeste e atingiu-se avanço físico de 91% da implantação da Linha Sul, na qual foi iniciada a operação assistida no trecho Carlito Benevides a Benfica. Ademais, em Salvador/BA, foram concluídas as obras de modernização da linha de trens urbanos Calçada/Paripe.

Importante ressaltar que os investimentos nesses sistemas proporcionaram melhorias no seu desempenho operacional em 2012, quando comparados a 2011: aumento de 7% na média de passageiros por dia útil transportados nos sistemas da CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal; aumento de 1,9% na média de passageiros por dia útil transportados pela Trensurb; aumento de 1,1% no total de passageiros transportados em Salvador; e aumento de 2% no total de passageiros transportados no sistema de Fortaleza.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal**
  Análise Situacional da Meta
  Os 5 sistemas da CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram em 2012 uma média mensal de 11,8 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 2% em comparação ao contingente registrado no ano anterior. A média mensal de 489 mil passageiros por dia útil, foi 7% maior do que a média apurada em 2011. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice de regularidade atingiu 94,5% no mês de dezembro de 2012, representando um aumento de 1,6 % sobre o mesmo período de 2011. Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média anual de 92,2%, mantendo o mesmo índice se comparado ao resultado do ano anterior. E da média mensal de

22.849 viagens programadas, mais 74 extras, 1.263 foram suprimidas e 1.687 atrasaram.

Além dos 5 sistemas, a CBTU acompanha os desempenhos operacionais de Salvador e Fortaleza, operados, respectivamente, pela Companhia de Transportes de Salvador – CTS e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, como resultado dos investimentos aplicados por meio de convênios, nas obras de modernização dos sistemas. Nesses sistemas, em 2012, atingiu-se os totais de passageiros transportados de 1.685.037 (1,1% maior do que em 2011) em Salvador e 3.535.779 em Fortaleza (2% maior do que em 2011).

Na atuação da Trensurb houve aumento da capilaridade do sistema metroviário, atualizações tecnológicas e promoção de melhorias e de desempenho na utilização da energia elétrica de modo racional e eficiente nos trens e na planta predial. A Trensurb transportou na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2012, um total de 51.930.877 passageiros, obtendo uma média mensal de 4.327.573 passageiros transportados, sendo que, em 2011, a média atingiu o patamar de 4.248.339. A média de passageiros por dia útil alcançou 172.635, sendo 1,87% superior à média do ano anterior. Com a inauguração das novas estações que estenderão o sistema até a cidade de Novo Hamburgo, espera-se aumentar este número no decorrer de 2014.

Quantidade alcançada

974.467

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	pessoa/dia	205.889	31/12/2012
Fortaleza	190.000	pessoa/dia	160.714	31/12/2012
João Pessoa	33.000	pessoa/dia	7.295	31/12/2012
Maceió	40.000	pessoa/dia	5.526	31/12/2012
Natal	61.000	pessoa/dia	4.256	31/12/2012
Porto Alegre	283.236	pessoa/dia	201.880	31/12/2012
Recife	420.000	pessoa/dia	265.847	31/12/2012
Salvador	200.000	pessoa/dia	152.305	31/12/2012

- **Investir R$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

Esta meta será atendida com a execução dos empreendimentos do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, que têm por objetivo requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo, visando à ampliação da capacidade e promovendo a integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos.

A seleção dos empreendimentos foi concluída em abril de 2012, quando foram selecionadas 43 propostas totalizando R$ 22,43 bilhões, sendo R$ 12,16 bilhões de recursos de financiamento com recursos do FGTS e R$ 10,27 bilhões de recursos do OGU. Assim, a meta de R$ 18,5 bilhões de investimentos deverá ser superada.

Essa seleção beneficiou Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP, sendo:

MOB 1: Municípios sedes de RMs com mais de 3 milhões de habitantes e DF: selecionadas 22 propostas nos valores de R$ 8,636 bilhões (OGU) e R$ 9,884 bilhões (FIN) que beneficiaram Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo

Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP.

MOB 2: Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes: selecionadas 9 propostas nos valores de R$ 916 milhões (OGU) e R$ 1,327 bilhões (FIN), beneficiando Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP e Guarulhos/SP.

MOB 3: Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes: selecionadas 12 propostas nos valores de R$ 716 milhões (OGU) e R$ 952 milhões (FIN), beneficiando Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP.

Do montante selecionado, foram assinados três contratos em 2012, no valor de 836,52 milhões (não computados os valores referentes às contrapartidas), sendo: um contrato de financiamento com recursos do FGTS (Pró-Transporte) no valor de R$ 561,52 milhões com Brasília/DF e 2 termos de compromisso com recursos do OGU no valor de repasse de R$ 275 milhões, com Manaus/AM e Campinas/SP.

Dos recursos provenientes do OGU foram empenhados R$ 9 milhões, marcando o início do efetivo apoio do Governo Federal à execução dos empreendimentos selecionados.

A implantação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipais de caráter urbano, pelos projetos e valores pactuados, prevê a oferta total dos seguintes modais com suas respectivas extensões:

• sobre trilhos: Metrô – 121,65 km; VLT - Veículo Leve sobre Trilhos – 81,16 km; APM - Automated People Mover (Aeromóvel) - 7,9 km; Trem Urbano – 2,5 km;

• sobre pneus: Corredor de Ônibus e BRT - Bus Rapid Transit - 665,61 km;

• hidroviário: 11 km de sistema de transporte coletivo fluvial.

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 deu-se continuidade às contratações e ao monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, que se referem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego.

Os investimentos em mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014 estão sendo executados em cidades sedes do evento: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. As melhorias trarão benefícios à população que utiliza os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano e extrapolam o período do evento, pois irão contribuir com a melhoria dos deslocamentos da população de forma permanente.

Até dezembro de 2012, foram selecionadas 53 propostas e efetivados 48 contratos de financiamento, perfazendo o

montante de valor de financiamento contratado de R$ 6,52 bilhões. Dos contratos realizados, 47 foram efetivados com recursos do FGTS por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e um contrato com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da linha de financiamento Projetos Estruturadores de Transporte Urbano. Foram desembolsados R$ 978 milhões de recursos de empréstimo.

Metas 2012-2015

- **Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, 53 propostas haviam sido selecionadas e 48 contratos de financiamento efetivados, perfazendo o montante de valor de financiamento contratado de R$ 6,52 bilhões. Dos contratos realizados, 47 foram efetivados com recursos do FGTS por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e um contrato com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da linha de financiamento Projetos Estruturadores de Transporte Urbano. Foram desembolsados R$ 978 milhões de recursos de empréstimo.

  Os empreendimentos de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Natal/RN, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR estão contratados. Nestes municípios, destacam-se o empreendimento denominado Boulevard Arrudas/Tereza Cristina, em Belo Horizonte, que terminou o exercício de 2012 com 86% de obra concluída; e o empreendimento Sistema Integrado de Monitoramento, em Curitiba, com 73% de execução. Em Recife/PE todos os empreendimentos estão contratados e foram desembolsados R$ 296,74 milhões (35% do valor total dos investimentos), média de 16% de obras executadas. Em Porto Alegre/RS, apenas um contrato não havia sido firmado até o final de 2012.

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas realizadas até 2012 totalizaram 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de R$ 1,35 bilhão. Destes, 152 contratos foram assinados no ano de 2012, representando R$ 1,12 bilhão em valores de financiamento, sem considerar as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado dessa ação, foram executados 475 km de vias pavimentadas. Cinco obras encontram-se concluídas e 39 contratos estão com execução superior a 50%.

A conclusão destas obras irá contribuir para o cumprimento da meta de pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

A pavimentação a ser executada neste eixo do PAC 2 prevê a qualificação do sistema viário, acrescentando a execução de calçadas, o que vai ao encontro do preconizado na Política Nacional de Mobilidade Urbana, no que diz respeito ao fomento ao transporte não motorizado e à acessibilidade universal.

Metas 2012-2015

- **Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente**

  Análise Situacional da Meta

O PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas tem por objetivo apoiar a execução de obras de pavimentação e qualificação de vias por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes ou recapeamento destas, incluindo a infraestrutura necessária para sua plena funcionalidade e busca, ainda, a melhoria das condições de salubridade, mobilidade e acessibilidade da população de baixa renda, principalmente para acesso em áreas mais carentes.

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizaram 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de R$ 1,35 bilhão. Destes, 152 contratos foram assinados em 2012, representando R$ 1,12 bilhão em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado, foram executados 474,72 km de vias pavimentadas distribuídas no país, sendo: 12% na Região Centro Oeste, 16% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste e 25% na Região Sul. Considerando-se o recorte por grupos de municípios, essa distribuição se deu da seguinte forma: no Grupo 1 do PAC, tem-se 341,79 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 35,87 km; e no Grupo 3 foram executados 97,05 km.

Cabe salientar que, em 2012, houve abertura de nova seleção de recursos referente à 2ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias, cujo resultado será divulgado em 2013.

Quantidade alcançada

474,72

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500	km	35,87	31/12/2012
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500	km	97,05	31/12/2012
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000	km	341,79	31/12/2012

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

No final do ano de 2011, o tema Acessibilidade foi inserido na pauta da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades em decorrência do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, que aprovou sua nova estrutura regimental, e assim passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU.

Este Decreto, que regulamentou as competências da Secretaria em relação às políticas de acessibilidade, dispõe em seus artigos 19 e 20 que à SNAPU compete, dentre outras responsabilidades, formular e propor políticas e diretrizes de promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em articulação com as demais Secretarias e analisar e propor instrumentos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nesse sentido, ao longo de 2012, a SNAPU empreendeu esforços da estruturação de recursos humanos e financeiros para cumprimento de suas novas atribuições, através da organização de

uma equipe técnica para lidar com o assunto, e da instituição de parcerias com diversos órgãos e secretarias, atuando transversalmente nas atividades que envolvem o tema da acessibilidade.

Além da seleção de projetos realizada em 2012, a SNAPU coordenou um grupo de trabalho voltado à verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades sede da Copa do Mundo da FIFA. Na primeira etapa do trabalho, concluída em 2012, foram realizadas vistorias nos aeroportos de Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os resultados foram consolidados em relatório técnico e o trabalho terá continuidade em 2013, com a realização de vistorias em Salvador e Recife.

A acessibilidade também está presente, de forma transversal, em todos os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, tanto nos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, como no PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades.

No apoio a sistemas de transportes não motorizados, viabilizou-se a construção de calçadas no PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, contribuindo para a acessibilidade nas cidades.

A CBTU e a Trensurb também cooperam neste objetivo, implantando a acessibilidade universal em seus sistemas e trabalhando na implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar livre acesso às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência nos sistemas de trens urbanos e metroviários que operam. A Trensurb adequou os sistemas sob sua responsabilidade para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização, através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas. A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

Metas 2012-2015

- **Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

  Análise Situacional da Meta

  A Trensurb tem como meta tornar todo o sistema de trens de Porto Alegre acessível, incluindo a adequação do pátio, estações e trens com a instalação de corrimãos, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, instalação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em Linguagem Brasileira dos Sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial de embarque, eliminação do espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. No entorno das estações e terminais, readequação das calçadas e rampas de acesso para a eliminação de barreiras, como telefones públicos, árvores e lixeiras. Nos trens deverão ser colocados assentos especiais, reservados locais para cadeiras de rodas e realizadas melhorias no sistema de comunicação visual e sonora. Também serão feitas melhorias nos prédios administrativos e oficinas.

  A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso em outras localidades, conforme segue:

  No sistema de Belo Horizonte, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foi concluída a adequação dos projetos executivos à acessibilidade nas estações de São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e

Floramar. Também foram concluídos o Termo de Referência para elaboração do projeto executivo de acessibilidade e a revisão de projetos de arquitetura e complementares para adequação às normas de acessibilidade nas estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping do Trecho Central/São Gabriel. Ainda há necessidade de dar andamento à instalação de elevadores, adaptações do layout interno dos trens para cadeirantes, comunicação em Braille, painéis luminosos, piso tátil de orientação e alerta, bancos preferenciais, adaptações de bilheterias, banheiros, rampas e corrimãos e redução do espaçamento entre os trens e a plataforma.

No sistema de João Pessoa, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foram concluídos os serviços das obras de acessibilidade nas Estações de Ilha do Bispo e Jacaré e foram iniciadas as obras de adequação nas Estações de João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo.

O sistema de Maceió passa por uma modernização e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas, inclusive com relação à acessibilidade. Está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Grande parte das ações ainda não executadas estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização e Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

No sistema de Natal, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Os serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade foram concluídos na Estação Cidade da Esperança e compreenderam: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

No sistema de Pernambuco, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação.

- **Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade**

Análise Situacional da Meta

A acessibilidade perpassa todas as implantações de infraestrutura de mobilidade urbana no âmbito do PAC e Copa do Mundo FIFA 2014. Assim à medida que as obras forem sendo executadas, tanto dos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo, quanto do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 1ª e 2ª etapas - e PAC 2 Médias Cidades, serão proporcionados avanços na oferta de condições de acessibilidade.

Com relação às demais iniciativas para cumprimento da meta, em 2012 foi realizada seleção pública de Propostas de Trabalho para elaboração de projetos técnicos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos, visando prover condições de acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, em conformidade com as diretrizes contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e na ABNT NBR 9050: 2004. Foram selecionados 7 projetos, para as cidades de João Pessoa, Natal, Maceió, Recife e Teresina, no valor de R$ 1,9 milhão. A contratação dos projetos deverá ocorrer em 2013.

Além disso, foram contratadas 13 obras para adaptação de calçadas e espaços públicos, totalizando investimentos de R$ 19 milhões, nos municípios de Olímpia/SP, Tatuí/SP, Venâncio Aires/RS, Clevelândia/PR, Esteio/RS, Panambi/RS, Conceição das Alagoas/MG, Araraquara/SP, Valinhos/SP, Botucatu/SP, Maceió/AL, Ipuá/SP

e Timbó/SC.

- **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária**

Análise Situacional da Meta

No âmbito dos projetos selecionados no Programa de Aceleração do Crescimento, eixo Mobilidade Grandes Cidades, de forma complementar aos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte, há previsão de implantação de infraestrutura cicloviária, propiciando a integração entre os diferentes modos de transporte.

- **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas**

Análise Situacional da Meta

Foram executados 264,3 km de calçadas com recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) no eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

Quantidade alcançada

264,3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	5,62	31/12/2012
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	44,88	31/12/2012
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	213,77	31/12/2012

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal tem expandido os investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, possibilitando alternativas à circulação por automóveis, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte. Nesse sentido, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram selecionados investimentos da ordem de R$ 32,5 bilhões, beneficiando 51 municípios, entre os quais, as Regiões Metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foram contratados novos projetos de apoio a medidas de moderação de tráfego em municípios, havendo perspectivas de novas seleções em 2013. Por outro lado, no que se refere aos contratos em andamento, tem-se, em 2012, a carteira vigente de 861 projetos destinados à redução de acidentes no trânsito abarcando investimentos de cerca

de R$ 333 milhões, alcançado mais de 600 municípios em 25 unidades da federação (AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO). Em 2012, foram concluídos 116 projetos referentes a investimentos de R$ 27,6 milhões em 109 municípios, conforme a seguinte distribuição nas unidades da federação:

AL: 1 município; BA: 1 município; CE: 1 município; GO: 4 municípios; MA: 1 município; MG: 1 município; PI: 4 municípios; PR: 20 municípios; RJ: 1 município; RN: 2 municípios; RS: 43 municípios; SC: 14 municípios; SP: 15 municípios; TO: 1 município.

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo, destaca-se a aprovação do marco regulatório da mobilidade urbana, por meio da promulgação da Lei n° 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo, os direitos dos usuários, as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, com foco na integração entre os diferentes modos de transporte e na melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município, tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática da Mobilidade Urbana. Fundamenta-se nos princípios da acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros.

No âmbito do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, foram celebrados os Termos de Cooperação a seguir descritos, que tratam de dois projetos relevantes para o fortalecimento institucional e a regulação na área de trânsito:

1 - Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para desenvolvimento de um desenho de referência de Simuladores de Motocicletas voltados para o treinamento em Centros de Formação de Condutores no Brasil (Resolução Contran nº 410/2012). Alinhado com o Plano Plurianual 2012-2015 esse projeto tem por objetivo promover e divulgar estudos e pesquisas, visando o aumento da segurança, o aprimoramento das normas, da gestão e da fiscalização de trânsito e desenvolver ou apoiar projetos que induzam a inovação tecnológica na área de trânsito.

2 - Termo de Cooperação com a Universidade Federal Fluminense – UFF para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região Centro-Oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

Tais informações irão subsidiar a implantação do Observatório Nacional de Trânsito (Plano da Década) que será de suma importância para a reformulação do Plano Nacional de Redução de Acidentes de Trânsito, por estabelecer as diretrizes e a metodologia dos processos de acompanhamento do plano de metas para a redução de acidentes e subsidiar a criação de Programas específicos em todo o país, na década 2011-2020.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação a esta meta, foi realizado repasse no valor de R$ 1,4 milhão para a Trensurb destinado à elaboração de plano funcional e projetos básicos e executivos da variante da Linha 1 da Trensurb em Canoas-RS (Rebaixamento da Estação Canoas).

  No âmbito da Trensurb, destaca-se o início da elaboração de projeto de expansão da malha metroferroviária até o município de Sapiranga, localizado em uma importante articulação viária onde o município desenvolve suas principais atividades comerciais e institucionais.

- **Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  Com a promulgação da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que instituiu as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, os municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes deverão elaborar o Plano de Mobilidade Urbana (o limite anterior era de municípios acima de 500 mil habitantes) no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência da Lei. Nesse sentido, com intuito de mobilizar os municípios brasileiros a elaborarem o planejamento dos sistemas de mobilidade urbana e atenderem a obrigatoriedade legal, a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), promoveu cinco seminários de divulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, nas cinco regiões do Brasil, nos quais foram capacitados 810 agentes públicos. Foi realizado, ainda, no Ministério das Cidades, o Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana, promovido pelo Ministério das Cidades/União Europeia, no âmbito do Programa Diálogos Setoriais em Mobilidade Urbana/Ministério do Planejamento, de 10 a 12 de dezembro de 2012. Neste evento foram capacitadas 260 pessoas. Planeja-se o desenvolvimento de ações de apoio direto aos municípios para elaboração e revisão de planos diretores de mobilidade urbana no período 2013-2015.

- **Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB contribuiu com esta meta realizando, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), cinco seminários de divulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, nas cinco regiões do Brasil. As cidades onde foram realizados os seminários e o número de agentes capacitados foram:

  - Porto Velho/RO - 31/10/12 - 70 pessoas;
  - Porto Alegre/RS - 27/11/12 - 20 pessoas;
  - São Paulo/SP - 29/11/12 - 250 pessoas presencialmente e 250 pessoas via internet;
  - São Luís/MA - 14/12/12 - 70 pessoas;
  - Goiânia/GO - 18/12/12 - 150 pessoas;

Foram capacitados o total de 810 agentes públicos.
Foi realizado, ainda, no Ministério das Cidades, o Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana, promovido pelo Ministério das Cidades/União Europeia, no âmbito do Programa Diálogos Setoriais em Mobilidade Urbana/Ministério do Planejamento, de 10 a 12 de dezembro de 2012. Neste evento foram capacitadas 260 pessoas.

A CBTU contribuiu com a capacitação de 348 empregados dos 2.604 empregados lotados em todas as suas unidades, no que se refere aos aspectos voltados à operação de sistemas metroviários, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo.

Quantidade alcançada

1.418

Data de Referência

31/12/2012

- **Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

O primeiro passo para o atendimento da meta foi realizado com a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o Ministério das Cidades e a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU com a finalidade de realizar esforços conjuntos para desenvolvimento e implantação do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU). Esse Protocolo de Intenções define os seguintes objetivos principais:

1 – ser referência nacional para a formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana;

2 – permitir, desde que em comum acordo, o compartilhamento dos dados e informações armazenadas entre as partes envolvidas na concepção, desenvolvimento, implantação e monitoramento das políticas públicas, dos projetos e dos sistemas de mobilidade urbana;

3 – reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana;

4 – manter uma rede nacional de coleta periódica de dados, de forma a manter as informações atualizadas com a participação de todos os atores públicos e privados do setor.

O principal benefício da criação de um sistema de coleta e tratamento de dados é produzir informações de diversos parâmetros que auxiliarão no planejamento e na gestão da política de mobilidade urbana, possibilitando a obtenção de diagnósticos, identificando problemas e possíveis soluções no âmbito da mobilidade urbana.

- **Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida com a promulgação da Lei n° 12.587, de 03 de janeiro de 2012, marco regulatório da mobilidade urbana, que institui os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana; as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo; os direitos dos usuários; as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, com foco na integração entre os diferentes modos de transporte e na melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município, tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática da Mobilidade Urbana.

Fundamenta-se nos princípios da acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros.

- **Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado o Termo de Cooperação TC Nº 2/2012, com a Universidade Federal Fluminense – UFF, no valor de R$ 4.226.139,23, para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região Centro-Oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

A importância de se estudar os segmentos críticos dos acidentes de trânsito com vítima, está intimamente ligada com a possibilidade de detectar e solucionar com maior rapidez as causas associadas a uma soma de fatores simultâneos fornecidos pelo motorista, pela via, pelo meio ambiente e pelo veículo.

Para que as informações possam ser disponibilizadas, com dados estatísticos atualizados, torna-se indispensável a sua reformulação e a realização de um levantamento atualizado de todos os dados referentes aos acidentes de trânsito no país, cuja análise irá permitir o diagnóstico e a elaboração de dossiês relativos aos segmentos concentradores de acidentes, bem como a proposição das intervenções.

Tais informações atualizadas irão subsidiar a implantação do Observatório Nacional de Trânsito (Plano da Década) que será de suma importância para a reformulação do Plano Nacional de Redução de Acidentes de Trânsito, por estabelecer as diretrizes e a metodologia dos processos de acompanhamento do plano de metas para a redução de acidentes e subsidiar a criação de Programas específicos em todo o país, na década 2011-2020.

Para isso, foi proposta a realização de um levantamento estatístico dos acidentes de trânsito, para ser aplicado em âmbito nacional, por meio de um projeto base a ser implementado no presente momento, na região Centro-Oeste, visando a criação de uma metodologia de pesquisa atualizada e eficiente, no que tange à formatação dos dados a serem alimentados nos sistemas existentes, bem como na análise, compilação e aplicação das informações obtidas, no subsídio à elaboração de novas políticas públicas de redução de acidentes no trânsito.

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Governo Federal, visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), realizou ações voltadas para a regulação na área de trânsito por meio da edição de 31 (trinta e uma) Resoluções e 11 (onze) Deliberações, analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, dentre as quais destacam-se a Resolução nº 407, que autoriza a utilização temporária de sinalização de orientação de destino específica para a "Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014" e para a "Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013"; Resolução nº 410, que regulamenta os cursos especializados obrigatórios,destinados aos mototaxistas e motofretistas; Resolução nº 416, que

estabelece os critérios de fabricação de ônibus e micro-ônibus; Resolução nº 427, que estabelece condições físicas para a fiscalização viária de emissões de gases de escapamento de veículos automotores e Resolução nº 429, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes.

Além desses normativos, outros 38 (trinta e oito) assuntos encontram-se em fase de estudo nas 6 (seis) Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, integradas por especialistas que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

Na área de segurança veicular, destacam-se os novos percentuais de implantação obrigatória dos dispositivos de segurança Air-bag e ABS aplicados à produção de veículos. Além disso, a mudança de paradigma estabelecida pelo novo normativo de homologação veicular resultou em um acompanhamento mais efetivo do estado brasileiro quanto aos ensaios de segurança passiva realizados nos veículos comercializados no Brasil. O DENATRAN realizou, em 2012, o acompanhamento de ensaios em 27 (vinte e sete) laboratórios, no Brasil e no exterior, de diversas montadoras de veículos, o que possibilitou verificar as condições de ensaio e os critérios de aprovação dos veículos homologados no país. Quanto aos veículos em circulação, destacam-se as atividades desempenhadas pelas 311 Instituições Técnicas Licenciadas - ITL na realização de inspeção técnica veicular, além do aprimoramento da segurança jurídica referente ao roubo e furto de motores e veículos advindo da implantação das 1.295 Empresas Credenciadas de Vistoria - ECV. Nos processos de homologação de veículos, foram emitidos 3.872 Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito - CAT.

Outro grande avanço normativo foi a instituição da nova Lei Seca (Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012), que altera o Código de Trânsito Brasileiro endurecendo a fiscalização da embriaguez ao volante. A Lei amplia a possibilidade de provas da condução de veículo automotor sob efeito de álcool ou outras substancias psicoativas e altera o valor da multa de R$ 957,70 para R$ 1.915,40. Caso o motorista seja reincidente no mesmo ano, a multa é novamente dobrada e fica no valor de R$ 3.830,80.

Ao longo do ano de 2012, 171 municípios foram integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, atingindo o montante de 1.294 municípios, representando um aumento de 15,12% em relação ao número de municípios integrados no ano anterior. A população desses 171 municípios integrados, ao longo de 2012, é de 2.081.742 habitantes, de acordo com dados do IBGE e representa um acréscimo de 1,57% em relação à população de municípios integrados até o fim de 2011. Assim, a população habitando municípios integrados até o final de 2012 era de 134.469.163, representando 70,49% da população brasileira.

Em parceria com órgãos gestores de trânsito, foram realizados 2 cursos presenciais de Agentes de Trânsito, nos quais foram capacitados 44 profissionais.

Deve-se ainda mencionar a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas informatizados que possibilitam o cadastro, o controle a estatística e a integração dos órgãos do SNT, sendo os principais sistemas: Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM); Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH); Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF); Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD); Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (SIMRAV), Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular - SISCSV, Sistema de Vistoria de Veículos - SISECV, Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito - RENAEST e o Sistema de Avisos de Risco (RECALL).

O sistema RENAVAM controla uma frota de 76 milhões de veículos ante uma frota de 70,5 milhões em 2011, representando um crescimento de 7,28%. O sistema RENACH por sua vez, apresenta atualmente 56,6 milhões de

condutores habilitados, ante 53,9 milhões em 2011, representando 4,76% de crescimento no período. O sistema RENAINF, iniciado em 2004, apresentou em 2011 um volume de 31,7 milhões de multas interestaduais, chegando a 40,8 milhões em 2012, demonstrando um crescimento de 28,7 % no volume de multas registradas em sua base, quando da comparação de 2012 em relação a 2011.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

  Análise Situacional da Meta

  Com a finalidade de aprimorar a qualidade das informações foi celebrado o Termo de Cooperação TC Nº 2/2012, com a Universidade Federal Fluminense – UFF, para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região centro oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

- **Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

  Análise Situacional da Meta

  Meta Global = 10%

  Obtido em 2012 = aumento de 1,57% da população em todo o país atendida pela municipalização.

  Foram integrados, ao longo de 2012, 171 municípios em todo o país, o que representou um aumento de 15% no número de municípios integrados, que atingiu o montante de 1.294.

  Contudo, esses municípios integrados ao longo do ano representam apenas 1,57% da população nacional, ou seja, 2.081.742 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012. Assim, a população habitando municípios integrados até o final de 2012 era de 134.469.163, representando 70,49% da população brasileira.

  Além disso, a integração de municípios ao SNT, em 2012, foi mais concentrada na Região Sul, como pode ser observado na avaliação das metas regionalizadas a seguir.

  Metas Regionalizadas

  a) Norte

  Meta = 1,3

  Obtido em 2012 = 0,08

  Foram integrados 3 municípios nos Estados do Amazonas e Pará.

  O Amapá continua sendo o Estado da Região com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT, 80,57% da população, concentrados em 3 Municípios.

  O Estado do Tocantins, por sua vez, é o que apresenta menor percentual de população vivendo em municípios integrados em todo o País, apenas 38,16% de sua população, em 5 de seus 139 municípios.

  b) Nordeste

  Meta = 4,3

  Obtido em 2012 = 0,47

  Foram integrados 13 municípios nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

  O Ceará continua sendo o Estado da Região com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT, 69,91% da população distribuída em 53 municípios.

c) Sul

Meta = 1,2

Obtido em 2012 = 0,63

Foram integrados 140 municípios na Região, sendo 135 no Rio Grande do Sul e 5 em Santa Catarina.

O Rio Grande do Sul passou a ter, portanto, 95,36% de sua população vivendo em 379 municípios integrados ao SNT, mantendo-se com o maior percentual da Região.

d) Sudeste

Meta = 2,9

Obtido em 2012 = 0,37

Foram integrados 11 municípios nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Estado de Minas Gerais foi o que teve mais municípios e maior percentual de população integrado ao longo de 2012, porém, continua sendo aquele com menor percentual de população vivendo em municípios integrados na Região, apenas 47,92% da sua população, em apenas 50 de seus 853 Municípios.

O Rio de Janeiro continua sendo o Estado com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT em todo o País; 95,63% da população, em 61 Municípios.

e) Centro-Oeste

Meta = 0,30

Obtido em 2012 = 0,03

Foram integrados 3 municípios, todos no Mato Grosso do Sul que continua a ser o Estado com maior percentual da população vivendo em municípios integrados ao SNT na região; 85,72% de sua população em 45 municípios integrados.

Quantidade alcançada

1,57

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	0,3	%	0,03	31/12/2012
Região Nordeste	4,3	%	0,47	31/12/2012
Região Norte	1,3	%	0,08	31/12/2012
Região Sudeste	2,9	%	0,37	31/12/2012
Região Sul	1,2	%	0,63	31/12/2012

- **Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

  Análise Situacional da Meta

  Em parceria com órgãos gestores de trânsito, foram realizados 2 cursos presenciais de Agentes de Trânsito, nos quais foram capacitados 44 profissionais:

  a) Arapiraca/AL: de 12/03 a 19/04/12 – 22 profissionais

  b) São Luís/MA: de 11/06 a 14/09/12 – 22 profissionais

- **Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 24 (vinte e quatro) Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV.

- **Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 3 (três) Instituições Técnicas Licenciadas-ITL.

- **Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 5 (cinco) UGC e 1 Departamento Estadual de Trânsito.

- **Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Foi aprovada a Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, nos artigos conhecidos como "Lei Seca", ampliando a possibilidade de provas da condução de veículo automotor sob efeito de álcool ou outras substancias psicoativas e alterando o valor da multa de R$ 957,70 para R$ 1.915,40. Pelo texto aprovado, não é mais necessário que se comprove o estado de embriaguez do motorista através do exame de alcoolemia, mas uma “capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência”, comprovada por diversos meios de prova. Essa condição pode ser demonstrada ainda por “teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova admitidos em direito”. Caso o motorista seja reincidente no mesmo ano, a multa é novamente dobrada e fica no valor de R$ 3.830,80.

Ressalta-se também que o processo de discussão e reformulação da Política Nacional de Trânsito envolve todas as áreas técnicas e assessorias do DENATRAN, as quais deverão elaborar uma proposta e encaminhar ao CONTRAN. Espera-se avançar nessa discussão em 2013.

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 21/09/2012 foi lançada a campanha permanente pela redução de acidentes, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020. Esse lançamento integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito (18 a 25 de setembro) e reforçou a participação do Brasil na Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito – de 2011 a 2020 - instituída pela Organização das Nações Unidas e firmada por meio do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes com o projeto PARADA. Ao longo do exercício de 2012, foram produzidos filmes e spots com os slogans: a)“A Dor de um Acidente Pode Durar para Sempre”; b)“Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011/2020: Não Exceda a Velocidade, Preserve a Vida”; c)“Campanha Nacional para a Prevenção de Acidentes com Crianças no Trânsito – Paradinha”; e d)“Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito”. Essas campanhas foram veiculadas em âmbito nacional utilizando as diversas mídias (televisão, rádio, impressos).

Nessa linha de ação, foi doado à Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal - AND o quantitativo de 1.000.000 (um milhão) de bafômetros descartáveis, para aplicação em campanhas educativas de trânsito realizadas pelos Departamentos de Trânsito dos Estados e Distrito Federal.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos, voltados ao tema trânsito, por alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Na sua XII edição, o Prêmio teve 7.925 pessoas inscritas, sendo 36 participantes premiados em 12 categorias: Pré-Escola; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educador; Educação no Trânsito; Obra Técnica.

Metas 2012-2015

- **Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

  Análise Situacional da Meta

  As tratativas para a realização de reunião bipartite foram iniciadas em 2012.

  Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

- **Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica**

  Análise Situacional da Meta

  O tema educação de trânsito é tratado nas universidades como uma disciplina nos cursos de pós-graduação já existentes. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto às Universidades interessadas.

- **Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em todos os municípios do país**

  Análise Situacional da Meta

  A participação dos órgãos gestores de trânsito municipais é vital, devido à proximidade deles com as escolas. As diretrizes nacionais de educação de trânsito já foram distribuídas para todas as escolas publicas do país e o o DENATRAN realiza atendimento por meio de orientações enviadas por meio eletrônico (e-mail) aos professores interessados. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto aos órgãos gestores de trânsito municipal.

- **Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis**

  Análise Situacional da Meta

  O processo está em fase de licitação no Ministério das Cidades, para aquisição de material didático de apoio ao professor. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

- **Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas**

  Análise Situacional da Meta

  Não foi possível iniciar os encontros no ano de 2012, havendo a expectativa de realizar 5 encontros regionais no exercício de 2013.

- **Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito**

  Análise Situacional da Meta

  O “XII Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito”, teve um total de 7.925 inscritos, premiou 36 participantes nas categorias: Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educador, Educação no Trânsito, Obra Técnica, Comunicação e Cidadania, envolvendo alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Esse prêmio é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema trânsito.

- **Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas**

  Análise Situacional da Meta

  Os cursos de gestão de trânsito e outros de formação para os profissionais do Sistema Nacional de Trânsito serão ofertados pela Escola Virtual do DENATRAN. Estão am andamento tratativas com alguns institutos de ensino superior que poderiam oferecer este curso em nível de pós-graduação, com expectativa para sua realização no exercício de 2013.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2011	7.008
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2011	188.925
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2010	57
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2012	64.721
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47	31/12/2010	47
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48	31/12/2010	48
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2012	83,5
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R$/100 km	25/02/2011	4,8	31/12/2012	4,8
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	31/12/2011	123
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,7376	31/12/2010	1.170,7376
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2012	11.298

Observações:

Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação - Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação - a apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Total de movimentação de cargas por rodovias - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, houve continuidade das ações de conservação e manutenção tradicionais, e, principalmente, do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas – PROCREMA, que asseguraram a continuidade da manutenção das rodovias federais. O PROCREMA contempla duas grandes frentes definidas pelo caráter e prazos de suas intervenções: CREMA 1ª Etapa com intervenções de manutenção programadas para um horizonte de dois anos e CREMA 2ª Etapa com intervenções mais robustas distribuídas em um período de cinco anos.

Atualmente, estão em execução diversos contratos de manutenção para rodovias federais pavimentadas, sendo 15.567,3 km com contratos de conservação tradicional, 2.273,4 km com contratos de restauração tradicional e 35.540 km com contratos Crema (1ª e 2ª Etapas), totalizando 53.380,7 km de rodovias com contratos de manutenção.

Foram executados 15.344 km de sinalização horizontal e vertical nas rodovias federais pavimentadas, por meio do Programa Nacional de Sinalização Rodoviária – PROSINAL. O Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – PRODEFENSAS, que visava reabilitação, manutenção e implantação de dispositivos de segurança tipo defensas metálicas, executou 270 km de fornecimento e substituição de defensas em 2012. Em substituição aos Programas PROSINAL e PRODEFENSAS, foi formatado, durante o ano de 2012, o Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-LEGAL, cujo início do processo licitatório ocorreu em dezembro de 2012.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas**

  Análise Situacional da Meta

  Estão em execução 12.539,8 km de conservação tradicional nas rodovias federais não pavimentadas.

  Quantidade alcançada

  12.539,8

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente**

  Análise Situacional da Meta

  A malha rodoviária federal pavimentada atualmente coberta com contratos de manutenção corresponde a 53.380,7 km de vias. Com isso, apesar de alguns contratos estarem em fase inicial, considera-se que a meta de manter os 52.950,6 km de rodovias esteja atendida.

  Quantidade alcançada

  53.380,7

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico**

  Análise Situacional da Meta

  O DNIT está recuperando, adequando e reforçando as pontes e viadutos em estado crítico de acordo com levantamentos feitos nas Superintendências Regionais. Em 2012, já foram recuperados 126 pontes e viadutos em estado crítico.

  Também em 2012, aumentou-se o escopo do levantamento da situação estrutural e de necessidade de manutenção de viadutos e pontes, analisando as mais de seis mil estruturas desse tipo nas rodovias sob sua jurisdição. Ainda no mesmo exercício, foram realizados 78 termos de referência, dentre os quais 9 evoluíram para a licitação do projeto de recuperação.

  Quantidade alcançada

  126

  Data de Referência

  04/12/2012

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Terceira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais está dividida em três fases. Considerando as duas primeiras fases, tem-se um total de 2.234 quilômetros de rodovias a serem concedidas. A primeira fase engloba as Concessões das Rodovias BR-040/DF/GO/MG, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, totalizando 956 quilômetros, e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa de Estados BA/MG e a Divisa de Estados MG/RJ, totalizando 817 quilômetros. Já a segunda fase é composta pela Concessão da Rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre a Divisa de Estados RJ/ES e a entroncamento BA-698 (acesso à Mucuri-BA), totalizando 475,9 quilômetros. No caso da segunda fase, o processo licitatório foi finalizado, estando em vias de assinatura do Contrato de Concessão. Já em relação à primeira fase, houve uma atualização dos estudos no início de 2012, tendo sido realizadas novas audiências públicas em Brasília/DF e Belo Horizonte/MG entre os meses de agosto e setembro. Os Planos de Outorga de ambas as rodovias foram aprovados pelo Ministério dos Transportes e os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica foram encaminhados ao Tribunal de Contas. Planeja-se o Leilão da primeira fase para o ano de 2013. A primeira (1.735,5 km) e a terceira (5.748,3 km) fases tem previsão de leilão para 2013. A segunda fase (475,9 km) teve o contrato assinado em abril de 2013.

Metas 2012-2015

- **Conceder 2.234 km de rodovias**

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  08/02/2013

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à adequação de rodovias, com a finalidade de melhoria no escoamento da produção e ampliação da fronteira agrícola. Os investimentos realizados em 2012, voltados às ações de adequação e construção de rodovias, constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC, com foco estratégico para escoamento da produção, ampliação da fronteira agrícola, integração nacional e interligação com os países da América do Sul

Metas 2012-2015

- **Adequar 4.561,6 km de rodovias federais**

  Análise Situacional da Meta

  Os investimentos realizados em 2012, voltados às ações de adequação e construção de rodovias, com foco estratégico para escoamento da produção, na região da fronteira agrícola, na integração nacional e interligação com os países da América do Sul, têm como objetivo o de superar gargalos operacionais, em termos de investimentos rodoviários.

  VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE:

  •BR-050/MG, trecho Uberlândia – Araguari – Divisa MG/GO (68,4 km): executados 17,7 km de duplicação em 2012;

  •BR-060/GO, trecho Goiânia – Abadia de Goiás – Jataí (318,4 km): executados 100 km de capa asfáltica e restaurados 30 km da pista velha em 2012;

  •BR-365/MG, trecho Uberlândia – Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km): 31,8 km de duplicação executados em

2012.
TOTAL = 149,5km
VETOR LOGÍSTICO Nordeste Meridional
•BR-101/SE, trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o Contorno de Aracaju: executados 55,0 km do trecho e concluído o contorno em 2012;
TOTAL= 55 km

VETOR LOGÍSTICO Nordeste Setentrional
•BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km): executados 51,9 km em 2012;
•BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (199,0 km): executados 3,0 km, uma passagem inferior e uma ponte em 2012, com previsão de conclusão do trecho Divisa PB/PE – Igarassu;
•BR-408/PE, adequação de trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (22,1 km): executados 19,7km em 2012;
TOTAL = 74,6km

VETOR LOGÍSTICO SUL:
•BR-101/SC, trecho Palhoça – Divisa SC/RS (249,0 km): executados 19,5 km em 2012;
•BR-163/PR, Contorno Oeste de Cascavel (17,3 km): executados 10,0 km em 2012;
TOTAL = 29,5km
Total Geral = 308,6 km

Quantidade alcançada
308,6
Data de Referência
04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	362,2	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	26,3	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,8	km	149,5	21/12/2012
Vetor Logístico Leste	545,2	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,5	km	55	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	820,6	km	74,6	21/12/2012
Vetor Logístico Sul	963	km	29,5	21/12/2012

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo
O Governo Federal prevê investimentos dos acessos terrestres aos portos visando a retomada da capacidade de planejamento portuária, com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.
A BR-324/BA - Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km) está com previsão de conclusão para 2013.

Metas 2012-2015

- **Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais**
  Análise Situacional da Meta
  Foram executados 1,92 km em 2012, dos 4,3 km da via expressa Porto de Salvador.

Quantidade alcançada

1,92

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	15	km	0	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,3	km	1,92	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,7	km	0	04/12/2012
Vetor Logístico Sul	165,9	km	21,3	04/12/2012

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo é importante para adequar as rodovias nos pontos de encontro com áreas urbanas, onde acontecem grandes conflitos de tráfego. As principais intervenções são os contornos rodoviários e as travessias urbanas. O rodoanel de São Paulo é uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as consequências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases já devidamente filtrados.

Em 2012, foram concluídos os seguintes contornos e travessias:

- contorno de Cascavel, no estado do Paraná e de Aracajú, no estado de Sergipe;
- travessias urbanas de Colinas do Tocantins, Guaraí e Miranorte, no estado do Tocantins;
- contornos Rodoviários de Maringá, no estado do Paraná e de Vitória, no estado do Espírito Santo.

Além desses, o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro encontra-se em execução, estando a execução do trecho entre o entroncamento da BR-101/RJ (Manilha) – Santa Guilhermina prevista para iniciar em 2013.

Metas 2012-2015

- **Construir 18 contornos ou anéis rodoviários**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídos, em 2012, os contornos rodoviários de Cascavel/PR e de Aracajú/SE.

Entre as obras em andamento destacam-se:

•BR-376/PR, Contorno Rodoviário de Maringá (17,6 km), executados 3,0 km de pista simples em 2012;

•BR-493/RJ, construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (97,0 km), trecho: Entroncamento BR-040/RJ – Entroncamento BR-101/RJ (71,0 km), concluídas 23 obras de arte especiais em 2012;

•BR-101/ES, duplicação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km), executados 2,0 km de pavimentação e duas obras de arte especiais em 2012.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	04/12/2012
Região Nordeste	5	unidade	1	21/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	04/12/2012
Região Sudeste	6	unidade	0	04/12/2012
Região Sul	4	unidade	1	04/12/2012

- **Construir 20 travessias urbanas**

Análise Situacional da Meta

- BR-153/TO, travessias de Colinas do Tocantins (5,0 km) e Guaraí (4,9 km), executados 4 km finais e concluídas as obras em 2012;

- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7,03 km), executados 7,03 km em 2012;

- BR-262/MG Adequação de Capacidade da Travessia Urbana de Uberaba (16,5 km): executados 8,3 km de marginais em 2012;

- BR-153/GO, concluída a duplicação das Travessias de Hidrolândia e Prof. Jamil, em 2012, restando apenas as obras complementares;

- BR-163/MT, adequação Travessia de Sorriso (14 km) executados 7,2 km da adequação em 2012.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	21/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	0	28/12/2012
Região Norte	8	unidade	3	21/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	0	21/12/2012
Região Sul	3	unidade	0	20/12/2012

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As ações de construção de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com foco estratégico para escoamento da produção e ampliação da fronteira agrícola.

Metas 2012-2015

- **Construir 4.451,3 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Região Norte:

• BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947,0 km): concluídas 52 pontes e executados 62,2 km em 2012;

Região Nordeste:

• BR-418/BA, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km): executados 4,8 km de pavimento e alargamento de quatro pontes em 2012;

• BR-235/PI, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena): executados 57,2 km em 2012;

Região Sudeste:

• BR-364/MG, trecho Entroncamento BR-153/MG – Divisa MG/GO (222,5 km): executados 25,0 km em 2012;

Região Centro-Oeste:

• BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,4 km): executados 21,0 km de construção e pavimentação em 2012;

• BR-242/MT, trecho BR-163/MT Sorriso – BR-158/MT Ribeirão Cascalheira: (625,40 km), executados 57,7 km em 2012.

Quantidade alcançada

186,6

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1.565,3	km	78,7	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	885,5	km	21	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646	km	25	21/12/2012
Vetor Logístico Leste	245,3	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,5	km	4,8	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,3	km	57,2	21/12/2012
Vetor Logístico Sul	131,4	km	0	21/12/2012

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O aumento da integração rodoviária com os países da América do Sul deve incentivar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, estimulando a integração e o desenvolvimento de regiões isoladas e menos desenvolvidos.

Metas 2012-2015

- **Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças**

Análise Situacional da Meta

BR-364/AC, trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul (349,0 km): executados 31,0 km em 2012;

BR-429/RO, trecho Presidente Médici – Costa Marques (206,5 km): executados 23,0 km em 2012;

BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes – Oiapoque (309,0 km): executados 42,1 km de pavimentação em 2012;

Quantidade alcançada

96,1

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo Amazônico	349	km	31	11/12/2012
Eixo do Escudo-Guianês	553,2	km	42,1	11/12/2012
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,5	km	23	11/12/2012

- **Construir 3 pontes internacionais**

Análise Situacional da Meta

A ponte na fronteira Brasil-Uruguai (Jaguarão), na BR-116/RS está com o Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental aprovado e com o Projeto Executivo em elaboração.

A segunda Ponte Internacional de Foz do Iguaçu, na BR-277/PR, teve o seu Edital lançado e encontra-se suspenso aguardando ajustes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1	unidade	0	11/12/2012
Eixo de Capricórnio	1	unidade	0	11/12/2012
Eixo do Escudo-Guianês	1	unidade	1	11/12/2012

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As diferentes regiões brasileiras, de acordo com sua geografia, possuem modais mais ou menos adequados para sua utilização como via de transporte principal, seja de cargas ou de passageiros. Entretanto, independentemente disso, há necessidade de garantir a integração nacional via modal rodoviário, o qual não é suscetível ao regimes dos rios, e nem ao fechamento devido a mal tempo. Essas integrações, além de buscar o desenvolvimento, facilitam o deslocamento de tropas de forma a fortalecer a segurança nacional.

Metas 2012-2015

- **Construir 1.816,2 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Trecho concluído em 2012: BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis - 74,7 km.

Quantidade alcançada

74,7

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	1.816,2	km	74,7	11/12/2012

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As dimensões das Obras de Arte Especial – OAE (pontes) normalmente tem suas larguras vinculadas às dimensões das rodovias. Além disso, em muitos casos de construção de pontes, os vãos mínimos (largura entre pilares) e calados aéreos (altura livre entre a plataforma e o leito d'água) não consideraram a possibilidade de navegação do leito d'água transposto, impedindo a passagem das "embarcações-tipo" e prejudicando a logística nacional.

Metas 2012-2015

- **Construir 11 pontes sobre travessias fluviais**

Análise Situacional da Meta

BR-319/RO – Construção de ponte sobre o rio Madeira/RO: – 96% realizados;

Ponte BR-158/SP/MS - o acesso da ponte ao estado de São Paulo foi concluída em 2012;

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	11/12/2012
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	11/12/2012

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV, em execução desde dezembro de 2010, consiste na instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade, para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. O programa tem como foco principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Em 2012, foram instalados 1.345 equipamentos de controle de velocidade, perfazendo um total de 2.580 faixas, com meta de ampliação para 2.696 equipamentos em 2013.

Ainda no campo da operação rodoviária, o Governo realiza a fiscalização do excesso de peso transportado por meio da operacionalização da 1ª etapa do Plano Nacional de Pesagem – PNP, sendo que atualmente estão em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos – PPVs. Nestes PPVs todos os veículos de transporte de carga e de passageiros são submetidos à pesagem de forma a coibir o tráfego de veículos com excesso de peso. Em 2012, foram fiscalizados 10,5 milhões de veículos. Para 2013, o Governo planeja licitar a construção de 50 novos postos de pesagem e concluir os estudos de modernização do modelo atual de fiscalização.

Metas 2012-2015

- **Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso**

Análise Situacional da Meta

O Governo realiza a fiscalização do excesso de peso transportado por meio da operacionalização da 1ª etapa do Plano Nacional de Pesagem – PNP, sendo que atualmente encontram-se em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos – PPVs. Nesses, todos os veículos de transporte de carga e de passageiros são submetidos à pesagem com o intuito de coibir-se o tráfego de veículos com excesso de peso. Em execução desde julho de 2008, foram fiscalizados cerca de 33 milhões veículos pelo PNP até outubro de 2012. Para 2013, o Governo planeja concluir os estudos já iniciados para modernização do modelo atual de fiscalização do excesso de peso, objetivando-se a implantação de novos PPVs com pesagem automática na via de tráfego à velocidade diretriz.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

13/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	41	unidade	16	11/12/2012
Região Nordeste	65	unidade	20	11/12/2012
Região Norte	13	unidade	5	11/12/2012
Região Sudeste	69	unidade	19	11/12/2012
Região Sul	32	unidade	13	11/12/2012

- **Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade, em execução desde dezembro de 2010, com prazo de duração de 5 anos, consiste na instalação de 2.696 radares, para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. O programa tem como foco principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. No final de 2011, havia 396 equipamentos em funcionamento. Até novembro de 2012, já estavam em funcionamento 1.187 equipamentos. O DNIT tem como meta institucional ter em funcionamento, até agosto de 2013, um total de 1.650 equipamentos.

Quantidade alcançada

1.187

Data de Referência

13/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	596	unidade	166	11/12/2012
Região Nordeste	788	unidade	265	11/12/2012
Região Norte	195	unidade	16	11/12/2012
Região Sudeste	715	unidade	350	11/12/2012
Região Sul	402	unidade	163	11/12/2012

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal avançaram em 2012 com a elaboração do Planejamento Estratégico da Pasta de Transportes. A busca por resultados foi qualificada pelo estabelecimento da Visão Estratégica Ministerial, direcionada ao intento institucional em “atuar e ser reconhecido como agente indutor do desenvolvimento sustentável brasileiro pela oferta de uma infraestrutura e serviços de transportes com padrões internacionais de excelência”.

Foi comunicada a Missão institucional apoiada sobre vinte e oito objetivos estratégicos definidos e orientados a “Dotar o País de infraestrutura viária adequada, garantir a operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e a integração nacional Sul-Americana”.

Estruturado o Planejamento Estratégico dentro do MT, procedeu-se ao aperfeiçoamento das iniciativas de mesmo teor dentro dos órgãos vinculados à Pasta.

Assim, houve avanço do planejamento e da gestão da infraestrutura rodoviária federal dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de forma estruturada em 2012, destacando-se:

1. A definição do mesmo horizonte temporal das iniciativas estratégicas Ministeriais e Autárquicas, estabelecido para o ano de 2015.

2. A Coerência entre os Objetivos Estratégicos Ministeriais e Autárquicos.

3. A Maior integração da ANTT e do DNIT, por seu alinhamento estratégico a outros órgãos setoriais e autárquicos de Transportes, como a ANTAQ, VALEC, SPO, SAAD, SFAT, SPNT, com ganhos sinérgicos (inclusive financeiros) e operacionais possíveis.

4. A dinamização de ações finalísticas e de Gestão dentro da ANTT e do DNIT. Houve esforço das autarquias em 2012 para subsidiar Projetos Estratégicos do Ministério dos Transportes como o Plano de Investimentos em Logística (PIL) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PIL, comunicado à sociedade em agosto de 2012, objetiva aumentar a escala dos investimentos públicos e privados em infraestrutura de transportes e promover a integração de rodovias e ferrovias às demais infraestruturas.

5. A criação do Planejamento Estratégico do DNIT, alinhado aos objetivos Estratégicos da Pasta de Transportes, explicitado por um Mapa Estratégico que comunica à sociedade vinte objetivos da autarquia apoiados sobre quarenta e quatro iniciativas orientadas para:

I. O aperfeiçoamento do processo de planejamento

II. A eficácia das contratações.

III. A formulação de um sistema de gestão de fornecedores.

IV. A garantia da qualidade das obras e serviços.

V. O desenvolvimento e gestão de competências.

VI. A integração de sistemas.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal**

  Análise Situacional da Meta

  O relatório em questão ainda não foi iniciado pelo órgão responsável.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

  Análise Situacional da Meta

  Está em implantação o projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados.

  O Projeto tem por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos METADADOS de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), como forma de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e a abrangência com que o banco de dados corporativo georreferenciado venha a ser estruturado e implantado, obedecendo aos padrões estabelecidos para a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme instituído pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR.

  A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

  - diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
  - aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
  - aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
  - aumento de dados produzidos.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2012	132,38
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2012	217,15
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2012	554,23
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2012	201,02
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2012	670,25
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2012	87,275
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	31/12/2010	720.621
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	31/12/2012	48
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	31/12/2012	45
Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	31/12/2012	5

Observações:

Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

A evolução da atividade econômica do País foi sempre acompanhada do desenvolvimento da atividade portuária. O intercâmbio comercial entre nações demanda que o País disponha de portos para o embarque e desembarque de cargas dos navios que fazem o comércio internacional marítimo. O acesso a esses portos requer que os canais de acesso aquaviário possuam profundidades compatíveis com os calados das grandes embarcações que frequentam os demais portos mundiais, para que a navegação internacional encontre facilidade operacional para se desenvolver e, assim, possam ser viabilizadas as grandes rotas do comércio internacional.

Dragagem é, pois, uma atividade meio no âmbito do setor portuário, pois visa aprofundar os canais de acesso aquaviário aos portos marítimos para permitir o tráfego de embarcações de grande porte que fazem a navegação comercial entre as nações.

Desse modo, viabiliza-se o incremento do comércio exterior brasileiro, alavancando o desempenho das exportações pelo aumento do fluxo dos navios, pela redução no custo de operação do navio por unidade movimentada e pela redução do

tempo de atendimento, o que gera aumento da produtividade correspondente a quase o dobro daquela obtida com a embarcação de menor porte e, também, pela redução significativa no custo do frete marítimo, que impacta positivamente nas Transações Correntes do Balanço de Pagamento, contribuindo para a redução do chamado "Custo Brasil".

Com a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que tem por objetivo adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução dos portos organizados, os portos marítimos estão sendo adequados a receber navios de maior porte, aumentando sua capacidade de movimentação de cargas e, consequentemente, a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Com a edição da Medida Provisória (MP) 595/2012 que criou o segundo PND e a transferência para o âmbito da SEP/PR de diversas atribuições que estavam na competência das Administrações Portuárias, os projetos precisaram ser revisados para serem adequados às novas normas estabelecidas por esta MP.

Metas 2012-2015

- **Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade**

Análise Situacional da Meta

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), 17 encontram-se inseridos no Programa Nacional de Dragagem, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para os quais a SEP/PR promove a realização de dragagem de aprofundamento/alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e bacia de evolução), sob suporte legal da Lei nº 11.610/2007.

Esses 17 portos marítimos são: Fortaleza/CE; Natal/RN; Cabedelo/PB; Recife/PE; Suape/PE; Salvador/BA; Aratu/BA Rio de Janeiro/RJ; Itaguaí/RJ; Angra dos Reis/RJ; Vitória/ES; Santos/SP; Paranaguá/PR; São Francisco do Sul/SC; Imbituba/SC; Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O volume a ser dragado é da ordem de 80 milhões de m3, além da execução de cerca de 550 mil m3 de derrocamento subaquático, para dotar esses portos de condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança, favorecendo assim o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, o que permitirá alavancar as condições de competitividade do País no mercado internacional.

Em 2012 foram licitadas e executadas dragagens de aprofundamento/alargamento de acessos marítimos em 13 portos: Fortaleza/CE; Natal/RN; Recife/PE; Suape/PE – Canal Interno; Salvador/BA; Aratu/BA; Rio de Janeiro/RJ; Itaguaí/RJ; Angra dos Reis/RJ; Santos/SP – dragagem; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

Encontram-se em execução dragagens, que incluem ações de derrocamento, em 3 portos: Suape/PE – Canal Externo; Vitória/ES e Santos/SP – derrocamento.

Para 2013, o propósito é realizar as dragagens de aprofundamento no canal de acesso e bacia de evolução do porto de Imbituba/SC, já licitada, e também em mais 4 portos, cujas ações preparatórias encontram-se em andamento: Rio de Janeiro/RJ – 2ª fase; Itaguaí/RJ – (Ilha das Cabras); Itaguaí/RJ – (Canal Derivativo) e Paranaguá/PR.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Vetor Logístico Leste	6	unidade	3	31/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	3	31/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao Porto de Itajaí/SC, a obra de alinhamento do berço 4 teve seu projeto aprovado e a Superintendência do Porto irá licitá-la, e a mesma deverá ser iniciada em 2013; as ações de adequação da retroárea devem ser iniciadas somente após a conclusão do alinhamento; e a recuperação do molhe norte foi concluída em 2012.

Relativamente ao Porto do Rio Grande/RS, o projeto da recuperação da área junto aos molhes está pronto para ser licitado pela SEP e o projeto da ampliação do cais público do porto novo se encontra em fase de conclusão. As duas obras deverão ser iniciadas em 2013.

As obras e serviços relativos ao projeto do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Suape/PE também devem iniciar em 2013.

As ações de adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC estão em fase de elaboração dos projetos, por parte das autoridades portuárias.

A ação referente ao Berço 108 - Granéis Líquidos do Porto de Itaqui está em fase de execução das fundações, com previsão de conclusão da obra em 2013.

Os estudos e projetos para as ações previstas para o Porto de Paranaguá ainda não foram apresentados à SEP/PR.

As obras do Porto de Santos encontram-se em sua maioria (8 de 10) em fase preparatória (licitação, Estudo de Viabilidade Técnico Econômico (EVTE), projeto executivo). As que estão sendo realizadas, estão com cerca de 70% de execução.

Em Vitória, o cais comercial está previsto para ser entregue em abril de 2013. A obra dos dolfins do Atalaia e do pátio de estocagem encontram-se em fase preparatória (licitação e licenciamento ambiental).

Em vila do Conde, a obra de ampliação do Terminal de Múltiplos Usos (TMU) 1 e a Construção do TMU2 encontra-se em licitação.

Em Fortaleza, a substituição da pavimentação encontra-se em execução com 16% realizado.

Em Natal, a construção do berço 4 encontra-se em fase preparatória.

Em Salvador, está em elaboração o projeto executivo de ampliação do molhe.

No Rio de Janeiro, aguarda-se decisão judicial para dar continuidade à licitação dos 3 píeres de atracação.

Metas 2012-2015

- **Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  No Porto de Itajaí/SC, foi lançado, pela Superintendência do Porto, o edital para licitar a obra de alinhamento do berço 4, em 28/12/2012, e a obra de recuperação do molhe norte foi concluída.

  No Porto do Rio Grande/RS, o projeto da recuperação dos molhes foi concluído e o projeto da ampliação do cais público do porto novo se encontra em fase de conclusão. As duas obras deverão ser iniciadas em 2013.

  No Porto de Suape/PE, o projeto para as obras e serviços relativos ao Terminal de Granéis Sólidos está em fase de elaboração, pela Administração do Porto, e a construção do acesso rodoferroviário está 70% executada.

  Também estão em elaboração, pelas respectivas Administrações Portuárias, os projetos para adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC.

  Quanto ao Berço 108 - Granéis Liquídos do Porto de Itaqui, a obra está em andamento, com previsão de conclusão em 2013. A construção do Berço 100 do Porto de Itaqui foi concluída.

  Aguarda-se a apresentação dos estudos e/ou projetos do Porto de Paranaguá para dar início às ações de melhoria

previstas.

Foram concluídas as obras de reforma e ampliação do terminal Salineiro de Areia Branca/RN, o reforço do berço 101 no porto de São Francisco do Sul/SC e ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde/PA.

Vale ressaltar que o critério estabelecido para o cálculo da meta considera o porto adequado apenas quando não há outras intervenções previstas. Dessa maneira, apesar das diversas obras concluídas em diversos portos, apenas o Terminal de Areia Branca e o Porto de Vila do Conde encontram-se nessa situação. Portanto, em 2012, a quantidade alcançada dessa meta foram dois portos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2012

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com exceção das obras em Santos e Rio de Janeiro, que estão judicializadas, todos os demais estão em execução com término previsto para 2013. A obra de Recife está com 75% de execução e término previsto para junho/2013. No Rio de Janeiro está prevista a implantação de píer em formato de Y (350x30m; 400x30m e 400x30m), oferecendo 6 berços exclusivos para navios de passageiros, o que complementará a capacidade hoteleira.

Suas datas de conclusão estimada são: Fortaleza - 31/12/2013; Natal - 30/08/2013; Salvador - 31/05/2013; Santos - 30/01/2014* e Rio de Janeiro - 31/03/2014** Primeira fase da obra.

A construção do terminal marítimo de passageiros do Porto do Recife encontra-se com evolução física de acordo com o cronograma do Plano de Trabalho. A obra será concluída em 2013.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve desenvolvimentos em 2012.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  As implantações dos terminais em Fortaleza, Natal e Salvador estão em execução com término previsto para 2013. A obra de Recife está com 75% de execução e término previsto para junho de 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/12/2012

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela

administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Os projetos de inteligência logística portuária visam permitir uma gestão completa dos recursos portuários, gerando ganho de capacidade pela maior eficiência na gestão. O setor portuário brasileiro possui diversas entidades intervenientes, cada uma com seus próprios procedimentos, não havendo padronização de dados, nem sistemas informatizados integradores que reduzam a burocracia e aumentem a eficiência do fluxo de informações. O reflexo disso se dá diretamente nas operações portuárias, que dependem da anuência de tais agentes intervenientes. Nesse sentido, o projeto Porto Sem Papel foi o passo inicial das implantações, já estando em funcionamento nos 34 portos públicos marítimos e no terminal de Pecém. Os demais portos estão em fase de elaboração de projetos e desenvolvimento dos sistemas e têm previsão de implantação para 2013.Também com o intuito de reforçar o sistema de inteligência logística, a Secretaria de Portos (SEP) selecionou 6 portos para receberem o sistema VTMIS (Vessel Traffic Management Information System) para o monitoramento do tráfego marítimo. Inicialmente contempla os portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaguaí.

No âmbito da GPPR, em 2012, foram realizadas nos portos de Natal e Areia Branca atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Balanced Scorecard(BSC), Mapeamento de Processos, Gestão Financeira e de Custos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Desenvolvimento de Pessoas, Gestão do Clima Organizacional, Programa de Avaliação de Desempenho – PAD e Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Houve priorização de trabalhos em 2012 relacionados com a questão financeira da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). No Porto de Maceió, foram realizadas atividades de administração por resultados.Outras atividades, à semelhança de Natal e Areia Branca, serão desenvolvidas a partir de fevereiro 2013, também com prioridade voltadas para Planejamento Estratégico/BSC, melhoria dos Processo Financeiro e Processo de Governança de Contratos.

Para as demais Companhias Docas (CDC, CDP, CODESP, CDRJ, CODESA e CODEBA), numa parceria com o MBC - Movimento Brasil Competitivo, planeja-se o inicío das atividades no primeiro semestre de 2013 com uma duração inicial de 18 (dezoito) meses.

Atendendo às determinações contidas nos art. 3° e 56 da MP 595/12, está também prevista a implantação do Planejamento Estratégico, do BSC e de dois Processos (Financeiro e de Governança), críticos na SEP e no Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), além da revisão e complemento do Planejamento Estratégico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) na nova configuração institucional.

É importante salientar que a parceria SEP-MBC deverá dar cobertura a uma fase diagnóstico e de implantação de ganhos rápidos de melhoria de gestão nas Companhias Docas vinculadas à SEP, no período inicial de 18 meses.

Metas 2012-2015

- **Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República**

  Análise Situacional da Meta

  Para iniciar a implementação do modelo de gestão por resultados em suas empresas, a SEP/PR, por meio de parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI-SC, iniciou, em novembro de 2011, projeto piloto na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, com o objetivo de promover a reorganização estratégica de gestão e de processos. Com ganho rápido, obtido a partir da identificação de problemas e introdução de ferramenta de controle e planejamento financeiro, já a partir de julho de 2012, houve redução de despesas mensais da unidade de Areia Branca de cerca de 40%. O processo de implantação na CODERN está 60% realizado. Já foi definido o Termo de Referência para licitação de um sistema Enterprise Resource Planning (ERP), além de todo o levantamento das necessidades de hardware. Deverá ser finalizado, até o final do primeiro semestre/2013, o Plano de

Cargos e Salários (desenhado a partir do Planejamento Estratégico), o Plano de Desenvolvimento de Pessoas e o Programa de Avaliação de Desempenho.

Importante observar, conforme mencionado, que para a fase final de implantação de alguns dos projetos estruturantes da gestão, as Companhias Docas irão necessitar de recursos para a compra de equipamentos, para reestruturação física e organizacional, para softwares e para consultorias específicas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), foram selecionados 6 para receberem o sistema VTMIS (Vessel Traffic Management Information System) para o monitoramento do tráfego marítimo.

O Porto de Santos, inicialmente incluído nessa lista dos 6 portos, optou por realizar a aquisição e a implantação do sistema com recursos próprios.

Em 2012 foram concluídos o projeto básico para os portos do Rio de Janeiro e Vitória. Os projetos básicos de Salvador e de Aratu estão em andamento.

Para 2013 espera-se concluir os projetos básicos de Salvador e de Aratu, elaborar o projeto básico de Itaguaí e licitar a implantação dos sistemas para os portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaguaí.

O motivo para ainda não ter havido nenhuma implantação foi a dificuldade encontrada na elaboração dos projetos, por ser uma iniciativa pioneira no país, e de alta complexidade tecnológica.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

- **Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

Uma das atribuições da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP é o planejamento da integração de informações visando propiciar agilidade e eficiência à gestão portuária do país. Por outro lado o resultado da análise sistemática do processo portuário atual constata que, embora alguns portos possuam sistemas para o gerenciamento de suas atividades, nem sempre estão integrados e não apresentam informações adequadas à mensuração de sua proficiência, inviabilizando a comparação entre os portos e a condução de uma gestão eficiente e eficaz. Constata-se, também, que grande parte dos portos brasileiros está defasada em termos de Tecnologia de Informação e Comunicações, prejudicando a qualidade de sua gestão e dificultando a integração, via meio eletrônico, de todo ambiente portuário com vistas a permitir a troca de informações.

Nesse contexto, o projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, permitindo a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações da Secretaria de Portos de interesse das Autoridades Portuárias.

O projeto está em andamento. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), contratado para desenvolvimento dos sistemas, tem realizado as análises de requisitos e desenvolvimento do sistema.

As implantações estão previstas para 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

- **Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Porto Sem Papel tem a finalidade de desenvolver sistemas inteligentes que permitam a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária, por meio de uma janela única; a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que irá processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

Embora a meta do PPA 2012-2015 seja implantar o sistema Porto sem Papel em 35 portos, no final de 2011, a Secretaria de Portos conseguiu antecipar implantação do sistema em três portos: Santos, Rio de Janeiro e Vitória. Para 2012, a meta era a implantação do sistema em mais 23 portos, no entanto ,a meta foi superada e o sistema foi implantado em 26 portos. Para 2013 espera-se a conclusão do projeto com implantação nos 6 portos restantes.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	0	28/11/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	0	28/11/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	4	28/11/2012
Vetor Logístico Leste	7	unidade	7	28/11/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	3	28/11/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8	unidade	8	28/11/2012
Vetor Logístico Sul	7	unidade	7	28/11/2012

- **Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos**

Análise Situacional da Meta

No Brasil os acessos terrestres aos portos públicos são predominantemente rodoviários, com participação em 58% do total. Quando se analisa as cargas manufaturadas, aquelas de alto valor agregado, a participação da rodovia é acentuada, com 86% do total, conforme citado no diagnóstico do Plano Nacional de Logística Portuária. Isso se reflete no cenário recorrente de extensas filas de caminhões aguardando para acessar os portos do país.

As ferrovias, por meio de 14 operadoras, atendem apenas 17 portos públicos e movimentam um volume equivalente a 25% da matriz de carga. Mudanças na matriz de transporte exigem altos investimentos a médio e longo prazo. Contudo, com a melhoria dos processos, apoiados por um modelo avançado de gestão e de tecnologias integradas, poderá se produzir maior eficiência na cadeia logística portuária. A indisponibilidade de informações oportunas e confiáveis impede a circulação eficiente das cargas pelos portos e retarda o crescimento do comércio nacional e internacional do Brasil.

Nesse cenário desenvolveu-se o projeto de Cadeia Logística Inteligente, parte de um conjunto de ações de Inteligência Logística Portuária contempladas em uma modelagem conceitual única e integrada, compondo a sustentação do esforço da SEP para a modernização da gestão portuária nacional.

O projeto contempla o desenvolvimento e a implantação de um sistema nos portos com as seguintes finalidades:

- Coletar e prover informações antecipadas à comunidade portuária, facilitando a programação dos recursos para agilizar as operações;
- Possibilitar monitoramento e análise de risco das cargas, atendendo às normas e padrões internacionais de segurança;
- Ordenar o acesso terrestre de veículos aos portos e terminais de carga, melhorando a relação Porto x Cidade;
- Fornecer dados, indicadores e informações gerenciais e estatísticas tempestivas;
- Gerar uma base de conhecimento para a gestão pública na logística de cargas de exportação, importação e cabotagem;
- Disponibilizar indicadores e estatísticas relativas a gestão da cadeia logística e sua segurança .

Em 2012 foi assinado o contrato com o SERPRO para desenvolvimento do sistema e assinado um termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudos logísticos. O sistema já começou a ser desenvolvido e os levantamentos dos equipamentos foram realizados para os portos de Santos e Vitória.

Para 2013 prevê-se a implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

A implantação nos demais portos está prevista para 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 5 portos, dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA 445/2011, consolidando, assim o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) e iniciando os procedimentos para licenciamento operacional dos portos que não o possuem. Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias. No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de universidades e com o diagnóstico da situação de 22 portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos. Na questão de saúde, deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos. No campo legal e institucional, ocorreu a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto. O projeto de revitalização de Santos que vem sendo realizado de forma integrada, entre porto, município e outros órgãos, catalisou a demanda por intervenções semelhantes em outros portos e cidades. Em Santos, a mitigação de impactos da infraestrutura portuária evolui para a questão dos acessos como a definição conjunta de traçados e empreendimentos e a utilização dos cursos d' água/hidrovias como acessos ao porto. Nos próximos anos, espera-se uma maior incorporação da consciência de gestão sustentável nos portos brasileiros por meio do aprofundamento dessas ações e disseminação para os portos ainda não atingidos.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional**

Análise Situacional da Meta

Nesta meta apoiou-se na reformulação da Resolução 344, tendo-se atuado no Grupo de Trabalho interministerial formado para elaborar a nova resolução CONAMA 454, publicada em 8/11/2012, que passou a tratar do tema relativo ao licenciamento ambiental portuário. Nela alcançou-se a meta de adequação e ajustes ao licenciamento de dragagem

de sedimentos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Estes dispositivos de controle são vinculados ao Plano Brasileiro de Prevenção a Epidemia de Influenza, coordenado pelo Ministério da Defesa. Consiste na aquisição de autoclaves e equipamentos de vídeo conferência que possam ser usados em situações de crise. Em anos anteriores foram adquiridas 22 autoclaves (equipamentos para esterilização de resíduos sólidos), sendo que foram finalizadas as instalações em 2 portos (Belém - 2 equipamentos e Fortaleza - 1), cujos equipamentos estão prontos para operação e, por isso, refletidos na meta. Em 2012, buscou-se atuar junto às Companhias Docas a fim de que fossem realizadas as obras civis a seu encargo para que os equipamentos possam ser instalados e se tornem operacionais. Em 2013, pretende-se reavaliar a possibilidade e a necessidade de instalação de autoclaves nos portos que não foram contemplados na primeira fase; reforçar a gestão para que as companhias finalizem as obras civis que restam nos portos que já receberam os equipamentos (Salvador - 1 autoclave, Vitória - 2, Rio de Janeiro - 2, Santos - 6, Recife - 3, Paranaguá - 2, São Francisco do Sul - 1 e Rio Grande - 2) e estabelecer os procedimentos e regulamentações para operação desses equipamentos. Quanto às salas de situação, foram instaladas, até 2012, os equipamentos nos portos de Vila do Conde, Belém, Fortaleza, Natal, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos, ficando pendentes os dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, que serão finalizados em 2013. Em 2013 também será avaliada a possibilidade de instalação das salas nos portos delegados, já que na primeira fase apenas as Companhias. Docas foram contempladas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	30/01/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6	unidade	1	30/01/2013
Vetor Logístico Sul	4	unidade	0	30/01/2013

- **Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

A partir da edição da Portaria Interministerial SEP/MMA 425/2011, de 26 de outubro de 2011, a meta da SEP consiste em apoiar, durante dois anos a partir da edição da portaria, a regularização ambiental de 10 portos vinculados às Companhias Docas, a saber: CODERN - Natal, Areia Branca e Maceió; CODEBA - Salvador, Aratu e Ilhéus; CODESA - Vitória; CDRJ - Rio de Janeiro e Itaguaí e CODESP - Santos. Portanto, até outubro de 2013, a SEP deverá elaborar os estudos para regularização ambiental dos Portos acima mencionados. Em 2012, foram finalizados os estudos para regularização dos Portos de Natal, Vitória, Aratu, Ilhéus e Santos e, em 2013, serão elaborados para os demais.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

28/11/2012

- **Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

A execução do Programa de Conformidade do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes líquidos nos portos marítimos brasileiros contempla um horizonte de 3 anos, iniciando em agosto de 2011, e com término para dezembro de 2014. Durante a primeira fase do programa, serão elaborados os manuais de boas práticas para gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos para cada um dos 22 portos selecionados. A primeira fase se encerra em fevereiro de 2013. Em 2012 foram identificados os procedimentos que os portos públicos adotam e já foram propostos novos procedimentos, que serão incorporados no Plano Geral de Resíduos Sólidos (PGRS) para cada um dos 22 portos. Em 2013, além da finalização do manual de boas práticas, previsto na primeira fase, serão elaborados projetos básicos para a realização das obras e ações indicadas para cada porto no manual de boas práticas segunda fase.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/01/2013

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, em 2012, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e os 15 Planos Mestres (Master Plans), que são Planos Diretores Estratégicos dos principais portos públicos nacionais. O PNLP contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão e a definição do planejamento estratégico, com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazo.

Para que o PNLP passe por um processo sistemático de implementação, acompanhamento e manutenção que viabilize a sua perenização e institucionalização do processo de planejamento estratégico do setor portuário nacional, foi firmada, no início de 2012, uma nova cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este novo instrumento contempla, além da atualização e monitoramento do planejamento portuário, a elaboração de Planos Mestres para os demais portos públicos nacionais.

Com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, além das ações em curso iniciadas em 2011, a SEP/PR estabeleceu em 2012, com o Ministério dos Transportes, através de Portaria Interministerial, o Programa “Pró Cabotagem”, com a finalidade de propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

Com o novo marco institucional, a MP nº 595/2012, busca-se o fortalecimento institucional da Secretaria de Portos – SEP/PR, responsável pela formulação de políticas públicas e elaboração de diretrizes para o fomento do setor, assim como pela execução de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura portuária.

As atuais Autoridades Portuárias também terão suas atividades revistas, como foco nas atribuições de Administração do Porto, de forma profissional e com atuação baseada em Planos de Desenvolvimento estruturados, com metas e indicadores de desempenho.

Cumulativamente às funções de Administração Portuária, as funções de Autoridade Portuária serão mantidas, objetivando a harmonização da atuação das diversas autoridades de fiscalização e controle no Porto. As Administrações Portuárias continuarão a receber o suporte dos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP, que a partir de agora passam a atuar de

forma consultiva.

Ainda como suporte para as funções de Autoridade Portuária, as Administrações Portuárias contarão com a Comissão Nacional de Autoridades nos Portos – CONAPORTOS e, no âmbito local, das Comissões Locais de Autoridades nos Portos – CLAP. Dessas comissões partem diretrizes federais que passam a nortear de forma transparente e quotidiana o desempenho da atuação dos diversos agentes de fiscalização nos portos Brasileiros.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi iniciado um projeto com o Banco Mundial,ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE CABOTAGEM NO BRASIL, que atualmente está em fase licitatória. A previsão de término do estudo é dezembro de 2013.

  Houve alteração na condução dos trabalhos para a promoção da cabotagem, resultando em uma mudança de estratégia, que levou à alteração da meta, reduzindo o número de estudos de 11 para 3:

  1. Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, em parceria com o Banco Mundial.
  2. Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura.
  3. Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil, em parceria com a UFSC.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  Com a edição da MP 595/2012, a elaboração dos PDZs passou a ser de responsabilidade da SEP

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Mestres – Master Plans dos principais portos públicos nacionais.

  O PNLP contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão e a definição do planejamento estratégico com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazo.

  No inicio de 2012, uma nova cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi realizada. Ela contempla, além da atualização e monitoramento do planejamento portuário, a elaboração de Planos Mestres para os demais portos públicos nacionais. Até o final de 2013 está prevista a entrega de cinco novos Planos Diretores Estratégicos, bem como a atualização de três dos quinze Master Plans dos portos públicos, de importância estratégica nacional.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

28/11/2012

- **Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)**

  Análise Situacional da Meta

  O PIC avançou em 2012 por meio da publicação da Portaria Interministerial SEP/MT, criando o Grupo de Trabalho para o Programa de Desenvolvimento da cabotagem, Procabotagem. (Portaria Interministerial MTE-SEP/PR nº 1, de 13 de novembro de 2012). O prazo para a apresentação do relatório é de 18 meses.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/12/2012

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

A meta com maior avanço deste objetivo foi a implantação de um novo porto organizado marítimo, o novo porto de Manaus, que teve seus estudos técnicos enviados à ANTAQ para a elaboração de edital de licitação. Em relação às outorgas, em decorrência do novo marco regulatório do setor portuário, a SEP, juntamente com a Casa Civil, os Ministérios da Fazenda e Planejamento, a EPL e o BNDES, está trabalhando em um Grupo de Trabalho Interministerial para definir as novas regras. A adequação das instalações portuárias do Terminal Marítimo de Pecém ainda não foi iniciada. O Porto de Águas Profundas no Espírito Santo está em fase de estudo, para definição do local onde será construído. A conclusão do estudo está prevista para o segundo trimestre de 2013. O EVTE está previsto para começar no segundo semestre de 2013.

Metas 2012-2015

- **Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)**

  Análise Situacional da Meta

  A SEP/PR aguarda receber do Porto de Pecém projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto.

- **Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  Com base nos estudos de viabilidade técnica, financeira e ambiental a serem realizados, a SEP implantará 2 novos portos organizados marítimos (Águas Profundas/ES e Porto Sul/BA) até 2015, além de licitar mais 2 portos existentes, um com contrato de concessão vencido (Imbituba/SC), além do Porto de Manaus.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  Minuta de Portaria está em análise pela SEP/PR.

- **Implantar 1 novo porto organizado marítimo**

  Análise Situacional da Meta

  O Porto de Luiz Correia, no Estado do Piauí, está em execução no âmbito de empreendimentos do PAC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Após discussão com o Tribunal de Contas da União - TCU, foi possível construir novo modelo de estudo de viabilidade econômica para instalação de portos secos, o qual já está sendo testado em processos licitatórios em Pernambuco e na Bahia. Após a realização desses certames licitatórios, haverá a edição de nova normativa de Modelo Padrão de Estudo de Viabilidade Econômica.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar do atingimento da meta já em 2012, o Governo Brasileiro avalia a possibilidade de novo modelo para implantação de Portos Secos, que deixariam de ser qualificados como serviço público e passariam a ser tratados como simples atividade econômica regulamentada. No novo regime não haveria, em princípio, processo licitatório e, por conseguinte, seria eliminada a necessidade de estudo de viabilidade econômica.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Elaborar 2 estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos portos organizados**

  Análise Situacional da Meta

  No decorrer do exercício de 2012, a discussão sobre Zonas de Apoio Logístico Portuários – ZALPs foi incorporada ao debate dos acessos terrestres e hidroviários ao portos, haja vista a relação de dependência entre os dois assuntos. Em dezembro, o Governo Federal, ao anunciar uma série de medidas para o setor portuário, incluiu a questão dos acessos portuários e pátios de regularização de tráfego e ZALPs no rol de investimentos a serem priorizados.

  Com a finalidade de padronizar a expressão a ser utilizada para tratar do assunto, a SEP/PR optou por nomeá-la como Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALPs). Essas áreas abrangem, em sua forma mais simples, os pátios de regularização de tráfego, e, em sua forma mais complexa, as ZALPs. Nesse contexto, a SEP/PR, para executar os investimentos anunciados, elaborará estudos para a implantação de 17 AALPs próximas aos principais portos públicos brasileiros. Essa meta, portanto, será modificada para se adequar às novas diretrizes do Governo Federal.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar a Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)**

  Análise Situacional da Meta

  Com a finalidade de padronizar a expressão a ser utilizada para tratar do assunto, a SEP/PR optou por nomeá-la como

Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs. Essas áreas abrangem, em sua forma mais simples, os pátios de regularização de tráfego, e, em sua forma mais complexa, as ZALPs. Nesse contexto, a SEP/PR, para executar os investimentos anunciados, findo os estudos para a implantação para cada uma das AALPs previstas, implantará 17 AALPs próximas aos principais portos públicos brasileiros. Por conta disso, será proposta a alteração desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20,956	31/12/2012	20,956
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2010	22
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2012	29.895
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2012	154.518

Observações:

Malha hidroviária navegável comercialmente - Em 2012, por meio do Plano Nacional de Integração Hidroviária - PNIH -, a Antaq estabeleceu novo valor de referência para esse indicador.

Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto - A apuração final desse indicador será no segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento do transporte hidroviário é fundamental para tornar a matriz de transporte de cargas do País mais eficiente economicamente, reduzindo a participação do modo rodoviário no transporte de longa distância de cargas de baixo valor agregado. Dessa maneira, para garantir a migração de cargas para o modo hidroviário, é necessário garantir as condições de navegabilidade dos principais corredores, com a eliminação de pontos críticos e a execução de obras de dragagem e sinalização durante todo o ano.

Em 2012, em continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, foram executadas ações pontuais para garantir a navegabilidade em mais de seis mil km das hidrovias federais, com destaque para os empreendimentos constantes da carteira do PAC. Foram realizadas obras de adequação e melhoramentos específicos nos corredores das hidrovias do Madeira, Amazonas, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná, Paraguai e Mercosul, com destaque para dragagem pontual no rio Taquari e no tramo norte do rio Paraguai, bem como sinalização em trechos do rio Paraná.

Para o ano de 2013 estão previstas a dragagem da Lagoa Mirim, na hidrovia do Mercosul, a dragagem do Rio São Francisco no trecho baiano de Ibotirama até Juazeiro (Limoeiro – km 1.233; Meleiro – km 1.205; Leoba – km 1.247) e a dragagem do Rio Madeira (Pombal – km 930; Abelhas – km 925; Uruá Grande – km 364).

Metas 2012-2015

- **Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias**

  Análise Situacional da Meta

  A existência de pontos críticos, tais como pedrais, bancos de areia e travessões nos cursos d'água, impede ou restringe a navegação durante todo o ano ou em determinados períodos. A meta de eliminar pontos críticos consiste, portanto, em realizar intervenções nos locais ou pontos específicos onde, frequentemente, há restrições à navegação das embarcações de maior dimensão, de modo a aproveitar melhor o potencial de navegação das hidrovias brasileiras.

Um dos mais importantes empreendimentos constante nessa meta é o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no km 360 do rio Tocantins. Durante 2012, o DNIT, em parceria com a iniciativa privada, analisou estudos sobre a melhor solução para essa intervenção com vistas a viabilizar a navegação da hidrovia para embarcações de maior porte, auxiliando assim o desenvolvimento do polo siderúrgico de Marabá/PA. Para 2013, a expectativa é que esse empreendimento retorne à carteira do PAC e que a licitação para obra seja concluída.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/12/2012

- **Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram executadas ações pontuais para garantir a navegabilidade em mais de 6.000 km das hidrovias federais. Além disso, os empreendimentos de adequação de navegabilidade das principais hidrovias do país constantes da carteira do PAC evoluíram, conforme disposto abaixo:

Hidrovia do Tietê-Paraná – empreendimento executado em parceria com o governo do Estado de São Paulo, composto por diversas intervenções em instalações fluviais, como a construção e melhorias em eclusas e barragens, bem como intervenções de melhoria de navegabilidade, como a ampliação de vãos de pontes e canais. As intervenções relativas à construção e melhorias de eclusas em barragens se encontram em fase preparatória, ao contrário das intervenções de ampliação de vãos de pontes e canais que se encontram em execução, com destaque para a conclusão da ampliação do vão da ponte da SP-333 e da proteção dos pilares da ponte da SP-255.

Hidrovia do Paraná - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e sinalizações localizadas. Em 2012, foi realizada inspeção do balizamento flutuante e manutenção dos faroletes de margem do reservatório de Usina Hidrelétrica (UHE) de Ilha Solteira, manutenção e conservação do balizamento fixo e flutuante do reservatório UHE de Itaipu, manutenção e conservação do balizamento e flutuante da ponte Ayrton Senna, manutenção do balizamento fixo e flutuante existentes no rio Paraná e seus afluentes

Hidrovia do Mercosul – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e sinalizações localizadas na Lagoa Mirim e no Rio Taquari. O Estudo de Viabilidade Técnico, Econômica e Ambiental (EVTEA) para as obras de adequação do corredor já foi licitado e os projetos básicos das intervenções específicas finalizadas. Para 2013, espera-se a conclusão do EVTEA, o término da dragagem no Rio Taquari e o início da intervenção na Lagoa Mirim.

Hidrovia do Madeira – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e dragagens pontuais de manutenção. Em 2012, foi concluída a licitação para execução de serviços de Dragagem de Manutenção (desassoreamento) de calado operacional do rio Madeira, e levantamento topo-batimétrico ao longo de 1.092 km, no trecho compreendido entre Porto Velho (RO) e a sua foz no Rio Amazonas (AM), a fim de possibilitar a passagem das embarcações na faixa do canal de navegação;

Hidrovia do Amazonas - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção no trecho entre Manaus e Itacoatiara. Em 2012, foi contratada a empresa especializada em fornecimento de tubos e conexões em Polietileno (PEAD) para compor o parqueamento de dragagem na hidrovia no lado Ocidental. A expectativa é que a obra seja licitada até meados de 2013;

Hidrovia do Tapajós – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo o corredor e sinalização específica ao longo de 290 quilômetros, entre Miritituba e Santarém. A expectativa para 2013 é licitar o EVTEA das obras de adequação do corredor e finalizar o projeto executivo para a sinalização localizada, de modo a licitar essa intervenção até o segundo semestre.

Hidrovia do Paraguai - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo o corredor, além de dragagem de manutenção nos trechos onde se localiza o Passo do Jacaré e de Cáceres até Barra Norte da Ilha do Taimã. Devido a uma decisão judicial que proíbe estudos e obras relacionadas a recursos hídricos até a edição de Decreto Legislativo, conforme Art. 231 § 3º da Constituição Federal, os empreendimentos relativos a essa hidrovia encontram-se paralisados.

Hidrovia do Rio São Francisco – empreendimento composto por sinalização e dragagem em todo corredor, além de dragagens específicas em Meleiro, Limoeiro e outros pontos críticos, localizados entre Ibotirama/BA e Barra/BA. Durante 2013, o Estudo de Viabilidade Técnico Econômica (EVTE) da dragagem do corredor será concluído e a expectativa é que a terceira campanha da dragagem específica seja concluída.

Quantidade alcançada

3.258

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	4.534	km	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	500	km	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608	km	1.115	31/12/2012
Vetor Logístico Leste	455,7	km	455,7	31/10/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,3	km	915,3	31/12/2012
Vetor Logístico Sul	772	km	772	31/10/2012

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento dos eixos hidroviários brasileiros que se relacionam com outros países da América do Sul é um dos objetivos da integração da infraestrutura sulamericana, consubstanciada na carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Além de acordos bilaterais, nesse objetivo encontram-se estudos específicos, tais como o da transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Rio Paraná, e estudos relacionados à integração hidroviária sul-americana, como o das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai. Em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari, abrangendo 5 eclusas e os portos de Santa Vitoria do Palmar (Lagoa Mirim), Pelotas (canal de São Gonçalo), Rio Grande (rio Guaiba), Porto Alegre (Lagoa dos Patos) e Cachoeira do Sul (rio Jacuí). Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação.

No que diz respeito a estudos de integração hidroviária, o Brasil desenvolverá estudos da futura hidrovia Uruguai-Brasil e da transposição por eclusas da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai no Rio Paraná.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana**

  Análise Situacional da Meta

  Os dois estudos constantes nessa meta são o de adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai e o da transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Espera-se o início de ambos os estudos para 2014.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  04/01/2013

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na região Norte do Brasil existe grande concentração de rios e uma rede rodoviária reduzida, fazendo com que o transporte hidroviário seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário de passageiros nessa região tem prestado relevante serviço para as comunidades locais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, emprego, lazer e abastecimento. Além disso, a referida atividade tem impacto significativo na economia local, incluindo a pesca, o turismo e os produtos da floresta. A melhoria da navegação e da infraestrutura hidroviária aumentará, portanto, a acessibilidade e mobilidade dessas comunidades ribeirinhas, além de melhorar a qualidade do serviço prestado, garantindo maior conforto, confiabilidade e segurança, aumentando a interconexão entre os municípios da região.

Nesse sentido, para se atingir o objetivo de desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto na Região Norte, há que se desenvolver a rede de terminais fluviais (Instalações Públicas de Pequeno Porte) e adequar o Porto de Manaus para atender um volume ainda maior de navios cruzeiros durante a Copa do Mundo de 2014. Além disso, há que se desenvolver ações governamentais que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a modernização da navegação na Região Norte, com o objetivo de oferecer à população local condições adequadas de utilização do serviço público, sobretudo no que tange à segurança, ao conforto e à disponibilidade dos serviços prestados.

No que concerne à construção da rede de terminais fluviais, consta na carteira do Governo Federal a construção de cinquenta e duas instalações portuárias, que estão sendo executadas diretamente pelo DNIT ou indiretamente pelos estados ou municípios. Já a adequação do Porto de Manaus foi prejudicada por questões jurídicas relativas à delegação daquele porto ao estado e posterior arrendamento à iniciativa privada. Entretanto, no final de 2012, essas questões foram superadas e a expectativa é que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre de 2013. Por último, várias medidas que visam o desenvolvimento do setor foram tomadas ao longo de 2012, como a campanha televisiva sobre os direitos e deveres dos passageiros de embarcações e a divulgação do levantamento estatístico sobre o transporte de passageiros na Região Amazônica.

Metas 2012-2015

- **Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus**

  Análise Situacional da Meta

  Além de fazer parte da carteira do PAC, a “Adequação do Porto de Manaus” também faz parte do conjunto de empreendimentos do Governo Federal que visa tanto preparar as cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 para o evento quanto deixar um legado para a sociedade. Devido a pendências jurídicas superadas em 2012 (decorrentes da

rescisão do contrato de arrendamento), o início das obras foi adiado para 2013, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

14/08/2012

- **Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao desenvolvimento de estudos, a área de navegação interior coordenou o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará - UFPA cuja parceria tem por objetivo o desenvolvimento de Estudo para a Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, contendo uma análise detalhada das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM. O estudo foi concluído em dezembro de 2012 e servirá de apoio para a estruturação do plano constante desta meta.

- **Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A construção de terminais fluviais, – Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) -, concentrada nos municípios da Região Norte onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas.

Na carteira de empreendimentos do Governo Federal, consta a construção de cinquenta e duas instalações, sendo quarenta e duas no âmbito do PAC e dez fora do Programa. Dos quarenta e dois terminais do portfólio PAC, vinte e sete são no estado do Amazonas, catorze no Pará e um em Rondônia. Adicionalmente, no PAC, estão sendo desenvolvidos estudos e projetos para mais nove IP-4, que, no entanto, não fazem parte desta meta.

A execução dos terminais tem sido feita diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente, por meio de convênio com estados e municípios, sendo que em 2012 foram concluídos seis empreendimentos: Cai n´Água/RO, de Santa Isabel do Rio Negro/AM, Manicoré/AM, Caracaraí/RR, Augusto Corrêa/PA e Monte Alegre/PA e iniciadas as obras de construção nos municípios de Apuí/AM e Japurá/AM.

Cumpre destacar que em 2012 houve execução das obras nos terminais de Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga e Tapauá, todas em municípios do Estado do Amazonas.

Vale lembrar que de acordo com a MP 595/2012, a responsabilidade pela execução de intervenções em portos interiores passou do Ministério dos Transportes para a Secretaria de Portos.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	47	unidade	5	28/01/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	5	unidade	1	28/01/2013

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A meta de elevação da participação do modal hidroviário na matriz de transportes de 13% para 29% em 20 anos, estabelecida pelo Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT do Ministério dos Transportes, embora ambiciosa, está sendo perseguida pelo Governo Federal, por meio de medidas que buscam estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário.

No que diz respeito à estruturação do planejamento, da gestão e da operação do transporte hidroviário, além da importante mudança institucional estabelecida pela MP 595/2012, que reuniu na Secretaria de Portos a responsabilidade pelo planejamento e coordenação de todas as instalações portuárias, estão sendo desenvolvidos estudos estruturantes no âmbito do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da Secretaria de Portos (SEP). Além de estudos, esses órgãos estão também elaborando Planos Estratégicos, estabelecendo metas de resultados e treinando seus servidores.

Em relação ao fortalecimento da atividade de regulação e controle do transporte hidroviário, a ANTAQ aprovou em 2012 duas normas, quais sejam:

1- A Resolução nº 2.390, de 16/02/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte;
2- A Resolução nº 2.520, de 20/06/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de estação de transbordo de cargas;

Importante salientar que com a MP 595/2012, a ANTAQ passou a ser vinculada à SEP. Todas essas alterações visam aprimorar o trabalho conjunto dos órgãos envolvidos no modal hidroviário, complementando as iniciativas comuns, evitando a sobreposição de tarefas, e gerando para o setor mais agilidade e tempestividade para impulsionar o setor.

Metas 2012-2015

- **Definir classes de hidrovias**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano de Corredores Hidroviários, cujo desenvolvimento se dará ao longo do período do PPA 2012-2015, tem como objetivo melhorar o planejamento dos corredores hidroviários visando nova abordagem para realização dos serviços de manutenção hidroviária, além de identificar a necessidade de implantação/ampliação de terminais de carga. Para isso, diversos estudos serão desenvolvidos, dentre eles, estudos para a definição das classes das hidrovias atualmente utilizadas comercialmente e para aquelas que possuem potencial para tal finalidade.

- **Definir comboios tipo para os corredores hidroviários**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano de Corredores Hidroviários, cujo desenvolvimento se dará ao longo do período do PPA 2012-2015, tem como objetivo melhorar o planejamento dos corredores hidroviários visando nova abordagem para realização dos serviços de manutenção hidroviária, além de identificar a necessidade de implantação/ampliação de terminais de carga. Para isso, diversos estudos serão desenvolvidos, dentre eles, estudos para a definição do comboio tipo das hidrovias atualmente

utilizadas comercialmente e para aquelas que possuem potencial para tal finalidade.

- **Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PPA 2012-2015, os sete Planos que integram a meta estabelecida são:

1. Plano Hidroviário Estratégico – PHE;
2. Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres;
3. Plano Geral de Outorgas de Transporte Hidroviário de Passageiros e Cargas;
4. Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros;
5. Plano Nacional de Fomento à Cabotagem;
6. Plano Nacional de Fomento ao Transporte Aquaviário;
7. Plano de Corredores Hidroviários.

Em 2012, o Plano Nacional de Integração Hidroviária - PNIH avançou para a realização de estudos e simulações logísticas sobre o transporte de cargas nas principais e potenciais hidrovias brasileiras, como também para a identificação de possíveis áreas para novas instalações portuárias.

Foi constituída e implantada uma base de dados georreferenciada, agregando informações próprias da ANTAQ e de outras instituições públicas e privadas. Foi desenvolvida uma ferramenta GIS (Geographic Information System) SIGTAQ - viabilizada pelo estabelecimento de um Termo de Cooperação firmado entre a ANTAQ e o Laboratório de Transportes da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC).

Aderente ao planejamento plurianual dos órgãos envolvidos na execução desta meta, os outros estudos serão realizados ao longo do período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

01/10/2012

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação da Medida Provisória 595/2012, a Secretaria de Portos - SEP passou a deter a responsabilidade por todo o planejamento e a coordenação da carteira dos portos e instalações portuárias independentemente de onde eles estejam localizados, o que dará novo dinamismo ao desenvolvimento da rede de instalações portuárias.

Outro relevante avanço em direção a esse objetivo foi a conclusão do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, importante estudo para subsidiar o Plano Geral de Outorgas. Esse estudo, que será ser divulgado no primeiro semestre de 2013, mapeou as hidrovias brasileiras existentes ou potencialmente utilizáveis e as melhores áreas para a construção de instalações portuárias, sejam elas Porto Organizado, Terminais de Uso Privativo, Estação de Transbordo de Cargas ou

Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte.

Além das alterações institucionais do setor aquaviário e da conclusão do PNIH, durante o ano de 2012, a ANTAQ concluiu a análise de 6 (seis) propostas de arrendamentos portuários localizados nos portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Itajaí, Suape e Vitória. Foram, ainda, outorgadas 5 (cinco) autorizações para construção e exploração de Terminais de Uso Privativo, nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná e 2 (duas) autorizações para construção e exploração de Estações de Transbordo de Cargas, ambas no Estado do Pará. As autorizações e arrendamentos implicarão em investimentos, públicos e privados, no montante na ordem de R$ 56 bilhões.

Metas 2012-2015

- **Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas**

  Análise Situacional da Meta

  O empreendimento de adequação do atual Porto de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composto pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A expectativa é concluir o projeto executivo das obras durante o ano de 2013 e concluí-las em 2014. Por sua vez, a aquisição de equipamentos é prevista para estar concluída ainda em 2013. Também estão previstas intervenções de melhoramentos no Terminal de Cargas de Humaitá/AM, atualmente em fase de estudos.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  01/10/2012

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.trens.km)	31/12/2010	15	30/11/2012	12
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2012	28.692
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2012	5.544
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2012	946
Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	2	31/12/2010	2
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	30/11/2012	8,64
Produto médio anual do transporte ferroviário	R$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2012	35,44
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	31/12/2011	100
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	30/11/2012	275
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	30/11/2012	34
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	30/11/2012	421
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2010	2.484.930
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2012	627.026
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	30/11/2012	15,63

Observações:

Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros - A apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Produto médio anual do transporte ferroviário - A nova apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Total de carga geral transportada - Houve alteração no conceito de Carga Geral. O conceito inicial considerava todas as mercadorias transportadas, exceto minério de ferro. O novo conceito de carga geral passou a excluir também granéis agrícolas e líquidos (combustíveis).

Total de movimentação de passageiros por ferrovias - A apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Investimentos em Logística em Ferrovias com o objetivo de expandir e aumentar a capacidade da malha ferroviária por meio de concessões à iniciativa privada. Neste ano foram concluídos 33

km de adequação da malha ferroviária existente e 894 km de malha nova nas ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Ferronorte.

Metas 2012-2015

- **Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

O grande desafio está na contratação internacional para a compra de trilhos, cujo processo licitatório encontra-se em fase de ajuste por determinação dos órgãos de controle.

Quantidade alcançada

894

Data de Referência

15/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	855	km	211	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941	km	458	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022	km	0	23/10/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728	km	225	21/12/2012

- **Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a VALEC concluiu o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - do trecho Barcarena/PA a Açailândia/MA e do trecho Estrela d'Oeste/SP a Panorama/SP e iniciou o processo de licitação para a contratação do EVTEA dos segmentos Panorama/SP a Chapecó/SC e de Chapecó/SC a Rio Grande/RS. Com isso, serão concluídos até 2013 os estudos para a ligação ferroviária Norte Sul com 4.575,6 km de extensão, de um extremo ao outro do país, o que vai configurar uma verdadeira espinha dorsal do transporte ferroviário nacional.

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A construção de conexões e acessos prevista na malha ferroviária visa a eliminar pontos de comprometimento do fluxo de trens em áreas urbanas e a reduzir o risco de acidentes, aumentando o nível de serviço da ferrovia, sua capacidade de transporte e sua velocidade média operacional. Encontra-se em fase de análise a contratação de estudos de viabilidade para a possível incorporação dos trechos não operacionais da Ferrovia Transnordestina. O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Ferrovias, que irá construir e modernizar 10 mil quilômetros de ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado otimizado e velocidade elevada.

Metas 2012-2015

- **Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente**

Análise Situacional da Meta

Os estudos para a construção de 434 km de conexões e acessos ferroviários estão em fase preliminar. Para os dois grupos de conexões, estes estudos estão sendo realizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária**

Análise Situacional da Meta

Os estudos e projetos das conexões e acessos ferroviários estão em ações preparatórias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística de Ferrovias. Entre as medidas está a criação de uma carteira para acessos terrestres a portos, que envolve a adequação e melhoria de trechos ferroviários.

Construção da Variante Camaçari/BA ao Porto de Aratu:

O novo trecho de linha férrea, que ligará o pólo petroquímico de Camaçari ao Porto de Aratu, diminuirá o tempo da viagem de 67 para 19 minutos. A obra desviará a linha férrea, que hoje passa dentro de Camaçari, para fora do ambiente urbano, encurtando o trajeto em 15 quilômetros. Eliminado o conflito da linha férrea com o tráfego urbano, os trens poderão trafegar com maior velocidade e menor interferência ferrovia x cidade.

Metas 2012-2015

- **Construir 18 km de acessos a portos**

  Análise Situacional da Meta

  Construção da Variante Camaçari/BA ao Porto de Aratu - a obra se encontra em fase de contratação de empresa responsável pela gestão ambiental, após período de revisão do projeto. Foi necessário rescindir o contrato de supervisão de projeto, com previsão de retomada das obras em agosto/2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  21/12/2012

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES - contratou um estudo junto à Empresa Brasileira de Engenharia e Infraestrutura – EBEI para verificar a viabilidade de se construir o Corredor Ferroviário Bioceânico ligando os Portos de Paranaguá, no Brasil, e Antofagasta, no Chile.

Metas 2012-2015

- **Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico**

  Análise Situacional da Meta

  Estudo concluído e entregue pelo BNDES.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  21/12/2012

- **Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Uma vez que à época da elaboração do PPA o estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico não havia sido finalizado, foram inseridos na meta possíveis trechos e ramais até a fronteira com o Paraguai, no caso a EF-277 – Cascavel/PR a Foz do Iguaçu/PR (150 km), que permitiriam a integração ferroviária regional.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

21/12/2012

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Trem de Alta Velocidade (TAV) é um serviço de transporte ferroviário de passageiros que irá ligar as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O TAV representa um novo marco tecnológico para o País ao inaugurar um sistema de transporte que irá oferecer aos passageiros, a preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens.

O projeto, que terá investimentos de R$ 35,6 bilhões (base 2008), entre planejamento executivo e obras de infraestrutura, sistemas e trens, vai reduzir a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que compõem o eixo destas cidades.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é o órgão responsável pelo processo de licitação para a concessão da exploração do serviço à iniciativa privada. O edital de licitação com as regras do processo foi publicado no dia 13 de dezembro de 2012 pela ANTT e a primeira fase do leilão está prevista para setembro de 2013.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade**

Análise Situacional da Meta

A ANTT publicou o Edital de Concessão para Exploração de Serviço Público do Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligará o Rio de Janeiro a SP e Campinas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Para o objetivo em questão, foram identificados os seguintes trechos ferroviários:

Ramal na EF-151 – Rio Tocantins a Imperatriz/MA com 40,0 km;

Ramal na EF-151 – Araguaína/TO a Xinguara/PA com 200,0 km;

Ramal na EF-151 – Barro Alto/GO a Uruaçu/GO com 50,0 km;

Ramal na EF-334 – Brumado/BA a Salinas/MG com 200,0 km;

Ramal na Região de Influência da Nova Transnordestina com 75,0 km.

Os empreendimentos em curso estão na EF-151:

1 - Tramo Central: Palmas/TO – Uruaçu/GO (575,0 km), concluída a colocação dos 211,0 km restantes de grade em 2012;

2 - Tramo Sul: Uruaçu/GO – Anápolis/GO (280,0 km), concluído o túnel de Anápolis e a colocação de grade em 2012.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos para a implantação de 565 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs**

  Análise Situacional da Meta

  Estudos não inciados.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  21/12/2012

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A meta é construir os seguintes contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara/SP, Adequação de Barra Mansa/RJ, Contorno de Joinville/SC, Contorno de São Francisco do Sul/SC, Contorno de São Félix/BA, Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR, Contorno de Três Lagoas/MS, Contorno de Divinópolis/MG, Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes/SP, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Paverama/RS.

Em 2012, concluiram-se as obras de Rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá/PR.

Em 2012, destacam-se ainda a execução física de 82% do Contorno Ferroviário e Pátio de Tutóia no município de Araraquara/SP; 35% da Adequação Ferroviária e do Pátio Anísio Braz no município de Barra Mansa/RJ; 64% da construção do Contorno Ferroviário no município de Três Lagoas/MS; e 60% da adequação Ferroviária no município de Paverama/RS, com previsão de conclusão em 2013.

A construção do Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC encontra-se com 40% da execução física e previsão da conclusão para 2015.

Metas 2012-2015

- **11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias**

  Análise Situacional da Meta

  Foram concluídos os seguintes projetos dos contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara/SP, Adequação de Barra Mansa/RJ, Contorno de São Francisco do Sul/SC (em revisão com possibilidade de ajuste), Contorno de Joinville/SC (em revisão com possibilidade de ajuste), Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR, Contorno de Três Lagoas/MS, Contorno de Divinópolis/MG. Estão em fase de elaboração de projeto: Contorno de São Félix/BA, Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes/SP, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Paverama/RS.

  Quantidade alcançada

  7

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Construir 7 contornos ferroviários**

  Análise Situacional da Meta

  Os seguintes contornos ferroviárias estão em construção:

  1- Viaduto sobre a Linha Férrea no Município de São Carlos/SP;

  2- Passagem Superior na Linha Férrea no Município de Paranaguá/PR;

3- Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia no Município de Araraquara/SP (35,5 km): executados 31 km em 2012;

4- Passagem Inferior na Linha Férrea em Paverama/RS;

5- Contorno Ferroviário no Município de Três Lagoas /MS (10 km).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano**

Análise Situacional da Meta

As seguintes obras de adequação ferroviária estão em andamento:

1- Adequação de Barra Mansa/RJ;

2- Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR (concluída em 2012).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados. Até outubro de 2012, o valor investido nos 28.979 km de ferrovias em operação no Brasil foi de aproximadamente R$ 3,4 bilhões, aplicados em serviços de manutenção e aquisição de novo material rodante (vagões e locomotivas). Em 15 de agosto de 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias. O programa prevê investimentos de R$ 133 bilhões e irá contribuir para o desenvolvimento de um sistema de transporte adequado, moderno e eficiente no País. Atualmente estão sendo executadas obras de melhoria como expansão, modernização, duplicação e construção de novas vias em cerca de 1.500 km de ferrovias concedidas.

Metas 2012-2015

- **Adequar 150 km de trechos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

A Adequação da Estrada de Ferro dos Carajás – EFC, nos estados do Pará e Maranhão (Projeto de expansão da EFC), está em execução após a obtenção da licença de instalação (LI) concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 19 de novembro de 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O novo modelo de concessão trará ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio do transporte ferroviário e redução de tarifas.

A Valec comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia, fará a oferta pública, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A ANTT publicou três resoluções para as concessões ferroviárias com o intuito de aumentar a concorrência do modal, melhorar o nível de serviço prestado e aumentar os número de usuários, quais sejam:

1 - Resolução 3.694/11 – Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas;

2 - Resolução 3.695/11 – Regulamento das Operações de Tráfego Mútuo e Direito de Passagem;

3 - Resolução 3.696/11 – Regulamento para Pactuar Metas de Produção por Trecho e Metas de Segurança.

Metas 2012-2015

- **Construção de 2 integrações intermodal e intramodal**

  Análise Situacional da Meta

  A meta é de construção de duas integrações intermodal e intramodal na Ferrovia Norte Sul, os quais ainda não foram executados:

  1 - Integração Intermodal de Uruaçu/GO;

  2 - Integração Intermodal de Palmas/TO.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar novo modelo de concessão ferroviária**

  Análise Situacional da Meta

  A discussão acerca do modelo ideal de concessão ferroviária a ser implantado no Brasil está em andamento, assim como a forma de se viabilizar a democratização do transporte e a redução do frete, elemento essencial à execução do Programa de Investimento em Logística (PIL).

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e a manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados. Até outubro de 2012, esse valor foi de aproximadamente R$ 3,4 bilhões, investidos nos 28.979 km de ferrovias em operação no Brasil nos setores de manutenção e aquisição de novos materiais rodantes (vagões e locomotivas).

Atualmente, cerca de 1.500 km de trechos ferroviários, onde há transporte ferroviário por meio de concessão, estão executando obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais**

  Análise Situacional da Meta

  A manutenção permanente prevista nas ferrovias federais:

  1 - Manutenção na EF-151 – Ferrovia Norte Sul – Palmas/TO a Anápolis/GO (855 km);

  2 - Manutenção na EF-151 – Ferrovia Norte Sul – Anápolis/GO a Estrela D'Oeste/SP (681 km).

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743/2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), reformulado pelo Decreto 7.789 (15/08/2012) para incorporar em sua composição representantes da iniciativa privada.Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL vai atuar como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor.

Sob demanda, e mediante contratação, a EPL irá planejar e estruturar projetos a serem executados pelos respectivos órgãos de cada setor e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Existem dois estudos em execução, os quais são liderados pela EPL: Pesquisa de Origem e Destino e Contratação de Empresa de Desenvolvimento de Soluções Inovadoras de Engenharia. Além disso, está em andamento a contratação da DERSA para elaboração dos projetos do ferroanel de São Paulo. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL passam a subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério dos Transportes, no âmbito da política traçada para o setor.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT - do Ministério dos Transportes tem o Projeto de Execução de Serviço de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados.

  O projeto tem por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados: DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC.

  A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

  1 - Diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;

2 - Aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;

3 - Aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;

4 - Aumento de dados produzidos.

Os estudos serão desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, ora em fase de contratação, com início previsto em 2013.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

Está em andamento a contratação de empresa de desenvolvimento de soluções inovadoras de engenharia para desenvolvimento e transferência de tecnologia, que abrangerá desde áreas de planejamento logístico automatizado, até ações mitigatórias contra fraudes e sonegação fiscal. Além de se alinhar às iniciativas do governo brasileiro para garantir a independência tecnológica do país, e com a colaboração futura da contratada, permitirá à EPL o controle operacional das novas tecnologias de automação na gestão de transportes, conferindo-lhe a capacidade de prestação de serviços e conhecimento acerca do fluxo de veículos e cargas. Além disso, oferecerá dados em tempo real e permitirá o desenho inteligente de soluções que atendam às reais necessidades do país, assistindo o governo e empresas na melhoria da prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2012	50,05
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2012	1,36
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2012	0,19
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2012	3
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2012	1
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2012	193,12
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2012	86,98
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2012	26,4
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2012	10,73
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2012	3,73
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2012	8,62
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2012	124
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2012	134
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2012	48
Tarifa aérea média nominal	R$	31/12/2009	315,43	30/09/2012	273,32
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2012	72,95
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2012	1.439,13
Yield tarifa aérea nominal	R$	31/12/2009	0,4677	30/09/2012	0,346

Observações:

Tarifa aérea média nominal - Aguarda-se o indicador final de 2012 - base dezembro/2012 - no segundo semestre de 2013

Yield tarifa aérea nominal - Aguarda-se o indicador final de 2012 - base dezembro/2012 - no segundo semestre de 2013

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Análise Situacional do Objetivo

O Governo colocou em prática várias medidas para expandir a capacidade dos principais aeroportos do país, investindo nos aeroportos públicos gerenciados pela Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), e, também, atraindo investidores privados com experiência na área de gestão aeroportuária para o gerenciamento de aeroportos por meio de concessões. Acerca da concessão da infraestrutura aeroportuária no Brasil, já foram concedidos os aeroportos de: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Viracopos - Campinas (SP) e São Gonçalo do Amarante (RN); os leilões aconteceram no dia 6 de fevereiro de 2012, e o período de transição da administração entre a Infraero e a nova administradora terminou em 14 de novembro para Viracopos, 15 de novembro para Guarulhos e 1º de dezembro para o aeroporto de Brasília. No aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), as obras para a construção do Terminal de Passageiros estão em andamento e adiantadas de acordo com o cronograma previsto pela concessionária para a fase I da concessão. Apesar de o contrato estipular janeiro de 2015 como data final para conclusão da fase I, a concessionária planeja finalizar as obras dessa fase em maio de 2014. Até dezembro de 2012, foram investidos R$ 17,8 milhões.

Devido à relevância do setor aeroportuário nacional e a sua expansão, o Governo Federal necessitou estabelecer alguns critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo quais aeroportos ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. Para sanar essa necessidade, a Secretaria de Aviação Civil – SAC/PR trabalhou durante o ano de 2012 na elaboração do Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária, a ser aprovado por meio de Portaria. Ao longo do 1º semestre de 2012, a SAC/PR realizou diversas análises acerca da matéria. Contudo, no decorrer do desenvolvimento, verificou-se que seria fundamental a regulamentação da modalidade de exploração denominada "Autorização", prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA. No segundo semestre de 2012, a SAC propôs essa regulamentação, que resultou na edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, cujo teor, dentre outras questões, define o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA. Esses serviços caracterizam a aviação geral brasileira, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país.

Para aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil, de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros até 2015, a Infraero está ampliando seus investimentos e modernizando sua rede de aeroportos. A capacidade de processamento de passageiros no exercício de 2012 foi de 247.400.000; dos quais, 24.472.000 referem-se à Região Sul; 109.027.500 à Região Sudeste; 28.539.500 à Região Norte; 62.114.500 à Região Nordeste e 23.246.500 à Região Centro-Oeste. A movimentação efetiva de passageiros da rede Infraero (que agrega embarques, desembarques e conexões), para o ano de 2012, foi de 193.119.365. Para atendimento dessa meta de capacidade, a Infraero está ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos aeroportos administrados por ela em todo o Brasil. Algumas das principais intervenções são: ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus (AM); reforma e adequação do TPS de Salvador (BA); construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia (GO); reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins (MG); reforma do TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão (RJ); ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba (PR) e reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre (RS).

Quanto à capacidade de processamento de cargas da rede Infraero para o ano de 2012, a capacidade foi de 1.529.265 toneladas, das quais, 100.080 referem-se à Região Sul; 1.053.983 à Região Sudeste; 186.592,0 à Região Norte; 144.114 à Região Nordeste e 44.496 à Região Centro-Oeste. Houve significativos incrementos nos processos operacionais, que resultaram em aumentos de escala, indicando que, com a mesma área, foi possível processar maior tonelagem de carga. Contribuíram para este desempenho, dentre outros: o Programa de Eficiência Logística, a verticalização das áreas de armazenagem, a automação e sistematização dos processos, a melhoria dos processos de liberação junto a clientes e a especialização das equipes de trabalho. Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R$ 140 milhões. Efetivamente, no exercício de 2012, foram movimentadas 1.007.638 toneladas de carga, inclusive nos aeroportos concedidos.

Com o objetivo de adequar a capacidade, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor, estão sendo realizadas intervenções em sete aeroportos brasileiros: Brasília, Viracopos, Confins, Fortaleza, Guarulhos, Porto Alegre e Galeão. No aeroporto de Brasília, foi finalizada a etapa, sob a responsabilidade da Infraero, da obra de reforma do corpo central do Terminal de Passageiros. Em Campinas, o aeroporto de Viracopos investiu em desapropriações de áreas para ampliação. Em Fortaleza, as obras para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros estão sendo monitoradas para que o prazo final possa ser cumprido. A obra de terraplanagem do Terminal de Passageiros 3, do Aeroporto de Guarulhos, a cargo da Infraero, foi concluída. Os projetos para ampliação e reforma do Terminal de Passageiros 1 e do pátio de aeronaves do aeroporto de Porto Alegre encontram-se em execução e grande parte das desapropriações de áreas para ampliação da pista de pouso e decolagem foram efetuadas. As obras no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, estão em andamento e parte já foi concluída. O aeroporto de São Gonçalo do Amarante está programado para finalizar as obras em novembro de 2013. As obras do aeroporto de Curitiba foram concluídas em janeiro de 2013.

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da federação, no primeiro semestre de 2012, foi dado andamento aos 18 (dezoito) convênios do PROFAA celebrados em 2011, com vigência nos exercícios de 2012 e 2013. O montante total de investimentos corresponde a R$ 106,5 milhões, em melhoramento, reforma, expansão e construção de aeroportos em todo país. Todos os convênios foram celebrados com a presença de cláusulas condicionantes referentes à apresentação dos respectivos projetos básicos aprovados ou não. No segundo semestre, a SAC-PR aprovou o Plano de Investimentos do PROFAA de 2012, por meio da Portaria Normativa nº 139/SAC-PR, de 21 de novembro de 2012. Nele foram previstos investimentos em infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual na ordem de R$ 308,5 milhões, sendo R$ 236,4 milhões destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, distribuídos em 20 localidades de 13 Estados da Federação; e R$ 72,1 milhões destinados à aquisição de 48 carros contra incêndio em aeródromos, distribuídos em 15 estados do país. Os convênios necessários para a descentralização dos recursos foram celebrados em 2012, correspondendo a R$ 216,4 milhões, sendo 9 convênios destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, o que corresponde a R$ 157,1 milhões; e 13 destinados à aquisição de 39 carros contra incêndio em aeródromos, que corresponde a R$ 59,3 milhões. Em dezembro de 2012, o Governo Federal anunciou o Programa de Investimentos em Logística - Aeroportos, nele foram selecionados 270 aeroportos regionais que receberão cerca de R$ 7,3 bilhões, ao longo dos próximos anos, em um modelo que envolverá a parceria com estados, municípios e iniciativa privada. Inicialmente estão previstos investimentos em 67 aeroportos no Norte; 65 no Sudeste; 64 no Nordeste; 43 no Sul; e 31 no Centro-Oeste.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC**

  Análise Situacional da Meta

  A capacidade de processamento de passageiros da rede Infraero para o exercício de 2012 é de 247.400.000, dos quais 24.472.000 refere-se à Região Sul, 109.027.500 à Região Sudeste, 28.539.500 à Região Norte, 62.114.500 à Região Nordeste e 23.246.500 à Região Centro-Oeste.

  A movimentação de passageiros da rede Infraero, incluindo os aeroportos concedidos, que agrega embarques, desembarques e conexões, para o exercício de 2012, foi de 193.119.365.

  Para atendimento da meta a Infraero está ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos aeroportos administrados.

  Por Região, destacamos as principais obras de infraestrutura e contratação de serviços em andamento, para garantir a ampliação, modernização e melhoria dos serviços prestados.

  . Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões/ano;

. Região Nordeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 8,6 milhões/ano; Reforma e adequação do TPS de Salvador, ampliando sua capacidade para 10,2 milhões/ano;
. Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 8,6 milhões/ano;
. Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 17,4 milhões/ano; Reforma dos TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão, ampliando a capacidade para 44 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 9,7 milhões/ano;
. Região Sul: Ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 14,6 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,8 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Foz do Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9 milhões/ano;

Quantidade alcançada

247.400.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40.166.680	unidade	23.246.500	25/01/2013
Região Nordeste	51.575.690	unidade	62.114.500	25/01/2013
Região Norte	19.221.206	unidade	28.539.500	25/01/2013
Região Sudeste	158.208.606	unidade	109.027.500	25/01/2013
Região Sul	35.827.818	unidade	24.472.000	25/01/2013

- **Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas**

Análise Situacional da Meta

A capacidade para processamento de cargas da rede Infraero para o exercício de 2012 é de 1.529.265 toneladas, das quais 100.080 refere-se à Região Sul, 1.053.983 à Região Sudeste, 186.592 à Região Norte, 144.114 à Região Nordeste e 44.496 à Região Centro-Oeste. Efetivamente o total de cargas movimentadas no exercício de 2012, incluindo os aeroportos concedidos, foi de 1.007.638 toneladas.

Houve significativos incrementos nos processos operacionais, que resultaram em aumentos de escala, indicando que, com a mesma área, foi possível processar maior tonelagem de carga. Contribuíram para este desempenho, dentre outros:

1) O Programa de Eficiência Logística, que destaca e premia as organizações que melhor gerenciaram sua cadeia logística, com eficiência e rapidez na retirada de cargas dos Terminais da Infraero, estimulando o aumento da velocidade no processamento e a otimização do espaço disponível para o recebimento de novas cargas;

2) A verticalização das áreas de armazenagem, com a aquisição e instalação de novos equipamentos para os Terminais, tais como, transelevadores, prateleiras do tipo cantilever, e estantes, que elevaram a capacidade de armazenagem dos Terminais de Carga;

3) A automação e sistematização dos processos, com destaque para a integração dos sistemas Tecaplus e Siscomex (da Receita Federal) para a entrega (baixa) de cargas importadas liberadas, atendendo a todos os terminais de logística de carga da rede; e a implantação do inventário automatizado para agilizar a localização, atualização do endereçamento e armazenamento das cargas, com a utilização de coletores de dados integrados ao Sistema Tecaplus. Obtiveram como resultado a diminuição no tempo de localização e entrega de cargas, gerando um significativo aumento do fluxo de processamento e da capacidade de armazenamento dos Terminais de Carga;

4) A melhoria dos processos de liberação junto a clientes, parceiros, Receita Federal, ANVISA e demais órgãos anuentes e a revisão dos fluxos internos de trânsito/processamento das cargas dentro dos Terminais de Carga; e

5) A especialização das equipes de trabalho que, com capacitação, treinamento e atualização têm, cada vez mais, aplicado boas práticas de gestão dos processos nos Terminais de Carga.

Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R$ 140 milhões. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos implementados, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais da Infraero.

Quantidade alcançada

1.529.265

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39.000	TON	44.496	25/01/2013
Região Nordeste	164.000	TON	144.114	25/01/2013
Região Norte	393.000	TON	186.592	25/01/2013
Região Sudeste	1.621.000	TON	1.053.983	25/01/2013
Região Sul	183.000	TON	100.080	25/01/2013

- **Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil – SPR trabalhou durante o ano de 2012 na elaboração do Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária, que ao ser aprovado, por meio de portaria, terá por objetivo o estabelecimento de critérios gerais e diretrizes de política pública voltados para melhor utilização dos modelos de exploração de aeródromos civis públicos, previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA. Sobre esse aspecto, cumpre destacar que o processo de seleção e adoção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público existente no país deve ser pautado por critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública, considerando, para tanto, as características técnicas e operacionais da infraestrutura aeroportuária, bem como os diversos aspectos econômicos, sociais e geográficos da região atendida.

  Além disso, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos relativos à elaboração do Plano Geral de Outorgas, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República propôs a regulamentação de dispositivo do CBA que trata do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização.

  Essa ação teve por consequência a edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que estabelece o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA. Esses serviços caracterizam a aviação geral, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país, que tem crescido anualmente a uma taxa média de 6%, buscando garantir transporte flexível para todo o território, aumentar a mobilidade da população e promover a integração nacional.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130 e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil e com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Em 31/12/2012 esses números eram de 124 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e 789 rotas servidas por transporte aéreo regular. Os motivos para a redução no número de operações são diversos, contudo, dois pontos podem ser ressaltados: a otimização da malha para

evitar possíveis prejuízos por parte das empresas aéreas concessionárias e; e a maior concentração do mercado devido as aquisições realizadas no ano de 2012.

Durante o 1º semestre de 2012 foi elaborada metodologia para a eleição de municípios com potencial para receber transporte aéreo regular de passageiros. Tal metodologia tem como objetivo direcionar investimentos para a adequação das infraestruturas aeroportuárias de interesse para a aviação regional. Em dezembro de 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística, que para aeroportos prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional por meio de investimentos no valor de R$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos.

Quanto aos mecanismos de financiamento de aeronaves, realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, e este disponibilizou o Fundo Garantidor, regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19 de outubro de 2010. Devido ao fato de empresas considerarem que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves, estas informações foram divulgadas aos possíveis interessados.

Paralelamente, em 2012, foram promovidas discussões no âmbito do governo com o objetivo de revisar a Resolução ANAC nº 02/2006, que atualmente regula a alocação de horários de chegadas e partidas de aeronaves em linhas aéreas domésticas de transporte regular de passageiros no país. As reuniões realizadas nesse período visaram estabelecer diretrizes que promovessem uma significativa redução das barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos que apresentem ou que venham a apresentar restrição de oferta de infraestrutura aeroportuária, propiciando, assim, um aumento do potencial de competição do setor aéreo e da qualidade dos serviços prestados aos passageiros. As discussões resultaram no anúncio do Programa de Investimento em Logística - Aeroportos, feito pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. Esse programa trouxe diretrizes para a revisão do arcabouço regulatório para slots (horários de chegadas e partidas) em aeroportos que já operam no limite da capacidade, bem como trouxe o compromisso de realização de audiência pública sobre a matéria, tendo sido a primeira audiência realizada em março de 2013.

Ainda em 2012, promoveu-se a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos - ASAs, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países. Iniciativas, como a participação do Brasil na Conferência para Negociação de Serviços Aéreos (ICAN 2012), evento promovido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), que teve por objetivo reunir representantes de vários países para negociação dos respectivos ASAs, agilizaram a agenda de negociações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a um custo reduzido.

Dentre os Acordos negociados em 2012, menciona-se:

1) Brasil/Albânia (fevereiro, Rio de Janeiro), visando ao alinhamento com o atual marco regulatório brasileiro, novo acordo;

2) Brasil/ Burkina Faso (abril, Rio de Janeiro): rubricou-se Acordo de Serviços Aéreos, novo acordo;

3) Brasil/Equador (abril, Rio de Janeiro): rubrica do modelo brasileiro para um novo ASA;

4) Brasil/Peru (junho, Rio de Janeiro): atualização de entendimentos com o Peru de modo a alinhar o ASA com o marco regulatório nacional;

5) Brasil/Uruguai (novembro, Brasília): atualização de ASA alinhado à Política Nacional de Aviação Civil do Brasil;

6) Brasil/Guatemala (novembro, Brasília): rubricou-se ASA alinhado às diretrizes da Política Nacional de Aviação Civil do Brasil, novo acordo;

7) Brasil/Azerbaijão (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): conclusão de acordo, que inclui liberdade tarifária e tráfego acessório em 5ª liberdade, novo acordo;

8) Brasil/Jordânia (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): atualização do acordo vigente;

9) Brasil/Suíça, (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): adoção de novo acordo com base no modelo brasileiro, reunião de consulta;

10) Brasil/Nova Zelândia, (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): rubricado acordo com base no modelo brasileiro;

11) Brasil/Serra Leoa (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): reunião de consulta, novo acordo;

12) Brasil/Arábia Saudita (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): reunião de consulta, novo acordo.

Ainda, durante o ano de 2012, foram alocadas 116 frequências internacionais (voos semanais permitidos), com destaque

para os seguintes mercados:

Alemanha – 3 frequências

Bolívia – 7 frequências

Chile – 14 frequências

Estados Unidos - 43 frequências

França – 2 frequências

Guiana Francesa (Acordo com a França) – 5 frequências

Peru – 7 frequências

República Dominicana - 14 frequências

Uruguai - 14 frequências

Venezuela - 7 frequências

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

  Análise Situacional da Meta

  O número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas fechou o ano de 2012 em 789 rotas. Espera-se um aumento desse número para os próximos anos devido ao lançamento, em 2012, do Programa de Investimentos em Logística - Aeroportos que prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional. Assim, espera-se que a meta seja atingida até 2015.

  Quantidade alcançada

  789

  Data de Referência

  25/01/2013

- **Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

  Análise Situacional da Meta

  Ao final do ano de 2012, o Brasil possui 124 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Em dezembro de 2012, o governo lançou o Programa de Investimentos em aeroportos que prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional. Espera-se que a meta seja atingida até 2015 com os investimentos e concessões anunciadas.

  Quantidade alcançada

  124

  Data de Referência

  25/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	15	25/01/2013
Região Nordeste	28	unidade	19	25/01/2013
Região Norte	46	unidade	35	25/01/2013
Região Sudeste	30	unidade	31	25/01/2013
Região Sul	27	unidade	24	25/01/2013

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Análise Situacional do Objetivo

A Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC é responsável por garantir a segurança do transporte aéreo, a qual pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita

(security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a Agência elabora anualmente o Plano Anual de Controle de Qualidade - PACQ. Neste plano constam ações que buscam assegurar o atendimento aos requisitos de segurança contra atos de interferência ilícita presentes nos regulamentos dos provedores de serviços. Essas ações são: testes, auditorias, análises e inspeções. Testes constituem simulação de ato de interferência ilícita para verificação da eficiência e da eficácia das medidas de segurança existentes. Auditorias são verificações do cumprimento continuado dos provedores em relação aos regulamentos da ANAC. Análises consistem na avaliação das operações aéreas e aeroportuárias para identificar suas vulnerabilidades frente aos atos de interferência ilícita e determinar medidas de segurança adicionais ou aperfeiçoadas a serem aplicadas. Inspeções de controle de qualidade são avaliações de um ou mais aspectos das medidas de segurança das organizações envolvidas nas atividades de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e de seus procedimentos para determinar o cumprimento das normas e sua eficiência e eficácia. No ano de 2012, foram realizadas 558 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, crescimento expressivo comparado ao ano de 2010, no qual foram realizados 162.

No que se refere a safety, a ANAC dispõe de dois importantes documentos, que almejam assegurar o atendimento dos requisitos dos regulamentos: o PVC - Plano de Vigilância Continuada e o PTA - Plano de Trabalho Anual. O PVC, além de enumerar quais serão as atividades de fiscalização e inspeção de segurança operacional a serem executadas pela Agência, determina os procedimentos a serem adotados e a periodicidade. Já o PTA define quais serão as atividades de fiscalização e inspeção da segurança operacional a serem desenvolvidas no ano.

Cabe também ressaltar a realização do Programa de Fiscalização Continuada, o qual consiste em um plano anual, dividido em três ciclos de fiscalização, que contemplam diversos aeroportos do Brasil. As equipes de fiscalização realizam vistorias nas empresas aéreas com relação à prestação do serviço de transporte aéreo aos passageiros. Essas visitas são repetidas nos mesmos aeroportos, dentro do ciclo, para que as equipes possam verificar se as irregularidades verificadas em inspeções anteriores foram corrigidas. Esta sistemática tem gerado resultados interessantes e mudanças de comportamento nos entes regulados, que percebem a ação do estado e se veem na obrigação de sempre cumprir com as normas. Eventuais punições são encaminhadas não somente ao setor jurídico das empresas aéreas, mas uma cópia é encaminhada à base que deu causa à punição, para que ela possa adequar sua operação. Este procedimento de comunicação se mostrou muito efetivo, pois se verificava que o fluxo de informações não fluía de forma adequada nas empresas aéreas, de forma que as punições impostas não geravam o efeito esperado pela ANAC.

Em adição às fiscalizações programadas, a ANAC realiza Operações Especiais, que consistem em um esforço concentrado das equipes de fiscalização em aeroportos estratégicos definidos através de estudos de incremento de passageiros e de impactos na infraestrutura do aeroporto. As Operações Especiais destinam-se a reforçar a atuação da fiscalização e a prestar informação aos passageiros sobre as normas, seus direitos e seus deveres.

Em termos quantitativos, a Agência Nacional de Aviação Civil fiscalizou, no ano de 2012, 19.827 itens relativos à segurança operacional, à infraestrutura aeroportuária, à regulação econômica e à aeronavegabilidade. O previsto para todo o ano são 16.400 itens, o que revela aderência adequada ao planejado.

Além das ações de fiscalização, a ANAC realiza, pelo segundo ano consecutivo, a Ação Nacional de Aviação Civil, evento itinerante, realizado em diversas capitais do país, que tem como objetivo disseminar informações e conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo e aumentar a proximidade da ANAC com seus principais públicos (pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves,

representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária e entidades do setor). O projeto também é uma oportunidade para a Agência conhecer os desafios enfrentados pelas comunidades de aviação civil. As informações coletadas durante o evento subsidiam a formulação de estratégias de fiscalização e regulação da ANAC, em consonância com as necessidades da sociedade.

Todo esse conjunto de atividades contribui para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingindo 0,21 no ano de 2012, ficando abaixo da média mundial, que, segundo metodologia da ANAC, teve índice de 0,46 em 2011.

Metas 2012-2015

- **Elevar em 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010**

  Análise Situacional da Meta

  Para que fosse alcançado o aumento de 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010, seriam necessárias 306 fiscalizações, pois no ano de 2010 foram realizados 162. No ano de 2012, foram realizados 558 procedimentos, excedendo a expectativa da meta inicial.

  Quantidade alcançada

  244,4

  Data de Referência

  25/01/2013

- **Reduzir em 50% até 2015, com referência ao ano de 2007, o índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens**

  Análise Situacional da Meta

  O índice anual de acidentes aeronáuticos em 2007 era de 1,48. A Agência envidou esforços para o estabelecimento de um padrão de segurança operacional elevado em empresas aéreas de transporte regular de passageiros, atingindo, no ano de 2012, o valor de 0,21, com atendimento superior ao proposto na meta. Tal desempenho deve-se ao aumento do número médio de decolagens no período compreendido entre 2006 à 2011 de 69,4%, superior a previsão de crescimento do mercado, além da redução do número de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares nos últimos cinco anos.

  Quantidade alcançada

  85,8

  Data de Referência

  25/01/2013

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de concepção pela SAC-PR, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados ao controle e ao gerenciamento do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil. O planejamento e a gestão do transporte aéreo demandam orientações e definições estratégicas por parte de seu ente regulador. No âmbito da ANAC, tais definições estão intrinsecamente relacionadas aos direcionamentos espaciais - de onde se situar fisicamente -, operacionais e gerenciais de suas atividades, sobremaneira as de cunho finalístico, a exemplo das ações de segurança operacional, e aquelas associadas à qualidade da oferta do serviço de transporte aéreo para a sociedade.

Nesse contexto extremamente complexo de atuação e buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional, foi que a ANAC, ao longo do ano de 2012, desenvolveu o Estudo de Regionalização ANAC, obtendo como um de seus produtos o supracitado modelo.

Nesse estudo, por meio de modelagem e simulação de interações com as superintendências finalísticas e de discussões no âmbito estratégico da Agência, foi elaborado o modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC, que poderá atender o perfil de demanda por atividades predominantemente (fiscalização, certificação e regulação) da Agência e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

Por fim, cabe observar que, para os próximos anos, está sendo avaliada a realização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, para viabilizar os estudos que estejam mais aderentes ao planejamento estratégico da ANAC e ao PPA 2012-2015.

Quanto ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria, no ano de 2012, a ANAC emitiu as seguintes regulamentações:

a) Resoluções:

a1) CE/SC n° 25 - 005 Condição Especial Aplicável às Manobras de Rolamento / Special Condition for Rolling Maneuvering;

a2) Condição especial CE/SC 25-006 - Aprova condição especial para o avião EMB-145, aplicável ao uso de grandes painéis não tradicionais e não metálicos integrados à estrutura dos assentos de passageiros;

a3) Condição especial CE/SC 23-010 - Aprova condição especial para o avião EMB-505, aplicável ao sistema de bolsa de ar (airbag) instalado em cintos de segurança de ombro em assentos de múltipla ocupação orientados transversalmente.

b) Instruções Suplementares, por portaria:

b1) IS 137.201-001A - Uso de etanol em aeronaves agrícolas. Portaria ANAC nº 1.257, de 21/6/2012.

b2) IS 21-013A - Instruções para obtenção de aprovação de instalação de equipamentos GNSS (Global Navigation Satellite Systems) stand alone para operações VFR e IFR PBN (Performance-Based Navigation).

b3) IS 21-002A - Emissão de Certificado de Autorização de Voo Experimental para veículos aéreos não tripulados.

Quanto à meta de formar 1.900 profissionais da aviação civil, durante o ano de 2012, foram capacitadas 391 pessoas no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica e está se buscando acelerar a execução da meta por meio da flexibilização do processo de fomento ao pessoal da aviação civil, com alternativas para a concessão de bolsas, como o credenciamento de escolas de aviação civil e parcerias com institutos de ensino.

Quanto à meta de revisar o marco legal do setor de aviação civil, a SAC/PR deu início à revisão do Decreto nº 5.731/2006, que dispõe sobre a instalação e a estrutura organizacional da ANAC e aprova o seu regulamento, com vistas a adequar o normativo à criação da SAC/PR e às competências a ela atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Outra iniciativa da Secretaria foi de trabalhar na regulamentação do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, sugerindo que seja regulamentado o disposto no art. 36, inciso IV, da Lei nº 7.565/1986.

Essa ação teve por consequência a edição e publicação do Decreto nº 7.871/2012, cujo teor, dentre outras questões, definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA, serviços estes que caracterizam a aviação geral.

Adicionalmente, a MP nº 551, que altera dispositivos das Leis nº 7.920/1989, nº 9.825/1999, nº 8.399/1992, nº 6.009/1973, nº 5.862/1972, nº 12.462/2011, foi convertida na Lei nº 12.648/2012, que trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão e a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias.

Com o fito de desonerar a folha de salários das empresas de transporte aéreo de passageiros regular, de transporte aéreo de carga e de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos, a SAC/PR contribuiu para a edição da MP nº 563/2012, convertida na Lei nº 12.715/2012.

projetos de investimento na área de infraestrutura considerados prioritários no setor de aviação civil e a forma de acompanhamento e implantação dos projetos. Também com vistas a incentivar os investimentos no setor, editou-se a Portaria nº 93/2012, que estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura nos sistemas aeroportuários e de proteção ao voo, instalados em aeródromos públicos, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para ampliar a possibilidade de participação do capital estrangeiro nas empresas de transporte aéreo, não sofreu movimentação no primeiro semestre de 2012. No segundo semestre, por sua vez, a SAC/PR, junto à Subsecretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, acompanhou os debates ocorridos na Câmara dos Deputados com o objetivo de inserir o assunto na pauta para votação em Plenário. Embora tenha havido requerimentos para inclusão e votação imediata do referido Projeto de Lei, a matéria não foi apreciada, por acordo de líderes. Importante frisar que escapa à governabilidade da SAC/PR determinar o momento em que o Congresso Nacional irá apreciar o referido projeto normativo.

Concluiu-se os estudos para a revisão dos Decretos nº 76.590/1975, nº 98.996/1990 e nº 99.255/1990, que autorizaram o Comando da Aeronáutica a instituir os Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional - SITAR. Tais normativos encontram-se inadequados ao ordenamento jurídico atual e com eficácia reduzida em virtude das características do transporte aéreo nos dias de hoje.

Por fim, também foi realizado o estudo para a revisão do disposto no Decreto n. 3.564/2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho de Aviação Civil, tendo em vista a criação da SAC/PR e as competências atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo**

  Análise Situacional da Meta

  O planejamento e a gestão do transporte aéreo demandam orientações e definições estratégicas por parte de seu ente regulador, a ANAC. No âmbito desta Agência, tais definições estão intrinsecamente relacionadas aos direcionamentos espaciais – de onde se situar fisicamente -, operacionais e gerenciais de suas atividades, sobremaneira as de cunho finalísticos, a exemplo das ações de segurança operacional e aquelas associadas à qualidade da oferta do serviço de transporte aéreo para a sociedade.

  Dispor de tal modelo é essencial para que os atores do setor possam tomar decisões e operar de forma eficiente no mercado. Como exemplo dessa dinâmica, pode-se mencionar que, ao se planejar para estabelecer-se fisicamente próxima a uma unidade ANAC, uma empresa de manutenção de aeronaves tenderá a dispor de atendimento mais ágil a suas demandas, o que implicará economia de tempo e minimizará custos financeiros. No que tange à qualidade dos serviços aéreos, pode-se atestar que, estando a Agência situada onde deve estar, e operando adequadamente, é evidente que sua gestão será inquestionavelmente mais efetiva.

  Nesse contexto de atuação, e buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional, ao longo do ano de 2012, desenvolveu-se o Estudo de Regionalização ANAC, obtendo como um de seus produtos o supracitado modelo.

  Nesse estudo, por meio de modelagem e simulação, de interações com as superintendências finalísticas, e de discussões no âmbito estratégico da Agência, foi elaborado o modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC que poderá atender o perfil de demanda por atividades predominantemente finalísticas (fiscalização, certificação e regulação) da Agência, incorrendo no menor custo monetário possível, e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

  É importante mencionar que nenhum valor financeiro foi executado para o desenvolvimento desse estudo, haja vista que os recursos utilizados para sua realização foram os já disponíveis internamente, não havendo necessidade de

contratações externas.
Quantidade alcançada

1
Data de Referência

25/01/2013

- **Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de concepção o Plano de Ação da Secretaria de Aviação Civil, que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Considerando a recente criação da Secretaria de Aviação Civil, encontra-se em estágio final a definição de sua agenda e do seu escopo de atuação. De posse dessas atividades, serão elaborados os indicadores e metas, bem como o método de monitoramento das ações. Para tanto, será necessário um termo de cooperação com entidades de ensino federais para o desenvolvimento de sistemas de dados.

Este Plano deverá considerar, entre outros aspectos, o crescimento do setor aéreo; o nível da demanda por transporte aéreo; o aumento da frota de aeronaves; as necessidades dos aeroportos; os requisitos de qualidade de serviços; a segurança operacional; a segurança da aviação; a proteção ao meio ambiente; e novas tecnologias.

- **Formar 1.900 profissionais da aviação civil para obtenção de licença**

Análise Situacional da Meta

Foram formadas 391 pessoas no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáuticas.

Para a flexibilização do processo de fomento à formação de pessoal da aviação civil, a ANAC está estudando alternativas para a concessão de bolsas, como o credenciamento de escolas de aviação civil e as parcerias com institutos de ensino.
Quantidade alcançada

391
Data de Referência

24/01/2013

- **Revisar o marco legal do setor de aviação civil**

Análise Situacional da Meta

A SAC/PR deu início à revisão do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da ANAC e aprova o seu regulamento, com vistas a adequar o normativo à criação da SAC/PR e às competências a ela atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Outra iniciativa da Secretaria foi de trabalhar na regulamentação do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, sugerindo que seja regulamentado o disposto da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Essa ação resultou na edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, cujo teor definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 551 - que altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, foi convertida na Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, que trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão, e a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias.

Ressalte-se a elaboração da Portaria SAC-PR nº 18, de 23 de janeiro de 2012, que disciplina os requisitos mínimos para

a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura considerados prioritários no setor de aviação civil e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos. Também com vistas a incentivar os investimentos no setor, editou-se a Portaria nº 93, de 6 de julho de 2012, que estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura nos sistemas aeroportuários e de proteção ao voo, instalados em aeródromos públicos, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Os estudos para a revisão dos Decretos nº 76.590, de 11 de novembro de 1975, nº 98.996, de 2 de março de 1990 e nº 99.255, de 15 de maio de 1990, que autorizaram o Comando da Aeronáutica a instituir os Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional – SITAR, foram concluídos. Tais normativos encontram-se inadequados ao ordenamento jurídico atual e sua eficácia reduzida em virtude das características do transporte aéreo nos dias de hoje.

Por fim, também foi realizado o estudo para a revisão do disposto no Decreto no 3.564, de 17 de agosto de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho de Aviação Civil-CONAC, tendo em vista a criação da SAC/PR e as competências atribuídas pela Lei nº 12.462/2011. Essas iniciativas demonstram a constante atenção da SAC/PR no processo de revisão do marco legal do setor de aviação civil.

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere ao acompanhamento da implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo, a SAC tem acompanhado a implantação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC) e Londrina (PR).

Em relação à coordenação da formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Civil Brasileira, esta Secretaria está consolidando uma linha de ação para atuar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica no desenvolvimento conjunto.

Por fim, a SAC/PR está integrando o Subcomitê de Capacidade do CONAERO (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e metodologias para o aumento da capacidade das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária.

Metas 2012-2015

- **Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira encontra-se em fase de formulação, inicialmente, com a validação de uma metodologia preconizada pelos organismos internacionais da aviação civil que se adapte à realidade nacional. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2012	1.970
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	30/06/2012	199
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	31/12/2012	16.188.957
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	31/01/2012	100.250.000
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2012	24.375
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2012	92.926
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2012	56.953,8
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2012	14.728
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2012	66,27
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	31/12/2012	76
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	31/01/2012	38
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	31/01/2012	25
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23	31/12/2012	58
Percentual de domícilios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	31/12/2012	40,01
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	30/04/2011	38	31/10/2012	90
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	30/11/2012	14,3
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	30/11/2012	47,8
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	30/11/2012	67,9
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2012	80,7
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	30/12/2012	6,121

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	31/01/2012	86
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	31/01/2012	45
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	30/12/2012	52,87
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2012	90
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2012	69,8

Observações:

Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - Alteração da fonte dos dados. Fonte atual: Secretaria de Telecomunicações/MC

Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - Alteração da fonte dos dados. Fonte atual: NIC.br

Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - Em 2012, a EBC possibilitou o acesso à 126.394.547 pessoas. O acesso à radiodifusão publica terrestre por meio da Televisão foi de 20,12% da população em 73 municípios e das Emissoras de Rádio foi de 63,26% da população distribuídos em 3.103 municípios. A Rede Nacional de Comunicação Pública é formada por mais de 47 geradoras e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.781 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal que abrigam 118,6 milhões de pessoas E está disponível para 15 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. A diferença em relação ao valor do anterior se deve a mudança de base.

Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: NIC.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: NIC.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - Alteração da fonte dos dados: a atual é a Anatel.

Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - Alteração da fonte. Fonte atual: Telebrasil/ Sinditelebrasil

Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: SCE/MC

Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - O valor indicado usa o preço médio dos acessos à Internet Banda Larga de R$ 83,51 (dados Anatel, dezembro de 2012) dividido pela renda média mensal no Brasil, de R$ 1.345 (dados IBGE/PNAD, de 2011). O valor anterior havia sido retirado de um estudo do IPEA que não tem uma série histórica e não é passível de acompanhamento.

Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - Dados relativos ao Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, que suporta a conexão à internet em banda larga fixa. Foi analisada a divisão dos acessos por município por prestadora e foram contabilizados aqueles em que uma prestadora detém mais de 90% dos acessos.

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a Empresa Brasil de Comunicação - EBC consolidou a nova estratégia definida para a Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por mais de 47 geradoras e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.781 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal, abrigando 118,6 milhões de pessoas (61% da população brasileira). Também está disponível para 15 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. Iniciou, ainda em 2012, a formação de uma Rede Pública de Rádio, por intermédio de parcerias com nove emissoras públicas da Região Amazônica.

O novo modelo de produção, empacotamento e distribuição de rádio, televisão e web foi responsável pela difusão de

mais de 140 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos, de cidadania e recreação para contribuir com a formação crítica das pessoas.

A rede própria de radiodifusão foi ampliada e modernizada e hoje é composta por 18 emissoras de rádio consignadas (9 operadas diretamente e 9 por meio de parcerias com universidades e forças armadas), 7 geradoras de televisão analógica (4 operadas diretamente e 3 por meio de parcerias com universidades), 5 geradoras de televisão digital, todas operadas diretamente, e 10 retransmissoras de televisão, expandindo o alcance e melhorando a qualidade dos sinais de transmissão.

A EBC iniciou um programa para estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado para as atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, formalizando acordo de cooperação com o Ministério das Comunicações, para capacitação e desenvolvimento profissional dos radiodifusores comunitários, e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura - UNESCO, na criação da Escola Nacional de Comunicação Pública.

A empresa envidou esforços no aprimoramento da prestação de serviços de radiodifusão, comunicação e conexos, antes prestados pela extinta Radiobrás, para produção, empacotamento e distribuição em múltiplas plataformas de atos e matérias do Governo Federal, monitoramento e análise de mídia e distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal.

O ano de 2012 foi de avanços, tanto do ponto de vista da gestão estratégica e das relações institucionais, quanto no que diz respeito ao salto de qualidade técnica da produção, empacotamento e distribuição de conteúdos, da ampliação do alcance dos sinais de radiodifusão e da conquista de novas audiências. A grade foi revigorada com o lançamento de 27 novas séries de programas, e a TV Brasil passou a oferecer 18 horas diárias de legendagem oculta, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de três horas semanais, em média, de audiodescrição, recurso direcionado às pessoas com deficiência visual.

Em 2012, o jornalismo da EBC foi finalista em 30 premiações. No total, foram 15 prêmios, 14 em 1º lugar e um 2º lugar e, ainda, uma menção honrosa, em texto, rádio, web e televisão, com destaque para assuntos relacionados aos direitos humanos. Entre os mais importantes destacamos os prêmios Vladimir Herzog (rádio e teledocumentário) e Abdias Nascimento (teledocumentário).

O ano que passou foi fundamentalmente dedicado à organização das bases de sustentação da EBC como uma organização moderna e de ponta, à altura dos grandes desafios do projeto de construção da Rede Nacional de Comunicação Pública. Elaborou-se o Plano Estratégico da Empresa, que define objetivos, metas e caminhos para os próximos dez anos. Encontra-se em fase de conclusão proposta de nova arquitetura organizacional, mais adequada ao atual desenvolvimento tecnológico e mercadológico dos meios de comunicação de massa. Além disso, a estrutura da empresa está sendo preparada para absorver as atividades ainda executadas pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP), a quem a EBC deve suceder.

Em 2013 a estratégia estará voltada para a gestão da qualidade técnica relacionada à recepção do sinal, melhor posicionamento no alinhamento digital virtual e nos canais fechados, oferta de conteúdos de qualidade nas diversas plataformas, tudo isso com o objetivo de assegurar o acesso aos conteúdos de comunicação pública e conquistar a confiança e fidelidade das audiências.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional a, pelo menos, 80 países**

Análise Situacional da Meta

A EBC encerrou o ano de 2012 com operação em 67 países, com destaque para o início das operações no Japão, onde moram 210 mil brasileiros, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores. Assim, a empresa já está presente na Europa, Ásia, África, América do Sul, América do Norte e América Central.

A TV Brasil Internacional foi reestruturada para ampliar e aprimorar sua atuação e fortalecer o relacionamento institucional que permitirá avançar ainda mais no estabelecimento de novas parcerias em 2013, relacionadas a negociações já realizadas em 2012.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	80	unidade	67	31/12/2012

- **Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil**

Análise Situacional da Meta

A meta definida em 2011 refere-se à cobertura de sinal terrestre por meio de rede própria, de acordo com o Plano Básico de Outorgas. Nesse sentido, importa ressaltar que na linha de base o conceito utilizado de radiodifusão terrestre deveria considerar a cobertura de sinal de TV e de Rádio, no entanto, incluiu apenas a TV com geração e retransmissão própria.

A partir dessa constatação, está sendo realizada a correção dos indicadores de mensuração da meta regionalizada, fazendo-se a inclusão da cobertura das rádios da EBC, para que o PPA 2012/2015 possa refletir a regionalização da radiodifusão terrestre com a atuação da EBC de acordo com o Plano Básico de Outorgas do Ministério das Comunicações e ANATEL.
Em 2012, a EBC disponibilizou seu sinal a 126.394.547 pessoas, que representam 66,27% da população brasileira distribuída em 3.121 municípios (56 % dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção) – considerando-se a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre.

Os acréscimos dos indicadores de mensuração da meta regionalizada decorrem do ajuste conceitual da meta, com a inclusão da cobertura do sinal de rádio.

O acesso à radiodifusão publica terrestre por meio do alcance da Televisão foi de 20,12% da população brasileira (38,4 milhões de pessoas) distribuídas em 73 municípios (1,31% dos municípios brasileiros por meio de 04 geradoras analógicas, 05 geradoras digitais e 10 retransmissoras) e das Emissoras de Rádio foi de 63,26% da população brasileira (120,7 milhões de pessoas) distribuídas em 3.103 municípios (55,7% dos municípios brasileiros por meio de 07 emissoras de rádio e 02 retransmissoras).

Vale ressaltar que em 2012, a EBC redefiniu sua estratégia de distribuição para a TV Brasil por meio do fortalecimento da rede parceira, presente em 24 estados mais o Distrito Federal. O redirecionamento permitiu a ampliação da oferta do sinal da TV Brasil para 1.781 municípios que abrigam a população de 118,6 milhões de habitantes, de acordo com dados do IBGE. São 47 geradoras, 25 estaduais e 22 locais, além de 728 retransmissoras. Iniciou ainda em 2012, a formação de uma Rede Pública de Rádio, por intermédio de parcerias com nove emissoras públicas da Região Amazônica.

Quantidade alcançada

66,27

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	%	6,53	31/12/2012
Região Nordeste	11	%	10,38	31/12/2012
Região Norte	3	%	8,32	31/12/2012
Região Sudeste	26	%	39,52	31/12/2012
Região Sul	7	%	1,53	31/12/2012

- **Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país**

Análise Situacional da Meta

Uma nova estratégia de expansão da rede foi colocada em prática, priorizando as parceiras em detrimento da expansão da rede própria. Essa estratégia possibilitou a produção de conteúdos locais que alcançaram 30% dos conteúdos da TV Brasil. Com a mudança na programação, em 2012, além da Rede Minas/MG e TV Cultura/PA, foram incorporadas produções da TV Brasil Pantanal/MT, TVE/ES, TV Cultura/AM, TVE/BA, TV dos Trabalhadores - Mogi das Cruzes/SP, TV Rede Paulista - Jundiaí/SP e TVE/RS.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências**

Análise Situacional da Meta

A EBC ao concentrar suas metas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, priorizou o acesso a populações de regiões carentes da radiodifusão pública em ondas curtas (OC) e ondas tropicais (OT), onde a iniciativa privada não opera. Em 2012, ainda não foi possível ampliar o sinal em OC e OT, permanecendo a meta inalterada. Além disso, encontra-se em discussão no Brasil o padrão digital para o rádio, que poderá alterar o rumo dos investimentos da EBC nos próximos anos, o que contribui, também, para a redução da velocidade da expansão prevista na meta.

Quantidade alcançada

32,48

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	39,51	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	10,66	31/12/2012
Região Norte	100	%	99,23	31/12/2012

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere aos serviços de telecomunicações, pode-se destacar a expansão do serviço de acesso à Internet por via banda larga (tanto fixa quanto móvel). Segundo a União Internacional de Telecomunicações – UIT, por meio do relatório "Measuring the Information Society 2012", o Programa Nacional de Banda Larga foi o fator primordial para a aceleração recente da expansão do serviço no Brasil, tornando-o um dos três países que mais subiram no ranking da UIT entre 2010 e 2011. Segundo o mesmo relatório, o preço da banda larga fixa no Brasil caiu 46% de 2010 para 2011, uma das maiores quedas relativas verificadas pela instituição. Por fim, no quesito qualidade merece destaque a aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, que estabelecem critérios claros de qualidade do serviço de banda larga fixa e móvel, respectivamente.

Visando garantir a expansão dos Serviços de Comunicação Social Eletrônica, que englobam os Serviços de Radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, foram definidos planejamentos específicos por serviços para as novas concessões, autorizações e permissões, materializados na forma de Planos Nacionais de Outorgas (PNOs).

Em julho de 2011, o Ministério das Comunicações publicou os PNOs para emissoras de TV e rádios FM educativas - 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 avisos de habilitação para FMs educativas e outros 4 avisos de habilitação para TVs educativas. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por rádios FM educativas deve alcançar 884, enquanto as TVs educativas deverão chegar a 243 cidades.

Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, os interessados dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

No que se refere ao Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, que serve ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, foi publicado o PNO de RTV 2012, que estabeleceu um cronograma com 4 avisos de habilitação para retransmissoras de televisão em caráter primário, contemplando 91 localidades a serem atendidas com o serviço.

O Serviço de Radiodifusão Comunitária já foi objeto de dois PNOs. O primeiro, no ano de 2011, contemplou 431 municípios distribuídos por onze avisos de habilitação. O segundo, nos anos de 2012 e 2013, atende 1.425 cidades em 26 avisos. Ao fim de 2013, terão sido oportunizadas novas outorgas de radiodifusão comunitária em todos os municípios sem nenhuma outorga desse serviço e naqueles onde havia demanda reprimida registrada no Ministério das Comunicações em 2011.

É fundamental para a expansão dos serviços de telecomunicações o processo de outorga realizado pela Anatel. Em 2012, foram licenciadas 19,4 milhões de estações, associadas majoritariamente ao Serviço Móvel Pessoal - SMP e ao Serviço Móvel Especializado – SME. A evolução dos licenciamentos é bastante correlacionada com o crescimento do mercado de telefonia móvel, que depende de diversas variáveis, como crescimento do PIB, PIB per capita e penetração do serviço. Por conta disso, é natural que a conjuntura econômica do país produza impactos no crescimento do setor. Ademais, salienta-se que o mercado brasileiro tem sido marcado por intenso crescimento nos últimos anos, o que implica no atendimento gradual da demanda de telefonia móvel por parte da sociedade. A partir do momento que essa demanda é atendida, é natural que haja uma desaceleração nas taxas de crescimento, conforme ocorreu no exercício de 2012.

Além disso, cabe relembrar a ênfase da Agência quanto à qualidade da prestação do SMP. Tendo isso em vista, em meados de 2012, a Anatel desencadeou o processo de medidas cautelares que restringiram novas habilitações de algumas prestadoras de SMP em todas as Unidades da Federação por um período determinado, bem como a proibição de determinadas promoções ao final do mesmo ano, considerando o impacto nas redes. Tais medidas fizeram com que os usuários reavaliassem sua relação com as Prestadoras, em especial com a escolha de uma Prestadora em detrimento da contratação de múltiplos chips.

Outro aspecto relevante é a introdução do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, que, para todos os efeitos, representa

o serviço de televisão por assinatura. A partir de 2012, após a publicação da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, observou-se um movimento de adaptação das antigas outorgas do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) para o SeAC.

Cabe ainda apontar que as ações relacionadas à universalização dos serviços de telecomunicações abarcaram o atendimento de áreas rurais, sobretudo por meio das obrigações decorrentes do processo de outorga de autorização de Uso de Espectro das Subfaixas de Radiofrequência de 451 MHz a 485 MHz e de 461 MHz a 468 MHz.

No tocante à área postal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT investiu, em 2012, R$ 4,4 milhões no programa temático "Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia", sendo R$ 3,1 milhões no projeto de instalação de agência de Correios próprias, contribuindo para a instalação de mais 30 unidades próprias de atendimento, beneficiando potencialmente 4.335.074 habitantes. Destaca-se que dentre as unidades inauguradas, 16 foram instaladas em municípios com até 15 mil habitantes, correspondendo ao segmento de pequenos mercados, que visa à universalização dos serviços postais e do Banco Postal, assegurando os serviços bancários básicos nos municípios desassistidos de atendimento bancário. Note-se ainda que 11 municípios no âmbito dos Estados de MT, PB, PI, RS e SC passaram a contar com a primeira instalação de agência de Correios, ou seja, uma população de 56.114 habitantes usufruem hoje dos serviços postais ofertados pela Empresa sem ter que se deslocarem dos seus municípios.

Foram instaladas 9 unidades operacionais (tratamento, distribuição e logística), com investimento de R$ 1,3 milhão. Essa infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso ao atendimento dos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas – viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, através do Banco Postal.

Cita-se como fatores que contribuíram para esse desempenho a implementação do PCED – Plano Corporativo de Expansão da Distribuição, a elaboração de novo Guia de Locação de Imóveis e a melhoria contínua no acompanhamento dos processos. No entanto observa-se, como oportunidade de melhoria, a dificuldade em localizar imóveis que atendam às exigências de infraestrutura e documentação, notadamente nos pequenos municípios (até 15 mil habitantes), devido às suas particularidades próprias.

Estimam-se para o exercício de 2013 investimentos na ordem de R$ 82,4 milhões para o programa temático com a instalação de 78 agências e 61 unidades operacionais, proporcionando atender o crescimento contínuo das regiões urbanas e rurais do País.

Metas 2012-2015

- **90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)**

  Análise Situacional da Meta

  18,24% de emissoras de televisão analógicas já se encontram digitalizadas. Este percentual refere-se ao volume de consignações em relação ao volume de outorgas analógicas existentes. Em relação aos valores regionais, cumpre informar que o percentual alcançado, até o momento, relaciona a quantidade de consignações regionais com a quantidade de outorgas analógicas existentes em cada região. Como exemplo, a região Centro-Oeste possui 1.157 outorgas analógicas e foi contemplada com 184 digitalizações. Em conformidade com a Portaria MC 14, de 06/02/2013, foram estabelecidas diretrizes para acesso ao SBTVD-T (Sistema Brasileiro de Televisão Digital por via Terrestre) e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Na Portaria foi determinado que a Anatel iniciasse os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL. Como essa faixa de frequência era prevista originalmente para o

serviço de televisão digital, pode ser que o cronograma para o desligamento do sinal analógico de televisão tenha que ser revisto, o que irá afetar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

18,24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	15,9	31/12/2012
Região Nordeste	90	%	14,14	31/12/2012
Região Norte	90	%	18,19	31/12/2012
Região Sudeste	90	%	21,74	31/12/2012
Região Sul	90	%	16,99	31/12/2012

- **Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais**

Análise Situacional da Meta

Alcançou 90% de "satisfação geral" conforme Pesquisa de Imagem e Satisfação Institucional dos Correios realizada em 2012.

Esse indicador mede a satisfação dos clientes. É o resultado da média das avaliações do cliente pela média das expectativas do cliente. É apurado por meio de pesquisa que é realizada da seguinte maneira: é perguntado ao cliente, após ser atendido, qual era a nota mínima aceitável (expectativa) com relação à prestação do serviço, atribuindo nota de 1 a 10 e em seguida a sua avaliação quanto à qualidade do serviço que foi prestado, solicitando que seja atribuída nota de 1 a 10.

A meta é factível porque existem algumas Diretorias Regionais – DR que apresentam avaliações dos clientes superiores às suas expectativas. Vale ressaltar que essa pesquisa é realizada por empresa contratada pela ECT, sendo a de 2012 realizada pelo Instituto de Pesquisa Mercadológica.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	88,6	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	87,1	31/12/2012
Região Norte	100	%	90,5	31/12/2012
Região Sudeste	100	%	92,9	31/12/2012
Região Sul	100	%	95,4	31/12/2012

- **Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio dos Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual – RRV-SMP e o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC. Um dos resultados deste incremento na competição é o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que certamente impacta no uso do serviço.

Quantidade alcançada

199

Data de Referência

30/06/2012

- **Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta

Algumas ações de capacitação foram iniciadas em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa para implementação de projetos de extensão para grupos indígenas, mulheres e juventude rural. Também foram implementados projetos em parceria direta com universidades federais para inclusão digital de cerca de 10.000 jovens residentes em comunidades rurais. Por fim, desde 2003 são disponibilizadas conexões à internet via satélite para grupos específicos, como quilombolas e tribos indígenas.

- **Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico**

Análise Situacional da Meta

Foram planejados 4.261 distritos e atendidos 2.953, representando 69,33%. Dessa forma, foi superada a meta definida para 2012, de 67,9%.

Quantidade alcançada

69,33

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	68,46	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	39,32	31/12/2012
Região Norte	100	%	41,99	31/12/2012
Região Sudeste	100	%	90,59	31/12/2012
Região Sul	100	%	67,63	31/12/2012

- **Atender 85% da população com distribuição postal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi alcançado o valor de 80,7% da população com distribuição postal, o que representa uma realização de 97,2% da meta para o ano de 2012, que era de 82,6%.

Quantidade alcançada

80,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88,3	%	84,8	31/12/2012
Região Nordeste	73,6	%	68,8	31/12/2012
Região Norte	76,9	%	70,2	31/12/2012
Região Sudeste	93,1	%	87,7	31/12/2012
Região Sul	86,1	%	87,1	31/12/2012

- **Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de atendimento de todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede do município), em todos os municípios brasileiros. Estudos do Ministério das Comunicações indicam que 96,6% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura. Pretende-se atender o restante por meio da oferta de conexões contratadas em licitação específica (provavelmente conexões via satélite). A Secretaria de Inclusão Digital do MC já iniciou entendimentos com o MEC para a seleção das escolas públicas que serão atendidas prioritariamente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro de 2012, a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 27,2 assinaturas. Se considerado o crescimento médio mensal ocorrido no período de jan/2011 a dezembro/2012, a meta estimada poderá ser alcançada em 2014.

Quantidade alcançada

27,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25,4	%	24	31/12/2012
Região Nordeste	18,6	%	12,4	31/12/2012
Região Norte	20,6	%	17,1	31/12/2012
Região Sudeste	45,1	%	38,6	31/12/2012
Região Sul	30,7	%	26,2	31/12/2012

- **Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)**

Análise Situacional da Meta

A análise dos microdados da pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2011 do CETIC.br indica que em dezembro de 2011 havia cerca de 38,4% dos domicílios conectados à Internet (aproximadamente 16,13 milhões de domicílios conectados).

Não há ainda os dados para o ano de 2012. A pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2012 do CETIC.br deverá se publicada pelo órgão durante 2013.

Quantidade alcançada

16,13

Data de Referência

31/01/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,8	milhão	1,09	31/01/2012
Região Nordeste	10	milhão	2,1	31/01/2012
Região Norte	4	milhão	0,88	31/01/2012
Região Sudeste	18,7	milhão	9,13	31/01/2012
Região Sul	6,5	milhão	2,93	31/01/2013

- **Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

O número de acessos móveis no Brasil, segundo pesquisa do NIC.br, aponta para 90% da população como tendo utilizado o serviço móvel (jan/2012).

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/01/2012

- **Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 28% dos Distrito-Sede de Município do Brasil são atendidos com conexões de dados.

Com os Editais de Licitação nº 002/2010/PVCP/SPV-Anatel (“banda H”) e nº 002/2012/PVCP/SPV-Anatel (“banda larga rural e urbana” – 450 MHz e 2,5 GHz), a obrigação de cobertura com a faixa de 1,9 / 2,1 GHz (ou com outras faixas cujo padrão tecnológico possibilite taxas de transmissão equivalentes ou superiores àquelas disponíveis para as faixas de 1,9 /2,1 GHz) foi estendida a 100% dos municípios brasileiros (considerando 80% da área urbana dos distritos sede). Estas obrigações serão atendidas ao longo do tempo, findando em 31 de dezembro de 2019.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

- **Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2012

- **Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 2,5 GHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de oferta de serviços de banda larga móvel de quarta geração até abril de 2013 nas cidades-sede da Copa das Confederações e até dezembro de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais será monitorada pela Anatel, que recebeu recursos adicionais para

aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2012

- **Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel**

  Análise Situacional da Meta

  A meta está prevista no PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público, aprovado pelo Decreto 7.512 de 30/06/2011, o qual estabeleceu as condições de atendimento.
  Quantidade alcançada

  0
  Data de Referência

  30/12/2012

- **Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente no Brasil 84% dos municípios possuem mais de 2% dos habitantes com acesso à banda larga fixa (dados de novembro de 2012). O Ministério das Comunicações tem trabalhado para produzir indicadores mais precisos para os acessos de banda larga móvel.
  Quantidade alcançada

  84
  Data de Referência

  30/11/2012

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a parcela dos indivíduos que declararam ter acessado a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 41,6% em 2009 para 46,5% em 2011. No domicílio, o incremento foi ainda mais expressivo, tendo passado de 28% para 38% a proporção de domicílios com acesso à internet no Brasil.

Esses dados coincidem com os resultados da pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), vinculado ao CGI. Pela pesquisa TIC Domicílios, realizada anualmente por esse centro, a proporção de pessoas que utilizaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 39% em 2009 para 45% em 2011 e a proporção de domicílios com acesso à internet, de 24% em 2009 para 38% em 2011.

Também pela pesquisa do CETIC/CGI, vem se estabilizando, com tendência de queda, a proporção de pessoas que utilizam a internet com mais frequência na escola, no trabalho e na casa de outra pessoa. Em contrapartida, vem caindo a frequência do uso em centros de acesso pago (caso das lan houses) e aumentando o uso no domicílio e o acesso via telefone celular, que passou de praticamente zero em 2008 para 3% em 2011. Embora pouco expressivo em termos percentuais, vale destacar o aumento do uso frequente em Centros Públicos de Acesso Gratuito, que passou de 0,7% em 2009 para 1% em 2012.

O aumento do acesso á internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e na disponibilização de mais de 11.000 pontos de presença, via programa GESAC, para conexão de espaços

públicos em áreas rurais, remotas e excluídas.

Como exemplo de medidas regulatórias e de desoneração, destaca-se a desoneração de tributos para aquisição de computadores, bem como tablets e telefones celulares. Além disso, também se pode destacar a desoneração de tributos federais e de ICMS, no caso de alguns estados, que viabilizou a implementação da internet popular permitindo a oferta de pacotes de conexão a preços que variam de R$ 29,00 a R$ 35,00. A abertura de canais para novos mercados consumidores acabou por abrir espaço para a concorrência, possibilitando a redução de preços para patamares ainda mais baixos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados em valores iguais ou inferiores aos da internet popular.

No que diz respeito às ações diretas do Ministério das Comunicações em prol da inclusão digital e ampliação do acesso, destaca-se a criação da Secretaria de Inclusão Digital em abril de 2011, a qual incorporou as ações de telecentros e de promoção de acesso à internet implementadas pelo governo federal — os Telecentros Comunitários, o GESAC e o Telecentros.BR —, possibilitando uma melhoria na eficiência da gestão dessas políticas. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se: a repactuação com os proponentes do Telecetros.BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros.BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas. Atualmente, são mais de 5.000 telecentros em funcionamento que contaram com o apoio direto do governo federal.

O GESAC continuou sendo um projeto estratégico para conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda, com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelo mercado. Em 2012, contabilizavam-se mais 11.000 pontos de presença contratados, dos quais cerca de 9.500 estão ativos e os 1.500 restantes encontram-se em remanejamento para outros espaços, de acordo com as regras de priorização definidas em comum acordo com os parceiros governamentais.

Como parte da atribuição da Secretaria de Inclusão Digital - SID de articular as ações do setor e buscar integração com as demais políticas sociais, o MC deu andamento à ação iniciada em 2011, em parceria com a Secretaria da Juventude (SNJ), voltada ao apoio a projetos de inclusão digital para a juventude rural. Foram financiados 41 projetos em conjunto (SID/SNJ), os quais encontram-se em andamento.

Além disso, foi estabelecida uma parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para capacitação com foco nas populações excluídas digitalmente. Ainda no que diz respeito à educação, foi estabelecida uma outra parceria com o MEC no âmbito do Programa de Extensão Universitária - PROEXT no ano de 2012, que envolveu a criação de uma linha de extensão específica com temas de inclusão digital, a qual resultou em seleção de 37 projetos que terão início em 2013.

Simultaneamente, foi estabelecida uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, iniciada em 2011, que resultou, em um primeiro momento, na disponibilização de pontos de presença GESAC para os municípios sem conexão indicados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/MDS, de modo a permitir que os gestores locais possam trabalhar com a nova versão online do CadÚnico (cadastro de famílias de baixa renda do governo federal).

Quanto às ações estruturantes, por meio das quais se vislumbra a integração e coordenação de todas as outras ações de inclusão digital no território dos município, duas tiveram início em 2012 com alto potencial de consolidação ao longo de 2013. São elas: o projeto de ampliação e manutenção das Cidades Digitais e o programa Redes Digitais de Cidadania.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública por meio da transferência de uma parcela do poder de decisão das ações do governo. Por outro lado, também é um canal importante para a integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da

inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

No âmbito desse projeto, destacam-se como realizações em 2012 a seleção, por meio de chamada pública, dos 80 municípios a serem beneficiados pelo projeto piloto, bem como a contratação das empresas integradoras, selecionadas por meio de pregão eletrônico, que ficarão responsáveis pela implantação de cada um dos projetos. Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Rede Nacional de Pesquisa para capacitação técnica e gerencial em redes avançadas no âmbito das Cidades Digitais e acompanhamento da implantação para elaboração de um documento base com a metodologia desenvolvida pelo Ministério das Comunicações para a implantação de Cidades Digitais. No âmbito da formação para as Cidades Digitais, foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós Graduação em Administração da UnB para a formação dos gestores envolvidos na implementação do projeto nos municípios; foi também realizada uma mobilização dos ofertantes do PRONATEC para oferta de vagas específicas nas Cidades Digitais selecionadas. Por fim, com relação aos aplicativos para gestão das Cidades Digitais, foi indicada formalmente pela SID/MC a intenção de participar da ata de registro de preços da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG) para aquisição de aplicativos para as áreas da saúde, da educação, tributária e financeira com foco nos municípios. A outra ação estruturante, a das Redes Digitais de Cidadania, consiste em uma parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados, envolvendo uma articulação federativa com o fim de apoiar projetos de inclusão digital nas seguintes linhas temáticas:

- Capacitação de técnicos e Gestores Municipais no uso das Tecnologias das Informação e Comunicação - TIC;
- Capacitação de micro e pequenas empresas no uso das Tecnologias das Informação e Comunicação - TIC;
- Qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet;
- Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar; e
- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Cultura: preservação, promoção e acesso.

Metas 2012-2015

- **40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)**

  Análise Situacional da Meta

  Ainda não há resultados disponíveis para 2012. A última pesquisa é referente a 2011. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, a proporção de pessoas das classes D e E que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa ficou praticamente estável entre 2010 e 2011, tendo aumentado um ponto percentual, passando de 13% para 14% no período.

  Quantidade alcançada

  14

  Data de Referência

  31/12/2011

- **70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas**

  Análise Situacional da Meta

  Para essa meta, também não há informação estatística disponível para 2012. Os últimos dados são referentes a 2011. Entre 2010 e 2011 aumentou de 41% para 45% a proporção de pessoas que declararam terem acessado à internet nos três meses anteriores à pesquisa.

  Para manter a uniformidade das informações, serão utilizados os dados do CETIC/CGI, cuja pesquisa TIC Domicílios é mais completa do que os dados coletados pela PNAD/IBGE.

  Quantidade alcançada

  45

Data de Referência

31/12/2011

- **70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

Do mesmo modo que nas outras metas, ainda não há resultados disponíveis para 2012. A última pesquisa é referente a 2011. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, a proporção de pessoas classe C que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa também ficou praticamente estável entre 2010 e 2011, tendo aumentado de 42% para 45% no período.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2011

- **Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o Projeto de Cidades Digitais, por meio do qual foram selecionados 80 municípios que deverão receber em caráter piloto infraestrutura de rede e capacitação de servidores para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), melhorando a eficiência da gestão e a prestação de serviços aos cidadãos. Foram assinados os contratos destinados à disponibilização da infraestrutura de comunicação aos municípios selecionados na chamada pública. A previsão é a de que infraestrutura das 80 cidades esteja pronta até o final de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Com vistas ao estímulo à diversidade, à pluralidade e à competição entre meios e agentes, a Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações centrou esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos regulamentos de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual.

Metas 2012-2015

- **100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos**

Análise Situacional da Meta

17% das emissoras de radiodifusão foram fiscalizadas. No sentido de atingir a meta de 100%, foi elaborado em 2012 o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2013 e criado o Comitê de Acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização. Outro mecanismo, também criado para auxiliar a fiscalização, foi a introdução dos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR, que definirão os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão serão fiscalizadas. Além disso, foram fiscalizadas 8 capitais. Em 2013, será dada continuidade nas ações de fiscalização para o atingimento da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	17	31/01/2013
Região Nordeste	100	%	14	31/01/2013
Região Norte	100	%	17	31/01/2013
Região Sudeste	100	%	17	31/01/2013
Região Sul	100	%	19	31/01/2013

- **20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente 7,96% dos municípios contém pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Assim, perfizeram 443 outorgas, que corresponde a 7,96% do total de outorgas. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, há 28 outorgas em relação aos 466 municípios, que indica que 6,01% da meta regionalizada foi alcançada até o momento. No intuito de buscar-se o atingimento da meta, em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TV educativas - TVE e rádios educativas - FME para 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 Avisos de Habilitação para FME e outros 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por rádios FME deve alcançar 884, enquanto as TVE deverão chegar a 243 cidades. Está em fase de elaboração o PNO de FME e TVE para o ano de 2013 e deverão ser publicados 6 novos Avisos de Habilitação no primeiro semestre de 2013, para conclusão do PNO 2011/2012.

Quantidade alcançada

7,96

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	%	6,01	31/01/2013
Região Nordeste	18	%	6,58	31/01/2013
Região Norte	30	%	9,8	31/01/2013
Região Sudeste	20	%	11,69	31/01/2013
Região Sul	18	%	4,88	31/01/2013

- **4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 3,04% dos municípios contam com pelos menos uma geradora de televisão outorgada, com fins exclusivamente educativos (exceto com fins exclusivamente lucrativos). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Assim, perfizeram 169 outorgas, o que corresponde a 3,04% do total de outorgas. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, há 7 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 1,50% da meta regionalizada foi alcançada até o momento. Em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TVE para 2011/2012. Este PNO estabeleceu a realização de 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por emissoras de TVE deverá chegar a 243. Está em fase de elaboração o

PNO de TVE para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

3,04

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4,5	%	1,5	30/11/2012
Região Nordeste	4,5	%	1,34	30/11/2012
Região Norte	4,5	%	1,56	30/11/2012
Região Sudeste	4,5	%	6	30/11/2012
Região Sul	4,5	%	2,61	30/11/2012

- **48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 40,18% dos Municípios contam com pelos menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada (exceto com fins exclusivamente educativos ou comunitários).

Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 256 outorgas em relação aos 466 municípios, que indica que 54,94% da meta foi alcançada até o momento.

Na intenção de lançar novos editais, o Ministério das Comunicações, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), criou um Grupo de Trabalho visando ao desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de viabilidade econômica das outorgas de serviços de radiodifusão, consonantes com a avaliação de negócios empresariais, objetivando o completo atendimento à Instrução Normativa nº 27/1998, do referido Tribunal, estudos esses que tem como objetivo precípuo a determinação dos preços mínimos para a licitação de outorgas de serviços de radiodifusão.

Ressalte-se que novos editais somente poderão ser lançados após a aceitação por parte do TCU da metodologia desenvolvida, vez que os cálculos utilizados nos editais anteriores, embora aceitos pelo tribunal para fixação dos preços naqueles certames, não mais serão aceitos pela Corte Fiscalizadora, impondo-se o desenvolvimento de nova metodologia.

O Grupo de Trabalho já apresentou ao TCU a modelagem inicialmente desenvolvida, tendo o Tribunal solicitado diversas correções, as quais foram efetuadas e novamente submetidas ao Tribunal, que, mais uma vez, solicitou ao Ministério alterações na modelagem apresentada, o que vem sendo buscado pelo Grupo de Trabalho mediante estudos efetuados junto ao setor, ao mercado e a autores de teoria econômica.

Vale dizer que encontram-se ainda em andamento no Ministério cerca de 340 editais de serviço de radiodifusão sonora e 29 editais de serviços de radiodifusão de sons e imagens ainda aguardando homologação do vencedor.

Quantidade alcançada

40,18

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	%	54,94	31/01/2013
Região Nordeste	40	%	29,54	31/01/2013
Região Norte	55	%	48,55	31/01/2013
Região Sudeste	50	%	42,33	31/01/2013

Região Sul	50	%	44,28	31/01/2013

- **51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 48,21% dos Municípios contam com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada (exceto rádio comunitária).

Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Na intenção de lançar novos editais, o Ministério das Comunicações, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), criou Grupo de Trabalho visando ao desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de viabilidade econômica das outorgas de serviços de radiodifusão, consonantes com a avaliação de negócios empresariais, visando o completo atendimento à Instrução Normativa nº 27/1998, do referido Tribunal, estudos esses que tem como objetivo precípuo a determinação dos preços mínimos para a licitação de outorgas de serviços de radiodifusão.

Ressalte-se que novos editais somente poderão ser lançados após a aceitação por parte do TCU da metodologia desenvolvida, vez que os cálculos utilizados nos editais anteriores, embora aceitos pelo tribunal para fixação dos preços naqueles certames, não mais serão aceitos pela Corte Fiscalizadora, impondo-se o desenvolvimento de nova metodologia.

O Grupo de Trabalho já apresentou ao TCU a modelagem inicialmente desenvolvida, tendo o Tribunal solicitado diversas correções, as quais foram efetuadas e novamente submetidas ao Tribunal, que, mais uma vez, solicitou ao Ministério alterações na modelagem apresentada, o que vem sendo buscado pelo Grupo de Trabalho.

Vale dizer que encontram-se ainda em andamento no Ministério cerca de 340 editais de serviço de radiodifusão sonora e 29 editais de serviços de radiodifusão de sons e imagens ainda aguardando homologação do vencedor.

Quantidade alcançada

48,21

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65	%	9,44	30/11/2012
Região Nordeste	45	%	39,63	30/11/2012
Região Norte	60	%	60,13	30/11/2012
Região Sudeste	52	%	52,04	30/11/2012
Região Sul	50	%	46,89	30/11/2012

- **60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se o percentual de 16,8% dos municípios com pelos menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 93 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 19,96% da meta foi alcançada até o momento.

Em conformidade com a Portaria MC 14, de 06/02/2013, foram estabelecidas diretrizes para acesso ao SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Na portaria foi determinado que a Anatel iniciasse os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL. Como essa faixa de frequência era prevista originalmente para o

serviço de televisão digital, pode ser que o cronograma para o desligamento do sinal analógico de televisão tenha que ser revisto, o que poderá afetar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

16,8

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	%	19,96	30/11/2012
Região Nordeste	50	%	10,65	30/11/2012
Região Norte	70	%	24,28	30/11/2012
Região Sudeste	65	%	21,88	30/11/2012
Região Sul	58	%	14,9	30/11/2012

- **65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 57,14% dos Municípios contam com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 330 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 70,82% da meta foi alcançada até o momento. No ano passado, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de RTV para 2012. Durante o ano de 2012, foram publicados 5 Avisos de Habilitação para Processos de Seleção de Retransmissoras de Televisão em Caráter Primário, em que foram contempladas 148 localidades. Restou ainda um Aviso de Habilitação referente ao PNO de RTV 2012, que deverá ser publicado em fevereiro/2013. Está em fase de elaboração o PNO de RTV 2013.

Quantidade alcançada

57,14

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	75	%	70,82	30/11/2012
Região Nordeste	58	%	49,11	30/11/2012
Região Norte	80	%	71,49	30/11/2012
Região Sudeste	69	%	63,19	30/11/2012
Região Sul	60	%	50	30/11/2012

- **80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 68,01% dos municípios estão cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O cronograma estabelecido para cumprimento do Plano Nacional de Outorga - PNO do Serviço de Radiodifusão Comunitária – 2012 foi respeitado, contemplando 719 localidades anteriormente sem nenhuma outorga desse serviço ou, onde havia demanda reprimida registrada no Ministério das Comunicações em 2011. Em 2013, será dada continuidade ao PNO estabelecido para esse ano.

Quantidade alcançada

68,01

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	80	%	71	31/01/2013
Região Nordeste	80	%	65	31/01/2013
Região Norte	80	%	62	31/01/2013
Região Sudeste	80	%	73	31/01/2013
Região Sul	80	%	68	31/01/2013

- **Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Comunicações submeteu a norma que regulamentará o Canal Cidadania à consulta pública, finalizada em 12/04/2012, tendo recebido cerca de 150 contribuições, as quais foram avaliadas e, em 19 de dezembro de 2012, foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Os pedidos de outorga podem ser feitos por municípios, estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas. Ressalte-se que os municípios e o Distrito Federal terão até 18 meses após a publicação da norma para solicitar a outorga. Transcorrido esse prazo, os estados poderão solicitar a autorização para explorar o canal ao Ministério das Comunicações - MC. Após a conclusão desses processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

No momento atual, a meta ainda não é quantificável.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O FUNTTEL é um dos principais meios de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva das telecomunicações.

Uma avaliação realizada pelo Ministério das Comunicações indicou que cada R$ 1,00 investido pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), em projetos que efetivamente geraram resultados financeiros, provocou um faturamento para o mercado nacional de R$ 3,41.

Os recursos do FUNTTEL são utilizados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações, para o desenvolvimento tecnológico, pelas seguintes instituições:

- Instituições de ensino, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Instituições de pesquisa, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Empresas brasileiras prestadoras de serviços de telecomunicações;
- Empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para o setor, desde que engajadas na produção efetiva no País.

Dessa forma, ele impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela industria do segmento no país.

Ainda como fomento às telecomunicações, e como estímulo para o uso de bens e serviços com tecnologia nacional, recentemente foram editadas medidas que estimulam os investimentos no segmento: houve uma desoneração no PIS/Cofins que incidem sobre as redes de telecomunicações e sobre os smartphones, devendo estes trazer aplicativos

nacionais. Essas desonerações deverão impactar positivamente, proporcionando uma maior facilidade de acesso às redes e aos smartphones, denotando incentivos a bens e serviços com tecnologia nacionais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas**

  Análise Situacional da Meta

  A divulgação dos resultados da próxima Pesquisa de Inovação - PINTEC está prevista para julho de 2013.

- **Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando o 1º semestre de 2012 em relação ao 1º semestre de 2011, houve aumento de 7% nas exportações de componentes elétricos e eletrônicos e redução de 35% nas exportações de produtos de telecomunicações.
  O valor alcançado foi de US$ 265 milhões.

  Quantidade alcançada

  7

  Data de Referência

  31/07/2012

- **Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério das Comunicações e a Qualcomm Incorporated celebraram em 20 de abril de 2012 um memorando de entendimento para adotar um conjunto de medidas de investimento e de cooperação mútua para fomentar a indústria brasileira de telecomunicações, inclusive em pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, o documento inclui ações de suporte para smartphones e tablets acessíveis e a promoção da adoção ampla de smartphones 3G. Está prevista a conclusão do desenvolvimento de terminais móveis de baixo custo para o 1º semestre de 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2004 a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação mantém-se estável em torno de 60%.

  Quantidade alcançada

  60

  Data de Referência

  31/12/2012

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INCIATIVAS

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.161.596**	**16.562.145**	**2.724.655**
Despesas Correntes	11.205.727	4.250.390	227.102
Despesas de Capital	1.955.870	12.311.755	2.497.553
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.161.596**	**16.562.145**	**2.724.655**

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	1.207.544.312	1.069.314.775	770.016.441	116.565.195	116.565.195
10S6	587.362.807	650.329.474	510.885.169	124.184.327	124.184.327
Total	**1.794.907.119**	**1.719.644.249**	**1.280.901.610**	**240.749.522**	**240.749.522**

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00AF	8.320.336.696	10.556.336.696	7.556.336.696	2.250.000.000	2.250.000.000
00CW	2.066.715.232	1.700.000.000	1.700.000.000	0	0
00CX	170.278.638	1.270.278.638	770.278.638	164.639.716	164.639.716
00CY	375.893.498	375.893.498	375.893.498	0	0
0E64	66.775.936	833.491.168	833.491.168	59.478.588	59.478.588
10SJ	215.509.995	90.321.328	48.493.199	8.973.916	8.931.578
Total	**11.215.509.995**	**14.826.321.328**	**11.284.493.199**	**2.483.092.220**	**2.483.049.882**

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8875	100.000.000	5.000.000	362.187	191.716	191.716
Total	**100.000.000**	**5.000.000**	**362.187**	**191.716**	**191.716**

- **015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1B25	400.000	400.000	0	0	0
Total	**400.000**	**400.000**	**0**	**0**	**0**

- **0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8873	50.000.000	10.000.000	5.535.274	621.966	621.966
Total	**50.000.000**	**10.000.000**	**5.535.274**	**621.966**	**621.966**

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8098	100.000	100.000	0	0	0
8100	100.000	100.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NX	579.285	579.285	0	0	0
Total	**579.285**	**579.285**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.035.152**	**5.142.634**	**1.048.313**
Despesas Correntes	44.359	44.359	2.099
Despesas de Capital	3.990.794	5.098.275	1.046.214
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.035.152**	**5.142.634**	**1.048.313**

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TA	425.000	425.000	0	0	0
12MH	20.917.322	33.333	0	0	0
1P95	64.714.877	130.821.164	93.083.886	8.649.041	8.647.781
20AF	5.750.000	8.916.667	2.315.208	262.052	226.544
20AG	38.500.000	41.200.000	36.546.859	1.646.604	1.639.409
20NV	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	0
20NW	500.000	500.000	500.000	0	0
3955	500.000	500.000	0	0	0
6908	3.150.000	3.150.000	2.814.484	468.577	468.577
8871	4.888.526	346.084	5.215	5.204	5.204
Total	**140.845.725**	**187.392.248**	**136.765.653**	**11.031.478**	**10.987.515**

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116F	88.000	50.088.000	2.594.267	466.117	466.117
7656	74.550.000	165.325.000	130.876.922	19.116.308	19.116.308
Total	**74.638.000**	**215.413.000**	**133.471.189**	**19.582.425**	**19.582.425**

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de

água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GG	343.846.380	343.846.380	32.825.677	0	0
10RP	8.800.000	5.748.546	919.595	846.333	846.333
10SL	1.000.000	1.000.000	0	0	0
116I	37.717.269	67.186.313	894.313	104.424	104.424
20YF	0	16.666.667	0	0	0
Total	**391.363.649**	**434.447.906**	**34.639.585**	**950.758**	**950.758**

- **02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GD	442.195.000	442.195.000	288.916.057	98.395.191	98.395.191
10SC	517.531.342	743.465.108	517.972.459	151.517.317	150.546.332
10SV	6.100.000	6.100.000	0	0	0
20YG	0	86.666.667	0	0	0
Total	**965.826.342**	**1.278.426.775**	**806.888.515**	**249.912.508**	**248.941.523**

- **02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GE	356.850.000	531.363.808	470.494.262	322.153.844	318.480.702
10RM	273.757.472	330.808.924	270.773.723	109.925.277	108.505.132
10SK	31.882.274	31.882.274	6.400.000	0	0
141J	8.800.000	25.133.333	15.799.996	0	0
1N08	1.131.148.664	1.112.205.464	555.295.460	154.160.920	153.788.630
20YH	0	186.857.032	0	0	0
Total	**1.802.438.410**	**2.218.250.835**	**1.318.763.441**	**586.240.041**	**580.774.464**

- **02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S5	428.337.266	544.755.024	400.543.542	149.847.343	149.847.343
1I62	2.988.535	0	0	0	0
1I63	88.000	0	0	0	0
7652	226.400.000	261.021.635	117.183.745	30.748.052	30.748.052
Total	**657.813.801**	**805.776.659**	**517.727.286**	**180.595.395**	**180.595.395**

- **02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142H	226.571	226.571	0	0	0
3883	2.000.000	2.700.000	1.126.935	0	0
Total	**2.226.571**	**2.926.571**	**1.126.935**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**226.865**	**234.263**	**29.387**
Despesas Correntes	187.618	175.618	25.537
Despesas de Capital	39.247	58.645	3.850
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**226.865**	**234.263**	**29.387**

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AM	2.500.000	8.333.333	2.235.808	179.820	179.820
8274	115.585.000	114.135.001	37.446.675	28.598.280	16.379.230
Total	**118.085.000**	**122.468.334**	**39.682.483**	**28.778.100**	**16.559.050**

- **00ZG - Fortalecimento do poder público para a gestão regionalizada dos serviços de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
86AA	41.613.960	41.613.960	0	0	0
Total	**41.613.960**	**41.613.960**	**0**	**0**	**0**

- **00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MG	42.118.000	45.118.000	21.511.223	0	0
Total	**42.118.000**	**45.118.000**	**21.511.223**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ME	450.000	450.000	0	0	0

2E42	24.245.662	24.245.662	15.518.552	562.089	562.089
Total	**24.695.662**	**24.695.662**	**15.518.552**	**562.089**	**562.089**

- **010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10TT	152.448	167.372	143.571	46.788	0
20MF	200.000	200.000	0	0	0
Total	**352.448**	**367.372**	**143.571**	**46.788**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.074.124**	**5.270.792**	**1.353.952**
Despesas Correntes	135.301	1.551.342	923.584
Despesas de Capital	1.938.822	3.719.449	430.368
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.074.124**	**5.270.792**	**1.353.952**

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140M	0	123.000.000	90.000.000	77.539.887	77.539.887
Total	**0**	**123.000.000**	**90.000.000**	**77.539.887**	**77.539.887**

- **00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SG	813.999.580	1.588.801.392	1.068.125.376	276.353.614	275.323.816
127A	97.565.276	158.599.117	60.795.284	0	0
127C	10.822.260	12.569.516	12.132.702	0	0
12L6	100.000	133.333	0	0	0
14KS	500.000	500.000	0	0	0
14KT	800.000	800.000	800.000	0	0
14RL	0	45.033.333	0	0	0
1E36	30.600.000	30.633.333	0	0	0
1O92	100.000	133.333	0	0	0
20M5	200.000	200.000	200.000	0	0
20TI	104.751.000	105.424.333	1.700.000	0	0
7S31	41.400.000	41.400.000	0	0	0
7S46	150.000	150.000	0	0	0
8865	404.723.893	538.057.227	367.746.038	11.432.249	9.973.214
Total	**1.505.712.009**	**2.522.434.917**	**1.511.499.401**	**287.785.863**	**285.297.030**

- **00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8348	403.594.478	389.982.779	144.675.000	0	0

Total	**403.594.478**	**389.982.779**	**144.675.000**	**0**	**0**

- **00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
126Z	88.000	33.333	0	0	0
Total	**88.000**	**33.333**	**0**	**0**	**0**

- **00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
127D	88.000	33.333	0	0	0
Total	**88.000**	**33.333**	**0**	**0**	**0**

- **00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20NN	3.000.000	3.000.000	253.021	0	0
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**253.021**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FA - Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4578	200.000	200.000	4.620	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**4.620**	**0**	**0**

- **00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8172	9.282.172	55.389.505	19.311.383	3.253.245	2.753.245
Total	**9.282.172**	**55.389.505**	**19.311.383**	**3.253.245**	**2.753.245**

- **00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10D2	15.000.000	14.850.000	10.300.136	866.313	866.313
14UX	0	8.333.333	0	0	0
Total	**15.000.000**	**23.183.333**	**10.300.136**	**866.313**	**866.313**

- **00FH - Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão e da capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N3	340.000	340.000	307.965	7.965	7.965
4848	22.637.000	22.637.000	1.491.766	0	0
Total	**22.977.000**	**22.977.000**	**1.799.731**	**7.965**	**7.965**

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12QB	46.500.000	143.000.000	90.467.710	9.196.674	867.428
Total	**46.500.000**	**143.000.000**	**90.467.710**	**9.196.674**	**867.428**

- **00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GB	10.311.000	10.311.000	9.274.119	8.551.620	7.681.620
20L9	3.500.000	3.650.000	3.127.286	1.422.132	1.021.513
Total	**13.811.000**	**13.961.000**	**12.401.406**	**9.973.752**	**8.703.133**

- **04AJ - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S23	43.500.000	43.500.000	0	0	0
Total	**43.500.000**	**43.500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A01	0	534.000.000	463.363.379	450.223.139	373.841.446
20G3	0	50.000.000	49.936.308	19.411.028	10.086.682
22BO	0	1.324.600.000	796.390.915	492.005.315	487.432.658
Total	**0**	**1.908.600.000**	**1.309.690.601**	**961.639.481**	**871.360.787**

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N2	4.290.000	10.330.000	9.357.923	8.000	8.000
8363	300.000	300.000	300.000	300.000	0
8424	600.000	600.000	0	0	0
Total	**5.190.000**	**11.230.000**	**9.657.923**	**308.000**	**8.000**

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	5.181.000	10.266.711	8.227.757	3.380.654	2.924.042
Total	**5.181.000**	**10.266.711**	**8.227.757**	**3.380.654**	**2.924.042**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**136.543**	**142.182**	**72.971**
Despesas Correntes	117.070	117.030	65.864
Despesas de Capital	19.473	25.152	7.107
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**136.543**	**142.182**	**72.971**

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B53	7.045.570	7.955.570	6.924.680	2.887.702	2.438.115
Total	**7.045.570**	**7.955.570**	**6.924.680**	**2.887.702**	**2.438.115**

- **0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B51	21.085.520	23.886.854	19.975.794	12.422.213	10.865.620
8890	426.459	426.459	184.157	96.714	96.714
Total	**21.511.979**	**24.313.313**	**20.159.951**	**12.518.927**	**10.962.334**

- **001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2398	18.247.500	18.414.167	18.175.369	10.017.246	8.043.813
4872	45.929.412	46.262.745	45.913.790	18.586.240	17.712.705
Total	**64.176.912**	**64.676.912**	**64.089.159**	**28.603.486**	**25.756.518**

- **001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2397	13.300.000	13.980.000	11.612.692	5.611.371	4.652.655
2D62	2.996.000	2.386.667	2.226.723	1.434.130	1.288.998
2D84	2.120.000	2.320.000	2.115.000	1.638.998	1.469.796
Total	**18.416.000**	**18.686.667**	**15.954.414**	**8.684.499**	**7.411.449**

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	12.139.999	12.639.999	12.080.604	10.614.611	8.974.208
Total	**12.139.999**	**12.639.999**	**12.080.604**	**10.614.611**	**8.974.208**

- **002M - Produção de minerais estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	5.884.593	6.511.521	6.322.199	4.789.892	4.202.423
Total	**5.884.593**	**6.511.521**	**6.322.199**	**4.789.892**	**4.202.423**

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LD	160.000	160.000	8.315	8.315	6.361
Total	**160.000**	**160.000**	**8.315**	**8.315**	**6.361**

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LB	150.000	150.000	71.405	16.262	16.262
Total	**150.000**	**150.000**	**71.405**	**16.262**	**16.262**

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4396	416.770	416.770	145.704	145.704	145.704
Total	**416.770**	**416.770**	**145.704**	**145.704**	**145.704**

- **003E - Fiscalização da atividade minerária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2375	4.233.375	4.233.375	4.226.443	3.345.256	3.345.256
6821	94.920	94.920	22.470	22.470	22.470
Total	**4.328.295**	**4.328.295**	**4.248.913**	**3.367.725**	**3.367.725**

- **003G - Gestão dos direitos minerários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2377	1.200.000	1.200.000	1.200.000	772.501	772.501
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**1.200.000**	**772.501**	**772.501**

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2297	812.702	812.702	358.376	358.376	358.376
4871	300.000	330.000	231.342	202.741	202.217
Total	**1.112.702**	**1.142.702**	**589.718**	**561.117**	**560.593**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.325.903**	**3.385.752**	**418.004**
Despesas Correntes	3.603	3.603	194
Despesas de Capital	2.322.300	3.382.149	417.809
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.325.903**	**3.385.752**	**418.004**

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	13.552.621	18.456.667	1.789.500	0	0
Total	**13.552.621**	**18.456.667**	**1.789.500**	**0**	**0**

- **01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	76.854.490	88.254.490	64.303.590	16.647	16.647
Total	**76.854.490**	**88.254.490**	**64.303.590**	**16.647**	**16.647**

- **01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	35.200.000	14.066.667	0	0	0
Total	**35.200.000**	**14.066.667**	**0**	**0**	**0**

- **01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	192.901.247	166.487.782	121.161.819	0	0
Total	**192.901.247**	**166.487.782**	**121.161.819**	**0**	**0**

- **01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	89.339.427	324.602.507	244.602.507	141.684.194	141.684.194
Total	**89.339.427**	**324.602.507**	**244.602.507**	**141.684.194**	**141.684.194**

- **01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
141H	3.327.104	4.327.104	763.760	55.060	55.060
Total	**3.327.104**	**4.327.104**	**763.760**	**55.060**	**55.060**

- **01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	35.200.000	140.199.999	60.199.999	0	0
Total	**35.200.000**	**140.199.999**	**60.199.999**	**0**	**0**

- **01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10E9	88.000	33.333	0	0	0
Total	**88.000**	**33.333**	**0**	**0**	**0**

- **01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EP	439.967.366	336.634.031	148.433.470	33.828.976	33.437.895
5900	439.967.366	1.019.422.047	771.994.947	150.924.545	150.784.610
Total	**879.934.732**	**1.356.056.078**	**920.428.417**	**184.753.521**	**184.222.505**

- **01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	266.578.400	149.911.733	86.578.400	0	0
Total	**266.578.400**	**149.911.733**	**86.578.400**	**0**	**0**

- **01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	47.168.000	47.168.000	24.168.000	16.068.498	16.064.908
Total	**47.168.000**	**47.168.000**	**24.168.000**	**16.068.498**	**16.064.908**

- **01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101N	400.000	466.667	0	0	0
109H	84.450.000	84.450.000	2.900.000	0	0
109J	35.751.000	25.930.816	22.930.816	0	0
10AK	200.000	200.000	0	0	0
11NF	88.000	33.333	0	0	0
11NO	132.001	183.334	150.000	150.000	150.000

11PO	8.925.000	9.125.000	3.490.421	528.238	528.238
124L	1.584.000	7.056.000	1.584.000	0	0
12FV	10.120.000	8.836.667	0	0	0
12G4	880.000	4.130.000	1.129.179	313.952	0
12G5	35.640.000	57.617.912	38.634.991	36.794.286	36.794.286
140Q	800.000	800.000	0	0	0
140S	25.520.000	37.013.333	25.520.000	0	0
14L9	35.200.000	0	0	0	0
14LA	3.696.000	14.029.333	280.571	62.780	62.780
14RM	0	2.920.594	0	0	0
14RQ	0	1.055.198	0	0	0
14RR	0	1.993.766	0	0	0
14RS	0	2.529.562	0	0	0
14RT	0	386.788	0	0	0
14RU	0	15.257.518	0	0	0
14RV	0	234.522	0	0	0
14RW	0	1.645.060	0	0	0
14RX	0	9.066.667	0	0	0
14RY	0	25.333.333	0	0	0
14RZ	0	2.138.667	0	0	0
14S2	0	198.921	0	0	0
14S3	0	2.100.000	0	0	0
14S5	0	10.090.809	0	0	0
14S6	0	2.600.000	0	0	0
14S7	0	1.666.667	0	0	0
14S8	0	1.162.436	0	0	0
14S9	0	1.794.207	0	0	0
14SA	0	2.007.936	0	0	0
14SB	0	6.522.496	0	0	0
14SC	0	4.422.111	0	0	0
14SD	0	7.930.685	0	0	0
14SE	0	429.146	0	0	0
14SF	0	33.333	0	0	0
14SG	0	6.400.000	0	0	0
14SI	0	8.000.000	0	0	0
14SJ	0	536.787	0	0	0
14SK	0	507.369	0	0	0
14SN	0	11.938.909	0	0	0
14SO	0	1.202.930	0	0	0
14SP	0	7.410.272	0	0	0
14SR	0	1.107.370	0	0	0
14SS	0	6.366.667	0	0	0
14ST	0	10.244.904	0	0	0
14SV	0	7.331.617	0	0	0
14VI	0	19.825.033	0	0	0
14VJ	0	10.000.000	0	0	0
14VL	0	10.500.000	0	0	0
14VM	0	16.666.667	0	0	0
1851	256.901.955	257.892.944	74.988.411	383.933	383.933

1I59	88.000	0	0	0	0
1I60	6.556.000	25.000.000	0	0	0
1I61	3.986.400	20.000.000	0	0	0
1I64	1.026.198	5.112.300	4.089.505	1.026.198	1.026.198
1I67	88.000	33.333	0	0	0
1K44	880.000	3.475.238	880.000	0	0
1K51	88.000	33.333	0	0	0
1N64	30.623.796	58.290.463	32.508.632	1.807.076	380.746
3445	88.000	33.333	0	0	0
5910	3.154.118	3.278.451	3.244.397	0	0
7G88	26.400.000	30.675.467	26.400.000	26.400.000	17.600.000
7I31	88.000	24.977.162	15.473.859	3.634.980	3.589.437
7M10	13.200.000	15.600.000	15.000.000	0	0
Total	**586.554.468**	**915.833.366**	**269.204.782**	**71.101.443**	**60.515.619**

- **04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14SH	0	33.333.333	0	0	0
Total	**0**	**33.333.333**	**0**	**0**	**0**

- **04EN - Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14S4	0	6.666.667	0	0	0
Total	**0**	**6.666.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20N4	7.425.000	7.702.500	6.239.852	708.169	708.169
Total	**7.425.000**	**7.702.500**	**6.239.852**	**708.169**	**708.169**

- **01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12G6	44.000.000	20.000.000	6.813.185	0	0
140N	30.799.241	30.932.574	8.097.594	846.704	846.704
14RP	0	33.333	0	0	0
14S0	0	6.000.000	0	0	0
14SL	0	806.929	0	0	0
14SQ	0	100.097	0	0	0
14VK	0	947.815	0	0	0
Total	**74.799.241**	**58.820.748**	**14.910.779**	**846.704**	**846.704**

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10GM	14.682.896	47.366.164	40.332.831	2.606.838	2.606.838
13RU	97.771	4.097.771	0	0	0
8062	100.000	100.000	45.982	43.782	43.782
8621	2.100.000	2.266.667	834.567	118.995	118.759
Total	**16.980.667**	**53.830.602**	**41.213.380**	**2.769.615**	**2.769.379**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**88.365**	**188.415**	**36.078**
Despesas Correntes	86.165	186.165	36.078
Despesas de Capital	2.200	2.250	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**10.199.941**	**8.148.593**	**5.925.362**
Totais	**10.288.306**	**8.337.008**	**5.961.440**

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1K88	11.283.400	87.863.163	76.829.473
Total	**11.283.400**	**87.863.163**	**76.829.473**

- **000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	175.785.704	108.572.259	101.173.797
Total	**175.785.704**	**108.572.259**	**101.173.797**

- **000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D7	5.000.000	1.721.933	1.185.913
128G	4.000.000	0	0
12DQ	128.734.399	109.272.108	105.099.313
Total	**137.734.399**	**110.994.041**	**106.285.226**

- **000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D6	81.098.094	157.762.787	151.894.393
14L2	100.000	0	0
1F91	8.317.305	50.164.254	50.152.207
Total	**89.515.399**	**207.927.041**	**202.046.600**

- **04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G96	147.368.199	236.879.763	233.283.896
Total	**147.368.199**	**236.879.763**	**233.283.896**

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
5E88	2.226.594.199	1.370.385.863	593.417.776
6486	1.063.000	870.597	70.362
Total	**2.227.657.199**	**1.371.256.460**	**593.488.138**

- **000W - Implantação de Usinas Termelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WI	148.117.000	147.415.000	129.299.264
14LB	53.000.000	6.256.000	6.254.590
14LC	169.091.000	184.159.000	308.166.996
Total	**370.208.000**	**337.830.000**	**443.720.850**

- **04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WJ	91.790.000	52.900.000	57.125.354
Total	**91.790.000**	**52.900.000**	**57.125.354**

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000X - Implantação de Parques Eólicos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OR	314.950.278	314.950.278	148.370.336
146A	1.000.000	1.000.000	0
14L5	100.000	0	0
Total	**316.050.278**	**315.950.278**	**148.370.336**

- **000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
13FD	2.490.673	4.388.876	1.343.442
14LF	3.000.000	1.325.000	1.128.861

Total	**5.490.673**	**5.713.876**	**2.472.303**

- **000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
13FF	5.792.200	0	0
14L6	100.000	0	0
Total	**5.892.200**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L6	100.000	100.100.000	90.760	19.485	19.485
Total	**100.000**	**100.100.000**	**90.760**	**19.485**	**19.485**

- **0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L7	350.000	350.000	346.983	88.585	88.585
Total	**350.000**	**350.000**	**346.983**	**88.585**	**88.585**

- **0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L8	50.000	50.000	29.821	0	0
Total	**50.000**	**50.000**	**29.821**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LF	13.350.000	13.350.000	3.156.381	2.909.434	1.477.241
20LG	1.700.000	1.700.000	0	0	0
6907	150.000	150.000	0	0	0
Total	**15.200.000**	**15.200.000**	**3.156.381**	**2.909.434**	**1.477.241**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
6508	26.911.954	9.318.707	5.118.007

Total	**26.911.954**	**9.318.707**	**5.118.007**

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
11ZY	17.665.523	49.665.523	39.429.911
121X	25.952.152	26.533.729	26.500.683
126T	106.188.935	23.000.000	5.522.278
128J	51.036.164	103.709.526	59.340.312
12DB	23.720.612	3.627.514	2.933.607
12PJ	2.699.430	16.937.129	14.112.023
12PK	4.286.748	17.033.221	13.406.681
146L	125.045.003	78.000.000	53.571.164
14L3	100.000	3.337.877	407.917
1A01	1.663.810	1.162.775	1.039.571
1G97	52.453.242	45.554.277	37.021.069
1O50	117.600.387	73.122.277	57.291.790
5107	519.236.362	498.836.362	334.869.573
Total	**1.047.648.368**	**940.520.210**	**645.446.579**

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
10WL	11.580.000	79.456.000	79.373.303
12O1	50.000	0	0
12O2	50.000	0	0
146D	100.000.000	0	0
14LE	100.000	0	0
1H05	100.000	100.000	47.058
1H18	5.250.000	2.875.000	966.490
1H19	5.250.000	3.575.000	1.845.357
1I58	0	2.016.000	2.018.696
3414	6.876.651	8.110.000	6.600.581
Total	**129.256.651**	**96.132.000**	**90.851.485**

- **002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
125W	57.538.792	68.994.806	52.268.302

14KG	427.558	3.142.650	387.470
14KH	1.308.029	11.813.425	0
14KW	20.901.549	20.450.186	11.875.240
14KX	465.566	11.932.171	0
14MI	161.504.804	176.588.613	176.588.613
14MJ	98.664.196	126.348.005	112.313.539
1891	13.000.000	13.000.000	10.693.176
20OJ	444.641.195	235.757.021	199.833.780
2C47	287.851.500	287.851.500	205.693.315
2C49	10.850.000	6.346.500	4.644.481
2D61	412.703.079	368.703.079	138.539.187
2D94	9.198.925	18.116.717	13.467.228
3243	1.500.000	1.610.000	1.323.565
Total	**1.520.555.193**	**1.350.654.673**	**927.627.896**

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
10WO	3.336.661	3.921.110	3.861.998
11X8	40.647.085	16.946.370	4.841.050
11XE	59.000.000	30.002.907	15.258.938
11XI	133.600.000	125.121.431	105.959.048
11XU	169.100.000	145.619.649	114.135.564
11YL	220.000.000	190.000.000	189.649.824
Total	**625.683.746**	**511.611.467**	**433.706.422**

- **0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1379	1.500.000	1.516.667	500.000	0	0
Total	**1.500.000**	**1.516.667**	**500.000**	**0**	**0**

- **0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20A9	2.352.131	2.385.464	1.620.095	1.365.824	1.365.824
Total	**2.352.131**	**2.385.464**	**1.620.095**	**1.365.824**	**1.365.824**

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003Q - Regulação do Setor Elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	27.336.892	21.869.513	14.964.461	10.498.005	10.490.348
2C42	2.781.416	2.299.916	682.912	465.530	465.530
4699	1.958.963	1.958.963	523.184	504.015	504.015
4703	2.588.259	3.069.759	1.102.642	836.894	836.894
4880	31.497.463	36.964.841	28.332.590	18.897.839	18.529.937
Total	**66.162.993**	**66.162.992**	**45.605.790**	**31.202.283**	**30.826.725**

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4394	100.118.000	73.472.000	57.369.550
Total	**100.118.000**	**73.472.000**	**57.369.550**

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
105D	14.128.294	11.918.313	11.917.416
14KY	110.285.429	88.649.810	76.686.737
14KZ	95.935.409	59.100.000	47.991.504
14L0	16.885.150	11.943.551	10.953.217
14L1	14.077.849	12.384.329	15.165.948
14L7	354.525.038	243.791.403	166.129.069
20P0	19.352.518	19.882.816	12.502.238
20P2	35.463.598	12.143.845	2.992.383
20P3	54.585.013	14.555.163	13.418.482
20P5	41.093.565	14.604.052	6.945.371
20P7	37.979.939	14.230.828	10.111.545
20PA	5.600.000	4.585.548	4.333.240
20PC	9.560.243	2.203.451	1.029.275
20PD	45.965.223	12.696.779	12.652.013
20PI	136.997.722	106.013.486	94.797.938
2D89	77.305.900	43.193.468	30.635.518
3375	66.614.557	34.707.820	27.519.992
4881	46.823.340	41.065.136	39.963.411
6749	72.389.000	48.509.263	36.546.521
Total	**1.255.567.787**	**796.179.061**	**622.291.818**

- **01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20PE	66.771.269	50.123.419	36.025.907
20PF	82.983.635	52.148.430	50.206.882
20PL	9.042.000	2.970.000	2.739.268
20PM	6.600.000	1.648.918	1.203.540
2775	200.000	50.000	42.542
3267	22.610.000	13.457.656	11.865.815
Total	**188.206.904**	**120.398.423**	**102.083.954**

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01G1 - Manutenção do parque gerador de energia**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C63	2.496.000	3.781.000	3.824.725
20OG	1.450.000	0	0
20OM	42.086.993	60.255.996	58.948.548
3292	29.973.142	79.459.639	79.032.051
3372	30.225.144	57.911.230	44.721.798
3380	49.987.919	5.950.000	5.813.749
4467	51.850.000	48.050.000	18.383.530
4476	183.510.937	183.510.937	138.761.314
4477	401.355.390	224.701.210	131.403.445
4493	23.677.000	14.000.000	11.411.349
6556	152.608.000	144.834.000	124.929.881
7066	28.009.608	37.512.542	37.482.862
Total	**997.230.133**	**859.966.554**	**654.713.252**

- **01G2 - Manutenção do sistema de transmissão**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2D63	149.027.230	180.027.230	161.280.100
4462	126.000.000	103.617.000	44.732.406
4471	5.334.800	3.111.795	1.283.757
4478	432.472.158	242.621.810	193.888.380
Total	**712.834.188**	**529.377.835**	**401.184.643**

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AA	650.000	650.000	491.911	491.911	491.911

7S24	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	**2.650.000**	**2.650.000**	**491.911**	**491.911**	**491.911**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
2745	17.152.483	25.075.000	20.172.726
Total	**17.152.483**	**25.075.000**	**20.172.726**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**48.197**	**51.080**	**46.491**
Despesas Correntes	46.788	46.788	46.468
Despesas de Capital	1.409	4.292	23
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**34.540.367**	**33.276.176**	**32.104.015**
Totais	**34.588.564**	**33.327.256**	**32.150.506**

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4864	370.409.000	452.352.000	398.072.486
Total	**370.409.000**	**452.352.000**	**398.072.486**

- **004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	8.554.215.000	9.458.141.000	9.367.647.766
Total	**8.554.215.000**	**9.458.141.000**	**9.367.647.766**

- **004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12O9	6.992.541.000	4.370.739.000	4.343.329.278
Total	**6.992.541.000**	**4.370.739.000**	**4.343.329.278**

- **004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117R	1.751.418.000	781.792.000	766.027.578
Total	**1.751.418.000**	**781.792.000**	**766.027.578**

- **004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
119J	177.986.000	221.190.000	197.170.109
Total	**177.986.000**	**221.190.000**	**197.170.109**

- **004I - Implantação de Refinarias**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
125M	223.267.000	97.978.000	96.604.728
Total	**223.267.000**	**97.978.000**	**96.604.728**

- **004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
117S	1.230.000	451.000	16.755
146B	100.000	5.000.000.000	4.609.965.020
146C	966.938.000	333.245.000	319.905.696
1C60	182.461.000	105.985.000	104.627.059
1I88	41.700.000	8.569.000	7.826.252
2767	290.000.000	244.066.000	229.758.086
3157	53.913.000	179.760.000	174.892.098
4108	1.416.299.000	1.180.260.000	1.134.855.185
5085	0	391.273.000	391.272.595
Total	**2.952.641.000**	**7.443.609.000**	**6.973.118.746**

- **004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3135	579.876.000	336.673.000	323.042.496
Total	**579.876.000**	**336.673.000**	**323.042.496**

- **004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3161	1.287.051.000	1.712.180.000	1.655.579.153
Total	**1.287.051.000**	**1.712.180.000**	**1.655.579.153**

- **004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3155	1.935.409.000	1.498.217.000	1.489.694.223
Total	**1.935.409.000**	**1.498.217.000**	**1.489.694.223**

- **004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3129	728.733.000	570.769.000	569.581.860
Total	**728.733.000**	**570.769.000**	**569.581.860**

- **004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3125	1.297.508.000	763.156.000	734.066.586
Total	**1.297.508.000**	**763.156.000**	**734.066.586**

- **04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3143	885.420.000	607.713.000	587.926.921
Total	**885.420.000**	**607.713.000**	**587.926.921**

- **04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3151	232.841.000	386.278.000	342.670.115
Total	**232.841.000**	**386.278.000**	**342.670.115**

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L2 - Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8626	150.000	150.000	96.288	92.399	48.726
Total	**150.000**	**150.000**	**96.288**	**92.399**	**48.726**

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124I	4.152.000	9.657.000	6.541.158
124J	2.768.000	7.635.000	5.337.877
124N	4.498.000	7.778.000	5.760.024
124X	24.657.000	0	0
124Z	27.947.000	0	0
12LZ	68.270.000	51.663.000	6.499.930
20CA	6.747.000	5.100.000	170.849
Total	**139.039.000**	**81.833.000**	**24.309.838**

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1063	1.135.358.000	715.792.000	700.530.812
125Q	119.593.000	0	0
14VR	0	276.602.000	276.601.570
Total	**1.254.951.000**	**992.394.000**	**977.132.382**

- **00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
111R	132.371.000	247.443.000	247.275.651
111S	43.415.000	199.811.000	199.319.846
11SW	154.009.000	41.812.000	23.296.056
11UN	160.524.000	9.209.000	8.526.208
1C22	53.967.000	35.887.000	23.792.890
1C24	0	2.999.000	1.770.100
1I92	300.747.000	123.146.000	108.767.205
Total	**845.033.000**	**660.307.000**	**612.747.956**

- **00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2B38	74.390.000	169.351.000	164.195.549
2D37	18.165.000	40.000.000	33.766.929
4107	2.223.159.000	1.229.964.000	1.095.335.096
4451	223.625.000	327.947.000	282.778.373
Total	**2.539.339.000**	**1.767.262.000**	**1.576.075.947**

- **00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10SO	773.000	404.000	403.075
2787	400.754.000	479.149.000	479.030.566
2797	202.070.000	165.676.000	165.672.517
2799	185.499.000	89.234.000	89.230.616
2809	50.075.000	47.968.000	47.922.831
2B43	172.655.000	170.305.000	170.303.797
2B44	1.286.000	2.069.000	2.032.399
3348	2.900.000	870.000	866.795
Total	**1.016.012.000**	**955.675.000**	**955.462.596**

- **04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C59	776.678.000	117.918.000	113.754.483
Total	**776.678.000**	**117.918.000**	**113.754.483**

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023X - Regulação e fiscalização o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00EI	2.000	2.000	0	0	0
10TP	1.008.846	3.759.141	127.698	0	0
2391	45.945.966	46.079.300	45.942.904	45.433.231	44.113.729
6594	840.000	840.000	840.000	840.000	840.000
Total	**47.796.812**	**50.680.441**	**46.910.602**	**46.273.231**	**44.953.729**

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CY - Realizar estudos e projetos para estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LY	250.000	250.000	125.000	125.000	125.000
Total	**250.000**	**250.000**	**125.000**	**125.000**	**125.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**286.043**	**213.485**	**50.707**
Despesas Correntes	283.956	200.686	43.839
Despesas de Capital	2.088	12.800	6.869
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**46.200.690**	**48.795.711**	**48.716.662**
Totais	**46.486.733**	**49.009.196**	**48.767.369**

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2050	238.850.000	155.580.000	41.769.205	1.772.055	971.238
2379	14.038.100	23.671.433	22.994.350	19.260.254	16.796.544
Total	**252.888.100**	**179.251.433**	**64.763.555**	**21.032.309**	**17.767.782**

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OE	449.725.000	0	0
Total	**449.725.000**	**0**	**0**

- **004Z - Construção de Bases de Apoio I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LY	42.539.000	0	0
Total	**42.539.000**	**0**	**0**

- **0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1924	50.000.000	38.972.000	38.971.557

Total	**50.000.000**	**38.972.000**	**38.971.557**

- **0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
1I72	1.155.262.000	1.476.187.000	1.576.336.780
Total	**1.155.262.000**	**1.476.187.000**	**1.576.336.780**

- **0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
117Q	1.218.064.000	1.676.690.000	1.642.949.993
Total	**1.218.064.000**	**1.676.690.000**	**1.642.949.993**

- **0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146Q	389.250.000	606.199.000	608.056.112
Total	**389.250.000**	**606.199.000**	**608.056.112**

- **0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
10TF	1.557.000	42.697.000	39.198.452
14KK	364.054.000	281.582.000	250.176.353
2751	326.934.000	356.647.000	350.241.467
2761	2.553.295.000	2.937.532.000	2.898.154.690
2851	1.929.869.000	2.443.999.000	2.245.762.554
2D00	375.702.000	23.170.000	17.282.771
2D01	93.672.000	39.249.000	20.076.369
4109	2.453.639.000	2.291.494.000	2.127.899.006
4237	873.671.000	662.101.000	604.247.329
4869	31.747.000	13.637.000	8.082.983
8019	3.683.124.000	4.253.354.000	4.649.420.934
8055	52.021.000	12.362.000	11.066.831
Total	**12.739.285.000**	**13.357.824.000**	**13.221.609.739**

- **005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
130L	22.650.000	2.321.000	2.408.505
146K	598.550.000	410.000.000	335.042.411
14VS	0	81.838.000	72.741.143
20T7	67.380.000	32.906.000	28.138.303
Total	**688.580.000**	**527.065.000**	**438.330.362**

- **005B - Desenvolvimento do processo industrial de transformação química do gás natural em produtos de maior valor agregado e acessível aos diversos modais logísticos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12O5	9.993.000	6.975.000	6.844.133
Total	**9.993.000**	**6.975.000**	**6.844.133**

- **005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OP	1.242.329.000	1.474.471.000	1.262.421.045
Total	**1.242.329.000**	**1.474.471.000**	**1.262.421.045**

- **005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OR	526.654.000	344.547.000	312.086.076
Total	**526.654.000**	**344.547.000**	**312.086.076**

- **005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OU	5.505.973.000	4.362.482.000	5.273.837.006
Total	**5.505.973.000**	**4.362.482.000**	**5.273.837.006**

- **005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OS	4.120.684.000	3.264.878.000	3.013.136.656
Total	**4.120.684.000**	**3.264.878.000**	**3.013.136.656**

- **005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146J	0	261.700.000	261.695.477
146R	323.835.000	1.379.582.500	1.348.309.788
146S	160.566.000	170.006.000	117.053.201
4861	112.172.000	186.379.000	157.804.886
4867	7.895.000	11.534.500	8.445.468
8020	12.392.000	17.895.000	16.445.999
8022	45.746.000	40.292.000	34.328.418
Total	**662.606.000**	**2.067.389.000**	**1.944.083.237**

- **005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espirito Santo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

20OQ	3.670.558.000	5.459.294.000	4.721.486.719
Total	**3.670.558.000**	**5.459.294.000**	**4.721.486.719**

- **005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OT	1.079.325.000	931.466.000	916.919.345
Total	**1.079.325.000**	**931.466.000**	**916.919.345**

- **005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146F	9.924.392.000	9.775.276.000	10.299.325.398
Total	**9.924.392.000**	**9.775.276.000**	**10.299.325.398**

- **005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146G	780.811.000	1.317.325.000	1.367.094.283
Total	**780.811.000**	**1.317.325.000**	**1.367.094.283**

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2380	1.581.200	1.581.200	1.581.200	1.580.683	1.580.683
Total	**1.581.200**	**1.581.200**	**1.581.200**	**1.580.683**	**1.580.683**

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4860	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Total	**50.000**	**50.000**	**50.000**	**50.000**	**50.000**

- **0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124U	8.650.000	2.592.000	2.448.614
1O29	1.000.000	270.973.000	263.794.756
20LE	1.053.314.000	1.041.414.000	1.036.044.185
20OV	554.004.000	506.570.000	490.670.059
20OW	262.539.000	243.788.000	242.069.941
2D83	65.153.000	43.334.000	38.145.952
Total	**1.944.660.000**	**2.108.671.000**	**2.073.173.507**

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2381	15.033.180	15.776.514	15.033.180	14.633.180	14.031.838
6197	13.090.760	13.424.093	13.090.760	12.870.783	6.583.572
6596	400.200	402.200	391.871	391.871	391.871
Total	**28.524.140**	**29.602.807**	**28.515.811**	**27.895.834**	**21.007.280**

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LH	3.000.000	3.000.000	148.537	148.537	148.537
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**148.537**	**148.537**	**148.537**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.332.639**	**2.715.170**	**9.655**
Despesas Correntes	34.278	33.078	1.976
Despesas de Capital	2.298.361	2.682.092	7.679
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.332.639**	**2.715.170**	**9.655**

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZM - Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MD	3.250.000	3.250.000	306.477	0	0
Total	**3.250.000**	**3.250.000**	**306.477**	**0**	**0**

- **00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NR	8.750.000	8.831.667	237.500	0	0
Total	**8.750.000**	**8.831.667**	**237.500**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MC	1.250.000	1.250.000	849.672	116.994	116.994
8874	2.000.000	1.600.000	1.000.607	198.229	198.229
Total	**3.250.000**	**2.850.000**	**1.850.279**	**315.223**	**315.223**

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de**

redução da pobreza urbana

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8866	4.600.000	3.800.000	2.393.370	531.306	531.306
Total	**4.600.000**	**3.800.000**	**2.393.370**	**531.306**	**531.306**

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1D73	2.244.892.646	2.628.475.979	1.109.367.518	7.778.816	7.778.816
20NP	1.000.000	1.066.667	0	0	0
20NQ	2.550.000	2.550.000	0	0	0
4055	600.000	600.000	0	0	0
4420	1.588.905	1.588.905	1.059.817	1.009.285	1.004.733
7S30	28.500.000	28.500.000	0	0	0
7S33	32.947.125	32.947.125	0	0	0
8872	710.000	710.000	20.625	20.625	20.625
Total	**2.312.788.676**	**2.696.438.676**	**1.110.447.960**	**8.808.726**	**8.804.174**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.392.239**	**2.780.906**	**313.246**
Despesas Correntes	155.388	233.388	115.129
Despesas de Capital	1.236.851	2.547.519	198.117
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.392.239**	**2.780.906**	**313.246**

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SS	790.908.271	1.280.182.271	17.511.381	1.976.237	1.626.596
7S32	39.094.300	39.094.300	0	0	0
Total	**830.002.571**	**1.319.276.571**	**17.511.381**	**1.976.237**	**1.626.596**

- **027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13US	0	4.000.000	4.000.000	0	0
7L64	123.412.000	425.026.731	420.618.501	164.799.869	115.714.780
Total	**123.412.000**	**429.026.731**	**424.618.501**	**164.799.869**	**115.714.780**

- **027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5176	100.000	215.433.333	213.290.000	0	0
Total	**100.000**	**215.433.333**	**213.290.000**	**0**	**0**

- **0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SX	38.619.358	51.886.335	38.619.358	0	0
Total	**38.619.358**	**51.886.335**	**38.619.358**	**0**	**0**

- **0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

5754	58.662.315	85.328.982	58.662.295	9.123.991	7.017.184
Total	**58.662.315**	**85.328.982**	**58.662.295**	**9.123.991**	**7.017.184**

- **0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10SY	86.075.634	88.682.657	86.075.634	16.926.832	16.926.832
Total	**86.075.634**	**88.682.657**	**86.075.634**	**16.926.832**	**16.926.832**

- **0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10SZ	1.100.000	1.133.333	0	0	0
10T9	150.000	150.000	150.000	0	0
11IO	2.000.000	2.000.000	1.999.998	1.465.673	1.465.673
11J9	2.000.000	2.000.000	1.944.811	0	0
11JD	4.000.000	4.000.000	4.000.000	334.512	334.512
142W	227.000	250.227.000	250.000.000	3.467.264	3.467.264
142Y	200.000	200.000	0	0	0
14TT	0	4.550.000	0	0	0
5174	150.000	150.000	150.000	0	0
Total	**9.827.000**	**264.410.333**	**258.244.809**	**5.267.448**	**5.267.448**

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10T2	48.200.000	47.928.000	0	0	0
142U	660.000	660.000	367.050	22.492	22.492
14TS	0	1.327.000	0	0	0
1O34	300.000	300.000	300.000	0	0
Total	**49.160.000**	**50.215.000**	**667.050**	**22.492**	**22.492**

- **029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10ST	32.856.416	33.439.749	3.511.320	0	0
Total	**32.856.416**	**33.439.749**	**3.511.320**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	800.000	1.066.667	0	0	0
Total	**800.000**	**1.066.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SR	2.000.000	1.550.000	1.000.000	0	0
123N	100.000	133.333	0	0	0
142V	500.000	500.000	0	0	0
20YB	0	833.334	0	0	0
2D49	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**3.600.000**	**4.016.667**	**1.000.000**	**0**	**0**

- **02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142X	735.500	735.500	0	0	0
4398	5.900.000	5.900.000	5.881.689	0	0
Total	**6.635.500**	**6.635.500**	**5.881.689**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YZ	0	1.000.000	0	0	0
4410	113.178.000	88.178.000	85.178.000	85.178.000	73.359.408
6622	7.000.000	7.000.000	82.890	0	0
8028	7.669.800	7.669.800	5.187.946	5.027.884	1.186.321
8487	2.100.000	15.100.000	2.000.000	1.803.913	1.803.913
Total	**129.947.800**	**118.947.800**	**92.448.837**	**92.009.797**	**76.349.641**

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4414	7.540.000	7.540.000	7.540.000	7.313.218	2.297.319
4641	15.000.000	105.000.000	105.000.000	15.806.134	15.088.796
Total	**22.540.000**	**112.540.000**	**112.540.000**	**23.119.352**	**17.386.115**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.910.190**	**18.908.410**	**4.207.657**
Despesas Correntes	329.702	326.902	107.155
Despesas de Capital	13.580.488	18.581.508	4.100.502
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.910.190**	**18.908.410**	**4.207.657**

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DD	213.832.146	302.832.146	302.689.043	136.891.980	134.323.116
20DE	288.455.284	299.955.284	299.955.282	57.816.484	57.645.516
20DW	354.404.480	264.404.480	264.272.794	21.899.940	21.886.805
20DZ	39.903.204	24.903.204	24.903.204	4.213.594	4.213.594
20VI	0	260.000.000	0	0	0
Total	**896.595.114**	**1.152.095.114**	**891.820.323**	**220.821.998**	**218.069.031**

- **009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DU	323.190.100	362.190.100	362.190.098	42.180.332	41.378.979
20E2	112.968.343	45.968.343	45.968.343	11.595.376	10.372.946
20E3	219.453.260	266.453.260	266.440.933	35.131.001	32.762.403
20E4	19.152.006	19.152.006	19.152.006	4.597.908	4.566.434
20E5	231.423.263	298.650.747	298.650.745	49.868.020	47.963.306
20E6	111.958.415	111.958.415	111.958.415	14.132.341	11.221.122
20E7	121.714.106	121.714.106	121.714.066	5.849.215	5.849.188
20E8	129.276.040	169.276.040	169.275.882	3.060.538	3.060.538
20ED	136.458.042	136.458.042	136.326.012	22.373.982	21.389.046
20VJ	0	486.666.667	0	0	0
Total	**1.405.593.575**	**2.018.487.726**	**1.531.676.500**	**188.788.715**	**178.563.962**

- **009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DF	138.852.043	158.852.043	158.844.867	17.811.061	17.624.644
20DQ	40.698.013	54.698.013	54.698.013	0	0

20DR	203.490.063	203.490.063	203.360.226	26.047.689	25.953.116
20DS	169.500.000	189.500.000	189.500.000	87.621.402	87.621.402
20DT	62.244.019	50.244.019	50.244.019	4.582.150	4.582.150
20DV	99.753.223	134.253.223	134.253.222	24.852.724	23.870.711
20EB	102.637.282	122.637.282	122.637.281	60.458.998	60.193.431
20VK	0	388.333.333	0	0	0
Total	**817.174.643**	**1.302.007.976**	**913.537.628**	**221.374.025**	**219.845.454**

- **009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1F40	0	17.081.650	12.117.971	11.706.206	11.706.206
20DY	18.357.198	18.357.198	18.357.196	1.573.694	1.573.694
20E0	64.638.020	64.638.020	64.638.017	6.622.125	6.169.021
20E1	728.213.993	888.213.993	888.213.988	265.550.605	262.967.067
20EC	94.965.221	114.965.221	114.694.210	28.899.740	28.899.740
20VL	0	298.333.333	0	0	0
Total	**906.174.432**	**1.401.589.415**	**1.098.021.381**	**314.352.369**	**311.315.727**

- **009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20DX	256.158.079	256.158.079	256.158.071	36.242.286	35.930.168
20E9	375.858.116	266.558.116	265.426.432	44.906.078	44.905.545
20EA	176.361.246	196.361.246	196.229.560	13.318.309	13.315.421
20VM	0	233.333.333	0	0	0
Total	**808.377.441**	**952.410.774**	**717.814.063**	**94.466.673**	**94.151.134**

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2907	48.686.918	46.686.918	43.905.526	34.309.399	33.815.847
6391	100.000	100.000	0	0	0
7730	100.000	100.000	0	0	0
Total	**48.886.918**	**46.886.918**	**43.905.526**	**34.309.399**	**33.815.847**

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

7I40	279.840.000	752.620.789	657.840.000	396.883.740	396.840.112
Total	**279.840.000**	**752.620.789**	**657.840.000**	**396.883.740**	**396.840.112**

- **009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7624	369.299.568	495.966.235	369.299.273	83.458.227	82.899.864
Total	**369.299.568**	**495.966.235**	**369.299.273**	**83.458.227**	**82.899.864**

- **009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
105S	0	83.333.333	0	0	0
13X9	0	333.333	0	0	0
Total	**0**	**83.666.666**	**0**	**0**	**0**

- **009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
105T	957.600	42.107.600	29.107.598	13.864.530	13.478.181
Total	**957.600**	**42.107.600**	**29.107.598**	**13.864.530**	**13.478.181**

- **00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7435	79.486.763	217.113.317	185.445.939	153.386.986	152.785.798
Total	**79.486.763**	**217.113.317**	**185.445.939**	**153.386.986**	**152.785.798**

- **00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
3766	957.600	50.024.267	32.157.600	6.734.783	6.734.783
Total	**957.600**	**50.024.267**	**32.157.600**	**6.734.783**	**6.734.783**

- **00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1208	168.537.652	572.070.985	433.737.652	192.680.948	191.341.435
Total	**168.537.652**	**572.070.985**	**433.737.652**	**192.680.948**	**191.341.435**

- **00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
110Q	112.640.000	96.640.000	47.841.762	8.145.215	8.079.745
110R	122.572.838	235.239.505	168.572.838	129.755.375	129.256.006
1K19	957.600	990.933	957.600	957.600	957.600

Total	**236.170.438**	**332.870.438**	**217.372.200**	**138.858.190**	**138.293.350**

- **00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13X7	0	333.333	0	0	0
Total	**0**	**333.333**	**0**	**0**	**0**

- **00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10KV	15.271.707	3.000.000	0	0	0
1K53	957.600	38.324.267	31.657.600	3.531.391	3.531.391
7L04	137.280.000	392.480.000	292.480.000	40.033.975	40.030.339
Total	**153.509.307**	**433.804.267**	**324.137.600**	**43.565.367**	**43.561.730**

- **00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10L1	191.520.059	293.832.112	210.498.779	41.128.745	41.128.745
14L8	0	333.333	0	0	0
7M76	71.380.000	1.734.613	1.401.280	0	0
Total	**262.900.059**	**295.900.058**	**211.900.059**	**41.128.745**	**41.128.745**

- **00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10J6	11.299.683	1.633.016	1.299.683	0	0
13XJ	0	16.666.667	0	0	0
Total	**11.299.683**	**18.299.683**	**1.299.683**	**0**	**0**

- **00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10IX	143.640.044	103.640.044	1.949.923	0	0
Total	**143.640.044**	**103.640.044**	**1.949.923**	**0**	**0**

- **00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7530	19.630.806	103.630.806	19.630.806	0	0
Total	**19.630.806**	**103.630.806**	**19.630.806**	**0**	**0**

- **00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

10M9	51.624.436	106.257.769	96.624.436	34.191.830	31.025.874
113J	15.365.425	698.758	99.576	26.867	26.867
114A	1.550.000	550.000	170.000	29.824	29.824
123U	81.312.000	47.000.000	0	0	0
127H	76.608.024	84.941.357	76.608.024	0	0
12IW	40.219.212	23.333.333	0	0	0
12JL	16.087.685	22.087.685	2.000.000	0	0
12JT	38.304.012	42.204.012	28.304.012	0	0
12KF	14.364.004	27.697.337	14.364.004	0	0
1304	105.600.000	128.466.667	123.099.999	44.567.538	44.567.538
1310	957.600	10.957.600	764.000	384.918	384.918
13NC	1.000.000	3.966.667	0	0	0
13UU	1.000.000	3.766.667	1.000.000	0	0
13X6	0	333.333	0	0	0
13XL	4.967.923	333.333	0	0	0
13Y2	16.087.685	16.754.352	0	0	0
13YM	2.000.000	10.000.000	0	0	0
14K8	5.050.000	9.413.020	5.400.024	4.272.667	4.272.667
14K9	700.000	700.000	0	0	0
14UV	0	26.333.333	0	0	0
14W9	0	10.500.000	0	0	0
14WB	0	10.380.000	0	0	0
14WE	0	9.057.000	0	0	0
1558	18.098.646	9.058.560	23.559	23.559	23.559
1K23	88.000.000	96.400.000	87.999.999	21.963.321	21.963.321
7542	6.880.000	7.213.333	6.880.000	2.019.710	2.019.710
7560	957.600	1.290.933	0	0	0
7626	957.600	16.457.600	8.936.138	2.836.033	2.682.410
7E90	83.461.101	158.527.768	132.261.101	83.000.000	83.000.000
7G66	0	18.333.333	0	0	0
7M63	957.600	21.290.933	20.957.600	738.530	738.530
7M69	957.600	1.290.933	0	0	0
7M71	29.568.000	70.000.000	0	0	0
7M83	9.576.003	14.142.670	970.000	74.444	74.444
7M88	61.319.069	43.087.893	21.754.560	0	0
7R82	10.000.000	10.000.000	2.473.096	782.492	782.492
7S29	13.440.000	13.440.000	0	0	0
7S35	6.100.000	6.100.000	0	0	0
7S36	30.000.000	30.000.000	12.000.000	0	0
7S37	16.700.000	16.700.000	0	0	0
7S50	70.131.000	70.131.000	0	0	0
7S53	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7S60	22.000.000	22.000.000	0	0	0
7S66	19.700.000	52.800.000	34.700.000	3.592.290	3.592.290
7S68	25.000.000	23.000.000	0	0	0
7S69	22.100.000	22.100.000	0	0	0
7S70	29.474.851	29.474.851	0	0	0
7S71	43.747.125	43.747.125	15.000.000	203.052	203.052
7S72	27.108.234	27.108.234	0	0	0

7S73	55.000.000	55.000.000	0	0	0
7S74	40.500.000	40.500.000	0	0	0
7S75	26.500.000	12.400.000	0	0	0
7S76	50.900.000	50.900.000	0	0	0
7S82	30.500.000	30.500.000	0	0	0
7S85	15.000.000	15.000.000	8.067.908	1.699.528	1.699.528
7S89	30.000.000	38.100.000	8.100.000	0	0
7S90	30.000.000	35.000.000	9.126.000	0	0
7S91	30.000.000	30.000.000	0	0	0
7T07	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T36	0	1.500.000	0	0	0
Total	**1.430.432.435**	**1.741.327.389**	**717.684.035**	**200.406.601**	**197.087.023**

- **04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S56	72.200.000	72.200.000	0	0	0
Total	**72.200.000**	**72.200.000**	**0**	**0**	**0**

- **04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S63	49.351.000	40.351.000	0	0	0
Total	**49.351.000**	**40.351.000**	**0**	**0**	**0**

- **04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S64	106.091.000	106.091.000	0	0	0
Total	**106.091.000**	**106.091.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1214	154.880.000	206.880.000	154.879.812	10.135.105	10.135.105
Total	**154.880.000**	**206.880.000**	**154.879.812**	**10.135.105**	**10.135.105**

- **00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10JQ	120.657.637	105.508.116	27.508.116	0	0
Total	**120.657.637**	**105.508.116**	**27.508.116**	**0**	**0**

- **00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KT	21.315.704	100.515.704	90.639.800	61.316.004	61.316.004
10L3	19.152.006	9.485.339	151.695	0	0
12IA	957.600	1.257.600	48.623	0	0
12JU	19.152.006	27.152.006	19.152.006	6.200.000	6.200.000
14WA	0	9.100.000	0	0	0
14WC	0	9.750.000	0	0	0
14WD	0	8.000.000	0	0	0
14WF	0	9.300.000	0	0	0
3E49	1.053.360	33.886.693	26.053.360	0	0
3E56	13.310.644	18.310.644	13.310.644	1.760.000	1.760.000
Total	**74.941.320**	**226.757.986**	**149.356.128**	**69.276.004**	**69.276.004**

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UL	957.600	1.290.933	0	0	0
13XH	0	333.333	0	0	0
7M95	154.880.000	37.500.000	0	0	0
Total	**155.837.600**	**39.124.266**	**0**	**0**	**0**

- **00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K17	94.898.189	371.554.847	348.221.514	210.126.259	210.126.259
3E50	80.438.425	46.017.407	25.295.890	1.911.632	1.473.273
7630	1.053.360	11.286.693	0	0	0
Total	**176.389.974**	**428.858.947**	**373.517.404**	**212.037.891**	**211.599.532**

- **00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	593.950.129	739.783.462	593.950.129	591.962.540	591.962.540
Total	**593.950.129**	**739.783.462**	**593.950.129**	**591.962.540**	**591.962.540**

- **00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113I	0	333.333	0	0	0
113V	19.152.006	32.085.339	27.152.006	24.196.102	24.196.102
113X	3.400.000	25.666.667	15.797.543	7.537.995	7.537.995

11WB	0	13.300.000	0	0	0
123S	957.600	6.624.267	957.600	0	0
12ER	957.600	5.057.600	2.957.600	0	0
12JV	40.314.972	17.733.333	0	0	0
12KB	6.224.402	8.557.735	0	0	0
12KY	48.400.000	38.733.333	38.400.000	37.177.140	37.177.140
12MK	26.674.387	12.074.387	11.000.000	7.978.967	7.978.967
13XZ	23.940.007	14.773.340	8.940.007	0	0
14K4	4.050.000	4.050.000	0	0	0
14K5	100.000	100.000	0	0	0
14LV	0	27.404.012	20.304.012	0	0
14W7	0	11.400.000	0	0	0
5789	3.000.000	2.500.000	0	0	0
7I71	0	333.333	0	0	0
7I74	14.364.004	27.630.671	14.364.004	12.008.685	12.008.685
7L03	76.703.784	92.037.117	76.703.784	69.206.695	69.206.695
7M68	38.304.012	0	0	0	0
7M91	957.600	34.690.933	20.957.600	430.855	430.855
7M92	6.880.000	22.321.467	20.547.316	16.721.587	16.550.059
7M93	2.000.000	1.500.000	0	0	0
7N84	957.600	2.490.933	945.419	615.468	596.659
7S43	15.000.000	15.000.000	0	0	0
7S47	50.900.000	50.900.000	0	0	0
7S51	21.200.000	32.030.000	0	0	0
7S52	7.904.115	7.904.115	0	0	0
7S54	22.940.000	22.940.000	8.000.000	5.749.883	5.749.883
7S58	43.000.000	43.000.000	0	0	0
7S65	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7S67	28.100.000	28.100.000	0	0	0
7S80	41.900.000	41.900.000	0	0	0
7S97	41.300.000	41.300.000	0	0	0
Total	**595.582.089**	**690.471.915**	**267.026.890**	**181.623.377**	**181.433.039**

- **00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
115T	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
115Y	500.000	500.000	0	0	0
11Z7	14.459.764	11.333.333	0	0	0
11Z9	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.237.879	1.237.879
11ZA	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0
11ZC	957.600	6.857.600	0	0	0
11ZK	2.000.000	2.666.667	0	0	0
11ZS	7.000.000	6.833.333	1.385.000	0	0
128Y	0	360.000	0	0	0
12FO	7.421.402	3.754.735	3.215.430	3.024.322	2.981.391
12H0	9.576.003	4.933.333	0	0	0
12HH	8.618.403	4.366.667	0	0	0

12IX	19.152.006	33.818.673	19.152.006	0	0
12IZ	26.573.408	16.906.741	13.050.000	365.696	365.696
12KG	19.152.006	26.333.333	0	0	0
12MJ	7.660.802	394.135	0	0	0
13NJ	6.000.000	14.166.667	9.519.214	5.987.818	5.987.818
13OT	0	333.333	0	0	0
13SQ	0	11.521.000	10.970.144	0	0
13XW	49.795.215	50.995.215	47.878.110	13.717.127	13.717.127
13Y0	8.043.842	43.842	0	0	0
13ZD	4.000.000	4.000.000	3.000.000	0	0
14JY	700.000	700.000	0	0	0
14JZ	100.000	100.000	80.000	0	0
14K0	550.000	550.000	0	0	0
14K1	2.000.000	2.000.000	1.900.976	0	0
14K2	600.000	933.333	0	0	0
14K3	6.000.000	6.333.333	4.485.000	289.989	289.989
7N81	4.800.000	18.133.333	16.800.000	0	0
7N88	6.500.000	7.833.333	6.500.000	891.123	891.123
7P87	32.271.130	81.604.463	66.271.130	56.304.138	56.304.138
7R27	957.600	1.290.933	0	0	0
7R65	0	1.300.000	0	0	0
7S25	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7S55	37.032.192	37.032.192	0	0	0
7S81	47.500.000	38.500.000	0	0	0
7S86	900.000	900.000	0	0	0
7S92	5.000.000	5.000.000	0	0	0
7S96	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	**350.321.373**	**416.829.527**	**212.707.009**	**81.818.091**	**81.775.160**

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00B6 - Construção da BR-135/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1C09	53.146.816	50.447.333	447.333	0	0
Total	**53.146.816**	**50.447.333**	**447.333**	**0**	**0**

- **00B9 - Construção da BR-163/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1490	352.000.000	474.400.000	351.599.971	137.493.946	137.333.864
Total	**352.000.000**	**474.400.000**	**351.599.971**	**137.493.946**	**137.333.864**

- **00BB - Construção da BR-235/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

7F51	38.304.012	105.515.550	18.915.549	15.941.028	15.941.028
Total	**38.304.012**	**105.515.550**	**18.915.549**	**15.941.028**	**15.941.028**

- **00BE - Construção de rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10IW	66.352.000	43.137.684	36.804.350	23.249.303	23.249.303
10KK	27.136.428	103.803.095	57.136.427	24.131.846	24.131.846
110Z	957.600	957.600	67.218	0	0
111J	1.915.201	19.248.534	18.915.201	16.645.520	16.645.520
113L	1.000.000	1.000.000	412.666	0	0
113R	957.600	2.890.933	0	0	0
11VA	18.246.761	20.246.761	10.246.761	4.928.959	4.317.619
128W	28.728.009	35.000.009	0	0	0
12JG	30.834.730	34.168.063	1.000.000	0	0
12JW	0	8.333.333	0	0	0
12L0	28.728.009	8.100.009	0	0	0
13SL	0	1.666.667	0	0	0
13UW	3.540.000	5.206.667	0	0	0
13WQ	0	333.333	0	0	0
13XG	7.920.000	1.286.667	0	0	0
13XQ	1.915.201	2.248.534	0	0	0
14K6	2.000.000	2.000.000	0	0	0
14K7	3.100.000	3.100.000	0	0	0
14P8	0	1.500.000	0	0	0
14W8	0	9.450.000	0	0	0
14WG	0	10.233.000	0	0	0
1B99	17.236.805	20.470.138	17.167.169	11.188.247	11.188.247
1D70	18.385.926	3.275.783	208.446	0	0
1J59	1.915.201	30.548.534	1.913.317	457.194	457.194
5E15	47.880.015	49.880.015	10.093.277	6.469.257	6.469.257
7152	4.021.921	37.655.254	21.021.921	9.304.498	9.304.498
7441	48.263.055	21.227.130	4.560.412	474.043	454.827
7474	10.578.386	25.178.386	22.565.366	8.780.719	8.780.719
7E79	47.880.015	79.213.348	47.880.015	11.280.523	11.280.523
7E87	61.842.336	47.075.669	36.842.336	0	0
7G16	16.087.685	4.674.352	0	0	0
7H16	40.000.000	40.000.000	0	0	0
7J39	2.000.000	10.233.333	7.900.000	0	0
7K23	101.601.391	60.457.572	35.457.571	9.668.761	9.668.761
7M32	1.000.000	12.000.000	0	0	0
7M33	5.900.000	0	0	0	0
7M50	3.000.000	4.666.667	2.999.900	0	0
7M65	21.067.206	7.392.768	7.059.435	5.985.352	5.985.352
7M66	20.935.864	10.035.864	1.935.864	0	0
7M78	11.970.004	972.644	805.977	0	0
7M79	11.970.004	22.639.352	22.472.684	22.472.684	22.472.684
7M81	44.000.000	8.916.667	4.750.000	2.701.723	2.701.723

7N22	40.219.212	25.485.879	25.000.000	25.000.000	25.000.000
7N85	4.213.441	16.666.667	0	0	0
7S38	8.032.000	8.032.000	0	0	0
7S40	100.500.000	100.500.000	0	0	0
7S48	7.641.916	7.641.916	0	0	0
7S57	82.240.000	72.740.000	0	0	0
7S59	43.000.000	43.000.000	0	0	0
7S61	22.000.000	22.000.000	0	0	0
7S62	30.500.000	30.500.000	0	0	0
7S77	46.500.000	46.500.000	0	0	0
7S78	59.840.000	59.840.000	986.577	0	0
7S79	65.300.000	65.300.000	0	0	0
7S84	50.000.000	50.000.000	0	0	0
7T08	31.340.000	31.340.000	0	0	0
7T09	0	2.000.000	0	0	0
Total	**1.352.193.922**	**1.391.970.827**	**396.202.891**	**182.738.628**	**182.108.073**

- **04AE - Construção da BR-448/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10L7	198.440.000	353.240.000	314.640.000	113.730.010	113.730.010
Total	**198.440.000**	**353.240.000**	**314.640.000**	**113.730.010**	**113.730.010**

- **04AK - Construção da BR-122/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S83	10.860.000	10.860.000	0	0	0
Total	**10.860.000**	**10.860.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BG - Construção da BR-364/AC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1422	957.600	90.457.600	89.000.000	40.661.000	40.661.000
Total	**957.600**	**90.457.600**	**89.000.000**	**40.661.000**	**40.661.000**

- **00BH - Construção da BR-429/RO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
113Y	90.014.428	73.420.016	69.420.016	34.513.176	34.513.176
Total	**90.014.428**	**73.420.016**	**69.420.016**	**34.513.176**	**34.513.176**

- **00BI - Construção de pontes internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110O	31.189.746	39.049.702	0	0	0
112N	28.728.009	15.000.000	0	0	0
126R	9.576.003	19.142.670	409.865	0	0
Total	**69.493.758**	**73.192.372**	**409.865**	**0**	**0**

- **00BJ - Construção de rodovias fronteiriças**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13YK	0	13.833.333	0	0	0
1418	40.219.212	57.219.212	40.219.212	4.000.000	4.000.000
7M64	5.300.000	5.300.000	3.804.000	538.121	538.121
Total	**45.519.212**	**76.352.545**	**44.023.212**	**4.538.121**	**4.538.121**

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KR	110.000.000	165.000.000	109.999.999	38.172.441	38.172.441
110I	110.000.000	140.000.000	110.000.000	16.352.668	16.352.668
111D	1.320.000	16.486.667	7.105.531	910.668	910.668
Total	**221.320.000**	**321.486.667**	**227.105.530**	**55.435.777**	**55.435.777**

- **00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1248	99.358.454	21.858.454	15.615.046	6.410.580	6.410.580
Total	**99.358.454**	**21.858.454**	**15.615.046**	**6.410.580**	**6.410.580**

- **00BP - Construção de rodovias de integração nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1428	993.584	9.326.917	0	0	0
7242	80.500.000	24.556.658	12.889.991	0	0
Total	**81.493.584**	**33.883.575**	**12.889.991**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

113K	957.600	1.290.933	0	0	0
113U	880.000	880.000	0	0	0
14OQ	0	333.333	0	0	0
1D02	43.475.053	17.000.000	0	0	0
7I84	81.601.915	82.742.594	67.742.512	49.291.003	49.291.003
7K18	65.800.000	74.100.000	65.800.000	1.182.412	1.182.412
7L92	76.608.024	27.608.024	2.353.266	0	0
7M51	17.907.126	17.907.126	312.000	226.408	226.408
7N41	1.300.000	2.300.000	2.300.000	0	0
7S41	13.000.000	13.000.000	0	0	0
7S42	13.000.000	13.000.000	0	0	0
7S93	10.000.000	10.000.000	0	0	0
7S95	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	**326.029.718**	**261.662.010**	**138.507.778**	**50.699.823**	**50.699.823**

- **00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14MW	0	1.386.840	0	0	0
7N45	750.000	750.000	750.000	0	0
7S39	35.000.000	35.000.000	0	0	0
7S88	6.700.000	7.033.333	0	0	0
7T10	0	1.500.000	0	0	0
Total	**42.450.000**	**45.670.173**	**750.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2346	28.450.000	27.650.000	23.817.411	17.667.038	17.182.285
2347	4.500.000	4.500.000	3.628.258	2.202.147	2.002.747
Total	**32.950.000**	**32.150.000**	**27.445.669**	**19.869.185**	**19.185.031**

- **00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2036	152.800.000	152.800.000	148.673.557	7.235.763	7.235.763
4482	500.000	500.000	0	0	0
Total	**153.300.000**	**153.300.000**	**148.673.557**	**7.235.763**	**7.235.763**

- **00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
108X	137.192.000	33.333.333	0	0	0

2325	100.000.000	100.000.000	99.935.077	46.455.486	44.651.935
Total	**237.192.000**	**133.333.333**	**99.935.077**	**46.455.486**	**44.651.935**

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WJ - Realização de estudos e projetos para o modal rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7T05	15.500.000	15.500.000	0	0	0
Total	**15.500.000**	**15.500.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**486.905**	**544.772**	**68.994**
Despesas Correntes	126.305	92.355	35.220
Despesas de Capital	360.600	452.417	33.774
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.070.246**	**1.391.893**	**382.938**
Totais	**1.557.151**	**1.936.665**	**451.933**

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11XL	0	1.333.333	0	0	0
122A	15.000.000	0	0	0	0
122E	44.000.000	21.000.000	2.898.283	158.858	158.858
122H	1.000.000	1.333.333	0	0	0
122I	20.000.000	82.266.667	68.160.000	1.975.191	1.975.191
122J	0	300.000	0	0	0
122K	10.000.000	24.566.667	7.250.000	0	0
122O	12.000.000	16.400.000	0	0	0
12DG	10.000.000	12.000.000	10.000.000	0	0
12IV	0	666.667	0	0	0
12Y0	8.000.000	2.083.333	0	0	0
12Y1	10.000.000	1.800.000	0	0	0
131L	0	666.667	0	0	0
14UD	0	666.667	0	0	0
211J	0	36.000.000	0	0	0
Total	**130.000.000**	**201.083.334**	**88.308.283**	**2.134.049**	**2.134.049**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10OK	15.000.000	23.200.000	23.122.425
143N	0	5.100.000	0
3E66	0	44.000.000	13.882.925
3E69	9.000.000	20.127.828	18.140.208
Total	**24.000.000**	**92.427.828**	**55.145.558**

- **00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122L	15.000.000	12.000.000	0	0	0
Total	**15.000.000**	**12.000.000**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7376	1.448.298	1.155.309	0
Total	**1.448.298**	**1.155.309**	**0**

- **00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122B	0	150.000	0	0	0
Total	**0**	**150.000**	**0**	**0**	**0**

- **00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	0	1.533.333	0	0	0
Total	**0**	**1.533.333**	**0**	**0**	**0**

- **04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122A	0	14.000.000	0	0	0
Total	**0**	**14.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143F	17.823.443	25.014.662	0
143L	7.000.000	4.000.000	0
144E	1.200.000	0	0
144H	0	2.200.000	0
144Y	1.400.725	1.400.725	0
144Z	19.797.676	10.319.125	0
147D	200.000	2.310.551	853.042
Total	**47.421.844**	**45.245.063**	**853.042**

- **00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
122T	10.000.000	10.000.000	0
1C66	44.078.863	55.883.549	32.286.766
1C67	14.111.751	14.111.751	67.219
Total	**68.190.614**	**79.995.300**	**32.353.985**

- **00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122Z	21.040.000	22.376.667	21.040.000	13.000.000	13.000.000
12K7	25.000.000	8.616.667	1.950.000	0	0
7L25	30.000.000	14.443.333	0	0	0
7Q62	2.000.000	2.000.000	0	0	0
7S17	30.500.000	30.500.000	0	0	0
Total	**108.540.000**	**77.936.667**	**22.990.000**	**13.000.000**	**13.000.000**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12L7	3.200.000	3.332.076	1.188.057
12L8	5.400.000	12.700.000	0
12LG	96.000.000	98.900.000	0
12LM	18.500.000	24.500.000	7.700.196
12LN	5.600.000	11.000.000	0
142Z	1.500.000	3.061.234	1.681.299
143I	5.675.680	4.000.000	2.106.714
143J	6.946.280	10.946.280	0
144A	3.900.000	5.476.366	262.129
144X	2.500.000	2.500.000	0
Total	**149.221.960**	**176.415.956**	**12.938.395**

- **00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LQ	37.190.000	41.190.000	0
12LS	7.200.000	0	0
12NJ	20.000.000	20.000.000	0
12NK	15.000.000	10.829.795	0
Total	**79.390.000**	**72.019.795**	**0**

- **00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10NP	4.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138S	2.000.000	32.000.000	0	0	0
Total	**2.000.000**	**32.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143B	1.840.000	1.840.000	0
143D	15.000.000	15.000.000	0
3E79	56.061.900	112.023.112	92.011.830
Total	**72.901.900**	**128.863.112**	**92.011.830**

- **00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11XC	1.000.000	1.000.000	0	0	0
128N	51.450.000	15.516.667	0	0	0
138M	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Total	**54.450.000**	**18.516.667**	**2.000.000**	**2.000.000**	**2.000.000**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11HG	1.358.000	0	0
12LK	8.000.000	14.000.000	67.500
143O	1.020.000	3.000.000	2.984.208
143Q	2.000.000	3.905.000	1.905.000
143R	4.850.000	3.800.000	1.436.673
144J	1.000.000	1.000.000	570.000
144K	1.000.000	1.000.000	0
144L	500.000	697.798	0
147E	1.500.000	2.916.220	326.982
7390	1.760.000	1.760.000	0
Total	**22.988.000**	**32.079.018**	**7.290.363**

- **00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14WI	0	20.600.000	0	0	0
Total	**0**	**20.600.000**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143A	2.600.000	5.681.405	2.753.302
143G	8.729.120	3.700.580	1.404.360
143S	2.124.464	3.486.190	100.180
143U	300.000	0	0
143V	1.000.000	1.000.000	0
143Y	37.015.328	28.096.207	13.041.780
144R	1.000.000	3.031.588	526.442
144T	8.000.000	2.335.000	180.595
144U	600.000	950.000	383.246
144V	500.000	5.030.881	2.717.016
144W	4.200.000	0	0

145B	11.818.003	14.911.953	571.700
145D	8.314.890	5.570.493	2.178.200
145H	4.508.556	20.320.682	1.802.349
145U	3.000.000	28.668.381	7.942.029
14N0	0	1.000.000	0
Total	**93.710.361**	**123.783.360**	**33.601.199**

- **00KT - Estudos para infraestrutura portuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SJ	1.200.000	1.200.000	0	0	0
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
11WH	2.000.000	4.557.437	329.775
20HL	8.802.982	22.502.585	852.784
Total	**10.802.982**	**27.060.022**	**1.182.559**

- **048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
11X0	25.810.000	19.701.918	11.359.508
Total	**25.810.000**	**19.701.918**	**11.359.508**

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12JQ	12.000.000	18.186.667	16.640.000	16.640.000	16.640.000
Total	**12.000.000**	**18.186.667**	**16.640.000**	**16.640.000**	**16.640.000**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LL	26.000.000	32.000.000	8.675.402
12LO	79.500.000	126.500.000	66.126.638
12LP	30.541.869	45.700.000	25.143.754
12LR	88.400.000	119.900.000	35.656.760
Total	**224.441.869**	**324.100.000**	**135.602.554**

- **00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LI	211.000.000	210.444.866	0
Total	**211.000.000**	**210.444.866**	**0**

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122X	25.500.000	18.250.000	18.250.000	4.547.221	4.547.221
12KP	3.000.000	500.000	500.000	0	0
12KQ	4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.500.000	2.500.000
138T	1.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	**34.000.000**	**25.250.000**	**23.250.000**	**7.047.221**	**7.047.221**

- **00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KR	1.000.000	2.500.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**2.500.000**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KJ	9.000.000	28.250.000	0
14KL	4.500.000	4.500.000	0
14KM	7.000.000	7.000.000	0
Total	**20.500.000**	**39.750.000**	**0**

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00OM - Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138U	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KS	24.700.000	12.700.000	12.700.000	12.700.000	0

138Y	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**25.700.000**	**13.700.000**	**12.700.000**	**12.700.000**	**0**

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20B9	19.500.000	20.100.000	14.028.478	497.808	497.808
20SK	8.815.200	8.815.200	4.615.200	0	0
8785	15.000.000	17.500.000	15.424.366	14.975.161	13.908.541
Total	**43.315.200**	**46.415.200**	**34.068.044**	**15.472.969**	**14.406.348**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20HM	13.417.876	11.891.683	124.050
Total	**13.417.876**	**11.891.683**	**124.050**

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01H9 - Reestruturação de instalações portuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
138O	9.000.000	9.000.000	0	0	0
Total	**9.000.000**	**9.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LJ	5.000.000	6.959.877	475.341
Total	**5.000.000**	**6.959.877**	**475.341**

- **01HB - Implantação de novos portos organizados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S16	46.500.000	46.500.000	0	0	0
Total	**46.500.000**	**46.500.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**460.994**	**640.897**	**19.373**
Despesas Correntes	10.453	20.953	1.540
Despesas de Capital	450.541	619.944	17.833
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**460.994**	**640.897**	**19.373**

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HL	3.830.401	10.497.068	3.830.401	0	0
Total	**3.830.401**	**10.497.068**	**3.830.401**	**0**	**0**

- **00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12J1	9.767.523	16.700.856	9.767.522	0	0
Total	**9.767.523**	**16.700.856**	**9.767.522**	**0**	**0**

- **00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HY	1.760.000	2.360.000	1.760.000	0	0
13LJ	6.458.299	8.791.632	6.458.299	0	0
7M52	9.576.003	12.742.670	0	0	0
Total	**17.794.302**	**23.894.302**	**8.218.299**	**0**	**0**

- **00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	125.445.639	111.284.822	42.218.155	0	0
Total	**125.445.639**	**111.284.822**	**42.218.155**	**0**	**0**

- **00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110S	13.310.644	19.643.977	13.310.644	0	0
Total	**13.310.644**	**19.643.977**	**13.310.644**	**0**	**0**

- **00QB - Construção da Eclusa de Lajeado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S28	100.000.000	100.000.000	0	0	0
Total	**100.000.000**	**100.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LO	3.600.000	3.600.000	3.600.000	1.525.812	1.525.812
Total	**3.600.000**	**3.600.000**	**3.600.000**	**1.525.812**	**1.525.812**

- **04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123M	0	4.000.000	0	0	0
Total	**0**	**4.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13LF	35.769.043	55.769.043	0	0	0
14MZ	0	4.000.000	0	0	0
Total	**35.769.043**	**59.769.043**	**0**	**0**	**0**

- **00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
108U	562.320	562.320	562.320	0	0
112R	567.337	2.667.337	567.337	54.272	54.272
112S	591.183	1.291.183	591.183	48.374	48.374
112T	1.467.524	2.767.524	591.183	116.325	116.325
112U	901.181	3.101.181	901.181	249.361	249.361
112W	1.841.112	2.941.112	1.841.112	92.786	92.786
112Z	476.920	1.076.920	476.920	135.763	135.763
113A	1.661.273	2.761.273	1.661.273	146.786	146.786
113B	963.777	2.563.777	963.777	111.208	111.208
113D	1.239.000	2.039.000	1.239.000	0	0
113E	2.023.931	3.223.931	2.023.931	89.859	89.859
113F	1.630.472	2.930.472	1.630.472	26.037	26.037
113G	1.439.704	2.639.704	1.439.704	167.014	167.014
113H	884.290	2.084.290	884.290	173.979	173.979
114E	1.964.316	3.464.316	1.964.316	262.431	262.431

127G	67.778.551	145.109.551	20.272.872	8.860.641	8.860.641
13M7	3.576.904	5.576.904	5.022.766	3.384.031	3.384.031
13MB	1.291.660	1.291.660	0	0	0
1D52	2.409.442	4.409.442	2.409.442	0	0
1D54	367.626	367.626	367.626	0	0
7S87	22.000.000	22.000.000	0	0	0
Total	**115.638.523**	**214.869.523**	**45.410.704**	**13.918.864**	**13.918.864**

- **00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13LO	5.961.507	15.961.507	0	0	0
Total	**5.961.507**	**15.961.507**	**0**	**0**	**0**

- **00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
124E	0	15.000.000	4.941.270	3.913.748	3.913.748
20LN	6.853.000	17.353.000	6.848.353	14.242	14.242
Total	**6.853.000**	**32.353.000**	**11.789.623**	**3.927.990**	**3.927.990**

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WR - Estudos para transposição de desnível em hidrovias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S94	10.000.000	10.000.000	0	0	0
Total	**10.000.000**	**10.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12I0	13.023.364	18.323.364	0	0	0
Total	**13.023.364**	**18.323.364**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.849.422**	**3.173.401**	**505.825**
Despesas Correntes	97.385	96.585	17.947
Despesas de Capital	2.752.036	3.076.816	487.878
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.849.422**	**3.173.401**	**505.825**

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116E	22.731.469	200.731.469	21.918.273	13.152.668	13.146.610
116X	1.915.201	185.915.201	25.511.683	18.820.723	18.645.627
11ZD	95.760.030	129.093.363	88.356.745	22.416.399	22.400.036
11ZH	717.146.861	817.146.861	717.141.875	362.886.026	362.850.675
11ZI	181.944.056	231.944.056	131.092.920	18.507.521	18.375.142
13E8	0	333.333	0	0	0
5E83	9.863.283	24.163.283	2.136.780	2.136.780	2.136.780
Total	**1.029.360.900**	**1.589.327.566**	**986.158.277**	**437.920.117**	**437.554.870**

- **00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10MK	9.097.203	12.430.536	0	0	0
11ZT	0	26.700.000	0	0	0
Total	**9.097.203**	**39.130.536**	**0**	**0**	**0**

- **00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EB	0	333.333	0	0	0
Total	**0**	**333.333**	**0**	**0**	**0**

- **00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZE	769.144.557	632.144.557	346.090.778	28.663.854	28.607.046
124G	351.439.308	319.772.641	132.100.000	0	0
Total	**1.120.583.865**	**951.917.198**	**478.190.778**	**28.663.854**	**28.607.046**

- **00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ED	0	13.333.333	0	0	0
7S27	55.200.000	55.200.000	0	0	0
Total	**55.200.000**	**68.533.333**	**0**	**0**	**0**

- **00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S26	60.000.000	60.000.000	0	0	0
Total	**60.000.000**	**60.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K25	67.989.621	57.422.954	0	0	0
Total	**67.989.621**	**57.422.954**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127K	176.000.000	64.333.333	0	0	0
Total	**176.000.000**	**64.333.333**	**0**	**0**	**0**

- **00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128D	69.000.000	69.000.000	0	0	0
Total	**69.000.000**	**69.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10HH	0	1.416.667	0	0	0
11H1	9.576.003	12.909.336	4.499.889	0	0
11XB	2.394.001	2.560.668	577.017	0	0

13EK	52.400.000	49.200.000	0	0	0
13EL	3.500.000	3.883.333	0	0	0
13FZ	0	166.667	0	0	0
13GG	0	166.667	0	0	0
13JW	0	2.316.667	0	0	0
13K2	0	166.667	0	0	0
13KH	0	1.300.000	0	0	0
13L9	1.500.000	1.833.333	1.500.000	1.048.020	1.048.020
14MM	0	582.351	0	0	0
14NH	0	166.667	0	0	0
14TL	0	316.667	0	0	0
7T02	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	**70.870.004**	**78.485.690**	**6.576.906**	**1.048.020**	**1.048.020**

- **00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10H8	23.500.000	22.429.827	11.709.210	0	0
10HE	3.500.000	15.316.667	8.890.790	0	0
10I6	0	350.400	0	0	0
1226	2.000.000	0	0	0	0
1276	10.342.083	8.342.083	0	0	0
13FV	0	316.667	0	0	0
1D69	33.899.050	36.899.050	33.899.050	20.197.387	20.197.387
1K24	13.693.684	5.360.351	48.444	48.444	48.444
7T01	20.000.000	20.000.000	0	0	0
7T04	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7T06	35.000.000	35.000.000	0	0	0
Total	**145.934.817**	**148.015.045**	**54.547.494**	**20.245.831**	**20.245.831**

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00DX - Construção de integração intermodal e intramodal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13KY	0	316.667	0	0	0
7T03	6.500.000	6.500.000	0	0	0
Total	**6.500.000**	**6.816.667**	**0**	**0**	**0**

- **00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2348	13.885.150	13.085.150	10.825.469	8.609.907	8.609.907
Total	**13.885.150**	**13.085.150**	**10.825.469**	**8.609.907**	**8.609.907**

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores

da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LJ	10.000.000	12.000.000	0	0	0
869U	15.000.000	15.000.000	13.660.744	9.336.982	8.509.999
Total	**25.000.000**	**27.000.000**	**13.660.744**	**9.336.982**	**8.509.999**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**312.878**	**693.609**	**33.263**
Despesas Correntes	73.390	80.990	32.105
Despesas de Capital	239.488	612.619	1.158
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.801.137**	**1.429.923**	**1.132.963**
Totais	**2.114.015**	**2.123.532**	**1.166.226**

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F59	131.841.561	13.471.204	7.792.923
Total	**131.841.561**	**13.471.204**	**7.792.923**

- **006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	48.160.461	71.166.294	70.757.998
Total	**48.160.461**	**71.166.294**	**70.757.998**

- **0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	151.772.650	68.198.272	46.165.629
Total	**151.772.650**	**68.198.272**	**46.165.629**

- **0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	82.265.238	43.725.843	19.452.488
Total	**82.265.238**	**43.725.843**	**19.452.488**

- **0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1M31	270.549.055	239.490.979	150.895.137
Total	**270.549.055**	**239.490.979**	**150.895.137**

- **0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	74.536.269	53.747.073	34.999.699
Total	**74.536.269**	**53.747.073**	**34.999.699**

- **0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	200.408.981	117.609.094	86.497.389
Total	**200.408.981**	**117.609.094**	**86.497.389**

- **0076 - Adequação da capacidade dos aeroportos administrados pela União**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10Z9	131.813.926	172.768.373	167.605.163
10ZC	38.191.016	24.257.122	24.257.122
10ZD	3.000.000	100.000	0
10ZE	7.258.000	790.000	0
12LD	12.354.081	13.821.707	13.821.707
145V	42.430.000	10.335.100	1.301.606
145X	14.632.703	7.733.170	3.140.446
1F52	51.810.401	5.924.401	3.934.798
1F53	2.523.763	3.011.805	3.011.805
1F54	14.292.440	9.199.722	644.831
1F55	23.696.260	24.749.735	24.749.734
1F56	45.161.912	32.161.452	15.924.561
1J93	24.423.207	43.172.957	33.669.454
1J95	52.996.734	18.221.045	7.872.668
1J98	32.622.033	12.119.834	6.156.595
4099	344.396.798	444.148.279	410.311.243
Total	**841.603.274**	**822.514.702**	**716.401.733**

- **0078 - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12CE	91.500.000	93.800.000	23.000.000	0	0
14UB	0	139.000.000	0	0	0
14UC	0	48.106.367	0	0	0
5154	136.000.000	317.285.337	193.423.552	0	0
Total	**227.500.000**	**598.191.704**	**216.423.552**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007S - Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2880	3.127.900	3.127.900	2.194.690	0	0
2924	43.332.773	43.332.773	24.114.916	16.684.487	16.684.487
Total	**46.460.673**	**46.460.673**	**26.309.606**	**16.684.487**	**16.684.487**

- **007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	32.020.000	36.126.333	18.208.538	16.578.538	16.578.443
Total	**32.020.000**	**36.126.333**	**18.208.538**	**16.578.538**	**16.578.443**

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	6.709.700	8.043.033	0	0	0
Total	**6.709.700**	**8.043.033**	**0**	**0**	**0**

- **007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211I	0	4.600.000	0	0	0
6640	187.176	187.176	0	0	0
Total	**187.176**	**4.787.176**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**755.634**	**959.256**	**452.271**
Despesas Correntes	376.731	389.633	229.348
Despesas de Capital	378.903	569.624	222.923
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**407.176**	**252.138**	**135.151**
Totais	**1.162.810**	**1.211.394**	**587.422**

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LS	250.223	250.223	156.621	143.917	143.917
2C46	2.596.100	2.596.100	0	0	0
2C48	3.900	3.900	0	0	0
Total	**2.850.223**	**2.850.223**	**156.621**	**143.917**	**143.917**

- **02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146X	34.436.866	5.827.571	2.090.344
Total	**34.436.866**	**5.827.571**	**2.090.344**

- **02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146W	19.430.194	4.860.860	3.155.317
Total	**19.430.194**	**4.860.860**	**3.155.317**

- **02YD - Aumento da capacidade das redes de suporte para transmissão de internet em alta velocidade**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Y	59.500.000	0	0
147C	59.500.000	0	0
Total	**119.000.000**	**0**	**0**

- **02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147A	80.000.000	80.000.000	25.497.363
Total	**80.000.000**	**80.000.000**	**25.497.363**

- **02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OF	98.609.000	105.749.578	104.408.288
Total	**98.609.000**	**105.749.578**	**104.408.288**

- **02YT - Lançamento de satélite para comunicações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Z	55.700.000	55.700.000	0
Total	**55.700.000**	**55.700.000**	**0**

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ZV	39.480.000	43.396.000	38.185.959	3.290.582	3.211.068
Total	**39.480.000**	**43.396.000**	**38.185.959**	**3.290.582**	**3.211.068**

- **02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V8	0	1.042.367	0	0	0
6492	93.425.000	93.425.000	17.519.139	34.858	34.858
Total	**93.425.000**	**94.467.367**	**17.519.139**	**34.858**	**34.858**

- **02Z0 - Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6272	1.300.000	1.300.000	84.000	0	0
Total	**1.300.000**	**1.300.000**	**84.000**	**0**	**0**

- **02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ER	6.608.250	6.608.250	6.607.716	1.412.686	1.412.686
20LR	250.000	250.000	0	0	0

Total	**6.858.250**	**6.858.250**	**6.607.716**	**1.412.686**	**1.412.686**

- **02Z2 - Implantação de Cidades Digitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13ZU	40.000.000	40.000.000	30.332.811	0	0
Total	**40.000.000**	**40.000.000**	**30.332.811**	**0**	**0**

- **02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZB	0	25.333.333	0	0	0
2184	57.815.839	57.815.839	50.498.451	19.509.734	19.509.734
Total	**57.815.839**	**83.149.172**	**50.498.451**	**19.509.734**	**19.509.734**

- **02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1E13	31.295.000	31.295.000	12.683.819	0	0
Total	**31.295.000**	**31.295.000**	**12.683.819**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2424	51.870.342	95.881.606	59.700.595	20.683.659	20.672.796
Total	**51.870.342**	**95.881.606**	**59.700.595**	**20.683.659**	**20.672.796**

- **02ZE - Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B68	24.056.686	21.651.018	21.636.453	19.459.820	19.459.820
Total	**24.056.686**	**21.651.018**	**21.636.453**	**19.459.820**	**19.459.820**

- **02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1B50	1.700.000	1.700.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000
1B53	2.700.000	2.700.000	531.200	526.520	526.520
20LQ	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
6616	660.332	660.332	649.873	649.873	649.873
Total	**6.060.332**	**6.060.332**	**3.581.073**	**3.576.393**	**3.576.393**

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZL - Fomentar a capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4341	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**2.000.000**	**0**	**0**

- **02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0505	200.000.000	266.666.667	200.000.000	200.000.000	200.000.000
20ZR	0	2.449.390	0	0	0
4333	11.670.000	11.670.000	9.226.813	7.135.623	6.445.403
4343	37.883.000	72.883.000	72.883.000	53.823.189	16.194.971
Total	**249.553.000**	**353.669.057**	**282.109.813**	**260.958.812**	**222.640.374**

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	97.749.152	125.190.735	106.535.607	75.900.393	71.950.668
2670	50.320.600	50.320.600	50.320.600	47.300.000	47.300.000
Total	**148.069.752**	**175.511.335**	**156.856.207**	**123.200.393**	**119.250.668**

- **044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128Z	1.000.000	1.166.667	60.000	0	0
Total	**1.000.000**	**1.166.667**	**60.000**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

BRASIL

Plano Mais Brasil

PPA

2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO III

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

BRASIL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO III

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Brasília - DF, Maio/2013

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental, v.2, t.3.

1. Plano Plurianual - 2012-2015 – Brasil. 2. Ciência – tecnologia inovação. 3. Comércio exterior. 4. Turismo. 5. Biodiversidade. 6. Reforma agrária. 7. agricultura. 8. agropecuária. 9. pesca. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t. 3

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL 13

2055 - Desenvolvimento Produtivo 15
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação 49
2047 - Micro e Pequenas Empresas 71
2023 - Comércio e Serviços 81
2024 - Comércio Exterior 87
2076 - Turismo 113
2050 - Mudanças Climáticas 125
2018 - Biodiversidade 137
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios 167
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental 181
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária 191
2012 - Agricultura Familiar 209
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização 229
2013 - Agricultura Irrigada 259
2028 - Defesa Agropecuária 271
2042 - Inovações para a Agropecuária 289
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos 303
2052 - Pesca e Aquicultura 313

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 333

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume 1 do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012. Neste volume o objeto de avaliação é a consecução, no primeiro ano de execução do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No volume 2 esta análise é complementada pela descrição e avaliação da evolução dos indicadores e metas do Plano (dimensão tática do PPA), bem como pelo acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos programas do Governo Federal no exercício de 2012.

O Brasil no ano passado se deparou com grandes desafios relacionados a um cenário econômico global adverso. A incerta retomada nos Estados Unidos, os problemas fiscais e monetários da União Europeia, e a desaceleração das economias emergentes representaram deterioração do cenário externo, conjugada à acentuação da concorrência internacional.

Em que pesem as dificuldades trazidas pelo quadro internacional, o Brasil continuou a avançar em 2012, ampliando o emprego e reduzindo a pobreza. Isso significa que as políticas públicas do Governo Federal e as mudanças em curso no país continuam na direção correta, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o Programa de Aceleração do Crescimento e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento do Governo Federal que vem sendo anunciada desde o PPA 2004-2007.

Tal estratégia enfatiza a necessidade de convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012-2015 reforça este compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia: seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta Introdução, o presente volume conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e 6 seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, é apresentada uma seção conclusiva que consolida os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,55	31/12/2010	0,55
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2011	13,12
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2011	17,93
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2011	17,43
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2011	18
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R$ milhão	31/12/2010	150,7	31/12/2011	142,5
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,3	31/12/2010	44,1
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2010	33,8
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	19,5	31/12/2012	18,14

Observações:

Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - Dados preliminares referentes a 2010. Fonte: http:goo.gl/vZmTk (atualizada em 08/03/2012). Dados da Pintec/IBGE ainda não divulgados.

Idade média da frota - apoio marítimo - Dado obtido na Tabela 1.15, do Anuário Estatístico 2011, da Antaq.

Idade média da frota - apoio portuário - Dados obtidos na Tabela 1.13 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq.

Idade média da frota - cabotagem e longo curso - Dado obtido na Tabela 1.11 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq.

Idade média da frota - navegação interior (autorizadas) - Dado obtido na Tabela 1.2.2 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq

Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - Dados obtidos na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. O valor de referência foi preenchido errado e o valor correto em 2009 era de 44,3%.

Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - Dado obtido na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. O valor de 2009 foi corrigido para 32,9% (Dado obtido à página 31 do Balanço Executivo do Brasil Maior)

Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - Dado de 2012 obtido no site do IBGE.

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que derivam da contínua produção e consumo de bens e produtos. O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças

no perfil epidemiológico das populações tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

O fomento ao complexo da saúde se baseia no financiamento da produção dos insumos estratégicos, no fortalecimento da produção para favorecer o acesso a equipamentos e materiais de uso em saúde, fármacos e medicamentos desenvolvidos nacionalmente e em acordo com as linhas de cuidado prioritárias, - articulando programas da assistência farmacêutica com a modernização da rede de laboratórios públicos - e no uso do poder de compra governamental, sobretudo para estimular a produção no País, mediante Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e transferências de tecnologia para produção local de vacinas.

No ano de 2012 foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório brasileiro de compras governamentais direcionados para o Complexo da Saúde, com dois destaques: i) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos, (bio)fármacos e para equipamentos e produtos médicos, com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégica-tecnológica e para saúde (Decretos nº 7.713/2012 e nº 7.767/2012) e; ii) a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), e não aplicação do limite temporal de criação do Órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que produzem produtos estratégicos para o SUS (Lei 12.715/2012).

As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) permitem negociar reduções significativas e progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida. Essa estratégia alcançou 55 PDPs formalizadas para a produção de 54 produtos finais – sendo 47 medicamentos acabados, 1 DIU, 1 kit para teste rápido, 1 projeto de P&D e 5 vacinas, abrangendo 21 grupos terapêuticos. Essas parcerias envolvem atualmente 50 parceiros, 15 laboratórios públicos e 35 privados, nacionais e estrangeiros, resultando na produção de oito novos medicamentos:Tenofovir (antirretroviral), Clozapina, Quetiapina e Olanzapina (antipsicóticos), Toxina Botulínica (relaxante muscular), Tacrolimo (imunossupressor) e Rivastigmina e Donepezila (doença de Alzheimer), que, somados as três vacinas, totalizam 11 produtos oriundos de PDPs em condições de serem adquiridos para disponibilização pelo SUS. Estima-se que as PDPs incorporam economias significativas para o SUS, em média, cerca de R$ 2,7 bilhões anuais. Ao mesmo tempo o País vai deixar de importar, quando todas as PDPs que estiverem em operação, em torno de US$ 2,25 bilhões/ano, contribuindo para um novo cenário de inovação e produção no País e para tornar o SUS mais sustentável e menos vulnerável diante dos mecanismos de mercado.

Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram ainda realizadas 162 (até 15/11/2012) visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Com relação à qualificação do plasma para uso industrial, foram qualificados 117 serviços de hemoterapia, fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Entre setembro de 2011 e outubro 2012 foram enviados para beneficiamento no exterior, 15 lotes que correspondem a aproximadamente 106 mil litros de plasma para fracionamento e posterior distribuição dos medicamentos hemoderivados ao SUS.

Em 2012 foi finalizada a implantação de 14 plataformas para teste dos ácidos nucleicos - NAT na Hemorrede Nacional. Essa iniciativa tem por objetivo que 100% das bolsas de sangue oriundas de doação voluntária nos serviços de hemoterapia públicos e privados contratados pelo SUS, sejam testadas pela metodologia do NAT brasileiro, diminuindo assim, o risco de transmissão de patógenos em transfusões de sangue.

Metas 2012-2015

- **Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa para o Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde (Procis), adotou, em 2012, uma série

de medidas para o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos, insumos e equipamentos, aportando cerca de R$259 milhões em 64 projetos destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação, qualificação da gestão e da mão-de-obra de 14 laboratórios oficiais produtores e 7 Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs).

- **Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015**

Análise Situacional da Meta

São considerados como “produtos de maior conteúdo tecnológico” os medicamentos constantes na lista de aquisições de Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), vacinas, programas estratégicos do Ministério da Saúde e que compõem a lista de produtos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Já foram registrados os seguintes produtos: tenofovir (FUNED) e tenofovir (LAFEPE), Tacrolimo (Farmanguinhos) e Rivastigmina (IVB), dentre outros.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015**

Análise Situacional da Meta

A patente do medicamento oncológico Imatinibe expirou em abril de 2012 e em dezembro do mesmo ano foi publicado o registro deste medicamento produzido em solo nacional pelo seguinte consórcio de parceiros públicos e privados que conformam esta PDP: Farmanguinhos/Fiocruz, Instituto Vital Brazil (IVB), EMS/Laborvida, Cristália, Globe Química e Alfa Rio.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

A coordenação da RFPC – Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica, que está em construção, informa que o Programa de Fomento da Fiocruz, o PDTSP, financia 16 pesquisas com estas características, mas há muitas outras na Fiocruz que não são financiadas pelo PDTSP.

Há estimativa de aproximadamente 40 pesquisas em andamento, mas o mapeamento só será concluído no segundo semestre de 2013.

Meta não apurada.

- **Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos**

Análise Situacional da Meta

A meta já está sendo superada.

51 projetos de modernização foram apresentados por 17 laboratórios públicos (LFM; FRUP; FIOCRUZ – Biomanguinhos; FIOCRUZ – Farmanguinhos; FIOCRUZ – INCQS; FIOCRUZ – SEFAR; Bahiafarma; Butantan; FAP; FUNED; IVB; LAQFA; LQFEx; TECPAR; SPDM – UNIFESP; IQUEGO; NUPLAM). Os projetos foram aprovados inseridos nos sistemas Gescon e Siconv.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue**

Análise Situacional da Meta

Considerando os estudos em andamento financiados pelo Ministério da Saúde, por meio da SVS, juntamente com o Butantan e a Fiocruz, com o objetivo de testar uma vacina capaz de imunizar contra os vírus que causam a doença, verificou-se a necessidade de finalização dos estudos em andamento para prosseguimento dos testes clínicos.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2009 foi estabelecida uma parceria para produção dos medicamentos 2 em 1 (um comprimido com a combinação de dois princípios ativos) e 4 em 1 (um comprimido com a combinação de quatro princípios ativos). Medicamento 1 – 4 em 1: Rifampicina (150mg) + Isoniazida (75mg) + Etambutol (275mg) + Pirazinamida (400mg); Medicamento 2 – 2 em 1: Rifampicina (150mg) + Isoniazida (75mg).

O pedido de registro foi submetido à ANVISA e aguarda análise da agência. Para aprovação do registro de 4 princípios ativos em um só medicamento é necessário a flexibilização da RDC ANVISA nº 136 de 29 de maio de 2003, a qual aprova o Regulamento Técnico para Medicamentos Novos com Princípios Ativos Sintéticos ou Semi-Sintéticos e determina para o caso das associações medicamentosas a apresentação de no máximo 03 princípios ativos por formulação ou 04 se um deles for a cafeína.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Medicamento: Entecavir – destinação: Hepatite B. O registro do medicamento ainda não foi submetido à ANVISA, pois primeiramente são necessários os estudos de equivalência e bioequivalência que estão sendo aguardados pela área técnica. Vacina Hepatite A – Em 2012 foi estabelecida a parceria para transferência de tecnologia (parceiro privado: Merck-Sharp-Dohme/MSD e o Laboratório Público: Instituto Butantan).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Medicamento: Atazanavir – O registro do medicamento foi submetido à ANVISA.

Medicamento: Tenofovir-Duas parcerias para o desenvolvimento produtivo firmadas em 2012 (Laboratórios Públicos: Far-Manguinhos/Funed/Lafepe e Laboratórios Privados: Cristália/Blanver/Globe/CYG/Nortec) para produção do mesmo medicamento. Estas parcerias já contam com o registro publicado, bem como já estão sendo realizadas aquisições pelo MS (50% de cada parceria).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil**

Análise Situacional da Meta

Estão em andamento as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) para fabricação das vacinas para Hepatite A e

Tetraviral (Varicela). Quanto à parceria para vacina contra Hepatite A, trata-se de transferência de tecnologia do parceiro privado (Merck-Sharp-Dohme/MSD) para o laboratório público (Instituto Butantan). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP ao Instituto Butantan. No que se refere à parceria para produção da vacina Tetraviral, a transferência de tecnologia será realizada pelo parceiro privado (GlaxoSmithKline/GSK) para o laboratório público (Bio-Manguinhos). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP à Bio-Manguinhos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás – tem focado prioritariamente a sua atuação no processo de transferência de tecnologia, efetivando gradualmente todos os processos técnicos e operacionais para a construção e funcionamento da indústria de hemoderivados - a primeira do Brasil e a maior da América Latina. O empreendimento terá 18 blocos mais uma unidade administrativa, distribuídos em 48 mil metros quadrados de área construída, em um terreno de 25 hectares no Polo Fármaco-químico em Goiana (PE). Sua capacidade de processamento de plasma em pleno funcionamento será de 500 mil litros por ano. Os custos do empreendimento (dados de 2011) estão projetados em R$ 675 milhões, incluindo construção, transferência de tecnologia e equipamentos. Estudos econômicos mostram que a fábrica se pagará (pay-back) em menos de três anos, a partir do início de seu funcionamento, em 2014.

Assim, em termos da situação de cumprimento das obras, importante destacar em 2012:

. o início das operações do Bloco B01- Câmara Fria, resfriada a 35° C negativos, para triagem e estocagem de plasma, com a chegada do primeiro lote de plasma industrial, armazenado para produção de medicamentos.

. os avanços no desenvolvimento do cronograma de construção dos Blocos B04 (embalagem de produtos e empacotamento), B05 (almoxarifado, estocagem de produtos acabados e expedição de produtos) e B06 (Laboratório do Controle de Qualidade) com previsão de conclusão das obras para o 4º trimestre de 2013 objetivando o inicio de funcionamento da indústria com a rotulagem de hemoderivados em 2014. Registram-se resultados no cronograma e na construção dos demais blocos B02 (fracionamento - produção) e B03 (envase e liofilização).

No que se refere à produção e distribuição de 2,6 litros da cola de fibrina líquida ao SUS, foram distribuídos para 5 Hospitais de Pernambuco e para os Hemocentros do Rio de Janeiro.

. a assinatura de contrato entre Hemobrás e a Baxter International, em outubro, para Transferência de Tecnologia, visando à aquisição e desenvolvimento produtivo do fator VIII recombinante, o que permitirá economia de recursos públicos e incorporação de técnica de engenharia genética. Este contrato foi o primeiro Projeto de Desenvolvimento Produtivo (PDP) assinado no amparo da Lei nº 12.715/2012 que permite às Instituições Públicas criadas após Lei nº 8.666/93 atuação ágil nas encomendas tecnológicas associadas à compras e transferência de tecnologia. Nos primeiros 12 meses do contrato está prevista a distribuição de até 350 milhões de UI deste medicamento incluindo o tratamento preventivo. O SUS vai disponibilizar um produto de última geração, moderno e eficaz para os dez mil brasileiros portadores de hemofilia tipo A (distúrbio na coagulação do sangue), possibilitando inclusive a introdução de novas modalidades de tratamento atendendo as necessidades para tratamento preventivo de crianças de até 5 anos de idade.

- **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) atualmente encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos. Faz parte das ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Saúde e compreenderá duas modernas edificações no campus de Manguinhos da Fiocruz, com um total de 20.000 m2 de área construída. Este novo núcleo da Fiocruz terá atividades voltadas, sobretudo, a doenças negligenciadas e condições de

saúde de importância epidemiológica ou econômica para o Brasil.

O CDTS representa uma nova política institucional, que é a integração plena entre pesquisa, desenvolvimento e produção. O projeto acompanha iniciativas já instauradas como o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico de Insumos para a Saúde (PDTIS), direcionado a vacinas, medicamentos, insumos diagnósticos e bioinseticidas, e o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), que busca desenvolver políticas e estratégias de saúde.

- **Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas na área oncológica estão em desenvolvimento no ano de 2012 nas unidades da Fiocruz, como por exemplo, em Minas Gerais (no CPqRR), com o projeto de "Desenvolvimento de kit diagnóstico para câncer de colo uterino utilizando a proteína Rap1 recombinante", e na Bahia (no CPqGM) com o projeto "Desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de tratamento oncológico".

- **Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizados em 2012, 72.069 litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

Quantidade alcançada

72.069

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	300.000	l	72.069	31/12/2012

- **Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)**

Análise Situacional da Meta

O prazo médio para o desenvolvimento de um multiteste é superior à um ano, sendo necessário um período maior para se chegar ao produto. Biomanguinhos tem um projeto mantido (Projeto multiteste baseado na plataforma de Microarranjos líquidos), ainda em desenvolvimento.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere à participação do Exército no desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, cabe destacar, como uma das principais realizações no período, a fase inicial da produção dos novos fuzis 5,56 mm. Para o próximo período estão previstas as seguintes ações: contratação de serviços pela modalidade de parceria público-privada: ampliação das linhas de fabricação e produção montadas na IMBEL; implantação de novos modelos de capacitação de recursos humanos; cumprimento de exigências para a manufatura de armamentos de classe mundial; ampliação da infraestrutura para a produção de novos fuzis com tecnologia nacional; acelerar a busca da otimização da produção; atendimento das demandas de fuzis e pistolas, dos mercados interno e externo; manutenção das competências técnicas de fabricação e aprimoramento de processos, contribuindo para o fomento da indústria nacional de defesa; obtenção de melhores programas computacionais para o design de armamentos e fabricação de ferramental; aquisição de máquinas operatrizes modernas e de ferramentas de alto desempenho e ampliação da capacidade de gerir as inovações

tecnológicas do Fuzil IA-2.

O público beneficiado com tais medidas compreenderá as unidades do Exército, as Forças Armadas e as Forças Auxiliares. Como resultado das entregas espera-se a ampliação da capacidade operacional das unidades do Exército contempladas com o novo fuzil IMBEL.

Com relação à catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN), ao longo de 2012 foram planejadas diversas atividades relacionadas às seguintes tarefas:

a) Viabilizar a criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT), em coordenação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) participar das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação;

c) exercer as funções de representante das Forças Armadas para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação;

d) propor ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados; e

e) manutenção do Centro de Catalogação das Forças Armadas.

f) manutenção e desenvolvimento do software SISCAT-BR

Foram realizadas resumidamente as seguintes atividades:

- manutenção das atividades laborais do CECAFA, quais sejam: manutenções prediais, pagamento de compulsórios (telefonia, serviços de limpeza, condomínio, materiais/equipamentos de informática e materiais comuns ao dia a dia do Centro).

-a uniformização de procedimentos relativos à doutrina estabelecida pelo Sistema OTAN de Catalogação (SOC), devido à continuidade da representatividade do Brasil no referido Sistema), com a participação em fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA); o aumento da visibilidade da importância da atividade de catalogação para as Federações de indústrias dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e a a mpliação do quadro de catalogadores das Forças Armadas e entidades civis afins.

Metas 2012-2015

- **Fabricar o fuzil brasileiro**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida, tendo em vista a contratação da produção de 1.500 fuzis para avaliação operacional em diversas unidades do Exército. A expectativa para o próximo período contempla a aprovação operacional do fuzil e a contratação de outros lotes de produção.

  Como desafios de implementação vale ressaltar os ajustes técnicos no projeto original, devido ao início utilização do fuzil, bem como a definição da quantidade total de fuzis a serem produzidos dependendo da avaliação operacional.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, atingindo 62 mil empregos diretos em 2012, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, pois propicia a redução de custos logísticos por meio do desenvolvimento do modal aquaviário.

A carteira do Fundo da Marinha Mercante – FMM é atualmente composta de 419 projetos contratados com os agentes financeiros e alcança o montante de R$ 27,8 bilhões. Desse total, 99 projetos estão em construção com valor correspondente a R$ 12,2 bilhões, sendo 91 embarcações e 8 estaleiros. Além de ampliar a capacidade produtiva, viabilizando maior oferta de embarcações, estes estaleiros irão contribuir para a consolidação dos novos polos navais, em especial os de Rio Grande do Sul (Rio Grande) e Pernambuco (SUAPE). Os 320 projetos restantes aguardam a entrada em eficácia dos seus respectivos contratos – 311 embarcações e 9 estaleiros, representando um investimento total de R$ 15,6 bilhões.

Em 2012 foram entregues 34 embarcações que utilizaram R$ 2,5 bilhões de recursos do FMM para sua fabricação. Este desempenho tende a se acelerar nos próximos anos, considerando o aumento da capacidade de produção (novos estaleiros), os financiamentos já contratados, bem como as novas prioridades concedidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que somaram R$ 15,2 bilhões, abrangendo 149 projetos, sendo 14 estaleiros e 135 embarcações

Metas 2012-2015

- **Fomentar a construção de 9 estaleiros com recursos do FMM**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, com previsão de término de até 2015, a carteira do Fundo da Marinha Mercante – FMM conta com 12 estaleiros, sendo 1 no Vetor Amazônico (Hermasa), 2 no Vetor Nordeste Setentrional (CMO e Promar), 2 no Vetor Sudeste (Wilson Sons e Rio Tietê), 4 no Vetor Leste (Aliança, São Miguel, DSN Equipemar e OSX) e 3 no Vetor Sul (Oceana, CQG e ERC2). Desses, 7 estão em construção e correspondem ao valor total de R$ 5,5 bilhões. Os 5 restantes encontram-se com a obra já contratada, com início previsto para 2013 e seus valores correspondem a R$ 1,3 bilhão.

Em 2012 não foi registrada a conclusão de nenhum estaleiro. Várias obras em andamento encontram-se em estágio avançado de execução.

Em 2013 espera-se a conclusão dos Estaleiros Promar em Pernambuco, Wilson Sons e Rio Tietê em São Paulo, São Miguel no Rio de Janeiro e ERG 2 no Rio Grande do Sul.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

27/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	1	04/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	2	04/12/2012
Vetor Logístico Leste	4	unidade	4	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1	unidade	2	04/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	3	04/12/2012

- **Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o montante contratado foi de R$ 6,6 bilhões.

Para 2013, espera-se uma contratação de R$ 9,0 bilhões, o que já supera a meta do PPA.

Quantidade alcançada

6.600.000.000

Data de Referência

27/11/2012

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aprimoramento do Processo Produtivo Básico (PPB) como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia (redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos) e construção de sistema informatizado que implemente os novos fluxos e controles. A reformulação da metodologia foi completada em 2012 e a disponibilização do sistema informatizado está prevista para o primeiro semestre de 2013.

A construção do Observatório da Indústria passa pela compilação de dados oficiais e definição metodológica dos indicadores e análises do setor industrial que serão disponibilizadas periodicamente. No 1º semestre de 2012, -o MDIC firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA para apoio técnico ao Observatório, e bases de dados ligadas ao comércio exterior, emprego e produção foram integradas. No 2º semestre, a equipe do Observatório ganhou mais 3 servidores para apoio operacional e o MDIC iniciou negociações com a FINEP e o BNDES para integração de bases de dados de investimento e inovação ao Observatório da Indústria.

Metas 2012-2015

- **Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs**

  Análise Situacional da Meta

  O mencionado sistema informatizado recebeu o nome de "Plataforma Cairu" e envolve não apenas a concessão e acompanhamento de PPB, mas também a concessão de ex-tarifários de bens de capital e as atividades de fiscalização do cumprimento desse instrumento - pelas empresas habilitadas.

  Foi feita a opção de implementar inicialmente o módulo de controle de ex-tarifários de Bens de Capital, com data prevista de implantação.

  O módulo de concessão e acompanhamento de PPB e o de fiscalização de cumprimento de PPB estão programados para o primeiro semestre de 2013.

- **Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)**

  Análise Situacional da Meta

  A reformulação da metodologia envolveu o redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos, situação totalmente alcançada em 2012.

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior houve estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: (i) redução dos custos do trabalho e do capital; (ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; (iii) apoio ao desenvolvimento produtivo e à competitividade conexas ao Plano Brasil Maior; e (iv) ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria.

Entre as medidas de redução dos custos do trabalho e do capital, estão: desoneração da folha de pagamento, abrangendo 40 setores intensivos em trabalho, mais de 50 mil empresas beneficiadas; Simples Nacional e Microempreendedores Individuais – MEI, beneficiando 4,3 milhões de empresas optantes do Simples e 2,3 milhões de MEI; desoneração dos investimentos, que consiste na completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento; depreciação acelerada para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro

real: autorização de depreciação acelerada de 10 para 5 anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de 01/01/2013; crédito para investimento e inovação (BNDES); e reforço à inovação via FINEP.

No que se refere às medidas de estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se: 1) margens de preferência para compras públicas; 2) regimes tributários especiais; e 3) crédito para investimento.

No âmbito das medidas de defesa comercial, destaque para o Ex-tarifário.

Já nas medidas denominadas ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria o destaque é para o setor de Energia Elétrica, com medidas de desoneração tributária e prorrogação de concessões para a geração, transmissão e distribuição, visando redução do custo da energia para os usuários domésticos e indústria; exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos para atender ao PAC; e previsão de investimentos para a modernização e ampliação da malha rodoviária e ferroviária.

No tocante à disseminação de informações lançou-se a proposta de criação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, durante o 3º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos, realizado em março de 2012. Nessa ocasião, explicitou-se que o objetivo desse Sistema é o de proporcionar a divulgação de projetos para os quais as Unidades Federativas tenham interesse em atrair capital privado a potenciais investidores estrangeiros.

Metas 2012-2015

- **Criar o Portal do Observatório do Investimento**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de criar o Observatório do Investimento já foi cumprida, mediante o aprimoramento do portal da RENAI.

  Por outro lado, no decorrer do ano de 2012, iniciou-se o processo de criação do "Observatório da Indústria". Trata-se de sistema de monitoramento de dados da indústria de transformação para subsidiar a tomada de decisão de gestores governamentais e a prestação de contas relativa ao Plano Brasil Maior.

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a atuação do governo Federal para atrair Projetos e Centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias, dividiu-se em duas ações:

1.) articulação de diversos atores governamentais para elaboração de um "pacote Brasil" de incentivos e instrumentos para as empresas que pretendem trazer seus investimentos em P&D para o país. Esse trabalho vem sendo realizado desde 2010 e já atendeu grandes empresas, como IBM, Ericsson, Elanco, GE e outras. Atualmente o MDIC está trabalhando diretamente com 2 empresas que pretendem trazer seus Centros de P&D para o Brasil;

2.) projeto para gerar inteligência e posicionar o Brasil para atração de investimentos em inovação. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria do MDIC com a APEX e corresponde à elaboração de um estudo e também de ações específicas de promoção. O projeto tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos, assim como propor uma estratégia para atração de investimentos nos setores identificados. O projeto envolve um total de recursos no valor de R$ 800 mil reais. Ressalta-se que o referido projeto está em andamento.

Dentre os fatores que dificultaram a realização do objetivo, destaca-se a escassez de informação qualificada para este tipo de investimentos, de modo que foi necessário desenvolver um estudo para subsidiar tanto a tomada de decisão como também para promoção do país como destino de investimento em P&D de empresas estrangeiras.

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), está sendo elaborado projeto de lei que cria a empresa

estatal Centro de Biotecnologia e Inovação da Amazônia S.A. – CBA, sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao MDIC. Os esforços para regularizar juridicamente o CBA visam tornar o Centro apto a estabelecer parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, reforçando assim a atração de projetos e centros de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos no Brasil. Além disso, a atração de projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras será feita por meio de:

1. divulgação do Centro de Biotecnologia da Amazônia por meio de seu corpo de profissionais, laboratórios, departamento de geração de negócios, núcleo de informação biotecnológica, incubadora de empresas e plantas de processos industriais.

2. acordos de confidencialidade estabelecidos no CBA e aplicados para as empresas e clientes de nacionais e internacionais.

3. parcerias realizadas, em andamento e futuras parcerias estabelecidas com empresas, centro de pesquisa e investidores de risco (Fórum de investidores realizado em 2011/2012 e a ser realizado em 2013 – Criativos).

4. acordos de cooperação internacional assinados com o Peru e Venezuela

Metas 2012-2015

- **Atrair 100 projetos e centros de P&D**

  Análise Situacional da Meta

  No cenário de atração de centros de P&D para o Brasil, atuam órgãos e entidades como MCTI, ABDI, Governo e Entidades de fomento estaduais e a Apex-Brasil. A APEX atua, especificamente, na promoção e facilitação da atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Neste sentido, em 2012, a APEX participou ativamente da atração e negociação para a implantação de 3 centros de P&D, a saber: General Eletric, IBM, e QUALCOMM.

  Conforme a descrição deste objetivo, a atração de projetos e centros de P&D é fortemente vinculada a medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

  O resultado apurado em 2012 refere-se exclusivamente àqueles associados aos esforços da APEX.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  30/11/2012

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem concentrado esforços para expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas. O Plano Brasil Maior é o reflexo deste esforço que estabeleceu como objetivos o estímulo à inovação e o adensamento das cadeias produtivas.

Dentre as medidas de incentivo à inovação destacam-se:

- unificação das linhas de apoio à inovação do BNDES: antes da adoção de tal medida, existiam diversas linhas de sustentação do investimento no BNDES, com várias regras a serem atendidas pelos empreendedores inovadores. As taxas de juros, os limites mínimos e os itens financiáveis eram diferentes, o que dificultava o financiamento de um projeto complexo com várias fases. As linhas para a inovação do BNDES que foram incorporadas são: Linha de Inovação Tecnológica, Linha Capital Inovador, Inovação Produção e PSI Inovação.
- novo Programa de Sustentação do Investimento (PSI): com inclusão de novos setores e extensão de prazo até 31 de dezembro de 2013.
- ampliação da carteira de inovação da Finep: mediante a utilização dos recursos do BNDES PSI.

- Regimes Especiais: Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS); Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID); Inovar Auto.
- criação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação): implantação, expansão, modernização e ampliação da infraestrutura de PD&I e das vagas de formação profissional e educação técnica e tecnológica.

Ainda nesse contexto, o Governo Federal tem discutido alterações no marco legal de inovação, levando em consideração as demandas do setor privado e da sociedade civil.

No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, foi realizada 7ª Edição do Desafio Brasil, pelo GVcepe (FGV-EAESP), programa de fomento ao empreendedorismo de alto impacto, incluindo competição de startups de base tecnológica do Brasil, que alcançou todos os estados do país. Também foi realizado o I Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e o XX Workshop Anprotec que teve como objetivo estimular o movimento de empreendedorismo inovador, trazendo para o debate temas fundamentais ao desenvolvimento econômico e social, não apenas do país, mas também de diferentes regiões do mundo.

Ademais, está sendo desenvolvido um Programa Nacional de Capacitação para Capital de Risco. O objetivo do Programa é capacitar potenciais empreendedores em larga escala para apresentar projetos inovadores nascentes de alto impacto que buscam parcerias com investidores de capital de risco (“investimento anjo” e “capital semente”) para o crescimento de seus negócios.

No que tange às ações relacionadas à cooperação internacional para promover a inovação, o MDIC lançou junto com o governo israelense o Segundo Edital para apresentação de propostas de cooperação em P&D Industrial entre Brasil e Israel. O Edital foi aberto a empresas brasileiras e israelenses que desejam elaborar em conjunto projetos de pesquisa e desenvolvimento industrial nos setores de TIC, Defesa e Saúde. O objetivo foi incentivar o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial direcionados à comercialização no mercado doméstico e/ou global. O Edital foi lançado no dia 05 de novembro de 2012 e suas atividades continuarão até o final 2013, quando serão analisadas as propostas de cooperação e o financiamento dos projetos.

Em relação à iniciativa para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos, o MDIC está desenvolvendo um projeto, em parceria com a APEX, que tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, com vistas a propor uma estratégia para atração de investimentos nos setores identificados. O projeto deverá mapear as cidades sede da Copa que possuem maior potencial de atração de investimentos em P&D para que, posteriormente, sejam realizadas atividades de divulgação dos resultados do estudo e também realização/participação em eventos nacionais e internacionais sobre inovação para divulgação do Brasil como destino de investimentos em P&D e networking.

As iniciativas de expansão e aprimoramento do Programa Brasileiro do Design e de Proposição de Mecanismos para Promover e Apoiar as Oportunidades de Negócios, especificamente, em 2012, vem sendo implementadas também por meio de parcerias. A formalização de Convênio do MDIC com a APEX possibilitou a contratação de estudo sobre o mapeamento das oportunidades do design nas cidades sede da Copa 2014 e Olimpíadas 2016, resultando em implicações preliminares para políticas públicas e programas de design, bem como na apresentação de seminários de sensibilização nas 12 cidades que sediarão os Grandes Eventos de 2014 e 2016.

Dentro da perspectiva de apoio às oportunidades de negócios, a APEX desenvolverá a promoção comercial internacional do design brasileiro no ano de 2013, quando será fomentada a criação de canais de comercialização do design brasileiro no Japão, na Loja de Departamentos ISETAN, maior conglomerado de varejo de design da Ásia. Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma ação junto à principal empresa de distribuição de produtos de design nos EUA, StyleWest, para a realização de um showroom na Califórnia, em 2014.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.**

Análise Situacional da Meta

Os números serão apurados pela PINTEC, que está sendo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- **Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta requer a construção de parcerias, de modo que não depende exclusivamente da União.

Dando início à sua implementação, o MDIC reuniu-se com o MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos GIDS, que serão gestores ou núcleos de gestão em design para a inovação e sustentabilidade nas empresas ou grupo de empresas, com foco nos arranjos produtivos locais (APLs) estaduais. Os critérios de seleção dos bolsistas foram definidos e consignados em Termo de Referência, ficando estabelecido que os bolsistas para os GIDS sejam selecionados diretamente pela liderança dos centros e núcleos de design existentes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/03/2012

- **Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta requer a construção de parcerias, de modo que não depende exclusivamente da atuação da União.

Dando início a sua implementação, o MDIC reuniu-se com o MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos CIDS, a partir de centros e núcleos de design, inovação ou setoriais, já existentes e em operação, para dar suporte ao desenvolvimento dos setores prioritários no Plano Brasil Maior. A estratégia de implementação foi definida e consta em Termo de Referência.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/03/2012

- **Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários**

Análise Situacional da Meta

Mediante parceria com o Centro de Design do Paraná, o MDIC viabilizou a participação de 100 produtos brasileiros no iF Product Design Award 2012, a fim de fortalecer o design brasileiro internacionalmente com a difusão no país de uma cultura de exportação de produtos de valor agregado. Destacaram-se 18 premiados, que participaram ainda de exposição em Hannover, durante a feira de CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

06/03/2012

- **Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design**

Análise Situacional da Meta

A implementação dessa meta encontra-se em fase de planejamento e deverá ocorrer durante a vigência do PPA.

A APEX desenvolverá a promoção comercial internacional do design brasileiro no ano de 2013, quando será fomentada a criação de canais de comercialização do design brasileiro no Japão, Loja de Departamentos ISETAN, maior conglomerado de varejo de design da Ásia.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma ação junto à principal empresa de distribuição de produtos de design

nos EUA, StyleWest, para a realização de um showroom na Califórnia, em 2014

- **Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior**

Análise Situacional da Meta

A APEX realizou neste ano de 2012, as seguintes exposições de promoção internacional do design brasileiro:

1 – Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design 2010, no evento Brazil S/A, realizado em Milão – Itália, 17 a 22 de abril/2012.

2- Exposição Casa Brasileira, 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento Brazil S/A, realizado em Milão, 17 a 22 de abril/2012.

Em 2013, serão realizadas exposições na Itália e Japão, totalizando 5 exposições do design brasileiro no exterior.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

17/04/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	5	unidade	2	17/04/2012

- **Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014**

Análise Situacional da Meta

A IV Bienal Brasileira de Design foi realizada no período de 19/09 a 31/10/2012 em Belo Horizonte – MG, sendo priorizado o custeio das ações educativas previstas.

Visando o aprimoramento do programa e, especificamente, dando uniformidade aos procedimentos a serem adotados pelos promotores dos eventos prósperos, foi contratado estudo de Recomendações para a Institucionalização da Bienal Brasileira de Design, nos âmbitos da governança, político-operacional, estrutura jurídica e escopo de ação institucional.

A Bienal de 2014 foi transferida para 2015 por decisão do Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira de Design - COEB, devendo ser sediada em Florianópolis/SC.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/09/2012

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O MDIC e o MEC tem coordenado diversas ações para a consecução deste objetivo, especialmente no âmbito do Comitê Sistêmico de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior (CSQP), em que exercem as funções de coordenação.

Em 2012, foi elaborado o projeto do Pronatec-PBM. Esse Programa permitirá a disponibilização dos recursos do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior. O Programa está em fase final de preparação para o lançamento das primeiras ofertas específicas já em 2013.

No âmbito do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), o Governo Federal tem interagido com a iniciativa privada (especialmente as câmaras de comércio e associações representativas da indústria) para aumentar o número de vagas de estágio e de contratações dos estudantes brasileiros em empresas estrangeiras, especialmente em seus laboratórios de

pesquisa e desenvolvimento. A coordenação do Comitê Sistêmico de Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior vem fazendo o levantamento das demandas por qualificação em nível superior e de pós-graduação junto aos 19 comitês setoriais. A partir de 2013 elas serão incluídas nos editais do CsF.

O MDIC também tem incluído o CsF nas reuniões bilaterais de todos os ministérios equivalentes em outros países com que mantém acordos de troca de informações permanente: MDIC-DOC (Estados Unidos), JETCO (Reino Unido) e METI (Japão). Essas parcerias tem sido significativas para a divulgação do CsF junto aos empresários desses países, facilitando a criação de vagas de estágio para os estudantes brasileiros em empresas de nível internacional.

Ainda no âmbito do CSQP do PBM, o MDIC e o MEC tem desenvolvido a elaboração do Mapa da Qualificação Profissional no Brasil, que tem como principal objetivo traçar um diagnóstico fidedigno das necessidades de cada cadeia produtiva nacional de forma regionalizada e municipalizada.

Metas 2012-2015

- **Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta deverá ser alcançada em 2013 e amplamente superada até 2014, tendo em vista a perspectiva de conclusão rápida do levantamento preliminar das demandas (diagnóstico) feito junto aos 19 comitês setoriais do PBM.

  Em 2012, os seguintes setores já concluíram seus diagnósticos: Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs; Agroindústria (Pesca e Aquicultura); Energias Renováveis (eólica, biodiesel e etanol); Calçados, Têxtil, Confecções e Jóias.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  14/11/2012

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A indústria eletroeletrônica brasileira tem apresentado déficit comercial crescente nos últimos anos, com exceção de 2009, quando apresentou ligeira redução do déficit em decorrência da crise econômica internacional do final de 2008. Em 2011, a defasagem entre exportações e importações no setor alcançou montante superior a R$ 23 bilhões. Boa parte desse déficit advém da balança comercial de componentes, cujo montante também tem crescido nos últimos anos. Somente em 2011, o déficit de componentes superou R$ 10 bilhões.

Os componentes considerados mais estratégicos para o desenvolvimento da indústria nacional, em razão de sua ubiquidade e importância valorativa, são os dispositivos eletrônicos semicondutores e os mostradores de informação (displays). Apenas no que tange aos semicondutores, o País importou montante superior a R$ 5 bilhões em 2011.

No Plano Brasil Maior o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e do Complexo Eletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no País.

Nesse contexto, a principal realização de 2012 foi a publicação da Lei n. 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS. Entre os principais avanços propugnados está a inserção, entre os beneficiários do PADIS, da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no País e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico – PPB, insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil

por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos.

Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI MAIOR. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos**

Análise Situacional da Meta

A meta procura mensurar investimentos, na sua grande maioria de origem privada, destinados ao incremento da capacidade instalada em componentes eletrônicos no País. Tais investimentos, no curto prazo, dependem da conjuntura econômica internacional e demanda global por componentes eletrônicos. Assim, os investimentos em 2012 alcançaram cerca de R$ 100 milhões.

No que tange aos dispositivos eletrônicos semicondutores, persistem em solo brasileiro cinco empreendimentos voltados para a fabricação desses componentes em diferentes estágios de maturidade. A design house e foundry CEITEC S.A., empresa pública instalada no Rio Grande do Sul, e a Smart Technologies, em São Paulo, são as que estão mais adiantadas em termos operacionais.

Em relação aos montantes previstos de investimento, é preciso ressaltar aqueles propugnados pela HT Micron, uma parceria entre a coreana Hana Micron e a brasileira Parit Participações. Estima-se a aplicação de US$ 200 milhões nos próximos 5 anos na construção de uma unidade fabril de empacotamento e testes no Rio Grande do Sul. Outro destaque são os investimentos anunciados pela Six Semicondutores, do Grupo EBX, visando a implantação de uma foundry em Minas Gerais. Os valores estão orçados em aproximadamente US$ 500 milhões, até 2014. Já a Smart prevê investimentos em torno de R$ 100 milhões nos próximos 3 anos na modernização e ampliação do seu parque fabril em Atibaia/SP. Há ainda o projeto de investimentos da portuguesa Nanium S.A. da ordem de R$ 100 milhões para a instalação de uma unidade fabril de empacotamento e testes também em Minas Gerais.

Como principal obstáculo aos investimentos privados em semicondutores no País é importante destacar a continuidade da crise econômica internacional que tem afetado, em especial, a capacidade de investimento dos países da União Europeia.

Permanecem os diálogos com as empresa japonesas visando uma maior cooperação no setor.

Quantidade alcançada

100.000.000

Data de Referência

30/10/2012

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia de concessão e do método de consulta pública ao setor produtivo. Está sendo desenvolvido também sistema informatizado como novos fluxos e controles. O trabalho iniciou-se no 2º semestre de 2012 e será disponibilizado ao público no primeiro semestre de 2013.

Com relação ao aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para a indústria de máquinas, equipamentos e serviços de bionenergia, cabe ressaltar que estão sendo executadas diversas atividades, a partir de orientações traçadas no âmbito do Conselho de Competitividade de Energias Renováveis do Plano Brasil Maior.

Ainda sobre o tema, cabe mencionar a realização do estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética, a avaliação da relação custo-benefício da desoneração de impostos federais para o etanol carburante, a proposta de alternativas de longo prazo para a competitividade do suprimento de energia à indústria (de forma a garantir a adequação do modelo do sistema elétrico à política industrial). Também merecem destaque a continuidade do "Projeto Setorial Integrado de Construção do Mercado Mundial de Etanol de Cana-de-açúcar", da promoção comercial de exportações dos equipamentos, produtos e serviços das empresas do Setor Sucroenergético e do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – PAISS

No que tange à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, pode-se destacar como principais realizações em 2012:

- Principais obras entregues:

• fornecimento de 21 Vasos de Pressão (150 ton.) para o Programa de Revitalização de Plataformas, cliente Petrobras;

• fornecimento de 1 Feixe Tubular (1 ton.) para Usina de ANGRA 1, cliente Eletronuclear;

• fornecimento de 1 Pré-Distribuidor (270 Ton.) para Hidroelétrica de Tocolma na Venezuela, cliente IMPSA;

• fornecimento de Embutidos (5 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

- Principais obras em andamento:

• fornecimento de 4 Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cliente ICN;

• fornecimento de 3 Condensadores (4.500 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

• fornecimento de 8 Acumuladores (170 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

• fornecimento de Embutidos (123 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

• fornecimento de Suportes especiais (200 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

• fornecimento do Suporte do Reator (210 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Confab.

• fornecimento de 3 Vasos de Pressão (650 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), cliente Ebse.

• Fornecimento de 3 Torres, Fracionadora , Atmosférica e de Vácuo (750 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), em parceria com a Confab.

• montagem de equipamentos e fabricação de estruturas primárias e secundárias (7.700 Ton.) de Módulos para as Plataforma P58/P62 e de Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO, da sigla em inglês) Cidade Paraty, clientes Ebe e Ebse).

• fornecimento de cilindros 30B e 48Y (3 Ton.) para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

• fornecimento de vasos de pressão VP1, VP2 e DZ1 (46 Ton.) para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

No que diz respeito à renovação da certificação ASME III, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, ressalta-se que a Nuclep é a única do Brasil a possuir esta estratégica certificação, essencial para sua participação em concorrências internacionais na área nuclear, o que possibilita a ampliação da participação do produto brasileiro em projetos desenvolvidos em todo mundo.

Para 2013, a Núclep tem como principais obras em negociação:

• fornecimento do casco resistente do primeiro Submarino Nuclear brasileiro para a Marinha do Brasil, cliente ICN.

• fornecimento de 1 vaso de pressão do reator e 2 geradores de vapor, para propulsão do Submarino Nuclear SNBR, cliente Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

• Montagem e instalação dos 3 condensadores na Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

• Fornecimento de 14 Módulos FPSO (Cidade de Mangaratiba) e 4 Módulos FPSO (Cidade de Ilha Bela)em parceria com a EBE/EBSE

• Fornecimento de equipamentos e serviços através de Memorando de Entendimento entre NUCLEP e PETROBRAS.

• fornecimento de motores geradores, motores propulsores e thrusters, através de Memorando de Entendimento (em

elaboração) entre NUCLEP e WARTSILA.

Com relação a energia solar fotovoltaica, foi formado um subgrupo no Comitê de Competitividade de Energias Renováveis do Plano Brasil Maior, especificamente para tratar do tema. Foi constatado que já existem benefícios tributários associados ao PADIS que beneficiam a produção de células e painéis fotovoltaicos no país, e que a Aneel já estabeleceu regulamentação sobre geração distribuída em baixa voltagem, que simplifica os procedimentos e cria obrigatoriedade das concessionárias de realizar a ligação e utilizar o sistema de netmeetering.

O grupo concluiu que para haver desenvolvimento do setor é necessária a criação de uma demanda inicial mínima que possibilite o movimento inicial de produção industrial no país.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Na ação orçamentária 2485-Capacitação de profissionais para as indústrias Nuclear e Pesada, com meta de 562 profissionais capacitados para o ano de 2012, a Nuclep já atingiu a meta, capacitando até o momento 573 profissionais em diferentes áreas metal-mecânica.

Quantidade alcançada

573

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	2.048	unidade	573	30/09/2012

- **Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários**

Análise Situacional da Meta

O Sistema informatizado para concessão de Ex tarifários está sendo desenvolvido pelo MDIC e já está em estágio bem adiantado. O trabalho de construção iniciou-se em setembro de 2012 e pretende-se que seja disponibilizado ao público ainda no primeiro semestre de 2013

- **Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento da Meta, de acordo com a NUCLEP, depende de dotação orçamentária não disponível em 2012. Espera-se disponibilidade em exercícios futuros.

- **Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Por meio da ação de Fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia foram produzidas pela Nuclep 2.426 toneladas, um resultado positivo quando cotejado com os recursos orçamentários efetivamente utilizados.

Quantidade alcançada

2.426,4

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	12.000	TON	2.426,4	31/10/2012

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012 as principais realizações relativas a nanotecnologia e biotecnologia foram as seguintes:

1) Nanotecnologia:

Execução do "Estudo de Viabilidade de uma Planta de Insumos Nanométricos para Aperfeiçoamento de Embalagens Plásticas", completado em 31 de agosto de 2012, após licitação vencida pela empresa Nanobusiness, em dezembro de 2011.

O Estudo resultou de demanda específica do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, que reúne empresas, academia e governo. Foi identificada a cadeia de plástico como oportunidade para introdução de novas tecnologias com o objetivo de aperfeiçoar as propriedades físico-químicas dos produtos e consequentemente melhorar a performance das embalagens, com impacto inclusive na exportação de produtos agro-industrializados.

O resultado foi disponibilizado na página do MDIC no endereço http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1347971650.pdf . Estão sendo realizadas ações de divulgação na imprensa e junto a público especializado, inclusive potenciais investidores.

2) Biotecnologia

Execução do Estudo "Diagnóstico sobre Escalonamento de Biotecnologia no Brasil, elaborado pela Fundação BioRio, após pregão eletrônico sob o patrocínio do MDIC, concluído no dia 11 de outubro de 2012.

Escalonamento (Scaling-up) é uma etapa crucial do processo de inovação. É a fase em que os experimentos que foram realizados em laboratórios (usando tubos de ensaio e frascos) são avaliados para produção em escala industrial. No caso do segmento brasileiro de biotecnologia – em que mais de 70% das empresas são pequenas e médias – a fase de escalonamento acaba sendo um gargalo para que os avanços do conhecimento acumulados pelos pesquisadores brasileiros possam sair do papel e do laboratório e chegar aos mercados nacional e internacional, ou seja, para que o conhecimento tecnológico se torne efetivamente uma inovação tecnológica.

O Estudo traz, como exemplo de análise de viabilidade econômica, o exame de uma planta multipropósito para produção de enzimas industriais pelo processo de fermentação em estado sólido, em escala capaz de produzir quantidade suficiente para verificação da atividade do produto em escala industrial.

O Estudo encontra-se disponibilizado na página do MDIC no endereço http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1350494454.pdf . Estão sendo realizadas ações de divulgação na imprensa e junto a público especializado, inclusive potenciais investidores.

3) Apoio a evento de Biotecnologia

O MDIC apoiou financeiramente e organizou rodada de apresentações voltada a negócios no 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, realizado entre 29 de outubro e 1º de novembro de 2012, no Guarujá, São Paulo. O evento contou com a participação de pesquisadores e representantes de empresas.

4) Biotecnologia Industrial (biocombustíveis)

Foi conduzido Pregão Eletrônico no dia 4 de outubro de 2012 para a contratação de "Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética", cuja execução está em curso.

Metas 2012-2015

- **Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo**

  Análise Situacional da Meta

  Os Fóruns de Competitividade de Nanotecnologia e de Biotecnologia constituíram as rodadas de negócios em 2012. As informações sobre os mesmos são apresentadas abaixo:

  - Duas Reuniões do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia-

As rodadas de negócio no âmbito do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia caracterizam-se por ser um processo em evolução, que levam em conta diversas variáveis relativas à inserção de nanotecnologias nos diversos setores produtivos brasileiros. Ao contrário das rodadas de negócio de produtos acabados, em que é possível mensurar quantitativamente compra e venda de produtos, nas rodadas do Fórum de setores tecnológicos os resultados são relacionados à melhoria do ambiente de negócios que terão impacto na decisão de investimento e/ou parceria por parte das empresas. No tocante às empresas, são vários os ramos industriais que participam, já que a nanotecnologia é multisetorial, perpassa vários dos segmentos produtivos, de cosméticos a aeroespaciais, de energia a fármacos.

Nas reuniões do referido Fórum foram abordados tópicos como: empresas âncoras; compras públicas; adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; produção dos principais insumos para a cadeia produtiva; arranjos produtivos locais; competências críticas; ambiente regulatório, nos planos nacional e internacional; laboratórios certificados; mão de obra especializada em nanotecnologia; infra-estrutura de pesquisa e apresentação sobre a criação do SisNano – rede integrada de laboratórios de nanotecnologia – e da Comissão Interministerial de Nano. Também foram realizadas rodadas de negócio.

Na 2ª Reunião de 2012, dando seguimento à Reunião do primeiro semestre, os principais temas abordados foram: nanotecnologia e cadeia de óleo & gás; formação de consórcio empresarial para compartilhamento de tempo no laboratório Síncroton; mercado de trabalho e formação de profissionais específicos para nanotecnologia; software de avaliação de riscos para nanotecnologia.

Destaque para a apresentação do Estudo de insumos nanométricos para cadeia de plástico; e articulação do consórcio empresarial para uso do laboratório Síncroton.

Assim como tem ocorrido nas últimas reuniões, a ABNT promoveu sessão da Comissão Especial de Estudos, que é o espelho nacional do Comitê ISO para Nanotecnologia. Finalmente, foi realizada rodada de negócios com apresentação de projeto de consórcio empresarial para utilização do Laboratório Síncroton.

- Uma Reunião do Fórum de Competitividade de Biotecnologia

As premissas expostas acima relativas ao Fórum de Nanotecnologia permanecem válidas também para o Fórum de Biotecnologia, ou seja, os resultados das rodadas de negócio são relacionados à melhoria do ambiente de negócios que terão impacto na decisão de investimento e/ou parceria por parte das empresas, já que ambos, biotecnologia e nanotecnologia, podem ser caracterizados mais como “áreas de conhecimento”, e não como setores de produção.

Na Reunião realizada em 2012, os principais temas foram: avaliação da participação brasileira na BIO2012 (Convenção Internacional de Biotecnologiarealizada nos EUA), sobretudo em termos de negócios realizados, e perspectivas para a BIO2013 (abril de 2013); política de integração de incentivos fiscais/tributários; criação de plataformas tecnológicas multimodais de biofármacos; revisão do marco regulatório de acesso ao patrimônio genético; e adoção de métodos alternativos em relação ao uso de animais para estudos clínicos.

Dentre os resultados, mencione-se a apresentação e debate sobre o Diagnóstico de Referência de Serviços de Escalonamento de Biotecnologias no Brasil, estudo financiado pelo MDIC a partir de demanda do Fórum de Biotecnologia.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

18/02/2013

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, algumas iniciativas já começaram a ser executadas, tais como: Agenda Tecnológica Setorial, que tem o foco da Química Verde; e Estudo contratado pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

Em relação aos projetos de investimento relacionados à cadeia química e de fertilizantes destacam-se as seguintes informações:

- No primeiro semestre de 2012, pode-se destacar o avanço na implantação das unidades de produção de PPTA, PET e POY, em Pernambuco.

No âmbito da implantação da unidade de produção de 700 mil toneladas/ano de PTA, pode-se ressaltar o arruamento, Pavimentação e Urbanização da Planta, Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), Quatro Silos de armazenamento do PTA, Sistema de Caldeiras, Thermal Oxidiser, Planta de Hidrogênio (H2), Prédios Industriais (Warehouse, Chemical Store e Tool Store), entre outros. A conclusão das atividades de Construção e Montagem (C&M) possibilitou o atingimento do marco da implantação do Projeto caracterizado pela Completação Eletromecânica da Unidade Operacional no mês de maio. Em seguida, iniciou-se o procedimento de testes e comissionamento da Unidade.

No âmbito da implantação das unidades de produção de 240 mil e 450 mil toneladas/ano de POY e PET, respectivamente, foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do sistema de utilidades, torres de refrigeração de 4 e 5 células, liberação dos quadrantes 01 e 02 do prédio de texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

- Quanto ao projeto de implantação de unidade de produção de 250 mil toneladas/ano de estireno no Rio Grande do Sul, pode-se destacar o avanço no desenvolvimento do Projeto de Engenharia Conceitual da nova unidade de produção de estireno, através da contratação, ocorrida no final de junho, de empresa especializada para atualização dos spools e esquemas de processos produtivos com inicio previsto para o segundo semestre deste ano. Por outro lado, a indefinição quanto à garantia de suprimento de matérias-primas e utilidades necessárias à operação da nova planta, cujo fornecimento está tecnicamente restrito a um único fornecedor, dificulta o ritmo de implementação das outras fases do projeto.

- Com relação às ações de Petroquímica do Comperj, ao longo do 1º semestre de 2012, foi dado prosseguimento à execução das obras de infraestrutura compartilhada, dentre as quais se destacam estradas, portarias e subestação pertencentes ao Projeto Comperj.

Adicionalmente, nesse período, foi assinado o contrato para pavimentação do anel viário (18/abr) e obtida junto ao INEA, em 09/mar, a Licença Prévia (LP) para implantação da via de transporte dos equipamentos de grande peso e dimensão.

- Destacam-se também a conclusão da terraplenagem e início da construção civil do Projeto UFN III (Unidade de Fertilizantes III, em Três Lagoas/MS), assinatura do contrato do Projeto Básico da UFN IV (Unidade de Fertilizantes IV, em Linhares/ES) e conclusão do Projeto Básico e emissão da Licença de Instalação da UFN V (Unidade de Fertilizantes V, em Uberaba/MG).

As dificuldades que os projetos têm enfrentado são atraso no andamento dos trabalhos pelo Consórcio construtor da unidade de fertilizantes UFN III impactando o projeto Executivo e o Plano de Suprimento e desclassificação das propostas de EPC da UFN V por preço excessivo

Quanto às pactuações mais relevantes, destaca-se a habilitação do projeto UFN III no REPENEC.

Para o ano de 2013, serão entregues no site da UFN III os equipamentos proprietários, emitida a Licença de Instalação da UFN IV e iniciada a Construção e Montagem da UFN V.

- Nas plantas de fertilizantes, dentre as medidas já implementadas destacam-se em 2012 a conclusão em junho da segunda etapa de construção do projeto ARLA 32, com produção de 200 mil m³/ano, e as paradas programadas nos

sistemas produtivos da FAFEN-BA em março e na FAFEN-SE entre abril e junho.

Espera-se para 2013 a expansão da FAFEN-SE com início da operação da planta de sulfato de amônio que está em fase de execução e ofertará ao mercado 303 mil t/ano, a partir do ácido sulfúrico excedente produzido pela Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Metas 2012-2015

- **Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o primeiro semestre de 2012 foram concluídas diversas atividades na Unidade de PTA (em Pernambuco), a saber: Arruamento, Pavimentação e Urbanização da Planta, Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), Quatro Silos de armazenamento do PTA, Sistema de Caldeiras, Thermal Oxidiser, Planta de Hidrogênio (H2), Prédios Industriais (Warehouse, Chemical Store e Tool Store), entre outros. A conclusão das atividades de Construção e Montagem (C&M) possibilitou o atingimento do marco da implantação do Projeto caracterizado pela Completação Eletromecânica da Unidade Operacional no mês de maio. Em seguida, iniciou-se o procedimento de testes e comissionamento da Unidade.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/11/2012

- **Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano**

  Análise Situacional da Meta

  A construção da UFN III (no Mato Grosso do Sul) foi iniciada e a previsão de entrada em operação é Setembro/14. Atualmente a planta prevê a produção para venda ao mercado de 70.000 t/ano de amônia.

  Quanto à UFN V (em Minas Gerais), foram recebidas propostas das empresas de EPC com preço excessivo, levando à necessidade de nova análise da modalidade de contratação.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/11/2012

- **Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano**

  Análise Situacional da Meta

  No primeiro semestre de 2012, houve avanço no desenvolvimento do Projeto de Engenharia Conceitual da nova unidade de produção de estireno, através da contratação, ocorrida no final de junho, de empresa especializada para atualização dos spools e esquemas de processos produtivos.

  Por outro lado, a indefinição quanto à garantia de suprimento de matérias-primas e utilidades necessárias à operação da nova planta, cujo fornecimento está tecnicamente restrito a um único fornecedor, dificultou o avanço mais célere de outras partes do projeto.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/11/2012

- **Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o primeiro semestre do ano corrente foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do Sistema de Utilidades, torres de Refrigeração de 4 e 5 Células, liberação dos Quadrantes 01 e 02 do Prédio de Texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas

texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos Compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

- **Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o primeiro semestre do ano corrente foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do Sistema de Utilidades, torres de Refrigeração de 4 e 5 Células, liberação dos Quadrantes 01 e 02 do Prédio de Texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos Compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/11/2012

- **Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**

  Análise Situacional da Meta

  A construção da UFN III foi iniciada e a previsão de conclusão da meta é Setembro/14. Atualmente a planta prevê a produção para venda ao mercado de 1.223 mil t/ano de uréia (3.600 t/dia).

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  29/11/2012

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento de APLs tem sido trabalhado sob a ótica do encadeamento produtivo, onde as médias empresas são estimuladas a participarem do processo produtivo fornecendo insumos para as grandes empresas e comprando insumos das pequenas empresas.

No âmbito do apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs, foram realizadas reuniões com as instituições financeiras do GTP APL, com objetivo de estimular a elaboração de mecanismos de compra e venda direcionados aos APLs. Também a APEX e instituições do GTP APL mantêm o programa PEIEX para auxiliar as exportações de pequenas empresas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi amplamente superada.

Atualmente o GTP APL, coordenado pelo MDIC apoia 273 APLs em todo o Brasil, com ações voltadas ao desenvolvimento, eventos, apoio técnico e apoio gerencial dos APLs. Os Seminários de Desenvolvimento Regional, coordenados pelo Ministério da Integração contribuiram para o incremento da meta, como também a divulgação da Política nos Estados e, sobretudo, a instituição do Observatório do APL, construído pelo MDIC, em parceria com o MCTI e com a participação das 33 instituições do GT/APL.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foi finalizada a elaboração do Plano Setorial da Indústria de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano Indústria) e realizada consulta pública no período de junho a agosto. Em agosto foi firmado Acordo de Cooperação Técnica MDIC-MMA-CNI para apoiar a implementação do Plano e editada Portaria Interministerial MDIC-MMA que instituiu a Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn). A reunião de instalação da CTPIn foi realizada em 30 de outubro. A CTPIn operacionalizará o Plano de Ação do Plano Indústria, que trata das iniciativas desse objetivo: criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono, fomento à redução de emissões nos setores industriais e realização de inventários corporativos de emissões. Em 2013 será discutido e elaborado o Plano de Trabalho que vai nortear a atuação da Comissão Técnica.

Metas 2012-2015

- **Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**

  Análise Situacional da Meta

  A criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e será discutida no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn)

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

As principais realizações de 2012 são discriminadas abaixo:

1) No que tange à ampliação da infraestrutura técnica para qualidade:

- Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular: iniciado em 2009 com 5 marcas e 54 modelos. Em 2012, alcançou 34 marcas e pelo menos 450 modelos, correspondendo a cerca de 75% do mercado. Em termos de volume de vendas atingiu cerca de 90% do mercado.
- Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações: em 3 anos, o PBE Edifica contemplou 56 etiquetas para prédios públicos, comerciais e de serviços e 1.101 etiquetas para apartamentos, em 13 empreendimentos. A intenção é avaliar o melhor aproveitamento das chamadas energias passivas: a iluminação e a ventilação naturais, além de incentivar o uso racional de água e de energia solar.
- Selo para produtos da Amazônia: desenvolvido programa para certificar produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia. O primeiro foi para o pirarucu, lançado em julho de 2012. A certificação é voluntária e está abrangendo produtos fitoterápicos, fitofármacos, biocosméticos, jóias, embalagens sustentáveis, alimentos, entre outros.

- Certificação por grupos de produtos: passou a contemplar grupos de produtos e não mais itens isolados. Entre os programas, o de eletrodomésticos engloba 160 diferentes aparelhos, o de autopeças 12 itens e o da construção civil 4 itens.

2) Sobre o aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica:

- Benchmarking colaborativo: O MDIC, está coordenando, em parceria com o MPOG, um estudo de benchmarking colaborativo sobre a "Atuação pró-ativa dos regulamentadores para a participação das partes interessadas no processo de regulamentação e sua divulgação para a sociedade". O estudo está sendo realizado com a participação de 8 regulamentadores e tem como objetivo ampliar a participação efetiva e qualificada do cidadão e das demais partes interessadas no processo de regulamentação, bem como o acesso às informações resultantes desse processo, a fim de promover o diálogo e transparência, identificar demandas e assegurar a legitimidade e eficácia dos regulamentos.

3) Em relação ao apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente:

- Compras públicas: no Programa Caminho da Escola, até setembro de 2012, o Inmetro e a RBMLQI inspecionaram 13.804 ônibus que foram entregues a vários municípios. A referida Autarquia está atuando também no controle da qualidade para aquisição e distribuição de unidades móveis de ensino contemplando Laboratórios Móveis Profissionalizantes e Consultórios Itinerantes Odontológicos e Oftalmológicos.

Em 2012, ressalta-se a inspeção na fabricação e aprovação dos protótipos dos conjuntos de componentes, a supervisão da fabricação dos conjuntos de componentes e a inspeção e aprovação final de cada conjunto de componentes. Foram supervisionados, inspecionados e aprovados 3 modelos de protótipos (1 laboratório profissionalizante e as alternativas de composição interna, 1 consultório oftalmológico e 1 consultório odontológico).

- Programa de Avaliação da Conformidade para demandas da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016: destaca-se o de cadeiras de estádios, e o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass). Este último representa uma nova sistemática com 7 tipos de Meios de Hospedagem e identificação dos empreendimentos por estrelas do SBClass em 5 categorias, de acordo com a infraestrutura, a sustentabilidade e os serviços oferecidos.
- Metrologia na área da Saúde: o Inmetro está analisando a conformidade de equipamentos usados na pesquisa biomédica e na prática médica. Em parceria com a Anvisa, vai avaliar procedimentos laboratoriais (análises clínicas), prevendo-se a possibilidade de criação de Material de Referência Certificado (MRC) para glicose, colesterol, hemoglobina glicosada e marcadores moleculares para câncer de mama, entre outros. Para ampliar a infraestrutura tecnológica e dar suporte à produção nacional de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), será construído um laboratório com cerca de 750 m2.
- Certificação de implantes mamários de silicone: para atender demanda da Anvisa, o Inmetro , desenvolveu e estabeleceu os requisitos de avaliação da conformidade para implantes mamários e designou organismos de certificação. Atualmente, as próteses passam por testes em laboratórios brasileiros, para verificar a resistência e a composição do silicone usado e por exames biológicos.
- Desenvolvimento de regulamentação técnica metrológica sobre os medidores de vazão multifásicos para petróleo e gás natural a serem utilizados na exploração dos campos do Pré-Sal: Em conjunto com a ANP e com apoio da Petrobras, o Inmetro está desenvolvendo uma regulamentação técnica metrológica para os medidores multifásicos com vistas a dar credibilidade aos resultados das medições. Os medidores de vazão regulamentados serão utilizados na medição de apropriação de petróleo, que é a referencia para o cálculo da distribuição dos royalties entre Estados, Municípios e proprietários de terras onde estão localizados os poços.
- Programa de acreditação de organismos de verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa: com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa foram criados esquemas de emissões, que devem possuir a robustez necessária para garantir a exatidão na quantificação de emissões. Os projetos devem ser verificados e/ou validados por um organismo acreditado, para atestar o atendimento dos requisitos especificados, como se vê em operação em diversos países, inclusive adotada no âmbito do Protocolo de Kyoto. Em 2013 será lançado o programa brasileiro.
- Foro de importantes reuniões internacionais: realizada pela primeira vez no Brasil, a 12ª IAF/ILAC 2012 Joint Annual

Meetings, reuniu representantes de organismos de avaliação da conformidade de 62 países. Além do Inmetro, anfitrião do evento, ISO (Organização Internacional para Padronização), IEC (Comissão Eletrotécnica Internacional), ITU (União Internacional de Telecomunicações), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIPM (Bureau International dês Poids El Measures), OIML (Organização Internacional de Metrologia Legal), WADA (Agência Mundial de Anti-Doping) colaboraram para o sucesso das discussões. Destaca-se, também, o 1o Encontro dos Pontos Focais OMC/TBT das Américas com os demais países do continente americano.

4) No que tange à promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

- Acordo de cooperação com a Receita Federal: Este convênio intensificou o intercâmbio de informações, com vistas a aprimorar as ações de fiscalização na importação e no mercado interno de produtos que não atendam aos requisitos de avaliação da conformidade. Foram priorizados 5 setores: brinquedos, capacetes para motociclistas, luvas cirúrgicas, pneus e barras e fios de aço. Entre as ações que marcaram a parceria firmada entre as partes, destaca-se a Operação Especial Brinquedo Perigoso resultando na apreensão de cerca de 7 toneladas de brinquedos irregulares.

- Segurança nas estradas e vias urbanas: A implantação do controle metrológico legal dos tacógrafos conferiu maior segurança nas estradas, com redução dos acidentes de trânsito, atingindo até outubro de 2012 cerca de 1 milhão de verificações. Em 2012, foram fiscalizados 46.757 veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, portos, Ceasa e nas escolas.

- Cooperação técnica Brasil - Estados Unidos: Firmado acordo com o Consumer Product Safety Commisssion (CPSC) priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança dos produtos de consumo nos mercados, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo, sinalização sobre áreas de riscos emergentes, entre outros. Em 2013, o Inmetro assumirá a Presidência do Conselho Internacional de Segurança de Produtos de Consumo. Inmetro e o Nist serão os responsáveis por desenvolver material de referência para biocombustíveis de aviação.

- Registro de Objetos: Foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. Em 2012 foram concedidos 4.198 Registros de Objetos.

- Implantação da regulamentação técnica metrológica sobre mototaxímetros: O Inmetro inovou ao estabelecer a regulamentação técnica metrológica de mototaxímetros para tarifação das corridas, visto que são poucos os países no mundo que utilizam este instrumento para um controle legal do Estado.

- Elaboração de requisitos para softwares embarcados em instrumentos de medição: A elaboração de requisitos para softwares tem por objetivo manter a integridade das medições realizadas pelos diversos instrumentos eletrônicos combatendo fraudes e erros de medição.

Metas 2012-2015

- **Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa**
  Análise Situacional da Meta

  O Inmetro está desenvolvendo um programa de implantação de Laboratórios Associados com o objetivo de aumentar o suporte à inovação nas empresas brasileiras e que envolve um programa de bolsas para inclusão de especialistas de alto nível em apoio à inovação e transferência de tecnologia para o setor empresarial.

  O Projeto está em fase de implantação, tendo sido concluídas duas importantes ações: a) Operacionalização do sistema do programa de bolsas de pesquisa do Inmetro (Pronametro), conforme previsto em sua nova Lei (artigo 12 da Lei nº 12.545/2011). Trata-se de uma ferramenta fundamental para o funcionamento do Programa de Laboratórios Associados por permitir recursos para custeio de pesquisadores nestes laboratórios; b) Foram selecionados dois laboratórios de universidades, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul para a implantação de um programa piloto. Este piloto produzirá a experiência necessária para a extensão do Programa a um conjunto muito maior de laboratórios. Adicionalmente, está em fase de conclusão a elaboração do Regimento para funcionamento do Programa, inclusive

com as minutas de convênios a serem firmados com as instituições participantes.

O programa de implantação de Laboratórios Associados mobiliza esforços de uma ampla gama de organizações, em redes articuladas, envolvendo instituições públicas e privadas, de caráter científico e tecnológico, bem como agências de fomento, em sintonia com as diretrizes do Plano Brasil Maior. A questão central de uma rede com estas características, de alta complexidade, é sua governança. O Inmetro detém larga experiência com a coordenação de uma rede também de alta complexidade, a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, articulando 27 instituições estaduais de pesos e medidas e garantindo ações de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade em praticamente todos os municípios do País.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/11/2012

- **Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo de organismos de avaliação da conformidade acreditados foi de 1.158.

A meta estipulada deve ser superada antes de 2015 por conta dos seguintes fatores:

a) novas organizações tem solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;

b) publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;

c) adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados no Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;e

d) maior interação com órgãos regulamentadores (Anvisa, Ibama, Mapa, Anatel entre outros) que reconhecem a importância da atividade de acreditação e assim, decidem tornar compulsória a obtenção da acreditação perante o Inmetro para as organizações que disponibilizam produtos ou serviços na área específica do órgão regulamentador.

Quantidade alcançada

1.158

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos:

1. criação de e 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico), cujo foco principal é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos;

2. discussões entre o MDIC e a Receita Federal do Brasil para a retirada do impedimento de utilização da modalidade Drawback intermediário pelo Drawback embarcação;

3. discussões de diversos órgãos governamentais com a Receita Federal do Brasil para a criação de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e Naval - REPEG, com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores;

4. discussões de diversos órgãos governamentais com a Receita Federal do Brasil para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás – REPETRO.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o BNDES apoiou a internacionalização de 2 empresas. Em 2013, deverá apoiar mais 7 novos projetos, que se encontram em níveis de consulta e aprovação. Ainda com relação ao BNDES, cabe destacar que a referida instituição disponibiliza linha de crédito, denominada Operações de Investimento Direto Externo (IDE), que tem por objetivo estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional, através do apoio a investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, abrangendo sociedades empresárias com sede e administração no País, de controle nacional, com potencial de inserção no mercado internacional.

Já a APEX oferece diversos serviços, entre estes, serviços customizados de internacionalização, como Inteligência Comercial Customizada, Promoção de Negócios Customizada e Apoio à Instalação no exterior, que orientam a decisão

do empresário quanto a escolha do país para expansão de suas operações internacionais, quanto a forma de entrada no mercado e diversos aspectos relacionados a estruturação do processo de internacionalização da sua empresa, visando aumentar competitividade doméstica e internacional.

Metas 2012-2015

- **Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação**

Análise Situacional da Meta

Neste primeiro ano do PPA, por meio do programa de internacionalização de empresas do BNDES, registrou-se o apoio a 2 projetos. Todavia, há na carteira do Banco, nos níveis entre consulta e aprovação, mais 7 projetos envolvendo 5 empresas.

Ainda em 2012, pelo programa da APEX, 165 empresas da indústria de transformação receberam prestação de serviços customizados de internacionalização e, dessas, 18 abriram sua filial no exterior ou adquiriram ativos no exterior pela primeira vez.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

15/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	30	unidade	10	29/11/2012

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) iniciou, durante o ano de 2012, a implementação de diversas iniciativas com vistas a dar suporte para o alcance desse objetivo e de suas metas até o final do Plano Brasil Maior. Para a ampliação da inserção do tema propriedade intelectual (PI) e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, destacam-se as parcerias do INPI com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Associação de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a consolidação da parceria com a Apex-Brasil.

Com a Finep, ressalta-se a capacitação de empresas nos temas referentes à PI e transferência de tecnologia, a participação do INPI na Categoria Inventor-Inovador do Prêmio Finep de Inovação e a implantação do Observatório Tecnológico nas diversas áreas de conhecimento de interesse conjunto da Finep e INPI, com ênfase nas áreas de oncologia, tecnologias voltadas à defesa, etanol e fontes alternativas de energia, tecnologias assistivas, petróleo e gás. A parceria com a Anpei prevê, para 2013, a inserção do tema PI no projeto EducAnpei, que possui 10 Rotas de desenvolvimento profissional com foco em inovação, sendo uma delas em Gestão da PI. Já a parceria com a Fiocruz contempla a capacitação e disseminação da cultura de PI e Inovação, o estabelecimento do Observatório Tecnológico para a área da Saúde e a implantação do exame prioritário de pedidos de patentes para produtos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a Apex, foram treinados 167 multiplicadores de conhecimento que atuam junto às micro e pequenas empresas exportadoras em 12 pólos do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex).

O serviço “INPI Negócios”, que prevê atendimento individual de médias e pequenas empresas e de universidades sobre questões relativas a contratos de assistência técnica, uso de marca e transferência de tecnologia associado a informações relativas ao depósito dos ativos, entre outros, realizou, em 2012, 43 atendimentos em seis unidades regionais do INPI, a

saber: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Em 2013, pretende-se continuar essa atividade expandindo para os outros Estados com unidades regionais.

A inserção do INPI por meio de palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País alcançou 10.248 pessoas, entre outubro/2011 e outubro/2012. No mesmo período, 1.349 pessoas participaram de eventos promovidos pelo INPI no âmbito dos Acordos de Cooperação firmados com diversas instituições brasileiras.

A Academia do INPI também investiu no desenvolvimento de estratégias de ensino à distância, buscando estabelecer parcerias com organizações no Brasil e no exterior. Desde o início de 2012, a Academia oferece, em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o DL 101P BR, um curso de extensão de nível básico, no formato ensino à distância, com conteúdo nacional e tutoria de especialistas capacitados pela OMPI. Foram treinadas 2.000 pessoas.

Em 2012, o portfólio de cursos presenciais da Academia foi ainda atualizado, visando a adaptá-lo à existência do ensino à distância e a aperfeiçoá-lo para que atenda às novas necessidades do Sistema Nacional de Inovação (SNI). Foi ampliada a oferta de oficinas e inseridos cursos para empresários, com carga-horária reduzida e metodologia desenvolvida sob medida para as necessidades desse público, para que a propriedade intelectual possa ser integrada, com mais eficácia, ao plano de negócios de empresas no Brasil.

No que tange ao Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI, verifica-se a consolidação do programa, que já está em sua sexta turma, com a contratação de especialistas seniores e o fortalecimento das atividades de pesquisa acadêmica, além do desenvolvimento de planos visando à expansão internacional para países de língua portuguesa e para a América Latina. Destaca-se ainda a aprovação do Doutorado do INPI em Propriedade Intelectual pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em setembro de 2012, com a primeira turma prevista para 2013. Esse é o primeiro curso de doutorado em PI do Brasil.

No tocante ao aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual, o INPI realizou 13 atividades objetivando a obtenção de competências que permitam uma melhor utilização dos procedimentos técnicos e administrativos mais modernos envolvendo a propriedade intelectual, e o aprimoramento do acesso à cultura de propriedade intelectual para uso dos diversos setores da sociedade. Essas atividades são missões técnicas de especialistas brasileiros ao exterior visando à troca de experiências e melhores práticas, assim como a recepção de especialistas estrangeiros com o mesmo objetivo. Em ambos os casos existe ainda a possibilidade de representação em seminários organizados, tanto no Brasil quanto no Exterior, visando à disseminação da cultura da propriedade intelectual e a capacitação técnica das partes envolvidas, objetivos centrais do internamente conhecido "Projeto INPI-OMPI", que dá suporte a tais atividades.

Em 2013, a iniciativa contará com atividades que fortalecerão o corpo técnico do INPI e permitirão aos participantes de diferentes segmentos do sistema de propriedade intelectual atuarem de forma mais efetiva.

O projeto de estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América do Sul, denominado PROSUL, avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destacam-se a escolha da ferramenta que possibilitará o exame colaborativo de pedidos de patentes entre as nove entidades-parte do PROSUL, denominada e-PEC, e o avanço considerável na criação de um sistema de registro de marcas abrangendo os sistemas de PI das entidades-parte.

Foram também lançadas três consultorias com vistas à criação de plataforma que integrará os sistemas de PI das entidades-parte, à criação de uma página do PROSUL na Internet e à escolha do modelo institucional que melhor representará o PROSUL. Entre os fatores que dificultaram a execução do Objetivo do Projeto, destaca-se o grande número (nove) de entidades-parte; o alto custo para reunir gerentes e técnicos; a relativa morosidade que impõe o processo de decisão por consenso.

Para 2013, prevê-se a definição dos consultores citados e a entrega dos produtos contratados, além da consolidação dos modelos de colaboração em patentes e marcas.

Relativamente à implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico, as obras (que se encontram sob a responsabilidade do Inmetro), foram retomadas em outubro de 2012, após a contratação por aquele Instituto de uma

empresa para executar as tarefas de análise a ajuste do projeto e acompanhamento da obra. O Inmetro sinalizou com a necessidade de repasse dos recursos disponíveis no orçamento do INPI, no valor de R$ 1.100.000,00, para execução das etapas previstas para no ano. As etapas subseqüentes do cronograma deverão ser executadas conforme a disponibilidade financeira para os próximos períodos.

A implantação do Programa INPI da Qualidade vem enfrentando dificuldades porque não foi possível contratar uma empresa de consultoria de alto nível com experiência real em obtenção de Prêmios da Qualidade concedidos pelo Governo Federal e em processos devidamente padronizados para ISO 9001:2008. Desde o segundo semestre de 2012, os esforços para contratação da consultoria foram feitos em duas frentes, uma contando com ajuda da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, do Conselho de Governo da Casa Civil, e outra por meio do Projeto OMPI. Utilizando apenas os recursos humanos do próprio INPI, já se conseguiu dar alguns passos importantes, como a elaboração, aprovação e publicação do "Manual da Qualidade do INPI", documento básico para todo Sistema de Gestão da Qualidade, bem como o "Procedimento para Elaboração de Documentos do SGQ". Dessa forma, já foi possível a padronização dos formulários do INPI, que serão paulatinamente substituídos, a exemplo do que já ocorreu com os de Patentes Verdes, Opinião Preliminar e demais formulários da Diretoria de Patentes, a qual já tem como meta obter a Certificação ISO 9001:2008 para todo o seu processo de exame técnico.

O INPI também já teve implantados em 2012 alguns módulos do seu sistema eletrônico, denominado e-Patentes. Para 2013 está previsto o início da implementação dos sistemas e-Desenho Industrial e e- Contratos de Tecnologia. Após seis anos da implantação do e-Marcas, o sistema de depósito de marcas pela internet, o INPI conta com cerca de 80% dos pedidos feitos eletronicamente.

Ademais, deve-se observar que o e-Marcas representa o marco inicial de um processo permanente de automatização dos serviços da Diretoria de Marcas, que culminará, em 2013, com a implantação do IPAS (Intellectual Property Automation System). Desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI que servirá como o novo sistema de exame de marcas, trazendo mais rapidez e qualidade às decisões do Órgão. As iniciativas em curso para automação e revisão de processos, aliadas ao ingresso programado de novos examinadores em 2013, indicam a viabilidade do alcance das metas para 2015 de redução dos prazos de exame e decisão de pedidos de Marcas e Patentes.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI**

  Análise Situacional da Meta

  Os profissionais da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI trabalham para ampliar o número de capacitados em propriedade intelectual e temas correlatos, oferecendo cursos que atingem alunos oriundos das diversas regiões do país. No entanto, é preciso ressaltar que o número de estudantes formados pela Academia tende a flutuar ao longo do período, além de estar sujeito a uma série de variáveis que fogem ao controle do INPI como, por exemplo, o crescimento da demanda por capacitação em propriedade intelectual.

  O número de capacitados anualmente pela Academia é calculado por meio da soma de formados no mestrado do INPI, de alunos capacitados nos cursos presenciais de extensão (obtendo 75% ou mais de frequência às aulas), de presentes em Ciclos de Estudos e Seminários promovidos pela Academia do INPI e de aprovados em exames finais e em avaliações de cursos à distância. Neste ano de 2012, esse número foi de 3.168 capacitados.

  O método de coleta de dados, que leva em consideração apenas os alunos capacitados, é um fator que interfere diretamente nos resultados da coordenação. Nas atividades de ensino à distância, por exemplo, verifica-se uma tendência de que cerca da metade dos inscritos no DL 101P BR participe do Exame Final. Dentre os que participam, nem todos conseguem atingir o grau mínimo exigido. Nas duas edições do DL 101P BR realizadas em 2012, houve aproximadamente 5.000 alunos inscritos, mas apenas 1.994 foram aprovados no exame final.

  Já nas atividades presenciais, observa-se que um número significativo de alunos não consegue cumprir a frequência mínima exigida de 75%. Esse diagnóstico levou, inclusive, a equipe da Academia responsável pelos cursos de extensão a rever os modelos de cursos presenciais a serem oferecidos. O portfólio de cursos foi atualizado, passando a priorizar,

em atividades presenciais, cursos regionais, oficinas e cursos para empresários, ou seja, atividades com turmas reduzidas, que permitem intensa troca de informações entre professores e alunos.

Se a capacitação do público em geral passou a ser feita por meio do ensino à distância, por outro lado os cursos presenciais aprofundaram a formação de alunos que atuam em setores e organizações no qual o uso da propriedade intelectual é estratégico.

Cabe ainda ressaltar que outro fator imprescindível para a obtenção de resultados concretos do esforço investido em atividades de capacitação é a qualidade dessas ações, no sentido de excelência no ensino e de adaptação dos cursos ao perfil do público-alvo, de modo que os conhecimentos obtidos pelos alunos possam, cada vez mais, ser aplicados efetivamente no ambiente de trabalho. É fundamental que os estudantes capacitados possam vir a atuar como peça-chave para o emprego da propriedade intelectual como ferramenta para o desenvolvimento tecnológico e econômico e para ganhos de competitividade de empresas residentes no Brasil.

Outro fator que impacta o número anual de capacitados pela Academia, interferindo na expectativa de que haja um crescimento constante do número de formados, é a existência de parcerias para execução de atividades de capacitação em propriedade intelectual com resultados que só podem ser contabilizados a cada dois anos, como no caso do Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação, fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre INPI e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC.

A dificuldade de expansão do investimento em recursos humanos e em infraestrutura é outro fator limitante ao crescimento das atividades de capacitação, tendo em vista a necessidade de tecnologias educacionais e da ampliação proporcional do número de professores, administradores e tutores.

Quantidade alcançada

3.168

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI vem intensificando as atividades de pesquisa em propriedade intelectual e inovação, de forma a fornecer aos servidores e à sociedade como um todo informações de qualidade relacionadas com as temáticas pesquisadas.

Para alcançar esse objetivo e tendo em vista a dificuldade existente devido à falta de veículos de publicação especializados, a Academia do INPI investe na atualização do corpo docente, interação inter e intra-institucional e promoção de eventos científicos, como o Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID). Cabe destacar que o quadro docente da Academia apresenta previsão de crescimento com a contratação de 8 especialistas seniores em PI, o que deverá ampliar as publicações, bem com a recente aprovação do Programa de Doutorado em PI e Inovação, que consequentemente fomentará as pesquisas realizadas no âmbito da Academia.

Tais ações estão permitindo ampliar gradativamente as metas relativas às publicações com expectativas de um aumento de 100% em relação ao ano de 2010, subindo de 30 publicações para 60 publicações no ano de 2015. Cabe ressaltar que até setembro de 2012, a Academia já apresenta um total de 47 publicações.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

30/09/2012

- **Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial**

Análise Situacional da Meta

Na data-base de 2010, diferentemente do informado no texto relativo à meta, os registros concedidos somavam 5.441. Em 2012, foram concedidos 4.334 registros de DI.

Quantidade alcançada

4.334

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem**

Análise Situacional da Meta

Até o mês de outubro de 2012, o INPI havia reconhecido 18 indicações geográficas. Encontram-se em exame mais 20 pedidos. Desde 2011, vêm sendo feitos esforços para que não haja qualquer backlog de exame em 2013.

Mediante os projetos de disseminação e fomento, aliados a uma maior celeridade no exame das solicitações de reconhecimento, espera-se chegar até 2015 com um número considerável de indicações geográficas brasileiras oficialmente reconhecidas, passando o Brasil a ser o líder em indicações geográficas registradas da América do Sul.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/10/2012

- **Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Até outubro de 2012 foram realizadas 52 palestras em 30 Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) públicas (que tenham ensino superior), com a presença de 3.205 pessoas. O total de ICTs com atividades de disseminação (n=30) representa 24,4% da meta (n=123). A demanda pela participação do INPI em eventos e atividades organizadas por IES e ICTs vem aumentando desde que tem atuado na disseminação da cultura da PI por todo o Brasil.

Para 2013, espera-se que a demanda continue crescendo, principalmente, devido às políticas de fomento à inovação que alavancam a importância do sistema de proteção intelectual e aumentam a necessidade de ampliação do conhecimento por meio dos atores do sistema nacional de inovação.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/10/2012

- **Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, diferentemente do informado no texto relativo à meta, o prazo de manifestação do INPI quanto a viabilidade dos pedidos de patentes foi de 6,4 anos, ao invés de 2,5 anos.

No ano de 2012 o prazo de manifestação do INPI quanto a viabilidade dos pedidos de patentes alcançou 6,8 anos. Este aumento deveu-se principalmente a dois fatores: a transição para a implantação de novos sistemas e procedimentos para o exame dos pedidos na forma digital; e o deslocamento de examinadores dedicados ao exame para a implementação de projetos estratégicos.

Convém citar a implementação em 2012 de dois novos serviços, no âmbito do projeto estratégicos de redução do Backlog de Patentes: Patentes Verdes e a Opinião Preliminar sobre Patenteabilidade. Ambos os serviços têm por objetivo fornecer uma resposta mais rápida sobre o pedido de patente e diminuir o prazo do primeiro exame do pedido. Os resultados destes serviços terão reflexo no ano de 2013.

Mantém-se a meta projetada para 2015, com a projeção da meta para 6,5 anos para 2013. O alcance da meta proposta requer a admissão de 70 novos examinadores em 2013, cujo edital de concurso foi publicado em 16/11/2012, bem como o ingresso de novos examinadores ao longo dos anos de 2013 e 2014.

Por ocasião da revisão do PPA a redação da meta será alterada para "Reduzir o prazo médio do primeiro exame dos

pedidos de patente para 1 ano, contado a partir do pedido de exame."

Quantidade alcançada

6,8

Data de Referência

13/11/2012

- **Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, diferentemente do informado no texto relativo à meta, o prazo de exame de novos pedidos de registro de marcas superou os 25 meses.

No ano de 2012 o prazo de exame de novos pedidos de registro de marcas alcançou 50 meses.

Hoje, o INPI tem recebido em torno de 160.000 marcas ao ano, número bem acima da atual capacidade de exame, que, com um quadro de 52 analistas, chega a cerca de 100.000 despachos de primeiro exame. Além disso, ressalte-se que o backlog de marcas (quantidade total de pedidos pendentes de primeiro exame) se encontra ainda bastante alto (415.000 pedidos).

No entanto, há claros sinais de recuperação para os próximos períodos. Em primeiro lugar, em função da contratação, já em 2013, de mais 17 tecnologistas, profissionais responsáveis pelo exame de marcas, grupo ao qual deverá ser acrescido um contingente de mais 90 examinadores, assim que o Projeto de Lei nº 4.365/12, que cria 485 cargos no INPI, for aprovado. Em segundo lugar, a perspectiva de melhoria dos resultados alcançados deverá ser fruto também do processo de aprimoramento das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à gestão do exame de marcas. O processo de informatização do INPI, iniciado com o e-Marcas (sistema de depósito de marcas pela internet) em 2006, terá, no próximo ano, a implantação de uma nova plataforma de análise de pedidos, o IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela OMPI. O IPAS tornará os processos e as rotinas de trabalho mais eficientes, acarretando significativos ganhos em termos de produtividade.

É neste sentido que, apesar do atual resultado apurado estar abaixo do projetado para 2015, se espera, ainda para 2013, um prazo de 36 meses como estimativa de tempo para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame. Vale notar que, atendidas as contratações planejadas, projetam-se para os anos de 2014 e 2015, respectivamente, os prazos de 18 e 9 meses.

Por ocasião da revisão do Plano a meta será alterada para "Reduzir para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de marcas pendentes de primeiro exame".

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

30/09/2012

- **Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da meta é monitorar não somente o prazo de concessão da patente, mas o prazo da decisão do pedido de patente. Considerando isso, o valor correto para o prazo de decisão dos pedidos de patentes, no ano de 2011, foi de 6,9 anos e não de 5,3 anos conforme descrito formalmente. Por isso, o texto da meta será ajustado na revisão do PPA para: "Reduzir o prazo médio de decisão do pedido de patente para 2,5 anos contado a partir do pedido de exame".

Em 2012 o prazo médio de decisão chegou a 7,3 anos. Apesar disso, mantém-se o objetivo de redução do prazo de modo que, ao final do PPA, a meta de 2,5 anos seja alcançada.

Quantidade alcançada

7,3

Data de Referência

13/11/2012

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529	31/12/2011	725
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,55	31/12/2010	0,55
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,6	31/12/2010	1,62
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,17	31/12/2010	1,16
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2010	800
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Thompson/ISI	unidade por ano	31/12/2009	32.100	31/12/2009	32.100
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421	31/12/2011	1.606
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678	31/12/2011	3.044
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2008	3.425
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2008	58.046
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI	%	31/12/2009	2,69	31/12/2009	2,69
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67	31/12/2010	47,34
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	7.873	31/12/2011	7.764
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2012	32,1

Observações:

Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010.

Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010. Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.

Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010. Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D - Dados mais recentes, referentes a 2011, estarão disponíveis apenas quando houver a publicação da próxima edição da PINTEC, prevista para 2013.
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras - Dados mais recentes, referentes a 2011, estarão disponíveis apenas quando houver a publicação da próxima edição da PINTEC, prevista para 2013.
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) - Dados preliminares referentes a 2010.
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país - Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à pesquisa envolve estratégias de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, requerendo constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento. O CNPq/MCTI, por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, há muito transpôs os muros acadêmicos. Além das suas ações tradicionais de fomento, como a concessão da bolsa de produtividade em pesquisa – PQ – e o Edital Universal, tem servido como um singular parceiro de diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais.
No que se refere ao Edital Universal, em 2012 foram submetidas 16.244 propostas. Foram aprovados 3.688 projetos de pesquisa a um custo total de R$ 163.792.982. Em uma análise temporal deste edital, observa-se uma tendência de certo incremento nos valores demandados e aportados ao longo dos anos, notadamente nos últimos cinco anos, sendo importante mencionar que esses recursos aportados são oriundos de fontes de parceiros, especialmente os fundos setoriais.
Em relação à estratégia de cooperação como um todo, em 2012 foram firmadas parcerias com diferentes entidades (ANVISA, CAPES, INMETRO, SEBRAE, INCRA), Ministérios (MCTI, MEC, MS, MAPA, MPA, MDS, MDA) e Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia.
Em 2013, serão envidados esforços para a ampliação do número de projetos apoiados para cumprimento da meta e atendimento de um percentual maior de projetos submetidos.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, somente por meio da chamada universal, foram apoiados 3.688 projetos de uma demanda de 16.244 projetos. Somam-se a isso 24 editais lançados em parceria com outras instituições públicas e privadas, além de ações de cooperação internacional, que agregam 2.224 projetos ao total apoiado.

  Quantidade alcançada

  5.912

  Data de Referência

  28/12/2012

- **Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015**

  Análise Situacional da Meta

A expectativa é superar a meta até o final do período previsto, uma vez que os convênios atualmente em vigência, mais de 100, encerram-se nos próximos dois anos, quando novos convênios serão negociados.

Em 2012, foram firmados 26 convênios com entidades estaduais de pesquisa.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Destacam-se como instituições científicas da Amazônia, assim como o número de pesquisadores e tecnologistas em relação a outras Regiões do País, com destaque para a Sudeste. Nesse universo ressaltam as Universidades Federais (em especial as do Pará, Amazonas e Mato Grosso), algumas estaduais (a exemplo da do Estado do Amazonas) e as Unidades de Pesquisa do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) –, além da Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), supervisionada pelo MCTI.

Neste ano, concorreram para o fortalecimento dessas instituições quatro iniciativas: a) o fortalecimento dos Núcleos Regionais do INPA (Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco) e do Museu Paraense Emílio Goeldi (Caxiuanã); b) a implantação de dois Núcleos de Inovação Tecnológica, com apoio da FINEP (Amazônia Ocidental, liderado pelo INPA, e Oriental, liderado pelo MPEG); c) a conclusão de vários laboratórios de pesquisa no INPA e recuperação de infraestrutura no MPEG; e d) o fortalecimento do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do MCTI, voltado para os três Institutos acima mencionados.

Para 2013, pretende-se implementar o Programa Entidades Associadas no INPA, com a participação da Universidade Federal do Tocantins e a instalação de um Centro ou Núcleo de Pesquisas do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) na UFPA, bem como continuar a aumentar, via CNPq, o número de bolsistas de graduação, pós-graduação e professores visitantes para a Região.

Encontra-se ainda pendente de definição a natureza institucional do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**

  Análise Situacional da Meta

  Não foi possível obter o levantamento do dado relativo a esta meta para o ano de 2012.

- **Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters**

  Análise Situacional da Meta

  Esse dado será levantado em 2013, quando da elaboração dos Relatórios Anuais dos Termos de Compromisso de Gestão -TCGs para 2012, referentes ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), bem como do Relatório Anual da Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

  Os números deverão ser completados com levantamento das publicações das outras instituições de pesquisa da Região Amazônica.

- **Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível obter o levantamento do dado relativo a esta meta para o ano de 2012.

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, deu-se continuidade às pesquisas científicas e tecnológicas nas Unidades de Pesquisa (UP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme registradas em seus Planos Diretores 2012-2015 e comprometidas nos respectivos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) assinados anualmente.

Muitas dessas pesquisas foram divulgadas durante a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Luiz, MA, e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com destaque para descobertas e inovações (muitas registradas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) como pedido de prioridade para propriedade intelectual ou de patente, com destaque para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Centro de Tecnologia da Informação (CTI), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT)).

Foram inaugurados vários laboratórios do INPA e o importante Laboratório Nacional de Tecnologias Assistivas do CTI Renato Archer.

Houve, ainda, avanços significativos em Programas como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII - experiência piloto) e o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), que têm o INT e as cooperações internacionais como participantes importantes. Dentre essas, destacaram-se as atividades dos Consórcios Gemini e SOAR, sob a liderança do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), o Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), parceria com a China referente à construção e lançamento de satélites, e levantamentos para estudos da emissão de gases da floresta amazônica com a Inglaterra.

Os "laboratórios multiusuários" do Observatório Nacional (ON) (geofísica) e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) (Labnano) continuaram se fortalecendo, assim como o Programa Entidades Associadas dessas duas UPs com a UFRN, em suas respectivas áreas de atuação. O concurso público para admissão de pesquisadores, tecnologistas, analistas de C&T e técnicos realizado em 2012 contribuirá para agregar pessoal novo a elas.

Uma reestruturação nas atividades das UPs junto às Secretarias do MCTI está se consolidando, através do alinhamento mútuo, e, no que tange às Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, houve um avanço considerável nas atividades científicas e tecnológicas do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM, ex-ABTLuS), RNP, IDSM - Mamirauá e IMPA - Matemática, essa última com recordes de participantes em sua tradicional Olimpíada de Matemática em Escolas Públicas.

O Programa de Capacitação Institucional (PCI) dos Institutos de Pesquisa vinculados, subordinados e supervisionados ao MCTI viu-se fortalecido, com aumento de recursos e bolsas através do CNPq.

Para 2013, pretende-se incrementar o Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do Ministério, a criação de novos laboratórios multiusuários, assim como a expansão dos Núcleos Regionais das UPs, como forma de desconcentração dos Institutos da Região Sudeste, e o fortalecimento dos Arranjos de Nùcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e da Rede de Bibliotecas do MCTI.

Novos Programas Estruturantes, tendo por base Áreas Estratégicas estabelecidas no documento "Estratégia Nacional de C,T&I - 2012 - 2015", definirão Projetos Prioritários a serem desenvolvidos pelas UP e Organizações Sociais (OS). Nesse sentido, foram selecionados sete Programas ou Áreas Estruturantes: Astronomia, Biotecnologia, Fármacos e Complexos da Saúde, Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Sociais, Tecnologias Industriais, dentro das quais estão sendo destacados os Projetos Prioritários para realização pelos Institutos de Pesquisa integrantes e supervisionados pelo MCTI.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (PcTD) de 0,83 para 0,95**

Análise Situacional da Meta

Para 2012, foi registrado um total de 1.298 processos e técnicas desenvolvidos e um número de 741 pesquisadores e tecnologistas, resultando em um PcTD de 1,75.

Quantidade alcançada

1,75

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT**

Análise Situacional da Meta

No período 2003 - 2011, foram registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) um total de 967 pedidos de propriedade intelectual, inclusive patentes, relativos a criações, softwares e outros títulos de PI, pelas Unidades de Pesquisa do MCTI, sendo 73 em 2010 e 96 em 2011. Em 2012, foi obtido o valor de 416 depósitos, incluindo os feitos no exterior. As Unidades de Pesquisa que contribuíram para esse feito foram: Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (4), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI (16), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (5) e Instituto Nacional de Tecnologia - INT (391).

O aumento significativo dessa meta deve-se ao INT, que em 2011 teve 73 e em 2012, 391 depósitos. Esse resultado reflete a atuação do INT na EMBRAPII (experiência piloto) e ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INT, que em 2012 completou 5 anos de funcionamento com uma produção de 103 itens aplicados no INPI nas 4 modalidades, assim distribuídas: 62 patentes, 14 modelos de desenho industrial, 9 programas de computador e 18 marcas. Deste total, cerca de 25% foram concedidas pelo INPI, sendo 9 patentes. Em 2012 foram depositados 6 pedidos de patentes.

Quantidade alcançada

416

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCT de 1,85 para 2,20**

Análise Situacional da Meta

Essa meta já foi ultrapassada ao final de 2011, com o registro de 2,27 publicações nacionais e internacionais por parte de pesquisadores e tecnologistas (incluindo bolsistas de nível superior) nas Unidades de Pesquisa do MCTI, envolvendo um total de 3.702 publicações para 1.628 pesquisadores e tecnologistas, segundo dados do Termo de Compromisso de Gestão - TCG para aquele ano.

Para 2012, foram registradas 3.994 publicações para 1.639 pesquisadores, resultando em um IGPUB de 2,44.

Quantidade alcançada

2,44

Data de Referência

31/12/2013

- **Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**

Análise Situacional da Meta

Estão conectados os seguintes 11 novos campi pela RNP, embora alguns deles como Juiz de Fora, MG, Uberlândia e São Carlos não possam ser classificados como municípios pequenos.

Sigla	Instituição	UF	Velocidade	Região
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	155	Sudeste
UFLA	Universidade Federal de Lavras	MG	155	Sudeste
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	MG	155	Sudeste

UFU Universidade Federal de Uberlândia MG 155 Sudeste
UFV Universidade Federal de Viçosa MG 155 Sudeste
UNILA Universidade da Integração Latino Americana PR 100 Sul
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro RJ 155 Sudeste
FURG Universidade do Rio Grande RS 155 Sul
UFPEL Universidade Federal de Pelotas RS 155 Sul
UFSM Universidade Federal de Santa Maria RS 155 Sul
UFSCar Universidade Federal de São Carlos SP 155 Sudeste
O Plano Operacional da RNP para 2013 ainda não está aprovado, dependendo da Reunião de seu Conselho de Administração.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	216	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	111	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	186	unidade	7	31/12/2012
Região Sul	138	unidade	4	31/12/2012

- **Criar 5 laboratórios multiusuários no país**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos dois anos foram criados os Laboratórios Multiusuários do ON - Observatório Nacional (equipamentos de geofísica), do CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Labnano - nanotecnologia) e CTI - Renato Archer (tecnologias assistivas), devendo a meta ser alcançada ao final do período do PPA.

Em 2012, foram implantados os seguintes laboratórios multiusuários nas Unidades de Pesquisa do MCTI:

- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: Implantação e/ou consolidação de alguns laboratórios, a exemplo do Biotério, que utiliza animais certificados e que deverá se constituir em laboratório de referência no Brasil, e do laboratório de Química Atmosférica, que está apto a realizar análises de compostos voláteis;

- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer: Inauguração do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva (CNRTA) composto por 29 Núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva, monitorados e apoiados pelo CNRTA; e

- Instituto Nacional de Tecnologia: Inauguração do Laboratório de Tabaco e Derivados (LATAB), sendo o sexto laboratório público no mundo e o primeiro da América Latina voltado exclusivamente para análises de produtos derivados do tabaco. A inauguração consolida a liderança mundial do Brasil nas políticas de controle do tabaco e colabora para a redução dos impactos da epidemia tabagista e das doenças à ela relacionadas.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	3	31/12/2012

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O SIBRATEC está subdividido em três componentes: Centros de Inovação, Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos. Em 2012, tiveram recursos alocados mais três Redes de Centros de Inovação, totalizando nove desde o início de operação em 2010; mais uma Rede de Extensão Tecnológica, passando a 20 as Redes contempladas desde 2009; e mais seis Redes de Serviços Tecnológicos, alcançando 17 o número de Redes contempladas desde 2010.

Ressaltam-se os resultados: recomendação de 21 projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico à Finep, com a contratação de sete projetos entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e empresas; realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação; cumprimento total das metas de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas: São Paulo e Santa Catarina; realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica; início da especificação de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do componente Extensão Tecnológica do SIBRATEC; publicação dos Anais do 1º Seminário das Redes de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC: Problemas e Soluções da Gestão Técnica e Administrativa das Redes, realizado nos dias 30/11 e 01/12/2011; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos; realização da Reunião do Comitê Técnico de Serviços Tecnológicos, no dia 29/10/2012; realização da Reunião do Comitê Gestor do SIBRATEC, no dia 11/12/2012; e desenvolvimento de Sistema de Informações Gerenciais do componente "Serviços Tecnológicos" do SIBRATEC, no âmbito do Portal Inovação, juntamente com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Instituto Stela.

Como este Objetivo está atrelado à atuação dos laboratórios de ensaio e calibração pertencentes ao Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, seu cumprimento foi facilitado pela estrutura existente já consolidada. Por outro lado, observa-se que há dificuldades jurídicas, tanto relacionadas a questões operacionais, como a rigidez dos instrumentos jurídicos, disponíveis que dificultam o aprendizado no decorrer de um projeto estruturado na forma de convênio, como também à facilidade de se utilizar benefícios dispostos em Lei, como aqueles descritos na Lei 8.010/90, que dificultam a operacionalização do trabalho das Redes SIBRATEC.

Há ainda no País uma grande lacuna entre as ICTs e as empresas, dificultando a transferência de tecnologia do meio acadêmico e tecnológico ao meio empresarial. Embora as Redes SIBRATEC estejam estruturadas de forma a incentivar essa aproximação, um contato efetivo exige mudança de cultura, que por sua vez demanda tempo e construção de confiança entre as partes e nos instrumentos disponíveis.

A atuação das Redes SIBRATEC tem sido um desafio e aprendizado constante, com o intuito de utilizar os instrumentos de fomento disponíveis para otimizar os resultados esperados, de forma a aperfeiçoar a política pública.

Metas 2012-2015

- **Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos**

  Análise Situacional da Meta

  As 20 Redes SIBRATEC articuladas do componente "Serviços Tecnológicos" são formadas por um total de 484 participações laboratoriais, sendo 49% da região Sudeste, 31% do Sul, 17% do Nordeste, 2% do Norte e 1% do Centro-Oeste.

  Das 20 Redes, 17 estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Desde 2010, foram realizados 490.000 serviços de ensaios e calibração pelas 17 Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos implementadas, o que corresponde a uma média de 160.000 serviços anuais, atendendo a mais de 13.000 empresas.

  As principais realizações em 2012 foram: publicação dos Anais do 1º Seminário das Redes de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC: Problemas e Soluções da Gestão Técnica e Administrativa das Redes, realizado nos dias 30/11 e 01/12/2011; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos; e desenvolvimento de Sistema de Informações Gerenciais do componente "Serviços Tecnológicos" do SIBRATEC, no âmbito do Portal Inovação, juntamente com o CGEE e Instituto Stela.

  Conforme orientação do Comitê Técnico de Serviços Tecnológicos, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

  - Promover ação para fortalecimento dos laboratórios sem sistema de gestão da qualidade, para sua inclusão nas Redes

SIBRATEC-ST (Chamada Pública Modernit);

- Avaliar a situação das Redes SIBRATEC-ST aprovadas pela Chamada Pública cujos projetos não foram apresentados ou aprovados;
- Intensificar a participação das instituições das Redes SIBRATEC-ST nos fóruns do SINMETRO;
- Identificar, além das compras governamentais, outros instrumentos que motivem o uso dos laboratórios das Redes;
- Identificar ações que motivem o uso dos laboratórios acreditados no âmbito do SBAC;
- Revisar as disposições das Resoluções do CG referentes às Redes SIBRATEC-ST;
- Identificar e promover ações que fortaleçam a interação entre as instituições das Redes SIBRATEC-ST;
- Identificar e apoiar iniciativas que conduzam à sustentabilidade financeira das Redes SIBRATEC-ST;
- Estabelecer Boas Práticas de funcionamento das Redes, que sejam referência em critérios para apoio governamental às suas atividades e inclusão ou exclusão de instituições das Redes.

Para tanto, a previsão para 2013 é realizar as seguintes ações:

- Avaliação externa do SIBRATEC, focado na demanda;
- Implementação do Sistema de Informações Gerenciais do SIBRATEC;
- Lançamento do Edital MODERNIT;
- Apoio e acompanhamento das Redes SIBRATEC por meio de reuniões, realização e participação em eventos;
- Articulação para continuidade de apoio às Redes e atendimento de novas demandas.

Quantidade alcançada

160.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica**

Análise Situacional da Meta

As Redes SIBRATEC articuladas do componente “Extensão Tecnológica” são formadas por um total de 140 instituições distribuídas em 20 Estados da Federação.

Das 22 Redes articuladas, 20 estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Em 2012, foram realizados 920 atendimentos pelas 20 Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas. Desde 2009, foram realizados 2.015 atendimentos a mais de 2.000 micro, pequenas e médias empresas.

As principais realizações em 2012 foram: cumprimento total das metas de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas: São Paulo e Santa Catarina; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica; início da especificação de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do componente Extensão Tecnológica do SIBRATEC.

Conforme orientação do Comitê Técnico de Extensão Tecnológica, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

- Apoio imediato às Redes de ET de SC e SP, a fim de se evitar a descontinuidade dos atendimentos de ET nestes Estados, que poderiam levar ao desmonte da estrutura construída para esta atividade, comprometendo a credibilidade do componente ET do programa SIBRATEC.
- Promover capacitações necessárias para gestores e extensionistas das Redes;
- Realizar Seminário do componente SIBRATEC-ET, incluindo entre os temas do evento debates sobre o modelo operacional e governança das Redes;
- Promover a integração do componente ET com os outros componentes (Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação) do SIBRATEC, assim como com outros programas relacionados ao atendimento às empresas;
- Promover a interação entre Estados nos atendimentos de ET;
- Prever no sistema de acompanhamento das Redes SIBRATEC-ET, indicadores de resultados, gestão, interação e governança;

- Disponibilizar bolsas do Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) ou de extensão tecnológica para empresas atendidas pelas Redes.

Quantidade alcançada

920

Data de Referência

31/12/2012

- **Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance desta meta, é imprescindível a articulação com instituições parceiras, como MDIC, Finep, CNPq, Capes, ABDI, CNI, Anpei, Fortec, Senai, Sebrae, Abipti, Embrapa, Confap e também a participação nos Comitês Executivos do Plano Brasil Maior, visto que as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação podem ser um instrumento de apoio para atender as demandas setoriais de inovação tecnológica.

O público beneficiado com essas ações são principalmente as empresas inovadoras, sobretudo micro e pequenas empresas.

As Redes SIBRATEC articuladas do componente “Centros de Inovação” são formadas por 57 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e 60 Universidades em todas as regiões do País.

Das 14 Redes articuladas, nove estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Em 2012, 91 empresas (78 MPE, 7 médias e 6 grandes empresas) articularam projetos cooperativos com as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação, sendo que 21 projetos foram recomendados à Finep, resultando em sete projetos contratados.

Há ainda no País grande lacuna entre as ICTs e as empresas, dificultando a transferência de tecnologia do meio acadêmico e tecnológico ao meio empresarial. Embora as Redes SIBRATEC estejam estruturadas de forma a incentivar essa aproximação, um contato efetivo exige mudança de cultura, que demanda tempo e construção de confiança entre as partes e nos instrumentos disponíveis.

Os principais resultados de 2012 foram: recomendação de 21 projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico à Finep, com a contratação de sete projetos entre ICT e empresas; e realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação.

Conforme orientação do Comitê Técnico de Centros de Inovação, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

- Dar continuidade ao apoio às Redes SIBRATEC-CI que já tenham alcançado resultados preliminares e cujo total de recursos financeiros disponíveis esteja empenhado, a fim de evitar a descontinuidade de atendimento às demandas das empresas;
- Avaliar o componente SIBRATEC-CI com foco na demanda das empresas;
- Elaborar indicadores para o componente SIBRATEC-CI;
- Fortalecer no projeto de gestão das Redes de CI a qualidade do serviço prestado às empresas;
- Articular-se com outros programas, como os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, os Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação – NAGI e outras iniciativas associadas à promoção de inovações nas empresas;
- Fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT no atendimento às empresas;
- Utilizar as Redes SIBRATEC-CI para ações de encadeamento das cadeias produtivas;
- Criar novas Redes tendo como referência as demandas empresariais indicadas no Plano Brasil Maior.

Para tanto, a previsão para 2013, além daquelas já previstas para as metas anteriores, é a de realizar articulação das atividades das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação com iniciativas governamentais afins, por exemplo, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII (experiência piloto).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foi lançado em agosto de 2012 o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), desenhado no contexto do Plano Brasil Maior para atuar no desenvolvimento econômico e social, no posicionamento internacional, na inovação e empreendedorismo, na produção de CT&I e na inovação e competitividade do setor de software e serviços de TI.

Iniciou-se a formulação e implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, tanto na produção industrial como nas atividades de PD&I, incluindo atividades de cooperação com o governo federal em prol de investimentos com base na Lei do Bem e na Lei de Informática.

Para o ano de 2013, pretende-se seguir com a implementação de programas-chave do TI Maior, como a iniciativa para fomento do empreendedorismo de base tecnológica (Start-up Brasil), a capacitação de profissionais em TI (Brasil Mais TI), a atração de centros globais de P&D e avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de TI.

Na área de microeletrônica e dispositivos, mantiveram-se as atividades em prol da atração de investimentos e grandes projetos (ex.: Foxconn, CBS, HT Micron, Smart, etc), formação de mão obra especializada para o setor (CI-Brasil e CT); e programas como o PADIS – Programa de Apoio a indústria de Displays e Semicondutores.

Ressalta-se também o investimento do Governo a partir dos fundos setoriais (FNDCT).

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados**
  Análise Situacional da Meta
  As realizações referentes a essa iniciativa incluem: apoio aos projetos de desenvolvimento de circuitos integrados por intermédio do CNPq; suplementação orçamentária para edital de capacitação do CNPq para a área de Ciência e Computação, que inclui a formação de engenheiros eletrônicos, matemáticos, físicos e químicos, fundamentais para estimular o setor de microeletrônica e componentes no País; criação de duas novas empresas de projeto de circuitos integrados; início das atividades ou ampliação de instalações laboratoriais em dois novos centros de P&D - CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CTI Ceará (Fortaleza/CE).

- **Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total**
  Análise Situacional da Meta
  Foi dada continuidade às atividades no âmbito do incentivo governamental para a produção e comercialização de componentes semicondutores e displays, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). As realizações incluem: apoio ao Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer (CTI) para estabelecimento da Design House para implantar e operacionalizar a Unidade de projetos de Circuitos Integrados do CTI no Nordeste, em Fortaleza, no âmbito de implantação do CTI-NE, adequação de infraestrutura do laboratório de microscopia, manutenção de perfilômetro e aquisição de equipamentos; apoio ao projeto da Santa Maria Design House (SMDH), Design House especializada em componentes integrados para os setores Aeroespacial, de Defesa e de Comunicações, por intermédio do CNPq.

- **Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais**
  Análise Situacional da Meta
  O Brasil Mais TI é uma ação do Programa TI Maior para estimular a formação de competências em TIC nos níveis mais demandados pelo mercado, que incluem a capacitação em nível técnico e tecnológico. Foi desenvolvida uma

plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor.

O grande número de acessos à plataforma é evidência do gargalo nos recursos humanos em TI de nível técnico e tecnológico, identificado nos estudos para o Programa TI Maior. Em dezembro de 2012, havia 15.173 alunos cadastrados na plataforma.

Quantidade alcançada

15.173

Data de Referência

20/12/2012

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi lançado o edital "Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia". Foram aprovados 22 projetos, sendo 11 de Jovens Pesquisadores e 11 de Pesquisadores Sêniores. O lançamento da chamada, bem como a aprovação dos projetos acima citados, contribuiu para que fosse alcançada tanto a meta que se refere à inserção da nanotecnologia em produtos nacionais como a que se refere ao aumento da produção acadêmica de artigos e patentes.

Além da chamada realizada a partir de recursos orçamentários, duas outras ações merecem destaque, são elas: a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN). O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Laboratórios com expertise nas diferentes áreas da nanotecnologia terão acesso multiusuário, permitindo que grupos emergentes tenham acesso a equipamentos que facilitarão a pesquisa e, consequentemente, ampliarão a produção acadêmica desses grupos. O CIN contribui para que haja melhor governança dos recursos destinados à nanotecnologia pelo Governo Federal.

Em 2012, foram realizadas duas reuniões do CIN. Já estão definidos os representantes de cada Ministério no Comitê e um grupo de trabalho com o tema "Regulação em Nanotecnologia" foi instituído.

Em 2013, será lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia, onde estará descrito o programa brasileiro para a área.

Para apoiar a geração e a expansão do conhecimento em biotecnologia, visando o desenvolvimento de produtos, processos e serviços biotecnológicos nos setores de produção primária, saúde, indústria e meio ambiente, está sendo executada ação de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em biotecnologia. Essa ação contribui para a expansão e o fortalecimento da base científica e para a promoção da inovação biotecnológica, de modo a tornar o país mais competitivo a partir da geração de novos produtos, processos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto se dará por meio do fomento a projetos de P,D&I em biotecnologia, do aprimoramento da infraestrutura de pesquisa existente no país, da realização de estudos prospectivos, da formação e qualificação de recursos humanos em biotecnologia e, inclusive, por intermédio do estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais.

Em 2012, os recursos desta Ação foram executados em sua totalidade. No total, foram apoiados 6 grandes projetos/iniciativas visando o desenvolvimento da Biotecnologia brasileira. Dois projetos foram contratados sob forma de Encomenda e quatro Chamadas Públicas foram abertas e finalizadas, a saber: 1- Encomenda Projeto Papilomavirus bovino - Instituto Butantan (recursos de R$ 147.000): obtenção de produto vacinal, já revertido em patente depositada e que se encontra em teste de campo em rebanho; 2- Encomenda de Projeto de Gestão para o Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia – CBAB (recursos de R$ 125.497): integração para o desenvolvimento científico e tecnológico em atividades comuns aos dois países. Sua missão é promover o intercâmbio, a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a formação e treinamento de recursos humanos. Os recursos financeiros foram utilizados para envio de alunos e professores brasileiros a esses dois países; organização e realização de reuniões do Conselho Binacional do

Centro; realização de sessões nacionais; e organização e realização de reuniões de avaliação de projetos apoiados pelo Centro; entre outras atividades; 3- Chamada Pública MCTI/CNPq 19/2012 – ISTP Canadá (recursos de R$ 400.000): intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá. As áreas da biotecnologia apoiadas foram: 1) Doenças neurodegenerativas: diagnóstico, biomarcadores e produtos farmacêuticos (biofármacos); 2) Doenças infecciosas (dengue): diagnóstico, biomarcadores, produtos farmacêuticos (biofármacos) e vacinas.; 4- Chamada Pública MCTI/CNPq/CBAB Nº 21/2012 para financiamento de projetos no Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia-CBAB (recursos de R$ 400.000): apoio a projetos de pesquisa na área de Biotecnologia a serem executados no âmbito da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Argentina; 5- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 25/2012 - Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA) (recursos de R$ 627.503): desenvolvimento, validação, certificação e implementação de tecnologias e de métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos em substituição à utilização de animais em testes pré-clínicos de medicamentos e cosméticos; 6 - Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana (recursos de R$ 1.300.000): apoio ao desenvolvimento de biofármacos e/ou bioprocessos aplicados à saúde humana com impacto na indústria e nos serviços de saúde, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi lançado o edital “Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia”. Foram aprovados 22 projetos, sendo 11 de Jovens Pesquisadores e 11 de Pesquisadores Sêniores. O lançamento da chamada, bem como a aprovação dos projetos acima citados, contribuiu para que fosse alcançado tanto a meta que se refere à inserção da nanotecnologia em produtos nacionais como a que se refere ao aumento da produção acadêmica de artigos e patentes. Além da chamada realizada a partir de recursos orçamentários, duas outras ações merecem destaque, são elas: a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN). O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Laboratórios com expertise nas diferentes áreas da nanotecnologia terão acesso multiusuário, permitindo que grupos emergentes tenham acesso a equipamentos que facilitarão a pesquisa e, consequentemente, ampliarão a produção acadêmica desses grupos. O CIN contribui para que haja melhor governança dos recursos destinados à nanotecnologia pelo Governo Federal. Em 2012, foram realizadas duas reuniões do CIN. Já estão definidos os representantes de cada Ministério no Comitê e um grupo de trabalho com o tema “Regulação em Nanotecnologia” foi instituído. Em 2013 será lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia, onde estará descrito o programa brasileiro para a área.

  Quantidade alcançada

  22

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país**

  Análise Situacional da Meta

  O resultado final desta meta só poderá ser apurado após a publicação pelo INPI dos dados referentes aos depósitos de patentes depositadas no Brasil e no exterior por residentes no País para o ano de 2012, que ainda encontrava-se em fase de consolidação no período de elaboração desse relatório do PPA.

  Em 2012, foram apoiados seis grandes projetos/iniciativas visando o apoio ao desenvolvimento da Biotecnologia

brasileira, em um total de 23 propostas de pesquisas científicas em Biotecnologia, incentivando a inovação para a geração de novos produtos e, consequentemente, o aumento no número de patentes depositadas no Brasil e no exterior por residentes no País, que poderão advir do sucesso das chamadas públicas e encomendas apoiadas.

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Durante o exercício de 2012, duas iniciativas destacaram-se para alcance deste objetivo:

1) Lançamento do INOVA PETRO, uma iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Seu objetivo é fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Tanto a FINEP quanto o BNDES irão disponibilizar seus instrumentos financeiros de apoio à inovação, no sentido de aproveitar todos os recursos disponíveis de forma coordenada e conjunta. São ao todo R$ 3 bilhões disponíveis inicialmente para o programa, metade dos recursos apoiados pela FINEP e a outra pelo BNDES.

Os recursos da FINEP poderão ser oferecidos nas modalidades de crédito, subvenção econômica e cooperativo ICT-Empresa. O BNDES poderá aplicar seus recursos na forma de crédito, participação acionária e FUNTEC.

2) Foi dada continuidade à implementação do Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), resultante de iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES e que contará com R$ 1 bilhão para o período 2011-2014. Seu objetivo é apoiar e estimular projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar, com a finalidade de organizar a entrada de pedidos de apoio financeiro no âmbito das duas agências e permitir uma maior coordenação das ações de fomento e melhor integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis. A partir de janeiro de 2013 foi iniciada a contratação dos projetos no âmbito deste Plano.

Além disso, a FINEP manteve, em 2012, sua atuação através da contratação de projetos cooperativos, por meio dos quais há o estímulo ao aporte de recursos da empresa na ICT em P&D de interesse do setor produtivo. Os contratos firmados em 2012 prevêem um montante R$ 31 milhões a serem investidos pelas empresas nos setores estratégicos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento**

  Análise Situacional da Meta

  O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima Pesquisa de Inovação (PINTEC) que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

  Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado o valor total de R$ 31 milhões referente a aportes financeiros e não financeiros das empresas que são intervenientes dos projetos contratados em 2012 através das seguintes fontes, consideradas representativas dos setores estratégicos: CT-ENERG, CT-MINERAL, CT-PETRO, CT-SAÚDE, CT-TRANSPORTE, CT-ESPACIAL, CT-AERO, CT-AQUA, CT-AGRO, CT-AMAZONIA, CT-BIOTEC, CT-HIDRO, CT-INFO, Ação Transversal.

  Registre-se que os projetos contratados em 2012 com aporte de empresas intervenientes só contemplaram as seguintes fontes: CT-PETRO, CT-SAÚDE, CT-AQUA, CT-HIDRO, CT-BIOTEC e Ação Transversal.

  Além disso, destaque-se que no exercício houve o lançamento do Programa INOVAPETRO e foi dada continuidade à implementação do PAISS, sendo que estes são focados em setores estratégicos.

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, houve um esforço da FINEP com objetivo de aumentar sua capilaridade. Foram realizados estudos visando estruturar o investimento direto em empresas e foram estruturados dois programas através dos quais a FINEP terá uma atuação descentralizada, alcançando maior número de empresas inovadoras.

O TECNOVA é um Programa de descentralização da subvenção econômica, especialmente para empresas de menor porte (empresas de pequeno porte, micro, pequenas e médias empresas). Este Programa também conta com recursos do Sebrae, destinados a atividades de gestão de negócio.

A FINEP considerou na sua Política Operacional uma linha de ação específica para "inovação contínua", com objetivo de beneficiar empresas que mantém a inovação como atividade constante.

Com objetivo de incentivar a manutenção de pessoal de P&D nas empresas, e com isso estimular a inovação, parte significativa dos valores contratados em projetos de crédito e subvenção foram destinados ao custeio de equipe própria de P&D.

Em relação aos Financiamentos Extra-Orçamentários, os valores executados em 2012 foram significativos. A FINEP contratou de R$ 2.639,1 milhões em projetos reembolsáveis, o BNDES desembolsou R$ 2.231,6 milhões e o BNB contratou 749,5 milhões.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas**

  Análise Situacional da Meta

  O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima Pesquisa de Inovação (PINTEC) que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

  Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado o número de empresas que passaram a fazer parte da carteira de clientes da FINEP a partir de 2012, ou seja, que em 2012, pela primeira vez, tiveram algum contrato celebrado com a FINEP por meio de algum dos seguintes instrumentos: Crédito (Equalização), Subvenção Econômica Nacional (inclusive instrumentos descentralizados), Subvenção ao Pesquisador e projetos Cooperativos (por meio do Fundo Verde-Amarelo). Além disso, foi considerado também o número de novas empresas que foram investidas por meio de Fundos (Participação no Capital) em 2012.

  Em 2012, foi identificado um total de 112 novas empresas que passaram a compor a carteira de clientes da FINEP: 38 sendo apoiadas por meio do Crédito (Equalização), 26 pela Subvenção Econômica Nacional, 37 por meio de projetos cooperativos (Fundo Verde-Amarelo) e 11 investidas por meio de Fundos (Participação no Capital).

  Não houve novas empresas apoiadas em 2012 pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE Subvenção) nem pelo TECNOVA, pois ainda não houve projetos contratados neste Programa.

  Em relação a esta meta, cabe destacar o lançamento, em 2012, do TECNOVA, um programa da FINEP cujo objetivo é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação - por meio de recursos de subvenção econômica - para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte aos parceiros estaduais. Este programa terá impacto significativo para o cumprimento desta meta, pois sua meta global é que cerca de 800 empresas sejam apoiadas em todo o território nacional. Para este apoio, o Programa prevê o repasse aos parceiros de um montante total de R$ 190 milhões em subvenção econômica, para financiamento das despesas de custeio das empresas, visando apoio aos projetos de desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Também serão repassados pela FINEP recursos no valor limite total de R$ 19 milhões para apoio à infraestrutura e organização dos parceiros estaduais, com o objetivo de capacitá-los para as atividades do

programa (ação transversal FNDCT). Além dos recursos da FINEP, o Sebrae participará de forma complementar com mais R$ 50 milhões, valor de utilização não obrigatória pelas empresas selecionadas, que será voltado a atividades de gestão de negócio.

Além disso, a FINEP estruturou em 2012 o INOVACRED, programa a ser lançado no início de 2013 com objetivo de oferecer, por meio de agentes financeiros, crédito para empresas de micro e pequeno porte, permitindo à FINEP alcançar maior número de empresas inovadoras.

- **Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo**

Análise Situacional da Meta

O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima PINTEC que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado:

- o número de empresas que tiveram projeto contratado em 2012, especificamente na linha de ação "inovação contínua" da Política Operacional da FINEP: oito empresas;

- o número de empresas que tiveram projeto contratado em 2012, em qualquer linha de ação, e no mínimo outro projeto contratado nos 60 meses anteriores (5 anos): 45;

Excluindo-se as redundâncias, foi apurado um total de 49 empresas que se considera como empresas que fazem P&D contínuo.

Cabe registrar que a linha de ação "inovação contínua" começou a ser operada recentemente pela FINEP e estima-se que nos próximos anos haja crescimento significativo de empresas enquadradas nesta linha.

- **Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas**

Análise Situacional da Meta

Em relação à execução desta meta, a FINEP informa que uma das rubricas previstas nos seus contratos refere-se ao custeio da folha de pagamento do pessoal próprio que está previsto para executar os projetos. Desta forma, incentiva-se a manutenção de equipes técnicas nas empresas.

Em 2012, 34% do total contratado por meio do Crédito destinou-se à rubrica de manutenção de equipe própria de P&D nas empresas e 39,4% do total contratado por meio da Subvenção Econômica destinou-se a esta mesma rubrica.

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, o investimento contínuo em formação, capacitação e fixação de recursos humanos capazes de se dedicar ao desenvolvimento de C,T&I e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade, torna-se uma necessidade primordial e, nesse sentido, assume a dimensão de uma questão de Estado, com caráter de atividade permanente, não apenas no que se refere à reposição, no decorrer do tempo, das diferentes categorias de profissionais envolvidos no processo, como também, e principalmente, à ampliação do processo, do qual também faz parte a necessidade contínua de identificar lacunas, deficiências e redirecionar focos, no que toca a prioridades. Este objetivo envolve iniciativas que promovem desde a iniciação de estudantes no processo de pesquisa, simultaneamente ao seu processo de educação escolar e acadêmica, passando pela pós-graduação e chegando ao estágio em que o pesquisador está formado e pronto para o exercício da pesquisa, concomitantemente ao da formação de novos membros para a comunidade científico-

tecnológica e de inovação, envolvendo a atração de pesquisadores estrangeiros e brasileiros radicados no exterior.
Em 2012, o CNPq concedeu um total médio de 76.587 bolsas (bolsas/ano) em diferentes modalidades, alcançando cerca de 130 mil pessoas.
A iniciativa de conceder bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados já provocou mudanças significativas na dinâmica do setor acadêmico brasileiro, especialmente no âmbito da graduação. Cabe destacar, no que se refere à ampliação da participação de estudantes e pesquisadores em instituições estrangeiras de excelência, os resultados alcançados pelo Programa Ciência sem Fronteiras. O número total de bolsas concedidas só pelo CNPq no âmbito do Programa chegou, ao final de 2012, a 11.566, extrapolando a meta prevista para o período. Esses resultados se apresentam mais expressivos entre as bolsas de graduação e de atração de pesquisadores estrangeiros seniores. Entre as áreas prioritárias do Programa, duas concentraram mais da metade das bolsas: Engenharias e demais áreas tecnológicas (35,8% das bolsas concedidas) e Biologia, Ciências Biológicas e da Saúde (20,1%); resultado esperado por serem essas áreas o foco central do Programa. Outro dado que merece destaque é a elevada qualidade das principais universidades de destino dos bolsistas de pós-graduação do programa. Entre as vinte principais, 11 estão qualificadas entre as 50 melhores universidades do Times Higher Education World University Rankings e 5 entre as 10 melhores.
Para o exercício de 2013, a expectativa é favorável no sentido de alcance da meta estabelecida. No que concerne às bolsas de pós-graduação, considera-se necessário criar novas estratégias que permitam incrementar a oferta de bolsas e estimular a procura por estudantes e pesquisadores qualificados. Essas ações devem incluir: aumentar a divulgação das oportunidades e mecanismos disponíveis; facilitar o contato entre o potencial candidato e orientadores no exterior, com participação de parceiros internacionais; expandir a oferta de grupos interessados em orientar estudantes brasileiros, mantendo a política de grande seletividade para concessão de bolsas de pós-graduação.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  Um retrato no contexto atual sinaliza para o alcance da meta conforme planejada. No exercício de 2012, chegamos ao número de 15.503 bolsas-ano concedidas. Considerando o número de bolsistas beneficiados, esse número chega a 17.290.

  Quantidade alcançada

  15.503

  Data de Referência

  28/12/2012

- **Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  Já no exercício de 2012, alcançamos o número de 27.663 bolsas concedidas, considerando aqui as modalidades de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País. Cabe mencionar que o parâmetro utilizado para a mensuração da meta é 'bolsista beneficiado com pelo menos uma mensalidade'.

  Quantidade alcançada

  27.663

  Data de Referência

  28/12/2012

- **Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  O total de bolsas concedidas até o final de 2012 voltadas para o intercâmbio internacional chegou a 11.566.

  Quantidade alcançada

  11.566

  Data de Referência

  28/12/2012

- **Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

Um retrato no contexto atual sinaliza para o alcance da meta conforme planejada. No exercício de 2012, chegamos ao número de 38.613 bolsas concedidas.

Quantidade alcançada

38.613

Data de Referência

28/12/2012

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do País, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros Objetivos deste Programa do PPA agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste Objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, mudança mais rápida do contexto e resultados mais imediatos.

Cabe mencionar que existem outras atividades em parceria, desenvolvidas pelo CNPq, que contribuem para a política vinculada a esse Objetivo. Pode ser citado o Programa FormaEngenharia, desenvolvido em parceria com a VALE, voltado para o estímulo à formação de engenheiros no Brasil, combatendo a evasão que ocorre, principalmente, nos primeiros anos dos cursos de engenharia, e para o despertar do interesse vocacional dos alunos de ensino médio pela profissão de engenheiro e pela pesquisa científica e tecnológica, por meio de forte interação com escolas do ensino médio.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE**

Análise Situacional da Meta

O número total de empresas apoiadas pelo Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégica (RHAE) foi de 84 em 2012.

Para 2013, a previsão é de uma nova rodada de negociações.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

28/12/2012

- **Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, alcançamos o número de 6.329 bolsas de iniciação tecnológica concedidas. Espera-se elevação desse número em 2013.

Quantidade alcançada

6.329

Data de Referência

28/12/2012

- **Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq alcançou o patamar de 21%,

considerando o conjunto das grandes áreas.
Quantidade alcançada

21
Data de Referência

28/12/2012

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente Objetivo tenta suprir a carência de espaços científico-culturais e busca estimular nos brasileiros o hábito de participar de atividades de popularização da ciência, articulando-se em três ações prioritárias: "Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica"; "Olimpíadas em Ciências" e "Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de C&T".

Por meio dessas ações, foram apoiadas, em 2012, feiras, eventos, encontros, olimpíadas e diversas outras atividades de integração científico-social, onde o processo de inserção é dinâmico e a troca de conhecimento é simultânea, já que o desenvolvimento tecnológico é estruturado diretamente no meio da comunidade. Destacaram-se: a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), onde foram registradas 28.134 atividades em 723 municípios, com participação de 100 mil pessoas, sendo 80 mil estudantes de 250 estabelecimentos de ensino; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); as Olimpíadas Científicas, onde foram selecionados 10 propostas com recursos de mais de R$ 3 milhões; os 108 projetos apoiados para Feiras e Mostras Científicas no valor de R$ 9 milhões; a modernização do Museu do Universo e construção de um Planetário Itinerante da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro; a assinatura do acordo de cooperação técnica para implantação do Museu de C&T de Brasília; o apoio ao Ciência Móvel, tendo a UFMG inaugurado um Museu itinerante sobre Rodas; o Projeto VerCiência, tendo sido distribuídos 25 DVDs para todos os estados, totalizando 100 conjuntos contendo diversos documentários.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Os recursos foram utilizados para apoio a eventos de aprimoramento dos espaços científico-culturais pelo território nacional, principalmente nas ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com ênfase nos museus científicos interativos.

- **Atingir 1200 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano**

  Análise Situacional da Meta

  A IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) recomendou o estabelecimento de um programa nacional de popularização e apropriação social da CT&I 2011-2022. Entre as linhas planejadas para esta iniciativa nos próximos quatro anos, estão: apoiar a realização de eventos de divulgação científico-tecnológica e inovação em todo o território nacional, tendo como base o quadriênio e acompanhando a evolução da participação dos municípios nos anos anteriores (2009, 2010, 2011, respectivamente 492, 397, 654 cidades).

  Em 2012 houve participação de 723 cidades.
  Quantidade alcançada

  723
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, participaram da primeira fase da OBMEP 19,1 milhões de alunos de 46.728 escolas em 99.42% dos municípios brasileiros. Na segunda fase da competição, foram 824.000 participantes. Estes números fazem da OBMEP a maior Olimpíada de Matemática do mundo.

Outras olimpíadas nacionais (como as de física, química, matemática, geociências, história do Brasil, astronomia e astronáutica, robótica), bem como feiras de ciências em nível nacional, estadual e municipal, também são apoiadas anualmente.

Quantidade alcançada

99,35

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar o Desafio Nacional de Ciências**

Análise Situacional da Meta

A proposta objeto da meta está sendo rediscutida em conjunto com o MEC. Percebeu-se a necessidade de reformatação do projeto, modificando sua concepção inicial, conforme descrição a seguir.

Desafio Olímpico do Conhecimento

Realização em abril/maio de 2016 de evento nacional de desafio para os jovens premiados em olimpíadas nacionais, feiras de ciências, iniciação científica e outros concursos. Os desafios teóricos e práticos teriam, nos diversos domínios do conhecimento científico, a finalidade de estimular a atividade criativa e inovadora dos jovens, sua capacidade de trabalho individual e coletiva etc. Esta atividade estaria fortemente integrada a escolas, grupos de jovens e comunidades de todo o país por meio da internet e das redes sociais.

Organização: MEC e MCTI

Ministérios envolvidos: MCTI, MEC, MS, MinC, MMA,

Parceiros: Secretarias estaduais e municipais de CT e de educação, FAPs, universidades, entidades científicas, olimpíadas e feiras de ciências, SBPC, Sistema S, INTEL, centros e museus de C&T.

Período: primeiro semestre de 2016

Recursos: MEC (Capes), MCTI (CNPq), ME, Secretarias Estaduais, FAPs.

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Entre as áreas estratégicas eleitas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015 para o desenvolvimento do País está a “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social”, que articula quatro grandes programas estruturantes: “Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências”, “Inclusão Produtiva e Tecnologia Social”, “Tecnologias Assistivas” e “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”. Além desses projetos, há mais dois programas estruturantes que atuam de maneira transversal às políticas públicas prioritárias da ENCTI, são eles: “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”.

O programa estruturante “Inclusão Produtiva e Tecnologia Social” sob o enfoque da extensão tecnológica para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, apresenta os “Centros Vocacionais Tecnológicos” como instrumento articulador das políticas públicas de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, Territórios da Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional, da Agricultura Familiar de base Ecológica – Agroecologia, Tecnologias para Cidades Sustentáveis, apoio ao desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, e como promotores de ambiente favorável para a apropriação e o desenvolvimento de tecnologias sociais com vistas a um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

O programa estruturante “Tecnologia Assistiva” está inserido na política nacional do programa Viver sem Limite, com especial destaque para os projetos prioritários de criação da Rede de Núcleos de Tecnologias Assistivas e do Catálogo Nacional de Tecnologia Assistiva.

O programa estruturante de “Segurança Alimentar e Nutricional” desenvolve ações de maneira interssetorial, integrados na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), contribuindo de forma permanente para a melhoria da qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

O programa estruturante “Tecnologias para Cidades Sustentáveis” é um esforço de se oferecer soluções tecnológicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. As ações desenvolvidas promovem o desenvolvimento social incorporando a utilização racional dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.

O último programa estruturante descrito é o de “Inclusão Digital”, que descreve os projetos prioritários referentes a “Espaços Públicos de Inclusão Digital”, “Cidades Digitais”, “Conteúdos Digitais e Soluções de Governo Eletrônico”.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 150 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológia**

  Análise Situacional da Meta

  Os esforços empreendidos para esta meta foram utilizados para atendimento do Plano Viver sem Limite, por meio do qual foi apoiado um projeto de tecnologia social.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional**

  Análise Situacional da Meta

  Realizou-se, em 2012, o Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), reunindo pesquisadores e gestores de SAN de todo o País, com dois objetivos: definição de linhas prioritárias de pesquisa - elaboração de documento orientador e criação de uma rede nacional de pesquisa em SAN.

- **Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015**

  Análise Situacional da Meta

  Os esforços empreendidos para esta meta focaram o atendimento do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação com o MDIC para o desenvolvimento do Portal Nacional de APLs e realização de pesquisa e coleta de dados primários de APLs no território nacional.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 houve as seguintes realizações: 1. Chamada Pública para CVTs em Agroecologia (CNPq), uma ação conjunta entre MCTI, MEC e MAPA: foram apresentados 57 projetos, e a avaliação da comissão julgadora começou em 26/11/2012. 2. Chamada Pública geral (emendas parlamentares): foram aprovados 3 projetos. 3. Convênio direto com Entidades Privadas sem fins lucrativos: estão sendo analisados 2 projetos.

  Quantidade alcançada

  75

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco**

regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva

Análise Situacional da Meta

Por meio de seleção pública, foram selecionados 25 núcleos de tecnologia assistiva em todo o País, vinculados a Universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Unidades de Pesquisa do MCTI, sendo que destes, seis receberam recursos orçamentários para sua estruturação.

Atualmente, a rede nacional já conta com 29 núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva (quatro foram selecionados em 2011).

O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva foi implantado e inaugurado em 20 de julho de 2012. Localiza-se junto ao CTI Renato Archer, em Campinas/SP.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo está estruturado para apoiar projetos nos seguintes subtemas: Construções Sustentáveis de Interesse Social, Mobilidade e Transporte Coletivo; Saneamento Ambiental; Sistemas Sustentáveis de Energia. Destina-se ao apoio a atividades de pesquisa aplicada e de demonstração tecnológica voltadas à racionalização do uso de recursos naturais e à promoção da sustentabilidade socioambiental. Destacaram-se as seguintes ações em 2012: participação em projetos apoiados pela ação TCS/SECIS da Rio+20; acompanhamento da implantação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu - Redebambu - Edital MCT/CNPQ/CT-Agro25/2008; lançamento, em dezembro de 2012, pela FINEP, de Edital de Subvenção Econômica no valor de R$ 30 milhões para Construções Sustentáveis e Saneamento Ambiental.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, definiu-se pelo apoio ao projeto de Desenvolvimento de Tecnologias de Bambu, face o acordo de cooperação internacional com a China.

Ainda, manteve-se e ampliou-se o apoio ao projeto de desenvolvimento do Barco Solar, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Desta forma, atenderam-se dois projetos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/11/2012

- **Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para gestão e desenvolvimento de esporte e lazer**

Análise Situacional da Meta

Optou-se por não desenvolver a meta em 2012.

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,1	31/12/2012	108,1
Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	31/12/2008	37.100
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,51	31/12/2011	48,47
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86	31/12/2011	0,79
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,2	06/02/2013	76,03
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/10/2011	73,1

Observações:

Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas - Resultado referente à variação entre janeiro-dezembro de 2011 e janeiro-dezembro de 2012, conforme 'Indicadores SEBRAE-SP - Pesquisa de Conjuntura', de fevereiro de 2013, disponível em www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/indicadores/indicadores_fev_13.pdf.

Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras - Dado mais recente disponível, devido à periodicidade da pesquisa.

Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - Resultado referente a 2011, conforme Relação Anual de Informações Sociais (Rais - vínculos), disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Dado consolidado mais recente disponível.

Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações - Resultado referente a janeiro-dezembro de 2011, conforme relatório 'Distribuição por Porte de Empresa: nº de empresas e valor (US$ FOB)', de 2011, disponível em http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3634&refr=608.

Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal - Fonte: Sebrae e MDIC.

Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - Nova metodologia, conforme relatório 'Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil', de outubro de 2011, disponível em http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/$File/NT00046582.pdf

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deu continuidade ao processo de reformulação interna que vem ocorrendo desde 2009. A partir de trabalho de alinhamento estratégico e gerencial, que contou com a participação dos coordenadores de governo e da iniciativa privada, consultores de comitês temáticos, integrantes e convidados do Fórum, parceiros estratégicos externos e Fóruns Regionais, foi elaborada proposta de revisão do Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007 (decreto de criação do Fórum), que trata de inovações importantes no processo de condução das atividades dos Comitês Temáticos e do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT). A minuta de Decreto encontra-se em fase final de tramitação. Com base nessa proposta de alteração, foi elaborada também proposta de alteração do regimento interno. Além disso, teve início em março de 2012 a construção do Sistema de Gestão

do Fórum.

Em 2012, foram realizados o 4º e o 5º Encontros dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. No primeiro, que ocorreu em julho, foi elaborado o planejamento estratégico conjunto dos Fóruns Regionais. No segundo, realizado em novembro, deu-se início ao trabalho de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade das Micro e Pequenas Empresas, documento que estabelecerá, ao final de 2013, um plano de ação de 10 anos para a promoção do desenvolvimento de pequenos negócios no país, contando com iniciativas nos seis eixos de atuação do Fórum. A agenda atuará também na perspectiva de implementação das diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios. A Secretaria Técnica do Fórum atuou ainda na interlocução com representantes do estado do Acre para a criação e instalação de Fórum naquele estado, única unidade da federação que não possui determinado instrumento de apoio aos pequenos negócios.

Por meio da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, as seguintes atualizações foram incorporadas à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) em janeiro de 2012: aumento dos limites do Simples Nacional, de R$ 2,4 milhões para R$ 3,6 milhões de receita bruta anual, corrigindo-se todas as faixas de receita bruta em 50%; limite extra para exportação de mercadorias, também no valor de R$ 3,6 milhões/ano; aumento dos limites de receita bruta anual para enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), de R$ 36 mil/ano para R$ 60 mil/ano; possibilidade de parcelamento dos débitos apurados no Simples Nacional em 60 meses; processo simplificado de alteração e baixa para o MEI, regulamentado pelo Comitê de Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), cujos aplicativos serão disponibilizados oportunamente no Portal do Empreendedor; adoção de novo aplicativo de cálculo dos tributos, Programa Gerador da Declaração Anual do Simples – Declaratório (PGDAS-D), que passa a ter caráter declaratório de confissão de dívida e será instrumento hábil para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos, além de viabilizar a extinção da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), que possuía natureza compulsória. Ressalte-se que a opção pelo Simples Nacional implica a aceitação de sistema de comunicação eletrônica, em aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional, simplificando o envio de comunicados diversos, como: ciência junto ao sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, encaminhamento de notificações e intimações e expedição de avisos em geral, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal.

Ainda em relação à Lei Complementar nº 123/2006, os seguintes dispositivos foram incluídos na agenda sistêmica de ações para a competitividade dos pequenos negócios do Plano Brasil Maior (PBM), com previsão de regulamentação até 2014: cédula de crédito microempresarial; fiscalização orientadora; acesso simplificado à justiça (regulamentação feita por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Justiça); apoio à inovação; e Sistema Nacional de Garantias de Crédito. Além disso, há previsão de regulamentação, em 2013, da sociedade de propósito específico, visto que a minuta de decreto para tanto já foi submetida a consulta pública.

Vale enfatizar também que, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), alcançou-se a implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 76,03% dos municípios.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de

2011.

Para 2013, estão previstas: a elaboração da Agenda de Desenvolvimento e Competitividade das Micro e Pequenas Empresas, que contribuirá para a definição de plano estratégico de ação para o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; a implementação da Estratégia de Fortalecimento dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; a implementação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República; e a continuidade da parceria com o Sebrae para a implementação da Lei Geral em nível municipal.

Metas 2012-2015

- **Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda sistêmica de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; a minuta de decreto foi submetida a consulta pública pelo prazo de 60 dias a partir de dezembro de 2012; previsão de regulamentação: em 2013.

- **Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desses dispositivos foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM. Com o mesmo intento, foi celebrado acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Justiça. Visando a coleta de subsídios para a regulamentação desses dispositivos, foram realizados em 2012 estudos técnicos para a revisão da legislação sobre mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias (conciliação prévia, arbitragem, entre outros) – esses estudos terão continuidade em 2013. Foi realizada ainda pesquisa online entre os meses de junho e setembro de 2012 para mapeamento, junto a empresários de pequeno porte, de dificuldades enfrentadas no acesso à justiça; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006**
  Análise Situacional da Meta
  A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), os programas de crédito 'Bom Pra Todos', do Banco do Brasil, e 'Caixa Melhor Crédito', da Caixa Econômica Federal, possibilitaram a redução das taxas de juros e tarifas bancárias e flexibilizaram as regras para a concessão de financiamentos, contribuindo para a manutenção da atividade econômica nas micro e pequenas empresas.

Outra iniciativa de grande importância se refere à construção de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios, com o objetivo de promover a coordenação e a articulação eficientes dos programas e ações de promoção ou apoio ao empreendedorismo empresarial, sob a diretriz do estímulo à competitividade e à inovação nas micro e pequenas empresas. Durantes os meses de abril a junho de 2012, foram realizados eventos em todas as regiões do país para a coleta de subsídios ao processo de elaboração da Política. Esses subsídios foram consolidados sob a forma de teses e diretrizes instituídas por meio da Portaria MDIC nº 185, de 12 de julho de 2012. Nos meses de julho a outubro de 2012, foi realizado um amplo processo de consulta pública sobre a Política, que deverá passar nos próximos meses por uma fase de planejamento estratégico, para então ser lançada no segundo semestre de 2013.

No âmbito dos acordos de cooperação técnica firmados na 19ª Plenária do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ocorrida em julho de 2011, foram realizadas as seguintes atividades em 2012: definição, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), de plano de trabalho para o desenvolvimento de fornecedores de pequeno e médio porte da cadeia de serviços postais; definição, em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de plano de trabalho para a disseminação da cultura de propriedade industrial para um melhor entendimento e uso estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual por parte das micro e pequenas empresas brasileiras; e instituição, em março de 2012, da Rede Nacional de Apoio aos Agentes de Desenvolvimento Municipal, nos termos do artigo 85-A da Lei Complementar nº 123/2006, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

No contexto da 21ª Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ocorrida em julho de 2012, foram assinados dois acordos de cooperação técnica que têm como objetivo principal a adoção de medidas de estímulo às micro e pequenas empresas. O acordo de cooperação técnica celebrado com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com a FNP e com a CNM será de extrema relevância para a ampliação da regulamentação e implementação da Lei Complementar nº 123/2006 em todo o país, e visa à garantia do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em especial nas compras e contratações públicas. O acordo de cooperação técnica celebrado com o Sebrae visa dar sustentabilidade técnica às atividades do Fórum.

No âmbito da 21ª Plenária, houve também a criação de grupo de trabalho interministerial e interinstitucional, composta por: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sebrae; Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional de Serviços (CNS); Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro); e Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa (Monampe). Esse grupo trabalhará na implantação de uma Rede Nacional de Informação para as micro e pequenas empresas e para os empreendedores individuais, com o objetivo de facilitar o acesso a informações relevantes para os pequenos negócios.

Por meio do Convênio MDIC–Apex nº 53/2011, estão sendo realizadas as seguintes atividades voltadas à inserção

comercial de pequenas e médias empresas no mercado externo: a) estudo quanto ao potencial de internacionalização de setores de serviços brasileiros, cujo objetivo é obter uma definição dos setores brasileiros de serviços com maior chance de ganhos no processo de exportações; b) contratação de uma consultoria para análise do estudo elaborado e para proposição de um plano estratégico e de um plano de ação para a internacionalização dos setores de serviços brasileiros identificados no estudo; c) elaboração do material com o conteúdo do estudo e da consultoria realizados, apresentando resultados detalhados do estudo e do plano de ação para os setores selecionados; d) divulgação e apresentação dos resultados; e e) realização de capacitação de 15 pequenas empresas para a atração e captação de investimentos estrangeiros durante Rodada de Atração de Investimentos no 1º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs).

Com vistas à melhoria dos investimentos governamentais e à criação de uma agenda integrada e coordenada de capacitação empresarial no país, foi criado um outro grupo de trabalho interministerial e interinstitucional, composto por: MDIC; Ministério da Educação (MEC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex Brasil); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Conselho Federal de Administração (CFA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Sebrae; CNI; CNC; CNS; Comicro; e Monampe. Esse grupo está trabalhando em uma proposta de regulamentação do Plano Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (PNCA – MPE), com o intuito de promover a ampliação e a adequação da oferta e do acesso às ações de capacitação e de aperfeiçoamento, considerando as necessidades e demandas do público-alvo, a integração dos esforços dos diversos atores ofertantes de capacitação, o respeito às peculiaridades e necessidades regionais e setoriais, a convergência de informações sobre as ofertas de capacitação, a concessão de incentivos fiscais e creditícios para a empresa que realizar capacitações sob os parâmetros do PNCA – MPE, e o aporte de novos recursos financeiros para processos de capacitação no âmbito do PNCA – MPE. A minuta de decreto encontra-se finalizada e estão sendo realizadas as articulações para a criação do mecanismo de financiamento e para a implementação do Plano.

Ainda em matéria de capacitação para micro e pequenas empresas, cumpre destacar o lançamento do Edital de Chamada Pública de Projetos nº 1, de 2 de outubro de 2012, da Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC. A iniciativa faz parte da agenda de medidas do PBM para estimular a competitividade dos pequenos negócios e tem por objetivo promover a articulação entre governo e iniciativa privada para a realização de atividades de capacitação de empresários e empreendedores das empresas de micro e pequeno porte, um dos temas mais sensíveis da gestão empresarial nos dias de hoje.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram capacitados 950 empresários por meio dos Termos de Cooperação nº 3/2010 e nº 5/2011, celebrados com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

No âmbito do Edital de Chamada Pública de Projetos nº 1/2012 – SCS/MDIC, foram selecionados quatro projetos, que estão sendo executados em 2013, e totalizarão 4,5 mil capacitados. Em 2013, ocorrerá o lançamento do próximo Edital, com execução dos projetos a partir do 2º semestre.

Quantidade alcançada

950

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	unidade	145	31/10/2012
Região Nordeste	20.000	unidade	250	31/10/2012
Região Norte	5.000	unidade	110	31/10/2012
Região Sudeste	40.000	unidade	240	31/10/2012
Região Sul	20.000	unidade	205	31/10/2012

- **Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para R$ 21,2 bilhões.**

Análise Situacional da Meta

Conforme estatísticas operacionais do BNDES, o valor desembolsado com o Cartão BNDES em 2012 foi de R$ 9,543 bilhões (fonte: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/estatisticas/Int2_1D_a_produto.pdf).

Quantidade alcançada

9.543.000.000

Data de Referência

08/02/2013

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o tema micro e pequenas empresas passou a compor o plano de ação do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, como resultado do memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Diretoria Geral de Empresas e Indústrias da Comissão Europeia, assinado em 16 de dezembro de 2011, sobre iniciativas políticas em pequenas e médias empresas, inovação, competitividade e clusters. No âmbito desse Projeto, foi executada a ação “Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas”, que possibilitou a realização das seguintes atividades: a) contratação de 3 (três) peritos seniores externos para realização de estudos sobre a experiência europeia na formulação de políticas de estímulo ao empreendedorismo, na aplicação do princípio “pense nas pequenas primeiro” e no desenvolvimento de estratégias de mercado de capitais para pequenas e médias empresas; b) realização de um missão técnica à União Europeia; e c) realização de dois eventos para apresentação e discussão dos resultados alcançados no processo de cooperação em curso. Os recursos totais executados no âmbito dessas atividades somaram R$ 288.265,00, compostos de R$ 230.265,00 relativos ao financiamento do Projeto, mediante recursos oriundos da Comissão Europeia, e R$ 58.000,00 relativos à contrapartida econômica apresentada pelo governo brasileiro, sob a forma de serviços disponibilizados ao Projeto. Em dezembro de 2012, foram aprovadas pela Comissão Europeia, no âmbito da 6ª convocatória de propostas do Projeto, três novas ações sobre pequenas empresas: a) desenvolvimento de capacidades e habilidades empreendedoras para pequenas e médias empresas; b) promoção do empreendedorismo para o setor artesanal brasileiro; e c) estratégia de mercado de capitais para pequenas e médias empresas – o problema da informação assimétrica. Essas ações têm prazo de execução

previsto até junho de 2013 e compreendem o investimento total de R$ 415.125,00, incluindo recursos europeus da ordem de R$ 261.525,00 para a realização de estudos, missões técnicas e eventos, além da participação brasileira, na forma de contrapartida econômica, no valor de R$ 153.600,00.

Em termos da agenda de cooperação técnica internacional, cumpre destacar ainda a atuação do MDIC em negociações bilaterais e multilaterais, como a realização de negociações bilaterais com Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai para o estabelecimento de agendas de cooperação técnica e financeira sobre o tema micro e pequenas empresas.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do Plano Brasil Maior; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Para 2013, estão previstas as seguintes atividades: continuidade das discussões para a implementação de Plano de Trabalho do Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre micro e pequenas empresas; execução das atividades da 6ª Chamada do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil; retomada das negociações para implantação do Fórum Intrarregional Mercosul-Chile de Micro e Pequenas Empresas; e realização da segunda edição do Projeto "Reconhecimento de Excelência da Unesco para os produtos artesanais do Mercosul+".

Metas 2012-2015

- **Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)**

  Análise Situacional da Meta

  Meta parcialmente cumprida, pois houve em 2012 a inclusão da agenda brasileira de desenvolvimento de micro e pequenas empresas em negócios com a União Europeia, a exemplo da ação "Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas", do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais, atividade que está amparada no Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre pequenas e médias empresas, assinado em 16 de dezembro de 2011.

- **Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF**

  Análise Situacional da Meta

  Meta parcialmente cumprida, pois houve em 2012 a inclusão da agenda brasileira de desenvolvimento de micro e pequenas empresas em negócios com a União Europeia, a exemplo a ação "Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas", do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais, atividade que está amparada no Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre pequenas e médias empresas, assinado em 16 de dezembro de 2011.

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2010, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi desenvolvido em 2012 o mapeamento da produção artesanal. A partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível consolidar em junho de 2012 o primeiro mapeamento do artesanato brasileiro. O mapa ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais

produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato, o que apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

Em julho de 2012, foi criado grupo de trabalho (GT Rede) para analisar a pertinência e propor modelo institucional para a criação de uma rede nacional de informação para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, tendo por base o documento "Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios", aprovado no âmbito do Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Em março de 2012, foi implantada a nova versão do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), que permite a emissão da Carteira Nacional do Artesão e do Trabalhador Manual. O modelo de carteira aprovado já está sendo emitido pelas coordenações estaduais, mediante o registro no Sicab. Até outubro de 2012, foram registrados cerca de 70.000 artesãos e 2.000 trabalhadores manuais. O MDIC fará a aquisição de 28 impressoras térmicas para a produção de carteiras de identificação do artesão. Essas impressoras serão distribuídas entre as 27 unidades da federação.

Por meio do Termo de Cooperação nº 6/2011, celebrado entre o MDIC e o Ipea em 16 de dezembro de 2011, foram desenvolvidos estudos preliminares para a implementação das seguintes ferramentas de monitoramento e acompanhamento de indicadores sobre micro e pequenas empresas:
a) Monitor MPE – construção de uma estrutura de base de dados que consolide as estatísticas oficiais de interesse de micro e pequenas empresas (MPEs), e que possibilite o desenvolvimento de um conjunto de indicadores, de produção periódica, capazes de contribuir com o acompanhamento conjuntural do segmento.
b) Painel das Micro e Pequenas Empresas – elaboração de painel de indicadores visando prover uma base comparativa ampla para a caracterização das MPEs brasileiras, permitindo que se compreendam suas idiossincrasias setoriais e regionais, de modo a poder servir como subsídio para a proposição de políticas públicas direcionadas às MPEs.
No âmbito desses estudos, foram elaborados até o momento o referencial teórico, a metodologia e coleta parcial de dados. A expectativa é que os estudos sejam concluídos até junho de 2013.

No Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), foram estabelecidas agendas convergentes entre o Plano Brasil Maior (PBM), o Plano Brasil Sem Miséria e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de forma que as melhores práticas em micro e pequenas empresas no contexto dessa convergência sejam catalogadas no Observatório Brasileiro de APLs. No âmbito do Observatório, foi desenvolvido um banco de dados, atualmente em teste por três estados pilotos, os quais cadastraram aproximadamente 200 empresas.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011.

Para 2013, estão previstas as seguintes atividades: ampliação do mapa do artesanato para novos setores artesanais; finalização dos trabalhos do GT Rede e implantação da Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios; ampliação da base de cadastros do Sicab; implantação do Monitor MPE; e consolidação do Painel das Micro e Pequenas Empresas.

Metas 2012-2015

- **Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio da Portaria MDIC nº 193/2012, foi criado grupo de trabalho para analisar a pertinência e propor modelo institucional para a criação de uma rede nacional de informação para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, tendo por base o documento "Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios", aprovado no âmbito do Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- **Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2010, celebrado entre MDIC e Ipea, foi concluído em junho de 2012 o mapeamento da produção artesanal. A partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível consolidar o primeiro mapeamento do artesanato brasileiro, que ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato e está disponível no endereço eletrônico http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2048. Esse trabalho apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	26.814.510	15/02/2013	29.538.498
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	15/02/2013	1.526.174
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	15/02/2013	992.808
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	67,4	30/12/2012	69,77
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21	08/05/2013	8,25

Observações:

Número de empregos formais no setor terciário - Dados referentes a 31/12/12.

Número de estabelecimentos do setor de comércio - Dados referentes a 31/12/12

Número de estabelecimentos do setor de serviços - Dados referentes a 31/12/12

Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - Fonte: IBGE Contas Nacionais Trimestrais dez 2012

Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - Dados referentes ao acumulado do ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

De janeiro a novembro de 2012, foram realizadas 23 reuniões do Comitê Gestor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM/Redesim), dos Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) e dos Grupos de Trabalhos de: Normas, Licenciamento, Comunicação, Sistemas e Indicadores. Nessas reuniões, foram tratados os seguintes assuntos:

a) Decisão a respeito de iniciar as tratativas relacionadas ao Integrador Estadual com os 21 estados que tiveram representantes indicados pelos respectivos governadores;

b) Aprovação para remodelar a minuta de resolução que define diretrizes para os Corpos de Bombeiros no que tange ao licenciamento de empresas;

c) Informes acerca dos problemas jurídicos constantes na minuta de resolução que trata de cancelamento de inscrição fraudulenta de microempreendedor individual (MEI);

d) Aprovação da minuta de resolução para substituir a Resolução nº 22/2010, que dispõe sobre as regras para pesquisas prévias e a regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão de alvarás de funcionamento de empresas;

e) Aprovação da alteração do Decreto nº 6.884/2009 para incluir as confederações econômicas, a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) e o Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) no rol de membros do CGSIM.

Quanto à modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas, foi firmado em julho de 2012 o projeto Integrar. Esse projeto, idealizado no âmbito da Redesim, é um convênio entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), com apoio e orientação do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), da Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O Integrar visa, por meio da soma de boas práticas, a desburocratização da abertura de empresas, com a utilização da tecnologia desenvolvida pela Jucemg. Objetiva a adaptação, implantação e cessão do Integrador de Minas Gerais para as Juntas Comerciais das seguintes localidades: Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Possibilitará a simplificação do processo de abertura de empresas, mediante a integração com a União das etapas inseridas nesse processo, que são de responsabilidade das esferas estaduais e municipais, tais como: pesquisas prévias de nome e endereço, registros e inscrições tributárias e alvarás de funcionamento. Formar-se-ão, com isso, cadastro e banco de dados unificados. Sob a ótica do cidadão, estará estruturado nas seguintes etapas: na primeira, as pessoas poderão consultar, via internet, a viabilidade da formalização de uma empresa com determinado nome e em determinado lugar; em seguida, os cidadãos preencherão, também online, as informações do contrato social.

A Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) iniciou a primeira fase do projeto no último trimestre de 2012: por meio do site, o cidadão pode realizar, de forma unificada, a consulta prévia de viabilidade locacional (realizada antes nas Administrações Regionais), e a pesquisa prévia de nome empresarial, realizada antes na JCDF.

Com a finalidade de facilitar a gerência de informações de atos registrados no País, o DNRC contratou a instalação e a customização de ferramenta de ‘business intelligence’ (BI) para trabalhar os dados das juntas comerciais. Essa ferramenta recebe os dados das juntas comerciais em um banco de dados próprio e, após isso, trata as informações e fornece gráficos e planilhas estatísticos para ajudar nas tomadas de decisões da diretoria do DNRC. Em 2013, o projeto entrará em fase de teste e homologação.

Em relação ao monitoramento e à avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, o MDIC, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB) e as Juntas Comerciais do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo trabalhou no desenvolvimento de funcionalidades para o MEI. Foram elaborados documentos de especificação de regras de negócios para alteração e baixa do MEI no Portal do Empreendedor (Módulo do Contribuinte) e para o tratamento de legado e sincronização das bases do MEI entre a RFB, o MDIC e as juntas comerciais. Já foram também realizados testes para homologação do aplicativo de alteração e baixa pelas equipes do DNRC, da RFB, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e do Sebrae.

Conforme dados do Sistema Integrado de Automação de Registro do Comércio (Siarco) e do Portal do Empreendedor, desde que foi implantada a categoria de MEI, em 1º de julho de 2009, até outubro de 2012, foram realizadas 2.532.716 inscrições para essa categoria empresarial, próximo à meta estabelecida de 2.562.868 inscrições até dezembro de 2012.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas juntas comerciais e em valores estimados, houve 2.383.599 atos de registro de empresas de outras naturezas jurídicas (registros referentes a constituições, alterações e extinções de empresas no país) em 2012. Comparado à média anual entre 2008 e 2012 (2.286.631), houve taxa de crescimento de 4,24%. A previsão para 2013 é de 2.749.746 atos registrados.

Metas 2012-2015

- **Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o prazo para conceder registro a empresas de baixo risco pelas juntas comerciais foi de 9 dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei. O resultado alcançado em 2012 foi ainda de 9 dias. Para 2013, a previsão é de se alcançar a meta de 7,5 dias úteis.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/01/2013

- **Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o prazo para conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais foi de 6 dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei. O resultado alcançado em 2012 foi ainda de 6 dias. Para 2013, a previsão é de 4,5 dias úteis.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/01/2013

- **Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o tempo para a decisão de processos (registro, licenciamento e autorização de funcionamento) de empresas de baixo risco pelas juntas comerciais era de 16,3 horas úteis, com estimativa de redução de 5% ao ano até 2015, chegando a 13,3 horas. Em 2012, o resultado atingido foi de 18 horas. A previsão para 2013 é alcançar 17,10 horas úteis.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/01/2013

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Para o desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços, o MDIC obteve do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Receita Federal do Brasil (RFB) informações detalhadas sobre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), instrumento importante para a construção de cadastros dos setores produtivos. A CNAE, por exemplo, é um código que alimenta o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), administrado pela RFB. O desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços seria feito a partir dos diversos cadastros hoje utilizados pelo poder público. Entretanto, identificou-se que os cadastros da administração pública, como o CNPJ e o Cadastro Nacional de Empresas, estão com as classificações diferentes. Esses cadastros podem não refletir a atual atividade da empresa, o que dificultaria o desenvolvimento de novos cadastros a partir dessas bases.

No âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), foi feito breve diagnóstico sobre os setores de comércio e serviços, com o

apoio do Sebrae, seguindo metodologia e modelo definidos pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Foram desenvolvidos três diagnósticos setoriais (comércio, serviços e serviços logísticos), traçando o cenário atual e as perspectivas dos setores no Brasil, para subsidiar os comitês executivos e os conselhos de competitividade setorial do PBM na construção de suas Agendas Setoriais para até 2015. O modelo apresentou um questionário dividido em três eixos principais: (1) tendências da demanda (visão global e visão nacional); (2) organização setorial e estrutura produtiva (inserção externa e caracterização da gestão e da concorrência); e (3) mudanças tecnológicas (novos produtos e processos). Em um trabalho conjunto entre MDIC, Sebrae e membros de três comitês executivos do PBM, algumas questões dos diagnósticos foram adaptadas às especificidades dos setores de comércio e serviços. Em função do exíguo tempo para a entrega dos diagnósticos, a realização de pesquisas primárias no levantamento de informações não foi possível. A estratégia adotada foi o levantamento de fontes secundárias de informação (pesquisas, estudos, artigos). Os conselhos de competitividade do PBM buscam identificar temas de relevância para o setor, passíveis de estudos e diagnósticos. Termo de referência para a contratação de estudo sobre a adoção no Brasil das etiquetas para identificação por radiofrequência ou RFID (‘radio -frequency identification’) encontra-se em construção.

Por sua vez, o mapeamento dos setores de comércio e serviços no país será desenvolvido simultaneamente à elaboração do Atlas Nacional do Comércio e de Serviços, por se tratar de etapa prevista no escopo do projeto básico do Atlas.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Atlas Nacional de Serviços**

  Análise Situacional da Meta

  Ao longo de 2012, identificaram-se os principais interlocutores relacionados à produção de dados, estatísticas e análises estruturais e conjunturais. Em seguida, foram formalizados convites a diversas entidades para composição de um grupo de trabalho e, por fim, criado um ambiente de articulação e debate com as organizações públicas e privadas. As discussões do grupo resultaram na construção da visão compartilhada e no desenvolvimento de propostas. Todo esse trabalho contribuiu sobremaneira na elaboração do Projeto Básico do Atlas Nacional do Comércio e de Serviços, que se encontra em revisão.

  Para 2013, está prevista a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamento, análise, seleção e consolidação de indicadores socioeconômicos, conforme previsto na minuta de termo de referência, também em revisão.

- **Elaborar o Atlas Nacional do Comércio**

  Análise Situacional da Meta

  A análise situacional desta meta está apresentada conjuntamente com a da meta "Elaborar o Atlas Nacional de Serviços".

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

MDIC e Sebrae assinaram, em março de 2012, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de conjugar esforços para o desenvolvimento e a implementação de ações e projetos alinhados ao PPA 2012-2015 e ao Plano Brasil Maior (PBM), nas áreas de comércio e serviços, observadas as respectivas competências institucionais. O PBM inovou ao incluir os setores de comércio, serviços e serviços logísticos como focos de ação em sua estrutura de governança. Dessa

forma, diversos representantes de entidades públicas e privadas e dos trabalhadores participam da formulação de políticas para esses setores.

A fim de promover a capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário, o MDIC interagiu com representantes do Ministério da Educação que participam do PBM (Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Foi feito levantamento sobre cursos de qualificação profissional, ou capacitação, ofertados pelas entidades que participam dos conselhos de competitividade do PBM. O levantamento está em fase de consolidação e será divulgado na página eletrônica do PBM.

Para o desenvolvimento e a melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços, o MDIC, acompanhado de representantes do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad), da Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil) e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), coordenou visitas técnicas ao Japão, com o objetivo de conhecer as melhores práticas daquele país em automação e gestão de processos e pessoas.

Por fim, vale mencionar a inclusão do setor de serviços e do comércio varejista nas medidas de redução de tributos sobre a folha de pagamentos.

Metas 2012-2015

- **Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços**

  Análise Situacional da Meta

  O MDIC vem articulando com o setor privado possíveis parcerias para o cumprimento dessa meta,. Em 2013, a dinâmica da premiação, o trabalho de mobilização da sociedade e o manual de orientações deverão estar estruturados. Um dos grandes desafios para cumprimento das metas deste programa tem sido produzir resultados efetivos com quadro bastante enxuto de servidores na área, frente aos desafios de um setor que representa cerca de 70% da economia brasileira.

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio**

  Análise Situacional da Meta

  O Encontro Nacional do Comércio – realizado em conjunto com o Encontro Nacional de Serviços, e renomeado para I Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs) – foi realizado em novembro de 2012, em Brasília. Coordenado pelo MDIC, em parceria com a ABDI e o Sebrae, o evento contou com a participação de ministérios e agências do Governo Federal, secretarias estaduais e municipais, juntas comerciais, representantes do Poder Legislativo, entidades do setor privado e dos trabalhadores, empresários, acadêmicos e convidados internacionais.

  Para 2012, o Simbracs teve como principais objetivos discutir as tendências e debater políticas públicas para o fomento dos setores de comércio e serviços frente à conjuntura da economia internacional, além de apresentar e divulgar instrumentos para melhoria do ambiente de negócios e fortalecimento do setor produtivo brasileiro. Congregando diversos eventos convergentes para ampliar ainda mais o escopo das discussões propostas, o Simbracs está previsto no plano de ações do PBM. O I Simbracs teve mais de 30 painéis e diversas reuniões sobre alguns dos principais temas para os setores de comércio, logística e serviços, e contou com 2.546 inscritos. Os estados com maior representatividade foram São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, além do Distrito Federal.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

08/02/2013

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços**

Análise Situacional da Meta

O Encontro Nacional de Serviços de 2012 foi realizado em conjunto com o Encontro Nacional do Comércio, e renomeado para I Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs). Informações sobre esse evento estão apresentadas na análise situacional da meta anterior.

Além do I Simbracs, foi realizado em junho de 2012, em São Paulo, o Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (ENAServ). O Encontro foi organizado em parceria pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), pela Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e pelo MDIC, e contou com público superior a 300 participantes.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

08/02/2013

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,7	31/12/2012	10,77
Corrente de comércio de bens	US$ bilhão	01/01/2011	383,564	31/12/2012	465,7289
Exportação total de bens	US$ bilhão	01/01/2011	201,915	31/12/2012	242,5797
Exportação total de serviços	US$ bilhão	01/01/2011	30,072	31/12/2012	39,864
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36	31/12/2012	1,36
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,5	31/12/2012	33,9
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,7	31/12/2012	-3,35
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43	31/12/2012	26,77
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,5	31/12/2012	22,33

Observações:

Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro - Fonte: Secex/MDIC e IBGE - Balança Comercial - Dados consolidados 2012.

Corrente de comércio de bens - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados acumulados 2012.

Exportação total de bens - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados Acumulados - 2012.

Exportação total de serviços - Fonte: Banco Central do Brasil - Série Histórica do Balanço de Pagamentos - Dados acumulados - ano 2012.

Participação brasileira no comércio mundial - Fonte: Secex/MDIC e OMC-WTO - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2012.

Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2012.

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - 2012.

Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais - Fonte: Banco Central do Brasil - Balanço de Serviços - Dados referentes a 31/12/2012.

Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras - Fonte: MDIC - Dados referentes ao acumulado de 2012.

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Não houve elaboração de estudos setoriais periódicos que avaliassem o desempenho das importações e seu impacto para a utilização preventiva dos instrumentos de defesa comercial em conjunto com entidades representativas do setor privado.

A principal limitação para a consecução da iniciativa foi a restrição de recursos humanos, que está sendo superada com a contratação dos novos analistas de comércio exterior, no início de 2013.

A unidade administrativa que concentraria as atividades dispersas de divulgação dos instrumentos de defesa comercial e a alocação de novos analistas no Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), foram adiadas para o início de 2013. Assim, a divulgação e análise de pré-pleitos em defesa comercial continuaram a ser realizadas de forma difusa.

Foi criado pela Portaria Conjunta MDIC-MF nº 149, de junho de 2011, o Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), formado por representantes da Secex e da Receita Federal do Brasil (RFB), com o objetivo de combater práticas ilegais no comércio exterior.

Metas 2012-2015

- **Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas 3 determinações preliminares em investigações iniciadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012, que serviram de base para a aplicação de direitos antidumping provisórios pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). O prazo médio para alcançar a determinação preliminar permanece em 8 meses.

  Três ressalvas são fundamentais para fins de análise desta meta:

  1) A realização de uma determinação preliminar é condição fundamental para a aplicação de direito antidumping provisório. São os direitos provisórios aqueles que protegem a indústria doméstica dos efeitos danosos do dumping ainda durante o período de investigação. A competência para a realização de determinações preliminares é da Secex/MDIC, mas a competência para aplicar direitos provisórios é da Camex. Ou seja, uma determinação preliminar não assegura necessariamente a aplicação de direito antidumping provisório.

  2) Apesar de ser possível contabilizar, retrospectivamente, o número de determinações preliminares, é preciso ter claro de que não se trata de variável controlada. A pré-condição fundamental para que determinações preliminares sejam alcançadas é a existência de investigações em curso. Tendo em vista que o número de investigações depende de uma variável fora do controle da Secex/MDIC — número de petições protocoladas pelo setor privado —, não é possível estabelecer meta numérica quanto ao número de determinações preliminares alcançadas.

  3) A única quantificação possível diz respeito ao prazo necessário para que se alcance a determinação preliminar. O cumprimento dessa meta, contudo, depende de duas condições: (a) aumento de 120 novos investigadores de defesa comercial, objetivo estabelecido no Plano Brasil Maior, o que ocorreu no início de 2013; (b) publicação do novo decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping, em substituição ao marco atual, que remonta ao ano de 1995. Dessa forma, a meta é alcançável tão logo o decreto seja publicado.

  Quantidade alcançada

  8

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses**

  Análise Situacional da Meta

  Foram aplicados 11 direitos antidumping relativos a investigações originais entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012. O prazo médio da investigação de dumping permanece em 15 meses.

  Tal qual a meta anterior, o cumprimento da meta é factível após a publicação do novo decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping, visto que já houve incremento do quadro de investigadores, no

início de 2013.

Das 57 investigações iniciadas no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de outubro de 2012, apenas três foram encerradas, todas elas sem aplicação de medidas. Note-se que os casos são atípicos: ou por se tratar de solicitação de encerramento da investigação pela própria peticionária (salvaguarda de vinhos – prazo médio de sete meses de investigação); ou por haver volume insignificante de importações de algumas origens investigadas (dois casos de laminados a frio - prazo médio de três meses de investigação em cada caso).

Cabe destacar que foi publicada, em 29 de dezembro de 2011, a Portaria n° 46/2011 da Secex/MDIC, que altera as disposições sobre as petições de investigação de dumping, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. O novo modelo simplifica o fornecimento de informações pelo peticionário e possibilita que, uma vez iniciada a investigação, os procedimentos subsequentes sejam acelerados. Desse modo, determinações preliminares poderão ser alcançadas em menor tempo (o que possibilitará a aplicação de medidas provisórias em casos necessários) e o prazo das investigações poderá ser reduzido.

Tendo em conta a edição da referida Portaria e a contratação de novos analistas em 2013, estima-se que será possível a redução dos prazos, nos casos iniciados a partir de 2013.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foi instituído no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), por meio da Resolução Camex nº 44, de 11 de julho de 2011, o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação Interna de Comércio Exterior (GTIC). Ao longo de 2011 e 2012, o GTIC efetuou abrangente levantamento da legislação pertinente ao comércio exterior, a fim de elaborar um projeto de norma que contemple: 1) os órgãos anuentes que atuam no comércio exterior, com as respectivas competências em relação aos tipos de produtos ou atividades que anuem; 2) as penalidades aplicadas pelos órgãos intervenientes no comércio exterior; e 3) a consolidação da legislação que disponha sobre o comércio exterior, de forma a atualizá-la em relação aos órgãos que foram substituídos por outros ou extintos, a fim de harmonizá-la com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul, bem como efetuar a revogação expressa de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

O Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), da Camex, iniciou discussões entre seus integrantes visando à criação de curso para capacitação em comércio exterior de servidores de governo. Minuta de plano de ensino foi elaborada e encaminhada para a análise dos órgãos de governo que compõem o GTFAC.

Em 2012, foi elaborado projeto para a criação do Sistema de Desempenho Logístico e foi iniciado diálogo com o Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina com vistas à cooperação para o desenvolvimento do projeto. Também foi firmado acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Portos da Presidência da República.

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) e a Secretaria Executiva da Camex elaboraram documento de referência para o projeto de guichê único de comércio exterior. O documento foi apresentado aos órgãos integrantes do GTFAC.

Ademais, foi elaborada minuta de nova portaria para regulamentação das normas de licenciamento de importação, registros de exportação e concessão de regimes de drawback. O documento foi submetido a consulta pública. Foram apresentadas 65 manifestações de diversas entidades que atuam no comércio exterior. Iniciou-se, assim, processo de

análise das manifestações e elaboração de nova portaria com vistas à publicação no primeiro semestre de 2013.

Metas 2012-2015

- **Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal**

  Análise Situacional da Meta

  A Camex elegeu como prioridade a consolidação da legislação de comércio exterior, a fim de promover e intensificar o processo de racionalização, modernização regulatória e consolidação das normas de comércio exterior, tendo em vista que a regulamentação do tema encontra-se bastante esparsa em diversos diplomas legais, muitos deles considerados obsoletos em relação ao incremento substancial do comércio exterior brasileiro, ao longo dos últimos 20 anos. Assim, foi instituído, por meio da Resolução Camex nº 44/2011, o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação Interna de Comércio Exterior (GTIC). Ao longo de 2011 e 2012, o GTIC efetuou abrangente levantamento da legislação pertinente ao comércio exterior, a fim de elaborar um projeto de norma legal, conforme explicado acima, na análise situacional do objetivo. Ao final dos trabalhos, a proposta será apresentada ao Conselho de Ministros da Camex.

- **Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos**

  Análise Situacional da Meta

  As metas mais relevantes associadas ao desenvolvimento do Sistema de Desempenho Logístico são as seguintes: 1) implantação do Sistema de Desempenho Logístico para análise e monitoramento da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior; e 2) obtenção, por meio do Sistema devidamente implementado, de informações que possam, efetivamente, contribuir para o diagnóstico da situação atual da estrutura logística do comércio exterior brasileiro, assim como para projeções em relação a demandas logísticas futuras. A Secex/MDIC irá acompanhar a implementação do mencionado sistema informatizado, em todas as etapas. O acompanhamento irá desde a contratação da empresa de tecnologia de informação até a implantação das ferramentas descritas. A implantação do Sistema de Desempenho Logístico pressupõe iniciativas que dependem de recursos orçamentários ainda não disponibilizados, tais como: 1) identificação de potenciais parceiros para desenvolvimento da iniciativa; 2) celebração de termos de cooperação técnica com parceiros; 3) definição da equipe de projeto; 4) elaboração da matriz de papéis x responsabilidades; 5) elaboração da matriz SWOT do projeto; 6) elaboração de proposta de projeto; 7) identificação de sistemas e bases de dados de governo que servirão de referência para consolidação de informações sobre logística de comércio exterior; 8) elaboração de estudos sobre a situação da logística de comércio internacional no país e no exterior; 9) concepção e desenvolvimento de metodologia para mensuração, avaliação e acompanhamento do desempenho da logística de comércio exterior brasileiro, por meio de indicadores qualitativos pré-definidos; 10) contratação da empresa especializada para desenvolver e produzir software para cálculo, armazenagem, auxílio à análise e indicadores, qualitativos e quantitativos, especificados para os processos logísticos de fluxo informacional e físico; 11) concepção e desenvolvimento do sistema de software; 12) implantação do Sistema na Secex/MDIC; e 13) geração de relatórios de sistema para auxílio a estudos e tomada de decisão.

  Em 2012, foram conduzidas tratativas com o Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre o desenvolvimento da iniciativa, tendo em vista o nível de excelência da instituição e sua grande reputação acadêmica nas áreas de tecnologia da informação e logística de comércio exterior, bem como o fato de o LabTrans já contar com diversos instrumentos de cooperação com órgãos da administração federal nas áreas de logística e transportes.

  As perspectivas para 2013 estão relacionadas à intensificação do intercâmbio entre a UFSC e a Secex/MDIC, a fim de viabilizar a celebração do termo de cooperação técnica e as etapas discriminadas anteriormente.

- **Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de**

risco, e uso obrigatório de certificação digital

Análise Situacional da Meta

A Secex/MDIC e a Secretaria-Executiva da Camex elaboraram documento de referência para a elaboração de projeto de guichê único de comércio exterior e apresentaram o documento aos órgãos integrantes do Grupo Técnico de Facilitação do Comércio (GTFAC).

O que se busca é a criação de marco institucional para o projeto e o início da cooperação entre órgãos da administração pública e entidades privadas envolvidas no comércio exterior para promover o mapeamento e a análise detalhada dos processos, exigências de dados e documentos utilizados pelos diversos órgãos anuentes no comércio exterior, assim como das respectivas bases legais e regulamentações. Trata-se de se promover o levantamento das informações necessárias à reformulação dos processos de cada órgão, com vistas à sua harmonização para integração em sistema único. A perspectiva para 2013 é avançar na abrangência e no detalhamento dos estudos e diagnósticos de processos, inclusive com a participação de maior número de órgãos da administração pública. Também será necessária a realização de convênios, contratos e termos de cooperação com órgãos de governo, entidades especializadas em engenharia de processos e outras necessárias ao mapeamento de regras, processos e posterior revisão. A Secex/MDIC irá acompanhar os trâmites necessários para que sejam firmados documentos de cooperação com outros órgãos, assim como as etapas de desenvolvimento dos trabalhos de mapeamento e revisão de regras, processos e atividades executadas pelos diversos participantes.

- **Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Elaborada minuta de nova portaria com vistas à ampla revisão e simplificação das normas regulamentadoras do licenciamento de importação, dos registros de exportação e da concessão de regimes de 'drawback'. Mediante a Portaria Secex nº 13, de 5 de abril de 2012, o documento foi levado a consulta pública. Foram apresentadas 65 manifestações de empresas e profissionais de comércio exterior e entidades representantes da indústria. Iniciou-se processo de análise das manifestações e a elaboração de novo documento, com vistas à publicação de portaria no primeiro semestre de 2013.

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2012, foram realizadas diversas ações que contribuíram para aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior, bem como ampliar a utilização dos mecanismos oficiais de financiamento e garantia das exportações, para aumentar as exportações brasileiras de bens e serviços, em especial aos mercados da América Latina e África.

No que tange aos programas oficias, no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e de seu Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) foram aprovadas, entre janeiro e outubro de 2012, operações que alavancaram em torno de US$ 6 bilhões em exportação brasileira por meio da concessão de crédito ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Ressalte-se, sobretudo, que essas operações destinaram-se aos seguintes países: Angola, Argentina, Cabo Verde, Cazaquistão, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Gana, Honduras, México, Moçambique, Panamá, Peru, Quênia, e República Dominicana, com notável diversificação geográfica das exportações e dos parceiros comerciais do Brasil.

Ademais, no âmbito do Plano Brasil Maior, com a edição do Decreto nº 7.710/2012, foram estabelecidas novas medidas que se encontram em regulamentação e contribuem fortemente para o incremento das exportações brasileiras, a saber: o

Proex Equalização de Taxas de Juros poderá ser concedido também na fase pré-embarque; o prazo equalizável pode chegar a 15 anos e o percentual máximo equalizável pode ser de 100% do valor financiado; houve flexibilização de garantias, de maneira que, além do FGE e de cartas de créditos de bancos de primeira linha, os exportadores passam a poder dispor de garantias pelo próprio empresário (em operações até US$ 50 mil, por empresas com faturamento anual de até R$ 3,6 milhões); concedeu-se, ainda, a ampliação da alçada do Banco do Brasil S.A. de US$ 10 milhões para US$ 20 milhões para apreciação de operações sem necessidade de submissão ao Cofig; a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), cujos recursos podem atingir até R$ 25 bilhões e que tem por objetivo aperfeiçoar a administração e utilização dos recursos, entre outros.

De fato, essas medidas aprimoraram a política de apoio creditício do governo, a fim de aumentar a utilização dos mecanismos existentes, bem como incentivar a competitividade internacional das empresas brasileiras.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização**

  Análise Situacional da Meta

  Houve um incremento do número de empresas beneficiadas pelo Proex Equalização de 34, em 2011, para 38, em 2012.

  Nota-se que o alcance da meta nesse período foi dificultado pela crise financeira internacional vivenciada ao longo de 2012. Isto impediu um maior incremento de exportações brasileiras para outros países. Dado esse cenário, as empresas nacionais procuraram destinar boa parte da produção ao mercado brasileiro, favorecido por uma demanda interna mais aquecida.

  Ademais, ressalta-se que o orçamento inicialmente previsto para o Proex para 2012 chegou ao seu limite de utilização. Por isso, dada a restrição orçamentária, o Banco do Brasil (agente operacional do Proex) não finalizou algumas das operações, o que contribuiu, em certa medida, para que os exportadores revissem seus planos de elevação das operações para o exterior. A questão foi resolvida com suplementação orçamentária para o Proex.

  Quantidade alcançada

  38

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

  Análise Situacional da Meta

  Inicialmente, faz-se pertinente uma retificação quanto ao número de empresas beneficiadas pelo FGE em 2011, considerando-se as operações (aprovadas e concretizadas), alvo de análise pelo Cofig (operações acima de US$ 5 milhões). Na realidade, esse quantitativo corresponde a 53 empresas em 2011, de acordo com o documento elaborado pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).

  Adicionalmente, de acordo com a SBCE, a taxa média de crescimento anual do número de empresas assistidas pelo FGE, independentemente do valor de suas transações, entre os anos de 2006 e 2012, foi de 14,2%, quando consideramos apenas as operações apreciadas pelo Cofig.

  Ainda segundo a Seguradora, ao aplicarmos essa taxa de crescimento sobre o número de empresas assistidas ao final de 2012 (53 empresas, tal qual em 2011), encontra-se o seguinte crescimento esperado para o número de empresas beneficiadas pelo FGE, anualmente: 2013 = 61; 2014 = 69; 2015 = 79; 2016 = 90.

  Podemos citar que o ano de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, apresentou uma elevação muito significativa tanto no número de empresas assistidas pelo FGE, quanto em relação à exposição do Fundo. Tal fato pode ser atribuído à escassez de recursos para financiamento pelo setor privado, que foram compensados pela maior oferta de recursos governamentais.

  Desta maneira, com o número de empresas assistidas em 2012 constantes nas bases de dados da SBCE a meta é considerada plausível de ser atingida, porém difícil.

  De qualquer forma, vale ressaltar que o FGE possui a característica de ser uma fonte de recursos 'transaction driven', à qual nem todos os exportadores brasileiros teriam acesso, e sobre a qual nem todos os exportadores brasileiros teriam

conhecimento, fato que também pode comprometer o resultado esperado.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento**

Análise Situacional da Meta

No comparativo de empresas beneficiadas pelo Proex Financiamento nos anos de 2011 e 2012, nota-se que, no primeiro ano, o número correspondia a 312 empresas. Por sua vez, no ano subsequente, retrocedeu para 205 empresas. É de se destacar, principalmente, que o orçamento inicialmente previsto para o Proex Financiamento em 2012 chegou a seu limite de utilização. Da mesma maneira forma que ocorreu com o Proex Equalização, a restrição orçamentária fez com que o Banco do Brasil (agente operacional do Proex) não finalizasse algumas das operações, ocasionando a revisão de planos de elevação das operações para o exterior de alguns exportadores. A questão foi resolvida com suplementação orçamentária para o Proex.

Ademais, o Proex, assim como qualquer mecanismo de apoio à exportação praticado internacionalmente, é influenciado por tendências macroeconômicas. Dessa forma, a execução da meta foi dificultada pela crise financeira internacional vivenciada ao longo de 2012, retraindo-se o potencial de exportação, bem como o número de empresas que fizeram uso desse mecanismo de apoio creditício oficial. Em consonância a esse fator, sentido sobremaneira pelos países da Comunidade Europeia, advém a expansão comercial da China exportadora, e ainda, no caso particular brasileiro, as iniciativas de teor protecionista adotadas pela Argentina, elementos complementares que possuem influência na apuração do desempenho da meta elucidada.

Quantidade alcançada

205

Data de Referência

31/12/2012

- **Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável**

Análise Situacional da Meta

Acerca da proposição de tornar operacional o Proex Financiamento à Produção Exportável (Proex FPE), notam-se alguns entraves para sua efetiva implementação.

Ademais, sobre essa questão, de acordo com o Banco do Brasil (BB), é oportuno ressaltar que a minuta de contrato foi recentemente submetida à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Ao se manifestar sobre aquele documento, entendeu a PGFN que cada contrato celebrado pelo BB, ao amparo do Proex FPE, deveria ter seu extrato publicado no Diário Oficial da União.

Esse tema será levado à consideração das autoridades competentes do Banco para decisão quanto à publicidade desse tipo de contrato.

Paralelamente a isso, aguarda-se a disponibilização do Seguro de Crédito à Exportação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação.

- **Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

Visando alavancar a exportação dos produtos e serviços brasileiros, bem como aumentar a participação das empresas no comércio internacional, aprovou-se um Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com garantia através do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), direcionado exclusivamente à cobertura das exportações das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Sobre essa questão, destaca-se em 2012 a edição, pelo Conselho de Ministros da Camex, da Resolução nº 20, que fixa diretrizes para utilização desse instrumento. Nesse escopo, serão contempladas as MPMEs que possuam,

concomitantemente, faturamento bruto anual de até R$ 90 milhões e exportações anuais de até R$ 1 milhão.

Esse mecanismo poderá ser utilizado por operações tanto na fase pré-embarque, quanto na fase pós-embarque, sendo sua implementação estimada para após a revisão dos instrumentos de garantia (Certificado de Garantia de Cobertura – CGC) que se encontram em análise no Ministério da Fazenda.

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A difusão da cultura exportadora contou com várias realizações no ano de 2012, destacando-se:

(i) Lançamento do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), em agosto, com a participação de 24 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO) e 16 parceiros (Apex, ABDI, Basa, BB, BNDES, BRDE, CEF, CNI, Correios, Inmetro, MAPA, OCB, Sebrae, Senac, Senai, Suframa);
(ii) Realização de um Encomex Empresarial (Encontro de Comércio Exterior) em Vitória, em agosto, com um público de 740 pessoas, e outro em Bento Gonçalves, em novembro;
(iii) Programa Redeagentes - realizados 24 treinamentos e cursos sobre como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior em 10 estados e 11 municípios, para cerca de 400 pessoas;
(iv) Série Aprendendo a Exportar - foi concluída a atualização do conteúdo da série (12 produtos), e estão em processo de finalização o Aprendendo a Exportar - versão 3 e o Simulador de Preços de Exportação;
(v) Projeto Primeira Exportação: publicado o Edital de Chamada Pública para concessão de bolsas auxílio aos agentes em 7 estados (BA, ES, MG, PR, PE, RS e SC);
(vi) Capacitação e treinamento de empresários e profissionais de comércio exterior - foram realizados até o momento 21 treinamentos;
(vii) Edição de material informativo com informações básicas de como exportar serviços - definida a estrutura do material informativo, atualmente em elaboração;
(viii) Elaboração do Mapa Geográfico do Comércio Exterior de Serviços do Brasil - aguardando a operacionalização, em 2013, dos relatórios gerenciais parciais do Siscoserv (Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio).

Para o ano de 2013, prevê-se:
(i) Iniciar o Aprendendo a Exportar para a África;
(ii) Realizar 24 treinamentos e cursos de como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior;
(iii) Implementar ações dos Mapas Estratégicos e Planos de Ação do PNCE/2013 em 23 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO);
(iv) Realizar um Encomex Empresarial;
(v) Iniciar as atividades do Projeto Primeira Exportação com a entidade selecionada no Edital de Chamada Pública.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)**

Análise Situacional da Meta

Realizada em 2012 a abertura de 4 núcleos, totalizando 31. Esse número é igual a 133% da meta de 2012 (3 núcleos),

estabelecida no Contrato de Gestão celebrado entre o MDIC e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Para os próximos anos, considerando recursos próprios da Apex-Brasil, e conforme proposta do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, o plano de lançamento de novos núcleos operacionais é o seguinte: 2013 = 3; 2014 = 1; 2015 = 1. Novos núcleos poderão ser lançados de acordo com a identificação de demandas específicas dos estados e o aumento de dotação orçamentária específica.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

30/11/2012

- **Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 14 Mapas Estratégicos foram elaborados, nos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RS e SC. Os Mapas fazem parte do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), que por sua vez integra o Plano Brasil Maior. Eles foram organizados em 5 eixos:

• Cultura exportadora - capacitação, sensibilização, encontros;

• Inteligência comercial e competitiva - estudos, pesquisas de mercado, panoramas, cooperação técnica;

• Ambiente de negócios - apoio técnico, certificação, adequação tecnológica, simplificação de processos, crédito, financiamento, incentivos tributários;

• Diversificação e qualificação da pauta exportadora - projetos de apoio e fomento a novas tecnologias e setores potenciais, articulação com comerciais exportadoras; e

• Promoção comercial - missões comerciais, participação em feiras internacionais, centros de negócios no exterior), rodadas de negócios, consultoria, ferramentas virtuais de promoção, promoção de imagem (empresarial, setorial, estadual, nacional), gestão de marcas.

Para 2013, prevê-se a implementação das ações dos Mapas Estratégicos do PNCE em 15 estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RS, SC).

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

07/11/2012

- **Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 12 estudos sobre a vocação exportadora de estados brasileiros, a saber: AM, BA, CE, ES, GO, MG, PA, PB, PR, PE, RS e SC.

Considerando a estratégia de diversificação da pauta exportadora brasileira, por meio do incentivo ao desenvolvimento regional da exportação, a Apex-Brasil realizou mapeamento dos estados com maior potencial exportador, listados acima.

A estratégia de atuação da Apex-Brasil está diretamente vinculada à formação de parcerias com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Federações de Indústrias para implantação de unidades de atendimento nos estados. A elaboração de novos estudos está vinculada à implantação de novas unidades de atendimento. A implantação dessas novas unidades, até o ano de 2015, poderá ser executada considerando a identificação de demandas específicas dos estados e a existência de dotação orçamentária suficiente.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

30/11/2012

- **Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) foi lançado em agosto de 2012. Houve a participação voluntária de 22 estados nesse planejamento (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RS, RO, RR, SC, SE e TO), sendo que houve adesão de mais dois (RN e RJ) logo após o lançamento do Plano.

Foi estabelecida parceria com as seguintes instituições para execução do PNCE: Apex-Brasil, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco da Amazônia (Basa), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Caixa Econômica Federal (CEF), CNI, Correios, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

No âmbito do PNCE, foram elaborados 8 Planos de Ação para o comércio exterior nos estados de AC, AL, AP, PB, RO, RR, SE e TO. Os Planos de Ação foram organizados com ações de cultura exportadora (formação, capacitação e sensibilização). Das 376 ações previstas no PNCE para 2012, 268 foram realizadas até 31 de outubro de 2012, o que representa 71,2% das atividades previstas nos estados.

Além disso, o sistema de informações gerenciais do PNCE foi desenvolvido e está em fase de implementação.

Em 2012, consideram-se cumpridas 90% das atividades previstas para implantação do Plano Nacional da Cultura Exportadora. Para 2013, prevê-se a implantação das ações dos Mapas Estratégicos e dos Planos de Ação do PNCE em 23 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO).

- **Lançar 8 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Foi prevista a produção da multimídia Aprendendo a Exportar para duas unidades da federação em 2013, duas UFs em 2014 e quatro UFs em 2015. Em outubro de 2012, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) se mobilizou para produzir o “Aprendendo a Exportar para a África”, cujo escopo está em processo de definição com base no levantamento de informações que está em realização. O “Aprendendo a Exportar para a África” deverá substituir como meta em 2013 três produtos anteriormente previstos: dois “Aprendendo a Exportar - Unidades da Federação” e um “Aprendendo a Exportar para a América Latina”.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/11/2012

- **Lançar o Aprendendo a Exportar Amazônia Ocidental e Amapá**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução em 2012.

- **Lançar o Aprendendo a Exportar para a América Latina**

Análise Situacional da Meta

O “Aprendendo a Exportar para a América Latina”, juntamente com dois “Aprendendo a Exportar - Unidades da Federação”, será substituído como meta em 2013 pelo “Aprendendo a Exportar para a África”.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/11/2012

- **Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3**

  Análise Situacional da Meta

  O conteúdo do "Aprendendo a Exportar - Versão 3" está concluído, aguardando conversão para a linguagem multimídia. Adicionalmente, foi produzida uma nova versão do Simulador de Preço de Exportação, que se encontra em fase de conclusão (90% concluído). Foi realizada a atualização do conteúdo dos doze demais produtos da série Aprendendo a Exportar (100% concluído). Aguarda-se a disponibilização do conteúdo no site do MDIC.

  Consideram-se cumpridas 90% das atividades previstas para o lançamento do "Aprendendo a Exportar - Versão 3".

- **Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Estavam previstas 24 atividades para 2012 e foram realizados 28 treinamentos (Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior; Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte, Curso Básico de Exportação, Oficinas sobre as ferramentas Radar, Alice e Vitrine do Exportador e Curso de Capacitação de Formadores).
  Quantidade alcançada

  28
  Data de Referência

  07/11/2012

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Está em discussão a proposta de criação, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), de um núcleo de inteligência em serviços para apoiar a internacionalização e exportação de serviços, realizando estudos específicos de inteligência para identificar potencialidades do setor de serviços, conforme Agenda Setorial do Comitê Executivo de Serviços do Plano Brasil Maior (PBM). Essa proposta faz parte da estratégia de realização de estudos de oportunidades de negócios do Brasil com outros países em serviços, por intermédio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério das Relações Exteriores e a Apex-Brasil.

Adicionalmente as seguintes medidas de promoção comercial estão sendo implementadas no contexto do Comitê Executivo de Serviços do PBM:

• Incentivo, apoio e incremento à internacionalização e à exportação de serviços por meio dos projetos setoriais da Apex referentes aos segmentos: design, franquias, arquitetura, serviços gráficos, serviços editoriais e audiovisuais;

• Criação de um núcleo de inteligência em serviços para apoiar a internacionalização e exportação de serviços, realizando estudos específicos de inteligência para identificar potencialidades do setor de serviços; e

• Divulgação das oportunidades de negócios em serviços nos Centros de Negócios mantidos pela Apex no exterior.

A implantação da nova versão do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), prevista para o primeiro semestre de 2013, desburocratizará os procedimentos de acesso aos usuários do Sistema, com a utilização de certificação digital, a eliminação de documentos físicos e a criação de outras facilidades referentes à utilização pelas empresas.

Por meio de alteração na Lei nº 9.529/97, permitiu-se às empresas que exportam por intermédio de 'tradings' acesso a

financiamento pré-embarque a custo de ACC (adiantamento sobre contrato de câmbio). Na concessão de financiamentos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex), foi aprovada a flexibilização das garantias exigidas de micro e pequenas empresas nas operações de até US$ 50 mil.

A nova versão da Vitrine do Exportador (VE) foi lançada em dezembro de 2011 e contava com 18.164 empresas ao final de 2012, sendo 18.073 exportadoras e 91 potenciais. Essa versão da VE foi desenvolvida em formato mais dinâmico e objetivo, proporcionando maior agilidade às pesquisas de potenciais compradores estrangeiros de exportadores brasileiros e seus produtos.

Para 2013, está prevista a integração da VE com serviços semelhantes prestados pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de unificar a fonte de informação das empresas brasileiras, potencializando, assim, a divulgação dos exportadores no comércio internacional. Esta iniciativa trará benefícios para o público de comércio exterior e para os gestores, que poderão trabalhar com mais eficiência aproveitando a expertise de cada órgão.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 3,57 para 4,15 o número de eventos realizados por receita disponível em milhões de reais**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta se refere ao resultado da utilização da receita disponível para realização de eventos pela Apex-Brasil, tanto de forma direta (ainda que por contratação de terceiros) quanto por parceiros, para os seguintes tipos: promoção comercial, promoção de investimento, articulação internacional e capacitação.

  A intenção desta meta é permitir o acompanhamento do volume de eventos realizados pela Agência, de forma direta e indireta, relacionados ao cumprimento de sua missão institucional. A ponderação do número de eventos pela receita disponível sinaliza o esforço da Agência em maximizar recursos e otimizar resultados em atividades típicas de uma instituição de promoção comercial e atração de investimentos.

  Considerando o resultado obtido desta meta em 2011, já ajustado para refletir o que está acertado no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, o valor apurado foi 2,45.

  Em 2012, considerando os 1.275 eventos realizados até dezembro, o resultado desta meta é de 2,583, representando 123,8% do estipulado no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.

  Considerando as previsões de receita corrente e os ganhos de eficiência, estão propostas no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os anos de 2013-2015, os seguintes valores para a meta: 2013 = 2,29; 2014 = 2,64; 2015 = 2,53.

  Quantidade alcançada

  2,58

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar de US$ 32,50 bilhões para US$ 68,4 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta visa acompanhar a evolução das exportações das empresas participantes nos projetos da Apex-Brasil, nos produtos apoiados pela Agência. Também sinaliza o esforço finalístico da Agência no cumprimento de sua missão institucional. O indicador apura o valor das exportações de mercadorias das empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos últimos 12 meses. A exportação de serviços não será considerada para efeitos desta meta até que a rastreabilidade de suas informações seja viabilizada no país.

  Considera-se a soma das exportações (US$ FOB), no período comparativo, dos produtos/empresas que participam dos projetos da Apex-Brasil, apurada pelos dados oficiais encaminhados pelo MDIC.

Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de US$ 39.578 milhões, superando o previsto no contrato em 52,23%; dessa forma, as metas estão sendo revistas.

Considerando o realizado até dezembro de 2012, e tendo em vista as revisões, o valor apurado foi de US$ 40.848 milhões, o que corresponde a 100,81% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para o ano de 2012.
Considerando as previsões das empresas atendidas e os serviços disponibilizados pela Apex-Brasil, as seguintes metas em bilhões de reais estão propostas no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os próximos anos: 2013 = 44,81; 2014 = 49,91; 2015 = 57,80.

Cabe ressaltar que, diferentemente das exportações brasileiras, que, no período janeiro-outubro de 2012, caíram 4,61% em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações das empresas apoiadas pela Apex-Brasil apresentaram um crescimento de 1,23% nesse mesmo período, indicando que os serviços prestados pela Apex-Brasil contribuem para a redução do impacto das dificuldades do mercado internacional sobre as exportações brasileiras.
Quantidade alcançada
40,85
Data de Referência
31/12/2012

- **Aumentar em 10,4% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira**

Análise Situacional da Meta
Esta meta se refere à participação das empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil no número total de empresas exportadoras brasileiras.
A intenção desta meta é auxiliar na formulação de estratégias que aumentem cada vez mais a base de empresas exportadoras no país, servindo como indicativo de alto desempenho e competitividade nos mercados mundiais.
Para fins de apuração foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora.

O número de empresas exportadoras brasileiras apoiadas pela Apex-Brasil e o número total das empresas exportadoras brasileiras são apurados com base nos dados oficiais encaminhados pelo MDIC.
Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de 14,76%, atingindo 85,22% da meta prevista.
Em 2012, o valor atingido foi 16,84%, significando 111,74% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.
Considerando a meta estabelecida no PPA (10,4%) e os valores apurados no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil de 2011 (14,76%), o valor a ser atingido em 2012 é de 16,29% de participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira.
Os seguintes valores estão propostos para esta meta no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os próximos anos: 2013 = 15,46%; 2014 = 16,06%; 2015 = 16,67%.
Quantidade alcançada
16,84
Data de Referência
30/12/2012

- **Aumentar em 27,5% o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

Análise Situacional da Meta
Esta meta se refere à variação do número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos seus projetos. A intenção desta meta é permitir o acompanhamento da ampliação da base de empresas envolvidas e beneficiadas com os projetos da

Agência.
Foi considerada como apoiada a empresa que participa dos projetos de promoção de exportações e investimentos da Apex-Brasil considerando o período acumulado do inicio do ano até o mês de apuração.
Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de 12.403, atingindo 99,01% do previsto no referido instrumento.

Em 2012, o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil foi de 12.414, atingindo 95,69% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.

Para os próximos anos, estão propostos no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil os seguintes valores para esta meta: 2013 = 13.603; 2014 = 13.813; 2015 = 14.023. Isso representa um crescimento de 14,7% para o período, o que indica a necessidade de se rever a meta prevista no PPA.

Quantidade alcançada

12.414

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão**

  Análise Situacional da Meta

  A nova versão do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), prevista para entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2013, desburocratizará os procedimentos de acesso aos usuários do Sistema, pela utilização de certificação digital.

  Estima-se um crescimento da ordem de 100% no número de empresas a serem credenciadas no Sisprom, o que se refletirá no número de registros efetivados no Sistema. A nova versão do Sistema conterá indicadores de gestão que permitirão identificar os pontos positivos afetos ao benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto sobre a Renda (IR) nas remessas para pagamento de despesas com promoção comercial. É importante destacar que, como instrumento de competitividade, a disponibilização de um sistema mais moderno não se esgota, vez que cabe às empresas estarem propensas a buscar novos mercados. Os números do Sisprom, em 2012, indicaram 225 novos usuários cadastrados. O número de registros efetivados no Sistema, com a promoção de produtos no exterior, foi de 2.126, o que representou, em valores remetidos ao exterior, aproximadamente R$ 84,2 milhões no ano de 2012. Para o ano de 2013, continuar-se-à a divulgação para os diversos setores econômicos, através de parcerias com o Banco do Brasil e a Apex, dentre outras.

- **Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Realizada institucionalização de foros de diálogo com os países com que o Brasil possui comércio mais intenso, a saber, Argentina, China e Estados Unidos.

- **Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado**

  Análise Situacional da Meta

  A Estratégia Nacional de Exportações é um esforço conjunto do MDIC, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Apex-Brasil para potencializar as ações governamentais que serão executadas entre 2011 e 2014, com o objetivo de agregar valor à pauta nacional de exportações e ampliar a participação do Brasil nas exportações mundiais.

A fim de definir em quais mercados internacionais as iniciativas de promoção comercial do governo federal podem ter maior retorno, foram levantados e analisados dados das seguintes regiões: América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte, África, União Europeia, Europa (sem União Europeia), Oriente Médio e Ásia. Selecionou-se, dentro de cada região, um grupo de países cujos dados de desempenho do PIB, importações e investimentos estrangeiros diretos foram comparados e analisados.

O resultado dessa avaliação foi o apontamento dos países que oferecem as melhores oportunidades para as exportações brasileiras e que, portanto, merecem destaque na Estratégia Nacional de Exportação.

A Estratégia Nacional de Exportações apresenta também, para cada uma das regiões analisadas, quais são as metas de crescimento das exportações brasileiras, em particular das vendas nacionais de produtos semimanufaturados e manufaturados, no período 2011-2014. Além disso, são elencadas as ações de promoção e monitoramento comercial que o governo implementará visando o atingimento das metas definidas.

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aperfeiçoamento do conteúdo da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e da Tarifa Externa Comum (TEC) foi consolidado como ação permanente no âmbito do Mercosul. No caso da NCM, as modificações se devem à necessidade de modernização das descrições de mercadorias, devido à constante evolução das tecnologias e das práticas de mercado. Já as elevações e reduções da TEC ocorrem em função do objetivo de adequar de forma contínua o nível de proteção tarifária conferido às atividades produtivas, em função da existência de produção na região. Desde 1º de janeiro de 2012, está em vigor a versão da NCM/TEC baseada na 5ª Emenda do Sistema Harmonizado de Codificação e Designação de Mercadorias, que efetuou modificações que alcançaram cerca de mil códigos tarifários. A dificuldade inerente à consecução dessa atividade está relacionada à obrigatoriedade de compartilhamento de decisões com os demais Estados partes do Mercosul, o que, em virtude da regra de consenso, exige a superação de interesses por vezes conflitantes.

Com vistas à criação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do Mercosul, representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) discutiram uma estratégia negociadora em agosto de 2012. Em outubro, foi elaborada a correlação entre a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e a classificação correspondente da CPC (Central Products Classification). Isso foi feito para os serviços previstos na lista de compromissos específicos do Brasil ao amparo da VII Rodada Negociadora do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços, para adoção da CPC pelos sócios na versão 2.0, uma vez que esta é a base de construção da NBS. Por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Grupo de Serviços do Mercosul, a NBS foi apresentada aos sócios do bloco, os quais sugeriram que o tema também fosse apresentado na Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES).

Quanto às negociações entre Mercosul e União Europeia, encontram-se em fase de discussão os marcos normativos dos diversos capítulos do acordo de livre comércio. Em que se pese a dificuldade de avanço dos marcos normativos em diversos capítulos do acordo, no que se refere ao capítulo de serviços e estabelecimento já existe, por parte do Mercosul, uma lista de oferta pronta que poderá ser apresentada assim que se considere oportuno.

A realização de estudos sobre a aplicação de tarifas de importação no Brasil constitui um dos elementos básicos nas análises relacionadas aos pedidos de modificação tarifária permanente, discutidos no âmbito do Mercosul, e às situações em que se aplicam mecanismos de exceção à TEC. Nesse sentido, os servidores envolvidos na atividade fazem uso, entre outros, de dados de importação, em termos de valor e peso, disponibilizados pelo Sistema de Análise das Informações de

Comércio Exterior (AliceWeb). Contudo, avalia-se que, para um aprimoramento das análises, especialmente para a verificação do impacto do uso das preferências tarifárias e dos regimes especiais de importação, a base de informações deveria contar ainda com acesso aos valores referentes à arrecadação do imposto de importação, em nível desagregado por código tarifário.

Os estudos relacionam-se a abertura de fóruns negociadores do Mercosul. Atualmente, em virtude do ambiente econômico internacional e da situação econômica interna do bloco, o Mercosul focou seus esforços nas discussões exploratórias para abertura de negociações com o Canadá. Assim, destacam-se dois estudos preparados em 2012: Estudo de Impacto para Abertura das Negociações entre o Mercosul e o Canadá, e Priorização de Países para Negociação de Acordos Comerciais.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir**

  Análise Situacional da Meta

  Em virtude das condições econômicas internacionais, as negociações com a União Europeia ainda não foram finalizadas. Em 2012, realizaram-se dois encontros do Comitê de Negociações Birregionais (CNB): XXIV CNB, em Bruxelas, em março, e XXV CNB, em Brasília, em outubro.

  Além disso, uma nova frente de negociações foi aberta com o Canadá. Foi realizada em 2012 uma reunião do Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá, em Ottawa, em maio, que se somou às duas que haviam sido realizadas em 2011. Ao longo dos encontros, as discussões abordaram as visões e interesses dos respectivos lados sobre diversas áreas de comércio. Na última reunião, os dois lados produziram um documento de "Sumário do Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá" ("Overview of the Canada-Mercosur Exploratory Trade Discussions"), que busca delinear o escopo de eventuais negociações comerciais.

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente há 24 ZPEs em diferentes fases pré-operacionais no território nacional. São elas: Acre, Aracruz (ES), Araguaína (TO), Barcarena (PA), Barra dos Coqueiros (SE), Bataguassu (MS), Boa Vista (RR), Cáceres (MT), Corumbá (MS), Fernandópolis (SP), Ilhéus (BA), Imbituba (SC), Itaguaí (RJ), João Pessoa (PB), Macaíba (RN), Parnaíba (PI), Pecém (CE), Rio Grande (RS), São Luís (MA), Sertão/Assu (RN), Suape (PE), Teófilo Otoni (MG), Uberaba (MG) e Vila Velha (ES). Dessas, quatro estão em fase mais avançada de implantação, a saber: Acre, Bataguassu, Parnaíba e Pecém.

Criada em 2010, a ZPE do Acre já está com a infraestrutura pronta e foi a única a atender todos os requisitos para o alfandegamento, até novembro de 2012. Desse modo, em 4 de abril de 2012 foi publicado o Ato Declaratório Executivo nº 3, de 30/03/2012, que declara alfandegada a ZPE do Acre. No momento, a referida ZPE possui um projeto industrial (artigos de plásticos) em análise na Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE/MDIC), e outros dois (móveis e processamento de frutas) em fase de instrução processual.

Também criada em 2010, a ZPE de Pecém possui o primeiro projeto industrial aprovado pelo CZPE, o da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), cujos sócios são: Vale (50%), Dongkuk Steel Mill (30%) e Posco (20%) - as duas últimas,

empresas sul-coreanas. As obras de infraestrutura da ZPE de Pecém e da CSP encontram-se em estágio avançado, com previsão de início da operação da CSP em 2015. A empresa produzirá três milhões de toneladas de placas de aço integralmente para a exportação em sua primeira fase de implantação.

Já as ZPEs de Parnaíba e Bataguassu estão em fase de construção de suas infraestruturas e contam com os investimentos necessários para a finalização das obras civis. A ZPE de Parnaíba, inclusive, já possui dois projetos industriais (processamento de frutas e farmacêutico) em análise na Secretaria Executiva do CZPE.

No tocante ao marco legal referente ao regime, registre-se que esse tema encontra-se em processo de revisão no âmbito do CZPE e do Congresso Nacional. Dentre os principais pontos de alteração da Lei nº 11.508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, destacam-se a mudança no percentual do compromisso exportador e a possibilidade de inclusão de empresas do setor de serviços em ZPEs (que atualmente só podem receber empresas industriais).

No Congresso Nacional, o PLS nº 764/2011 é a proposição com tramitação mais adiantada. Desde março de 2013, o PLS encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Territorial e Turismo, aguardando análise de requerimento para tramitação conjunta com o PLS 316/2012, por versarem sobre assuntos correlatos.

Com relação às parcerias mantidas pela SE/CZPE, destacam-se as tratativas mantidas com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Com a ABDI, houve entendimento para a contratação de estudo sobre a análise comparativa entre o modelo de ZPE no Brasil e os regimes congêneres de países selecionados. Tal estudo está em fase de conclusão por parte da empresa contratada. Já com a Apex, está prevista a realização, em 2013, de evento sobre inteligência comercial, plano de negócios e atração de investimentos voltados para as 24 ZPEs criadas.

Além disso, foram estabelecidas cooperações técnicas e parcerias com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Exemplo disso são os trabalhos realizados em conjunto na área da agenda internacional e Mercosul na defesa dos interesses comuns.
Tendo em vista as dificuldades encontradas pelas empresas administradoras de ZPE em atrair investidores para as respectivas ZPEs, a SE/CZPE elaborou termo de referência que objetiva a contratação de serviço profissional para realização de estudo comparativo acerca do tratamento tributário concedido às empresas autorizadas a operar em ZPE vis-à-vis às empresas situadas no território nacional.
Nesse contexto, entende-se que a elaboração do mencionado estudo constituir-se-á em instrumento de estímulo ao setor empreendedor a investir nas ZPEs, na medida em que haverá comparação entre os incentivos tributários previstos para o regime e o tratamento para as demais empresas situadas no território nacional, ao menos para aqueles setores industriais indicados no termo de referência. O processo do pregão já foi concluído, restando agora somente a assinatura do contrato por parte da empresa selecionada.

Tendo em vista que as ZPEs criadas no país encontram-se em diferentes fases de implantação, a SE/CZPE concentrará esforços para que, em 2013, a realização das visitas técnicas para o acompanhamento de instalação e operação das ZPEs sejam realizadas com a devida tempestividade. Nesse sentido, também será realizado o acompanhamento da instalação e operação das empresas autorizadas a operar nas ZPEs, com o objetivo de avaliar o seu desempenho e assegurar o cumprimento das normas e regulamentos.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas**

Análise Situacional da Meta

Conforme dispõe a Lei nº 11.508/2007, a SE/CZPE comprovou o início das obras de implantação das seguintes ZPEs: Acre (AC), Ilhéus (BA), Pecém (CE), Bataguassu (MS), Suape (PE) e Parnaíba (PI). Já as ZPEs de Teófilo Otoni (MG), Rio Grande (RS), Imbituba (SC) e Araguaína (TO) comprovaram o início de obras antes do advento da referida Lei (no âmbito do Decreto-Lei nº 2.542/1988). Além disso, foram realizadas visitas de acompanhamento do processo de implantação das ZPEs do Acre (AC), Pecém (CE), Aracruz (ES), Cáceres (MT), Bataguassu (MS), Suape (PE), Parnaíba (PI), Macaíba (RN), Sertão (RN) e Imbituba (SC).

Em que pese existência de 24 ZPEs, nenhuma dessas áreas encontra-se em efetiva operação até o presente momento. No caso das ZPEs mais antigas, tal situação decorre de diversas limitações, dentre as quais podemos citar as verificadas pelos governos estaduais e/ou municipais (proponentes) e pelas administradoras das ZPEs: obtenção tempestiva das devidas licenças, cumprimento dos prazos legais na condução das obras de implantação das instalações físicas, dificuldades para cumprir exigências perante a autoridade aduaneira e para atrair empresas interessadas em se instalar na ZPE, dentre outras. No caso das ZPEs criadas mais recentemente, observa-se que algumas já estão em avançado estágio de implantação; outras, no entanto, se deparam com dificuldades financeiras para tal ou ainda se encontram no prazo legal para realização de obras físicas de instalação.

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados diversos aprimoramentos nos módulos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), tais como Drawback Web (Integrado e Suspensão), Exportação Web – Novoex, Módulo Anuência LI (Licença de importação) e Importação. Além disso, foram iniciados e/ou continuados os projetos de desenvolvimento de novos módulos, como Importação Web, Drawback Isenção Web, Gerencial RE (Registro de Exportação). O detalhamento a seguir considera o período de janeiro a outubro de 2012.

Em relação ao Drawback Web, foram implementadas dez demandas evolutivas no sistema, além de diversas outras demandas corretivas e apurações especiais a cada dois meses para correção de erros e ajustes no sistema. Este trabalho é inerente ao próprio sistema, que precisa acompanhar a evolução e as inovações das operações de drawback. Sendo assim, em 2013, serão implementadas novas demandas e realizados novos ajustes no sistema, visando mantê-lo alinhado às necessidades das operações.

O processo de implantação do sistema Exportação Web – Novoex foi finalizado em fevereiro de 2012, com a disponibilização das últimas funcionalidades que estavam sendo ajustadas e com o desligamento do sistema anterior para novas operações. Desta forma, a partir daquele mês, o Novoex assumiu a totalidade das operações de exportação, efetivadas por intermédio dos Registros de Exportação e dos Registros de Crédito. Até o momento, foram contabilizados 5.096.000 Registros de Exportação e 4.000 Registros de Crédito, totalizando 5.100.000 documentos apenas nesse sistema. Paralelamente, foram implementadas 8 demandas evolutivas. De forma similar ao que ocorre com o sistema Drawback Web, a necessidade de modernização é constante e inerente ao funcionamento do sistema e espera-se, no mínimo, o mesmo ritmo de evolução para o ano seguinte.

O Módulo Anuência LI, sistema auxiliar que visa otimizar o trabalho dos anuentes com a criação de filtros de deferimento de Licenças de Importação, de acordo com parâmetros pré-definidos e análise de risco, está em produção desde 2011. Em 2012, foi iniciado o projeto de evolução do sistema, para implementação da versão 2, com novos campos e regras, a fim de dotar o sistema de maiores possibilidades de combinação de parâmetros e, assim, conferir mais efetividade na gestão das análises das LIs. O projeto está em fase final de documentação, com previsão para implantação no primeiro semestre de 2013.

Para o Siscomex Importação, na atual plataforma tecnológica, Visual Basic (VB), foram realizados apenas alguns ajustes necessários ao correto funcionamento do sistema, tendo em vista que essa plataforma está completamente defasada, dificultando e, em algumas situações, até impedindo qualquer implementação ou manutenção evolutiva. Por essa razão, foi iniciado, já há alguns anos, projeto para a atualização da ferramenta, migrando todos os seus módulos para o ambiente Web. O projeto, que ficou parado por algum tempo à espera de definições, avançou consideravelmente em 2012. Toda a documentação do módulo Anuente foi revista, reorganizada, aperfeiçoada e encaminhada ao desenvolvedor do sistema. Atualmente, foi iniciada a revisão e reconstrução da documentação do módulo Importador. Estimamos que, no primeiro semestre de 2013, tenha início a homologação dos sistemas e os trabalhos para a atualização do módulo de Tratamento Administrativo.

Outro novo sistema em desenvolvimento é o Drawback Integrado Isenção Web. Essa modalidade do regime de drawback, hoje, é realizada totalmente em papel. Assim, esse projeto não é uma evolução ou modernização de algo já existente, mas, sim, o desenvolvimento de um sistema completamente novo, que, com a informatização, poderá absorver regras de controle e concessão mais seguras e, ao mesmo tempo, mais rápidas e menos burocráticas. Toda a especificação inicial foi concebida no primeiro semestre de 2012, com a parceria efetiva da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). No momento, o sistema está sendo documentado, com a construção dos arquivos de regras de negócio e casos de uso. Pretende-se que o sistema esteja em produção ainda em 2013.

O desenvolvimento do sistema Gerencial RE foi atrasado por uma série de alterações nas definições iniciais e pela necessidade de dedicação exclusiva da equipe para a finalização da implantação do Novoex. O projeto foi retomado e teve sua documentação aprovada e encaminhada ao desenvolvedor. A homologação do sistema deverá ser iniciada ainda este ano e espera-se que a liberação do sistema ocorra no primeiro semestre de 2013.

Em relação aos seminários sobre operação dos sistemas de comércio exterior, seis foram realizados, em Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, foram disponibilizados em 2012 dois novos relatórios mensais para aprimorar as exportações brasileiras: "Balança comercial brasileira de cooperativas" e "Balança comercial brasileira por 'trading companies'".

Para 2013, prevê-se a publicação do boletim “Balança comercial brasileira de portos”, que visa apoiar o desenvolvimento da infraestrutura dos portos, aeroportos e pontos de fronteira, bem como identificar gargalos na logística de distribuição da produção brasileira destinada ao mercado internacional.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema de consulta, anteriormente conhecido como “Fala Exportador”, foi reformulado e o seu escopo ampliado para atender também demandas de importação. A nova versão foi lançada junto com o Portal Brasileiro de Comércio Exterior (www.comexbrasil.gov.br) em outubro de 2011. O serviço agora denominado “Comex Responde” atendeu 33.847 demandas desde a sua criação em 2001, manteve o tempo médio de resposta de 2 dias úteis e o índice de satisfação atingiu 83%.

  Está em discussão na Camex a ampliação do serviço visando à integração com os órgãos atuantes no comércio exterior para a facilitação do comércio entre o Brasil e os demais países. A inclusão dos órgãos intervenientes ao sistema está prevista para 2013.

- **Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback**

  Análise Situacional da Meta

  As evoluções em curso nos sistemas de comércio exterior, notadamente o Novoex, a modernização do Drawback Web e a implementação do Drawback Isenção Web, objetivam facilitar e incentivar a utilização do regime especial de Drawback, para incrementar as exportações brasileiras. Além disso, os seminários organizados pela Secex/MDIC

procuram divulgar o mecanismo e esclarecer dúvidas dos usuários e potenciais usuários. Como algumas das iniciativas mencionadas, a exemplo do módulo Drawback Isenção Web, ainda não foram implantadas, a meta estipulada não foi alcançada imediatamente. Porém, ao longo dos 4 anos do PPA, espera-se a concretização de todas as medidas previstas relativas à modernização de sistemas e divulgação de informações, de forma que se possam verificar, gradualmente, os seus efeitos sobre o alcance da meta.

- **Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Em outubro de 2012, foi apresentada a primeira fase do projeto de 'business intelligence' (BI) da Secex/MDIC, que consiste na unificação das bases dos sistemas AliceWeb, AliceWeb Mercosul e Radar Comercial. Prevê-se que o sistema seja homologado até setembro de 2013.

- **Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações**

  Análise Situacional da Meta

  Conforme exposto na análise situacional do objetivo, o desenvolvimento de um novo sistema Drawback Isenção Web é essencial para a modernização do regime, tornando mais efetivos a sua utilização e o seu controle. No momento, o sistema está sendo documentado, com a construção dos arquivos de regras de negócio e casos de uso. Pretende-se que o sistema esteja disponível em produção ainda em 2013. Os prazos estão sendo atendidos da forma esperada, sem atrasos ou contratempos significativos. Consideram-se cumpridas 20% das atividades previstas para desenvolvimento do módulo.

- **Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação**

  Análise Situacional da Meta

  Conforme exposto na análise situacional do objetivo, o Siscomex Importação, na atual plataforma tecnológica, encontra-se completamente defasado. Por essa razão, foi iniciado, já há algum tempo, projeto para a atualização da ferramenta. O projeto, que ficou parado à espera de definições, avançou consideravelmente em 2012. Espera-se que, no primeiro semestre de 2013, se possa iniciar a homologação do sistema e os trabalhos para a atualização do módulo de Tratamento Administrativo. Consideram-se cumpridas 35% das atividades previstas para implantação do módulo.

- **Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  O módulo Drawback não possui, hoje, ferramenta gerencial que possibilite uma gestão mais eficiente do mecanismo. Em 2012, foi iniciado um esboço do que pode vir a ser o sistema Gerencial Drawback com a implantação de alguns relatórios periódicos das operações cursadas no sistema. Além disso, o novo sistema Drawback Isenção Web já foi especificado com possibilidades de extração de informações gerenciais mais efetivas. Com isso, o projeto de desenvolver esse novo sistema vai aos poucos sendo delineado e, em momento oportuno, com a experiência adquirida com as implantações acima referidas, será iniciado. Por conta de necessidades concorrentes de alocação de pessoal para desenvolver o sistema e acompanhar o projeto, o que se tem é que, à medida que outros projetos forem finalizados, novos, como esse, poderão ser priorizados. Consideram-se cumpridas 10% das atividades previstas para implantação do sistema.

- **Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento do sistema Gerencial RE foi atrasado por uma série de alterações nas definições iniciais e pela

necessidade de dedicação exclusiva da equipe do Serpro para a finalização da implantação do Novoex. No entanto, estima-se que a liberação do sistema ocorra já no primeiro semestre de 2013, visto que consideram-se cumpridas 80% das atividades previstas para implantação do sistema.

- **Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) ocorreu em 1º de agosto de 2012, por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 17 de julho de 2012. O processo de contratação do mantenedor do Sistema está em andamento. Consideram-se cumpridas 100% das atividades previstas para implantação do sistema.

- **Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis**

Análise Situacional da Meta

O Siscoserv foi implantado em agosto de 2012. A partir de janeiro de 2013, foram implantados os relatórios gerenciais do sistema e o MDIC está subsidiando os órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior sobre a vinculação de suas operações a tais mecanismos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011. Porém, o sistema somente estará disponível ao público em geral a partir do segundo semestre de 2014, por duas razões. Primeiro, a obrigatoriedade do registro no sistema é gradual, por capítulo da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), e até outubro de 2013 todos os setores deverão estar realizando registros no sistema. Segundo, a Portaria Conjunta RFB-SCS nº 1908/2012, alterada pela Portaria Conjunta RFB-SCS nº 2.319/2012, define que, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para registro no Siscoserv é de 180 (cento e oitenta) dias; assim, as informações somente estarão completamente disponíveis a partir de julho de 2014.

- **Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados seis seminários de operações de comércio exterior, em Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A expectativa era pela realização de 12 seminários este ano. Porém, como era o primeiro ano do projeto, foi preciso consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias, equipe e recursos financeiros para deslocamento. Mesmo assim, a avaliação é altamente positiva, com diversas manifestações de satisfação pelos resultados, tanto pelos parceiros locais, como pelo público. Mesmo não atingindo a meta de 12 seminários, a disseminação das informações, os esclarecimentos de dúvidas e as orientações aos usuários têm se refletido no fluxo das operações de comércio exterior, tendo em vista que os operadores estão mais esclarecidos em relação aos procedimentos corretos que precisam ser cumpridos. Em 2013, será dada sequência ao programa.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	26	quantidade/ano	1	08/11/2012
Região Nordeste	4	quantidade/ano	0	08/11/2012
Região Norte	1	quantidade/ano	0	08/11/2012
Região Sudeste	10	quantidade/ano	2	08/11/2012
Região Sul	7	quantidade/ano	3	08/11/2012

- **Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb**

Análise Situacional da Meta

A meta foi parcialmente alcançada (redução para 7 dias). A expectativa é alcançar os 5 dias úteis em 2013, tendo em vista a possibilidade de melhoria na infraestrutura de informática.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O processo de modernização dos sistemas informatizados aduaneiros teve avanço no ano de 2012, quando foram implementados: a conversão do Siscomex importação (declaração de importação – DI consumo) para a plataforma Java, possibilitando que os operadores do comércio exterior possam transmitir suas declarações aduaneiras fora de uma rede privativa, mediante a utilização da plataforma web; e o módulo de cadastro de intervenientes do comércio exterior (inicialmente contemplando apenas despachantes e ajudantes de despachantes aduaneiros) de forma a permitir o desenvolvimento da estratégia de tratamento a ser conferido ao operador econômico qualificado, organizado a partir do conceito de cadeia logística segura.

Metas 2012-2015

- **Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)**

  Análise Situacional da Meta

  A implementação de emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico teve avanços no desenvolvimento de TI relativo à captação das informações e elaboração de documentos eletrônicos. Contudo, a parte relativa à vinculação ainda demanda esforços relacionados com a especificação e desenvolvimento de ferramentas de TI. A avaliação atual é de que será possível cumprir o desafio até 2015.

- **Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco**

  Análise Situacional da Meta

  A Receita Federal do Brasil tem investido na melhoria da qualidade na seleção parametrizada de forma a concentrar suas ações naquelas operações de maior risco para verificação no curso do despacho aduaneiro de importação. Para viabilizar o alcance da meta, em 2012 foi criado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad). Com a implementação do Cerad, a meta de 13% foi atingida já em 2012, quando tivemos 11,89% das declarações de importação direcionadas para canal de conferência aduaneira documental ou física. Importante destacar que a manutenção da estratégia de melhoria na seleção parametrizada implica o contínuo investimento na área de gestão de risco.

  Quantidade alcançada

  11,89

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia**

  Análise Situacional da Meta

  A redução do tempo de despacho de importação no ano de 2012 foi afetada pela ocorrência de eventos específicos tais como a realização de algumas operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras. Na exportação, tivemos o registro de 1.248.022 declarações de exportação (DE) e o tempo médio bruto de desembaraço de

exportação foi 0,46 dia, sinalizando a possibilidade de cumprimento da redução esperada de 0,51 dia para 0,4 dia em breve. Na importação o impacto foi mais significativo, considerando que o tempo médio bruto ficou em 2,23 dias, portanto em 2012 não foi possível avançar na redução de tempo pretendida para até 2015. Em tempo, cabe informar que em 2012 foram desembaraçadas 2.419.000 declarações de importação.

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas ações com vistas ao aprimoramento da fiscalização no combate às práticas ilegais no comércio exterior. É importante destacar que a estratégia de controle a cargo da Receita Federal do Brasil (RFB) contempla ações específicas voltadas para dois segmentos, a saber: a) universo declarado de operações de comércio exterior; e b) operações não declaradas.

A estratégia de controle irá assumir contornos bastante diversos em ambos os casos. No primeiro, universo declarado, a atuação é feita mediante a realização de controle segmentada em três momentos: antes da chegada da carga; durante a presença da carga sob controle aduaneiro em portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados; e após o desembaraço aduaneiro. O desafio é tratar, no momento em que a carga está presente em área alfandegada, apenas os casos com maior risco aduaneiro, e que, em tese, podem vir a comprometer a sobrevivência de empresas instaladas no país mediante a prática de atos de comércio predatório e ilegal. Assim, a RFB tem aprimorado as técnicas de gestão de riscos, o que possibilita a redução do número de declarações direcionadas para canal de conferência diferente do verde (desembaraço automático, dispensado o exame documental e a verificação física da mercadoria). Associada a essa estratégia, há a necessidade de investimento da fiscalização aduaneira de zona secundária, após a entrega dos bens ao contribuinte. Nesses casos, a fiscalização busca garantir a regularidade das operações de comércio exterior sob os mais variados aspectos (valoração, controle de origem, recuperação tributária, cumprimento de obrigações acessórias).

No segundo caso, operações não declaradas, a realização de ações de repressão em vias de ligação entre a fronteira terrestre e os grandes centros de consumo, em centros de comércio varejista e em operadores logísticos que atuam no comércio exterior tem se mostrado cada vez mais eficiente. Prova disso são os significativos incrementos nos valores das apreensões, o que deve impelir aqueles que realizam tais ações à busca da realização de operações regularmente declaradas.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras**

  Análise Situacional da Meta

  O trabalho de enfrentamento aos ilícitos aduaneiros manteve a tendência de intensificação e, no que concerne ao aumento das apreensões de mercadorias, a partir da realização de diversas operações especiais, algumas voltadas especificamente para bens de alto valor, foi possível atingir o aumento de 36,5% do valor das apreensões já em 2012, significando 91,25% da meta total. As apreensões, que haviam atingido o montante de 1,48 bilhões de reais em 2011, alcançaram em 2012 o total de 2,03 bilhões de reais. Há forte sinalização de que a RFB conseguirá atingir a meta estabelecida para o final de 2015.

  Quantidade alcançada

  36,5

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário**

lançado

Análise Situacional da Meta

O incremento da fiscalização aduaneira de zona secundária é essencial para a estratégia de inserção competitiva do país no cenário do comércio internacional, tendo em conta que, para viabilizar uma redução do universo objeto de conferência aduaneira no momento de chegada ou saída de mercadorias ao/do país, se faz necessário transferir parte dos controles aduaneiros para momentos anteriores ou posteriores à presença da carga nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, considerando, em especial, elementos relacionados com a gestão de riscos aduaneiros.

Em 2012, diante da redução do número de auditores por aposentadoria, da ordem de 15%, observou-se uma redução próxima a 19% no número de fiscalizações aduaneiras realizadas quando comparado a 2011; no que concerne ao crédito tributário lançado, essa redução foi da ordem de 6%.

Nesse cenário, torna-se um desafio o atingimento da meta, implicando a necessidade de avaliação quanto a uma mudança de prioridade que implique o direcionamento de maior contingente de servidores dedicados, de forma exclusiva, à realização de fiscalização aduaneira de zona secundária.

- **Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, estiveram em curso 10 processos de investigação de origem. Em 2012, esse número aumentou para 13 processos. O motivo da superação pode ser atribuído ao intenso trabalho de divulgação das investigações de origem junto a entidades de classe (FIESP, FIRJAN, FIERGS, FIEMG, ABIQUIM, AMCHAM), nos primeiros meses de 2012. A partir da divulgação, empresas e consultores realizaram denúncias à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC) a respeito de possíveis fraudes na origem declarada pelo importador no pedido de licenciamento de importação. Outro motivo é o forte impacto da medida aplicada quando o resultado da investigação aponta para ocorrência de uma prática ilegal (não comprovação da origem declarada). Nestes casos, as licenças de importação do produtor investigado, da origem declarada, serão indeferidas. Na prática, o produtor daquele país não poderá mais exportar ao Brasil.

No que concerne à meta de aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial, cabe informar que a RFB ainda se encontra em fase de estruturação da atividade, tendo sido promovida reforma regimental na Coordenação Geral de Administração Aduaneira, em 2012, que, dentre outras medidas, tinha o objetivo de fortalecer a área de investigação de origem. Contudo, considerando o estágio atual e a tradicional vinculação às investigações preferenciais, ainda não foi possível avançar com a celeridade necessária na estratégia de ampliação de investigação de origem não preferencial. Observam-se avanços nos marcos regulatórios e espera-se para breve uma melhoria do cenário relativo a essa atividade de investigação.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

A Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil S.A., contava com atribuições bem definidas pela Lei nº 2.145, de 1953. A extinção desse órgão, no início década de 1990, ocorreu sem a edição de ato legal que conferisse explicitamente a outro órgão da administração direta as atribuições correspondentes àquelas antes exercidas pela Cacex. A fim de garantir maior efetividade e segurança à atuação da Secex/MDIC, hoje responsável pelo controle das

operações de comércio exterior anteriormente exercidas pela extinta Cacex, é importante garantir em lei suas prerrogativas para o exercício desses controles.

Foi proposto, então, em novembro de 2012, ato normativo que, em substituição à Lei nº 2.145/1953, e em harmonia com o Decreto nº 7.096/2010, consolide legalmente as atribuições da Secex para exercer controles sobre operações de comércio exterior, tais como: a autorização, o controle ou a fiscalização de importações e exportações sujeitas à obtenção de cotas tarifárias e não tarifárias; importações sujeitas a exame de similaridade ou produção nacional; importações e exportações realizadas ao amparo dos regimes de 'drawback'; importações de bens usados, salvo as exceções previstas na legislação; importações de bens sujeitos a medidas de defesa comercial e de bens idênticos aos sujeitos a medidas de defesa comercial, quando originários de países ou produtores não gravados; exercício de controle, fiscalização e apuração estatística dos diversos aspectos comerciais das operações de importação e exportação, diretamente ou em colaboração com outros órgãos da administração pública federal; bem como a verificação de origem não preferencial, nos termos da Lei nº 12.546/2011; além de outras hipóteses que legislação específica venha estabelecer. Em substituição à prerrogativa da extinta Cacex de impedir importações que pudessem causar danos à economia nacional, mediante autorização do Ministro de Estado da Fazenda, passa-se a prever competência à Secex de indeferir operações de importação pelo mesmo motivo, desde que esse indeferimento não acarrete descumprimento de compromisso internacional firmado pelo Brasil. Também é incluída a prerrogativa de indeferir exportações que possam ameaçar a economia nacional. A partir da base legal a ser conferida pelo ato legislativo proposto, a Secex poderá apurar e punir, dentre outros atos irregulares, a prática de fraudes relacionadas a preços na importação, fraudes à aplicação de direito 'antidumping', fraudes na concessão ou comprovação de atos concessórios de 'drawback' e fraudes a regras de origem preferenciais e não preferenciais.

A relevância da matéria proposta reside na importância de se garantir efetividade dos controles exercidos pela administração pública sobre operações de comércio exterior, bem como sancionar, efetivamente, infrações relacionadas a aspectos administrativos dessas operações. As irregularidades relativas a preços e burla de controles governamentais nas importações geram concorrência desleal com a indústria brasileira, causando danos à economia nacional. Em relação à urgência do tema, é importante enfatizar o momento crítico da economia mundial e o incremento substancial da prática de infrações destinadas a aumentar, de forma irregular e desleal, a competitividade dos produtos importados. Nesse sentido, a defesa da indústria doméstica frente às práticas desleais de comércio exterior fundamenta a explicitação legal das atribuições da Secex visando à sua efetiva atuação no controle das operações de comércio exterior, na apuração de infrações administrativas e na punição dos infratores.

- **Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Está em fase de desenvolvimento um sistema informatizado necessário à identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior, com previsão de entrada em funcionamento no final do primeiro semestre de 2013.

- **Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro**

  Análise Situacional da Meta

  Meta atingida. O Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros já se encontra instalado no prédio do Ministério da Fazenda na cidade do Rio de Janeiro e está totalmente operacional. Mesmo assim, o quadro de servidores ainda demanda incremento.

- **Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano de Modernização e de Reestruturação das Unidades Aduaneiras é um amplo programa de melhoria das instalações físicas e dos procedimentos de controle aduaneiros, em especial no que concerne ao tratamento a ser

conferido a bens, pessoas e veículos que chegam ao território brasileiro ou que dele saem. Neste primeiro ano, os levantamentos de necessidades, o desenho do novo modelo de controle aduaneiro para as unidades de fronteira e, ainda, o aprimoramento dos manuais voltados à uniformização de procedimentos foram realizados. O projeto está em desenvolvimento adequado, sendo prevista para a etapa seguinte a contratação de projetos de engenharia relacionados com o novo modelo de controle, além da realização de reuniões com os responsáveis pelas unidades locais, visando a uniformização das condições operacionais aduaneiras.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2011	5,43
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2011	57,5
Receita cambial gerada pelo turismo	US$ bilhão	31/12/2010	5,7	08/02/2013	6,645
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	30/09/2012	190,88

Observações:

Chegadas de turistas internacionais - Resultado referente a 2011, conforme 'Anuário Estatístico de Turismo - 2012.

Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) - Há uma nova metodologia de apuração desse indicador sendo elaborada, ainda sem resultados publicados.

Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Resultado referente a 2011, conforme "Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores – 2011".

Receita cambial gerada pelo turismo - Resultado referente a janeiro-dezembro de 2012, conforme relatório 'Receita e despesa cambial turística', de fevereiro de 2013.

Viagens realizadas no mercado doméstico - Resultado referente a 2011, conforme relatório 'Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011'.

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da promoção da sustentabilidade, em seus diferentes aspectos (social, ambiental e cultural), destaca-se em 2012 a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e de agendas paralelas a ela, como o painel “Inovação Verde no Turismo” e o evento “Turismo por um Futuro Sustentável”. A Rio+20 foi um importante momento de troca de experiências e propostas entre países, inclusive para o setor turístico, visando o desenvolvimento da atividade de forma sustentável e responsável.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou, durante a Rio+20, a campanha Passaporte Verde – Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo é estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade. Além da divulgação e distribuição de exemplares dos Passaportes Verdes, assim como de cartões informativos da Campanha, o MTur apresentou, em seu estande na Rio+20, totens interativos para promover destinos brasileiros em diversos segmentos: ecoturismo; sol e praia; turismo de pesca; turismo rural e turismo de aventura.

Outra importante frente aberta pelo MTur visando contribuir para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis para o setor consistiu na interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia com o intuito de viabilizar a redução das tarifas de energia de empreendimentos hoteleiros que se comprometam a implantar modelos energéticos mais eficientes e sustentáveis. A medida guarda consonância com debates recentes promovidos pela Organização Mundial do Turismo, quando se levantaram propostas e troca de experiências para a adequação da hotelaria mundial aos preceitos do melhor

uso das matrizes energéticas existentes.

Para os próximos anos, estão previstos ainda planos e medidas para o desenvolvimento sustentável do turismo em unidades de conservação e parques nacionais, bem como ações para o uso responsável do litoral brasileiro e das atividades das marinas turísticas brasileiras.

No que se refere à sustentabilidade social do turismo, destacam-se as ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no setor. No ano de 2012, o MTur fortaleceu em sua agenda o compromisso de articular ações conjuntas junto a outros órgãos governamentais, visando à promoção de campanhas e peças publicitárias que conscientizem os setores produtivos do turismo a coibir e denunciar práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio dos Conselhos Tutelares ou pelo Disque Denúncia (Disque 100). Essas ações são ainda complementadas com a oferta de cursos profissionalizantes aos jovens, e medidas de estímulo à elevação da autoestima infanto-juvenil.

Mais uma importante ação tomada pelo MTur no sentido de coibir a associação entre o turismo e práticas de exploração sexual na cadeia turística é o monitoramento do uso indevido das marcas do Ministério por sites de promoção do turismo. A partir do monitoramento, o MTur aliou-se a outros órgãos, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, para estabelecer um intercâmbio de informações que permita agilidade para coibir e retirar da internet os sites infratores, bem como para punir os responsáveis.

Portanto, no âmbito do desenvolvimento da atividade, o MTur vem trabalhando junto a outros órgãos governamentais na busca por aumentar a qualidade e resolver gargalos do setor. Nesse sentido, um passo importante foi dado ao incluir a hotelaria brasileira como uma das categorias beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. A desoneração da folha de pagamento da hotelaria prevista no Plano tem como objetivos reduzir os custos de produção e exportação de serviços; gerar mais empregos, formalizar a mão-de-obra da atividade e, por fim, viabilizar a redução dos preços praticados, beneficiando os consumidores do produto turístico.

No ano de 2012, o MTur desempenhou ainda uma série de ações e projetos com vistas a ordenar a atividade turística, buscando proporcionar mais qualidade aos destinos e produtos turísticos brasileiros, bem como dar maior segurança jurídica ao turista, por meio de orientações e regulamentações do setor.

Destacada ação no âmbito do ordenamento e garantia de qualidade dos serviços turísticos, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) visa promover a concorrência justa entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, flat, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café. Cada um é classificado de acordo com a infraestrutura, equipamentos e serviços oferecidos aos hóspedes. Em 2013, serão intensificadas as ações de classificação e de entrega das placas aos empreendimentos.

Outro projeto relevante para a atividade é o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos). O sistema vai armazenar, em meio eletrônico, as fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in. O objetivo é qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no país, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. O novo sistema online foi disponibilizado para as cidades-sede da Copa das Confederações, as primeiras a começarem a transmissão da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes por meio do novo processo. Para 2013, o Sistema será disponibilizado para outros municípios, a começar pelas demais cidades que também sediarão a Copa do Mundo de 2014.

Projeto fundamental para dotar de maior qualidade os diferentes produtos turísticos ofertados pelo país é a segmentação do turismo. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Atualmente, os segmentos prioritários trabalhados pelo MTur são: sol e praia; ecoturismo; aventura; pesca; saúde; náutico; estudos e intercâmbio; social; cultural; negócios e eventos; e rural. Em 2012, alguns dos projetos/ações desenvolvidos foram: I) Plano de Ação do Turismo de Pesca, elaborado em conjunto entre os Ministérios do Turismo e da Pesca e Aquicultura; II) Projeto Talentos do Brasil Rural (diagnósticos e assistência técnica a roteiros do turismo rural); III) realização do 3º Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas (turismo cultural); IV) pesquisa qualitativa sobre o perfil do turista com deficiência ou mobilidade reduzida, em parceria com a SDH/PR; dentre outros.

As ações de fomento à iniciativa privada se concentraram, em 2012, na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, ao desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas para o financiamento às empresas prestadoras de serviços turísticos e aos turistas. Para tanto, o MTur atuou em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no Brasil e no exterior, tais como: Russia Hotel Investment Conference, ADIT Invest, Grand Pavois e Arabian Hotel Investment Conference.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, os bancos públicos federais promoveram, em 2012, desembolsos na ordem de R$ 11,2 bilhões ao setor turístico, em operações de capital de giro e investimento. O resultado expressa um incremento de 30,1% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior.

No que se refere especificamente ao financiamento de projetos para a Copa do Mundo de 2014, os agentes financeiros federais contrataram 192 operações de crédito, com investimentos totais da ordem de R$ 2,2 bilhões. Os valores investidos deverão viabilizar a reforma de 6,7 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de 10 mil quartos à capacidade hospedeira do país.

Com o objetivo de expandir a atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país, desenvolvendo esse produto de forma coordenada e sustentável, promovendo a qualidade de vida e a sustentabilidade dos destinos turísticos, o MTur, em 2012, apoiou 997 projetos de infraestrutura, que somaram o total de R$ 754,5 milhões. Desse total, 672 projetos foram provenientes de emendas parlamentares e 284 projetos foram apoiados com recursos próprios, entre eles: 231 praças, 44 parques, 245 pavimentações, 36 obras de sinalização turística, 17 requalificações de orlas, 64 portais, 25 centros de atendimento ao turista, 6 calçamentos, 9 balneários, 9 teatros, 13 museus, 70 centro de eventos e convenções, dentre outros. No exercício de 2012, 24 estados – quase a totalidade das unidades da federação –, receberam recursos de infraestrutura turística.

No âmbito da qualificação profissional e empresarial do setor, o MTur vem estruturando ações destinadas ao aumento da qualidade no atendimento prestado ao turista, o que contribuirá para a elevação da competitividade do setor.

Toda essa relação de projetos, ações e iniciativas tem o propósito de dotar o país de maior competitividade internacional e posicioná-lo como uma das três principais economias turísticas do mundo. Em âmbito interno, o desafio é aumentar o índice de competitividade dos destinos turísticos indutores, nas 13 dimensões que o compõem (infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais; e aspectos culturais).

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turístico**

Análise Situacional da Meta

Cadastramento das empresas, empreendimentos, equipamentos e dos profissionais de turismo com vistas à formalização e ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos.

Em 2012, 19.560 prestadores de serviços turísticos tiveram seus cadastros regularizados. No total, 41.554 prestadores de serviços turísticos estão atualmente cadastrados no Cadastur (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo).

Quantidade alcançada

19.560

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.876	unidade	2.421	28/11/2012
Região Nordeste	5.020	unidade	3.421	28/11/2012
Região Norte	1.536	unidade	907	28/11/2012
Região Sudeste	14.615	unidade	8.329	28/11/2012
Região Sul	6.805	unidade	4.482	28/11/2012

- **Classificar 4.000 empreendimentos turísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à classificação das empresas, empreendimentos e equipamentos turísticos com vistas ao enquadramento a requisitos pré-estabelecidos. No momento, a classificação está sendo feita para empreendimentos hoteleiros, mediante o sistema de estrelas, de acordo com a qualificação alcançada.

Em 2012, 21 empreendimentos turísticos (meios de hospedagem) foram classificados. Ao final do ano, existiam ainda outros 47 meios de hospedagem em processo de classificação.

Por problemas operacionais, que inviabilizaram a publicidade para a classificação dos empreendimentos turísticos, houve número reduzido de classificados no ano, fato que justifica o total abaixo da meta.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.190	unidade	4	28/11/2012
Região Nordeste	1.046	unidade	1	28/11/2012
Região Norte	327	unidade	3	28/11/2012
Região Sudeste	899	unidade	10	28/11/2012
Região Sul	538	unidade	3	28/11/2012

- **Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram qualificadas 17.374 pessoas, entre profissionais, empresários e gerentes de empreendimentos do setor turístico. A ação de qualificação visa promover e estimular a preparação dos profissionais que atuam na área do turismo, por intermédio de celebração de parcerias com instituições públicas e entidades privadas sem fins lucrativos.

Nesse contexto, para 2012-2015, foi estabelecida a meta de qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo. Entretanto, o alcance da meta restou prejudicado em 2012, em decorrência da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de

outubro de 2011, que determinou a suspensão dos mesmos até avaliação de regularidade.

Além disso, duas propostas que haviam sido aprovadas ao final de 2011, e que tinham como meta a qualificação de aproximadamente 5.000 pessoas no ano de 2012, tiveram seus convênios cancelados, pelo não cumprimento das exigências pactuadas.

Não obstante, o MTur realinhou as ações de qualificação profissional e empresarial e inseriu novo modelo de execução, como é o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao Pronatec Turismo, visando ao desenvolvimento do turismo no país.

Quantidade alcançada

17.374

Data de Referência

07/03/2013

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Para a Copa do Mundo de 2014, foram apoiados 36 projetos para obras e serviços de sinalização turística, centros de atendimento ao turista e acessibilidade nas 12 cidades-sede, envolvendo recursos orçamentários da União, via Ministério do Turismo (MTur). O Ministério, na sua sede em Brasília e nas cidades-sede, vem promovendo reuniões periódicas junto aos tomadores de recursos da Copa de 2014 e à Caixa Econômica Federal, objetivando auxiliar, agilizar e acompanhar o andamento dos projetos contratados.

O MTur vem organizando ações de qualificação profissional com foco nos grandes eventos que o país receberá entre 2013 e 2016. Essas ações são essenciais à estruturação da atividade e à qualidade dos serviços prestados aos turistas, tornando-se requisito para a elevação da oferta turística nacional e para maior competitividade internacional do país.

A qualificação dos profissionais envolvidos no turismo vem sendo trabalhada de maneira sistêmica, em consonância com os demais programas de estruturação da oferta dos produtos e serviços turísticos apoiados pelo governo federal. Buscando a preparação do Brasil para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, o MTur, em parceria com o Ministério da Educação, instituiu o Pronatec Turismo, que é um recorte dos cursos de qualificação do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –, que poderão contribuir na melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas durante os eventos nas cidades-sede, no entorno delas e em cidades consideradas destinos turísticos consolidados nacional e internacionalmente.

Os cursos oferecidos são destinados à qualificação dos profissionais que desejam entrar no mercado de trabalho do turismo e ao aperfeiçoamento dos profissionais que já trabalham no setor. O programa encontra-se subdividido nas seguintes linhas de ação:

I – Pronatec Copa, que visa atender à necessidade do setor por novos profissionais;

II – Pronatec Copa na Empresa, que busca facilitar aos empresários do setor proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores; e

III – Pronatec Copa Social, que procura oferecer oportunidade de qualificação em turismo às pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor.

Buscando complementar as ações do Pronatec Turismo, o MTur, por meio de convênios com os governos estaduais e municipais, com a participação das secretarias de turismo e/ou prefeituras, busca a qualificação de profissionais que prestam serviços de apoio ao turismo, entre atendentes de centros de atendimento aos turistas (CATs) e de atrativos turísticos naturais e culturais; vendedores de alimentos em quiosques e ambulantes, trabalhadores em bares e cafés de rodoviárias e portos; permissionários de feiras e mercados públicos; taxistas, motoristas de ônibus e de agências de aluguel de veículos, e cobradores; empresários, gerentes de bares, restaurantes e hotéis/pousadas; e profissionais de segurança pública (policias civis e militares, bombeiros e salva-vidas).

Metas 2012-2015

- **Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi descontinuada.

- **Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio do Pronatec Turismo, foram qualificadas 39.392 pessoas em 2012, distribuídas entre profissionais do setor e pessoas em busca de oportunidade de ingressar no mercado de trabalho do setor. Além desses concluintes, outras 32.174 pessoas estavam regularmente matriculadas em cursos do Pronatec Turismo até o final do ano de 2012.

  Sendo assim, a meta prevista para o ano de 2012, em relação ao planejamento do PPA, foi cumprida, visto que a sua distribuição por ano é de 40,5 mil pessoas qualificadas, e atingimos em torno de 39 mil pessoas qualificadas, o que representa aproximadamente 97% da meta.

  Em relação à execução das ações complementares ao Pronatec Turismo, foram celebrados 18 convênios no segundo semestre de 2012, destinados à qualificação do serviço de apoio ao turismo, com o objetivo de qualificar aproximadamente 19.500 profissionais, entre 2013 e 2014, com foco na Copa do Mundo de 2014.

  Buscando complementar especificamente as ações do Pronatec Copa, entre janeiro e dezembro de 2012, foram celebradas parcerias com governos estaduais e municipais, por meio das secretarias de turismo, visando à qualificação de 24 mil pessoas que prestam serviços de apoio ao turismo, entre taxistas, atendentes de atrativos turísticos e centros de atendimento turísticos, empresários e gerentes de empreendimentos turísticos, permissionários de mercado público, vendedores de área de circulação de turistas, tais como quiosques de praia e feiras, vendedores ambulantes de alimentos e trabalhadores de bares e cafés de aeroportos. Esse contingente deverá ser qualificado até meados de 2014.

  Quantidade alcançada

  39.392

  Data de Referência

  07/03/2012

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais, ações de publicidade e propaganda, além da produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu país, aumentando o fluxo interno.

Nesse sentido, em 2012, foram promovidas as seguintes campanhas: Campanha Rio+20 (campanha de promoção do

evento); Campanha Pronatec Copa (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento desse programa de qualificação profissional); Campanha Região Serrana (para estimular o turismo na região serrana do Rio de Janeiro); Campanha Infraestrutura Turística (divulgação de importantes obras feitas pelo Ministério do Turismo nos últimos anos); dentre outras.

Além das campanhas, veiculadas em TV, revistas, jornais e mobiliário urbano, o Ministério do Turismo (MTur) também se vale das mídias sociais e internet para suas publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros.

Quanto às ações de apoio à comercialização, uma das principais ações desse tipo, efetuada pelo MTur, é o Salão do Turismo. No entanto, em função dos megaeventos que iniciaram em 2012, com a Rio+20, o Salão não ocorreu em 2012. Ademais, o MTur está discutindo novo formato para o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil.

Outra importante iniciativa, como complemento às ações promocionais e com vistas à sensibilização e informação ao turista, foi o lançamento do guia Viaje Legal, versões online e impressa. No final de julho de 2012, próximo ao período de férias escolares, o MTur lançou essa iniciativa, que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel. As orientações incluem como proceder em caso de extravio de bagagens, atraso e overbooking em vôos, e cautelas na hora de contratar serviços turísticos como, por exemplo, pesquisar a situação cadastral do prestador de serviços pretendido no Cadastur (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo). Todo esse conjunto de dicas visa prover informação para que o turista tenha uma viagem segura.

Em relação às linhas de crédito direto ao turismo, há que se mencionar o Cartão Turismo Caixa. Esse cartão oferece a opção de financiamento em até 24 meses para despesas realizadas em estabelecimentos ligados à indústria do turismo, como hotéis, pousadas, companhias aéreas, restaurantes, agências de viagens, locadoras de automóveis e parques temáticos. Em 2012, o valor das transações com o Cartão Turismo Caixa foi de R$ 193,6 milhões.

Esse conjunto de ações e investimentos tem contribuído para o aumento do número de turistas e viagens domésticas nos últimos anos (vide indicadores do programa).

Metas 2012-2015

- **Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico**

  Análise Situacional da Meta

  A meta refere-se à realização de campanhas e materiais promocionais voltados para o mercado turístico interno. As seis campanhas realizadas em 2012 foram:

  Campanha Rio+20: Finalizada em julho; foi criado material promocional para distribuição em diversos locais do Rio de Janeiro durante o evento.

  Campanha Pronatec Copa: Finalizada em julho. Teve por objetivo a sensibilização para a capacitação profissional dirigida aos profissionais do setor e ao empresariado.

  Campanha Região Serrana: Finalizada em julho. Visou recuperar a imagem da Região Serrana do Rio de Janeiro após os desastres das enchentes, e apresentar o local como um destino atraente e seguro para os turistas.

  Campanha Infraestrutura Turística (Obras) – Nacional: Finalizada em setembro. Visa apresentar à sociedade o trabalho feito nos últimos anos pelo MTur em infraestrutura turística, com fins informativos ao cidadão.

Campanha Infraestrutura Turística (Obras) – Nordeste: Com o mesmo objetivo da campanha acima, esta campanha foi criada para focar os expressivos investimentos em infraestrutura nessa macrorregião. Atualmente, está em fase de veiculação.

Campanha Copa: Em andamento.

Além dessas campanhas, estão sendo analisadas propostas de convênios para apoio a ações promocionais nos estados e municípios. Essas propostas, a serem firmadas em futuro próximo, também têm por objetivo a promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

20/11/2012

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Em 2011, o país teve disponíveis 11.444.156 assentos em voos internacionais. Esse número cresceu 5,9% em 2012, passando para 12.115.389 assentos.

Porém, esse número não espelha fielmente o esforço de promoção internacional do Brasil, já que os brasileiros que estão indo para o exterior concorrem pelos mesmos assentos. E é isso que tem ocorrido. O déficit na conta de viagens internacionais do Brasil cresceu 5,97% em 2012 em relação ao ano anterior, chegando a US$ 15,6 bilhões. As causas são diversas, mas podem-se destacar as seguintes: o aumento do poder aquisitivo do brasileiro; a incorporação de um grande contingente da população na classe média; e a incorporação do turismo na cesta de consumo. Assim, salvo mudança de cenário, os assentos aumentarão, mas sem relação direta com a promoção internacional do país.

Entretanto, as ações de promoção estão sendo executadas para aproveitar a grande exposição de imagem que o país está tendo pela realização dos megaeventos internacionais.

Entre 2003 – quando a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) passou a cuidar exclusivamente da política de promoção turística do Brasil no exterior – e 2011, a entrada de divisas no Brasil por conta de viagens internacionais cresceu 164%, passando de US$ 2,479 bilhões para US$ 6,555 bilhões. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), no mesmo período, o fluxo de dólares por turismo no mundo cresceu 96%; ou seja, o crescimento do Brasil foi superior à média mundial. Comparado a esse valor de 2011, o gasto dos estrangeiros no Brasil foi 1,4% maior em 2012, e chegou a US$ 6,645 bilhões. É importante assinalar que esse resultado ocorre em um cenário de grave crise mundial, afetando tradicionais emissores de turistas para o Brasil, tais como Espanha, Portugal e Itália – países situados entre os 10 maiores mercados para nosso turismo receptivo internacional.

Além disso, a OMT divulgou em setembro de 2012 que, em suas viagens realizadas em 2011, os turistas internacionais gastaram, ao todo, US$ 1,0 trilhão – um novo recorde, segundo a Organização. O resultado é 3,8% superior ao de 2010, e, novamente, foi puxado pelos países das Américas, onde o crescimento foi de 5,7%. Em seguida, vieram Europa (5,25%), Ásia e Pacífico (4,3%), e África (2,2%). No Brasil, o crescimento foi de 15% em 2011, mais que o dobro do crescimento verificado nas Américas.

O Brasil também bateu mais um recorde de entrada de turistas estrangeiros e recebeu 5,43 milhões de visitantes internacionais em 2011 (ano mais recente com dados consolidados disponíveis). Em comparação com o ano anterior, houve crescimento de 5%, aumento que está acima da média mundial, segundo a OMT. A maior contribuição foi dos turistas vindos da América do Sul, com crescimento de 10%, chegando a representar um em cada dois estrangeiros que o país recebeu. No total, este continente foi responsável por 48,4% do receptivo de visitantes estrangeiros, somando 2,6 milhões de turistas. O resultado ajudou a compensar o crescimento menor ou queda de alguns países europeus e norte-americanos, mais afetados pela crise econômica. No total, o continente europeu se manteve estável, com pequeno aumento, de seis mil turistas.

Os dados destacam os números dos chamados Brics. O número de turistas russos que visitaram o país em 2011 subiu 40% em relação ao ano anterior. A China teve crescimento de 47% e a Índia, de 14%. No entanto, o grupo ainda corresponde a aproximadamente 100 mil turistas, quantitativo que sugere a existência de uma grande margem de crescimento nos referidos mercados.

De acordo com o relatório anual da ICCA (International Congress and Convention Association), divulgado em maio de 2012, o Brasil subiu duas posições no ranking de países por número de eventos internacionais captados. O país passou de 9º para 7º colocado, sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros. Ao todo, o país recebeu 304 eventos classificados como internacionais segundo os critérios da ICCA, o que representou um crescimento de 10% em relação ao ano anterior, quando foram realizados 275 eventos. O crescimento de eventos captados pelo país foi de 390% desde 2003.

O aumento de 48 para 57 do número de cidades brasileiras que receberam congressos e convenções é outro dado positivo, porque mostra que mais destinos turísticos estão se qualificando para receber eventos internacionais. Com os megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014, o país terá maior divulgação de destinos menos conhecidos pelo público internacional, o que deve também contribuir para a ampliação do número de cidades que realizam eventos.

Em 2012, a Embratur iniciou uma série de eventos nos principais mercados, especificamente voltados para a atração de turistas durante os eventos esportivos. Os seminários são dirigidos para operadores de turismo, agentes de viagens e jornalistas, alcançando a marca de 1.500 participantes, com ampla repercussão na imprensa dos mercados já atingidos pela ação (Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, França e Portugal). Os eventos, intitulados ‘Goal to Brasil’, prosseguirão até maio de 2013.

Ainda tratando de eventos internacionais, os principais resultados da “Pesquisa de Percepção do Brasil por Estrangeiros Durante a Rio+20” foram divulgados em julho de 2012. O estudo foi realizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. Os resultados da pesquisa mostram que as belezas naturais, a personalidade do brasileiro e a hospitalidade são as características nacionais mais marcantes para os participantes do evento. Sobre os serviços e a infraestrutura turística apresentados pelo país, 81% dos visitantes estrangeiros disseram acreditar que o país já está ou estará preparado para sediar os megaeventos programados para acontecer nos próximos anos.

Quando perguntados sobre a visita ao país, 68% disseram que a experiência correspondeu às expectativas ou as superou. Dos entrevistados, 59% ressaltaram que a imagem que tinham do Brasil melhorou após a visita. E, quando perguntados sobre o interesse de retornar, 97% responderam que pretendem voltar para visitar o Brasil.

Os itens avaliados negativamente foram preços, dificuldades com a língua, e trânsito, tendo este último atingido a pior avaliação: 81% julgaram como ruim ou muito ruim. A sinalização também merece atenção, já que apenas 41% avaliaram

esse item entre bom e muito bom.

Ao todo, foram entrevistadas 228 pessoas, entre delegados e jornalistas estrangeiros, de 42 países, entre aqueles de regiões com maior percentual de emissão de turistas para o Brasil, ou seja, América do Sul, América do Norte e Europa.

Para manter e ampliar os bons resultados do nosso turismo internacional, foi lançada a nova campanha publicitária mundial da Embratur, intitulada “O mundo se encontra no Brasil. Venha celebrar a vida”. Com esse slogan, o Brasil será apresentado em mais de 100 países às vésperas dos próximos megaeventos, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, ambas em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014. A campanha foi lançada em Londres, na véspera da abertura oficial dos Jogos Olímpicos de 2012.

O objetivo da nova campanha é mostrar um país que propicia experiências únicas, a partir da soma de todos os ritmos, do sabor e das cores das nossas comidas, da arte dos museus e do talento dos nossos artistas, da acolhida propiciada pelo povo e das paisagens naturais deslumbrantes. Essa foi a linha criativa desenvolvida pelos publicitários, que está sendo utilizadas em centenas de peças espalhadas pelo mundo (canais de TV, revistas, redes sociais, sites e mobiliários urbanos).

Os atributos já conhecidos e utilizados nas outras campanhas (brasilidade, diversidade, modernidade e interatividade), continuam presentes na linha de comunicação. Mas foram reforçados os traços melhor avaliados nas pesquisas com turistas estrangeiros.

A Embratur manteve em 2012 intenso programa de relações públicas, resultando na geração direta de 3.532 notícias sobre o Brasil. Esse exitoso programa continuará em 2013, pois aumentar o nível de conhecimento sobre o país é essencial para que alcancemos as metas de crescimento sustentável do turismo internacional para o Brasil.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados disponíveis indicam que a meta vem sendo alcançada. Não obstante, na atualização do Plano Plurianual, ela será substituída por outra que melhor reflita o esforço de promoção internacional do Brasil, de acordo com a análise situacional deste objetivo.

  Quantidade alcançada

  12.115.389

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

O modelo da gestão compartilhada e descentralizada do turismo consiste em uma rede nacional de entidades, instituições e fóruns, que envolve as três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Os órgãos e entidades que compõem cada um desses três setores estão, por sua vez, organizados em três níveis, o que permite o amplo debate e a implementação participativa da Política Nacional para o Setor Turístico.

No âmbito federal está o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o Conselho Nacional de Turismo (CNT) e o Fórum Nacional de Secretários e

Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur). Na esfera estadual, o modelo de gestão compartilhada abrange os órgãos oficiais de turismo das UFs, os fóruns/conselhos estaduais de turismo e as instâncias de governança das macrorregiões. Esse modelo de gestão compartilhada se completa com o núcleo regional/municipal, do qual participam os órgãos municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo e as instâncias de governança regionais.

Ao longo de 2012, com o propósito de consolidar esse modelo de gestão compartilhada da atividade turística no Brasil, foram realizados importantes fóruns e encontros.

- Reuniões do CNT ou de seu Comitê Gestor, nas quais foram debatidos e apresentados temas como: preparação do setor frente aos megaeventos esportivos; retomada dos trabalhos das câmaras temáticas do CNT; Planejamento Estratégico do MTur para os próximos anos; inclusão do turismo no Plano Brasil Maior; programas de qualificação profissional para o turismo; Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass); Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos); construção de agenda para segmentos como parques naturais, parques temáticos, litoral brasileiro e turismo cultural; e reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo; dentre outros assuntos.
- Encontros do Fornatur, ocasiões em que foram apresentadas ações em curso no MTur, assuntos de interesse das UFs e propostas do Fórum para agenda e trabalhos compartilhados.
- Instituição do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOlimpíadas), com participação do MTur e mais oito membros.

Duas iniciativas do MTur, em especial, são executadas por meio desse modelo de gestão compartilhada: o Programa de Regionalização do Turismo e o Inventário da Oferta Turística. Em 2012, o Programa de Regionalização do Turismo – que tem como objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para alcançar padrão de qualidade internacional – foi reformulado por meio de encontros presenciais com os interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo e com os Coordenadores Regionais de Serviços Turísticos. Atualmente o novo modelo encontra-se em fase de consulta pública.

Com o Inventário da Oferta Turística – que é uma ferramenta para levantamento, identificação, registro e divulgação dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos –, propõe-se a criação de uma base de informações relevantes para o planejamento e gerenciamento do processo de desenvolvimento turístico. Em 2012, o Inventário passou por uma revisão metodológica. Surgiu, então, a necessidade de criação de um novo sistema de informática que seja adequado para a inserção dos dados dos novos formulários de pesquisa, o qual ainda não foi concluído. Além dessas atividades de revisão metodológica e adaptação de um sistema, também foram feitas ações de suporte técnico por telefone e e-mail aos componentes do modelo de gestão descentralizada que adotaram a metodologia do Inventário.

A cooperação técnica internacional em turismo é feita por meio da representação institucional em fóruns nacionais e internacionais, do acompanhamento e assessoramento, da assinatura de instrumentos jurídicos e da realização de eventos. Em 2012, o MTur se fez representar em diversos organismos internacionais (OMT, Mercosul, OCDE, OTCA, CGIB, CPLP, Brics, Unasul, T20) e alguns nacionais (como CNIg e CDIF). No que concerne ao trabalho de cooperação internacional, merece destaque o encontro dos representantes do Turismo de Moçambique com as áreas do MTur, repassando as melhores práticas. Ainda em 2012, foram assinados dois memorandos de entendimento: um com a República Tcheca e outro com o Uruguai. Por fim, cabe mencionar que o MTur também participou da organização de três eventos: Rio+20, Dia Mundial do Turismo e Reunião Especializada em Turismo/Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul.

Quanto aos estudos e pesquisas realizados, os principais em 2012 foram: a) sondagens mensais de intenção de viagens pelos consumidores; b) estudo anual de demanda turística internacional; c) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet); e d) Estudo de Demanda Turística Doméstica – Ano Base 2011.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, deu-se ênfase à reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Não obstante, ações de fortalecimento promovidas em períodos anteriores possibilitaram o atual funcionamento de 145 Instâncias de Governança em todo território nacional, assim distribuídas por macrorregião:

Instâncias de governança estaduais instituídas: Centro-Oeste = 4; Nordeste = 7; Norte = 9; Sudeste = 4; Sul = 3.
Instâncias de governança regionais instituídas: Centro-Oeste = 9; Nordeste = 20; Norte = 5; Sudeste = 10; Sul = 9.
Instâncias de governança municipais instituídas: Centro-Oeste = 10; Nordeste = 23; Norte = 11; Sudeste = 12; Sul= 9.

Quantidade alcançada

145

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	23	28/11/2012
Região Nordeste	53	unidade	50	28/11/2012
Região Norte	29	unidade	25	28/11/2012
Região Sudeste	27	unidade	26	28/11/2012
Região Sul	21	unidade	21	28/11/2012

- **Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados**

Análise Situacional da Meta

A ação de fortalecimento institucional realizada em 2012 envolveu atividades que nem sempre aconteceram diretamente nos órgãos estaduais oficiais de turismo, não implicando deslocamento de servidores. A agenda desenvolvida no período representou o apoio ao planejamento estratégico por meio de reuniões realizadas no âmbito de eventos específicos do setor, onde as unidades estaduais se faziam representadas, a exemplo: Feira da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), Salão Estadual de Turismo de Minas Gerais e Salão Estadual de Turismo da Bahia. Ações de qualificação também ocorreram por ocasião dos encontros presenciais realizados em Brasília com interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, que representam os colegiados estaduais, no âmbito da gestão descentralizada.

Não obstante, o Distrito Federal e os estados de Alagoas e Goiás contaram com a participação de técnicos do MTur, os quais, por meio de reuniões com técnicos das secretarias de turismo e com os membros dos colegiados estaduais, repassaram ações de capacitação institucional.

É oportuno destacar que o atendimento aos estados é ainda realizado por meio do repasse de informações e material técnico produzido no MTur para alinhamento das políticas públicas estaduais.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

08/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	08/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	3	08/11/2012
Região Norte	7	unidade	0	08/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	2	08/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	08/11/2012

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil	km²	04/12/2004	1.338.076	04/12/2004	1.338.076
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905	31/12/2010	714.567
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107	31/12/2010	18.811
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546	31/12/2010	558

Observações:

Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil - Foi feita correção do valor de referência, que se encontrava com duas casas decimais excedentes.

Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2) - Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de dióxido de carbono em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

Emissões antrópicas de metano (CH4) - Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de metano em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2) - Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de óxido nitroso em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas integrações do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global - MBSCG, versão acoplada Oceano (MOM4p1)-Atmosfera (CPTEC_SSiB), que totalizaram 2.500 anos de integrações em modo de conjunto no período de 1960 a 2100. Esses cenários de mudanças climáticas foram submetidos ao Projeto CMIP5 como contribuição pioneira do Brasil ao próximo relatório do IPCC (IPCC AR5). Foi submetido artigo de validação do MBSCG (BESM-OA2.3 na sigla em inglês) ao Journal of Climate, que se encontra em fase de revisão. No primeiro semestre de 2013 a versão acoplada Oceano-Atmosfera (com o modelo de superfície IBIS - BESM_ibis) estará instalada. No segundo semestre de 2013, haverá a incorporação das demais dimensões e rotinas, que resultarão no acoplamento de três componentes oceano-atmosfera-superfície (Inland), até o final do ano. O acoplamento das quatro componentes, ou seja, com a inclusão da química da atmosfera, deverá ocorrer em 2014.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo**

  Análise Situacional da Meta

  A construção do MBSCG está sendo feita com base no modelo acoplado oceano-atmosfera do INPE. O MBSCG está

dividido em quatro componentes:

- Atmosfera: está sendo utilizado o modelo atmosférico global do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CPTEC/INPE;
- Oceano: está sendo utilizado o modelo oceânico global do GFDL (MOM4 e suas componentes de gelo marinho e ciclos biogeoquímicos marinhos);
- Superfície: está sendo utilizado o modelo IBIS land surface model (Integrated Biosphere Simulator);
- Química da atmosfera: será utilizado o modelo CATT/Mozart.

O modelo climático do Hadley Centre for Climate Prediction, Grã-Bretanha, foi modificado, com contribuições brasileiras, em parceria com esse centro. O novo modelo é conhecido como HadGEM2-ES/INPE e está sendo utilizado para gerar cenários climáticos para o século XXI.

A primeira versão do MBSCG (BESM-OA2.3) baseada no acoplamento do modelo atmosférico global do CPTEC (com modelo de superfície SSiB) ao modelo oceânico global do GFDL (MOM4 versão p1) foi completada e testada no supercomputador CRAY no INPE. Dois artigos de validação foram submetidos à revista internacional com corpo revisor, sendo um deles sobre o experimento CMIP5 e outro sobre a modelagem de carbono dissolvido marinho com o modelo BESM2.3_Topaz. A componente de superfície (modelo Inland) funciona off-line e está sendo testada em modo acoplado com o modelo atmosférico global do CPTEC. Já se encontra em testes a versão acoplada Oceano-Atmosfera (com o modelo de superfície IBIS - BESM_ibis). A componente de química da atmosfera está sendo desenvolvida e funciona somente off-line. O acoplamento de três componentes oceano-atmosfera-superfície (Inland) deverá ser feito em 2013. O acoplamento das quatro componentes, ou seja, com a inclusão da química, deverá ocorrer em 2014.

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A primeira versão do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global (MBSCG) foi concluída, embasando a contribuição brasileira para o Relatório de Atividades (AR5) do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). Tal contribuição, pioneira, constitui-se na geração de cenários globais de mudanças climáticas no período de 1960 a 2100, com a versão acoplada oceano-atmosfera do modelo brasileiro (BESM-OA2.3), com um total de 2.500 anos de integrações em modo de conjunto do modelo, submetidos ao projeto internacional CMIP5 de intercomparação de modelos de mudanças climáticas globais. Também está em desenvolvimento a versão com ciclo total de carbono do BESM, o qual incorpora modelo biogeoquímico oceânico (TOPAZ) e modelo de vegetação dinâmica continental (IBIS). Os cenários gerados pela Rede CLIMA serão utilizados como condições de contorno para 'downscaling' de vários modelos regionais.

Estudos conduzidos por pesquisadores da Rede CLIMA têm produzido resultados de extrema relevância em termos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em território nacional. Experimentos simulando diferentes concentrações de CO2 através de câmaras FACE (Free Air Carbon Emission) têm sido realizados. Foi reportada uma relação entre o aquecimento global e o aumento do risco de infecção por fitopatógenos em diferentes cultivares, incluindo batata, abacaxi, café, mandioca, banana e cana de açúcar. Estudos associados ao estresse hídrico também têm sido conduzidos utilizando-se diferentes modelos e cenários de emissão. Houve também avanços em termos do conhecimento biotecnológico que podem potencialmente ser utilizados para o plantio em condições de seca extrema. Subsídios estão sendo gerados para a implantação do plano setorial da agricultura de baixo carbono.

Estão em andamento estudos na área de Energias Renováveis e Serviços Ambientais dos Ecossistemas sobre as emissões de gás carbônico e metano proveniente da decomposição de matéria orgânica no fundo dos lagos dos reservatórios. Esses dados são de extrema importância, tendo em vista a matriz energética brasileira.

O Brasil é o país que apresenta a maior biocapacidade do planeta, ou seja, maior quantidade de recursos produzida por seus diferentes ecossistemas aquáticos e terrestres, sendo também o país que possui a maior biodiversidade, concentrando cerca de 13% da biota do planeta. Métodos que combinam milhares de modelos de projeção apontam diferentes níveis de risco à biodiversidade brasileira associados a diferentes cenários futuros de mudança climática.

Na área de Economia e Desenvolvimento Regional, modelos de projeção sugerem impactos das mudanças climáticas sobre a atividade de pequenos produtores.

Em cenários mais gerais para o território nacional, foram desenvolvidas metodologias aplicadas para análise de impactos socioeconômicos das mudanças climáticas no Brasil, com destaque para a construção de modelos de equilíbrio geral computável em nível regional. Houve desenvolvimento de estudos na temática de emissões de gases de efeito estufa, mercados de carbono e políticas de controle de emissões. A Rede CLIMA também tem trabalhado no desenvolvimento da interface desses modelos econômicos com outros temas relevantes na pesquisa sobre mudanças climáticas, como energia, agricultura, demografia e saúde. Os pesquisadores da Rede CLIMA foram os responsáveis pelas primeiras simulações de impacto econômico das mudanças climáticas para o Brasil, e análises de políticas de controle de emissões de gases de efeito estufa.

DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

As principais atividades relacionadas à disseminação do conhecimento, que fazem parte dos objetivos da Rede CLIMA, são realizadas pela equipe de Comunicação da Secretaria Executiva do programa.

Houve participação ativa da Rede CLIMA nas atividades da Semana do Meio Ambiente promovidas pela Prefeitura de São José dos Campos; na Conferência Internacional Rio +20 (programação de popularização da ciência); 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com realização de palestras, exposições e oficinas.

Também foram elaboradas cartilhas educativas. A edição de “O futuro que queremos: Economia Verde, Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza” (com versão em língua inglesa), produzida especialmente para a Rio +20, teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional. Dez mil exemplares foram distribuídos em escolas, atividades para público jovem e eventos de divulgação científica. A versão eletrônica pode ser acessada em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos.

Na Semana Nacional de C&T foram lançados outros materiais educativos, como a cartilha “Pegada Ecológica: Qual é a Sua?” (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica), acompanhada de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br), assim como vídeo educativo (desenho animado) com o título “O futuro que queremos”, disponível na internet em http://youtu.be/dr5dueiANhI.

A partir de 2013, a Rede CLIMA inicia uma nova fase, baseada em atividades transversais. Pesquisadores da Rede participam do desenvolvimento de metodologias e métricas próprias para a produção do novo inventário de emissões de gases de efeito estufa pelo Brasil. Até 2011, a metodologia utilizada era a do IPCC. Os esforços neste ano serão voltados para incentivar a pesquisa científica que produza estudos de maior densidade na área de adaptação e impactos das mudanças climáticas, visando um rápido avanço nessas frentes.

Metas 2012-2015

- **Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas**

  Análise Situacional da Meta

  A plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas encontra-se em fase inicial de planejamento. Em reunião dos coordenadores das sub-redes, realizada em outubro de 2012, foram discutidas formas de integração e disponibilização dos dados dos projetos. A sub-rede Energias Renováveis disponibilizou em 2012 o Portal WebRESNAT, criado pelo Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IVIG/UFRJ no âmbito da sub-rede, com o objetivo de

disponibilizar aos pesquisadores em geral informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios hidrelétricos e ambientes naturais. Encontra-se disponível para a comunidade científica no endereço de acesso: http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br. A sub-rede Saúde mantém o Observatório Nacional Clima e Saúde, para acesso a dados de clima, ambiente, sociedade e saúde – www.climasaude.icict.fiocruz.br . O acesso aos dados pode ser feito a partir de uma janela de mapa, ou por busca de indicadores, onde são listados indicadores de saúde, que podem ser visualizados no mapa. As sub-redes Modelagem Climática, Economia e Desenvolvimento Regional devem disponibilizar seus dados em 2013, visando futura integração com as demais sub-redes. Uma Biblioteca Digital da Rede CLIMA está sendo estruturada, para facilitar e incentivar o acesso dos membros da rede às publicações produzidas no âmbito da Rede CLIMA. Também está sendo elaborado um sistema próprio de indicadores que considera não só a quantidade de publicações científicas, como também as ações de disseminação de conhecimento para público de não cientistas (materiais educacionais, participação em feiras de ciências, palestras, entrevistas para os meios de comunicação etc.). Anualmente a Rede CLIMA disponibiliza em versão eletrônica e impressa o seu Relatório de Atividades - http://redeclima.ccst.inpe.br/documentos.html . O documento, produzido em linguagem acessível aos diversos públicos da Rede CLIMA (cientistas, responsáveis por políticas públicas e tomadores de decisão, meios de comunicação e professores e estudantes), apresenta um panorama integrado dos últimos resultados das pesquisas empreendidas pelas sub-redes. Para 2013 também está prevista a criação de duas sub-redes transversais: Comunicação e Tecnologia da Informação - TI, o que facilitará o alcance da Meta.

- **Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

O Plano de ação está em fase inicial de elaboração. Em reunião dos coordenadores das sub-redes da Rede CLIMA, realizada em outubro de 2012, foram definidos três grandes projetos temáticos, envolvendo as 13 sub-redes. São eles: 1) A percepção das mudanças climáticas (sub-redes Cidades, Comunicação*, Desenvolvimento Regional, Economia, Educação*, Saúde, Segurança Alimentar* e TI*); 2) Energia, Alimentos e Biodiversidade (sub-redes Agricultura, Biodiversidade e Ecossistemas, Bioprospecção*, Economia, Educação*, Energias Renováveis, Segurança Alimentar*, Serviços Ambientais dos Ecossistemas e TI*), e 3) Modelagem das Mudanças Climáticas (sub-redes Desastres Naturais, Economia, Educação*, Modelagem Climática, Oceanos, Recursos Hídricos, Segurança Alimentar*, TI* e Zonas Costeiras). Em 2013 serão realizados três workshops – um para cada grande projeto temático, para a definição do Plano de Ação de cada um deles. A ideia é direcionar os recursos – principalmente de bolsas – para essas pesquisas conjuntas. Em setembro de 2013 será realizada a 1ª Conferência Nacional Rede CLIMA, INCT para Mudanças Climáticas e Programa Fapesp de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, quando serão apresentados os principais resultados obtidos até o momento por esses projetos e programas.

*Sub-redes ainda não criadas

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas reuniões com pesquisadores da Rede Clima para discussão sobre o desenho do modelo a ser implantado. Houve articulação com a SEXEC para contratação de consultoria do CGEE para a realização de estudo sobre o estado da arte no mundo no tocante a sistemas de observação de impactos das mudanças climáticas como também para o planejamento da implantação do Sistema no Brasil. Concedeu-se apoio financeiro às seguintes atividades da Rede Clima que estão em andamento e possuem aderência ao objetivo geral do Sistema:

• Seminário sobre Recursos Hídricos

• Curso sobre Acidificação dos Oceanos
• SiMCosta
• Edital PELD
• Projeto Fluxo de CO2 (Continental e Oceânico)
o Pirata (Fernando de Noronha)
o Amazônia
o SULFLUX
o Monitoramento de GEEs
o Prejuízos Agrícolas
o Observatório de Saúde
o Observatórios Ecohidrológicos

Metas 2012-2015

- **Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se de uma meta amparada por uma nova ação orçamentária. Em 2012 foram realizadas reuniões para discutir o desenho do sistema a ser desenvolvido, com a participação de especialistas de diversas áreas. A partir das conclusões obtidas em tais reuniões, foram identificadas e apoiadas atividades da Rede Clima em andamento que possuem aderência ao objetivo geral do sistema. Para 2013, está prevista a elaboração do marco conceitual do Sistema e do plano de trabalho a ser implementado.

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A previsão de tempo em escala regional com resolução espacial de 5 km foi implantada com o modelo BRAMS e está em avaliação. Modelo Global a T299 e T699 de resolução está sendo avaliado para entrar em operação. A assimilação de dados usando o sistema 3d-VAR/GSI, implantado no modelo global T299. está em avaliação. O modelo de qualidade do ar está sendo preparado para 15 km de resolução espacial para ser operacionalizado em 2013. Estão sendo corrigidos problemas de iniciação do Modelo ETA para posterior aumento de resolução espacial a ser implantado em 2013.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões**

  Análise Situacional da Meta

  Desenvolvimento em andamento. Um novo procedimento encontra-se em fase de desenvolvimento para a elaboração de previsão climática sazonal para o Brasil de forma objetiva agregando as previsões numéricas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CPTEC/INPE e Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e em breve também deverão ser inclusas as previsões produzidas pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME.

  A nova metodologia significou a adoção de uma técnica matemática conhecida, mas ainda não implementada operacionalmente por nenhum centro de previsão do mundo. Entretanto, por se tratar de um procedimento inovador, no qual a previsão passa a ser objetiva, muitos processos matemáticos tiveram de ser adaptados.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  06/02/2013

- **Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias**

Análise Situacional da Meta

Há uma variabilidade anual do acerto. Em 2012, o índice de acerto das previsões de tempo para 4 a 5 dias atingiu a meta.

A melhoria do índice de acerto das previsões é, em grande parte, devido ao novo processo de assimilação de dados e no desenvolvimento de uma análise meteorológica própria. Até 2012 o CPTEC adotava, para iniciar seus modelos numéricos, a análise do Centro Americano (NCEP). Aquela análise é gerada para o modelo americano e não para o modelo do CPTEC. Agora, com uma análise gerada para seu próprio modelo, os resultados de incremento dos índices de acerto são consistentes.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

06/02/2013

- **Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação**

Análise Situacional da Meta

O índice de acerto das previsões de precipitação dos novos modelos teve incremento de 70% em 2012.

Missões de campo foram realizadas com medidas simultâneas de modelos e observações nas redes de estações meteorológicas.

Experimentos foram realizados com simulações do modelo BRAMS e intercomparação com radar e satélite.

Primeiro semestre: Experimento Chuva Vale do Paraíba -simulações e intercomparação.

Segundo semestre: Experimento Chuva Sul - simulações e intercomparação.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

06/02/2013

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional, instituída por meio da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, são instrumentos centrais o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Plano e Fundo Clima). O Plano Clima, publicado em 2008, visa incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, bem como fortalecer as condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais (ações de adaptação).

Conforme definido no art. 6º da PNMC, o Fundo Clima é o principal instrumento financeiro para o financiamento dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação e de empreendimentos que visem à mitigação de emissões de gases de efeito estufa - GEE e à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

A Política Nacional ratifica o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), estabelecendo uma meta de redução das emissões de GEE no Brasil de 36,1 a 38,9% em relação a projeção de emissões no cenário tendencial para 2020. Tal redução se dará a partir de esforços setoriais, como previsto no Acordo de Copenhague, porém a PNMC amplia a gama de setores da economia envolvidos nos

esforços de redução de emissões.

Assim, sob orientação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima - GEx do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que é coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente SMCQ/MMA, estão em implementação 9 Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação pelas respectivas pastas setoriais.

Os Planos Setoriais abrangem praticamente todas as maiores fontes de emissões de GEE no Brasil com exceção do tratamento de resíduos. As ações previstas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado em 2008, foram, na maioria dos casos, incorporadas e/ou complementadas pelos Planos Setoriais.

Os seguintes Planos Setoriais, conforme previsto no Decreto nº 7.390/2010, que regulamenta PNMC, foram concluídos em 2012: transporte público urbano e dos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros; indústria de transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro-gusa e aço, química); mineração e serviços de saúde.

Neste período, o GEx também tratou dos temas relevantes como: mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal - REDD - e o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

Ainda, foi implantado o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) objetivando estimular a mudança de padrões de produção e consumo na sociedade brasileira e, assim, convergir esforços para combater os efeitos das mudanças do clima. O PPCS contribui para a introdução e desenvolvimento de melhores práticas nos diversos setores produtivos – construção civil sustentável, eficiência energética, uso de energias renováveis, tecnologias menos poluentes, etc. – e para a criação de novos mercados, como, por exemplo, o da reciclagem, que empregará parcelas da população antes marginalizadas (os catadores de material reciclável) e o de bens e serviços ambientais.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento e Monitoramento de emissões de GEE dos planos setoriais.
- Fortalecimento da Agenda para Adaptação às Mudanças do Clima

Será desenvolvida estratégia de Adaptação, que usará os mesmos fóruns de debate e discussão da estratégia de mitigação.

Desafios:

- Harmonização Federativa dos Planos e Políticas de Clima

Desde a implementação da PNMC em 2009, vários Estados e Municípios implementaram de forma autônoma sua própria Agenda Climática, alguns estabelecendo inclusive metas de redução de GEE. A fim de garantir uma resposta eficaz aos desafios das mudanças climáticas, será necessário promover uma articulação federativa sobre as mudanças climáticas para harmonizar as estratégias de mitigação e adaptação a nível nacional.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)**

  Análise Situacional da Meta

  Formou-se Grupo Interministerial sobre REDD+ no âmbito do Grupo Executivo da Mudança do Clima (Gex) em junho de 2011. Sob coordenação da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMCQ/MMA e contando com a participação de outros seis ministérios (MAPA, MCTI, MDA, MRE, MF, MJ), tal grupo avançou na definição de diretrizes e objetivos para a formação de uma estratégia (conforme Lei nº 12.187/2009; Art. 5, inciso VI) para o tema. Um documento de trabalho está em análise pelos ministérios envolvidos .

  Em paralelo, foi formada Força Tarefa entre governo federal e governos estaduais (duração de 60 dias, entre setembro e novembro de 2012; coordenação da Casa Civil da Presidência da República) para tratamento de temas centrais a tal estratégia.

  A aprovação de marco legal requer ainda a definição da natureza do instrumento jurídico a ser utilizado (decreto, projeto de lei, etc) e possivelmente articulação com o Legislativo federal; além da realização de consultas públicas. Estão previstas para 2013 a realização de consulta pública ao documento de trabalho, definição do instrumento legal

e/ou tramitação de projeto de lei no Legislativo.

O principal desafio à consecução deste objetivo é a apreciação do documento de trabalho do GT Interministerial nas instâncias de governança da política nacional sobre mudança do clima. A partir dessa apreciação, poder-se-á determinar a forma do instrumento jurídico a ser utilizada como marco legal para REDD+ no âmbito federal. Desafios futuros incluem ainda a necessidade de recursos orçamentários para a realização de consultas públicas.

- **Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima**

Análise Situacional da Meta

O Plano Clima, elaborado em 2008, reuniu num só documento todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes dos seguintes setores: florestas e outros biomas, agropecuária, energia, indústria, transportes, resíduos e saúde, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima. O Plano Clima é um instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, PNMC).

A revisão do Plano Clima foi iniciada em outubro 2012, após a finalização dos quatro últimos Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação, previstos na PNMC. A sua revisão incluirá um diagnóstico do processo de implementação de suas ações e dos avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudanças climáticas desde a sua elaboração em 2008. A revisão do Plano Clima será concluída em junho 2013, após realização de consultas públicas.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Conclusão da revisão do Plano Clima 2008 (ver acima)
- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento

Após a conclusão do processo de revisão do Plano Clima de 2008, no segundo semestre de 2013, será iniciado processo de acompanhamento das ações do Plano Clima e dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação. O acompanhamento será realizado por meio do Sistema de Gestão da Informação da Política Nacional sobre Mudança do Clima em construção.

Na revisão do Plano serão definidos os objetos do monitoramento (indicadores, metas, ações orçamentárias e extraorçamentárias, medidas institucionais, etc,) dentro de cada um dos 9 Planos Setoriais e temas, a saber: REDD (Redução do Desmatamento e Degradação), Instrumentos de Precificação, Adaptação e Ozônio.

No âmbito do Grupo Executivo (GEx), será realizado mapeamento das necessidades de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a implementação do Plano.

- **Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista no início do PPA (40 projetos e 20 empreendimentos) levava em consideração a estruturação inicial do Fundo Clima à época do planejamento do PPA (2011). Por isso, foram estimados 40 projetos para recursos não reembolsáveis, operados pelo MMA, e 20 empreendimentos para recursos reembolsáveis, operados pelo BNDES. Em 2012, o Fundo Clima deu início a uma melhoria nos procedimentos administrativos, identificando os gargalos e dificuldades processuais e de tramitação. Sob o aspecto operacional, foi estabelecida estratégia de ampliação de parcerias para apoiar a execução dos recursos disponíveis. Nesse sentido, outros instrumentos de transferência de recursos foram desenvolvidos, tais como termos de cooperação, contratos administrativos e contrato de repasse, otimizando a operação por meio de convênios. Isso permitiu ampliar o número de projetos apoiados durante o exercício. Assim, o Fundo Clima conseguiu apoiar, em 2012, 76 (setenta e seis) projetos com recursos não reembolsáveis. Nesta projeção, será possível apoiar, até o final do PPA, cerca de 170 (cento e setenta) projetos. Quando aos empreendimentos, operados pelo BNDES com recursos reembolsáveis, houve dificuldades de apoio em 2012. O ano foi de negociações com o Conselho Monetário Nacional para instituição de uma nova Resolução, em fase de elaboração, para o Fundo Clima com vistas a aumentar a atratividade das linhas de financiamento.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (site: http://www.consumosustentavel.gov.br/o-plano/download-do-ppcs/) foi homologado pelo Comitê Gestor de Produção Consumo Sustentáveis (Composição Portaria nº 44 de 2008 – DOU de 14/02/2008) em 26 de outubro de 2011. O Plano foi lançado em 23 de novembro de 2012, durante a 104ª Reunião do CONAMA. O Plano vem sendo implementado e está no seu primeiro ciclo que consiste em tornar o plano conhecido pela sociedade brasileira e disseminar o conceito de PCS de maneira a sensibilizar o consumidor institucional em ações exemplares e garantir a adesão de todos.

Prevê-se para 2013 a ampliação do alcance do PPCS com aumento do número de ações nos setores público e privado de capacitações de trabalhadores, gestores e pequenos empresários, bem como a sensibilização e informação para o consumidor final. Estão programadas ainda a realização do Fórum Anual de Produção e Consumo Sustentáveis e a realização do Workshop sobre Instrumentos Econômicos e a Capilarização do PPCS para Estados e Municípios.

A Rede de Produção e Consumo Sustentáveis foi outra ação desenvolvida durante este ano. A expectativa é que esta rede reúna parceiros e traga novos atores e projetos a fim de fomentar a discussão concernentes as mudanças, desafios e oportunidades, estimulando transformações de comportamento de produtores e consumidores. A Rede encontra-se em fase final de testes para que possa ser lançada no início de 2013.

- **Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa**

Análise Situacional da Meta

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos pelo Decreto nº 7.390/2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), está sendo delineada por meio do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GT Monitoramento), no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

O GT Monitoramento se reuniu três vezes no ano de 2012, sendo a Reunião de Instalação do Grupo ocorreu em 18/04/2012. Nessa reunião, o Grupo entendeu que os indicadores para o monitoramento e avaliação da efetividade dos Planos deveriam ser divididos de acordo com duas naturezas distintas: uma voltada para o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, e sua desejada redução, e outra voltada para o acompanhamento dos elementos gerenciais e de execução não associados a emissões de gases de efeito estufa de maneira direta.

A segunda reunião do GT procurou aprofundar e discutir os elementos de monitoramento dos Planos Setoriais (elementos comuns e específicos), com a apresentação de possíveis instrumentos a serem utilizados pelos coordenadores dos Planos. A terceira reunião teve foco no trabalho das Estimativas Anuais (previstas pelo Art. 11 do Decreto 7.390/2010), com a elaboração de cronograma para reuniões por setores. Esse trabalho tem sido realizado em coordenação com o MCTI.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Continuidade dos trabalhos de identificação e aplicação de metodologias de monitoramento dos Planos Setoriais.
- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento e Monitoramento dos Planos Setoriais.

Os Planos Setoriais foram elaborados com parâmetros diferentes, o que, de certa forma, traduz as diferenças de cada setor. Para definir a estratégia de monitoramento, é necessário definir os objetos do monitoramento (indicadores, metas, ações orçamentárias e extraorçamentárias, medidas institucionais, etc,) dentro de cada um dos 9 Planos Setoriais.

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A adaptação é o esforço para prevenir-se contra possíveis danos dos impactos da mudança do clima, que variam conforme as diferenças regionais existentes, como o nível de renda e o desenvolvimento tecnológico das populações, refletindo no nível de vulnerabilidade de cada região e população.

A consolidação das diversas iniciativas em curso pelo Governo Federal em uma estratégia nacional de adaptação está sendo realizada no âmbito do processo de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O suporte financeiro ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais, estudos técnicos e iniciativas de adaptação, a partir das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tem sido assegurado pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) desde 2011.

O Fundo Clima financia projetos para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos em várias áreas. A modalidade não reembolsável do Fundo Clima, conforme Plano Anual de Aplicação de Recursos 2012, prevê linhas de financiamento para iniciativas de adaptação, conforme a seguir:

- Recuperação de Áreas de Mineração;
- Estudos para adaptação em erosão costeira;
- Sistemas de alerta contra desastres naturais;
- Combate à Desertificação.

O fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas sobre impactos e vulnerabilidades regionais às mudança climáticas é imprescindível para o desenvolvimento de uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos da adaptação. Assim, para 2013 está previsto:

- Construção de matriz identificando as principais pesquisas relacionadas à adaptação e também as lacunas de conhecimento.
- Desenvolver o conhecimento científico sobre os efeitos das adaptações em setores e territórios relevantes
- Levantar as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais existentes a partir de estudos como, por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas, “Desenvolvimento de uma base de fatos para o componente de adaptação do Plano Nacional Sobre Mudança do Clima”, financiado pelo Fundo Clima, que visa estimar as perdas devido aos impactos da mudança do clima em diferentes cenários e realizar análise de custo/benefício de iniciativas de adaptação;
- Divulgação das pesquisas e relatórios relevantes identificados, com a avaliação sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação e sobre temas especiais para subsidiar políticas públicas de adaptação.
- Fortalecer o componente adaptação nos planos setoriais de adaptação e mitigação, e criar novos Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação onde existem lacunas de adaptação.
- Iniciar a elaboração da Estratégia Nacional de Adaptação 2013 no segundo semestre como parte integrante do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O foco prioritário em ações para mitigação não tem impedido, conforme descrição das realizações acima, avanços substantivos nas questões de adaptação.

Foram identificados os seguintes arranjos de gestão e pactuação:

Construção de Agenda Federativa sobre Adaptação

- A transversalidade da estratégia de adaptação demandará engajamento com entes subnacionais e sociedade civil nas etapas de elaboração do Plano e de sua implementação,o que demanda a construção de uma agenda federativa.

Elaboração da estratégia nacional de adaptação a partir da integração de Iniciativas e Planos Governamentais relacionados à Adaptação:

- Integração Planos e Ações prioritárias de adaptação, a saber: Plano de Prevenção de Desastres, Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE), gerenciamento costeiro e o combate à desertificação, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**

Análise Situacional da Meta

As ações para a atualização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação passam pelo alinhamento do Plano Brasileiro à estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD (sigla em inglês), em curso, em conjunto com a estratégia financeira de apoio a implementação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação, que foram realizadas. A atualização do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação pode ser sistematizada nas seguintes ações:

(i) Elaboração dos 11 Planos Estaduais de Combate à Desertificação, realizados com apoio do MMA, com um procedimento metodológico unificado, que possibilitará uma melhor gestão na avaliação, supervisão e adequação dos mesmos.

(ii) Identificação dos Programas Transversais do PPA para o combate à Desertificação. Essa ação está refletida nos Programas do Plano Mais Brasil – Agenda Transversais.

(iii) Estratégia financeira de implementação integrada, viabilizando iniciativas para o Combate à Desertificação, em parceria com os governos estaduais, municipais e instituições não governamentais. Os projetos apoiados promoveram o combate à desertificação visando à segurança alimentar, energética e hídrica em áreas especificas, por meio de ações de uso sustentável e conservação da biodiversidade, eficiência energética em setores da produção e nas famílias rurais. Foram contratados 28 Projetos, no valor de R$ 30 milhões. Desses projetos 8 foram voltados para a conservação em zonas semiáridas susceptíveis a desertificação; 12 para difusão de boas práticas de gestão dos recursos naturais e de eficiência energética, 7 para promoção do manejo florestal comunitário, a elaboração de pacto de sustentabilidade da matriz energética dos setores cerâmicos e gesseiro e promoção de fogões eco-eficientes em famílias rurais, e 1 Projeto para criação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação - SAP . Na estratégia financeira, foram feitas negociações com o intuito de garantir repasses financeiros via a implementação das linhas de combate a desertificação nos fundos governamentais e privados de cunho ambiental (FNMA, Fundo clima, FunBio e Fundo Florestal) para modalidade não reembolsável. Outrossim, com recursos do Fundo Clima no BNDES foi criado um subprograma de Combate a desertificação para repasse de recurso reembolsável.

(iv) Elaboração de uma plano sub-regional de combate à desertificação com países do Mercosul no âmbito do Projeto ECONORMAS/MERCOSUL. Nesse sentido, no que se refere às atividades desse Projeto foi realizada a identificação de áreas potenciais para implantação de intervenções piloto visando elencar boas práticas replicáveis para recuperação de áreas degradadas por processos de desertificação em 4 países do Mercosul, estas a serem incluídas nos Planos de Ação destes países. Ainda nesse projeto, iniciou-se um estudo dos 4 planos de ação nacional existentes para fornecer embasamento técnico ao alinhamento às diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD (sigla em inglês) e melhor contemplar as regionalidades do grupo da América do Sul no que concerne à temática de combate a desertificação, mitigação dos efeitos da seca e recuperação de áreas degradadas – 25% das iniciativas foram realizadas.

(v) Promoção da gestão participativa e democrática no processo de alinhamento e atualização do Plano Nacional com o envolvimento direto da Comissão Nacional de Combate a Desertificação – CNCD, órgão colegiado deliberativo e consultivo sobre a Convenção no Brasil, dando institucionalidade à questão e envolvendo os diversos atores sociais, como esta agenda transversal demanda. No ano de 2012, a CNCD realizou duas reuniões. Também ocorreu encontro dos Grupos de Trabalho instituídos visando o alinhamento/atualização do Plano Nacional de Combate à Desertificação - PAN-Brasil. Na reunião extraordinária foi apresentado o estudo sobre a atual conjuntura do PAN-Brasil, fornecendo diretrizes para a discussão das linhas de base a serem estabelecidas para o alinhamento e consequente atualização do plano.

Para 2013 estão previstas as seguintes ações:

. Concluir o alinhamento do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação - PAN Brasil até junho de 2013.

. Definir a estratégia financeira para as ações de crédito e fomento com o Banco do Nordeste, para que o mesmo possa viabilizar a utilização dos recursos do Fundo Clima nas ações para o combate à desertificação.

- **Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Adaptação visa à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM e seu grupo executivo - GEx, como fóruns de governança para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, deverão se articular com órgãos relevantes na Agenda de Adaptação, como o Ministério de Integração Nacional, responsável pelo Sistema Nacional de Defesa Civil.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, previsto para ser concluído em Junho de 2013, incluirá o processo de construção do Plano de Adaptação. O GEx será o fórum de formulação desta iniciativa e conduzirá os trabalhos ao longo do ano.

O Plano Nacional de Adaptação deverá servir de marco institucional para articulação e coordenação entre órgãos do Governo Federal, entes subnacionais e sociedade civil visando reduzir os riscos e vulnerabilidades decorrentes da mudança do clima.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	12/12/2012	26,2
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	12/12/2012	7,4
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	12/12/2012	8,2
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	12/12/2012	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	12/12/2012	8,9
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	12/12/2012	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	12/12/2012	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	20/06/2011	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/08/2011	50,84
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	01/02/2012	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	08/07/2011	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	21/11/2011	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	31/12/2012	30
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	31/12/2012	46

Observações:

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica - A redução do índice entre 2010-2012 não indica redução da área coberta por unidades de conservação, mas sim maior acuidade dos dados, processo que terá continuidade como etapa de qualificação e atualização das informações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa - A redução do índice entre 2010-2012 não indica redução da área coberta por unidades de conservação, mas sim maior acuidade dos dados, processo que terá continuidade como etapa de qualificação e atualização das informações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa, que contribuem para o alcance desse objetivo, a saber:

- Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) – O PPBio tem quatro eixos de atuação, alavancados a partir de ações do PPA, para alcançar o objetivo central: (i) o apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota; (ii) o apoio à manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções ex situ); (iii) o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade; (iv) o desenvolvimento de ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade. No período de 2009 a 2012, em resposta ao Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009, foram apoiadas três redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental abrangendo oito projetos de pesquisa e seis instituições coordenadoras (INPA, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); uma na Amazônia Oriental com seis projetos e cinco instituições coordenadoras (MPEG, UFOPA, UEMA, UNEMAT e UFT); e uma no Semiárido, com oito projetos e quatro instituições coordenadoras (UEFS, UESC, UFS e UFRN). Essas redes de pesquisa são avaliadas anualmente por consultores ad hoc, em parceria com o MCTI e o CNPq, sendo que a última avaliação ocorreu em 29 e 30 de agosto/2012. Constatou-se que o Programa tem apoiado o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e grupos de pesquisa uma vez que parte dos recursos destina-se à aquisição de material permanente e equipamentos. O PPBio tem fortalecido a ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções ex situ) das Regiões Norte e Nordeste por meio da Ação 8963 do Plano Plurianual. Além disso, tem-se investido na formação de recursos humanos por meio do aporte de até 30% do valor dos projetos para bolsas. As ações do PPBio também envolveram a promoção de cerca de 60 eventos, compreendendo cursos, treinamentos, oficinas, seminários e simpósios para funcionários de agências ambientais, grupos comunitários, estudantes, pesquisadores e professores de pós-graduação. Outro aspecto importante foi a publicação de mais de 120 artigos, 4 livros, 30 capítulos de livros e 16 guias de identificação de espécies. O PPBio tem contribuído também para a gestão da informação, por meio da avaliação das coleções biológicas, do desenvolvimento de banco de dados e da manutenção de homepages com conteúdo educativo e científico. Com o intuito de expandir o PPBio a todos os biomas brasileiros, foi lançada, em 1º de outubro/2012, a Chamada MCTI/CNPq/N º 35/2012 – PPBio/Geoma, para apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. Como resultados, foram contratadas 7 redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, duas no Cerrado e uma nos Campos Sulinos.

- Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) - Como primeira ação da Rede, foi lançado o Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010, contemplando três linhas de pesquisa: Ciência, Tecnologia e Inovação para Sustentabilidade da Região Centro Oeste; Bioeconomia e Conservação dos Recursos Naturais; Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Biotecnológicos. Como resultados desse Edital, foram contratadas 16 redes, envolvendo 101 projetos de pesquisa, cuja execução deverá ocorrer no período de 2010 a 2013. Para a formação de recursos humanos, foi estruturado um programa de pós-graduação multi-institucional, em nível de doutorado, que integra os quatro estados da Região Centro Oeste, sendo as áreas de concentração Biotecnologia e Biodiversidade. Até o momento, verificou-se, por meio das avaliações anuais realizadas por consultores ad hoc, MCTI e CNPq, que houve o envolvimento de mais de 500 pesquisadores e 300 alunos, disponibilização de aproximadamente 190 bolsas pelo Programa e publicação de mais de 100 artigos científicos. Os principais impactos incluem: formação de recursos humanos, principalmente de mestres e doutores, em áreas estratégicas; formação de empreendedores com atuação na criação e desenvolvimento de empresas de biotecnologia no Centro Oeste brasileiro; estabelecimento de infraestrutura única na Região Centro Oeste para estudos de escalonamento de produção de biofármacos; sustentabilidade da produção agrícola e redução do risco ambiental no Cerrado com menor

uso de agrotóxicos; identificação e agregação de valor às espécies vegetais do cerrado de plantas, garantindo sua conservação e o desenvolvimento sustentável para futuros fitoterápicos do cerrado.

- Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal - Desde 2008, o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) executa o terceiro Termo de Parceria (TP) com o MCTI com a continuidade do Projeto "Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal" que visa à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, à formação de recursos humanos e ao apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas. Cabe explicitar que o CPP tem contribuído para redução das assimetrias regionais em ciência e tecnologia e beneficiado a sociedade pantaneira. No segmento político, o CPP colaborou no desenvolvimento de leis e regulamentações adequadas ao Pantanal. Também identificou problemas e buscou a implementação de projetos que visam à melhoria do desempenho e competitividade da carne do Pantanal, dentro dos princípios de sustentabilidade; apoiou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso na elaboração de um marco regulatório sobre a questão da "Limpeza de Campo no Pantanal"; auxiliou o trabalho do CONAMA na discussão sobre marcos regulatórios para áreas úmidas; apoiou a elaboração da Lei de Gestão do Pantanal pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso; participou da redação de um artigo na Lei de Pesca de Mato Grosso do Sul; e apoiou a implantação de um sistema de monitoramento da pesca em MT (SEMA). Ademais, está em fase adiantada o desenvolvimento de um bioinseticida natural – a partir de uma planta nativa no Pantanal - que poderá contribuir substancialmente para a melhoria da saúde da população, ao mesmo tempo em que contribuirá para a redução dos impactos ambientais gerados pelo emprego de pesticidas. O produto tem ação contra o Aedes aegypti, podendo auxiliar no combate à dengue. A Rede Pesca tem desenvolvido produtos oriundos de pescado do Pantanal (cachara e pacu) como nuggets, fishburgers, quibes, filés defumados e patês. Os resultados preliminares demonstram que os produtos possuem qualidade e segurança. Entretanto, um estudo de mercado mais aprofundado ainda deve ser realizado. Vale, ainda, destacar que as ações desenvolvidas foram fundamentais para a implantação dos cursos de Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade e de Mestrado em Química na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e de Mestrado em Biotecnologia na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Em 2012, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Termo de Parceria e um Workshop de Avaliação Científica das redes Pecuária, Pesca e Bioprospecção. Além disso, foi celebrado, em dezembro/2012, um novo Termo de Parceria com o MCTI para execução do Projeto "Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental", com vigência de 2012 a 2015. Esse projeto pretende contribuir para a sustentabilidade socioeconômica e ecológica da planície pantaneira, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta refere-se a todos os programas de governo nessa área e são de difícil compilação até a completa implantação do SIB-Br (ação 10GO).

  Apurou-se 398.865 espécimes coletadas. Verificou-se incremento substancial nos registros da base de dados do Species Link , onde houve aumento de 85% das coleções catalogadas e abertas à comunidade, com um número de dados cada vez mais expressivo com georeferenciamento adequado (data cleaning) e mais de 5.7 milhões de registros online. Destaque para o PPBio com número de registros online de mais de 320 mil espécimes.

  Quantidade alcançada

  398.865

  Data de Referência

  06/02/2013

- **Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada,**

integrada e compartilhada

Análise Situacional da Meta

As coleções de referência de invertebrados terrestres cresceram em mais de 100% entre 2011 e 2012. Foram mais de 740 mil registros disponibilizados dos quais 332.650 estão adequadamente georreferenciados para os invertebrados terrestres. Para invertebrados aquáticos no mesmo período a base de dados do CRIA cresceu em 200% no número de dados disponibilizados online e 150% no número de informações georreferenciadas. Em termos brutos os registros online de invertebrados aquáticos que em 2011 eram de 50,3 mil registros chegaram a mais de 77 mil em 2012.

Quantidade alcançada

800.000

Data de Referência

06/02/2013

- **Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A meta proposta é de difícil aferição considerando a complexidade da diversidade biológica brasileira, todavia há dados promissores quanto à evolução das coleções e sua avaliação taxonômica. A Flora foi completada em 2011 e a Fauna começará em 2013.

São 4 milhões de registros de plantas e fungos disponibilizados online pelo species link, destes mais de um milhão tem georreferenciamento adequado. São mais de 500 mil registros de vertebrados cadastrados e disponibilizados online nesta base de dados.

- **Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado edital para estruturação de coleções via CNPq. Este processo é contínuo e vem sendo ampliado junto ao PPBio e ao SIB-BR, mas as metas são medidas na forma de evolução em relação ao tempo e não em porcentagem do total de coleções. Assim sendo, o progresso tem sido considerável e tem sobrepujado as metas numéricas estabelecidas tanto na inserção quando na qualidade da informação inserida no species link.

Em 2011 cerca de 30% das coleções biológicas estavam protegidas adequadamente e foram executados os investimentos dos editais de 2009 e 2010, que apoiaram coleções em 43 instituições pelo PPBio e pelas redes Bionorte, Pró-Centro-Oeste, ComCerrado e BrBOL.

Em 2012, foram lançados três editais para seleção de projetos. A Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) lançou edital que apoiou sete coleções. A Chamada CNPq/MCTI nº 35/2012 aprovou apoio a cinco redes com investimento nas coleções de 27 instituições envolvidas. Houve ainda a chamada CNPq/MCTI nº 45/2012 que recebeu 203 propostas, dos quais 124 foram recomendadas para aprovação pelo comitê ad hoc e 20 foram financiadas em função dos recursos disponíveis.

Em suma, em 2011 foram apoiadas 43 instituições e suas coleções e 54 em 2012, representando um aumento de cerca de 8% em relação ao estágio anterior.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

06/02/2013

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Já nesse primeiro ano de implementação das ações visando atualizar o marco regulatório sobre a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira, conforme os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, houve alguns avanços.

Em relação à atualização de marco legal para a conservação da biodiversidade, as normativas relacionadas à biossegurança estão sendo discutidas em um Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS da Câmara dos Deputados, que deverá analisar a situação e uso dos transgênicos no Brasil, tendo em vista a necessidade de critérios na liberação dos transgênicos e de uma avaliação das consequências do uso desses organismos. Ainda sobre o tema, o MMA pretende publicar a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, cujo texto já foi aprovado pela Resolução Conabio nº 5, de outubro de 2009, a fim de internalizar no país sua consolidação e a sua implementação nas diferentes esferas do poder público.

Sobre o Protocolo Suplementar Nagoia-Kuala Lampur, há intenso debate sobre a responsabilização e compensação decorrentes de movimentos transfronteiriços de organismos geneticamente modificados causadores de danos ao meio ambiente e biodiversidade.

Em relação ao marco relacionado à internacionalização das Metas de Aichi e elaboração de plano de ação 2011-2020, está sendo promovida a revisão e atualização da Estratégia e do Plano de Ação Nacional de Biodiversidade. Durante o ano de 2011 houve a contribuição da sociedade para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade, as quais foram submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que ainda está analisando as propostas de metas nacionais. Em paralelo, o MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento, está trabalhando na elaboração do Plano de Ação Governamental, com o propósito de propiciar o atingimento das metas de Aichi por meio da participação ativa de vários Ministérios.

A respeito das normativas que tratam de conservação e de uso sustentável, e conforme definição do Decreto 4.340/2002, que regulamenta dispositivos da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o Ministério do Meio Ambiente deverá propor a regulamentação de cada uma das 12 categorias de unidade de conservação. Em 2012, foram discutidas propostas de regulamentação para a categoria reserva extrativista e para as zonas de amortecimento das unidades de conservação. Para o ano de 2013 estão previstas discussões sobre a categoria de área de proteção ambiental, além de outros dispositivos da mesma lei que trata da proteção e da gestão das unidades de conservação e pagamentos por serviços ecossistêmicos.

Em relação ao objetivo de repartição de benefícios, está em discussão avançada, uma proposta de um novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com órgãos federais, com setores da indústria e com provedores de patrimônio genético. Em 5 de junho de 2012, foi enviado ao Congresso Nacional, pela Presidência da República, o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque. O Protocolo de Nagoia constitui um importante passo no sentido de permitir maior segurança jurídica, inclusive em nível internacional, em relação às regras que regem as negociações entre provedor dos recursos genéticos, detentores de conhecimentos tradicionais associados e os usuários que potencialmente podem os transformar em produtos comerciais de alto valor econômico. Estima-se que ele deverá entrar em vigor até 2014 em nível mundial.

Metas 2012-2015

- **Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal**

  Análise Situacional da Meta

  A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de

Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB.

A Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105/2005, ampliou, por exemplo, as competências do CTNBio, de modo a (i) Proceder à avaliação de risco, caso por caso, relativamente a projetos e atividades com OGMs e derivados; (ii) Estabelecer critérios de avaliação e monitoramento de riscos de OGMs e derivados; (iii) Emitir decisão técnica, caso por caso, sobre a segurança do OGM ou derivado no âmbito de pesquisa e liberação comercial; (iv) Identificar as atividades com OGMs e derivados potencialmente causadoras de degradação ambiental ou de riscos à saúde humana. Como as decisões da CTNBio têm caráter vinculante para os órgãos de fiscalização com relação à biossegurança do OGM avaliado (Art. 14, § 1º, da Lei nº 11105/2005), isso fez com que setores da sociedade entrassem no STF com uma ADIN para questionar vários artigos da Lei, já que, no entendimento dessas instituições, a Lei nº 11.105 retira atribuições constitucionais de órgãos, caso dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, especificamente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

De acordo com a Lei 11.105, cabe à CTNBio "identificar atividades e produtos decorrentes do uso de OGM e seus derivados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente ou que possam causar riscos à saúde humana" e não mais aos órgãos reguladores do meio ambiente ou da saúde. Quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, por exemplo, a decisão técnica da CTNBio vincula os demais órgãos e entidades da administração. Ao órgão competente do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, cabe agora emitir autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam OGM e seus derivados somente quando liberados nos ecossistemas naturais, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei, e, no caso do licenciamento, o órgão regulador poderá se manifestar somente nos casos em que a CTNBio deliberar, na forma da Lei nº 11.105, que o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.

Recentemente, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS, aprovou a criação de um grupo de trabalho (GT) para analisar os impactos dos OGMs e seus derivados na saúde humana e no meio ambiente, além de acompanhar as ações dos órgãos governamentais em cumprimento à Lei de Biossegurança.

O MMA acompanha com interesse a discussão desse tema, já que se não houver os devidos cuidados, OGMs liberados no meio ambiente poderão contaminar componentes da diversidade biológica, a exemplo das variedades crioulas e espécies silvestres aparentadas às espécies geneticamente modificadas liberadas no meio ambiente.

- **Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur**

Análise Situacional da Meta

A aprovação do Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação, ocorrida durante a 10ª Conferência das Partes – COP, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em Nagoia, no Japão, resgata um dos importantes compromissos assumidos pelo países Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Essa negociação, iniciada em 2004, foi concluída apenas em 2010 durante a 10ª COP, da CDB. De acordo com o Artigo 27 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a "Conferência das Partes, atuando na qualidade de reunião das Partes do presente Protocolo, adotará, em sua primeira reunião, um processo em relação à elaboração apropriada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos que resultem dos movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados, analisando e levando em devida consideração os processos em andamento no direito internacional sobre essas matérias e procurará concluir esse processo em um prazo de quatro anos".

Apesar do prazo para a conclusão dessa difícil negociação ter sido maior do originalmente negociado (seis anos), foi muito importante que os países Partes do Protocolo lograssem um consenso no que diz respeito à regulamentação do artigo 27 do Protocolo.

O Artigo 1º, que se refere aos objetivos do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, estabelece que: "De acordo

com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o objetivo do presente Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços".

Vale ressaltar que todas as ações referentes ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança tem como meta alcançar o desenvolvimento sustentável sem, obviamente, afetar compromissos assumidos no âmbito de quaisquer outros acordos internacionais em vigor, o que não significa, todavia, que tais disposições tenham por propósito subordinar o presente Protocolo a outros acordos internacionais.

A regulamentação do Artigo 27 trata de um dos temas mais desafiantes no que diz respeito à implementação do Protocolo, já que se refere à Responsabilidade e Compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de organismos geneticamente modificados, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. Há intensa controvérsia internacional sobre o assunto e no âmbito interno os órgãos federais competentes estão avaliando o Protocolo e as consequências da possível ratificação.

- **Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação**

Análise Situacional da Meta

Durante a COP 10 - 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em outubro de 2010, em Nagoia, Japão, foi aprovado o novo Plano Estratégico para o período 2011 a 2020 (decisão X/2). O Plano Estratégico da CDB apresenta 20 metas globais, chamadas de "Metas de Aichi de Biodiversidade", organizadas em cinco objetivos estratégicos, definidas com o objetivo de diminuir as taxas de perda da biodiversidade no mundo. Nesse sentido, em abril de 2011, o Ministério do Meio Ambiente lançou a iniciativa "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020", em parceria com UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Os Diálogos constituíram-se num momento de revisão e atualização da Estratégia e do Plano de Ação Nacional de Biodiversidade coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de ampla consulta à sociedade brasileira, que contou com a realização de reuniões junto aos setores da sociedade (indústria, governos, academia, povos indígenas e comunidades locais e organizações não-governamentais ambientalistas) sobre suas propostas de metas nacionais de biodiversidade, tendo como referencial internacional as metas aprovadas na COP10. O objetivo era a elaboração de um documento contendo as visões de todos os setores que, consolidado, deveria ser o conjunto de metas brasileiras de biodiversidade a serem alcançadas até 2020 e que permitiriam a construção de uma estratégia acordada socialmente para o alcance das Metas de Aichi e para a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 no Brasil. O resultado dessas consultas foi consolidado e disponibilizado em uma consulta pública entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, para que mais setores e pessoas pudessem contribuir com sua visão. O resultado deste processo foi considerado como a contribuição da sociedade para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade e submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que ainda está analisando as metas nacionais, e deverá finalizá-la possivelmente no primeiro semestre de 2013. O MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento está trabalhando na elaboração do Plano de Ação Governamental, com o propósito de propiciar o atingimento das metas de Aichi por meio da participação de vários Ministérios.

- **Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais**

Análise Situacional da Meta

Quanto à normativa de regulamentação da lei de Pagamento de Serviços Ambientais, enquanto o Projeto de Lei nº 792/2007 permanece em discussão na Câmara dos Deputados, o MMA está conduzindo discussões sobre a valoração de serviços ecossistêmicos e da biodiversidade como forma de aportar subsídios às discussões no Congresso. Após a

sanção da Lei, o MMA irá trabalhar para a redação de normativa visando sua regulamentação.

- **Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras**

  Análise Situacional da Meta

  As espécies exóticas invasoras envolvem uma agenda bastante ampla, com ações multidisciplinares e interinstitucionais. Ações de prevenção, erradicação, controle e monitoramento são fundamentais e exigem o envolvimento e a convergência de esforços dos diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal envolvidos no tema, além do setor empresarial e das organizações não-governamentais. O governo brasileiro iniciou em 2001, por meio do Ministério do Meio Ambiente, e em estreita articulação com outros setores do governo federal e da sociedade civil, uma série de ações relacionadas à prevenção de novas introduções, à detecção precoce, à erradicação, o controle/manejo e o monitoramento de espécies exóticas invasoras que podem afetar os ecossistemas, os habitas e as espécies nativas.

  Nesse contexto, a Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, decidiu, em agosto de 2006, criar, por meio da Resolução CONABIO nº 49, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras - CTPEEI.

  A CTPEEI tem como objetivos propor: (i) a uniformização dos termos a serem empregados no tratamento das espécies exóticas invasoras; (ii) a realização de diagnósticos visando identificar a ocorrência e a distribuição de espécies exóticas invasoras e avaliar seus impactos ao meio ambiente e à saúde humana; (iii) a elaboração, publicação e a revisão periódica de Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras da flora, da fauna e de microrganismos que ameaçam os ecossistemas terrestres, o ambiente marinho, as águas continentais, os sistemas de produção e a saúde humana; (iv) a criação, implementação e gerenciamento de um banco de dados que permita o acompanhamento da situação de cada espécie; (v) estratégias para um sistema de monitoramento, prevenção, controle, mitigação e erradicação das espécies exóticas invasoras no território brasileiro, com a efetiva participação dos órgãos da esfera federal, estadual e municipal e; (vi) atos normativos com vistas a estabelecer suporte legal à elaboração e implementação de medidas para o monitoramento, manejo, controle ou erradicação dessas espécies.

  Uma das primeiras prioridades da CTPEEI foi a elaboração da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Após aprovado pela CTPEEI, a Estratégia foi submetida à CONABIO, que a aprovou por meio da Resolução nº 5, de outubro de 2009.

  A Estratégia prevê o estabelecimento de ações prioritárias a serem desenvolvidas e/ou apoiadas pelo MMA, ou por meio de suas vinculadas, IBAMA, ICMBio e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, bem como por outros órgãos do Governo Federal, com recomendações dos mecanismos de ação a serem empregadas na prevenção, erradicação, mitigação e controle de Espécies Exóticas Invasoras, sejam exóticas ao país ou ao ecossistema.

  A Estratégia Nacional deverá contribuir decisivamente para a prevenção de novas introduções, bem como para a mitigação dos impactos decorrentes da presença de espécies exóticas invasoras aos diferentes biomas do país ou às suas diferentes bacias hidrográficas. A Estratégia Nacional será fundamental para orientação das três esferas do poder público, no trato das questões relativas às espécies exóticas invasoras. Obviamente, legislações específicas serão necessárias para prevenir ou diminuir a introdução e a movimentação de exóticas invasoras dentro do país.

  Além de representar um importante instrumento para a internalização e implementação no país do artigo 8(h) da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Estratégia se traduz ainda em uma efetiva ferramenta que o país dispõe para a consecução das determinações das Decisões V/8, VI/23 e IX/4, das Conferências das Partes, da CDB.

  A implementação da Estratégia envolverá a condução de um plano de ação para garantir que a mesma produza resultados para o qual foi estabelecida.

- **Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil tem em mãos a oportunidade para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento próprio na área de saúde e de uso de plantas medicinais e de fitoterápicos, que prime pelo uso sustentável dos componentes da biodiversidade, alinhado com o conhecimento sobre sua diversidade genética e sua diversidade cultural, e que respeite

os princípios éticos e de compromissos internacionais assumidos, principalmente da Convenção sobre Diversidade Biológica, e promova a geração de riquezas com inclusão social. Este modelo deverá ter como premissa o respeito aos princípios de qualidade, eficácia e segurança na saúde pública, e a conciliação de desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental, tanto no âmbito local como em escala nacional.

Tal modelo deverá também reconhecer e promover a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais, desde o uso caseiro e comunitário, passando pela área de manipulação farmacêutica até a fabricação industrial de medicamentos. Essencialmente, deverá respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional, e contemplar interesses diversos, desde aqueles das comunidades locais até o das grandes indústrias nacionais, passando por uma infinidade de outros arranjos de cadeias produtivas do setor de plantas medicinais e fitoterápicos. O respeito às diversidades e particularidades regionais e ambientais também deve ser outro princípio norteador deste modelo.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF (Decreto nº 5.813/06), instrumento legal que traz em seu bojo essa questão, tem entre seus objetivos específicos a ampliação das opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde. A partir da publicação do seu Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial nº 2960/08), considerou-se de extrema relevância o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na construção de um marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no país.

Destacam-se, nesse contexto, dentre outros, as seguintes diretrizes da PNPMF:

“10. Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.

11. Promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos, segundo legislação específica.

12. Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético.”

A partir dessas diretrizes, ficou definido, no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos a necessidade de se elaborar um marco regulatório específico, voltado às diversas experiências desenvolvidas em todo o País, baseadas em saberes e práticas tradicionais e populares, que envolvem agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e comunidades locais, tanto no uso dos recursos da biodiversidade para recuperação e manutenção da saúde por integrantes dessas comunidades, bem como no oferecimento e disponibilização de seus conhecimentos, saberes, práticas e produtos desenvolvidos para a população em geral, com garantia de acesso seguro e racional.

Nesse sentido, a elaboração de uma legislação específica para o uso tradicional e popular, a partir da biodiversidade, agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, e dos conhecimentos tradicionais e populares existentes nos biomas brasileiros tem como objetivo a criação de um marco regulatório que possa abarcar as diversas experiências desenvolvidas nos vários biomas que tem com base o uso tradicional e popular de plantas medicinais e fitoterápicos, adotando um enfoque amplo para essas práticas, saberes e seus produtos, que não se enquadram na legislação vigente de medicamentos, e que assim não devem ser tratados. Assim deve-se tratar dos conceitos envolvidos no tema, do enfoque a ser dado, e da abrangência relacionada. O marco regulatório deve também dar as bases legais para a regulamentação necessária a proteção das práticas e experiências, bem com valorizar e promover o seu desenvolvimento, com modelo de inclusão social e produtiva e de desenvolvimento regional sustentável. Os itens a serem abordados na proposta de legislação devem ser: i) Conceito e definições relativas ao uso tradicional e popular de plantas medicinais; ii) Enfoque a partir das experiências desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com os diversos níveis de complexidade da cadeia produtiva; e iii) Abrangência a partir dos biomas brasileiros, com base nas suas espécies nativas e nas exóticas adaptadas que compõem a agrobiodiversidade em cada bioma.

No momento o assunto relativo a essa meta está em discussão no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e

Fitoterápicos.

- **Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A proposta da ratificação para implementar o Protocolo de Nagoia de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios foi realizada em parceria com os órgãos federais competentes. O Protocolo de Nagoia constitui um importante passo. Estima-se que ele deverá entrar em vigor até 2014 a nível mundial. Sua maior contribuição será de dar maior segurança jurídica internacional em relação às regras que regem as negociações entre provedor dos recursos genéticos, detentores de conhecimentos tradicionais associados e os usuários que potencialmente podem os transformar em produtos comerciais de alto valor econômico.

Mediante a instituição do princípio de realização de acesso com a necessária repartição de benefícios, além da transferência de tecnologias, temos a perspectiva concreta de contribuir com a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes, a manutenção da floresta em pé e o fornecimento de meios para a sustentação ao longo do tempo da diversidade social brasileira.

No projeto "Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia: um novo cenário para o acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios" grandes avanços foram obtidos, incluindo o Seminário Internacional Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia: um novo cenário para o acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios. Este evento contou com o apoio adicional da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Estes resultados foram apresentados durante Rio + 20 em junho de 2012.

O envio ao Congresso Nacional pela Presidência da República do texto do Protocolo de Nagoia para ratificação iniciou um processo de discussão interno no Poder Legislativo que deverá propiciar uma ampliação do número de atores sociais formadores de opinião envolvidos com a temática.

- **Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A proposta do novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade está sendo elaborada em parceria com os órgãos federais competentes, com setores de indústria e os provedores do patrimônio genético.

- **Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

Análise Situacional da Meta

A Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, prevê 12 categorias de manejo de unidades de conservação (Parque, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural, Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna, Floresta e Reserva Particular do Patrimônio Natural). Segundo o Decreto 4.340/2002, que regulamenta dispositivos da Lei 9.985/2000, o Ministério do Meio Ambiente deverá propor regulamentação de cada categoria de unidade de conservação.

Há ainda outros dispositivos da Lei 9.985/2000 que necessitam ser regulamentados, relacionados à proteção e gestão da unidade de conservação e a pagamentos por serviços ecossistêmicos.

No ano de 2012, foram discutidas propostas de regulamentação para a categoria reserva extrativista e para as zonas de amortecimento das unidades de conservação.

No ano de 2013, está prevista a discussão da regulamentação da categoria área de proteção ambiental, e pagamento pelos serviços ecossistêmicos relativos à produção de água para abastecimento urbano e produção de energia elétrica (art. 47 e 48 da Lei 96.985/2000)

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Por meio da Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobidiversidade-PNPSB, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Visando garantir o uso sustentável das espécies extrativistas por povos e comunidades tradicionais foram identificadas 30 espécies prioritárias para elaboração de diretrizes de boas práticas de manejo sustentável. Das 16 diretrizes elaboradas, 10 estão em processo de publicação. As demais serão elaboradas em 2013.

Em reconhecimento ao potencial natural e sociocultural da biodiversidade brasileira, o MMA em parceria com outros Ministérios, articula parcerias com os órgãos estaduais e as organizações da sociedade civil para implementação de ações integradas que fortaleçam a economia do extrativismo. Foram definidas 13 cadeias produtivas e 18 Arranjos Produtivos Locais da Sociobiodiversidade - APLs para serem trabalhados, buscando a integração das políticas públicas nos territórios e fortalecimento dessas cadeias prioritárias. Para tanto, 12 instituições locais foram contratadas para mobilizar e articular localmente a dinamização dos APLs em 7 estados.

A propósito, foram cadastradas 16.796 famílias de populações tradicionais em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais; e celebrados 3 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso a 1.350 famílias extrativistas.

Como estratégia de ampliação das políticas voltadas ao setor extrativista, em 2012 foi instituído grupo de trabalho envolvendo MMA, MDA, MDS, MPOG, INCRA, ICMBio e as organizações da sociedade civil CNS, GTA e CONFREM para elaborar o Plano de Ação Nacional para o Fortalecimento do Extrativismo. Este Plano objetiva promover acesso aos territórios com infraestrutura e ações concretas de inclusão social e fomento à produção sustentável em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Projetos de Assentamento Diferenciados.

No âmbito do programa Brasil Sem Miséria instituído pelo Dec. 7.492/2011, cujo objetivo é retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R$70,00, o programa Bolsa Verde, instituído pela Lei 12.512/2011, visa incentivar o uso sustentável dos ecossistemas e a valorização dos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais. Este é um diferencial por aliar aspectos sociais e ambientais, procurando reconhecer e compensar os serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O Programa prevê a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com periodicidade trimestral às famílias beneficiárias, por um prazo de dois anos. Em 2012, o programa atingiu cerca de 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

Em consonância, na perspectiva de construção de ações estratégicas que visem à elaboração de medidas para facilitar o processo de transição para uma agricultura de base ecológica foi instituída por meio do Decreto nº 7.794/2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Esta iniciativa busca elevar o patamar de proteção dos estoques de capital natural e de sustentabilidade da agropecuária brasileira, construindo alternativas para redução da contaminação de alimentos e redução da dependência de insumos externos. Em 2013 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo será finalizado. Ele constitui-se como um instrumento central na implementação da

Política, pois integra ações e medidas estratégicas para sua execução.

Dentre as ações previstas na PNAPO podemos destacar a proposta de melhoria na sistematização do conhecimento sobre projetos e equipes vinculados à agricultura de base ecológica na Embrapa com ênfase na agrobiodiversidade. O MMA iniciou, em setembro, diálogos com a Embrapa e com a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a elaboração de um projeto que visa mapear as iniciativas de manejo da agrobiodiversidade no Brasil. Este projeto deverá ser desenvolvido em 2013.

Metas 2012-2015

- **Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. No ano de 2012, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril.

  O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012) no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG, que também auxiliou na organização do evento.

  No ano de 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

  No ano de 2013, pretende-se instalar o Comitê Nacional de Implementação do Projeto, que será responsável pela coordenação geral do projeto, definição das atividades e aprovação dos recursos financeiros, e contará com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); da Saúde (MS); e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

  Em 2013, também se pretende negociar e estabelecer parcerias com universidades para o início das atividades de caracterização nutricional de espécies nativas priorizadas na iniciativa "Plantas para o futuro".

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

  Análise Situacional da Meta

  Foram celebrados 03 (três) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso para 1.350 famílias extrativistas.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  29/11/2012

- **Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi realizado o manejo de cerca de 10 milhões de filhotes de quelônios nos seguintes estados: Pará,

Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima. Para 2013 espera-se a inclusão de mais estados no programa, bem como o aumento no número de áreas de monitoramento.

Quantidade alcançada

10.000.000

Data de Referência

16/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	10.000.000	unidade	10.000.000	16/01/2013

- **Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram efetuadas diversas articulações com entre órgãos de governo e instituições da sociedade civil com objetivo de construir parcerias para implementação desta meta.

Está previsto para o início de 2013 a assinatura de um termo de cooperação entre a Embrapa, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, para o desenvolvimento de um projeto que visa sistematizar as diferentes experiências em P&D em agrobiodiversidade realizadas pelas instituições públicas de pesquisa, universidades e organizações sociais.

Na metodologia está previsto serem adotados dois tipos de redes neste projeto: temáticas e territoriais. As redes temáticas, como o nome indica, têm num determinado tema, questão, problema ou política, o elemento que justifica a sua organização e em torno do qual gravitam os atores participantes. As redes territoriais, por seu turno, têm num determinado território o ponto comum de aglutinação dos parceiros. As ações principais previstas para estas redes referem-se à troca de informação no âmbito da produção cientifica e desenvolvimento tecnológico, no intercâmbio de informações e conhecimentos, no acompanhamento de eventos gerais ligados a pesquisa, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, políticas públicas, agroecologia, agrobiodiversidade entre outros e na promoção de processos de formação e capacitação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

16/01/2013

- **Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Análise Situacional da Meta

O MMA está desenvolvendo um estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica), de forma a compatibilizar com a conservação da biodiversidade aquática. Outras sub-bacias da região amazônica poderão ser avaliadas a partir de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Análise Situacional da Meta

Na meta em questão foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Espécie 1: Elaboração do plano de manejo de javali - norma e comitê formados em 2012 e publicação da IN 03/2013

Espécie 2: Em 2012 foram iniciadas as tratativas para a construção do plano de manejo da capivara - término previsto para dezembro de 2013.

Espécie 3: Ampliação do Programa Quelônios da Amazônia para mais dois estados brasileiros; em 2012 foi iniciada

capacitação no estado do Tocantins. Previsão de término (dois estados): dezembro de 2014.

Espécie 4: Jacaré-do-pantanal: início de tratativas com o ICMBio para elaboração de norma conjunta de manejo dessa espécie. Previsão de término: dezembro de 2013.

Espécie 5: Minhocuçu - plano de manejo elaborado no ano de 2013, em análise jurídica.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

07/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	1	07/02/2013

- **Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, durante a Rio + 20 foi lançado o Portal Yapdê, uma plataforma virtual com o cadastro de entidades representativas e de apoio aos povos e comunidades tradicionais e informações sobre esses segmentos. Em 2013 será realizada uma contratação para ampliar o banco de dados.

- **Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ainda não foram elaborados Planos de Desenvolvimento. Em 2013 será realizado o II Grande Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivo de avaliar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- **Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 5 projetos dos quais 3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres (pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral); e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

29/11/2012

- **Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Os APLs apoiados englobam os seguintes produtos e estados:

1 - pequi (MG),

2 - pinhão (PR),

3 - umbu e licuri (BA),

4 - piaçava (BA),

5 - pequi e babaçu (CE),

6 - babaçu (MA),

7 - buriti (PI),

8 - carnaúba (PI),

9 - castanhas e óleos(andiroba e copaíba) PA-BR 163),

10 - açaí e óleos (PA-baixo amazonas),

11 - açaí (PA-Marajó),

12 - piaçaba (AM).

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	5	31/12/2012
Bioma Caatinga	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	8	unidade	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	7	unidade	2	31/12/2012

- **Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa**

Análise Situacional da Meta

O Brasil é o país de maior riqueza em diversidade total de espécies, possuindo entre 15 e 20% das espécies do planeta. Apresenta a mais diversa flora do mundo, com mais de 50 mil espécies. Esta condição nos traz, também, uma grande responsabilidade no que diz respeito à conservação desse legado. O primeiro grande desafio é conservar esse patrimônio genético, grande parte ainda desconhecida. O segundo é mapear e conhecer esse patrimônio, de fundamental importância para a segurança alimentar. O terceiro e mais complexo é idealizar um modelo de desenvolvimento que assegure a utilização sustentável desses componentes.

Nesse contexto, o MMA vem desenvolvendo uma série de ações voltadas à promoção do conhecimento da diversidade biológica brasileira e a conservação e utilização sustentável de seus componentes. Estes avanços estão em harmonia com os compromissos assumidos pelo País ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica, além de estarem também em sintonia com as negociações conduzidas pelo Brasil com vistas à sua implementação. É fundamental que o país estimule o desenvolvimento de programas de pesquisa e intensifique a implementação de ações, envolvendo os diversos setores da sociedade, para a identificação, caracterização, conservação e a busca de um melhor aproveitamento dos seus recursos genéticos.

A utilização da biodiversidade depende da disponibilidade de matéria prima e de investimentos em tecnologias e da criação de mercados. A exploração comercial de recursos genéticos requer e envolve atividades diversificadas, incluindo a pesquisa, a produção, a transformação e a comercialização de alimentos, fármacos, cosméticos, fibras, madeiras e outras matérias industriais. Nesse contexto, o MMA vem conduzindo uma série de iniciativas para a conservação, ampliação do conhecimento e promoção do uso sustentável dos recursos genéticos. Em 2011, publicou o livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul. Agora o Ministério está trabalhando para a publicação do livro referente a: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste. Este novo livro será publicado ao longo de 2013 e será uma importante contribuição para a promoção do uso da biodiversidade do Centro-Oeste brasileiro.

Espécies que até recentemente não faziam parte da mesa do brasileiro ou que, até então, eram utilizadas apenas em âmbito local, a exemplo da goiabeira serrana, começam a alcançar os mercados das grandes capitais e estão, rapidamente, se tornando novas opções para alimentação. A própria araucária, até pouco tempo utilizada apenas como opção madeireira, tem agora seu fruto amplamente explorado em diversas regiões do país e já começa a integrar, de forma definitiva, a nossa culinária.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de extrema relevância para o Brasil e para toda a humanidade, na medida em que desenvolveram ao longo de sua existência condições para sobreviver a condições extremas, como secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Apesar da promessa da biotecnologia, os melhoristas continuarão a depender de material genético convencional para o desenvolvimento de novas cultivares e altamente especializadas. Os parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas das plantas cultivadas fornecem uma importante fonte desse material.

Muitas espécies, das quais foram selecionadas as plantas cultivadas, continuam ainda sobrevivendo em condições naturais. O mesmo acontece com as espécies silvestres afins. Esse “pool” de espécies silvestres constitui os parentes silvestres das plantas cultivadas. Apesar de ainda estarem evoluindo na natureza, os parentes silvestres vivem sob regras muito diferentes em relação às culturas: sobrevivem os mais adaptados. Muitos parentes silvestres evoluíram para sobreviver à seca, às inundações, ao calor e ao frio extremos, e adaptaram-se para enfrentar as diferentes condições adversas da natureza. Frequentemente, muitas destas espécies desenvolveram resistências às pragas e às doenças que causam tantos danos às culturas afins. Estas são algumas das razões porque os parentes silvestres das plantas cultivadas e suas raças locais/variedades crioulas são de tanta importância para a humanidade.

O MMA já empreendeu uma série de ações voltadas à proteção dos parentes silvestres das culturas de algodão, amendoim, arroz, abóboras, mandioca, milho e pupunha. Agora esforços estão sendo dedicados para a conservação de parentes silvestres de outras culturas, a exemplo de maracujá, feijão, caju, pimentas, abacaxi, batata, e tomate. Nesse contexto, estão sendo conduzidas articulações com diversas instituições, particularmente Embrapa e ICMBIO, com vistas ao mapeamento da distribuição geográfica de parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas presentes em Unidades de Conservação de Proteção Integral. A partir dos resultados desse mapeamento prevê-se a implantação, dentro dessas Unidades de Conservação, de reservas genéticas voltadas à conservação de parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas de valor econômico no país, a exemplo das culturas de abacaxi, amendoim, arroz, caju, mandioca, maracujá, pimentas/pimentões e pupunha.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo promovidas 12 cadeias dos seguintes produtos da sociobidiversidade: babaçu, castanha do brasil, pequi, piaçava (BA), piacaba (AM),umbu, licuri, andiroba, copaíba, pinhão, açaí e carnaúba; por meio dos APLs, em 8 estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	5	31/12/2012
Bioma Caatinga	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	2	31/12/2012

- **Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a novembro de 2012, 9.281 famílias de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares acessaram a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Biodiversidade, comercializando os seguintes

produtos: amêndoa de babaçu, borracha, fibra de piaçava e açaí. Chegando-se ao valor de R$ 4.258.752,48 de subvenção concedida. Já o Programa de Aquisição de Alimentos operado pela CONAB, adquiriu, no período, produtos de 825 famílias com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP extrativista, cujo valor dos produtos comercializados chega R$ 3.528.171,59. Somando os dois programas chega-se a um valor R$ 7.786.924,08 de recursos aplicados e a um total de 10.106 famílias extrativistas beneficiadas por esses dois programas somente nas operações coordenadas pela CONAB.

Quantidade alcançada

10.106

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

O cadastramento de famílias das populações tradicionais beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, principalmente Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flona) consta atualmente com uma das atividades priorizadas, o que contribuiu para o alcance de aproximadamente 43% da meta em 2012.

Os desafios para realização das atividades de cadastramento, principalmente na região Amazônica, são constituídos pelo elevado custo de logística e a grande dispersão e distância entre comunidades e famílias.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	30	unidade	16	29/12/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	0	29/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	0	29/12/2012
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	0	29/12/2012
Zona costeira e marinha	4	unidade	3	29/12/2012

- **Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ**

Análise Situacional da Meta

A conservação global da biodiversidade significa maior segurança para os programas relacionados à produção agrícola e à conservação biológica, bem como para a segurança alimentar, constituindo-se em um componente essencial para o desenvolvimento sustentável e para a própria manutenção da diversidade genética das espécies com importância sócio-econômica atual e potencial.

Em relação aos recursos fitogenéticos, estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam a existência, em âmbito mundial, de cerca de 6,5 milhões de acessos de interesse agrícola mantidos em condição ex situ. Desse total, 50% são conservados em países desenvolvidos, 38% em países em desenvolvimento e 12% distribuídos nos Centros Internacionais de Pesquisa (IARCs), do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola (CGIAR). Além da condição ex situ, os recursos genéticos podem ser mantidos também na condição in situ e on farm.

Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, conservação in situ é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos.

A conservação on farm pode ser considerada uma estratégia complementar à conservação in situ, já que esse processo também permite que as espécies continuem o seu processo evolutivo. É uma das formas de conservação genética da

agrobiodiversidade, um termo utilizado para se referir à diversidade de seres vivos, de ambientes terrestres ou aquáticos, cultivados em diferentes estados de domesticação. A conservação on farm apresenta como particularidade o fato de envolver recursos genéticos, especialmente variedades crioulas - cultivadas por agricultores, especialmente pelos pequenos agricultores, além das comunidades locais, tradicionais ou não e populações indígenas, detentoras de grande diversidade de recursos fitogenéticos e de um amplo conhecimento sobre eles.

As três formas de conservação, in situ, on farm e ex situ, são complementares e formam, estrategicamente, a base para a implementação dos três grandes objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, ou seja, conservação da diversidade biológica; uso sustentável dos seus componentes; e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

Nos últimos anos ocorreram, em âmbito mundial, importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, sendo 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura, que tem como prioridades: a Conservação in situ e o Desenvolvimento; a Conservação ex situ; a Utilização dos Recursos Fitogenéticos; e a Capacitação das Instituições, e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Esse levantamento, já realizado para a Região Centro-Oeste, deve ter continuidade para as outras regiões do país. O MMA vem desenvolvendo esforços para que o país consiga, um inventário nacional das coleções de recursos genéticos mantidas nas condições in situ, on farm e ex situ. A partir de um levantamento dessa natureza, o país terá condições de definir uma estratégia para a manutenção desses recursos em âmbito nacional.

- **Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o programa atingiu 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

Quantidade alcançada

34.400

Data de Referência

29/11/2012

- **Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza**

Análise Situacional da Meta

O resultado da meta refere-se indiretamente ao conteúdo contemplado nas metas: "Promover o acesso de 100 mil famílias de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares ao mercado" e "Renumerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação....." deste mesmo Objetivo. Desse modo, sugere-se a exclusão desta Meta, a fim de se evitar duplicidade de metas e de contabilização de resultados.

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A empresa especializada para o desenvolvimento do sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados - SISGEN foi contratada ao final de 2012 e o sistema encontra-se em desenvolvimento. Foram melhorados os processos relativos à análise de processos e publicadas resoluções normativas no

âmbito do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, visando tornar os procedimentos mais eficientes e ágeis. No ano de 2013 será finalizado e validado o SISGEN e envidados esforços continuados para melhoria da gestão através de aprimoramento de instrução e análise de processos, bem como elaboração de normativas, quando pertinente. Submissão ao Congresso Nacional de proposta de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios.

Metas 2012-2015

- **60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi alcançada em 20%. O avanço desta meta é dependente das solicitações das instituições públicas em credenciar as coleções de recursos genéticos como fiéis depositárias do patrimônio genético. Expectativa até 2015 é o alcance da meta totalmente, devido ao interesse das instituições em atender a Medida Provisória e a legislação vigente sobre acesso ao patrimônio genético.

  Quantidade alcançada

  12

  Data de Referência

  05/10/2012

- **Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos**

  Análise Situacional da Meta

  Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, prioritariamente através da elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, no sentido de buscar retorno de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas**

  Análise Situacional da Meta

  A meta está em andamento e a expectativa é que os primeiros módulos sejam concluídos para validação em 2013. Desta forma, a implementação do referido sistema proporcionará a melhoria na eficiência na análise das solicitações de acesso aos recursos genéticos da biodiversidade brasileira e conhecimentos tradicionais associados.

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente, 627 espécies da fauna e 472 espécies da flora brasileiras estão ameaçadas de extinção, segundo as listas oficiais de espécies da flora e da fauna vigentes do Ministério do Meio Ambiente (Instrução Normativa MMA nº 6, de 23 de setembro de 2008, para flora ameaçada, e Instruções Normativas MMA nº 3, de 26 de maio de 2003, nº 5, de 21 de maio de 2004 e nº 52, de 8 de novembro de 2005, relacionadas com a fauna ameaçada).

O Departamento de Conservação da Biodiversidade-DCBIO do MMA está no momento analisando a nova lista de espécies ameaçadas de fauna encaminhada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO e irá fazer o mesmo com a lista de Flora, já enviada pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ. Estas análises serão enviadas à Comissão Nacional da Biodiversidade – CONABIO - para análise e aprovação e depois encaminhadas para publicação.

Ao mesmo tempo, o DCBIO esta enviando para análise jurídica e posterior publicação proposta de Instrução Normativa-IN que define as atribuições de MMA, ICMBIO e JBRJ em relação aos instrumentos para a gestão de espécies ameaçadas. Os principais instrumentos são as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas, os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção, que tem a finalidade de divulgar para a sociedade as espécies brasileiras ameaçadas de extinção, e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. A proposta define o MMA como coordenador da gestão de espécies ameaçadas, o ICMBIO como responsável pela implementação dos instrumentos relativos à fauna ameaçada e o JBRJ como responsável pelo mesmo em relação à flora ameaçada.

Metas 2012-2015

- **80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação**

  Análise Situacional da Meta

  O valor atingido de 58,8 % está dentro do esperado considerando que este levantamento considerou apenas as UC federais. A meta de 80% (= 500 espécies) é prevista para 2014 considerando todas as unidades de conservação (federais, estatuais e municipais).

  A meta deverá ser atingida com os recursos orçamentários ampliados para permitir o levantamento de dados secundários nas UC estaduais e municipais e o levantamento das espécies ameaçadas sem registro nas UC com potencial ocorrência.

  Quantidade alcançada

  58,8

  Data de Referência

  18/08/2012

- **Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora**

  Análise Situacional da Meta

  Com base na avaliação da situação de espécies indicadas em estudos de especialistas, foram realizadas propostas de exclusão de 3 espécies de Tillandsias (epífitas) do Anexo II da CITES; Proposta de inclusão de 3 espécies de tubarão martelo no Anexo II da CITES; Proposta de alteração da anotação 12 sobre Aniba rosaeodora e proposta de inclusão das espécies Carcharhinus longimanus (tubarão), Lamna nasus (tubarão) e Manta spp. (raias) no Anexo II da CITES.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção**

  Análise Situacional da Meta

  Atingiu-se 12,1% de conservação de espécies da flora ameaçadas de extinção.

  São desafios para o alcance da meta a extensão territorial brasileira, o grande número de instituições brasileiras relacionadas ao tema, a deficiência de infraestrutura e a pouca disponibilidade de recursos.

  Há necessidade de revisão dos instrumentos legais (ex. IN 06/2008), lançamento de editais para promover atividades de coleta e conservação ex situ em instituições credenciadas, elaboração protocolos e documentos com definições conceituais e metodologias. E ainda é necessário se obter ganho de escala considerando o aumento de espécies avaliadas quanto ao risco de extinção e consequentemente o aumento da lista de espécies ameaçadas.

  Quantidade alcançada

  12,1

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados**

Análise Situacional da Meta

O valor atingido de 51,1% das espécies de vertebrados com diagnóstico do estado de conservação está dentro do esperado. A meta de 100% das espécies de vertebrados avaliadas (=8.600) poderá ser atingida em 2014, conforme planejado.

Quantidade alcançada

51

Data de Referência

18/03/2013

- **Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada a Lista Vermelha de espécies candidatas, contendo as fichas técnicas com as avaliações do estado de conservação de 4.616 espécies. 106 espécies não puderam ser avaliadas devido a falta de especialistas botânicos para assegurar a validação científica dos dados organizados. Tem-se a expectativa de se obter os meios necessários para a continuidade do trabalho, de forma a alcançar a meta de avaliar o risco de extinção de toda a flora brasileira até 2020.

Quantidade alcançada

4.616

Data de Referência

18/03/2013

- **Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

O valor atingido de 44% de espécies da fauna ameaçadas de extinção com planos de ação está dentro do esperado. A meta de elaborar planos de ação para 100% das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção poderá ser atingida em 2014 (=627), conforme planejado.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

29/11/2012

- **Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

Está em discussão sobre um novo modelo de Plano de Ação de conservação de espécies da flora ameaçadas de extinção que garanta a eficácia e a escala nacional, considerando a tendência ao aumento da lista de espécies ameaçadas.

A esse respeito foram elaborados os seguintes estudos: Diagnóstico "Planejamento de Ações para a Conservação de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Brasil", contendo as principais conclusões e recomendações sobre o planejamento de ações para espécies ameaçadas da flora, e o Documento "Simpósio Planejamento de Ações para Conservação de Espécies Ameaçadas da Flora: Propostas de um modelo com novas abordagens".

Em 2012 foram elaborados planos de ação para 11 espécies da flora ameaçadas de extinção.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A realização de ações visando à promoção da biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas se mostra uma tarefa complexa, uma vez que além de instrumentos políticos adequados, faz-se necessário o desenvolvimento de

conhecimentos científicos para dar respaldo a tomada de decisões. Nesse sentido, boa parte das ações desenvolvidas em 2012 se refere a esforços de pesquisa visando à ampliação do conhecimento científico buscando o fornecimento de subsídios técnicos para o planejamento e delineamento de ações de prevenção e controle do uso da biodiversidade. Ações de manejo e monitoramento pontuais também foram realizadas durante o ano de 2012. Além disso, articulações interministeriais foram realizadas com o intuito de discutir de forma mais ampla a definição de critérios, padrões, normas e procedimentos do uso sustentável da biodiversidade. Essas discussões foram realizadas com diferentes atores e para diversos eixos temáticos, a exemplo da normatização para o ordenamento pesqueiro (MMA e MPA), da definição das espécies silvestres nativas que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação, da autorização de planos de manejo, elaboração de normativa e de procedimentos padrões para o controle da espécie exótica invasora Sus Scrofa (Javali) em território nacional (MMA e EMBRAPA). O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil realizou ações relacionadas com a coleta de dados dentro e fora de unidades de conservação estaduais e municipais no ano de 2012 (Paripueira/AL, Parque Municipal do Recife de Fora/BA, Parque Municipal de Pinaunas/BA e Tamandaré/PE). Os dados estão disponíveis no Banco de Dados do Programa e na Rede de Monitoramento Mundial de Recifes de Coral. O livro com dados de 10 anos do programa de monitoramento dos recifes de coral está em elaboração com previsão de lançamento em 2013. Foram realizados esforços de pesquisa, ações de prevenção, monitoramento e controle do uso da biodiversidade e articulações realizadas entre diferentes setores do governo no ano de 2012.

Metas 2012-2015

- **Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras**

Análise Situacional da Meta

Ações realizadas em 2012 pelo ICMBio relacionadas diretamente ao conhecimento e manejo de espécies exóticas invasoras:

1) Levantamento das espécies exóticas invasoras em unidades de conservação federais a partir de dados secundários (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, Planos de Manejo e outros). Este documento será disponibilizado on line para contribuição ampla de analistas ambientais de modo a completar a informação e publicá-la.

2) Financiamento direto de ações de pesquisa conjugadas a controle de espécies exóticas por meio de projetos aprovados na Chamada Interna de Projetos de Pesquisa da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

• Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Leucena leucocephala)

• Reserva Biológica de Guaribas (dendê – Elaeais guineensis)

• Parque Nacional da Serra dos Órgãos (diversas espécies vegetais)

• Reserva Biológica de Saltinho (diversas espécies vegetais e o saimiri)

• Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Pinus e estudo de sua relação com dinâmica de dunas)

• E, projeto do Centro de Primatas Brasileiros (CPB/ICMBio) de teste de métodos de esterilização de Callithrix jacchus.

3) Apoio a projeto elaborado pelo Governo do Estado de Rondônia para controle de búfalos da Reserva Biológica do Guaporé.

4) Lançamento da chamada de projetos de pesquisa e manejo que inclui linha específica para espécies exóticas invasoras, com previsão de R$ 250mil.

5) Lançamento da Chamada de artigos para número especial da revista Biodiversidade Brasileira – Diagnóstico e controle de espécies exóticas invasoras em áreas protegidas, com editoria a cargo de analistas do ICMBio e pesquisadores da UnB e da UERJ.

6) Elaboração de Instrução Normativa em avaliação pela Procuradoria Federal Especializada , que orienta a elaboração, submissão e aprovação de projetos relacionados ao controle e erradicação de espécies exóticas em unidades de conservação federais.

7) Em resumo, ao menos 38 unidades tiveram, em 2012, ações de pesquisa e/ou monitoramento sobre espécies exóticas

invasoras em seus territórios. Destas, 25 têm ações de manejo.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

18/03/2013

- **Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco**

Análise Situacional da Meta

Autorizado junto a Infraero 11 Planos de manejo para controle de fauna em situação problema nos aeroportos do Brasil. Foram realizadas reuniões técnicas com MAPA e EMBRAPA para elaboração de normativa e procedimentos padrões para o controle da espécie Sus Scrofa (Javali) em território nacional.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

18/03/2013

- **Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas**

Análise Situacional da Meta

Em reuniões com o MMA e MPA, foram discutidos e propostos os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento:- da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012);

- da pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada);

- desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012);

- da moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie (Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI Nº13, de 16 de outubro de 2012);

- de áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI Nº08, de 8 de junho de 2012);

- para definição dos períodos de andada do caranguejo-uçá nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (INI ainda não publicada)

- **Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre**

Análise Situacional da Meta

Foi formado Grupo de Trabalho para elaboração da Lista das espécies silvestres nativas que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação. Atualmente a normativa encontra-se disponibilizada para consulta pública antes da publicação.

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 16,9% da área terrestre e 1,5% da área marinha (mar territorial e zona econômica exclusiva) estão protegidos por unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares (CNUC/MMA, dados consolidados em 12/12/2012). Na área terrestre, estima-se que essa proteção seja de 26,2% no bioma Amazônia, 7,4% no bioma Caatinga, 8,2% no bioma Cerrado, 8,9% no bioma Mata Atlântica, 2,7% no bioma Pampa e 4,6% no bioma Pantanal.

No ano de 2012, o Governo Federal ampliou de 310 para 312 o número de unidades de conservação – UC federais, por meio da criação do Parque Nacional da Furna Feia (8.517 ha), no Rio Grande do Norte, e da Reserva Biológica de Bom Jesus (34.179 ha), no Paraná. Além disso, foram ampliadas mais quatro UC, o Parque Nacional do Descobrimento (BA), Parque Nacional dos Campos Amazônicos (AM, RO e MT), Floresta Nacional de Goytacazes (ES) e Floresta Nacional de Araripe-Apodi (CE).

Como parte das ações para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi ampliada no ano de 2012 a captação de recursos financeiros para o Sistema. Recentemente, o Brasil teve o projeto "Sistemas representativos e efetivos de áreas costeiras e marinhas protegidas" - GEF-MAR aprovado junto ao Conselho do GEF (Global Environmental Facility Fund), no valor de US$ 116 milhões. Este projeto, que deverá iniciar-se em 2013, é o primeiro voltado à conservação do ambiente marinho realizado em escala nacional e é parte de uma sequência de compromissos assumidos pelo Brasil durante a Rio+20 e no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica para a conservação dos oceanos. Para a conservação da área terrestre, o Brasil teve também o projeto "Consolidação do SNUC e proteção da fauna e flora" – GEF-TER aprovado junto ao Conselho do GEF, no valor de US$ 160,8 milhões. Este projeto terá foco nos biomas menos representados no SNUC, quais sejam: a Caatinga, o Pampa e o Pantanal.

Essas iniciativas já foram concebidas de maneira integrada para melhor execução dos recursos financeiros destinados ao SNUC, e em 2013 a execução dessas e de outras iniciativas serão unificadas com recursos provenientes da Plataforma Lifeweb, criada no âmbito da CDB com o objetivo de facilitar a implementação efetiva dos compromissos relativos à agenda de áreas protegidas assumidos no âmbito da convenção. A manifestação de interesse encaminhada pelo Governo Brasileiro, no âmbito dessa iniciativa, propõe a captação de até US$ 110 milhões.

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA iniciou seu Plano de Investimentos em 2012 para a sua segunda fase (2010/2015). Nessa fase a meta é apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de UC e a consolidação de 32 milhões de hectares em UC, bem como ampliar a capitalização do Fundo de Áreas Protegidas - FAP em US$ 70 milhões.

Para orientar ações de conservação no território brasileiro, como a criação de novas unidades de conservação, recuperação florestal e educação ambiental, está sendo revisado o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. No ano de 2012, foi finalizado o exercício para o bioma Cerrado, e no ano de 2013, objetiva-se revisar as priorizações dos demais biomas e da área marinha. Especificamente em relação à área marinha, foram identificadas áreas críticas para espécies ameaçadas marinhas no processo de ordenamento da pesca de emalhe na zona econômica exclusiva brasileira.

Em relação a outras medidas que visam promover a conservação e uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) tem se preocupado em aumentar o número de áreas protegidas designadas como Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar, como ocorrido este ano com a aprovação da designação do Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá. Com essa indicação, o Brasil passará a abrigar 12 Sítios Ramsar, totalizando mais de 6,5 milhões de hectares de área. A introdução dessas zonas úmidas na Lista da Convenção de Ramsar faculta ao Brasil a obtenção de apoio ao desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional para o adequado uso das áreas úmidas, que somente é possível através da relação entre as gestões de meio ambiente e de recursos hídricos.

Em adição, o CNZU aprovou este ano a Recomendação CNZU nº 05/2012, que elenca áreas protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios Ramsar, e estabelece a meta de designação de pelo menos dez novos Sítios Ramsar no prazo de cinco anos. Em 2013, é possível que a designação de novos Sítios Ramsar seja acima da meta estabelecida para 2015.

Em atendimento às recomendações da comissão técnica de manguezais vinculada ao CNZU, para 2013 está previsto o apoio a iniciativas de conservação e uso sustentável dos manguezais como parte de projetos-piloto. Em 2012 foram realizadas ações para conservação de manguezais, como a distribuição de materiais didáticos.

Metas 2012-2015

- **Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio**

  Análise Situacional da Meta

  Realizadas discussões em 2012 referentes à atuação dos centros no âmbito dos Planos de Ação Nacionais para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção, com reflexos diretos para as definições de adequação das suas instalações físicas. Os recursos disponibilizados em 2012 não foram suficientes para o avanço nas adequações dos Centros de Pesquisa do Instituto.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi finalizada a atualização das áreas e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade dos biomas Cerrado e Pantanal. Para o bioma Caatinga foi iniciado o processo de contratação de pessoa jurídica que irá realizar o trabalho técnico sob coordenação do MMA. Para o bioma Mata Atlântica, foram realizados estudos que subsidiarão a atualização das áreas prioritárias para este bioma. Ainda há necessidade de se iniciar os estudos para o bioma Pampa e Amazônia. A meta alcançada em 2012 está dentro do esperado. Espera-se que até o final de 2015 teremos todos os biomas e zona costeira e marinha com seus mapas de áreas prioritárias elaborados e divulgados.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais**

  Análise Situacional da Meta

  Para o caatinga foram avaliadas três unidades de conservação federais, por meio da captação de recursos externos, com os quais foi possível implementar um programa de monitoramento de biodiversidade. Entretanto, faz-se necessário estruturar adequadamente o programa para promover avanços mais significativos. Para a Mata Atlântica, a previsão inicial para 2012 era de garantir a manutenção do programa em quatro UCs federais, sendo possível realizar três.

  Quantidade alcançada

  6

  Data de Referência

  18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	0	03/12/2012
Bioma Caatinga	7	unidade	3	03/12/2012
Bioma Cerrado	7	unidade	0	03/12/2012
Bioma Mata Atlântica	6	unidade	3	03/12/2012
Zona costeira e marinha	8	unidade	0	03/12/2012

- **Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar**

Análise Situacional da Meta

Em maio, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas aprovou a Recomendação CNZU nº 05 que dispõe sobre critérios para designação de Sítios Ramsar e elenca 31 Áreas Protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar. A Recomendação referendou a Meta do Programa 2018 de criar 2 Sítios Ramsar por ano.

Em julho, o MMA enviou aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, bem como ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a referida Recomendação com as 31 Áreas Protegidas elencadas, solicitando a indicação das Unidades de Conservação listadas na Recomendação para desígnio como Sítio Ramsar.

Em outubro, o Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, manifestou candidatura das duas Unidades de Conservação do Estado do Mato Grosso arrolados na Recomendação nº 05 - Parque Estadual do Araguaia e Refúgio de Vida Silvestre - para posterior envio ao CNZU.

Em novembro, o ICMBio sinalizou o interesse em incluir as 20 Unidades de Conservação listadas na recomendação para candidatura à designação como Sítios Ramsar. Após a comunicação, foram iniciadas tratativas entre a SBF/MMA e o ICMBIO, no sentido de acelerar e viabilizar a indicação e desígnio das 20 Unidades de Conservação Federais listadas na Recomendação CNZU nº 05.

Ainda em novembro, na 11ª Reunião Ordinária do CNZU foi concluído e aprovado o processo de indicação do Parque Nacional do Cabo Orange como novo Sítio a ser designado junto à Convenção de Ramsar. A referida Unidade de Conservação Federal foi a primeira a ser indicada com base na lista da Recomendação nº 05 supracitada.

No primeiro semestre de 2013, pretende-se organizar uma oficina ampliada entre SBF/MMA, ICMBio, os 11 Sítios Ramsar já designados, Parna Cabo Orange e as demais Unidades de Conservação listadas na Recomendação nº05 do CNZU (19 Ucs) com vistas a acelerar o processo de desígnio de novos Sítios.

Existe alta possibilidade de serem designados, em 2013, número de novos Sítios Ramsar acima da meta estabelecida para 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

18/03/2013

- **Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Técnica de recifes de coral foi criada no âmbito do Comitê Nacional Zonas Úmidas para a elaboração do programa nacional para conservação de recifes de coral e de ecossistemas marinhos, com a primeira reunião de instalação ocorrida em novembro de 2012. As ações do programa nacional de monitoramento de recifes de coral tiveram continuidade no ano de 2012. Além disso, trabalha-se na elaboração de um programa de monitoramento em áreas de manguezal e costões rochosos, coadunados ao programa de monitoramento de recifes de coral e espécies ameaçadas já existentes. Esse trabalho ainda encontra-se em sua fase inicial de elaboração.

- **Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o ICMBio investiu na capacitação das equipes para a gestão do uso público e na consolidação de parcerias para a implementação do uso público nas UC, além do estudo das Parcerias-Público Privadas e a delegação de serviços de apoio à visitação.

Em relação à estruturação física das UC para o uso público, adotou-se a estratégia de priorizar 17 unidades para investimento (com recursos de parceiros, compensação ambiental etc.), focando naquelas que terão sua rotina de visitação alterada pelos grandes eventos que ocorrerão no país (Copa das Confederações, Copa do Mundo etc.).

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

29/11/2012

- **Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

O ICMBio define anualmente suas linhas prioritárias de pesquisa e, por meio de edital interno, seleciona projetos a serem apoiados no ano seguinte. No ano de 2012, 49 projetos foram apoiados principalmente com recursos captados externamente. A expectativa é conseguir aumentar gradativamente o número de projetos apoiados, tanto com recursos orcamentários quanto com recursos externos, e assim, até 2015, apoiar anualmente 90 projetos.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

18/03/2013

- **Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram alavancados projetos de melhoria de estruturas para pesquisa em 05 UCs federais por meio dos recursos oriundos da Compensação Ambiental (projeto do gasoduto Cacimbas-Catu). Os projetos ainda não foram concluídos e por isto aguardam o registro do resultado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

03/12/2012

- **Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

A Meta visa promover a integração das estratégias de conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação com a conservação in situ de recursos genéticos em Reservas Genéticas. Além de integrar as ações de conservação da biodiversidade com aquelas de conservação dos recursos genéticos, essa integração visa garantir, de forma permanente, a conservação, em condições in situ, dos recursos genéticos, com ênfase para os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, a exemplo dos gêneros Anacardium, Arachis, Cedrela, Manihot, Passiflora e Solidago. Da mesma forma, tem como objetivo ampliar a percepção, por parte dos diversos segmentos da sociedade, sobre a importância de manutenção de grandes áreas para a conservação in situ da biodiversidade. Essa estratégia pode ser decisiva para a integração dos esforços de conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, além de ser um fator fundamental para aproximar as políticas de conservação da biodiversidade com a de recursos genéticos.

Esse sistema pode ser aplicado com vantagens para muitas espécies, tanto arbóreas, quanto arbustivas ou herbáceas. Prioritariamente, a implantação de uma rede de reservas genéticas deve ser orientada para espécies de valor econômico já conhecido, bem como para espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. Atenção especial deve ser dada às espécies para as quais não se dispõem de metodologias seguras para a conservação ex situ.

Os custos de implantação de Reservas Genéticas serão consideravelmente reduzidos, pois se valerão da infraestrutura disponível nas UCs. Por outro lado, ao identificar, caracterizar e avaliar as populações das espécies de reconhecido valor, as Reservas Genéticas evidenciarão o valor científico do patrimônio genético presente nessas UCs, ampliando sua utilização em prol da sociedade, uma vez que essa integração propiciará a conservação concomitante da diversidade biológica e da variabilidade genética das espécies.

Vale ressaltar que os objetivos da conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação e aqueles relacionados à conservação de recursos genéticos em Reservas Genéticas são convergentes. A integração desses dois sistemas fortalece a manutenção das Unidades de Conservação, ao contrário de fragilizá-las. Portanto, as vantagens são recíprocas.

Nesse período foi iniciado um amplo processo de articulação com o Instituto Chico Mendes para a Conservação da

Biodiversidade, que tem a competência para gerir as UCs federais. Ao mesmo tempo, foram realizados várias contatos e reuniões com pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, bem como com integrantes da Embrapa Sede, com vistas à definição das espécies que poderão integrar a primeira Reserva Genética. Em princípio, estão sendo consideradas Unidades de Conservação localizadas no Bioma Cerrado, particularmente no Distrito Federal ou Estado de Goiás.

A meta inicial é obter dados e informações para viabilizar a criação de, pelo menos, uma reserva genética até novembro de 2013. Recursos financeiros do GEF-Cerrado, foram disponibilizados para contribuir com o avanço dessa iniciativa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implementados em 06 Unidades de Conservação, 07 (sete) novos instrumentos de gestão de conflitos (Sendo estes 6 termos de compromisso com comunidades tradicionais e 1 termo de conciliação entre FUNAI e ICMBio envolvendo terra indígena). A formulação destes instrumentos tornou-se mais eficiente devido a publicação de Instrução Normativa em 2012 sobre o tema e publicação de Decreto que versa sobre sobreposições entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A previsão é de atingimento da meta proposta até 2015.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

18/03/2013

- **Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram criados 139.574 hectares de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais e particulares, totalizando 12 UC, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA). Até a data de apuração, estavam protegidos por unidades de conservação, 26,2% do bioma Amazônia, 7,4% do bioma Caatinga, 8,2% do bioma Cerrado, 8,9% do bioma Mata Atlântica, 2,7% do bioma Pampa e 4,4% do bioma Pantanal.

Quantidade alcançada

139.574

Data de Referência

18/03/2013

- **Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram instituídos 64 Conselhos Gestores desde a elaboração do PPA (36 conselhos em 2011 e 28 conselhos em 2012). Nos próximos três anos serão instituídos 67 novos conselhos.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

18/03/2013

- **Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica**

Análise Situacional da Meta

As metas estão sendo cumpridas dento do planejamento estabelecido. Foram publicados 11 planos de manejo de unidades de conservação, nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, e na zona costeira e marinha.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	34	unidade	6	29/11/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	8	unidade	1	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	10	unidade	2	29/11/2012
Zona costeira e marinha	4	unidade	2	29/11/2012

- **Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais**

Análise Situacional da Meta

A meta proposta visa atender a Meta 1, do Componente 1, do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA 358/09) através das ações realizadas no âmbito do Projeto Inventário anual do Patrimônio Espeleológico Nacional. Em 2012 o projeto inventariou 389 cavidades, localizadas em 5 estados brasileiros, totalizando 747 cavernas, o equivalente a 7% das cavidades inseridas na Base de dados Geoespacializados do Cecav.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

18/03/2013

- **Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas**

Análise Situacional da Meta

Foram regularizados 5 unidades de conservação federais com concessão de direito real de uso de terras públicas, nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	8	unidade	3	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	2	unidade	2	29/11/2012

- **Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

Dos 16.400 hectares (ha) regularizados, 11.500 ha foram no Cerrado e 4.900 ha na Mata Atlântica. Dos 11.500 ha no Cerrado, cerca de 9 mil hectares foram obtidos através de doação para compensação de reserva legal, onde os recursos institucionais foram utilizados para as atividades de vistoria dos imóveis e instrução dos processo de doação.

Quantidade alcançada

16.400

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	115.000	unidade	0	29/11/2012
Bioma Caatinga	20.000	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	35.000	unidade	11.500	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	30.000	unidade	4.900	29/11/2012

- **Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram executadas em 2012 3 demarcações com recursos de fontes externas (PNUD).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	15	unidade	3	29/11/2012
Bioma Caatinga	5	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	5	unidade	0	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	0	29/11/2012

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	20/11/2012	163.434
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	01/08/2012	4.656
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331

Observações:

Número anual de focos de calor - O índice de referência corresponde à média anual de focos de calor obtida para o período 2006-2010. O valor apurado para acompanhamento em novembro de 2012 corresponde ao número de focos de calor para o ano de 2012. Fonte: CPTEC/INPE.

Participação da produção de base florestal na economia nacional - Participação % das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos (produtos de madeira, exclusive móveis + celulose e produtos de papel + móveis e produtos das indústrias diversas) = 0,3+0,5+0,7 = 1,5

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao monitoramento da cobertura da terra, o Programa 2036 cumpriu todas as metas previstas para a área de florestas da Amazônia Legal, que praticamente cobre o bioma Amazônia. Foram feitas as etapas do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) previstas para o ano, consolidação do mapeamento de 2011 em abril de 2012 e estimativa da taxa de desmatamento de 2012 em novembro.

O Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER) continua operando diariamente, com a indicação de tamanho e localização de novos desmatamentos enviadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para serem utilizadas em suas operações de fiscalização e controle do desmatamento ilegal. O Programa ainda opera o levantamento das áreas de degradação florestal (DEGRAD) e extração de madeira por corte seletivo (DETEX) dentro do planejado. Apoia também a iniciativa do Centro Regional da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de mapear o uso da terra nas áreas desmatadas da Amazônia Legal (Projeto TerraClass). Intensa interação foi mantida com as instituições ligadas ao Plano de Ação para Prevenção e Controle ao Desmtamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Quanto ao tema do fogo na vegetação, os objetivos estão sendo cumpridos conforme previsto. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tiveram impacto positivo no uso efetivo

dos dados gerados pelo INPE.

Metas 2012-2015

- **Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional**

  Análise Situacional da Meta

  O monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas e a análise do impacto do fogo está prevista para ser desenvolvida em 2013.

  O monitoramento da cobertura da terra abrangeu, por contrato, a Amazônia Legal. O monitoramento da cobertura da terra dos demais biomas pelo INPE ainda não foi iniciado em razão da disponibilidade de recursos.

  Foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e do risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em http://www.inpe.br/queimadas.

  Todos os produtos de monitoramento da Amazônia Legal foram realizados e divulgados nas páginas www.obt.inpe.br/prodes e www.obt.inpe.br/deter.

- **Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)**

  Análise Situacional da Meta

  Todo o Sisfogo está em construção pela fábrica de softwares contratada pelo Ibama. Para o primeiro semestre de 2013 está prevista a entrega da estrutura de cadastro de usuários, do gerenciamento dos perfis de acesso ao sistema e o mapeamento de processo de todos os módulos do Sisfogo, incluindo o de emissão de queima controlada. Esse módulo de Emissão de Autorização de Queima Controlada tem o início de construção previsto para o segundo semestre de 2013 .

- **Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema de cadastro de alvos para polígonos de desmatamento está funcionando. Melhorias no sistema ainda são necessárias e serão perseguidas. Os polígonos são acessíveis via serviço (Web Feature Service - WFS) segundo os padrões OGC através dos endereços abaixo:

  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AC/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AP/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AM/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_RO/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_PA/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_MT/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_RR/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_TO/MapServer/WFSServer
  siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_MA/MapServer/WFSServer

- **Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema de monitoramento de áreas embargadas está na fase inicial de desenvolvimento. Um piloto será executado no primeiro semestre de 2013 no estado do Acre, para avaliar como implantar o sistema em todo o país.

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle,

em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi marcado pelas discussões em torno da publicação do novo Código Florestal (Lei 12.651 de 25/05/2012).

No que diz respeito ao fomento da gestão florestal, em 2012 foram lançadas 9 chamadas Públicas de Projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) com foco em assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário, familiar e de uso múltiplo, na promoção do uso sustentável de recursos florestais, no fortalecimento do manejo comunitário na Caatinga , inclusive polos industriais, e em atividades florestais sustentáveis na Amazônia. Outro instrumento de fomento aprimorado diz respeito ao Fundo Estratégico Clima que contempla o Programa de Investimento Florestal (FIP) com foco no Bioma Cerrado.

Com relação à geração e disponibilização de informações florestais, o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) vem se consolidando como um importante instrumento de monitoramento da qualidade das florestas brasileiras. O IFN-BR consiste na coleta sistemática de dados biofísicos e socioambientais de campo a cada cinco anos, em todo território nacional. Com a implementação do IFN-BR serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos do IFN em Santa Catarina e Distrito Federal. Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados da Amazônia e do Cerrado.

O Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br/snif), é uma plataforma que concentra dados sobre as florestas e o setor florestal brasileiro, com ênfase nas informações sobre os aspectos socioeconômicos, ensino, pesquisa e gestão florestal. Em 2012, seus dados foram atualizados, e serviram de base para a produção de mais uma versão do livro de bolso "Florestas do Brasil em Resumo" e para a elaboração do Relatório Nacional para a 10ª Seção do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas.

No que tange à gestão, as principais dificuldades encontradas se relacionaram à contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas de informação, o que tomou todo o ano. No ano de 2013, espera-se consolidar o SNIF como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal, através de investimentos em tecnologia da informação e construção de parcerias institucionais.

A respeito do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), que é uma das bases de dados mais importantes que compõem o SNIF, foram capacitados representantes dos estados da região Sudeste e Centro-Oeste para alimentação da base de dados e realizou-se a integração do sistema Documento de Origem Florestal do Ibama. Espera-se que em 2013 essa plataforma funcione com melhor desempenho e os órgãos do SISNAMA estejam aptos a complementar e atualizar as suas informações para a produção de estatísticas sobre a gestão florestal do país.

O aperfeiçoamento de dados espaciais proporcionou disponibilizar informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) por meio de mapas interativos que possibilitam consultas e download dos dados (http://geo.florestal.gov.br ou http://mapas.florestal.gov.br).

Metas 2012-2015

- **Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável**

  Análise Situacional da Meta

  A estratégia para alcance da meta perpassa pelo lançamento de Chamamentos Públicos. Em 2012 foram lançadas 9 Chamadas Públicas de Projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e 77 projetos foram aprovados.

  Quantidade alcançada

  77

Data de Referência

05/12/2012

- **Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares**

Análise Situacional da Meta

Desde a descentralização da gestão florestal em 2006, a responsabilidade pela autorização para manejo sustentável de uso múltiplo passou ser compartilhada entre IBAMA e outros órgãos do SISNAMA.

A partir da publicação da Lei Complementar nº 140/2011, de 08/12/2011, compete ao IBAMA: aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em: a) florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APA); b) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União, c) exploração de florestas e formações sucessoras que envolvam manejo de espécies do anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES; d) manejo de florestas ou formações sucessoras em áreas superior a 50 mil hectares e manejo de florestas ou formações sucessoras em imóveis rurais que abranjam 2 ou mais Estados em processos cujo licenciamento havia se iniciado antes da vigência da LC nº140/2012.

Em 2012, levando-se em conta somente o IBAMA, autorizou-se o manejo sustentável de uso múltiplo em 43.300 hectares.

Quantidade alcançada

43.300

Data de Referência

07/01/2013

- **Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Deve-se ressaltar que são os próprios Estados que elaboram seus programas florestais. O MMA está apoiando as unidades federativas na normatização da gestão florestal por meio de acordos de cooperação, capacitação e outras atividades.

Em 2013, no processo de revisão do PPA 2012-2015, o título desta meta passará a ser "Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação."

- **Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas tratativas para firmar os Acordos de Cooperação para Gestão Florestal com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) de todos os Estados da Federação (exceto MA e RS, que já haviam firmado os referidos acordos ainda no ano de 2011). A publicação da Lei Complementar nº 140/2011, em 08/12/2011, que consagrou a descentralização da gestão florestal, bem como as expectativas em torno da publicação do novo “Código Florestal” e sua materialização com a publicação da Lei 12.651/2012, em 25/05/2012, ensejaram a reavaliação técnica e jurídica das minutas de acordo, com vistas a posterior assinatura. No período manteve-se o treinamento e apoio técnico aos OEMAs para as atividades e ações de competência dos Estados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

07/01/2013

- **Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

O IFN vem sendo coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro através de parcerias com os governos estaduais. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos em Santa Catarina e Distrito Federal.

Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados que apresentam o bioma Amazônia e Cerrado

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

16/11/2012

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As florestas brasileiras, distribuídas por seis biomas com características particulares, ocupam aproximadamente 516 milhões de hectares, cerca de 61% do território brasileiro, e desempenham importantes funções sociais, econômicas e ambientais.

Em 2012, foi sancionada a Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei n° 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituía o Código Florestal brasileiro. Essa nova Lei Florestal traz disposições legais que buscam conciliar produção florestal, produção agrícola, proteção ambiental e sustentabilidade em um quadro social inclusivo.

A Lei n° 12.651/2012 traz maior segurança jurídica ao proprietário rural e autoriza a instituição de novos instrumentos de apoio e incentivo para impulsionar a recuperação de áreas degradadas e a conservação florestal no país. Dentre esses instrumentos destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de imóveis rurais e o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente. O Decreto n° 7.830, de 17 de outubro de 2012, regulamenta o CAR e estabelece normas de caráter geral aos PRAs.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas**

  Análise Situacional da Meta

  Foi iniciado o processo de regulamentação da nova Lei Florestal. Em 2013, o Governo Federal estará empenhado em apresentar novas propostas de regulamentação da Lei n° 12.651/2012 e em coordenar programas e projetos para implementação da nova Lei Florestal, em parceria com instituições públicas e sociedade civil, com ênfase no CAR e nos PRAs.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  22/11/2012

- **Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de promover a recuperação de áreas degradadas, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Departamento de Florestas (DFLOR) e do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB), e o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), criaram os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs). Atualmente, existem sete CRADs: CRAD-Mata Seca, gerido pela Universidade de Montes Claros, o CRAD-UnB, gerido pela Universidade de Brasília (UnB); o CRAD-Alto São Francisco, coordenado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); o CRAD da Caatinga, gerido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); o CRAD-Baixo São Francisco, administrado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); o CRAD-

Serra Talhada, coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e o CRAD-Oeste Baiano, gerido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Está em negociação a criação de 4 novos CRADs para 2013 nos biomas Pampa, Mata Atlântica e Amazônia.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

22/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	0	31/12/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	3	unidade	1	31/12/2012
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2012
Bioma Pantanal	1	unidade	0	31/12/2012

- **Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa PROBIO II, irá contratar consultoria especializada para subsidiar tecnicamente a formulação do Plano Nacional. A previsão é que o Plano seja lançado em 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  22/11/2012

- **Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais**

  Análise Situacional da Meta

  O Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente firmou convênios com as prefeituras de Engenheiro Paulo de Frontin e Volta Redonda para recuperar 40 hectares de áreas degradadas. A implementação da nova Lei Florestal deve acelerar a execução desta meta.

  Quantidade alcançada

  40

  Data de Referência

  22/11/2012

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo está inserido no âmbito da Operação Arco Verde – OAV (Decreto nº 7.008/2009), que foi instituída como estratégia do Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, com o objetivo de promover modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para o controle e a redução do desmatamento na Amazônia Legal. A coordenação da OAV é exercida pela Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Meio Ambiente tem a função de Secretaria Executiva.

A implantação da OAV depende de intensa mobilização dos órgãos federais envovidos e da articulação com os governos subnacionais. O desafio da implementação no ano de 2013 será reintegrar as políticas para o controle do desmatamento

nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Em relação à implementação de instrumentos de pagamento por serviços ambientais, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outros ministérios, vem acompanhando a tramitação e os debates em torno das iniciativas de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Metas 2012-2015

- **Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental**

Análise Situacional da Meta

Na ação de "Fortalecimento das Cadeias Produtivas Sustentáveis" da Operação Arco Verde – OAV foram realizadas reuniões municipais visando a elaboração de um plano de trabalho com identificação das cadeias e/ou sistemas de produção com potencial catalisador do desenvolvimento regional em 29 (vinte e nove) municípios prioritários.

No fomento às atividades sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde em 2012 foi dada continuidade à implementação das ações apoiadas pelos recursos provenientes do Termo de Cooperação entre Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo objetivo é executar ações que incentivem a adoção de um modelo de promoção de inclusão produtiva e de desenvolvimento econômico sustentável nos municípios abrangidos pela Operação Arco Verde, por meio de:

- Convênio com o Município de Marabá/PA com o objetivo de fortalecer as micro e pequenas empresas moveleiras do município;

- Convênio com o Município de Paragominas/PA com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do município gerando emprego e renda no segmento de marcenarias de micro e pequeno porte, buscando consolidar alteração da matriz produtiva do município;

- Convênio com o Município de Juína/MT com o objetivo de reorientar unidades produtivas, individuais e/ou coletivas, com a introdução de novos sistemas de produção, através da implantação de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais irrigados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento**

Análise Situacional da Meta

Tramita no Congresso Nacional o substitutivo ao Projeto de Lei nº 792 de 2007, que dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências. O Ministério do Meio Ambiente vem acompanhando a tramitação do Projeto no Legislativo e trabalhando com o Governo Federal como um todo para construir e aprimorar os dispositivos de PSA associados ao PL.

Importante lembrar que a temática PSA está presente na nova lei florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012), que prevê expressamente a existência de dispositivos associados a incentivar a conservação do meio ambiente que incluem PSA, em seu Art. 41. Desse modo, com a aprovação da Lei nº 12.651/2012, o Poder Executivo Federal brasileiro foi autorizado a instituir um programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, envolvendo pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais.

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário, por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e responsáveis pela execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para esses produtores. Em 2012 foram executadas ações de assistência técnica e capacitação, pré-requisitos para promover o a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia e na Caatinga.

Ao permitirem o desenvolvimento de capacidades locais para o manejo sustentável e assessoria direta para o desenvolvimento organizacional, produtivo e econômico dos empreendimentos comunitários, as atividades contribuem diretamente para o fortalecimento de atividades econômicas de base florestal, com inclusão e aumento de renda. No cômputo geral se obteve grande avanço com as chamadas de Assistência Técnica voltadas especificamente para o manejo florestal comunitário tanto em unidades de conservação, quanto assentamentos e a inserção da temática nas chamadas voltadas para agricultores familiares, especialmente na amazônia e caatinga.

Entre as dificuldades encontradas no âmbito desta política, destacam-se os desafios de articulação para construção das propostas conjuntas entre os órgãos e a relativa escassez de pessoal.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 houve várias reuniões entre a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com apoio da Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), na perspectiva de elaboração de uma proposta de capacitação a distância em boas práticas de manejo de espécies florestais não madeireiras, voltada a técnicos extensionistas que trabalham com populações extrativistas. A proposta está sendo construída de forma que possa contemplar em uma primeira turma 200 técnicos, e ser replicada posteriormente, contemplando um número maior de técnicos.

  Pretende-se concluir a proposta, bem como definir as estratégias para execução da primeira turma, ainda no primeiro semestre de 2013, de forma que a partir do segundo semestre seja possível iniciar a atividade.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar**

  Análise Situacional da Meta

  Procedeu-se em 2012 à articulação de diversos órgãos da administração federal, que têm atuação relacionada às populações tradicionais e extrativistas, no sentido de elaborar uma proposta de ATER extrativista para populações de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Projetos de Assentamentos Diferenciados. O edital contendo a proposta foi elaborado por um conjunto de instituições e órgãos (MMA, MDA, ICMBio, INCRA, SFB) e lançado pelo INCRA, em janeiro do corrente ano, o qual coordenará administrativamente os contratos. Deverão ser contemplados por essa ação 26 mil famílias extrativistas e os recursos a serem investidos chegam a R$ 130 milhões, em um período de 30 meses.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar não foi elaborado em 2012. Sua elaboração em 2013 depende do aprimoramento da articulação entre os órgãos que compõem o Comitê Gestor do Programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas iniciativas de manejo sustentável com 7 produtos da sociobiodiversidade em 10 Unidades de Conservação no bioma Amazônia, de acordo com a distribuição a seguir: Castanha do brasil (Flona Saracá-Taquera); Jaborandi (Flona Carajas); Copaíba (Flona Macauã); Açaí (Resex Rio Cajarí e Flona Amapá); Andiroba (Resex Médio Juruá); Buriti (Resex Chapada Limpa); Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	31/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	0	31/12/2012

- **Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado em 2012 estudo para orientar a adoção de boas práticas de manejo sustentável na obtenção de produtos não madeireiros de algumas espécies florestais. A partir desse estudo, obteve-se o protocolo de boas práticas de manejo das espécies.

Em 2013, com vistas à consolidação e validação desse protocolo, será necessária a realização de Oficinas com a participação dos atores da cadeia produtiva, bem como de pesquisadores e atores governamentais. Dessa forma espera-se conciliar conhecimento tradicional ao conhecimento científico com vistas à aplicação de técnicas sustentáveis para utilização desses recursos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente 3 planos de manejo florestal sustentável comunitário estão autorizados e em execução em Reservas extrativistas (Resex) e Florestas naturais federais (Flona), sendo 1 PMFS na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso – CCDRU de 18.785 ha; 1 PMFS na Resex Verde para Sempre com área 18.772 ha e 1 PMFS na Resex Chico Mendes com área de 4.233 ha.

Quantidade alcançada

41.791

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Bioma Amazônia	175.000	ha	41.791	31/12/2012
Bioma Caatinga	5.000	ha	0	31/12/2012

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares**

Análise Situacional da Meta

Os planos de manejo para o Programa Nacional de Crédito Fundiário referem-se a uma área total de 5.159,24 ha com PMFS em Pernambuco e Piauí. Já foi contratado para execução em 2013 mais 7 mil ha, que beneficiam os estados do CE e RN.

As áreas da Caatinga são menores, sendo que a maior parte dessa meta será cumprida pelos PMFS do INCRA para a Amazônia.

Quantidade alcançada

5.159,24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	300.000	ha	0	31/12/2012
Bioma Caatinga	40.000	ha	5.159,24	31/12/2012

- **Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

A finalidade da meta é promover (por meio do apoio a projetos, aperfeiçoamento da legislação, e divulgação de práticas sustentáveis) a ampliação da base florestal manejada para a produção madeireira e não-madeireira de forma sustentável e adequada à legislação ambiental, para o atendimento às demandas da sociedade, além da geração de emprego e diversificação da renda.

Nessa ação, os esforços em 2012 concenttraram-se na etapa preparatória de formulação de protocolos de boas práticas para o manejo de espécies florestais de diversos biomas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As concessões florestais no Brasil estão em fase de estruturação e ampliação de escala.

Metas 2012-2015

- **Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 os avanços na estruturação das concessões foram:

- 5 contratos de concessão florestal monitorados - 146.000 hectares

- 2 editais de concessão licitados (em fase final do processo) - 190.000 hectares

- 3 editais elaborados - 1.150.000 hectares

Quantidade alcançada

146.000

Data de Referência

21/12/2012

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas federais por meio de concessões florestais faz parte do conjunto de ações para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para o ordenamento da ocupação do território amazônico e para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas. O reflorestamento com espécies de valor comercial em áreas desmatadas é também uma forma tanto de gerar renda ao produtor rural brasileiro, quanto de combater a desertificação nas regiões semiáridas. Para esse fim, produtores e extensionistas devem ser capacitados para garantir maior produtividade e sustentabilidade ao seu negócio.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares**

  Análise Situacional da Meta

  Ampliou-se em 32.043,00 ha a área de florestas plantadas em 2011.

  Os dados foram apurados pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e referem-se à ampliação de 2010 para 2011, já que os dados de 2012 só são disponibilizados em junho/2013.

  Quantidade alcançada

  32.043

  Data de Referência

  22/11/2012

- **Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial**

  Análise Situacional da Meta

  Não foi possível apurar quantitativamente a meta.

  O Serviço Florestal Brasileiro ofertou assistência técnica florestal para a gestão de empreendimentos nos biomas Amazônia e Caatinga para cerca de 3.000 famílias. O Nordeste, em especial, tem 30% de sua matriz energética à base da lenha e do carvão. O governo, com a contribuição relevante do Serviço Florestal Brasileiro, tem convergido esforços para incentivar a oferta sustentável de lenha e o aumento da eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do semiárido, sustentabilidade de polos industriais relevantes e mitigação da desertificação em regiões críticas.

- **Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas**

  Análise Situacional da Meta

  O Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) encontra-se em fase de implantação. Com sua implementação serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono.

- **Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais**

  Análise Situacional da Meta

  O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

  Em 2012 não houve apuração do resultado da meta.

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas

brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Devido à relevância dada à redução das emissões de gases do efeito estufa, em parte consequência das queimadas e dos incêndios florestais, percebeu-se uma maior procura por parte de instituições interessadas na troca de experiências ao PREVFOGO, centro especializado do Ibama no combate e prevenção de incêndios florestais. As discussões sobre Mudanças Climáticas tem sensibilizado a sociedade cada vez mais, o que tem favorecido as iniciativas associadas à prevenção e combate aos incêndios.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010**

  Análise Situacional da Meta

  Até o ano de 2012, foram realizadas 148 ações, atividades de programas interagências na prevenção dos incêndios florestais. Comparando-se ao valor base de 89 ações executadas em 2010, houve um acréscimo de 66,3%, o que já supera a meta estabelecida no PPA.

  Quantidade alcançada

  66,3

  Data de Referência

  01/12/2012

- **Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se de meta compartilhada entre Ibama e ICMBio, sendo que para o IBAMA a meta específica foi de 2.000 brigadistas contratados. No ano de 2012 foram contratados 2.030 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais. Registra-se também a realização de 83 cursos de formação de brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais no ano de 2012.

  No ICMBio, foram contratados 1.743 brigadistas em 2012. Esta ação foi potencializada pelo incentivo ao planejamento das questões de proteção (prevenção e combate aos incêndios florestais, às emergências químicas e à fiscalização) de forma sistêmica e integrada, através dos Planos de Proteção das Unidades de Conservação.

  O total contratado em 2012 foi de 3.773 brigadistas.

  Quantidade alcançada

  3.773

  Data de Referência

  01/12/2012

- **Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais**

  Análise Situacional da Meta

  A área atingida por incêndios em unidades de conservação federais em 2012 foi de 1,03 milhões hectares, não havendo redução em comparação ao ano anteerior.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 houve significativa redução na taxa de desmatamento na Amazônia legal que, de acordo com dados do sistema PRODES/INPE, atingiu o índice de 4.656 km² (julho de 2011 a junho de 2012), o menor já registrado desde o início do monitoramento e uma redução de 27% em relação à taxa registrada no período anterior.

Para este resultado contribuíram as diversas operações de fiscalização no bioma Amazônia, nas regiões consideradas críticas, dentre as quais se podem destacar: i) Operação Krakatoa, de combate ao desmatamento através da descapitalização dos infratores, onde foram procedidos os desmontes de diversas serrarias ilegais, utilizadoras de produto extraídos de Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais, nos estados do Pará e Maranhão; ii) Operação Toruk, baseada na fiscalização de polígonos de desmatamento não identificado pelo sistema DETER-Detecção do Desmatamento em Tempo Real, realizado pelo INPE, e no monitoramento constante de áreas prioritárias, através de sobrevoos táticos, realizados com o uso de helicóptero; iii) Operação Soberania Nacional, com o objetivo de conter os sinais de aumento do desmatamento na Amazônia, nos estados do PA (Dom Eliseu, São Felix do Xingu, Itaituba e Novo Progresso), MT (Sinop, Juína e Barra do Garças), RO (Porto Velho) e AM (Apuí e Boca do Acre), na qual foram empregados 552 Agentes Ambientais Federais para as frentes citadas, ao longo do ano.

Destaque-se também, no ano de 2012, a revisão do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, responsável em grande medida pela tendência de redução da taxa anual de desmatamento na Amazônia. Uma das estratégias do Ministério do Meio Ambiente para concentrar esforços na Amazônia e no Cerrado é a publicação anual de lista dos Municípios com altos índices de desmatamento (prioritários) para que sejam acompanhados e recebam apoio do Governo na implementação de ações que visem diminuir as taxas de desmatamento, buscando também a transição para uma economia de base sustentável.

A "Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA", instituída em 2009, destinada a determinar, planejar e coordenar ações integradas para a prevenção e repressão aos crimes e infrações ambientais em todo o território nacional também constitui produto do PPCDAm. A CICCIA visa aprimorar as ações de fiscalização na Amazônia por meio da coordenação e articulação de vários órgãos federais. No âmbito da mencionada revisão do PPCDAm, o papel da CICCIA enquanto instância formal de coordenação de atividades de combate aos crimes ambientais, particularmente ao desmatamento ilegal na Amazônia, foi reforçado e fortalecido. Além disso, outros órgãos demonstraram interesse em participar da CICCIA, como foi o caso da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Buscando aperfeiçoar ainda mais a atividade de fiscalização, a Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Ibama, elaborou um novo modelo de operação de fiscalização que visa contribuir para uma redução do desmatamento na Amazônia no ano de 2013. A recém-lançada Operação Onda Verde ocorrerá de forma ininterrupta, durante os 365 dias do ano, como um esforço planejado, em seis frentes de desmatamento consideradas críticas nos estados do PA, RO, MT e AM e terá como parceiro permanente a Força Nacional de Segurança. A Operação priorizará desmatamentos em Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federal, além da indicação de municípios prioritários para fiscalização (54 municípios), elaborada pela Coordenação de Operações de Fiscalização, que leva em conta números de focos de calor, percentual de áreas remanescentes e áreas prioritárias para conservação.

A Amazônia, no entanto, não constituiu o único foco das operações de fiscalização. O bioma Cerrado também foi cenário de grandes operações de fiscalização em 2012, dentre elas, a Operação Caryocar, de combate ao desmatamento no Cerrado, nos estados de MG, SP, DF, GO, MT, MS, BA, TO, MA e PI. A Caatinga, o Pantanal, a Mata Atlântica e os Pampas também tiveram papel importante nas operações deflagradas em 2012, tendo destaque as operações Borborema, Guardiões do Pantanal, Dalbergia, Lenhador, Mata Atlântica II, Xerófita II, que foram realizadas com o intuito de combater o desmatamento ilegal nos biomas, bem como fiscalizar os polos consumidores de lenha e carvão ilegal.

Para 2013, a Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama planeja a Operação Corcel Negro, já realizada em anos anteriores e com resultados de sucesso. A Operação Corcel Negro visa combate à cadeia ilegal do carvão nativo no Cerrado, desde sua origem ilegal, acobertada pela geração fictícia de créditos no Documento de Origem Florestal (DOF), até a responsabilização das siderúrgicas consumidoras de carvão produzido através da extração ilegal.

Em 2012 também foram concluídas licitações importantes para o apoio das atividades de fiscalização realizadas pelo Ibama em seus diversos cenários de ação. Tais aquisições buscaram aprimorar e qualificar os trabalhos em campo, dando melhores condições técnicas e logísticas aos fiscais. Destaca-se que todas as unidades do Ibama receberam os equipamentos para aprimoramento das atividades de campo.

No que tange à capacitação, em 2012, foram realizados cursos para a área de fiscalização que atenderam a todas as unidades do Ibama no país. Tais cursos objetivaram o desenvolvimento contínuo das competências necessárias para o desempenho da função de fiscalização ambiental federal.

Já o trabalho de subsídio às ações fiscalizatórias será intensificado no ano de 2013 com a criação de um grupo permanente de monitoramento de sistemas subordinado à Coordenação de Intelligência à Fiscalização - COINF - do IBAMA.

Metas 2012-2015

- **Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas no ano de 2012 trezentas operações de fiscalização nas unidades de conservação federais na Amazônia Legal, o que configura superação da meta prevista no PPA.

A redução contínua da taxa de desmatamento na Amazônia, meta prioritária do Governo Federal, consistiu em grande desafio ao ICMBio. Com a necessidade de priorização das ações de fiscalização, com foco em combate ao desmatamento na Amazônia, houve fortalecimento das parcerias entre ICMBio e outras instituições de comando e controle, que permitiram otimização dos esforços e maior efetividade das ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se a atuação do ICMBio em operações conjuntas, como parte integrante da Comissão Interministerial para o Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA, juntamente com instituições do Ministério da Justiça e da Defesa. Como exemplo, pode ser apontado o planejamento e execução da operação no Parque Nacional do Mapinguari (AM/RO), que contou com a participação de agentes de fiscalização do Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Sipam e do Exército Brasileiro.

Destacam-se também as ações de proteção que resultaram na desocupação completa da Floresta Nacional de Bom Futuro – RO e na retomada do controle da região norte da Reserva Biológica do Gurupi – MA. Foram realizadas ainda ações integradas nas Unidades de Conservação na área de influência da BR 163, incluindo a Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. Essas ações se concentraram no Parque Nacional Jamanxim, Floresta Nacional Trairão, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional Serra do Pardo e Estação Ecológica Terra do Meio.

Cabe ressaltar que a destinação final dos materiais apreendidos permanece como uma das principais dificuldades encontradas na operacionalização das ações de comando e controle, altamente influenciadas pelas dificuldades logísticas para retirada dos materiais apreendidos (máquinas, equipamentos e madeira apreendida na floresta).

De acordo com dados do PRODES/INPE, o desmatamento em unidades de conservação da Amazônia chegou a 168 Km2 em 2012.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	90	31/12/2012	85
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	85	31/12/2012	110
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	55	31/12/2012	55
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	01/01/2009	11,03
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	01/01/2009	4,49

Observações:

Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - Foi feita correção dos dados de 2009.

Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - Foi feita correção dos dados de 2009.

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil atualmente desenvolve uma série de atividades com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle voltados à prevenção da contaminação e da poluição ambiental e ao gerenciamento de substâncias perigosas. Dentre estas atividades destacam-se:

- Elaboração de projeto no âmbito do Programa “Diálogos Setoriais Brasil -União Europeia”, com o objetivo de trocar conhecimento e experiências sobre regulação de químicos, arranjos institucionais e comércio internacional de substâncias perigosas.

- Elaboração de minuta inicial de projeto de lei que estabelecerá o controle e regulação do uso, produção, importação e exportação de substâncias químicas no país. A iniciativa permitirá realizar o inventário nacional das substâncias e produtos químicos, ampliando o conhecimento sobre os químicos utilizados no país, além de estabelecer competências, arranjos institucionais, e mecanismos para a avaliação e gestão de risco destas substâncias.

- Elaboração de manual para avaliação da contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, no âmbito do Projeto “Interáguas”.

Hove também avanços significativos na implementação da Convenção de Estocolmo para eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes - POP, com o desenvolvimento avançado do Plano Nacional de Implementação - NIP e com a execução do projeto de gerenciamento e sistemas de disposição de bifenilas policloradas. Neste sentido, estão em desenvolvimento os seguintes estudos técnicos que viabilizarão o desenvolvimento e implementação de planos de ação para o cumprimento da Convenção de Estocolmo:

1) Inventário de estoques, produtos, artigos e resíduos contendo ou constituídos de POPs; 2) Revisão de legislação referente aos POPs; 3) Inventário de Bifenilas Policloradas - PCBs (exceto setor elétrico); 4) Inventário de Novos POPs de uso Iindustrial; e 4) Desenvolvimento do Sistema de Informação para a Convenção de Estocolmo.

Além disso, foi finalizado um inventário de fontes e estimativa de emissões de dioxinas e furanos, que servirá de base para o desenvolvimento de estratégias e do plano de ação para redução e eliminação das referidas substâncias químicas.

Ressalte-se que as ações deste projeto não se restringem ao plano de ação mencionado. O MMA deverá também: avaliar a capacidade de infraestrutura e de gerenciamento; construir capacidade sustentável suficiente para preparar a NIP e seus inventários, estratégias e planos de ação cumprindo os requerimentos da Convenção; e desenvolver e demonstrar metodologias representando abordagens viáveis para as ações prioritárias para cumprimento da Convenção. Dessa forma, as ações contemplarão o escopo do documento de projeto firmado com o Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Para assegurar a prestação de informações sobre liberações e transferência de contaminantes, o MMA está desenvolvendo o Sistema de Informação para a Convenção de Estocolmo.

Em relação ao estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias químicas, o MMA firmou Termo de Cooperação para estudo de Monitoramento de resíduos de agrotóxicos e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) em água e leite humano, em zonas rurais do Estado do RS, visando inter-relacionar questões ambientais e sanitárias.

Além disso, encontra-se ainda vigente Termo de Cooperação de Monitoramento de POPs em leite materno intitulado Apoio a Avaliação da Eficácia da Convenção de Estocolmo através do “Estudo de Poluentes Orgânicos Persistentes em Leite Humano no Brasil” com o desenvolvimento de um Programa de Monitoramento Global de POPs.

O Perfil Nacional de Gerenciamento de Segurança Química de 2003 será revisado e atualizado pela Gerência de Segurança Química do MMA.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipula um percentual anual (5%) de crescimento para as operações de fiscalização contra atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente. Tomando-se por base o número de operações de fiscalização realizadas em 2010, ao longo de todo o período de vigência do PPA 293 ações deverão ser empreendidas.

  No ano de 2012 foram realizadas 17 ações (operações de fiscalização), 4 de caráter nacional e 13 de caráter regional.

  Quantidade alcançada

  17

  Data de Referência

  18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	293	unidade	17	31/12/2012

- **Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente**

  Análise Situacional da Meta

  O Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas está sendo revisado e atualizado pela Gerência de Segurança Química do MMA. Para a revisão foi elaborado um Termo de Referência cuja viabilização inclui 3 dimensões: 1) Financiamento Direto Institucional (MMA); 2) Parceria com Centros de Pesquisa (Edital CNPq); e 3) Parceria setor Público-Privado (a ser realizada via Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM e Sociedade Civil Organizada). Os trabalhos técnicos deverão iniciar-se em 2013.

- **Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação à meta, encontra-se avançada a fase de elaboração de inventários destes resíduos, tendo sido consolidados os dados por Unidade da Federação, por substâncias e também o levantamento de ações em execução nos Estados, no sentido de recolher e eliminar agrotóxicos obsoletos. Após a fase de inventário, será elaborado o Plano de Ação para Gestão destes estoques e áreas contaminadas.

- **Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos**

  Análise Situacional da Meta

  O Inventário Nacional de Fontes e Estimativas de Emissões de Dioxinas e Furanos foi concluído. O Plano de Ação está sendo desenvolvido e espera-se sua conclusão no segundo semestre de 2013.

- **Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi alcançada.

  A Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama já vem realizando, conforme atribuições legalmente instituídas, a avaliação do risco ambiental para os novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos.

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo vem sendo desenvolvido dentro do cronograma, tendo todas as iniciativas apresentado resultados:

- O Plano de Ação para Fauna impactada com Óleo já teve sua minuta inicial elaborada, e vem sendo discutido juntamente com o Manual de Boas Práticas, a ser desenvolvido por técnicos do Ibama e especialistas no assunto.

- Encontram-se em elaboração as minutas dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento) a serem analisadas posteriormente por técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente, defesa civil, saúde e bombeiros.

- O Ibama estabeleceu diretrizes para orientação dos Núcleos de Prevenção a Emergências de suas Superintendências. As diretrizes visaram direcionar as ações preventivas para as atribuições diretas do órgão, relacionadas aos empreendimentos licenciados pelo instituto. Essas diretrizes vieram ao encontro da Lei Complementar nº 140/2011, que estabeleceu as competências da União quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental, além de garantir aspecto nacional às ações do Ibama.

Metas 2012-2015

- **Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  Assim como o Plano Nacional de Contingência - PNC, os planos de área foram estabelecidos pela Lei nº 9.966/2000. Sua regulamentação se deu por meio do Decreto nº 4.871/2003.

  A Coordenação Geral de Emergências Ambientais, em conjunto com as instituições que redigiram a minuta do Decreto que institui o PNC, elaborou proposta para alteração do Decreto que trata dos Planos de Área. As alterações propostas tiveram como objetivo aprimorar o documento legal com base nas experiências práticas adquiridas pelo Ibama na elaboração de tais planos em diversos estados brasileiros.

  Encontra-se em andamento a elaboração de 4 Planos de Área nos Estados de São Paulo, Ceará, Paraná e Espírito Santo, sob coordenação do Ibama.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/10/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em elaboração as minutas dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento).

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do Plano de Ação para Fauna é responsabilidade do Ibama.

Até novembro de 2012 foi elaborada a minuta inicial do plano, que deverá ser complementada com um Manual de Boas Práticas, a ser desenvolvido por técnicos do Ibama e especialistas no assunto.

Resta pendente a definição institucional sobre o resgate dos animais por estrutura própria ou por meio de parcerias previamente estabelecidas.

- **Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram estabelecidas as diretrizes que devem ser seguidas pelos Núcleos de Prevenção a Emergências das Superintendências para o planejamento de ações.

As diretrizes visam direcionar as ações preventivas para as atribuições diretas do órgão, relacionadas aos empreendimentos licenciados pelo instituto.

Conforme orientação da CGEMA, 70% das ações planejadas foram pautadas nas diretrizes, restando 30% para as especificidades de cada Estado.

As diretrizes vieram ao encontro da Lei Complementar nº 140/2011, que estabeleceu as competências da União quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental, além de garantir abrangência nacional às ações do Ibama.

O Programa de Gestão de Risco de Acidentes Ambientais foi elaborado, e a metodologia foi apresentada e aprovada na reunião de Planejamento voltada para a área de Emergências Ambientais.

Tal programa terá início no Estado de São Paulo previsto para março de 2013, em um projeto piloto a ser desenvolvido para ferrovias.

- **Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas**

Análise Situacional da Meta

O MMA vem desenvolvendo estudos de mapeamento da sensibilidade ambiental a derramamentos de óleo como subsídio à gestão e ao controle da poluição e à prevenção de emergências ambientais. Os projetos de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas não se restringem às bacias de Campos e Pelotas. Foram contratados, via edital do CNPq, os seguintes projetos que se encontram em execução:

- na Bacia de Campos: Mapeamento da Sensibilidade Ambiental ao Óleo - SAO na Bacia Marítima de Campos, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

- na Bacia do Pará–Maranhão/Barreirinhas: Elaboração de cartas SAO para a Bacia do Pará-Maranhão/ Barreirinhas, pela Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências;

- na Bacia da Foz do Amazonas: Mapeamento e Elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamento de óleo (cartas SAO) para a Bacia da Foz do Amazonas, pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA; e

- na Bacia de Pelotas: Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo – da Bacia de Pelotas, pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

Foi realizado ainda, o “Seminário para Integração das Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo”, com o objetivo de promover a compatibilização das informações já geradas, aprimorar os trabalhos de mapeamento e possibilitar a troca de experiências entre os executores de projetos de mapeamento já realizados e os novos coordenadores de equipes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No sentido de promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental, foram realizadas em 2012 medidas para conferir maior agilidade e eficiência a estes instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Iniciou-se no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA um processo de revisão do atual marco regulatório do licenciamento ambiental. Esse trabalho ganhou importância, devido principalmente a mudanças no aparato legislativo vigente que define a divisão de competências entre os entes da federação para o processo de licenciamento ambiental. Também foi realizado um trabalho de elaboração de normativas para atividades específicas, a exemplo da portaria nº 198 de 05 de abril de 2012, desenvolvida em conjunto entre Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente, que instituiu a " Avaliação Ambiental de Área Sedimentar", instrumento que se aplica à exploração de petróleo e gás natural, além de um trabalho conjunto com representantes de órgãos estaduais de meio ambiente para desenvolver uma proposta de Resolução para o licenciamento ambiental de projetos eólicos, que atualmente está em tramitação no CONAMA, com previsão de aprovação em 2013.

Destaque-se também o andamento de concurso público para o preenchimento de 60 vagas na área de licenciamento ambiental federal.

No que tange à qualificação, estão em processo de desenvolvimento programas de capacitação, inclusive em nível de pós graduação em "Avaliação de Impactos Ambientais" para técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal.

Outro avanço diz respeito à conclusão do mapeamento do licenciamento ambiental federal, parte inicial de um processo mais amplo de implantação de um sistema de acompanhamento do licenciamento ambiental, que está atualmente em estágio de desenvolvimento.

Como medida de articulação institucional dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA está sendo desenvolvida uma matriz das ações federativas de meio ambiente, que permitirá o monitoramento das relações entre os três níveis de governo e a identificação de questões específicas por estado ou atividade. No mesmo sentido iniciou-se a atualização e melhoria do Portal Nacional de Licenciamento.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal**

  Análise Situacional da Meta

  A ampliação da capacidade operacional do licenciamento ambiental federal implica acréscimo do número de analistas ambientais capacitados e dotados com equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades, além do aumento da estrutura de gestão da Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC do IBAMA.

  O número de analistas ambientais das coordenações da DILIC em dezembro de 2011 era de 380 (Coordenações 244 – Núcleo nos estados 136). Em 2012 eram 379 (Coordenações 239 – Núcleo nos estados 140). Para atingir em 2015 a meta de aumento de 50%, tomando-se 2010 como referência, será necessária a contratação de 190 analistas ambientais. Em 2012 foi homologado concurso para provimento de 108 vagas no IBAMA, sendo 60 para a Diretoria de Licenciamento Ambiental, o que deverá ser efetivado em 2013. Os novos analistas deverão passar por capacitação e receber estrutura para desenvolvimento das atividades (computadores e espaço físico).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado o projeto "Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental" cujo objetivo é o aperfeiçoamento técnico de analistas ambientais do Ibama que atuam no processo licenciamento ambiental federal (LAF).

Também encontra-se em trâmite no IBAMA o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental elaborado para trâmite no Ibama; e o Projeto Básico para Contratação de Pessoa Jurídica para realização do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental elaborado e em trâmite no Ibama.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

Em função das inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, estão em estudo ações para o programa de qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais para atuar junto a estados e municípios. Tais ações se darão em conjunto com outras atividades de capacitação para os entes do SISNAMA, em ação articulada entre as Secretarias do MMA e a Secretaria Executiva (SECEX).

- **Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

- Mapeamento e documentação do processo administrativo do Licenciamento Ambiental Federal

O mapeamento do Licenciamento Ambiental Federal encontra-se 100% concluído. A documentação para automação deste processo foi dividida nas seguintes etapas:

1) Ficha de Caracterização de Atividades – FCA e área do empreendedor;

2) Análise de Competência;

3) Instauração do Processo;

4) Definição de Escopo dos Estudos Ambientais – Termo de Referência;

5) Análise Técnica;

6) Análise de Requerimento de Licença;

7) Acompanhamento pós licença.

- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA

O projeto de desenvolvimento do SIGA visa à automação dos processos de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Licenciamento Ambiental Federal – LAF e Compensação Ambiental – CA. Encontram-se desenvolvidas e em fase de testes as etapas 1 a 4 do módulo LAF do SIGA.

- **Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA visa à automação dos processos de

Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Licenciamento Ambiental Federal – LAF e Compensação Ambiental – CA. Embora o sistema já esteja em desenvolvimento, o desenvolvimento do módulo específico de AIA do SIGA ainda não foi iniciado, bem como ainda não se iniciou o mapeamento do processo de Avaliação de Impacto Ambiental.

- **Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08**

Análise Situacional da Meta

Está se iniciando uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG para aperfeiçoamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. O Plano de Trabalho prevê ações de Tecnologia da Informação, de diagnóstico sobre fluxos do processo de licenciamento ambiental nos estados e de institucionalização de relações para atualização permanente das informações do Portal.

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Nesta fase inicial do PPA procurou-se sensibilizar as instituições, distribuídas pelo território nacional, passíveis de serem os pontos focais no desenvolvimento dos planos, de modo a que a proposta seja efetivada ao longo dos quatro anos.

A sensibilização foi feita de várias maneiras: pela via virtual, através do sistema Agenda 21 que agrega todas as localidades onde os planos estão sendo desenvolvidos ou em processo de iniciação; por telefone, através dos responsáveis, e passíveis de sê-lo, pelos trabalhos de implementação das ações previstas no Programa Agenda 21; e, também, por correio eletrônico, atendendo os questionamentos e dúvidas levantadas sobre o desenrolar do processo. Deverá ocorrer, em 2013, uma intensificação dos contatos e diálogos com as instituições envolvidas. Viagens estão sendo programadas para as localidade que se tornaram ou ainda se tornarão pontos focais, de modo a, in loco, procurarmos ajudar a implementar as ações previstas. Na oportunidade deverão ser realizadas reuniões onde se espera definir formas também de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos técnicos dos ministérios participantes do grupo técnico.

Eventuais descontinuidades das estruturas e de pessoal no setor envolvido com o objetivo poderão prejudicar o ritmo dos diálogos e do próprio trabalho. Para a minimização do risco mencionado, esforços estão sendo empreendidos com vistas à formação de grupo técnico de suplentes.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21**

Análise Situacional da Meta

Nesta fase inicial procurou-se sensibilizar as instituições, distribuídas pelo território nacional, passíveis de serem os pontos focais no desenvolvimento dos planos, de modo a que a proposta seja efetivada ao longo dos quatro anos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Minuta de Edital a ser enviada para homologação pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente foi elaborada e encontra-se em fase de ajustes de modo a garantir o cumprimento da meta ao longo dos quatro anos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A Educação Ambiental está apoiada em três pilares básicos para implementação das metas traçadas, sendo processos de Gestão e Articulação, Formação de Educadores e Educomunicação e Comunicação Social. Vários órgãos federais, estaduais, municipais e da Sociedade Civil estão sendo articulados em processos de comunicação na execução dessas ações de Educação Ambiental.

O Departamento de Educação Ambiental está promovendo ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente. A prioridade é ampliar significativamente a escala do público a ser atendido por seus programas e projetos, tanto com a cooperação entre os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, quanto na expansão de Cursos à Distância (EaD), sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da Educação Ambiental nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um país mais justo e sustentável.

Nos processos de educomunicação aumentou o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão de informação, facilitando o processo ensino-aprendizagem. Está sendo criado um ambiente para atender o sistema de Educação à Distancia (EaD), estimando atender a meta de 20.000 educandos até 2015.

Neste ano foram realizados a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, o Projeto Sala Verde que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental, assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados das Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso), e o Termo de Cooperação para a realização do Cine Ambiente 2012, abrangendo e atingindo os públicos traçados neste objetivo.

A 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, selecionou vídeos e possibilitou a criação de 1.000 espaços exibidores com estimativa de público de 80 mil pessoas.

O Projeto Sala Verde consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental, democratizando o acesso à informação ambiental e propiciando a reflexão e a construção de pensamento e ações locais nesta área. Estima-se que já atingiu 40 mil pessoas. Atualmente há em torno de 200 Salas Verdes espalhadas em todo Brasil.

As assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso), e o Termo de Cooperação para a realização do Cine Ambiente 2012, parceria entre o MMA e o Ministério da Cultura, visam estimular a produção audiovisual em animação e jogos eletrônicos, sobre o tema resíduos sólidos e responsabilidade socioambiental .

Nos marcos legais foram publicadas a Instrução Normativa n° 2 do Ibama referente a Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental, proposta formulada com o Departamento de Educação Ambiental, e a Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que promoverá o desenvolvimento rural sustentável, em diálogo com comunidades agrícolas e tradicionais familiares na formação e capacitação de educadores ambientais, contribuindo para a erradicação da pobreza e a redução do êxodo rural.

O MMA apoiou o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, promovido pela Rede Brasileira de Educação

Ambiental, que reuniu mais de 3 mil educadores, na cidade de Salvador, como evento preparatório para a Conferência da ONU – Rio+20, onde atuou na organização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental n a Cúpula dos Povos, que reuniu 300 mil pessoas, por iniciativa de diversas entidades da sociedade civil internacional, educadores de todo o mundo para, entre outras iniciativas, criar a Rede Planetária de Educação Ambiental.

Foi a criado, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico N° 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades. Este GT apresentará diretrizes e recomendações que auxiliem a implementação da Política e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Outra ação importante no apoio às instituições não governamentais no desenvolvimento de Ações de Educação Ambiental, o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA, formado por 633 entidades, criado pela resolução CONAMA Nº 006/89 e resolução CONAMA N° 292/2002, tem o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientalistas não governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. O cadastro disponibiliza as informações para o estabelecimento de parcerias, habilitação em projetos, convênios e divulgações em geral.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas que ocupam a vaga de Conselheiro representante das Entidades Ambientalistas Civis no Plenário do CONAMA pelo período de dois anos, sendo que as Entidades candidatas e votantes deverão estar inscritas no CNEA por igual período.

Em relação à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P foi dada prioridade para a integração com as Políticas Nacionais sobre a Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009), Política de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis e Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006). Da mesma forma, buscou-se a articulação com outros programas e iniciativas do governo federal como o Projeto Esplanada Sustentável e as licitações sustentáveis. Isso permitiu um melhor gerenciamento das ações da administração públicas voltadas

A expectativa para 2013 é avançar na implementação da A3P para alcance de todos os órgãos e entidades públicas e elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa nas atividades públicas. Por ser uma agenda voluntária, a implementação é dificultada, pois depende do engajamento e compromisso do gestor de cada instituição pública.

Como fator positivo para alcance das metas destaque para o empenho da equipe de trabalho durante os processos de implementação das atividades. Os trabalhos de articulação e comunicação também foram fundamentais para que a gestão dos processos e desenvolvimento de estratégias que permitiram avançar com a definição e de acordo com os princípios e objetivos da educação ambiental. A sistematização e intercâmbio de experiências em formulação e os estímulos à articulação entre as iniciativas existentes vêm fortalecendo as políticas públicas de educação ambiental no país.

Assim, está sendo promovida a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais potencializando as interfaces com o conjunto dos ministérios, as demais Secretarias do MMA e os órgãos vinculados, a sociedade civil organizada e a implementação o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), buscando incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito da gestão e articulação institucional, foram apoiadas 1809 instituições (1609 Instituições e 200 salas verdes implementadas em 2012), por meio das seguintes ações: (i) lançamento da 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores por meio de termo de adesão ao programa; (ii) Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012 por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável; (iii) 5 Acordos de Cooperação Técnica com o

estado da Bahia e com outros quatro estados das Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso); (iv) criação de 200 Salas Verdes para atuarem como centros de informação e formação ambiental por meio da assinatura de termos de adesão ao programa, que atingirá 40 mil pessoas; (v) publicação da Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e Grupo Técnico para apoio à implementação do programa; (vi) publicação da Instrução Normativa n° 2 do Ibama que estabelece diretrizes de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental; e (vii) criação, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico N° 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades. Em 2013 espera-se lançar a 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com a ampliação dos espaços exibidores; firmar acordos de cooperação com 9 estados para implementação das políticas de educação ambiental do governo federal nos estados; ampliar o número de salas verdes e elaborar materiais e documentos orientadores de educação ambiental para a implementação da PNEA.

Quantidade alcançada

1.809

Data de Referência

18/03/2013

- **Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

Foram formados 1080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: (i) 6 eventos paralelos de capacitação e mesas com exposições sobre a Política Nacional de Educação Ambiental durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental envolvendo 2000 pessoas; (ii) realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 800 educadores, durante evento de abertura e debates no Parque dos Atletas, Pavilhão dos Estados, e na tenda da Jornada, na Cúpula dos Povos na Rio+20; (iii) realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas; e (iv) reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental envolvendo 55 representantes e convidados. (v) Foram realizadas com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável duas oficinas de Educação Ambiental, somando 80 educadores locais de cooperativas de produtores rurais e extensionistas. Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distancia (EaD), que irá contribuir com o cumprimento da meta em 2013.

Quantidade alcançada

1.080

Data de Referência

18/03/2013

- **Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial Nº 244, de 6 de junho de 2012) e como referencial para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012). Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 31 Termos de Adesão à A3P e ampliada a Rede A3P que já conta com a participação de 369 instituições. Foram realizadas 14 oficinas de capacitação sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos que, no total, contaram com um público de 2.300 pessoas e duas capacitações com o tema Compras Públicas Sustentáveis com a participação de 200 pessoas. Foram realizados quatro Fóruns Regionais de debate com o tema "O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública" nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Os Fóruns Regionais reuniram 420 pessoas. Também foi realizado, com a mesma temática, o 7º Fórum Nacional da A3P que contou com a participação de 300 pessoas. Em relação aos Termos de Adesão, atualmente, 160 instituições públicas já implementam a Agenda de forma voluntária.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

18/03/2013

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	31/12/2012	0,24
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2012	21,16
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	31/12/2012	25,4
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	31/12/2012	26
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2012	74,78

Observações:

Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária - Índice decresceu devido ao fato de que algumas chamadas publicas de 2012 não receberam propostas ou as entidades não atenderam aos requisitos do edital. Outras chamadas terão efetividade em 2013.

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Visando aumentar a governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra vem trabalhando no desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) passa por um processo de modernização com automação de serviços, como a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. A atualização de dados por proprietários de imóveis rurais no SNCR através da internet, a partir da implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário) permitirá atualização de dados cadastrais de forma ágil e simplificada. No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros à partir da implantação do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro (Sisnate), módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), desenvolvido em 2012, o Incra disporá de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros. A certificação de imóveis rurais passou a contar, a partir de dezembro de 2012, com a Norma de Execução nº 105, visando dar maior celeridade aos procedimentos, além de dispor de um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, aptos a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos. Essas mudanças irão impactar diretamente o setor produtivo rural, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, uma vez que possibilitará ao Incra vencer o passivo de cerca de 40 mil processos de certificação abertos e reduzirá drasticamente os prazos para novas certificações. Com a automatização do processo, a atuação passa a ter mais foco em casos que evidenciam conflitos ou distorções, propiciando dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar as ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais. Destaque para a superação da meta estabelecida para a disponibilização de imóveis rurais no acervo fundiário digital assim como para a emissão de certificados de

cadastros de imóveis rurais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram implementadas apenas duas estações, dadas as dificuldades de parceria para a definição de seu posicionamento. Entre os maiores obstáculos, está a localização de bases em áreas sem a devida cobertura nas Regiões Norte e Centro-Oeste. A localização deverá ter as seguintes características: possuir fonte de energia, instalações secas, conexão de rede via rádio ou cabo, ser órgão público que facilite o acesso para manutenção ou troca em caso de avaria, sem necessidade de aluguel ou indenização para uso do espaço.

  Negociações com a Infraero possibilitarão atingir a meta de ampliar essa rede e ao mesmo tempo garantir a logística de posicionamento, manutenção, energia, comunicação e espaço físico adequado, já que existe monitoramento em várias pistas regionais. Outra parceria a ser feita é com a Funai, cujos postos possuem geradores capazes de abastecer as estações.

  Porém, mais importante do que a aquisição de novos equipamentos é a localização, montagem, conexão com a RIBaC e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) e, principalmente, a manutenção dos equipamentos existentes. Nesse sentido, existem entraves para a atualização do software de controle da rede, monitoramento dos dados e manutenção da rede e das estações ativas.

- **Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a.Formalização da parceria INCRA e RFB; b.Fechamento do modelo conceitual; c.Desenvolvimento e produção**

  Análise Situacional da Meta

  A parceria entre o Incra e a RFB para o desenvolvimento do CNIR foi formalizada com a edição de Portaria Conjunta INCRA/RFB nº 3.779/2011, que constitui Grupo de Trabalho do CNIR e tem o seguinte cronograma:

  a) Fechamento do modelo conceitual – programado para 2013, com o produto inicial sendo o batimento das bases cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e do Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir/RFB em andamento - primeiro produto a ser gerado pelo CNIR, em 2013.

  b) Desenvolvimento e Produção – programado para 2013/2014.

- **Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)**

  Análise Situacional da Meta

  O acervo fundiário está disponível para o acesso público em www.incra.gov.br/i3geo, com interoperabilidade via rede mundial de computadores e em fase final de inserção na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). Há 40.179 imóveis já certificados, 80.000 imóveis georreferenciados a partir de convênio do MDA com os Estados e 82.000 imóveis georreferenciados provenientes de convênio entre o Incra e o Estado do Ceará, ultrapassando a meta estabelecida para os quatro anos de vigência do PPA. Além disso, a implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) para recepcionar até 20.000 imóveis/mês estará disponível on-line via I3GEO, até o fim do primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

202.179

Data de Referência

31/12/2012

- **Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram emitidos 2.127.412 CCIR, ultrapassando a meta estabelecida para o período do PPA. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o SNCR, com a funcionalidade de emissão do CCIR pela internet, o que propiciou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.

Quantidade alcançada

2.127.412

Data de Referência

31/12/2012

- **Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluído o desenvolvimento do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - Sisnate, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR que agregará informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros, seja dos processos tramitando no Incra, seja dos imóveis já adquiridos, a partir de um processo de depuração e migração de informações do SNCR, base que dará suporte ao trabalho de fiscalização.

- **Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) está em fase de homologação. Esse sistema foi criado para dar suporte à recepção, organização, validação, regularização e disponibilização de dados cadastrais rurais, incluindo sua localização e configuração espacial. Compreende cinco módulos, sendo um deles o módulo georreferenciamento, utilizado para gestão de dados fundiários, incluindo a certificação de imóveis rurais que está em processo de homologação para funcionamento no primeiro semestre de 2013.

- **Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Cadastro Rural é formada pelas Superintendências Regionais, Unidades Avançadas e pelas Unidades Municipais de Cadastramento (UMC). Em 2011, a rede era composta por 30 Superintendências Regionais, 45 Unidades Avançadas e cerca de 2.800 Unidades Municipais de Cadastramento, presentes em pouco mais de 50% dos Municípios brasileiros. Em 2012, o número de UMC em atividade era de aproximadamente 2.700, o que representa 48,6% dos municípios brasileiros. Essa redução ocorreu em razão do final da vigência de alguns termos de cooperação firmados entre o Incra e as Prefeituras Municipais que ainda não foram renovados e também em função das eleições municipais de 2012, que resultou na troca de gestores, para os quais serão retomados os trabalhos de cooperação. No período de 2013 a 2015 serão intensificadas as articulações interinstitucionais para a implantação das UMC visando ao alcance da meta proposta. Ademais, com a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR pela internet, já disponível, e da Declaração Eletrônica de Proprietário, prevista para 2013, o acesso dos cidadãos à Rede Nacional de

Cadastro Rural será universalizado.

Quantidade alcançada

48,6

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população**

Análise Situacional da Meta

A modernização do SNCR passa pela discussão no âmbito do Projeto Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, que vai desde o modelo conceitual até a reformulação do atual sistema. Está em desenvolvimento a implantação da e-DP (atualização cadastral via internet), com previsão de implantação para 2013, o que demandará a reformulação do atual sistema bem como o desenvolvimento do SNCR-Consulta, ferramenta de acesso público às informações do SNCR, com previsão de implantação para 2013.

- **Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram atualizadas as informações de 292.548 imóveis rurais no SNCR (24,4% da meta para o período 2012-2015). Considerando que em 2013 haverá emissão massiva de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR do período 2010-2013, o volume de atualizações terá um incremento considerável, viabilizando o alcance da meta proposta.

Quantidade alcançada

292.548

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

Constam da base do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR 141.336 imóveis de domínio privado com área superior a 15 módulos fiscais. Para dar suporte a meta, em 2013 será elaborado o Plano Nacional de Fiscalização, tendo como referencial de planejamento:

1) Imóveis com registro de trabalho escravo;

2) Imóveis situados na área de abrangência do Plano Brasil Sem Miséria;

3) Imóveis situados em áreas de grande concentração fundiária;

4) Imóveis situados em áreas de conflitos agrários;

5) Imóveis situados em municípios com sobreposição de área cadastrada.

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da

pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária é uma atividade importante para a inclusão social. Desde 2009, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, a regularização de áreas em tal âmbito, e à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, a regularização fundiária fora da Amazônia Legal.

Algumas ações desenvolvidas foram: 1) Levantamento e identificação das áreas com maior incidência de posseiros, propondo aos estados que a execução seja realizada prioritariamente nessas áreas;

2) Realização e participação em oficinas com todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução, visando à identificação de entraves e proposição de solução para ampliação e massificação da política de regularização fundiária e;

3) Discussões para aperfeiçoamento dos marcos legais que disciplinam a execução da política de regularização fundiária.

Metas 2012-2015

- **Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, o somatório das áreas dos imóveis certificados foi de 23.584.993 hectares. Com a implantação do Sigef no primeiro semestre de 2013, a expectativa é de alcançar a meta proposta, uma vez que esse sistema vai dinamizar o processo de certificação resultando no aumento da área certificada nos próximos três anos.

  Quantidade alcançada

  23.584.993

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de atingir essa meta e considerando que a execução, em quase sua totalidade, é proveniente de execução indireta, por meio de parcerias com os estados para regularização fundiária de suas terras devolutas, o Incra vem promovendo ações visando à realização de convênios com os estados para o geocadastramento e a regularização fundiária de imóveis rurais, a exemplo do convênio firmado com o estado de Pernambuco, cuja meta é regularizar 35.357 imóveis. Em 2012, foi efetuada a regularização de 35.981 imóveis rurais fora da Amazônia Legal.

  Quantidade alcançada

  35.981

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

  Análise Situacional da Meta

  Foram georreferenciadas 13,279 milh»es de hectares no ano de 2012.

  Em 2013, será realizado um novo pregão para o georreferencimento de aproximadamente três milhões de hectares. Com este pregão deverão ser medidas cerca de 30.000 ocupações, além de glebas e áreas urbanas.

Quantidade alcançada

2,98

Data de Referência

31/12/2012

- **Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram georreferenciadas 60 glebas perfazendo uma área de 4,24 milhões de hectares, tendo sido certificadas 20 glebas federais correspondendo a uma área de 1,72 milhões de hectares, que estão sendo alvos de destinação pelo Programa Terra Legal, dos quais foram destinados 167.036 hectares. Em 2013, pretende-se certificar todas as 60 glebas já georreferenciadas.

Quantidade alcançada

167.036

Data de Referência

31/12/2012

- **Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Foram cadastrados 4.614 posseiros e georreferenciadas 34.977 ocupações no ano de 2012. Devido à grande mobilidade dos posseiros na região amazônica, apenas 46% das posses georreferenciadas possuem cadastro e em 2013 a meta é cadastrar cerca de 50 mil posses já georreferenciadas.

Quantidade alcançada

34.977

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	104.000	unidade	34.977	03/12/2012

- **Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

O Programa Terra legal – PTL foi criado em 2009 com perspectiva de ter sua execução até 2014 podendo ser prorrogada por mais 5 anos, até 2019. Até 2012, o PTL operou numa lógica para a regularização com as seguintes etapas: Cadastramento, Georreferenciamento e Titulação. Nesse sentido, até esse ano, houve um grande processo de cadastramento de pessoas interessadas em regularizar suas posses de terras, isso resultou em mais de 150 mil cadastros, dos quais pouco mais de 60 mil são propícios a regularização.

Em 2012, para conceder agilidade ao Programa, passou-se a iniciar o processo pelo Georreferenciamento para, em seguida, proceder ao cadastramento dos ocupantes destas áreas, dando uma lógica de ação mais focada e direcionada para o alcance das metas de titulação. Houve um crescimento expressivo em relação aos dados: de 1.226, em 2009-2011, para 2.694, em 2012, correspondendo a um crescimento de 120%. Assim, em 2012, foram emitidos 97 títulos na faixa de fronteira, perfazendo uma área de 4,5 mil hectares.

Em 2013, a partir da simplificação dos procedimentos, em conjunto com o Conselho de Defesa Nacional, o assentimento passará a ser feito por glebas, em vez de individualmente. Assim, a meta para o próximo ano é titular cerca de 7 mil ocupações em faixa de fronteira já medidas pelo Programa Terra Legal. Tem-se investido na qualificação dos escritórios regionais de forma a dirimir toda e qualquer problemática em relação aos processos e procedimentos atuais para destinação e titulação das terras públicas na Amazônia Legal.

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2012

- **Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Foram destinadas, no ano de 2012, 2.694 áreas na Amazônia Legal, totalizando 167.036 hectares. Em 2013, pretende-se destinar cerca de 18.000 ocupações já georreferenciadas, em cerca de 1,35 milhão de hectares.

Atualmente, o Programa está empreendendo esforços no sentido de organização da secretaria e de seus 11 escritórios regionais nos nove estados da Amazônia Legal para que a meta de destinar 49 milhões de ha de terras públicas na Amazônia Legal seja alcançada.

Iniciou-se um processo de “Destinação Massiva” através de uma Câmara técnica de destinação, foro em que estão reunidos órgãos da esfera pública federal como ICMBIO, FUNAI, SPU e outros, em que se faz uma análise prévia da necessidade de regularização de cada gleba de acordo com sua origem. Assim, se for identificada pela FUNAI presença de tribo indígena isolada, procede-se à destinação para a Fundação para que ela faça os seus estudos e posteriormente possa regularizá-la como Terra Indígena, por exemplo. Dessa forma, espera-se contribuir de forma qualificada com a destinação das Terras Públicas da Amazônia Legal.

Quantidade alcançada

167.036

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	49.000.000	ha	105.000	03/03/2012

- **Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A meta de verificação do cumprimento da função social da propriedade está intrinsecamente ligada às ações realizadas para desapropriação de terras improdutivas para a Reforma Agrária. Em 2012, as vistorias realizadas com esse fim foram de 455,8 mil hectares, o que está orientado pelas diretrizes atuais da Política de Reforma Agrária. A partir de 2013, essa meta passará para o âmbito da fiscalização cadastral de imóveis, a partir da análise das informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, não se limitando mais à vistoria para desapropriação. Ademais, a meta de 16 milhões de hectares foi superestimada, porque levou em conta vistorias de toda ordem, incluindo, por exemplo, as terras públicas que não são objeto de verificação de cumprimento da função social, mas compunham a série histórica do indicador.

Quantidade alcançada

455.800

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A meta inicial de 45 mil famílias foi ajustada para 22 mil. Em 2012, 23.075 famílias resultaram homologadas e selecionadas para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, com capacidade para assentar 7.318 famílias. Desse total, 88 projetos foram obtidos de forma onerosa e 29 foram criados em terras públicas. Outra atividade de complementação à meta de assentamento foi a supervisão ocupacional, realizada em continuidade ao combate à venda dos lotes, que, alcançou mais 14.055 lotes.

Foi verificada a efetiva ocupação dos lotes e ações de retomada foram implementadas quando constatadas irregularidades, desistências ou evasões. A base de cadastro de famílias assentadas em 2012 foi repassada para o Ministério de Desenvolvimento Social visando à integração ao Cadastro Único, para que as 23.075 famílias selecionadas possam acessar os demais programas sociais de governo, contribuindo para a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

A infraestrutura básica nos projetos de assentamento é composta, prioritariamente, pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, para proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.
No âmbito nacional, a aplicação do Crédito Instalação totalizou 46.129 créditos supervisionados em 2.006 projetos de assentamento.

Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das oito modalidades atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição/Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o monitoramento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta do Incra pois os recursos destinados à moradia dos beneficiários provirão do programa Minha Casa Minha Vida. O Apoio Mulher será mantido, tendo em vista seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de gênero. Está em desenvolvimento um sistema para aperfeiçoar, tanto em nível regional quanto central, o acompanhamento, a supervisão e a cobrança da aplicação dos créditos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Para apoiar o usufruto exclusivo dos povos indígenas ao seu território, 609 famílias desintrusadas das Terras Indígenas Maraiwatsede, no Mato Grosso, e Apyterewa, no Pará, foram cadastradas e assentadas, no âmbito do PNRA.

- **Assentar 200 mil famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram homologadas 23.075 famílias selecionadas para o PNRA.
  Quantidade alcançada

  23.075

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram atendidas 47.275 mil famílias nas diversas modalidades do Crédito Instalação. Na modalidade Apoio Mulher, 5.436 contratos foram firmados. A aplicação da modalidade Apoio Mulher garantiu maior participação na produção de alimentos, geração de renda e fortalecimento da organização econômica das mulheres.

Quantidade alcançada

47.275

Data de Referência

31/12/2012

- **Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram concluídas obras de 160 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 5.935 famílias e estavam em execução obras de 1.227 sistemas de abastecimento de água, com previsão de conclusão no ano de 2013, cuja meta é atender 28.796 famílias.

Além dessas obras, o Incra firmou parceria com o Ministério da Integração Nacional, visando à recuperação e/ou ampliação, até 2014, de sistemas de abastecimento de água em 575 projetos de assentamento, para beneficiar 31.696 famílias.

Quantidade alcançada

5.935

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O fomento se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e o fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo. No exercício de 2012, a modalidade de Crédito Fomento atingiu 5.968 famílias em 179 projetos de assentamento e mais 2.301 famílias, em 61 projetos de assentamento, receberam o crédito Adicional de Fomento, num total de 8.269 famílias.

Quantidade alcançada

8.269

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir e/ou reformar 120 mil casas**

Análise Situacional da Meta

A existência de moradia favorece a permanência das famílias em seus lotes, com melhoria na qualidade de vida e principalmente o respeito à sua dignidade. A construção e/ou reforma de casas em 2012 totalizou 18.969 unidades.

Quantidade alcançada

18.969

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas**

Análise Situacional da Meta

Além da manutenção das outras modalidades de contratação que vinham sendo apoiadas, foi adotada uma nova diretriz para tais obras, que consiste em estabelecer parcerias entre as Superintendências Regionais do Incra e as Prefeituras Municipais que estão sendo contempladas pelo MDA para receber equipamentos destinados à construção e reforma de estradas dentro da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

No ano de 2012, foram construídos ou recuperados 4.897 quilômetros de estradas, beneficiando 41.970 famílias. Em 2013, devem ser concluídas as obras em 23.119 quilômetros de estradas que atendem a 165.773 famílias ultrapassando a meta de 25 mil quilômetros a ser alcançada até 2015.

Quantidade alcançada

4.897

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar 800 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, sendo 88 projetos por meio de desapropriação onerosa e 29 projetos criados em terras públicas, com capacidade de 7.318 famílias. Foram publicados 32 decretos de desapropriação.

Quantidade alcançada

117

Data de Referência

31/12/2012

- **Obter 1 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

O acesso a terra é essencial no esforço de superação das condições de pobreza extrema no campo. Em 2012, foram obtidos por meio oneroso 56 imóveis, correspondendo a 107.464,65 hectares, objeto das indenizações iniciais nas aquisições de imóveis rurais. Além desses, outros 37 imóveis, com 83.481,44 hectares, têm processos para pagamento e mais 16 imóveis, com 20.931,07 hectares, aguardam a disponibilização de recursos financeiros. Outro destaque refere-se aos 32 decretos de desapropriação que foram publicados, perfazendo um total de 66 mil hectares com capacidade para 1.736 famílias.

Quantidade alcançada

107.464,65

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

Foram feitas articulações pelas Superintendências Regionais com os Estados e Municípios, mas, até o final do

exercício, não se dispunha de informações efetivas sobre a quantificação

- **Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Foram feitas articulações pelas Superintendências Regionais com os Estados e Municípios, mas, até o final do exercício, não se dispunha de informações efetivas sobre a quantificação

- **Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos**

  Análise Situacional da Meta

  A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, exige que todos os imóveis rurais tenham o Cadastro Ambiental Rural – CAR. A implementação do CAR poderá alterar a metodologia de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual. Em sete Estados, o sistema já está funcionando, e em todos os outros, encontra-se em fase de implementação. Nos estados em que o sistema está implantado, o protocolo das licenças é precedido do CAR, o que tem ocasionado um atraso na solicitação das licenças. Em 2012, foram protocoladas 630 licenças.

  Quantidade alcançada

  630

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A garantia de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) é uma importante diretriz, envolvendo a integração das ações do Incra com os programas Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC 2). Adicionalmente, em 2012, buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivo à adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna no estado do Amazonas, cuja realização deverá ocorrer a partir de 2013. Também o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para a Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executadas a partir de 2013.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o**

número de contratos para 60% das famílias assentadas

Análise Situacional da Meta

O acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é feito mediante apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas aptas a realizarem operações de crédito rural sob o amparo do programa, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Cabe ao Incra, por meio de suas Superintendências Regionais, a emissão de DAP para as famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA enquadradas nos grupos 'A' e 'A/C'.

Em 2012, 50% das famílias assentadas tiveram DAP emitidas pelo Incra. Os contratos de crédito rural são realizados pelos agentes financeiros e, no exercício de 2012, 29% das famílias assentadas realizaram contratos de crédito no amparo do Pronaf 'A' e 'A/C'. O quantitativo de créditos contratados mediante as linhas do Pronaf pelos beneficiários da reforma agrária é fornecido pelos bancos operadores do financiamento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil), sendo que o Banco da Amazônia, responsável pela contratação de cerca de 60% das operações efetivadas, ainda não havia informado os números atualizados de contratos efetuados em 2012.

Em dezembro de 2012, o MDA, para atender as mudanças da norma do crédito rural do Pronaf, publicou a Portaria nº 102, modificando condições e procedimentos para emissão de DAP. Com isso, o Incra ficou autorizado a emitir também as DAP principal, acessórias e especiais para os agricultores familiares que não fazem parte dos grupos 'A' e 'A/C', incluindo-se os agricultores familiares do grupo 'B' e 'V', possibilitando, portanto, ampliar o número de agricultores familiares assentados a terem acesso ao crédito rural.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização**

Análise Situacional da Meta

O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias.

Para melhor entendimento jurídico e técnico e visando à ampliação do Programa Terra Sol nas Superintendências Regionais, a Norma de Execução e o Manual Operativo do Programa foram revisados, aproveitando as experiências dos primeiros anos de sua execução e aprimorando os procedimentos.

Foi realizada, de 26 a 30 março de 2012, em Brasília, uma oficina de elaboração de projetos do Terra Sol com as 13 superintendências que, nos últimos anos, não vinham obtendo desempenho significativo no programa. Foi proposta – e está em curso – a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo o Incra, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), visando à ampliação dos recursos destinados à agroindustrialização e às atividades pluriativas. Este acordo prevê um aporte de R$ 300 milhões, sendo R$ 150 milhões do BNDES e R$ 150 milhões do Incra. Para levantamento da demanda de propostas em todo país, em fevereiro de 2013 será lançado Edital de Chamada Pública com prazo de cinco anos (prorrogáveis), com a FBB atuando como escritório de projetos para melhorar a fundamentação das propostas.

Com estas iniciativas, espera-se um melhor desempenho do Programa Terra Sol. A parceria com a Conab como parceiro financiador visa a garantir uma maior vinculação dos produtos gerados via agroindustrialização nos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No exercício de 2012, foram contratados 51 projetos em 251 projetos de assentamento, beneficiando 8.408 famílias. Dessas, 1.589 famílias foram atendidas com recursos do exercício. O Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre Incra e BNDES, BB, FBB e Conab, amplia a possibilidade de, até 2015, alcançar, e até mesmo superar, a meta de atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

Quantidade alcançada

8.408

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso**

Análise Situacional da Meta

Foram emitidos 27.010 Contratos de Concessão de Uso (CCU), 2.253 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e 497 Títulos de Domínio (TD), totalizando 29.760 documentos.

Foi priorizado o CCU visando a alcançar o máximo de assentamentos, face o seu caráter estruturante, uma vez que é pré-condição à concessão e recebimento do Crédito Instalação em suas diferentes modalidades. Para projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, foram emitidos os CCDRU. A emissão dos Títulos de Domínio foi condicionada aos projetos de assentamento que já tenham atingido a autossuficiência. Quanto à indenização de benfeitorias de boa-fé, foram priorizados os pagamentos em que os processos estavam concluídos.

Quantidade alcançada

29.760

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol**

Análise Situacional da Meta

O critério de gênero, prevendo maior pontuação para os projetos que contemplem maiores percentuais de mulheres, foi incluído no Edital de Chamada Pública que levantará a demanda de projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas para o Programa.

- **Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Será desenvolvida, nos próximos anos, articulação com os processos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para levantamento de gênero nos empreendimentos desenvolvidos nos projetos de assentamento e participação em programas governamentais, como PAA e PNAE, dentre outros.

- **Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 26 projetos de assentamento foram atendidos. Esse número decorre de atividades relacionadas principalmente à execução de convênios pré-existentes e realização de vistorias de cunho ambiental nos assentamentos.

Há o entendimento de que a execução do Programa Assentamentos Verdes a partir de 2013, juntamente com diversas tarefas de gestão ambiental programada pelas Superintendências Regionais, agilizarão as ações de gestão ambiental.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de Educação de Jovens e Adultos de níveis médio e superior, por meio de parceiras com instituições de ensino públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem fins lucrativos. Ocorreu ainda a assinatura de um termo de compromisso entre Incra e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o Incra e as instituições federais de ensino superior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a execução de programas e ações que visem ao desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, com lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), MDA e Superintendências Regionais trabalharam juntas para divulgar e levantar a demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Ademais, o Projeto Arte e Cultura foi discutido com o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Juventude. Apresentou-se, ainda, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação, com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Em 2013, serão intensificados o diálogo e a articulação com outros ministérios no tocante a saúde, esporte e lazer.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

  Análise Situacional da Meta

  O Incra e o MDA reativaram sua participação no Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo instituído pelo Ministério da Educação, com o objetivo de articular ações com vistas à ampliação da oferta de Educação Infantil nos assentamentos, por meio da construção de creches e investimentos em equipamentos de educação infantil nas escolas já existentes. O GT envolverá ainda outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além dos movimentos sociais do campo.

- **Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi possível manter em sala de aula 3.058 alunos de parcerias plurianuais, estabelecidas por convênio ou termo de cooperação com instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos para realização de cursos com duração de 2 a 6 anos e celebradas em exercícios anteriores, e a inserção de 530 novos alunos. Do total, 772 aluno estão no nível superior e 1.886, em cursos técnicos de nível médio.

  Quantidade alcançada

  3.058

  Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social**

Análise Situacional da Meta

Além da continuidade da parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que já capacita 850 profissionais, foi celebrada outra parceria com o CNPq com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa cientifica tecnológica e extensão, com a formação de 1.500 profissionais. A seleção dos projetos será feita com foco em inovação tecnológica que desenvolva ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Os projetos terão como propósito a qualificação da formação de assentados, estudantes e técnicos extensionistas, geração de conhecimento, capacitação técnico-profissional e serviços de ATES para os assentados, considerando os princípios e objetivos da política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352/2010) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Quantidade alcançada

850

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), o Ministério da Educação está selecionando as obras que integrarão o acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola que será enviado a todas as escolas de assentamentos. Pesquisa a ser realizada no segundo semestre de 2013, pelo Incra em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir dos dados do MEC, indicará o número de escolas a serem atendidas com bibliotecas. As Superintendências Regionais do Incra levantarão as demandas dos assentamentos e as apresentarão aos Municípios. O MEC destinará recursos para o cumprimento desta ação aos Municípios que aderirem ao Programa de Ações Articuladas.

- **Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 6.046 alunos, entre assentados e acampados, participaram de sete projetos em execução. Atualmente, há 18 projetos aprovados e selecionados, com previsão de atendimento à 18.510 pessoas, com a demanda surgindo da discussão entre as instituições de ensino, Incra e movimentos sociais representantes dos trabalhadores.

Quantidade alcançada

6.046

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas se desenvolvem em articulação direta com os governos estaduais, já que o Incra tem parcerias com algumas Secretarias de Educação, assim como participa de diversos comitês estaduais de educação do campo, que articula as ações do PRONACAMPO, e de todos os comitês estaduais do PRONATEC, ambos programas do MEC. Nessas instâncias são tratados não somente assuntos específicos dos programas, mas também é discutido o acesso aos demais programas da Secretaria de Estado ou do Ministério da Educação, como o Mais Educação e o acesso ao financiamento de quadras de esportes cobertas.

- **Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária**

  Análise Situacional da Meta

  O Incra participa do GT da Terra, grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para discutir e implementar ações direcionadas à população rural. Nos estados, as ações se desenvolvem em parceria com os órgãos estaduais, nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, operacionalizado pelo Incra.

- **Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária**

  Análise Situacional da Meta

  Em novembro de 2012, o Incra realizou reunião com o Ministério da Cultura para discutir a articulação de ações visando ao fomento da produção cultural dos assentamentos na perspectiva da economia criativa. O Incra contribuiu com a matriz de elaboração do projeto. As tratativas deverão seguir em 2013, com vistas a um termo de cooperação entre o MinC e o MDA.

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012, o MDA, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, realizou inúmeras atividades de mediação de conflitos agrários, prevenção de tensão social e violência no campo, atendimento de denúncias, assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas, e capacitação de mediadores de conflitos sociais, mediante atividades da administração pública federal direta e indireta e/ou parceiras com diversos órgãos da União e das Unidades Federativas, a exemplo da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradorias de Justiça Estaduais, Defensorias Públicas Estaduais, Polícias Civil e Militar. Essas parcerias, obtidas em boa parte por meio da especialização das entidades para o combate à violência no campo, foram fundamentais para um maior alcance das ações. Com relação ao combate à fome e à miséria, um fator que dificultou o avanço foi a ausência de um cadastro qualificado das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra. Em 2013, essa dificuldade deve ser superada com a parceria com o MDS para inclusão das famílias no CadÚnico, por meio da busca ativa.

Metas 2012-2015

- **Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  A execução do cadastramento das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras é realizada pelo Incra, por meio de suas Superintendências Regionais. No exercício de 2012, o Incra conseguiu qualificar boa parte da demanda, chegando ao número aproximado de 115 mil famílias acampadas. A dificuldade de acesso aos acampamentos, rotatividade das famílias e ausência de documentos pessoais dos trabalhadores foram alguns fatores que dificultaram o trabalho. Em 2013, a meta deve ser totalmente alcançada, haja vista a interação com o MDS para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no CadÚnico, por meio de um trabalho de busca ativa específico.

- **Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, ocorreram 12 homicídios e em 2012 foram registradas sete mortes decorrentes de conflitos agrários. Embora não seja possível auferir a quantidade de homicídios decorrentes de conflitos agrários que deixam de acontecer devido

às atividades de prevenção de tensão social e violência no campo, mediação de conflitos agrários, atendimento de denúncias realizadas, entende-se que essas ações são fundamentais para a redução dos homicídios.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, mais de duas mil famílias rurais tiveram a oportunidade de financiar a aquisição de suas terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e assim, mais 54 mil hectares passaram a integrar o processo produtivo da agricultura familiar no Brasil. O processo de aquisição dessas terras envolve a participação da sociedade civil, sendo dada atenção especial à infraestrutura das propriedades, como acesso à água, energia elétrica, moradia digna, além da garantia de assistência técnica, essencial para a inserção dessas famílias no processo produtivo sustentável. Essas ações implicaram investimento de mais de R$ 127 milhões em 2012, dos quais R$ 26 milhões foram investidos, por meio da linha de Combate à Pobreza Rural, em infraestrutura coletiva e individual necessária à fixação das famílias no campo.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o PNCF beneficiou 2.600 famílias. Esse número não foi maior devido à estiagem na Região Nordeste, bem como ao longo período de negociação para revisão das condições de financiamento do Programa.

  Quantidade alcançada

  2.600

  Data de Referência

  31/12/2012

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R$ bilhão	30/06/2011	16	04/07/2012	18
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R$/ha	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	01/09/2009	337,07	30/09/2011	414,28
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R$	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701

Observações:

Área total utilizada para a produção da agricultura familiar - Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - Valor bruto da produção da agricultura familiar: Os valores apurados se referem ao Censo Agropecuário do ano de 2006, não tendo havido apuração posterior a essa. Espera-se novo Censo Agropecuário para o ano de 2016.

Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - Foram considerados agricultores familiares os ocupados em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho único ou principal da semana de referência nas posições: conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos, Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar e Trabalhador na produção para o próprio consumo.

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R$ 12 mil para R$ 15 mil) e mulheres (de R$ 50 mil para R$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 771.343 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o

governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

Metas 2012-2015

- **Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

  Análise Situacional da Meta

  A Portaria nº 94/2012 do MDA publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2012 instituiu oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas (DAP-I). Nesse primeiro momento, a DAP-I não dará acesso a créditos do Pronaf, mas a políticas tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio) e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Houve, ainda, no Plano Safra 2012/2013, aumento do limite das seguintes linhas: o Proanf Jovem foi ampliado de R$ 12 mil para R$ 15 mil e o Pronaf Mulher foi ampliado de R$ 50 mil para R$ 130 mil.

- **Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**

  Análise Situacional da Meta

  No tocante à execução da PGPM da Agricultura Familiar, ressalta-se a operação de escoamento de derivados de uva realizada por meio de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) para garantia de preços mínimos aos agricultores familiares e para escoamento dos estoques de derivados da uva (vinho, mosto e destilado). Os leilões já realizados envolveram operações de subvenção no valor de R$ 20,6 milhões, que garantiram o pagamento do preço mínimo de cerca de 78 mil toneladas de uva. A operação foi autorizada pela Portaria Interministerial nº 2, de 11 de outubro de 2012, por meio da qual foram autorizados R$37,7 milhões para toda a operação.

  Tendo em vista que os preços de mercado dos produtos agrícolas, em geral, se encontram acima dos preços mínimos, não houve demanda para outras operações no âmbito da PGPM/AF.

  Quantidade alcançada

  78.000

  Data de Referência

  17/09/2012

- **Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Segundo a base de dados do MDA, foram executados, no total, 764.868 contratos, sendo 326.852, em 2011 e 438.016, em 2012 (cada contrato corresponde a uma família). Os contratos de 2011 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término.

  Quantidade alcançada

  764.868

  Data de Referência

  06/03/2013

- **Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Estão ativas e válidas no sistema da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) 1.817 pessoas jurídicas da agricultura familiar, as quais estão aptas a acessar o PRONAF voltado para cooperativas e associações.

A possibilidade de estratificação sobre a quantidade de CNPJ que acessam o PRONAF está prevista para julho de 2013, quando a base do crédito estiver construída e funcional.

Quantidade alcançada

1.817

Data de Referência

26/02/2013

- **Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Acrescentamos, ainda, que está em desenvolvimento trabalho para criação de um módulo do sistema destinado à emissão exclusiva para os indígenas, com previsão para entrada em operação para junho de 2013.

- **Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram distribuídas sementes de milho (BR 106, BRS Caatingueiro) e feijão (BRS Pujante e Guariba) para 26.400 famílias de agricultores familiares, público do Plano Brasil Sem Miséria, situadas nos territórios do Velho Chico (BA), Baixada Ocidental (MA), Baixo Parnaíba (MA), Campo e Lagos (MA), Vale do Guaribas (PI) e Cocais (PI) obedecendo o calendário de plantio das referidas culturas.

Quantidade alcançada

26.400

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

O Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil informa que 469.472 contratos de custeio agrícola foram realizados em 2012.

Quantidade alcançada

469.472

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizados 1.164.863 contratos de investimento no âmbito do Pronaf. No entanto, só teremos a informação sobre a quantidade de mulheres que acessaram o crédito em 2013, quando o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR/BACEN poderá produzir a consulta.

- **Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Garantia-Safra tem como objetivo garantir renda mínima para agricultores familiares com perda sistemática da produção. É um estímulo a adesão por parte de estados, municípios e agricultores. A adesão deve ser feita antes que ocorra o evento climático. Foram beneficiados 771.343 agricultores familiares com o garantia-safra.

Quantidade alcançada

771.343

Data de Referência

07/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462	unidade	771.343	07/02/2013
Região Norte	61.538	unidade	0	07/02/2013

- **Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram financiadas 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional voltados para o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar.

Quantidade alcançada

178.546

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram executados 1.823.210 contratos do PRONAF em 2012. O total financiado foi de R$ 16.358.978.153,12.

Não há estratificação sobre a quantidade de famílias e mulheres que acessaram o crédito antes de 2013, tendo em vista que a informação do Banco Central pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR só estará disponível em julho de 2013.

Quantidade alcançada

1.823.210

Data de Referência

31/12/2012

- **Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

O Seguro da Agricultura Familiar-SEAF é ofertado em todo o país, estando disponível para todos os agricultores familiares que contratarem financiamento de custeio agrícola do Pronaf. Ofertou-se seguro para 450 mil famílias. Há uma meta de elevar esses financiamentos para 750 mil famílias. A meta do seguro está condicionada à essa meta do crédito.

Quantidade alcançada

450.000

Data de Referência

30/06/2012

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fumicultoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

Metas 2012-2015

- **Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos empreendimentos tanto na gestão administrativa, quanto na adequação de produtos para o mercado e na área de comercialização, foi lançado o Projeto Mais Gestão - Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para empreendimentos da Agricultura Familiar como uma das estratégias adotadas para enfrentamento destes desafios. Desde 2008, 108 empreendimentos dos biomas Amazônia, Caatinga e Cerrado vêm sendo assistidos por esta ATER diferenciada. Em 2012, foram lançadas chamadas públicas que permitirão a aplicação de cerca de R$65 milhões, para atender 600 empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar em todo o território nacional. A perspectiva para 2013 é que sejam beneficiados mais 1.200 empreendimentos coletivos da agricultura familiar, com uma movimentação de aproximadamente R$ 130 milhões voltados para qualificar os processos e na gestão dos empreendimentos elevando o seu padrão de competitividade e Acesso a Mercados.

Quantidade alcançada

489
Data de Referência
07/02/2013

- **Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

As capacitações serão realizadas a partir de 2013.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo atendidos 530 mil agricultores familiares em ATER que acessam o crédito PRONAF B (microcrédito) via convênios celebrados com entidades estaduais de ATER, e ainda vigentes. Com isso, não houve necessidade da contratação de novos serviços de ATER.
Quantidade alcançada
530.000

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 300 indígenas em serviços de ATER. Em 2013 há previsão de atendimento a mais 3.000 indígenas e outros 9.000 farão parte de uma parceria com a FUNAI para receber os serviços de ATER.

Quantidade alcançada
300
Data de Referência
07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Sem Miséria, foram lançadas chamadas públicas de ATER para famílias quilombolas em 2011 (execução em 2012) e em 2012. Juntas, as chamadas estão beneficiando 8,9 mil famílias quilombolas.
Quantidade alcançada
8.920
Data de Referência
07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram atendidas 251.339 famílias em 3.863 Projetos de Assentamento com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.
Quantidade alcançada
251.339
Data de Referência
07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo atendidos 9.600 famílias de agricultores familiares via chamadas públicas de ATER com foco especifico

na diversificação produtiva.
Quantidade alcançada

9.600
Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado**

Análise Situacional da Meta

Já foram lançadas 4 chamadas públicas (2 em 2011 e 2 em 2012) para agricultores familiares nas regiões Nordeste, Norte, Centro Oeste e região do semi-árido de Minas Gerais. Também foram realizados aditivos contratuais para atendimento ao público em contratos já existentes em MG, PE e PB para 7.123 famílias.

Quanto à meta de 50 mil famílias assentadas da Reforma Agrária foram atendidas, em 2012, 18.100 famílias, no âmbito do Brasil sem Miséria. Esse processo foi realizado com forma de definição diferenciada dos assentamentos e famílias a serem atendidas, a partir de critérios essencialmente relacionados às regiões e assentados de baixa renda. A meta atingida supera em 35% a meta estabelecida, representando avanço significativo para o primeiro ano de trabalho.

Quantidade alcançada

157.013
Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública em elaboração para lançamento em 2013.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada no final do ano de 2012 com a assinatura de 35 contratos de ATER para desenvolvimento da agricultura sustentável com 50.440 beneficiários. Ainda no 1º semestre de 2013, serão contratados mais 25 lotes envolvendo 44.270 unidades produtivas da agricultura familiar.
Quantidade alcançada

50.440
Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 5.460 jovens rurais. Contudo, apenas parte dos lotes lançados foi contratada por falta de entidades prestadoras do serviço ou debilidade dos proponentes frente aos requisitos da chamada. A chamada pública para jovens rurais envolvendo os lotes não contratados em 2012 foi lançada em 11/04/2013. O prazo final para envio das propostas técnicas se encerrou em 11/05/2013.

Quantidade alcançada

5.460
Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável**

  Análise Situacional da Meta

  Foi lançada uma chamada pública experimental para o Estado do Paraná.
  Quantidade alcançada

  1.280
  Data de Referência

  07/02/2013

- **Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação.

- **Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  Está em curso a realização de estudos para que a atuação nesta temática se inicie no de 2013.

- **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas.
  Quantidade alcançada

  1.117.426
  Data de Referência

  07/02/2013

- **Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicos do Plano Brasil Sem Miséria.
  Quantidade alcançada

  2.022
  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos:em 2012, foi ampliado de R$ 9 mil para R$ 20 mil o limite das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

Promoção do acesso aos mercados diferenciados

Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Encontra-se em desenvolvimento a capacitação de técnicos de Assistência Técnica Ambiental e Social (ATES), para que auxiliem o público da reforma agrária na elaboração de projetos de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- **Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O órgão atuou junto a 1.078 organizações sendo:

- 640 empreendimentos em processos de comercialização e mercado privado;

- 331 empreendimentos para a agroindustrialização;

- 107 empreendimentos no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Quantidade alcançada

1.078

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados**

Análise Situacional da Meta

a) Foram elaborados materiais técnicos e/ou de orientações sobre as legislações específicas:

1) Documento sobre situação atual de implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa;

2) Documento contendo orientações sobre o licenciamento ambiental de agroindústrias;

3) Documento contendo orientações sobre o registro sanitário de agroindústrias;

4) Documento orientador sobre o Suasa – Atualização;

5) Manual de orientação sobre consórcios de municípios para adesão ao Suasa;

6) Nota técnica sobre a situação das legislações: sanitária, previdenciária, fiscal/tributária.

b) Elaboração de propostas de alteração das legislações específicas:

1) Três alternativas de mudança para a legislação sanitária de produtos de origem animal (POA);

2) Redação de minuta de MP para isenção da Taxa de Fiscalização Sanitária da Anvisa para produtos de origem vegetal (POV);

3) Em parceria com o MAPA foi elaborada minuta de PL para simplificação de registro de bebidas e polpas, em tramitação no Congresso;

4) Redação de proposta para inclusão de cooperativas na Lei do Simples Nacional;

5) Proposta de mudança da Legislação Previdenciária para manutenção de segurado especial com uso de CNPJ.

c) Outras atividades realizadas:

a) Divulgação do Suasa;

b) Divulgação dos materiais técnicos elaborados;

c) Participação em diversas reuniões e outros eventos sobre legislações;

d) Orientação aos municípios sobre constituição de Sistema de Inspeção Municipal - SIM, de Consórcios e sobre adesão ao Suasa;

e) Assessoria a centenas de serviços de inspeção de municípios, consórcios e estados sobre a implantação de normas sanitárias para pequenas agroindústrias;

f) Realização de convênio com o Sistema de Inspeção Estadual - SIE/MG e o Consórcio Consad/SC para qualificação de agroindústrias e posterior inclusão das mesmas na lista do Suasa;

g) Convênio com Confederação Nacional de Municípios (CNM) para realização de 30 seminários em todas as UFs sobre legislação sanitária e PNAE e publicação de materiais técnicos sobre o tema.

Como o tema é de alta complexidade e as legislações muito antigas, criadas a partir de modelo de desenvolvimento

centrado em grandes plantas industriais, ocorreram dificuldades de execução das ações.

ATIVIDADES PARA 2013

1) Realizar convênio com Sistemas de Inspeção Estaduais - SIEs e Consórcios com adesão ao Suasa para qualificação de agroindústrias e posterior inclusão das mesmas na lista do Suasa;

2) Assessoria aos municípios para implantação de Sistema de Inspeção Municipal - SIM, individual e em consórcios;

3) Assessoria aos serviços de inspeção dos entes federados para adoção de normas específicas para pequenas agroindústrias;

4) Orientação aos serviços de inspeção de estados, municípios e consórcios para adesão ao Suasa; 5) Acordar com a SDT o apoio técnico e financeiro aos territórios para implantação de SIM, constituição de consórcios de municípios e adesão ao Suasa;

6) Apoio às agroindústrias para respectiva formalização;

7) Participar dos 30 seminários nas UFs, em parceria com a CNM;

8) Desenvolver ações para consolidar as alterações propostas sobre legislação sanitária (POV e POA), previdenciária e fiscal/tributária;

9) Participar, junto ao MAPA, da elaboração das normas sanitárias para pequenas agroindústrias;

10) Elaborar materiais de orientação a partir de alterações das legislações legislação sanitária (POV e POA), previdenciária e fiscal/tributária;

11) Divulgar aos parceiros as alterações nas respectivas legislações.

- **Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

Análise Situacional da Meta

Está se buscando cada vez mais adequar o acesso das comunidades indígenas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Para tanto, foi criada em 2012 a DAP Indígena, documento por meio do qual as comunidades poderão acessar programas como o PAA, PNAE e PGPMBio.

- **Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta

O plano operacional do PAA define como público prioritário as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terra acampados e recomenda que a seleção de municípios que receberão recursos considerem a concentração destes públicos.

- **Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado**

Análise Situacional da Meta

É atividade contínua do MDA a divulgação do artigo 14 da Lei 11.947/09 via peças de divulgação/orientação, comunicados por mailing e comunidade virtual da alimentação escolar do Portal da Cidadania. Durante o ano de 2012, também foram confeccionados e enviados releases, matérias e spots radiofônicos para a mídia em geral. No mesmo ano, foram confeccionados 200 mil folderes/cartazes, com o passo-a-passo orientador para realização da compra, e distribuídos junto aos gestores do PNAE nos estados e agricultores familiares via Delegacias Estaduais do MDA e instituições de ATER, bem como em eventos.

Para estimular as compras pelas capitais e maiores municípios, o MDA vem implementando os Projetos Nutre que visam capacitar as organizações produtivas de agricultores familiares a fornecerem para o PNAE e auxiliar na articulação entre agricultores e secretarias de Educação com a finalidade de se fazer cumprir a lei.

Atualmente, estão em execução cinco projetos que, juntos, abrangem os 46 municípios com maior poder de compra nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, além dos nove do Nordeste. Em 2012, nova Chamada Pública foi lançada com a finalidade de atender aos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Piauí, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os contratos para os novos projetos Nutre estão sendo firmados; assim, em 2013, serão assistidas 200 cooperativas em 64 municípios.

- **Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta

O MDA está firmando Acordo de Cooperação com o FNDE que prevê a formulação e implementação conjunta de ferramenta para registro das informações individuais de acesso dos agricultores familiares ao PNAE, em atendimento ao controle e registro da venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os sistemas poderão ser integrados na perspectiva de viabilizar o monitoramento e a gestão do Artigo 14 da lei 11.947/2009.

- **Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Considerando que a agricultura familiar representa 84,4% do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de aproximadamente 81 milhões de hectares (Censo IBGE 2006), existe um grande potencial para a produção de energia renovável a partir de biomassa, energia eólica e energia solar.

Assim sendo, estabeleceu-se a meta de 25 mil famílias para 2015. Entretanto, é uma meta que naturalmente deve ser alcançada a partir da construção de políticas públicas de crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) e acesso a mercado.

A construção das políticas públicas do MDA voltadas à essas cadeias já começaram a ser construídas, em especial para o biogás produzido a partir do tratamento de dejetos animais na Região Sul, em atendimento aos compromissos do governo brasileiro com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC.

Em relação à construção das políticas relacionadas ao biogás que ajudarão a perseguir a meta supracitada, destaca-se que o MDA já realizou Termo de Cooperação técnica com a Itaipu Binacional para tratar do tema, realizou um Curso de Qualificação de Agentes de ATER no Tratamento de Dejetos de Animais com Produção de Agroenergia em Bases Sustentáveis, publicou Chamada de ATER com foco na Sustentabilidade e com diretriz específica para o tratamento de dejetos com fins energéticos (que se encontra em fase de início de execução), possui linha de financiamento para iniciativas de uso de biomassa para geração de energia - Pronaf Eco (MCR, Capítulo 10, Seção 16) e mais recentemente contratou consultorias via Programas de Cooperação Técnica (PCTs) para avaliação da viabilidade econômica da produção e venda de biogás, marco regulatório de compra de energia elétrica a partir do biogás e adequação de instrumentos de apoio do MDA.

Entretanto, considerando o desafio do tema, que é uma fronteira de conhecimento e tecnologia para a agricultura familiar e o próprio setor energético brasileiro, para o ano exercício em análise, as iniciativas citadas acima não conseguiram ainda se concretizar em famílias participando de mercados relacionados à energia com soluções de monitoramento.

Ante o exposto, acredita-se que as iniciativas hoje realizadas pelo MDA e outras em fase de construção, têm grande

potencial de se concretizarem em famílias fornecedoras de energia e em instrumentos capazes de monitorar essa participação.

- **Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Considerando que a agricultura familiar representa 84,4% do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de aproximadamente 81 milhões de hectares (Censo IBGE 2006), existe um grande potencial para a produção de energia renovável a partir de biomassa, energia eólica e energia solar.

Assim sendo, estabeleceu-se a meta de 25 cooperativas para 2015. Entretanto, é uma meta que naturalmente deve ser alcançada a partir da construção de políticas públicas de crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) e acesso a mercado.

A construção das políticas públicas do MDA voltadas à essas cadeias já começaram a ser construídas, em especial para o biogás produzido a partir do tratamento de dejetos animais na Região Sul, em atendimento aos compromissos do governo brasileiro com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC.

Em relação à construção das políticas relacionadas ao biogás que ajudarão a perseguir a meta supracitada, destaca-se que o MDA já realizou Termo de Cooperação técnica com a Itaipu Binacional para tratar do tema, realizou um Curso de Qualificação de Agentes de ATER no Tratamento de Dejetos de Animais com Produção de Agroenergia em Bases Sustentáveis, publicou Chamada de ATER com foco na Sustentabilidade e com diretriz específica para o tratamento de dejetos com fins energéticos (que se encontra em fase de início de execução), possui linha de financiamento para iniciativas de uso de biomassa para geração de energia - Pronaf Eco (MCR, Capítulo 10, Seção 16) e mais recentemente contratou consultorias via Programas de Cooperação Técnica (PCTs) para avaliação da viabilidade econômica da produção e venda de biogás, marco regulatório de compra de energia elétrica a partir do biogás e adequação de instrumentos de apoio do MDA.

Entretanto, considerando o desafio do tema, que é uma fronteira de conhecimento e tecnologia para a agricultura familiar e o próprio setor energético brasileiro, para o ano exercício em análise, as iniciativas citadas acima não conseguiram ainda se concretizar em cooperativas participando de mercados relacionados à energia com soluções de monitoramento.

Ante o exposto, acredita-se que as iniciativas hoje realizadas pelo MDA e outras em fase de construção contribuirão para a concretização de organizações coletivas da agricultura familiar fornecedoras de energia e em instrumentos capazes de monitorar essa participação.

- **Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

As ações de governo dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), até o presente momento, resultam em uma base legal consolidada, tanto para produção e uso do referido combustível, quanto para a proteção da inclusão social no programa, responsabilidade que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Diferentemente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, fornecido pelo MDA, que estabelece regras e incentivos para a realização de parcerias entre empresas produtoras de biodiesel e agricultores familiares produtores de matéria prima. O Selo faz parte de um grupo de instrumentos e políticas consolidadas que têm estimulado a inclusão de agricultores familiares e suas cooperativas na cadeia agroindustrial de óleos vegetais e biodiesel com soluções consistentes de

monitoramento.

Assim sendo, atualmente existem 75 cooperativas da agricultura familiar participando do PNPB como fornecedoras de matéria-prima. Considerando que, com a publicação da Instrução Normativa do MDA nº 01 de 20 de junho de 2011, hoje existem mais de 100 cooperativas da agricultura familiar habilitadas a participar do programa, a expectativa de superação da meta é muito alta.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo vem se ampliando na articulação e consolidando um apoio às iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio à 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres, capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Ademais, no plano safra 2012/2013 o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R$ 50 mil para R$ 130 mil

Metas 2012-2015

- **Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio da Chamada de Projetos da ação de organização produtiva, em 2012, foram aprovadas 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária. Das propostas aprovadas, foram contratados 17 projetos em 7 estados da federação, beneficiando 4.447 mulheres, em 21 Territórios da Cidadania. Essa ação beneficiou 150 organizações de mulheres com apoio às atividades econômicas sustentáveis e à gestão econômica, articulando ATER, crédito e comercialização por meio de:

  • Troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais;
  • Apoio à gestão e comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária;
  • Apoio a produção e comercialização da produção das mulheres na economia rural
  • Fortalecimento das cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais, panificação, produtos extrativistas e artesanato;
  • Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

30/11/2012

- **Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  São objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e apoiar a articulação em rede das atrizes e atores envolvidos nesta política. No ano de 2012, foram realizados 7 contratos de ATER, beneficiando 200 organizações produtivas de mulheres.

  Quantidade alcançada

  200

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher**

  Análise Situacional da Meta

  No plano safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R$ 50 mil para R$ 130 mil. A partir de 2013, será possível informar o número de mulheres que acessaram a linha de crédito específica.

- **Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizada no ano de 2012 capacitação para 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Assim, técnicos/as e fiscais do contrato na operacionalização do Sistema Informatizado de Ater do MDA – SIATER foram capacitados utilizando-se o Manual de Fiscalização de Ater e o Guia de Operacionalização da Chamada n° 006/2011 de Ater para Mulheres.

  Quantidade alcançada

  20

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades para o atingimento desta meta não foram iniciadas neste ano. Está prevista para o ano de 2013 a realização de um estudo das mulheres que acessam o PRONAF Mulher de forma a obter uma avaliação dos limites e avanços ao acesso e suas organizações a essas políticas e capacitações de técnicos que operam com atividades estaduais.

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram implementadas diversas iniciativas visando ao incremento dos sistemas de produção sustentáveis, entre elas: a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição dos mercados institucionais (PAA e PNAE) de produtos

agroecológicos e orgânicos; a promoção comercial dos referidos produtos por intermédio do apoio à participação dos empreendimentos em feiras e eventos nacionais e internacionais, assim como, por meio de projetos de apoio à gestão e capacitação comercial, tanto para os mercados internos como para promover as exportações de produtos ecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar. Destaca-se, em 2012, o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis.

Nesse sentido foi implantado o projeto: "Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista" com a dotação de recursos de R$ 3,5 milhões de reais. Esse projeto foi responsável entre outros, por:

• apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista – ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R$ 80 milhões por ano. Foram custeadas pelo projeto as despesas com as reuniões de diretoria e da assembleia dos seus sócios, a participação institucional da ABRABIO em feiras e eventos tanto no país como no exterior, e a contratação de um secretário executivo para a entidade;

• apoiar a participação das organizações da Agricultura Familiar Orgânica e Agroecológica nas Feiras Internacionais Biofach Alemanha e Expo West na Califórnia – EUA, além da participação na Feira de Supermercados APAS 2012, realizada em São Paulo em maio de 2012. Os negócios prospectados nestes eventos foram estimados em US$ 3,5 milhões para o ano de 2012;

• realizar ações de qualificação das referidas organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em comércio varejista e comércio exterior por ocasião da preparação e participação dos eventos acima mencionados;

• selecionar entre as organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, 30 empreendimentos para serem apoiados em 2013 nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais. Esses empreendimentos foram diagnosticados já em 2012 por meio de visitação in locu e terão suas deficiências e fraquezas enfrentadas pelo projeto nas etapas seguintes por meio de consultoria técnica especializada para essa finalidade.

O ministério coordenou, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais que o país sediará nos próximos anos. Foi lançada a campanha de consumo: "Brasil Orgânico e Sustentável" que pretende inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos referidos produtos como diferencial de qualidade e também como oportunidade para apresentar aos consumidores do Brasil e do Mundo a riqueza e a força da nossa agricultura familiar e da nossa agrobiodiversidade.

Metas 2012-2015

- **Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal**

  Análise Situacional da Meta

  Foi iniciada, em 2012, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar (com o apoio do PRONATEC – SETEC/MEC) com ênfase na qualificação para os sistemas agroecológicos e orgânicos de produção, a:

  -Qualificação Técnica de Jovens Agricultores Familiares – 3.000

-Formação inicial e continuada de Jovens e Adultos – 13.000
-Formação de agentes de Ater (gestão, agroecologia, orgânico, outros) – 4.000

Até 2015, mais de 100 mil técnicos e agricultores serão qualificados.

- **Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado**

Análise Situacional da Meta

O MDA estrutura em parceria com o MDS e com a CONAB os programas relacionados à aquisição pública dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, dos quais se destacam, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ambos estimulam a produção agroecológica, orgânica e do agroextrativismo por intermédio da priorização da aquisição e do pagamento de um prêmio de 30% de sobrepreço para esses produtos. Atualmente, esses programas representam os principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar com ênfase na dinamização do comércio local e foram orçados conjuntamente para o ano de 2012 em aproximadamente R$ 4 bilhões.

O Núcleo Copa Orgânica e Sustentável estruturou a Campanha de Consumo consciente intitulada: “Brasil Orgânico e Sustentável”, na qual se pretende divulgar os produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira, tais como os produtos da sociobiodiversidade, artesanato e cosméticos.

Essa campanha foi lançada em 2012 na FENAFRA e, para 2013, está previsto o lançamento nas 12 cidades-sede da Copa do mundo junto aos segmentos de hotelaria, bares e restaurantes. Como resultado, pretende-se inserir os empreendimentos da agricultura familiar relacionados como fornecedores desse segmento de mercado.

- **Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas, em parceria com o MAPA, oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS.

Foram realizadas 14 oficinas nos estados, onde participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes, entre: cooperativas ou associações de agricultores familiares, prefeituras, universidades federais e estaduais, escolas agrícolas, sindicatos rurais, da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, movimentos sociais do campo, institutos federais de ensino, servidores do MAPA e MDA, faculdades, instituições do Sistema “S”, órgãos oficiais de ATER, ONGs ambientalistas e de ATER, CONAB, fundações e empresas estatais de P&D, empresas privadas de assistência técnica, entre outros.

Destacamos que essas atividades foram preparatórias para o processo de cadastramento de 10.000 agricultores e agricultoras familiares no SISORG.

- **Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado um contato com o IBGE com relação à necessidade de realização de um Estudo sobre as bases de dados

existentes do público da Agroecologia e Produção Orgânica e os dados referentes ao que é produzido e comercializado no país no âmbito da Agricultura Familiar. A SAF/MDA, em 2013, continuará a discussão com o IBGE a respeito da realização do referido estudo.

- **Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Como demonstração do protagonismo do tema da Agroecologia e da Produção Orgânica, o governo federal lançou em agosto último a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis. Como resultado, objetiva-se a segurança alimentar da população, a melhoria da qualidade de vida e da renda dos agricultores que praticam sistemas produtivos que privilegiam o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente no meio rural. Neste contexto, foi designada ao MDA a função de gerir a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, instância executiva da referida política. Em 2012, o MDA continuou o apoio a projetos que visam fortalecer a Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista por meio de parcerias, divulgação dos produtos dos agricultores familiares em eventos nacionais e internacionais, e também em espaços do comércio varejista.

- **Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MDA lançou chamadas públicas que permitirão a aplicação de cerca de R$ 65 milhões para atender 600 empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar em todo o território nacional. A perspectiva para 2013 é que sejam beneficiados mais 1.200 empreendimentos coletivos da agricultura familiar, com uma movimentação de aproximadamente R$ 130 milhões, voltados para qualificar os processos e na gestão dos empreendimentos elevando o seu padrão de competitividade e Acesso a Mercados.

Desse total, cerca de 20%, ou 120 empreendimentos, foram beneficiados com o atendimento às pessoas jurídicas no apoio a gestão e acesso aos mercados em 2012. Em 2013, espera-se atender 240 empreendimentos.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	75	unidade	28	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	17	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	16	31/12/2012
Região Sul	50	unidade	55	31/12/2012

- **Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o MDA ampliou o volume de recursos para apoio do fortalecimento do setor e dessa forma estruturou uma chamada pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos. Essa chamada será contratada nos primeiros meses de 2013 e contará com recursos na ordem de R$ 150 milhões de reais para beneficiar 50 mil famílias durante 3 anos consecutivos.

Também foi disponibilizado para a Safra 2012/13 um total de R$ 120 milhões destinados a beneficiar 120 mil agricultores familiares na contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apropriados para atender os agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola.

Nesse contexto, o MDA disponibilizou para a safra 2012/13 R$ 225 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender 150 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Durante o segundo semestre de 2012, o MDA deteve a Presidência Pro Tempore da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL).

Destacam-se, ainda, para o alcance do objetivo do programa os seguintes aspectos: i) coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); ii) integração da execução da agenda de cooperação internacional do governo brasileiro nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional; iii) participação da política de comércio exterior formulada e executada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o MDA faz parte.

Metas 2012-2015

- **Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em março de 2012, foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica “Construção de capacidades e transferência para o programa Mais Alimentos África em Quênia”. O PCT visa apoiar a Estratégia Nacional de Mecanização da Agricultura (NAMS) e a Estratégia para a Revitalização da Agricultura (SRA) do Governo do Quênia voltadas a alcançar o aumento da produtividade e da produção de grãos para garantir segurança alimentar.

Em outubro 2012, foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento da Agricultura Familiar nas Comunidades Garífunas (Quilombolas) de Honduras”. O PCT visa realizar intercâmbios entre especialistas em agricultura familiar quilombola do Brasil e técnicos e produtores hondurenhos das comunidades garífunas, com a finalidade de apoiar a ampliação de conhecimentos de instrumentos e políticas públicas de desenvolvimento de capacidades técnicas na área de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

Acolhendo a proposta dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar - REAF MERCOSUL, sob a Presidência Pro Tempore Brasileira, foi aprovada, em outubro 2012, a Resolução GMC/MERCOSUL nº 42/12 - Acordo entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os Estados Partes do MERCOSUL integrantes do Fundo da Agricultura Familiar (FAF MERCOSUL) para a administração financeira do FAF MERCOSUL. O FAF MERCOSUL visa garantir o funcionamento da agenda de trabalho da REAF MERCOSUL.

Em novembro de 2012, foi assinado Acordo entre o MDA e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O Acordo tem o objetivo de estimular e implantar programas de cooperação capazes de promover a realização de estudos, pesquisas e análises, bem como de capacitações, cursos presenciais e de extensão, nas áreas de interesse comum.

Em dezembro de 2012, acolhendo uma proposta de recomendação da XVIII REAF MERCOSUL, sob a Presidência Pro Tempore Brasileira, o Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL aprovou a Decisão CMC/MERCOSUL nº 59/12 - Registros Nacionais Voluntários da Agricultura Familiar dos Estados Partes do Mercosul, que reconhece como agricultores familiares todas as pessoas inscritas nos Registros Nacionais da Agricultura Familiar dos países membros plenos do MERCOSUL, segundo os critérios estabelecidos na RES. GMC Nº 25/07.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	*	*
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2012	50.885.200
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148	31/12/2012	3.177
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2012	43
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/08/2012	-1,75
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2012	2,07
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	20/12/2012	5,55
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/01/2013	7,89
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2012	166.172.100
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2011	80
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2011	12,19
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2012	1,95
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2012	3,58
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2012	1,97
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/01/2013	0,96
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2012	6,21

Observações:

*Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC - Não foi possível apurar o indicador, pois o sistema de monitoramento ainda não foi finalizado. A perspectiva é que isso ocorra a partir do segundo semestre de 2013.

Área plantada com grãos - A área plantada da safra 2011/12 atingiu 50,88 milhões de hectares, com um crescimento de 2,0%, se comparado com os 49,87 milhões de hectares da safra anterior. Graves problemas decorrentes das adversidades climáticas, tanto na região Sul, quanto no Nordeste, contribuíram para esse pequeno crescimento da área plantada.

Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto) - O indicador foi concebido a partir da junção de duas áreas que trabalham sob práticas e sistemas sustentáveis de produção, comparadas a área total produtiva. Para a sua consecução soma-se as áreas de Agricultura Orgânica +

Plantio Direto. A área com práticas conservacionistas alcançou 65 milhões de hectares. O cultivo de agricultura orgânica ocupou uma área de 687 mil hectares e a área total cultivada foi de 154 milhões de hectares.

Evolução da produção de carnes - A redução está relacionada a dificuldade no suprimento de ração. Com a quebra da safra norte-americana de milho em 2011, a oferta mundial ficou aquém da demanda. As adversidades enfrentadas devido ao custo da ração agravaram-se em 2012. Embora o Brasil tenha obtido uma boa safra de milho em 2011/12 , a quebra da safra norte-americana não permitiu o atendimento daquele país com compromissos de exportação. Deste modo, os compradores não atendidos pelos americanos recorreram à safra brasileira. A menor oferta interna fez com que aquecesse mais ainda os custos com a ração em 2012/13. Com o aumento dos custos houve dificuldade para manutenção do plantel, gerando o resultado negativo no período.

Evolução da produção nacional de grãos - Houve um aumento de 2,07% da safra 2011/12 (166,17 milhões de t) em relação à safra 2010/11 (162,80 milhões de t). Este resultado se deve ao crescimento da cultura de milho segunda safra, que expandiu 23,53 % na área cultivada e, aliada às condições climáticas favoráveis e ao pacote tecnológico propiciou a produção de 39,11 milhões de toneladas, representando um crescimento de 74,14%.

Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional - As exportações agrícolas mundiais subiram de US$ 1,22 trilhão em 2010 para US$ 1,47 trilhão em 2011, o que correspondeu a uma elevação de 20,7%. As exportações agrícolas brasileiras subiram mais que as exportações agrícolas totais, expandindo 28,3% (de US$ 63,8 bilhões em 2010 para US$ 81,8 bilhões em 2011). Assim, a participação brasileira no comércio agrícola do agronegócio elevou-se para 5,55% em 2011.

Produção nacional de grãos - A produção de grãos da safra 2011/12 atingiu 166,2 milhões de toneladas, alcançando um crescimento de 2,1% em relação à safra 2010/11, quando atingiu 162,8 milhões de toneladas. A cultura do milho 2ª safra foi o grande destaque da safra 2011/12, com crescimento de 74,14% em relação à safra anterior, propiciado pelas condições climáticas favoráveis e em razão do pacote tecnológico.

Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária - Os dados apurados pelo Balanço Energético Nacional (BEN) da Empresa de Pesquisa Energética - EPE/MME são referentes ao ano base 2011. Os dados referentes a 2012 só serão publicados no segundo semestre de 2013.

Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos - Vários fatores relacionados ao sistema de produção animal e econômicos podem afetar a taxa de desfrute, o que torna difícil apurar um fator preponderante para a redução de 1% nesse indicador no ano de 2011. Porém, devem-se elencar alguns itens de atenção, tais como: aumento da idade de abate dos animais, que se relaciona diretamente com o manejo e qualidade das pastagens; preços dos insumos; taxa de fertilidade e a genética, que afetam a médio prazo a taxa de desfrute. Outros fatores também interferem, como o abate de fêmeas e o preço de reposição do bezerro. Considerando a capilaridade e a dificuldade em se obter as informações sobre o abate, o indicador apresentado refere-se a 2011.

Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização - O ano de 2012 foi um ano de altos patamares de preços das principais commodities agrícolas, principalmente arroz, soja e milho. Assim houve menor necessidade de intervenção governamental, além de pouco espaço para atuação dos instrumentos de comercialização, frente à demanda aquecida tanto do mercado nacional, quanto internacional.

Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos - Todos os produtos que compõem a pauta do indicador obtiveram incremento positivo na produção, entre 2011 e 2012. A maior taxa foi a das fibras, seguida pela borracha, algodão, madeira e couro. As madeiras representam 82% do peso do indicador. O valor preliminar obtido para 2012 foi 3,58% (ainda não se dispõe dos dados consolidados de todos os produtos). O valor corrigido para 2010 é 9,74%. Em 2011, a taxa foi de 3,51%.

Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário - As exportações dos produtos do agronegócio cresceram 1,97% em 2012, passando de US$ 81,80 bilhões em 2011 para US$ 83,41 bilhões em 2012.

Taxa média dos juros reais de financiamento da safra - O indicador apurado sofreu um decréscimo em relação ao ano passado, refletindo a redução da taxa de juros oficial do governo federal, determinada pelo Banco Central.

Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte - Somatório da produção de Algodão em caroço, Arroz, Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale [Posições NCM (0709-0713; 1001-1008; 1201-1207) Sistema Alice Web] exportados pelos portos do arco norte: Barcarena - PA, Belém - PA, Santarém - PA, São Luís - MA e Manaus - AM. Os dados do índice de referência foram atualizados para 4,68 milhões de toneladas, em função de alterações na metodologia de cálculo.

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O bom desempenho do mercado agrícola brasileiro ao longo de 2012 permitiu a diminuição da intervenção

governamental de regulação do abastecimento interno, via aquisição de produtos para composição dos estoques, uma vez que os produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tiveram preços considerados equilibrados, acarretando menor custo com sua guarda e conservação. Foram realizadas apenas aquisições pontuais de arroz e trigo, totalizando 562 mil toneladas, por meio de Aquisições do Governo Federal (AGF) e dos Contratos de Opção de Venda, ao custo de R$650 milhões. Esse cenário refletiu-se nos mecanismos de comercialização, via subsídio direto ao produtor ou a terceiros, atrelado ao escoamento do produto. A CONAB movimentou cerca de R$ 340 milhões por meio do leilão eletrônico, tendo sido negociadas 2,2 milhões de toneladas de produtos com as seguintes operações de subvenção: Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), 1,7 mil toneladas de laranja, sisal, trigo, uva e derivados; Valor de Escoamento de Produtos (VEP), 236 mil toneladas de milho; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), 112 mil toneladas de laranja e trigo; Recompra de 189 mil toneladas de arroz; e Contratos de Opção de 5 mil toneladas de milho. Para a guarda e conservação dos estoques de propriedade do Governo Federal, a CONAB realiza contratação de empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos, bem como administra o cadastro nacional, verificando as condições operacionais dos mesmos, via Censo das Unidades Armazenadoras, que em 2012 realizou 5.387 cadastramentos/recadastramentos em quase todas as unidades da federação, superando a meta (de 5 mil) prevista para o ano 2012. Como empresa pública, a Companhia também presta serviços de armazenagem para terceiros, sendo que a quantidade movimentada de produto público foi de 1.226.365 de toneladas, enquanto o pertencente a terceiros atingiu 565.696 toneladas. Dentre os produtos do governo movimentados nos armazéns próprios destacam-se aqueles vinculados aos Contratos de Opção de Venda (68,85% do total), seguidos dos produtos da PGPM (23,74%), PAA (5,26%) e estoque estratégico (1,91%). A CONAB realizou remoções de produtos num total de 475.312 toneladas, notadamente de milho em grão das regiões produtoras do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, visando a abertura de espaços para recebimento de nova safra e principalmente para os Estados do Nordeste, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assolados por longa estiagem. Na rede armazenadora própria foram realizadas pequenas obras e adquiridos equipamentos de pequeno porte para 81 unidades. Nas nove etapas de fiscalização dos estoques governamentais realizadas em todo território nacional, foram vistoriados 3.360 armazéns e avaliados 2.050 instrumentos de apoio à comercialização (PEP, Vendas em Balcão,VEP e subvenção aos extrativistas, cana de açúcar e PAA), totalizando 5.510 ações de fiscalização. A CONAB está desenvolvendo, atualmente, o início da certificação de Unidades Armazenadoras e a revisão / atualização das Normas Técnicas e Procedimentos Operacionais já existentes. A criação de novas demandas, como a PGPM da Agricultura Familiar ensejará a elaboração de regulamentos para operacionalização e fiscalização dos produtos.

Metas 2012-2015

- **Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

Análise Situacional da Meta

A rede armazenadora própria é composta por 179 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 Estados da Federação e no Distrito Federal. Em 2012, houve um aumento da capacidade estática de 4,9% (de 2.148.100 toneladas para 2.254.323 toneladas), devido à ampliação da unidade armazenadora Santa Helena/GO, reabertura da unidade armazenadora Cassilândia/MS e incorporação da unidade armazenadora Manhumirim/MG, que pertencia ao extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). Esse resultado só não foi mais expressivo devido aos recursos disponíveis para o MAPA, aliado à necessidade de ampliação do quadro de pessoal especializado para análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos. Para 2013 espera-se a contratação de engenheiros nas áreas civil, elétrica, mecânica e de arquitetos para realizar os trabalhos de ampliação e modernização da rede própria de armazéns.

Quantidade alcançada

2.254.323

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	534.400	TON	648.127	31/12/2012
Região Nordeste	477.300	TON	249.226	31/12/2012
Região Norte	233.900	TON	91.887	31/12/2012
Região Sudeste	909.300	TON	664.876	31/12/0212
Região Sul	637.600	TON	600.207	31/12/2012

- **Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

Análise Situacional da Meta

A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis foi de 145.456,7 mil toneladas e a produção nacional de grãos atingiu 166.172,1 mil toneladas, fazendo com que o índice de disponibilidade atingisse 0,87, superando a meta para a safra de grãos 2011/12. Estima-se que a safra 2012/13 será superior a 180 milhões de toneladas, o que exigirá a compatibilização da capacidade armazenadora para o atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, em regiões prioritárias e de fronteiras agrícolas.

Quantidade alcançada

0,87

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Ações foram tomadas para ampliar a infraestrutura de observação meteorológica e para a modernização dos equipamentos de radiossondagem. Foi iniciada a aquisição internacional de estações meteorológicas automáticas por meio do Acordo de Cooperação Técnica do INMET com a Organização Meteorológica Mundial.

Foi desenvolvido e implantado Banco de Dados para acesso pelo cidadão, por meio da internet, dos dados meteorológicos convencionais armazenados no INMET. Além disso, foi desenvolvido e implantado novo portal do INMET, orientado a facilitar o acesso do cidadão aos dados e informações gerados.

Diversos produtos estão em desenvolvimento, por meio de parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), para uso pelo agricultor e para facilitar a integração dos órgãos operacionais de meteorologia federais e estaduais, focados no monitoramento de fenômenos meteorológicos severos.

Também foi iniciado processo de ampliação da capacidade de aferir instrumentos meteorológicos, com a futura incorporação do aferimento de sensores das estações meteorológicas automáticas, apoiado pela parceria com o IICA e o Serviço Meteorológico Alemão.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram instaladas 11 novas estações automáticas. O INMET conta agora com 476 estações automáticas instaladas e operantes (até 31/12/2012) no território nacional, coletando dados, horários de chuva, vento, radiação solar, temperatura e pressão. Destaca-se que os dados meteorológicos estão disponibilizados sem restrição na internet (http://www.inmet.gov.br/portal/), na aba Estações e Dados. Em relação à rede de estações, foi iniciado o processo para aquisição de 100 estações automáticas.

Quantidade alcançada

476

Data de Referência

31/12/2012

- **Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel**

Análise Situacional da Meta

Realizada atividade de identificação dos períodos de inexistência de dados meteorológicos e priorizada a digitalização dos documentos desses períodos, de forma a aumentar a eficácia na aplicação dos recursos.

Quantidade alcançada

3.315.677

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas. Este Objetivo visa mitigar esses fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático, proporcionando, assim, uma estabilização da renda dos produtores rurais.

O público alvo, a saber, o tipo de produtor alcançado (se pequeno, médio ou grande produtor) não é distinguido nesse objetivo, uma vez que a preocupação maior é em relação a quantidade de produtores beneficiados, área coberta pelo seguro e diminuição na incidência de perdas nas lavouras, independentemente do tamanho do produtor.

Os resultados alcançados ficaram aquém das metas estabelecidas para 2012. Com a aprovação do valor de R$ 400 milhões na Lei Orçamentária Anual – LOA há grande chance de atingir a meta que será proposta para 2013.

Quanto às metas relacionadas ao seguro rural, destacamos que, por uma questão sazonal, muitas apólices de seguro rural são contratadas nos últimos dias do ano. Para não prejudicar nenhum produtor, todos os anos o período para recebimento dessas operações é estendido durante o início do ano seguinte. No caso do exercício 2012, houve um acordo entre o MAPA e as seguradoras para receber apólices de 2012, pagas com recursos de 2012, até a data de 31/01/2013.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

O valor alcançado de 5,243 milhões de hectares segurados em 2012 ficou abaixo das expectativas. Ainda que o valor total subvencionado em 2012 tenha aumentado, atingindo R$ 318 milhões em subvenção ao prêmio, frente a R$ 254 milhões gastos em 2011, a área total segurada diminuiu, o que indica uma elevação do risco climático das lavouras seguradas, responsável por majorar os prêmios pagos e consequentemente elevar o valor pago de subvenção por hectare.

Quantidade alcançada

5,24

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9	milhão	1,25	31/01/2013

Região Nordeste	5,5	milhão	0,17	31/01/2013
Região Norte	1	milhão	0,03	31/01/2013
Região Sudeste	4	milhão	0,74	31/01/2013
Região Sul	10,5	milhão	3,04	31/01/2013

- **Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

Análise Situacional da Meta

Notou-se uma elevação do número de produtores rurais nos últimos três anos, atingindo 51.989 em 2012. Além disso, percebe-se uma concentração da contratação do seguro rural por produtores da região sul, que, em função da maior incidência de intempéries, foram aqueles que mais necessitaram dessa modalidade de garantia.

Quantidade alcançada

51.989

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	unidade	4.894	31/12/2012
Região Nordeste	20.000	unidade	747	31/12/2012
Região Norte	5.000	unidade	144	31/12/2012
Região Sudeste	35.000	unidade	8.380	31/12/2012
Região Sul	140.000	unidade	37.824	31/12/2012

- **Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados**

Análise Situacional da Meta

Os dados foram coletados junto ao Registro Comum das Operações Rurais do Banco Central do Brasil (RECOR/BACEN). Foram apurados os dados para a safra de 2011/12, cujo período de plantio e colheita se estende de julho de 2011 a junho de 2012. Ainda que o indicador tenha atingido 22,1% para o País, nota-se que, apenas nas regiões Nordeste e Sul, o indicador ultrapassou o limite, isto é, perdas de até 20% sobre o montante de operações contratadas pelo Programa de Garantia da

Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Quantidade alcançada

22,1

Data de Referência

08/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	7,3	08/01/2013
Região Nordeste	20	%	39	08/01/2013
Região Norte	20	%	4,5	08/01/2013
Região Sudeste	20	%	1	08/01/2013
Região Sul	20	%	22,5	08/01/2013

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, uma situação de crise foi enfrentada pelos produtores das regiões atingidas por adversidades climáticas e por suinocultores, produtores de laranja e rizicultores com dificuldades em pagar suas dívidas de safras anteriores a

2011/12. Diante desse quadro, o Governo autorizou a renegociação das dívidas de custeio e de investimento desses produtores, a criação de linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), e a elevação de limites de crédito de custeio e de investimento.
A maior capitalização dos agricultores na safra 2011/12, aliada à queda nos depósitos à vista nos bancos comerciais e expectativas de redução das taxas de juros, contribuiu para que houvesse redução no volume de recursos aplicados (crédito efetivamente contratado pelos produtores rurais) no financiamento da agricultura empresarial em relação ao período anterior, tendo sido apurado um total de R$ 95.475.870.570,77 de janeiro a dezembro de 2012.
Para melhorar as condições de acesso aos recursos de financiamento no âmbito do crédito rural oficial, o Governo Federal vem garantindo um volume adequado de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a taxas de juros controladas, mediante aumento do limite de financiamento e redução dos custos financeiros para o produtor, elevando a sua liquidez.
Em relação aos recursos aplicados, as regiões Sul e Sudeste tiveram uma participação de 66,52% no total dos recursos aplicados em custeio, investimento e comercialização. As demais regiões tiveram uma participação de 33,48% no total.
Em termos de área, segundo relatório Acompanhamento da Safra Brasileira da CONAB, foram cultivados 50,9 milhões de hectares, para uma produção de 166 milhões de toneladas de grãos.
As regiões que tiveram melhor desempenho na produção de grãos foram Centro-Oeste, com uma produção de 71,2 milhões de toneladas, e Sul, com 57,8 milhões de toneladas. Para o próximo período, estima-se a produção de grãos em 180 milhões de toneladas.
Os principais desafios para o desempenho da agricultura brasileira encontram-se na infraestrutura e logística. O Governo Federal vem trabalhando na busca de soluções para recuperação das estradas, portos e aeroportos do país, visando melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos de transporte e armazenamento.
Em relação ao número de contratos, em 2012 houve um crescimento acompanhando o aumento no crédito oferecido (crédito disponível nos bancos para os produtores rurais) aos produtores rurais. Foram fechados 805.549 contratos no ano, alcançando 96% da meta estabelecida para 2015. O maior número de contratos realizados foi nas Regiões Sul e Sudeste.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Os dados apurados são de janeiro a dezembro de 2012. O volume de crédito rural oficial aplicado foi de R$ 95.475.870.570,77. Do crédito aplicado 34,88% foram para Região Sul, 30,81% para a região Sudeste, 23,43% para o Centro-Oeste e o restante para as regiões Norte e Nordeste (10,88%).

A grande maioria de produtores rurais que buscam crédito, exceto os atendidos pelo PRONAF, se encontra na faixa de médios e grandes produtores, com renda superior a R$ 200 mil por ano. As informações referentes ao crédito PRONAF estão disponibilizadas no programa temático 2012 – Agricultura Familiar.

A expectativa para o próximo período é de uma oferta maior de recursos e de uma demanda maior, em relação ao período anterior, devido à queda na taxa de juros de 6,75% a.a. para 5,5% a.a.

Os principais desafios são a desburocratização da formalização do financiamento e a renegociação das dívidas, sem a qual o produtor não pode obter novos financiamentos.

Quantidade alcançada

95,48

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	22,2	R$ bilhão	22,37	01/12/2012
Região Nordeste	12,3	R$ bilhão	7,06	01/12/2012
Região Norte	4,4	R$ bilhão	3,33	01/12/2012
Região Sudeste	48,2	R$ bilhão	29,42	01/12/2012
Região Sul	53,4	R$ bilhão	33,3	01/12/2012

- **Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao número de contratos, em 2012 houve um crescimento acompanhando o aumento no crédito oferecido (crédito disponível) aos produtores rurais. Foram fechados 805.549 contratos no ano de 2012, alcançando 97% da meta estabelecida para 2015. O maior número de contratos realizados ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste.

Quantidade alcançada

805.549

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	110.288	01/12/2012
Região Nordeste	47.000	unidade	56.797	01/12/2012
Região Norte	16.000	unidade	66.616	01/12/2012
Região Sudeste	210.000	unidade	208.643	01/12/2012
Região Sul	460.000	unidade	363.205	01/12/2012

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A CONAB realiza, sistematicamente, análises de mercado e conjunturas agrícolas, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão governamental com vistas à garantia do abastecimento, sustentação de renda e competitividade. A disponibilização dessas informações facilita ações para formação de estoques, com a intervenção governamental necessária, mantendo a regularidade do abastecimento e a consequente garantia de renda ao produtor rural, além da segurança alimentar da sociedade. Atualmente possui um acervo de informações com 11.700 séries contendo dados relacionados a preços recebidos e pagos pelos produtores, atacado e varejo, preços internacionais, índices, indicadores, dentre outros, buscando assegurar a qualidade da informação por meio de metodologias reconhecidas que geram informações e conhecimentos consistentes, fidedignos e atualizados. A perspectiva da melhoria do processo e dos sistemas que suportam as atividades tem provocado a ampliação do escopo de estudo, análise e avaliação. Em 2012, iniciou-se o processo de implantação de nova metodologia de preços, deflagrado diante da necessidade de padronização de procedimentos e de melhoria, atualização e modernização de métodos de coleta e divulgação das informações em nível de produtor, de atacado e de varejo. Foram conduzidas ações visando implementar um observatório agrícola, construindo um instrumento de monitoramento de indicadores da agricultura brasileira e do abastecimento do país, integrado com outros indicadores em nível mundial, como proposta para atender às necessidades de informações que externalizem o panorama do abastecimento e da segurança alimentar dos brasileiros. Outra iniciativa relevante é o desenvolvimento de estudos da receita bruta dos produtores rurais nacionais, visando dimensionar a formação mensal de receitas de comercialização de 40 produtos selecionados (oleaginosas, cereais, fibras, frutas, hortícolas, carnes, leite e ovos) em cada Unidade da Federação. Também foi desenvolvido um aplicativo para divulgação de preços em nível de

produtor e de atacado de cerca de 120 produtos, disponível no portal da CONAB na internet, o que contribuirá para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento para diversos segmentos e diferentes meios de comunicação. Por meio da revista Indicadores da Agropecuária, de elaboração mensal e acessível pelo portal da CONAB, são disponibilizadas informações de preços de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, balança comercial do agronegócio (de cerca de 2.200 mercadorias), crédito agrícola, entre outros. A Companhia atende a diversos ministérios que demandam a elaboração de custos de produção, como MDA (para a agricultura familiar, aves e suínos), MPA (pescados), MMA (produtos da sociobiodiversidade) e MAPA (agricultura empresarial). Em 2012, novos custos de produção foram levantados para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio (juçara, pinhão, guaraná) e culturas de inverno e verão. Também foram atualizados pacotes tecnológicos dos custos de produção para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF (cafés arábica e conilon, mandioca e feijão), PGPM (café arábica e arroz irrigado) e coeficientes técnicos do custo de produção do frango de corte, com revisão das fórmulas de cálculo. Houve a atualização dos preços pagos pelos produtores para máquinas, implementos, insumos agrícolas e serviços.

A CONAB realiza levantamentos de safra de grãos, café, cana de açúcar, alguns produtos agro-energéticos e de estoques privados de café e de arroz beneficiado e em casca com o objetivo de subsidiar o Governo, os agentes econômicos e os consumidores na tomada de decisão nas áreas política, econômica, social e ambiental. Para tanto, utiliza recursos tecnológicos de eficiência comprovada, como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS) e sistemas de informações geográficas para estimar as áreas de cultivo e prognosticar impactos na produtividade das lavouras. Esse conjunto de tecnologias constitui o método de previsão de safras e integra o Projeto Geosafras. Para os principais Estados produtores, teve início em 2012 a elaboração de máscaras de cultivo (grãos e cana de açúcar), desde a safra 2000-01, que permitirão a análise das áreas mapeadas e a calibração dos modelos espectrais de estimativas de produtividade. Foram elaborados estudos de preços mínimos de 38 produtos, pertinentes às safras de verão, inverno e produtos regionais do Norte e Nordeste e para produtos da sociobiodiversidade, que compõem a atual base da política agrícola brasileira. Esses trabalhos consistem na análise dos mercados nacionais e internacionais de cada um dos produtos que compõem a pauta da PGPM, de forma a verificar a compatibilidade de preços e custos nestes mercados, propor preços mínimos para a safra seguinte (elementos fundamentais para execução das políticas de apoio à produção) e, assim, gerar renda e segurança para o produtor rural. As condições mercadológicas dos produtos agrícolas são semanalmente analisadas pela CONAB, com o intuito de balizar intervenções no mercado, além de fornecer ao público informações sobre o mercado agropecuário. No âmbito interno, todo o processo de gestão das informações e do conhecimento leva em conta a participação e o controle social; e a metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito às relações federativas mediante o estabelecimento parcerias com o IBGE, o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), em Santa Catarina, o Departamento de Economia Rural (DERAL), no Paraná, o Instituto Mineiro de Agropecuária, dentre outras. No âmbito internacional, técnicos da CONAB participaram de reuniões da Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias (REDPA - Mercosul), da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA), da FAO e representantes dos países do G-20 e do acordo de cooperação técnica com a Bolívia. Todos os esforços são no sentido de haver intercâmbio de experiência e integração de informações agropecuárias.

Metas 2012-2015

- **Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

  Análise Situacional da Meta

  A CONAB atualiza e disponibiliza no portal da Companhia na internet e na revista Indicadores da Agropecuária, o balanço de oferta e demanda brasileira de oito produtos da pauta da PGPM. O quadro da oferta e demanda por produto contempla os dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Baseados nesses dados, são elaborados análises de mercado e conjunturas agrícolas que auxiliam a formulação de

políticas públicas de abastecimento. Busca-se sempre assegurar a qualidade da informação, por meio de metodologias consistentes, fidedignas e atualizadas.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, destacou-se o desenvolvimento de aplicativo para divulgação de preços no nível de produtor e de atacado de cerca de 120 produtos, disponibilizado no portal da CONAB, o que contribuiu para a democratização do acesso à informação e o conhecimento para diversos segmentos e diferentes meios de comunicação. Novas metodologias de pesquisa de safras estão sendo discutidas e em processo de análise para 2013.

- **Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o número de municípios cobertos pela amostra da pesquisa de safra é de 578, ou seja, 78,53% do número de municípios com produção representativa de grãos. Novas demandas no sentido de que a CONAB realizasse estudos e testes para definição de métodos de avaliação de safra de outros produtos poderão resultar em aumento de abrangência da amostra.

Quantidade alcançada

78,53

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações de promoção do café brasileiro no País e no exterior, publicidade de utilidade pública e capacitação de técnicos e produtores do agronegócio café foram beneficiadas com a execução dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Para o ano de 2013, serão priorizadas ações de investimentos em pesquisa e transferência de tecnologias, de capacitação de técnicos e agricultores, com foco no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade e nos processos de gestão, assim como em ações promocionais do café brasileiro e operacionalização de linhas de crédito para financiamentos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foi liberado o montante de R$ 2.069.227.683,00 das linhas de financiamento com recursos do Funcafé. Tais recursos foram tomados por beneficiários localizados em 15 Unidades da Federação, cinco a mais que em 2011, com destaque para Minas Gerais, onde foram tomados 69% do total aplicado. A ampliação do número de Estados tomadores ocorreu principalmente em financiamentos de capital de giro para indústrias de torrefação, linha de crédito instituída em abril de 2012, com o limite de recursos de até R$ 200 milhões e de R$ 1,5 milhão por beneficiário.

Quantidade alcançada

2.069.227.683

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foram atendidos pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé o total de 16.478 beneficiários, que podem ser agrupados da seguinte forma:

. Em financiamentos para custeio: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção;

. Em financiamentos para estocagem: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção e cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria;

. Em financiamentos para aquisição de café: indústrias torrefadoras de café, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exercem atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café;

. Em financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel e de torrefação: indústrias deste segmento no território nacional; e

. Em financiamentos de contratos de opções e de operações em mercados futuros, para recuperação de cafezais danificados e para composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura: cafeicultores e suas cooperativas.

Quantidade alcançada

16.478

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A atuação do MAPA se divide em três eixos: negociações comerciais, negociações sanitárias e fitossanitárias e promoção internacional. As ações de promoção internacional, por sua vez, estruturam-se nas temáticas de inteligência comercial, organização para a exportação e promoção do agronegócio. No âmbito da inteligência comercial, o MAPA tem como atividade permanente a manutenção e disponibilização do Agrostat Brasil, base de dados on-line que oferece uma visão detalhada do intercâmbio agrícola e do agronegócio brasileiro com 80 países. Em 2012, com base no Agrostat Brasil, além de gráficos, tabelas e informes disponibilizados no sítio do MAPA na internet, foram lançadas duas publicações sobre comércio exterior, uma delas bilíngue (português-inglês). As atividades de organização para a exportação têm por objetivo despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação e incluíram a realização de sete edições do AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Bahia e Tocantins.

Quanto à promoção internacional do agronegócio brasileiro, em 2012 o MAPA promoveu, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a participação oficial brasileira em 11 feiras comerciais internacionais do setor de agricultura e alimentação, realizou uma ação de imagem, além de duas missões de intercâmbio técnico e contatos comerciais e, no Brasil, missões receptivas para delegações de seis países e a ação “Press Trip Rio+20”, destinada a correspondentes internacionais aqui residentes.

No próximo ano, a expectativa é continuar promovendo produtos do agronegócio com valor agregado em mercados estratégicos e/ou de expansão na Ásia, África e Américas, em países como China, Japão, Rússia, Estados Unidos, Peru, África do Sul e Moçambique.

Este objetivo contempla ainda atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como a implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados, o que beneficia todo o agronegócio brasileiro. Para 2013, a perspectiva é de continuar o trabalho de abertura e manutenção de mercados.

Metas 2012-2015

- **Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 75 missões contemplando atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais (onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional), assim como atividades ligadas a implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados. Para 2013, a perspectiva é de continuar no trabalho de abertura e manutenção de mercados, com destaque para: suspensão do embargo às exportações de carne bovina após a divulgação do caso atípico de BSE (sigla em inglês para encefalopatia bovina espongiforme) no Brasil (para o que deverão ser realizadas missões do MAPA para países como China, Arábia Saudita, Japão, Egito e África do Sul); conclusão das negociações para as exportações de carne suína de Santa Catarina para o Japão (maior importador mundial do produto); viabilização da retomada das exportações de carnes (bovina, suína e de aves) do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso para a Rússia (suspensas desde 15 de junho de 2011); conclusão das negociações para abertura do mercado dos EUA para as exportações de carne bovina brasileira; ampliação do número de plantas habilitadas para exportar carnes para a China; negociação da aprovação de novos "eventos de biotecnologia" em soja geneticamente modificada para que, se usados no Brasil, não sofram restrições comerciais quando exportados para a China; negociação de protocolo com as exigências fitossanitárias para exportações de milho para a China; intensificação das negociações para a remoção de barreiras ao comércio de carne bovina para a União Europeia; negociação do acesso da carne suína ao mercado da União Europeia mediante a aprovação de segregação para a produção sem o uso de ractopamina; e reabertura do mercado sul-africano para carne suína, fechado desde 2005.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10	unidade	75	31/12/2012

- **Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas 21 ações internacionais de promoção do agronegócio no exterior. As ações de promoção internacional estruturam-se nas temáticas de inteligência comercial, organização para a exportação e promoção do agronegócio. No âmbito da inteligência comercial, o MAPA tem como atividade permanente a manutenção e disponibilização do Agrostat Brasil, base de dados on-line que oferece uma visão detalhada das exportações e importações brasileiras agrícolas e do agronegócio. Com base no Agrostat Brasil, em 2012 foram elaborados inúmeros gráficos e tabelas estatísticas disponibilizados no sítio eletrônico do MAPA. Foram também disponibilizados na internet informes de mercado contendo análise do intercâmbio comercial entre o Brasil e 80 de seus parceiros comerciais, além das publicações: “Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira - Principais Mercados e Produtos”, uma análise geral da produção e comércio exterior do setor agropecuário do país, publicada em português e inglês; e “Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Principais Mercados de Destino”, uma análise mais detalhada do comércio exterior da agropecuária brasileira com seus 30 principais mercados de destino. As atividades de organização para a exportação têm por objetivo despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação e incluíram, em 2012, a realização de sete edições do AgroEx – Seminário do Agronegócio para

Exportação, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Bahia e Tocantins. No que tange à promoção internacional do agronegócio brasileiro, o MAPA promoveu em 2012, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a participação oficial brasileira em 11 feiras comerciais internacionais do setor de agricultura e alimentação, em nove mercados selecionados: China, Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, África do Sul, Turquia, Peru e Porto Rico; realizou a ação de imagem "Sustainable Agriculture Summit – Spotlight on Brazil", no Reino Unido; além de duas missões de intercâmbio técnico e contatos comerciais com enfoque setorial à China e à França e Espanha, uma para o setor de lácteos e a outra para os setores de aves e suínos. No Brasil, em 2012 o MAPA organizou missões receptivas para delegações do Chile, Rússia, Hungria, México Vietnã e China e realizou a ação "Press Trip Rio+20", que levou correspondentes da imprensa internacional residentes no Brasil para conhecer experiências exitosas de agricultura sustentável nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Em 2013, a expectativa é continuar promovendo produtos do agronegócio com valor agregado em mercados estratégicos e/ou de expansão na Ásia, na África e nas Américas, em países como China, Japão, Rússia, Estados Unidos, Peru, África do Sul e Moçambique.

O MAPA deverá apoiar cerca de 450 empresas na participação em 17 eventos internacionais para promoção comercial em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e a Apex-Brasil. Além disso, deverão ser realizados sete seminários AgroEx, nos Estados de Minas Gerais, Rondônia, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	21	31/12/2012

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A implementação do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) está em andamento desde agosto de 2011, após ter sido aprovado pelo Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima (CIM), bem como pelo Grupo Executivo (GEx) - Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e Decreto n.º 7.390/2010. Primeiramente, foi necessário priorizar algumas iniciativas, de forma a viabilizar a realização das suas atividades. Nesse sentido, foi priorizada a divulgação do ABC, bem como as capacitações sobre as tecnologias de mitigação do Plano (Recuperação de Pastagens Degradadas, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Plantio Direto com Qualidade, Fixação Biológica de Nitrogênio e Florestas Plantadas). Para tanto, foi realizada uma campanha publicitária em canais fechados de televisão, além da edição de cartazes, cartilhas e folders sobre os temas em questão. Foram realizados cursos de capacitação para técnicos e produtores do segmento agropecuário, pois o mercado carece de profissionais habilitados na elaboração de projetos de ILPF, por exemplo, com o objetivo de apresentar tais projetos ao sistema financeiro para acesso ao crédito ofertado pelo Plano Safra. Foram implementadas Unidades de Referência Tecnológica (URT) ou de Teste e Demonstração (UTD), de forma a melhorar a difusão das referidas tecnologias, bem como apoiar a capacitação dos técnicos do setor. Cabe destacar que grande parte das ações para o alcance das metas previstas já foram iniciadas, com algumas delas devendo ser alcançadas até o ano de 2015 e outras com finalização até 2020. Levando em conta os recursos disponíveis, os resultados já obtidos pelo projeto estão de acordo com o previsto. Um fator relevante na condução dos processos é o estabelecimento de parcerias, que têm viabilizado a realização de diversas atividades

previstas, sobretudo em nível estadual. Destacam-se os resultados alcançados em 2012: implementação de 25 Grupos Gestores Estaduais – GGE (24 Estados e o Distrito Federal com GGE atuantes, tendo dois já publicado seus Planos Estaduais e outros cinco finalizado sua elaboração; capacitação de 6.170 profissionais, entre técnicos e produtores, e eventos de diversas naturezas realizados em 20 Estados; articulação com parceiros diversos, que permitiu o avanço na estruturação do sistema virtual multi-institucional para monitoramento dos gases de efeito estufa (GEE) e finalização da produção e impressão de material informativo, incluindo exemplares do Plano ABC Nacional, definição do ato normativo adequado para a formalização do Plano ABC; fechamento de acordos internacionais em busca de recursos adicionais não orçamentários para algumas ações, com destaque para o plano de investimento florestal (que tem o ABC como um de seus componentes), com cobertura do Bioma Cerrado, além da continuação de ações em andamento com foco na agricultura conservacionista, com eventos de promoção da integração lavoura-pecuária-floresta, conservação de solo, agricultura irrigada, entre outros.

A execução das ações do objetivo em pauta tem contado com importantes articulações internacionais, nacionais e estaduais, mobilizando o setor e buscando o estabelecimento de parcerias para potencializar o atingimento das metas, que, além de serem centrais para a sustentabilidade e competitividade da agropecuária brasileira, envolvem uma resposta a compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura**

  Análise Situacional da Meta

  A ação de promoção de florestas plantadas está em elaboração. Em 2012, o foco foi a realização de articulações em nível nacional e internacional e o estabelecimento de parcerias para estruturação de uma agenda de atuação. Dados os recursos disponíveis, somente foi possível o apoio a alguns eventos organizados por instituições parceiras, em especial a CEPLAC, no formato de congresso e seminários, com foco na promoção de sistemas florestais que incorporam o cacau e a seringueira (heveicultura), incluindo a organização do primeiro Seminário de Florestas Plantadas no Distrito Federal. O alcance dos eventos apoiados foi satisfatório, envolvendo técnicos, produtores, estudantes e agentes do setor agropecuário. Foram capacitadas 232 pessoas, sendo 162 técnicos, 20 alunos e 50 produtores rurais.

  Quantidade alcançada

  232

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de capacitação, nesse primeiro ano de PPA, tem buscado estruturar as atividades e tem tido como foco inicial a capacitação de técnicos do seguimento agropecuário, da assistência técnica e de empresas de desenvolvimento. Posteriormente, os técnicos já qualificados atuarão como agentes multiplicadores do conhecimento, trabalharão diretamente com produtores rurais e elaborarão os projetos técnicos para apresentação aos operadores do crédito rural, buscando o atendimento e alcance da meta total estabelecida no Plano ABC. Em 2012, foram realizadas ações de sensibilização e capacitação de natureza diversa em 20 Estados da Federação com foco em cursos de curta duração, visando atualizar os técnicos nas tecnologias propostas, em especial no seu funcionamento e características em um contexto de mudanças climáticas, sequestro de carbono e consequente diminuição das emissões de GEE. Foi produzida parte do material informativo para subsidiar esses cursos, com uma linguagem técnica. Além da complementação desse material técnico, também deverá ser desenvolvido material informativo em linguagem acessível aos diferentes perfis de produtores agrícolas. Foram capacitados 6.170 pessoas, onde 4.319 foram de técnicos, 250 alunos e cerca de 1.601 produtores rurais.

  Quantidade alcançada

  6.170

Data de Referência

31/12/2012

- **Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, considerando os recursos disponibilizados, a ação teve por foco o desenvolvimento de material informativo e atualização do sítio do MAPA na internet. Não houve veiculação de campanhas publicitárias nos meios de comunicação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal ainda está em sua fase inicial (em torno de 30% realizado), ainda dependendo do recebimento de maiores informações de diferentes parceiros estaduais para sua consolidação. Nesse sentido, em dois Estados da Amazônia Legal falta a criação de seus Grupos Gestores Estaduais (GGE) do Plano ABC. Os GGE são os grandes responsáveis pela estruturação das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em nível estadual, pois são eles que detém a competência em verificar as oportunidades, as necessidades, as restrições do seu Estado. No contexto do Plano ABC, também está sendo implementado o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Amazônia (PRADAm), que teve suas atividades efetivamente iniciadas em 2012, com a contratação de dois consultores, que levantarão os princípios básicos para elaboração de um programa específico para a região, bem como planejarão uma série de cursos de capacitação em tecnologias sustentáveis, pois parte destas áreas é formada por pastagens degradadas. Está previsto ainda o intercâmbio de informações com o Ministério do Meio Ambiente no que se refere ao projeto TerraClass, que tem como objetivo realizar a qualificação, a partir de imagens orbitais, das áreas da Amazônia Legal já desflorestadas.

- **Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Foram implantadas, no exercício de 2012, um total de 40 UTD e URT em apoio ao processo de capacitação em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, em três Estados. Por elas passaram em torno de duas mil pessoas, em dias de campo, para ver in loco as práticas de manejo sustentável do solo e da água, dentro de sistemas produtivos de baixa emissão de GEE e com maiores retornos econômicos ao produtor rural. Mais iniciativas estão em andamento, organizadas em articulação com outros Estados. Aguarda-se a informação dos parceiros quanto à finalização da implantação das UTD ainda em aberto.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

As ações relacionadas a esta meta foram iniciadas em 2012, e tiveram por foco a articulação e estabelecimento de parcerias para levantamento de competências técnicas e instrumentos legais, tais como as normas de produção de mudas florestais exóticas e nativas, além do mapeamento dos viveiros existentes, suas condições e problemas, para consolidar uma estratégia para alcance de metas, dentro do contexto do Plano ABC.

O Plano ABC promove a constituição dos Grupos Gestores Estaduais (GGE), que é a estrutura, em nível estadual,

responsável pelo levantamento da necessidades, restrições e oportunidades quanto a produção de mudas, visando o atendimento das metas do ABC. Considerando os recursos disponíveis, a implantação e reativação dos viveiros tiveram sua execução em patamares inferiores ao previsto. Em 2013, como os GGE estabelecidos e a existência de estratégia de implementação do ABC nos Estados, haverá melhores condições para a realização desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Cabe esclarecer que, por questões de ordem legal, administrativa e institucional, a iniciativa passou a ser nomeada como um Sistema Virtual Multi-Institucional e não mais um laboratório. O Sistema Virtual Multi-Institucional está em processo de negociação e implantação, já se podendo considerar que foi atingida 40% dessa trajetória. O MAPA, mediante projeto estabelecido pela Embrapa e financiamento do Fundo Clima, está construindo o referido sistema, adquirindo os equipamentos de sua sede física e alguns sistemas de armazenamento e processamento de dados, que permitirão a integração dos trabalhos em andamento e dos resultados conseguidos pelos diversos parceiros do sistema.

- **Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O mapeamento das áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo tem sido realizado por algumas instituições, sendo ainda necessário reunir as diversas informações para consolidação das resultantes. Pode-se aferir que esta ação já avançou em torno de 30%. Para a Amazônia Legal, esse processo já teve início a partir dos levantamentos realizados pelo Projeto TerraClass (o projeto em questão foi feito pelo MAPA e custeado pelo MMA - PPG7).

- **Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O estabelecimento das áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis deve considerar as prioridades de atuação estabelecidas por cada Grupo Gestor Estadual (GGE). Até o momento, apenas sete estados finalizaram seus planos estaduais, que consideram o estudo dos cenários de degradação e estabelecimento de prioridades em seu território, dos quais somente dois já se tornaram públicos. Dessa forma, pode-se aferir que 25% da tarefa já foi cumprida. A construção nacional deverá considerar, além das prioridades estaduais, a finalização do mapeamento das áreas de pastagens degradadas. Até o momento, as ações priorizaram a divulgação e implementação do plano ABC.

- **Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Ao final desse período de avaliação, sete Planos Estaduais do ABC foram desenvolvidos, dois dos quais já foram publicados e formalizados por meio de atos normativos.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a

sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A regularização da produção orgânica requer esforço e atenção dos Ministérios envolvidos e tem resultado em constante elevação da qualidade do produto final e da confiança atribuída aos produtos orgânicos pelos consumidores brasileiros. Em 2012, uma conquista fundamental foi a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de de 2012.

Com relação às ações da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) em 2012, foram capacitadas duas mil pessoas em boas práticas agrícolas e produção integrada agropecuária, ultrapassando a meta de 1.500 pessoas beneficiadas. A superação da meta física foi possível graças ao desenvolvimento de parcerias institucionais

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica**

  Análise Situacional da Meta

  Publicado o edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012 para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica para o biênio 2013/14. Foram selecionados 22 projetos, que serão apoiados com um montante total de R$ 3.744.906,00. Com esta seleção, há um total de 36 núcleos apoiados na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

  Quantidade alcançada

  36

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	34	unidade	11	31/12/2012
Região Norte	22	unidade	6	31/12/2012
Região Sudeste	14	unidade	9	31/12/2012
Região Sul	9	unidade	6	31/12/2012

- **Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente existem 11.700 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial pelos três mecanismos de controle regulamentados. Há 12 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, sendo 8 certificadoras por auditoria e 4 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC/SPG e um total de 84 Organizações de Controle Social cadastradas no MAPA atuando em venda direta ao consumidor.

  Quantidade alcançada

  11.700

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando os dados consolidados, 3.652 técnicos e produtores foram capacitados em produção orgânica, com destaque para os seguintes temas: adubação verde, bancos comunitários de sementes e mecanismos de garantia da

qualidade orgânica.
Quantidade alcançada

3.652
Data de Referência

22/01/2013

- **Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao treinamento em bem-estar animal, foram treinadas 1.700 pessoas, enquanto que na área de qualidade e segurança do leite e da carne, as capacitações alcançaram 300 pessoas (praticamente aquelas realizadas no Estado de Minas Gerais). Sendo o Programa Alimento Seguro da Cadeia do Leite e Carne (PAS Leite e Carne) uma parceria com o Sistema S e a Embrapa, o MAPA não tem governança completa sobre o programa, o que afeta a aceleração de sua implantação. Foram realizadas ações importantes visando catalisar o programa: lançamento oficial do PAS Leite em julho de 2012; treinamento de 15 pontos focais do MAPA lotados nos Estados; e reunião com os gestores do Sebrae da carteira do leite visando priorizar a implantação do programa. Quanto ao PAS Carne, este ainda está numa fase inicial, de elaboração de material, para posteriormente realizar os projetos-piloto e então entrar na etapa de expansão nacional. Com relação às ações da PI Brasil, foram capacitadas 2.000 pessoas em Boas Práticas Agrícolas e Produção Integrada Agropecuária. O desenvolvimento de parcerias com entidades que já participam do processo de gestão da Produção Integrada Agropecuária, como Embrapa, Sebrae, Inmetro, CNA, é decisiva para processo de capacitação de técnicos e produtores.
Quantidade alcançada

4.000
Data de Referência

08/03/2013

- **Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

Análise Situacional da Meta

São apoiados 303 bancos comunitários, estando finalizada consultoria para assistência e avaliação técnico-gerencial do Programa Bancos Comunitários de Sementes. Nesse período foram realizadas 15 reuniões técnico-gerenciais, 15 oficinas sobre manejo e uso de adubos verdes, 15 sobre gerenciamento de bancos comunitários de sementes, além de 18 visitas de campo, envolvendo mais de 540 participantes, entre técnicos e produtores. Em outubro de 2012 foi contratado consultoria para elaborar o conteúdo técnico de cartilha orientadora para obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários.
Quantidade alcançada

303
Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	14	08/03/2013
Bioma Caatinga	200	unidade	15	08/03/2013
Bioma Cerrado	200	unidade	113	08/03/2013
Bioma Mata Atlântica	120	unidade	109	08/03/2013
Bioma Pampa	120	unidade	14	08/03/2013
Bioma Pantanal	80	unidade	38	08/03/2013

- **Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

Análise Situacional da Meta

Estão em fase final a revisão da instrução normativa que regulamenta os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica e dos 9 anexos para a instrução normativa que regulamenta o extrativismo sustentável orgânico. Está em discussão com os setores produtivos a instrução normativa que regulamentará os cosméticos orgânicos. Foram publicadas duas instruções normativas regulamentando 7 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

22/01/2013

- **Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

Análise Situacional da Meta

A minuta do projeto de lei está em elaboração, paralelamente a uma série de pesquisas acerca dos projetos de lei existentes no Congresso Nacional acerca do tema.

- **Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implantadas 5 unidades comparativas da Produção Integrada Agropecuária, sendo uma de hortaliças folhosas no Distrito Federal, duas de flores em São Paulo e duas de anonáceas em São Paulo e no Ceará.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

08/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	1	08/03/2013
Região Nordeste	20	unidade	1	08/03/2013
Região Norte	15	unidade	0	08/03/2013
Região Sudeste	30	unidade	3	08/03/2013
Região Sul	20	unidade	0	08/03/2013

- **Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Realizado processo de eleição dos representantes regionais das organizações não-governamentais que compõem as CPOrgs nas 27 Unidades da Federação. Aguardando a indicação dos nomes dos representantes governamentais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2013

- **Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

- **Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

Análise Situacional da Meta

Das 15 normas previstas para publicação, 10 normas deverão ser publicadas em 2013. Houve atraso no cronograma previsto em função da necessidade de realização da primeira reunião da comissão de aprovação.

Com relação à publicação dos manuais de bem-estar animal, a meta proposta foi superada, uma vez que em 2012 foram

publicados 5 manuais em parceria com o Grupo ETCO-Unesp, tratando de manejo de vacinação, cura de umbigo, identificação, embarque e transporte de bovinos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

No período foram publicadas 11 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, além da disponibilização de diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico de 13 espécies florestais não madeireiras.

Dessa forma, foram contabilizadas 24 tecnologias disponibilizadas para produtores rurais que utilizam sistemas orgânicos de produção.

Também foram publicadas 110 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção em fase de revisão e validação final da apresentação, da linguagem e do conteúdo técnico.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural consistiu na concessão de crédito às cooperativas e associações rurais através dos bancos públicos, na formação de parcerias (convênios) celebradas por meio de Chamadas Publicas, na certificação de unidades armazenadoras e nas parcerias com alguns municípios para aquisição de patrulhas mecanizadas. Estas ações permitiram o desenvolvimento econômico do meio rural e a capacitação de dirigentes, funcionários e associados de cooperativas e de associações rurais visando o aprimoramento do processo de gestão cooperativista e associativista, contribuindo para a redução de custos e perdas e para o desenvolvimento humano e melhoria na qualidade de vida do homem do campo.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi possível a aquisição de 58 patrulhas mecanizadas. Ademais, destacamos que no âmbito do Programa Temático - 2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, 1.161 municípios foram beneficiados com retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	2.565	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	1.375	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	1.035	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	2.140	unidade	18	31/12/2012
Região Sul	3.285	unidade	36	31/12/2012

- **Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Dados os recursos disponíveis em 2012 foi possível apoiar 1.903 projetos de desenvolvimento do setor agropecuário.
Quantidade alcançada

1.903
Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	237	31/12/2012
Região Nordeste	1.900	projeto	274	31/12/2012
Região Norte	1.600	projeto	111	31/12/2012
Região Sudeste	2.100	projeto	357	31/12/2012
Região Sul	8.200	projeto	924	31/12/2012

- **Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios**

Análise Situacional da Meta

Em função da disponibilidade de recursos, não foi possível a formação dos consórcios no ano de 2012. O MAPA irá organizar o processo de convênios para criação desses consórcios para o ano de 2013.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foi possível avançar de forma efetiva no cumprimento dessa meta.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2102

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	0	31/12/2012
Região Nordeste	7.100	km	0	31/12/2012
Região Norte	8.100	km	1	31/12/2012
Região Sudeste	10.100	km	1	31/12/2012
Região Sul	20.000	km	0	31/12/2012

- **Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 28 dirigentes de cooperativas buscando o fortalecimento da autogestão, o empreendedorismo social, o associativismo e o cooperativismo, no intuito de que as entidades se fortaleçam e adquiram maiores possibilidades de sucesso e emancipação.
Quantidade alcançada

28
Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

Análise Situacional da Meta

Foram certificadas todas as unidades armazenadoras previstas para o exercício de 2012.
Quantidade alcançada

1.500
Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	362	31/12/2012
Região Nordeste	300	unidade	76	31/12/2012
Região Norte	200	unidade	78	31/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	236	31/12/2012
Região Sul	3.000	unidade	748	31/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

Análise Situacional da Meta

Foi feito o diagnóstico, estabelecendo as diretrizes para a criação do Plano Nacional de Armazenagem - PNA, com perspectiva de conclusão para o primeiro semestre de 2013.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2102

- **Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 7 projetos, viabilizando aos jovens, mulheres, técnicos e agricultores a construção de conhecimento, igualdade e equidade, possibilitando condições de inclusão social, de acesso aos mercados e de aumento da renda.
Quantidade alcançada

7
Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

Análise Situacional da Meta

Visando o fortalecimento das entidades representativas do cooperativismo e associativismo rural, como forma de torná-las ativas no seu papel de articuladoras do desenvolvimento, foram capacitadas 4.592 pessoas dos quadros destas entidades. A instituição da chamada pública e a divulgação das ações possibilitaram a superação da meta.
Quantidade alcançada

4.592
Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	pessoas	4.592	31/12/2012

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Estudos da Empresa de Pesquisa Energética – EPE afirmam que a demanda nacional por biodiesel crescerá 16,1% entre 2012 e 2015, passando de 2,7 bilhões de litros em 2012 para de 3,02 bilhões de litros no final deste período. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, lançado em 2004 pelo Governo Federal, estipulou uma mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral, hoje em 5%. Trouxe também, entre seus principais objetivos, o de se produzir biodiesel a partir de diferentes fontes lipídicas e em distintas regiões no país. As metas de diversificação e de regionalização ainda não foram cumpridas. Atualmente, 80% do biodiesel produzido são derivados de óleo de soja, sendo que a produção desta está concentrada nas Regiões Centro-Oeste e Sul do país.

Visando atingir as referidas metas do PNPB, além de solucionar outros problemas relativos à agroenergia, como a ampliação e renovação de canaviais e o aproveitamento de resíduos da produção agropecuária na produção de energia, em 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades: capacitação de 1.550 pessoas entre produtores, extensionistas, técnicos, estudantes e demais profissionais da área produtiva, quanto às novas técnicas de produção de matérias primas e de produtos agroenergéticos; difusão de 15 tecnologias de produção de matérias-primas e de biocombustíveis; e levantamento das políticas públicas já existentes, assim como das informações preliminares da cadeia produtiva de biogás junto a Embrapa Agroenergia, Embrapa Suínos e Aves e Ministério de Desenvolvimento Agrário, como forma de evitar a duplicidade de ações e subsidiar a elaboração de políticas públicas para o setor.

Para promover a expansão da oferta de matérias-primas para a produção de etanol, no horizonte de 2013 foram propostas as seguintes ações: atendimento da capacidade industrial alcooleira instalada; recuperar a produtividade de parte do canavial, que hoje está com idade média acima da ideal (canas de 6º corte ou mais com um adicional de 15% da cana de 5º corte, anualmente), o que foi um fator significante para o baixo nível de produtividade geral das duas safras mais recentes; produzir a quantidade máxima de matéria-prima que possa ser processada pelas usinas atuais, já que a maioria delas está atuando abaixo de sua capacidade nominal de processamento da cana-de-açúcar, a ociosidade média estimada das usinas atuais é de aproximadamente 16%; organização e capacitação para a cadeia produtiva canavieira; investimento em pesquisas de matérias-primas para produção de etanol; promoção da busca por cultivares de cana-de-açúcar resistentes à seca e adaptadas, especialmente, à Região Centro-Oeste; utilização de outras matérias-primas para a produção de etanol; desenvolvimento de sistemas de produção de sorgo sacarino para produção complementar de etanol, tendo como meta 100 mil hectares plantados em 2013.

O cumprimento da meta de produção de biodiesel estipulada no Plano Decenal de Expansão de Energia para 2013 não deverá ser problema. Para o biodiesel, o desafio continua sendo a diversificação de matérias-primas e a desconcentração regional da produção. Nesse sentido, para 2013 o MAPA propõe: capacitação de produtores, extensionistas, técnicos, estudantes e demais profissionais da área produtiva, quanto às novas técnicas de produção de matérias-primas e de produtos agroenergéticos; difusão de tecnologias de produção de matérias-primas e de biocombustíveis; e investimento em pesquisas de matérias-primas alternativas à soja para a produção de biodiesel.

A utilização de resíduos da produção agropecuária para a produção de energia possui um grande potencial. Entretanto, este aproveitamento ainda requer, dentre outros aspectos, organização setorial, desenvolvimento de processos mais eficientes, políticas públicas de incentivo para seu efetivo desenvolvimento. Desta forma, as ações propostas pelo MAPA para a referida área em 2013 são: promoção da utilização de resíduos da agropecuária na produção de energia: biogás, queima de biomassa, gazeificação de biomassa etc; e promoção da utilização econômica dos subprodutos do processamento destes resíduos.

Em 2013, será realizado ainda o monitoramento das cadeias produtivas sucroenergéticas e de oleaginosas, assim como o acompanhamento dos processos judiciais referentes à aplicação do Plano de Assistência Social – PAS relacionados à

produção de açúcar e etanol.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética**

Análise Situacional da Meta

Além da capacitação de produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica, em 2012 o MAPA definiu como procedimento para o alcance da meta apoiar, mesmo que parcialmente, eventos de capacitação tais como dias de campo, seminários, congressos, workshops etc., pois assim a ação de capacitação teria maior eficiência.

A escolha do evento a ser apoiado se dá considerando a possibilidade real de produção, seja de oleaginosas que possam substituir a soja na elaboração de biodiesel, seja de culturas que forneçam matéria-prima para a produção de etanol na entressafra da cana-de-açúcar, a valoração e aproveitamento dos subprodutos do processamento destas matérias-primas, além da utilização de biomassa na geração de energia. Esta definição considera também o grau de conhecimento do tema pelas entidades executoras da capacitação e a participação do público-alvo no evento.

Em 2012, foi possível apoiar os seguintes eventos, totalizando 1.550 pessoas capacitadas:

1. V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso (600 participantes);
2. II Dia de Campo da Canola (600 participantes);
3. Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação (50 participantes);
4. I Simpósio de Destoxificação e Reaproveitamento de Tortas de Pinhão-Manso e Mamona (50 participantes); e
5. Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul (250 participantes).

Para 2013, a metodologia de trabalho vigente deverá ser mantida, devendo ser apoiada a realização dos seguintes eventos:

1. I Workshop Internacional de Canola;
2. Reunião de Capacitação de Técnicos do Global BioEnergy Partnership;
3. Seminário de Aproveitamento de Resíduos para a Geração de Energia;
4. Dia de Campo da Cultura de Sorgo Sacarino;
5. Dia de Campo da Cultura da Canola; e
6. Seminário da Cultura da Macaúba.

Estima-se em aproximadamente em 500 pessoas o número de técnicos a serem capacitados em 2013. Essa diminuição em relação a 2012 não deverá afetar o cumprimento da meta de 4 mil pessoas capacitadas até 2015.

Quantidade alcançada

1.500

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com a Petrobras, foram adquiridas duas mini-usinas de processamento de dendê, aguardando nesse momento os recursos para a infraestrutura de instalação e funcionamento. Busca-se a superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização para a unidade de biodiesel de Candeias. Estas unidades serão utilizadas como pilotos de processamento e no treinamento de agricultores familiares dos territórios da cidadania do baixo sul e litoral sul da Bahia.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2012

- **Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

Análise Situacional da Meta

Além da organização de projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias-primas agroenergéticas, em 2012 o MAPA definiu como procedimento para o alcance da meta apoiar, mesmo que parcialmente, eventos de capacitação, tais como dias de campo, seminários, congressos, workshops etc., pois assim a ação de capacitação teria maior eficiência.

A escolha de qual evento deve ser apoiado pela SPAE/MAPA se dá considerando o impacto real da adoção de novas tecnologias produtivas no crescimento da produção de oleaginosas que possam substituir a soja na produção de biodiesel e de cana-de-açúcar na produção de etanol na entressafra. São considerados, também, a adoção de tecnologias no processamento das matérias-primas visando a valoração e o aproveitamento dos subprodutos, além de tecnologias que propiciem uma melhor utilização de biomassa na geração de energia. Esta definição considera também o grau de conhecimento do tema pelas entidades executoras dos eventos de difusão e a participação do público-alvo no evento.

Em 2012, foi possível apoiar os seguintes eventos, totalizando 15 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias-primas agroenergéticas:

V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso (425 trabalhos inscritos). Tecnologias difundidas: tecnologias em uso para produção de biodiesel a partir de óleos vegetais; mecanização da pequena propriedade rural; tecnologias para a produção de híbridos de mamona; resultados de pesquisa e avanços no cultivo de pinhão-manso; tecnologias de produção de oleaginosas no semi-árido brasileiro; experiências em consórcios agroecológicos;

II Dia de Campo da Canola. Tecnologia difundida: colheita de canola: corte e enleiramento;

Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação. Tecnologias difundidas: tecnologias para produção de bioquerosene a partir de matérias-primas agrícolas: biomassa residual, cana-de-açúcar, óleos vegetais e gordura animal;

I Simpósio de Destoxificação e Reaproveitamento de Tortas de Pinhão-Manso e Mamona

- Tecnologias difundidas: tecnologias difundidas referentes aos avanços científicos nas áreas de melhoramento genético, processos, destoxificação e identificação de novas aplicações de alto valor agregado para as tortas das culturas do pinhão-manso e da mamona; e

Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul. Tecnologias difundidas: difusão de tecnologia no que se refere às novas variedades de cana-de-açúcar; melhoramento para tolerância a frio em cana-de-açúcar; manejo de pragas em cana-de-açúcar: impacto de fitonematóides e controle de pragas com foco no controle biológico; déficit hídrico no RS e estratégia de manejo cultural; uso da biotecnologia para estresses abióticos.

Para 2013, a metodologia de trabalho vigente deverá ser mantida, devendo ser apoiada a realização dos seguintes eventos:

I Workshop Internacional de Canola

Reunião de Capacitação de Técnicos do Global BioEnergy Partnership

Seminário de Aproveitamento de Resíduos para a Geração de Energia

Dia de Campo da Cultura de Sorgo Sacarino

Dia de Campo da Cultura da Canola

Seminário da Cultura da Macaúba.

Estima-se em 5 o número de projetos de difusão de tecnologias a serem apoiados em 2013. Essa diminuição em relação a 2012 não deverá afetar o cumprimento da meta de 30 projetos de difusão de tecnologias até 2015.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2011

- **Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por conta das cerca de 70 mil mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/12, foi constatada uma expansão de novos cultivos da ordem de 450 hectares na Bahia. Cerca de 20% das mudas distribuídas foram à formação de novas áreas. Constatam dificuldades operacionais nas linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a expansão de novas áreas. Dado o baixo desempenho na execução orçamentária (apenas 12,56% da dotação para o exercício), constata-se a necessidade de revisão das prioridades para a liberação de financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	450	31/12/2012
Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2012

- **Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por conta das cerca de 70 mil mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/12, foram constatados avanços na recuperação dos cultivos tradicionais do dendê na Bahia. Cerca de 80% das mudas distribuídas foram destinadas à renovação, com estimativa de 960 hectares modernizados. Dado o baixo desempenho na execução orçamentária (apenas 12,56% da dotação para o exercício), constata-se falta de priorização no financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.

Quantidade alcançada

960

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	960	31/12/2012

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Dados os recursos disponíveis, em 2012 foram implementadas ações que permitiram:

a) aplicar 83.003 horas-aula, o que correspondeu a uma média de 7,24 horas-aula por servidor ativo;

b) implantar 18% dos processos mapeados e melhorados existentes;

c) ampliar para 6.759 o número de servidores participantes das 158 comunidades virtuais, integrantes do sistema de

Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede (CATIR) do Ministério;
d) ampliar o índice de atendimento relativo a acessibilidade e navegabilidade dos sistemas de informação do MAPA.
A expectativa para o ano de 2013 é ter um melhor desempenho no que diz respeito às metas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80**

  Análise Situacional da Meta

  Para consecução da meta foi elaborado o Plano Anual de Educação Continuada (PAEC), em duas fases: 1) Diagnóstico das Necessidades de Capacitação (DNC) através da aplicação de questionário online sobre as competências institucionais e individuais por uma amostra representativa de servidores; 2) Oficinas de Levantamento de Necessidades de Capacitação Técnicas (LNTC), incluindo mais servidores, com a participação dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas (ADP), vários gestores e colaboradores (1º trimestre de 2012).

  O PAEC foi apresentado na 1ª reunião Ordinária do Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC) ocorrida em 23/03/2012 e deferido em 11/04/2012.Várias medidas de apoio à execução do PAEC também foram realizadas ao longo do exercício, como: revisão de normativos, publicação de atos, instituição de parcerias com outras entidades e construção do perfil do ADP, com foco em gestão por competências. Além disso, o MAPA foi convidado a participar de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em que o público-alvo são as equipes de gestão de pessoas que atuam na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) na Administração Pública Federal.

  No 4º trimestre do exercício de 2012 foram iniciadas as atividades em relação à construção do PAEC 2013, faltando aprovação do CGEC para a conclusão e divulgação do referido PAEC. Considerando o cumprimento da meta verifica-se a necessidade de um orçamento específico para custeio das capacitações; programas de qualificação de equipes; aumento de pessoal atuando na área; maior profissionalização da gestão; e força de trabalho motivada e adequada para o desenvolvimento dos processos de gestão de pessoas. O volume de tarefas/servidor e o cumprimento de prazos é fator restritivo para permanência dos mesmos nestas áreas. Em relação ao próximo período estão previstos os seguintes produtos: aprovação do PAEC 2013 pelo CGEC e envio para o Ministério do Planejamento, estruturado com nova arquitetura a partir do realinhamento das necessidades de capacitação com os objetivos estratégicos; implantação de Sistema Informatizado de Capacitação em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ampliação da proposta de trilhas de aprendizagem; e início do Plano de Educação de 2014 - Levantamento das Necessidades de Capacitação.
  Considerando o total de horas ministradas (83.003 horas - Fonte: CGDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (11.468 servidores - Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtém-se o resultado de 7,24 h/servidor.

  Quantidade alcançada

  7,24

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 o MAPA contava com 54 processos de serviços mapeados e aprimorados, dos quais 18% encontram-se implantados.
  Para o ano de 2013 serão envidados esforços objetivando a implantação de novos processos, dentre os que já se encontrem mapeados e aprimorados ou dentre outros que aguardem mapeamento.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

Análise Situacional da Meta

O sistema CATIR foi implantado em 2006. O total de participante em 2012 foi de 6.759 usuários em 158 comunidades, para um total de 11.468 servidores ativos.

Quantidade alcançada

58,9

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

Análise Situacional da Meta

O trabalho desenvolvido para qualificar e ampliar a visibilidade do Ministério junto aos seus públicos de interesse se dá a partir do monitoramento permanente de todas as áreas de comunicação. A quantidade alcançada dessa meta é obtida mediante acompanhamento das publicações pela Assessoria de Comunicação Social do MAPA.

Quantidade alcançada

98,44

Data de Referência

31/12/2012

- **Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida em 70% para 2015 do índice de satisfação dos servidores está diretamente ligada ao Serviço de Qualidade de Vida, responsável pelo desenvolvimento e execução da iniciativa estratégica do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos (PROVERH) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Este índice é parte uma programação que inclui uma pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, a ser executada por meio de consultoria externa. Esta pesquisa, além de avaliar diversos fatores de satisfação/insatisfação dos servidores em relação às ações dos Serviços de Qualidade de Vida, seria o marco inicial deste indicador em 2012. O instrumento possibilitaria avaliar as melhores estratégias e traçar as ações que seriam desenvolvidas para atender a meta final de 70% de satisfação dos servidores, comprovada por intermédio do acompanhamento periódico.

Em 2012 foram efetuadas as atividades a seguir:

. Realização do 1º Encontro Nacional do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA, objetivando capacitar os ADP para desempenharem as ações do Programa em suas Unidades Descentralizadas, contando com a representação de todas as Unidades Descentralizadas – SFAs, LANAGROS, CEPLAC e INMET.

. Realização da 1ª edição informatizada do Concurso Prêmio Servidor MAPA

. Elaboração do Programa de Preparação para a Aposentadoria, com lançamento previsto para abril de 2013.

. Realização de oficinas semestrais diversas.

. Realização de oficinas especiais em datas comemorativas.

Considerando o cumprimento da meta verifica-se a necessidade de um orçamento específico; software que facilite a aplicação da pesquisa de satisfação; e pessoal habilitado para a realização da tabulação dos dados e análise dos resultados. Para o próximo período estão previstos os seguintes produtos: elaboração de pesquisa objetivando mensurar a satisfação do servidor em relação às ações de Qualidade de Vida e do trabalho no MAPA; manutenção dos Programas e ações já existentes; e institucionalização do PROVERH.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

Análise Situacional da Meta

A avaliação dos sistemas é realizada por questionário/pesquisa encaminhado por e-mail aos gestores dos sistemas de informação (70 gestores identificados). A quantidade alcançada dessa meta é obtida mediante acompanhamento das publicações pela Assessoria de Comunicação Social do MAPA.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.453.925	31/12/2006	4.453.925
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	17/01/2012	59
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	30/12/2006	11,19	31/12/2006	11,19

Observações:

Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação - A periodicidade de atualização é determinada pela realização do Censo Agropecuário do IBGE. A previsão para a conclusão do próximo Censo Agropecuário é em 2017, ano base 2016. O valor estimado de área irrigada em 2010 foi de 5,4 milhões de hectares.

Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação - A atualização é feita pelo Ministério da Integração Nacional, a partir de dados informados pelas entidades responsáveis por projetos públicos de irrigação.

Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem - A periodicidade de atualização é determinada pela realização do Censo Agropecuário do IBGE. A previsão para a conclusão do próximo Censo Agropecuário é em 2017, ano base 2016.

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) propôs diversas medidas para ampliar as possibilidades de adesão dos agricultores que possuem terras com aptidão para desenvolvimento sustentável da agricultura e pecuária com sistemas de irrigação e drenagem.

Em 2012, foram efetuadas negociações com o Ministério da Fazenda, visando tornar o crédito mais atrativo para os produtores, com juros menores, ampliação do prazo de carência, alongamento do período de amortização e outros incentivos financeiros para agricultores que apresentarem projetos que priorizem a eficiência no uso da água e energia.

Um outro aperfeiçoamento proposto diz respeito à política securitária, que visa a adequação dessa política às peculiaridades e garantias inerentes à atividade de irrigação. No seguro agrícola destaca-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural – PSR, que teve participação ativa subvencionando o prêmio do seguro, englobando parte das culturas irrigadas.

Uma dificuldade inicial é a de instituir unidade responsável pela agricultura irrigada em grau hierárquico de importância que os objetivos 0163 e 0171 deste Programa requerem. Para superar essa situação foi proposta minuta de Portaria para instituir um Grupo de Trabalho que terá 45 dias a partir de sua publicação para elaborar proposta para adequação institucional compatível com as atribuições do MAPA no programa Agricultura Irrigada.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando os recursos do BNDES repassados a agentes financeiros, no ano de 2012 foram concedidos R$ 50,375 milhões a produtores rurais para financiamento da agricultura irrigada.

A expectativa é que, para a safra 2013/2014, com aperfeiçoamentos nas políticas de crédito, do seguro agrícola e dos projetos demonstrativos de regionalização, haja maior utilização dos créditos disponibilizados.

Quantidade alcançada

50.375.333,45

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A agricultura irrigada vem sendo desenvolvida com base em parâmetros da agricultura de sequeiro, cujas práticas não são adequadas. Com a irrigação, há necessidade de pesquisas para adequar e adaptar essas práticas culturais às novas condições de plantio.

No período de 2012, entendimentos com a EMBRAPA, Universidades e outras instituições de pesquisas resultaram em Termos de Cooperação entre o MAPA e a EMBRAPA, envolvendo: a) o manejo hídrico na pecuária com ênfase em irrigação de áreas de criação bovina; b) estudos para determinação da pegada hídrica em produção leiteira que utiliza irrigação em pastagens; e c) apoio a eventos e estudos de orientação à implantação da certificação hídrica na agricultura. O objetivo principal dessa cooperação é a implantação de unidades demonstrativas capacitadas para difundir conhecimentos e tecnologias entre técnicos, produtores e comunidade e apoiar ações de desenvolvimento de capacidades. As propostas relacionadas a esses tópicos foram analisadas e receberam os ajustes administrativos e técnicos recomendados, visando a implantação no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças**

  Análise Situacional da Meta

  Os resultados iniciais desta atividade estão previstos para o ano de 2013.

  Estão sendo mantidos entendimentos com a EMBRAPA visando o redimensionamento e tipificação das redes de pesquisas e transferência de tecnologia. Nesse sentido, foram definidos como temas prioritários a) água e agricultura; b) drenagem e salinidade; c) fruticultura irrigada; e d) hortaliças.

- **Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram identificados os diferentes fatores tecnológicos que mais promovem inovações no processo produtivo agropecuário com utilização da tecnologia de irrigação, que contribuam para a melhoria da produtividade com qualidade e para a redução dos custos de produção e adoção de padrões de desenvolvimento sustentável. Foram acertados quatro estudos incrementais, sendo: a) dois com a EMBRAPA Pecuária Sudeste; b) um com a EMBRAPA Solos; e c) um com a EMBRAPA Suínos e Aves. Além das ações com a EMBRAPA, ocorrem entendimentos com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com a Universidade de Piracicaba com objetivo de contratar estudos incrementais que levem a agropecuária a produzir mais, melhor e de modo sustentável com a prática da irrigação.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Foram iniciadas atividades em três frentes:

a) a regionalização; b) um acordo de cooperação técnica MAPA/Embrapa com o MMA/ANA; e c) concepção de Acordo de Cooperação com a CODEVASF. Os objetivos estão associados a ampliação da capacidade produtiva com análise das potencialidades e vocações para definição de alternativas de sistemas de produção sustentáveis e atividades de agregação de valor nas propriedades rurais com a agricultura irrigada.

Com a regionalização, em 2012 foram apresentadas e ajustadas as propostas para implantação, em 2013, de sete unidades demonstrativas, com as seguintes responsabilidades/localizações: Embrapa de Bagé; Embrapa de Pelotas; Embrapa de Bento Gonçalves; Embrapa de Passo Fundo; da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em Santa Maria - RS; e da Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação - AUD, em Camaquã – RS.

Também foram iniciados os trabalhos com a CODEVASF para execução conjunta MAPA/Embrapa, em 2013, de duas frentes de trabalho: a primeira refere-se a implementação do disposto na Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2011, que trata da Política Nacional de Irrigação, que em seu art. 30 define que "Em cada Projeto Público de Irrigação, ao menos uma unidade parcelar com área não inferior à da unidade de agricultor irrigante familiar, será destinada às atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e treinamento de agricultores irrigantes". A CODEVASF está preparando a seleção dos projetos prioritários para montagem conjunta com o MAPA e Embrapa, no primeiro semestre de 2013, de um plano de ação imediata, um de curto prazo e outro de médio prazo. A segunda linha de trabalho é a de ampliar a produção agrícola e pecuária, inclusive de forrageiras, nas áreas circunvizinhas aos projetos públicos de irrigação.

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) subsidiou a elaboração do Projeto de Lei nº 6.381 através da participação de seus representantes em fóruns e debates e da produção de notas técnicas e pareceres relacionados à proposta em questão, até o seu encaminhamento para sanção, em 21 de dezembro de 2012. O processo legislativo culminou na aprovação da Lei nº 12.787, publicada em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a nova Política Nacional de Irrigação. A lei constitui-se no marco legal de referência para a gestão de projetos públicos de irrigação, bem como estabelece mecanismos de indução para o desenvolvimento da irrigação em projetos do setor privado. Uma diretriz que orienta o texto da nova legislação é a indução à eficiência no uso de recursos hídricos para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Finalizada esta etapa, os esforços da SENIR se concentrarão, em 2013, na regulamentação da Lei 12.787/2013. Na proposta de Decreto a ser apresentada e discutida para a regulamentação da lei destacam-se a implantação do Conselho Nacional de Irrigação e as regras para caracterização de projetos públicos de irrigação como sendo de interesse social.

Ao longo do exercício de 2012, foi concluído o Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais (PAI/MG) e iniciou-se a elaboração dos Planos Diretores dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Paraná, que buscam a convergência da política de uso das águas com a política ambiental e a política setorial produtiva, estabelecendo parâmetros, objetivos, diretrizes e instrumentos para expansão e aprimoramento da agricultura irrigada nos Estados e no País.

Em relação ao Plano Diretor Nacional de Irrigação, um importante passo foi dado em 2012, com o lançamento do edital para a elaboração do estudo "Tendências e Oportunidades da Agricultura Irrigada". A preparação do estudo em questão envolveu, além da articulação com diversos estados, a definição de requisitos e critérios que servirão de suporte a futura elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação.

Para 2013, planeja-se a continuidade dos trabalhos dos Planos Diretores estaduais de agricultura irrigada que se encontram em fase de elaboração, assim como concluir e colocar em prática os resultados dos estudos na forma de um Plano Diretor Nacional de Agricultura Irrigada, que permita, entre outros, definir prioridades, estabelecendo metas em termos de empreendimentos e investimentos - especificação de empreendimentos, respectivos modelos de negócio, diretrizes para reengenharia do desenvolvimento sustentável e da gestão da agricultura irrigada.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  O cadastro de irrigantes do setor privado em construção é fruto de um processo de articulação institucional entre a Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional e as entidades responsáveis pela outorga de uso de recursos hídricos (Agência Nacional de Águas, órgãos gestores dos Estados e do Distrito Federal).

  Este trabalho conjunto proposto para 2013 tem como objetivo a sistematização de dados e informações hoje existentes no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), sob gestão da Agência Nacional de Águas (ANA). A partir da obtenção e tratamento destes dados do CNARH, será possível a customização de uma base de dados que comporá o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, instrumento de grande importância no contexto da nova Política Nacional de Irrigação.

  Como resultado das parcerias institucionais da SENIR/MI com as unidades da federação, cita-se o cadastro de irrigantes do estado de Goiás, que já se encontra em funcionamento e com dados disponíveis. O cadastro foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Goiás, e contou com o suporte metodológico da SENIR/MI.

- **Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema de cadastramento será reformulado e encontra-se em fase de construção.

  No escopo do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR), instrumento previsto na nova Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013), o primeiro módulo a ser implementado é referente aos Projetos Públicos de Irrigação. O módulo em questão será constituído da análise, adaptação e reformulação de 3 sistemas existentes, os quais tratam das informações gerais dos projetos, do cadastro de irrigantes dos projetos e indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Em 2012, com a constituição do Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento do SINIR (Portaria MI nº 643, de 20 de novembro de 2012) buscou-se integrar os esforços do Ministério da Integração Nacional e de suas entidades vinculadas para conclusão do primeiro módulo do Sistema no ano de 2013. Esse esforço conjunto torna-se imprescindível na medida em que as entidades vinculadas já possuem experiências de desenvolvimento de sistemas de informação, assim como serão as principais responsáveis pelo preenchimento e atualização dos dados do Módulo I do SINIR. O cadastro foi elaborado para 99 projetos públicos de irrigação e deverá ser atualizado até o final de 2014.

- **Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação**

  Análise Situacional da Meta

  A lei que instituiu a nova Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013), aprovada no início de 2013, contou com contribuições de representantes da SENIR/MI durante as etapas de sua tramitação no Congresso Nacional. Ao longo do ano de 2012, período no qual o então projeto de lei recebeu as últimas alterações até ser aprovado e sancionado, foram desenvolvidas frentes de trabalho no sentido de se estruturar os meios através dos quais a nova Política Nacional de Irrigação começaria a ser implementada.

  A nova legislação estabelece mecanismos de indução para o desenvolvimento da irrigação em projetos do setor privado e lança novas diretrizes para a gestão de Projetos Públicos de Irrigação. Também preconiza ações que priorizam a inserção social e a geração de empregos no campo, conjugando objetivos econômicos e sociais e contribuindo para o aumento da renda e o bem-estar social dos agricultores irrigantes familiares, sempre em sinergia

com políticas públicas implementadas no campo por outros órgãos e entidades governamentais. Dessa forma, o desafio que se coloca para 2013 é a discussão de vários aspectos contidos na lei. Dentre eles, um mecanismo estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar irrigada presente na Lei 12.787/2013 é a possibilidade de se classificar Projetos Públicos de Irrigação como de interesse social, o que ainda depende de regulamentação através de Decreto que será proposto e discutido no âmbito do Governo e dos setores envolvidos.

- **Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo**

Análise Situacional da Meta

O Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada foi criado pelo Ministério da Integração Nacional através da Portaria nº 546, de 25 de setembro de 2012, congregando órgãos federais e estaduais, organizações interessadas na regularização ambiental de usuários de recursos hídricos nas atividades relacionadas à agricultura irrigada. O Comitê tem caráter colegiado e consultivo, e terá como atribuições analisar e aconselhar sobre as questões ambientais que influem na expansão da agricultura irrigada no Brasil visando o desenvolvimento sustentável, dentre outras funções previstas na Portaria. Integram o comitê representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Agência Nacional de Águas , do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, do Departamento Nacional de Obras Contra Seca, dos Governos Estaduais da Bahia, do Ceará, de Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins, além de assentos de entidades da sociedade civil e de setores da agricultura irrigada. O Comitê é presidido pelo titular da Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, e o Diretor do Departamento de Políticas de Irrigação da SENIR/MI exerce o cargo de Secretário Executivo.

- **Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

Dentre os principais instrumentos para a implantação da nova Política Nacional de Irrigação, instituída pela Lei 12.787/2013, está o Conselho Nacional de Irrigação. A nova lei propõe a criação de uma instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, que terá a incumbência de catalisar o processo de formulação e implementação da política em questão, através da condução de um diálogo intersetorial permanente sobre temas afetos à agricultura irrigada. No Conselho Nacional de Irrigação, representantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, agricultores irrigantes, fabricantes de equipamentos de irrigação e organizações técnicas e de ensino e pesquisa do setor terão o papel de articular diversas instituições para uma atuação coordenada nas iniciativas relacionadas à agricultura irrigada e propor ações conjuntas da Política Nacional de Irrigação com outras políticas correlatas. Na proposta de Decreto que regulamentará a Lei 12.787/2013, o Conselho Nacional de Irrigação é uma das temáticas mais relevantes, e a sua instalação ocorrerá em 2013.

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR) está instituído como um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação no art. 5º da Lei 12.787/2013. O SINIR tem como objetivo formular, elaborar e implantar um sistema de informações gerenciais, incluindo um banco de dados geográficos, que congregue e sistematize os dados referentes à agricultura irrigada no país, funcionando como ferramenta de apoio à gestão estratégica tanto em instituições públicas quanto no setor privado.

No primeiro semestre de 2012, organizou-se a elaboração de documentos técnicos de orientação à construção do Módulo I (Projetos Públicos de Irrigação) do SINIR. Ao longo do segundo semestre de 2012, houve o desenvolvimento do Sistema sobre Projetos Públicos de Irrigação (SISPPI), subsistema do módulo I do SINIR. Em novembro de 2012, o Ministério da Integração Nacional publicou a Portaria nº 643, por meio da qual foi instituído Grupo de Trabalho para apresentar proposições específicas de orientação à estruturação, implementação e operacionalização do SINIR. Para

2013 está prevista a conclusão do SISPPI/SINIR, de acordo com o cronograma de trabalho do projeto.

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foi lançado o Programa Mais Irrigação com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional através da estruturação de projetos públicos de irrigação, promovendo a estruturação de arranjos de projetos de infraestruturas hídricas voltadas à agricultura irrigada e, principalmente, potencializando a geração de emprego e renda. O programa é composto de quatro eixos: 1- PPP em Irrigação; 2- Implantação e Revitalização; 3- Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes; e 4- Estudos e Projetos.

Um dos objetivos do Programa é o estabelecimento de parcerias com o setor produtivo visando a ocupação do projeto e a conclusão das infraestruturas de projetos parcialmente implantados, o que permitirá o aumento da eficiência na ocupação da área irrigável e o desenvolvimento agrícola a partir do funcionamento integral dos projetos. O Programa contempla ainda a destinação de investimentos públicos para a continuidade e conclusão das infraestruturas de projetos públicos de irrigação, além da busca pela otimização de projetos públicos existentes ocupados por agricultores irrigantes familiares e pequenos irrigantes. Permitirá a modernização e revitalização das infraestruturas desses projetos.

Em 2012 foram investidos R$ 349,2 milhões (inclui Restos a Pagar de anos anteriores), destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixio de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE). Outras importantes ações desenvolvidas em perímetros públicos de irrigação referem-se a elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); continuidade à implantação dos Projetos de Irrigação São João (TO), Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); conclusão do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PB) e desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial e à sustentabilidade na implantação da Produção Integrada de Frutas (PIF).

Além disso, a CODEVASF foi responsável pela continuidade das ações de implantação do perímetro Jacaré-Curituba (SE) e do projeto Jaíba (MG) e pela administração, operação e manutenção dos perímetros Formoso, Maniçoba e Curaçá, na Bahia e conclusão da implantação do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê - Etapa 2A (BA). O DNOCS, por sua vez, desenvolveu ações de implantação dos perímetros de Santa Cruz do Apodi (RN) e Araras Norte (CE).

Para 2013, visa-se concluir a infraestrutura, organizar a operação e a manutenção e adicionar novas áreas à produção, compreendendo o desenvolvimento agrícola e o funcionamento integral dos projetos.

Metas 2012-2015

- **Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram concluídas as obras de 2.554ha do Perímetro Várzeas de Souza, na Paraíba, localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, com área total de 4.443,68 ha. Para 2013, está previsto o acompanhamento mais efetivo dos projetos São João, Luis Alves e Manoel Alves que já se encontram parcialmente em fase de produção.

  Quantidade alcançada

  2.554

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.384	ha	0	31/12/2012

Região Nordeste	148.253	ha	2.554	31/12/2012
Região Norte	24.000	ha	0	13/12/2012
Região Sul	10.500	ha	0	31/12/2012

- **Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015. Até o momento não há registro de conclusão da infraestrutura de apoio para os perímetros elencados. No ano de 2013, está previsto a continuidade das obras em atendimento ao funcionamento integral do projetos.

- **Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de regularização fundiária, o que deve ocorrer até o ano de 2015.

Entre as medidas já tomadas destacam-se:

- contratação da execução dos serviços de georreferenciamento das áreas dos Perímetros de Irrigação de Propriá, Betume e Cotinguiba-Pindoba, no estado de Sergipe, no valor de R$ 2,3 milhões, como parte fundamental para a certificação de imóveis rurais prevista na Lei 10.267/2001 e nos Decretos 4.449/2002 e 5.570/2005, permitindo a titulação definitiva dos lotes;

- ajuizamento de nove ações de reintegração de posse relativas às invasões ocorridas no Perímetro de Irrigação Barreiras Norte e Povoado Boa Sorte.

Outras 82 ações encontram-se ajuizadas, das quais 55 foram julgadas procedentes ou com acordo em homologação.

Em 2013, serão acompanhados os processo de licenciamento e implantação do programa de educação ambiental de 26 perímetros.

- **Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de conformidade ambiental, o que deve ocorrer até o ano de 2015.

Entre as medidas já tomadas destacam-se:

- aquisição de área com 5.033,93 hectares, localizada nos municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados, no estado de Minas Gerais, para compor a reserva legal do Perímetro de Irrigação Gorutuba e parte da reserva legal do Perímetro de Irrigação Pirapora, no valor previsto de R$ 2,8 milhões;

- contratação de empresa para realizar os serviços de avaliação da qualidade da água e sedimentos dos perímetros irrigados em operação na área de atuação da Codevasf.

- **Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha**

Análise Situacional da Meta

Destaca-se que no âmbito do Programa Mais Irrigação, lançado em novembro de 2012, foram incluídos investimentos em 16 projetos públicos de irrigação ocupados majoritariamente por agricultores irrigantes familiares e pequenos irrigantes, nos quais haverá a modernização e a revitalização das respectivas infraestruturas.

- **Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, nas ações de transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação Bebedouro e Nilo Coelho/PE; Mirorós, Curaçá, Formoso, Estreito e Maniçoba/BA; e Gorutuba/MG, foram aplicados R$ 53,4 milhões e liquidados R$ 20 milhões, visando à reabilitação de conjunto de obras e equipamentos componentes das infraestruturas de captação, condução, distribuição e drenagem de água dos perímetros de irrigação com área irrigável de cerca de 120 mil ha. Também foram celebrados oito contratos de delegação de competência com as associações e distritos dos Perímetros Irrigados, legitimados pela Portaria Ministerial n° 1.529/MI/2007, sendo eles: Tabuleiro de Russas - CE, Jaguaribe Apodi - CE, Curu-Paraipaba - CE, Morada Nova - CE, Baixo Acaraú - CE, Araras Norte - CE, Brumado -

BA e Vaza Barris - BA, fator que proporcionará maior dinamismo na gestão destes projetos e melhores condições para o desenvolvimento, com a ampliação da ocupação produtiva.

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada – PNCAI irá atuar em consonância com o estudo de tendências e oportunidades da agricultura irrigada. Para a sua execução foi estabelecido Projeto de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Agricultura – IICA intitulado "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis (BRA/IICA/08/002)". A proposta está alinhada para atender a Política Nacional de Irrigação, que busca a eficiência no uso de recursos hídricos para o setor e o desenvolvimento da agricultura irrigada, visando ao aumento da produtividade, de forma sustentável.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem**

  Análise Situacional da Meta

  A meta depende do Programa Nacional de Capacitação da Agricultura Irrigada – PNCAI, que está em fase de elaboração. A Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) promove parcerias com instituições educacionais, de pesquisa e extensão visando estabelecer e consolidar acordos com instituições públicas e privadas para a sua concretização.

- **Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada**

  Análise Situacional da Meta

  A meta será atendida por ocasião da formalização de parcerias com instituições públicas e privadas que se encontram em fase de negociação.

- **Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada**

  Análise Situacional da Meta

  A meta será atendida por ocasião da formalização de parcerias com instituições públicas e privadas que se encontram em fase de negociação.

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A agricultura irrigada permite o uso intensivo da terra. Entretanto, há necessidade de estabelecer altos níveis técnicos de produção, organização do trabalho, gestão dos recursos hídricos, tratamento pós-colheita e logística de distribuição dos produtos até o consumidor final. Em decorrência desses fatores, é necessário prestar assistência técnica aos agricultores familiares e pequenos produtores para proporcionar melhores condições de competitividade.

A nova Lei da Política Nacional de Irrigação nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, dispõe que o poder público garantirá ao agricultor irrigante familiar assistência técnica e extensão rural, em projetos públicos e privados de irrigação e que essas ações deverão ser articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Integração Nacional vem promovendo parcerias com diversos órgãos do governo, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), para disponibilizar serviços de assistência técnica aos agricultores familiares.

- **Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a CODEVASF investiu R$ 3,3 milhões em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos perímetros de interesse eminentemente social (Ceraíma, Estreito, Formosinho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica e Itiúba), atendendo a 3.236 famílias alocadas em uma área irrigável de 13.702,1 ha.

Para 2013, a CODEVASF dispõe de R$ 13,7 milhões para executar os contratos de ATER nos perímetros de Gorutuba, Jaíba, Formoso, Barreiras Norte, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba e Tourão.

Quantidade alcançada

3.236

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, tem como um de seus principais objetivos o investimento em projetos cujo modelo de ocupação é exclusiva ou majoritariamente por meio de pequenos produtores, em lotes familiares, que são geridos sob um modelo com participação do Poder Público, tanto no custeio da operação e manutenção dos perímetros públicos, quanto no fornecimento de ATER. Nesses projetos, almeja-se modernizar as estruturas internas dos Distritos de Irrigação, seja reforçando as estruturas associativas já existentes entre seus produtores, seja incentivando a organização dos mesmos como cooperativas, para que possam, eles mesmos, organizados e com o apoio institucionalizado do Poder Público, caso seja do interesse dos produtores, receber a concessão do projeto e gerir as infraestruturas de forma mais eficiente e estruturada. Como resultado dessa articulação, pretende-se ainda reforçar o apoio institucional à atividade-fim desses pequenos irrigantes, por meio de abordagens mais modernas de ATER, focadas não só na produção, mas principalmente na comercialização e distribuição competitiva da produção, promovendo o comércio socialmente responsável.

Com a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação, a partir da sanção da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional propôs a publicação de Decreto para dispor, dentre outros temas, sobre a caracterização de projetos públicos de irrigação considerados como de interesse social.

Metas 2012-2015

- **Realizar a transferência de 40 empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

São previstas, nos Perímetros Públicos Irrigados de interesse social, as seguintes ações: operação e manutenção; apoio à administração; execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum; participação nos custos operacionais (energia elétrica); atividades de prestação de assistência técnica;

atividades de organização de produtores; regularização fundiária; fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação das estruturas já existentes (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

Estas ações beneficiaram, em 2012, 17 Perímetros de Irrigação sob a responsabilidade da Codevasf: Formosinho/BA, Ceraíma/BA, Propriá/SE, Betume/SE, Cotinguiba-Pindoba/SE, Itiúba/AL e Boacica/AL. Beneficiará, também, os Projetos de Irrigação do Reassentamento do Complexo Itaparica: Glória/BA, Pedra Branca/BA, Rodelas/BA, Apolônio Sales/PE, Barreiras (Blocos 1 e 2)/PE, Brígida/PE, Caraíbas/PE, Iço-Mandantes (Blocos 3 e 4)/PE, Manga de Baixo/PE e Jusante/BA.

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a Lei 12.787/2013, tem-se uma nova perspectiva para a realização de investimentos em novos projetos de irrigação. No texto legal há uma clara sinalização no sentido de se reforçar o papel das entidades públicas na implantação, direta ou indireta, de infraestruturas de irrigação de uso comum que sirvam para suporte à prática de irrigação e drenagem em benefício de projetos privados, desde que em áreas com comprovada aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada e nas quais os irrigantes já estejam organizados quanto à forma de gestão, de operação e de manutenção do sistema coletivo de irrigação e drenagem agrícola. De maneira complementar, o Programa Mais Irrigação prevê investimentos em novos projetos públicos de irrigação em seus eixos de atuação, nos quais ainda não se tem uma efetiva ocupação produtiva. O eixo 1 do programa preconiza a realização de concessões da exploração agrícola e da operação de projetos públicos de irrigação, constituindo-se em um elemento catalisador na atração de investimentos privados para a estruturação de novos projetos. Concorrem também para este objetivo os investimentos previstos no eixo 3 do programa, no qual serão contemplados projetos a serem ocupados por agricultores irrigantes familiares. Já o eixo 4 do Programa Mais Irrigação consiste na estruturação de uma carteira para a implantação de novos projetos de irrigação. Trata-se, portanto, da alocação de recursos em estudos de viabilidade e propostas que permitirão a implantação de futuros projetos.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área irrigada em 200.000 ha**

  Análise Situacional da Meta

  A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015. No período de 2012, foi iniciado o processo de planejamento e organização dos empreendimentos envolvidos. A perspectiva é que no ano de 2013 sejam concluídos a elaboração de projeto básico, projeto executivo e formalizado termo de compromisso para execução das obras.

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O principal instrumento para o alcance deste objetivo é o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), normatizado pelas Portarias Ministeriais nº MI 89, de 22 de fevereiro e 573, de 18 de outubro de 2012, as quais contemplaram medidas de aperfeiçoamento do processo de análise das propostas. Em 2012 foram intensificadas as ações de divulgação do REIDI para projetos privados de irrigação, com disponibilização de manual de

instruções no site do MI, distribuição de folders, mala direta, palestras e notícias sobre o benefício.

Como resultado, no exercício de 2012, a SENIR recebeu os 8 (oito) primeiros projetos privados de irrigação com solicitação de enquadramento aos benefícios do Regime. O primeiro deles foi aprovado em agosto/2012 com área de 378 ha de produção de laranja por meio de irrigação por gotejamento, e o segundo, em novembro/2012, com área de 162,5 ha de produção de cana de açúcar por irrigação com pivô central. Esses projetos foram submetidos à Receita Federal do Brasil – RFB para análise referente à habilitação ao benefício.

A análise dos demais projetos apresentados à SENIR em 2012 deverá ser concluída em 2013, totalizando aproximadamente 20.000 ha irrigados.

Para 2013, prevê-se uma maior divulgação do incentivo, com vistas ao alcance de 100.000 ha.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos**

  Análise Situacional da Meta

  Em números absolutos, a meta significa ampliação da área irrigada em, aproximadamente, 4,5 milhões de ha (dados do Censo Agropecuário, IBGE, 2006).

  De acordo com a Lei n° 12.787/2013, as iniciativas desenvolvidas pelo MI com vistas à ampliação da área irrigada pelo setor privado dizem respeito à promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água e promoção da implantação de redes de energia elétrica.

  Independentemente da ação do MI, os cenários atuais apontam para uma ampliação da área privada irrigada próxima do previsto (100% da atual) em função do grande desenvolvimento da agricultura brasileira, que vem direcionando investimentos para a irrigação.

  Em 2012, a SENIR deu continuidade às estratégias adotadas no exercício anterior, com avanço em diversas frentes de trabalho, na busca da consolidação da Secretaria na articulação e condução das políticas relacionadas à agricultura irrigada. Para o atingimento do objetivo, a SENIR participou e coordenou encontros de entidades governamentais com o setor privado e entidades de classe (reuniões, encontros e debates) com vistas a alinhar a atuação dos diversos atores aos objetivos do desenvolvimento da agricultura irrigada no país. Como exemplo, cita-se a participação do MI no XXII Congresso Nacional de Agricultura Irrigada (CONIRD), em novembro de 2012, em Cascavel-PR. No evento, empresários ligados às cadeias produtivas do segmento, produtores e lideranças rurais, professores, acadêmicos, pesquisadores e especialistas avaliaram e apontaram estratégias para tipos de culturas e inovação no desenvolvimento da agricultura irrigada.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2012	59,6
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2012	0,93
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,83
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0	31/12/2012	97
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2012	5
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2012	94,29
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2012	18,5
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0,3
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2012	95
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2012	58,8
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2012	98,64
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,9
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2012	46,15
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2012	65
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2012	13,79
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquìcola	%	30/06/2011	0	31/12/2012	7,4

Observações:

Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa - O incremento no percentual da área do Território Nacional reconhecida como zona livre de febre aftosa ocorreu em 2011, após restituição, pela OIE, do status de parte do estado do Mato Grosso do Sul, em sua fronteira internacional, além das ampliações nos estados da BA, TO, RO e AM. Em 2012, apesar de não ocorrerem novos reconhecimentos, medidas finais foram implementadas na região Nordeste e estado do Pará, com vistas ao encaminhamento de pleito à OIE em 2013, para reconhecimento de novas zonas livres com vacinação até 2014.

Índice de conformidade de insumos agropecuários - O índice apurado em 2012 mostra resultado satisfatório, em nível de conformidade acima da referência prevista no PPA.

Índice de conformidade de produtos de origem vegetal - A conformidade medida através deste indicador refere-se às ações de inspeção vegetal, bem como de coletas de amostras, realizadas nos estabelecimentos produtores de produtos de origem vegetal, vinhos e bebidas em geral, tendo como referencia os padrões oficiais de classificação, identidade e qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários - O índice aferido reflete a atuação da fiscalização exercida pela Vigilância Agropecuária Internacional que tem atingido a meta de garantir a conformidade nas importações e exportações do agronegócio brasileiro.

Índice de fitossanidade - O índice mostra o resultado satisfatório obtido no ano de 2012, em nível abaixo da referência prevista no PPA, tendo em vista de que é indicador de polaridade negativa.

Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves) - No período de apuração, houve uma melhoria de 14,4% no indicador, em relação ao índice de referência, aproximando-o ainda mais da meta de 100% proposta no PPA.

Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA - O SUASA se divide em diversos subsistemas: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI_POV), Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários. Ao SISBI-POA houve a adesão de cinco UF's, a saber: BA, MG, PR, RS e DF. Outras 10 UF's estão em processo de adesão (CE, AL, PE, GO, MT, MS, SP, SC, TO e ES).

Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA - Considera-se para o preenchimento do índice acima somente aqueles municípios que estão aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Existem 17 municípios aderidos, sendo 7 individualmente e 10 por meio de consórcios de municípios.

Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais - O atendimento à demanda por ensaios laboratoriais exige eficácia na coleta e no envio de amostras aos laboratórios, de forma a possibilitar o seu adequado processamento, com objetivo de satisfazer as necessidades da Defesa Agropecuária nacional.

Taxa de atendimento à demanda por validação de método - O resultado apurado permite verificar que, dentre os métodos planejados para serem validados em 2012, aproximadamente 59 % foi efetivamente executado.

Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal - A Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal corresponde ao somatório das áreas, sendo em 2012 o correspondente a 15847 amostras analisadas, com 15633 amostras conformes, e TCrc = 98,6495 (ANIMAL = 14800 amostras analisadas, com 14733 amostras conformes, e TCrcA = 99,5472 / VEGETAL = 1047 amostras analisadas, com 900 amostras conformes, e TCrcV = 85,9598).

Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa) - O acompanhamento das atividades de fiscalização de produtos de origem animal é mensal, por meio de avaliação de relatórios atualizados encaminhados pelas UF's. O calculo do indicador é trimestral, tendo sido o resultado alcançado ao final do 4º trimestre de 2012.

Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) - Em 2012, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA).

Taxa de monitoramento da rede credenciada - No ano de 2012 houve pouca alteração do índice em relação ao apurado em 30/06/2011. O número insuficiente de auditores devidamente capacitados na NBR ISO/IEC 17025 e NBR ISO/IEC 19011 e o acúmulo de atividades exercidas pelos técnicos dos Lanagros e CGAL são fatores que dificultaram a formação e atuação das equipes auditoras.

Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves - Este indicador é calculado da seguinte forma:

(Número de áreas produtoras de moluscos bivalves com pelo menos 12 coletas anuais de amostras /número total de áreas produtoas de moluscos bivalves) x 100

Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquìcola - Foram celebrados convênios para o monitoramento dos sistemas de produção de produtos pesqueiros com os Estados do Ceará e de Santa Catarina.

Ao longo de 2012, o MPA se reuniu e fez contato com dez órgãos de defesa sanitária animal no intuito de celebrar convênios .

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Vários programas sanitários estão em execução no país, com a participação dos Governos Federal e Estaduais e da iniciativa privada, destacando-se o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; o Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos; o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas e o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Nenhum caso de febre aftosa foi registrado no país desde abril de 2006. A zona livre da doença no Brasil ultrapassa cinco milhões de quilômetros quadrados, com uma população bovina de aproximadamente 182 milhões de cabeças e suína de 30 milhões (cerca de 90% do rebanho nacional). A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o território do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi intensificado com a certificação oficial de propriedades livres, objetivando reduzir as prevalências destas doenças. Atualmente são mais de 1.500 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose e cerca de 2.000 em processo de certificação.

Em maio de 2012, a OIE reconheceu o Brasil na categoria de país com risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina (EEB, a "doença da vaca louca"), classificação mantida mesmo após o caso notificado em 7/12/2012.

No controle da raiva dos herbívoros, em 2012, foram reforçadas as ações estaduais com supervisão e apoio federal em todas as Unidades Federativas, visando controlar a ocorrência da doença, reduzindo prejuízos econômicos na pecuária, além de contribuir para a preservação da saúde humana.

A zona livre de peste suína clássica permanece sem registro de casos da doença desde 1998, abrangendo 15 Unidades Federativas, correspondendo a cerca de 50% do território nacional e 93% das indústrias frigoríficas de suínos. Foram concluídos os estudos realizados no Estado do Acre e nos Municípios de Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará, situados no Estado do Amazonas, sendo essas as próximas localidades a serem incluídas na zona livre da doença.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola editou norma buscando a implantação de procedimentos de biossegurança em todos os estabelecimentos avícolas comerciais e de reprodução, aprimorando, assim, a prevenção da entrada e disseminação de enfermidades no plantel avícola nacional, visando também à garantia da inocuidade dos produtos avícolas comestíveis.

Com relação à sanidade dos equídeos, destacam-se o reforço na vigilância para o mormo e a revisão dos procedimentos de atuação em caso de ocorrência de anemia infecciosa equina e mormo.

Na área da sanidade vegetal, as ações do Programa Nacional de Erradicação da Cydia pomonella, praga que ataca a macieira, permitiram a quase total eliminação da praga no país.

Em relação à cultura do cacau, foi realizada a II Reunião Técnica do Programa Nacional de Pesquisa para Prevenção e Controle da Monilíase do Cacaueiro e publicada a Instrução Normativa nº 13, de 17 de maio de 2012, que estabelece o Plano de Contingência de Monilíase do Cacaueiro (Moniliophthora roreri), visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença, ainda ausente no território brasileiro.

Em relação à cultura do fumo, foi assinado novo protocolo de exportação de tabaco para a China, incluindo os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas.

Destaca-se a manutenção das áreas livres da mosca Anastrepha grandis nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e do sistema de mitigação de risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas (melões, melancias) para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Foi reconhecido o sistema de mitigação de risco nos Municípios de Santa Isabel do Ivaí-PR e Ribeira do Amparo-BA.

Em relação à cultura da banana, foi mantido o sistema de manejo de risco e áreas livres de sigatoka negra

(Mycosphaerella fijiensis). Com relação às áreas livres, existem treze estados que mantém esta condição em todo o seu território. Ademais, foram realizadas auditorias para reconhecimento de áreas livres de moko da bananeira (Ralstonia solanacearum raça 2) nos Estados de Santa Catarina e Piauí. A publicação deverá ocorrer nos primeiros meses de 2013. Menciona-se, ainda. a erradicação de um foco de mosca da carambola, detectado no Município de Almeirim-PA, em junho de 2011.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais**

Análise Situacional da Meta

Da área programada para cobertura de monitoramento e controle integrado da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros, registra-se alcance de 100% em relação ao programado na LOA 2012, com 550 mil ha controlados.

A ação de controle da vassoura de bruxa reúne os esforços de controle integrado da doença, campanhas e demais medidas com cobertura de toda área de cacaueiros nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Dentre as ações relevantes para o controle da vassoura de bruxa, destaca-se o lançamento do Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo, que contempla diversas medidas para o enfrentamento da contaminação de mais de 95% das lavouras cacaueiras do Estado,

A cobertura de área controlada da vassoura de bruxa toma como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos por meio de eventos diversos focados no público-alvo, assim como na sociedade, dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau.

Destaca-se como resultado relevante a criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno Moniliophthora perniciosa e do hospedeiro Theobroma cacao, permitindo, com isso, uma nova estratégia de controle de pragas.

Quantidade alcançada

550.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	30/11/2012
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2012
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2012
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2012

- **Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves**

Análise Situacional da Meta

No período de apuração, houve uma melhoria de 14% na porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas do prazo legal em relação ao índice de referência, aproximando-o da meta proposta no PPA.

Isso é reflexo do amadurecimento dos Serviços Veterinários Estaduais, responsáveis diretos pelos atendimentos às suspeitas de doenças, e do esforço em conjunto do Governo Federal com os estaduais na capacitação dos profissionais e na estruturação dos serviços.

Quantidade alcançada

96,4

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participou da elaboração da norma regional sobre planos de contingência para doenças dos vegetais, e foi publicada a Instrução Normativa nº 13, de 17 de maio de 2012, que estabelece o Plano de Contingência de Monilíase (Moniliophthora roreri) do Cacaueiro, sendo esse o primeiro plano de contingência elaborado, que servirá de referência para alcance da meta nos próximos anos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero**

Análise Situacional da Meta

Face ao aumento da densidade populacional da praga nos municípios onde a mesma está presente e o surgimento de novos focos, não houve evolução nos resultados esperados para esta Meta. Foram detectados focos em dois municípios do Estado do Amapá, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, que desde 1996 eram livres da praga. Com o foco detectado em Laranjal do Jarí em outubro de 2012, somam os 15 municípios com a presença da praga no Amapá.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	15	31/12/2012

- **Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) realiza a fiscalização de todas as partidas de produtos e insumos agropecuários regularmente importados, como pré-requisito para o desembaraço aduaneiro dessas mercadorias. Neste sentido, a meta foi 100% alcançada.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa**

Análise Situacional da Meta

O incremento de 1,6% no percentual da área do território nacional reconhecida como zona livre de febre aftosa ocorreu em 2011, após restituição, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), do status de parte do Estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira internacional, além das ampliações nos Estados da Bahia, Tocantins, Rondônia e Amazonas. Em 2012, apesar de não ocorrerem novos reconhecimentos, medidas finais foram implementadas na Região Nordeste e no Estado do Pará, com vistas ao encaminhamento de pleito à OIE em 2013, para reconhecimento de novas zonas livres com vacinação em 2014.

O valor da meta é calculado, para todo o território nacional, pela seguinte Fórmula:

% da área do território nacional livre de febre aftosa = (Área livre de aftosa/ àrea total do Território Nacional) x 100. Em 2012, 59,6 % do território nacional eram considerados como área livre da febre aftosa.

Como as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste já são reconhecidas pela OIE como livres de aftosa com vacinação, as metas de regionalização foram estabelecidas para as regiões Norte e Nordeste, onde estão sendo implementadas ações de melhorias dos serviços sanitários para alcançar o reconhecimento dessas áreas. Dos 3.441.814 Km2 de áreas do território nacional ainda não reconhecidos como zona livre de febre aftosa, 1.518.566 Km2 estão situados na Região

Nordeste e 1.923.248 Km2 encontram-se na Região Norte, conforme tabela de regionalização.

Quantidade alcançada

59,6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1.518.566	km²	586.603	31/12/2012
Região Norte	1.923.248	km²	1.379.166	31/12/2012

- **Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional**

Análise Situacional da Meta

A distribuição de materiais impressos com orientações aos viajantes é realizada continuamente nos aeroportos, todos os meses, por ocasião da emissão de CZIs (Certificados Zoossanitários Internacionais) e dos procedimentos de fiscalizações.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	6	31/12/2012
Região Nordeste	47	número	14	31/12/2012
Região Norte	47	número	10	31/12/2012
Região Sudeste	47	número	12	31/12/2012
Região Sul	47	número	12	31/12/2012

- **Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

Análise Situacional da Meta

A distribuição regular de materiais impressos com orientações, além da divulgação por meio de emissoras de rádio e televisão contribuiu para conscientizar os passageiros em trânsito internacional quanto às restrições de ingresso de produtos e insumos agropecuários.

Em 2012 foram emitidos pela Vigilância Agropecuária Internacional 109.852 Termos de Fiscalização de Bagagens/Encomendas, na fiscalização de passageiros que ingressaram no Brasil. Segundo dados do Ministério do Turismo, 694.747 passageiros desembarcaram no país no ano de 2012. Não foram observadas, ainda, reduções significativas nos percentuais de não conformidades.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0**

Análise Situacional da Meta

Efetivamente não houve supressão da praga nos três municípios, permanecendo os municípios com a referida praga.

Para o monitoramento da safra 2011/2012, foram instaladas 3450 armadilhas, distribuídas nos municípios de ocorrência da praga, onde houve a captura de um único inseto, no mês de novembro de 2011. Para a safra 2012/2013 já se encontram instaladas 2450 armadilhas, que estão sendo monitoradas, no âmbito do Contrato com a Biofabrica MOSCAMED do Brasil.

Os trabalhos de monitoramento e de erradicação de plantas hospedeiras realizados no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da Cydia pomonella - PNECP (Lagarta da macieira) culminaram numa redução bastante drástica no número de capturas da praga Cydia pomonella no país. Isso pode ser demonstrado, quando comparamos os resultados

ocorridos na safra 1997/1998, cerca de 24.000 capturas com os resultados ocorridos na safra 2011/2012, quando apenas um inseto foi capturado. É importante destacar, ainda, que estamos muito próximos da erradicação dessa praga no País. Os municípios são declarados livres da praga após dois anos de monitoramento contínuo sem detecções.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Por meio de articulações com as agências estaduais de defesa agropecuária, estão em curso estudos e projetos de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária e do processo de implementação definitiva do SUASA.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA**

Análise Situacional da Meta

O sistema de capacitação está em fase de planejamento, envolvendo o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária – FONESA, a Rede de Inovação Tecnológica em Defesa Agropecuária – RIT, o Sistema "S", as entidades de classe e o corpo técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Destaca-se que já foram capacitados 10.000 técnicos e auxiliares.

Quantidade alcançada

10.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	pessoas	1.000	31/12/2012
Região Nordeste	5.100	pessoas	3.000	31/12/2012
Região Norte	2.800	pessoas	1.000	31/12/2012
Região Sudeste	4.100	pessoas	2.000	31/12/2012
Região Sul	5.000	pessoas	3.000	31/12/2012

- **Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas várias reuniões visando à elaboração de conteúdos para formação de pessoal envolvido em defesa agropecuária. Foi criado, pela Portaria Mapa 769/2012, Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de estruturação do Centro de Formação e Inteligência em Defesa Agropecuária.

- **Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

Análise Situacional da Meta

Foram criados o Sistema Público de Escrituração Digital – Defesa Agropecuária e a Plataforma de Gestão Agropecuária. Alguns módulos da plataforma estão validados e outros em fase de validação.

- **Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de modernização a legislação referente ao processo de adesão dos municípios ao SUASA, para que se possa ampliar a adesão de municípios.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	5	31/12/2012
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2012
Região Norte	60	município	0	31/12/2012
Região Sudeste	360	município	1	31/12/2012
Região Sul	250	município	11	31/12/2012

- **Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, SUASA, é um Sistema organizado sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas, no âmbito de sua competência, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

O SUASA se divide em diversos sistemas, entre eles: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários.

Todos os 26 estados e o Distrito Federal manifestaram interesse em aderir ao SUASA, sendo que, até o momento, foi concluído o processo de adesão de cinco UF’s ao SISIBI-POA, a saber: BA, MG, PR, RS e DF. Outras 10 UF’s estão em processo de adesão (CE, AL, PE, GO, MT, MS, SP, SC, TO e ES).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados eventos envolvendo a participação de 143.000 pessoas, através do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA), das Empresas Estaduais de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATERs) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Quantidade alcançada

143.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	pessoas	8.000	31/12/2012
Região Nordeste	220.000	pessoas	50.000	31/12/2012
Região Norte	40.000	pessoas	10.000	31/12/2012
Região Sudeste	110.000	pessoas	40.000	31/12/2012
Região Sul	100.000	pessoas	35.000	31/12/2012

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A evolução da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários exige a adoção de novas estratégias gerenciais, o que vem sendo conduzido por meio da implantação dos objetivos estratégicos atualmente expressos no mapa estratégico específico da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros).

A ampliação e qualificação da oferta de ensaios na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários tem se dado por meio da atuação em frentes como: Aprimoramento do processo de credenciamento e de monitoramento de laboratórios; Ampliação do escopo acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, junto ao Inmetro; Aquisição de equipamentos e implantação de técnicas com respostas analíticas mais eficientes; Desenvolvimento, validação e comprovação de desempenho de métodos utilizados pela Rede laboratorial; Desenvolvimento de sistemas informatizados, com vistas à automação dos processos; Incentivo ao desenvolvimento, nos Lanagros, de programas de comparação interlaboratorial, em conformidade com o estabelecido pela ISO 17.043, visando avaliar a competência técnica da rede credenciada; e Incentivo à produção de material de referência, de forma a tornar os Lanagros provedores destes materiais, em conformidade com o estabelecido na ABNT ISO Guia série 30.

As principais realizações do ano de 2012 envolvem: Obtenção, junto ao Inmetro, da acreditação de 19 ensaios na ABNT NBR ISO/IEC 17.025 nos Lanagros; Manutenção do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas na CGAL e Lanagros para atuarem em atividades de desenvolvimento e validação de métodos; Definição do Plano Operativo Anual-POA para o exercício 2013, com vistas a aprimorar o gerenciamento dos recursos orçamentários da CGAL e Lanagros, distribuídos entre importantes itens de programação como, auditorias, capacitação do corpo técnico, aquisição de reagentes e equipamentos, automação e adequação de infraestrutura; Participação dos técnicos da CGAL na construção do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB, que consiste na automação de processos relacionados à gestão e controle das informações laboratoriais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Finalização do projeto piloto no Lanagro-MG para implementação do LIMS – Laboratory Information Management System – que teve por objetivo a automação de atividades de controle e registros desenvolvidas pelo Lanagros; e Contratação de consultoria especializada para implementação da ISO 9001 na CGAL.

Embora os resultados apresentados para as metas físicas relacionadas a este Objetivo sejam considerados adequados, busca-se seu aprofundamento com o apoio de mão-de-obra mais especializada. As atividades previstas para 2013 envolvem a ampliação do escopo de acreditação dos Lanagros na ISO/IEC 17025, expansão do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas para desempenharem atividades relacionadas ao desenvolvimento e validação de métodos; aprimoramento e gerenciamento do Plano Operativo Anual (POA), continuidade da construção dos módulos do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB e continuação na implantação da ISO 9001 na CGAL.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

  Análise Situacional da Meta

  Houve superação em 8% da meta física prevista na LOA para o ano de 2012, que era de 29.964.975 análises e foi atingido 98,7% da meta física prevista no horizonte do PPA 2012-2015.

  Em 2012, as principais realizações foram: Manutenção do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas na CGAL e Lanagros para atuarem em atividades de desenvolvimento e validação de métodos; Definição do Plano Operativo Anual - POA para o exercício 2013, com vistas a aprimorar o gerenciamento dos recursos orçamentários da CGAL e Lanagros, distribuídos entre importantes itens de programação como, auditorias, capacitação do corpo técnico, aquisição de reagentes e equipamentos, automação e adequação de infraestrutura para os Lanagros; e Aprimoramento do módulo SIGLA do SISLAB, disponibilizado aos laboratórios credenciados na área de Resíduos e Contaminantes em Alimentos.

As atividades previstas para 2013 envolvem a expansão do convenio com o CNPq para alocação de bolsistas para desempenharem atividades relacionadas ao desenvolvimento e à validação de métodos, gestão da rede laboratorial e continuidade do desenvolvimento dos módulos do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB.

Quantidade alcançada

32.582.823

Data de Referência

15/02/2013

- **Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025**

Análise Situacional da Meta

A meta para 2012 era atingir 73 acreditações na NBR ISO/IEC 17.025 e atingiu-se 68, o que representa alcance de 93% da meta estabelecida. Para melhorar a resposta deste indicador, é necessário que os Lanagros priorizem seu papel como laboratórios de referência, favorecendo a comprovação de desempenho e validação de ensaios, um dos fatores precípuos para alcançar acreditações na ABNT NBR ISO/IEC 17.025.

Como ação que poderá impactar positivamente no atingimento dessa meta, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, por meio da Portaria nº 74, de 18/03/2013, concurso público para reposição de pessoal e substituição de terceirizados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No total serão 736 vagas, das quais 422 cargos destinam-se ao provimento efetivo no quadro de pessoal do Ministério, sendo: 172 de nível superior para Fiscal Federal Agropecuário, 50 de nível intermediário para Agente de Atividades Agropecuárias e 100 de nível intermediário para Agente de Inspeção Sanitária. Outras 100 vagas são do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Ademais, serão 314 cargos destinados à substituição de terceirizados.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 116 auditorias, alcançando, aproximadamente 82% da meta estabelecida. Para 2013, será realizado concurso para contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará aumentar para 127 o número de auditorias realizadas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado atingiu 81%. No que diz respeito aos produtos que compõem a cesta básica (farinha de mandioca, farinha de trigo, óleo de soja), o índice de conformidade nacional alcançou 87%.

No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos que permitiram a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, corretivos e fertilizantes, dentre outros) são fatores de produção que têm sido responsáveis pelo contínuo aumento da produtividade de culturas e de pastagens. A qualidade e o uso correto desses insumos são primordiais para que se obtenha maior produtividade, com sustentabilidade ambiental, garantindo-se alimentos seguros e competitivos.

No segmento de defensivos agrícolas tem-se implementado medidas de redução de riscos relativos à segurança alimentar por meio da regularização e priorização de defensivos com menor impacto toxicológico e ambiental usados em produtos de consumo, notadamente frutas e hortaliças. Na área de sementes destaca-se a fiscalização nos segmentos de produção, comercialização e uso, por meio da ação fiscal diretamente nas propriedades rurais, retirando de circulação grande quantidade de sementes de baixa qualidade, contribuindo dessa forma para o aumento da taxa de utilização de sementes de qualidade e uma maior produtividade das culturas.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Também tem sido monitorada a presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que possam ser incluídas na cadeia alimentar.

Em 2012 foram realizadas aproximadamente 4.131 ações de fiscalização nos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário em todo território nacional, resultando na coleta de 1.058 partidas de vacinas, de um total de 13,4 bilhões produzidas no país, cujo índice de conformidade alcançou 93%. Também foram efetuadas 3.590 fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais de produtos para alimentação animal. No âmbito do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes em alimentos de origem animal, foram coletadas 16.319 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 99,8%. Na área vegetal, deu-se ênfase às culturas de abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha do Brasil, feijão, laranja, limão, lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pêssego, pimenta do reino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva. No período foram coletadas e analisadas 1.037 amostras, sendo 747 de multirresíduos de agrotóxicos e 290 de micotoxinas/salmonelas. O cultivo de produtos com os organismos geneticamente modificados (OGM), com ênfase na soja e no milho, representa 85% e 70%, respectivamente, da área total dessas culturas. As culturas são controladas no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização realizadas com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Foram realizadas 989 fiscalizações em 23 Unidades da Federação. Essa atuação, tanto na área de pesquisa como na comercial, tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantido a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário**

  Análise Situacional da Meta

  Para a consecução da meta as equipes de fiscalização atuaram nas 27 Unidades Federativas. As atividades de fiscalização foram assim divididas: nos estabelecimentos comerciais (81,98%), no atendimento de denúncias contra fabricantes e importadores (4,98%) e em fiscalizações em estabelecimentos armazenadores e demais de baixo risco (13,04%).

  Para o ano de 2013 está prevista a realização de concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando desta forma o alcance da meta prevista quando da elaboração do PPA. A expectativa para o próximo período é a realização de aproximadamente 4500 fiscalizações.

  Quantidade alcançada

  4.131

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	360	31/12/2012
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	1.587	31/12/2012
Região Norte	769	unidades/ano	701	31/12/2012
Região Sudeste	869	unidades/ano	847	31/12/2012
Região Sul	543	unidades/ano	636	31/12/2012

- **Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal**

Análise Situacional da Meta

O resultado alcançado ultrapassou a meta prevista no ano de 2012. Os Coordenadores de Ação Estadual - CAE planejaram 3.582 fiscalizações e foram realizadas 3.590. A expectativa para o próximo período é a realização de aproximadamente 4.000 fiscalizações.

Quantidade alcançada

3.590

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	339	31/12/2012
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	1.263	31/12/2012
Região Norte	653	unidades/ano	565	31/12/2012
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	815	31/12/2012
Região Sul	578	unidades/ano	608	31/12/2012

- **Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal**

Análise Situacional da Meta

O trabalho realizado ajuda a melhorar a qualidade do material genético animal ofertado aos produtores, o que leva a um aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional, alinhado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.

Quantidade alcançada

693

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	127	31/12/2012
Região Nordeste	119	unidades/ano	118	31/12/2012
Região Norte	20	unidades/ano	34	31/12/2012
Região Sudeste	235	unidades/ano	150	31/12/2012
Região Sul	516	unidades/ano	264	31/12/2012

- **Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Análise Situacional da Meta

O total de fiscalizações realizadas em 2012 foi de 1.300, não tendo sido atingido um acréscimo de 20% em relação ao valor de referência (1.236).

Quantidade alcançada

1.300

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	256	31/12/2012
Região Nordeste	185	unidade	262	31/12/2012
Região Norte	51	unidade	99	31/12/2012
Região Sudeste	371	unidade	325	31/12/2012
Região Sul	485	unidade	358	31/12/2012

- **Construir um índice de risco dos insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

Baseada em requisitos de ponderação de importância das áreas de atuação da fiscalização de insumos agrícolas, a metodologia em construção prevê a identificação dos principais pontos de risco para a atuação dos profissionais calcados em suas percepções, freqüência de ocorrência e relevância. O índice, de caráter dinâmico, servirá para direcionar os recursos humanos e materiais em atividades de maior relevância para a sociedade no que tange a qualidade dos insumos agrícolas. A fase atual é de modelagem de questionários a fim de definir um programa-piloto para a área de agrotóxicos.

- **Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

Análise Situacional da Meta

Todos os procedimentos para estabelecimento dos parâmetros para a execução do sistema de auditoria interna foram realizados para determinar o desempenho de cada Superintendência Federal de Agricultura (SFA), tendo em vista que a auditoria tem como objetivo aferir a qualidade dos serviços de fiscalização em cada unidade. A meta para 2012 era elaborar 50% do projeto de realização de auditorias nos serviços de fiscalização de insumos agrícolas e foi alcançada. Efetivamente foi desenvolvido 50% do sistema que permitirá auditar os trabalhos desenvolvidos pelas SFA’s.

- **Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

Análise Situacional da Meta

A primeira fase da implantação do modelo de boas práticas foi capacitar conceitualmente os profissionais ligados ao setor de fiscalização para este novo enquadramento das indústrias. O processo de adesão à certificação de boas práticas passa pela construção de modelos de auditoria com classificação dos requisitos auditados e definição de instituições capacitadas para executar as atividades de supervisão, bem como de certificação. A discussão destes parâmetros ganhou a esfera internacional com a proposição pelo Brasil deste modelo na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme planejado, a adesão dos estabelecimentos se dará a partir de 2014, quando as normas legais já estarão publicadas e os Fiscais Federais Agropecuários estarão treinados para adotar os procedimentos para adesão das empresas ao programa e realização de auditorias no sistema de qualidade implantado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, 50% do projeto de realização de auditorias nos serviços de fiscalização de insumos agrícolas foi concluído, tendo sido elaborados todos os procedimentos para a realização das auditorias dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas em cada SFA a partir de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012 foram realizadas ações de fiscalização em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas que, em conjunto com as ações de monitoramento da qualidade e segurança do Programa Nacional de Monitoramento de Resíduos e Contaminantes, contribuíram para atingir o índice de 0,83 para a conformidade de produtos de origem vegetal. Isso significa que, do universo amostral captado em 2012 (2.862 estabelecimentos produtores de alimentos e 1.558 estabelecimentos produtores de bebidas), 83% dos produtos de origem vegetal estavam em conformidade com os padrões de segurança e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O quadro funcional está sendo treinado para aprimorar sua inserção nas ações de inspeção para proporcionar um produto de melhor qualidade para o consumidor brasileiro e estrangeiro, visto que o Brasil é um dos principais países na agricultura mundial. Exemplo disso são os treinamentos voltados para gestão da qualidade e auditoria interna dos serviços executados de inspeção vegetal.

A conformidade do processo produtivo na área de produtos de origem animal atingiu aproximadamente 90% no ano de 2012, conforme indicador específico.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

  Análise Situacional da Meta

  A meta física estabelecida para o PNCRC/Animal superou a expectativa constante do Plano de Trabalho do Setor, já que das 15.506 amostras sorteadas, foram coletadas e analisadas 14.878, ou seja, 96%.

  Quantidade alcançada

  95,95

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram realizadas 2.019 supervisões, sendo que 1.795 apresentaram conformidade, resultando em índice de 89%. No mesmo período foram analisadas 75.020 amostras de produtos de origem animal, sendo que 70.721 apresentaram conformidade com os padrões legais vigentes, alcançando percentual de 94%. Portanto, a meta estabelecida para alcance no ano de 2015 já foi atingida em 2012, com índice de conformidade de processos produtivos de 90,51%, que é calculado da seguinte forma:

  Índice de Conformidade dos Processos Produtivos de POA

  ICA= [0,7 * (SC/TS) + 0,3 * (AC/TA)]

  SC = Nº de supervisões em SIF conformes

  TS = Total de supervisões em SIF realizadas

  AC = Nº de amostras de produtos POA com resultado conforme

  TA = Total de amostras de produtos POA coletadas

  Este índice é apurado trimestralmente e portanto dinâmico.”

  Quantidade alcançada

  90,51

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do**

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal

Análise Situacional da Meta

A meta física do PNCRC/Vegetal não foi alcançada, tendo ocorrido um decréscimo de 86,8% para 48,47%. A construção da metodologia está em implantação. Em 2012, foi iniciada capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

Quantidade alcançada

48,47

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

  Análise Situacional da Meta

  A construção da metodologia está em implantação e foi iniciada em 2012 a capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

- **Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**

  Análise Situacional da Meta

  A construção da metodologia está em implantação e foi iniciada em 2012 a capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e foram desenvolvidos e validados oito métodos oficiais para o diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos. Em 2013, há a previsão de serem estabelecidos mais cinco métodos.

Para garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) finalizou e publicou duas análises de risco de importação (ARI): Alevinos de tilápia originários de Singapura, destinados à reprodução; Camarão vermelho da Argentina, originário da pesca extrativa daquele país.

A instituição do Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves também viabilizou ações no âmbito da saúde pública, como o monitoramento contínuo e sistemático de resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 15 áreas na Região Sul.

O credenciamento de seis novas estações quarentenárias para a importação e a exportação de animais aquáticos reforçou o controle do trânsito nacional de animais aquáticos no Ceará e em Santa Catarina.

Destaca-se a necessidade de reforçar as parcerias com os entes federativos para a execução das ações de sanidade pesqueira.

Metas 2012-2015

- **Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram credenciadas seis unidades quarentenárias, todas na Região Sudeste, a de maior ingresso de animais aquáticos importados e, consequentemente, a de maior demanda para credenciamento de estabelecimentos onde os animais importados são destinados à avaliação zoossanitária previamente à liberação. Em 2013 pretende-se credenciar mais duas estações quarentenárias, ambas na Região Sudeste.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	10	unidade	6	31/12/2012

- **Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram estabelecidos oito métodos oficiais para diagnóstico de enfermidades em animais aquáticos após a publicação da Instrução Normativa nº 3, de 13 de abril de 2012, que instituiu a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA). Tais diagnósticos estão voltados para doenças virais e bacterianas de peixes e crustáceos. O desafio para estabelecer os métodos de diagnósticos reside em possíveis contratempos na importação de insumos para realização dos testes de proficiência e validação dos métodos.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas**

Análise Situacional da Meta

O controle do trânsito nacional de animais aquáticos depende da estruturação da sanidade pesqueira nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura e nos órgãos executores de defesa sanitária animal nas Unidades da Federação. No âmbito das Unidades da Federação, é indispensável que os governos estaduais e distrital priorizem as ações em defesa sanitária de animais aquáticos para que haja o efetivo controle do trânsito nacional de animais aquáticos.

Considera-se o controle do trânsito implementado nos Estados de Santa Catarina e Ceará, tendo sido firmado convênio entre o Governo Federal e os referidos governos estaduais.

Para o ano de 2013, está prevista a formalização convênios com oito Unidades da Federação para realizar ações de defesa sanitária de animais aquáticos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção**

Análise Situacional da Meta

Durante 2012, o MPA se reuniu e fez contato com dez órgãos de defesa sanitária animal no intuito de celebrar convênios. Foram celebrados convênios para o monitoramento dos sistemas de produção de produtos pesqueiros com os Estados do Ceará e de

Santa Catarina.

A expectativa é de fortalecimento do quadro de pessoal do MPA e de fortalecimento das parcerias com os governos estaduais para sensibilização quanto à formalização dos instrumentos para repasse de recursos. A expectativa é de realizar convênios com oito UF até o final de 2013.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Análise Situacional da Meta

O MPA já se posicionou favoravelmente à sua inserção no SUASA. A expectativa é de que a meta seja alcançada em 2013.

- **Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento de resíduos e contaminantes depende de disponibilidade de laboratório oficial e de recursos humanos para realizar as coletas sistemáticas. Para tanto, o MPA criou a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e estruturou o laboratório do Instituto Federal de Santa Catarina para realizar as análises oficiais. Em 2012, publicou a Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA nº 7, de 8 de maio de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) para monitoramento de resíduos e contaminantes nestes animais. O Estado de Santa Catarina é o único que está conduzindo o programa de adesão obrigatória e já monitora 15 áreas. Para 2013, espera-se ampliação de mais 10 áreas monitoradas em Santa Catarina e adesão de outros estados ao PNCMB.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	35	unidade	15	31/12/2012

- **Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados**

Análise Situacional da Meta

No intuito de garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros e evitar a introdução de patógenos que impactem negativamente a sanidade dos animais aquáticos do país, o MPA publicou duas análises de risco de importação (ARI) uma para alevinos de tilápia originários de Singapura e destinados à reprodução e outra de camarão vermelho (Pleoticus müelleri) importado da Argentina e destinado ao consumo humano. Os desafios de elaboração das ARI concentram-se na capacitação de recursos humanos e literatura especializada. Para 2013, está planejado finalizar ao menos outras duas ARI.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Publicar 10 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foi publicado nenhum plano de contingência para doenças de animais aquáticos. Foi contratada consultoria especializada para levantamento de informações necessárias à elaboração dos referidos planos. Está programado publicar dois planos de contingência em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foi reconhecido nenhum compartimento ou área com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos. O alcance da meta é dependente de análises de amostras locais. Com a implementação da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) em 2012, o MPA passa a ter capacidade laboratorial para processar as amostras que garantirão a delimitação dos compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas. Em 2013, coletas para envio à RENAQUA no intuito de reconhecer as primeiras áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças de moluscos estão previstas somente para o Estado de Santa Catarina, que celebrou com o MPA convênio em sanidade pesqueira e aquícola.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/03/2012	884
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2012	296
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56	31/12/2012	61,4
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/03/2012	0,78
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/03/2012	2,01
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/03/2012	75.326
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/03/2012	1.920
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	01/01/2011	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2012	3.265,3
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado	R$	30/04/2011	9,35	31/03/2012	8,62
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2012	0,542

Observações:

Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas) - Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas em áreas temáticas diversas elaborados (destes 132 executados), 122 pesquisas validadas e consumadas como projetos de transferência de tecnologias em execução e 42 tecnologias disponibilizadas no ano.

Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras - A consolidação da base de informações gerenciais dos imóveis rurais assistidos pela CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - nas regiões cacaueiras constatou índice de conservação ambiental – ICA de 61,0%. A apuração consiste na aplicação de formula específica já implantada no SisCENEX – Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão Rural, que avalia o coeficiente de cobertura vegetal conservacionista instalada nas propriedades assistidas.

Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).
Produtividade agrícola dos grãos - A produtividade considerada para as culturas avaliadas foi baseada na média dos últimos três anos, excetuados os anos atípicos. Ficou evidenciado ganho de produtividade de grãos produzidos por hectares, como resultado do constante investimento e incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros.
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras - A consolidação do resultado do indicador consistiu na apuração da relação percentual entre o volume de produção de cacau processado em pequenas plantas gerenciadas pelos produtores - 133 toneladas no ano, e o volume total de cacau processado no país – 245.040 toneladas no ano.

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A competitividade de segmentos importantes para o desenvolvimento social e econômico do país exige investimentos contínuos em avanços científicos e tecnológicos. Isso é particularmente verdade para o agronegócio, no qual o Brasil alcançou níveis de competitividade que o colocam entre os líderes mundiais do setor, em função da capacidade do país de gerar conhecimento científico e tecnológico próprio.

A capacidade demonstrada pela Embrapa de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho.

No ano de 2012 foi conduzida uma carteira com 884 projetos de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Esses projetos geraram uma série de novas tecnologias, dentre as quais destaca-se algumas que contribuíram para a agregação de valor a agricultura brasileira, como: nove novas cultivares de fruteiras; a BRS Carimbó de cupuaçu - com resistência à vassoura-de-bruxa, principal doença da cultura; a BRS Platina de banana com resistência ao mal-do-Panamá e tolerância à sigatoka-amarela; a BRS Rubi do Cerrado, de maracujá; as cultivares BRS Fascínio e BRS Regalo, de pêssego; as cultivares BRS Vitória e BRS Magna de uva, indicadas respectivamente para consumo in natura e elaboração de sucos; e a cultivar de limão tahiti BRS Passos. Foram, ainda, lançadas cultivares de soja, feijão, arroz, trigo, milho, sorgo e milheto, adaptadas a diversas regiões brasileiras.

A Embrapa vem também trabalhando com a biofortificação de alimentos, objetivando a segurança alimentar da população brasileira. Em 2012 foram selecionadas mais algumas cultivares para a produção de alimentos biofortificados, como: a cultivar Jari de mandioca, de polpa amarela, macia e rápido cozimento, com até nove microgramas de betacaroteno (pró-vitamina A) por grama em raízes frescas; o feijão com o dobro de ferro; a batata-doce alaranjada com elevada concentração de vitamina A; e o arroz polido com altos teores de zinco.

Outra vertente deste objetivo é a transferência de tecnologia (TT), baseada principalmente na capacitação de agentes multiplicadores de TT. Estas ações são focadas, principalmente, nos programas do Governo Federal como o Brasil Sem Miséria. Em 2012, os cursos de capacitação da Embrapa e parceiros contemplaram cerca de 5.000 agentes.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento da plataforma funcional de validação de novos genes faz parte do escopo de ações de pesquisa e transferência de tecnologias que visam atender ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Esta

meta deverá ser atendida por meio de um projeto a ser executado e gerenciado no âmbito da carteira de projetos da Embrapa.

O ano de 2012, conforme planejamento inicial, foi dedicado a delinear as linhas gerais do projeto e a composição de um grupo de trabalho (GT) que definirá as ações da Embrapa. Considera-se que, com este esforço, tenha se cumprido 10% da meta.

De forma complementar e associada a esta meta da plataforma funcional, a Embrapa assinou em dezembro/2012 um acordo de cooperação técnica com a Unicamp para trabalho em uma unidade mista de pesquisa, que atuará no desenvolvimento de pesquisas em genética e biotecnologia, o que contribuirá significativamente para avançar na validação de genes com vistas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas previstas.

Ao mesmo tempo, em 2013, iniciar-se-á o trabalho de um GT de Adaptação, interministerial, do qual o MAPA e a Embrapa fazem parte. Durante os trabalhos do GT serão discutidas as interfaces e demandas para essa nova plataforma.

A execução da meta está dentro do previsto e a expectativa é que em 2013 o projeto esteja pronto e seja dada continuidade às reuniões gerenciais do GT e da futura equipe do projeto no âmbito da Embrapa.

- **Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**

Análise Situacional da Meta

Para o estabelecimento de cenários de referência nacionais para a recuperação de pastagens degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), constituiu-se em 2012 um Grupo de Trabalho, que desenvolveu e finalizou uma proposta de portfólio corporativo, com a estruturação dos seguintes componentes: arranjos produtivos e manejo dos sistemas de ILPF; análise socioeconômica de sistemas de ILPF; indicadores de serviços ambientais e de qualidade socioambiental; melhoramento genético para ILPF; e transferência de tecnologias.

Soma-se aos trabalhos de constituição de cenários a articulação de um projeto de Transferência de Tecnologia, ora denominado “Rede de Fomento em ILPF” que conta com a participação da Embrapa e de instituições privadas, o que reforça as parcerias e enaltece a importância do tema. Este projeto terá uma abrangência nacional, o que permitirá uma estratégia de transferência de tecnologia mais compartilhada.

Nesta nova versão do projeto, todos os estados e o Distrito Federal foram agrupados em sete regiões, observando a homogeneidade das características locais, o que subsidiará a composição dos cenários considerando as especificidades. Além das regiões, serão trabalhadas em projetos componentes a sistematização de indicadores, a avaliação da adoção e de impactos dos sistemas de ILPF e a comunicação e marketing.

Associada a esta meta dos cenários, também está em desenvolvimento a iniciativa de estabelecer sistemas integrados piloto (lavoura/pecuária/florestas) no bioma amazônico, onde serão monitorados indicadores de sustentabilidade das atividades antrópicas (dinâmica de água, de carbono, de microclima, de pragas e doenças, entre outros). Com esta perspectiva, em 2012, duas Unidades da Embrapa (CNPMA e CPAMT) iniciaram a proposição de indicadores e métricas de sustentabilidade em sistemas-piloto, os quais também apoiarão as ações relativas ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Em relação à recuperação de pastagens degradadas, para a constituição do cenário, a verificação e determinação de indicadores da sustentabilidade da produção em pastagens e na produção animal têm sido tema de vários projetos de pesquisa, pois é fundamental para a tomada de decisões de manejo a fim de prevenir ou reverter a queda da produtividade. Neste ponto está o grande desafio que a pesquisa terá que esclarecer para a compreensão e solução do problema da degradação das pastagens.

A Embrapa tem concentrado esforços tanto na Pesquisa, como na Transferência de Tecnologia e, em 2012, promoveu uma articulação para a discussão do tema e elaboração de projetos priorizando unidades da Embrapa na Região Centro-Oeste, envolvendo ações para um conjunto de tecnologias que podem contribuir para o cumprimento das responsabilidades da Embrapa no âmbito do Plano ABC. Como ilustração, tem-se o projeto “Transferência de Tecnologias do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) na Região Centro-Oeste - Fase 1 (até 2015)”.

O objetivo centrou-se no auxílio às ações que as unidades já realizam no âmbito do Plano ABC, buscando ampliar o impacto das mesmas, e auxiliando na constituição de um cenário para a recuperação de pastagens degradadas. Outras regiões serão contempladas como estratégia corporativa da empresa.

Diante do exposto, estima-se que com a consolidação da proposta de criação do portfólio ILPF, a finalização de um projeto da rede de fomento em ILPF, o estabelecimento de sistemas integrados piloto, as articulações em P&D e Transferência de Tecnologia para ILPF e recuperação de pastagens degradadas, 30% das ações direcionadas para composição dos cenários já foram realizadas.

- **Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano**

Análise Situacional da Meta

A programação da Embrapa é formada por projetos que buscam encontrar respostas aos grandes desafios nacionais, de projetos que tragam competitividade e sustentabilidade para o setor agropecuário, projetos de transferência de tecnologia e de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural. No ano de 2012 foram executados um total de 884 projetos, sendo 662 totalmente financiados com recursos da Embrapa e mais 222 co-financiados por outras instituições, públicas ou privadas. A meta está com execução normal, dentro do cronograma previsto.

Foi implementada neste ano a gestão temática da programação com a instituição dos portfólios de PD&I em temas estratégicos. Entre eles, estão os portfólios de inovações para o setor sucroalcooleiro-energético, de agricultura e mudanças climáticas, de monitoramento da dinâmica do uso das terras no Brasil e de sistemas de produção de base ecológica. Outros temas que estão sendo estruturados em portfólios são integração lavoura-pecuária-floresta e fixação biológica de nitrogênio, aquicultura, controle biológico, entre outros.

Quantidade alcançada

884

Data de Referência

21/01/2013

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia de execução do objetivo consistiu num contínuo intercâmbio dos processos de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia entre os centros de pesquisas regionais, de forma a atender o foco de elevação da renda dos agronegócios regionais por meio da produção de excedentes exportáveis, contribuindo, por conseguinte para a geração de empregos no campo, a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e o ingresso de divisas no País.

Constatou-se nesse processo o desenvolvimento de competências locais visando agregar maior valor aos produtos agrícolas, por meio da verticalização, do licenciamento socioambiental e de conceitos voltados às demandas do mercado. Ampliou-se a competitividade das cadeias produtivas de cacau, borracha, dendê e outros produtos nas regiões produtoras de cacau do Brasil, evidenciando um novo diferencial de qualidade no aspecto da conservação produtiva, bem como na ênfase aos processos de inclusão sócio-produtiva e de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Os esforços da iniciativa e ação de geração e adaptação de tecnologias compõem um portfólio de pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade, agroecologia, sistemas agroflorestais, biocontrole, socioeconomia e tecnologias de processamento. Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas elaborados em áreas temáticas diversas, destes 132 em desenvolvimento, consumando-se a validação de 122 pesquisas desenvolvidas e convertidas em projetos de transferência de tecnologias, com 42 tecnologias disponibilizadas no ano. Destacam-se no contexto os processos de pesquisas e de qualificação da transferência de tecnologia, a seguir:

• Criação e registro, tanto para a agricultura convencional como para a orgânica, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle do fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos;
• Continuação do sequenciamento do genoma do patógeno Moniliophthora perniciosa e do hospedeiro Theobroma cacau; ambos os tópicos citados inauguram uma nova estratégia de controle de pragas do cacaueiro;
• Validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças: 39 cultivares registrados; com relação a recursos genéticos, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) mantém os bancos de germoplasma (ex-situ) em estações experimentais localizadas nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 5.538 acessos: 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares.
• Desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais, contribuindo assim para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e de mão-de-obra na verticalização da produção: 133 toneladas de cacau já processadas em pequenas agroindústrias regionais.
• Implantação de 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas;
• Realização do III Congresso Brasileiro de Cacau e a II Reunião Técnica do Programa Internacional de Prevenção e Controle da Monilíase do Cacaueiro, significando marco relevante da área de inovação durante o exercício de 2012.

As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural estimularam a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria-prima para o setor chocolateiro.
O resultado estratégico desse esforço se traduz na elevação da meta de produtividade média do cacau de 315kg para 375kg por hectare/ano, que se reflete no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan/2013), representando incremento da ordem de 27,43% em relação ao ciclo do PPA 2008-2011. Esta situação reanima o setor, ao recolocar o país no cenário da cacauicultura mundial.
O desafio da cacauicultura no Brasil a partir de 2013 estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural e repactuação de dívidas dos produtores, encontra-se em curso a validação de atributos de melhoramento da série de clones tolerantes às doenças (39 cultivares registrados) com foco na recuperação de cacauais na Mata Atlântica e na produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas (com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte), contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).
Consolidada a análise do monitoramento das ações no exercício em apreço, verifica-se significativa melhoria nos níveis de execução da meta física, com desempenho final superior ao programado para o ano de 2012. A realização foi de 122 pesquisas desenvolvidas no período, com índice de alcance de 122% diante da meta programada de 100 pesquisas.

Metas 2012-2015

- **Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras**

  Análise Situacional da Meta

  A meta apresenta tendência de crescimento continuado considerando-se os índices apurados dentro do ciclo histórico do último PPA e do exercício de 2012.

  O resultado estratégico se traduz na elevação da produtividade média do cacau de 315kg para 375kg por hectare/ano,

que se reflete no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan/2013), representando incremento de 27,43%.

Quantidade alcançada

257.417

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	805	TON	576	31/12/2012
Região Nordeste	208.818	TON	160.209	31/12/2012
Região Norte	116.242	TON	88.323	31/12/2012
Região Sudeste	8.402	TON	8.309	31/12/2012

- **Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Os dados apurados no exercício confirmam a tendência de elevação continuada dos níveis de produtividade média do cacau no Brasil. Conforme dados do IBGE considerou-se, no âmbito dos Biomas Amazônico e de Mata Atlântica, uma área colhida de 686.131 hectares de cacaueiros para uma produção alcançada de 257.417 toneladas de amêndoas de cacau seco para a safra de 2012 (dados consolidados pelo IBGE no fechamento do exercício). Constata-se elevação significativa dos níveis de produtividade na Amazônia, particularmente no estado do Pará, bem como recuperação gradual na Bahia, onde se situa o maior parque produtivo do País.

Os níveis de produtividade dos cacaueiros no Bioma da Mata Atlântica, ainda aquém do programado, é consequência do fenômeno da praga vassoura de bruxa, instalada nos cultivos da Bahia e Espírito Santo desde o final da década de 1980. Diante deste quadro gerador de acentuada e prolongada crise na economia do cacau, concomitante com a baixa disponibilidade de crédito e investimentos no setor, construiu-se uma nova estratégia e cenário prospectivo para o período de até 2022.

A quantidade alcançada da meta refere-se à produtividade média nacional apurada em 2012 tendo como referência a produção nacional consolidada (257.417 toneladas) dividida pela área de cacau colhida nacionalmente (686.131 ha), resultando na produtividade média nacional de 375,17Kg de amêndoas de cacau seco por hectare de cacaueiro colhido. (dados do IBGE, jan 2013). A apuração da regionalização da meta é uma aferição para cada bioma. No Bioma Amazônia foram alcançados 683 kg/ha e no Bioma Mata Atlântica 303 kg/ha.

Quantidade alcançada

375

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	480	kg/ha	683	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	480	kg/ha	303	31/12/2012

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foca a modernização da infraestrutura organizacional com investimentos que garantirão avanços importantes nas condições para a execução da programação de pesquisa da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), prevista para os próximos anos.

Há três metas relacionadas com este objetivo. A primeira meta, que diz respeito à implantação da Unidade Quarentena Vegetal (DF), alcançou o percentual de 25%. Em 2012, destacam-se como principais marcos desta meta: a contratação de empresa para elaboração dos projetos complementares e planta baixa; entrega dos projetos à Embrapa; publicação do edital de licitação das obras civis e conclusão da licitação. Além disso, foram elaborados os termos de referência de aquisição de veículo e equipamentos de laboratório.

Além do esforço de estruturação de recursos físicos, procurou-se reforçar a importância do conceito 'multiusuário', reduzindo custos, desperdícios e redundâncias. A excelência operacional da Embrapa será, cada vez mais, medida pela sua capacidade de produzir inovações de forma transversal, integrada e sinérgica. Nesse sentido, foi instalado em Fortaleza, na Embrapa Agroindústria Tropical, o Laboratório Multiusuário de Química de Produtos Naturais, que atende não somente a Embrapa, como diversos parceiros públicos e privados.

Em relação à segunda meta "Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 70 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa" a Embrapa atingiu um percentual de 80% de alcance da meta. Vale destacar que vem diminuindo a demanda de investimento em formação em nível de doutorado e aumentando a demanda por pós-doutorado.

Já a terceira meta relacionada a cursos de curta duração teve um percentual de alcance de 80% do valor estabelecido, com um número de 4.483 empregados treinados, frente aos 5.550 que foram planejados originalmente.

Metas 2012-2015

- **Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação à implantação da Embrapa Quarentena, em 2012 as ações foram concentradas nos processos de contratação do projeto, licitação das obras e credenciamento da Unidade. Foi feita a elaboração dos projetos complementares e a planta baixa, por meio de empresa contratada em processo licitatório. Embora tenha havido um atraso por parte da empresa contratada, não houve comprometimento do cronograma. O processo de licitação para execução das obras foi concluído em dezembro de 2012, com valor de R$ 11.280.173,03.

  Foram adquiridos seis quarentenários (casas de vegetação) no valor total de R$ 2.699.000,00 e as licenças de instalação da Unidade já foram solicitadas ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM), bem como o credenciamento junto ao MAPA, atendendo assim as exigências legais para a atuação da Unidade.

  Em relação à estruturação e instrumentação, foi feito o termo de referência para aquisição de mobiliário de escritório, restante dos equipamentos de laboratório e bancadas de laboratórios.

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta trata do ingresso de empregados da Embrapa e das OEPAs em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em 2012. As áreas e subáreas priorizadas para pós-graduação em 2012 foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs), e de acordo com o Edital nº01 de 2011, do Processo Seletivo de Pós-Graduação 2011/2012.

  Considerando-se o foco estratégico e prospectivo, alinhado aos documentos estratégicos da Empresa, as áreas aprovadas para os cursos de pós-graduação em 2012 podem ser entendidas como portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico. São exemplos de áreas que tiveram empregados incorporados em 2012: agroenergia, bioinformática e metagenômica.

  Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu, verificou-se que 18 empregados da Embrapa iniciaram seus cursos de mestrado no País. Em relação ao doutorado no País, iniciaram seus cursos 19 profissionais da Embrapa e 3 das OEPAS. Já em programas de doutorado no exterior, ingressaram 6 empregados da Embrapa. Em 2012, um total de

121 profissionais estavam realizando curso de pós-graduação, sendo 35 mestrados e 86 doutorados, 92 no País e 29 no exterior.

Constatou-se também que 24 empregados da Embrapa iniciaram o pós-doutorado em 2012, sendo 3 no país e 21 no exterior. Além disso, 28 empregados que iniciaram o pós-doutorado em 2011 o concluíram em 2012, sendo 25 no exterior e 3 no País. O aumento no número de empregados que ingressaram em cursos de pós-doutorado em relação à meta justifica-se em função da renovação do quadro de empregados da empresa, com a contratação de pesquisadores com formação de doutorado. Desta forma, a demanda por investimento em doutorado vem sendo substituída pela demanda por pós-doutorado. Tal fato leva à necessidade de reprogramar a meta anual de pós-doutorado no período 2013-2015, de 15 empregados para 25.

Apesar de a meta abranger empregados da Embrapa e das OEPAs para as ações de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como o pós-doutorado, os empregados das OEPAs tem participado apenas das ações de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) de acordo com as normas vigentes.

Em relação aos cursos de especialização lato sensu, não foram realizadas novas incorporações, tendo em vista a priorização da revisão e normatização do processo, seguindo orientações da Assessoria Jurídica da Embrapa. A elaboração da norma está em andamento e deverá ser publicada em 2013. Contudo, em dezembro de 2012, 39 empregados da Embrapa, que ingressaram em anos anteriores, estavam com o curso de especialização em andamento.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

21/01/2013

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa capacitar empregados em cursos de curta duração no país, individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial. O foco dos treinamentos de curta duração em 2012 foi estabelecido pelos Chefes Gerais das Unidades, em conjunto com a Diretoria Executiva, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade.

Até a primeira quinzena de janeiro de 2013, foram verificados que 4.483 empregados da Embrapa tinham realizado cursos de curta duração em 2012. Além destes, destaca-se que 387 empregados tiveram cursos de idiomas custeados pela Empresa em 2012, porém estes não são considerados no cumprimento da meta, porque este tipo de treinamento ainda não foi cadastrado no Sieve (Sistema de Eventos).

A redução do número de empregados contemplados em ações de curta duração, em relação à meta, justifica-se pelo realinhamento do processo internamente, o que atrasou o seu inicio, concentrando sua execução no segundo semestre de 2012.

Ressalta-se que, no ano de 2012, a Embrapa concluiu o desenvolvimento de quatro novos cursos a distância, com conteúdos customizados para a realidade da Empresa, a saber: Redes Parceiras e Alianças para Inovação Tecnológica, Proteção Intelectual para o Setor Agropecuário, Gestão para Resultados e Desempenho Individual por Resultados.

Apesar de a meta prever a formação de empregados da Embrapa e das OEPAs, as ações de capacitação de curta duração em 2012 ficaram restritas aos empregados da Embrapa tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos, em virtude de questões jurídicas.

Quantidade alcançada

4.483

Data de Referência

21/01/2013

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Constata-se que a dinamização do objetivo se consolida por meio das iniciativas e ações extensionistas rurais desenvolvidas pela Ceplac/MAPA nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil, revelando-se forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos da agricultura familiar. A forma de implementação, além do enfoque nas metodologias participativas, priorizou a transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, a organização socioprodutiva e o uso sustentável dos recursos naturais, tendo como eixos a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.

Avançou-se na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente a repactuação de dívidas dos produtores rurais, a qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e a instalação de sistemas agroflorestais (implantados participativamente com os agricultores). Estas iniciativas estimularam a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e dos níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria-prima para as indústrias processadoras de chocolate.

O registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas (assistência técnica) alcança a superfície de 683.983 hectares, considerando os cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

O alcance do resultado com índice superior à meta estabelecida é decorrência da priorização de metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar.

Evidencia-se melhoria na participação associativa e na eficácia de gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e da oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Isto, favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro, que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como de ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Além de 48.763 produtores atendidos diretamente nos imóveis rurais, registra-se a existência de 949 organizações associativas acompanhadas no exercício, com 8.767 agricultores associados beneficiados. Promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

Quantidade alcançada

8.767

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	138	unidade	110	31/12/2012
Região Nordeste	2.393	unidade	7.317	31/12/2012
Região Norte	4.279	unidade	1.250	31/12/2012
Região Sudeste	190	unidade	90	31/12/2012

- **Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

Consolidada a análise das informações do exercício, mesmo considerando algumas adversidades apontadas pelos coordenadores de ação estaduais (CAEs), registra-se atendimento direto pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER a 48.763 produtores rurais, aferindo índice de 87,9% em relação ao previsto corrigido para o exercício, 55.501. A meta realizada ficou aquém do programado.

A extensão rural desenvolvida pela Ceplac está integrada à dinâmica do desenvolvimento territorial, incluindo produtiva e socialmente agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania e 5 territórios rurais de identidade, com envolvimento direto de cerca de 70 mil produtores rurais inclusos no Programa e apoio técnico e associativo a cerca de 900 cooperativas e associações rurais, de um público alvo demandante superior a 150 mil agricultores.

Em sintonia com as demandas territoriais, o Centro de Extensão da Ceplac na Bahia tem atuado na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva: já foram formados 349 jovens rurais em 08 turmas, com 124 horas de conteúdo. Objetivando ainda qualificar as metodologias de extensão rural, foram implantadas 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URTs), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Quantidade alcançada

48.763

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.373	unidade	1.570	31/12/2012
Região Nordeste	23.934	unidade	16.873	31/12/2012
Região Norte	42.790	unidade	29.037	31/12/2012
Região Sudeste	1.902	unidade	1.283	31/12/2012

- **Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira**

Análise Situacional da Meta

A meta consiste no atendimento direto às unidades produtivas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, considerando-se a superfície em hectares dos cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê. A quantidade apurada de atendimento direto às unidades produtivas contemplou cobertura de assistência técnica a uma superfície de 683.983 hectares, somando-se as áreas dos 3 cultivos priorizados.

A distribuição da área assistida atende à seguinte regionalização, conforme registro da base de dados dos indicadores de resultados estratégicos: Centro Oeste - 1.170 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 450.000ha; Dendê - 17.291ha e Seringueira - 14.290ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 10.800ha de cacau; PA - 128.669ha de cacau e RO - 40.762ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

683.983

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.013	ha	1.170	31/12/2012
Região Nordeste	522.044	ha	481.581	31/12/2012
Região Norte	151.328	ha	180.232	31/12/2012
Região Sudeste	21.005	ha	21.000	31/12/2012

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As metas físicas previstas para 2012 foram atingidas em quase sua totalidade, tendo como principais realizações os benefícios gerados aos produtores, técnicos e à sociedade, através do aumento da produtividade, agregação de valor, geração de emprego e renda e promoção do desenvolvimento sustentável.

Visando prover mais recursos e potencializar os esforços, articulações têm sido feitas com outros órgãos e instituições parceiras, por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas**

Análise Situacional da Meta

As metas estabelecidas inicialmente para 2012 foram reprogramadas de 160 para 232 cultivares protegidas, perfazendo o total de 2069 cumulativamente, devido aos ensaios de Distinguibilidade, Homogeinidade e Estabilidade - DHE que foram iniciados na safra agrícola 2011/12 e finalizados no ano de 2012. A meta reprogramada foi atingida, resultando no alcance de 100% da meta física prevista para o ano. Deve-se ressaltar que o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais, e as ações realizadas visando à divulgação da proteção de cultivares, bem como, a capacitação de fiscais federais e de obtentores estão permitindo o incremento no número de solicitações de pedidos de proteção, especialmente ornamentais e florestais.

Ressalta-se que o estímulo à inovação no campo do melhoramento vegetal proporcionado pela proteção de cultivares favorece a competição pelo lançamento de variedades que beneficiem os agricultores e atendam às necessidades dos consumidores. Assim, destacam-se os seguintes ganhos para a sociedade: (i) econômicos, como o aumento de produtividade, levando à diminuição de preços dos alimentos aos consumidores e ao aumento de qualidade dos produtos, agregando-se a estes um maior valor comercial; (ii) para a saúde, como produtos com maiores conteúdos nutricionais; e (iii) para o meio ambiente, pois, considerando que um dos principais focos do melhoramento de plantas é a obtenção de cultivares resistentes a pragas, a adoção dessas novas variedades pode levar a um menor uso de defensivos agrícolas.

Quantidade alcançada

2.069

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 65 cadeias produtivas com ações de organização para uso de signos distintivos. No entanto, as atividades desenvolvidas atingiram um total de 50 cadeias, o que significa o alcance de 77% da meta

prevista para o ano e 33% da meta do PPA até 2015 (150 cadeias produtivas). Contribuíram para o alcance destes resultados inferiores à meta, a quantidade disponível de técnicos capacitados para atuar no tema e os recursos orçamentários disponíveis. Todavia, é factível o atingimento dos demais 67% da meta global prevista para o PPA, até 2015.

O uso de signos distintivos, como ferramenta de desenvolvimento rural, promove a melhoria organizacional dos produtores, da qualidade dos produtos, de agregação de valor, geração de emprego e renda no meio rural e incentivo de permanência dos produtores no campo.

No cenário internacional, como parte das negociações entre blocos da UE e MERCOSUL, a UE apresentou uma proposta de reconhecimento mútuo de Indicação Geográfica. As negociações estão em andamento.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	8	21/12/2012
Região Nordeste	35	unidade	11	21/12/2012
Região Norte	15	unidade	5	21/12/2012
Região Sudeste	35	unidade	15	21/12/2012
Região Sul	35	unidade	11	21/12/2012

- **Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro ano de PPA, a partir de uma a articulação com a sociedade civil, foi elaborada minuta de proposta para edição de Decreto Presidencial. Atualmente o processo está em discussão no Mapa.

- **Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares**

Análise Situacional da Meta

A programação inicial para 2012 era de aumentar para 120 descritores, mas já foram alcançadas 144 espécies passíveis de proteção no país. Assim, faltam apenas 6 descritores para atingir a meta total estabelecida no PPA 2012-2015.

Destacam-se os seguintes ganhos para a sociedade: (i) econômicos, com a inclusão de novas espécies no sistema de proteção de cultivares, ocorre o fortalecimento do agronegócio através da geração de empregos no setor; (ii) para a saúde, como produtos com maiores conteúdos nutricionais; e (iii) para o meio ambiente, pois, considerando que um dos principais focos do melhoramento de plantas é a obtenção de cultivares resistentes a pragas, a adoção dessas novas variedades pode levar a um menor uso de defensivos agrícolas.

Quantidade alcançada

144

Data de Referência

31/12/2012

- **Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 88 empresas cadastradas. As atividades desenvolvidas atingiram um total de 125 instituições cadastradas, destas 88 são empresas, o que significa o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 90% da meta do PPA até 2015 (100 empresas cadastradas). Foram executadas ações para a organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão, com vistas à formação de um diagnóstico do setor e a regularização da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, por meio de Portaria do MAPA, que culminaram na formação da referida Comissão.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

02/01/2013

- **Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 52 profissionais capacitados. As atividades desenvolvidas possibilitaram o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 26% da meta do PPA até 2015 (200 profissionais capacitados). Entre as ações executadas destaca-se o apoio dado ao II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos e ao II Workshop de Redes de Curadores. Para o ano de 2013 está previsto a assinatura de novo Termo de Cooperação que apoie evento de capacitação em RGAA.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

02/01/2013

- **Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível levantar as informações e mensurar os resultados relativos a essa meta no primeiro ano de implementação do PPA 2012-2015.

- **Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 09 projetos implantados. As atividades desenvolvidas possibilitaram o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 75% da meta do PPA até 2015 (12 projetos implantados). Vale ressaltar que o valor de cada projeto foi reduzido com o intuito de atender a um maior número de instituições.

Os projetos implantados são:

1) Termo de cooperação com a Embrapa Cenargen para apoiar o II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos.

2) Reedição de três publicações sobre Hortaliças Não Convencionais, sendo ao todo uma tiragem de 25.000 exemplares.

3) Termo de Cooperação com a Embrapa Tabuleiros Costeiros para apoiar a conservação de Germoplasmas de Coco da Bahia (parte do empenho será feito em 2013).

4) Termo de Cooperação com a Embrapa Uva e Vinho.

5) Termo de Cooperação com a UFSC para apoio a Indicação Geográfica.

6) Termo de Cooperação com a Embrapa Instrumentação, para reimpressão do livro: "Agricultura de Precisão - Um novo olhar".

7) Reedição das publicações Folder e Boletim de Agricultura de Precisão.

8) Termo de Cooperação com Embrapa Gado Leite para apoiar a realização do Workshop de Zootecnia de Precisão em Gado de Leite.

9) Termo de Cooperação com a UFSM para realização de curso de capacitação a distância em Agricultura de Precisão.

Para o ano de 2013 estão previstos novos Termos de Cooperação que visem à inovação no agronegócio.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

02/01/2013

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2011	13
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2011	51
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	15	31/12/2011	9
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64	31/12/2011	64
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2011	24

Observações:

Percentual do território com comitês interestaduais instalados - Amazônica -0% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 0% Paraná - 27% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 66% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Ocidental - 0% Nordeste-Oriental - 15%

Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados - Amazônica - 66% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 100% Paraná - 2% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 66% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Ocidental - 0% Nordeste-Oriental - 0%

Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável - Amazônica - 0,3% Paraguai - 4% Tocantins-Araguaia - 4% Paraná - 19% Uruguai - 17% Atlântico-Sul - 20% Atlântico-Sudeste - 25% São Francisco - 13% Atlântico-Leste - 25% Parnaíba - 13% Nordeste-Ocidental - 16% Nordeste-Oriental - 29%

Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada) - Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75% Parnaíba - 13% Nordeste-Ocidental - 0% Nordeste-Oriental - 37%

Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica - Amazônica - 0,4% Paraguai - 4% Tocantins-Araguaia - 8% Paraná - 36% Uruguai - 44% Atlântico-Sul - 60% Atlântico-Sudeste - 31% São Francisco - 64% Atlântico-Leste - 69% Parnaíba - 33% Nordeste-Ocidental - 37% Nordeste-Oriental - 98%.

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 avançou-se na articulação com os Estados para o planejamento dos recursos hídricos, considerando os processos necessários ao alcance da meta "Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos - PERHs". Por meio de reuniões e ação de capacitação para orientar a elaboração dos termos de referência para a contratação de projetos para a elaboração dos PERHs intensificou-se a relação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com os Estados do AM, AP, GO, ES, MA, PA e RO, com vistas à articulação entre as esferas de planejamento de recursos hídricos (nacional, estadual e das bacias hidrográficas). Em relação à articulação com os demais Estados da Federação, com a política ambiental e com as políticas setoriais, o processo de implementação das Prioridades do Plano Nacional de

Recursos Hídricos (PNRH) para 2012-2015, que deve envolver os atores integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e cuja coordenação está a cargo do MMA/SRHU, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA/SPR), deverá contribuir para maiores avanços nesse sentido.

Para 2013 estão previstas 20 reuniões de Câmaras Técnicas e 4 reuniões plenárias, nas quais deverão ser analisadas pelo menos 5 propostas de normativos para a gestão de recursos hídricos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi apresentada demanda ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) para o lançamento do Edital nº 01/2012, com o objetivo de apoiar projetos para a elaboração de PERHs nos Estados da Região Hidrográfica Amazônica, que não possuem Planos. Apresentaram projetos os Estados do Amapá, Amazonas, Maranhão e Rondônia e todo foram considerados aptos (tecnica e financeiramente) para a captação de recursos do FNMA. Espera-se em 2013 sejam firmados convênios do MMA com esses Estados, para o repasse de recursos com vistas à elaboração dos projetos de PERH, sendo que os Estados do MA e RO, em razão da qualidade técnica dos projetos apresentados, foram considerados prioritários pelo Conselho Deliberativo do FNMA.

  Também é prevista a contratação de empresa para elaboração dos PERHs de Goiás e do Espírito Santo, por meio do Programa Interáguas. Ambos os Estados apresentaram propostas de Termos de Referências para orientar a contratação desses projetos pelo MMA, os quais encontram-se sob a análise do Banco Mundial.

  O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS é um programa de assistência técnica financiado pelo Banco Mundial, com foco voltado ao planejamento e à gestão do setor água, ao fortalecimento institucional, à elaboração de estudos e projetos, não prevendo investimentos em infraestrutura.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)**

  Análise Situacional da Meta

  É prevista contratação de consultoria especializada, por meio do Programa Interáguas, para avaliar os primeiros anos da implementação do PNRH, assim como propor a atualização e o aprimoramento de gerenciamento, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Espera-se que os trabalhos da consultoria estejam concluídos no segundo semestre de 2013, para dar início à sua aplicação junto aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, ainda no segundo semestre.

- **Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Os dados do alcance e os resultados obtidos por esses processo formativos estão em processo de consolidação.

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos:

- A cobrança pelo uso de recursos hídricos arrecadou recursos da ordem de R$ 51,5 milhões, aplicados em projetos priorizados pelo Comitê, nas bacias cujo instrumento encontra-se implementado: Paraíba do Sul, São Francisco, Doce e Piracicaba Capivari Jundiaí. Também destaca-se o apoio técnico para implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em duas novas bacias, nos rios Verde Grande (Região Hidrográfica São Francisco) e Paranaíba (Região Hidrográfica Paraná), com previsão de início em 2013.
- Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados em 35%.
- Conclusão dos seguintes Planos de Recursos Hídricos e estudos: Plano da Bacia Hidrográfica (BH) do rio Paranaíba e seus afluentes; Proposta de Enquadramento de Corpos d´água da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e seus afluentes; Informe Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos 2012 e início da elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas- Açú (PB/RN). Em relação às ações previstas para 2013, está a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP), que concentra 12% do PIB do País.
- Fortalecimento da capacidade de monitoramento hidrológico dos estados por meio da elaboração do Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Brasil, e implantação de salas de situação em 11 estados, com previsão de conclusão em 100% dos estados em 2013.
- Modernização de 166 estações hidrometeorológicas, correspondendo à aquisição de 475 equipamentos.
- Estruturação das ações para regulação da segurança de barragens, com elaboração do primeiro Relatório de Segurança de Barragens.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram regularizados 1.076 usuários (35% da meta), inclusive na Bacia do Rio Paraíba do Sul, do Rio Doce e do Rio Mampituba.

  Quantidade alcançada

  1.076

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, 1/3 da meta já foi alcançado por meio de estudo elaborado para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba (R. H. Paraná) na implementação da cobrança no Rio Paranaíba. Esse estudo foi realizado com base na proposição de diretrizes e mecanismos para a cobrança, na simulação do potencial de arrecadação com base no Plano e dos impactos sobre os setores usuários e na avaliação sobre a sustentabilidade financeira da Agência de Bacia.

  A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (R. H. São Francisco) e rio Paranaíba(R. H. Paraná) foi inserida no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA de 2013, dando indicação de que a meta será alcançada já no próximo exercício.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	1	30/09/2012
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	28/11/2012

- **Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi executado a etapa Nordeste do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, sendo realizados 9 Mapas estaduais (MA, CE, PI, RN, PB, PE, AL, SE, BA). Todos os demais estados brasileiros foram visitados e realizaram a indicação dos trechos inundáveis, informações essas que estão sendo consolidadas em mapas para divulgação no início de 2013.

Também em 2012, as ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais, que visam a prevenção dos impactos de eventos hidrológicos críticos, passaram a integrar o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais. O Plano foi lançado em 8 de agosto de 2012, como um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação).

As Salas de Situação Estaduais, apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. Ao longo deste ano, entraram em operação onze Salas nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, somando-se às Salas de Alagoas e Pernambuco, que operam desde 2011. Os estados restantes encontram-se nas etapas finais de formalização dos acordos que possibilitarão a implantação de suas Salas de Situação, abrangendo, assim, todas as unidades da federação.

- **Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 a Agência Nacional de Águas - ANA elaborou o primeiro Relatório de Segurança de Barragens, instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e atuou na regulamentação da Lei 12.334/2010. Foram iniciados, ainda, os estudos para a concepção do Sistema Nacional de Segurança de Barragens (SNISB).

Por meio de resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foram estabelecidas as linhas gerais para a classificação de barragens quanto ao dano potencial associado, ao risco e as diretrizes para a implementação da PNSB e de seus instrumentos.

- **Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional**

Análise Situacional da Meta

A ANA tem realizado a aquisição, instalação e operação de equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, auxiliando no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

Em 2012 foram modernizadas 166 estações hidrometeorológicas.

Quantidade alcançada

166

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	13	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	5	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	0	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	21	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	17	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	24	21/11/2012

Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	1	21/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	15	21/11/2012
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	5	21/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	28	21/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	22	21/11/2012
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	15	21/11/2012

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram empreendidas ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH por meio da capacitação, do apoio ao funcionamento dos Comitês e Agências de Bacia Hidrográfica e da articulação com os Estados.

Foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da união, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013, além da grande oferta de cursos, pretende-se aprimorar a qualidade dos materiais didáticos oferecidos.

Atualmente, estão em funcionamento 7 comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais, que têm recebido o apoio da ANA: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; e Piancó-Piranhas-Açu. Registra-se, em 2012, o processo de instalação do Comitê BH do Rio Grande e do Rio Paranapanema.

A articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão de recursos hídricos resultou na assinatura da Carta de Brasília em 2011, por 24 Estados. Desde então, a ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão com os Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do SINGREH.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes. No total foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

  Análise Situacional da Meta

  Foram estruturados os CBH do Rio Grande e Paranapanema.

  Em agosto de 2012 foi concluído o processo de instalação do CBH do Rio Grande, criado pelo Decreto nº 7.254, de 02 de agosto de 2010, e que abrange áreas de 393 municípios, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Com área superior a 143 mil km² e população da ordem de 9 milhões de habitantes, a bacia hidrográfica do rio Grande apresenta destacado potencial hidroelétrico e uma grande diversidade de outros usos dos recursos hídricos, justificando sobremaneira a atuação do Comitê que constitui a base do sistema de gerenciamento de recursos hídricos e primeira instancia de resolução de conflitos relacionados com o uso da água.

  Ainda em 2012, a Presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto de Criação do CBH Paranapanema. A bacia hidrográfica do rio Paranapanema, com área da ordem de 106 mil km² e população superior a 5 milhões de habitantes,

abrange áreas de 247 municípios, nos estados de São Paulo e Paraná.

Além dos CBHs Grande e Paranapanema, outros sete comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais encontram-se em funcionamento: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; e Piancó-Piranhas-Açu.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	0	28/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	28/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	28/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	28/11/2012

- **Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, dando continuidade aos esforços de articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no país, os quais resultaram na assinatura da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, SP, SC, RN, RO, RS, RJ, PI, PB, PA, MT, MS, MG, MA, SE e TO), a Agência Nacional de Águas – ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que apresentam seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma grande estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Tendo em vista as negociações com Estados, a Agência priorizará inicialmente a pactuação de metas de gestão para que os Estados se estruturem e se preparem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades. A contrapartida financeira da ANA ainda esta sendo formatada, mas deve compreender a criação de um Fundo, junto a um agente financeiro, baseado no pagamento por resultados, com a previsão de repasse anual de um montante de R$ 20 milhões para o Programa (média de R$ 750 mil por Estado).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

-Realização de estudo da matriz de coeficientes técnicos de usos da água para os setores de indústria e agricultura irrigada. Esses estudos estão sendo utilizados como subsídio para as Contas Econômicas Ambientais da Água em parceria com ANA, IBGE e MMA. Há perspectiva de contratação de empresa de consultoria para elaboração da matriz de coeficiente técnico de consumo da água para o setor de saneamento.

-Desenvolvimento de estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de

áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

-Início do processo de licitação do Atlas de Esgoto, identificado por meio dos Planos de Recursos Hídricos, que tem como objetivo subsidiar a formulação de ações e políticas públicas para a área de saneamento, contribuindo para a alocação racional de recursos públicos em todas as esferas da federação.

Metas 2012-2015

- **Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

  Análise Situacional da Meta

  No momento a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente está desenvolvendo um estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

  Análise Situacional da Meta

  O estudo da matriz de coeficientes técnicos de usos da água para os setores de indústria e agricultura irrigada foi realizado ano passado e já está sendo utilizado como subsídio para as Contas Econômicas Ambientais da Água em parceria com a Agencia Nacional da Águas- ANA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. É prevista a contratação de consultoria especializada para construir os parâmetros necessários para subsidiar realização do termo de referência da pesquisa que terá como produto final uma matriz de coeficiente técnico de consumo da água para o setor de saneamento.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  18/03/2013

- **Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio dos Planos de Recursos Hídricos, a Agência identificou a necessidade de elaboração de um Atlas de Esgoto, que subsidie a formulação de ações e políticas públicas para a área de saneamento, contribuindo para a alocação racional de recursos públicos em todas as esferas da federação. O Atlas ainda esta em fase de licitação e sua conclusão nos próximos anos equivalerá ao alcance de 50% da meta.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  18/03/2013

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de bacias hidrográficas constitui-se em um processo contínuo e permanente de recuperação, preservação e conservação de bacias hidrográficas. Em 2012, foi possível avançar no desenvolvimento de um conjunto de ações

integradas a partir de um planejamento estratégico, buscando a articulação interinstitucional e intergovernamental, que representam um esforço permanente de transversalidade, com amplo processo de articulação e integração institucional entre vários órgãos públicos do governo federal, em conjunto com os poderes estaduais e municipais e ainda com entidades da sociedade civil. Buscou-se, ainda, integrar as políticas públicas nacionais de meio ambiente e de recursos hídricos e apoiar a efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável nas bacias hidrográficas.

Em 2012, dentre as principais ações desenvolvidas em prol da revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, como os projetos de manejo integrado de microbacias, que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; a implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco e a realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas de prevenção e reparação a danos ambientais.

No plano normativo, cita-se como avanço em 2012 a proposta de atualização do Decreto s/n de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PRSF e cria o seu Comitê Gestor, em fase de tramitação. A proposta foi elaborada, em conjunto com os parceiros do Programa de Revitalização, com o intuito de fortalecer e potencializar a articulação intergovernamental no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Foi ainda possível avançar na aproximação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBH-SF, com a realização V Oficina de Acompanhamento do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (Penedo/AL).

Na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, destaca-se a continuidade do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT. Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a microbacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Entre os maiores desafios da revitalização de bacias hidrográficas no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Neste contexto, destaca-se o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos – ETE. Está estruturado sob a lógica de Pagamento por Resultados com o objetivo de reduzir os níveis de poluição hídrica nas bacias hidrográficas do país e induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos. A medição de seu resultado será feita por carga de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) removida. Foram contratados 3 empreendimentos de tratamento de esgotos que compreendem uma carga poluidora contratada da ordem de 66.322 kg DBO/dia. No exercício, foi certificada a remoção de 29.798 kg DBO/dia, referente aos seguintes contratos firmados em anos anteriores: i) ETE Piracicamirim - Piracica/SP; ii) ETE Barbosa Lage - Juiz de Fora/MG; iii) ETE Onça - Belo Horizonta/MG; iv) ETE Dornelas - Muriaé/MG; v)ETE Monjolinho - São Carlos/SP.

Outra importante linha de atuação se dá por intermédio da promoção de iniciativas de recuperação e controle de processos erosivos, conservação e uso racional de água e solo, com o objetivo de propiciar a infiltração da água da chuva e promover a preservação e melhoria da qualidade e quantidade da água, bem como incentivar a redução das perdas físicas no sistema e o desperdício no uso da água. Para esse fim tem sido adotada a metodologia do programa Produtor de Água, que será medido por meio da quantidade de hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes conservados e recuperados.

Metas 2012-2015

- **Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes**

  Análise Situacional da Meta

Localidade	Recuperação e Conservação	
	Solo (ha)	Matas Ciliares e Nascentes(ha)
Votuporanga – SP	320	
Apucarana – SP	360	
Extrema – MG	145	
SAAE/Viçosa – MG	100	60
Cedro do Abaeté – MG	130	60
BH Guariroba – MS	253	75
BH Pipiripau – DF	245	31
	1.553	226

A execução da Ação se deu pouco acima do programado, atingindo 1.779 ha de áreas recuperadas e conservadas. É previsto resultado mais expressivo no próximo exercício tendo em vista o nº de contratações celebradas em 2012 cuja execução se dá em períodos definidos de chuva (plantio de mudas) e de estiagem (uso de máquinas e equipamentos) para preparo de solo e implantação de estruturas conservacionistas.

Quantidade alcançada

1.779

Data de Referência

18/03/2013

- **Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos do PRODES obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia.

As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs):

- ETE Piracicamirim Município de Piracicaba/SP, SAAE – Serviço Autônomo da Água e Esgoto;

- ETE Barbosa Lage, Município de Juiz de Fora- MG, Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA;

- ETE Onça, Município de Belo Horizonte – MG, Companhia de Saneamento de Minas Gerais S. A. – COPASA;

- ETE Dormelas, Município de Muriaé - MG, Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR;

- ETE Monjolinho no Município de São Carlos - SP, Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré

Quantidade alcançada

29.798,01

Data de Referência

18/03/2013

- **Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas**

Análise Situacional da Meta

A meta em 2012 foi a revitalização de 10 sub-bacias, sendo, prioritariamente, 6 sub-bacias na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, 1 na BH dos rios Tocantins/Araguaia, 2 na BH do Alto Paraguai e 1 na BH do rio Paraíba do Sul. A revitalização de bacias hidrográficas constitui-se em um processo contínuo e permanente de recuperação, preservação e conservação de bacias hidrográficas.

Desta meta, quatro sub-bacias foram consideradas revitalizadas em 2012.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	0	30/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	0	30/11/2012
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	1	30/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	3	30/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	0	30/11/2012

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2011	3.785,83
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,6
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03	31/12/2010	9,75
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2012	76
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2012	1.033.124
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2012	8.843
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação	%	31/12/2009	40	31/12/2012	32
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29	31/12/2012	5,99
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação	%	31/12/2009	23	31/12/2009	23
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2012	628.704,3
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2012	803.270,1
Valor exportado	US$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2012	248.613.243
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2012	46.680,01

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Para melhor atender aos pescadores e aquicultores interessados em obter crédito junto aos agentes financeiros operadores do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR foram realizadas alterações no Manual de Crédito Rural – MCR para, entre outros ajustes, incluir a parte referente à Atividade Pesqueira e Aquícola no capítulo sobre Finalidades Especiais. As operações de financiamento em 2012 ultrapassaram o valor de R$ 303,64 milhões, representando 19.884 contratações de financiamentos nas diversas linhas de crédito rural para a pesca e aquicultura.

Foram atendidos, em 2012, 9.822 famílias de pescadores e aquicultores por meio de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – ATEPA e foram qualificados 210 técnicos por meio de capacitação associada às atividades de

Atepa. Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a realização de chamadas públicas em 2013, para a contratação de serviços de Atepa. Cabe ressaltar que a Atepa atua com uma lógica de acompanhamento contínuo, sendo cada beneficiário atendido em vários momentos ao longo do projeto. Portanto, muitos beneficiários continuarão sendo atendidos durante os anos de 2013 e 2014.

Em prol da maricultura, foram demarcados 191 parques aquícolas marinhos em 6 Estados e implantados 21 parques aquícolas marinhos no Estado de Santa Catarina, com a entrega de 581 áreas aquícolas a serem destinadas ao cultivo de moluscos.

Em 2012, foram assinados 587 Contratos de Cessão de Uso em Águas da União, sendo 49 para áreas onerosas e 538 não onerosas. Com isso, totaliza-se a cessão de 2.783 áreas e parques aquícolas, sendo 2.588 em parques aquícolas e 195 em áreas aquícolas. Das 2.783 áreas, 2.500 são não onerosas com o objetivo de inclusão social, cuja produção estimada é de 80 mil t/ano, e 283 são onerosas destinadas a projetos empresariais, com produção de 381 mil t/ano, o que totaliza uma produção estimada de 461 mil t/ ano de pescado.

Os 587 novos contratos representam um incremento de 921 hectares de espelho d`água. Com isso, totaliza-se 1.780,4 hectares de espelho de água da União cedidos para aquicultura em todo o território nacional, sendo 764,47 hectares de áreas onerosas e 1.015,92 hectares de áreas não onerosas.

Visando garantir a sustentabilidade da atividade aquícola, foram estabelecidas diversas parcerias a fim de monitorar a influência da aquicultura na qualidade da água dos açudes. Foram atendidos 17 Estados com a construção e a adequação de viveiros escavados, implantação de unidades de beneficiamento, adequação e implantação de unidades de alevinos, assistência técnica e capacitação de pequenos aquicultores, agricultores e assentados da reforma agrária. Também ocorreu a distribuição de 133 máquinas retroescavadeiras ou escavadeiras hidráulicas. Em 2013, serão atendidos mais 4 estados: Acre, Rio Grande do Sul, Roraima e o Distrito Federal.

Referente à regularização ambiental da atividade, foram regularizadas em 2012 os parques aquícolas localizados no açude do Castanhão junto ao órgão ambiental do Ceará, garantindo a legalidade necessária para a produção e viabilizando o acesso ao crédito por produtores locais, devendo, assim, agregar ao mercado uma produção em torno de 30 mil t/ano. Ademais, foi solicitada Licença Ambiental de Instalação e Operação para os parques aquícolas do reservatório de Ilha Solteira, no Estado de Mato Grosso do Sul, o que possibilitará a entrada em operação dos parques aquícolas do Badim, Cupins, Brejo Comprido, Ribeirão Formoso, Santa Quitéria, Rio Grande e Pântano, com produção aproximada de 36 mil t/ano. Destaca-se a autorização da criação do tambaqui em sistema de tanques-rede em reservatórios no rio Tocantins, beneficiando os Estados de Goiás, Tocantins e Pará. Essa conquista permitirá a criação legal da espécie em escala comercial/ industrial, devendo atrair grandes investimentos para a região, cujo potencial de produção é de aproximadamente 467 mil t/ano.

Foram firmadas parcerias entre o MPA e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, para o lançamento de Editais de Chamadas Públicas de projetos de pesquisa em pesca e aquicultura, o que resultou no apoio de 76 projetos, entre os mais 400 projetos inscritos.

Destaca-se o Memorando de Entendimento entre o MPA e a Petrobras Biocombustíveis para implementar um programa de cooperação no sentido de viabilizar a utilização de resíduos de pescado como matéria-prima para a produção de biodiesel.

Ainda nesse sentido, a Universidade Federal do Ceará desenvolveu, com financiamento do Banco do Nordeste, um equipamento para obtenção de biodiesel a partir do óleo de vísceras de pescado, o qual já se encontra em demonstração no Centro de Pesquisas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em Pentecostes (CE).

O Governo Federal, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), apoia o funcionamento e a operação do Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (Ceraqua). A ação tem como objetivo a promoção da sustentabilidade da maricultura, com geração de emprego e renda e inclusão social por intermédio da atividade aquícola.

Metas 2012-2015

- **Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 foram atendidas 9.822 famílias pelas ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (ATEPA), considerando os convênios firmados em 2012 e em anos anteriores, ainda em execução, pois a maioria dos convênios possui vigência de 18 a 24 meses. É importante ressaltar que a ATEPA atua com uma lógica de atendimento contínuo, sendo cada família atendida em vários momentos ao longo do projeto.

Quantidade alcançada

9.822

Data de Referência

31/12/2012

- **Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram demarcados parques aquícolas continentais em 13 reservatórios. Numa fase seguinte serão realizadas reuniões técnicas junto aos atores locais para validação dos processos. Ademais, será iniciada a etapa de regularização dos parques aquícolas junto aos órgãos federais (Agência Nacional de Água - ANA, Secretária do Patrimônio da União, Marinha do Brasil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) e aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

01/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	3	01/10/2012
Região Nordeste	11	unidade	6	01/10/2012
Região Norte	5	unidade	2	01/08/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	2	01/10/2012

- **Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados**

Análise Situacional da Meta

Foram finalizados os Estudos e demarcados 191 parques aquícolas marinhos em 6 estados (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

01/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6	unidade	4	01/10/2012
Região Norte	2	unidade	1	01/02/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	01/01/2012

- **Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA)**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, o Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA) esteve ainda em fase de estruturação e por isso não foi possível iniciar

o financiamento de projetos. O financiamento dos projetos de pesquisa será iniciado, a partir da instituição do CTPA, que deverá ocorrer em 2013.

O CTPA terá como objetivo principal a definição de diretrizes, a fim de subsidiar a política de Ciência e Tecnologia e Inovação em pesca e aquicultura, bem como apoiar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao setor produtivo, que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico, em bases sustentáveis.

Para tanto, faz-se necessário o fomento e apoio a projetos de grande vulto, estruturados em redes, com caráter multidisciplinar e que proporcionem um incremento tecnológico à toda a cadeia produtiva de pescado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Chamada CNPq/MPA - N º 42/2012 e de convênios, destaques orçamentários e parcerias firmados com universidades e instituições foram financiados 76 projetos de pesquisa em 2012, ultrapassando a meta prevista, que era de 75 projetos para o ano. Destaca-se que o apoio de projetos por meio da modalidade de chamada pública depende da qualidade do projeto, avaliação e atendimento dos requisitos do edital.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Um dos Centros foi implantando na localidade de Parnaíba/PI. O Projeto tem como objetivo operacionalizar o Centro Integrado através do custeio das despesas, a fim de gerar e difundir as tecnologias de produção da maricultura e da pesca artesanal.

O Centro procurará desenvolver tecnologias adaptadas às condições locais para melhorar o desempenho da aquicultura, a fim de propiciar o abastecimento do mercado interno e a exportação, tendo como objetivo a promoção de um grande salto tecnológico capaz de promover a sustentabilidade da atividade, do ponto de vista econômico, social e ambiental, com geração de emprego e renda e a inclusão social.

O desenvolvimento dessas tecnologias vêm ao encontro da proposta de revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, que envolve os Estados do Piauí, parte do Maranhão e do Ceará.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar 03 Estações de Piscicultura**

Análise Situacional da Meta

O MPA vem buscando parcerias com as instituições públicas para implantar, modernizar e fomentar unidades produtoras de formas jovens para a aquicultura e o repovoamento dos corpos d´água dos reservatórios de médio e grande portes do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS), visando a geração de renda e a produção de alimentos no Nordeste brasileiro. No ano de 2012, os avanços se deram nas definições de locais para implantação das estações de piscicultura.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e manutenir 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Realizada a manutenção de 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação.

Quantidade alcançada

31

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	70	unidade	30	01/12/2012
Região Norte	27	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	8	unidade	1	01/12/2012

- **Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

As ações desenvolvidas são voltadas ao fomento da aquicultura familiar, infraestrutura e assistência técnica. Os projetos visam à geração complementar de trabalho e renda e já beneficiaram 13.311 famílias.

Quantidade alcançada

13.311

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	1.753	01/12/2012
Região Nordeste	1.000	unidade	270	01/12/2012
Região Norte	2.000	unidade	2.769	01/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	110	01/12/2012
Região Sul	1.000	unidade	8.409	01/12/2012

- **Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados parques aquícolas continentais em 3 reservatórios: Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Ilha Solteira(MS). Estão em fase final de licenciamento ambiental os parques aquícolas demarcados nos reservatórios de Furnas, Ilha Solteira e Três Marias.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

15/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	1	15/10/2012
Região Nordeste	5	unidade	1	01/06/2012
Região Norte	3	unidade	1	15/11/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	0	31/12/2012

- **Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 21 parques aquícolas no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Florianópolis, Penha,

Biguaçu, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Itapema, Palhoça, Porto Belo, São José e São Francisco do Sul.

Os próximos parques aquícolas a serem instalados serão na região nordeste, nos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, para os quais já foram finalizados os estudos de demarcação. A próxima fase será a realização de consultas públicas para dar inicio ao processo de autorização de uso destes parques aquícolas.

Quanto à região sudeste, estão sendo conduzidos estudos para o início da implantação de parques aquícolas marinhos no estado do Rio de Janeiro e foi firmado convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER para a realização dos estudos técnicos com vistas à demarcação de parques aquícolas marinhos no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	01/05/2012

- **Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Não houve modernização no ano de 2012, sendo que a manutenção dos centros foi continuada pelos acordos de parceria com a CODEVASF.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

01/12/2012

- **Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal vem buscando parcerias com instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) e disponibilizando condições para a qualificação de seus profissionais. Por meio das parcerias estabelecidas em 2012, foram capacitados 210 extensionistas de 08 Unidades da Federação (Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Rondônia, Distrito Federal, Ceará, Piauí e Mato Grosso do Sul).

O valor apurado para a presente meta leva em consideração os 08 convênios celebrados no ano de 2012 e um convênio celebrado ainda em 2011, que abrangem a capacitação de extensionistas de entidades públicas como uma de suas metas.

Quantidade alcançada

210

Data de Referência

31/12/2012

- **Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal, em articulação com o IBAMA e os órgãos estaduais e municipais do Meio Ambiente está propiciando a regularização Ambiental da atividade aquícola, como a liberação do cultivo do Tambaqui nos reservatórios do rio Tocantins, a Via Rápida da Aquicultura em SP, e a negociação da regularização da aquicultura em MG, TO, GO e PA, dentre outros estados.

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para

promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em relação a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais, em 2012 foi concluída a construção de uma unidade de beneficiamento de pescado – UBP no Estado de São Paulo. Foram implantadas três novas unidades de comercialização de pescado nos Estados do Ceará e do Amazonas e no Distrito Federal. Dois territórios da pesca e aquicultura, um em Santa Catarina e outro no Pará, foram atendidos com fábricas de gelo com capacidade de aproximada 1,2 tonelada/dia e câmaras frias com capacidade aproximada de estocagem de 5 toneladas de pescado.
Têm sido realizados investimentos em Terminais Pesqueiros Públicos – TPPs e outras infraestruturas, visando o atendimento às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF).
Em 2013, há a expectativa de implantação de três TPPs, e de solução dos entraves institucionais que comprometeram o início da adequação dos demais.

Metas 2012-2015

- **Adequar 6 terminais pesqueiros públicos**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação a adequação dos terminais pesqueiros, destacamos a seguir:
  TPP de Jacundá (PA): foi elaborado o projeto básico de adequação às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e ao final de 2012 logrou-se êxito na licitação para contratação da empresa de engenharia para a execução das obras civis, que deverão ser realizadas em 2013.
  TPP do Cipar de Niterói (RJ): Foi iniciada em 2012 a desobstrução do canal de acesso ao empreendimento, na baía de Guanabara, com previsão de conclusão em 2013.
  TPP de Aracaju (SE): o convenente logrou a contratação das obras civis no segundo semestre de 2012.
  TPP de Angra dos Reis (RJ): encontra-se em curso procedimento administrativo no âmbito do MPA com vistas à rescisão contratual com a construtora responsável pela execução das obras civis da primeira etapa de implantação do terminal, referente ao cais pesqueiro. A perspectiva de retomada da execução do empreendimento fundamenta-se na apresentação de proposta de trabalho pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para a construção do novo cais e da retro-área do terminal.
  TPP de Cananéia (SP): encontra-se em processo de rescisão o contrato de arrendamento oneroso com a administradora do terminal. As ações para a continuidade da adequação do terminal deverão ser implantadas após o distrato.
  TPP de Vitória (ES): o processo judicial referente à rescisão do contrato de administração do TPP de Vitória concluiu pela permanência da empresa contratada na condição de administradora do empreendimento. A perspectiva de adequação das infraestruturas do TPP de Vitória doravante se fundamentará na fiscalização, pelo MPA, da execução do contrato com vistas ao seu efetivo cumprimento.
  TPP de Recife (PE): Encontra-se em processo de definição, junto à administração pública local, da área para implantação do terminal, para contratação do projeto executivo.
  TPP de Bragança (PA): Encontra-se em processo de elaboração de estudos para o licenciamento ambiental. que será submetido ao órgão estadual de meio ambiente com jurisdição sobre o empreendimento.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado**

Análise Situacional da Meta

Foi entregue uma fábrica de Gelo com capacidade aproximada de 1,2 tonelada por dia ao Município de Santa Luzia do Itanhi – SE (Território Sul Sergipano/SE) na Região NE.

Foram contemplados com câmaras frias os Municípios de Prainha – PA, Óbidos – PA, e Monte Alegre – PA (Território Baixo Amazonas/PA) na Região Norte, com capacidade aproximada para estocagem de 5 toneladas de pescado.

Em 2012 não houve aquisição de novas unidades de caminhões frigoríficos e caminhões feira.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	20	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	36	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2012

- **Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Pesca, por meio de um Grupo de Trabalho sobre peixes ornamentais realizou, em 2012, oficinas de diagnóstico participativo em todas as regiões do País. Dessas oficinas, participaram representantes de diversos elos da cadeia produtiva de ornamentais, além dos órgãos ambientais federais e estaduais, pesquisadores e hobbystas. Um dos objetivos dessas reuniões era esclarecer quais os municípios (ou regiões) necessitam de embarcações e unidades de estocagem. O GT Ornamentais definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos-AM, Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA, Santa Isabel do Rio Negro-AM.

Na região amazônica existe uma imensa dificuldade de comercialização de organismos aquáticos para fins ornamentais e de aquariofilia. Haja vista que os organismos vivos demandam água de qualidade e oxigênio para sobrevivência, os pescadores profissionais, por não possuírem embarcações adequadas ao transporte destes organismos vendem sua produção aos atravessadores, a preços muito baixos. No processo de implementação dessa meta, serão disponibilizadas embarcações às Cooperativas, nos polos extrativistas da Amazônia, com o objetivo de coletar os organismos aquáticos ornamentais nas comunidades amazônicas e também junto aos pescadores marinhos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

Foi apresentada uma proposta de reformulação do Programa CIPAR, com a finalidade de efetivar o conceito de integração das ações para a gestão do desenvolvimento social, econômico e ambiental da pesca artesanal, o que deverá propiciar maior eficiência e eficácia à atuação dos CIPARs. Para o ano de 2013, a meta é a implantação de 4 CIPARs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos**

Análise Situacional da Meta

Foram enviados ofícios aos órgãos diretamente aos envolvidos na criação dos CTPs em todos os estados onde existem TPPs. A previsão para 2013 é constituir cinco CTPs, assim distribuídos: 2 na região nordeste, 2 na região norte e 1 na região sul.

Quantidade alcançada

0

- **Implantar 200 cozinhas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizado um diagnóstico das entidades contempladas, a fim de avaliar o impacto dos pequenos empreendimentos nas comunidades. Para o ano de 2013 está prevista a entrega de 50 Cozinhas Comunitárias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 200 pontos comerciais fixos**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram finalizados os empreendimentos referentes ao edital anterior e para o ano de 2013 está prevista a entrega de 50 Pontos Comerciais Fixos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 9 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

TPPs de Manaus (AM), Santana (AP), Cabedelo (PB) e Camocim (CE): esses terminais se encontravam com as obras civis finalizadas ao final de 2012, necessitando apenas de adequações para o atendimento das normas de sanidade estabelecidas no “Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA”, com vistas à obtenção dos respectivos registros para início da operação, a serem expedidos pelo Serviço de Inspeção Federal – S.I.F. Os Três primeiros estão sendo aparelhados e o de Camocim necessita de alguns ajustamentos para entrada em operação. Espera-se que as adequações sejam efetivadas em 2013.

Os TPPs de Salvador (BA) e Ilhéus (BA) estavam com as obras civis e o aparelhamento concluídos ao final de 2012, restando alguns condicionantes e requisitos a serem cumpridos pelo convenente.

Excetuando-se o TPP de Manaus, cuja transferência para a responsabilidade do MPA ainda não foi concluída, há expectativa de que o cumprimento dos requisitos para liberação do funcionamento dos TPPs relacionados acima ocorra em 2013.

Quantidade alcançada

0

- **Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização**

Análise Situacional da Meta

Foi construída a infraestrutura da Unidades de Comercialização de Pescado de Caponga, em Cascavel (CE) e a da Ceasa de Brasília (DF), e foram implantadas as Unidades Móveis de Comercialização pela de Manaus (AM).

O adequado desempenho executivo da administração pública municipal e estadual e a qualidade das instalações edificadas resultaram na melhoria das condições de sanidade nos mercados públicos de pescados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre de 2012 foi intensificada a atuação das superintendências federais de pesca e aquicultura na fiscalização dos convenentes quanto às ações de implantação e adequação das unidades de recepção de pescado. As superintendências prestaram apoio às unidades executoras locais para solução dos empecilhos de natureza técnica e institucional que retardaram a conclusão dos empreendimentos. Em cada caso, os empreendimentos em atraso estão sendo objetos de diligências específicas por parte das superintendências junto aos convenentes, com vistas a auxiliá-los na superação das dificuldades.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Pesca, por meio do Grupo de Trabalho sobre peixes ornamentais realizou, em 2012, oficinas de diagnóstico participativo em todas as regiões do País. Dessas oficinas, participaram representantes de diversos elos da cadeia produtiva de ornamentais, além dos órgãos ambientais federais e estaduais, pesquisadores e hobbystas. Um dos objetivos dessas reuniões era esclarecer quais os municípios (ou regiões) necessitam de embarcações e unidades de estocagem. O GT Ornamentais definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos-AM, Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA, Santa Isabel do Rio Negro-AM.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBP**

Análise Situacional da Meta

Foi concluída a UBP de Três Fronteiras (SP).

Encontravam-se em execução ao final de 2012 as UBPs dos municípios de Iracema (RR), Pinhalão (PR), Anhembi (SP), Cássia (MG), Dois Irmãos do Buriti (MS), Dourados (MS) e de Rolim de Moura (RO).

Foram celebrados convênios para a implantação de infraestruturas para UBPs em Imperatriz (MA), Pedra Grande/(RN),Teodoro Sampaio (SP), Abelardo Luz (SC), Luis Eduardo Magalhães (BA) e Rolim de Moura (RO). As ações têm sido executadas por meio da celebração de convênios com as esferas subnacionais, com vistas à instalação das UBPs demandadas pelos diversos agentes pesqueiros locais. Além disso, o MPA articulou-se com suas unidades setoriais com vistas à proceder aos ajustes necessários ao atendimento das normas de sanidade.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

O início desta ação se dará em 2013, com a meta de revitalizar 3 CIPARs, sendo 1 na região Centro-Oeste e 2 na região Nordeste.Foi apresentada uma proposta de reformulação do Programa com a finalidade de integração das ações para a gestão do desenvolvimento social, econômico e ambiental da pesca artesanal, o que deverá propiciar maior eficiência e

eficácia à atuação dos CIPARs.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do acesso à cidadania e da qualificação profissional, o programa “Pescando Letras” possibilitou a alfabetização de 16.200 trabalhadores da pesca e pescadores artesanais. Para o ano de 2013, está prevista a alfabetização de 20.000 pescadores artesanais.

Por meio da parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério da Educação e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), foram promovidos cursos técnicos em pesca e aquicultura para 1.684 alunos, com formatura prevista para março de 2013. Novas turmas já foram ofertadas para início em 2013, sendo matriculados 5.996 alunos.

Foram ainda realizadas articulações entre os Ministérios da Pesca e Aquicultura, Defesa, Educação e a Marinha do Brasil, visando a habilitação dos Institutos Federais da Paraíba, Ceará e Santa Catarina para ministrarem cursos para aquaviários, fluviários e pescadores. Em 2013, estão previstas a elevação de escolaridade de 6.100 pescadores e aquicultores.Com a intenção de capacitar os pescadores na utilização das ferramentas tecnológicas serão firmadas parcerias para a oferta de cursos básicos em informática nos Telecentros de Pesca Maré, na modalidade de ensino à distância (EAD). Em 2012, foram disponibilizados equipamentos de informática, mobiliários, conexões para a internet, bolsas de estudos e cursos de capacitação para monitores. Para 2013 está prevista a instalação de novos polos de ensino à distância - EAD, a implantação de telecentros e a capacitação de monitores.

Por meio do Acordo de Cooperação com o MEC, será implementado o Plano Nacional de Educação de Pescadores, visando a formação contínua e gradual e respeitando as especificidades dos pescadores e aquicultores.

Está prevista, para 2013, a capacitação de 1.500 pescadores artesanais em informática básica e a capacitação de 600 pescadoras e aquicultoras pelo Programa Mulheres Mil. Em 2012, foram direcionados mais de R$ 21 milhões para o pagamento da subvenção ao óleo diesel, além de ampliar e viabilizar o acesso de pescadores artesanais a esse benefício.

Foi celebrado o Acordo de Cooperaçâo com o Ministério da Saúde para o diagnóstico, tratamento e o contínuo monitoramento de doenças ocupacionais e da saúde do trabalhador. Dentre as ações previstas no plano de ação, destacam-se o tratamento oftalmológico, ortopédico, odontológico, dermatológico, ginecológico e o reconhecimento e o tratamento das doenças ocupacionais e da dependência química.

Além disso, de forma a garantir a atividade tradicional de pesca, estão previstas regularizações de áreas da União para comunidades pesqueiras em 2013.

Metas 2012-2015

- **Alfabetizar 160.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação**

  Análise Situacional da Meta

  Foram atendidos no Programa de Alfabetização "Pescando Letras" 9.092 trabalhadores da pesca e 7.108 pescadores artesanais, totalizando 16.200 beneficiados. Para o ano de 2013, está prevista a alfabetização de 22.000 pescadores artesanais, sendo 2.000 para a região Sul, 2.000 para a região Sudeste, 2.000 para a região Centro Oeste, 8.000 para a região Norte e 8.000 para a região Nordeste.
  Quantidade alcançada

  16.200
  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	16.000	unidade	82	31/12/2012
Região Nordeste	64.000	unidade	11.268	31/12/2012
Região Norte	48.000	unidade	4.483	31/12/2012
Região Sudeste	16.000	unidade	217	31/12/2012
Região Sul	16.000	unidade	150	31/12/2012

- **Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram conduzidas articulações junto à Coordenação do Programa Mulheres Mil, no MEC, para desenvolvimento dessa parceria. Para o ano de 2013, está prevista a capacitação de 600 pescadoras e aquicultoras, sendo 60 para a região Sul, 60 para a região Sudeste, 60 para a região Centro Oeste, 240 para a região Nordeste e 180 para a região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 20.000 pescadores artesanais em informática básica**

Análise Situacional da Meta

Com a intenção de capacitar os pescadores na utilização das ferramentas tecnológicas serão firmadas parcerias para a oferta de cursos básicos em informática nos Telecentros da Pesca Maré, na modalidade específica voltada aos pescadores e aquicultores. Para 2013, está prevista a capacitação de 1.500 pescadores artesanais sendo 150 para a região Sudeste, 150 para a região Sul, 150 para a região Centro Oeste, 600 para a região Nordeste e 450 para a região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**

Análise Situacional da Meta

A capacitação dos profissionais responsáveis pela preparação dos alimentos constitui-se numa estratégia para a ampliação do consumo de pescado por parte dos estudantes. Em 2012, buscou-se obter informações sobre inserção de pescado na alimentação escolar, que possibilitassem elencar os estados e municípios em que as ações serão focalizadas. O levantamento foi finalizado em 2012 e permitirá a definição de áreas de atuação prioritárias para viabilizar o atendimento desta meta, cujas ações deverão ser iniciadas em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 60.000 trabalhadores da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

O valor considerado na apuração desta meta inclui todos os convênios celebrados em 2012 que comportavam a capacitação de pescadores e aquicultores, bem como aqueles celebrados em anos anteriores que se encontravam em execução.

Quantidade alcançada

7.946

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar 480 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi articulada com o Ministério da Cultura a viabilização da implantação de pontos de leitura nos telecentros. Em 2013, o MPA vai promover a articulação com entidades do setor pesqueiro para incentivá-las a participar dos editais de seleção do Ministério da Cultura para criação dos pontos de leitura nos telecentros de maré.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar a escolaridade de 40.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 48 Telecentros da Pesca Maré foram realizados cursos de "Técnico em Pesca" e "Técnico em Aquicultura" para 1.684 alunos, frutos da parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério da Educação - MEC e o Instituto Federal do Paraná - IFPR. As aulas nesses Telecentros, chamados de polos de ensino à distância, foram iniciadas em 2009 e têm a conclusão prevista para março de 2013. Foram matriculados mais 5.996 alunos nos cursos Técnicos de Pesca e Aquicultura, com início em 2013.

Em 2013, estão previstas a elevação de escolaridade de 6.100 pescadores e aquicultores, sendo 610 para a Região Sul, 610 para a região Sudeste, 610 para a região Centro Oeste, 2440 para a região Nordeste, e 1830 para a região Norte.

Foi criado o Comitê de Reestruturação dos Cursos Técnicos em Pesca e Aquicultura, com a finalidade de readequar as formas de execução dos cursos de ensino à distância (EAD), que se dará por meio dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFEs), e de reformular a matriz curricular dos cursos. A matriz curricular do curso de formação de pescador deverá ser reformulada em 2013.

Quantidade alcançada

1.684

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 100 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi articulada com o Ministério da Educação a viabilização dos polos de ensino a distância de pesca e aquicultura. A definição dos municípios para implantação de novos polos foi orientada pela avaliação dos cursos técnicos de pesca e aquicultura realizados no período.

Dessa forma, estão previstas a instalação de 13 polos de ensino sendo 2 na região Sul, 2 na região Sudeste, 3 na região Centro Oeste, 4 na região Nordeste e 2 na região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 300 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital das Comunidades Telecentros, foram implantados 18 telecentros: Região Norte (2); Região Nordeste (4); Região Centro-Oeste (3); Região Sudeste: (4); Região Sul (5). Foram instalados equipamentos de informática, mobiliário e conexão para a internet, e foram oferecidas bolsas de estudos e cursos de capacitação para monitores.

Em 2013 será finalizada a implantação de 104 telecentros comunitários, abrangendo 99 municípios: Norte (15); Nordeste (50), Centro-Oeste (4); Sudeste (18); Sul (17).

Quantidade alcançada

18
Data de Referência
31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	120	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	90	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	30	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	30	unidade	5	31/12/2012

- **Qualificar 1000 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram qualificados 210 técnicos. A partir de 2013, a qualificação será realizada por meio de ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola. Os agentes de ATER/ ATEPA atuarão também na qualificação da gestão dos empreendimentos do setor pesqueiro e aquícola.
Quantidade alcançada

210
Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a incubação de 02 empreendimentos.

As ações de incubação têm por objetivo auxiliar no processo de organização e estruturação das entidades assistidas, de forma que as mesmas tornem-se aptas a realizar a gestão dos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Destaca-se que essa meta poderá ser alcançada por meio do apoio à implantação e consolidação de cooperativas e associações de pesca e aquicultura.
Quantidade alcançada

2
Data de Referência

31/12/2012

- **Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada minuta de Instrução Normativa Interministerial para cessão de áreas da União a comunidades pesqueiras, que deverá ser publicada em 2013. Para o ano de 2013 estão previstas as regularizações de 2 áreas na região Nordeste e 3 áreas na região Norte.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2012

- **Viabilizar 30 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Esta meta é realizada por meio de convênios celebrados com a finalidade de apoiar a constituição ou consolidação de cooperativas, associações e demais formas associativas do setor pesqueiro e aquícola, bem como atuar na qualificação da gestão destas entidades.

Em 2012, foram apoiados quatro projetos, que deverão beneficiar 36 entidades já existentes.

Com a finalidade de fomentar a constituição de novas entidades associativas, serão desenvolvidas, em 2013, ações

junto a pescadores e aquicultores ainda não organizados nos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, envolvendo cerca de 1.000 pescadores e aquicultores.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Entre as ações para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, foi criado o Grupo Técnico de Trabalho – GTT Tainha com a finalidade de debater e elaborar a proposta de Plano de Gestão para o uso sustentável da tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável desse recurso nas regiões Sudeste e Sul. Para 2013 está prevista a publicação de mais 3 Planos de Gestão.

Os Comitês Permanentes de Gestão – CPGs constituem o Sistema de Gestão Compartilhada - SGC para o uso sustentável dos recursos pesqueiros por meio da atuação conjunta do MPA e do MMA, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Em 2012 foram criados 4 CPGs que serão instalados ao longo de 2013. Está prevista a criação de outros 10 CPGs em 2013.

Foi formada a primeira turma de capacitação de agentes de apoio à fiscalização da atividade pesqueira, constituída de 57 servidores do MPA, que atuarão em ações de apoio à fiscalização da atividade pesqueira no território nacional.

No exercício de 2012 foram realizadas ações de fiscalização em parceria entre o MPA, o Instituto Brasileiro dos Recursos Renováveis - Ibama e as Polícias Militares Ambientais das Unidades da Federação, notadamente a fiscalização nas empresas detentoras de cotas de raias ornamentais e com fins de aquariofilia.

Quanto aos sistemas de registro, monitoramento e controle da pesca e aquicultura, foi iniciado o planejamento para o desenvolvimento dos módulos do Regime Nacional de Certificação de Capturas e da nova versão da Central de Mapas de Bordo.

Foram emitidos 1.734 certificados de mais de 6 mil toneladas de pescado brasileiro, exportadas para a União Europeia, dentro do Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC). O Programa de Observadores de Bordo agregou informações de 37 embarques.

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (Preps) foi revisado no sentido de viabilizar o emprego do satélite público brasileiro em parceria com o MCTI e expandir o rastreamento às embarcações de pequeno porte. O Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP na categoria aquicultor foi totalmente informatizado, o que possibilitou maior eficiência no cadastramento e melhor controle e conhecimento dos beneficiários pelo MPA. Ao final de 2012 constavam inscritos no RGP: 2.367 aquicultores, 1.033.124 pescadores artesanais e 8.843 pescadores industriais. Em função do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012–2014, estima-se um aumento da adesão ao RGP pela expectativa de aumento da demanda por crédito por parte dos pescadores e aquicultores.

O ano de 2012 foi relevante para o fortalecimento institucional da pesca amadora nacional e estão em andamento negociações para o desenvolvimento do turismo de pesca. Em 2012 foram autorizadas 253 competições de pesca amadora no Brasil.

O Programa Revitaliza beneficia os pescadores artesanais por meio de financiamento a obras de reforma, modernização, substituição e construção de embarcações de pequeno porte, no âmbito do crédito do Pronaf Mais Alimentos. A partir de 2012, o Revitaliza passou a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcação pesqueira de até 20 AB.

A Lei 10.849/2004, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, foi alterada por meio da Lei 12.712/ 2012. Essa alteração estabeleceu os beneficiários e as

novas condições de financiamento proporcionando mais dinamismo ao programa.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras**

  Análise Situacional da Meta

  O processo licitatório para aquisição dos equipamentos encontra-se em andamento e a expectativa é que seja concluído em 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 06 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério da Pesca e Aquicultura incentiva à qualificação e valorização do profissional da pesca e aquicultura, por intermédio da criação de escolas profissionalizantes. No ano de 2012, o processo de implantação de escolas profissionais foi objeto de avaliação e reorientação para possibilitar o apoio a unidades de ensino em aquicultura e pesca. Destaca-se que nesse mesmo ano foram apoiadas seis unidades de ensino,por meio dos seguintes instrumentos: 1)Termo de Cooperação nº 07/2012; 2) Termo de Cooperação nº 03/2012; 3) Termo de Cooperação nº 20/2012; 4) Termo de Cooperação nº 25/2012); 5) Convênio nº 21/2012; 6) Convênio nº 25/2012.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foi elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Ação para a Implantação dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGS) e seus Respectivos Subcomitês Científicos e de Acompanhamento.

  Em 2012 foram criados 4 CPGs a serem instalados em 2013:

  CPG Camarões, Portaria Interministerial Nº 5, de 11 de dezembro de 2012;

  CPG Demersais N/NE, Portaria Interministerial Nº 6, de 21 de dezembro de 2012;

  CPG Bacia Amazônica, Portaria Interministerial Nº 7, de 21 de dezembro de 2012;

  CPG Bacia do rio São Francisco, Portaria Interministerial N° 8, de 21 de dezembro de 2012. Em 2013 serão criados mais 10 CPGs.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Instalar 80 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)**

  Análise Situacional da Meta

  Foi assinado, em 2012, o Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Ceará - UFC para a realização de um estudo de viabilidade técnica de instalação de dispositivos atratores de peixes no litoral do Estado do Ceará. Está prevista, para 2013, a instalação de 13 boias atratoras na região Nordeste.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**

Análise Situacional da Meta

Foi criado e instituído, por meio da Portaria Interministerial n°1, de 28 de junho de 2012, o Grupo Técnico de Trabalho - GTT Tainha, com a finalidade de debater e elaborar a proposta de Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável deste recurso nas regiões sudeste e sul. O plano de gestão começou a ser desenvolvido pelo GTT em 2012 e será publicado em 2013. Para 2013 está prevista a publicação de mais 3 Planos de Gestão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca**

Análise Situacional da Meta

Visando contribuir para a renovação da frota artesanal, no âmbito do Programa REVITALIZA, foi elaborado edital de chamamento público para projetos demonstrativos de embarcações pesqueiras. Entre as dificuldades encontradas para a realização da meta está a de firmar parcerias com entidades que possuam capacidade técnica para a realização dos projetos.

Para superar essa dificuldade, em 2013 estão sendo articuladas parcerias com as Universidades Federais que possuem o curso de Engenharia Naval ou de Construção Naval. Para o ano de 2013 estão previstos 9 protótipos sendo 2 para a região Sul, 1 para a região Sudeste, 2 para região Nordeste, e 4 para região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o Edital CNPq – MPA n° 42 de 2012 que contempla a contratação de estudos sobre a pesca amadora com R$ 10 milhões em recursos descentralizados pelo MPA. Por meio deste edital, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foi selecionada para realizar um estudo biosocioeconômico para a pesca amadora.

Ademais, foram realizadas articulações com mais duas Universidades para que realizem estes estudos: Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Santa Cecília - UNISANTA. Portanto, é prevista a realização de dois estudos em 2013.

Outra ação de estímulo à pesquisa é o apoio ao II Simpósio Nacional de Pesca Esportiva a ser realizado no Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca CONBEP -2013 em Paulo Afonso, na Bahia, o qual possibilitará o encontro de cientistas brasileiros que atuam com pesca esportiva.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Revitalizar 60 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o programa encontrava-se em fase de reestruturação. Foi alterada a Lei 10.849/2004 que cria o Profrota Pesqueira, por meio da Lei 12.712/ 2012, que estabeleceu os beneficiários e novas condições de financiamento, o que deverá trazer mais dinamismo ao programa.

As pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações, inscritas no RGP nas categorias de Armador de Pesca, Pescador Profissional, Indústria ou Empresa Pesqueira, contam com limite de financiamento de até 50% do

valor da embarcação para aquisição de embarcações para a pesca oceânica e de até 90% do valor do projeto aprovado para construção, conversão, modernização, substituição e equipagem de embarcações.

O Profrota Pesqueira é financiado com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO e do Nordeste - FNE.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Revitalizar 850 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza**

Análise Situacional da Meta

O Programa Revitaliza beneficia os pescadores artesanais por meio do financiamento para obras de reforma, modernização, substituição e construção de embarcações de pequeno porte. A partir de 2012, o Revitaliza passou a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcações pesqueiras de até 20 AB (Arqueação Bruta) financiadas com recursos do PRONAF Mais Alimentos.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	215	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	215	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	210	unidade	17	31/12/2012
Região Sul	210	unidade	46	31/12/2012

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, foi realizada junto a todas as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais brasileiras a segunda pesquisa nacional sobre a inclusão do pescado na alimentação escolar.

A pesquisa mostrou que a inclusão do pescado ainda é baixa: 66% dos participantes alegaram que não houve inclusão do pescado na alimentação escolar, e os principais motivos foram: dificuldade de acesso a fornecedores (54%), falta de fornecedores e/ou ausência de produtos no mercado (47%), risco de espinhas (47%), custo elevado (42%) e infraestrutura inadequada para armazenamento/conservação (35%).

Foi realizada a IX Semana do Peixe, entre 3 e 17 de setembro de 2012. Essa iniciativa integra a Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado visando o desenvolvimento do varejo como destino da produção brasileira de pescado. A ação resultou em um redução dos preços de 24% em média nas principais redes varejistas do país e em um incremento nas vendas de 15% em relação ao mês anterior da campanha,

O governo Federal apoiou a realização de eventos de promoção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, como o Festival do Camarão da Costa Negra em Acaraú - CE e a Feira Nacional do Camarão – Fenacam, em Natal – RN e a participação brasileira na European Seafood 2012, por meio da Embaixada do Brasil em Bruxelas (Bélgica). Foi concluída a implantação e avaliação da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado - RENIMP, que possibilitará a identificação do pescado e irá oferecer maior segurança ao consumidor

Metas 2012-2015

- **Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional**

Análise Situacional da Meta

Foram iniciadas as articulações com os órgãos que atuam com o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal - PAA (MDA, CONAB e MDS) e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FNDE, MDA e MDS), para estabelecer um plano de trabalho em conjunto com estes órgãos com o principal objetivo de aumentar a oferta de pescado por meio desses programas.

Em 2012 foi iniciado o processo de acompanhamento de 10 polos de produção contemplados com o kit despolpadeira. Em 2013, após o término das instalações, serão realizadas as articulações locais para inserir a produção no Mercado Institucional, mais especificamente na Alimentação Escolar.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 10 produtos de indicação geográfica**

Análise Situacional da Meta

No primeiro ano do PPA 2012-2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura atuou no estabelecimento de diretrizes para a certificação dos produtos do setor visando agregação de valor, competitividade e melhoria na qualidade. Em 2013, a expectativa é que seja iniciado o processo de registro de Indicação Geográfica (IG), conferindo aos produtos, que são característicos do seu local de origem, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado.

- **Certificar 50 pequenos e microprodutores e pescadores por meio do "Programa Bônus Certificação"**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério do Pesca e Aquicultura realizou ações preparatórias para estabelecer parcerias com outros órgãos do governo e atores do setor privado. Em 2013, deverão ser desenovlvidos mecanismos que facilitem o acesso de pescadores e produtores ao processo de avaliação da conformidade e certificação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída a avaliação da primeira etapa da implantação (iniciada em 2009) da Rede Nacional de Identificação Molecular de Pescados (RENIMP) e ainda não foi possível iniciar o desenvolvimento de kits de diagnóstico, mas está previsto o desenvolvimento de um kit em 2013, dois em 2014 e dois em 2015.

Essa primeira etapa estabeleceu um banco de tecidos e permitiu a identificação de mais de 200 espécies da pesca marinha brasileira entre peixes ósseos, elasmobrânquios, moluscos e crustáceos. A definição das espécies para o desenvolvimento dos kits será baseada nas principais espécies exportadas e importadas e nas prioridades indicadas pelas secretarias finalísticas do MPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída a avaliação da primeira etapa da implantação (iniciada em 2009) da Rede Nacional de Identificação Molecular de Pescados (RENIMP). Diante dos resultados e encaminhamentos apresentados, foi possível

concluir que o Centro de Referência, instalado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o apoio dos demais parceiros, atende de forma satisfatória a demanda atual. A partir da segunda etapa do projeto, no que se refere à utilização da identificação molecular de pescado no controle da comercialização de pescado ilegal, será possível mensurar com maior precisão qual o número de centros necessários.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/01/2012
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INCIATIVAS

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.652.599**	**7.929.941**	**5.546.009**
Despesas Correntes	954.326	1.037.698	749.366
Despesas de Capital	4.698.273	6.892.243	4.796.643
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**4.202.654**	**3.497.267**	**3.125.375**
Totais	**9.855.253**	**11.427.208**	**8.671.384**

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K7	130.000.000	162.000.000	123.741.782	27.604.128	27.583.839
20NI	250.000	250.000	0	0	0
8636	59.000.000	69.942.494	49.494.964	10.382.165	10.058.983
Total	**189.250.000**	**232.192.494**	**173.236.747**	**37.986.293**	**37.642.822**

- **00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1H00	258.004.762	258.004.762	75.777.316
Total	**258.004.762**	**258.004.762**	**75.777.316**

- **00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DX	24.900.000	24.400.000	1.049.362	100.000	100.000
13DY	1.000.000	800.000	0	0	0
13DZ	1.500.000	1.300.000	927.968	0	0
13E0	1.000.000	800.000	0	0	0
14KA	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
14UO	0	4.766.666	0	0	0
Total	**32.400.000**	**36.066.666**	**5.977.330**	**100.000**	**100.000**

- **00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20K1	8.000.000	8.550.000	7.442.002	1.802.493	1.790.174
Total	**8.000.000**	**8.550.000**	**7.442.002**	**1.802.493**	**1.790.174**

- **00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DT	0	333.333	0	0	0
7674	24.000.000	32.133.334	28.702.048	22.046.457	22.042.346
Total	**24.000.000**	**32.466.667**	**28.702.048**	**22.046.457**	**22.042.346**

- **00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2522	73.859.013	90.644.679	80.493.248	42.245.807	42.233.138
2E47	70.000.000	70.000.000	67.094.143	11.175.918	11.153.686
4452	700.000	700.000	699.541	635.607	635.607
Total	**144.559.013**	**161.344.679**	**148.286.933**	**54.057.332**	**54.022.431**

- **047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DU	20.000.000	36.000.000	16.000.000	2.603.293	2.603.293
Total	**20.000.000**	**36.000.000**	**16.000.000**	**2.603.293**	**2.603.293**

- **0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DV	2.000.000	3.266.667	1.399.338	0	0
Total	**2.000.000**	**3.266.667**	**1.399.338**	**0**	**0**

- **04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DW	88.000.000	100.533.334	71.200.000	8.000.000	8.000.000
Total	**88.000.000**	**100.533.334**	**71.200.000**	**8.000.000**	**8.000.000**

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20T4	1.800.000	2.233.334	509.629	498.094	498.094
Total	**1.800.000**	**2.233.334**	**509.629**	**498.094**	**498.094**

- **00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B28	400.000	400.000	363.465	227.116	223.636
Total	**400.000**	**400.000**	**363.465**	**227.116**	**223.636**

- **00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4528	77.790.180	88.456.846	62.483.848	34.531.891	34.244.089
Total	**77.790.180**	**88.456.846**	**62.483.848**	**34.531.891**	**34.244.089**

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0118	2.916.702.610	5.226.469.379	3.710.360.200	3.709.886.561	3.703.312.353
0569	1.360.712.630	1.088.570.104	998.431.153	998.431.153	998.431.153
13DL	800.000	800.000	0	0	0
Total	**4.278.215.240**	**6.315.839.483**	**4.708.791.353**	**4.708.317.714**	**4.701.743.506**

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GU - Criação do Observatório da Indústria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2768	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.204.800	2.204.800
Total	**2.300.000**	**2.300.000**	**2.300.000**	**2.204.800**	**2.204.800**

- **03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	91.984	91.984	50.013	48.837	48.837
Total	**91.984**	**91.984**	**50.013**	**48.837**	**48.837**

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20J7	600.000	600.000	600.000	0	0
Total	**600.000**	**600.000**	**600.000**	**0**	**0**

- **03HC - Disseminação da cultura da inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QT	716.000	716.000	716.000	425.000	425.000
Total	**716.000**	**716.000**	**716.000**	**425.000**	**425.000**

- **03HD - Elaboração de estudos, projetos e sistemas de inteligência e apoio à decisão para inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QO	300.000	300.000	300.000	300.000	0
Total	**300.000**	**300.000**	**300.000**	**300.000**	**0**

- **03HJ - Proposição de mecanismos para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QS	250.000	250.000	250.000	250.000	0
Total	**250.000**	**250.000**	**250.000**	**250.000**	**0**

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QR	13.300.000	13.300.000	50.000	0	0
Total	**13.300.000**	**13.300.000**	**50.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HO - Estruturação e implementação do Plano Estratégico de Software e Serviços de TI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4967	1.580.676	1.580.676	1.529.807	97.199	97.199
Total	**1.580.676**	**1.580.676**	**1.529.807**	**97.199**	**97.199**

- **03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6432	89.100.022	96.021.315	49.035.515	33.729.984	30.684.582

Total	**89.100.022**	**96.021.315**	**49.035.515**	**33.729.984**	**30.684.582**

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20V1	0	2.207.999	0	0	0
2485	1.500.000	1.500.000	1.486.344	1.486.344	790.859
4930	66.724.457	90.715.479	76.889.556	76.889.556	51.605.673
Total	**68.224.457**	**94.423.478**	**78.375.900**	**78.375.900**	**52.396.531**

- **03I1 - Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13CT	9.500.000	9.500.000	9.452.321	9.452.321	8.486.147
Total	**9.500.000**	**9.500.000**	**9.452.321**	**9.452.321**	**8.486.147**

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03I6 - Atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8919	680.000	680.000	514.000	0	0
Total	**680.000**	**680.000**	**514.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20PQ	7.510.000	9.630.000	5.852.685
20PR	1.980.000	2.668.000	2.662.081
Total	**9.490.000**	**12.298.000**	**8.514.766**

- **03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C61	117.528.000	177.053.000	81.249.357
1C62	36.392.000	25.629.000	25.535.911
6595	79.150.000	149.981.000	149.816.561
6597	6.100.000	6.598.000	6.159.857
Total	**239.170.000**	**359.261.000**	**262.761.686**

- **047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124O	43.932.000	0	0
Total	**43.932.000**	**0**	**0**

- **047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124Q	30.329.000	0	0
Total	**30.329.000**	**0**	**0**

- **047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124S	270.268.000	0	0
Total	**270.268.000**	**0**	**0**

- **047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125T	60.133.000	545.002.000	544.576.028
Total	**60.133.000**	**545.002.000**	**544.576.028**

- **047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125U	948.011.000	1.310.264.000	1.308.812.478
Total	**948.011.000**	**1.310.264.000**	**1.308.812.478**

- **047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146U	252.638.000	1.578.000	14.344
Total	**252.638.000**	**1.578.000**	**14.344**

- **047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NC	510.713.000	53.251.000	23.123.802
Total	**510.713.000**	**53.251.000**	**23.123.802**

- **047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NF	128.743.000	101.509.000	91.012.096
Total	**128.743.000**	**101.509.000**	**91.012.096**

- **047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124V	870.065.000	554.105.000	541.101.033
Total	**870.065.000**	**554.105.000**	**541.101.033**

- **047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14LD	581.157.000	301.994.000	269.681.585
Total	**581.157.000**	**301.994.000**	**269.681.585**

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6659	1.690.556	1.690.556	1.690.556	0	0
Total	**1.690.556**	**1.690.556**	**1.690.556**	**0**	**0**

- **03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R6	7.300.000	7.300.000	1.300.000	363.588	363.588
2374	41.500.000	41.500.000	6.100.000	0	0
Total	**48.800.000**	**48.800.000**	**7.400.000**	**363.588**	**363.588**

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2023	18.000.000	18.000.000	17.509.349	14.294.552	14.294.552
2033	26.280.000	26.280.000	23.649.638	19.573.768	19.529.928
Total	**44.280.000**	**44.280.000**	**41.158.988**	**33.868.320**	**33.824.480**

- **03J8 - Aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QP	150.000	150.000	0	0	0
Total	**150.000**	**150.000**	**0**	**0**	**0**

- **03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JG	13.000.000	13.000.000	12.563.410	11.648.628	11.648.628
4172	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Total	**14.200.000**	**14.200.000**	**13.763.410**	**12.848.628**	**12.848.628**

- **03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2034	481.265.875	559.265.875	524.969.160	499.608.884	495.669.679
20TV	0	16.337.334	0	0	0
Total	**481.265.875**	**575.603.209**	**524.969.160**	**499.608.884**	**495.669.679**

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2760	101.000	531.000	93.085	82.089	82.089
Total	**101.000**	**531.000**	**93.085**	**82.089**	**82.089**

- **03LC - Ampliação da oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação em propriedade intelectual e facilitação do acesso da população por meio de novas tecnologias educacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8907	101.000	181.000	61.136	44.534	44.534
Total	**101.000**	**181.000**	**61.136**	**44.534**	**44.534**

- **03LF - Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6481	4.000.000	2.650.000	2.268.443	1.417.246	1.417.246
Total	**4.000.000**	**2.650.000**	**2.268.443**	**1.417.246**	**1.417.246**

- **03LJ - Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10U2	1.651.050	1.651.050	1.650.000	800.000	800.000
Total	**1.651.050**	**1.651.050**	**1.650.000**	**800.000**	**800.000**

- **03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F44	2.000.000	1.100.000	1.100.000	753.456	753.456
Total	**2.000.000**	**1.100.000**	**1.100.000**	**753.456**	**753.456**

- **03LU - Implantação do Programa INPI da Qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8910	101.000	640.000	0	0	0
Total	**101.000**	**640.000**	**0**	**0**	**0**

- **03LY - Pesquisa em propriedade intelectual e inovação por meio de atividades de aperfeiçoamento do corpo docente e execução de projetos de pesquisa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8096	1.201.000	1.351.000	1.261.772	1.167.550	1.167.550
Total	**1.201.000**	**1.351.000**	**1.261.772**	**1.167.550**	**1.167.550**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.576.679**	**5.188.468**	**2.637.899**
Despesas Correntes	3.480.162	3.698.599	2.280.587
Despesas de Capital	1.096.517	1.489.869	357.311
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.576.679**	**5.188.468**	**2.637.899**

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2061	1.080.000	1.080.000	948.933	835.285	835.285
2495	500.000	500.000	232.056	232.056	232.056
6147	6.555.461	6.572.128	5.523.136	5.171.540	3.860.204
Total	**8.135.461**	**8.152.128**	**6.704.125**	**6.238.882**	**4.927.545**

- **0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200D	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.499.052
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.499.052**

- **0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HZ	24.509.053	24.509.053	24.255.998	16.186.017	15.908.240
Total	**24.509.053**	**24.509.053**	**24.255.998**	**16.186.017**	**15.908.240**

- **0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2223	31.289.814	32.620.676	16.331.902	13.394.634	8.872.691
7J56	400.000	400.000	0	0	0
8482	262.155	262.155	262.155	262.155	0
Total	**31.951.969**	**33.282.831**	**16.594.057**	**13.656.789**	**8.872.691**

- **0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I4	950.941.844	1.040.588.612	830.447.335	516.225.957	331.652.146
20UP	0	1.129.628	0	0	0
20UQ	0	1.686.752	0	0	0
20US	0	11.868.142	0	0	0
20V6	0	2.030.600	0	0	0
4148	7.832.146	7.832.146	5.723.280	4.228.162	3.986.947
4158	57.334.550	59.134.550	50.265.584	33.687.474	30.304.052
4163	13.783.420	13.783.420	9.717.564	8.653.537	7.553.859
4213	2.250.000	2.250.000	2.245.000	1.216.000	744.000
4947	6.521.466	7.582.337	6.203.920	5.180.982	4.943.475
6995	17.879.483	17.879.483	15.448.735	9.683.788	7.986.097
Total	**1.056.542.909**	**1.165.765.670**	**920.051.419**	**578.875.900**	**387.170.576**

- **0179 - Pesquisa e desenvolvimento de sistemas e serviços nos centros regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6237	5.369.000	5.369.000	4.737.875	3.678.689	3.678.689
Total	**5.369.000**	**5.369.000**	**4.737.875**	**3.678.689**	**3.678.689**

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GY	8.980.000	8.980.000	5.483.834	2.041.908	2.041.908
Total	**8.980.000**	**8.980.000**	**5.483.834**	**2.041.908**	**2.041.908**

- **017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HJ	1.707.851	1.707.851	0	0	0
13DM	0	334.333	0	0	0
2092	2.036.926	3.836.926	3.836.926	1.436.926	1.436.926
20JI	50.000	50.000	0	0	0
4125	4.034.000	4.327.334	3.936.405	3.300.954	2.994.390
4129	5.509.639	4.787.639	3.929.833	1.442.120	1.417.252
4135	3.521.000	4.243.000	3.943.000	3.741.400	3.741.400
4188	19.144.775	19.144.775	19.144.775	19.144.775	19.144.775
4542	3.500.000	4.000.000	1.497.532	1.497.532	0
4544	1.200.000	1.200.000	0	0	0
4949	16.054.100	18.683.837	10.399.512	3.869.712	3.649.770
Total	**56.758.291**	**62.315.695**	**46.687.983**	**34.433.419**	**32.384.514**

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CL	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870
Total	**15.203.870**	**15.203.870**	**15.203.870**	**15.203.870**	**15.203.870**

- **017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6190	1.100.000	1.100.000	1.015.414	676.952	670.315
6780	2.800.000	2.800.000	2.069.953	1.198.382	1.177.190
Total	**3.900.000**	**3.900.000**	**3.085.368**	**1.875.333**	**1.847.505**

- **017W - Expansão do número de laboratórios multiusuários e de redes de ciência, tecnologia e inovação nas unidades de pesquisa do MCT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8989	1.000.000	1.000.000	950.000	878.168	878.168
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**950.000**	**878.168**	**878.168**

- **017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2095	364.936.143	460.409.326	319.908.258	162.177.678	111.512.990
Total	**364.936.143**	**460.409.326**	**319.908.258**	**162.177.678**	**111.512.990**

- **0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GU	1.000.000	1.000.000	77.186	3.454	3.454
10ZU	200.000	200.000	180.000	180.000	180.000
20UI	0	173.333	0	0	0
20UJ	0	813.593	0	0	0
20UK	0	277.083	0	0	0
20UL	0	604.433	0	0	0
20UM	0	443.333	0	0	0
20UO	0	150.000	0	0	0
20UR	0	1.982.500	0	0	0
20V7	0	1.581.557	0	0	0
211M	0	50.000.000	0	0	0
2291	1.220.000	1.220.000	1.084.991	1.049.167	1.049.167

2C66	1.900.000	1.900.000	1.644.043	818.040	818.040
2C67	2.532.000	2.785.333	2.509.346	1.435.644	1.427.788
4122	28.905.860	66.397.322	66.197.322	66.197.322	66.197.322
4123	4.175.000	4.175.000	4.045.095	3.562.496	3.560.799
4124	2.880.000	2.880.000	2.873.626	2.541.394	2.440.650
4126	1.199.900	1.326.566	1.162.760	848.254	767.056
4128	2.443.701	2.685.368	1.783.489	1.395.459	1.124.971
4132	14.819.000	14.889.850	6.051.292	5.049.349	4.049.349
4139	3.590.000	3.846.333	3.518.808	2.804.577	2.802.661
4141	1.370.000	1.370.000	1.254.017	504.808	501.666
4172	14.978.700	14.978.700	14.978.700	14.978.700	14.978.700
4174	1.020.000	1.020.000	825.239	641.544	641.544
4186	3.057.702	3.057.702	2.590.548	1.699.455	1.465.894
4192	72.442.860	81.382.860	80.582.860	80.582.860	62.656.945
4655	40.578.950	40.578.950	40.578.950	40.578.950	28.287.950
4661	7.500.433	7.500.433	5.989.612	3.059.204	3.059.204
4972	4.491.000	4.491.000	3.837.007	1.130.551	1.007.708
Total	**210.305.106**	**313.711.249**	**241.764.890**	**229.061.227**	**197.020.866**

- **0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12C9	2.815.000	2.815.000	2.746.943	1.028.030	495.959
7306	1.100.000	1.100.000	895.542	633.623	633.623
Total	**3.915.000**	**3.915.000**	**3.642.485**	**1.661.653**	**1.129.582**

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01M6 - Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, das redes estaduais de extensão tecnológica e fortalecimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4955	1.820.000	1.820.000	1.806.924	603.795	603.795
6257	1.485.100	1.188.080	920.590	321.483	321.483
Total	**3.305.100**	**3.008.080**	**2.727.514**	**925.278**	**925.278**

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4185	35.385.918	38.249.969	11.745.965	5.616.517	4.907.172
Total	**35.385.918**	**38.249.969**	**11.745.965**	**5.616.517**	**4.907.172**

- **01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HV	880.000	880.000	860.000	213.976	150.000
8500	600.000	600.000	600.000	100.000	100.000
Total	**1.480.000**	**1.480.000**	**1.460.000**	**313.976**	**250.000**

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UU	0	316.513	0	0	0
4031	30.625.938	28.929.091	14.431.512	9.585.326	4.019.522
4942	3.052.448	3.052.448	2.987.613	1.262.202	272.497
Total	**33.678.386**	**32.298.052**	**17.419.125**	**10.847.528**	**4.292.019**

- **01O5 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Nanotecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8655	6.460.200	7.260.200	6.708.960	4.755.361	561.960
Total	**6.460.200**	**7.260.200**	**6.708.960**	**4.755.361**	**561.960**

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UN	0	900.100	0	0	0
2189	58.547.324	66.218.779	35.078.864	24.500.377	23.473.472
2B41	3.314.726	3.314.726	891.326	445.431	405.431
4954	1.105.000	1.105.000	1.043.914	791.624	761.371
8971	2.183.967	2.183.967	1.792.505	1.131.340	854.321
Total	**65.151.017**	**73.722.572**	**38.806.609**	**26.868.772**	**25.494.595**

- **01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2119	8.467.162	9.137.186	5.019.862	2.959.908	1.432.024
Total	**8.467.162**	**9.137.186**	**5.019.862**	**2.959.908**	**1.432.024**

- **01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4156	102.610.872	118.166.255	44.428.204	31.685.318	29.583.155
Total	**102.610.872**	**118.166.255**	**44.428.204**	**31.685.318**	**29.583.155**

- **01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2997	79.455.123	83.110.131	46.270.283	19.352.165	12.334.295
8480	692.497	692.497	692.497	78.000	20.000
Total	**80.147.620**	**83.802.628**	**46.962.780**	**19.430.165**	**12.354.295**

- **01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2191	451.110	451.110	397.891	9.022	9.022
2357	3.419.135	3.846.527	2.896.858	1.943.477	1.666.277
4053	28.978.639	32.323.159	19.284.465	8.161.301	4.204.418
8563	25.838.222	27.365.636	10.747.594	8.035.251	6.568.459
Total	**58.687.106**	**63.986.432**	**33.326.808**	**18.149.052**	**12.448.177**

- **01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4043	71.258.561	77.816.366	23.335.146	14.324.212	11.952.949
Total	**71.258.561**	**77.816.366**	**23.335.146**	**14.324.212**	**11.952.949**

- **01OT - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZS	1.000.000	0	0	0	0
Total	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01P9 - Apoio à inovação nas empresas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
007Z	4.312.998	4.312.998	1.194.248	1.194.248	1.172.192
00LY	0	33.333.333	0	0	0
0741	200.624.476	200.624.476	200.624.476	162.951.012	123.370.763

0745	100.282.643	131.564.538	95.910.161	2.064.477	2.064.477
0748	1.000.000	1.286.666	879.999	20.000	20.000
0A29	499.999.999	499.999.999	157.613.223	113.094.262	108.194.388
2113	110.249.109	119.438.113	61.276.543	34.693.103	33.645.732
6846	2.009.250	2.009.250	1.417.746	1.176.546	1.176.546
Total	**918.478.475**	**992.569.373**	**518.916.397**	**315.193.650**	**269.644.099**

- **01PK - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8470	72.710.350	72.207.370	3.047.829	2.006.388	1.603.388
Total	**72.710.350**	**72.207.370**	**3.047.829**	**2.006.388**	**1.603.388**

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00HI	254.540.000	343.325.588	342.710.500	244.505.646	243.151.801
Total	**254.540.000**	**343.325.588**	**342.710.500**	**244.505.646**	**243.151.801**

- **01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0900	234.999.160	234.999.160	234.972.444	231.379.384	230.203.897
0901	455.453.591	486.339.595	487.138.468	481.406.756	480.874.488
0902	108.478.418	118.064.947	118.062.447	117.049.815	117.043.915
0903	30.611.231	82.668.835	82.668.735	29.450.521	29.448.819
Total	**829.542.400**	**922.072.537**	**922.842.094**	**859.286.475**	**857.571.118**

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q9 - Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B08	15.240.962	15.240.962	0	0	0
Total	**15.240.962**	**15.240.962**	**0**	**0**	**0**

- **01QD - Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

6702	10.182.400	10.750.817	6.658.386	5.606.490	5.117.875
Total	**10.182.400**	**10.750.817**	**6.658.386**	**5.606.490**	**5.117.875**

- **01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
201W	500.777	514.877	499.794	384.197	384.197
4945	330.000	330.000	314.958	227.455	227.455
8961	7.520.000	7.520.000	3.879.494	1.026.443	972.423
Total	**8.350.777**	**8.364.877**	**4.694.247**	**1.638.095**	**1.584.075**

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QG - Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8960	58.080.000	58.080.000	12.167.009	345.372	11.070
Total	**58.080.000**	**58.080.000**	**12.167.009**	**345.372**	**11.070**

- **01QK - Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8976	140.114.851	140.114.851	3.460.009	1.865.437	1.218.265
Total	**140.114.851**	**140.114.851**	**3.460.009**	**1.865.437**	**1.218.265**

- **01QN - Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8975	600.000	600.000	380.970	300.000	300.000
Total	**600.000**	**600.000**	**380.970**	**300.000**	**300.000**

- **01QO - Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8977	2.800.000	2.800.000	1.477.452	805.384	522.054
Total	**2.800.000**	**2.800.000**	**1.477.452**	**805.384**	**522.054**

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QS - Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HW	2.400.000	2.400.000	558.013	0	0
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**558.013**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**46.774**	**46.774**	**10.473**
Despesas Correntes	33.274	33.274	10.473
Despesas de Capital	13.500	13.500	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**46.774**	**46.774**	**10.473**

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	9.957.500	9.957.500	8.957.500	8.957.500	8.957.500
Total	**9.957.500**	**9.957.500**	**8.957.500**	**8.957.500**	**8.957.500**

- **03EQ - Implementação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas nos Estados, no DF e nos Municípios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8240	352.000	352.000	7.050	6.070	6.070
Total	**352.000**	**352.000**	**7.050**	**6.070**	**6.070**

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03F4 - Apoio técnico a projetos de Inserção de micro e pequenas empresas nos mercados nacional e internacional, inclusive as organizadas em APLs e as de produto artesanal brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JD	620.000	620.000	620.000	0	0
2706	2.007.088	2.007.088	2.007.087	1.036.467	1.036.467
6670	639.088	639.088	600.000	0	0
Total	**3.266.176**	**3.266.176**	**3.227.087**	**1.036.467**	**1.036.467**

- **03F8 - Capacitação de micro e pequenas empresas e empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2704	794.126	794.126	745.868	198.157	198.157
2710	13.351.640	13.351.640	3.807.512	274.602	274.602
Total	**14.145.766**	**14.145.766**	**4.553.380**	**472.759**	**472.759**

- **03FI - Promoção do desenvolvimento e difusão de novos produtos, processos e tecnologias de produção, gestão e comercialização para micro e pequenas empresas organizadas em APLs e para o setor artesanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6514	18.677.088	18.677.088	0	0	0
Total	**18.677.088**	**18.677.088**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03FM - Promoção à cooperação técnica e financeira internacional em melhores práticas de apoio e gestão do conhecimento em micro e pequenas empresas, inclusive nas artesanais e nas organizadas em APLs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20JE	250.000	250.000	250.000	0	0
Total	**250.000**	**250.000**	**250.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03FT - Criação de rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20JF	125.000	125.000	0	0	0
Total	**125.000**	**125.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**24.809**	**27.299**	**7.190**
Despesas Correntes	12.109	12.609	5.886
Despesas de Capital	12.700	14.690	1.304
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**24.809**	**27.299**	**7.190**

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CW - Implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q0	1.632.055	1.632.055	0	0	0
Total	**1.632.055**	**1.632.055**	**0**	**0**	**0**

- **03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147K	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	19.376.850	21.367.088	17.082.314	7.189.978	7.189.978
Total	**19.376.850**	**21.367.088**	**17.082.314**	**7.189.978**	**7.189.978**

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03D2 - Desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DH	650.000	650.000	0	0	0
Total	**650.000**	**650.000**	**0**	**0**	**0**

- **03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147Q	1.450.000	1.450.000	0	0	0
Total	**1.450.000**	**1.450.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JC	700.000	700.000	0	0	0
20TT	0	500.000	0	0	0
Total	**700.000**	**1.200.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.389.607**	**3.243.944**	**1.016.329**
Despesas Correntes	582.583	1.138.027	356.595
Despesas de Capital	807.025	2.105.917	659.734
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.389.607**	**3.243.944**	**1.016.329**

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039B - Realização de investigações de defesa comercial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	3.400.000	1.544.166	946.169	921.462	921.462
Total	**3.400.000**	**1.544.166**	**946.169**	**921.462**	**921.462**

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039Y - Financiamentos oficiais à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	485.096.000	1.040.096.000	1.035.946.691	315.442.573	315.442.573
0A84	800.000.000	2.100.000.000	1.600.000.000	657.674.810	657.674.810
Total	**1.285.096.000**	**3.140.096.000**	**2.635.946.691**	**973.117.383**	**973.117.383**

- **039Z - Operações de seguro de crédito à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0027	12.500.000	12.500.000	0	0	0
Total	**12.500.000**	**12.500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03AG - Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DJ	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **03AI - Implementação do Plano Nacional da Cultura Exportadora**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J4	1.355.560	1.355.560	867.622	818.352	818.352
Total	**1.355.560**	**1.355.560**	**867.622**	**818.352**	**818.352**

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03B5 - Organização de eventos de posicionamento e imagem do Brasil, e missões comerciais para mercados e nos setores prioritários indicados pela Estratégia Nacional de Exportações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CS	2.200.000	2.200.000	189.253	90.107	90.107
Total	**2.200.000**	**2.200.000**	**189.253**	**90.107**	**90.107**

- **03B8 - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8184	1.000.000	1.000.000	1.000.000	367.325	367.325
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**1.000.000**	**367.325**	**367.325**

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03BZ - Representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2696	1.440.000	740.000	497.973	490.843	490.843
Total	**1.440.000**	**740.000**	**497.973**	**490.843**	**490.843**

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CC - Monitoramento de instalação e operação de ZPEs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CX	37.180.000	37.180.000	445.522	211.308	211.308
Total	**37.180.000**	**37.180.000**	**445.522**	**211.308**	**211.308**

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CJ - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão do Comércio Exterior, incluindo novos módulos e funcionalidades para o NOVOEX e para o SISCOMEX**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J3	38.141.000	38.141.000	35.089.212	35.089.212	35.089.212
20TU	0	1.892.713	0	0	0
Total	**38.141.000**	**40.033.713**	**35.089.212**	**35.089.212**	**35.089.212**

- **03CP - Gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb, AliceWeb-Mercosul e Portal Brasileiro de Comércio Exterior, com melhorias na navegação e inclusão de mais variáveis de consulta**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J6	5.694.564	5.694.564	5.504.564	5.223.441	5.223.441
Total	**5.694.564**	**5.694.564**	**5.504.564**	**5.223.441**	**5.223.441**

- **03CS - Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J5	1.500.000	1.500.000	1.499.972	0	0
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.499.972**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.576.652**	**3.366.467**	**187.012**
Despesas Correntes	639.888	498.994	141.779
Despesas de Capital	1.936.764	2.867.473	45.234
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.576.652**	**3.366.467**	**187.012**

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10V0	1.744.107.171	2.530.127.173	661.412.707	9.908.720	9.908.720
Total	**1.744.107.171**	**2.530.127.173**	**661.412.707**	**9.908.720**	**9.908.720**

- **02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4624	2.300.000	5.500.000	1.273	1.273	1.273
Total	**2.300.000**	**5.500.000**	**1.273**	**1.273**	**1.273**

- **02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10W8	3.800.000	3.040.000	0	0	0
10X0	147.916.679	126.976.679	114.651.874	4.431.011	4.431.011
14TJ	0	41.305.566	0	0	0
Total	**151.716.679**	**171.322.245**	**114.651.874**	**4.431.011**	**4.431.011**

- **02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4044	1.507.000	1.507.000	688.488	10.437	10.437
Total	**1.507.000**	**1.507.000**	**688.488**	**10.437**	**10.437**

- **02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11YN	100.000	100.000	0	0	0

20NJ	800.000	800.000	0	0	0
Total	**900.000**	**900.000**	**0**	**0**	**0**

- **02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4048	1.300.000	1.300.000	99.656	39.570	39.570
8990	100.000	100.000	29.946	0	0
Total	**1.400.000**	**1.400.000**	**129.603**	**39.570**	**39.570**

- **02VC - Fiscalização dos serviços turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2658	2.900.000	3.133.333	455.354	14.942	14.942
Total	**2.900.000**	**3.133.333**	**455.354**	**14.942**	**14.942**

- **02VD - Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4054	6.500.000	4.500.000	1.083.833	86.057	86.057
Total	**6.500.000**	**4.500.000**	**1.083.833**	**86.057**	**86.057**

- **02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0454	32.119.487	43.186.795	32.119.487	32.119.487	32.119.487
2C01	4.000.000	4.000.000	879.219	879.219	879.219
Total	**36.119.487**	**47.186.795**	**32.998.706**	**32.998.706**	**32.998.706**

- **02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4590	73.373.100	55.173.100	10.300.614	1.487.379	52.929
Total	**73.373.100**	**55.173.100**	**10.300.614**	**1.487.379**	**52.929**

- **02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B39	8.674.000	8.674.000	115.679	0	0
Total	**8.674.000**	**8.674.000**	**115.679**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02VM - Adequação da infraestrutura turística pública para os megaeventos esportivos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KP	116.000.000	144.000.000	116.000.000	2.668.223	2.668.223
Total	**116.000.000**	**144.000.000**	**116.000.000**	**2.668.223**	**2.668.223**

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8256	3.000.000	3.000.000	247.576	0	0
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**247.576**	**0**	**0**

- **02VZ - Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5130	9.791.470	0	0	0	0
Total	**9.791.470**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4038	119.450.100	105.450.100	39.767.690	19.525.323	19.525.323
Total	**119.450.100**	**105.450.100**	**39.767.690**	**19.525.323**	**19.525.323**

- **02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4620	137.701.503	124.681.503	5.053.469	2.574.693	2.574.693
Total	**137.701.503**	**124.681.503**	**5.053.469**	**2.574.693**	**2.574.693**

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8224	57.182.369	62.482.369	61.985.254	54.860.231	54.860.231
8228	25.475.092	27.275.092	26.153.159	21.420.176	21.420.176
8230	39.481.139	31.781.139	30.119.072	22.552.937	22.552.937
8232	12.068.323	12.668.323	12.371.770	7.195.409	7.195.409

8944	10.300.500	9.000.500	2.879.678	2.764.694	2.764.694
Total	**144.507.423**	**143.207.423**	**133.508.933**	**108.793.447**	**108.793.447**

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4092	4.950.000	4.950.000	41.954	41.954	41.954
4622	2.050.000	2.050.000	85.322	85.322	85.322
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**127.276**	**127.276**	**127.276**

- **02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2968	2.100.000	2.100.000	73.029	17.628	17.628
Total	**2.100.000**	**2.100.000**	**73.029**	**17.628**	**17.628**

- **02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4084	569.000	569.000	0	0	0
Total	**569.000**	**569.000**	**0**	**0**	**0**

- **02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4120	495.000	495.000	96.077	51.077	51.077
Total	**495.000**	**495.000**	**96.077**	**51.077**	**51.077**

- **02W9 - Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4104	6.540.400	6.540.400	4.276.699	4.276.699	4.276.699
Total	**6.540.400**	**6.540.400**	**4.276.699**	**4.276.699**	**4.276.699**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**430.570**	**555.142**	**30.422**
Despesas Correntes	43.920	51.332	28.388
Despesas de Capital	386.650	503.810	2.034
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**430.570**	**555.142**	**30.422**

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	0	1.172.500	0	0	0
6751	200.000	200.000	152.014	68.136	68.136
Total	**200.000**	**1.372.500**	**152.014**	**68.136**	**68.136**

- **020U - Implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10H2	4.819.500	4.819.500	4.536.533	2.996.002	2.996.002
Total	**4.819.500**	**4.819.500**	**4.536.533**	**2.996.002**	**2.996.002**

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020X - Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200B	877.726	877.726	606.160	192.647	192.647
Total	**877.726**	**877.726**	**606.160**	**192.647**	**192.647**

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02MF - Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

6126	235.940	235.940	235.940	0	0
Total	**235.940**	**235.940**	**235.940**	**0**	**0**

- **02MG - Elaboração de diagnóstico sobre oportunidades e desafios das fontes não convencionais de energia e do consumo eficiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20M7	1.090.753	1.090.753	254.156	254.156	254.156
Total	**1.090.753**	**1.090.753**	**254.156**	**254.156**	**254.156**

- **02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00J4	360.000.000	480.000.000	360.000.000	0	0
20G4	29.100.000	32.500.000	28.500.217	11.177.060	11.171.064
Total	**389.100.000**	**512.500.000**	**388.500.217**	**11.177.060**	**11.171.064**

- **02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20M8	297.000	297.000	295.480	260.871	260.871
Total	**297.000**	**297.000**	**295.480**	**260.871**	**260.871**

- **02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8911	1.696.923	1.696.923	1.659.280	386.906	386.906
Total	**1.696.923**	**1.696.923**	**1.659.280**	**386.906**	**386.906**

- **02MR - Implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20M9	208.000	208.000	49.375	49.375	49.375
Total	**208.000**	**208.000**	**49.375**	**49.375**	**49.375**

- **02MV - Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MA	1.300.000	1.300.000	1.175.624	135.125	135.125
Total	**1.300.000**	**1.300.000**	**1.175.624**	**135.125**	**135.125**

- **02MX - Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6909	410.710	410.710	410.710	410.710	410.710
Total	**410.710**	**410.710**	**410.710**	**410.710**	**410.710**

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200H	452.000	452.000	140.818	140.818	140.818
Total	**452.000**	**452.000**	**140.818**	**140.818**	**140.818**

- **02OI - Identificação, diagnose e combate aos processos de desertificação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8906	11.250.000	11.250.000	1.125.000	0	0
Total	**11.250.000**	**11.250.000**	**1.125.000**	**0**	**0**

- **02OK - Mapeamento, interpretação de dados e recuperação de áreas ambientalmente degradadas em processo de desertificação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MB	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02UC - Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HY	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.906.211	29.870
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**3.000.000**	**1.906.211**	**29.870**

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047E - Expansão e modernização a infraestrutura física, computacional e de recursos humanos do CPTEC e aprimoramento de seus modelos computacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4184	15.431.230	15.431.230	14.046.239	12.444.296	12.444.296
Total	**15.431.230**	**15.431.230**	**14.046.239**	**12.444.296**	**12.444.296**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**344.482**	**388.030**	**145.707**
Despesas Correntes	192.405	226.017	141.078
Despesas de Capital	152.077	162.013	4.629
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**344.482**	**388.030**	**145.707**

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00M0 - Apoio à implementação de programa de C,T&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HU	200.000	200.000	200.000	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**

- **00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MT	118.000	118.800	117.415	10.274	10.274
20WL	0	163.334	0	0	0
Total	**118.000**	**282.134**	**117.415**	**10.274**	**10.274**

- **00MH - Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GO	1.310.776	1.310.776	1.310.776	491.723	91.000
Total	**1.310.776**	**1.310.776**	**1.310.776**	**491.723**	**91.000**

- **00MP - Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8964	1.538.576	1.538.576	1.538.576	830.394	57.293
Total	**1.538.576**	**1.538.576**	**1.538.576**	**830.394**	**57.293**

- **00MR - Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20MQ	210.000	216.500	114.917	37.960	37.960
8963	884.471	884.471	884.047	602.330	0
Total	**1.094.471**	**1.100.971**	**998.964**	**640.290**	**37.960**

- **00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VD	0	411.537	0	0	0
20WK	0	400.000	0	0	0
2973	3.802.000	3.826.670	3.825.668	793.063	792.394
4157	1.500.000	1.500.000	1.494.312	595.508	324.682
4951	611.696	611.696	611.696	0	0
6255	235.940	235.940	169.816	0	0
6717	159.724	159.724	149.044	39.783	19.320
6739	152.924	152.924	152.924	67.651	0
8460	270.894	270.894	100.249	80.611	0
8978	75.948.497	75.948.497	948.496	415.183	360
Total	**82.681.675**	**83.517.882**	**7.452.205**	**1.991.800**	**1.136.756**

- **00MX - Produção de periódicos científicos e publicação de informações qualificadas sobre a biodiversidade vegetal por meio de diversas mídias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MR	100.000	105.000	104.050	45.540	45.540
Total	**100.000**	**105.000**	**104.050**	**45.540**	**45.540**

- **00MY - Proteção de bancos ativos de germoplasma de espécies da flora nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8909	599.500	610.170	600.767	114.790	114.790
Total	**599.500**	**610.170**	**600.767**	**114.790**	**114.790**

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01SH - Aperfeiçoamento e implementação dos marcos legais da política nacional da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8408	586.400	586.400	520.252	444.075	444.075
Total	**586.400**	**586.400**	**520.252**	**444.075**	**444.075**

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01TG - Caracterização Nutricional das Plantas Alimentícias e Inclusão dessas Espécies em Programas**

Institucionais do Governo Federal voltados à Segurança Alimentar e Nutricional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LV	118.405	118.405	0	0	0
Total	**118.405**	**118.405**	**0**	**0**	**0**

- **01TJ - Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MV	250.000	250.000	247.564	246.901	246.901
Total	**250.000**	**250.000**	**247.564**	**246.901**	**246.901**

- **01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MW	500.000	500.000	485.557	472.213	472.213
20N1	3.820.000	4.279.000	3.037.679	676.561	676.561
2B07	3.755.372	3.755.372	3.744.118	3.696.165	2.671.129
Total	**8.075.372**	**8.534.372**	**7.267.354**	**4.844.938**	**3.819.902**

- **01TW - Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6040	100.000	100.000	100.000	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**

- **01U2 - Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8920	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

- **01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2975	1.090.500	1.090.500	975.174	975.174	975.174
8908	500.000	500.000	444.161	344.161	294.161
Total	**1.590.500**	**1.590.500**	**1.419.336**	**1.319.336**	**1.269.336**

- **01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GF	35.244.000	52.971.204	31.240.300	30.109.200	30.109.200

20TK	1.800.000	3.372.000	3.084.297	1.488.381	1.488.381
20VP	0	33.333	0	0	0
Total	**37.044.000**	**56.376.537**	**34.324.597**	**31.597.581**	**31.597.581**

- **01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
200I	1.290.000	1.290.000	1.277.449	729.075	729.075
2B61	412.353	412.353	0	0	0
6061	9.703.584	9.703.584	0	0	0
8450	1.800.000	1.800.000	1.759.372	0	0
Total	**13.205.937**	**13.205.937**	**3.036.821**	**729.075**	**729.075**

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UG - Ampliação e aperfeiçoamento da fiscalização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MJ	600.000	600.000	35.525	35.525	35.525
Total	**600.000**	**600.000**	**35.525**	**35.525**	**35.525**

- **01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TS	0	166.667	0	0	0
4976	1.745.119	1.745.119	898.574	715.148	715.148
Total	**1.745.119**	**1.911.786**	**898.574**	**715.148**	**715.148**

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4969	3.600.000	3.700.000	3.461.881	3.237.958	3.230.873
Total	**3.600.000**	**3.700.000**	**3.461.881**	**3.237.958**	**3.230.873**

- **01V2 - Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora brasileira, elaboração e implementação de planos de ação para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MP	200.000	205.000	105.000	33.942	33.942

2934	12.900.000	12.900.000	12.899.646	10.010.505	10.010.505
Total	**13.100.000**	**13.105.000**	**13.004.646**	**10.044.447**	**10.044.447**

- **01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2976	275.000	275.000	165.049	165.049	78.455
Total	**275.000**	**275.000**	**165.049**	**165.049**	**78.455**

- **01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LU	370.000	370.000	109.736	102.241	102.241
Total	**370.000**	**370.000**	**109.736**	**102.241**	**102.241**

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01VO - Avaliação do estado de conservação de espécies marinhas sobre-explotadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2933	440.000	440.000	216.474	212.612	212.612
Total	**440.000**	**440.000**	**216.474**	**212.612**	**212.612**

- **01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2C99	400.000	400.000	65.693	65.693	65.693
Total	**400.000**	**400.000**	**65.693**	**65.693**	**65.693**

- **01W0 - Desenvolvimento de pesquisas e ações em biossegurança**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8406	185.000	185.000	0	0	0
Total	**185.000**	**185.000**	**0**	**0**	**0**

- **01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2946	7.000.000	7.000.000	6.794.900	6.521.983	6.249.745
6309	1.000.000	1.000.000	824.500	824.500	824.500
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**7.619.400**	**7.346.483**	**7.074.246**

- **01WF - Monitoramento e controle de espécies invasoras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6007	395.883	395.883	0	0	0
Total	**395.883**	**395.883**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LX	2.701.944	2.701.944	749.288	680.863	680.863
Total	**2.701.944**	**2.701.944**	**749.288**	**680.863**	**680.863**

- **01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LT	625.000	625.000	468.858	435.120	435.120
8354	411.265	411.265	74.738	66.151	66.151
Total	**1.036.265**	**1.036.265**	**543.595**	**501.272**	**501.272**

- **01WS - Conservação do patrimônio espeleológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2096	100.000	100.000	99.094	99.094	99.094
Total	**100.000**	**100.000**	**99.094**	**99.094**	**99.094**

- **01WT - Conservação in situ da diversidade genética, com ênfase para as variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, por meio da implementação de reservas genéticas em Unidades de Conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LW	410.000	410.000	0	0	0
Total	**410.000**	**410.000**	**0**	**0**	**0**

- **01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6381	17.988.140	18.654.807	980.445	466.499	466.499
Total	**17.988.140**	**18.654.807**	**980.445**	**466.499**	**466.499**

- **01WV - Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8278	637.336	637.336	278.703	231.367	231.367
Total	**637.336**	**637.336**	**278.703**	**231.367**	**231.367**

- **01WW - Implantação de Corredores Ecológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101V	5.025.325	14.375.268	7.893.056	1.916.101	1.916.101
Total	**5.025.325**	**14.375.268**	**7.893.056**	**1.916.101**	**1.916.101**

- **01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MU	3.500.000	3.500.000	2.995.547	2.822.069	2.822.069
20WM	0	921.036	0	0	0
8492	66.154.213	74.577.530	65.113.746	57.358.282	57.358.282
Total	**69.654.213**	**78.998.566**	**68.109.293**	**60.180.351**	**60.180.351**

- **01X2 - Integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a outras áreas protegidas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2566	988.964	988.964	0	0	0
2E49	15.640.999	15.640.999	0	0	0
Total	**16.629.963**	**16.629.963**	**0**	**0**	**0**

- **01X4 - Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MS	874.500	875.750	275.588	45.551	45.148
Total	**874.500**	**875.750**	**275.588**	**45.551**	**45.148**

- **04A3 - Ordenamento e estruturação da visitação nas Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13MY	51.500.000	54.600.000	23.587.444	16.353.885	16.353.885
Total	**51.500.000**	**54.600.000**	**23.587.444**	**16.353.885**	**16.353.885**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**161.965**	**245.698**	**142.711**
Despesas Correntes	148.689	222.889	141.279
Despesas de Capital	13.276	22.810	1.431
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**161.965**	**245.698**	**142.711**

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8294	3.555.055	3.555.055	2.111.903	1.912.306	1.912.179
Total	**3.555.055**	**3.555.055**	**2.111.903**	**1.912.306**	**1.912.179**

- **00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8296	2.099.999	2.133.332	1.961.148	1.809.610	1.729.610
Total	**2.099.999**	**2.133.332**	**1.961.148**	**1.809.610**	**1.729.610**

- **00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WB	0	521.666	0	0	0
4950	2.120.000	2.120.000	297.460	297.460	297.460
6035	1.827.500	2.010.250	214.340	124.385	124.385
8298	2.300.000	2.300.000	1.758.475	89.489	89.489
Total	**6.247.500**	**6.951.916**	**2.270.274**	**511.333**	**511.333**

- **00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TC	1.050.000	1.050.000	797.538	797.538	797.538
10TD	895.500	895.500	700.982	460.507	460.507
20WD	0	350.000	0	0	0
8304	900.000	900.000	794.441	759.065	759.065
Total	**2.845.500**	**3.195.500**	**2.292.961**	**2.017.110**	**2.017.110**

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M2	350.000	350.000	0	0	0
8308	3.800.000	4.333.333	3.769.690	2.118.601	2.118.601
Total	**4.150.000**	**4.683.333**	**3.769.690**	**2.118.601**	**2.118.601**

- **00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8288	6.479.600	6.629.600	2.221.684	229.467	229.467
Total	**6.479.600**	**6.629.600**	**2.221.684**	**229.467**	**229.467**

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M4	475.000	475.000	340.023	140.023	140.023
Total	**475.000**	**475.000**	**340.023**	**140.023**	**140.023**

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MX	250.000	250.000	227.167	227.167	227.167
20WA	0	258.334	0	0	0
6060	100.000	100.000	19.154	0	0
8292	682.403	682.403	109.814	102.713	102.713
8300	1.850.000	1.850.000	1.478.894	149.554	149.554
Total	**2.882.403**	**3.140.737**	**1.835.028**	**479.434**	**479.434**

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MI	1.400.000	1.400.000	555.195	427.064	427.064
20WC	0	53.333	0	0	0
2D12	7.000.000	6.600.000	4.544.263	3.934.365	3.934.365
Total	**8.400.000**	**8.053.333**	**5.099.457**	**4.361.429**	**4.361.429**

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20A7	1.361.875	1.361.875	8.048	8.048	8.048
20M3	612.935	612.935	4.287	4.287	4.287
Total	**1.974.810**	**1.974.810**	**12.335**	**12.335**	**12.335**

- **01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8290	680.000	680.000	26.449	17.168	17.168
Total	**680.000**	**680.000**	**26.449**	**17.168**	**17.168**

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MY	8.000.000	28.000.000	27.678.550	24.739.658	24.739.658
6074	20.500.000	22.666.667	20.796.628	20.631.813	19.682.544
Total	**28.500.000**	**50.666.667**	**48.475.178**	**45.371.472**	**44.422.202**

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6037	10.372.745	10.372.745	9.925.036	9.493.991	9.300.203
Total	**10.372.745**	**10.372.745**	**9.925.036**	**9.493.991**	**9.300.203**

- **01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M1	350.000	350.000	0	0	0
20VU	0	6.667	0	0	0
6072	100.000	100.000	0	0	0
Total	**450.000**	**456.667**	**0**	**0**	**0**

- **01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MZ	3.500.000	3.500.000	3.000.000	2.695.062	2.695.062
6307	44.120.000	103.453.333	43.938.732	39.675.763	38.437.661
Total	**47.620.000**	**106.953.333**	**46.938.732**	**42.370.824**	**41.132.722**

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	0	543.976	0	0	0
4176	5.476.000	5.476.000	5.199.835	3.354.432	3.354.432
Total	**5.476.000**	**6.019.976**	**5.199.835**	**3.354.432**	**3.354.432**

- **01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2063	1.250.000	1.250.000	1.038.714	249.672	249.672
6329	28.506.288	28.506.288	28.506.288	28.261.358	26.307.446
Total	**29.756.288**	**29.756.288**	**29.545.002**	**28.511.030**	**26.557.117**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**41.295**	**42.010**	**17.955**
Despesas Correntes	36.844	36.847	17.724
Despesas de Capital	4.451	5.163	231
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**41.295**	**42.010**	**17.955**

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2979	1.551.121	1.551.121	1.522.573	1.502.573	1.502.573
Total	**1.551.121**	**1.551.121**	**1.522.573**	**1.502.573**	**1.502.573**

- **01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6124	550.312	550.312	385.300	385.300	385.300
Total	**550.312**	**550.312**	**385.300**	**385.300**	**385.300**

- **01MS - Capacitação de técnicos que atuam nas áreas relacionadas à qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B87	182.945	182.945	53.846	40.906	40.906
Total	**182.945**	**182.945**	**53.846**	**40.906**	**40.906**

- **01MT - Elaboração e publicação de relatórios e indicadores sobre a qualidade ambiental, e aprimoramento do Cadastro Técnico Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ML	800.000	800.000	747.956	743.231	743.231
Total	**800.000**	**800.000**	**747.956**	**743.231**	**743.231**

- **01MV - Fomento a estudos e projetos voltados para a melhoria da qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2B85	1.502.571	1.502.571	789.335	692.836	692.836
Total	**1.502.571**	**1.502.571**	**789.335**	**692.836**	**692.836**

- **01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2D05	170.390	170.390	0	0	0
Total	**170.390**	**170.390**	**0**	**0**	**0**

- **01N0 - Implementação da Agenda de Segurança Química no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1C49	398.639	398.639	324.878	0	0
Total	**398.639**	**398.639**	**324.878**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N3 - Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6635	995.688	995.688	995.688	995.688	995.688
Total	**995.688**	**995.688**	**995.688**	**995.688**	**995.688**

- **01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20MM	800.000	800.000	606.020	599.568	599.568
20VW	0	78.520	0	0	0
Total	**800.000**	**878.520**	**606.020**	**599.568**	**599.568**

- **01N5 - Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta às Emergências Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8496	1.262.000	1.262.000	766.424	0	0
Total	**1.262.000**	**1.262.000**	**766.424**	**0**	**0**

- **01N7 - Prevenção e combate de danos ambientais causados pela Indústria do Petróleo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B88	283.834	283.834	283.834	283.834	283.834
Total	**283.834**	**283.834**	**283.834**	**283.834**	**283.834**

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.674.035**	**3.388.252**	**672.662**
Despesas Correntes	371.088	344.604	85.655
Despesas de Capital	2.302.948	3.043.647	587.006
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.674.035**	**3.388.252**	**672.662**

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2105	7.500.000	7.500.000	1.504.580	1.367.691	1.363.531
Total	**7.500.000**	**7.500.000**	**1.504.580**	**1.367.691**	**1.363.531**

- **01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2114	15.000.000	15.000.000	7.018.486	5.653.169	5.653.169
Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**7.018.486**	**5.653.169**	**5.653.169**

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01E3 - Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S3	8.277.570	8.277.570	6.959.104	0	0
Total	**8.277.570**	**8.277.570**	**6.959.104**	**0**	**0**

- **01E4 - Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TA	21.737.747	21.737.747	2.381.561	1.000.179	818.404
Total	**21.737.747**	**21.737.747**	**2.381.561**	**1.000.179**	**818.404**

- **01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4426	9.590.000	9.590.000	3.892.631	449.301	447.730
Total	**9.590.000**	**9.590.000**	**3.892.631**	**449.301**	**447.730**

- **01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210U	0	1.656.667	0	0	0
8378	1.500.000	1.500.000	1.142.138	130.572	130.572
Total	**1.500.000**	**3.156.667**	**1.142.138**	**130.572**	**130.572**

- **01E8 - Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei 11.952/2009**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T9	72.000.000	72.000.000	47.332.563	26.214.602	6.976.630
211C	0	666.667	0	0	0
Total	**72.000.000**	**72.666.667**	**47.332.563**	**26.214.602**	**6.976.630**

- **01EB - Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8418	300.000	300.000	299.961	0	0
Total	**300.000**	**300.000**	**299.961**	**0**	**0**

- **01ED - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2110	21.500.000	21.500.000	1.935.256	727.521	726.521
Total	**21.500.000**	**21.500.000**	**1.935.256**	**727.521**	**726.521**

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento**

Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TG	105.000.000	276.000.000	250.018.887	101.397.620	101.397.620
211B	0	240.166.666	68.920.192	0	0
4460	601.650.000	430.650.000	320.098.715	178.026.096	177.551.739
8387	10.500.000	10.500.000	7.079.450	6.744.683	6.738.140
Total	**717.150.000**	**957.316.666**	**646.117.243**	**286.168.399**	**285.687.498**

- **01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8384	5.500.000	5.500.000	3.249.315	3.063.872	3.056.085
Total	**5.500.000**	**5.500.000**	**3.249.315**	**3.063.872**	**3.056.085**

- **01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8374	18.500.000	18.500.000	4.106.301	3.088.596	3.088.390
Total	**18.500.000**	**18.500.000**	**4.106.301**	**3.088.596**	**3.088.390**

- **01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0427	946.000.000	1.261.333.333	741.292.491	124.975.031	113.565.381
20S7	18.000.000	16.200.000	8.733.597	8.284.539	8.263.883
8396	367.545.609	334.545.609	200.037.652	47.656.647	47.625.631
8398	17.000.000	15.300.000	5.835.648	2.058.362	2.054.455
Total	**1.348.545.609**	**1.627.378.942**	**955.899.387**	**182.974.579**	**171.509.350**

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4358	2.700.000	2.700.000	2.261.190	2.080.906	2.080.041
Total	**2.700.000**	**2.700.000**	**2.261.190**	**2.080.906**	**2.080.041**

- **01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	0	67.151.195	0	0	0
2B06	7.000.000	7.000.000	5.459.262	3.703.266	3.703.266
Total	**7.000.000**	**74.151.195**	**5.459.262**	**3.703.266**	**3.703.266**

- **01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4320	22.850.000	22.350.000	15.681.040	5.310.800	5.308.249
Total	**22.850.000**	**22.350.000**	**15.681.040**	**5.310.800**	**5.308.249**

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F0 - Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C72	300.000	300.000	167.063	44.674	44.674
Total	**300.000**	**300.000**	**167.063**	**44.674**	**44.674**

- **01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4474	3.800.000	11.800.000	3.708.179	2.549.322	2.549.322
6952	4.200.000	5.200.000	2.029.449	177.567	28.695
8370	18.000.000	22.000.000	16.347.074	8.366.078	7.740.250
Total	**26.000.000**	**39.000.000**	**22.084.701**	**11.092.967**	**10.318.267**

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	0	550.000	0	0	0
4284	2.500.000	2.500.000	1.694.659	1.202.201	1.197.953
4288	200.000	200.000	11.589	11.589	11.589
4300	300.000	300.000	24.823	24.823	24.823
4304	2.500.000	2.500.000	386.772	374.042	372.360
Total	**5.500.000**	**6.050.000**	**2.117.843**	**1.612.655**	**1.606.725**

- **01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2109	4.500.000	4.500.000	2.202.081	1.430.714	1.430.714
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**2.202.081**	**1.430.714**	**1.430.714**

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02UG - Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20S4	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0061	300.000.000	400.000.000	299.999.460	126.547.204	126.547.204
2373	1.500.000	1.500.000	1.486.854	0	0
Total	**301.500.000**	**401.500.000**	**301.486.314**	**126.547.204**	**126.547.204**

- **02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20S5	55.484.500	55.484.500	55.480.904	10.000.000	10.000.000
210Q	0	12.691.670	0	0	0
2C77	1.000.000	1.000.000	970.283	0	0
Total	**56.484.500**	**69.176.170**	**56.451.187**	**10.000.000**	**10.000.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N0	200.000	200.000	199.801	199.801	199.801
6925	9.250.000	9.383.333	8.780.049	7.819.325	7.819.325
8342	679.227	679.227	257.648	150.750	150.750
8499	7.360.000	7.693.333	2.170.639	74.128	68.508
Total	**17.489.227**	**17.955.893**	**11.408.137**	**8.244.005**	**8.238.385**

- **01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental - PNC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6687	240.000	240.000	0	0	0
Total	**240.000**	**240.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4921	1.193.965	1.193.965	0	0	0
Total	**1.193.965**	**1.193.965**	**0**	**0**	**0**

- **01NH - Capacitação dos Fóruns de Agenda 21 para atualização dos planos e projetos de gestão sustentável do território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4910	2.129.679	2.129.679	601.072	544.751	544.751
Total	**2.129.679**	**2.129.679**	**601.072**	**544.751**	**544.751**

- **01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M6	5.280.000	5.440.000	3.685.944	490.963	490.963
Total	**5.280.000**	**5.440.000**	**3.685.944**	**490.963**	**490.963**

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a**

formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4932	2.930.000	2.930.000	1.500.000	1.379.382	1.379.382
6857	300.000	300.000	200.000	200.000	200.000
Total	**3.230.000**	**3.230.000**	**1.700.000**	**1.579.382**	**1.579.382**

- **01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8286	1.435.000	1.435.000	785.605	780.845	770.259
Total	**1.435.000**	**1.435.000**	**785.605**	**780.845**	**770.259**

- **01NP - Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em parceria com órgãos estaduais, municipais e entes não governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20O1	500.000	500.000	500.000	495.000	492.300
2D08	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	**700.000**	**700.000**	**700.000**	**695.000**	**692.300**

- **01NQ - Implementação e consolidação da Agenda Ambiental na Administração Pública**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B35	1.000.000	1.000.000	367.649	367.649	367.649
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**367.649**	**367.649**	**367.649**

- **01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2972	100.000	108.947	102.187	8.879	8.879
Total	**100.000**	**108.947**	**102.187**	**8.879**	**8.879**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.947.663**	**5.110.324**	**1.647.953**
Despesas Correntes	3.359.462	4.384.498	1.516.833
Despesas de Capital	588.201	725.826	131.119
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.947.663**	**5.110.324**	**1.647.953**

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0359	130.000.000	627.130.080	627.130.080	411.800.000	411.800.000
Total	**130.000.000**	**627.130.080**	**627.130.080**	**411.800.000**	**411.800.000**

- **01AL - Criação e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão de riscos, com ampliação do Zoneamento Agrícola e definição de metodologias para sistemas de produção da sociobiodiversidade e de culturas regionais, ampliação e implementação de tecnologias e redes de obtenção de dados agroclimáticos e implementação de sistemas de monitoramento climático e de campo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C76	1.447.858	1.447.858	1.447.857	600.000	600.000
Total	**1.447.858**	**1.447.858**	**1.447.857**	**600.000**	**600.000**

- **01AO - Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4266	19.837.292	19.837.292	9.818.487	861.911	861.911
Total	**19.837.292**	**19.837.292**	**9.818.487**	**861.911**	**861.911**

- **01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0281	2.388.659.000	2.917.159.000	2.917.159.000	1.022.029.710	1.022.029.710
0A81	350.000.000	466.666.667	153.100.289	130.733.918	130.733.918
Total	**2.738.659.000**	**3.383.825.667**	**3.070.259.289**	**1.152.763.628**	**1.152.763.628**

- **01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento**

dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00GW	67.000.000	67.000.000	0	0	0
00GZ	30.000.000	30.000.000	0	0	0
20GI	217.000.000	217.000.000	0	0	0
Total	**314.000.000**	**314.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01BC - Adoção de práticas de convivência com o semiárido nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e apoio a projetos de inovação tecnológica da agricultura familiar no semiárido**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8996	1.750.005	1.750.005	1.204.599	0	0
Total	**1.750.005**	**1.750.005**	**1.204.599**	**0**	**0**

- **01BE - Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8312	1.000.000	1.000.000	992.799	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**992.799**	**0**	**0**

- **01BI - Apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SY	13.600.000	47.224.729	33.211.029	0	0
Total	**13.600.000**	**47.224.729**	**33.211.029**	**0**	**0**

- **01C4 - Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8326	4.000.000	4.000.000	2.832.997	394.946	394.946
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**2.832.997**	**394.946**	**394.946**

- **01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210O	0	3.333.333	0	0	0
2178	3.000.000	3.000.000	149.782	0	0
4260	395.006.200	354.381.471	338.044.922	3.156.571	3.156.571
4448	15.318.200	15.318.200	11.838.704	6.664.751	6.157.464
4470	248.763.100	268.763.100	227.059.760	57.720.507	56.722.064
8358	4.212.000	4.212.000	0	0	0
Total	**666.299.500**	**649.008.104**	**577.093.168**	**67.541.828**	**66.036.099**

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01CX - Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	0	4.230.898	0	0	0
4280	23.634.700	23.634.700	19.251.701	6.665.731	6.665.731
Total	**23.634.700**	**27.865.598**	**19.251.701**	**6.665.731**	**6.665.731**

- **01D1 - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B54	11.311.673	10.111.673	8.804.241	4.651.859	4.645.859
Total	**11.311.673**	**10.111.673**	**8.804.241**	**4.651.859**	**4.645.859**

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030A - Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8332	11.748.000	11.748.000	6.045.204	0	0
Total	**11.748.000**	**11.748.000**	**6.045.204**	**0**	**0**

- **030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	0	1.000.000	0	0	0
8400	6.000.000	6.000.000	5.817.022	41.406	41.406
Total	**6.000.000**	**7.000.000**	**5.817.022**	**41.406**	**41.406**

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6087	875.000	875.000	860.132	385.132	385.132
Total	**875.000**	**875.000**	**860.132**	**385.132**	**385.132**

- **0310 - Implementação de estratégias e ações visando à ampliação da participação da produção orgânica e de base ecológica da agricultura familiar nos mercados institucionais e diferenciados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T2	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.000.000**	**1.000.000**

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0313 - Promoção das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais nas ações de integração regional, cooperação internacional, comércio exterior e nos acordos internacionais negociados pelo país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SZ	1.500.000	1.500.000	1.469.000	1.246.066	1.246.066
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.469.000**	**1.246.066**	**1.246.066**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**10.335.085**	**11.622.974**	**4.426.147**
Despesas Correntes	4.226.898	4.443.438	1.686.849
Despesas de Capital	6.108.187	7.179.536	2.739.298
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**10.335.085**	**11.622.974**	**4.426.147**

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010Y - Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y7	0	280.000	0	0	0
4702	600.000	600.000	381.854	381.854	381.854
Total	**600.000**	**880.000**	**381.854**	**381.854**	**381.854**

- **0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	270.000.000	395.000.000	395.000.000	382.163.952	382.163.952
2130	2.083.000.000	2.083.000.000	751.055.909	650.133.055	610.253.496
Total	**2.353.000.000**	**2.478.000.000**	**1.146.055.909**	**1.032.297.008**	**992.417.448**

- **0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0300	1.000.097.000	875.097.000	420.583.361	251.283.361	251.283.361
Total	**1.000.097.000**	**875.097.000**	**420.583.361**	**251.283.361**	**251.283.361**

- **0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2137	3.224.000	3.224.000	1.597.783	1.565.910	1.532.378
Total	**3.224.000**	**3.224.000**	**1.597.783**	**1.565.910**	**1.532.378**

- **011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147U	5.000.000	5.000.000	124.920	124.920	124.920
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**124.920**	**124.920**	**124.920**

- **011F - Modernização, Reforma e Certificação das unidades de armazenamento da CONAB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2829	15.500.000	14.000.000	3.243.027	1.324.761	1.121.331
Total	**15.500.000**	**14.000.000**	**3.243.027**	**1.324.761**	**1.121.331**

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147S	5.270.000	6.855.717	4.047.300	4.047.300	4.047.300
Total	**5.270.000**	**6.855.717**	**4.047.300**	**4.047.300**	**4.047.300**

- **02CC - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147R	5.500.000	5.500.000	3.622.779	0	0
Total	**5.500.000**	**5.500.000**	**3.622.779**	**0**	**0**

- **02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2161	17.738.082	18.738.082	17.738.082	12.791.517	12.219.220
Total	**17.738.082**	**18.738.082**	**17.738.082**	**12.791.517**	**12.219.220**

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CI - Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QU	2.155.600	2.155.600	357.063	344.303	342.806
Total	**2.155.600**	**2.155.600**	**357.063**	**344.303**	**342.806**

- **02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2157	540.000	540.000	468.009	280.254	279.372
5920	12.727.000	12.727.000	11.115.654	11.115.654	11.115.654
Total	**13.267.000**	**13.267.000**	**11.583.663**	**11.395.908**	**11.395.026**

- **02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0026	20.800.000	20.800.000	20.799.855	20.798.385	20.798.385
099F	174.044.174	329.044.174	329.044.174	149.081.292	64.560.148
Total	**194.844.174**	**349.844.174**	**349.844.029**	**169.879.677**	**85.358.532**

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02EI - Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200E	210.103	210.103	46.792	3.632	3.632
Total	**210.103**	**210.103**	**46.792**	**3.632**	**3.632**

- **02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
008H	100.000	100.000	0	0	0
0294	1.312.513.000	1.202.513.000	1.202.513.000	461.836.957	461.836.957
0297	170.000	170.000	0	0	0
0298	82.620.000	172.620.000	172.620.000	69.913.205	69.913.205
0301	805.587.000	886.087.000	886.087.000	53.995.216	53.995.216
0373	10.747.000	10.747.000	10.747.000	0	0
0611	161.597.000	161.597.000	161.596.922	161.596.922	161.596.922
Total	**2.373.334.000**	**2.433.834.000**	**2.433.563.922**	**747.342.300**	**747.342.300**

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4711	1.500.000	1.500.000	1.080.155	1.067.542	1.062.868
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.080.155**	**1.067.542**	**1.062.868**

- **02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8579	1.000.000	1.000.000	124.342	93.422	93.422
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**124.342**	**93.422**	**93.422**

- **02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10HG	1.034.210	1.034.210	0	0	0
Total	**1.034.210**	**1.034.210**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0012	2.733.713.343	3.793.892.757	2.520.634.664	2.013.405.408	2.013.405.408
Total	**2.733.713.343**	**3.793.892.757**	**2.520.634.664**	**2.013.405.408**	**2.013.405.408**

- **02GN - Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y8	0	16.667	0	0	0
4803	12.000.000	12.000.000	7.597.565	2.359.320	1.717.809
Total	**12.000.000**	**12.016.667**	**7.597.565**	**2.359.320**	**1.717.809**

- **02GP - Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2825	5.000.000	5.000.000	2.163.298	2.037.184	2.033.364
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**2.163.298**	**2.037.184**	**2.033.364**

- **02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C94	5.000.000	5.000.000	616.854	616.854	616.854
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**616.854**	**616.854**	**616.854**

- **02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A27	130.000.000	130.000.000	74.276.057	73.363.379	73.363.379

Total	**130.000.000**	**130.000.000**	**74.276.057**	**73.363.379**	**73.363.379**

- **0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4717	500.000	500.000	333.000	333.000	333.000
Total	**500.000**	**500.000**	**333.000**	**333.000**	**333.000**

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LV - Missões para negociações agropecuárias internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8533	1.500.000	1.500.000	1.251.218	1.121.020	902.994
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.251.218**	**1.121.020**	**902.994**

- **02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8548	1.600.000	1.760.000	1.703.639	1.685.318	1.676.544
Total	**1.600.000**	**1.760.000**	**1.703.639**	**1.685.318**	**1.676.544**

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02WL - Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SQ	550.000	550.000	127.121	101.452	82.860
Total	**550.000**	**550.000**	**127.121**	**101.452**	**82.860**

- **02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8593	3.756.600	3.756.600	1.866.904	457.744	407.066
Total	**3.756.600**	**3.756.600**	**1.866.904**	**457.744**	**407.066**

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02X0 - Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QW	450.000	450.000	422.088	0	0
Total	**450.000**	**450.000**	**422.088**	**0**	**0**

- **02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4747	253.650	253.650	122.658	111.381	106.571
Total	**253.650**	**253.650**	**122.658**	**111.381**	**106.571**

- **02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4720	1.260.730	1.260.730	860.212	332.960	321.941
Total	**1.260.730**	**1.260.730**	**860.212**	**332.960**	**321.941**

- **02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0064	602.115	602.115	0	0	0
2135	12.913.822	12.913.822	12.913.820	12.337.668	12.337.668
4756	1.202.075	1.202.075	1.201.177	1.112.606	1.011.487
8591	2.600.500	2.600.500	1.206.958	282.751	263.228
8598	1.635.000	1.635.000	827.616	217.828	175.604
Total	**18.953.512**	**18.953.512**	**16.149.572**	**13.950.854**	**13.787.988**

- **02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	922.000	922.000	798.021	386.976	304.203
Total	**922.000**	**922.000**	**798.021**	**386.976**	**304.203**

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZV	0	666.666	0	0	0
2B17	370.000	370.000	150.376	146.752	139.887

8611	1.406.301.271	1.416.301.271	600.510.898	75.684.563	4.004.229
Total	**1.406.671.271**	**1.417.337.937**	**600.661.274**	**75.831.314**	**4.144.116**

- **02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2177	325.686	325.686	143.323	136.459	134.997
Total	**325.686**	**325.686**	**143.323**	**136.459**	**134.997**

- **02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SR	450.000	450.000	361.983	90.480	74.046
Total	**450.000**	**450.000**	**361.983**	**90.480**	**74.046**

- **02XT - Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8622	6.839.000	6.839.000	5.063.976	1.347.422	1.296.732
Total	**6.839.000**	**6.839.000**	**5.063.976**	**1.347.422**	**1.296.732**

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8544	1.453.500	1.453.500	312.596	274.119	232.032
Total	**1.453.500**	**1.453.500**	**312.596**	**274.119**	**232.032**

- **02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B18	800.000	800.000	377.445	371.050	371.050
8538	689.709	689.709	0	0	0
Total	**1.489.709**	**1.489.709**	**377.445**	**371.050**	**371.050**

- **02Y3 - Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8542	300.000	300.000	0	0	0
Total	**300.000**	**300.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4721	7.060.000	7.060.000	3.641.359	3.617.689	3.380.302
Total	**7.060.000**	**7.060.000**	**3.641.359**	**3.617.689**	**3.380.302**

- **045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1K40	1.762.021	1.762.021	298.035	271.960	246.143
Total	**1.762.021**	**1.762.021**	**298.035**	**271.960**	**246.143**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**641.445**	**809.193**	**151.077**
Despesas Correntes	108.928	111.540	64.559
Despesas de Capital	532.517	697.654	86.518
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**641.445**	**809.193**	**151.077**

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0094 - Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140H	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140G	1.800.000	1.800.000	0	0	0
Total	**1.800.000**	**1.800.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QX	250.000	250.000	90.003	78.275	76.174
Total	**250.000**	**250.000**	**90.003**	**78.275**	**76.174**

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12OB	37.071.269	37.894.077	27.901.410	13.055.989	12.678.162
5934	1.000.000	3.026.667	0	0	0
5980	1.000.000	2.266.667	0	0	0
5984	1.000.000	4.333.333	1.000.000	0	0
7014	1.000.000	2.136.667	0	0	0
Total	**41.071.269**	**49.657.411**	**28.901.410**	**13.055.989**	**12.678.162**

- **00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	43.333.329	65.343.329	39.733.243	25.364.289	23.476.586
Total	**43.333.329**	**65.343.329**	**39.733.243**	**25.364.289**	**23.476.586**

- **00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M16	13.200.000	19.818.533	9.999.113	0	0
Total	**13.200.000**	**19.818.533**	**9.999.113**	**0**	**0**

- **00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5252	23.824.686	28.985.892	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Total	**23.824.686**	**28.985.892**	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.500.000**

- **00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1622	230.000	9.073.360	3.976.390	891.411	890.747
Total	**230.000**	**9.073.360**	**3.976.390**	**891.411**	**890.747**

- **00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3770	11.043.343	13.480.301	11.043.343	0	0
Total	**11.043.343**	**13.480.301**	**11.043.343**	**0**	**0**

- **00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1686	0	283.733	0	0	0
Total	**0**	**283.733**	**0**	**0**	**0**

- **00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FT	7.128.000	12.194.667	7.128.000	0	0
Total	**7.128.000**	**12.194.667**	**7.128.000**	**0**	**0**

- **00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E79	7.040.000	2.666.667	0	0	0
Total	**7.040.000**	**2.666.667**	**0**	**0**	**0**

- **00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5260	880.000	31.213.333	20.880.000	1.581.118	1.581.118
Total	**880.000**	**31.213.333**	**20.880.000**	**1.581.118**	**1.581.118**

- **00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1692	33.770.000	49.670.000	24.376.849	11.112.866	11.110.970
Total	**33.770.000**	**49.670.000**	**24.376.849**	**11.112.866**	**11.110.970**

- **00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ER	88.000	33.333	0	0	0
Total	**88.000**	**33.333**	**0**	**0**	**0**

- **00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1670	0	166.667	0	0	0
Total	**0**	**166.667**	**0**	**0**	**0**

- **00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FS	7.480.000	10.013.333	0	0	0
Total	**7.480.000**	**10.013.333**	**0**	**0**	**0**

- **00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5246	97.771	33.333	0	0	0

Total	**97.771**	**33.333**	**0**	**0**	**0**

- **00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O25	5.804	13.452.471	4.317.027	0	0
Total	**5.804**	**13.452.471**	**4.317.027**	**0**	**0**

- **00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O12	24.675.640	34.675.640	24.675.640	882.491	882.491
Total	**24.675.640**	**34.675.640**	**24.675.640**	**882.491**	**882.491**

- **00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O28	28.377.232	34.710.565	27.111.545	20.283.825	20.283.825
Total	**28.377.232**	**34.710.565**	**27.111.545**	**20.283.825**	**20.283.825**

- **00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O17	42.427.396	59.432.949	29.432.949	15.715.799	15.715.799
Total	**42.427.396**	**59.432.949**	**29.432.949**	**15.715.799**	**15.715.799**

- **00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O21	34.447.430	31.447.430	21.300.000	0	0
Total	**34.447.430**	**31.447.430**	**21.300.000**	**0**	**0**

- **00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
140X	11.863.500	11.863.500	10.860.971	54.278	54.278
Total	**11.863.500**	**11.863.500**	**10.860.971**	**54.278**	**54.278**

- **00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1P91	4.224.000	8.333.333	0	0	0
Total	**4.224.000**	**8.333.333**	**0**	**0**	**0**

- **00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5330	847.000	2.264.427	559.340	60.901	60.901
Total	**847.000**	**2.264.427**	**559.340**	**60.901**	**60.901**

- **00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5378	4.196.500	6.256.500	5.481.544	30.855	30.855
Total	**4.196.500**	**6.256.500**	**5.481.544**	**30.855**	**30.855**

- **00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140Y	2.100.000	2.099.999	2.092.653	1.534.121	1.534.121
Total	**2.100.000**	**2.099.999**	**2.092.653**	**1.534.121**	**1.534.121**

- **00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5368	5.313.000	9.724.667	5.755.055	490.023	490.023
Total	**5.313.000**	**9.724.667**	**5.755.055**	**490.023**	**490.023**

- **00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5370	12.474.000	7.012.333	0	0	0
Total	**12.474.000**	**7.012.333**	**0**	**0**	**0**

- **00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5442	1.971.200	2.902.533	2.421.200	1.584.180	1.584.180
Total	**1.971.200**	**2.902.533**	**2.421.200**	**1.584.180**	**1.584.180**

- **00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5348	5.236.000	6.175.107	1.208.828	463.238	463.238
Total	**5.236.000**	**6.175.107**	**1.208.828**	**463.238**	**463.238**

- **00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5354	16.651.250	20.451.250	16.651.249	3.566.207	2.853.377

Total	**16.651.250**	**20.451.250**	**16.651.249**	**3.566.207**	**2.853.377**

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00IE - Promoção de cursos de capacitação em agricultura irrigada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6544	1.350.000	1.350.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	**1.350.000**	**1.350.000**	**1.000.000**	**1.000.000**	**1.000.000**

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00J0 - Disponibilização dos serviços de ATER de caráter continuado, orientado para resultados econômicos, sociais e ambientais, nas áreas de agricultura irrigada nos projetos públicos de irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B69	1.018.000	1.018.000	0	0	0
Total	**1.018.000**	**1.018.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20EY	72.574.410	77.377.715	69.603.660	50.001.264	49.187.650
20WP	0	15.342.683	0	0	0
Total	**72.574.410**	**92.720.398**	**69.603.660**	**50.001.264**	**49.187.650**

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FZ	11.097.048	2.058.236	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Total	**11.097.048**	**2.058.236**	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.500.000**

- **021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12G2	440.000	4.738.087	2.071.419	0	0

Total	**440.000**	**4.738.087**	**2.071.419**	**0**	**0**

- **021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12G3	440.000	4.593.151	1.926.484	0	0
Total	**440.000**	**4.593.151**	**1.926.484**	**0**	**0**

- **021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2E50	5.557.104	7.166.667	0	0	0
6566	3.050.000	3.050.000	1.208.494	10.077	10.077
Total	**8.607.104**	**10.216.667**	**1.208.494**	**10.077**	**10.077**

- **0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FR	16.699.276	40.025.497	27.000.000	0	0
Total	**16.699.276**	**40.025.497**	**27.000.000**	**0**	**0**

- **022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FP	88.000	7.421.333	4.000.000	0	0
Total	**88.000**	**7.421.333**	**4.000.000**	**0**	**0**

- **022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10BC	24.847.125	25.013.792	500.000	199.740	85.626
5322	1.000.000	6.033.333	5.996.048	116.407	116.407
Total	**25.847.125**	**31.047.125**	**6.496.048**	**316.147**	**202.033**

- **022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
100N	33.893.547	53.293.547	33.893.547	0	0
Total	**33.893.547**	**53.293.547**	**33.893.547**	**0**	**0**

- **022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7M38	60.344.518	8.058.063	0	0	0
Total	**60.344.518**	**8.058.063**	**0**	**0**	**0**

- **022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
140C	22.000.000	6.166.667	0	0	0
Total	**22.000.000**	**6.166.667**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**390.227**	**408.606**	**179.547**
Despesas Correntes	255.944	260.840	128.425
Despesas de Capital	134.283	147.766	51.122
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**390.227**	**408.606**	**179.547**

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2134	10.000.000	10.000.000	4.434.073	3.981.613	3.634.551
2143	3.039.262	3.039.262	3.016.237	2.637.806	2.498.882
4738	4.500.000	4.500.000	4.247.128	3.010.010	2.975.349
8572	19.884.500	19.884.500	16.166.947	15.162.750	11.175.060
Total	**37.423.762**	**37.423.762**	**27.864.385**	**24.792.179**	**20.283.841**

- **012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4842	46.065.930	44.884.930	38.585.766	36.983.695	34.108.173
8592	2.000.000	2.000.000	300.899	293.348	285.220
8658	30.843.550	32.024.550	29.788.428	29.381.939	29.186.660
Total	**78.909.480**	**78.909.480**	**68.675.093**	**66.658.982**	**63.580.052**

- **012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2180	4.000.000	4.000.000	2.007.943	1.828.213	1.762.022
2181	4.000.000	4.000.000	1.864.963	1.592.455	1.542.830
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**3.872.906**	**3.420.669**	**3.304.852**

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QY	100.086.618	100.086.618	3.295.274	2.000.000	0
20R0	600.000	600.000	0	0	0
Total	**100.686.618**	**100.686.618**	**3.295.274**	**2.000.000**	**0**

- **012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R1	600.000	600.000	0	0	0
Total	**600.000**	**600.000**	**0**	**0**	**0**

- **0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8654	1.000.000	1.000.000	14.400	14.400	14.400
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**14.400**	**14.400**	**14.400**

- **04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZW	0	13.819.161	0	0	0
Total	**0**	**13.819.161**	**0**	**0**	**0**

- **04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZX	0	2.260.182	0	0	0
Total	**0**	**2.260.182**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2132	59.591.644	64.487.645	58.166.448	36.740.502	32.985.639
2136	32.052.050	27.156.050	26.525.675	20.030.460	17.701.772
Total	**91.643.694**	**91.643.695**	**84.692.123**	**56.770.961**	**50.687.411**

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2141	4.800.000	4.800.000	2.179.181	2.038.264	1.995.693
2179	10.700.000	10.700.000	3.042.703	2.674.123	2.637.144
2909	2.955.637	2.955.637	782.180	659.278	629.212
Total	**18.455.637**	**18.455.637**	**6.004.065**	**5.371.665**	**5.262.049**

- **013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2019	900.000	900.000	165.111	160.224	157.837
2124	4.000.000	4.000.000	1.020.705	937.935	928.737
2140	2.100.000	2.100.000	841.244	799.017	763.276
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**2.027.060**	**1.897.176**	**1.849.850**

- **013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4745	2.000.000	2.000.000	552.082	447.467	436.050
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**552.082**	**447.467**	**436.050**

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0276 - Combate á clandestinidade em produtos de origem animal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QZ	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4723	6.000.000	6.000.000	4.579.266	2.970.633	2.680.041
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**4.579.266**	**2.970.633**	**2.680.041**

- **0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8938	15.000.000	15.000.000	6.969.741	6.632.040	6.436.252
Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**6.969.741**	**6.632.040**	**6.436.252**

- **0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

8939	3.500.000	3.500.000	1.205.371	1.071.936	1.044.804
Total	**3.500.000**	**3.500.000**	**1.205.371**	**1.071.936**	**1.044.804**

- **027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4746	4.857.745	4.857.745	2.956.607	2.647.360	2.598.230
Total	**4.857.745**	**4.857.745**	**2.956.607**	**2.647.360**	**2.598.230**

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ET - Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14KN	7.500.000	7.500.000	7.491.752	4.823.323	4.823.323
Total	**7.500.000**	**7.500.000**	**7.491.752**	**4.823.323**	**4.823.323**

- **02EV - Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TD	7.550.000	7.550.000	7.284.000	28.000	28.000
Total	**7.550.000**	**7.550.000**	**7.284.000**	**28.000**	**28.000**

- **04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XZ	0	2.300.000	0	0	0
Total	**0**	**2.300.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**666.213**	**726.640**	**218.711**
Despesas Correntes	376.485	376.485	197.389
Despesas de Capital	289.728	350.155	21.322
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**666.213**	**726.640**	**218.711**

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias incrementais para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos da agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	0	50.960.663	0	0	0
4668	104.973.526	110.973.526	98.294.032	45.556.600	44.764.564
Total	**104.973.526**	**161.934.189**	**98.294.032**	**45.556.600**	**44.764.564**

- **03GH - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para atender a grandes desafios nacionais e promover a competitividade e sustentabilidade setoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4672	302.838.939	302.838.939	286.364.816	125.267.159	120.495.830
4680	35.306.358	40.326.358	34.915.861	9.063.178	8.721.442
8554	5.926.806	5.926.806	2.982.113	1.484.031	1.415.438
Total	**344.072.103**	**349.092.103**	**324.262.790**	**135.814.367**	**130.632.710**

- **03GI - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para suporte à agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4682	32.657.599	32.657.599	21.702.036	5.735.256	4.790.404
Total	**32.657.599**	**32.657.599**	**21.702.036**	**5.735.256**	**4.790.404**

- **03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	113.161.029	111.769.030	49.936.207	22.885.602	22.327.962
Total	**113.161.029**	**111.769.030**	**49.936.207**	**22.885.602**	**22.327.962**

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GM - Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	0	1.525.282	0	0	0
2127	7.414.037	7.414.037	5.523.632	5.016.845	4.877.958
Total	**7.414.037**	**8.939.319**	**5.523.632**	**5.016.845**	**4.877.958**

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GO - Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IL	1.050.000	1.050.000	22.880	22.880	22.880
Total	**1.050.000**	**1.050.000**	**22.880**	**22.880**	**22.880**

- **03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147T	25.100.000	20.080.000	5.380.000	0	0
Total	**25.100.000**	**20.080.000**	**5.380.000**	**0**	**0**

- **048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116Z	25.300.000	28.633.334	10.000.000	0	0
Total	**25.300.000**	**28.633.334**	**10.000.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4715	10.155.405	10.155.405	4.474.684	2.751.111	2.553.865
Total	**10.155.405**	**10.155.405**	**4.474.684**	**2.751.111**	**2.553.865**

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do

pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8949	460.559	460.559	325.210	198.268	172.465
Total	**460.559**	**460.559**	**325.210**	**198.268**	**172.465**

- **044N - Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8560	725.500	725.500	603.605	188.519	172.091
Total	**725.500**	**725.500**	**603.605**	**188.519**	**172.091**

- **044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDIGRAF)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B47	461.000	461.000	386.540	251.524	233.780
Total	**461.000**	**461.000**	**386.540**	**251.524**	**233.780**

- **044Q - Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2122	682.350	682.350	630.465	290.298	265.666
Total	**682.350**	**682.350**	**630.465**	**290.298**	**265.666**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**308.920**	**323.329**	**134.768**
Despesas Correntes	233.354	238.072	107.334
Despesas de Capital	75.566	85.257	27.434
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**308.920**	**323.329**	**134.768**

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D10	515.509	515.509	0	0	0
Total	**515.509**	**515.509**	**0**	**0**	**0**

- **02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142D	150.000	150.000	70.000	0	0
2039	575.000	575.000	0	0	0
4999	900.000	900.000	363.067	184.888	184.888
Total	**1.625.000**	**1.625.000**	**433.067**	**184.888**	**184.888**

- **02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M0	200.000	200.000	42.627	33.751	33.751
Total	**200.000**	**200.000**	**42.627**	**33.751**	**33.751**

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
124A	3.000.000	3.000.000	1.926.782	1.926.782	1.926.782

2378	29.647.505	29.647.505	27.893.562	20.871.359	20.406.115
6251	5.500.000	5.000.000	3.323.554	2.561.768	2.561.768
Total	**38.147.505**	**37.647.505**	**33.143.898**	**25.359.909**	**24.894.666**

- **02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00HM	17.384.993	17.648.759	17.648.759	16.958.014	16.958.014
00HN	17.209.696	17.209.696	3.422.649	2.796.126	2.796.126
00HP	10.749.948	10.913.047	9.184.084	9.184.084	9.184.084
00HR	21.232.132	21.554.267	21.232.132	21.163.369	21.163.369
20MN	19.500.000	25.500.000	24.630.374	14.650.815	14.610.865
20MO	8.225.000	7.326.354	6.472.649	5.049.063	5.049.063
2D93	160.000	160.000	9.912	4.088	3.000
4925	5.642.152	4.706.112	4.561.621	1.611.417	1.611.417
4936	930.000	744.000	420.677	270.885	270.885
Total	**101.033.921**	**105.762.235**	**87.582.857**	**71.687.862**	**71.646.824**

- **02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1I84	17.000.000	17.000.000	14.665.898	464.752	464.752
Total	**17.000.000**	**17.000.000**	**14.665.898**	**464.752**	**464.752**

- **02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2977	3.265.970	2.612.776	1.752.575	640.799	640.799
4926	4.920.000	4.647.000	4.079.184	2.290.658	2.290.658
Total	**8.185.970**	**7.259.776**	**5.831.759**	**2.931.457**	**2.931.457**

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4928	4.840.000	5.340.000	4.047.951	3.476.807	3.476.807
4980	4.825.000	3.903.979	3.684.497	3.584.749	3.584.749
Total	**9.665.000**	**9.243.979**	**7.732.448**	**7.061.556**	**7.061.556**

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D06	10.410.000	10.410.000	525.000	525.000	525.000
Total	**10.410.000**	**10.410.000**	**525.000**	**525.000**	**525.000**

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2905	50.050.000	56.965.901	56.964.147	0	0
Total	**50.050.000**	**56.965.901**	**56.964.147**	**0**	**0**

- **02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101Q	300.000	300.000	0	0	0
101R	300.000	300.000	0	0	0
101U	150.000	150.000	0	0	0
20AO	200.000	200.000	0	0	0
20VR	0	60.000	0	0	0
2B76	600.000	600.000	98.888	0	0
4929	15.240.000	12.192.000	11.820.500	2.353.685	2.353.685
7H90	14.500.000	14.500.000	0	0	0
8412	2.000.000	2.000.000	35.989	35.989	35.989
Total	**33.290.000**	**30.302.000**	**11.955.376**	**2.389.674**	**2.389.674**

- **02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101P	3.599.910	3.599.910	1.519.316	565.209	565.209
Total	**3.599.910**	**3.599.910**	**1.519.316**	**565.209**	**565.209**

- **02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZW	35.197.389	42.797.389	34.601.092	23.563.972	23.563.972
Total	**35.197.389**	**42.797.389**	**34.601.092**	**23.563.972**	**23.563.972**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**219.158**	**233.016**	**27.908**
Despesas Correntes	103.255	108.346	20.327
Despesas de Capital	115.903	124.669	7.581
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**219.158**	**233.016**	**27.908**

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0262 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J1	8.599.150	8.599.150	8.598.744	1.107.277	1.107.277
Total	**8.599.150**	**8.599.150**	**8.598.744**	**1.107.277**	**1.107.277**

- **0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8070	10.737.668	8.637.668	8.533.841	779.330	779.330
Total	**10.737.668**	**8.637.668**	**8.533.841**	**779.330**	**779.330**

- **0267 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NE	300.000	366.667	0	0	0
6104	6.100.000	6.600.000	5.749.886	2.502.538	270.183
Total	**6.400.000**	**6.966.667**	**5.749.886**	**2.502.538**	**270.183**

- **026E - Implantação de unidades demonstrativas para aquicultura marinha e continental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1862	1.446.000	1.306.000	1.265.196	301.103	301.103
5352	50.000	50.000	44.902	25.012	25.012
5406	120.000	96.000	0	0	0
Total	**1.616.000**	**1.452.000**	**1.310.098**	**326.115**	**326.115**

- **026J - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens para fomento à aquicultura e para repovoamento de corpos d'água**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5464	1.500.000	1.570.000	555.141	187.429	187.429
6108	2.112.000	2.112.000	1.812.000	382.444	382.444
Total	**3.612.000**	**3.682.000**	**2.367.141**	**569.873**	**569.873**

- **026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2819	4.478.530	4.867.213	4.701.919	3.518.347	3.423.202
Total	**4.478.530**	**4.867.213**	**4.701.919**	**3.518.347**	**3.423.202**

- **04EO - Fomento á Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y0	0	4.237.086	0	0	0
Total	**0**	**4.237.086**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027D - Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
106R	2.200.000	2.040.000	1.739.882	0	0
20TL	62.612.074	61.563.025	24.009.342	2.172.460	2.119.716
5282	100.000	80.000	46.077	20.407	20.407
5372	5.180.000	5.180.000	179.989	159.275	159.275
8090	19.900.000	22.000.000	20.059.816	1.008.818	1.008.818
Total	**89.992.074**	**90.863.025**	**46.035.106**	**3.360.960**	**3.308.216**

- **027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TI	0	4.363.230	0	0	0
7618	16.292.412	12.542.171	8.436.580	5.374.270	5.374.270
Total	**16.292.412**	**16.905.401**	**8.436.580**	**5.374.270**	**5.374.270**

- **027L - Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123E	11.000.000	9.900.000	6.057.070	0	0
Total	**11.000.000**	**9.900.000**	**6.057.070**	**0**	**0**

- **027Q - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6948	7.161.847	7.161.847	6.303.397	375.050	375.050
Total	**7.161.847**	**7.161.847**	**6.303.397**	**375.050**	**375.050**

- **04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y1	0	7.604.873	0	0	0
Total	**0**	**7.604.873**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0080	22.663.850	22.663.850	21.013.950	1.691.531	1.691.531
Total	**22.663.850**	**22.663.850**	**21.013.950**	**1.691.531**	**1.691.531**

- **028K - Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4518	600.000	600.000	0	0	0
8008	2.230.000	2.230.000	1.862.562	152.862	152.862
8687	100.000	80.000	0	0	0
Total	**2.930.000**	**2.910.000**	**1.862.562**	**152.862**	**152.862**

- **028T - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6112	2.590.000	2.590.000	2.228.438	122.951	122.951
Total	**2.590.000**	**2.590.000**	**2.228.438**	**122.951**	**122.951**

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02A8 - Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8006	2.500.000	2.500.000	2.400.518	706.265	706.265
Total	**2.500.000**	**2.500.000**	**2.400.518**	**706.265**	**706.265**

- **02AA - Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8352	400.000	400.000	148.865	148.865	148.865
Total	**400.000**	**400.000**	**148.865**	**148.865**	**148.865**

- **02AE - Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J0	3.200.000	7.700.000	880.000	390.000	390.000
Total	**3.200.000**	**7.700.000**	**880.000**	**390.000**	**390.000**

- **02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6425	80.000	64.000	0	0	0
Total	**80.000**	**64.000**	**0**	**0**	**0**

- **02AJ - Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8038	4.958.400	4.958.400	4.466.400	2.100.000	2.100.000
Total	**4.958.400**	**4.958.400**	**4.466.400**	**2.100.000**	**2.100.000**

- **02AK - Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C02	11.546.487	9.192.487	6.955.156	2.694.928	2.694.928
4846	2.200.000	2.200.000	342.324	146.253	146.253
Total	**13.746.487**	**11.392.487**	**7.297.480**	**2.841.181**	**2.841.181**

- **02AQ - Revitalização da frota pesqueira nacional (PROFROTA Pesqueira/REVITALIZA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8066	4.200.000	4.200.000	3.926.700	700.000	700.000
Total	**4.200.000**	**4.200.000**	**3.926.700**	**700.000**	**700.000**

- **04AW - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y2	0	860.000	0	0	0
Total	**0**	**860.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044S - Fomento à certificação de origem e rastreabilidade, oriundas de protocolos privados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2C41	1.000.000	900.000	900.000	450.000	450.000
Total	**1.000.000**	**900.000**	**900.000**	**450.000**	**450.000**

- **044T - Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20J2	1.000.000	1.000.000	951.546	690.456	690.456
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**951.546**	**690.456**	**690.456**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

BRASIL

Plano Mais Brasil

PPA 2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO IV

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Soberania, Território e Gestão
e
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO IV

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Soberania, Território e Gestão

e

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Brasília - DF, Maio/2013

Plano
Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : políticas de soberania, território e gestão e programas de gestão e manutenção, v.2, t.4.

1. Plano Plurianual -2012-2015 – Brasil. 2. Políticas de soberania - território – gestão. 3. Política nacional de defesa. 4. política espacial. 5. política nuclear. 6. Mar – zona costeira – Antártida. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t. 4

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

POLÍTICAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO 13

2057 - Política Externa 15

2043 - Integração Sul-Americana 45

2058 - Política Nacional de Defesa 59

2056 - Política Espacial 131

2059 - Política Nuclear 143

2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida 155

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária 173

2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública 203

2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional 253

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO 275

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 289

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 nutre-se, para ser possível e efetivo, de um intenso trabalho de monitoramento centrado em alguns dos principais atributos do plano. O monitoramento temático é, neste sentido, atividade estruturada para aprimorar a capacidade de entendimento e comunicação do estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA. Ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, ação primordial para viabilizar: a articulação e a cooperação interinstitucional; o subsídio à tomada de decisões; a participação social no monitoramento do Plano; o fortalecimento do diálogo com os entes federados; além de fornecer subsídios para eventuais ajustes na própria formulação e implementação das políticas.

O volume II do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012 – objeto deste documento – apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. O volume organiza os relatos das atividades de governo dividindo-os em 4 tomos: TOMO I - Políticas Sociais; TOMO II - Políticas de Infraestrutura; TOMO III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão.

Cada relatório apresentado contém informações tipificadas como Análise Situacional, as quais procuram descrever o andamento das principais diretrizes do governo para o ano de 2012. A estruturação do processo de monitoramento e avaliação do PPA, ao reconhecer o grau de complexidade que envolve a gestão e a implementação das políticas públicas, advindos tanto da percepção de interelação dos diversos sistemas que operam a realidade, quanto da consideração sobre os requisitos institucionais para a realização destas políticas, baseou-se em princípios como: responsabilização compartilhada entre órgãos e instâncias da Administração Pública Federal para realização

dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático; aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes; consideração das especificidades de implementação de cada política pública e, em especial, da complementaridade entre elas. Dessa forma, procura-se ampliar a percepção dessa realidade com a intenção primordial de aperfeiçoar os mecanismos de implementação e integração das políticas com vistas à redução das desigualdades, à democratização de oportunidades e ao desenvolvimento nacional.

São razões essenciais para justificar o empreendimento aqui realizado, colocando-o em perspectiva histórica, como parte do processo de amadurecimento e aperfeiçoamento institucional no campo das funções de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas brasileiras.

Boa leitura!

POLÍTICAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de diálogo com países de todas as regiões do mundo.

Como em períodos anteriores, essas ações alcançaram maior eficácia pelo aumento considerável na projeção internacional do Brasil, resultante de fatores como o êxito do País em seu esforço interno de crescimento econômico com redução da pobreza, bem como o próprio processo de transformação da ordem internacional, caracterizado por uma crescente difusão de poder, que abre espaço para a afirmação e maior presença de novos atores.

As atividades realizadas para o cumprimento do objetivo se situam em distintos níveis, a saber:

a) Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países, e visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil. Além disso, devem ser mencionados os encontros mantidos pela Presidenta à margem de eventos internacionais.

b) Visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a outros países e por ele recebidas no Brasil. Mencionem-se, além disso, os encontros mantidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) à margem de eventos internacionais.

c) Visitas e encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro.

d) O trabalho da rede de postos do Brasil no exterior, que se traduz em contatos praticamente diários com representantes dos Governos e das sociedades dos países em que estão acreditados.

e) Os contatos mantidos em nível infra-ministerial em Brasília, seja com visitantes estrangeiros seja com representantes das Embaixadas residentes em Brasília.

f) As iniciativas conduzidas no âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional (Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)), que são objeto de monitoramento sob outros objetivos e metas específicos no PPA, também têm impacto significativo sobre o objetivo de aprofundamento das relações bilaterais com os países envolvidos.

g) A participação do Brasil em organismos internacionais que, embora coberta sob outros objetivos e metas específicos do PPA, também tem impacto significativo sobre o objetivo de aprofundamento das relações bilaterais.

O aprofundamento das relações bilaterais se dá em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, a integração regional e a relação com os países vizinhos, dimensão que, naturalmente, recebe alta prioridade pelo Governo brasileiro. Em segundo, o aprofundamento de nosso diálogo e nossas parcerias no plano global. Inclui-se aí não apenas o diálogo com os principais pólos da ordem internacional que se vai desenhando – pólos tradicionais e pólos emergentes, como os BRICS, mas também uma projeção efetivamente universal de nossa diplomacia.

Avalia-se que o conjunto dessas ações, com especial destaque para as cobertas no item a (a chamada “diplomacia presidencial”), resultaram nesse período em ganhos importantes de projeção do Brasil no mundo e avanços no diálogo e na cooperação com um número considerável de países. A presença maior e mais assertiva do Brasil no cenário internacional tem sido reconhecida por Governos, formadores de opinião e influentes órgãos de imprensa em todo o mundo. Desde 2011, o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas.

O reforço de pessoal do serviço exterior e da rede de postos, naturalmente implementado em ritmo compatível com os recursos existentes, foi importante para alcançar esses resultados. Avalia-se que o avanço continuado nesse sentido é recomendável para permitir o prosseguimento do cumprimento do objetivo com resultados cada vez mais positivos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Foi dada continuidade aos programas de apoio à participação de diplomatas dos países em desenvolvimento da CPLP no curso de formação do Instituto Rio Branco (2 diplomatas da Angola, 2 de São Tomé e Príncipe, 1 de Cabo Verde, 1 de Moçambique e 1 de Timor Leste); ao Programa de Fomento à Iniciação Científica para Angola, Moçambique e Cabo Verde (150 bolsistas atendidos); e ao Programa das Letras e dos Números, de apoio à formação de professores do ensino básico e intermediário de países africanos de língua portuguesa (110 professores de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe atendidos; Angola enviou 50 professores sem custos para o Ministério das Relações Exteriores)

- **Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram apoiadas em países membros da CPLP as seguintes iniciativas:

  • Missões de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (primeiro turno), Timor Leste (2 turnos da eleição presidencial e eleições parlamentares) e Angola (eleições gerais);

  • Processo eleitoral na Guiné-Bissau; e

  • Participação de diplomata moçambicana em estágio de formação no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa.

- **Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados**

  Análise Situacional da Meta

  Encontra-se em análise final pelo Governo a compra da Sede da Embaixada do Brasil em Pretória, no valor de R$ 3,7 milhões. Por sua vez, a Embaixada em Berlim e o Consulado-Geral em Rivera estão autorizados a contratar avaliações técnicas de preços dos imóveis que abrigam as respectivas Chancelarias.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  19/11/2012

- **Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as várias linhas de ação apontadas na análise situacional do objetivo, destacam-se como especialmente relevantes para o monitoramento da meta em questão:

1) Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países: 09 (nove) - Cuba, Haiti, Alemanha, Índia, Estados Unidos da América e Reino Unido;

2) Visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil: 17 (dezessete) - Finlândia; Benin; Geórgia; Moçambique; Tanzânia; Uruguai; Canadá; Uruguai, Reino Unido; Irlanda; e no contexto da Rio +20: França, Senegal, Nigéria, Turquia, Austrália e China;

3) Participação da Presidenta da República em eventos multilaterais que incluíram, em vários casos, encontros com autoridades estrangeiras: 09 (nove) - IV Cúpula do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); VI Cúpula das Américas; I Conferência Anual de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto; Reunião de Cúpula do G20; Rio+20; XLIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados; Cúpula Extraordinária do MERCOSUL; 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); e América do Sul-Países Árabes (ASPA);

4) Atividades do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

a. 26 (vinte e seis) visitas bilaterais: Cuba, Turquia, México, Etiópia, Tunísia, Mauritânia, Suriname, Paraguai, Vietnã, Reino Unido, Peru, República Dominicana, França, Suécia, Senegal, Barbados, El Salvador, Argentina, Israel, Palestina, Jordânia, Vaticano, EUA, Canadá, Venezuela e Colômbia.

b. 29 (vinte e nove) visitas de Chanceleres ao Brasil: Reino Unido, Ucrânia, União Europeia, Guiana, Honduras, Alemanha, México, Peru, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Bolívia, EUA, Estônia, Letônia, Libéria, Chile, Sérvia, Equador, Espanha, Hungria, Coreia do Sul, Países Baixos, Namíbia, Venezuela, Santa Lúcia, Tailândia, Portugal, Uruguai e Cabo Verde .

- **Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP**

Análise Situacional da Meta

Estava prevista a abertura da Embaixada de São Tomé e Príncipe em Brasília, que contaria com o apoio do Brasil por meio da CPLP, contudo, não houve disponibilidade de recursos orçamentários para tal, tão pouco foi feita nova previsão para sua implementação.

- **Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África**

Análise Situacional da Meta

À luz da disponibilidade orçamentária, não foi possível dar início ao programa.

A meta encontra-se em fase de reavaliação e revisão.

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro tem tido participação ativa nos esforços da comunidade internacional para fortalecer o multilateralismo. No âmbito da paz e segurança, o Brasil tem atuado de forma consistente na defesa de um Conselho de Segurança das Nações Unidas mais representativo, legítimo e eficaz.

Nesse sentido, tem coordenado esforços com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), com vistas a dar impulso às negociações e obter avanços reais no processo de reforma.

Metas 2012-2015

- **Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

  Análise Situacional da Meta

  Acompanhou-se temas de política externa ligados à Defesa: houve preparação e participação das reuniões multilaterais sobre esse tema, sobretudo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA).

  Houve ainda acompanhamento e análise do relacionamento bilateral do Brasil e Acordos na área de Defesa.

- **Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

  Análise Situacional da Meta

  Foi assinado, em janeiro de 2012, Memorando de Entendimento sobre assistência técnica ao "Projeto Piloto do Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentes de Coca" com a Bolívia.

  Ademais, teve início negociação de acordos na área de segurança pública e combate a ilícitos transnacionais com países da América, Ásia, África, Europa e Oceania. De fato, o modelo de Acordo de Cooperação para o combate a ilícitos transnacionais com o objetivo de dar maior celeridade às futuras negociações teve sua elaboração iniciada.

- **Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi cumprida. O Brasil tem envidado esforços no sentido de promover iniciativas que visem à prevenção do terrorismo e à segurança pública de grandes eventos internacionais no País. A título de exemplo, cumpre registrar a criação, em outubro de 2012, do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Segurança e Combate aos Ilícitos Transnacionais, no âmbito do Diálogo de Parceria Global. Vale ressaltar que o objeto desse Grupo vai além dos grandes eventos internacionais no País.

  Ademais, foi realizada em novembro de 2012, em Brasília, a 1ª Conferência Internacional de Segurança para Grandes Eventos. O evento, que contou com a participação de 38 Delegações, teve como objetivo apresentar aos diversos países participantes e discutir aspectos relativos à segurança dos grandes eventos esportivos que o País sediará nos próximos anos.

- **Negociar, no âmbito das Nações Unidas, Convenção Universal sobre crimes cibernéticos**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil vem acompanhando atentamente as atividades do Grupo de Trabalho para a realização de um estudo abrangente sobre o problema do crime cibernético, no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), tendo realizado contribuição financeira para o seu andamento.

  Por ora, não há consenso internacional sobre a conveniência de celebração de convenção universal sobre o tema.

- **Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)**

  Análise Situacional da Meta

  A organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 impôs desafios consideráveis à capacidade brasileira de implementação logística.

Foram gastos R$ 430,0 milhões de recursos orçamentários, esses provenientes da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, do Meio Ambiente e da Defesa, para a realização do evento.

Dentre outras demandas, a de maior destaque referiu-se à necessidade de se disponibilizar na capital fluminense as mesmas condições de trabalho encontradas na sede nova-iorquina das Nações Unidas.

A preparação logística da Rio+20 impôs, portanto, não só a necessidade de instalações especialmente adequadas ao debate pelo plenário da ONU da temática do desenvolvimento sustentável - nos cinco pavilhões do Centro de Convenções do Riocentro, selecionados para sediar a Conferência -, mas também o pleno funcionamento em diversos espaços de demonstração igualmente concebidos de maneira específica, situados em diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a mais ampla possível participação da sociedade civil nas discussões.

Com efeito, ao longo dos 10 dias da Conferência, foram organizados cerca de seis mil eventos em toda a cidade do Rio de Janeiro. Apenas no interior do Riocentro, foram organizados 488 eventos paralelos às reuniões oficiais. À margem da Conferência, foram realizadas mais de 280 reuniões bilaterais de autoridades brasileiras ou estrangeiras.

Dentre as maiores inovações, cabe destacar a realização dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, cujos painéis tiveram frequência média aproximada de 1.300 pessoas, expressando, assim, numeroso público de especialistas interessados em modalidade experimental de interação entre a sociedade civil e a agenda oficial de debates.
A título de comparação, vale ter presente que a área do Riocentro utilizada pela Rio+20 (571.000 m²) correspondeu ao dobro da área utilizada pela Rio-92, realizada vinte anos antes.

Na área do Parque dos Atletas, situada em frente ao Riocentro, países e organismos internacionais, empresas e o Governo brasileiro, em suas diferentes esferas, demonstraram um pouco do que pode ser feito pela sustentabilidade do Planeta.

O Pavilhão do Brasil reuniu programas e projetos do Poder Executivo Federal, distribuídos em arena central e eixos temáticos, em um total de 4.000 m².

Participaram, ainda, outros 37 expositores institucionais brasileiros: órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário; 22 Unidades da Federação (AC, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, RJ, RN, RS, RO, RR, SP, SE e TO); e sete Municípios (Cubatão, Curitiba, Jundiaí, Paranaguá, Porto Alegre, Santana do Livramento e Vitória, além da Frente Nacional de Prefeitos). No total, essas exposições ocuparam 3.100 m².

Estiveram também representados 29 países, ocupando 6.175 m², 34 organismos internacionais e agências das Nações Unidas, em 2.160 m², e 16 empresas e instituições parceiras, em mais de 8.500 m².

Com efeito, foram registradas 171.869 entradas no Parque dos Atletas, no período de 13 a 24 de junho (média diária de 14.300 entradas).

No Píer Mauá, centro de eventos localizado na região portuária do Rio de Janeiro, foram realizadas exposições e atividades ligadas à ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade. No total, as exposições ocuparam área de 18.500 m², com o registro de 135.230 entradas, no período de 13 a 24 de junho (média diária de 11.300 entradas).

A Arena da Barra (HSBC Arena da Barra) - cujas instalações, situadas nas proximidades do Riocentro, destinaram-se a

receber, principalmente, seminários e apresentações organizados pela sociedade civil - abrigou em seus três auditórios, com capacidade total de 640 pessoas, cerca de 100 palestras patrocinadas por 65 diversas instituições. Foram registradas 17.779 entradas, no período de 13 a 22 de junho (média diária de 2.000 entradas).

No Galpão da Cidadania, espaço cultural localizado no centro do Rio de Janeiro, foram realizados 13 seminários, com 948 inscrições. Houve 13 shows musicais com média diária de público de 1.600 pessoas. Ocorreram apresentações artísticas oriundas de 40 pontos de cultura. O cineclube contou com três sessões diárias e média de 20 a 30 pessoas por dia.

As áreas do Museu da Arte Moderna (MAM) e de suas imediações serviram, ao longo de toda Rio+20, para múltiplas finalidades culturais, sociais e acadêmicas. Os espaços do MAM foram compartilhados pela Arena Socioambiental; pela mostra de cinema “Sustentabilidade em 24 Quadros”; por sucessivos eventos realizados pela sociedade civil; e pela mostra da campanha da ONU “O Futuro que Queremos”.

As 10 mil pessoas que assistiram aos 20 painéis organizados nas áreas do MAM acompanharam assuntos tão diversos como agricultura familiar, direitos das mulheres e cidades sustentáveis.

Mais de 15 mil pessoas visitaram diariamente a Arena Socioambiental, o que resulta em público total de mais de 100 mil. Dentre os 54 debatedores, estiveram presentes 11 Ministros de Estado.

A Arena Socioambiental também foi sucesso de público na Internet (460 mil pessoas visitaram o blog da Arena Socioambiental). Em média, 7.127 pessoas assistiram diariamente a 42 horas de palestras e atividades disponibilizadas em tempo real na web.

A Arena do MAM (Vivo Rio) foi dedicada aos eventos com público estimado entre 1.000 e 5.000 pessoas, bem como a iniciativas da sociedade civil, no período de 9 a 23 de junho, em parceria com a Cúpula dos Povos. Foram realizados concertos, coquetéis e conferências, além da formatura de 1.300 pessoas que, com o seu trabalho de voluntariado, contribuíram para o funcionamento da Conferência.

Com vistas a mitigar ou compensar o impacto socioambiental decorrente da Conferência, foram realizados estudos voltados a iniciativas específicas que lidassem com as emissões de gases de efeito estufa (GEE), os recursos hídricos, os resíduos sólidos, os gastos com energia, o transporte, a realização de construções sustentáveis; além da prática de compras públicas sustentáveis, do turismo e da alimentação sustentável.

Mais de 60 por cento dos processos licitatórios de produtos e serviços celebrados com fornecedores incluiu algum critério de sustentabilidade. Tal fato, ao perfazer a quantia de R$ 125 milhões, transformou a Rio+20 no maior processo de compras públicas sustentáveis do Governo Federal, até o presente.

Dentre as muitas medidas de sustentabilidade implantadas durante a Conferência, vale mencionar o fomento da eficiência energética e o uso de fontes e tecnologias renováveis e alternativas. Equipamentos mais eficientes utilizados então no Riocentro permitiram economia de cerca de 16.500 kWh, valor equivalente ao consumo médio de 83 residências brasileiras ao longo de um mês.

Promoveu-se igualmente o uso inédito em megaeventos brasileiros de diesel com 20 por cento de biodiesel (B20) nos geradores de energia instalados especialmente para a Rio+20, o que representou economia no consumo de diesel de origem fóssil em 280 mil litros, volume suficiente para abastecer um ônibus por mais de 800 mil quilômetros.

Para desenvolver o consumo consciente e aumentar a demanda local por alimentos mais sustentáveis, incentivou-se, assim, a elaboração de cardápios com os princípios da gastronomia inclusiva nos espaços oficiais da Conferência.

As soluções de acessibilidade física organizadas na Rio+20 representaram o maior investimento já realizado em qualquer grande evento brasileiro. No Riocentro, foram construídas passarelas e rampas para deficientes com extensão de 792m e área total de 3.966m², além de pisos e mapas táteis, balcões de orientação, empréstimo de cadeiras de rodas e serviço de acompanhamento, dentre outras adaptações. Os demais espaços designados para os eventos relacionados com a Conferência também receberam tratamento de acessibilidade física.

A acessibilidade de comunicação e de informação incluiu serviços de interpretação em língua de sinais internacionais e em língua brasileira de sinais (LIBRAS), além de audiodescrição e legendas em tempo real, em português e em inglês.

No total, foram oferecidas 2.300 horas simultâneas de serviços de acessibilidade no Riocentro, enquanto foi respectivamente prestado um total de 984 horas em áreas especificamente localizadas na Arena da Barra, no Parque dos Atletas e no Píer Mauá.

Em decorrência do caráter pioneiro e bem-sucedido em matéria de acessibilidade, a Rio+20 foi considerada pela ONU como marco a servir de modelo para as futuras conferências promovidas pela Organização.

A fim de garantir pleno acesso à informação e a conectividade total, durante a Conferência, foi montada estrutura de tecnologia da informação e comunicação sem precedentes na história das Nações Unidas.

A rede de acesso à internet sem fio (wi-fi) do Riocentro foi a maior já instalada no País para a realização de eventos. Com 300 pontos de acesso e 10 Gbps de banda, essa rede foi dimensionada para atender até 30.000 usuários concomitantemente, o equivalente à demanda de município com 150 mil habitantes.

Nesse contexto, o nosso País sediou o maior evento da história da Organização. A magnitude da Conferência verificou-se pela efetiva participação de representantes de quase todos os 193 Estados-Membros da ONU. Estiveram presentes ao Rio, com efeito, delegações oriundas de 191 países, além de dois entes internacionais com status de observadores das Nações Unidas (Palestina e Santa Sé), traduzidos, por sua vez, no comparecimento de 80 Chefes de Estado e de Governo, bem como de 20 Vice-Presidentes, Vice-primeiros-ministros e membros de Casas Reais, e de 487 Ministros de Estado.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

22/06/2012

- **Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Com relação à segurança de grandes eventos, constatou-se que o tema já estava sendo abordado por outra meta. No que concerne à segurança portuária, cumpre registrar a realização, em dezembro de 2012, em Montevidéu, do "Exercício Estratégico Simulado de Gestão de Crise em Proteção Portuária", que contou com a participação de representante da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS.

A fim de evitar redundância de esforços e de adequar-se às atuais prioridades, A meta está sendo revista para 2013.

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em matéria de discussão de desarmamento, a Conferência do Desarmamento, em Genebra; a I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas; e a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas são as instâncias multilaterais na área. O Brasil teve participação ativa nesses fóruns.

Ademais, participou-se ativamente das reuniões de peritos e dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Biológicas e da Convenção para Proibição de Armas Químicas, que contam também com obrigações de não-proliferação.

Na área de controle de exportações de bens sensíveis, participou-se do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e do Grupo de Supridores Nucleares.

Metas 2012-2015

- **Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil tem acompanhado as reuniões do Ciclo de Revisão para a IX Conferência de Exame (a última aconteceu em maio de 2012, em Viena; e a próxima realizar-se-á em abril de 2013, em Genebra).

- **Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil participou da Reunião de Peritos Governamentais da Convenção para Certas Armas Convencionais, em Genebra, em abril de 2012; da Reunião de Peritos da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, em Genebra, em julho de 2012; da XVII Reunião dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Químicas, na Haia, em novembro de 2012; e da Reunião dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, em Genebra, em dezembro de 2012.

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em matéria comercial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é o organismo multilateral em que o Brasil tem intensificado sua atuação.

A primazia conferida às negociações multilaterais, no âmbito da OMC, na estratégia brasileira de negociações comerciais internacionais explica-se, de um lado, pela necessidade de se preservar a centralidade do sistema multilateral de comércio em vista de tendências que podem debilitá-lo (proliferação de Acordos de Livre Comércio Bilaterais ou Regionais) e, de outro, porque o padrão do comércio exterior brasileiro é o da diversificação de mercados. Recorde-se que, ao contrário de

alguns países que concentram em poucos destinos suas exportações, as exportações brasileiras dividem-se em cinco grandes grupos: Ásia (cerca de 30%), América Latina e Caribe (cerca de 20%), União Europeia (cerca de 20%), Estados Unidos (cerca de 10%) e outros (cerca de 20%).

A OMC constitui, assim, foro insubstituível para a discussão de normas e disciplinas que evitem o predomínio de acordos preferenciais (regionais ou não) no comércio mundial, que acabam por conferir tratamento discriminatório uns aos outros, em prejuízo do funcionamento do sistema como um todo.

A Rodada Doha, iniciada em 2001 e ainda em curso, é a primeira rodada de negociações comerciais multilaterais sob a égide da OMC. É também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, pela prioridade atribuída às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento e a temas de desenvolvimento e de agricultura. Nesse sentido, a Rodada dirige o esforço negociador à redução do chamado "déficit de desenvolvimento" no sistema multilateral de comércio. As rodadas liberalizantes que a antecederam, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), ao longo de cinquenta anos, lograram reduzir e consolidar de modo substancial as tarifas de importação que incidem sobre bens industriais, porém não reduziram as tarifas sobre produtos agrícolas nas economias avançadas, prejudicando, portanto, o acesso a seus mercados pelos produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos.

O objetivo da Rodada Doha é, portanto, prioritariamente, o de realizar importantes reformas na política comercial dos países desenvolvidos, em particular no setor agrícola: cortes de tarifas, eliminação de picos tarifários, redução da escalada tarifária, disciplina e redução dos subsídios de apoio interno distorcivos da produção e do comércio e eliminação dos subsídios à exportação.

No âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil intensifica sua participação nas negociações de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais, com a expectativa de conclusão de um ou mais desses instrumentos, com benefícios para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência. A iniciativa, além de contribuir para a promoção dos direitos humanos, visa a dar cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). Em 2012, foi possível fazer avanços significativos nessas negociações.

A presença brasileira teve também maior visibilidade no âmbito de foros e organismos financeiros internacionais, com destaque para sua atuação no G20 - fórum informal que promove debate aberto e construtivo entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global, que apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e via oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais -, e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Senhora Presidenta da República participou da VII Cúpula do G20, realizada em Los Cabos (México) nos dias 18 e 19 de junho, em meio a um cenário de deterioração do crescimento global e de grave crise na zona do euro. Em consonância com posições defendidas pelo Brasil, a Declaração de Los Cabos salientou o objetivo de implementação de medidas em apoio à recuperação da demanda e ao crescimento global, com foco na criação de empregos. Persistem, contudo, visões diferenciadas entre os membros do G20 sobre as estratégias mais apropriadas no combate à crise. O Brasil tem assumido posição crítica tanto em relação a políticas de austeridade fiscal praticadas na Europa quanto a políticas monetárias expansionistas implementadas pelos EUA. Entende o Governo brasileiro que a estagnação da economia europeia persistirá, se a austeridade fiscal continuar impedindo seu crescimento. Os EUA, por outro lado, ao ampliarem indiscriminadamente a base monetária, estão estimulando um fluxo de capitais especulativos para países como o Brasil, o

que se reflete na excessiva valorização do real e consequente perda de competitividade dos produtos brasileiros, tanto no Brasil (face a importados) quanto no comércio exterior.

Com o apoio do Governo brasileiro, o G20 endossou, em Los Cabos, recomendações para a geração de empregos de qualidade e de empregos para os jovens, além de renovar, por mais um ano, o mandato da Força-Tarefa do Grupo para o Emprego.

Também houve avanço do G20 em outras iniciativas, anunciadas em 2011, a exemplo da implementação do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (AMIS, na sigla em inglês) e do Foro de Resposta Rápida (RRF, na sigla em inglês), sediados na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). Ao completar um ano de funcionamento, o AMIS tem contribuído para aumentar a transparência dos mercados dos quatro produtos mais comercializados internacionalmente – soja, milho, trigo e arroz –, com base em informações sobre estoques, produção e comércio internacional. Por sua vez, o RRF tem por objetivo permitir a troca de informações e eventual coordenação de posições entre os membros do AMIS, em casos de dificuldade acentuada nos mercados agrícolas, a exemplo da crise observada em 2008. Sua mais recente reunião regular foi no mês de abril.

Em 2012, o Governo intensificou seu esforço com vistas a lograr a implementação das reformas de governança do FMI. A entrada em vigor da reforma de 2010 no Fundo resultará aumento do peso do Brasil e dos países em desenvolvimento nas quotas e poder de voto da Organização. Nesse sentido, as Embaixadas do Brasil no exterior realizaram gestões, junto a diferentes autoridades dos países membros do FMI, com vistas a que acelerassem seus respectivos processos de ratificação. Embora tenha sido possível lograr-se a implementação, a reforma não entrou em vigor na data originalmente acordada (outubro de 2012), sobretudo em função do atraso por parte do principal acionista (Estados Unidos, que detêm poder de voto de 16,7% no Fundo). Até novembro de 2012, 125 membros (com poder de voto correspondente a 69,4%) haviam ratificado a reforma.

Também foram acompanhadas cuidadosamente pelo governo brasileiro as eleições para a Diretoria do FMI, concluídas durante a Reunião Anual de Tóquio (outubro de 2012). As Embaixadas do Brasil realizaram gestões que contribuíram para o ingresso de três novos membros no grupo de países (“constituency”) representados pelo Brasil na Diretoria do FMI. Como resultado, a incorporação de Cabo Verde, Nicarágua e Timor Leste amplia a diversidade da cadeira liderada pelo Brasil no Fundo, que passa a estender-se também à África e à Ásia, além de manter importante dimensão regional, com a presença de países da América Central (Panamá e Nicarágua), do Caribe (Haiti, República Dominicana e Trinidad e Tobago) e da América do Sul (Equador, Guiana e Suriname). A Colômbia, que integrava a cadeira brasileira, transferiu-se para a “constituency” do México, onde poderá aspirar a uma liderança por rotatividade.

No que concerne ao relacionamento entre o Governo brasileiro e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil aprimorou formas de auferir os benefícios propiciados por aquele organismo, como foro de debate e reflexão sobre políticas públicas de gestão econômica. Mais envolvimento formal do Brasil com a Organização não atende ao interesse brasileiro, razão pela qual se tem adotado enfoque seletivo, baseado numa avaliação do que oferece a participação nos diversos Comitês.

Metas 2012-2015

- **Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à

cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

O Fundo é administrado pelo Banco e contará com aporte brasileiro de US$ 6 milhões para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo poderão ser utilizados pelo Banco para financiar atividades tais como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários, em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Na perspectiva brasileira, o Fundo poderá apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócio, energia, meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou projetos demandados pelo BAD e por países membros, como o África Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20, e estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, respectivamente.

A avaliação da implementação das atividades iniciais do Fundo auxiliará no mapeamento das áreas de maior interesse mútuo, a partir das demandas apresentadas pelos países membros da instituição.

- **Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves**

Análise Situacional da Meta

O Consenso da OCDE sobre Créditos Oficiais à Exportação é um acordo estabelecido em 1978, do qual participam Austrália, Canadá, Coreia, EUA, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Europeia. Seu objetivo é o de estabelecer igualdade de condições para a concessão de créditos à exportação por seus participantes, impedindo a competição predatória e a concorrência desleal entre fornecedores desses créditos. Ao participar do Consenso ou seguir suas regras, um país fica imune a questionamentos por parte de terceiros na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alguns países não membros da OCDE, entre eles o Brasil, utilizam os parâmetros estabelecidos pelo Consenso como referência na concessão de créditos, de forma a balizar o cálculo de prêmios adequados para a cobertura do risco e os prazos apropriados para financiamento, bem como para proteger-se de processos de solução de controvérsias no âmbito da OMC. No caso do setor aeronáutico, inclusive por interesse da Embraer, o Brasil tornou-se, em 2007, participante pleno do terceiro Anexo do Consenso, que é chamado de Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU, na sigla em inglês). O Brasil nunca aderiu ao Consenso propriamente dito por considerá-lo um texto que não permitiria reformulação suficientemente abrangente para acomodar as práticas e interesses brasileiros.

Em fevereiro de 2012, China e Estados Unidos concordaram, em princípio, em iniciar discussão sobre os termos de um futuro instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação, que viesse a substituir o Consenso. O Brasil e a União Europeia foram convidados a participar das discussões preliminares e estiveram presentes em reunião de 14 de setembro de 2012, em Washington. Novo encontro realizou-se em 9 de novembro, desta vez com a presença de outros países (África do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Rússia e Turquia), além dos signatários do Consenso. As conversações iniciais não permitiram ainda identificar um terreno comum entre os participantes. Há também desafios significativos, entre os quais as diferenças de perspectiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

- **Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional**

Análise Situacional da Meta

O Brasil lançou sua candidatura a membro não regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) em novembro de 2009 e desde então vem procurando obter o apoio necessário por parte dos demais membros.

O processo de acessão ao Banco contempla duas etapas: na primeira fase, são realizadas consultas informais aos membros regionais e não regionais do BAsD; na segunda, a direção do Banco pode realizar missão técnica ao Brasil, seguida de votação. O ingresso de novo membro no BAsD requer a aprovação formal de 2/3 do número total de membros (o que corresponderia a 45 países), os quais devem deter ao menos 75% do poder de voto. A candidatura brasileira encontra-se ainda na etapa de consultas informais.

Entre os 67 membros do Banco, 47 países já declararam apoio ao Brasil, o que representa o cumprimento do requisito relativo ao número mínimo de membros. No entanto, tais países detêm 63,29% do poder de voto na instituição, o que é insuficiente para atender ao segundo requisito, qual seja, o do peso de votos necessário.

O Japão e os EUA detêm juntos 25% dos votos, o que faz com que o apoio de um deles seja indispensável.

A candidatura do Brasil ao Banco Asiático tem sido objeto de gestões do Governo brasileiro em encontros de alto nível entre autoridades brasileiras e autoridades norte-americanas e japonesas.

Em 2012, o Embaixador do Brasil em Manila participou, como Observador, da 45ª Reunião Anual de Governadores do Banco Asiático de Desenvolvimento, realizada naquela capital entre os dias 2 e 5 de maio.

- **Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Análise Situacional da Meta

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, esteve próxima de uma conclusão em 2008. O resultado, que teria sido o mais ambicioso na história do sistema multilateral de comércio, foi apoiado por virtualmente todos os Membros da OMC. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil).

A perspectiva de uma conclusão da Rodada ainda parece distante. Um impasse negociador persiste, consubstanciando-se em uma linha de fratura que divide, de um lado, países desenvolvidos, interessados em aumentar concessões em áreas de seu interesse ou mesmo limitar as negociações exclusivamente a esses temas e, de outro, a maior parte dos países em desenvolvimento, que buscam a manutenção da agenda abrangente de temas prevista na Agenda de Desenvolvimento de Doha, com ênfase por questões relativas ao desenvolvimento e à agricultura.

Apesar das tratativas feitas no âmbito dos trabalhos preparatórios da 8ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em dezembro de 2011, para aprovação de um conjunto parcial de resultados, não foi possível obter consenso entre as partes sobre que áreas poderiam ser contempladas, nem sobre qual estratégia deveria ser adotada para o encaminhamento efetivo das negociações a partir de 2012.

Um clima mais positivo despontou a partir de setembro de 2012, em torno da tentativa de alcançar alguns daqueles

acordos parciais até dezembro de 2013, quando se realizará a 9ª Conferência Ministerial, mas seria prematuro contar desde já com esse avanço.

Em 2013, o Brasil continuará comprometido com a conclusão das negociações, desde que em bases equilibradas, que reflitam a capacidade de contribuição de cada país. Deve-se reconhecer, no entanto, que a crise da economia global não favorece a conclusão da Rodada no curto prazo.

Enquanto não avançam as negociações da Rodada Doha, o Governo brasileiro vem intensificando negociações com vistas a abrir outros mercados para os produtos brasileiros.

Em paralelo às negociações da Rodada, o Brasil tomou a iniciativa de lançar, na OMC, uma discussão sobre Câmbio e Comércio. O objetivo brasileiro é de explorar possíveis medidas corretivas que pudessem ser aplicadas em situações em que alterações significativas e persistentes nas taxas de câmbio anulassem o efeito de proteção da tarifa de importação e distorcessem a competitividade relativa dos países. É o que tem acontecido com a moeda brasileira.

- **Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, os trabalhos do Comitê sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos nas negociações de um tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura. Por essa razão, sessão extraordinária da Assembleia Geral da OMPI, realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, aprovou a convocação de conferência diplomática, que terá lugar em Marraqueche, no período de 16 a 30 de junho de 2013, para concluir as negociações do acordo em tela. A convocação da Conferência Diplomática de Marraqueche representa passo importante para a adoção do instrumento e confirma a relevância política que o tema adquiriu nos últimos anos. Ao longo do primeiro semestre de 2013, duas sessões especiais do SCCR serão realizadas com vistas a avançar os debates sobre disposições que ainda não foram objeto de consenso.

As discussões sobre os demais temas vinculados à agenda de limitações e exceções também avançaram em 2012, mas de forma menos célere que os debates sobre pessoas com deficiência para leitura.

O Brasil apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na sua experiência nacional em torno da reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões. Considera-se que a conclusão do tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura contribuirá positivamente para os debates sobre os demais temas.

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A paralisação da Rodada Doha no âmbito da OMC, em 2008, coincidiu com o início de crise econômica internacional, que acirrou a competição por mercados. Os países que, como o Brasil, conferem primazia às tratativas multilaterais como meio de ampliação de acesso a mercados, deparam-se agora com um crescente ativismo de outros países na busca de

acordos de livre comércio com terceiros países e na adoção de políticas econômicas, com reflexos na área cambial, que lhes conferem maior competitividade exportadora. Com o Real valorizado, o produto brasileiro, por sua vez, tornou-se caro no exterior.

Trata-se de situação desafiadora para o Brasil, que sofre os efeitos dessas políticas tanto no seu próprio mercado (face ao produto importado), quanto no de terceiros, em que vários produtos brasileiros perderam competitividade. Diante desse quadro, a negociação de acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias tem lugar na estratégia do Governo brasileiro para aumentar a competitividade das exportações.

Em 2012, não se concluíram negociações de acordos de livre comércio (ALC) ou de preferências fixas. O acordo de livre comércio MERCOSUL-Palestina, assinado em dezembro de 2011, foi o último dessa natureza celebrado pelo MERCOSUL, somando-se aos ALCs com Israel (2007) e Egito (2010) e aos acordos de comércio preferencial com Índia (2004) e União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês) em 2009. Tiveram seguimento, apesar disso, as negociações de um Acordo de Associação Birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia, que procederá ao intercâmbio de ofertas de acesso a mercados no mais tardar até o último trimestre de 2013. Iniciaram-se, ainda, os entendimentos entre o MERCOSUL e o Canadá, estando atualmente todos os parceiros examinando o interesse no lançamento de negociações de um acordo de livre comércio. Foram também desenvolvidas ações para a implementação dos acordos assinados.

Em junho de 2012, foi assinada, na Cúpula do Conselho Mercado Comum, em Mendoza, Declaração MERCOSUL-China sobre o Fortalecimento da Cooperação Econômica e Comercial, que prevê medidas para incremento dos fluxos de comércio e investimentos. Em novembro, na presidência brasileira do MERCOSUL, realizou-se reunião governamental no âmbito do diálogo MERCOSUL-China, estabelecido pela Declaração de Mendoza, dando início à sua implementação. É importante frisar que não se trata de acordo que estabelece preferências tarifárias com a China, mas apenas do estabelecimento de um diálogo governamental entre o MERCOSUL e aquele país sobre temas de comércio e investimentos.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)**

  Análise Situacional da Meta

  Pela Declaração emitida por ocasião da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em Hong Kong em 2005, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de oferecer acesso a seus mercados livre de tarifas e de quotas (“Duty-Free, Quota-Free” - DFQF) a, pelo menos, 97% dos produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

  O compromisso de acesso estendia-se aos países em desenvolvimento que se declarassem em condições de fazê-lo. Em dezembro de 2009, durante a 7ª Reunião Ministerial da OMC, o Brasil anunciou seu compromisso de implementar um programa DFQF.

  Em julho de 2011, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou o Programa brasileiro de preferências comerciais (“Duty-Free, Quota-Free”) destinado aos PMDRs, assim como um segundo programa para a redução da alíquota de importação de produtos do setor têxtil e de confecções originários do Haiti.

  A concessão de acesso preferencial aos PMDRs e ao Haiti constitui iniciativa de grande significado político, pela solidariedade que o Brasil porta àquele país, ao mesmo tempo em que oferece a empresários brasileiros do setor têxtil o

estímulo para investir naquele país com vistas à exportação para outros mercados.

- **Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso**

Análise Situacional da Meta

Em coordenação com os demais sócios do MERCOSUL, o Brasil tem avançado nas negociações do marco normativo do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-União Europeia. Até o momento, foram realizadas nove rodadas de negociação.

Em abril de 2012, em Buenos Aires, realizou-se a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel, colocando o Acordo em pleno funcionamento. Nessa reunião, foi também apresentada ao lado israelense a necessidade de um mecanismo que exclua da cobertura do acordo bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel após 1967, nos termos do Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 936/2009. O Brasil busca desenvolver, em conjunto com os sócios, solução técnica sobre o tema, a ser apresentada ao lado israelense. Foram igualmente discutidas, de modo preliminar, as perspectivas de aprofundamento e ampliação do acordo.

Foram iniciados, em 2012, os trâmites internos para a aprovação e ratificação pelo Congresso Nacional do Acordo de Livre Comércio assinado pelo MERCOSUL com o Egito em agosto de 2010, em San Juan, Argentina.

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, foram organizados diversos eventos com a participação do empresariado nacional. Ademais, prestou-se apoio a missões empresariais brasileiras ao exterior e a missões empresariais estrangeiras ao Brasil. De fato, realizaram-se 19 missões ao exterior para 29 diferentes países.

Com relação à participação em feiras, de janeiro a dezembro de 2012, o Brasil esteve presente em mais de 130 feiras no exterior e em 17 eventos afins no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet em até 40%, de 46677 para 65348 empresas**

Análise Situacional da Meta

Além de ampliar a base de importadores, a meta passou a contar com componentes qualitativos, pois, após análise objetiva do cadastro, percebeu-se a necessidade de aprimorar sua confiabilidade e realizar correta manutenção do banco de dados. Atualmente, em torno de 25% do total de registros carecem de validação, e grande parte dos registros validados é feita de forma automática, sem averiguação das informações existentes.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de**

promoção comercial brasileiro

Análise Situacional da Meta

Além da manutenção dos cursos de treinamento de Chefes de SECOM, o foco estará no treinamento, por internet, com melhor custo-benefício.

Os principais produtos desenvolvidos serão o curso "on line" para funcionários de SECOM e o Manual de Trabalho dos SECOMs.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas 17 feiras em 2012, o que representa 42% da meta proposta.

  Quantidade alcançada

  17

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas 130 feiras em 2012. Apesar de não ter havido incremento em relação a 2011, não houve alteração quanto à meta esperada a ser alcançada até 2015 - 190.

  Quantidade alcançada

  130

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação**

  Análise Situacional da Meta

  21 eventos de atração de investimentos foram realizados em 2012, representando 84% da meta anunciada.

  Quantidade alcançada

  21

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos**

  Análise Situacional da Meta

  Estabeleceu-se parceria entre o Ministério das Relações Exteriores com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) em matéria de inteligência comercial, inclusive com a criação de Grupo de Trabalho entre as instituições. Foi adotado termo de referência conjunto para elaboração de pesquisas e estudos de mercado. O setor privado participará do processo e receberá diretamente os documentos elaborados sob demanda.

- **Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU)**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2004, ano de lançamento do programa, até 2011, foram realizados sete eventos no âmbito do PPE-ONU. O programa foi descontinuado em função de baixa demanda por parte de seu público-alvo. Não houve comprovação,

durante o período indicado, de incremento significativo das exportações brasileiras para o sistema ONU que justifique a permanência da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)**

Análise Situacional da Meta

O PSCI constitui programa de cooperação técnica, cuja eficácia depende, sobretudo, do interesse por parte dos parceiros comerciais pela realização de seminários e oficinas. Novos eventos relacionados ao PSCI serão realizados conforme a demanda por parte dos parceiros comerciais da América do Sul.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países**

Análise Situacional da Meta

A meta não teve qualquer evolução, tendo em vista que houve mudança de estratégia. Atualmente, a prioridade conferida à rede de SECOMs é de incremento na qualidade dos serviços prestados nas unidades já em operação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

A meta não teve qualquer evolução, tendo em vista que o sistema foi substituído em razão de sua redundância com outras iniciativas semelhantes de cooperação em matéria de atração de investimentos dentro do próprio Governo Federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Brasil participou de forma ativa nos principais foros internacionais relacionados ao tema de energia, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial. Destacam-se, entre os organismos dedicados especificamente a esse tópico, o Fórum Internacional de Energia (IEF) e o Foro Internacional de Reguladores (IRF). A A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que representa o Brasil naquela instância, sediou a Reunião Anual do IRF, de 25 a 27 de setembro. O Brasil participou, também, das discussões sobre o tema de energia em diversos organismos multilaterais como o G-20, o Grupo de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (GMEP), e a Organização Marítima Internacional.

Na área de energias renováveis, destacam-se os eventos promovidos pela iniciativa da ONU "Energia Sustentável Para Todos" (SE4ALL), da qual o País faz parte do Foro de Alto Nível, em Londres (24 de abril), Rio de Janeiro (durante a Rio+20) e Nova Iorque (24 de setembro); e da terceira Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM3), realizada em Londres (25-26 de abril), com a participação de mais de 20 países. Como copresidente da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), o Brasil contribuiu ativamente nas discussões sobre bioenergia no âmbito desse foro. No âmbito da GBEP, durante a Conferência Rio+20, o Brasil organizou seminário internacional sobre bioenergia sustentável e sediou as reuniões do "Working Group on Capacity Building for Sustainable Bioenergy" (WGCB) e do Steering Committee. No âmbito do G20, o Brasil assumiu a copresidencia do C3E ("Clean Energy and Energy Efficiency Working Group") e atuou de forma a promover tratamento equilibrado para diferentes tipos de energias renováveis, reforçando o papel de tecnologias competitivas, como bioenergia e hidroeletricidade, para os países em desenvolvimento. Destaca-se, também, a participação na Organização Internacional de Normatização (ISO), onde o Brasil atua para a promoção dos biocombustíveis.

No que diz respeito ao tema de mineração, o Brasil esteve presente nos principais eventos multilaterais nessa área com o objetivo de buscar mercados para sua produção de matérias- primas minerais, e também de defender a agregação de valor às exportações brasileiras de produtos minerais.

Por ocasião do 93º Encontro do Comitê Organizador Internacional do Congresso Mundial de Mineração (Viena, 17/09/2012), o Brasil, representado por delegação do Instituto Brasileiro de Mineração e pela Embaixada em Viena, foi escolhido para sediar o 24º Congresso Mundial de Mineração, no Rio de Janeiro, em 2016. O País participou, ainda, de diversas outras reuniões multilaterais sobre o tópico, como o VIII Fórum de Desenvolvimento da África (Adis Abeba, 22 a 25 de outubro); reuniões dos Grupos Internacionais de Estudo do Chumbo e Zinco, do Níquel e do Cobre (Lisboa, 25 a 27 de abril e 8 a 12 de outubro); e a XV reunião do Subgrupo de Trabalho XV (Mineração e Geologia) do MERCOSUL (Buenos Aires, 17 e 18 de abril).

Metas 2012-2015

- **Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país**

  Análise Situacional da Meta

  A participação brasileira nas discussões no âmbito do Conselho Energético Sul-Americano constituiu, em 2012, passo importante para a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do País. A elaboração do Tratado Energético da UNASUL demanda constante coordenação entre autoridades brasileiras e suas contrapartes sul-americanas, tendo em vista a complexidade dos temas tratados. Reflexo desse quadro foi a decisão do Conselho Energético, em maio de 2012, de criar de um Grupo "Ad Hoc" Jurídico-Político, para assessorar o Grupo de Especialistas em Energia na geração de propostas que permitam dar conteúdo normativo ao Tratado, que será instrumento para conferir segurança jurídica a investimentos conjuntos na área de energia que poderão beneficiar o Brasil no longo-prazo.

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A promoção e o fortalecimento da cooperação com os demais países (e agrupamentos) em ciência, tecnologia e inovação, incluindo TV digital e governança da Internet, experimentaram forte impulso em 2012, com o prosseguimento das

cooperações existentes e implementação de iniciativas pioneiras, tanto em relação a novos países, quanto em relação a novos temas.

A disponibilidade de recursos financeiros foi essencial para viabilizar diversas ações de cooperação em CT&I.

Metas 2012-2015

- **Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T)**

  Análise Situacional da Meta

  Prosseguiram, em 2012, os esforços para assegurar a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital por países da América Central e Caribe e África, com foco em Angola e Botsuana, na África Austral, e Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, na América Central.

  Entre as ações desenvolvidas em 2012, pelo governo brasileiro, cabe mencionar:
  a) coordenação de diversas missões de representantes da Universidade Mackenzie a Botsuana, entre março e setembro, a pedido do governo local, com o objetivo de prestar assistência na preparação e realização de testes comparativos entre os padrões nipo-brasileiro e europeu;
  b) organização e acompanhamento de missão do governo botsuanês na área de TV Digital ao Brasil, em outubro;
  c) promoção da participação de representantes dos citados países centro-americanos e africanos em reunião do Fórum Internacional do ISDB-t, realizada em Quito, em março; d) inclusão de técnicos desses países em "workshops" técnicos ministrados por técnicos brasileiros e japoneses; e) Participação em reunião do Fórum da SADC sobre Migração Digital, realizada em Maputo, em agosto.

  Em todos os casos, avalia-se que uma decisão favorável poderá ser oficialmente anunciada proximamente.

- **Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais**

  Análise Situacional da Meta

  Ao longo de 2012, o governo brasileiro expandiu, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos, suas atividades de cooperação bilateral e multilateral em ciência, tecnologia e inovação, por intermédio dos Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Exterior (SECTEC), em sintonia com a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015. Dos 14 setores inicialmente existentes - nas Embaixadas em Buenos Aires, Washington, Londres, Paris, Berlim, Pequim, Tóquio, Ottawa, Estocolmo, Moscou, Nova Délhi e Seul, além dos Consulados-Gerais em São Francisco e Nova York - foram acrescentados, ao longo de 2012, programas de cooperação em Montevidéu, Lima, Lisboa, Oslo, Helsinque, Cingapura, Genebra, Viena e Bruxelas. Com isso, a meta estabelecida foi não apenas cumprida, como também ultrapassada.

  Além da expansão das atividades dos SECTEC, registre-se o funcionamento de alguns Postos como Observatórios de Inovação, com a função de interagir com agentes de inovação (empresas, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e órgãos governamentais) dos países e Organizações onde estão situados, com vistas a explorar parcerias para programas, investimentos, associações e projetos com o Brasil. As primeiras experiências nesse sentido tiveram início no final de 2011 e estenderam-se ao longo de 2012, incluindo as Embaixadas em Londres, Buenos Aires, Cingapura, Berlim, Lisboa e Pequim. Cabe mencionar, igualmente, o crescente envolvimento dos Postos no exterior no que diz respeito à cooperação envolvendo tecnologias da informação e das comunicações.

  A quantificação da meta está representada em termos percentuais logo abaixo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

26/11/2012

- **Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, incluindo TV Digital e governança da Internet, ganhou renovado impulso com a realização de Comissões Mistas (EUA, Índia e Equador) e com reuniões temáticas/visitas/missões de parte a parte (Índia, Japão, Hungria, EUA, China, Vietnã, Alemanha, China, Rússia, Quênia, Países Baixos e África do Sul, entre outros). Foi inaugurada cooperação em C&T com o Peru (I reunião da Subcomissão bilateral de Ciência e Tecnologia, em Lima, em setembro) e com a Noruega (instalação de força-tarefa bilateral para pesquisa e desenvolvimento no setor de petróleo e gás). Foram estabelecidos diálogos na área de inovação com os EUA e o Reino Unido. Com o Canadá, lançou-se, em abril, Plano de Ação bilateral para cooperação em C,T&I 2012-2013. Com o Uruguai, tiveram início as atividades de Subgrupos de Trabalho nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e de comunicação e informação, no contexto de Grupo de Alto Nível bilateral estabelecido, em julho, por comunicado presidencial conjunto. Realizaram-se, igualmente, importantes reuniões de coordenação para exploração de oportunidades de cooperação em C,T&I no âmbito do MERCOSUL, da UNASUL e do IBAS. O Brasil recebeu missões do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares-CERN, do "European Southern Observatory"-ESO, no contexto de uma possível adesão brasileira a essas organizações.

No que se refere à Sociedade da Informação, cumpre assinalar a realização, em julho, em Washington, da I reunião do Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Internet e Tecnologias da Informação e das Comunicações. Foram também iniciados diálogos estruturados em matéria de Internet com a União Europeia (no contexto do Diálogo sobre Sociedade da Informação, realizado em novembro, em Bruxelas) e os demais BRICS (mesa-redonda em Pequim, em setembro). Com a China, reuniu-se, em novembro, em Pequim, a Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). O Brasil manteve ativa participação nos foros internacionais sobre governança da Internet (Corporação da Internet para Nomes e Números-ICANN e Fórum de Governança da Internet-IGF), bem como das reuniões sobre o assunto no âmbito das Nações Unidas (Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Segunda Comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas). No âmbito regional, o Brasil procurou exercer papel aglutinador na cooperação em torno dos temas afetos à sociedade da informação, em particular a Internet.

Em matéria de TV Digital - objeto de meta específica - prosseguiram os esforços voltados à disseminação do padrão nipo-brasileiro de TV Digital, com especial foco em países da América Central (Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua) e da África Austral (Angola e Botsuana). Ao mesmo tempo, o Brasil manteve ativa participação nos foros que reúnem os países que já adotaram o padrão (Fórum Internacional do ISDB-T e Conferência Intergovernamental da Televisão Digital Terrestre, esta última estabelecida em março, em Quito) com vistas à consolidação e harmonização.

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado graças à abertura de novos postos e

à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema. O crescimento da demanda por serviços consulares brasileiros no exterior gera a necessidade de adequar as práticas consulares em termos quantitativos e qualitativos, o que será tratado por evoluções no Sistema Consular Integrado.

Metas 2012-2015

- **Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%**

  Análise Situacional da Meta

  Já no primeiro ano do PPA, a meta foi superada ao inicialmente proposto.

  Tal fato ocorreu pelo aumento da proporção de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado, que foi possível graças à maior informatização dos Postos, reduzindo o número de documentos antes processados fora do Sistema.

  Quantidade alcançada

  95,71

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As principais realizações do período foram a manutenção do alto nível de habilitação de profissionais em relação à demanda do órgão, assim como a aprovação de candidatos afrodescendentes em função das bolsas de estudo concedidas.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma**

  Análise Situacional da Meta

  A turma 2012/2014 do Curso de Formação é composta por 42 alunos, dos quais 12 são bolsistas estrangeiros, correspondendo a 28% do total.

  Quantidade alcançada

  28

  Data de Referência

  16/11/2012

- **Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, dois bolsistas afrodescendentes foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, entre os 69 bolsistas do período, equivalendo a 2,9%.

  Quantidade alcançada

  2,9

  Data de Referência

  16/11/2012

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Para cumprir o objetivo proposto, são desenvolvidas as seguintes iniciativas:

a. Rede Brasileira de Ensino no exterior (RBEx), que se apoia nos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), no Programas de Leitorados, bem como em instituições privadas sem fins lucrativos que mantêm convênios com Embaixadas e Repartições Consulares para o ensino do idioma a estudantes estrangeiros;

b. Cursos de Formação Continuada de Professores de seus Centros Culturais;

c. Participação em encontros e reuniões nacionais e internacionais;

d. Colaboração com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na implementação do Plano de Ação de Brasília, inclusive no que tange à organização de colóquios sobre a língua portuguesa e na elaboração do Portal do Instituto;

e. Colaboração com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na aplicação do exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELP-BRAS);

f. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) - Criado oficialmente em 1965, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras;

g. Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) - Criado oficialmente em 1981, oferece bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) em IES brasileiras;

h. Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME) - Oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destina-se à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais;

i. Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD) - Também oferecido pelo EMA, destina-se à preparação de aquaviários, provenientes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais, para atividades que exijam qualificações especiais;

j. Programa de Auxílio ao Estudante Brasileiro (PAEB) – No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, em parceria com Embaixadas e Consulados, promoção de atividades de auxílio e informação aos bolsistas do programa no exterior;

k. Programa de Divulgação da Realidade Brasileira (PDRB), planejado e executado em conjunto com as diversas missões do Brasil ao redor do mundo, com o objetivo de divulgar nossos valores e cultura por meio de diversas ações, como exposições, eventos acadêmicos, seminários, traduções de livros e realização de concertos;

l. Publicações, realizadas em diversos idiomas, sobre aspectos importantes da cultura e da realidade brasileiras, como música, culinária, capoeira, festas populares, teatro, futebol, culturas indígenas, integração da América do Sul, biocombustíveis, ciência e tecnologia;

m. Programa Formadores de Opinião (PFO), que convida jornalistas e outros formadores de opinião estrangeiros a conhecerem, no Brasil, projetos exitosos em setores como cultura, ciência e tecnologia e infraestrutura;

n. Programas de rádio, apoiados em diversos países em que o Brasil possui missões diplomáticas, com o objetivo de divulgar nossa música e cultura;

o. Planejamento e atualização de páginas eletrônicas, além de incentivo à criação e aperfeiçoamento de páginas dos Postos do Brasil no exterior e monitoramento da presença do Ministério das Relações Exteriores e de suas missões nas redes sociais;

p. Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro (PPAB), planejado e executado em conjunto com as diversas missões do Brasil ao redor do mundo, com o objetivo de apoiar e organizar mostras, festivais e exibições de produtos audiovisuais brasileiros em circuitos comerciais e alternativos, bem como nas instalações dos Centros de Estudos Brasileiros, Institutos Culturais e Postos no exterior;

q. Programas de Difusão Cultural (PDC), com o objetivo de promover e difundir, no exterior, a cultura brasileira em seus

mais diversos aspectos, em especial nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música e literatura;
r. Programa de Promoção Multilateral da Cultura (PPMC), com o objetivo de estruturar, apoiar e executar iniciativas concretas em matéria de promoção da cultura brasileira no âmbito multilateral, nas Missões do Brasil junto a organismos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizado, em 2010, o Curso de Formação Continuada de Professores (PROFIC), que consistiu na realização de dois módulos de capacitação pedagógica em Português como Língua Estrangeira. O primeiro módulo (PROFIC I) envolveu a participação de todo o corpo docente dos Centros Culturais Brasileiros (CCB), e o segundo módulo (PROFIC II) foi direcionado aos professores recém-contratados ou que nunca fizeram cursos de capacitação.

  Paralelamente, cada CCB teve a oportunidade realizar capacitações próprias, no âmbito da Programação dos Centros Culturais Brasileiros e da Programação de Difusão de Língua e Cultura: em 2009, foram realizados 9 cursos; em 2010, foram realizados os PROFICs I e II; em 2011, foram realizados 3 cursos; e, em 2012, foram realizados 15.

  Em 2013, prevê-se o início da realização de cursos de capacitação online em Português como Língua Estrangeira, por meio de plataforma digital contida no Portal dos Centros Culturais Brasileiros.

  Quantidade alcançada

  15

  Data de Referência

  23/11/2012

- **Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, o Brasil contava com uma rede de 66 Leitorados no Exterior. O aumento de interesse pela língua portuguesa em diversas novas regiões do mundo, resultante do papel de destaque que o Brasil vem assumindo no cenário internacional, e o processo de desvalorização cambial, levaram o governo brasileiro a adotar nova estratégia para distribuição dos Leitorados no exterior, privilegiando as seguintes linhas de ação:
  a) ênfase na criação de leitorados em regiões que, embora prioritárias para a política externa brasileira, ainda não contam com nenhum, ou contam com número não compatível com a importância que tais regiões passaram a ter para a política externa brasileira. É o caso dos BRICs (Rússia, Índia, China e África do Sul);
  b) criação de Leitorados em países relevantes para o Programa Ciência Sem Fronteiras. É o caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Alemanha e do Japão, entre outros;
  c) formas alternativas de apoio a instituições que já possuam cursos consolidados do português falado no Brasil: Programa de Apoio aos Leitorados, com início em 2013.

  Quantidade alcançada

  69

- **Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Existem, atualmente, 22 Centros Culturais no exterior, responsáveis pelo ensino da variedade brasileira da língua portuguesa a mais de 14 mil alunos, pela aplicação do exame CELPE-Bras, que atesta a proficiência em língua portuguesa, e pela apresentação de projetos de atividades culturais a serem apoiados com recursos do Departamento Cultural.

Em 2012, foram consolidados e modernizados CCBs, com especial destaque para o de Lima e o da Cidade do México; finalizados os trâmites para abertura de CCB em Caracas e em Buenos; e foi iniciado o processo de negociação de acordos para a implantação de CCBs na China e na Rússia.

Para 2013, a prioridade será o fortalecimento dos CCBs por meio da (i) modernização das bibliotecas; (ii) da aquisição de material permanente; (iii) da capacitação dos professores; e (iv) do incentivo à participação dos alunos em atividades culturais.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

15/04/2013

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, implementaram-se as seguintes atividades:

- editadas e reimpressas 109 (cento e nove) das 120 (cento e vinte) publicações previstas para 2012, sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Cumprida, portanto, 92,5% da meta total.
- implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa.
- Foi também implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa. Foram cumpridas 100% dessas duas metas previstas para 2012. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as obras da biblioteca virtual e as informações do cadastro.
- realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros. Assim, foram executados 30% da meta prevista para 2012.
- realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos. Neste item foram cumpridos 36% da meta prevista para 2012.

Metas 2012-2015

- **Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Foram editadas e reimpressas 109 (cento e nove) publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Cumprida, portanto, 92,5% da meta total.

  Ainda no âmbito da divulgação, foram doadas e entregues 160.240 publicações no País e 20.803 no exterior, totalizando 181.043 publicações para bibliotecas e formadores de opinião pública.

  Quantidade alcançada

  109

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa. Foram cumpridos 100% dessa meta. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as obras da biblioteca virtual.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

- **Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, portanto cumprida 100% dessa meta. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as informações do cadastro.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros.

1. X Curso para Diplomatas Sul-Americanos – 26 de março a 04 de abril.
2. I Curso para Diplomatas da ASEAN – 06 a 17 de agosto.
3. III Curso para Diplomatas Africanos – 24 de setembro a 05 de outubro.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos.

Apoiaram-se 2 (dois) eventos em que foram debatidos temas de interesse para a política externa (X Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 22 a 25 de agosto de 2012, e o Seminário "A Contemporaneidade das ideias do Diplomata Renato Mendonça", 04 de outubro de 2012), organizaram-se 4 (quatro) exposições sobre a história diplomática brasileira, no âmbito das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco ("Rio Branco: Cem Anos de Memória-Palácio Itamaraty", 10 e 11 de fevereiro de 2012; "O Barão e a Caricatura", em 15 de março de 2012; "O Barão e a Caricatura- Rio Branco nos traços dos caricaturistas", de 07 de agosto a 30 de setembro de 2012) e apoiou a segunda edição da exposição das obras de arte que integrarão o patrimônio do Ministério das Relações Exteriores, no País e no exterior ("Novas aquisições: II Concurso Itamaraty de Arte Contemporânea", em 07 de dezembro de 2012).

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar concursos anuais de dissertações de mestrados em relações internacionais e ciências políticas, com**

enfoque nos temas da política externa

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 não foi realizado concurso de dissertações.

Para os próximos exercícios serão realizados concursos anuais de dissertações e teses universitárias sobre temas de interesse da política externa brasileira.

Quantidade alcançada

0

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo alcançado por meio da prospecção, formulação e execução de projetos de cooperação técnica Sul-Sul com países em desenvolvimento da América Latina e Caribe, África e Ásia, bem como por meio da coordenação, negociação, aprovação e acompanhamento de iniciativas de cooperação técnica em parceria com governos de países desenvolvidos e organismos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o quantitativo de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional em 20%, em relação a 2010, firmados entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

O número de projetos alcançados em 2012 (1.058) aproximou-se do resultado de 2010 (1.348), não tendo sido vislumbrado acréscimo em termos percentuais, pelo expurgo de vários itens que não deveriam ter sido contabilizados no somatório do ano de 2010.

Ademais, como o objeto da cooperação técnica é o desenvolvimento de capacidades institucionais e de indivíduos no Brasil ou em países em desenvolvimento a partir da geração, transferência e absorção de conhecimentos, práticas e experiência, o indicador de sucesso da meta não deve ser medido apenas pelo percentual alcançado com a execução de projetos, mas também pelo impacto e sustentabilidade desses projetos, programas e atividades de cooperação prestados pelo Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/02/2013

- **Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Está sendo elaborada, em conjunto com a Controladoria Geral da União-CGU, proposta de alteração ao Decreto 5.151/2004 que regulamenta a cooperação recebida.

Em relação à cooperação prestada, iniciou-se a fase de elaboração de minuta na Agência Brasileira de Cooperação.

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o governo brasileiro executou intensa prestação de cooperação humanitária, a fim de garantir, principalmente, a ampliação de sua capacidade de resposta em situações de emergência e de crises prolongadas.

O aprofundamento da parceria com organismos internacionais especializados constituiu importante fator para o aumento considerável da projeção do país como doador internacional. Atestado mais notável dessa projeção foi a capacidade de aproximar diferentes organismos internacionais em torno de iniciativas propostas e elaboradas pelo Brasil.

A atuação humanitária brasileira logrou, adicionalmente, atrair a atenção de doadores tradicionais, como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Comissão Europeia, República Tcheca, Nova Zelândia, Suíça, Holanda e Espanha, tornando-os parceiros das iniciativas lideradas pelo Brasil. Atualmente, os referidos países vêm investindo em diferentes ações da cooperação humanitária brasileira por meio de aportes financeiros a organismos internacionais executores dos projetos.

Como em períodos anteriores, a cooperação humanitária pôde contar com a ampliação e constante apoio dos Grupos de Trabalho Interministeriais de Assistência Humanitária Internacional e de assuntos relacionados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO) para garantir maior eficiência e diversificação de suas ações. A exemplo disso, cabe mencionar a ampliação da capacidade brasileira de responder, principalmente no âmbito regional, a crises humanitárias por meio do envio de medicamentos e insumo hospitalar.

Foram organizados seminários internacionais sobre políticas públicas contra a exclusão social e sobre a erradicação da fome e da pobreza. Realizados no Marrocos, Tunísia e Paquistão, os seminários deram início a troca de experiências e a exploração da possibilidade de intercâmbio de boas práticas e de cooperação entre as partes.

A doação de alimentos autorizada pela Lei 12.429/11 constituiu elemento chave na prestação de cooperação humanitária ao longo de 2012. As doações de gênero alimentício constituíram cerca de 35% das ações operacionalizadas ao longo do período em tela.

Cabe mencionar, ainda, que o apoio da Casa Civil, do Congresso Nacional, da Secretaria-Geral da Presidência, da Sociedade Civil e dos organismos internacionais foi essencial para que grande parte da cooperação humanitária fosse viabilizada em 2012.

Adicionalmente, a consultoria da FAO foi fundamental para garantir a elaboração de um sistema de gestão e monitoramento das atividades da cooperação humanitária brasileira.

À luz do exposto, evidencia-se que ao longo do próximo ano buscar-se-á elaborar marco regulatório relativo à provisão de cooperação humanitária pelo Brasil; a melhoria da gestão de processos; o monitoramento das ações de cooperação humanitária; a diversificação de parceiros; o aumento do quadro de funcionários e de recursos destinados à cooperação humanitária e melhor inserção do tema da cooperação humanitária no organograma do Ministério das Relações Exteriores.

Metas 2012-2015

- **Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Proposta do referido marco legal para provisão de Cooperação Humanitária Internacional encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

- **Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o Governo brasileiro realizou 109 ações internacionais de Cooperação Humanitária, executando todo o montante orçamentário disponibilizado para esse fim.

  Destaca-se que a frustração da meta deu-se principalmente em razão da ausência de marco legal adequado para o provimento de cooperação humanitária pelo Brasil.

  Cabe mencionar, ainda, que as doações de alimentos autorizadas na Lei 12.429/11, operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), representam cerca de 35% das ações de cooperação humanitária do exercício de 2012.

  Quantidade alcançada

  109

  Data de Referência

  30/11/2012

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, promove a percepção internacional do compromisso brasileiro com os direitos humanos e temas sociais por seu forte engajamento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde e na Organização Internacional do Trabalho e demais organismos internacionais, bem como por seu intenso diálogo com relatores especiais de direitos humanos e demais órgãos de tratado. Está envolvido, ainda, com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

  Análise Situacional da Meta

  Foi incluída, entre as recomendações parcialmente aceitas pelo Brasil como resultado da avaliação a que o país foi submetido pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a de dar início a consultas com os órgãos federais e conselhos dotados de competência sobre matérias relativas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, com vistas à possível assinatura do referido Protocolo Facultativo.

- **Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)**

  Análise Situacional da Meta

  Está-se conferindo maior transparência aos critérios aplicados à seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da ONU e da OEA por meio de diálogo junto aos órgãos governamentais, conselhos nacionais e

organizações do terceiro setor dedicados aos temas de direitos humanos.

- **Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa**

  Análise Situacional da Meta

  Esteve em elaboração ao longo de 2012 o projeto de sítio eletrônico com essas características, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2013. A necessidade de informações sobre temas de direitos humanos e política externa está, no momento, sendo parcialmente atendida por meio da disposição dessas informações em sítios eletrônicos geridos pelas Delegações do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra e em Nova York, assim como pelo atendimento a pedidos específicos de informação apresentados ao amparo da Lei de Acesso à Informação.

- **Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

  Análise Situacional da Meta

  Como parte do processo de preparação interna, foi instituída, em esforço conjunto do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho e Emprego (tem), a Comissão Nacional Organizadora da Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil. Foram iniciados os trabalhos de divulgação, em nível internacional, do evento.

- **Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"**

  Análise Situacional da Meta

  O credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) depende da aprovação de projeto de lei atualmente perante o Congresso Nacional. Uma vez instituído o Conselho, este deverá preparar memoriais ao EACDH. O Ministério das Relações Exteriores devera apoiar o processo de apresentação e de credenciamento subsequentes.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2012	1.671.604
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2012	112.639
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2012	100.324
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2012	3.400
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2012	51.106
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2012	250.586
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2012	26.462
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2012	246.401
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2012	91.996
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2012	4.859
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2012	253.864
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2012	34.441
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2012	4.904
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2012	8.766
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2012	4.101
Corrente de Comércio Brasil-Equador	US$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2012	1.031
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2012	33,7
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2012	70.712
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2012	42.052
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.159	31/12/2012	3.605
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2012	3.702
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2012	62,1

Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2012	4.005
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2012	6.052

Observações:

Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
Corrente de Comércio Brasil-Argentina - Balança Comercial, Secretaria de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O Acordo de Recife, que tem o objetivo de estabelecer medidas técnicas e operacionais que regulem os controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes, está em revisão com vistas a aperfeiçoar os elementos relacionados ao controle de áreas de fronteiras.

Metas 2012-2015

- **Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi integrada a ACI/Cargas em Artigas (Uruguai), que faz divisa com Quaraí (Brasil), ainda de forma provisória, de algumas questões pendentes de negociação, como a questão envolvendo porte de arma no país limítrofe. Resolver as condições atuais que envolvem questões institucionais (a questão envolvendo o controle migratório e a necessidade de renegociar cabeceiras em ACIs previstas em Resolução do MERCOSUL e negociar cabeceira de ACI com o Peru, entre outras) é essencial para alcançar a meta prevista para 2015.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Para que o Banco do Sul (BdS) possa iniciar suas operações, o seu Convênio Constitutivo precisa ser internalizado no

ordenamento jurídico dos países sócios que representem mais de 2/3 (dois terços) do Capital Subscrito do Banco. Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela já o fizeram, o que atende a esse requisito. Assim, até abril de 2013, esses países terão de realizar suas integralizações de capital, de acordo com cronograma previsto no Convênio, para que o Banco do Sul possa começar suas atividades. Brasil e Paraguai estão com o processo de internalização tramitando em seus respectivos congressos nacionais e, no caso brasileiro, prevê-se a ratificação ainda em 2013.

Por outro lado, desde meados de 2010, as delegações dos países fundadores do Banco vem se reunindo periodicamente, tanto em plenárias de alto nível quanto em 3 Grupos Técnicos (GT1 – Delineamentos Estratégicos; GT2 –Gestão Financeira, Creditícia e de Riscos; GT3 – Organização, Administração e Métodos). Como resultado, avançou-se substancialmente na elaboração das políticas operacionais do Banco, sua estrutura organizacional, as estratégias de atuação do BdS, entre outros, que servirão como base para a gestão e operação do Banco.

Metas 2012-2015

- **Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul**

  Análise Situacional da Meta

  Tendo em vista que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações, ainda não houve financiamento de projetos-piloto.

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando à Integração Produtiva: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico, automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de Integração Produtiva - IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

Esses esforços também vêm sendo realizados no âmbito de negociações bilaterais para a IP desses setores, principalmente no âmbito da cooperação Brasil-Uruguai.

Existe a expectativa de se firmar o primeiro acordo bilateral concreto de integração produtiva Brasil/Uruguai, relativo ao setor de Energia Eólica.

Também, encontram-se em curso ações voltadas para a melhoria da competitividade do estrato industrial do Mercosul, com foco na cooperação entre APLS, na criação de um Observatório Mercosul de APLs, no desenvolvimento de um sistema de indicadores de competitividade industrial, na busca de harmonização da normativa relativa à propriedade intelectual, no fortalecimento do setor artesanal, no desenvolvimento do tema design no Bloco, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo desenvolvidos 2 projetos de Arranjos Produtivos do MERCOSUL no âmbito do SGT-7 Indústria MERCOSUL e do Grupo de Integração Produtiva – GIP.

  O primeiro projeto é de identificação de APLs no MERCOSUL com perspectivas de cooperação e parcerias. Nesse sentido foram realizados 2 mapeamentos: o primeiro mapeamento nas fronteiras com o Brasil e o segundo em cada país

do MERCOSUL, faltando incluir a Venezuela.

O segundo projeto é o de acadêmicos especializados em Projetos de clusters/APLs nos países do MERCOSUL. Cada país indicou um ponto focal, especialista em projetos, porém falta a indicação da Venezuela. O Projeto Rede de Acadêmicos do MERCOSUL visa a troca de experiências exitosas e a criação de um banco de especialistas que possam desenvolver projetos de integração produtiva entre APLs do MERCOSUL.

- **Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas**

  Análise Situacional da Meta

  O Conselho do Mercado Comum - CMC, órgão máximo do Mercosul, aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PMEs do Mercosul envolvidas em processo de integração produtiva. O Grupo Técnico encarregado de regulamentar a decisão do CMC, coordenado no Brasil pelo Ministério da Fazenda e com participação de representantes do MDIC/SDP/SCS, vem trabalhando com o objetivo de aprovar a regulamentação do Fundo.

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL, a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Bloco e o Equador deu seguimento às conversações com vistas à sua incorporação. Além da ampliação das relações intrabloco, o MERCOSUL mantém Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com os demais países da América do Sul, com exceção de Guiana e Suriname, no âmbito da ALADI. Cada ACE estabelece cronogramas de desgravação tarifária gradual e progressiva. Em conjunto, tais acordos já permitirão que a América do Sul constitua, em 2019, uma área de livre comércio.

Metas 2012-2015

- **Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59**

  Análise Situacional da Meta

  Não foi iniciada, no âmbito do ACE-58, a aceleração dos cronogramas de desgravação tarifária. A desgravação obedece ao cronograma inicialmente acordado. No ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), a discussão sobre aprofundamento de preferências tarifárias só poderá avançar após a mudança do status jurídico da Venezuela, que deixará de figurar como contraparte no acordo em vista de sua adesão ao MERCOSUL.

- **Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile**

  Análise Situacional da Meta

  O Acordo Bilateral sobre Investimento entre Brasil e Chile está suspenso para reavaliação da posição brasileira.

- **Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59**

  Análise Situacional da Meta

  A posição brasileira sobre Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia encontra-se em fase de avaliação pelas autoridades competentes.

- **Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

Análise Situacional da Meta

O tema encontra-se em negociação no âmbito do MERCOSUL. Em vista da complexidade das negociações, não há previsão para sua conclusão. Uma vez alcançado o entendimento entre os países-membros do Bloco, se poderá proceder à incorporação do tema de compras governamentais aos Acordos de Complementação Econômica.

- **Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

Análise Situacional da Meta

O início das negociações sobre a incorporação do tema de investimentos no âmbito dos ACEs dependerá da conclusão das negociações bilaterais sobre investimentos Brasil-Chile. Os entendimentos alcançados servirão de parâmetro para negociações com outros países. Os termos referentes a investimentos a serem incorporados nos ACEs deverão ter caráter regulatório, em princípio, sem definição de setores ou montantes a serem investidos.

- **Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente**

Análise Situacional da Meta

O tema encontra-se em negociação.

- **Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)**

Análise Situacional da Meta

A incorporação do comércio de serviços no ACE-58 dependerá da conclusão das negociações sobre o mesmo tema no âmbito do ACE-59, ainda em andamento.

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intrazona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Mesmo considerando os avanços alcançados em 2011, a permanência de conjuntura econômica internacional desafiadora impôs a revisão, no MERCOSUL, dos ritmos para a consolidação da União Aduaneira. Em contexto de desaceleração do crescimento e do comércio mundial, prevaleceram medidas tendentes a resguardar as economias e os mercados domésticos, com vistas a garantir a manutenção dos níveis de atividade e emprego. Por outro lado, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, efetivado em agosto de 2012, impôs esforço negociador nos níveis político e técnico, com vistas à incorporação e adequação do novo Estado Parte. Foi nesse contexto que o Brasil exerceu, no segundo semestre de 2012, a Presidência Pro Tempore Brasileira (PPTB) do MERCOSUL.

Metas 2012-2015

- **Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em razão de diferenças nos interesses dos Estados Partes, não foi possível, até o momento, contar com mecanismo automático de revisão periódica de regulamentos técnicos (RTM) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) harmonizados no MERCOSUL. Não obstante, os RTMs e SPS continuam a ser regularmente revistos, caso a caso, pelas instâncias técnicas responsáveis do Bloco, de acordo com o interesse comum.

- **Concluir a negociação para a implementação da 1ª e 2ª etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, os trabalhos de implementação da 1ª etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC (EDCT) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira se desenvolveram satisfatoriamente. Em dezembro de 2011, mudança nos parâmetros adotados pelos países gerou impasse no processo de EDCT. Em 2012, foram privilegiadas iniciativas

de construção de confiança entre as alfândegas nacionais, inclusive no que diz respeito à valoração aduaneira, questão central para a implementação da EDCT. Não há previsão para conclusão da 1ª etapa da EDCT.

- **Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento a mandato do GECEX, o Brasil propôs, no MERCOSUL, a prorrogação de Decisão que autoriza os Estados Partes a manter, em caráter excepcional e transitório, seus regimes nacionais de importação de bens de capital. A alíquota do imposto de importação aplicável para os setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações continuará a ser determinada por cada um dos Estados Partes do MERCOSUL até que sejam concluídas as negociações do novo Regime Comum de Importação.

- **Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento a mandato do GECEX, o Brasil está propondo a prorrogação, por dois anos, dos prazos para a negociação de novo regime comum em Bens de Capital. Com isso, Brasil e Argentina devem renegociar o regime comum até 31 de dezembro de 2014. O Brasil também propõe a prorrogação por mais dois anos da autorização para que os Estados Partes mantenham regimes nacionais de importação de Bens de Capital.

- **Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista os novos ritmos para a consolidação da União Aduaneira, o processo de implantação de Sistema de Validação da Informação Aduaneira de Comércio Intrazona, que se relaciona diretamente com a Eliminação da Dupla Cobrança da TEC, encontra-se suspenso.

- **Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC)**

Análise Situacional da Meta

Em razão dos desenvolvimentos na implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC - EDCT, conforme indicado acima, a implementação do mecanismo encontra-se suspensa.

- **Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"**

Análise Situacional da Meta

A revisão da Decisão CMC n° 08/94 encontra-se em suspenso, em razão do contexto negociador e da reconfiguração da agenda do bloco nos últimos semestres.

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria-Geral da UNASUL encontra-se em seu segundo ano de funcionamento. Já dispõe de sede provisória, mas ainda precisa iniciar o processo de contratação de pessoal técnico e administrativo. O atual Secretário-Geral, Alí Rodríguez Araque, permanecerá no cargo até meados de 2013. Seu sucessor ainda não foi escolhido pelos Chefes de Estado e de Governo. A Secretaria-Geral deverá construir um Centro de Comunicações em 2012-2013, em Quito.

Ao longo de 2012, o Brasil impulsionou as discussões sobre a reforma institucional do MERCOSUL, que culminaram com a Decisão CMC N° 12/12, que estabeleceu a nova estrutura institucional dos órgãos dependentes do Grupo Mercado

Comum (GMC). Além, disso, encontram-se no Congresso Nacional as normas correspondentes que permitirão ao Brasil regulamentar suas contribuições ao Instituto Social do MERCOSUL e Alto Representante-Geral do MERCOSUL. Deverá ser encaminhado ao Congresso norma de mesmo teor relativa ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

Metas 2012-2015

- **Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  Em setembro de 2011, durante a LXXXV Reunião Ordinária do GMC, o Alto Representante Geral apresentou projeto de decisão sobre a criação do Fundo de Participação Social. O tema permanece na agenda do GMC. Em 2012, em função da conjuntura política do bloco, a agenda do Mercosul esteve centrada na adesão da Venezuela. Por essa razão, naquele ano, não foi possível aprofundar o debate, o qual está sendo retomado em 2013.

- **Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria-Geral da UNASUL está localizada em sede provisória em Quito, Equador, desde 2011. O governo equatoriano está realizando os estudos técnicos necessários para iniciar a construção da sede definitiva, na mesma capital. Em junho de 2012, o venezuelano Alí Rodríguez Araque assumiu a Secretaria-Geral, em substituição à colombiana María Emma Mejía.

  O Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL aprovou os orçamentos do organismo para o biênio 2011-2012 e para o ano de 2013, nos valores de US$ 11 milhões e US$ 8 milhões, respectivamente. Entre outras rubricas, os orçamentos preveem o custeio das atividades do Secretariado.

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A UNASUL desenvolve o Projeto para a Implementação do Banco de Preços de Medicamentos, no valor de US$ 142 mil, o Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Caráter Socioeducacionais e Sociotécnicas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (US$ 1,3 milhão), o Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Área de Energia (US$ 750 mil), e programa baseado na Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome. As iniciativas estão em fase de aprovação pelos órgãos pertinentes da UNASUL.

O Plano Estratégico de Ação Social - PEAS é o principal tema em discussão no âmbito da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), órgão responsável por supervisionar sua implementação. Atualmente, o financiamento do PEAS é o principal tema em debate na CCMAS.

Durante a Presidência Pro Tempore Brasileira de 2012, foram convocadas as duas primeiras reuniões do Grupo de Trabalho Ad Hoc criado pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) para a negociação de mecanismos de financiamento. Atualmente, há o consenso de que é necessário reservar fundos para a promoção de políticas sociais regionais. Os possíveis modelos a serem aplicados estão em estudo.

O Projeto de Erradicação da Fome e da Pobreza Extrema, com origem na Reunião de Ministros e Autoridades do

Desenvolvimento Social (RMADS), é o que se encontra em estágio mais avançado de elaboração no marco do PEAS. Durante a PPTB 2012, o governo brasileiro promoveu seminário internacional sobre o tema. Também durante a PPTB 2012 foi apresentado à CCMAS o projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**

  Análise Situacional da Meta

  A definição de cronogramas está vinculada à discussão sobre o financiamento do Plano Estratégico de Ação Social - PEAS, tema que é tratado com alta prioridade na Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul - CCMAS.

- **Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL**

  Análise Situacional da Meta

  O Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL desenvolveu ferramenta virtual no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Instrumentos de Cooperação, coordenado pelo Brasil. A ferramenta busca compilar dados sobre os programas de cooperação na área social a serem oferecidos ou demandados pelos Estados Membros da UNASUL, de maneira a permitir uma melhor coordenação da cooperação técnica no âmbito do organismo.

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Durante o segundo semestre de 2012, o Brasil, no exercício da Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB), procurou impulsionar as medidas previstas no Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul. A respeito, cumpre destacar a situação de algumas das principais ações previstas no Plano de Ação:

- Área de fronteiras: está em curso, nas instâncias especializadas do MERCOSUL (Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Subgrupo Técnico de Controle e Operações de Fronteiras do CT 2), a revisão de aspectos do Acordo de Recife, com vistas a aperfeiçoar os elementos relacionados ao controle de áreas de fronteiras. O Acordo de Recife tem o objetivo de estabelecer medidas técnicas e operacionais que regulem os controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes e deverá ter papel importante para aperfeiçoar os controles migratórios entre os países do bloco.

- Trabalho e Emprego: Está em curso nas instâncias competentes do MERCOSUL (Subgrupo de Trabalho n. 10 - SGT 10) discussão sobre o processo de harmonização de legislações e procedimentos trabalhistas e previdenciários dos Estados Partes. O propósito do exercício de harmonização é reduzir as assimetrias decorrentes de disparidades de proteção laboral e facilitar a circulação de trabalhadores no MERCOSUL. Está, igualmente, em curso o exercício de revisão da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL.

- Circulação de Pessoas: durante a PPTB foram envidados esforços para ampliar o Acordo de Residência do Mercosul. Como resultado, a Colômbia, Estado Associado ao MERCOSUL, aderiu ao acordo no segundo semestre de 2012.

- Educação: durante a Cúpula de Brasília, que encerrou a PPTB 2012, foi aprovada a criação do Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), com o objetivo de promover um salto qualitativo e

quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do bloco. Deverão ser priorizadas a mobilidade nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação existente (Sistema ARCU-SUL) e as iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL.

- Direitos do Consumidor: estão em andamento negociações para criar Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. O acordo possibilitará que, em um contrato firmado no bloco, o consumidor seja favorecido pela aplicação da lei do Estado Parte que se mostre mais benéfica.

Ainda durante a PPTB, foram tomadas medidas para fortalecer o Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARM), que tem incumbência funcional de trabalhar pela implementação do Plano de Ação. Foi autorizada a realização de concursos para suprimento de cargos vagos no escritório do ARM, dando-lhe maiores condições de cumprir seu papel na implementação do Estatuto da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para o cumprimento das ações internas necessárias para assegurar a plena implementação, em 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  O pilar da cidadania do MERCOSUL é um dos fundamentos do processo de integração. A Decisão 64/10, que estabeleceu um Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, visa complementar e consolidar as cidadanias nacionais, não substituí-las. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo. Atualmente, a meta dos Estados Partes é implementar o Plano de Ação até o 30° aniversário do MERCOSUL, em 2021. Como a implementação do Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania é um processo em negociação entre os Estados Partes do Mercosul, não é possível fixar datas e cronogramas peremptórios.

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), em 2012 o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional. O Conselho foi desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração. Em 2011, quando o Brasil exerceu a Presidência pro tempore do Conselho e coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico 2012-2022, também ficou definida a agenda dos 31 projetos que integrarão a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), que juntos somavam R$ 13 bilhões em investimentos.

A atualização da Carteira de Projetos do COSIPLAN é anual e ocorre por meio de reuniões entre os Grupos de Trabalhos Executivos (GTEs) da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). O objetivo é proporcionar um espaço para o intercâmbio de informações sobre os projetos entre os países que compõem cada Eixo de Integração e Desenvolvimento, incorporando ou eliminando projetos, e atualizando sua situação de execução.

No primeiro semestre de 2012, os ministérios e secretarias envolvidos nos projetos brasileiros se reuniram para discutir

os avanços, as revisões e as alterações da Carteira. Em novembro de 2012, o resultado obtido em reuniões dos GTES dos Eixos de Integração e Desenvolvimento foi apresentado na Reunião do Comitê Coordenador do COSIPLAN. A Carteira de Projetos atual é composta de 544 projetos, que preveem cerca de US$ 130 bilhões de investimentos.

A situação atual da Carteira de Projetos é a seguinte:
- 168 projetos estão em fase de execução, somando US$ 54,6 bilhões em investimentos, correspondendo a 41,9% da Carteira;
- 302 projetos estão na fase de pré-execução ou perfil, somando US$ 62,9 bilhões de investimentos, correspondendo a 48,4% da Carteira; e
- 74 projetos já foram concluídos, com investimentos de US$ 12,650 bilhões, correspondendo a 9,7% da Carteira.

Em 2011, a partir dessa Carteira geral, foi selecionada a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), composta por 87 projetos individuais da Carteira de Projetos, que constituem 31 projetos estruturados, prioritários para o processo de integração, e escolhidos por consenso entre os 12 países-membros, com o compromisso dos respectivos governos para sua execução.

Está sendo desenhado o Sistema de Monitoramento Permanente da API - SMP. No ano de 2012, chegou-se a consenso sobre as diretrizes do SMP e já se realizou o primeiro exercício de simulação do sistema. Também foi feita a atualização e aperfeiçoamento da qualidade das informações contidas na ficha dos projetos estruturados. O Sistema de Monitoramento Permanente contemplará os seguintes módulos: a) identificação do projeto estruturado; b) descrição do projeto estruturado; c) monitoramento permanente; d) dados de contato de cada Coordenação Nacional dos países envolvidos nos projetos; e e) informações complementares.

Metas 2012-2015

- **Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  A Agenda de Projetos Prioritários de Integração tem 31 projetos estruturados, integrando 87 projetos individuais. A implementação da API foi iniciada, estando já em estágio de execução ou concluído, por parte do Brasil, os seguintes projetos:

  1) Linha de Transmissão 500 kv Itaipu – Villa Hayes, da Subestação Villa Hayes e Ampliação da Subestação Margem Direita Itaipu. Este projeto está em execução. Ele conta com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM. Estima-se que esteja concluído em dezembro de 2013. Em 2012, foram realizadas obras de fundação e suporte e foi concluído o caminho de acesso principal à Subestação Villa Hayes. Também foram realizadas obras de fundação e suporte na Subestação Margem Direita Itaipu e foi iniciada a obra de drenagem.

  2) Readequação da Rodovia Caracas – Manaus. Este projeto está em execução.

  3) Melhoramento da navegabilidade do Rio Tietê. Este projeto está em execução, com conclusão prevista para junho de 2016.

  4) Melhoramento da navegabilidade do Rio Alto Paraná (Águas Arriba Saltos del Guairá). Este projeto está em execução, com conclusão prevista para novembro de 2015.

  5) Anel Viário de Campo Grande. Este projeto está em execução, com conclusão prevista para maio de 2013. Ainda é necessário concluir a realocação da rede de energia elétrica e a regularização do processo de desapropriação.

6) Transporte Multimodal no Sistema Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos. Este projeto está em fase de execução. Este projeto foi escolhido para a aplicação de uma metodologia específica de planejamento territorial, o que reitera a sua prioridade.

7) Adequação Ferroviária de Bitola no trecho Rivera - Santana do Livramento – Cacequi. Este projeto foi concluído no segundo semestre de 2012.

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro, conforme explicitado na Política e na Estratégia Nacional de Defesa, tem dado continuidade às ações de defesa em consonância com um planejamento de longo prazo intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional e regional, dentro de um amplo contexto de plenitude democrática e de respeito aos nossos vizinhos, com os quais mantém-se uma relação sólida de amizade e cooperação.

É neste contexto que se contribui para a integração da América do Sul e para a manutenção da estabilidade regional, promovendo o incremento das atividades destinadas à cooperação nas áreas de fronteira do País, à intensificação de parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Ressalte-se a cooperação prestada em relação às Operações de Manutenção da Paz, com a participação de militares, com responsabilidades crescentes, em diversos continentes, sob a orientação das Nações Unidas, em benefício à paz mundial e à defesa nacional. Ademais, são oferecidos cursos e treinamento, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), a militares, policiais e civis brasileiros e de Nações Amigas para missões de paz e desminagem humanitária.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa**

  Análise Situacional da Meta

  A cooperação na área militar com os países da América do Sul tem sido ampliada. Em 2012, foram desenvolvidas uma série de atividades, entre seminários, reuniões, estudos, oficinas que aprofundam cooperação e o diálogo institucional entre os países da América do Sul na área de defesa. Nessa linha, foi objeto de cooperação atividades para o desenvolvimento de um Avião de Treinamento Básico-Primário Sul-americano e de um veículo não tripulado regional. Além disso, discutiu-se com os países vizinhos possibilidades de ampliar a cooperação em temas como Tecnologia Industrial Básica para a área de Segurança e Defesa, prevenção de riscos e respostas a desastres naturais, incorporação da mulher na Defesa, análise conjunta de riscos e ameaças à paz regional e mundial, além de um exercício combinado regional na carta, de Operações de Manutenção da Paz denominado "UNASUL II", na cidade de Buenos Aires – Argentina, entre os dias 1º e 5 de outubro de 2012.

- **Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)**

  Análise Situacional da Meta

  O CEED/CSD encontra-se em pleno funcionamento, contando com analistas brasileiros naquele Centro, que tem como

objetivo capacitar pessoal para o desenvolvimento de um “pensamento sul-americano de defesa”, usando “cooperação” e “integração regional”.

Em 2012, na Escola Superior de Guerra do Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizado o Curso Avançado de Defesa, destinado aos Altos Funcionários de Defesa dos países sul-americanos (UNASUL/CDS), civis e militares, contando com representantes de 11 países da América do Sul. Além disso, foi desenvolvido o Programa Sul-Americano de Formação de Civis em Defesa, que contou com representantes dos 12 países da América do Sul.

- **Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

Foram firmados os seguintes acordos:

- Argentina – Mecanismo de Diálogo Político Estratégico (17/Abr/2012);
- Colômbia – Declaração Conjunta de Cooperação na Área de Defesa (17/Jan/2012);
- Peru – Comunicado Conjunto para o incremento da Cooperação Naval e Aeronáutica (14/Fev/2012).

- **Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)**

Análise Situacional da Meta

Do Plano de Ação decorrem quatro atividades de responsabilidade do Brasil:

Atividade 1: Criar um Grupo de Trabalho responsável por estabelecer uma metodologia que permita padronizar um mecanismo para tornar mais transparente o inventário militar dos países sul-americanos e sua atualização periódica.
Situação: Ao fim de seu primeiro ano de trabalho, o GT produziu e concluiu conjunto de informações sobre a adoção do Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM).

Atividade 2: Realizar um Seminário Internacional de Tecnologia Industrial Básica - Segurança e Defesa, para incentivar a cooperação e o intercâmbio da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa na América do Sul.
Situação: O Seminário foi realizado na cidade de São José dos Campos – Brasil, no período de 21 a 23 de novembro de 2012.

Atividade 3: Formar um Grupo de Trabalho de especialistas para elaborar um estudo de viabilidade para o desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aviões não tripulados e elaboração de um relatório em um prazo de seis meses.
Situação: Os países sob coordenação do Brasil realizaram o relatório de estudo de viabilidade de um veículo não tripulado regional, cujo objetivo foi a análise de compatibilidade entre os Requisitos Operacionais enviados pelos países participantes do grupo de trabalho, de forma a obter um padrão de ampla aceitação. Este relatório é de conhecimento dos países membros.

Atividade 4: Realizar um Curso destinado aos Altos Funcionários de Defesa dos países sul-americanos, civis e militares, durante o ano de 2012.
Situação: O Curso Avançado de Defesa na Escola Superior de Guerra do Brasil foi realizado na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, de 27 de agosto a 1º de novembro de 2012, contando com representantes de 11 países da América do Sul.

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na

promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Alinhada às demais competências e prioridades estabelecidas pelo governo, a secretaria executiva da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, atuou, ao longo de 2012, na criação e implementação dos 11 (onze) Núcleos Estaduais de Fronteira e, em estreita colaboração com os mesmos, na orientação para a elaboração dos Planos para o Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira Estaduais – PDIFs, nove dos quais já entregues ao MI.

Além disso, foi elaborada uma proposta para um plano federal para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira, denominado Plano Brasil Fronteira, apresentada aos Núcleos Estaduais por ocasião do II Encontro Anual de Núcleos Estaduais de Fronteira, realizado em Tabatinga/AM, em dezembro de 2012. Os objetivos perseguidos nessa proposta de plano são coerentes com as competências relacionadas nos incisos I, II, III, IV, V e IV do Regimento Interno do MI e decreto de criação da CDIF, Decreto de 08 de setembro de 2010.

Para a faixa de fronteira está ocorrendo o mapeamento das cadeias produtivas relevantes e da infraestrutura econômica existente, principalmente a logística, no sentido de identificar oportunidades para a promoção do adensamento e diversificação da base produtiva da faixa.

Além disso, um sistema de acesso a mercados está sendo formatado, proposta essa alinhada à competência relacionada no inciso II do Regimento Interno do MI – planejar e coordenar a implementação de ações voltadas para a superação da pobreza extrema, sobretudo, fomentar micro, pequenos e médios empreendimentos, com vistas a reduzir as vulnerabilidades das populações fronteiriças. Essa iniciativa poderá ser estendida a outras regiões além da faixa de fronteira, onde se localizam os pilotos atualmente em execução.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros**

  Análise Situacional da Meta

  Tiveram início as atividades para a consecução da meta, sendo que o projeto se encontra em fase de formulação.

- **Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades para a consecução da meta tiveram início no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	10/01/2013	44,32
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2012	35,91
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	10/01/2013	27,75
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	10/01/2013	1,72
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	10/01/2013	90,69
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2012	1,12

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, os recursos alocados possibilitaram a continuidade da adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB. Neste sentido, deu-se início à implantação do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados - STVD dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) e dos Serviços Regionais de Proteção ao Voo (SRPV).

Iniciou-se, ainda, a implantação do novo software do STVD, denominado de SAGITARIO, nos Centros de Controle de Aproximação (APP, na sigla em inglês), que tem como objetivo controlar as aproximações, via radar, das aeronaves para os aeródromos.

Quanto à modernização dos sistemas de proteção ao voo, deu-se continuidade à modernização das Torres de Controle de Tráfego Aéreo (TWR, na sigla em inglês) nas quais estão sendo implantados sistemas integrados de informações de última geração, onde todas as informações necessárias para a tomada de decisão do Controlador estão disponibilizadas de modo a aumentar a eficácia e segurança dos voos.

Iniciou-se, ainda, a substituição dos sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) localizadas em diversas unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, foram substituídos os geradores de hidrogênio (responsáveis por inflar os balões meteorológicos utilizados diariamente para aferição de temperatura, pressão atmosférica, umidade e velocidade do ar em altitude) de diversos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA). Iniciou-se, também, a substituição de Estações Meteorológicas de Superfície (EMS-1) que já se encontravam próximas do limite da sua vida útil.

Teve início a substituição de antigos sistemas de navegação por rádio "Very High Frequency Omnidirectional Range" (VOR) pelo mais moderno "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range" (DVOR). Esses equipamentos são fundamentais para que os pilotos tenham informações relativas a sua localização / distância em relação a um ponto específico da terra.

Gradativamente, começaram a ser substituídas antigas Estações de Rádio VHF por mais modernas, que possibilitam a comunicação entre as aeronaves com os diversos centros de controle do Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Ademais, estão sendo implantadas Estações de Rádio V/UHF, no sentido de se ter uma maior densidade de equipamentos distribuídos no território brasileiro, aumentando, dessa forma, a qualidade das comunicações e o consequente incremento na segurança das operações aéreas.

O mesmo se aplica aos radares antigos, cuja modernização busca proporcionar maior disponibilidade operacional e, consequente, aumento da capacidade de controle dos setores dos Centros de Controle de Área (ACC).

No ano de 2012, os recursos alocados possibilitaram a continuidade do desenvolvimento da Plataforma Avançada de Treinamento e Atualização Operacional - PLATAO, que visa prover os órgãos operacionais de ferramenta capaz de proporcionar treinamento mais realístico, bem como de simular situações complexas de tráfego aéreo, a fim de disponibilizar ao controlador maior capacitação técnica.

Ainda no que diz respeito ao treinamento, aperfeiçoamento e ampliação da capacidade operacional dos Controladores de Tráfego Aéreo, implantou-se no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA) simulador de torre de controle em 3D (tridimensional), com 270º de visualização, que contempla 10 cenários de locais distintos para simulação e, ainda, permite que outros cenários sejam criados.

Dando continuidade ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, estão sendo instalados "Instrument Landing System" (ILS) em diversos aeródromos. Esse equipamento é fundamental para orientar os pousos, especialmente nas aproximações em condições de voo por instrumento (com baixa visibilidade).

Iniciou-se a implantação do "Digital Automatic Terminal Information Service" (D-ATIS) - serviço de informações aeronáuticas feito por meio de “data link”. Encontra-se, também, em fase implantação a cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B) na Bacia de Campos, que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves empregadas nas operações "off shore" (plataformas de petróleo) naquela região, considerada estratégica para o País. Esse é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal forma que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle mesmo em locais desprovidos de cobertura radar.

Há que se destacar que se cumpriu extenso programa de trabalho em prol da prevenção de acidentes aeronáuticos no País. Entre as atividades, foram realizados cursos, seminários, palestras na formação e qualificação de profissionais para o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER). Vale ressaltar ainda que se realizou leitura de gravadores de voo, a continuidade do ensino a distância, elaboração de relatórios finais de investigação e emissão de recomendações de segurança de voo para empresas aéreas e órgãos do sistema.

Dentre os fatores que ajudaram na execução da política cabe ressaltar a excelência no planejamento de curto e médio prazos no que se refere à manutenção do SISCEAB e modernização com novas tecnologias de acordo com as normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Para 2013 pretende-se dar continuidade aos Projetos supracitados, que estão relacionados às iniciativas relacionadas a esse objetivo.

Metas 2012-2015

- **Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Foram instalados no ano de 2012 radares de controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Barcelos (AM), Navegantes (SC) , SINOP (MT), Tefé (AM).

Foram adquiridos mais dois radares transportáveis (INDRA).

Estava prevista a instalação de um radar na área de Vitória, entretanto foi decidido pela implantação da multilateração, o que diminuiu a necessidade de implantação de radar para aquela localidade.

Para os anos de 2013 e 2014, está prevista a instalação de radares para as seguintes localidades: Palmas (TO), Londrina (PR) e Chapada dos Guimarães (MT), este último trata-se de radar meteorológico.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	1	30/11/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	30/11/2012
Região Norte	2	unidade	2	30/11/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	1	unidade	1	30/11/2012

- **Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não houve modernização de radares de vigilância.

No período de 2013 a 2015 está prevista a modernização de seis radares de controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Porto Espiridião (MT), Guajará-Mirim (RO), Eirunepé (AM), Cruzeiro do SUL (AC), Canoas (RS) e Santa Maria (RS).

Está também prevista a modernização de onze radares meteorológicos, no período de 2012 a 2015, para as seguintes localidades da Região Norte: Belém (PA), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Eduardo Gomes (AM), Macapá (AP), Santarém (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM) e Tefé (AM). Para a região Nordeste está prevista a modernização do radar de São Luís (MA).

No total a previsão de modernização passou de 15 (quinze) para 17 (dezessete) radares.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos**

Análise Situacional da Meta

Cumpriu-se extenso programa de trabalho em prol da prevenção de acidentes aeronáuticos no País. Entre as atividades, foram realizados cursos, seminários, palestras na formação e qualificação de profissionais para o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).

Vale ressaltar ainda que se realizou leitura de gravadores de voo, a continuidade do ensino a distância, elaboração de relatórios finais de investigação e emissão de recomendações de segurança de voo para empresas aéreas e órgãos do sistema.

Quantidade alcançada

122

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O COMAER vem realizando treinamentos específicos com simuladores de voo, inclusive utilizando o intercâmbio com outros países para esse fim e, também, executando operações aéreas conjuntas e combinadas, tanto no País como no exterior, com o objetivo de capacitar o seu efetivo para operar aeronaves nacionais e aquelas adquiridas no exterior, tendo por base o seu Plano de Missões de Ensino. Em função dos benefícios decorrentes dessas atividades, que reduz custos financeiros e riscos operacionais, pretende-se intensificar essas ações no decorrer de 2013.

No que tange à manutenção e suprimento de material aeronáutico e o fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação, vale destacar que, com os recursos disponibilizados para aquisição desses itens, 270 aeronaves foram supridas e mantidas em operação, o que possibilitou a FAB alcançar 138 mil horas de voo até novembro de 2012.

Para tal êxito, por exemplo, foi mantida a estratégia de celebrar contratos que propiciem a melhoria na disponibilidade de alguns projetos, em consonância à Estratégia Nacional de Defesa e por carência do efetivo de mantenedores. Por outro lado, ainda não foi possível iniciar o Plano de Recuperação da Frota, onde o montante de R$ 100 milhões a mais, por um período de dez anos, deveria ser investido na reposição de mais aeronaves para o voo e operação pela FAB.

Todo esse esforço aéreo proporcionou ao COMAER apoiar os Projetos Calha Norte e Rondon, a Conferência Rio + 20, a Operação Gota do Ministério da Saúde e o socorro às vítimas das enchentes no Acre e em Rondônia, bem como foi fundamental nas Operações Ágata, Amazônia e Atlântico e no transporte de pessoal e carga essenciais ao sucesso das missões no Haiti. Para os resultados positivos alcançados, foi determinante a coordenação feita pela Instituição junto à Administração Central do Ministério da Defesa (MD) e, principalmente, com outros Ministérios e, também, órgãos das esferas estadual e municipal envolvidos nessas ações.

Com respeito ao material bélico, o Plano de Aquisição de Material Bélico de 2012 deu ênfase à aquisição de diversos itens necessários ao completamento da Reserva de Guerra, ao cumprimento do Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), aéreo e terrestre, relativo ao ano de 2013, à composição dos Kits de Sobrevivência das aeronaves e ao suporte das atividades de manutenção, revalidação, calibração e alienação desenvolvidas no Parque de Material Bélico da Aeronáutica.

A Área de Saúde do COMAER está organizada de modo hierarquizado e tem como objetivos centrais o atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) e o apoio às Missões Operacionais. E para que o SISAU possa ser administrado de modo eficaz, adotou-se um conjunto de indicadores gerenciais e foi desenvolvido cerca de 70% do Sistema Integrado de Gestão Administrativa Médico-Hospitalar - SIGAMEH, que irá informatizar todo o Sistema de Saúde da Aeronáutica a partir de 2013.

Nessa mesma direção, em 2012, a Diretoria de Saúde (DIRSA) investiu cerca de R$ 18.000.000,00 na compra de vários equipamentos, em especial um Tomógrafo Computadorizado de 64 cortes, um Aparelho de Hemodinâmica e um de Desorientação Espacial para o treinamento de pilotos militares. Para 2013, a DIRSA pretende dar prosseguimento à sua política de renovação do parque de equipamentos, com destaque aos destinados à montagem de seis UTIs aéreas e um Litotriptor, e planejando, também, inaugurar um novo Centro de Endourologia no Hospital Central de Aeronáutica, no Rio de Janeiro, cujas obras já foram iniciadas.

No Atendimento ao Usuário, a carência de algumas especialidades, sobretudo médicas, bem como a necessidade de uma abordagem proativa do paciente, levaram à criação e implantação do Programa PASIN - Plano de Assistência Integral, que busca gerenciar a vida do usuário dentro do Sistema de Saúde da Aeronáutica.

Noutra via, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, houve a necessidade de integrar ações entre os Hospitais,

centralizando-se, por exemplo, o serviço de emergência no Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG), impedindo a sobreposição de atividades, evitando-se desperdício de recursos e otimizando o atendimento ao usuário do Sistema.

Cabe destacar, ainda, que a Saúde Operacional adquiriu relevância nas diversas Missões de Assistência Social e de Ajuda Humanitária realizadas com apoio dos Hospitais de Campanha (HCamp), estes pertencentes ao acervo do Comando da Aeronáutica. Em 2012, na Operação Ágata IV, o HCamp foi montado pela primeira vez sobre uma balsa e, a partir desse meio de transporte, prestada assistência básica de saúde às populações ribeirinhas na Amazônia, estendendo-se às fronteiras com a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Do mesmo modo ocorreu na Operação Ágata VI, quando os profissionais de saúde da Aeronáutica se fizeram presentes nas faixas interioranas de fronteira com a Bolívia e o Peru, empregando, também, esses hospitais.

No que tange ao Sistema de Provisões da Aeronáutica, especificamente em relação ao fardamento gratuito, as ações colocadas em execução, em 2012, asseguraram o fornecimento de todos os itens previstos na Distribuição Gratuita de Fardamento, para as incorporações e para as renovações dos uniformes a serem realizadas em 2013, evitando assim o desabastecimento de material em função de imprevistos de toda ordem, que, de maneira geral, possam vir a obstar o processo regular de aquisição e distribuição das peças de fardamento.

Durante o Exercício de 2012, o crédito disponibilizado para a manutenção do Sistema de Fardamento Reembolsável foi totalmente executado, sendo que as aquisições efetuadas foram priorizadas no sentido de atender os itens de fardamento mais procurados nos 28 Postos Regionais de Venda de Fardamento, além de que houve um crescimento de 35% nas vendas em relação ao Exercício de 2011, o que serve como parâmetro para o aumento do crédito a ser executado em 2013.

Quanto ao Material de Intendência, os recursos financeiros foram insuficientes para atender às necessidades na sua totalidade, enquanto o Programa de Modernização do Sistema de Subsistência, compreendendo instalações, equipamentos e processos, continuou em andamento e seguiu o planejamento ditado pelo EMAER, obtendo êxito em todos os aspectos.

Os recursos disponíveis para alimentação levaram as Organizações a utilizar cardápios econômicos e/ou alterar seus expedientes diários e, assim, permitir o fornecimento de refeições à tropa dentro dos limites disponíveis para esse fim e atendendo às tarefas consideradas prioritárias da Unidade.

Na Área de Ensino, formação básica, a Academia da Força Aérea (AFA), em 2012, formou 179 Cadetes, futuros Oficiais da Força Aérea. Destes, 118 são Aviadores, dos quais duas mulheres; 42 Intendentes, sendo 23 mulheres; 18 do Quadro de Infantaria e 01 cadete boliviano, integrante do programa de intercâmbio entre a FAB e Nações Amigas. Outras Escolas do COMAER formaram 1.703 Oficiais e Técnicos neste ano, conforme descrito a seguir:

a) Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica (CAMAR), Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica (CADAR) e Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica (CAFAR) – 55 Médicos, 23 Dentistas e seis Farmacêuticos;

b) Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) – 21 Oficiais Engenheiros;

c) Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT) e Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC) – dois Oficiais Capelães e 157 Oficiais Temporários;

d) Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF) – com um total de 202 Oficiais;

e) Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOe) – 30 Oficiais concluindo Curso; e

f) Cursos ministrados na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) – 2.107 Sargentos de diversas especialidades.

A Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), além da formação intelectual e o incentivo aos valores e virtudes militares, estimula os seus alunos a participem de competições de conhecimento, de cultura e de ciência. Em duas delas, em 2012, os resultados alcançados foram significativos e honraram a Instituição:

a) Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA, 9 medalhas de ouro, 7 de prata e 16 de bronze, sendo que 26 alunos da EPCAR foram pré-selecionados para representarem o Brasil na International Olympiad on Astronomy and Astrophysics (IOAA) e na Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica (OLAA), em 2013; e

b) Olimpíada Brasileira de Física – OBF, um dos alunos da EPCAR, em função de seu desempenho na OBF, será o único

representante estudantil das escolas públicas de Minas Gerais que concorrerá a uma vaga para participar da International Physics Olympiad (IPhO), em 2013.

Como fator de destaque pode-se considerar ainda as parcerias realizadas com o Ministério da Saúde e com o Ministério das Cidades. Estas parcerias favoreceram o trabalho conjunto em prol das comunidades carentes da Região Amazônica, com vistas a propiciar o atendimento médico e hospitalar, levando cidadania aos brasileiros da Região Norte.

Além disso, a Força Aérea Brasileira contribuiu para o socorro às vítimas de catástrofes naturais, com base nas diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa.

Algumas dificuldades financeiras e orçamentárias impediram a expansão do referido Objetivo, no entanto, o Governo Federal pretende adotar medidas corretivas para solucionar tais entraves.

Metas 2012-2015

- **Adestrar, anualmente, 55.040 militares**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, a Força Aérea Brasileira proporcionou instrução e adestramento do efetivo da Aeronáutica por meio do treinamento técnico e operacional, nas diversas áreas de atuação, como por exemplo, nas Operações reais Ágata 4, 5 e 6.

  Dessa forma, na Operação Ágata 4, a Força Aérea Brasileira voou cerca de 800 horas cumprindo missões de Transporte Aéreo Logístico, Reconhecimento, Patrulha Marítima, Ataque ao Solo e Busca e Resgate. Em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil, realizou a inspeção em 46 aeródromos espalhados por toda a área da Operação. Essa Operação permitiu mapear uma região fronteiriça de 5,2 mil quilômetros.

  Na Operação Ágata 5 o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro realizou 19 interceptações aéreas. A FAB atuou em três grandes frentes: ações militares, apoio aos órgãos governamentais e apoio à população da região. As ações militares da FAB incluíram o reconhecimento e o registro de áreas de interesse para a atuação militar ou policial, com utilização de modernos sensores embarcados nas aeronaves R-99 e na Aeronave Remotamente Pilotada.

  A Operação Ágata 6 visou coibir atividades ilícitas na região de fronteira do Brasil com o Peru, onde foram engajados mais de 10 mil militares, sendo que a FAB participou com 900 militares e 26 aeronaves.

  Como outros exemplos de Instrução e Adestramento do efetivo, destacam-se as Operações Cruzex C2 e Operação Amazônia.

  A Operação Cruzex C2 foi uma versão inédita do maior Exercício de guerra aérea simulada da América Latina, envolvendo 12 países, na Base Aérea de Natal – RN, como se estivessem atuando em uma coalizão do modelo empregado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em conflitos internacionais.

  Na Operação Amazônia, realizada em setembro na região Norte, a Força Aérea testou um novo formato de Comando e Controle. Esse novo procedimento permitirá que cada cidade-sede dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo tenha um Centro de Operações Aéreas Local. Nessa mesma Operação, foram realizadas simulações de ataque estratégico envolvendo caças A-1 e F-5M, além de aeronaves de Controle, Alarme e Reabastecimento em voo.

  No Exercício Operacional FAEX XII foi possível o treinamento conjunto das Aviações de Caça, Reconhecimento, Patrulha, Asas Rotativas, Busca e Resgate e o Esquadrão de Operações Especiais, além do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle e o Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa. Os Exercícios proporcionaram o desenvolvimento de novas técnicas e táticas de emprego que melhoraram a capacidade da FAB em sua missão de manter a soberania do espaço aéreo.

  Como outros exemplos, podem ser enumerados, também, treinamentos nas diversas áreas de atuação relativas ao Apoio Logístico, às Operações Aéreas, à Intendência Operacional, ao Salvamento e Resgate, ao Comando e Controle e missões na área de saúde.

  Ressalta-se que, durante a Operação Ágata 4, o Hospital de Campanha Fluvial da Força Aérea Brasileira, montado sobre balsas, superou a marca de três mil atendimentos médicos e odontológicos na região de Moura e Barcelos, a mais de 400 km de barco pelo Rio Negro. Os militares da área de saúde fizeram atendimentos nas especialidades de Clínica

Médica, Pediatria, Ortopedia, Ginecologia, Dermatologia, Odontologia e Citopatologia.

As Ações Cívico Sociais realizadas pela Força Aérea Brasileira também foram destaque na Ágata 5. Assim, populações em situação de vulnerabilidade social do Sul e do Centro-Oeste do País tiveram a oportunidade de receber atendimento médico, contando com uma iniciativa inédita da FAB, uma ação cultural para a prevenção de drogas.

Um Hospital de Campanha instalado em Belo Horizonte atendeu 4,2 mil pessoas no mês de maio de 2012. Ao todo, 84 profissionais de saúde, sendo 55 médicos, 23 dentistas e seis farmacêuticos, participaram do atendimento que integra o período de adaptação militar para ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde da Aeronáutica.

Os militares da FAB também tiveram suas capacitações implementadas com recursos alocados às Organizações Militares, por meio do Plano de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, possibilitando o treinamento em Organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares, logística de suprimento de aviação e de proteção ao voo. Para a manutenção da operacionalidade da FAB, também foram realizadas missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, de forma que os pilotos e técnicos da área de manutenção de aeronaves fossem replicadores de conhecimento ao efetivo da Força, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

Quantidade alcançada

55.040

Data de Referência

30/11/2012

- **Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio**

Análise Situacional da Meta

Tomando-se como referência outubro de 2012, foram capacitados/formados cerca de 14% do efetivo da força aérea brasileira. Os principais cursos englobados na capacitação são citados em seguida:

- curso de formação de cabos; curso de especialização de soldados; curso de formação de sargento; estágio de adaptação à graduação de sargento; curso de formação de médicos dentistas e farmacêuticos; estágio de adaptação de oficiais temporários; curso de tática aérea para oficiais e graduados; curso de especialização em logística; curso básico de manutenção para oficiais; curso de padronização de instrutores e curso de negociação de contratos internacionais e acordos de compensação.

A projeção para o exercício de 2013 é de serem capacitados/formados cerca de 22% do efetivo da força aérea brasileira, podendo variar de acordo com o numero de matriculados nos cursos e número de alunos formados.

Quantidade alcançada

14,61

Data de Referência

31/10/2012

- **Realizar 32 operações aéreas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Força Aérea Brasileira realizou Operações Aéreas, por meio de seu esforço aéreo e logístico, o que proporcionou ao Comando da Aeronáutica apoiar os Projetos Calha Norte, Projeto Rondon, o rodízio das tropas e apoio logístico aos Contingentes Brasileiros no Haiti e Líbano, a Conferência Rio+20, a Operação Gota e de Apoio às comunidades indígenas na Amazônia, ambas de iniciativa do Ministério da Saúde e o socorro às vítimas das enchentes no Acre e em Rondônia.

No que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, realizaram-se as Operações Ágata (4, 5 e 6), Amazônia, Atlântico III, Cruzeiro do Sul – CRUZEX, BOLBRA II, VENBRA VI, MAPLE FLAG 45, dentre outras.

A BOLBRA II e VENBRA VI foram realizadas nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e com a Venezuela, para

treinamento das Forças Aéreas no combate aos voos ilícitos de aeronaves com tráfico de entorpecentes nas fronteiras.

Uma operação considerada de grande relevância para a Nação Brasileira foi a Ágata 6, realizada em outubro de 2012, a qual mobilizou 26 aeronaves da FAB ao longo de mais de 4 mil km de fronteira. Neste sentido, a ação aconteceu ao longo de 4.216 Km de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, abrangendo os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre. A FAB participou com 900 militares, incluindo aviões de caça e duas Aeronaves Remotamente Pilotadas - ARP. As aeronaves de reconhecimento levantaram dados de acordo com as organizações civis, em busca de ilícitos como o desmatamento, garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando.

Em uma das missões realizadas, um helicóptero H-60 Blackhawk levou uma equipe da Agência Estadual de Defesa e Inspeção Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul para fiscalizar pontos na fronteira com a Bolívia onde suspeitava-se que havia comércio ilegal de gado.

Durante a Operação Ágata 6, um caça A-29 Super Tucano do Esquadrão Flecha (3º/3º GAv) foi acionado para checar um tráfego aéreo desconhecido. A aeronave da FAB interceptou um monomotor Cessna 210, que havia decolado de Campo Grande – MS, sem plano de voo, e que seguia em direção ao noroeste de Mato Grosso do Sul. O piloto do Cessna 210 retornou para o aeroporto de Campo Grande, onde as equipes de terra daquele aeroporto, bem como os inspetores da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, juntamente com militares da FAB e representantes da Polícia Federal, em que verificou-se que o piloto não tinha habilitação para voar, tendo sido detido pela Polícia Federal, sendo que a ANAC interditou a aeronave para voos.

Além de combater os crimes na região de fronteira, a Força Aérea também levou saúde para comunidades isoladas durante a Operação Ágata 6. Equipes de médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem foram até locais remotos para realizar atendimento médico e de enfermagem para três mil pessoas em comunidades isoladas do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

A Operação CRUZEX C2, versão inédita de Guerra Aérea Simulada, ocorrida no período de 5 a 16 de novembro de 2012, na Base Aérea de Natal, recebeu 280 militares de 12 países, a exemplo da Argentina, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Reino Unido, Peru, Suécia, Uruguai, Venezuela e Brasil. A operação ocorreu no mundo virtual, cujo cenário de guerra contemplava aviões de combate, cercos, refugiados, dentre outros aspectos, utilizando-se as técnicas de treinamento de Comando e Controle (C2), ou seja, visando preparar os comandantes nas tomadas de decisão necessárias em situação de conflito.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No setor aeronáutico ocorreram diversos avanços tecnológicos. Entre eles citam-se o projeto do veículo hipersônico 14-X, a modernização das aeronaves F5 e o desenvolvimento do protótipo modernizado da aeronave A1. Destacam-se também as ações de offset, com o envolvimento do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio (MDIC), da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Exército, da Marinha, outras instituições e das empresas detentoras e receptoras de tecnologias.

Para o setor de defesa, foram realizados diversos eventos de capacitação científica e tecnológica para a indústria, em diferentes áreas, bem como ocorreu desenvolvimento de artefatos bélicos a serem empregados nas atuais e futuras aeronaves.

Tem-se fortemente em conta o cruzamento dual do uso da tecnologia no desenvolvimento de projetos civil-militares que trazem a marca da bi destinação e propiciam um clima favorável à capacitação de recursos em fontes não especificamente

destinadas ao fomento da Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor Aeroespacial. Um exemplo é que a necessidade de aviões por militares é de grande importância para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), não apenas para diversificar suas atividades, mas como forma de acesso às tecnologias de ponta, que posteriormente serão utilizadas no desenvolvimento e produção de aeronaves civis. Os programas militares são utilizados pelas empresas privadas como meio de se obter domínio de novas tecnologias, que, oportunamente, são transferidos aos projetos comerciais.

Pode-se citar como sendo as principais empresas do setor de defesa aeroespacial intervenientes direta ou indiretamente no objetivo em questão: a Atech - Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas - sistemas de defesas e simuladores; a Avibras - Indústria Aeroespacial SA - foguetes e veículos aéreo não tripulado; a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica SA – aeronaves; a Mectron - Engenharia Indústria e Comercio SA - mísseis; a Omnisys Engenharia Ltda. - radares de longo alcance; a OrbiSat da Amazônia Ind. e Aerolevantamento SA - radares portáteis; a Opto Eletrônica São Carlos Ltda. - ótica de precisão e sensores a laser; e a Ares Aeroespacial e Defesa Ltda. - sistemas ópticos.

Estima-se que as três principais regiões beneficiadas com esses recursos são o Estado de São Paulo (com maior ênfase para a cidade de São José dos Campos), o Estado do Maranhão (principalmente em Alcântara) e o Estado do Rio Grande do Norte (com maior ênfase em Natal e Parnamirim), não se limitando a eles.

As organizações militares gestoras dos recursos provenientes deste objetivo possuem pessoal altamente motivado para a execução e gerenciamento de projetos, embora, nem sempre em número suficiente. Uma grande dificuldade ainda reside na área de pessoal civil, com o quadro atual inferior ao necessário para fazer frente aos seus projetos. A previsão de pessoal para 2013, mesmo com o concurso público, é de diminuição quantitativa em razão da aposentadoria de servidores experientes em diversas áreas.

Outra dificuldade são os entraves à aprovação da aquisição de bens e serviços junto à Consultoria Jurídica da União (CJU), obrigando constantes intervenções dos pesquisadores e gestores do Instituto para fazer entender as especificidades da área de C,T&I.

Além dos fatores citados, a política de inovação no setor sofre com o cerceamento tecnológico dos países líderes no desenvolvimento científico e tecnológico, intensificando as restrições de acesso às tecnologias e bens sensíveis ou de uso dual.

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) busca dar continuidade às pesquisas e projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) sob sua responsabilidade. Entre eles destacam-se: o desenvolvimento e a homologação de míssil ar-ar de curto alcance, com guiamento infravermelho; o desenvolvimento de Acelerômetro Opto-mecânico; o desenvolvimento do Processamento de Imagens em Tempo Real; o desenvolvimento de Propulsão Hipersônica – Fase 3 (Propulsão Hipersônica 14-X), entre outros.

Entre as principais operações previstas tem-se: o ensaio em voo para o processo de certificação do VANT Falcão, em desenvolvimento pela Avibras, com apoio do DCTA, o ensaio em voo do Projeto DPA-VANT (Sistema de Decolagem e Pouso Automáticos para VANT), utilizando os protótipos do VANT Acauã, o voo autônomo de VANT empregando tecnologia de navegação por imagem; o recebimento da última versão do Operational Flight Program (OFP) da Final Operational Clearance (FOC) F-5Mm; a integração e certificação de sistema Air Data Atitude and Heading Reference System (ADAHRS) do F-5M; e a conclusão dos sistemas necessários para o primeiro voo do veículo 14-X.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos**

  Análise Situacional da Meta

  Até novembro de 2012, um projeto concluído e três em desenvolvimento.

  Um dos projetos, devido a problemas técnicos enfrentados, teve sua data de conclusão adiada para 2014.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  27/11/2012

- **Desenvolver 8 cargueiros táticos militares**

Análise Situacional da Meta

A adequação da frota da FAB inclui a obtenção e desenvolvimento de aeronaves, de modo a ampliar a sua capacidade operacional, com vistas a possibilitar o atendimento ao variado leque de demandas que surgem em função da dinâmica da Instituição, da Sociedade Brasileira e, principalmente, devido à relevância que assume o País no panorama internacional.

Assim, destaca-se o desenvolvimento pela EMBRAER, sob encomenda e acompanhamento do Comando da Aeronáutica, do Cargueiro Tático Militar KC-390, aeronave a ser empregada pela FAB nas missões de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo, substituindo as aeronaves C-130 Hércules que estão atingindo os limites do ciclo operacional.

Em agosto de 2012, na cidade de São José dos Campos - SP, foi concluída a Revisão Preliminar de Projeto (Preliminary Design Review - PDR), iniciando-se a última e decisiva etapa da Fase de Desenvolvimento, justamente a que trata do "Projeto Detalhado" e da "Certificação da Aeronave", que permite a liberação dos desenhos para a produção dos protótipos.

Atualmente, o projeto está seguindo em ritmo adequado, com mais de 800 profissionais da EMBRAER, entre engenheiros e técnicos, juntamente com especialistas oriundos dos parceiros internacionais envolvidos no desenvolvimento da aeronave, agregando-se diversos fornecedores nacionais e estrangeiros que participarão da sua produção, todos trabalhando na Unidade de Eugênio de Mello, nas cercanias de São José dos Campos - SP. Por outro lado, as obras de expansão da planta industrial da EMBRAER, localizada na cidade de Gavião Peixoto - SP, já se iniciaram, como também foram definidos os ferramentais de fabricação da aeronave, cabendo ressaltar que a maior parte de suas estruturas mecânicas serão produzidas no Brasil. Nas instalações da futura fábrica, utilizar-se-ão sistemas robóticos de última geração para a montagem e integração final da aeronave, garantindo alta produtividade e elevada qualidade do produto final.

Em 2013, os componentes estruturais de longo ciclo de fabricação já estarão em produção e será redigida a Revisão Crítica do Projeto (Critical Design Review - CDR), com o propósito de "congelar" a configuração da aeronave e iniciar a produção dos protótipos para, em outubro de 2014, conforme o planejamento, realizar-se o "Voo Inaugural" da aeronave KC-390 em céus brasileiros.

A meta alcançada é "zero" devido ao fato da aeronave ainda se encontrar em fase de desenvolvimento pela EMBRAER.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas pesquisas em 2012 com recursos oriundos de projetos complementares financiados pelo CNPq, CAPES e FAPESP.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o Comando da Aeronáutica (COMAER) vem promovendo a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB), para assegurar a defesa aeroespacial do país. Tal política de aplicação de recursos contribui sobremaneira para que a instituição possa cumprir sua destinação constitucional, sintetizada na "Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria". A modernização e a aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END) e estão presentes nos planejamentos de mais alto nível elaborados pelo COMAER, inclusive, guardam relação direta com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

Neste contexto, em 2012, foi iniciada a Segunda Fase do Projeto de Modernização das Aeronaves de Combate F5-BR, envolvendo um total de 11 unidades adquiridas da Força Aérea da Jordânia, com a entrega de 2 aeronaves à EMBRAER para início dos serviços contratados, sendo que, em 2013, mais 7 dessas aeronaves deverão, também, receber os serviços de modernização.

Quanto ao Projeto A-1 (AM-X), neste ano, foram entregues à EMBRAER as primeiras 13 aeronaves de combate de um total de 43, para início dos serviços de modernização e, em 2013, está previsto o recebimento pela FAB das 6 primeiras aeronaves já modernizadas. Já o Projeto P-3BR, neste ano, foram recebidas 5 dessas aeronaves patrulha, após terem seus sistemas modernizados, sendo que as últimas 4 aeronaves serão entregues para operação em 2013.

A adequação da frota da FAB inclui, também, a obtenção e desenvolvimento de aeronaves, de modo a ampliar a sua capacidade operacional, com vistas a possibilitar o atendimento ao variado leque de demandas que surgem em função da dinâmica da Instituição, da Sociedade Brasileira e, principalmente, devido à relevância que assume o País no panorama internacional. Assim, destacam-se:

a) O recebimento das últimas 4 aeronaves de ataque Super Tucano (AL-X), em 2012, de um total de 99 adquiridas junto à EMBRAER;

b) Até outubro de 2012, foram recebidos 4 helicópteros EC-725 (HX-BR) produzidos pelo consórcio das empresas HELIBRAS (brasileira) e EUROCOPTER (francesa), fruto do Acordo de Compensação Comercial e de Cooperação Industrial envolvendo a França e o Brasil. O Projeto HX-BR prevê a aquisição pelo Ministério da Defesa (MD) de 50 helicópteros EC-725, sendo que, deste total, 16 serão entregues a cada uma das Forças Singulares e 2 aeronaves, na configuração VIP, serão destinadas à Presidência da República, cuja operação ficará a cargo da FAB. Cabe destacar, no âmbito desse importante empreendimento de produtos tipicamente militares, a possibilidade de industrialização, no País, da correspondente versão civil, denominada EC-225, o que, certamente, contribuirá para o fomento da Indústria Nacional, fortalecendo a vertente de Defesa;

c) Em 2012, deverão ser recebidos 3 helicópteros de combate, modelo MI-35, de fabricação russa, do total de 12 aeronaves adquiridas pelo COMAER, denominadas na FAB de AH-2 Sabre, os quais estão sendo empregados na proteção das fronteiras da Amazônia;

d) O desenvolvimento pela EMBRAER, sob encomenda e acompanhamento do Comando da Aeronáutica, do Cargueiro Tático Militar KC-390, aeronave a ser empregada pela FAB nas missões de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo, substituindo as aeronaves C-130 Hércules que estão atingindo os limites do ciclo operacional;e

e) Também houve a aquisição de um Sistema, com 2 Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), mais conhecida por Veículo Aéreo não Tripulado (VANT), do modelo Hermes - 450WE, de fabricação israelense, ambas a serem entregues em 2013, dotando a FAB de equipamento capaz de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso com baixo custo de operação.

Quanto à implantação de Sistemas de Telemática Militar, destacam-se o desenvolvimento de projetos para emprego na área operacional. Por exemplo, o Projeto HÉRCULES é um Sistema de Planejamento e Análise – Módulo de Comando e Controle, baseado no UP - Unified Process e na norma militar MIL-STD-498, envolvendo desde a sua concepção, previsão de documentos para cada fase de desenvolvimento do software e terminando com os testes de monitoramento e mitigação de riscos.

Outro projeto, igualmente importante e que deverá ser concluído em 2013, é o SASVE, que surgiu da necessidade de se controlar, de maneira informatizada e eficaz, os acessos às Organizações Militares subordinadas ao Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), proporcionando maior segurança em áreas especialmente sensíveis desses órgãos, onde operam as aeronaves e meios de apoio à atividade aérea.

A aquisição de veículos de superfície novos para o COMAER tem contribuído para renovação da sua frota e permitindo que as Organizações Militares disponham das condições necessárias para cumprirem as suas missões operacionais e administrativas. Os recursos postos a disposição do COMAER, no montante de R$ 2.281.064,00, possibilitaram a aquisição de 21 veículos, dentre eles, ônibus, micro-ônibus, vans e outros automóveis (dobló e uno) próprios para uso em serviço.

No que diz respeito à modernização de equipamentos de comunicação e eletrônica, os recursos foram direcionados ao atendimento de necessidades dos Batalhões de Infantaria da Aeronáutica, como por exemplo, para aquisição de rádios de uso operacional e acessórios, enquanto para sistemas bélicos, priorizou-se a obtenção dos itens necessários ao fomento dos projetos constantes do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - 2010-2031.

Por fim, como é possível verificar na Análise Situacional acima, por meio das ações decorrentes do Objetivo 0464, buscou-se modernizar e adquirir aeronaves e, também, empenhou-se em adequar os meios de apoio ao combate (veículos de superfície, sistemas bélicos e equipamentos de comunicação e eletrônica) da Força Aérea Brasileira.

Dessa forma, como fator de destaque pode-se considerar as parcerias realizadas com a EMBRAER, por meio de contratos administrativos. Estas parcerias favoreceram o trabalho conjunto da referida empresa com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, quanto à modernização e ao desenvolvimento de aeronaves militares. Neste sentido, isso contribuirá para o fomento da Indústria Nacional, fortalecendo a vertente de Defesa, com vistas à manutenção da soberania nacional.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 45 aeronaves**

  Análise Situacional da Meta

  No que tange às aquisições e encomendas da FAB em 2012, destaca-se o recebimento das últimas 04 (quatro) aeronaves Super Tucano AL-X, de um total de 99 (noventa e nove), produzidas pela EMBRAER.

  Está previsto, ainda, o recebimento de um Sistema com 02 Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) em 2013, que irá incrementar, entre outras, a capacidade da FAB em realizar ações de monitoramento de extensas áreas.

  Quantidade alcançada

  6

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Modernizar 20 aeronaves**

  Análise Situacional da Meta

  No que se refere ao reaparelhamento e adequação da Força Aérea no exercício de 2012, os recursos disponibilizados possibilitaram o andamento dos Projetos AM-X, F5-BR e P-3BR, de forma a proporcionar a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da FAB, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação no presente.

  Quanto à modernização de aeronaves, foi iniciada em 2012 a segunda fase do Projeto F5-BR, com a entrega à Embraer de 02 (duas) aeronaves F5-BR para início do processo de modernização de um total de 11 (onze) aeronaves adquiridas da Jordânia.

  Está prevista para 2013 a entrega para a Embraer de mais 07 (sete) aeronaves F5-BR para continuidade do processo de modernização dessas aeronaves.

  No Projeto AM-X, foram entregues, pela FAB, as primeiras 13 (treze) aeronaves para EMBRAER iniciar o processo de modernização de um total de 43 (quarenta e três). Está previsto o recebimento das 06 (seis) primeiras aeronaves modernizadas em 2013.

No Projeto P3 foram recebidas 05 (cinco) aeronaves, de um total de 09 (nove), sendo que as 04 (quatro) restantes serão entregues em 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o Exército Brasileiro, coerente com a postura estratégica da Presença, manteve e fortaleceu o posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos enquadrantes no território nacional, priorizando as servidões de mobilidade estratégica de suas tropas, do aumento da vigilância e monitoramento do arco-fronteiriço, articulação militar terrestre e de dissuasão a ameaças reais e potenciais.

- Principais realizações no período: o Projeto Estratégico SISFRON contribuiu para a consecução do Objetivo 0482, por meio da aquisição de meios para o sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada, bem como por meio do início da realização de obras de infraestrutura.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos para o Projeto; dificuldade da indústria nacional para atender aos “picos de demanda” correspondentes às necessidades do Projeto; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão.
- Previsão de realização para o próximo período: início da realização da 2º fase de implantação do Projeto Piloto.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: contrato com empresa integradora para o desenvolvimento, integração e implantação dos meios de Sensoriamento e Apoio à Decisão do SISFRON, no âmbito do Projeto Piloto.
- Público beneficiado: órgãos participantes de operações interagências na faixa de fronteira; organizações militares do Exército desdobradas na faixa de fronteira; a sociedade em geral, tendo em vista o impacto do Projeto nos delitos transfronteiriços e ambientais; e a Indústria Nacional de Defesa.
- Resultados das entregas: aumento da capacidade operacional das organizações militares do Exército desdobradas na faixa de fronteira.
- Outras informações: as iniciativas do SISFRON estão alinhadas com a Estratégia Nacional de Defesa (Dec. 6703, de 18 Dez 2008) e com o Plano Estratégico de Fronteira (Dec. 7496, de 8 Jun 2011).

Situação da implantação e adequação de infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal:

- Principais realizações no período: construção e adequação de instalações militares distribuídas em todas as regiões do território nacional, com prioridade para a Amazônia. Cabe destacar o estágio avançado da construção do novo aquartelamento do Comando Militar do Planalto, em Brasília-DF, e a entrega de diversas novas unidades habitacionais para apoio ao pessoal militar e suas famílias, nas localidades distribuídas por todo o território nacional.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; elevação dos custos da indústria nacional de construção nas localidades onde há “picos de demanda”; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País.
- Previsão de realização para o próximo período: conclusão dos projetos já iniciados, inclusive do novo aquartelamento do Comando Militar do Planalto e início de novos projetos conforme o planejamento estratégico da Força.

- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: aproveitamento máximo de instalações já existentes, priorizando a revitalização de estruturas antigas em detrimento da construção de novas.
- Público beneficiado: guarnições militares, incluindo as famílias, contempladas com as obras de construção e adequação; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio dessas guarnições; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor estruturadas; e as empresas locais de construção.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das organizações militares do Exército atendidas com as obras de construção e adequação, com destaque para as da Região Amazônica, segundo as prioridades do planejamento estratégico e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Situação da implantação e adequação do sistema de aviação do Exército:
- Principais realizações no período: construção e adequação de instalações militares do 3º Batalhão de Aviação do Exército (B Av. Ex) em Campo Grande-MS, da Base de Aviação de Taubaté, no estado de São Paulo, e do 4º B Av. Ex, em Manaus-AM.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; altos custos dos produtos da indústria aeroespacial especializada em helicópteros; processo de importação de componentes; alto custo para contratação de serviços e de mão de obra especializadas.
- Previsão de realização para o próximo período: conclusão dos projetos já iniciados no 3º B Av. Ex, início da construção de hangar para recebimento das demais aeronaves EC-725, na Base de Aviação de Taubaté. Início da expansão das instalações do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação, início das obras para as instalações do novo simulador de voo de helicópteros.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: aproveitamento máximo de instalações já existentes, priorizando, a construção de novas instalações segundo padrões avançados de tecnologia e racionalização.
- Público beneficiado: todas as unidades de aviação do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades de aviação do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor estruturadas; e as empresas fornecedoras de produtos e serviços de apoio à operação dos helicópteros do Exército.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades de aviação do Exército, incrementando o estado de apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Adequar 30% da estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista**

  Análise Situacional da Meta

  A Brigada de Infantaria Paraquedista, que se localiza na cidade do Rio de Janeiro-Rj, é integrada por dez unidades operacionais, algumas delas instaladas em aquartelamentos existentes desde antes da sua criação, na década de 1950. A maior parte das instalações já foi adequada e necessita de complementos para sua utilização mais racional. A meta poderá ser alcançada no curto prazo, conforme o fluxo de recursos a ser alocado.

  Foram adequadas 20% das instalações de alojamentos e administração previstas no planejamento, e que se encontram distribuídas pelas diversas unidades.

  Para o ano de 2013 há a previsão de se adequar as instalações do Destacamento de Saúde da Brigada, construir o rancho do 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista e construir as instalações da Base de Administração e Apoio da Brigada.

  A ausência da previsão assegurada de recursos foi o maior obstáculo encontrado no ano de 2012.

  Quantidade alcançada

  20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	30	% acumulado do projeto físico	20	31/12/2012

- **Adequar 40% das Brigadas Blindadas**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o comando sediado em Ponta Grossa-PR e suas unidades distribuídas pelo Estado do Paraná, e a 6ª Brigada de Infantaria Blindada, com o comando sediado em Santa Maria-RS e suas unidades distribuídas pelo Estado do Rio Grande do Sul, foram reestruturadas para receber novos meios blindados a partir de 2004. A maior parte das instalações da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada ainda se encontra em adequação, havendo necessidade de obras de vulto para adequação do 5º Regimento de Carros de Combate (5º RCC), em Rio Negro-PR, o 3º RCC, em Ponta Grossa-PR, o 5º B Log e o Pq R Mnt/5, em Curitiba-PR . A maior parte das instalações da 6ª Brigada de Infantaria Blindada já foi adequada, havendo necessidade de obras de vulto no 4º Regimento de Carros de Combate (4º RCC), em Rosário do Sul-RS, no 1º RCC e no 4º B Log, em Santa Maria-RS.

Descrição das principais realizações: adequações de 20% das instalações de alojamentos e garagens previstas no planejamento, e que se encontram distribuídas pelas diversas unidades.

Expectativa para o próximo período: adequação das instalações de garagens do 1º RCC, do 4º RCC, do 4º B Log, do 3º RCC, do Pq R Mnt/5, do 5º B Log e do 5º RCC.

Desafios de implementação: Ausência da previsão assegurada de recursos para a Iniciativa.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	40	%	20	31/12/2012

- **Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: o Projeto Básico do SISFRON prevê o total de R$ 11,9 bilhões para a implantação do Sistema, dos quais, 367,9 milhões necessários para a execução das atividades planejadas em 2012. Foram recebidos para aplicação o valor de 196,8 milhões, suficientes para estruturar 1,64% do SISFRON.

Descrição das principais realizações: aquisição de meios para o sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada, bem como o início da realização de obras de infraestrutura.

Expectativa para o próximo período: prosseguimento da ações referentes ao Projeto Piloto, buscando recuperar a defasagem entre planejado e executado em 2012.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos para a Iniciativa; dificuldade da indústria nacional de atender aos “picos de demanda” correspondentes às necessidades do Projeto; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão.

Quantidade alcançada

1,64

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: o 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado (13º RC Mec), sediado em Pirassununga-SP, sofreu um processo de transformação, recebendo novos equipamentos. As metas de implantação e adequação foram atingidas.

Descrição das principais realizações: implantação e adequação das instalações do 13º RC Mec.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a Brigada de Operações Especiais, sediada em Goiânia-GO, foi criada em 2002 e encontra-se em processo de implantação desde então; 80% do planejamento foi executado.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Expectativa para o próximo período: realização de obras complementares de caráter operacional e administrativo no valor estimado de R$ 10 milhões.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 12ª Brigada de Infantaria Leve, com o comando sediado em Caçapava-SP e unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo, foi transformada em 1995 e encontra-se em processo de modernização desde então; 70% do planejamento foi executado.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Expectativa para o próximo período: prosseguimento das adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	75	%	70	31/12/2012

- **Transferir a 2ª Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira-AM**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em São Gabriel da Cachoeira-AM, foi criada em 2003 e encontra-se em processo de implantação desde então; 70% do planejamento foi executado, com a construção de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais do Comando da Brigada e do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos-AM.

Expectativa para o próximo período: início das obras para instalação do Batalhão Logístico, em São Gabriel da Cachoeira-AM, e realização de obras de caráter operacional e administrativo no valor estimado de R$ 50 milhões.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo é composto de quatro vertentes: Apoio a comunidades carentes; Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

No que tange ao apoio a comunidades carentes destaca-se o Projeto Rondon. Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados "rondonistas". As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e já beneficiaram, desde a criação do projeto, 864 municípios, com a participação de mais de 14.700 voluntários, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2012 participaram das operações do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 municípios dos estados de Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe.

Quanto à Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, cita-se como principais resultados, em 2012, a qualificação profissional de 14.659 jovens durante a prestação do serviço militar, o que contribuirá para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. Em 2013 está prevista a qualificação de 14.000 jovens.

Na vertente do Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, enquadra-se o Projeto "Forças no Esporte" – PROFESP, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com a utilização das instalações das Forças Armadas. Alinhado ao Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, o PROFESP é destinado ao oferecimento de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Além das atividades de prática esportiva e reforço escolar, o Programa também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem e alfaiataria. Dessa forma, o PROFESP contribui para a inclusão social e para a prevenção da violência e da marginalidade, por meio da utilização de mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Em 2012, o Programa atendeu 12.000 crianças em 86 organizações militares distribuídas em todo território nacional. Destaca-se como resultados marcantes do PROFESP a preparação de atletas adolescentes, já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016, e também o encaminhamento de jovens do Programa para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar.

O Programa Forças no Esporte tem a perspectiva de atender 100.000 crianças até o ano de 2016.

No que se refere ao desenvolvimento de ações de cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Exército: o apoio à distribuição de água na Região Nordeste; contribuição em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destacando-se as obras de melhoramento da infraestrutura de escoamento da produção (duplicação da BR-101, no Nordeste; Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; complexo aeroportuário da Grande Natal; pista do

Aeroporto de São Luís; BR- 135, no Mato Grosso e Pará; BR-163 e BR-230; BR-242; Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos).

O caráter emergencial e cronogramas exíguos de algumas demandas foram fatores que dificultaram a execução das obras.

Em 2013 será dado o prosseguimento das obras não concluídas em 2012.

Podem ser citados como arranjos de gestão e pactuações mais relevantes o convênios com o Ministério da Integração e o Ministério dos Transportes.

O público beneficiado nesta vertente são as comunidades carentes da Região Nordeste e toda a sociedade brasileira que se beneficia das obras do PAC.

Metas 2012-2015

- **Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"**

  Análise Situacional da Meta

  A meta prevista para o ano de 2012 era de 2.800 universitários mas foi revista em função de ajustes operacionais. Dessa forma, considerou-se então a meta de 1.944 rondonistas para 2012.

  Foram realizadas as seguintes Operações:

  - Operação Açaí / Belém, com a participação de 380 rondonistas, de 38 IES, atuando em 19 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/2012;

  - Operação ACiSo / Belém, com a participação de 20 rondonistas, de 20 IES, atuando comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias, realizada em julho/2012; e

  - Operação Capim Dourado / Palmas, com a participação de 300 rondonistas, de 30 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/12.

  Foram realizadas, em janeiro/fevereiro de 2013, as seguintes operações, cujas despesas foram executadas e pagas com recursos orçamentários relativos ao ano de 2012:

  - Operação Canudos / Petrolina, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;

  - Operação 2 de Julho / Salvador, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;

  - Operação São Francisco / Aracaju, com participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;

  - Operação ACiSo / Belém, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias; e

  - Operação ASShop / Manaus, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas durante 15 dias.

  Quantidade alcançada

  1.944

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 a Comissão Desportiva Militar do Brasil atendeu a 400 atletas de alto rendimento e 700 alunos das Escolas da Formação.

  No ano de 2012 o Forças no Esporte beneficiou 12.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, alcançando 100% da meta prevista para o ano.

  Para 2013 está previsto o atendimento de mais 15.000 crianças e adolescentes.

  Quantidade alcançada

  12.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	pessoas	12.000	31/12/2012

- **Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da meta, a LOA de 2012, na Ação 6557, disponibilizou R$ 11.783.312,00, com planejamento para capacitação profissional de 13.510 militares.

Os recursos foram repassados às Forças Singulares para execução das atividades do Projeto, da seguinte maneira: Comando do Marinha: R$ 765.085,00; Comando do Exército: R$ 10.115.814,00; e Comando da Aeronáutica: R$ 793.912,49.

A busca de novos parceiros condutores do ensino profissionalizante e iniciativas com redução de custo (cursos dentro das OM, parceria com empresas, etc) contribuíram para que a meta planejada fosse superada, com a capacitação, em 2012, de 14.659 jovens.

A expectativa de capacitação profissional em 2013 é de 14.000 militares.

Quantidade alcançada

14.659

Data de Referência

04/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	100.000	pessoas	14.659	04/03/2013

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Estratégia Nacional de Defesa (END) é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação.

A END, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18/12/2008, estabeleceu Diretrizes para os setores da Defesa. Em decorrência, o Ministério da Defesa (MD) elaborou o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), consolidando as necessidades das três Forças. Inserido no PAED, a MB confeccionou o seu Plano de Articulação e Equipamento (PAEMB), estabelecendo prioridades e respectivos cronogramas físico-financeiros. Os Programas Estratégicos da Marinha, integrantes do PAEMB/PAED, são os seguintes:

1) Programa Nuclear da Marinha (PNM);

2) Construção do Núcleo do Poder Naval, que abrange o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios-Patrulha de 500t (NPa 500t), a Construção de 4 Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF);

3) Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;

4) Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;

5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);

6) Segurança da Navegação;

7) Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

Estes Programas, também, foram apresentados no Livro Branco de Defesa Nacional e serão conduzidos em curto prazo

(2012 a 2015), médio prazo (2016 a 2023) e longo prazo (2024 a 2031), com alguns Projetos estendendo-se até o ano de 2047.

A Marinha, em consonância com a END, visualiza possuir no futuro uma Força moderna, equilibrada e balanceada, dispondo de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores de forma singular ou conjunta, de modo a atender à destinação constitucional.

Cabe mencionar que a implementação do PROSUB permitirá a inclusão do Brasil no restrito grupo de países que possuem submarinos com propulsão nuclear.

O PROSUB foi concebido dentro das seguintes etapas:

- Parceria Estratégica – firmada entre os Presidentes do Brasil e da França;
- Acordo Submarinos – firmados entre os Ministros da Defesa do Brasil e da França;
- Ajuste Técnico – firmado entre os Comandantes das Marinhas do Brasil e da França;
- Contratos Comerciais – firmados entre a Marinha do Brasil e o Consórcio Baia de Sepetiba, DCNS e ODEBRECHT e ICN.

Principais realizações:

PROSUB

Em 2012, foram recebidos no Brasil os dois primeiros lotes de materiais para a fabricação das demais seções do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1), a ser executada no Estaleiro do PROSUB (EBN) na cidade de Itaguaí - RJ. A construção do 1º casco, no País, foi iniciada em julho de 2011, com o início da fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), também em Itaguaí-RJ, com entrega prevista para 2017. Foram prontificadas as instalações da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), onde serão pré-montadas as seções dos cascos dos submarinos e o trabalho de rebaixamento do túnel que liga as áreas norte e sul do Complexo Naval, que já se encontra em operação. No tocante ao EBN, prosseguem as obras do cais e houve o reinício do aterro hidráulico que estava suspenso.

Foram concluídos, na Escola de Projetos de Submarinos, o Curso de Projeto Complementar de Submarino Nuclear (Módulo II do Step 1) e o trabalho de identificação das interfaces nucleares, para 31 engenheiros da Marinha.

Foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos da COGESN em São Paulo que, equipado com avançados recursos tecnológicos, deu início ao desenvolvimento do Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, com previsão de, em três anos, elaborar o projeto básico desse meio para, em seguida, dar início à fase do projeto detalhado, simultaneamente com a construção do submarino, em 2016, no Estaleiro e Base da Marinha (EBN), na cidade de Itaguaí, no estado do RJ.

Quanto aos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, a Marinha já havia recebido o NPa “Macaé”, que deu nome à Classe, e o NPa “Macau”, ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza - CE; outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

No tocante a outros meios navais, em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidos em 2012 duas unidades, o NPaOc “Amazonas” que deu o nome à Classe, e o NPaOc “Apa”. O terceiro navio, NPaOc “Araguari”, tem previsão de entrega em 2013. Os NPaOc Classe Amazonas foram adquiridos ao preço unitário de £ 40 milhões (€ 48 milhões). Esse valor é cerca de 48% inferior ao valor médio das propostas de navios de características similares apresentadas por 5 países (Itália, Coréia do Sul, França, Alemanha e Reino Unido), bem como representa uma redução de aproximadamente 30% da oferta inicial do próprio fabricante, a empresa inglesa BAE Systems.

Foram recebidas, também, duas Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos da empresa norte

americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades já foram recebidas e os demais têm previsão de entrega em 2014.

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) recebeu 21 Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC, fabricadas pela empresa suíça MOWAG, fundamentais em Operações de Paz, encontrando-se em plena atividade. O processo de obtenção dessas viaturas contempla a entrega de mais nove unidades até o final de 2014.

Foi assinado ainda em 2011 o contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, que prevê a entrega de toda a Bateria LMF até o final de 2014. Ainda em 2012, foi celebrado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC - Equipamentos.

Em 2012, o inventário de meios da MB representou pouco mais de 1/3 (um terço) do total de meios previstos no PAEMB/PAED (a longo prazo). Em 2013, o PAEMB será revisto e atualizado.

Para 2013, no PROSUB está prevista a construção das oficinas do Estaleiro, parte dos prédios da Base Naval e dos diques secos e, em grande parte, todos os projetos realizados em 2012 terão continuidade no exercício de 2013, conforme contratos comerciais firmados pela Marinha.

Arranjos de Gestão/Pactuações: no que concerne ao fomento à indústria nacional, foram qualificadas 102 empresas brasileiras para participar dos projetos de nacionalização dos equipamentos afetos ao PROSUB. Existem quatro projetos de nacionalização aprovados pela Marinha e mais oito em análise.

Não obstante as considerações de ordem estratégica conexas à Defesa Nacional, que se constitui na essência dos Projetos Estratégicos da Marinha, também, valem as considerações de cunho econômico e social. A consecução do PAEMB/PAED impulsionará de forma ímpar a Base Industrial de Defesa. A Indústria Naval é considerada uma indústria de base e seu incremento implica no crescimento de outros segmentos, como o eletroeletrônico, metalúrgico, mecânica pesada, motores de propulsão marítimo, armamentos, informática, além de muitos outros, em face da diversidade de equipamentos existentes a bordo dos meios da Marinha (navios de guerra, aeronaves e meios de Fuzileiros Navais). A alta tecnologia utilizada e a necessidade de autossuficiência na construção e manutenção desses meios operativos fazem com que o País busque a independência tecnológica nas mais diversas áreas.

Na vertente social, destaca-se a relevante quantidade de empregos diretos e indiretos a serem gerados na construção naval e civil.

Dotar o Poder Naval brasileiro com meios navais modernos e compatíveis com as dimensões político-estratégica e econômica do País é tarefa imprescindível e além de essencial para a sua segurança, contribui para assegurar os interesses brasileiros no concerto das nações, na medida em que o fortalecimento do Poder Naval promove o incremento da capacidade de dissuasão, como também para propiciar maior capacidade de participação em Operações Navais com outras Marinhas e prover melhores condições para a fiscalização e o cumprimento de convenções e acordos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB**

  Análise Situacional da Meta

  Criado a partir da Parceria Estratégica celebrada entre os governos do Brasil e da França, em 23 de dezembro de 2008, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) compreende três áreas de atuação: implantação de Estaleiro e Base Naval (EBN), construção do Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR) e construção de quatro submarinos convencionais (S-BR). A implantação do EBN, em Itaguaí - RJ, visa dotar o país de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares.

  Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Em novembro de 2012, ficaram prontas as instalações da Unidade de Fabricação de Estruturas

Metálicas (UFEM) - onde serão pré-montadas as seções dos cascos dos submarinos e o trabalho de rebaixamento do túnel que liga as áreas norte e sul do Complexo Naval, que já se encontra em operação. No tocante ao EBN, prosseguem as obras do cais e houve o reinício do aterro hidráulico que estava suspenso.

Observação: A construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) do PROSUB, no município de Itaguaí-RJ, contribuirá para a expansão do Polo Industrial de Itaguaí, com previsão de gerar 10.000 empregos diretos e indiretos.

Para 2013, está prevista a construção das oficinas do Estaleiro, parte dos prédios da Base Naval e dos diques secos.

- **Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)**

Análise Situacional da Meta

A fim de proporcionar melhor integração e sinergia entre as Organizações da Marinha, com foco no desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear, foi criada, dentro da estrutura da Diretoria-Geral do Material da Marinha, a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), com as atribuições de gerenciar o projeto e a construção do estaleiro dedicado aos submarinos e de sua base; de gerenciar o projeto de construção do submarino com propulsão nuclear; e de gerenciar o projeto de detalhamento do submarino convencional a ser adquirido pela Marinha.

O Escritório Técnico Brasileiro do Programa de Desenvolvimento de Submarinos na França (ET-PROSUB), subordinado à COGESN, e a Escola de Projeto de Submarinos (École de Conception des Sous-Marins), implantada pela empresa francesa Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), ambos ativados em 2010, na França, encontram-se em franca atividade no cumprimento do objetivo de promover a transferência de tecnologia do projeto de submarino aos engenheiros navais da Marinha, à exceção da propulsão nuclear, visando a capacitá-los a elaborar o projeto do futuro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, conforme previsto em contrato do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Nas cidades de Toulon e Sophia Antipolis, na França, transcorreu o processo de transferência de tecnologia do Sistema de Combate e Sonar, envolvendo cinco oficiais designados para acompanhar as atividades em desenvolvimento nos laboratórios e oficinas das empresas contratadas naquele país. Ainda, na cidade de Cherbourg, 25 engenheiros e técnicos brasileiros foram treinados e qualificados para trabalhar com as ferramentas e os maquinários necessários para a produção das seções que irão formar o casco resistente do submarino.

No 3º trimestre de 2012, foram concluídos, na Escola de Projetos de Submarinos, o Curso de Projeto Complementar de Submarino Nuclear (Módulo II do Step 1) e o trabalho de identificação das interfaces nucleares, para 31 engenheiros da Marinha.

Em julho de 2012, foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos da COGESN em São Paulo que, equipado com avançados recursos tecnológicos, deu início ao desenvolvimento do Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, com previsão de, em três anos, elaborar o projeto básico para, em seguida, dar início à fase do projeto detalhado, simultaneamente com a construção do submarino, em 2016, no Estaleiro e Base da Marinha (EBN), na cidade de Itaguaí, no Estado do RJ.

Expectativa para o próximo período: Continuidade do projeto de conclusão do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1), conforme o planejamento estabelecido pela Marinha.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos, devido à complexidade da execução do projeto.

- **Construção de 8 Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Obtenção dos Navios-Patrulha (NPa) de 500t incluído no PAED/PAEMB, contempla a construção de 46 unidades a longo prazo. Para o período do PPA vigente está prevista a construção de 8 navios conforme cronograma

abaixo:

- 1º lote (1º e 2º navios) - NPa "Macaé" e "Macau" – ambos construídos no estaleiro INACE, em Fortaleza - CE, já foram incorporados à Marinha; e

- 2º lote (3º ao 7º navios) - NPa "Maracanã, NPa "Mangaratiba", NPa "Miramar", NPa "Magé" e NPa "Maragogipe", totalizando 5 unidades, todas em fase de construção no Estaleiro ILHA S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ.

Avaliação do cumprimento da meta: a meta programada foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: prontificação, recebimento e incorporação de dois navios no setor operativo da Marinha.

Expectativa para o próximo período: previsão de entrega de três unidades em 2013 e outras duas em 2014.

A construção do 8º navio está inserida no 3º lote (8º ao 12º navios), tendo sido concluída a elaboração da Especificação de Aquisição dos navios do terceiro lote. O início do processo licitatório aguardará a indicação de recursos financeiros.

Adicionalmente, a Marinha vem desenvolvendo tratativas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o intuito de viabilizar a obtenção de financiamento para a construção e manutenção de mais 20 NPa de 500t, os quais, após prontificados, ficarão sob a modalidade de arrendamento (leasing) à Marinha.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do terceiro Submarino Convencional (S-BR3) tem seu início previsto para janeiro de 2015.

A construção do S-BR3 será executada no Estaleiro e Base Naval (EBN) ora sendo implantado pela Marinha no município de Itaguaí-RJ.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do segundo Submarino Convencional (SBR-2) tem seu início previsto para julho de 2013.

Expectativa para o próximo período: Início da construção do segundo Submarino Convencional (SBR-2) a partir de julho de 2013.

A construção do S-BR2 será executada no Estaleiro e Base Naval (EBN) ora sendo implantado pela Marinha no município de Itaguaí-RJ.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidade do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta está sendo executada conforme o cronograma estabelecido em contratos

firmados pela Marinha com as empresas DCNS SOCIETÉ ANONYME (francesa) e a ICN - Itaguaí Construções Navais S.A.

Principais realizações: foram recebidos no Brasil, procedentes da França, os dois primeiros lotes de materiais para a fabricação das demais seções do primeiro submarino convencional brasileiro, a ser executada no Estaleiro do PROSUB (EBN) na cidade de Itaguaí - RJ. A construção do 1º casco, no País, foi iniciada em julho de 2011, com o início da fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), também em Itaguaí - RJ, com entrega prevista para 2017.

No que concerne ao fomento à indústria nacional, foram qualificadas 102 empresas brasileiras para participarem dos projetos de nacionalização dos equipamentos. Existem quatro projetos de nacionalização aprovados pela Marinha e mais oito em análise.

Até novembro de 2012, foram ministrados para engenheiros e técnicos, militares e civis da Marinha, 177 cursos e outros 18 estão em andamento, todos abordando a transferência de tecnologia para a construção de submarinos.

Ressalta-se que o fluxo de materiais e de serviços, bem como a realização de cursos por profissionais brasileiros, contribui para o aprendizado prático na elaboração de projetos e na construção de submarinos convencionais (4 unidades), de acordo com a tecnologia proveniente da França. Ao final do processo, nossos engenheiros e técnicos estarão capacitados para projetar e construir, no Brasil, o submarino que receberá a planta de propulsão nuclear nacional, ora em fase de desenvolvimento no âmbito do Programa Nuclear da Marinha (PNM).

Expectativa para o próximo período: Para 2013, está prevista a chegada ao Brasil das seções de vante (proa) (S3/S4) do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1) que se encontram em construção na França e o corte das chapas na NUCLEP, para o prosseguimento da construção do submarino em Itaguaí.

A construção do 1º submarino convencional brasileiro (S-BR1), no País, foi iniciada em julho/2011, em Itaguaí-RJ.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidade na execução da meta.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	4	31/12/2012

- **Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB) para o ano de 2015**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), elaborado pelo Ministério da Defesa, consolida os planos de equipamentos das três Forças Armadas para o período de 2012-2031. Tais necessidades constam do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), atualmente em apreciação no Congresso Nacional.

Tendo como referencial o PAED, especificamente no que se refere à Marinha, esta Força singular vem empreendendo esforços na obtenção de recursos orçamentários e na busca da disponibilidade de meios operativos que atendam aos requisitos estabelecidos naquele Plano.

Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para 2012 foi executada conforme o planejamento estabelecido pela Marinha (PAEMB/PAED).

Principais realizações em 2012, relativas à obtenção de meios para a Marinha.

No tocante aos meios navais, em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidos em 2012 duas unidades, o NPaOc “Amazonas” que deu o nome à Classe, e o NPaOc “Apa”. Os NPaOc Classe Amazonas foram adquiridos ao preço unitário de £ 40 milhões (€ 48 milhões). Esse valor é cerca de 48% inferior ao valor médio das propostas de navios de características similares apresentadas por 5 países (Itália, Coréia do Sul, França, Alemanha e Reino Unido), bem como representa uma redução de aproximadamente 30% da oferta inicial

do próprio fabricante, a empresa inglesa BAE Systems.

Quanto aos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, a Marinha já havia recebido em anos anteriores os NPa “Macaé”, que deu nome à Classe, e o NPa “Macau”, ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza - CE. Outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

Foram recebidas duas Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos na empresa norte americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades foram recebidas em 2012 e as demais têm previsão de entrega em 2014.

O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu vinte e uma Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC, fundamentais em Operações de Paz, todas encontram-se em plena atividade, sendo que o processo de obtenção contempla a entrega de mais nove unidades até o final de 2014.

Assinado ainda em 2011, o contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, que prevê a entrega de toda a Bateria LMF até o final de 2014. Ainda em 2012, foi celebrado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC - Equipamentos.

Em 2012, o inventário de meios da MB representou pouco mais de 1/3 (um terço) do total de meios previstos no PAEMB (a longo prazo).

Expectativa para o próximo período: O terceiro navio Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) “Araguari”, têm previsão de entrega em 2013. Dos 5 Navios-Patrulha (NPa) de 500t, que se encontram em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, há previsão de entrega de três unidades em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo primordial do PCN é o de "incrementar a presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, propiciando assistência às populações locais, com vistas à fixação do homem na região".

Um novo Brasil vem sendo construído na Região Amazônia com a contribuição do Programa Calha Norte - PCN. Criado em 1985 pelo Governo Federal para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região, o Programa vem cumprindo esses objetivos por meio de ações diversas, tais como a realização de obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica, e na construção e manutenção das instalações militares que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico.

O objetivo do Programa é aumentar a presença do poder público na sua área de atuação, a fim de contribuir para a defesa nacional, proporcionar assistência às suas populações locais e fixar o homem na região. Todas as atividades são desenvolvidas respeitando-se as peculiaridades e características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente.

O PCN abrange, atualmente, 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira, em seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), o Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

Vencida a etapa pioneira da implantação do Programa, surgiram novos desafios a serem enfrentados na região

amazônica. Entre eles estão o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas, a intensificação e o espraiamento de ilícitos transfronteiriços e ambientais. Nesse contexto, crescem, igualmente, as necessidades de vigilância das fronteiras e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais.

No conjunto das atividades executadas pelo Programa Calha Norte, em 2012, destaca-se a realização de diversas ações nas unidades militares localizadas na área de abrangência, como por exemplo: i) a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distrito Naval, em apoio às ações de Segurança do Tráfego Aquaviário; ii) início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus; iii) a conclusão das principais instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos(AM) e a adequação dos Pelotões de fronteira; iv) a aquisição e manutenção de embarcações para a Comissão de Aeroportos da Amazônia - COMARA; v) a construção e reforma de imóveis residenciais e dotação de infraestrutura existentes nas vilas residenciais; vi) a reforma de hotéis para militares em trânsito, vii) a aquisição de suprimento e contratação de serviços para a manutenção de aeronaves que dão apoio às atividades do Programa e viii) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves e das Unidades sediadas na Região.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade das ações iniciadas em exercícios anteriores, assim como a intensificação das ações voltadas para o desenvolvimento regional, como a construção de escolas, universidades, hospitais, redes de energia elétrica e pavimentações de rodovias, entre outras, buscando sempre o atendimento do propósito maior do Programa de “fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do estado na região”.

Elementos que auxiliaram na execução da política: A Dimensão de Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, também conhecida como a "vertente militar" do Programa Calha Norte, desenvolve ações voltadas para o controle e a segurança da navegação fluvial, para a implantação de unidades militares e para o apoio aéreo na região coberta pelo objetivo do programa de governo. Com isso, busca facilitar a vigilância dos rios, do espaço aéreo e da faixa de fronteira, em sua área de atuação.

Nesse contexto, ao longo de 2012, as ações realizadas contribuíram para o aprestamento das unidades militares permitindo que suas missões reais e exercícios militares fossem mais eficientes, mais duradouros e com melhor performance. Fruto dessa contribuição, diversos meios e equipamentos adquiridos e reparados com recursos do PCN, corroboraram para as operações Ágata e Amazônia, realizadas durante o ano, refletindo a presença do Estado no peculiar ambiente amazônico.

Arranjos de gestão: no período considerado, foi significativa a parceria empreendida com os Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), com emprego dos meios disponíveis , na região de abrangência do PCN , destacando o emprego de integrantes do Exército na contribuição com vistoria de obras e aquisições, em áreas de difícil acesso.

Relação com outras políticas: Para alcançar os objetivos do PCN, no que se refere às ações voltadas para o desenvolvimento regional, foram estabelecidas as Diretrizes Estratégicas, visando implantar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas de Segurança e Defesa, Econômica, Educação, Esportes, Social, Saúde e Transportes nos Municípios da área de atuação do PCN, criando condições para a fixação do homem na região, melhorando a qualidade de vida das populações atendidas e integrando socialmente as comunidades isoladas bem como aumentando a presença do Estado na Região.

As Diretrizes Estratégicas do Programa estabelecem os seguintes objetos por área de atuação:

A – ÁREA SOCIAL – IMPLANTAÇÃO DE:

Iluminação de campo de futebol.

Iluminação de praça pública.

Rede elétrica e rural (de baixa tensão).

A-1 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Creche.

Praça pública.

Sede de Câmara Municipal.

Casa ou centro de convivência do idoso.
Hospitais, centros de saúde, postos de saúde.
Urbanização de áreas públicas – pavimentação com drenagem e/ou terraplanagem e/ou construção de calçadas com meio-fio e sarjetas.
Centros administrativos e/ou sedes de secretarias.
Pontes de pequeno porte.
Centro comunitário.
A-2 – SANEAMENTO BÁSICO – IMPLANTAR OU AMPLIAR SISTEMA DE:
Abastecimento de água.
Coleta e tratamento de esgoto.
Preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água.
Drenagem urbana.
Aterro sanitário.
B – ÁREA DE ESPORTE – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:
Vestiário e cobertura de arquibancadas para campo de futebol.
Quadra poliesportiva.
Estádio de futebol.
Piscinas.
Pistas de atletismo.
C – ÁREA ECONÔMICA – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:
Galpão em alvenaria, mercados, feiras cobertas.
Centro de beneficiamento.
Armazéns de carga.
D – ÁREA DE EDUCAÇÃO – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:
Centro de inclusão digital.
Biblioteca, casa da cultura.
Escola de música, escola de ensino, centros profissionalizantes.
E – ÁREA DE SEGURANÇA E DEFESA – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:
Sede de quartéis.
Delegacias e/ou presídios.
F – ÁREA DE TRANSPORTE – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:
Pequenos aeroportos e/ou pistas de pouso.
Portos e/ou terminais hidroviários.
Terminais de passageiros, terminais de carga.
G – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VIATURAS E ACESSÓRIOS – EXEMPLOS:
Aquisição de viaturas utilitárias, ônibus, tratores, máquinas agrícolas, equipamentos agrícolas e/ou acessórios, tais como:
Caminhão basculante, caminhão com carroceria tipo carga seca.
Carreta agrícola, grade aradora, motoniveladora.
Ônibus escolar.
Pá carregadeira, retroescavadeira.
Tanque de resfriamento de leite.
Trator agrícola de pneus, trator compactador, van.
Veículo tipo microônibus, veículo utilitário tipo pick-up.
Máquina de fabricação de tijolos e/ou bloquetes.

Em 2012 foram vistoriados pela Equipe Técnica do PCN e considerados com serventia, um total de 161 convênios com

os seus respectivos objetos, por áreas de atuação específica. No mesmo período de 2012 foram celebrados pelo PCN, nos municípios de abrangência do Programa, um total de 243 convênios, também com seus objetos enquadrados por área de atuação, conforme preconizam as Diretrizes.

Beneficiários: 194 municípios, abrangidos pelo PCN, sendo: Acre 22 municípios, Amapá 16 municípios, Amazonas 62 municípios, Pará 27 municípios, Rondônia 52 municípios e Roraima 15 municípios.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutua de 30 Pelotões Especiais de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta foi praticamente alcançada. Previa-se alcançar a adequação de infraestrutura de 7 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) para o ano em questão, contudo foram adequados 6 PEF.

Cabe ressaltar que entre os PEF adequados em 2012, o de Tiriós/PA, que se encontra na fase de finalização de sua implantação na Região, recebeu priorização.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, foi o grande desafio do Exército.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	30	unidade	6	30/11/2012

- **Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de infraestrutura das unidades militares da Região do Calha Norte é de 110 unidades militares.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram adequadas 23 unidades militares, de uma meta prevista de 26. Limitações operacionais levaram a uma correção de cerca de 13% da meta.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	110	unidade	23	30/11/2012

- **Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas na Região do Calha Norte é 150 embarcações.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram adequadas 15 embarcações, de uma meta prevista de 19 para o ano.

Desafios quanto a implementação da meta decorreram da adaptação das demandas frente às limitações operacionais.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	unidade	15	30/11/2012

- **Adequação de 40 aeródromos**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de aeródromos da Região do Calha Norte é de 40 aeródromos mantidos.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foi adequado 1 aeródromo, dessa forma, em 2012, foi cumprido o percentual previsto para o período.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, em função dos recursos liberados, foi o grande desafio da Aeronáutica, não prejudicando a execução da Ação.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	40	unidade	1	30/11/2012

- **Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 é de atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, econômica, educação, saúde,social, transportes e esportes na Região do Calha Norte.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram atendidos 87 municípios.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	100	%	45	30/11/2012

- **Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de realização de horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas na Região do Calha Norte é 720 horas de voo.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram realizadas 180 horas de voo, dessa forma, em 2012, foi cumprido o percentual previsto para o período.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, não prejudicou a execução da Ação.

Quantidade alcançada

180

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	720	unidade	180	30/11/2012

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No corrente exercício, a Força, ao cumprir orientação da Estratégia Nacional de Defesa, deu continuidade ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas, ao realizar parcerias estratégicas por meio da aquisição de equipamentos no exterior e do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de defesa cibernéticos nacionais. Tais iniciativas, no campo da defesa, permitirão alinhar as diretrizes estratégicas do governo para a capacitação nos campos industrial e militar, propiciando gerar mecanismos para o uso de táticas de defesa cibernética.

- Principais realizações no período:

Incremento do acesso à INTERNET, de 70% para 80% das Organizações Militares do Exército, por meio dos Centros de Telemática (CT) e dos Centros de Telemática de Área (CTA) da Força, com aumento da segurança; aumento do número de laboratórios de pesquisa forense em operação, de 1 (um) laboratório para 4 (quatro), e mais 3 (três) em instalação nos CT/CTA.

Realização do 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx; desenvolvimento do antivírus nacional "DefesaBR"; conclusão das instalações provisórias do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber); construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no Centro de Inteligência do Exército (CIE); construção de 2 (dois) laboratórios de Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC) na AMAN, em Resende-RJ e 1 (um) na EsPCEx, em Campinas-SP; Elaboração da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD); inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD; definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças; realização do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012); realização do I Seminário de Inteligência Cibernética; desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional; realização do Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes; realização do Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil; realização do III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas; contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS); aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão (IPS); coordenação da defesa cibernética da Conferência "Rio + 20".

- Fatores que dificultaram a execução: estrutura administrativa subdimensionada; falta de capacitação em gestão de projetos e atrasos nos processos licitatórios.

- Previsão de realização para o próximo período: ampliação do CDCiber; ampliação da capacidade de defesa cibernética dos Ct e CTA; realização de cursos e estágios; e participação nas ações de defesa cibernética para a Visita do Papa e para Copa das Confederações.

- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: integração das ações de defesa cibernética no âmbito do MD e deste com outros órgãos do Governo Federal.

- Público beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que eventualmente contam com apoio da defesa cibernética do Exército e empresas fornecedoras de produtos e serviços relacionados à defesa cibernética.

- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade defesa cibernética do Exército, incrementando o estado de apronto da Força e do MD, a fim de atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Implantar o centro de defesa cibernética**

  Análise Situacional da Meta

  A meta não cumpriu o cronograma estipulado para 2012 nos Planos de Projetos.

  Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes para o bom andamento dos Projetos, houve dificuldades na execução orçamentária, o que fez com que fosse possível serem alcançados 70% das metas físico-financeiras dos projetos.

Descrição das principais realizações: dentre as metas alcançadas no corrente ano, pode-se citar as seguintes: aumento do acesso a INTERNET por meio dos CT/CTA de 70% das OM para 80% do total com aumento da segurança. Aumento do número de laboratórios de pesquisa forense de 1 (um) laboratório para 4 (quatro) em operação e mais 3 (três) que estão sendo instalados nos CT/CTA. Está sendo realizado o 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx. Desenvolvimento do Antivírus Nacional "DefesaBR". Conclusão das instalações provisórias do CDCiber. Construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no CIE. Construção de 2 (dois) laboratórios de TIC na AMAN e 1 (um) na EsPCEx. Confecção da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD). Inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD. Definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças. Execução do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012). Realização do I Seminário de Inteligência Cibernética. Desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional. Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes. Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil. III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas. Contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS). Aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão.

- **Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a meta está sendo cumprida de acordo com os Planos de Projetos. Os recursos orçamentários são suficientes para o bom andamento dos Projetos.

Descrição das principais realizações: dentre as metas alcançadas no corrente ano, pode-se citar as seguintes: aumento do acesso a INTERNET por meio dos CT/CTA de 70% das OM para 80% do total com aumento da segurança. Aumento do número de laboratórios de pesquisa forense de 1 (um) laboratório para 4 (quatro) em operação e mais 3 (três) que estão sendo instalados nos CT/CTA. Está sendo realizado o 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx. Desenvolvimento do Antivírus Nacional "DefesaBR". Conclusão das instalações provisórias do CDCiber. Construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no CIE. Construção de 2 (dois) laboratórios de TIC na AMAN e 1 (um) na EsPCEx. Confecção da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD). Inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD. Definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças. Execução do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012). Realização do I Seminário de Inteligência Cibernética. Desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional. Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes. Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil. III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas. Contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS). Aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão (IPS).

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram entregues 1.524 produtos cartográficos dos 2006 previstos para o ano, com destaque para cartografia terrestre. A cartografia Náutica apresentou 18 atualizações cartográficas das 74 previstas para serem entregues.

Com o atraso nas cartografias náutica e geológica, espera-se que a previsão de entrega de 9470 produtos cartográficos até 2015 sofra um atraso de 20 meses, no entanto o percentual de entregas irá aumentar em 2013 e 2014, haja vista a intensificação do processamento de imagens da cartografia terrestre do início da coleta de imagens da área de não floresta

pela FAB, da entrega dos quatro avisos hidro oceanográficos para Marinha e do início do levantamento geológico a partir dos levantamentos geofísicos concluídos em 2012.

Para 2013 estão previstas a entrega de dois avisos hidrográficos fluviais, que são embarcações de pequeno porte destinadas à execução dos levantamentos hidroceanográficos em águas interiores na Bacia Amazônica. Devido ao tamanho, podem trafegar em época de cheia ou baixa. Eles possuem sensores de batimetria, que ao tocarem no fundo de um rio medem sua profundidade. Os barcos têm 25 metros de comprimento, navegam em uma velocidade máxima de 10 nós (equivalente a quase 19 km por hora) e possuem autonomia de dez dias. Além dos avisos, está prevista para 2013 a construção de um navio hidrooceanográfico, com sensores de batimetria, porém, com dimensões, deslocamento e capacidade de tripulação maiores que os avisos.

Elementos que auxiliaram na execução da política:

O Sistema de Cartografia da Amazônia auxilia a política nacional de defesa na medida em que contribui com a segurança interna do país, pois, o conhecimento gerado da região, com o mapeamento das riquezas naturais, o dimensionamento da capacidade logística, e os acessos às populações locais, permitem a melhor execução de políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde e industrial; em conformidade com a Política Nacional de Defesa – PND, itens 1 e 2.3.

Obstáculos à execução da política:

Sinergia entre o objetivo (implantar o sistema de cartografia da Amazônia) com outros programas/políticas/prioridades de governo:

A Amazônia Legal possui uma área total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 1,8 milhão de quilômetros quadrados não possuem informações cartográficas terrestres. Essa área é denominada de vazio cartográfico. Ressalta-se ainda que a cartografia náutica encontra-se desatualizada e pouco se tem levantado sobre os recursos minerais existentes na região.

O Sistema de Cartografia da Amazônia permitirá o aprofundamento do conhecimento sobre a Amazônia brasileira, bem como o suporte a projetos de infraestrutura a serem implantados na região. Além do desenvolvimento regional, o projeto prevê a geração de informações estratégicas para monitoramento regional, segurança e defesa nacionais, com especial ênfase nas áreas de fronteira seca.

Os produtos cartográficos terrestres, náuticos e geológicos são disponibilizados aos vários níveis de governo com o objetivo de auxiliá-los na execução de políticas públicas. Entre essas políticas, citam-se a de segurança, saúde, de infraestrutura, transportes, e aquelas voltadas para o ordenamento territorial.

Metas 2012-2015

- **Atualizar 74 cartas náuticas**

  Análise Situacional da Meta

  Foi atingida a quantidade de 11 produtos dos 20 previstos.

  A realização ficou abaixo do previsto, pois, tendo em vista que a Marinha do Brasil recebeu apenas um único navio (aviso hidroceanográfico fluvial) dos 5 previstos no projeto.

  Para 2013, serão entregues mais 3 navios (aviso hidroceanográfico fluvial), o que possibilitará incremento no cumprimento das metas físicas planejadas para os próximos exercícios.

  Quantidade alcançada

  11

  Data de Referência

  27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	74	unidade	11	27/12/2012

- **Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)**

Análise Situacional da Meta

Foram editadas, durante o ano de 2012, 94 ortoimagens, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas sejam alcançados.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.561	unidade	94	27/12/2012

- **Editar e imprimir 606 cartas topográficas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foi possível o início dos trabalhos, haja vista que o processo de reambulação em campo terá início em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/12/2012

- **Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados, no ano de 2012, 369 arquivos de estratificação vegetal, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro. A meta física foi superada em virtude do órgão executor possuir, em seu quadro efetivo, servidores habilitados para a execução deste produto.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

01/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	2.292	unidade	369	01/03/2013

- **Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foi dado início ao imageamento das áreas de floresta e não floresta, haja vista que deste total 160.000 Km2 de área de não floresta serão realizados em 2013 pela Aeronáutica e entregues ao Exército.

O restante (571.000 Km²), diagnosticado como área de floresta, deverá ser realizado pelo Exército Brasileiro em 2014.

Originalmente a previsão foi que toda esta área era de não floresta, cabendo à Aeronáutica o seu levantamento. Os recursos foram utilizados para a repotencialização das aeronaves R99, que farão os levantamentos em 2013, conforme previsto no projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/12/2013

- **Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS)**

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 369 modelos digitais de superfície, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e

capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	369	27/12/2012

- **Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT)**

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 369 modelos digitais de terreno, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasíleiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	369	27/12/2012

- **Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)**

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 94 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasíleiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

01/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	94	27/12/2012

- **Produzir 433 cartas aerogeofísicas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram produzidas 13 cartas aerogeofísicas, sendo que a previsão de execução no exercício era de 80 cartas.

A realização ficou abaixo do previsto pois o executor (Serviço Geológico Brasileiro – CPRM) informou que o recurso financeiro foi descontinuado em 2012.

Para os próximos exercícios, as metas físicas serão reduzidas e os prazos de entrega serão estendidos.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	433	unidade	13	27/12/2012

- **Produzir 70 cartas geológicas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram produzidas 14 cartas geológicas das 12 previstas.

A superação da meta foi decorrente da conclusão de levantamentos aerogeofísicos em 2011 e da utilização de recursos do PAC previstos para a CPRM.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	70	unidade	14	27/12/2012

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha e a interação com a indústria nacional e outros setores da esfera do governo, foram empreendidas no corrente ano, as seguintes ações:

Obtenção de Novos Meios

- Em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidas em 2012 duas unidades, o NPaOc “Amazonas” que deu o nome à Classe, e o NPaOc “Apa”. O terceiro navio, NPaOc “Araguari”, têm previsão de entrega em 2013.

- Quanto aos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, a Marinha recebeu o NPa “Macaé”, que deu nome à Classe, e o NPa “Macau”, ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza-CE. Outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro-RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

- Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos da empresa norte americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades já foram recebidas e as demais têm previsão de entrega em 2014.

- Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, 21 Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC adquiridas na Suíça, fundamentais em Operações de Paz, já foram recebidas e encontram-se em atividade no Corpo de Fuzileiros Navais, sendo que o processo de obtenção contempla a entrega de mais nove unidades até 2014.

Em dezembro de 2011, foi assinado contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, com prazo de entrega até 2014.

Em 2012, foi assinado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC-Equipamentos.

Foram recebidas em 2012 duas unidades de Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Meios em Processo de Revitalização/Manutenção

Além disso, a Marinha empreendeu diversos programas e projetos de modernização e/ou revitalização de suas unidades navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, consubstanciados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM) da Força, a

fim de adequá-los às condições de pronto emprego.

Em 2012, o PROGEM abrangeu as seguintes unidades: Navio-Aeródromo “São Paulo”, Corveta “Júlio de Noronha”, Fragata “Rademaker”, Navio Faroleiro “Almirante Graça Aranha”, Navio Tanque “Marajó” (concluído), Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ari Rongel”, Navio Hidroceanográfico “Taurus “, Navio Oceanográfico Antares, Navio Polar "Almirante Maximiano", Submarino “Tapajó”, duas Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk na Empresa EMBRAER, dois Helicópteros Super LYNX AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta modelo M-113A.

Logística operacional

De forma pioneira, foi realizada a primeira distribuição de suprimentos por meio do modal marítimo, com o propósito de reduzir a dependência do modal rodoviário, no fornecimento de materiais armazenados nos Órgãos de Distribuição localizados no Complexo Naval de Abastecimento, no Rio de Janeiro - RJ, às Organizações Militares situadas na área metropolitana da região, sendo confirmada a viabilidade do modal marítimo como uma alternativa que proporciona segurança, rapidez e ganho de eficácia logística.

Emprego do Poder Naval

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de Patrulha Naval (PATNAV), Controle de Área Marítima e Fluvial, Inspeção Naval e missões de caráter assistencial. Em 2012,

foram realizadas 194 operações, representando um incremento de 17% no número de PATNAV nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) em relação ao ano anterior.

Os Navios de Assistência Hospitalar, também chamados pela população ribeirinha de “Navios da Esperança”, levaram atendimento às comunidades carentes de localidades que não possuem assistência regular de saúde. As ações contribuíram para ampliar a presença do Estado em regiões de difícil acesso, de interesse estratégico, e reforçar a presença da Marinha nas hidrovias interiores.

Nesse contexto, foram atendidas 315 localidades das regiões Norte e Centro-Oeste, sendo 14 em faixas de fronteira, com a realização de operações militares denominadas Ações Cívico-Sociais (ACISO) e Assistências Hospitalares (ASSHOP), no total de 11 ACISO e 23 ASSHOP, tendo sido contabilizados 35.267 atendimentos médicos e 71.398 odontológicos, dentre outros procedimentos.

No campo internacional, a convite da ONU, a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), comandada desde 2011 por um Contra-Almirante brasileiro, prossegue nas tarefas de impedir a entrada ilegal de armas e materiais afins no Líbano e de treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Essa contribuição da Marinha do Brasil para a FTM reforça a imagem do Brasil como ator capaz de atuar positivamente para a promoção da paz e segurança na região. A Fragata “Liberal” permanecerá como Navio Capitânia daquela Força Multinacional até janeiro de 2013, quando a Fragata "Constituição" a substituirá.

Em 2012, várias comissões permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas. Dentre elas destacam-se as seguintes operações: “UNITAS 53”, com a participação das Marinhas do Canadá, Colômbia, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, México e República Dominicana; “PANAMAX-2012”, que consistiu de um exercício simulado, multinacional e combinado, com a participação de vários países das Américas do Norte, Central e do Sul; “FRATERNO”, com a Argentina; “BRASBOL”, com a Bolívia; “COBRA”, com a Colômbia;“ATLASUR-IX”, com a África do Sul, Argentina e Uruguai; “IBSAMAR”, com a África do Sul e Índia; e CARIBEX com países da América do Sul e do Caribe.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que têm como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, destaca-se a Operação ATLÂNTICO-III”, que teve o Comandante de Operações Navais como Comandante do Teatro de Operações, e foi realizada na área marítima entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

Adestramento e Qualificação do Pessoal.

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional (algumas já citadas), também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e

civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas.

Previsão das realizações para 2013:

Todos os projetos executados em 2012, terão continuidade em 2013, conforme o planejamento/cronograma estabelecido pela Marinha.

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a execução das atividades acima mencionadas, a Marinha contou com a ajuda de diversos setores da esfera Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas.

Metas 2012-2015

- **Alcançar índice de 80% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para operar"**

  Análise Situacional da Meta

  A Marinha, por meio do Programa Geral de Manutenção (PROGEM), vem priorizando os meios que apresentam maior necessidade de revitalização/manutenção para que os mesmos tenham condições de operar e atender as suas atribuições.

  Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para o exercício de 2012 foi executada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Em 2012, foram empreendidas várias ações de modo a manter os níveis desejados na qualificação/adestramento do pessoal, reaparelhamento e adequação dos meios operativos e construção/adequação das organizações terrestres, modernização de 05 Submarinos, 03 Fragatas, 04 Corvetas, 04 Navios-Varredores e 01 Navio-Tanque, Manutenções rotineiras dos meios (revisões de equipamentos, docagens e etc.), obtenção de munição para o restabelecimento da dotação de paz (adestramento e instrução), destacando-se as faltas de munição de campanha, portátil, de metralhadora, mísseis diversos, bombas de aviação e minas e obtenção de sobressalentes.

  Restabelecimento das dotações dos Meios Operativos e das Base Navais.

  Atualmente, os meios operativos do acervo da MB, na condição de "disponíveis", representam uma parcela da ordem de 44%.

  Expectativa para o próximo período: Em continuidade ao plano de reaparelhamento e manutenção dos meios operativos, estão previstas para 2013 várias ações, conforme o planejamento estabelecido pela Força.

  Desafios de implementação: Os desafios foram de ordem técnica, devido à complexidade das tarefas executadas.

  Quantidade alcançada

  44

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A execução da meta foi realizada em conformidade com o planejamento estabelecido pela Marinha.

  Em 2012, as ações empreendidas possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

  Dentre as diversas Instituições no Brasil que foram utilizadas, em parceria, na qualificação do pessoal destacam-se a Aliança Francesa para capacitar o pessoal da Marinha, principalmente Engenheiros Navais, que atuam no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), onde foram ministradas aulas do idioma francês para 177 alunos, no País; a realização do curso Master of Business Administration (MBA), da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos Cursos de Política e Estratégia

Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, ministrados pela Escola de Guerra Naval para cerca de 255 militares; a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

No âmbito da MB, destacam-se os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nas Instituições de Ensino: Colégio Naval, Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Centro de Instrução Almirante Alexandrino – localizados no Rio de Janeiro, e nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas nas cidades de Fortaleza - CE, Vitória - ES, Recife - PE e Florianópolis - SC.

O Programa permitiu a continuidade da formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa na Academia da Força Aérea Brasileira (FAB) e na Marinha norte americana (US NAVY), bem como o início e a continuidade de diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse da MB, no Brasil e no exterior, necessários para a qualificação dos militares e civis para o desempenho dos diferentes cargos e funções no âmbito da MB.

Os cursos ministrados em 2012 envolveram cerca de 14.500 alunos, em diversos níveis, e capacitaram mais de 12.000 militares e servidores civis da MB.

Além disso, foram realizados, aproximadamente, 56 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando cerca de 8.600 alunos, atingindo uma requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes, destacando-se os cursos de Informática Básica; Gestão por Excelência e Liderança; Conferência entre as Instituições de Ensino e o Fórum Permanente de Educação. Esse último, visando divulgar e valorizar iniciativas em educação bem sucedidas em desenvolvimento no âmbito da Marinha e das demais Forças Armadas, no meio corporativo e acadêmico, e facilitar o compartilhamento do conhecimento entre os profissionais da área de ensino da Marinha.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de 18 (dezoito) Marinhas: Estados Unidos da América, França, Itália, Namíbia, Angola, Moçambique, República Dominicana, Suriname, Senegal, México, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Colômbia e Argentina, com a participação de aproximadamente 200 alunos.

Visando atender ao estabelecido na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010, que prevê o aumento de efetivo da Força de mais 21.507 militares (36% do efetivo atual) em um horizonte temporal de 20 anos, continuam em andamento as obras de ampliação e revitalização dos Centros de Instrução, da Escola Naval, do Colégio Naval e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a fim de proporcionar condições adequadas para manter o nível de qualificação exigido na formação do pessoal da Marinha.

Em cumprimento ao sistema de capacitação dos militares e servidores civis, estão previstas para 2013, várias ações no sentido ampliar a capacitação/qualificação do pessoal da Marinha.

Desafios de implementação:

1 - Pessoal devidamente treinado e qualificado para conduzir as atividades de ensino; e

2 - Necessidade de ampliar as organizações de ensino da MB para capacitar um grande número de alunos de vários níveis, tanto da Força como de outros órgãos, inclusive de Marinhas amigas.

Quantidade alcançada

12.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Articulação da MB compreende todas as Organizações Militares (OM) a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, visando à adequação da Força, conforme ao prescrito na Estratégia Nacional de Defesa (END). Além das instalações

voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e seus dependentes e ao público extra-Marinha, ações voltada para a política de governo tais como: moradia, assistência social, serviço médico-odontológico, dentre outros. O bem-estar e o aumento da qualidade de vida da Família Naval e entidades ligadas ao atendimento de vários serviços de saúde oferecidos pela Marinha, foram preocupações presentes quando da elaboração dos Projetos Prioritários desta Força. É impossível dissociar o aprestamento da MB e a satisfação de seu pessoal, civil e militar.

Principais realizações em 2012:

Reestruturação das Organizações militares que integram o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA):

- criadas as Agências de São João da Barra (RJ) e de Aracati (CE) , e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul, primeira OM da MB no Estado do Acre; e
- elevada a categoria da Agência de Porto Seguro (BA) para Delegacia de Porto Seguro.

A fim de proporcionar um melhor atendimento aos militares da MB e seus dependentes, foi dado prosseguimento às obras de revitalização do Hospital Naval Marcílio Dias (RJ), com o Sistema de Segurança Orgânica, modernização da Rede Elétrica de Média Tensão e início da adequação da Farmácia às normas da ANVISA.

Foram concluídas as obras de construção da Policlínica Naval de Campo Grande (RJ), inaugurada em 10 de setembro de 2012.

Para atender as necessidades de moradias funcionais para os militares em serviço ativo, a Marinha instituiu o PPAR - Programa Plurianual de Aquisição de Residências, estabelecendo em cada exercício, metas de obtenção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), por aquisição ou construção, e alocação de recursos orçamentários. No orçamento de 2012 da Força, foram alocados recursos para o PPAR, com vistas à construção de 315 PNR, em todo o território nacional, além da aquisição de imóveis para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

Em Brasília, na Região Administrativa de Águas Claras, foram concluídos três blocos de PNR, com 218 apartamentos de um total de 784 previstos. No Rio de Janeiro, em março, foi constituída a Vila Naval do Guandu do Sapê, no bairro de Campo Grande, possuindo 396 apartamentos e sendo um legado dos 5º Jogos Mundiais Militares.

No Centro de Instrução Almirante Alexandrino (RJ), deu-se continuidade às obras de adequação das instalações, face ao Aumento de Efetivo aprovado para a MB, destacando-se o início das construções de dezoito salas de aula e de dois novos prédios para alojamento de alunos e a reforma/modernização do Sistema de Tratamento de Efluentes (STE) do Complexo de Organizações Militares da Avenida Brasil (RJ).

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

1 - Limitação de Recursos; e

2 - Atrasos de alguns empreendimentos.

Previsão para 2013:

Estão planejadas várias ações no sentido de dar continuidade a programação de construção, modernização e recuperação de várias Organizações militares, conforme previsto no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB).

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a execução dos projetos acima mencionados, a Marinha contou com ajuda/relacionamento com os setores da esfera Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas.

Metas 2012-2015

- **Construir, modernizar e recuperar 101 instalações terrestres previstas no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB)**

  Análise Situacional da Meta

  Avaliação do cumprimento da meta: Em 2012, a execução da meta transcorreu de acordo com o planejamento estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Em continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), iniciada em 2009, foram empreendidas as seguintes ações em 2012:

  - criadas as Agências de São João da Barra (RJ) e de Aracati (CE) , e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul, primeira

OM da MB no Estado do Acre; e

- elevada a categoria da Agência de Porto Seguro (BA) para Delegacia de Porto Seguro.

A fim de proporcionar um melhor atendimento aos militares da MB e seus dependentes, foi dado prosseguimento às obras de revitalização do Hospital Naval Marcílio Dias (RJ), com o Sistema de Segurança Orgânica, modernização da Rede Elétrica de Média Tensão e início da adequação da Farmácia às normas da ANVISA.

Foram concluídas as obras de construção da Policlínica Naval de Campo Grande (RJ), inaugurada em 10 de setembro de 2012.

No Centro de Instrução Almirante Alexandrino (RJ), deu-se continuidade às obras de adequação das instalações, face ao Aumento de Efetivo aprovado para a MB, destacando-se o início das construções de dezoito salas de aula e de dois novos prédios para alojamento de alunos e a reforma/modernização do Sistema de Tratamento de Efluentes (STE) do Complexo de Organizações Militares da Avenida Brasil (RJ).

Expectativa para o próximo período: Para 2013, estão planejadas várias ações no sentido de dar continuidade no programa de construção, modernização e recuperação de várias Organizações Militares, conforme o previsto no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB).

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a Marinha empreendeu inúmeros eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Tais eventos observaram a política de governo que prevê: inclusão social, promoção do desenvolvimento sustentável e repressão aos ilícitos transnacionais e também nos requisitos previstos na legislação nacional e nos acordos internacionais, relacionados com a segurança da navegação.

No que tange à segurança da navegação, foi dada continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, iniciada em 2009, tendo sido instituídas três novas Organizações Militares: a Agência de São João da Barra (RJ), a Agência de Aracati (CE) e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul (AC); e também efetivada a elevação da Agência de Porto Seguro (BA) à categoria de Delegacia de 2ª Classe e a elevação da Delegacia de Porto Velho (RO) à Capitania de 3ª Classe.

No período do verão, quando ocorre significativo incremento no trânsito de embarcações de lazer nas áreas de veraneio, nas proximidades das praias e nas águas interiores brasileiras, são intensificadas as ações de fiscalização, denominadas "Operação Verão". Estas operações são constituídas de abordagem de embarcações, concomitantemente com ampla divulgação dos procedimentos quanto à navegação segura, ações educativas e coibição ao uso de bebidas alcoólicas pelos condutores, em todo o território nacional. No verão 2011-2012, abrangendo o período de dezembro de 2011 a março de 2012, foram empregados cerca de 2000 militares e 295 embarcações da Marinha em ações de fiscalização do tráfego aquaviário, com a abordagem de 55.992 embarcações civis. Também foram proferidas palestras e campanhas educativas em marinas, iates clubes, colônia de pesca e locais de concentração do público alvo. Ao todo, foram executadas cerca de 148.000 dessas ações, com incremento da ordem de 10% em relação ao período anterior.

Além da "Operação Verão", a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações visando a elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à preocupação com a segurança, ainda em patamares inadequados em face da cultura existente em determinadas regiões, além do difícil acesso às fontes de informações, tanto pelas longas distâncias existentes, quanto pela baixa situação socioeconômica das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento.

Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica, incentivando a cobertura dos eixos propulsores das embarcações. As demais campanhas abrangeram: a ampliação dos requisitos para a habilitação de condutores amadores, principalmente para as categorias de Motonauta e Arrais-Amador; o aumento da fiscalização em áreas de fronteira, por meio de ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle; e o incremento nas ações relativas à inclusão social, objetivando o acesso à educação e à geração de empregos. Somente em relação a esta iniciativa, foram oferecidas cerca de 35.000 vagas para os cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinados a aquaviários e portuários.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhas pela Marinha, sendo relevante destacar: a produção de auxílios à navegação, vital para a adequada manutenção de vias navegáveis, tornando-as mais seguras, bem sinalizadas e cartografadas, aspecto essencial para o comércio nacional, contribuindo para redução do "Custo Brasil"; o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas; o acompanhamento de tráfego marítimo de interesse, com o propósito de fiscalizar o cumprimento das leis nacionais e atos internacionais ratificados pelo Brasil; e possibilitam a prevenção e a repressão a ilícitos penais, como o contrabando, o tráfico de drogas e armas, a imigração ilegal e o roubo armado a navios, dentre outros.

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

Falta de pessoal qualificado em número suficiente para executar as tarefas de fiscalização e repressão das embarcações. Outro fator se refere à necessidade de cobrir áreas extensas (região norte do país).

Previsão das realizações para 2013:

As atividades relacionadas com a Segurança da Navegação Aquaviária estão programadas de modo a intensificar cada vez mais a fiscalização das embarcações, objetivando combater os atos ilícitos praticados nas hidrovias e Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a fiscalização em áreas de fronteira, a Marinha executou ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle.

Metas 2012-2015

- **Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA)**

  Análise Situacional da Meta

  Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012 transcorreu de acordo com o cronograma estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Para o período de 2012 a 2015, figura no cronograma da Marinha a Criação/Revitalização/Elevação de 16 Organizações Militares da rede da Diretoria de Portos e Costas (DPC). Em 2012, foi dada continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), que contemplou a ativação das novas Agências de São João da Barra (RJ) e Aracati (CE) e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul (AC). Também ocorreu a elevação da Agência de Porto Seguro, no Estado da BA, à categoria de Delegacia, que passou a se denominar Delegacia de Porto Seguro, e da Delegacia de Porto Velho para Capitania de 3ª classe.

  Expectativas para o próximo período: Dentre os grandes projetos em andamento, a Marinha planejou para 2013, dar continuidade nas obras de ampliação de várias Organizações militares integrantes da rede da Diretoria de Portos e Costas (DPC), tais como: ativação das Agência em Chapecó (RS), Agência Fluvial de Sinop (MT) e Agência de Valença (BA) e elevação da Delegacia em São Francisco do Sul (RS), para Delegacia de 1ª Classe e da Capitania dos

Portos de Alagoas (AL), para Capitania de 2ª classe.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012, foi realizada de acordo com o planejamento estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em 2012, foram executadas 148.150 ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, obtendo-se incremento de aproximadamente 10% em comparação ao ano anterior.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, a Marinha estabeleceu no seu planejamento, elevar a quantidade de ações atinentes as Inspeções Navais e consequentemente o percentual em relação ao ano anterior.

Desafios de implementação da meta: A falta de pessoal em número suficiente e qualificado para a execução das atividades relacionadas com atividades de Inspeções Navais.

Recomendações finais

Ressalta-se o esforço da Marinha em aumentar a fiscalização em áreas de fronteira, atuando também em parceria ou em apoio ao Exército Brasileiro, Polícia Federal e outros órgãos.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- **Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012, transcorreu de acordo com o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em 2012, foram qualificados cerca de 35.000 alunos nos cursos do Ensino Profissional Marítimo, destinados a aquaviários e portuários.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, a Marinha implementará meios para elevar, gradativamente, a capacitação de marítimos e fluviários mediante a ampliação de cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) - Rio de Janeiro - RJ, Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) - Belém - PA e outros Centros de Ensino.

Desafios de implementação: falta de pessoal qualificado para a execução das atividades relacionadas.

Quantidade alcançada

35.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Principais realizações em 2012:

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM) celebrou o Acordo de Cooperação Acadêmica, Técnica e Científica com a Universidade Santa Cecília - Santos (SP). Ainda no âmbito dos acordos com Universidades, dando prosseguimento ao apoio mútuo nas atividades de pesquisa e prospecção tecnológica com a Universidade Federal Fluminense (UFF), acordado em 2011, foram assinados Termos Aditivos, com essa Universidade, que resultaram no desenvolvimento conjunto do Simulador de Passadiço e do sistema de modulação digital de sinais destinados a comunicações acústicas submarinas.

Nas atividades de desenvolvimento de equipamentos para os meios Navais, foram projetados e instalados 3 consoles no Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica (CISNE) do Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) "Almirante Sabóia".

O Sistema de Controle e Monitoração do Navio-Patrulha (NPa) "Maracanã" teve seu projeto concluído e efetivada a primeira fase da instalação.

No que tange ao desenvolvimento e à avaliação de meios, foi iniciada a Avaliação Operacional da Aeronave S-70B Sikorski, de forma que a mesma possa participar de exercícios e operações navais.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Defesa/Comando da Marinha, a PETROBRAS e a VALE S.A. assinaram um Acordo de Cooperação para a aquisição de um novo Navio Hidroceanográfico de Pesquisa. Esse navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, para efeito de exploração de seus recursos naturais, bem como aquisição de dados do ambiente marinho, para melhor emprego do Poder Naval na vigilância da “Amazônia Azul”.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível e reforçando o preparo e a formação de recursos humanos. O PNM está dividido em dois grandes projetos: o Projeto do Ciclo do Combustível, que envolve o enriquecimento de urânio, empregando ultracentrífugas projetadas com tecnologia nacional, e o Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), que é a planta de propulsão nuclear.

Esses dois Projetos demandam recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de instalações de propulsão nuclear, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação, construção, montagem, licenciamento, comissionamento, operação, manutenção e descomissionamento de diversos tipos de sistemas e equipamentos, de responsabilidade do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), situado no campus da Universidade de São Paulo (USP) e no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó–SP.

Destaca-se ainda que a Lei nº 12.706 de 08/08/2012 autorizou a criação da empresa pública AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., vinculada ao Comando da Marinha/Ministério da Defesa, visando a implementar ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias, relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

1 - Escassez de mão de obra básica qualificada em numero suficiente, para a execução em várias tarefas; e

2 - Demora nos processos licitatórios.

Previsão das realizações para 2013:

Todos os projetos e acordos acima mencionados terão continuidade em 2013, conforme o planejamento/cronograma e planos estabelecidos pela Marinha e setores envolvidos.

Arranjo de Gestão/Pactuações:

Na parceria desenvolvida entre a Marinha do Brasil e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), para o desenvolvimento de ultracentrífugas, ressalta-se o comissionamento, em outubro de 2012, da quarta cascata de enriquecimento isotópico em Resende - RJ, consolidando a posição do Brasil no seleto e pequeno grupo de países que dominam a tecnologia de enriquecimento de urânio.

O PNM vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e industrial. Um grande número de projetos, desenvolvidos em parcerias com Universidades,

Institutos de Pesquisas e Indústria Nacional, trouxeram ao País elevado ganho em tecnologia e qualidade. É oportuno ressaltar o caráter dual do reator nuclear a ser construído, que pode ser utilizado tanto para gerar energia elétrica para iluminar uma cidade, quanto para a propulsão de meios navais.

Implantação do Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil (SisDefNQR-MB) e preparação para os Grandes Eventos

O (SisDefNBQR-MB), implantado em 2011, é constituído por órgãos da Marinha que exercem atividades operacionais e de inteligência, relacionadas ao combate a emergências de natureza nuclear, biológica, química e radiológica e tem por fim promover a prevenção, a detecção e a resposta às referidas emergências, assim como proteger as instalações sensíveis da Marinha. Esse Sistema foi testado em 2011, por ocasião dos 5º Jogos Mundiais Militares (2011) e empregado, em 2012, no apoio à realização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Decorrentes da experiência obtida durante esses eventos, diversas ações vêm sendo implementadas visando ao aperfeiçoamento contínuo do Sistema e sua adequada preparação para o apoio à Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

Considerações finais

Dentre os órgãos acima mencionados, a Marinha manteve um estreito relacionamento com entidades do governo, as quais proporcionaram de maneira ampla, contribuição para a execução das atividades relacionadas, de modo que, foi notável a inclusão de elementos que auxiliaram na política de governo.

Metas 2012-2015

- **Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio**

  Análise Situacional da Meta

  A execução da meta em 2012 foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Para o Ciclo do Combustível Nuclear foi iniciada a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) quando iniciou o comissionamento da sua primeira fase, consolidando o domínio do Ciclo de Combustível Nuclear no Brasil, bem como as rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do UF4 (tetrafluoreto de urânio) ao UF6 (hexafluoreto de urânio).

  Fruto da parceria celebrada entre a Marinha do Brasil e as Indústrias Nucleares do Brasil, o comissionamento da quarta cascata de enriquecimento isotópico na cidade de Resende - RJ, consolida o Brasil no seleto e restrito grupo de países que detêm a tecnologia de enriquecimento de urânio, reduzindo gradativamente a dependência com outras nações.

  Expectativas para o próximo período: Continuam em 2013 as rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do UF4 (tetrafluoreto de urânio) ao UF6 (hexafluoreto de urânio), com previsão de serem concluídas no exercício de 2013.

  A Unidade Piloto de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) está sendo implantada no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó-SP.

  Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidades das atividades relacionadas.

- **Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval**

  Análise Situacional da Meta

  A execução da meta em 2012 foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

  Principais realizações: Construção da Planta de Propulsão Nuclear (LABGENE) para a operação do submarino de propulsão nuclear - a Marinha do Brasil está construindo no Centro Experimental Aramar (Iperó, SP), o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), que será utilizado para validar as condições de projeto e ensaiar todas as condições de operação possíveis para uma planta de propulsão nuclear. O empreendimento é composto por 11 prédios principais, entre eles o Prédio do Reator e o Prédio das Turbinas.

  As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra (LABGENE) avançam em ritmo acelerado, com a construção

simultânea de sete prédios do seu complexo.

O grupo de recebimento do LABGENE continua em treinamento no Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de ARAMAR (CIANA), que foi inaugurado em fevereiro de 2012, em Iperó-SP. As licenças de construção dos prédios nucleares do LABGENE foram obtidas junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Ainda em 2012, foram prontificados o Prédio de Apoio Operacional (PAO), o Prédio de Preparação e Teste de Embalagens (PPTE) e o Prédio de Armazenamento Intermediário de Rejeitos (PAIR).

A MB contratou a Fundação ATECH para o desenvolvimento e a construção dos sistemas de Controle e Proteção do LABGENE.

Observação: O Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) está sendo implantado no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó-SP, com 65% das obras concluídas.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível e reforçando o preparo e a formação de recursos humanos.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos em função da magnitude e complexidade do Projeto.

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Exército Brasileiro, ao buscar dotar as suas Organizações Militares com vetores de modernidade, tem o propósito de obter um adequado suporte ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.

Nesse sentido, o plano de aparelhamento do Exército Brasileiro está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento dos seus Quadros de Dotação de Material, e às necessidades futuras oriundas da visão prospectiva do Exército tendo com base a evolução doutrinária terrestre e os aspectos relacionados com a ciência e tecnologia, ingredientes esses que contribuíram para a manutenção e a ampliação de operacionalidade.

- Principais realizações no período: aquisição de radares SABER 60 para as unidades de Artilharia Antiaérea (AAAe); aquisição e modernização de equipamentos pesados de engenharia; recebimento dos primeiros blindados GUARANI; aquisição de mais de 3.000 veículos de emprego geral, principalmente caminhões, de fabricação nacional; recuperação e modernização de diversas aeronaves Esquilo e Pantera; recebimento de uma aeronave EC-725; aquisição de munição e de material diverso para uso individual, de estacionamento e aeroterrestre.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; complexidade e altos custos dos produtos de defesa mais sofisticados como blindados, radares e aeronaves.
- Previsão de realização para o próximo período: prosseguimento das aquisições, recuperações e modernizações descritas nas principais realizações do período.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: a obtenção de sistemas, equipamentos e materiais foi orientada pelo planejamento dos Projetos Estratégicos do Exército GUARANI, Defesa Antiaérea e Recuperação da Capacidade Operacional.
- Público beneficiado: unidades do Exército contempladas com novos equipamentos e materiais e/ou recuperação de equipamentos existentes; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor aparelhadas e adestradas; e as empresas fornecedoras de produtos de defesa e prestação de serviços de apoio à manutenção dos equipamentos do Exército.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora do índice de disponibilidade de aeronaves e tripulações, incrementando o estado de apronto para atender as prioridades do

planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida na sua plenitude. 5% para o ano de 2012.

Descrição das principais realizações: aquisição de radares SABER 60; elaboração dos requisitos operacionais básicos e técnicos do Sistema Operacional Defesa Antiaérea; aquisição das 10 Viaturas AGRALE MARRUÁ para comporem duas Seções de Artilharia Antiaérea (menor unidade operacional de emprego da defesa antiaérea).

Expectativa para o próximo período: a implantação do projeto piloto com a obtenção dos PRODE (Produtos de Defesa) para uma Bateria de Artilharia Antiaérea de mísseis de baixa altura.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e elaboração da Requisição de Propostas (Requests For Proposals – RFP) do projeto piloto no primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi alcançada na sua plenitude.

Descrição das principais realizações: foi contratada a aquisição de: 86 viaturas, de um total superior a 2. 200 viaturas; 81 torres REMAX; 10 torres ELBIT; e 13 torres PRATTS. Todas as torres equiparão veículos GUARANI.

Expectativa para o próximo período: contratação para aquisição de pelo menos 80 viaturas GUARANI.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da operação dos veículos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Censipam conseguiu cumprir seus principais objetivos. A operacionalidade dos terminais VSAT foi mantida em 74%, o que, dada as condições de umidade da região amazônica, que diminui a vida útil dos equipamentos, e a modernização do sistema, com a substituição do parque tecnológico, pode ser considerada uma boa cobertura. A previsão para os próximos anos do PPA é que, com equipamentos mais modernos essa operabilidade aumente.

Foram disponibilizadas 530 antenas VSAT para órgão parceiros, já com a nova tecnologia de banda larga Gilat. Com a conclusão do processo licitatório para contratação da empresa de transportes terrestres, que ocorreu em 10/2012, os trabalhos de instalação e modernização das VSAT serão intensificados em 2013.

O Censipam emitiu 24 relatórios de inteligência durante o ano de 2012 e, com isso, contribuiu para o combate aos ilícitos na região amazônica, juntamente com os órgãos parceiros. A metodologia de cálculo dos relatórios foi mudada e terá que ser corrigida no próximo ano.

Apesar de não terem sido implementados novos telecentros em 2012, fato ocorrido devido à dificuldade de contratação de fornecedores de serviços de dados, 53 telecentros estão entrando em operação no primeiro semestre de 2013, utilizando a tecnologia VSAT, dominada pelo Censipam, não dependendo do fornecimento de pacote de dados de terceiros.

Até a data de 30/11/12, foram elaborados, aproximadamente, 10.000 boletins meteorológicos, com previsões de curto, médio, e longo prazos, correspondendo a 25,5% da meta estipulada. Este fato foi decorrente da perda de recursos humanos na área de meteorologia anteriormente vinculados a contratos temporários. Em 2013 está previsto o ingresso mediante concurso público de quadro efetivo para a área de meteorologia, com isso, viabilizando o alcance da meta para 2013.

O programa de monitoramento de áreas especiais atingiu o percentual de 7,3%. O alcance da meta foi prejudicado pelo trabalho realizado de modernização das aeronaves R-99 de sensoriamento remoto associado à perda de pessoal. Em 2013 as aeronaves voltarão à operação que, juntamente com o ingresso dos servidores concursados, permitirá o alcance da meta prevista.

Elementos que auxiliaram na execução da política:

O Censipam, por meio da sua missão de Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, auxiliou a execução da Política Nacional de Defesa - PND, por meio do fornecimento de Sistemas de Informações Críticas, Tecnologia de Informação, Base de Dados e Sensores, Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência, Sensoriamento Remoto, Infraestrutura Tecnológica e Meteorologia, entre outras ações.

A Política Nacional de Defesa – PND, logo em sua introdução, afirma que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, e no item 2.3, acrescenta que “o conceito de segurança foi ampliado abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental, de saúde e industrial, em ações que, muitas vezes, não implicam o envolvimento das forças armadas, e que a segurança visa garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais”. Sendo assim, o Censipam colaborou fortemente com a política disponibilizando a sua infraestrutura tecnológica de comunicação via satélite para órgãos parceiros como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para que fossem cadastradas as famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, em regiões inóspitas da Amazônia Legal; monitorando glebas públicas federais, possibilitando o controle de grilagem de terras na região, assim como possibilitando a regularização fundiária de famílias que tradicionalmente ocupam a região e que dela tiram o seu sustento de forma não predatória, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. Outro produto entregue à sociedade em aderência ao PND foram os boletins meteorológicos na Amazônia Legal, no qual se podem antecipar ações de intervenção das Defesas Civis frente a desastres naturais. O serviço meteorológico do Censipam subsidiou a execução de missões, tanto de inteligência operacional, quanto de capacitação, e instalação/manutenção de equipamentos.

As ações de inteligência do Censipam contribuíram para manter a vigilância sobre a Amazônia, garantindo o domínio Nacional sobre os recursos hídricos/minerais da região, além do domínio aeroespacial, evitando ingerências em assuntos internos ou disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, em consonância com o item 3 da PND. Além do mais, as ações de inteligência previnem os ilícitos legais na região, em conformidade com o item 2.4 da PND.

Outra vertente de importante contribuição do Censipam para a Política Nacional de Defesa é a integração do Brasil com os demais países da América do Sul, como detalhadamente registrado nos itens 3 e 4 da PND. O Censipam está desenvolvendo projetos que em futuro próximo serão implementados em parcerias com os países representantes da União das Nações Sul Americanas – UNASUL, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS.

Beneficiários dessa política:

Os amazônidas, informados por extensa rede de divulgação de informações sobre o tempo e o clima, são beneficiados pelos boletins meteorológicos produzidos no âmbito do Censipam, proporcionando maior segurança na navegação e antecipação de eventos naturais severos.

O Censipam com a sua capacidade tecnológica satelital beneficiou as famílias, que dependem de programas de

assistência social do governo federal.

Além desses, indiretamente, toda a população brasileira e mundial está sendo beneficiada com a proteção dos recursos naturais da Amazônia, por meio da preservação da paz e da segurança pública gerada pelo trabalho de inteligência, a preservação do meio ambiente, e a geração de pesquisas em Ciência e Tecnologia.

Metas 2012-2015

- **Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, obteve-se o índice de 75% de operacionalidade, dentro do planejado.

Para o ano de 2013, a previsão é de que se atinja o índice de 82%, com o crescimento do parque de equipamentos e a manutenção dos terminais que apresentaram problemas em 2012.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	90	%	75	27/12/2012

- **Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

O programa Sipam Cidade (capacitação de técnicos municipais), no ano de 2012, não foi priorizado em função da reavaliação dos recursos destinados a diárias e passagens essenciais à realização do programa.

A prioridade do Censipam para 2012 foi direcionada para atender a manutenção de sistemas em campo e operações de inteligência.

Nos próximos exercícios pretende-se recuperar a meta prevista e não atingida em 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/12/2012

- **Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizadas aos órgãos parceiros 530 antenas VSAT, número dentro do planejado, correspondendo a 53% da meta prevista para 2015. A perspectiva para 2013 é de instalar mais 200 antenas, tendo em vista a instituição de novas parcerias e convênios de logística.

Quantidade alcançada

530

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.000	unidade	530	31/12/2012

- **Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Até a data de 30/11/12 foram elaborados 10.024 boletins meteorológicos, com previsões de curto, médio, e longo prazos, o que representa 25,5% da meta a ser atingida. Este fato foi decorrente da perda de recursos humanos na área de meteorologia anteriormente vinculados a contratos temporários.

Em 2013 está previsto o ingresso mediante concurso público de quadro efetivo para a área de meteorologia, com isso, viabilizando o atingimento da meta para 2013.

Quantidade alcançada

10.024

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	39.312	unidades/ano	10.024	30/11/2012

- **Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência**

Análise Situacional da Meta

Até novembro de 2012 foram emitidos 24 relatórios de inteligência. Ressalta-se que a metodologia de relatórios foi mudada no ano de 2012 em decorrência da Lei de Acesso à Informação, que alterou a sistemática de elaboração de relatórios sigilosos, diminuindo a quantidade de relatórios de inteligência. No entanto, a quantidade de produtos de área de inteligência (nova nomenclatura) atingiu a meta estabelecida.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	300	unidade	24	31/12/2012

- **Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2012 encontravam-se instalados parcialmente 53 telecentros dos 137 previstos.

Essa instalação parcial refere-se a entrega de mobiliários e equipamentos de informática em locais onde as prefeituras já realizaram obras de infraestrutura.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram iniciados os trabalhos para o monitoramento nas glebas e o novo termo de cooperação com o MDA está sendo revisto para 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)**

Análise Situacional da Meta

O programa contempla o monitoramento de áreas relativas ao foco do Programa Bolsa Verde e demais Unidades de Conservação e Terras Indígenas da Amazônia Legal, além de áreas sujeitas a eventos climatológicos extremos. No total foram monitorados 48.325.400 hectares, sendo que a meta foi prejudicada por carência de recursos humanos.

Quantidade alcançada

48.325.400

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	150.000.000	ha	48.325.400	31/12/2012

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) promoveu a realização de dois exercícios militares focados no emprego das Forças Armadas de maneira Conjunta, ou seja, sob coordenação centralizada e comando único. O objetivo estratégico destas operações é reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, capacitando as Forças Armadas para melhor cumprir suas missões.

Neste enfoque, no referido ano, foram realizadas a Operação AMAZÔNIA e a Operação ATLÂNTICO III, para simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

No tocante às Operações Conjuntas em faixa de fronteira, por sua vez, no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, foram realizadas as operações ÁGATA 4, ÁGATA 5 e ÁGATA 6.

Com foco pontual e temporário, as operações ÁGATA são realizadas em módulos, com execução sem interferência nas operações singulares em andamento pelas Forças Armadas.

Entre agosto de 2011 e outubro de 2012, em seis edições, a Operação ÁGATA vem se configurando em eficiente instrumento para a intensificação da presença do Estado ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteira, contribuindo para aumentar a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nesta região do Brasil.

Como membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil participou, em 2012, do planejamento do Exercício Militar Combinado da série FELINO, que visa à interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros e ao adestramento para emprego em operações de paz e ajuda humanitária. Esse exercício é realizado em sistema de rodízio e está programada a sua execução no ano de 2013 em nosso País.

A participação de tropa brasileira em Missões sob a égide da ONU, em particular na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL, tem contribuído para a busca da paz nestes dois cenários. Além disso, integrar missões de elevado grau de complexidade logística e operacional faz com que o Brasil assuma participação ativa na solução de problemas internacionais.

A fim de promover o apoio de Comando e Controle necessário ao acompanhamento e à coordenação das Operações Conjuntas, missões humanitárias e de manutenção de paz, o Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC2 utiliza os recursos humanos, bem como os enlaces do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS.

Nesse contexto, deu-se prosseguimento à implantação e ao aprimoramento dos Centros de Comando e Controle do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e do contingente brasileiro na Missão de Paz no Haiti.

O Sistema de Comando e Controle operou e deu suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti; e O Sistema de Comunicações Militares permaneceu ativo, suportando as demandas de transmissão de dados e de voz, videoconferências, dentro da área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártida, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

Foram aportados recursos para o Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED), sistema responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. O País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o

conceito de Rádio Definido por Software (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares.
Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o presente Objetivo foi cumprido a contento. As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III, assim como as ações de presença na fronteira e os exercícios de simulação, foram realizados conforme planejado, porém, com um efetivo e meios militares empregados reduzidos. A avaliação das Doutrinas de Emprego Conjunto e de Comando e Controle, visando aos seus aperfeiçoamentos, foi realizada conforme o esperado.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias**

  Análise Situacional da Meta

  Principais realizações do Período

  Preparo e envio de dois (02) Batalhões de Infantaria de Força de Paz, um (01) Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e uma (01) Companhia de Engenharia de Força de Paz, que constituíram o 16º Contingente Brasileiro no Haiti para comporem o Componente Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH).

  Fatores que contribuíram ou dificultaram a execução

  O aprestamento dos meios de apoio logístico da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil permitiram o apoio logístico adequado ao contingente brasileiro.

  Previsão de realização no próximo período

  Em 05 de dezembro de 2012, encerrará o período de rodízio entre o 16º e 17º Contingentes brasileiros no Haiti. A partir dessa data, o 17º Contingente atuará no Haiti até junho de 2013.

  Em 2013, serão preparados os 18º e 19º Contingentes brasileiros que atuarão no Haiti. De igual forma, ocorrerá a desmobilização dos 17º e 18º Contingentes, haja vista a duração da missão ser de 6 meses.

  Estão previstos para o ano de 2013: 24 voos de apoio logístico; 32 voos de rodízio; 4 voos de reconhecimento; e 2 voos de ativação.

  Resultados e entregas à sociedade

  Apoio do Ministério da Defesa à política externa brasileira com a participação de tropas brasileiras na MINUSTAH.

  Aumento do preparo da tropa brasileira para emprego em operações subsidiárias de garanta de lei e da ordem.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  04/03/2013

- **Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)**

  Análise Situacional da Meta

  A fim de cumprir a finalidade de implantação de um sistema de comunicações militares que garanta um nível seguro nas informações e mensagens táticas efetuadas entre os meios operativos de um Comando Combinado, foram executadas as seguintes atividades:

  - Confecção da Modelagem da Capacidade Operacional referente à atividade de Defesa Aeroespacial. Para tanto, foi contratada uma empresa especializada para efetuar tal serviço, com o acompanhamento das equipes das três Forças envolvidas com o projeto;

  - Reforma das instalações dos laboratórios do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, possibilitando a melhoria da execução das atividades relacionadas com o projeto em pauta;

  - Capacitação de pessoal, com a participação em Cursos, Simpósios e Seminários, proporcionando assim a elevação da capacitação técnica do efetivo envolvido na execução do projeto; e

  - Realização de reuniões de projeto, para a revisão e aprovação da modelagem da Capacidade Operacional executada pela empresa contratada, além do estudo da viabilidade de execução da modelagem de outra Capacidade Operacional que seja de interesse das Forças, o qual será realizado pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), do Exército

Brasileiro.

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Sistema Tático de Enlaces de Dados, conforme planejamento previsto.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

16/11/2012

- **Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os recursos da Ação 2385 foram empregados, primariamente, para honrar compromissos referentes aos contratos de enlaces terrestres e espaciais do Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS).

Tratam-se de sete contratos, sendo seis de conectividade e um de manutenção de centrais telefônicas. Essa infraestrutura serve de suporte às comunicações militares em operações conjuntas e singulares, bem como às missões de paz da ONU em que há emprego de tropas brasileiras, como no Haiti e no Líbano.

Além dos contratos acima, cobrem-se despesas de manutenção e renovação de equipamentos de conectividade e de aquisição de suprimentos para os terminais satelitais móveis navais, transportáveis, leves e rebocáveis. Incluem-se nesse dispêndio os recursos necessários para manter as estações terrenas de Brasília e do Rio de Janeiro.

Outra vertente em que foram empregados recursos desta Ação foi a implantação do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa (CMORD).

O SISCOMIS compõe a Rede Operacional de Defesa, prestando o suporte de conectividade para o tráfego dos serviços por ela providos. Sendo assim, o monitoramento contínuo dos enlaces e serviços permite a rápida identificação de problemas e a adoção de medidas preventivas e corretivas, incrementando a qualidade do serviço prestado pela Subchefia de Comando e Controle (SC-1).

No que se refere ao investimento na capacitação de recursos humanos, aplicaram-se recursos na capacitação de pessoal em métodos e técnicas ITIL e COBIT, para aplicação no CMORD, assim como na participação em eventos e visitas correlatos no Brasil e no exterior. Esse esforço abrange, adicionalmente, o treinamento de operadores de 31 Terminais Transportáveis adquiridos para as três Forças Armadas e recebidos em 2012.

As atividades relacionadas à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), no âmbito da Ação 5132 e no ano de 2012, concentraram-se na ampliação da capacidade de comunicações com sistemas espaciais e terrestres, por intermédio da aquisição de um terminal fixo em Banda Ku, com o respectivo sistema de gerenciamento, da instalação de rede metropolitana, tipo Wi Max, em Brasília, e da aquisição de um Terminal Móvel Naval em Banda X e um em Banda Ku.

A Subchefia de Comando e Controle (SC-1)/CPE/EMCFA, com anuência do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle (CD-SISMC²), investiu na instalação de um Hub de Banda Ku em Brasília para estender a capacidade de atender a terminais nessa faixa. O contrato vigente prevê somente 3 canais de 512 KHz, o que se tornou um fator limitante para o emprego de navios com terminais nessa banda em operações conjuntas.

O esforço completo de ampliação em Banda Ku incluirá o sistema de gerenciamento de banda, a contratação de uma faixa de 5 MHz em um transponder, a aquisição de modems com capacidade de acesso por demanda (DAMA) e a aquisição de terminais portáteis com método de acesso DAMA. Caso seja considerado viável, esse método poderá ser estendido para os sistemas em Banda X.

Como parte da implantação do SISCOMIS, foram adquiridos equipamentos de armazenamento e de processamento de dados para o Centro de Dados da Rede Operacional de Defesa e para o Centro de Dados Alternativo, este último a ser instalado no Centro Integrado de Telemática do Exército Brasileiro (CITEx).

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), conforme planejamento orçamentário previsto.

Quantidade alcançada

3
Data de Referência
16/11/2012

- **Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de C2 Implantados constituem o produto da Ação 1489, cuja qualidade depende de continuada manutenção e atualização dos sistemas e da aquisição de novos equipamentos para a substituição daqueles que se tornarem obsoletos.

Em 2012, os recursos foram empregados, basicamente, na aquisição de equipamentos e sistemas, em cursos, em simpósios, para grupos de trabalho e contratação de serviços necessários para a manutenção, evolução e operacionalidade do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC²MD) dos Centros de Comando e Controle permanentes das Forças Singulares e dos Centros de C2 dos Comandos Operacionais Conjuntos ativados. Em 2012, o Ministério da Defesa apoiou tecnicamente os Comandos Operacionais ativados na estruturação dos seus Centros de Comando e Controle e assessorou os trabalhos dos Estados-Maiores Conjuntos, quanto aos procedimentos doutrinários relacionados à atividade de Comando e Controle.

No âmbito dessa Ação, podem ser destacadas as seguintes atividades:

• A Rede Operacional de Defesa (ROD) é a principal ferramenta de interoperabilidade, constituindo-se no único ambiente virtual em que as três Forças Armadas são capazes de coordenar suas ações nos casos em que a participação de mais de uma é requerida. Desta forma, a ROD aumenta consideravelmente a malha de comunicações do País para enfrentamento de crises, podendo ser expandida para qualquer localidade do País por meio do emprego dos Terminais do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS);

• Evolução contínua e necessária das capacidades do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); atualização de equipamentos, softwares, facilidades e capacitação de recursos humanos. O SIPLOM constitui-se no software de apoio à decisão do Sistema Militar de Comando e Controle, em nível estratégico-operacional, sendo sua última versão empregada com sucesso nas Operações de Adestramento Conjunto Amazônia e Atlântico, nas Operações Ágata e no Exercício AZUVER;

• Modernização do CC²MD, com a aquisição de diversos equipamentos de última geração, buscando dotar a estrutura de Comando e Controle do Ministério da Defesa de recursos que possibilitem e garantam o continuado desempenho de suas funções. Dentre estes recursos, deve ser dada ênfase àqueles dedicados ao processamento da informação, transmissão de dados, voz, imagens e vídeos, à segurança da informação e apresentação de quadros sintéticos para apoio à decisão; e

• Paralelamente à estrutura de C² supracitada, existe no CC²MD uma rede de comunicações que interliga salas de crise em diversos Ministérios, todas equipadas com serviços de videoconferência, correio eletrônico, telefonia e serviço de transferência de arquivos (FTP). Assim, esses Ministérios podem ligar-se à ROD, aumentando, consideravelmente, a malha de comunicações do País para enfrentamento de crises.

• As metas do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) consistem em:

- Viabilizar as atividades de C² nas Operações Conjuntas e Interagências;
- Integrar os sistemas de comando e controle das Forças Armadas;
- Realizar constante atualização da doutrina e dos procedimentos de comando e controle; e
- Capacitar o pessoal por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C² no Brasil e no exterior e participação em simpósios ou cursos no Brasil e no exterior.

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Centro de Operações Conjuntas, conforme planejamento orçamentário previsto.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

16/11/2012

- **Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira**

Análise Situacional da Meta

Com o propósito de intensificar a presença das Forças Armadas nas áreas de Faixa de Fronteira, de acordo com o Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, 08.06.2011), foram realizadas as Operações Ágata 4, 5 e 6, respectivamente no norte, no sul/centro-oeste e no centro-oeste/norte do Brasil, com a participação dos ministérios e agências governamentais, com atuação, interesses e objetivos naquelas regiões e suas fronteiras (Justiça, Fazenda, Saúde, Meio Ambiente, FUNAI, IBAMA etc).

As Operações Ágata ocorreram nos meses de maio, agosto e outubro.

Para a realização dessas três operações, foram necessárias três reuniões para o Planejamento Operacional e três reuniões de Planejamento Tático, além de três reuniões para Análise Pós-Ação, totalizando nove (9) atividades preparatórias e de conclusão das três Operações, compondo atividades e metas físicas a serem realizadas e alcançadas.

Com a perspectiva de intensificação da presença do Estado Brasileiro e das Forças Armadas nas fronteiras do País, por intermédio de operações conjuntas, foram realizadas as necessárias reuniões conjuntas de Planejamento Estratégico para as Operações Sul e Centro-Oeste, bem como as reuniões de Planejamento Operacional das Operações Sul e Centro-Oeste, com vistas à execução no ano de 2013. Essas reuniões totalizaram quatro (4) metas físicas realizadas.

Ainda em 2012, ocorreu a reunião de Revisão do Planejamento Tático da Operação Atlântico III, bem como as reuniões de Planejamento de Adestramento (RPA) das Operações Amazônia e Atlântico III, duas para cada operação, totalizando mais cinco (5) metas físicas finalizadas.

Consideram-se, também, as necessárias reuniões de Análise Pós-Ação das Operações Amazônia e Atlântico III, ocorridas no ano de 2012.

A capacitação de recursos humanos para as operações conjuntas de preparação de presença em faixa de fronteira, por intermédio de seminários do MD ou apoiados e incentivados pelo Ministério junto às três Forças Armadas, permitiu a realização de três metas físicas, a saber:

- Força Aérea Brasileira, em março, Seminário sobre "Apoio Aéreo Aproximado";
- Marinha do Brasil, em maio, Seminário sobre "Atuação das Forças Armadas em Face das Ameaças Terroristas"; e
- Exército Brasileiro, em julho, Seminário sobre "Defesa Territorial".

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar cinco exercícios de simulação de combate**

Análise Situacional da Meta

O principal exercício de simulação de combate é realizado em conjunto pelas escolas de preparação de Oficiais Superiores para as funções específicas de comando estado-maior, nos cursos de Comando e Estado-Maior.

Portanto, a preparação e execução do exercício conjunto de simulação de combate (codinome AZUVER) ocorre nas Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Aeronáutica (ECEMAR) e de Guerra Naval (EGN) da Marinha, sob o acompanhamento e coordenação doutrinária do MD/EMCFA/DPE.

Em 2012, o exercício conjunto planejado ocorreu em novembro.

Para 2013 será realizado um exercício conjunto de simulação de combate, o AZUVER.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

- **Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados dois (2) exercícios militares, empregando conjuntamente as três Forças Armadas sob coordenação centralizada e comando único.

A Operação de Adestramento Conjunto Amazônia ocorreu em setembro e a Operação de Adestramento Conjunto Atlântico III ocorreu em novembro. Esses exercícios simularam aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

O objetivo estratégico dessas Operações é reforçar o poder dissuasório do Estado Brasileiro e aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Força Aérea, capacitando as Forças para melhor cumprir as suas missões constitucionais.

Em 2013 estão previstas as Operações Conjuntas: “Laçador” e “Ágata”.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Operação Felino, que é um exercício militar combinado entre as Forças Armadas dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), deveria ser realizado em Cabo Verde (África). Por questões conjunturais econômicas e financeiras de Cabo Verde, o exercício planejado sofreu alteração de país-sede, tendo a execução transferida para o ano de 2013.

Entretanto, ocorreram duas (2) reuniões preparatórias e de planejamento combinado durante o ano de 2012, no mês de novembro, nas cidades de Maputo (Moçambique) e Lisboa (Portugal), e ocorrerá mais uma reunião final no mês de dezembro, em Maputo (Moçambique), que possibilitará a execução do exercício militar no início de 2013.

Portanto, foram três (3) as atividades de cunho militar realizadas em 2012, apesar de não ocorrer a operação programada, por fatores externos ao Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Força, em 2012, com base no Sistema de Planejamento do Exército, SIPLEx, manteve ativo os sistemas de ensino, logísticos e operacionais destinados à capacitação, adestramento e a logística operacional, assegurando a prontidão.

Situação da formação e capacitação de recursos humanos do Exército:

- Principais realizações no período: formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento dos cargos e funções do Exército; desenvolvimento da educação preparatória e assistencial; preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; fomento de pesquisas nas áreas de educação e de capacitação física; atividade de educação física e desenvolvimento dos desportos; e fomento nas áreas de doutrina e pessoal.

- Fatores que dificultaram a execução: limitações impostas ao pagamento de diárias e passagens.
- Previsão de realização para o próximo período: Adoção de melhorias e aperfeiçoamento nas principais realizações efetuadas no período de 2012; prosseguimento da PPP para construção e manutenção do novo Colégio Militar de Manaus.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: criação do Escritório de Projetos e da Assessoria de Gestão do Conhecimento, no âmbito do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), para a análise e coordenação de propostas inovadoras na área de educação e cultura do Exército.
- Público beneficiado: aproximadamente 27.840 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta) alunos matriculados nas escolas de formação, de aperfeiçoamento, de especialização, bem como dos colégios militares (educação preparatória e assistencial); comunidades locais que contam com a presença de estabelecimentos de ensino do Exército em sua área; e as empresas fornecedoras de produtos e prestação de serviços de apoio às atividades de educação e cultura no Exército.
- Resultados das entregas: aproximadamente 27.840 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta) alunos formados, aperfeiçoados e especializados pelo Exército, incluídos nesse número os alunos dos colégios militares (educação preparatória e assistencial) que recebem educação de nível médio calcada, entre outros, nos princípios e valores do Exército Brasileiro.
- Outras informações: Os alunos dos colégios militares destacaram-se no ENEM e em competições escolares de toda ordem, comparativamente com os demais educandários civis, comprovando as acertadas políticas educacionais do Exército.

Situação da instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército:
- Principais realizações no período: cumprimento dos programas de instrução e adestramento conforme o planejamento do Comando de Operações Terrestres (COTER), garantindo capacidade adequada de prontidão do Exército durante o ano, incluindo a seleção para o serviço militar e a realização de exercícios de apresentação da reserva.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; aceleração de programas de formação e qualificação para atender as necessidades de emprego em operações reais.
- Previsão de realização para o próximo período: prosseguimento dos programas de formação, qualificação e adestramento; adoção de melhorias e aperfeiçoamentos das práticas conduzidas durante o período de 2012.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: a metodologia de estabelecer contratos de objetivos, entre o COTER e os Comandos executantes dos programas de instrução, permite anualmente acompanhar, avaliar e aprimorar as práticas relacionadas à instrução militar e ao adestramento para a prontidão do Exército.
- Público beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor instruídas e adestradas.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a prontidão e a efetividade de mais de 10 mil homens e mulheres empregados nas diversas operações de apoio a ações do Governo Federal no combate a ilícitos fronteiriços, na redução do nível de criminalidade nos grandes centros urbanos, no atendimento a desastres e nas operações de paz no exterior.
A regularidade do estado de apronto das tropas permite atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Situação da logística operacional do Exército:
- Principais realizações no período: alimentação do pessoal do Exército em condições adequadas durante o ano; suprimento e manutenção de fardamento, combustíveis e lubrificantes para todas as unidades do Exército; realização da logística de transporte, subsistência, veterinária e agrícola, para todo o Exército em condições adequadas; operação do sistema de fiscalização de produtos controlados.

- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; aceleração de programas de formação e qualificação para atender as necessidades de emprego em operações reais; elevação dos custos relacionados às atividades de transporte.
- Previsão de realização para o próximo período: adoção de melhorias e aperfeiçoamentos das práticas conduzidas durante o período de 2012; aprimoramento das práticas de gestão logística do Exército; afirmação do papel relevante da Base de Apoio Logístico do Exército, no Rio de Janeiro-RJ; estruturação do Centro de Operações Logísticas do Exército, em Brasília-DF.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: coordenação com o Estado-Maior do Exército e as Regiões Militares a fim de sincronizar a distribuição, com oportunidade, de suprimentos no âmbito do Exército.
- Público beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor supridas; e as empresas fornecedoras de fardamento, combustíveis, lubrificantes, serviços de transporte, produtos de subsistência, de veterinária e agrícolas.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipulada para 2012 foi alcançada, com restrições.

  Dentre as principais realizações, destaca-se a estruturação do projeto Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER), incluindo a Requisição de Informação (Requests For Information – RFI), para a confecção dos termos de referência, e estimativa de orçamento, para a implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SisCOTI).

  A ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da implantação do projeto se configuraram como desafios à implementação da meta em 2012.

  Também merece destaque a aquisição dos seguintes Produtos de Defesa (PRODE):

  a. 223 (duzentas e vinte e três) viaturas, para a 5ªRegião Militar/Divisão de Exército e 15ª Brigada de Infantaria Motorizada (15ª Bda Inf Mtz).

  b. material de campanha individual e coletivo (no Grupo 4 - Investimento), divididos em 20 (vinte) itens distintos (capacete, colote, barracas, megafone, cozinha de campanha, etc), num total de 8.314 (oito mil trezentos e quatorze) unidades, para a 15ª Bda Inf Mtz.

  c. 750 (setecentos e cinquenta) kits de equipamento individual (no Grupo 3 - Custeio), compostos por 10 (dez) itens distintos (mochila de média capacidade, colete reflexivo, talher articulado, etc), para a 15ª Bda Inf Mtz.

  d. material de apoio de saúde, divididos em 13 (treze) itens distintos (Conjunto de Primeiros Socorros, Conjunto para Combate ao Choque, Prancha Rígida para Transporte, etc), totalizando 113 (cento e treze) unidades, para a 15ª Bda Inf Mtz. e. 404 (quatrocentos e quatro) equipamentos rádios de campanha para a 15ª Bda Inf Mtz.

  f. Módulos de Telemática Operacional (C2 em Cmb), sendo 02 (dois) para Brigada, 05 (cinco) para Batalhão e 05 (cinco) para Companhia, todos para a 15ª Bda Inf Mtz.

- **Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM**

  Análise Situacional da Meta

  Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida.

  Descrição das principais realizações: foi finalizada a 1ª fase do planejamento para a implantação de três Batalhões de

Polícia do Exército, nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, Manaus-AM e Salvador-BA.

Expectativa para o próximo período: detalhamento do planejamento; início da adaptação das instalações; início da distribuição de material; início do completamento dos efetivos de pessoal.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da implantação dos Batalhões.

- **Preparar uma força de valor brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária - Priorizado um Batalhão**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida.

Descrição das principais realizações: aprestamento de dois batalhões para operar em missões de paz.

Expectativa para o próximo período: aprestamento de um batalhão para operar em missões de paz.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos; apronto de um comando e uma base logística permanentes.

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), envidou esforços no sentido de promover, no mais curto prazo possível, a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à Logística e à Mobilização Nacional. Contudo, essa mudança de paradigmas vem ocorrendo de maneira lenta e gradual, em virtude da necessidade de padronização, junto às Forças Armadas, de procedimentos diversos como, por exemplo, a aquisição de materiais de uso comum e de uso militar.

No campo da Mobilização Nacional, em razão da remota experiência brasileira no trato desse assunto, verificou-se a necessidade de realizar estudos de campo no sistema, estrutura, doutrina e articulação da mobilização de outros países. Assim, houve intercâmbio de Mobilização Nacional realizado junto à República Popular da China, em setembro, e o aporte de subsídios à estrutura e à implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB colaboraram com os trabalhos de atualização da doutrina.

As atividades que mais se destacaram no âmbito da Mobilização Nacional em 2012 foram as seguintes: participação no Planejamento Estratégico, Operacional e Tático da Operação Amazônia, bem como na operação propriamente dita, materializada no adestramento da Mobilização voltada para o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (homens e embarcações) da Cidade de Tabatinga para a Cidade de Manaus-AM; participação na Operação Atlântico III, materializada no apoio ao adestramento da Mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes, na Região de Santa Maria/RS; e participação na fase de execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, no Campo de Instrução de Marechal Hermes, em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Blindada (efetivo de 160 militares) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas Blindadas tipo M-113.

No campo da Logística, verificou-se a necessidade de se incluir no Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa - SILGD ações relativas à Mobilização Militar, atendendo às sugestões apresentadas por setores da Administração Central do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas. Com a consolidação dos requisitos apresentados, iniciou-se o desenvolvimento físico do novo sistema, que recebeu nova designação: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa - SIGLMD.

Particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas das Forças Singulares, quando empregadas em Hipótese de Emprego (HE), busca-se desenvolver o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SisEIDN), que tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (EIDN) que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional, de modo a possuir os dados necessários à tomada de decisão. A Portaria Normativa nº 1.417/MD, de 31 de maio de 2011, dispõe sobre as Normas do SisEIDN, que, dentre outras atribuições, visa a orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas para padronizar os procedimentos de coleta de dados que permitirão ao Ministério da Defesa declarar as empresas ou estabelecimentos de interesse da Defesa Nacional, bem como para a aplicação da Lei do Serviço Militar.
Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o presente Objetivo foi cumprido a contento. Foram priorizadas as atividades consideradas mais viáveis em termos de padronização imediata com as Forças Armadas e à convergência dos esforços junto aos demais Órgãos da Administração Federal e a entes privados de interesse da Logística e da Mobilização voltadas para a Defesa Nacional.

Metas 2012-2015

- **Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório**

  Análise Situacional da Meta

  Com a meta prevista de alistar 7.198.400 jovens do sexo masculino em quatro anos, tem-se como média anual 1.799.600 jovens alistados para o Serviço Militar Obrigatório. No ano de 2012, a meta prevista foi de 1.650.000 jovens alistados, porém, 2.146.231 jovens alistaram-se, atingindo 130% da meta estabelecida. Destes alistados, 600.000 jovens foram submetidos à seleção geral para incorporar 90.000 em 2013. Para o cumprimento desta meta, a LOA de 2012, na Ação 2872, disponibilizou o montante de R$ 8.154.783,00, distribuídos nas Fontes: 174 (multas); 175 (taxa); e 180 (rendimentos). A arrecadação (financeiro), com base na taxa militar de R$ 1,38, paga pelo cidadão convocado e dispensado, não tem sido suficiente para atender o crédito disponível na LOA. O alistamento militar ocorre em todo o território nacional, de forma unificada, por intermédio das Juntas de Serviço Militar (JSM), atualmente em número de 5.326 JSM, cujos dados permanecem registrados no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).

  Quantidade alcançada

  2.146.231

  Data de Referência

  30/12/2012

- **Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O fortalecimento da capacidade de mobilização militar é vetor de dissuasão nas ações de defesa nacional.
  As atividades realizadas em 2012 foram: 1) Elaboração do marco legal da Mobilização Militar - a documentação pertinente à Mobilização Militar foi revista e está em fase de conclusão sem incorrer em custos adicionais; 2) Participação nos planejamentos das hipóteses de emprego da expressão militar do poder nacional; e 3) Atendimento a todos pedidos de cooperação de instrução e de ensino (PCIE).

  Quantidade alcançada

  0,06

  Data de Referência

  14/11/2012

- **Implantar 24% do sistema nacional de mobilização**

  Análise Situacional da Meta

  Os produtos em prol da meta foram materializados pelos esforços de entregar à sociedade uma doutrina de mobilização nacional atualizada e uma estrutura organizacional necessária ao adequado funcionamento do SINAMOB.

Após a 9ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB, realizada em março, o Ministro da Defesa constituiu um Grupo de Trabalho para atualizar a Doutrina Básica de Mobilização Nacional, contando com a participação de representantes dos subsistemas setoriais do SINAMOB e pelas Forças Armadas (FA). Até este momento, já foram realizadas nove reuniões de trabalho.

A remota experiência brasileira no trato com a mobilização vem sinalizando a necessidade de realizar estudos de campo no sistema, estrutura, doutrina e articulação da mobilização de outros países. O intercâmbio de Mobilização Nacional realizado junto à República Popular da China em setembro, além de aportar subsídios à estrutura e à implantação do SINAMOB, colaborou com os trabalhos de atualização da doutrina.

Paralelo às discussões doutrinárias, e com o propósito de fomentar a capacitação de recursos humanos para atuar assessorando os órgãos responsáveis pelo SINAMOB, foram realizados, no mês de maio, uma Discussão Doutrinária de Mobilização Nacional, com a presença das FA e da Escola Superior de Guerra (ESG), e um Painel de Mobilização Nacional voltado especificamente às pastas ministeriais componentes do SINAMOB.

Outro fator de destaque trata-se da participação pioneira, em novembro, de parcela de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB, palestrando para o Curso de Logística e Mobilização Nacional da ESG, único curso voltado para o ensino da Mobilização Nacional que prepara civis e militares.

Em que pese o tímido avanço na implantação de Núcleos (ou Escritórios) de Mobilização dos Ministérios componentes do SINAMOB, prosseguiu-se no desenvolvimento do Módulo de Informações Gerenciais de Mobilização Nacional. Este Módulo vem sendo desenvolvido pelo Centro de Análise de Sistemas Navais da Marinha do Brasil, a partir do software que apoia o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), visando à economia de meios.

Neste ano, foi dada continuidade ao levantamento e análise dos requisitos iniciais atinentes à Mobilização Nacional, iniciados em 2011, e consolidados no Conceito Operacional do SIGLMD.

A previsão de conclusão do desenvolvimento do SIGLMD está prevista para dezembro de 2014.

Além disso, especificamente em apoio de Tecnologia de Informação e Comunicação à Mobilização Militar, está prevista a aquisição de hardware voltado para a implantação do Núcleo de Mobilização no Estado-Maior do Comando do 6º Distrito Naval (DN), em Ladário/MS.

Assim, diante das realizações supramencionadas e desafios não ultrapassados, foi implantado 1 % do SINAMOB em 2012, não atingindo, portanto a Meta de 4% planejada.

Cumpre destacar que foi necessário ajustar o planejamento anteriormente adotado de implantar 4% do SINAMOB ao ano. Em consequência, planeja-se cumprir a meta de implantar 24% do SINAMOB da seguinte forma:

4% em 2012 e 4% em 2013 (ambos percentuais já adotados), 8% em 2014 e 8% em 2015.

Quanto às dificuldades, desafios financeiros e operacionais impactaram o atendimento da Meta anual de 4% em 2012. Avançar em determinadas tarefas depende, exclusivamente, do próprio subsistema setorial de mobilização, na medida em que ao Órgão Central cabe orientar, supervisionar e conduzir atividades de um sistema com características de conjunto de órgãos atuando de modo ordenado e integrado para planejar e realizar as fases da mobilização e desmobilização nacionais.

Assim, medidas corretivas voltadas para incentivar a criação dos núcleos de Mobilização Nacional e a participação dos subsistemas setoriais de Mobilização junto aos exercícios planejados pelo EMCFA/MD serão apresentadas na 10ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB.

Para 2013, planeja-se avançar na implantação dos Núcleos do SINAMOB, instalando no prédio do Órgão Central do Sistema, o Ministério da Defesa, uma Sala voltada especificamente para os trabalhos da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

- **Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD) foi iniciado em 2011, com a reunião de todo o material colhido até então. A partir do 2o semestre de 2011, foi iniciada a elaboração do modelo lógico do Sistema, concebido dentro de um Sistema maior denominado Sistema de Logística de Defesa.

Em outubro de 2011, os documentos produzidos até então foram encaminhados às Forças Armadas para avaliação e envio de sugestões até janeiro de 2012.

Nesse período, a equipe de desenvolvimento incluiu requisitos relativos às atividades de Mobilização Militar e Nacional, sendo considerado, portanto, como software de apoio às atividades do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Em consonância com essa modificação, o Sistema passou então a ser designado de Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Todos os requisitos foram levantados e coligidos e, em seguida, os documentos relativos ao modelo lógico do Sistema foram elaborados, contendo as sugestões dos demais Setores do MD e das Forças Armadas.

O documento final contendo o conceito lógico do Sistema foi encaminhado, em 2012, para a equipe de desenvolvimento. Nele foram discriminados os requisitos até então levantados, analisados e já validados, sendo possível o início da fase de codificação do software propriamente dita. As primeiras telas já foram apresentadas e o Sistema terá seus primeiros módulos instalados em 2013. Ele estará prontificado até dezembro de 2014.

Essa meta, em que pese estar com sua quantificação baixa, receberá acréscimos significativos ao longo dos anos de 2013 e de 2014, sendo cumprida até 2015.

Quantidade alcançada

0,2

Data de Referência

16/11/2012

- **Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (EIDN) que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional, de modo a possuir os dados necessários à tomada de decisão, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas da Forças Singulares quando empregadas em Hipótese de Emprego (HE). A Portaria Normativa nº 1.417/MD, de 31 de maio de 2011 dispõe sobre as Normas do SisEIDN que, dentre outras atribuições, visa a orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas para padronizar os procedimentos de coleta de dados que servirão ao MD para declarar as empresas ou estabelecimentos de interesse da defesa nacional, bem como para a aplicação da Lei do Serviço Militar.

A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa e para desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa. Ainda dispõe de regras de incentivo à área estratégica de Defesa. Esta Lei ainda não foi regulamentada e terá impacto direto no cadastro SisEIDN, pois proporcionará um acréscimo substancial de empresas ao banco de dados, em face dos incentivos que poderão ser auferidos pelas mesmas. Esta Lei é conhecida como Lei de Incentivo às Indústrias. As EIDN são o primeiro passo para que o MD possa estabelecer as Empresas Estratégicas de Defesa, cujas normas estão inseridas na regulamentação da Lei 12.598.

Ao longo do ano de 2012, por ocasião do Seminário de Mobilização Militar, foram discutidas e sugeridas alterações nas normas do SisEIDN, as quais estão ainda em fase de estudo no MD.

A operação do sistema carece de maior e melhor qualificação dos usuários em função de rotatividade de pessoal e necessidades de melhoria no sistema.

A integração do sistema com outros sistemas como GEOPR, CATBR e ABIMDE ainda não foi executada. Entretanto, encontra-se em fase de desenvolvimento o sistema SIGLMD que, dentre outras tarefas, fará a integração com os

sistemas de interesse ao cadastramento das EIDN, ampliando o universo de empresas de interesse da defesa nacional.

No presente exercício, não foram alocados recursos para implantar o SisEIDN. Todavia, pode-se considerar que o mesmo fora implantado e que ainda carece de aperfeiçoamento. Fato este que vem sendo obtido por meio da Divisão de Tecnologia da Informação (DivTI) do MD.

Para o período 2013 - 2015 verifica-se a necessidade de aporte financeiro anual, até que o SIGLMD esteja com o aplicativo voltado para as EIDN, que possibilite a execução de:

1. cursos de capacitação de pessoal - R$6.528,00;
2. deslocamentos de pessoal para apresentar e divulgar o sistema junto a Organizações Militares e Federações de Indústrias - R$ 12.000,00;
3. melhorias de equipamentos de computação - R$13.800,00; e
4. confecção de material (mídia) para divulgação - R$6.000,00.

Esta meta deixa de ser quantificável até o presente momento, uma vez que o sistema já foi implantado. Entretanto, há a necessidade de aperfeiçoar, capacitar pessoal, atualizar equipamentos e divulgar o sistema junto a entidades externas ao MD, conforme descrito acima.

- **Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do SisTIM, com uma concepção mais ampla do que apenas um sistema integrador de informações, englobando, em sua composição, instalações, equipamentos, recursos humanos, informações, procedimentos e ferramentas de Tecnologia da Informação (TI).

No acompanhamento das operações conjuntas, o SisTIM dedicou-se a acompanhar as vídeos conferências diárias das operações conjuntas das Forças Singulares(FS). Durante essas reuniões, foi identificada a necessidade de comparecimento "in loco" nas operações para obtenção de informações sobre carências tecnológicas e soluções apresentadas pelos combatentes.

Nesse sentido, espera-se levantar dados para a evolução do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM).

- **Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) sofreu ajustes ao longo de 2011, em função de problemas apresentados. Os estudos iniciais concluíram que não é possível ainda a efetivação da integração com Sistema Georreferenciado da Presidência da República(GEO-PR) e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (SISCATBR).

Além disso, serão iniciados em 2013 outros estudos, dessa vez relativos à possibilidade de utilização de plataforma de Arquitetura Orientada a Serviços (SOA), como alternativa de interoperabilidade à integração do SISEIDN com o GEO-Pr e SISCAT-Br, viabilizada no escopo do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Para tal, deverá ser concebida e construída solução de software baseado em SOA, o que demandará recursos financeiros.

- **Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa**

Análise Situacional da Meta

Não houve evolução do mapeamento em função da necessidade de levantamento prévio dos requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), que ocorreu ao longo de 2011-2012.

A implantação do SIGLMD viabilizará o armazenamento e visualização das informações acerca da infraestrutura logística nacional de interesse da Defesa, existindo um módulo específico para esse fim.

Com a previsão de disponibilização dos primeiros módulos do SIGLMD ainda em 2013, os estudos necessários para a definição da metodologia de mapeamento, disponibilização e acesso às informações poderão ser iniciados. Porém, após essas definições, a execução do mapeamento e da inserção de dados no Sistema somente poderá ser executada caso haja recursos financeiros disponíveis para esse fim.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

16/11/2012

- **Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

Os produtos em prol da Meta foram materializados pelos esforços de entregar à sociedade uma estrutura de Defesa Nacional que contribua com o Objetivo Nacional de Defesa de desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. Para tal, tornou-se, inicialmente, necessário fomentar a capacitação de recursos humanos para atuar nos planejamento e execução das ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, em particular àquelas voltadas para os exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional.

Assim, foram realizadas palestras nas Escolas de Aperfeiçoamento e de Altos Estudos Militares para os seguintes cursos: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Curso de Política e Estratégia Marítima, Curso de Política e Estratégia Aeroespacial, Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Destaca-se, também, a participação do Órgão Central do SINAMOB no IV Seminário de Mobilização Militar em julho.

Os Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional vêm ocorrendo, em razão da economia de meios, apoiando produtos específicos com o viés de Mobilização Nacional, seja no contexto das operações conjuntas coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), seja no contexto dos exercícios de mobilização coordenados pelas Forças.

Cada exercício será considerado para fins de avaliação do cumprimento de metas, caso sejam executadas as fases de planejamento e de execução do exercício, contemplando atividades específicas de Mobilização Nacional, sempre precedido da capacitação de recursos humanos.

Na fase de planejamento, contemplam-se as seguintes atividades: Planejamento Estratégico; Planejamento Operacional e Planejamento Tático.

A fase de execução da operação é precedida por duas Reuniões de Planejamento e Adestramento (RPA), culminando com a execução da operação realizada com meios reais. A capacitação de recursos humanos para atuar no planejamento e na execução dos exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional deve estar sempre presente.

Quanto à avaliação do cumprimento das Metas no ano de 2012, diante dos desafios não ultrapassados, considera-se realizado 01 Exercício, inserido na Operação Amazônia (coordenada pelo EMCFA).

No contexto da Operação Atlântico (coordenada pelo EMCFA) e do exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada (coordenado pela Força Terrestre), as atividades de Mobilização Nacional voltadas para a Defesa Nacional foram parcialmente apoiadas pela Ação 4427, deixando de ser computadas integralmente como Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional.

Planeja-se cumprir a Meta de realizar 12 (doze) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional, diante da sistemática do PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, da seguinte forma: realizar 03 (três) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional por ano. Por conseguinte, a Meta atribuída para 2012 não foi atingida.

Comparando-se a solicitação inicial de crédito apresentada na Pré-proposta orçamentária elaborada em 2011 com os limites autorizados para movimentação, empenho e pagamento direcionados à consecução da Meta, conclui-se que foram empregados efetivamente 51% do total de crédito solicitado, o que possibilitou realizar na plenitude 01 (um) Exercício de Mobilização para a Defesa Nacional em 2012 com participação do viés Mobilização Nacional.

As seguintes atividades foram realizadas em 2012:

- participação nos Planejamento Estratégico, Operacional e Tático da Operação Amazônia, bem como das 1ª e 2ª RPA e na operação realizada com meios reais, materializado no adestramento da Mobilização voltada para o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (homens e embarcações) da Cidade de Tabatinga para a Cidade de Manaus-AM;

- participação na Operação Atlântico III, nas 1ª RPA e 2ª RPA, e na operação realizada com meios reais, materializado no apoio ao adestramento da mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes, na Região de Santa Maria/RS; e

- participação na fase de execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, no Campo de Instrução de Marechal Hermes, em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Blindado (efetivo de 160 militares) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas Blindadas tipo M-113.

Para o próximo ano, planeja-se avançar na Fase de Preparo da Mobilização Nacional com a participação de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB no Planejamento do Exercício de Apoio Logístico com Meios Existentes, coordenado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com a apresentação dos Planos de Mobilização das FA.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

- **Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres**

Análise Situacional da Meta

Com base nas informações coletadas durante a Operação Ágata-6, onde foram vinculadas situações de atuação das Forças em Desastres Naturais, foram elaborados os planejamentos dos exercícios de 2013.

Um dos eixos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, aprovado pela Presidência da República em julho/2012 é o chamado “Eixo Resposta”, no qual se insere a atuação das Forças Armadas em Defesa Civil.

Neste eixo de resposta, além da aquisição de equipamentos pelas Forças, cabem a capacitação e treinamento de pessoal dos diversos Ministérios e Agências de governo envolvidas.

Para o ano de 2013, está prevista a realização de um exercício/treinamento na região serrana do Rio de Janeiro, além da inserção de treinamentos em ações de Defesa Civil nas Operações Ágata.

Os resultados esperados são, basicamente, a capacitação de novos militares e uma resposta mais eficiente das Forças Armadas, quando de seu acompanhamento em apoio aos desastres naturais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos**

Análise Situacional da Meta

A meta está imbricada com a meta “Realizar 12 Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional”.

Isto posto, as informações necessárias para o seu monitoramento temático constam dos campos preenchidos para a referida meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No presente exercício, teve continuidade a implantação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SCTEx); inserido no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (C&T), com prioridade de obtenção de meios modernos e eficazes para a Defesa Nacional, bem como o fortalecimento de Base Industrial de Defesa.

Em relação à implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle, as principais realizações em 2012 foram: a contratação de serviço de atualização, suporte técnico e treinamento de software que realiza análise de segurança de código fonte de sistemas e a contratação de seminário de revisão para certificação CISSP (Certified Information Systems Security Professional) e certificação CISSP para 16 (dezesseis) militares; manutenções corretivas e adaptativas nos sistemas corporativos do Exército; continuidade no desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (SIG); manutenção da base corporativa de dados do Exército e correção de problemas relativos à integridade dos dados; desenvolvimento de documentos para uma melhor governança de TI, a saber: Instruções Gerais (IG) para regular o ciclo de vida de software no Exército e Normas Técnicas para Desenvolvimento de Software; e realização de capacitação do pessoal para o aperfeiçoamento dos recursos humanos do Centro. Aquisições de diversos equipamentos de comunicações para prosseguir com o planejamento para reaparelhar as unidades do Exército.

Para 2013 estão previstos: o prosseguimento do reaparelhamento do Exército quanto a equipamentos de comunicações e guerra eletrônica; intensificação da manutenção evolutiva dos sistemas corporativos, principalmente dos Sistemas de Gestão Arquivística e Documental do Exército (SIGADEx), Sistema de Material do Exército (SIMATEx) e Sistema Integrado de Gestão (SIG); aperfeiçoamento da base Corporativa de Dados, garantindo maior qualidade aos dados armazenados; e definição e aperfeiçoamento dos processos do ciclo de vida do software, para que o Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS) possa alcançar níveis mais altos de maturidade no desenvolvimento, manutenção e contratação de software.

A coordenação dos esforços é centralizada no Estado-Maior do Exército e no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX).

A implantação e modernização dos sistemas de comunicações beneficia todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército, com destaque para o apoio de guerra eletrônica nas operações mais sensíveis; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército com meios de comunicações mais efetivos; e as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de comunicações e TI. Como resultado, espera-se o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Em relação à pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil, as rrincipais realizações em 2012 foram: programas de graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME); desenvolvimento de diversos projetos, pelo Centro Tecnológico do Exército, que impulsionaram a Base Industrial de Defesa (BID), permitindo a aquisição de Produtos de Defesa (PRODE) com tecnologia nacional e moderna a um custo competitivo, inclusive com PRODE fabricados e/ou revitalizados pelos Arsenais de Guerra do Exército; atividades de avaliação de PRODE; atividades de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército.

A ausência de previsão assegurada de recursos dificultou o atendimento integral das necessidades de aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos voltados para fabricação de PRODE.

Para 2013, está previsto o prosseguimento dos programas de graduação e pós-graduação no IME; início do processo de

implantação do Polo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba (PCTEG); incremento da quantidade e do portfólio de PRODE fabricados pelo Exército; prosseguimento das atividades de avaliação de PRODE; prosseguimento das atividades de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército.

A coordenação dos esforços é centralizada no Estado-Maior do Exército e no Departamento de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército (DCT).

A pesquisa e desenvolvimento beneficia a sociedade brasileira por contar com maior efetivo de engenheiros de alta qualificação; todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio do sistema de ciência e tecnologia do Exército, com destaque para o apoio de cartografia; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército com meios tecnológicos mais efetivos; centros de pesquisa e desenvolvimento que estabeleceram parcerias com o Exército; e as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de apoio ao sistema de ciência e tecnologia do Exército. Como resultado, há o aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar - Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida. Ocorreu a manutenção e o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de Produtos de Defesa (PRODE), reduzindo a defasagem tecnológica existente nos Arsenais de Guerra.

  Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido a produção de diversos itens de PRODE, e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro. Para 2013, espera-se continuar a revitalização dos Arsenais de Guerra e o aumento da produção dos Produtos de Defesa considerados estratégicos para o Exército Brasileiro.

- **Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipulada para 2012 foi atingida. Foi realizado em 2012 o prosseguimento da implantação dos sistemas de comando e controle nos principais comandos operacionais do Exército; contratação de serviço de atualização, suporte técnico e treinamento de software que realiza análise de segurança de código fonte de sistemas; seminário de revisão para certificação CISSP (Certified Information Systems Security Professional); e certificação CISSP para 16 (dezesseis) militares.

  Para 2013, espera-se completar a implantação dos sistemas de comando e controle nos principais comandos operacionais do Exército e ampliar a implantação dos sistemas de comando e controle para as demais unidades do Exército.

  Constituem-se em desafios de implementação: a complexidade dos processos de contratação; ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao prosseguimento da implantação dos sistemas de comando e controle pelas diversas unidades do Exército.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas**

  Análise Situacional da Meta

  Uma revisão do planejamento interno da força indicou não ser indicado executar esta meta em 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram destinados recursos para a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) para assessorar, na sua área de competência, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) nos temas voltados para a política, a estratégia, os assuntos internacionais e a inteligência estratégica, propondo diretrizes e coordenando o acompanhamento desses temas no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Nesse contexto, o emprego de recursos contribuiu para o fortalecimento da atuação externa do País no campo da Defesa, especialmente no entorno estratégico no qual o Brasil se insere, que inclui a América do Sul e os países lindeiros da África, onde a cooperação em Defesa assume as formas bilateral e multilateral.

Por sua vez, a CAE coordenou os trabalhos para a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional de Defesa. Esse novo documento, que baliza as ações governamentais para a manutenção da soberania brasileira e a proteção dos recursos, caracteriza-se por apresentar a postura brasileira frente aos inúmeros desafios, merecendo destaque o fomento à indústria nacional e o relacionamento com os demais estados e governos.

Com respeito ao aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência de Defesa (Iniciativa 0240), merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas em 2012:

– Participação de representantes da CAE no XV Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica (XV CSIE), realizado em Medellín, Colômbia, no período de 13 a 17 de agosto de 2012, com a participação de delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Peru, Paraguai e Uruguai, além de representantes do México que compareceram como convidados. O CSIE é um mecanismo permanente de cooperação e confiança mútua para o intercâmbio de informações, integrado por organismos de inteligência dos países que representam, com a autorização dos respectivos governos; e

– Planejamento e execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), ocorrido em Brasília, no período de 9 a 15 de dezembro de 2012, com a participação de 35 delegações de países das Américas do Norte, do Sul e Central, do Caribe, da Europa e da África. O propósito deste Fórum é fortalecer a cooperação na área de Inteligência Estratégica e contribuir para o estreitamento das relações entre os países participantes.

No tocante aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de Defesa (Iniciativa 0243), ressalta-se a manutenção de representações e missões militares no exterior, tais como a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, EUA, e o Escritório do Conselheiro Militar da Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, Suíça, além da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, ocorreram diversas reuniões multilaterais, envolvendo nações com as quais o Brasil possui estreito relacionamento, como, por exemplo, a X Conferência de Ministros de Defesa das Américas e reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2012, destacando-se a participação protagonista brasileira nesse fórum.

Nesse sentido, foram desenvolvidas, em cooperação com os países sul-americanos, ações nos setores de políticas de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, formação e capacitação de pessoal, dentre outras, tendo sempre como balizador o respeito às particularidades de cada nação.

Adicionalmente, cumpre destacar a realização, pela primeira vez, e com sucesso, do Curso Avançado de Defesa Sul-

Americano (CAD-SUL) no âmbito da Iniciativa 0249, sob a coordenação brasileira, com a expressiva participação de representantes de 11 dos 12 países da América do Sul, o qual contribuiu, juntamente com outras atividades desenvolvidas pelo Conselho, para o desenvolvimento de um pensamento sul-americano sobre Defesa e a consolidação de uma identidade sul-americana.

Igualmente, cabe mencionar o outro lado do entorno estratégico brasileiro, qual seja, a África Ocidental, cujas oportunidades vislumbradas de cooperação e parcerias regionais motivaram uma visita à sede do Comando dos EUA para a África (USAFRICOM), no intuito de se conhecer as atividades desenvolvidas pelo Governo norte-americano no continente africano.

Além disso, a CAE apoiou a ida do Adido de Defesa do Brasil na África do Sul à Tanzânia e às Ilhas Seicheles, como forma de estreitar os laços com aqueles países e, especialmente, realizar uma avaliação inicial das condições de segurança marítima em pontos estratégicos da orla africana.

Quanto à cooperação internacional na área de Defesa (Iniciativa 0248), foi dada ênfase à cooperação bilateral, devendo ser mencionada a doação de quatro helicópteros UH-1H do Brasil para a Bolívia, devidamente autorizada pelo Congresso Nacional, e a iniciativa de se apoiar a realização de estágio de engenheiros militares moçambicanos no Exército Brasileiro, com recursos da própria CAE.

Com respeito à participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de Defesa (Iniciativa 024G), além das atividades constantes do Plano de Ação 2011-2012 do já mencionado Conselho de Defesa Sul-Americano, cabe ressaltar a participação nas reuniões do Centro de Estudos Estratégicos, do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) e dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), todos no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Merece destaque, ainda, a realização de reuniões bilaterais, ao longo de 2012, com países com os quais o Brasil busca ou é solicitado a possuir um estreito relacionamento (Iniciativa 024O), tais como Argentina, Bolívia, Chile, Emirados Árabes Unidos, Espanha, EUA, França, Peru, Reino Unido e Turquia, visando ao estabelecimento de parcerias com as suas Forças Armadas.

Apesar das dificuldades iniciais de ordem orçamentária, decorrentes de limites para a realização de gastos com diárias e passagens, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento, em função dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior, o incremento da realização de eventos no País e a postergação de alguns eventos para o 2º semestre de 2012.

Para 2013, espera-se ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, conforme as exigências estratégicas impostas pela nova posição do Brasil no mundo.

Diante da Análise Situacional do Objetivo 0554, verifica-se que as ações empreendidas ao longo de 2012 foram pautadas na atual projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro, visando ao fortalecimento da sua projeção entre os países do espectro de interesse em todos os níveis da Defesa, exercida de forma sempre respeitosa.

Metas 2012-2015

- **Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o Ministério da Defesa, por intermédio de representantes da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, promoveu a cooperação em matéria de Defesa por meio de intercâmbio de conhecimentos com integrantes de Forças Armadas estrangeiras, de modo a que permitisse maior aproximação e integração com esses países no nível político-estratégico, assim como fomentasse a confiança mútua.

  Nesse contexto, e visando a contribuir com uma atuação mais efetiva do Brasil em questões internacionais, destaca-se a participação nas seguintes atividades:

  – Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, realizada em Moçambique;

  – Seminário de Combate a Ilícitos Transnacionais, realizado nos Estados Unidos da América;

– Curso de Estratégia e Política de Defesa do Centro de Estudos de Defesa Hemisférica, realizado nos Estados Unidos da América;
– V Reunião do Grupo de Trabalho encarregado de formular o Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação da UNASUR, realizada na Venezuela;
– Reunião referente à iniciativa 1.f do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: "Conformar um Grupo de Trabalho para avaliar a factibilidade de estabelecer políticas e mecanismos regionais para fazer frente às ameaças cibernéticas ou informáticas no âmbito da defesa", realizada no Peru;
– Reunião referente à iniciativa 1.i do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: "Regulamentar o Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano, tomando em conta o Regulamento Geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)", realizada no Paraguai;
– Seminário "Ação Externa no Âmbito da Defesa", realizado em Portugal;
– 22ª Reunião dos Estados-Parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada nos Estados Unidos da América;
– Visita Exploratória de Cooperação Militar, na República Tcheca e na Sérvia;
– Seminário Internacional "Implementação da Perspectiva do Gênero em Operações de Paz", no Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Mantenimiento de La Paz (CAECOPAZ), realizado na Argentina;
– IV Conferência de Defesa Sul-Americana 2012, realizada na Colômbia;
– Visita da Delegação da África do Sul às Indústrias de Defesa situadas na cidade do Rio de Janeiro;
– XV Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica (CSIE), realizado na Colômbia;
– II Reunião Presencial do Projeto de Avião EPB UNARSUR I, realizada na Argentina;
– Visita às Organizações da Base Industrial de Defesa com os Adidos de Defesa acreditados no Brasil;
– Reunião de Alto Nível dos Estados-Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS, realizada nos Estados Unidos da América;
– Visita da comitiva do Ministério da Defesa ao Estado Plurinacional da Bolívia, para a entrega de dois helicópteros UH-1H, de um total de quatro aeronaves doadas pelo Brasil à Bolívia;
– Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-Sul), realizado pela Escola Superior de Guerra (ESG), com 30 estagiários da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela;
– Reuniões do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), realizadas na Alemanha;
– Reunião da iniciativa 1.b do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: "Realizar uma Oficina para avaliar e identificar as temáticas e linhas de pesquisa do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) que mais adequadamente respondam aos interesses comuns", realizada na Colômbia;
– Reunião da iniciativa 1.g do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: "Realizar o terceiro Seminário para avançar na identificação dos fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial, bem como a definição de enfoques conceituais", realizada na Venezuela; e
– Seminário de Incorporação da Mulher nas Atividades de Defesa, em complemento a Atividade 1.g do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano, realizado na Venezuela.
As atividades desenvolvidas ao longo do ano priorizaram a estratégia de cooperação, sobretudo na América do Sul, por medidas e iniciativas de apoio ao fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano.
Igualmente, a participação do Ministério da Defesa em reuniões de organismos internacionais buscou zelar pelos interesses nacionais, assim como apoiar o MRE no posicionamento do Governo brasileiro durante as Sessões.
Apesar das dificuldades iniciais de ordem orçamentária, decorrentes de limites para a realização de gastos com diárias e passagens, a presente Meta foi cumprida a contento. Para 2013, espera-se um grau de participação maior nos trabalhos do Plano de Ação do CDS, caso haja disponibilidade de recursos.

- **Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

No presente exercício, o Ministério da Defesa, com o intuito de incrementar parcerias e a cooperação na área de

Defesa, de modo a permitir o fortalecimento da imagem do País no cenário internacional, promoveu, por intermédio da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 10 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil.

Nesse contexto, merece destaque a realização dos seguintes eventos no âmbito desta Meta:

– II Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e das Forças Armadas da Bolívia;

– XI Reunião Bilateral entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e o Estado-Maior das Forças Armadas da França; e VII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – França;

– XIII Reunião de Consultas entre os Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas do Brasil e da Argentina; e VII Reunião do Grupo de Trabalho de Conjunto Brasil – Argentina;

– II Reunião da Comissão Mista entre as Forças Armadas do Brasil e da Espanha;

– XVII Reunião de Conversações entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e o Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru;

– VI Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Chile;

– I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Turquia;

– VI Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – EUA; e XXX Reunião de Consultas entre Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas do Brasil e dos EUA;

– IV Reunião de Diálogo Estratégico entre o Brasil e o Reino Unido; e

– II Reunião da Comissão Mista Brasil – Emirados Árabes Unidos.

Além disso, representantes da Chefia de Assuntos Estratégicos estiveram presentes nos seguintes eventos:

– II Reunião de Diálogo Político-Militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América;

– XXV e XXVI Reuniões Plenárias do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da CPLP;

– II Reunião do Mecanismo de Diálogo Político-Estratégico em Nível de Vice Ministros Brasil – Argentina;

– Reunião com Ministros da Defesa, da Justiça e do Interior de Nações Sul-Americanas;

– VI Reunião Ordinária da Instância Executiva do CDS e de Ministros da Defesa;

– Reunião com o Comando dos EUA para a África (USAFRICOM);

– X Conferência de Ministros de Defesa das Américas (X CMDA);

– XIV Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP (Dili – Timor Leste);

– Reunião do Mecanismo Diálogo de Integração Estratégica Brasil – Argentina;

– Reunião ministerial durante a visita oficial à Guiana; e

– Reunião ministerial durante a visita oficial ao Suriname.

Adicionalmente, e com o propósito de ampliar a cooperação e identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de Defesa, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes Ministros da Defesa em visita ao Brasil: Argentina; Cabo Verde; Estados Unidos; França; Indonésia; Itália; Namíbia; Peru; Portugal; Suécia; e Turquia.

Para 2013, espera-se realizar os eventos que foram cancelados ou postergados em 2012, bem como dar prosseguimento aos Diálogos Político-Estratégico no âmbito da Defesa e às reuniões bilaterais e multilaterais programadas, com uma representatividade compatível com a postura político-estratégica do Brasil, especialmente em determinados fóruns, tais como o Conselho de Defesa Sul-Americano e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dentre outros.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram dar continuidade às obras em andamento no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Neste sentido, houve a conclusão da construção de um prédio com 24 (vinte e quatro) apartamentos para Oficiais (fase 1) na Vila do Aleixo em Manaus-AM e de dois blocos com 12 (doze) apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Belém-PA.

Também foi possível dar continuidade à construção de 60 (sessenta) apartamentos para Suboficiais e Sargentos e 36 (trinta e seis) apartamentos para Oficiais em Porto Velho-RO.

Com os recursos descentralizados, também foi possível dar continuidade às obras de adequação de instalações militares como a adequação das instalações do Quarto Comando Aéreo Regional, em São Paulo-SP, a recuperação das instalações elétricas dos prédios sede e anexo do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF, da construção do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica em Salvador-BA e da recuperação do pátio de estacionamento e impermeabilização da laje do Grupo de Apoio de Brasília, situado no subsolo dos prédios do Comando da Aeronáutica em Brasília-DF.

Também foi possível finalizar a construção da nova Divisão Odontológica do Hospital de Aeronáutica de Canoas-RS, da adequação das edificações das Seções de Oficinas e de Suprimento de Equipamentos de Sobrevivência, Segurança e Resgate do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa-MG e da adequação do Refeitório do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos-SP.

Também foi dado continuidade à construção de 10 blocos de 6 apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Natal – RN.

Como se verificou, nesta Análise Situacional, por meio das ações decorrentes do Objetivo 0971, buscou-se adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Neste sentido, foi possível dar continuidade na recuperação e modernização das instalações militares, no âmbito da Força Aérea Brasileira, contra as intempéries decorrentes das condições climáticas e do tempo de utilização desses bens imóveis; na construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), a fim de suprir a demanda reprimida por imóvel residencial ao pessoal militar movimentado para as organizações localizadas nas Regiões Norte e Nordeste do País; bem como no desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais e a respectiva manutenção da infraestrutura física e lógica existente.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade da construção de 60 apartamentos para graduados e 36 apartamentos para oficiais em Porto Velho-RO. Também na área do COMAR VII (Amazônia Ocidental), terão prosseguimento as obras de construção de quatro prédios residenciais para graduados na Vila Militar de Ajuricaba, em Manaus.

Também deu-se continuidade à construção do novo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Lagoa Santa - MG, cujo atual estágio da obra encontra-se com um avanço físico de 52%.

Por fim, algumas dificuldades financeiras impediram a expansão do referido Objetivo. Para 2013, pretende-se dar continuidade aos empreendimentos supracitados, como a construção do novo CIAAR, além da adequação de instalações militares relacionadas às iniciativas deste Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram avançar na meta de construção de Próprios Nacionais Residenciais, com os quais foi possível finalizar a construção de um prédio com 24 (vinte e quatro) apartamentos para Oficiais (fase 1) na Vila do Aleixo em Manaus-AM e de dois blocos com 12 (doze) apartamentos cada para Suboficiais

e Sargentos em Belém-PA.

Também foi possível dar continuidade à construção de 60 (sessenta) apartamentos para Suboficiais e Sargentos e 36 (trinta e seis) apartamentos para Oficiais em Porto Velho-RO.

Também em andamento estão a construção de 10 blocos de 6 apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Natal-RN e de 3 blocos de 24 apartamentos cada em Brasília-DF.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade da construção de 60 apartamentos para graduados e 36 apartamentos para oficiais em Porto Velho-RO. Também na área do COMAR VII (Amazônia Ocidental), terão prosseguimento as obras de construção de quatro prédios residenciais para graduados na Vila Militar de Ajuricaba, em Manaus.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

28/09/2012

- **Construir 5 instalações militares**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram dar continuidade às obras de adequação de instalações militares como a adequação das instalações do Quarto Comando Aéreo Regional, em São Paulo-SP, a recuperação das instalações elétricas dos prédios sede e anexo do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF, da construção do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica em Salvador-BA e da recuperação do pátio de estacionamento e impermeabilização da laje do Grupo de Apoio de Brasília, situado no subsolo dos prédios do Comando da Aeronáutica em Brasília-DF.

Também foi possível finalizar a construção da nova Divisão Odontológica do Hospital de Aeronáutica de Canoas-RS, da adequação das edificações das Seções de Oficinas e de Suprimento de Equipamentos de Sobrevivência, Segurança e Resgate do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa-MG e da adequação do Refeitório do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos-SP.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

21/09/2012

- **Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG**

Análise Situacional da Meta

A condução do contrato relativo à construção do novo CIAAR, em Lagoa Santa-MG, foi assumido pela CISCEA em 13 de agosto de 2012.

O atual estágio da obra encontra-se com um avanço físico de 52%.

Para o ano de 2013, está sendo projetado um avanço físico da ordem de 35%, o que irá totalizar 87% do trabalho a ser realizado.

Planeja-se ter a sua conclusão em meados de 2014.

- **Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foram previstos recursos orçamentários para implantação do referido Centro.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	31/12/2012	23
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2012	360.582
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	02/08/2012	11

Observações:

Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) - Dado referente a 2012.

Número de imagens de satélites distribuídas anualmente - Houve uma redução da ordem de 10% em relação à base de 2010, visto que o satélite sino-brasileiro CBERS 2B e o norte-americano LANDSAT-5 deixaram de operar. O CBERS-2B será substituído pelo CBERS-3 em 2013.

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, é uma das prioridades estratégicas da política espacial.

Por envolver tecnologias altamente sensíveis, o setor aeroespacial sofre constantes embargos internacionais, o que dificulta o desenvolvimento de suas atividades. Essa dificuldade, aliada a outras de ordem institucional, levaram à necessidade de reprogramação dos voos XVT-01 (VSISNAV), XVT-02 e VLS-01 V04, todos relacionados ao desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS-1).

Como importante realização em 2012, cabe destacar a Operação Salina, que marcou o reinício das atividades relacionadas ao VLS-1 no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O objetivo da Operação foi realizar o transporte, a preparação e integração mecânica de um mock-up estrutural inerte do VLS-1 – estrutura real do veículo sem combustível a bordo – e ensaios e simulações para verificação da integração física, elétrica e lógica da Torre e dos meios de solo do CLA, associados à preparação para voo do VLS-1. Esta operação faz parte dos preparativos para o voo XVT-01 (VSISNAV), reprogramado para 2014. O sucesso desse voo viabilizará o lançamento do XVT-02, passo fundamental para a qualificação do VLS.

Cabe destacar também a elaboração e conclusão da "Requirements Compliance Matrix" (RCM), aprovada pela Agência Espacial Brasileira (AEB), que compreende todas as tarefas a serem executadas a fim de que possam ser emitidas as licenças e certificações necessárias à operação do sítio do Cyclone-4, em implantação dentro da área do CLA, bem como do foguete Cyclone-4. Com a apresentação pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) dos métodos de cumprimento dos requisitos da RCM, esperada para 2013, será possível avançar os trabalhos de concessão das certificações necessárias.

Metas 2012-2015

- **Certificar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Sítio do Cyclone-4 para Operação até 2012**

  Análise Situacional da Meta

  As principais realizações em 2012 com vistas à certificação para operação do Sítio do Cyclone-4 foram a aprovação

pela AEB do documento "Requirements Compliance Matrix" (RCM), que compreende todas as tarefas a serem executadas a fim de emitir as licenças e certificações necessárias à operação do Sítio, conforme preconizado nos Manuais de Segurança da AEB, e a criação de Grupo de Trabalho para tratar dos assuntos de segurança de operação do Sítio do Cyclone-4 e assessorar na elaboração dos documentos relacionados com a obtenção de licenças propriamente ditas necessárias para seu funcionamento.

Em relação à certificação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), tendo em vista que o Centro encontra-se em situação operacional, ou seja, com sistemas técnicos em funcionamento e acompanhados pela AEB, assim como suas equipes operacionais treinadas continuamente, por intermédio do lançamento de foguetes de treinamento, não foram adotadas medidas voltadas à formalização da certificação do referido sítio de lançamento.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta deve-se à complexidade de certificação do sítio do Cyclone-4, tendo em vista as características únicas e inerentes ao foguete Cyclone-4 e sua operação.

Com relação às realizações para 2013, prevê-se a revisão da RCM pelo Grupo de Trabalho e a sua implementação, com a apresentação pela Alcântara Cyclone Space (ACS) dos métodos de cumprimento dos requisitos da RCM; a contratação pela ACS de estudo e serviços de análise e gerenciamento de risco do complexo terrestre do Cyclone-4; e a regularização da Licença de Operação (LO) do CLA e da emissão das Licenças de Instalação (LI) das obras complementares do CLA.

Espera-se que o CLA, assim como o sítio do Cyclone-4, estejam certificados para operação até setembro de 2014.

- **Certificar o foguete ucraniano Cyclone-4 até 2012**

Análise Situacional da Meta

A principal realização em 2012 com vistas à certificação do foguete Cyclone-4 foi a aprovação da RCM, que permitirá o acompanhamento dos testes específicos dos sistemas que compõe o foguete e os testes de integração finais.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta está relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes realizados na Ucrânia. Ressalta-se que, com o cronograma em mãos, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

Para 2013, espera-se a apresentação, pelo lado Ucraniano, da documentação técnica para a verificação, pelo Grupo de Trabalho de Certificação, do atendimento dos itens listados na RCM, com vistas à certificação do foguete Cyclone-4 em 2014.

- **Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) foi responsável pelo lançamento de cinco foguetes suborbitais (Operações): um VS-40 (Shefex 2); um VSB-30 (MASER 12) e; três VS-30/Orion (HiFire 3, Hifire 5 e INPE 14).

Os foguetes de treinamento FTI e FTB são de responsabilidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), tendo sido lançados 13 foguetes pelo CLA, sendo 7 de treinamento intermediário e 6 de treinamento básico, e 10 foguetes pelo CLBI, sendo um de treinamento intermediário e 9 de treinamento básico.

Para 2013, está programado o lançamento de um foguete VS-30/ORION, um VS-40M, cinco VSB-30 (lançados da Suécia), cinco foguetes de treinamento básico e quatro foguetes de treinamento intermediário.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

- **Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídos todos os estudos, especificações técnicas e módulos de fabricação. A próxima etapa do processo de

certificação, a ser executado pela AEB, será a contratação de um estudo de viabilidade jurídica, econômica e técnica, que permita o lançamento do edital para a contratação do integrador (indústria) para exploração do negócio de serviços de microgravidade.

- **Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram feitos estudos e levantamento das necessidades de aquisições e serviços, bem como as readequações a serem implantadas na Usina Cel. Abner para atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1).

A estratégia industrial estabelecida para o VLM-1 foi alterada e atualmente preconiza que esta demanda seja prioritariamente atendida pela indústria nacional. Assim, os investimentos na Usina dependerão da implementação dessa estratégia.

- **Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas a Revisão Preliminar de Requisitos (PRR), a Revisão da Definição da Missão (MDR) e a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR) do projeto. O Modelo de Engenharia do motor S50 (o qual será o maior motor a propelente sólido desenvolvido no Brasil) está sendo utilizado para avaliar possíveis dificuldades e permitir um ajuste ou melhoria do projeto. Com o término desta fase de concepção, o VLM-1 entra na fase de projeto.

- **Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações voltadas para o desenvolvimento do XVT-01 e do XVT-02 contribuem para o lançamento do VLS-01 V04. Para que este ocorra, faz-se necessário ter sucesso nos dois lançamentos anteriores. Com o lançamento do XVT-02, o veículo estará qualificado, permitindo assim o voo do VLS-01 V04 portando uma carga útil real. A produção do veículo VLS-01 V04 deverá durar aproximadamente dois anos após o lançamento do XVT-02 em 2016. Nesse sentido, a data precisa do lançamento do VLS-01 V04 somente poderá ser definida com a concretização do voo do XVT-02, atualmente prevista para 2016.

- **Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012**

Análise Situacional da Meta

O voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) é um ensaio do veículo, com os dois primeiros estágios do VLS ativos, cujo objetivo principal é testar o sistema de navegação desenvolvido pelo IAE (SISNAV). Esse voo depende do teste do sistema de redes elétricas e integração com a torre móvel no CLA (MIR – "Mock-up" de Interface de Redes). Em 2012, foi realizada a Operação Salina, como parte da preparação da MIR. Foram fabricados vários itens mecânicos, outros em processo de licitação para fabricação. Os itens eletrônicos estão em processo de desenvolvimento, sendo que foi realizada em outubro de 2012 a revisão crítica de projeto (CDR) com a empresa Mectron EIC Ltda.

Em razão das dificuldades de natureza jurídica, que postergaram a assinatura de contratos pelo IAE, e institucional, o veículo XVT-01 (VSISNAV) estará pronto em fins de 2013, com lançamento programado para 2014.

- **Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013**

Análise Situacional da Meta

O voo tecnológico XVT-02 é um ensaio do veículo completo, com quatro estágios do VLS ativos, com carga útil tecnológica, cujo objetivo principal é testar o conjunto dos vários subsistemas que integram o veículo lançador. O cumprimento da meta depende do sucesso do voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV). Em 2012, foi realizada a aquisição, no exterior, de equipamentos eletrônicos para a rede elétrica de segurança do veículo.

Em razão das dificuldades de natureza jurídica, que postergaram a assinatura de contratos pelo IAE, e das escolhas orçamentárias tomadas, o lançamento do voo tecnológico XVT-02 foi reprogramado para ocorrer somente em 2016.

No biênio 2014-2015 deverá ocorrer o desenvolvimento da rede elétrica completa do foguete. Com isso será possível ter o veículo pronto até o final de 2015, para lançamento em 2016.

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial.

O conjunto das metas deste objetivo compreende majoritariamente ações voltadas para a implantação da infraestrutura de obras e sistemas necessários para o início dos voos comerciais do foguete ucraniano Cyclone-4. A infraestrutura do sítio do Cyclone, que compreende o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC), a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks - TSA) e o posto de comando, vem sendo implantada implantada gradualmente. Estima-se que seja possível realizar o voo de qualificação do Cyclone-4 em 2014, colocando, assim, o país em condições de iniciar as operações comerciais de lançamento em 2015.

Metas 2012-2015

- **Infraestrutura básica e urbanização do sítio implantada até 2012**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação da infraestrutura básica e a urbanização do sítio do Cyclone-4 dependem da conclusão dos projetos executivos e da execução das obras. Os contratos que dão suporte a estas atividades (projeto e construção) foram firmados pela binacional Alcântara Cyclone Space e dependem, para execução, da conclusão das obras civis prediais. A expectativa é que a infraestrutura básica e a urbanização do sítio sejam implantadas até setembro de 2014.

- **Infraestrutura de redes e sistemas implantada até 2012**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação da infraestrutura de redes e sistemas do sítio do Cyclone-4 depende da conclusão dos projetos executivos e da execução das obras. Ressalta-se que as infraestruturas de rede viária, sanitária e de fornecimento de água foram iniciadas por serem necessárias ao início das obras do sítio. Os contratos que dão suporte a estas atividades (projeto e construção) foram contratados pela binacional Alcântara Cyclone Space e dependem, para execução, da conclusão das obras civis prediais.

  A expectativa é que a infraestrutura básica e urbanização do sítio sejam implantadas até setembro de 2014.

- **Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, do teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também constitui pré-condição para o alcance da meta a aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento.

  Estima-se o início das operações comerciais em 2015.

- **Interfaces de sistemas do sítio do Cyclone 4 com o do CLA implantadas até 2012**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do CLA, da mesma forma que a meta relacionada com a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e no sítio de lançamento do Cyclone-4. Os contratos que dão suporte a esta meta (projeto e construção) foram

contratados pela ACS e a expectativa é que esse sistema esteja implantado até setembro de 2014.

Este projeto é basicamente uma rede de fibra óptica, entre os dois sítios de lançamento: CLA e Cyclone-4, e de "switches" de conexão.

- **Posto de Comando (casamata) concluído até 2012**

Análise Situacional da Meta

O Posto de Comando (casamata) está inserido no conjunto das obras da infraestrutura geral sob a responsabilidade do governo brasileiro. Apesar do projeto executivo e a obra terem sido contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de alteração do posicionamento deste prédio por motivos de segurança. Como consequência, novo projeto executivo está sendo elaborado, com conclusão prevista para maio de 2013. Espera-se que as obras de construção do Posto de Comando sejam iniciadas em 2013 e estejam concluídas até setembro de 2014. Assim, neste contexto, as realizações em 2012 foram a readequação do local do prédio, a definição do projeto executivo e o início de sua elaboração.

- **Prédio de armazenamento temporário de propelente concluído até 2012**

Análise Situacional da Meta

O prédio de armazenamento temporário de propelente está inserido no conjunto de obras da infraestrutura geral sob a responsabilidade do governo brasileiro, apesar de o projeto executivo e a obra terem sido contratados pela binacional ACS. O projeto executivo foi concluído em fins de 2012 e, durante o período, foram executadas as obras de fundação dos principais prédios da área de armazenagem de propelentes. Espera-se que as obras estejam concluídas até setembro de 2014.

- **Realizar vôo de qualificação do foguete Cyclone-4 até 2013**

Análise Situacional da Meta

O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios, construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa derivada do foguete Ariane 4. No momento, estão sendo finalizados os testes de construção do protótipo de voo do veículo lançador.

O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do CLA e do Sítio do Cyclone-4, do teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também constitui pré-condição para o voo a aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento.

Estima-se a realização do voo de qualificação no final do ano de 2014.

- **Sitio do Cyclone 4 implantado até 2012**

Análise Situacional da Meta

O inicio da implantação do sitio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional ACS de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos, para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks - TSA), que integram o sitio de lançamento do Cyclone-4.

Ao longo de 2011 e 2012 foram iniciadas as obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS. Estima-se que esta meta possa ser atingida em setembro de 2014, o que possibilitará o voo de

qualificação do Cyclone-4, programado para fins de 2014.

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no médio e longo prazo. Destaca-se, no período de 2012, o treinamento de dez pós-graduandos da Universidade de Brasília (UnB) realizado na Ucrânia, em indústrias e universidades daquele país. Esses profissionais poderão vir a se engajar em organizações de pesquisa ou empresas do setor espacial brasileiro. Os programas de formação de alunos de nível fundamental e médio, assim como de professores, atingiram as metas esperadas. Também houve expansão do número de cursos de engenharia aeroespacial no país. Espera-se, ao longo do biênio 2013-2014, a instalação do Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual, que ainda não foi iniciada para as áreas de interesse do Programa Espacial. Com vistas à ampliação dos resultados, buscar-se-á também, até o final do período do PPA, a implementação de 300 bolsas, apoiadas pelo Programa Ciência sem Fronteiras nas áreas de interesse do programa espacial, bem como a estruturação dos conteúdos programáticos e da metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES).

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, dez especialistas foram capacitados em parceria com a Ucrânia. Além disso, 24 projetos do setor espacial para capacitação de recursos humanos foram aditivados com a suplementação de recursos para o Edital 33/2010 AEB/MCTI/CNPq. Foi iniciada a qualificação de 146 profissionais, dos quais aproximadamente metade cumpriu as metas.

  Em 2013, em parceria com instituições internacionais, serão capacitados diversos especialistas nas áreas de interesse do programa espacial, como manuseio de propelentes, sistemas de controle de atitude e treinamento em satélites de pequeno porte. Ademais, a suplementação de recursos do Edital 33/2010 AEB/MCTI/CNPq irá possibilitar capacitação de recursos humanos até 2014. As bolsas estão em fase de implementação. Espera-se que os recursos possibilitem a qualificação de um número superior a 60 profissionais.

  Quantidade alcançada

  80

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi cumprida e superada em 100 %. Cabe o esclarecimento de que a meta de 4 eventos é anual.

  Foram realizadas a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, a Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica e o Programa AEB Escola participou da Campus Party, da Rio +20, da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, do Circuito de Feiras de Ciências do Governo do Distrito Federal e da Feira do Jovem Empreendedor Joseense, em São José dos Campos – SP.

  Quantidade alcançada

  8

  Data de Referência

  28/11/2012

- **Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram realizados cursos de capacitação de professores em São José dos Campos/SP durante a Jornada Espacial e na Feira do Empreendedor Joseense; em Natal/RN; e em Cuiabá/MT. Nesses cursos foram capacitados 266 professores.

  Em 2013, serão realizados cursos de capacitação de professores em Natal/RN, Cuiabá/MT, Alcântara/MA, São José dos Campos/SP, Santa Maria/RS e Brasília/DF e durante as duas Jornadas Espaciais, capacitando aproximadamente 600 professores.

  Quantidade alcançada

  266

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa. No âmbito das ações deste objetivo pode ser destacada a meta já cumprida de desenvolvimento, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de lubrificante sólido, a base de carbono tipo diamante, para uso em peças de satélite, totalmente qualificado pela empresa Fibraforte. As outras metas vêm tendo o seu desenvolvimento normal.

Para promover maior articulação, integração e sinergia de ações intergovernamentais, a AEB, com a coordenação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), vem apoiando o desenvolvimento, no âmbito do Programa Brasil Maior (PBM), de um trabalho com vistas a construir uma agenda de tecnologias críticas para o setor espacial (ATS-Espacial) que possa contribuir para o reposicionamento da indústria nacional e elevar a competitividade e a capacidade de inovação do setor. Espera-se concluir esta agenda até o final do primeiro semestre de 2013.

Para 2013, espera-se ainda que haja continuidade nas pesquisas para o desenvolvimento de diversas tecnologias especificadas nas metas, bem como o possível lançamento do satélite NANOSATC-BR1, a cargo do Centro Regional Sul (CRS/INPE, Santa Maria), que está aguardando vaga em campanha internacional de lançamento.

Metas 2012-2015

- **Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazonia-1**

  Análise Situacional da Meta

  O catalisador do tipo metal irídio impregnado em alumina é o material mais comum empregado mundialmente para a decomposição catalítica do propelente hidrazina. Tal processo é usado em propulsores que atuam no controle de órbita e de atitude (posição) de satélites que necessitam de controle em três eixos. Os procedimentos de preparação do suporte alumina e de impregnação do metal irídio foram desenvolvidos em anos anteriores, como resultado de pesquisa do Laboratório de Combustão e Propulsão do INPE. Assim, a tecnologia foi desenvolvida e o catalisador de hidrazina foi entregue para carga nos modelos de qualificação dos propulsores do subsistema propulsivo do satélite Amazônia-1. Novos lotes do catalisador começaram a ser preparados para carga dos modelos de voo dos propulsores. A qualificação em voo corresponde ao funcionamento do equipamento no espaço, embarcado em uma missão espacial.

  O satélite Amazônia-1 continua em fase de desenvolvimento de seus subsistemas, havendo, portanto, grande expectativa para o cumprimento da meta. Em 2012 foram preparados e caracterizados lotes de materiais precursores da alumina, bem como a sua moldagem e caracterização.

- **Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, todos os documentos necessários para a fabricação do modelo de desenvolvimento foram finalizados. Foi realizada também neste período a especificação técnica preliminar do motor. Foi firmado um convênio entre a AEB e uma fundação de apoio para desenvolvimento do propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75), ou seja, para dar sequência à fabricação. Somente depois dos ensaios deste modelo é que se partirá para o modelo de engenharia.

- **Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados**

  Análise Situacional da Meta

  Foi testada a deposição de diamante-CVD em fibras de carbono. Embora a deposição tenha apresentado boa uniformidade, a resistência mecânica destas fibras não ficou boa; a fragilidade mecânica não permitiu formar um fio condutor. Novos estudos foram feitos em fios metálicos de tungstênio. A deposição resultou num diamante-CVD de boa qualidade e com boa uniformidade de deposição sobre toda a superfície dos fios, formando um condutor térmico. Foram feitos experimentos com comprimentos de fios de até 6 centímetros.

  Sob o ponto de vista científico e tecnológico, o caminho a ser seguido em 2013 já está traçado, e consiste na busca de fibras de carbono com maior resistência mecânica e melhor condutividade térmica (fibras do tipo PIXE para substituir as do tipo PAN), bem como continuar a pesquisa em crescimento de diamantes em filamentos e estudar a variação da condutividade térmica com o aumento do diâmetro.

- **Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

  Análise Situacional da Meta

  Este projeto não evoluiu nos últimos anos. A próxima etapa é a realização da Revisão de Requisitos de Sistema (SRR). Aguarda-se a sinalização de que haverá recursos para o VLS Alfa, bem como definição do parceiro estrangeiro, antes de prosseguir com a SRR.

- **Lançar dois microssatélites**

  Análise Situacional da Meta

  O primeiro microssatélite (ITASAT) vem cumprindo o cronograma de desenvolvimento estabelecido inicialmente, e tem previsão de lançamento em 2014. Ele terá contribuições das várias instituições participantes, tais como controle de altitude, transponder, entre outras. O desenvolvimento encontra-se na Fase C, que será concluída com a Revisão Crítica do Projeto (CDR). A fabricação, integração e testes terão início ainda em 2013, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2014. Os recursos previstos para o segundo microssatélite serão empregados numa missão similar, podendo ou não utilizar a plataforma do ITASAT.

  O segundo satélite era originalmente antevisto como uma contribuição para a continuidade do Sistema de Coleta de Dados, e seria desenvolvido em colaboração com a Agência Nacional de Águas (ANA). Após estudo de análise de missão ao longo do segundo semestre de 2012, conclui-se que a solução demandada pela ANA não pode ser satisfeita por um microssatélite, devendo exigir desenvolvimento a partir de uma plataforma de maior porte.

- **Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi realizada a contratação do modelo de engenharia do Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA). Ainda neste período foi realizado o experimento Shefex 2 (“Sharp Edge Flight Experiment”) que é parte de um importante Programa alemão de desenvolvimento de tecnologia de voos hipersônicos e de reentrada atmosférica, e teve como objetivos testar novos materiais e tipos de proteção térmica necessários para operação nessas condições, incluindo placas de carbeto de silício, desenvolvidas no IAE, a serem utilizadas na estrutura do SARA. O módulo mecânico está qualificado e os itens eletrônicos foram entregues pelas empresas Cenic e Mectron. No ano de 2012, após tentativa frustrada de contratação por meio do Grupamento de Infraestrutura e Apoio (GIA-SJ), foi dado início ao processo de

contratação do Banco de Controle do SARA com apoio da AEB, que é necessário para teste e integração de módulos elétricos, essenciais à fase de lançamento. Com a conclusão do desenvolvimento desse Banco, espera-se realizar o lançamento do Sara suborbital em fins de 2013.

- **Lançar quatro picossatélites**

  Análise Situacional da Meta

  A AEB apoia no momento projetos de satélites de pequeno porte no Centro Regional Sul (CRS/INPE, Santa Maria), no Centro Regional do Nordeste (CRN/INPE, Natal), e na Universidade de São Paulo (USP/LSITEC). Esta última instituição está responsável por dois satélites da classe pico. O satélite sob a responsabilidade do Centro Regional Sul (NANOSATC-BR1) está na fase de integração e testes, com possibilidade de lançamento ainda em 2013, aguardando apenas vaga em carona de alguma campanha internacional de lançamento. O satélite sob a responsabilidade do Centro Regional do Nordeste (CONASAT) está na fase B, que será concluída com a Revisão Preliminar de Projeto (PDR), com lançamento previsto para 2016. O primeiro picossatélite, cuja pesquisa é conduzida pelo LSITEC (USP), está na fase D, produção e qualificação, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2014, porém está condicionado a uma campanha internacional de lançamento. O segundo picossatélite de responsabilidade do LSITEC (USP), que visa desenvolver uma plataforma brasileira multimissão, está com o subsistema estrutural finalizado, com previsão de integração e testes da plataforma em maio de 2014.

- **Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi plenamente cumprida com a importante atuação de estudantes. O lubrificante sólido correspondeu adequadamente às expectativas, com coeficiente de atrito reduzido em ambiente de vácuo. O produto desenvolvido foi submetido a teste e a aprovação foi asseverada pela empresa Fibraforte Ltda, que procedeu deposições em 96 peças para a Plataforma Multi-Missão (PMM). A tecnologia de deposição foi aprovada por esta empresa e o produto foi totalmente qualificado para voo. Atualmente, investigam-se ações que possam aperfeiçoar ainda mais o bom funcionamento do produto desenvolvido, por meio de estudo de lubrificantes sólidos com nano partículas incorporadas.

- **Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O termo "operacional e caracterizado" corresponde aos ensaios funcionais de um modelo ou protótipo em um ambiente terrestre. O reator de corrosão profunda, para o microgiroscópio de silício, foi levado para dentro do laboratório de micro fabricação e a sua instalação definitiva ainda depende de instalação do sistema de aquecimento de gases condensáveis. As linhas de gás foram completadas e o forno para solda anódica foi recuperado e tornado operacional. Os demais equipamentos e processos do laboratório ainda não estão operacionais. O principal motivo foi o tempo consumido na manutenção da infraestrutura, envolvendo os sistemas de ar comprimido e ar condicionado, que ocasionou frequentes paradas para manutenção dos equipamentos. A compra e instalação do software de simulação, assim como de outros materiais e componentes, não foram realizadas por entraves legais, esperando-se que este obstáculo seja superado em breve.

- **Motor iônico qualificado**

  Análise Situacional da Meta

  A meta está com andamento adequado no propósito de caracterização de catodos ocos para propulsores iônicos. Os esforços foram dedicados à implementação de aparatos experimentais e diagnósticos para caracterização de catodos ocos e seus componentes, bem como realização de testes de caracterização de aquecedores e das descargas de catodos ocos, destacando-se as seguintes principais ações: montagem da câmara de vácuo para testes de catodos ocos, implementação de sistema de aquisição de dados com instrumentos virtuais, implementação de sistema de caracterização de aquecedores e insertos de catodos ocos, caracterização de aquecedores redundantes de catodos ocos, implementação de sondas eletrostáticas para caracterização de feixe iônico e descargas de catodos ocos, implementação

de software para automação de sondas eletrostáticas, caracterização de catodos ocos empregando sonda de Langmuir.
Os testes com os aquecedores de catodos revelaram que a limitação atual no projeto está no material utilizado na confecção destes. Os materiais disponíveis apresentam um baixo valor de condutividade térmica, o que resulta em um consumo elevado de potência de aquecimento. O material a ser utilizado deverá ser importado em 2013. As fontes de tensão utilizadas nas sondas eletrostáticas apresentam um elevado valor de corrente espúria, a qual pode resultar em discrepâncias nos valores medidos dos parâmetros de plasma. Tal efeito está sob investigação, de forma a minimizá-lo.
O projeto final do modelo de qualificação de propulsor iônico está dependendo apenas da qualificação completa dos catodos ocos já que estes são os responsáveis pela geração de plasma e neutralização do feixe iônico de forma eficiente e confiável. A qualificação corresponde a testar um modelo ou protótipo em um ambiente que simule as condições do espaço.

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo cumprido, destacando-se os avanços nos trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que levou à criação da empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., fruto de uma parceria entre a estatal Telebrás e a Embraer. Os estudos para a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, como estabelecido no Decreto nº 7769/2011, foram completados ainda em novembro de 2012, com o subsequente envio para a Telebrás do Termo de Referência para a contratação do satélite. O projeto trará grandes contribuições para as comunicações seguras de caráter civil e militar, bem como auxiliará a promover outras políticas governamentais relacionadas com a inclusão digital. Aliado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE prepara um plano de expansão para atender às futuras necessidades nacionais em satélites geoestacionários.
Destacam-se também os avanços no desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-3) e do satélite Amazônia-1, conseguidos a despeito das dificuldades técnicas encontradas ao longo do ano. Ambos contribuirão para a ampliação da capacidade do país de observação do território nacional e de outras regiões da Terra de forma autônoma, bem como o aumento da capacitação tecnológica e de inovação da indústria nacional.
Destaca-se ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, que já se encontra em fase inicial de operação, devendo sua infraestrutura estar concluída em 2013.
Para 2013, espera-se que já seja firmado o contrato para o desenvolvimento do SGDC e lançado o satélite CBERS-3. Na revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para o período de 2012-2021, houve a decisão de postergar o início efetivo do desenvolvimento do satélite radar, visto que não existe no momento uma capacidade instalada de pessoal para dar início ao desenvolvimento formal do projeto.

Metas 2012-2015

- **Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB)**

  Análise Situacional da Meta

  A AEB, juntamente com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Telebras e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), elaborou o Termo de Referência e os anexos técnicos e de planejamento para a contratação da empresa Visiona, que será responsável pela contratação do SGDC no exterior. Coube especificamente à AEB a elaboração do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, nos termos do Decreto nº 7769/2011. O contrato para o desenvolvimento do satélite deverá ser firmado em 2013.

- **Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar**

Análise Situacional da Meta

Na revisão, realizada em 2011/2012, do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para o período de 2012-2021, decidiu-se que a meta deverá será transferida para o próximo PPA. Os recursos alocados em 2013 poderão ser utilizados para estudos preliminares, mas não para o início formal do processo de desenvolvimento deste satélite.

- **Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013**

Análise Situacional da Meta

A implantação consiste na instalação e colocação em operação dos instrumentos: rede de receptores do Sistema de Posicionamento Global (GPS), rede de magnetômetros, sistema monitor de GIC (corrente geomagneticamente induzida), sistema magnetotelúrico, sondadores ionosféricos, banco de dados e sistema de visualização e distribuição de dados. Além dos sensores, é planejada a finalização de implantação do Centro de Operação em São José dos Campos com sala de previsão e sala de situação completamente operacionais.

Destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2012: (1) instalação inicial de Centro de Informação e Previsão do Clima Espacial (Embrace: Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial); (2) instalações de novos sensores do clima espacial; (3) pleno funcionamento de sistema de banco de dados, e; (4) o progresso na divulgação de informações e dados do clima espacial (site web), porém faltando estabelecer o sistema de monitoramento dos sensores e banco de dados.

Estão planejadas as seguintes ações para 2013:

(1) Instalação de outros instrumentos de interesse do programa Embrace, tais como ionossondas, magnetômetros e imageadores. Realização da coleta e arquivamento dos dados, e disseminação das informações.

(2) Operacionalização do Centro do Clima Espacial em São José dos Campos, com sala de previsão e sala de situação, estabelecendo o grupo de operação do sistema.

(3) Publicação de documentos de pesquisa e desenvolvimento de modelos e cenários voltados para o clima espacial, divulgação de diagnósticos e prognósticos do clima espacial.

(4) Coordenação com o programa de satélites científicos de interesse ao clima espacial e ionosfera.

As próximas atividades compreenderão, majoritariamente, a definição das diretrizes científicas e/ou tecnológicas para os projetos de implementação dos diferentes sistemas de monitoramento. Diariamente são publicadas informações relevantes sobre as condições do tempo no espaço que podem causar danos aos sistemas energéticos, aos sistemas de comunicação e aos satélites.

Um dos desafios para a execução desta meta é a necessidade de processos licitatórios internacionais.

- **Lançar quatro satélites**

Análise Situacional da Meta

A meta original compreendia o lançamento, no período 2012-2015, dos satélites CBERS-3, CBERS-4, Amazônia-1, Amazônia-1B. Esses sistemas espaciais continuam em desenvolvimento e fabricação, sendo que os satélites CBERS-3 e 4 têm previsão de serem lançados em 2013 e 2014, respectivamente, enquanto que o satélite Amazônia-1 está previsto para 2015 e o Amazônia-1B, para 2017. A depender dos contratos industriais a serem firmados para completar o desenvolvimento do Amazônia-1, seu lançamento poderá passar para 2016.

O CBERS-3 foi integrado e encerrou 2012 em fase de testes complementares em virtude de falhas apresentadas em alguns componentes eletrônicos adquiridos fora do país. Seu lançamento está programado para maio-junho de 2013. Quanto ao CBERS-4, os equipamentos de voo já estão em fase final de testes, sendo que a fase de integração do satélite foi iniciada ao final de 2012, devendo prosseguir ao longo de 2013 e 2014.

Os testes dinâmicos do modelo estrutural (SM) do Amazônia-1 foram concluídos, assim como a qualificação de alguns de seus equipamentos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da meta, foi realizado um estudo sobre as necessidades de expansão e capacitação do LIT para realização de testes de satélites geoestacionários. Os estudos concluíram pela necessidade de expandir o Laboratório em mais 10.000 metros quadrados, avaliados em torno de R$ 180 milhões, e de contratar mais 50 servidores ao longo de 5 anos. Para tanto, há necessidade de se definirem as fontes de financiamento. As capacitações deverão ocorrer nas áreas de integração, vibração, componentes, metrologia, EMI/EMC (interferência e compatibilidade eletromagnética) e infraestrutura geral. Para 2013, deverá ser elaborado o projeto executivo das obras, com vistas ao posterior processo de licitação e execução.

O LIT realizou também testes dos subsistemas dos satélites CBERS-3 e 4 e participou dos testes ambientais, na China, do primeiro satélite, por meio de sua equipe de montagem, integração e testes. Foram também realizados testes e medidas físicas da campanha internacional do satélite de telecomunicações argentino ARSAT (maior satélite já testado no Brasil, e o primeiro na área de telecomunicações), bem como foi implantado um conjunto de calibração para capacitar o LIT em calibrar sensores para ensaios acústicos de satélites de grande porte.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	06/02/2013	24
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT	ci/ano	31/12/2010	14.330	04/04/2013	17.656
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	31/12/2012	64,9

Observações:

Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - O valor de referência, correspondente a 85 criações, foi apurado considerando-se todo o período do PPA anterior, ou seja, de 2008 a 2011. Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT - Fonte: Relatório de Gestão CNEN 2012.

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia planejada para o alcance deste objetivo vem sendo implementada de acordo com o programa de trabalho previsto. No que se refere à implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, foi iniciada a etapa de elaboração do projeto básico do empreendimento, que deverá estar concluído ao final de 2013. Em seguida será realizada a contratação de empresa de engenharia para a elaboração do projeto detalhado, com conclusão prevista para 2014. A estimativa atual é a de se iniciar a construção do empreendimento no ano de 2015, quando então serão necessários recursos complementares, além dos previstos no atual PPA, a fim de possibilitar a conclusão do projeto até o ano de 2017. No que se refere ao aumento da produção atual de radiofármacos para medicina, o governo vem investindo na ampliação das unidades de produção da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), de forma a atender ao crescimento progressivo da demanda por esses insumos, que são parcialmente produzidos no país e parcialmente importados. Nesse sentido, foi assinado um termo de cooperação com o Ministério da Saúde que possibilitou o aporte de recursos adicionais para essas atividades, da ordem de R$ 25 milhões, a serem aplicados na adequação das instalações de produção.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana**

  Análise Situacional da Meta

  Na área de medicina nuclear, foi ampliada a produção de radioisótopos para aplicações médicas visando o atendimento da demanda por radiofármacos utilizados para radio-diagnósticos, inclusive no que se refere aos novos produtos, com tempo de vida curto, que possibilitam a realização do exame Tomografia por Emissão de Pósitrons - PET. Essas substâncias são utilizadas para diagnóstico e tratamento das doenças mais agudas, como neoplasias e doenças cardiocirculatórias. Estima-se que aproximadamente dois milhões de procedimentos de medicina nuclear foram executados em pacientes da rede de saúde pública e privada do país em 2012.

  Quantidade alcançada

  404

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A implantação do empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009, encontra-se na fase de elaboração do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura e contratação do projeto básico dos itens e sistemas nucleares.

No ano de 2012, foi contratada a elaboração do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura do Empreendimento. O contrato tem valor de R$ 20 milhões e atende ao Convênio Finep-CNEN-Redetec nº 01.10.0704.00, que utiliza recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Iniciou-se a contratação do projeto básico dos itens e sistemas nucleares do RMB, o que representa o cumprimento, pelo lado brasileiro, do Acordo de Cooperação Brasil-Argentina, no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (Coben), assinado em 31 de janeiro de 2011, tendo seu valor orçado em US$ 12,6 milhões. Também foi iniciada a elaboração do estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), etapa inicial necessária ao licenciamento ambiental do Empreendimento RMB, como também a elaboração do relatório de local para obtenção de licença de local, instrumento legal exigido pelo órgão regulador nuclear da CNEN.

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear permitirá a nacionalização de todas as etapas do ciclo e proporcionará o domínio em escala industrial de tecnologias estratégicas de uma fonte energética relevante para autonomia do país nesta área. Além disso, permitirá a economia de divisas, visto que hoje todo o serviço de conversão e a quase totalidade do serviço de enriquecimento é feita no exterior, sem contar com a importação de 50% das necessidades de concentrado de urânio, esta devido ao aumento da demanda derivada do núcleo da usina de Angra 3.

Os aspectos acima beneficiam a sociedade como um todo, seja no efeito na balança comercial, seja na oferta de energia com regularidade e previsibilidade.

Para atender a este objetivo, a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) desenvolve atividades produtivas e de implantação de projetos em vários pontos do território nacional.

1. Produção do combustível

Na atividade de fabricação do combustível nuclear, em Resende/RJ, em 2012, foram fabricados 62 elementos combustíveis (ECs), sendo 9 ECs para a 9ª recarga e 13 ECs para a 10ª recarga de Angra 2, e 40 ECs para a 19ª recarga de Angra 1. Foram entregues ainda 56 ECs para a 9ª recarga de Angra 2 e 40 para a 19ª recarga de Angra 1, totalizando 96 ECs entregues. A quantidade de ECs entregues correspondeu à prevista para o exercício, representando o atendimento a duas recargas/ano e ao total da demanda nacional.

Na unidade de Caetité/BA, foram produzidas 382,7 t de concentrado de urânio (U_3O_8) em 2012, representando 95% da capacidade nominal da unidade. Foram adquiridas no exterior 380 t de U_3O_8, destinadas, principalmente, ao núcleo da usina de Angra 3.

Ainda em relação à atividade de produção, como resultado da operação das 4 cascatas do módulo I da Usina de Enriquecimento de Urânio, em Resende/RJ, foram enriquecidos, em 2012, 8.208 kg de unidades de trabalho separativo (UTS), somando, desde abril de 2009 até o final de outubro de 2012, 24.146 kg UTS ou 4.379 kg de urânio enriquecido.

Para o exercício de 2013, está prevista a fabricação e entrega da 20ª recarga de Angra 1, com 40 ECs; e da 10ª recarga de Angra 2, com 56 ECs, e a fabricação da 1ª região do núcleo de Angra 3, com 69 ECs, bem como a produção de 400 t

U3O8 na Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA e de 25 t UTS/ano de urânio enriquecido, na Usina de Enriquecimento de Urânio.

2. Projetos para expandir a capacidade de atender à demanda nacional por combustível nuclear

2.1. Implantação da Usina de Enriquecimento com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI)

Foi inaugurada a cascata 4 em 2012, complementando o módulo I. O módulo I em total operação corresponde a uma capacidade nominal instalada de produção de 17.500 kg UTS/ano, representando cerca de 21% da necessidade de recarga de Angra 1. Como a cascata 4 entrou em operação em novembro de 2012, a capacidade de produção foi de 13.333 kg UTS, correspondendo a aproximadamente 15% da demanda de recarga de Angra 1.

Uma das limitações que impactam o ritmo de implantação da Usina de Enriquecimento é que, atualmente, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) não produz a quantidade de centrífugas em ritmo que possa atender às necessidades da INB. Essa limitação será superada com a implantação da UTSI até 2016.

Para o exercício de 2013, está prevista a conclusão dos testes funcionais/comissionamento da cascata 5 e a contratação e elaboração do projeto básico do Módulo FCN da UTSI e do projeto executivo do Módulo Aramar da UTSI.

2.2. Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA

Está em fase de revisão a especificação para contratação da implantação e operação da lavra subterrânea na atual mina em exploração em Caetité. Em relação à ampliação da planta química, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar o edital de licitação para contratação de empresa para execução do projeto básico de duplicação da planta de produção de urânio da Unidade de Concentrado de Urânio de Caetité. O projeto básico subsidiará os demais processos de contratação, tais como de infraestrutura adicional e montagem eletromecânica. Em ambas as situações, não houve eventos físicos e financeiros para o exercício.

A efetiva implementação da ampliação da unidade, prevista para 2017, depende dos licenciamentos ambiental e nuclear.

Uma vez implantada, a unidade passará a ter uma capacidade nominal de 800 t de U3O8 por ano, permitindo o atendimento integral da demanda nacional de concentrado de urânio.

Para o exercício de 2013, está prevista a continuidade da implantação da operação da lavra subterrânea e o licenciamento e licitação do projeto básico de duplicação da planta química.

2.3. Ampliação do Parque Industrial de Resende

Foi assinado contrato com a Areva GmbH, no valor de R$ 12 milhões, para compra de 2 equipamentos de soldagem de vareta combustível, com prazo final de entrega em maio de 2014.

2.4. Outros projetos

As demais ações que envolvem projetos que integram este objetivo, por estarem em fase inicial, enfrentam dificuldades naturais dessa fase, especialmente por se tratarem, em algumas delas, de desenvolvimento / absorção de novas tecnologias, visando a consolidação em escala industrial do domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear. São exemplos típicos dessa situação as implantações da Fábrica de Conversão de Urânio e da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende/RJ.

Em relação à Fábrica de Conversão, a realização da ação está sendo limitada pela alta complexidade técnica, pela ausência de informações tecnológicas de eficiência comprovada (nacionais e internacionais) e pela dificuldade de identificação de empresa de engenharia nacional com experiência em projetos similares.

Relativamente à implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados, a execução depende da concretização de Acordo de Cooperação Técnica entre a INB e a empresa argentina Conuar, no âmbito do Acordo Bilateral Brasil-Argentina, que se encontra em fase final de negociação.

Em relação ao descomissionamento das unidades mínero-industriais, na unidade de Caldas/MG, estão sendo adquiridos

20.000 tambores metálicos e 5.000 paletes para reentamboramento de 6.600 t de tora II, que se encontram armazenadas em galpões.

Metas 2012-2015

- **Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Na atividade de fabricação do combustível nuclear, em Resende/RJ, em 2012, foram fabricados 62 elementos combustíveis (ECs), sendo 9 ECs para a 9ª recarga e 13 ECs para a 10ª recarga de Angra 2, e 40 ECs para a 19ª recarga de Angra 1. Foram entregues ainda 56 ECs para a 9ª recarga de Angra 2 e 40 para a 19ª recarga de Angra 1, totalizando 96 ECs entregues. A quantidade de ECs entregues correspondeu à prevista para o exercício, representando o atendimento a duas recargas/ano e ao total da demanda nacional.

Na unidade de Caetité/BA, foram produzidas 382,7 t de concentrado de urânio (U3O8) em 2012, representando 95% da capacidade nominal da unidade. Foram adquiridas no exterior 380 t de U3O8, destinadas, principalmente, ao núcleo da usina de Angra 3.

Ainda em relação à atividade de produção, como resultado da operação das 4 cascatas do módulo I da Usina de Enriquecimento de Urânio, em Resende/RJ, foram enriquecidos, em 2012, 8.208 kg de unidades de trabalho separativo (UTS), somando, desde abril de 2009 até o final de outubro de 2012, 24.146 kg UTS ou 4.379 kg de urânio enriquecido.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	100	31/12/2012

- **Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I**

Análise Situacional da Meta

Embora tenha-se alcançado progresso físico de 58,56% em relação à conclusão da 1ª etapa de implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, a capacidade instalada de enriquecimento em 2012 atingiu cerca de 21% das necessidades de Angra 1, correspondente a 17.500 kg UTS/ano. Ao final de 2013, prevê-se atingir 30% dessa necessidade. Considerando-se a meta fixada para o período 2012-2015 de 35% da demanda de urânio enriquecido para Angra 1, podemos afirmar que foi alcançado em torno de 60% desta meta.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	35	%	21	31/12/2012

- **Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Análise Situacional da Meta

A UTSI foi concebida com dois módulos, denominados Módulo Aramar e Módulo FCN. O Módulo Aramar, primeiro a ser implementado, será instalado em terreno cedido pelo CTMSP à INB, no Centro Experimental de Aramar (CEA), em Iperó/SP. O Módulo FCN será implantado no sítio da Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende/RJ.

A implementação do Módulo Aramar aguarda a contratação dos serviços do CTMSP para a elaboração do Projeto Básico que amparará a construção desse módulo. Tal contratação está diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de instrumento de cessão de uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, onde será construído o módulo. Tanto o contrato, referente ao projeto básico, quanto o instrumento de cessão de uso aguardam avaliação

administrativa.

Portanto, a meta não pôde ser iniciada durante o ano de 2012 mas, tendo em vista as ações que estão sendo tomadas pelo CTMSP, espera-se que até junho de 2013 tenham sido assinados o instrumento de cessão de uso de terreno e o contrato referente ao projeto básico.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**

Análise Situacional da Meta

Para execução da meta são necessários estudos específicos e elaboração de termos de referência que nortearão as aquisições e dimensionamento das instalações e equipamentos. Encontram-se em elaboração os termos de referência para contratação dos estudos necessários. Devido à complexidade do processo industrial e de sua singularidade, estão sendo feitas negociações com parceiros internacionais para assessoria na definição das características dos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados serviços de engenharia e consultoria para análises de características de local, sondagem e topografia de terrenos de forma a propiciar a revisão dos estudos preliminares quanto à escolha de local.

Não foi possível a contratação de serviços de engenharia e consultorias nas áreas de análise de risco industrial, ambiental e nuclear e de engenharia básica, tendo em vista que os demais serviços recém contratados não foram concluídos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) da Unidade de Tratamento de Minérios (UTM/Caldas) já foi analisado pelo Ibama mas encontra-se em análise pela CNEN. Algumas medidas mitigadoras estão sendo executadas até a implantação do Prad - foram gastos cerca de 0,9% do total destinado, da ordem de R$ 480 milhões. Até o ano de 2015, deverá ser alcançado percentual da ordem de 10% do total. A meta é de 40%, porém, devido à complexidade do trabalho será necessário mais tempo para que haja avaliação completa pelos órgãos fiscalizadores. Somente após essa apreciação e aprovação poder-se-ão iniciar as etapas subsequentes do processo. Os dispêndios ocorridos ainda não representaram avanço na quantificação da meta por terem se referido à compra de tambores e paletes sem que o material radiotaivo (torta II: composto resultante do tratamento químico da monazita, contendo urânio e tório) tenha sido reentamborado ainda.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de**

reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Análise Situacional da Meta

As atividades até aqui desenvolvidas visaram à ampliação da capacidade produtiva da fabricação de varetas combustíveis, processo integrante da etapa de montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ. A ampliação da produção de varetas consiste na aquisição de dois equipamentos especiais de soldagem por pressão e resistência elétrica de varetas combustíveis.

Para tal aquisição foi assinado o Contrato CT 2/12/014 com o fornecedor Areva NP GmbH. Devido à complexidade/especificidade dos equipamentos, o período de fabricação desses equipamentos ocorrerá no fabricante (Alemanha) ao longo de 2013, com instalação na unidade do parque industrial de Resende/RJ no 1º semestre de 2014.

Próximos eventos previstos:

- Término da construção no fabricante (Alemanha) - prazo: 30/09/2013.
- Inspeção e aceitação no fabricante (Alemanha) - prazo: 30/11/2013.
- Transporte, instalação e comissionamento na INB (Brasil) - prazo: 30/05/2014.

Embora já tenha sido contratada a fabricação de equipamentos, não houve evolução em termos físicos por se tratarem de equipamentos de grande porte e de alta complexidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**

Análise Situacional da Meta

Encontram-se em fase inicial os trabalhos para a elaboração da documentação técnica (especificações técnicas de projeto / termo de referência) com vistas à realização da licitação para a contratação de empresa para elaboração do projeto básico de ampliação da planta química.

Aguarda-se liberação dos órgãos licenciadores, ambiental e nuclear para se dar início ao processo de contratação de empresa para a execução da lavra subterrânea.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, obteve-se, na Província Uranífera de Lagoa Real/BA, incremento de 6.000 toneladas de urânio (U3O8), devendo-se em 2013 atingir cerca de 12.000 toneladas. Essas 6.000 t de incremento em 2012 equivalem a um aumento de 2,8% nas reservas medidas do país.

Serão executadas novas campanhas de sondagem até 2015, visando o alcance da meta (aproximadamente 64.200 t).

Quantidade alcançada

2,8

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	20	%	2,8	31/12/2012
Região Norte	10	%	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para o atendimento deste objetivo, estão sendo ampliadas as cooperações junto às instituições de ensino por intermédio da concessão de bolsas para formação especializada em áreas de interesse do setor nuclear. Também estão sendo estabelecidas parcerias por intermédio de acordos de mútua cooperação que possibilitem a execução conjunta de atividades de formação especializada em temas de interesse comum.

No ano de 2012, foram criados dois novos cursos de doutorado na área nuclear que necessitarão do apoio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Para 2013, a proposta é a de se retomar a programação original de 2012 em relação ao número de bolsas a serem concedidas. Vale também ressaltar que, em julho de 2012, houve aumento no valor das bolsas, implicando acréscimo nos recursos necessários para 2013.

Ainda no escopo desse objetivo, a CNEN mantém, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), programa voltado especificamente para a concessão de bolsas de iniciação científica destinadas a estudantes tanto do nível médio quanto do nível superior. O número de bolsas concedidas por esse programa em 2013 deve permanecer idêntico ao de 2012, observadas as necessidades orçamentárias.

Metas 2012-2015

- **Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear**

  Análise Situacional da Meta

  A meta vem sendo cumprida dentro do planejado. Sua implementação se dá por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear.

  Os principais indicadores relacionados à execução dessa meta no exercício de 2012 são:

Tipo de bolsa	Total efetivamente pago (R$)	Número de bolsas concedidas*
Mestrado	1.234.950,00	82
Doutorado	1.308.200,00	58
Iniciação científica	273.600,00	60
Total	2.816.750,00	200

  * As bolsas de mestrado são concedidas por no máximo 24 meses; as de doutorado, por no máximo 48 meses.

  As instituições beneficiadas com a concessão de bolsas de mestrado ou doutorado pela CNEN em 2012 foram: CNEN (Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN), Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucelares (Ipen), Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN/NE), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

  Para o exercício de 2013, está prevista a concessão dos seguintes montantes:

Tipo de bolsa	Total efetivamente pago (R$)	Número de bolsas concedidas
Mestrado	1.458.000,00	90
Doutorado	1.920.000,00	80
Iniciação científica	288.000,00	60
Total	3.666.000,00	230

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	132	unidade	19	31/12/2012
Região Sul	11	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento ações de melhoria voltadas para o gerenciamento dos processos de licenciamento das instalações nucleares e radiativas que operam no país. O projeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear encontra-se em tramitação no âmbito do Poder Executivo.

No que se refere às atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas, podem-se destacar, em 2012: a autorização de comissionamento de autoclave de homogeneização da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) - unidade III; a autorização para processamento de 900 kg de pós e pastilhas do UO2 enriquecido até 2,8% de U235 nas instalações da Marinha do Brasil; a prorrogação da Autorização de Operação Inicial (AOI) da primeira cascata de Planta de Demonstração Industrial para enriquecimento de urânio da Marinha do Brasil; a renovação da Autorização de Operação Permanente (AOP) da fábrica de reconversão e pastilhas das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); a aprovação de local do estaleiro para a construção de submarinos nucleares.

Metas 2012-2015

- **Criar a Agência Reguladora Nuclear**

  Análise Situacional da Meta

  O anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) foi concluído e analisado no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, encontra-se em processo de consulta em outras instâncias governamentais, o que se espera ser finalizado no exercício de 2013, para que, após os ajustes e esclarecimentos que se façam necessários, o projeto de criação da ANSN seja encaminhado ao Congresso Nacional.

- **Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto encontra-se em execução, tendo sido obtidos recursos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que serão destinados à contratação de empresas especializadas da área de tecnologia da informação para elaboração de cada uma das etapas do projeto. Houve atraso em relação ao cronograma inicialmente previsto em função da necessidade de se detalhar a formatação de cada um dos editais de licitação a serem utilizados na contratação dos respectivos serviços. A perspectiva é que essas contratações ocorram ao longo do ano de

2013.

- **Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares**

Análise Situacional da Meta

Implantação do sistema em andamento, com ajustes no cronograma previsto em função de alterações nos requisitos técnicos. Para tal, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) participa de projeto de cooperação técnica com a Comunidade Europeia, juntamente com instituições afins de outros países, tais como: Alemanha (GRS), França (IRSN), Espanha (Tecnatom) e Hungria (órgão regulador da Hungria). A empresa brasileira Eletronuclear tem sido convidada a participar dos seminários técnicos realizados no âmbito do projeto.

O projeto compreende a coleta e análise de dados referentes à experiência operacional de plantas nucleares, e os resultados esperados são:

- Proposta de revisão da norma CNEN NN 1.14 - já finalizada e comentada, inclusive na versão em inglês.
- Procedimento preliminar de avaliação de eventos operacionais - também já finalizado e comentado, inclusive na versão em inglês.
- Proposta de indicadores de segurança - também já finalizada e comentada, inclusive na versão em inglês.
- Proposta de metodologia de avaliação de eventos.
- Nova estrutura ou otimização do banco de dados de eventos operacionais de plantas nucleares.

Foram ainda realizados 2 seminários técnicos com duração de uma semana, em Angra dos Reis, de um total de 5 seminários previstos no plano de trabalho. Em 2011, um seminário já havia sido realizado, restando, dessa maneira, dois seminários a serem realizados em 2013 para a conclusão do projeto.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo vem sendo atendido por intermédio do programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvido no âmbito das unidades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), correspondendo a um total de 475 projetos de pesquisa em andamento no exercício.

Apesar de restrições vigentes ao longo do ano, foi possível uma racionalização da aplicação dos recursos de tal forma a não comprometer o desempenho no exercício. Além disso, algumas das atividades de pesquisa contam com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinados principalmente para a melhoria das instalações laboratoriais, o que contribui de forma significativa para a manutenção dos resultados esperados. Além disso, pode-se destacar que, no ano de 2012, foram solicitados pela CNEN nove pedidos de depósitos de patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Metas 2012-2015

- **Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) está sendo reprogramado em função da necessidade de mudança do local em relação ao inicialmente proposto. Está sendo avaliada a possibilidade de transferir o Laboratório para a mesma área onde está sendo implantado o Reator Multipropósito Brasileiro. Essa solução possibilitará uma localização mais adequada para as instalações do LFN, além de possibilitar a integração e o compartilhamento da infraestrutura física e operacional das duas novas unidades de pesquisa.

Nesse sentido, haverá necessidade de uma reprogramação, tanto física quanto financeira, do cronograma para implementação do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta foi superada. Foram realizadas 471 pesquisas, assim distribuídas: 308 para aplicações na indústria, na agricultura e no meio ambiente; 68 para aplicações na saúde; 90 para reatores e ciclo do combustível; e 5 em gestão de ciência, tecnologia e inovação.

Contabilizando-se os indicadores científicos e tecnológicos gerados pela ação, foram obtidos ainda os seguintes resultados em 2012:

• Criação intelectual = 53

• Artigos publicados em periódicos indexados nacionais = 27

• Artigos publicados em periódicos indexados internacionais = 215

• Trabalhos em congressos nacionais = 115

• Trabalhos em congressos internacionais = 145

Quantidade alcançada

471

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	15	unidade	15	31/12/2012
Região Sudeste	430	unidade	451	31/12/2012

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi definida a solução de se construir um repositório nacional de rejeitos de baixa e média atividade. Os aspectos conceituais e as características técnicas do repositório estão sendo definidas para em seguida buscar-se o equacionamento quanto às alternativas de local para a construção das instalações.

O escopo do projeto consiste em: levantamento do inventário de rejeitos atual e futuro; seleção do local; aceitação pública; projeto conceitual; licenciamento ambiental e nuclear; projeto básico; projeto executivo; construção; comissionamento; startup e operação.

Dessa forma, são beneficiários do projeto, em termos gerais, a sociedade e o meio ambiente, que têm garantida a sua segurança relativa por meio da segregação e guarda dos rejeitos em local apropriado pelo período necessário para o seu decaimento a níveis seguros.

Conceitualmente, além das áreas para a deposição dos rejeitos e das instalações para o apoio operacional, o repositório abrigará também instalações para atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para temas da instalação e áreas correlatas. Foi prevista a capacidade de armazenamento de 60.000 m³ de rejeitos radioativos durante seu período de operação planejado para 60 anos, dentro do conceito das barreiras múltiplas, numa área total de aproximadamente 22 ha, cumprindo todas as exigências técnicas e legais, armazenando-os de modo seguro dos pontos de vista ambiental, radiológico e físico. Cabe destacar que esse volume de rejeitos radioativos foi baseado no cenário atual de geração previsto no planejamento energético do governo federal e no Programa Nuclear Brasileiro.

Metas 2012-2015

- **Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Meta revista em função do novo cronograma proposto para implantação do repositório.

O projeto para o repositório de rejeitos teve início em meados de 2008. A implantação do projeto evoluiu desde então até a etapa de seleção do local, a qual é primordial para executar as tarefas seguintes de projeto, licenciamento e construção.

A seleção do local se encontra na dependência de decisões do governo, uma vez que ela requer ações políticas e definição de compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. Foi levantada a seleção de municípios potenciais convenientes através de estudos de geoprocessamento.

Foram também adiantadas as etapas de inventário, estrutura de gestão do projeto, sistema de garantia da qualidade, termo de referência para licenciamento ambiental, estrutura analítica do projeto conceitual e estratégia político-social para seleção do local.

A realização dessas etapas pode ser estimada como o cumprimento de 10 a 12% de todas as atividades do cronograma do projeto desde o seu início.

Cabe destacar como atividades de 2012 no Projeto RBMN a elaboração da metodologia para confirmar o inventário atual e prever a geração futura dos rejeitos radioativos a serem armazenados no repositório; o desenvolvimento do sistema de gestão e garantia da qualidade; a preparação do termo de referência para licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o estabelecimento do conceito do repositório; a elaboração da estrutura analítica do sistema projeto conceitual; a definição preliminar dos critérios de aceitação de rejeitos; e o detalhamento das atividades para execução dos projetos básico e executivo.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Realizado o Exercício Parcial de Emergência Nuclear da Eletronuclear nas usinas de Angra 1 e 2, e das Indústrias Nucleares do Brasil na Fábrica de Combustível Nuclear, bem como dez exercícios de comunicação de emergências nucleares. Percebeu-se com esse Exercício a necessidade de se melhorar os equipamentos de comunicação.

Foi mantido o sistema de prontidão para atendimento a situações de emergências radiológicas.

No próximo ano serão realizados dois Exercícios Gerais de Emergência Nuclear nas usinas de Angra 1 e 2 e na Fábrica de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país**

Análise Situacional da Meta

Foram assinados três termos de cooperação visando o aprimoramento dos exercícios de emergência, a saber: Colégio

Naval (Marinha do Brasil); Comando do 1º Distrito Naval (Marinha do Brasil); e Comando de Operações Terrestres (Exército Brasileiro).

- **Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)**

Análise Situacional da Meta

Na área da modernização da infraestrutura, foram adquiridos sistemas de transmissão de imagens e de voz que foram instalados no Centro de Segurança Institucional do Gabinete de Segurança Institucional, onde estão funcionando provisoriamente as instalações do Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (Cnagen).

Serão revistas três normas do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) na área da modernização dos procedimentos em 2013.

O Cnagen encontra-se em fase de definição do local em que será instalado em caráter definitivo, dentro da estrutura física da Presidência da República.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2012	1
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:1.000.000	%	31/12/2010	10	31/12/2010	10
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:250.000	%	31/12/2010	3	31/12/2010	3
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0	31/12/2012	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	07/02/2013	321
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	07/02/2013	920
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60	01/06/2011	60

Observações:

Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar - O valor apurado para 2012 baseia-se em estimativa calculada a partir da taxa média de crescimento no número de pós-graduados observada no período 2004-2009 (16,5% para mestres e 5,1% para doutores).

Número de graduados anualmente em Ciências do Mar - O valor apurado para 2012 baseia-se em estimativa calculada a partir da taxa média de crescimento no número de graduados observada no período 2006-2011 (9,2%).

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Está em curso a elaboração da minuta de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos após reformulação do Comitê de Ciência do Mar – CCM, órgão de assessoramento ao MCTI com este mandato. Além disso, está em trâmite a contratação de consultores para compor grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos basilares que culminarão no Planejamento de criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) ainda em 2013. Sobre o Instituto, foi realizada em 2012, Audiência Pública no Senado Federal para debater sua criação. Está sendo debatido o modelo de gestão a ser empregado junto a instâncias governamentais pertinentes. Foram feitas consultas às Pastas interessadas e foi alterado o nome provável para Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Discutiu-se a estrutura prévia do Instituto, incluindo sua descentralização regional e por temas como Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, por exemplo.

Metas 2012-2015

- **Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Comitê de Ciência do Mar – CCM, foi constituída Força Tarefa que minutará a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos. A análise do Comitê é prevista para o primeiro semestre de 2013. Após este trabalho, espera-se obter sua aprovação e publicação.

- **Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO)**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas reuniões de trabalho com as instituições copartícipes para a criação do INPOH, sob a coordenação da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, houve reunião com representantes da academia, na qual se discutiu a estratégia de criação do Instituto. Também realizou-se audiência pública no Senado Federal.

  Está em trâmite a contratação de consultores para compor grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos basilares que culminarão no Planejamento Estratégico para criação do INPOH ainda em 2013.

- **Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos até 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O Instituto está em fase de criação e implantação. Em 2013, será dado início ao processo de identificação e busca de recursos materiais, humanos e financeiros para a implementação do INPOH.

  Foi realizada Audiência Pública no Senado Federal para debater a criação do Instituto. Está sendo debatido o modelo de gestão a ser empregado junto a instâncias governamentais pertinentes, Foram consultadas as Pastas interessadas e foi alterado o nome provável para Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Discutiu-se a estrutura prévia do INPOH incluindo sua descentralização regional e por temas como Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, por exemplo. Para 2013, aguardam-se as decisões quanto à aprovação de sua implantação.

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A implementação deste objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Nas ilhas oceânicas, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São

Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade – PROTRINDADE, foram conduzidas dez expedições científicas à Ilha da Trindade, envolvendo a participação de 82 pesquisadores, o que permitiu o desenvolvimento dos estudos daquele local e da área marítima adjacente. Notadamente no campo da meteorologia, após a conclusão da modernização e a ampliação da Estação Meteorológica da Ilha da Trindade (EMIT), operada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha desde 1957 e integrante da Rede da Organização Meteorológica Mundial, por meio do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), esta estação aumentou sua importância como posto de sondagem do ar superior no Atlântico Sul, cujas informações são imprescindíveis para a segurança do tráfego aéreo comercial. Além disso, é fonte de dados essenciais para a previsão meteorológica e os estudos do clima.

Nesse contexto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) instalou na Ilha da Trindade uma Estação Meteomaregráfica automatizada (marégrafo radar), que permitirá o acompanhamento de dados climatológicos locais em tempo real, contribuindo para as previsões meteorológicas do continente, em virtude de sua posição de observação privilegiada no Atlântico Sul.

A respeito do Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO), registra-se a assinatura de um Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), tendo por objeto o apoio à pesquisa científica e a manutenção operacional da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e à disponibilização dos instrumentos necessários à realização de estudos de alto nível no âmbito do PROARQUIPÉLAGO. Trata-se de um importante instrumento que possibilitará grandes avanços, com especial destaque para a aquisição de um veículo submarino não tripulado (ROV) e a implantação de um Plano de Gestão Ambiental específico para a região do ASPSP. Além disso, foi instalado na Ilha Belmonte, principal ilha do arquipélago, uma estação sismográfica completa que permitirá à Estação Científica, ali construída e mantida pela MB há 13 anos, monitorar os abalos sísmicos registrados naquela remota região, com o suporte técnico da UFRGN, contribuindo com os estudos de sismicidade do litoral Nordeste do Brasil. Ressalta-se a participação de cerca de 90 pesquisadores brasileiros que conduziram 23 projetos de pesquisas, representando um incremento de 27% em relação ao número de pesquisas do ano anterior, tendo sido realizadas 24 expedições científicas, com embarcações contratadas, e 3 comissões logísticas com navios da MB.

Para 2013, no PROTRINDADE prossegue a instalação de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica) na Ilha da Trindade, que permitirá economia de cerca de 90% no consumo de óleo combustível e redução da emissão de CO^2, e no PROARQUIPÉLAGO está previsto o recebimento do ROV e a melhoria dos navios e barcos fretados utilizados no apoio para a realização contínua das pesquisas científicas nas ilhas oceânicas e arredores. Está prevista, também, a criação do Programa de Pesquisas Científicas no Arquipélago de Fernando de Noronha (PRONORONHA), com a instalação de uma estação científica na Ilha de Fernando de Noronha, com apoio da MB e nos mesmos moldes dos programas já existentes, e de uma Agência da Capitania dos Portos de Pernambuco, com o objetivo de aumentar sua presença na região marítima do Arquipélago.

Os principais desafios relacionados à implementação do objetivo se referem à disponibilidade de equipamentos e de pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como à disponibilidade adequada de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi realizado o lançamento da Chamada CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, em que foram contemplados 30 propostas, com o montante previsto de R$ 2.5 milhões. O objetivo da chamada é apoiar

projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.

Para 2013 serão implementados os 30 projetos aprovados no âmbito da Chamada CNPq Nº 39/2012. Por meio desta Chamada, identificou-se uma demanda qualificada, já aprovada no mérito científico, que aguarda disponibilidade orçamentária para aprovação.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

06/02/2013

- **Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano**

Análise Situacional da Meta

A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições, e ocupada, permanentemente por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil. A estação foi ocupada, no mínimo, por três pessoas ininterruptamente durante os 365 dias de 2012 (100% ocupada). Em 2012 foram atendidas 93 pessoas. Para 2013 está prevista a contratação de outras embarcações de apoio que, além de promover melhores condições de conforto, sejam capazes de apoiar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas adjacentes ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo, pois as embarcações hoje empregadas no PROARQUIPÉLAGO não são adequadas ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Na 179ª Sessão Ordinária da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) foi aprovado, pela Resolução nº 6, de 29/11/2011, o VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), a vigorar no quadriênio 2012-2015, que guarda estreita relação com o Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártida do PPA.

O VIII PSRM, ora em tramitação no Governo Federal para aprovação, possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para transformar os recursos da "Amazônia Azul" e da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País. O PSRM é conduzido pela CIRM e se constitui num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), definindo ações voltadas para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos, com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil. As ações do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, criando tecnologia de ponta, novas patentes, empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar. Nesse contexto, está sendo estudada, também, a aderência do PSRM ao Plano de Ação Governamental para a Conservação da Biodiversidade, que está sendo desenvolvido no âmbito do MMA, em parceria com o MP e com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Na área de Biotecnologia de Organismos Marinhos, a Ação Biotecnologia Marinha (BIOMAR), coordenada pelo MCTI, tem como propósito fomentar o aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico dos organismos marinhos existentes nas zonas costeiras e de transição e nas áreas marítimas sob jurisdição e de interesse nacional, com foco no desenvolvimento de conhecimentos, absorção de tecnologias e promoção da inovação, nas áreas de saúde humana, ambiental, agropecuária e industrial. O BIOMAR estuda as diversas formas de vida dos ecossistemas marinhos, que se constituem em recursos importantes para o desenvolvimento de uma ampla variedade de aplicações, principalmente nas áreas de saúde humana (fármacos), ambiental (biocombustível), agropecuária (fertilizantes) e industrial (cosméticos e alimentos). Desde a sua criação, em 2005, foram lançados quatro editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), que implicaram na condução de 23 projetos nessa linha de pesquisa. As atividades do BIOMAR vêm se consolidando gradativamente, o que demonstra interesse do governo, da comunidade científica e da indústria brasileira em participar do desenvolvimento da Biotecnologia da Biodiversidade Marinha que, certamente, será um dos focos principais do avanço tecnológico do País no futuro próximo. Como exemplo, ressalta-se a pesquisa desenvolvida pela Rede Algas e Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) para a obtenção de biocombustível a partir de microalgas no litoral pernambucano.

O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, o REMPLAC, e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, o PROAREA, destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. Nesse contexto, destaca-se a descoberta, no talude continental do Estado do Rio Grande do Sul, da ocorrência de fosforita, um dos componentes essenciais à produção de fertilizantes agrícolas. Está em andamento o projeto COLMEIA, parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao MME, e o Instituto Francês de Pesquisa para Exploração do Mar (IFREMER), com recursos do PAC. O projeto envolve o emprego do navio L'Atalante para realizar atividades de pesquisas na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Está sendo analisada a possibilidade do estabelecimento de uma parceria entre o Brasil e a França, inicialmente com a participação do Instituto de Pesquisa da Marinha e do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira que tem, dentre outros, os seguintes objetivos: instalação de hidrofones na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com transferência de tecnologia para a construção de hidrofones no Brasil e intercâmbio de pessoal. Além disso, está em andamento uma parceria entre a UFRN e a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, empregando navio da MB sediado em Natal, que prevê a realização de levantamento geológico para subsidiar a elaboração de um projeto visando a recuperação da praia de Ponta Negra, RN, devastada por forte erosão.

No que se refere à Área Internacional, em 2012 foram concluídos os levantamentos geológicos e a coleta de material na Elevação do Rio Grande, empregando navios do Grupamento de Navios Hidroceanográficos e navios fretados com recursos do PAC do MME. Os dados coletados subsidiarão a proposta brasileira a ser encaminhada oportunamente à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (International Sea Bed Authority – ISBA), visando possibilitar a exploração de recursos minerais nessa área de elevada significação estratégica. Ressalta-se que pelo ineditismo do processo, existem diversas questões jurídicas e técnicas que estão sendo analisadas.

Foram iniciadas as atividades de pesquisas de sulfetos polimetálicos, na cordilheira mesoatlântica, no Atlântico Central, do paralelo 13 N até o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com a realização de duas comissões, de 35 dias de mar cada, no período de maio a julho/2012, empregando o navio Ocean Stalwart, fretado da empresa CEPEMAR. Foram levantados cerca de 2.000 km lineares da cordilheira, totalizando uma área de mais de 100 mil km², onde foram realizados batimetria multifeixe e magnometria. No mês de novembro, foi realizada mais uma comissão com esse navio, para identificar a ocorrência de fontes hidrotermais. Essa comissão foi interrompida devido a avaria de equipamento e será reiniciada após sua prontificação. Foi realizado, no período de 26 a 30 de novembro, na China, um workshop técnico sobre a adoção do Art. 82 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que versa sobre os pagamentos e contribuições que cabem ao Estado, em decorrência da explotação de recursos não vivos na Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas. O objetivo do evento é preparar um documento técnico para análise da Comissão Jurídica e Técnica da ISBA e posterior encaminhamento para o Conselho. A Delegação brasileira foi composta por representantes do MRE, ANP e CPRM.

Para 2013, no âmbito do BIOMAR, será dado prosseguimento ao fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha, com o estímulo à criação de projetos de pesquisa nessas áreas, bem como na melhoria na formação de Recursos Humanos na área de Ciências do Mar, principalmente no aspecto da experiência embarcada. No âmbito do REMPLAC, estão previstas comissões para pesquisar sulfetos polimetálicos na cadeia meso-oceânica e efetuar levantamentos geológicos nas águas jurisdicionais brasileiras, também empregando navios da Marinha e fretados. Além disso, dentro da parceria Brasil-Japão em Ciências do Mar, está prevista, no período de 13 de abril a 31

de maio de 2013, a vinda do Navio de Pesquisa japonês ¨YOKOSUKA", que realizará mergulhos com seu mini submarino SINKAI 6.500 em águas internacionais e em águas jurisdicionais, contribuindo para a obtenção de informações do REMPLAC e PROAREA e para desenvolver projetos binacionais nas áreas de geologia e biologia. No âmbito do PROAREA, está em análise a contratação do navio L'Atalante, pela CPRM, para realizar atividades do PROAREA/REMPLAC, no 2º semestre de 2013, no contexto de um convênio entre CIRM e IFREMER para o desenvolvimento de atividades relacionadas às ciências do mar. Além disso, o navio "Ocean Stalwart", fretado pela FEMAR e que já realizou três comissões em 2012, será empregado para realizar mais duas comissões, a primeira para completar o trabalho na Elevação do Rio Grande, empregando um equipamento rockdrill e a segunda na cordilheira meso-oceânica próximo ao Arquipélago São Pedro e São Paulo. Cada expedição será de aproximadamente 35 dias de mar.

A manutenção dos programas e ações do PSRM dependem da disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade adequada de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do objetivo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar**

  Análise Situacional da Meta

  Estima-se, com base na taxa média de crescimento do número de graduados em Ciências do Mar entre 2006-2011 (9,2%), que o período letivo de 2012 graduou 920 alunos. O valor real da quantidade alcançada estará disponível possivelmente a partir de maio de 2013, quando a totalidade das Universidades Federais já tiver encerrado o segundo semestre letivo de 2012.

  De acordo com o levantamento anual realizado pelo PPG-Mar, os 40 cursos que se enquadram na definição de Ciências do Mar absorveram 1840 novos alunos em 2008, dos quais se graduaram 842 em 2011, o que implica em uma taxa de sucesso de pouco mais de 45% [(número de formados / número de ingressantes) x 100]. Considerando que em 2012 ingressaram 2121 alunos, mantida a atual taxa de sucesso, seriam formados 954 novos profissionais na área de Ciências do Mar em 2015. A meta definida no PPA 2012-2015 é de 1400 profissionais formados por ano ao final do período, o que representa uma taxa de sucesso de 66% se considerado o número de ingressantes em 2012. Isso significa que o alcance da meta em 2015 exigirá grande esforço de articulação entre as instituições de ensino e o PPG-Mar, uma vez que a taxa de sucesso deverá subir sensivelmente no período.

  Ao final do oitavo ano de atividades do PPG-Mar é possível afirmar que 2012 foi o ano de suas maiores realizações, que propiciaram uma forte inserção na comunidade acadêmica da área de Ciências do Mar. Neste período, além de levar adiante grande parte das atividades programadas, foi realizada a 5° edição do EnCoGrad-Mar, com elevado número de participantes (113) e com uma programação que trouxe temas de significativo interesse dos coordenadores e profissionais deste ramo do conhecimento. A divulgação do diagnóstico atualizado de cursos, programas e grupos de pesquisa da área; as palestras sobre empresas juniores e incubadoras, sobre o Sistema de Modelagem Costeira Brasileira e sobre o INPOH; as oficinas de empreendedorismo; a definição de novos temas para produção de livros didáticos; as mesas redondas sobre biotecnologia e inovação, sobre avaliação e fomento à formação de recursos humanos, e, ainda, sobre os INCTs-Mar, assim como o Workshop dos GTs, além de despertar vivo interesse, integrou o PPG-Mar a outras Ações contempladas pelo VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar.

  Quantidade alcançada

  920

  Data de Referência

  07/02/2013

- **Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente há 17 projetos em andamento no âmbito das redes de pesquisas multidisciplinares (Edital MCT/CNPq/CT

PETRO Nº 39/2009; Edital CT HIDRO/AÇÃO TRANSVERSAL LEI MCT/CNPq Nº 07/2010).

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

06/02/2013

- **Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

Em razão da postergação do período letivo de 2012, a quantidade de pós-graduados no período foi estimada. O número obtido foi de 321 pós-graduados (270 mestres e 51 doutores), estimado a partir da taxa média de crescimento observada no período 2004-2009 (16,5% para mestres e 5,1% para doutores).

Os 28 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar (http://www.cdmb.furg.br/) oferecem 49 cursos, sendo 28 de mestrado e 21 de doutorado. São 14 programas enquadrados na grande área de Ciências Biológicas, seis na de Ciências Exatas e da Terra, um na de Engenharias e ainda um na Multidisciplinar. De acordo com o levantamento anual realizado pelo PPG-Mar, estes 28 programas absorveram 472 novos alunos de mestrado e 182 de doutorado em 2012.

A meta definida no PPA 2012-2015 prevê a titulação de 560 pós-graduados em 2015, o que implica dizer que há necessidade de alcançar uma taxa de sucesso de pouco mais de 85% [(número de formados / número de ingressantes) x 100], caso permaneça o mesmo número de ingressantes (654 em 2012) nos próximos anos. No momento atual a taxa de sucesso é de 49%.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

07/02/2013

- **Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)**

Análise Situacional da Meta

A meta não foi apurada em razão da postergação do término do período letivo de 2012.

Relata-se que até o final de 2012, somente a embarcação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o NPq “Atlântico Sul”, estava em perfeitas condições de uso. As duas embarcações da Universidade Federal do Ceará (UFC), os NPq “UFC”, atualmente no estaleiro, e “Prof. Ícaro Moreira”, em trânsito para a UFC, não realizaram atividades com alunos. Além dessas, a Universidade de São Paulo (USP) possui os navios NPq “Alpha Crucis”, em funcionamento desde dezembro de 2012, e o NPq “Alpha Delphini”, em fase de finalização no estaleiro, com lançamento previsto para o início de março de 2013. Nesse cenário, 46 discentes com apoio do PPG-Mar foram embarcados em 2012, todos eles pela embarcação da Universidade Federal do Rio Grande.

O GT Experiência Embarcada recomenda a construção de quatro (4) a seis (6) embarcações multifuncionais, que teriam a finalidade primeira de atender a formação de recursos humanos na área, em especial no que tange à coleta, observação e análise de dados bióticos e abióticos marinhos, além daqueles relacionados à prospecção pesqueira.

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira. Durante o ano de 2012, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o fundeio de duas boias fixas na região nordeste do País, o que estende a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul, assim como o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira.

Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos Órgãos de previsão e comunidade científica. Neste mesmo ano foram adquiridos 10 flutuadores Argo, que deverão ser lançados ao mar tão logo a Marinha do Brasil os receba. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água, úteis nas previsões meteorológicas e nas pesquisas desenvolvidas pelas universidades. Para 2013, estão previstas a aquisição e modernização de boias e sensores para aumento das redes, aquisição de novos flutuadores Argo e modernização dos equipamentos de coletas das redes de observação.

Os dados coletados são disponibilizados a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuir para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas que afetam o Brasil, bem como auxiliar as operações navais. Além disso, com tais informações a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, coordenado pelo Comitê Executivo para o GOOS/Brasil, está composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);
- Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);
- Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);
- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e
- Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de XBT entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR).

A implementação e manutenção dessas redes dependem da disponibilidade de equipamentos e de pessoal qualificado para a coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do objetivo.

Para o ano de 2013 estão previstos a manutenção das redes de boias, o lançamento de dois ondógrafos da rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, a disponibilização dos dados coletados à comunidade científica, o lançamento de mais 45 dispositivos derivantes e o aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos.

Todas as atividades do GOOS-Brasil envolvem diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes**

de Observação do GOOS/Brasil

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o fundeio de duas boias fixas na Região Nordeste do País, o que estende a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul, assim como o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira. O dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica. Neste mesmo ano foram adquiridos 10 flutuadores Argo, que deverão ser lançados ao mar tão logo a Marinha do Brasil os receba.

Existem, atualmente, 26 Dispositivos Fixos lançados e em funcionamento no mar. Durante o ano de 2013 será efetuada a manutenção das redes de boias e efetuado o lançamento de dois ondógrafos da rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas e a disponibilização dos dados coletados à comunidade científica.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

26/11/2012

- **Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram lançados flutuadores derivantes ao logo da costa brasileira, os quais coletam dados oceanográficos.

Atualmente existem 45 Dispositivos Derivantes lançados e em funcionamento no mar. A perspectiva para 2013 será o lançamento de mais 45 derivadores.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

26/11/2012

- **Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

Atualmente se alcançou a marca de 83% dos Dispositivos Fixos instalados operacionais. Os demais estão em manutenção.

Para 2013, prevê-se o aumento gradual da disponibilidade.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

26/11/2012

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. Durante o exercício de 2012, também foi

concluído o relatório da área Sul, que comporá a nova proposta. Essa proposta, após aprovação da CIRM e devida autorização pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU pelo MRE, responsável pela sua apresentação à CLPC.

A prontificação da nova proposta está prevista para dezembro de 2013.

A condução das atividades do LEPLAC depende da disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Delimitar a Plataforma Continental Brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. Em 2012, foi concluído o relatório da área Sul, que comporá a nova proposta. Essa proposta, após aprovação da CIRM e devida autorização pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU pelo MRE, responsável pelo Objetivo.

  Para 2013, será dada continuidade aos trabalhos de processamento e interpretação dos dados, de modo que a nova proposta esteja pronta em dezembro de 2013.

  Atualmente, avalia-se em 30% o andamento dos trabalhos.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 30 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 2012, a despeito do incêndio ocorrido na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), tiveram continuidade todas as pesquisas programadas, exceto com relação às atividades relacionadas à implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que foram postergadas e deverão ser reiniciadas com a nova estação, cujo projeto contemplará requisitos ambientais que contribuirão para a implantação do SGA e, posteriormente, para a obtenção da certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.

Na Operação Antártica (OPERANTAR) XXXI, iniciada em outubro de 2012, estão sendo desenvolvidos 19 projetos de pesquisa, com a participação de 200 pesquisadores, com o apoio do Navio Polar “Almirante Maximiano”, dedicado exclusivamente para a pesquisa, do Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e do Navio de Socorro Submarino “Felinto Perry”, todos da Marinha do Brasil. Além disso, a comunidade científica nacional tem sólida cooperação na Antártica e buscará incrementar atividades conjuntas com outros programas, durante o tempo de reconstrução da EACF,

como é o caso da “Base Antártica Câmara”, na Ilha Livingston, cedida pela Marinha Argentina para apoiar as pesquisas brasileiras.

Também na OPERANTAR XXXI, estão sendo conduzidas as atividades de desmontagem da antiga Estação, cujo término está previsto para Março/2013, com apoio do NApOc “Ary Rongel” e do NSS “Felinto Perry”. O PROANTAR conta ainda com os voos de apoio da Força Aérea Brasileira e com mais dois navios: o Navio Mercante “Germânia”, afretado pela SECIRM, e o Navio de Transporte de Pessoal e Carga ARA “Bahia San Blas”, cedido pela Marinha Argentina. Serão cerca de 550 (quinhentos e cinquenta) homens e mulheres empregados nesse esforço logístico/operacional. No final de 2012, cerca de 70% da antiga Estação já se encontrava desmontada, com previsão de término para o início deste ano.

Além disso, estão sendo adquiridos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que serão instalados no heliponto da EACF no verão 2012/2013, destinados a apoiar, em terra, o pessoal envolvido na remoção dos escombros e na reconstrução do corpo principal da EACF.

Quanto à nova estação brasileira na Antártica, primeiramente estão sendo definidos, por um grupo de trabalho interministerial, os requisitos operacionais, ambientais, logísticos e legais (termo de referência) para a sua construção, que balizarão um concurso nacional e internacional, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, para a obtenção de um projeto básico, que subsidiará um processo licitatório, nacional e internacional, para escolha dos executores. O início da reconstrução está previsto para o verão de 2013/2014.

No que concerne a eventos internacionais, o Programa promoveu a realização da XXIII Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL) ocorrida no período de 17 a 21 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro.

A RAPAL constitui-se em fórum adequado à discussão e coordenação de assuntos antárticos voltados para o desenvolvimento de ações e políticas de interesse comum aos países latino-americanos. Nesse contexto, representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela discutiram temas científicos, ambientais, educacionais, logísticos e operacionais de relevância para o Sistema do Tratado da Antártica, que também serão considerados pelo Brasil no projeto da nova estação.

Como investimentos para 2013, destacam-se o término da montagem, manutenção e abastecimento dos MAE, bem como das demais instalações, navios de apoio e atividades logística/operacionais do PROANTAR, a fim de dar continuidade ao apoio à pesquisa científica na Antártica, bem como o início do processo de obtenção de um projeto básico, o qual subsidiará um projeto executivo de reconstrução da EACF.

A condução das atividades do PROANTAR dependem da disponibilidade adequada de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da capacidade logística e disponibilidade operacional dos meios da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira. Esses são os principais desafios de implementação do Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema**

  Análise Situacional da Meta

  Em decorrência do acidente ocorrido em 25 de fevereiro de 2012, que destruiu a principal instalação da EACF, não foi possível alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

- **Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA), pelos quais, em 2012, houve a titulação de sete doutores.

Para 2013, há expectativa de formar, pelo menos, mais seis doutores no âmbito do PROANTAR.
Quantidade alcançada

7
Data de Referência

06/02/2013

- **Alcançar o número de 50 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA).

Até a presente data, já foram publicados 68 artigos, superando a meta previamente estabelecida. Espera-se a manutenção desse esforço de publicação.
Quantidade alcançada

68
Data de Referência

06/02/2013

- **Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA), pelos quais foram formados 12 mestres em 2012. Para 2013, há expectativa de formar, pelo menos, mais oito mestres no âmbito do PROANTAR.
Quantidade alcançada

12
Data de Referência

06/02/2013

- **Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%**

Análise Situacional da Meta

Com o incêndio ocorrido em 25 de fevereiro de 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), o prédio principal, onde ficavam a parte habitável e alguns laboratórios de pesquisas, foi completamente destruído. Os demais módulos de pesquisa científicos, que estão localizados de forma isolada, fora da estrutura principal, não foram afetados e estão sendo utilizados em apoio às pesquisas. Por conseguinte, o acidente impactou as pesquisas que eram realizadas com apoio do módulo principal da EACF, o que ocasionou uma redução no percentual de atendimento à pesquisa de 69% (2011) para 49,5% (2012).

Para 2013, está previsto o mesmo nível de atendimento às pesquisas, tendo em vista a disponibilidade e manutenção dos meios de apoio já utilizados (navios e aeronaves), que deverá ser mantida.
Quantidade alcançada

49,5
Data de Referência

30/11/2012

- **Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%**

Análise Situacional da Meta

Com o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e a redução das pesquisas em terra, o Navio Polar “Alte Maximiano” (H-41) foi destinado, exclusivamente, para apoio à pesquisa, bem como foram direcionados, também, projetos para o Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” (H-44). Por consequência, o percentual de dedicação dos navios à pesquisa foi aumentado de 45% (2011) para 64% (2012).

Para 2013, está previsto o mesmo nível de taxa de dedicação dos Navios à pesquisa, tendo em vista a disponibilidade e manutenção dos meios de apoio já utilizados, que deverá ser mantida.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Até o presente momento foram efetuados levantamentos geológicos e geofísicos marinhos (escala 1:100.000) em 132.000 km2 na Elevação do Rio Grande e outros 90 mil km2 na Dorsal Meso Atlântica, totalizando 222 mil km2, o que representa 42,7% da meta final de 520 mil km2. Tais levantamentos envolvem batimetria, gravimetria, magnetometria e sísmica, além de coleta de 20 toneladas de amostras geológicas do assoalho oceânico.

Foram efetuados ainda levantamentos em 35.000 km2 na PCJB - Plataforma Continental Jurídica Brasileira, mais especificamente nas costas dos Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha.

Do ponto de vista da meta física, o quantitativo de área coberta foi atingido. Entretanto, para finalizar o trabalho, é necessária a conclusão, em cada etapa, do Relatório Técnico Final, que consiste de textos descritivos, planilhas com resultados analíticos e mapas faciológicos, contendo as informações econômicas dos depósitos de granulados marinhos. Nesta meta estavam previstos cinco relatórios, dos quais três já foram concluídos, perfazendo 60 % do total programado. A previsão de conclusão dos referidos relatórios é para 30 de setembro de 2013.

Para ambos os empreendimentos citados anteriormente, considerando que a CPRM não dispunha de todo o conhecimento necessário para executá-los exclusivamente com seus próprios recursos físicos e humanos, optou-se pela execução através da contratação da FEMAR - Fundação de Estudos do Mar.

Após três anos de trabalho, a CPRM adquiriu habilidades e conhecimentos necessários para dar continuidade à execução dos levantamentos sem apoio técnico externo. Assim sendo, decidiu-se pela estratégia de contratação, através de licitação pública, de embarcação científica, equipada e tripulada, para atuar em parceria com seus técnicos. O prazo previsto para conclusão da licitação é 30 de junho de 2013.

Para atingir a meta de obtenção de direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais, já foram mapeados 132 mil km2 na escala 1:100.000, na Elevação do Rio Grande. A partir destes levantamentos foram selecionados 150 blocos (áreas) cada um com 20 km2 (totalizando 3 mil km2) na Elevação do Rio Grande, considerando-se a espessura da crosta, geofísica e geoquímica com relação ao teor de cobalto na crosta. Ou seja, contém acumulações de recursos minerais de valor econômico.

Atualmente trabalha-se na fase de instrução dos pedidos à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do direito de pesquisa e exploração mineral em águas internacionais, com previsão de entrada no órgão internacional até 30 de junho de 2013.

Metas 2012-2015

- **Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Para a proposta brasileira junto à Autoridade Internacional dos Fundos do Mar (ISBA) foram selecionados 150 blocos cada um com 20 km2 - perfazendo um total de 3.000 Km2 de área - na Elevação do Rio Grande considerando-se a espessura da crosta, geofísica e geoquímica com relação ao teor de cobalto na crosta. No momento essas áreas ainda não foram requisitadas para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Quantidade alcançada

3.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10.000	km²	3.000	21/12/2012

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande**

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados aproximadamente 132.000 Km2 de batimetria multifeixe na escala de 1:50. Foram adquiridas seções sísmicas com sub-bottom tipo Chirp operando na frequência de 3,5 kHz (SBP), gravimetria e magnetometria espaçadas em torno de 3 km ao longo da Elevação do Rio Grande (ERG), perfazendo uma escala média de 1:30.000. Foram coletadas 137 amostras de rocha com draga de arrasto, 31 estações fixas de CTD/Rosette com coleta de água e medição de parâmetros físicos ao longo da coluna d´água. A complementação dessa amostragem está prevista para o primeiro semestre de 2013 com a utilização do rockdrill no topo do platô da ERG, além da nova amostragem no topo de platô está previsto um levantamento com AUV e ROV nas áreas que estão sendo requeridas junto à ISBA (Autoridade Internacional dos Fundos do Mar).

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	90.000	km²	132.000	21/12/2012

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA**

Análise Situacional da Meta

Até o presente momento foram mapeados cerca de 222.000 km2 na Elevação do Rio Grande e na Dorsal Meso Atlântica.

Quantidade alcançada

222.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	520.000	km²	222.000	21/12/2012

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA**

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados aproximadamente 90.000 Km2 de batimetria na escala de 1/50. Foram levantadas linhas de Chirp de 3,5 Khz (SBP), gravimetria e magnetometria espaçadas em torno de 7 km ao longo de 2.500 km do eixo da cordilheira meso-atlântica com as linhas de levantamento com comprimento médio de 60 km, perfazendo uma escala média de 1/70.000. Foram coletadas 31 de 71 amostras previstas de CTD/Rosette com coleta de água e medição de parâmetros físicos ao longo da coluna d´água. A complementação dessa amostragem está prevista para março de 2013. Está prevista para o segundo semestre de 2013 a IV comissão ao PROCORDILHEIRA para amostragem de 70 pontos entre dragas e TV-Grab.

Quantidade alcançada

90.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Exterior	110.000	km²	90.000	21/12/2012

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira**

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados 19.956 Km2 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Esta informação decorre de 3 relatórios produzidos sobre o tema em 2012, o que representa 60% da programação para o período.

Houve atrasos nas atividades de campo do Projeto na Plataforma da Paraíba, que está em desenvolvimento em parceria com a Universidade Federal do Ceará, associados às condições climáticas adversas.

Quantidade alcançada

19.956

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	280.000	km²	19.956	31/01/2013

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, foram intensificadas as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, para aumentar os conhecimentos, informações e qualificação da gestão costeira no Brasil, nos três níveis de governo. Como produtos cita-se o Atlas de Inundação, em elaboração, que contribuirá para estratégias de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas. É necessária, no entanto, a construção de estratégia para se enfrentar o desafio de estabelecer um referencial único para aferição do nível médio do mar, requisito fundamental para o estabelecimento de cenários e tendências, com precisão local. Já no escopo do Projeto Orla foram formados 150 novos instrutores, com a realização de 3 cursos regionais, favorecendo a expansão da política pública.

Em 2013, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro completa 25 anos (Lei 7.661 de 1988), ensejando ações específicas para avaliação e realinhamento de compromissos. Para o SMC Brasil, o desafio é construir a estratégia de disseminação, com responsabilidades compartilhadas entre vários órgãos federais, no âmbito do Gi-Gerco, que envolverá a formação na ferramenta e o acompanhamento dos resultados dos estudos de caso em andamento. Já no Projeto Orla, fica o desafio de se construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor.

Com relação à temática priorizada na Rio+20, o Lixo Marinho, espera-se subsidiar a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente para produzir um marco zero sobre a situação no Brasil e, a partir daí, construir-se a estratégia da política pública para enfrentamento deste problema.

Metas 2012-2015

- **Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla,

abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla. Como o número de atores é muito alto a estratégia de desenvolver um curso a distância atende as necessidades de capacitação. Neste sentindo, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo a proposta junto a Universidade de Rio Grande e a previsão é que o curso aconteça no primeiro semestre de 2013. Pretende-se capacitar aproximadamente 500 técnicos dos diferentes setores e esferas de governo.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- **Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram iniciados os projetos de vulnerabilidade da zona costeira às mudanças climáticas apoiados pelo Fundo Clima. Como resultado preliminar desses projetos está colocado o desafio de se estabelecer um referencial único para aferição do nível médio do mar, requisito fundamental para o estabelecimento de cenários e tendências.

- **Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla**

  Análise Situacional da Meta

  A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis. Estão sendo analisados o EPROINFO e o SIMEC. O primeiro consiste em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações; já o segundo permite o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. Ambos estão sendo analisados sob a ótica de adequações e ajustes para a avaliação de resultados e monitoramento de processos.

- **Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, é uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Em 2012, foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas frente aos graves problemas de erosão costeira. Também foi realizada a missão brasileira à Universidade de Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em dezembro houve a formação de 30 técnicos brasileiros, por meio do primeiro curso da ferramenta SMC Brasil, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil. Os treinandos receberam a versão beta da ferramenta e assumiram o compromisso de desenvolver trabalhos práticos com objetivo de verificar e reportar possíveis falhas no sistema.

Registra-se como fundamental para o sucesso do projeto, o acesso a dados de ondas, necessários para a calibração da ferramenta SMC Brasil; para tanto temos feito contato com o INPH, subordinado à Secretaria de Portos, instituição que possui o acervo de dados necessários do projeto SMC Brasil. Coloca-se também como desafio a mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo do SMC Brasil, instituído no âmbito do Gi-Gerco.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	13/02/2013	2,2
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	13/02/2013	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	13/02/2013	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	13/02/2013	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100
Maior PIB per capta Estadual/Menor PIB per capta Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2010	8,49
Maior PIB per capta Mesorregional/Menor PIB per capta Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84
Maior PIB per capta Microrregional/Menor PIB per capta Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2012	156
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2011	2.100.000
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2010	9,3
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2010	13,46
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2010	5,34
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2010	55,39
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2010	16,51

Observações:

Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração se mantém 100% visto que todo o bioma amazônico apresenta algum tipo de iniciativa de ZEE instituído por ato normativo. Esse valor é fortemente influenciado pelas iniciativas na escala 1:

1.000.000, tal como o MacroZEE da Amazônia Legal, que envolve todo o bioma amazônico e parte do bioma Cerrado e do Pantanal. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo na escala 1:250.000, o valor encontrado foi de 59,3% do respectivo bioma.

Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Caatinga no ano de 2012. Esse percentual é, basicamente, a parte do ZEE do Estado de Minas Gerais que abrange a porção sul do bioma. Também cabe mencionar o vigente convênio (Siconv) nº 715401/2011, referente ao apoio do Ministério do Meio Ambiente na execução do ZEE do Estado do Piauí, ainda em fase de execução.
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Cerrado no ano de 2012. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo nas escalas de 1:1.000.000, ou menores, o valor encontrado foi de 47,7% do bioma. Já considerando as iniciativas de ZEE na escala 1:250.000, ou maiores, o valor encontrado foi de 31,7% do bioma mencionado. Atualmente encontra-se em curso o projeto do "MacroZEE do bioma Cerrado", coordenado e sob análise da Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE) e do Consórcio ZEE Brasil.

Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Mata Atlântica no ano de 2012. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo nas escalas de 1:1.000.000, ou menores, o valor encontrado foi de 4,6% do bioma. Já considerando as iniciativas de ZEE na escala 1:250.000, ou maiores, o valor encontrado foi de 21,9% do bioma mencionado.
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Pampa no ano de 2012.
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração se mantém 100% visto que todo o bioma Pantanal apresenta algum tipo de iniciativa de ZEE instituído por ato normativo. Esse valor é fortemente influenciado pelas iniciativas na escala 1:1.000.000, ou menores, tal como o MacroZEE da Amazônia Legal, que envolve todo o bioma amazônico e parte do bioma Cerrado e do Pantanal, além do MacroZEE do Estado do Mato Grosso do Sul e do MacroZEE do Estado do Mato Grosso, esse último na escala 1:5.000.000. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo na escala 1:250.000 ou maiores, o valor encontrado foi de 39,5% do respectivo bioma, valor esse representado pela influência do ZEE do Estado do Mato Grosso.
Número de Colegiados Territoriais Consolidados - Nº de Colegiados Territoriais já constituídos, com Regimento Interno aprovado e implantado e com Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborado e qualificado.

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Também foi dado curso à iniciativa de implementar cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs, através da Cooperação Técnica Brasil União Europeia, na qual foram realizadas ações no âmbito dos diálogos setoriais, onde foram envolvidos APLs brasileiros e Europeus de mesmo setor. O objetivo foi aproximação e aprendizagem entre as empresas. Com relação ao desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais foi firmado um convênio ente MDIC e ABDI, que está em execução, cujo objeto é a elaboração de um Plano Nacional para Gestão de APLs, estando previsto para o final de 2013 toda a ementa do curso, materiais desenvolvidos e ainda a formação de uma turma piloto de 27 multiplicadores.
Quanto ao desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs, foi desenvolvido o Observatório Brasileiro de APLs, com recursos do MDIC, MCTI, IBICT e IPEA, em que a plataforma tecnológica encontra-se atualmente sendo povoada por dados de três Estados (AL, GO, PR). Mais 8 estados já receberam treinamento para operar a plataforma e devem começar seus trabalhos de inserção de informações ainda em 2012. A plataforma é constituída por uma rede social, um banco de dados e um portal de internet. Para 2013 está prevista a inserção de uma equipe especializada na gestão das informações e na elaboração de notícias e relatórios estatísticos para

subsidiar a tomada de decisões por parte do GTP APL, que contará com recursos do SEBRAE para sua viabilização. Será também treinado o restante dos Estados para inserirem suas informações e ainda teremos uma equipe de 104 bolsistas do CNPq, que irão a campo para auxiliar na coleta de informações para a geração de indicadores para os APLs. Ainda, com relação a realização de pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais, foram firmados convênios com a ABDI para o desenvolvimento estudos setoriais nas áreas de agregados da construção civil e cerâmica vermelha, os quais encontram-se em fase final da sua execução. Tais estudos devem demonstrar os gargalos do setor para que possam ser articuladas políticas públicas adequadas. Também, em convênio com o SEBRAE – PB foi encomendado um estudo sobre a cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura, com objetivo de identificar as demandas do setor.

Por fim, ainda no ano de 2012 foi realizada plenária do GTP APL com o propósito de lançar o documento da política nacional de APLs. O documento vinha sendo debatido desde o final de 2011 na 5ª Conferência Brasileira de APLs e foi exaustivamente debatido em reuniões durante o ano de 2012. O documento alinha as novas diretrizes para a elaboração de políticas de APLs, o que tem sido denominado de segunda geração de políticas para APLs.

Metas 2012-2015

- **Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais**

  Análise Situacional da Meta

  Ao longo deste ano, ocorreram diversas reuniões e consultas às instituições do GTP APL. Está previsto para o dia 10 de dezembro uma plenária para lançamento oficial da Política Nacional de APLs e a divulgação do Termo de Referência. Após isso, foi feita a publicação do instrumento no Portal para captar contribuições de todos os membros do GTP APL

  .

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Em 2010 foram aprovados os Decretos nº 7.358, de 17.11.2010, que instituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, e o de nº 7.357, de 17.11.2010, que dispunha sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC. A assinatura desses instrumentos legais possibilitou avanços na questão do marco jurídico. Entretanto, faz-se necessário a edição de outros instrumentos para o fortalecimento da Economia Solidária.

Em 2012 a SENAES/MTE redobrou seus esforços para fortalecer, no âmbito do governo federal e dos governos estaduais/municipais, o grau de institucionalidade da economia solidária, tanto do ponto de vista das políticas públicas, quanto em relação à superação da informalidade dos empreendimentos. Em nível federal, obteve-se um avanço importante com a aprovação da Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei 12.690/2012). A complexidade das implicações decorrentes deste novo marco regulatório exigiu um prolongado processo de diálogo com os diversos segmentos representativos do cooperativismo para elaboração do texto do Decreto de regulamentação. Neste sentido, trabalha-se na perspectiva de que a Lei esteja regulamentada em 2013.

No que diz respeito ao marco regulatório da Política Nacional de Economia Solidária, o MTE, conjuntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária e diversas organizações do movimento social, logrou êxito com a recepção pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei que trata da matéria. Além disto, houve avanços no âmbito do cooperativismo social com o encaminhamento, após consulta aos ministérios coautores, à Casa Civil do texto do Decreto que cria o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Sociais.

Para 2013, após a publicação do Decreto está prevista a constituição do Comitê Gestor que deverá propor e coordenar a implementação de um conjunto de ações no âmbito do Governo Federal para o fortalecimento do cooperativismo social no país.

Paralelamente às ações relacionadas ao marco regulatório nacional, trabalhou-se também no fortalecimento das iniciativas de elaboração e aprovação de legislações e normas específicas estaduais e municipais.

Outra ação relevante do MTE, ao longo do ano de 2012, refere-se à implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária – SINAES, de acordo com as deliberações da IIª Conferência Nacional de Economia Solidária. Trata-se de um sistema integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelos empreendimentos econômicos solidários e por instituições privadas sem fins lucrativos afetas à economia solidária. O caráter participativo do SINAES incorpora a experiência exitosa da realização de duas Conferências Nacionais de Economia Solidária e das resoluções do Conselho Nacional de Economia Solidária, que aprovaram importantes diretrizes para efetivar a economia solidária como proposta de um novo modelo de Desenvolvimento Sustentável. Implementar o SINAES significa efetivar as políticas locais e regionais de economia solidária nos três níveis de governo, de modo a dar capilaridade e fortalecer o pacto federativo, tornando a política de economia solidária permanente na estrutura do Estado brasileiro e promovendo a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Ainda nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Economia Solidária discutiu e sistematizou o conjunto de Objetivos, Metas e Iniciativas de vários Programas Temáticos e seus respectivos Ministérios envolvidos como sendo o "Plano Brasil Justo e Solidário", enquanto diretriz comum para a ação dos diversos entes no fortalecimento institucional da Política de Economia Solidária no Brasil. Diante desta iniciativa diversas unidades da federação também passaram a implementar "Planos Estaduais do Brasil Justo e Solidário".

Tendo como referência as resoluções do Conselho Nacional e das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o MTE passou a incorporar três (03) abordagens nas políticas nacionais de economia solidária: a abordagem territorial, a abordagem de redes e cadeias de produção e comercialização (setorial) e a abordagem de segmentos populacionais. Tais abordagens foram operacionalizadas por meio da estratégia de "integração das ações" pactuadas com entes governamentais, universidades e organizações privadas sem fins lucrativos tanto para territórios, como para redes e cadeias produtivas prioritárias para a economia solidária, bem como para segmentos populacionais específicos, com destaque para o segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A economia solidária tem, sobretudo no contexto do Brasil Sem Miséria, papel fundamental de fazer avançar as práticas de desenvolvimento econômico com sustentabilidade, qualificando a capacidade de inclusão social e de democratização em seus territórios. É nesse sentido que surge o desafio de fortalecimento do comércio justo e solidário como mecanismo que alia produção, comercialização e consumo em convergência com a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Com o Decreto do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o Brasil já dispõe de uma importante normativa para institucionalizar o reconhecimento público dos produtos e serviços da economia solidária, de forma a orientar o mercado e os consumidores na seleção de empresas, tecnologias e produtos com atributos de sustentabilidade social e ecológica dentro de uma lógica de valorização de práticas inclusivas de mercado e socialmente justas.

Em 2012 foram selecionadas propostas para certificação de produtos e serviços no âmbito do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS (Decreto 7.583/2010). Ao todo, até 2014, serão investidos R$ 5 milhões de reais nessas atividades beneficiando 5 mil empreendimentos econômicos solidários que terão benefícios nos processos de comercialização com a declaração de conformidade de acordo com os critérios e regras do SNCJS.

Metas 2012-2015

- **Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  No que diz respeito ao marco regulatório da Política Nacional de Economia Solidária, em 2012 foi elaborado, no

âmbito do poder executivo, novo Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária. O MTE está realizando adequações e ajustes em função de sugestões apresentadas pelos demais ministérios. Por sua vez, o MTE, conjuntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária e diversas organizações do movimento social, logrou êxito com a recepção, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei que trata da mesma matéria.

Quanto ao marco regulatório do cooperativismo houve uma importante conquista com a aprovação e sanção da Lei 12.690/2012, que regula o funcionamento das cooperativas de trabalho. A lei está em processo de regulamentação.

Além disto, houve avanços no âmbito do cooperativismo social com o encaminhamento, após consulta aos ministérios coautores, à Casa Civil do texto do Decreto que cria o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Sociais.

A criação do Programa Nacional permitirá uma maior articulação das ações governamentais para o fortalecimento do cooperativismo social. Após a publicação do Decreto será constituído um comitê gestor interministerial para promover estas ações e sua articulação.

- **Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação**

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária aperfeiçoou a proposição que prevê a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária - SINAES. Tal processo foi realizado de forma participativa, ouvindo os segmentos do Conselho Nacional de Economia Solidária. Também foram realizados estudos sobre a legislação vigente e recolhidos subsídios em normativas que tratam de políticas públicas correlatas.

Mais especificamente, o Anteprojeto de lei tem por objetivo delimitar o desenho institucional da política pública de economia solidária, ou seja, sua estrutura de gestão e execução, que, neste caso, propõe-se que se dê por meio da criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Neste sentido, trata-se de definir os entes (públicos e privados) que deverão integrar o sistema e como se organizarão para desenvolver a política pública para o setor. Busca-se institucionalizar as políticas também em nível municipal e estadual, com a necessidade de criação de conselho, fundo, política pública e adesão ao SINAES.

O MTE promoveu o debate sobre o fortalecimento político e institucional da economia solidária, junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária. Em 2012 foi aprovada uma resolução orientadora do processo de reestruturação do Conselho.

Em 2012 o MTE fortaleceu o envolvimento dos entes federados na implementação da política de economia solidária criando bases objetivas para a integração federativa como fundamento de um sistema nacional de políticas públicas para a economia solidária.

- **Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**

Análise Situacional da Meta

EEm 2012 o MTE, em consonância com o previsto no Decreto nº 7.358/2010, que cria o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SNCJS, elaborou a concepção de um serviço nacional de certificação solidária para o reconhecimento das práticas de comércio justo e solidário e definiu os instrumentos para a sua implementação, compreendendo: Declaração de Conformidade da Economia Solidária; Rede Nacional de Entidades Parceiras da Certificação Solidária; Cadastro Nacional dos Participantes; Termo de Adesão ao Sistema; a Marca “Espaço de Comercialização Solidária – ECOS”; e o Termo de Referência para Contrato Comercial de Bases Justas e Solidárias.

Em 2012 o MTE deu início ao processo de operacionalização do SNCJS, sobretudo no que se refere à certificação dos produtos e serviços da economia solidária, com o Edital de Chamada Pública 002/2012. Ao todo, até 2014, serão investidos R$ 5 milhões de reais nessas atividades alcançando a meta de 05 (cinco) mil empreendimentos econômicos solidários a serem fortalecidos nos processos de comercialização de seus produtos e serviços via aquisição de Declaração de Conformidade com os critérios e regras estabelecidas no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Quantidade alcançada

1.375

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	unidade	69	31/12/2012
Região Nordeste	3.600	unidade	550	31/12/2012
Região Norte	900	unidade	69	31/12/2012
Região Sudeste	1.800	unidade	275	31/12/2012
Região Sul	1.800	unidade	412	31/12/2012

- **Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária**

Análise Situacional da Meta

A estratégia central é a manutenção/ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento a políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

No SIES são inseridas as informações levantadas no mapeamento da Economia Solidária no Brasil, constituindo-se em um instrumento para identificar e caracterizar os milhares de empreendimentos coletivos, organizados sob autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Para o alcance da meta proposta, a atualização e a ampliação das bases do SIES estão em fase de execução com a expectativa de inclusão de 30 mil organizações de economia solidária até 2013. Em 2012 houve a manutenção dos 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, quantitativo que compõe a base atual.

As principais dificuldades enfrentadas nesta etapa do SIES foram: a) interrupção dos trabalhos de campo em função de suspensão de convênios na execução das ações em duas regiões; b) necessidade de aditamento de convênios para viabilizar a conclusão dos trabalhos de campo e inserção dos dados; e c) dificuldades de localização dos EES para realizar as revisitas aos EES já existentes e inseridos na base do SIES.

No segundo semestre de 2012 após a celebração de novos convênios e termos de cooperação, bem como com o aditamento de convênios pela Financiadora de Projetos (FINEP) foi possível a retomada do trabalho de campo em todas as regiões do país com exceção da Região Norte e parte da Região Sul, onde o trabalho de campo já foi concluído. As equipes técnicas estaduais foram fortalecidas e as comissões gestoras estaduais foram mobilizadas para apoiar o trabalho de campo. Os resultados deste processo de mapeamento estarão disponíveis para divulgação em 2013.

A partir da base de informações dos 30 mil EES estipulados para o SIES, bem como as informações advindas do monitoramento do conjunto das políticas de Economia Solidária, o MTE está iniciando o processo de implantação de um Observatório do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil. No âmbito das estatísticas e informações relativas à economia solidária e no contexto do Ano Internacional das Cooperativas, o MTE, em parceria com o MAPA, promoveu diálogo no sentido de promover adequações na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Quantidade alcançada

21.859

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	2.210	31/12/2012
Região Nordeste	12.000	unidade	9.498	31/12/2012
Região Norte	3.000	unidade	2.656	31/12/2012

Região Sudeste	6.000	unidade	3.912	31/12/2012
Região Sul	6.000	unidade	3.583	31/12/2012

- **Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento de ações integradas em economia solidária para promoção do desenvolvimento sustentável com abordagem territorial foi um processo iniciado em 2011, cujas ações ganharam mais efetividade no ano 2012. Por meio de Chamadas Públicas especificamente voltadas a essa meta, o MTE celebrou parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo um conjunto selecionado de 19 estados e 42 municípios, cujas propostas compreendem um total de 100 (cem) territórios priorizados. Deste total, 44 (quarenta e quatro) são também integrantes do Programa Territórios de Cidadania, ampliando-se a participação da economia solidária nesta importante estratégia do Governo Federal.

As ações desenvolvidas nos territórios abrangem a implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Os investimentos foram na ordem de R$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias – cerca de 85 mil pessoas – em 567 municípios brasileiros, sendo que a maioria desses territórios encontra-se em fase inicial de desenvolvimento de suas ações. Para 2013 projeta-se a realização de convênio com mais 08 (oito) estados, envolvendo um valor aproximado de R$ 16.000.000,00 e abarcando aproximadamente mais 32 territórios, superando assim a meta estabelecida.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	10	31/12/2012
Região Nordeste	40	unidade	40	31/12/2012
Região Norte	10	unidade	10	31/12/2012
Região Sudeste	20	unidade	20	31/12/2012
Região Sul	20	unidade	20	31/12/2012

- **Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 o MTE distribuiu material audiovisual produzido para promover e divulgar a economia solidária e o consumo responsável e solidário. A Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social “ECONOMIA SOLIDÁRIA – OUTRA ECONOMIA ACONTECE”, lançada no ano de 2010, contou com a produção de 60 mil kits de material de divulgação da Economia Solidária. Os kits eram compostos por: a) materiais impressos, contendo Manual para Formadores; Cartilha da Campanha Nacional; Cartaz-folder; Folheto; Cartilha de Rádio e Atlas da Economia Solidária; b) DVD – Vídeos (dois vídeos documentários “Outra Economia Acontece”, sendo um de 25 minutos e outro de 12, e um vídeo “Brasil Solidário” com uma série de 14 programetes para TV de 1 minuto e meio cada); c) CD com Vídeos (formato WMV) e materiais impressos (formato PDF); e d) CD com Spot e Programas de Rádio.

No ano 2012, foram distribuídos aproximadamente 20 mil kits para os diversos parceiros, fóruns, movimentos sociais e outros demandantes do material. Com destaque para a incorporação do material em programas do governo federal como o Programa Mulheres Mil.

No segundo semestre de 2012 foi feito planejamento junto a Assessoria de Comunicação do Ministério para lançamento, em 2013, da Campanha Nacional de Comércio Justo e Solidário, com o objetivo de sensibilizar e

mobilizar a sociedade brasileira para a prática do Comércio Justo e Solidário. Esta Campanha dialoga tanto com as estratégias de implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, como com a promoção da Economia Solidária em si, e consequentemente, do Consumo Responsável e Solidário.

No final de 2012 iniciou-se o planejamento e a elaboração de materiais para a Campanha de Promoção do Comércio Justo e a criação do Selo Nacional de Comércio Justo e Solidário. O lançamento da campanha está previsto para o primeiro semestre de 2013, como parte das atividades da Semana Mundial do Comércio Justo a ser realizada no Brasil em maio de 2013.

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

A economia solidária vem sendo reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito.

O MTE, em 2012, ampliou as ações de fomento e fortalecimento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir esta missão foram celebrados 81 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa, com o comprometimento de transferência voluntária de R$ 170.835.600,27, dos quais R$ 73.337.081,46 foram empenhados no exercício. Parte deste recurso foi descentralizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito das ações de Inclusão Produtiva Urbana do Brasil Sem Miséria. Com esses convênios, serão apoiados 2.657 empreendimentos econômicos solidários, beneficiando diretamente 54.256 famílias e 164.375 pessoas indiretamente.

Deu-se continuidade às ações de fomento e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2012, o MTE apoiou 25 novos projetos, com o empenho de R$ 35.541.349,41, que irão beneficiar diretamente 249 empreendimentos, com 15 mil catadores e catadoras participantes. Deu-se continuidade ao Projeto CATAFORTE voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 26 redes e 187 cooperativas e associações de catadores.

Para fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, foi formulada uma agenda interministerial no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, articulado com as metas do Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, os Governos Estaduais foram convocados para aderirem às ações de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. No total, até 2014, serão disponibilizados R$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que não estão adequadamente organizadas, cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas, de forma precária, individual ou desarticulada. Essas famílias serão identificadas e inscritas no Cadastro Único do Governo e terão acesso às ações de elevação de escolaridade, de educação profissional e tecnológica, de assistência técnica com vistas à implantação da coleta seletiva e de acordos setoriais para logística reversa.

Para dar suporte aos agentes comunitários, educadores, mobilizadores sociais e gestores públicos que atuam nessas ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, em 2012, foram destinados recursos para continuidade e ampliação dos Centros de Formação em Economia Solidária. Até 2014 serão investidos cerca de R$ 16 milhões para formação de 8 mil agentes em 07 unidades, sendo uma nacional e 06 regionais, com 02 Centros na região

Norte.

Na promoção das iniciativas de finanças solidárias, no ano 2012 foram identificados e mapeados 500 Fundos Rotativos Solidários que beneficiam projetos comunitários com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Esses fundos estão recebendo assessoria técnica e suporte para fortalecimento de suas atividades. Os 81 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD´s) já existentes proporcionaram serviços de inclusão financeira, produtiva e econômica para 10 mil mulheres do Programa Bolsa Família. Essas iniciativas serão ampliadas nos próximos 02 anos, contando com a parceria de bancos públicos na constituição de fundos de apoio e na expansão de serviços financeiros por meio da estratégia de correspondência bancária comunitária.

Metas 2012-2015

- **Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário**

  Análise Situacional da Meta

  Para certificar os produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários foi organizada, por meio de Chamada Pública, a seleção de entidades para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. O principal instrumento é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, que compreende os fundamentos e os conteúdos metodológicos para as seguintes etapas da certificação: identificação, reconhecimento (avaliação, inspeção), cadastro e registro de um Empreendimento Econômico Solidário – EES com prática em comércio justo e solidário no SCJS.

  O desenvolvimento e a aplicação das modalidades de avaliação de conformidade são três: a) declaração de conformidade de fornecedor ou atestação de primeira parte ou reconhecida por esse Edital de Declaração de Conformidade Coletiva (DCC); b) declaração de conformidade por avaliação de pares ou atestação de segunda parte ou conhecida por Sistema Participativo da Garantia (SPG); e c) declaração de conformidade por auditoria externa ou de atestação de terceira parte.

  Desse modo, um Empreendimento Econômico Solidário (EES) com prática em comércio justo e solidário, reconhecido por uma das três modalidades da garantia, receberá um primeiro certificado, específico de uma das três metodologias utilizadas por entidades especializadas no uso das metodologias. A partir dele, o EES poderá receber o segundo certificado – a Declaração de Conformidade da Economia Solidaria (DCSOL) –, meio de acesso de um EES (no caso, habilitação e permanência) ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Em outras palavras, a DCSOL se configura como a etapa final do percurso de reconhecimento de um EES–CJS habilitado no SCJS.

  Ao todo, até 2014, serão investidos R$ 5 milhões de reais nessas atividades, alcançando a meta de 05 (cinco) mil empreendimentos econômicos solidários, que serão fortalecidos nos processos de comercialização de seus produtos e serviços via aquisição de Declaração de Conformidade com os critérios e regras estabelecidas no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Em 2012 já foram empenhados R$ 1,2 milhões para certificar 650 Empreendimentos Econômicos Solidários com prática em comércio justo e solidário.

  Quantidade alcançada

  650

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	500	unidade	33	31/12/2012
Região Nordeste	2.000	unidade	260	31/12/2012
Região Norte	500	unidade	32	31/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	130	31/12/2012
Região Sul	1.000	unidade	195	31/12/2012

- **Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária foi estimulado como estratégia fundamental em todos os projetos na parceria com estados e municípios nas ações do Brasil Sem Miséria entre 2011 e 2012. Estando a maioria das ações ainda em fase inicial de implantação, ainda não é possível contabilizar o número de Redes que foram efetivamente beneficiadas por meio das "Ações Integradas em Economia Solidária".

Todavia, ainda em 2012, uma ação específica com foco na meta de Redes foi realizada, com lançamento da Chamada Pública 004/2012, cujo objeto é a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários. Dos resultados dessa Chamada Pública, foram classificadas 32 propostas destinadas ao beneficiamento de redes de abrangência territorial, regional e nacional. Destas, 09 propostas foram empenhadas, totalizando um montante de R$ 4.000.000,00, que beneficiará redes de empreendimentos de diferentes abrangências e atividades produtivas, além de redes específicas voltadas a segmentos de mulheres, povos e comunidades tradicionais e juventude.

A estratégia de fortalecimento de redes de EES tem sido também a estratégia para a política de organização de catadores de materiais recicláveis. Nessa perspectiva, o MTE atuou na agenda interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos por meio de parcerias com governos de estados, municípios e organizações de catadores nas diversas regiões do Brasil, investindo R$ 21,4 milhões e beneficiando diretamente 8,5 mil catadores e catadoras em mobilização, articulação em rede, formação, assessoria técnica e comercialização; e da continuidade do Projeto CATAFORTE, voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores. No ano de 2012, um novo Edital de Chamada Pública selecionou uma proposta nacional para promover a articulação, a integração e o aperfeiçoamento das parceiras do MTE nestas ações.

Ainda em 2012, a ação específica com Redes de Catadores foi ampliada mediante a convocação do MTE aos Governos Estaduais para adesão destes à política de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. Para tanto, em 2013 e 2014 serão disponibilizados R$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que trabalham de forma precária, individual ou desarticulada. A articulação interministerial para apoio a essas famílias permitirá sua inscrição no Cadastro Único do Governo e seu acesso às ações de elevação de escolaridade, educação profissional/tecnológica e assistência técnica na constituição e fortalecimento de cooperativas.

Para o segmento populacional de juventude, a ação de Redes de Cooperação também tem sido o caminho adotado. Em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da PR, o MTE está compondo duas frentes de articulação interministerial para inclusão produtiva da juventude na perspectiva da Economia Solidária:

a) Agenda de Enfrentamento da Violência contra a Juventude Negra: o conjunto das iniciativas vai desde ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade de jovens negros em situações de violência física, até a oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios. A meta do MTE é a implantação de Centros Multifuncionais de Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, tendo um público estimado em 4.750 jovens. O recurso disponível para cada Centro de Ações Integradas de Economia Solidária é de R$500.000,00, para um ano e meio de execução. Portanto, o valor de investimento, nos anos de 2012 e 2013, é de R$ 9.500.000,00. Trata-se de uma política que se inicia com o apoio à constituição e/ou fortalecimento de empreendimentos juvenis e posteriormente com o apoio à articulação destes em redes e cadeias de produção e comercialização.

b) Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários juvenis em Redes: com o objetivo de promover a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários juvenis, foi lançado um módulo específico para trabalhar o tema "Juventude" na Chamada Pública 004/2012, a partir da qual foram aprovadas 03 propostas, que reúnem um valor de R$ 3.380.000,00. Com as propostas selecionadas, será possível beneficiar um total de 03 redes de empreendimentos solidários exclusivos ou majoritariamente compostos por jovens. Prevê-se, no ano 2013, reabertura da Chamada Pública nesta modalidade específica, oportunizando ampliar o número de Redes deste segmento específico. A ação será garantida via adesão da

Secretaria Nacional de Juventude ao edital de Chamada Pública, tendo como foco especial a juventude inserida em situação de pobreza e pobreza extrema.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	80	unidade	14	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	4	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	8	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	16	31/12/2012

- **Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias**

Análise Situacional da Meta

No campo das Finanças Solidárias, o ano 2012 foi decisivo na conclusão do mapeamento nacional de Fundos Rotativos Solidários, com resultados que contabilizaram um total de 500 fundos mapeados, cujos dados, além de darem visibilidade ao crescimento dessa estratégia na organização da economia solidária brasileira, oportunizam repensar uma política de apoio para seu fortalecimento.

No que se refere aos Bancos Comunitários, 2012 consolidou a experiência do Projeto de Inclusão Financeira, Produtiva e Econômica de Mulheres do Programa Bolsa Família pela parceria com o Banco Palmas, no Ceará, cujos resultados abrem possibilidades para a ampliação dessa ação para o conjunto dos 81 bancos comunitários articulados em Rede em todo o Brasil.

A consolidação da questão das finanças solidárias, na política nacional de economia solidária, permitiu acumular experiências e reflexões que fundamentarão o lançamento do Edital de Chamada Pública, no ano de 2013, para seleção de propostas que contemplem o fortalecimento das três modalidades de finanças solidárias: a) Fundos Rotativos Solidários; b) Bancos Comunitários de Desenvolvimento; e c) as Cooperativas de Crédito Solidário. A organização das finanças, considerando estas modalidades, permite o fortalecimento da economia solidária e a promoção do desenvolvimento territorial das comunidades beneficiadas.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	80	unidade	7	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	17	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	3	31/12/2012

- **Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance de 10.000 trabalhadores formados e qualificados é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária. Essa estratégia busca desenvolver ações estruturadas e sistemáticas de formação, articuladas numa rede nacional para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas/tecnológicas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

O principal instrumento para a estruturação das atividades formativas é a Constituição da Rede de Centros de

Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária, desenvolvendo atividades como: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; e 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária.

A ação direta junto aos EES dá-se via "ações integradas em economia solidária", desenvolvidas na parceria com prefeituras, governos estaduais e sociedade civil, que asseguram um eixo voltado à Formação, Informação e Assessoria Técnica. A importância da formação para os empreendimentos econômicos solidários e os agentes que atuam diretamente no seu assessoramento torna esta ação central. Neste sentido, é possível identificar a superação da meta proposta por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015.

Esses instrumentos são complementados na articulação com outras políticas de Educação voltadas à elevação da escolaridade, qualificação técnica/profissional, formação política dos EES e ao desenvolvimento/disseminação de tecnologias sociais, numa parceria interministerial envolvendo MEC, MCT e Secretaria Geral da Presidência da República.

No tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), em 2012 encerraram-se os convênios relativos aos 05 (cinco) centros regionais e 01 (um) nacional. Também se concluiu o processo de seleção de propostas para continuidade com a Chamada Pública 001/2012, objetivando consolidar uma Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – REDE CFES, que funcionará com 07 unidades dos Centros, sendo 01 nacional e 06 regionais (02 na Região Norte). Até 2014 serão investidos cerca de R$ 16 milhões para formação de 8 mil educadores (formadores e agentes de desenvolvimento) em economia solidária, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Quanto aos projetos que envolvem formação direta aos EES, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria foram garantidos, na parceria com estados e municípios em "Ações Integradas em Economia Solidária", investimentos da ordem de R$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias (cerca de 85 mil pessoas) em 567 municípios brasileiros. As ações previstas na atuação dos Agentes de Desenvolvimento têm como abordagem o Desenvolvimento Territorial, e, dentre elas, estão a formação e o assessoramento técnico de 1,1 mil de EES.

Especificamente para o segmento Catador, com continuidade das ações de fortalecimento de sua organização produtiva no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com investimento de R$ 21,4 milhões, serão beneficiadas diretamente 8,5 mil famílias, cerca de 20 mil pessoas, com formação e assessoria técnica.

A meta de formação e qualificação profissional está também assegurada em ações do Projeto CATAFORTE, na parceria BNDES, Petrobras, Fundação Banco do Brasil e MTE, que beneficia cerca de 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores.

Quanto ao acesso da Economia Solidária em outras políticas de Educação, destacam-se:

A) Articulação com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), para inserir Economia Solidária como tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para 2012, foram elaborados materiais específicos para subsidiar professores e alunos na Formação de Gestores e Professores, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC);

B) Articulação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para atuação no PRONATEC e no Programa Mulheres Mil. No primeiro, em duas linhas: ações com catadores, com a meta de incluir no PRONATEC 40 mil catadores até 2014, e ações com o PBSM; no segundo, por meio da elaboração de material didático-pedagógico e formação de 200 gestores;

C) Articulação com a Secretaria Geral da Presidência (SG/PR) na construção de programa de fortalecimento da Educação Popular, envolvendo outros órgãos do Governo Federal.

Quantidade alcançada

2.455

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	453	31/12/2012
Região Nordeste	4.000	unidade	902	31/12/2012
Região Norte	1.000	unidade	164	31/12/2012
Região Sudeste	2.000	unidade	560	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	376	31/12/2012

- **Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance dessa meta é o apoio à consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, sendo estas importantes instrumentos para fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas, produzindo conhecimentos e viabilizando a formação dos quadros das cooperativas.

Neste sentido, o MTE deu seguimento ao fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7.657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. Além do acompanhamento e supervisão dos convênios e termos de parceria anteriormente celebrados, foram repassadas as parcelas subsequentes para continuidade das ações pactuadas.

Ao longo dos últimos anos, o PRONINC permitiu a constituição de uma rede com 77 incubadoras universitárias espalhadas em todo o Brasil. Vale ressaltar, que além da ação de incubação de EES, a parceria com a FINEP tem possibilitado ações voltadas a Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento.

A incubação e assessoria técnica aos EES foram também asseguradas via PROEXT (Programa de Extensão Universitária), desenvolvido na parceria com o MEC. O PROEXT tem por objetivo o apoio às instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Dentro da Linha Temática “Geração de Trabalho e Renda em Economia Solidária”, foram selecionados em 2011 e executados em 2012 um total de 56 projetos, somando um volume de R$ 5,4 milhões. O apoio do PROEXT tem fortalecido a atuação das IES na economia solidária. Ainda no ano de 2012 foram selecionados os projetos a serem executados em 2013, sendo um total de 57 projetos/programas com um orçamento estimado em R$ 7 milhões totais.

A ação com as Incubadoras visa ainda apoiar a consolidação das incubadoras públicas de empreendimentos econômicos solidários, pertencentes a poderes públicos, e as incubadoras ligadas a entidades da sociedade civil, que prestam formação e acompanhamento para empreendimentos econômicos solidários.

O Programa é coordenado pelo Comitê Gestor, composto por representantes do Governo Federal, Universidades e organizações da sociedade civil. Ao longo do ano foram realizadas duas reuniões de trabalho do Comitê de acompanhamento do programa e elaboração de plano de ação para seu fortalecimento.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio dos projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil (esta última, no tema específico de Catadores). A concepção desses projetos incorpora na assessoria técnica a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas de autogestão justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando a elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e os registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação de assessoramento técnico nesses projetos propicia também a identificação e o apoio à constituição e ao fortalecimento de redes de cooperação.

Quantidade alcançada

620

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	150	unidade	32	31/12/2012
Região Nordeste	600	unidade	197	31/12/2012
Região Norte	150	unidade	90	31/12/2012
Região Sudeste	300	unidade	140	31/12/2012
Região Sul	300	unidade	161	31/12/2012

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, em relação a este objetivo foram cumpridas as seguintes atividades:

Proposta Preliminar do MacroZee do bioma Cerrado consolidada, que está atualmente em discussão na CCZEE. Além disso, a contratação depessoa jurídica para elaborar cenários prospectivos para o bioma Cerrado está em fase final do procedimento de contratação; Além disso, foi realizado aditivo ao convênio com o estado do Piauí para elaboração do ZEE estadual, além de estar em faze final de concretização os convênios com Distrito Federal e Tocantins para elaboração dos ZEEs estaduais.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado**

  Análise Situacional da Meta

  A versão preliminar do MacroZEE do Cerrado foi concluída por empresa contratada e encontra-se em fase de análise pela CCZEE.

- **Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal**

  Análise Situacional da Meta

  Os recursos foram disponibilizados pela Sudam via Siconv, no entanto não foram apresentadas propostas por parte dos municípios

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, optou-se por enfatizar ações de mobilização dos pré-territórios e realizar as inclusões de territórios no programa em 2013. Ademais, foram atendidos 120 territórios rurais com políticas integradas pelo Programa Territórios da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural**

  Análise Situacional da Meta

Optou-se, em 2012, por trabalhar ações de mobilização. Atualmente, 120 territórios rurais são atendidos com políticas integradas pelo Programa Territórios da Cidadania.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

13/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	12	13/02/2013
Região Nordeste	114	unidade	56	13/02/2013
Região Norte	53	unidade	27	13/02/2013
Região Sudeste	35	unidade	15	13/02/2013
Região Sul	39	unidade	10	15/02/2013

- **Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural**

  Análise Situacional da Meta

  Foram iniciados debates sobre a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural no Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CONDRAF).

- **Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.**

  Análise Situacional da Meta

  Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

- **Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.**

  Análise Situacional da Meta

  Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Estão em curso as ações necessárias para atingir os objetivos propostos. Em 2012, optou-se por enfatizar a mobilização dos pré-territórios, e realizar as inclusões de territórios no programa em 2013. Ademais, foram apoiados todos os 165 territórios rurais existentes e seus colegiados. Destaca-se as seguintes realizações: sistematização de 88 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e elaboração de outros 10. Estão em processo de elaboração sete Planos. Além disso, houve apoio para apresentação de projetos de inclusão produtiva, totalizando 158 PTDRSs apoiados em sua gestão.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados**

  Análise Situacional da Meta

  Todos os territórios rurais existentes foram apoiados em 2012, viabilizando a elaboração/qualificação de planos

territoriais de desenvolvimento rural sustentável, formação de agentes de desenvolvimento incluindo gestores públicos e representações da sociedade civil, além do apoio ao funcionamento das institucionalidades territoriais que atuam na gestão e controle social do processo.

Quantidade alcançada

165

Data de Referência

13/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	17	13/02/2013
Região Nordeste	67	unidade	67	13/02/2013
Região Norte	33	unidade	33	13/02/2013
Região Sudeste	26	unidade	26	13/02/2013
Região Sul	22	unidade	22	13/02/2013

- **Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável**

  Análise Situacional da Meta

  As seguintes atividades foram realizadas: 88 planos foram sistematizados, 10 foram elaborados, e 7 estão em processo de elaboração. Além disso, houve apoio para apresentação de projetos de inclusão produtiva, totalizando 158 PTDRSs apoiados em sua gestão.

  Quantidade alcançada

  158

  Data de Referência

  13/02/2013

- **Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais**

  Análise Situacional da Meta

  Para o desenvolvimento de ações necessárias para atingir essa meta serão levantados dados em 2013, por ocasião de pesquisa do IBGE, por município.

- **Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades de capacitação realizadas no período estão dentro do planejado para a evolução desta meta, tendo sido capacitados 16.586 agentes de desenvolvimento.

  Quantidade alcançada

  16.586

  Data de Referência

  15/02/2013

- **Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas**

  Análise Situacional da Meta

  Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

- **Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados**

  Análise Situacional da Meta

  Foi apoiada a organização de novos territórios, de modo que, ao final de 2012, foram registrados 108 'pré-territórios'. Destes, 61 foram homologados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e estão prontos para serem incorporados ao programa. A inclusão será efetuada a partir de 2013. Além disso, 35 desses pré-territórios foram apoiados com recursos para mobilização, constituição e funcionamento dos respectivos colegiados territoriais.

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A perspectiva para 2013 é de avanço nos resultados ainda não alcançados em 2012, uma vez que novos convênios foram firmados em 2012 e começarão a operar este ano. Nesse sentido, foram selecionadas propostas, por meio Chamamento Público 01/2012/SDT, para o apoio a 450 organizações produtivas e a 6 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Além disso, foram apoiadas 25 redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo e capacitados 397 agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios para comercialização/cooperativismo, superando a meta prevista para os quatro anos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos.

Ademais, foram apoiados, em 2012, 6 projetos estratégicos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	128	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	375	unidade	0	30/11/2012
Região Norte	174	unidade	2	30/11/2012
Região Sudeste	115	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	128	unidade	0	30/11/2012

- **Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de apoio às organizações produtivas de empreendimentos econômicos. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos. Ademais, foram apoiados, em 2012, 450 empreendimentos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	780	unidade	0	30/11/2012
Região Nordeste	3.680	unidade	400	30/11/2012

Região Norte	1.060	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	700	unidade	25	30/11/2012
Região Sul	780	unidade	25	30/11/2012

- **Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados, por meio dos projetos executados anteriormente, 397 agentes de capacitação. Para 2013, há previsão de aumento deste resultado, por realização de eventos de capacitação previstos em contratos de repasse empenhados em anos anteriores.

Quantidade alcançada

397

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	279	unidade	74	30/11/2012
Região Nordeste	814	unidade	120	30/11/2012
Região Norte	379	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	249	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	279	unidade	203	30/11/2012

- **Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Sem Miséria, a inclusão produtiva sustentável está sendo realizada por meio de programas como o Fomento a Atividades Produtivas Rurais, que combina recursos para aquisição de insumos e assistência técnica. Em 2012, foram transferidos recursos para 24.681 famílias. A inclusão produtiva se dá, ainda, por meio de programas como o PAA e o PNAE.

- **Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, operaram 18 Bases de Serviços Técnicos, cuja característica é o trabalho integrado, em rede, com apoio a 450 empreendimentos associativos. Há previsão de crescimento dos resultados em 2013, com o começo da operação de 89 bases, já contratadas, por meio dos Chamamentos Públicos 01 e 02/2012/SDT. As demais deverão ser contratadas e capacitadas durante 2013 e 2014.

- **Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os planos de trabalho, foi apoiada a realização de atividades de articulação, planejamento e organização de redes de cooperação, desenvolvidas por meio do apoio direto às principais redes de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, totalizando 25 redes de cooperação (consideram-se, neste caso, redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo). Há perspectivas de aumento dos resultados a serem obtidos em 2013, com o início da operação de novas Bases de Serviços Técnicos nos territórios integrantes do programa.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	114	unidade	9	30/11/2012
Região Norte	53	unidade	5	30/11/2012
Região Sudeste	35	unidade	4	30/11/2012
Região Sul	39	unidade	3	30/11/2012

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Estão em curso as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, dentro das expectativas para o período. Nesse sentido, foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais; 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS); e 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

No âmbito do PAC 2, foram beneficiados 1.161 municípios com retroescavadeiras em 2012.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Foram apoiados 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS).

- **Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais, que contemplam ações nas áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídricas, centros de formação e Infraestrutura social.

  Quantidade alcançada

  563

  Data de Referência

  15/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	378	unidade	36	15/02/2013
Região Nordeste	1.236	unidade	156	15/02/2013
Região Norte	612	unidade	88	15/02/2013
Região Sudeste	453	unidade	52	15/02/2013
Região Sul	456	unidade	231	15/02/2013

- **Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, 1.161 municípios foram beneficiados com máquinas retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais.

Quantidade alcançada

1.161

Data de Referência

15/02/2013

- **Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

Quantidade alcançada

12.948

Data de Referência

13/02/2013

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Entre as ações em curso para atingir o objetivo proposto em 2012, destaca-se a realização de mutirões para a emissão de documentos civis e jurídicos para as trabalhadoras rurais. Essa é uma ação fundamental para garantir o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas. Nesse sentido, foram realizados 755 mutirões e emitidos 247.502 documentos.

Metas 2012-2015

- **Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

Análise Situacional da Meta

Está em curso articulação com os órgãos federais (institutos de pesquisa, universidades) para realização da pesquisa em nível nacional. O Termo de Referencia para licitação e contração da instituição que realizará a pesquisa está finalizado. O referido TR tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica para realizar diagnóstico sobre a ausência e acesso à documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência nos Territórios da Cidadania e Território de Identidade, assim como estudo quantitativo e qualitativo dos resultados obtidos no diagnóstico.

- **Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas ações de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores, tendo sido emitidos 247.502 documentos.

Quantidade alcançada

247.502

Data de Referência

07/02/2013

- **Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Embora não tenha havido contabilização efetiva dos dados em 2012, estão sendo efetivadas ações para a apresentação dos resultados a partir de 2013.

- **Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizados 755 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos

emissores.
Quantidade alcançada

755
Data de Referência

07/02/2013

- **Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, trabalhou-se na articulação com os órgãos parceiros para a realização desta ação nos próximos anos. Foram contratadas 05 organizações de políticas estaduais para mulheres para contribuir com o alcance da meta.

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito desse objetivo , no ano de 2012, foi dado início ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Nesse sentido, o Ministério da Integração Nacional realizou a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), com o objetivo de promover um debate de abrangência nacional, do qual resulte princípios e diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, através da concertação federativa e social. A CNDR foi fundamentada em quatro eixos temáticos – i) governança, participação social e diálogo federativo; ii) financiamento do desenvolvimento regional; iii) desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e, iv) vetores de desenvolvimento regional sustentável – e conta com representantes dos seguintes segmentos: i) poder público; ii) sociedade civil; iii) setor empresarial; e, iv) instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. No ano de 2012, foram realizadas as 27 edições da etapa estadual/distrital e as 5 edições da etapa macrorregional da CNDR. Em março de 2013, foi realizada a etapa nacional da Conferência e, com base nos subsídios gerados, será formulada a proposta de Projeto de Lei da nova PNDR. Também no aspecto da reformulação da PNDR e do fortalecimento de sua estrutura institucional, foi retomada no ano de 2012 a atividade da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Para o ano de 2013, faz-se necessária a elaboração de um plano estratégico para a atuação da Câmara, a ser formulado pelo MI e MPOG, de modo a garantir o cumprimento de sua atuação enquanto instância de promoção do consenso político-institucional necessário para o enfrentamento da questão regional brasileira.

Ainda no corrente ano, está em fase de implementação o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional - SNIDR, o qual consiste em uma estratégia de monitoramento e avaliação integrada e articulada com programas e projetos do Ministério da Integração Nacional e demais órgãos do governo federal para fortalecer a ação da política regional no Brasil. A operacionalização será realizada por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional – ODR, que reunirá em um repositório único informações georeferenciadas provenientes de instituições governamentais que englobam dimensões centrais do desenvolvimento regional. O ODR foi apresentado na CNDR no início de 2013. O presente objetivo também engloba a elaboração de planos de desenvolvimento regional em diversas escalas, atividade fundamental para o planejamento do processo de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras. Nesse âmbito, alguns avanços foram realizados, com a elaboração de 3 planos mesorregionais e 9 Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Metas 2012-2015

- **Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), embora de grande importância para o Ministério da Integração Nacional, não foi priorizada no ano de 2012, em função da concentração de esforços para a reestruturação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. No ano de 2013, está prevista a retomada da discussão do planejamento metodológico e do conteúdo da proposta da PNOT.

- **Criar 23 fóruns temáticos regionais que promovam o fortalecimento da governança do processo de desenvolvimento regional**

Análise Situacional da Meta

A estrutura de governança da PNDR está sendo discutida em eixo específico da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). Pretende-se estruturar, ao invés dos mencionados fóruns temáticos, Comitês Estaduais de Desenvolvimento Regional, a partir das 27 Comissões Organizadores Estaduais (COEs) que foram constituídas para a CNDR no ano de 2012. Nesse sentido, em 2013, pretende-se avançar na construção do sistema de governança da PNDR a partir da estruturação de uma Rede de Desenvolvimento Regional, que envolverá as COEs, dentre outras instâncias colegiadas, e institucionalizar os Comitês Estaduais de Desenvolvimento Regional.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	4	28/02/2013
Região Nordeste	8	unidade	9	28/02/2013
Região Norte	9	unidade	7	28/02/2013
Região Sudeste	2	unidade	4	28/02/2013
Região Sul	3	unidade	3	28/02/2013

- **Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos quatro planos sub-regionais - Plano Alto Paraopeba, Plano Mesorregião Chapada das Mangabeiras, Planos Mesorregião do Seridó e Plano da Mesorregião do Xingó e nove Planos de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça previstos, cada um referente a um dos estados lindeiros à fronteira Sul-americana (AM, AP, MS, MT, PR, RO, RR, RS e SC). Ademais, foram elaboradas propostas dos Planos Macrorregionais do Nordeste e da Amazônia.

Também em 2012, iniciou-se a elaboração do Plano do Entorno do Projeto do São Francisco – PISF, que deverá ser implementado ainda em 2013.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	28/02/2013
Região Nordeste	8	unidade	3	28/02/2013
Região Norte	3	unidade	4	28/02/2013
Região Sudeste	3	unidade	1	28/02/2013
Região Sul	2	unidade	3	28/02/2013

- **Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

A presente meta coincide em parte com o objetivo a que ela se vincula, de modo que no ano de 2012 foi dado início ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Foram realizadas as 27 etapas estudais e distrital e as 5 etapas macrorregionais da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. No ano de 2013, foi realizada a etapa nacional da Conferência e, com base nos subsídios gerados, será formulada a proposta de Projeto de Lei da nova PNDR. Também no aspecto da reformulação da PNDR e do fortalecimento de sua estrutura institucional, foi retomada no ano de 2012 a atividade da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Integração Regional.

Dessa forma, o avanço na presente meta no ano de 2012 foi satisfatório, de modo que as aspirações para o ano de 2013 são ambiciosas, mas factíveis, na medida em que se pretende elaborar o Projeto de Lei que será a nova PNDR, bem como estruturar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, com esforços para o desenvolvimento de suas institucionalidades, base normativa e estrutura de financiamento.

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI, no decorrer do exercício de 2012, adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos existentes, bem como viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, otimizar a aplicação dos recursos e melhorar o desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Nordeste (FDNE) e Centro-Oeste (FDCO) e dos incentivos fiscais.

Abaixo, encontram-se descritas as providências no âmbito dos Fundos Constitucionais, que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos deste Ministério, dos objetivos e metas que integram esse objetivo.

• edição da Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012: alterações importantes foram implementadas na execução dos Fundos Constitucionais, dentre as quais se destacam a definição dos encargos financeiros e o bônus de adimplência pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do MI, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esta medida também estabeleceu que o CMN definirá as condições em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais poderão negociar dívidas contratadas com os recursos desses Fundos, dentre outras medidas;

• alteração da Lei nº 7.827/1998 incluindo, dentre as atividades econômicas beneficiárias dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, as atividades comerciais e de prestação de serviços e assim revogando o § 3º do artigo 4º, extinguindo com isso o limite máximo de 20% das disponibilidades anuais de recursos de cada um dos Fundos Constitucionais para o financiamento das atividades comerciais e de serviços;

• intensificação das ações de monitoramento do desempenho dos Fundos, com acompanhamento mensal dos resultados, em especial, junto ao Banco da Amazônia, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos dos Fundos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento além de outras condições oferecidas;

• aprovação da nova regulamentação do artigo 15-D da Lei nº 7.827/1989, que orientou a liquidação de dívidas do FNE e do FNO, pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, criando/aperfeiçoando mais um mecanismo para os Bancos administradores atuarem na recuperação de operações inadimplidas contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais.

Em consonância com as ações do Governo Federal foram ainda adotadas as seguintes medidas:

• redução das taxas de juros do mercado financeiro e, acompanhando os programas de financiamento do BNDES, os encargos dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram reduzidos para 2,5% a.a. nas operações de investimento no período de outubro a dezembro de 2012;

• criação de linhas de crédito especiais, buscando amenizar as dificuldades enfrentadas pelas Regiões Norte (enchente ou enxurradas) e Nordeste (seca ou estiagem), no montante de R$ 2,25 bilhões, no âmbito do FNO e do FNE, para as quais foram destinados, respectivamente, R$ 350 milhões e R$ 1,9 bilhão. Ao final do exercício de 2012, essas linhas emergenciais atingiram aplicações superiores a R$ 2,0 bilhões, sendo R$ 258,7 milhões no FNO e R$ 1,76 bilhão no FNE.

Relativamente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), destacam-se as seguintes ações:

• financeirização dos Fundos de Desenvolvimento Regional, onde os recursos serão aplicados com risco exclusivo (100%) das instituições financeiras oficiais federais, o que implica que o aporte de recursos da União nesses Fundos não afetará o resultado primário do setor público e, portanto, livre do contingenciamento, bem como edição dos decretos que estabeleceram os novos regulamentos do FDA e do FDNE;

• edição de Resolução do CMN que estabeleceram os novos e reduzidos encargos financeiros dos Fundos de Desenvolvimento Regional, participação máxima dos Fundos nos financiamentos, prazos máximos, dentre outras condições de financiamento;

Quanto aos Incentivos Fiscais, destacam-se as seguintes medidas:

• alteração da Medida Provisória nº 2.199/01, visando à prorrogação dos incentivos fiscais (publicação da Lei nº 12.712/2012);

Metas 2012-2015

- **Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR**

  Análise Situacional da Meta

  Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam e do Nordeste – Finor, criados com o objetivo de efetivar as políticas supramencionadas, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizadas por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que podem deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2013, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

  A avaliação foi feita com base nas empresas beneficiárias dos Fundos, revelando a evolução de alguns dados entre 2008 e 2010, como o número de empregos gerado diretamente pelos investimentos custeados pelos Fundos, o valor de tributos arrecadados pelo setor público a partir desses investimentos e informações a respeito de projetos sociais e ambientais desenvolvidas pelas empresas beneficiadas.

  A avaliação realizada indicou que os fundos tiveram e têm um papel na economia das regiões que merece destaque, quer como atores principais do processo de incremento e evolução da economia regional, quer como coadjuvantes de um conjunto de melhorias que as regiões Norte e Nordeste vêm consolidando nas últimas décadas.

  No que se refere às liberações de recursos desses Fundos, no exercício de 2012, foram realizadas sete autorizações de

liberações que atingiram o montante de R$ 195,6 milhões. Estas liberações são efetuadas pelos Bancos Operadores (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), com autorização do MI, em favor das empresas beneficiárias que comprovem aporte de recursos próprios em seus projetos.

Deste total, destaca-se a destinação de R$ 61,6 milhões, ou seja, 31,5% para o projeto da Transnordestina Logística, obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que é o projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor.

- **Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

O desempenho dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Norte (FDA) e Centro-Oeste (FDCO), no decorrer do exercício 2012, foi marcado por significativas alterações no marco regulário destes Fundos(FDA e FDNE) o que procrastinou a apresentação de Consultas Prévias e de Projetos, concentrando as demandas nos últimos meses do ano.

Para a região nordeste, o FDNE está financiando cerca de R$ 3,36 bilhões.

No exercício de 2012 o FDNE contou com um orçamento aprovado de R$ 2.005,08 milhões.

Esse montante foi integralmente comprometido com os projetos apresentados e consultas prévias aprovadas. Além disso, o FDNE tem em carteira 23 Consultas Prévias aprovadas cujos projetos, atualmente em análise nos Bancos operadores, somam investimentos no montante de R$ 15.743,32 milhões, os quais demandam R$ 6.670,63 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Ademais, estão em análise 4 Consultas Prévias que apontam para investimentos da ordem de R$ 2.683,46 milhões e demanda de R$ 913,48 milhões do FDNE.

Quanto ao FDA, ressalta-se que os recursos destinados ao FDA vem crescendo ao longo dos anos, praticamente, na mesma proporção, com variações de 15,7% em 2010, 17,3% em 2011 e 17,5% em 2012.

Os principais setores beneficiados foram: Indústria (Indústria de Transformação); Infraestrutura (Geração e Transmissão de Energia e Telefonia Fixa) e Serviços (Esgoto Sanitário). Destaca-se que desde o início da operacionalização do FDA, foram gerados na Região, em torno de 61.126 empregos diretos, indiretos e em implantação, com destaque para o estado de Rondônia que participa com 59.4% do total dos empregos gerados na Amazônia.

No exercício de 2012, não foram empenhados os recursos aportados no FDCO tendo em vista as medidas que foram adotadas para sua operacionalização dentre elas: instalação em dezembro do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, instituído como instância de deliberação superior da Sudeco. O Conselho é responsável pela aprovação dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional, e pela operacionalização dos demais instrumentos de ação da Superintendência, especialmente o FCO, o FDCO e os Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; elaboração da proposição de voto para o estabelecimento de seu regulamento e a definição das dotações orçamentárias

- **Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Os Incentivos Fiscais se constituem instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR), instituida pelo Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que no decorrer do exercício 2012 sofreu algumas alterações como ns prorrogação de incentivos.

Os dados revelam que menos de 0,6% foi o quanto representou o peso da renúncia em

relação ao PIB do Nordeste a preços correntes, e em torno de 0,08 % o peso em relação ao PIB nacional. São valores que além de economicamente suportáveis pela economia nacional, se justificam pelos efeitos positivos na geração de emprego, além de se constituir em investimento estratégico para a complementação de muitos segmentos de cadeias produtivas, antes abastecidas pelo mercado externo/estrangeiro.

Para a região de influência da SUDAM, foram 251 projetos de incentivos fiscais aprovados, contra 158 em 2011. Calcula-se que esse mecanismo garantiu a geração e manutenção de mais de 700 mil empregos na região entre 2007-2012.

- **Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento**

Análise Situacional da Meta

Os Fundos Constitucionais são os principais instrumento de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem como objetivos básicos a redução das desigualdades do nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento, por meio da exploração da diversidade consequente das dimensões continentais do país. Por meio dos Fundos, essa Política tem possibilitado a melhoria na qualidade de vida dos habitantes daquelas regiões e contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, da arrecadação de tributos e para a redução do êxodo rural.

Os recursos destacados para aplicação dos fundos, no exercício de 2012, foram de 20,1 bilhões, sendo de aproximadamente R$ 5,0 bilhões para o FCO, R$ 11,1 bilhões para o FNE e R$ 4,0 bilhões para o FNO, sendo que R$ 10,1 bilhões (51% dos recursos) foram disponibilizados para os produtores e empreendedores de menor porte. No entanto, o volume contratado ultrapassou o programado inicialmente, alcançado R$ 22,114 bilhões, tendo beneficiado principalmente micro e pequenos empreendedores.

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Entendendo a inovação como fator alavancador de competitividade e elemento diferenciador que garante a sobrevivência de empresas e organizações, esse objetivo pretende levar a sociedade a desenvolver grandes esforços de capacitação tecnológica. Envolve a adaptação ou aquisição de tecnologia mediante a promoção do desenvolvimento e da difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização; o apoio à implementação e manutenção de estruturas educacionais, bem como o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico de projetos que promovam a difusão da inovação nos setores produtivos e o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para os Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas com vistas à inclusão produtiva e a erradicação da miséria nas regiões priorizadas.

Em 2012, foram desenvolvidas parcerias com Centros de Vocação Tecnológica, universidades, Instituto Euvaldo Lodi - IEL, além de projetos específicos para o desenvolvimento da área de TI para beneficiar APLs priorizados. Conferiu-se atenção especial à questão de gênero, com iniciativas que priorizaram a inserção e desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais**

Análise Situacional da Meta

A meta de desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais foi alcançada com sucesso, por meio de convênios firmados com IEL/BA, IEL/MG e IEL/PE, no ano de 2012.

Esses convênios visam à qualificação de fornecedores no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras, dos setores automotivo, petróleo, gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada.

Quantidade alcançada

10

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi contratada empresa especializada em mapeamento de sistemas na área de TI - Modelagem de negócios, que irá dar suporte a rede de desenvolvimento de sistema de informação. Tal sistema tem como objetivo entender, conceituar, definir e descrever problemas de negócios, suas interfaces, incluindo modelagem de processos de negócios, refletindo situação atual ou desejável, visando fortalecer a rede regional de desenvolvimento da Amazônia.

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste**

Análise Situacional da Meta

A SUDECO, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR e CNPQ lançaram edital de chamamento público para seleção de propostas para projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação por meio da transferência dos conhecimento do meio acadêmico na capacitação de recursos humanos para APLs na região centro-oeste com ênfase na inclusão de gênero. Foram apresentados 21 projetos, sendo oito selecionados para receberem apoio. Não houve tempo hábil, em 2012, para conclusão dos processo. Espera-se em 2013 a continuidade da iniciativa além de aporte nos recursos para ampliação.

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Foi feita a destinação, mediante convênio firmado com o Estado de Sergipe para apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT, de R$ 857.015,99 da SUDENE, do valor total do projeto de R$ 965.632,35. Esse apoio é importante para o fortalecimento da competitividade local em vários segmentos daquele estado.

Ainda, foi celebrado Termo de Cooperação com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), que resultou na descentralização de recursos no montante de R$ 700.000,00 para o desenvolvimento integrado da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Nordeste Brasileiro, compreendendo a Infraestrutura Laboratorial para Caracterização Físico-Química de Oleaginosas com Potencial para Produção.

- **Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas ações institucionais para atingimento da meta durante a vigência do PPA 2012-2015. Nessa linha, foi realizado convênio para capacitar agricultores familiares e fortalecer as estruturas produtivas da ovinocaprinocultura e apicultura, no estado de Pernambuco. A execução da ação ocorrerá em 2013, tendo sido os recursos previstos para ação inscritos em restos a pagar.

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram apoiados cerca de 20 (vinte) projetos, o que comprometeu mais de R$ 54 milhões para o apoio às Rotas de Integração Nacional, que são redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais. Para citar alguns exemplos, na Rota do Mel – que abarca quatro estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerias – foram aplicados R$ 21 milhões em capacitação e estruturação de Unidades de Beneficiamento de Mel; na Rota do Cordeiro – Bahia e Ceará – mais de R$ 13 milhões; na Rota da Uva e do Vinho cerca de R$ 3 milhões no território do Arco Sul da Faixa de Fronteira, para capacitação dos produtores locais e implantação de vinhedos em assentamentos; e na região do Alto Solimões Amazonense e no Nordeste, R$ 4,4 milhões para o apoio à Rota do Peixe.

Os projetos tiveram como parceiros Codevasf, Dnocs, Embrapa, Sudeco, os governos estaduais da Bahia e do Ceará, a Universidade Federal de Pelotas e o Instituto Federal do Amazonas. A execução do programa acompanhou a prioridade do governo em torno do Plano Brasil sem Miséria, o que facilitou a concretização das parcerias.

Outro ponto a destacar é a seca que atingiu a região Nordeste neste ano de 2012. As lideranças locais foram fragilizadas e terão importantes dificuldades de retomar a produção ao final da seca. Com isso, acentua-se a relevância das ações em tela para apoiar os pequenos produtores e inclui-los nos processos produtivos de maneira qualificada.

Para 2013, além de continuar fortalecendo as Rotas de Integração Nacional na Região Nordeste, com o aumento de recursos disponíveis, o Ministério da Integração Nacional pretende estreitar parcerias no Centro-oeste, retomar ações já desenvolvidas no Sul e Sudeste e, principalmente, pretende aumentar significativamente sua atuação na Região Norte.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva**

  Análise Situacional da Meta

  Meta incorporada ao PPA por emenda parlamentar e as ações necessárias para o cumprimento da mesma serão implementadas a partir de 2013 devido à relevância das ações de apoio à inclusão de pequenos produtores de maneira qualificada.

- **Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados**

  Análise Situacional da Meta

  Após o início da execução do Programa, temos entendido que a meta de gerar postos de trabalho não é a mais adequada para as atividades que a SDR/MI desenvolve. A estruturação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais deprimidos, o provimento de infraestrutura produtiva e a promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica muitas vezes contribuem não exatamente para a geração de postos de trabalho formais. Podemos citar, por exemplo, famílias que deixam de produzir para a subsistência e passam a ter um excedente comercializável, as famílias de pequenos agricultores que recebem apoio técnico e aumentam sua produção e as famílias que incrementam sua capacidade de comercialização ao se associarem em cooperativas, associações de produtores etc. Sugerimos, portanto, que a meta seja alterada de “postos de trabalho” para “famílias atendidas”, a exemplo do indicador já adotado nas ações do Plano Brasil sem Miséria.

  No total, foram 17.384 famílias atendidas. Destacando os projetos centrais de inclusão produtiva, a Rota do Mel – que abarca quatro estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerias – atendeu mais de 7 mil beneficiários diretos em capacitações e estruturação de unidades de beneficiamento de mel; a Rota do Cordeiro quase 5 mil produtores da Bahia e do Ceará; a Rota da Uva e do Vinho 622 produtores do território do Arco Sul da Faixa de Fronteira; e a Rota do Peixe cerca de 2 mil beneficiários diretos das regiões do Alto Solimões Amazonense e do Nordeste

  Quantidade alcançada

  17.384

  Data de Referência

  29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	20.000	unidade	622	28/02/2013
Mesorregiões Diferenciadas	22.520	unidade	4.762	28/02/2013
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	57.550	unidade	0	28/02/2013
Semiárido	6.700	unidade	12.000	28/02/2013

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade	%	-	-	-	-
Qualidade dos serviços públicos	em definição	-	-	-	-

Observações:

Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade - O Programa 2038 está em revisão, assim como seus indicadores. Para fins dessa revisão, estão sendo considerados estudos em curso no próprio Ministério do Planejamento, no Ipea, na Secretaria Geral da Presidência da República, na CGU e na Ouvidoria Geral, que tratam da amplitude e da diversidade de interfaces entre Estado e Sociedade Civil, em franco processo de institucionalização no Brasil. Desta forma, pretende-se aprendizagem sobre as formas de ação das instituições participativas em diferentes momentos da ação do Estado, sob a forma de indicadores úteis (simples e periódicos), que retratem as principais facetas do Programa Temático "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública".
Qualidade dos serviços públicos - O Programa 2038 está em revisão, assim como seus indicadores. Melhorar a gestão pública significa atuar nas questões de governança, no marco legal e nos grandes processos de governo. Significa também contribuir para a construção de um modelo de atuação do Estado em bases integradas e cooperativas, orientado à execução das políticas públicas e à entrega de bens e serviços públicos à população. Desta forma, pretende-se desenvolver a aprendizagem sobre formas mais adequadas de organização e funcionamento das instituições e das próprias políticas públicas federais, sob a forma de indicadores úteis (simples e periódicos), que retratem as principais facetas do Programa.

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A Advocacia-Geral da União (AGU) vem atuando, no âmbito da administração direta e indireta da união, com o objetivo de proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

Essa atuação é concretizada por meio das suas unidades jurisdicionadas, sendo que a Procuradoria-Geral da União (PGU) atua na defesa judicial da União, garantindo a execução das políticas públicas que são questionadas em juízo.

Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as principais ações em 2012 foram: viabilização da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no Rio Xingu, e da UHE de Teles Pires, no Mato Grosso; assegurada a realização de leilão de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, que serão reformados para a Copa do Mundo de 2014; retomada do Porto de Manaus pela União, possibilitando investimentos federais para a realização da Copa.

No que se refere a outras políticas públicas, podemos citar: manutenção das regras do Sistema de Seleção Unificada (SISU), para o processo seletivo do programa que concede bolsas em universidades; garantia da efetividade da Lei de Acesso à Informação, com vitórias judiciais que permitiram divulgação dos salários dos servidores de forma individualizada no âmbito dos três poderes; recolhimento, no primeiro semestre de 2012, de mais de R$ 2 milhões aos cofres públicos referentes a multas aplicadas, pelos auditores-fiscais do trabalho, às empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista.

Já a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), vem centralizando a representação judicial das 154 autarquias e fundações públicas federais, a fim de garantir a viabilidade de suas políticas públicas. Assim tem sido feito, recentemente, com a manutenção em juízo das políticas ligadas ao PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, na proteção ambiental, na defesa dos indígenas e quilombolas, na execução das políticas de reforma agrária, na defesa das regras da Previdência Social, na defesa judicial da regulação econômica e dos atos das agências reguladoras, na defesa das normas aplicáveis ao ensino e na defesa do patrimônio histórico e cultural.

A Consultoria-Geral da União (CGU) tem desenvolvido diversos esforços, desde a sua instituição, para a formação de uma base de dados, contendo a produção jurídica, havendo desenvolvido o Sistema Notapar, que continha o acervo jurídico apenas do Órgão Central. Em seguida, o controle da produção passou a ser mais amplo, com a instituição, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), para a consignação de todas as manifestações do Órgão Central e dos Órgãos de Execução no Sistema Consultoria (SISCON). Houve a publicação da Portaria CGU nº 1/2011, determinando a obrigatoriedade do cadastro em relevo. Foram realizadas diversas oficinas, para a instrução da forma de anexar as peças jurídicas no sistema. O SISCON é fruto da evolução de uma ferramenta pré-existente, em que se consignavam a produção consultiva de forma quantitativa apenas, que era o CGU Gestão. Prosseguem as iniciativas para o aprimoramento da qualidade da informação consignada no SISCON, havendo diversas fases já planejadas para respectiva execução.

Ademais, há outras iniciativas para a satisfação do Objetivo, tais como a realização de pesquisa de satisfação com os Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas da União nos Estados, para conhecimento da avaliação sobre a receptividade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas Unidades da Federação, bem assim como o Projeto CGU Aproximação, que implica visitas aos Órgãos de Execução da CGU (Consultorias Jurídicas da União nos Estados e Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos Consultivos assemelhados).

No que se refere à Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU), vem fiscalizando as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correições nos órgãos integrantes da AGU para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de orientação e controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

O incremento e qualificação da atuação da CGAU é função direta para o aumento da segurança e da eficácia da condução das políticas públicas, uma vez que fiscaliza e orienta quanto à melhoria de qualidade do assessoramento jurídico prestado a todos os formuladores e executores de políticas públicas (Presidência da República, Administração Direta, Fundações Públicas, Autarquias e Agências Reguladoras).

Dessa forma, a atuação da AGU no cumprimento de sua missão institucional, por meio de seus órgãos internos, tem garantido uma base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado e do Governo Brasileiro em benefício da sociedade.

Com o objetivo de aprimorar a atuação correicional e aumentar as correições ordinárias, a CGAU desenvolveu sistema para Correição Eletrônica nos processos judiciais eletrônicos. O projeto visa fiscalizar a atuação jurídica dos membros da AGU, sem aumento de gastos com diárias e passagens para a Administração Pública. O projeto de Correição Eletrônica encontra-se na fase de testes nos TRF da 1ª Região e 3ª Regiões.

Outra conquista em 2012 foi a instalação do Escritório Avançado da Corregedoria no âmbito da 3ª Região com o objetivo de buscar maior eficiência na atuação correicional, disciplinar e de avaliação de desempenho no estágio confirmatório

dos membros de carreiras jurídicas da AGU. O projeto visa a instalação de escritórios nas cinco regiões.

Na atividade disciplinar, a CGAU instaurou, até dezembro de 2012, 17 procedimentos administrativos disciplinares, sendo 15 PADs, um Rito Sumário e uma Sindicância Investigativa. Ao todo, a CGAU teve 42 processos (38 PADs, um Rito Sumário e três Sindicâncias Investigativas) em andamento. Também foram julgados 30 processos e aplicadas cinco demissões e nove suspensões (convertidas em multas) no ano de 2012.

Em sede de verificação preliminar, foram elaborados 128 Relatórios de Verificação Preliminar e 55 Notas Técnicas para fins de juízo de adminissibilidade, em face de denúncias/representações. Em 2012, a CGAU também acompanhou 182 Advogados da União e 305 Procuradores da Fazenda Nacional em estágio confirmatório.

Metas 2012-2015

- **Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A Advocacia-Geral da União (AGU) em relação ao cumprimento desta meta estabelecida para o exercício de 2012, destaca o seguinte:

  Procuradoria-Geral da União – PGU: 100% das unidades da Procuradoria-Geral da União já usam o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU).

  Procuradoria-Geral Federal – PGF: Os principais sistemas de gestão da informação da PGF são o Sistema Consultoria da AGU (SISCON) e o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU). O primeiro teve sua implantação na PGF iniciado em 2011 (desenvolvido em 2010) e acompanha a produção jurídica das unidades de consultoria. O segundo antecede à criação da PGF, em 2002, e vem sendo implantado nas procuradorias federais desde 2006, tendo em vista sua importância para o monitoramento de todas as ações judiciais que envolvem as autarquias e fundações públicas federais. O principal problema relacionado à utilização do SICAU ainda reside na ausência de integração com os órgãos do Poder Judiciário e a carência de apoio administrativo para alimentá-lo com os dados processuais.

  Consultoria-Geral da União – CGU: Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015: Todas as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e noventa por cento das Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios cadastram as suas manifestações jurídicas no Sistema Consultoria (Siscon), fazendo a anexação das peças respectivas.

  Na Procuradoria-Geral da União – PGU, 100% das unidades da Procuradoria-Geral da União já usam o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU).

  Já na Procuradoria-Geral Federal – PGF, em 2012, apurou-se que 60% das unidades de consultoria da PGF passaram a alimentar o SISCON com suas manifestações jurídicas. Cerca de 85% das unidades de contencioso da PGF o alimentam ao SICAU regularmente. Não alimentam o SICAU as procuradorias que atualmente não contam com procuradores federais e algumas unidades recém-criadas ou em processo de extinção.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/10/2012

- **Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados**

  Análise Situacional da Meta

  A CGAU estabeleceu, para o ano de 2012, realizar 51 correições ordinárias para avaliar a regularidade e eficácia dos

serviços jurídicos prestados. As correições possibilitam a proposição de medidas e sugestões visando ao aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto está sendo cumprido, sendo que até o dia 31 de dezembro de 2012, foram realizadas 51 correições ordinárias nos órgãos jurídicos da AGU, correspondente a 100% da meta. A CGAU também realizou, em parceria com a Coordenação da Comissão Gestora Nacional do Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P", 15 correições em 2012, buscando verificar as condições ambientais dos referidos órgãos.

A Corregedoria vem atuando de forma preventiva por meio de correições e orientações aos Órgãos da AGU, com iniciativas que merecem destaque, a exemplo da publicação do Manual de Boas Práticas Consultivas em conjunto com a CGU/AGU e PGF.

As iniciativas e orientações expedidas pela Corregedoria buscam o fortalecimento das relações entre os órgãos jurídicos e os gestores públicos, promovendo maior segurança jurídica na tomada de decisões e contribuindo diretamente para a formulação e implementação das políticas públicas e a consequente redução de conflitos levados ao Judiciário.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/10/2012

- **Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais**

  Análise Situacional da Meta

  A Procuradoria-Geral da União – PGU assinou um Protocolo de Intenções com o Ministério das Relações Exteriores para atuação jurídica no âmbito internacional.

- **Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas**

  Análise Situacional da Meta

  Foi criado o “Projeto Matriz de Indicadores”, que consiste no envio mensal para cada Diretoria e cada Departamento da Procuradoria-Geral da União (PGU) dos seus resultados judiciais, ferramenta que permite a identificação riscos de conflitos judiciais relevantes. Início do “Projeto Sucesso Calculado”, que registra valores referentes às ações em que a União logrou êxito, isto é, em que o pedido do autor foi julgado totalmente improcedente.

  Na Procuradoria-Geral Federal – PGF, em 2012, foi criado e implantado o SAAR – Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da PGF, utilizado para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas. Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R$ 500 milhões, as quais são informadas periodicamente à Assessoria Econômica do MP.

  A Procuradoria-Geral da União – PGU indicou que até o final do primeiro semestre de 2013, para cada Procuradoria e cada Departamento, os temas com maior potencial de melhoria e, até o final do ano de 2013, expandir de 30% para 100% das unidades o registro de valores referentes às ações em que a União logrou êxito.

- **Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Procuradoria-Geral da União – PGU: Foram realizadas visitas aos órgãos da Administração Direta, em parceria com as Consultorias Jurídicas nos Estados, para apresentação de questões jurídicas internas com grande potencial para se transformar em questões judiciais. No Rio de Janeiro, os órgãos envolvidos prepararam uma exposição sistematizada sobre contratos de terceirização de serviços em virtude da nova interpretação dada pelo STF à Súmula 331 do TST, que

foi apresentada em quatro oportunidades a órgãos das Forças Armadas e do Ministério da Saúde. No Rio Grande do Sul, foi realizado, em parceria entre Procuradoria e Consultoria, o "Projeto Consultoria Itinerante", nas cidades do interior que possuem o maior número de unidades militares, tais como Santa Maria, Rio Grande e Bagé, procurando abordar questões relativas à administração militar, capacitando os servidores civis e militares que atuam na área. Foram abordadas questões relativas a contratos, licitações, e a PRU4 as que envolvem reintegração e reformas, por exemplo, assuntos que acabam desaguando no Poder Judiciário.

Procuradoria-Geral Federal – PGF: O acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas. São exemplos disso o acompanhamento do Leilão 4G, da ANATEL; do ENEM; e do leilão para a concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Consultoria-Geral da União – CGU: Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas: o Manual de Boas Práticas Consultivas prevê a reedição anual, tendo sido cumprida a meta no ano em curso e o Projeto CGU Aproximação implementou 11 visitas e outras quatro estão previstas até o final do exercício.

Procuradoria-Geral da União – PGU: Expandir as visitas aos órgãos da Administração Direta para outros Estados da Federação, além do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com a finalidade de reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Procuradoria-Geral Federal – PGF: Em 2012, a PGF, por meio da atuação preventiva e contenciosa, preservou o erário e economizou R$ 2,13 bilhões em vitórias judiciais, detalhados na planilha "Relatório Economia Contencioso 2012".

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Como ano inicial da vigência do atual PPA, 2012 foi marcado por realizações de grande relevância e pelo estabelecimento de bases estruturantes para o aperfeiçoamento que se almeja alcançar no diálogo, transparência e na participação social na gestão pública.

No aprimoramento dos processos de diálogo, foram constituídas e continuadas mesas de diálogo e negociação com vista a manter canais de interação sobre grandes temas demandados pelo movimento social brasileiro. Destacam-se, nesse sentido, as mesas que reúnem os movimentos do campo, os movimentos urbanos, indígenas, quilombolas e movimentos interessados na discussão da política energética nacional, entre outros. Registre-se que, em muitas situações, as mesas de diálogo chegam a se constituir como espaços institucionalizados de participação social.

Para além das mesas, o Governo Federal mantém-se aberto ao diálogo com os movimentos por meio de reuniões, audiências e na participação direta em eventos organizados pelas próprias organizações da sociedade, oportunidades em que, muitas vezes, recebe pautas de demandas e reivindicações. Nesse sentido, para estruturar a forma de tratamento e apresentação de respostas e compromissos do Governo sobre as demandas, foi constituída a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais.

Destaca-se, ainda, a crescente interação entre a Presidenta da República e a sociedade em viagens e eventos por todo o país, com a estruturação de momentos específicos de recebimento de lideranças sociais e de contato direto com a população.

A propósito da ampliação da transparência, 2012 registra marcos importantes. Inicialmente, cabe destacar a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação e, com ela, a estruturação de Serviços de Informação ao Cidadão nos órgãos públicos e a organização e disponibilização de informações no formato conhecido como Transparência Ativa. Nessa mesma linha, é notória a quantidade de acessos realizados no sítio da Imprensa Nacional em busca de conhecimento dos atos oficiais: 621.021.296 páginas acessadas.

Registre-se, também, a realização da 1ª Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que envolveu mais de 150 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional em debates e deliberações sobre o tema "A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública". Ainda, no âmbito da Parceria para o Governo Aberto, destaca-se a apresentação do 1º Balanço do Plano de Ação Brasileiro e a constituição do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil que atua na elaboração de proposta de participação social na revisão do Plano de Ação.

Com vistas ao aperfeiçoamento da participação social na gestão pública, 2012 ficou marcado pelos avanços na discussão e estruturação das propostas da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, elementos basilares para os avanços almejados até o final do presente PPA. Junto a isso, merece destaque a busca pelo aprimoramento das instâncias formais de participação, como Conselhos de Políticas Públicas (com cursos de especialização e aperfeiçoamento para conselheiros e com a realização de momentos de intercâmbio de experiências entre os secretários-executivos de Conselhos Nacionais), Conferências Nacionais (como a constituição de espaços de interação entre as Mesas Organizadoras de Conferências e o lançamento da publicação “Fatores críticos para o sucesso de Conferências”) e Ouvidorias (com a instituição do Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas).

Registre-se, ainda, a constituição de novas metodologias e espaços de participação social na gestão pública, como a implementação de Planos de Participação e Mobilização Sociais focados em políticas específicas (como o Brasil Sem Miséria, o Juventude Viva, entre outros) e a realização de Auditorias Participativas realizadas pela unidade de controle interno da Presidência da República em parceria com os Comitês Populares da Copa, para o acompanhamento de obras

nas instalações portuárias e aeroportuárias das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Nessa mesma linha, são destaque a intensa participação social na Conferência Rio+20 e a realização da Cúpula Social do Mercosul organizada durante a presidência pro tempore brasileira.

Ainda, há que se mencionar os firmes avanços que têm buscado ampliar a participação social no próprio PPA 2012-2015 (com a consolidação do Fórum Interconselhos constituído na elaboração do plano e que permanece atuante na estruturação de seu monitoramento, revisão e avaliação com participação das organizações e movimentos sociais representados nos conselhos de políticas públicas), bem como no Orçamento Federal (com a realização de diálogos relacionados à nova estrutura da programação orçamentária e o estabelecimento de compromissos para se viabilizar o monitoramento de sua execução e a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária e nas Leis Orçamentárias Anuais).

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações**

  Análise Situacional da Meta

  Os resultados para esta meta serão alcançados ao longo dos quatro anos da execução do Plano Plurianual. Neste primeiro ano não foram obtidos resultados relevantes.

- **Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais**

  Análise Situacional da Meta

  Para assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos atos oficias publicados nos Diários Oficiais da União a Imprensa Nacional os disponibiliza gratuitamente via internet.

  No ano de 2012 foram publicadas 821.884 matérias no Diário Oficial da União. O acesso da sociedade ao sítio da Imprensa Nacional alcançou 13.096.470 visitantes. Neste mesmo ano ocorreu um total de 621.021.296 acessos pela internet.

  Quanto ao jornal impresso, o ano finalizou com a média de 1.178 assinaturas e 891 assinantes, totalizando 1.785.005 exemplares destinados aos assinantes dos Diários Oficiais. O Jornal Eletrônico ficou em média 659 assinaturas e 559 assinantes.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, houve avanços significativos nessa meta em razão da maior articulação dos espaços de participação social já existentes e da criação de outros novos, da produção de informações sobre os mecanismos de participação e da incorporação de novas metodologias para aperfeiçoar esses ambientes.

  No âmbito da articulação dos espaços já existentes, merece destaque a realização, em janeiro de 2012, em Porto Alegre, do Fórum Social Temático como instância de debates preparatórios da sociedade civil para a Conferência Rio+20. Sob o tema “Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”, o evento foi palco de discussões em atividades autogestionadas, organizadas pela sociedade civil, e em atividades promovidas pelos governos locais.

  Considerado o maior evento com participação social da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) contou com a presença de mais de 45 mil participantes credenciados, dos quais mais de 18 mil representavam a sociedade civil. O Riocentro foi palco cerca de 500 eventos simultâneos à Conferência.

A Cúpula dos Povos, realizada paralelamente ao encontro oficial, foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, grupo plural composto pela sociedade civil, com suporte do Governo Federal. O encontro, que reuniu representantes da sociedade civil nacional e internacional, registrou a presença de mais de 30 mil pessoas por dia. A série de debates intitulada "Diálogos Sociais: Rumo à Rio+20", realizada em Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro, foi outra iniciativa de destaque que teve como objetivo aprofundar previamente a discussão sobre temas da Conferência nos diversos setores da sociedade.

Ainda no âmbito internacional, outro marco foi a Cúpula Social do Mercosul, realizada em Brasília nos dias 04, 05 e 06 de dezembro, no âmbito da presidência pro tempore brasileira em 2012. O encontro, que contou com a presença de cerca de 500 representantes dos países membros do bloco e com mais de 65 mil acessos à transmissão online ao logo dos quatro dias do evento, foi o ápice de um processo de reflexão e diálogo social sobre a integração regional e a participação social no bloco. A alteração da metodologia empregada nos debates, possibilitando ampliar a participação e torná-la mais efetiva, culminou na produção de um documento validado por uma grande plenária, assegurando maior legitimidade às recomendações decorrentes da sociedade civil. Esse documento, que foi apresentado à Cúpula de Chefes de Estado, possui especial destaque por abordar a integração regional em aspectos outros que não somente o econômico. Ademais, uma das maiores conquistas do evento foi a transformação da Cúpula em instância institucionalizada do Mercosul, quando antes era um compromisso político informal.

Como processo inovador, foram realizadas ações de Auditoria Participativa junto aos Comitês Populares da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de ouvir a opinião da sociedade civil sobre os impactos das grandes obras de portos e aeroportos, fomentando o diálogo e o controle social nas comunidades atingidas por empreendimentos vinculados ao evento esportivo. Foram ouvidos os Comitês de Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre e, embora ainda não seja um espaço institucionalizado de participação social, em 2013, serão ouvidos Comitês de mais nove cidades, o que será mais um passo em direção à continuidade dessa instância que, embora ainda não seja institucionalizada, está sendo cada vez mais reconhecida pela sua importância.

Espaço institucionalizado de participação social por excelência, as cinco Conferências realizadas em 2012 envolveram cerca de 800 mil pessoas em etapas municipais, estaduais, regionais e nacionais. A utilização de documentos orientadores, ao invés de textos-base, permitiu ampliar o debate sobre os conteúdos propostos e a incorporação das propostas dele decorrentes. Ainda, novas metodologias de priorização têm permitido a qualificação nas propostas emanadas das conferências.

O uso de novas mídias e tecnologias também foi fator crucial para tornar ainda mais disseminada a participação nas conferências. É uma prática que vem ganhando cada vez mais relevância, principalmente porque novos temas estão sendo cada vez mais tratados em processos conferenciais – a exemplo da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social –, sendo necessário disponibilizar ferramentas que permitam a incorporação do maior número de interessados no debate das políticas públicas. Para 2013, estão previstas 19 Conferências Nacionais. É provável que os próximos eventos com esse caráter sejam cada vez mais qualificados, principalmente porque, em 2012, fruto de parceria com o IPEA, foi lançado o guia "Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais", que tem o objetivo de contribuir para o sucesso na organização desses espaços de construção coletiva.

O ano de 2012 serviu para a continuidade do trabalho iniciado em 2011 de qualificar o trabalho das ouvidorias na perspectiva dos direitos do cidadão. A criação do Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas, que até o final de 2012 já contava com a adesão de 13 ouvidorias públicas nacionais, é o fato mais importante para garantir melhor articulação entre esses órgãos e agilizar as informações produzidas como insumos para o aperfeiçoamento das políticas, programas e ações do governo federal. A perspectiva para 2013 é de avançar na capacidade de resposta e na articulação entre as

ouvidorias com outros instrumentos de participação social, como os conselhos e conferências.

Também para 2013 está prevista a construção do novo plano de ação do Brasil na Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP, em inglês), iniciativa internacional criada para garantir que os governos assumam compromissos concretos de promoção de transparência, combate à corrupção e utilização de novas tecnologias para fortalecimento da governança. Em parceria com a Controladoria-Geral da União, foi realizada consulta virtual sobre o Plano e, em 2013, acontecerá encontro presencial com a sociedade civil para sistematização das propostas de compromissos apresentadas.

Análises adicionais sobre outros espaços institucionalizados de participação social podem ser encontradas na avaliação das Metas "Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais" e "Fortalecer os conselhos de políticas públicas".

- **Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais**

Análise Situacional da Meta

O maior avanço para o aumento da efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais ocorreu pela instalação, em 2012, da Mesa de Monitoramento dessas demandas.

No diálogo com a sociedade, o Governo assume compromissos, recebe demandas e é instado a proporcionar bens, serviços e direitos, que precisam ser monitorados para que sua concretização seja efetiva. Para que isso aconteça, é necessário promover a coordenação sistêmica das informações às demandas dos movimentos sociais no âmbito do Governo Federal; o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas pautas; e a aferição da efetividade dos resultados das respostas à sociedade e devolutivas aos movimentos sociais. A Mesa de Monitoramento foi criada para fazer frente a esses desafios.

A Mesa é composta pelos Secretários-Executivos de todos os órgãos ministeriais, e trabalha a partir das premissas de procedimentos simplificados, fácil aplicabilidade e acompanhamento; monitoramento com periodicidade definida; delimitação clara do objeto de monitoramento; fluxos de tramitação pactuados; sistema aberto e acessível aos agentes envolvidos; e compromisso com o resultado e com as devolutivas às demandas da sociedade civil.

Em 2011 e 2012, foram encaminhadas 1.022 demandas de 29 movimentos sociais, referentes a 72 temas de políticas públicas. Para fins de monitoramento pela Mesa, as pautas foram agrupadas em 461 ações, das quais 231 foram priorizadas. Após a organização e análise das pautas, em 2013, pretende-se avançar no processo de devolutiva à sociedade e de aumento da capacidade de resposta às demandas trazidas ao Governo Federal.

Além da Mesa de Monitoramento, outras mesas de diálogo – que aplicam metodologia para aprofundar temas de grande relevância para o Governo e para a sociedade – representaram avanços no alcance da meta em análise. A Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar entregou a 180 empresas o selo "Empresa Compromissada", reconhecendo-as como cumpridoras de todas as práticas empresariais estabelecidas no Compromisso.

Produto dos trabalhos realizados em 2011 em uma mesa de diálogos, em 2012 foi assinado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil e aprovado o Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho, que estabelece as regras básicas para a atuação de representantes dos trabalhadores nas obras da indústria da construção. Em nove meses de vigência, 20 empresas com 22 obras aderiram. Oito dessas obras já receberam visitas técnicas de membros da Mesa Nacional Permanente: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), Usina

Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA), Arena das Dunas Natal (RN), Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), Usina Hidrelétrica Santo Antonio (RO), Mina Conceição (MG), Refinaria Paulínia (SP) e COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião, foram firmados acordos para implementação do Compromisso pelas empresas responsáveis e comissões de trabalhadores tomaram posse.

A Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais teve uma de suas principais pautas atendidas: a isenção de imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados foi contemplada pela edição da Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012. No âmbito da Mesa de Diálogos da Plataforma Operária e Camponesa da Energia, foi realizado, em 2012, Seminário sobre o Modelo Energético Brasileiro, com a presença de aproximadamente 200 pessoas entre autoridades na área e representantes da sociedade civil.

Em 2013, as mesas continuarão como importante espaço de diálogo entre o governo e a sociedade, permitindo o atendimento de demandas vindas desse grupo e a qualificação da atuação do governo em vários setores.

- **Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2012, foram promovidas quatro edições do Café com Debate, abordando os seguintes temas: “Lei de Acesso à Informação no Brasil: um passo para o aprofundamento da democracia e os desafios para sua implementação”; “Como os dados abertos vão transformar as práticas do governo e gerar oportunidades para a sociedade”; “Os desafios para a gestão de políticas públicas de Direitos Humanos”; e “A Gestão de Processos na Administração Pública Federal: importância, avanços e desafios”. Ao todo, 653 capacitações foram realizadas. O Café com Debate, promovido periodicamente, é uma metodologia que possibilita o intercâmbio de ideias entre representantes governamentais de diferentes instituições.

Em atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI), seguindo os padrões definidos pelo Ministério do Planejamento e a cartilha publicada pela Controladoria Geral da União (CGU), foi desenvolvido o site da LAI. Além disso, foi publicado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), válido para o biênio 2012/2013, de forma a contemplar as necessidades explicitadas pelo Planejamento Estratégico da Escola.

A ENAP ofereceu no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras, em 2012, três turmas do Curso de Comunicação em Políticas Públicas, com carga horária de 30 horas cada e capacitação de 84 servidores públicos federais. Ofereceu também o curso de Accountability nas Democracias Contemporâneas e seu Impacto nas Políticas Públicas e foram capacitados 33 servidores em uma turma e carga horária de 30 horas. Nesse escopo, também realizou o Seminário Gestão da Informação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais, em que participaram 67 servidores com carga horária de 14 horas. Esse seminário abordou também as formas de disponibilização de informações para a sociedade.

Quantidade alcançada

837

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011) institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos. Além disto, a Lei determina que os órgãos e entidades públicas devam divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet.

A Lei nº 12.527 é aplicável aos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e está vigente desde 16 de maio de 2012.

- **Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social**

Análise Situacional da Meta

No âmbito dos novos instrumentos de participação, merecem destaque os Planos de Mobilização e Participação Social, metodologia que viabiliza a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de programas e iniciativas prioritárias do Governo. Essa estratégia permite aprofundar o diálogo e a interação entre o Governo Federal e a sociedade civil na construção das políticas públicas, qualificando a atuação do Governo ao assegurar maior convergência dos programas às necessidades e demandas da sociedade.

O primeiro Plano, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolveu aproximadamente 300 pessoas entre governo e sociedade para dialogar sobre a implementação do Brasil sem Miséria. O segundo Plano de Mobilização resultou na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e na constituição de sua Comissão Nacional, por meio da publicação do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. O terceiro contribuiu para a construção do Plano Juventude Viva, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que reúne iniciativas de oito ministérios para prevenir a violência contra jovens negros no Brasil.

Os Planos de Participação e Mobilização Social em torno do Brasil Sem Miséria, da Política de Agroecologia e do Plano Juventude Viva são exemplos de que é possível construir, implementar e monitorar políticas públicas de forma participativa. A consolidação dessa estratégia contribuirá para que a participação social avance como método de Governo, tornando mais intenso e efetivo o diálogo e a contribuição da sociedade nos programas e ações considerados estratégicos.

Do ponto de vista das novas formas de participação, foram realizadas oficinas de webcidadania em eventos de comunicação comunitária, de inclusão digital e juventude. Essas oficinas aplicam a prática de uma nova forma de participar e fazer política através da colaboração horizontal entre os atores. Para 2013 está prevista a realização de uma campanha e um projeto de webcidadania envolvendo os 11 municípios da região afetada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Na inclusão de novas formas e linguagens de participação nas conferências nacionais, houve a definição e coordenação dos trabalhos virtuais da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que deliberou por 20 propostas encaminhadas diretamente à sua etapa nacional, realizada em maio de 2012. Além disso, foi definido o ambiente de conferências livres da Conferência Nacional de Educação de 2014, em parceria com o Ministério da Educação, e que já está em operação.

Para 2013, estão previstos dois novos instrumentos de participação social: o Participatório – Observatório Participativo da Juventude, que irá produzir e disseminar conteúdo sobre políticas públicas de juventude com participação social e interatividade; e o portal de participação social, espaço virtual de informação, intercâmbio e participação direta da sociedade em temas de políticas públicas.

No âmbito das novas formas e linguagens, o grande destaque será a consulta, em 2013, a povos e comunidades tradicionais e indígenas para a regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002. Entre outras obrigações, os países signatários dessa Convenção se comprometem a

consultar os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a efetiva participação desses grupos na tomada de decisões.

Ligado à Iniciativa 02DI, que visa o fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, o Ambiente Integrado de Participação Popular permitirá a colaboração da sociedade por meio de serviços e ferramentas de interatividade, envolvendo os cidadãos na elaboração e melhoria das políticas públicas do país, legitimando-as.

Neste ano o projeto evoluiu na elaboração de sua documentação técnica e dos artefatos definidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2010. O projeto é ligado diretamente a meta "Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social". Ainda como ação da Iniciativa 02DI, destaca-se ainda as adaptações realizadas na seção de Consultas Públicas do Portal de Governo Eletrônico que permitiram novos relatórios e novas funcionalidades para uso de outros órgãos da Administração Pública.

- **Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi cumprido com êxito o momento de interlocução e diálogos sobre a construção da política e do sistema nacional de participação social, gerando a expectativa de maior consolidação da proposta para andamentos nos próximos exercícios.

De modo mais específico, houve a continuação dos debates da Sala de Situação em Participação Social, vinculada ao Fórum de Direitos e Cidadania, e a reinstalação do Fórum Governamental de Participação Social, instituído pelo Decreto de 15 de dezembro de 2003, com representantes de todos os ministérios do Governo Federal. Além dos debates ocorridos no Fórum, mais de 30 encontros com atores sociais estratégicos (ministérios, conselhos, entidades, organizações, fóruns) foram realizados, para apresentação e discussão da iniciativa. Esse trabalho convergiu para um conjunto de recomendações apresentado na última reunião do Fórum, com propostas de aperfeiçoamento dos canais e espaços no sistema de participação social.

Também merece destaque o seminário "A construção da democracia no Mercosul", realizado em dezembro de 2012, que reuniu representantes de governos, movimentos sociais e organizações não-governamentais para uma avaliação das principais experiências de democracia participativa em curso na região (abrangendo as instituições de cada país e do próprio Mercosul) e do seu grau de institucionalização. O Seminário proporcionou conhecimentos que contribuem para o avanço da institucionalização de instâncias participativas das diferentes políticas concertadas no âmbito do Mercosul.

A experiência foi considerada tão exitosa, que houve acordo para garantir a sua continuidade, sobretudo por meio do aprofundamento das pesquisas sobre a efetividade das instâncias participativas criadas na última década na América do Sul.

Para o ano de 2013 está prevista a edição de um conjunto de atos normativos concretizando as recomendações dos diálogos realizados e promovendo a articulação entre os elementos do Sistema Nacional de Participação Social.

- **Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento dos conselhos de políticas públicas teve um enfoque especial no ano de 2012, com a busca pelo aperfeiçoamento de sua atuação.

Nesse sentido, merece destaque o evento de apresentação de monografias do Curso de Formação de Conselheiros Nacionais, em Belo Horizonte, com participação de 70 pessoas, concluintes exitosos da segunda turma do referido curso, que terá continuidade em 2013 com a abertura de 400 novas vagas.

Além disso, foi organizado, com o apoio do Conselho de Saúde, o Colóquio Interconselhos, que contou com a participação do professor Boaventura Santos.

O fortalecimento da atuação dos conselhos passa, também, pela troca de experiências e auxílio mútuo. As reuniões periódicas entre os secretários-executivos dos Conselhos têm sido uma ferramenta importante para isso, permitindo esse intercâmbio de informações e, também, a sensibilização sobre o necessário papel dos conselhos no processo de realização de conferências.
Em 2012, foi publicado o relatório da pesquisa "Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros" pelo IPEA. Com o objetivo de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação de diversos conselhos, essa publicação faz importante diagnóstico que auxiliará cada um desses espaços a aperfeiçoar sua prática e modo de atuação.

Para 2013, está prevista a realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos Nacionais, com a finalidade de trabalhar questões que contribuam para o aprimoramento desses espaços. Assim, serão discutidos temas como estrutura e funcionamento do Conselho; formação e capacitação de conselheiros; a sua composição e formas de eleição da sociedade civil; representação e representatividade, entre outros.

- **Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2012, houve grande avanço em relação a essa meta com a construção de proposta de monitoramento social do PPA e o reconhecimento do Fórum Interconselhos como espaço institucionalizado para promover esse monitoramento. Ademais, é importante salientar que foi possível ir além do previsto, com a realização de diálogos com a sociedade em relação à Lei Orçamentária Anual.

  No processo de construção da participação social no sistema de orçamento e planejamento públicos, foi realizado, em novembro, o III Fórum Interconselhos, com a presença de aproximadamente 200 representantes de conselhos e entidades, para debate e definição quanto ao monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA). Como resultado, foi apresentada metodologia para monitoramento de agendas transversais de políticas públicas do Governo Federal. O evento foi precedido por um curso de formação sobre Noções Básicas de Planejamento, Orçamento e Participação Social para os representantes da sociedade civil, em parceria com a ENAP e com o MP.

  Além do PPA, as propostas de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) foram objeto de conversas entre a Secretaria-Geral, o MP e a sociedade civil. O debate resultou na previsão de acompanhamento pela sociedade civil da execução orçamentária relacionadas às políticas transversais, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Para 2013, estão previstos encontros semestrais do Fórum, que fará análise dos relatórios produzidos no âmbito do PPA, e também a realização de debates virtuais e ações de fortalecimento das instâncias de monitoramento nos conselhos nacionais como meios de propiciar maior transparência na aplicação do orçamento público.

- **Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos**
  Análise Situacional da Meta
  A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), lançou em 2012 o Portal Brasileiro de Dados Abertos, ferramenta

disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O portal preza pela simplicidade e organização para que a sociedade possa encontrar facilmente os dados e informações de que precisa. O portal tem o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e do governo para refletir a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor em todos os seus aspectos. O acesso à informação está previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O principal objeto do portal de Dados Abertos é a publicação e disseminação dos dados e informações públicas na Internet, organizados de maneira tal que permita sua reutilização em aplicativos digitais desenvolvidos pela sociedade, para a sociedade. Isso proporciona ao cidadão um melhor entendimento do governo, de maior clareza no acesso aos serviços públicos, no controle das contas públicas e na participação em atividades de planejamento, desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas. Estão disponíveis, desde dezembro de 2012, junto ao Portal de Dados Abertos, 83 conjuntos de dados com 1.040 recursos distintos.

O governo brasileiro participa, por meio do MP, da parceria OGP (Parceria para Governo Aberto), compromisso internacional de diversos países para aumentar a transparência, participação e colaboração da sociedade, em cujas ações constam a publicação do Plano de Ação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e a abertura dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). O Plano de Ação da INDA é a diretriz do governo de médio e longo prazo para orientar os órgãos da Administração Pública na constituição de seus planos de abertura de dados públicos.

- **Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**

Análise Situacional da Meta

Para apoiar os municípios no cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009, que trata da publicação em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos estados, do distrito federal e dos municípios, foi criada seção específica no Portal da Transparência do Governo Federal, com informações sobre as transferências de recursos públicos da União para Estados, Distrito Federal e Municípios. O objetivo é auxiliar esses entes federativos a acompanhar e extrair as informações sobre os recursos federais repassados em seus portais na internet.

Em 2013, pretende-se intensificar essa colaboração por meio da elaboração de guia para orientar os entes federativos sobre a construção de portais com dados de execução orçamentária e financeira.

- **Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos**

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2012, a Controladoria-Geral da União atuou intensamente em atividades voltadas à interação com os gestores públicos federais, focando na melhoria da gestão dos recursos públicos e no fortalecimento do controle preventivo.

Por intermédio do processo de Orientação Preventiva aos Gestores Federais e do Programa Capacita, foram realizados eventos de capacitação aos gestores públicos federais, presenciais e a distância, além da distribuição de cartilhas e manuais afetos ao tema. A atuação se deu, também, por meio do Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP), que buscou o aprimoramento da gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros, com ações de capacitação presenciais e a distância, para agentes públicos municipais, além da distribuição de acervo bibliográfico contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública.

Assim, de modo geral, foram capacitados 1.220 servidores federais em Direito Disciplinar, 13.448 servidores, entre

eles 1.048 auditores internos, em temas sensíveis para o Controle Interno, como Licitações e Contratos, Transferências Voluntárias, Prestações de Contas e Aposentadorias e Pensões. Além disso, foram distribuídas 10.775 cartilhas de orientação sobre temas como Sistema de Registro de Preços, Diárias e Passagens, Contratação de Consultorias e Licitações e Contratos Administrativos. Destaque, também, para a evolução no quantitativo de agentes públicos capacitados, municípios atendidos e número de ações de capacitação realizadas por meio do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com um incremento de 54% na quantidade de agentes capacitados, em comparação ao ano anterior, atingindo um total de 1881 pessoas capacitadas, em 162 municípios.

Por fim, após as eleições municipais, foram realizadas ações de orientação aos gestores públicos em fim de mandato, com vistas a contribuir para o processo de transição governamental nos municípios brasileiros, promovendo sua institucionalização junto a prefeitos, secretários, vereadores e agentes públicos em geral.

- **Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da reestruturação é adequar o Portal da Transparência do Governo Federal aos princípios de dados abertos, promovendo a integração e ampliação de conteúdos, bem como a melhoria da usabilidade, por meio da disponibilização de novas funcionalidades e dados.

Em 2012, foi praticamente concluída a especificação técnica para a construção da solução de software do tipo Data Warehouse (DW), cujo objetivo é ser o repositório interno central de dados estruturados, coletados ou recebidos pela CGU. A entrada de novos dados no Portal, como o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) e as remunerações dos servidores federais, exigiu a revisão do escopo do projeto.

Em 2013, além da conclusão da especificação técnica do DW e início de sua implementação, está prevista a definição da arquitetura de informação e do layout do novo Portal da Transparência.

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Sendo essencial fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Governo, foram autorizados concursos públicos para 34 órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, totalizando 18.315 novas vagas, e autorizado provimento de 16.650 cargos em 31 órgãos e entidades e a reposição de 773 vacâncias. Dentre as vagas, destacam-se as destinadas à implementação dos programas prioritários de Governo nas áreas de segurança pública, saúde, previdência, educação e infraestrutura. Para atender as necessidades temporárias por força de trabalho, foram autorizadas contratações de 4.116 servidores de acordo com a Lei nº 8.745/1993, em nove órgãos da Administração. Além disso, foram atendidas demandas de 28 órgãos relativas a solicitações de reformulação de estrutura organizacional, que resultaram na formulação de 37 decretos.

Como forma de apoiar os órgãos e entidades públicos para inovar no campo da gestão, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), assinou o Contrato de Empréstimo nº 2192/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de US$ 49 milhões, para a implementação do Programa de Modernização de

Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal (Prosis).

Relativo à gestão da política de cooperação técnica internacional, foi assinado acordo entre a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para um programa de capacitação de servidores públicos nas seguintes áreas temáticas: fundamentos e práticas da cooperação técnica internacional brasileira, gestão por resultados, comunicação e interculturalidade, e moderação.

Também merece destaque o Programa Regional para a Coesão Social na América Latina (EUROsociAL II), iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia, executado por meio do intercâmbio de experiências entre instituições da Administração Pública de diversos países europeus e latino-americanos, com realização de seminários, e teleconferências nas seguintes áreas temáticas: saúde, educação, proteção social, emprego, finanças, institucionalidade democrática, diálogo social, descentralização, segurança e justiça. A ENAP coordena, em conjunto com o Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA), a área temática de proteção social.

Pretende-se, em 2013, no contexto do Programa Acadêmico 2013-2014 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (EIAPP/CLAD), realizar os cursos presenciais “Planejamento Estratégico” e “Avaliação de Programas Sociais”, e o curso “Ética e Administração Pública na América Latina”, na modalidade à distância.

Com vistas à reestruturação e ao fortalecimento institucional da APF, destaca-se a criação, por meio do Decreto nº 7.808/2012, da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), com a finalidade de administrar e executar os planos de benefícios de caráter previdenciário complementar. A criação da entidade atende à determinação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais previsto na Constituição Federal. A partir de 2013, os novos servidores que venham a ingressar nos quadros da União passarão a contribuir, sobre a parcela acima do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para o novo regime complementar.

No sentido de aumentar a capacidade de gestão sobre os imóveis da União, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) iniciou a execução do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, que conta com empréstimo do BID, objetivando desenvolver novo Sistema de Gestão do Patrimônio, com a modernização das metodologias de caracterização, demarcação, cadastramento e avaliação dos imóveis da União. Foram adotadas diversas ações voltadas à modernização da sistemática de arrecadação das receitas do patrimônio da União, como a implantação do código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e do Darf eletrônico (e-Darf), em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB), que possibilitou o recebimento de taxas e foros pagas via internet.

De forma a utilizar o patrimônio imobiliário como recurso estratégico a ser aplicado no apoio às políticas públicas, foram destinados 417 imóveis em apoio ao desenvolvimento local e a grandes empreendimentos previstos no PAC, em especial, aqueles voltados à atividade portuária e às indústrias navais, aquecidas pelo setor petrolífero, assim como foram destinados terrenos da União no Estado do Rio de Janeiro para a implantação de equipamentos esportivos e estruturas de apoio para a realização das atividades da Copa do Mundo da Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Na área de regularização fundiária, destacou-se a parceria com o governo do Distrito Federal, que permitiu a doação de áreas para o programa de regularização fundiária local para as áreas de Itapoã e Riacho Fundo II, que beneficiarão aproximadamente 56 mil famílias. No contexto do Programa Terra Legal, a ação de inclusão socioterritorial de famílias ribeirinhas agroextrativistas na Amazônia garantiu a outorga de 6.352 mil Termos de Autorização de Uso Sustentável

(TAUS) para famílias que vivem e preservam rios e ilhas federais na região amazônica.

Quanto à universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais, ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem ao conhecimento da realidade brasileira para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu o calendário da disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010 com a divulgação de informações sobre os temas educação, trabalho e rendimento, deficiência, migração, fecundidade, famílias e domicílios. Importante também mencionar o lançamento da publicação "Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo", com informações inéditas sobre o pertencimento étnico e a língua falada pelos indígenas e ainda relativas às suas terras. Para 2013, estão previstos a preparação da próxima operação censitária, a Contagem da População 2015, que cobrirá todos os domicílios do País, em todos os municípios brasileiros, e o planejamento do Censo Agropecuário 2016, abrangendo mais de cinco milhões de estabelecimentos na área rural.

Foram divulgados os resultados de duas pesquisas inéditas: (i) a Pesquisa de Meios de Hospedagem 2011, que forneceu um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas regiões metropolitanas das capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE); e (ii) a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas 2010 (TIC-Empresa), que disponibilizou indicadores, pautados por recomendações internacionais. Foi dado prosseguimento à implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), cuja operacionalização se iniciou com a inserção dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) em todo o território nacional. Ressalta-se ainda, o planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, para implantação em 2013.

Foram realizadas atividades de capacitação, sensibilização e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), em parceria com outros órgãos do Governo Federal, com o objetivo de ampliar sua utilização e agregar mais produtores de informações geoespaciais. Em 2013, estão previstas atividades de capacitação e divulgação da Inde, para implantar e manter essa infraestrutura de dados de forma a reunir eletronicamente produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução do objetivo, destaca-se a parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Gestão de Pessoas na Administração Pública, vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. O uso de metodologias de padrão internacional e de procedimentos técnicos transparentes de coleta de informações garantiu credibilidade institucional à produção e divulgação de informações estatísticas. Na área da arrecadação, a parceria com a RFB propiciou a modernização da sistemática de arrecadação das receitas patrimoniais. Por outro lado, o fortalecimento de ações nas redes nacionais e internacionais de instituições que apoiam as Escolas de Governo permitiu a capacitação dos agentes públicos e o uso e intercâmbio de novas tecnologias em educação.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União**

  Análise Situacional da Meta

  Seguindo a diretriz de ampliar a democracia e fortalecer a gestão pública, o aprimoramento da gestão do patrimônio imobiliário da União envolveu atividades desenvolvidas com vistas à atualização tecnológica, melhoria dos processos de trabalho e aprimoramento da legislação aplicável.

  Com o objetivo de atualização da tecnologia, melhoria da gestão e adequação dos procedimentos à legislação em vigor,

tornou-se necessária a modernização dos sistemas informacionais em uso, de forma a eliminar inconformidades detectadas. Para tanto, encontra-se em andamento um trabalho de unificação de sistemas com características cadastrais comuns e de desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades que permitam uma maior capacidade de gestão sobre os imóveis. Foram realizados estudos para melhorias nos sistemas, bem como para a preparação da migração dos bancos de dados para o futuro sistema georreferenciado. O processo licitatório está em fase de conclusão, com início das atividades previsto para 2013 e conclusão em 2014.

Está em andamento a elaboração de um painel de indicadores, cujo objetivo é melhorar a capacidade de planejamento e gestão dos macroprocessos relativos ao patrimônio da União, com a posterior organização de uma base de dados consistente para subsidiar o gerenciamento e tomada de decisão. Em parceria com a Fundação Universidade de Brasília, as primeiras oficinas já foram realizadas, estando o projeto dentro do cronograma estabelecido.

As atividades que se destacaram para o cumprimento da meta foram as relativas à destinação de áreas para implementação das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, com entrega de 6.354 TAUS na região da Amazônia Legal. Foram ainda destinados 30 imóveis, que totalizaram aproximadamente 24 mil m², para atendimento de 54 famílias nos Estados do Acre, Maranhão e Roraima.

Quanto à destinação de áreas da União para projetos de regularização fundiária de interesse social, foram destinados oito imóveis no Distrito Federal e nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, totalizando cerca de 4,7 milhões de m², para atendimento de 26 mil famílias. Foi realizada, também, titulação direta a famílias, com destinação de imóveis somando 61 mil m², atendendo 267 famílias nos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda no âmbito da regularização fundiária, 26 áreas foram reservadas para projetos de interesse público, sendo dez áreas para o Projeto Nossa Várzea, no Amazonas, totalizando cerca de 800 milhões de m², para beneficiar 2.049 famílias; três áreas para o Projeto de Assentamento Agroextrativista, no Amapá, que totalizam aproximadamente 163 milhões de m²; seis áreas para os Projetos Portal da Amazônia e Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, no Pará, com um total de 38,2 mil m², em benefício de 955 famílias; e sete áreas para outros programas sociais de regularização fundiária, com 2,7 milhões de m², em benefício de 26.293 famílias, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará.

Para projetos de urbanização integrada e construção de novas unidades habitacionais em assentamentos precários, foram destinadas áreas que totalizaram 500 mil m², para atendimento de 812 famílias nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, a atuação com os movimentos sociais organizados na luta pela moradia veio consolidar o processo democrático e compartilhado de gestão dos imóveis da União, permitindo o atendimento direto às demandas dos movimentos por moradia.

Visando subsidiar projetos de reforma agrária, foram destinados sete imóveis totalizando 18.100 hectares, para atendimento de pelo menos 312 famílias, nos Estados do Amapá, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, destacando-se a emissão de Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) para três áreas no Amapá.

Relativo à preservação ambiental, a União destinou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) áreas para regularização de Reservas Extrativistas (Resex), totalizando 780.214,5 ha, envolvendo sete Unidades de Conservação, entre as quais a Reserva Biológica Serra do Cachimbo no Pará, a Floresta Nacional Jacundá em Rondônia e a Resex Delta do Parnaíba no Piauí e Maranhão.

No que concerne receitas patrimoniais, em 2012 foi arrecadado o total de R$ 808,5 milhões, o que corresponde a um

aumento de 14,7% em relação ao ano anterior. A implantação, em parceria com a RFB, do código de barras nos Darf e do e-Darf resultou em melhoria da gestão das receitas patrimoniais e possibilitou a obtenção do documento pela internet para o pagamento das taxas e foros, proporcionando comodidade para o cidadão e economia significativa de recursos. Foi desenvolvida, ainda, rotina de cobrança administrativa de créditos inadimplidos e encaminhamento para execução fiscal, o que eliminará a prescrição de créditos patrimoniais na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a partir de 2013.

No âmbito do aprimoramento da gestão patrimonial, houve a edição de normativos para a regulação do uso dos espaços físicos em águas públicas federais para regularização e implantação de estruturas náuticas e navais (Portaria SPU nº 404/2012, que atualizou a Portaria SPU nº 24/2011). Como resultados, destacam-se a destinação de área de 349.058,16 m² para construção de estaleiro em Aracruz/ES, e as autorizações para construção de terminais portuários de uso privativo em Presidente Kennedy/ES (área de 385.636,29 m²) e no Complexo Portuário Ponta da Madeira, em São Luís/MA (área de 452.660,00 m²), este para embarque de minérios oriundos de Carajás/PA. Relativamente à caracterização do patrimônio da União, necessária para a incorporação dos imóveis, foram demarcados 250 km de terrenos marginais e de marinha e cadastrados 23.258 imóveis dominiais e outros 3.606 imóveis de uso especial.

Ao longo de 2013, será promovida a implantação de diretrizes gerais para balizar as ações descentralizadas, como o Plano Nacional de Caracterização, com vistas a ampliar o rol de imóveis incorporados ao patrimônio da União; o Plano de Destinação de Grandes Projetos de Infraestrutura Prioritários, e o Plano de Destinação para Projetos Prioritários na Área Social. Será desenvolvido também o Projeto de Saneamento Cadastral, com o intuito de eliminar inconsistências da base de dados da SPU, bem como o Projeto de Revisão da Política de Gestão do Patrimônio da União, que tem por objetivo propiciar maior eficiência para a gestão do patrimônio da União, definindo a SPU como gestora de um Sistema Estruturante da Gestão Patrimonial e adequando-a aos novos desafios.

- **Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado, no âmbito do “Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia: Gestão para Resultados”, um conjunto de ações que procurou estabelecer um marco referencial de gestão para resultados, gestão por competências e gestão de desempenho, a partir da experiência em países europeus. Entre essas ações, podem-se elencar as visitas técnicas realizadas e a elaboração do estudo “Gestão Para Resultados, Gestão do Desempenho e Gestão de Competências nas Administrações Públicas Europeias - Lições a tirar de algumas experiências recentes realizadas nos países da União Europeia”. Foram realizadas oficinas e palestras para difusão das experiências mapeadas, com a presença de servidores públicos de diversos órgãos federais.

Foram também executadas ações voltadas ao aperfeiçoamento das metodologias de pactuação de resultados, como a revisão da metodologia da avaliação dos contratos de gestão no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), entidade vinculada ao Ministério da Previdência Social; a proposta de revisão da sistemática de avaliação do contrato de gestão firmado pela Organização Social Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com o MCTI, a vigorar a partir de 2013. Também para 2013, foi aperfeiçoado o contrato de gestão do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Foram contratados, com recursos da Cooperação Espanhola, dois consultores para apoiar a preparação de um guia de pactuação de resultados, que será desenvolvido no primeiro semestre de 2013 e orientará o desdobramento das metas setoriais em planos de trabalho nas organizações, permitindo seu monitoramento para fins de avaliação de desempenho

institucional.

Em 2013 espera-se avançar no aperfeiçoamento do modelo de gestão por desempenho da APF a partir da realização das seguintes ações principais: elaboração de proposta de decreto unificando os ciclos de avaliação de desempenho nas instituições; desenvolvimento do módulo avaliação no Sigepe, com implantação em 2014, incorporando proposta para a otimização da avaliação de desempenho da APF. Além disso, pretende-se elaborar um guia de referência da gestão por resultados com orientações e diretrizes para pactuação e gerenciamento de resultados nas organizações públicas, e também uma proposta de regulamentação da contratualização na APF.

Os principais desafios associados ao cumprimento desta meta concentram-se na necessidade de: realinhamento dos processos de gestão de desempenho das instituições, dos programas e dos servidores (avaliação individual) e convergência dos ciclos de avaliação entre as instituições públicas; repactuação dos processos de planejamento estratégico; definição de novas orientações e metodologias técnico-políticas para aperfeiçoar o processo de gestão por resultados na esfera pública.

- **Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

No que se refere à oferta de referencial para orientar as organizações públicas no aperfeiçoamento do seu modelo de gestão destaca-se a atualização do Modelo de Excelência da Gestão Pública (MEGP) com participação dos órgãos centrais dos sistemas estruturantes de Governo. O MEGP orienta a transformação gerencial rumo à excelência, com um referencial contendo os conceitos e um instrumento de avaliação dos critérios de excelência da gestão pública, para que os órgãos da Administração Pública tenham possibilidade de verificar a conformidade de sua gestão às boas práticas de governança e promover a implementação de melhorias que venham a auxiliar o alcance dos resultados institucionais. Além disso, o MEGP permite avaliações comparativas de desempenho entre organizações. Para 2013 espera-se publicar e disseminar a atualização do MEGP, bem como avançar ainda mais na identificação, atualização e disponibilização de tecnologias e referencias para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência.

Em termos da oferta de tecnologias de gestão para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência, alguns instrumentos foram desenvolvidos, aperfeiçoados e disponibilizados gratuitamente, como: o benchmarking colaborativo, voltado para a busca de melhores práticas e de processos inovadores; e o Guia de Gestão de Processos, que orienta a modelagem e a gestão de processos voltados ao alcance de resultados.

As ações de modernização de instrumentos e sistemas de gestão estão sendo concentradas, em larga medida, no Prosis. O Governo Federal, por meio do MP, assinou, em janeiro de 2012, o Contrato de Empréstimo nº 2192/OC-BR com o BID, para a implementação do referido programa.

O principal objetivo do programa é fomentar a inovação e a melhoria da gestão pública, nas dimensões da gestão das estruturas, das pessoas, das funções administrativas, da tecnologia e recursos logísticos, de forma a contribuir para uma ação governamental mais eficiente, eficaz e efetiva.

Este programa consiste numa linha de financiamento externo, no montante de US$ 49,023 milhões, dos quais US$ 28,6 milhões serão financiados pelo BID e US$ 20,423 milhões de contrapartida local. Suas atividades estão distribuídas em cinco componentes: (i) Modernização dos Sistemas de Planejamento e Orçamento; (ii) Gestão e Integração dos Recursos Tecnológicos de informação; (iii) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão de Investimentos; (iv) Modernização dos Instrumentos de Apoio à Execução do Gasto Público; (v) Melhoria da Coordenação Governamental. Em março de 2012 foi realizado o Seminário da Missão de Arranque, com a participação

de 50 pessoas, incluindo o corpo dirigente e as Secretarias envolvidas. Ao longo do ano foi estruturada a equipe da coordenação geral. Em junho, ocorreu na ENAP evento de capacitação de 20 servidores sobre contratações e/ou aquisições de acordo com as regras do Banco.

Os maiores desafios relacionados à implementação da meta em questão são: aquisição e implementação do sistema de monitoramento do Prosis, haja vista que o Prosis atende a várias Secretarias do MP; aumentar a capacidade de realizar contratações com maior celeridade e eficiência no âmbito do Prosis, de forma a garantir a execução dos desembolsos previstos para 2013; viabilizar a contratação de serviços para a operação do Prêmio de Qualidade da Gestão Pública; e viabilizar parcerias para a identificação, atualização e disponibilização de tecnologias e referencias para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência.

No âmbito das ações desenvolvidas pela ENAP foram iniciados dois projetos focados na inovação do setor público: o primeiro, em cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública, da Universidade de Brasília, que tem por objeto a elaboração de uma pesquisa ampla sobre a inovação na APF e elaboração de estudos de casos sobre o tema; o segundo refere-se a um projeto de pesquisa a partir do material empírico fornecido pelo Banco de Soluções do Concurso Inovação e também pelo trabalho de prospecção em outros sistemas corporativos do Governo Federal.

A 17ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal contabilizou 1.611 inscrições válidas e 321 iniciativas premiadas. Todos os relatos das premiadas são publicados anualmente em livro e estão disponíveis ao público no sítio da ENAP, no Banco de Soluções na página do Prêmio. Para 2013, está prevista a realização da 18ª edição do concurso.

- **Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos**

Análise Situacional da Meta

No que diz respeito à recomposição da força de trabalho, em 2012 foram autorizados concursos públicos para 34 órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional, totalizando 18.315 novas vagas abertas. Foi autorizado, também, provimento de 16.650 cargos em 31 órgãos e entidades, e a reposição de 773 vacâncias. A prevalência dos concursos para cargos de nível superior direcionados para as áreas estratégicas e a política de substituição dos terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997 foram diretrizes adotadas para profissionalizar e fortalecer o quadro de pessoal da Administração Pública.

Dentre as novas vagas abertas, destacam-se as destinadas à implementação dos programas prioritários de Governo nas áreas de segurança pública, saúde, previdência, educação e infraestrutura, tais como 2.343 cargos da carreira policial, 2.470 profissionais de saúde, 2.700 profissionais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 7.925 docentes para o Ministério da Educação e 1.200 profissionais para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes.

Diante da necessidade de fortalecer a capacidade do Governo Federal em planejar, implementar e executar grandes obras, especialmente aquelas no contexto do PAC, em 2012 foi realizado concurso público para preenchimento de 164 vagas para o cargo de Analista de Infraestrutura, bem como o respectivo curso de ambientação para Analista de Infraestrutura na ENAP, com ingresso de cerca de 140 destes profissionais ainda em 2012, os quais serão lotados em órgãos estratégicos do Governo.

Cabe ressaltar a realização do primeiro concurso público para o cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), com 825 vagas, que atenderá demandas de diversos órgãos por profissionais qualificados para a execução de atividades especializadas de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas e projetos na área social. A etapa de provas foi finalizada em novembro e o ingresso dos ATPS está previsto para o primeiro semestre de 2013. Dois órgãos

estratégicos, os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram priorizados para receber os referidos profissionais em razão da necessidade de substituição de consultores e terceirizados em situação irregular.

Com o objetivo de atender às necessidades temporárias por força de trabalho, em 2012 foram também autorizadas contratações de 4.116 servidores de acordo com a Lei nº 8.745/1993, em nove órgãos da Administração.

Em 2012 foi conduzido pelo MP amplo processo de negociação entre o Governo e os sindicatos dos servidores, que resultou em acordos de reajustes e reestruturação remuneratória que contemplaram mais de 150 carreiras, planos de cargos, planos especiais de cargos e demais categorias, abrangendo 97,5% dos servidores públicos civis e militares. Os acordos de reajustes e reestruturação remuneratória concedidos foram parcelados de 2013 a 2015, de forma a promover a recomposição remuneratória dos servidores do Poder Executivo Federal. Nesse conjunto, destaca-se a área de educação, que representa 42% do conjunto de servidores ativos com 213,6 mil servidores, assim distribuídos: 67,9 mil docentes do Ensino Superior; 28,1 mil do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e 117,6 mil do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Em relação especificamente aos docentes, além do reajuste em três parcelas, foram também contemplados aspectos de reestruturação da carreira, como as regras de progressão e retribuição por titulação, representando reajustes que chegam a mais de 20%, como clara medida de valorização da área educacional. Foram encaminhados ao Congresso outros projetos de leis que tratam de indenizações, parcelas remuneratórias e outros reajustes referentes às carreiras e aos planos de cargos do Poder Executivo.

Adicionalmente, foi elaborado o projeto da Medida Provisória nº 568, convertida na Lei nº 12.702/2012, que dispõe sobre gratificações e adicionais. Ocorreram, em 2012, cursos para qualificar técnicos e gestores de áreas de políticas públicas específicas, tais como a Especialização em Gestão de Programas e Grandes Projetos de Infraestrutura, para apoiar o alcance dos objetivos do PAC, e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos, demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Em 2013, pretende-se desenvolver uma proposta de curso sobre gestão social e terceiro setor para apresentar e discutir as relações com o Estado.

Em 2013, destacam-se atividades na área social que serão executadas pela ENAP para apoiar políticas brasileiras: a) em parceria com o MDS, fortalecimento e levantamento de lições em áreas de monitoramento e avaliação; intercâmbio sobre sistemas de informação, monitoramento e avaliação; estudo para identificar casos exitosos de coordenação em programas similares ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM); curso de coordenação de políticas sociais; e fortalecimento de programas de primeira infância para crianças em situação de rua no Brasil; b) em parceria com o Ministério da Previdência Social, será realizado intercâmbio sobre proteção social dos trabalhadores domésticos diaristas, ambos com recursos provenientes da Comissão Europeia.A ENAP e o MDS mantém cooperação para realizar oito Seminários Internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento (quatro em 2012 e quatro em 2013), com o objetivo de apresentar a países em desenvolvimento um panorama sobre as estratégias e políticas brasileiras para enfrentamento das questões sociais, promoção da proteção social e erradicação da pobreza, visando identificar possíveis áreas de cooperação Sul-Sul. Os seminários realizados em 2012 contaram com a participação de servidores brasileiros e de 163 servidores de 24 países em desenvolvimento, sobretudo da África e da América Latina.

O projeto de cooperação técnica entre a ENAP e o Instituto Superior de Administração Pública de Moçambique realizou, no Brasil e naquele país, cursos para dirigentes e técnicos em temas relacionados a desenvolvimento de lideranças, gestão de equipes, gerenciamento de projetos, planejamento estratégico, entre outros. Foram realizadas também oficinas de alinhamento estratégico e visita técnica ao Brasil. Com o fim das atividades do projeto em março, teve início sua avaliação por meio de entrevistas realizadas no Brasil e em Moçambique.

- **Proposição de Projeto de Lei sobre a organização e funcionamento da administração pública**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, verificou-se a necessidade de mudança da estratégia de atuação com relação ao assunto. A publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, introduziu uma nova prioridade na agenda, qual seja a constituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Assim, como a opção de Governo foi mudar o foco e não dar continuidade ao projeto de construir proposta de projeto de lei sobre a organização e funcionamento da administração pública no contexto atual, será proposta a revisão da meta em questão por ocasião da revisão do PPA em 2013.

O Governo Federal vem adotando as providências necessárias para viabilizar o funcionamento da Funpresp-Exe e dos novos sistemas de previdência social e complementar dos servidores públicos já a partir de janeiro de 2013. Foram enfatizadas adequações dos processos de gestão de pessoas para a operação das contribuições dos servidores públicos nos regimes de previdência geral e complementar, bem como no investimento em campanhas de orientação e esclarecimentos aos servidores sobre os novos procedimentos. Foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal do Ceará para apoiar a elaboração do plano de benefícios da Funpresp-Exe, do respectivo parecer jurídico e demais documentos pertinentes. Também foram iniciados os estudos para a estruturação do Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais.

As ações em andamento que permitirão a implantação do Funpresp-Exe em 2013 são: negociações com representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário para construção do estatuto do Fundo; aprovação do estatuto pela Previc; estruturação da Fundação com relação a pessoal, espaço físico e sistemas tecnológicos; elaboração da minuta do plano de benefícios; adequações do Sistema de Folha de Pagamento do Servidor Civil (Siape), considerando as adesões ao novo plano e o modelo de cálculos dos recolhimentos ao fundo com base nas novas regras; capacitação dos órgãos setoriais e seccionais e novos servidores, e elaboração da campanha de divulgação.

Sobre essa questão, um dos desafios para 2013 diz respeito ao cumprimento das funções de órgão responsável pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades da Funpresp-Exe, em nome dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo federal, e encaminhamento dos resultados ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

No que tange ainda à citada meta, em 2012 foi discutida e desenvolvida proposta de aperfeiçoamento da legislação de terceirização, prevista no Decreto nº 2.271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços de execução indireta pela APF. O objetivo é o de adequar e revisar os conceitos e o marco legal relacionados à terceirizações de serviços por meio de uma revisão desse Decreto, prevista para ser concluída e encaminhada em 2013.

Ainda como expectativa para 2013, pretende-se elaborar uma proposta de revisão da Lei nº 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, com as alterações que se fizerem necessárias no Decreto-Lei nº 200/1967.

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

As Cartas de Serviços ao Cidadão, instituídas pelo Decreto nº 6.932/2009, estão no cerne da estratégia de melhoria do atendimento prestado aos cidadãos. Cada Carta de Serviços informa quais são os serviços prestados ao cidadão por uma determinada organização pública, especificando padrões de qualidade como tempo de espera para o atendimento, prazos para o provimento dos serviços, orientações quanto aos mecanismos de comunicação com os usuários, procedimentos para acolhimento de sugestões e para o recebimento, atendimento e gestão de reclamações.

Em 2012, a metodologia de elaboração da Carta de Serviços foi reformulada, transformando-se em ferramenta de análise e melhoria de processos, para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários, e em 2013, será objeto de ampla disseminação aos órgãos e entidades da Administração Pública.

Em relação ao aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (e-Gov), houve a implementação de novos recursos no portal Governo Eletrônico, ambiente oficial de informações sobre o Programa do Governo Eletrônico Brasileiro (www.governoeletronico.gov.br), destacando-se a criação de uma área voltada à presença do governo nas redes sociais e a relação de todos os Serviços de Informação aos Cidadãos (SIC) do Governo Federal. O portal está em atualização, com definição de uma nova aparência, um espaço para discussão dos Comitês de Governo Eletrônico e implementação da acessibilidade digital em toda sua estrutura.

Em maio de 2012 foi lançado o Guia de Serviços Públicos do Governo Federal (www.servicos.gov.br), que é um portal que visa, de forma clara, disponibilizar aos cidadãos as informações sobre os serviços prestados pelo governo.

Para 2013 está previsto o lançamento do protocolo integrado, que tem como objetivo consolidar uma base integrada de protocolo com informações sobre processos e documentos oriundas dos órgãos e entidades da APF, oferecendo à sociedade mais um canal de consultas sobre processos e documentos protocolados, além de serviços como envio de informações sobre andamento de processos e documentos via e-mail e/ou mensagens enviadas para telefones celulares.

No que tange à iniciativa de implementação de ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas e às demais organizações da sociedade civil destaca-se, no campo da legislação aplicável a compras e a contratações governamentais, a participação do MP na regulamentação do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, que estabeleceu a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da APF para aquisição de diversos materiais, e na elaboração do Decreto nº 7.746/2012, que também regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela APF e instituindo a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), foi iniciado neste exercício, o processo de reformulação do Portal de Convênios, cujo resultado final visa otimizar o processo das transferências voluntárias da União, beneficiando diretamente todos os usuários do SICONV.

Visando ampliar a publicidade das informações relativas às transferências voluntárias da União, destaca-se que o Sistema DW-SICONV (ferramenta para manipular dados históricos usada para análise e decisões) evoluiu em 2012. Essa evolução foi necessária para o aperfeiçoamento da análise de grandes volumes de dados, bem como a ampliação do volume de informações na geração dos relatórios.
Além disto, foi disponibilizada a segunda fase do DW-SICONV com a agregação de dados de empenhos, ordens bancárias e dos cadastros dos entes e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Com isto, tornou-se possível o acompanhamento de empenhos e desembolsos realizados pelo SICONV. A terceira etapa do DW-SICONV está em fase

de especificação e a entrega está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Outro ponto importante é a publicação dos dados do SICONV na solução de dados abertos (portal dados.gov.br), que integra a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), cujo objetivo é a disponibilização de dados para a sociedade por meio da rede mundial de computadores.
Ao longo de 2012, o portal do Software Público Brasileiro (SPB) recebeu e publicou seis novas soluções dentre as 64 disponíveis para uso por órgãos públicos e pela sociedade, todas desenvolvidas em plataforma livre. Foram melhorados os critérios de seleção, avaliação, aprovação e disponibilização de soluções, visando à melhoria sistêmica de toda a comunidade do SPB, por meio da nova versão do Manual do Ofertante. O manual tem o objetivo de tornar transparente o processo de avaliação de software candidato a se tornar público e também promover a qualidade dos softwares que são enviados para o portal do SPB. O portal tem hoje mais de 150 mil usuários, o que sinaliza um aumento considerável de adesões ao modelo.

Outra iniciativa relevante é a massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital (ICP-Brasil) e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos. O ano de 2012 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões on-line repletos de serviços que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP-Brasil.

Os destaques em 2012 ficaram por conta de aplicações relativas à Conectividade Social, à Lei de Arquivamento Eletrônico e à compensação de cheques por imagem da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que fortaleceram a ICP-Brasil e multiplicaram o número de transações eletrônicas realizadas com certificados digitais.

O MP, em conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), está atuando na concepção dos marcos normativos para a implantação do Plano Nacional da Administração Sem Papel. O lançamento do plano trará ao Executivo Federal o firme propósito da implantação de processos de trabalho totalmente desmaterializados, que assegurem sua interoperabilidade, capilaridade, escalabilidade, acessibilidade, eficácia jurídica, não-repúdio e preservação arquivística. Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

Os debates no Comitê Gestor da ICP-Brasil avançaram ao estabelecer melhores práticas para emissão do certificado digital, possibilitando a ampliação de sua validade para até cinco anos e aderindo a padrões robustos de ensaios e auditorias do Inmetro. Destaca-se ainda a revisão dos padrões de assinatura, os projetos de inclusão da biometria e do certificado de atributos.

A expectativa para 2013 é que aplicações com certificados digitais comecem a surgir para a telefonia móvel e tablets, garantindo a esses equipamentos eletrônicos a segurança da ICP-Brasil e o lançamento do decreto e do plano de ação, com objetivo de estruturar o marco normativo da Administração Sem Papel e estimular a gestão eletrônica de processos, dossiês e documentos.
No que tange à implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, em termos de entrega parcial à sociedade, foi desenvolvido e disponibilizado por meio de parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados

(Serpro) o Sistema de Ouvidoria. Tal sistema foi desenvolvido em plataforma web e encontra-se disponível para download em www.softwarepublico.gov.br. O software garante adaptabilidade às ouvidorias, permite a emissão de relatórios gerenciais, apresentando estatísticas dos dados consolidados, e possibilita seu uso por ouvidorias com diferentes estruturas.
Na busca pela integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal foi instituída em 2012 a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) cujas diretrizes estão orientadas pelos princípios da participação e da cooperação. A execução da Profoco ocorrerá, na sua fase inicial, com a oferta de cursos de instituições parceiras e terá como principal colaboradora a ENAP.

Ainda em 2012 foi lançada a Casoteca de Ouvidoras Públicas (www.cgu.gov.br/Ouvidoria/Casoteca), que expõe estudos de caso com o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da APF, além de valorizar a experiência das ouvidorias no tratamento de reclamações, denúncias, informações, elogios e sugestões encaminhados pelos cidadãos.

Cabe ressaltar, também, a disponibilização do tri-dígito de utilidade pública 162 para acesso pelo cidadão aos serviços de ouvidoria pública, em especial as ouvidorias de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Metas 2012-2015

- **Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**
  Análise Situacional da Meta
  O projeto da Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico está temporariamente suspenso devido à dependência da definição da política de Governo Eletrônico criada pelo Decreto de 18 de outubro de 2000, que reserva à Casa Civil a presidência do comitê interministerial. Uma proposta que prevê, dentre outros pontos, ações para o incremento da qualidade dos serviços digitais ao cidadão está em elaboração, devendo ser apresentada até o final do 1º semestre de 2013.

- **Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**
  Análise Situacional da Meta
  O e-MAG consiste em um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. O e-MAG foi formulado para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na internet a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas possível.

  A Portaria SLTI/MP n° 3/2007 institucionalizou o e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro. A revisão do modelo, com a versão 3.0, foi desenvolvida por meio da parceria entre o MP e o Projeto de Acessibilidade Virtual da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais. Na elaboração do documento-proposta, foram consideradas as contribuições de especialistas e as novas pesquisas na área de acessibilidade à Web, bem como as recomendações de acessibilidade para conteúdo Web 2.0, do World Wide Web Consortium (W3C).

  Em 2012 foi lançada nova versão do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (Ases 2.0), ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, destinada a desenvolvedores e publicadores de conteúdo. Com base no e-MAG 3.0 e no Ases 2.0, realizou-se avaliação de acessibilidade em mais de 50 sítios governamentais.

  Para 2013 estão previstos a elaboração de estudos técnicos que visam ao desenvolvimento de um novo portal do Sistema de Serviços Gerais, orientado a processos e aderente aos padrões e-MAG e aos Padrões de Interoperabilidade

de Governo Eletrônico (e-PING).

Atualmente 6% das páginas do Governo Federal são acessíveis, segundo dados do Censo da Web 2012. Apesar do índice ser baixo, o crescimento de páginas acessíveis tem sido consistente, com uma estimativa de 30% das páginas do Governo Federal acessíveis até 2015. Para tanto, é necessária a continuidade das ações que se configuram no arcabouço do e-MAG: os acordos de cooperação com o escritório brasileiro do W3C e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, e a consultoria prestada pela Central de Serviços e Suporte aos órgãos que fazem parte do SISP.

- **Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil**

Análise Situacional da Meta

A massificação do uso da certificação digital ICP-Brasil vem registrando crescimento vertiginoso nos últimos anos, tanto em número de certificados digitais emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. É importante registrar que apenas um certificado digital pode assegurar milhões de transações eletrônicas. Por exemplo, cada banco tem seu certificado digital, e esse certificado dá respaldo a toda a sua compensação de cheques por imagem. São milhões de cheques compensados diariamente pelos bancos associados à Febraban. As empresas também se valem do certificado digital para emissão da nota fiscal eletrônica, para registro digital contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) e muitas outras transações da Receita Federal do Brasil, dentre outros sistemas públicos.

Os números comprovam os avanços. Até 2008 foram emitidos 630 mil certificados, ao passo que em 2011 alcançou-se a marca histórica de 4,28 milhões de certificados emitidos. De outubro de 2011 a outubro de 2012 foram emitidos 2.755.279 certificados digitais da ICP-Brasil, dos quais 1.832.368 deles em 2012. Em 2012 a ICP-Brasil credenciou mais duas novas autoridades certificadoras de 1º nível, que passaram a totalizar 11 entidades.

A capilaridade da ICP-Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou positivamente. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP-Brasil.

No próximo ano terá prosseguimento as atividades dos grupos de trabalho de Assessoramento aos Comitês Gestores da ICP-Brasil/ITI/CC e GSI/PR .

A dimensão da importância da certificação digital no Brasil pode ser avaliada a partir de seu impacto no PIB brasileiro. A atual estrutura da ICP-Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, econômica e produtiva e estratégia e defesa.

Sem a certificação digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso dos Sistemas de Pagamentos Brasileiro e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo, padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. Dados disponíveis no Portal da NF-e indicam que até 13/12/2012 haviam sido autorizados R$ 5,914 bilhões em NF-e, emitidas por 914.037 contribuintes. Todas as emissões de NF-e se valem de certificados digitais da ICP-Brasil.

O uso do certificado digital também assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores acessam determinados sistemas da RFB somente mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a prontuários eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos

que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os destaques em 2012 ficaram por conta das aplicações relativas à conectividade social, à Lei de Arquivamento Eletrônico e à compensação de cheques por imagem da Febraban, que fortaleceram a ICP-Brasil e multiplicaram o número de transações eletrônicas realizadas com certificados digitais.
Espera-se grande avanço da massificação da certificação digital a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos, para o qual foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como objetivo a modernização, a desburocratização da Administração Pública Federal e o desenvolvimento sustentável. Nessa linha o ITI tornou-se ainda signatário do pacto mundial de economia digital pela sustentabilidade, acordo assinado durante a realização da Rio+20.

O ano de 2012 foi marcado por realizações importantes: (i) implantação de uma nova cadeia hierárquica V2, mais robusta e segura, obrigando os fabricantes de produtos de certificados digitais da ICP-Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSM), a adotarem padrões mais elevados de segurança; (ii) o Comitê Gestor da ICP-Brasil estabeleceu melhores práticas para emissão de certificados digitais, ampliando a validade dos certificados para até cinco anos e adesão aos padrões robustos de ensaios e auditorias do Inmetro; (iii) a revisão dos padrões de assinatura, os projetos de inclusão da biometria e do certificado de atributos ganharam extrema notoriedade no Comitê Gestor da ICP-Brasil, sendo que o certificado de atributos já obteve aprovação definitiva do referido Comitê; (iv) implantado novo sistema de credenciamento e auditoria de entidades integrantes da ICP-Brasil, tornando mais prática a análise documental e a realização de uma auditoria; (v) realização da primeira etapa da modernização tecnológica da ICP-Brasil, com investimento recorde na ordem de R$ 2,7 milhões, cinco vezes o investimento do ano de 2011.

- **Melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão**

Análise Situacional da Meta

As Cartas de Serviços já estão disponíveis em meio físico com a oferta de cartilhas nos balcões de atendimento e virtualmente nas mídias de internet.

Além de ser um poderoso instrumento de cidadania, a Carta de Serviços desencadeia mudanças e induz à melhoria de gestão nas organizações públicas. Para oferecer serviços de qualidade, muitas vezes essas organizações precisam rever seus processos de trabalho, eliminar etapas desnecessárias e otimizar as imprescindíveis.

A lógica da Carta de Serviços pode ser utilizada por organizações públicas que não atendem diretamente ao cidadão, ou mesmo por setores ou áreas específicas de órgãos ou entidades, uma vez que facilitam a visualização e organização dos serviços prestados e o melhor gerenciamento dos processos e recursos.
Além do gerenciamento de processos, a utilização da Carta de Serviços facilita a integração de outras ferramentas de gestão que lhe são complementares, como a pesquisa de satisfação do usuário de serviços e a gestão de indicadores de desempenho.

Em 2012 a metodologia de elaboração da Carta de Serviços (Decreto nº 6.932/2009) foi reformulada, transformando-a em ferramenta de análise e melhoria de processos, com pactuação interna e externa de metas de desempenho para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários. A metodologia que será disponibilizada aos órgãos e entidades públicos federais, estaduais e municipais, envolve a identificação de melhorias nos processos institucionais; medidas administrativas que ampliem a capacidade institucional de execução dos processos, inclusive no que se refere ao fortalecimento dos sistemas de trabalho; a definição das medidas de desregulamentação necessárias; e a avaliação externa do alcance dos padrões de atendimento. Também foi aperfeiçoado o instrumento padrão de pesquisa de satisfação, que dá apoio à implantação das cartas de serviços.

- **Proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos consolidada e encaminhada ao Congresso Nacional**

  Análise Situacional da Meta

  A consolidação de proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos não foi concluída até 31/12/2012.

- **Resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos**

  Análise Situacional da Meta

  A principal realização no âmbito da meta foi a execução de um diagnóstico das ouvidorias do Poder Executivo Federal. A partir desse diagnóstico foi possível detectar uma indefinição quanto ao conceito de resolutividade das demandas de ouvidoria. De forma hegemônica, as ouvidorias entendem como resolvidas as demandas que receberam alguma resposta da instituição.

  O referido diagnóstico também apontou que cerca de 60% das manifestações de ouvidoria diz respeito a pedidos de informação. Com o advento da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e o desenvolvimento do sistema eletrônico e-SIC, tornou-se possível acompanhar mais de perto esta espécie de manifestação.

  Sendo fato que 85% das solicitações de informação registradas no e-SIC foram respondidas de forma positiva é apenas por meio de pesquisa de satisfação do usuário que será possível afirmar se tais demandas foram, de fato, resolvidas.

  Com esse entendimento, o passo inicial deverá ser avançar na uniformidade de conceitos como forma de se obter dados precisos e orientar de forma adequada as ações das Ouvidorias Públicas Federais.
  Dentre os produtos já obtidos que contribuem para esse objetivo destacam-se o lançamento da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) e o lançamento da coleção OGU que já conta com duas cartilhas públicas (entre os temas abordados estão orientações para a gestão de ouvidorias e a padronização dos conceitos referentes aos diferentes tipos de manifestação de ouvidoria).

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Um dos desafios dos próximos anos consiste em estabelecer e implementar um processo contínuo de planejamento de força de trabalho da Administração Pública Federal (APF), conectado a uma proposta de redesenho para as carreiras do Governo Federal, que considere a recomposição do grande número de aposentadorias potenciais previstos para os próximos anos.

Para solução desse desafio foi elaborado e amadurecido, o projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”, com duração de aproximadamente dois anos. Para obter os resultados, o projeto realizará as seguintes atividades: benchmarking nacional e internacional de organização e gestão de carreiras; aprimoramento do mapa de carreiras elaborado; pesquisa comparativa de remuneração dos servidores públicos da APF entre si e com mercado privado e outros poderes e entes; benchmarking nacional e internacional de planejamento da força de trabalho; e diagnóstico da situação atual da força de trabalho, inclusive com relação aos processos instituídos para seu planejamento, incluindo um mapa das aposentadorias para os próximos anos.

Foram sistematizadas e organizadas as informações sobre carreiras em um banco de dados único, de forma a possibilitar extrações de informações e a obtenção de dados para análise. Neste contexto, elaborou-se um "mapa" preliminar das carreiras e cargos do Executivo Federal e iniciou-se o desenvolvimento de um "Sistema de Carreiras", que possibilitará cruzamentos de informações, elaboração de gráficos e estatísticas, de forma a se ter uma visão estratégica sobre o tema.

O plano de trabalho para a realização dos benchmarkings foi definido, com previsão de entrega dos levantamentos no segundo trimestre de 2013, de forma que sejam aplicados à realidade brasileira. Foram contratados consultores para a realização de benchmarkings nacionais e internacionais para subsidiar o desenvolvimento de propostas para o aperfeiçoamento de carreiras da APF.

Firmou-se parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: força de trabalho, aposentadorias e carreiras. Essa parceria será responsável por propor diretrizes de curto prazo, para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, como órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (Sipec).

Outros dois projetos iniciados em 2012 foram a revisão da Sistemática de Recrutamento e Seleção, em fase de consolidação de relatório, a realização do Seminário de boas práticas em recrutamento e seleção no Serviço Público, a edição de proposta de revisão do Decreto nº 6.944/2009; o levantamento de insumos para a elaboração de um guia para orientação dos órgãos quanto às mudanças propostas no Decreto e quanto às boas práticas de planejamento da força de trabalho, que será finalizado no segundo trimestre de 2013; e o Programa Nacional de Serviço Público Cidadão, que representa um reforço na força de trabalho temporária de nível médio e que cumpre a função social de propiciar oportunidade de aprendizado profissional para jovens egressos do ensino médio, pelo sistema de mérito. Foram realizadas articulações junto ao Ministério da Educação (MEC) para a utilização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como método seletivo, bem como junto à Casa Civil para sensibilização com relação à importância da proposta, com expectativa de implementação do Programa em versão preliminar em 2013.

Para implementação da gestão do desempenho na APF iniciou-se o projeto "Instrumento Integrado de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas", cujo objetivo é construir um instrumento informatizado que dê suporte à implementação das políticas de avaliação de desempenho e desenvolvimento dos servidores do Poder Executivo Federal.

Com relação à implementação de política de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos, dois grandes desafios estão em curso com vistas à consolidação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS): o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança, com três módulos já implantados por meio do Siape-Saúde (perícia, exames médicos periódicos e promoção da saúde) e dois módulos em desenvolvimento (investidura/exame admissional e vigilância); e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do SIASS, atualmente com 56 Unidades do SIASS com Acordos de Cooperação assinados e 48 Unidades com o Sistema de Informação implantado. Para abranger o total de servidores públicos federais, no âmbito do Poder Executivo, estima-se ser necessário implantar mais 198 Unidades, distribuídas pelo território nacional.

Foram inauguradas nove unidades da Rede de unidades do SIASS e implantados o Sistema de Informação em Saúde em 18 órgãos, elaborada proposta de Decreto que institui a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e também a proposta de Diretrizes de Promoção da Saúde do Servidor. Destacam-se, ainda, a realização do IV Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor (ENASS), a interiorização da Rede SIASS e a instituição da unidade de referência do SIASS.

Em atendimento à Lei nº 12.618, de 30/04/2012, foi instituída a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). A partir de 2013, os servidores que ingressarem nos quadros da União contribuirão sobre a parcela acima do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Visando ao fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal orientada por competências, foi efetuada a consolidação e análise dos relatórios de execução dos Planos Anuais de Capacitação dos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para avaliar o estágio e a forma de implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da APF e colher subsídios para o seu aperfeiçoamento. Além disso, foi dado suporte à implantação do Sistema Capacitação e, ainda, concluído o módulo Banco de Talentos do sistema e elaborado o Guia Operacional do Sistema Capacitação, que orientará as Unidades de Gestão de Pessoas (UGP) na sua utilização.

Com vistas a subsidiar as ações voltadas à qualificação das UGP, realizou-se a pesquisa "Mapeamento do Perfil de Atuação das Unidades de Gestão de Pessoas do Poder Executivo da APF", a qual caracteriza as UGP dos órgãos setoriais da APF. Como resultado dessa pesquisa, iniciou-se o projeto de mapeamento de processos nas UGP e identificação dos requisitos dos postos de trabalho.

Ainda no sentido de aumentar a capacidade do Governo na implementação de políticas públicas e fortalecimento da política nacional de desenvolvimento de pessoal foram capacitados aproximadamente 36 mil servidores públicos. Foram realizadas 20.602 capacitações em cursos à distância (EAD) e de 11.289 capacitações em cursos presenciais, com destaque para as áreas de Planejamento, Orçamento, Logística e Gestão de Pessoas. Ademais, Oficinas de Planejamento Estratégico para 15 órgãos da APF abrangendo 668 servidores e curso de formação inicial para 45 Analistas de Planejamento e Orçamento e para 125 Analistas de Infraestrutura.

No tocante à consolidação da Rede de Escolas de Governo foi celebrado Protocolo de Intenções entre as escolas integrantes com o objetivo de formalizar o interesse comum em realizar ações conjuntas que promovam o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos.

Na perspectiva de consolidação do processo, criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho, destacam-se a publicação do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho de Serviço Público (SISRT) foram realizadas 295 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente que resultaram em 32 Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo Civil.

Também neste sentido, firmou-se um Termo de Cooperação entre o MP e a Fundação Universidade de Brasília, tendo como objetivo o desenvolvimento do Protótipo do Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público e da ferramenta de Bussines Intelligence (BI) vinculado ao subsistema, para a gestão das informações produzidas nas mesas de negociações e funcionalidades correlacionadas.

O fortalecimento da cultura de Ouvidorias públicas possibilitou que órgãos da APF incrementassem as suas atribuições, englobando as atividades de Ouvidoria do Servidor que antes eram instaladas, apenas, nas áreas de gestão de pessoas dos respectivos órgãos (integrantes do SIPEC). Em 2012 foi realizado treinamento de novos operadores do Sistema de Ouvidoria (SISOuvidor) permitindo a ampliação de 60% da rede de ouvidores do servidor na APF.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoamento da política de carreiras do Poder Executivo Federal**

  Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o Projeto “Arquitetura de Carreiras para a APF”, com objetivos de realizar um diagnóstico; levantar referenciais nacionais e internacionais; construir cenários futuros; e apresentar propostas de migração da situação atual para os cenários futuros.

Após o amadurecimento do projeto, percebeu-se que o planejamento da força de trabalho deve necessariamente estar conectado aos cenários traçados para a arquitetura das carreiras do Governo Federal. Assim, concluiu-se pela integração de tal projeto ao projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

Ao longo de 2012 foi realizado um trabalho de sistematização e organização das informações sobre carreiras em um banco de dados único, de forma a possibilitar extrações de informações e a obtenção de dados para análise, com confiabilidade e agilidade. Neste contexto, foi elaborado um estudo preliminar com o “mapa” das carreiras e cargos do Executivo Federal e iniciou-se o desenvolvimento de um “Sistema de Carreiras”, que possibilite cruzamentos de informações e elaboração de gráficos de forma a permitir ter uma visão global e estratégica e fazer análises pontuais e segmentadas sobre o tema.

O aprimoramento do mapa de carreiras construído, no contexto do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”, juntamente com os diagnósticos da situação atual da força de trabalho e de aposentadorias, balizados pelos referenciais colhidos com os benchmarkings que serão realizados, irão subsidiar as discussões em grupos de trabalho, com vistas a estabelecer um conjunto de diretrizes para orientar a gestão e a organização das carreiras do Executivo Federal.

- **Aperfeiçoamento do planejamento e dimensionamento da força de trabalho, em perspectivas de médio e longo prazos**

Análise Situacional da Meta

Foi estruturado o projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho” que tem por objetivo desenhar um modelo permanente de planejamento da força de trabalho da APF, fornecendo ferramentas para seu dimensionamento, parâmetros para tomadas de decisão relativas à composição e recomposição da força de trabalho, e diretrizes para a reorganização da arquitetura de carreiras da Administração.

Para produzir os resultados desejados o projeto contemplará a realização de benchmarking nacional e internacional de organização e gestão de carreiras; aprimoramento do mapa de carreiras elaborado; pesquisa comparativa de remuneração dos servidores públicos da APF entre si e com mercado privado e outros poderes e entes; benchmarking nacional e internacional de planejamento da força de trabalho; e diagnóstico amplo e qualificado da situação atual da força de trabalho, incluindo um mapa das aposentadorias para os próximos anos, e dos processos instituídos para seu planejamento.

Em 2012, foram contratados consultores, no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais (cooperação com a União Europeia), para a realização de benchmarkings nacionais e internacionais para subsidiar o desenvolvimento de propostas para o aperfeiçoamento da arquitetura de carreiras da APF.

Também, foi firmada parceria com a UFRGS, dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: força de trabalho, aposentadorias e carreiras. A mesma parceria será responsável por propor diretrizes de curto prazo para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, enquanto órgão central do SIPEC, responsável pelas políticas e diretrizes para o planejamento e o dimensionamento da força de trabalho, incluindo as autorizações para a realização de concursos públicos e a reestruturação e criação de planos de cargos e carreiras, nos próximos dois anos, enquanto não se implementa o modelo de planejamento da força de trabalho resultante do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

O projeto básico para contratação da consultoria que apoiará a construção do modelo permanente de planejamento estratégico da força de trabalho está avançado e a publicação do edital de licitação está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Foram também desenhados e iniciados os projetos “Revisão da Sistemática de Recrutamento e Seleção” e “Programa Nacional de Serviço Público ao Cidadão”. O primeiro tem por objetivo elaborar uma proposta para aperfeiçoamento do marco legal que baliza a realização dos concursos públicos, com a edição de orientações aos setoriais e seccionais de gestão de pessoas, para tornar o processo mais eficiente e efetivo. Um grupo de trabalho interministerial debateu as necessidades de alteração normativa para tornar os concursos públicos mais seguros e adequados às necessidades. As discussões foram enriquecidas com estudos de benchmarkings realizados em cooperação com a União Europeia, no âmbito do projeto Diálogos Setoriais.

O “Programa Nacional de Serviço Público Cidadão” tem por objetivo prover a Administração Pública de quadro temporário de nível médio que permita a continuidade das atividades administrativas, até que os projetos de inovação dos processos de trabalho sejam desenvolvidos e implantados e possibilitem o planejamento e a adequação do novo quadro de servidores à atual realidade. O Programa representa uma forma inovadora de aporte de força de trabalho temporária de nível médio e cumpre a função social de propiciar aprendizado profissional para jovens egressos do ensino médio e pelo sistema de mérito. Para implementação da proposta, foram realizadas articulações junto ao MEC para a utilização do ENEM como método seletivo, bem como junto à Casa Civil para sensibilização com relação à importância e abrangência da proposta. A expectativa é que o Programa seja implantado em versão preliminar em 2013.

Em 2012 as principais entregas foram: (i) o relatório consolidando as necessidades de alteração normativa e das práticas governamentais conforme identificado pelo GT; (ii) a realização do Seminário de boas práticas em recrutamento e seleção no Serviço Público, (iii) a edição de proposta de revisão do Decreto nº 6.944/2009; e (iv) levantamento de insumos para a elaboração de um Guia para orientação dos órgãos quanto às mudanças propostas no Decreto e quanto às boas práticas de planejamento da força de trabalho, que será finalizado no segundo trimestre de 2013.

- **Aprimoramento de mecanismos para a gestão por desempenho na Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

No sentido de aperfeiçoar os mecanismos atualmente utilizados para a gestão do desempenho, iniciou-se o projeto “Instrumento Integrado de Avaliação e Desenvolvimento”, com a elaboração do documento de visão para desenvolvimento do sistema, cujo escopo é a construção de um instrumento informatizado para dar suporte à adequada implementação das políticas de avaliação de desempenho e de desenvolvimento dos servidores do Poder Executivo Federal pelos gerentes de equipes e pelas unidades de recursos humanos, responsáveis pela implementação desses processos de gestão de pessoas nos órgãos e entidades do SIPEC.

Foi realizado trabalho de qualificação dos setoriais de recursos humanos com relação ao processo de gestão do desempenho, com vistas a construir condições para que o processo seja cada vez mais consistente, alinhado ao planejamento estratégico da organização e utilizado efetivamente como instrumento gerencial. Participaram das discussões dirigentes e técnicos de gestão de pessoas de 61 das 86 instituições submetidas à avaliação para fins de pagamento de gratificações de desempenho.

Outra ação relevante foi o estudo e a construção de proposta de unificação dos períodos de avaliação de desempenho

dos órgãos. A diversidade de períodos de avaliação dos servidores e o descolamento desses períodos do processo de planejamento estratégico traz uma série de prejuízos à institucionalização do processo de gestão de desempenho como instrumento efetivo de gerenciamento. Para corrigir essas distorções, foi realizada uma pesquisa junto aos gestores de recursos humanos da APF, bem como algumas oficinas de discussão, que subsidiaram a construção de proposta de unificação dos períodos de avaliação de desempenho dos órgãos em fase de avaliação final. A expectativa é oficializar as mudanças decorrentes ainda no primeiro semestre de 2013.

Ademais, foram realizadas ações de normatização da gestão de desempenho, como a regulamentação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT); da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE). Ainda foi encaminhada proposta de regulamentação a Gratificação de Desempenho de Atividades em Políticas Sociais (GDAPS) e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE).

- **Consolidação do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor**

Análise Situacional da Meta

Dois grandes desafios estão em curso com vistas à consolidação do sistema de atenção à saúde e segurança do servidor: o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança, com três módulos já implantados por meio do SIAPE-SAÚDE (perícia, exames médicos periódicos e promoção da saúde) e dois módulos em desenvolvimento (investidura/exame admissional e vigilância); e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do SIASS, atualmente com 56 Unidades com Acordos de Cooperação assinados e 48 Unidades com o Sistema de Informação implantado. Estima-se a implantação de mais 198 Unidades em todo país, com o objetivo de abranger o total de servidores públicos federais.

Em 2012 foram inauguradas unidades SIASS no Ministério da Saúde/AC; Universidade Federal de Sergipe; INSS/SE; Ministério da Saúde/SE; Universidade Federal de Roraima; INSS/MS; Ministério da Saúde/MS; Ministério da Justiça/DF; Ministério da Educação. Foi incluída no PLOA/2013 proposta de recomposição da força de trabalho para a Rede SIASS, e instituição de GSISTE para os servidores que atuarem no SIASS, com aprovação na Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Merece registrar a implantação do Sistema de Informação em Saúde em 18 órgãos: Universidade Federal de Lavras/MG; Universidade Federal de Viçosa/MG; Universidade Federal de São João Del Rei/MG; INSS/MG; Universidade Federal da Fronteira Sul/SC; Funasa/AP; INSS/SE; Universidade Federal do Espírito Santo/ES; Instituto Federal de Alegre/ES; Universidade Federal de São Carlos/SP; Instituto Federal do Rio de Janeiro/ RJ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; INSS/MS; INSS/GO; Ministério da Saúde/PI; INSS/CE; Ministério da Fazenda/CE; FUNASA/CE. Também foi instituída uma unidade de referência do SIASS em Brasília e do Núcleo de Atenção à Saúde Mental.

Com referência a saúde e segurança do trabalho, foi publicada a Portaria SEGEP/MP nº 6, de 23 de outubro de 2012, que institui as Diretrizes em Saúde Bucal para a Promoção da Saúde do Servidor Público Federal, que orientam o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. Também foi elaborada proposta de Decreto que institui a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor (PASS) e elaborada proposta de diretrizes de promoção da saúde do servidor, em consulta pública no portal SIASS. Ademais foi revisto o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, para 2ª edição.

Sobre o quesito saúde, deve-se mencionar o lançamento do módulo de Promoção do SIAPE Saúde e o desenvolvimento do Módulo de Vigilância do SIAPE Saúde para concessão dos adicionais ocupacionais e do módulo

de Perícia Oficial em Saúde. Ainda foi integrado o módulo de Perícia Oficial em Saúde com o SIAPEcard e formado grupo de trabalho para a regulamentação dos exames de saúde para a investidura no serviço público.

Sobre previdência e benefícios, vale citar a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Para tanto foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Ceará para apoiar a elaboração do plano de benefícios da Fundação, do parecer jurídico e demais documentos. Também foram iniciados os estudos para a estruturação do Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais. Merece destaque a aprovação na PLOA 2013 do reajuste dos valores de recuperação da assistência à saúde suplementar e do auxílio-alimentação para os servidores públicos federais. Na área de capacitações, foram oferecidos o Curso de Extensão, com certificação nacional, Educação à Distância: Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): em parceria com a UnB, com 360 vagas; Curso de Especialização em Perícia Oficial em Saúde, em EAD - 200 vagas, em parceria com a UNILINS (Escola de Engenharia de Lins). Está em desenvolvimento o curso de Capacitação de Promoção à Saúde, modalidade EAD.

Pode-se apontar como fator de sucesso a estratégia de execução do processo de instituição da PASS e a busca na consolidação da Rede SIASS nestes quatro anos de atividades e implementação do Projeto. A execução baseia-se em um processo de construção coletiva com encontros, oficinas e reuniões com as áreas de gestão de pessoas, profissionais de saúde e entidades sindicais com a finalidade de compartilhar experiências e dificuldades, comprometer gestores, estimular parcerias intersetoriais e pactuar princípios, diretrizes e ações na área de saúde e segurança do trabalho.

Para 2013, pretende-se publicar os Decretos criando a Comissão Interna de Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (CISST); e o de instituição da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS); elaborar proposta de estratégia para equiparação dos auxílios e benefícios dos servidores: (saúde suplementar, alimentação, creche e transporte) entre os Poderes da União; estabelecimento das diretrizes de Promoção a Saúde no Trabalho, de forma articulada entre os diversos órgãos da APF, com ações que produzam impactos positivos nos ambientes e processos de trabalho e a revisão da Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 2010, que trata da assistência à saúde suplementar dos servidores, dentre outros.

- **Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

O tratamento das relações de trabalho entre o Governo e os servidores, de forma democrática e transparente, visa à valorização dos servidores públicos federais e o fortalecimento das carreiras e planos de cargos dos órgãos e entidades federais, com o consequente aprimoramento dos serviços públicos.

Neste sentido destacam-se a publicação do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT), o qual compreende o conjunto de atividades relacionadas ao tratamento de conflitos decorrentes das relações de trabalho e à negociação de termos e condições de trabalho entre a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as entidades representativas dos servidores públicos federais.

Em 2012 foi realizado o maior processo de negociação dos últimos anos na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), envolvendo cerca de 1,3 milhões de servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas), que resultou em acordos com 98,7% dos servidores públicos, num total de 32 Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo, contemplando aproximadamente 150 carreiras, de forma a promover a recomposição remuneratória dos servidores do Poder Executivo Federal.

Para 2013, o Governo Federal dará continuidade ao diálogo realizado no âmbito da MNNP, e à elaboração da proposta de regulamentação da negociação coletiva no serviço público (Convenção 151 da OIT) e do direito de greve e das regras para o exercício do mandato sindical.

Pretende-se também retomar as reuniões da mesa nacional de negociação permanente, com as entidades que não firmaram acordo em 2012 e dar continuidade as reuniões com os Grupos de Trabalhos resultantes dos Termos de Acordo assinados com as entidades sindicais em 2012 e sobre a institucionalização da negociação coletiva (negociação das condições de trabalho e remuneração, direito de greve e liberdade sindical).

No âmbito da Ouvidoria do Servidor Público será aprimorado o sistema informatizado utilizado para o atendimento das demandas (modernização do SISOuvidor) e será realizado treinamento da rede de ouvidores do servidor quando da implementação de novas funcionalidades do SISOuvidor.

- **Diagnóstico das necessidades para recomposição da força de trabalho do Poder Executivo Federal, considerando a quantidade de servidores em condições de se aposentar, em uma perspectiva de médio prazo**

Análise Situacional da Meta

Foi firmada parceria com a UFRGS, dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: (i) situação atual da força de trabalho na administração pública federal; (ii) aposentadorias na força de trabalho da APF previstas para ocorrer entre 2013 e 2023; e (iii) carreiras.

A UFRGS será responsável por propor diretrizes de curto prazo para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, nos próximos dois ou três anos, enquanto não se implementa o modelo de planejamento da força de trabalho resultante do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

As análises para a recomposição da força de trabalho no médio e longo prazos serão realizadas em uma perspectiva mais estratégica, considerando os cenários de futuro desenhados, como parte do modelo de planejamento estratégico da força de trabalho.

- **Redirecionamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de avançar na implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas, orientada por competências, foram consolidados e analisados os relatórios de execução dos Planos Anuais de Capacitação dos órgãos do SIPEC para avaliar o estágio e a forma de implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas e colher subsídios para o seu aperfeiçoamento.

Foram desenvolvidos esforços para avançar na implantação, pelos órgãos do SIPEC, do Sistema Capacitação, cuja funcionalidade principal é estruturar e gerenciar os programas de capacitação dos servidores a partir das competências mapeadas no órgão. Foi concluído o módulo Banco de Talentos do sistema e elaborado o Guia Operacional, que orientará as unidades de gestão de pessoas na sua utilização. Foram superados problemas técnicos no acesso ao sistema que impediam sua disseminação, estando programada sua implantação em cinco organizações no ano de 2013.

Com vistas a subsidiar o desenho de um conjunto de ações voltadas à qualificação das unidades de gestão de pessoas foi realizada a pesquisa “Mapeamento do Perfil de Atuação das Unidades de Gestão de Pessoas do Poder Executivo da Administração Pública Federal”, que procurou caracterizar o perfil das unidades de gestão de pessoas dos órgãos setoriais da Administração Pública. Como resultado da pesquisa, foi iniciado o projeto de mapeamento de processos nas Unidades de Gestão de Pessoas e identificação dos requisitos dos postos de trabalho. Ainda no âmbito da pesquisa,

foram levantados os perfis dos servidores das Unidades de Gestão de Pessoas.

Ademais, como estratégia de gestão do conhecimento acerca das temáticas que envolvem a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foram realizadas oficinas e eventos sobre Gestão de Competências, merecendo destaque o "III Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas", no qual foi lançado o "Guia de Gestão por Competências", que apresenta de forma sintética a consolidação de conceitos e procedimentos metodológicos destinados ao mapeamento, diagnóstico e desenvolvimento de competências.

O Programa "Avaliação Socioeconômica de Projetos", contou com uma turma especial totalizando 33 servidores formados, dos quais 18 realizaram o curso "Didática para Facilitadores de Aprendizagem e a Oficina de Avaliação". Destes, 11 docentes foram selecionados para o curso presencial do Programa. Por sua vez, o Curso "Noções Básicas de Gerenciamento de Processos de Negócio", com fundamentos de Business Process Management (BPM), capacitou 28 servidores.

O Programa para Desenvolvimento de Competências para Consultoria no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) capacitou 50 Analistas em Tecnologia da Informação que atuam como consultores externos. Houve também a realização do Programa de Capacitação Gerencial destinado a dirigentes (reitores, pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores gerais) da Rede Federal de Educação Profissional, e multiplicadores (docentes e técnicos), em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), totalizando 47 eventos (seminários/cursos) e 1.225 capacitações.

O Programa de Formação para o Uso das Tecnologias na Educação ofertou, em 2012, sete oficinas presenciais para o desenvolvimento de competências tecnológicas, pedagógicas e de gestão, capacitando 94 profissionais. Já no escopo do Programa de Fortalecimento para a Capacidade de Gestão em Regulação (PROREG), da Casa Civil da Presidência da República, houve a oferta de 21 turmas, com capacitação de 631 servidores públicos em 2012.

Foram ofertadas duas turmas para capacitação em Fontes de Dados e Indicadores para Diagnóstico e Monitoramento de Programas e em Competências Conversacionais nas Organizações Públicas, projetos especiais desenvolvidos para atender às demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao longo do ano de 2012 foram promovidas quatro edições do Café com Debate, abordando temas relacionados à Lei de Acesso à Informação; dados abertos, políticas públicas de direitos humanos e gestão de processos na Administração Pública Federal, totalizando 653 capacitações de representantes de diferentes instituições governamentais. Para 2013 estão previstas seis edições do "Café com Debate".

No tocante à formação inicial de servidores públicos, foi realizado o curso de Ambientação para a Carreira de Analista de Infraestrutura, com 125 alunos concluintes e 85 horas, além da conclusão da 17ª edição do Curso de Formação para a Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, com carga horária de 540 horas e 45 alunos formados. Cabe ressaltar que o Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras contabilizou 1.207 conclusões e 1.260 horas, em um total de 43 turmas finalizadas em 2012.

Com relação aos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela ENAP aos servidores públicos, os resultados alcançados foram: conclusão da 7ª edição do Curso de Especialização em Gestão Pública, com 19 alunos formados; conclusão da 3ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público, com 29 alunos formados e conclusão da 1ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, com 34 alunos formados.

Foi iniciada ainda em 2012 a 8ª edição do Curso de Especialização em Gestão Pública e da 2ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, com o foco na capacitação de servidores que atuam nos programas do Plano Brasil Sem Miséria. A previsão para 2013 é formar 61 servidores nos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela ENAP.

Foram iniciados dois projetos de pesquisa focados na avaliação dos gastos em capacitação pelo Governo Federal e no perfil das instituições que integram a Rede Nacional de Escolas de Governo. Essas pesquisas são realizadas a partir do material empírico fornecido pelo Sistema Mapa da Oferta das Capacitações nas Escolas de Governo (base de dados mantida pela ENAP) e também pelo trabalho de prospecção em outros sistemas corporativos do Governo Federal.

O Sistema Mapa da Oferta de Capacitações alcançou o cadastro de 196 instituições integrantes da Rede Nacional de Escolas de Governo, sendo que 94 delas inseriram informações sobre seus eventos de capacitação. São 4.497 eventos de capacitação registrados, divididos em 41 áreas de conhecimento, sendo que a área de gestão pública responde por 40% dos eventos cadastrados.

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Como medida para o aperfeiçoamento da função planejamento do Estado Brasileiro, foi publicada em 2012 a Lei nº 12.593, que institui o PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, cuja estrutura propiciou aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade. Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem, de forma inteligível a todos.

Para respaldar e operacionalizar o monitoramento do PPA, o Governo elaborou o Decreto nº 7.866/2012 que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a competência para coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015; disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano. Caberá aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano prestar informações sobre o seu andamento e alcance ao longo do período do plano. Com isso, espera-se que o monitoramento seja capaz de gerar informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento das principais escolhas de Governo.

Para 2013, espera-se aprimorar a atividade de monitoramento das políticas para a continuidade da eficácia das ações de Governo. Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, o Governo desenvolveu e colocou em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e produziu instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual. Para os anos seguintes, vislumbra-se o aperfeiçoamento do sistema e da dinâmica de monitoramento com vistas ao aprimoramento das entregas de Governo à sociedade.

Também está em fase de elaboração a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a

execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para os próximos anos. Tais macrodesafios, por sua vez, organizam-se no que se poderia chamar de eixos estruturantes da ação estatal e do desenvolvimento brasileiro, quais sejam: (i) inserção internacional soberana; (ii) macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população; (iii) infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística); (iv) produção e consumo, com sustentabilidade e inovação; (v) proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades; (vi) fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

O aprimoramento do processo orçamentário foi buscado por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), iniciado em fevereiro de 2012, cujo objetivo é a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal por meio da pactuação de metas e execução de ações de sustentabilidade. Além desse projeto, foi editada a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO) e foi elaborado o módulo de acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias no SIOP.

Especificamente no que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o monitoramento intensivo promovido pelo Governo Federal contribui para a celeridade da implementação dos empreendimentos, pois possui caráter de articulação e efetua a intermediação entre as diversas esferas de governo e instituições envolvidas no planejamento e na execução das obras, em especial as de natureza social. Essa capacidade de articulação é fundamental para auxiliar na solução de impasses que estejam prejudicando o cronograma de execução dos empreendimentos.

Outra atividade pertinente ao monitoramento intensivo do PAC é a publicação dos balanços quadrimestrais que, além de prestação de contas e transparência social, contribui para que todas as instituições envolvidas estejam alinhadas com a situação dos principais empreendimentos e com o contexto geral do PAC.

O aperfeiçoamento do processo de alocação e gestão dos recursos públicos também demanda o aprimoramento da governança corporativa das 147 empresas federais estatais, que em 2012 executaram um orçamento de investimentos de aproximadamente R$ 107 bilhões. Desta forma, foram incorporadas melhorias nas áreas administrativa, processual e relacionamento institucional, o que permitiu aumento de 75% nos números de processos analisados. Dentre estas, destacam-se:

(i) Padronização dos procedimentos de análise de processos e elaboração de notas técnicas e da planilha de remuneração dos diretores e de seus componentes, com destaque para participação nos lucros e resultados, onde buscou-se incentivar a visão de longo prazo, sustentabilidade econômica e alinhamento das metas com o planejamento estratégico da empresa e do Governo Federal;

(ii) Definição de forma jurídica (S/A) em três estatais;

(iii) Desenvolvimento de metodologia própria para análise de criação de estatais;

(iv) Aumento na quantidade de vagas do MP em conselhos de administração;

(v) Promoção do Seminário para os Conselheiros de Administração com a participação da Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN);

(vi) Participação em reunião da OECD em Lima, no Peru, onde foi possível discutir experiências das estatais na América

Latina.

O Governo também atuou no aperfeiçoamento/desenvolvimento de sistemas de informações que contribuem para o aprimoramento da execução das políticas públicas. Nesse sentido, o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), por meio da participação efetiva dos órgãos setoriais do sistema, elaborou e publicou a Estratégia-Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015, destinada a estabelecer as estratégias de gestão e governança da Tecnologia da Informação (TI) para o Poder Executivo Federal.

Além disso, foi realizada a elaboração de um Termo de Referência a fim de realizar a contratação de infraestrutura de rede para atender as obras da INFOVIA Brasília. Em 2012, foram implantadas 21 obras, número superior à média dos últimos anos que foi de quinze obras por ano. Um fator que vem dificultando a execução das infraestruturas é o processo de seleção de fornecedores/licitação para execução dos serviços contratados.

Para o ano de 2013, tem-se a previsão de realizar novas expansões de infraestrutura no acesso ou na adequação de backbone da INFOVIA Brasília. Estão previstas também a ativação de novos pontos de videoconferência na rede e a incorporação telefônicas dos órgãos ao Serviço de Voz da INFOVIA.

Quanto ao Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), desde a sua implantação até o final de 2012, destacam-se:

(i) Aproximadamente 55 mil transferências voluntárias foram registradas no SICONV, totalizando R$ 38 bilhões;

(ii) Todos os Municípios e Estados brasileiros estão cadastrados no SICONV, bem como aproximadamente 8 mil entidades privadas sem fins lucrativos;

(iii) Implantação da funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV).

No âmbito da normatização sobre o tema, foi publicada a Portaria SLTI/MP nº 16, de 27 de março de 2012, que estabelece procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), pelos serviços sociais autônomos e pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos provenientes de convênios ou instrumentos congêneres. Essas entidades poderão então aderir ao sistema como participantes e ter acesso, entre outros, ao subsistema Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) nos módulos Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Cotação Eletrônica.

De forma complementar, o MP, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) em 2012, atuou no fortalecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) através da criação do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), do lançamento do novo visualizador da Infraestrutura, www.visualizador.inde.gov.br, para busca, exploração e acesso a dados e metadados, e da sensibilização e divulgação da INDE por meio da participação em eventos relacionados à temática. Para 2013, vislumbra-se ratificar a INDE como uma ferramenta que contribui para a análise de políticas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A INFOVIA Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer aos órgãos do Governo Federal situados em Brasília serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alta performance e

de alta disponibilidade, proporcionando significativa redução dos custos de comunicação e ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. Ao término de 2012, 87 órgãos estavam conectados à rede INFOVIA Brasília em mais de 168 pontos, distribuídos em mais de 125 quilômetros de fibras óticas.

Vale destacar que ano passado aconteceu a ampliação da banda total do serviço de Internet Corporativa em 23%, atingindo um total de 2,23 Gbps e a aquisição de servidores com o objetivo de atualizar o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília e adição de seis novos pontos à rede de voz corporativa, alcançando a marca de cinquenta pontos/centrais telefônicas conectados em 29 órgãos.

Houve também a reserva junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) de um range contínuo de 200 mil ramais telefônicos novos, na faixa de 2020-0000 a 2039-9999, para padronizar a numeração telefônica dos órgãos federais e a adição de treze pontos de videoconferência à rede, totalizando 121 pontos conectados em 22 órgãos.

Para o ano de 2013 está prevista a realização de quinze novas expansões de infraestrutura no acesso ou na adequação de backbone da INFOVIA Brasília. Essas obras visam atender a novos órgãos da APF que são adicionados à rede e também às mudanças de endereços das entidades já atendidas pela INFOVIA Brasília. Vislumbra-se para 2013 menos dificuldades com a celebração de novos contratos para a expansão e adequação das fibras óticas, já que existe ata de registros de preços válida até o final de agosto de 2013, que foi firmada em 2012 pelo MP.

Também para 2013 estão previstas a ativação de vinte novos pontos de videoconferência na rede e a incorporação mais dez centrais telefônicas dos órgãos ao Serviço de Voz da INFOVIA.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

- **Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi desenvolvido e posto em operação o módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, ancorado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Esse módulo possibilita o efetivo monitoramento dos compromissos de Governo materializados nos atributos do Plano, isto é, nos Indicadores de Programas, Objetivos, Metas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativa.

Com o intuito de capacitar os órgãos envolvidos com a implementação de políticas, o Ministério do Planejamento organizou oficinas de monitoramento, quando foram apresentadas a estratégia de monitoramento e as ferramentas desenvolvidas para auxiliar o acompanhamento do PPA. Essa dinâmica de monitoramento consiste em uma atividade contínua e que gera conhecimento cumulativo sobre a realidade de implementação das políticas.

Além disso, o MP participa de diversos conselhos que debatem e orientam a implementação de políticas em conjunto com representantes de outros Ministérios, bem como da sociedade civil.

No que tange ao aprimoramento do processo orçamentário, foi editada a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO). O objetivo é prover e organizar informações para auxiliar no processo alocativo dos recursos orçamentários. A versão final desse novo documento está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Além da nova edição do RGO, foi elaborado módulo no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) de acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias, com os seguintes objetivos: (i) gerar informações que

possibilitem o aperfeiçoamento das ações orçamentárias e, por consequência, aprimorar os orçamentos dos respectivos órgãos setoriais; (ii) subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e a transparência na utilização dos recursos públicos para a sociedade; e (iii) auxiliar na apuração de custos do Governo Federal, no que se refere à realização física do orçamento da União.

O SIOP também foi aprimorado para facilitar e agilizar o processo orçamentário, bem como torná-lo mais eficiente e transparente. Numa iniciativa pioneira na Administração Pública, disponibilizou-se para download, o arquivo do Orçamento Federal de 2012 em formato de dados abertos, permitindo à sociedade acompanhar de forma detalhada e transparente a arrecadação e a alocação dos recursos públicos. Além disso, foi realizada a evolução do módulo de Receitas do SIOP, possibilitando uma visão gerencial dos cenários de projeção de receitas. Merece destaque o apoio do MP na implantação do SIOP nos Governos do Distrito Federal e do Estado do Maranhão.

É preciso ressaltar a revisão das ações para 2013 com o intuito de fazer com que o orçamento evidencie a produção pública federal (criação dos Planos Orçamentários - PO). Ou seja, os produtos e serviços objeto de cada ação orçamentária passam a ter características finalísticas, apresentando o que o Estado efetivamente entrega à sociedade em contraprestação à sua arrecadação. Para tanto, as ações que representavam “meios” ou “produtos intermediários” foram, preferencialmente, incorporadas àquelas que geravam os produtos e serviços finais.

Verifica-se a redução de 42% no número de ações de 2012 para 2013 durante a fase qualitativa do PLOA e de 30% das ações com dotação. Para permitir esse ajuste, foi criado o PO, que é uma nova identificação orçamentária de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária. O PO permite que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em nível mais detalhado, abrangendo inclusive a produção pública intermediária.

De forma a incentivar a Transparência Fiscal, o Ministério do Planejamento aderiu à Global Iniciative for Fiscal Transparency - GIFT (Iniciativa Global para Transparência Fiscal). A GIFT é uma rede de ação formada por diversos interessados com o fim de promover o avanço e a institucionalização de normas globais e melhorias contínuas e significativas no âmbito da transparência orçamentária e fiscal para o engajamento e responsabilização de todos os países. Para isso, a GIFT elaborou princípios globais norteadores sobre transparência fiscal. O MP iniciou sua participação na reunião de lançamento da GIFT, realizada em Brasília nos dias 19 e 20 de abril de 2012, quando foram apresentadas as iniciativas do Governo, como a Escola Virtual, a revista Orçamento Federal ao Alcance de Todos, a cartilha “Sofinha e sua Turma” e o Momento do Orçamento.

A edição da terceira revista Orçamento Federal ao Alcance de Todos tem por objetivo facilitar o entendimento das informações orçamentárias, mediante o emprego de linguagem acessível, com vistas a democratizar as informações sobre alocação de recursos nas políticas públicas do Governo. Nesse número da revista é possível encontrar o valor previsto no projeto de lei orçamentária federal de 2013 a ser destinado a cada uma das Unidades da Federação. A versão eletrônica está disponível no portal do Orçamento Federal para qualquer cidadão, que pode acessar as bases que deram origem aos gráficos encontrados na revista: https://gestao.orcamentofederal.gov.br/arquivo-ofat/Orcamento_Federal_2013_WEB.pdf.

Em síntese, o processo de aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal exige esforço constante do governo e pauta-se pela demanda social e pela própria aprendizagem da administração pública.

- **Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais**

Análise Situacional da Meta

O MP, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), vem atuando no fortalecimento

da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Essa plataforma é instrumento de gestão capaz de dar suporte ao monitoramento e avaliação das políticas públicas, com possibilidade de captar seu impacto no território. A INDE agrega os dados geoespaciais produzidos pelo Governo Federal em um único portal na Internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação de cultura de visualização das políticas públicas no território.

Nesse sentido, foi criado o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega gestores de geoinformação de vários órgãos da APF para disseminação da INDE, visando aprofundar a inserção da dimensão territorial nas políticas públicas.

Além disso, foi lançado o novo visualizador da Infraestrutura (www.visualizador.inde.gov.br) para busca, exploração e acesso a dados e metadados, contendo vários indicadores do IBGE, além de camadas de informações do próprio Ministério do Planejamento, como o Anexo III do PPA 2012-2015 e o 4º Balanço do PAC. Este serviço permite o consumo de metadados públicos e com recursos online.

Encontram-se em execução treinamentos para capacitar servidores públicos, como forma de permitir a efetiva implementação da INDE, com ampla adesão pelos órgãos e entidades públicas nacionais. Em 2012 foi oferecido treinamento para trinta órgãos, na sua maioria já em processo de adesão à INDE. A capacitação, sensibilização e divulgação da INDE têm o objetivo não só de ampliar o nível de conscientização dos atores e da sociedade em geral quanto à sua utilização, mas também agregar mais produtores de informações geoespaciais.

Foram adquiridos servidores de dados e de rede que aumentarão a capacidade de armazenamento de dados no IBGE, nó central do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), permitindo ainda que os produtores de geoinformação, que não dispõem da infraestrutura mínima necessária, possam hospedar seus dados e metadados no nó do IBGE. Denomina-se nó ao conjunto de servidores sob responsabilidade de uma entidade provedora de dados geoespaciais.

Destaca-se, ainda, o trabalho de sensibilização e divulgação da INDE, por meio da participação em eventos como: o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação, em Brasília (DF); MundoGEO#Connect, em São Paulo/SP; Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de Informação – SIMGEO, em Recife/PE, ministrando cursos e realizando palestras; participação na 2ª Conferência e Exibição Anual Latino Americana em Informação Geoespacial, Tecnologia e Aplicações, realizada no Rio de Janeiro/RJ; participação no evento Compartilhando Dados Ambientais na América Latina, realizado em Porto Alegre/RS.

Em 2013 serão instalados hardware, plataformas de software, além dos ambientes de rede e procedimentos administrativos do DBDG; serão realizadas, pelo menos, seis ações de capacitação de instituições produtoras de geoinformação; e divulgados os procedimentos para adesão à INDE e acesso eletrônico aos repositórios de dados e metadados distribuídos.

A consolidação da INDE propiciará a reunião eletrônica de produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, facilitando a construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais, veiculáveis via web, com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território nacional.

O êxito dessa consolidação possibilitará fornecer soluções para o planejamento e integração de políticas; direcionar intervenções onde sejam mais necessárias, gerando benefícios quantificáveis para o governo e sociedade em geral; ampliação da capacidade de resposta do Governo com a inserção de análises geoespaciais na tomada de decisão; elaboração e implementação de políticas públicas, tendo o território como um dos fatores de análise, feita de forma

sistemática e participativa; tomada de decisão nos processos sociais, ambientais e econômicos de forma integrada otimizando esforços e recursos, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de alocação e gestão dos recursos públicos.

- **Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi concluído trabalho de levantamento e análise das principais metodologias existentes para elaboração de cenários, resultando na formulação de proposta metodológica adaptada às necessidades do Governo Federal. De maneira complementar, foram encaminhados os tramites administrativos para contratação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) visando à elaboração, em 2013, de cenários sobre o tema "Dinâmica demográfica brasileira até 2040: necessidades de adequação das políticas sociais".

A avaliação dos resultados obtidos na elaboração de cenários sobre o referido tema servirá como parâmetro para consolidação das metodologias que serão utilizadas na elaboração de cenários em 2014, visando subsidiar a elaboração e monitoramento do PPA 2016-2019, bem como dos respectivos orçamentos anuais.

- **Definição do Modelo de governança e sistemática para alocação e gestão dos recursos públicos, considerando a articulação e a integração entre as diversas funções alocativas**

Análise Situacional da Meta

Os resultados para esta meta serão obtidos ao longo dos quatro anos da execução do Plano Plurianual. Neste primeiro ano não foram obtidos resultados relevantes.

- **Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais ações realizadas no ano de 2012 com vistas à melhoria da qualidade do gasto diz respeito ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), que nasceu da integração de quatro iniciativas já existentes no Governo Federal, quais sejam: Programa de Eficiência do Gasto (PEG), a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a Coleta Seletiva Solidária e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

Tal iniciativa buscou sinergia e melhores resultados às ações de economia e sustentabilidade ambiental em função da atuação conjunta dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e de Minas e Energia (MME). Foi primordial para o sucesso do PES a formalização dos Comitês Interno do Projeto Esplanada Sustentável (CIPES) e também dos Grupos de Trabalho do PES (GTPES) em cada um dos Ministérios aderentes, a qual trouxe mais legitimidade ao Projeto e às suas ações. A adesão formal dos Órgãos Setoriais ao PES e a criação e publicação dos CIPES e GTPES reforçam o compromisso de cada Órgão com a eficiência e sustentabilidade da sua gestão.

Outro fator importante para o sucesso do Projeto foi o desenvolvimento do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), na medida em que este permite a coleta detalhada de dados físicos de cada uma das despesas administrativas foco do Projeto, e também o acompanhamento das variáveis ambientais.

- **Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi publicada a Lei nº 12.593, que institui o PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, cuja nova estrutura reflete de forma mais direta à sociedade os desafios do Governo Federal para o período do Plano.

Além da Lei, foram elaborados o Decreto nº 7.866 (Decreto de Gestão do Plano) que estabelece princípios, competências e procedimentos para a gestão do PPA 2012-2015, compreendendo a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano.

Em relação à execução do PAC, é importante destacar a extensão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para os empreendimentos do PAC; a edição da Medida Provisória nº 575, que possibilita o aporte de investimentos por parte da União nas Parcerias Público-Privadas, promovendo maior segurança e interesse das empresas em investir em obras de infraestrutura e ainda a mudança de foco e aumento do escopo da empresa que gerenciará os modais de logística (Empresa de Planejamento e Logística - EPL), que visa acelerar o planejamento e a execução dos empreendimentos desse eixo.

- **Realizar vinte e cinco contratações conjuntas de soluções de TI, até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), vem conduzindo desde 2008 contratações conjuntas como é o caso dos Pregões Eletrônicos nº 37/2008, nº 79/2010 e o nº 12/2011. O resultado destes pregões eletrônicos beneficiou mais de 40 órgãos da Administração Pública Federal e gerou economia superior à R$55 milhões.

Devido ao resultado dos anos anteriores, em 2012 deu-se continuidade ao processo de contratações conjuntas de TIC, como é o caso dos processos de aquisição de mídias criptográficas (tokens) para seis órgãos, ativos de rede para 34 órgãos e desktops e notebooks para mais de 80 órgãos.
O Pregão Eletrônico nº 59/2012 que teve por objetivo a aquisição de 94.375 mídias criptográficas resultou em uma economia superior à R$ 2,3 milhões.

No ano de 2012 foi iniciado o projeto de implementação da Central de Aquisições e Contratações Públicas para aquisição e contração de objetos similares entre os órgãos da APF. A previsão é que até o final de 2013 a Central esteja em operação. Para o ano de 2013 estão previstas as conclusões dos processos de contratação conjuntas de TIC de ativos de rede e desktops e notebooks, além da realização das licitações para as contratações conjuntas de videoconferência, telefonia fixa e telefonia móvel.

Um dos desafios enfrentados pelas contratações conjuntas é a resistência dos fornecedores por concentrar a demanda e melhorar o ganho de escala do Governo Federal.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Governo seguiu dando ênfase ao diálogo federativo, estabelecido com todos os Estados e Municípios brasileiros, de forma direta e republicana. Para tanto, foram fortalecidas as relações intergovernamentais por meio de instâncias permanentes, como o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os Fóruns Regionais de Governadores e as comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais.

Dentre as medidas adotadas, está a desburocratização do processo de transferências voluntárias, principal agenda do Comitê de Articulação Federativa em 2012. Esse assunto ficou a cargo do Grupo de Trabalho Interfederativo, criado pelo CAF, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal (APF) com órgãos ou entidades públicas para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais.

Nesse sentido, cabe destacar o aperfeiçoamento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), que passou a verificar apenas a regularidade fiscal do CNPJ, principal ente federado (Estado, Distrito Federal ou Município) e a do órgão convenente, eliminando-se a necessidade de verificar a regularidade de todos os CNPJ vinculados, especialmente os das administrações indiretas. Por sua vez, o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) foi adaptado para operar o procedimento simplificado previsto na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, bem como notificar o convenente da ausência de prestação de contas com 45 dias de antecedência ao registro da inadimplência no CAUC.

Outro destaque foi a agenda ambiental decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República promoveu, em parceria com outros órgãos, quatro seminários “Diálogos Federativos Rumo à Rio+20”, com vistas a ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e promover a atuação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios em relação aos objetivos da Conferência. O foco dos debates foi o papel dos entes subnacionais no enfrentamento dos desafios relacionados às mudanças no padrão de produção, distribuição e consumo, considerados os limites da natureza e a equidade entre pessoas, regiões e gerações.

Foram também realizadas ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados em ministérios e entidades governamentais. São exemplos as 11 reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), que trataram dos mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, a Rio+20, o apoio ao desenvolvimento industrial, a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, as condutas vedadas aos Agentes Públicos Federais nas eleições e o Programa de Concessões de Rodovias, Ferrovias e Trem de Alta Velocidade.

Destaca-se ainda a estratégia de promoção dos consórcios públicos, por meio do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Durante o ano, foram visitados vinte e um territórios rurais, para se promover a sensibilização sobre o tema e fornecer orientações sobre como formar consórcios públicos.

No segundo semestre de 2012, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul e coordenou os esforços do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) voltados ao preparo e à aprovação de seu plano de ação para o biênio 2013-2014. Esse planejamento será orientado pelo Plano de Ação Estratégica de Ação Social do Mercosul (PEAS) e visa dar sustentabilidade às atividades dos membros nos seguintes eixos: cooperação entre cidades e regiões, cidadania regional, integração produtiva e integração fronteiriça. Estados e municípios brasileiros também contaram com o apoio do Governo Federal para realizar atividades de cooperação internacional, como o lançamento do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, no qual foram selecionadas quatro propostas de até US$ 200 mil para atividade de cooperação técnica com países em desenvolvimento.

Outro ponto importante foi a participação de mais de três mil prefeitos brasileiros na XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com o objetivo de debater o poder local na construção de uma nova realidade. No evento, o Governo

Federal apresentou o Plano Brasil Sem Miséria e a Ação Brasil Carinhoso, que preveem uma intensa cooperação entre os entes federativos, bem como as suas principais estratégias de cooperação federativa, como os esforços de desburocratização, os programas prioritários e a agenda de transição governamental.

No tocante às finanças públicas, os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM) tiveram entre janeiro e outubro de 2012, acréscimo de 2,29% em relação ao mesmo período do ano anterior. No que se refere às transferências voluntárias, foram repassados R$ 1,6 bilhão para estados e R$ 581,90 milhões para municípios.

Destaque-se também o limite para contratação de operações de crédito de 21 Estados, ampliado para R$ 58,3 bilhões na revisão de ajuste fiscal, de forma a permitir o aumento de investimentos nas áreas de infraestrutura, saneamento ambiental, moradia e mobilidade urbana. Além disso, foi significativo o apoio financeiro a estados e municípios para as ações emergenciais de enfrentamento da seca.

De forma a contribuir para ampliar a capacidade técnica, financeira e gerencial do Estado, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Municípios Brasileiros (PROMOEX) presta cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas, com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de contas públicas estaduais e municipais. No campo do apoio ao fortalecimento do controle externo, o Promoex produziu os seguintes resultados principais: (i) criação e implantação do Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (www.controlepublico.org.br); (ii) implementação da Rede Nacional dos Tribunais de Contas, propiciando fóruns de debates entre servidores, divulgações de trabalhos, artigos e de jurisprudências; (iii) compartilhamento entre os Tribunais de Contas de soluções de Tecnologia da Informação (TI), sistemas de captura eletrônica de contas, processos de análises de contas de governo e atos de pessoal; (iv) realização de auditorias de avaliação de programas de governo na área de educação, saúde e saneamento; e (v) lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAGs), que visam harmonizar os procedimentos de auditoria das Cortes de Contas às normas internacionais.

Em relação ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), objeto do Contrato de Empréstimo 1718/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destacou-se a implantação de sistemas de gestão de RH, de planejamento integrado e regionalizado, de monitoramento e avaliação de ações do PPA, de atendimento integrado aos cidadãos, de gerenciamento de documentos, de compras, de materiais, de perícias médicas, de avaliação de desempenho.

Metas 2012-2015

- **Agentes públicos municipais, estaduais e federais capacitados**

  Análise Situacional da Meta

  Em se tratando de capacitação de agentes públicos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão trabalhou a educação do ciclo de planejamento e orçamento em várias vertentes. Na primeira, a Escola Virtual SOF concluiu no mês de agosto de 2012 o processo de mudança de sua plataforma tecnológica, necessária para a modernização do ambiente virtual de ensino. Esse processo de mudança da plataforma tecnológica foi feito por meio do acordo de cooperação técnica entre o MP e a UnB, o que permitiu a melhoria da metodologia utilizada nos cursos oferecidos. Desde a sua criação, a Escola Virtual registra um total de 4.770 alunos inscritos.

  Além disso, o MP distribuiu 70 mil exemplares da Cartilha “Sofinha e sua Turma” em mais de quinze estados e municípios. Com formato de história em quadrinhos e uma linguagem bem acessível, a cartilha tem por finalidade ajudar as crianças e suas famílias a entenderem melhor como funciona o orçamento público.

O MP também realizou o concurso do "V Prêmio SOF de Monografias" que contou com a inscrição de 47 monografias, sendo 33 sobre qualidade do gasto público e catorze sobre as novas abordagens do orçamento público. Desde sua primeira edição o prêmio já inscreveu 325 trabalhos inéditos sobre os temas acima citados.

Foi realizado o "3º Seminário Nacional de Orçamento Público" para debater os desafios e as perspectivas do orçamento público brasileiro, tendo como principais temas: acompanhamento, monitoramento e avaliação da programação orçamentária; plurianualidade orçamentária; e o acesso à informação e à participação social no orçamento público. Participaram autoridades e dirigentes federais, estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento, orçamento e finanças públicas, além de especialistas nacionais e internacionais estudiosos do tema, num total de aproximadamente 770 pessoas.

Tendo em vista o monitoramento do primeiro ano do PPA 2012-2015, realizou-se na ENAP nos dias 14, 15 e 16 de agosto a capacitação de 288 servidores, distribuídos entre todos os órgãos envolvidos na gestão do Plano. Esta capacitação teve o intuito de apresentar o monitoramento temático e capacitar os servidores no preenchimento das informações requeridas e na utilização das ferramentas disponíveis, além de coletar sugestões para o aprimoramento do modelo proposto. Vale ressaltar que tais dinâmicas serão atividades constantes do monitoramento do PPA 2012-2015, já que o objetivo do MP é aperfeiçoar a atividade de monitoramento na administração pública. Para 2013, o MP pretende concluir o 1º Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 e, e, a partir dele, gerar conhecimentos.

Foi desenvolvido um projeto para qualificação de agentes públicos estaduais, municipais e federais, com priorização para os dois primeiros, mediante a oferta e realização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade ensino à distância.

Para tanto, foi celebrado Termo de Cooperação entre o MP, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e a ENAP, cujo objeto visa o reforço da capacidade institucional e modernização administrativa da União, dos Estados e dos Municípios, por meio da promoção da qualificação dos agentes públicos, mediante a oferta e realização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

No contexto das ações de capacitação de servidores públicos estaduais e municipais, merecem destaque, ainda: realização de capacitações de servidores estaduais, por meio do PNAGE: R$ 1.810.937,12 entre janeiro e junho de 2012. e realização de capacitações de servidores estaduais e municipais, por meio do PROMOEX: R$ 1.450.086,17 entre janeiro e junho de 2012.

Visando proporcionar acesso à educação de qualidade a um maior número de servidores públicos localizados em todo o País, a educação a distância da ENAP, outra vertente importante na disseminação de conhecimento sobre políticas públicas, capacitou 20.602 servidores em 2012 e pretende capacitar cerca de 23 mil servidores no ano de 2013.

- **Aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação e de cooperação federativa**

  Análise Situacional da Meta

  O MP firmou acordos de cooperação técnica com seis Estados brasileiros (Alagoas, Maranhão, Tocantins, Amapá, Mato Grosso do Sul e Paraíba) e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Planejamento ou equivalentes, visando apoiar a revisão e o aperfeiçoamento dos processos orçamentários, bem como a disponibilização do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) como ferramenta de suporte a esses processos. Ressalte-se que essa meta tem característica continuada: em outros termos, o MP, ao longo do período do Plano, pretende utilizar todos os mecanismos ao alcance para aperfeiçoar a articulação e a cooperação federativa.

- **Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo**

Análise Situacional da Meta

Foram executadas ações voltadas ao fortalecimento da relação federativa em duas frentes principais: a primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias e prioridades, de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovenamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. O objetivo é pactuar um compromisso político que atualize e aprofunde a pauta da "Carta de Brasília", com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns.

Trata-se de uma iniciativa que envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), com o apoio do BID. Neste sentido foi elaborada conjuntamente uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados que está bastante avançada. Para 2013 a expectativa é que a Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados seja concluída e assinada.

Essa Agenda pauta-se em 10 eixos temáticos, a saber:

1. Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública

2. Gestão de Pessoas

3. Tecnologia da Informação

4. Compras Governamentais

5. Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos

6. Gestão Patrimonial

7. Planejamento, Monitoramento e Avaliação

8. Orçamento Público

9. Gestão do Desenvolvimento Institucional

10. Apoio à Inovação/Melhoria da Gestão Municipal

A segunda frente consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Pró-cidadão – Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros, ora em processo de negociação direta entre o BID e os estados. O projeto financiará a realização de oficinas de debate entre representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre temas de interesse mútuo. O Pró-cidadão sucederá ao programa Pnage, que representa um importante marco de atuação conjunta dos estados com o BID. Estamos na etapa de finalização do Pnage, ao mesmo tempo em que desenvolvemos, para o ano seguinte, um esforço de registro e compartilhamento das experiências de sucesso que servirá para orientar os avanços que pretendemos promover com o Pró-cidadão e a agenda federativa.

Adicionalmente, foi criada a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento Público (ReNOP), que tem como missão promover a coordenação entre os órgãos de planejamento e orçamento federal e estadual, de forma a avançar na integração, no alinhamento e na coerência da ação federativa. Esta rede foi idealizada por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MP e o CONSEPLAN, assinado em 6 de setembro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 9 de setembro de 2011.

Para o processo de implementação da ReNOP, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Planejamento e Orçamento Público nos dias 29 e 30 de outubro de 2012, no qual estiveram presentes 78 representantes dos órgãos de planejamento e orçamento estaduais, representando 22 Estados e o Distrito Federal.

A ReNOP vai possibilitar a elaboração de estudos de interesse mútuo; transferência de tecnologias; difusão de conhecimentos técnicos e de boas práticas; o desenvolvimento de metodologias que promovam a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos normativos e metodológicos tanto no âmbito federal quanto estadual.

- **Modernizar a gestão municipal, por intermédio do software público brasileiro, implantando soluções tecnológicas do portal em 100 cidades novas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

A gestão e a sinergia obtidas pelas atividades do programa de apoio tecnológico para os Municípios brasileiros Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros (4CMBr) atrelado à comunidade do Software Público Brasileiro (SPB), ampliaram a capacidade técnica, gerencial e financeira das municipalidades, com o envolvimento claro e comprometido de agentes públicos de mais de quinhentos municípios.

Os aplicativos mais voltados ao aprimoramento da gestão municipal disponíveis junto à comunidade SPB são: o e-Cidade, destinado a informatizar a gestão dos Municípios brasileiros de forma integrada; o e-ISS, que é um sistema informatizado que visa à modernização da Gestão Tributária de ISS/ISSQN; o e-Nota, um sistema informatizado para emissão de Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços, visando à modernização da Gestão Tributária de ISS/ISSQN; o GSAN, um sistema desenvolvido com ferramentas de software livre, de Gerência de Operações Comerciais e de Controle da execução de serviços internos, disponível gratuitamente para prestadores dos serviços de saneamento brasileiros e para atendimento de seus usuários; e o i-Educar, um software de gestão escolar que centraliza as informações do sistema educacional municipal, diminuindo a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao cidadão e racionaliza o trabalho do servidor público.

Além dos sistemas descritos acima, encontram-se disponíveis junto ao Portal do SPB aplicativos e soluções livres voltados para a área de gestão de logística integrada (ERP) e área de desenvolvimento de soluções de TI internas (frameworks, portal modular, inventário de TIC, gestão de bibliotecas etc).Em levantamento de Intenção de Registro de Preços (IRP), promovido pelo Ministério do Planejamento, há a intenção, por parte do Ministério das Comunicações (MC) em patrocinar a instalação de quatro aplicativos em oitenta prefeituras, já no início do exercício de 2013. Os aplicativos a serem instalados são: e-Cidade, e-ISS, e-Nota e i-Educar. Além destas, outras 100 municipalidades estão pleiteando a implantação dos aplicativos em suas sedes municipais ao longo de 2013.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40	31/12/2012	35,2
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	31/10/2012	94,7
FBCF (% PIB)	%	31/12/2010	19,5	31/12/2012	18,14
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,5	31/12/2012	0,9
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2012	60
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	15/01/2013	64,8
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	15/01/2013	59,18
Resultado Primário anual do Governo Central	R$ bilhão	31/12/2010	79	31/12/2012	86,1
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2012	9,08
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2012	57,34
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	31/12/2012	3,66
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2012	5,84

Observações:

Dívida Pública (DLSP/ PIB) - Resultado referente a dezembro de 2012, conforme relatório 'Dívida líquida do setor público', disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO. PIB acumulado nos últimos 12 meses até então, em valores correntes.

Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco - Fonte: Susep/MF.

FBCF (% PIB) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846).

PIB (Crescimento) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012 (variação em relação aos quatro trimestres anteriores), conforme Contas Nacionais Trimestrais. Dado disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201204_4.shtm.

Quantidade de Certificados de Garantia emitidos - Fonte: Sain/MF.

Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Resultado referente à participação do Brasil em quotas do Bird (1,96%), comparada à média dos últimos cinco anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (3,02459%). Dados disponíveis em http://siteresources.worldbank.org/BODINT/Resources/278027-1215524804501/IBRDCountryVotingTable.pdf e http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx.

Quota do Brasil no FMI - Resultado referente à participação do Brasil em quotas do FMI (1,79%), comparada à média dos últimos cinco anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (3,02459%). Dados

disponíveis em http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx e http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx.
Resultado Primário anual do Governo Central - Resultado referente ao período de janeiro a dezembro de 2012. A apuração do valor informado se deu pelo método “abaixo da linha”. Pelo método “acima da linha”, o resultado foi R$ 88,5 bilhões. Fonte: STN/MF.
Taxa de Emissões Primárias da Economia - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme relatório 'Mercado de capitais – Emissão primária de títulos' (disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO) e Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846 - FBCF).
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB - Resultado referente a dezembro de 2012, conforme relatório 'Valor de mercado – Companhias abertas – Bovespa', disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO. PIB acumulado nos últimos 12 meses até então, em valores correntes (IBGE, Sidra, tabela 1846).
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme Sistema de Estatísticas da Susep (disponível em http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx - Operações) e Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846).
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Resultado referente a 2012, conforme relatório 'Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Variações percentuais nos últimos 12 meses', disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO.

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi marcado por importantes mudanças estruturais na economia, fortalecendo as bases para um ciclo de crescimento de longo prazo e configurando um novo cenário econômico, ímpar na história do País, muito promissor para o investimento, produção e emprego.

Este novo cenário é composto por taxas de juros mais baixas, que reduzirão os custos financeiros para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal -, o elevado nível de reservas internacionais, a dívida pública líquida cadente, o sistema financeiro doméstico sólido e o mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Ao longo de 2012, foi implementado um conjunto de ações de política econômica, fazendo com que a economia brasileira voltasse a acelerar no segundo semestre do ano, como pôde ser observado na evolução do crescimento do PIB entre o terceiro e o quarto trimestres.

A política econômica brasileira tem atuado tanto para mitigar os efeitos negativos da crise internacional por meio de medidas anticíclicas, como também para consolidar as bases para o crescimento sustentado de longo prazo. Medidas têm sido adotadas para dinamizar a economia doméstica e aumentar sua competitividade, diferenciando o Brasil dos países desenvolvidos.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na Lei nº 12.465, de 12 de

agosto de 2011 (LDO-2012), foi fixada em R$ 139,8 bilhões para 2012, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais Anuais. Desta meta, o Governo Central era responsável por R$ 97,0 bilhões, enquanto às Empresas Estatais Federais correspondia um resultado nulo. O art. 30 da LDO-2012 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC.

A Lei nº 12.595, de 12 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012), considerou um resultado primário do Governo Central de R$ 97,1 bilhões. Vale mencionar que foi estimada a utilização de R$ 25,6 bilhões de despesas do PAC para abatimento da meta.

De acordo com o art. 66 da LDO-2012, os Poderes e o Ministério Público da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período. Desta forma, em 15 de fevereiro de 2012, foi procedida reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados até o mês de janeiro e a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2012.

Esta avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R$ 35,0 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, o que significou um corte de 14,22% nestes itens de despesas em relação ao previsto na LOA-2012. Tomando em consideração a redução líquida de R$ 20,0 bilhões, decorrente das variações das despesas obrigatórias e dos Créditos Adicionais dos Demais Poderes e Créditos Extraordinários, o total de ajuste nas despesas foi de R$ 55,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias. Neste contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto no 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano.

Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 67 da LDO-2012. Nesta reavaliação foi recomendada a limitação das despesas discricionárias em R$ 368,6 milhões em relação ao Decreto no 7.680/2012, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R$ 35,4 bilhões. Deste montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R$ 35,0 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União coube a responsabilidade, em conjunto, por R$ 368,6 milhões. As recomendações desta avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto no 7.707, de 29 de março de 2012.

No mês de maio foi enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o relatório de reavaliação do 2º bimestre, conforme art. 67 da LDO-2012. Fundamentado nos dados realizados até o mês de abril e na atualização dos parâmetros macroeconômicos, o relatório elevou as estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios em R$ 4,9 bilhões. Por outro lado, as estimativas de despesas primárias obrigatórias foram elevadas em R$ 2,6 bilhões, enquanto as de Créditos Adicionais dos Demais Poderes, Créditos Extraordinários e Doações/Convênios, somadas, foram aumentadas em R$ 1,0 bilhão. Com isso, foi possibilitada a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira definidos no Decreto nº 7.707/2012, em R$ 1,3 bilhão. No âmbito do Poder Executivo, as orientações decorrentes desta avaliação foram implementadas por meio do Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012.

Encerrado o 3º bimestre, foi procedida em julho a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de junho, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as

metas fiscais vigentes. A revisão das estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios, exceto Regime Geral de Previdência Social (RGPS), demonstrou um decréscimo de R$ 2,1 bilhões em relação à segunda avaliação bimestral de 2012. Por sua vez, o resultado do RGPS teve sua projeção de déficit reduzida em R$ 3,0 bilhões, tendo como fator explicativo a elevação de mesma magnitude na estimativa de recebimentos do regime. Quanto às estimativas de despesas primárias de execução obrigatória, exceto RGPS, houve uma elevação da ordem de R$ 412,2 milhões. Ao considerar nesta reavaliação as majorações nas despesas com Créditos Extraordinários, de R$ 500,0 milhões, foi recomendada a manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira constantes do Decreto nº 7.740/2012. De forma a implementar tais recomendações, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.781, de 1º de agosto de 2012.

Concluído o 4º bimestre de 2012, o Poder Executivo reavaliou as projeções das receitas e despesas primárias, utilizando os dados realizados até o mês de agosto, além dos parâmetros macroeconômicos atualizados. A expectativa para a receita primária total, exceto RGPS, foi reduzida em R$ 4,3 bilhões. Essa redução foi conjugação de um decréscimo das receitas administradas pela RFB/MF (exceto RGPS) no montante de R$ 11,7 bilhões e de um aumento de R$ 7,5 bilhões nas receitas não administradas. A projeção das Transferências a Estados e Municípios foi reduzida em R$ 1,7 bilhão, resultando numa queda da receita total líquida (exceto RGPS) de R$ 2,6 bilhões. Em relação às despesas primárias obrigatórias, exceto RGPS, houve aumento nas estimativas em aproximadamente R$ 291,1 milhões. No que tange o resultado do RGPS, a projeção de déficit foi reduzida em R$ 2,8 bilhões, explicado por uma elevação de R$ 2,9 bilhões dos recolhimentos do regime, ligeiramente compensado por um aumento de R$ 70,0 milhões nos benefícios previdenciários decorrentes de Sentenças Judiciais. Em decorrência dos fatores mencionados na 4ª avaliação bimestral, recomendou-se a manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira constantes do Decreto nº 7.781/2012. As orientações decorrentes da reavaliação foram implementadas por meio do Decreto nº 7.814, de 28 de setembro de 2012.

Encerrado o 5º bimestre, foi procedida em novembro a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de outubro, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as metas fiscais vigentes. No que concerne às receitas administradas pela RFB/MF (excluindo RGPS), a reestimativa apontou para uma queda de R$ 8,8 bilhões. Já a projeção para as receitas não administradas do Governo Central, registrou um aumento de R$ 994,2 milhões em relação ao montante estimado na avaliação anterior. No que concerne às Transferências a Estados e Municípios, esta reavaliação apontou uma redução na projeção de R$ 3,7 bilhões. Dessa forma, as estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios, exceto RGPS, demonstrou um decréscimo de R$ 4,1 bilhões em relação à 4ª avaliação bimestral de 2012. As estimativas de despesas primárias de execução obrigatória foram elevadas no montante de R$ 6,3 bilhões. Em relação ao RGPS, houve aumento na previsão de arrecadação (R$ 3,5 bilhões), que foi mais que compensada pelo aumento da estimativa de pagamento de benefícios (R$ 10,1 bilhões), gerando uma elevação do déficit da ordem de R$ 6,6 bilhões.

Nesse contexto, cabe mencionar que o Governo adotou durante o ano várias medidas para estimular a economia e reduzir os impactos da crise internacional, dentre elas, desonerações e incentivos a vários setores. Em que pese o fato de tais medidas serem necessárias a fim de se evitar perda no dinamismo da atividade econômica, elas implicaram, pelo menos no curto prazo, redução na arrecadação e aumento de despesas, o que prejudicou sobremaneira o alcance da meta cheia de resultado primário, como era almejado no início do exercício. Desse modo, considerando a conjuntura econômica à época, bem como seus reflexos na arrecadação de tributos federais, a 5º reavaliação de receitas e despesas indicou a necessidade de se utilizar a prerrogativa de abatimento da meta de superávit prevista no art. 3º da LDO-2012.

Diante da combinação dos fatores citados, foi recomendado, em relação à 4ª avaliação bimestral, o abatimento da meta de resultado primário em R$ 25,6 bilhões, conforme possibilitado pelo art. 3º da LDO-2012. Além disso, foram

ampliados os limites de empenho e movimentação financeira em R$ 8,5 bilhões. Essa revisão ensejou a publicação, no âmbito do Poder Executivo, do Decreto nº 7.847, de 23 de novembro de 2012, o que ajustou a meta de superávit primário do Governo Central para R$ 71,4 bilhões.

Ao final do ano, as despesas no âmbito do PAC atingiram o montante de R$ 39,3 bilhões, o que resultou num valor de meta de superávit primário do Governo Central para fins de cumprimento do dispositivo legal de R$ 57,7 bilhões. Por sua vez, o superávit realizado pelo Governo Central foi de R$ 86,1 bilhões em 2012, superando em R$ 28,4 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Desta forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Central para o ano de 2012, utilizando o disposto no art. 3º da LDO-2012.

Quantidade alcançada

86,1

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

A meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global, foi parcialmente atendida em 2012. Considerando a base de comparação como a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, sendo 50% a preços correntes e 50% a paridade do poder de compra (PPP), calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database October 2012, do FMI, atualizada em outubro de 2012 (http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx), ou seja, 3,02459%; e os índices de referência de 2010 para a Quota do Brasil no FMI e Quota do Brasil no BIRD, respectivamente, 53,06 e 78,74; nota-se que em 2012 houve aumento no caso do Fundo (59,18) e redução no Banco Mundial (64,47).

Referente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com a implementação da reforma de quotas e voz de 2008, o Brasil integralizou, em 2011, o seu aumento de quotas autorizado, elevando sua participação em quotas para 1,79% e seu poder de voto para 1,72%. Essa reforma teve impacto positivo no alinhamento da participação brasileira no FMI quanto à sua participação relativa na economia global (vide indicadores). Prospectivamente, quando a reforma de quotas e voz do Fundo acordada em 2010 for ratificada no plano internacional e implementada, o Brasil passará a deter cerca de 2,32% das quotas e 2,22% do poder de voto do FMI e se tornará, então, o 10º maior quotista do Fundo.

No Banco Mundial, em vista da integralização de ações dos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) por outros países e da subscrição de apenas 708 ações integralmente exigíveis por parte do Brasil, a participação acionária do País foi diluída. Alcançou, em dezembro de 2012, 1,96%, com correspondente poder de voto de 1,88% (vide indicadores). Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações as quais o Brasil tem direito.

- **Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Algumas diretrizes implementadas no ano de 2012 merecem maior destaque, quais sejam:

i. Foco nos investimentos:

a. Lançamento do Plano Brasil Maior: plano contendo medidas relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. O Governo ampliou os setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamentos, anunciou medidas para reduzir o custo da energia e reforçou amplo programa de financiamento com baixos custos por

meio do PSI/BNDES. Dentre outras medidas, destacam-se: benefícios fiscais relacionados a produtos industriais; política de compras governamentais, com prioridade para os bens produzidos no país, em especial, máquinas, equipamentos, fármacos e medicamentos; financiamento do comércio exterior; defesa comercial com operações que visam evitar fraudes e triangulações (circumvention); financiamento para a produção, investimento e inovação; e o novo regime automotivo, com incentivos para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

b. Estímulo a investimentos públicos: o Governo estimulou os investimentos por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em 2012 foi ampliado com o PAC Equipamentos e com o anúncio de novas concessões em rodovias e ferrovias, conforme o Plano de Investimentos em Logística. Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cerca de R$ 1 trilhão está previsto para investimento em diversos setores, com ênfase em projetos de energia e no programa Minha Casa, Minha Vida. Até outubro, os investimentos públicos foram 22,9% acima do mesmo período de 2011 (de R$ 41,4 bilhões para R$ 50,9 bilhões).

c. Estímulo a investimentos privados: os investimentos privados também cumprem um papel fundamental para o crescimento. Parcerias público-privadas para financiar projetos relevantes também são incentivadas. Isto é importante na medida em que o País precisa investir em grandes projetos de infraestrutura em setores tais como telecomunicações, energia e transporte.

d. Investimentos em infraestrutura: Nos próximos anos, os investimentos em infraestrutura no Brasil solidificar-se-ão com a participação ativa da iniciativa privada. O setor aeroportuário, por exemplo, contará com investimentos totais de aproximadamente R$ 16 bilhões, contando apenas com as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos. No caso de rodovias e ferrovias federais, o Programa de Investimentos em Logística, prevê a aplicação de R$ 133 bilhões em reformas de construções, do quais 60% serão aplicados em até cinco anos.

ii. Redução nas taxa de juros: de agosto de 2011 a outubro de 2012, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 525 pontos-base, contribuindo para que as taxas reais e nominais atingissem seu menor nível histórico (atualmente 7,25% a.a.). A redução da taxa real de juros foi significativa nos últimos dez anos, saindo de 14% em dezembro de 2002 para 1,8% em novembro de 2012. Esse movimento repercutiu positivamente sobre a economia brasileira:

a. Redução de spreads bancários e de taxas de juros de empréstimos

b. Redução dos custos financeiros da economia.

c. Estímulo a empresários e poupadores: aos empresários a investirem e aos poupadores a procurarem alternativas de investimentos que vão financiar a produção.

iii. Dinamismo do mercado de trabalho: a taxa de desocupação de 5,3% em outubro de 2012 registrou a menor taxa para o mês desde o início da série. No acumulado do ano, a geração de postos de trabalho alcançou 1,689 milhão. A continuidade das contratações em termos líquidos reforça que a economia retoma o crescimento.

iv. Política de valorização do salário mínimo: segue aumentando o poder de compra do trabalhador. Em 2013, o valor do salário mínimo foi reajustado de R$ 622 para R$ 678, a partir do dia 1° de janeiro, perfazendo reajuste de 9%, considerados a variação real do crescimento da economia e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Nesse contexto, o crescimento do rendimento real do brasileiro foi significativo no período de 2004 a 2011, alcançando 29,8% na média total. Ainda mais relevante, foi o crescimento do rendimento para os 20% mais pobres, cujo crescimento da renda atingiu cerca de 75%. No mesmo período, a queda da desigualdade de renda, medida pelo índice de GINI, foi resultado do aumento da escolaridade dos mais pobres, da inclusão produtiva e da expansão dos programas de transferência de renda.

v. Ampliação do mercado interno: crescimento das classes ABC e consequente redução das classes DE, ou seja, redução da pobreza e da desigualdade de renda. De acordo com a projeção do IPEA, em 2014 a classe C representará cerca de 59% da população (115,2 milhões de pessoas).

vi. Robustos fundamentos fiscais: os resultados das contas públicas têm sustentado a Dívida Líquida do Setor Público em 35,2%, ou seja, próximos aos menores valores da série. Associado a isso, a contínua melhoria do perfil da Dívida Pública Federal, em termos de prazo e composição, tem se refletido nas taxas dos títulos brasileiros emitidos no exterior. A emissão do Global 2023, em setembro de 2012, por exemplo, resultou na menor taxa de emissão da história para um papel da dívida pública externa brasileira. Além disso, a situação fiscal como um todo ainda tem colocado o Brasil numa posição privilegiada ante os demais países do G-20, devendo o país apresentar ao final de 2012 um dos maiores superávits primários do grupo, bem como um dos menores déficits nominais.

vii. Desempenho quanto às questões ambientais: em 2012, problemas ambientais também dominaram o debate nacional, incluindo o Ministério da Fazenda, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A cúpula discutiu, de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, um conjunto de metas para conciliar, nas próximas décadas, o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. O país se destaca por seu desempenho relacionado às questões ambientais, além de manter cerca de 70% de sua área com vegetação natural, 12% da água mundial de superfície e 30% das florestas tropicais remanescentes.

- **Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

O novo ambiente no país favorece a produção e o investimento, deixando para trás o tempo em que a economia brasileira operava com altas taxas de juros de curto prazo. O investimento produtivo passa a ser relativamente mais vantajoso, ampliando-se as potencialidades da economia brasileira. Neste sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

i. Ampliação do investimento do setor público, como proporção do PIB: o Programa de Aceleração do Crescimento(PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. A execução do programa entre janeiro de 2011 e setembro de 2012 foi de R$ 386 bilhões, representando 40,4% do orçamento total previsto para o período entre 2011 e 2014. Nos três primeiros trimestres de 2012, a execução foi 26% superior ao mesmo período de 2011.

ii. Estímulo ao investimento privado: os investimentos privados, fundamentais para o crescimento econômico, têm recebido atenção especial do Governo Federal.

a. Ampliação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital): ampliado e prorrogado até o final de 2013 o BNDES PSI Bens de Capital, por meio do qual são oferecidos empréstimos com taxa de juros vantajosas para aquisição ou exportação de bens de capital.

b. Introdução do programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões: representa um importante incentivo tributário para a aquisição desses bens.

c. Redução a zero no prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital

d. Desoneração do IPI sobre caminhões e outros bens de capital: passou a ser permanente.

e. Redução do IPI para material de construção: adotado em 2009, foi estendido por prazo indeterminado, sendo ampliada a lista de produtos incluídos na desoneração.

iii. Investimentos em Infraestrutura: na área de infraestrutura, o Governo Federal iniciou um amplo programa de concessões nas áreas de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos.

a. Aeroportos: foram realizadas as licitações dos aeroportos de Brasília, Guarulhos (SP) e Campinas (SP) em 2012, com valor total de outorga de R$ 24,5 bilhões, e anunciadas as concessões para os aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG), com investimentos previstos de R$ 11,4 bilhões durante o prazo das concessões que deve variar entre vinte e

trinta anos a depender dos estudos de viabilidade econômico-financeira.
b. Aviação regional: numa primeira fase, serão investidos R$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que integrará melhor o território nacional, desenvolverá polos regionais, fortalecerá centros de turismo e garantirá acesso às comunidades da Amazônia Legal.
c. Rodovias e ferrovias: os investimentos previstos em 7,5 mil km de rodovias e 10 mil km de ferrovias atingirão um total de R$ 133 bilhões. Do total de investimentos, R$ 79,5 bilhões serão investidos já nos primeiros cinco anos.
d. Portos: os investimentos portuários alcançarão até 2017 R$ 54,2 bilhões na modernização do sistema e da gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência produtiva do setor. A edição da Medida Provisória nº 595, em 6 de dezembro de 2012, proporcionou a introdução de um novo marco regulatório para os portos, permitindo a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.
e. Criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL): visando estruturar e qualificar o processo de planejamento integrado de logística no País.
f. Participação ativa dos Estados: ampliado o limite de financiamento para investimento em infraestrutura e facilitado o financiamento desses investimentos por meio do BNDES.

iv. Redução dos custos da produção: o Governo Federal tem atuado para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica.
a. Desoneração da folha de pagamentos: Iniciada em 2011 com três setores, a desoneração foi ampliada para mais onze setores em 2012. Outros 26 setores foram contemplados a partir de janeiro de 2013 e, a partir de abril, o benefício será estendido para os setores de construção civil e comércio varejista. No total, a desoneração da folha de pagamentos já beneficia 42 setores, os quais são responsáveis por 25,5% das exportações totais brasileiras e 32% do emprego celetista no País.
b. Redução do custo de energia elétrica: em 2013 entrará em vigência a redução das tarifas de energia elétrica, que será em média de 20,2%. Haverá diminuição para os consumidores residenciais e para os industriais, em percentual que variará conforme a tensão, mas que proporcionará queda de custos para as empresas, aumentando a eficiência e a competitividade da nossa economia, com impactos na inflação de 2013.

v. Robustos fundamentos fiscais: a política fiscal continua sólida.
a. Resultados primários: permanecem significativos e a dívida pública líquida atingiu o patamar mínimo histórico de 35,0% do PIB em novembro de 2012, ante 36,4% no final de 2011, com tendência firme de melhora do seu perfil, tanto em termos de composição, como de maturidade.
b. Dívida mobiliária federal: o prazo médio da dívida mobiliária federal passou para 44 meses em novembro de 2012, contra 40 meses no final de 2011, e o percentual referenciado na taxa Selic caiu de 30,8% para 22,6% no mesmo período.
c. Custeio: do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com a maioria das categorias do funcionalismo público permitiu acordar reajustes de salários dos servidores para os três anos seguintes e dar previsibilidade para os gastos com pessoal para esse período em níveis consistentes com o crescimento do papel do investimento público.
d. Aprovação do Fundo de Previdência Complementar para Servidores Públicos (Funpresp): reforçará o equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

vi. Questões tributárias:
a. Unificação gradual do ICMS: apresentada proposta de unificação gradual das alíquotas de ICMS para as transações interestaduais, procurando acabar com a guerra fiscal e por fim à insegurança jurídica em torno do tributo estadual.

Caminha-se, assim, para eliminar distorções tributárias consideradas, até então, de difícil solução. E para melhorar as condições financeiras dos Estados, o Governo também propôs alterar o indexador das dívidas estaduais.

b. Redução do IPI: visando estimular a demanda agregada e se contrapor aos efeitos negativos do agravamento da crise mundial, o Governo promoveu em 2012 a redução do IPI de automóveis e de móveis, painéis e afins, bem como prorrogou a redução do IPI da linha branca, que havia sido implementada no final de 2011. As medidas tiveram o efeito desejado, como mostra, por exemplo, o crescimento de 4,1% no número de automóveis produzidos em 2012 ou o aumento de 6,3% do valor adicionado da indústria de transformação no terceiro trimestre de 2012, em termos anualizados, quando comparado com o trimestre anterior, com ajuste sazonal.

c. Prorrogação da desoneração do PIS/COFINS: incidente sobre trigo, farinha, pão comum e massas até o final de 2013, beneficiando importantes produtos da cesta básica.

vii. Criação do novo regime automotivo, o Inovar-Auto: com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. O regime vigorará de janeiro de 2013 a dezembro de 2017 e deverá elevar a competitividade, a produtividade e os investimentos da indústria automobilística no País.

viii. Competitividade da indústria nacional: Na mesma linha, visando incentivar as exportações brasileiras, o Governo reeditou o Programa Reintegra, que dá estímulo às empresas brasileiras exportadoras de bens manufaturados por meio da devolução de até 3% dos impostos pagos, mas não recuperados ao longo da cadeia produtiva.

- **Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN**

Análise Situacional da Meta

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA encerrou 2012 em 5,84% e, dessa forma, a meta para a inflação foi cumprida em 2012 pelo nono ano consecutivo, nos termos do Decreto 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece os parâmetros para o Regime de Metas no Brasil; e da Resolução 3.880, de 22 de junho de 2010, que fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2012.

Em relação ao que se observou em 2011, houve recuo da inflação. Não obstante, na segunda metade de 2012, observaram-se pressões de preço decorrentes de choques desfavoráveis no segmento de commodities agrícolas, dentre outros fatores.

Quantidade alcançada

5,84

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização**

Análise Situacional da Meta

Resultado permite afirmar que a meta cumpriu sua finalidade, pois a diferença para o percentual apurado (99,98%) não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN. O Índice de Basiléia encontra-se acima do limite regulamentar.

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo alcançado por meio da execução de três iniciativas da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). Na primeira, “Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”, a Secretaria trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência econômica. Em 2012, a SEAE intensificou esforços no sentido de ampliar sua contribuição às normas regulatórias postas em audiências e consultas públicas, evitando a edição de normativos que estejam em desacordo com as melhores práticas regulatórias e concorrenciais.

Com a segunda iniciativa, “Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos”, a SEAE controlava as estruturas de mercado, por meio da análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas. Cabe alertar, porém, que com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/11, em 30.05.2012, tal competência foi transferida para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Finalmente, a terceira iniciativa, “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais”, trata da autorização e fiscalização para a distribuição de prêmios e captação de poupança popular. Em 2012, a SEAE autorizou mais de 6 centenas de promoções comerciais e realizou dezenas de operações de fiscalização para garantir que os agentes econômicos cumpram as exigências legais.

Metas 2012-2015

- **Instruir e analisar 2.600 atos de concentração e processos administrativos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SEAE analisou 296 atos de concentração econômica e processos administrativos, o que corresponde a 46% da meta prevista para o ano (650 processos instruídos) e 11% da meta prevista para os 4 anos do PPA. Esta meta foi encerrada a partir da entrada em vigor, em 30.05.2012, da Lei nº 12.529/11, a qual, entre outras providências, transferiu da SEAE para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a competência para instrução e análise de atos de concentração econômica.

  Quantidade alcançada

  296

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SEAE superou em 85% a meta inicialmente prevista para o ano. Foram realizados 1.109 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, contra uma previsão de 600. Em termos de PPA, já foi cumprida 46% da meta para os 4 anos. Este excelente resultado deveu-se, em grande parte, ao aumento no número de promoções comerciais feitas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras.

  Quantidade alcançada

  1.109

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SEAE expediu 305 manifestações, contra uma previsão de 75 para o ano e de 300 para todo o período coberto pelo PPA. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas depende do número de resoluções publicadas pelas agências reguladoras.

  Quantidade alcançada

  305

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A CAIXA realizou, no ano de 2012, um total de R$ 2,3 bilhões na execução do objetivo 0893 – Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

O fomento ao Micropenhor teve seu direcionamento de recursos para essas operações reduzido, uma vez que a CAIXA enfrentou um corte gradativo dos recursos para consumo, previsto na Resolução BACEN 4.000/2011. Em novembro de 2012, a CAIXA unificou as operações de Penhor e Micropenhor.

A CAIXA promoveu a Ação “Poupançudos nas Escolas”, quando mais de 28 mil crianças de 164 escolas públicas e privadas de todo país, foram visitadas por empregados da CAIXA que transmitiram conceitos básicos de educação financeira, incluído o saudável hábito de poupar. A iniciativa foi direcionada para alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental, abrangendo crianças com idade entre 9 e 11 anos, que receberam cofrinhos dos Poupançudos do Rock, mascotes da Poupança da CAIXA, além de kit escolar, com estojo, lápis, caneta, borracha e régua personalizados.

Em julho de 2012 foi lançada a Poupança CAIXA Fácil que é uma conta de poupança simplificada nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/04 e 3.881/10, aberta exclusivamente nos canais parceiros: Correspondentes CAIXA AQUI e Lotéricos, disponibilizando assim o acesso à poupança a todos os municípios do Brasil, o que reforçou a bancarização e inclusão financeira iniciada pela Conta CAIXA Fácil, totalizando juntas 2,9 milhões de novas contas abertas.

Para concessão de Crédito, a CAIXA disponibilizou o produto CAIXA Fácil Rotativo, forma de crédito para consumo não orientado, destinado aos clientes da conta CAIXA Fácil. Este produto apresentou de dezembro a janeiro um crescimento de 43% nos valores concedidos. Em fevereiro e novembro de 2012 a CAIXA realizou ações de aumento de limite de crédito e expansão da base de clientes, ampliando o acesso à população de baixa renda aos produtos e serviços financeiros.

Além da conta e do crédito, a CAIXA disponibilizou produtos complementares (seguros, títulos de capitalização e previdência) voltados para população de baixa renda, este conjunto de produtos teve 9,2 milhões de contratações, totalizando R$ 296,7 milhões.

Metas 2012-2015

- **Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira**

  Análise Situacional da Meta

  Dos R$ 30 milhões projetados para 2012 com a abertura da Conta CAIXA Fácil, realizou-se R$ 58,4 milhões. Esta superação foi motivada pelo lançamento da Poupança CAIXA Fácil em julho de 2012 que reforçou o processo de bancarização.

  Quantidade alcançada

  58.385.100

Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as iniciativas direcionadas ao fortalecimento da sua capacidade institucional para a gestão das atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, em 2012 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações de supervisão preventiva realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2011-2012. O Plano Bienal para o período 2013-2014 encontra-se divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br).

A fiscalização externa (presencial) da CVM compreende as inspeções por demanda, realizadas quando da existência de indícios de infrações e as inspeções de rotina, que buscam prevenir a concretização de irregularidades seguindo o planejamento formalizado no modelo de supervisão baseado em risco. Em 2012 foram efetuadas inspeções em 238 jurisdicionados da CVM, das quais 170 (71%) compreenderam inspeções de rotina e 68 (29%), inspeções por demanda. Desse total, destacam-se as inspeções realizadas em fundos de investimento (128 inspeções) e em seus respectivos administradores/gestores (36 inspeções), que juntos responderam por 69% do número total das inspeções. No ano de 2012, a CVM instaurou ao todo 84 processos sancionadores. Nesse mesmo período, 35 processos sancionadores foram julgados pela CVM. Adicionalmente, 17 processos sancionadores ou procedimentos investigativos foram encerrados por meio de celebração de Termo de Compromisso. De outra parte, três inquéritos administrativos foram arquivados, sem resultar em acusação, por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade.

No que diz respeito ao resultado dos julgamentos de processos sancionadores pela CVM, registrou-se em 2012 uma elevação do número de multas, suspensões e inabilitações aplicadas, quando comparadas àquelas impostas nos anos anteriores. Foram aplicadas 112 multas, 10 advertências e cinco inabilitações em 2012.

Outra importante prática da CVM em 2012 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, respectivamente, principalmente com relação aos casos de ‘insider trading’ e possíveis manipulações do mercado de capitais, que, uma vez confirmadas, provocam prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

Em termos de relações internacionais, a CVM participou ativamente do Financial Stability Board (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira. O Brasil é um dos poucos países a dispor de três assentos no FSB, sendo um exclusivo da CVM.

Em 2012 a CVM também participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) em seus diversos Comitês, inclusive co-liderando o processo de transformação dos Comitês Técnico, Executivo e Consultor dos Mercados Emergentes, os quais se fundiram no que se denomina, atualmente, Conselho da IOSCO, do qual a CVM faz parte. Destaca-se também a liderança exercida pela CVM no processo de escolha do novo Secretário Geral da Organização, conduzido sob a presidência desta Autarquia.

Especificamente com relação ao Mercosul, como coordenadora pelo Brasil do Subgrupo de Trabalho nº 4 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a CVM seguiu negociando a criação do Prospecto Mercosul, cujo objetivo é facilitar o acesso das companhias abertas sediadas no bloco aos mercados financeiros intrabloco com um só registro. Como etapa prévia deste projeto, seguiu-se negociando o acordo para a cooperação e troca de informações entre os reguladores.

A respeito das atividades de regulamentação do mercado em 2012, merecem destaque as edições das Instruções nº 520, 521, 522 e 523, assim como dos normativos relacionados a assuntos contábeis, que dispuseram, dentre outros assuntos, sobre a aprovação de pronunciamentos e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT).

A Instrução CVM nº 520 regulou o envio de informações trimestrais detalhadas sobre as operações de securitização efetuadas pelas companhias securitizadoras, de modo a disponibilizar, na página da CVM na rede mundial de computadores, um panorama completo sobre a operação para os investidores e o mercado: (i) características gerais dos créditos e dos certificados de recebíveis; (ii) informações financeiras selecionadas por patrimônio separado; (iii) comportamento da carteira de créditos vinculados à securitização; e (iv) informações sobre os efeitos associados a pré-pagamento e amortização antecipada.

A Instrução CVM nº 521 regulou a atividade de classificação de risco de crédito (rating) no âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro. Em linha com as regulamentações adotadas em várias jurisdições, foram instituídas as normas aplicáveis à atividade de rating no Brasil, ressaltando-se: (i) as regras de registro das agências domiciliadas no Brasil e de reconhecimento das agências situadas fora do país; (ii) a atribuição de responsabilidade pela supervisão do cumprimento da Instrução, bem como de regras, procedimentos e controles internos a um administrador, função comumente conhecida como compliance; (iii) a divulgação de relatórios de classificação de risco de crédito, inclusive opiniões preliminares fornecidas; (iv) a divulgação de informações periódicas pelas agências, por meio do formulário de referência; e (v) a obrigatoriedade de segregação entre a atividade de classificação de risco de crédito e as demais atividades desenvolvidas pela agência e por partes a ela relacionadas. Em virtude da edição da Instrução nº 521, a Autoridade Europeia dos Mercados de Valores Mobiliários (ESMA) anunciou, em 27/04/2012, que a regulamentação da CVM que trata das agências de classificação de risco de crédito está em linha com as regras europeias, o que permite que as instituições financeiras europeias continuem utilizando as classificações de risco emitidas no Brasil para fins regulatórios.

A Instrução CVM nº 522, alteradora da Instrução CVM nº 409/04, proporcionou um novo status na qualidade informacional divulgada aos investidores de fundos de investimento no Brasil. Os principais objetivos da reforma da Instrução foram: (i) introduzir a Demonstração de Desempenho, informe padronizado sobre rentabilidade, taxas e despesas, que será remetido anualmente a todos os cotistas dos fundos abertos não destinados exclusivamente a investidores qualificados; (ii) padronizar as informações contidas na Lâmina de Informações Essenciais e tornar sua entrega obrigatória antes da venda de cotas de fundos de investimento abertos não destinados exclusivamente à investidores qualificados; e (iii) inserir regras mais prescritivas sobre os mecanismos de monitoramento dos níveis de liquidez das carteiras e sua compatibilidade com os passivos e política de resgates dos fundos de investimento.

A Instrução CVM nº 523, por sua vez, alterou a Instrução CVM nº 301/99, dispondo sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa, referentes aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. As referidas alterações tiveram por escopo adequar a regulamentação da CVM às recomendações internacionais do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – (GAFI/FATF).

Vale ainda ressaltar que a CVM colocou em audiência pública oito projetos de reforma normativa em 2012, com destaque para a alteração da Instrução CVM nº 356/01, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, visando ao aperfeiçoamento dos controles por parte do administrador e do custodiante, com a definição mais clara da atuação e de responsabilidades dos atores desse mercado, e a mitigação de estruturas que propiciem a ocorrência de conflito de interesses, em que a concentração indevida de funções por um mesmo participante ou por partes a ele relacionadas compromete a boa governança do FIDC.

Finalmente, com relação às atividades de educação financeira e de investidores, a CVM inaugurou em 2012 o seu ambiente virtual de aprendizagem, oferecendo ao público quatro cursos, sendo três inteiramente novos (Investindo em valores mobiliários, Educação Financeira e Direitos e Deveres dos Acionistas Minoritários). Pelo interesse anteriormente despertado, foi mantido o curso de matemática financeira, que já estava disponível no Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br). No ano, os quatro cursos resultaram em 1.867 alunos inscritos. A CVM também ampliou a sua presença educacional nas redes sociais, com o lançamento do canal CVMEducacional (que já estava presente no Twitter desde 2010) no YouTube (1.152 exibições de abril a início de novembro) e no Facebook, este inaugurado no início de novembro. Até o final de 2012, será também lançado o novo Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br), atualizando o sítio inaugurado em 2007 com novos conteúdos e uma área específica para o público infantil.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN e disponibilizou, conforme o planejado para o período, 2 (dois) Relatórios Semestrais de Execução do Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco 2011-2012 e 1 (um) Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco para o período 2013-2014.

- **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

  Análise Situacional da Meta

  Ao longo de 2012, a Assessoria de Análise e Pesquisa da CVM iniciou pesquisa relacionada a metodologias de AIR – Análise do Impacto Regulatório/CBA – Cost-benefit Analysis. O tema também foi debatido em reuniões realizadas com os membros do Colegiado, da Superintendência-Geral e da Superintendência de Planejamento. Ao final de 2012, foi estabelecido um plano de trabalho para o exercício de 2013, que compreende as seguintes etapas: (i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; (ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise, e (iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM. Há ainda a previsão de aplicação do processo de AIR em ao menos um caso definido pelo Colegiado. A divulgação do plano de trabalho para o exercício de 2013 representou o encerramento da primeira etapa do processo, realizada em 2012. Para 2013, a

expectativa é que seja concluída a segunda etapa, mediante a execução do plano de trabalho.

- **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida em 2012. As atividades de supervisão foram realizadas com base no Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco (2011-2012).

Com relação à atividade de acompanhamento e fiscalização de empresas, a CVM realizou duas grandes ações gerais, descritas a seguir juntamente com os resultados: a) Acompanhamento das informações periódicas e eventuais divulgadas ao mercado pelas companhias, verificando sua disponibilização oportuna e sua qualidade, de modo a possibilitar a tomada de decisão pelo investidor de forma consciente, e b) Acompanhamento da atuação dos administradores e acionistas controladores das companhias, verificando a observância do respeito às leis e normas societárias e aos direitos dos acionistas, de modo a fortalecer a confiança dos investidores no mercado.

Em sua atividade de supervisão de fundos de investimento, a CVM realizou duas grandes ações gerais, descritas a seguir juntamente com os resultados: a) Acompanhamento das informações divulgadas sobre os fundos de investimento, de forma a possibilitar o desenvolvimento de um ambiente de confiança por parte dos investidores neste mercado, em decorrência do recebimento e do acesso a informações adequadas, possibilitando decisões conscientes e bem informadas, e b) Acompanhamento da administração e da gestão dos fundos de investimento, de forma a promover o desenvolvimento de um ambiente de credibilidade neste mercado, através de uma gestão que enfatize a capacitação técnica, a postura diligente, independente e transparente dos profissionais envolvidos.

Finalmente, em sua atividade de acompanhamento e supervisão dos mercados, dos intermediários e das entidades administradoras dos mercados organizados, a CVM realizou três ações gerais, descritas a seguir juntamente com os seus resultados: a) Supervisão do exercício de autorregulação dos mercados organizados, de forma a verificar que seja realizada a fiscalização desses mercados e de seus participantes pelas respectivas entidades administradoras. b) Acompanhamento e fiscalização direta de intermediários que não são pessoas autorizadas a operar nos mercados administrados, e que, portanto, não estão sob a supervisão e fiscalização de um autorregulador, de forma a assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis. c) Apuração das possíveis irregularidades cometidas nas operações realizadas ou registradas nos mercados organizados, identificando-as e apurando-as de forma rápida e reforçando práticas sadias nesses mercados. Ademais, em 2012 foi publicado o planejamento para o biênio 2013-2014.

- **Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida no âmbito do Objetivo 0894 deve ser alcançada até o exercício de 2015, mediante o desenvolvimento de uma série de atividades que serão executadas por etapas entre os exercícios de 2012 e 2015. A análise ora efetuada se restringe às atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2012 e que contribuirão para o alcance da referida meta no prazo oficialmente estabelecido (2015).

Ao longo de 2012, foram estudadas medidas para reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores, dentre as quais se destacam: (i) Aprimorar o dimensionamento da quantidade de processos por servidor; (ii) Acompanhar as metas de tramitação de processos-chave; (iii) Definir plano de trabalho e reuniões mensais de acompanhamento; (iv) Estabelecer indicador de desempenho. Em 2013, as medidas estudadas serão implantadas.

A iniciativa apresentada no item (iv), relacionada ao estabelecimento de indicador de desempenho, ainda necessita de

definição a respeito dos termos iniciais e finais que serão utilizados para contagem do prazo de tramitação dos processos. Uma vez definidos os termos, que deverá ocorrer em 2013, será estabelecida uma meta relacionada ao tempo de tramitação desejado, a ser alcançada até 2015.

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo alcançado. As iniciativas tiveram os seguintes resultados: 03OL – Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral – Foi elaborada norma que torna obrigatório o atendimento ao consumidor por meio de Ouvidoria no âmbito das entidades supervisionadas, com procedimento que visa maior eficiência na orientação e na prestação de esclarecimento às dúvidas dos consumidores, bem como na solução célere às suas demandas, sob pena de responsabilidade administrativa.

Com o objetivo de fornecer aos consumidores um instrumento de consulta aos seus contratos, foi instituído o Registro Eletrônico de Produtos – REP que, além de agilizar internamente o processo de aprovação dos produtos, possibilitará ao consumidor de serviços de seguro, previdência e capitalização, a visualização dos planos comercializados pelas entidades supervisionadas no portal da SUSEP na internet.

Com o propósito de aumentar a transparência na comercialização dos produtos de capitalização, foi elaborada norma que estabelece novas exigências para distribuição e publicidade desses produtos.

Também foi publicada norma que proíbe, a partir de janeiro de 2013, a cobrança do custo de emissão de apólice, fora do valor do prêmio. Tal cobrança era facultada às empresas seguradoras há mais de 20 anos e, no ano de 2011, proporcionou um faturamento de R$ 1,7 bilhão. Essa medida tem impacto direto no preço pago pelos consumidores.

Na área de atendimento e orientação à sociedade em geral sobre os mercados supervisionados, até o mês de novembro foram realizados 40.542 atendimentos ao público, sendo abertos 597 processos administrativos, o que significa um percentual de 1,4% do total de atendimentos. Adicionalmente, a partir de 16 de maio de 2012, o Atendimento ao Público da SUSEP passou a responder também as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Dentre os Órgãos do Governo Federal a SUSEP é a líder em atendimento no SIC.

Especificamente, em relação às iniciativas que compõem o Objetivo, as seguintes observações podem ser feitas:

1) Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos:

Dentre as principais ações de supervisão realizadas pela SUSEP destacam-se: o cumprimento integral do Plano Anual de Fiscalização 2012, aprovado em abril de 2012, com um aumento de 47% no número de fiscalizações realizadas no ano anterior; o estabelecimento de critérios objetivos e maior transparência do processo de escolha das empresas fiscalizadas, cuja relação completa passará a ser divulgada no portal da SUSEP na internet; a preocupação com os riscos de conglomerados financeiros; a atenção às operações com indícios de lavagem de dinheiro, que foram objeto de novo

normativo específico; o atendimento ao consumidor, especialmente no segmento de seguro garantia estendida; atenção às seguradoras que atuam com seguro garantia, especialmente em razão das grandes obras de infraestrutura em andamento no País; e priorização ao combate ao mercado marginal de seguros, ou seja, às empresas que atuam sem autorização da SUSEP e que descumprem sistematicamente as normas do setor, causando prejuízo a milhares de consumidores, especialmente nos segmentos de seguros de automóvel, transporte e funeral. Foram identificadas 300 empresas que atuam irregularmente nos segmentos de automóvel e transporte, muitas das quais foram autuadas e condenadas a multas significativas.

Em parceria com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, foram fechadas mais de duas dezenas de empresas que atuavam irregularmente e ajuizadas inúmeras ações judiciais com o propósito de responsabilizar seus sócios e coibir a proliferação dessa espécie de irregularidade. Foi iniciada investigação em relação a inúmeras seguradoras estrangeiras que atuam nos segmentos de seguro de vida e viagem, sendo que uma empresa norte-americana foi autuada e condenada a uma pena recorde de R$ 11 bilhões. Por isso, a SUSEP estreitou relações com órgãos reguladores estrangeiros, tendo firmado convênios para troca de informações.

Ressalte-se também a edição de regra que possibilita que Fundos de Investimento em Participações (FIP), cujos cotistas sejam Entidades de Previdência Complementar (EFPC), invistam nos mercados de seguros, propiciando o aporte significativo de recursos e incremento na concorrência no mercado de seguros. Adicionalmente, a SUSEP concluiu estudo para atualização de todas as normas referentes a regras de capital, reservas técnicas, teste de adequação de passivo e limites de retenção, com o duplo propósito de atender às boas práticas internacionais de supervisão, recomendadas pela Internacional Association of Insurance Supervisors – IAIS, e propiciar o desenvolvimento dos mercados, com o aumento da capacidade de investimento das empresas.

Atualmente os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta são operados por 118 sociedades seguradoras, 102 resseguradores, 19 sociedades de capitalização, 25 entidades abertas de previdência complementar e 77.041 corretores de seguros.

Merece destaque a consolidação do processo de abertura do mercado de resseguros, com o incremento e maior concorrência no mercado local de resseguros, composto atualmente por 12 resseguradores locais, 29 admitidos e 61 eventuais, além de 34 corretoras de resseguro. O crescimento expressivo do mercado local de resseguros propiciou maior capacidade de subscrição ao mercado segurador nacional, disponibilização de produtos mais abrangentes e o incremento da competição entre resseguradores, com efeitos positivos no custo do seguro para o consumidor final.

Neste contexto, e considerando ainda os níveis de crescimento da renda média da população e a redução da taxa de desemprego no País, constatamos expressivo crescimento dos mercados de seguros, capitalização e previdência complementar pela SUSEP, que no seu conjunto captaram, em 2012, aproximadamente R$ 154 bilhões em receita. Trata-se de aumento superior a 19% em relação ao exercício de 2011, sendo que a participação desses mercados representa cerca de 3,11% do PIB nacional, sem considerar os recursos captados pelo seguro saúde, regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Neste período, as empresas constituíram reservas técnicas totais de aproximadamente R$ 414 bilhões, que proporcionam expressiva contribuição para a construção da poupança nacional e para o desenvolvimento da economia nacional.

2) Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microsseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender:

Foram editados inúmeros normativos com o propósito de estimular o desenvolvimento dos mercados regulados, dentre os quais merece destaque o estabelecimento de regras que propiciam o desenvolvimento do segmento de microsseguro no Brasil, com a ampliação dos canais de contratação e a diminuição do custo regulatório a fim de propiciar a comercialização de produtos com rede de distribuição e preços acessíveis à população de baixa renda. Há expectativa de ingresso de dezenas de milhões de novos consumidores no sistema de seguridade privada e de empresas especializadas em microsseguros.

3)Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização:

As ações de educação financeira que englobam os setores sob supervisão de mais de uma entidade, denominadas ações transversais, são desenvolvidas no âmbito do Conef e restritas a cada entidade. As denominadas ações setoriais são desenvolvidas individualmente, pela própria entidade, observando as diretrizes estabelecidas na Enef. Ao longo de 2012, além de sua participação ativa no Conef, do qual exerceu a presidência no período de julho a dezembro, a SUSEP deu início ao desenvolvimento de ações setoriais, tendo sido formulados estudos preliminares para as seguintes iniciativas setoriais: Portal SUSEP de Educação Financeira; Programa de Palestras/Seminários; Guia de Orientação e Defesa do Segurado; e Rol de outras iniciativas de educação financeira. Esses estudos orientarão, a partir de 2013, o planejamento, o desenvolvimento e a implementação de iniciativas de educação financeira especificamente relacionadas aos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

O valor das reservas dos mercados supervisionados aumentou de aproximadamente R$ 351 bi, em 31/12/11, para aproximadamente R$ 414 bi em 31/10/12, que é a data base para o monitoramento das metas e dos indicadores sob a responsabilidade de medição da SUSEP neste PPA. Isso demonstra um crescimento de 17,95% no período. A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência, tais contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das reservas técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento do mercado previdenciário. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

Para o próximo exercício são esperados impactos negativos no nível das contribuições, tendo em vista um cenário de menor crescimento econômico. Além disso, a queda da taxa básica de juros da economia também será nociva à rentabilidade dos fundos e consequentemente ao crescimento das reservas. Adicionalmente, a SUSEP está desenvolvendo um novo normativo de provisões técnicas que poderá influenciar no crescimento deste índice para 2013. Algumas provisões contemplam requerimentos de capital, sendo que, com a entrada em vigor dos novos requerimentos de capital, essas provisões serão alteradas ou excluídas. De qualquer modo, espera-se que a meta de aumento de 30% do valor das reservas até 2015 seja superada.

Quantidade alcançada

17,95

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do FGE, para viabilizar operações de crédito à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a 2 (dois) anos.

A elaboração de um sistema pela instituição habilitada a operar o SCE para receber as demandas dos exportadores permitiu, inicialmente, que fosse estabelecido um procedimento de como essas operações de crédito à exportação seriam analisadas e precificadas em relação aos riscos a serem assumidos pela União.

Cabe registrar que os avanços realizados no curso de 2011 permitiram a conclusão, em 2012, dos 06 (seis) modelos de Certificado de Garantia de Cobertura, incluindo Condições Gerais, Condições Particulares e Condições Especiais, para a produção exportável e, também, para o pós-embaque das operações de crédito à exportação com financiamento privado, ou seja, realizadas por intermédio da obtenção de ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e de ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues junto à instituição financeira.

A SAIN encaminhou à Federação Brasileira de Bancos – Febraban, em março de 2012, os modelos de Certificado de Garantia de Cobertura de Crédito à Exportação para análise daquela Instituição quanto à possibilidade de utilização dos documentos no mercado bancário. A Federação fez algumas sugestões que foram incorporadas à minuta do certificado que está em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos à Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

  Sobre a confecção deste novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Federação foram incorporadas à minuta do certificado e estão em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Pelo procedimento acordado, serão analisados primeiramente os certificados de operações privadas, com financiamento via ACC/ACE, para posterior encaminhamento das apólices que garantem o financiamento público (Proex).

- **Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE**

  Análise Situacional da Meta

  O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE. Um melhoramento que se deseja adicionar é detalhar o processo de recuperação de crédito no setor aeronáutico nas operações em que a hipoteca da aeronave é oferecida em contragarantia. Não há casos de sinistro de operações com este esquema e seria positivo elaborar anteriormente os caminhos a serem perseguidos.

- **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

  Análise Situacional da Meta

  Os créditos públicos soberanos (devidos por terceiros países) são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva está a cargo do MF – SAIN. Em 2012 foram encaminhados 02 (dois) processos para a PGFN; 01 do ex-FINEX e 01 do PROEX. Espera-se, em 2013, renegociar os 13 créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso relativos ao ex-FINEX.

  Os principais desafios de implementação da meta estão relacionados à falta de pessoal e à falta de treinamento para formar novas equipes.

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de profissionais da área fazendária está alinhado ao cenário atual no que diz respeito à qualidade do gasto público. Nesse sentido foram realizados diversos eventos, entre eles o Primeiro Ciclo de Debates sobre Qualidade do Gasto Público, que fez frente às seguintes dimensões: Modelos de Gestão, Planejamento Governamental, Elaboração e Execução Orçamentária, Sistemas de Informação Contábil e Sistema de Suprimento Governamental; e a realização de prêmios associados às pesquisas, o que viabilizou a aquisição/produção de conhecimento científico sobre os principais temas transversais e específicos do MF, de forma alinhada e integrada com o planejamento institucional, como modalidades de aquisição e difusão do conhecimento.

Em 2012, no âmbito internacional, a ESAF protagonizou acordos de cooperação que geraram produtos relevantes. Entre eles a conferência Diálogo USA-Brasil que teve como objetivo identificar os desafios e oportunidades nas quatro áreas prioritárias da transparência fiscal e orçamentária, e os pontos que pudessem garantir uma gestão de responsabilidade, a fim de implementar mudanças que oferecessem apoio e assegurassem desenvolvimento na alocação e implementação de novas metas na administração de impostos e principalmente na transparência fiscal entre países. Assinou também o acordo Brasil – Rússia, com a Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública (Ranepa), a fim de desenvolver ações de cooperação técnica para promover a capacitação eficiente em técnicas de administração e economia relacionadas ao setor público, e formação de competência de servidores e outros agentes públicos.

Na esfera nacional, vários acordos de cooperação técnica foram firmados. O acordo de Cooperação entre a ESAF e a Câmara dos Deputados visa a promover a cidadania e o desenvolvimento dos recursos humanos por meio de ações educativas voltadas aos seus quadros funcionais e à sociedade em geral. O acordo do Ministério da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, no qual cada uma das instituições comprometeu-se a elaborar ações conjuntas para realização de estudos e pesquisas sobre temas concernentes a finanças públicas e promoção da cidadania. Esse

acordo prevê ainda apoio ao Projeto Estratégico Corporativo (PEC) no âmbito do Programa de Modernização Integrado do Ministério da Fazenda (PMIMF), que tem como objetivo a implantação de infraestrutura física, metodológica, computacional e de serviços para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de forma integrada. Os acordos de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal – SEAP-DF e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, visam a estabelecer cooperação técnica, cientifica e cultural, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias em Educação voltadas à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, além do desenvolvimento institucional e da gestão pública. Finalmente, a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a ESAF e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – tem como objetivo estabelecer a cooperação técnica para desenvolver ações educacionais, tais como elaboração de cursos e eventos de capacitação, intercâmbio de experiências, informações e tecnologias.

Nesse mesmo exercício de 2012, a ESAF também realizou: 6 (seis) Semanas Orçamentárias que ocorreram em seis diferentes Estados da Federação, com a participação de 3573 alunos, 2 (duas) Conferências sobre Tributação e Crescimento Econômico (CIAT, FMI, RFB), nas quais foram discutidos e debatidos os seguintes temas: “Tendências e experiências em Política e Administração Tributária”, “Descentralização e Integração Regional”, “Tributação aos Recursos Naturais”, “Desigualdade e Tributação de Pessoas de Grande Riqueza e Ingressos”; o II Seminário Internacional de Educação a Distância para a Rede de Escolas de Governo: “A Educação à Distância e a Gestão do Conhecimento Contribuindo para a Qualidade do Gasto Público”, com o objetivo de fomentar o debate sobre a importância da Educação à Distância como instrumento de capacitação e formação continuada dos serviços públicos, assim como sua contribuição para a promoção da qualidade do gasto no setor público.

Um fator relevante que contribuiu para o sucesso no alcance das metas foi o uso dessas tecnologias aplicadas em cursos à distância que viabilizaram o desenvolvimento em diversos temas transversais à administração pública fazendária, representando mais de 59% do total de capacitações. Outro fator foi o alinhamento à gestão estratégica do Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Modernização e Integração do MF – PMIMF, que viabiliza a transversalidade dos temas institucionais. Nesse âmbito a ESAF gerencia os seguintes projetos estratégicos corporativos: Implantação do programa integrado de pesquisas do MF; Estruturação de Programa de Educação para a Melhoria da Eficiência do Gasto Público e um terceiro que é a Ampliação do escopo de atuação do Programa Nacional de Educação Fiscal.

A ESAF ampliou um de seus objetivos de resultados para a “promoção do desenvolvimento dos profissionais da administração pública”, expandindo sua área de atuação para além do âmbito do MF, como meio de maximizar o potencial da infraestrutura de escola governamental, impactando positivamente na capacitação daqueles que são responsáveis por prover melhores resultados à sociedade.

Para o ano de 2013, vários cursos e eventos já estão programados. Alguns deles resultantes desses acordos, a exemplo do Segundo Diálogo sobre os desafios da Política Econômica, resultado do entendimento com a “Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration” (Ranepa). Destaca-se também a realização de seis semanas orçamentárias ao longo desse ano, do IX Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, do Evento Parlamento Jovem Brasileiro 2013, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Atingir um grau de satisfação dos contratantes e dos alunos em 90%.**

  Análise Situacional da Meta

  A fonte de informação dos dados que contemplam esta meta é o Sistema de Gerenciamento de Projetos-SIGEP, utilizado com a finalidade de registrar todo tipo de capacitação realizada pela sede ou centros regionais, no qual, ao elaborar relatórios finais, o usuário deve necessariamente inserir todo tipo de informação, incluindo avaliações de

alunos e contratantes. Porém, a opção que emite o relatório gerencial de avaliação de alunos se encontra indisponível. A fim de solucionar esse problema, foram demandadas soluções de aperfeiçoamento ao administrador do sistema. Desta forma, o referido sistema poderá ser utilizado como fonte de dados para o acompanhamento e monitoramento do PPA. Neste sentido, o dado físico lançado faz referência apenas ao grau de satisfação dos contratantes, o qual engloba todos os 10 (dez) Centros Regionais de Treinamento da ESAF. Avaliação que é preenchida pelo contratante após a realização da capacitação, com tempo hábil para diagnosticar o impacto da referida capacitação em seus processos rotineiros.

Quantidade alcançada

96,9

Data de Referência

29/01/2012

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.892.805**	**2.004.245**	**1.789.700**
Despesas Correntes	1.849.515	1.944.664	1.780.227
Despesas de Capital	43.290	59.581	9.473
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.892.805**	**2.004.245**	**1.789.700**

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**22.252.198**	**25.132.677**	**23.562.519**
Despesas Correntes	22.002.840	24.874.946	23.498.665
Despesas de Capital	249.357	257.731	63.853
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**22.252.198**	**25.132.677**	**23.562.519**

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.374.959**	**5.502.944**	**5.157.837**
Despesas Correntes	5.324.416	5.424.571	5.140.028
Despesas de Capital	50.543	78.373	17.809
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.374.959**	**5.502.944**	**5.157.837**

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**428.730**	**433.475**	**312.809**
Despesas Correntes	372.270	372.200	304.877
Despesas de Capital	56.460	61.275	7.933
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**428.730**	**433.475**	**312.809**

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.154.204**	**4.897.132**	**2.718.751**
Despesas Correntes	4.135.772	3.120.337	2.715.772
Despesas de Capital	18.432	1.776.795	2.979
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.154.204**	**4.897.132**	**2.718.751**

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**63.967**	**73.522**	**44.364**
Despesas Correntes	50.614	57.299	44.093
Despesas de Capital	13.352	16.222	271
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**63.967**	**73.522**	**44.364**

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**759.506**	**761.173**	**671.467**
Despesas Correntes	734.975	725.650	663.690
Despesas de Capital	24.531	35.522	7.777
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**759.506**	**761.173**	**671.467**

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.181.938**	**5.146.819**	**5.060.786**
Despesas Correntes	5.178.789	5.133.609	5.059.167
Despesas de Capital	3.150	13.209	1.620
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.181.938**	**5.146.819**	**5.060.786**

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.217.838**	**1.332.342**	**1.065.417**
Despesas Correntes	1.133.387	1.200.947	1.051.705
Despesas de Capital	84.451	131.395	13.712
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**106.827**	**178.252**	**144.652**
Totais	**1.324.665**	**1.510.594**	**1.210.070**

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**960.635**	**977.564**	**894.210**
Despesas Correntes	911.681	914.125	881.729
Despesas de Capital	48.954	63.439	12.482
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**960.635**	**977.564**	**894.210**

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**501.479**	**528.675**	**437.492**
Despesas Correntes	475.858	492.558	436.440
Despesas de Capital	25.621	36.117	1.052
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**501.479**	**528.675**	**437.492**

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.302.651**	**1.338.212**	**1.225.487**
Despesas Correntes	1.273.865	1.302.344	1.221.583
Despesas de Capital	28.785	35.868	3.904
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.302.651**	**1.338.212**	**1.225.487**

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**12.732**	**13.670**	**11.788**
Despesas Correntes	12.532	13.409	11.659
Despesas de Capital	200	261	129
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**12.732**	**13.670**	**11.788**

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**16.917**	**18.395**	**10.992**
Despesas Correntes	16.362	16.694	10.551
Despesas de Capital	555	1.701	441
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**16.917**	**18.395**	**10.992**

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**813.490**	**883.944**	**739.008**
Despesas Correntes	786.154	833.311	736.830
Despesas de Capital	27.336	50.633	2.178
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**813.490**	**883.944**	**739.008**

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.456.523**	**6.753.721**	**6.185.518**
Despesas Correntes	6.202.890	6.387.342	6.141.791
Despesas de Capital	253.634	366.379	43.727
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**6.456.523**	**6.753.721**	**6.185.518**

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**73.328**	**74.238**	**41.543**
Despesas Correntes	69.643	69.238	40.685
Despesas de Capital	3.685	5.001	858
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**73.328**	**74.238**	**41.543**

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**853.257**	**929.074**	**756.981**
Despesas Correntes	790.079	822.889	733.277
Despesas de Capital	63.179	106.185	23.704
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**853.257**	**929.074**	**756.981**

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aqüicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**103.534**	**107.505**	**81.796**
Despesas Correntes	98.209	101.239	81.137
Despesas de Capital	5.325	6.267	658
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**103.534**	**107.505**	**81.796**

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**216.523**	**236.275**	**211.538**
Despesas Correntes	196.955	215.162	207.202
Despesas de Capital	19.569	21.113	4.336
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**216.523**	**236.275**	**211.538**

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.926.664**	**4.452.492**	**4.296.583**
Despesas Correntes	3.881.382	4.399.946	4.286.578
Despesas de Capital	45.282	52.547	10.005
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.926.664**	**4.452.492**	**4.296.583**

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.561.376**	**2.730.314**	**1.582.264**
Despesas Correntes	1.720.501	1.803.786	1.444.695
Despesas de Capital	840.876	926.528	137.568
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.561.376**	**2.730.314**	**1.582.264**

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**104.735**	**146.512**	**121.028**
Despesas Correntes	101.635	134.709	118.388
Despesas de Capital	3.100	11.803	2.640
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**104.735**	**146.512**	**121.028**

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**292.235**	**298.736**	**206.780**
Despesas Correntes	277.369	277.511	202.991
Despesas de Capital	14.865	21.225	3.789
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**292.235**	**298.736**	**206.780**

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.358.710**	**3.506.681**	**3.084.526**
Despesas Correntes	3.151.819	3.196.522	3.061.952
Despesas de Capital	206.891	310.159	22.574
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.358.710**	**3.506.681**	**3.084.526**

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**75.513.922**	**80.184.158**	**79.740.713**
Despesas Correntes	75.513.922	80.184.158	79.740.713
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**75.513.922**	**80.184.158**	**79.740.713**

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**9.582.027**	**10.244.117**	**9.767.770**
Despesas Correntes	9.498.956	10.122.301	9.752.655
Despesas de Capital	83.071	121.817	15.115
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**9.582.027**	**10.244.117**	**9.767.770**

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**759.142**	**773.886**	**697.574**
Despesas Correntes	726.382	744.259	691.138
Despesas de Capital	32.760	29.627	6.436
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**759.142**	**773.886**	**697.574**

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**5.516.661**	**5.462.320**	**4.405.960**
Totais	**5.516.661**	**5.462.320**	**4.405.960**

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.402.626**	**4.636.662**	**3.860.723**
Despesas Correntes	4.152.206	4.233.781	3.824.380
Despesas de Capital	250.420	402.882	36.342
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.402.626**	**4.636.662**	**3.860.723**

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**2.641.110**	**2.649.299**	**1.590.499**
Totais	**2.641.110**	**2.649.299**	**1.590.499**

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.096.421**	**1.318.844**	**1.255.873**
Despesas Correntes	1.043.091	1.252.948	1.213.825
Despesas de Capital	53.330	65.896	42.048
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.096.421**	**1.318.844**	**1.255.873**

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**223.929**	**204.286**	**78.755**
Despesas Correntes	128.860	120.896	75.035
Despesas de Capital	95.069	83.391	3.719
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**223.929**	**204.286**	**78.755**

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.028.747**	**13.882.862**	**11.804.847**
Despesas Correntes	12.242.883	12.554.006	11.473.438
Despesas de Capital	785.864	1.328.856	331.409
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.028.747**	**13.882.862**	**11.804.847**

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.185.780**	**3.308.478**	**2.845.257**
Despesas Correntes	2.978.153	3.029.703	2.835.597
Despesas de Capital	207.627	278.775	9.660
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.185.780**	**3.308.478**	**2.845.257**

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**806.786**	**870.157**	**710.108**
Despesas Correntes	741.637	790.106	693.811
Despesas de Capital	65.149	80.052	16.297
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**806.786**	**870.157**	**710.108**

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**262.538**	**251.019**	**163.182**
Despesas Correntes	244.898	230.461	159.368
Despesas de Capital	17.639	20.558	3.813
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**262.538**	**251.019**	**163.182**

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.710.143**	**4.826.864**	**4.312.884**
Despesas Correntes	4.653.280	4.708.450	4.299.716
Despesas de Capital	56.863	118.415	13.167
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.710.143**	**4.826.864**	**4.312.884**

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.431.846**	**1.568.401**	**1.402.498**
Despesas Correntes	1.356.207	1.435.388	1.376.771
Despesas de Capital	75.639	133.013	25.727
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.431.846**	**1.568.401**	**1.402.498**

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**10.149.597**	**11.134.802**	**10.060.963**
Despesas Correntes	9.634.902	10.288.129	9.960.974
Despesas de Capital	514.696	846.673	99.989
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**10.149.597**	**11.134.802**	**10.060.963**

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.622.562**	**1.656.760**	**1.503.867**
Despesas Correntes	1.591.292	1.611.732	1.500.274
Despesas de Capital	31.270	45.028	3.593
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.622.562**	**1.656.760**	**1.503.867**

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**589.412**	**625.777**	**512.099**
Despesas Correntes	573.719	595.921	509.727
Despesas de Capital	15.693	29.856	2.372
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**589.412**	**625.777**	**512.099**

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**21.187.589**	**22.509.972**	**21.512.810**
Despesas Correntes	20.908.419	22.084.646	21.391.124
Despesas de Capital	279.170	425.326	121.686
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**21.187.589**	**22.509.972**	**21.512.810**

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.286.537**	**2.269.613**	**2.105.348**
Despesas Correntes	2.232.924	2.200.250	2.100.570
Despesas de Capital	53.613	69.363	4.778
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.286.537**	**2.269.613**	**2.105.348**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INCIATIVAS

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**957.871**	**1.212.788**	**958.858**
Despesas Correntes	902.201	1.106.273	934.822
Despesas de Capital	55.670	106.515	24.035
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**957.871**	**1.212.788**	**958.858**

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6090	100.594.309	119.610.739	122.192.317	117.696.635	117.696.636
6091	11.813.877	13.885.264	12.581.268	12.581.268	12.581.268
6092	20.323.560	27.055.916	26.442.535	26.442.535	26.442.536
6093	20.987.319	28.566.050	27.207.691	27.207.691	27.207.692
6094	29.355.874	44.041.461	38.768.770	38.240.469	38.240.470
6095	22.149.435	29.694.378	29.290.600	29.290.600	29.290.601
6096	35.799.264	45.919.190	45.605.991	45.250.149	45.250.150
6098	67.598.276	77.338.103	77.604.901	76.537.738	76.537.739
6128	121.577.187	146.664.905	154.004.511	147.165.590	147.165.591
6284	35.294.907	49.814.397	47.463.927	45.225.524	45.225.526
Total	**465.494.008**	**582.590.403**	**581.162.511**	**565.638.200**	**565.638.209**

- **03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2532	1.600.000	1.600.000	1.268.944	1.098.915	1.098.915
Total	**1.600.000**	**1.600.000**	**1.268.944**	**1.098.915**	**1.098.915**

- **03PU - Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UO	4.980.000	4.980.000	0	0	0
14MY	0	1.500.000	0	0	0
14W0	0	25.000.000	24.873.640	0	0

Total	**4.980.000**	**31.480.000**	**24.873.640**	**0**	**0**

- **03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2536	1.133.000	1.249.667	1.086.636	1.059.797	1.059.797
Total	**1.133.000**	**1.249.667**	**1.086.636**	**1.059.797**	**1.059.797**

- **03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8495	8.811.000	3.621.000	586.314	586.314	586.314
Total	**8.811.000**	**3.621.000**	**586.314**	**586.314**	**586.314**

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03QA - Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6107	4.640.760	5.630.836	5.340.781	5.340.781	5.340.781
Total	**4.640.760**	**5.630.836**	**5.340.781**	**5.340.781**	**5.340.781**

- **03QD - Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6109	3.384.800	3.584.800	3.598.151	3.574.475	3.574.476
Total	**3.384.800**	**3.584.800**	**3.598.151**	**3.574.475**	**3.574.476**

- **03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6099	16.322.800	16.872.800	16.960.720	16.471.017	16.471.017
Total	**16.322.800**	**16.872.800**	**16.960.720**	**16.471.017**	**16.471.017**

- **03QN - Fortalecimento da atuação brasileira nas demais organizações do Sistema das Nações Unidas e outros organismos dos quais o país é membro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6100	2.300.000	2.300.000	2.526.778	2.495.295	2.495.295
6101	9.000.000	11.040.000	10.724.836	10.575.841	10.575.841
6102	16.072.000	19.377.200	18.319.321	18.319.321	18.319.321
6103	3.000.000	3.000.000	3.020.751	2.840.580	2.840.580

Total	**30.372.000**	**35.717.200**	**34.591.686**	**34.231.037**	**34.231.037**

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20X1	0	18.100.000	0	0	0
2C06	236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	174.647.869
Total	**236.031.159**	**347.531.159**	**282.241.626**	**177.071.574**	**174.647.869**

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6105	3.293.750	3.293.750	463.451	463.451	463.451
Total	**3.293.750**	**3.293.750**	**463.451**	**463.451**	**463.451**

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03T2 - Ampliação do número de pesquisas de mercado e elaboração de estudos de inteligência comercial, inclusive sobre investimentos diretos externos no Brasil e sobre investimentos diretos brasileiros no exterior, bem como de apoio à internacionalização de empresas brasileiras por intermédio da reformulação da rede BrasilGlobalNet**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2544	6.867.192	6.867.192	7.039.183	6.217.882	6.217.882
Total	**6.867.192**	**6.867.192**	**7.039.183**	**6.217.882**	**6.217.882**

- **03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WZ	0	8.333	0	0	0
2538	7.054.314	7.054.314	7.382.400	7.375.786	7.375.786

Total	**7.054.314**	**7.062.647**	**7.382.400**	**7.375.786**	**7.375.786**

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2541	1.049.750	1.049.750	218.518	218.518	213.444
Total	**1.049.750**	**1.049.750**	**218.518**	**218.518**	**213.444**

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20I5	45.587.319	46.087.319	42.347.631	37.290.694	37.063.850
Total	**45.587.319**	**46.087.319**	**42.347.631**	**37.290.694**	**37.063.850**

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2534	2.811.650	2.811.650	1.872.205	1.768.705	1.768.705
Total	**2.811.650**	**2.811.650**	**1.872.205**	**1.768.705**	**1.768.705**

- **03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00CC	1.738.200	1.738.200	1.727.134	51.984	51.984
Total	**1.738.200**	**1.738.200**	**1.727.134**	**51.984**	**51.984**

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a

diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CB	2.000.000	2.000.000	1.909.980	1.726.221	1.726.221
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.909.980**	**1.726.221**	**1.726.221**

- **03V7 - Promoção da difusão e da divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WY	0	166.667	0	0	0
2530	18.970.874	18.970.873	19.627.754	18.776.843	18.776.844
Total	**18.970.874**	**19.137.540**	**19.627.754**	**18.776.843**	**18.776.844**

- **03V9 - Realização, no exterior, de eventos de cultura brasileira, em áreas como música, literatura, artes plásticas, dança, cinema, teatro e fotografia, e apoio à difusão cultural de outros países no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6641	11.776.455	11.776.455	12.333.742	12.259.175	12.259.176
Total	**11.776.455**	**11.776.455**	**12.333.742**	**12.259.175**	**12.259.176**

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2367	7.540.000	7.573.333	7.430.334	7.231.705	7.231.705
Total	**7.540.000**	**7.573.333**	**7.430.334**	**7.231.705**	**7.231.705**

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2533	51.801.806	46.801.806	38.580.515	37.252.026	37.252.026
Total	**51.801.806**	**46.801.806**	**38.580.515**	**37.252.026**	**37.252.026**

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VM - Participação da sociedade civil em projetos e programas de cooperação humanitária internacional, em temas da segurança alimentar e nutricional, e em fóruns internacionais e no Conselho Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RE	6.250.000	6.250.000	5.033.611	5.033.611	5.033.611
Total	**6.250.000**	**6.250.000**	**5.033.611**	**5.033.611**	**5.033.611**

- **03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D28	18.360.450	20.460.450	18.119.037	18.119.037	18.119.038
Total	**18.360.450**	**20.460.450**	**18.119.037**	**18.119.037**	**18.119.038**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.750**	**5.750**	**300**
Despesas Correntes	1.200	1.200	300
Despesas de Capital	4.550	4.550	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.750**	**5.750**	**300**

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **031D - Aprimoramento das Áreas de Livre Comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e Amapá**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DK	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

- **031E - Capacitação de atores locais em elaboração de projetos, cooperação internacional e outros temas afetos à integração fronteiriça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6593	500.000	500.000	300.000	300.000	300.000
Total	**500.000**	**500.000**	**300.000**	**300.000**	**300.000**

- **031I - Estruturação e Integração de Arranjos Produtivos Locais na faixa de fronteira, conforme as potencialidades identificadas na região**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NG	5.050.000	5.050.000	550.000	0	0
Total	**5.050.000**	**5.050.000**	**550.000**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**12.835.405**	**17.722.698**	**7.940.086**
Despesas Correntes	4.048.484	4.470.394	2.894.866
Despesas de Capital	8.786.921	13.252.304	5.045.220
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**141.959**	**115.202**	**51.590**
Totais	**12.977.364**	**17.837.900**	**7.991.676**

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XV	0	175.601.387	0	0	0
3133	309.019.324	314.480.367	312.067.562	118.327.038	117.649.413
Total	**309.019.324**	**490.081.754**	**312.067.562**	**118.327.038**	**117.649.413**

- **01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12CD	2.000.000	2.000.000	1.999.328	457.687	457.687
20SF	141.000.000	155.100.000	121.585.223	47.084.846	46.794.492
2923	667.135.150	972.297.453	668.503.689	430.869.329	428.575.859
Total	**810.135.150**	**1.129.397.453**	**792.088.240**	**478.411.862**	**475.828.037**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2041	141.959.177	115.202.017	51.589.591
Total	**141.959.177**	**115.202.017**	**51.589.591**

- **01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2913	7.597.249	8.957.849	7.025.903	4.146.101	3.993.587
Total	**7.597.249**	**8.957.849**	**7.025.903**	**4.146.101**	**3.993.587**

- **04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

14T2	0	1.666.667	0	0	0
Total	**0**	**1.666.667**	**0**	**0**	**0**

- **04E9 - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T3	0	2.916.667	0	0	0
Total	**0**	**2.916.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2055	3.250.000	3.250.000	3.234.100	1.975.499	1.968.613
20X8	0	1.066.667	0	0	0
20X9	0	1.886.667	0	0	0
2507	1.843.000	1.843.000	1.663.205	423.485	322.365
2509	1.010.000	1.010.000	1.009.887	724.118	724.118
2685	6.700.000	6.700.000	5.562.291	1.117.833	1.117.833
2915	1.550.000	1.550.000	1.547.520	1.017.225	982.910
2B25	8.100.000	8.100.000	8.061.964	4.936.544	4.925.193
2B26	6.000.000	6.000.000	5.984.327	4.130.925	3.167.744
Total	**28.453.000**	**31.406.334**	**27.063.294**	**14.325.630**	**13.208.776**

- **01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2864	77.000.000	77.000.000	76.999.851	69.525.243	68.083.950
8973	47.727.753	45.727.753	41.862.514	24.591.484	24.338.873
Total	**124.727.753**	**122.727.753**	**118.862.365**	**94.116.726**	**92.422.824**

- **01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2048	440.802.000	492.682.200	474.952.095	355.783.969	355.368.366
20XA	0	6.202.068	0	0	0
2755	250.000	250.000	247.556	123.067	111.567
2756	11.206.400	11.206.400	10.433.472	5.338.951	5.132.873
2757	2.985.000	2.985.000	2.712.841	1.440.921	981.117
2868	307.462.700	338.542.303	338.543.487	337.945.215	336.619.405
2890	51.709.600	46.538.700	40.824.424	12.030.641	11.113.035
2895	3.730.000	3.730.000	2.068.351	155.649	97.661
2896	800.000	800.000	799.568	782.199	782.199
2916	34.962.220	35.190.866	34.790.402	26.613.493	25.553.513
Total	**853.907.920**	**938.127.537**	**905.372.195**	**740.214.104**	**735.759.738**

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123B	744.130.174	1.427.463.508	860.441.918	860.441.918	860.441.918
Total	**744.130.174**	**1.427.463.508**	**860.441.918**	**860.441.918**	**860.441.918**

- **01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XB	0	17.989.163	0	0	0
20XC	0	243.999	0	0	0
2884	100.000	100.000	95.092	29.276	29.276
2899	3.838.024	3.838.024	3.779.735	3.221.175	3.221.175
4348	330.000	330.000	149.405	97.245	97.245
4404	3.600.000	3.600.000	3.162.588	819.592	814.283
5408	97.763.000	90.353.900	50.590.930	9.425.093	9.423.472
Total	**105.631.024**	**116.455.086**	**57.777.751**	**13.592.380**	**13.585.451**

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IH	716.972.722	931.877.505	719.263.465	312.265.135	311.868.022
3116	140.000	140.000	152.516	0	0
8969	182.430.000	214.663.334	78.651.497	57.554.076	57.554.076
Total	**899.542.722**	**1.146.680.839**	**798.067.479**	**369.819.211**	**369.422.098**

- **01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14N3	0	93.649.000	93.649.000	4.813.314	4.195.112
20XU	0	1.362.099	0	0	0
5261	4.450.000	4.450.000	4.335.697	164.455	164.455
8970	2.254.085	2.254.085	2.254.085	606.332	579.832
Total	**6.704.085**	**101.715.184**	**100.238.782**	**5.584.101**	**4.939.399**

- **01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123J	900.000.000	900.000.000	865.090.169	503.502.936	503.502.936

Total	**900.000.000**	**900.000.000**	**865.090.169**	**503.502.936**	**503.502.936**

- **01IK - Implantação de novos sistemas bélicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TH	0	16.430.000	0	0	0
3123	33.200.000	29.880.000	25.105.870	2.179.956	2.179.956
Total	**33.200.000**	**46.310.000**	**25.105.870**	**2.179.956**	**2.179.956**

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LS - Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SB	24.000.000	24.000.000	23.998.308	988.634	988.634
Total	**24.000.000**	**24.000.000**	**23.998.308**	**988.634**	**988.634**

- **01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14IA	8.500.000	8.500.000	0	0	0
Total	**8.500.000**	**8.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DA	172.884.745	172.884.745	172.704.550	62.239.070	62.239.070
14T5	0	56.519.083	0	0	0
Total	**172.884.745**	**229.403.828**	**172.704.550**	**62.239.070**	**62.239.070**

- **01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
11UB	40.500.000	50.166.667	31.343.574	11.337.237	11.337.237
13D9	7.000.000	7.000.000	6.933.950	378.546	378.546
20PY	134.489.950	141.796.617	100.343.300	39.433.021	39.188.520
Total	**181.989.950**	**198.963.284**	**138.620.824**	**51.148.804**	**50.904.303**

- **01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
3138	109.769.089	156.769.089	67.902.992	15.522.388	15.520.585

Total	**109.769.089**	**156.769.089**	**67.902.992**	**15.522.388**	**15.520.585**

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QX - Apoio a comunidades carentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14N1	0	381.252.988	381.205.378	179.415.882	142.990.078
20II	2.000.000	2.000.000	2.037.244	1.713.609	1.677.027
20XD	0	50.000	0	0	0
8425	4.800.000	4.833.333	4.490.859	3.791.350	3.791.350
Total	**6.800.000**	**388.136.321**	**387.733.480**	**184.920.840**	**148.458.455**

- **01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6557	11.783.312	11.883.312	11.479.774	7.928.084	7.801.275
Total	**11.783.312**	**11.883.312**	**11.479.774**	**7.928.084**	**7.801.275**

- **01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20PX	594.316.666	594.316.666	88.448.501	57.680.880	57.672.998
20XH	0	34.333.334	0	0	0
Total	**594.316.666**	**628.650.000**	**88.448.501**	**57.680.880**	**57.672.998**

- **01R0 - Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IG	3.430.000	3.430.000	2.893.387	1.734.104	1.734.104
Total	**3.430.000**	**3.430.000**	**2.893.387**	**1.734.104**	**1.734.104**

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14N5	0	106.553.000	106.552.561	38.929.991	0
20RY	31.867.359	37.867.359	40.866.208	24.417.662	24.417.662
20SD	222.225.754	68.383.899	76.978.387	20.518.776	20.518.776
20XP	0	164.292.861	0	0	0
8940	49.494.000	49.494.000	58.977.849	37.213.793	37.213.793
8941	3.540.000	24.140.000	4.018.855	3.108.564	2.815.437

8945	192.306.000	448.966.000	375.175.192	298.780.988	298.755.614
8947	16.400.769	16.400.769	19.082.172	12.784.478	12.784.478
Total	**515.833.882**	**916.097.888**	**681.651.224**	**435.754.253**	**396.505.761**

- **01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1N47	113.295.958	104.606.923	61.036.221	23.709.544	23.709.544
Total	**113.295.958**	**104.606.923**	**61.036.221**	**23.709.544**	**23.709.544**

- **01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123H	192.681.266	192.681.266	186.576.205	172.775.979	172.493.679
Total	**192.681.266**	**192.681.266**	**186.576.205**	**172.775.979**	**172.493.679**

- **01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123I	738.953.912	738.953.912	635.247.081	286.787.866	286.709.742
Total	**738.953.912**	**738.953.912**	**635.247.081**	**286.787.866**	**286.709.742**

- **01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123G	1.218.364.822	1.218.364.822	1.222.340.688	1.192.050.210	1.190.439.790
Total	**1.218.364.822**	**1.218.364.822**	**1.222.340.688**	**1.192.050.210**	**1.190.439.790**

- **01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DE	0	2.969.563	0	0	0
Total	**0**	**2.969.563**	**0**	**0**	**0**

- **01Z1 - Sistemas operativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1N56	19.569.000	71.180.417	71.180.417	64.778.698	64.778.698
8950	29.800.368	96.634.368	61.117.074	30.853.850	30.853.850
Total	**49.369.368**	**167.814.785**	**132.297.491**	**95.632.548**	**95.632.548**

- **04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TB	0	1.666.667	0	0	0

Total	**0**	**1.666.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SX	41.256.000	41.256.000	35.799.899	12.786.980	12.754.432
2452	12.816.000	16.766.908	9.841.076	2.041.449	2.028.549
Total	**54.072.000**	**58.022.908**	**45.640.975**	**14.828.428**	**14.782.981**

- **01Z7 - Adequação de aeródromos na região do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2441	2.304.000	2.304.000	1.241.474	1.224.820	1.224.820
Total	**2.304.000**	**2.304.000**	**1.241.474**	**1.224.820**	**1.224.820**

- **01Z9 - Adequação de embarcações da região do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20S8	21.578.174	21.578.174	8.445.403	5.641.455	5.631.611
Total	**21.578.174**	**21.578.174**	**8.445.403**	**5.641.455**	**5.631.611**

- **01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20X6	0	15.878.277	0	0	0
2439	4.176.000	4.176.000	2.872.661	2.035.500	1.997.520
Total	**4.176.000**	**20.054.277**	**2.872.661**	**2.035.500**	**1.997.520**

- **01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1211	387.780.000	387.780.000	168.282.977	6.430.000	6.430.000
Total	**387.780.000**	**387.780.000**	**168.282.977**	**6.430.000**	**6.430.000**

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
147F	83.678.780	110.975.667	61.600.710	34.443.382	34.409.144

Total	**83.678.780**	**110.975.667**	**61.600.710**	**34.443.382**	**34.409.144**

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20T8	23.832.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	7.067.062
Total	**23.832.000**	**23.832.000**	**22.897.878**	**7.529.404**	**7.067.062**

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZM - Aprestamento dos meios operativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XN	0	7.566.066	0	0	0
20XY	0	312.943	0	0	0
2859	212.919.559	243.133.255	244.486.264	182.953.133	170.205.836
Total	**212.919.559**	**251.012.264**	**244.486.264**	**182.953.133**	**170.205.836**

- **01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XR	0	1.569.999	0	0	0
2861	992.000	992.000	803.506	678.201	678.201
8953	45.341.171	43.341.171	44.153.192	36.220.807	35.726.569
Total	**46.333.171**	**45.903.170**	**44.956.698**	**36.899.008**	**36.404.770**

- **01ZQ - Logística operacional da Marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IR	244.815.548	256.916.931	260.371.331	169.946.596	163.436.140
2864	171.910.000	171.910.000	172.276.400	164.192.325	164.098.877
2A64	263.530.173	289.047.064	298.528.063	199.764.444	197.708.591
Total	**680.255.721**	**717.873.995**	**731.175.794**	**533.903.365**	**525.243.607**

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

1485	25.000.000	25.000.000	25.000.000	4.122.250	3.936.605
20SE	26.012.341	37.068.954	31.015.812	16.503.191	16.245.652
8962	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Total	**66.012.341**	**77.068.954**	**71.015.812**	**35.625.442**	**35.182.257**

- **04C5 - Implantação da Segunda Esquadra**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T8	0	1.780.000	0	0	0
Total	**0**	**1.780.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZX - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XX	0	527.200	0	0	0
2501	20.364.980	20.364.980	20.749.834	17.385.196	16.365.264
Total	**20.364.980**	**20.892.180**	**20.749.834**	**17.385.196**	**16.365.264**

- **01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2510	88.352.928	89.639.379	87.458.887	73.967.459	72.051.903
Total	**88.352.928**	**89.639.379**	**87.458.887**	**73.967.459**	**72.051.903**

- **01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2502	4.162.500	10.162.500	7.828.993	7.306.983	7.120.544
Total	**4.162.500**	**10.162.500**	**7.828.993**	**7.306.983**	**7.120.544**

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0200 - Construção do protótipo de reator nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1421	261.690.704	261.690.704	246.736.668	181.933.631	181.345.033
14T7	0	85.405.640	0	0	0
Total	**261.690.704**	**347.096.344**	**246.736.668**	**181.933.631**	**181.345.033**

- **0201 - Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D66	26.635.342	26.635.342	26.425.812	20.526.625	20.130.661
Total	**26.635.342**	**26.635.342**	**26.425.812**	**20.526.625**	**20.130.661**

- **0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XO	0	21.440.681	0	0	0
2A55	2.022.000	2.022.000	2.022.000	1.847.061	1.847.061
Total	**2.022.000**	**23.462.681**	**2.022.000**	**1.847.061**	**1.847.061**

- **047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11TC	25.820.000	25.820.000	26.653.736	16.933.352	16.837.969
211D	0	723.333	0	0	0
Total	**25.820.000**	**26.543.333**	**26.653.736**	**16.933.352**	**16.837.969**

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0208 - Obtenção de armamento e munição**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IK	54.262.984	54.262.984	45.380.427	19.833.415	19.833.415
Total	**54.262.984**	**54.262.984**	**45.380.427**	**19.833.415**	**19.833.415**

- **0209 - Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11U2	2.880.000	2.880.000	2.153.168	1.189.289	1.189.289
11U9	2.400.000	2.400.000	2.391.372	1.068.337	1.061.667
11UT	1.600.000	1.600.000	1.599.747	349.781	349.781
14N4	0	1.327.352.000	1.327.351.999	48.303.867	44.064.489
20XF	0	3.160.527	0	0	0
8967	48.901.714	48.901.714	44.534.203	8.366.151	8.348.840
Total	**55.781.714**	**1.386.294.241**	**1.378.030.489**	**59.277.425**	**55.014.066**

- **020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DB	3.842.000	33.174.766	3.832.596	1.414.898	1.414.898
Total	**3.842.000**	**33.174.766**	**3.832.596**	**1.414.898**	**1.414.898**

- **020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2911	20.000.000	23.756.667	19.871.780	10.658.825	10.498.866
Total	**20.000.000**	**23.756.667**	**19.871.780**	**10.658.825**	**10.498.866**

- **020D - Obtenção e modernização de viaturas blindadas e da frota de veículos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20PZ	210.041.337	231.045.470	187.617.950	45.526.887	45.526.887
20XG	0	37.936.920	0	0	0
8968	145.952.589	156.041.741	148.161.357	90.420.513	90.241.108
8981	58.041.904	58.041.904	37.479.192	668.790	308.880
Total	**414.035.830**	**483.066.035**	**373.258.498**	**136.616.189**	**136.076.875**

- **020E - Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2891	54.027.828	54.772.828	54.376.810	34.345.129	34.340.961
Total	**54.027.828**	**54.772.828**	**54.376.810**	**34.345.129**	**34.340.961**

- **04EC - Aquisição de Blindados Guarani**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T4	0	22.000.000	0	0	0
Total	**0**	**22.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13F9	5.000.000	4.000.000	0	0	0
20AY	10.000.000	11.495.000	5.384.126	3.598.434	3.598.434
20X4	0	8.850.760	0	0	0
4091	1.000.000	1.000.000	181.390	84.526	84.526
4322	910.000	910.000	909.933	519.829	519.829
6808	1.000.000	1.200.000	1.128.466	681.915	681.915
8110	11.338.000	14.231.965	915.988	0	0
Total	**29.248.000**	**41.687.725**	**8.519.902**	**4.884.703**	**4.884.703**

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1489	3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.316	1.955.389
Total	**3.533.696**	**3.533.696**	**3.525.590**	**2.025.316**	**1.955.389**

- **020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X5	0	3.194.803	0	0	0
2385	14.126.333	14.126.333	14.073.194	12.237.820	12.237.820
5132	7.070.499	7.070.499	7.091.199	15.681	15.681
5134	1.014.434	1.014.434	737.488	610.529	610.529
Total	**22.211.266**	**25.406.069**	**21.901.881**	**12.864.030**	**12.864.030**

- **020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6499	6.560.082	7.216.090	5.796.396	3.028.432	2.963.670
Total	**6.560.082**	**7.216.090**	**5.796.396**	**3.028.432**	**2.963.670**

- **020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4222	2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	416.763
Total	**2.500.000**	**2.500.000**	**1.852.047**	**416.763**	**416.763**

- **020R - Realização de exercícios militares conjuntos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SY	0	163.666.666	0	0	0
20X7	0	5.320.543	0	0	0
4229	29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	16.144.348
Total	**29.678.181**	**201.633.208**	**23.474.238**	**16.705.111**	**16.144.348**

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8965	58.740.791	62.394.124	58.679.969	50.764.937	50.719.701
Total	**58.740.791**	**62.394.124**	**58.679.969**	**50.764.937**	**50.719.701**

- **0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XK	0	17.247.155	0	0	0
2900	10.700.000	11.226.667	8.876.895	7.546.634	7.453.372
4450	472.011.211	565.586.037	444.650.240	213.688.007	211.957.245
Total	**482.711.211**	**594.059.859**	**453.527.134**	**221.234.641**	**219.410.617**

- **0218 - Logística operacional do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2864	302.000.000	311.611.995	311.602.625	202.593.778	201.505.417
2865	72.046.000	78.320.000	57.927.259	12.917.371	12.811.863
2868	50.147.290	50.147.290	42.426.553	37.447.661	37.447.661
2896	10.353.451	10.353.451	10.309.301	7.597.606	7.593.612
2919	28.886.080	33.194.860	27.769.633	21.733.620	21.009.531
8966	30.652.425	30.652.425	26.350.401	19.218.771	19.185.397
Total	**494.085.246**	**514.280.021**	**476.385.772**	**301.508.807**	**299.553.481**

- **04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14LW	0	22.124.666	0	0	0
Total	**0**	**22.124.666**	**0**	**0**	**0**

- **04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T6	0	90.692.666	0	0	0
Total	**0**	**90.692.666**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2872	8.154.783	8.688.116	7.152.571	4.674.952	4.564.911
Total	**8.154.783**	**8.688.116**	**7.152.571**	**4.674.952**	**4.564.911**

- **023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

20X3	0	43.333	0	0	0
4427	190.000	190.000	128.449	126.297	122.859
5136	160.000	160.000	111.766	75.104	75.104
Total	**350.000**	**393.333**	**240.214**	**201.400**	**197.963**

- **023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6515	1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	870.473
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**923.501**	**875.503**	**870.473**

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IP	15.516.181	15.516.181	13.346.511	6.404.119	6.404.119
20IQ	4.700.000	4.700.000	1.709.055	716.064	716.064
20XE	0	8.993.701	0	0	0
2892	10.913.847	10.913.847	8.326.337	7.485.968	7.485.254
2897	19.954.048	19.954.048	18.144.179	12.050.122	12.013.065
4220	4.550.000	4.550.000	4.423.135	2.954.962	2.954.962
Total	**55.634.076**	**64.627.777**	**45.949.216**	**29.611.236**	**29.573.464**

- **023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SC	1.450.000	1.450.000	1.201.286	605.816	605.816
20XJ	0	3.615.653	0	0	0
2769	658.799	658.799	658.759	455.090	455.090
2883	700.000	700.000	697.334	653.452	643.702
2A82	4.114.977	5.070.567	4.114.529	3.478.600	3.478.600
2D98	6.500.000	6.500.000	2.860.905	2.811.470	2.811.470
4403	25.340.803	25.340.803	21.938.167	11.583.990	11.572.321
4430	1.460.000	1.460.000	1.109.224	430.609	430.609
Total	**40.224.579**	**44.795.822**	**32.580.204**	**20.019.027**	**19.997.608**

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

2D55	4.129.000	6.065.667	4.095.684	3.696.328	3.696.328
Total	**4.129.000**	**6.065.667**	**4.095.684**	**3.696.328**	**3.696.328**

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044V - Construção de próprios nacionais residenciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13D8	6.616.100	7.276.100	7.276.100	5.663.384	5.663.384
Total	**6.616.100**	**7.276.100**	**7.276.100**	**5.663.384**	**5.663.384**

- **044X - Construção e modernização de instalações militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14VX	158.853.000	173.121.412	34.371.195	0	0
20S9	31.013.000	54.025.759	34.025.676	19.701.939	19.021.256
Total	**189.866.000**	**227.147.171**	**68.396.871**	**19.701.939**	**19.021.256**

- **044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SA	21.000.000	20.233.333	11.401.796	5.114.591	4.764.112
Total	**21.000.000**	**20.233.333**	**11.401.796**	**5.114.591**	**4.764.112**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**422.282**	**496.870**	**215.442**
Despesas Correntes	130.920	112.920	70.277
Despesas de Capital	291.362	383.950	145.165
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**422.282**	**496.870**	**215.442**

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2460	24.684.408	24.684.408	16.714.374	10.313.953	10.173.009
4422	912.000	912.000	910.147	630.753	557.584
4424	1.800.000	1.800.000	1.797.973	1.252.965	1.197.403
Total	**27.396.408**	**27.396.408**	**19.422.494**	**12.197.672**	**11.927.996**

- **016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	0	1.023.016	0	0	0
6239	25.557.530	25.557.530	25.404.101	18.536.576	18.276.474
Total	**25.557.530**	**26.580.546**	**25.404.101**	**18.536.576**	**18.276.474**

- **016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6240	3.500.000	3.500.000	995.605	962.934	962.934
Total	**3.500.000**	**3.500.000**	**995.605**	**962.934**	**962.934**

- **016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C68	3.600.000	3.600.000	2.078.646	304.087	303.551
Total	**3.600.000**	**3.600.000**	**2.078.646**	**304.087**	**303.551**

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites,

por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B18	85.000.000	101.666.667	85.000.000	85.000.000	85.000.000
Total	**85.000.000**	**101.666.667**	**85.000.000**	**85.000.000**	**85.000.000**

- **016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	112.011.455	140.577.940	111.986.295	24.287.934	24.287.444
Total	**112.011.455**	**140.577.940**	**111.986.295**	**24.287.934**	**24.287.444**

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CB	3.000.000	3.000.000	2.523.986	1.097.500	1.097.500
2595	562.000	562.000	172.665	90.395	90.395
Total	**3.562.000**	**3.562.000**	**2.696.651**	**1.187.895**	**1.187.895**

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4933	5.000.000	5.000.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
4934	5.000.000	5.000.000	3.723.104	3.723.104	3.723.104
Total	**10.000.000**	**10.000.000**	**6.923.104**	**6.923.104**	**6.923.104**

- **024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VB	0	5.464.952	0	0	0
4959	5.000.000	5.000.000	3.068.764	1.993.028	1.993.028
6704	10.000.000	10.000.000	6.823.157	4.698.233	4.698.233
Total	**15.000.000**	**20.464.952**	**9.891.920**	**6.691.261**	**6.691.261**

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e

missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2253	3.500.000	3.500.000	1.952.100	1.457.977	1.457.977
4195	11.200.000	11.200.000	8.482.809	5.076.170	4.606.331
4958	2.545.000	2.545.000	989.052	787.572	787.572
Total	**17.245.000**	**17.245.000**	**11.423.961**	**7.321.719**	**6.851.880**

- **02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I0	4.000.000	4.000.000	2.019.739	1.079.523	1.079.523
20VC	0	18.956.240	0	0	0
Total	**4.000.000**	**22.956.240**	**2.019.739**	**1.079.523**	**1.079.523**

- **02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GK	6.500.000	6.500.000	5.918.167	1.837.972	1.837.972
20I1	200.000	200.000	85.630	0	0
20UZ	0	3.910.848	0	0	0
4183	5.000.000	5.000.000	2.561.193	1.578.637	1.578.637
Total	**11.700.000**	**15.610.848**	**8.564.990**	**3.416.608**	**3.416.608**

- **02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZH	200.000	200.000	200.000	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**

- **02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZI	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**

- **02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZJ	36.485.500	40.485.500	29.362.415	17.115.293	16.959.557
Total	**36.485.500**	**40.485.500**	**29.362.415**	**17.115.293**	**16.959.557**

- **02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZG	6.000.000	6.000.000	5.998.695	3.624.028	3.540.618
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**5.998.695**	**3.624.028**	**3.540.618**

- **02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CO	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**

- **02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B91	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZK	3.000.000	3.000.000	2.425.728	2.385.728	2.338.551
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.425.728**	**2.385.728**	**2.338.551**

- **02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZL	56.624.098	52.624.098	31.384.697	24.007.889	23.612.827
Total	**56.624.098**	**52.624.098**	**31.384.697**	**24.007.889**	**23.612.827**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**672.673**	**773.183**	**434.223**
Despesas Correntes	495.237	566.419	412.880
Despesas de Capital	177.436	206.764	21.343
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**672.673**	**773.183**	**434.223**

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	32.000.000	28.075.636	568.594	200.689	153.380
Total	**32.000.000**	**28.075.636**	**568.594**	**200.689**	**153.380**

- **00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	66.000.000	68.333.333	61.980.189	47.051.807	47.049.246
Total	**66.000.000**	**68.333.333**	**61.980.189**	**47.051.807**	**47.049.246**

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CQ	5.000.000	5.666.667	5.000.000	840.750	840.750
Total	**5.000.000**	**5.666.667**	**5.000.000**	**840.750**	**840.750**

- **00ZY - Descomissionamento das unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I3	14.097.675	15.375.729	10.932.180	7.514.291	7.514.291
Total	**14.097.675**	**15.375.729**	**10.932.180**	**7.514.291**	**7.514.291**

- **00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	37.377.912	37.318.819	0	0	0
Total	**37.377.912**	**37.318.819**	**0**	**0**	**0**

- **0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CS	2.500.000	2.583.333	0	0	0
Total	**2.500.000**	**2.583.333**	**0**	**0**	**0**

- **0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	5.000.000	5.333.333	1.351.213	35.200	34.816
Total	**5.000.000**	**5.333.333**	**1.351.213**	**35.200**	**34.816**

- **0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	49.954.045	58.347.188	33.201.587	2.977.597	2.962.635
Total	**49.954.045**	**58.347.188**	**33.201.587**	**2.977.597**	**2.962.635**

- **0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	397.383.616	482.376.893	425.253.310	336.617.294	314.793.540
Total	**397.383.616**	**482.376.893**	**425.253.310**	**336.617.294**	**314.793.540**

- **0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I2	4.306.571	4.333.280	4.209.221	1.860.862	1.860.862
Total	**4.306.571**	**4.333.280**	**4.209.221**	**1.860.862**	**1.860.862**

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B32	4.000.000	4.033.333	2.976.531	2.892.620	2.890.907
Total	**4.000.000**	**4.033.333**	**2.976.531**	**2.892.620**	**2.890.907**

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	0	619.590	0	0	0
2466	6.285.894	6.285.894	4.030.325	2.849.911	2.784.792
2471	481.358	481.358	418.941	125.237	109.602
Total	**6.767.252**	**7.386.842**	**4.449.266**	**2.975.148**	**2.894.394**

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CN	700.000	701.750	0	0	0
20UX	0	1.840.667	0	0	0
20UY	0	1.063.833	0	0	0
2463	2.060.280	2.779.194	2.057.689	865.925	848.925
2467	1.600.000	1.600.000	1.280.026	707.739	630.789
2469	4.200.000	4.200.000	3.903.142	2.171.117	1.893.386
2473	19.959.024	21.433.593	20.160.076	18.283.243	18.107.107
2961	4.000.000	4.000.000	3.671.252	2.426.295	2.373.607
6228	300.000	270.000	134.566	109.566	109.566
6833	12.181.578	12.181.578	11.255.484	5.147.793	5.071.858
Total	**45.000.882**	**50.070.615**	**42.462.236**	**29.711.679**	**29.035.238**

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2464	1.600.000	1.876.833	1.212.544	1.033.959	877.317
Total	**1.600.000**	**1.876.833**	**1.212.544**	**1.033.959**	**877.317**

- **010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	400.000	398.417	52.985	47.016	47.016
Total	**400.000**	**398.417**	**52.985**	**47.016**	**47.016**

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências

radiológicas e nucleares.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2468	400.000	620.333	400.000	72.204	39.786
Total	**400.000**	**620.333**	**400.000**	**72.204**	**39.786**

- **027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B27	885.403	1.052.070	498.027	392.303	377.908
Total	**885.403**	**1.052.070**	**498.027**	**392.303**	**377.908**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**48.011**	**125.810**	**52.866**
Despesas Correntes	45.681	105.481	40.696
Despesas de Capital	2.331	20.329	12.171
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**48.011**	**125.810**	**52.866**

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **024Z - Implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura necessária à operacionalização das atividades científicas e ambientais nas ilhas oceânicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2520	2.613.900	2.613.900	2.613.675	1.851.588	1.851.138
Total	**2.613.900**	**2.613.900**	**2.613.675**	**1.851.588**	**1.851.138**

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4415	500.000	500.000	500.000	437.393	158.042
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**437.393**	**158.042**

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2518	1.384.800	1.552.087	1.384.530	863.725	862.800
Total	**1.384.800**	**1.552.087**	**1.384.530**	**863.725**	**862.800**

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6642	300.757	300.757	59.798	59.798	59.798
8896	680.000	680.000	166.949	166.949	166.949
Total	**980.757**	**980.757**	**226.747**	**226.747**	**226.747**

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025T - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento; e aquisição de equipamentos científicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4130	1.100.000	1.100.000	1.000.000	554.500	115.500
Total	**1.100.000**	**1.100.000**	**1.000.000**	**554.500**	**115.500**

- **025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14ML	0	76.666.667	47.272.039	37.740.975	33.079.496
2345	9.779.300	10.092.633	10.001.021	9.762.806	9.755.706
Total	**9.779.300**	**86.759.300**	**57.273.060**	**47.503.782**	**42.835.202**

- **025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6618	903.461	903.461	552.995	45.518	45.518
Total	**903.461**	**903.461**	**552.995**	**45.518**	**45.518**

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LC	26.874.079	27.421.746	22.597.274	1.045.512	742.133
7112	3.625.000	3.728.333	3.618.606	337.652	260.405

Total	**30.499.079**	**31.150.079**	**26.215.880**	**1.383.164**	**1.002.538**

- **047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13E5	250.000	250.000	0	0	0
Total	**250.000**	**250.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.080.729**	**9.110.268**	**159.135**
Despesas Correntes	481.625	470.657	135.086
Despesas de Capital	5.599.105	8.639.611	24.049
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**6.080.729**	**9.110.268**	**159.135**

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2746	1.383.617	2.883.617	2.882.817	0	0
4640	5.018.500	5.476.150	1.431.877	401.312	397.038
4664	1.358.000	1.448.000	914.235	450.000	450.000
8917	1.500.000	1.500.000	128.920	0	0
Total	**9.260.117**	**11.307.767**	**5.357.849**	**851.312**	**847.038**

- **035Q - Elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140W	6.764.000	6.764.000	1.890.000	1.400.000	1.400.000
Total	**6.764.000**	**6.764.000**	**1.890.000**	**1.400.000**	**1.400.000**

- **035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N5	2.873.640	6.373.640	3.157.748	2.757.748	2.757.748
20WQ	0	56.286	0	0	0
210L	0	333	0	0	0
Total	**2.873.640**	**6.430.259**	**3.157.748**	**2.757.748**	**2.757.748**

- **035V - Implementação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8349	1.140.000	1.140.000	0	0	0
8892	2.573.860	2.573.860	376.872	376.872	376.872
Total	**3.713.860**	**3.713.860**	**376.872**	**376.872**	**376.872**

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0353	1.397.512.880	1.863.350.507	1.276.296.662	0	0
0355	2.022.481.635	2.679.242.180	2.005.081.635	0	0
0E83	87.000.000	582.400.000	0	0	0
Total	**3.506.994.515**	**5.124.992.687**	**3.281.378.297**	**0**	**0**

- **035Z - Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de apoio, financiamento, investimento e incentivos fiscais para implementação da PNDR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140V	1.500.000	1.500.000	0	0	0
8350	100.000	100.000	0	0	0
Total	**1.600.000**	**1.600.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **036O - Desenvolvimento de Programas de Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0502	202.943	202.943	0	0	0
Total	**202.943**	**202.943**	**0**	**0**	**0**

- **036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8340	31.759.530	33.526.197	1.697.016	0	0
Total	**31.759.530**	**33.526.197**	**1.697.016**	**0**	**0**

- **036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8918	2.200.000	2.366.666	694.459	419.105	419.105
Total	**2.200.000**	**2.366.666**	**694.459**	**419.105**	**419.105**

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **036W - Disponibilização e manutenção do banco de dados sobre zoneamento e gestão ambiental territorial e promoção da elaboração de bases cartográficas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7965	270.000	270.000	148.391	148.391	148.391
Total	**270.000**	**270.000**	**148.391**	**148.391**	**148.391**

- **036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NL	1.020.000	1.020.000	13.500	13.500	13.500
20VT	0	50.000	0	0	0
7413	1.440.000	1.440.000	806.807	66.807	66.807
8689	1.000.000	1.116.667	530.482	0	0
8898	1.450.000	1.450.000	0	0	0
Total	**4.910.000**	**5.076.667**	**1.350.790**	**80.307**	**80.307**

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N9	7.751.372	7.884.705	6.160.040	2.262.574	2.262.574
Total	**7.751.372**	**7.884.705**	**6.160.040**	**2.262.574**	**2.262.574**

- **03G7 - Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N8	14.043.476	14.224.810	12.386.669	3.897.091	3.897.091
Total	**14.043.476**	**14.224.810**	**12.386.669**	**3.897.091**	**3.897.091**

- **03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0506	40.500.000	42.000.000	6.000.000	0	0
12P6	450.000	933.333	0	0	0
14W2	0	113.990.000	74.828.000	0	0
20N7	227.381.726	211.020.059	41.516.527	5.649.185	5.649.185
20NC	200.000	200.000	198.919	137.342	130.845
20NK	129.729.414	122.756.081	12.538.701	317.691	317.691
211K	0	98.000.000	1.200.000	0	0
2E46	1.400.000	1.400.000	0	0	0
7K66	569.862.895	571.462.895	139.907.209	3.711.957	3.620.362
7S49	3.000.000	3.000.000	0	0	0
8902	413.722.191	417.979.857	52.712.807	10.564.538	10.527.938

Total	**1.386.246.226**	**1.582.742.225**	**328.902.163**	**20.380.712**	**20.246.021**

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0466 - Apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6466	11.748.000	9.348.000	5.201.275	0	0
Total	**11.748.000**	**9.348.000**	**5.201.275**	**0**	**0**

- **0468 - Gestão social do desenvolvimento territorial por meio da constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instância de organização, planejamento, coordenação e controle social, do apoio às redes de colegiados e da consolidação dos sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2A99	24.475.000	24.475.000	21.297.280	8.691.065	8.640.926
Total	**24.475.000**	**24.475.000**	**21.297.280**	**8.691.065**	**8.640.926**

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0469 - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20S6	20.500.000	20.500.000	16.850.000	16.850.000	16.850.000
210X	0	29.716.667	0	0	0
8394	24.475.000	22.475.000	16.200.942	3.318.500	3.318.500
Total	**44.975.000**	**72.691.667**	**33.050.942**	**20.168.500**	**20.168.500**

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046A - Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8991	470.532.157	486.132.157	245.357.422	3.152.986	3.152.986
Total	**470.532.157**	**486.132.157**	**245.357.422**	**3.152.986**	**3.152.986**

- **046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12NR	233.854.845	1.422.454.845	1.274.245.592	0	0
Total	**233.854.845**	**1.422.454.845**	**1.274.245.592**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8402	29.682.900	29.682.900	18.790.379	7.573.708	7.392.725
Total	**29.682.900**	**29.682.900**	**18.790.379**	**7.573.708**	**7.392.725**

- **046F - Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T0	3.000.000	3.000.000	2.999.900	0	0
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.999.900**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046J - Atualização, manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A84	1.000.000	800.000	140.311	123.233	123.233
Total	**1.000.000**	**800.000**	**140.311**	**123.233**	**123.233**

- **046K - Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **046L - Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZL	0	833.333	0	0	0
8078	3.417.500	3.417.500	3.217.500	3.080.161	2.682.219
8138	5.350.000	5.350.000	471.484	238.573	238.573
Total	**8.767.500**	**9.600.833**	**3.688.984**	**3.318.734**	**2.920.792**

- **046M - Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8420	1.000.000	1.000.000	491.754	470.509	470.509
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**491.754**	**470.509**	**470.509**

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046P - Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JK	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **046Q - Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4827	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**500.000**

- **046R - Formação de trabalhadores, agentes, formadores, multiplicadores e gestores públicos da economia solidária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A85	4.000.000	4.200.000	3.900.000	127.315	127.315
Total	**4.000.000**	**4.200.000**	**3.900.000**	**127.315**	**127.315**

- **046S - Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8056	4.200.000	4.200.000	2.120.234	1.428.503	1.428.503
Total	**4.200.000**	**4.200.000**	**2.120.234**	**1.428.503**	**1.428.503**

- **046T - Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GG	245.231.915	220.708.724	83.105.189	75.707.551	75.707.551
20YT	0	1.199.000	0	0	0
4737	11.172.500	11.172.500	4.362.500	1.388.167	988.167
4850	4.000.000	4.000.000	3.326.409	2.591.398	2.274.590
Total	**260.404.415**	**237.080.224**	**90.794.098**	**79.687.116**	**78.970.308**

- **046W - Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4739	2.000.000	2.000.000	1.980.000	1.319.348	1.319.348
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.980.000**	**1.319.348**	**1.319.348**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**376.996**	**504.490**	**177.666**
Despesas Correntes	350.438	349.649	175.137
Despesas de Capital	26.558	154.841	2.529
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**376.996**	**504.490**	**177.666**

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EZ	1.549.295	1.239.436	130.978	120.900	120.900
20U4	0	1.420.164	0	0	0
2A37	3.126.248	3.126.248	2.705.792	1.782.273	1.782.273
4852	7.940.631	8.540.631	6.633.388	5.804.151	5.790.216
6738	11.775.434	11.775.434	4.009.913	1.095.118	1.094.084
8676	1.171.796	1.171.796	495.001	257.207	257.207
8688	6.553.890	6.263.749	2.248.606	405.218	405.218
8690	1.845.069	1.858.569	1.267.775	1.179.189	1.175.889
Total	**33.962.363**	**35.396.027**	**17.491.453**	**10.644.056**	**10.625.787**

- **029M - Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11W0	10.000.000	8.850.000	4.824.515	0	0
20TE	22.630.786	9.053.747	123.525	14.994	14.994
Total	**32.630.786**	**17.903.747**	**4.948.040**	**14.994**	**14.994**

- **029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10NG	2.211.000	2.377.667	0	0	0
10RY	1.915.856	1.725.856	115.331	115.331	115.331
110G	14.266.284	14.266.284	13.385.377	12.527.783	12.515.731
11EF	346.349	346.349	310.055	82.084	82.084
11IA	344.258	344.258	167.478	167.478	167.478
12DU	212.076	192.076	0	0	0

12E0	1.122.100	1.012.100	0	0	0
147I	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
14MX	0	102.957.920	0	0	0
1793	1.250.000	1.125.000	361.182	249.021	249.021
200J	352.401	352.401	189.693	181.590	181.590
20DA	2.972.000	2.872.000	333.884	332.461	332.461
20SM	809.000	728.100	720.000	650.000	650.000
20U6	0	9.877	0	0	0
20U7	0	3.457.524	0	0	0
20U8	0	243.194	0	0	0
2217	17.856.225	17.856.225	15.792.382	15.520.128	15.520.128
2219	300.000	300.000	299.474	293.625	293.625
2228	6.983.505	6.983.505	6.276.394	5.638.425	5.631.287
2229	1.596.661	1.446.661	1.384.384	1.371.557	1.371.557
2230	4.000.000	4.005.556	3.837.543	2.896.298	2.896.298
2231	923.537	923.537	639.870	566.963	566.963
2236	23.687.019	23.687.019	23.656.575	22.407.847	21.668.413
2665	972.631	892.631	820.907	652.552	652.552
3596	2.500.000	2.350.000	2.349.983	1.280.400	1.280.400
4227	9.834.287	9.234.287	7.746.077	6.569.760	6.547.479
4228	5.535.454	5.535.454	5.101.482	4.316.088	4.295.104
4727	9.088.705	10.243.038	9.035.423	5.448.883	5.426.388
5280	1.250.000	1.125.000	261.693	201.569	201.569
5292	2.000.000	1.800.000	1.508.536	1.508.536	1.508.536
Total	**112.379.348**	**218.443.519**	**94.343.723**	**83.028.379**	**82.203.995**

- **029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12DT	3.994.200	3.704.200	3.617.868	3.038.623	3.038.623
20Q3	1.000.000	910.000	27.987	0	0
2C51	1.049.000	949.000	0	0	0
Total	**6.043.200**	**5.563.200**	**3.645.855**	**3.038.623**	**3.038.623**

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D1 - Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4838	1.900.000	1.100.000	288.153	43.138	43.138
Total	**1.900.000**	**1.100.000**	**288.153**	**43.138**	**43.138**

- **02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4858	50.000	50.000	0	0	0
4912	300.000	360.000	318.154	160.107	160.107
4917	4.988.540	4.596.353	4.043.838	2.047.004	2.047.004
7264	300.000	300.000	271.560	95.096	95.096
8520	7.853.000	7.242.150	2.181.400	0	0
Total	**13.491.540**	**12.548.503**	**6.814.952**	**2.302.207**	**2.302.207**

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10M8	21.055.900	11.950.310	10.246.802	172.873	172.873
20U1	0	2.499.999	0	0	0
4064	6.561.400	6.561.400	5.876.521	4.487.917	4.487.917
6278	200.000	180.000	0	0	0
Total	**27.817.300**	**21.191.709**	**16.123.324**	**4.660.789**	**4.660.789**

- **02D5 - Desenvolvimento das políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20D3	6.700.000	6.030.000	2.840.303	515.943	499.543
Total	**6.700.000**	**6.030.000**	**2.840.303**	**515.943**	**499.543**

- **02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	0	50.000	0	0	0
2655	2.050.000	2.050.000	1.410.965	918.265	918.265
2D32	1.500.000	1.350.000	1.600	0	0
4066	9.440.000	8.496.000	5.728.539	4.956.207	4.956.207
4068	630.000	1.130.000	888.827	888.327	888.327
6273	700.000	630.000	563.404	495.804	495.804
6275	1.130.000	1.130.000	589.437	257.625	257.625
8862	850.000	765.000	191.600	43.655	43.655
Total	**16.300.000**	**15.601.000**	**9.374.373**	**7.559.884**	**7.559.884**

- **02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147G	1.000.000	1.000.000	997.400	544.890	544.890

20Q1	99.514	99.514	40.000	0	0
20QL	1.000.000	1.000.000	0	0	0
6274	1.500.000	1.000.000	200.000	7.579	7.579
Total	**3.599.514**	**3.099.514**	**1.237.400**	**552.469**	**552.469**

- **0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10F0	87.000	69.600	32.600	0	0
2250	3.922.073	34.314.280	7.234.213	3.275.788	3.275.788
6227	4.970.706	5.467.776	5.043.159	3.709.153	3.702.555
6267	164.857	182.257	126.805	68.425	68.425
6268	131.142	131.142	131.142	130.675	130.675
7J90	5.000.000	5.000.000	0	0	0
Total	**14.275.778**	**45.165.055**	**12.567.920**	**7.184.041**	**7.177.443**

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D8 - Integração de ações, processos de trabalho e compartilhamento de recursos entre os órgãos da administração pública**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QM	2.430.000	2.430.000	2.214.489	1.151.032	1.151.032
8516	6.500.000	6.200.000	1.959.111	1.931.897	1.931.897
Total	**8.930.000**	**8.630.000**	**4.173.600**	**3.082.929**	**3.082.929**

- **02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Q2	1.000.000	900.000	184.236	18.621	18.621
20U0	0	186.668	0	0	0
4505	2.000.000	1.800.000	618.294	437.113	437.113
8861	1.550.000	2.015.000	884.997	557.911	557.911
8863	4.200.000	4.620.000	3.616.074	2.260.828	2.260.828
Total	**8.750.000**	**9.521.668**	**5.303.602**	**3.274.473**	**3.274.473**

- **02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20U2	0	9.675.094	0	0	0
2C57	1.000.000	500.000	79.250	45.000	45.000
8448	2.500.000	2.500.000	1.845.959	1.388.751	1.388.751
Total	**3.500.000**	**12.675.094**	**1.925.209**	**1.433.751**	**1.433.751**

- **02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	2.000.000	2.426.667	833.883	304.346	304.346
Total	**2.000.000**	**2.426.667**	**833.883**	**304.346**	**304.346**

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UW	2.900.000	2.900.000	448.397	38.302	38.302
10UX	19.100.000	18.100.000	121.726	34.565	34.565
20D5	3.170.000	3.173.333	1.094.812	761.842	761.842
Total	**25.170.000**	**24.173.333**	**1.664.935**	**834.710**	**834.710**

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147H	1.000.000	400.000	0	0	0
2E24	7.150.000	7.150.000	6.844.626	3.255.027	3.164.293
4901	800.000	800.000	799.569	724.967	723.806
Total	**8.950.000**	**8.350.000**	**7.644.194**	**3.979.995**	**3.888.099**

- **02DM - Prover maior transparência às ações do Governo, com a divulgação de informações para o Governo e a sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2804	24.100.000	22.868.333	19.952.604	15.333.602	15.333.602
Total	**24.100.000**	**22.868.333**	**19.952.604**	**15.333.602**	**15.333.602**

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2674	22.445.884	31.150.550	30.779.059	27.688.603	26.659.671
Total	**22.445.884**	**31.150.550**	**30.779.059**	**27.688.603**	**26.659.671**

- **03KP - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2673	2.500.000	642.176	642.176	578.561	578.561
Total	**2.500.000**	**642.176**	**642.176**	**578.561**	**578.561**

OBJETIVO: 0956 - Garantir segura base jurídica na formulação, implementação e defesa das Políticas Públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0430 - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento contínuo da defesa judicial dessas políticas públicas;**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2672	1.550.000	2.010.000	1.970.200	1.610.410	1.604.704
Total	**1.550.000**	**2.010.000**	**1.970.200**	**1.610.410**	**1.604.704**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**402.990**	**433.888**	**357.066**
Despesas Correntes	390.191	381.877	339.094
Despesas de Capital	12.800	52.011	17.972
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**402.990**	**433.888**	**357.066**

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2086	138.193.034	141.193.034	141.093.911	141.089.357	120.137.723
3599	31.596.636	34.441.289	31.596.636	30.602.544	29.480.812
Total	**169.789.670**	**175.634.323**	**172.690.547**	**171.691.901**	**149.618.535**

- **03MO - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	959.340	959.340	955.402	955.402	955.402
Total	**959.340**	**959.340**	**955.402**	**955.402**	**955.402**

- **03MP - Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2091	479.889	479.889	171.490	171.490	171.490
Total	**479.889**	**479.889**	**171.490**	**171.490**	**171.490**

- **03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2098	10.471.899	10.464.020	8.451.345	8.451.345	8.451.345
20ZA	0	11.333.333	0	0	0
Total	**10.471.899**	**21.797.353**	**8.451.345**	**8.451.345**	**8.451.345**

- **03MW - Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação,**

formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RB	50.000	50.000	8.840	8.840	8.840
Total	**50.000**	**50.000**	**8.840**	**8.840**	**8.840**

- **03MX - Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do SFN e do mercado de câmbio e capitais estrangeiros, envolvendo a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2099	107.440	107.440	105.179	105.179	105.179
Total	**107.440**	**107.440**	**105.179**	**105.179**	**105.179**

- **03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de Supervisão Bancária e Fiscalização do SFN, do Sistema Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do SML e do Sistema CCR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2089	90.197.250	96.275.286	83.007.380	83.007.380	83.007.380
Total	**90.197.250**	**96.275.286**	**83.007.380**	**83.007.380**	**83.007.380**

- **03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2066	2.951.386	2.951.386	1.264.230	989.635	989.635
20Z6	0	353.333	0	0	0
Total	**2.951.386**	**3.304.719**	**1.264.230**	**989.635**	**989.635**

- **03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0556	44.265.000	44.265.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
14IC	4.170.221	3.438.496	1.052.656	286.748	0
2074	11.235.279	11.235.279	5.429.736	2.903.949	2.903.949
2075	2.639.459	2.639.459	894.370	853.759	853.759
2076	1.066.521	1.066.521	1.016.652	846.243	846.243
2077	10.152.045	10.152.045	5.533.981	5.392.739	5.392.739
2081	41.591.764	41.591.764	39.004.622	37.826.463	32.588.598
20SG	600.000	600.000	298.773	268.773	268.773
20Z7	0	5.952.666	0	0	0
20Z8	0	6.667	0	0	0
4820	1.928.000	2.659.725	0	0	0
Total	**117.648.289**	**123.607.622**	**88.230.791**	**83.378.674**	**77.854.060**

- **03NE - Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e**

reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2832	4.971.560	4.971.560	4.835.521	4.835.521	4.835.521
Total	**4.971.560**	**4.971.560**	**4.835.521**	**4.835.521**	**4.835.521**

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03NR - Instrução e análise de atos de concentração e processos administrativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4562	34.738	16.773	16.772	16.772	16.772
Total	**34.738**	**16.773**	**16.772**	**16.772**	**16.772**

- **03NS - Regulação de atividades econômicas em moldes concorrenciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2068	34.738	34.738	30.702	30.702	30.702
Total	**34.738**	**34.738**	**30.702**	**30.702**	**30.702**

- **049Y - Homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2387	55.100	60.610	59.279	59.279	59.279
Total	**55.100**	**60.610**	**59.279**	**59.279**	**59.279**

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, e desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WU	0	1.349.519	0	0	0
2205	885.399	885.399	560.262	405.535	405.535
Total	**885.399**	**2.234.918**	**560.262**	**405.535**	**405.535**

- **03OH - Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2203	858.139	858.139	794.964	580.579	576.653
Total	**858.139**	**858.139**	**794.964**	**580.579**	**576.653**

- **03OI - Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5089	240.000	240.000	0	0	0
Total	**240.000**	**240.000**	**0**	**0**	**0**

- **03OJ - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2204	1.896.888	1.896.888	1.728.381	1.616.918	1.615.764
Total	**1.896.888**	**1.896.888**	**1.728.381**	**1.616.918**	**1.615.764**

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03OM - Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2214	480.000	480.000	342.800	316.380	301.070
Total	**480.000**	**480.000**	**342.800**	**316.380**	**301.070**

- **03ON - Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microsseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2215	375.000	375.000	338.342	306.362	261.970
Total	**375.000**	**375.000**	**338.342**	**306.362**	**261.970**

- **03OO - Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20S2	3.600	3.600	0	0	0
Total	**3.600**	**3.600**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03OX - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SH	500.000	500.000	260.557	138.092	138.092
Total	**500.000**	**500.000**	**260.557**	**138.092**	**138.092**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

BRASIL